



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

EXERCÍCIO DE 2007

TOMO I

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E
ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

ABRIL 2008

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Jorge Hage Sobrinho

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Guido Mantega

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Paulo Bernardo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

EXERCÍCIO DE 2007

TOMO I

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E
ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

ABRIL 2008

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 – Bloco A, 8º andar, Edifício Darcy Ribeiro

Brasília – DF

Tel.: (61) 3412-7115 / 3412-7116 – Fax: (61) 3412-7129

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A

Brasília – DF

Tel.: (61) 3412-3063 – Fax: (61) 3412-1959

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 3º e 8º andares – salas 331 e 864

Brasília – DF

Tel.: (61) 3429-4080 – Fax: (61) 3226-8122 e (61) 3429-4326 – Fax: (61) 3223-5605

PLANO DA OBRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

TOMO I – RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

TOMO II – BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA UNIÃO

APRESENTAÇÃO

A Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República foi organizada pela Controladoria-Geral da União - CGU para encaminhamento ao Congresso Nacional, em cumprimento ao que determina o artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal:

“Compete privativamente ao Presidente da República:

[....]

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior”.

As informações que integram a referida Prestação de Contas são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, responsáveis pela sua consistência e veracidade.

A Prestação de Contas Presidencial teve a sua estrutura modificada a partir deste exercício de 2007, de forma a conceder maior transparência, organicidade e qualidade às informações, sendo organizada em um único volume, dividido em duas partes:

Tomo I - Relatório sobre os Orçamentos e Atuação do Poder Executivo

Tomo II - Balanços e Demonstrativos Contábeis da União

O Tomo I está estruturado de forma a evidenciar: a Política Econômico-Financeira do Governo Federal, a Administração e Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a Execução do Orçamento de Investimento – Empresas Estatais, a análise dos principais aspectos constantes do Balanço Geral da União, a atuação de cada Pasta Ministerial e Presidência da República - Relatório das Ações desenvolvidas pelo Poder Executivo, a Administração da Dívida Ativa, os empréstimos concedidos pelas agências oficiais de fomento e as providências adotadas em relação às recomendações do Tribunal de Contas da União, referentes ao exercício anterior (2006).

As informações contidas na Parte IV do Tomo I – Orçamento de Investimento referem-se às Empresas Estatais do Poder Executivo Federal e foram produzidas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os demonstrativos da execução física e financeira da Presidência da República, dos Ministérios e as referentes ao Orçamento de Investimento, foram extraídos do sistema SIGPlan, pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e se encontram no CD-ROM, anexado a esta Prestação de Contas.

O Tomo II foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e está estruturado de forma a evidenciar as demonstrações e demonstrativos contábeis da União referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais e demonstrativos sobre a autorização e execução da receita e despesa pública.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), esta Prestação de Contas estará disponível no sítio da internet www.cgu.gov.br, bem como, em meio impresso, na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que os cidadãos possam exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

TOMO I RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

PARTE I – ASPECTOS GERAIS

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	1
1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL.....	1
1.2. ÓRGÃOS E ENTIDADES EM PROCESSO DE EXTINÇÃO/LIQUIDAÇÃO.....	2
1.3. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	2
1.4. DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO.....	4
1.5. POLÍTICA ADOTADA PARA A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR.....	7

PARTE II - POLÍTICA ECONÔMICA

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL.....	9
2.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL.....	9
2.1.1. Panorama Econômico em 2007.....	9
2.1.2. Produto Interno Bruto.....	9
2.1.3. Inflação.....	10
2.1.4. Mercado de Trabalho.....	11
2.1.5. Desempenho Fiscal.....	12
2.2. MOEDA E CRÉDITO.....	13
2.2.1. Aspectos Gerais.....	13
2.2.2. Agregados Monetários.....	14
2.2.3. Títulos Públicos Federais e Operações do BACEN no Mercado Aberto.....	15
2.2.4. Operações de Crédito do Sistema Financeiro.....	16
2.2.5. Sistema Financeiro Nacional.....	19
2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO.....	21
2.3.1. Política de Comércio Exterior.....	21
2.3.2. Política Cambial.....	23
2.3.3. Movimento de Câmbio.....	25
2.3.4. Balanço de Pagamentos.....	27
2.3.5. Reservas Internacionais.....	40
2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	41
2.3.7. Dívida Externa.....	42
2.3.8. Indicadores de Endividamento.....	47
2.3.9. Captações Externas.....	48
2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII).....	53
2.4. HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	54
2.4.1. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios.....	54
2.4.2. Empréstimos Concedidos.....	56
2.4.3. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público.....	56
2.4.4. Retorno de Repasses de Recursos Externos.....	56
2.4.5. Saneamento de Instituições Financeiras Federais.....	56
2.4.6. Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais.....	57
2.4.7. Outros Créditos.....	57
2.5. OUTROS HAVERES DO TESOUREIRO NACIONAL.....	58
2.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira.....	58
2.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios.....	59
2.5.3. Recebimentos de Créditos.....	61
2.5.4. Haveres Mobiliários.....	62
2.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA.....	69
2.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal.....	69
2.6.2. Avanços da Administração da Dívida Pública.....	75
2.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS.....	77
2.7.1. Missões Técnicas.....	77
2.7.2. Revisão de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.....	78
2.7.3. Avaliação do Cumprimento das Metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.....	79
2.7.4. Estoque de Dívidas.....	80
2.7.5. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR.....	80
2.7.6. Cálculo da Capacidade de Pagamento.....	80
2.7.7. Transferências.....	83
2.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	85
2.8.1. Aspectos Gerais.....	85
2.8.2. Financiamento.....	86

2.8.3. Equalização.....	87
2.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas.....	91
2.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação.....	92
2.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS.....	93
2.9.1. Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens.....	93
2.9.2. Concessão de Garantias.....	94
2.9.3. Limites de Endividamento da União.....	95
2.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias.....	96
2.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito.....	98
2.9.6. Securitização de Dívidas.....	99
2.10. FINANÇAS PÚBLICAS.....	101
2.10.1. Demonstrativo das Receitas Renunciadas	101
2.10.2. Arrecadação e Cobrança.....	104
2.10.2.1 Desempenho da Arrecadação em relação à Previsão – Providências adotadas no âmbito da Fiscalização das Receitas, Combate à Sonegação, Recuperação de Créditos e incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições.....	106
2.10.3. Coeficiente Tributário Federal: Comparativo com Exercício Anterior.....	116
2.10.4. Análise da Programação e Execução Financeira do Tesouro Nacional.....	117
2.10.5. Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF.....	120
2.11. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	123

PARTE III – ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	143
3.1. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	143
3.2. DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	146
3.2.1. Demonstrativo da Dotação por Órgão (Anexo 1)	146
3.2.2. Demonstrativo da Dotação por Unidade Orçamentária (Anexo 2)	147
3.3. DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.....	160
3.3.1. Demonstrativo da Dotação por Lei (Anexo 3)	160
3.3.2. Dotação Especial.....	168
3.3.2.1. Demonstrativo da Dotação Especial por Órgão – Créditos Reabertos e Abertos no Exercício (Anexo 4).....	168
3.3.2.2. Demonstrativo da Dotação Especial por Finalidade – Créditos Abertos no Último Quadrimestre (Anexo 5).....	170
3.3.3. Dotação Extraordinária.....	187
3.3.3.1. Demonstrativo da Dotação Extraordinária por Órgão – Créditos Reabertos e Abertos no Exercício (Anexo 6).....	187
3.3.3.2. Demonstrativo da Dotação Extraordinária por Finalidade – Créditos Abertos no Último Quadrimestre (Anexo 7).....	192
3.4. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	238
3.4.1. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA.....	238
3.4.1.1. Execução da Receita sob a ótica da Classificação Econômica.....	238
3.4.1.2. Execução da Receita sob a ótica das Fontes de Recursos.....	251
3.4.1.3. Arrecadação de Impostos e Contribuições desvinculada a título de DRU	255
3.4.1.4. Demonstração da Arrecadação por Natureza e por Fontes.....	257
3.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	284
3.4.2.1. Despesas segundo as Classificações Institucional e Funcional.....	284
3.4.2.2. Despesas segundo a Classificação Econômica da Despesa.....	291
3.4.2.3. Despesas segundo as Fontes de Recursos.....	296
3.4.2.4. Fases da Execução da Despesa – Análise da Evolução Mensal.....	298
3.4.3. Resultado Orçamentário.....	303
3.5. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS DITAMES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL.....	305
3.5.1. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	305
3.5.1.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.....	305
3.5.1.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.....	311
3.5.1.3. Erradicação do Analfabetismo.....	312
3.5.1.4. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.....	312
3.5.1.5. Ações e Serviços Públicos de Saúde.....	313
3.5.1.6. Execução de Restos a Pagar – União.....	316
3.5.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	319
3.5.2.1. Anexo de Metas Fiscais.....	319
3.5.2.2. Análise dos Limites.....	322
3.5.2.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária	326

PARTE IV - EMPRESAS ESTATAIS

4. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS	337
4.1. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	339
4.1.1. Fontes de Financiamento	339
4.1.2. Execução da Despesa	342
4.1.3. Distribuição Geográfica da Despesa	343
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	350
4.2.1. Setor Financeiro	350
4.2.2. Setor Produtivo Estatal -SPE	357
4.2.2.1. Grupo ELETROBRAS	357
4.2.2.2. Grupo PETROBRAS	382
4.2.2.3. Demais Empresas do SPE	392
4.3. DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	411
4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	422
4.4.1. Setor Financeiro	424
4.4.2. Setor Produtivo Estatal	425
4.4.2.1. Grupo Eletrobras	425
4.4.2.2. Grupo Petrobras	426
4.4.2.3. Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal	427
4.4.3. Outras Considerações	428
4.5. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO	432
4.5.1. Aspectos Gerais	432
4.5.2. Desempenho	433
4.5.3. Fontes de Financiamento dos Investimentos	434
4.5.4. Despesa por Órgão/Unidade	434
4.5.5. Distribuição Geográfica da Despesa	436
4.6. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	437
4.6.1. Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos	442
4.6.1.1. Regras Gerais Adotadas por todas as Instituições Financeiras	442
4.7. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	458
4.7.1. Reserva Global de Reversão – RGR	460
4.7.2. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	462
4.7.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	463
4.7.4. Uso de Bem Público – UBP	465
4.7.5. Saldos	465

PARTE V - BALANÇO GERAL DA UNIÃO

5. ASPECTOS GERAIS – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	467
5.1. COMPATIBILIZAÇÃO DOS VALORES DAS RECEITAS CONSTANTES DOS BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	467
5.2. Demonstrações Contábeis	469
5.2.1. Balanço Orçamentário	569
5.2.2. Balanço Financeiro	472
5.2.3. Balanço Patrimonial	478
5.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais	487
5.2.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	491
5.3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO GERAL DA UNIÃO	492
5.3.1. Diretrizes Contábeis	492
5.3.2. Mudanças de Critérios Contábeis	492
5.3.3. Critérios de Avaliação do Ativo	493
5.3.4. Critérios de Avaliação do Passivo	494
5.3.5. Conversão da Moeda	494
5.3.6. Disposição da Receita	495
5.3.7. Ajustes de Exercícios Anteriores	495
5.3.8. Integração de Saldos Contábeis	495
5.3.9. Outras Explicações	496

PARTE VI - AÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

6. INTRODUÇÃO.....	497
6.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.....	498
6.2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU.....	538
6.3. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.....	559
6.4. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT.....	578
6.5. MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC.....	604
6.6. MINISTÉRIO DA DEFESA – MD.....	615
6.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC.....	653
6.8. MINISTÉRIO DA FAZENDA – MF.....	677
6.9. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI.....	703
6.10. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – MJ.....	721
6.11. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS.....	749
6.12. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS.....	767
6.13. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC.....	787
6.14. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE.....	807
6.15. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME.....	837
6.16. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA.....	863
6.17. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC.....	887
6.18. MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME.....	903
6.19. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA.....	927
6.20. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP.....	945
6.21. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE.....	967
6.22. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT.....	991
6.23. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS.....	1007
6.24. MINISTÉRIO DAS CIDADES – Midades.....	1039
6.25. MINISTÉRIO DO TURISMO - Mtur.....	1067

PARTE VII - TEMAS ESPECÍFICOS

7. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.....	1093
7.1. DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA E PREVIDENCIÁRIA.....	1093
7.1.1. ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO -SIDA.....	1098
7.1.2. DEMONSTRATIVOS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – EXERCÍCIO DE 2007.....	1099
7.2. INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO.....	1104
7.2.1. BANCO DO BRASIL S.A.	1104
7.2.2. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	1121
7.2.3. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES.....	1127
7.2.4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1134
7.2.5. BANCO DA AMAZÔNIA S.A.	1144
7.3 RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO DE 2006.....	1151

PARTE I

ASPECTOS GERAIS

PARTE I – ASPECTOS GERAIS

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL

A Organização Político-Administrativa do Brasil

A organização administrativa mantém estreita correlação com a estrutura do Estado e a forma de governo adotada em cada país. O Brasil é uma Federação formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e se constitui em Estado Democrático de Direto, no qual se assegura a autonomia político administrativa.

A organização político-administrativa do Estado brasileiro compreende a União, os Estados membros, o Distrito Federal e os Municípios numa descentralização territorial em três níveis de governo – federal, estadual e municipal, cabendo, em cada um deles, o comando da administração ao respectivo Chefe do Executivo – Presidente da República, Governador e Prefeito.

A Constituição Federal brasileira instituiu como Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (art. 2º). O Poder Executivo, no âmbito Federal, é exercido pelo Presidente da República e em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente, ambos auxiliados por uma equipe de governo liderada pelos Ministros e Secretários de Estado.

A União e demais entes da federação exercitam os poderes que são conferidos explicita ou implicitamente pela Constituição da República, dentro das respectivas áreas de atuação, mediante aparelhamento próprio, que deve ser convenientemente estruturado para o perfeito atendimento das necessidades do serviço público.¹

A organização administrativa refere-se ao ordenamento estrutural dos órgãos que compõem a administração pública, representando, em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo e, em sentido material, o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos.

A Administração Pública, segundo Moraes (2004), pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses coletivos e, subjetivamente, como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. Em uma visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas.

Em 1967, o Decreto-Lei n.º 200/67 classificou a Administração Federal em Direta e Indireta. A Administração Direta está materializada pela Presidência da República, pelos Ministérios e pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Esses órgãos não possuem personalidade jurídica própria, pois exercem, diretamente, as competências a cargo da União, demonstrando, desta forma, a centralização administrativa. A Administração Indireta são entidades que possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, caracterizando assim a descentralização administrativa das atividades do Estado, sendo vinculadas e supervisionadas pelos Ministérios ou por outros Órgãos da Administração Direta.

A Administração Pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, seja Direta ou Indireta, deverá obedecer, dentre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e ter por finalidade precípua a promoção do bem-estar social, que será alcançado mediante a elaboração de políticas públicas que serão materializadas no Plano Plurianual - PPA e sua execução em cada exercício financeiro por meio da Lei Orçamentária Anual - LOA.

¹ MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2007.

A Constituição de 1988 trouxe inovações no processo orçamentário ao determinar os instrumentos alocativos de planejamento governamental: Lei do Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e Lei Orçamentária Anual – LOA, que compreende (§ 5º do artigo 165):

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Percebe-se uma valorização dos processos de planejamento, ao determinar que “Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional” (art. 165, § 4º da CF).

Nesse contexto, a Prestação de Contas apresentada pelo Presidente da República refere-se à Administração Pública Federal e à execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

1.2 – ÓRGÃOS E ENTIDADES EM PROCESSO DE EXTINÇÃO/LIQUIDAÇÃO

O Departamento de Coordenação de Processos de Extinção e Liquidação – Deliq, vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é o órgão responsável pelas atividades ligadas à extinção de órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional e à liquidação de empresas públicas e sociedades de economia mista.

O Deliq dá suporte administrativo, a partir da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, aos processos de extinção e liquidação no âmbito da Administração Pública Federal, acompanhando e orientando os procedimentos dos inventariantes e dos liquidantes nos processos em que atuam.

Em 2007, as seguintes empresas estavam com processos em andamento:

- Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Geipot (processo de liquidação iniciado em 20/02/2002 – Decreto nº 4.135/2002);
- Companhia de Navegação do São Francisco – Franave (processo de liquidação iniciado em 22/01/2007 – Decreto nº 6.060/2007);
- Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – Codebar (processo de liquidação iniciado em 03/08/2007 – Decreto nº 6.182/2007);
- Inventariança da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (processo de inventariança iniciado em 22/01/2007 – Decreto nº 6.018/2007).

1.3 – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

A Controladoria-Geral da União, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, foi a responsável pela elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, conforme determina a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 5.683/2006, sendo a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação Geral de Contabilidade, a responsável pela elaboração e análise das Demonstrações Contábeis, e o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pela elaboração das informações sobre as empresas estatais.

A Prestação de Contas Anual do Presidente da República, apresentada anualmente ao Congresso Nacional, foi objeto de aperfeiçoamento, de forma a tornar sua leitura mais fácil e atrativa, para atingir faixas progressivamente maiores da população brasileira, transformando-o, efetivamente, em instrumento real de transparência sobre os gastos e realizações governamentais.

A reestruturação da Prestação de Contas teve como linhas mestras a segregação entre a Prestação de Contas – Relatório, e o Balanço Geral da União - Balanços, além da reestruturação de seus conteúdos, sendo a consolidação do Relatório de responsabilidade da Controladoria-Geral da União e a elaboração dos Balanços de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional. A segregação buscou a simplificação de procedimentos e identificação das responsabilidades, uma vez que a Prestação de Contas Anual do Presidente da República tem ampla abrangência sobre diversos temas governamentais, sendo um misto de Relatório e de Balanço Geral da União, peça eminentemente contábil.

As diretrizes quanto ao conteúdo para elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, para o exercício de 2007, teve como principal direcionador os assuntos selecionados pelo Tribunal de Contas da União e encaminhados à Controladoria-Geral da União, por meio do Aviso TCU n.º 004/2007 – Gab Min BZ.

No tocante à atuação de cada Pasta Ministerial, a elaboração dos relatórios teve como diretriz a evidenciação dos resultados alcançados na execução dos programas e ações governamentais de cunho social, os integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, os classificados como prioritários na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e os considerados essenciais em cada órgão.

A Prestação de Contas do Presidente da República foi organizada em um único volume, dividido em Relatório sobre os Orçamentos e Atuação do Poder Executivo (Tomo I) e Balanços e Demonstrativos Contábeis da União (Tomo II).

O Tomo I foi estruturado em sete partes contendo:

Parte I – Considerações Preliminares – que contem informações gerais necessárias ao entendimento do relatório e balanço geral da União.

Parte II – Política Econômica – informações provenientes da Secretaria de Política Especial- SPE da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, do Banco Central- BACEN e da Receita Federal do Brasil, sobre a política econômico-financeira, desempenho do setor econômico governamental e finanças públicas.

Parte III – Administração Orçamentária – com análise, pela Secretaria do Tesouro Nacional, da execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dos limites constitucionais e legais, dos principais aspectos dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido.

Parte IV – Orçamento de Investimentos – Empresas Estatais - informações e análise pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contemplando a análise do orçamento de investimento, as características e resultado dos investimentos, bem como do relatório resumido da execução orçamentária.

Parte V – Análise, pela Secretaria do Tesouro Nacional, de dados das Demonstrações Contábeis (balanço orçamentário, financeiro, patrimonial, variações patrimoniais e mutações do patrimônio líquido) e as notas explicativas sobre os critérios contábeis adotados no exercício e na elaboração do balanço geral da união.

Parte VI – Ações do Poder Executivo Federal - contempla as informações referentes às ações desenvolvidas pelos órgãos integrantes da Presidência da República e pelos Ministérios.

Parte VII – Temas Específicos – informações sobre a administração da dívida ativa, os empréstimos concedidos pelas agências oficiais de fomento e as providências adotadas, em cada órgão, em relação às recomendações do Tribunal de Contas da União referente ao exercício anterior.

O Tomo - II foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda e está estruturado de forma a evidenciar as demonstrações e demonstrativos contábeis da União referentes ao Orçamento fiscal e da seguridade social: balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e variações patrimoniais, bem como sobre os demonstrativos da autorização e execução da receita e despesa pública.

Outra mudança em relação à Prestação de Contas de 2007 diz respeito à seleção de informações que compuseram a parte escrita, em mídia CD-ROM e em informações adicionais sobre os balanços e execução orçamentária disponibilizadas na internet pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As informações relacionadas à execução física e financeira das ações foram extraídas do Sistema SIGPlan, sendo a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, unidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a responsável pelo monitoramento e emissão dos respectivos demonstrativos e compuseram o CD-ROM, estando individualizados por ministérios e por programas e ações que integraram as Contas do Presidente da República.

Os demais quadros e tabelas que contemplam vários enfoques da execução da despesa estão encartadas na contracapa do Relatório, de forma que o cidadão disponha da informação de forma clara, e as unidades de Controle e o Congresso Nacional disponham de informações adicionais que irão subsidiar o parecer prévio e o julgamento das contas de governo.

1.4 – DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO

A Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, atribui a competência de elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e a de evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União ao Sistema de Contabilidade Federal:

Art. 21. Compete aos órgãos e às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal:

(...)

X – elaborar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional, nos termos do art. 84, inciso XXIV, da Constituição Federal.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

Inciso XXIV – Prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

Art. 15. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:

(...)

II – os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades;

(...)

IV – a situação patrimonial do ente público e suas variações.

Ao longo do tempo o denominado Balanço Geral da União- BGU, que incluía o relatório, os balanços e vários outros demonstrativos vinha sendo elaborada de forma bastante complexa, devido, principalmente, à quantidade e à forma de apresentação das informações, o que dificultava o uso das mesmas no processo decisório. Assim, a nova estrutura das informações contábeis, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da STN, está inserida em um contexto maior – a Prestação de Contas do Presidente da República.

O novo modelo de apresentação dos Balanços, referente ao exercício de 2007, quer alcançar um público-alvo que tenha maior interação com as informações contábeis. Nessa perspectiva, a Prestação de Contas do Presidente da República, para o exercício de 2007 será apresentada em várias mídias, de diferentes formas:

- Livro impresso
 - Tomo I – Prestação de Contas do Presidente da República (a cargo da CGU);
 - Tomo II– Balanço Geral da União (a cargo da STN);
- Internet - cópia fiel do livro impresso (a cargo da CGU);
- CD-ROM – cópia fiel do livro impresso (a cargo da CGU);
- Aplicação Web - conteúdo do livro impresso mais as Informações Adicionais (a cargo da STN).

Neste exercício foi aprimorado o processo de geração, emissão e apresentação das Demonstrações e Demonstrativos contábeis, com reestruturação do conteúdo e da forma.

Foi redefinida a abrangência do Balanço Geral da União, para *refletir somente a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social* em favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes, das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e das Entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais. As informações estão disponibilizadas nos vários tipos de Balanços e Demonstrativos.

O artigo 101 da Lei nº 4.320/1964 determina:

Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

Os Balanços e demais relatórios dos órgãos e entidades não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, até então tratados no BGU simplificado como “Exceto OFSS” ou “Não-OFSS”, serão disponibilizados ao Tribunal de Contas da União, em meio eletrônico.

Neste novo modelo, a Prestação de Contas – Tomo II contém todos os Balanços da União, consolidados por Tipo de Administração (TA), mais os Demonstrativos Contábeis da execução orçamentária da União.

As informações do BGU estão estruturadas da seguinte forma:

♦ *Demonstrações Contábeis Consolidadas*

Abrangência: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Balanço Orçamentário
 Balanço Financeiro
 Balanço Patrimonial
 Demonstração das Variações Patrimoniais
 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza
 Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Cada Demonstração Contábil está consolidada por Tipo de Administração, com a seguinte agregação:

Administração Direta, Indireta e Fundos
 Administração Direta
 Autarquias
 Fundações
 Empresas Públicas
 Sociedades de Economia Mista
 Fundos Vinculados à Administração Direta
 Fundos Vinculados à Administração Indireta

♦ *Demonstrativos Contábeis da União (Execução Orçamentária)*

Abrangência: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

▪ Demonstrativos de Contas

Entidades Devedoras
Entidades Credoras
Diversos Responsáveis
Operações de Crédito Internas
Operações de Crédito Externas
Participações Societárias
Dívida Flutuante

▪ Realização da Receita

Realização da Receita por Subcategoria Econômica - Regionalizada e por Unidade da Federação
Realização da Receita Tributária - Regionalizada e por Unidade da Federação
Realização da Receita por Fonte de Recursos
Realização da Receita por Natureza

▪ Dotação da Despesa

Dotação da Despesa por Função e Subfunção
Dotação da Despesa com Irrigação por Programa
Dotação da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa
Dotação da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Programa - Regionalizada
Dotação da Despesa por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza
Dotação da Despesa por Poder e Órgão
Dotação da Despesa por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária

▪ Execução da Despesa

Execução da Despesa por Função e Subfunção
Execução da Despesa com Irrigação por Programa
Execução da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Programa
Execução da Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Fonte de Recursos
Execução da Despesa por Programa – Regionalizada
Execução da Despesa por Fonte de Recursos
Execução da Despesa por Natureza
Execução da Despesa por Poder e Órgão
Execução da Despesa por Poder, Órgão e Unidade Orçamentária
Execução da Despesa por Grupo de Fonte de Recursos

A STN disponibilizará também o BGU 2007 na forma de Revista, com sucinta análise ilustrada com gráficos, em linguagem acessível ao cidadão e formato mais atraente visando facilitar o entendimento da informação contábil.

Na aplicação Web/Tesouro serão disponibilizados todos os Balanços Consolidados da União referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exercício de 2007, comparado ao de 2006, e todos os demonstrativos contábeis da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com o mesmo *layout* do livro impresso (Tomo II).

Além do BGU, serão também disponibilizados na Web/Tesouro todos os balanços e demonstrativos que compõem as *Informações Adicionais ao BGU*, a seguir elencados. Estarão disponíveis para os

usuários as caixas de seleção para escolha dos parâmetros, permitindo combinações como tipo de balanço, tipo de administração, órgão e mês de referência, possibilitando a geração de relatórios.

♦ *Informações Adicionais ao BGU - Demonstrações Contábeis Consolidadas*

Abrangência: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Demonstrações Contábeis Consolidadas por Órgão Superior e Demonstrações dos Órgãos – OFSS

- Autarquias
- Fundações
- Emp.Públicas
- Sociedades de Economia Mista
- Fundos Vinculados à Administração Direta
- Fundos Vinculados à Administração Indireta

♦ *Demonstrativos Contábeis da União (Execução Orçamentária)*

Abrangência: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

- Realização da Receita Diretamente Arrecadada
- Dotação da Despesa por Aplicação/Projeto, Atividade e Operação Especial – Regionalizada
- Execução da Despesa por Aplicação/Projeto, Atividade e Operação Especial – Regionalizada

Ao Tribunal de Contas da União serão disponibilizados, além do BGU e das Informações Adicionais, também os balanços das entidades não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Não-OFSS), como segue:

♦ *Demonstrações Contábeis dos Órgãos*

Abrangência: Não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

- Autarquias
- Fundações
- Empresas Públicas
- Fundos Vinculados à Administração Direta
- Fundos Vinculados à Administração Indireta

1.5 – POLÍTICA ADOTADA PARA A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR

No início de 2007, o Decreto de Programação Financeira (Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007) estabeleceu, para os órgãos do Poder Executivo, valores compatíveis para a movimentação e empenho e para o pagamento de despesas, iguais a R\$ 85,1 bilhões e R\$ 84,4 bilhões, respectivamente, projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior. Ao longo do ano, em vista das necessidades de despesas de diversos órgãos e das reavaliações da programação orçamentária e financeira, foram promovidas alterações aos valores inicialmente disponibilizados, elevando os valores autorizados para movimentação e empenho para R\$ 99,3 bilhões e para pagamento para R\$ 97,5 bilhões, o que resultaria numa elevação dos restos a pagar inscritos, de R\$ 1,8 bilhão.

Além disso, no âmbito das providências adotadas com o intuito de reduzir os restos a pagar não-processados, a fim de atender recomendações anteriores do Tribunal de Contas da União – TCU, foram estabelecidos, no contexto do citado Decreto, dispositivos, transcritos abaixo, para coibir o empenho e a inscrição em restos a pagar de despesas que, no exercício financeiro de competência, não satisfizessem o requisito de legalmente empenhada, o que requer, além da emissão de nota de empenho, que haja documento por meio do qual o compromisso tenha sido formalizado.

Art. 13. Em decorrência do disposto neste Decreto, fica vedada aos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, de acordo com o art. 167, inciso II, da Constituição, e com o art. 73 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a realização de despesas ou a assunção de compromissos que não sejam compatíveis com os montantes disponibilizados e com os cronogramas nele estabelecidos.

Art. 14. Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 14 de dezembro de 2007.

§ 1º Observado o disposto no caput, os empenhos limitar-se-ão às despesas cujos contratos, convênios ou instrumentos congêneres possam ser formalizados até 31 de dezembro de 2007.

§ 2º As restrições previstas neste artigo não se aplicam às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo V da Lei nº 11.439, 2006, e às decorrentes da abertura de créditos extraordinários.

§ 3º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá prorrogar, até 31 de dezembro de 2007, o prazo estabelecido no caput para o atendimento de despesas não previstas no § 2º deste artigo.

Entretanto, não obstante as medidas adotadas, que resultariam na estabilização do montante de restos a pagar inscritos, em face do ritmo de execução das programações do Projeto Piloto de Investimentos – PPI e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, bem como da concessão de novos créditos extraordinários ao final do exercício, verificou-se um crescimento dos restos a pagar inscritos.

PARTE II

POLÍTICA ECONÔMICA

PARTE II - POLÍTICA ECONÔMICA

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL

2.1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

2.1.1 - Panorama Econômico em 2007

Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou uma taxa de crescimento de 5,3%, no acumulado do ano até o terceiro trimestre, mantendo a trajetória de taxas de variação crescentes e superando, em 2 pontos percentuais, a taxa de crescimento do mesmo período de 2006 (3,3%). Entre os setores de atividade, a Indústria apresentou a maior taxa de crescimento (5,1%) nesse período.

A inflação passou a revelar taxas crescentes a partir do segundo semestre do ano, devido à elevação nos preços de alimentos, a qual decorreu de problemas de oferta e da alta nos preços internacionais. Assim, a política monetária teve de suspender, a partir do terceiro trimestre, a trajetória de reduções na taxa de juros. Apesar desse desempenho, a inflação acumulada no ano registrou, pelo segundo ano, taxa abaixo da meta central estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O emprego, por sua vez, manteve-se em expansão, particularmente no segmento com carteira assinada. A elevação da massa real de salários, principalmente em função do aumento dos postos de trabalho, em conjunto com a expansão do crédito ao consumidor, propiciou o maior consumo das famílias e criou o quadro positivo para o aumento no volume de investimento.

No setor externo, a expansão do comércio mundial e a elevação do preço de *commodities* produzidas pelo País geraram um saldo positivo na Balança Comercial, embora inferior ao de 2006, devido ao aumento das importações. O saldo comercial, por seu turno, foi determinante para a obtenção do resultado positivo na conta de Transações Correntes, para a redução do endividamento externo e para o aumento das reservas internacionais.

Em 2007, o Governo manteve o ajuste das contas públicas o que garantiu a redução da dívida líquida em relação ao PIB e a melhora da composição da dívida mobiliária interna. Deve-se ressaltar que, no âmbito externo, o setor público consolidou sua posição de credor líquido.

2.1.2 – Produto Interno Bruto

Em 2007, o PIB cresceu 5,3%, no acumulado do ano até o terceiro trimestre, expansão que refletiu principalmente a recuperação da produção industrial, cuja variação passou de 2,9% no ano de 2006 para 5,1% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2007.

A atividade Agropecuária registrou uma taxa de crescimento de 4,3% em 2007, ante uma variação de 4,2% no ano de 2006. Esse desempenho refletiu o clima favorável à expansão de 13,7% da safra de cereais, leguminosas e oleaginosas em relação à safra de 2006. Produtos importantes, como soja, milho, trigo e cana-de-açúcar tiveram aumento de produção e beneficiaram-se do aumento das cotações internacionais de *commodities* agrícolas e de carnes.

PRODUTO INTERNO BRUTO EM VOLUME – TAXA DE VARIAÇÃO %

SETORES	ACUMULADO 2006	2007 ⁽¹⁾			ACUMULADO 2007 ⁽²⁾
		1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	
AGROPECUÁRIA	4,2	-1,9	0,2	7,2	4,3
INDÚSTRIA	2,9	-0,2	1,4	1,8	5,1
SERVIÇOS	3,8	1,6	0,7	1,2	4,7
PIB A PREÇOS DE MERCADO	3,8	1,1	1,3	1,7	5,3
CONSUMO DAS FAMÍLIAS	4,6	1,4	1,6	1,5	5,9
CONSUMO DA ADM. PÚBLICA	2,8	3,3	0,1	0,3	3,9
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO	10,0	2,3	4,6	4,5	12,4
EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4,7	0,6	0,9	1,4	6,7
IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (-)	18,3	4,1	2,6	9,1	19,6

(1) Trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

(2) Até o 3º trimestre de 2007, ante o mesmo período de 2006.

Fonte: IBGE.

A atividade Industrial manteve a trajetória de recuperação, com uma expansão de 5,1% até o terceiro trimestre de 2007, o que representou 2,2 pontos percentuais acima da taxa de variação observada em todo o ano de 2006. Dentre os componentes dessa atividade, destacou-se o desempenho da Construção Civil que registrou uma expansão de 4,6% em 2007, em decorrência do declínio na taxa de juros, da expansão do volume de financiamentos para a habitação e do crescimento dos investimentos. Outro destaque foi a Indústria de Transformação, que registrou uma taxa de variação de 5,5% no acumulado do ano, um aumento de 3,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2006, sendo a maior contribuição para a taxa de crescimento da atividade Industrial. Na composição desse crescimento, a produção de bens de capital e a de bens de consumo duráveis tiveram as maiores taxas de variação e foram determinantes para o desempenho da indústria de transformação.

PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL				
CATEGORIAS DE USO	VARIACÃO (%)			
	2004	2005	2006	2007
Bens de Capital	19,7	3,6	5,7	19,5
Bens Intermediários	7,4	0,9	2,1	4,8
Bens de Consumo	7,3	6,0	3,3	4,7
Bens de Consumo Duráveis	21,8	11,4	5,8	9,2
Bens de Consumo Semiduráveis e Não Duráveis	4,0	4,6	2,7	3,3
Indústria Geral	8,3	3,1	2,8	6,0

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal, IBGE.

Pela ótica da demanda, a expansão do PIB continuou sendo impulsionada pelo Consumo das Famílias, com aumento de 5,9%, nos três primeiros trimestres de 2007. A expansão da demanda por bens e serviços de consumo deveu-se à elevação média real de 6,3% da massa salarial, de 9,2% das novas concessões de crédito para pessoa física¹, e das transferências do governo, sendo que o salário mínimo foi reajustado, em termos reais, em 5,1% em abril de 2007. A alta no Consumo das Famílias levou ao aumento de 13,5% nas vendas de bens no varejo no acumulado de 2007, e de 9,2% na produção industrial de bens de consumo duráveis.

A Formação Bruta de Capital Fixo, por sua vez, apresentou a maior elevação na taxa de crescimento, passando de 10,0% em 2006 para 12,4% nos três trimestres de 2007. Essa maior velocidade foi resultado da expansão da indústria da Construção Civil, que responde por 42,3% do investimento, e do aumento da produção e da importação de bens de capital, sendo que as compras externas desse item cresceram 32,1%² em 2007.

A despesa da Administração Pública teve uma expansão de 3,9%, taxa acima da registrada no ano de 2006. No setor externo as Exportações de Bens e Serviços cresceram 6,7%, enquanto as Importações de Bens e Serviços subiram 19,6%. Na Balança Comercial, o País obteve um superávit de US\$ 40,0 bilhões em 2007, 13,8% menor do que o de 2006. Esse desempenho refletiu em grande medida o aumento de 33,2% das importações de bens de consumo e de 32,4% de bens de capital, ao tempo em que a taxa de crescimento das exportações se manteve no mesmo patamar de 2006 (16,6%).

2.1.3 - Inflação

Em 2007, diferentemente dos anos anteriores, houve um aumento nas taxas de inflação. O índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou uma variação de 4,46%, ante uma taxa de 3,14% em 2006, por causa da elevação dos preços livres (de 2,6% para 5,7%), enquanto a variação dos preços administrados recuou para 1,7%, ante 4,3% no ano anterior.

Outros índices de preços ao consumidor também exibiram uma maior inflação em 2007: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE, passou de 2,8% em 2006 para 5,2% em 2007; o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fipe, elevou-se de 2,5% para 4,4%.

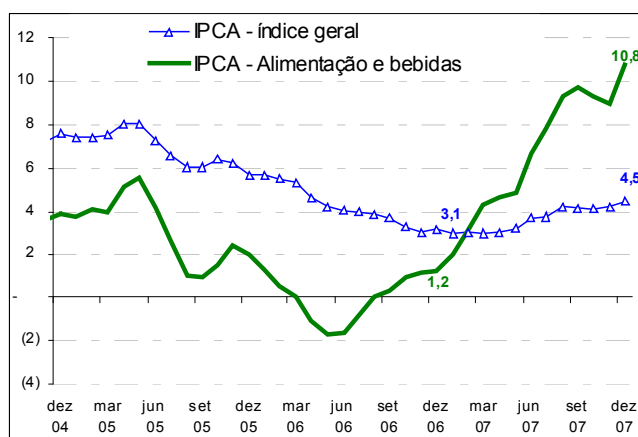
Da mesma forma, a variação do Índice Geral de Preço (IGP) em 2007 também foi superior à verificada no ano anterior. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP acelerou de 3,8% para 7,9% como resultado da alta em todos os seus componentes, especialmente do Índice de Preços no Atacado (IPA), cuja inflação atingiu 9,4%, ante 4,3% em 2006.

O principal fator para essa aceleração da inflação em 2007 foi o comportamento dos preços dos alimentos, cuja variação passou de 1,2% para 10,8% na cesta dos consumidores (IPCA) e de 6,9% para 24,8% no IPA agrícola.

¹ Banco Central do Brasil e cálculos da Secretaria de Política Econômica.

² Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

VARIAÇÃO % DO IPCA ACUMULADA EM 12 MESES



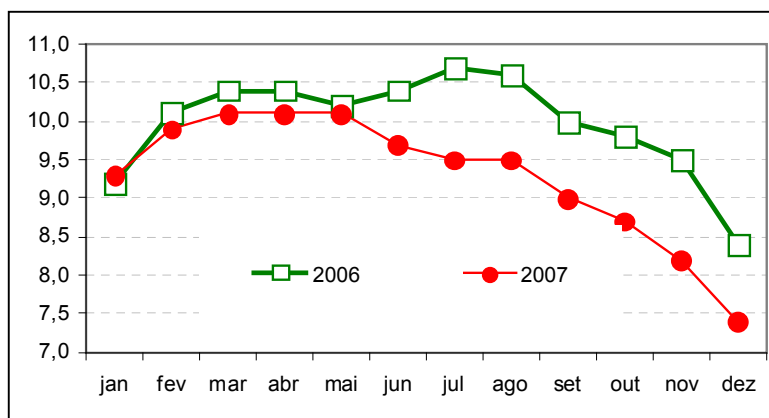
Fonte: IBGE

A alta dos preços dos alimentos no ano de 2007 refletiu dois principais efeitos. Por um lado, mudanças estruturais na economia mundial, como a elevação da demanda de produtos agropecuários pelos países asiáticos e a sua utilização como combustível (cana-de-açúcar). Por outro lado ocorreram problemas específicos decorrentes do aumento da demanda doméstica e externa em conjunto com a menor oferta mundial (leite). Além desses fatores, no âmbito interno, à demanda doméstica somou-se a redução na oferta de produtos (feijão).

2.1.4 - Mercado de Trabalho

A taxa média de desocupação recuou de 10,0%, na média do ano de 2006, para 9,3% em 2007. As taxas mensais se mantiveram abaixo das que foram registradas em 2006 em todos os meses de 2007, acelerando a queda a partir do segundo trimestre, com o aumento no ritmo da criação de postos de trabalho.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego – IBGE.

Nas seis regiões metropolitanas³ pesquisadas pelo IBGE, o nível de ocupação formal aumentou 5,2% em 2007, taxa superior à verificada na comparação do ano de 2006 com o de 2005 (4,8%). Em todo o País⁴ foi criado 1,6 milhão de empregos formais em 2007, um aumento de 5,9% em relação a 2006. A Região Sudeste registrou a maior expansão (6,2%) e as Regiões Metropolitanas continuaram apresentando taxas de crescimento (6,4%) acima da média nacional. A maior elevação entre as áreas metropolitanas ocorreu em São Paulo (7,5%) e em Belo Horizonte (7,1%). Todos os setores econômicos apresentaram variação positiva no emprego formal em 2007, com destaque para a Construção Civil (13,1%), o Comércio (6,6%) e a Indústria de Transformação (6,1%). As menores taxas de aumento na criação de empregos com carteira assinada ocorreram na Agricultura (1,5%) e na Administração Pública (2,4%).

³ Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

⁴ Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e do Emprego.

A renda real efetiva dos trabalhadores⁵ aumentou 3,2% no acumulado dos primeiros onze meses de 2007 em relação ao mesmo período do ano anterior, esta variação foi menor do que a verificada no mesmo período de 2006 (4,1%), e deveu-se à maior taxa de inflação registrada em 2007. Como consequência do aumento da renda e da ocupação, a massa real efetiva de salários elevou-se 6,2% no acumulado do ano até novembro em relação ao mesmo período de 2006.

2.1.5 - Desempenho Fiscal

Em 2007, o setor público consolidado obteve um superávit primário de 3,98% do PIB. Esse desempenho representa a continuidade do esforço do governo, em seus três níveis, para o equilíbrio das contas e a solvência da dívida pública.

O Governo Central, composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, obteve um superávit de 2,33% do PIB, enquanto os governos estaduais e municipais alcançaram um superávit de 1,17% do PIB e as empresas estatais, de 0,48% do PIB. Destaque-se o desempenho das empresas federais que apresentaram superávit de 0,47% do PIB, sendo responsáveis pela maior parte do resultado das estatais. O Governo Federal (Governo Central e Estatais Federais), portanto, alcançou um superávit primário de 2,80% do PIB, cifra que ainda não considera a redução relativa às despesas executadas com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 fixou a meta de resultado primário do setor público consolidado em 3,80% do PIB para 2008, e sinalizou a manutenção desse patamar para o triênio 2008-2010. A manutenção do superávit primário em 3,80% do PIB e o crescimento projetado da economia a uma taxa real de 5,0% ao ano, entre 2008 e 2010, deverão permitir a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público consolidado como proporção do PIB, que deverá atingir 36,0% em dezembro de 2010. Existe, também, a previsão de que o déficit nominal declinará, passando para 1,49% em 2008 e para 0,81% em 2010.

RESULTADO PRIMÁRIO POR ESFERA DE GOVERNO (EM % DO PIB)

Resultados do Setor Público Abaixo da Linha	Acumulado em 12 meses				
	2003	2004	2005	2006	2007
Resultado Primário	4,25	4,59	4,83	4,32	3,98
Governo Central	2,49	2,97	2,88	2,46	2,33
Estatais Federais	0,62	0,51	0,68	0,65	0,47
Governos Sub Nacionais	1,15	1,12	1,27	1,21	1,19
Estados e Municípios	0,89	0,99	1,10	0,94	1,17
Estatais	0,26	0,13	0,17	0,26	0,01
Juros Nominais	-7,87	-7,07	-7,88	-7,56	-6,25
Resultado Nominal	-3,62	-2,48	-3,05	-3,24	-2,27

Fonte: Banco Central do Brasil.

As receitas do Governo Central atingiram 24,25% do PIB em 2007, o que representou um crescimento de 0,95p.p. em relação ao ano anterior. As receitas tributárias administradas pelo Tesouro Nacional e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil cresceram 0,75 p.p. do PIB e as contribuições à Previdência Social 0,21 p.p. do PIB. As despesas primárias do Governo Central, por sua vez, aumentaram em 0,62 p.p. do PIB em relação ao ano anterior, devido principalmente à elevação das despesas com os salários dos servidores públicos, com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (aumento do salário mínimo e das despesas com o Seguro-Desemprego) e com outras despesas de custeio e capital (créditos extraordinários, PPI e despesas discricionárias). No ano de 2007, os investimentos do Governo Central alcançaram R\$ 22,1 bilhões, em valores pagos, o que representou um crescimento nominal de 26,5% em relação ao volume de 2006.

O desempenho da política fiscal determinou a sustentabilidade do endividamento público. A relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB atingiu 42,8% em dezembro de 2007. Nos últimos quatro anos, houve uma redução da dívida em 4,3 p.p. do PIB. Em relação ao endividamento externo, ressalte-se que, em 2007, o País consolidou sua posição de credor internacional, uma vez que os ativos externos do setor público superaram o valor da dívida externa bruta. Em dezembro de 2007, os créditos externos líquidos do setor público totalizaram 9,04% do PIB.

⁵ Nas 6 regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

O gerenciamento da dívida pública mobiliária do governo federal, por sua vez, persistiu na estratégia de diminuir a exposição da dívida às flutuações na taxa de câmbio e na taxa de juros básica (taxa Selic), permitindo assim maior previsibilidade acerca dos custos fiscais. Dessa forma, a participação dos títulos vinculados à taxa de câmbio foi de apenas 0,8% da dívida em dezembro de 2007 e a participação da dívida pré-fixada cresceu de 32,4% para 32,9% enquanto a participação de títulos indexados a índices de preços permaneceu praticamente estável, passando de 23,3% para 23,1% do total.

2.2 - MOEDA E CRÉDITO

2.2.1 - Aspectos Gerais

A economia brasileira apresentou aceleração do seu ritmo de crescimento em 2007, com alta da demanda interna superior à registrada nos últimos anos. Esse maior crescimento resultou fundamentalmente de forte aceleração dos investimentos e da manutenção do ritmo de incremento no consumo das famílias. Nesse sentido, a condução da política monetária contribuiu de forma determinante para que o atual ciclo de expansão seja mantido nos próximos anos.

A política monetária vem cumprindo com sucesso seu papel de coordenar as expectativas dos agentes e manter a taxa de inflação ajustada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2007, a taxa de inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mensurado pelo IBGE – seguiu controlada, fechando o ano em 4,46%, praticamente a meta para a inflação de 4,5% no ano. Deve-se destacar, também, o declínio ocorrido na inflação dos preços monitorados que variou 2,31% nos doze meses terminados em novembro 2007, comparativamente à variação de 4,27% em 2006, situando-se, pela primeira vez desde a implementação do Sistema de Metas para a Inflação, abaixo da variação do IPCA.

O desempenho favorável da inflação, assim como das expectativas dos agentes econômicos, possibilitou a redução das taxas básicas de juros em 2007. A taxa Selic, definida pelo Banco Central recuou de 13,25% a.a., em janeiro, para 11,25% a.a. em dezembro. Adicionalmente, os cenários doméstico e internacional positivos, durante a maior parte do ano, permitiram também que o governo reduzisse a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos contratos de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando assegurar menores custos para os investimentos produtivos de maior prazo de maturação. A TJLP passou de 6,85% a.a. para 6,25% a.a., entre dezembro de 2006 e de 2007, atingindo o menor patamar desde sua criação em 1994.

O processo de flexibilização da política monetária levou a redução nas taxas de juros praticadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 26,2% a.a. para 22,9% a.a., entre dezembro de 2006 e de 2007. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 52,1% a.a. para 43,9% a.a. nessa mesma base comparativa, com expressiva redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras. Nesse contexto, a redução no custo financeiro das operações bancárias, bem como a expansão da atividade econômica, conferiu significativo impulso ao crédito na economia brasileira, consubstanciado em elevação do saldo das operações de crédito para o correspondente a 34,7% do PIB em dezembro, ante 30,7% do PIB registrados ao final de 2006.

Dessa forma, o volume total de crédito, considerando-se os recursos livres e direcionados, atingiu R\$932,3 bilhões em dezembro de 2007, com expansão de 27,3% em doze meses. As operações destinadas a pessoas físicas, traduzindo o aumento da renda disponível e do emprego, apresentaram crescimento mais expressivo, 33,1% no ano, com relevância para a contratação de modalidades com taxas mais reduzidas e prazos mais dilatados, a exemplo dos empréstimos consignados em folha de pagamento e dos financiamentos para aquisição de bens duráveis, os quais evidenciaram o dinamismo do segmento automotivo.

O cenário de instabilidade da economia internacional a partir do segundo semestre de 2007 comprovou a maior solidez conquistada pelas contas externas do país nos últimos anos. Seus limitados impactos sobre os fluxos de ingresso de investimento estrangeiro foram possibilitados pela adoção de políticas macroeconômicas consistentes, pela percepção de estabilidade dos fundamentos e pela perspectiva de aceleração do crescimento doméstico. Nesse sentido, o elevado nível das reservas internacionais, a trajetória declinante da dívida externa pública e o risco-país em níveis historicamente baixos ajudaram a expressar essa maior segurança da posição internacional do país. Dessa forma, foram observados ingressos recordes no ano, tanto em investimentos estrangeiros diretos quanto em carteira, além da manutenção de elevados superávits comerciais, embora em patamares abaixo dos registrados para o ano anterior em decorrência da resposta das importações ao dinamismo da demanda interna.

O resultado do balanço de pagamentos foi positivo em US\$87,5 bilhões no ano, enquanto as transações correntes também apresentaram superávit, de US\$3,6 bilhões, equivalentes a 0,3% do PIB. O saldo da balança comercial de bens atingiu US\$40 bilhões, consistindo em importante fonte para o financiamento do balanço de pagamentos. Esse resultado foi obtido via ampliação conjunta da receita de exportações e despesa de importações, proporcionando à corrente de comércio valores recordes. No ano, a receita de exportações cresceu 16,6% em relação a 2006, atingindo US\$160,6 bilhões, enquanto as importações acumularam US\$120,6 bilhões, crescimento de 32%.

Os ingressos líquidos em investimentos estrangeiros diretos também foram recordes, acumulando, até dezembro, US\$34,6 bilhões, equivalentes a 2,6% do PIB, e distribuídos de forma equilibrada entre os setores de atividade econômica de agricultura e extração, indústria e serviços.

As reservas internacionais encerraram o ano em US\$180,3 bilhões. Esse nível é recorde e foi atingido devido à manutenção das condições externas favoráveis da economia brasileira, que permitiram a continuidade do programa de ampliação das reservas, respeitado o princípio de não adicionar volatilidade ao mercado, não influenciar a trajetória, nem determinar pisos à taxa de câmbio. Dessa forma, o Banco Central adquiriu US\$78,6 bilhões no mercado de câmbio doméstico em 2007, mercado que registrou o mais amplo superávit da série, de US\$82,1 bilhões. A cotação do real diante do dólar dos Estados Unidos apreciou-se 17,2% em termos nominais, encerrando o ano a R\$1,7713/US\$.

Outros indicadores de sustentabilidade externa atestaram a condução bem sucedida da política macroeconômica. A dívida externa como proporção do PIB reduziu-se de 16,1%, ao final de 2006, para 14,6%, em dezembro de 2007.

2.2.2 - Agregados monetários

Os agregados monetários retrataram o maior dinamismo da atividade econômica em 2007, refletindo, particularmente, a expansão das operações de crédito e o ingresso de recursos externos. Nesse contexto, a média dos saldos diários dos meios de pagamento, em seu conceito restrito (M1), alcançou R\$210,5 bilhões em dezembro, correspondendo ao crescimento de 25,9% no ano. Quanto aos seus componentes, o saldo do papel-moeda em poder do público elevou-se em 18,2% e o de depósitos à vista, em 31,1%. Considerando-se dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o agregado expandiu-se 22,2%, condicionado pelo aumento real dos salários, pelo desempenho das operações de crédito e pela ampliação dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Compatível com o cenário apresentado, a velocidade de circulação do agregado permaneceu relativamente estável no decorrer do ano, encerrando 2007 em patamar inferior ao do ano anterior.

A base monetária, apurada pela média dos saldos diários, acompanhou a evolução dos meios de pagamento, atingindo R\$143,6 bilhões em dezembro, variação de 21,4% no ano. Os componentes, papel-moeda emitido e as posições de reservas bancárias apresentaram crescimento de 19% e de 27,1%, respectivamente.

A base monetária ampliada, que incorpora à base restrita os depósitos compulsórios em espécie e os títulos públicos federais fora do Banco Central, atingiu o saldo de R\$1,6 trilhão, com crescimento de 20,9% em doze meses. Esse comportamento refletiu, principalmente, a atualização da dívida mobiliária federal em poder do mercado, além da atuação do Tesouro Nacional no sentido de atenuar os impactos monetários das operações do setor externo.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados apresentou expansão de 18,4% no ano, destacando-se o crescimento de 25,4% no saldo das cadernetas de poupança, impulsionado por captações líquidas de R\$33,4 bilhões. Por sua vez, os títulos privados registraram crescimento de 5,7% em 2007, refletindo a contribuição negativa dos resgates líquidos de R\$15,1 bilhões em depósitos a prazo.

O agregado monetário M3 elevou-se 17,7% no ano. Dentre seus componentes, as quotas de fundos de investimento cresceram 16,4%, com captações líquidas de R\$21,3 bilhões. No tocante ao conceito M4, verificou-se expansão de 21,4%, com o saldo atingindo R\$1,9 trilhão no final de 2007, salientando-se o crescimento de 49,5% dos títulos federais em mercado.

As referidas evoluções mantiveram os agregados monetários em consonância com as metas definidas pela autoridade monetária, situando-se nos intervalos projetados pela programação monetária, baseada nos comportamentos presumidos para a renda nacional, índices de preços e taxa de juros.

Emissão de papel-moeda

No que diz respeito aos fatores que condicionam a emissão primária de moeda – resultante do relacionamento do Banco Central com o sistema bancário – as operações do setor externo foram determinantes na expansão da base monetária, para a qual contribuíram com R\$155,4 bilhões, montante superior em 108,9% ao observado em 2006, como resultado das compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio. No mesmo sentido, os ajustes nas operações com derivativos mediante operações de *swap* cambial - mecanismo de oferta de proteção cambial ao mercado – registraram liberações de R\$8,8 bilhões. No sentido contracionista, as movimentações do Tesouro Nacional, exclusive as operações com títulos, resultaram em fluxo anual de R\$55,6 bilhões. Adicionalmente, os recolhimentos relativos à exigibilidade adicional sobre os depósitos e ao compulsório sobre os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), geraram contração de R\$10,4 bilhões. No mesmo sentido, as operações com títulos públicos federais, que compreendem a atuação do Banco Central visando o ajuste da liquidez na economia, resultaram em vendas líquidas de R\$74 bilhões.

2.2.3 - Títulos públicos federais e operações do Banco Central no mercado aberto

Ao final de 2007, as operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais resultaram em colocação líquida de R\$7,3 bilhões, registrando-se vencimentos de R\$349,7 bilhões, resgates antecipados de R\$24,7 bilhões e colocações de R\$357 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi). As trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R\$134,6 bilhões, dos quais 39,9% em Letras do Tesouro Nacional (LTN). Do ponto de vista do impacto monetário, o saldo contracionista resultante dessas operações só não foi maior em virtude da redução no ritmo de colocações de títulos pelo Tesouro a partir do início do terceiro trimestre, em resposta ao aumento da volatilidade no mercado financeiro.

Em janeiro, o Tesouro Nacional divulgou o Plano Anual de Financiamento (PAF) para 2007. Dentre as diretrizes de gestão da Dívida Pública Federal (DPF), destacaram-se as estratégias de alongamento do prazo médio, de suavização do perfil de vencimentos, de substituição dos títulos indexados ao câmbio e à Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índice de preços e de desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais nos mercados interno e externo. Em linha com esses dois últimos objetivos, saliente-se que o Tesouro, com vistas à implementação de estrutura ideal de prazos de emissão de títulos prefixados, desde janeiro de 2007 deixou de ofertar Letras do Tesouro Nacional (LTN) com prazo de 18 meses, fixando o horizonte de vencimento desse papel em 12 e 24 meses. No mesmo sentido, a partir do mesmo período, as Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) passaram a apresentar vencimento máximo de dez anos, em substituição ao prazo anterior de sete anos. Nesses termos, a estrutura de emissão de títulos prefixados apresentou a partir do início de 2007 *benchmarks* de 6, 12 e 24 meses, para o caso das LTN, e de 3, 5 e 10 anos, para as NTN-F.

Em consequência, ao longo do ano o prazo médio da DPMFi subiu gradualmente até atingir 36,5 meses em dezembro, comparativamente a 31 meses em janeiro. Quanto à composição do estoque em poder do público, de maneira inédita, a participação dos papéis de natureza prefixada superou aquela relativa aos títulos remunerados pela taxa Selic, ambas encerrando o ano, respectivamente, em 37,3% e 33,4%, ante 36,1% e 37,8% observados em 2006. Associados, esses fatores contribuíram para garantir maior grau de previsibilidade quanto aos custos da DPF e à evolução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), bem como concorreram para a redução do risco de refinanciamento na razão direta em que se buscou minimizar o risco de mercado da dívida pública. Por sua vez, a participação dos títulos atrelados a índices de preços encerrou o ano em 26,3% do total da DPMFi, ante 22,5% no mesmo período de 2006.

No que diz respeito aos instrumentos prefixados, observou-se a boa aceitação das LTN e NTN-F, cujas emissões brutas alcançaram R\$139,4 bilhões e R\$79,2 bilhões. A diferença entre esses dois títulos prefixados está no fato de que o último realiza pagamentos de cupons semestrais que podem ser negociados em separado do principal, reduzindo assim sua *duration*, o que amplia sua atratividade para os investidores. Saliente-se que, a partir de janeiro de 2007, o Tesouro Nacional passou a emitir NTN-F de 10 anos, objetivando tanto a ampliação da parcela da dívida prefixada quanto a adaptação das emissões ao padrão internacional, visto que se buscou estabelecer com esses títulos um *benchmark* oficial para a taxa de juros nesse período. Destaque-se que a emissão bruta de NTN-F aproximou-se da emissão de Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT), que alcançou montante de R\$81,7 bilhões em colocações primárias. As Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), referenciadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, representaram integralmente o valor de R\$56,7 bilhões das colocações de títulos remunerados por índices de preços, já que, conforme estratégia definida no PAF, o Tesouro não ofertou em 2007 as Notas do Tesouro Nacional – Série C (NTN-C), estas remuneradas pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M. Visando à melhoria na composição da DPF, durante todo o ano as ofertas públicas de NTN-B ocorreram em duas etapas, possibilitando a permuta, na segunda etapa do evento, por títulos com maior

prazo médio, aceitando-se como pagamento papéis remunerados por índices de preços, pela taxa Selic e pela variação cambial, notadamente NTN-C, LFT e Notas do Tesouro Nacional – Série D (NTN-D).

O alongamento dos prazos e a mudança positiva na composição do estoque da dívida pública em mercado encontram ressonância em um ambiente de confiança nos rumos da política monetária conduzida pelo Banco Central. Nesse contexto, a operacionalização da política monetária se guiou pela manutenção da taxa Selic efetiva em níveis próximos às metas nominais determinadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) nas oito reuniões realizadas em 2007. Com efeito, observados os fatores condicionantes da base monetária, a autoridade monetária atuou sistematicamente no mercado de reservas bancárias recolhendo ou injetando recursos conforme as necessidades conjunturais para o cumprimento da meta, reduzida de 13,25% para 11,25% em 2007.

Visando à adequação das condições de liquidez do sistema, influenciadas basicamente pelas operações primárias do TN e pelas compras de moeda estrangeira realizadas pela autoridade monetária, as operações de financiamento e de *go-around* realizadas pelo BC decaíram do saldo médio diário de R\$11 bilhões no início de janeiro para R\$10,9 bilhões ao final de dezembro. No mesmo sentido, as operações de cinco meses encerraram 2007 com saldo médio diário de R\$15,7 bilhões, ante R\$30,8 bilhões no início do ano. Já as operações com prazo de 2 semanas a 3 meses e de 7 meses evoluíram, respectivamente, de R\$2,5 bilhões para R\$74,9 bilhões e de R\$23,7 bilhões para R\$65,9 bilhões. Esse alongamento de prazos reflete maior eficácia na condução da política monetária, à medida que promove elevação no grau de liberdade da gestão de liquidez pelo Banco Central, sendo decorrente da maior previsibilidade no cenário macroeconômico.

Em termos estruturais, a média diária da posição líquida de financiamento do Banco Central no mercado aberto apresentou elevação, encerrando o ano em R\$160,4 bilhões, ante R\$68 bilhões ao final de 2006. Cabe observar que, sob essas circunstâncias, a despeito das turbulências financeiras internacionais, a situação de liquidez no mercado de reais continuou confortável, em contraste ao que se observou em outras economias a partir do terceiro trimestre de 2007. A elevação da posição líquida de financiamento da autoridade monetária esteve vinculada, em parte, à esterilização das aquisições de divisas pelo Banco Central, bem como pelos ajustes de margem das operações com *swaps* cambiais. Em sentido contrário, a movimentação da Conta Única do Tesouro no Banco Central, influenciada basicamente pelo cumprimento da meta de superávit primário, excluídas as operações com títulos, recolheu reservas bancárias.

Com o duplo objetivo de consolidar a posição ativa na exposição cambial da dívida pública federal e minimizar a volatilidade da taxa de câmbio, as ofertas de *swaps* cambiais reversos realizadas pelo Banco Central ao longo de 2007 totalizaram US\$24,6 bilhões, enquanto que os resgates responderam por US\$15,9 bilhões. Como efeito dessa colocação líquida de US\$8,7 bilhões, a parcela da DPMFi exposta à variação cambial encerrou 2007 em -2,3%, ante -1,1% no início do ano. Ressalte-se ainda o resgate no valor de US\$35,5 milhões de NTN-D realizado no mês de julho. Em termos nominais, a exposição cambial do governo, entendida como a diferença entre o saldo associado à parcela remanescente de títulos públicos cambiais e o estoque de derivativos, acentuou tendência decrescente delineada a partir de janeiro de 2006, finalizando 2007 negativa em R\$28,4 bilhões.

2.2.4 - Operações de crédito do sistema financeiro

A expansão significativa das operações de crédito do sistema financeiro em 2007 mostrou-se condizente com a trajetória declinante das taxas de juros e com a consolidação do ambiente macroeconômico, aspecto que propiciou o alongamento dos prazos dos financiamentos e a estabilidade da inadimplência. A oferta de crédito em condições mais favoráveis, nesse contexto, vem assumindo papel fundamental na sustentação do crescimento econômico.

Nessa evolução recente, sobressaíram as operações destinadas ao financiamento do consumo das famílias, impulsionado também pelos indicadores positivos relacionados ao mercado de trabalho. Entre as modalidades de crédito desse segmento, destacou-se o incremento de crédito pessoal, conjugado à continuidade da procura por financiamentos para aquisição de veículos, com participação crescente das operações de *leasing*. Da mesma forma, a demanda de crédito por parte das empresas manteve expressivo crescimento, refletindo maiores desembolsos para capital de giro e para investimentos do setor produtivo, ao mesmo tempo em que permanece a procura, especialmente por parte do segmento de maior porte, por fontes alternativas de financiamento de longo prazo, a exemplo do mercado de capitais.

Dessa maneira, traduzindo desempenhos positivos dos financiamentos contratados tanto com recursos livres quanto com recursos direcionados, o volume total de crédito alcançou R\$932,3 bilhões em dezembro, com crescimento de 27,3% no ano. Como resultado, a relação desse agregado com o PIB passou a representar 34,7%, ante 30,7% em dezembro de 2006.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

R\$ bilhões				
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %
Total	607,0	732,6	932,3	27,3
Recursos livres	403,7	498,3	659,0	32,2
Direcionados	203,3	234,3	273,3	16,7
Participação %:				
Total/PIB	28,1	30,7	34,7	
Rec. livres/PIB	18,7	20,9	24,5	
Rec. direc./PIB	9,4	9,8	10,2	

Fonte: Banco Central do Brasil

No tocante à evolução do crédito segundo o controle de capital das instituições financeiras, as operações efetuadas pelos bancos privados nacionais cresceram 35,1% no ano, ao totalizar R\$408,4 bilhões, correspondendo a 43,8% da carteira total do sistema financeiro, com destaque para os segmentos de pessoas físicas, indústria e outros serviços. Os financiamentos realizados por instituições públicas representaram 34% da totalidade do crédito, saldo de R\$317 bilhões e expansão anual de 18%, salientando-se o aumento das operações para o setor industrial e pessoas físicas, nessa ordem. As carteiras de empréstimos dos bancos estrangeiros registraram aumento de 28% em doze meses, atingindo participação relativa de 22,2% do total de crédito, com destaque para as concessões aos ramos de pessoas físicas, indústria e outros serviços.

O estoque de crédito do setor privado, considerados os recursos livres e direcionados, atingiu R\$913,5 bilhões em dezembro, revelando acréscimo de 28% em relação a igual período de 2006. Em termos setoriais, sobressaíram as operações contratadas com pessoas físicas, saldo de R\$313,6 bilhões, com elevação de 33% no ano, estimulada pelos desempenhos das modalidades de crédito pessoal e de financiamentos para aquisição de veículos.

Os empréstimos destinados à indústria evoluíram 29,8% em relação a dezembro do ano anterior, totalizando R\$213,6 bilhões, com ênfase para os setores de energia, extração mineral e agroindústria. Os financiamentos concedidos ao segmento de outros serviços, volume de R\$155 bilhões, aumentaram 27,5% no ano, destacando-se os ramos de telecomunicações, administração de cartão de crédito e transportes. As operações contratadas com o comércio, salientando-se os segmentos de lojas de departamento e setores automotivo e alimentício, somaram R\$97,4 bilhões, com evolução anual de 24,2%.

A carteira de crédito habitacional alcançou R\$44,8 bilhões em dezembro, com expansão de 25,7% no ano, refletindo o cenário de estabilidade macroeconômica conjugado com as medidas governamentais que visaram à dinamização desse segmento nos anos recentes. Os desembolsos com recursos da caderneta de poupança acumularam R\$15,8 bilhões no período de janeiro a novembro, com expansão de 92% em relação a igual período de 2006. Os fluxos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), direcionados ao financiamento de imóveis para a população de menor renda, embora tenham declinado 29,7%, totalizando R\$4,3 bilhões de janeiro a outubro de 2007, seguiram em patamar elevado em relação aos anos anteriores.

Os financiamentos destinados ao setor rural totalizaram R\$89,1 bilhões, com elevação anual de 14,6%. Assinale-se que o bom desempenho observado evidenciou a recuperação da atividade agropecuária em 2007, tendo em vista a menor produção verificada nos anos anteriores em função das condições climáticas desfavoráveis. Desse modo, as operações de custeio e investimento aumentaram 12,6% e 13%, respectivamente. Os créditos para comercialização apresentaram expansão de 35,2%, favorecida pela recuperação dos preços dos produtos agrícolas. Em consequência, a parcela referente à comercialização cresceu 2%, atingindo 13,7%, cabendo ao custeio e investimento, 37,6% e 48,7% do total do crédito rural.

Os créditos contratados com o setor público totalizaram R\$18,8 bilhões em dezembro, recuando 0,2% em relação a 2006. A dívida bancária dos governos estaduais e municipais atingiu R\$15,2 bilhões, constatando-se incremento de 3,8%, concentrado em operações com empresas do setor de eletricidade e de saneamento básico. Os empréstimos direcionados ao governo federal decresceram 14,3% no período, refletindo a amortização e a apreciação cambial em contratos com empresas de gás, petróleo e geração de eletricidade.

As operações de crédito concedidas com recursos livres somaram R\$659 bilhões em dezembro, registrando acréscimo de 32,2% no ano. Esse volume representou 70,7% do total concedido pelo sistema financeiro, ante 68% observado em dezembro de 2006. O comportamento do crédito livre foi influenciado, principalmente, pelo incremento de 33,1% nas carteiras de pessoas físicas, cujo volume totalizou R\$316,8 bilhões.

CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

Discriminação	R\$ bilhões			
	2005	2006	2007	Variação %
Total	403,7	498,3	659,0	32,2%
Pessoa jurídica	213,0	260,4	342,2	31,4%
Recursos domésticos	164,9	207,8	273,6	31,7%
Referencial ^{1/}	137,3	165,0	215,0	30,3%
<i>Leasing</i>	12,8	20,6	35,0	69,9%
Rural	2,1	1,4	2,1	46,7%
Outros	12,7	20,7	21,6	4,0%
Recursos externos	48,1	52,6	68,6	30,3%
Pessoa física	190,7	238,0	316,8	33,1%
Referencial ^{1/}	155,2	191,8	240,7	25,5%
Cooperativas	8,3	9,8	12,3	25,9%
<i>Leasing</i>	8,4	13,9	29,1	110,0%
Outros	18,8	22,5	34,7	54,4%

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela

Circular 2.957, de 30.12.1999

Fonte: Banco Central do Brasil

A evolução expressiva das operações com pessoas físicas evidenciou, além da expansão do crédito referencial, o desempenho das operações contratadas sob a forma de arrendamento mercantil, cujo saldo evoluiu 110% em doze meses, atingindo R\$29,1 bilhões. Os empréstimos concedidos a cooperativas elevaram-se 25,9% no ano, atingindo R\$12,3 bilhões.

No tocante ao crédito referencial, assinala-se o crescimento de 33,8% nos empréstimos consignados em folha de pagamento, ante 51,9% do ano anterior, com o saldo atingindo R\$64,4 bilhões. Em consequência, a participação relativa dessa modalidade no total da carteira de crédito pessoal elevou-se de 54,3% em dezembro de 2006, para 57,3%. Da mesma forma, deve-se ressaltar a expansão de 28,6% nos financiamentos para aquisição de veículos, cujo estoque alcançou R\$81,6 bilhões.

Os empréstimos para pessoas jurídicas somaram R\$342,2 bilhões em dezembro, registrando expansão de 31,4% no ano. As modalidades contratadas com recursos domésticos atingiram R\$273,6 bilhões, elevando-se 31,7% em relação ao final do ano anterior. Esse resultado esteve vinculado, principalmente, ao acréscimo de 30,3% nas operações de crédito referencial, que representam 79% do total de recursos domésticos, destacando-se o aumento de 43,7% em capital de giro, principal modalidade desse segmento. As operações com recursos externos cresceram 30,3% no ano, com destaque para as modalidades de repasses externos e de adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC), que avançaram 30,7% e 22,4%, respectivamente.

A taxa média de juros das operações de crédito referencial, cujas informações têm como base legal a Circular 2.957, de 30.12.1999, manteve a trajetória de declínio, mesmo após a manutenção da taxa básica de juros pelo Copom, a partir de outubro de 2007. O custo médio dos empréstimos diminuiu 6 p.p. no ano, atingindo 33,8% a.a., menor valor registrado na série histórica iniciada em junho de 2000.

Nos financiamentos para as famílias, o custo médio situou-se em 43,9% a.a. em dezembro, patamar mais reduzido da série histórica iniciada em julho de 1994, com retração de 8,2 p.p. em relação ao final de 2006. Esse desempenho mostrou-se mais expressivo na modalidade de crédito pessoal, especialmente em razão da participação significativa dos empréstimos consignados em folha de pagamento, que, por apresentarem menor risco, são ofertados a taxas de juros sensivelmente mais baixas.

A taxa média de juros dos empréstimos para pessoas jurídicas registrou retração anual de 3,3 p.p. ao atingir 22,9% a.a. em dezembro, menor patamar desde o início da série em junho de 2000. Ressalte-se que, embora essa redução tenha ocorrido de forma generalizada em todas as categorias de encargos financeiros, mostrou-se mais intensa nos financiamentos com taxas prefixadas e flutuantes, cujas taxas médias atingiram os menores valores das séries históricas, 32,2% a.a. e 18,1% a.a., respectivamente.

O *spread* bancário das operações de crédito referencial alcançou 22,3 p.p. em dezembro, apresentando trajetória declinante ao longo de 2007, com diminuição anual de 4,9 p.p. e situando-se no patamar mais baixo da série histórica iniciada em 2000. Esse comportamento foi impulsionado, principalmente, pelas operações com pessoas físicas, cujo *spread* também atingiu o menor patamar da série que se inicia em julho de 1994, 31,9 p.p., com retração de 7,7 p.p. em relação a dezembro do ano anterior. No mesmo sentido, o *spread* dos financiamentos para empresas registrou retração anual de 1,6 p.p., alcançando 11,9 p.p. ao final de 2007.

O prazo médio dos empréstimos relativos ao crédito referencial, que corresponde à média dos prazos para vencimento do saldo ou parcelas remanescentes das operações em curso, alcançou 351 dias em dezembro, maior nível da série histórica, com aumento de 55 dias em doze meses. Por segmento, o prazo médio da carteira de pessoas jurídicas registrou incremento anual de 41 dias, totalizando 275 dias ao final de 2007, enquanto o prazo médio dos financiamentos para as pessoas físicas situou-se em 440 dias, com expansão de 72 dias no ano. Assinale-se que os níveis alcançados para ambos os segmentos corresponderam ao maior valor registrado para as respectivas séries históricas, desde junho de 2000.

A inadimplência da carteira de crédito referencial, considerados os atrasos superiores a noventa dias, apresentou redução de 0,7 p.p. no ano, atingindo 4,3%, menor valor desde dezembro de 2005. O percentual relativo à carteira de pessoas jurídicas registrou diminuição anual de 0,7 p.p., enquanto no segmento de pessoas físicas houve recuo de 0,6 p.p., com as taxas situando-se, respectivamente, em 2% e 7%. Cabe evidenciar que esses resultados foram condicionados, em parte, pela expansão das contratações de empréstimos, que, ao agregar novas concessões à carteira total de crédito, diminui a participação relativa do estoque de crédito inadimplente.

As operações de crédito com recursos direcionados somaram R\$273,3 bilhões ao final de 2007, registrando expansão anual de 16,7%. Tal evolução refletiu as variações relativas às operações dos segmentos rural e habitacional, bem como o crescimento de 15,3% nos financiamentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo totalizou R\$160,3 bilhões ao final do ano, distribuído de forma equilibrada entre operações diretas e créditos repassados por instituições financeiras.

CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS				
				R\$ bilhões
Discriminação	2005	2006	2007	Variação %
Total	203,3	234,3	273,3	16,7
BNDES	124,1	139,0	160,3	15,3
Direto	66,3	71,7	77,8	8,5
Repases	57,8	67,3	82,5	22,6
Rural	45,1	54,4	63,2	16,2
Bancos e agências	43,3	51,9	59,7	14,9
Cooperativas	1,8	2,4	3,5	44,2
Habitação	28,1	34,5	42,6	23,5
Outros	6,0	6,4	7,3	13,0

Fonte: Banco Central do Brasil

2.2.5 - Sistema Financeiro Nacional

Em 2007, o Sistema Financeiro Nacional manteve suas condições de liquidez, rentabilidade e qualidade de ativos, a despeito da maior instabilidade dos mercados internacionais no segundo semestre. Contribuíram, nesse sentido, a sustentação do crescimento econômico com maior dinamismo da demanda interna, assim como a atuação da autoridade monetária no aperfeiçoamento da regulamentação prudencial. Adicionalmente, destaque-se a atuação do Banco Central com o objetivo do aprimoramento da eficiência do sistema financeiro, por meio do aumento da concorrência na oferta dos produtos e serviços pelas instituições financeiras.

As operações de crédito, relativamente ao total de ativos do sistema bancário, exclusive intermediação, representaram 30,8% em novembro de 2007, ante 32,2% no final de 2006. A parcela de títulos e valores mobiliários apresentou redução, de 27,8% para 24,4% no mesmo período. Por outro lado, as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio somadas ampliaram sua participação nos ativos, de 16,7% para 22,8%. Quanto à composição da carteira de títulos e valores mobiliários, a parcela dos títulos públicos continuou apresentando retração, passando de 73,2% no final de 2006 para 64,3% em novembro de 2007. Essa redução vem ocorrendo em contrapartida ao aumento da importância de outros instrumentos financeiros na carteira das instituições, com destaque para debêntures e ações.

As receitas provenientes das operações de crédito e arrendamento mercantil prosseguem superiores às referentes a aplicações em títulos. Nesse sentido, a participação das receitas com créditos cresceu de 52,7% do total da intermediação financeira em dezembro de 2006 para 55% em novembro de 2007, ao mesmo tempo em que se reduziu a parcela relativa a rendas com títulos e instrumentos derivativos, de 41,5% para 39,7%.

No que diz respeito às fontes de financiamento para as atividades de intermediação, manteve-se o crescimento do uso de fontes alternativas à captação clássica de depósitos do público, em linha com a trajetória de redução das taxas de juros domésticas. Em 2007, as operações no mercado de câmbio e as captações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas e depósitos interfinanceiros) ampliaram sua participação conjunta nos

passivos: 43,8% em novembro de 2007, ante 37,2% no final de 2006. Por outro lado, reduziu-se a representatividade dos depósitos totais captados do público, que incluem depósitos à vista, a prazo e de poupança, de 33,8% para 27,6% em igual período.

Dentre as alterações normativas no contexto institucional, com o intuito de conferir maior dinamismo às captações de depósitos a prazo, a Resolução 3.454, de 30 de maio de 2007, transferiu aos contratantes a decisão quanto às condições para rescisão antecipada de contratos. A Resolução 3.442, de 28 de fevereiro de 2007, ampliou, de 750 mil para 2 milhões de habitantes, o limite populacional da área de atuação das cooperativas de livre admissão de associados.

No contexto da regulamentação prudencial, visando à adequação ao Acordo de Basileia II, o Banco Central publicou novas regras de requerimento de capital para cobertura dos diversos tipos de riscos inerentes à intermediação financeira, como risco de crédito, de mercado e risco operacional, que entrarão em vigor a partir de julho de 2008. Nesse sentido, a Resolução 3.444 redefiniu o Patrimônio de Referência (PR), conceito de capital próprio utilizado como base para a verificação dos limites operacionais a que estão submetidas as instituições financeiras. Para a nova forma de apuração do requerimento de capital, a Resolução 3.490, de 29 de agosto de 2007, definiu o conceito de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que deverá ser comparado com o capital próprio apurado pelo PR para se verificar o cumprimento do índice mínimo de capitalização. O PRE corresponde ao capital mínimo exigido das instituições financeiras a fim de que estas possam absorver perdas não esperadas. É composto pela soma de seis parcelas, definidas para a cobertura de riscos de crédito, operacional, de exposição cambial, de exposição à taxa de juros, de variação dos preços de commodities e de variação dos preços de ações.

No primeiro semestre de 2007, a expansão do fluxo de recursos no mercado de câmbio fez aumentar a posição vendida dos bancos. Com o intuito de controlar a alavancagem com essas posições, a Circular 3.352, de 8 de junho de 2007, reduziu de 60% para 30% o limite do Patrimônio de Referência (PR) para a exposição em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial. Adicionalmente, a Circular 3.353, da mesma data, ampliou de 50% para 100% o requerimento de capital incidente sobre a exposição cambial. A partir de agosto, o efeito prudencial dessas medidas e a redução do fluxo de divisas para o país resultaram na inversão da posição de câmbio dos bancos, que passou de vendida para comprada, assim permanecendo até o final do ano.

No cumprimento de sua atribuição de supervisão e saneamento, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial de quatro instituições ao longo de 2007, duas corretoras, uma distribuidora de títulos e valores e uma administradora de consórcio. Ao final do ano, permaneciam em processo de regime especial 63 instituições, comparativamente a 70 em 2006 e a 76 em 2005.

Dentre as medidas relacionadas à prestação de serviços bancários ao cidadão, a Resolução 3.477, de 26 de julho de 2007, estabeleceu que as instituições financeiras devem manter ouvidorias, com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas relativas aos direitos do consumidor, bem como de atuar como canal de comunicação entre as instituições e seus clientes. Compete a esses componentes receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços que não forem solucionadas pelo atendimento em agências e pontos de atendimento. Deve ser informado o prazo previsto para a resposta final, que não poderá ultrapassar a trinta dias. O acesso às ouvidorias deverá ser disponibilizado gratuitamente, inclusive por meio de serviço de discagem direta gratuita no caso de instituições que têm como clientes pessoas físicas ou jurídicas classificadas como microempresas.

Em dezembro, o Banco Central publicou conjunto de normas disciplinando a cobrança de tarifas pelas instituições financeiras. A Resolução 3.518, de 7 de dezembro de 2007, estabeleceu que o Banco Central definirá a padronização e a uniformidade das denominações utilizadas nas tabelas tarifárias de serviços prioritários para pessoas físicas, de modo a facilitar a comparação entre os preços cobrados pelas diversas instituições. Por intermédio da Resolução 3.516, de 6 de dezembro, foi vedada a cobrança de tarifa em decorrência da liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro e foram definidos critérios para cálculo dos valores para amortização ou liquidação desses contratos. A medida se insere no âmbito do estímulo à portabilidade do crédito e da promoção e incentivo da concorrência, ao promover equidade nas relações e diminuição da assimetria de informações entre os agentes. Por sua vez, a Resolução 3.517 dispôs sobre a divulgação do custo efetivo total (CET) correspondente a todos os encargos e despesas incidentes sobre operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou oferecidas a pessoas físicas. Foram definidas sua metodologia de cálculo e a obrigatoriedade de sua divulgação em informes publicitários, juntamente com a taxa de juros anual efetiva da operação.

2.3 - DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

2.3.1 - Política de Comércio Exterior

A Política de Comércio Exterior observou, em 2007, de maneira geral, as linhas de atuação fixadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de 22.1.2007. O PAC tem como objetivo impulsionar a produtividade em setores estratégicos, incrementar a modernização tecnológica, contribuir para ativar novas áreas da economia e acelerar outras que já se encontram em expansão, reduzindo as desigualdades regionais brasileiras e aumentando a competitividade do País no mercado global. Dentre as principais medidas do PAC voltadas ao desenvolvimento do comércio exterior destaca-se a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Equipamentos para TV Digital (PATVD), destinado às empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento no mínimo cinco por cento seu faturamento bruto no mercado interno, bem como desenvolvam ou fabriquem transmissores de sinais por radiofrequência para televisão digital, exceto os conversores para sinal digital, set top boxes, que contarão com os incentivos da Zona Franca de Manaus.

O Programa foi implementado pela Medida Provisória 352, de 22.1.2007, convertida na Lei 11.484 de 2007, e regulamentada pelo Decreto 6.234, de 11.10.2007, publicado em 15.10.2007. No âmbito do PATVD, a Camex aprovou, pela Resolução 21, de 27.6.2007, a criação de lista de ex-tarifários para a importação de equipamentos transmissores de sinal digital, com redução de 12% para zero o Imposto de Importação ad valorem sobre bens que não tenham similares produzidos no Mercosul.

A política comercial brasileira se caracterizou também pela adoção de medidas emergenciais voltadas para o fortalecimento da indústria, por meio do estímulo às exportações e à reestruturação produtiva. As ações, anunciadas em 12.6.2007, objetivaram fortalecer e aumentar a competitividade da indústria de transformação dos seguintes setores: artefatos de couro, calçados, têxtil e confecções, pedras ornamentais, móveis, eletroeletrônicos e automóveis. Com o objetivo de compensar os efeitos da valorização da moeda brasileira e a concorrência desleal com outros países, foram implementadas medidas de financiamento, desoneração tributária e alteração da tributação das importações de vestuário.

Neste caso, pela Resolução Camex 40, de 27.9.2007, após a aprovação dos sócios do Mercosul, foram elevadas as alíquotas do Imposto de Importação da TEC incidentes sobre calçados, tecidos e confecções, para, respectivamente, 35%, 26% e 35%. Além disso, a Lei 11.529, de 22.10.2007, regulamentada pelo Decreto 6.252, de 13.11.2007, autorizou subvenção econômica, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros nas operações de empréstimo e financiamento das empresas desses setores, até o limite de R\$3 bilhões, sendo R\$2 bilhões com recursos do BNDES e R\$1 bilhão, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Quanto às medidas de desoneração tributária, foi reduzido o prazo para apropriação dos créditos de PIS/Cofins nos investimentos, passando a permitir a apropriação imediata dos créditos na aquisição de bens de capital para os setores têxtil e de confecções, calçados, moveleiro, eletroeletrônico e automotivo. Outra medida nesse sentido foi a ampliação setorial do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para empresas exportadoras (RECAP), com a redução de 80% para 60% do percentual mínimo de exportações que gera direito à suspensão de PIS e Cofins na aquisição de insumos para as empresas dos setores têxtil e de confecções, calçados, moveleiro, eletroeletrônico e automotivo.

Em 14.6.2007, foi instituída a Câmara da Indústria Naval, voltada para a reorganização do setor, com ênfase no planejamento de longo prazo. Os estudos desenvolvidos pelos grupos de trabalho, contendo as principais sugestões de medidas para o setor, foram encaminhados para os órgãos oficiais responsáveis pela elaboração da nova fase da Política Industrial, a qual deverá contemplar iniciativas mais amplas e setoriais, a partir de ações conjuntas entre o BNDES, ministérios e iniciativa privada. A prorrogação, até 31.12.2010, do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), instituído pela Lei 11.033/2004, foi outra demanda setorial atendida no ano. O Reporto é um programa do governo federal que suspende a cobrança dos seguintes tributos na compra de máquinas e equipamentos para os portos: IPI, PIS/PASEP, COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação, desde que não haja similar fabricado pela indústria nacional. A prorrogação do regime foi instituída pela Medida Provisória 412, de 31.12.2007.

Quanto às linhas de apoio à exportação, os desembolsos do BNDES-Exim acumularam no ano até novembro, US\$3,8 bilhões, com forte concentração nas linhas de pré-embarque (tradicional, especial e ágil), voltadas para o financiamento à produção do bem a ser exportado, totalizando US\$3,3 bilhões, ou seja, 86,3% dos desembolsos. Dentre as linhas de pré-embarque, a mais importante foi a tradicional, que somou US\$3,0 bilhões,

92,6% dos desembolsos da linha. No mesmo período, a linha pós-embarque totalizou US\$520,2 milhões, correspondendo a 13,7% dos desembolsos das modalidades de apoio à exportação.

Em 2007, foram mantidas as ações oficiais voltadas ao fomento das exportações, iniciativa comandada pela Apex-Brasil, cujos resultados têm sido a ampliação e a diversificação das exportações brasileiras destinadas tanto aos parceiros comerciais tradicionais quanto aos não-tradicionais. Com relação ao incentivo à promoção comercial, registre-se a implementação do Sistema de Autorização de Remessa para Promoção de Exportação (SISPROM), ferramenta que auxilia na concessão dos benefícios a empresários que estejam realizando promoção comercial de seus produtos por meio de feiras e exposições no exterior.

A Resolução Camex 70, de 20.12.2007, tratou da facilitação, simplificação e redução da burocracia no comércio exterior brasileiro e fixou prazo de 80 dias para a implementação das medidas. Segundo estudo da Camex, cerca de 36% das importações e 10% das exportações brasileiras necessitaram de algum tipo controle prévio. Há 16 órgãos que dão anuência às importações e 11 às exportações.

Na esfera da defesa comercial, ocorreu alteração no sentido de acelerar a análise dos processos de investigação de dano à indústria brasileira causado por dumping, o que levou ao aumento da aplicação do direito antidumping provisório com vigência por até seis meses. Pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), a aplicação do direito antidumping provisório pode ser feita após 60 dias do início da investigação de dano à indústria doméstica, o que deixa a indústria brasileira menos vulnerável. O processo de investigação para a aplicação do antidumping definitivo, com vigência de até cinco anos, pode demorar de oito a 12 meses.

No tocante às mudanças na legislação de comércio exterior, pela Resolução Camex 12, de 25.4.2007, foi autorizado o pagamento das exportações brasileiras em reais. Além da redução dos custos da operação de câmbio envolvido na troca compulsória da moeda estrangeira pela nacional, a medida incentivou o desenvolvimento do processo de integração regional, uma vez que as negociações comerciais podem ser realizadas em moedas locais. O primeiro país com o qual o Brasil realizará esse tipo de negociação será a Argentina, e o processo se denominará Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

Quanto às negociações sobre a liberalização comercial global no âmbito da OMC, suspensas desde julho de 2006, não houve grande progresso em razão da manutenção do impasse entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos. Ao longo de 2007, ocorreram várias iniciativas no sentido de retomar o processo negociador, sem sucesso.

Com relação ao processo de integração do Mercosul, o tema das assimetrias do bloco dominou sua agenda ao longo do ano. Dentre as principais medidas relacionadas a essa matéria, destacam-se a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a distribuição da renda aduaneira, bem como o Plano Estratégico de superação das assimetrias, o qual possui quatro pilares: assimetrias, políticas para a integração produtiva, acesso a mercados e assuntos de caráter institucional.

Na 34ª Cúpula do Mercosul, realizada no Uruguai em dezembro de 2007, a conclusão dos acordos sobre a solução das assimetrias e a redistribuição da renda aduaneira foi postergada para o primeiro semestre de 2008, bem como a eliminação da dupla cobrança da TEC. Outra decisão postergada para 2008 foi a ratificação, pelos parlamentos brasileiro e paraguaio, do ingresso definitivo da Venezuela no bloco. Ainda com relação a TEC, os sócios do Mercosul decidiram, na última reunião do ano, prorrogar, para 31.12.2015, no caso do Paraguai e Uruguai, a data de previsão de extinção de suas listas de exceção com cem itens. No caso do Brasil e da Argentina, poderão manter lista de exceção com cem produtos até 31.12.2009, quando passará a ter 93 itens; a partir de 1º.2.2010, será reduzida para 80 produtos, e em 1º.8.2010, para 50 produtos, devendo ser extintas em 31.12.2010. Nessa Cúpula ainda foi assinado o Tratado de Livre Comércio entre Mercosul e Israel, o primeiro com um país de fora da América Latina.

Com relação às negociações Brasil-Argentina, o governo brasileiro anunciou, em fevereiro, que não renovaria os acordos restritivos para calçados e linha branca (geladeira, fogão e lava-roupas) vigentes entre 2004 e 2006, uma vez que as restrições já atingiram seu objetivo de ampliar a produção da indústria argentina e aumentar os investimentos nestes setores. O mesmo ocorreu com o setor calçadista, cujo acordo, que permitia a exportação de 13 milhões de pares ao ano, expirou em 30.6.2006. A importação brasileira do trigo argentino foi outro tema relevante da agenda bilateral.

Quanto às relações comerciais entre Brasil e Uruguai, foi prorrogado, até 30.6.2008, o acordo automotivo. As cotas de acesso do Brasil ao mercado uruguaio de 6.500 automóveis e veículos comerciais leves sem imposto de importação foram mantidas, assim como o limite anual de acesso ao mercado brasileiro em 20.000 automóveis e comerciais leves oriundos do Uruguai, exceto veículos blindados. Esse acordo foi um importante

passo no sentido de alcançar a Política Automotiva do Mercosul (PAM), tendo sido implementado pelo Decreto 6.088, de 23.4.2007. Registre-se ainda que, o governo brasileiro disciplinou, pela Resolução Camex 38, de 22.8.2007, publicada em 28.9.2007, a importação de pneus remoldados provenientes do Mercosul, que foram limitadas em 250 mil unidades por ano, sendo que o Uruguai poderá exportar até 130 mil unidades, e o Paraguai, 120 mil. Além disso, foi fixada a cota máxima de duas mil unidades por ano para as importações de pneumáticos remoldados para ônibus e caminhões, sendo que o Uruguai e o Paraguai terão cota equivalente de mil unidades. A norma proibiu as importações de pneumáticos remoldados para motocicletas e triciclos.

2.3.2 - Política Cambial

No ano, foi mantida a estratégia de redução da exposição cambial do setor público e de recomposição das reservas adotada desde 2004. A manutenção dessas medidas conferiu maior solidez às contas externas do país, fortaleceu seus fundamentos macroeconômicos, aumentando a capacidade de a economia brasileira resistir a mudanças adversas no cenário externo. Em agosto, a crise no mercado norte-americano de hipotecas subprime aumentou a incerteza quanto aos seus desdobramentos para outros mercados financeiros e seus reflexos no nível de atividade econômica mundial. Com efeito, observou-se o incremento da volatilidade nos mercados internacionais de crédito, a qual veio acompanhada da aversão ao risco pelos investidores. Numa economia mundial cada vez mais globalizada, os efeitos de uma turbulência dessa magnitude têm potencial de transmissão a diversos países. No caso do Brasil, diferentemente de outras experiências semelhantes ocorridas num passado recente, o país foi afetado de maneira bastante marginal, o que demonstra a importância do ajuste macroeconômico alcançado nos últimos anos para enfrentar a primeira experiência de turbulência financeira desde a crise de 2002.

Em 2007, a economia brasileira apresentou desempenho positivo. Pelo quinto ano consecutivo foi registrado superávit nas transações correntes, sobretudo como resultado da manutenção de expressivo saldo comercial, e, pelo sétimo ano consecutivo, verificou-se superávit global no balanço de pagamentos que atingiu US\$87,5 bilhões em 2007, recorde da série. Os ingressos líquidos de US\$87,5 bilhões no mercado de câmbio contratado criaram as condições para que o Banco Central elevasse as compras de divisas no mercado à vista, que somaram liquidações de US\$78,6 bilhões. Com essa política as reservas internacionais passaram de US\$85,8 bilhões no final de 2006 para US\$180,3 bilhões no final de 2007. recorde da série. É importante lembrar que a implementação dessa estratégia pelo Banco Central observou, a exemplo de anos anteriores, as condições adequadas de mercado a cada momento, tendo como objetivos não adicionar volatilidade ao mercado cambial. Nesse sentido, e no âmbito de um regime de flutuação, não há qualquer compromisso com o nível da taxa de câmbio.

Paralelamente, o Banco Central manteve a realização dos leilões de swap cambial reverso, nos quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstico. O maior volume dessas operações concentrou-se entre 17 de abril e 4 de junho, quando foram realizados onze leilões, totalizando US\$11 bilhões. Ressalte-se que, a partir do final de abril, o Banco Central deixou de antecipar, com um dia de antecedência, a data de realização de leilões de swap cambial reverso, o que conferiu maior imprevisibilidade quanto à sua atuação no mercado de câmbio.

Adicionalmente, o Tesouro Nacional prosseguiu em sua estratégia de aquisição de recursos no mercado de câmbio para servir a dívida externa da República e de recompra antecipada de dívida externa, o que fortaleceu o perfil temporal do endividamento. Quanto às compras do Tesouro Nacional em mercado, foram liquidados US\$14 bilhões no ano, dos quais US\$7,7 bilhões no primeiro semestre. Tanto as aquisições do Tesouro Nacional quanto as do Banco Central ocorreram no contexto de constantes superávits no mercado de câmbio. É oportuno lembrar que o Tesouro Nacional manteve ainda sua política de emissão de dívida soberana, de caráter qualitativo, com objetivo de alongar seus prazos, reduzir custos e incrementar os pontos da curva de juros. No ano, as colocações de bônus soberanos no mercado internacional totalizaram US\$2,9 bilhões, dos quais US\$1,9 bilhão denominado em real, o que contribuiu para reduzir a exposição da dívida externa às variações cambiais.

Em junho, o Banco Central editou três circulares que alteraram as normas e procedimentos relativos à exposição a risco cambial. A Circular 3.352, de 8.6.2007, retornou o limite de exposição cambial de 60% para 30% do patrimônio de referência. Além disso, a Circular 3.353, também de 8.6.2007, elevou o requerimento de capital (fator “F”) incidente sobre a exposição cambial de 50% para 100%, com vigência a partir de 2.7.2007. Já a Circular 3.351, de 25.6.2007, determinou que, a partir de 2.7.2007, as exposições compensadas entre instituições de um mesmo conglomerado, no país e no exterior, receberão tratamento específico. Até a vigência dessa norma, as exposições contrárias (compradas e vendidas) realizadas no país e no exterior por instituições integrantes de um mesmo conglomerado compensavam-se entre si, não resultando em exposição cambial sujeita ao limite e ao requerimento exigidos, conforme anteriormente mencionado. Com a nova circular, o valor compensado internacionalmente pelo conglomerado será adicionado à exposição cambial líquida do conglomerado. Embora a compensação entre posições no país e no exterior seja apropriada para apuração do risco consolidado do grupo,

eventualmente podem existir riscos e desequilíbrios intragrupo que deixam de ser capturados pela metodologia vigente. Ao reduzir o risco assumido pelas instituições financeiras, essas medidas forçaram a redução das posições vendidas no mercado futuro de dólar.

A melhora dos fundamentos macroeconômicos, o recorde histórico atingido pelas reservas internacionais, o aumento da corrente de comércio, o fluxo recorde de divisas para o país, a redução dos indicadores de endividamento, a eliminação da exposição da dívida pública interna e externa vinculada à variação cambial, dentre outros, criaram as condições para que as principais agências de risco internacional - Standard & Poor's, Fitch e Moody's - elevassem as classificações de risco soberano, colocando o país a apenas um nível abaixo do grau de investimento. Registre-se que a elevação da nota da Moody's ocorreu em agosto, num cenário de forte volatilidade nos mercados financeiros internacionais, o que atesta a robustez dos fundamentos econômicos do Brasil. Em seu comunicado, a Moody's afirmou que a elevação refletiu a melhoria observada no perfil de endividamento geral do governo, a antecipação de uma redução mais acelerada dos indicadores de endividamento do governo no futuro próximo e a esperada continuação de fortalecimento dos indicadores de sustentabilidade externa. Além disso, salientou que a acumulação de reservas internacionais propicia um colchão financeiro e deve servir como defesa contra choques externos, que se poderiam materializar na eventualidade de um ciclo adverso de eventos atingir a economia brasileira.

Pelo quinto ano consecutivo, o dólar perdeu valor ante o real, que fechou o ano cotado a R\$1,7713/US\$, acumulando, com base na taxa Ptax-venda, desvalorização nominal de 17,2% ante a cotação de fechamento do ano anterior. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam igualmente a apreciação da moeda brasileira ante a norte-americana de, respectivamente, 12,5% e 12,8%. Quanto ao spread medido pelo EMBI+, calculado pelo JP Morgan, fechou o ano de 2007 no nível de 221 pontos, superando os 192 pontos registrados em dezembro de 2006. No ano, o indicador de risco para o Brasil apresentou tendência de queda até o final do primeiro semestre, atingindo seu valor mínimo, 138 pontos, em 18.6.2007. Em julho, a partir da crise no mercado de empréstimos hipotecários norte-americano, houve reversão dessa tendência de queda, registrando valor máximo de 254 pontos em 26.11.2007. Esse padrão de comportamento da variação do spread medido pelo EMBI+ foi bastante semelhante entre os países emergentes.

Na esfera normativa, o Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Resolução 3.447, de 5.3.2007, regulamentou o registro no Banco Central do Brasil dos capitais estrangeiros de que trata a Lei 11.371, de 28.6.2006. A medida possibilitou a regularização de investimentos externos diretos que ainda não tinham sido registrados no Banco Central por não se enquadrarem nas disposições da regulamentação até então existente. Esses capitais já deveriam estar registrados no Banco Central, até mesmo porque são oferecidos regularmente à tributação; no entanto, por não atenderem a condições formais para sua efetivação – como ausência de ingresso efetivo de moeda estrangeira no País, na forma exigida no artigo primeiro da Lei 4131, de 1964 – estavam até então impossibilitados de obter o referido registro. Além disso, o Banco Central foi autorizado a publicar dados constantes do registro. Os procedimentos operacionais do registro foram fixados pela Circular Bacen 3.344, de 7.3.2007, devendo ser observados os seguintes prazos: até 30.6.2007, o capital existente em 31.12.2005; até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao do balanço anual no qual a pessoa jurídica estiver obrigada a registrar o capital, o capital contabilizado a partir de 2006, inclusive.

Com o objetivo de aperfeiçoar a regulação prudencial, visando à adoção no Brasil das recomendações do Acordo de Basiléia II, o CMN aprovou as Resoluções 3.488 e 3.490, ambas de 29.8.2007, que tratam, respectivamente, do limite para a exposição total em ouro, em moedas estrangeiras e em exposições sujeitas à variação cambial, bem como da apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em setembro, o Banco Central editou nove circulares, de números 3.360 ao 3.368, para detalhar os critérios e fórmulas para o cálculo dos requerimentos de capital relativos a exposições ponderadas pelo fator de risco e aos fatores de mercado, que incluem taxa de juros, câmbio e cupons de juros e moedas estrangeiras. Todas as novas circulares terão vigência a partir de 1º.7.2008, com exceção da Circular 3.367, de 17.9.2007, que tratou da apuração da exposição cambial, cuja vigência ocorreu a partir da data de sua publicação. A nova circular consolidou a regulamentação em vigor e introduziu aprimoramento para o risco de conversibilidade existente em operações realizadas no exterior. Na apuração do montante de exposição cambial foram consideradas três parcelas, que, após somadas, são multiplicadas por um fator "F", atualmente fixado em 1,0. A exposição cambial foi mantida a 30% do Patrimônio de Referência.

Outra norma editada está relacionada à Lei Complementar 126, de 15.1.2007, que quebrou o monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), abrindo o mercado de resseguros do País. O CMN aprovou a Resolução 3.525, de 20.12.2007, que regulamentou o artigo 18 da Lei Complementar 126/2007. Essa regulamentação disciplinou a abertura e a movimentação de contas em moedas estrangeiras no país de sociedades seguradoras, inclusive seguradoras de crédito às exportações, resseguradoras locais, resseguradoras admitidas ou corretoras de seguro. A norma refere-se apenas às movimentações de contas destinadas ao recebimento e pagamento

de prêmios, indenizações, recuperações de crédito e outros valores previstos em contratos de seguro, resseguro, retrocessão e co-seguro e acolhimentos em depósito de recursos para a manutenção do saldo mínimo da conta e rendimentos de aplicação dos saldos existentes. Com a nova regulamentação, foram revogados dispositivos específicos da Resolução 2.532, de 14.8.1988, e toda a Resolução 2.694, de 24.2.2000.

2.3.3 - Movimento de Câmbio

O resultado global do mercado de câmbio em 2007 constituiu-se no mais amplo superávit da série histórica ao proporcionar ingressos líquidos de US\$87,5 bilhões de recursos contratados, em comparação a US\$37,3 bilhões em 2006. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US\$76,7 bilhões, ante US\$57,6 bilhões em 2006, melhor resultado da série, registrando-se aumento de US\$40,4 bilhões, 28%, nas exportações e de US\$21,2 bilhões, 24,5%, nas importações. A maior parcela da expansão do superávit cambial deveu-se ao desempenho do segmento financeiro, cujas contratações resultaram em ingressos líquidos de US\$10,7 bilhões, o que não ocorria desde 2000, registrando-se crescimentos de US\$152,9 bilhões, 78,3%, nas compras de moeda estrangeira, e de US\$121,9 bilhões, 56,5%, nas vendas.

Os principais determinantes para o superávit nas contratações de câmbio para o segmento financeiro foram a elevação dos fluxos direcionados ao investimento estrangeiro em carteira negociados no país, tanto para aquisição de ações, como para títulos de renda fixa no País, além da ocorrência de taxas de rolagem superiores a 100% e o elevado ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO

US\$ milhões

Período	Operações com clientes no País							Oper. c/ instit. no exterior ^{1/} (líq.) (D)	Saldo Global (E) = (C)+(D)
	Comercial			Financeiro			Saldo (C) =(A)+(B)		
	Exporta- ções	Importa- ções	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)			
2004	93 466	56 794	36 672	84 622	109 369	-24 747	11 925	-5 563	6 362
2005	123 021	71 248	51 772	117 761	153 216	-35 455	16 317	- 492	15 825
2006									
Jan	9 410	6 261	3 149	13 631	14 831	-1 200	1 949	-	1 949
Fev	10 582	5 647	4 935	16 813	13 998	2 815	7 750	-	7 750
Mar	12 334	6 797	5 537	17 252	14 797	2 456	7 993	-	7 993
Abr	10 116	6 792	3 325	11 128	13 844	-2 715	609	-	609
Mai	14 080	6 750	7 330	17 372	17 199	174	7 504	-	7 504
Jun	11 144	7 568	3 575	16 689	22 940	-6 251	-2 676	-	-2 676
Jul	11 831	7 036	4 795	11 575	13 878	-2 303	2 492	-	2 492
Ago	12 379	8 554	3 824	14 410	16 944	-2 533	1 291	-	1 291
Set	12 522	7 022	5 501	14 516	14 882	- 366	5 134	-	5 134
Out	11 690	8 955	2 735	28 589	28 137	452	3 187	-	3 187
Nov	12 751	7 661	5 090	17 319	16 909	410	5 500	-	5 500
Dez	15 537	7 734	7 802	16 086	27 352	-11 265	-3 463	-	-3 463
Ano	144 376	86 778	57 598	195 382	215 710	-20 328	37 270	-	37 270
2007									
Jan	17 335	7 272	10 063	17 193	23 486	-6 293	3 770	-	3 770
Fev	12 246	7 547	4 699	19 664	17 386	2 278	6 977	-	6 977
Mar	13 946	8 070	5 876	26 333	25 561	772	6 647	-	6 647
Abr	17 081	7 254	9 827	24 043	23 143	900	10 728	-	10 728
Mai	13 988	7 993	5 995	27 855	26 906	949	6 944	-	6 944
Jun	17 572	8 116	9 456	36 405	29 299	7 105	16 561	-	16 561
Jul	15 025	9 531	5 494	33 779	27 684	6 095	11 588	-	11 588
Ago	17 224	10 343	6 880	28 518	28 557	- 39	6 841	-	6 841
Set	12 521	10 540	1 980	23 688	25 671	-1 983	- 3	-	- 3
Out	16 569	10 674	5 895	36 909	36 082	828	6 722	-	6 722
Nov	17 232	9 927	7 304	32 308	34 331	-2 023	5 281	-	5 281
Dez	14 025	10 749	3 276	41 588	39 467	2 121	5 397	-	5 397
Ano	184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454	-	87 454

1/ Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais.

Fonte: Banco Central do Brasil

O superávit cambial acumulado no ano permitiu que as compras líquidas do Banco Central totalizassem US\$78,6 bilhões, comparativamente a US\$34,3 bilhões durante todo o ano de 2006. A diferença entre o saldo do mercado cambial e as aquisições líquidas do Banco Central foi determinada pela ampliação da posição comprada dos bancos, que atingiu US\$7,3 bilhões ao final de dezembro, ante posição vendida de US\$2 bilhões ao final de 2006.

2.3.4 - Balanço de Pagamentos

BALANÇO DE PAGAMENTOS						
US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	19 533	26 925	46 458	20 594	19 446	40 040
Exportações	61 057	76 751	137 807	73 214	87 438	160 651
Importações	41 524	49 825	91 350	52 620	67 992	120 612
Serviços	-4 197	-5 457	-9 654	-5 220	-7 440	-12 661
Receitas	9 147	10 316	19 462	11 033	12 739	23 772
Despesas	13 344	15 772	29 116	16 253	20 179	36 432
Rendas	-14 608	-12 881	-27 489	-12 747	-15 162	-27 910
Receitas	3 599	2 839	6 438	5 088	6 491	11 579
Despesas	18 208	15 720	33 927	17 836	21 653	39 489
Transferências unilat. correntes	2 036	2 270	4 306	1 997	2 089	4 086
Receitas	2 279	2 568	4 847	2 320	2 581	4 901
Despesas	- 243	- 298	- 541	- 323	- 492	- 815
Transações correntes	2 764	10 858	13 621	4 623	-1 068	3 555
Conta capital e financeira	5 767	10 216	15 982	59 959	28 977	88 935
Conta capital ^{1/}	430	439	869	291	407	698
Conta financeira	5 337	9 776	15 113	59 668	28 570	88 238
Investimento direto (líquido)	2 883	-12 303	-9 420	24 314	3 271	27 585
No exterior	-4 502	-23 700	-28 202	3 462	-10 493	-7 031
Participação no capital	-4 525	-18 889	-23 413	-4 584	-5 471	-10 055
Empréstimos intercompanhias.	23	-4 812	-4 789	8 046	-5 022	3 025
No país	7 385	11 397	18 782	20 852	13 764	34 616
Participação no capital	5 376	9 998	15 373	15 168	10 933	26 101
Empréstimos intercompanhias.	2 010	1 399	3 409	5 684	2 831	8 515
Investimentos em carteira	- 719	10 292	9 573	24 013	23 963	47 975
Ativos	1 034	- 512	523	- 52	38	- 14
Ações	- 387	- 529	- 915	- 686	- 727	-1 413
Títulos de renda fixa	1 421	17	1 438	634	765	1 399
Passivos	-1 753	10 804	9 051	24 064	23 925	47 989
Ações	4 141	3 575	7 716	7 584	18 634	26 217
Títulos de renda fixa	-5 894	7 229	1 335	16 480	5 291	21 772
Derivativos	219	165	383	127	65	192
Ativos	270	212	482	88	0	88
Passivos	- 52	- 47	- 99	39	65	104
Outros investimentos ^{2/}	2 954	11 623	14 577	11 214	1 271	12 485
Ativos	-3 929	-4 985	-8 914	-18 969	2 916	-16 053
Passivos	6 883	16 607	23 491	30 183	-1 645	28 538
Erros e omissões	- 370	1 336	965	-2 971	-2 035	-5 006
Resultado do balanço	8 160	22 409	30 569	61 610	25 874	87 484
Memo:						
Transações correntes/PIB	0,53	1,97	1,27	0,73	-0,16	0,27
Amort. médio e longo prazos ^{3/}	26 300	17 782	44 082	22 789	14 797	37 586

1/ Inclui transferências de patrimônio.

2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.

3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.

Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2007, a conta corrente acumulou saldo positivo de US\$3,6 bilhões, equivalente a 0,27% do PIB. As contas capital e financeira foram positivas em US\$88,9 bilhões no ano. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário, pelo sétimo ano consecutivo, em US\$87,5 bilhões, o maior resultado da série.

Serviços

SERVIÇOS						
US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-4 197	-5 457	-9 654	-5 220	-7 440	-12 661
Receitas	9 147	10 316	19 462	11 033	12 739	23 772
Despesas	13 344	15 772	29 116	16 253	20 179	36 432
Transportes	-1 380	-1 746	-3 126	-1 709	-2 102	-3 811
Receitas	1 613	1 826	3 439	1 895	2 128	4 023
Despesas	2 993	3 572	6 565	3 604	4 230	7 833
Viagens	- 469	- 979	-1 448	-1 060	-2 198	-3 258
Receitas	2 195	2 121	4 316	2 436	2 517	4 953
Despesas	2 664	3 099	5 764	3 496	4 716	8 211
Seguros	- 198	- 233	- 430	- 368	- 397	- 766
Receitas	100	225	324	193	349	543
Despesas	297	458	755	562	747	1 308
Financeiros	- 4	- 119	- 123	94	175	269
Receitas	327	411	738	481	594	1 076
Despesas	331	530	861	388	419	807
Computação e informações	- 989	- 915	-1 903	-1 066	-1 044	-2 111
Receitas	43	58	102	86	75	161
Despesas	1 032	973	2 005	1 153	1 119	2 272
Royalties e licenças	- 700	- 813	-1 513	- 830	-1 110	-1 940
Receitas	65	85	150	176	143	319
Despesas	765	898	1 664	1 006	1 253	2 259
Aluguel de equipamentos	-2 352	-2 535	-4 887	-2 410	-2 966	-5 376
Receitas	31	46	77	13	18	31
Despesas	2 383	2 580	4 964	2 423	2 984	5 407
Serviços governamentais	- 93	- 357	- 450	- 390	-1 141	-1 531
Receitas	733	784	1 517	617	650	1 267
Despesas	826	1 141	1 967	1 007	1 791	2 798
Outros serviços	1 988	2 239	4 227	2 519	3 344	5 862
Receitas	4 039	4 761	8 800	5 134	6 264	11 398
Despesas	2 051	2 522	4 573	2 616	2 920	5 536

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$12,7 bilhões, em 2007, US\$3 bilhões acima do resultado do ano anterior. A elevação das despesas líquidas é explicada, principalmente, pelo comportamento das contas de transportes, viagens internacionais, aluguel de equipamentos, *royalties* e licenças e serviços governamentais.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$3,8 bilhões, 21,9% acima do resultado de 2006, consistente com o comportamento da balança comercial e de viagens internacionais. O desempenho de exportações e de importações de bens acarretou elevação de 43,8% das despesas líquidas com fretes em 2007. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, aumentos de 12,8% e 34,1%.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$5,4 bilhões em 2007, ante US\$4,9 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas está associada, em parte, ao processo de maior utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia. As receitas apresentam valores pouco expressivos.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças atingiram US\$1,9 bilhão em 2007, com acréscimo de 28,2% frente ao registrado no ano anterior, com aumento nas remessas de 35,8% e, nas receitas, ainda pouco expressivas, de 112,9%.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US\$766 milhões, ante US\$430 milhões, em 2006. Houve crescimento de 67,6% nas receitas de seguros, que atingiram US\$543 milhões, em 2007, e de 73,2% nas despesas, que somaram US\$1,3 bilhão.

As receitas líquidas com serviços financeiros registraram US\$269 milhões, ante despesas líquidas de US\$123 milhões no ano anterior. Esse resultado evidenciou expansão de 45,8% nas receitas, que atingiram US\$1,1 bilhão. As despesas recuaram 6,2%, totalizando US\$807 milhões.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$2,1 bilhões, ante US\$1,9 bilhão em 2006. As receitas alcançaram US\$161 milhões e as despesas, US\$2,3 bilhões.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US\$1,5 bilhão, em 2007, acréscimo de 240%, ante o resultado do ano anterior, US\$450 milhões. Essa elevação refletiu aumentos de 42,3% nos gastos do governo brasileiro no exterior que atingiram US\$2,8 bilhões. As receitas situaram-se em US\$1,3 bilhão, redução de 16,4% na comparação com o ano anterior.

VIAGENS INTERNACIONAIS

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Turismo	- 290	- 812	-1 103	- 846	-2 027	-2 873
Receita	2 150	2 068	4 217	2 389	2 458	4 846
Despesa	2 440	2 880	5 320	3 235	4 484	7 719
Free shop	120	109	229	104	136	240
Cartões de crédito	- 356	- 602	- 958	- 797	-1 416	-2 213
Receita	1 109	1 061	2 170	1 234	1 260	2 494
Despesa	1 466	1 663	3 128	2 031	2 676	4 707
Serviços turísticos	- 97	- 128	- 225	- 140	- 255	- 395
Receita	148	147	295	178	166	343
Despesa	245	275	520	318	420	738
Outros	43	- 192	- 149	- 12	- 492	- 504
Receita	757	741	1 498	873	896	1 769
Despesa	714	933	1 646	886	1 388	2 274
Negócios	- 126	- 112	- 239	- 131	- 147	- 278
Receita	20	23	43	22	26	49
Despesa	147	136	282	154	173	327
Estudantes	- 45	- 57	- 102	- 70	- 25	- 95
Receita	4	5	9	5	6	11
Despesa	49	62	111	76	31	107
Funcionários do governo	- 15	- 2	- 17	- 15	- 6	- 22
Receita	8	12	20	8	13	21
Despesa	23	14	37	23	19	43
Saúde	8	5	13	3	7	10
Receita	14	12	26	11	14	25
Despesa	6	7	13	8	8	15
Total	- 469	- 979	-1 448	-1 060	-2 199	-3 259
Receita	2 195	2 121	4 316	2 436	2 517	4 953
Despesa	2 664	3 099	5 764	3 496	4 716	8 211

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de viagens internacionais apresentou saídas líquidas de US\$3,3 bilhões, em 2007, devido, fundamentalmente, ao crescimento de 45,1% nas despesas de turistas brasileiros efetuadas no exterior, que atingiram US\$7,7 bilhões, ante US\$5,3 bilhões, em 2006. Os dispêndios de turistas estrangeiros no país, por sua vez, cresceram 14,9%, em 2007. Esses movimentos resultaram em despesas líquidas de US\$2,9 bilhões no item turismo, 160,5% superiores aos gastos registrados em 2006, US\$1,1 bilhão. O déficit da conta turismo acentuou-se na segunda metade do ano, quando se elevou de US\$846 milhões, no primeiro semestre, para US\$2 bilhões, no segundo semestre. As saídas líquidas com cartões de crédito, principal componente do item, somaram US\$2,2 bilhões no ano. As outras despesas com turismo apresentaram déficit de US\$504 milhões, ante US\$149 milhões em 2006. O item viagens de negócios, menos sensível à flutuação cambial e refletindo os níveis de atividade econômica doméstica e mundial, cresceu 16,3% e apresentou déficit de US\$278 milhões, ante US\$239 milhões, em 2006.

OUTROS SERVIÇOS						
US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 988	2 239	4 227	2 519	3 344	5 862
Receita	4 039	4 761	8 800	5 134	6 264	11 398
Despesa	2 051	2 522	4 573	2 616	2 920	5 535
Comunicações	68	36	104	40	139	180
Receita	109	96	205	87	188	276
Despesa	41	60	102	47	49	96
Construção	14	5	18	5	7	12
Receita	14	8	23	6	11	17
Despesa	1	4	4	1	4	4
Comerciais e corretagem	- 28	28	1	25	- 7	18
Receita	409	558	967	471	485	956
Despesa	437	530	967	445	492	938
Pessoais, cult. e de recreação	- 247	- 205	- 452	- 272	- 306	- 578
Receita	31	50	81	34	39	73
Despesa	278	255	533	306	345	651
Negócios, prof. e técnicos	2 181	2 375	4 556	2 719	3 510	6 229
Receita	3 476	4 048	7 524	4 536	5 541	10 077
Serv. téc. especializados	1 655	1 841	3 496	2 031	2 573	4 604
Demais	1 820	2 207	4 028	2 505	2 968	5 472
Despesa	1 294	1 673	2 967	1 817	2 030	3 847
Serv. téc. especializados	804	1 077	1 881	1 161	1 326	2 487
Demais	490	596	1 086	656	705	1 361

Fonte: Banco Central do Brasil

O item outros serviços somou receitas líquidas de US\$5,9 bilhões, expansão de 38,7%, em comparação ao ano anterior. Nesse grupo, os serviços técnicos especializados registraram receitas líquidas de US\$2,1 bilhões, em 2007, ante US\$1,6 bilhão no ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US\$578 milhões, aumento de 27,9%. A conta de comunicações registrou receitas líquidas de US\$180 milhões em 2007, comparativamente a US\$104 milhões no ano anterior, acréscimo de 73,1%, principalmente pela elevação nas receitas, de US\$205 milhões para US\$276 milhões, uma vez que as despesas decresceram 5,9%, de US\$102 milhões para US\$96 milhões.

Rendas

RENDAS						
US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-14 608	-12 881	-27 489	-12 747	-15 162	-27 910
Receitas	3 599	2 839	6 438	5 088	6 491	11 579
Despesas	18 208	15 720	33 927	17 836	21 653	39 489
Salários e ordenados	95	82	177	233	215	448
Receitas	192	205	397	257	240	497
Despesas	97	123	220	24	25	49
Renda de investimentos	-14 704	-12 963	-27 666	-12 981	-15 377	-28 358
Receitas	3 407	2 634	6 041	4 831	6 251	11 082
Despesas	18 111	15 596	33 707	17 812	21 628	39 440
Renda de investimento direto	-6 100	-6 711	-12 811	-6 993	-10 350	-17 343
Receitas	885	188	1 073	1 174	993	2 166
Despesas	6 985	6 899	13 884	8 167	11 342	19 509
Lucros e dividendos	-5 425	-6 006	-11 431	-6 410	-10 189	-16 599
Receitas	795	133	928	959	157	1 116
Despesas	6 220	6 138	12 359	7 369	10 346	17 715
Juros de empréstimos intercompanhias	- 675	- 705	-1 380	- 583	- 161	- 744
Receitas	89	55	145	215	836	1 050
Despesas	765	761	1 525	798	996	1 794
Renda de investimento em carteira	-6 849	-4 202	-11 051	-3 551	-2 356	-5 907
Receitas	1 620	1 429	3 049	2 685	4 392	7 077
Despesas	8 469	5 631	14 101	6 236	6 748	12 985
Lucros e dividendos	-3 425	-1 499	-4 924	-2 215	-2 422	-4 637
Receitas	16	5	21	5	8	13
Despesas	3 441	1 504	4 945	2 220	2 430	4 650
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-3 425	-2 703	-6 128	-1 336	66	-1 270
Receitas	1 604	1 424	3 028	2 680	4 384	7 064
Despesas	5 029	4 128	9 156	4 016	4 319	8 335
Renda de outros investimentos ^{1/}	-1 754	-2 050	-3 804	-2 437	-2 671	-5 108
Receitas	902	1 016	1 919	973	866	1 839
Despesas	2 656	3 066	5 723	3 409	3 537	6 947
Memo:						
Juros	-5 854	-5 458	-11 312	-4 356	-2 766	-7 122
Receitas	2 595	2 496	5 092	3 868	6 086	9 954
Despesas	8 450	7 954	16 404	8 223	8 852	17 076
Lucros e dividendos	-8 850	-7 505	-16 354	-8 625	-12 611	-21 236
Receitas	812	138	949	964	165	1 129
Despesas	9 661	7 642	17 303	9 589	12 776	22 364

1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

Fonte: Banco Central do Brasil

O déficit da conta de rendas, cujos componentes são preponderantemente juros e lucros e dividendos, manteve relativa estabilidade, passando de US\$27,5 bilhões, em 2006, para US\$27,9 bilhões, em 2007, elevação de 1,5%. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$7,1 bilhões, redução de 37%, US\$4,2 bilhões em termos absolutos, resultado da ampliação de 95,5% das receitas e de 4,1% das despesas. Ressalte-se que o forte crescimento nas receitas de juros, superiores em US\$4,9 bilhões às de 2006, é consistente com a elevação do nível de reservas internacionais do País e sua remuneração.

Ao longo de 2007, pelo segundo ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações, sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo. Em 2007, as

remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$21,2 bilhões, ante US\$16,4 bilhões em 2006, superiores em US\$4,9 bilhões. A elevação de 29,9% desse saldo está relacionada fundamentalmente ao crescimento do estoque de investimentos externos no Brasil, à maior lucratividade das empresas e à continuidade de apreciação do real.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$448 milhões, com crescimento de 152,7% sobre o resultado de 2006, US\$177 milhões.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada em 2007 pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, fato verificado também em 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$17,3 bilhões, aumento de 35,4% relativamente a 2006. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$16,6 bilhões, representando crescimento de 45,2%, correlacionado ao maior estoque de investimentos diretos externos e à maturação dos mesmos. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias sofreram redução de 46,1%, registrando US\$744 milhões, influenciadas pela elevação de receitas em relação a 2006, quando saltaram de US\$145 milhões para US\$1 bilhão em 2007.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$5,9 bilhões, redução de 46,5% em relação a 2006. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao decréscimo de 79,3% nas remessas líquidas de juros de títulos de renda fixa, que somaram US\$1,3 bilhão. As remessas líquidas de lucros e dividendos de recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US\$4,6 bilhões, decréscimo de 5,9%. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$5,1 bilhões, crescimento de 34,3%, em 2007. Houve redução nas receitas em relação a 2006, 4,1%, gerando US\$1,8 bilhão em 2007, e aumento nas despesas, 21,4%, que atingiram US\$6,9 bilhões também em 2007.

Transferências unilaterais correntes

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES						
US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	2 036	2 270	4 306	1 997	2 089	4 086
Receitas	2 279	2 568	4 847	2 320	2 581	4 901
Despesas	243	298	541	323	492	815
Transferências correntes governamentais	- 3	- 32	- 35	12	- 4	8
Receitas	40	46	86	66	73	139
Despesas	43	78	122	54	77	131
Transferências correntes privadas	2 040	2 302	4 342	1 985	2 093	4 078
Receitas	2 239	2 522	4 761	2 254	2 508	4 762
Despesas	200	220	419	269	415	684
Manutenção de residentes	1 259	1 321	2 581	1 197	1 097	2 295
Receitas	1 402	1 488	2 890	1 404	1 405	2 809
Estados Unidos	698	716	1 415	699	686	1 385
Japão	324	325	649	330	325	654
Demais países	1 402	1 488	551	1 404	1 405	551
Despesas	143	167	309	207	307	514
Outras transferências	780	981	1 761	787	996	1 783
Receitas	837	1 034	1 871	849	1 103	1 953
Despesas	57	53	110	62	107	170

Fonte: Banco Central do Brasil

As transferências unilaterais líquidas sofreram redução de 5,1% durante 2007. Os ingressos líquidos acumularam US\$4,1 bilhões, ante US\$4,3 bilhões do ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, em 2007, as receitas brutas de manutenção de residentes sofreram ligeira queda, 2,8%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US\$2,8 bilhões. A rubrica representou 57,3% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 49,3%, e Japão, 23,3%.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO^{1/}

US\$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
		Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos	Mensal	Últimos	Últimos
		12 meses		12 meses	12 meses		12 meses	12 meses		12 meses
2002	Dez	- 84	-7 637	-1,66	1 503	16 590	3,61	-1 419	-8 954	-1,95
2003	Dez	343	4 177	0,82	1 409	10 144	2,00	-1 752	-14 321	-2,83
2004	Dez	1 207	11 738	1,94	3 150	18 166	3,01	-4 357	-29 903	-4,95
2005	Dez	530	13 985	1,76	1 406	15 066	1,89	-1 936	-29 051	-3,65
2006	Jan	- 314	12 874	1,44	1 474	15 337	1,71	-1 160	-28 211	-3,15
	Fev	627	13 371	1,47	854	15 347	1,68	-1 481	-28 718	-3,15
	Mar	1 311	12 953	1,39	1 629	15 581	1,68	-2 940	-28 534	-3,07
	Abr	109	12 346	1,31	790	13 334	1,42	- 900	-25 681	-2,73
	Mai	398	12 151	1,27	1 577	14 203	1,48	-1 975	-26 354	-2,75
	Jun	632	11 499	1,18	1 060	13 938	1,43	-1 692	-25 437	-2,61
	Jul	3 055	12 015	1,21	1 586	13 494	1,36	-4 641	-25 509	-2,58
	Ago	2 184	13 428	1,33	1 182	13 587	1,35	-3 367	-27 014	-2,68
	Set	2 250	13 318	1,30	1 752	15 307	1,50	-4 002	-28 626	-2,80
	Out	1 536	14 010	1,35	1 722	16 206	1,56	-3 258	-30 216	-2,91
	Nov	1 394	13 713	1,30	2 667	17 701	1,67	-4 062	-31 415	-2,97
	Dez	438	13 621	1,27	2 487	18 782	1,75	-2 925	-32 404	-3,02
2007	Jan	346	14 281	1,31	2 422	19 730	1,81	-2 768	-34 011	-3,12
	Fev	614	14 268	1,29	1 378	20 253	1,83	-1 992	-34 521	-3,12
	Mar	842	13 799	1,23	2 766	21 390	1,90	-3 608	-35 189	-3,13
	Abr	1 909	15 599	1,36	3 471	24 071	2,10	-5 380	-39 670	-3,46
	Mai	265	15 465	1,33	497	22 991	1,97	- 762	-38 456	-3,30
	Jun	647	15 480	1,31	10 318	32 249	2,72	-10 965	-47 730	-4,03
	Jul	- 792	11 633	0,97	3 584	34 247	2,84	-2 792	-45 880	-3,81
	Ago	1 338	10 787	0,88	2 040	35 105	2,86	-3 378	-45 891	-3,74
	Set	471	9 008	0,72	1 537	34 889	2,80	-2 008	-43 898	-3,52
	Out	- 42	7 430	0,59	3 188	36 355	2,86	-3 145	-43 785	-3,45
	Nov	-1 344	4 692	0,36	2 530	36 217	2,81	-1 186	-40 909	-3,17
	Dez	- 699	3 555	0,27	886	34 616	2,64	- 187	-38 171	-2,91

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

Fonte: Banco Central do Brasil

Conta Financeira

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS

US\$ milhões

Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-4 502	-23 700	-28 202	3 462	-10 493	-7 031
Retornos	501	628	1 129	10 478	12 055	22 533
Saídas	5 003	24 328	29 331	7 016	22 547	29 563
Participação no capital	-4 525	-18 889	-23 413	-4 584	-5 471	-10 055
Retornos	390	613	1 002	694	1 386	2 080
Saídas	4 915	19 501	24 416	5 279	6 856	12 135
Empréstimos intercompanhias	23	-4 812	-4 789	8 046	-5 022	3 025
Ingressos	111	15	126	9 784	10 669	20 453
Saídas	88	4 827	4 915	1 737	15 691	17 428

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros diretos no exterior somaram aplicações líquidas de US\$7 bilhões, ante US\$28,2 bilhões em 2006, ano em que os investimentos brasileiros diretos no exterior superaram pela primeira vez, os investimentos estrangeiros diretos no Brasil (IED), ambos em valores líquidos. Em 2007, do total das aplicações líquidas, US\$10,1 bilhões referem-se a aumento de participações, comparadas aos US\$23,4 bilhões registrados em 2006. Os empréstimos de empresas brasileiras a coligadas no exterior representaram retornos líquidos de US\$3 bilhões, frente a aplicações líquidas de US\$4,8 milhões em 2006.

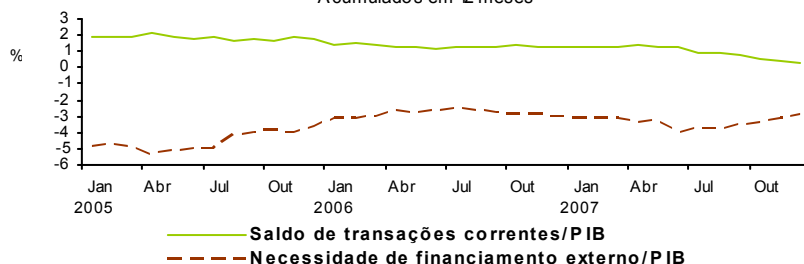
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	7 385	11 397	18 782	20 852	13 764	34 616
Ingressos	14 141	18 156	32 297	27 124	23 079	50 203
Saídas	6 756	6 759	13 514	6 272	9 315	15 587
Participação no capital	5 376	9 998	15 373	15 168	10 933	26 101
Ingressos	9 548	13 159	22 706	18 615	15 690	34 305
Moeda	7 984	12 479	20 463	17 340	14 337	31 677
Autônomos	7 984	12 248	20 233	17 340	14 337	31 677
Privatizações	0	230	230	0	0	0
Conversões	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Autônomos	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Privatizações	0	0	0	0	0	0
Mercadoria	4	5	9	12	14	26
Saídas	4 172	3 161	7 333	3 448	4 757	8 204
Empréstimos intercompanhias	2 010	1 399	3 409	5 684	2 831	8 515
Ingressos	4 593	4 997	9 590	8 509	7 389	15 898
Saídas	2 584	3 598	6 181	2 824	4 558	7 383
Das quais conversões	349	454	803	529	890	1 419
Memo:						
Contribuição líquida das conversões p/IED	1 210	221	1 431	733	450	1 183
Desembolsos totais via conversões	1 559	675	2 234	1 263	1 339	2 602
Saídas de conversões de empr. Interc.	349	454	803	529	890	1 419

Fonte: Banco Central do Brasil

Investimentos estrangeiros diretos e necessidade de financiamento externo

Acumulados em 12 meses



Obs.: Necessidade de financiamento externo = déficit de trans. correntes - invest. estrangeiro direto líq.

Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil apresentaram fluxo líquido de US\$34,6 bilhões, acréscimo de 84,3% frente aos ingressos líquidos de 2006. Desse total, a participação no capital de empresas no país somou US\$26,1 bilhões, dos quais US\$2,6 bilhões referem-se às operações de conversões de dívida externa em investimentos. Ressalte-se que, dessas conversões, US\$1,4 bilhão originaram-se de amortizações de empréstimos intercompanhias, já incluídos no total dos investimentos estrangeiros diretos. Dessa forma, a contribuição líquida das conversões aos investimentos situou-se em US\$1,2 bilhão. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$8,5 bilhões, comparados a US\$3,4 bilhões, em 2006.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO PAÍS

Distribuição por país de origem

US\$ milhões		
País	Ingressos	
	2006	2007
Total	22 706	34 305
Países Baixos	3 506	8 129
Estados Unidos	4 522	6 073
Luxemburgo	746	2 857
Espanha	1 564	2 202
Alemanha	867	1 801
Ilhas Cayman	1 974	1 604
Bermudas	515	1 497
França	763	1 233
Reino Unido	426	1 053
Suíça	1 659	905
Canadá	1 287	819
Chile	27	717
Bahamas	65	603
Portugal	347	517
Japão	660	501
Austrália	117	494
México	782	409
Ilhas Virgens Britânicas	286	371
Itália	254	315
Noruega	369	284
Coréia do Sul	110	265
Uruguai	237	212
Colômbia	232	167
Panamá	140	141
Dinamarca	97	122
Áustria	16	116
Demais países	1 140	899

Fonte: Banco Central do Brasil

Na modalidade de participação no capital, os investimentos estrangeiros diretos dos Países Baixos somaram US\$8,1 bilhões em 2007, com participação de 23,7% no total, na posição de principal investidor estrangeiro no País. Outras inversões expressivas foram as originárias de Estados Unidos, US\$6,1 bilhões, 17,7% do total; Luxemburgo, US\$2,9 bilhões, 8,3%; Espanha, US\$2,2 bilhões, 6,4%; Alemanha, US\$1,8 bilhão, Ilhas Cayman, US\$1,6 bilhão, Bermudas, US\$1,5 bilhão, França, US\$1,2 bilhão e Reino Unido, US\$1,1 bilhão. Esses países responderam por 77,1% do total dos ingressos de IED em 2007.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO PAÍS

US\$ milhões	Distribuição por setor	
	Ingressos	
	2006	2007
Setor		
Total	22 706	34 305
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1 542	4 751
Extração de minerais metálicos e atividades de apoio à extração mineral	595	3 295
Extração de petróleo, gás natural e atividades de apoio	532	846
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	176	303
Produtos florestais	214	260
Extração de minerais não-metálicos e atividades de apoio	22	41
Demais	3	6
Indústria	8 462	13 334
Metalurgia	1 713	4 699
Produtos alimentícios	525	1 752
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	260	1 644
Produtos químicos	936	1 378
Veículos automotores, reboques e carrocerias	290	861
Produtos de borracha e de material plástico	219	494
Celulose, papel e produtos do papel	1 619	477
Máquinas e equipamentos	357	428
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	270	385
Produtos minerais não-metálicos	152	307
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	191	160
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	294	159
Produtos diversos	27	124
Produtos têxteis	649	90
Bebidas	214	69
Edição e edição integrada à impressão	235	58
Outras indústrias	512	249
Serviços	12 702	16 220
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2 993	4 524
Comércio, exceto veículos	1 527	2 759
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	164	1 607
Construção de edifícios	613	1 357
Eletricidade, gás e outras utilidades	2 332	1 055
Atividades imobiliárias	890	822
Telecomunicações	1 214	551
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	252	516
Transporte	163	387
Serviços financeiros - <i>holdings</i> não-financeiras	438	376
Serviços de tecnologia da informação	141	191
Serviços de escritório e apoio administrativo	181	164
Outros serviços	1 793	1 911

Fonte: Banco Central do Brasil

Os três setores de atividades – primário, secundário e terciário - registraram aumentos significativos dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos em 2007. O setor serviços manteve-se como o maior receptor de investimentos estrangeiros, com US\$16,2 bilhões, 47,3% do total de 2007, e expansão de 27,7% na comparação com 2006. Os segmentos de serviços financeiros, comércio, consultoria, construção, seguros e transportes registraram expansão. Houve forte retração nos fluxos direcionados a eletricidade, gás e outras utilidades e telecomunicações. Os investimentos estrangeiros diretos destinados ao setor industrial cresceram 57,6%, de US\$8,5 bilhões para US\$13,3 bilhões, acréscimo de US\$4,9 bilhões. Entre os segmentos mais representativos, os que apresentaram maior elevação foram coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, produtos alimentícios, veículos automotores, metalurgia, produtos de borracha e de material plástico. Os investimentos estrangeiros diretos direcionados à indústria de celulose e papel, têxteis, edição e edição integrada à impressão e bebidas apresentaram

as maiores retrações. Na agropecuária e extrativa mineral, houve elevação de 208,1%, os fluxos passaram de US\$1,5 bilhão para US\$4,8 bilhões. Esse aumento concentrou-se nas atividades de extração de minerais metálicos, com crescimento de US\$2,7 bilhões.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 034	- 512	523	- 52	38	- 14
Receitas	3 857	2 167	6 024	2 328	3 108	5 435
Despesas	2 823	2 678	5 501	2 380	3 070	5 449
Investimentos em ações	- 387	- 529	- 915	- 686	- 727	- 1 413
Receitas	160	247	406	163	399	562
Despesas	546	775	1 322	849	1 127	1 976
BDR - Brazilian Depositary Receipts	- 291	- 323	- 614	- 452	- 784	- 1 235
Receitas	3	3	6	10	1	12
Despesas	294	326	620	462	785	1 247
Demais	- 96	- 205	- 301	- 234	56	- 178
Receitas	156	244	400	152	398	550
Despesas	252	449	701	387	342	728
Títulos de renda fixa	1 421	17	1 438	634	765	1 399
Receitas	3 698	1 920	5 618	2 165	2 708	4 873
Despesas	2 277	1 903	4 180	1 531	1 943	3 474

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram saídas líquidas de US\$14 milhões, comparados a retornos líquidos de US\$523 milhões em 2006, registrando-se remessas líquidas de US\$1,4 bilhão de investimentos em ações, ante US\$915 milhões em 2006. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US\$1,4 bilhão, estáveis em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 753	10 804	9 051	24 064	23 925	47 989
Receitas	52 209	47 108	99 317	86 943	122 869	209 812
Despesas	53 962	36 304	90 266	62 879	98 944	161 823
Investimentos em ações	4 141	3 575	7 716	7 584	18 634	26 217
Receitas	26 886	24 401	51 287	46 348	73 075	119 424
Despesas	22 745	20 826	43 571	38 765	54 442	93 206
Negociadas no país	2 334	3 525	5 859	6 239	18 374	24 613
Receitas	24 600	23 911	48 511	44 545	72 036	116 581
Despesas	22 266	20 386	42 652	38 307	53 662	91 968
Negociadas no exterior (ADR)	1 807	50	1 857	1 345	259	1 604
Receitas	2 286	490	2 776	1 803	1 040	2 842
Despesas	480	440	919	458	780	1 238
Títulos de renda fixa	-5 894	7 229	1 335	16 480	5 291	21 772
Receitas	25 323	22 707	48 030	40 595	49 793	90 388
Despesas	31 217	15 478	46 695	24 114	44 502	68 616
Negociados no país	6 066	4 976	11 042	12 512	7 970	20 482
Médio e longo prazos	3 941	3 031	6 971	8 232	5 317	13 548
Receitas	10 121	7 655	17 776	15 961	25 026	40 987
Despesas	6 180	4 625	10 805	7 729	19 709	27 439
Curto prazo	2 125	1 945	4 070	4 280	2 653	6 933
Receitas	5 881	4 519	10 400	8 299	12 038	20 337
Despesas	3 756	2 574	6 330	4 018	9 385	13 403
Negociados no exterior	-11 960	2 253	-9 707	3 968	-2 678	1 290
Bônus	-13 304	81	-13 223	-3 435	-4 445	-7 880
Privados	0	25	25	- 100	- 3	- 103
Desembolsos	0	125	125	0	0	0

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Amortizações	0	100	100	100	3	103
Públicos	-13 304	56	-13 248	-3 335	-4 442	-7 777
Desembolsos	2 060	3 390	5 450	2 883	0	2 883
Novos ingressos	1 862	2 890	4 752	2 883	0	2 883
Refinanciamentos	198	500	698	0	0	0
Amortizações	15 364	3 334	18 698	6 218	4 442	10 660
Pagas	15 166	2 601	17 767	6 218	4 442	10 660
Valor de face	14 257	2 337	16 594	5 179	3 970	9 149
Descontos obtidos	- 909	- 263	-1 172	-1 039	- 472	-1 512
Refinanciadas	198	733	931	0	0	0
<i>Notes e commercial papers</i>	1 743	1 682	3 425	4 265	1 254	5 518
Desembolsos	5 454	4 739	10 194	8 215	7 104	15 319
Amortizações	3 712	3 057	6 769	3 950	5 850	9 801
Títulos de curto prazo	- 399	490	91	3 138	513	3 651
Desembolsos	1 806	2 278	4 084	5 237	5 625	10 862
Amortizações	2 205	1 788	3 993	2 099	5 112	7 211

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$48 bilhões, ante US\$9,1 bilhões, em 2006. Os ingressos líquidos em ações e títulos de renda fixa negociados no Brasil registraram expressivo influxo. Observou-se aceleração dos ingressos líquidos de investimentos estrangeiros em ações negociadas no país, totalizando US\$24,6 bilhões, em 2007, ante US\$5,9 bilhões no total do ano anterior. Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa negociados no País apresentaram desembolsos significativos, acumulando ingressos líquidos de US\$20,5 bilhões em 2007, ante US\$11 bilhões de 2006.

O mercado de bônus soberanos registrou saídas líquidas de US\$7,8 bilhões em 2007, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida (programa de recompras, ofertas públicas e exercícios de cláusulas de antecipação de pagamentos). Do ponto de vista das novas emissões, destaquem-se os desembolsos totais, US\$2,9 bilhões, advindos do lançamento dos bônus *Global BRL 28* (US\$1,9 bilhão, incluindo reabertura) e das reaberturas dos bônus *Global 17* (US\$525 milhões), *Global 37* (US\$500 milhões). Não houve desembolsos junto a organismos internacionais.

As operações de *notes e commercial papers* apresentaram ingressos líquidos de US\$5,5 bilhões em 2007, ante US\$3,4 bilhões, em 2006. Os títulos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US\$3,7 bilhões, comparativamente a US\$91 milhões, em 2006. Observe-se que os ingressos tiveram expansão de 166% e as saídas, 80,6%.

OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-3 929	-4 985	-8 914	-18 969	2 916	-16 053
Empréstimos	-1 983	-3 032	-5 015	216	-1 395	-1 179
Longo prazo	-2 096	-2 883	-4 979	160	-1 508	-1 348
Receitas	788	725	1 513	1 903	596	2 499
Despesas	2 884	3 608	6 492	1 742	2 104	3 846
Curto prazo (líq.)	113	- 149	- 35	55	113	169
Moeda e depósitos	-1 698	-1 543	-3 241	-18 761	4 553	-14 208
Bancos	- 703	-1 029	-1 732	-9 384	1 043	-8 340
Demais setores	- 995	- 514	-1 509	-9 377	3 510	-5 867
Demais	- 995	- 514	-1 509	-9 377	3 510	-5 867
Outros ativos	- 248	- 410	- 658	- 424	- 243	- 666
Longo prazo	- 51	- 147	- 198	- 205	- 54	- 260
Receitas	3	0	4	236	86	322
Despesas	54	147	201	441	140	581
Curto prazo	- 197	- 262	- 460	- 218	- 188	- 406

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram saídas líquidas de US\$16,1 bilhões, contra US\$8,9 bilhões em 2006, comportamento devido, principalmente, às aplicações na forma de moeda e depósitos de bancos, em 2007, de US\$8,3 bilhões, ante US\$1,7 bilhão, no ano anterior. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US\$1,3 bilhão, ante US\$5 bilhões, em 2006. Os outros ativos totalizaram remessas líquidas de US\$666 milhões, dos quais US\$406 milhões de curto prazo.

OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

US\$ milhões						
Discriminação	2006			2007		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	6 883	16 607	23 491	30 183	-1 645	28 538
Crédito comercial (de fornecedores)	8 149	4 165	12 314	15 423	- 150	15 273
Longo prazo	- 345	- 496	- 841	- 323	546	224
Desembolsos	417	395	812	434	1 184	1 618
Amortizações	762	890	1 653	756	638	1 394
Curto prazo (líquido)	8 494	4 660	13 155	15 746	- 696	15 050
Empréstimos	-2 272	12 025	9 753	14 192	-1 191	13 001
Autoridade monetária	- 69	- 69	- 138	- 69	- 69	- 138
Operações de regularização	0	0	0	0	0	0
FMI	0	0	0	0	0	0
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	0	0	0	0	0	0
Outros empréstimos de longo prazo	- 69	- 69	- 138	- 69	- 69	- 138
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	69	69	138	69	69	138
Demais setores	-2 203	12 094	9 891	14 261	-1 122	13 139
Longo prazo	952	9 455	10 407	-7 648	8 198	551
Desembolsos	7 345	19 786	27 132	4 048	11 993	16 041
Organismos ^{1/}	3 608	1 492	5 100	757	1 824	2 581
Agências	752	717	1 469	266	553	819
Compradores	1 001	1 116	2 117	974	5 648	6 622
Empréstimos diretos	1 985	16 461	18 446	2 050	3 968	6 018
Amortizações	6 394	10 331	16 725	11 696	3 794	15 490
Organismos ^{1/}	1 049	1 081	2 130	986	955	1 941
Agências	3 131	339	3 470	269	246	515
Compradores	1 257	1 056	2 313	645	776	1 420
Empréstimos diretos	957	7 855	8 812	9 796	1 817	11 614
Curto prazo	-3 154	2 639	- 516	21 909	-9 320	12 588
Moeda e depósitos	1 002	416	1 419	550	- 307	243
Outros passivos	4	1	5	18	3	21
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	4	1	5	18	3	21

1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos estrangeiros no País apresentaram ingressos líquidos de US\$28,5 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US\$15,3 bilhões, ante US\$12,3 bilhões, em 2006. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram ingressos líquidos de US\$224 milhões. Os créditos de curto prazo líquidos somaram ingressos de US\$15,1 bilhões, ante US\$13,2 bilhões, em 2006. Os demais empréstimos apresentaram desembolsos líquidos de US\$13 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$551 milhões, concentrados em compradores, desembolsos líquidos de US\$5,2 bilhões, organismos, US\$640 milhões, e agências, US\$305 milhões. Adicionalmente, houve amortizações líquidas de US\$5,6 bilhões de empréstimos diretos, comparados aos desembolsos líquidos de US\$9,6 bilhões, em 2006. Os empréstimos de curto prazo registraram desembolsos líquidos de US\$12,6 bilhões, ante amortizações líquidas de US\$516 milhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no País sob a forma de depósitos e moeda somaram US\$243 milhões, comparados a US\$1,4 bilhão em 2006.

2.3.5 - Reservas internacionais



O consistente influxo de recursos externos ao longo de 2007 permitiu à Autoridade Monetária efetuar compras líquidas no mercado doméstico de câmbio de US\$78,6 bilhões. Tais compras contribuíram decisivamente para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o recorde de US\$180,3 bilhões, valor US\$94,5 bilhões superior ao apurado no ano anterior.

DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

US\$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	52 935	53 799	85 839
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	21 491	34 336	78 589
Pronto	21 491	34 336	78 589
Linhas com recompra	-	-	-
Linhas para exportação	-	-	-
2. Operações externas do Banco Central	- 20 627	- 2 297	15 905
Desembolsos	12 490	6 605	2 883
Bônus	12 490	5 450	2 883
Organismos	-	1 155	-
Amortizações	- 27 914	- 12 856	- 140
Bônus e MYDFA	- 4 641	- 12 854	- 138
Organismos	- 23 273	- 2	- 2
Clube de Paris	-	-	-
Juros	- 2 261	2 417	6 300
Bônus e MYDFA	- 2 441	- 273	- 7
Organismos	- 1 099	- 125	- 24
Clube de Paris	- 2	-	-
Remuneração das reservas	1 280	2 815	6 330
Demais ^{1/}	- 2 941	1 537	6 863
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	864	32 040	94 495
III - Posição das reservas (final de período)	53 799	85 839	180 334
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	21 491	34 336	78 589
Operações com clientes no país (líquido)	19 223	36 428	87 940
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	- 475	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido) ^{2/}	2 743	- 2 092	- 9 351
Reservas líquidas ajustadas (exclui empréstimo do FMI) ^{3/}	...	...	...
Reservas líquidas ajustadas – acordo FMI	...	...	...

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

3/ As reservas líquidas ajustadas denominadas em dólares consideram as paridades do mês anterior para mensurar os ativos denominados em outras moedas que não o dólar norte-americano. Desde a liquidação da dívida junto ao FMI, ocorrida em dezembro de 2005, não mais se aplica esse conceito.

Fonte: Banco Central do Brasil

As operações externas do Banco Central somaram uma receita líquida de US\$15,9 bilhões. Os desembolsos totais, US\$2,9 bilhões, ocorreram exclusivamente por meio do lançamento de bônus, discriminados a seguir: *Global 17* (US\$525 milhões), *Global 37* (US\$500 milhões) e *Global BRL 28* (US\$1,9 bilhão). Não houve desembolsos junto a organismos internacionais.

As amortizações totalizaram US\$140 milhões, sendo US\$138 milhões referentes ao *Multiyear Deposit Facility Agreement* (Mydfa).

A receita líquida de juros somou US\$6,3 bilhões, com destaque para a receita de US\$6,3 bilhões proveniente da remuneração das reservas e para a despesa de US\$23 milhões junto ao Fundo Monetário Internacional.

As demais operações totalizaram uma receita líquida de US\$6,9 bilhões, explicada principalmente pelos ganhos de US\$1,8 bilhão em paridade e de US\$5,3 bilhões em preços de títulos.

2.3.6 - Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA ^{1/}

Período	US\$ milhões					
	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2007						
Jan	597	895	1 491	1 491	-	1 491
Fev	1 177	614	1 791	1 791	-	1 791
Mar	837	205	1 042	1 042	-	1 042
Abr	1 485	479	1 963	1 963	-	1 963
Mai	778	198	976	976	-	976
Jun	305	135	440	440	-	440
Jul	1 579	979	2 558	2 558	-	2 558
Ago	532	370	902	902	-	902
Set	118	291	409	409	-	409
Out	1 223	449	1 672	1 672	-	1 672
Nov	462	161	624	624	-	624
Dez	55	62	117	117	-	117
Ano	9 149	4 838	13 986	13 986	-	13 986

^{1/} Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2007, diante da continuidade do desempenho bastante favorável das contas externas do País, o Tesouro Nacional (TN) manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações do TN em mercado somaram US\$14 bilhões, dos quais US\$9,2 bilhões foram referentes a principal e US\$4,8 bilhões a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: *Global 07-N* (US\$572 milhões), *Euromarco 07* (US\$603 milhões), *Samurai 07* (US\$527 milhões), *Global 07* (US\$959 milhões), *Eurolibra 07* (US\$279 milhões) e *Euro 07* (US\$821 milhões).

OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA

Pela data de liquidação

US\$ milhões				
Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2007				
Jan	25	1	6	31
Fev	575	8	131	714
Mar	821	13	258	1 092
Abr	958	20	284	1 262
Mai	778	25	295	1 098
Jun	305	10	66	381

(continua)

OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA

Pela data de liquidação

US\$ milhões				
Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
Jul	342	9	73	423
Ago	532	11	121	664
Set	102	2	27	132
Out	403	9	103	515
Nov	462	12	128	602
Dez	55	1	21	77
Ano	5 358	121	1 511	6 990

Fonte: Banco Central do Brasil

O programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira em circulação no mercado internacional, que até dezembro de 2006 tinha como foco títulos com vencimento até 2012, passou, a partir de janeiro de 2007, a abranger todos os títulos, independentemente da data de vencimento. Além disso, o programa passou a ser conduzido por meio da mesa de operações de dívida externa do Tesouro Nacional. A principal diretriz do programa é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior.

Em 2007 houve US\$7 bilhões liquidados em mercado, dos quais US\$5,4 bilhões referentes a amortizações antecipadas (correspondendo ao valor da redução nominal de dívida externa), US\$121 milhões a juros decorridos e US\$1,5 bilhão a despesas de ágio.

2.3.7 - Dívida externa

Em setembro de 2007 a dívida externa total alcançou US\$195 bilhões, apresentando uma elevação de US\$22,7 bilhões em relação ao estoque de dezembro de 2006. A dívida de médio e longo prazos ficou praticamente estável, registrando uma elevação de US\$297 milhões nesse mesmo período. Já a dívida de curto prazo situou-se em US\$42,8 bilhões, apresentando uma elevação de US\$22,4 bilhões. O estoque de empréstimos intercompanhias apresentou uma elevação de US\$15,5 bilhões, atingindo US\$42,3 bilhões, dos quais US\$38,1 bilhões referentes a empréstimos de médio e longo prazos.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO^{1/}

Discriminação	US\$ milhões				
	2003	2004	2005	2006	2007-Set
A. Dívida total (B+C)	214 930	201 374	169 450	172 589	195 331
B. Dívida de médio e longo prazos ^{2/}	194 736	182 630	150 674	152 266	152 563
Programa de assistência financeira	28 255	24 946	-	-	-
FMI	28 255	24 946	-	-	-
BIS	-	-	51 772	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI	-	-	-	-	-
Bônus de dívida reestruturada (<i>Bradies</i>)	16 068	14 174	6 948	-	-
Demais bônus	45 747	48 059	55 842	51 968	48 551
Financiamentos de importações	47 869	42 609	38 877	39 983	40 594
Organismos internacionais	23 433	22 241	21 779	25 148	25 522
Agências governamentais	12 856	10 970	8 614	6 259	6 216
Outros financiadores	11 579	9 398	8 483	8 575	8 855
Empréstimos em moeda	56 797	52 842	49 007	60 315	63 418
Notes ^{3/}	46 661	42 037	38 257	40 151	47 124
Empréstimos diretos	10 136	10 805	10 750	20 164	16 295
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	20 194	18 744	18 776	20 323	42 768
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	14 822	15 991	15 701	16 527	29 724
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-

(continua)

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO^{1/}

	US\$ milhões				
Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007-Set
Outras operações ^{4/}	5 372	2 753	3 075	3 796	13 045
Financiamentos	1 299	782	602	530	328
Empréstimos	4 073	1 971	2 473	3 266	12 717
D. Empréstimos intercompanhias	20 484	18 808	18 537	26 783	42 301
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A+D)	235 414	220 182	187 987	199 372	237 632

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

4/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. A partir de 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper*, *notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

Fonte: Banco Central do Brasil

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa reduziu US\$3,4 bilhões. No estoque de demais bônus a participação de 97,7% refere-se a bônus do setor público e o restante a bônus do setor privado.

Da dívida externa de médio e longo prazos, em setembro de 2007, 41,6% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 31,8% a bônus e 26,6% a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda apresentou elevação de US\$3,1 bilhões no período em questão, com destaque para a elevação em *notes*, de US\$7 bilhões, e redução em empréstimos diretos, de US\$3,9 bilhões. Os financiamentos de comércio elevaram-se em US\$611 milhões.

Ainda no mesmo período, a dívida de curto prazo elevou-se em US\$22,4 bilhões, aumento de 110,4%. O resultado deveu-se, em sua maior parte, às linhas tomadas por bancos comerciais, ingresso líquido de US\$13,2 bilhões, e às operações de empréstimos, elevação de US\$9,5 bilhões.

Em setembro de 2007, considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 84,8% da dívida externa total, o setor privado figurava como maior devedor, responsável 50,4% do total, acumulando US\$72,2 bilhões em recursos de médio e longo prazos e US\$11,3 bilhões em recursos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazos do setor privado concentrava-se na modalidade *notes*, cujo estoque atingiu US\$43,6 bilhões. Quanto ao endividamento detido pelo setor público, a decomposição por prazo apontou US\$80,3 bilhões relativos a médio e longo prazos e US\$1,7 bilhão relativos a curto prazo.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

Devedor	US\$ milhões							
	Credor							
	Bônus	Organismos	Bancos	Notes	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	48 551	25 736	24 621	52 841	6 219	5 287	2 355	165 608
B. Médio e longo prazos	48 551	25 522	18 412	47 124	6 216	5 105	1 633	152 563
Setor público	47 426	21 472	4 587	51 772	3 087	288	1	80 348
Setor público não-financeiro	47 426	18 202	1 936	1 674	2 225	288	1	71 752
Tesouro Nacional	47 426	11 125	1 052	-	671	184	-	60 458
Banco Central do Brasil	-	-	-	-	14	-	-	14
Estatais	-	896	651	1 674	1 128	97	1	4 447
Estados e municípios	-	6 181	234	-	413	7	-	6 834
Setor financeiro	-	3 270	2 651	1 813	861	-	-	8 595
Setor privado	1 125	4 049	13 825	43 637	3 130	4 817	1 632	72 215
Não-financeiro	1 000	2 650	10 113	23 000	3 053	4 807	894	45 516
Financeiro	125	1 400	3 712	20 637	76	10	738	26 699
C. Curto prazo	-	214	6 208	5 717	2	182	722	13 045
Empréstimos	-	195	6 080	-	2	-	722	6 999
Não-financeiro	-	-	341	-	2	-	34	376
Financeiro	-	195	5 739	-	-	-	688	6 623

(continua)

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

US\$ milhões

Devedor	Credor							Total
	Bônus	Organismos	Bancos	Notes	Agências	Fornecedores	Outros	
Financiamento de importações	-	19	128	5 717	0	182	-	6 046
Não-financeiro	-	-	11	6	-	182	-	199
Financeiro	-	19	117	5 711	0	-	-	5 846
D. Empréstimos intercompanhias	249	-	-	2 864	-	-	39 189	42 301
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	48 799	25 736	24 621	55 704	6 219	5 287	41 543	207 908

Fonte: Banco Central do Brasil

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2007, US\$71,8 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Desse total, 84,3% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US\$47,4 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 9,5% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, que representava 6,2% do total do setor público não-financeiro, distribuía-se entre *notes*, agências, créditos de organismos internacionais e Bancos.

A dívida contratada com aval do setor público atingiu US\$12,5 bilhões em setembro de 2007, dos quais apenas US\$432 milhões constituíam dívida do setor privado.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA

Composição do principal por devedor e avalista

Discriminação	US\$ milhões				
	2003	2004	2005	2006	2007-Set
Governo federal (contratada diretamente)	76 729	75 345	75 161	63 942	60 458
Estados e municípios	6 364	6 904	6 474	6 815	6 837
Direta	2	-	0	-	24
Com aval	6 363	6 904	6 474	6 815	6 813
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista			51 772		
Direta	48 328	43 041	14 953	14 777	14 790
Com aval	13 708	12 280	9 447	9 041	9 577
Setor privado (com aval do setor público)	34 620	30 761	5 505	5 735	5 212
Total geral	225	128	98	89	432
Direta	131 646	125 418	96 686	85 622	82 517
Com aval	90 439	87 625	84 608	72 983	70 059
Pelo governo federal	41 207	37 793	12 078	12 640	12 458
Pelo governo federal	41 023	37 604	12 034	12 597	12 401
Pelos estados e municípios	-	-	4	3	7
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	184	188	40	40	50

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa bruta registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de setembro de 2007, revela uma concentração de 38,1% do total de vencimentos no período de outubro de 2007 a 2010. A dívida de médio e longo prazos do setor público não-financeiro concentra 21,1% dos vencimentos até 2010, enquanto a dívida do setor privado concentra 55%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 73,4% dos vencimentos de médio e longo prazo nesse mesmo período, enquanto os organismos internacionais correspondiam a 16,7% dos vencimentos.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR DEVEDOR

Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões	Posição: 30.9.2007											
Discriminação	Estoque	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Posteriores e vencidos
	(Out-Dez)											
A. Dívida total (B+C)	165.608	15.041	25.064	15.989	15.068	10.768	10.597	9.573	5.631	9.714	7.428	40.736
B. Dívida de médio e longo prazos	152.563	5.884	21.176	15.989	15.068	10.768	10.597	9.573	5.631	9.714	7.428	40.736
Setor público não-financeiro	71.752	1.580	4.588	51.772	4.678	5.161	6.095	3.607	2.680	5.356	3.504	30.202
Governo central	60.471	1.100	3.119	3.171	3.704	4.071	5.178	2.717	2.080	4.085	2.855	28.391
Demais	11.281	480	1.469	1.131	974	1.091	917	890	599	1.272	648	1.811
Setor público financeiro	8.596	493	1.409	282	557	1.389	462	1.095	400	360	318	1.830
Setor privado	72.215	3.811	15.178	11.184	9.568	4.249	4.072	4.903	2.582	4.029	3.637	9.002
C. Dívida de curto prazo	13.045	9.157	3.888	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor público não-financeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor público financeiro	1.737	1.309	428	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Setor privado	11.308	7.848	3.460	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. Empréstimos intercompanhias	42.301	4.499	8.135	3.014	2.663	3.113	2.737	1.896	2.236	2.606	2.690	8.714
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	207.908	19.540	33.199	19.003	17.731	13.881	13.333	11.469	7.867	12.319	10.117	49.450

^{1/} Inclui operações de regularização.

Fonte: Banco Central do Brasil

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR

Esquema de amortização^{1/}

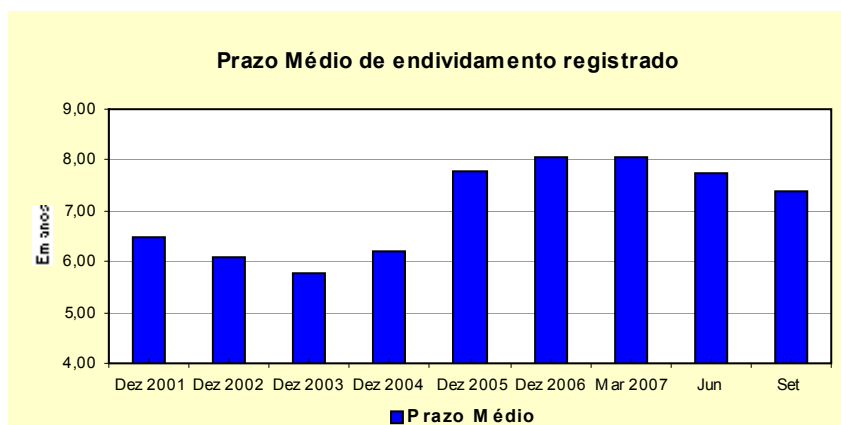
US\$ milhões											Posição: 30.9.2007	
Discriminação	Estoque	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Posteriores e vencidos
	(Out-Dez)											
A. Dívida total (B+C)	165.608	15.041	25.064	15.989	15.068	10.768	10.596	9.573	5.631	9.714	7.428	40.736
B. Dívida de médio e longo prazos	152.563	5.884	21.176	15.989	15.068	10.768	10.596	9.573	5.631	9.714	7.428	40.736
Organismos internacionais	25.522	495	2.044	51.772	2.897	2.677	3.619	2.153	1.526	1.372	1.218	5.030
Agências governamentais	6.216	172	808	864	858	654	622	537	435	381	313	573
Compradores	3.751	250	947	738	470	384	406	198	163	102	30	64
Fornecedores	5.105	362	1.013	490	1.995	232	104	303	41	51	34	480
Empréstimos em moeda	63.418	3.741	14.307	9.519	6.427	3.715	3.013	4.343	2.133	4.372	3.389	8.460
Notes ^{2/}	47.124	2.839	9.684	6.707	4.396	1.604	1.787	3.310	1.826	3.811	3.225	11.750
Empréstimo diretos	16.295	901	4.623	2.812	2.032	2.112	1.226	1.033	306	561	164	525
Bônus	48.551	864	2.056	1.888	2.421	3.106	2.833	2.040	1.333	3.435	2.443	26.131
C. Dívida de curto prazo	13.045	9.157	3.888	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D. Empréstimos intercompanhias	42.301	4.499	8.135	3.013	2.663	3.113	2.737	1.896	2.236	2.606	2.689	8.714
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	207.908	19.540	33.199	19.003	17.731	13.881	13.333	11.469	7.867	12.319	10.117	49.450

^{1/} Inclui operações de regularização.

^{2/} Inclui *commercial papers e securities*.

Fonte: Banco Central do Brasil

O prazo médio da dívida externa registrada caiu de 8,1 anos, na posição de dezembro de 2006, para 7,4 anos, na posição de setembro de 2007. Nesta posição, a dívida referente a fornecedores/compradores era a modalidade que apresentava o menor prazo médio, 3,1 anos, enquanto a parcela referente a bônus apresentava o prazo médio mais longo, 13,8 anos.



PRAZO MÉDIO DE AMORTIZAÇÃO

Dívida externa registrada^{1/}

US\$ milhões		
Discriminação	2007-Set	Prazo médio (anos)
A. Total	164 507	7,39
Organismos internacionais	25 519	6,30
Agências governamentais	6 190	4,96
Fornecedores/compradores	8 414	3,13
Empréstimos em moeda + curto prazo	75 833	4,33
Bônus	48 551	13,80
<i>BIB</i>	186	3,75
Global/Euro	47 240	14,03
Outros	1 125	5,69
B. Empréstimos intercompanhias	39 648	5,65
C. Total + intercompanhia	204 154	7,06

^{1/} Exclui vencidos.

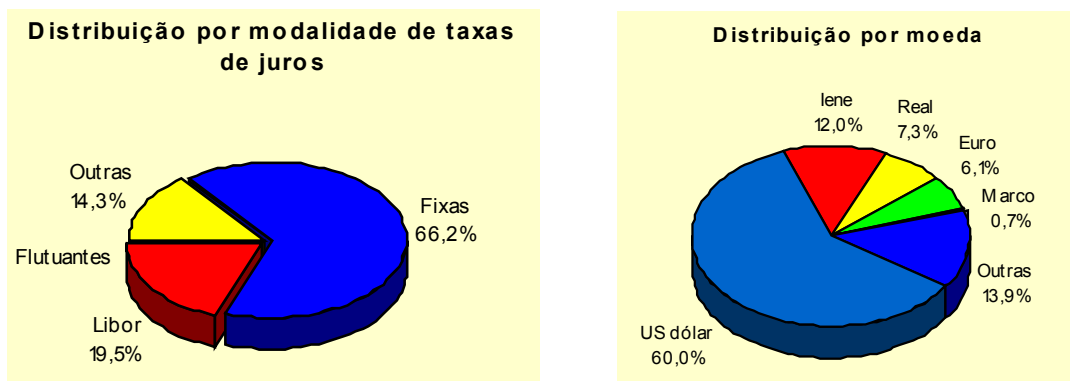
Fonte: Banco Central do Brasil

Na composição por moeda da dívida externa registrada, a participação do dólar norte-americano caiu de 67% do total, em dezembro de 2006, para 60%, em setembro de 2007. Assim, nesse período a participação das demais moedas aumentou de 33% para 40%. A participação das dívidas registradas em euro caiu de 6,2% para 6,1%, nesse mesmo período, enquanto a dívida registrada em iene aumentou de 7,1% para 12%. Já a dívida registrada em real saltou de 3,7% para 7,3%, fazendo com que o real se tornasse a terceira moeda com maior participação na composição da dívida externa registrada, atrás do dólar norte-americano e do iene.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes reduziu-se de 35,9% do total, em dezembro de 2006, para 33,8%, em setembro de 2007. Do total da dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor semestral permaneceu como principal indexador, elevando sua participação relativa no estoque da dívida sob taxas flutuantes de 55,7% para 57,7%, entre dezembro de 2006 e setembro de 2007.

Composição da dívida externa registrada

Setembro de 2007



2.3.8 - Indicadores de endividamento

Comparando os estoques de setembro de 2007 e dezembro de 2006, observou-se melhora generalizada nos indicadores de endividamento externo, exceção feita aos indicadores que consideram serviço de dívida externa. O ritmo de crescimento, em dólares, do PIB e das exportações, superou o ritmo de crescimento da dívida externa.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO^{1/}

US\$ milhões

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2006	2007-Set
Serviço da dívida ^{2/}	49 893	52 988	51 800	66 048	53 155	54 990
Amortizações ^{3/}	35 677	38 809	37 561	51 587	38 535	40 124
Juros brutos	14 216	14 179	14 239	14 460	14 619	14 865
	187	194				
Dívida de médio e longo prazos (A)	316	736	182 630	150 674	145 453	152 563
Dívida de curto prazo (B)	23 395	20 194	18 744	18 776	45 905	42 768
	210	214				
Dívida total (C)=(A+B)	711	930	201 374	51 772	191 358	195 331
Reservas internacionais (D)	37 823	49 296	52 935	53 799	147 101	162 962
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{4/}	2 798	2 915	2 597	2 778	2 924	2 925
Haveres de bancos comerciais (F)	5 090	11 726	10 140	11 790	12 477	12 492
	164	150				
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	999	993	135 702	101 082	28 856	16 953
Exportações ^{1/}	60 362	73 084	96 475	118 308	149 964	153 450
	504	553				
PIB ^{1/}	359	603	663 783	882 439	1 174 981	1 230 543
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	82,7	72,5	53,7	55,8	35,4	35,8
Serviço da dívida/PIB	9,9	9,6	7,8	7,5	4,5	4,5
Dívida total/exportações	349,1	294,1	208,7	143,2	127,6	127,3
Dívida total/PIB	41,8	38,8	30,3	19,2	16,3	15,9
Dívida total líquida/exportações	273,4	206,6	140,7	85,4	19,2	11,0
Dívida total líquida/PIB	32,7	27,3	20,4	11,5	2,5	1,4

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

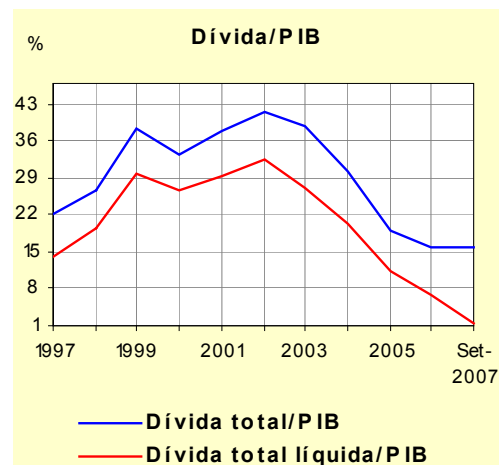
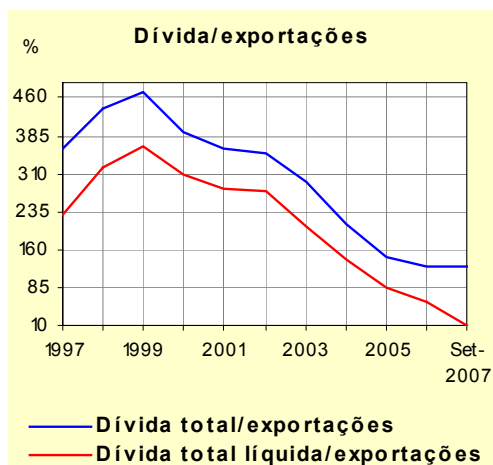
2/ Para setembro de 2007, acumulado em 12 meses.

3/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

4/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Fonte: Banco Central do Brasil

Indicadores de Endividamento



No período analisado, enquanto o serviço da dívida aumentou 3,5%, o valor das exportações aumentou 2,3%, elevando a participação do serviço da dívida nas exportações de 35,4% para 35,8%. Devido ao aumento de 4,7% do PIB em dólares, maior que a elevação de 2,1% da dívida externa total, a dívida externa total em relação ao PIB reduziu-se de 16,3% para 15,9%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB se manteve estável em 4,5%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações reduziu-se de 127,6% para 127,3%. A dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2006 representava 19,2% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, caiu para 11% em setembro de 2007, enquanto, em percentagem do PIB, teve redução de 2,5% para 1,4%. Estes últimos foram os indicadores que apresentaram melhora mais expressiva.

2.3.9 - Captações externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2007 somou US\$2,9 bilhões. Ocorreram captações distribuídas no primeiro semestre do ano no mercado internacional, denominadas nas seguintes moedas: em dólar, com as reaberturas do *Global 37* e do *Global 17*; e em reais, com o lançamento e três reaberturas do título *Global BRL 28*. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. O prêmio de risco, a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano, atingiu 173 pontos básicos para a reabertura do *Global 37*, e 122 pontos básicos, para a reabertura do *Global 17*. No mês de fevereiro, o Tesouro Nacional realizou a terceira emissão da dívida soberana externa denominada em reais, com o lançamento do *Global BRL 28*, e com reaberturas em março, maio e junho.

EMISSIONES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27 ^{2/}	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	395
Euroaira ^{3/}	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		348
Euroaira	30.7.1997	30.7.2007	10	51 772	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08 ^{4/}	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30 ^{5/}	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07 ^{6/}	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07 ^{7/}	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	06.05.2003	16.01.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.06.2003	17.06.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11 ^{8/}	07.08.2003	07.08.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	07.08.2003	15.04.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.01.2004	20.01.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor 3m +5,76	Libor 3m + 5,94	359
Global 14 ^{9/}	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12 ^{10/}	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19							
(Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34							
(Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15							
(Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18							
(Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25							
(Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15							
(Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34							
(Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.01.2006	20.01.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15							
(Reabertura)	03.02.2006	03.02.2015	9	362	7,375	5,45	185

EMISSIONES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Global 37							
(Reabertura)	23.03.2006	20.01.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34							
(Reabertura)	02.06.2006	20.01.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37							
(Reabertura)	15.08.2006	20.01.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.09.2006	05.01.2022	15	743	12,500	12,88	-
Global BRL 22							
(Reabertura)	13.10.2006	05.01.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22							
(Reabertura)	11.12.2006	05.01.2022	15	346	12,500	11,66	-
Global 37							
(Reabertura)	30.01.2007	20.01.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.02.2007	10.01.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28							
(Reabertura)	27.03.2007	10.01.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17							
(Reabertura)	11.04.2007	17.01.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28							
(Reabertura)	17.05.2007	10.01.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28							
(Reabertura)	26.06.2007	10.01.2028	21	393	10,250	8,63	-

1/ Sobre US Treasury, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*

2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$3 bilhões em 9.6.1997 e US\$500 milhões em 27.3.1998.

3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.

4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.

5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US\$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US\$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.

6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US\$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US\$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.

7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000

8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US\$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US\$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.

9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas *tranches*: US\$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US\$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.

10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas *tranches*: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

Fonte: Banco Central do Brasil

O estoque de dívida externa reestruturada totalizou US\$186 milhões em setembro de 2007, apresentando redução de US\$169 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2006. A maior parte dessa redução é explicada pela liquidação do *Multiyear Deposit Facility Agreement* (MYDFA), efetuada em setembro de 2007 pelo Banco Central. Assim, o saldo remanescente da dívida externa reestruturada em setembro de 2007 refere-se apenas ao *Exit Bond* (BIB).

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA – *Bradies*, *Pré-Bradies* e MYDFA

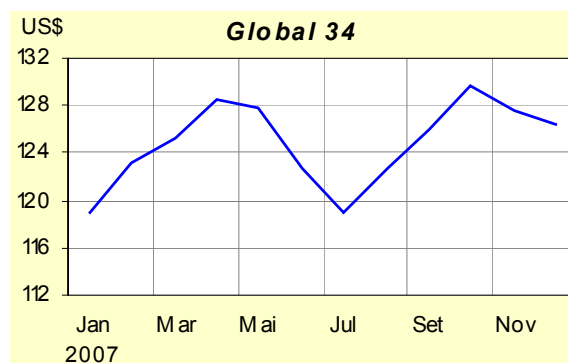
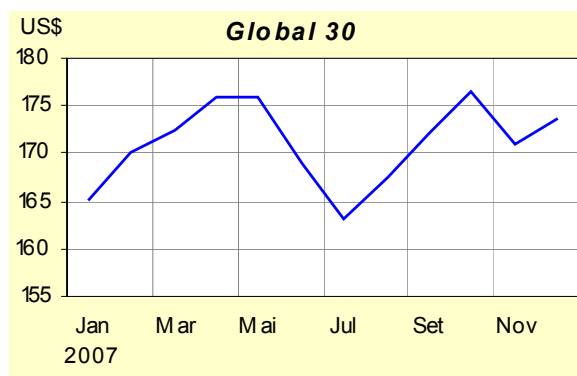
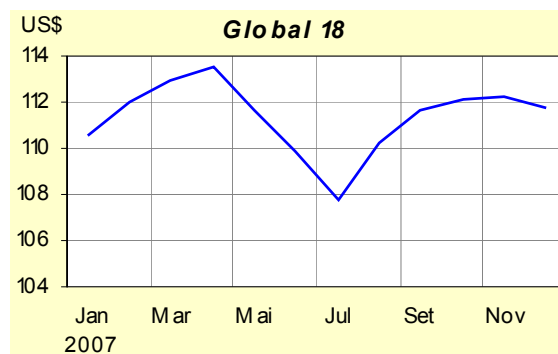
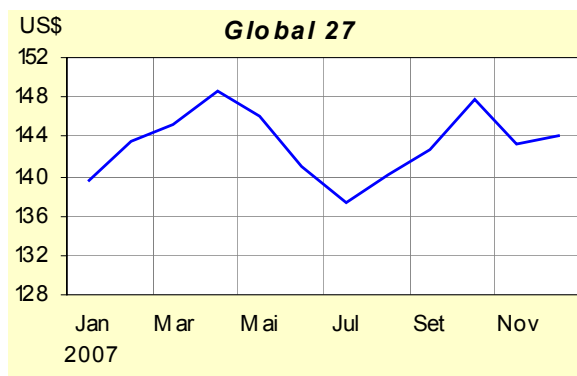
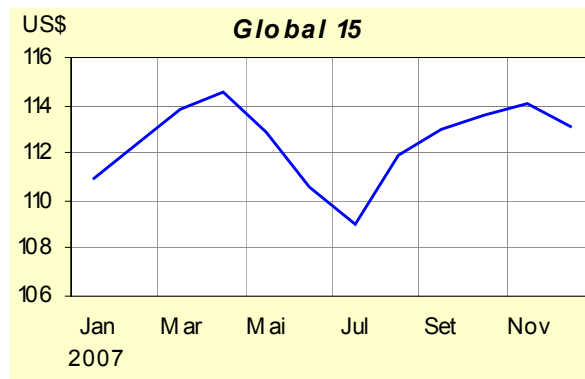
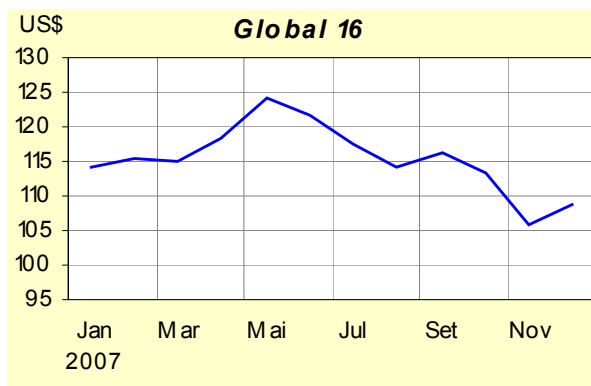
Discriminação	Saldo em 30.9.2007 US\$ milhões	Data de vencimento
<i>Capitalization Bonds</i> (C Bonds)	-	-
<i>Debt Conversion Bonds</i> (DCB)	-	-
<i>Discount Bonds</i>	-	-
<i>Eligible Interest Bonds</i> (EI)	-	-
<i>Front Loaded Interest Reduction Bond</i> (FLIRB)	-	-
<i>New Money Bond 1994</i> (NMB)	-	-
<i>Par Bonds</i>	-	-
<i>Exit Bond</i> (BIB) - (<i>Pré-Bradies</i>)	186	15.9.2013
<i>Multiyear Deposit Facility Agreement</i> (MYDFA)	-	-
Total	186	-

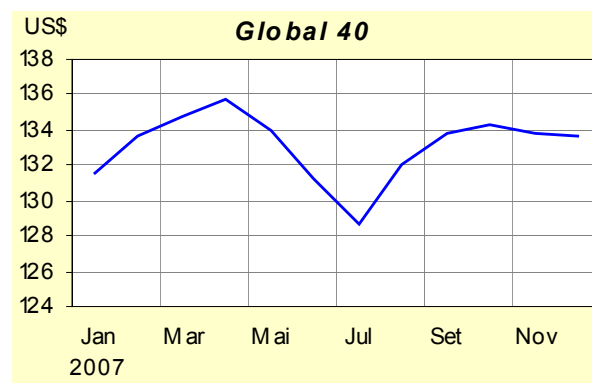
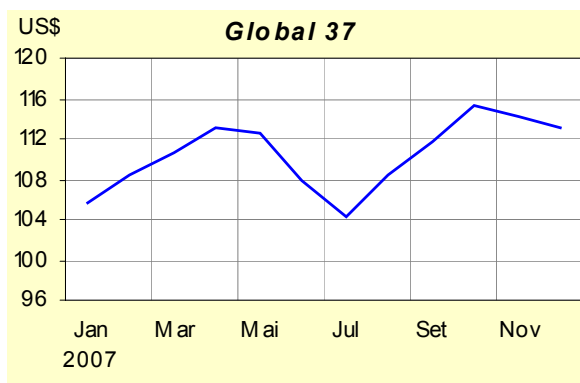
Fonte: Banco Central do Brasil

Títulos da dívida externa brasileira

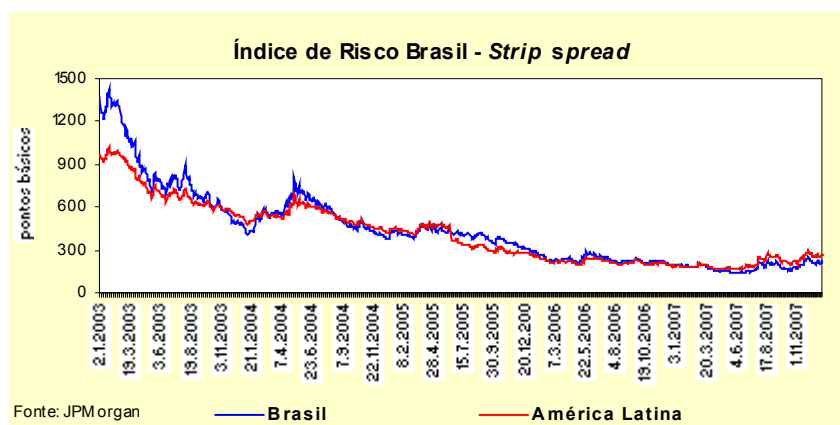
Em 2007, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi instável, houve elevação das cotações no primeiro e terceiro trimestres, e queda no segundo e quarto trimestres.

Cotações de títulos brasileiros no exterior
Mercado secundário - cotação de compra, final de período – 2007





A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2007, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 181 pontos básicos, abaixo dos valores médios ocorridos em 2006 e 2005, de 235 e 399 pontos básicos, respectivamente. O índice de risco Brasil iniciou o ano de 2007 em 192 pontos básicos, subindo para 221 pontos no fechamento do ano.



2.3.10 - Posição internacional de investimento (PII)

POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO			US\$ milhões
Discriminação	2005	2006	2007-Jun
Posição internacional de investimento (A-B)	- 331 085	- 389 842	- 472 866
Ativo (A)	168 182	230 335	313 072
Investimento direto brasileiro no exterior	79 259	107 446	110 056
Participação no capital ^{1/}	65 418	88 831	93 415
Empréstimos intercompanhia	13 842	18 615	16 641
Investimentos em carteira ^{2/}	10 834	9 063	10 259
Investimentos em ações	2 809	3 724	4 410
Títulos de renda fixa	8 026	5 339	5 849
Bônus e notas	4 850	2 743	3 063
Dos quais títulos colaterais (principal)	1 249	-	-
Títulos de curto prazo	3 176	2 596	2 786
Derivativos	119	- 229	- 315
Outros investimentos	24 171	28 216	45 971
Crédito comercial (de fornecedores)	98	98	98
Empréstimos	727	1 112	- 372
Moeda e depósitos	17 077	20 319	39 134
Outros ativos	6 269	6 687	7 111
Dos quais títulos colaterais (juros)	-	-	-
e cotas em organismos internacionais	1 363	1 121	1 121
Ativos de reservas	53 799	85 839	147 101
Passivo (B)	499 268	620 177	785 938
Investimento estrangeiro direto	195 562	236 184	287 164
Participação no capital ^{1/}	177 024	209 401	248 226
Empréstimos intercompanhia	18 537	26 783	38 938
Investimentos em carteira	232 627	300 462	400 552
Investimentos em ações	125 532	188 623	260 892
No país	50 394	80 103	120 141
No exterior	75 138	108 520	140 751
Títulos de renda fixa	107 096	111 839	139 660
Bônus e notas	107 096	111 839	139 660
No país	5 147	17 932	41 006
No exterior	101 949	93 907	98 655
Médio e longo prazos	101 047	92 119	93 701
Curto prazo	901	1 788	4 954
Derivativos	219	445	1 007
Outros investimentos	70 859	83 087	97 215
Crédito comercial (de fornecedores)	4 772	5 216	5 026
Médio e longo prazos	4 424	4 869	4 835
Curto prazo	349	347	191
Empréstimos	62 729	73 466	87 677
Autoridade monetária	301	157	85
FMI	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	301	157	85
Curto prazo	-	-	-
Demais setores	62 428	73 309	87 593
Médio e longo prazos	44 902	55 121	46 832
Organismos	21 779	25 148	25 072
Agências	8 614	6 259	6 065
Crédito de compradores	4 059	3 707	3 551
Empréstimos diretos	10 449	20 007	12 144
Curto prazo	17 527	18 188	40 760
Moeda e depósitos	3 358	4 405	4 512
Autoridade monetária	111	83	61
Bancos	3 246	4 321	4 450
Outros passivos	-	-	-

1/ Inclui lucros reinvestidos.

2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Fonte: Banco Central do Brasil

O passivo externo líquido cresceu de US\$390 bilhões, em dezembro de 2006, para US\$473 bilhões, em junho de 2007, crescimento de 21,3%.

A elevação da posição devedora da PII foi função do aumento de US\$166 bilhões no passivo externo, parcialmente compensado pelo crescimento de US\$82,7 bilhões verificado no ativo externo. Entre os fatores que mais contribuíram para a majoração do passivo externo, sobressaiu o aumento de US\$100 bilhões no estoque de investimento em carteira, e o crescimento de US\$51 bilhões no estoque do investimento estrangeiro direto. O estoque de outros investimentos elevou-se em US\$14,1 bilhões.

No investimento em carteira, verificaram-se elevações de US\$72,3 bilhões no estoque de investimento em ações e de US\$27,8 bilhões no estoque de títulos de renda fixa, refletindo o forte influxo registrado no balanço de pagamentos, bem como a elevação de preços dos ativos.

Relativamente ao estoque de investimentos estrangeiros diretos, os influxos recordes foram acompanhados por tendência de apreciação do Real, o que contribuiu para elevação desse passivo quando expresso em moeda estrangeira.

Com relação aos ativos externos, no período analisado, verificou-se incremento de US\$82,7 bilhões, resultante, em sua maior parte, do aumento de US\$61,3 bilhões das reservas internacionais e de outros investimentos no exterior, destacando-se moeda e depósitos, com elevação de US\$18,8 bilhões.

2.4 - HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

2.4.1 - Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: a) adquirir o controle, para privatizá-las ou extingui-las; b) financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; c) financiar ajustes prévios para a privatização; d) financiar, parcialmente, programa de saneamento; e e) financiar a criação de agências de fomento, dentre outros.

Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES, ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2007, encontra-se no seguinte estágio:

PROES RESUMO

SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Em Liquidação Ordinária	Banco do Estado do Acre S.A. – BANACRE
	Banco do Estado de Alagoas S.A. – PRODUBAN
	Banco do Estado do Amapá S.A – BANAP
	Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A – BANDERN
	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. – BDRN
	Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso S.A. – BEMAT
	Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON
	Caixa Econômica do Estado de Goiás S.A.- CAIXEGO
	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA
	Rondônia Crédito Imobiliário S.A. – RONDONPOUP
Extinto	Banco do Estado de Roraima S.A. – BANER

(continua)

SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Privatizados	Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA
	Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM
	Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEBA
	Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG
	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ
	Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO
	Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE
	Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE
	Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC
	Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL
Federalizados, em Processo de Incorporação pelo Banco do Brasil S/A.	Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC
	Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP
Saneados	Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE
	Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES
	Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARA
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL
	Nossa Caixa Nosso Banco S.A.

Fonte: MF/STN/COAFI

Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 7.976/89 - Financiamento e refinanciamento, no prazo de 20 anos, pela União, de dívidas de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de entidades de suas administrações indiretas, decorrentes de empréstimos-ponte ao amparo do Aviso MF 30/83 e sucedâneos, para pagamento de compromissos financeiros externos e de operações de créditos internas com base no disposto nos Votos CMN nº 340/87 e 548/87. Ao longo do exercício de 2007, a União recebeu os seguintes valores:

LEI Nº 7.976/89		R\$ MIL
LEI Nº 7.976/89	VALORES RECEBIDOS	
Voto CMN 340/87		157.043
Voto CMN 548/87		215.190
Aviso MF 030/83		777.801
TOTAL		1.150.033

Fonte: MF/STN/COAFI

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2007, a União recebeu R\$ 5.674.337 mil, sendo R\$ 2.675.272 mil referentes a Créditos Recebidos e Transferidos às Entidades Públicas Federais, e R\$ 2.999.065 mil relativos a Créditos da União.

Lei nº 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.

Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2007 a União recebeu um total de R\$ 14.437.086 mil.

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de

operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2007, a União recebeu R\$ 2.877.723 mil como prestações do refinanciamento.

Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2007, foram recebidos pelo Tesouro Nacional R\$ 830.264 mil.

2.4.2 - Empréstimos Concedidos

Fundef - Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para ressarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Durante o exercício de 2007, a União recebeu um total de R\$ 320.019 mil, relativo às prestações vencidas no período considerado.

2.4.3 - Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. Foram ressarcidos no exercício de 2007 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

R\$ MIL	
DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	VALORES RECEBIDOS
Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB	21.363
Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP	1.384.917
TOTAL	1.406.281

Fonte: MF/STN/COAFI

2.4.4 - Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto: ao BIRD, para o Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS; à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços; e ao BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE. Ao longo do exercício de 2007, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores, os seguintes montantes:

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS

R\$ MIL	
REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	VALORES RECEBIDOS
Acordo Brasil-França	17.461
Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS	25.193
Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE	52.702
TOTAL	95.356

Fonte: MF/STN/COAFI

2.4.5 - Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento Durante o exercício de 2007, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União relativamente aos ativos em foco, R\$ 610.606 mil.

2.4.6 - Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e os devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2007, foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 2.055.075 mil.

2.4.7 - Outros Créditos

BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos.

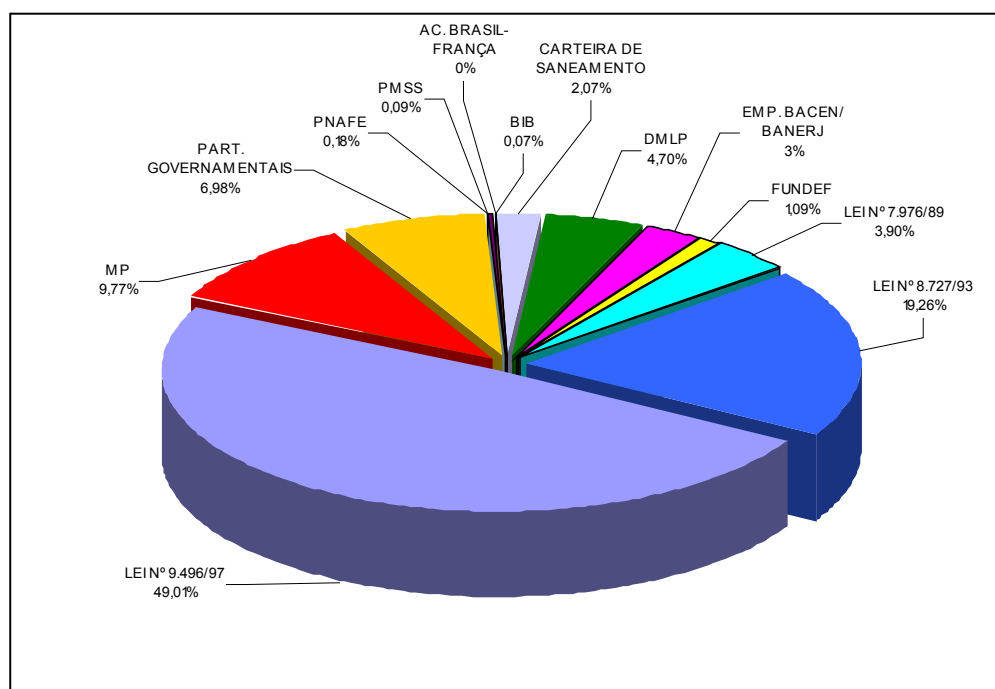
Outros Créditos de Origem Externa - reestruturação de dívidas de médio e longo prazos do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União.

HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2007 – CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES

R\$ MIL		
PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2007
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	17.461	66.581
BNDES	0,00	1.189.982
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	21.363	80.348
CARTEIRA DE SANEAMENTO	610.606	3.096.891
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (**)	-	375.503
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	1.384.917	7.443.520
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	-	75.900
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	830.264	10.199.487
FUNDEF	320.019	496.133
HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA	-	166.197
LEI Nº 7.976/89 - MF 030	777.801	1.224.327
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87	157.043	243.675
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 548/87	215.190	337.924
LEI Nº 8.727/93	5.674.337	43.434.173
LEI Nº 9.496/97	14.437.086	285.244.985
MP 2.185	2.877.723	44.119.510
PMSS - EMPREST. EXTERNOS REPASSADOS	25.193	-
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS	2.055.075	13.953.624
PNAFE	52.702	573.416
TOTAL	29.456.779	412.322.176

(**) Encaminhado à PGFN para inscrição na Dívida Ativa da União, inscrição essa impedida por decisão judicial.

**ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS,
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL EXERCÍCIO DE 2007**



Fonte: MF/STN/COAFI

2.5 - OUTROS HAVERES DO TESOIRO NACIONAL

2.5.1 - Haveres da União de Natureza Financeira

Operações Estruturadas – No exercício de 2007, foi realizado o seguinte programa referente às operações estruturadas:

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O PSH constitui um programa de subsídio do Governo Federal, operado por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, o qual tem por objetivo viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de baixa renda familiar.

O PSH está regulamentado pela Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004, Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004, e Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005, alterada pela Portaria Interministerial nº 611, de 28 de novembro de 2006, do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades.

Com a edição da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, instituído o Conselho Gestor do FNHIS e estabelecido que as dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação, deverão constituir o FNHIS. Desta forma, a partir do ano de 2006, a dotação orçamentária do PSH foi definida ao Ministério das Cidades sob a supervisão do FNHIS.

O valor empenhado e inscrito em restos a pagar em 2006 para serem pagos em 2007 foi de R\$ 144.932.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e novecentos e trinta e dois mil reais). Desse valor, foram pagos no ano de 2007 R\$ 136.087.138,63 (cento e trinta e seis milhões, oitenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e três centavos).

Além disso, em 23 de novembro de 2007, foi realizado um leilão de subsídios, o qual possibilitará às instituições, que obtiveram êxito, celebrar com famílias de baixa renda mais 45.783 contratos habitacionais. O valor referente a esse leilão, R\$ 296.674.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões e seiscentos e setenta e quatro mil reais), foi empenhado e inscrito em restos a pagar no ano de 2007 para serem pagos em 2008.

2.5.2 - Haveres Financeiros da União não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2007:

HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2007

GRUPOS DE HAVERES	SALDOS R(\$)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.525.962.600,01
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	43.361.089.681,91
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	7.067.546.740,30
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	24.615.168.763,82
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL.	15.029.301.246,10
TOTAL	95.599.069.032,14

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029, de 12.04.90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

No ano de 2007, foram incorporados aos haveres sob a responsabilidade desta STN, os ativos financeiros originários da extinção da Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A. – CEASA/AM, extinta em 28.2.2007, e da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30.6.2006.

Cabe destacar que, apesar de o Decreto nº 5.826, de 29.06.2006, que dispôs sobre o processo de Inventariança da CBEE estabelecer que “os direitos e obrigações atribuídos à extinta Empresa ficam transferidos para União, nos termos do art. 23 da Lei nº 8.029, de 12.04.1990, os trabalhos da inventariança foram concluídos somente em agosto de 2007, com o encerramento das atividade da CBEE por meio do Decreto nº 6.191, de 20.08.2007.

Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA. Já os créditos a serem pagos pela ITAIPU são resultantes dos Contratos nº 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional. Há também os créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Os fatos mais relevantes ocorridos nesse grupo referem-se às duas operações que a União realizou com o BNDES em 2007, formalizadas por meio dos Contratos nº 389/PGFN/CAF e nº 390/PGFN/CAF.

O Contrato nº 389/PGFN/CAF trata de operação de refinanciamento dos fluxos de pagamentos de dívidas do BNDES decorrentes dos Contratos nº 124/PGFN/CAF e nº 176/PGFN/CAF, formalizados com base na Lei nº 10.438, de 26.04.2002. O BNDES recomprou os créditos referentes às parcelas dos anos 2008 a 2010 desses contratos e, em troca, assumiu nova dívida sob outras condições mantendo, contudo, a equivalência econômica em relação aos créditos anteriores.

Já o Contrato nº 390/PGFN/CAF refere-se à operação de emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal para o BNDES, em permuta por créditos da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, efetuada nos termos da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24.08.2001. Foram emitidas, sob a forma de colocação direta,

Notas do Tesouro Nacional, Série F – NTN-F com valor econômico de R\$ 1.900.000.000,00, posicionado em 21.12.2007. Em pagamento, o BNDES cedeu à União crédito detido contra a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, de idêntico valor econômico referente ao Contrato 07.2.1081.1.

Destaque-se que as operações referentes aos Contratos PGFN/CAF nº 019 da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, BNDES nº 064-PGFN/CAF, BNDES nº 244-PGFN/CAF e BNDES nº 070-PGFN/CAF foram liquidadas no ano de 2007.

Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND.

Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29.12.2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11.07.2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491, de 09.09.1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram efetuados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

Dos acontecimentos ocorridos em 2007, cabe destacar a ocorrência da conversão parcial do saldo devedor total desses Contratos, em Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, nos termos da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.837, de 30.05.2001.

A conversão da dívida proposta pelo BNDES teve amparo na Lei nº 11.371, de 28.11.2006, bem como na autorização do Banco Central do Brasil – BACEN, e permitiu ao BNDES adicionar o saldo da dívida convertida ao seu Patrimônio de Referência de Nível II, para fins de apuração dos limites operacionais, em conformidade com o disposto na mencionada Resolução nº 2.837.

Haveres Originários de Legislação Específica

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica.

Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98 e da Lei nº 9.711/98 e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Destaque-se que em 24.05.2007 foi celebrado o Contrato nº 348/PGFN/CAF entre a União e a Caixa Econômica Federal – CAIXA tratando de operação de crédito autorizada pela Lei nº 11.485, de 13.06.2007, no valor de R\$ 5,2 bilhões, para investimento em saneamento básico. As condições financeiras e contratuais permitiram o enquadramento da citada operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.444, de 28.02.2007. Cumpre destacar que apesar do referido contrato ser assinado em 24.05.2007, a liberação de recursos só ocorreu em 12.06.2007. Diante disso, a União tornou-se credora da CAIXA, ficando assegurada a equivalência econômica da operação em relação ao custo de captação de longo prazo do Tesouro Nacional, na data de sua efetivação.

Haveres Originários do Crédito Rural

SECURITIZAÇÃO - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS – PESA - operações oriundas da Resolução CMN 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS – FASE II - PRODECER II — consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28.06.2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL–ESPECIAL - EGF–ESPECIAL - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28 de 28.09.1998, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

Atividades Gerais

Cabe destacar que em 2007 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados abaixo:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S. A. para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2007 foi de R\$ 59.084.454,39, sendo o valor de R\$ 8.939.910,59 referente ao período de setembro a dezembro/2006 (pago com recursos de restos a pagar), R\$ 23.963.022,27 correspondentes ao reconhecimento de dívida relativa ao 2º semestre/2001 (período sem cobertura contratual) e R\$ 26.181.521,53 relativos ao período de janeiro a novembro/07;

- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A. para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. Em 2007, o valor total pago ao Banco do Brasil foi de R\$ 15.354,00;

- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total ressarcido ao Banco do Brasil em 2007 foi de R\$ 16.887,00, com recursos de restos a pagar, tendo em vista referir-se ao exercício de 2006. Já o crédito de R\$ 115.455,00, disponibilizado para o exercício de 2007, não foi utilizado, uma vez que o Banco do Brasil não apresentou a prestação de contas relativa às despesas efetuadas naquele exercício.

2.5.3 - Recebimentos de Créditos

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2007 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados na tabela a seguir:

HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2007

CONTRATO	VALOR REALIZADO (R\$)
BNCC	614.145,55
BNDES	4.503.535.436,51
CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO	131.696.895,77
CDRJ	28.086.986,13
EFG-ESPECIAL	538.008,74
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT N° 424 e 425.	1.787.614.827,43
RFFSA	293.580.788,27
SIDERBRÁS	10.000.683,76
VOTO CMN – ANDE	11.859.000,00
CBEE	8.502.532,39
CEASA AMAZONAS	2.013.698,99
PRODECER II	1.285.465,95
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – LEI N° 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL - BB)	24.159.436,52
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – MP N° 2.196/01 (BB)	381.107.612,69
PESA	206.397.303,59
TOTAL	7.390.992.822,29

Fonte: STN/COFIS/GERAT

Relativamente ao Contrato de Cessão de Créditos - Contrato n° 235/PGFN/CAF, celebrado entre a União e a EMGEA, em 31.05.2005, foi cedido, em 2007, parte do fluxo dos Contratos da ELETROBRÁS n°s 424 e 425. Assim, o pagamento das parcelas de setembro, outubro, novembro e dezembro do Contrato n° 424 foram direcionados àquela empresa, assim como os pagamentos de outubro, novembro e dezembro do Contrato n° 425.

Quanto aos créditos da União decorrentes da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, observou-se o pagamento parcial das parcelas a partir de fevereiro/07, relativas aos contratos CDRJ – TECON I – Ct. PGFN/CAF n° 018 e CDRJ – TECON I – Ct. PGFN/CAF n° 026. Já as parcelas relativas ao Contrato de Cessão de Crédito S/N°, de 28.01.1998, celebrado entre a CDRJ e a SEPETIBA – TECON S.A., continuam sendo pagas com base na data do contrato de arrendamento, divergente da data prevista no contrato de cessão de créditos, gerando, assim, encargos financeiros. Dessa forma, a CDRJ foi inscrita no CADIN em 16.08.2007 e seus débitos estão sendo encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para inscrição em Dívida Ativa da União – DAU.

Conforme a Lei n° 11.483, de 31.05.2007, foi encerrado o processo de liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, sendo a União sucessora dos direitos, obrigações e ações judiciais. Diante disso, foram transferidos a esta Secretaria os haveres financeiros e demais créditos da extinta RFFSA perante terceiros, totalizando no exercício de 2007 o montante de R\$ 12.355.377,58. Em relação aos créditos decorrentes dos contratos de arrendamento da malha ferroviária, foi pago em 2007 o valor total de R\$ 281.225.410,69. Cumpre destacar que a alta inadimplência por parte das arrendatárias deve-se, em grande parte, aos depósitos judiciais em consignação, bem como às penhoras judiciais em garantia às ações trabalhistas contra a RFFSA.

2.5.4 - Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2007, a União possuía participação acionária majoritária em 50 empresas (27 sociedades de economia mista e 23 empresas públicas) e minoritária em 81 empresas, das quais 13 são do setor de telecomunicações.

As participações registradas neste trabalho referem-se, apenas, às ações de propriedade do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de órgãos e entidades da Administração Federal Indireta. A posição acionária de 31.12.2007 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2008.

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R\$

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO							
Nº	EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR	% CAPITAL	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	VOTO	TOTAL
1	BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.168.141.967	96,92%	96,92%
2	BB (1)	1.600.334.789	-	1.600.334.789	8.001.538.578	62,95%	62,95%
3	BEP	11.079.393	-	11.079.393	37.737.240	82,14%	82,14%
4	BESC	85.199.984.875	397.982.306.345	483.182.291.220	1.264.736.656	95,75%	95,88%
5	BESCRI	13.999.905.398	-	13.999.905.398	349.975.750	95,26%	95,26%
6	BNB	465.952.800.540	353.731.907.693	819.684.708.233	1.223.847.305	96,10%	94,21%
7	CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	149.827.370	97,73%	92,96%
8	CBTU	719.741.864.638	-	719.741.864.638	2.619.824.327	100,00%	100,00%
9	CDC	1.974.802.362	1.974.802.359	3.949.604.721	72.421.705	99,59%	99,59%
10	CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	158.646.771	100,00%	100,00%
11	CDRJ	372.535.982	372.535.980	745.071.962	1.495.993.493	99,99%	99,99%
12	CEAGESP	31.735.284	-	31.735.284	179.540.930	99,66%	99,66%
13	CEASA - MG	4.994.632	-	4.994.632	17.748.406	99,57%	99,57%
14	CODEBA	11.242.487.105	11.242.487.104	22.484.974.209	237.945.537	97,67%	97,67%
15	CODERN	6.779.648.765	6.779.648.765	13.559.297.530	110.450.403	100,00%	100,00%
16	CODESA	504.271.214	-	504.271.214	122.446.565	99,45%	99,45%
17	CODESP	65.977.961.292	65.989.926.879	131.967.888.171	1.246.006.883	99,96%	99,97%
18	CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	191.740.489	99,97%	99,97%
19	ELETOBRÁS	488.656.241	35.191.002	523.847.243	11.240.273.541	53,99%	46,38%
20	FRANAVE (2)	654.637.649	-	654.637.649	6.875.384	99,96%	99,96%
21	HCR - REDENTOR	2.714.004	898.510	3.612.514	565.653	54,28%	54,74%
22	HF- FÊMINA	4.504.426	-	4.504.426	352.257	50,00%	45,04%
23	HNSC-CONCEIÇÃO	108.511.622	4.530.000	113.041.622	7.446.071	100,00%	100,00%
24	IRB	500.000	-	500.000	515.000.000	100,00%	50,00%
25	PETROBRÁS	1.413.258.228	-	1.413.258.228	16.959.098.736	55,71%	32,21%
26	TELEBRÁS	264.869.987.686	11.214.221	264.881.201.907	104.464.967	76,46%	47,60%
27	TRENSURB	1.252.082.301	-	1.252.082.301	457.021.859	99,33%	99,33%
Total					47.939.668.842		

Fonte: informações enviadas pelas empresas.

Observações:

(1) Inclui 229.400.000 ações ON do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

(2) Em liquidação.

**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM
EMPRESA BINACIONAL**

R\$

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO							
Nº	EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR	% CAPITAL	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	VOTO	TOTAL
1	ALCANTARA CYCLONE	-	-	-	-	-	-

Fonte: Decreto nº 5.436, de 28/4/05 – A Empresa Binacional Alcântara Cyclone Space foi criada pelo Tratado de Cooperação entre República a Federativa do Brasil e a Ucrânia, de 28.4.5. A Portaria MCT nº 559, de 31.8.6, publicou o Estatuto da empresa, segundo o qual o seu capital inicial será de US\$ 4,5 milhões. O Tratado estabelece ainda que os dois países devam integralizar o capital da empresa até um total de US\$ 105 milhões.

**PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM
EMPRESAS PÚBLICAS**

R\$

PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO							
Nº	EMPRESA	QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR	% CAPITAL	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	VOTO	TOTAL
1	BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	13.879.407.032,73	100,00%	100,00%
2	CEF	-	-	-	8.002.717.067,95	100,00%	100,00%
3	CMB	-	-	-	143.992.708,25	100,00%	100,00%
4	CODEBAR (1)	671.704.245	-	671.704.245	6.717.042,45	99,85%	99,85%
5	CODEVASF	40.128.672	-	40.128.672	40.128.672,70	100,00%	100,00%
6	CONAB	1.859.907	-	1.859.907	223.180.498,85	100,00%	100,00%
7	CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	26.058.896,63	98,08%	97,33%
8	DATAPREV	-	-	-	35.700.000,00	51,00%	51,00%
9	EBC	200.000	-	200.000	20.000.000,00	100,00%	100,00%
10	ECT	-	-	-	1.868.963.891,51	100,00%	100,00%
11	EMBRAPA	-	-	-	62.000.000,00	100,00%	100,00%

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO					
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR	% CAPITAL	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	VOTO	TOTAL
12	EMGEA	-	-	-	20.010.218.995,01	100,00%	100,00%
13	EMGEPRON	-	-	-	51.358.320,00	100,00%	100,00%
14	EPE	-	-	-	20.495.639,63	100,00%	100,00%
15	FINEP	300.000.000	-	300.000.000	857.268.098,97	100,00%	100,00%
16	GEIPOT (1)	-	-	-	8.783.828,67	100,00%	100,00%
17	HCPA	-	-	-	315.553.769,23	100,00%	100,00%
18	HEMOBRÁS	-	-	-	78.240.000,00	100,00%	100,00%
19	IMBEL	-	-	-	360.999.657,58	100,00%	100,00%
20	INFRAERO	4.971.513	-	4.971.513	1.227.670.438,12	96,18%	96,18%
21	RADIOBRÁS	46.481.423	-	46.481.423	43.919.290,36	100,00%	100,00%
22	SERPRO	-	-	-	336.420.583,51	100,00%	100,00%
23	VALEC	8.090.009	-	8.090.009	1.240.143.487,63	100,00%	100,00%
Total					48.859.937.919,78		

Fonte: empresas

Observações:

(1) Em liquidação.

PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO

R\$

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO					
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR	% CAPITAL	
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL	INTEGRALIZADO	VOTO	TOTAL
1	AGESPISA	595.964	1.124.142	1.720.106	8.104.445	0,5594%	1,5948%
2	BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	1.854.795	35,4939%	35,4939%
3	BRASKEM	-	1.162.500	1.162.500	12.004.248	0,0000%	0,2587%
4	CAEMA	378.917	-	378.917	378.917	0,0267%	0,0267%
5	CAERN	882.479	155.062	1.037.541	951.230	0,2026%	0,2381%
6	CAGECE	-	17.970	17.970	178.718	0,0000%	0,0199%
7	CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	137.679	0,0044%	0,0342%
8	CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%
9	CEAL	154.408	116.740	271.148	167.598	0,0445%	0,0767%
10	CELPE	38.267	122.911	161.178	1.274.896	0,0577%	0,2160%
11	CEPISA	2.663.808	11.378.549	14.042.357	200.844	0,0106%	0,0536%
12	COELBA	145.381	-	145.381	418.861	0,1330%	0,0773%
13	COELCE	83.448	507.586	591.035	3.287.537	0,1736%	0,7591%
14	COMGAS	72.315	-	72.315	196.914	0,0770%	0,0604%
15	CVRD	56.712	12	56.724	322.865	0,0019%	0,0012%
16	DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,5122%
17	DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.206.439	0,0000%	0,6879%
18	ELETROPAULO	3.335.596.142	-	3.335.596.142	84.325.142	20,0322%	7,9730%
19	EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.526	0,0111%	0,0800%
20	EMBRAER	2.349.911	-	2.349.911	15.200.142	0,3174%	0,3174%
21	GERDAU	21.550	367.398	388.948	4.550.467	0,0093%	0,0583%
22	ICC (1)	-	490	490	245.004	0,0000%	0,1306%
23	METROBUS	158.851	49.143	207.994	207.994	0,6499%	0,8492%
24	METRO-RJ (1)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
25	NORSAL	-	35.370	35.370	435.426	0,0000%	3,2606%
26	NOVACAP	219.400	-	219.400	11.721.698	43,8800%	43,8800%
27	RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
28	RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
29	SAELPA	364	1.435	1.799	529.746	0,0587%	0,2460%
30	SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000%	10,0000%
31	TBM	37.526	-	37.526	2.282.034	1,6855%	1,4003%
32	TELEMAR NL	69	319.903	319.972	9.822.841	0,0001%	0,1324%
33	TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	58.727.640	49,0000%	49,0000%
34	TIM	4.912	62.055	66.967	216.643	0,0006%	0,0029%
35	TRACTEBEL	12.425.102	-	12.425.102	46.555.736	1,9035%	1,9035%
36	USIMINAS	-	548.719	548.719	13.152.548	0,0000%	0,1624%
37	VIVO	2.605	28.646	31.251	137.558	0,0005%	0,0022%
Total					729.105.497		

Fonte: empresas

OBS: Foram relacionadas as participações acionárias minoritárias superiores a 10% e/ou acima de R\$100 mil.

(1) Em liquidação.

Além das participações acionárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais, conforme tabelas a seguir:

PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR - R\$		
FINAM	821.312.642.081	1,24	1.015.717.344	14.869.525	18.389	0,0018%	1.960.381.820,18
FINOR	170.490.097.757	1,18	201.178.315	376.858	445	0,0002%	201.658.187,20
FND	2.920.974.278	781,60	2.283.033.496	1.805.498.291	1.411.177.465	61,811%	1.847.185.603,36
FGP	3.134.754	1.968,78	6.171.630.925,46	3.134.754	6.171.630.925	100,0%	6.171.630.925,46
TOTAL			9.671.560.081		7.582.827.224		10.180.856.536

OBS: As quotas foram avaliadas pelo valor patrimonial

Valor por lote de mil

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - posição em dez/2007

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - posição em dez/2007

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento - posição em nov/2007

FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas posição em dez/2007

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

								US\$ milhões	
ÓRGAO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	CAPITAL SUBSCRITO					PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
			REALIZADO (A)			EXIGÍVEL (B)	TOTAL (A + B)		
			INTEGRALIZADO				Montante		
			PAGO	A PAGAR	TOTAL				
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	BAD	24/6/1983	14,2	0,7	14,9	130,9	145,8	0,50	31/7/2007
	BID	7/12/1959	857,8	151,7	1.009,5	10.393,8	11.403,3	-	31/7/2007
	-BID-CO	7/12/1959	424,3	40,8	465,1	10.393,8	10.858,9	10,75	31/7/2007
	-BID-FOE	7/12/1959	433,5	110,9	544,4	0,0	544,4	5,56	31/7/2007
	CAF	23/5/1996	99,8	0,0	99,8	0,0	99,8	2,23	31/7/2007
	CII	30/6/1986	70,9	6,8	77,7	0,0	77,7	11,15	31/7/2007
	FAD	23/11/1973	182,4	9,4	191,8	0,0	191,8	0,50	31/7/2007
	FIDA	2/11/1978	38,7	13,2	51,9	0,0	51,9	0,92	31/7/2007
	FONPLATA	25/11/1974	116,7	0,0	116,7	13,3	130,0	20,00	31/7/2007
	FUMIN	23/5/1995	16,1	3,9	20,0	0,0	20,0	2,04	31/7/2007
	GEF	17/5/1993	12,0	0,00	12,0	0,0	12,0	N.d.	31/7/2007
Ministério da Fazenda	BIRD	27/5/1945	245,5	0,0	245,5	3.770,10	4.015,6	2,07	31/12/2007
	AID	29/6/1961	532,6	71,7	604,3	0,00	604,3	1,69	31/12/2007
	CFI	31/12/1956	39,5	0,0	39,5	0,00	39,5	1,65	31/12/2007
	MIGA	7/1/1993	5,4	0,00	5,4	22,84	28,2	1,31	31/12/2007
TOTAL			2.231,57	257,40	2.488,90	14.331,00	16.819,90	-	

Fonte:Ministério do Planejamento; Ministério da Fazenda.(Relatório Anual – 2006)

N.d. (Não Disponível)

Principais variações nas participações societárias da União em 2007

Aumento de capital de sociedades

Foram efetivados, em 2007, aumentos de capital, no montante de R\$ 9,47 bilhões, decorrentes de créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital, de incorporação de reservas e do saldo remanescente do lucro líquido de 2006, conforme discriminado no quadro abaixo.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2007

R\$ milhares

EMPRESA	VALOR	ORIGEM DOS CRÉDITOS
SOC. DE ECONOMIA MISTA		
BB	797.797	Incorporação de Reservas
BEP	8.727	Incorporação de Reservas
CBTU	1.734.055	Incorporação de Reservas
CDC	22.490	AFAC
CDP	2.208	AFAC
CDRJ	75.293	AFAC
CODERN	12.781	AFAC
CODESA	18.407	AFAC
CODESP	12.459	AFAC
CODEBA	34.164	AFAC
PETROBRÁS	4.380.477	Incorporação de Reservas
EMPRESAS PÚBLICAS		
CEF	1.446.555	Incorporação de reservas e lucros
EBC	20.000	AFAC
HCPA	5.620	Incorporação de LL de 2006
HEMOBRÁS	36.600	AFAC
IMBEL	41.800	AFAC
INFRAERO	302.540	AFAC
RADIOBRÁS	4.870	Incorporação de Reservas
SERPRO	196.593	Incorporação de LL de 2006 e reservas
VALEC	319.962	AFAC
TOTAL GERAL	9.473.398	

AFAC: Adiantamento para futuro aumento de capital.

Redução de Capital

O Capital da Companhia Docas do Ceará S.A – CDC foi reduzido, no valor de R\$ 2,65 milhões, para compensação do prejuízo de 2006 e ajuste de exercícios anteriores.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte S.A – CODERN teve seu capital social reduzido no valor de R\$ 13.174.801,88 para compensação parcial do prejuízo acumulado em 2006.

Constituição de Empresa

Em outubro de 2007, foi constituída a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, empresa pública, criada pelo Decreto nº 6.246, de 24/10/07, com a finalidade de prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, com o capital social autorizado de R\$ 200 milhões. Em AGE, em 31.10.2007, foi constituído o Capital Social inicial de R\$ 20 milhões, com a emissão de 200.000 ações, todas subscritas pela União.

Transferência de ações para a União

Foram transferidas para a titularidade da União ações antes pertencentes a: a) extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em cumprimento ao disposto do §2, do Art. 21, da Medida Provisória nº 2.156-4, de 24.8.2001; b) entidades extintas, em cumprimento do Art. 23 da Lei nº 8.029, de 12.04.1990; c) órgãos da administração pública federal direta, conforme orientação contida no parecer PGFN/CRE/Nº 2578/2002. Os quadros seguintes identificam as ações transferidas:

TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES – ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E EMPRESAS EXTINTAS

ÓRGÃO DE ORIGEM	EMPRESA	AÇÕES TRANSFERIDAS	ESPÉCIE
CPLAC	AFLUENTE	533.896	ON
	COELBA	533.896	ON
	CONTAX	153	ON
		210	PN
	COSERN	2.297	ON
		445	PNA
		474	PNB
	TELEMAR NORTE LESTE	36	ON
		31	PNA
		4	PNB
	TELE NORTE LESTE	153	ON
		210	PN
DNER	AMAZÔNIA CELULAR	52.767	PNB
	BRASIL TELECOM	1.181	ON
		64.113	PN
	BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES	643	ON
		1.131	PN
	TELEBRÁS	643.385	ON
		1.131.233	PN
	TELESP	651	ON
		1.204	PN
	TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES	643.385	ON
		1.131.233	PN
	TELEMIG CELULAR	1	ON
		1	PN
	TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES	643.385	ON
		1.131.233	PN
	TIM	1.512.020	ON
		3.841.401	PN
	VIVO	1.631	ON
		2.994	PN
GAB. COMANDO MARINHA	TELEMAR NORTE LESTE	41	PNB
INST. BENJAMIN CONSTANT	BB	681	ON
TER-MT	BRASIL TELECOM	71.244	PN

TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES – SUDENE

EMPRESA	ESPÉCIE	AÇÕES TRANSFERIDAS	% CAPITAL SOCIAL
AGESPISA	ON	595.964	1,595%
	PN	1.124.142	
CAGEPA	ON	41.987.615	0,034%
	PN	281.445.419	
CEAL	ON	154.408	0,077%
	PN	116.740	
CEASA-CE	ON	5.443	0,661%
DESO	PN	24.312.654	0,512%
TBM	ON	37.526	1,400%
TEXITA	PNA	18.049	0,106%

TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS – RFFSA

FUNDO	DATA	QUOTAS TRANSFERIDAS	% CAPITAL SOCIAL
FND	31.07.2007	818.947,45	1,60%

Adesão à Oferta Pública de Compra de Ações - OPA

Em 09.01.2007, por meio de adesão à OPA realizada pelo acionista controlador Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista-CTEEP, foram vendidas as 9.556.150.967 ações ordinárias de propriedade da União, que representavam 6,40% do Capital Social da Empresa.

Empresas em Liquidação

Por meio da Portaria MP nº 5, de 16.1.2008, foi prorrogada por 90 dias a liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte - GEIPOT, que teve início com a edição do Decreto nº 4.135, de 20.02.2002. Encontram-se também em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ-RJ, em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11.05.2001; e a Indústria Carboquímica Catarinense S.A.-ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária de 28.03.1994.

Além disso, entraram em processo de liquidação a Companhia de Navegação do São Francisco S.A. - FRANAVE e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena-CODEBAR, por meio dos Decretos 6.020 de 22.1.2007 e 6.182 de 3.8.2007, respectivamente.

Extinção de Empresa Pública

A Centrais de Abastecimento do Amazonas S.A. – CEASA-AM foi extinta pela Assembléia Geral Extraordinária de 28.2.2007. Cabe lembrar que a CEASA-AM encontrava-se em processo de liquidação, nos termos do Decreto nº 3.785, de 6.4.2001, tendo sido incluída no Programa Nacional de Desestatização pelo Decreto nº 3.661, de 14/11/2000.

A Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA foi extinta pela MP nº 353, de 22.1.2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31.5.2007. O encerramento do processo de liquidação da RFFSA insere-se no projeto de revitalização do setor ferroviário, com a conseqüente melhoria nos índices de desenvolvimento econômico. Tal processo está em consonância com a modernização institucional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, uma vez que essa entidade atua na gestão da infra-estrutura de transportes, desempenhando funções relativas à construção, manutenção e operação da infra-estrutura dos segmentos do Sistema Federal de Viação sob administração direta da União nos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Dividendos Arrecadados pela União

A arrecadação de dividendos e juros sobre o capital próprio - JCP para a União, pelo critério de caixa, em 2007, atingiu o montante de R\$6,98 bilhões, inferior em 28,27 % à obtida no exercício de 2006, que foi de R\$ 9,73 bilhões. As empresas recolheram os recursos referentes a dividendos conforme a competência pela administração da participação acionária para os seguintes Órgãos:

ARRECAÇÃO DE DIVIDENDOS/JCP PELA UNIÃO

R\$	
ÓRGÃOS	VALOR
Ministério da Fazenda – STN	6.688.046.601,29
Fundo de Garantia à Exportação	264.021.564,63
Fundo Nacional de Desenvolvimento	15.902.337,26
Órgãos da Adm. Indireta - Orçamento Fiscal e Seguridade	11.053.579,46
TOTAL	6.979.024.082,64

Fonte: SIAFI

O valor recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional - STN totalizou R\$ 6,7 bilhões, inferior em 28% ao obtido em 2006, o que se justifica por uma redução do pagamento de dividendos por parte do BNDES, em função principalmente da necessidade de compatibilizar o percentual de distribuição pretendido à disponibilidade de caixa daquele Banco para 2007, impactado pelo significativo crescimento da demanda por desembolsos de recursos para financiamentos de investimentos.

Dos R\$ 6,7 bilhões arrecadados pela STN, R\$ 5,8 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R\$ 842 milhões foram pagos em títulos públicos federais.

As entidades dependentes, como a Codevasf e a Radiobrás, por exemplo, efetuaram o pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional utilizando a GRU-Intra, sensibilizando a conta de receita 4.7.3.2.2.00.00. O valor total dos dividendos pagos por essas empresas foi de R\$ 34,8 milhões.

Para as demais empresas, não integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a contabilização permaneceu na conta de receita 4.1.3.2.2.00.00 – Dividendos, totalizando, para essas empresas, o montante de R\$ 6,7 bilhões, após ajustes e retificações⁶.

ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2003 A 2007

TIPO DE EMPRESA	EXERCÍCIOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Sociedade de Economia Mista	1.636,62	2.949,62	2.571,53	4.668,96	4.322,30
Empresa Pública	1.896,34	1.086,35	2.029,48	4.559,98	2.238,69
Minoritária	55,23	56,98	86,48	43,98	94,88
FND	123,90	38,25	29,67	15,21	32,17
TOTAL	3.712,09	4.131,20	4.717,16	9.288,14	6.688,05

Fonte: SIAFI

As empresas que mais recolheram dividendos ao Tesouro Nacional, em 2007, foram a Petrobrás, que distribuiu R\$ 2,6 bilhões, seguida pelo Banco do Brasil, com o valor de R\$ 1 bilhão, Caixa Econômica Federal com R\$ 997 milhões e BNDES com R\$ 924 milhões.

Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2007, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração sobre 136.652.272 debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, a importância total de R\$7.726.695,38. Para registro da remuneração das debêntures utiliza-se a conta de receita 4.1.3.2.3.00.00 – Participações.

2.6 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

2.6.1 - Variação do Estoque da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal – DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou, no ano de 2007, crescimento nominal de 10,62% e um crescimento em termos reais de 2,66%, deflacionada pelo IGP-M (7,75%). A dívida interna observou crescimento nominal de 14,19% e a dívida externa um decréscimo de 24,10%. Na Tabela a seguir, estão discriminadas mais detalhadamente as variações de cada um dos itens que compõem a Dívida Pública Federal.

⁶ O valor de R\$6,65 bilhões corresponde ao saldo da conta 4.1.3.2.2.00.00, somado a multas e juros e juros de mora de dividendos (4.1.9.1.8.09.00), menos retificações (4.9.8.0.0.00.00).

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL (EM R\$ MILHÕES)

Mapa Analítico - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - CONSOLIDADO			
	dez/06	dez/07	Variação
DÍVIDA TOTAL (A + B)	1.542.204	1.706.057	10,62%
A. DÍVIDA INTERNA	1.398.750	1.597.173	14,19%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.100.960	1.236.540	12,31%
I.1 LFT, LTN, NTN e outros	1.077.651	1.210.905	12,37%
I.2 DÍVIDA SECURITIZADA	19.094	20.777	8,81%
I.3 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)	4.213	4.859	15,33%
II. DÍVIDA COM O BACEN	297.790	360.633	21,10%
B. DÍVIDA EXTERNA	143.454	108.884	-24,10%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	112.912	84.568	-25,10%
I.1. Bônus de Renegociação	472	336	-28,81%
I.2. Bônus de Captação	112.440	84.232	-25,09%
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.542	24.316	-20,39%

Fonte: STN/CODIV/GEEST

- 1) A divergência entre o estoque informado no “Relatório Anual da Dívida Pública – 2006⁷”, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e a tabela acima decorre da metodologia contábil usada neste relatório em contraposição com a metodologia econômica daquele.
- 2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US\$/R\$ 2,1380 (dez/2006) e 1 US\$/R\$ 1,7713 (dez/2007).

Dívida Mobiliária em Poder do Público – DPMFi

No exercício de 2007, a dívida mobiliária em poder do público (DPMFi), conceito de maior relevância na gestão da dívida pública¹, obteve variação nominal de 14,19%, e uma variação de 5,97% em termos reais (deflator: IGP-M).

A parcela do estoque da DPMFi representada pelas LFT, LTN, NTN e outros títulos (item A-I.1 da tabela anterior) aumentou, em especial pela emissão líquida de R\$ 120,5 bilhões, devido à apropriação de juros nominais de R\$ 141,6 bilhões. Por sua vez, as emissões por colocação direta (não financeiras) foram compensadas pelos cancelamentos realizados no período, correspondendo a um abatimento líquido da dívida de R\$ 128,8 bilhões.

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DPMFI (LFT, LTN E OUTROS) EM MERCADO – 2007

	R\$ milhões
Estoque inicial (dez/06)	1.077.652
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	120.485
(A) Emissões por Oferta Pública	491.664
(B) Pagamentos	371.179
- Principal	281.479
- Encargos	89.700
(+) Emissões por Colocação Direta	6.143
(-) Cancelamentos	134.985
(+) Transferência de Carteira	0
(-) Ajuste de Cálculo	0
(+) Juros Nominais – Competência	141.610
- Inflação Relevante (*)	80.279
- Juros Reais	61.331
Estoque final (dez/07)	1.210.905

Fonte: STN/CODIV/GEEST

(*) O índice utilizado foi o IGP-M

Os cancelamentos totalizaram R\$ 135,0 bilhões, sendo que, desse montante, R\$ 50,9 bilhões referem-se às trocas realizadas nos leilões de NTN-B, R\$ 81,6 bilhões referem-se aos leilões de troca da LFT e LTN.

¹No âmbito da Dívida Pública Federal, a Dívida Mobiliária Interna em Poder do Público é o instrumento básico de gestão, sendo aquele que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do endividamento do Governo Federal.

Dívida Securitizada - em Poder do Público

O estoque da Dívida Securitizada em mercado ficou em R\$ 21 bilhões em 2007, contra R\$ 19 bilhões de dez/06, significando uma variação nominal de 8,81% e uma variação real, deflacionada pelo IGP-M, de 0,98%. O aumento do estoque é justificado pela emissão líquida de R\$ 1,8 bilhão, e pela apropriação de juros nominais de R\$ 1,5 bilhão. O aumento foi amenizado pelos cancelamentos que totalizaram R\$ 1,7 bilhão.

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA SECURITIZADA-2007

	R\$ milhões
Estoque inicial (dez/06)	19.094
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	1.839
(A) Emissões	4.448
(B) Pagamentos	2.609
- Principal	543
- Encargos	2.066
(-) Cancelamentos	1.707
(+) Transferência de Carteira	35
(+) Juros Nominais – Competência	1.514
Estoque final (dez/07)	20.777

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Os cancelamentos ocorridos foram os seguintes:

- R\$ 742 milhões referem-se aos títulos da dívida agrícola que foram trocados por LTN com o Banco do Brasil com base na Lei 10.179/01;
- R\$ 842 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada recebidos como forma de pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal;
- R\$ 123 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram trocados por NTN-B e LTN com o fundo Bradesco – Fundo de Investimento em Renda Fixa - com base na Lei 10.179/01;

Títulos da Dívida Agrária – TDA

Ao longo de 2007, o estoque em TDA teve um aumento nominal de 15,33% e real de 7,03%. O volume de emissões desses papéis foi maior que o montante pago de principal e juros, o que resultou em emissão líquida de R\$ 473 milhões.

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DOS TDA – 2007

	R\$ milhões
Estoque inicial (dez/06)	4.213
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	473
(A) Emissões	1.161
(B) Pagamentos	688
(-) Cancelamentos	55
(-) Ajuste de Cálculo	12
(+) Juros Nominais - Competência	240
Estoque final (dez/07)	4.859

Fonte: STN/CODIV/GEEST

O quadro a seguir apresenta resumo das emissões ao mercado realizadas no período, segundo os respectivos programas e determinações legais:

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS
FIES	Financiamento ao Estudante de Nível Superior. A instituição de ensino que concede o financiamento recebe títulos do Tesouro Nacional (CFT-E) no valor dos financiamentos concedidos. Lei nº 10.260/2001.
VALOR EMITIDO	R\$697,8 milhões
Decreto 1.947/96	Emissão realizada com amparo no Decreto 1.947/96 que dispõe sobre a emissão de Títulos do Tesouro Nacional destinados ao pagamento de dívidas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). Renegociação e quitação de dívida proveniente do PROAGRO entre a União e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul
VALOR EMITIDO	R\$ 7,5 milhões
MP 2.181-45	Emissão realizada com amparo na MP 2.181-45. Contrato de Cessão de Crédito celebrado entre a União e o BNDES.
VALOR EMITIDO	R\$1.899 milhões
PROEX	Programa de Equalização das Taxas de Juros dos Financiamentos às Exportações. As instituições financeiras concedem financiamentos aos exportadores pela taxa de juros externa. O TN emite as NTN-I no montante da diferença entre as taxas externa e interna. Lei nº 10.184/2001.
VALOR EMITIDO	R\$ 354,7 milhões
Reforma Agrária	Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA para fazer face às indenizações decorrentes das desapropriações e compra de terras rurais, com fins sociais, promovidas no âmbito Programa de Reforma Agrária, realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Lei nº 4.504/1964, Decreto nº 578/1992.
VALOR EMITIDO	R\$ 1.162 milhões
Lei 10.179/01	Emissões realizadas com amparo na Lei nº 10.179/2001, com o objetivo de alteração do perfil da carteira, em permuta por outros ativos de responsabilidade do Tesouro Nacional, observada a equivalência econômica dos créditos.
VALOR EMITIDO	R\$ 3.183 milhões
Securitização	FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
	R\$ 4.449 milhões
TOTAL GERAL	R\$ 11.753 milhões

Fonte: STN/CODIV/GEPRE

Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi

Em 2007, observou-se redução na participação dos títulos pós-fixados, notadamente os indexados ao câmbio e à taxa Selic, em contraste com o expressivo aumento dos títulos prefixados, que de 36,13% de participação em 2006, passaram a responder por 37,31% do total da DPMFi em mercado em 2007. Considerando-se os anos anteriores, foi mantido o aumento da participação dos títulos prefixados seguindo a diretriz que norteia a gestão da DPMF sendo que terminaram o ano como a composição com maior participação no estoque da dívida.

COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE

TÍTULO	%	
	dez/06	dez/07
Selic	37,83	33,39
Câmbio	1,30	0,95
Prefixados	36,13	37,31
Índice de Preços	22,54	26,26
TR	2,21	2,09
Demais	-	-

Fonte: STN/CODIV/GEEST

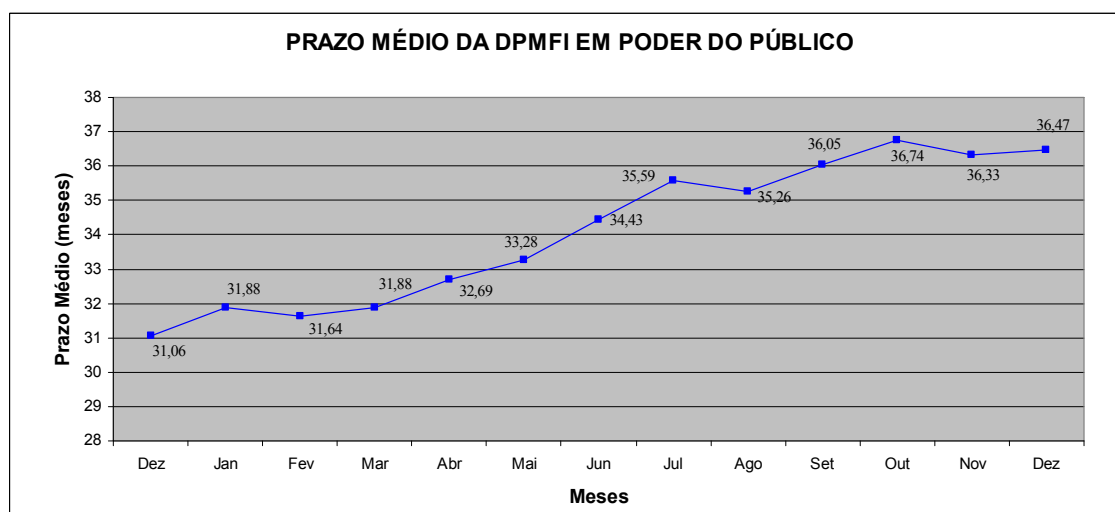
Prazo e Custo Médios da DPMFi

O prazo médio da DPMFi, em mercado, que era de 31,06 meses em dezembro/06 subiu para 36,47 meses em dezembro/07. Este acréscimo é justificado pela estratégia emissão títulos remunerado a índices de preços, os quais possuem prazos superiores aos demais títulos.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

ANO	PERÍODO	PRAZO MÉDIO (MESES)
2006	Dez	31,06
2007	Jan	31,88
	Fev	31,64
	Mar	31,88
	Abr	32,69
	Mai	33,28
	Jun	34,43
	Jul	35,59
	Ago	35,26
	Set	36,05
	Out	36,74
	Nov	36,33
	Dez	36,47

Fonte: STN/CODIV/GEEST



Fonte: STN/CODIV/GEEST

Quanto ao custo médio, seu comportamento foi de redução no decorrer do ano influenciado principalmente pela valorização cambial. Entretanto a apreciação do IGPM e do IPCA no final do ano fez com que o custo voltasse praticamente ao mesmo valor do início do ano.

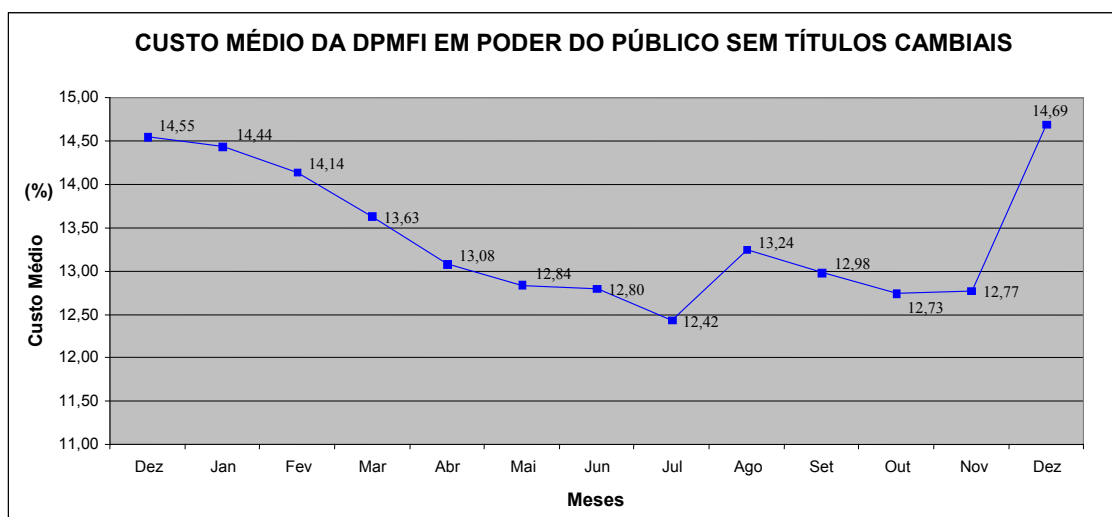
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOIRO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

% a.a.			
ANO	PERÍODO	Custo Médio ⁽¹⁾	Custo Médio ⁽²⁾
2006	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	Ago	13,24	13,74
	Set	12,98	11,89
	Out	12,73	12,00
	Nov	12,77	13,02
	Dez	14,69	14,52

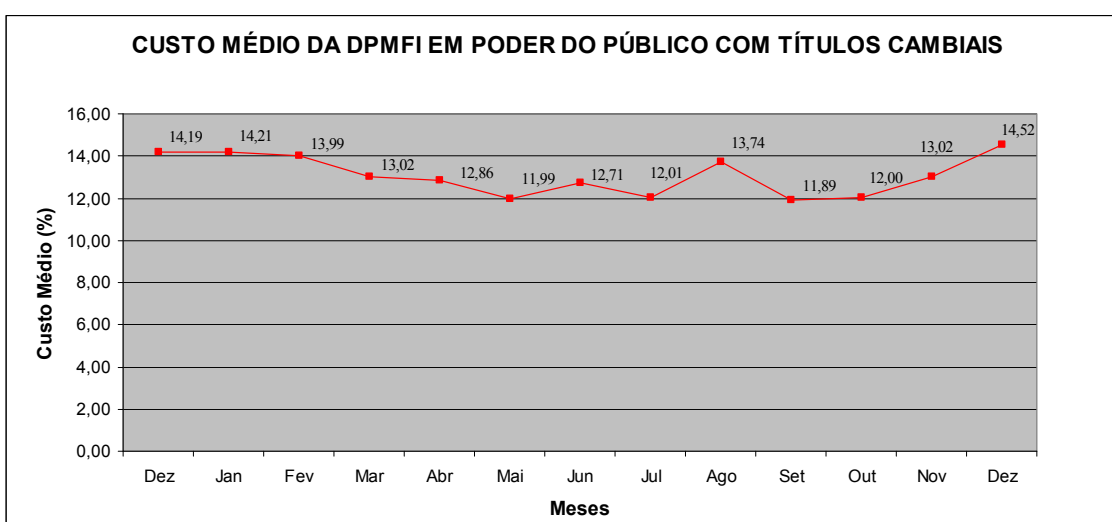
Fonte: STN/CODIV/GEEST

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Fonte: STN/CODIV/GEEST



Fonte: STN/CODIV/GEEST

Dívida Pública Federal Externa – DPFe

O estoque da Dívida Pública Federal externa encerrou o mês de dezembro de 2007 em US\$ 61,5 bilhões, contra US\$ 67,1 bilhões em dezembro de 2006, o que representa um decréscimo de 8,39% neste período.

Com relação ao Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa (*Buyback*), foram recomprados títulos da DPFe com vencimentos até 2040 no montante de US\$ 5,4 bilhões em valor de face, equivalentes a US\$ 7,0 bilhões em valor financeiro. Além de proporcionar uma redução nos fluxos de pagamento de juros, o programa tem por objetivo fortalecer pontos de referência (benchmark) e corrigir distorções na curva de juros brasileira, bem como reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Federal.

VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA

	Dez/06 (US\$ mil)	Dez/07 (US\$ mil)	Variação (%)
1) Dívida Mobiliária Externa	52.812.244	47.743.463	-9,60%
1.1) Dívida Reestruturada	220.687	189.740	-14,02%
1.2) Captações no Mercado Internacional – Dívida Soberana	52.591.557	47.553.723	-9,58%
2) Dívida Contratual Externa	14.285.449	13.727.828	-3,90%
2.1) Organismos Multilaterais	11.541.764	11.451.641	-0,78%
2.2) Credores Privados e Agências Governamentais	2.743.685	2.276.187	-17,04%
2.3) Clube de Paris	0	0	-
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA	67.097.693	61.471.291	-8,39%

Fonte: STN/CODIV/GEEST

EMISSIONES SOBERANAS REALIZADAS EM 2007

TÍTULO EMITIDO	DATA DE EMISSÃO	MOEDA DE EMISSÃO	VALOR EMITIDO (moeda de origem)	VALOR EMITIDO (em US\$) ¹
Global 2037 (Reabertura)	30.01.2007	Dólar	500.000.000	500.000.000
Global 2028	14.02.2007	Real	1.500.000.000	714.711.137
Global 2028 (Reabertura)	27.03.2007	Real	750.000.000	360.750.361
Global 2017 (Reabertura)	11.04.2007	Dólar	525.000.000	525.000.000
Global 2028 (Reabertura)	17.05.2007	Real	787.500.000	389.196.402
Global 2028 (Reabertura)	26.06.2007	Real	750.000.000	393.494.229
			TOTAL	2.883.152.129

Fonte: STN/CODIV/GEEST

2.6.2 - Avanços na Administração da Dívida Pública

Em 2007, o Tesouro Nacional avançou no processo de aperfeiçoamento da administração da Dívida Pública Federal - DPF. Dentre as ações tomadas no mercado interno, destacam-se a efetiva implantação da estratégia de criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) para os títulos prefixados, bem como o início das emissões da NTN-F 2017, o título prefixado em moeda local mais longo já emitido pelo Brasil.

Além disso, o Tesouro Nacional participou de discussões e estudos com o propósito de elaborar medidas que busquem eliminar os entraves ao desenvolvimento do mercado secundário de títulos públicos, sobretudo objetivando o aumento de sua transparência e liquidez.

No mercado externo, o Tesouro Nacional passou a ser responsável também pela operacionalização do Programa de Resgate Antecipado, que tinha anteriormente o Banco Central como agente do Tesouro Nacional. O Programa, que busca a melhoria da composição da dívida externa e o alongamento de seu prazo médio, atingiu US\$ 7,0 bilhões em valor financeiro (US\$ 5,4 bilhões em valor de face), o que significou a retirada do mercado de cerca de 12,2% do estoque dos títulos soberanos em dólares em dezembro de 2006. O efeito do Programa foi a redução de juros a serem pagos até 2040, no total de US\$ 9,4 bilhões em valores correntes. Com o resgate antecipado dos títulos, reduz-se a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, além de produzir melhora no perfil da curva.

Resultados Alcançados

O Plano Anual de Financiamento de 2007 – PAF 2007 reafirmou as diretrizes principais para a administração da DPF, dentre elas, o alongamento do seu prazo médio, a redução do percentual vincendo em 12 meses, a melhora da composição da dívida e a suavização do perfil do endividamento público externo. As metas que refletiam essas diretrizes foram, em sua maior parte, atingidas, com destaque para a melhora da composição da DPF e da Dívida Pública Mobiliária Federal interna-DPMFi, em especial o aumento da participação dos títulos prefixados e remunerados por índice de preços.

Os estoques da DPF e da DPMFi encerraram o ano ligeiramente abaixo dos limites mínimos estabelecido pelo PAF. Para a DPMFi, a principal razão foi o fato do montante das emissões realizadas ao longo de 2007 ter sido inferior ao mínimo que se previa, devido a condições de mercado. O prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos, alcançando 39,2 meses (para limites entre 37 e 42 meses). Por sua vez, o prazo médio da DPMFi ultrapassou o limite superior do PAF 2007 atingindo 36,5 meses (para limites entre 32 e 36 meses). Esses resultados demonstram o alongamento do perfil da dívida pública em relação ao ano anterior. Outro resultado significativo foi a redução do percentual da dívida vincenda em 12 meses, que encerrou o ano em 28,2% para a DPF e em 30,2% para a DPMFi, decorrente da diminuição expressiva nas emissões de títulos com prazo inferior a doze meses.

Merecem destaque os indicadores de composição da DPMFi que correspondem ao melhor resultado alcançado desde o início da publicação das estatísticas oficiais, em 1999. A participação dos títulos referenciados à taxa Selic apresentou expressiva queda, passando de 37,8%, em dezembro de 2006, para 33,4%, em dezembro de 2007. Já a participação de títulos prefixados atingiu 37,3% do estoque, ante 36,1% no ano anterior, enquanto os títulos referenciados por índices de preços passaram de 22,5% para 26,3%. Ressalta-se que o aumento

¹ O cálculo de conversão foi realizado com a PTAX de fechamento de venda da data de emissão do título.

dos títulos prefixados no total da dívida proporciona maior previsibilidade à gestão da dívida pública e incentiva o desenvolvimento da curva de juros doméstica, além de ampliar o efeito da política monetária.

As emissões ocorridas em 2007 no mercado internacional totalizaram US\$ 2,9 bilhões, com destaque para a emissão do título da dívida externa brasileira em reais de 20 anos, o Global 2028, que proporcionou o alongamento da curva externa de títulos prefixados denominados em moeda doméstica. Nas últimas emissões externas, observou-se que as taxas de reabertura dos títulos foram sistematicamente inferiores às obtidas nas colocações anteriores, assim como houve aumento gradual nos prazos de emissão ao longo dos anos.

Avanços Institucionais

Dentre outros, o Tesouro Nacional tem como objetivo aprimorar a administração da Dívida Pública Federal - DPF e intensificar o diálogo com a comunidade financeira, prezando pela transparência nas informações acerca da política fiscal e da administração da DPF, com vistas ao desenvolvimento do mercado brasileiro de capitais e ampliação de sua base de investidores.

Nesse sentido, ao longo de 2007, o Tesouro Nacional participou dos 10 encontros promovidos pelo grupo BEST Brazil (Brazil: Excellence in Securities Transaction), atingindo o total de 739 investidores; realizou Roadshows (com participação de 100 instituições financeiras) e realizou três conference calls (em média, 100 participantes por edição). A partir de 2007, os conference calls passaram a fazer parte de calendário regular de atividades do Tesouro Nacional, com cronograma divulgado no início de cada ano.

Em paralelo, foram publicados, em inglês, o manual de precificação dos títulos da dívida mobiliária e o guia do investidor não residente que deseja aplicar seus recursos no Brasil. Em Janeiro, o Tesouro Nacional iniciou a divulgação do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, unificando as informações e as estatísticas sobre a DPF, em substituição à “Nota para a Imprensa – DPMFi e Mercado Aberto”.

Destaca-se também a divulgação do Tesouro Direto, intensificada com a participação em feiras de investimento, que reuniram mais de 48 mil pessoas nas cidades de Curitiba, Macaé, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde foram realizadas palestras e prestados esclarecimentos individualizados aos investidores sobre o Programa. O Tesouro Nacional também realizou palestras, em universidades e instituições, com a participação de aproximadamente 450 pessoas.

A integração entre o Tesouro Nacional e os demais órgãos governamentais responsáveis pela gestão da dívida dos países latino-americanos foi ampliada durante o III Encontro Anual do Grupo de Especialistas em Gerenciamento da Dívida Pública da América Latina e Caribe (LAC Debt Group), realizado em abril, em São José, na Costa Rica. Nesse fórum, foi apresentada a experiência brasileira em estratégia de longo prazo para a gestão da dívida e a importância do relacionamento com investidores. No encontro temático, ocorrido em outubro, em Caracas, Venezuela, o Brasil esteve presente tratando da relação entre os passivos contingentes e a gestão da dívida. Ainda no âmbito do LAC Debt Group, o Brasil foi responsável pela coordenação de trabalho sobre o desenvolvimento do mercado secundário na região, tema eleito pelo grupo como um dos mais importantes para o desenvolvimento do mercado de títulos públicos.

Ainda, também, ao longo do ano, em prol do aprimoramento da administração da DPF, foi finalizada a transferência da administração dos contratos de dívida externa que se encontravam sob a responsabilidade de diversos órgãos da administração direta da União para o âmbito do Tesouro Nacional (conforme previsto no Decreto nº 5.994, de 19.12.2006). A medida teve por objetivo melhorar o controle das referidas obrigações.

O ano também foi marcado por elevações na classificação de risco concedidas pelas principais agências de rating que acompanham o Brasil. As atuais classificações são as mais elevadas desde que o País concluiu a renegociação da sua dívida externa em 1994.

2.7 - AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

2.7.1 - Missões Técnicas

No decorrer do ano de 2007, a Secretaria do Tesouro Nacional realizou 25 missões técnicas com o intuito de conhecer em detalhes a situação fiscal dos Estados e do Distrito Federal, de forma a reunir informações que possibilitassem a avaliação do cumprimento das metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do exercício de 2006 e a realização de projeções que servissem de base para a sua revisão para os próximos exercícios.

MISSÕES TÉCNICAS REALIZADAS

ESTADO	PERÍODO	FINALIDADE
AC	04.06.07 a 06.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
AL	25.06.07 a 27.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
AM	13.06.07 a 15.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
BA	18.06.07 a 20.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
CE	11.06.07 a 13.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
DF	25.04.07 a 27.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
ES	20.06.07 a 22.06.2007	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
GO	21.05.07 a 23.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
MA	18.04.07 a 20.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
MG	16.05.07 a 18.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
MS	07.05.07 a 09.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
MT	14.05.07 a 16.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.

ESTADO	PERÍODO	FINALIDADE
PA	20.03.07 a 23.03.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
PB	09.04.07 a 11.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
PE	23.05.07 a 25.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
PI	28.05.07 a 30.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
PR	25.04.07 a 27.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
RJ	30.05.07 a 01.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
RN	02.05.07 a 04.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
RO	11.07.07 a 13.07.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
RR	23.07.07 a 25.07.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
RS	11.04.07 a 13.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
SC	09.05.07 a 11.05.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
SE	04.06.07 a 06.06.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.
SP	18.04.07 a 20.04.07	Realizar avaliação preliminar sobre o cumprimento de metas e compromissos do Programa do Estado relativos ao exercício de 2006 e projeção preliminar dos indicadores pertinentes ao estabelecimento de metas e compromissos relativos ao Programa do Estado para o período 2007-2009.

2.7.2 - Revisão de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal constitui parte integrante do Contrato de Refinanciamento de Dívidas e tem a finalidade de estabelecer as metas e compromissos a serem alcançadas pelo Estado em determinado período. O Programa é trienal podendo ser revisado a cada ano. No ano de 2007, como resultado das análises fiscais, missões técnicas e negociações com representantes dos governos estaduais, foram revisados os 21 Programas listados abaixo:

REVISÕES DOS PROGRAMAS

ESTADO	DESCRIÇÃO	DATA DA REVISÃO
AC	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 30.10.07
AL	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 31.10.07
AM	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 30.07.07
BA	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 31.10.07
CE	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 18.07.07
ES	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 22.11.07
MA	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 31.10.07
MG	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 31.08.07
MT	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 23.10.07
PA	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 20.04.07
PB	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 31.10.07
PE	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 11.07.07
PI	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 30.11.07
PR	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 30.11.07
RN	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 22.06.07
RO	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 29.10.07
RR	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 29.10.07
RS	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 28.11.07
SC	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 20.11.07
SE	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 30.10.07
SP	Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal atualizado para o triênio 2007-2009	Revisado em 04.07.07

2.7.3 - Avaliação do Cumprimento das Metas dos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal

Uma vez estabelecidos os Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal, o cumprimento das metas estabelecidas para cada ano é avaliado. Assim, ao longo de 2007, a Secretaria do Tesouro Nacional efetuou as avaliações, elaborando as respectivas Notas Técnicas do Distrito Federal e de 24 Estados que possuem Programas, conforme descrito a seguir:

AVALIAÇÕES DAS METAS – EXERCÍCIO DE 2006

ESTADO	DOCUMENTO
AC	Nota nº 1.468, de 08.08.07 (Metas 2006)
AL	Nota nº 1.824, de 23.10.07 (Metas 2006)
AM	Nota nº 1.761, de 26.09.07 (Metas 2006)
BA	Nota nº 2.137, de 04.12.07 (Metas 2006)
CE	Nota nº 1.704, de 17.09.07 (Metas 2006)
DF	Nota nº 1.851, de 11.10.07 (Metas 2006), com revisão das metas 2 e 4
ES	Nota nº 1.492, de 30.10.2007 (Metas 2006)
GO	Nota nº 1.986, de 06.11.07 (Metas 2006)
MA	Nota nº 2.138, de 04.12.07 (Metas 2006)
MG	Nota nº 1.647, de 31.08.07 (Metas 2006)
MS	Nota nº 1.908, de 23.10.07 (Metas 2006)
MT	Nota nº 2.095, de 27.11.07 (Metas 2006)
PA	Nota nº 502, de 03.04.07 (Metas 2006)
PB	Nota nº 1.467, de 08.08.07 (Metas 2006)

ESTADO	DOCUMENTO
PE	Nota nº 1.585, de 27.08.07 (Metas 2006)
PI	Nota nº 2.051, de 12.11.2007 (Metas 2006)
PR	Nota nº 1.940, de 30.10.2007 (Metas 2006)
RJ	Nota nº 1.466, de 08.08.07 (Metas 2006), com revisão das metas 2 e 6
RN	Nota nº 1.587, de 27.08.07 (Metas 2006)
RO	Nota nº 1.625, de 30.08.07 (Metas 2006)
RR	Nota nº 1.941, de 30.10.07 (Metas 2006)
RS	Nota nº 1.259, de 19.07.2007 (Metas 2006)
SC	Nota nº 1.620, de 30.08.2007 (Metas 2006)
SE	Nota nº 2.077, de 20.11.07 (Metas 2006), com revisão das metas 2 e 5
SP	Nota nº 1.584, de 27.08.2007 (Metas 2006)

2.7.4 - Estoque das Dívidas

A relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real (RLR) constitui meta do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de acordo com o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9496/97. Em função disso, a STN realizou em 2007 acompanhamentos trimestrais desse indicador, com base nos cálculos da RLR e nos demonstrativos de saldos e cronogramas de desembolso enviados trimestralmente pelos Estados e pelo DF, nos termos da Portaria nº 89, de 24 de abril de 1997.

2.7.5 - Cálculo da Receita Líquida Real – RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, como consequência foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.7.6 - Cálculo da Capacidade de Pagamento

No período em questão foram feitas 93 análises de capacidade de pagamento, sendo 75 de Municípios e 18 de Estados. Segue abaixo a listagem dos Estados e dos Municípios que tiveram analisados suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO NOS ESTADOS

INTERESSADO	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
AM	Zona Franca Verde – 1ª. Fase	BIRD	770, de 14.05.07
CE	Projeto de Atenção a Saúde Secundária e Terciária	BID	1.454, de 07.08.07
CE	Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos	BIRD	1.454, de 07.08.07
CE	Programa de Apoio a Inclusão Social e Crescimento Econômico	BIRD	1.454, de 07.08.07
CE	Programa Rodoviário do Estado do Ceará	BIRD	1.454, de 07.08.07
DF	Programa de Gestão de Águas e Drenagem do Distrito Federal – ÁGUAS DO DF	BIRD	466, de 29.03.07
DF	Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada	BID	6.587, de 27.11.07
MG	PRONOROESTE	BID	1.838, de 22.05.07

INTERESSADO	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
RJ	Programa Estadual de Transporte	BIRD	2.038, de 09.11.07
RJ	Programa Estadual de Transporte	BIRD	2.145, 05.12.07
RN	Projeto de Combate à Pobreza Rural	BIRD	135, de 31.01.07
RN	Programa de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-Árido Potiguar	BIRD	719, de 08.05.07
RN	Projeto de Combate à Pobreza Rural	BIRD	719, de 08.05.07
SP	Programas Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS II	BIRD	1.260, 19.07.07
SP	Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	BIRD	1.260, 19.07.07
SP	Metro/CPTM – Aquisição de Material Rodante, Sistemas e Obras Cíveis	BID	1.260, 19.07.07
TO	Programa de Desenvolvimento da região Sudoeste do Estado do Tocantins - PRODOESTE	BID	588, de 18.04.07
TO	Programa Pontes para Aceleração do Crescimento – PAC 2007 - Tocantins	Mediocrédito Centrale	1.409, de 02.08.07

ANÁLISES DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS

	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Niterói/RJ	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Niterói	BID	650, de 30.04.07, 961, de 05.06.07, 2.277, de 21.12.07
Catanduva/SP	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva	BID	730, de 09.05.07
Santa Cruz do Sul/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado do Estado do Rio Grande do Sul	BID	731, de 09.05.07
Erechim/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul (Pró-Cidades)	BID	732, de 09.05.07
Caxias do Sul/RS	Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura e dos Serviços Básicos	CAF	751, de 14.05.07
Taboão da Serra/SP	Programa Urbanístico Integrado e Social de Taboão da Serra	BID	752, de 14.05.07, 1.767 de 27.09.07
Passo Fundo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul	BID	753, de 14.05.07
Macaé/RJ	Programa Integrado de Infra-Estrutura Urbana e Social de Macaé	BID	754, de 14.05.07
São José dos Pinhais/PR	Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Itaqui e Ressaca	BID	755, de 14.05.07
Fortaleza/CE	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza	BID	756, de 14.05.07
Betim/MG	Projeto Rio Betim (Fase II)	BIRD	757, de 14.05.07
Porto Alegre/RS	Programa Integrado Sócio-Ambiental de Porto Alegre – PISA	BID	758, de 14.05.07
São José dos Campos/SP	Programa de Reestruturação Urbana e Ambiental de São José dos Campos	BID	759, de 14.05.07
Angra dos Reis/RJ	Programa de Saneamento Básico de Angra dos Reis - SANEANGRA	CAF	778, de 15.05.07
Chapecó/SC	Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Viária de Chapecó	FONPLATA	779, de 15.05.07
Belford Roxo/RJ	Projeto de Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo	BID	825, de 18.05.07
Rio de Janeiro/RJ	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares para o Município do Rio de Janeiro - PROAP RIO (Etapa III)	BID	872, de 28.05.07, 1.254, de 18.07.07
Presidente Prudente/MG	Programa de Desenvolvimento Urbano de Presidente Prudente - Programa Prudente Melhor	FONPLATA	1.076, de 22.06.07
Novo Hamburgo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul (Pró-Cidades)	BID	1.108, de 28.06.07
Goiânia/GO	Projeto de reurbanização do Vale dos Córregos Macambira/Anicuns	BID	1.148, de 05.07.07
Bagé/RS			

	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
	Projeto Rainha da Fronteira	BIRD	1.169, de 09.07.07
Recife/PE	Projeto Capibaribe Melhor	BIRD	1.267, de 20.07.07
Belo Horizonte/MG	Programa Vilas Urbanizadas	BIRD	1.388, de 31.07.07
Uberaba/MG	Programa de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água	BIRD	1.389, de 31.07.07
Americana/SP Joinville - SC	Programa de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Americana - Programa Americana Sustentável	FONPLATA	1.394, de 31.07.07
	Projeto de Revitalização Ambiental e de Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Pirai - Projeto Viva Cidade	BID	1.433, de 03.08.07
Pelotas/RS	Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal	BIRD	1.434, de 03.08.07
Santa Maria/RS	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região de Santa Maria	BIRD	1.463, de 08.08.07
Pelotas/RS	Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal	BIRD	1.464, de 08.08.07
Itú/SP Florianópolis/SC	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Itú	BID	1.480, de 10.08.07
	Programa de Requalificação do Sistema Viário e da Circulação de Pedestres de Florianópolis	CAF	1.481, de 10.08.07
Jundiaí/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Jundiaí	BID	1.482, de 10.08.07, 1.770, de 27.09.07
Limeira/SP	Projeto Acelera Limeira	FONPLATA	1.535, de 17.08.07
Vitória/ES	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Vitória	BID	1.654, de 04.09.07, 2.147, de 05.12.07
Canoas/RS	Programa de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento urbano de Canoas - Pró-Canoas	CAF	1.668, de 06.09.07
Recife/PE	Projeto de Melhoria da Acessibilidade Viária à Zona Sul de Recife - Via Mangue	CAF	1.684, de 11.09.07
Lages/SC	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Lages - Pró-Lages	BID	1.738, de 24.09.07
São Bernardo do Campo/SP	Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Mananciais da Represa Billings em São Bernardo do Campo	JBIC/AOC	1.739, de 24.09.07
Taubaté/SP	Programa de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Taubaté	FONPLATA	1.740, de 24.09.07
Barbacena/MG	Programa de Desenvolvimento Urbano, Ambiental e Social do Município de Barbacena - Programa Caminhos para o Futuro	FONPLATA	1.741, de 24.09.07
Feira de Santana/BA	Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana	CAF	1.746, de 25.09.07, 2.034, de 08.11.07
Alvorada/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal e Urbano do Rio Gravataí	BID	1.747, de 25.09.07
Fortaleza/CE	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza - DRENURB	CAF	1.748, de 25.09.07
Fortaleza/CE	Programa de Requalificação Urbana e Desenvolvimento Econômico das Zonas de Especial de Interesse Social do Município de Fortaleza - PREZEIS	BIRD	1.748, de 25.09.07
Goiânia/GO Nova Iguaçu/RJ	Programa de Transportes do Município de Goiânia	BID	1.750, de 25.09.07
	Programa de Urbanização Integrada de Nova Iguaçu	BID	1.751, de 26.09.07, 2.200, de 11.12.07, 2.229, de 14.12.07
Juiz de Fora/MG Colatina/ES	Projeto Eixo Paraibuna	BID	1.769, de 27.09.07
	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Inclusão Social de Colatina	BID	1.776, de 27.09.07
Teresina/PI Ipatinga/MG	Programas Lagoas do Norte	BIRD	1.882, de 18.10.07
	Programa Ipatinga Mais Humana	FONPLATA	1.898, de 22.10.07
Paranaguá/PR	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá	BID	2.085, de 22.11.07
Curitiba/PR	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte - Projeto Qualidade Curitiba	AFD	2.086, de 22.11.07
Campo Grande/MS	Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande	BID	2.110, de 28.11.07
São José dos Pinhais/PR	Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental das Bacias dos Rios Itaqui e Ressaca	BID	2.129, de 04.12.07
São Luís/MA	Programa de Recuperação Ambiental e melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga	BIRD	2.130, de 04.12.07

	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Belo Horizonte/MG	Programa de Desenvolvimento Integrado - BH Cidadania	BID	2.146, de 05.12.07
Uruguaiana/RS	Projeto Uruguaiana Vencerá	BIRD	2.149, de 06.12.07
Paranaguá/PR Vila Velha/ES	Programa de Revitalização do Sistema Viário de Paranaguá - Paranaguá no Rumo Certo	FONPLATA	2.150, de 06.12.07
	Projeto Integrado para o Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha	FONPLATA	2.151, de 06.12.07
Toledo/PR Cachoeiro do Itapemirim/ES	Programa de Desenvolvimento Sócio-Econômico Sustentável de Toledo	BID	2.161, de 07.12.07
	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Município de Cachoeiro do Itapemirim (Pró-Cidades)	BID	2.198, de 11.12.07
Manaus/AM	Programa de Infra-Estrutura Urbana e Ambiental do Município de Manaus - Pró-Manaus	CAF	2.199, de 11.12.07
Sorocaba/SP	Programa Ambiental e de Integração Social - Sorocaba Total	CAF	2.204, de 12.12.07
Hortolândia/SP	Programa de Infra-Estrutura Urbana e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia - INFRA-URBE	FONPLATA	2.225, de 13.12.07
Cuiabá/MT	Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Vale do Córrego Gunitá e Recuperação do Entorno	FONPLATA	2.299, de 27.12.07
Cachoeirinha/RS	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha	FONPLATA	2.306, de 28.12.07

2.7.7 - Transferências

Realizar os Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

As Leis nº 11.492, de 20 de junho de 2007 e nº 11.512, de 08 de agosto de 2007 autorizaram o repasse total de R\$1.950.000.000 (um bilhão e novecentos e cinquenta milhões) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no ano de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do país. A Secretaria do Tesouro Nacional foi responsável pela apuração dos cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

ENTREGA DE RECURSOS REFERENTE ÀS LEIS Nº 11.492, DE 20 DE JUNHO DE 2007 E Nº 11.512, DE 08 DE AGOSTO DE 2007

R\$1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	4.197.375,00	3.148.031,25	1.049.343,75
AL	63.073.725,00	47.305.293,75	15.768.431,25
AM	49.039.575,00	36.779.681,25	12.259.893,75
AP	15.729.675,00	11.797.256,25	3.932.418,75
BA	82.169.100,00	61.626.825,00	20.542.275,00
CE	36.421.125,00	27.315.843,75	9.105.281,25
DF	5.750.550,00	5.750.550,00	0
ES	149.370.975,00	112.028.231,25	37.342.743,75
GO	44.702.775,00	33.527.081,25	11.175.693,75
MA	68.057.925,00	51.043.443,75	17.014.481,25
MG	164.696.025,00	123.522.018,75	41.174.006,25
MS	30.174.300,00	22.630.725,00	7.543.575,00
MT	136.297.200,00	102.222.900,00	34.074.300,00
PA	210.932.475,00	158.199.356,25	52.733.118,75
PB	20.699.250,00	15.524.437,50	5.174.812,50
PE	18.463.575,00	13.847.681,25	4.615.893,75
PI	14.687.400,00	11.015.550,00	3.671.850,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
PR	177.930.675,00	133.448.006,25	44.482.668,75
RJ	67.572.375,00	50.679.281,25	16.893.093,75
RN	27.776.775,00	20.832.581,25	6.944.193,75
RO	16.356.600,00	12.267.450,00	4.089.150,00
RR	3.597.750,00	2.698.312,50	899.437,50
RS	162.432.075,00	121.824.056,25	40.608.018,75
SC	121.938.375,00	91.453.781,25	30.484.593,75
SE	5.298.150,00	3.973.612,50	1.324.537,50
SP	242.351.850,00	181.763.887,50	60.587.962,50
TO	10.282.350,00	7.711.762,50	2.570.587,50
TOTAL	1.950.000.000,00	1.462.500.000,00	487.500.000,00

Até o dia 31 de dezembro de 2007 os estados do Acre e do Pará encontravam-se pendentes em relação à prestação de informações referentes à Portaria MF Nº 42, de 05 de março de 2007. Por esse motivo, teve parcela dos recursos retidos até a normalização dessa situação.

Para dar publicidade às informações produzidas, foram disponibilizados na página da Secretaria do Tesouro Nacional, na Internet, os valores transferidos mensalmente aos Estados e os montantes destinados aos Municípios.

Cálculos dos Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02

Em 2007, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº 115/02. Como resultado destes cálculos, foram transferidos os valores abaixo detalhados.

LEI COMPLEMENTAR Nº115/02 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2007

R\$1,00			
UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.218,00	4.096.072,00
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
BA	72.474.870,00	54.356.153,00	18.118.717,00
CE	31.761.795,00	23.821.346,00	7.940.449,00
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MT	37.846.965,00	28.385.224,00	9.461.741,00
MS	24.075.675,00	18.056.756,00	6.018.919,00
MG	251.630.730,00	188.723.048,00	62.907.683,00
PA	85.092.345,00	63.819.259,00	21.273.086,00
PB	5.606.250,00	4.204.688,00	1.401.563,00
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
PE	28.970.175,00	21.727.631,00	7.242.544,00
PI	5.882.175,00	4.411.631,00	1.470.544,00
RJ	114.368.085,00	85.776.064,00	28.592.021,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
RN	7.061.730,00	5.296.298,00	1.765.433,00
RS	195.866.970,00	146.900.228,00	48.966.743,00
RO	4.863.105,00	3.647.329,00	1.215.776,00
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
SC	70.030.545,00	52.522.909,00	17.507.636,00
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
SE	4.884.555,00	3.663.416,00	1.221.139,00
TO	1.535.235,00	1.151.426,00	383.809,00
TOTAL	1.950.000.000,00	1.466.447.532,00	483.552.468,00

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/02. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

2.8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

2.8.1 - Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito - OOC aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

No exercício de 2007 as ações orçamentárias no âmbito das Operações Oficiais de Crédito foram contempladas pela Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 (que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2007) com o montante de R\$ 7.906.492 mil, dos quais R\$ 1.946.637 mil destinados à concessão de empréstimos, R\$ 5.959.855 mil à equalização de preços e taxas com a seguinte composição por fonte de recursos:

- FONTE 100 - Recursos Ordinários - R\$ 646.637 mil;
- FONTE 144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - R\$ 950.481 mil;
- FONTE 159 – Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos – R\$ 228.826 mil; e
- FONTE 160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito -R\$ 6.080.548 mil.

Foram concedidos créditos adicionais no montante de R\$ 1.203.003 mil, dos quais, R\$ 993.003 mil em Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - GSPCPA, R\$ 180.000 mil em Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Crédito Rural de Investimento Rural e Agroindustrial e R\$ 30.000 mil em Empréstimos do Governo Federal - EGF.

Os cancelamentos totalizaram R\$ 70.000 mil, sendo R\$ 30.000 mil em Custeio Agropecuário e R\$ 40.000 mil no Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Sendo assim, a dotação final em 2007 resultou no montante de R\$ 9.039.495 mil. Entretanto, a execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R\$ 4.732.735 mil, incluídos neste valor R\$ 983.475 mil de Restos a Pagar/2006. Foram inscritos R\$ 2.273.963 mil em Restos a Pagar/2007.

Além disso, foram liberados ao Banco Central do Brasil, R\$ 50.000 mil, para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, constante dos Encargos Financeiros da União - Ministério da Fazenda.

2.8.2 - Financiamento

I. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar.

O PRONAF destina-se ao apoio das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural, além da concessão de rebates nas taxas, para incentivar a adimplência dos mutuários, e até mesmo no principal. Dentro dessa ótica, o Tesouro Nacional participa do apoio governamental ao PRONAF por meio de duas modalidades básicas:

- Financiamentos com recursos do Orçamento Geral da União - OGU; e
- Subvenções econômicas (Equalização de Taxas de Juros e Rebates).

Em 2007, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 646.637 mil. Foram executados financeiramente R\$ 455.109 mil, além de R\$ 37.791 mil de Restos a Pagar/2006.

Os reembolsos em 2007 foram de R\$ 242.433 mil e a diferença entre os desembolsos e as entradas de recursos ficou em R\$ 250.467 mil. Foram inscritos R\$ 55.498 mil em Restos a Pagar/2007.

Em síntese, o desempenho do PRONAF – financiamento, no ano de 2007, com respeito à dotação e execução orçamentária, é apresentado no quadro abaixo.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM FINANCIAMENTO - PRONAF

R\$ mil			
DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
646.637	455.109	55.498	136.030

Fonte: MF/STN/COPEC/GECAAP

II. Financiamento para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros.

Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos aos exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2007, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 1.300.000 mil para a modalidade Financiamento. Posteriormente foram cancelados R\$ 40.000 mil, resultando na dotação final de R\$ 1.260.000 mil.

As despesas totalizaram R\$ 526.564 mil, além de R\$ 118.500 mil de Restos a Pagar/2006. Foram inscritos R\$ 120.000 mil em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM FINANCIAMENTO - PROEX

R\$ MIL					
DOTAÇÃO INICIAL	CANCELAMENTO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
1.300.000	40.000	1.260.000	526.564	120.000	613.436

Fonte: MF/STN/COPEC/GEFEX

O PROEX contou com retornos da ordem de R\$ 795.568 mil, o que corresponde a um crescimento de 7,35% em relação aos retornos do ano anterior (R\$ 741.073 mil).

III. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS

O PIPS tem por objetivo incentivar a realização de projetos estruturados na área de desenvolvimento urbano e infra-estrutura, com a participação dos setores público e privado, por intermédio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ou Fundos de Investimento Imobiliário - FII.

O Programa foi criado pela Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto 5.004, de 4 de março de 2004.

No ano de 2007, foram consignados R\$ 700 milhões no orçamento para a ação de financiamento no âmbito do PIPS, os quais não foram executados. Tal fato decorre da falta de interesse do setor privado em participar do PIPS, uma vez que os projetos de infra-estrutura demandam taxas de captação muito mais baixas do que as praticadas pelo mercado. Entretanto, propostas de aperfeiçoamento do Programa estão em estudo para a sua viabilização.

2.8.3 - Equalização

Equalização de Taxas de Juros

I. Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Crédito Rural de Custeio Agropecuário

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pertencentes ao Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.278.205 mil, posteriormente reduzida para R\$ 1.248.205 mil de modo a possibilitar suplementação nas Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF. A execução orçamentária foi de R\$ 956.680 mil, número abaixo do inicialmente previsto devido à diminuição dos custos administrativos e à redução dos limites equalizáveis a partir da safra 2007/2008, fatores que reduziram os gastos com equalização. Foram inscritos R\$ 50.000 mil em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO CUSTEIO AGROPECUÁRIO

DOTAÇÃO INICIAL	CANCELAMENTO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	R\$ MIL
					SALDO ORÇAMENTÁRIO
1.278.205	30.000	1.248.205	956.680	50.000	241.525

Fonte: MF/STN/COPEC/GECAP

II. Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Crédito Rural - Empréstimos do Governo Federal - EGF

Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros ao beneficiário, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem observância de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 8.866 mil. Houve necessidade de suplementação orçamentária no valor de R\$ 30.000 mil, já que o volume de contratações superou as estimativas iniciais. A dotação final ficou em R\$ 38.866 mil. A execução orçamentária foi de R\$ 30.914 mil e R\$ 5.000 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO EGF
R\$ MIL

DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
8.866	30.000	38.866	30.914	5.000	2.952

Fonte:MF/STN/COPEC/GECAP

III. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

A modalidade de subvenção econômica do PRONAF abrange a equalização de taxas de juros (cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito), os rebates sob a forma de bônus de adimplência e sobre o principal, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do PRONAF com recursos do Orçamento Geral da União (PRONAF/OGU).

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.372.136 mil. Desse valor, R\$ 566.318 mil foram executados financeiramente e R\$ 368.557 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2007. Verificou-se diminuição dos gastos com equalização em virtude da migração de contratos de grupos do PRONAF cujo custo financeiro é mais elevado para grupos de custo menor. Além disso, a queda nas taxas Selic e TJLP contribuiu para menores gastos com equalização nas fontes de recursos vinculadas a tais indicadores.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO PRONAF
R\$ MIL

DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
1.372.136	566.318	368.557	437.261

Fonte: MF/STN/COPEC/GECAP

IV. Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Crédito Rural de Investimento Rural e Agroindustrial

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial. Os financiamentos contratados pelo Banco do Brasil S.A. pertencem ao Programa de Geração Emprego e Renda - PROGER, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras;
 MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
 PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite;
 MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem;
 PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas;
 PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária;
 PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura;
 PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;
 PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura – Pecuária.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 270.973 mil. Houve a liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 180.000 mil, com o objetivo de adequar a programação orçamentária à autorização dada pelo Decreto nº 6.201, de 28.08.07, para a concessão de rebates e prorrogação de financiamentos de investimento rural.

Contudo, a execução orçamentária foi de R\$ 27.491 mil, pois não foram apuradas pelas Instituições Financeiras as despesas, no exercício de 2007, relativas ao Decreto acima referido. Foram inscritos R\$ 418.972 mil em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS DA EQUALIZAÇÃO DE TAXA DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO INVESTIMENTO RURAL E AGROINDUSTRIAL

R\$

MIL					
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
270.973	180.000	450.973	27.491	418.972	4.510

Fonte: MF/STN/COPEC/GECAP

V. Equalização de Juros decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural (Lei nº 9.866/99)

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998, desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até o vencimento.

Assim, quando os mutuários recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 2% a.a. ou de até 5% a.a., conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs 9.866/1999 e 10.437/2002.

Da dotação orçamentária de R\$ 228.826 mil foram pagos R\$ 216.358 mil, equivalentes a 95%. De ressaltar que, do valor pago, também foram contemplados mutuários que regularizaram suas parcelas anteriores em atraso (2005 e 2006) nos termos da Lei nº 11.322/2006, alterada pelo artigo 15 da Lei nº 11.434/2006.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO ALONGAMENTO DE DÍVIDAS RURAIS

R\$ MIL

DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	SALDO ORÇAMENTÁRIO
228.826	216.358	12.468

Fonte: MF/STN/COPEC/GERAG

VI. Financiamento de Investimentos Rurais de Mini e Pequenos Produtores para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, cujo prazo para contratação de novas operações encerrou-se em 30.9.2003 nos termos da Resolução CMN nº 3.076, de 24.4.2003, tem sofrido sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002 que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Mais recentemente, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, alterada pela Resolução CMN nº 3.386, de 04.07.2006 autorizou nova renegociação de dívidas de cacaucultores das etapas 1 e 2 (abrange as operações pactuadas até 1997) que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. Como essas medidas têm alterado a remuneração das fontes de recursos aplicados no programa, coube à União e ao Estado da Bahia (parceiros no empreendimento) arcar com o ônus dessa renegociação junto às fontes de recursos.

No orçamento de 2007, foram previstos recursos de R\$ 7.157 mil para atender a equalizações, dos quais foram aplicados R\$ 292 mil. A execução total da despesa revelou-se abaixo do esperado, devido ao não encaminhamento pelo BNDES ao Tesouro Nacional do pedido total de desembolso da equalização, em virtude da dificuldade em obter dados junto ao agente financeiro, diante das constantes prorrogações de vencimentos das operações. As receitas de reembolso das operações do programa no exercício 2007 atingiram o valor de R\$ 7,9 mil.

VII. Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX - Lei nº 10.184, de 2001

O PROEX também concede equalização de Taxa de Juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação concedidos pelas instituições financeiras compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 2,5% a 0,5% a.a. em função do prazo de financiamento.

No exercício de 2007, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 950.481mil para Equalização e R\$ 43.211mil para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 993.692 mil. As despesas se situaram em R\$ 382.917 mil, sendo R\$ 354.624 mil para Equalização e R\$ 28.293 mil para a remuneração do agente financeiro. Os desembolsos apresentaram redução de 15,55% em relação aos observados em 2006 (R\$ 419.919 mil).

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS DO PROEX
R\$ mil

DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	SALDO ORÇAMENTÁRIO
993.692	382.917	610.775

Fonte: MF/STN/COPEC/GEFEX

VIII. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS

No ano de 2007 foram destinados R\$ 70 milhões de orçamento para a ação de equalização de juros no âmbito do PIPS, os quais não foram executados, conforme exposto no item 2.8.2.

Equalização de Preços

I. Aquisições do Governo Federal e Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF

O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento tradicional da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla:

- os repasses, realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM; e
- o pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da CONAB.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

A ação de equalização de preços contou com dotação orçamentária de R\$ 300.000 mil. Foram executados R\$ 30.718 mil de Restos a Pagar do exercício anterior, enquanto o valor executado do orçamento de 2007 foi de R\$ 201.957 mil. Houve a inscrição de R\$ 16.000 mil em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS DO AGF

R\$ MIL			
DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
300.000	201.957	16.000	82.043

Fonte: MF/STN/COPEC/GECA

II. Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) e Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO).

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da CONAB, leiloa contratos que prevêm a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato

Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a CONAB realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) também é uma subvenção econômica governamental a ser arrematada por meio de leilão ao interessado que comprovar a aquisição do produto de produtores rurais e/ou suas cooperativas, pelo valor de referência, e o seu escoamento, nas condições e abrangências previstas em regulamento. O Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão.

Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionistas e mais voltadas para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

O programa contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.500.000 mil. Posteriormente houve acréscimo à dotação orçamentária no montante de R\$ 993.003 mil, por meio de reabertura de crédito extraordinário elevando a dotação orçamentária final para R\$ 2.493.003 mil.

Houve a execução de R\$ 796.466 mil que estavam inscritos em Restos a Pagar/2006, mais R\$ 384.656 mil referentes ao orçamento do ano. O desembolso aquém da dotação orçamentária deve-se a melhorias no cenário de preços dos principais produtos apoiados pelo programa, especialmente soja e milho. Ao final do período, foram inscritos R\$ 1.239.936 mil em Restos a Pagar/2007.

ORÇAMENTO E DESPESAS COM EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS DO GSPCPA

					R\$ MIL
DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DESPESAS (EXECUÇÃO FINANCEIRA)	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SALDO ORÇAMENTÁRIO
1.500.000	993.003	2.493.003	384.656	1.239.936	868.411

Fonte: MF/STN/COPEC/GECAP

2.8.4 - Outras Atividades Desenvolvidas

I. Encargos Financeiros da União – EFU - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) - a Partir da Vigência da Lei Nº 8.171/91 (Decreto Nº 175/91)

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969/73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos e/ou queda em sua produção. Recentemente, o PROAGRO sofreu alterações no sentido de prover também a cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237/2004.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do PROAGRO, conforme disposto na MP nº 2.162-72/2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

Os recursos previstos para a complementação das despesas do PROAGRO no exercício de 2007 foram de R\$ 486.370 mil, dos quais foram aplicados R\$ 50.000 mil.

Conforme informado pelo BACEN, o decréscimo das despesas em relação ao previsto decorre basicamente da diminuição das quantidades estimadas de contratos de adesão com sinistros comunicados, que ficaram reduzidas no Proagro Tradicional e no Proagro Mais, respectivamente, a 35% e a 49% da previsão, e da redução do valor médio da cobertura no Proagro Mais, ou seja, a não ocorrência do cenário previsto provocou a redução no desembolso dos recursos.

II. Repasses Concedidos à CONAB para a execução do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

A partir do exercício de 2005, o orçamento do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF, destinado ao pagamento das despesas da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, foi conferido exclusivamente à CONAB, deixando de constar da dotação das Operações Oficiais de Crédito, eliminando, assim, a múltipla execução orçamentária da referida ação, como vinha ocorrendo.

A Secretaria do Tesouro Nacional, ao repassar recursos financeiros à CONAB, visa atender a duas finalidades básicas: formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela PGPM, incluindo as despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação destes estoques (Despesas Gerais da PGPM); e a garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural. Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além da garantia do abastecimento em épocas de escassez.

No que tange ao repasse de recursos à CONAB, no ano de 2007, o programa contou com uma dotação orçamentária de R\$ 2.300.000 mil.

O valor das transferências concedidas foi de R\$ 673.060 mil, sendo R\$ 647.126 mil pertencentes ao orçamento de 2007 e R\$ 25.934 mil referentes à execução de valores inscritos em Restos a Pagar/2006. Foram inscritos R\$ 20.077 mil em Restos a Pagar/2007.

2.8.5 - Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação

Descrição e Objetivos

A Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs. 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

No âmbito do Ministério da Fazenda, coube à Secretaria do Tesouro Nacional, a execução dessas atribuições, anteriormente desempenhadas pelo Banco Central do Brasil, tendo sido então adotadas as providências com vistas à criação de nova Coordenação, no caso a COPEM, cujas atividades tiveram início quando da publicação da Portaria nº 4, de 18 de janeiro de 2002.

Beneficiários

A STN analisou entre janeiro e dezembro de 2007, 1.380 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 349 pleitos foram arquivados, 7 indeferidos, 32 encaminhados à COREF/STN para análise de Concessão de Garantia e 992 autorizados. O valor das operações de crédito autorizadas no período totalizou R\$ 5.268.359.457,90. Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites definidos pelo Senado Federal. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas ao Senado Federal no mês subsequente.

Outras Atividades

Em atendimento às solicitações de entes públicos ou de instituições financeiras, foram emitidas 46 certidões atestando a situação de adimplência, junto ao Tesouro Nacional, no que concerne a financiamentos e refinanciamentos concedidos.

Com vistas à continuidade na transparência dos procedimentos de análise de pedidos de operação de crédito, foi atualizado o Manual de Instrução de Pleitos - MIP, definindo a metodologia relativa à contratação de operações de crédito dos estados, Distrito Federal e municípios. Esse Manual foi atualizado durante o exercício de

2007 e divulgado através do sítio virtual da STN. O MIP atualizado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/MIP.pdf>.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito que aprovada, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas.

Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de estados e municípios referentes às operações de crédito contratadas, detalhando características como prazos, taxas de juros, etc.

Os quadros que estão disponibilizados referem-se aos demonstrativos da Dívida Consolidada Líquida - DCL publicados a partir de dezembro de 2001, aos Balanços Patrimoniais e Orçamentários de estados e municípios referentes aos exercícios financeiros de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, além dos Demonstrativos de Limites, de Despesas de Pessoal, Receita Corrente Líquida e Cadastro de Operações de Crédito. Essas informações estão disponibilizadas no sítio da STN (www.stn.fazenda.gov.br/lrf) com informações pormenorizadas sobre as contas de todos os estados e do Distrito Federal e de mais de 5.100 municípios brasileiros.

Com vistas a propiciar maior facilidade aos Municípios para o cumprimento do disposto no inciso I, §1º do art. 51 da LRF, o Poder Executivo da União, por meio da Caixa Econômica Federal, celebrou convênios com oito Estados da Federação (Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins). Dessa forma, o envio das contas anuais ao respectivo Estado se dá simultaneamente quando da entrega do Balanço Anual ao Poder Executivo da União, por meio eletrônico, ao Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN.

Foram realizadas cinco teleconferências sobre o Manual de Instrução de Pleitos – MIP da STN junto a Instituições Financeiras, Municípios, Estados e o Distrito Federal, com o intuito de apresentar o manual, esclarecer dúvidas sobre os documentos necessários à instrução de pleitos dos seguintes programas: Programa Saneamento Para Todos, Programa de Infra-Estrutura para a Mobilidade Urbana - Pró-Mob, Programa de Intervenções Viárias – Provias e Programa Caminho da Escola. Além disso, foram realizados 6 (seis) treinamentos sobre os procedimentos de análise de documentos para pleitos de operação de crédito com um total de 40 funcionários de instituições financeiras.

2.9 - RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

2.9.1 - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2007, operações de crédito externo no montante de US\$732,0 milhões. Tais operações, firmadas junto a organismos multilaterais, visaram à captação de recursos financeiros destinados ao financiamento de diversos projetos de interesse da Administração Pública Federal.

Merece destaque o empréstimo programático para o Programa de Redução dos Custos Logísticos - PREMEF, no montante de US\$ 501,25 milhões. Tal operação representa 68,48% do volume contratado em 2007.

Já as operações de crédito de caráter não reembolsável (doações) totalizaram US\$ 437,3 mil que contemplou o Projeto de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil – PRODEV, contrato assinado pela União junto ao Banco Interamericano para o Desenvolvimento - BID.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2001 A 2007

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	US\$ milhões						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Financiamento de Projetos	2.325,54	1.907,04	1.117,46	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00
Doações	2,24	4,71	0,50	1,39	8,76	11,56	0,44

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007.

Posição: dezembro/2007

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2007
US\$ milhões

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
1633-OC	17-mai-07	RFB/MDA	BID	Financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil	10,80
7420-0	20-set-07	RFB	BIRD	FEDERAL WATER RESOURCES MANAGEMENT PROJECT - ADDITIONAL	50,00
1811-OC	23-nov-07	RFB/CASA CIVIL	BID	Financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação	3,85
7383-0	03-dez-07	RFB/M.TRANSPORTE	BIRD	Programa de Redução Dos Custos Logísticos - PREMEF	501,25
7386-0	03-dez-07	RFB/MF	BIRD	2º Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável Com Equidade – Competitividade II	150,00
1864-OC	11-dez-07	RFB	BID	Reforma / Modernização do Estado	16,10
TOTAL					732,00

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007.

Posição: dezembro/2007

DOAÇÕES - 2007
US\$ milhões

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
9736-0	12-fev-07	RFB/MP	BID	Projeto de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil - Prodev	0,44
TOTAL					0,44

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007.

Posição: dezembro/2007

2.9.2 - Concessão de Garantias

Foram concedidas (formalizadas) garantias no montante de US\$ 1.254,64 milhões, sendo que, desse valor, 80,0% foram destinados a Empresas Estatais Federais, 17,0% para os Estados e 3,0% destinados a Municípios.

CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2001 A 2007
US\$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
GARANTIAS CONCEDIDAS	726,89	2.292,15	313,50	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	150,00	1.170,00	150,00	-	1.060,00	-	1.000,00
GARANTIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	576,89	1.122,15	163,50	882,21	274,86	969,46	254,64

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" BIRD, ambos de 31.12.2007.

Posição: dezembro/2007

CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2007

					US\$ milhões
CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
4625-1	14-mar-07	GOV. EST. PE	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado – PCPR II	30,00
7399-0	24-jul-07	GOV. EST. PI	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí - PCPR II – Fase II	22,50
BR-12 / 2007	06-set-07	PM Campo Grande-MS	FONPLATA	Financiamento parcial do Programa de Recuperação das Áreas Degradadas do Córrego Imbirussu	17,06
7411-0	10-set-07	GOV. EST. BA	BIRD	Financiamento parcial do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias - Premar	100,00
1860-OC	19-out-07	BNDES	BID	Financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – 2ª Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)	1.000,00
7414-0	07-nov-07	GOV. EST. PA	BIRD	Financiamento parcial do Programa Pará Rural	60,00
BR-11/2006	03-dez-07	PM Curitiba-PR	FONPLATA	Financiamento parcial do Programa de Estruturação de Assentamento Habitacionais da Cidade de Curitiba	10,00
s/nº	28-dez-07	PM Canoas-RS	CAF	Financiamento parcial do Projeto de Macrodrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – Fase I	15,08
TOTAL					1.254,64

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007.

Posição: dezembro/2007

2.9.3 - Limites de Endividamento da União

A tabela a seguir apresenta o resultado do cálculo dos limites de endividamento da União, demonstrando a utilização e a margem disponível (posição de dezembro/2007), com base nos conceitos definidos na Resolução nº 96/89, do Senado Federal e na Constituição.

LIMITES DE ENDEVIDAMENTO DA UNIÃO - 2007

			R\$ BILHÕES
LIMITES (RES. SF 96/89)	DEFINIÇÃO	RESULTADO	
Primeiro limite * (art. 2º)	Operações de Crédito executadas < Despesas de Capital extraída do Orçamento Geral da União	Limite	536,69
		Utilização	535,24
		Margem	1,45
Segundo limite (art. 3º, Item I)	Operações de Crédito executadas < Dispêndio da Dívida Fundada + 10% da Receita Líquida Real	Limite	974,26
		Utilização	547,18
		Margem	427,08
Terceiro limite (art. 3º, Item II)	Dispêndio Anual Máximo < Margem de Poupança Real	Limite	678,38
		Utilização	626,24
		Margem	52,14
Quarto limite (art. 4º, Item I)	Operações Externas + Garantias Concedidas no ano < 50% do Saldo Médio das Exportações Brasileiras	Limite	159,84
		Utilização	9,62
		Margem	150,22
Quinto limite (art. 4º, Item II)	Garantias Concedidas no ano < 25% do Saldo Médio das Exportações Brasileiras	Limite	79,92
		Utilização	2,24
		Margem	77,68

Fonte: SIAFI

Observação: * A Lei Complementar - LC nº 101, de 4.5.2000, determina que, ao final de cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados não poderá exceder o montante das despesas de capital executadas (Regra de Ouro - art. 32, § 3º). O primeiro limite (Regra de Ouro) não está sujeito à atualização monetária (LC 101/2000). Por outro lado, os demais limites são calculados com base nas disposições da Resolução SF nº96/89, sendo os dados corrigidos pelo IPCA.

Vale ressaltar que a Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União.

Para fins de análise comparativa, são apresentados abaixo os limites apurados nos termos da citada Resolução nº 48/2007.

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DA UNIÃO – 2007

R\$ bilhões

LIMITES (Res. SF 48/07)	DEFINIÇÃO	RESULTADO	
Primeiro Limite (art. 6º)	Operações de Crédito Executadas < Despesas de Capital Realizadas	Limite	536,69
		Utilização	535,24
		Margem	1,45
Segundo Limite (art. 7º, Item I)	Operações de Crédito Executadas ≤ 60% da Receita Corrente Líquida	Limite	60,00%
		Utilização	41,50%
		Margem	18,50%
Terceiro Limite (art. 9º)	Garantias Concedidas ≤ 60% da Receita Corrente Líquida	Limite	60,00%
		Utilização	17,93%
		Margem	42,07%

2.9.4 - Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional e as respectivas contragarantias vinculadas, no terceiro quadrimestre de 2007, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação-FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade - FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER e o Excedente Único de Riscos Extraordinários-EURE/IRB.

Os saldos das garantias abaixo registrados encontram-se na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente.

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

R\$

GARANTIA	SALDO (R\$) ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2007
1 – EXTERNA	24.622.249.431,35
1.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.622.249.431,35
- ORGANISMOS MULTILATERAIS	20.709.219.589,21
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	12.035.886.324,07
. Garantias a Empresas Estatais Federais	8.645.367.860,29
. Garantias a Empresas Privatizadas	27.965.404,85
- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	3.589.143.337,11
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.040.932.460,36
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.534.679.037,16
. Garantias a empresas Privatizadas	13.531.839,59
- BANCOS PRIVADOS	199.027.505,03
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	60.573.776,73
. Garantias a Empresas Estatais Federais	138.453.728,30
. Garantias a empresas Privatizadas	-
- OUTROS CREDORES	124.859.000,00
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privatizadas	124.859.000,00
- MYDFA/BACEN (ACORDO INTERNACIONAL)	-
1.2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	-
- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	-
Bancos no Exterior	-
2 – INTERNA	44.709.315.257,89
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.116.185.347,15
- BANCOS ESTATAIS	110.463.943,43
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	110.463.943,43
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-

GARANTIA	SALDO (R\$) ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2007
- BANCOS PRIVADOS	-
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)	11.005.721.403,72
2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	33.593.129.910,74
- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)	1.541.951.038,76
. Banco do Brasil	1.541.951.038,76
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	5.656.915.865,00
. Banco do Brasil	5.656.915.865,00
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	514.257.369,10
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	514.257.369,10
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	431.907.947,74
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	3.407.732.001,88
- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001	18.553.081.634,38
- Prog. Fort. Agric. Familiar – PRONAF	306.710.672,21
. Banco do Brasil	276.622.943,02
. Banco do Nordeste	30.087.729,19
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	224.890.000,00
. Banco do Brasil	224.890.000,00
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	114.393.119,23
. BACEN	114.393.119,23
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	122.623.128,41
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas	2.718.667.134,04
TOTAL-GERAL	69.331.564.689,24

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINC

DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CONTRAGARANTIA	R\$ SALDO (R\$) ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2007
1 – EXTERNA	16.960.978.013,50
1. 1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.960.978.013,50
- ORGANISMOS MULTILATERAIS	13.476.610.171,97
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	12.035.886.324,07
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.412.758.443,05
. Garantias a empresas Privadas	27.965.404,85
- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	3.160.481.336,50
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.040.932.460,36
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.106.017.036,55
. Garantias a empresas Privadas	13.531.839,59
- BANCOS PRIVADOS	199.027.505,03
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	60.573.776,73
. Garantias a Empresas Estatais Federais	138.453.728,30
. Garantias a empresas Privadas	-
- OUTROS CREDORES	124.859.000,00
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	124.859.000,00
- MYDFA/BACEN (ACORDO INTERNACIONAL)	-
1. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	-

CONTRAGARANTIA	SALDO (R\$) ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2007
- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	-
Bancos no Exterior	-
2 – INTERNA	19.748.044.141,78
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	11.116.185.347,15
- BANCOS ESTATAIS	110.463.943,43
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	110.463.943,43
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- BANCOS PRIVADOS	-
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)	11.005.721.403,72
2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	8.631.858.794,63
- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)	1.541.951.038,76
Banco do Brasil	1.541.951.038,76
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-
Banco do Brasil	-
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	-
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	-
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	431.907.947,74
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	3.407.732.001,88
- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001	-
- Prog. Fort. Agric. Familiar – PRONAF	306.710.672,21
. Banco do Brasil	276.622.943,02
. Banco do Nordeste	30.087.729,19
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	224.890.000,00
. Banco do Brasil	224.890.000,00
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	-
. BACEN	-
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	-
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas	2.718.667.134,04
TOTAL-GERAL	36.709.022.155,28

2.9.5 - Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2007, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. Tal situação reflete o comportamento dos últimos anos, de uma inadimplência extremamente reduzida frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

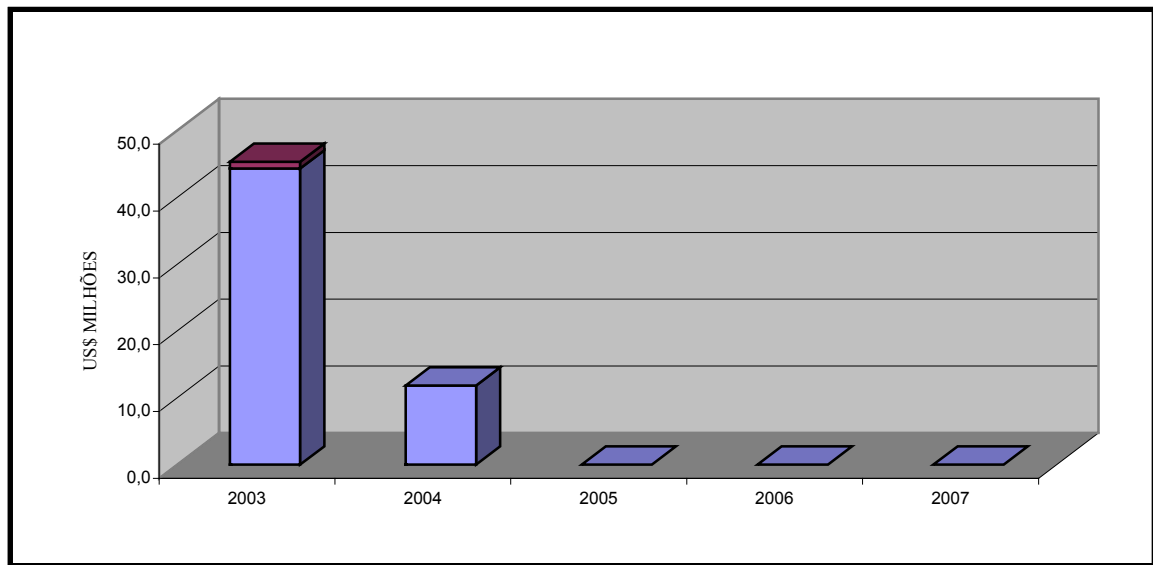
EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO - 2003 A 2007

US\$ milhões

MUTUÁRIO	GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO					EVOLUÇÃO (%)			
	2003	2004	2005	2006	2007	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006
Administração Estadual	44,32	11,86	-	-	-	(73,2)	(100,0)	-	-
- Adm. Est. Direta	4,49	2,25	-	-	-	(49,9)	(100,0)	-	-
- Adm. Est. Indireta	39,83	9,61	-	-	-	(75,9)	(100,0)	-	-
Administração Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Federal Indireta	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Privatizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida em Proc. de Assunção	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	44,32	11,86	-	-	-	(73,2)	(100,0)	-	-

Fonte: STN/CODIV

GARANTIAS HONRADAS PELA UNIÃO – 2003 A 2007



2.9.6 - Securitização de Dívidas

O equacionamento das dívidas leva em consideração a situação dos processos que as representam no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. Sua elaboração baseia-se também nas metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, são classificadas no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO em três categorias predominantes, como demonstram os quadros a seguir, com valores posicionados em 31/12/2006 e 31/12/2007 respectivamente:

**DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOUREIRO NACIONAL
POSIÇÃO EM 31/12/2006**

ORIGEM	R\$ MILHÕES	%
LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO	3.047,67	3,44
DÍVIDA DIRETA	3.817,75	4,31
DIVERSOS	1.545,93	1,74
VAF3	1.016,231	1,15
criação Estados	1.255,60	1,42
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	81.736,30	92,25
NOVAÇÃO FCVS	75.231,07	84,91
VAF4	6.505,24	7,34
TOTAL	88.601,73	100,00

Fonte: STN/COFIS/GEROB

Notas: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAFs 3 e 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001. • Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos aos VAFs 3 e 4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

**DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOIRO NACIONAL
POSIÇÃO EM 31/12/2007**

ORIGEM	RS MILHÕES	%
LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO	3.709,18	4,14
DÍVIDA DIRETA	4.289,82	4,78
DIVERSOS	1.746,71	1,95
VAF3	1.107,14	1,23
CRIAÇÃO ESTADOS	1.435,97	1,60
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	81.690,16	91,08
NOVAÇÃO FCVS	74.856,14	83,46
VAF4	6.834,02	7,62
TOTAL	89.689,16	100,00

Fonte: STN/COFIS/GEROB

Notas: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAFs 3 e 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001. • Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos aos VAFs 3 e 4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores das tabelas correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados pelo IGP-DI da FGV, do mês anterior, acrescidos de juros de 6% a.a.;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no SISBACEN;
- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2006 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

A diferença verificada entre o total da dívida estimada ao final dos dois últimos exercícios deve-se, principalmente, à avaliação atuarial das obrigações do FCVS realizada nos dois momentos. Porém, vale salientar que o sistema da Caixa, Administradora do Fundo, está em fase de migração do SIFCVS, (DATAMEC) para o SICVS, de responsabilidade da própria Caixa. Devido a isso, a atualização dos relatórios com os saldos dos VAF 3 e VAF 4 referentes aos contratos homologados do SICVS ocorrerá apenas no final de janeiro deste ano. No tocante a atualização da avaliação atuarial do FCVS com data base de 01/10/2007 e 01/01/2008 a previsão de finalização é para o dia 28 de janeiro de 2008 e 12 de fevereiro de 2008.

Contribuíram ainda para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita no item anterior, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2007.

A partir dos pareceres remetidos por esta STN à análise da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, foram concretizadas, em 2007, 63 securitizações que autorizaram a emissão de títulos pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida - CODIV no valor de R\$3,36 bilhões, de acordo com o quadro abaixo:

TÍTULOS EMITIDOS

QTDE. DE SECURITIZAÇÕES	CLASSIFICAÇÃO	ORIGEM	R\$ milhões
			VALOR (¹)
63	Subsídio Concedido – FCVS e Dívidas diretas da União	Novação do FCVS (VAF's 1, 2, 3 e 4) (2)	3.360

Fonte: STN/COFIS/GEROB

Notas:

(¹) Valores em diferentes datas de posicionamento, conforme cada processo.

(²) Os Valores de Avaliação de Financiamento - VAF's 3 e 4 decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10.150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.

2.10 - FINANÇAS PÚBLICAS

2.10.1 - Demonstrativo das Receitas Renunciadas

Os quadros a seguir apresentam, para os anos 2006 e 2007, os valores das renúncias tributárias (gastos tributários) aprovadas nos respectivos exercícios. Para cada tipo de renúncia as estimativas estão discriminadas por tributo. Nos casos em que as estimativas não puderam ser efetuadas, por motivo de falta de informações, os dados são apresentados, nas tabelas, como “ni”.

GASTOS TRIBUTÁRIOS INSTITUÍDOS EM 2006 DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

RS1,00

Gasto Tributário		Prazo Vigência	Estimativa 2006	Estimativa 2007
1.	A - GASTOS TRIBUTÁRIOS INSTITUÍDOS EM 2006			
1.1	DOMÉSTICO	2011	347.645.925	482.086.717
	Imposto de Renda Pessoa Física Dedução do IR devido pelas Pessoas Físicas, da contribuição patronal paga a Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. Limitada ao valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo Lei nº 11.324, de 2006, art. 1º; Lei nº 9.250, de 1995.			
2.	INCENTIVO AO DESPORTO	2015	127.991.270	152.814.793
2.1	Imposto de Renda Pessoa Física Dedução limitada a 6% (seis por cento) do IR devido na Declaração de Ajuste Anual dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/2007, no apoio direto a projetos desportivos Lei nº 11.438, de 2006, art. 1º; Lei nº 11.472, de 2007; Decreto nº 6.180/07.		14.976.667	20.768.408
2.2	Imposto de Renda Pessoa Jurídica Dedução limitada a 1% (um por cento) do IR devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Lei nº 11.438, de 2006, art. 1º; Lei nº 11.472, de 2007; Decreto nº 6.180/07.		113.014.603	132.046.385
Total Geral			475.637.195	634.901.511

Fonte: RFB/Copan

ni = Valor não identificado

Obs: Reestimativa 2006

GASTOS TRIBUTÁRIOS INSTITUÍDOS EM 2007
DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Gasto Tributário		Prazo Vigência	Estimativa 2007	Estimativa 2008
B - GASTOS TRIBUTÁRIOS INSTITUÍDOS EM 2007				
1.	PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores		ni	ni
1.1	Imposto de Importação Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em ato do Poder Executivo e nas condições e pelo prazo nele fixados, importados por pessoa jurídica beneficiária do PADIS para incorporação ao seu ativo imobilizado e destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.	22/1/2022	ni	ni
1.2	Imposto de Renda Pessoa Jurídica Redução em cem por cento as alíquotas do IR e adicional incidentes sobre o lucro da exploração, nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I e II do caput do art. 2º, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.	Até 16 anos da aprovação do projeto	ni	ni
1.3	Imposto sobre Produtos Industrializados Redução a zero das alíquotas do IPI, incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, no caso de venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente, destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados às atividades de que trata o art. 2º, quando importados ou adquiridos no mercado interno por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11. Redução a zero das alíquotas do IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial, nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I e II do caput do art. 2º, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.	22/1/2022	ni	ni
1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação Redução a zero das alíquotas do IPI – vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, no caso de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora, destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados às atividades de que trata o art. 2º, quando importados ou adquiridos no mercado interno por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.	22/1/2022	ni	ni
1.5	Contribuição Social para o PIS/PASEP	22/1/2022	ni	ni
1.6	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, no caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente no mercado interno ou importadora, destinados às atividades de que tratam os incisos I e II do caput do art. 2º. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados às atividades de que trata o art. 2º, quando importados ou adquiridos no mercado interno por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas auferidas nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I e II do caput do art. 2º, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.			
1.7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Redução a zero da alíquota da CIDE destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o apoio à Inovação de que trata o art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, nas remessas destinadas ao exterior para pagamento de contratos relativos à exploração de patentes ou de uso de marcas e os de fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS e vinculadas às atividades de que trata o art. 2º. Lei nº 11.484, de 2007, art. 1º ao 11.	Até 16 anos da aprovação do projeto	ni	ni
2.	PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital		ni	ni
2.1	Imposto de Importação Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados em ato do Poder Executivo e nas condições e pelo prazo nele fixados, importados por pessoa jurídica beneficiária do PATVD para incorporação ao seu ativo imobilizado e destinados às atividades de que trata o art. 13. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22.	22/1/2017	ni	ni

Gasto Tributário		Prazo Vigência	Estimativa 2007	Estimativa 2008
2.2	Imposto sobre Produtos Industrializados Redução a zero das alíquotas do IPI, incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD, no caso de venda de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente, destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o caput do art. 13. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o art. 13, quando adquiridos no mercado interno ou importados por pessoa jurídica beneficiária do PATVD. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. Redução a zero das alíquotas do IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial, nas vendas dos equipamentos transmissores de que trata o art. 13, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22.	22/1/2017	ni	ni
2.3	Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação Redução a zero das alíquotas do IPI, incidente na importação, quando for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD, no caso de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora, destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o caput do art. 13. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o art. 13, quando adquiridos no mercado interno ou importados por pessoa jurídica beneficiária do PATVD. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22.	22/1/2017	ni	ni
2.4	Contribuição Social para o PIS/PASEP	22/1/2017	ni	ni
2.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD, no caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica adquirente no mercado interno ou importadora, destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o caput do art. 13. As reduções de alíquotas alcançam também as ferramentas computacionais (softwares) e os insumos destinados à fabricação dos equipamentos de que trata o art. 13, quando adquiridos no mercado interno ou importados por pessoa jurídica beneficiária do PATVD. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22. Redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas auferidas nas vendas dos equipamentos transmissores de que trata o art. 13, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22.			
2.6	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Redução a zero da alíquota da CIDE destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação de que trata o art. 2º da Lei nº 10.168, de 2000, nas remessas destinadas ao exterior para pagamento de contratos relativos à exploração de patentes ou de uso de marcas e de fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD e vinculadas às atividades de que trata o art. 13. Lei nº 11.484/2007, arts. 12 ao 22.	22/1/2017	ni	ni
3.	REID – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura		ni	1.375.000.000
3.1	Contribuição Social para o PIS/PASEP	Por 5 anos da	ni	245.270.270
3.2	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS Suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda no mercado interno, quando os referidos bens ou materiais de construção forem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do REIDI, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do REIDI, no caso de venda ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção, para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado. Lei nº 11.488/2007, arts. 1º a 5º. Suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando os referidos serviços forem prestados à pessoa jurídica beneficiária do REIDI, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre serviços, quando os referidos serviços forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do REIDI, no caso de venda ou importação de serviços destinados a obras de infra-estrutura para incorporação ao ativo imobilizado. Lei nº 11.488/2007, arts. 1º a 5º.	aprovação do projeto	ni	1.129.729.730
4.	Eventos Esportivos, Científicos e Culturais	indeterminado	261.149.308	313.759.082
4.1	Imposto de Importação		157.459.967	190.259.754
4.2	Imposto sobre Produtos Industrializados – Vinculado à Importação		77.227.741	94.431.279
4.3	Contribuição Social para o PIS/PASEP-Importação		4.655.519	5.170.670
4.4	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS-Importação		21.706.082	23.797.379

Gasto Tributário		Prazo Vigência	Estimativa 2007	Estimativa 2008
4.5	CIDE-Combustíveis Isenção do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados, da contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação e da CIDE-Combustíveis incidentes na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.		100.000	100.000
TOTAL GERAL			261.149.308	1.688.759.082

2.10.2 - Arrecadação e Cobrança

A implantação da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB permitiu o aprimoramento e uma maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, por meio da integração e racionalização de esforços e recursos e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. O fortalecimento da RFB em 2007 facilitou a interação dos contribuintes com uma única representação do Fisco Federal, propiciando a melhoria na qualidade dos serviços prestados e na ação fiscal e otimizando a arrecadação tributária e o controle aduaneiro, bem assim favorecendo o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. A RFB é responsável por 65% da arrecadação nacional, possui aproximadamente de 32 mil servidores e é constituída por 573 unidades administrativas, com atuação em todo o território nacional.

Em relação à ação Arrecadação Tributária e Aduaneira - verificou-se que a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R\$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R\$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33% e crescimento real de 12,19% (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2006. O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e a maior presença fiscal por parte da Administração Tributária com o objetivo de: i) minimizar a diferença entre o potencial legal e a arrecadação efetiva; ii) recuperar os débitos constituídos e não pagos e iii) dar ênfase ao combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência.

Em 2007, a RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança em cerca de 2,894 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R\$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase, na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

Os resultados das ações realizadas pela RFB, sem considerar os seus efeitos indiretos, é demonstrado, pela arrecadação proveniente de multa e juros no ano de 2007, que foi de R\$ 13,71 bilhões, com crescimento de 30,7% em relação a 2006, independentemente do valor correspondente à parcela recolhida à título de tributo.

Desde de janeiro de 2005 a RFB vem promovendo alteração na sistemática de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), desonerando as empresas de menor potencial econômico-tributário da entrega de duas declarações, pois a periodicidade de entrega para essas empresas passou de trimestral para semestral. Desse modo, houve redução do "custo de cumprimento" para essas empresas. Para as empresas de maior potencial econômico-tributário (em torno de 10.000 empresas em todo Brasil), a periodicidade da entrega passou de trimestral para mensal, permitindo o acompanhamento e o controle mais eficiente dessas empresas por parte do Fisco, além de e um melhor canal de comunicação com a Administração Tributária.

A seguir, apresenta-se um demonstrativo consolidado (RFB, inclusive resultado previdenciário, e PGFN) dos diversos programas de parcelamentos, relativo a 2007:

PARCELAMENTO	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	VALORES EM ESTOQUE
Convencional	5.655.975.508,11	18.267.966.836,62
Refis	741.823.994,26	24.632.619.369,21
Paex	3.326.095.357,15	44.494.766.536,24
Paes	3.664.865.800,50	41.943.699.306,81
Timemania	2.998.192,43	-
Simples Nacional	147.807.482,10	-
Especial Lei 9639/98	1.405.310.262,58	22.418.057.344,17
Especial Lei 8641/93	1.317.806,15	21.019.002,03
Especial Lei 11196/05	195.451.440,26	2.542.032.331,59
TOTAL	15.141.645.843,54	154.320.160.726,67

Fonte: Codac/RFB

A ação Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira tem por objetivo viabilizar a Fiscalização e o combate ao crime organizado. A atuação da Fiscalização da Receita Federal do Brasil se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem assim pela revisão sistemática das declarações apresentadas pelos mesmos, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e as informações disponíveis nos sistemas da RFB que indiquem indícios de evasão tributária.

A Fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2006.

Foram intensificadas ações de fiscalização em todos os segmentos, em especial nas áreas de revisão de declarações de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O volume de autuações cresceu significativamente em decorrência de maior eficiência no trabalho de fiscalização, pelo aprimoramento constante dos instrumentos de fiscalização.

A utilização de tecnologias da informação no cruzamento das informações coletadas de fontes externas, à exemplo da CPMF e de cartões de crédito, com informações apresentadas pelos contribuintes tem possibilitado, por exemplo, selecionar os contribuintes com maior potencial de evasão tributária, o que resultou em um maior volume de autuações em 2007.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, foram realizadas 24 operações conjuntas da Receita Federal com a Polícia Federal e Ministério Público Federal, as quais resultaram em 431 prisões.

Quanto à atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o País também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

As exportações e importações em 2007 apresentaram, respectivamente, um crescimento de 16,6% e 32% em relação aos registrados no ano anterior. A corrente de comércio (exportações + importações) totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor recorde histórico para o período e 22,2% maior que o registrado em 2006.

Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

Em 2007, foram realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R\$ 3,2 bilhões de crédito tributário lançado, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 declaração de importação e 1,6 de exportação.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

Os produtos piratas e outras mercadorias que não podem ser levadas a leilão, doadas a entidades sem fins lucrativos ou incorporadas ao patrimônio público, por estarem em desacordo com as normas que regulam o seu consumo ou utilização, foram objeto de destruição. Em 2007, mais de 7 mil toneladas de produtos piratas e contrabandeados avaliados em cerca de R\$ 228 milhões foram destruídos, deixando de ingressar no mercado doméstico, evitando-se alto potencial de risco à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, bem assim preservando a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

2.10.2.1 Desempenho da arrecadação em relação à previsão – providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas, combate à sonegação, recuperação de créditos e incremento das receitas tributárias e de contribuições

A Fiscalização da Receita Federal encerrou o ano de 2007 com 521 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, nele incluídos os valores de impostos, multas e juros, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e 42% no volume de autuações quando comparado com o ano de 2006.

TOTAL BRASIL	2006		2007	
	Qtde	Crédito (R\$)	Qtde	Crédito (R\$)
	289.215	76.126.343.224	521.669	108.042.044.961

Foram intensificadas ações de fiscalização em todos os segmentos, em especial nas áreas de revisão de declarações na pessoa jurídica e pessoa física. O volume de autuações cresceu significativamente em decorrência de uma maior eficiência no trabalho de fiscalização, pelo aprimoramento constante dos instrumentos de fiscalização.

A utilização da tecnologia da informação no cruzamento das informações coletadas de fontes externas, à exemplo da CPMF e de cartões de crédito, com aquelas declaradas pelos contribuintes pessoas jurídicas e físicas tem possibilitado, por exemplo, selecionar para fiscalização os contribuintes com maior potencial de sonegação, que implicou em um maior volume de autuações em 2007.

Em relação ao tipo de contribuinte, pessoa física ou pessoa jurídica, os resultados da fiscalização foram assim distribuídos:

TIPO DE CONTRIBUINTE	2006		2007	
	Qtde	Crédito (R\$)	Qtde	Crédito (R\$)
PESSOA JURÍDICA	30.729	71.442.012.854	35.224	94.837.163.296
PESSOA FÍSICA	253.950	4.506.062.303	482.739	13.015.527.238
CEI – Previdenciária *	4.536	178.268.067	3.706	189.354.427

Os resultados da fiscalização decorrentes do uso das informações sobre movimentação financeira, obtidos com base na CPMF, em 2007, alcançaram autuações da ordem de R\$ 21 bilhões em 1.942 fiscalizações, conforme quadro comparativo a seguir.

ANO	FISCALIZAÇÕES com uso da Movimentação Financeira (CPMF)					
	PESSOA FÍSICA		PESSOA JURÍDICA		SOMA	
	Qtde	Crédito (R\$)	Qtde	Crédito (R\$)	Qtde	Crédito (R\$)
2006	901	1.419.566.132,93	812	6.738.728.277,54	1.713	8.158.294.410,47
2007	992	2.491.566.328,66	950	18.464.471.945,59	1.942	20.956.038.274,25

Em relação às pessoas jurídicas, houve um aumento de 16% na quantidade e de 33% no valor das autuações, quando comparado com o ano 2006. Os setores econômicos com maior volume de autuações foram o financeiro, com R\$ 25,3 bilhões, seguido pela indústria com R\$ 23,7 bilhões e prestação de serviços com R\$ 11,1 bilhões.

As principais infrações detectadas nas pessoas jurídicas foram omissão de receitas, falta de retenção e/ou recolhimento de tributos, apuração e/ou compensação indevida de tributos.

As contribuições previdenciárias fizeram parte do escopo de 40% do total de fiscalizações realizadas em 2007, com total de autuações de R\$ 19,4 bilhões. O tributo com maior volume de autuações em 2007 foi o imposto de renda com R\$ 40,3 bilhões de crédito lançado pela fiscalização, com destaque também para a contribuição social sobre o lucro líquido com R\$ 11,8 bilhões.

Em 2007, a revisão de declarações de pessoas jurídicas, quando comparada com 2006, teve um incremento de 102,8%, em relação a quantidades, e de 162,3%, em relação a valores. Tal crescimento demonstra os resultados dos investimentos em captação de dados e uso de tecnologia da informação, que tem possibilitado, de maneira efetiva, o cruzamento das informações contidas nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais (DIPJ), com as Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e os Demonstrativos de Apuração das Contribuições Sociais (Dacon), além de outras fontes externas.

Tal cruzamento resulta na identificação de diversas práticas, tais como insuficiência e apuração incorreta dos tributos, aplicação incorreta dos percentuais do Lucro Presumido, apuração incorreta do Simples, compensações indevidas de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

Em relação às pessoas físicas, em 2007, houve um aumento de 88% na quantidade de contribuintes autuados e de 181,9 % nos valores das autuações, quando comparados com o ano 2006. Os proprietários e dirigentes de empresa destacam-se com R\$ 4,3 bilhões de crédito lançado.

A omissão de rendimentos, o acréscimo patrimonial a descoberto e as deduções indevidas nas declarações de imposto de renda destacam-se como as infrações mais frequentes cometidas pelas pessoas físicas.

Os resultados da revisão de declarações das pessoas físicas, em 2007, tiveram um incremento de 93,9% nas quantidades auditadas, e de 238,3% no valor do crédito tributário lançado. Tais resultados, assim como nas pessoas jurídicas, demonstram o uso intensivo de tecnologias da informação, aliado à simplificação de procedimentos, priorização dos contribuintes com maior potencial de sonegação e mudança de foco da declaração para foco no contribuinte.

CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DE FISCALIZAÇÃO

BRASIL					
item	Descrição	2006		2007	
	PESSOA JURÍDICA - Setor Econômico	Qtde	Crédito (R\$)	Qtde	Crédito (R\$)
1	Comércio	5.951	10.323.355.732	5.743	10.594.842.177
2	Prestação de Serviços	4.690	13.179.469.641	4.603	11.172.899.861
3	Indústria	6.451	21.112.933.533	5.915	23.759.468.868
4	Transportes	1.033	1.841.627.544	1.077	2.425.348.631
5	Construção Civil	1.849	1.171.593.781	1.621	1.464.546.621
6	Serviços de Telecomunicações, Energia e Água	218	4.685.933.788	238	4.911.139.058
7	Serviços Financeiros	744	8.639.890.317	796	25.348.967.109
9	Outros Setores	4.300	8.866.790.016	4.091	10.910.182.096
	Total Fiscalização Pessoa Jurídica	25.236	69.821.594.352	24.084	90.587.394.421
	Total Revisão de Declarações PJ	5.493	1.620.418.502	11.140	4.249.768.875
	Total Geral Pessoa Jurídica	30.729	71.442.012.854	35.224	94.837.163.296
	PESSOA FÍSICA - Ocupação Principal				
1	Proprietário e Dirigente de empresa	2.128	1.720.324.243	2.425	4.336.514.154
2	Funcionário público e Aposentado	1.661	198.990.810	2.350	170.604.251
3	Profissional liberal	2.261	231.752.275	2.509	836.939.178
4	Profissional de ensino e Técnico de outra natureza	3.013	176.780.901	3.457	257.454.508
5	Autônomo	519	307.190.178	465	288.849.129
6	Outros	2.861	791.882.006	3.201	3.473.421.384
	Total Fiscalização Pessoa Física	12.443	3.426.920.413	14.407	9.363.782.604
	Revisão de Declarações PF	241.507	1.079.141.890	468.332	3.651.744.634
	Total Geral Pessoa Física	253.950	4.506.062.303	482.739	13.015.527.238
	Total Fiscalização CEI - Previdenciária	4.536	178.268.067	3.706	189.354.427
	TOTAL - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	289.215	76.126.343.224	521.669	108.042.044.961

A Receita Federal tem atuado de forma marcante nas mais diversas investigações especiais, quer as decorrentes de investigações próprias (área de inteligência), quer as levadas a efeito por outros órgãos, tais como as Comissões Parlamentares de Inquéritos do Congresso Nacional, Polícia Federal, Poder Judiciário e o Ministério Público. Em 2007, têm-se os seguintes destaques:

- 654 fiscalizações decorrentes dos Casos Banestado, Beacon Hill, MTB, Merchants, Lespan, Safra, Audi e Delta Bank, com autuações no valor de R\$ 5,8 bilhões;
- 54 fiscalizações decorrentes das CPI Bingos, Mensalão e Correios, com autuações no valor de R\$ 134,4 milhões; e
- 45 fiscalizações decorrentes da CPI Ambulâncias, com autuações no valor de R\$ 23 milhões.

Vale informar que os resultados acima são parciais, pois o trabalho da fiscalização destes e de outros casos especiais continuam em andamento. Cita-se, por exemplo, os casos das Operações Hurricane, Navalha, Têmis e Persona, deflagradas em 2007, em decorrência das quais mais de 500 contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, estão sendo objeto de análise por parte da Receita Federal, com vistas à detecção de indícios de irregularidades tributárias, instauração dos procedimentos de fiscalização e apuração dos tributos porventura sonegados à Fazenda Nacional.

As ações de recuperação de crédito na instância administrativa no ano de 2007 se concentraram nas seguintes atividades:

- Envio de avisos de cobrança para as pessoas jurídicas que apresentavam débitos declarados em DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Federais, DSPJ – Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica e Multas por Atraso na Entrega da Declaração;

- b. Envio de avisos de cobrança para pessoas físicas com débitos de IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física; e
- c. Para os casos de débitos previdenciários, envio de IP - Intimação de Pagamento aos contribuintes que possuem divergências entre o valor declarado em GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência e o recolhido na GPS - Guia da Previdência Social.

A quantidade de avisos de cobrança emitidos no ano de 2007 está demonstrada no quadro a seguir:

AVISOS DE COBRANÇA EMITIDOS

MESES	PESSOAS JURÍDICAS (1)		PESSOAS FÍSICAS (1)		DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	
	QTDE.	VALOR (EM R\$ MIL)	QTDE.	VALOR (EM R\$ MIL)	QTDE.	VALOR (EM R\$ MIL)
JAN	17.946	26.113	158.560	364.831	1.700	219.750
FEV	417.065	287.741	96.659	218.046	215	42.072
MAR	353.533	278.710	52.134	80.656	777	53.434
ABR	111.965	82.525	75.087	87.785	248	123.250
MAI	0	0	42.410	70.509	247	54.874
JUN	0	0	244.663	161.004	156	25.100
JUL	304.397	189.226	105.238	126.091	156	32.728
AGO	0	0	83.749	89.289	9.197	1.043.695
SET	213.957	136.496	211.856	157.903	13.374	878.727
OUT	0	0	114.374	57.847	10.342	691.498
NOV	380.041	22.996.138	182.459	275.634	10.920	911.793
DEZ	22.325	18.624	97.467	261.917	5.499	481.773
TOTAL	1.821.229	24.015.572	1.464.656	1.951.514	52.831	4.558.694

(1) Exceto débitos previdenciários

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO EM RELAÇÃO À PREVISÃO - ANO 2007 RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

RECEITAS	PREVISÃO		REALIZAÇÃO [C]	DIFERENÇAS			
	LOA (CONGRESSO) [A]	DEC. N° 6.046/07 (PAR. 05/01/07) [B]		[C]-[A]	[C]-[B]	[C]/[A]%	[C]/[B]%
I. IMPORTAÇÃO	12.244	12.264	12.216	(28)	(48)	(0,22)	(0,39)
IPI	30.852	31.074	31.876	1.024	802	3,32	2,58
IMPOSTO DE RENDA	150.534	137.591	148.014	(2.520)	10.423	(1,67)	7,58
IOF	7.595	7.538	7.855	260	317	3,42	4,21
CPMF	36.024	36.246	36.520	496	274	1,38	0,76
COFINS	103.368	99.663	103.196	(172)	3.532	(0,17)	3,54
PIS/PASEP	26.775	26.300	26.632	(143)	332	(0,53)	1,26
CSLL	31.968	29.946	34.471	2.503	4.525	7,83	15,11
CIDE-COMBUSTÍVEIS	8.261	8.183	7.943	(318)	(240)	(3,85)	(2,94)
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	4.952	5.964	8.787	3.835	2.822	77,43	47,32
SUBTOTAL [A]	412.573	394.770	417.509	4.937	22.739	1,20	5,76
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS [B]	135.910	136.830	140.412	4.502	3.582	3,31	2,62
RECEITA ADMINISTRADA=[A]+[B]	548.483	531.600	557.921	9.439	26.321	1,72	4,95

No que concerne à arrecadação de tributos e às receitas originárias e derivadas, os valores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 estão demonstrados nos quadros a seguir:

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (preços correntes)
PERÍODO DEZEMBRO – 2006 E 2007

RECEITA	Arrecadação (em R\$ milhões)					Variação %			Part. %	
	2007			2006		dez/07	dez/07	jan-dez07	jan-dez	
	DEZ	NOV	JAN-DEZ	DEZ	JAN-DEZ	nov/07	dez/06	jan-dez06	2007	2006
Imposto sobre a Importação – II	1.048,3	1.200,3	12.252,9	865,5	10.035,6	(12,7)	21,1	22,1	2,03	1,92
Imposto sobre a Exportação – IE	0,5	0,4	10,8	1,3	10,4	9,6	(63,5)	3,6	0,00	0,00
Imposto s/ Produtos Industrializados – IPI	3.552,8	3.140,3	33.793,9	2.769,0	28.159,0	13,1	28,3	20,0	5,61	5,38
IPI – Fumo	311,4	289,5	2.803,4	206,8	2.396,3	7,6	50,6	17,0	0,47	0,46
IPI – Bebidas	308,1	235,6	2.582,5	278,0	2.611,9	30,8	10,8	(1,1)	0,43	0,50
IPI – Automóveis	614,0	387,4	5.208,3	471,9	4.289,9	58,5	30,1	21,4	0,86	0,82
IPI - Outros Produtos	1.516,8	1.357,4	14.091,4	1.141,1	11.623,0	11,7	32,9	21,2	2,34	2,22
IPI - Vinculado À Importação	684,1	736,1	7.701,5	591,1	6.158,3	(7,1)	15,7	25,1	1,28	1,18
IPI - Demais Receitas	55,3	80,6	830,8	48,9	620,2	(31,4)	13,0	34,0	0,14	0,12
IPI - Acréscimos Legais	63,2	53,7	576,1	31,2	459,4	17,7	102,5	25,4	0,10	0,09
Imposto sobre a Renda – Total	18.566,6	13.892,8	160.137,5	16.662,6	136.491,9	33,6	11,4	17,3	26,57	26,08
Imposto s/ a Renda-Pessoas Físicas – IRPF	1.059,9	1.386,9	13.654,8	480,5	8.534,7	(23,6)	120,6	60,0	2,27	1,63
IRPF - Carnê-Leão E	855,5	751,4	6.836,0	332,2	3.468,5	13,9	157,5	97,1	1,13	0,66
Ganhos De Capital	65,0	305,3	4.970,9	53,9	4.212,7	(78,7)	20,6	18,0	0,82	0,80
IRPF - Quotas-Declaração	63,1	190,4	981,6	34,8	265,6	(66,9)	81,5	269,6	0,16	0,05
IRPF - Demais Receitas	76,3	139,8	866,3	59,6	588,0	(45,4)	28,0	47,3	0,14	0,11
IRPF - Acréscimos Legais	5.819,5	6.353,1	69.856,2	3.403,3	55.848,5	(8,4)	71,0	25,1	11,59	10,67
Imposto s/ a Renda-Pessoas Jurídicas – IRPJ	4.456,3	5.012,0	49.398,7	2.281,5	38.446,8	(11,1)	95,3	28,5	8,19	7,35
IRPJ - Obrigadas a Apuração Lucro Real	1.328,9	1.808,6	13.572,4	535,3	9.066,4	(26,5)	148,3	49,7	2,25	1,73
IRPJ - Entidades Financeiras	3.127,4	3.203,4	35.826,3	1.746,2	29.380,4	(2,4)	79,1	21,9	5,94	5,61
IRPJ - Demais Obrigadas à Apuração Lucro Real	639,6	698,0	13.265,9	480,4	10.914,2	(8,4)	33,1	21,5	2,20	2,09
IRPJ - Não Obrigadas À Apuração Lucro Real	4,2	5,2	70,2	3,7	41,7	(20,2)	12,0	68,5	0,01	0,01
IRPJ - Incentivos Fiscais	556,8	477,0	5.202,2	481,9	4.611,7	16,7	15,5	12,8	0,86	0,88
IRPJ - Demais Receitas	162,5	160,9	1.919,1	155,7	1.834,2	1,0	4,4	4,6	0,32	0,35
IRPJ - Acréscimos Legais	11.687,2	6.152,8	76.626,5	12.778,9	72.108,6	89,9	(8,5)	6,3	12,71	13,78
Imposto S/ A Renda Retido Na Fonte – IRRF	4.924,7	4.114,3	42.347,4	6.284,7	39.082,4	19,7	(21,6)	8,4	7,03	7,47
Trabalho	5.091,1	1.179,0	21.421,2	4.903,4	20.891,3	331,8	3,8	2,5	3,55	3,99
Capital	2.998,6	213,2	8.364,0	3.711,2	9.430,4	1.306,8	(19,2)	(11,3)	1,39	1,80
Fixa	96,4	107,9	889,2	53,3	466,2	(10,7)	80,9	90,7	0,15	0,09
Variável	1.370,3	574,4	7.487,3	626,3	6.407,1	138,6	118,8	16,9	1,24	1,22
Fixa	625,8	283,5	4.680,7	512,7	4.587,5	120,7	22,1	2,0	0,78	0,88
Rendimentos De Capital	1.120,4	451,1	7.801,4	971,5	7.389,4	148,4	15,3	5,6	1,29	1,41
Residentes No Exterior	454,8	345,0	3.966,8	453,8	3.440,5	31,8	0,2	15,3	0,66	0,66
IRRF - Outros Rendimentos	50,0	38,3	547,7	101,6	685,6	30,7	(50,8)	(20,1)	0,09	0,13
IRRF - Demais Receitas	46,2	25,2	542,0	63,9	619,5	83,3	(27,7)	(12,5)	0,09	0,12
IRRF - Acréscimos Legais	819,9	683,5	7.833,3	660,8	6.773,4	20,0	24,1	15,6	1,30	1,29
Imposto S/ Operações Financeiras - IOF	627,4	504,0	5.649,2	470,8	4.573,0	24,5	33,3	23,5	0,94	0,87
IOF - Operações De Crédito	166,7	157,4	1.849,2	158,8	1.900,8	5,9	5,0	(2,7)	0,31	0,36
IOF - Operações De Seguro	22,9	20,0	242,7	18,2	210,4	14,7	26,2	15,4	0,04	0,04
IOF - Outras Operações	1,0	0,5	55,7	10,8	36,3	85,0	(91,0)	53,4	0,01	0,01
IOF - Demais Receitas	1,9	1,6	36,5	2,3	52,9	21,0	(17,0)	(31,1)	0,01	0,01
IOF - Acréscimos Legais										

RECEITA	Arrecadação (em R\$ milhões)					Variação %			Part. %	
	2007			2006		dez/07	dez/07	jan-dez07	jan-dez	jan-dez
	DEZ	NOV	JAN-DEZ	DEZ	JAN-DEZ	nov/07	dez/06	jan-dez06	2007	2006
Imposto Territorial Rural - ITR	28,6	32,6	379,2	26,9	342,9	(12,5)	6,1	10,6	0,06	0,07
Contribuição Provisoria S/ Movimentação Financeira – CPMF	3.685,5	3.149,0	36.483,1	3.234,0	32.018,1	17,0	14,0	13,9	6,05	6,12
Contribuição P/ Financiamento Da Seguridade Social-COFINS	9.603,0	9.574,1	102.463,0	8.329,3	91.129,8	0,3	15,3	12,4	17,00	17,41
COFINS - Entidades Financeiras	502,9	536,4	5.543,7	462,2	4.799,2	(6,3)	8,8	15,5	0,92	0,92
COFINS - Demais Empresas	6.088,3	5.907,9	62.350,0	4.956,4	56.465,9	3,1	22,8	10,4	10,34	10,79
COFINS - Importação	1.509,6	1.761,8	18.303,4	1.381,3	15.409,6	(14,3)	9,3	18,8	3,04	2,94
COFINS - Demais Receitas	1.317,4	1.181,3	14.028,2	1.284,0	12.486,2	11,5	2,6	12,3	2,33	2,39
COFINS - Acréscimos Legais	184,8	186,7	2.237,6	245,3	1.968,9	(1,1)	(24,7)	13,6	0,37	0,38
Contribuição para o PIS / PASEP	2.484,5	2.504,1	26.709,4	2.171,4	24.042,4	(0,8)	14,4	11,1	4,43	4,59
PIS	1.756,8	1.809,8	18.985,5	1.504,8	16.887,8	(2,9)	16,8	12,4	3,15	3,23
PIS - Entidades Financeiras	92,0	109,4	1.088,2	86,1	897,6	(15,9)	6,8	21,2	0,18	0,17
PIS - Demais Empresas	1.338,0	1.319,4	13.934,9	1.120,1	12.647,0	1,4	19,5	10,2	2,31	2,42
PIS - Importação	326,8	381,1	3.962,3	298,6	3.343,1	(14,2)	9,4	18,5	0,66	0,64
PASEP	361,9	350,7	4.041,4	331,4	3.565,7	3,2	9,2	13,3	0,67	0,68
PIS/PASEP - Demais Receitas	290,3	271,9	2.917,9	271,2	2.912,5	6,7	7,0	0,2	0,48	0,56
PIS/PASEP - Acréscimos Legais	75,5	71,7	764,6	64,0	676,4	5,4	18,0	13,0	0,13	0,13
Contribuição Social Sobre O Lucro Líquido - CSLL	2.917,4	2.932,7	34.411,1	1.800,9	27.965,8	(0,5)	62,0	23,0	5,71	5,34
CSLL - Entidades Financeiras	476,7	555,6	4.765,0	164,9	2.877,6	(14,2)	189,2	65,6	0,79	0,55
CSLL - Demais Empresas	1.820,2	1.821,8	23.179,1	1.131,5	18.977,8	(0,1)	60,9	22,1	3,85	3,63
CSLL - Demais Receitas	497,1	438,8	5.342,5	423,0	4.779,1	13,3	17,5	11,8	0,89	0,91
CSLL - Acréscimos Legais	123,4	116,6	1.124,4	81,6	1.331,3	5,9	51,2	(15,5)	0,19	0,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	720,8	816,0	8.735,8	720,8	8.470,8	(11,7)	0,0	3,1	1,45	1,62
CIDE - Combustíveis	656,9	735,2	7.938,4	665,8	7.810,7	(10,7)	(1,3)	1,6	1,32	1,49
CIDE - Remessas Ao Exterior	63,9	80,7	797,4	55,0	660,0	(20,9)	16,2	20,8	0,13	0,13
Contribuição para o FUNDAF	29,9	35,3	367,3	40,0	347,6	(15,4)	(25,4)	5,7	0,06	0,07
Pagamento Unificado	163,2	166,1	1.114,1	70,4	185,7	(1,7)	131,9	-	0,18	-
Outras Receitas Administradas	431,0	422,6	6.590,4	287,7	3.878,3	2,0	49,8	69,9	1,09	0,74
SUBTOTAL	44.051,9	38.550,0	431.281,7	37.640,6	369.851,7	14,3	17,0	16,6	71,55	70,67
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	20.586,4	12.945,9	153.845,4	17.732,0	133.137,6	59,0	16,1	15,6	25,52	25,44
PRÓPRIA	19.356,9	11.754,7	140.187,9	16.902,1	123.449,3	64,7	14,5	13,6	23,26	23,59
DEMAIS	1.229,5	1.191,2	13.657,5	829,9	9.688,4	3,2	48,2	41,0	2,27	1,85
TOTAL DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	64.638,3	51.495,9	585.127,1	55.372,6	502.989,3	25,5	16,7	16,3	97,07	96,11
TAXAS NÃO ADMINISTRADAS	23,1	22,9	278,9	24,9	216,0	0,6	(7,5)	29,1	0,05	0,04
OUTRAS RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS	970,6	895,2	17.386,5	910,4	20.152,3	8,4	6,6	(13,7)	2,88	3,85
TOTAL DA RECEITA NÃO ADMINISTRADA PELA RFB	993,6	918,1	17.665,4	935,3	20.368,4	8,2	6,2	(13,3)	2,93	3,89
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	65.632,0	52.414,0	602.792,5	56.307,9	523.357,6	25,2	16,6	15,2	100,00	100,00

Fontes: Sistema DW-Arrecadação (métrica: arrecadação para divulgação), Sistema Informar e Fluxo de caixa - INSS

**ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS (preços Dez/2007 – IPCA)
PERÍODO DEZEMBRO – 2006 E 2007**

Receita	Arrecadação (em R\$ milhões)					Variação %			Part. %	
	2007			2006		dez/07	dez/07	jan-dez07	jan-dez	jan-dez
	DEZ	NOV	JAN-DEZ	DEZ	JAN-DEZ	nov/07	dez/06	jan-dez06	2007	2006
Imposto sobre a Importação – II	1.048,3	1.209,2	12.501,2	904,1	10.617,7	(13,3)	16,0	17,7	2,03	1,92
Imposto sobre a Exportação – IE	0,5	0,4	11,0	1,4	11,0	8,8	(65,1)	0,4	0,00	0,00
Imposto s/ Produtos Industrializados – IPI	3.552,8	3.163,6	34.463,7	2.892,5	29.788,1	12,3	22,8	15,7	5,60	5,38
IPI – Fumo	311,4	291,7	2.858,1	216,0	2.536,1	6,8	44,2	12,7	0,46	0,46
IPI – Bebidas	308,1	237,3	2.635,5	290,4	2.763,6	29,8	6,1	(4,6)	0,43	0,50
IPI – Automóveis	614,0	390,3	5.309,1	492,9	4.537,3	57,3	24,6	17,0	0,86	0,82
IPI - Outros Produtos	1.516,8	1.367,5	14.371,5	1.192,0	12.296,9	10,9	27,2	16,9	2,34	2,22
IPI – Vinculado À Importação	684,1	741,6	7.855,9	617,5	6.513,5	(7,8)	10,8	20,6	1,28	1,18
IPI - Demais Receitas	55,3	81,2	847,4	51,1	654,9	(31,9)	8,2	29,4	0,14	0,12
IPI - Acréscimos Legais	63,2	54,1	586,2	32,6	485,7	16,8	93,9	20,7	0,10	0,09
Imposto sobre a Renda – Total	18.566,6	13.995,6	163.397,9	17.405,3	144.386,1	32,7	6,7	13,2	26,57	26,08
Imposto s/ a Renda-Pessoas Físicas – IRPF	1.059,9	1.397,2	13.933,9	501,9	9.034,2	(24,1)	111,2	54,2	2,27	1,63
IRPF - Carnê-Leão E	855,5	756,9	6.966,4	347,0	3.669,9	13,0	146,5	89,8	1,13	0,66
Ganhos De Capital	65,0	307,6	5.083,0	56,3	4.461,7	(78,9)	15,4	13,9	0,83	0,81
IRPF - Quotas-Declaração	63,1	191,8	1.001,9	36,3	280,7	(67,1)	73,7	256,9	0,16	0,05
IRPF - Demais Receitas	76,3	140,9	882,6	62,3	621,9	(45,8)	22,5	41,9	0,14	0,11
Imposto s/ a Renda-Pessoas Jurídicas – IRPJ	5.819,5	6.400,1	71.353,1	3.554,9	59.146,3	(9,1)	63,7	20,6	11,60	10,68
IRPJ - Obrigadas a Apuração Lucro Real	4.456,3	5.049,1	50.442,3	2.383,2	40.720,4	(11,7)	87,0	23,9	8,20	7,35
IRPJ - Entidades Financeiras	1.328,9	1.822,0	13.857,6	559,1	9.605,3	(27,1)	137,7	44,3	2,25	1,73
IRPJ - Demais Obrigadas à Apuração Lucro Real	3.127,4	3.227,1	36.584,8	1.824,1	31.115,1	(3,1)	71,5	17,6	5,95	5,62
IRPJ - Não Obrigadas À Apuração Lucro Real	639,6	703,2	13.564,4	501,9	11.563,0	(9,0)	27,5	17,3	2,21	2,09
IRPJ - Incentivos Fiscais	4,2	5,3	71,9	3,9	44,1	(20,8)	7,3	62,9	0,01	0,01
IRPJ - Demais Receitas	556,8	480,6	5.312,3	503,4	4.877,3	15,9	10,6	8,9	0,86	0,88
IRPJ - Acréscimos Legais	162,5	162,0	1.962,2	162,6	1.941,5	0,3	(0,0)	1,1	0,32	0,35
Imposto S/ A Renda Retido Na Fonte – IRRF	11.687,2	6.198,3	78.110,9	13.348,5	76.205,6	88,6	(12,4)	2,5	12,70	13,76
IRRF - Rendimentos Do Trabalho	4.924,7	4.144,8	43.191,2	6.564,8	41.301,3	18,8	(25,0)	4,6	7,02	7,46
IRRF - Rendimentos Do Capital	5.091,1	1.187,7	21.807,2	5.121,9	22.077,1	328,7	(0,6)	(1,2)	3,55	3,99
IRRF - Fundos De Renda Fixa	2.998,6	214,7	8.486,9	3.876,6	9.940,9	1.296,4	(22,6)	(14,6)	1,38	1,80
IRRF - Fundos De Renda Variável	96,4	108,7	905,3	55,6	493,7	(11,4)	73,2	83,4	0,15	0,09
IRRF - Títulos De Renda Fixa	1.370,3	578,6	7.629,8	654,2	6.781,4	136,8	109,5	12,5	1,24	1,22
IRRF - Demais Rendimentos De Capital	625,8	285,6	4.785,2	535,5	4.861,1	119,1	16,9	(1,6)	0,78	0,88
IRRF - Rendimentos De Residentes No Exterior	1.120,4	454,4	7.954,2	1.014,9	7.811,3	146,5	10,4	1,8	1,29	1,41
IRRF - Outros Rendimentos	454,8	347,5	4.045,7	474,0	3.637,0	30,9	(4,1)	11,2	0,66	0,66
IRRF - Demais Receitas	50,0	38,5	558,5	106,1	724,0	29,8	(52,9)	(22,9)	0,09	0,13
IRRF - Acréscimos Legais	46,2	25,4	554,1	66,8	654,8	81,9	(30,8)	(15,4)	0,09	0,12
Imposto S/ Operações Financeiras - IOF	819,9	688,5	7.992,3	690,2	7.165,8	19,1	18,8	11,5	1,30	1,29
IOF - Operações De Crédito	627,4	507,7	5.762,3	491,8	4.837,0	23,6	27,6	19,1	0,94	0,87
IOF - Operações De Seguro	166,7	158,6	1.887,8	165,9	2.012,0	5,1	0,5	(6,2)	0,31	0,36
IOF - Outras Operações	22,9	20,1	247,7	19,0	222,7	13,8	20,8	11,2	0,04	0,04
IOF - Demais Receitas	1,0	0,5	57,1	11,2	38,3	83,7	(91,4)	49,1	0,01	0,01
IOF - Acréscimos Legais	1,9	1,6	37,4	2,4	55,8	20,1	(20,6)	(33,1)	0,01	0,01
Imposto Territorial Rural - ITR	28,6	32,9	384,8	28,1	362,0	(13,2)	1,6	6,3	0,06	0,07

Receita	Arrecadação (em R\$ milhões)					Variação %			Part. %	
	2007			2006		dez/07	dez/07	jan-dez07	jan-dez	
	DEZ	NOV	JAN-DEZ	DEZ	JAN-DEZ	nov/07	dez/06	jan-dez06	2007	2006
Contribuição Provisória S/ Movimentação Financeira – CPMF	3.685,5	3.172,3	37.233,8	3.378,2	33.871,7	16,2	9,1	9,9	6,05	6,12
Contribuição P/ Financiamento Da Seguridade Social-COFINS	9.603,0	9.645,0	104.562,9	8.700,5	96.428,2	(0,4)	10,4	8,4	17,00	17,42
COFINS - Entidades Financeiras	502,9	540,4	5.657,4	482,8	5.080,2	(6,9)	4,2	11,4	0,92	0,92
COFINS - Demais Empresas	6.088,3	5.951,7	63.626,1	5.177,3	59.755,6	2,3	17,6	6,5	10,34	10,79
COFINS - Importação	1.509,6	1.774,8	18.676,6	1.442,9	16.300,8	(14,9)	4,6	14,6	3,04	2,94
COFINS - Demais Receitas	1.317,4	1.190,0	14.319,5	1.341,2	13.209,9	10,7	(1,8)	8,4	2,33	2,39
COFINS - Acréscimos Legais	184,8	188,1	2.283,4	256,3	2.081,7	(1,8)	(27,9)	9,7	0,37	0,38
Contribuição para o PIS / PASEP	2.484,5	2.522,7	27.261,9	2.268,2	25.441,3	(1,5)	9,5	7,2	4,43	4,60
PIS	1.756,8	1.823,2	19.375,5	1.571,9	17.870,5	(3,6)	11,8	8,4	3,15	3,23
PIS - Entidades Financeiras	92,0	110,2	1.110,9	89,9	950,3	(16,5)	2,3	16,9	0,18	0,17
PIS - Demais Empresas	1.338,0	1.329,2	14.221,5	1.170,0	13.383,8	0,7	14,4	6,3	2,31	2,42
PIS - Importação	326,8	383,9	4.043,2	312,0	3.536,5	(14,9)	4,8	14,3	0,66	0,64
PASEP	361,9	353,3	4.126,8	346,2	3.773,7	2,4	4,5	9,4	0,67	0,68
PIS/PASEP - Demais Receitas	290,3	274,0	2.978,5	283,3	3.081,5	6,0	2,4	(3,3)	0,48	0,56
PIS/PASEP - Acréscimos Legais	75,5	72,2	781,0	66,9	715,6	4,6	13,0	9,1	0,13	0,13
Contribuição Social Sobre O Lucro Líquido - CSLL	2.917,4	2.954,4	35.142,9	1.881,2	29.612,9	(1,3)	55,1	18,7	5,71	5,35
CSLL - Entidades Financeiras	476,7	559,7	4.868,0	172,2	3.049,8	(14,8)	176,8	59,6	0,79	0,55
CSLL - Demais Empresas	1.820,2	1.835,3	23.671,2	1.181,9	20.098,0	(0,8)	54,0	17,8	3,85	3,63
CSLL - Demais Receitas	497,1	442,0	5.456,2	441,8	5.057,0	12,5	12,5	7,9	0,89	0,91
CSLL - Acréscimos Legais	123,4	117,4	1.147,6	85,2	1.408,2	5,1	44,8	(18,5)	0,19	0,25
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	720,8	822,0	8.920,4	752,9	8.963,5	(12,3)	(4,3)	(0,5)	1,45	1,62
CIDE - Combustíveis	656,9	740,7	8.105,5	695,4	8.264,8	(11,3)	(5,5)	(1,9)	1,32	1,49
CIDE - Remessas Ao Exterior	63,9	81,3	814,8	57,4	698,8	(21,4)	11,2	16,6	0,13	0,13
Contribuição para o FUNDAP	29,9	35,6	374,9	41,8	367,6	(16,1)	(28,6)	2,0	0,06	0,07
Pagamento Unificado	163,2	167,3	1.133,2	73,5	193,8	(2,4)	122,0	-	0,18	-
Outras Receitas Administradas	431,0	425,7	6.727,5	300,5	4.103,7	1,2	43,4	63,9	1,09	0,74
TOTAL DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	44.051,9	38.835,3	440.108,5	39.318,4	391.313,5	13,4	12,0	12,5	71,56	70,68
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	20.586,4	13.041,7	156.875,0	18.522,3	140.784,6	57,9	11,1	11,4	25,51	25,43
PRÓPRIA	19.356,9	11.841,7	142.930,5	17.655,5	130.527,0	63,5	9,6	9,5	23,24	23,57
DEMAIS	1.229,5	1.200,0	13.944,5	866,8	10.257,6	2,5	41,8	35,9	2,27	1,85
TOTAL DA RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	64.638,3	51.877,0	596.983,5	57.840,7	532.098,1	24,6	11,8	12,2	97,06	96,10
TAXAS NÃO ADMINISTRADAS	23,1	23,1	284,6	26,1	228,5	(0,1)	(11,5)	24,6	0,05	0,04
OUTRAS RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS	970,6	901,8	17.775,1	951,0	21.341,9	7,6	2,1	(16,7)	2,89	3,85
TOTAL DA RECEITA NÃO ADMINISTRADA PELA RFB	993,6	924,9	18.059,7	977,0	21.570,3	7,4	1,7	(16,3)	2,94	3,90
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	65.632,0	52.801,9	615.043,3	58.817,8	553.668,4	24,3	11,6	11,1	100,00	100,00

Fontes: Sistema DW-Arrecadação (métrica: arrecadação para divulgação), Sistema Informar e Fluxo de caixa – INSS

Com o objetivo de evidenciar os valores arrecadados e montante em estoque relativos aos programas de parcelamentos, foram elaborados dois demonstrativos, acerca da Arrecadação não Previdenciária e Previdenciária. O primeiro quadro refere-se aos valores arrecadados e em estoque, de 2006 e de 2007, referentes aos parcelamentos Convencional, Paes, Paex, Refis, para Ingresso no Simples Nacional e Timemania, da arrecadação não previdenciária. O segundo quadro refere-se aos valores arrecadados e em estoque, de 2006 e de

2007, referentes aos parcelamentos Convencional, Paes, Paex, Refis, para Ingresso no Simples Nacional, Timemania e Especiais, da arrecadação previdenciária.

Os valores totais referentes a cada tipo de parcelamento foram subdivididos em duas partes: valores referentes a débitos não inscritos em Dívida Ativa (marcados como RFB) e valores referentes a débitos inscritos em Dívida Ativa (marcados como PGFN). Em alguns casos, na arrecadação previdenciária, não foi possível a identificação e separação de valores entre RFB e PGFN, pois tratam-se de pagamentos efetuados em um mesmo código de receitas.

A arrecadação aqui retratada é a arrecadação líquida, sendo considerados para os cálculos os diversos eventos ocorridos após a realização do pagamento, como retificações, compensações e restituições.

Assim, com relação à arrecadação não previdenciária, o total de valores arrecadados referentes aos parcelamentos acima mencionados em 2006 foi de R\$ 6.884.890.883,03 e o total de valores em estoque destes mesmos parcelamentos em 2006 foi de R\$ 88.694.011.219,00. O total de valores arrecadados em 2007 foi de R\$ 9.316.560.588,13 e o total de valores em estoque neste mesmo ano foi de R\$ 105.524.778.232,20.

ARRECADAÇÃO NÃO PREVIDENCIÁRIA

Valores Arrecadados - Líquido - Arrecadação Não Previdenciária – Em R\$		
	2006	2007
TOTAL PAES	2.965.853.254,42	2.689.428.735,14
Paes RFB	2.426.668.798,27	2.238.044.991,82
Paes PGFN	539.184.456,15	451.383.743,32
Total Paex Cód Usual	426.267.223,95	1.855.975.120,57
Total Paex Cód Unificado	324.694.835,42	1.265.133.028,73
Paex RFB	161.656.132,61	629.873.007,97
Paex PGFN	163.038.702,81	635.260.020,76
Total Refis	870.481.204,28	741.823.994,26
Refis RFB	744.161.465,98	639.778.158,44
Refis PGFN	126.319.738,30	102.045.835,82
Total Simples Nacional	0,00	122.093.987,82
Simples Nacional RFB	0,00	97.513.647,32
Simples Nacional PGFN	0,00	24.580.340,50
Total Timemania	1.495,31	1.878.392,54
Timemania RFB	1.495,31	731.943,17
Timemania PGFN	0,00	1.146.449,37
Convencional	2.297.592.869,65	2.640.227.329,07
TOTAL	6.884.890.883,03	9.316.560.588,13

Valores em Estoque - Parcelamentos de Créditos Não Previdenciários – Em R\$		
	2006	2007
Total Paes	34.370.731.408,00	30.212.231.928,89
Paes RFB	25.417.155.876,22	22.343.005.808,76
Paes PGFN	8.953.575.531,78	7.869.226.120,13
Total Paex	0,00	41.072.272.591,10
Paex RFB	0,00	23.462.493.458,47
Paex PGFN	0,00	17.609.779.132,63
Total Refis	47.881.205.462,00	24.632.619.369,21
Refis RFB	32.707.651.451,09	16.826.022.290,60
Refis PGFN	15.173.554.010,91	7.806.597.078,61
Total Simples Nacional	0,00	*
Simples Nacional RFB	0,00	*
Simples Nacional PGFN	0,00	*
Total Timemania	0,00	*
Timemania RFB	0,00	*
Timemania PGFN	0,00	*
Convencional	6.442.074.349,00	9.607.654.343,00
TOTAL	88.694.011.219,00	105.524.778.232,20

* Parcelamentos ainda não consolidados

Fonte: Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac/RFB

Com relação à arrecadação previdenciária, o total de valores arrecadados em 2006 foi de R\$ 5.026.157.595,09 e o total de valores em estoque em 2006 foi de R\$ 44.011.614.232,45. O total de valores arrecadados em 2007 foi de R\$ 5.825.085.255,41 e o total de valores em estoque neste mesmo ano foi de R\$ 48.795.382.494,47.

ARRECAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
Valores Arrecadados - Líquido - Arrecadação Previdenciária – Em R\$		
	2006	2007
Total Paes	916.339.346,06	975.437.065,36
Paes RFB	*	*
Paes PGFN	*	*
Total Paex	0,00	204.987.207,85
Paex RFB	0,00	*
Paex PGFN	0,00	*
Total Simples Nacional	0,00	25.713.494,28
Simples Nacional RFB	0,00	*
Simples Nacional PGFN	0,00	*
Total Timemania	0,00	1.119.799,89
Timemania RFB	0,00	*
Timemania PGFN	0,00	*
Total Parc Esp L 9639/98	1.302.499.220,40	1.405.310.262,58
Parc Esp RFB	*	*
Parc Esp PGFN	*	*
Total Parc Esp L 8641/93	1.002.295,77	1.317.806,15
Parc Esp RFB	*	*
Parc Esp PGFN	*	*
Total Parc Esp L 11196/05	0,00	195.451.440,26
Parc Esp RFB	0,00	*
Parc Esp PGFN	0,00	*
Total Convencional	2.806.316.732,86	3.015.748.179,04
Convencional RFB	2.477.510.083,78	2.680.214.179,04
Convencional PGFN	328.806.649,08	335.534.000,00
Total	5.026.157.595,09	5.825.085.255,41

Valores em Estoque - Parcelamentos de Créditos Previdenciários – Em Mil R\$		
	2006	2007
Total Paes	13.772.496.136,79	11.731.467.377,92
Paes RFB	*	*
Paes PGFN	*	*
Total Paex	0,00	3.422.493.945,14
Paex RFB	0,00	*
Paex PGFN	0,00	*
Total Simples Nacional	0,00	**
Simples Nacional RFB	0,00	**
Simples Nacional PGFN	0,00	**
Total Timemania	0,00	**
Timemania RFB	0,00	**
Timemania PGFN	0,00	**
Total Parc Esp L 9639/98	23.270.932.929,28	22.418.057.344,17
Parc Esp RFB	*	*
Parc Esp PGFN	*	*
Total Parc Esp L 8641/93	23.490.684,09	21.019.002,03
Parc Esp RFB	*	*
Parc Esp PGFN	*	*
Total Parc Esp L 11196/05	0,00	2.542.032.331,59
Parc Esp RFB	0,00	*
Parc Esp PGFN	0,00	*
Total Convencional	6.944.694.482,29	8.660.312.493,62
Convencional RFB	5.532.801.275,14	7.011.515.148,09
Convencional PGFN	1.411.893.207,15	1.648.797.345,53
TOTAL	44.011.614.232,45	48.795.382.494,47

* Não disponível

** Parcelamentos ainda não consolidados

Fonte: Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac/RFB

2.10.3. Coeficiente Tributário Federal: comparativo com exercício anterior

O quadro abaixo apresenta, por tributo administrado pela RFB, a relação entre a arrecadação e o Produto Interno Bruto – PIB dos anos 2006 e 2007. Tal relação, segundo as orientações recebidas pela Coordenação-Geral de Previsão e Análise – Copan, representa o Coeficiente Tributário. Para o ano de 2007, em razão de o PIB não se encontrar consolidado, utilizou-se o valor estimado pela Secretaria de Política Econômica.

COEFICIENTE TRABALHO

RECEITAS	2007 [A]	2006 [B]	R\$ Milhões	
			PARTICIPAÇÃO (%) NO PIB	
			2007	2006
I. IMPORTAÇÃO	12.216	9.974	0,48	0,43
IPI	31.876	28.416	1,25	1,22
IMPOSTO DE RENDA	148.014	126.706	5,80	5,45
IOF	7.855	6.784	0,31	0,29
CPMF	36.520	32.087	1,43	1,38
COFINS	103.196	90.241	4,04	3,88
PIS/PASEP	26.632	23.966	1,04	1,03
CSLL	34.471	27.991	1,35	1,21
CIDE-COMBUSTÍVEIS	7.943	7.817	0,31	0,34
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	8.787	5.023	0,34	0,22
SUBTOTAL [A]	417.509	359.006	16,36	15,46
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS [B]	140.412	123.520	5,50	5,32
RECEITA ADMINISTRADA=[A]+[B]	557.921	482.526	21,87	20,77

*PIB 2007: valor estimado

2.10.4 Análise da Programação e Execução Financeira do Tesouro Nacional

O Ordenamento Jurídico do Sistema de Programação Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pelo Decreto nº 3.590, de 6 de setembro de 2000, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União.

Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

Conforme dispõe o § 1º do art. 3º do Decreto nº 3.590/2000, as atividades de programação financeira compreendem a formulação de diretrizes para descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira e destes para as unidades gestoras sob sua jurisdição e a gestão da Conta Única do Tesouro Nacional, objetivando assegurar às unidades gestoras, no limite da programação financeira aprovada, disponibilidade de recursos para execução de seus programas de trabalho, bem como manter o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições: zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira. Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de programação e execução dos mesmos.

A Lei nº 4.320/64 estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825/93, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

- I. Pessoal e encargos sociais;
- II. Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
- III. Serviço da dívida pública federal; e
- IV. Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 11.439/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007), foram definidos limites para a movimentação e empenho e de pagamento dos grupos “outras despesas correntes”, “investimento” e “investimentos financeiros” dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar para o exercício de 2007 obedece ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872/86.

Os Instrumentos de Programação e Execução Orçamentária e Financeira

No início do exercício de 2007, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000 – LRF, foi estabelecido o cronograma anual de desembolso pelo Decreto nº 6.046/2007, que determinou restrição ao empenho

de despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, como também fixou limites de pagamento com o objetivo de disciplinar a execução financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo. As principais características desse cronograma anual de desembolso foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constou, respectivamente, dos Anexos I e II do Decreto nº 6.046/2007.
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 6.046/2007 foram detalhados pela Portaria Interministerial MP/MF nº 45/2007;
- as ações do Projeto Piloto de Investimento (PPI) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 6.046/2007 e foram detalhadas pela Portaria Interministerial MP/MF nº 45/2007, no valor de R\$ 4.582.830,0 mil.

Ao longo do exercício de 2007, foram efetuadas várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e para pagamento. Essas alterações foram efetivadas no intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Execução Financeira

A atuação da COFIN esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

A execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2007, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R\$ 113,69 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R\$ 645,73 bilhões e de liberações de R\$ 645,84 bilhões. Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R\$ 124,8 bilhões.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES	
	2006	2007
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	555.530	645.730
A.1 - Recolhimento Bruto	398.827	464.625
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	-	(10)
A.3 - Outras Operações de Crédito	17.269	17.464
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	4.058	2.440
A.5 - Salário Educação	4.589	7.626
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	130.429	153.139
A.7 - Remuneração de Disponibilidades – BB	359	446
B. DESPESAS	(589.003)	(645.843)
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(91.773)	(103.984)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(70.518)	(82.198)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(4.736)	(5.400)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.856)	(3.888)
B.1.4 - FUNDEF (complementação da União)	(316)	(2.016)
B.1.5 - Demais	(12.347)	(10.481)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(108.974)	(125.666)
B.2.1 – Executivo	(86.911)	(98.751)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(22.063)	(26.914)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(107.335)	(100.037)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(1.638)	(1.835)
B.3.2. Dívida Externa	(13.851)	(13.209)
B.3.3 .DPMF – Mercado	(91.847)	(84.993)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(162.231)	(178.149)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(113.782)	(133.274)
B.5.1 .PIS/PASEP	(19.622)	(19.458)
B.5.2 .Demais	(94.160)	(113.816)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(4.908)	(4.734)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	(33.472)	(114)
D. RESULTADO FISCAL (2) (1- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	57.086	84.307
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	408.410	432.808
E.1 - Emissão de Títulos – Mercado	398.822	422.095
E.2 - Outras Operações de Crédito	9.588	10.713
F. DESPESAS	(327.105)	(302.992)
F.1 - Amortização da Dívida	(327.105)	(302.992)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(1.590)	(1.851)
F.1.2 - Dívida Externa	(37.423)	(20.347)
F.1.3 - DPMF – Mercado	(288.093)	(280.794)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	110.730	141.300
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	(5.400)	(4.920)
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	42.433	124.782

Execução da Programação Financeira de Desembolso, por Órgão

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 6.046/2007, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos VII, VIII e IX da Portaria Interministerial MF/MPOG nº 45/2007. A tabela a seguir apresenta os limites financeiros por órgão fixados para o exercício de 2007, e alterados por decretos e portarias publicados posteriormente.

LIMITES DE PAGAMENTO - CUSTEIO E INVESTIMENTO POR ÓRGÃO (PORTARIA Nº 45, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007-POSIÇÃO EM 31.12.2007)

		R\$ MIL			
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	PROGRAMAÇÕES SELECIONADAS	ANEXO VII	ANEXO VIII	ANEXO IX	TOTAL
20101 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	293.623	872.636	103.208	216	1.269.683
20102 GAB. DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	0	2.634	0	0	2.634
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	0	128.237	0	0	128.237
22000 MIN. DA AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO	0	989.731	129.046	367	1.119.144
24000 MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	8.543	3.302.565	518.173	5.307	3.834.588
25000 MIN. DA FAZENDA	0	2.133.445	312.016	0	2.445.461
26000 MIN. DA EDUCAÇÃO	0	8.438.065	665.264	20.267	9.123.596
28000 MIN. DO DESENV., IND. E COM. EXTERIOR	0	358.520	359.909	1.374	719.803
30000 MIN. DA JUSTIÇA	0	1.690.459	27.000	308	1.717.767
32000 MIN. DE MINAS E ENERGIA	79.936	411.645	45.347	85	537.013
33000 MIN. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	1.276.076	145.585	0	1.421.661
35000 MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0	920.117	2.018	0	922.135
36000 MIN. DA SAÚDE	0	34.666.665	1.750.286	1.541.058	37.958.009
38000 MIN. DO TRABALHO E EMPREGO	0	625.147	150.524	17.081	792.752
39000 MIN. DOS TRANSPORTES	5.011.132	1.559.060	45.400	0	6.615.592
41000 MIN. DAS COMUNICAÇÕES	0	418.356	0	0	418.356
42000 MIN. DA CULTURA	0	471.835	9.419	1.933	483.187
44000 MIN. DO MEIO AMBIENTE	0	483.724	93.279	0	577.003
47000 MIN. DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	0	695.160	55.573	0	750.733
49000 MIN. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	0	2.289.390	14.131	0	2.303.521
51000 MIN. DO ESPORTE	0	810.391	0	0	810.391
52000 MIN. DA DEFESA	0	4.983.590	1.964.535	0	6.948.125
53000 MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	550.191	931.467	24.570	1.042	1.507.270
54000 MIN. DO TURISMO	0	1.097.988	10	3	1.098.001
55000 MIN. DO DESENV. SOCIAL E COMB. À FOME	0	3.586.425	22.061	7.678.311	11.286.797
56000 MIN. DAS CIDADES	983.027	1.067.186	154.179	1.729	2.206.121
71000 ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	0	380.039	0	0	380.039
73000 TRANSF. A ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	0	67.871	0	0	67.871
74000 OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	0	46.710	0	0	46.710
TOTAL	6.926.452	74.705.134	6.591.533	9.269.081	97.492.200

Fontes de Recursos: Anexo VII: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 180, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo VIII: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores

Anexo IX: 179, 182, 282 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

A execução dos valores programados por órgão no exercício de 2007 é apresentada na tabela a seguir.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES DESEMBOLSADOS POR ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO – 2007
(DESPESA EXECUTADA)

RS MIL					
DISCRIMINAÇÃO		PESSOAL	CUSTEIO E INVESTIM.	JUROS E AMORTIZ.	TOTAL
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	2.556.455	586.467	0	3.142.921
02000	SENADO FEDERAL	2.127.837	433.885	3.261	2.564.983
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	936.803	123.434	510	1.060.748
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	235.990	214.958	0	450.948
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	713.822	127.134	0	840.956
12000	JUSTICA FEDERAL	5.767.943	2.074.589	0	7.842.532
13000	JUSTICA MILITAR	229.459	31.577	0	261.035
14000	JUSTICA ELEITORAL	2.318.924	843.784	0	3.162.707
15000	JUSTICA DO TRABALHO	8.026.896	981.224	0	9.008.120
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	961.484	187.267	0	1.148.752
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	2.199.714	1.818.933	2.354	4.021.001
20113	MINISTERIO DO PLANEJ.,ORÇAMENTO E GESTAO	2.189.061	1.638.144	8.274	3.835.479
22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	2.686.513	3.542.491	19.146	6.248.150
24000	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	907.302	3.627.048	39.136	4.573.486
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	18.006.681	104.511.760	609.939.939	732.458.380
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	15.250.329	18.915.315	224.856	34.390.500
28000	MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	302.358	2.311.995	0	2.614.353
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	4.668.003	2.269.547	43.753	6.981.303
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	405.755	13.670.107	150	14.076.012
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	7.467.281	184.844.257	5.583	192.317.120
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	1.961.167	665.220	0	2.626.387
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	672.691	968.270	1.240	1.642.201
36000	MINISTERIO DA SAUDE	8.286.957	41.026.709	175.701	49.489.367
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	1.701.114	29.122.778	0	30.823.892
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.066.324	11.183.698	296.786	13.546.808
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	860.973	728.541	0	1.589.515
42000	MINISTERIO DA CULTURA	238.724	590.949	4.508	834.181
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	831.863	627.576	9.324	1.468.763
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	635.943	4.545.753	35.393	5.217.089
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	14.075	1.455.658	0	1.469.733
52000	MINISTERIO DA DEFESA	30.773.380	8.094.496	1.019.324	39.887.200
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	545.254	9.603.015	90.412	10.238.682
54000	MINISTERIO DO TURISMO	38.922	1.769.650	0	1.808.571
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	22.091	24.691.504	0	24.713.595
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	269.675	6.903.893	268.773	7.442.341
TOTAL		126.877.764	484.731.626	612.188.422	1.223.797.811

Obs.: - Inclui recursos de todas as fontes;

- Inclui transferências constitucionais e legais para estados e municípios e despesa com benefícios previdenciários.

Fonte: SIAFI

2.10.5 Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A Emenda Constitucional nº 12/96 outorgou competência à União para instituir contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira. Assim, por intermédio da Lei nº 9.311/96, foi criada a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira – CPMF, para vigorar por dois anos.

O produto da arrecadação da referida contribuição foi destinado inicialmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, sendo que sua entrega obedecia aos prazos e condições estabelecidos para as transferências de que trata o art. 159 da Constituição. A Lei nº 9.539/97 ampliou o prazo de vigência da CPMF por vinte e quatro meses, contado a partir de 23 de janeiro de 1997.

A alíquota de contribuição estabelecida em vinte centésimos por cento foi alterada para trinta e oito centésimos por cento pela Emenda Constitucional nº 21/99, que também prorrogou o prazo de vigência por mais vinte e quatro meses e destinou a parcela decorrente dessa alteração da alíquota, nos exercícios de 1999, 2000 e 2001, ao custeio da previdência social.

A alíquota de trinta e oito centésimos por cento vigorou até junho de 2000, passando em seguida para trinta centésimos por cento. A Emenda Constitucional nº 31/2000 elevou a alíquota novamente para trinta e oito centésimos por cento, destinando a parcela adicional de oito centésimos por cento ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, cujos efeitos ocorreram noventa dias após a publicação da Emenda Constitucional citada.

Do valor total da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a legislação previu a destinação de parcela ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) nos exercícios de 1997 a 1999 e, posteriormente, a desvinculação de receitas da União (DRU) nos exercícios seguintes, em ambos os casos no percentual de 20%. Os valores desvinculados foram consignados nos gastos previstos em Lei.

A Emenda Constitucional nº 37/2002, que altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogou até 31 de dezembro de 2004 a vigência da CPMF, mantendo a alíquota de trinta e oito centésimos nos exercícios de 2002 e 2003 e alterando para oito centésimos por cento no exercício financeiro de 2004, quando passou a ser integralmente destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

A Emenda Constitucional nº 42/ 2003, no art. 3º, prorrogou até 31 de dezembro de 2007 o prazo de cobrança da CPMF, bem como manteve a alíquota de trinta e oito centésimos por cento para o mesmo período.

O Decreto nº 4.296/2002 disciplinou a não-incidência da CPMF nas hipóteses de que trata o art. 85 do Ato das Disposições Transitórias, com efeitos a partir de 13 de julho de 2002. Dessa forma, a CPMF passou a não incidir nos lançamentos em contas correntes de depósito, especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para operações de:

- câmaras e prestadoras de serviços de compensação e de liquidação de que trata o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.214/2001, em operações relativas à transferência de fundos, de títulos, de valores mobiliários e de outros ativos financeiros, inclusive moedas estrangeiras ou documentos representativos dessas moedas; e
- companhias securitizadoras de que trata a Lei nº 9.514/1997, e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas no mercado financeiro, em operações relativas à:
 - a) captação de recursos por meio de emissão de títulos e valores mobiliários;
 - b) resgates, recompras e outras obrigações decorrentes da emissão de que trata a alínea “a”;
 - c) cessão e aquisição de direitos de crédito; e
 - d) aplicação de recursos nos mercados de renda fixa e de renda variável.

Além dessas operações, a CPMF não incide:

- I – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a operações com ações, realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;
- II – nos lançamentos em contas correntes de depósitos relativos a contratos referenciados em ações ou índices de ações, em suas diversas modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros; e
- II – nos lançamentos em contas de investidores estrangeiros, relativos a entrada no País e a remessas para o exterior de recursos financeiros empregados, exclusivamente, em operações e contratos referidos nos incisos I e II.

No exercício de 2007, a arrecadação da CPMF alcançou o montante de R\$ 36,5 bilhões, tendo sido destinada da seguinte forma: parcela de R\$ 5,7 bilhões desvinculada nos termos da Emenda Constitucional nº 27/2000; R\$ 15,3 bilhões destinados ao Fundo Nacional de Saúde; R\$ 7,6 bilhões ao custeio da Previdência Social e R\$ 7,6 bilhões ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Nos valores está incluído o montante arrecadado a título de PAES - Parcelamento Especial - que trata a Lei 10.684/2003 e a parcela destinado ao Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – Fundaf, de acordo com o artigo 40 da Lei 9.069/1995.

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES ARRECADADOS DA CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE A MOVIMENTAÇÃO
FINANCEIRA – CPMF NO EXERCÍCIO DE 2007**

	R\$ MIL
Valores arrecadados em 2007	36.519.850
Parcela desvinculada nos termos da EC nº 27/2000 - DRU	5.744.562
Parcela destinada ao Fundo Nacional de Saúde	15.318.826
Parcela destinada ao Custeio da Previdência Social	7.659.413
Parcela destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	7.659.413
Parcela destinada ao Fundaf *	137.634

* Conforme o artigo 40, da Lei 9.069/95.

A execução da fonte 155 – Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, e sua correspondente incorporação de saldo de exercício anterior no âmbito do Fundo Nacional de Saúde e do custeio da Previdência Social, apresentou a seguinte destinação por programa e projeto / atividade no exercício de 2007, discriminado na tabela que segue. A despesa com a Previdência Social atingiu R\$ 7,6 bilhões e os gastos com saúde, R\$ 15,2 bilhões. A execução total da fonte 155 chegou a R\$ 22,8 bilhões.

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA FONTE 155 - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE A MOVIMENTAÇÃO
FINANCEIRA E SUA CORRESPONDENTE INCORPORAÇÃO DE SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIOR**

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO – 2007
(DESPESA EXECUTADA)**

	R\$ MIL
PROGRAMA - PROJETO / ATIVIDADE	VALOR
1. PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	7.572.119
1.1. PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA RURAL	967.876
1.2. PAGAMENTO DE AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO-DOENCA A	39.874
1.3. PAGAMENTO DE PENSOES - AREA RURAL	689.458
1.4. PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA RURAL	96.812
1.5. PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS - AREA URBANA	2.827.318
1.6. PAGAMENTO DE PENSOES - AREA URBANA	1.478.840
1.7. PAGAMENTO DE AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO, AUXILIO DOENCA A	1.365.103
1.8. PAGAMENTO DE SALARIO-MATERNIDADE - AREA URBANA	106.838
2.VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	17.931
2.1.PREPARACAO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE INFLUENZA	17.931
3.ATENCAO BÁSICA EM SAUDE	16.055
3.1. ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE	16.055
4.ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	59.137
4.1.ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	59.137
5.ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE	15.149.926
5.1 APOIO A MANUTENCAO DE UNIDADES DE SAUDE	10.000
5.2.ASSISTENCIA MEDICA QUALIFICADA E GRATUITA A TODOS OS NIVEIS	10.260
5.3.ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO NOS MUNICIPIOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA DO SISTEMA E NOS ESTADOS HABILITADOS EM GESTÃO PLENA / AVANÇADA	15.129.666
TOTAL	22.815.167

Fonte: SIAFI

2.11 FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil tem projetos são:

- BIRD - Banco Mundial
- IFC - Corporação Financeira Internacional
- GEF - Global Environment Facility
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- FUMIM - Fundo Multilateral de Investimento
- CII - Corporação Interamericana de Investimentos
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (Banco Japonês)
- BEI - Banco Europeu de Investimentos
- CAF - Corporação Andina de Fomento
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- KFW - Kreditanstalt Fr Wiederaufbau (Banco Alemão)

Projetos na Esfera Federal

No âmbito do Governo Federal e de Empresas Nacionais, esfera de atuação da Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, estavam em execução, durante o ano de 2007, 117 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

ORGANISMO	N.º DE PROJETOS (EMPRÉSTIMOS E DOAÇÕES)
Banco Mundial	22
Banco Interamericano de Desenvolvimento	22
JBIC	02
Fundo Multilateral de Investimento – FUMIN	05
“Global Environment Facility – GEF”	11
PPG-7	22
Comunidade Européia	04
Outros (KFW, FIDA, PNUMA, Efibanca, Deutsche Bank e outros)	29

Esta carteira de projetos em execução, contabilizada juntamente com 47 projetos que estão em negociação, preparação ou aguardando assinatura, representa um volume total de recursos de US\$ 21.042.378.000,00.

Projetos na Esfera Estadual e Municipal

Estavam em execução, nestas esferas de governo, 101 projetos com participação de organismos internacionais, entre empréstimos e doações, assim distribuídos:

ORGANISMO	N.º DE PROJETOS (EMPRÉSTIMOS E DOAÇÕES)
Banco Mundial	24
Banco Interamericano de Desenvolvimento	36
KFW	07
FIDA	01
FONPLATA	05
JBIC	04
GEF	06
Outros	18

A carteira de projetos dos Estados e Municípios representa valores, de contratos em execução, juntamente com 160 projetos em estágio de negociação, preparação ou aguardando assinatura, no montante de, aproximadamente, US\$ 30.454.405.000,00.

Acordos de Cooperação Técnica

Os dados disponíveis para a Cooperação Técnica são do exercício de 2006, tendo em vista que ainda estão sendo atualizados os cadastros de projetos pelo Ministério das Relações Exteriores.

Cooperação Bilateral

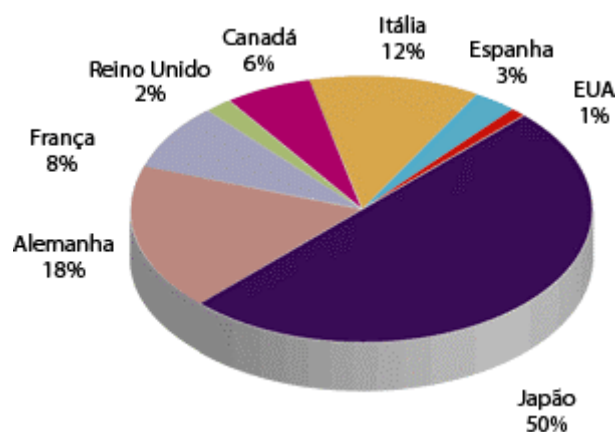
A carteira da CGRB totalizava, em dezembro de 2006, 444 propostas, sendo 295 projetos e 149 atividades.

A cooperação técnica recebida bilateral pode ser considerada um instrumento propulsor de mudanças estruturais, visto ter como objetivo a transferência de tecnologia e absorção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento socio-econômico do país. Os objetivos, a seguir, resumem e descrevem suas principais atividades, quais sejam: aprimorar a capacidade técnica de gerenciamento, monitorar a execução dos projetos, divulgar as oportunidades e resultados da cooperação técnica recebida bilateral, coordenar os programas de cooperação técnica com governos de países industrializados, fortalecer as ações atuais, aprimorar a qualidade do monitoramento dos programas e projetos e aumentar as parcerias com as agências de desenvolvimento internacional, contribuindo no esforço nacional de maximizar as possibilidades e benefícios da cooperação bilateral.

A Cooperação Recebida Bilateral é realizada por meio de consultorias de alto nível, capacitação e treinamento de técnicos brasileiros e, em alguns casos, pela doação de equipamentos de alta tecnologia, com o objetivo final de transferir novos conhecimentos às instituições brasileiras.

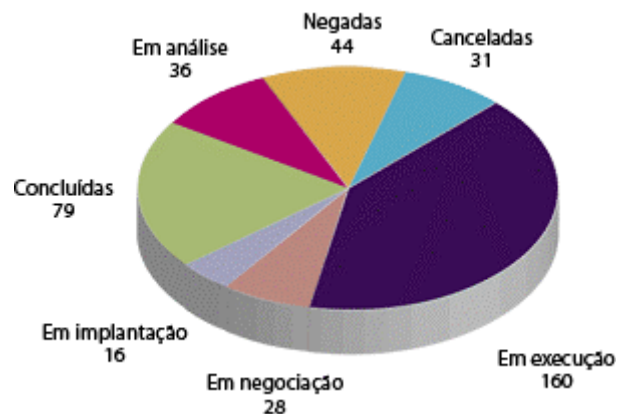
Os recursos aportados pelas fontes externas bilaterais são a fundo perdido e correspondem, em média, a 50% do valor da cooperação solicitada. A contrapartida oferecida deve ser, no mínimo, igual ao valor da cooperação solicitada, e deverá ser calculada levando em consideração os gastos com salários da equipe que participará diretamente da execução do projeto, a infra-estrutura colocada à disposição do projeto, os gastos com seminários e estágios, dentre outros insumos.

Os principais parceiros da cooperação bilateral são: Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália, Espanha e EUA.

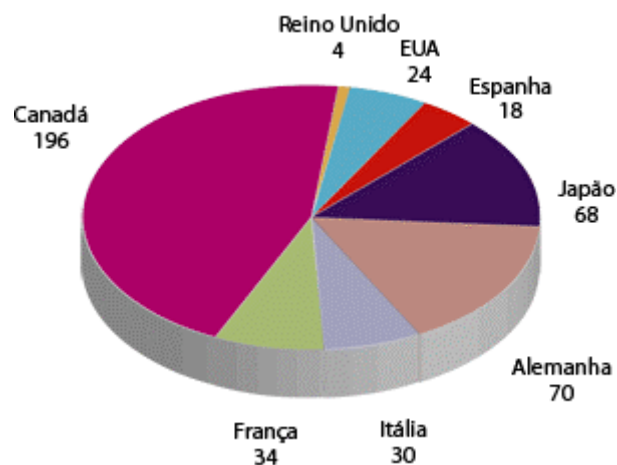


A carteira da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral - CGRB é composta por projetos e atividades. Os projetos são caracterizados por maior prazo de execução (média de 3 a 5 anos) e contemplam atividades de consultoria de curto e longo prazo, treinamentos e equipamentos necessários à complementação de atividades previstas nos planos de trabalho. As atividades são ações de menor porte, pontuais, contemplando alguns dos elementos de um projeto, como uma consultoria específica, um treinamento, um seminário etc.

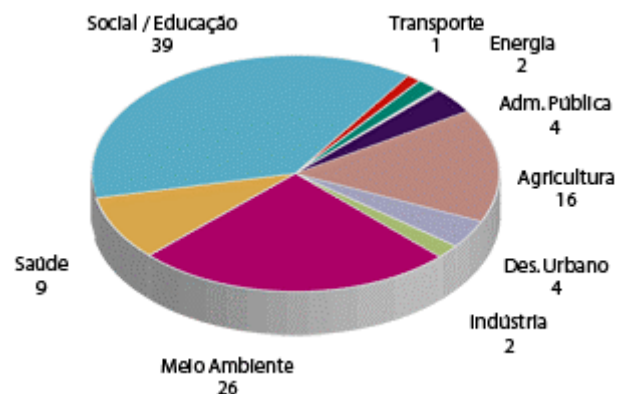
As 444 propostas estão distribuídas nas seguintes situações: 160 em execução, 28 em negociação, 16 em implantação, 79 concluídas, 36 em análise, 94 negadas e 31 canceladas.



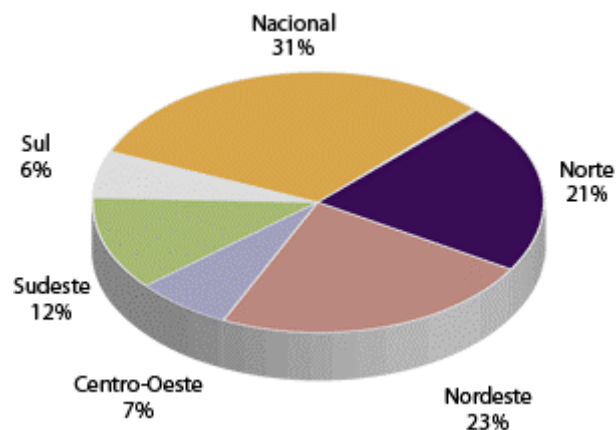
Do desempenho da carteira da CGRB, acima demonstrado, os projetos/atividades estão distribuídos nas seguintes fontes bilaterais: Japão - 68 propostas; Alemanha - 70 propostas; Itália - 30 propostas; França - 34 propostas; Canadá - 196 propostas; Reino Unido - 4 propostas; Estados Unidos - 24 propostas; Espanha - 18 propostas.



Os projetos em execução, perfazendo um total de 97, concentram-se nas seguintes áreas: social/educação (39), meio ambiente (26), agricultura (16), saúde (9), administração pública (4), energia(2) e transporte (1).



Quanto à distribuição geográfica dos projetos em execução (97), observa-se que a região Nordeste concentra o maior número de propostas (24), seguido pela região Norte (22), Centro-Oeste (7), Sudeste (12), Sul (6) e Nacional (26).



Cooperação Multilateral

Em dezembro de 2006, a carteira de projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava 438 projetos em execução.

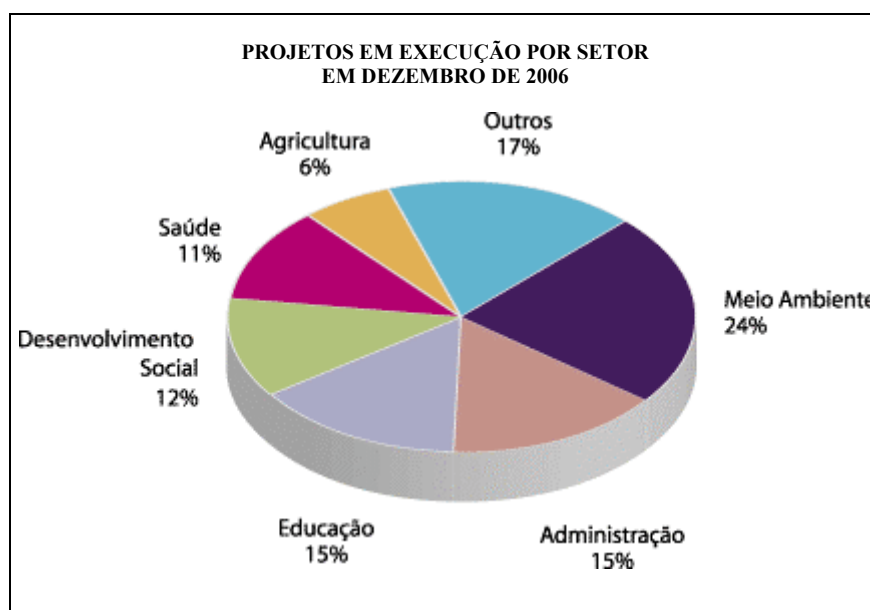
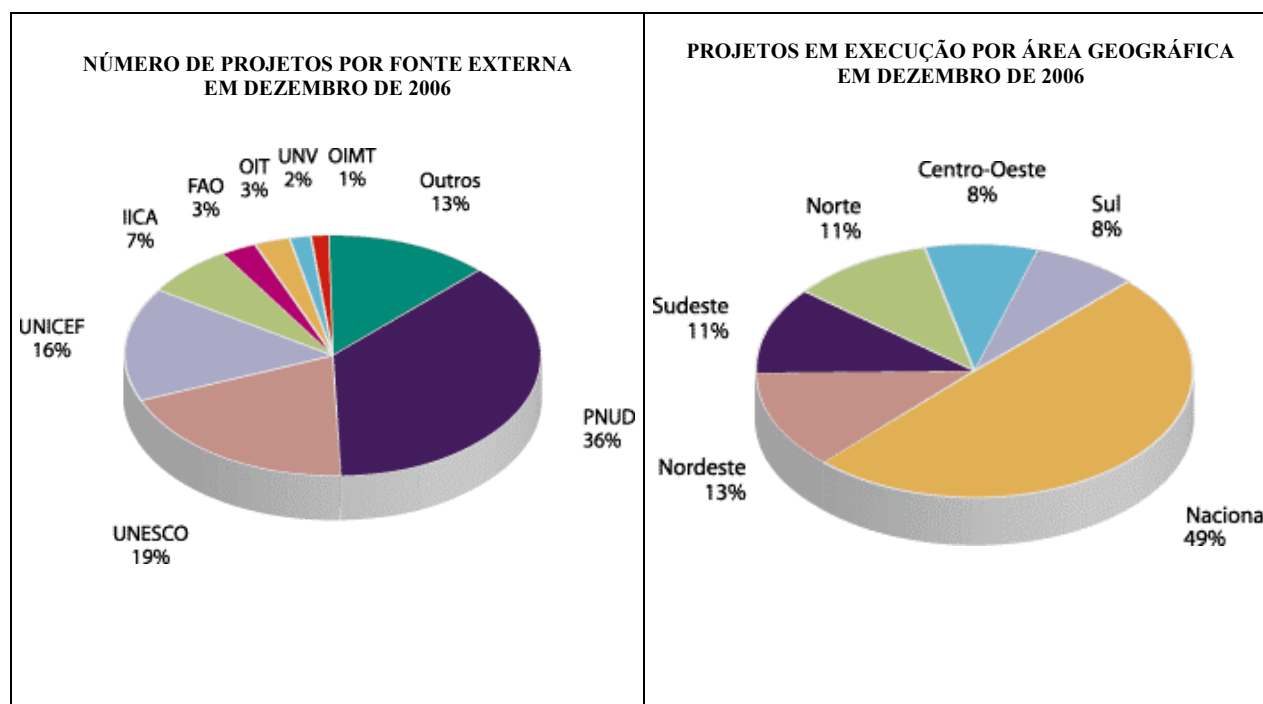
A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo brasileiro e sociedade civil, assumindo-se como horizonte de trabalho a auto-suficiência nacional em termos dos conhecimentos requeridos para conceber e operacionalizar políticas e programas públicos com repercussão sobre o desenvolvimento socioeconômico do país.

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos e aquisição bens e contratação de serviços, mobilizáveis em escala mundial a partir do amplo espectro de organismos internacionais com atuação em praticamente todas as áreas do conhecimento. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos referidos organismos.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções. Uma terceira origem de recursos na esfera multilateral são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

Os programas de cooperação multilateral se concentram, atualmente, nas seguintes áreas: educação (ensino fundamental, gestão e avaliação da Educação), desenvolvimento social (geração de emprego e renda, proteção à criança e promoção da mulher), modernização do setor produtivo (agricultura, indústria, serviços e comércio exterior), meio ambiente (reconversão industrial, educação ambiental, manejo florestal, biodiversidade, desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, exploração racional de recursos naturais, etc.), saúde (saúde pública, controle e prevenção de doenças, saúde reprodutiva), ciência e tecnologia (energia e telecomunicações) e administração pública (reforma do Estado e reforma fiscal). Como será visto a seguir, cada uma dessas áreas corresponde, de uma forma geral, a um campo de atuação específico dos vários Organismos Internacionais.

O Brasil desenvolve projetos na área multilateral com os seguintes Organismos Internacionais: AIEA, BID, CEPAL, FAO, FLACSO, FNUAP, IICA, OACI, OEA, OIMT, OIT, OMM, OMPI, OPAS, PNUD, UE, UIT, UNDCP, Unesco, Unicef, OMS, Unido, Unifem e UPU. A seguir, as contrapartes externas e as respectivas áreas de atuação:



Análise Realizada na Capitações Externas e Dispendios

A auditoria realizada pela SFC/CGU, na movimentação de capitais externos contratados, engloba o acompanhamento das novas contratações realizadas a cada exercício analisado, que nesse caso, diz respeito ao exercício fiscal findo em 2006. Os projetos federais assinados em 2006 passarão a fazer parte da carteira de projetos auditados pela SFC/CGU nos anos subsequentes, dependendo da data em que começarem a ser executados financeiramente.

Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2006

A União contratou efetivamente, durante o exercício de 2006, operações de crédito externo no montante de US\$1,3 bilhão. Tais operações, firmadas junto a organismos multilaterais, visaram à captação de

recursos financeiros destinados ao financiamento de diversos projetos de interesse da Administração Pública Federal.

Merecem destaque os empréstimos programáticos para: a Reforma do Setor de Previdência Social - FISCAL III, no montante de cerca de US\$ 658,3 milhões; e o Crescimento com Equidade - Política do Setor de Habitação (1ª Etapa), da ordem de US\$ 502,5 milhões. Tais operações representaram 89% do volume contratado em 2006.

Já as operações de crédito de caráter não reembolsável (doações) totalizaram US\$ 11,6 milhões e contemplaram o: Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia – AquaBIO, com US\$ 7,2 milhões; Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional de Parcerias Público-Privadas, com US\$ 2,5 milhões; Projeto Apoio a Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – ACPP/PPG7, com US\$ 0,95 milhão; 2º Empréstimo de Reforma Programática para a Sustentabilidade Ambiental, com US\$ 0,6 milhão; e Projeto de Fortalecimento Institucional da Secretaria Nacional de Juventude, com US\$ 0,3 milhão.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2000 A 2006 (US\$ MILHÃO)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Financiamento de Projetos	1.793,1	2.325,5	1.907,0	1.117,5	1.189,6	2.347,0	1.298,8

Doações 14,3 2,2 4,7 0,5 1,4 8,8 11,6

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2006.

Posição: dezembro/2006

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2006 (US\$ MILHÃO)

CONTRATO	ASSINATURA	MUTUÁRIO/EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
7306-0	11/abr/06	RFB/MF	BIRD	DPL - Empréstimo Programático para o Crescimento com Equidade: Política do Setor de Habitação (1ª Etapa)	502,5
7299-0	11-abr-06	RFB/MF	BIRD	DPL - Empréstimo Programático para Reformas relativas ao Setor Previdenciário - FISCAL III	658,3
1718-OC	31-mai-06	RFB/MPOG	BID	Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE	93,0
1595-OC	17-jul-06	RFB/MF	BID	Financiamento parcial do Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro - AGROFUTURO	33,0
7338-0	21-set-06	RFB/M. DAS CIDADES	BIRD	Projeto de Assistência Técnica para o Fortalecimento da Política Nacional de Habitação	4,0
7324-0	26-out-06	RFB	BIRD	Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - HDTAL	8,0
TOTAL					1.298,8

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2006.

Posição: dezembro/2006

Já as operações de crédito de caráter não reembolsável (doações) totalizaram 11,6 milhões de dólares americanos.

DOAÇÕES – 2006 (US\$ MILHÃO)

CONTRATO	ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
TF055401	03-jul-06	RFB	BIRD	Financiamento da preparação do II Empréstimo de Reforma Programática para a Sustentabilidade Ambiental	0,6
TF056436	05-jul-06	RFB/MMA	BIRD	Projeto de Apoio à Coordenação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - ACPP/PPG7	0,9
TF056255	15-set-06	RFB/MMA	BIRD/GEF	Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia – AquaBIO	7,2
ATN/MT-9587-BR	20-out-06	RFB/MPOG	BIRD	Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional de Parcerias Público-Privadas	2,5
TF056701	10-nov-06	RFB	BIRD	Projeto de Fortalecimento Institucional da Secretaria Nacional da Juventude	0,4
TOTAL					11,6

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União.
Posição: dezembro/2006

Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Foram concedidas (formalizadas) garantias no montante de US\$ 969,5 milhões, dos quais 91,36% foram destinados aos Estados e 8,64% a Municípios.

CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2002 A 2006 (US\$ MILHÃO)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Garantias Concedidas	852,0	726,9	2.292,2	313,5	882,2	1.334,9	969,5
Garantias a Entidades Federais	243,4	150,0	1.170,0	150,0	-0-	1.060,0	-0-
Garantias a Estados e Municípios	608,6	576,9	1.122,2	163,5	882,2	274,9	969,5

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União
Posição: dezembro/2006

CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2006 (US\$ MILHÃO)

CONTRATO	ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR
1692-OC	19-jan-06	GOV. EST. AM	BID	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus	140,0
7329-0	31-jan-06	GOV. EST. MG	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural na Região Mineira do Nordeste - PCPR 1ª Fase	35,0
4735-0	15-fev-06	GOV. EST. MA	BIRD	2º Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão	30,0
1681-0	23-fev-06	GOV. EST. SP	BID	Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo	9,0
7326-0	23-fev-06	GDF	BIRD	Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Programa Brasília Sustentável	57,6
1675-OC	28-mar-06	GOV. EST. ES	BID	Programa Rodoviário do Espírito Santo II	73,5
7344-0	07-abr-06	GOV. EST. BA	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Integrado de Áreas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II - 1ª Fase	49,3
1571-OC	31-mar-06	PM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP	BID	Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo	72,0
7377-0	28-abr-06	GOV. EST. MG	BIRD	Programa de Ajuste Estrutural e de Políticas de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais	170,0
1709-OC	28-abr-06	GOV. EST. MG	BID	Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte - PROACESSO	50,0

CONTRATO	ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR
7265-0	02-jun-06	GOV. EST. AP	BIRD	Projeto Comunidades Duráveis do Estado do Amapá	4,8
BR-9/2006	04-jul-06	GOV. EST. MS	FONPLATA	Programa de Melhoria da Infra-estrutura Viária da Região Sul-Fronteira	28,0
s/nº	05-jul-06	GOV. EST. TO	MCC S.p.A.	Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Pontes de Tocantins	106,3
696-BR	05-jul-06	GOV. EST. BA	FIDA	Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas áreas mais carentes do Estado da Bahia - PRODECAR	30,0
1727-OC	07-jul-06	GOV. EST. BA	BID	Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROMOSEFAZ II	12,0
1738-OC	07-jul-06	GOV. EST. BA	BID	Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial – Arranjos Produtivos Locais	10,0
7387-0	07-jul-06	GOV. EST. CE	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Ceará - PCPR II	37,5
s/nº	18-jul-06	GOV. EST. PA	MCC S.p.A.	Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento	42,7
BR-10/2006	14-dez-06	PM JOENVILLE-SC	FONPLATA	Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde	11,8
TOTAL					969,5

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detail Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2006.
Posição: dezembro/2006

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2006, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. Tal situação reflete o comportamento dos dois últimos anos, de uma inadimplência extremamente reduzida frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

EXERCÍCIO DE 2007

Em relação aos projetos com financiamento externo apresentados para aprovação em 2007, a SFC/CGU acompanha a análise e a apreciação dos projetos pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofix, o que dá ensejo ao processo de negociação dos executores nacionais com os agentes de financiamento externo.

Operações de crédito externo recomendadas para negociação em 2007

Durante o exercício de 2007 foram aprovadas pela Cofix as seguintes propostas de projetos:

Na reunião de 18/5/2007, foram aprovados US\$ 1,594 bilhões em empréstimos internacionais para Estados, Municípios e organismos do Governo Federal. A contrapartida aos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o JBIC (Agência de Financiamento do governo japonês) será de US\$ 3,4 bilhões, o que indica que as operações totalizarão US\$ 5,059 bilhões, quando da implantação do conjunto de 20 projetos. Alguns dos projetos mais relevantes foram:

O empréstimo de US\$ 273 milhões para o sistema Furnas modernizar suas usinas hidrelétricas. O volume dos recursos de contrapartida acabou sendo maior do que o de empréstimos, neste conjunto de projetos aprovados pelo Cofix devido ao projeto de financiamento externo da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) - que estará destinando US\$ 753 milhões de recursos próprios para um empréstimo de US\$ 100 milhões, destinado à ampliação da estrutura de produção de água e saneamento.

Outro projeto que contribuiu para isso foi a elevação de US\$ 800 milhões para US\$ 1,190 bilhões da contrapartida de recursos da União para a ampliação da Rodovia do Mercosul.

Na segunda reunião da Cofix em 31/07/2007, a Cofix aprovou treze projetos no valor de US\$ 3,96 bilhões, para os Estados de São Paulo, do Amazonas, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

A parcela dos financiamentos externos solicitados pelos Estados foi de US\$ 2,12 bilhões aos quais essas unidades da federação terão que acrescentar uma contrapartida de US\$ 1,81 bilhões.

BENEFICIÁRIO ESTADOS	VALOR DOS PROJETOS
Minas Gerais	EUR 8 milhões
Rio Grande do Sul	US\$ 4,99 milhões
São Paulo – 1) projetos destinados ao setor de transporte - novos trens para o Metrô – conclusão da primeira fase da Linha Amarela e a construção da estação Vila Sônia 2) Programa de Apoio à Recuperação das Águas 3) Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável	US\$ 3,2 bilhões US\$ 130 milhões US\$ 130 milhões Os financiamentos autorizado pela Cofix para São Paulo totalizaram US\$ 1,86 bilhões com contrapartida exigida para esses projetos de US\$ 1,62 bilhões.
Amazonas - segunda fase do Programa Social e Ambiental dos Igarapés	US\$140 milhões com uma contrapartida de US\$ 60 milhões.
Minas Gerais – 1) programa Minas Comunica e 2) Doação KFW - segunda fase do Projeto de Proteção da Mata Atlântica	US\$ 141 milhões com contrapartida de US\$ 91 milhões E EUR 8 milhões (equivalentes a cerca de US\$ 10,7 milhões no câmbio do dia), com contrapartida no valor de EUR 7,3 milhões (equivalentes a cerca de US\$ 9,8 milhões no câmbio do dia).
Espírito Santo - Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas	US\$ 65 milhões, com contrapartida exigida de US\$ 35 milhões do Estado
Rio Grande do Sul - projeto Biodiversidade – RS	US\$ 4,99 milhões com contrapartida do Estado de US\$ 6,1 milhões

Na terceira reunião de 28/09/2007, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) aprovou 23 projetos de interesse de Estados e Municípios, totalizando aproximadamente US\$ 11,4 bilhões, dos quais US\$ 2,5 bilhões financiados com recursos de organismos internacionais de desenvolvimento.

Os pleitos examinados pela Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN dizem respeito a financiamentos junto a organismos multilaterais e bilaterais, como BID, BIRD, CAF, FONPLATA e JBIC, a serem tomados pelos governos de Minas Gerais, Ceará, Tocantins, Espírito Santo, São Paulo e Pernambuco, e por 11 Municípios dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará.

BENEFICIÁRIO ESTADOS	VALOR DOS PROJETOS
Ceará - projetos de desenvolvimento urbano, de melhoria de rodovias, de modernização da gestão fiscal do Estado, de gestão integrada de recursos hídricos, de apoio à inclusão social e ao crescimento econômico, e de expansão e melhoria da assistência especializada à saúde nas microrregiões de saúde do Estado	US\$ 5,5 bilhões (US\$ 651,7 milhões de financiamento)
Espírito Santo - projeto de recursos hídricos nas Bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória.	US\$ 12 milhões, dos quais, US\$ 4,0 milhões correspondem a recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF)
Minas Gerais - programa de parceria para o desenvolvimento do Estado	US\$ 3,9 bilhões
Pernambuco - projeto de desenvolvimento da educação e gestão	US\$ 697,6 milhões
Tocantins – projeto de integração de eixos rodoviários	US\$ 206 milhões
São Paulo – SABESP - programa de investimentos e refinanciamento de dívidas corporativas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e Programa de melhoria ambiental da área de mananciais da Represa Billings.	US\$ 250 milhões e US\$ 72,5 milhões

Os projetos de interesse dos Municípios totalizaram US\$ 721,8 milhões, dos quais US\$ 360,9 milhões correspondem a financiamentos externos. Os projetos abrangem ações de saneamento básico, de desenvolvimento urbano, de acessibilidade viária em área de mangue, urbanização de assentamentos e inclusão social. Os pleitos são dos Municípios de Alvorada, Novo Hamburgo/RS, Fortaleza/CE, Recife/PE, Colatina/ES, Lages/SC, Rio de Janeiro/RJ e Americana, Itu, Limeira e Jundiaí, em São Paulo. A quarta e última reunião de 2007, ocorreu em 21/12/2007, quando a Cofix recomendou a contratação de 13 operações de financiamento para União, Estados e Municípios no valor total de US\$ 1.654.929.000 junto a organismos multilaterais, com um aporte local total de US\$ 738,135 milhões.

BENEFICIÁRIO UNIÃO	PROJETO	VALOR
UNIÃO - BID	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	US\$ 15 milhões, com contrapartida de US\$ 10 milhões

Para projetos estaduais a Cofix recomendou a aprovação de seis operações de empréstimos no total de US\$ 1,423 bilhões com contrapartida de US\$ 499,778 milhões.

BENEFICIÁRIO ESTADOS	PROJETO	VALOR
Rio Grande do Sul - BIRD	Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento	US\$ 1 bilhão
Distrito Federal	Programa de Modernização da Gestão Pública do DF	US\$ 71 milhões, com contrapartida de US\$ 329 milhões
Pernambuco	Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco	US\$ 190 milhões, com contrapartida de US\$ 127 milhões
Acre - BIRD	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável	US\$ 120 milhões, com contrapartida de US\$ 30 milhões
Bahia - BIRD	projetos sociais na Bahia	US\$ 30 milhões, com contrapartidas de US\$ 10 milhões
Maranhão - BID	fortalecimento da gestão fiscal	US\$ 12 milhões, com contrapartidas de US\$ 3,778 milhões

Seis Municípios brasileiros terão acesso a financiamentos externos para projetos de infra-estrutura e de proteção ambiental, no valor total de US\$ 216,929 milhões, com contrapartida de US\$ 228,357 milhões.

BENEFICIÁRIO MUNICÍPIOS	PROJETO	VALOR
Manaus - CAF	Programa de Infra-estrutura Urbana e Ambiental do Município	US\$ 88,871 milhões com contrapartida de mesmo valor
Paranaguá - BID	Programa Paranaguá Rumo Certo	US\$ 15,136, com contrapartida de US\$ 21,864 milhões
Curitiba - Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte	US\$ 53,140 milhões, com contrapartida de mesmo valor.
Vila Velha - FONPLATA	S/nome	US\$ 20 milhões e igual contrapartida
Cachoeiro de Itapemirim - BID	S/nome	US\$ 17,650 milhões com contrapartida de US\$ 22,35 milhões
Hortolândia - FONPLATA	Programa de Infra-estrutura e Proteção de Áreas Naturais do Município	US\$ 22,132 milhões com aporte local no mesmo valor

Todos esses projetos estarão em negociação durante o ano de 2008, no qual poderão efetivamente tornarem-se operações de crédito aprovadas ou não.

Empréstimos e Doações

Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a SFC/CGU acompanha a execução das despesas e a consecução da metas previstas nos acordos. Em 2007, foram despendidos recursos da ordem de US\$ 1,8 bilhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano, no Brasil, dados consolidados até novembro de 2007. As informações dos empréstimos de outros bancos não estão disponíveis na Secretaria Federal de Controle Interno, uma vez que não se faz o acompanhamento de projetos de execução direta de outras entidades multilaterais de crédito, que não sejam do BIRD e do BID, a exceção de quando seus fundos são administrados por essas duas últimas entidades financeiras.

No Sistema Siafi, que reflete a execução orçamentário-financeira do Governo Federal, consultando as fontes externas (0148, 0149 e 0195) encontram-se empenhados e liquidados e a liquidar, durante o exercício de 2007, os montantes de R\$ 613.986.449,84; R\$ 358.145.498,52 e R\$ 50.613.891,72 respectivamente, totalizando R\$ 1.022.745.840,08.(aproximadamente, um bilhão e vinte e dois milhões de Reais).

A diferença entre a execução orçamentária e financeira do Siafi e o valor desembolsado pelos Bancos deve-se ao fato de os gestores apresentarem as despesas para desembolso com muito atraso, geralmente em exercícios diferentes daqueles em que foram executadas. O valor a maior desembolsado pelos Bancos em 2007, deve-se portanto à apresentação de despesas de anos anteriores. Da mesma forma, a execução em 2007 no SIAFI, não significa que essas mesmas despesas tenham sido apresentada para desembolso pelos Bancos no mesmo exercício fiscal.

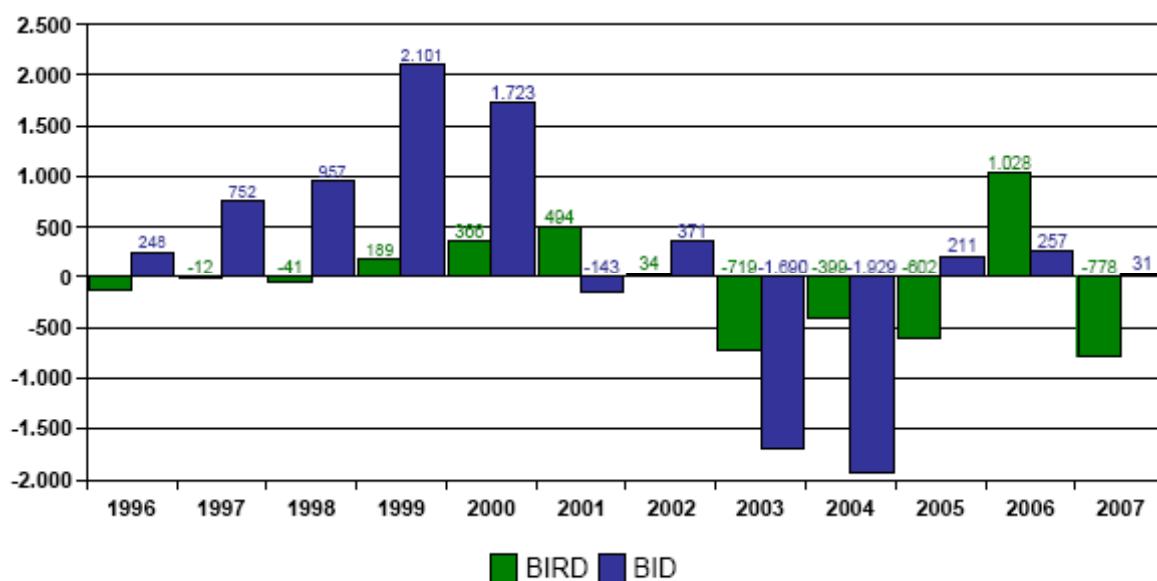
FLUXO FINANCEIRO - BANCO MUNDIAL E BID (EM US\$ MILHÕES)

ANO	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [A-(B+C)]
1996	2.330	1.521	699	110
1997	2.793	1.376	677	740
1998	2.972	1.308	747	916
1999	4.470	1.246	934	2.290
2000	4.542	1.184	1.269	2.089
2001	2.662	1.112	1.198	351
2002	3.585	2.131	1.049	405
2003	2.383	3.665	1.126	(2.409)
2004	1.960	3.439	850	(2.328)
2005	2.216	1.789	817	(391)
2006	3.744	1.505	954	1.286
2007*	1.819	1.522	1.044	(747)

até nov/07 - Fonte: Sispro/Seain dez07

BIRD/BID - ANO CALENDÁRIO / APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES (EM US\$ MILHÕES)

ANO	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
1996	2.604,0	2.431,0
1997	3.324,6	3.428,4
1998	2.572,0	2.271,0
1999	6.019,0	6.925,6
2000	2.037,7	2.166,9
2001	3.507,2	2.223,7
2002	2.109,0	3.901,4
2003	1.399,4	1.305,1
2004	3.155,0	1.699,8
2005	1.844,8	2.895,6
2006	1.721,1	1.976,1
2007*	1.847,0	2.318,8



Fonte: SEAIN/MPOG

A situação do fluxo líquido negativo, que foi invertida durante o exercício de 2006, voltou a preocupar a equipe econômica do Governo durante o ano de 2007, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na

implementação das ações financiadas, bem como em relação à baixa capacidade de execução demonstrada pelos gestores nacionais.

AGENTES DE GOVERNO, CICLO DE APROVAÇÃO DE ACORDOS INTERNACIONAIS

Ciclo dos Projetos de Financiamento

Conhecer as fases do “ciclo” de vida dos projetos nos facilita identificar as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases deste “ciclo” são: Identificação; Preparação; Avaliação Prévia - (Appraisal no BIRD e Informe Inicial no BID); Negociação; Execução (ou Implementação); e Avaliação posterior.

Na realização de cada fase de um projeto e para a consecução de cada uma delas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, que são:

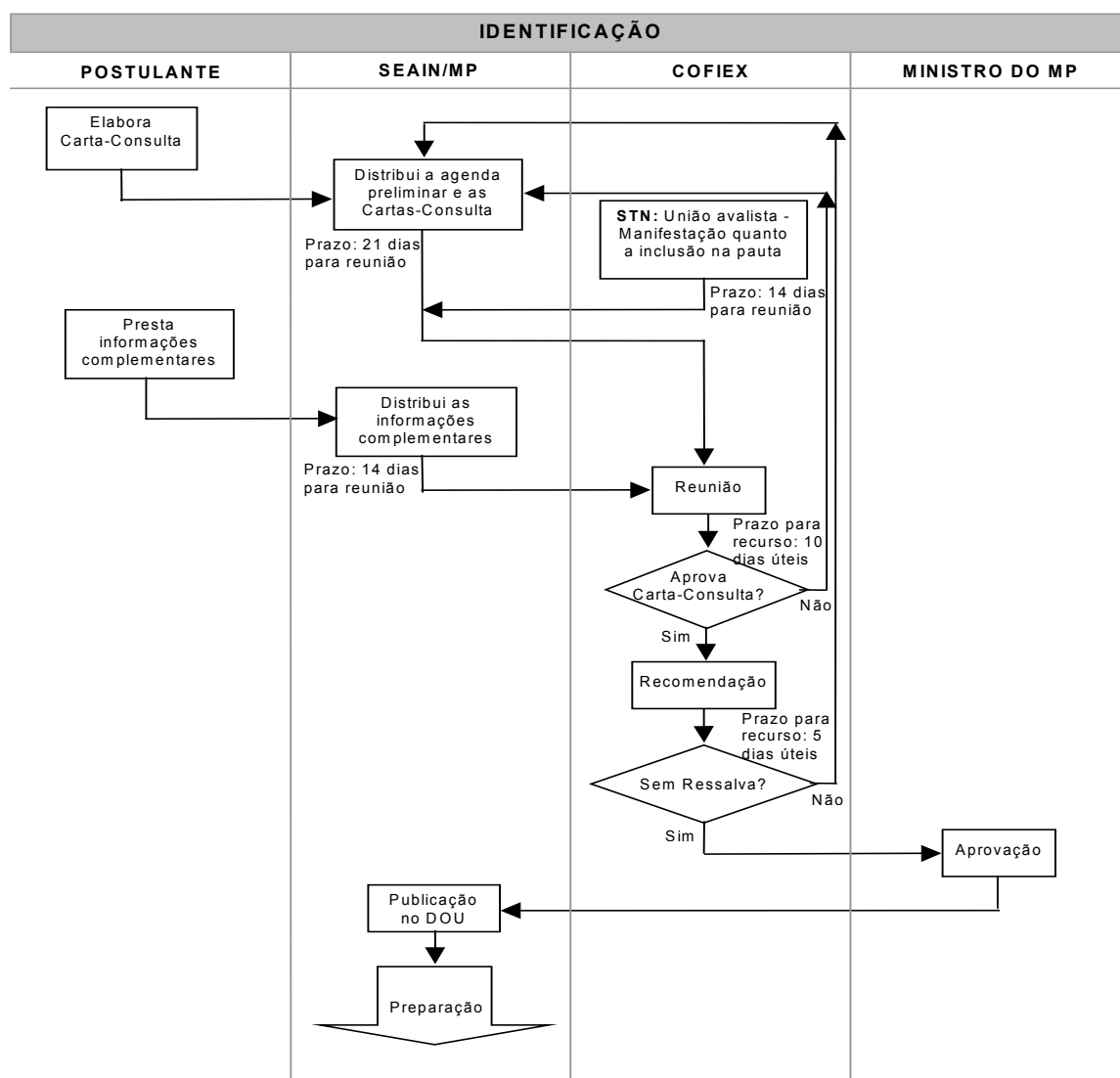
FASE	DESCRIÇÃO
1	Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP
2	Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da COFIEX
3	Executor Nacional procede a identificação e preparação dos documentos do Projeto.
4	Executor Nacional procede a avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador)
5	Executor Nacional apresenta documentação para a PGFN para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Investimento (Ministério do Planejamento)
6	Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto
7	Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI, SPA, STN, SOF, PGFN, Órgão Executor)
8	São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União
9	O documento é encaminhado à Diretoria do banco para aprovação
10	Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal)
11	Senado aprova e devolve à STN para providências
12	Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União
13	Executor Nacional e o banco financiador assinam documento final
14	Executor Nacional procede publicação do extrato do contrato
15	Executor Nacional começa a executar o projeto

As licitações e os processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.)

1ª fase - Identificação

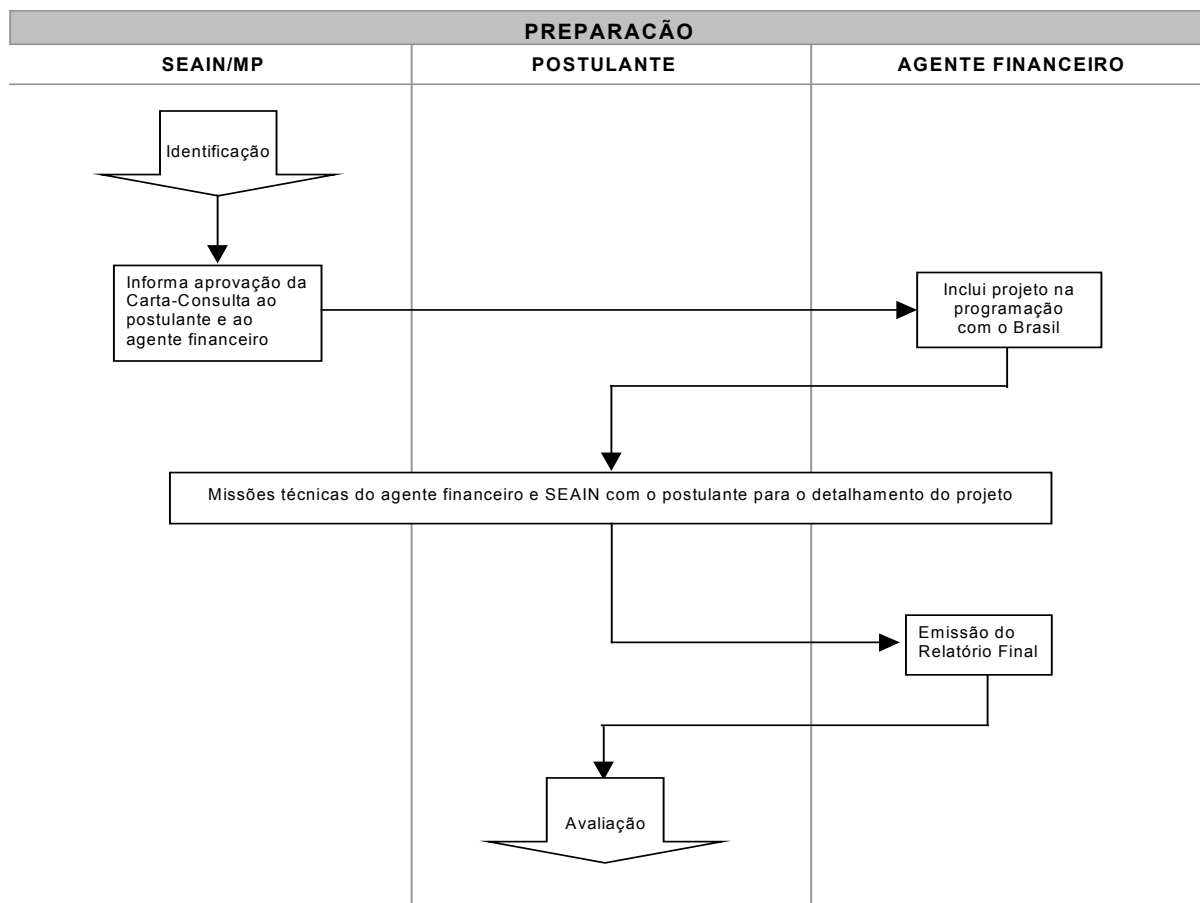
Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto.

Compreende a identificação e a delimitação genérica: dos problemas a serem enfrentados pelo projeto; dos beneficiários do projeto; dos efeitos do projeto em outros assuntos correlatos; das necessidades formais para que se consigam os recursos; E das alternativas para solucionar os problemas. Já nesta fase inicial, é possível identificar grandes vetores de ação em relação ao fornecimento de bens, obras e serviços.



Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento.

Compreende ainda a definição preliminar dos “pacotes de licitação” e o treinamento de pessoal e organização das equipes de implementação e gerenciamento do projeto. É possível, dependendo do tipo de projeto, que se preparem alguns documentos e especificações técnicas para acelerar o processo de aquisições.

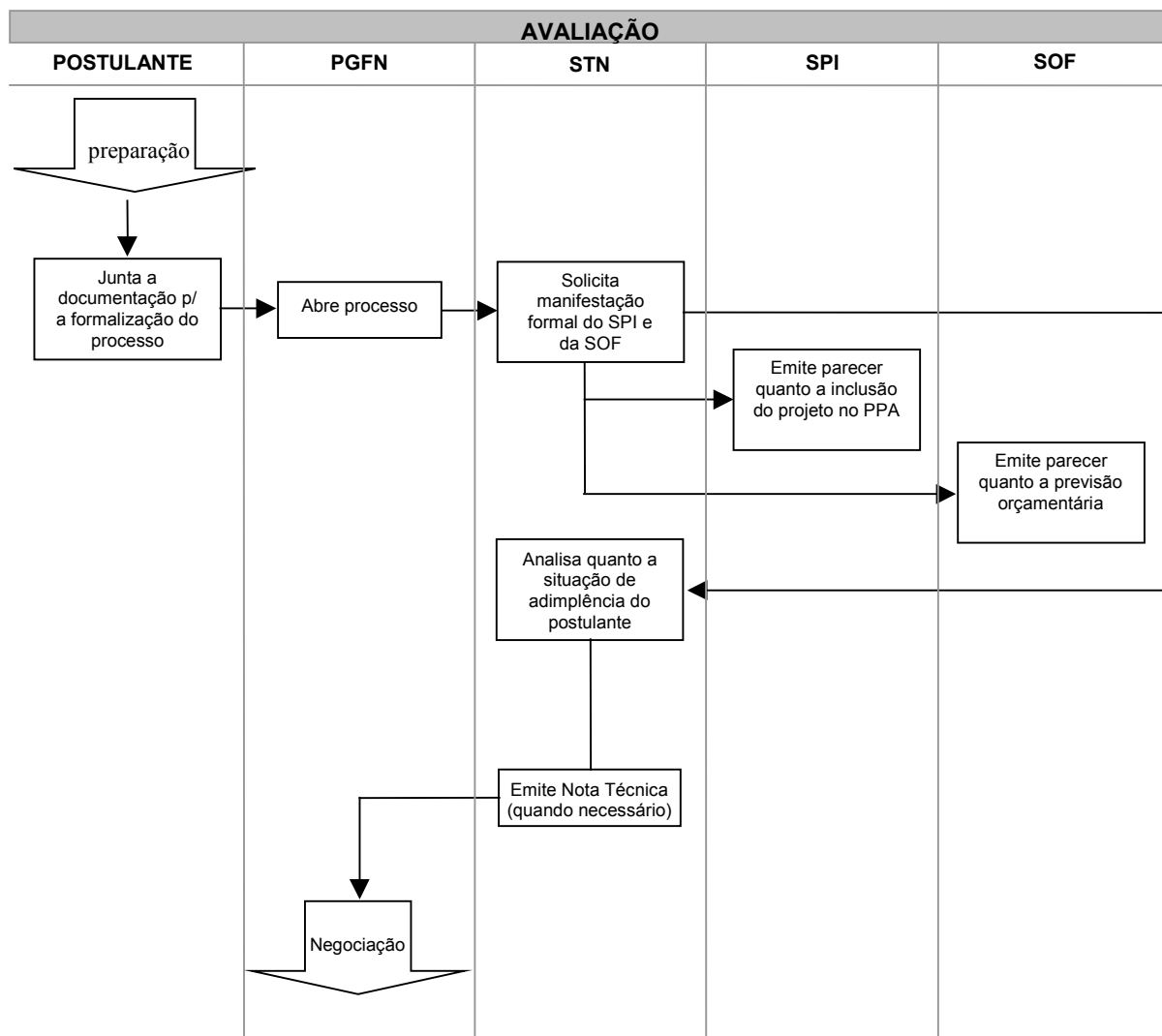


3ª fase - Avaliação Prévia

Nesta fase, a agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (no Banco Mundial este documento é chamado de “SAR” ou “Staff Appraisal Report” e no BID é chamado de "Informe Inicial") .

A fase de avaliação compreende:

- Análise Sociológica (Análise dos efeitos do projeto para os beneficiários e Análise dos efeitos (de curto, médio e longo prazos) do projeto no país Tomador);
- Análise Financeira e Econômica do Projeto (Análise da viabilidade econômica e financeira do projeto e Análise dos benefícios econômicos para o Tomador);
- Análise Técnica do Projeto (Revisão de aspectos de caráter técnico nas atividades propostas e Análise e revisão das minutas dos eventuais documentos e especificações técnicas já produzidas); e
- Análise Institucional e Operacional (Análise do ambiente institucional para a implementação do projeto - problemas legais, Análise e revisão da proposta de implementação e dos pacotes de licitação - planejamento das aquisições e Decisões sobre financiamento retroativo).



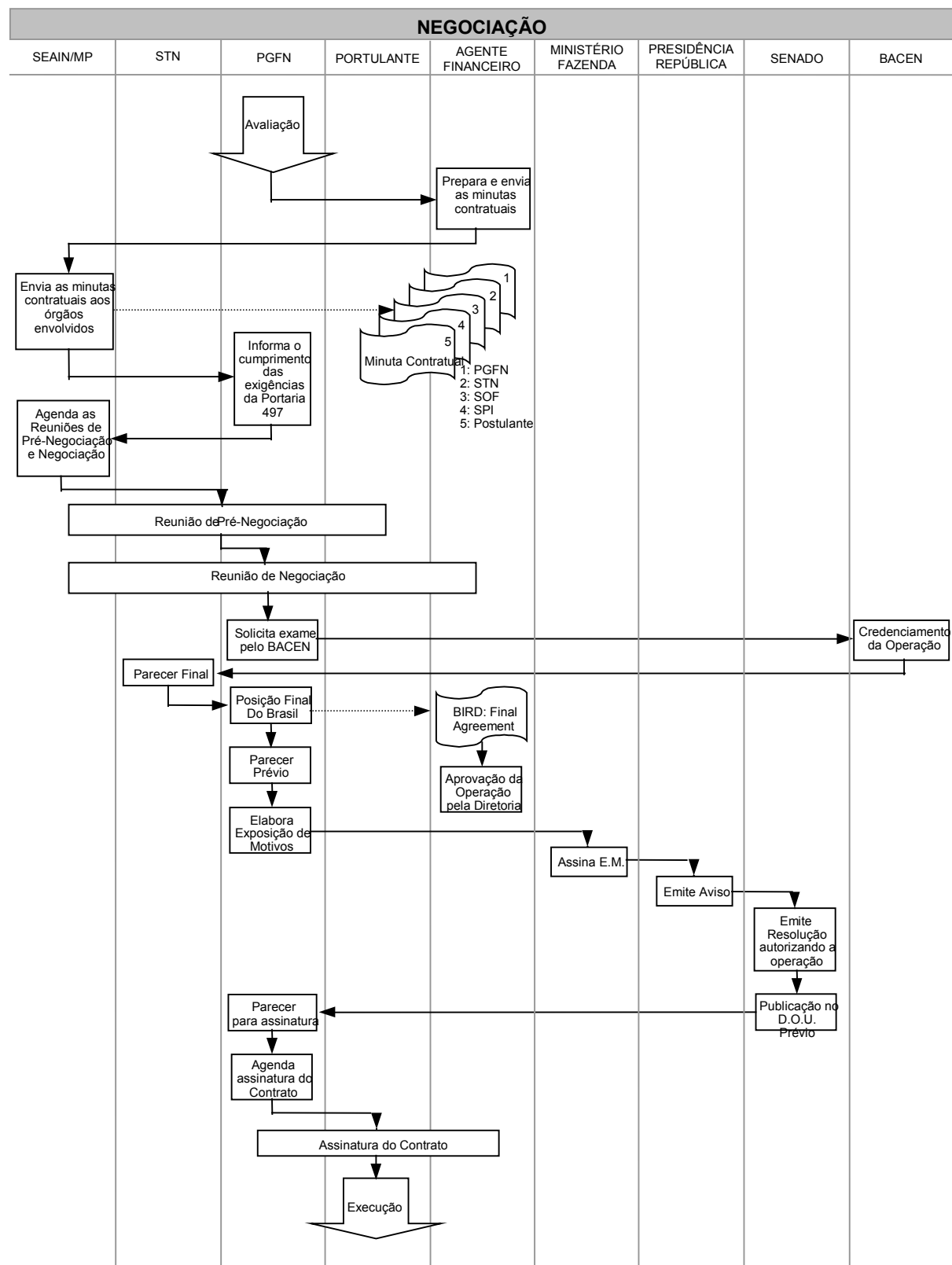
4ª fase – Negociação

Nesta fase, cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (Acordo de Empréstimo, Garantias) .

Esta fase compreende:

- Preparação dos documentos legais: Contrato (ou Acordo) de Empréstimo e Pareceres dos setores jurídicos dos órgãos executores quanto à legalidade dos acordos estabelecidos;
- Apresentação ao Board of Directors: Aprovação do Projeto;
- Assinatura: As negociações relativas à aplicação das normas das agências, utilização de documentos de licitação padronizados, planejamento das aquisições e pacotes de licitação são concluídas neste momento, dado que ficarão incorporadas ao texto do Acordo de Empréstimo. O Acordo de Empréstimo muito raramente passa a valer desde o momento de sua assinatura. Há sempre um conjunto de condições que são impostas aos Tomadores para que o contrato se torne “efetivo”², ou válido, que são denominadas "condições prévias".

² Advanced contracting - retroactive financing. Uma vez efetivo o contrato, pode-se aplicar o financiamento retroativo e começar os processos de aquisições.



Nesta fase é que o Tomador executa as atividades do projeto, isto é, implementa suas ações, realiza as aquisições planejadas.

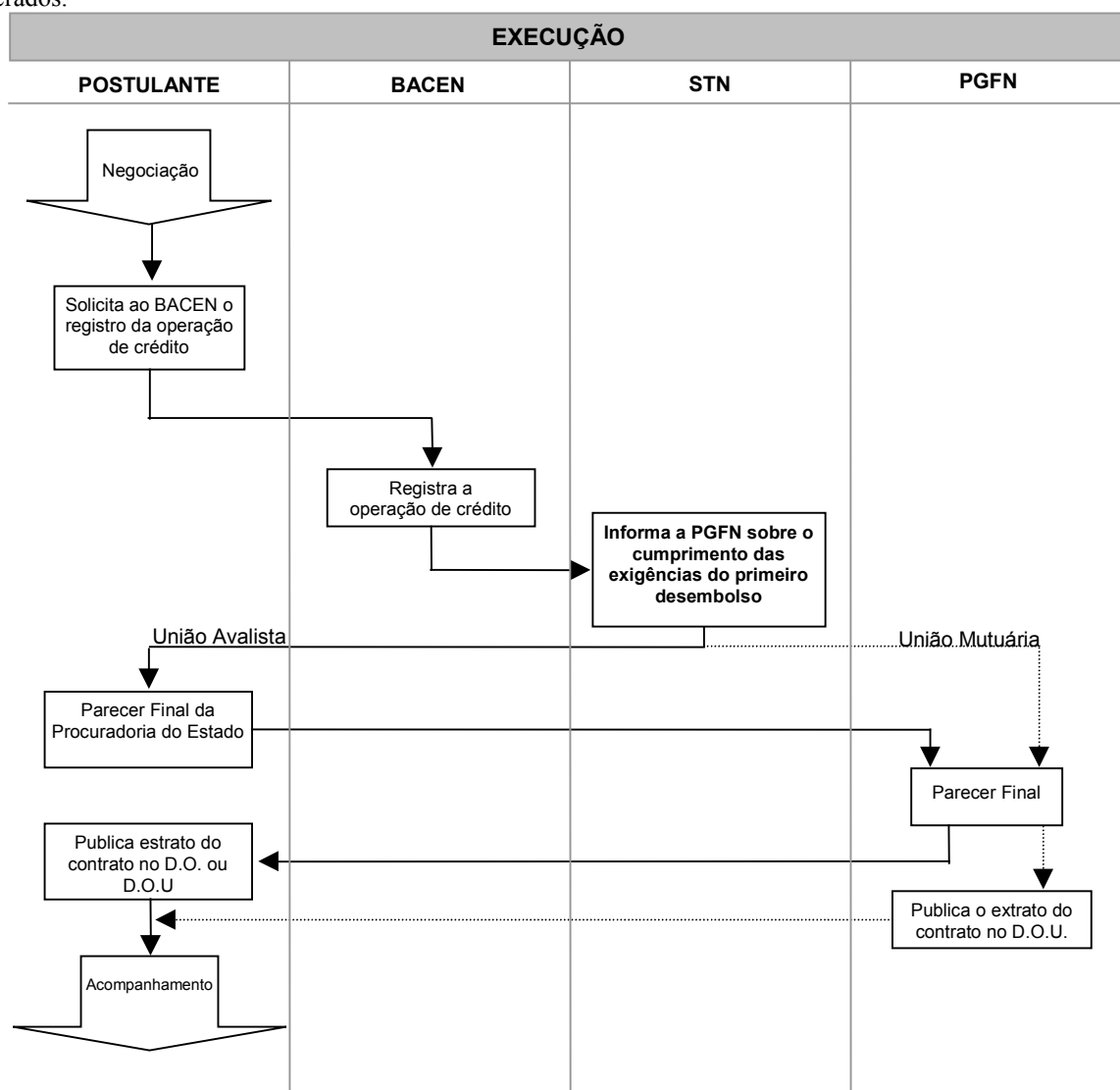
A seleção e a contratação de fornecedores são sempre de responsabilidade do Tomador. É ele (ou suas agências executoras) que deflagra os processos de seleção e cria o vínculo jurídico com os fornecedores.

As agências participam da execução do projeto monitorando seu progresso e aconselhando. A intenção das agências é assegurar que: os recursos do projeto estejam sendo utilizados para seus fins; os processos de seleção estejam sendo realizados com atenção aos princípios de economia e eficiência; e esteja havendo equidade nos processos seletivos

Essa supervisão compreende a revisão e aprovação de procedimentos de seleção de fornecedores de bens e obras, processos de seleção de consultores. Nesse trabalho o Banco analisa documentos de licitações (bidding documents), relatórios de avaliação de processos seletivos e contratos.

Como resultado desse acompanhamento, podem ocorrer mudanças e adaptações no projeto, de maneira a garantir que seus objetivos sejam atingidos. É comum, portanto, que sejam procedidas alterações: no escopo do projeto; na alocação de recursos; nos documentos de licitação; e nos procedimentos de seleção de fornecedores .

A supervisão é feita pelo “task manager” do projeto. É também freqüente a visita de missões técnicas e de revisão, composta de técnicos de vários departamentos do Banco. Estas missões analisam e avaliam o andamento do projeto e negociam com seus executores as eventuais alterações necessárias à obtenção dos resultados esperados.



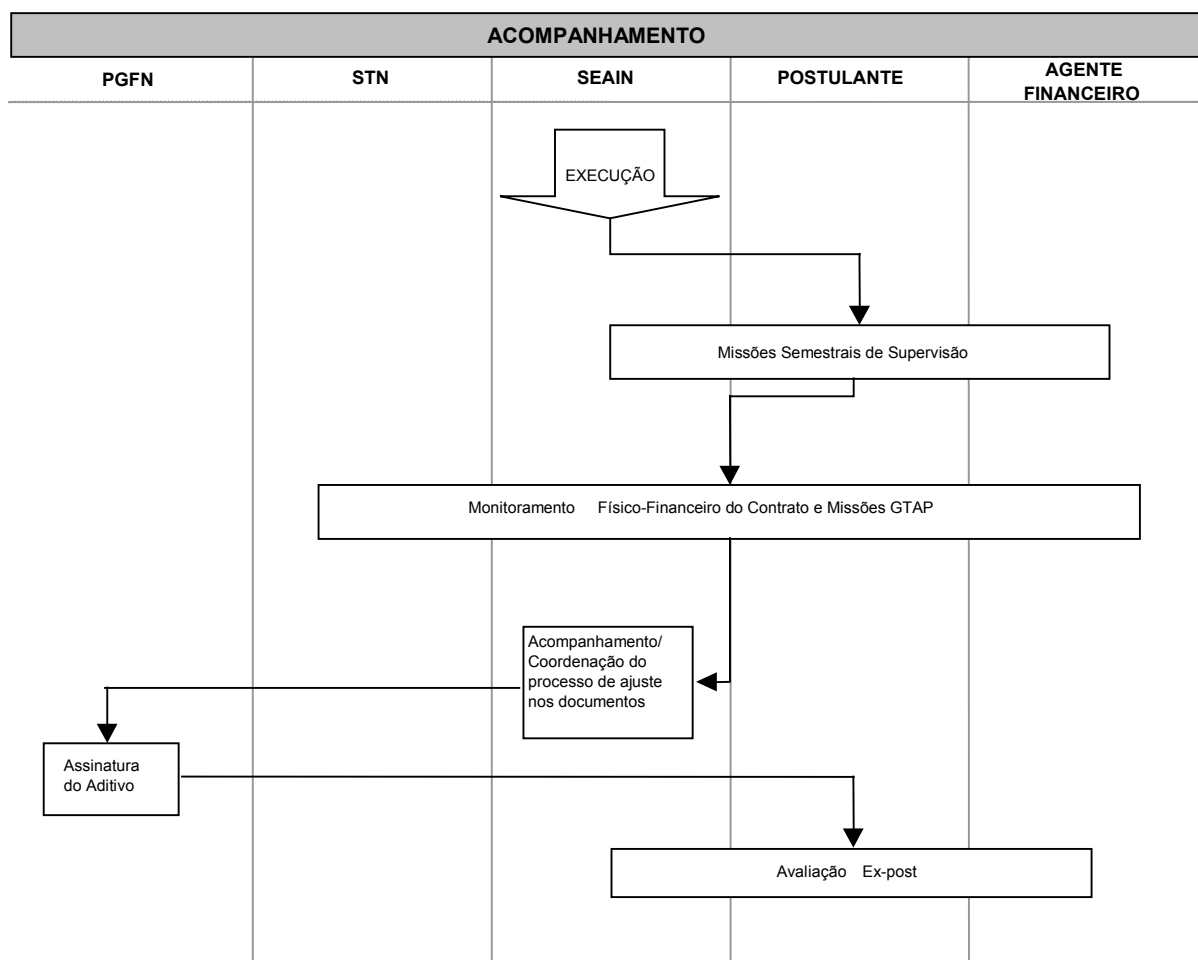
6ª fase - Acompanhamento - Avaliação (Posterior)

Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

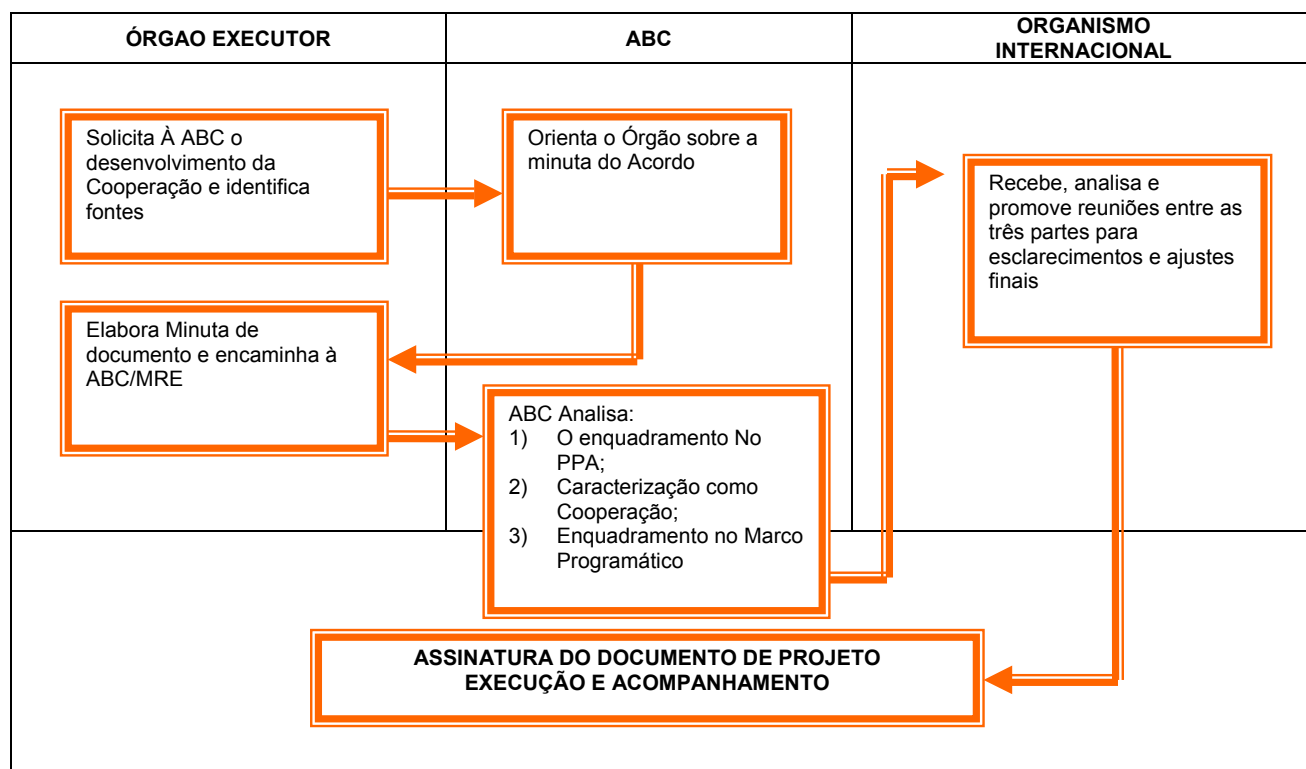
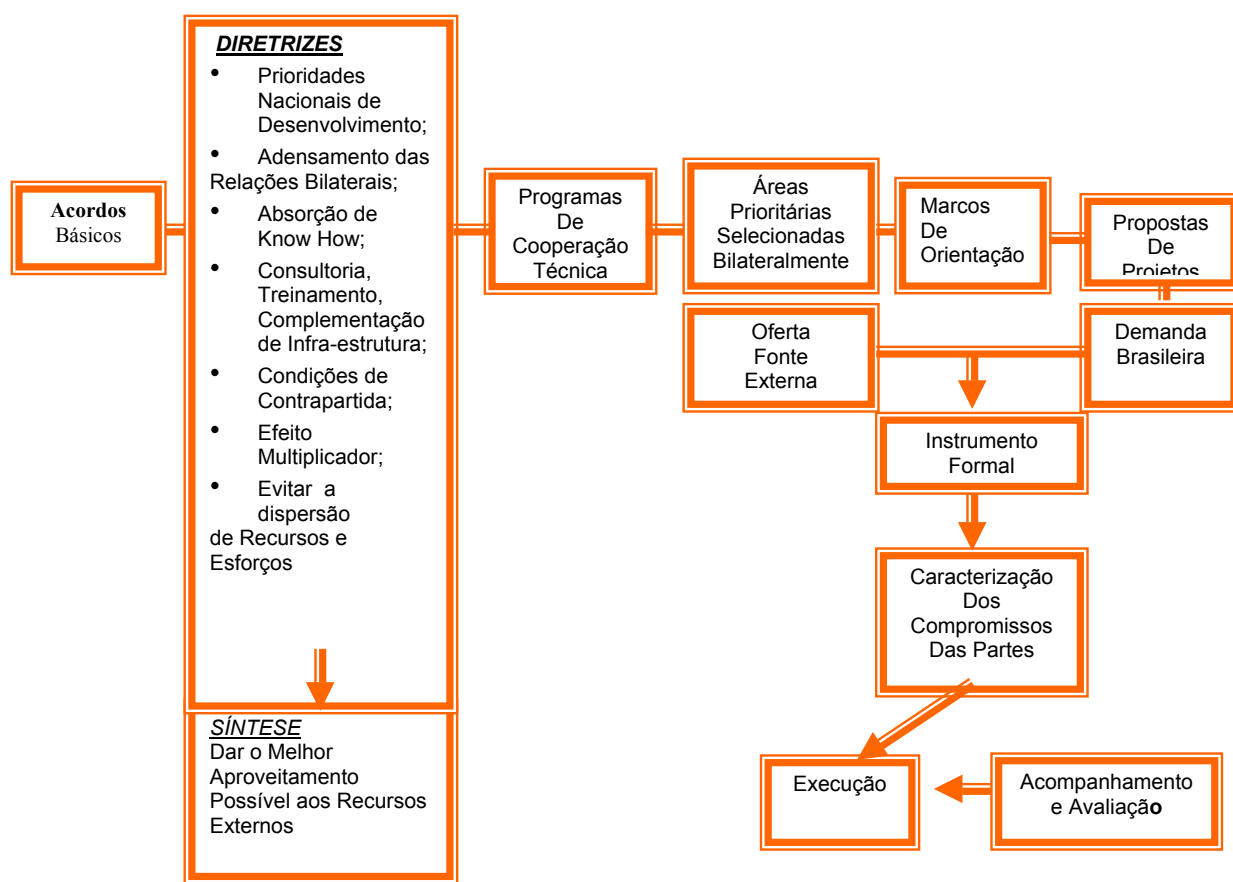
As agências de fomento dão muita importância à avaliação posterior do projeto. É desse trabalho que surgem novos projetos, cada vez mais adequados às necessidades dos Tomadores e aos seus objetivos constitutivos.

A análise realizada depois de concluído o projeto abrange aspectos técnicos e operacionais. Questões relativas às licitações de bens e obras e aos processos seletivos e de contratação de consultoria são analisadas para auxiliar na identificação e na preparação de futuros projetos.

Normalmente, empresas de consultorias são contratadas para realizar este trabalho.



CICLO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO



Resultados Alcançados

Na carteira de projetos 2006, auditados em 2007, pela Secretaria Federal de Controle Interno, encontra-se um total de 175 projetos, assim distribuídos, na visualização da série histórica de auditorias realizadas:

ASSUNTO	ANO/QUANTITATIVO DE PROJETOS				
	EXERCÍCIO DE 2002 (AUDITORIAS REALIZADAS EM 2003)	EXERCÍCIO DE 2003 (AUDITORIAS REALIZADAS EM 2004)	EXERCÍCIO DE 2004 (AUDITORIAS REALIZADAS EM 2005)	EXERCÍCIO DE 2005 (AUDITORIAS REALIZADAS EM 2006)	EXERCÍCIO DE 2006 (AUDITORIAS REALIZADAS EM 2007) (*)
Nº DE PROJETOS FEDERAIS TOTAL	518	585	550	540	521
BIRD	29	26	32	27	36
BID	28	35	33	32	40
PNUD	232	223	119	123	158
UNODC	5	6	6	7	7
Outras Cooperações	163	246	285	284	280
Outros financiamentos	61	43	69	61	
Nº DE PROJETOS FEDERAIS AUDITADOS	165	190	198	202	175
BIRD	26	25	27	27	36
BID	27	26	32	32	31
PNUD	82	86	118	121	102
UNODC	5	6	7	8	7
Outros financiamentos	1	19	12	12	3
Outras Cooperações	24	28	2	2	4

36 (trinta e seis) Acordos de Empréstimo; 31 (trinta e um) Contratos de Empréstimo BID; 01 (um) Acordo de Empréstimo JBIC (Metrô de Fortaleza, 102 (cento e dois) Projetos de Cooperação Técnica com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 07 (sete) Projetos de Cooperação Técnica com Programa das Nações Unidas de Controle das Drogas – UNDCP; 03 projetos com outros agentes de financiamento externo e 04 (dois) Projetos de Cooperação Técnica com outros organismos.

Para atender ao acompanhamento requerido pelos organismos internacionais, foram realizadas 423 auditorias. Existe uma diferença entre o número de projetos componentes da carteira e as auditorias efetivamente realizadas, uma vez que existem projetos descentralizados que demandam a realização de várias auditorias e fiscalizações.

Cabe registrar que nem sempre é possível realizar o trabalho de auditoria, devido, principalmente, à não ocorrência de desembolsos de alguns projetos conforme os cronogramas acordados. Por outro lado, cada projeto pode ser auditado mais de uma vez por exercício, como alguns projetos do BID, que são acompanhados três vezes por exercício, devido a execução de revisões ex-post.

Na Cooperação Técnica Internacional com o PNUD - Foram identificadas irregularidades que ensejaram em pedidos de devolução de recursos da ordem de R\$ 1.812.487,00 e US\$ 347.992,00 (valores cumulativos) em 25 dos 102 projetos (24,5% do total de projetos auditados).

Na Cooperação Técnica Internacional com o UNODC - Foram identificadas irregularidades que ensejaram em pedidos de devolução de recursos da ordem de R\$ 87.793,00 e US\$ 595.041,00 (valores cumulativos) em 03 dos 07 projetos (43% do total de projetos auditados).

Nas auditorias dos projetos BID - Foram identificadas irregularidades que ensejaram em pedidos de devolução de recursos da ordem de R\$ 4.435,00 e US\$ 92,00 (valores cumulativos) em 02 dos 31 projetos (6% do total de projetos auditados).

Nas auditorias dos projetos BIRD - Foram identificadas irregularidades que ensejaram em pedidos de devolução de recursos da ordem de R\$ 175.840,00 e US\$ 67.437,00 (valores cumulativos) em 06 dos 36 projetos (16,6% do total de projetos auditados).

PARTE III

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3 – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.1 – ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

O Orçamento Geral da União, referente ao exercício financeiro de 2007, teve seus valores consignados na Lei nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, com as receitas estimadas no montante de R\$ 1.575.881 milhões e as despesas fixadas em igual valor, e compreende, nos termos do art.165, § 5º, da Constituição Federal, e dos arts. 6º, 7º e 61 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, os seguintes orçamentos da União:

a) Orçamento Fiscal: incluídos os Poderes da União, os Órgãos e Entidades, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as Empresas Estatais Dependentes, ou seja, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento.

b) Orçamento da Seguridade Social: incluídos todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Inclui, também, os demais projetos ou atividades não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, mas que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social.

c) Orçamento de Investimento: representado pelo Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social representam, portanto, a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo os respectivos Fundos da Administração Direta) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Vinculados à Administração Indireta, Empresas Estatais Dependentes) que integram a Lei do Orçamento da União.

Em 2007 as receitas referentes ao orçamento fiscal foram estimadas em R\$ 558.326 milhões, sendo as despesas fixadas em R\$ 531.526 milhões. Para o orçamento da seguridade social, o montante das receitas estimadas foi de R\$ 312.066 milhões e as despesas fixadas R\$ 339.065 milhões. Quanto ao refinanciamento da dívida, as receitas e despesas foram estimadas e fixadas em R\$ 655.751 milhões.

Do total de R\$ 1.526.143 milhões consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, R\$ 1.519.102 milhões (99,5%) referem-se a Recursos do Tesouro Nacional e R\$ 7.042 milhões (0,5%) a Recursos de Outras Fontes, que se referem às Entidades da Administração Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Do total dos Recursos do Tesouro Nacional, R\$ 655.751 milhões correspondem ao refinanciamento da dívida pública federal, interna, perfazendo um percentual de 43,2% em relação aos orçamentos fiscal e da seguridade social. O valor do refinanciamento está registrado nas receitas de capital, na rubrica de Operações de Crédito Internas. Deduzidas essas receitas os recursos do Tesouro Nacional perfazem o total de R\$ 863.351 milhões (56,8% do OFSS).

TABELA 3.1-1 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2007
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões			
RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	652.509	6.290	658.799
Receita Tributária	201.070	0	201.070
Receita de Contribuições	371.261	0	371.261
Receita Patrimonial	42.492	1.425	43.917
Receita Agropecuária	0	27	27
Receita Industrial	249	439	688
Receita de Serviços	23.327	2.614	25.941
Transferências Correntes	212	116	328
Outras Receitas Correntes	13.898	1.669	15.567
continua (1/2)			

TABELA 3.1-1 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2007
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	866.592	752	867.344
Operações de Crédito	810.827	5	810.832
Alienação de Bens	2.252	154	2.406
Amortização de Empréstimos	19.999	548	20.547
Transferências de Capital	43	45	88
Outras Receitas de Capital	33.471	0	33.471
TOTAL	1.519.102	7.042	1.526.143

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

(1) – Orçamento Fiscal: R\$ 1.207.396,70 milhões / Seguridade Social: R\$ 311.704,93 milhões.

(2) – Orçamento Fiscal: R\$ 6.680,23 milhões / Seguridade Social: R\$ 361,51 milhões.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-2 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2007
ORÇAMENTO FISCAL

R\$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	341.106	5.933	347.039
Receita Tributária	200.791	0	200.791
Receita de Contribuições	75.902	0	75.902
Receita Patrimonial	36.054	1.409	37.463
Receita Agropecuária	0	27	27
Receita Industrial	249	432	681
Receita de Serviços	18.822	2.454	21.277
Transferências Correntes	211	115	326
Outras Receitas Correntes	9.077	1.496	10.573
RECEITAS DE CAPITAL	866.290	747	871.036
Operações de Crédito	810.551	0	810.551
Alienação de Bens	2.226	154	2.379
Amortização de Empréstimos	19.999	548	20.547
Transferências de Capital	43	45	88
Outras Receitas de Capital	33.471	0	37.471
TOTAL	1.207.396	6.680	1.214.076

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-3 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2007
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R\$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	311.402	357	311.759
Receita Tributária	279	0	279
Receita de Contribuições	295.359	0	295.359
Receita Patrimonial	6.437	17	6.454
Receita Agropecuária	0	0	0
Receita Industrial	0	6	6
Receita de Serviços	4.505	160	4.665
Transferências Correntes	1	0	1
Outras Receitas Correntes	4.821	174	4.995
RECEITAS DE CAPITAL	302	5	307
Operações de Crédito	276	5	281
Alienação de Bens	26	0	26
TOTAL	311.705	362	312.066

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Cabe ainda observar que, ao consignar o montante acima indicado aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a Lei do Orçamento fixou a despesa em R\$ 1.187.078 milhões ao Orçamento Fiscal, dos quais R\$ 531.327 milhões referem-se às despesas do refinanciamento da dívida pública federal, registradas como despesa de capital, na rubrica amortização da dívida, e R\$ 339.065 milhões ao Orçamento da Seguridade Social.

**TABELA 3.1-4 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2007
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	703.371	4.471	707.842
Pessoal e Encargos Sociais	127.230	836	128.066
Juros e Encargos da Dívida	165.867	0	165.867
Outras Despesas Correntes	410.274	3.635	413.909
DESPESAS DE CAPITAL	790.575	2.016	792.591
Investimentos	26.348	986	27.664
Inversões Financeiras	31.414	1.028	32.442
Amortização da Dívida	732.813	2	732.815
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.155	554	25709
TOTAL	1.519.101	7.042	1.526.142

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 3.1-5 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2007
ORÇAMENTO FISCAL**

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	377.388	2.986	380.374
Pessoal e Encargos Sociais	66.565	312	66.877
Juros e Encargos da Dívida	165.746	0	165.746
Outras Despesas Correntes	145.077	2.674	147.751
DESPESAS DE CAPITAL	785.912	1.967	787.879
Investimentos	21.980	939	22.919
Inversões Financeiras	31.366	1.028	32.394
Amortização da Dívida	732.566	0	732.566
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	18.271	554	18.825
TOTAL	1.181.571	5.506	1.187.078

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 3.1-6 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO – RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2007
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	325.982	1.485	327.467
Pessoal e Encargos Sociais	60.664	524	61.188
Juros e Encargos da Dívida	121	0	121
Outras Despesas Correntes	265.197	961	266.158
DESPESAS DE CAPITAL	4.664	50	4.714
Investimentos	4.369	47	4.416
Inversões Financeiras	48	0	48
Amortização da Dívida	247	3	250
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.884	0	6.884
TOTAL	337.530	1.535	339.065

FONTE – Lei n.º 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

3.2 – DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.2.1 – Demonstrativo da Dotação por Órgão (Anexo 1)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR ÓRGÃO						EXERCÍCIO	MÊS
							2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO								
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						EMIÇÃO	ANEXO
							31.12.07	1
ÓRGÃOS	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
CAMARA DOS DEPUTADOS	3.387.603.958	3.387.603.958	7.500.000	675.000	0	0	(8.175.000)	3.387.603.958
SENADO FEDERAL	2.704.741.823	2.704.741.823	117.353.000	0	0	0	(67.353.000)	2.754.741.823
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.069.737.575	1.069.737.575	46.746.800	300.000	0	0	(47.046.800)	1.069.737.575
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	441.673.132	441.673.132	93.978.403	0	0	0	(75.478.403)	460.173.132
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	877.383.682	877.383.682	107.761.085	0	0	0	(138.536.656)	846.608.111
JUSTIÇA FEDERAL	8.145.376.339	8.145.376.339	836.900.938	10.554.000	0	0	(1.064.736.544)	7.928.094.733
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	262.451.077	262.451.077	43.481.286	0	0	0	(32.711.886)	273.220.477
JUSTIÇA ELEITORAL	3.139.766.835	3.139.766.835	881.149.911	20.484.737	7.500.000	0	(803.576.213)	3.245.325.270
JUSTIÇA DO TRABALHO	9.111.833.285	9.111.833.285	1.449.151.084	4.023.320	0	0	(1.395.672.574)	9.169.335.115
JUSTIÇA DO DF. E DOS TERRITÓRIOS	1.147.929.653	1.147.929.653	121.635.465	0	0	0	(118.792.341)	1.150.772.777
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.358.579.742	2.358.579.742	190.754.156	0	292.518.552	605.554.257	(154.857.420)	3.292.549.287
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	4.913.156	4.913.156	590.681	0	0	0	(110.000)	5.393.837
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	1.269.710.936	1.269.710.936	176.390.650	0	20.061.478	0	(7.831.920)	1.458.331.144
MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUARIA E ABASTEC.	8.590.448.107	8.590.448.107	208.762.796	0	115.928.900	0	(90.688.227)	8.824.451.576
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.237.963.760	5.237.963.760	150.739.998	170.062.000	76.884.000	0	(150.151.288)	5.485.498.470
MINISTÉRIO DA FAZENDA	1.017.216.553.225	1.017.216.553.225	40.763.452.679	80.000.000	22.978.574.718	92.420.197	(51.578.408.424)	1.029.552.592.395
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	33.201.111.977	33.201.111.977	2.200.771.948	28.473.725	2.151.692.026	0	(2.419.333.336)	35.162.716.340
MINIST. DO DESENV. IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	2.006.271.562	2.006.271.562	143.961.354	45.425.000	715.353.952	0	(2.380.909)	2.908.630.959
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	6.863.302.360	6.863.302.360	264.089.709	286.274	801.383.886	0	(268.049.880)	7.661.012.349
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	18.522.380.363	18.522.380.363	47.807.055	23.793.338	41.626.000	0	(18.270.356)	18.617.336.400
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.314.626.455	190.314.626.455	7.797.242.748	35.010.200	705.750.257	(92.420.197)	(5.825.803.040)	192.934.406.423
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2.915.990.676	2.915.990.676	321.157.143	58.202.500	0	0	(369.757.143)	2.925.593.176
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.953.514.926	1.953.514.926	160.902.116	0	136.186.452	0	(283.722.276)	1.966.881.218
MINISTÉRIO DA SAÚDE	49.709.530.970	49.709.530.970	753.815.629	3.850.000	3.923.857.332	0	(1.388.434.656)	53.002.619.275
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	35.278.287.000	35.278.287.000	2.754.448.345	0	153.265.197	0	(1.862.835.779)	36.323.164.763
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.867.634.414	11.867.634.414	209.472.401	28.677.838	5.567.133.949	(605.554.257)	(1.599.446.651)	15.467.917.694
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES	4.583.015.467	4.583.015.467	89.956.187	0	290.000.000	0	(47.726.187)	4.915.245.467
MINISTÉRIO DA CULTURA	919.889.102	919.889.102	47.474.454	37.189.353	136.000.000	0	(48.412.242)	1.092.140.667
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	2.747.133.206	2.747.133.206	96.763.008	1.050.000	44.058.347	0	(84.486.083)	2.804.518.478
MINISTERIO DO PLANEJ. ORÇ E GESTÃO	5.508.774.397	5.508.774.397	317.790.283	0	661.321.224	0	(1.974.019.184)	4.513.866.720
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4.727.760.163	4.727.760.163	219.227.086	790.000	772.000.000	0	(166.387.903)	5.553.389.346
MINISTÉRIO DO ESPORTE	975.526.920	975.526.920	43.073.998	1.300.000	656.437.000	0	(43.130.000)	1.633.207.918
MINISTERIO DA DEFESA	40.122.657.557	40.122.657.557	840.104.217	6.237.453	1.505.082.442	0	(764.944.519)	41.709.137.150
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	10.160.561.192	10.160.561.192	34.198.126	12.364.909	2.815.434.019	0	(242.308.753)	12.780.249.493
MINISTÉRIO DO TURISMO	1.826.618.351	1.826.618.351	120.931.400	0	256.000.000	0	(76.277.030)	2.127.272.721
MINISTÉRIO DO DESENV.SOCIAL E COMBATE À FOME	24.316.920.484	24.316.920.484	752.466.854	80.000	96.259.030	0	(301.335.380)	24.864.390.988
MINISTÉRIO DAS CIDADES	5.344.976.374	5.344.976.374	103.540.298	0	4.461.751.577	0	(508.702.058)	9.401.566.191
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.309.935.898	7.309.935.898	0	0	0	0	(438.395.891)	6.871.540.007
TOTAL	1.526.143.086.099	1.526.143.086.099	62.515.543.291	568.829.647	49.382.060.338	0	(74.468.285.952)	1.564.141.233.423

FONTE: STN

3.2.2 – Demonstrativo da Dotação por Unidade Orçamentária (Anexo 2)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS
								2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO									
								EMIÇÃO	ANEXO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
CÂMARA DOS DEPUTADOS	01000	3.387.603.958	3.387.603.958	7.500.000	675.000	0	0	(8.175.000)	3.387.603.958
CÂMARA DOS DEPUTADOS	01101	3.382.512.310	3.382.512.310	7.500.000	675.000	0	0	(8.175.000)	3.382.512.310
FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	01901	5.091.648	5.091.648	0	0	0	0	0	5.091.648
SENADO FEDERAL	02000	2.704.741.823	2.704.741.823	117.353.000	0	0	0	(67.353.000)	2.754.741.823
SENADO FEDERAL	02101	2.570.415.095	2.570.415.095	116.940.500	0	0	0	(66.940.500)	2.620.415.095
SECRETARIA ESP. DE INFORMÁTICA - PRODASEN	02103	80.752.983	80.752.983	412.500	0	0	0	(412.500)	80.752.983
SECRETARIA ESP. DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO	02104	43.406.502	43.406.502	0	0	0	0	0	43.406.502
FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	02901	2.948.749	2.948.749	0	0	0	0	0	2.948.749
FUNDO DO CENTRO DE INFORM.E PROC.DE DADOS	02903	222.014	222.014	0	0	0	0	0	222.014
FUNDO DA SEC.ESP. DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO	02904	6.996.480	6.996.480	0	0	0	0	0	6.996.480
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	03000	1.069.737.575	1.069.737.575	46.746.800	300.000	0	0	(47.046.800)	1.069.737.575
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	03101	1.069.737.575	1.069.737.575	46.746.800	300.000	0	0	(47.046.800)	1.069.737.575
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10000	441.673.132	441.673.132	93.978.403	0	0	0	(75.478.403)	460.173.132
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10101	370.459.402	370.459.402	77.193.663	0	0	0	(54.011.658)	393.641.407
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	10102	71.213.730	71.213.730	16.784.740	0	0	0	(21.466.745)	66.531.725
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11000	877.383.682	877.383.682	107.761.085	0	0	0	(138.536.656)	846.608.111
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11101	877.383.682	877.383.682	107.761.085	0	0	0	(138.536.656)	846.608.111
JUSTIÇA FEDERAL	12000	8.145.376.339	8.145.376.339	836.900.938	10.554.000	0	0	(1.064.736.544)	7.928.094.733
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU	12101	4.120.079.935	4.120.079.935	541.403.987	9.254.000	0	0	(600.082.087)	4.070.655.835
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO	12102	1.150.753.420	1.150.753.420	112.705.837	1.300.000	0	0	(46.137.336)	1.218.621.921
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO	12103	874.683.655	874.683.655	40.019.443	0	0	0	(216.981.121)	697.721.977
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO	12104	653.944.775	653.944.775	72.593.763	0	0	0	(67.728.759)	658.809.779
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO	12105	899.188.512	899.188.512	13.193.316	0	0	0	(121.832.355)	790.549.473
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIÃO	12106	446.726.042	446.726.042	56.984.592	0	0	0	(11.974.886)	491.735.748
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	13000	262.451.077	262.451.077	43.481.286	0	0	0	(32.711.886)	273.220.477
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	13101	262.451.077	262.451.077	43.481.286	0	0	0	(32.711.886)	273.220.477
JUSTIÇA ELEITORAL	14000	3.139.766.835	3.139.766.835	881.149.911	20.484.737	7.500.000	0	(803.576.213)	3.245.325.270
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	14101	842.388.239	842.388.239	331.821.183	0	0	0	(767.336.126)	406.873.296
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	14102	20.141.649	20.141.649	5.557.687	0	0	0	0	25.699.336
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	14103	43.346.002	43.346.002	10.178.828	240.000	0	0	(350.000)	53.414.830
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (I)		20.028.734.421	20.028.734.421	2.134.871.423	32.013.737	7.500.000	0	(2.237.614.502)	19.965.505.079



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO							EXERCÍCIO		MÊS	
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							2007		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
							EMIÇÃO		ANEXO	
GESTÃO							31.12.07		2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS		14104	47.458.445	47.458.445	8.995.656	0	0	0	0	56.454.101
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA		14105	127.922.691	127.922.691	28.331.783	3.237.400	0	0	(841.800)	158.650.074
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ		14106	88.320.464	88.320.464	24.119.616	1.120.000	0	0	(145.525)	113.414.555
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO D. FEDERAL		14107	53.171.592	53.171.592	7.181.936	0	0	0	0	60.353.528
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESP. SANTO		14108	46.229.923	46.229.923	11.811.048	200.000	0	0	(1.018.000)	57.222.971
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS		14109	71.346.170	71.346.170	14.114.876	648.040	0	0	(503.735)	85.605.351
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO		14110	85.743.867	85.743.867	17.788.714	0	0	0	(1.565.120)	101.967.461
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO		14111	50.234.726	50.234.726	13.395.761	8.323.666	0	0	(8.632.907)	63.321.246
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE M.G.DO SUL		14112	40.015.905	40.015.905	11.336.191	41.639	0	0	(292.000)	51.101.735
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS		14113	219.383.395	219.383.395	49.699.312	1.500.000	7.500.000	0	(8.425.000)	269.657.707
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ		14114	77.845.692	77.845.692	12.503.003	0	0	0	0	90.348.695
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA		14115	57.871.186	57.871.186	19.610.179	320.332	0	0	(287.351)	77.514.346
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ		14116	100.361.219	100.361.219	23.278.017	1.579.360	0	0	(4.222.860)	120.995.736
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO		14117	107.085.292	107.085.292	27.396.271	106.300	0	0	(3.078.300)	131.509.563
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ		14118	61.676.694	61.676.694	14.562.222	0	0	0	0	76.238.916
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO R. DE JANEIRO		14119	208.613.221	208.613.221	52.156.544	0	0	0	(2.302.290)	258.467.475
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO R. G. NORTE		14120	59.517.970	59.517.970	13.241.871	55.000	0	0	(205.000)	72.609.841
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO R.G. DO SUL		14121	104.392.576	104.392.576	34.235.467	0	0	0	0	138.628.043
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA		14122	30.129.029	30.129.029	9.105.790	0	0	0	(394.105)	38.840.714
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE S. CATARINA		14123	80.833.616	80.833.616	16.227.212	1.850.000	0	0	(1.708.000)	97.202.828
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO		14124	260.118.649	260.118.649	83.669.400	0	0	0	(1.354.365)	342.433.684
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE		14125	37.297.907	37.297.907	8.494.794	400.000	0	0	(437.000)	45.755.701
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS		14126	34.451.954	34.451.954	7.953.578	788.000	0	0	(252.670)	42.940.862
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA		14127	20.202.492	20.202.492	5.613.066	0	0	0	0	25.815.558
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ		14128	19.409.662	19.409.662	5.853.646	75.000	0	0	(224.059)	25.114.249
FUNDO PARTIDÁRIO		14901	144.256.608	144.256.608	12.916.260	0	0	0	0	157.172.868
JUSTIÇA DO TRABALHO		15000	9.111.833.285	9.111.833.285	1.449.151.084	4.023.320	0	0	(1.395.672.574)	9.169.335.115
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO		15101	1.833.258.545	1.833.258.545	42.525.925	0	0	0	(1.297.890.524)	577.893.946
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1a. REG. - RJ		15102	837.771.095	837.771.095	148.909.216	0	0	0	(11.116.252)	975.564.059
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2a. REG. - SP		15103	866.033.209	866.033.209	160.538.353	0	0	0	(6.273.235)	1.020.298.327
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3a. REG. - MG		15104	749.750.142	749.750.142	171.282.231	1.170.000	0	0	(34.707.773)	887.494.600
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4a. REG. - RS		15105	640.720.432	640.720.432	97.055.226	800.000	0	0	(9.377.954)	729.197.704
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5a. REG. - BA		15106	453.267.077	453.267.077	79.884.176	0	0	0	(4.937.721)	528.213.532
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REG. - PE		15107	353.172.245	353.172.245	58.754.106	0	0	0	(2.547.109)	409.379.242
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7a. REG. - CE		15108	162.730.676	162.730.676	28.099.619	0	0	0	(126.800)	190.703.495
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 8a. REG.-PA/AP		15109	244.235.251	244.235.251	41.033.704	141.920	0	0	(1.550.898)	283.859.977
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (2)			9.111.833.285	9.111.833.285	1.449.151.084	4.023.320	0	0	(1.395.672.574)	9.169.335.115



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO							EXERCÍCIO		MÊS	
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							2007		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
							EMIÇÃO		ANEXO	
GESTÃO							31.12.07		2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9a. REG. - PR		15110	374.222.137	374.222.137	74.826.922	570.000	0	0	(2.791.337)	446.827.722
TRIBUNAL REG. DO TRABALHO DA 10a. REG. - DF/TO		15111	268.669.944	268.669.944	41.705.408	0	0	0	(3.807.354)	306.567.998
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 11a. REG.- AM/RR		15112	199.918.446	199.918.446	49.400.052	0	0	0	(698.128)	248.620.370
TRIBUNAL REG. DO TRABALHO DA 12a. REG. - SC		15113	293.374.092	293.374.092	86.776.761	118.096	0	0	(681.000)	379.587.949
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 13a. REG. - PB		15114	182.688.657	182.688.657	39.648.326	350.000	0	0	(1.772.300)	220.914.683
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 14a. REG. - RO/AC		15115	147.899.290	147.899.290	30.554.444	0	0	0	(1.038.217)	177.415.517
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 15a. REG.-CAMP/SP		15116	619.193.896	619.193.896	113.827.669	0	0	0	(5.658.142)	727.363.423
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 16a. REG. - MA		15117	91.763.438	91.763.438	25.473.740	0	0	0	(1.847.986)	115.389.192
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 17a. REG. - ES		15118	113.007.298	113.007.298	22.835.693	0	0	0	(1.463.294)	134.379.697
TRIBUNAL REG. DO TRABALHO DA 18a. REG. - GO		15119	143.564.430	143.564.430	24.491.554	0	0	0	(1.343.715)	166.712.269
TRIBUNAL REG. DO TRABALHO DA 19a. REG.- AL		15120	88.375.366	88.375.366	12.586.246	0	0	0	(386.150)	100.575.462
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 20a. REG. - SE		15121	76.229.186	76.229.186	9.750.355	664.589	0	0	(1.375.776)	85.268.354
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 21a. REG. - RN		15122	104.113.856	104.113.856	32.648.752	0	0	0	(1.129.497)	135.633.111
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 22a. REG. - PI		15123	59.440.409	59.440.409	12.346.616	0	0	0	(864.495)	70.922.530
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 23a. REG. - MT		15124	111.014.829	111.014.829	25.923.432	208.715	0	0	(1.795.607)	135.351.369
TRIBUNAL REG.DO TRABALHO DA 24a. REG. - MS		15125	97.419.339	97.419.339	18.272.558	0	0	0	(491.310)	115.200.587
JUSTIÇA DO DF. E DOS TERRITÓRIOS		16000	1.147.929.653	1.147.929.653	121.635.465	0	0	0	(118.792.341)	1.150.772.777
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO D.F. E TERRITÓRIOS		16101	1.144.763.462	1.144.763.462	121.309.465	0	0	0	(118.779.841)	1.147.293.086
JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE		16103	3.166.191	3.166.191	326.000	0	0	0	(12.500)	3.479.691
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		20000	3.633.203.834	3.633.203.834	367.735.487	0	312.580.030	605.554.257	(162.799.340)	4.756.274.268
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		-	2.358.579.742	2.358.579.742	190.754.156	0	292.518.552	605.554.257	(154.857.420)	3.292.549.287
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		20101	683.752.401	683.752.401	64.388.076	0	26.000.000	0	(72.791.389)	701.349.088
SECRETARIA ESP. DE DESENVOLVIMENTO		20117	0	0	0	0	0	0	0	0
AGÊNCIA BRASIL DE INTELIGÊNCIA - ABIN		20118	234.796.919	234.796.919	11.778.168	0	0	0	(80.000)	246.495.087
IMPrensa NACIONAL		20119	0	0	0	0	0	0	0	0
ARQUIVO NACIONAL		20120	36.604.314	36.604.314	7.904.801	0	0	0	(99.906)	44.409.209
SECRETARIA ESP.DE DIREITOS HUMANOS		20121	97.696.208	97.696.208	1.522.917	0	0	0	(37.500)	99.181.625
SECRETARIA ESP.DE POLÍTICA P/ MULHERES		20122	48.429.938	48.429.938	370.000	0	0	0	0	48.799.938
GAB.DO MINIS.DE EST.EXTR.SEG.ALIM.COMB.A FOME		20123	0	0	0	0	0	0	0	0
SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA		20124	112.274.807	112.274.807	1.885.447	0	55.500.000	0	0	169.660.254
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO		20125	346.254.571	346.254.571	71.356.301	0	0	0	(2.771.583)	414.839.289
SEC. ESP. DE POL.DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL		20126	34.052.726	34.052.726	544.737	0	0	0	0	34.597.463
SEC. EXECUTIVA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		20127	0	0	0	0	0	0	0	0
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR		20128	0	0	1.251.432	0	187.318.552	605.554.257	(39.251.432)	754.872.809
SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS		20155	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (3)			4.781.133.487	4.781.133.487	489.370.952	0	312.580.030	605.554.257	(281.591.681)	5.907.047.045



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO								EXERCÍCIO	MÊS
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO								EMIÇÃO	ANEXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								31.12.07	2
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
INST.NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	20204	16.446.296	16.446.296	865.430	0	0	0	(480.000)	16.831.726
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	20225	0	0	3.451.000	0	0	21.658.539	0	25.109.539
EMPRESA BRASIL. DE COMUNICAÇÃO S.A - RADIBRAS	20401	156.040.170	156.040.170	14.619.266	0	0	0	(29.328.610)	141.330.826
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	20926	19.793.208	19.793.208	0	0	0	0	0	19.793.208
FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	20927	345.732.690	345.732.690	4.848.000	0	0	0	(4.048.000)	346.532.690
FUNDO NAC. P/ A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA	20928	36.531.649	36.531.649	5.968.581	0	23.700.000	0	(5.968.581)	60.231.649
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	47204	190.173.845	190.173.845	0	0	0	(21.658.539)	(419)	168.514.887
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20102	4.913.156	4.913.156	590.681	0	0	0	(110.000)	5.393.837
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20102	4.913.156	4.913.156	590.681	0	0	0	(110.000)	5.393.837
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	20114	1.269.710.936	1.269.710.936	176.390.650	0	20.061.478	0	(7.831.920)	1.458.331.144
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	20114	603.348.771	603.348.771	7.831.920	0	20.061.478	0	(7.831.920)	623.410.249
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF	20154	666.362.165	666.362.165	168.558.730	0	0	0	0	834.920.895
MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTEC.	22000	8.590.448.107	8.590.448.107	208.762.796	0	115.928.900	0	(90.688.227)	8.824.451.576
MINISTÉRIO DA AGRIC. PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	22101	2.623.501.951	2.623.501.951	68.894.625	0	115.928.900	0	(51.885.110)	2.756.440.366
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	22202	1.079.412.370	1.079.412.370	99.804.267	0	0	0	(24.046.043)	1.155.170.594
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	22211	2.740.534.786	2.740.534.786	40.063.904	0	0	0	(14.757.074)	2.765.841.616
FUNDO GERAL DO CACAU	22903	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	22906	40.429.515	40.429.515	0	0	0	0	0	40.429.515
REC.SOB SUPERV.DO F.DA EC.CAFEIEIRA/FUNCAFÉ-MAPA	74901	2.106.569.485	2.106.569.485	0	0	0	0	0	2.106.569.485
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24000	5.237.963.760	5.237.963.760	150.739.998	170.062.000	76.884.000	0	(150.151.288)	5.485.498.470
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	24101	1.093.674.172	1.093.674.172	49.737.750	500.000	64.634.000	0	(79.113.957)	1.129.431.965
CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIF.E TECNOLÓGICO	24201	876.730.814	876.730.814	23.389.018	0	0	0	(60.840)	900.058.992
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁT.	24203	0	0	0	0	0	0	0	0
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN	24204	427.440.706	427.440.706	11.107.514	0	0	0	(1.123.973)	437.424.247
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	24205	226.517.404	226.517.404	13.015.000	0	0	0	(15.315.600)	224.216.804
INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A - INB	24206	426.883.174	426.883.174	3.849.246	0	0	0	(4.536.918)	426.195.502
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - NUCLEP	24207	83.227.090	83.227.090	12.841.470	0	12.250.000	0	0	108.318.560
FUNDO NAC. DE DES. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	24901	2.065.490.400	2.065.490.400	36.800.000	169.562.000	0	0	(50.000.000)	2.221.852.400
REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.DES.CIENT.E TEC.-FNDCT	74910	38.000.000	38.000.000	0	0	0	0	0	38.000.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA	25000	1.017.216.553.225	1.017.216.553.225	40.763.452.679	80.000.000	22.978.574.718	92.420.197	(51.578.408.424)	1.029.552.592.395
MINISTÉRIO DA FAZENDA	25101	5.893.722.291	5.893.722.291	14.150.000	0	60.000.000	0	(738.111.224)	5.229.761.067
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	25103	3.488.573.593	3.488.573.593	1.937.252.875	80.000.000	393.206.848	92.420.197	(5.400.000)	5.986.053.513
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (4)		1.031.044.965.092	1.031.044.965.092	41.122.955.473	250.062.000	23.171.387.618	92.420.197	(51.819.247.939)	1.043.862.542.441



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS	
								2007	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
								EMIÇÃO	ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL		25104	911.260.572	911.260.572	21.874.343	0	5.200.000	0	(17.590.000)	920.744.915
BANCO CENTRAL DO BRASIL		25201	1.546.327.775	1.546.327.775	106.401.458	0	42.905.577	0	(21.926.162)	1.673.708.648
COMISSAO DE VALORES MOBILIÁRIOS		25203	140.208.722	140.208.722	5.779.872	0	0	0	(1.210.000)	144.778.594
SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		25207	0	0	0	0	0	0	0	0
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS		25208	116.635.774	116.635.774	3.935.480	0	0	0	(1.551.332)	119.019.922
FUNDO ESP.DE DES.E APERF.DAS ATIV. DE FISCALIZ.		25902	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO DE COMP. E VARIAÇÕES SALARIAIS		25903	543.912.249	543.912.249	0	0	0	0	0	543.912.249
FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL		25904	79.793.885	79.793.885	0	0	0	0	0	79.793.885
FUNDO ESP. DE TREINAM. E DESENVOLVIMENTO		25913	35.019.074	35.019.074	0	0	0	0	0	35.019.074
FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO - FGE		25914	390.015.137	390.015.137	0	0	0	0	0	390.015.137
REC.SOB SUPERV. DO MINIST. DA FAZENDA-EFU		71101	240.641.446.277	240.641.446.277	38.321.265.680	0	5.540.000.000	0	(881.503.932)	283.621.208.025
REC.SOB SUPERV.DO MINIST.DA FAZ -Trasnf. EST,DF e M.		73101	6.412.078.873	6.412.078.873	151.024.059	0	1.625.130.000	0	(2.100.846.762)	6.087.386.170
GOV.DO DF-REC.S/SUP.DO MF-TRF.GDF/MF		73105	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSF.CONSTITUC.-REC.SOB SUPERV. M.FAZENDA		73108	84.581.411.672	84.581.411.672	87.019.563	0	14.080.419.641	0	(13.754.401.380)	84.994.449.496
FUNDO CONSTITUCIONAL DO DF - FCFD		73901	6.001.414.136	6.001.414.136	84.749.349	0	0	0	(31.183.383)	6.054.980.102
RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MF - OOC/MF		74101	11.429.077.178	11.429.077.178	30.000.000	0	1.231.712.652	0	(75.006.000)	12.615.783.830
REC. SOB SUPERVISÃO DO MINIST. DA FAZENDA		74102	150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0	150.000.000
REC. SOB SUPER.DA SUP. DE SEGURO PRIVADO		74201	1.223.691	1.223.691	0	0	0	0	0	1.223.691
REC.SOB SUPERV.DO F. NAC.DE DESENV.REG. MF		74909	0	0	0	0	0	0	0	0
REC. SOB SUPERVISÃO DO MINIST. DA FAZENDA		75101	654.854.432.326	654.854.432.326	0	0	0	0	(33.949.678.249)	620.904.754.077
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		26000	33.201.111.977	33.201.111.977	2.200.771.948	28.473.725	2.151.692.026	0	(2.419.333.336)	35.162.716.340
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		26101	1.830.892.606	1.830.892.606	337.025.847	1.400.000	291.764.261	0	(258.922.951)	2.202.159.763
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS		26104	45.593.253	45.593.253	543.499	0	0	0	(413.000)	45.723.752
INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT		26105	34.303.154	34.303.154	1.658.489	0	0	0	(44.400)	35.917.243
COLEGIO PEDRO II		26201	225.195.335	225.195.335	8.119.811	453.132	0	0	(2.327.628)	231.440.650
CENTRO FED.DE EDUCAÇÃO TECNOL.DE ALAGOAS		26202	53.697.085	53.697.085	789.619	0	0	0	(680.643)	53.806.061
CENTRO FED. DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA- AM		26203	43.908.882	43.908.882	1.248.497	0	0	0	(10.479)	45.146.900
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOLOGICA DE CAMPOS		26205	65.336.662	65.336.662	3.981.038	0	0	0	(1.007.215)	68.310.485
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOLOGICA DO CEARÁ		26206	58.734.250	58.734.250	4.113.835	90.893	0	0	(21.679)	62.917.299
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DO ESPÍRITO SANTO		26207	74.672.841	74.672.841	10.806.050	100.676	0	0	(8.000.000)	77.579.567
CENTRO FED. DE EDUCAÇÃO TECNOL. DE GOIÁS		26208	57.941.203	57.941.203	1.036.499	0	0	0	(976.648)	58.001.054
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE MATO GROSSO		26210	32.684.506	32.684.506	2.799.319	26.503	0	0	(561.469)	34.948.859
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE OURO PRETO		26211	25.875.164	25.875.164	4.798.423	0	0	0	(132.878)	30.540.709
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOLOGICA DO PARA		26212	53.232.805	53.232.805	2.410.816	66.880	0	0	(1.000.532)	54.709.969
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DA PARAIBA		26213	66.045.641	66.045.641	2.595.628	0	0	0	(957.516)	67.683.753
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DE PELOTAS		26214	55.925.177	55.925.177	6.072.974	0	0	0	(1.730)	61.996.421
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (5)			33.201.111.977	33.201.111.977	2.200.771.948	28.473.725	2.151.692.026	0	(2.419.333.336)	35.162.716.340



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS	
								2007	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
								EMIÇÃO	ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE PERNAMBUCO		26215	70.610.159	70.610.159	957.486	127.713	0	0	(1.155.391)	70.539.967
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DO PIAUI		26216	43.558.294	43.558.294	159.712	0	0	0	(1.760.796)	41.957.210
C. FED.DE EDUC.TECNOL.DE QUÍMICA-NILÓPOLIS/RJ		26217	52.232.525	52.232.525	2.518.854	0	0	0	(1.435.000)	53.316.379
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. R. G. DO NORTE		26218	71.941.428	71.941.428	1.238.622	107.791	0	0	(1.127.836)	72.160.005
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL. S. CATARINA		26219	68.367.846	68.367.846	320.000	111.171	0	0	(1.081.920)	67.717.097
CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE S. PAULO		26220	57.872.792	57.872.792	900.784	0	0	0	(2.000.000)	56.773.576
CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE SERGIPE		26221	34.058.002	34.058.002	313.700	59.499	0	0	(702.859)	33.728.342
CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE RORAIMA		26222	20.270.584	20.270.584	156.157	37.353	0	0	(74.457)	20.389.637
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS-TO		26223	11.778.280	11.778.280	342.940	0	0	0	(317.000)	11.804.220
FUND. UNIVER. FED. DO VALE DO SÃO FRANCISCO		26230	51.276.717	51.276.717	6.769.848	25.880	0	0	(350.000)	57.722.445
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS		26231	279.990.269	279.990.269	35.657.746	583.157	0	0	(8.403.244)	307.827.928
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		26232	579.889.271	579.889.271	12.103.565	1.572.398	0	0	(12.005.356)	581.559.878
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA		26233	588.036.741	588.036.741	54.812.417	1.433.924	0	0	(11.204.461)	633.078.621
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		26234	311.857.020	311.857.020	21.236.891	0	0	0	(6.174.871)	326.919.040
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS		26235	391.781.502	391.781.502	14.832.505	898.437	0	0	(6.240.411)	401.272.033
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE		26236	687.379.954	687.379.954	26.386.509	0	0	0	(11.627.636)	702.138.827
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA		26237	223.066.911	223.066.911	11.353.960	432.054	0	0	(2.019.615)	232.833.310
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS		26238	772.126.064	772.126.064	59.120.563	1.917.116	0	0	(13.579.091)	819.584.652
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ		26239	437.278.329	437.278.329	15.210.315	863.485	0	0	(5.929.315)	447.422.814
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		26240	526.343.099	526.343.099	19.103.641	0	0	0	(6.500.730)	538.946.010
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ		26241	591.375.838	591.375.838	41.031.355	1.439.260	0	0	(16.848.011)	616.998.442
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO		26242	525.823.066	525.823.066	21.177.607	1.451.889	0	0	(5.817.089)	542.635.473
UNIVERSIDADE FED. DO RIO GRANDE DO NORTE		26243	504.140.982	504.140.982	33.757.674	1.374.959	0	0	(20.903.476)	518.370.139
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL		26244	633.405.675	633.405.675	28.555.502	0	0	0	(11.230.725)	650.730.452
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO		26245	1.415.494.223	1.415.494.223	67.021.851	3.582.008	0	0	(53.711.209)	1.432.386.873
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		26246	544.053.449	544.053.449	19.120.325	0	0	0	(11.042.924)	552.130.850
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA		26247	421.803.175	421.803.175	12.554.171	0	0	0	(9.803.117)	424.554.229
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO		26248	168.162.680	168.162.680	11.777.103	399.414	0	0	(967.877)	179.371.320
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO		26249	195.168.834	195.168.834	2.262.637	459.446	0	0	(12.638.046)	185.252.871
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA		26250	45.998.552	45.998.552	3.815.507	0	0	0	(221.000)	49.593.059
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS		26251	58.788.721	58.788.721	198.902	105.479	0	0	0	59.093.102
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE		26252	195.680.013	195.680.013	10.505.696	495.732	0	0	(3.969.591)	202.711.850
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA		26253	51.093.636	51.093.636	2.548.738	161.509	0	0	(71.673)	53.732.210
FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO		26254	97.552.657	97.552.657	5.132.432	473.320	0	0	(529.000)	102.629.409
FACULDADES FED. INTEGRADAS DE DIAMANTINA		26255	37.969.927	37.969.927	562.831	40.110	0	0	(1.219.000)	37.353.868
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA		26256	102.648.399	102.648.399	527.116	0	0	0	(635.524)	102.539.991
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE MINAS GERAIS		26257	103.027.055	103.027.055	2.393.579	0	0	0	(1.684.299)	103.736.335
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (6)			-	-	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS	
								2007	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
								EMIÇÃO	ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DO PARANÁ		26258	174.146.997	174.146.997	640.381	197.261	0	0	(2.828.994)	172.155.645
ESCOLA DE FARM. E ODONTOLOGIA DE ALFENAS		26260	37.192.220	37.192.220	712.957	0	0	0	(756.055)	37.149.122
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG		26261	48.302.965	48.302.965	4.214.435	1.202.830	0	0	(1.966.926)	51.753.304
UNIVERSIDADE FERERAL DE SÃO PAULO		26262	415.195.398	415.195.398	30.680.063	235.000	0	0	(1.545.906)	444.564.555
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MG.		26263	90.469.316	90.469.316	10.593.281	0	0	0	(1.028.179)	100.034.418
ESCOLA SUPERIOR DE AGRIC. DE MOSSORÓ		26264	48.402.032	48.402.032	2.775.735	85.913	0	0	(23.455)	51.240.225
CENTRO FED. DE EDUC. TECNOL.DO MARANHAO		26265	69.557.560	69.557.560	134.708	161.260	0	0	(2.381.000)	67.472.528
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DE RONDÔNIA		26268	67.953.124	67.953.124	4.498.400	0	0	0	(302.000)	72.149.524
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO		26269	163.802.537	163.802.537	2.899.354	441.214	0	0	(2.152.601)	164.990.504
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS		26270	229.738.467	229.738.467	15.698.246	0	0	0	(3.679.848)	241.756.865
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		26271	667.256.541	667.256.541	115.410.871	844.008	0	0	(14.957.047)	768.554.373
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DO MARANHÃO		26272	262.102.116	262.102.116	9.628.482	545.804	0	0	(5.393.106)	266.883.296
FUNDCÃO UNIVERSIDADE FED.DO RIO GRANDE - RS		26273	169.431.143	169.431.143	2.470.690	0	0	0	(2.312.817)	169.589.016
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED.DE UBERLANDIA		26274	365.838.004	365.838.004	25.091.115	1.123.002	0	0	(12.371.066)	379.681.055
FUNDAÇAAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE		26275	96.199.969	96.199.969	22.936.043	192.192	0	0	(810.538)	118.517.666
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED.DE MATO GROSSO		26276	278.196.768	278.196.768	7.911.334	527.927	0	0	(7.038.658)	279.597.371
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED.DE OURO PRETO		26277	104.482.915	104.482.915	5.315.531	0	0	0	(1.659.538)	108.138.908
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		26278	238.445.232	238.445.232	5.283.154	0	0	0	(2.919.951)	240.808.435
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		26279	223.675.289	223.675.289	808.214	410.709	0	0	(4.795.552)	220.098.660
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED.DE SÃO CARLOS		26280	162.560.789	162.560.789	5.483.319	0	0	0	(865.315)	167.178.793
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		26281	180.030.495	180.030.495	7.665.326	0	0	0	(728.959)	186.966.862
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA		26282	272.479.111	272.479.111	15.410.333	0	0	0	(2.564.577)	285.324.867
FUNDAÇÃO UNIVERS.FED.DE MATO GROS.DO SUL		26283	220.322.524	220.322.524	10.264.135	100.000	0	0	(2.861.851)	227.824.808
FUND.FAC.FED.DE CIÊNC.MEDICAS DE PORTO ALEGRE		26284	30.594.461	30.594.461	1.302.563	33.529	0	0	(1.012.820)	30.917.733
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J. DEL REI		26285	53.396.552	53.396.552	2.670.422	0	0	0	(388.328)	55.678.646
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA		26286	37.438.664	37.438.664	44.350	50.071	0	0	(1.027.566)	36.505.519
INST.NAC.DE EST.E PESQ.EDUC.ANÍSIO TEIXEIRA		26290	271.915.332	271.915.332	61.303.099	0	0	0	(73.157.625)	260.060.806
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIV.SUP.-CAPES		26291	789.936.800	789.936.800	14.221.763	0	18.000.000	0	(5.593.903)	816.564.660
FUNDACAO JOAQUIM NABUCO		26292	61.618.073	61.618.073	1.420.923	0	0	0	(780.975)	62.258.021
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE		26294	292.610.959	292.610.959	9.067.763	0	0	0	(1.860.000)	299.818.722
FUNDO NAC. DE DESENVOLV.DA EDUCAÇÃO		26298	7.007.333.391	7.007.333.391	744.964.391	0	1.776.792.044	0	(1.651.104.099)	7.877.985.727
CENTRO FED.DE EDUCAC.TECNOLÓGICA DA BAHIA		26301	77.471.181	77.471.181	2.476.927	145.322	0	0	(1.600.708)	78.492.722
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE - ES		26302	13.215.736	13.215.736	572.229	39.755	0	0	(241.000)	13.586.720
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRETE - RS		26303	7.314.783	7.314.783	432.111	0	0	0	(73.567)	7.673.327
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE ARAGUATINS - TO		26304	7.168.211	7.168.211	1.795.851	0	0	0	(111.812)	8.852.250
CENTRO FED. AGROTÉCNICA FED.DE BAMBUI - MG		26305	16.693.010	16.693.010	227.764	0	0	0	0	16.920.774
ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE BARBACENA - MG		26306	19.833.811	19.833.811	2.712.501	0	0	0	(466)	22.545.846
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (7)			-	-	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS	
								2007	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
								EMIÇÃO	ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
ESCOLA AGROTÉCNICA FED. DE BARREIROS - PE		26307	10.761.297	10.761.297	913.274	32.551	0	0	(192.053)	11.515.069
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE BELO JARDIM - PE		26308	10.024.960	10.024.960	392.898	24.991	0	0	(241.000)	10.201.849
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE B.GONÇALVES-RS		26309	12.697.339	12.697.339	117.613	0	0	0	(13.437)	12.801.515
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CÁCERES-MT		26310	7.394.746	7.394.746	364.771	0	0	0	(396)	7.759.121
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE CASTANHAL-PA		26311	11.504.541	11.504.541	263.132	32.551	0	0	(50.000)	11.750.224
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU-BA		26312	9.675.514	9.675.514	1.182.910	0	0	0	(84.047)	10.774.377
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA-ES		26313	11.311.920	11.311.920	597.815	32.551	0	0	(145.000)	11.797.286
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CONCÓRDIA-SC		26314	8.749.629	8.749.629	828.849	0	0	0	(32.180)	9.546.298
ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO-CE		26315	11.126.073	11.126.073	923.405	39.488	0	0	(132.392)	11.956.574
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.DE CUIABÁ-MT		26316	14.822.540	14.822.540	60.000	780.490	0	0	(1.690.568)	13.972.462
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE IGUAU-CE		26317	15.637.111	15.637.111	0	35.308	0	0	(369.217)	15.303.202
ESCOLA AGROT.FED.DE INC.VISCONDE DE MAUÁ-MG		26318	12.996.972	12.996.972	466.118	30.238	0	0	(205.000)	13.288.328
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE JANUÁRIA		26319	11.723.456	11.723.456	68.062	29.082	0	0	(128.000)	11.692.600
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO-MG		26320	12.893.998	12.893.998	0	36.286	0	0	(49.999)	12.880.285
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MANAUS-AM		26321	10.027.383	10.027.383	488.603	36.286	0	0	(95.404)	10.456.868
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE MUZAMBINHO-MG		26322	12.391.528	12.391.528	542.792	0	0	0	(105.436)	12.828.884
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE PETROLINA.		26323	16.046.658	16.046.658	231.664	0	0	0	0	16.278.322
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE RIO POMBA		26324	15.683.195	15.683.195	186.400	42.601	0	0	(179.437)	15.732.759
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE RIO VERDE-GO		26325	12.741.110	12.741.110	63.784	0	0	0	(25.752)	12.779.142
ESC.AGROTÉC.FED.DE SALINAS CLEM.MEDRADO-MG		26326	10.900.602	10.900.602	818.823	32.818	0	0	(184.568)	11.567.675
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE SANTA TERESA-ES		26327	14.572.452	14.572.452	1.374.312	43.134	0	0	(309.000)	15.680.898
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE SÃO CRISTÓVÃO - SE		26328	12.989.113	12.989.113	938.178	41.800	0	0	(112.720)	13.856.371
ESC. AGROT.FED.DE S.J.EVANG.NELSON DE SENNA-MG		26329	10.276.549	10.276.549	572.198	293.925	0	0	(315.376)	10.827.296
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SAO LUÍS-MA		26330	10.201.823	10.201.823	545.000	24.635	0	0	0	10.771.458
CENTRO FED.EDUC.DE TECNOL.SÃO VICENTE DO SUL		26331	13.574.065	13.574.065	393.539	0	0	0	(67.103)	13.900.501
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SATUBA-AL		26332	13.277.479	13.277.479	291.100	30.327	0	0	(156.668)	13.442.238
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SERTÃO-RS		26333	10.983.999	10.983.999	1.744.483	0	0	0	(74.871)	12.653.611
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOUSA-PB		26334	11.127.736	11.127.736	52.049	21.167	0	0	(183.000)	11.017.952
CENTRO FED. DE EDUC.TECNOL. DE UBERABA-MG		26335	15.114.997	15.114.997	134.366	0	0	0	(143.000)	15.106.363
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE UBERLANDIA-MG		26336	11.337.141	11.337.141	1.048.197	0	0	0	(270.730)	12.114.608
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL. DE URUTÁI-GO		26337	15.876.520	15.876.520	90.090	32.818	0	0	(196.000)	15.803.428
ESC. AGROTÉC.FED.DE V.DE S.ANTÃO J.CLEÓFAS-PE		26338	10.100.866	10.100.866	292.296	32.818	0	0	(99.438)	10.326.542
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE S.G.CACHOEIRA-AM		26339	5.632.598	5.632.598	170.885	0	0	0	0	5.803.483
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SOMBRI-SC		26340	7.733.274	7.733.274	581.923	18.943	0	0	(79.000)	8.255.140
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CERES-GO		26341	7.241.995	7.241.995	1.585.414	0	0	0	(1.211.634)	7.615.775
ESC. AGROTÉCNICA FED.DE COLOR. DO OESTE-RO		26342	6.973.804	6.973.804	510.682	0	0	0	0	7.484.486
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CODÓ-MA		26343	5.191.634	5.191.634	73.338	8.360	0	0	(44.000)	5.229.332
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (8)			-	-	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO								EXERCÍCIO	MÊS
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA								2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO								EMIÇÃO	ANEXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL								31.12.07	2
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
ESC. AGROTÉC.FED.ANTÔNIO J. T.-GUANAMBI-BA	26344	5.735.020	5.735.020	405.001	14.230	0	0	(40.424)	6.113.827
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE RIO DO SUL-SC	26345	7.623.018	7.623.018	179.626	0	0	0	(73.000)	7.729.644
ESCOLA AGROTÉCNICA FED.DE SANTA INÊS-BA	26346	5.208.426	5.208.426	355.000	7.204	0	0	0	5.570.630
ESC. AGROTÉC. FED. DE SENHOR DO BOMFIM-BA	26347	5.572.233	5.572.233	9.071	0	0	0	0	5.581.304
FUNDAÇÃO UNIV.FED.DA GRANDE DOURADOS	26350	44.906.381	44.906.381	5.021.636	36.108	0	0	(59.824)	49.904.301
UNIVERSIDADE FED.DO RECONCAVO DA BAHIA	26351	31.536.711	31.536.711	20.043.677	31.750	0	0	(8.347.981)	43.264.157
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	26352	89.685.601	89.685.601	5.031.300	24.280	0	0	(5.551.834)	89.189.347
FUNDO DE FIN. AO ESTUDANTE DO ENS.SUPERIOR	26907	0	0	0	0	0	0	0	0
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC	73107	4.641.001.474	4.641.001.474	66.639.325	0	0	0	0	4.707.640.799
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC	74103	0	0	0	0	0	0	0	0
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FIES	74902	980.262.787	980.262.787	0	0	65.135.721	0	(65.135.721)	980.262.787
MINIST. DO DESENV., IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	28000	2.006.271.562	2.006.271.562	143.961.354	45.425.000	715.353.952	0	(2.380.909)	2.908.630.959
MINIST. DO DENV.IND.E COMÉRCIO EXTERIOR	28101	180.214.580	180.214.580	3.096.737	0	0	0	(596.000)	182.715.317
INST.NAC.DE METR.,NORM.E QUALID.IND.-INMETRO	28202	356.037.700	356.037.700	28.867.464	0	0	0	(600.896)	384.304.268
INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL-INPI	28203	183.338.798	183.338.798	1.100.000	0	0	0	(1.180.246)	183.258.552
SUPERINT. DA ZONA FRANCA DE MANAUS-SUFRAMA	28233	328.252.091	328.252.091	110.897.153	45.425.000	25.426	0	(3.767)	484.595.903
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	28903	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO DE GARAN. P/ PROMOÇÃO DA COMPET. FGPC	28904	73.828.393	73.828.393	0	0	94.605.100	0	0	168.433.493
RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FND/MDIC	74903	884.600.000	884.600.000	0	0	620.723.426	0	0	1.505.323.426
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	30000	6.863.302.360	6.863.302.360	264.089.709	286.274	801.383.886	0	(268.049.880)	7.661.012.349
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	30101	229.861.262	229.861.262	40.079.185	0	16.542.000	0	(4.383.467)	282.098.980
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL	30107	2.027.380.930	2.027.380.930	20.483.899	0	38.000.000	0	(81.696.789)	2.004.168.040
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	3.012.397.299	3.012.397.299	29.790.000	0	56.408.376	0	(33.999.865)	3.064.595.810
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	30109	74.242.630	74.242.630	33.545.357	0	0	0	(17.208.340)	90.579.647
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO-FUNAI	30202	273.759.216	273.759.216	24.469.286	0	5.500.000	0	(6.110.552)	297.617.950
CONSELHO ADM. DE DEFESA ECONÔMICA	30211	10.147.405	10.147.405	322.192	0	0	0	(20.000)	10.449.597
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	30905	12.249.800	12.249.800	640.000	0	0	0	(640.000)	12.249.800
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL	30907	211.984.807	211.984.807	28.941.000	286.274	218.718.000	0	(28.991.000)	430.939.081
FUNDO NACIONAL P/CRIANÇA E ADOLESCENTE - FNCA	30908	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.-FIM DA POL.FEDERAL	30909	444.924.011	444.924.011	63.896.017	0	49.441.561	0	(63.077.094)	495.184.495
FUNDO NAC.DE SEGURANÇA E EDUC. DO TRANSITO	30910	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	30911	566.355.000	566.355.000	21.922.773	0	416.773.949	0	(31.922.773)	973.128.949
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	32000	18.522.380.363	18.522.380.363	47.807.055	23.793.338	41.626.000	0	(18.270.356)	18.617.336.400
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	32101	857.579.685	857.579.685	8.637.622	6.482.736	800.000	0	(10.845.877)	862.654.166
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (9)		27.391.954.285	27.391.954.285	455.858.118	69.504.612	1.558.363.838	0	(288.701.145)	29.186.979.708



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS	
								2007	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
								EMIÇÃO	ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
COMPANHIA DE PESQ.DE RECURSOS MINERAIS-CPRN		32202	204.057.466	204.057.466	20.538.412	0	40.826.000	0	(5.728.063)	259.693.815
DEPTO. NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM		32263	696.746.668	696.746.668	17.382.026	0	0	0	(150.421)	713.978.273
AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP		32265	3.220.618.473	3.220.618.473	179.000	17.310.602	0	0	(1.179.000)	3.236.929.075
AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL		32266	414.922.627	414.922.627	1.069.995	0	0	0	(366.995)	415.625.627
RECURSOS S/SUPERVISÃO DO MME		73104	13.128.455.444	13.128.455.444	0	0	0	0	0	13.128.455.444
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL		33000	190.314.626.455	190.314.626.455	7.797.242.748	35.010.200	705.750.257	(92.420.197)	(5.825.803.040)	192.934.406.423
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL		33101	524.682.595	524.682.595	3.834.304	10.200	61.016.000	(92.420.197)	(50.209.785)	446.913.117
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL		33201	8.439.217.514	8.439.217.514	355.236.837	35.000.000	451.634.219	0	(145.845.817)	9.135.242.753
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		33904	181.350.726.346	181.350.726.346	7.438.171.607	0	193.100.038	0	(5.629.747.438)	183.352.250.553
									0	
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		34000	2.915.990.676	2.915.990.676	321.157.143	58.202.500	0	0	(369.757.143)	2.925.593.176
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		34101	1.752.037.888	1.752.037.888	230.435.369	44.500.000	0	0	(332.771.869)	1.694.201.388
MINISTÉRIO PUBLICO MILITAR		34102	130.583.421	130.583.421	12.628.794	3.000.000	0	0	(2.004.800)	144.207.415
MINISTÉRIO PÚBL. DO DIST FED. E DOS TERRITÓRIOS		34103	327.991.431	327.991.431	14.852.000	102.500	0	0	(18.652.000)	324.293.931
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		34104	693.229.028	693.229.028	62.572.480	10.600.000	0	0	(15.672.480)	750.729.028
ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PÚBLICO DA UNIAO		34105	7.342.208	7.342.208	668.500	0	0	0	(100.600)	7.910.108
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		34106	4.806.700	4.806.700	0	0	0	0	(555.394)	4.251.306
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES		35000	1.953.514.926	1.953.514.926	160.902.116	0	136.186.452	0	(283.722.276)	1.966.881.218
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES		35101	1.941.734.034	1.941.734.034	160.426.992	0	136.186.452	0	(283.722.276)	1.954.625.202
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO		35201	11.780.892	11.780.892	475.124	0	0	0	0	12.256.016
MINISTÉRIO DA SAÚDE		36000	49.709.530.970	49.709.530.970	753.815.629	3.850.000	3.923.857.332	0	(1.388.434.656)	53.002.619.275
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ		36201	805.203.141	805.203.141	59.381.109	2.000.000	15.000.000	0	(23.659.624)	857.924.626
HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A		36208	95.629.513	95.629.513	3.370.000	0	0	0	(2.420.000)	96.579.513
HOSPITAL FÊMINA S/A		36209	63.421.955	63.421.955	1.000.000	0	0	0	(7.000.000)	57.421.955
HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A		36210	370.419.505	370.419.505	16.240.000	0	0	0	(22.990.000)	363.669.505
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE		36211	4.178.025.547	4.178.025.547	206.409.637	0	1.035.282.546	0	(256.987.209)	5.162.730.521
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		36212	414.050.432	414.050.432	24.164.000	0	0	0	(18.697.000)	419.517.432
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR		36213	142.542.217	142.542.217	600.000	0	0	0	(3.600.000)	139.542.217
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE		36901	43.629.938.660	43.629.938.660	442.650.883	1.850.000	2.873.574.786	0	(1.053.080.823)	45.894.933.506
RECURSOS SOB SUPERVISAO DA ANS		74202	10.300.000	10.300.000	0	0	0	0	0	10.300.000
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO		38000	35.278.287.000	35.278.287.000	2.754.448.345	0	153.265.197	0	(1.862.835.779)	36.323.164.763
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO		38101	3.603.904.210	3.603.904.210	335.120.990	0	13.500.000	0	(26.950.000)	3.925.575.200
FUND.JORGE DUP.FIG.DE SEG.E MEDIC.DO TRABALHO.		38201	49.876.517	49.876.517	1.057.765	0	560.000	0	(1.331)	51.492.951
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (10)			280.171.950.027	280.171.950.027	11.787.565.981	97.062.700	4.919.059.238	(92.420.197)	(9.730.552.894)	287.152.664.855



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO							EXERCÍCIO		MÊS	
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							2007		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO										
							EMIÇÃO		ANEXO	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					31.12.07		2	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR		38901	31.624.506.273	31.624.506.273	2.418.269.590	0	139.205.197	0	(1.835.884.448)	32.346.096.612
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		39000	11.867.634.414	11.867.634.414	209.472.401	28.677.838	5.567.133.949	(605.554.257)	(1.599.446.651)	15.467.917.694
MINISTERIO DOS TRANSPORTES		39101	2.192.383.541	2.192.383.541	87.278.740	0	476.233.534	(261.047.212)	(124.753.853)	2.370.094.750
COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO		39202	840.516	840.516	223.762	0	0	0	(277.272)	787.006
VALEC-ENGENHARIA, CONSTR. E FERROVIAS S/A		39207	67.726.829	67.726.829	65.807	0	1.347.792.187	0	(65.807)	1.415.519.016
AGÊNCIA NAC. DE TRANSP. TERRESTRES- ANTT		39250	136.659.964	136.659.964	70.000	0	3.000.000	0	(1.070.000)	138.659.964
AGÊNCIA NAC. DE TRANSP. AQUAVIÁRIO - ANTAQ		39251	44.979.991	44.979.991	1.706.865	0	870.000	0	(545.000)	47.011.856
DEPARTº. NAC. DE INFRA-ESTRUT. TRANSP. - DNIT		39252	8.175.594.542	8.175.594.542	119.977.227	28.677.838	3.730.438.228	(344.507.045)	(1.472.584.719)	10.237.596.071
FUNDO DA MARINHA MERCANTE		39901	150.323.917	150.323.917	150.000	0	8.800.000	0	(150.000)	159.123.917
REC.SOB SUPERV.DO FUNDO DA MAR.MERC../MT		74904	1.099.125.114	1.099.125.114	0	0	0	0	0	1.099.125.114
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		41000	4.583.015.467	4.583.015.467	89.956.187	0	290.000.000	0	(47.726.187)	4.915.245.467
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		41101	906.508.453	906.508.453	54.268.291	0	290.000.000	0	(47.168.291)	1.203.608.453
AGÊNCIA NAC.DE TELECOMUNICAÇÕES-ANATEL		41231	2.404.467.800	2.404.467.800	1.007.896	0	0	0	(557.896)	2.404.917.800
FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV. DE TELEC.- FUST		41902	995.042.646	995.042.646	0	0	0	0	0	995.042.646
FUNDO P/O DESEV.TECNOL. DAS TELECMUN-FUNTTEL		41903	261.996.568	261.996.568	34.680.000	0	0	0	0	296.676.568
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNTTEL		74905	15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0	15.000.000
MINISTÉRIO DA CULTURA		42000	919.889.102	919.889.102	47.474.454	37.189.353	136.000.000	0	(48.412.242)	1.092.140.667
MINISTÉRIO DA CULTURA		42101	353.420.145	353.420.145	30.776.899	0	0	0	(27.330.437)	356.866.607
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA		42201	19.945.573	19.945.573	623.657	0	0	0	(4.500)	20.564.730
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL-BN		42202	71.045.602	71.045.602	1.539.300	0	0	0	(1.539.300)	71.045.602
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES		42203	23.161.538	23.161.538	1.181.459	0	0	0	(729.523)	23.613.474
INSTIT.DO PATRIMÔNIO HIST. E ART. NACIONAL		42204	201.266.607	201.266.607	6.685.399	0	6.000.000	0	(5.424.108)	208.527.898
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES		42205	60.756.406	60.756.406	1.003.000	0	0	0	(1.153.801)	60.605.605
AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA		42206	66.040.228	66.040.228	240.000	58.500	0	0	(8.977.987)	57.360.741
FUNDO NACIONAL DE CULTURA		42902	120.153.003	120.153.003	5.424.740	26.834.764	130.000.000	0	(3.252.586)	279.159.921
RECURSOS SOB SUPERV. DO FUNDO NAC. DE CULTURA		74912	4.100.000	4.100.000	0	10.296.089	0	0	0	14.396.089
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE		44000	2.747.133.206	2.747.133.206	96.763.008	1.050.000	44.058.347	0	(84.486.083)	2.804.518.478
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE		44101	1.295.662.815	1.295.662.815	8.600.000	1.050.000	35.600.000	0	(20.235.182)	1.320.677.633
INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVÁVEIS		44201	1.094.579.593	1.094.579.593	83.607.726	0	8.458.347	0	(62.445.501)	1.124.200.165
COMPANHIA DE DESENVOLV. DE BARCARENA		44202	1.498.963	1.498.963	0	0	0	0	0	1.498.963
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA		44205	276.314.718	276.314.718	3.830.590	0	0	0	(1.791.700)	278.353.608
INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM BOTÂNICO-JB-RJ		44206	24.063.743	24.063.743	724.692	0	0	0	(13.700)	24.774.735
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE		44901	50.250.574	50.250.574	0	0	0	0	0	50.250.574
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (11)			20.117.672.189	20.117.672.189	443.666.050	66.917.191	6.037.192.296	(605.554.257)	(1.780.071.163)	24.279.822.306



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS
								2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO									
								EMISSION	ANEXO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DO MEIO AMBIENTE	73111	4.762.800	4.762.800	0	0	0	0	0	4.762.800
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇ E GESTÃO	47000	5.508.774.397	5.508.774.397	317.790.283	0	661.321.224	0	(1.974.019.184)	4.513.866.720
MINISTÉRIO DO PLANEJ.ORÇAMENTO E GESTÃO	47101	4.016.102.880	4.016.102.880	276.649.033	0	564.400.000	0	(1.913.566.396)	2.943.585.517
FUND. INST. BRAS. DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA	47205	1.466.001.996	1.466.001.996	39.664.250	0	96.921.224	0	(60.452.788)	1.542.134.682
FUNDAÇÃO ESC. NAC. DE ADMINISTR.PÚBLICA	47210	26.669.521	26.669.521	1.477.000	0	0	0	0	28.146.521
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	49000	4.727.760.163	4.727.760.163	219.227.086	790.000	772.000.000	0	(166.387.903)	5.553.389.346
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	49101	758.458.903	758.458.903	205.677.000	790.000	187.966.414	0	(1.787.000)	1.151.105.317
INSTIT.NAC.DE COLONIZ.E REF.AGRÁRIA-INCRA	49201	2.538.025.260	2.538.025.260	13.550.086	0	584.033.586	0	(164.600.903)	2.971.008.029
RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO INCRA/MDA	74203	1.004.098.000	1.004.098.000	0	0	0	0	0	1.004.098.000
RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO BANCO DA TERRA/MDA	74906	427.178.000	427.178.000	0	0	0	0	0	427.178.000
MINISTÉRIO DO ESPORTE	51000	975.526.920	975.526.920	43.073.998	1.300.000	656.437.000	0	(43.130.000)	1.633.207.918
MINISTERIO DO ESPORTE	51101	923.613.262	923.613.262	37.830.000	1.300.000	656.437.000	0	(43.130.000)	1.576.050.262
RECURSOS SOB SUPERVISÃO MIN. DO ESPORTE	73109	51.913.658	51.913.658	5.243.998	0	0	0	0	57.157.656
MINISTERIO DA DEFESA	52000	40.122.657.557	40.122.657.557	840.104.217	6.237.453	1.505.082.442	0	(764.944.519)	41.709.137.150
MINISTERIO DA DEFESA	52101	1.736.833.442	1.736.833.442	1.450.000	5.791.700	716.250.715	0	(620.745.167)	1.839.580.690
COMANDO DA AERONÁUTICA	52111	9.029.039.316	9.029.039.316	397.942.288	0	522.282.010	0	(91.557.592)	9.857.706.022
COMANDO DO EXÉRCITO	52121	17.070.251.689	17.070.251.689	239.926.487	0	130.922.155	0	(12.115.144)	17.428.985.187
COMANDO DA MARINHA	52131	9.587.070.839	9.587.070.839	56.117.471	0	77.273.000	0	(22.433.791)	9.698.027.519
SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	52133	18.951.480	18.951.480	0	0	3.000.000	0	0	21.951.480
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	52201	150.445.252	150.445.252	13.242.825	445.753	2.633.495	0	(11.092.825)	155.674.500
CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONÁUTICA	52211	13.050.609	13.050.609	220.112	0	0	0	0	13.270.721
FUNDACAO OSÓRIO	52222	8.516.214	8.516.214	343.941	0	0	0	0	8.860.155
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	52901	3.043.128	3.043.128	0	0	0	0	0	3.043.128
FUNDO DE ADM.DO HOSP.DAS FORCAS ARMADAS	52902	93.095.362	93.095.362	0	0	0	0	0	93.095.362
FUNDO DO SERVICO MILITAR	52903	5.862.716	5.862.716	0	0	0	0	0	5.862.716
FUNDO AERONÁUTICO	52911	1.276.643.179	1.276.643.179	123.861.093	0	3.809.617	0	0	1.404.313.889
FUNDO AEROVIÁRIO	52912	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO DO EXÉRCITO	52921	580.109.818	580.109.818	7.000.000	0	14.511.450	0	(7.000.000)	594.621.268
FUNDO NAVAL	52931	468.900.913	468.900.913	0	0	23.100.000	0	0	492.000.913
FUNDO DE DESENV.DO ENS.PROFIS.MARÍTIMO	52932	80.843.600	80.843.600	0	0	11.300.000	0	0	92.143.600
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	53000	10.160.561.192	10.160.561.192	34.198.126	12.364.909	2.815.434.019	0	(242.308.753)	12.780.249.493
MINISTERIO DA INTEGRACÃO NACIONAL	53101	1.478.653.954	1.478.653.954	12.528.826	7.250.000	1.757.801.380	0	(128.647.867)	3.127.586.293
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (12)		61.495.280.229	61.495.280.229	1.454.393.710	20.692.362	6.410.274.685	0	(3.190.790.359)	66.189.850.627



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						EXERCÍCIO	MÊS
								2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO									
								EMIÇÃO	ANEXO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						31.12.07	2
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UO	DOT. INICIAL LEI Nº 11.451 07.02.07	DOT. INICIAL SIAFI 2007	CRÉDITO SUPLEMENTAR	CRÉDITO ESPECIAL	CRÉDITO EXTRAORD.	DOTAÇÃO TRANSF.	DOTAÇÃO CANCELADA REMANEJADA	DOTAÇÃO AUTORIZADA
CIA.DE DES.DOS V.DO S.FRANC.E DO PARN.-CODEVASF	53201	710.025.381	710.025.381	12.340.000	0	808.212.523	0	(51.464.571)	1.479.113.333
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	53202	0	0	2.479.000	0	0	37.561.565	0	40.040.565
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE	53203	0	0	1.298.038	0	0	17.610.026	0	18.908.064
DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS	53204	545.315.411	545.315.411	5.478.842	5.114.909	249.420.116	0	(62.064.857)	743.264.421
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-ADA	53205	45.003.912	45.003.912	0	0	0	(37.561.565)	0	7.442.347
AGÊNCIA DE DESENVOL. DO NORDESTE-ADENE	53206	25.794.920	25.794.920	73.420	0	0	(17.610.026)	(131.458)	8.126.856
FUNDO CONST.DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	53901	1.082.815.155	1.082.815.155	0	0	0	0	0	1.082.815.155
FUNDO CONST.DE FINANCIAM.DO CENTRO-OESTE-FCO	53902	1.082.815.156	1.082.815.156	0	0	0	0	0	1.082.815.156
FUNDO CONST.DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE-FNE	53903	3.248.445.750	3.248.445.750	0	0	0	0	0	3.248.445.750
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA FDA	53904	0	0	0	0	0	0	0	0
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE FDNE	53905	0	0	0	0	0	0	0	0
REC. SOB SUPERV.DO MIN.DA INTEG.NACIONAL	74907	1.941.691.553	1.941.691.553	0	0	0	0	0	1.941.691.553
MINISTÉRIO DO TURISMO	54000	1.826.618.351	1.826.618.351	120.931.400	0	256.000.000	0	(76.277.030)	2.127.272.721
MINISTÉRIO DO TURISMO	54101	1.693.731.888	1.693.731.888	60.461.400	0	256.000.000	0	(76.093.400)	1.934.099.888
EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	54201	107.912.967	107.912.967	60.470.000	0	0	0	(183.630)	168.199.337
RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNGETUR/MTUR	74908	24.973.496	24.973.496	0	0	0	0	0	24.973.496
MINISTÉRIO DO DESENV.SOCIAL E COMBATE À FOME	55000	24.316.920.484	24.316.920.484	752.466.854	80.000	96.259.030	0	(301.335.380)	24.864.390.988
MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	55101	9.470.797.192	9.470.797.192	523.279.809	0	0	0	(19.191.539)	9.974.885.462
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	55901	14.846.123.292	14.846.123.292	229.187.045	80.000	96.259.030	0	(282.143.841)	14.889.505.526
MINISTÉRIO DAS CIDADES	56000	5.344.976.374	5.344.976.374	103.540.298	0	4.461.751.577	0	(508.702.058)	9.401.566.191
MINISTERIO DAS CIDADES	56101	3.143.369.991	3.143.369.991	10.510.900	0	4.058.080.105	0	(223.893.827)	6.988.067.169
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	56201	130.704.462	130.704.462	36.513.724	0	0	0	(2.086.000)	165.132.186
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	56202	966.104.419	966.104.419	49.115.674	0	151.258.240	0	(121.422.231)	1.045.056.102
FUNDO NACIONAL DE SEG. E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	56901	160.343.645	160.343.645	7.400.000	0	22.926.000	0	(7.300.000)	183.369.645
FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL - FNHIS	56902	494.453.857	494.453.857	0	0	229.487.232	0	(4.000.000)	719.941.089
REC. S/SUP. DO FUNDO NAC. HAB. DE INT. SOC.-FNHIS	74911	450.000.000	450.000.000	0	0	0	0	(150.000.000)	300.000.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	90000	7.309.935.898	7.309.935.898	0	0	0	0	(438.395.891)	6.871.540.007
RESERVA DE CONTINGENCIA	90000	7.309.935.898	7.309.935.898	0	0	0	0	(438.395.891)	6.871.540.007
SUBTOTAL DOS ÓRGÃOS SUPERIORES (13)		38.798.451.107	38.798.451.107	976.938.552	80.000	4.814.010.607	0	(1.324.710.359)	43.264.769.907
TOTAL GERAL		1.526.143.086.099	1.526.143.086.099	62.515.543.291	568.829.647	49.382.060.338	0	(74.468.285.952)	1.564.141.233.423

FONTE: STN

3.3 – DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.3.1 – Demonstrativo da Dotação por Lei (Anexo 3)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EXECUÇÃO GLOBAL					EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 3
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
		LEI			DECRETO			CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL	
INICIAL	11.451	07.02.07	1.526.143.386.099,00				1.526.143.386.099,00	
	11.451	07.02.07	(300.000,00)	0,00	0,00		(300.000,00)	
VETO	11.451	07.02.07	1.526.143.086.099,00	0,00	0,00	0,00	1.526.143.086.099,00	
	11.386	14.12.06	31.204.938,00	0,00	31.204.938,00	0,00	31.204.938,00	
SUPLEMENTAR	11.388	14.12.06	189.611.386,00	0,00	189.611.386,00	0,00	189.611.386,00	
	11.389	14.12.06	13.000.000,00	0,00	13.000.000,00	0,00	13.000.000,00	
	11.390	15.12.06	102.500,00	0,00	102.500,00	0,00	102.500,00	
	11.391	15.12.06	9.760.016,00	0,00	9.500.000,00	0,00	9.760.016,00	
	11.392	15.12.06	17.310.602,00	0,00	17.310.602,00	0,00	17.310.602,00	
	11.403	15.12.06	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00	
	11.406	15.12.06	8.964.909,00	0,00	8.964.909,00	0,00	8.964.909,00	
	11.408	15.12.06	544.877,00	0,00	544.877,00	0,00	544.877,00	
	11.425	21.12.06	169.662.000,00	0,00	169.662.000,00	0,00	169.662.000,00	
	11.432	28.12.06	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	
	11.463	28.03.07	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00	
	11.467	11.04.07	956.646.492,00	0,00	0,00	0,00	956.646.492,00	
	11.468	17.04.07	181.200.000,00	0,00	0,00	0,00	181.200.000,00	
	11.469	17.04.07	452.183.639,00	0,00	0,00	0,00	452.183.639,00	
	11.471	19.04.07	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00	
	MP.326	31.10.06	993.002.652,00	0,00	933.002.652,00	0,00	993.002.652,00	
	MP.Nº 331	04.12.06	42.989.390,00	0,00	42.989.390,00	0,00	42.989.390,00	
	MP.Nº 332	07.12.06	279.359.068,00	0,00	279.359.068,00	0,00	279.359.068,00	
	MP.Nº 333	14.12.06	57.466.828,00	0,00	56.183.246,00	0,00	57.466.828,00	
	MP.Nº 336	26.12.06	53.514.178,00	0,00	53.514.178,00	0,00	53.514.178,00	
	MP.Nº 337	28.12.06	293.743,00	0,00	293.743,00	0,00	293.743,00	
	Port. Nº 48	26.01.07	5.673.600,00	0,00	5.673.600,00	0,00	5.673.600,00	
	Resol Nº 542	24.01.07	238.000,00	0,00	0,00	0,00	238.000,00	
	11.479	30.05.07	100.000.000,00	(100.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	ATO CONJ 06	15.06.07	2.092.646,00	(2.092.646,00)	0,00	0,00	0,00	
	ATO CONJ 07	15.03.07	1.914.028,00	(1.914.028,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.503	12.07.07	1.717.041.026,00	(529.000.000,00)	0,00	0,00	1.188.041.026,00	
	Port. Nº 48	11.04.07	27.089.284,00	(27.089.284,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	21.257.156,00	(21.257.156,00)	21.257.156,00	(21.257.156,00)	0,00	
	Port. Nº 49	13.04.07	1.628.615,00	(1.628.615,00)	0,00	0,00	0,00	
	ATO Nº 146	17.04.07	17.370.058,00	(17.370.058,00)	0,00	0,00	0,00	
	ATO CONJ Nº 9	17.04.07	17.192.632,00	(17.192.632,00)	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL (1)			1.531.593.280.362,00	(717.544.419,00)	1.894.054.245,00	(21.257.156,00)	1.530.875.735.943,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI					EXERCÍCIO		MÊS		
							2007		DEZEMBRO		
SUBTÍTULO		EXECUÇÃO GLOBAL									
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					EMISSÃO		ANEXO		
							31.12.07		3		
		LEI			DECRETO				CRÉDITOS NÃO ABERTOS		
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL				
	Port. Nº 51	19.04.07	2.000.000,00	(2.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	5.200.000.000,00			
	Port. Nº 169	19.04.07	251.622.593,00	(251.622.593,00)	0,00	0,00	0,00				
	Port. Nº 170	19.04.07	3.212.200,00	(3.212.200,00)	0,00	0,00	0,00				
	Port. Nº 171	19.04.07	1.526.040,00	(1.526.040,00)	0,00	0,00	0,00				
	Port. Nº 172	19.04.07	750.000,00	(750.000,00)	0,00	0,00	0,00				
	11.504	12.07.07	5.200.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
	ATO Nº 10	17.04.07	922.464.752,00	(922.464.752,00)	0,00	0,00	0,00				
	ATO CONJ Nº 12	20.04.07	500.000,00	(500.000,00)	0,00	0,00	0,00				
	ATO Nº 5	20.04.07	17.414,00	(17.414,00)	0,00	0,00	0,00				
	Port. Nº 55	24.04.07	209.225,00	(209.225,00)	0,00	0,00	0,00				
	Port. Nº 62	27.04.05	300.000,00	(300.000,00)	0,00	0,00	0,00				
	Resol Nº 550	27.04.07	482.907.405,00	(482.907.405,00)	0,00	0,00	0,00				
	Resol Nº 551	27.04.07	3.743.740,00	(3.743.740,00)	0,00	0,00	0,00				
	Resol Nº 552	27.04.07	4.851.367,00	(4.851.367,00)	0,00	0,00	0,00				
	MP.Nº 367	30.04.07	350.000.000,00	(350.000.000,00)	0,00	0,00	0,00				
	ATO CONJ Nº 11	20.04.07	2.642.700,00	(2.642.700,00)	0,00	0,00	0,00				
	11.513	08.08.07	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		25.000.000,00		
	ATO NOR.Nº241	09.05.07	27.044.886,00	(27.044.886,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	Port. Nº 199	16.05.07	1.319.391,00	(1.319.391,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	85.966.000,00	(85.966.000,00)	85.966.000,00	(85.966.000,00)	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	6.243.147,00	(6.243.147,00)	6.243.147,00	(6.243.147,00)	0,00		0,00		
	ATO CONJ Nº 13	04.06.07	2.781.623,00	(2.781.623,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	3.401.349.749,00	(874.349.749,00)	3.401.349.749,00	(874.349.749,00)	2.527.000.000,00		2.527.000.000,00		
	11.451	07.02.07	26.196.103,00	(21.849.620,00)	26.196.103,00	(21.849.620,00)	4.346.483,00		4.346.483,00		
	11.451	07.02.07	72.121.614,00	(72.121.614,00)	72.121.614,00	(72.121.614,00)	0,00		0,00		
	MP 376/Lei 11.527	18.06.07/04.10.07	15.704.401.380,00	(15.704.401.380,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	23.228.576,00	(20.709.076,00)	23.228.576,00	(20.709.076,00)	2.519.500,00		2.519.500,00		
	Port. Nº 78	21.06.07	3.000.000,00	(3.000.000,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	Port. Nº 308	22.06.07	7.104.774,00	(7.104.774,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	92.420.197,00	(92.420.197,00)	92.420.197,00	(92.420.197,00)	0,00		0,00		
	11.451	07.02.07	540.258.934,00	(540.258.934,00)	540.258.934,00	(540.258.934,00)	0,00		0,00		
	Ato Conj. Nº 15	27.06.07	564.485,00	(564.485,00)	0,00	0,00	0,00		0,00		
11.451	07.02.07	38.218.772,00	(26.465.633,00)	38.218.772,00	(26.465.633,00)	11.753.139,00	11.753.139,00				
11.451	07.02.07	1.675.000,00	(1.675.000,00)	1.675.000,00	(1.675.000,00)	0,00	0,00				
11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	6.003.074.347,00	0,00	0,00	0,00	6.003.074.347,00	6.003.074.347,00				
11.451	07.02.07	967.483.499,00	(967.483.499,00)	967.483.499,00	(967.483.499,00)	0,00	0,00				
SUBTOTAL (2)			34.256.199.913,00	(20.482.506.444,00)	5.255.161.591,00	(2.709.542.469,00)	13.773.693.469,00	0,00			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO					EXERCÍCIO		MÊS	
DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI					2007		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO					EMIÇÃO		ANEXO	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					31.12.07		3	
		LEI			DECRETO		TOTAL	CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO		
	11.451	07.02.07	20.765.357,00	(20.765.357,00)	20.765.357,00	(20.765.357,00)	0,00	
	Ato Conj. Nº 16	12.07.07	528.605,00	(528.605,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.510	20.07.07	110.897.153,00	0,00	0,00	0,00	110.897.153,00	
	11.511	20.07.07	65.425.000,00	0,00	0,00	0,00	65.425.000,00	
	11.451	07.02.07	438.171.968,00	(438.171.968,00)	438.171.968,00	(438.171.968,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	87.932.909,00	0,00	87.932.909,00	0,00	87.932.909,00	
	11.451	07.02.07	83.277.716,00	0,00	83.277.716,00	0,00	83.277.716,00	
	11.451	07.02.07	33.467,00	(33.467,00)	33.467,00	(33.467,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	77.499.914,00	(66.977.583,00)	77.499.914,00	(66.977.583,00)	10.522.331,00	
	11.451	07.02.07	12.409.999,00	(12.409.999,00)	12.409.999,00	(12.409.999,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	4.252.063,00	(4.252.063,00)	4.252.063,00	(4.252.063,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	47.404.455,00	0,00	47.404.455,00	0,00	47.404.455,00	
	11.451	07.02.07	498.674.921,00	(498.674.921,00)	498.674.921,00	(498.674.921,00)	0,00	
	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	1.232.513.299,00	0,00	0,00	0,00	1.232.513.299,00	
	Ato Nº 17	14.08.07	450.000,00	(450.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 63	14.08.07	90.000,00	(90.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 64	14.08.07	1.767.035,00	(1.767.035,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 622	23.08.07	109.131.648,00	(109.131.648,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 111	27.08.07	1.900.000,00	(1.900.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	26.440.935,00	0,00	26.440.935,00	0,00	26.440.935,00	
	Port. Nº 114	30.08.07	13.750.000,00	(13.750.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	RES. Nº 570	04.09.07	168.460.000,00	(168.460.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 434	11.09.07	1.350.000,00	(1.350.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	3.151.340,00	(3.151.340,00)	3.151.340,00	(3.151.340,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	137.539.905,00	(86.459.905,00)	137.539.905,00	(86.459.905,00)	51.080.000,00	
	Port. Nº 443	14.09.07	200.000,00	(200.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	6.570.849,00	(6.570.849,00)	6.570.849,00	(6.570.849,00)	0,00	
	Ato Nº 63	18.09.07	15.740.500,00	(15.740.500,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	348.032.210,00	(348.032.210,00)	348.032.210,00	(348.032.210,00)	0,00	
	Ato Conj. Nº 21	18.09.07	83.251.130,00	(83.251.130,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 25	18.09.07	789.717,00	(789.717,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 22	18.09.07	837.239,00	(837.239,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 129	21.09.07	550.000,00	(550.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 259	20.09.07	68.113.656,00	(68.113.656,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	17.658.539,00	(17.658.539,00)	17.658.539,00	(17.658.539,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	16.000.000,00	(16.000.000,00)	16.000.000,00	(16.000.000,00)	0,00	
SUBTOTAL (3)			3.701.561.529,00	(1.986.067.731,00)	1.825.816.547,00	(1.519.158.201,00)	1.715.493.798,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO	EXECUÇÃO GLOBAL		
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION 31.12.07	ANEXO 3

	LEI				DECRETO			CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL	
	Port. Nº 260	20.09.07	500.000,00	(500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 23	21.09.07	82.000,00	(82.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 24	21.09.07	7.432.751,00	(7.432.751,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 25	21.09.07	4.994.481,00	(4.994.481,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 469	26.09.07	2.776.366,00	(2.776.366,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 470	26.09.07	2.857.000,00	(2.857.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 471	26.09.07	3.464.000,00	(3.464.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 443	26.09.07	7.051.818,00	(7.051.818,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 444	26.09.07	16.310.979,00	(16.310.979,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 445	26.09.07	1.923.551,00	(1.923.551,00)	0,00	0,00	0,00	
	MP Nº 395	27.09.07	3.118.200.866,00	(401.447.462,00)	0,00	0,00	2.716.753.404,00	
	Res. Nº 571	01.10.07	10.534.216,00	(10.534.216,00)	0,00	0,00	0,00	
	Res. Nº 572	01.10.07	1.401.148,00	(1.401.148,00)	0,00	0,00	0,00	
	Res. Nº 573	01.10.07	19.370.000,00	(19.370.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	55.171.591,00	(55.171.591,00)	55.171.591,00	(55.171.591,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	135.000.000,00	(135.000.000,00)	135.000.000,00	(135.000.000,00)	0,00	
	Port. Nº 489	03.10.07	1.050.000,00	(1.050.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 461	04.10.07	180.000,00	(180.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 462	04.10.07	180.500,00	(180.500,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 463	04.10.07	5.600.000,00	(5.600.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 776	05.10.07	59.000,00	(59.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	148.693.707,00	0,00	148.693.707,00	0,00	148.693.707,00	
	MP Nº 399	16.10.07	456.625.000,00	(22.000.000,00)	0,00	0,00	434.625.000,00	
	Port. Nº 242	16.10.07	3.586.000,00	(3.586.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 65	19.10.07	412.500,00	(412.500,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	33.950.651.414,00	(33.950.651.414,00)	33.950.651.414,00	(33.950.651.414,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	5.493.604.963,00	(5.493.604.963,00)	5.493.604.963,00	(5.493.604.963,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	1.634.560.745,00	(1.634.560.745,00)	1.634.560.745,00	(1.634.560.745,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	53.405.994,00	(1.126.994,00)	53.405.994,00	(1.126.994,00)	52.279.000,00	
	MP Nº 400	26.10.07	50.000.000,00	(5.000.000,00)	0,00	0,00	45.000.000,00	
	Port. Nº 509	25.10.07	50.000,00	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 546	30.10.07	55.000,00	(55.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 302	31.10.07	500.000,00	(500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 32	31.10.07	992.806,00	(992.806,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	19.502.229,00	(19.502.229,00)	19.502.229,00	(19.502.229,00)	0,00	
	Port. Nº 519	31.10.07	15.000.000,00	(15.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 520	31.10.07	194.980.249,00	(194.980.249,00)	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL (4)			45.416.760.874,00	(42.019.409.763,00)	41.490.590.643,00	(41.289.617.936,00)	3.397.351.111,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EXECUÇÃO GLOBAL					EMISSION 31.12.07	ANEXO 3
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
	LEI				DECRETO			CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL	
	11.451	07.02.07	4.359.685,00	(4.359.685,00)	4.359.685,00	(4.359.685,00)	0,00	
	Port. Nº 166	07.11.07	1.700.000,00	(1.700.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 556	07.11.07	5.048.000,00	(5.048.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 904	09.11.07	600.000,00	(600.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 28	13.11.07	7.500.000,00	(7.500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.545	19.11.07	261.932.386,00	0,00	0,00	0,00	261.932.386,00	
	11.546	19.11.07	80.990.000,00	0,00	0,00	0,00	80.990.000,00	
	11.547	19.11.07	93.067.091,00	0,00	0,00	0,00	93.067.091,00	
	11.548	19.11.07	306.714.388,00	(5.773.827,00)	0,00	0,00	300.940.561,00	
	11.549	19.11.07	311.228.961,00	0,00	0,00	0,00	311.228.961,00	
	Ato Conj. Nº 33	16.11.07	2.556.811,00	(2.556.811,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	18.354.950,00	(18.354.950,00)	18.354.950,00	(18.354.950,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	205.485.396,00	(88.957.343,00)	205.485.396,00	(88.957.343,00)	116.528.053,00	
	11.555	20.11.07	12.589.634,00	(10.971.188,00)	0,00	0,00	1.618.446,00	
	11.556	20.11.07	11.058.358,00	(7.439.783,00)	0,00	0,00	3.618.575,00	
	11.557	20.11.07	4.050.000,00	(4.050.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.558	20.11.07	63.000.000,00	(3.000.000,00)	0,00	0,00	60.000.000,00	
	11.559	20.11.07	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00	2.350.000,00	
	11.560	20.11.07	72.176.663,00	(72.176.663,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.561	20.11.07	1.907.803.718,00	(1.323.979.875,00)	0,00	0,00	583.823.843,00	
	11.562	21.11.07	31.872.800,00	(31.872.800,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.563	21.11.07	2.000.000,00	(2.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.564	21.11.07	4.405.666,00	(4.405.666,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.565	21.11.07	10.200,00	(10.200,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.566	21.11.07	24.824,00	(24.824,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	112.495.668,00	(112.495.668,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	36.175.145,00	(36.175.145,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.568	22.11.07	24.050.000,00	(24.050.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.570	22.11.07	197.391.229,00	0,00	0,00	0,00	197.391.229,00	
	11.571	22.11.07	200.000.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000.000,00	
	11.572	22.11.07	8.445.000,00	(6.995.000,00)	0,00	0,00	1.450.000,00	
	11.573	22.11.07	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00	
	11.576	22.11.07	233.907.232,00	(198.022.478,00)	0,00	0,00	35.884.754,00	
	11.451	07.02.07	22.347.904,00	(7.000.000,00)	22.347.904,00	(7.000.000,00)	15.347.904,00	
	11.451	07.02.07	168.188.865,00	(116.253.478,00)	168.188.865,00	(116.253.478,00)	51.935.387,00	
	Res. Nº 584	21.11.07	12.195.196,00	(12.195.196,00)	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL (5)			4.432.075.770,00	(2.107.968.580,00)	418.736.800,00	(234.925.456,00)	2.324.107.190,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI					EXERCÍCIO	MÊS
							2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EXECUÇÃO GLOBAL						
							EMIÇÃO	ANEXO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					31.12.07	3
		LEI			DECRETO			CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL	
	11.567	22.11.07	50.000,00	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.569	22.11.07	38.330.853,00	(10.639.987,00)	0,00	0,00	27.690.866,00	
	11.574	22.11.07	60.000.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000.000,00	
	11.575	22.11.07	35.160.574,00	(28.677.838,00)	0,00	0,00	6.482.736,00	
	11.451	07.02.07	0,00	0,00	4.000.000,00	(4.000.000,00)	0,00	
	11.581	27.11.07	3.261.160,00	(3.261.160,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 597	27.11.07	22.000,00	(22.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 67	27.11.07	692.715,00	(692.715,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	2.761.818,00	(2.761.818,00)	2.761.818,00	(2.761.818,00)	0,00	
	11.582	27.11.07	8.461.514,00	(8.461.514,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 257	26.11.07	35.300.000,00	(35.300.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 258	26.11.07	6.560.800,00	(6.560.800,00)	0,00	0,00	0,00	
	MP Nº 402	23.11.07	1.638.339.765,00	(768.409.151,00)	0,00	0,00	869.930.614,00	
	Ato Norm. Nº 267	27.11.07	420.000,00	(420.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 257	26.11.07	29.300.000,00	(29.300.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.586	29.11.07	35.000.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000.000,00	
	11.587	29.11.07	900.000,00	(900.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.588	29.11.07	49.930.808,00	(49.930.808,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.589	29.11.07	2.000.000,00	(2.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.590	29.11.07	50.000,00	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.591	29.11.07	790.000,00	(790.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.592	29.11.07	400.000,00	(400.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.593	29.11.07	10.018.100,00	(10.018.100,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.595	29.11.07	70.798.615,00	(69.498.615,00)	0,00	0,00	1.300.000,00	
	11.594	29.11.07	910.068.563,00	(100.000,00)	0,00	0,00	909.968.563,00	
	Ato Norm. Nº 267	27.11.07	420.000,00	(420.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.601	03.12.07	69.844.939,00	(49.844.939,00)	0,00	0,00	20.000.000,00	
	Port. Nº 568	30.11.07	7.572.005,00	(7.572.005,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 567	30.11.07	556.310,00	(556.310,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 566	30.11.07	1.650.000,00	(1.650.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 352	29.11.07	230.000,00	(230.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Res. Nº 590	30.11.07	31.074.600,00	(31.074.600,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 70	30.11.07	5.986.462,00	(5.986.462,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 71	30.11.07	1.604.476,00	(1.604.476,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 72	30.11.07	50.000,00	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 73	30.11.07	2.428.652,00	(2.428.652,00)	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL (6)			3.060.034.729,00	(1.129.661.950,00)	6.761.818,00	(6.761.818,00)	1.930.372.779,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO	EXECUÇÃO GLOBAL		
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 3

DOTAÇÃO	LEI				DECRETO		TOTAL	CRÉDITOS NÃO ABERTOS
	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO		
	11.451	07.02.07	1.450.000,00	(1.450.000,00)	1.450.000,00	(1.450.000,00)	0,00	
	11.602	03.12.07	33.848.633,00	(33.848.633,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	1.187.633.205,00	(1.187.633.205,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 77	30.11.07	16.800.000,00	(16.800.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	792.090,00	(792.090,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 35	30.11.07	115.590.051,00	(115.590.051,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 264	05.12.07	3.800.000,00	(3.800.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 265	15.12.07	3.500.000,00	(3.500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 586	05.12.07	965.000,00	(965.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 735	06.12.07	10.285.908,00	(10.285.908,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 36	06.12.07	7.608.764,00	(7.608.764,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 37	06.12.07	871.079,00	(871.079,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 624	06.12.07	1.982.100,00	(1.982.100,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 187	10.12.07	17.815.000,00	(17.815.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 361	10.12.07	1.500.000,00	(1.500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 362	10.12.07	2.850.000,00	(2.850.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 38	07.12.07	1.000.000,00	(1.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 39	07.12.07	111.880.040,00	(111.880.040,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Norm. Nº 269	08.12.07	5.247.000,00	(5.247.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.606	11.12.07	116.624.807,00	(116.624.807,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.607	11.12.07	22.715.795,00	(18.995.795,00)	0,00	0,00	3.720.000,00	
	11.608	11.12.07	418.445.597,00	(410.724.597,00)	0,00	0,00	7.721.000,00	
	11.609	11.12.07	50.000,00	(50.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 634	11.12.07	122.400.000,00	(122.400.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 635	11.12.07	28.524.000,00	(28.524.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 636	11.12.07	2.730.400,00	(2.730.400,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato do Pres. Nº 67	10.12.07	47.000.000,00	(47.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 765	11.12.07	2.500.000,00	(2.500.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 40	11.12.07	223.200,00	(223.200,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 617	12.12.07	241.597.115,00	(241.597.115,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 618	12.12.07	7.000.000,00	(7.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 619	12.12.07	7.000.000,00	(7.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 591	11.12.07	240.000,00	(240.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 592	11.12.07	1.200.000,00	(1.200.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 640	13.12.07	12.085.599,00	(12.085.599,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 641	13.12.07	112.897.904,00	(112.897.904,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 382	13.12.07	8.360.000,00	(8.360.000,00)	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL (7)			2.677.013.287,00	(2.665.572.287,00)	1.450.000,00	(1.450.000,00)	11.441.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO POR LEI	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO	EXECUÇÃO GLOBAL		
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 3

		LEI			DECRETO			CRÉDITOS NÃO ABERTOS
DOTAÇÃO	NÚMERO	DATA	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO	TOTAL	
	Res. Nº 593	12.12.07	25.025.540,00	(25.025.540,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Conj. Nº 41	13.12.07	599.224,00	(599.224,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 82	13.12.07	3.000.000,00	(3.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	Ato Nº 83	13.12.07	15.270.610,00	(15.270.610,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 1011	13.12.07	4.102.693,00	(4.102.693,00)	0,00	0,00	0,00	
	Port. Nº 1012	13.12.07	4.899.000,00	(4.899.000,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.451	07.02.07	59.351.389,00	(59.351.389,00)	59.351.389,00	(59.351.389,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	37.266.000,00	(2.586.000,00)	37.266.000,00	(2.586.000,00)	34.680.000,00	
	11.451	07.02.07	367.800.540,00	(108.668.909,00)	367.800.540,00	(108.668.909,00)	259.131.631,00	
	11.451	07.02.07	854.420.347,00	(854.420.347,00)	854.420.347,00	(854.420.347,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	89.121.611,00	(52.197.085,00)	89.121.611,00	(52.197.085,00)	36.924.526,00	
	11.451	07.02.07	1.805.000,00	(1.805.000,00)	1.805.000,00	(1.805.000,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	544.009.475,00	(358.235.475,00)	544.009.475,00	(358.235.475,00)	185.774.000,00	
	11.451	07.02.07	729.781.000,00	(729.781.000,00)	729.781.000,00	(729.781.000,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	29.564.680,00	(29.564.680,00)	29.564.680,00	(29.564.680,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	41.336.473,00	(22.890.224,00)	41.336.473,00	(22.890.224,00)	18.446.249,00	
	11.451	07.02.07	14.883.900,00	(14.883.900,00)	14.883.900,00	(14.883.900,00)	0,00	
	11.451	07.02.07	39.342.092,00	(39.342.092,00)	39.342.092,00	(39.342.092,00)	0,00	
	11.613	19.12.07	5.791.700,00	0,00	0,00	0,00	5.791.700,00	
	11.614	19.12.07	195.650,00	0,00	0,00	0,00	195.650,00	
	11.615	19.12.07	464.450.590,00	(5.932.940,00)	0,00	0,00	458.517.650,00	
	11.616	19.12.07	26.673.605,00	(26.673.605,00)	0,00	0,00	0,00	
	MP Nº 405	18.12.07	5.453.747.660,00	(370.837.862,00)	0,00	0,00	5.082.909.798,00	
	MP Nº 406	21.12.07	1.236.733.499,00	(744.887.162,00)	0,00	0,00	491.846.337,00	
	11.626	26.12.07	275.296,00	(275.296,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.627	26.12.07	20.748.950,00	(20.748.950,00)	0,00	0,00	0,00	
	11.628	26.12.07	255.037.350,00	(171.992.326,00)	0,00	0,00	83.045.024,00	
	MP Nº 408	26.12.07	3.015.446.182,00	(383.800.784,00)	0,00	0,00	2.631.645.398,00	
	11.451	07.02.07	75.625.170,00	0,00	75.625.170,00	0,00	75.625.170,00	
	MP Nº 409	28.12.07	750.465.000,00	(1.960.000,00)	0,00	0,00	748.505.000,00	
SUBTOTAL (8)			14.166.770.226,00	(4.053.732.093,00)	2.884.307.677,00	(2.273.726.101,00)	10.113.038.133,00	0,00
TOTAL		-	1.639.303.696.690,00	(75.162.463.267,00)	53.776.879.321,00	(48.056.439.137,00)	1.564.141.233.423,00	0,00

3.3.2 – Dotação Especial

3.3.2.1 – Demonstrativo da Dotação Especial por Órgão – Créditos Reabertos e Abertos no Exercício (Anexo 4)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO				EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO						
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 4
ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
JUSTIÇA DO TRABALHO	Lei Nº 11.391	15.12.06	Ato Conj. Nº 2, 22.01.07	260.016,00	0,00	260.016,00
JUSTIÇA ELEITORAL	Lei Nº 11.439	29.12.06	Port. Nº 48, 26.01.07	5.673.600,00	0,00	5.673.600,00
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.425	21.12.06	30.01.07	169.562.000,00	0,00	169.562.000,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.425	21.12.06	30.01.07	100.000,00	0,00	100.000,00
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.408	16.12.06	30.01.07	236.274,00	0,00	236.274,00
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	11.392	15.12.06	30.01.07	17.310.602,00	0,00	17.310.602,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	11.432	28.12.06	30.01.07	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.408	16.12.06	30.01.07	308.603,00	0,00	308.603,00
MINISRÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.406	15.12.06	30.01.07	8.964.909,00	0,00	8.964.909,00
MINIST. DO DES.SOC. E COMB. A FOME	11.403	15.12.06	30.01.07	80.000,00	0,00	80.000,00
SUBTOTAL (1) - EXERC. ANTERIOR	-	-	-	204.296.004,00	0,00	204.296.004,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO			EXERCÍCIO	MÊS
					2007	DEZEMBRO
SUBTÍTULO						
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			EMIÇÃO	ANEXO
					31.12.2007	4
ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	PORT. Nº 29	25.01.07	-	9.602.500,00	0,00	9.602.500,00
JUSTIÇA FEDERAL	RESOL. Nº 452	24.01.07	-	238.000,00	0,00	238.000,00
MINISTÉRIO DA FAZENDA	11.511	20.07.07	-	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
MINISTÉRIO DO DES.IND. E COMÉRCIO	11.511	20.07.07	-	45.425.000,00	0,00	45.425.000,00
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	11.557	20.11.07	-	1.050.000,00	(1.050.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.557	20.11.07	-	3.000.000,00	(3.000.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	11.563	21.11.07	-	2.000.000,00	(2.000.000,00)	0,00
JUSTIÇA ELEITORAL	11.564	21.11.07	-	4.405.666,00	(4.405.666,00)	0,00
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.565	21.11.07	-	10.200,00	(10.200,00)	0,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.566	21.11.07	-	24.824,00	0,00	24.824,00
MINISTÉRIO DO TURISMO	11.566	21.11.07	-	0,00	(24.824,00)	(24.824,00)
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.567	22.11.07	-	50.000,00	(50.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.569	22.11.07	-	1.200.000,00	(1.200.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA CULTURA	11.569	22.11.07	-	26.834.764,00	(9.439.987,00)	17.394.777,00
MINISTÉRIO DA CULTURA - OOC	11.569	22.11.07	-	10.296.089,00	0,00	10.296.089,00
MINISTÉRIO DA FAZENDA	11.574	22.11.07	-	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	11.575	22.11.07	-	6.482.736,00	0,00	6.482.736,00
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.575	22.11.07	-	28.677.838,00	(28.677.838,00)	0,00
CÂMARA DOS DEPUTADOS	11.581	27.11.07	-	215.000,00	(215.000,00)	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	11.581	27.11.07	-	300.000,00	(300.000,00)	0,00
JUSTIÇA DO TRABALHO	11.581	27.11.07	-	1.026.160,00	(1.026.160,00)	0,00
JUSTIÇA ELEITORAL	11.581	27.11.07	-	1.720.000,00	(1.720.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.586	29.11.07	-	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.589	29.11.07	-	500.000,00	(500.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.589	29.11.07	-	200.000,00	(200.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DO ESPORTE	11.589	29.11.07	-	1.300.000,00	(1.300.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	11.590	29.11.07	-	50.000,00	(50.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	11.591	29.11.07	-	790.000,00	(790.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.592	29.11.07	-	400.000,00	(400.000,00)	0,00
CÂMARA DOS DEPUTADOS	11.595	29.11.07	-	460.000,00	(460.000,00)	0,00
JUSTIÇA FEDERAL	11.595	29.11.07	-	9.016.000,00	(9.016.000,00)	0,00
JUSTIÇA FEDERAL	11.595	29.11.07	-	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
JUSTIÇA ELEITORAL	11.595	29.11.07	-	9.379.311,00	(9.379.311,00)	0,00
JUSTIÇA DO TRABALHO	11.595	29.11.07	-	2.043.304,00	(2.043.304,00)	0,00
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	11.595	29.11.07	-	48.600.000,00	(48.600.000,00)	0,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.613	19.12.07	-	5.791.700,00	0,00	5.791.700,00
MINISTÉRIO DA CULTURA	11.614	19.12.07	-	58.500,00	0,00	58.500,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.614	19.12.07	-	137.150,00	0,00	137.150,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.616	19.12.07	-	26.673.605,00	(6.996.565,00)	19.677.040,00
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO	11.616	19.12.07	-	0,00	(19.677.040,00)	(19.677.040,00)
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.626	26.12.07	-	275.296,00	0,00	275.296,00
JUSTIÇA FEDERAL	11.626	26.12.07	-	0,00	(235.000,00)	(235.000,00)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	11.626	26.12.07	-	0,00	(40.296,00)	(40.296,00)
SUBTOTAL (2) - EXERC. ATUAL		-	-	364.533.643,00	(152.807.191,00)	211.726.452,00

3.3.2.2 – Demonstrativo da Dotação Especial por Finalidade – Créditos Abertos no último Quadrimestre (Anexo 5)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE						EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO								EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO	
LEI Nº	DATA	LDO							
11.557	20.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Meio Ambiente	- Contribuição a International Tropical Timber Organization - ITTO - Nacional.	1.050.000,00	1.050.000,00	320.000,00	730.000,00	
11.557	20.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Recuperação e reforma do Edifício-Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - No Estado do Ceará.	3.000.000,00	3.000.000,00	2.985.400,00	14.600,00	
				TOTAL	4.050.000,00	4.050.000,00	3.305.400,00	744.600,00	
11.563	21.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Construção da Sede da Diretoria Regional da Fundação Oswaldo Cruz em Brasília - No Distrito Federal	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	
				TOTAL	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	
11.564	21.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça Eleitoral	- Construção de edifício-Anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso - No Município de Cuiabá - MT	4.405.666,00	4.405.666,00	4.405.666,00	0,00	
				TOTAL	4.405.666,00	4.405.666,00	4.405.666,00	0,00	
11.565	21.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Contribuição a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - Nacional	10.200,00	10.200,00	9.690,00	510,00	
				TOTAL	10.200,00	10.200,00	9.690,00	510,00	
11.566	21.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - No Estado do Maranhão	24.824,00	24.824,00	24.824,00	0,00	
				TOTAL	24.824,00	24.824,00	24.824,00	0,00	
11.567	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Justiça	- Operações de carater sigiloso - Nacional - Operação realizada (unidade) 5	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	
				TOTAL	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE						EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO								EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA		SALDO
LEI Nº	DATA	LDO							
11.569	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Contribuição ao programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD - Nacional	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00		0,00
				- Contribuição à rede de informação tecnológica Latino-Americana - RITLA - Nacional	200.000,00	200.000,00	200.000,00		0,00
11.569	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Cultura	- Equalização de encargos financeiros incidentes nas operações de financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual Nacional	4.532.764,00	4.532.764,00	4.532.764,00		0,00
				- Estímulo ao setor audiovisual, mediante participação em empresas e projetos - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00		0,00
				- Administração dos investimentos retornáveis no Setor Audiovisual - Fundo Setorial do AUDIOVISUAL - Nacional	750.000,00	750.000,00	750.000,00		0,00
				- Apoio a projetos Audiovisuais específicos - Fundo Setorial do AUDIOVISUAL - Nacional	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00		0,00
				- Instalação e modernização de espaços culturais - Pontos de cultura - No Exterior	552.000,00	552.000,00	0,00		552.000,00
11.569	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Cultura-OOO	- Financiamento ao setor audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional	10.046.089,00	10.046.089,00	10.046.089,00		0,00
				- Administração do financiamento ao setor audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional	250.000,00	250.000,00	250.000,00		0,00
				TOTAL	38.330.853,00	38.330.853,00	37.778.853,00		552.000,00
11.574	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda	- Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - Nacional	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00		60.000.000,00
				TOTAL	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00		60.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.575	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério de Minas e Energia	- Modernização das instalações elétricas do edifício sede do Ministério de Minas e Energia - No Distrito Federal	6.482.736,00	6.482.736,00	0,00	6.482.736,00
11.575	22.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Construção de trecho Rodoviário - Candelária - Cruz Alta - na BR-481/RS - no Estado do Rio Grande do Sul	3.008.838,00	3.008.838,00	2.900.000,00	108.838,00
				- Construção de viaduto rodoviário - no Município de Araucária - na BR-476 - no Estado do Paraná	7.169.000,00	7.169.000,00	7.169.000,00	0,00
				- Construção de travessia urbana - no Município de Cascavel - na BR-277 - no Estado do Paraná	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	9.500.000,00
				- Construção de trecho rodoviário - entroncamento RN-078-divisa RN/CE - na BR-226-no Estado do Rio Grande do Norte	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
				TOTAL	35.160.574,00	35.160.574,00	19.069.000,00	16.091.574,00
11.581	27.11.07	Art.63 § 9º LDO	Câmara dos Deputados	- Contribuição à comissão parlamentar conjunta do Mercosul - Nacional	215.000,00	215.000,00	173.157,24	41.842,76
11.581	27.11.07	Art.63 § 9º LDO	Tribunal de Contas da União	- Construção de sede da Secretaria de Controle Externo nos estados - No Estado do Amapá	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
11.581	27.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça Eleitoral	- Construção de sede para cartório eleitoral e armazenamento de urnas eletrônicas - NO Município de Ipira - BA	392.800,00	392.800,00	16.240,00	376.560,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.581	27.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça do Trabalho	- Construção de sede para cartório eleitoral e armazenamento de urnas eletrônicas - NO Município de Itaparica - BA	374.000,00	374.000,00	13.340,00	360.660,00
				- Construção de cartórios eleitorais - No Município de Serra - ES	200.000,00	200.000,00	166.293,63	33.706,37
				- Construção de cartórios eleitorais - No Município de Arapongas - PR	48.260,00	48.260,00	33.691,49	14.568,51
				- Construção de cartórios eleitorais - No Município de Jacarezinho - PR	11.100,00	11.100,00	11.058,36	41,64
				- Construção de edifício anexo ao Fórum Trabalhista em São Leopoldo - RS	800.000,00	800.000,00	0,00	800.000,00
				- Construção de Fórum Trabalhista de Araucária - PR	570.000,00	570.000,00	566.497,44	3.502,56
				- Ampliação do edifício de apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª região em João Pessoa - PB	350.000,00	350.000,00	278.114,30	71.885,70
				TOTAL	3.261.160,00	3.261.160,00	1.258.392,46	2.002.767,54
11.586	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Recuperação, reforma e modernização do edifício-sede do INSS - em Brasília - DF	35.000.000,00	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00
				TOTAL	35.000.000,00	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00
11.589	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Ciência e Tecnologia	- Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - GIEGB - Nacional	500.000,00	500.000,00	443.750,00	56.250,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE						EXERCÍCIO	MÊS
SUBTÍTULO								2007	DEZEMBRO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						EMIÇÃO	ANEXO
								31/12/2007	5
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA		SALDO
LEI Nº	DATA	LDO							
11.589	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Contribuição do Centro Administrativo e de Vivência Acadêmica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	200.000,00	200.000,00	200.000,00		0,00
11.589	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Esporte	- Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer - Betim - MG	300.000,00	300.000,00	0,00		300.000,00
				- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - Santa Luzia - MG	160.000,00	160.000,00	160.000,00		0,00
				- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - Muriaé - MG	170.000,00	170.000,00	170.000,00		0,00
				- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - Caetanópolis - MG	200.000,00	200.000,00	200.000,00		0,00
				- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - Paraopeba - MG	400.000,00	400.000,00	400.000,00		0,00
				- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - Sabará - MG	70.000,00	70.000,00	70.000,00		0,00
				TOTAL	2.000.000,00	2.000.000,00	1.643.750,00		356.250,00
11.590	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde - Araguaí - MG	50.000,00	50.000,00	0,00		50.000,00
				TOTAL	50.000,00	50.000,00	0,00		50.000,00
11.591	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Desenvolvimento Agrário	- Fomento a projetos de diversificação econômica e agregação de valor na agricultura familiar - Estado do Rio Grande do Sul	790.000,00	790.000,00	548.000,00		242.000,00
				TOTAL	790.000,00	790.000,00	548.000,00		242.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.592	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Implantação de estações de piscicultura - nacional	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
				TOTAL	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
11.595	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Câmara dos Deputados	- Contribuição ao Parlamento Latino-Americano-Nacional	60.000,00	60.000,00	36.340,00	23.660,00
				- Contribuição à União Interparlamentar - nacional	400.000,00	400.000,00	288.145,67	111.854,33
11.595	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça Federal	- Aquisição de edifício-sede da Justiça Federal em Assis - SP - No Município de Assis - SP	900.000,00	900.000,00	730.000,00	170.000,00
				- Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Itabaiana - SE - No Município de Itabaiana - SE	888.000,00	888.000,00	888.000,00	0,00
				- Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Imperatriz - Ma - No Município de Imperatriz - MA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.392.410,78	107.589,22
				- Construção de edifício-sede da Seção Judiciária em Fortaleza-CE - No Município de Fortaleza - CE	4.500.000,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00
				- Construção de edifício-sede da Justiça Federal em Caxias - MA - No Município de Caxias - MA	228.000,00	228.000,00	215.890,51	12.109,49
				- Aquisição de edifício-sede da Justiça Federal em Ponta Pora - MS - No Município de Ponta Pora - MS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
				- Aquisição do anexo da Justiça Federal em São Luís - MA - No Município de São Luís - MA	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
11.595	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça Eleitoral	- Aquisição de imóveis para Cartórios Eleitorais - No Município de Rio Largo - AL	240.000,00	240.000,00	2.550,00	237.450,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - No Município de Itapipoca - CE	920.000,00	920.000,00	709.694,27	210.305,73
				- Construção de Cartórios Eleitorais - No Município de Limoeiro do Norte - CE	200.000,00	200.000,00	162.770,76	37.229,24
				- Construção de Cartórios Eleitorais - No Município de Uruaçu - GO	648.040,00	648.040,00	475.577,08	172.462,92
				- Construção de edifício-anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso - No Município de Cuiabá - MT	1.176.000,00	1.176.000,00	1.176.000,00	0,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Diamantino - MT	321.000,00	321.000,00	0,00	321.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Rondonópolis - MT	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Varzea Grande - MT	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Lucas do Rio Verde - MT	350.000,00	350.000,00	0,00	350.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Sorriso - MT	350.000,00	350.000,00	0,00	350.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Barra do Garças - MT	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Campo Verde - MT	321.000,00	321.000,00	0,00	321.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Campo Grande - MS	41.639,00	41.639,00	41.639,00	0,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Inga - PB	180.000,00	180.000,00	0,00	180.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Taperoá - PB	140.332,00	140.332,00	0,00	140.332,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Pitanga - PR	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Dois Vizinhos - PR	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Lapa - PR	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Capanema - PR	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Ivaipora - PR	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de São Matheus do Sul - PR	20.000,00	20.000,00	19.138,37	861,63
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Igarassu - PE	91.300,00	91.300,00	4.870,00	86.430,00
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Caicó - RN	20.000,00	20.000,00	19.977,63	22,37
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de Mossoró - RN	35.000,00	35.000,00	34.997,98	2,02
				- Construção de Cartórios Eleitorais - no Município de São José - SC	500.000,00	500.000,00	497.041,79	2.958,21
				- Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - no Município de Ituporanga - SC	150.000,00	150.000,00	145.000,00	5.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.595	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça do Trabalho	- Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - no Município de Cunha Pora - SC	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
				- Aquisição de Imóveis para Cartórios Eleitorais - no Município de Balneário Picarras - SC	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
				- Construção do anexo 1 da sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - No Município de Aracajú - SE	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00
				- Ampliação de Cartórios Eleitorais - no Município de Oiapoque - AP	25.000,00	25.000,00	24.658,88	341,12
				- Ampliação de Cartórios Eleitorais - no Município de Tartarugalzinho - AP	25.000,00	25.000,00	24.794,69	205,31
				- Ampliação de Cartórios Eleitorais - no Município de Laranjal do Jari - AP	25.000,00	25.000,00	24.943,50	56,50
				- Construção de edifício-sede do Forum Trabalhista de Passos MG-No Município de Passos - MG	1.170.000,00	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00
				- Ampliação do estacionamento do complexo do TRT da 20ª região - no Município de Aracajú - SE	664.589,00	664.589,00	10.500,00	654.089,00
11.595	29.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério Público da União	- Construção de edifício-sede da Vara do Trabalho em SINOP MT-No Município de Sinop - MT	90.635,00	90.635,00	90.634,96	0,04
				- Construção de edifício-sede da Justiça do Trabalho -No Município de Pontes e Lacerda - MT	118.080,00	118.080,00	118.078,83	1,17
				- Aquisição do edifício-sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP - no Município de São Paulo - SP	40.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00
				- Reforma do edifício-sede da Procuradoria da República em São Paulo - SP - no Município de São Paulo - SP	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
				- Instalações e equipamentos para o novo edifício-sede da Procuradoria da República em Goiânia - GO - no Município de Goiânia - GO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.613	19.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério Da Defesa	- Instalações e equipamentos para o novo edifício-sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar em Brasília-DF - em Brasília-DF	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
				- Aquisição de anexo ao edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região - no Município de Teresina - PI	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00
				- Aquisição de edifício sede para o ofício de Santarém-PA - no Município de Santarém-PA	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00
				TOTAL	70.798.615,00	70.798.615,00	47.733.654,70	23.064.960,30
11.613	19.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério Da Defesa	- Prevenção, preparação e enfrentamento para a Pandemia de Influenza - nacional	5.791.700,00	5.791.700,00	2.300.000,00	3.491.700,00
				TOTAL	5.791.700,00	5.791.700,00	2.300.000,00	3.491.700,00
11.614	19.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério Da Cultura	- Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis - nacional	58.500,00	58.500,00	0,00	58.500,00
11.614	19.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério Da Defesa	- Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis - nacional	137.150,00	137.150,00	0,00	137.150,00
				TOTAL	195.650,00	195.650,00	0,00	195.650,00
11.616	19.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio de Janeiro	453.132,00	453.132,00	77.998,17	375.133,83
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Ceará	90.893,00	90.893,00	0,00	90.893,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Espírito Santo	100.676,00	100.676,00	0,00	100.676,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Mato Grosso	26.503,00	26.503,00	26.503,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Pará	66.880,00	66.880,00	0,00	66.880,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco	127.713,00	127.713,00	127.713,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio Grande do Norte	107.791,00	107.791,00	0,00	107.791,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Santa Catarina	111.171,00	111.171,00	0,00	111.171,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Sergipe	59.499,00	59.499,00	0,00	59.499,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Roraima	37.353,00	37.353,00	0,00	37.353,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco	25.880,00	25.880,00	10.500,00	15.380,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Alagoas	583.157,00	583.157,00	196.476,00	386.681,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Bahia	1.572.398,00	1.572.398,00	1.572.398,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Ceará	1.433.924,00	1.433.924,00	1.433.924,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Goiás	898.437,00	898.437,00	898.437,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais unidade 4115	432.054,00	432.054,00	432.054,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais unidade 18258	1.917.116,00	1.917.116,00	984.480,00	932.636,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Pará	863.485,00	863.485,00	863.485,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Paraná	1.439.260,00	1.439.260,00	128.436,00	1.310.824,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco	1.451.889,00	1.451.889,00	1.451.889,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio Grande do Norte	1.374.959,00	1.374.959,00	1.374.959,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio de Janeiro	3.582.008,00	3.582.008,00	3.582.008,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco	399.414,00	399.414,00	0,00	399.414,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio de Janeiro	459.446,00	459.446,00	459.446,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Tocantins	105.479,00	105.479,00	168,00	105.311,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Paraíba	495.732,00	495.732,00	495.732,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Amazonas	161.509,00	161.509,00	0,00	161.509,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais 4508	473.320,00	473.320,00	473.320,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais 382	40.110,00	40.110,00	40.110,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Paraná	197.261,00	197.261,00	197.261,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais 1056	110.904,00	110.904,00	0,00	110.904,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados - no Estado de Minas Gerais-criança de 0 a 6 anos(unidade) 62	70.488,00	70.488,00	70.488,00	0,00
				- Auxílio-transporte aos servidores e empregados - no Estado de Minas Gerais (unidade) 146	211.848,00	211.848,00	211.767,00	81,00
				- Auxílio-alimentação aos servidores e empregados - no Estado de Minas Gerais (unidade) 416	809.590,00	809.590,00	809.590,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio Grande do Norte (unidade) 818	85.913,00	85.913,00	0,00	85.913,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Maranhão (unidade) 916	96.140,00	96.140,00	0,00	96.140,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio de Janeiro (unidade) 4202	441.214,00	441.214,00	441.214,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Distrito Federal (unidade) 8038	844.008,00	844.008,00	158.340,00	685.668,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Maranhão	545.804,00	545.804,00	545.804,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais(unidade) 10695	1.123.002,00	1.123.002,00	1.123.002,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Acre (unidade) 1830	192.192,00	192.192,00	192.192,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Mato Grosso (unidade) 5028	527.927,00	527.927,00	0,00	527.927,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Piauí (unidade) 3912	410.709,00	410.709,00	0,00	410.709,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Rio Grande do Sul (unidade) 319	33.529,00	33.529,00	0,00	33.529,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Amapá (unidade) 477	50.071,00	50.071,00	14.941,89	35.129,11
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Bahia (unidade) 1384	145.322,00	145.322,00	15.498,00	129.824,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Espírito Santo (unidade) 379	39.755,00	39.755,00	0,00	39.755,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco (unidade) 310	32.551,00	32.551,00	0,00	32.551,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco (unidade) 238	24.991,00	24.991,00	0,00	24.991,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Pará (unidade) 310	32.551,00	32.551,00	0,00	32.551,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Espírito Santo (unidade) 310	32.551,00	32.551,00	32.551,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Ceará (unidade) 376	39.488,00	39.488,00	0,00	39.488,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Mato Grosso - pessoa beneficiada (unidade) 434	45.536,00	45.536,00	0,00	45.536,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados- no Estado do Mato Grosso - criança de 0 a 6 anos (unidade) 26	30.192,00	30.192,00	30.192,00	0,00
				- Auxílio-transporte aos servidores e empregados - no Estado do Mato Grosso - servidor beneficiado (unidade) 366	531.296,00	531.296,00	531.296,00	0,00
				- Auxílio-alimentação aos servidores e empregados - no Estado do Mato Grosso - servidor beneficiado (unidade) 89	173.466,00	173.466,00	173.466,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Ceará (unidade) 336	35.308,00	35.308,00	0,00	35.308,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais (unidade) 288	30.238,00	30.238,00	0,00	30.238,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais (unidade) 277	29.082,00	29.082,00	14.710,38	14.371,62
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais (unidade) 346	36.286,00	36.286,00	336,00	35.950,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Amazonas (unidade) 346	36.286,00	36.286,00	36.286,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais (unidade) 406	42.601,00	42.601,00	0,00	42.601,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais (unidade) 313	32.818,00	32.818,00	0,00	32.818,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Espírito Santo (unidade) 411	43.134,00	43.134,00	0,00	43.134,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5

AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Sergipe (unidade) 398	41.800,00	41.800,00	0,00	41.800,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Minas Gerais - pessoa beneficiada (unidade) 272	28.549,00	28.549,00	0,00	28.549,00
				- Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados - no Estado de Minas Gerais - criança de 0 a 6 anos (unidade) 30	34.176,00	34.176,00	0,00	34.176,00
				- Auxílio-transporte aos servidores e empregados - no Estado de Minas Gerais - servidor beneficiado (unidade) 11	16.158,00	16.158,00	16.158,00	0,00
				- Auxílio-alimentação aos servidores e empregados - no Estado do Minas Gerais - servidor beneficiado (unidade) 111	215.042,00	215.042,00	215.042,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Maranhão (unidade) 235	24.635,00	24.635,00	0,00	24.635,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - nacional (unidade) 289	30.327,00	30.327,00	0,00	30.327,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Paraíba (unidade) 202	21.167,00	21.167,00	0,00	21.167,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Goiás (unidade) 313	32.818,00	32.818,00	0,00	32.818,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Pernambuco (unidade) 313	32.818,00	32.818,00	0,00	32.818,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de Santa Catarina (unidade) 180	18.943,00	18.943,00	0,00	18.943,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Maranhão (unidade) 80	8.360,00	8.360,00	0,00	8.360,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO ESPECIAL POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31/12/2007	ANEXO 5
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEGAL		ABERTURA	ORGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
LEI Nº	DATA	LDO						
11.626	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Bahia (unidade) 136	14.230,00	14.230,00	0,00	14.230,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Bahia (unidade) 69	7.204,00	7.204,00	0,00	7.204,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado do Mato Grosso do Sul (unidade) 344	36.108,00	36.108,00	36.108,00	0,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado da Bahia (unidade) 302	31.750,00	31.750,00	4.704,00	27.046,00
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - no Estado de São Paulo (unidade) 231	24.280,00	24.280,00	672,00	23.608,00
				TOTAL	26.673.605,00	26.673.605,00	19.501.655,44	7.171.949,56
				- Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas-Nacional	235.000,00	235.000,00	235.000,00	0,00
				- Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas-No Estado do Maranhão	40.296,00	40.296,00	40.296,00	0,00
				TOTAL	275.296,00	275.296,00	275.296,00	0,00
TOTAL GERAL					289.268.143,00	289.268.143,00	140.254.181,60	149.013.961,40

FONTE: STN

3.3.3 – Dotação Extraordinária

3.3.3.1 – Demonstrativo da Dotação Extraordinária por Órgão – Créditos Reabertos e Abertos no Exercício (Anexo 6)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 6

ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.389	14.12.06	05.01.07	57.272.972	0	57.272.972
ADVOCACIA DA UNIÃO	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	61.478	0	61.478
MINIST. DESENV. IND. COMÉRCIO EXT.	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	25.426	0	25.426
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	1.649.937	0	1.649.937
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.388	14.12.06	30.01.07	19.100.000	0	19.100.000
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	1.089.572	0	1.089.572
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.388	14.12.06	30.01.07	1.281.303	0	1.281.303
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	MP Nº 332	07.12.06	30.01.07	193.100.038	0	193.100.038
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	11.386	14.12.06	30.01.07	61.452	0	61.452
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	49.574.786	0	49.574.786
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	MP Nº 332	07.12.06	30.01.07	31.113.147	0	31.113.147
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 336	26.12.06	30.01.07	23.514.178	0	23.514.178
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11. 824	14.12.06	30.01.07	13.990.000	0	13.990.000
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇ. E GESTÃO	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	3.530.376	0	3.530.376
MINISTÉRIO DO ESPORTE	MP Nº 336	26.12.06	30.01.07	30.000.000	0	30.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.388	14.12.06	30.01.07	12.840.715	0	12.840.715
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.386	14.12.06	30.01.07	30.339	0	30.339
MINISTÉRIO DA DEFESA	MP Nº 333	14.12.06	30.01.07	251.671	0	251.671
MINIST. DO DESENV. SOC. E COMB. A FOME	MP Nº 332	07.12.06	30.01.07	86.259.030	0	86.259.030
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.388	14.12.06	30.01.07	142.399.368	0	142.399.368
MINISTÉRIO DA CIDADES	MP Nº 337	28.12.06	30.01.07	293.743	0	293.743
MINISTÉRIO DA FAZENDA - OOC	MP Nº 326	31.10.06	30.01.07	993.002.652	0	993.002.652
SUBTOTAL (1) - EXERC. ANTERIOR	-	-	-	1.660.442.183,00	0,00	1.660.442.183,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 6

ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.467	11.04.07	-	12.250.000	0	12.250.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA	11.467	11.04.07	-	72.816.848	0	72.816.848
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.467	11.04.07	-	154.000.000	0	154.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.467	11.04.07	-	139.388.796	0	139.388.796
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	11.467	11.04.07	-	90.000.000	0	90.000.000
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇ. E GESTÃO	11.467	11.04.07	-	93.390.848	0	93.390.848
MINISTÉRIO DO ESPORTE	11.467	11.04.07	-	313.500.000	0	313.500.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.467	11.04.07	-	81.300.000	0	81.300.000
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.468	17.04.07	-	50.000.000	0	50.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.468	17.04.07	-	31.200.000	0	31.200.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.468	17.04.07	-	100.000.000	0	100.000.000
ADVOCACIA DA UNIÃO	11.469	17.04.07	-	20.000.000	0	20.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.469	17.04.07	-	116.783.639	0	116.783.639
MINISTÉRIO DA CULTURA	11.469	17.04.07	-	6.000.000	0	6.000.000
MINISTÉRIO DO PLANEJ., ORÇ. E GESTÃO	11.469	17.04.07	-	9.400.000	0	9.400.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA - EFU	11.469	17.04.07	-	300.000.000	0	300.000.000
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.463	28.03.07	-	60.000.000	0	60.000.000
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	11.471	19.04.07	-	20.000.000	0	20.000.000
MINISTÉRIO DO ESPORTE	11.479	30.05.07	-	100.000.000	0	100.000.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	11.479	30.05.07	-	0	(16.000.000)	(16.000.000)
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.479	30.05.07	-	0	(12.000.000)	(12.000.000)
MINISTÉRIO DO ESPORTE	11.479	30.05.07	-	0	(9.000.000)	(9.000.000)
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.479	30.05.07	-	0	(2.000.000)	(2.000.000)
MINISTÉRIO DO TURISMO	11.479	30.05.07	-	0	(18.000.000)	(18.000.000)
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.479	30.05.07	-	0	(43.000.000)	(43.000.000)
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	11.503	12.07.07	-	535.899.257	(529.000.000)	6.899.257
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	11.503	12.07.07	-	177.069.949	0	177.069.949
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.503	12.07.07	-	545.000.000	0	545.000.000
MINISTÉRIO DO ESPORTE	11.503	12.07.07	-	68.000.000	0	68.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.503	12.07.07	-	337.655.820	0	337.655.820
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.503	12.07.07	-	53.416.000	0	53.416.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA - EFU	11.504	12.07.07	-	5.200.000.000	0	5.200.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	MP Nº 367	30.04.07	-	350.000.000	(350.000.000)	0
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AB	11.513	08.08.07	-	25.000.000	0	25.000.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA-TRANSF(E,DF,M)	MP Nº 376	18.06.07	-	15.704.401.380	(15.704.401.380)	0
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	140.033.352	0	140.033.352
			-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 6

ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	800.000	0	800.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	824.746.039	0	824.746.039
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	2.119.942.680	0	2.119.942.680
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	215.110.000	0	215.110.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	1.099.612.326	0	1.099.612.326
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.544 (MP Nº 381)	13.11.07	-	1.602.829.950	0	1.602.829.950
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	21.470.000	0	21.470.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	154.079.000	0	154.079.000
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	3.000.000	0	3.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	100.000.000	0	100.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	39.800.000	0	39.800.000
MINISTÉRIO DA CIDADES	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	855.454.299	0	855.454.299
MINISTÉRIO DA FAZENDA - OOC	11.537 (MP Nº 383)	06.11.07	-	58.710.000	0	58.710.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA	MP Nº 395	29.09.07	-	50.000.000	0	50.000.000
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MP Nº 395	29.09.07	-	403.200.488	0	403.200.488
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	MP Nº 395	29.09.07	-	84.704.000	0	84.704.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 395	29.09.07	-	1.700.000.000	0	1.700.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 395	29.09.07	-	385.984.681	(401.447.462)	(15.462.781)
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO	MP Nº 395	29.09.07	-	4.000.000	0	4.000.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	MP Nº 395	29.09.07	-	25.000.000	0	25.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 395	29.09.07	-	245.070.000	0	245.070.000
MINISTÉRIO DA CIDADES	MP Nº 395	29.09.07	-	220.241.697	0	220.241.697
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	MP Nº 399	16.10.07	-	35.500.000	0	35.500.000
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MP Nº 399	16.10.07	-	97.125.000	0	97.125.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 399	16.10.07	-	22.000.000	(22.000.000)	0
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	MP Nº 399	16.10.07	-	2.000.000	0	2.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 399	16.10.07	-	300.000.000	0	300.000.000
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	MP Nº 400	26.10.07	-	20.000.000	0	20.000.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 400	26.10.07	-	30.000.000	(5.000.000)	25.000.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 402	23.11.07	-	52.310.491	(52.310.491)	0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 6

ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 402	23.11.07	-	1.192.823.993	(486.739.927)	706.084.066
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 402	23.11.07	-	365.106.041	(123.998.501)	241.107.540
MINISTÉRIO DAS CIDADES	MP Nº 402	23.11.07	-	28.099.240	(105.360.232)	(77.260.992)
JUSTIÇA ELEITORAL	MP Nº 405	18.12.07	-	7.500.000	(7.500.000)	0
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	MP Nº 405	18.12.07	-	61.515.200	0	61.515.200
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AB	MP Nº 405	18.12.07	-	51.928.900	0	51.928.900
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MP Nº 405	18.12.07	-	54.400.000	(400.000)	54.000.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA	MP Nº 405	18.12.07	-	348.006.293	0	348.006.293
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MP Nº 405	18.12.07	-	733.456.560	(202.456.560)	531.000.000
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	MP Nº 405	18.12.07	-	364.860.000	0	364.860.000
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	MP Nº 405	18.12.07	-	169.200.000	0	169.200.000
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	MP Nº 405	18.12.07	-	19.000.000	0	19.000.000
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	MP Nº 405	18.12.07	-	10.601.043	0	10.601.043
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 405	18.12.07	-	455.660.339	(80.108.574)	375.551.765
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	MP Nº 405	18.12.07	-	200.000.000	0	200.000.000
MINISTÉRIO DA CULTURA	MP Nº 405	18.12.07	-	130.000.000	0	130.000.000
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	MP Nº 405	18.12.07	-	39.058.347	0	39.058.347
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO	MP Nº 405	18.12.07	-	551.000.000	(372.728)	550.627.272
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	MP Nº 405	18.12.07	-	752.000.000	0	752.000.000
MINISTÉRIO DO ESPORTE	MP Nº 405	18.12.07	-	115.937.000	0	115.937.000
MINISTÉRIO DA DEFESA	MP Nº 405	18.12.07	-	720.549.717	0	720.549.717
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 405	18.12.07	-	30.000.000	0	30.000.000
MINISTÉRIO DO TURISMO	MP Nº 405	18.12.07	-	70.000.000	0	70.000.000
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C	MP Nº 405	18.12.07	-	10.000.000	0	10.000.000
MINISTÉRIO DAS CIDADES	MP Nº 405	18.12.07	-	337.926.000	(40.000.000)	297.926.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA - ENC. FINANCEIROS E	MP Nº 405	18.12.07	-	40.000.000	0	40.000.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA-TRANSF(E,DF,M)	MP Nº 405	18.12.07	-	1.148.261	0	1.148.261
MINISTÉRIO DA FAZENDA - OOC	MP Nº 405	18.12.07	-	180.000.000	(40.000.000)	140.000.000
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	MP Nº 406	21.12.07	-	14.000.000	(38.000.000)	(24.000.000)
			-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR ÓRGÃO - CRÉDITOS REABERTOS E ABERTOS NO EXERCÍCIO	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.2007	ANEXO 6

ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO LEGAL ABERTURA		REABERTURA	VALOR BRUTO	CANCELAMENTO	VALOR LÍQUIDO
	LEI Nº	DATA	DECRETO			
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MP Nº 406	21.12.07	-	826.000	(826.000)	0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 406	21.12.07	-	158.226.016	(158.226.016)	0
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 406	21.12.07	-	307.673.343	(277.277.924)	30.395.419
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 406	21.12.07	-	99.916.860	(74.686.714)	25.230.146
MINISTÉRIO DAS CIDADES	MP Nº 406	21.12.07	-	656.091.280	(195.870.508)	460.220.772
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MP Nº 408	26.12.07	-	8.274.000	0	8.274.000
MINISTÉRIO DA FAZENDA	MP Nº 408	26.12.07	-	30.489.284	0	30.489.284
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MP Nº 408	26.12.07	-	64.000.000	0	64.000.000
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MP Nº 408	26.12.07	-	94.605.100	0	94.605.100
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	MP Nº 408	26.12.07	-	40.000.000	0	40.000.000
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	MP Nº 408	26.12.07	-	341.079.344	0	341.079.344
MINISTÉRIO DA SAÚDE	MP Nº 408	26.12.07	-	1.109.000.000	(176.624.772)	932.375.228
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	MP Nº 408	26.12.07	-	111.551.007	(111.551.007)	0
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 408	26.12.07	-	25.588.300	0	25.588.300
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	MP Nº 408	26.12.07	-	20.000.000	0	20.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 408	26.12.07	-	129.000.000	0	129.000.000
MINISTÉRIO DO TURISMO	MP Nº 408	26.12.07	-	27.000.000	0	27.000.000
MINISTÉRIO DAS CIDADES	MP Nº 408	26.12.07	-	329.000.000	0	329.000.000
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	MP Nº 408	26.12.07	-	685.859.147	(65.135.721)	620.723.426
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	MP Nº 408	26.12.07	-	0	(30.489.284)	(30.489.284)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	MP Nº 409	28.12.07	-	39.000.000	0	39.000.000
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MP Nº 409	28.12.07	-	1.960.000	(1.960.000)	0
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MP Nº 409	28.12.07	-	300.000.000	0	300.000.000
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	MP Nº 409	28.12.07	-	33.505.000	0	33.505.000
MINISTÉRIO DO ESPORTE	MP Nº 409	28.12.07	-	29.000.000	0	29.000.000
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	MP Nº 409	28.12.07	-	12.000.000	0	12.000.000
MINISTÉRIO DO TURISMO	MP Nº 409	28.12.07	-	159.000.000	0	159.000.000
MINISTÉRIO DAS CIDADES	MP Nº 409	28.12.07	-	176.000.000	0	176.000.000
SUBTOTAL (2) - EXERC. ATUAL	-	-	-	47.721.618.155,00	(19.381.743.801,00)	28.339.874.354,00
TOTAL GERAL	-	-	-	49.382.060.338	-19.381.743.801	30.000.316.537

FONTE: STN / SIAFI

3.3.3.2 – Demonstrativo da Dotação Extraordinária por Finalidade – Créditos Abertos no último Quadrimestre (Anexo 7)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda	- Infra-estrutura tecnológica de recepção de notas fiscais eletrônicas - Nacional.	50.000.000,00	50.000.000,00	16.016.577,65	33.983.422,35
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Cumprimento sentença judicial referente as ações ordinárias Nº 2006.39.01.000393-5 e Nº 2006.39.01.000629-3, em favor dos municípios de Parauapebas e Cumaru do Norte do Estado do Pará - PA.	3.200.488,00	3.200.488,00	3.200.488,00	0,00
				- Apoio ao desenvolvimento da educação básica - Nacional	400.000.000,00	400.000.000,00	335.566.776,92	64.433.223,08
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Justiça	- Processamento, remuneração dos departamentos estaduais de trânsito e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Força Nacional de Segurança Pública	50.000.000,00	50.000.000,00	28.439.041,23	21.560.958,77
				- Apoio repressão qualificada	24.704.000,00	24.704.000,00	14.150.242,71	10.553.757,29
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Atenção à saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal - Hospital Geral dos Servidores - RJ	13.000.000,00	13.000.000,00	13.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal - Hospital Geral de Bonsucesso - RJ	10.000.000,00	10.000.000,00	9.999.993,50	6,50
				- Atenção à saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal - Hospital Geral de Jacarepagua - RJ	7.400.000,00	7.400.000,00	7.399.980,73	19,27
				- Atenção à saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal - Hospital Geral de Andaraí - RJ	10.000.000,00	10.000.000,00	9.992.373,91	7.626,09
				- Atenção à saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal - Hospital Geral da Lagoa - RJ	4.600.000,00	4.600.000,00	4.599.974,55	25,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado da Bahia	131.400.000,00	131.400.000,00	131.400.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado da Paraíba	33.900.000,00	33.900.000,00	33.900.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado da Alagoas	49.200.000,00	49.200.000,00	49.200.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Goiás	18.600.000,00	18.600.000,00	18.600.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Pernambuco	135.600.000,00	135.600.000,00	135.600.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Rondonia	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Roraima	2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Santa Catarina	30.500.000,00	30.500.000,00	30.500.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de São Paulo	156.200.000,00	156.200.000,00	156.200.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Sergipe	44.500.000,00	44.500.000,00	44.500.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado de Tocantins	12.900.000,00	12.900.000,00	12.900.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Acre	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Amapá	4.400.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Amazonas	22.500.000,00	22.500.000,00	22.500.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Ceará	110.900.000,00	110.900.000,00	110.900.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Espírito Santo	11.200.000,00	11.200.000,00	11.200.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Maranhão	46.600.000,00	46.600.000,00	46.600.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Mato Grosso	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Mato Grosso do Sul	22.100.000,00	22.100.000,00	22.100.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Pará	51.400.000,00	51.400.000,00	51.400.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Paraná	80.500.000,00	80.500.000,00	80.500.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Piauí	31.500.000,00	31.500.000,00	31.500.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Rio Grande do Norte	33.000.000,00	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no estado do Rio Grande do Sul	136.000.000,00	136.000.000,00	136.000.000,00	0,00
				- Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada no Distrito Federal	12.400.000,00	12.400.000,00	12.400.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - Nacional	95.458.000,00	95.458.000,00	93.750.685,00	1.707.315,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Rondônia	1.948.000,00	1.948.000,00	1.948.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Acre	1.454.000,00	1.454.000,00	1.454.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Amazonas	2.743.000,00	2.743.000,00	2.743.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Pará	2.254.000,00	2.254.000,00	2.254.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Amapá	215.000,00	215.000,00	215.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Tocantins	199.000,00	199.000,00	199.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Maranhão	3.578.000,00	3.578.000,00	3.578.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Piauí	2.345.000,00	2.345.000,00	2.345.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Ceará	1.562.000,00	1.562.000,00	1.562.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Rio Grande do Norte	8.945.000,00	8.945.000,00	8.945.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Pernambuco	1.286.000,00	1.286.000,00	1.286.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Alagoas	232.000,00	232.000,00	232.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Sergipe	3.179.000,00	3.179.000,00	3.179.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado da Bahia	12.153.000,00	12.153.000,00	12.153.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Minas Gerais	31.344.000,00	31.344.000,00	31.344.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Rio de Janeiro	306.000,00	306.000,00	306.000,00	306.000,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de São Paulo	194.195.000,00	194.195.000,00	194.195.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Paraná	3.014.000,00	3.014.000,00	3.014.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Rio Grande do Sul	5.808.000,00	5.808.000,00	5.808.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado de Goiás	2.414.000,00	2.414.000,00	2.414.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Distrito Federal	5.138.000,00	5.138.000,00	5.138.000,00	0,00
				- Assistência financeira Para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais - No Estado do Mato Grosso do Sul	410.000,00	410.000,00	410.000,00	0,00
				- Manutenção e funcionamento das Farmácias Populares - Nacional	74.820.000,00	74.820.000,00	74.421.787,71	398.212,29
				- Extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - Nacional	2.432.015,00	2.432.015,00	2.432.015,00	0,00
				- Administração e remuneração de pessoal da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, decorrente de sucessão trabalhista - nacional	5.540.092,00	5.540.092,00	5.099.519,06	440.572,94
				- Contribuição a previdência privada do pessoal da extinta Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, decorrente de sucessão trabalhista - nacional	312.574,00	312.574,00	76.235,20	236.338,80
				- Construção da ferrovia Norte-Sul - Aguirnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 317 no Estado do Amazonas	1.000.000,00	1.000.000,00	924.791,00	75.209,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 280 no Estado de Santa Catarina	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 386 no Estado do Rio Grande do Sul	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 471 no Estado do Rio Grande do Sul	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 307 no Estado do Amazonas	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 324 no Estado da Bahia	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 010 no Estado do Maranhão	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 316 no Estado do Maranhão	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 316 no Estado do Pará	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 101 no Estado da Bahia	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 116 no Estado da Bahia	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 174 no Estado do Amazonas	7.500.000,00	7.500.000,00	5.100.000,00	2.400.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 163 no Estado do Mato Grosso do Sul	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 230 no Estado do Amazonas	10.000.000,00	10.000.000,00	8.000.000,00	2.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 319 no Estado do Amazonas	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 222 no Estado do Maranhão	700.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 030 no Estado da Bahia	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 364 no Estado de Rondônia	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 110 no Estado da Bahia	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 235 no Estado da Bahia	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 330 no Estado da Bahia	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 367 no Estado da Bahia	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 407 no Estado da Bahia	5.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 101 no Estado de Santa Catarina	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 282 no Estado de Santa Catarina	8.400.000,00	8.400.000,00	8.400.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 470 no Estado de Santa Catarina	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 418 no Estado da Bahia	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 230 no Estado do Maranhão	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 135 no Estado do Maranhão	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 226 no Estado do Maranhão	3.800.000,00	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 267 no Estado de Minas Gerais	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 265 no Estado de Minas Gerais	2.600.000,00	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 459 no Estado de Minas Gerais	41.500.000,00	41.500.000,00	41.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 460 no Estado de Minas Gerais	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 491 no Estado de Minas Gerais	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 494 no Estado de Minas Gerais	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 354 no Estado de Minas Gerais	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 158 no Estado do Pará	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 308 no Estado do Para	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 174 no Estado de Rondônia	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 425 no Estado de Rondônia	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 429 no Estado de Rondônia	2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 153 no Estado do Pará	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 163 no Estado do Pará	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 222 no Estado do Pará	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 230 no Estado do Pará	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - Na BR 422 no Estado do Pará	3.200.000,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - Divisa RJ/MG Illicinea-divida MG/SP-na BR 265-no Estado de Minas Gerais	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - São José Cerrito - Campos Novos-na BR 282-no Estado de Santa Catarina	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
				- Desapropriação De área para construção da ferrovia transnordestina - Nacional	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
				- Adequação de trecho rodoviário - Km 0 -Aguas Lindas de Goiás - na BR 070 - no Estado de Goiás	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	- Desenvolvimento do novo sistema integrado de planejamento e orçamento e do SISPAC - no Distrito Federal	3.000.000,00	3.000.000,00	1.084.641,53	1.915.358,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Defesa	- GESTÃO e coordenação do programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	1.000.000,00	1.000.000,00	300.000,00	700.000,00
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Modernização operacional dos Batalhões de Engenharia de construção -nacional	25.000.000,00	25.000.000,00	24.999.930,98	69,02
				- Construção da barragem Arroio Taquarembo na Bacia do Rio Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (PROAGUA NACIONAL)-no Estado do Rio Grande do Sul	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	0,00
				- Construção da barragem Arroio Jaguari na Bacia do Rio Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (PROAGUA NACIONAL)-no Estado do Rio Grande do Sul	1.020.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
				- Implantação da adutora Gavião-Pecem no Estado do Ceará	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
				- Construção da barragem do peão no Estado de Minas Gerais	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (eixos norte e leste)-na região Nordeste	185.000.000,00	185.000.000,00	0,00	185.000.000,00
				- Transferência da gestão do perímetro de irrigação tabuleiro de russas - 1ª etapa - com 10.700 HA no Estado do Ceará	12.000.000,00	12.000.000,00	10.835.582,00	1.164.418,00
MP 395	27.09.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Transferência da gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaru com 8.335 HA no Estado do Ceará	11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00	0,00
				- Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes - nacional	75.091.849,00	75.091.849,00	75.091.040,01	808,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes - nacional	75.091.848,00	75.091.848,00	75.091.847,97	0,03
				- Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional	38.500.000,00	38.500.000,00	3.389.929,88	35.110.070,12
				- Apoio à elaboração de estudos e implementação de projetos de desenvolvimento institucional e operacional e a estruturação da prestação dos serviços de saneamento básico e revitalização dos prestadores de serviços públicos de saneamento - nacional	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
				- Apoio à elaboração de projetos de saneamento em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes - nacional	16.558.000,00	16.558.000,00	12.874.799,99	3.683.200,01
				- Apoio a sistemas públicos consorciados de manejo de resíduos sólidos em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas - nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
				TOTAL	3.118.200.866,00	3.118.200.866,00	2.690.530.254,53	427.976.611,47
MP 399	16.10.07	Art.63 § 9º LDO	Presidência da República	- Concessão de Assistência Financeira a pescadores artesanais dedicados a pesca da lagosta (Lei Nº 11.524, de 2007) - Nacional	11.400.000,00	11.400.000,00	11.400.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO				DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE				EXERCÍCIO 2007		MÊS DEZEMBRO			
SUBTÍTULO										EMIÇÃO 31.12.07		ANEXO 7	
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA		ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO				
Nº	DATA	DECRETO											
					- Pagamento de indenização a proprietários de redes cacoeiras ou de compressores de ar utilizados na pesca da lagosta (Lei Nº 11.524, de 2007) - Nacional	15.000.000,00	15.000.000,00	13.488.954,79	1.511.045,21				
					- ' GESTÃO' e administração do programa - nacional	2.500.000,00	2.500.000,00	828.587,10	1.671.412,90				
					- Capacitação de profissionais em pesca - nacional	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00	0,00				
MP 399	16.10.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Relações Exteriores		- Contribuição ao fundo para a convergência estrutural e fortalecimento institucional do Mercosul - FOCEM - nacional	97.125.000,00	97.125.000,00	92.993.250,00	4.131.750,00				
MP 399	16.10.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes		- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso - no Estado do Mato Grosso	22.000.000,00	22.000.000,00	0,00	22.000.000,00				
MP 399	16.10.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Meio Ambiente		- Fiscalização ambiental das atividades do setor pesqueiro - nacional	2.000.000,00	2.000.000,00	1.853.003,82	146.996,18				
MP 399	16.10.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional		- Apoio a obras preventivas de desastres - nacional	110.000.000,00	110.000.000,00	39.489.281,91	70.510.718,09				
					- Socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres - nacional	68.000.000,00	68.000.000,00	0,00	68.000.000,00				
					- Reabilitação dos cenários de desastres - nacional	60.000.000,00	60.000.000,00	19.552.597,44	40.447.402,56				
					- Recuperação de danos causados por desastres - recuperação de danos causados por desastres - nacional	62.000.000,00	62.000.000,00	62.000.000,00	0,00				
					TOTAL	456.625.000,00	456.625.000,00	248.205.675,06	208.419.324,94				
MP 400	26.10.07	Art.63 § 9º LDO	Presidência da República		- Participação da União no capital - Empresa Brasil de Comunicação - EBC - Nacional	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 400	26.10.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Campanhas emergenciais de Saúde Pública - Nacional	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
				TOTAL	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00
MP 402	23.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE) - Nacional	50.810.491,00	50.810.491,00	50.810.491,00	0,00
				- Sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios das bacias receptoras do Rio São Francisco com até 50.000 hab. ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (RIDE) - Nacional	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
MP 402	23.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Gestão e administração do programa - nacional	1.550.000,00	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00
				- Construção da ferrovia norte-sul Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins	704.534.066,00	704.534.066,00	618.130.000,00	86.404.066,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa DF/GO - divisa GO/MG - na BR 040 - No Estado de Goiás	3.550.000,00	3.550.000,00	3.550.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa DF/GO - divisa GO/BA - na BR 020 - No Estado de Goiás	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa MA/PA - entr. BR-308/316 - na BR 010 - No Estado do Pará	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Recuperação de trechos rodoviários - entr. BR - 010/308 - divisa PA/MA- na BR 316 - No Estado do Pará	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-304- No Estado do Ceará	1.700.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-386- No Estado do Rio Grande do Sul	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-471- No Estado do Rio Grande do Sul	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-020- No Estado do Piauí	3.290.000,00	3.290.000,00	3.290.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-135- No Estado do Piauí	1.582.000,00	1.582.000,00	1.582.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-153- No Estado do Rio Grande do Sul	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-242- No Estado da Bahia	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-020- No Estado do Ceará	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-101- No Estado da Bahia	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-116- No Estado do Ceará	1.700.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-153- No Estado de São Paulo	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-222- No Estado do Ceará	1.550.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-104- No Estado de Alagoas	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-423- No Estado de Alagoas	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-135- No Estado da Bahia	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-101- No Estado de Santa Catarina	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-116- No Estado de Santa Catarina	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-282- No Estado de Santa Catarina	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-470- No Estado de Santa Catarina	1.500.000,00	1.500.000,00	1.390.714,00	109.286,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-230- No Estado do Ceará	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-226- No Estado do Ceará	417.217,00	417.217,00	417.217,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-265- No Estado de Minas Gerais	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-459- No Estado de Minas Gerais	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-491- No Estado de Minas Gerais	14.700.000,00	14.700.000,00	14.700.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-494- No Estado de Minas Gerais	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-452- No Estado de Goiás	2.320.000,00	2.320.000,00	2.320.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-070- No Estado do Mato Grosso	15.550.000,00	15.550.000,00	15.550.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-101- No Estado de Pernambuco	3.000.000,00	3.000.000,00	2.999.999,00	1,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-222- No Estado do Piauí	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-230- No Estado do Piauí	3.750.000,00	3.750.000,00	3.750.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-402- No Estado do Piauí	750.000,00	750.000,00	750.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-407- No Estado do Piauí	1.830.710,00	1.830.710,00	1.830.710,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-406- No Estado do Rio Grande do Norte	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-293- No Estado do Rio Grande do Sul	9.200.000,00	9.200.000,00	0,00	9.200.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-163- No Estado do Pará	3.180.000,00	3.180.000,00	1.176.667,00	2.003.333,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-230- No Estado do Pará	4.300.000,00	4.300.000,00	4.300.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-116- No Estado de São Paulo	3.000.000,00	3.000.000,00	2.400.000,00	600.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-381- No Estado de São Paulo	2.000.000,00	2.000.000,00	81.987,12	1.918.012,88
				- Recuperação de trechos rodoviários - entroncamento BA-306 (p/ Chorrocho) - divisa BA/MG-na BR-116-no Estado da Bahia	7.050.000,00	7.050.000,00	4.268.707,00	2.781.293,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa BA/MG-divisa MG/RJ-na BR-116-no Estado de Minas Gerais	12.050.000,00	12.050.000,00	12.050.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa TO/GO-divisa GO/MG-na BR-153-no Estado de Goiás	17.680.000,00	17.680.000,00	17.680.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa MG/SP-divisa SP/PR-na BR-153-no Estado de São Paulo	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa PR/MS-divisa MS/MT-na BR-163-no Estado de Mato Grosso do Sul	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - entroncamento BR-116-entroncamento BA-460-na BR-242-no Estado da Bahia	4.750.000,00	4.750.000,00	4.750.000,00	0,00
				- Modernização do departamento nacional de infra- estrutura de transportes-nacional	11.300.000,00	11.300.000,00	4.325.259,47	6.974.740,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Construção de trecho rodoviário - São Desidério - divisa BA/MG-na BR-135-no Estado da Bahia	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - Euclides da Cunha - IBO - na BR-116-no Estado da Bahia	9.500.000,00	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - Belo Horizonte Divisa SP/MG-Na BR-381-no Estado de Minas Gerais	2.190.000,00	2.190.000,00	2.190.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - entroncamento BR-101 - entroncamento BR-040-na BR-493-no Estado do Rio de Janeiro	91.000.000,00	91.000.000,00	91.000.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - divisa GOMG- entroncamento BR-365-na BR-153-no Estado de Minas Gerais	18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - São Paulo - divisa SP/PR-na BR-116-No Estado de São Paulo	7.000.000,00	7.000.000,00	6.800.000,00	200.000,00
				- Construção de trecho rodoviário - Ventania - alto do amparo-na BR-153-No Estado do Paraná	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - Palhoça - divisa SC/RS-na BR-101-No Estado de Santa Catarina	51.000.000,00	51.000.000,00	50.000.000,00	1.000.000,00
				- Construção de trecho rodoviário - São José Cerrito - Campos Novos - na BR-282-No Estado De Santa Catarina	18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00
				- Construção de ponte sobre o Rio Madeira - no município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado De Rondônia	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - Manaus - divisa AM/RO-na BR-319 - no Estado do Amazonas	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 402	23.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Adequação de trecho rodoviário - KM 0 - Águas Lindas de Goiás - na BR-070-no Estado de Goiás	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Construção do canal de integração Castanhão - região metropolitana de Fortaleza - no Estado do Ceará	20.520.000,00	20.520.000,00	20.520.000,00	0,00
				- Obras complementares do acude de Setubal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais	17.700.106,00	17.700.106,00	17.700.106,00	0,00
				- Modernização do sistema de abastecimento de Belo Jardim - no Estado de Pernambuco - NO	4.930.000,00	4.930.000,00	4.930.000,00	0,00
				- Construção da Barragem e Adutora do poço do Marrua no Estado do Piauí	4.226.302,00	4.226.302,00	4.226.302,00	0,00
				- Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (eixos norte e leste)	70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00	0,00
				- Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba - nacional	168.410.406,00	168.410.406,00	168.410.406,00	0,00
				- Implantação do sistema de esgotamento sanitário de Campo Formoso - no Estado da Bahia	319.227,00	319.227,00	319.227,00	0,00
				- Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba - nacional	40.000.000,00	40.000.000,00	37.877.006,99	2.122.993,01
				- Implantação do perímetro de irrigação Baixo Acarau - 2a etapa-com 4.168ha no Estado do Ceará	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 402	23.11.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas - 2a etapa-com 3.600 HA no Estado do Ceará	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2a etapa-com 5.985 HA no Estado do Piauí	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00
				- Implantação do perímetro de irrigação Platos de Guadalupe - 2a etapa-com 10.595 HA no Estado do Piauí	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Apoio a implantação do trecho Lapa-Pirajá do sistema de trens urbanos de Salvador - BA - No Estado da Bahia	17.740.440,00	17.740.440,00	17.740.440,00	0,00
				- Cumprimento de obrigações decorrentes da transferência do sistema de transporte ferroviário urbano de passageiros de Salvador - BA - No Estado da Bahia	6.358.800,00	6.358.800,00	6.358.800,00	0,00
				- Apoio ao poder público para construção habitacional para famílias de baixa renda-nacional	4.000.000,00	4.000.000,00	2.443.557,58	1.556.442,42
TOTAL				1.638.339.765,00	1.638.339.765,00	1.515.119.597,16	123.220.167,84	
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Justiça Eleitoral	- Aquisição de imóveis para cartórios eleitorais - no Município de Belo Horizonte- MG	7.500.000,00	7.500.000,00	0,00	7.500.000,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Presidência da República	- Serviços de Radiodifusão de programas culturais e educacionais (ACERP - OS) - nacional	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
				- Subvenção econômica ao preço do óleo diesel de embarcações pesqueiras - nacional	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
				- Prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - nacional	9.885.200,00	9.885.200,00	0,00	9.885.200,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado do Rio de Janeiro	450.000,00	450.000,00	0,00	450.000,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Espírito Santo - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado do Espírito Santo	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Ceará - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado do Ceará	280.000,00	280.000,00	0,00	280.000,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas da Bahia - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado da Bahia	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Pará - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado do Pará	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - no Estado de São Paulo	750.000,00	750.000,00	0,00	750.000,00
				- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado do Pará	1.500.000,00	1.500.000,00	1.440.000,00	60.000,00
				- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado da Bahia	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00
				- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado de Minas Gerais	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado do Rio de Janeiro	6.300.000,00	6.300.000,00	6.049.628,81	250.371,19
				- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado de Santa Catarina	4.800.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	0,00
				- Apoio a construção, reforma e ampliação de unidades de internação restritiva e provisória - no Estado do Rio Grande do Sul	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Ciência e Tecnologia	- Prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - nacional	11.928.900,00	11.928.900,00	2.617.192,30	9.311.707,70
				- Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário - nacional	40.000.000,00	40.000.000,00	39.997.750,00	2.250,00
				- Implantação do centro de excelência em tecnologia eletrônica avançada - CEITEC - no Município de Porto Alegre - RS	54.000.000,00	54.000.000,00	0,00	54.000.000,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda	- Contribuição à rede de informação tecnológica				
				Latino-Americana - RITLA - nacional	400.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00
				- Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI - nacional	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00
				- Serviço de processamento de dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social - GFIP-nacional	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Sistema integrado de comércio exterior - SISCOMEX - nacional	78.833.255,00	78.833.255,00	78.833.255,00	0,00
				- Sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal - nacional	191.556.745,00	191.556.745,00	191.556.154,30	590,70
				- Sistema informatizado da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	5.200.000,00	5.200.000,00	5.199.951,81	48,19
				- Sistema de informações Banco Central do Brasil - SISBACEN - nacional	12.416.293,00	12.416.293,00	12.416.293,00	0,00
				- Complementação para o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	29.764.261,00	29.764.261,00	14.707.738,93	15.056.522,07
				- Concessão e manutenção de bolsas de estudos no exterior - nacional	15.000.000,00	15.000.000,00	14.999.989,38	10,62
				- Avaliação e acompanhamento de programas de pós-graduação e de fomento	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Justiça	- Apoio ao desenvolvimento da educação básica - nacional	685.692.299,00	685.692.299,00	618.230.830,80	67.461.468,20
				- Administração da unidade - nacional	16.542.000,00	16.542.000,00	16.206.997,53	335.002,47
				- Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais - nacional	11.121.000,00	11.121.000,00	10.318.429,69	802.570,31
				- Reforma de bases operacionais e unidades da polícia rodoviária federal - nacional	3.000.000,00	3.000.000,00	1.905.736,74	1.094.263,26
				- Modernização dos sistemas de tecnologia da informação - nacional	13.879.000,00	13.879.000,00	10.886.267,77	2.992.732,23
				- Administração da unidade - nacional	55.200.000,00	55.200.000,00	38.649.578,71	16.550.421,29
				- Atendimento social aos povos indígenas - nacional	1.000.000,00	1.000.000,00	84.767,86	915.232,14
				- Fiscalização de terras indígenas	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
				- Localização e proteção etno-ambiental de índios isolados e de recente contato	200.000,00	200.000,00	27.599,00	172.401,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Administração da unidade - nacional	3.000.000,00	3.000.000,00	115.745,59	2.884.254,41
				- Apoio a serviços de acompanhamento da execução de penas e medidas alternativas	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
				- Apoio a implantação e ao reaparelhamento de escolas penitenciárias - nacional	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
				- Construção e ampliação de estabelecimentos penais estaduais - nacional	145.718.000,00	145.718.000,00	0,00	145.718.000,00
				- Aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais - nacional	53.000.000,00	53.000.000,00	0,00	53.000.000,00
				- Reintegração social do preso, internado e egresso nacional	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
				- Capacitação em serviços penais - nacional	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
				- Integração dos sistemas de informações penitenciárias em base nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
				- Prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União	10.900.000,00	10.900.000,00	9.241.499,04	1.658.500,96
				- Reaparelhamento das instituições de segurança pública - PNAPOL	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00
				- Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	54.353.020,00	54.353.020,00	26.641.726,11	27.711.293,89
				- Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS	30.111.354,00	30.111.354,00	30.096.451,41	14.902,59
				- Funcionamento das unidades descentralizadas da Previdência Social	43.303.626,00	43.303.626,00	43.017.109,31	286.516,69
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Relações Exteriores	- Modernização e expansão da capacidade de tecnologia e informação da Previdência Social	19.332.000,00	19.332.000,00	8.255.595,70	11.076.404,30
				- Reformulação das agências de atendimento da Previdência Social	22.100.000,00	22.100.000,00	11.643.365,17	10.456.634,83
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Relações Exteriores	- Operações de assistência especial no exterior - nacional	19.000.000,00	19.000.000,00	17.713.000,00	1.287.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Trabalho e Emprego	- Qualificação em segurança e saúde no ambiente de trabalho - Relação anual de informações sociais - RAIS - Funcionamento das unidades regionais	560.000,00 3.081.443,00 6.959.600,00	560.000,00 3.081.443,00 6.959.600,00	0,00 2.698.263,36 0,00	560.000,00 383.179,64 6.959.600,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Dissolução e Liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE - Extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Construção de ponte - no Município de Carinhonha - na BR-030-no Estado da Bahia - no Estado da Bahia - Adequação de travessia urbana-no Município de Patos de Minas - na BR-365/354-no Estado de Minas Gerais - Construção de passagem superior sobre linha férrea - no Município de Campos Altos - no Estado de Minas Gerais - Construção de contorno rodoviário - no Município de Volta Redonda - na BR 393 - no Estado do Rio de Janeiro - Construção de trecho rodoviário - divisa GO/MS - Corumbá (fronteira Brasil/Bolívia) - na BR-359-no Estado do Mato Grosso do Sul - Construção de ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos-ligação Castilhos/SP-Três Lagoas/MS-na BR 262/MS-nacional - Construção de trecho rodoviário - Candelária-Cruz Alta-na BR 481/RS - no Estado do Rio Grande do Sul - Construção de acesso rodoviário - no Município de Blumenau-na BR-470-no Estado de Santa Catarina	650.000,00 176.019.037,00 13.000.000,00 14.000.000,00 3.500.000,00 20.000.000,00 10.000.000,00 33.950.000,00 2.500.000,00 4.000.000,00	650.000,00 176.019.037,00 13.000.000,00 14.000.000,00 3.500.000,00 20.000.000,00 10.000.000,00 33.950.000,00 2.500.000,00 4.000.000,00	650.000,00 53.607.664,88 5.407.070,70 14.000.000,00 3.500.000,00 20.000.000,00 10.000.000,00 33.950.000,00 2.500.000,00 4.000.000,00	0,00 122.411.372,12 7.592.929,30 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Construção de trecho rodoviário - Divisa SC/RS - São José do Norte - na BR-101-no Estado do Rio Grande do Sul	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - Tibúrcio (entroncamento BR 101) - Aeroporto (entroncamento AL-210) na BR 104 - no Estado de Alagoas	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
				- Construção de trecho rodoviário - Jerumenha - Bertolínea - BR 135 - no Estado do Piauí	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
				- Construção de trecho rodoviário - divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro - na BR-010 - no Estado de Tocantins	22.400.000,00	22.400.000,00	22.400.000,00	0,00
				- Adequação de travessia urbana - no Município de Nova Olinda do Maranhão - BR-316 - no Estado do Maranhão	4.980.000,00	4.980.000,00	0,00	4.980.000,00
				- Adequação de travessia urbana - no Município de Pio XII - BR-316 - no Estado do Maranhão	6.980.000,00	6.980.000,00	0,00	6.980.000,00
				- Adequação de travessia urbana - no Município de Presidente Figueiredo - BR-174 - no Estado do Amazonas	2.981.302,00	2.981.302,00	2.981.302,00	0,00
				- Construção de contorno rodoviário - no Município de Boa Vista (Sul e Norte) (Km 496,10-Km 524,10) - na BR 174 - no Estado de Roraima	50.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00
				- Controle de velocidade na malha rodoviária federal - nacional	34.900.000,00	34.900.000,00	34.900.000,00	0,00
				- Subvenção econômica sobre o prêmio seguro-garantia ou sobre os custos de carta de fiança aos mutuários do Fundo da Marinha Mercante	8.800.000,00	8.800.000,00	4.011.666,41	4.788.333,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Comunicações	- Participação da União no capital - Telecomunicações Brasileiras - SA	200.000.000,00	200.000.000,00	200.000.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Cultura	- Modernização de Bibliotecas Públicas	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
				- Fomento a projetos cinematográficos e audiovisuais - nacional	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00
				- Instalação e modernização de espaços culturais - pontos de cultura - nacional	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
				- Instalação de espaços culturais - nacional	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00
				- Fomento a projetos em arte e cultura -nacional	30.000.000,00	30.000.000,00	8.585.160,00	21.414.840,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Meio Ambiente	- Apoio as organizações das comunidades tradicionais - nacional	9.800.000,00	9.800.000,00	0,00	9.800.000,00
				- Capacitação de comunidades tradicionais - nacional	19.600.000,00	19.600.000,00	0,00	19.600.000,00
				- Fomento a projetos de desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00
				- Prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - nacional	4.058.347,00	4.058.347,00	624.240,00	3.434.107,00
				- Fomento a projetos de gestão ambiental das reservas extrativistas da Amazônia (programa- piloto)-na região norte	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	- Integralização de cotas da corporação andina de fomento - CAF	551.000.000,00	551.000.000,00	551.000.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Desenvolvimento Agrário	- Contribuição ao fundo garantia-safra (lei nº 10.700, de 2003)	135.000.000,00	135.000.000,00	135.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Prevenção, preparação e enfrentamento para a pandemia de influenza - nacional	3.374.100,00	3.374.100,00	0,00	3.374.100,00
				- Apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais - nacional	14.592.314,00	14.592.314,00	13.234.332,50	1.357.981,50
				- Fomento aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária	15.000.000,00	15.000.000,00	14.664.018,00	335.982,00
				- Remuneração ao agente financeiro pela operacionalização do crédito instalação- implantação-nacional	3.745.805,00	3.745.805,00	3.745.805,00	0,00
				- Gestão e administração do programa	5.500.000,00	5.500.000,00	2.555.528,22	2.944.471,78
				- Ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais - nacional	4.624.000,00	4.624.000,00	1.716.904,54	2.907.095,46
				- Obtenção de imóveis rurais para reforma agrária - nacional	506.820.460,00	506.820.460,00	484.865.572,58	21.954.887,42
				- Assistência técnica e capacitação de assentados - implantação - nacional	7.500.000,00	7.500.000,00	7.499.999,16	0,84
				- Remuneração ao agente financeiro pela operacionalização do crédito instalação - recuperação - nacional	1.182.881,00	1.182.881,00	1.182.881,00	0,00
				- Gestão e administração do programa	3.500.000,00	3.500.000,00	2.902.537,50	597.462,50
				- Assistência técnica e capacitação de assentados - recuperação - nacional	7.500.000,00	7.500.000,00	7.431.998,68	68.001,32
				- Regularização fundiária de imóveis rurais	5.000.000,00	5.000.000,00	2.413.941,90	2.586.058,10
				- Georreferenciamento de imóveis rurais	14.999.400,00	14.999.400,00	14.940.915,63	58.484,37
				- Administração da unidade - nacional	15.530.000,00	15.530.000,00	12.919.739,61	2.610.260,39
				- Assistência social técnica e jurídica as famílias acampadas - nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	4.995.507,00	4.493,00
				- Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos	1.931.040,00	1.931.040,00	1.720.720,00	210.320,00
				- Gestão e administração do programa	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Esporte	- Capacitação e formação de profissionais de nível médio adaptados a reforma agrária e agricultura familiar - nacional	600.000,00	600.000,00	0,00	600.000,00
				- Concessão de bolsa a atletas - nacional	12.500.000,00	12.500.000,00	12.500.000,00	0,00
				- Implantação e modernização de centros científicos e tecnológicos para o esporte	3.537.000,00	3.537.000,00	0,00	3.537.000,00
				- Captação de eventos esportivos internacionais de alto rendimento	6.000.000,00	6.000.000,00	3.466.104,50	2.533.895,50
				- Promoção e participação em competições internacionais de alto rendimento	25.000.000,00	25.000.000,00	24.996.500,00	3.500,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Defesa	- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer	68.900.000,00	68.900.000,00	68.898.624,42	1.375,58
				- Manutenção e suprimento de material aeronáutico - nacional	200.000.000,00	200.000.000,00	199.999.848,92	151,08
				- Desenvolvimento do AM-X - nacional	3.069.660,00	3.069.660,00	3.031.324,78	38.335,22
				- Aquisição de aeronaves - nacional	214.038.864,00	214.038.864,00	212.183.334,92	1.855.529,08
				- Modernização e revitalização de aeronaves	21.891.476,00	21.891.476,00	21.545.048,40	346.427,60
				- Atendimento médico-hospitalar/fator de custo - nacional	36.000.000,00	36.000.000,00	35.998.305,83	1.694,17
				- Administração da unidade - nacional	47.000.000,00	47.000.000,00	46.973.651,50	26.348,50
				- Manutenção e suprimento de munições	32.647.095,00	32.647.095,00	32.600.207,28	46.887,72
				- Manutenção e suprimento de material bélico	3.473.000,00	3.473.000,00	3.459.370,48	13.629,52
				- Manutenção e suprimento de material de intendência	2.302.060,00	2.302.060,00	2.302.030,00	30,00
				- Instalação e adequação de organizações militares - nacional	4.500.000,00	4.500.000,00	4.499.465,67	534,33
				- Modernização operacional das organizações militares do exército - nacional	20.000.000,00	20.000.000,00	19.999.987,93	12,07
				- Administração da unidade - nacional	3.000.000,00	3.000.000,00	2.999.996,48	3,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Aprestamento das forças navais - nacional	2.950.000,00	2.950.000,00	2.950.000,00	0,00
				- Manutenção e suprimento de combustíveis e lubrificantes - nacional	2.550.000,00	2.550.000,00	2.550.000,00	0,00
				- Modernização de meios navais - nacional	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00
				- Aquisição de meios navais - nacional	12.500.000,00	12.500.000,00	12.500.000,00	0,00
				- Aquisição de sistemas operativos - nacional	42.300.000,00	42.300.000,00	42.300.000,00	0,00
				- Atendimento médico-hospitalar/fator de custo - nacional	10.973.000,00	10.973.000,00	10.973.000,00	0,00
				- Fiscalização da aviação civil - nacional	2.433.495,00	2.433.495,00	1.681.734,05	751.760,95
				- Homologação, registro e controle de empresas, equipamentos e pessoal especializado - nacional	200.000,00	200.000,00	111.092,44	88.907,56
				- Administração da unidade - nacional	3.809.617,00	3.809.617,00	2.903.389,87	906.227,13
				- Manutenção dos serviços médico-hospitalares e odontológicos - nacional	14.511.450,00	14.511.450,00	14.511.450,00	0,00
				- Sinalização náutica - nacional	16.500.000,00	16.500.000,00	16.500.000,00	0,00
				- Registro e fiscalização de embarcações	6.600.000,00	6.600.000,00	6.600.000,00	0,00
				- Ensino profissional marítimo de nível médio - nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Ensino profissional marítimo de nível superior - nacional	6.300.000,00	6.300.000,00	6.300.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Turismo	- Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado - nacional	30.000.000,00	30.000.000,00	29.496.400,00	503.600,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Turismo	- Apoio a projetos de infra-estrutura turística - nacional	50.000.000,00	50.000.000,00	39.427.125,00	10.572.875,00
				- Promoção de eventos para divulgação do turismo interno - nacional	20.000.000,00	20.000.000,00	19.399.270,14	600.729,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	- Serviço de Processamento de Dados do benefício de prestação continuada e da renda mensal vitalícia a pessoa com deficiência e a pessoa idosa - nacional	10.000.000,00	10.000.000,00	9.848.143,70	151.856,30
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Apoio a política Nacional de Desenvolvimento Urbano - nacional	295.000.000,00	295.000.000,00	259.889.929,88	35.110.070,12
				- Apoio a implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de sistemas de trens urbanos de estados e municípios - implantação da linha 3 do metro do Rio de Janeiro - RJ	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
				- Apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano - adequação da ligação da BR -040 - Duque de Caxias - linha vermelha - Rio de Janeiro - RJ	15.000.000,00	15.000.000,00	14.833.600,00	166.400,00
				- Sistema de informações do sistema nacional de trânsito - nacional	17.731.000,00	17.731.000,00	17.731.000,00	0,00
				- Educação para a cidadania no trânsito - nacional	5.195.000,00	5.195.000,00	5.195.000,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda - Encargos Fin. Da União	- Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento (Lei nº 9.491, de 1997) - nacional	40.000.000,00	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda - Transf. Constitucionais	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - nacional	1.148.261,00	1.148.261,00	1.148.261,00	0,00
MP 405	18.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda - O.O.C.	- Equalização de juros e de outros encargos financeiros em operações de investimento rural e agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - nacional	180.000.000,00	180.000.000,00	180.000.000,00	0,00
				TOTAL	5.453.747.660,00	5.453.747.660,00	4.463.061.619,82	990.686.040,18
MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Presidência da República	- Participação da União no capital - Companhia Docas do Pará-construção da rampa fluvial ROLL- ON-ROLL-OFF no porto de Vila do Conde - no Estado do Pará	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	0,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Espírito Santo-contenção do Cais do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00
				- Participação da União no capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Pier 400 no Porto de Vila do Conde (PA) - no Estado do Pará	4.500.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00	0,00
MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério de Minas e Energia	- Levantamentos geofísicos (projeto-piloto de investimentos públicos) - nacional	826.000,00	826.000,00	826.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE) nacional	80.963.259,00	80.963.259,00	52.186.279,34	28.776.979,66
				- Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos - nacional	29.515.688,00	29.515.688,00	29.515.688,00	0,00
				- Implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malária - nacional	10.558.856,00	10.558.856,00	10.558.856,00	0,00
				- Implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas - nacional	30.737.460,00	30.737.460,00	30.717.459,48	20.000,52
				- Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas especiais (quilombos, assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos - nacional	6.450.753,00	6.450.753,00	6.230.720,08	220.032,92
MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Construção da ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - no Estado de Goiás	161.495.555,00	161.495.555,00	158.495.555,00	3.000.000,00
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa MA/PA - Entr.BR-308/316 - na BR-010 - no Estado do Pará - no Estado do Pará	527.788,00	527.788,00	527.788,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-473 - no Estado do Rio Grande do Sul	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-174 - no Estado do Mato Grosso	1.425.000,00	1.425.000,00	1.425.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-364 - no Estado de Rondônia	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso	5.680.000,00	5.680.000,00	5.680.000,00	0,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina	9.100.000,00	9.100.000,00	8.000.000,00	1.100.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-316 - no Estado de Pernambuco	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR-110 - no Estado de Pernambuco	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
				- Manutenção de trechos rodoviários - na BR -407 no Estado de Pernambuco	8.000.000,00	8.000.000,00	744.028,14	7.255.971,86
				- Recuperação de trechos rodoviários - divisa TO/GO - Divisa GO/MG - na BR-153 - no Estado de Goiás	9.850.000,00	9.850.000,00	9.850.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - divisa GO/MG entroncamento BR-365 - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - São Miguel do Oeste - fronteira Brasil/Argentina - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina	21.045.000,00	21.045.000,00	21.045.000,00	0,00
				- Desapropriação de área para construção da ferrovia transnordestina - nacional	16.000.000,00	16.000.000,00	16.000.000,00	0,00
				- Adequação de trecho rodoviário - entroncamento PE-160 (Pão de Açúcar) - entroncamento PE-149 (Agrestina) (KM 19,8 - KM 71,2) - na BR-104 - no Estado de Pernambuco	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
				- Construção de trecho rodoviário - Diamantino - Sapezal - Comodoro - na BR-364-no Estado do Mato Grosso	16.350.000,00	16.350.000,00	16.350.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Implantação do perímetro de irrigação São João com 3.582 ha no Estado de Tocantins - no Município de Porto Nacional	70.000.000,00	70.000.000,00	70.000.000,00	0,00
				- Implantação do perímetro de irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado do Tocantins - no Estado do Tocantins	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00
				- Implantação do perímetro de irrigação Baixo de Irece com 59.375 ha no Estado da Bahia - no Estado da Bahia	268.600,00	268.600,00	268.600,00	0,00
				- Abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco - água para todos nacional	24.483.842,00	24.483.842,00	0,00	24.483.842,00
				- Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará	608.546,00	608.546,00	608.546,00	0,00
				- Transferência da gestão do perímetro de irrigação baixo Acarau com 8.335 ha no Estado do Ceará	1.555.872,00	1.555.872,00	1.555.872,00	0,00
				MP 406	21.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
- Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano - nacional	5.400.000,00	5.400.000,00	0,00					5.400.000,00
- Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico ou municípios com mais de 150 mil habitantes - no Estado de Minas Gerais	7.000.000,00	7.000.000,00	239.475,30					6.760.524,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico ou municípios com mais de 150 mil habitantes - no Estado do Rio Grande do Sul	4.713.802,00	4.713.802,00	4.713.802,00	0,00
				- Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil)- no Estado de São Paulo	25.000.000,00	25.000.000,00	23.001.999,31	1.998.000,69
				- Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) - no Estado de Minas Gerais	57.000.000,00	57.000.000,00	56.371.599,00	628.401,00
				- Apoio a urbanização de assentamentos precários (Habitar-Brasil) - no Estado do Maranhão	3.500.000,00	3.500.000,00	3.499.999,80	0,20
				- Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas - nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	4.999.999,99	0,01
				- Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial -FAR - nacional	500.000.000,00	500.000.000,00	500.000.000,00	0,00
				- Implantação do trecho TIP-TIMBI e modernização do trecho rodoviária-Recife-Cabo de sistema de trens urbanos de Recife - PE - no Estado de Pernambuco	8.400.000,00	8.400.000,00	8.399.967,60	32,40
				- Apoio a elaboração de planos Habitacionais de interesse social - nacional	5.731.899,00	5.731.899,00	5.731.895,55	3,45
				- Apoio ao poder público para construção habitacional para famílias de baixa renda - nacional	5.755.333,00	5.755.333,00	4.198.890,58	1.556.442,42
				TOTAL	1.236.733.499,00	1.236.733.499,00	1.137.497.196,13	99.236.302,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Ciência e Tecnologia	- Apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - nacional	8.274.000,00	8.274.000,00	8.240.857,06	33.142,94
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Fazenda	- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - nacional	30.489.284,00	30.489.284,00	30.489.284,00	0,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Apoio a entidades de ensino superior não federais - no Estado de São Paulo	12.000.000,00	12.000.000,00	10.000.000,00	2.000.000,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	- Apoio ao desenvolvimento da educação básica - nacional	52.000.000,00	52.000.000,00	52.000.000,00	0,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério de Minas e Energia	- Honra de aval decorrente de garantia do risco das operações de financiamento a micro, pequenas e médias empresas (Lei nº 9.531, de 1997) - nacional	94.605.100,00	94.605.100,00	94.605.100,00	0,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Levantamentos Hidrogeológicos - nacional	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Levantamentos Geológicos - nacional	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Levantamentos Geofísicos - nacional	25.000.000,00	25.000.000,00	0,00	25.000.000,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Serviço de processamento de dados da Guia de Previdência Social - GPS e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social - GFIP nacional	61.016.000,00	61.016.000,00	61.016.000,00	0,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Remuneração dos serviços postais - nacional	177.156.381,00	177.156.381,00	75.871.025,08	101.285.355,92
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários - nacional	54.781.843,00	54.781.843,00	27.070.549,11	27.711.293,89
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Previdência Social	- Cadastro nacional de informações sociais - CNIS nacional	7.300.575,00	7.300.575,00	7.285.672,41	14.902,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO							EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Saúde	- Remuneração dos agentes pagadores de benefícios previdenciários - nacional	40.824.545,00	40.824.545,00	21.658.934,89	19.165.610,11
				- Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes-no Estado do Rio de Janeiro	15.000.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para a saúde da família - no Estado do Amazonas	18.000.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para a saúde da família - no Estado de Pernambuco	21.000.000,00	21.000.000,00	20.219.209,03	780.790,97
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para a saúde da família - no Estado de Minas Gerais	33.000.000,00	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00
				- Atenção a saúde nos hospitais da rede pública federal - hospital geral dos servidores - RJ	8.000.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado da Bahia	21.570.000,00	21.570.000,00	21.570.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado da Paraíba	5.500.000,00	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Alagoas	5.020.000,00	5.020.000,00	5.020.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Goiás	42.640.000,00	42.640.000,00	42.640.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Minas Gerais	88.390.000,00	88.390.000,00	88.390.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Pernambuco	14.130.000,00	14.130.000,00	14.130.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Rondônia	1.950.000,00	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Roraima	620.000,00	620.000,00	620.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Santa Catarina	47.370.000,00	47.370.000,00	47.370.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de São Paulo	336.710.000,00	336.710.000,00	336.710.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Sergipe	3.080.000,00	3.080.000,00	3.080.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado de Tocantins	2.140.000,00	2.140.000,00	2.140.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Acre	1.010.000,00	1.010.000,00	1.010.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Amapá	740.000,00	740.000,00	740.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Amazonas	4.450.000,00	4.450.000,00	4.450.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Ceará	12.360.000,00	12.360.000,00	12.360.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Espírito Santo	32.420.000,00	32.420.000,00	32.420.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Maranhão	8.230.000,00	8.230.000,00	8.230.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Mato Grosso	25.020.000,00	25.020.000,00	25.020.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Mato Grosso do Sul	25.680.000,00	25.680.000,00	25.680.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Pará	8.980.000,00	8.980.000,00	8.980.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Paraná	96.410.000,00	96.410.000,00	96.410.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Piauí	4.580.000,00	4.580.000,00	4.580.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Rio de Janeiro	79.850.000,00	79.850.000,00	79.850.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Rio Grande do Norte	4.660.000,00	4.660.000,00	4.660.000,00	0,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Estado do Rio Grande do Sul	107.570.000,00	107.570.000,00	102.070.000,00	5.500.000,00
				- Atenção a saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada - no Distrito Federal	18.920.000,00	18.920.000,00	18.920.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE					EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO								
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado de Tocantins	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado do Maranhão	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado do Piauí	110.000,00	110.000,00	110.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado do Rio Grande do Norte	160.000,00	160.000,00	160.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado da Paraíba	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado de Alagoas	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00
				- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado de Sergipe	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Trabalho e Emprego	- Incentivo financeiro a municípios habilitados a parte variável do piso de atenção básica - PAB para assistência farmacêutica básica - no Estado de São Paulo	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00
				- Manutenção e funcionamento das farmácias populares - nacional	12.000.000,00	12.000.000,00	2.176.585,45	9.823.414,55
				- Apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos - nacional	13.500.000,00	13.500.000,00	13.500.000,00	0,00
				- Remuneração dos agentes pagadores e operadores do benefício abono salarial - nacional	98.051.007,00	98.051.007,00	92.653.128,27	5.397.878,73
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Pagamento de débitos de obras de infra-estrutura rodoviária - nacional	25.588.300,00	25.588.300,00	12.045.020,68	13.543.279,32
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Desenvolvimento Agrário	- Apoio a Projetos de Infra-estrutura e serviços em territórios rurais - nacional	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Socorro e assistência as pessoas atingidas por desastres - nacional	55.000.000,00	55.000.000,00	55.000.000,00	0,00
				- Obras de macrodrenagem - no Estado do Piauí	20.000.000,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
				- Obras de macrodrenagem - nacional	18.000.000,00	18.000.000,00	5.000.000,00	13.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Turismo	- Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado - em subregiões - no Estado do Piauí	24.000.000,00	24.000.000,00	0,00	24.000.000,00
				- Abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para todos - no Estado da Bahia	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
				- Apoio a projetos de infra-estrutura turística - no Estado de Minas Gerais	5.000.000,00	5.000.000,00	4.875.000,00	125.000,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Gestão e administração do programa - nacional	22.000.000,00	22.000.000,00	21.970.690,30	29.309,70
				- Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano - nacional	14.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00	0,00
				- Implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes - nacional	45.000.000,00	45.000.000,00	37.751.580,00	7.248.420,00
MP 408	26.12.07	Art.63 § 9º LDO	Operações Oficiais de Crédito	- Apoio a implantação, ampliação ou melhoria de linhas e trechos de sistemas de trens urbanos de estados e municípios - implantação de trecho da linha 2 do sistema metroviário de São Paulo - SP	270.000.000,00	270.000.000,00	270.000.000,00	0,00
				- Administração do financiamento concedido a estudantes do ensino superior não-gratuito - nacional	65.135.721,00	65.135.721,00	65.135.721,00	0,00
				- Financiamento na área de bens de consumo - nacional	110.000.000,00	110.000.000,00	110.000.000,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE						EXERCÍCIO	MÊS
SUBTÍTULO								2007	DEZEMBRO
GESTÃO		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						EMIÇÃO	ANEXO
								31.12.07	7
AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA		SALDO
Nº	DATA	DECRETO							
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	- Financiamento na área de insumos básicos - nacional	165.494.000,00	165.494.000,00	165.494.000,00		0,00
				- Pagamento de dividendos - nacional	345.229.426,00	345.229.426,00	343.005.226,81		2.224.199,19
				TOTAL	3.015.446.182,00	3.015.446.182,00	2.711.563.584,09		303.882.597,91
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Ciência e Tecnologia	- Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário - nacional	39.000.000,00	39.000.000,00	38.997.750,00		2.250,00
				- Apoio a implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos - nacional	1.960.000,00	1.960.000,00	1.926.857,06		33.142,94
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Educação	- Complementação para o funcionamento das instituições federais de ensino superior - nacional	250.000.000,00	250.000.000,00	250.000.000,00		0,00
				- Apoio ao desenvolvimento da educação básica - nacional	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00		50.000.000,00
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério dos Transportes	- Construção da ferrovia Norte-Sul - Anápolis Uruaçu - no Estado de Goiás	33.505.000,00	33.505.000,00	33.505.000,00		0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DA DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA POR FINALIDADE - CRÉDITOS ABERTOS NO ÚLTIMO QUADRIMESTRE	EXERCÍCIO 2007	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
GESTÃO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMIÇÃO 31.12.07	ANEXO 7

AUTORIZAÇÃO LEI		ABERTURA	ÓRGÃO	FINALIDADE	CRÉDITO AUTORIZADO	CRÉDITO ABERTO	DESPESA REALIZADA	SALDO
Nº	DATA	DECRETO						
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Esporte	- Implantação e modernização de infra-estrutura para esporte recreativo e de lazer - nacional	29.000.000,00	29.000.000,00	28.998.624,42	1.375,58
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério da Integração Nacional	- Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado - nacional	12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério do Turismo	- Apoio a projetos de infra-estrutura turística - nacional	159.000.000,00	159.000.000,00	148.427.125,00	10.572.875,00
MP 409	28.12.07	Art.63 § 9º LDO	Ministério das Cidades	- Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano - nacional	176.000.000,00	176.000.000,00	140.889.929,88	35.110.070,12
				TOTAL	750.465.000,00	750.465.000,00	642.745.286,36	107.719.713,64
				TOTAL GERAL	15.719.557.972,00	15.719.557.972,00	13.458.723.213,15	2.261.140.758,85

FONTE: STN

3.4 – EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.4.1 – Análise da Execução Orçamentária da Receita

De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária. Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa n.º 4, de 30 de agosto de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

3.4.1.1 – Execução da Receita sob a ótica da Classificação Econômica

Visão Geral

A Receita Orçamentária Líquida alcançou o montante de R\$ 1.251.827 milhões, com um crescimento nominal de 5,27% em relação ao montante verificado em 2006, o que representa um crescimento real praticamente nulo – ou mesmo negativo, a depender do índice de correção de preços utilizado. A arrecadação da receita ficou aquém da previsão orçamentária atualizada, como se pode inferir da Tabela 3.4-1, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

**TABELA 3.4-1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS – 2007**

RECEITAS				R\$ milhões
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA	
RECEITAS CORRENTES	659.158	658.884	274	
Receita Tributária	201.089	199.601	1.489	
Receita de Contribuições	371.313	364.728	6.585	
Receita Patrimonial	43.917	34.851	9.066	
Receita Agropecuária	27	20	7	
Receita Industrial	671	380	290	
Receita de Serviços	25.918	27.252	(1.335)	
Transferências Correntes	329	206	123	
Outras Receitas Correntes	15.896	31.846	(15.951)	
RECEITAS CORRENTES (Intra-orçamentárias)	0	8.282	(8.282)	
Receita Tributária	0	(0)	0	
Receita de Contribuições	0	8.079	(8.079)	
Receita Patrimonial	0	35	(35)	
Receita Industrial	0	124	(124)	
Receita de Serviços	0	41	(41)	
Outras Receitas Correntes	0	2	(2)	
RECEITAS DE CAPITAL	867.351	584.660	282.691	
Operações de Crédito	810.839	535.240	275.600	
Alienação de Bens	2.406	1.377	1.029	
Amortização de Empréstimos	20.547	21.272	(725)	
Transferências de Capital	88	468	(380)	
Outras Receitas de Capital	33.471	26.305	7.167	
Subtotal (1)	1.526.509	1.251.827	274.683	
Movimentação de Crédito	0	0	0	
Subtotal (2)	0	0	0	
Déficit Parcial	0	0	0	
TOTAL (1 + 2)	1.526.509	1.251.827*	274.683	

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

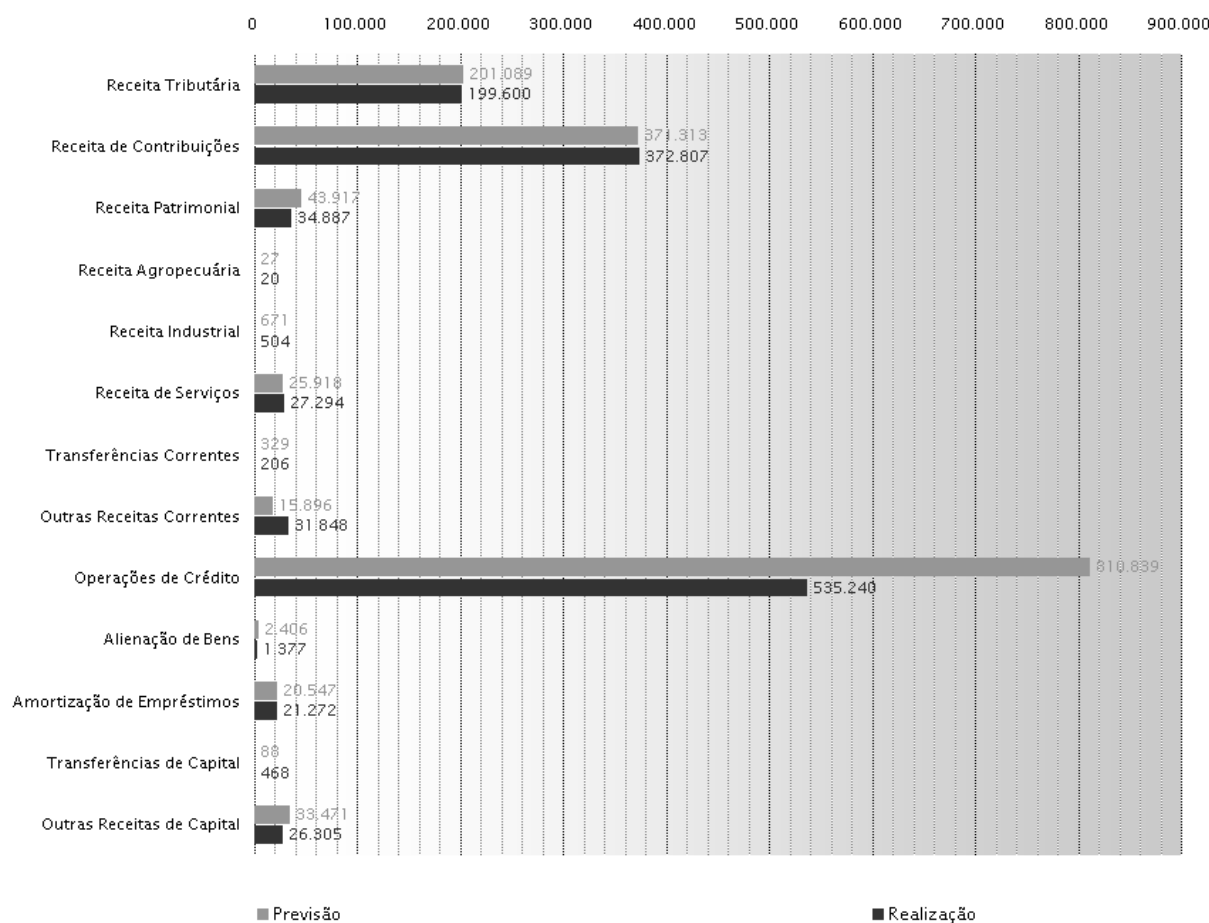
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

*A Previsão Inicial da Receita constante da Lei n.º 11.451/07 – LOA 2007 foi de R\$ 1.526.143 milhões. Houve a Previsão Adicional correspondente a R\$ 411 milhões e a Anulação da Previsão no total de R\$ 45 milhões. Desse modo, a Previsão totalizou R\$ 1.526.509.

O quadro a seguir ilustra a relação entre as diversas origens de receita e as respectivas diferenças entre previsão e execução.

FIGURA 3.4-1 – PREVISÃO E EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2007

R\$ milhares



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias.

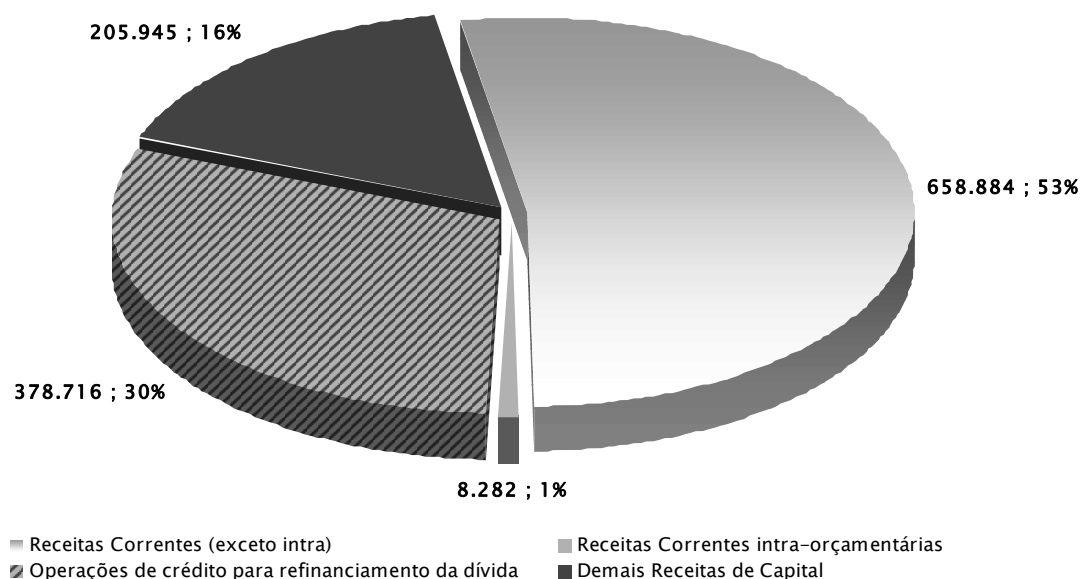
As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R\$ 15.847 milhões, ou 1,27% do valor bruto arrecadado.

Na Tabela 3.4-1, o valor das Receitas Correntes inclui as Receitas Correntes Intra-orçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, nas Receitas de Capital estão incluídas aquelas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R\$ 378.716 milhões, confirmando uma trajetória de queda verificada desde 2006, quando aquelas receitas somaram R\$ 399.509 milhões (valores não-corrígidos).

A Figura 3.4-2 ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intra-orçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

FIGURA 3.4-2 – DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-2 – DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

RECEITAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL	
	2007	2006	2007	2006
Receita Tributária	199.600	169.503	29,9	28,7
Receita de Contribuições	372.807	327.829	54,7	55,4
Receita Patrimonial	34.887	38.030	5,2	6,4
Receita Agropecuária	20	27	0,0	0,0
Receita Industrial	504	498	0,1	0,1
Receita de Serviços	27.294	26.011	4,1	4,4
Transferências Correntes	206	188	0,0	0,0
Outras Receitas Correntes	31.848	29.374	6,0	5,0
TOTAL	667.166	591.460	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Notas:

1 – Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

2 – Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

A Tabela 3.4-3 a seguir mostra a arrecadação de receitas até o nível de rubrica¹, fornecendo um panorama geral, mas ainda rico em informações, a respeito das origens dos recursos tomados à sociedade para financiamento dos gastos governamentais da União.

TABELA 3.4-3 – PANORAMA GERAL DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RECEITAS – 2007

Até o nível de Rubrica

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM	ESPÉCIE	RUBRICA	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1 - RECEITAS CORRENTES			658.884.417
11 - Receita Tributária			199.600.618
	111 - Impostos	1111 - Impostos sobre o Comércio Exterior	195.546.271
		1112 - Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	12.216.070
		1113 - Impostos sobre a Produção e a Circulação	144.273.591
	112 - Taxas	1121 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	39.056.610
		1122 - Taxas pela Prestação de Serviços	4.054.347
			3.431.843
			622.504
			continua

¹ A codificação econômica da receita orçamentária atualmente adotada no Manual Técnico de Orçamento, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), e no Manual de Receitas Públicas, aprovado por portaria conjunta da SOF e da Secretaria do Tesouro Nacional, é a seguinte:
 1º nível – Categoria Econômica; 2º nível – Origem; 3º nível – Espécie; 4º nível – Rubrica; 5º nível – Alineia; 6º nível – Subalinea.

TABELA 3.4-3 – PANORAMA GERAL DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RECEITAS – 2007
Até o nível de Rubrica

			R\$ milhares
CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM	ESPÉCIE	RUBRICA	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
12 – Receita De Contribuições			364.728.144
	121 – Contribuições Sociais		352.482.489
		1210 – Contribuições Sociais	352.482.489
	122 – Contribuições Econômicas		12.245.655
		1220 – Contribuições Econômicas	12.245.655
13 – Receita Patrimonial			34.851.252
	131 – Receitas Imobiliárias		481.052
		1311 – Aluguéis	54.208
		1312 – Arrendamentos	54.331
		1313 – Foros	51.825
		1314 – Laudêmios	145.923
		1315 – Taxa de Ocupação de Imóveis	150.317
		1319 – Outras Receitas Imobiliárias	24.447
	132 – Receitas de Valores Mobiliários		15.276.402
		1321 – Juros de Títulos de Renda	18.916
		1322 – Dividendos	6.943.305
		1323 – Participações	7.727
		1325 – Remuneração de Depósitos Bancários	4.334.564
		1326 – Remuneração de Depósitos Especiais	3.873.873
		1327 – Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados	98.017
	133 – Receita de Concessões e Permissões		2.054.730
		1331 – Receita de Concessões e Permissões – Serviços	1.799.045
		1332 – Receita de Concessões e Permissões – Exploração de Recursos Naturais	253.375
		1333 – Receita de Concessões e Permissões – Direitos de Uso de Bens Públicos	2.302
		1339 – Outras Receitas de Concessões e Permissões	8
	134 – Compensações Financeiras		17.025.681
		1340 – Compensações Financeiras	17.025.681
	139 – Outras Receitas Patrimoniais		13.387
		1390 – Outras Receitas Patrimoniais	13.387
14 – Receita Agropecuária			19.662
	141 – Receita da Produção Vegetal		11.320
		1410 – Receita da Produção Vegetal	11.320
	142 – Receita da Produção Animal e Derivados		8.315
		1420 – Receita da Produção Animal e Derivados	8.315
	149 – Outras Receitas Agropecuárias		28
		1490 – Outras Receitas Agropecuárias	28
15 – Receita Industrial			380.182
	152 – Receita da Indústria de Transformação		380.182
		1520 – Receita da Indústria de Transformação	380.182
16 – Receita de Serviços			27.252.414
		1600 – Receita de Serviços	27.252.414
17 – Transferências Correntes			205.827
	172 – Transferências Intergovernamentais		0
		1723 – Transferências dos Municípios	0
	173 – Transferências de Instituições Privadas		65.331
		1730 – Transferências de Instituições Privadas	65.331
	174 – Transferências do Exterior		28.139
		1740 – Transferências do Exterior	28.139
	175 – Transferências de Pessoas		471
		1750 – Transferências de Pessoas	471
	176 – Transferências de Convênios		111.356
		1761 – Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	58.423
		1762 – Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	25.383

TABELA 3.4-3 – PANORAMA GERAL DA ARRECAÇÃO LÍQUIDA DE RECEITAS – 2007
Até o nível de Rubrica

continuação

		R\$ milhares	
CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM	ESPÉCIE	RUBRICA	ARRECAÇÃO LÍQUIDA
19 - Outras Receitas Correntes	177 - Transferências para o Combate à Fome	1763 - Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades	8.197
		1764 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	19.353
			531
		1772 - Provenientes de Pessoas Jurídicas	254
		1773 - Provenientes de Pessoas Físicas	55
		1774 - Provenientes de Depósitos não Identificados	221
			31.846.318
	191 - Multas e Juros de Mora		13.454.496
		1911 - Multas e Juros de Mora dos Tributos	3.760.517
		1912 - Multas e Juros de Mora das Contribuições	5.451.291
		1913 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	723.955
		1914 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições	1.240.179
		1915 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	623.117
		1918 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	69.361
		1919 - Multas de Outras Origens	1.586.075
	192 - Indenizações e Restituições		2.532.848
		1921 - Indenizações	118.672
2 - RECEITAS DE CAPITAL	193 - Receita da Dívida Ativa	1922 - Restituições	2.414.177
			3.564.714
	199 - Receitas Diversas	1931 - Receita da Dívida Ativa Tributária	2.056.521
		1932 - Receita da Dívida Ativa não tributária	1.508.193
			12.294.259
	1990 - Receitas Correntes Diversas		12.294.259
21 - Operações de Crédito	211 - Operações de Crédito Internas		584.660.495
			535.239.592
	212 - Operações de Crédito Externas		528.068.295
		2111 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro	528.068.295
			7.171.297
		2122 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro	6.292.252
		2123 - Operações de Crédito Externas – Contratuais	858.907
		2129 - Outras Operações de Crédito Externas	20.138
			1.376.866
			1.293.284
22 - Alienação de Bens	221 - Alienação de Bens Móveis		0
		2211 - Alienação de Títulos Mobiliários	1.267.746
		2212 - Alienação de Estoques	
		2214 - Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	411
		2219 - Alienação de Outros Bens Móveis	25.127
	222 - Alienação de Bens Imóveis		83.582
		2221 - Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	11.625
		2222 - Produto de Alienações	1.410
		2224 - Alienação de Imóveis Rurais	4.807
		2225 - Alienação de Imóveis Urbanos	39.963
23 - Amortizações de Empréstimos	2229 - Alienação de Outros Bens Imóveis		25.778
			21.271.664
24 - Transferências de Capital	230 - Amortizações de Empréstimos		21.271.664
			21.271.664
	244 - Transferências do Exterior		467.769
			0
	245 - Transferências de Pessoas		0
			527
	246 - Transferência de Outras Instituições Públicas		527
			419.120
	2460 - Transferência de Outras Instituições Públicas		419.120
			419.120

continua

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Aprofundando-se mais na classificação econômica da receita, verifica-se que foram registradas receitas em 595 naturezas distintas. Entretanto, as 30 principais naturezas representam aproximadamente 90% de toda a arrecadação de receitas. A Tabela 3.4-4 elenca as 35 principais naturezas de receitas, demonstrando a rubrica a que pertencem, o valor arrecadado e as participações percentuais desse valor no total das receitas e nos subtotais das respectivas categorias econômicas, origens e rubricas.

TABELA 3.4-4 – ARRECADAÇÃO NAS PRINCIPAIS NATUREZAS DE RECEITA – 2007

NATUREZAS DE RECEITA	RUBRICA	VALOR ARRECADADO	R\$ milhares PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL			
			TOTAL	CAT.	ORIGEM	RUBRICA
Titulos de Responsabilidade do Tesouro – Refinanciamento da Dívida Pública	211 - Operações De Credito Internas	372.423.612	29,75%	63,70%	69,58%	70,53%
Titulos de Responsabilidade do Tesouro – Outras Aplicações	211 - Operações De Credito Internas	154.537.971	12,34%	26,43%	28,87%	29,26%
Receita do Principal da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	121 - Contribuições Sociais	99.918.311	7,98%	15,16%	27,40%	28,35%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Líquida de Incentivos Fiscais	111 - Impostos	65.239.314	5,21%	9,90%	32,68%	33,36%
Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado	121 - Contribuições Sociais	54.822.248	4,38%	8,32%	15,03%	15,55%
Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	121 - Contribuições Sociais	36.289.807	2,90%	5,51%	9,95%	10,30%
Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	121 - Contribuições Sociais	33.070.158	2,64%	5,02%	9,07%	9,38%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	111 - Impostos	32.243.789	2,58%	4,89%	16,15%	16,49%
Contribuição do Segurado Assalariado	121 - Contribuições Sociais	27.791.577	2,22%	4,22%	7,62%	7,88%
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	254 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	26.300.302	2,10%	4,50%	99,98%	100,00%
Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP	121 - Contribuições Sociais	25.638.670	2,05%	3,89%	7,03%	7,27%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	111 - Impostos	21.366.717	1,71%	3,24%	10,70%	10,93%
Serviços de Juros de Empréstimos	160 - Receita De Serviços	19.805.997	1,58%	3,01%	72,68%	72,68%
Imposto sobre Produtos Industrializados - Outros Produtos	111 - Impostos	12.837.747	1,03%	1,95%	6,43%	6,57%
Imposto de Renda Pessoas Físicas	111 - Impostos	12.567.077	1,00%	1,91%	6,30%	6,43%
Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	111 - Impostos	12.153.509	0,97%	1,84%	6,09%	6,22%
Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público	121 - Contribuições Sociais	11.672.151	0,93%	1,77%	3,20%	3,31%
Contribuição Previdenciária – Retenção sobre Nota Fiscal – Sub-rogação	121 - Contribuições Sociais	10.442.417	0,83%	1,58%	2,86%	2,96%
Amortização de Empréstimos – Em Contratos	230 - Amortizações De Empréstimos	10.327.685	0,83%	1,77%	48,55%	48,55%
Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	121 - Contribuições Sociais	8.997.052	0,72%	1,37%	2,47%	2,55%
Outras Receitas	199 - Receitas Correntes Diversas	8.843.133	0,71%	1,34%	27,77%	71,93%
Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios	230 - Amortizações De Empréstimos	8.236.303	0,66%	1,41%	38,72%	38,72%
Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência - Intra-orçamentária	721 - Contribuições Sociais	8.078.914	0,65%	97,55%	100,00%	100,00%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior	111 - Impostos	7.862.111	0,63%	1,19%	3,94%	4,02%
Imposto sobre as Demais Operações	111 - Impostos	7.806.387	0,62%	1,18%	3,91%	3,99%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Importação	111 - Impostos	7.692.563	0,61%	1,17%	3,85%	3,93%
Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	122 - Contribuições Econômicas	7.556.051	0,60%	1,15%	2,07%	61,70%
Compensação Financeira com Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	134 - Compensações Financeiras	7.177.138	0,57%	1,09%	20,59%	42,15%
Contribuição Social do Salário-Educação	121 - Contribuições Sociais	7.088.551	0,57%	1,08%	1,94%	2,01%
Dividendos	132 - Receitas De Valores Mobiliários	6.943.305	0,55%	1,05%	19,92%	45,45%
Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	121 - Contribuições Sociais	6.446.624	0,51%	0,98%	1,77%	1,83%
Titulos de Responsabilidade do Tesouro – Refinanciamento da Dívida Pública	212 - Operações De Credito Externas	6.292.252	0,50%	1,08%	1,18%	87,74%

NATUREZAS DE RECEITA	RUBRICA	VALOR ARRECADADO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL			
			TOTAL	CAT.	ORIGEM	RUBRICA
Imposto sobre Produtos Industrializados de Automóveis	111 - Impostos	5.228.544	0,42%	0,79%	2,62%	2,67%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	111 - Impostos	4.348.283	0,35%	0,66%	2,18%	2,22%
Remuneração de Depósitos Bancários	132 - Receitas De Valores Mobiliários	4.334.564	0,35%	0,66%	12,44%	28,37%
Demais Naturezas		99.445.743	7,94%	-	-	-
TOTAL		1.251.826.581	100,00%	-	-	-

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

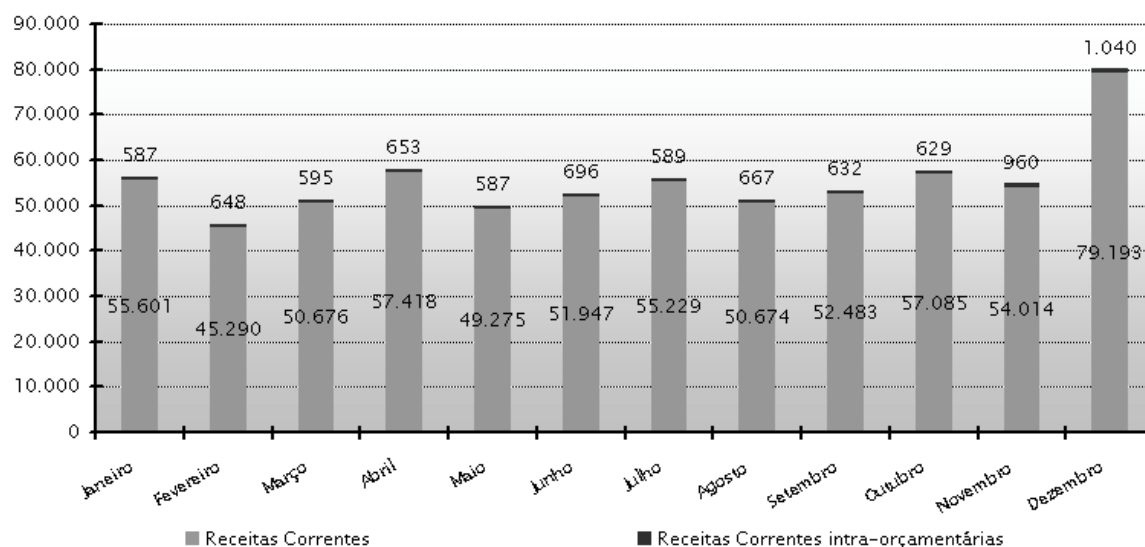
Desconsiderando as receitas de operações de crédito para refinanciamento da dívida, as cinco principais naturezas de receitas correspondem ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e quatro contribuições sociais. Observa-se também a importância atingida pela Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) no orçamento da União (5,51% de todas as Receitas Correntes). Ademais, o montante arrecadado pela CPMF representa um valor equivalente a aproximadamente 81% do valor arrecadado com o imposto que possui a maior visibilidade entre a população, o Imposto de Renda Pessoa Física (naturezas “Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho” e “Imposto de Renda Pessoas Físicas”).

Desempenho da Receita Tributária

A Receita Tributária – que, no conceito da Lei n.º 4.320, de 1964, não inclui as contribuições, a despeito dessas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto atingiu R\$ 213.848 milhões. Desse total, foram deduzidos R\$ 14.247 milhões, restando uma arrecadação líquida de R\$ 199.601 milhões. Como indicado na Tabela 3.4-2, sua participação nas Receitas Correntes da União cresceu de 28,7% em 2006 para 29,9% em 2007. O principal tributo responsável por esse incremento foi o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, cuja arrecadação superou a de 2006 em 26,6% – ou 21,2% considerando os valores de 2006 corrigidos pelo IPCA².

FIGURA 3.4-3 – RECEITAS CORRENTES: ARRECADAÇÃO MENSAL – 2007

R\$ milhões

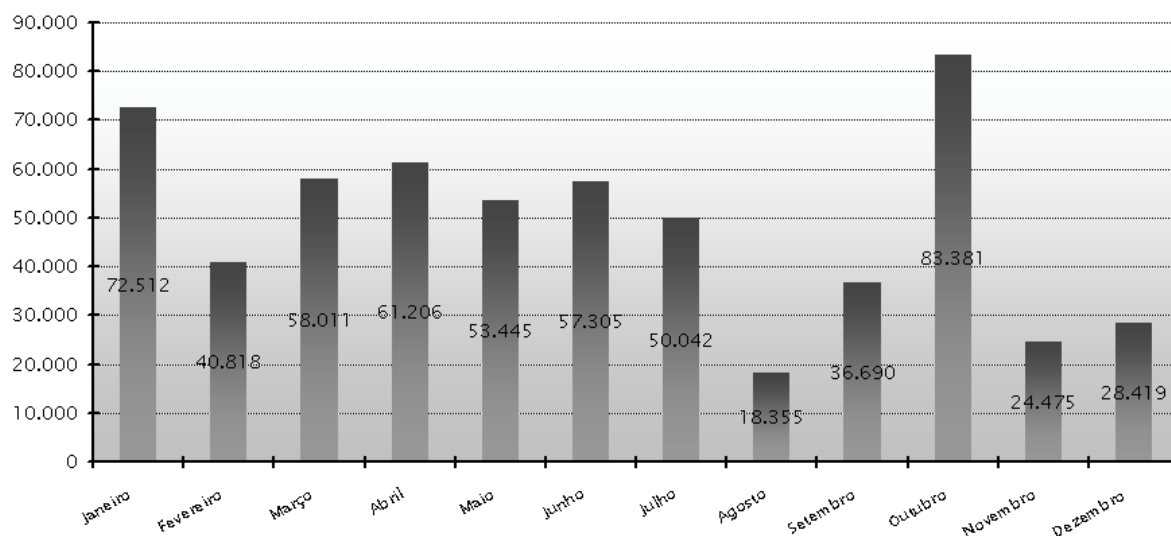


FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

² Ao longo deste capítulo, os valores de 2006, quando considerados corrigidos monetariamente, serão atualizados pelo IPCA de 2007: 4,46% (Fonte: IBGE).

FIGURA 3.4-4 – RECEITAS DE CAPITAL: ARRECADAÇÃO MENSAL – 2007

R\$ milhões



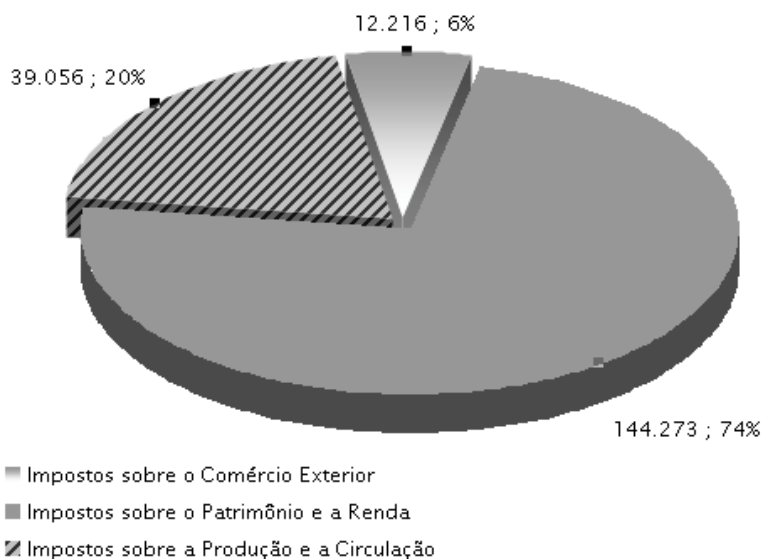
FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2007 somaram R\$ 195.546 milhões, correspondendo a 98% da Receita Líquida Tributária, demonstrando um aumento nominal de 17,9% em relação ao ano anterior, ou 12,9% corrigindo-se o valor de 2006 pelo IPCA.

FIGURA 3.4-5 – ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Impostos sobre o Comércio Exterior

Esses impostos representaram 6,1% da Receita Tributária e registraram um aumento real (IPCA) de 18,6% em relação a 2006, refletindo o crescimento das exportações e, principalmente, das importações em 2007. A tabela a seguir demonstra os valores arrecadados nessa rubrica em 2007 e em 2006.

TABELA 3.4-5 – IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR – UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

RECEITAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Imposto de Importação	12.155	9.815	99,5	99,6
Imposto de Exportação	61	42	0,5	0,4
TOTAL	12.216	9.857	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Impostos sobre o Patrimônio e a Renda

A arrecadação líquida dos Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda atingiu R\$ 144.273 milhões, o que representou 73,8% da receita de impostos, correspondente a um aumento real (IPCA) de 12,8% em relação ao ano anterior. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica foi o principal responsável por esse incremento, tendo apresentado um crescimento real de 21,2%.

TABELA 3.4.6 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA – UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

RECEITAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	313	284	0,2	0,2
Impostos s/Renda e Prov. Qualquer Natureza	143.961	122.185	99,8	99,8
Pessoas Físicas	12.586	7.848	8,7	6,4
Pessoas Jurídicas	65.502	51.749	45,4	42,3
Retido na Fonte	65.873	62.588	45,7	51,1
TOTAL	144.273	122.469	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Impostos sobre a Produção e a Circulação

Os impostos sobre a produção e a circulação somaram R\$ 39.056 milhões, equivalendo a 20% da Receita Líquida de Impostos.

Os Impostos Sobre Produtos Industrializados vinculados à importação e aqueles sobre outros produtos foram os principais responsáveis pelo aumento da arrecadação nessa rubrica, com aumentos reais de 24,5% e 13,3%, respectivamente.

TABELA 3.4-7 – IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO – UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

RECEITAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Impostos s/Produtos Industrializados	31.240	26.780	80,0	79,9
IPI – Fumo	2.803	2.396	7,2	7,1
IPI – Veículos	5.229	4.304	13,4	12,8
IPI – Bebidas	2.589	2.626	6,6	7,8
IPI – Vinculados à Importação	7.692	6.150	19,7	18,3
IPI – Outros Produtos	12.838	11.278	32,9	33,6
IPI - REFIS e PAES	89	25	0,2	0,1
Imp. s/ Operações Créd. Camb. Seguro	7.816	6.738	20,0	20,1
Comercialização do Ouro	4	4	0,0	0,0
Demais Operações	7.806	6.727	20,0	20,1
REFIS e PAES	6	7	0,0	0,0
TOTAL	39.056	33.518	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Taxas

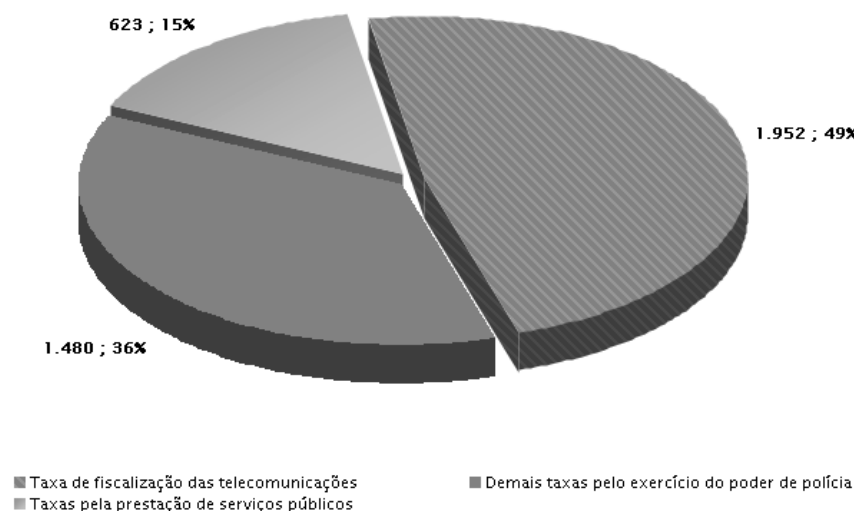
As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços.

A arrecadação das taxas totalizou R\$ 4.055 milhões, representando apenas 2% da Receita Tributária. Seu valor cresceu apenas 6,1% em relação aos valores de 2006 corrigidos. A arrecadação da Taxa de

Fiscalização das Telecomunicações sozinha correspondeu a 48,2% de toda a arrecadação de taxas, como evidenciado pela Figura 3.4-6.

FIGURA 3.4-6 – ARRECADAÇÃO DE TAXAS– 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Receitas de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições respondeu pelo ingresso de R\$ 372.807 milhões, equivalendo a 55,9% das Receitas Correntes e 29,8% da Receita Líquida Total. Essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União. Além disso, se excluirmos as receitas de operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública (R\$ 378.716 milhões), a participação das Contribuições na receita total sobe para 42,7%.

As Receitas de Contribuições estruturam-se em duas grandes fontes de receitas originárias: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir. A tabela também evidencia as receitas intra-orçamentárias com Contribuições Sociais, em que se insere os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Essa natureza da receita representa 97,6% de todas as receitas intra-orçamentárias executadas em 2007.

TABELA 3.4-8 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2007

R\$ milhões

RECEITA	VALOR LÍQUIDO	% DO TOTAL
Contribuições Sociais	352.482	94,5
Contribuições para Financiamento da Seguridade Social	100.556	27,0
Contribuição do Salário-Educação	7.089	1,9
Cota-Parte da Contribuição Sindical	288	0,1
Contribuição para o Ensino Aeroviário	78	0,0
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	72	0,0
Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de	36.320	9,7
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	1.304	0,3
Contribuições sobre Receitas de Concursos de Prognóstico	1.891	0,5
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	5.833	1,6
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	137.374	36,8
Contribuições Rurais	744	0,2
Contribuições para o PIS/PASEP	25.779	6,9
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	33.183	8,9
Contribuição Relativa a Despedida de Empregado sem Justa Causa	386	0,1
Contribuição sobre Remuneração Devida ao Trabalhador	1.585	0,4
Demais Contribuições Sociais*	1	0,0

Contribuições Sociais - Intra-orçamentárias	8.079	2,2
Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	8.079	2,2
Demais Contribuições Sociais - Receitas Intra-orçamentárias**	0	0,0
Contribuições Econômicas	12.246	3,3
Contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIN)	19	0,0
Contribuição para o PROTERRA	13	0,0
Contribuição para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de	308	0,1
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	39	0,0
Cota-Parte do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.381	0,4
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia	723	0,2
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	805	0,2
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de	935	0,3
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática	80	0,0
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e	7.943	2,1
Demais Contribuições Econômicas***	1	0,0
TOTAL DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	372.807	100,0

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

* Inclui: Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, Contribuições sobre Receitas de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas, Contribuição sobre Jogos de Bingo e Outras Contribuições Sociais

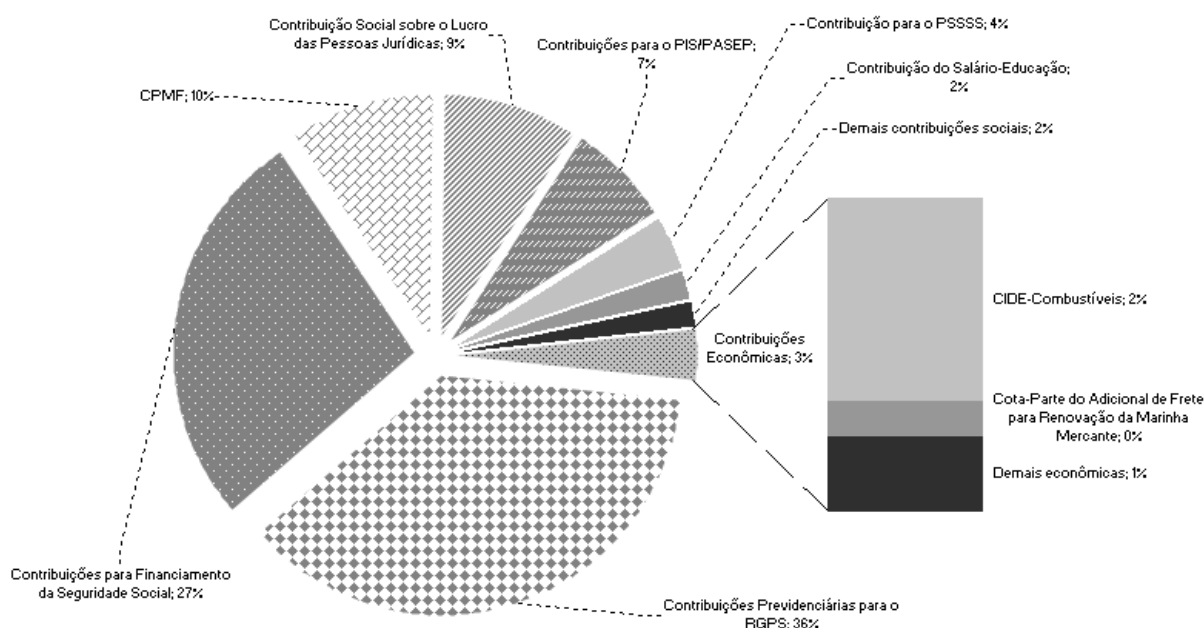
** Inclui: Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - Intra-orçamentária e Contribuições para o PIS/PASEP - Intra-orçamentárias

*** Inclui: Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas e Adicional sobre Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

FIGURA 3.4-7 – ARRECADAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES– 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Receitas Patrimoniais

As Receitas Patrimoniais somaram R\$ 34.887 milhões e participaram com 5,2% das Receitas Correntes, cabendo ressaltar que a arrecadação nessa origem sofreu uma redução de 12,2% em relação aos valores de 2006 corrigidos. Contribuíram para essa redução a diminuição real de 31% das Receitas de Dividendos, por exemplo, que teve também reduzida a sua participação nessa origem de receitas (de 25,6% para 20%).

Em termos de valores arrecadados, a rubrica mais relevante das receitas patrimoniais foi a de Compensações Financeiras, com R\$ 17.026 milhões e 48,8% do total. Da tabela 3.4-4, observa-se que a natureza “Compensação Financeira com Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural”, com arrecadação de R\$ 7.177 milhões, respondeu por 42,1% dos valores executados nessa rubrica.

Receitas de Serviços

Com R\$ 27.294 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4,1% nas Receitas Correntes líquidas de deduções – as Receitas de Serviços se mantiveram praticamente estáveis aos valores corrigidos de 2006. O total arrecadado nessa origem é inferior ao valor arrecadado com o Imposto de Renda retido nas fontes sobre os rendimentos do trabalho (R\$ 32.244 milhões) e apenas um pouco superior ao arrecadado com o principal das contribuições para o PIS/PASEP (R\$ 25.639 milhões), por exemplo.

Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 72,7% (R\$ 19.806 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Procedimentos das Receitas Públicas, 4ª Edição, registra “o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras”.

Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R\$ 31.846 milhões, correspondendo a 4,8% do total da categoria, com ligeiro aumento em relação ao exercício anterior.

Receitas Agropecuária, Industrial e Transferências Correntes

As demais Receitas Correntes (Agropecuária, Industrial e Transferências Correntes) somaram R\$ 730 milhões, representando apenas 0,1 % das Receitas Correntes líquidas de deduções. Na receita agropecuária, 57,6% se referem à rubrica “Receita da Produção Vegetal”; na industrial, toda a arrecadação se deve à rubrica “Receita da Indústria de Transformação”. Entre as transferências correntes, destacam-se as transferências de convênios, com 54,1% de participação nessa origem.

Receitas de Capital

As Receitas de Capital responderam por 46,7% do total de receitas líquidas arrecadadas em 2007, percentual significativamente inferior ao de 2006 (50,3%). Essa redução é reflexo de uma menor arrecadação em todas as origens que compõem essa categoria econômica, como se pode inferir da Tabela 3.4-9. A principal redução aconteceu na origem “Operações de Crédito”, em que se arrecadou em 2007 um valor quase R\$ 7 bilhões inferior ao de 2006 em valores nominais. Essa redução, por sua vez, é resultado de uma menor contratação de operações de crédito para refinanciamento da dívida. Outra forte redução foi verificada na origem “Alienação de Bens”. A Figura 3.4-8 ilustra a distribuição da arrecadação nessa categoria econômica.

TABELA 3.4-9 – DESEMPENHO DAS RECEITAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2007 E 2006

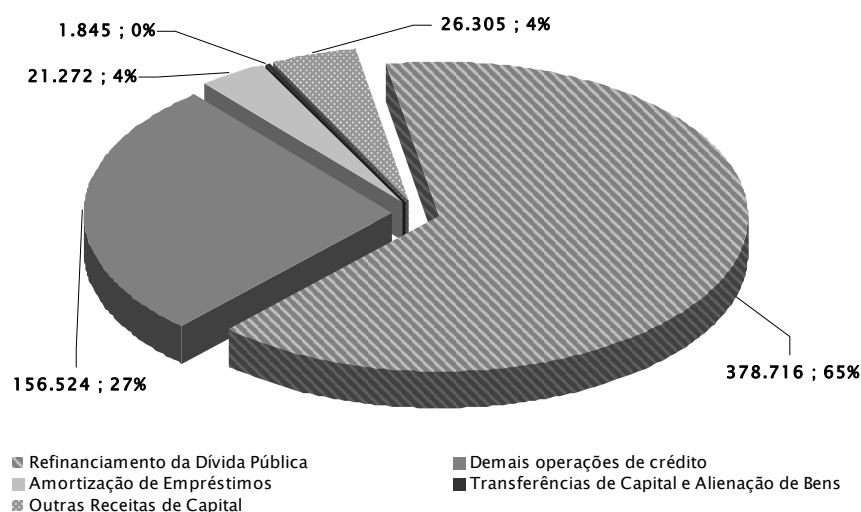
RECEITAS DE CAPITAL	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Operações de Crédito	535.240	542.168	91,5	90,7
Alienação de Bens	1.377	4.908	0,2	0,8
Amortização de Empréstimos	21.272	22.294	3,6	3,7
Transferências de Capital	468	539	0,1	0,1
Outras Receitas de Capital	26.305	27.833	4,5	4,7
TOTAL	584.660	597.742		100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

FIGURA 3.4-8 – RECEITAS DE CAPITAL – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Em Alienações de Bens destaca-se a Alienação de Bens Móveis, especialmente a Alienação de Estoques, com R\$ 1.268 reais, o que corresponde a 92,1% dessa origem.

Dos valores arrecadados em Amortização de Empréstimos, 48,6%, ou R\$ 10.328 milhões se referiam a contratos e 38,7%, ou R\$ 8.236 milhões a Estados e Municípios.

Finalmente, merece destaque a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, classificada entre outras receitas de capital, com arrecadação de R\$ 26.300 milhões, o que representa praticamente 100% dos valores registrados nessa origem e 4,5% do total da categoria econômica.

3.4.1.2 - Execução da Receita sob a ótica das Fontes de Recursos

Além da classificação por naturezas de receita, as receitas arrecadadas são classificadas, no Siafi, de maneira automática, por fontes de recursos. Essa classificação permite um melhor controle do grande número de vinculações de receitas existentes.

A tabela 3.4-10 demonstra a arrecadação de receitas classificadas por fonte de recursos, classificadas em ordem decrescente de valores.

TABELA 3.4-10 – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RECEITAS POR FONTE DE RECURSOS – 2007

R\$ milhões

FONTES DE RECURSOS		VALORES ARRECADADOS
1	43 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal	386.646
2	44 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações	154.538
3	00 Recursos Ordinários	144.067
4	54 Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	139.706
5	01 Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	88.482
6	53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	81.468
7	51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	26.915
8	88 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	26.300
9	55 Contribuição sobre Movimentação Financeira	22.978
10	73 Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios	20.938
11	40 Contribuições para os Programas PIS/PASEP	20.893
12	80 Recursos Próprios Financeiros	15.402
13	42 Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	14.833
14	12 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13.630
15	59 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	13.305
16	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	9.053
17	69 Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	8.264
18	79 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	7.659

TABELA 3.4-10 – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RECEITAS POR FONTE DE RECURSOS – 2007

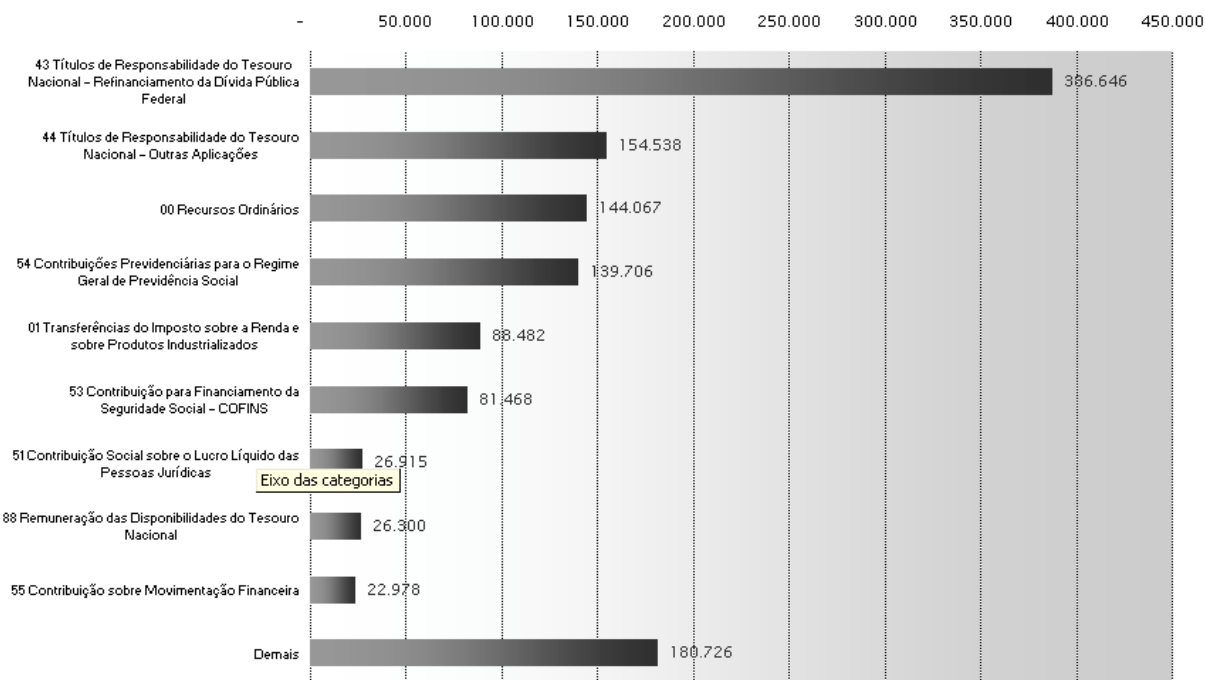
R\$ milhões

FONTES DE RECURSOS		VALORES ARRECADADOS
19	13 Contribuição do Salário-Educação	7.089
20	97 Dividendos – União	6.696
21	11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	6.354
22	56 Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	5.649
23	74 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.224
24	32 Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/MF	3.871
25	60 Recursos das Operações Oficiais de Crédito	3.238
26	72 Outras Contribuições Econômicas	2.121
27	29 Recursos de Concessões e Permissões	2.044
28	34 Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	1.646
29	84 Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa	1.605
30	18 Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	1.513
31	71 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito – BEA/BIB	1.406
32	64 Títulos da Dívida Agrária	1.107
33	35 Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.105
34	23 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	1.043
35	58 Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF/MF	944
36	76 Outras Contribuições Sociais	939
37	48 Operações de Crédito Externas – em Moeda	694
38	57 Receitas de Honorários de Advogados	636
39	41 Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	547
40	82 Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	386
41	27 Custas Judiciais	291
42	31 Selos de Controle e Lojas Francas	250
43	86 Outras Receitas Originárias	233
44	75 Taxas por Serviços Públicos	220
45	49 Operações de Crédito Externas – em Bens e/ou Serviços	185
46	02 Transferência do Imposto Territorial Rural	182
47	81 Recursos de Convênios	160
48	93 Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	135
49	39 Alienação de Bens Apreendidos	54
50	15 Contribuição para os Programas Especiais (Pin e Proterra)	32
51	30 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	32
52	95 Doações de Entidades Internacionais	28
53	33 Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	24
54	96 Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	23
55	16 Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	20
56	62 Reforma Patrimonial – Alienação de Bens	16
57	19 Imposto sobre Operações Financeiras – Ouro	4
58	20 Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	1
59	94 Doações para o Combate à Fome	1
60	90 Recursos Diversos	0
61	87 Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	0
TOTAL		1.251.827

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-9 – ARRECAÇÃO DE RECEITAS NAS PRINCIPAIS FONTE DE RECURSOS – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

As tabelas 3.4-11 e 3.4-12, a seguir, evidenciam a distribuição da arrecadação em cada origem de receita por fonte de recursos.

TABELA 3.4-11 – RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS – 2007

		R\$ milhões		
ORIGEM DE RECEITA	FONTE DE RECURSOS	VALOR ARRECADADO	% do total da origem	% do total arrecadado na fonte
11 - Receita Tributaria		199.600		
	00 Recursos Ordinários	95.708	47,9%	66,4%
	01 Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	86.094	43,1%	97,3%
	12 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13.579	6,8%	99,6%
	Demais	4.219	2,1%	
12 - Receita De Contribuicoes		372.807		
	54 Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	137.374	36,8%	98,3%
	53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	80.444	21,6%	98,7%
	00 Recursos Ordinários	41.358	11,1%	28,7%
	51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	26.547	7,1%	98,6%
	55 Contribuição sobre Movimentação Financeira	22.939	6,2%	99,8%
	40 Contribuições para os Programas PIS/PASEP	20.623	5,5%	98,7%
	69 Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	8.264	2,2%	100,0%
	79 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	7.646	2,1%	99,8%
	13 Contribuição do Salário-Educação	7.089	1,9%	100,0%
	11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	6.354	1,7%	100,0%
	56 Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	5.648	1,5%	100,0%
	Demais	8.522	2,3%	
	continua (1/2)			

TABELA 3.4-11 – RECEITAS CORRENTES POR FONTE DE RECURSOS – 2007

continuação

R\$ milhões

ORIGEM DE RECEITA	FONTE DE RECURSOS	VALOR ARRECADADO	% do total da origem	% do total arrecadado na fonte
13 - Receita Patrimonial		34.887		
	42 Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	14.833	42,5%	100,0%
	80 Recursos Próprios Financeiros	8.190	23,5%	53,2%
	97 Dividendos – União	6.695	19,2%	100,0%
	29 Recursos de Concessões e Permissões	2.032	5,8%	99,4%
	34 Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	1.645	4,7%	100,0%
	Demais	1.491	4,3%	
14 - Receita Agropecuária		20		
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	20	100,0%	0,2%
15 - Receita Industrial		504		
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	504	100,0%	5,6%
16 - Receita De Serviços		27.294		
	73 Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios	15.498	56,8%	74,0%
	80 Recursos Próprios Financeiros	4.773	17,5%	31,0%
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	3.270	12,0%	36,1%
	59 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	2.547	9,3%	19,1%
	Demais	1.206	4,4%	
17 - Transferências Correntes		206		
	81 Recursos de Convênios	112	54,5%	70,0%
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	42	20,5%	0,5%
	95 Doações de Entidades Internacionais	28	13,7%	100,0%
	96 Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais	23	11,1%	99,8%
	94 Doações para o Combate à Fome	1	0,3%	100,0%
19 - Outras Receitas Correntes		31.848		
	43 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal	7.930	24,9%	2,1%
	00 Recursos Ordinários	6.669	20,9%	4,6%
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	3.998	12,6%	44,2%
	32 Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/MF	3.871	12,2%	100,0%
	01 Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.387	7,5%	2,7%
	54 Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	2.332	7,3%	1,7%
	53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.024	3,2%	1,3%
	58 Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF/MF	944	3,0%	100,0%
	74 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	666	2,1%	15,8%
	57 Receitas de Honorários de Advogados	636	2,0%	99,9%
	82 Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	386	1,2%	100,0%
	51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	369	1,2%	1,4%
	40 Contribuições para os Programas PIS/PASEP	269	0,8%	1,3%
	Demais	368		
TOTAL		667.166		

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-12 – RECEITAS DE CAPITAL POR FONTE DE RECURSOS – 2007

R\$ milhões

ORIGEM DE RECEITA	FONTE DE RECURSOS	VALOR ARRECADADO	% do total da origem	% do total arrecadado na fonte
21 - Operações De Crédito		535.240		
	43 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal	378.716	70,8%	97,9%
	44 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações	154.538	28,9%	100,0%
	64 Títulos da Dívida Agrária	1.107	0,2%	100,0%
	48 Operações de Crédito Externas – em Moeda	694	0,1%	100,0%
	49 Operações de Crédito Externas – em Bens e/ou Serviços	185	0,0%	100,0%

continua

continuação

TABELA 3.4-12 – RECEITAS DE CAPITAL POR FONTE DE RECURSOS – 2007

		R\$ milhões		
ORIGEM DE RECEITA	FONTE DE RECURSOS	VALOR ARRECADADO	% do total da origem	% do total arrecadado na fonte
22 - Alienacao De Bens		1.377		
	60 Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.026	74,5%	31,7%
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	326	23,7%	3,6%
	62 Reforma Patrimonial – Alienação de Bens	16	1,2%	100,0%
	00 Recursos Ordinários	9	0,6%	0,0%
23 - Amortizacoes De Empréstimos		21.272		
	59 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	10.747	50,5%	80,8%
	73 Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios	5.440	25,6%	26,0%
	80 Recursos Próprios Financeiros	2.439	11,5%	15,8%
	60 Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.822	8,6%	56,3%
	71 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito – BEA/BIB	824	3,9%	58,6%
24 - Transferencias De Capital		468		
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	419	89,6%	4,6%
	81 Recursos de Convênios	48	10,3%	30,1%
	00 Recursos Ordinários	1	0,1%	0,0%
25 - Outras Receitas De Capital		26.305		
	88 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	26.300	99,98%	100,0%
	50 Recursos Próprios Não-Financeiros	3	0,01%	0,0%
	00 Recursos Ordinários	1	0,01%	0,0%
TOTAL		584.660		

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Das tabelas anteriores podem ser extraídas algumas informações interessantes. Observa-se, por exemplo, que, embora as receitas integrantes da origem “Receita Tributária” sejam em regra geral de aplicação não-vinculada, metade de seus recursos encontram-se, na prática, vinculados a finalidades específicas.

Por outro lado, observa-se que, entre as receitas de contribuições – tributos cujos recursos são essencialmente vinculados a finalidades específicas –, existe uma parcela significativa de recursos desvinculados.

Infere-se também que 80% dos recursos próprios não-financeiros arrecadados originaram-se de receitas de serviços ou de outras receitas correntes.

Merece destaque ainda o fato de os recursos destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza terem sido originados quase que exclusivamente de contribuições sociais – mais especificamente, da arrecadação da CPMF.

Finalmente, a parcela de recursos oriundos de Receitas de Capital destinadas à fonte 00 – “Recursos Ordinários” é praticamente nula.

Mais adiante, na análise da despesa orçamentária, serão demonstradas as aplicações dos recursos das principais fontes.

3.4.1.3 - Arrecadação de Impostos e Contribuições desvinculada a título de DRU

A Desvinculação de Receitas da União – DRU, foi criada em 22 de março de 2000 pela Emenda Constitucional nº 27. Com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos, aumentando a capacidade do governo federal de alocar recursos, conforme as suas prioridades, em setores que não têm receitas vinculadas. A DRU, inicialmente, desvinculou de órgão, fundo ou despesa, vinte por cento da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União.

Em 19 de dezembro de 2003 a Emenda Constitucional nº 42 estendeu a validade da DRU até o final do exercício de 2007, incluindo as contribuições de intervenção no domínio econômico dentro da base de incidência.

No final de 2007, a Emenda Constitucional nº 56, de 20 de dezembro de 2007, prorrogou novamente a vigência da DRU até o final de 2011.

Importante observar que as bases de cálculo das transferências constitucionais para Estados e Municípios não são reduzidas pela aplicação da DRU. Isso porque a desvinculação é feita após os cálculos das transferências.

O quadro abaixo demonstra o total de recursos desvinculados por tributo.

QUADRO 3.4-1 – ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DESVINCULADAS

DRU - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

	RS milhares
RECEITA	VALORES
II	2.432.173
IE	12.213
IPI	6.391.664
IOF	1.563.122
IR	29.626.512
ITR	73.289
PIS	5.262.622
COFINS	20.531.474
CSLL	6.766.035
CONCURSO DE PROGNÓSTICO	378.281
FNC/INCENTIVOS	133
CPMF	5.749.923
PENSÕES MILITARES	45.830
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	87
CIDE	1.588.435
CONTRIBUIÇÃO - USO DE TECNOLOGIA	160.973
FUNTTTEL	66.904
FUNDAF	62.330
MULTAS OUTROS	136.603
JUROS OUTROS	498.407
OUTRAS RECEITAS	8.525
TOTAL	81.355.534

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

3.4.1.4 - Demonstrativo da Arrecadação por Natureza e por Fontes

A tabela seguinte apresenta as receitas realizadas por natureza com as respectivas destinações por fontes orçamentárias. O valor total arrecadado foi de R\$1.252 bilhões no ano de 2007.

ARRECAÇÃO REALIZADA POR NATUREZA E DESTINAÇÃO PARA AS FONTES ORÇAMENTÁRIAS JANEIRO A DEZEMBRO – 2007

R\$ MIL

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
11110101	REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	10.403.404
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.750.105
11110102	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.498
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	252
11110201	REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	51.784
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	8.711
11110202	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	269
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	45
11120100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	139.798
		0102	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	155.992
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	17.010
11120410	PESSOAS FISICAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	5.813.368
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.946.571
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	807.139
11120411	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	8.526
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	8.715
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.184
11120421	PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	30.164.138
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.888.320
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	4.186.856
11120422	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	121.602
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	124.436
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	16.882
11120431	RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	14.913.547
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.259.780
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	2.070.462
11120432	RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	9.869.820
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	10.127.694
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.369.203
11120433	RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.632.293
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.725.877
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	503.942
11120434	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.009.188
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.060.319
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	278.776
11120435	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	24.131
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	24.673
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	3.351

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
11130101	IPI - PRODUTOS DO FUMO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.064.779
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.609.471
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	129.118
11130102	IPI - BEBIDAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	983.973
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.485.475
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	119.386
11130103	IPI - VEICULOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.986.770
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.000.768
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	241.006
11130104	IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.924.041
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.413.724
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	354.799
11130109	IPI - OUTROS PRODUTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.878.409
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7.367.535
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	591.803
11130110	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI	0100	RECURSOS ORDINARIOS	33.847
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	51.015
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	4.110
11130301	IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO	0119	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	4.001
11130309	IOF - DEMAIS OPERACOES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	6.682.267
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.124.120
11130310	RECEITA DE PARCELAMENTOS - IOF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	5.302
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	892
11210200	TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.952.214
11210300	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	17.986
11210400	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	45.143
11210500	TAXAS DE MIGRACAO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	188.082
11211000	TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.119
11211300	TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	16.046
11211400	TAXA FISCAL.MERC.TITULOS E VAL. MOBILIARIOS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	155.078
11211500	TAXA FISCAL.MERC.SEG.CAP.PREVID.PRIV.ABERTA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	44.231
11211600	TAXA FISCAL. DOS SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	327.422
11211700	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	227.723
11212001	TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	55.013
11212002	TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.764
11212003	TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	765
11212004	TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	92
11212005	TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	390
11212006	TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PENCUNAR	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	510
11212100	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	146.957

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
11212200	TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - TSA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	244.976
11212400	TX DE FISCALIZ.S/ DISTRIB. GRAT.PREM. SORTEIO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.334
11220100	EMOLUMENTOS CONSULARES TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB.	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	124.933
11220200	ESTRANGEIRO	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	425
11220300	TX SIST.CONTR. ARREC.ADIC.FRETE REN.MAR.MERC.	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	12.583
11220400	TAXA DE AVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER	49.949
11220700	EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTICA DO DF	0127	JUDICIARIO	10.738
11220800	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER	-4.323
		0127	JUDICIARIO	280.019
11221100	TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	100.967
11221200	ADMINISTRAT.	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	26.988
11221500	TAXA MILITAR	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	2.326
11221900	TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	2.265
11222100	TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE	5.992
11222200	TAXA DE SERVICOS AQUICOLAS	0174	POLICIA	1.523
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	8.120
12100101	REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P FIN. SEG. SOCIAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA	19.983.662
		0153	SEGURIDADE SOCIAL	79.934.649
12100102	RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA	127.448
		0153	SEGURIDADE SOCIAL	509.792
12100200	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	0113	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	7.088.551
12100400	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	57.515
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	230.059
12100500	CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AEROVIARIO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	16.199
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	61.962
12100600	CONTRIBUICAO PARA DESENV.ENS.PROFIS.MARITIMO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	14.945
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	57.163
12100900	CONTRIBUICAO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS	133
		0120	REGIONAIS	533
12101301	REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO	5.729.972
		0155	FINANCEIRA	22.919.876
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	7.639.959
12101302	RECEITA DE PARCELAMENTOS - CPMF	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO	4.706
		0155	FINANCEIRA	18.825
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	6.275
12101500	CONTRIB.PARA CUSTEIO DAS PENSOES MILITARES	0100	RECURSOS ORDINARIOS CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES	260.856
		0123	MILITARES	1.043.426
12101700	CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	25
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	102
12101801	CONTRIBUICAO S/RECEITA DA LOTERIAL FEDERAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.795
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	31.182
12101802	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.613
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.452
12101803	CONTRIBUICAO S/RECEITA CONC.ESPEC.LOT.ESPORT.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	0
12101804	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIAS DE NUMEROS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	338.527
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.354.107
12101805	CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	5.313
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	21.251
12101806	PREMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	21.616

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	86.465
12101808	CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-2
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	-10
12101809	OUTROS PREMIOS PRESCRITOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	301
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.202
12102901	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDEN	0169	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	216.320
		0190	RECURSOS DIVERSOS	-31.597
12102907	CONTR. SERV. ATIVO REGIME PROPRIO PREVIDENCIA	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	4.224.553
12102909	CONTR. SERV. INATIVO REGIME PROPRIO PREVIDEN.	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	1.059.888
12102911	CONTR. PENSIONISTA REGIME PROPRIO PREVIDENCIA	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	364.017
12103001	CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. -CONTR. INDIV.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	2.585.669
12103002	CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	27.791.577
12103003	CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	54.822.248
12103004	SIMPLES	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	8.997.052
12103005	EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	36.199
12103006	CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	2.085.141
12103007	CONTRIB. EM REGIME DE PARCELAMENTO E DEBITOS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	2.774.728
12103008	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	6.446.624
12103009	RECLAMATORIA TRABALHISTA	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.327.540
12103012	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	646.447
12103013	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	5.495
12103014	CONTRIBUICAO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.626.326
12103015	CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	11.672.151
12103016	CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.389.146
12103017	CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGACAO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	10.442.417
12103018	ARRECADACAO FIES-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	689.444
12103019	ARRECADACAO FNS-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	183
12103021	CONTR.PREV.NA FORMA DE DEP.JUD.,REC. E CUSTAS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.485.872
12103023	RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	2.549.679
12103201	CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	30.845
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	123.380
12103203	ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	123.050
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	466.859
12103701	REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	5.127.734
			CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	20.510.936
12103702	RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	28.097
			CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	112.386
12103801	REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	6.614.032
			CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	26.456.127
12103802	RECEITA DE PARCELAMENTOS - CSSL PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	22.608
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	90.434

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
12104500	CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	18
		0176	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	71
12104700	CONTR.REL.A DESPED.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	77.248
			CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO	
		0184	TRABALHADOR-FGTS	308.992
12104800	CONTR. SOBRE REMUNE. DEVIDA AO TRABALH.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	316.949
			CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO	
		0184	TRABALHADOR-FGTS	1.267.798
12109900	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	72
			CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE	
		0118	PROGNOSTICOS	142
			SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS -	
		0131	FUNDAF	147
			CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-	
12200100	CONTRIBUICAO PARA O PIN	0115	PROTERRA	19.224
			CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-	
12200200	CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	0115	PROTERRA	12.816
12200301	SELO ESPECIAL DE CONTROLE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	36.464
			SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS -	
		0131	FUNDAF	145.856
	LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN.			
12200302	DEP.ALFANDEGADOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	25.088
			SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS -	
		0131	FUNDAF	100.353
12200500	CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	97
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	389
12200601	CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. -REMESSAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	59
			CONTRIBUICAO P/O DES.DA	
		0130	IND.CINEMAT.NACIONAL	238
12200602	CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. - TITULOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.694
			CONTRIBUICAO P/O DES.DA	
		0130	IND.CINEMAT.NACIONAL	30.777
12201600	ADICIONAL S/TARIFAS DE PASS.AEREAS DOMESTICAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	134
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	535
	COTA-PARTE ADIC.FRETE P/			
12201800	RENOV.MARIN.MERCANTE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	276.720
			COTA-PARTE ADIC. FRETE	
		0135	RENOV.MARINHA MERCANTE	1.103.947
	CONTRIBUIÇÃO			
12202400	S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET	0100	RECURSOS ORDINARIOS	144.547
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	578.189
12202500	CONTRIBUIÇÃO P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSF.TECN.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	160.919
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	643.676
	CON. S/REC.OPER.BRUTA			
12202601	DECOR.PRES.SERV.TELECOM	0100	RECURSOS ORDINARIOS	120.152
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	480.606
12202602	CON. S/REC.OPER.BRUTA EMPR.PREST.SERV.TELECOM	0100	RECURSOS ORDINARIOS	66.904
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	267.614
12202701	CONTR. DAS EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.488
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	17.953
	CONTR. EMPRESAS INSTALADAS NAS DEMAIS			
12202702	REGIOES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	11.536
		0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	46.145
12202801	CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	0100	RECURSOS ORDINARIOS	77.064
			CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-	
		0111	CIDE	308.255
12202802	CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.511.210
			CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-	
		0111	CIDE	6.044.841
12202803	RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	233
			CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-	
		0111	CIDE	930
13110000	ALUGUEIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.733
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	8.379
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	43.096
13120000	ARRENDAMENTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.548
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	597
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	46.186

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
13130000	FOROS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	51.825
13140000	LAUDEMIO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	145.923
13151000	TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	39
13152000	TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.388
13153000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15.716
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	94.058
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.064
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	34.052
13190000	OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.978
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	22.469
13210000	JUROS DE TITULOS DE RENDA	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.278
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	7.638
13220000	DIVIDENDOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	273.631
		0197	DIVIDENDOS / UNIAO	6.652.328
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	17.347
13230000	PARTICIPACOES	0197	DIVIDENDOS / UNIAO	7.727
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.826.579
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	0
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.372.823
		0293	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	135.162
13260000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3.873.873
13270000	REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	98.017
13310101	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV.	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	759.390
13310102	REC.OUT.SERV.TRANSP.ROD.INTEREST.INTERNAC.PAS	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	0
13310201	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	952.900
13310202	REC.OUT.SERV.RADIODIFUSAO SONORA SONS IMAGENS	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	29.127
13310203	REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	41.638
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
13310204	REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	207
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
13310299	OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	15.782
13320101	BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	31.376
13320102	PAGAMENTO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	135.044
13320200	REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.	0116	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	20.071
13320300	REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	66.434
13320406	REC. CONTRATOS TRANSICAO CONCESSAO FLORESTAL	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	450
13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	847
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.456
13390000	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	8
13400100	UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAIPU	0134	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE	401.487

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
13400200	UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	0134	REC.HIDRICOS COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.243.800
13400300	EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	0141	COMPENS.FINANC.-REC.MINERAIS-FNDCT- CT-MINERAL	547.256
13400400	ROYALTIES PRODUCAO PETROLEO GAS.NAT.-EM TERRA	0142	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	488.350
13400500	ROYALTIES PROD. PETR. GAS.NAT.-EM PLATAFORMA	0142	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	3.402.847
13400600	ROYALT.EXCED.PROD.PETR.OU GAS.NAT.-EM TERRA	0142	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	438.051
13400700	ROYALTIES EXCED.PROD.PETR.GAS.NAT.- PLATAFORMA	0142	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	3.326.751
13400800	PARTICIP.ESPEC.PROD.PETROLEO OU GAS NATURAL	0142	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	7.177.138
13900000	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	13.205
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	183
14100000	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	157
			ARRECADADOS	
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	11.163
			ARRECADADOS	
14200000	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	61
			ARRECADADOS	
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	8.253
			ARRECADADOS	
14900000	OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	28
			ARRECADADOS	
15201200	RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	252.926
			ARRECADADOS	
15202000	RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	16.841
			ARRECADADOS	
15202100	RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	59.441
			ARRECADADOS	
15202600	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	2.005
			ARRECADADOS	
15202700	RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	478
			ARRECADADOS	
15202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	46.570
		0190	RECURSOS DIVERSOS	-3
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	761
15209900	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	245
			ARRECADADOS	
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	919
			ARRECADADOS	
16000101	SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	937
			ARRECADADOS	
16000102	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	36
			ARRECADADOS	
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	13.480
			ARRECADADOS	
16000103	SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	122
			ARRECADADOS	
16000106	SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	33.602
			ARRECADADOS	
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	54
			ARRECADADOS	
16000107	RECEITA DE UTILIZACAO DE POSICOES ORBITAIS	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	912
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000199	OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	0250	ARRECADADOS	13.940
			REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	
16000201	JUROS DE EMPRESTIMOS	0159	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	2.546.525
		0160	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE	381.443
		0171	OC.-BEA/BIB	582.661
			REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE	
		0173	OC.ES.T.MUN.	15.497.967
		0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	597.282

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
			ARRECADADOS	
			RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	
		0280	ARRECADADOS	200.118
16000203	SERV.FINANC.DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS		RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	
		0280	ARRECADADOS	609
16000204	SERV.FINANC.DE GARANTIA DE ATIV. AGROPECUARIA		RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	51.721
16000206	SERVICOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES.ECONOM.		RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	
		0180	ARRECADADOS	3.961.690
16000207	COMISSOES PELA PREST. DE GARANTIA		RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000299	OUTROS SERVICOS FINANCEIROS		ARRECADADOS	412
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	36
			RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	
		0280	ARRECADADOS	15.229
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000301	SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO		ARRECADADOS	263
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000302	SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO		ARRECADADOS	132.746
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000303	SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO		ARRECADADOS	35
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000304	SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO		ARRECADADOS	1.223
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000400	SERVICOS DE COMUNICACAO		ARRECADADOS	8.084
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000501	SERVICOS HOSPITALARES		ARRECADADOS	1.385
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	140.906
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000503	SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS		ARRECADADOS	1.275
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000599	OUTROS SERVICOS DE SAUDE		ARRECADADOS	-7
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	205
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000600	SERVICOS PORTUARIOS		ARRECADADOS	1.073
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000700	SERVICOS DE ARMAZENAGEM		ARRECADADOS	4
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	25.216
			RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE	
16000800	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		ARRECADADOS	-86
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	28
			SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	
		0131		129
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	36.535
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	21.293
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16000900	SERVICOS DE SOCORRO MARITIMO		ARRECADADOS	5
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16001101	METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA		ARRECADADOS	179.562
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16001102	METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL		ARRECADADOS	10
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	1.315
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16001103	METROLOGIA LEGAL		ARRECADADOS	4.674
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16001104	CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS		ARRECADADOS	1.283
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	23.655
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
16001105	INFORMACAO TECNOLÓGICA		ARRECADADOS	50
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	67
16001200	SERVICOS DE TECNOLOGIA		RECURSOS ORDINARIOS	732
		0100	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	1.579
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	4.123

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.724
		0131	SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	3.845
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15.637
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	761.132
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	-2.143
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	-8
16001400	SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	76.509
16001500	SERVICOS DE METEOROLOGIA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	300
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	9
16001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	6.652
		0190	RECURSOS DIVERSOS	-14
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	85.532
16001700	SERVICOS AGROPECUARIOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	5.165
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	151
16001800	SERVICOS DE REPARACAO,MANUTENCAO E INSTALACAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	332
16001900	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	295
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	17.419
16002000	SERVICOS CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	218
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	29.714
16002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	271
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	23.922
16002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	72
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	27.971
16002301	SERVICOS DE PATENTES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	53.049
16002302	SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	119.577
16002303	SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	12.328
16002304	SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4
16002305	SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	451
16002400	SERVICOS DE REGISTRO DO COMERCIO	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7.457
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	115
16002500	SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	46
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	40.105
16002600	SERVICOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.579
16002800	SERVICOS DE GEOPROCESSAMENTO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.804
16003000	TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	77.124
16003101	TARIFA AEROPORTUARIA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	39
16003102	ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	373.317

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
16003103	PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	0186	OUT.REC. ORIGINARIAS-TAR.EMB.INTERNACIONAL	233.272
16003200	SERVICOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.872
16003300	TARIFAS USO COMUN.AUX.A NAVEG.AEREA EM ROTA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	600.636
16003500	SERVICO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	27.413
		0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0
16003601	TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM.DO BACEN	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	106.636
16003602	TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.999
16004000	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM.	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	907
16005600	CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.380
16009900	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	-435
		0157	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAP	549
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	26.343
17300000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0196	DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	22.430
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	42.901
17400000	TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0195	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	28.139
17500000	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0196	DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	52
		0296	DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	418
17610000	TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	0181	RECURSOS DE CONVENIOS	42.192
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	16.231
17620000	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	0181	RECURSOS DE CONVENIOS	9.856
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	-750
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	13.424
		0681	RECURSOS DE CONVENIOS	2.853
17630000	TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADEDES	0181	RECURSOS DE CONVENIOS	2.433
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	5.763
17640000	TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0181	RECURSOS DE CONVENIOS	8.852
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	10.500
17720000	PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS	0194	DOACOES PARA COMBATE A FOME	254
17730000	PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS	0194	DOACOES PARA COMBATE A FOME	56
17740000	PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	0194	DOACOES PARA COMBATE A FOME	221
19110101	REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	10.795
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	198
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	18.000
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	20.484
19110102	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	735
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	2.539
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	400
19110201	MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	166.237
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	345.737
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	5.003
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	120.594

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19110202	MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	91.466
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	313.560
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	685.159
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	5.834
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	301.731
19110203	MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	142.230
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	90.368
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	200.231
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.377
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	57.922
19110204	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPJ	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	73.788
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	82.280
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	194.771
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	117.766
19110205	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRRF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	16.584
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	14.552
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	34.431
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	20.645
19110206	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	3.133
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	5.306
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	12.554
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	7.194
19110301	REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	1.478
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	85.216
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	221.741
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	2.067
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	52.444
19110302	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	24.288
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	26.541
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	76.102
			IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	26.155
19110401	REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	3.908
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	7.096
		0112	RECURSOS ORDINARIOS	260
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	
		0119	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	436
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	11.812
19110402	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	10.390
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1.197
		0132	RECURSOS ORDINARIOS	4.220
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	567
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19110701	REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	200
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	8
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	340
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	263
19110702	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	98
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	291
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	102
19110800	MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.981
		0102	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	14.446
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	371
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	5.431
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	3.236
19113100	MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.222
19113200	MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	99
19113400	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	43
19113600	MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	47
19113700	MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBILI	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	89
19119901	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	88
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	229
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	39
19119902	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.275
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	4.671
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	429
19120101	MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC.PREV. - COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	109.918
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	439.671
19120102	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	16.637
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	66.547
19120200	MULTAS E JUROS DE MORA CONT.SALARIO-EDUCACAO	0113	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	521
19120301	REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	63
		0111	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	73
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	473
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	-294
19120302	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	186
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	636
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	108
19120701	REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	8.734
		0155	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	34.937
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	11.646
19120702	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	498
		0155	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	1.992
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	664
19122901	MULTAS/JUROS CONTR.PATRONAL REGIME PROP.PREV	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	0

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
		0169	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	5
19122902	MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	313
19123001	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C.INDIV.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	125.520
19123002	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	331.107
19123003	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG.ASSAL.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	330.664
19123005	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPET. DESPORTIVO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	164
19123006	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	12.080
19123007	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM REG. PARCEL. DEB.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	311.899
19123008	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	38.732
19123009	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	35.560
19123012	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	4.081
19123013	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	67
19123014	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.- EMPR.DOM	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	35.979
19123015	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	69.459
19123016	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	16.885
19123017	MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/NF-SUBROGACAO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	65.233
19123018	MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOURO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	282
19123021	MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	2
19123099	MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENC.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	98
19123101	REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	34.393
		0140	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	137.572
19123102	REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.970
		0140	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	15.879
19123201	REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	53.040
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	212.158
19123202	REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLPJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.733
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	14.932
19123307	MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE OUT.CONC.PROG	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	13
19123400	MUL.JUR.MORA CONT.SEG.SOCIAL SERV.PUBL.-CPSS	0156	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	53
		0169	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	0
19125200	MUL.JU.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	18
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	70
19125300	MULT. J.MORA CONTR.REL.DESP.EMP. S/ J.CAUSA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	5.579
		0184	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	22.316
19125400	MULT. J.MORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.371
		0184	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	5.485
19125501	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. FIN. SEG.SOCIAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	147.824
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	591.296
19125502	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT	0100	RECURSOS ORDINARIOS	135.705

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
	COFINS			
19125503	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.S/ MOVIM. FINANC	0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	542.820
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	21.452
			RECURSOS ORDINARIOS	
19125504	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM DA CPMF	0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	85.806
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	5.380
			RECURSOS ORDINARIOS	
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
19125505	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP	0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	21.519
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	73.995
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
19125506	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM PIS/PASEP	0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	295.980
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	33.451
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
19125507	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ	0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	133.802
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	125.207
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	500.830
19125508	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENTO CSLL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	28.659
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
19129901	MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIBUICOES	0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	114.636
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.233
			CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE	
		0118	PROGNOSTICOS	37
			CONTRIBUICAO P/O DES.DA	
		0130	IND.CINEMAT.NACIONAL	514
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	2.506
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
		0158	P/ SRF-MF	2.031
19129902	PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB	0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	3.846
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	7
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	25
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130101	REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/IMPORTACAO.	0158	P/ SRF-MF	4
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	611
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	2.094
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130102	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA II	0158	P/ SRF-MF	350
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.128
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	4.167
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130201	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA FISICA	0158	P/ SRF-MF	347
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	29.824
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	70.528
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	35.436
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130202	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA JURIDICA	0158	P/ SRF-MF	13.330
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	40.096
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	94.978
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	53.655
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130203	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-RETIDO NA FONTE	0158	P/ SRF-MF	11.749
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	14.230
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	33.663
			JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	18.386
			MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
19130204	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPJ	0158	P/ SRF-MF	4.871
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	26.474
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	62.681
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	40.086

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19130205	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRRF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	3.129
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	1.918
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	4.542
19130206	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	2.909
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	219
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	2.928
19130301	REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/PROD INDUS-IPI	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	4.358
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	429
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	11.255
19130302	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IPI	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	32.446
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	9.818
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	2.755
19130401	REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IOF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	11.382
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	32.670
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	12.226
19130402	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IOF	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	632
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	307
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	1.015
19130701	REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IE	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	213
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	6
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	24
19130702	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IE	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1
		0101	RECURSOS ORDINARIOS	7
		0132	IMPOSTO S/RENDAS E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS JUROS DE MORA DA RECEITA	23
19130800	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP.PROP.TER.RURAL	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	6
		0102	RECURSOS ORDINARIOS	80
		0132	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL JUROS DE MORA DA RECEITA	293
19130900	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.TELECOMUN.	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	26
		0102	RECURSOS ORDINARIOS	3.583
		0132	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL JUROS DE MORA DA RECEITA	9.195
19139900	MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	4.550
		0102	RECURSOS ORDINARIOS	824
		0132	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL JUROS DE MORA DA RECEITA	21
19140101	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	341
		0102	RECURSOS ORDINARIOS	48
		0132	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL JUROS DE MORA DA RECEITA	727
19140101	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL	0158	ADMINIST.PELA SRF/SF	
		0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	471
		0102	RECURSOS ORDINARIOS	2.968
		0132	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL JUROS DE MORA DA RECEITA	16.182
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	64.729

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19140102	REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATIVA COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.385
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA	
19140301	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. S/ MOV. FINANC	0100	SEGURIDADE SOCIAL	17.542
		0155	RECURSOS ORDINARIOS	165
		0179	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO	
19140302	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CPMF	0100	FINANCEIRA	661
		0155	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA	
		0179	POBREZA	220
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	3
		0155	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO	
		0179	FINANCEIRA	13
19140401	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.	0154	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA	
19140402	MULTAS JUR.MORA	0154	POBREZA	4
	DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ASSALAR	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140403	MULTAS JUR.MORA	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.015
	DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140405	MULTAS JUR.MORA	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	90.399
	DIV.AT.CONTR.PREV.ESPET.DESPO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140407	MULTAS JUR.MORA	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	148.626
	DIV.AT.CONTR.PREV.REG.PARC.DE	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140408	MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRA	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	408
	MULTAS JUR.MORA	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140411	DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	9
	MULTAS JUR.MORA	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140413	DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	18.933
19140414	MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.-EMP.DOM	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
19140415	MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD.PUBL	0154	TRAB.P/SEG.SOCIAL	325
19140501	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. P/ PIS/PASEP	0100	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
		0140	TRAB.P/SEG.SOCIAL	1.021
19140502	REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATI PIS/PASEP	0100	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
		0140	TRAB.P/SEG.SOCIAL	163
19140601	MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ	0100	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS	
		0151	TRAB.P/SEG.SOCIAL	27.182
19140602	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CSLL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.239
		0151	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS	
19141101	MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL	0100	PIS/PASEP	12.957
		0111	RECURSOS ORDINARIOS	1.188
		0132	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS	
19141102	REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CIDE	0100	PIS/PASEP	4.752
		0158	RECURSOS ORDINARIOS	4.733
19141201	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA COFINS	0100	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS	
		0132	JURIDICAS	18.932
19141202	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV AT COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.095
		0158	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS	
19141203	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA CPMF	0100	JURIDICAS	4.379
		0132	RECURSOS ORDINARIOS	1
19141204	JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV ATIV CPMF	0100	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-	
		0132	CIDE	1
19141205	JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA PIS/PASEP	0100	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	0
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
		0100	P/ SRF-MF	2
		0132	RECURSOS ORDINARIOS	24
		0158	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	87
		0132	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN.	
		0158	P/ SRF-MF	11
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	53.669
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	214.675
		0132	RECURSOS ORDINARIOS	43.899
		0100	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	175.598
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	680
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	2.722
		0132	RECURSOS ORDINARIOS	15
		0100	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	60
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	14.041
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	56.163

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19141206	JUROS MORA FUNDAP - REC PARC DIV AT PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	12.100
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
19141207	JUROS MORA DO FUNDAP - DIV. ATIVA CSLL	0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	48.401
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	21.053
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
19141208	JUROS MORA FUNDAP - REC PARC DIV ATIV DA CSLL	0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	84.212
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	13.263
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
19149901	MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV.OUTRAS CONTRIB.	0100	ADMINIST.PELA SRF/SF	53.050
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	513
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	941
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE	271
		0158	RENOV.MARINHA MERCANTE	111
19149902	PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR	0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	272
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	272
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA	
		0132	ADMINIST.PELA SRF/SF	980
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE	74
		0158	RENOV.MARINHA MERCANTE	32
19150100	MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB.	0100	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	13.492
19159901	OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	529.374
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	5.710
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	66
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	59.617
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	47
19159902	PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	20
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	14.412
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	213
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	0
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	163
19180100	MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	33
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	48
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	136
19180200	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	10
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	42
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	181
19180300	MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	261
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	436
19180400	MULTAS JUR.MORA ALIENACAO DE DOMINIO UTIL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	276
19180500	MUL.JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	-3
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	222
19180600	MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-9
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	-35

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19180700	MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.362
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	2.751
19180800	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.206
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	6.234
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11
19180900	MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS	0197	DIVIDENDOS / UNIAO	938
19181100	MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP	0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	150
19181200	MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENDIDOS	0139	ALIENACAO BENS APREENDIDOS-FUNDAF/MPS/FNAS	2
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3
19181400	MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS	0141	COMPENS.FINANC.-REC.MINERAIS-FNDCT-CT-MINERAL	2
19181500	MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	0
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	17.557
		0116	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	28
		0127	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	0
		0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.700
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	2.294
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	8.152
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE	170
		0150	RENOV.MARINHA MERCANTE	4.914
		0158	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.622
		0159	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	10.715
		0174	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	2.687
		0175	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	69
		0182	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	-110
		0190	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	315
		0250	RECURSOS DIVERSOS	987
19190100	MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	44.181
19190200	MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.780
19190300	MULTA DE POLUICAO DE AGUAS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	55
19190600	MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	23.032
19190800	MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.197
19190900	MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	-10
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	75.978
19191000	MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	9.741
19191200	MULTAS PREVISTAS LEGIS.DE REGISTRO COMERCIO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	70
19191300	MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	11.938
19191400	MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	97.648
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	286
19191500	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAC. DE TRANSITO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE	369.148

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19191600	MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR.	0174	POLICIA TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	14.729
19192600	MULTAS PREVISTAS NA LEGIS.DEFESA DIR. DIFUSOS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	29.850
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	3.551
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0150	ARRECADADOS	2.462
		0159	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	526
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.803
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.199
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	9.434
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	3
19192800	MULTAS DEC.OP.TRANSP.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	9.094
19193000	MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS. DE AERONAUTICA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	808
19193100	MULTA DE TARIFA PEDAGIO	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.272
19193200	MULTA DECOR.DE SENT.PENAL CONDENATORIA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.557
19193300	MULTA DE QUEBRA DE FIANCA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	141
19193500	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	35.169
19193600	MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.574
19194100	MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2
19194800	MUL.APLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	611
19194900	MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	82
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
19195000	MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	0150	ARRECADADOS	54.448
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	38.509
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.613
19195200	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	5.272
19199900	OUTRAS MULTAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	140.933
		0118	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	0
		0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	8.838
		0133	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	367
		0134	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	491
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	4
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.351
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	449.365
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	166
		0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	32
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	121.774
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0
19210600	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	509
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	16
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	4.097

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19219900	OUTRAS INDENIZACOES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.826
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	87.671
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	22
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	
19220100	RESTITUICOES DE CONVENIOS	0250	ARRECADADOS	24.531
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	189.857
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	36.052
		0182	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	143.559
		0190	RECURSOS DIVERSOS	0
		0196	DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	36
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.934
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	-2
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	0
		0282	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	158.072
19220200	RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	209.029
		0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	259.709
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	6.218
19220300	RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	490.292
19220500	RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.736
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11
19220600	RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	88.617
19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	219.378
		0144	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	473
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.708
		0182	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	84.245
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	30.204
19220800	RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.101
19220900	RESSAR DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	10.197
19229900	OUTRAS RESTITUICOES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	291.112
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	37.615
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	5.169
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	33.525
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	100.330
19310101	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	55.542
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	56.774
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	7.713
19310102	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS.JURIDICA	0100	RECURSOS ORDINARIOS	75.051
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	76.931
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	10.414
19310103	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	24.443
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	24.995

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19310104	RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	3.394 27.345
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	27.995
19310105	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	3.796 1.345
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.376
19310106	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRPF	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	187 2.521
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.577
		0112	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	350
19310201	REC.PROG.RECUP.FIS.PAR-DIV ATIV-IP/PRINCIPAL	0132 0100	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF RECURSOS ORDINARIOS	0 22.083
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	33.745
19310202	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	2.665 10.759
		0101	IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	16.264
19310301	REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	1.305 993
19310302	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	167 57
19310400	RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	0112 0100 0102	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	10 2.522 2.827
19310501	REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	305 1.557
19310502	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO II	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	262 2.067
19310601	REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	348 36
19310602	REC DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IMP EXP	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	6 132
19310700	RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	0112 0100	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO RECURSOS ORDINARIOS	22 2.269
19310800	RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.	0127	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	39
19319901	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	0174 0100	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA RECURSOS ORDINARIOS	5 1.547.895
19319902	PARCELAMENTOS - RECEITA DIV ATIV OUTROS TRIB	0174 0100	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA RECURSOS ORDINARIOS	5.431 0
19320101	REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	524
19320102	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	127.758
19320103	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	229.027
19320105	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	206
19320107	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	16
19320108	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	27.719

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19320111	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	152
19320113	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGURADO ESPECIAL	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	652
19320114	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	86
19320115	REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGaos DO PODER PUBL.	0154	CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	20.387
19320201	REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	78.173
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	312.693
19320202	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIV DA COFINS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	30.613
		0153	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	122.451
19320401	REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	475
		0155	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	1.900
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	633
19320402	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CPMF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	9
		0155	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	36
		0179	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	12
19320501	REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	16.659
		0140	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	66.637
19320502	RECEITA PARCELAMENTOS - DIV ATIV DO PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.834
		0140	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	31.337
19320601	REC. DIV. ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	22.286
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	89.145
19320602	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CSLL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7.281
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	29.122
19320800	REC. DA DIV.AT. MULT.COD.ELEIT. E LEIS CONEX.	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	10.208
19320900	REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR.P/REN MAR. MERC.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	52
		0135	COTA-PARTE ADIC. FRETE	208
19321601	RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES	0100	RENOV.MARINHA MERCANTE	277
		0172	RECURSOS ORDINARIOS	212
19321602	RECEITA PARCELAMENTOS - DIV AT OUTRAS CONTRIB	0100	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	176
		0172	RECURSOS ORDINARIOS	3
19321700	REC.DA DIV.AT.DAS MULTAS P/INFR.A LEG.TRAB.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	136.191
19322002	RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CIDE	0100	RECURSOS ORDINARIOS	26
		0111	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	106
19322101	REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS	0141	COMPENS.FINANC.-REC.MINERAIS-FNDCT-CT-MINERAL	7
19322102	REC.DIV.ATIV.OUTORG.DIREIT.EXPL.PESQ.MINERAL	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	86
19322104	REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS.MINERARIA	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	122
19322105	REC.DIV.ATIV.SERVIC.INSPE.FISC.ATIV.MINERAL	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	7
19329901	REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS REC	0100	ARRECADADOS	113.319
		0150	RECURSOS ORDINARIOS	772
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	121
		0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	166
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	15.810
19329902	PARCELAMENTOS - DIV ATIV NAO TRIB OUTRAS REC	0100	ARRECADADOS	6.498
		0150	RECURSOS ORDINARIOS	2
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	0

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
19900100	RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	0174 0100	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA RECURSOS ORDINARIOS	0 3.430
19900201	RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	0157	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	606.462
19900202	RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	0250 0100	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS RECURSOS ORDINARIOS	56 33.905
19900301	REC. DE LEILOES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	0157 0250 0100	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS RECURSOS ORDINARIOS	29.047 611 20
19900302	REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	0139 0100	ALIENACAO BENS APREENDIDOS-FUNDAF/MPS/FNAS RECURSOS ORDINARIOS	53.832 314
19900304	REC. ALIEN. BENS APREE. TRAF. ILIC. ENT. DROG. AFINS	0150 0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS ALIENACAO BENS APREENDIDOS-FUNDAF/MPS/FNAS	6.162 23
19900400	PRODUTO DEP. ABANDONADO (DINHEIRO/OBJETO VALOR)	0139 0100	FUNDAF/MPS/FNAS RECURSOS ORDINARIOS	291 737
19900500	REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	5
19900600	REC. DECOR. NAO APLIC. INC. FIS. PROJ. CULT. IND. CIN	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	128
19900700	REC. DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.513
19901600	RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST. NAC. TRANSITO	0172	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	81.448
19901800	RESERVA GLOBAL DE REVERSAO	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.895.712
19901900	COTA-PARTE DO SERV. NO FUNDO DE SAUDE MILITAR	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	39.691
19902000	CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	656.252
19909600	VARIACAO CAMBIAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.124
19909900	OUTRAS RECEITAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	37.363
		0100	RECURSOS ORDINARIOS	813.616
		0143	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	7.929.807
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	72.619
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	27.221
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	-129
21110100	TIT. RESP. T.N.-REFINANC. DIVIDA PUBLICA FEDERAL	0143	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	372.423.612
21110200	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	0164	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	1.106.712
21110300	TIT. RESP. DO TES. NAC. - OUTRAS APLICACOES	0144	TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	154.537.971
21220100	TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL	0143	REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	6.292.252
21230000	OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	0148	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	694.199
		0149	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	162.332
		0249	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	1.985
		4149	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	391
21290000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	0149	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	20.138
22110000	ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	0187	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	0
22120101	ALIENACAO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	788.783
22120102	ALIENACAO DE ESTOQUES ESTRATEGICOS - PGPM	0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	167.316
22120103	ALIENACAO DE ESTOQ. DEST. VENDA BALCAO - PGPM	0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE	69.884

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
22120301	ALIENACAO ESTOQ.DEST.PROG.SOC.INST.- COMERCIAL	0250	CREDITO RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	224
22120302	ALIENACAO ESTOQUES P/ ATACADO - COMERCIALIAZA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	48
22120702	ALIENACAO ESTOQUES ADQUIR. AGRICUL. FAMILIAR	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	46.607
22120902	ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	194.883
22140000	ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	411
22190000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4.717
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	5.192
		0200	RECURSOS ORDINARIOS	1
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15.218
22210000	ALIENACAO IMOV.RURAI S P/ COLON. E REF.AGRARIA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.625
22220000	PRODUTOS DE ALIENACOES - LEI 9636 15/05/98	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.410
22240000	ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.807
22250000	ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.066
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	35.897
22290000	ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2.596
		0162	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	16.337
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	6.845
23001000	BEA/BIB	0171	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	15.141
23003000	ESTADOS E MUNICIPIOS	0159	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	1.840.717
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	955.685
		0173	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC. EST. MUN.	5.439.901
23004000	AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP	0171	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	808.479
23005000	PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	0159	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	68.576
		0160	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	866.512
23007002	AMORTIZACOES DE CONTRATOS	0159	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	8.837.483
		0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.490.201
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1
23008001	AMORTIZACOES DE BENS	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	362.265
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	0
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.228
23008002	AMORTIZACOES DE PROJETOS	0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	28.022
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	12.563
23009900	AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	0159	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	534
		0180	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	20
		0280	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	544.337
24500000	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	527
24600000	TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	511
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	418.608

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
24710000	TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES	0181	ARRECADADOS	
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	6.243
24720000	TRANSF.DE CONV.DOS ESTADOS,DF E S/ENTIDADES	0181	RECURSOS DE CONVENIOS	35.204
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	256
24730000	TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	0281	RECURSOS DE CONVENIOS	1.223
24740000	TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0281	RECURSOS DE CONVENIOS	3.061
		0181	RECURSOS DE CONVENIOS	2.000
		0281	RECURSOS DE CONVENIOS	137
	REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES		REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO	
25400000	TES.NACIONAL	0188	TESOURO NACIONAL	26.300.302
25900000	OUTRAS RECEITAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.481
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
		0250	ARRECADADOS	2.821
71110101	REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-2
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	0
71120100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-57
		0102	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	-64
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	-7
71120421	PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	0
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	0
71120433	RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-71
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	-74
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	-10
71120434	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	4
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	4
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	0
71130102	IPI - BEBIDAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-1
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	-2
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	0
71130104	IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-75
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	-116
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	-9
71130109	IPI - OUTROS PRODUTOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
			IMPOSTO S/REND E S/PRODUTOS	
		0101	INDUSTRIALIZADOS	0
			RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO	
		0112	ENSINO	0
71210200	TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	64
71210400	TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	0
71211000	TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	19
71212001	TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE	0174	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	79
71220200	TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB.			
71220200	ESTRANGEIRO	0175	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	0
72102901	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	0169	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE	
		0190	SEGURID.SOC.SERV.	8.047.317
72103701	REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	0100	RECURSOS DIVERSOS	31.597
			RECURSOS ORDINARIOS	23
			CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS	
		0140	PIS/PASEP	92
72103801	REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	7
			CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS	
		0151	JURIDICAS	29
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	
73110000	ALUGUEIS	0250	ARRECADADOS	369
73120000	ARRENDAMENTOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM.	21

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
73153000	TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	0250	ARRECADADOS	13
		0100	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	38
		0150	RECURSOS ORDINARIOS	21
			RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	
73220000	DIVIDENDOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	88
73310201	RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	0197	DIVIDENDOS / UNIAO	34.781
			RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	2
73310203	REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA	0129	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	26
73330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	41
75202100	RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.080
75202600	RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	9
75202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	122.165
75209900	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	0
76000102	SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	31
76000199	OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	499
76000501	SERVICOS HOSPITALARES	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15.512
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.317
76000700	SERVICOS DE ARMAZENAGEM	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4
76000800	SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	0
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4
76001101	METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	133
76001102	METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	65
76001104	CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13
76001105	INFORMACAO TECNOLÓGICA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	137
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	5
76001200	SERVICOS DE TECNOLOGIA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	40
76001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.061
76001600	SERVICOS EDUCACIONAIS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	3.426
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7.157
76001700	SERVICOS AGROPECUARIOS	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	136
76002000	SERV. CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJ.-INTRA	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	7
76002100	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	25
76002200	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.447
76002301	SERVICOS DE PATENTES	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	116
76002302	SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	9

Natureza da Receita	Descrição	Fonte	Descrição	Valor
76002305	SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	0250	ARRECADADOS RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4
76009900	OUTRAS RECEITAS DE SERVICOS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	121
79110101	REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	0
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	0
79110202	MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	0
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1
79110203	MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	0100	RECURSOS ORDINARIOS	16
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	38
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	11
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	15
79110301	REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	0100	RECURSOS ORDINARIOS	2
		0101	IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	7
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	1
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1
79110800	MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0102	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	0
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	0
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	0
79123101	REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	73
		0140	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	292
79123201	REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1
		0151	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	2
79125505	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP	0100	RECURSOS ORDINARIOS	0
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	1
79125507	JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-18
		0132	JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	-71
79189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	-4
79199900	OUTRAS MULTAS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	-404
		0158	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	-1.617
79220100	RESTITUICOES DE CONVENIOS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	6
		0150	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	-43
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	122
79220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	444
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	12
79220800	RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	0100	RECURSOS ORDINARIOS	51
		0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	1.379
79229900	OUTRAS RESTITUICOES	0100	RECURSOS ORDINARIOS	1.644
79909900	OUTRAS RECEITAS	0250	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	15
TOTAL				1.251.826.581

Fonte: SIAFI.

3.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 1.223.798 milhões, representando 78,2% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual superior ao de 2006 (68,4%). O valor total executado teve um crescimento nominal de 3,39% em relação a 2006, o que representa em termos reais uma ligeira retração (considerando os valores de 2006 atualizados pelo IPCA) de 1%, ou R\$ 12 bilhões. Nesse total executado estão incluídas as despesas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa que totalizaram R\$ 612.188 milhões, o que representa 50% das despesas da União. Esse valor é 9,7% inferior ao valor corrigido de 2006.

O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 3.4-13 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

CRÉDITOS	2007			2006		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO
Iniciais e Especiais	1.514.190	1.179.226	77,9	1.707.412	1.165.606	68,3
Extraordinários	569	196	34,5	465	133	28,7
	49.382	44.375	89,9	22.299	17.972	80,6
TOTAL	1.564.141	1.223.798	78,2	1.730.177	1.183.711	68,4

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

3.4.2.1 – Despesas segundo as classificações institucional e funcional

Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A tabela 3.4-14 demonstra a execução da despesa por órgão superior. A tabela evidencia o montante total considerado executado, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, mas apresenta em uma coluna separada apenas os valores efetivamente liquidados, para efeito de comparação. A diferença, isto é, a despesa considerada executada, mas não efetivamente liquidada, corresponde à inscrição de restos a pagar não-processados do exercício. Com a criação, no exercício de 2007, de conta contábil de controle específica para esses créditos considerados executados por inscrição de restos a pagar não-processados, sua demonstração tornou-se mais simples e transparente.

TABELA 3.4-14 – DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2007

R\$ milhões

ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA	DESPESA	% (a) / (b)	% do total
Câmara Dos Deputados	2.778	3.143	88,4%	0,3%
Senado Federal	2.494	2.565	97,2%	0,2%
Tribunal De Contas Da União	1.011	1.060	95,4%	0,1%
Supremo Tribunal Federal	351	451	77,7%	0,0%
Superior Tribunal De Justiça	706	844	83,7%	0,1%
Justiça Federal	12.500	13.323	93,8%	1,1%
Justiça Militar Da União	254	261	97,4%	0,0%
Justiça Eleitoral	2.960	3.162	93,6%	0,3%
Justiça Do Trabalho	8.874	9.268	95,7%	0,8%
Justiça Do Distrito Federal E Dos Territórios	1.070	1.149	93,1%	0,1%
Presidência Da República	3.277	3.723	88,0%	0,3%
Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão	2.832	3.658	77,4%	0,3%
Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento	6.032	6.572	91,8%	0,5%
Ministério Da Ciência E Tecnologia	3.570	4.465	80,0%	0,4%
Ministério Da Fazenda	724.480	732.378	98,9%	59,8%
Ministério Da Educação	32.308	35.578	90,8%	2,9%
Ministério Do Desenvolvimento, Indústria E Comércio	2.535	2.602	97,4%	0,2%
Ministério Da Justiça	6.341	6.968	91,0%	0,6%
Ministério De Minas E Energia	11.641	14.074	82,7%	1,2%
Ministério Da Previdência Social	200.496	200.816	99,8%	16,4%
Ministério Público Da União	2.356	2.626	89,7%	0,2%
Ministério Das Relações Exteriores	1.623	1.640	99,0%	0,1%
Ministério Da Saúde	42.861	48.172	89,0%	3,9%

Ministério Do Trabalho E Emprego	29.692	30.817	96,3%	2,5%
Ministério Dos Transportes	7.196	13.161	54,7%	1,1%
Ministério Das Comunicações	1.171	1.586	73,8%	0,1%
Ministério Da Cultura	516	824	62,6%	0,1%
Ministério Do Meio Ambiente	1.332	1.429	93,2%	0,1%
Ministério Do Desenvolvimento Agrário	3.730	5.041	74,0%	0,4%
Ministério Do Esporte	789	1.446	54,6%	0,1%
Ministério Da Defesa	38.166	40.678	93,8%	3,3%
Ministério Da Integração Nacional	6.133	10.067	60,9%	0,8%
Ministério Do Turismo	626	1.799	34,8%	0,1%
Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome	10.973	11.047	99,3%	0,9%
Ministério Das Cidades	1.808	7.405	24,4%	0,6%
TOTAL	1.175.480	1.223.798		100%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Na próxima tabela, pode-se analisar a estrutura da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

TABELA 3.4-15 – DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2007 E 2006

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
LEGISLATIVO	6.768	6.495	0,6	0,5
JUDICIÁRIO	28.458	25.835	2,3	2,2
EXECUTIVO	1.188.572	1.151.381	97,1	97,3
Pessoal e Encargos Sociais	102.333	92.143	8,4	7,8
Juros e Encargos da Dívida	140.310	151.150	11,5	12,8
Amortização da Dívida	97.091	120.927	7,9	10,2
Refinanciamento da Dívida Pública	374.783	376.833	30,6	31,8
Transferências Constitucionais	144.368	126.855	11,8	10,7
Benefícios Previdenciários	177.696	161.745	14,5	13,7
Demais Despesas	151.991	121.727	12,4	10,3
TOTAL	1.223.798	1.183.711		100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Notas:

1 – Nas Transferências Constitucionais estão sendo consideradas as transferências voluntárias, inclusive;

2 – Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 24.545, registrando um crescimento real (IPCA) de 2,7%. Essas despesas, representaram 69,7% da despesa desses Poderes.

Ainda nos Poderes Legislativo e Judiciário, as Outras Despesas Correntes responderam por 27,5% das despesas. No Judiciário foram mais relevantes as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 68,7% e 12,9% desse grupo de despesa, respectivamente. No Legislativo, foram relevantes as despesas com passagens e despesas com locomoção (R\$ 99,6 milhões), indenizações e restituições (R\$ 150,4 milhões), auxílio-alimentação (R\$ 162,5 milhões), locação de mão-de-obra (R\$ 210,7 milhões) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (R\$ 298,7 milhões).

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R\$ 151.991 milhões. Destacaram-se as Concessões de Empréstimos, no valor de R\$ 26.510 milhões, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com R\$ 17.394 milhões, e Outros Benefícios de Natureza Social com R\$ 17.925 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação por categoria econômica.

Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2007, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca “responder basicamente à indagação ‘em que’ área de ação governamental a despesa será realizada”. A tabela 3.4-16 a seguir demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Mais adiante, as figuras 3.4-10 e 3.4-11 ilustram essas mesmas informações.

TABELA 3.4-16 – DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2007

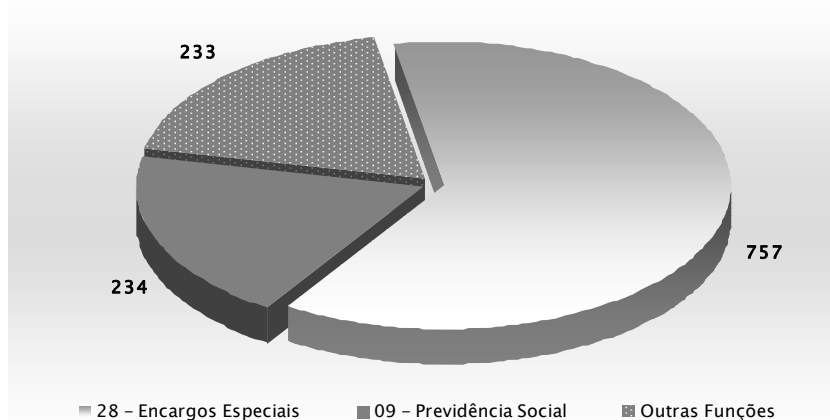
R\$ milhões

FUNÇÃO	DESPESA EXECUTADA	%
28 – Encargos Especiais	756.822	61,8%
09 – Previdência Social	234.375	19,2%
10 – Saúde	45.723	3,7%
08 – Assistência Social	24.714	2,0%
12 – Educação	24.353	2,0%
11 – Trabalho	19.752	1,6%
05 – Defesa Nacional	19.568	1,6%
02 – Judiciária	16.059	1,3%
04 – Administração	14.105	1,2%
26 – Transporte	12.239	1,0%
20 – Agricultura	11.345	0,9%
06 – Segurança Pública	5.293	0,4%
01 – Legislativa	4.952	0,4%
21 – Organização Agrária	4.854	0,4%
15 – Urbanismo	4.430	0,4%
19 – Ciência e Tecnologia	4.329	0,4%
03 – Essencial à Justiça	3.735	0,3%
18 – Gestão Ambiental	3.248	0,3%
23 – Comércio e Serviços	2.877	0,2%
22 – Indústria	2.821	0,2%
17 – Saneamento	1.555	0,1%
07 – Relações Exteriores	1.480	0,1%
27 – Desporto e Lazer	1.415	0,1%
14 – Direitos da Cidadania	947	0,1%
24 – Comunicações	906	0,1%
13 – Cultura	758	0,1%
16 – Habitação	600	0,0%
25 – Energia	543	0,0%
Total	1.223.798	100,0%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-10 – DESPESAS POR FUNÇÃO – 2007

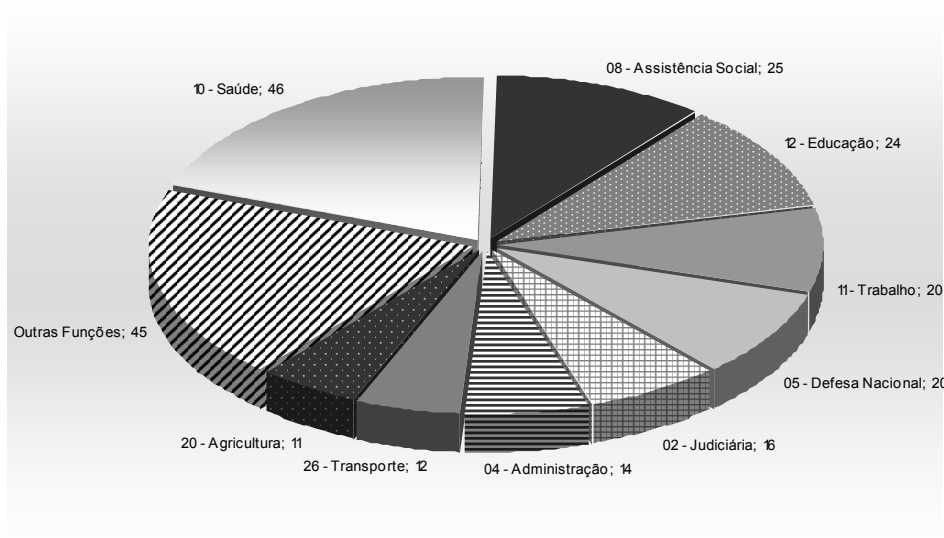
R\$ bilhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-11 – DESPESAS POR FUNÇÃO – 2007
(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES 28 – ENCARGOS ESPECIAIS E 09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL)

R\$bilhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2007 esclarece:

“Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.

[...]

Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação.”

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional, sem agregar informações adicionais ou mais ricas. A figura 3.4-12 torna clara essa relação, ao evidenciar o percentual das despesas executadas em cada função pelo(s) respectivo(s) órgão(s) típico(s). A tabela 3.4-17 elenca os órgãos típicos de cada função.

FIGURA 3.4-12 – EXECUÇÃO DA DESPESA PELOS ÓRGÃOS TÍPICOS DE CADA FUNÇÃO – 2007



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-17 – ÓRGÃOS TÍPICOS DAS FUNÇÕES

FUNÇÃO	ÓRGÃO(S) TÍPICO(S)
01 - Legislativa	Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União
02 - Judiciária	Órgãos do Poder Judiciário
03 - Essencial à Justiça	Ministério Público da União e Presidência da República (AGU)
04 - Administração	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda
05 - Defesa Nacional	Ministério da Defesa
06 - Segurança Pública	Ministério da Justiça
07 - Relações Exteriores	Ministério das Relações Exteriores
08 - Assistência Social	Ministério da Previdência e Ministério do Desenvolvimento Social
09 - Previdência Social	Ministério da Previdência
10 - Saúde	Ministério da Saúde
11 - Trabalho	Ministério do Trabalho e do Emprego
12 - Educação	Ministério da Educação
13 - Cultura	Ministério da Cultura
14 - Direitos da Cidadania	Ministério da Justiça e Presidência da República
15 - Urbanismo	Ministério das Cidades
16 - Habitação	Ministério das Cidades
17 - Saneamento	Ministério das Cidades
18 - Gestão Ambiental	Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração Nacional
19 - Ciência e Tecnologia	Ministério da Ciência e Tecnologia
20 - Agricultura	Ministério da Agricultura e Ministério da Fazenda
21 - Organização Agrária	Ministério do Desenvolvimento Agrário
22 - Indústria	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
23 - Comércio e Serviços	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério do Turismo e Ministério da
24 - Comunicações	Ministério das Comunicações
25 - Energia	Ministério de Minas e Energia
26 - Transporte	Ministério dos Transportes
27 - Desporto e Lazer	Ministério do Esporte
28 - Encargos Especiais	Ministério da Fazenda

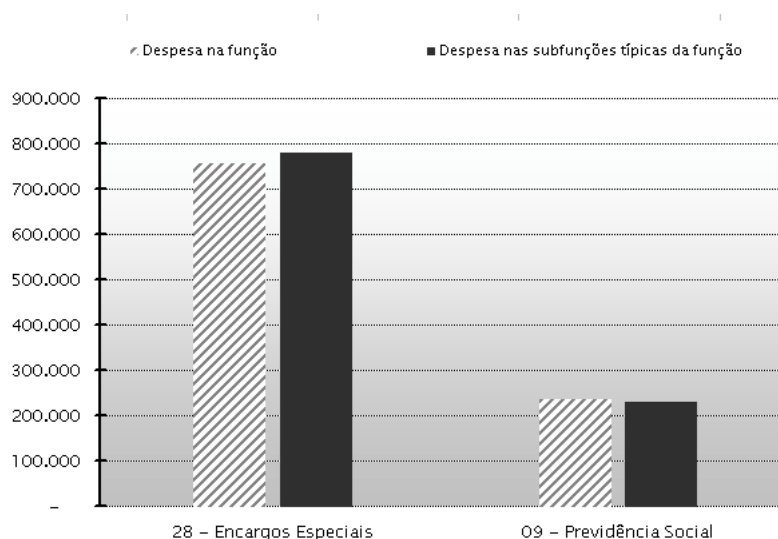
Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2007:

“A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas na Portaria no 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção.”

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações mais ricas sobre a execução orçamentária da despesa do que a função. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Assim, é possível compilar a despesa executada classificada por funções típicas das subfunções. Essa classificação é capaz de fornecer um panorama da execução da despesa por áreas de atuação governamental mais próximo da realidade.

As figuras 3.4-13 a 3.4-15 comparam a execução nas funções com a execução nas subfunções típicas¹ das funções em que foram registradas as despesas.

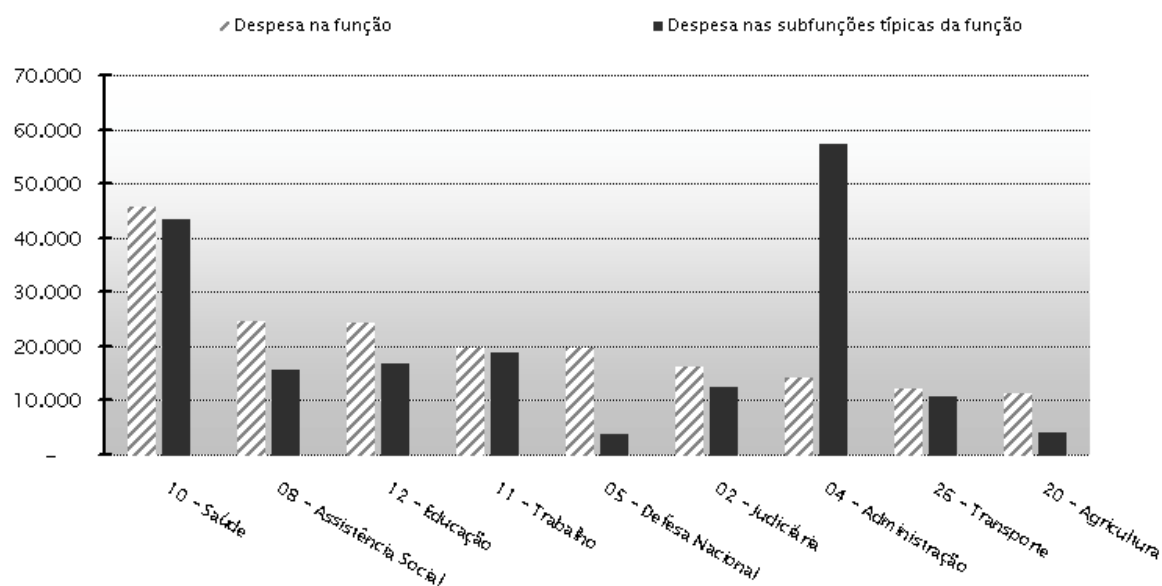
FIGURA 3.4-13 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

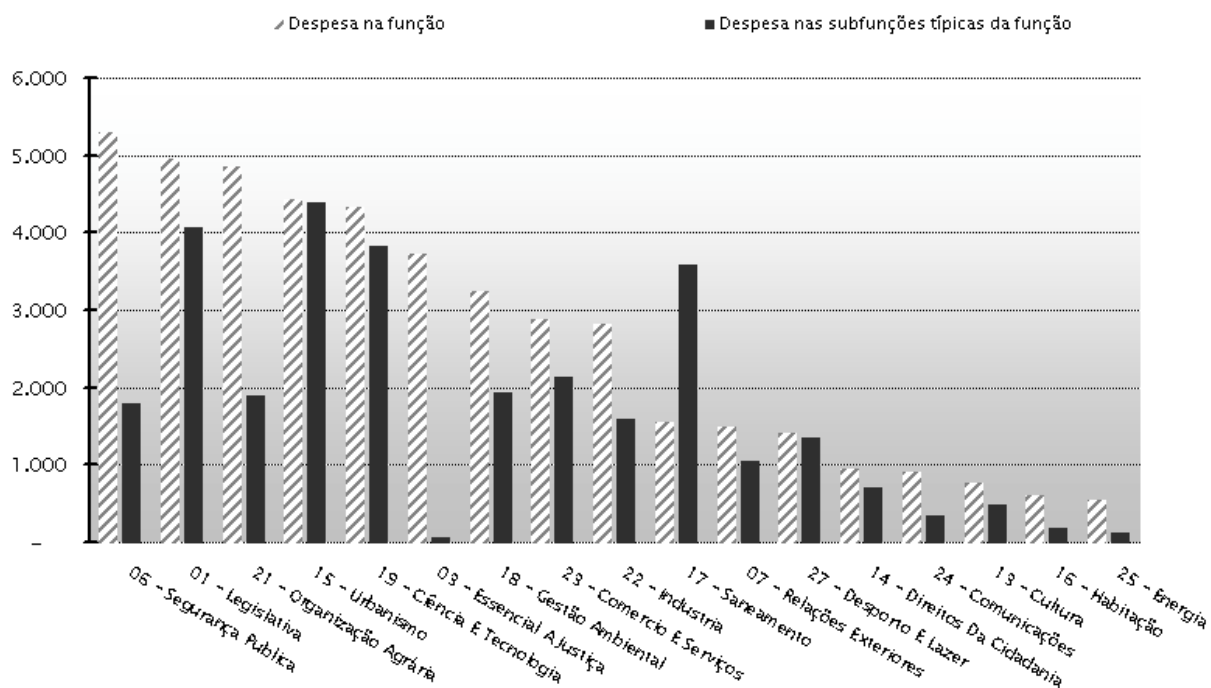
¹ Conforme tabela de funções e subfunções do MTO 2007.

FIGURA 3.4-14 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-15 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-18 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO

R\$ milhões

FUNÇÃO	DESPESA EXECUTADA NA FUNÇÃO	DESPESA EXECUTADA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO	DIFERENÇA
28 - Encargos Especiais	756.822	780.545	(23.723)
09 - Previdência Social	234.375	230.683	3.691
10 - Saúde	45.723	43.519	2.204
08 - Assistência Social	24.714	15.629	9.085
12 - Educação	24.353	16.919	7.434
11 - Trabalho	19.752	18.842	910
05 - Defesa Nacional	19.568	3.832	15.736
02 - Judiciária	16.059	12.313	3.746
04 - Administração	14.105	57.233	(43.127)
26 - Transporte	12.239	10.720	1.519
20 - Agricultura	11.345	4.040	7.305
06 - Segurança Pública	5.293	1.792	3.501
01 - Legislativa	4.952	4.068	884
21 - Organização Agrária	4.854	1.895	2.958
15 - Urbanismo	4.430	4.398	32
19 - Ciência E Tecnologia	4.329	3.823	506
03 - Essencial A Justiça	3.735	70	3.665
18 - Gestão Ambiental	3.248	1.924	1.325
23 - Comércio E Serviços	2.877	2.140	738
22 - Indústria	2.821	1.600	1.221
17 - Saneamento	1.555	3.588	(2.033)
07 - Relações Exteriores	1.480	1.040	440
27 - Desporto E Lazer	1.415	1.347	68
14 - Direitos Da Cidadania	947	706	242
24 - Comunicações	906	333	573
13 - Cultura	758	492	265
16 - Habitação	600	180	420
25 - Energia	543	127	415
Total	1.223.798	1.223.798	-

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Essas informações sugerem que, com exceção das funções Administração, Saneamento e Encargos Sociais, as despesas efetivamente executadas em ações relacionadas às várias áreas governamentais foram menores do que o indicado pelas funções. Como visto, isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa e não com a efetiva área da atuação governamental correspondente a essa despesa.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

3.4.2.2 – Despesas segundo a classificação econômica da despesa

TABELA 3.4-19 – DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
VISÃO GERAL – UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Despesas Correntes	687.108	639.022	56,1	54,0
Transferências Intergovernamentais e Aplicação Direta	687.108	639.022	56,1	54,0
Despesas de Capital	536.690	544.689	43,9	46,0
Transferências Intergovernamentais e Aplicação Direta	536.690	544.689	43,9	46,0
TOTAL	1.223.798	1.183.711	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

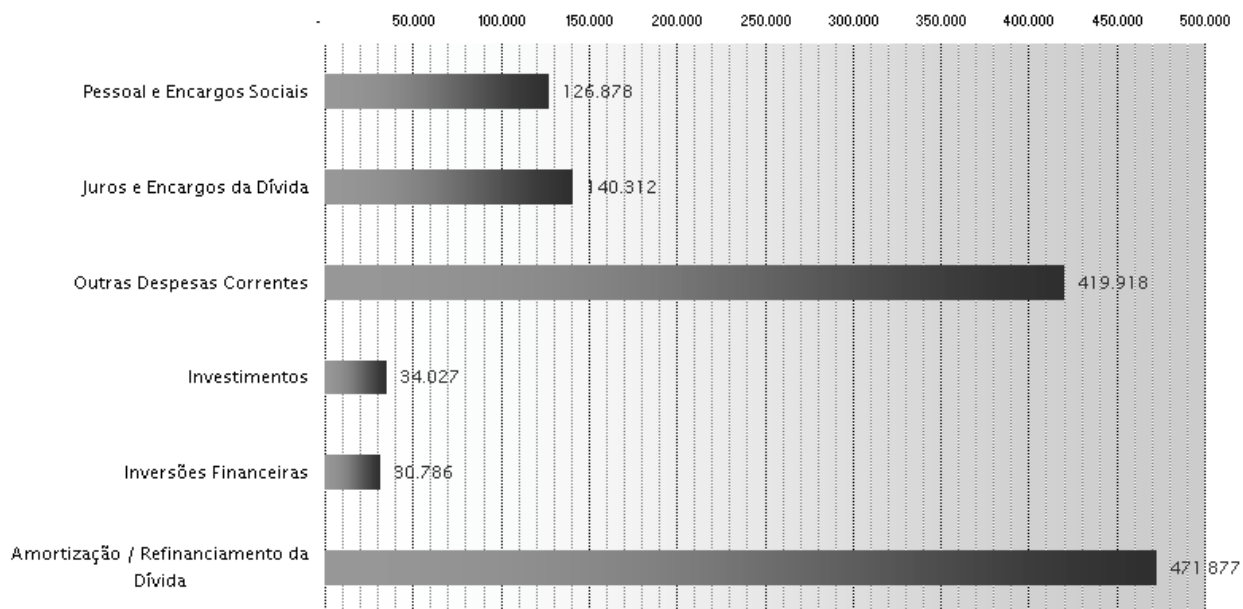
Como será demonstrado a seguir, a análise da despesa pelo critério de classificação econômica evidencia o forte comprometimento das despesas da União com aquelas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros e Encargos, Amortização e Refinanciamento das Dívidas que, neste exercício, representaram 11,5%, 7,9% e

30,6%, respectivamente de todas as despesas da União. Juntas, portanto, responderam por 50% da despesas de 2007, percentual extremamente elevado, mas inferior aos 56,3% verificados em 2006.

A figura 3.4-16 apresenta as despesas executadas em 2007 por grupo de despesa; a 3.4-17, por modalidade de aplicação.

FIGURA 3.4-16 –DESPESAS POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO – 2007

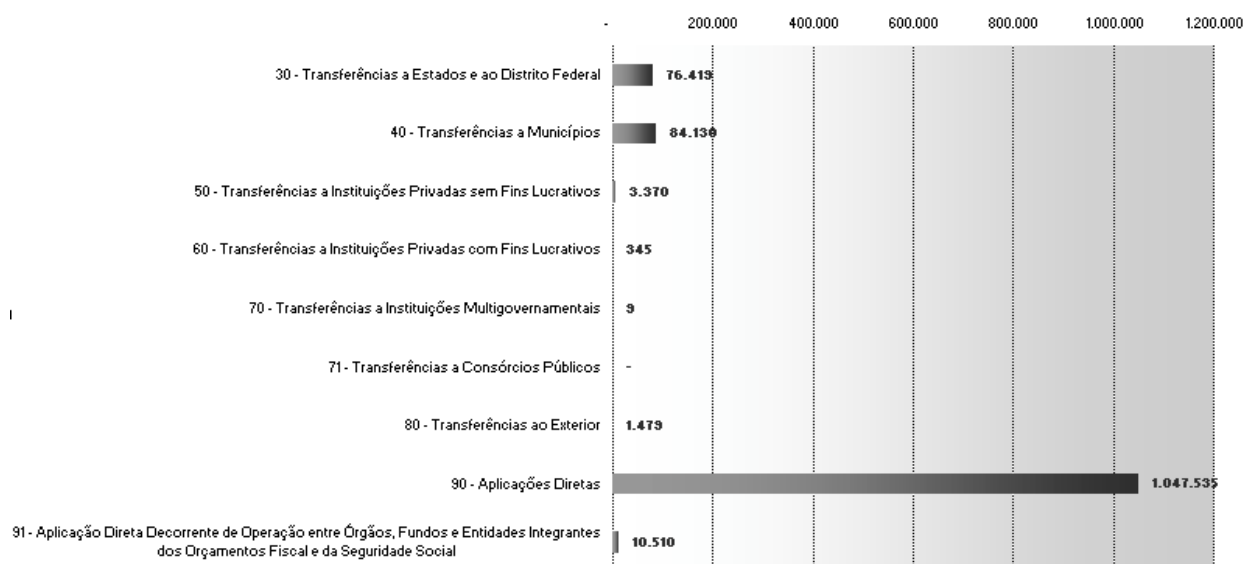
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-17 –DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-20 – DESPESAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2007

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EXECUTADO	R\$ milhões
		%
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	374.611	30,6%
01 - Aposentadorias e Reformas	148.213	12,1%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	135.025	11,0%
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	106.402	8,7%
03 - Pensões	61.252	5,0%
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	48.629	4,0%
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	48.141	3,9%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	45.713	3,7%
41 - Contribuições	41.031	3,4%
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	26.510	2,2%
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	19.630	1,6%
05 - Outros Benefícios Previdenciários	19.264	1,6%
10 - Outros Benefícios de Natureza Social	17.925	1,5%
06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	13.468	1,1%
51 - Obras e Instalações	13.138	1,1%
42 - Auxílios	11.661	1,0%
91 - Sentenças Judiciais	11.550	0,9%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	10.341	0,8%
13 - Obrigações Patronais	9.273	0,8%
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	9.103	0,7%
30 - Material de Consumo	7.471	0,6%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	6.619	0,5%
45 - Equalização de Preços e Taxas	5.942	0,5%
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	5.245	0,4%
52 - Equipamentos e Material Permanente	4.458	0,4%
93 - Indenizações e Restituições	3.681	0,3%
37 - Locação de Mão-de-Obra	2.492	0,2%
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1.858	0,2%
46 - Auxílio-Alimentação	1.726	0,1%
61 - Aquisição de Imóveis	1.639	0,1%
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.418	0,1%
32 - Material de Distribuição Gratuita	1.094	0,1%
04 - Contratação por Tempo Determinado	951	0,1%
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	949	0,1%
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	949	0,1%
62 - Aquisição de Produtos para Revenda	721	0,1%
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	638	0,1%
14 - Diárias – Civil	538	0,0%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	514	0,0%
49 - Auxílio-Transporte	512	0,0%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	487	0,0%
28 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	343	0,0%
35 - Serviços de Consultoria	326	0,0%
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	324	0,0%
74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	324	0,0%
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	307	0,0%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	292	0,0%
95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	180	0,0%
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	172	0,0%
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	157	0,0%
43 - Subvenções Sociais	156	0,0%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	110	0,0%
27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	110	0,0%
15 - Diárias - Militar	84	0,0%
67 - Depósitos Compulsórios	49	0,0%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	24	0,0%
19 - Auxílio-Fardamento	21	0,0%
24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	19	0,0%
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	14	0,0%
09 - Salário-Família	1	0,0%
34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	1	0,0%
38 - Arrendamento Mercantil	0	0,0%
TOTAL	1.223.798	100,0%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e com o custeio básico da União, também denominado outras despesa correntes. Nesse grupo, na modalidade Aplicações Diretas, destacam-se especialmente os pagamentos referentes a Benefícios da Previdência Social. na modalidade de Transferências a Estados, DF e Municípios, ganham relevância os repasses Constitucionais que somaram R\$ 144.368 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), IOF e outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundeb.

Na tabela seguinte, demonstra-se a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa e suas respectivas modalidades.

TABELA 3.4-21 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2007 E 2006

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Transferências a Estados e Distrito Federal	48	125	0,0	0,0
Aplicações Diretas	117.784	106.928	17,1	16,7
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	9.046	7.959	1,3	1,2
Subtotal	126.878	115.012	18,5	18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Aplicações Diretas	140.312	151.152	20,4	23,7
Subtotal	140.312	151.152	20,4	23,7
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	69.043	61.545	10,0	9,6
Transferências a Municípios	75.325	65.311	11,0	10,2
Transferências a Instituições Privadas	2.915	2.198	0,4	0,3
Transferências a Instituições Multigovernamentais	8	5	0,0	0,0
Transferências ao Exterior	1.424	1.372	0,2	0,2
Aplicações Diretas	270.618	242.009	39,4	37,9
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	585	418	0,1	0,1
Subtotal	419.918	372.858	61,1	58,3
TOTAL	687.108	639.022	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A tabela 3.4-22 fornece informações mais detalhadas sobre a execução da despesa nessa categoria econômica.

TABELA 3.4-22 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2007
DESPESAS CORRENTES

DESPESAS CORRENTES	VALOR	% NO GRUPO	% NA CATEGORIA	R\$ milhões
				% NO TOTAL
Grupo de Despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais	126.878	100,0%	18,5%	10,4%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	45.713	36,0%	6,7%	3,7%
01 - Aposentadorias e Reformas	32.935	26,0%	4,8%	2,7%
03 - Pensões	18.082	14,3%	2,6%	1,5%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pes. Militar	10.341	8,2%	1,5%	0,8%
13 - Obrigações Patronais	9.273	7,3%	1,3%	0,8%
91 - Sentenças Judiciais	4.878	3,8%	0,7%	0,4%
Demais elementos	5.655	4,5%	0,8%	0,5%
Grupo de Despesa: 2 - Juros e Encargos da Dívida	140.312	100,0%	20,4%	11,5%
23 - Juros, Deságios e Descontos da Div. Mobiliária	135.025	96,2%	19,7%	11,0%
21 - Juros Sobre a Dívida por Contrato	5.245	3,7%	0,8%	0,4%
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	24	0,0%	0,0%	0,0%
24 - Outros Encargos Sobre A Dívida Mobiliária	19	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo de Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes	419.918	100,0%	61,1%	34,3%
01 - Aposentadorias e Reformas	115.278	27,5%	16,8%	9,4%
81 - Distribuição De Receitas	106.402	25,3%	15,5%	8,7%
03 - Pensões	43.171	10,3%	6,3%	3,5%
41 - Contribuições	38.210	9,1%	5,6%	3,1%
05 - Outros Benefícios Previdenciários	19.264	4,6%	2,8%	1,6%
39 - Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Jurídica	18.814	4,5%	2,7%	1,5%
10 - Outros Benefícios De Natureza Social	17.925	4,3%	2,6%	1,5%
06 - Benefício Mensal Ao Deficiente E Ao Idoso	13.468	3,2%	2,0%	1,1%
48 - Outros Auxílios Financeiros A Pessoa Física	9.103	2,2%	1,3%	0,7%
30 - Material De Consumo	6.868	1,6%	1,0%	0,6%
91 - Sentenças Judiciais	6.565	1,6%	1,0%	0,5%

45 - Equalização De Preços E Taxas	5.942	1,4%	0,9%	0,5%
93 - Indenizações E Restituições	3.654	0,9%	0,5%	0,3%
92 - Despesas De Exercícios Anteriores	3.523	0,8%	0,5%	0,3%
37 - Locação De mão-de-obra	2.488	0,6%	0,4%	0,2%
46 - Auxílio-Alimentacao	1.726	0,4%	0,3%	0,1%
18 - Auxílio Financeiro A Estudantes	1.418	0,3%	0,2%	0,1%
32 - Material De Distribuição Gratuita	1.094	0,3%	0,2%	0,1%
36 - Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física	949	0,2%	0,1%	0,1%
Demais	4.055	1,0%	0,6%	0,3%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	687.108		100,0%	56,1%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

O grupo Juros e Encargos da Dívida continua com uma participação nas despesas correntes superior ao grupo Pessoal e Encargos Sociais. As despesas com Aposentadorias e Reformas e Pensões corresponderam a 40,3% de todas as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

As aplicações diretas de “Outras Despesas Correntes” abrangem não só os Benefícios Previdenciários, como, também, todo o custeio básico da Administração Pública (serviços e consumo). Neste Grupo, destacaram-se os gastos com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (R\$ 18.814 milhões), Material de Consumo (R\$ 6.868 milhões) e Outros Benefícios de Natureza Social (R\$ 17.925 milhões).

Os gastos com Pessoal e Encargos Sociais cresceram 10,3% em relação aos valores de 2006 e totalizaram R\$ 126.878 milhões, representando 18,5% da categoria Corrente. O Poder Executivo responde por R\$ 102.333 milhões, ou 80,7% desse grupo.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 43,9% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A amortização da dívida interna vem, ao longo dos anos, sendo o mais expressivo grupo das Despesas de Capital, em função da rolagem da dívida interna e externa. No exercício em análise, a emissão de Títulos Públicos Federais necessários ao refinanciamento da dívida somou R\$ 378.716 milhões, sendo que a aplicação desses recursos na despesa realizada situou-se em R\$ 374.783 milhões. Os valores relativos ao conjunto da Dívida Interna e Externa, amortização e refinanciamento, totalizaram R\$ 471.877 milhões, representando 38,6%, das Despesas da União e 87,9% das Despesas de Capital.

Nas tabelas a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em suas respectivas modalidades e elementos de despesa, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

TABELA 3.4-23 – DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2007 E 2006

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Investimentos				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	7.227	2.120	1,3	0,4
Transferências a Municípios	8.805	5.814	1,6	1,1
Transferências a Instituições Privadas	800	1.122	0,1	0,2
Transferências a Instituições Multigovernamentais	1	0	0,0	0,0
Transferências ao Exterior	56	121	0,0	0,0
Aplicações Diretas	17.125	10.418	3,2	1,9
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	13	11	0,0	0,0
Subtotal	34.027	19.607	6,2	3,6
Inversões Financeiras				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	101	37	0,0	0,0
Aplicações Diretas	29.819	26.628	5,6	4,9
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	866	655	0,2	0,1
Subtotal	30.786	27.320	5,8	5,0
Amortização da Dívida				
Aplicações Diretas	471.877	497.762	87,9	91,4
Subtotal	471.877	497.762	87,9	91,4
TOTAL	536.690	544.689	99,9	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.4-24 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2007
DESPESAS DE CAPITAL

R\$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR	% NO GRUPO	% NA CATEGORIA	% NO TOTAL
Grupo de Despesa: 4 - Investimentos	34.027	100,0%	6,3%	2,8%
51 - Obras e Instalações	13.138	38,6%	2,4%	1,1%
42 - Auxílios	11.661	34,3%	2,2%	1,0%
52 - Equipamentos e Material Permanente	4.458	13,1%	0,8%	0,4%
41 - Contribuições	2.697	7,9%	0,5%	0,2%
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	816	2,4%	0,2%	0,1%
30 - Material de Consumo	603	1,8%	0,1%	0,0%
35 - Serviços de Consultoria	226	0,7%	0,0%	0,0%
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	166	0,5%	0,0%	0,0%
61 - Aquisição de Imóveis	126	0,4%	0,0%	0,0%
Demais	136	0,4%	0,0%	0,0%
Grupo de Despesa: 5 - Inversões Financeiras	30.786	100,0%	5,7%	2,5%
66 - Concessão De Empréstimos E Financiamentos	26.510	86,1%	4,9%	2,2%
65 - Constit. Ou Aumento De Capital De Empresas	1.858	6,0%	0,3%	0,2%
61 - Aquisição De Imóveis	1.513	4,9%	0,3%	0,1%
62 - Aquisição De Bens Para Revenda	721	2,3%	0,1%	0,1%
91 - Sentenças Judiciais	106	0,3%	0,0%	0,0%
41 - Contribuições	76	0,2%	0,0%	0,0%
92 - Despesas De Exercícios Anteriores	0	0,0%	0,0%	0,0%
Grupo de Despesa: 6 - Amortização/Refinanciamento da Dívida	471.877	100,0%	87,9%	38,6%
76 - Principal Da Dívida Mobiliária Refinanciada	374.611	79,4%	69,8%	30,6%
71 - Principal Da Dívida Por Contrato	48.629	10,3%	9,1%	4,0%
72 - Principal Da Dívida Mobiliária Resgatada	48.141	10,2%	9,0%	3,9%
74 - Cor.Monet.E Cambial Da Div.Mobil.Resgatada	324	0,1%	0,1%	0,0%
77 - Principal Corrigido Dívida Contr.Refinanciado	172	0,0%	0,0%	0,0%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	536.690		100,0%	43,9%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Os investimentos representaram apenas 6,3% das Despesas de Capital e 2,8% das despesas totais. Entretanto, a execução da despesa com investimentos cresceu 73,5% nominais em relação a 2006, ou 66,1% se considerarmos os valores de 2006 corrigidos pelo IPCA. A participação dos investimentos nas Despesas de Capital ultrapassou a participação das inversões financeiras, a despeito do crescimento real de 7,9% dessas últimas.

3.4.2.3 – Despesas segundo as fontes de recursos

No item 3.4.1.2, a execução da receita foi analisada sob a ótica das fontes de recursos, que, naquele contexto, forneciam uma certa indicação de destinação dos recursos arrecadados. Quando se analisa a despesa sob a ótica das fontes, essas passam a indicar a origem dos recursos aplicados.

A tabela 3.4-25 demonstra as fonte de recursos utilizadas na execução das despesas de cada grupo de despesa.

TABELA 3.4-25 – DESPESAS POR GRUPO E FONTE DE RECURSOS – UNIÃO – 2007
DESPESAS CORRENTES

		R\$ milhões	
DESPESAS CORRENTES	VALOR	% GRUPO	% TOTAL DA FONTE
Grupo de Despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais	126.878	100,0%	
00 Recursos Ordinários	66.756	52,6%	50,6%
53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	25.455	20,1%	31,3%
69 Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	9.979	7,9%	100,0%
12 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.224	7,3%	68,5%
56 Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	6.689	5,3%	100,0%
51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	4.318	3,4%	17,3%
23 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	1.165	0,9%	100,0%
50 Recursos Próprios Não-Financeiros	1.098	0,9%	14,7%
Demais Fontes	2.194	1,7%	
Grupo de Despesa: 2 - Juros e Encargos da Dívida	140.312	100,0%	
44 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações	112.644	80,3%	71,4%
88 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	25.000	17,8%	99,6%
73 Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios	1.314	0,9%	6,1%
00 Recursos Ordinários	716	0,5%	0,5%
71 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito – BEA/BIB	447	0,3%	32,0%
59 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	186	0,1%	1,4%
Demais Fontes	4	0,0%	
Grupo de Despesa: 3 - Outras Despesas Correntes	419.918	100,0%	
54 Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	135.479	32,3%	100,0%
01 Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	82.556	19,7%	93,8%
53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	55.387	13,2%	68,1%
00 Recursos Ordinários	32.633	7,8%	24,7%
55 Contribuição sobre Movimentação Financeira	22.727	5,4%	99,6%
51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	18.093	4,3%	72,3%
42 Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	12.226	2,9%	96,7%
40 Contribuições para os Programas PIS/PASEP	10.944	2,6%	57,0%
80 Recursos Próprios Financeiros	9.260	2,2%	71,6%
79 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	9.043	2,2%	99,9%
13 Contribuição do Salário-Educação	6.643	1,6%	89,3%
50 Recursos Próprios Não-Financeiros	5.413	1,3%	72,5%
12 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.360	0,8%	25,0%
60 Recursos das Operações Oficiais de Crédito	2.762	0,7%	80,8%
11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	2.107	0,5%	17,1%
84 Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	1.590	0,4%	100,0%
34 Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	1.544	0,4%	97,5%
32 Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/MF	1.431	0,3%	22,7%
74 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.364	0,3%	67,0%
Demais	5.357	1,3%	
TOTAL DESPESAS CORRENTES	687.108		100,0%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.4-26 – DESPESAS POR GRUPO E FONTE DE RECURSOS – UNIÃO – 2007
DESPESAS DE CAPITAL

			R\$ milhões
DESPESAS DE CAPITAL	VALOR	% GRUPO	% TOTAL DA FONTE
Grupo de Despesa: 4 - Investimentos	34.027	100,0%	
00 Recursos Ordinários	15.424	45,3%	11,7%
11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	9.384	27,6%	76,1%
51 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas	2.603	7,7%	10,4%
12 Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	877	2,6%	6,5%
50 Recursos Próprios Não-Financeiros	836	2,5%	11,2%
13 Contribuição do Salário-Educação	799	2,3%	10,7%
29 Recursos de Concessões e Permissões	623	1,8%	25,5%
53 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	505	1,5%	0,6%
42 Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural	419	1,2%	3,3%
48 Operações de Crédito Externas – em Moeda	352	1,0%	57,4%
76 Outras Contribuições Sociais	335	1,0%	29,2%
49 Operações de Crédito Externas – em Bens e/ou Serviços	333	1,0%	92,5%
Demais	1.537	4,5%	
Grupo de Despesa: 5 - Inversões Financeiras	30.786	100,0%	
40 Contribuições para os Programas PIS/PASEP	8.271	26,9%	43,0%
01 Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	5.414	17,6%	6,2%
00 Recursos Ordinários	4.432	14,4%	3,4%
32 Juros de Mora da Receita Administrada pela SRF/MF	4.001	13,0%	63,4%
80 Recursos Próprios Financeiros	3.445	11,2%	26,6%
29 Recursos de Concessões e Permissões	1.208	3,9%	49,5%
64 Títulos da Dívida Agrária	1.110	3,6%	100,0%
11 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	838	2,7%	6,8%
35 Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	698	2,3%	89,8%
60 Recursos das Operações Oficiais de Crédito	655	2,1%	19,2%
18 Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	278	0,9%	19,6%
Demais	436	1,4%	
Grupo de Despesa: 6 - Amortização/Refinanciamento da Dívida	471.877	100,0%	
43 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal	374.783	79,4%	100,0%
44 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações	44.380	9,4%	28,1%
73 Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios	20.189	4,3%	93,9%
59 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	12.313	2,6%	96,1%
00 Recursos Ordinários	12.019	2,5%	9,1%
97 Dividendos – União	6.117	1,3%	100,0%
71 Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito – BEA/BIB	951	0,2%	68,0%
29 Recursos de Concessões e Permissões	401	0,1%	16,4%
Demais	723	0,2%	100,0%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	536.690		100,0%

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Observa-se que a principal fonte de recursos utilizada para as despesas com investimentos são os recursos ordinários, com 45,3% do total aplicado nesse grupo de despesas. Entretanto, 75% dos recursos dessa fonte são destinados às despesas com Pessoal e Encargos Sociais (50,6%) e Outras Despesas Correntes (24,7%).

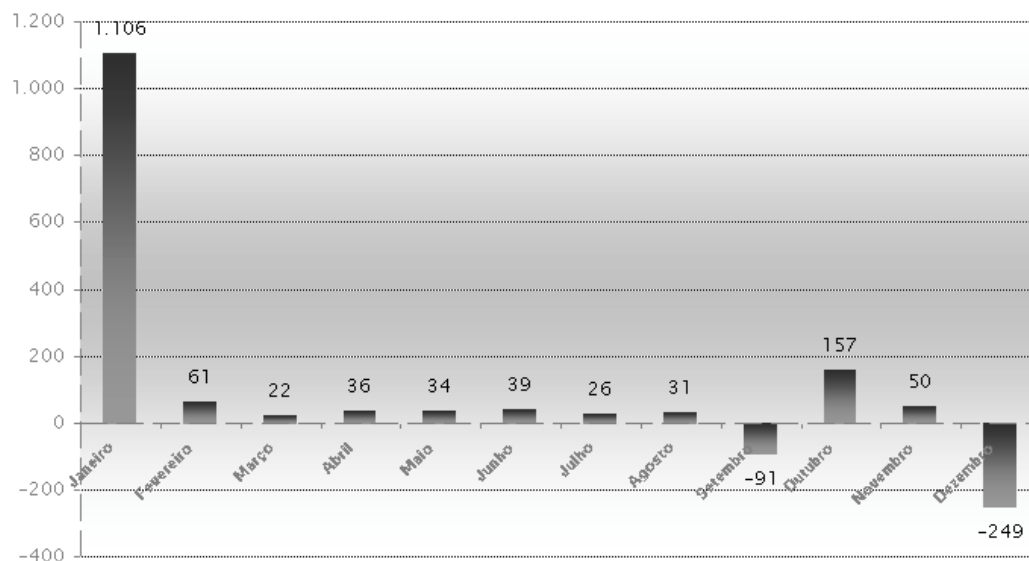
3.4.2.4 – Fases da Execução da Despesa – Análise da evolução mensal

Crédito empenhado

O comportamento do movimento líquido mensal do crédito empenhado é ilustrado abaixo pela figura 3.4-18.

FIGURA 3.4-18 – CRÉDITO EMPENHADO – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007

R\$ milhões

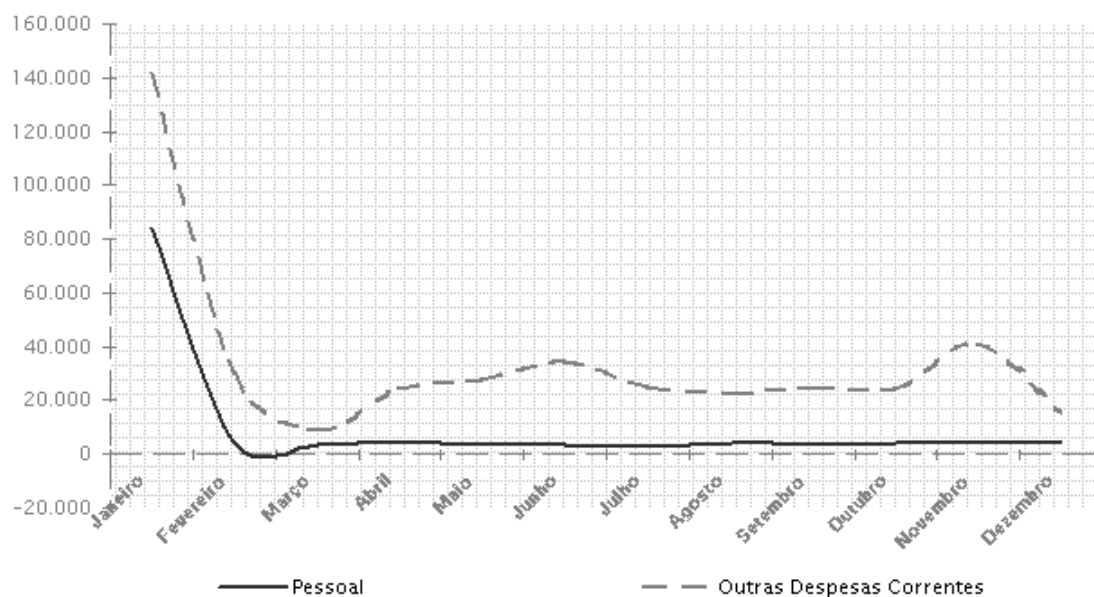


FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Observa-se um movimento elevado em janeiro e um movimento negativo em dezembro. As figuras a seguir plotam o movimento mensal para cada um dos grupos de despesa. Assim, é possível perceber que esse forte movimento em janeiro acontece em todos os grupos de despesa, com exceção do grupo Investimentos, mas se deve sobretudo aos empenhos das despesas com Juros e Encargos e Amortização e Refinanciamento da Dívida (78,4%). Esses dois grupos de despesa também são os responsáveis pelo movimento negativo – isto é, cancelamento de empenhos – em dezembro. No caso dos investimentos, o movimento mais importante no crédito empenhado acontece em dezembro.

**FIGURA 3.4-19 – CRÉDITO EMPENHADO – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

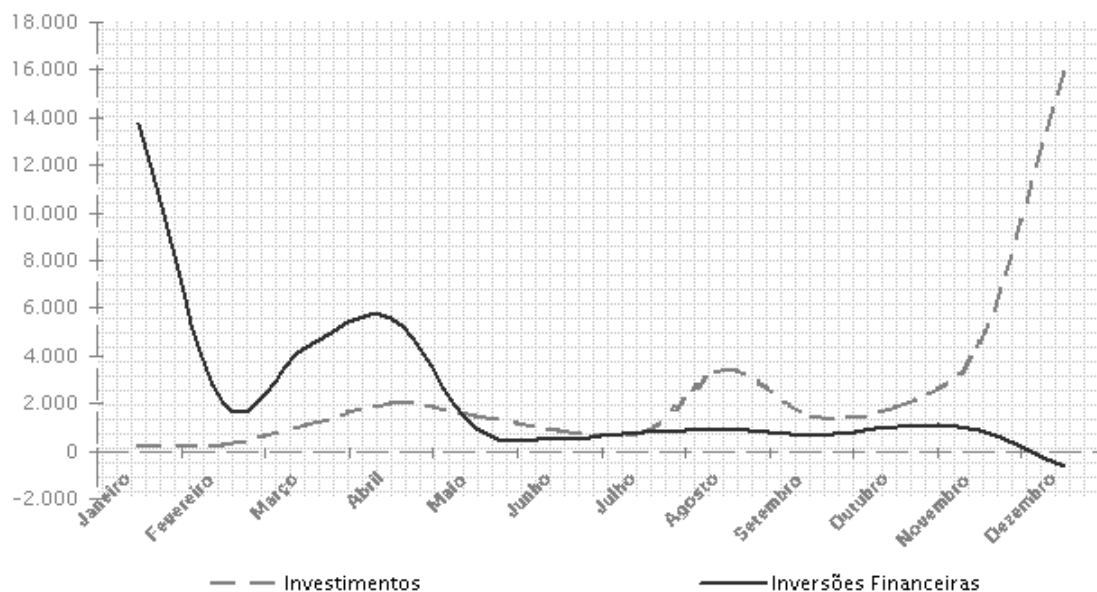
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-20 – CRÉDITO EMPENHADO – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007
INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS

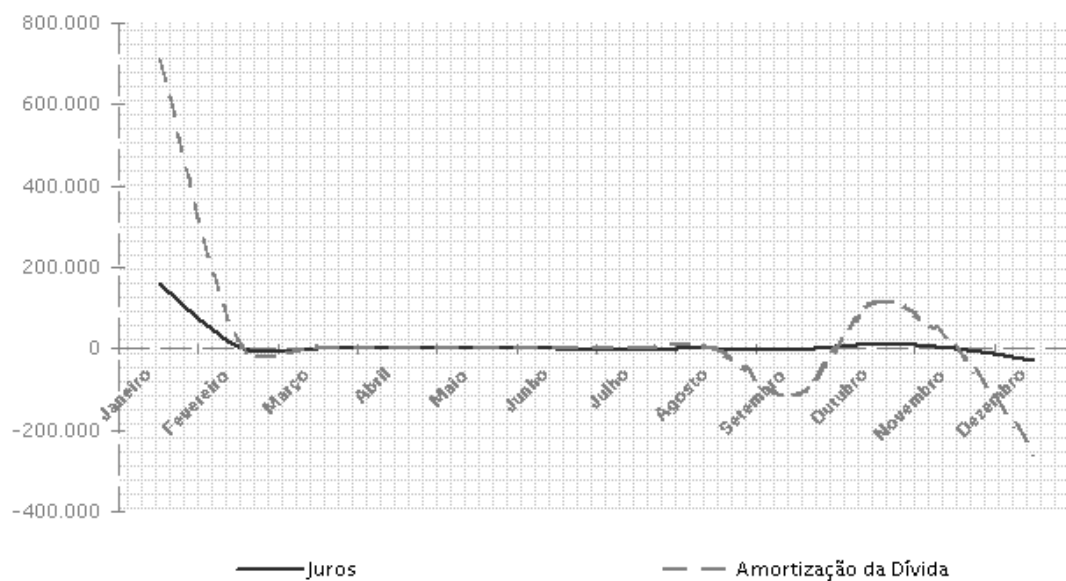
R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-21 – CRÉDITO EMPENHADO – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007
JUROS E AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

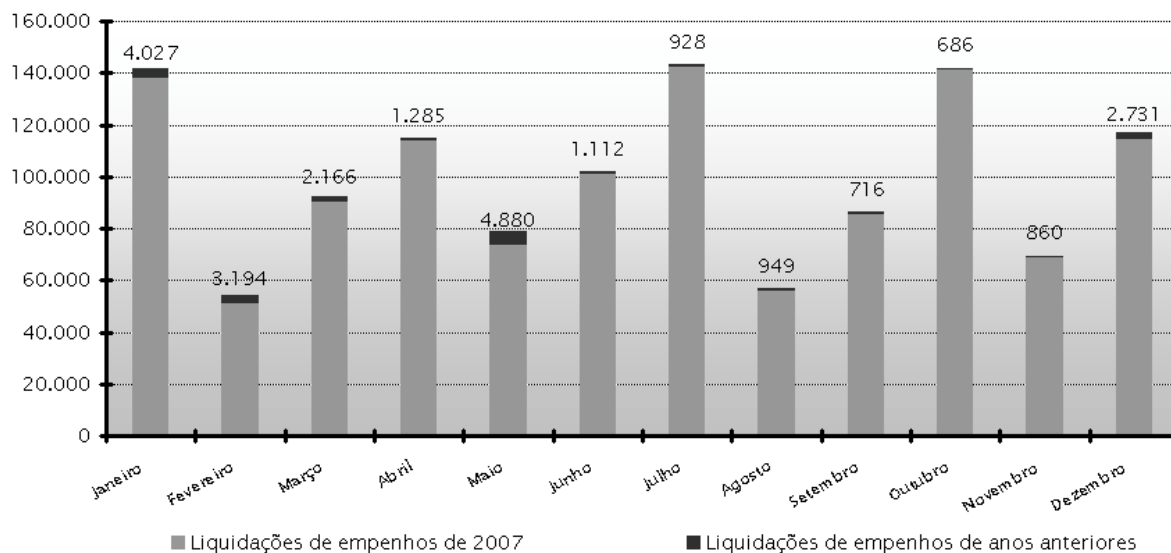
Empenhos liquidados

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320, de 1964, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública. Tais despesas, consideradas executadas mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas encontram-se ilustradas na Figura 3.4-22, em que se evidenciam

também os valores liquidados referentes a empenhos de exercícios anteriores a 2007, ou seja, restos a pagar não-processados. Esses valores aparecem destacados abaixo.

FIGURA 3.4-22 – EMPENHOS LIQUIDADOS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Infere-se que foram liquidados em 2007 R\$ 23.535 milhões referentes a empenhos de exercícios anteriores. Desses, 94,6% se referem a empenhos de 2006, 5,4% a empenhos de 2005 e um valor residual (R\$ 1 milhão) a empenhos de 2004.

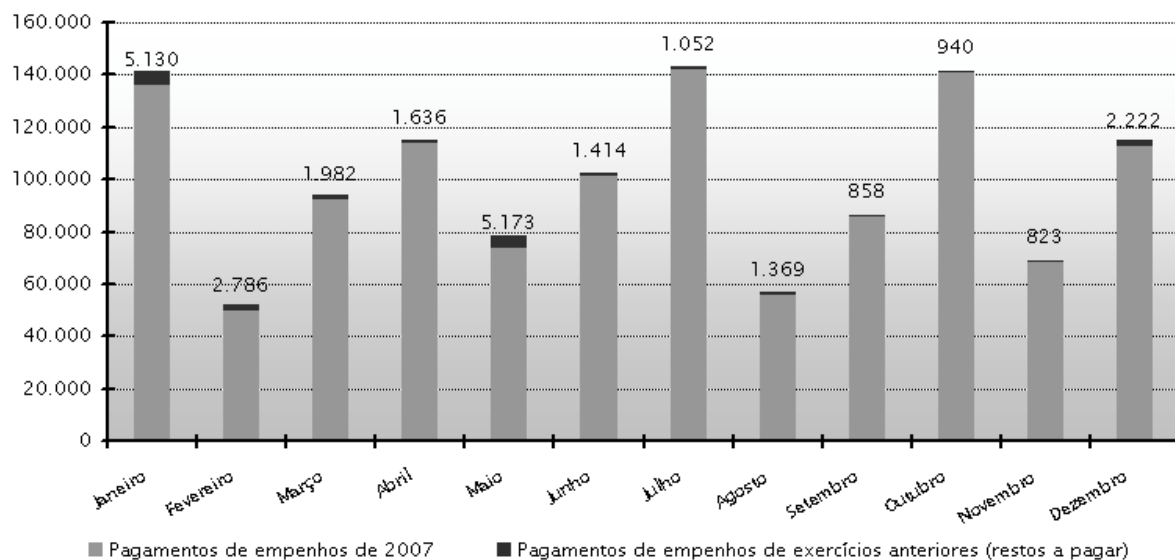
É importante ressaltar mais uma vez que os valores liquidados referentes a empenhos de exercícios anteriores a 2007 já foram registrados como despesas públicas no exercício do respectivo empenho. Assim, o total liquidado apresentado na figura 3.4-22 é superior à despesa pública registrada em 2007, uma vez que, além dessa, estão incluídas também despesas já registradas em exercícios anteriores, mas que ainda não foram liquidadas.

Empenhos Pagos

A figura 3.4-23 ilustra o movimento líquido mensal dos empenhos pagos. Também aqui se evidenciam não só os pagamentos de empenhos emitidos em 2007, mas também os emitidos em exercícios anteriores – e inscritos em restos a pagar no respectivo exercício. No caso de pagamentos, no entanto, estão incluídos também os restos a pagar processados, isto é, despesas empenhadas e devidamente liquidadas no mesmo exercício, mas que não passaram pelo estágio do pagamento até o encerramento do exercício em questão. Mais adiante, a figura 3.4-24 evidencia esses pagamentos por agente financeiro, demonstrando as quantidades e os valores movimentados por ordens bancárias do Banco do Brasil e do Banco Central.

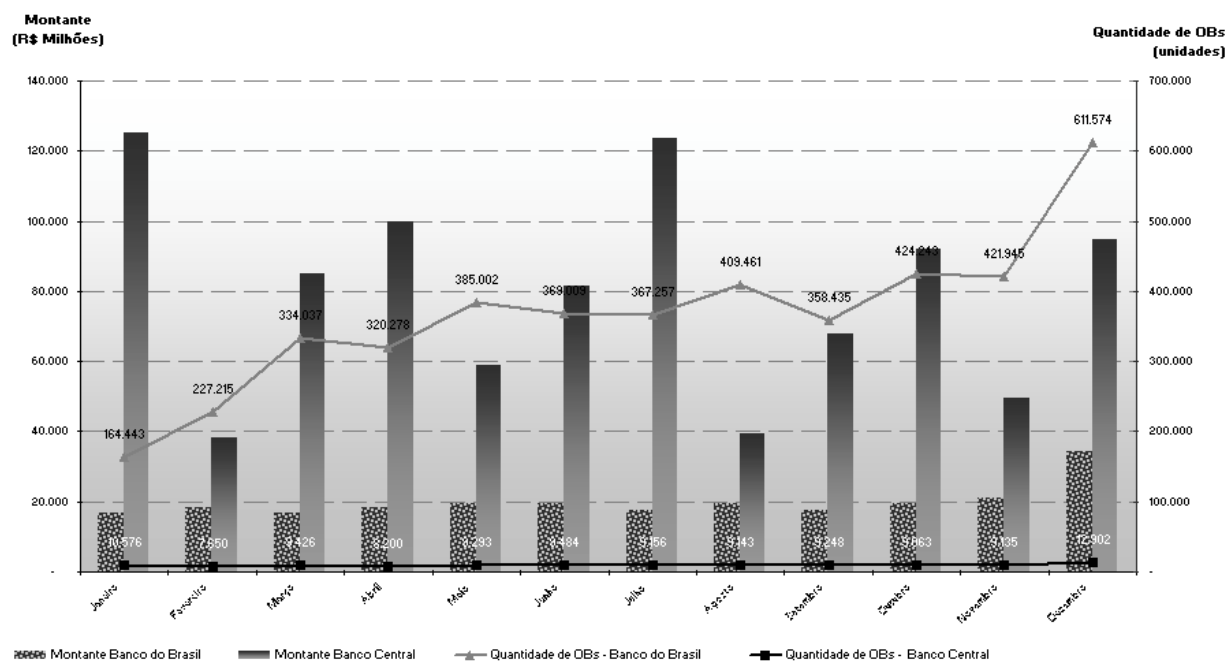
FIGURA 3.4-23 – EMPENHOS PAGOS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – UNIÃO – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.4-24 – MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2007

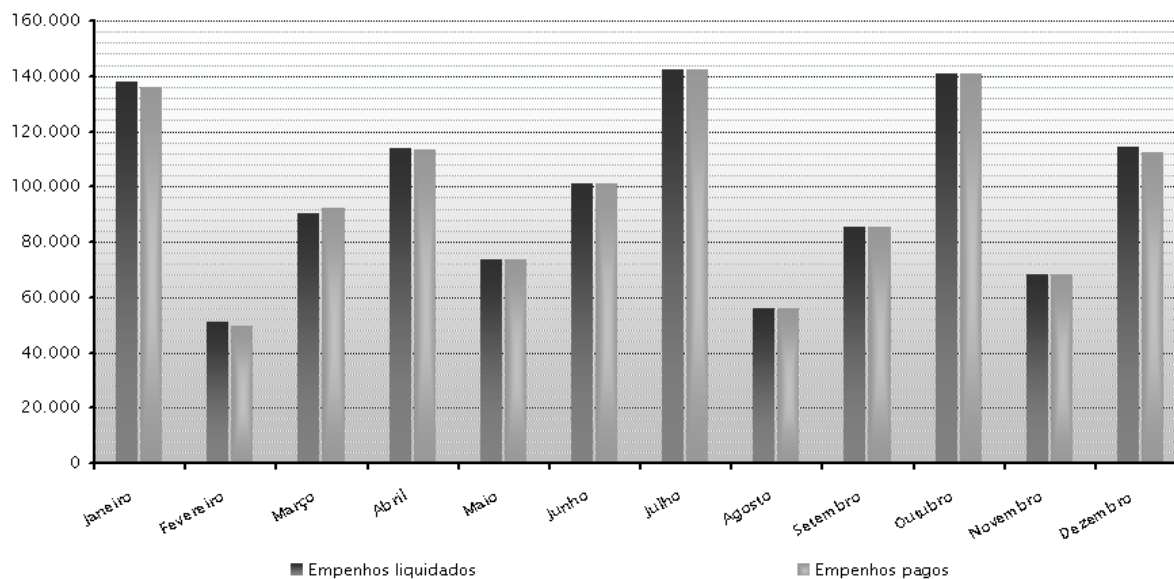


FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Finalmente, a figura 3.4-25 mostra em um único gráfico o movimento líquido mensal das liquidações e pagamentos dos empenhos de 2007, de onde se percebe que essas duas fases da execução da despesa evoluíram de forma bastante aderente.

FIGURA 3.4-25 – EMPENHOS DE 2007 LIQUIDADOS E PAGOS – MOVIMENTO LÍQUIDO – UNIÃO

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

3.4.3 – Resultado Orçamentário

TABELA 3.4-27 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2007

R\$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
I – RECEITAS	1.526.509	1.251.827	-274.683
Receitas Correntes	659.158	667.166	8.008
Receitas de Capital	867.351	584.660	-282.691
Movimentação Financeira	0	0	0
II – DESPESAS	1.540.829	1.223.798	-317.031
Despesas Correntes	726.186	687.108	-39.078
Despesas de Capital	814.643	536.690	-277.953
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.313	0	-23.313
IV – SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I-II)		28.029	

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

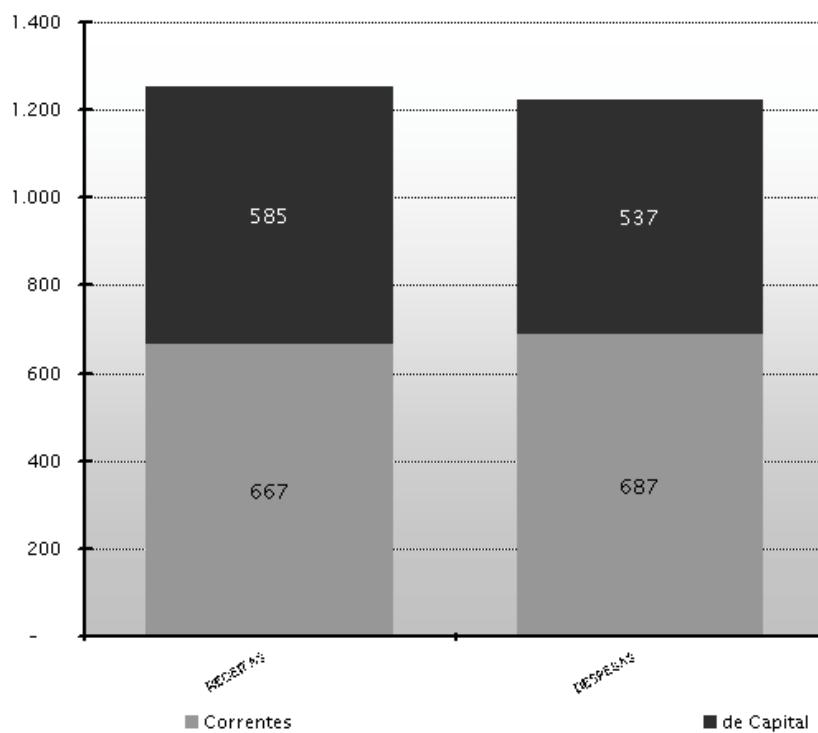
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A análise dos dados demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi inferior à execução das Despesas Correntes em R\$ 19.942 milhões, valor 59,9% menor que o déficit do orçamento corrente verificado em 2006 atualizado pelo IPCA. No entanto, as Receitas de Capital superaram as Despesas de Capital em R\$ 47.970 milhões, permitindo, pois, na composição global da execução orçamentária, superávit orçamentário de R\$ 28.029 milhões.

O total da dotação das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício.

FIGURA 3.4-26 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2007

R\$ milhões



FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

3.5 ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AOS DITAMES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL

3.5.1 Análise dos Limites Constitucionais e Legais

3.5.1.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Conforme definido no art. 212 da Constituição Federal, os gastos do Governo Federal com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não podem ser inferiores a 18% da receita líquida arrecadada dos impostos, juros, multas e dívida ativa deduzida das transferências constitucionais e das Desvinculações das Receitas da União - DRU. Além disso, de acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53/2006, ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, a partir do ano de 2007, e durante 14 anos, a União deverá complementar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb dos Estados e do Distrito Federal, Fundo este de natureza contábil. Tal complementação se dará sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, seguindo ainda as seguintes diretrizes:

- Será de, no mínimo, dois bilhões de reais em 2007, quantia a ser atualizada visando preservar o seu valor real; e
- A União poderá empregar, no máximo, 30% dos recursos estabelecidos no art. 212 da CF para prover a complementação.

Atendendo ao disposto no art. 72 da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a União publicou o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por meio da Portaria nº 43/2008, que divulgou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União referente ao período de janeiro a dezembro de 2007. O Demonstrativo é apresentado nas Tabelas a seguir.

TABELA 3-A RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM MDE – UNIÃO – 2007

RREO - Anexo X (Lei nº 9.394/96, art. 72)

R\$ milhares

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITAS BRUTAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	200.672.749	200.672.749	39.554.922	200.518.435	99,92
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	12.243.869	12.243.869	2.243.288	12.221.340	99,82
Imposto sobre Importação - II	12.172.455	12.172.455	2.231.478	12.155.258	99,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	63.397	63.397	8.325	53.151	83,84
Dívida Ativa do II	2.342	2.342	1.207	4.234	180,74
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	5.675	5.675	2.278	8.698	153,26
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	25.152	25.152	17.659	62.744	249,45
Imposto sobre Exportação - IE	24.659	24.659	17.395	60.810	246,60
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	119	119	148	1.304	1.098,69
Dívida Ativa do IE	110	110	39	195	178,29
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	265	265	78	434	163,67
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	339.166	339.166	59.899	367.943	108,48
Imposto sobre Rendas - IR	293.463	293.463	48.618	312.671	106,55
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	28.550	28.550	7.379	31.465	110,21
Dívida Ativa do IR	1.126	1.126	973	5.654	502,09
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	16.026	16.026	2.928	18.152	113,27
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	149.617.368	149.617.368	29.379.111	148.052.753	98,95
Imposto Territorial Rural - ITR	146.542.731	146.542.731	28.607.441	143.960.645	98,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	2.621.046	2.621.046	586.180	3.112.012	118,73
Dívida Ativa do ITR	166.432	166.432	76.315	402.750	241,99
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	287.159	287.159	109.175	577.346	201,05
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	30.851.847	30.851.847	6.346.547	31.958.303	103,59
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	30.611.543	30.611.543	6.202.690	31.239.826	102,05
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	170.385	170.385	106.300	518.474	304,29
Dívida Ativa do IPI	31.944	31.944	12.619	86.821	271,79
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	37.975	37.975	24.937	113.182	298,04
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	7.595.346	7.595.346	1.508.417	7.855.351	103,42
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	7.573.015	7.573.015	1.504.528	7.816.582	103,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	21.190	21.190	3.626	35.977	169,78
Dívida Ativa do IOF	214	214	147	1.226	573,43
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	927	927	116	1.566	168,97
DESVINCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
2 - DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO	-	-	7.908.551	40.098.973	-
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	38.800.881,38	32.334.154,34	6.364.152,50	30.538.391,78	94,45
4 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	40.605.573,54	33.838.184,79	7.094.439,62	32.394.569,14	95,73
5 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	3.085.184,72	2.641.402,03	670.815,17	2.618.632,55	99,14
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	3.680,72	3.981,61	698,92	3.863,84	97,04
DESVINCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS	169.582,83	174.381,50	112.278,14	159.140,77	91,26
8 - TOTAL DA DESVINCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	82.664.903	68.992.104	22.150.935	105.813.571	153,37
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	118.007.846	131.680.645	17.403.986	94.704.864	71,92
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.560.701	2.865.000	1.341.111	2.158.321	75,33
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	52.960	43.220	1.685	22.414	51,86
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	993.356	1.263.698	382.802	954.481	75,53
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	3.607.018	4.171.919	1.725.598	3.135.216	75,15

FONTE: Siafi – STN/CCONT/GEINC

As despesas executadas na manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE estão identificadas na tabela 3-B por subfunções.

TABELA 3-B RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM MDE – UNIÃO – 2007

RREO - Anexo X (Lei nº 9.394/96, art. 72)

R\$ milhares

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100	
	14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	21.241.412	23.702.516	3.132.718	17.046.875	Parágrafo único. 1,92
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM	%
	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	RP NÃO PROC. (f)	(g) = ((e+f)/d)x100		
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	397.821	537.865	32.272	537.865	0	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	12.520	2.950	1.320	1.320	1.400	92,20
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	80.979	1.151.632	609.178	735.061	330.174	92,50
18 - ENSINO MÉDIO	116.731	120.101	14.101	94.548	19.541	95,00
19 - ENSINO SUPERIOR	9.913.574	10.804.200	2.596.304	9.585.707	1.079.921	98,72
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.292.038	1.338.689	280.514	1.012.689	279.490	96,53
21 – OUTRAS	4.497.245	4.019.700	947.956	3.720.153	168.882	96,75
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	16.310.907	17.975.136	4.481.645	17.566.751		97,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR		
23 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				-		
24 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (36 q)				52.876		
25 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (23 + 24)				52.876		
26 - MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO¹ [(22-25) / (9)] x 100%				18,49		
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM	%
	No Bimestre	Até o Bim (e)	RP NÃO PROC (f)	(g) = ((e+f)/d)x100		
27 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.560.701	2.865.000	1.341.111	2.158.321	590.290	95,94
27.1 - Educação Infantil	125.250	81.320	45.965	46.226	7.045	65,51
27.2 - Educação Fundamental	1.507.417	2.217.109	1.087.939	1.823.180	358.105	98,38
27.3 - Ensino Médio	92.065	110.030	81.704	88.697	19.971	98,76
27.4 – Outras	835.969	456.541	125.503	200.217	205.169	88,80
28 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	52.960	43.220	1.685	22.414	14.963	86,48
29 - OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	993.356	1.263.698	382.802	954.481	157.082	87,96
29.1 - Educação Infantil	0	0	0	0	0	0,00
29.2 - Educação Fundamental	3.716	101.836	98.375	99.641	118	97,96
29.3 - Ensino Médio	17.545	18.184	695	11.166	3.996	83,38
29.4 - Ensino Superior	445.533	594.583	138.927	387.601	100.370	82,07
29.5 – Outras	526.562	549.095	144.805	456.072	52.598	92,64
30 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (27 + 28 + 29)	3.607.018	4.171.919	1.725.598	3.897.551		93,42
31 - TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (22 + 30)	19.917.925	22.147.055	6.207.242	21.464.302		96,92

CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO BIMESTRE				ATÉ O BIMESTRE	
	NOVEMBRO 2007		DEZEMBRO 2007			
	Valor (h)	% ² (i)=100x(g)/(34)	Valor (j)	% ² (l)=100x(i)/(34)	Valor (m)	% ³ (n)=100x(l)/(34)
32 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	0,00	0	0,00	0	0,00
33 – OUTROS	205.164	100,00	206.183	100,00	2.012.400	100,00
34 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2007 (32 + 33)	205.164	100,00	206.183	100,00	2.012.400	100,00
LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO				LIMITE ANUAL	ATÉ O BIMESTRE	
					Valor (o)	% (p)=100x(n)/(34)
35 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R\$ 2.012.400.000 ⁴)				603.720	537.865	26,73

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2007 (q)
36 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.026.606	52.876

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual.

³ Serão assegurados os repasses de, no mínimo, quarenta e cinco por cento da complementação anual até 31 de julho, e de cem por cento até 31 de dezembro.

⁴ Valor corrigido anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

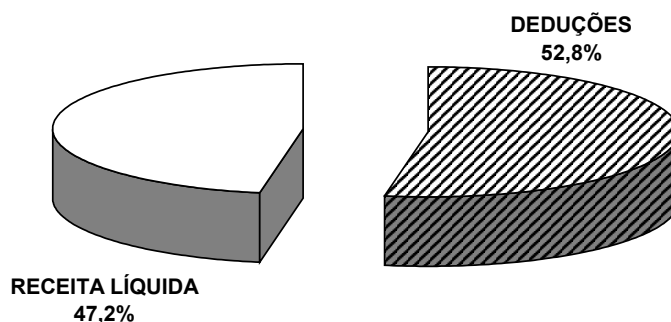
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No exercício de 2007, a União arrecadou R\$ 200.518.435 mil em receita proveniente de impostos e teve deduções de R\$ 105.813.571 mil, o que resultou numa receita líquida de impostos de R\$ 94.704.864 mil. A Figura 3-A ilustra essa relação

FIGURA 3-A

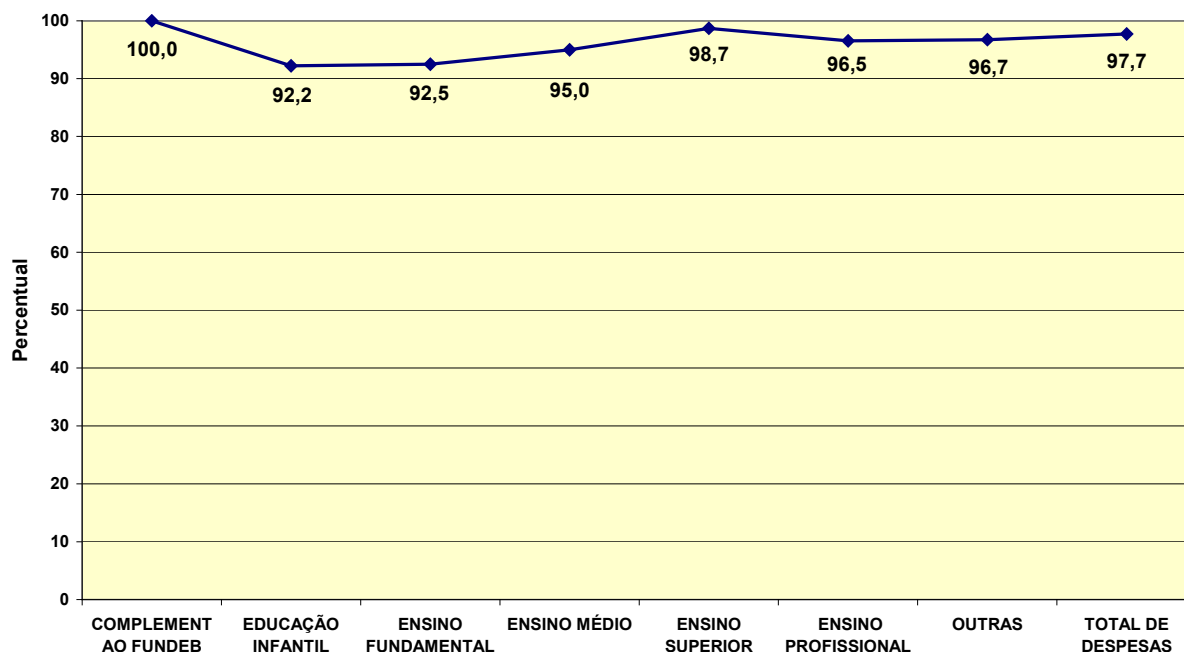
RELAÇÃO RECEITA DE IMPOSTOS X DEDUÇÕES - UNIÃO 2007



A execução das despesas com MDE é identificada no SIAFI por meio do “Indicador de Lei Calmon” e são consideradas para a apuração do limite somente aquelas custeadas por recursos ordinários.

FIGURA 3-B

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DESPESAS COM MDE - UNIÃO 2007



A dotação orçamentária de 2007 atualizada foi de R\$ 17.975.136 mil, tendo sido gastos R\$ 17.566.751 mil, o que corresponde a 97,73% de execução. A Figura 3-B apresenta um detalhamento da execução orçamentária do o exercício.

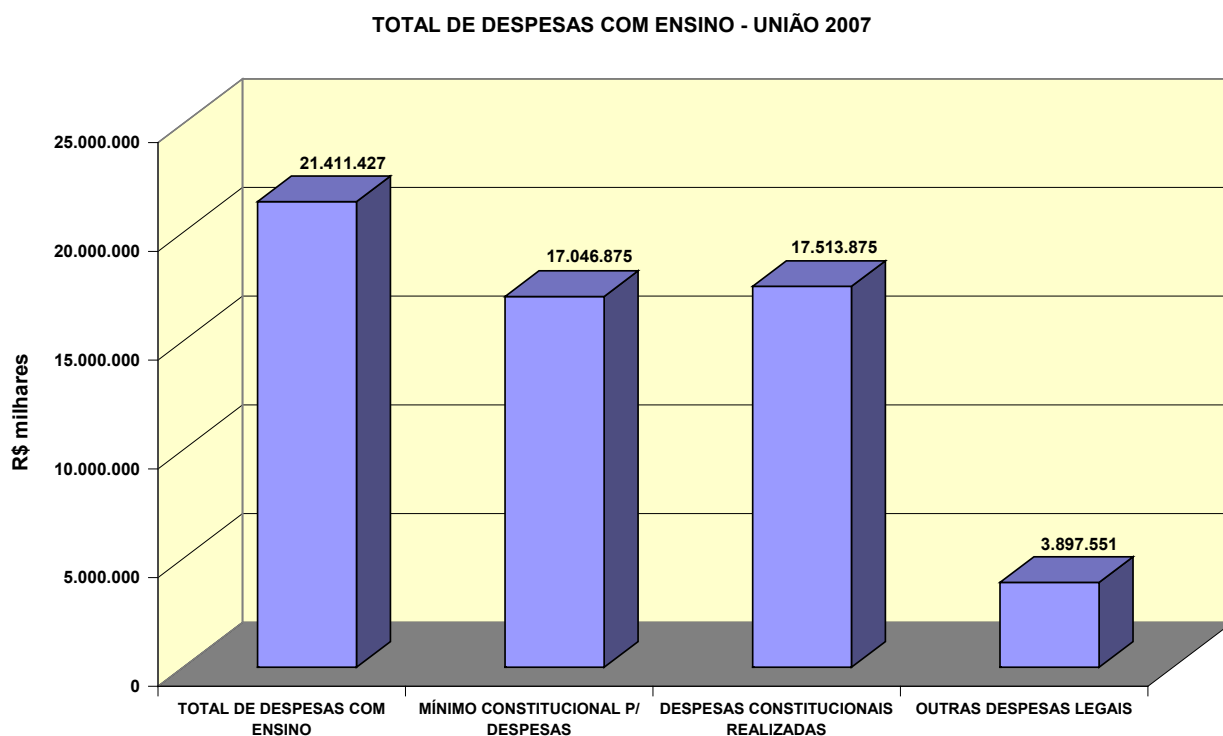
As despesas executadas em 2007 foram no montante de R\$ 17.566.751 mil, das quais R\$ 15.687.342 mil corresponderam a despesas liquidadas e R\$ 1.879.409 mil foram inscritos em restos a pagar não processados no final do exercício. Para efeito de cálculo do limite mínimo constitucional de aplicação em MDE pela União, deve-se ainda deduzir das despesas executadas o valor de restos a pagar de exercícios anteriores, referentes a recursos vinculados ao MDE, cancelados durante o exercício. Tal montante foi de R\$ 52.876 mil, resultando no valor final de despesas com MDE para cálculo do limite de R\$ 17.513.875 mil. A Figura 3-C ilustra os valores envolvidos.

A relação entre a receita efetivamente realizada que resultou no valor mínimo para aplicação em MDE (R\$ 17.046.875 mil) e a previsão correspondente de receita (R\$ 23.702.516 mil) foi de 71,92%, o que indica que há neste particular ações de melhoria que podem ser executadas no próximo exercício.

Por outro lado, observa-se que o valor efetivamente gasto pela União com MDE foi superior ao mínimo constitucional, correspondendo a 18,49% das receitas líquidas de impostos do exercício.

Além das vinculações constitucionais, existem as receitas e despesas referentes à educação estabelecidas pela legislação infraconstitucional, como a Lei 9.424/96 que estabelece, no seu art. 15, o salário educação a ser recolhido pelas empresas. Tais despesas legais apresentaram em 2007 um montante de R\$ 3.897.551 mil, o que, adicionado com o valor das despesas com ações do MDE (R\$ 17.513.875 mil), resultou num total de R\$ 21.411.427 mil em gastos com educação. A Figura 3-C ilustra esse aspecto.

Figura 3-C



DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO – 2007
(DESPESA EXECUTADA)**

		R\$ MIL
PROGRAMA		VALOR
0150	IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	2.468
0168	LIVRO ABERTO	548
0461	PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNO	25.599
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	2.100
0905	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMOR	4.694
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMOR	219.092
1060	BRASIL ALFABETIZADO	12.538
1061	BRASIL ESCOLARIZADO	1.006.613
1062	DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA	1.434.887
1065	EDUCACAO NA PRIMEIRA INFANCIA	899
1067	GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO	74.289
1072	VALORIZACAO E FORMACAO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDU	2.055.344
1073	UNIVERSIDADE DO SEculo XXI	11.590.490
1374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	56.783
1375	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUIS	760.156
1376	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	217.407
1377	EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	5.178
1378	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MEDIO	31.504
8034	NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS – PROJOVEM	66.161
TOTAL		17.566.751

Fonte: SIAFI.

3.5.1.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, para vigorar por 14 (quatorze) anos com o objetivo de assegurar recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

A Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

O Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007, divulgou os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB, fixando o valor mínimo anual por aluno em R\$ 946,29 e a diferenciação do custo anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica.

No mesmo ano foi publicado o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que dispôs e regulamentou a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.

O repasse complementar da União ao Fundo foi realizado de acordo com a Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 que fixou o montante de dois bilhões de reais, bem como o valor da atualização de que trata o inciso IX do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no valor de doze milhões e quatrocentos mil, conforme demonstrado abaixo.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FUNDEF - JANEIRO-DEZEMBRO DE 2007**

RS MIL	
RECEITAS	VALOR
1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE (16,66%)	6.398.612
2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-FPM (16,66%)	6.696.219
3. IPI-EXPORTAÇÃO (16,66%)	533.028
4. RECURSOS - LEI KANDIR (16,66%)	324.870
5. ITR (16,66%)	11.214
6. ICMS (16,66%)	30.056.751
7. IPVA (16,66%)	830.284
8. ITCMD (16,66%)	60.176
SUBTOTAL	44.911.154
9. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	2.012.400
TOTAL	46.923.554

Fonte: SIAFI

Os gastos da União complementando os recursos do Fundeb, no exercício em questão, foram de R\$ 2.012.400 milhares, que correspondem ao montante constitucional corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Com relação ao emprego de recursos do MDE para suprir essa complementação, foram utilizados R\$ 537.865 mil, que correspondem a 26,73% do valor da complementação, ou seja, abaixo do máximo de 30%.

Execução de Restos a Pagar Referentes aos Limites Mínimos da Educação

Os restos a pagar processados, ou seja, liquidados, seguem o critério geral de execução de despesas: são considerados despesas realizadas. Em consequência, eles não são explicitados nos diversos demonstrativos.

Quanto aos restos a pagar não processados inscritos no exercício, eles são computados como despesas realizadas, e são discriminados no relatório do último bimestre. Em 2007, eles apresentaram um montante de R\$ 1.879.409 mil que, somados aos R\$ 15.687.342 mil de despesas liquidadas, resultaram no total de despesas executadas de R\$ 17.566.751 mil.

Já os restos a pagar de cancelados de exercícios anteriores, no valor de R\$ 52.876 mil, são deduzidos das despesas executadas, resultando na quantia final de R\$ 17.513.875 mil que entrou no cálculo do limite constitucional mínimo de gastos com MDE.

3.5.1.3. Erradicação do Analfabetismo

A Emenda Constitucional nº 53/2006, revogou o § 6º do art. 60 das ADCT, que estabelecia um percentual mínimo dos recursos para a educação a serem aplicados na erradicação do analfabetismo. Em consequência, durante o exercício de 2007 não houve programas específicos da União tratando do assunto, nem há disponibilidade no SIAFI 2007 de informações individualizadas sobre o tema. Assim sendo, não há como fazer uma análise voltada especificamente para a erradicação do analfabetismo.

3.5.1.4 Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Criado pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vigorar até o ano de 2010, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e seus recursos são destinados a ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.

A Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007, e seus créditos adicionais, autorizou a realização de despesas à conta da arrecadação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza até o montante de R\$ 9,1 bilhões, tendo sido executado 99 % desse valor, correspondente à R\$ 9,0 bilhões, conforme demonstrado na tabela seguinte.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA FONTE 179 – RECURSOS DO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO – 2007
(DESPESA EXECUTADA)**

PROGRAMA – PROJETO / ATIVIDADE	R\$ MIL VALOR
Art. 10. 1.ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL	309
1.1. CONCESSAO DE BOLSA A CRIANCAS E ADOLESCENTES EM SITUACAO DE TRABALHO	309
2.ACESSO A ALIMENTACAO	8.000
2.1.APOIO A PROJETO DE MELHORIA DAS CONDICOOES SOCIOECONOMICAS DA	8.000
3.ATENCAO BASICA EM SAUDE	1.500.000
3.1.INCENTIVO FINANCEIRO A MUNICIPIOS HABILITADOS A PARTE VARIAV	1.200.000
3.2.ATENDIMENTO ASSISTENCIAL BASICO NOS MUNICIPIOS BRASILEIROS	300.000
4.TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES	7.527.389
4.1.TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA	7.492.689
4.2.SERVICOS DE CONCESSAO, MANUTENCAO, PAGAMENTO E CESSACAO DOS	34.700
5..PROTECAO SOCIAL BASICA	10.650
5.1.SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA AS FAMILIAS	5.785
5.2.ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA	4.864
Art. 11.	
Art. 12. 6.PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	6.000
6.1.ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	6.000
TOTAL	9.052.348

Fonte: SIAFI.

3.5.1.5 Ações e Serviços Públicos de Saúde

O artigo 198 da Constituição Federal e o artigo 77 do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 31 de setembro de 2000, asseguram os recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 11.439/2006 (LDO 2007), em seu artigo 58, §2º, define o conceito de “ações e serviços públicos”:

“[...]

Art. 58 [...]

§2º [...]consideram-se como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza [...].

[...]”

Na tabela que segue estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R\$44,3 bilhões no ano de 2007.

DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A DEZEMBRO – 2007

		R\$ MIL
PROGRAMA		VALOR
		Parágra
0016	GESTAO DA POLITICA DE SAUDE	193.427
0122	SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	1.228.336
0150	IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	326.814
0681	GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	40.881
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	5.155.600
0901	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	80.476
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	36.600
1036	INTEGRACAO DE BACIAS HIDROGRAFICAS	35.412
1138	DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL	54.682
1185	ASSISTENCIA SUPLEMENTAR A SAUDE	113.649
1186	PREVENCAO E CONTROLE DAS DOENCAS IMUNOPREVENIVEIS	785.023
1201	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	229.579
1203	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	1.247.274
1214	ATENCAO BASICA EM SAUDE	5.880.729
1215	ALIMENTACAO SAUDAVEL	41.436
1216	ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE	566.514
1220	ATENCAO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA UNICO DE SAUDE	22.166.336
1287	SANEAMENTO RURAL	259.182
1289	VIGILANCIA SANITARIA DE PRODUTOS, SERVICOS E AMBIENTES	237.929
1291	SEGURANCA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	248.868
1293	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	3.350.775
1300	INVESTIMENTO PARA HUMANIZACAO E AMPLIACAO DO ACESSO A ATENCA	126.183
1303	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO EM SITUACOES DE VIOLENCIAS E OU	226.187
1306	VIGILANCIA, PREVENCAO E ATENCAO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENCAS	1.034.931
1307	CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINACAO DA HANSENIASE	38.521
1308	VIGILANCIA, PREVENCAO E CONTROLE DA MALARIA E DA DENGUE	54.606
1311	EDUCACAO PERMANENTE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL NO SISTEMA U	384.554
1312	ATENCAO A SAUDE DE POPULACOES ESTRATEGICAS E EM SITUACOES ES	75.764
1314	PARTICIPACAO POPULAR E INTERSETORIALIDADE NA REFORMA SANITAR	41.559
1318	GESTAO DO TRABALHO NO SISTEMA UNICO DE SAUDE	4.600
1336	BRASIL QUILOMBOLA	71
1370	VIGILANCIA E PREVENCAO DE DOENCAS E AGRAVOS NAO TRANSMI	4.281
1371	VIGILANCIA AMBIENTAL EM SAUDE	8.965
8007	RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	23.752
TOTAL		44.303.497

Fonte: SIAFI.

Execução de Restos a Pagar Referentes aos Limites Mínimos da Saúde

O Demonstrativo das Despesas com Saúde (Anexo XV do RREO) tem o objetivo de demonstrar o cumprimento da aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, previsto na Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 29/2000). Apesar de não previsto explicitamente na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo das Despesas com Saúde foi incluído como componente do RREO a fim evidenciar o cumprimento não só do disposto no artigo 198, § 2º da Constituição Federal e do artigo 77 do ADCT (aplicação mínima em saúde), como também do artigo 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF (uma das condições para recebimento de transferências voluntárias).

União publicou o Demonstrativo das Despesas com Saúde por meio da Portaria nº 43 da STN/2008, que divulgou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União referente ao período de janeiro a dezembro de 2007. O Demonstrativo é apresentado na Tabela 3.D.

TABELA 3-D DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM SAÚDE – UNIÃO – 2007

RREO - Anexo XV (ADCT, art. 77)

R\$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (b)	INSCRITAS EM RP Ñ PROC (c)	% ((b+c)/a)
DESPESAS CORRENTES	45.678.764	48.107.638	43.595.584	2.860.975	96,57
Pessoal e Encargos Sociais	8.705.742	8.432.182	8.269.808	17.149	98,28
Juros e Encargos da Dívida	113.722	83.001	59.310	0	71,46
Outras Despesas Correntes	36.859.300	39.592.455	35.266.466	2.843.826	96,26
DESPESAS DE CAPITAL	4.030.767	4.894.981	374.307	2.658.501	61,96
Investimentos	3.745.785	4.714.740	214.127	2.658.498	60,93

Inversões Financeiras	47.800	47.800	43.790	3	91,62			
Amortização da Dívida	237.182	132.441	116.391	0	87,88			
TOTAL	49.709.531	53.002.619	49.489.367		93,37			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RP Ñ PROC (e)	% (d+e)/despesas com saúde			
Despesas com Saúde	49.709.531	53.002.619	43.969.891	5.519.476	100,00			
(-) Encargos Previdenciários	3.603.342	3.524.759	3.505.983	4.191	7,09			
(-) Juros e Encargos da Dívida	113.722	83.001	59.310	0	0,12			
(-) Amortização da Dívida	237.182	132.441	116.391	0	0,24			
(-) Despesas custeadas pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	1.500.000,00	1.470.741	29.259	3,03			
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (I)	45.755.285	47.762.419	44.303.491		89,52			
CÁLCULO DO LIMITE	VARIAÇÃO NOMINAL DO PIB¹ %	DESPESAS LIQUIDADAS		VARIAÇÃO % DE APLICAÇÃO ((f)/(g) * 100) -100				
		Até o Bimestre/2007 (f)	Até o Bimestre/2006 (g)					
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (I)	8,65	44.303.491	40.750.155		8,72			
EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				DE 31 DE DEZEMBRO DE 2006			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE²	1.645.904	178.680	519.994	947.231	4.360.668	172.287	2.991.961	1.196.420
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	INSCRITAS EM RP Ñ PROC (i)	% (h+i)/total(h+i)			
Atenção Básica	8.357.139	6.911.605	5.850.127	473.121				14,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.793.326	24.340.673	21.613.215	1.456.829				52,07
Suporte Profilático e Terapêutico	4.330.986	4.516.446	3.568.750	735.422				9,72
Vigilância Sanitária	269.104	270.464	166.631	83.415				0,56
Vigilância Epidemiológica	2.150.576	2.210.151	1.473.243	601.904				4,68
Alimentação e Nutrição	223.754	224.887	176.817	28.437				0,46
Planejamento e Orçamento	39.822	39.822	20.108	6.675				0,06
Administração Geral	5.357.782	5.210.879	4.797.485	198.242				11,28
Controle Interno	6.089	6.089	3.592	937				0,01
Normalização e Fiscalização	56.060	56.060	49.318	6.602				0,13
Tecnologia da Informação	167.352	155.526	75.238	20.775				0,22
Formação de Recursos Humanos	191.095	190.655	131.275	41.108				0,39
Comunicação Social	109.971	100.215	60.322	5.244				0,15
Informação e Inteligência	62.689	56.489	26.475	994				0,06
Cooperação Internacional	52.740	52.740	41.316	953				0,10
Previdência Complementar	6.918	6.918	5.138	0				0,01
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	100.629	101.500	89.334	2.267				0,21
Educação Superior	199.895	192.695	77.186	109.496				0,42
Educação Infantil	14.981	13.137	9.417	81				0,02
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	30.174	31.877	8.341	21.997				0,07
Assistência aos Povos Indígenas	285.989	313.989	276.126	25.524				0,68
Saneamento Básico Rural	184.168	293.323	17.087	236.312				0,57
Saneamento Básico Urbano	1.294.716	2.015.740	29.738	1.272.069				2,94
Preservação e Conservação Ambiental	4.500	4.500	461	18				0,00
Desenvolvimento Científico	189.773	210.124	82.132	114.736				0,44
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	49.989	27.638	17.225	10.353				0,06
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	38.401	37.611	18.350	13.739				0,07
Transferências	33.000	31.000	17.167	11.206				0,06
Outros Encargos Especiais	153.666	139.664	115.851	7.569				0,28
TOTAL	45.755.285	47.762.419	44.303.491					100,00

FONTE: Siafi - STN/CCONT/GEINC

Nota: Apuração dos valores feita de acordo com os critérios estabelecidos pelo art. 58 da Lei nº 11.178/2005, conforme Parecer PGFN/CAF nº 1.215/2006.

¹ Os recursos mínimos aplicados serão equivalentes ao valor apurado no ano anterior corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto, conforme a alínea "b" do inciso I do art. 77 do ADCT. Os valores utilizados para o cálculo da variação nominal do PIB, de 2006 em relação a 2005, referem-se aos dados preliminares do 3º trimestre de 2007 divulgados pelo IBGE.

² Estão excluídas as despesas com "Encargos Previdenciários", "Juros e Encargos da Dívida", "Amortização da Dívida" e aquelas custeadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os restos a pagar processados, ou seja, liquidados, seguem o critério geral de execução de despesas: são considerados despesas realizadas. Em consequência, eles não são explicitados nos diversos demonstrativos.

Quanto aos restos a pagar não processados inscritos no exercício, eles são computados como despesas realizadas, e são discriminados no relatório do último bimestre. Em 2007, eles apresentaram um montante de R\$ 29.259 milhares que, somados aos R\$ 1.470.741 milhares de despesas liquidadas, resultaram no total de despesas executadas de R\$ 44.303.491 milhares que entrou no cálculo do limite constitucional mínimo de gastos com saúde.

Já os restos a pagar de cancelados de exercícios anteriores, nos valores de R\$ 178.680 milhares para exercícios anteriores a 2006 e R\$ 172.287 milhares para o exercício de 2006, não são computados no cálculo do limite, apesar de explicitados no demonstrativo.

3.5.1.6. Execução de Restos a Pagar - União

O Anexo IX do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO – Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão – referente ao último bimestre de 2007 apresenta a execução extra-orçamentária dos restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2007 e em exercícios anteriores. São evidenciados no demonstrativo os valores inscritos, cancelados, pagos e a pagar dos restos a pagar processados e não processados.

RESTOS A PAGAR – UNIÃO – 2007

RREO – Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

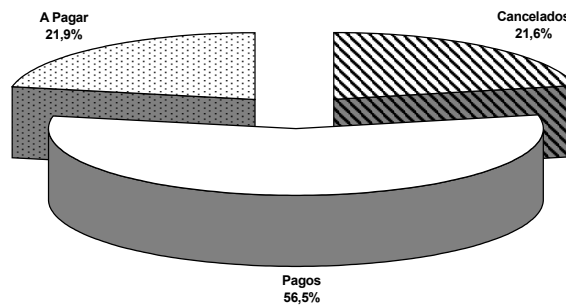
R\$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS¹			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos em 31 de Dezembro de 2006²	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2006²							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.321.913	2.882.202	347.048	3.491.571	1.365.496	38.409.589	8.288.596	21.703.854	8.417.086
LEGISLATIVO	(340)	53.341	33.975	18.915	112	269.798	38.883	230.801	115
Câmara dos Deputados	(338)	53.218	33.953	18.815	112	191.822	18.280	173.428	115
Senado Federal	0	0	0	0	0	51.599	13.045	38.554	0
Tribunal de Contas da União	(1)	123	22	100	0	26.377	7.558	18.819	0
JUDICIÁRIO	7.602	40.821	1.119	45.024	2.280	1.309.287	273.806	1.005.868	29.614
Supremo Tribunal Federal	759	2.674	831	2.602	0	45.176	2.623	36.948	5.605
Superior Tribunal de Justiça	120	12	0	125	7	22.775	30	20.118	2.627
Justiça Federal	854	6.433	46	6.624	617	662.683	208.149	445.625	8.910
Justiça Militar	145	920	34	970	60	6.981	279	5.540	1.163
Justiça Eleitoral	1.290	14.360	146	15.277	226	204.288	20.835	176.908	6.545
Justiça do Trabalho	3.532	11.390	51	13.779	1.091	309.579	41.577	263.894	4.108
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	904	5.031	11	5.646	279	57.804	314	56.835	655
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.258	1.408	224	2.057	385	136.242	5.316	119.133	11.808
EXECUTIVO	2.313.393	2.786.632	311.730	3.425.575	1.362.719	36.694.262	7.970.591	20.348.053	8.375.549
Presidência da República	5.415	14.974	950	15.353	4.087	198.277	12.515	125.836	59.926
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	(132)	21.619	15	21.456	16	201.125	11.482	174.276	15.367
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8.851	115.207	6.325	114.049	3.683	305.117	38.108	256.460	10.548
Ministério da Ciência e Tecnologia	54.074	299.251	11.928	301.509	39.889	572.248	36.657	434.615	100.977
Ministério da Fazenda	1.781	165.519	1.589	164.476	1.234	10.951.851	5.395.360	4.947.317	609.173
Ministério da Educação	83.750	1.497.447	41.229	1.358.722	181.245	2.522.713	325.033	1.376.105	821.576
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	4.163	23.580	696	24.694	2.353	33.475	7.187	24.428	1.860
Ministério da Justiça	14.105	51.752	1.178	61.451	3.228	602.620	76.704	497.486	28.430
Ministério de Minas e Energia	599	9.974	101	9.530	942	1.414.980	8.152	66.448	1.340.379
Ministério Previdência Social	12.123	36.411	4.380	35.097	9.056	273.315	55.126	209.853	8.336
Ministério das Relações Exteriores	0	2.784	0	2.781	3	27.634	4.099	22.466	1.068
Ministério da Saúde	1.532.689	113.613	117.497	600.612	928.193	4.097.184	214.186	2.728.765	1.154.233
Ministério do Trabalho e Emprego	(19)	911	26	865	1	748.714	131.340	614.942	2.432
Ministério dos Transportes	183.202	153.998	11.847	265.949	59.404	3.574.435	115.809	2.359.312	1.099.314
Ministério das Comunicações	14	3.652	1	3.531	134	47.090	23.186	18.674	5.231
Ministério da Cultura	3.462	25.420	75	22.623	6.185	158.772	16.540	118.493	23.738
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS¹			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos em 31 de Dezembro de 2006²	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2006²							
Ministério do Meio Ambiente	5.342	3.465	5.271	3.255	281	106.529	25.450	66.692	14.387
Ministério do Desenvolvimento Agrário	404	14.411	1.278	12.883	655	1.257.642	78.173	947.813	231.656
Ministério do Esporte	(96.506)	100.950	1.022	3.421	0	561.077	36.179	445.473	79.424
Ministério da Defesa	148.687	67.813	15.656	187.037	13.807	1.400.968	24.869	1.224.942	151.087
Ministério da Integração Nacional	125.158	19.018	13.351	69.482	61.342	3.412.904	1.074.211	1.403.609	935.084
Ministério do Turismo	15.641	5.311	1.269	19.382	301	821.778	44.076	617.824	159.878
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	83.996	39.553	55.781	30.268	37.500	244.574	43.181	89.127	112.266
Ministério das Cidades	126.593	0	20.265	97.149	9.180	3.159.241	172.968	1.577.097	1.409.176
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	(96)	31.606	10.107	15.437	5.965	284.480	51.359	174.772	58.350
TOTAL	2.321.817	2.913.808	357.155	3.507.008	1.371.462	38.694.069	8.339.955	21.878.626	8.475.435

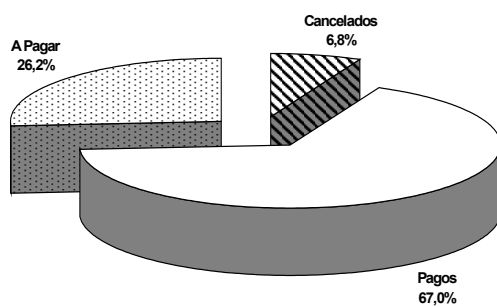
FONTE: Siafi - STN/CCONT/GEINC

FIGURA 3-D

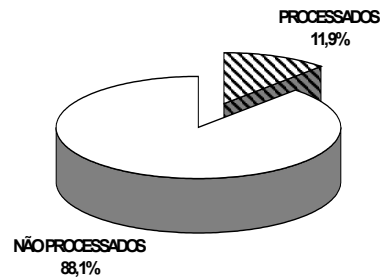
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2007



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2007



RELAÇÃO ENTRE RESTOS A PAGAR



Em 2007, a execução dos restos a pagar apresentou uma relação de 88,1% de restos a pagar não processados (total de R\$ 38.694.069 mil) contra 11,9% de processados (montante de R\$ 5.235.625 mil), sendo que a maior parte foi paga: R\$ 25.385.633 mil de um total de R\$ 43.929.694 mil, o que corresponde a 57,8% de restos a pagar efetivamente pagos.

3.5.2 Lei de Responsabilidade Fiscal

3.5.2.1 Anexo de Metas Fiscais

Resultado Primário

A meta de superávit primário para o setor público consolidado, estabelecida na Lei nº 11.439/2006 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2007, que orienta a elaboração da proposta orçamentária para 2007, foi fixada em 4,25% do Produto Interno Bruto - PIB para o triênio 2007-2009, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais. Naquela oportunidade, a meta de superávit primário do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para o exercício de 2007 foi estabelecida em 2,45% do PIB, o equivalente, à época, a R\$ 56,2 bilhões. A meta para as empresas estatais federais do setor público não-financeiro, por sua vez, foi estabelecida em 0,70% do PIB (R\$ 16,1 bilhões). Assim, o esforço do Governo Federal em 2007 (Governo Central mais empresas estatais federais) estava traduzido em um superávit primário de 3,15% do PIB, o equivalente a R\$ 72,3 bilhões.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em decorrência de revisão de metodologia e divulgação de nova série do PIB pelo IBGE, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2007 foi ajustado para R\$ 71,1 bilhões, dos quais R\$ 53,0 bilhões são relativos ao Governo Central, e R\$ 18,1 bilhões às estatais federais. Tal procedimento foi possibilitado pela aprovação, no Congresso, da Lei nº 11.477/2007, que incluiu na LDO-2007 o §10º no art. 2º, permitindo alterar as metas de resultado primário em caso de revisão de metodologia e divulgação de nova série do PIB pelo IBGE.

O superávit primário do Governo Federal, apurado pelo Banco Central do Brasil, atingiu R\$ 71,3 bilhões em 2007, superando, portanto, em R\$ 247,0 milhões a meta estabelecida para o período. O resultado referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social (Governo Central) foi superavitário em R\$ 59,4 bilhões. O resultado referente ao Programa de Dispendio Global (empresas estatais federais não-financeiras), por sua vez, foi superavitário em R\$ 11,9 bilhões.

Com esses resultados, evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no § 1º do art. 2º da LDO-2007, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras.

TABELA - METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2007

ABRANGÊNCIA	LDO 2007		LDO 2007 alterada pela Lei 11.477/07		Realizado 2007 ^{/1}	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	97,5	4,25	95,9	3,80	101,6	3,98
Governo Federal	72,3	3,15	71,1	2,82	71,3	2,80
- Governo Central	56,2	2,45	53,0	2,10	59,4	2,33
- Estatais Federais	16,1	0,70	18,1	0,72	11,9	0,47
PIB Nominal (R\$ milhões) ^{/2}	2.295.050		2.523.080		2.552.510	

Elaboração: STN/MF

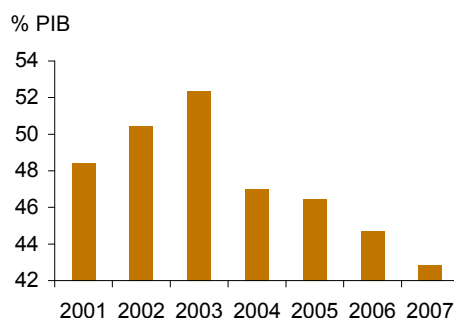
^{/1} Realizado Bacen

^{/2} PIB realizado em 2007 é estimativa do Banco Central

Dívida Pública Consolidada e Resultado Nominal

Nos últimos anos, a política fiscal vem sendo conduzida de forma a manter a trajetória descendente da razão entre o endividamento público e o PIB, num cenário de redução da taxa básica de juros. A manutenção desse padrão permitiu que se registrasse em 2007, pelo quarto ano seguido, a redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) como proporção do PIB. Ressalte-se que, nessa mesma base de comparação, a DLSP atingiu seu mais baixo percentual desde 1998.

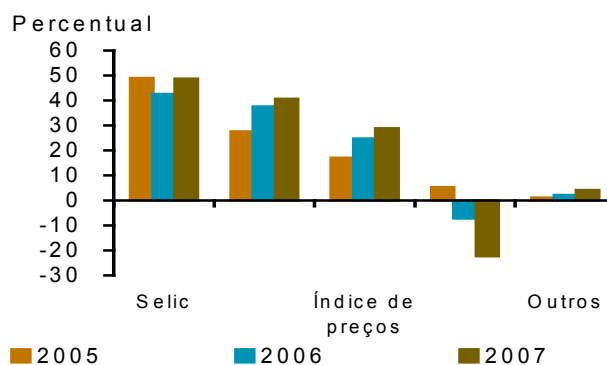
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central

Além dessa redução, a composição da DLSP alterou-se em 2007, com destaque para a ampliação da parcela credora vinculada ao câmbio. Desde meados de 2006 o setor público possui ativos indexados ao câmbio em volume maior que os passivos, resultando em saldo credor na participação cambial da DLSP. O incremento das reservas internacionais ao longo do ano ampliou ainda mais esse saldo. Aliado a isso, tem havido o crescimento da participação de títulos pré-fixados e vinculados a índices de preços no total da DLSP. Essa composição atual da dívida líquida permite maior liberdade em sua administração em caso de turbulência nos ambientes interno e externo. Além de mudança na composição, houve ainda, no caso da dívida mobiliária federal, principal componente da DLSP, o aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



Fonte: Banco Central

A trajetória de queda da relação DLSP/PIB vem sendo alcançada com a contribuição do superávit primário do setor público não financeiro, que em 2007 alcançou R\$101,6 bilhões, valor equivalente a 3,98% do PIB. No que se refere à distribuição do resultado de 2007 por esferas do setor público, merece destaque a melhoria nos superávits dos governos regionais e do Governo Central, que compensaram a redução observada no superávit das empresas estatais. No caso dos governos estaduais, deve-se assinalar o crescimento da arrecadação do ICMS, principal imposto estadual, e das receitas de transferências da União, além do impacto das diretrizes adotadas pelas novas administrações empossadas no início do ano de 2007.

Dentro do Governo Central, houve, de um lado, a melhoria do superávit do Governo Federal, e de outro, a redução do déficit da Previdência Social, invertendo-se, pela primeira vez nos últimos anos, sua tendência de crescimento. A redução no déficit da Previdência deveu-se ao crescimento maior das receitas relativamente às despesas com benefícios, em função da elevação da massa salarial e do crescimento mais acentuado do emprego formal, reflexo das condições favoráveis da economia.

Ressalte-se também, na redução relativa da DLSP o comportamento dos juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro. Em 2007, o total de juros apropriados alcançou 6,25% do PIB,

reduzindo-se em 0,6 p.p. em relação ao total apropriado em 2006. Esse resultado tem como principal determinante a redução da taxa Selic iniciada em setembro de 2005 com a flexibilização da política monetária. A taxa Selic acumulada em 2007 alcançou 11,9%, comparativamente a 15,1% em 2006. Deve-se assinalar, porém, que as alterações observadas na composição da DLSP, particularmente com o crescimento na participação dos títulos pré-fixados, embora contribuam para reduzir sua volatilidade e seu custo no longo prazo, levam, em períodos de redução da taxa básica de juros, a um ritmo menor de redução dos juros incorporados, tendo em vista que esses papéis carregam até o vencimento o efeito das taxas praticadas no momento de sua emissão.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Usos	69,9	3,0	57,9	2,3
Primário	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0
Juros	160,0	6,9	159,5	6,3
Fontes	69,9	3,0	57,9	2,3
Financiamento interno	183,4	7,9	266,6	10,4
Dívida mobiliária	155,1	6,6	239,4	9,4
Dívida bancária	7,4	0,3	-2,2	-0,1
Outros	20,9	0,9	29,3	1,1
Financiamento externo	-113,5	-4,9	-208,6	-8,2

Fonte: Banco Central

O superávit primário do setor público obtido em 2007 superou o montante inicialmente previsto, de 3,8% do PIB. Os decretos de programação financeira que disciplinavam as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias previam para o Governo Central e para as empresas estatais federais superávit equivalente R\$ 71,1 bilhões, tendo-se obtido R\$71,3 bilhões. A LDO previa também a possibilidade de descontar da meta de superávit as despesas com investimentos incluídos no Projeto Piloto de Investimentos (PPI), em montante equivalente a R\$ 11,3 bilhões, mas esse desconto não foi necessário, diante dos resultados obtidos.

NFSP – RESULTADO PRIMÁRIO

SEGMENTO	2005		2006		2007	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3
Governos regionais	-21,3	-1,0	-19,7	-0,8	-29,9	-1,2
Empr. estatais	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5
TOTAL	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0

Fonte: Banco Central

Como resultado do esforço fiscal realizado, consubstanciado no superávit primário, e da redução dos juros apropriados, as necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal encerraram o ano de 2007 em 2,27% do PIB, o melhor resultado desde o início da série, em 1991. O Governo Central e os governos regionais apresentaram redução em suas necessidades de financiamento, relativamente ao ano anterior, equivalente a 0,85 p.p. e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto as empresas estatais, tradicionalmente superavitárias em suas contas nominais, registraram redução de 0,35 p.p. no superávit.

O déficit nominal do setor público acumulado no ano foi financiado principalmente com expansão da dívida mobiliária e da base monetária, compensada parcialmente pela redução do financiamento externo e da dívida bancária. Em 2006 a dívida bancária também havia sofrido expansão.

3.5.2.2 – Análise dos Limites

Despesa com pessoal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXEQUATADA	DESPESA EXEQUATADA	2007/2006
	jan/2006 a dez/2006	jan/2007 a dez/2007	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	85.608.459	94.475.865	10,35%
Pessoal Ativo	43.982.272	48.931.074	11,25%
Pessoal Inativo e Pensionistas	41.612.404	45.544.791	9,45%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	13.783	0	-100,00%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	11.649.693	15.347.023	31,73%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	27.159	75.836	179,23%
Decorrentes de Decisão Judicial	2.728.902	2.044.038	-25,10%
Despesas de Exercícios Anteriores	855.975	1.204.217	40,68%
Inativos com Recursos Vinculados	8.037.657	12.022.932	49,58%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL -III Contribuições Patronais	0,00	-	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	73.958.766	79.128.842	6,99%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	344.731.433	386.681.857	12,17%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100]	21,45%	20,46%	0,99%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 37,9%	130.653.213	146.552.424	12,17%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 36,01%	124.137.789	139.244.137	12,17%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2007 / Secretaria do Tesouro Nacional

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei.

Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2007.

Destaca-se nessa tabela que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu uma redução em 2007 comparado com 2006, passando de 21,45% para 20,46%. Essa redução é explicada pelo crescimento da RCL (12,17%) ter sido maior que o aumento nominal da Despesa com pessoal (6,99%). O crescimento de 49% da utilização de recursos provenientes da arrecadação das contribuições dos segurados e da contribuição patronal para custear as despesas com inativos (Inativos com Recursos Vinculados) atenuou significativamente o crescimento das despesas com pessoal.

LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL

RSS Milhares

	2004	2005	2006	2007
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE (A)	59.886.916	63.729.926	73.958.766	79.128.842
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)	264.352.998	303.015.775	344.731.433	386.681.857
A/B	22,65%	21,03%	21,45%	20,46%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Das tabelas anteriores destaca-se que há uma tendência de redução da razão da despesa e RCL. Porém, há um repique de crescimento em 2006 devido ao aumento de 16,05% dos gastos com pessoal. Outro destaque é que a diferença em pontos percentuais entre a taxa de crescimento da RCL e a da despesa com pessoal tem diminuído.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2007 em R\$ 808,1 bilhões, contra R\$ 727,3 bilhões observados no exercício anterior. Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve pequena redução no período, de 210,98% em 2006 para 208,98% em 2007. O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem nº 154/2000 e Aviso nº 1.354/2000 da Casa Civil.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.540.903.480	1.586.828.364	1.632.018.672	1.698.851.866
Dívida Mobiliária	1.488.111.559	1.539.274.518	1.581.652.129	1.651.531.846
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	1.070.186.698	1.125.773.557	1.162.878.132	1.199.234.614
(-) Aplicações em Títulos Públicos	(11.575.152)	(14.804.459)	(15.171.275)	(13.864.034)
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	297.198.488	299.078.812	315.772.156	359.000.858
Dívida Securitizada	23.308.599	25.693.022	26.208.526	25.635.966
Dívida Mobiliária Externa	108.992.926	103.533.584	91.964.590	81.524.443
Títulos do Banco Central (em mercado)	0	0	0	0
Dívida Contratual	27.114.656	22.246.180	25.407.346	22.908.500
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	27.114.656	22.246.180	25.407.346	22.908.500
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	1.989	36.500	34.060	1.793
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	23.585.424	23.119.758	22.726.832	22.194.073
Outras Dívidas	2.089.851	2.151.407	2.198.304	2.215.655
DEDUÇÕES (II)	813.582.937	840.864.659	866.527.928	890.754.752
Ativo Disponível	227.105.190	251.488.562	266.593.074	277.119.916
Depósitos do TN no BCB	226.047.319	238.377.553	256.549.061	275.843.164
Depósitos à Vista	733.871	653.572	699.010	1.161.752
Arrecadação a Recolher	324.000	12.457.437	9.345.003	115.000
Haveres Financeiros	586.477.746	589.376.097	599.934.854	613.634.836
Aplicações Financeiras	186.031.299	187.369.058	196.018.414	197.853.136
Disponibilidades do FAT	122.650.093	123.434.725	126.041.384	128.416.978
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	63.314.431	63.957.305	69.990.246	69.353.247
Recursos da Reserva Monetária	66.775	(22.972)	(13.216)	82.911
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	389.604.791	390.786.314	392.627.284	405.923.168
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	306.932.128	310.484.548	314.649.052	329.364.495
Créditos da Lei nº 8.727/93	45.116.232	44.507.693	43.963.220	43.434.173
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	12.245.452	11.164.333	10.373.684	8.744.149
Demais	25.310.978	24.629.739	23.641.328	24.380.351
Demais Ativos Financeiros	10.841.656	11.220.726	11.289.156	9.858.532
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	10.841.656	11.220.726	11.289.156	9.858.532
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	727.320.544	745.963.705	765.490.744	808.097.114
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	344.731.433	357.359.177	362.612.840	386.681.857
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	446,99%	444,04%	450,07%	439,34%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	210,98%	208,74%	211,10%	208,98%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % >¹	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil.

Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União.

Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

CÁLCULO 3º LIMITE	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ MILHARES		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1o Quadrimestre	Até o 2o Quadrimestre	Até o 3o Quadrimestre
TOTAL DO SALDO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS PELA UNIÃO	77.753.042	73.680.266	69.841.350	69.331.565
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	344.731.433	357.359.177	362.612.840	386.681.857
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL	22,55%	20,62%	19,26%	17,93%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL No. 48/07	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Fonte: Siafi

O saldo das garantias concedidas pela União no 3º quadrimestre de 2007 apresentou redução de cerca de R\$ 8,2 bilhões, representando variação negativa da ordem de 10,9% em relação ao exercício de 2006. A queda deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: a) diferença entre os saldos das operações que estão em fase de amortização e os montantes de desembolsos ocorridos no ano; b) valorização do Real frente ao Dólar; e c) crescimento da receita corrente líquida, em 2007, da ordem de 12,2% em relação a 2006.

Operações de Crédito

Em 2007, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R\$ 535,24 bilhões. Abatendo-se desse valor as operações de refinanciamento, que perfazem um total de R\$ 374,78 bilhões, uma vez que estas não se aplicam no cômputo do limite, as operações de crédito representaram 41,50% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se completamente o limite para operações de crédito externas e internas de 60% estabelecido pelo Senado Federal, de acordo com a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF.

O demonstrativo publicado pelo Poder Executivo Federal no RGF do 3º quadrimestre de 2007 está demonstrado a seguir.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

R\$ milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Processados		Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Inscritos			Inscritos Do Exercício ²	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.211.394	454.286	30.106.064	30.106.064	318
Presidência da República	29.727	172.414	418.151	418.151	0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	269	834	810.434	810.434	1
Ministério da Agricultura, Pec. e Abastecimento	7.286	16.594	477.940	477.940	0
Ministério da Ciência e Tecnologia	53.804	4.832	271.052	271.052	0
Ministério da Fazenda	277	9.229	7.203.818	7.203.818	0
Ministério da Educação	4.181	78.270	48.544	48.544	0
Ministério do Desenv., Ind. e Comércio Exterior	2.187	28	35.552	35.552	0
Ministério da Justiça	4.867	7.956	283.212	283.212	0
Ministério de Minas e Energia	0	262	3.635.518	3.635.518	0
Ministério da Previdência Social	3	112	45.544	45.544	0
Ministério das Relações Exteriores	0	194	17.331	17.331	0
Ministério da Saúde	816.422	30.926	3.159.296	3.159.296	211
Ministério do Trabalho e Emprego	0	57	335.549	335.549	0
Ministério dos Transportes	632	16	88.144	88.144	0
Ministério das Comunicações	227	141	347.317	347.317	0
Ministério da Cultura	1.604	13	153.205	153.205	0
Ministério do Meio Ambiente	137	625	31.702	31.702	3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	284	3	471.699	471.699	0
Ministério do Esporte	961	10	735.109	735.109	0
Ministério da Defesa	55.233	83.112	2.520.068	2.520.068	103
Ministério da Integração Nacional	205.498	20.117	1.791.351	1.791.351	0
Ministério do Turismo	398	1.765	1.318.658	1.318.658	0
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.137	25.368	72.949	72.949	0
Ministério das Cidades	22.261	1.407	5.833.921	5.833.921	0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.679.154	3.557.319	22.497.131	22.497.131	733
Presidência da República	298	9.220	59.938	59.938	0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	66	2.033	30.664	30.664	5
Ministério da Agricultura, Pec. e Abastecimento	1.071	61.413	68.357	68.357	0
Ministério da Ciência e Tecnologia	77.614	60.024	633.387	633.387	0
Ministério da Fazenda	169	67.049	1.304.285	1.304.285	0
Ministério da Educação	98.998	2.214.854	4.046.699	4.046.699	224
Ministério do Desenv., Ind. e Comércio Exterior	114	5.412	32.833	32.833	0
Ministério da Justiça	1.464	40.689	371.023	371.023	0
Ministério de Minas e Energia	619	6.233	138.170	138.170	1
Ministério da Previdência Social	88.521	595.527	280.487	280.487	13
Ministério das Relações Exteriores	0	4	767	767	0
Ministério da Saúde	1.026.856	64.647	2.290.314	2.290.314	442
Ministério do Trabalho e Emprego	1	2.960	792.128	792.128	0
Ministério dos Transportes	114.298	102.237	6.930.236	6.930.236	0
Ministério das Comunicações	8	9.672	73.289	73.289	0
Ministério da Cultura	8.539	7.104	175.191	175.191	3
Ministério do Meio Ambiente	243	2	79.361	79.361	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5.284	1.535	1.065.527	1.065.527	45
Ministério da Defesa	1	24.294	101.483	101.483	0
Ministério da Integração Nacional	85.758	40.345	2.875.232	2.875.232	0
Ministério do Turismo	5	2.801	13.304	13.304	0
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	139.307	115.581	6.963	6.963	0
Ministério das Cidades	29.920	123.684	1.127.495	1.127.495	0
Outras disponib. do Poder não compromet. com RP	-	-	218.020.748	-	0
TOTAL	2.890.548	4.011.605	270.623.944	52.603.196	1.051

Fonte – Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2007 / Secretaria do Tesouro Nacional

A tabela anterior demonstra os valores relativos à inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício de 2007, os saldos do exercício anterior e as disponibilidades financeiras para cobertura desses valores passivos dos Poderes e Órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF.

Da análise conjunta das disponibilidades de caixa e de restos a pagar, pode-se concluir que todos os Órgãos Federais do Poder Executivo observaram os limites da LRF quando da inscrição de seus respectivos restos a pagar processados e não-processados.

3.5.2.3 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição Federal de 1988. Estabelece o artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A União o divulga mensalmente para permitir à sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, maior acompanhamento e análise do desempenho da execução orçamentária do Governo Federal.

A análise do Anexo I – Balanço Orçamentário está no item 2 desse capítulo. A presente análise recairá sobre os demonstrativos a seguir relacionados:

- Anexo II – Despesas por Função/Subfunção;
- Anexo III – Receita Corrente Líquida;
- Anexo XI – Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital; e
- Anexo XIV – Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.

O RREO encontra-se disponível no sítio do Tesouro Nacional, endereço www.tesouro.fazenda.gov.br.

Despesas por Função e Subfunção

A função expressa o maior nível de agregação das ações da administração pública, nas diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Identificam-se por meio das funções as grandes áreas de atuação do Estado.

Na elaboração do orçamento, fixam-se objetivos para cada uma das funções, e, por consequência, as ações para o alcance desses propósitos.

A subfunção representa uma partição da função, e visa a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

Essa classificação deve observar a Portaria nº 42/99, do então Ministério de Orçamento e Gestão, a qual atualiza a discriminação da despesa por função e subfunção e determina que se aplique aos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a estrutura em nível de funções e subfunções.

Esse procedimento visa à harmonização da prestação de contas e dos relatórios e demonstrativos, conforme artigo 67, inciso III, da LRF.

O Anexo II é publicado desdobrando-se em função e subfunção, mas para efeito da presente análise, está demonstrado apenas por função. Na elaboração do demonstrativo, foram segregadas as despesas com refinanciamento da dívida, no valor de R\$ 374.783 milhões, da função Encargos Especiais.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - 2007

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	R\$ Milhares DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS (c)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)	% [(c+d)/ (total (c+d))]
Legislativa	5.306.699	5.390.999	4.567.092	385.276	0,40
Judiciaria	16.342.546	16.395.895	14.998.059	1.061.052	1,31
Essencial a Justica	3.657.889	4.048.504	3.427.130	307.524	0,31
Administracao	14.951.739	15.770.170	12.312.153	1.793.327	1,15
Defesa Nacional	18.374.233	20.197.383	17.502.374	2.066.018	1,60
Seguranca Publica	4.821.478	5.973.224	4.615.930	677.226	0,43
Relacoes Exteriores	1.786.580	1.801.919	1.463.446	16.932	0,12
Assistencia Social	24.316.847	24.864.317	24.653.045	60.527	2,02
Previdencia Social	233.078.618	235.202.328	233.700.421	674.214	19,15
Saude	45.665.189	49.172.893	40.215.296	5.507.719	3,74
Trabalho	17.438.136	19.970.375	19.512.580	239.860	1,61
Educacao	22.322.539	25.042.078	21.388.770	2.964.306	1,99
Cultura	824.973	1.004.299	442.998	314.745	0,06
Direitos da Cidadania	989.284	1.310.440	662.283	284.762	0,08
Urbanismo	3.238.265	5.359.483	892.853	3.536.942	0,36
Habitacao	946.054	1.021.541	382	599.824	0,05
Saneamento	316.141	1.771.939	39.757	1.515.383	0,13
Gestao Ambiental	2.158.290	3.781.123	1.373.818	1.874.560	0,27
Ciencia e Tecnologia	4.315.036	4.603.410	3.323.543	1.005.028	0,35
Agricultura	14.040.018	15.824.299	7.995.794	3.348.872	0,93
Organizacao Agraria	4.234.069	5.148.859	3.547.870	1.305.630	0,40
Industria	1.991.939	2.965.606	2.739.669	81.197	0,23
Comercio e Servicos	4.165.251	4.427.365	1.545.951	1.331.384	0,24
Comunicacoes	690.004	1.040.387	490.760	415.182	0,07
Energia	750.013	754.203	430.216	112.534	0,04
Transporte	9.744.546	14.193.837	5.783.838	6.454.980	1,00
Desporto e Lazer	923.119	1.575.556	756.190	658.602	0,12
Encargos Especiais	420.046.823	429.620.729	372.314.669	9.724.003	31,22
Atipica	380	380	0	0	0,00
Reserva de Contingencia	25.254.706	22.456.012	0	0	0,00
SUBTOTAL	902.691.406	940.689.553	849.014.495		69,38
Encargos Especiais - Refinanciamento	623.451.680	623.451.680	374.783.316	0	30,62
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	620.904.754	620.904.754	374.611.474	0	30,61
Refinanciamento da Dívida Contratual	2.546.926	2.546.926	171.843	0	0,01
TOTAL	1.526.143.086	1.564.141.233	1.223.797.811		100,00

Fonte: Siafi - STN/CONT/GEINC

Com a análise do demonstrativo, verificamos as prioridades estabelecidas pelo Governo Federal. No exercício, 91,95% dos recursos aplicados concentraram-se em sete funções: Encargos Especiais, as três integrantes da Seguridade Social - Previdência Social, Saúde e Assistência Social -, além das funções Trabalho, Educação e Defesa Nacional.

Encargos Especiais – Essa função engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente. Nela se concentram as transferências constitucionais e especialmente os encargos e amortização da dívida, montante que, somado ao refinanciamento da dívida, totaliza R\$ 747.098 milhões, contra R\$ 791.961 milhões executados em 2006. Em 2007, essa função representou 61,84% das despesas realizadas, em 2006 o percentual foi de 64,92%. Excluídas as despesas com refinanciamento, os serviços da dívida interna e externa representam 49,98% da função e as transferências constitucionais e legais para Estados, Distrito Federal e Municípios, 29,59%.

Previdência Social – No exercício de 2007 os gastos nessa função foram de R\$ 234.375 milhões. A representatividade foi de 19,15% sobre os gastos totais. Nela estão computadas as despesas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS relativas aos benefícios de aposentados e pensionistas oriundos do setor privado que somaram respectivamente R\$ 115.278 milhões e R\$ 43.154 milhões e as despesas com benefícios de aposentados e pensionistas oriundos do setor público que alcançaram respectivamente R\$ 30.730 milhões e R\$ 17.167 milhões.

Saúde – Foram gastos R\$ 45.723 milhões. A representatividade sobre os gastos totais foi de 3,74%. Nessa, as subfunções mais expressivas foram Assistência Hospitalar e Ambulatorial, no montante de R\$ 23.070 milhões, Atenção Básica, no valor de R\$ 7.823 milhões e Suporte Profilático e Terapêutico, com gastos de R\$ 4.304 milhões. Também tiveram destaque as subfunções Vigilância Epidemiológica, no valor de R\$ 2.075 milhões e Saneamento Básico Urbano com despesas que alcançaram R\$ 1.302 milhões.

Assistência Social – Entre os gastos da Seguridade Social, destacam-se ainda os gastos da função Assistência Social. Foram gastos R\$ 24.714 milhões. A representatividade sobre os gastos totais foi de 2,02%. As funções típicas de maior destaque foram Assistência ao Portador de Deficiência e Assistência ao Idoso, com gastos de R\$ 7.335 milhões e R\$ 6.133 milhões, respectivamente.

Educação – No exercício foram executadas nessa função despesas de R\$ 24.353 milhões, representando 1,99% de gastos sobre a despesa total. Destacam-se as subfunções Ensino Superior, Alimentação e Nutrição e Ensino Fundamental que representaram 46,05%, 13,81% e 7,34% da função, respectivamente.

Trabalho – Os gastos nessa função alcançaram a cifra de R\$ 19.752 milhões. O percentual de gastos sobre a despesa total foi de 1,61%. A subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador consumiu 91,07% dos gastos nessa função.

Defesa Nacional - As despesas realizadas nessa função alcançaram o montante de R\$ 19.568 milhões, 1,60% da despesa total. As subfunções com maior consumo de recursos foram Administração Geral com R\$ 12.513 milhões e Defesa Aérea com R\$ 2.376 milhões.

A função Saneamento teve o maior aumento percentual em relação a 2006, com acréscimo, com valor de 2006 atualizado pelo IGP-DI, de 1.533,87%. Em valores absolutos, observa-se o maior aumento na função Previdência Social, R\$ 10.099 milhões. A queda mais acentuada foi na função Encargos Especiais, com diferença em relação a 2006 de R\$ 75.457 milhões.

DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 2007/2006

R\$ milhões

FUNÇÃO	VALORES NOMINAIS			VALORES ATUAIS (IGP-DI)		
	2007	2006	Variação(%)	2007	2006	Variação(%)
Legislativa	4.952	5.007	-1,09	4.952	5.262	-5,88
Judiciária	16.059	15.389	4,35	16.059	16.173	-0,70
Essencial a Justiça	3.735	3.233	15,50	3.735	3.398	9,91
Administração	14.105	12.222	15,41	14.105	12.844	9,82
Defesa Nacional	19.568	17.949	9,02	19.568	18.863	3,74
Segurança Pública	5.293	4.477	18,22	5.293	4.705	12,49
Relações Exteriores	1.480	1.427	3,72	1.480	1.500	-1,31
Assistência Social	24.714	21.808	13,33	24.714	22.918	7,84
Previdência Social	234.375	213.411	9,82	234.375	224.275	4,50
Saúde	45.723	44.771	2,13	45.723	47.051	-2,82
Trabalho	19.752	16.823	17,41	19.752	17.679	11,73
Educação	24.353	21.468	13,44	24.353	22.560	7,95
Cultura	758	743	2,05	758	780	-2,89
Direitos da Cidadania	947	1.211	-21,79	947	1.273	-25,58
Urbanismo	4.430	3.645	21,54	4.430	3.830	15,66
Habitação	600	2.265	-73,51	600	2.381	-74,79
Saneamento	1.555	91	1.608,79	1.555	95	1.536,84
Gestão Ambiental	3.248	2.011	61,54	3.248	2.113	53,71
Ciência e Tecnologia	4.329	4.450	-2,72	4.329	4.676	-7,43
Agricultura	11.345	11.796	-3,83	11.345	12.397	-8,49
Organização Agrária	4.854	5.520	-12,08	4.854	5.801	-16,34
Indústria	2.821	2.110	33,71	2.821	2.217	27,23
Comércio e Serviços	2.877	3.690	-22,03	2.877	3.878	-25,81
Comunicações	906	526	72,20	906	553	63,86
Energia	543	525	3,35	543	552	-1,65
Transporte	12.239	10.243	19,49	12.239	10.764	13,70
Desporto e Lazer	1.415	1.206	17,32	1.415	1.267	11,63
Encargos Especiais	756.822	791.961	-4,44	756.822	832.279	-9,07
TOTAL	1.223.798	1.219.978	0,31	1.223.798	1.282.086	-4,55

FONTE: Siafi - STN/CCONT/GEINC

Receita Corrente Líquida

A definição de Receita Corrente Líquida está estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000, art. 2º, inciso IV. Sua apuração serve como base para o cálculo da reserva de contingência e dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

O Poder Executivo publica, até vinte dias após o encerramento de cada quadrimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida. Na União, o demonstrativo, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida, referentes ao terceiro quadrimestre de 2007 foram publicados pela Portaria nº 29/2008.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2007

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	R\$ milhares PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO ⁵
	JAN/07	FEV/07	MAR/07	ABR/07	MAI/07	JUN/07	JUL/07	AGO/07	SET/07	OUT/07	NOV/07	DEZ/07		
RECEITA CORRENTE	55.601.199	45.296.659	50.671.445	57.415.629	49.275.307	51.947.569	55.228.932	50.673.372	52.483.459	57.085.506	54.012.796	79.192.544	658.884.417	659.158.017
Receita Tributária	16.234.333	14.008.401	16.363.382	19.225.292	14.921.939	17.529.721	15.753.809	14.370.016	14.645.744	17.501.118	16.723.948	22.322.915	199.600.618	201.089.203
Receita de Contribuições	28.616.449	27.011.963	27.966.586	29.242.164	27.268.760	29.593.572	29.957.220	29.793.989	31.197.498	31.484.880	31.569.900	41.025.163	364.728.144	371.312.668
Receita Patrimonial	4.540.486	1.394.242	2.470.395	4.891.724	2.718.539	1.836.561	3.500.114	1.857.886	2.235.804	3.425.697	1.830.244	4.149.559	34.851.252	43.917.223
Receita Agropecuária	1.288	963	1.043	1.330	1.862	1.686	1.150	1.835	1.375	2.275	2.508	2.347	19.662	26.540
Receita Industrial	49.095	22.546	15.668	24.028	19.560	11.228	28.290	14.466	40.952	58.028	51.759	44.560	380.182	670.611
Receita de Serviços	4.147.649	1.488.691	2.064.559	2.226.023	1.820.414	1.487.829	4.265.337	1.893.413	2.074.945	2.295.761	1.875.286	1.612.507	27.252.414	25.917.664
Transferências Correntes	17.624	15.341	6.777	11.593	9.062	15.045	12.359	10.655	20.752	12.596	19.227	54.797	205.827	328.604
Receitas Correntes a Classificar ¹	512	6.591	(4.321)	(2.396)	288	1.052	(11)	(586)	184	431	(840)	(905)	(1)	0
Outras Receitas Correntes	1.993.763	1.347.921	1.787.356	1.795.871	2.514.883	1.470.874	1.710.665	2.731.698	2.266.206	2.304.718	1.940.764	9.981.600	31.846.318	15.895.505
DEDUÇÕES	15.811.380	22.236.789	13.185.396	24.285.647	18.403.957	27.758.691	20.637.098	22.310.115	21.346.488	20.552.246	25.018.625	40.656.127	272.202.559	266.679.216
Transf. Constitucionais e Legais ²	4.414.002	9.955.663	874.949	11.762.220	5.799.362	15.004.532	7.704.052	8.832.456	7.890.418	6.861.834	10.805.186	18.520.246	108.424.920	109.729.738
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social ³	8.549.512	9.857.800	9.857.500	9.897.294	10.065.237	10.040.955	10.260.914	10.700.822	10.627.385	10.897.096	10.929.469	19.025.033	130.709.016	122.188.232
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	431.966	420.703	408.070	395.653	387.132	468.794	444.007	413.831	447.851	435.919	777.201	617.329	5.648.457	6.724.415
Servidor ⁴	431.966	420.703	408.070	395.653	387.132	468.794	444.007	413.831	447.851	435.919	777.201	617.329	5.648.457	6.724.415
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	110.910	111.072	110.764	110.714	111.059	110.983	110.875	110.988	111.016	110.865	82.628	112.722	1.304.596	1.456.974
Contribuição p/ PIS/PASEP	2.304.990	1.891.551	1.934.113	2.119.766	2.041.167	2.133.428	2.117.250	2.252.018	2.269.818	2.246.533	2.424.141	2.380.796	26.115.571	26.579.858
PIS	1.963.702	1.543.634	1.588.686	1.810.098	1.731.664	1.801.423	1.787.244	1.902.714	1.949.897	1.926.194	2.073.471	2.018.541	22.097.268	-
PASEP	341.288	347.917	345.427	309.668	309.503	332.005	330.007	349.304	319.921	320.339	350.669	362.255	4.018.303	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	39.789.819	23.059.870	37.486.049	33.129.982	30.871.350	24.188.878	34.591.834	28.363.257	31.136.971	36.533.260	28.994.171	38.536.417	386.681.857	392.478.801

FONTE: Siafi - STN/CCONT/GEINC

¹ A ocorrência de valores negativos no mês refere-se a classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.

² Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, as transferências relativas à Lei Complementar nº 87/96 e ao fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Fundeb) são deduzidas integralmente. Não estão sendo computadas nas Transferências Constitucionais as transferências ao Distrito Federal para prover as despesas decorrentes do inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, conforme Parecer nº 21/2003, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

³ Deduzido com base no inciso IV, "a" e § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Conforme o Parecer PGFN/CAF nº 377/2005, a partir do mês de fevereiro de 2005, inclui a Receita de Contribuições sobre Espetáculos Esportivos.

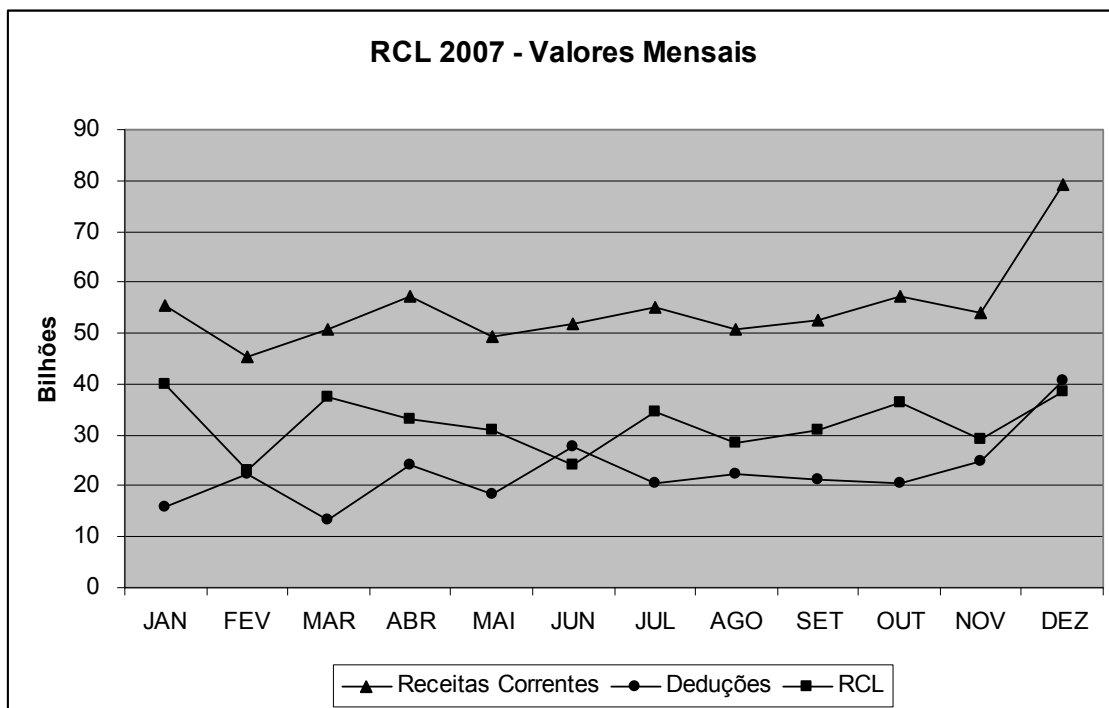
⁴ Deduzido com base no inciso IV, "c" do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

⁵ A previsão da receita é a constante na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 - Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007.

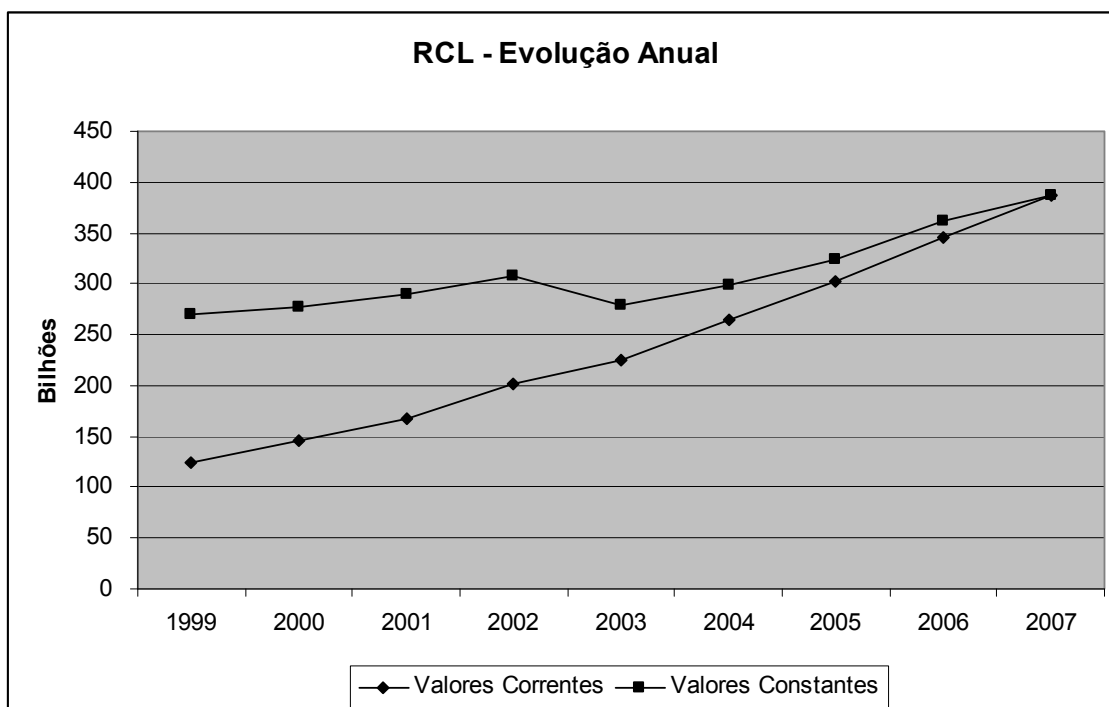
Nota:

A metodologia e memória de cálculo estão disponíveis no endereço eletrônico: www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp

A Receita Corrente Líquida do exercício de 2007 foi 15,52% superior ao verificado no exercício anterior, que havia alcançado o valor de R\$ 334.731.433 mil. O levantamento mensal revela a existência de variações significativas em alguns meses em função de sazonalidades características de fontes de receitas específicas.

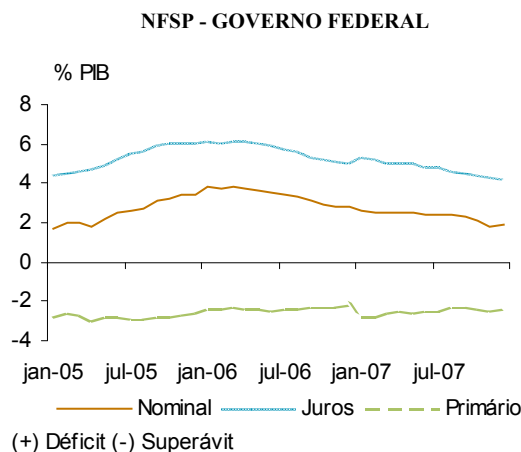


O crescimento significativo das deduções no mês de dezembro, são decorrentes, principalmente, do significativo aumento apresentado na receita de Contribuições dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social e nas Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF e Municípios.



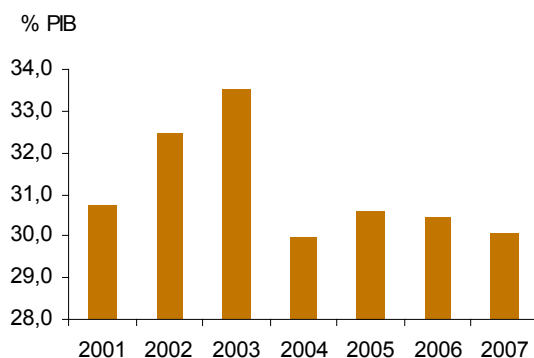
Resultado Nominal

No que se refere especificamente ao Governo Federal, o resultado nominal deficitário seguiu reduzindo-se em 2007, resultado da elevação do superávit primário e da redução dos juros nominais apropriados. Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 1,88%. Esse déficit foi financiado integralmente com expansão da dívida mobiliária federal, já que as demais fontes de financiamento, tanto internas quanto externas, registraram redução.



A dívida líquida do Governo Federal alcançou em 2007 30,1% do PIB, registrando o percentual mais baixo desde 2004. A dívida mobiliária federal, componente mais importante da dívida líquida, alcançou 45,6% do PIB, registrando queda em relação ao ano anterior. Destaque-se, ainda, a continuidade da trajetória de queda da dívida externa do Governo Federal, que alcançou 8% do PIB em 2005, 5,7% do PIB em 2006 e 3,9% do PIB em 2007.

DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



Resultado Primário

O Resultado Primário da União totalizou R\$ 57,8 bilhões no exercício de 2007, contra R\$ 48,9 bilhões observados no exercício anterior. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R\$ 103,4 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social – RGPS (R\$ 44,9 bilhões) e do Banco Central (R\$ 644,7 milhões).

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO

RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ milhares

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2007	Jan a Dez/2006
RECEITA TOTAL	119.673.740	618.872.449	543.505.380
RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I)	87.708.938	477.141.556	418.416.168
Receita Bruta	91.526.243	490.923.951	429.078.657
Receitas de Impostos	42.966.617	214.407.527	181.813.213
Impostos s/ Comércio Exterior	2.249.510	12.263.642	10.045.948
Impostos s/ Patrimônio e Renda	32.520.583	160.516.684	136.834.826
Impostos s/ Produção e Circulação	8.196.524	41.627.201	34.932.439
Receitas de Contribuições	40.036.092	218.147.580	192.433.849
Demais Receitas	8.523.534	58.368.843	54.831.595
Concessões de Serviços Públicos	916.640	2.064.002	984.636
Participações e Dividendos	377.775	6.977.142	9.740.395
Outras	7.229.119	49.327.699	44.106.564
(-) Restituições	(3.817.306)	(13.772.299)	(10.662.488)
(-) Incentivos Fiscais	0	(10.096)	0
RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II)	31.591.740	140.411.789	123.520.191
RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III)	373.062	1.319.105	1.569.021
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)	21.017.151	105.604.736	92.779.947
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I + II + III - IV)	98.656.589	513.267.713	450.725.433

DESPESAS	DESPESAS PAGAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2007	Jan a Dez/2006
DESPESA TOTAL	102.204.834	455.442.796	401.833.448
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)	63.755.655	268.185.560	234.507.889
Pessoal e Encargos Sociais	23.265.204	116.371.966	105.496.465
Custeio e de Capital	40.295.619	151.292.775	128.316.049
Despesa do FAT	3.388.783	18.472.241	15.298.677
Subsídios e Subvenções Econômicas	4.072.559	10.020.962	9.581.187
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.008.687	14.191.992	11.638.851
Outras Despesas de Custeio e de Capital	29.825.590	108.607.580	91.797.335
Transferências ao Banco Central	194.832	520.819	695.374
DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)	38.038.255	185.293.441	165.585.300
DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)	410.924	1.963.794	1.740.260

RESULTADO PRIMÁRIO	PERÍODO		
	No bimestre	Jan a Dez/2007	Jan a Dez/2006
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (IX) = [V - (VI + VII + VIII)]	(3.548.245)	57.824.917	48.891.984
Tesouro Nacional (X) = (I - IV - VI)	2.936.132	103.351.259	91.128.332
Previdência Social - RGPS ³ (XI) = (II - VII)	(6.446.516)	(44.881.653)	(42.065.109)
Banco Central ⁴ (XII) = (III - VIII)	(37.861)	(644.690)	(171.239)

FONTE: STN/Cesef

¹ Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central.

² Os valores entre parênteses correspondem a déficit.

³ Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

⁴ Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

O Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital apresenta as receitas de operações de crédito comparadas com as despesas de capital líquidas, com a finalidade de demonstrar o cumprimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, que veda as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, salvo as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Essa condição para realização de operações de crédito implementa um dispositivo clássico em matéria de finanças públicas, conhecido como “Regra de Ouro”. Busca-se, com isso, evitar o endividamento público para a cobertura de despesas de custeio. Os recursos de operações de crédito serão considerados pelo total ingressado no exercício financeiro.

Das despesas de capital serão deduzidas as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar na diminuição, direta ou indireta, do ônus do ente.

Especificam-se as operações de crédito relativas às receitas e às aplicações nas despesas de capital, não se computando aquelas que gerarem dupla contagem, deduzidas as restrições definidas em lei.

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

R\$ milhares			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	810.839.282	535.239.592	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Despesas de Capital	814.642.796	508.881.453	27.808.760
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0	0	0
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDAS (II)	814.642.796	536.690.213	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(3.803.514)	(1.450.622)	

FONTE: STN/CCONT/GEINC

Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Tem a finalidade de demonstrar a aplicação dos recursos decorrentes da alienação de bens móveis e imóveis, em observância ao art. 44 da LRF, que dispõe:

“Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.”

Para sua elaboração, são considerados os seguintes critérios: a) Identificam-se as receitas realizadas de Alienação de Bens por destinação de recursos; e b) Faz-se o levantamento da execução da Despesa de Capital vinculada às destinações de recursos identificadas no item a.

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

R\$ milhares			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Ativos	2.405.529	1.376.866	1.028.663
Alienação de Bens Móveis	2.307.805	1.293.284	1.014.521
Alienação de Bens Imóveis	97.724	83.582	14.142
TOTAL	2.405.529	1.376.866	1.028.663
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS ¹ (d)	SALDO A EXECUTAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	2.405.530	1.006.181	1.399.349
Investimentos	308.271	301.979	6.292
Inversões Financeiras	2.065.562	695.342	1.370.219
Amortização/Refinanciamento da Dívida	31.697	8.860	22.838
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	2.405.530	1.006.181	1.399.349
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	EXERCÍCIO (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)
	90.933	370.685	461.618

FONTE: STN/CCONT/GEINC

¹ Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320, de 1964.

Com relação ao ano anterior, 2007 apresenta redução de 71,95% na receita de alienação de ativos. As receitas foram decorrentes principalmente da Alienação de Estoques Reguladores Vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM no montante de R\$ 788 milhões.

Em 2006, destacou-se a receita decorrente de Alienação de Títulos Mobiliários. A principal aplicação dos recursos obtidos foi com Amortização e Refinanciamento da Dívida, no montante de R\$ 3.250 milhões. No exercício de 2005, o total da receita de Alienação de Ativos foi decorrente principalmente da Alienação de Estoques Estratégicos Vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM no montante de R\$ 528 milhões. Em 2004, destacou-se novamente a receita decorrente de Alienação de Estoques Estratégicos Vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM no montante de R\$ 387 milhões.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS - 2007 – 2004

R\$ milhares

RECEITAS	REALIZADA			
	2007	2006	2005	2004
RECEITA DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.376.866	4.908.077	841.705	619.499
Alienação de Bens Móveis	1.293.284	4.804.682	761.986	545.714
Alienação de Bens Imóveis	83.582	103.395	79.719	73.785
TOTAL	1.376.866	4.908.077	841.705	619.499

DESPESAS	LIQUIDADA			
	2007	2006	2005	2004
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.006.181	4.569.763	750.772	619.499
Investimentos	301.979	304.119	204.002	164.908
Inversões Financeiras	695.342	1.015.487	451.850	435.961
Amortização/Refinanciamento da Dívida	8.860	3.250.156	94.920	18.630
TOTAL	1.006.181	4.569.763	750.772	619.499

SALDO FINANCEIRO	370.685	338.314	90.933	-

Fonte: STN/CCONT/GEINC

Parcerias Público-Privadas

O Demonstrativo de PPP no Manual do RREO (Anexo XVII, 6ª edição, p. 347) teve valores nulos uma vez que não houve contratação de PPPs no ano de 2007.

Em 2007 havia a previsão da contratação dos Projetos BR 116/324 na Bahia e Projeto Pontal de Irrigação em Pernambuco. Em relação ao Projeto BR 116/324, o governo optou por fazer uma concessão tradicional, sem requerer contraprestação pública. O Projeto Pontal não foi concluído devido à complexidade dos estudos e modelagem. Está em fase de finalização as minutas contratuais e o edital desse projeto que será a primeira PPP contratada do Governo Federal.

Receita por Fonte de Recursos Vinculados e Execução da Despesa – Orçamento da Seguridade Social (valores desvinculados a título de DRU)

O quadro a seguir apresenta a receita realizada de contribuições sociais por fonte de recursos vinculados à Seguridade Social conforme elencadas no artigo 195 da Constituição Federal:

EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS VINCULADOS

FONTE DE RECURSOS		R\$ mil RECEITA REALIZADA
118	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	709.318
123	Contribuição para Custeio de Pensões Militares	1.043.426
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	12.535.704
151	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	26.915.261
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	81.468.074
154	Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores p/ Seguridade Social	139.706.069
155	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	22.978.240
156	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	5.648.824
169	Contribuição Patronal para Plano de Seguridade. Social do Servidor	8.263.643
176	Outras Contribuições Sociais	230.059
184	Contribuições sobre Remuneração Devida ao Trabalhador - FGTS	1.604.590
TOTAL		301.103.208

Fonte: Siafi

Logo abaixo segue demonstrativo de execução da despesa no exercício de 2007 para o Orçamento da Seguridade Social por fonte de recursos vinculados:

EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS VINCULADOS

FONTE DE RECURSOS		DESPESA LIQUIDADADA	INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	R\$ mil TOTAL
118	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	652.923	4.709	657.632
123	Contribuição para Custeio de Pensões Militares	1.162.490	2.424	1.164.913
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	10.849.995	93.760	10.943.755
151	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	20.664.729	4.349.651	25.014.380
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	80.463.251	883.320	81.346.571
154	Contribuição dos Empregadores e dos Trabalhadores p/ Seguridade Social	135.479.051	13	135.479.064
155	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira	22.447.134	368.033	22.815.167
156	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	6.669.901	19.026	6.688.927
169	Contribuição Patronal para Plano de Seguridade. Social do Servidor	9.895.068	84.007	9.979.076
176	Outras Contribuições Sociais	232.293	6.321	238.614
184	Contribuições sobre Remuneração Devida ao Trabalhador - FGTS	1.369.798	220.641	1.590.439
TOTAL		289.886.632	6.031.907	295.918.538

Fonte: Siafi

PARTE IV

EMPRESAS ESTATAIS

4. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

Esta parte da Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional trata da execução, referente ao exercício de 2007, do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais, isto é, das empresas em que a União detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, conforme determinação contida no inciso XXIV, do artigo 84, da Constituição Federal e na Lei nº 11.439/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO).

Ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, órgão subordinado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cabe a organização e elaboração desta Parte IV da citada Prestação de Contas. O DEST é o órgão responsável pela elaboração da proposta do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais - OI (submetida pelo Poder Executivo, até 31 de agosto de cada ano, à aprovação do Congresso Nacional), pelo acompanhamento da execução dos investimentos aprovados e pela condução do processo de revisão da dotação orçamentária em andamento, analisando e adequando as propostas, mediante a formalização dos pedidos de abertura de créditos adicionais, por meio de projeto de decreto do Poder Executivo ou de projeto de lei.

Cabe ainda ao DEST a divulgação bimestral ao longo do exercício, por intermédio do Diário Oficial da União, de portarias contendo a dotação aprovada e o valor realizado dos principais agregados do OI, com vistas ao atendimento do disposto no art. 165, § 3º, da Constituição Federal.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais abrange os dispêndios de capital destinados exclusivamente à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, conforme estabelecido na LDO, para o exercício de 2007 (Lei nº 11.439, de 2006). Assim, o OI não contempla os dispêndios relativos à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

Os investimentos realizados pelas empresas estatais federais e informados nesta Parte IV devem espelhar a escrituração dos bens no Ativo Imobilizado de cada uma delas, segundo o regime de competência, em conformidade com o que preceituam os artigos 177 e 187 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).

Divergências, entre os montantes das despesas previstas e das correspondentes fontes de financiamento, observadas nas programações das empresas 32221 – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, decorreram de emenda ao PLOA de 2007 que promoveu alterações nos gastos dessas empresas, sem efetivar o necessário ajuste nas respectivas fontes de financiamento:

- a) Eletrobrás - inclusão da ação Implantação de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus (AM), com dotação em montante de R\$ 51.308.298,00; e
- b) Chesf - cancelamento de parte da dotação proposta para a ação Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA), no valor de R\$ 51.308.298,00.

Dessa forma, com essa emenda, buscou-se inserir nova ação no orçamento da Eletrobrás, sem alterar o montante do gasto com investimento do conjunto das empresas estatais. O fechamento desse processo se daria com a adequação das fontes de financiamento de cada dessas empresas aos novos níveis das respectivas despesas. Como tal providência não foi adotada, o autógrafo da LOA 2007, encaminhado para sanção do Executivo, apresentou desequilíbrio, entre os montantes de despesas e correspondentes fontes de financiamento relativas às programações de investimento das empresas citadas, como pode ser constatado na tabela a seguir.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007
DIVERGÊNCIAS**

R\$ 1,00

EMPRESA	DESPESA TOTAL	FONTES FINANCIAMENTO	DIFERENÇA
ELETROBRÁS	130.715.722	78.707.424	51.308.298
CHESF	802.642.868	853.951.166	- 51.308.298

O OI para 2007 foi aprovado pela Lei nº 11.451/2007 (Lei Orçamentária Anual – LOA), no montante de R\$ 49.737.239.594,00, de acordo com as diretrizes da LDO para a elaboração e organização do Orçamento Geral da União – OGU para o exercício de 2007, bem como para o acompanhamento da sua execução.

O Orçamento de Investimento para 2007, no decorrer do exercício, teve sua dotação alterada, por vários normativos legais, e desse movimento resultou uma Dotação Final no montante de R\$ 53.280.147.591,00.

Inicialmente, constavam do OI para 2007 as programações de 70 empresas estatais federais. Ao longo do processo de sua execução, foram inseridas, por meio da Lei nº 11.600, de 03.12.2007, as programações de mais duas empresas do setor produtivo, a Braspetro Oil Services Company – Brasoil e a Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás. As empresas FIC e Petrorio não apresentaram realização no período. Esta última, em razão da sua incorporação pela Petroquisa, teve a sua programação orçamentária cancelada pela Lei nº 11.599, de 03.12.2007.

Assim, para fins de acompanhamento e consolidação, o OI para 2007 englobou as programações de 72 empresas estatais federais, sendo 63 do Setor Produtivo Estatal – SPE e nove do Setor Financeiro. Das empresas do SPE, 16 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 23 ao Grupo Petrobras e 24 estão agrupadas sob o título de Demais Empresas, não constando aquelas que não programaram investimentos.

As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo: nove, no setor financeiro e de seguros; três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas; dezesseis, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização; vinte e três, no setor de petróleo, derivados e gás natural, nas atividades de pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final; oito, no setor de administração portuária; uma, no setor de serviços postais; uma, no setor de desenvolvimento e administração da infra-estrutura de aeroportos, bem como para a proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo; três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de máquinas e equipamentos, material bélico, fabricação de moedas, cédulas, selos e similares bem como de processamento de hemoderivados; e oito, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

Por pertinente, registre-se que as empresas estatais federais integrantes do OI não estão submetidas às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que estão excluídas do rol de empresas que se enquadram no art. 1º, § 3º daquela Lei Complementar, por não receberem recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal ou com custeio em geral. Por esta razão, não foram computadas nesta Parte IV as empresas estatais federais cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O OI para 2007, para efeito de programação orçamentária, detalha as dotações aprovadas nos seguintes níveis:

- 11 Órgãos Governamentais ou Ministérios Setoriais, pelos quais as empresas estatais federais são supervisionadas;
- oito funções, que representam o maior nível de agregação das áreas de despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal;
- 15 subfunções (que constituem partes das funções), nas quais se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções;
- 36 programas, que se constituem em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para o alcance dos objetivos estabelecidos;

- 435 projetos e duzentas e sessenta e uma atividades, que são os meios pelos quais as unidades orçamentárias executam as ações direcionadas para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa; e
- 72 empresas estatais federais com programação de investimentos aprovada.

Detalha, ainda, as fontes de financiamento dos investimentos e evidencia a execução orçamentária em nível de regiões geográficas, em atendimento às determinações constantes dos §§ 3º, 5º e 7º do art. 165 da Constituição Federal. Detalha, também, (1) os investimentos realizados no exterior por empresas estatais federais e (2) os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões geográficas e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, circunstâncias em que são classificados com a denominação “Nacional”.

4.1. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

A Lei Orçamentária Anual - LOA fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento - OI de 2007, no montante de R\$ 49.737.239.594,00 o que significou aumento de 14,6% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais federais em 2006. Os valores de 2006 foram atualizados para preços médios de 2007 pela variação do IGP-DI.

O Orçamento de Investimento de 2007 teve sua dotação alterada para o montante de R\$ 53.280.147.591,00. O orçamento de 59 empresas estatais federais tiveram suas dotações suplementadas, no montante de R\$ 11.389.692.875,00, e 45 outras tiveram suas dotações canceladas total ou parcialmente no valor total de R\$ 7.846.784.878,00, o que resultou, então, no montante líquido de R\$ 3.542.907.997,00, acrescentado ao OI.

Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2007 passou a agregar dotações para 72 empresas estatais federais, para a execução de obras e serviços detalhados em 8 funções, 15 subfunções, 36 programas, 435 projetos e 261 atividades.

No consolidado do exercício, 70 empresas estatais federais realizaram investimentos no montante de R\$ 39.780.166.347,00, equivalentes a 74,7% da dotação anual.

Isso representou uma elevação de 17,7% sobre o montante efetivamente investido pelas empresas estatais federais em 2006, cujo valor foi atualizado para preços médios de 2007 pela variação do IGP-DI médio.

Informações pormenorizadas sobre a distribuição geográfica do gasto com investimentos, os programas beneficiados e outros dados encontram-se anexados a esta Prestação de Contas Presidencial, sob o título “Detalhamento dos Investimentos”, subtítulo “Dotação e Execução da Despesa dos Investimentos por Região”.

4.1.1. Fontes de Financiamento

As fontes de recursos previstas para o financiamento das ações integrantes do Orçamento de Investimento foram compostas por receitas próprias das empresas, por recursos onerosos tomados junto a terceiros, por meio de operações de créditos de longo prazo contratadas junto às instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, bem como por “Outros Recursos de Longo Prazo”, os quais são oriundos de outras empresas, não pertencentes ao Setor Financeiro, principalmente das holdings para suas próprias controladas.

Também foram previstos recursos para aumento do Patrimônio Líquido, incorporados ao capital de estatais federais pelo Tesouro Nacional e pelas empresas controladoras. A União se valeu dessa modalidade de aplicação para destinar recursos fiscais a projetos de seu interesse, vinculados a ativos de empresas estatais federais, nas Companhias Docas, na Imbel e na Infraero.

Ao longo dos últimos anos, os recursos auferidos por meio dos negócios operacionais das empresas estatais tiveram significativa participação na composição da cesta de fontes de financiamento dos investimentos. A participação de recursos próprios nos gastos de 2007, porém, sofreu uma pequena redução no nível de utilização que vinha ocorrendo até o exercício de 2006, inclusive. Mas permaneceu ainda como fonte preponderante, situando-se em nível significativo, respondendo por 74,9% do financiamento dos investimentos globais.

A participação de recursos oriundos das operações de crédito interno de 0,3%, no financiamento dos investimentos, foi praticamente inexistente, pois apenas a Eletrosul e a Cepisa utilizaram essa fonte para financiar seus investimentos. Também foi pequeno o uso de operações de crédito externo, da ordem de 3,6% dos recursos utilizados, dado que apenas a PNBV utilizou essa fonte para financiar seus investimentos.

A empresa holding Petrobras, cujo Grupo é responsável pela programação e pela realização de 80,1% e 86,8%, respectivamente, do total dos investimentos do OI, previu pagar 72,1% dos investimentos do Grupo com recursos de geração própria. Entretanto, findou o exercício usando 73,1% de recursos próprios como fonte. Os ajustes em sua programação, efetivados ao longo do ano, resultaram em elevação de 9,4% no montante de investimentos inicialmente aprovados e comprometeu volume de recursos próprios no valor de R\$ 25,2 bilhões.

Vinte empresas, dez do Grupo Eletrobrás, nove do Grupo Petrobras e a Infraero, mantinham, ao final do exercício, previsão de uso de recursos gravados na rubrica Outros Recursos de Longo Prazo, no montante de R\$ 9.756,9 milhões. Ao final do exercício, apenas oito empresas do Grupo Eletrobrás, duas do Grupo Petrobras e a Infraero se valeram deles, tomados por empréstimo, da Controladora, de outras estatais ou de outras fontes. Dessas onze empresas que optaram por este tipo de fonte, oito investiram R\$ 7.962,0 milhões, 81,6% do valor total previsto para essa fonte.

A recomposição de fontes ocorrida durante o processo da execução orçamentária dos investimentos no exercício de 2007 deveu-se, principalmente, à manutenção da estratégia de financiamento dos gastos com investimentos, implementada pelas empresas, em especial pela Petrobras, tendo em vista, notadamente, o desempenho favorável de suas operações com petróleo e derivados, com reflexos muito positivos em suas consideráveis disponibilidades de caixa.

O montante de recursos próprios destinados pelo conjunto das estatais federais para investimentos atingiu o valor de R\$ 29,8 bilhões, 76,9% do montante programado, o que significou um crescimento nominal de 44,7% sobre o valor gasto no ano de 2006. Parcela correspondente a 94,6% desses recursos próprios foi investida por empresas ligadas ao Ministério de Minas e Energia, 3,2% por empresas vinculadas ao Ministério da Fazenda, principalmente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e 2,2% pelas demais empresas do Setor Produtivo, com destaque para a Infraero – R\$ 301,5 milhões, para ECT – R\$ 206,9 milhões e para o Serpro – R\$ 121,9 milhões.

As empresas do segmento Portos, a Eletronuclear, a Eletronorte, a Imbel e a Infraero, que integram o SPE, programaram realizar investimentos no valor R\$ 3.042,2 milhões. Dos R\$ 1.515,8 milhões realizados, a parcela no valor de R\$ 193,4 milhões, 12,8%, foi realizada com recursos oriundos do Tesouro Nacional, aportados no capital dessas estatais, via Orçamento Fiscal da União, a maior parte em 2007, e 23,3% daqueles recursos, transferidos em exercícios anteriores.

Do total de recursos do Tesouro Nacional programados no Orçamento de Investimento de 2007, 17,3% foram efetivamente aplicados. A Eletronuclear e a Eletronorte, apesar de terem na Lei Orçamentária previsão de investimentos com recursos oriundos do Tesouro Nacional, não utilizaram essa fonte.

Os recursos para aumento do Patrimônio Líquido, colocados nas empresas pelo Tesouro Nacional, pelas respectivas controladoras ou por outros agentes, compuseram parcela de apenas 4,8% do montante programado de R\$ 53.280,1 milhões do Orçamento de Investimento de 2007. Ao final do exercício, essa fonte de recursos foi responsável pelo financiamento de 1,2% dos investimentos realizados.

A participação relativa dos recursos classificados como “Outros Recursos de Longo Prazo”, no total geral das fontes de financiamento dos Investimentos previsto na LOA, foi de 12,4%, subindo para 18,3% na dotação final.

Das 72 empresas que programaram investimentos em 2007, quatro nada realizaram e 59 usaram recursos provenientes da venda de bens e serviços e outras receitas próprias, sendo que 47 delas se valeram, tão somente, de recursos decorrentes da venda de bens e serviços.

Quatro empresas do setor elétrico, Eletronorte, Eletrosul, Ceron e Manaus Energia, tomaram empréstimos de longo prazo da controladora Eletrobrás, para complementar as respectivas cestas de fontes. Além disso, a Eletrosul e a Cepisa fizeram uso de operações de crédito bancário junto a instituições financeiras nacionais.

No Grupo Petrobras, apenas a PNBV e a PIB BV tomaram empréstimo da controladora, e a PNBV utilizou recursos provenientes de operações de crédito junto a instituições financeiras internacionais.

Com recursos aportados em seus respectivos capitais, 16 empresas cobriram, no todo ou em parte, os gastos decorrentes da implementação de seus investimentos, sendo: a) recursos do Tesouro, transferidos, em 2007 ou em anos anteriores, para as seguintes empresas: CDC, Codesa, Codeba, Codesp, CDP, CDRJ, Codern, Infraero e Imbel; e b) recursos da Controladora, transferidos para: Dataflux, TNS, TAG, TCG, SFE, Termorio e Termoará.

Durante o exercício de 2007, diversos fatores determinaram alterações nas programações aprovadas na LOA e a inclusão de programações de novas unidades orçamentárias que dela não constaram. Foram feitas suplementações ou cancelamentos em dotações pré-existentes e isso alterou a composição das fontes de financiamento inicialmente previstas.

Nesse movimento, foram elevadas as dotações iniciais das fontes de financiamento “Geração Própria”, “Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido” e “Outros Recursos de Longo Prazo”, em 4,7%, 38,2% e 58,8%, respectivamente. No entanto apenas as duas últimas tiveram elevação na sua participação na cesta de fontes previstas na Dotação Final.

Em 2007, a soma de suplementações superou os cancelamentos em R\$ 3.542.907.997,00, gerando no encerramento do exercício uma Dotação Final no valor de R\$ 53.280.147.591,00, o que significou um acréscimo de 7,1% em relação à Dotação Inicial. No período, foram aprovadas dotações para 93 novos subtítulos, sendo 84 projetos e nove atividades, e foi efetuado o cancelamento integral das dotações de 22 projetos/atividades

A tabela e o gráfico seguintes apresentam a distribuição das fontes consolidadas por natureza, no menor nível de detalhamento, a evolução de cada fonte no processo de execução orçamentária anual e sua participação percentual no total da respectiva coluna.

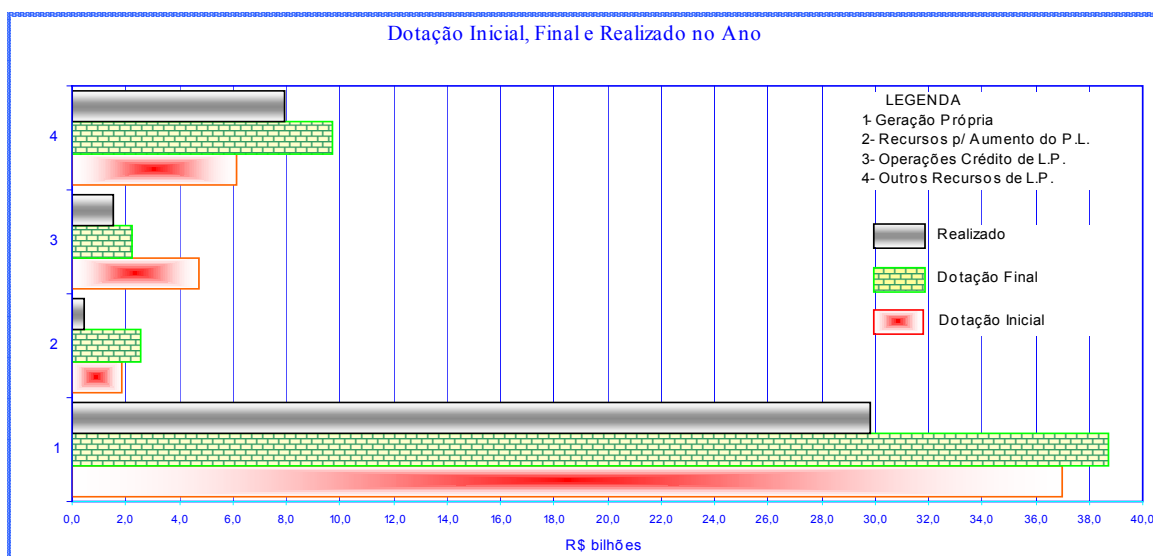
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA – 2007

Valores em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	COMPOS. % (A / TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A+B)	COMPOS. % (C / TC)	REALIZ. ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)
Geração Própria	36.995.775	74,4	1.754.479	38.750.254	72,7	29.799.533	74,9
Recursos p/Aumento do Patr. Líquido	1.846.734	3,7	705.180	2.551.915	4,8	457.907	1,2
Tesouro	591.793	1,2	528.606	1.120.400	2,1	193.439	0,5
Direto	591.793	1,2	421.879	1.013.672	1,9	148.409	0,4
Saldo de Exercícios Anteriores	0	0,0	106.727	106.727	0,2	45.030	0,1
Controladora	1.253.491	2,5	176.574	1.430.065	2,7	264.468	0,7
Outras Fontes	1.450	0,0	0	1.450	0,0	0	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.751.433	9,6	-2.530.402	2.221.031	4,2	1.560.716	3,9
Internas	368.496	0,7	-32.034	336.462	0,6	123.527	0,3
Externas	4.382.937	8,8	-2.498.368	1.884.569	3,5	1.437.189	3,6
Outros Recursos de Longo Prazo	6.143.297	12,4	3.613.650	9.756.947	18,3	7.962.010	20,0
Controladora	904.130	1,8	0	904.130	1,7	230.331	0,6
Outras Estatais	4.879.067	9,8	3.595.000	8.474.067	15,9	7.597.512	19,1
Outras Fontes	360.100	0,7	18.650	378.750	0,7	134.167	0,3
Total	49.737.240	100,0	3.542.908	53.280.148	100,0	39.780.166	100,0

Fonte: MP/DEST

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
FONTES DE FINANCIAMENTO POR NATUREZA



4.1.2. Execução da Despesa

Para 2007, a programação inicial dos dispêndios destinados à aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado, aprovada na Lei Orçamentária Anual - LOA, previu gastos consolidados no montante de R\$ 49.737.239.594,00, distribuídos por 351 projetos e 252 atividades, a cargo de 70 unidades orçamentárias. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes da LOA consolidam a denominada Dotação Inicial.

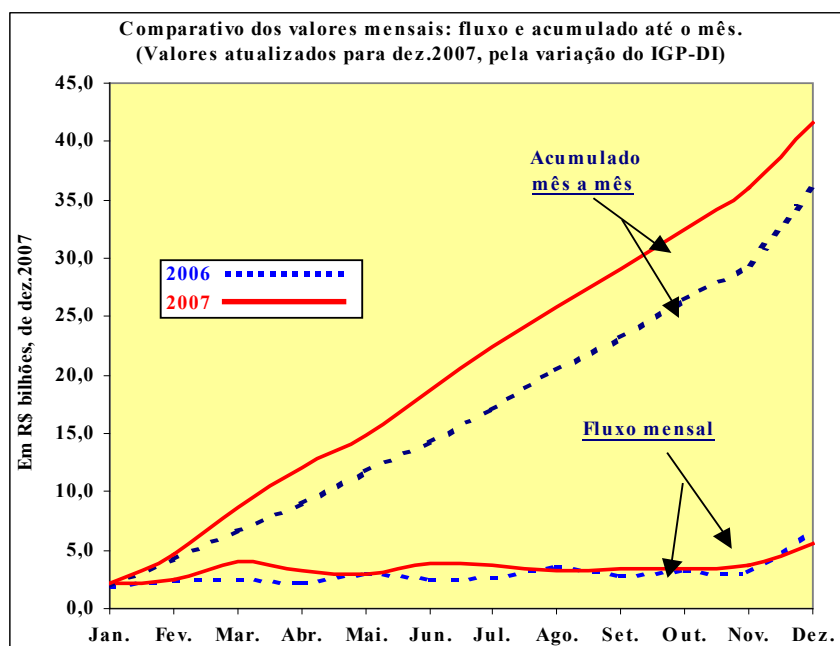
Com a alteração da programação inicial, ocorreu, também a elevação do valor da dotação, a qual passou para R\$ 53.280.147.591,00, destinados a 72 empresas estatais federais, para execução dos investimentos em 435 projetos e 261 atividades.

No ano de 2007, as empresas executaram investimentos no valor de R\$ 39.780.166.347,00, o que significou um crescimento de 17,7% em relação ao investimento total realizado por elas em 2006, em valores atualizados, mês a mês, para dezembro de 2007, pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna - IGP-DI.

Ressaltamos que apesar de o OI para 2007 ter previsto dotações para 72 empresas estatais federais, ocorreram, efetivamente, dispêndios com a realização de investimentos em 70 empresas delas, pois as empresas FIC e a Petrorio não apresentaram realização no período.

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos investimentos realizados em 2007, em valores mensais, fluxo e acumulado até o mês de referência, comparativamente aos correspondentes valores da execução orçamentária de 2006.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
EVOLUÇÃO MENSAL DO GASTO - 2006 x 2007**



A Tabela a seguir demonstra, em valores consolidados por setor e por grupos, a evolução da dotação, a comparação da dotação final com o realizado no exercício e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seu ativo imobilizado.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR**

Valores em R\$ mil

SETOR	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)
Setor Produtivo Estatal	47.016.651	3.775.453	50.792.104	38.665.889	97,2
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	5.630.327	(165.170)	5.645.157	3.104.278	7,8
Grupo Petrobras	39.014.490	3.648.886	42.663.376	34.533.894	86,8
Demais Empresas do Setor Produtivo	2.371.833	291.688	2.663.521	1.027.717	2,6
Setor Financeiro	2.720.589	(232.545)	2.488.044	1.114.280	2,8
TOTAL	49.737.239	3.542.908	53.280.148	39.780.166	100,0

Fonte: MP/DEST

Observa-se alteração no comportamento da realização por setor. Por exemplo, a elevação de 18,0% da participação da realização do SPE, que passou de 82,4% em 2006, para 97,2% em 2007, em relação ao total da execução do Orçamento de Investimento, consequência do desempenho das empresas que compõem os referidos grupos e setores, bem como do montante da dotação final que coube a cada uma. O qual foi influenciado pela implementação dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que contempla, além de outros, investimentos em infra-estrutura, principalmente, nas áreas de Energia Elétrica, Petróleo e Gás, executados pelas empresas dos Grupos Eletrobrás e Petrobras, e em expansão e modernização de aeroportos, a cargo da Infraero.

4.1.3. Distribuição geográfica da despesa

As empresas estatais federais, em conformidade com seus estatutos e com a legislação que rege as atividades e compromissos gerais das sociedades, buscam atender, prioritariamente, as necessidades de mercado de cada uma delas, com vistas à consecução de seus objetivos sociais. Nessa linha, orientam seus esforços e investimentos para a melhor distribuição regional, respeitadas as características de seus negócios.

Cabe registrar que a execução orçamentária do ano apresentou significativo nível de compatibilidade com a distribuição geográfica aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 31,0% do montante realizado. Nessa condição, encontram-se usinas hidrelétricas em rios limítrofes, redes de transmissão de energia elétrica, dutos para combustíveis, entre outros. Situação semelhante ocorre também no âmbito interno das regiões, no caso de projetos cuja localização abrange duas ou mais de suas unidades federativas. Destacam-se, na distribuição regional dos investimentos das empresas estatais federais, os gastos na função Energia, com as Subfunções Petróleo e Energia Elétrica, com valores relevantes em todas as macro-regiões do País.

Na tabela seguinte, observa-se que não apenas a dotação como também os valores realizados indicam que as empresas estatais federais se constituem em importantes vetores do desenvolvimento social e econômico de todas as regiões geográficas do Brasil, por intermédio de investimentos diretos ou dos efeitos multiplicadores decorrentes de sua atuação em todos os estados da federação.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2007

Valores em R\$ mil

MACRO REGIÃO REGIÃO / ESTADO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	COMPO- SIÇÃO (C / TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOSIÇÃO (D / TD)
NACIONAL	16.174.281	1.140.363	17.314.644	32,5	12.347.538	31,0
EXTERIOR	7.653.034	4.069.576	11.722.610	22,0	10.463.774	26,3
REGIÃO NORTE	2.000.119	(173.443)	1.826.676	3,4	953.566	2,4
Região Norte	735.853	(167.490)	568.363	1,1	435.498	1,1
Acre	83.593	5.418	89.011	0,2	78.316	0,2
Amapá	126.608	(47.746)	78.862	0,1	31.164	0,1
Amazonas	570.906	(13.056)	557.850	1,0	124.517	0,3
Pará	221.775	35.162	256.938	0,5	159.535	0,4
Rondônia	195.584	(978)	194.606	0,4	64.728	0,2
Roraima	53.202	18.529	71.731	0,1	57.358	0,1
Tocantins	12.598	(3.281)	9.316	0,0	2.451	0,0
REGIÃO NORDESTE	4.010.862	390.337	4.401.199	8,3	2.966.908	7,5
Região Nordeste	2.714.211	465.140	3.179.351	6,0	2.368.369	6,0
Alagoas	107.167	31.780	138.948	0,3	91.336	0,2
Bahia	386.759	(20.695)	366.063	0,7	220.782	0,6
Ceará	339.828	(115.025)	224.803	0,4	60.627	0,2
Maranhão	121.828	(25.598)	96.230	0,2	66.272	0,2
Paraíba	30.190	(3.156)	27.035	0,1	21.080	0,1
Pernambuco	35.440	2.412	37.851	0,1	4.177	0,0
Piauí	206.517	(2.664)	203.854	0,4	73.969	0,2
Rio Grande do Norte	54.465	51.130	105.595	0,2	56.355	0,1
Sergipe	14.457	7.013	21.469	0,0	3.940	0,0
REGIÃO SUDESTE	17.076.831	(1.538.100)	15.538.731	29,2	11.602.891	29,2
Região Sudeste	10.055.250	(588.763)	9.466.487	17,8	7.636.068	19,2
Espírito Santo	958.623	(674.926)	283.696	0,5	118.713	0,3
Minas Gerais	474.954	(43.766)	431.188	0,8	337.172	0,8
Rio de Janeiro	2.268.770	531.579	2.800.349	5,3	1.778.736	4,5
São Paulo	3.319.235	(762.224)	2.557.011	4,8	1.732.201	4,4
REGIÃO SUL	2.382.241	(259.551)	2.122.690	4,0	1.241.771	3,1
Região Sul	643.272	(217.311)	425.962	0,8	257.549	0,6
Paraná	642.610	(207.634)	434.976	0,8	334.558	0,8
Rio Grande do Sul	1.081.494	162.306	1.243.800	2,3	647.469	1,6
Santa Catarina	14.865	3.088	17.953	0,0	2.194	0,0
REGIÃO CENTRO-OESTE	439.872	(86.274)	353.597	0,7	203.717	0,5
Região Centro-Oeste	99.052	25.699	124.750	0,2	119.183	0,3
Distrito Federal	143.841	(62.348)	81.493	0,2	16.748	0,0
Goiás	64.255	25.655	89.910	0,2	31.201	0,1
Mato Grosso	47.822	2.083	49.905	0,1	33.559	0,1
Mato Grosso do Sul	84.902	(77.363)	7.539	0,0	3.026	0,0
TOTAL GERAL (T)	49.737.240	3.542.908	53.280.148	100,0	39.780.166	100,0

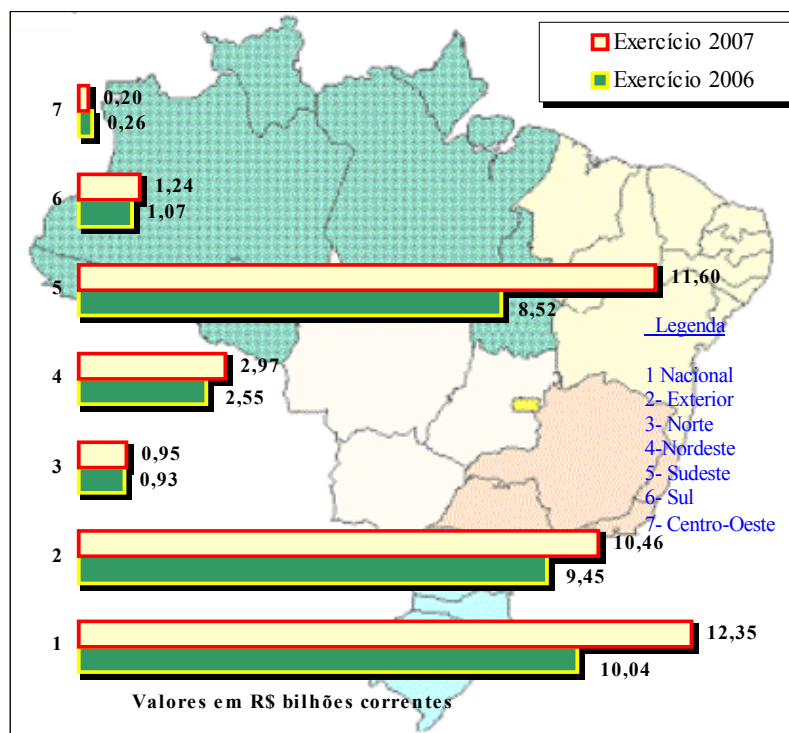
Fonte: MP/DEST

Na tabela pode-se verificar a distribuição da dotação e da execução do OI por macro-região geográfica, informando as respectivas dotações inicial e final, os ajustes orçamentários ocorridos no período e os valores realizados no ano de 2007, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados.

As Macro-Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram uma realização dos investimentos em nível maior em 2007, comparadas aos níveis de execução verificados no exercício anterior. Os investimentos efetuados no âmbito Nacional e Internacional também apresentaram elevação do nível de execução na comparação.

O gráfico a seguir permite visualizar o crescimento dos gastos com investimentos realizados em 2007 comparativamente com os valores de 2006, em praticamente todas regiões do País.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS – COMPARATIVO DA EXECUÇÃO 2006-2007



A sequência de gráficos permite visualizar, por macro-região, a relação de grandeza entre os investimentos aprovados e realizados, bem como evidencia a participação das empresas que mais contribuíram para o volume de investimentos realizados em cada macro-região.

As 137 ações arroladas sob o tópico Nacional, das quais 124 tiveram execução no período, foram desenvolvidas por 32 empresas estatais federais, sendo que nove delas estão ligadas ao setor de petróleo e derivados, cinco ao setor de energia elétrica, oito instituições financeiras federais, seis ligadas ao setor de serviços, duas no setor industrial e, ainda, a ECT e a Infraero.

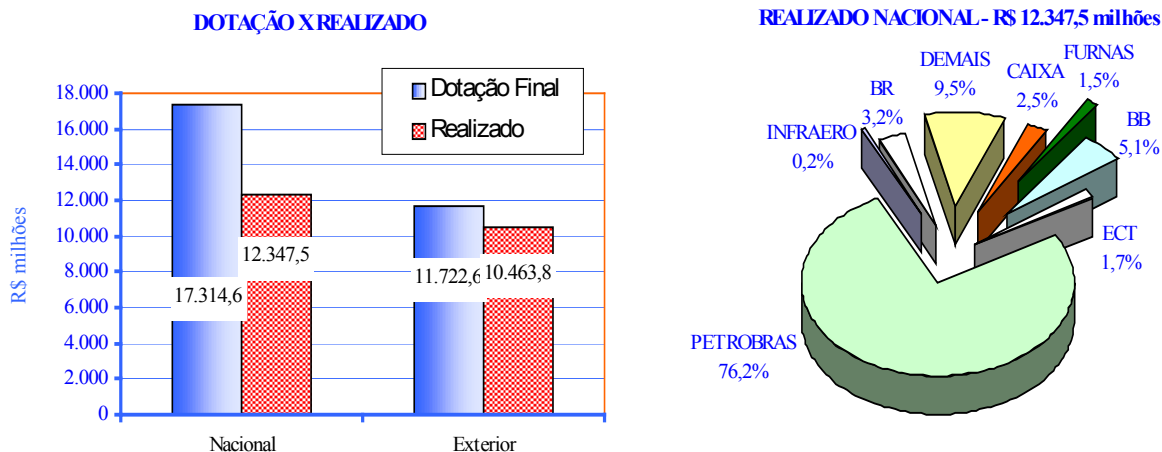
Nos dispêndios totais realizados sob o tópico nacional, no montante de R\$ 12.347,5 milhões, correspondendo a 31,0% do OI-2007, destacam-se, dentre outras, pela magnitude dos gastos e importância para a economia nacional, com os seus respectivos gastos, as seguintes ações : Exploração de Petróleo e Gás Natural - R\$ 3.285,0 milhões; Manutenção da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - R\$ 1.370,6 milhões; e Manutenção da Infra-Estrutura do Operacional do Parque de Refino - R\$ 1.029,9 milhões.

As ações localizadas no Exterior foram, em sua totalidade, desenvolvidas por quatro empresas ligadas ao Grupo Petrobras, com investimentos que somaram, em 2007, o valor de R\$ 10.463,8 milhões, equivalentes a 26,3% dos gastos totais deste Orçamento de Investimento.

A PIB BV, que atua de forma vertical em toda a cadeia da oferta de petróleo e gás natural no exterior - produção, transporte, refino e distribuição de derivados de petróleo aplicou R\$ 6.551,4 milhões, na apropriação de reservas de óleo, condensado e gás natural no exterior.

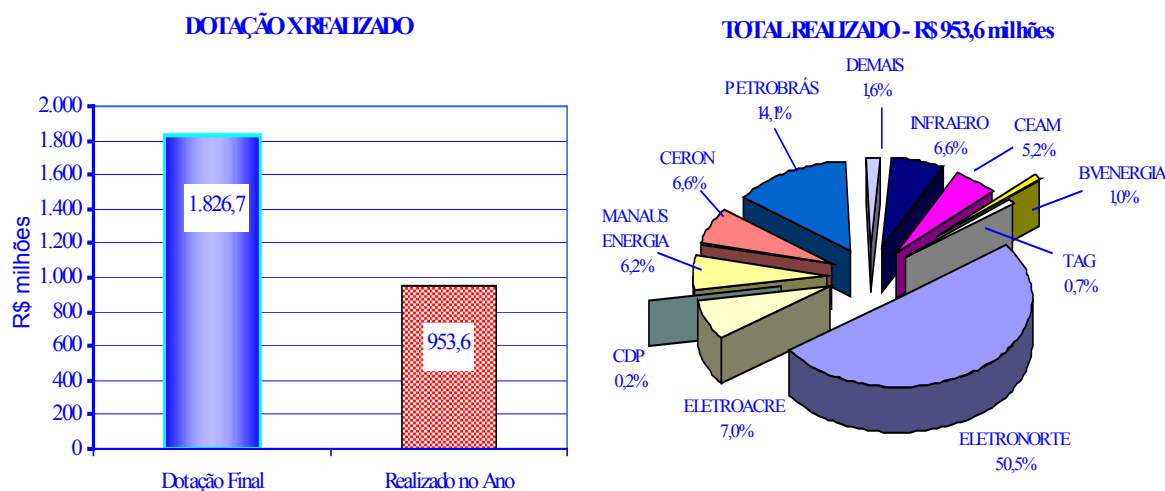
A PNBV investiu R\$ 3.806,3 milhões destinados, principalmente, à Aquisição e à Construção de Unidades Estacionárias de Produção. A Brasoil e a PIFCo investiram R\$ 106,0 milhões.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - NACIONAL E EXTERIOR - 2007
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS.



A principal empresa a realizar investimentos na Região Norte em 2007 foi a Eletronorte (R\$ 481,5 milhões), seguida da Petrobras (R\$ 134,9 milhões), da Eletroacre (R\$ 67,1 milhões), da Ceron (R\$ 63,4 milhões) e da Infraero (R\$ 63,3 milhões). Dos investimentos realizados pela Petrobras, R\$ 132,8 milhões foram destinados à Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção e de Óleo e Gás Natural na Região Norte.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO - REGIÃO NORTE - 2007
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS.



Além disso, a Eletronorte, investiu R\$ 205,6 milhões na Expansão dos Sistemas de Transmissão Acre/Rondônia e na Expansão dos Sistemas de Transmissão no Estado do Pará, e R\$ 77,1 milhões na ampliação, na Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), com vistas à elevação da capacidade de geração de energia elétrica de 4.245 MW para 8.370 MW. Quatorze empresas estatais federais implementaram ações para a Região Norte, sendo sete do setor elétrico, duas do setor de petróleo e derivados, três instituições financeiras federais, a CDP e a Infraero.

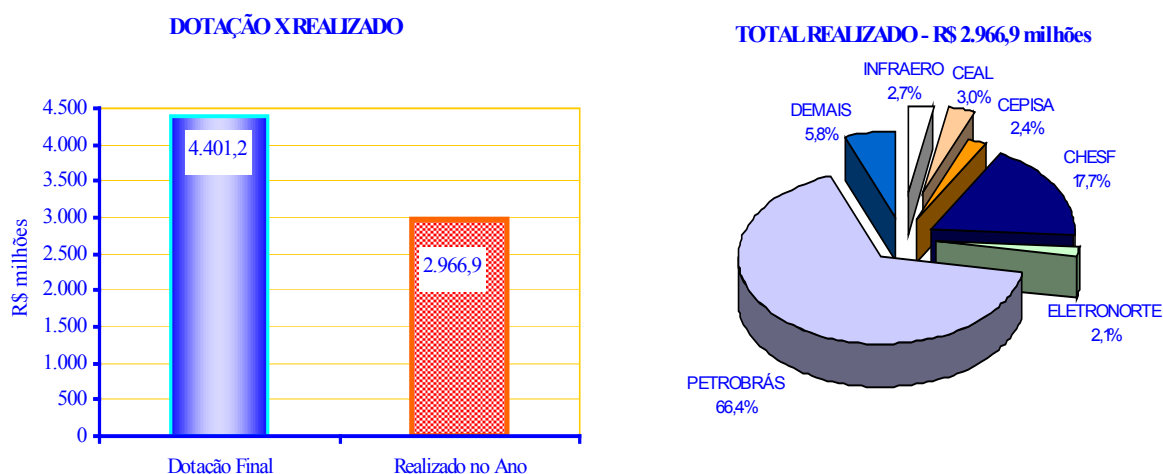
A Região Nordeste recebeu investimentos de 19 empresas estatais federais, sendo quatro ligadas ao setor de petróleo e gás, quatro ao setor de energia elétrica, quatro Companhias das Docas, cinco instituições financeiras federais e, ainda, a Hemobrás e a Infraero.

A Petrobras investiu R\$ 1.969,1 milhões em treze ações para a Região Nordeste, sendo mais expressivas as verbas destinadas à Manutenção e Recuperação de Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural, no valor de R\$ 1.758,1 milhões.

A Chesf, responsável pelos grandes investimentos do setor de energia elétrica da Região, despendeu, em 2007, recursos no valor de R\$ 524,6 milhões, principalmente para a implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste - R\$ 234,8 milhões, na irrigação de lotes na área do reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA) - R\$ 109,5 milhões e na implantação de quatro subestações seccionadoras de 230 kV no Sistema de Transmissão do Nordeste - R\$ 61,3 milhões.

A Infraero aplicou R\$ 81,5 milhões na Região, na Manutenção e na Expansão da Infra-estrutura Aeroportuária, principalmente nos Aeroportos Internacionais de Natal, João Pessoa e Fortaleza. As instituições financeiras federais realizaram investimentos, em suas respectivas redes de atendimento, no valor de R\$ 31,0 milhões, dos quais R\$ 18,1 milhões a cargo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO - REGIÃO NORDESTE - 2007 DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS



Na Região Sudeste, onde foram aplicados 29,2% dos gastos efetivados no âmbito do Orçamento de Investimento, dos quais 87,6% de responsabilidade da Petrobras. A grande concentração dos investimentos nessa Região decorre da localização das jazidas de petróleo e gás natural e, também, da necessidade de as empresas se instalarem próximo aos seus mercados consumidores, de forma a cumprir com seus objetos sociais.

No realizado pelas empresas do Grupo Petrobras em 2007, somando R\$ 10.348,0 milhões e representando 66,6% do montante aprovado para Região neste Orçamento, destacam-se as ações de: Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural - R\$ 3.654,5 milhões; Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Bacia de Campos (RJ) - R\$ 3.013,6 milhões; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - Reduc (RJ) - R\$ 946,5 milhões; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - Revap (SP) - R\$ 721,9 milhões; e Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás na Bacia de Santos (SP) - R\$ 433,0 milhões.

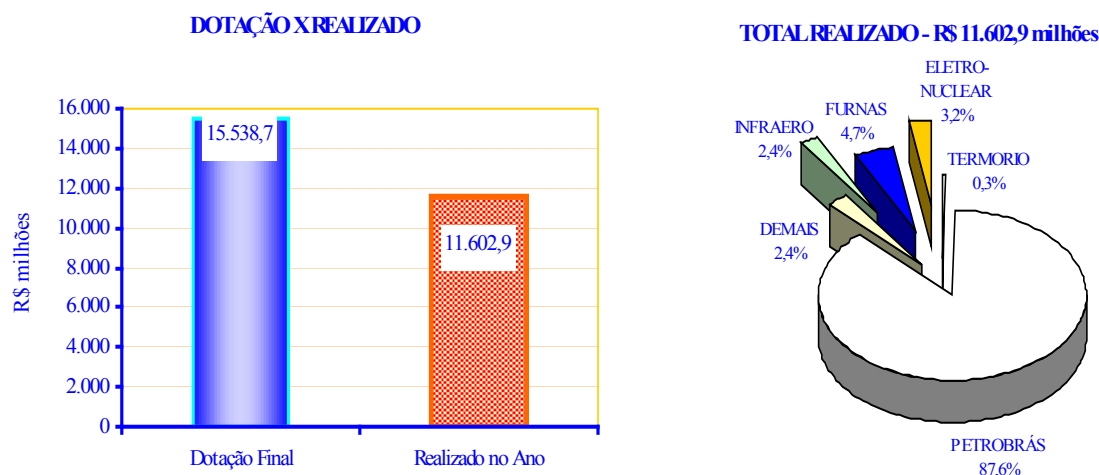
As empresas estatais federais que operam no setor elétrico também contribuíram expressivamente para a infra-estrutura energética da Região, no valor de R\$ 857,8 milhões, sendo de se evidenciar os seguintes investimentos realizados neste exercício: Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado com 138 Kv, com 120 KM de extensão - R\$ 265,3 milhões; Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ) - R\$ 123,7 milhões; Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ) - R\$ 98,6 milhões; e Manutenção da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG) - R\$ 92,2 milhões.

A Infraero aplicou em Modernização, Ampliação, Adequação e Manutenção da Estrutura Aeroportuária, bem como em Manutenção de Sistemas de Proteção ao Voo, nos aeroportos da Região, o montante de R\$ 275,4 milhões.

Em ações voltadas para a Instalação e Modernização de Agências Bancárias, bem como para Instalação de Bens Imóveis Destinados à Administração Geral, o Banco do Brasil, a Caixa, o BNB e o IRB-Brasil Re investiram na Região Sudeste o montante de R\$ 26,2 milhões.

Vinte e uma empresas estatais federais realizaram investimentos nesta Região, sendo cinco ligadas ao setor de petróleo e derivados, três do setor de energia elétrica, três Companhias das Docas, três do setor de abastecimento, quatro instituições financeiras federais, a CMB, a Imbel e a Infraero.

**DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO - REGIÃO SUDESTE - 2007
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS.**



As empresas estatais federais realizaram investimentos, na Região Sul, em valor equivalente a 3,1% do global realizado no Orçamento de Investimento de 2007. O montante foi aplicado, principalmente, em ações voltadas para a constituição ou modernização de ativos operacionais, dentre as quais destacam-se as seguintes:

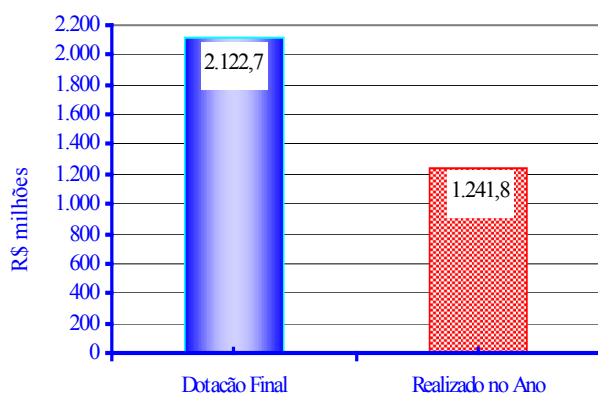
- no setor de petróleo e derivados, a Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção das Refinarias Alberto Pasqualini (RS) e Presidente Getúlio Vargas - R\$ 490,2 milhões; e a Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino - R\$ 87,8 milhões; Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualini para 30.000 m³/dia - R\$ 136,6 milhões; e
- na Área de Energia Elétrica, onde foram investidos R\$ 414,7 milhões, representando 33,4% do montante aprovado para a região, a Ampliação de Sistema de Transmissão na Região Sul, com 38 Km e reforços e nove subestações - R\$ 228,1 milhões, a Implantação da Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW - R\$ 126,8 milhões, e a Implantação da Usina Hidrelétrica de Passo São João com 77MW e Sistema de Transmissão Associado em 69 Kv, com 30 KM de extensão - R\$ 27,1 milhões.

O BB e a Caixa, integrantes do setor financeiro, realizaram investimentos no montante de R\$ 14,4 milhões, para a Instalação e Modernização de Agências Bancárias.

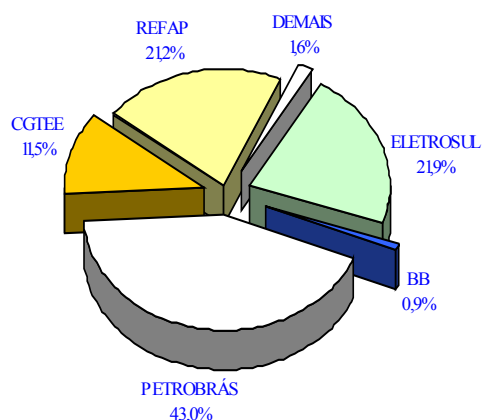
Oito empresas estatais federais realizaram ações localizadas na Região Sul, sendo três do setor de petróleo e derivados, duas do setor de energia elétrica, duas instituições financeiras federais e a Infraero.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO - REGIÃO SUL - 2007
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS.

DOTAÇÃO X REALIZADO



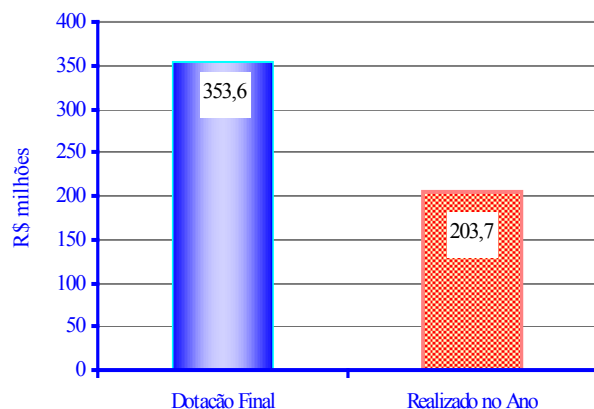
TOTAL REALIZADO - R\$ 1.241,8 milhões



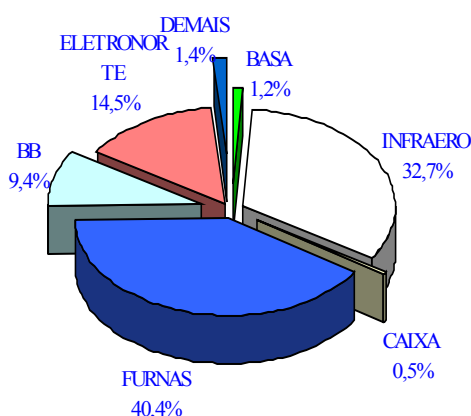
Na Região Centro-Oeste, as empresas implementaram investimentos no valor de R\$ 203,7 milhões, que representaram 0,5% dos investimentos consolidados implantados pelas estatais no contexto deste Orçamento.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO - REGIÃO CENTRO-OESTE - 2007
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA. PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS.

DOTAÇÃO X REALIZADO



TOTAL REALIZADO - R\$ 203,7 milhões



Na região, destacaram-se os seguintes investimentos relevantes: a) Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na área dos Estados de Goiás, do Mato Grosso e do Distrito Federal - R\$ 82,3 milhões, e a Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (acréscimo de aproximadamente 365 km de linha de transmissão, implantação da SE Jauru-MT 400 MVA e reforço nas subestações associadas equivalente a 563 MVA) - R\$ 29,5 milhões realizados por Furnas e Eletronorte, respectivamente; b) Construção, Manutenção, Adequação e Modernização do Aeroporto de Goiânia e a Manutenção das Estrutura Aeroportuária e dos Sistemas de Proteção ao Voo, realizados pela Infraero - R\$ 66,6 milhões; e c) a Instalação e Modernização de Pontos de Atendimento realizados pelo BB, Caixa e BASA - R\$ 22,6 milhões.

No Centro-Oeste, nove empresas estatais federais realizaram investimentos, sendo três instituições financeiras, duas empresas do setor elétrico, uma do setor de petróleo e gás, a Infraero, a Emgea e a Ativos S.A.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

4.2.1. Setor Financeiro

Com o intuito de oferecer melhores serviços, segurança e conforto para sua clientela, as instituições financeiras federais, nos últimos anos, vêm investindo na modernização de suas agências, principalmente para a adequação de seus layouts e instalação ou atualização de sistemas de informática e teleprocessamento, priorizando, entre outros itens, a velocidade de resposta e o auto-atendimento.

A Lei Orçamentária Anual de 2007 aprovou, para as nove instituições financeiras federais, dotações orçamentárias que somaram R\$ 2.720,6 milhões. Esse valor, ao final do exercício, foi reduzido em R\$ 232,5 milhões, em decorrência das revisões orçamentárias propostas pelas próprias instituições. Da dotação orçamentária final, de R\$ 2.488,0 milhões, a realização consolidada das instituições financeiras atingiu R\$ 1.114,3 milhões, o que significou execução de 44,8%, percentual bem inferior à média geral de 74,7% atingida pelo conjunto das empresas estatais, superior, entretanto, aos 44,6% realizado no exercício de 2006 e com crescimento real de 2,6%.

A seguir, são prestadas considerações sobre a realização dos investimentos em 2007, pelas instituições financeiras com maiores volumes de investimentos.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A. – BASA

Projeto de Modernização de Agências

Com os investimentos realizados em 2007, o BASA teve como foco principal a ampliação/reforma e modernização tecnológica das agências, que consumiram 93,25% do total dos investimentos nessa ação. Os demais investimentos destinaram-se à incorporação de um terreno e a aquisições de móveis e equipamentos.

BASA		
PROJETOS EXECUTADOS EM MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS		
		R\$ 1,00
PROJETOS	CUSTO	(%)
Ampliação/Reforma de Agências	4.757.247,00	46,67
Atualização/Modernização Tecnológica	4.746.711,00	46,57
Aquisição de Terreno	681.600,00	6,70
Outros	6.852,00	0,06

Fonte: Gerência de Controladoria do BASA

Em relação à dotação orçamentária aprovada, os investimentos realizados representam 38,20%. Contribuíram para a baixa execução dos investimentos a não conclusão de reformas em três agências, a dificuldade de encontrar parceiros interessados em construir imóveis, os quais o Banco alugaria para servir de sede para cinco agências e o cancelamento de aquisições de equipamentos de informática e de refrigeração.

Projeto de Instalação de Agências

Em 2007, o Banco da Amazônia iniciou a instalação de cinco novos pontos de atendimento e realizou gastos adicionais para instalação de quatro agências, cuja maior parte dos investimentos foi realizada em 2006. A estratégia do Banco para a instalação de pontos de atendimento é alugar o imóvel ou firmar contrato de parceria com investidores locais que se responsabilizam pela construção do imóvel, mediante o compromisso do Banco de alugá-lo por determinado tempo. Entretanto, o BASA tem tido dificuldades de encontrar imóveis disponíveis para locação e parceiros interessados em construir imóveis o que tem ocasionado atrasos no cronograma daquela instalação dos pontos de atendimento.

Projeto de Instalação de Bens Imóveis

Os investimentos realizados em 2007, no montante de R\$ 171.978,00, destinaram-se à realização de serviços de reformas e adaptações das dependências do edifício sede do Banco no Estado do Pará. Em relação à dotação orçamentária aprovada, os investimentos realizados representam 3,95%. Contribuíram para baixa execução dos investimentos a não conclusão de projetos de reformas/adaptações no edifício sede do Banco e, principalmente, devido à suspensão do projeto de mudança da sede do banco, que previa para 2007 a compra de um terreno.

BANCO DO BRASIL S.A. – BB

O Orçamento aprovado para o Banco do Brasil para 2007 previa gastos no montante de R\$ 1.244,3 milhões. Porém, encerrado o exercício, aquela Instituição realizou investimentos de R\$ 688,6 milhões, equivalentes a 55,3% do limite autorizado. O quadro a seguir apresenta o detalhamento dos gastos pelos programas.

PROGRAMA DE GOVERNO DO BANCO DO BRASIL

		R\$ mil
PROGRAMA DE GOVERNO	PROGRAMADO	REALIZADO
Instalação de Pontos de Atendimentos Bancários	128.334	29.229
Modernização de Pontos de Atendimentos Bancários	15.665	6.248
Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento	579.784	319.736
Instalação de Bens Imóveis	59.201	12.113
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	36.324	14.229
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	274.949	242.704
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	150.086	64.315
Total	1.244.344	688.574

Fonte: Banco do Brasil

Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

O Banco do Brasil trabalha basicamente com seis tipologias distintas de pontos de atendimento:

- Agência - dependência de instituição financeira, destinada à prática das atividades para as quais a Instituição esteja regularmente habilitada;
- PAA - Posto Avançado de Atendimento – vinculado a uma agência ou à Sede e somente pode ser instalado em praça não assistida pelo serviço bancário;
- PAB - Posto de Atendimento Bancário - instalado em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada, visando prestar serviços de exclusivo interesse do Governo e de seus funcionários, quando instalado em entidade de administração pública ou dos respectivos empregados e administradores de empresa privada;
- PAE - Posto de Atendimento Eletrônico - destina-se a prestar serviços de saques, depósitos, pagamentos, saldos e extratos de contas, transferências de fundos e fornecimento de talonários de cheques em locais de grande fluxo de pessoas. Tem como objetivo descongestionar o atendimento nas agências e proporcionar ao cliente maior comodidade e rapidez no atendimento;
- Quiosques: instalados em locais estratégicos, de fácil acesso aos clientes; e
- Auto BB: instalados em vias de grande tráfego (estacionamentos, garagens em centros urbanos, postos de gasolina), em que o cliente realiza suas transações sem sair do veículo.

Em 2007, foram instalados 609 novos pontos (agências, postos de auto atendimento, postos de atendimento bancário, postos de atendimento eletrônicos e quiosques), conforme a seguir.

BANCO DO BRASIL
INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO

REGIÃO	FINANCEIRO			FÍSICO		
	Projetado (R\$ mil)	Observado (R\$ mil)	% Atingido	Projetado (R\$ mil)	Observado (R\$ mil)	% Atingido
Norte	5.428	627	11,55	78	51	65,38
Nordeste	22.730	3.768	16,58	216	126	58,33
Centro-Oeste	20.886	7.231	34,62	138	51	36,96
Sudeste	50.627	7.572	14,96	463	156	33,69
Sul	28.664	10.031	34,99	231	225	97,40
Total Brasil	128.334	29.229	22,78	1.126	609	54,09

Fonte: Banco do Brasil

Alguns fatores, em maior ou menor grau, contribuíram para que a utilização dos recursos ficasse abaixo dos valores orçados para os projetos, a saber:

- a) dificuldades de identificação do imóvel e preparação de documentos;
- b) atraso no fornecimento de equipamentos, mobiliário, etc;
- c) prazos legais de licitação, com eventuais recursos por parte das empresas não vencedoras no processo licitatório;
- d) atraso na execução de obras; e
- e) instalação de dependências de menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto e revisão do planejamento de execução das obras.

Modernização de Pontos de Atendimento Bancário

BANCO DO BRASIL
MODERNIZAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO

REGIÃO	FINANCEIRO			FÍSICO		
	Projetado (R\$ mil)	Observado (R\$ mil)	% Atingimento	Projetado (R\$ mil)	Observado (R\$ mil)	% Atingimento
Norte	894	295	32,99	144	16	11,11
Nordeste	5.140	2.393	46,56	600	153	25,50
Centro-Oeste	1.794	688	38,33	412	55	13,25
Sudeste	4.900	1.698	34,66	1.741	440	25,27
Sul	2.937	1.173	39,95	833	350	42,02
Total	15.665	6.248	39,88	3.730	1.014	27,18

Fonte: Banco do Brasil

Alguns fatores contribuíram para que a realização dos recursos ficasse abaixo dos valores orçados:

- a) prazos legais de licitação, com eventuais recursos por parte das empresas não vencedoras no processo licitatório;
- b) revisão e redefinição das estratégias de expansão do modelo de relacionamento; e
- c) atraso na execução das obras de infra-estrutura.

Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento

O Projeto prevê, basicamente, a reforma, realocação e/ou adequação de algumas dependências do Banco, bem como substituição de equipamentos obsoletos, em especial os terminais de saque, depósito, cheques, adquiridos a partir de 1997, além dos terminais de caixa, nas agências.

Ocorreram investimentos na instalação de dispositivos de combate a incêndio, relacionados à melhoria da segurança, e obras de melhoria de acessibilidade em 3.696 dependências em respeito ao direito de ir e vir. Dos R\$ 579.784 mil previstos, foram realizados pouco mais de 55%. Os principais fatores que influenciaram este índice de realização foram o tempo de duração da execução das obras, os prazos legais de licitação, muitas vezes afetados por recursos por parte das empresas não vencedoras no processo licitatório.

Instalação de Bens Imóveis – Construção

O índice de realização foi de 20,46% com destaque para o início do projeto de reformas do Complexo Central de Tecnologia em Brasília DF. Além do Distrito Federal, estavam previstas construções nos Estados de Sergipe e Tocantins. Em Sergipe, o projeto de instalação do Núcleo de Valores (Tesouraria) teve seu início, ficando a conclusão prevista para 2008.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Nesse item constaram em 2007, basicamente, projetos para ampliação da Central de Atendimento BB (Site Salvador), bem como aquisição de mobiliário e equipamentos de uso para reposição e complementação do enxoval das dependências. O índice de realização ficou próximo a 40%, com destaque para a aquisição de 94% dos equipamentos destinados à Central de Atendimento na Bahia. Cabe salientar que alguns investimentos são realizados quando da necessidade de suprimento de mobiliário/equipamentos de uso etc., sendo difícil mensurar a quantidade e o momento para reposição/complemento dos itens.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

O índice de realização ficou em 88,27%, merecendo destaque para o projeto de atualização da infra-estrutura de TI com ações de direcionamento para a Nova Arquitetura Tecnológica em implantação. Os maiores investimentos se concentraram no programa de Armazenamento Central de Dados. Também houve aquisição de terminais de auto-atendimento, o que não ocorreu no ano anterior, e investimentos em tecnologia da informação destinados às Centrais de Atendimento do Banco.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Esse item refere-se, basicamente, às reformas e adequações nos prédios da rede de apoio do Banco. O índice de realização ficou em 42,85%. Houve a substituição de equipamentos (incorporados aos imóveis) defasados ou em fim de vida útil. As obras de adequação, normalmente, podem ser previstas com antecedência mas sofrem influência dos procedimentos de licitação e demora na execução (muitas vezes em grandes prédios de centros urbanos), sendo assim, nem sempre se realiza tudo o que foi previsto. As obras de manutenção ocorrem por demandas não previstas, cuja realização depende de fatos geradores.

BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. – BESC

O orçamento de investimentos do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC, para o exercício de 2007, previa investimentos da ordem de R\$ 22.554,4 mil e visava atender às seguintes ações: substituição de 1.000 estações de trabalho; substituição de 1.500 terminais de caixa; substituição de 260 servidores da rede agências; substituição de 120 cash dispenser por atms; aquisição de servidores corporativos plataforma baixa; melhoria da infra-estrutura do cpd com no-breaks, grupo gerador, refrigeração e instalações elétricas; aquisição de licenças de uso do ms-windows 2003, sql 2000; aquisição de pacotes de software de mercado; e substituição de móveis e equipamentos para a manutenção da infra-estrutura de atendimento na rede de agências.

Encerrado o exercício, o BESC realizou investimentos no montante de R\$ 13.762,4 mil, nos Programas citados a seguir:

Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento:

Essa ação foi cumprida em quase sua totalidade. Estão descritos a seguir os principais investimentos realizados no exercício de 2007 no valor de R\$ 2,6 milhões, compreendendo a aquisição de aparelhos de ar condicionado; portas giratórias para agências; armários e balcões; sistema de circuito fechado de TV; mobiliário; balcões de caixa nas agências; centrais telefônicas; detectores de metais; máquinas contadoras de cédulas; microcâmeras; mesas para escriturários; cofres; adaptações para acesso de portadores de deficiência física; e um veículo.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informações e Teleprocessamento:

Foram realizados nesse programa R\$ 11,2 milhões com a aquisição de Servidor Corporativo marca IBM System Modelo X 3550 para contingência; aquisição de softwares; licença de uso de software para aumento da performance das chaves disaster recovery main frame; aquisição de gravadores de CD e DVD; aquisição de microcomputadores, notebooks, placas de memórias, pen drives, monitores e unidades de disco; sistema gerenciador de

rede; planejamento e instalação do Ambiente Software; aquisição de cabos de fibras ópticas; aquisição de ATMs Full Function com módulo depositários; e aquisição de unidade de armazenamento.

O atraso no desenvolvimento dos projetos; nas definições sobre a forma de aquisição; reutilização de equipamentos; a alteração de prioridades de projetos de Tecnologia de Informações – TI; e a transferência para 2008 de alguns projetos programados para 2007, prejudicaram a execução do programa.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – BNDES

Em 2007, o BNDES realizou investimentos no valor de R\$ 7.967 mil, equivalentes a 22,9% do limite autorizado.

Programa de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – Nacional

Foram realizados R\$ 35.922,00, da dotação de R\$ 4.860.000,00, o que representa um desempenho de 0,7%. O baixo nível de realização deve-se ao fato dos projetos de instalações nos imóveis próprios estarem dependendo de licitações que, pela sua complexidade, demandam muito tempo no que respeita à elaboração de especificações e conclusão dos certames, inclusive, com ocorrência de interposição de recursos judiciais por parte dos licitantes.

Programa de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

Foi aprovada uma dotação final de R\$ 11.324.356,00, do qual se realizou R\$ 2.977.672,00, representando 26,3%. O baixo nível de realização deve-se ao fato dos processos de aquisição dos bens desses sistemas estarem na dependência de licitações. Pela sua complexidade, várias licitações estão demandando muito tempo para suas especificações, e os resultados das licitações nem sempre são bem sucedidos, implicando muitas vezes em questões judiciais, o que inviabiliza o início de nova licitação.

Programa de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

Da dotação aprovada para esse Programa de R\$ 18.622.000,00, se realizou R\$ 4.953.455,00, representando 26,6%. O baixo nível de realização deve-se ao fato dos processos de aquisição dos itens do plano diretor de informática - PDI estarem dependendo de licitações. Por serem complexas, diversas licitações demandam muito tempo para suas especificações, e o resultado da licitação nem sempre é bem sucedido, implicando muitas vezes em questões judiciais, o que inviabiliza o início de nova licitação.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA

A CAIXA realizou investimentos no seu Ativo Imobilizado no montante de R\$ 337.594,0 mil com desempenho de 36,9% em relação à dotação final aprovada, conforme detalhamento a seguir:

Investimento de Instituições Financeiras em Infra-estrutura de Atendimento

Instalação de Agências

Foram inauguradas 68 unidades, sendo 52 agências e 16 Postos de Atendimento Bancários - PAB, o que equivale a 48,57% da meta para 2007, no valor de R\$ 20.729,0 mil, correspondentes a 23,3% dos recursos programados para esse título.

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

A Caixa, em 2007, alcançou importantes resultados em diversos projetos, tais como: Agência Segura, Acessibilidade, PAN, novo modelo das Superintendências Regionais e Pontos de Venda – SR/PV, entre outros. Do valor da dotação prevista para esse Programa, realizou R\$ 156.423,6 mil, representando 43,9%. A meta financeira não foi atingida em decorrência de atrasos nas licitações, cabendo ressaltar que a CAIXA tem adotado medidas com o objetivo de dar celeridade aos processos de contratações, buscando maior parceria com a área de contratações e, nos casos de impugnações e medidas judiciais, buscando um maior envolvimento do Jurídico para resposta e defesa célere.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

Instalação de Imóveis

O planejamento contemplava a implantação de Conjunto Cultural nos seguintes Estados: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Projetos Executivos já estão concluídos e aprovados, estando assim cumpridas as condições técnicas e orçamentárias para a elaboração do processo para licitação das obras.

Aquisição de Imóvel para realização do Projeto Datacenter / DF

Não houve a realização prevista devido à não conclusão da licitação.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

O realizado de 36,3% refere-se à adequação e manutenção de imóveis ocupados por 198 unidades administrativas, garantindo a manutenção da infra-estrutura física dos imóveis, mantendo a qualidade do ambiente para seus ocupantes.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Os recursos foram investidos na substituição de equipamentos de uso em 632 unidades de apoio; aquisição de 1.398 novas publicações sugeridas por empregados e unidades da empresa; instalação de geradores de neblina nas unidades que operam com penhor, instalação de salas de auto-atendimento não contíguas; adequação das Centrais de Garantia de Penhor - CEGAP – de Porto Alegre e Curitiba; adequação das Centrais de Monitoramento de Porto Alegre, Brasília e São Paulo; a modernização do canal Telemarketing e adequação de prédios administrativos da CAIXA.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Foram investidos R\$ 87.627,9 mil em equipamentos de escritório, como estações de trabalho, servidores e notebook, utilizados para a atualização do parque tecnológico; aquisição de equipamentos e softwares para a ampliação da capacidade de armazenamento de informações nas Representações de Operações Tecnológicas – REROP, de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro; e aquisições de softwares que possibilitaram maior segurança nas transações do canal Internet Banking da CAIXA e na prevenção a fraudes.

A meta financeira do Programa não foi atingida em decorrência de demora no processo de contratação, cujo rito pode sofrer atrasos decorrentes de reformulações, impugnações, contestações legais advindos de vários agentes durante seu desenvolvimento; de atrasos nos projetos de gerência de gestores de negócios, nos quais ações são geradas e estas, nem sempre, podem seguir os cronogramas previamente ajustados, gerando retardamento no andamento de projetos.

BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. – BEP

Modernização de Pontos de Atendimento Bancário

Em 2007, o BEP realizou a aquisição de aparelhos de refrigeração para diversas agências e postos de atendimento, realizou a reforma na agência de Cristino Castro, totalizando investimento da ordem de R\$ 363 mil. Adquiriu diversos bens móveis para uso nas diversas agências e postos de atendimento, totalizando investimentos da ordem de R\$ 59 mil. Assim, a soma de investimentos na ação totaliza R\$ 422 mil, o que representa 35,35% do limite aprovado.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Realizou-se a aquisição de no-breaks, sistema CFTV - Circuito Fechado de TV, central telefônica e outros equipamentos, totalizando investimento da ordem de R\$ 38 mil.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – Nacional

Da dotação de R\$ 2.173.790,00, não houve realização, pois o investimento previsto dependia de decisão pela assembléia do condomínio do prédio comercial onde Finep tem instalado seu escritório do Rio de Janeiro.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional

Foram aprovados para essa ação R\$ 689.119,00, dos quais se realizou R\$ 401.875,00, representando 58,3%. Foram adquiridos três aparelhos de ar condicionado de pequeno porte, adquiridos alguns equipamentos para manutenção elétrica e hidráulica das instalações, 63 cadeiras e arquivos volantes, 75 mesas de escritório, dois arquivos de aço para microfilmes, e alguns aparelhos elétricos para copa. Não houve substituição de veículo de serviço, pois a Finep vem utilizando veículos alugados.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Nacional

Com 1,3% de realização em relação à dotação aprovada de R\$ 5.110.979,00, nessa ação foi substituído apenas um dos servidores de informática e adquiridos três sistemas de videoconferência, com três projetores multimídia para instalação nos escritórios da Finep nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Adicionalmente foram adquiridos apenas outros pequenos equipamentos. Na renovação do parque de impressoras, optou-se pela contratação de um serviço de cópias e impressões pago por unidade impressa em lugar de imobilizar equipamentos. Em função da mudança da diretoria da empresa, a Finep limitou-se a dar continuidade às ações já iniciadas no final do exercício anterior, até que um novo plano de trabalho seja estabelecido para a empresa.

IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro

Dando continuidade ao projeto e modernização das instalações físicas do Edifício Sede, foram realizadas as obras de modernização da sobreloja, do 10º andar, de infra-estrutura e de ampliação e readequação geral da Sala Cofre, onde se gastou R\$ 4.675.978,00, representando 96,6% da dotação aprovada de R\$ 4.838.471,00.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional

Foram realizadas compras, no valor de R\$ 621.615,00, representando 76,1% da dotação aprovada. Foram adquiridos estações de trabalho e cadeiras para coordenadores, gerentes, secretárias e funcionários, armários altos e baixos, sofás, leitora copiadora, estabilizador de tensão, gerador, cafeteira elétrica, central microprocessadora, projetos multimídia, bebedouros, bombas d'água, central de sonorização, máquinas de ar central, ar condicionado, racks e mesas de reunião. Por conta das atividades relativas às obras de modernização do 10º pavimento, sobreloja e infra-estrutura do Edifício Sede, a contratação de partes dos equipamentos e imobiliários não foi realizada.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Nacional

Foram realizadas compras, de storage IBM, servidores processadores, racks 19 IBM, switches, catalyst, 27 acess point série 1000, softwares nas áreas de banco de dados, segurança, automação com implantações e sistemas de informática. Foram realizados R\$ 2.106.522,00, representando 18,0% da dotação aprovada. A não realização da expansão da central telefônica ocorreu por conta da revisão das especificações. O desvio registrado é decorrente do atraso no processo de licitação de hardware, software e gastos com sua implantação, o que fará com que o investimento ocorra ao longo de 2008.

4.2.2. Setor Produtivo Estatal – SPE

Das 77 empresas componentes do Setor Produtivo Estatal – SPE que tiveram o acompanhamento pelo Programa de Dispendios Globais – PDG, no ano de 2007, 63 realizaram gastos à conta do Orçamento de Investimento. As demais, por não efetuarem investimentos, não apresentaram propostas orçamentárias para o exercício.

Em termos líquidos, o movimento dos créditos gerou uma elevação na dotação global do SPE no valor de R\$ 3.775,5 milhões, significando aumento de 8,0% da dotação inicial. O volume de dotação administrado pelas empresas desse setor representa 97,2% da dotação final consolidada do Orçamento de Investimento de 2007.

A Lei Orçamentária Anual aprovou, para esse conjunto de empresas, dotação inicial no montante de R\$ 47.016,7 milhões, a qual, após reprogramada, ficou em R\$ 50.792,1 milhões, com a realização de R\$ 38.665,9 milhões, conforme detalhamento a seguir:

SETOR PRODUTIVO ESTATAL - 2007 INVESTIMENTO POR PRINCIPAIS GRUPOS

Valores em R\$ mil					
EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)
Grupo ELETROBRÁS	5.630.327	(165.170)	5.465.157	3.104.278	8,0
Grupo PETROBRAS	39.014.490	3.648.886	42.663.376	34.533.894	89,3
Demais Empresas do SPE	2.371.833	291.737	2.663.571	1.027.717	2,7
TOTAL	47.016.651	3.775.453	50.792.104	38.665.889	100,0

Fonte: MP/DEST

4.2.2.1. Grupo ELETROBRÁS

Entre as empresas que integram o Orçamento de Investimento de 2007, 16 delas atuam no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização, diretamente vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, sendo 11 empresas integrantes do Grupo Eletrobrás e cinco são empresas federalizadas.

O Grupo Eletrobrás é composto pela holding Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, pelas empresas que atuam na geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica (Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, FURNAS - Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte com suas subsidiárias Manaus Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA), pela Light Participações S.A.- LIGHTPAR e pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Estão ainda ligadas à E Eletrobrás as empresas federalizadas Companhia Energética de Alagoas - CEAL, Companhia Energética do Amazonas - CEAM, Companhia Energética do Piauí - CEPISA, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron e Companhia de Eletricidade do Acre - Eletoacre

No exercício de 2007, os investimentos realizados pelas empresas componentes do Grupo Eletrobrás e pelas empresas federalizadas alcançaram o montante de R\$ 3.104,3 milhões, equivalentes a 56,8% da respectiva dotação final aprovada.

São comentados, na sequência, alguns dos eventos mais significativos registrados pelas empresas do Grupo Eletrobrás e pelas empresas federalizadas em 2007.

Companhia de Geração Térmica de Geração de Energia Elétrica - CGTEE

Implantação da Usina Termelétrica Candiota III - Fase C, COM 350 MW (RS)

Durante o exercício de 2007, foram desenvolvidas as etapas de projeto de engenharia, terraplenagem geral do terreno, escavação das fundações da casa de máquinas, de caldeira e de chaminé, além de instalações de canteiro de obras e infra-estrutura. Adicionalmente, estão sendo fabricados na China os principais

equipamentos da usina, cuja comprovação do estágio de fabricação foi objeto de verificação por equipe técnica da CGTEE e da Eletrobrás, realizada em dezembro de 2007.

A dotação aprovada para esse projeto, no exercício 2007, foi de R\$ 421.179.548,00, sendo que a realização foi de R\$ 126.780.340,00, correspondentes a 30,1%, onde se destaca montante significativo referente à aquisição de máquinas e equipamentos.

Justifica-se o desvio entre a previsão e realização financeira, pelas dificuldades enfrentadas pelo EPC (Engineering Procurement and Construction – empresa responsável pela engenharia, fornecimento dos equipamentos, construção e montagem) de concluir a contratação das obras civis principais da usina, o que ocorreu somente em 21 de dezembro de 2007, ocasionando a necessidade de readequação do cronograma da obra e pagamentos correspondentes. O atraso ocorrido não compromete a conclusão da obra no prazo inicialmente estabelecido no contrato, que é até 31 de dezembro de 2009.

Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici COM 446 MW em Candiota (RS)

O objetivo desse programa é, basicamente, dar condições de operação com alta disponibilidade e confiabilidade à planta de geração da Usina Termelétrica Presidente Médici, além de estender a sua vida útil. Dessa forma, compreende diversos projetos de manutenção, reforma e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na Usina Presidente Médici - UPME. Inclui-se também nesse programa todos os melhoramentos programados para serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte.

A dotação aprovada para o ano de 2007 foi de R\$ 12.400.000,00 e a realização financeira ao longo do ano foi de R\$ 1.160.870,00, correspondendo a 9,4% do limite aprovado.

Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico, por parte da CGTEE, o montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.

Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica

Esse projeto tem por objetivo realizar todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência, bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos programados para serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.

O programa pressupõe a aquisição de bens e equipamentos que envolvem grandes volumes de investimento visando à recomposição e extensão de vida útil das unidades geradoras da UTE Presidente Médici, Fases A e B.

Dessa forma, são relacionados os diversos projetos que tiveram sua realização total ou parcial em 2007:

- suprimento e tratamento d'água - sistema de injeção química;
- suprimento e tratamento d'água - sistema de dosagem química;
- suprimento e tratamento d'água - sistema de dosagem de amônia e de dosagem de hidrazina;
- aquisição de equipamentos em geral;
- aquisição e aplicação de revestimento anti-abrasivo nos ciclones e dutos de saída dos moinhos das Fase B da Usina Presidente Médici - UPME;
- aparelhamento de laboratórios;
- aquisição de equipamentos de inspeção e de ensaios não-destrutivos (como endoscópio, entre outros);
- aquisição de peças e componentes para estabelecer uma configuração operacional segura das Turbinas das Unidades 3 e 4 da Fase B da UPME;
- aquisição de equipamentos para o sistema de armazenagem, manipulação e transporte de resíduo;
- reforma dos Transformadores Elevadores II e III da Usina Térmica São Jerônimo - UTSJ;

- adequações e melhorias em edificações e obras civis na Nova Usina Termelétrica Porto Alegre - Nutepa;
- sistema de ar comprimido da Nutepa; e
- transformadores de medida da Nutepa.

A dotação aprovada para o ano de 2007 foi de R\$ 36.540.000,00, tendo sido realizado ao longo do ano R\$ 2.560.951,00, correspondendo a 7% do total aprovado. Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico, por parte da CGTEE, o montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.

Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)

O objetivo desse programa é adequar as unidades das Fases A e B da Usina Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, por meio da Licença de Operação – LO nº 057/99 cuja validade foi prorrogada por dois anos por intermédio do Termo de Compromisso firmado em 10/05/2006 que visa à adequação ambiental da UPME. O Ibama, mediante decisão normativa, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença de operação. Nesse sentido, a CGTEE deverá proceder ao atendimento de todas as exigências deliberadas e instalar equipamentos de abatimento e controle dos gases e particulados emitidos pela UPME.

O valor do orçamento aprovado para 2007 foi de R\$ 77.300.000,00, tendo sido realizados R\$ 8.998.263,00, perfazendo um total de 11,6%. Na tabela a seguir, destacam-se as principais realizações:

CGTEE
REALIZAÇÕES DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MÉDICI, FASES A e B - CANDIOTA

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Cobertura do pátio de carvão	5.347.730,00
Aquisição de amostradores de efluentes, dutos de gases e caixas separadoras	85.803,00
Adequação das instalações de manuseio de óleo lubrificante	101.716,00
Adequação das instalações de manuseio e transporte de cinzas da UPME	747.813,00
Sistema de remoção, armazenagem, manipulação e transporte de resíduos	246.685,00
Sistema de recirculação e distribuição de água automatizado	2.468.516,00
TOTAL	8.998.263,00

Fonte: Empresa CGTEE

São apresentados, ainda, os principais projetos e seus respectivos status:

- sistema de dessulfurização: a implantação desse sistema tem por objetivo atender aos padrões de emissão definidos Ibama quanto aos óxidos de enxofre e material particulado. A complexidade do projeto e o número reduzido de fornecedores com tecnologia capaz de atender às especificações, retardaram o processo de contratação.;
- implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: esse projeto visa o up grade das estações de monitoramento da qualidade do ar existentes e a implantação de duas novas estações na região de influência da Usina Presidente Médici. O projeto básico, com as especificações técnicas, foi concluído.;
- recirculação de efluentes: projeto com o objetivo de permitir a reutilização do efluente líquido tratado nas bacias de sedimentação. Esse projeto encontra-se em estágio avançado de execução, estando prevista sua conclusão para o início de 2009; e
- cobertura do pátio de carvão: esta obra iniciou-se em novembro de 2006 e com previsão de término para janeiro de 2008.

Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados devido à complexidade dos principais projetos a serem executados e às dificuldades na elaboração de orçamentos, em razão do número reduzido de fornecedores capacitados a realizarem os serviços propostos. Pode-se exemplificar o exposto acima considerando um dos principais projetos da adequação ambiental da Usina Presidente Médici, o projeto de dessulfurização da Fase B, cuja dotação para o ano de 2007, de R\$ 40,0 milhões, representa quase 52% do orçamento aprovado para o ano de 2007. Entretanto, em face das dificuldades relatadas ainda não foi lançado o processo licitatório para a aquisição desse sistema.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

A CGTEE vem trabalhando constantemente na busca da redução de despesas de custeio. Uma das maiores despesas é exatamente relacionada a imóveis, ou seja, ao aluguel de prédios, salas e box de estacionamento (para a frota da Companhia) de sua sede em Porto Alegre.

As negociações com o proprietário do imóvel estavam previstas para terem seu desfecho em meados de 2007, o que efetivamente ocorreu somente em dezembro. Tal assunto está, atualmente, na órbita de decisão do Conselho de Administração da Companhia, sendo que o valor previsto para tal aquisição é de R\$ 5.700.000,00 a serem pagos em cinco anos, ocasionando dessa forma, uma economia financeira anual de aproximadamente R\$ 300.000,00.

Paralelo à questão “sede”, a atual gestão identificou a necessidade de otimização das instalações da área industrial da unidade de Candiota. Com este objetivo, determinou a suspensão temporária dos projetos de adaptação dos imóveis, bem como determinou a elaboração de um plano diretor para a área da referida unidade, o que deverá estar concluído em 2008, possibilitando um planejamento mais eficiente e racional dos investimentos de manutenção e adequação dos prédios e instalações em Candiota.

CGTEE MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS E INSTALAÇÕES EM CANDIOTA

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Adequação das salas de comando das Fases A e B do Deptº de Produção de Candiota - DTC	479.966,00
Construção da Pista de Treinamento de Combate à Incêndio do DTC	87.700,00
Construção de Abrigo Metálico para estacionamento interno na Divisão de Produção de São Jerônimo - DTPJ	9.870,00
TOTAL	577.536,00

Fonte: Empresa CGTEE

Justifica-se, portanto, a realização de 9,6% em relação aos valores da dotação e os efetivamente realizados, devido à não conclusão das negociações relativas à aquisição do prédio da sede em Porto Alegre e, em um segundo momento, pela necessidade de elaboração do plano diretor industrial da unidade de Candiota.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A renovação da frota de veículos da CGTEE teve continuidade, visando atender à redução das despesas de manutenção. Paralelamente, foi realizado um estudo profundo das necessidades de cada unidade, o que demonstrou que determinados veículos, conforme a sua utilização e seu estado de conservação, poderiam ser utilizados em outras unidades e com outros objetivos. Isto ocasionou a suspensão da necessidade de substituição de parte da frota de veículos inicialmente previstos e permitiu a racionalização de seu uso reduzindo despesas com manutenção, tributos etc.

O mesmo princípio foi utilizado na questão de móveis e utensílios, o que permitiu a sua padronização e, por consequência, a elaboração de processos licitatórios na modalidade registro de preços para as necessidades de aquisição ou de substituição dos móveis existentes.

O projeto de maior vulto, representando mais de 50% do orçamento planejado, é o sistema de vigilância, previsto para o ano de 2007, com os objetivos de melhorar a segurança industrial das unidades da Companhia e reduzir os postos de serviços de vigilância. Tal projeto foi desenvolvido e está em fase de revisão de seu objeto, considerando a sua complexidade e o alto investimento a ser realizado.

CGTEE
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS,
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Aquisição de Móveis e Utensílios	37.941,00
Renovação da Frota	181.774,00
Aquisição de Máquinas e Equipamentos	243.792,00
Equipamentos de Segurança do Trabalho (Sensores)	106.810,00
TOTAL	570.317,00

Fonte: Empresa CGTEE

A justificativa dos desvios entre a execução orçamentária e financeira e da realização de 17,2% da dotação final aprovada fica evidenciada pelas decisões de gestão que visaram ao melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros da Companhia, bem como pela não efetiva implementação, no ano de 2007, do projeto de segurança industrial.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Em 2007, a CGTEE deu continuidade à política de atualização e ampliação das ferramentas de gestão da informação, com aquisição do direito de uso por prazo perpétuo do Software de Gestão SAP R/3 mySAP ERP – versão atualizada - incluindo 1000 licenças Employee, 146 licenças Professional, 25 licenças Limited Professional e 01 licença de Developer, complementando as necessidades dos serviços, as evoluções tecnológicas e equipamentos para adequação do Sistema Eletrobrás à Lei Sarbane Oxley (Projeto SOX Eletrobrás).

A seguir, destacamos os seguintes investimentos realizados:

CGTEE
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA,
INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR(R\$ 1,00)
Equipamentos e Acessórios para Redes de comunicação de dados	15.097,00
Aquisição direito de uso perpétuo Software de Gestão SAP R/3 mySAP ERP	2.026.665,00
Aquisição de Equipamentos, Periféricos e Acessórios	73.354,00
TOTAL	2.115.116,00

Fonte: Empresa CGTEE

A justificativa da não realização do montante aprovado e do desempenho de 60,4%, fundamenta-se pelos seguintes motivos:

- por decisão superior da Alta Gestão, não houve aquisição de equipamentos de informática na ordem de R\$ 526.646,00;
- não implantação de rede lógica – LAN – no prédio, que seria adquirido (Fundação Eletroceee) e conseqüente redução de R\$ 184.903,00;
- não aquisição de licenças de Softwares diversos (Autocad, MS project e/ou outros), com redução de R\$ 200.000,00; e
- redução do valor na contratação da aquisição do direito de uso por prazo perpétuo do Software de Gestão SAP R/3 mySAP ERP – versão atualizada em R\$ 473.335,00.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

Considerações Gerais

No programa intitulado Energia na Região Nordeste estão contempladas quatro ações, listadas a seguir:

- Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste;
- Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste (Implantação de 4 subestações Seccionadoras de 230 Kv);

- Implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica de Camaçari, com acréscimo de 200 MW (BA); e
- Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste.

O Programa intitulado Gestão da Política de Energia, por sua vez, contempla apenas a ação Estudos de Viabilidade para a Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste, e o Programa intitulado Reassentamento de Itaparica, por sua característica, confunde-se com uma ação.

Energia na Região Nordeste

Implantação de Sistemas de Transmissão no Nordeste

A presente ação contempla as realizações de melhorias, reforços e manutenções, nos empreendimentos sob concessão da CHESF, incluindo-se as respectivas regularizações fundiárias e ambientais, tudo de forma a manter os altos padrões de qualidade e confiabilidade da Companhia e no contexto dos serviços prestados pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Assim, entre as principais realizações de melhorias e reforços ocorridas em 2007, destacam-se:

- ampliação da SE Cauípe, com a implantação do 2º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA;
- ampliação da SE Cotegipe, com a implantação do 3º transformador trifásico 230/69 kV 100 MVA;
- ampliação da SE Picos, com a implantação do 3º transformador 230/69 kV – 50 MVA;
- ampliação da SE Irecê, contemplando a implantação do 2º transformador trifásico 230/138 kV – 55 MVA, a interligação de barramento 138 kV e a implantação de três reatores limitadores de corrente de curto-circuito (RLCC) 13,8 kV – 0,31 Ohms/fase;
- ampliação da SE Juazeiro II, com a implantação do 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA;
- ampliação da SE Piripiri, contemplando a implantação do 2º transformador trifásico 230/138 kV – 55 MVA e a interligação de barramento 138 kV;
- ampliação da SE Bom Jesus da Lapa, contemplando o complemento do módulo geral em 230 kV e a implantação de três reatores limitadores de corrente de curto-circuito (RLCC) 13,8 kV – 0,50 Ohms/fase;
- ampliação da SE Santo Antônio de Jesus, contemplando a implantação do 2º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA, bem como de duas entradas de linha em 230 kV;
- conclusão da recapacitação da LT Recife II/Joairam C1 - 230 kV, com extensão de 8 km;
- conclusão da recapacitação da LT Recife II/Joairam C2/C3 - 230 kV, com extensão de 8 km; e
- conclusão da adequação da LT Pau Ferro/Campina Grande II C1/C2 - 230 kV para compatibilização com o reservatório da Barragem de Sirigí e com o cone de aproximação do Aeroporto João Suassuna (Campina Grande).

Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste (Implantação de 4 Subestações Seccionadoras de 230 Kv)

A presente ação contempla a Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da CHESF, portanto, com a execução de novos empreendimentos de transmissão, objetivando atender à demanda de energia elétrica, requerida ao Sistema Interligado Nacional.

Os principais empreendimentos que compõem a presente ação são:

- arrematados em leilões patrocinados pela ANEEL: LT Milagres/Tauá C1 - 230 kV, com respectivo terminal na SE Milagres e a nova SE Tauá; LT Milagres/Coremas C2 - 230 kV, com respectivos terminais; LT Funil/Itapebi C1 230 kV, com respectivos terminais; LT Picos/Tauá C1 - 230 kV, com respectivos terminais; LT Paraíso/Açu II C2 - 230 kV, com respectivos terminais; LT Ibicoara/Brumado C1 - 230 kV, com a nova SE Ibicoara e respectivos terminais na SE Brumado; e LT Jardim/Penedo C1 - 230 kV, com respectivos terminais.
- a serem leiloadas ou autorizadas pela ANEEL: LT Eunápolis/Teixeira de Freitas C1 - 230 kV, com respectivo terminal na SE Eunápolis, bem como a nova SE Teixeira de Freitas; LT Banabuiú/Mossoró C2 - 230 kV, com respectivos terminais; LT Pau Ferro/Santa Rita C1 - 230 kV, com respectivo terminal na SE Pau Ferro, bem

como a nova SE Santa Rita; nova SE Natal III, com respectivos seccionamentos de LT's 230 kV; nova SE Narandiba, com respectiva complementação de LT 230 kV; e nova SE Zebu, com respectiva complementação de LT 230 kV.

Destaque-se que, em 2007, foi concluída e energizada a LT Milagres/Tauá C1 - 230 kV, com respectivo terminal na SE Milagres e a nova SE Tauá.

Implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica de Camaçari, com Acréscimo de 200 MW (BA)

Com relação à presente ação, foi concluída a orçamentação preliminar do projeto, bem como a documentação técnica para a contratação na modalidade EPC (Engineering Procurement and Construction – empresa responsável pela engenharia, fornecimento dos equipamentos, construção e montagem) visando à implantação do ciclo combinado na Usina Termelétrica de Camaçari, por meio do fechamento do ciclo térmico com inclusão de turbina a vapor.

Constatam-se as seguintes condicionantes para a viabilização do projeto, que poderão levar ao impedimento ou postergação de sua implantação: oferta de gás natural, que se constitui numa questão a ser negociada com a Petrobras. No momento não há oferta de gás para a implantação desse projeto; e insucesso no leilão de venda da energia resultante do projeto, a ser disputado depois de solucionada a questão do fornecimento do gás.

Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Esta ação tem a finalidade de manter o Sistema de Geração de Energia Elétrica da Empresa com adequado nível de disponibilidade para fazer face ao atendimento à demanda, viabilizando o cumprimento dos contratos de venda de energia firmados pela Empresa. Neste contexto, contempla a implantação de ações necessárias à manutenção e benfeitorias em usinas em operação, envolvendo equipamentos, materiais e pequenas obras.

Entre as principais realizações em 2007, destacam-se:

- conclusão dos trabalhos de modernização dos sistemas de controle e proteção de três, das treze unidades geradoras das Hidrelétricas Paulo Afonso I, II e III (BA) e início da fase de testes dessas três unidades. O projeto global, quando concluído em 2010, permitirá a centralização do comando de todas unidades geradoras, aumentando significativamente a confiabilidade operacional;
- conclusão da recuperação da máquina 3 da UHE Paulo Afonso III, sinistrada em maio/2005, com comissionamento e retorno à operação em janeiro/2008;
- contratação de projeto básico para modernização da UHE Boa Esperança (PI/MA); e
- conclusão dos estudos do comportamento das estruturas de concreto da UHE Pedra (BA).

Gestão da Política de Energia

Estudos de Viabilidade para a Ampliação da Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Em 2007, a CHESF deu continuidade às seguintes ações para aumentar a oferta de geração hidrelétrica no Nordeste:

- a) parceria com a Construtora Queiroz Galvão e a CNEC Engenharia S.A.: foram concluídos os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTA), bem como os Estudos Ambientais (EIA/RIMA), dos cinco aproveitamentos hidrelétricos identificados nos estudos de inventário realizados na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, a saber: (i) Ribeiro Gonçalves - 113 MW; (ii) Uruçuí - 134 MW; (iii) Cachoeira - 63MW; (iv) Estreito - 56 MW; e (v) Castelhana - 64 MW; e
- b) em outra parceria, mantida com a Construtora Norberto Odebrecht, Engevix Engenharia S. A. e Desenvix S.A.: foram concluídos os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTA) do Aproveitamento Hidrelétrico Riacho Seco (276 MW) no trecho submédio do Rio São Francisco.

Ainda, foi dada, adicionalmente, sequência aos estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Pedra Branca (320 MW), também no trecho submédio do Rio São Francisco. A realização dos estudos desse segundo aproveitamento hidrelétrico, bem como de seu EIA/RIMA, enfrenta maiores dificuldades em função da complexidade dos problemas sócio-ambientais que o envolve, sendo prevista a conclusão dos citados estudos, em cenário otimista, para outubro de 2008.

Reassentamento de Itaparica

Em 2007, a CHESF investiu R\$ 109.458,9 mil em obras, serviços, aquisições de equipamentos, assistência ao reassentado e à produção agrícola, programas ambientais, indenizações à comunidade indígena Tuxá e regularização fundiária, destacando-se os seguintes aspectos:

- a) iniciadas as obras de complementação da adutora de gravidade e da rede de distribuição do Perímetro Barreiras Bloco 2, em Tacaratu/PE, e concluída a licitação para contratação das obras do sistema adutor de recalque e reservatório do Perímetro Jusante/BA;
- b) dada a posse das glebas a cada uma das famílias dos beneficiários de Itacoatiara/BA, bem como negociadas as bases para uma indenização relativa à infra-estrutura de uso comum de irrigação, que não mais será implantada;
- c) implantadas obras civis nos projetos de irrigação já em operação, atinentes à reforma e ampliação das estações de suprimento de água domiciliar, bem como implantados novos lotes irrigados;
- d) dada continuidade às ações previstas no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) atinente à comunidade indígena Tuxá, tendo sido definido o depósito, junto à Justiça Federal (BA), dos recursos referentes à aquisição das terras complementares para as aldeias, no valor de R\$ 4.902.000,00;
- e) iniciado o processo de licitação de um programa de educação e de saúde ambiental para atender a todos os perímetros irrigados do reassentamento de Itaparica;
- f) firmado o novo Termo de Cooperação com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, objetivando a continuidade da sua participação na administração dos perímetros hidroagrícolas, assim como fixando as condições para transferência da infra-estrutura de uso comum para o patrimônio daquela empresa pública; e
- g) celebrados quatro termos de cooperação financeira com os Municípios de Santa Maria da Boa Vista/PE e Abaré/BA, objetivando a transferência imediata, para as Prefeituras, dos serviços públicos que ainda eram prestados pela CHESF em perímetros implantados em seus territórios.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

Para o Orçamento de Investimento da Eletronorte, no exercício de 2007, foi aprovado o montante de R\$ 720.000.000,00. A realização orçamentária total atingiu o valor de R\$ 572.919.170,00 equivalentes a 79,6% do teto orçamentário aprovado, tendo como destaque a realização dos empreendimentos relacionados a seguir:

Energia na Região Nordeste

A Região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional. O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da Região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Expansão de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão (Acréscimo de aproximadamente 120 Km de Linha de Transmissão e de 695 MVA de Transformação de Potência em Subestações).

As obras de expansão do Sistema de Transmissão do Maranhão permitirão a ampliação da transmissão de energia elétrica para atender às cidades de Coelho Neto, Imperatriz, Porto Franco e Presidente Dutra, além de melhorar o controle de tensão na Capital do Estado - São Luis, com a implantação do Compensador Estático de 230 kV (-100+150) MVar na Subestação São Luis II. Esta ação também comporta as obras de substituição e modernização dos equipamentos, visando garantir o atendimento a condicionantes indispensáveis à manutenção dos padrões de qualidade e confiabilidade do Sistema. No exercício de 2007, foi aprovado para essa ação o orçamento de R\$ 83.000.000,00, com o percentual de realização de 74,64%.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Essas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, especialmente pelo setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto. O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da Região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Expansão de Sistema de Transmissão Energia Elétrica do Mato Grosso e Reforço nas Subestações Associadas equivalente a 563 MVA.

As obras de expansão do Sistema de Transmissão do Mato Grosso são necessárias para o escoamento de energia elétrica gerada por hidrelétricas instaladas no Estado, que são interligadas ao Sistema Elétrico Nacional. Essa ação também comporta as obras de substituição e modernização de equipamentos visando garantir o atendimento com elevados padrões de qualidade e confiabilidade ao sistema. No exercício de 2007, foi aprovado o orçamento de R\$ 35.000.000,00, com realização de 84,18 %.

Energia na Região Norte

A Região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo.

A expansão da geração e transmissão na Região estão associadas a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da Região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

Expansão do Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à UHE Tucuruí (Acréscimo de 1.582 MVA nas Subestações Associadas)

As obras de expansão no Pará visam garantir o controle de tensão adequado ao sistema, além de prover maior confiabilidade operacional para a Região. A ampliação da capacidade de seccionamento do Sistema associado à UHE Tucuruí e a ampliação da transmissão possibilitarão o incremento no fornecimento de energia elétrica para as Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. No exercício de 2007, foi aprovado para essa ação o orçamento de R\$ 100.100.000,00, com realização de 77,14%.

Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª Etapa de 4.245 MW para 8.370 MW

Prosseguem as obras de ampliação da capacidade de geração instalada da Usina Hidrelétrica de Tucuruí que elevou sua potência de 4.245 MW para 8.370 MW.

No exercício de 2007, foi aprovado para essa ação o orçamento de R\$ 99.000.000,00, com o percentual de realização de 77,93%. A implantação deste Projeto deverá sofrer continuidade em 2008, com vistas à realização de obras e serviços complementares necessários, que foram comprometidos durante a execução desse empreendimento.

Destacamos a elaboração de as built e sistema de ar comprimido das unidades 13 a 23, Retrofit dos equipamentos auxiliares incluindo material e montagem, obras e serviços necessários vinculado às licenças de instalações, construção de uma ponte rodoviária para garantir a segurança das instalações da usina, acompanhamento da motorização das unidades, ou seja, serviços e obras remanescentes para conclusão da Usina.

Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque-Calçoene no Estado do Amapá

Construção de uma linha de transmissão em 138 kV, com 204 km, interligando as Subestações de Calçoene e Oiapoque, visando reforçar o atual suprimento de energia elétrica à localidade de Oiapoque. No exercício de 2007, foi aprovado para essa ação o orçamento de R\$ 4.500.000,00, com percentual de realização de 62,43%.

Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

No exercício de 2007, foi aprovado o orçamento de R\$ 60.000.000,00, com o percentual de realização de 93,97%. Alguns empreendimentos em andamento: LT Barra do Peixe/Rondonópolis-C2-230 Kv - Torre, SE Marabá - Reator Monofásico 525 Kv, SE Imperatriz - Equipamentos/Sistema de Serviços, SE Rondonópolis - Equipamentos, SE Couto Magalhães - Equipamentos, SE Rio Branco I - Equipamentos/Edificação, SE Colinas - Remanejamento Banco de Reatores, SE Colinas - Disjuntor de 550 Kv, SE Colinas - Disjuntor de 550 Kv, SE Tucuruí Vila - Banco de Baterias, SE Rolim de Moura - Banco de Baterias, SE Areal - Banco de Baterias.

Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte

No exercício de 2007, foi aprovado para essa ação o orçamento de R\$ 41.000.000,00, com o percentual de realização de 73,71% em 2007. Alguns empreendimentos em andamento: Centro de Tecnologia - Miramar, UHE Coaracy Nunes - Equipamentos e Obras Cíveis, UTE Santana - Implant. Sist. Prov. Coleta Dados, UTE Santana - Unidade 08, UHE Samuel - Edificação/Aquisição e Mont. Elevador, UHE Samuel - Automação / Modernização, UTE Electron.

Energia nos Sistemas Isolados

Os Sistemas Isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) ao Sistema Interligado Nacional. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades diesel-elétricas, com atendimento parcial, com elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

Expansão do Sistema de Transmissão Acre / Rondônia.

A Ação contribui de forma permanente para o desenvolvimento da Região Amazônica. Aspectos positivos sobre a renda, impostos, produção, qualidade de vida proporcionam maior desenvolvimento sócio-econômico para a Região e distribuição de renda para o País como um todo, tendo em vista que os serviços de construção, fornecimento de materiais e montagens são realizados pela indústria nacional.

No exercício de 2007, foi aprovado um orçamento de R\$ 150.590.000,00, e o percentual de realização foi de 85,27%.

Rescisão contratual da Eletronorte com as empresas de construção e montagem, bem como contratação de novo empreiteiro, nas obras das LTs Ji-Paraná/Pimenta Bueno/Vilhena, Rio Branco/Sena Madureira e Rio Branco/Epitaciolândia, influenciaram no desempenho dessa Ação.

Recapacitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (Acréscimo de 4 MW)

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 6.000.000,00, e o percentual de realização foi de 98,17%. Entre as principais ações realizadas em 2007, destaque para recuperação realizada nos Estatores das Máquinas 01 e 02 e substituição do Estator da Máquina 03.

Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá

Esse empreendimento visa ao aumento da oferta de energia elétrica no Estado do Amapá, porém as obras para implantação do sistema de transmissão continuam em andamento. No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 12.000.000,00, e o percentual de realização do orçamento foi de 91,54%.

Implantação de Sistema de Transmissão de Roraima

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 23.000.000,00, e o percentual de realização foi de 89,93%.

Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão Isolados

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 9.000.000,00, e o percentual de realização foi de 77,89%. Entre as principais realizações em 2007, destaques para os seguintes empreendimentos em andamento: SE Ariquemes - Etapa Trafos 60 MVA (T1/T2), Sist. Telec. Acre - Multiplex Sdh, Sist. Telec. Rondônia - Multiplex Sdh, Sist. Telec. Amapá - Multiplex Sdh, Sist. Telec. Roraima - Multiplex Sdh, SE Macapá Ii - Trafo T3, SE Santa Rita - Vão Macapá Ii.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 5.000.000,00, e o percentual de realização foi de 22,46%. O fator que afetou o desempenho foi a reavaliação dos critérios para a aquisição de imóveis.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 3.000.000,00, sendo o percentual de realização de 64,44%. O atraso nos processos de aquisição afetou o desempenho dessa Ação.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 15.000.000,00, e o percentual de realização foi de 71,38%. O atraso nos processos de aquisição afetou o desempenho dessa Ação.

Luz Para Todos

Essa Ação tem por objetivo promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

Atendimento de Energia Elétrica às Comunidades Isoladas

No exercício de 2007, foi aprovado para essa Ação o orçamento de R\$ 200.000,00 e o percentual de realização foi de 3,78%.

Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear

A Eletronuclear não teve projetos concluídos em 2007 e os principais programas de investimentos desenvolvidos pela empresa estão relacionados a seguir:

- a) Usina Termonuclear Angra 3 (RJ), no Estado do Rio de Janeiro. Progresso físico mantido em 30%. Canteiro de obras mantido. Condições de armazenagem dos equipamentos preservada. Com a decisão de retomada do empreendimento pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE em julho de 2007, a Eletronuclear desenvolveu atividades preparatórias para possibilitar o reinício das obras tão logo a autorização seja concedida. Essas atividades abrangem os seguintes tópicos: proposta de financiamento de Angra 3; renegociação do passivo contratual de Angra 3; atividades preparatórias de engenharia; e licenciamento nuclear e ambiental.
- b) Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (RJ), no Estado do Rio de Janeiro. Essa ação inclui atividades voltadas para o aumento de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte às atividades de infra-estrutura e apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter sócio-ambiental, que propiciem a inserção regional dos empreendimentos de forma equilibrada. Resultados alcançados em 2007: produção em Angra I: 2.708.723 MWh; produção em Angra II: 9.656.675 MWh; e produção Total: 12.365.398 MWh.
- c) Substituição dos Geradores de Vapor da Usina de Angra 1. Esse projeto abrange a fabricação, licenciamento e os serviços de troca dos Geradores de Vapor de Angra 1. A efetiva troca e a conclusão do projeto estão previstas para 2008.

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ELETROSUL

Ampliação de Sistema de Transmissão na Região Sul (38 km e Reforços em nove subestações)

O projeto encontra-se em andamento, com os seguintes empreendimentos concluídos neste ano:

ELETROSUL

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2007	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
Implantação da Subestação Atlântida 2	12/5/2006	22.06.2007
Implantação da Subestação Gravataí 3	12/5/2006	30.11.2007
Ampliação da SE Osório 2	12/5/2006	06.05.2007
Implantação da LT Atlântida 2 – Osório 2	12/5/2006	06.05.2007
Seccionamento da LT Gravataí 2 – CIAG	12/5/2006	16.12.2007
Ampliação H da Subestação Jorge Lacerda A	03.10.2005	31.10.2007
Ampliação E da Subestação Jorge Lacerda B	03.10.2005	31.10.2007
Ampliação E da Subestação Dourados	03.10.2005	12.06.2007
Ampliação da Subestação Dourados Santa Cruz	03.10.2005	12.06.2007
Ampliação J da Subestação Campos Novos – Etapa 3	03.10.2005	09.03.2007
Recapacitação do circuito 1, da Linha de Transmissão 230 kV Curitiba – Joinville	03.10.2005	18.03.2007
Ampliação B da Subestação Itajaí	03.10.2005	09.02.2007
Ampliação C da Subestação Itajaí	03.10.2005	23.09.2007
Substituição da Proteção da LT Guairá – Dourados	09.06.2005	05.03.2007

Fonte: Empresa Eletrosul

Os demais empreendimentos que estão em andamento encontram-se em fase de conclusão, em obra ou em licitação.

As obras dos empreendimentos para atendimento ao litoral do Estado de Santa Catarina e à Ilha de Santa Catarina tiveram seus inícios retardados, devido ao atraso na obtenção das licenças ambientais, portanto, comprometendo a realização física do projeto e aos prazos limites de energização inicialmente definidos pela ANEEL.

Além dos empreendimentos apresentados, foram realizados reforços e melhorias nas subestações e linhas de transmissão existentes do sistema de transmissão pertencente à Eletrosul.

A implantação das Subestações Desterro e Biguaçu e respectivas linhas de transmissão sofreram atrasos no seu cronograma inicial, em virtude do atraso na obtenção do licenciamento ambiental de instalação, que ocorreu somente em 26/03/2007 (continente) e 06/08/2007 (ilha).

Em função do significativo atraso no início da obra devido ao licenciamento ambiental, a empresa ENGEVIX Engenharia S/A, contratada para a SE Desterro, solicitou revisão do contrato com base na tese de desequilíbrio econômico-financeiro. O pleito de desequilíbrio econômico-financeiro solicitado pela empresa contratada não foi aceito pela Eletrosul e culminou com uma rescisão amigável. Por conta dessa rescisão foi lançada nova licitação. Adicionalmente, a retomada do projeto com a nova contratada sofreu atraso devido a novas exigências dos órgãos públicos (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, Departamento de Infra-Estrutura do Estado de Santa Catarina - DEINFRA, etc.) e do proprietário lindeiro, comprometendo o cronograma físico e a realização orçamentária deste empreendimento.

O mesmo fato aconteceu com SE Biguaçu, o que resultou em negociações com os demais participantes da licitação, com base na Lei nº 8666/93, culminando com a contratação da empresa 3ª colocada. A retomada das obras com a nova contratada sofreu contratempos por conta da antecipação de algumas etapas das obras comuns ao setor 525 kV, que a Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S/A - SC Energia está agilizando, interferindo com a implantação do setor 230 kV.

Da mesma forma, o empreendimento de implantação da LT 230kV Atlântida 2 – Gravataí 3 (trecho Osório 2 – Gravataí 3) teve o seu início prejudicado, em virtude do atraso na obtenção da licença de instalação que ocorreu somente em 19/11/2007, postergando grande parte da execução daquele empreendimento para o primeiro trimestre de 2008.

Outro empreendimento, o de implantação da LT 230kV Caxias – Caxias 5, está, ainda, com o seu início pendente, em virtude da não obtenção da liberação das licenças ambientais, cujas licenças prévias e de instalação estão previstas para serem emitidas em janeiro e março de 2008, respectivamente.

Contribuíram também para o não cumprimento do cronograma inicial, os atrasos, por parte da ANEEL, nas autorizações dos empreendimentos: SE Curitiba (Relocação e conexão do Banco de Reatores de Linha), SE Canoinhas (Complementação da Conexão 230kV do TF3) e SE Nova Santa Rita (Instalação do Banco de Reatores 150 MVar), objetos das Resoluções Autorizativas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 947 (jun/2007), 1052 (set/2007) e 1108/2007 (nov/2007), respectivamente.

Assim, o cronograma físico dos empreendimentos apresentou dentro do exercício, um desempenho de 70% em relação ao programado para 2007. A realização econômico-financeira do projeto foi de 79,5% em relação ao valor orçado.

Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361,0 MW (PR) e Sistemas de Transmissão ASSOCIADOS em 230 KV, com 41 KM E 110 KM de Extensão

O projeto encontra-se devidamente aprovado e autorizado ANEEL, tendo sido assinado o Contrato de Concessão em Julho de 2007. Os Projetos Básicos e Executivos estão em fase final de consolidação. A instalação do Canteiro de Obras para início da construção da usina está condicionada à obtenção da Licença de Instalação – LI junto ao Instituto Ambiental do Paraná – IAP, órgão responsável pela emissão.

A data inicial prevista para início das obras da usina, constante do cronograma, vem sendo adiada tendo em vista a decisão judicial em sentença da 1ª Vara Civil Federal de Londrina – PR, em face da Ação Civil Pública promovida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, publicada em 02/10/2007, que impede a emissão da LI antes da realização da Avaliação Ambiental Integrada – AAI da bacia do Rio Tibagi. A referida decisão judicial está sendo contestada judicialmente pela União Federal e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, formado pelas Consorciadas COPEL GERAÇÃO S.A. (51%) e ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. (49%).

Em face do exposto ocorreu apenas 20,4% de realização em relação à dotação aprovada.

Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77 MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 69 KV, com 30 KM de Extensão

O Projeto Básico está concluído e aguarda a aprovação da ANEEL. O empreendimento encontra-se em fase de execução, após a obtenção da Licença de Instalação ocorrida em 18/09/2007 e Alvará de Supressão de Vegetação em 20/11/2007.

O atraso decorrente da dificuldade de obtenção da Licença de Instalação e do Alvará de Supressão de Vegetação, resolvido somente em 18/09/2007, fez com que o cronograma inicial não fosse cumprido.

Também houve dificuldades na contratação da execução das obras civis devido a ações judiciais impetradas por empresas desclassificadas nos certames. Em razão disso, a execução foi de 28% em relação à dotação aprovada.

Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para a Geração de Energia Elétrica

O projeto encontra-se devidamente aprovado e autorizado pela ANEEL. Os empreendimentos que compõem o Complexo São Bernardo possuem fases distintas de execução.

Parte encontra-se em fase de licitação para contratação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento.

Os outros empreendimentos do Complexo estão em fase de revisão e consolidação, de modo a incorporar os estudos complementares e a subsidiar o processo de licitação para a execução das obras civis e fornecimento dos equipamentos do empreendimento.

O processo de implantação desse Complexo sofreu postergação tendo em vista problemas topográficos e geológicos que foram encontrados durante a consolidação dos Projetos Básicos, quando comparados com os Projetos Básicos aprovados pela ANEEL, o que demandou uma revisão e consolidação.

Da mesma forma, foram encontradas resistências dos atingidos pelo Complexo, que impediram o acesso da Eletrosul para a realização dos estudos e levantamentos de campo nos imóveis atingidos pelo empreendimento.

Parte do Complexo também teve problemas com o processo de licitação, para contratação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento, que resultou deserta, afetando o cronograma de implantação do empreendimento, tendo em vista o mercado estar superaquecido, principalmente os fornecedores eletromecânicos, em face do que a execução do empreendimento foi de 6,3%.

Manutenção do Sistema Transmissão de Energia Elétrica

Os dispêndios de manutenção alocados nessa atividade, referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tendo sido direcionados apenas para atendimento das necessidades prioritárias. Também foi orçado nesta rubrica o valor de R\$ 2.156.000,00, relativo a pendências judiciais, dos quais foram realizados apenas R\$ 302.037,00. Trata-se de passivo relacionado a indenizações de ações que tramitam na justiça sobre as quais se tem pouco gerenciamento sobre o tempo de tramitação, superior ao previsto.

Gestão da Política de Energia

Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

Essa Atividade compreende os dispêndios alocados em estudos atinentes às fontes alternativas de energia. Neste sentido a Eletrosul vem adquirindo os direitos sobre PCH's e o desenvolvimento de projetos eólicos na Região Sul e no Estado de Mato Grosso do Sul, com execução de 98,4% dos investimentos previstos.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Essa Atividade não foi realizada em sua plenitude devido à falta de tempo hábil para início do processo licitatório, dessa forma, acarretando uma execução de 20,1% dos investimentos programados.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Os valores orçados nesta rubrica destinam-se à aquisição de novos veículos para a recomposição da frota e equipamentos gerais, destinados à prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Foram executados nessa ação 61,6% dos investimentos programados. Em virtude da aprovação da Revisão do Programa de Dispendios Globais - PDG, não houve tempo hábil para início do processo licitatório para aquisição de novos veículos da frota, além disso, alguns processos licitados não obtiveram êxito na aquisição.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Essa Atividade apresentou uma realização abaixo do previsto, com 42,8% de execução dos investimentos programados, por atrasos na entrega de equipamentos de informática, por parte dos fornecedores, previstos para 2007, o que não ocorreu.

FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)

O Ibama emitiu, em 15/01/2007, a Licença de Instalação nº 419/2007, autorizando a implantação do Túnel 3 que compõe a interligação da UHE Simplício à PCH Anta. Em 02/08/2007, foi emitida a Licença de Instalação nº 456/2007 que autoriza a implantação de uma barragem; duas casas de força (Anta e Simplício); um vertedouro; e uma série de canais, túneis, diques e reservatórios de Anta, Tocaia, Lourical, Calçado, Antonina e Peixe.

As atividades relativas ao desenvolvimento do projeto e os projetos executivos de Arqueologia Pré-Histórica e Histórica continuam em andamento.

Continuam também em andamento as atividades de implantação dos Canais 2, 3, 6 e 7 e dos Túneis 1 e 3, sendo que o túnel 3 terá cerca de 6 km de extensão e ligará os reservatórios de Calçado e Antonina, no Município de Além Paraíba (MG).

Na Usina de Simplício, na área de implantação da UHE, continuam em andamento as atividades para a construção da Tomada D'Água e da Casa de Força (supressão de vegetação e escavação) e as pesquisas no sítio arqueológico na região do Canal de Fuga de Simplício.

Na área de instalação da PCH Anta, prosseguem os serviços de topografia, identificação, cadastramento e avaliação das propriedades, sendo que já foram adquiridas algumas áreas, bem como efetuadas a escavação comum na margem direita do Rio Paraíba do Sul e a execução de terraplanagem do Canteiro Industrial (margem direita).

Foi iniciada e concluída a escavação comum e em rocha, a céu aberto, do Canal de Desvio (margem esquerda) e executada a obra da Ensecadeira Auxiliar do Canal de Desvio (margem esquerda).

Implantação da Usina Hidrelétrica Paulistas, com 52,5 MW (MG/GO), e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 75 km de extensão

Atividades em andamento:

- a) investigação de campo e os serviços complementares de topografia e sondagem;

- b) ações voltadas à aquisição dos terrenos e ao Projeto Básico Ambiental – PBA, em atendimento ao condicionado na Licença Prévia emitida pelo Ibama;
- c) investigação de campo e os serviços complementares de topografia e sondagem para o desenvolvimento do projeto executivo e demais documentos técnicos necessários;
- d) preparação da documentação necessária para a transformação da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, objeto da Resolução nº. 364/2005, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, em outorga de direito de uso de recursos hídricos; e
- e) vistorias técnicas em campo (levantamento de benfeitorias, análise de solo e etc.), que auxiliam os trabalhos de avaliação dos imóveis e de elaboração dos laudos, e os processos de aquisições de áreas.

Também continuam em andamento os serviços de nivelamento de áreas referentes à cota de inundação.

Foi assinado o contrato para a execução do Programa de Conservação da Fauna. O Ibama emitiu, em 01/10/2007, a licença para captura, coleta e transporte de fauna silvestre.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN autorizou, em 18/10/2007, a elaboração do programa de prospecção e salvamento do patrimônio arqueológico, educação patrimonial e valorização do patrimônio cultural e paisagístico na área de influência da UHE Paulistas, que está sendo realizado em parceria com o Instituto de Arqueologia Brasileira - IAB.

O início das obras civis está previsto para ocorrer após a assinatura do contrato, que depende da emissão da Licença Ambiental de Instalação pelo Ibama.

Os estudos de corredores da linha de transmissão para conexão da Usina à SE Paracatu 1, com a alternativa de conexão na SE Paracatu 4, foram concluídos e aguardam definição da ANEEL. Os serviços preliminares de topografia e sondagem estão previstos para serem iniciados em janeiro de 2008.

Foi concluído o levantamento topobatemétrico complementar das áreas à montante e à jusante do eixo do barramento, visando subsidiar a elaboração do modelo reduzido.

Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes, com capacidade instalada de 476 MW (MG)

Os investimentos são destinados à FASE 1, com a modernização total das Unidades Geradoras 5, 6, 7 e 8 e parcial das Unidades Geradoras 1, 2, 3, 4, 9 e 10, recuperando as turbinas, geradores e equipamentos auxiliares, incluindo a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. Além disso, prevê a digitalização da usina, por meio da adequação das suas unidades geradoras, o que permitirá a sua operação remota a partir da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, possibilitando o aumento da segurança operacional e da confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da Usina.

Em 2007, com a conclusão das modernizações das unidades geradoras 09 e 02, cujos retornos à operação comercial ocorreram em 01/03/2007 e 14/06/2007, respectivamente, foi finalizado, em termos físicos, o projeto de modernização da UHE. No entanto, ainda existem pendências, tais como as das UG's 03, 08 e 10, que recairão no orçamento do ano de 2008.

Modernização da Usina Hidrelétrica de FURNAS de 1.216 MW (MG)

O empreendimento considera os serviços de modernização das Unidades Geradoras - UG 1 a 6, bem como a execução de serviços nas unidades 7 e 8, a fim de possibilitar a operação remota da UHE de FURNAS, o que consiste, basicamente, do detalhamento do projeto executivo, execução das obras civis necessárias, fornecimento de equipamentos e materiais, transporte, desmontagem, montagem, instalação e ensaios de campo.

Foram concluídos os serviços de descomissionamento da UG 05; rompimento e furação de bases de painéis; montagem do sistema de iluminação da SE 345 kV; modificações na bacia do tanque de óleo lubrificante da Casa de Força; construção dos abrigos para painéis QMVU - Quadro de Monitoramento Ultra-sônico da Vazão; montagem de eletrodutos para os sensores de abertura das comportas do Vertedouro; montagem de eletrodutos de interligação do sistema ultra-sônico de medição de vazão dos condutos; montagem do ventilador na sala de ventilação nº. 2; instalação da monovia na casa do grupo gerador diesel de emergência da Subestação 345 kV;

montagem dos sistemas de resfriamento, de drenagem e de esvaziamento e montagem de pára-raios da linha de saída da UG-05; montagem do sistema de ar de serviço; construção das bases e montagem das estruturas metálicas da LT Mascarenhas de Moraes; modificações e adaptações nas Bacias dos Transformadores da UG-05 e montagem do barramento blindado dos serviços auxiliares; montagem dos TC's na galeria de cabos da UG 05 e montagem de painéis elétricos na UG 05.

O projeto executivo encontra-se em fase de detalhamento e as atividades relacionadas ao fornecimento de equipamentos e componentes evoluem em conformidade com o cronograma atual. As obras civis relacionadas à construção da sala de quadros da Tomada d'Água continuam paralisadas, pois a continuação dos serviços depende de autorização para desligamento de painéis.

Continuam em andamento os seguintes serviços: modernização da UG 05, montagem do sistema de CO2 na Casa de Força – UG's 05, 07 e 08; montagem de leitos e eletrodutos para cabos; lançamento e ligação de cabos de força e controle montagem do sistema de iluminação da CF; montagem de dutos do sistema de ventilação da Casa de Força e implantação do SDSC – Sistema Digital de Supervisão e Controle na sala de controle da Usina; montagem do sistema de CITV – circuito interno de TV; construção da sala de ventilação nº 1; construção da sala de controle local das Unidades Geradoras 03 e 04; comissionamento da Unidade Geradora 05 com previsão de conclusão para 08/01/2008, a montagem do sistema de água potável e montagem da tubulação de drenagem do telhado e da tubulação de água e óleo na área dos transformadores.

Na Subestação 345 kV (Pátio, Casa de Relés e Casa do Grupo Diesel) encontram-se em andamento os serviços de modernização do Bay's de Itutinga 2 e a montagem dos painéis na Casa de Relés.

Foi concluído o lançamento de cabos de reforço da malha de aterramento e a montagem de eletrodutos nos Bay's das linhas de transmissão para Mascarenhas de Moraes e para Itutinga 1.

A escavação de rocha para a interligação das bacias contenção de óleo dos transformadores com o tanque separador de água e óleo da margem esquerda está paralisada, pois avalia-se o emprego de nova metodologia.

Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho de 1.050 MW (MG)

Foram concluídos os serviços de construção da Sala de Controle das Unidades 1, 2; construção da Casa do Grupo Gerador Diesel de Emergência da subestação; construção da sala de baterias; construção do envelopamento da interligação da casa de força com a subestação (cubículo de surto); construção da base para cubículos 15 KV e para os Transformadores TRG-1 e TRG-2; construção da Casa de Relés; construção da Casa do Grupo Gerador de Emergência da Casa de Força e da Sala de Vigilância CITV – Circuito Interno de TV; construção da bacia de contenção de água e óleo da unidade geradora 1; melhorias nas comportas vagão da tomada d'água e nas comportas enseadeiras da sucção (desmontagem, jateamento, pintura e montagem); montagem das vias de cabos da UG-01; reforma da sala de CO2; jateamento e pintura interna do conduto forçado da UG-01; montagem e ligação dos painéis na Casa de Força e no pátio dos transformadores a passagem da tubulação de água nebulizada, dos cabos de aterramento e dos cabos do Circuito Interno de TV – CITV.

Os serviços de construção das bases de Equipamentos na Subestação, a montagem e ligação dos painéis na Casa de Relés e jateamento e pintura da caixa espiral foram concluídos.

A modernização da primeira Unidade Geradora (nº 1) teve início no dia 29 de janeiro de 2007 e tem término previsto do comissionamento para 18 de janeiro de 2008.

Encontra-se em andamento o detalhamento do Projeto e do Planejamento Executivo. O fornecimento de equipamentos evolui de acordo com o planejamento executivo atual.

Além disso, continuam em andamento os seguintes serviços: construção de canaletas de cabos na subestação; construção do pórtico de jusante; construção da Sala de Controle da Unidade 4; construção do sistema de ar comprimido de serviço; construção da escada de acesso aos Platôs 1 e 2 da subestação; construção da bacia de contenção de água e óleo do transformador reserva e do sistema de drenagem da casa de força; construção da sala de controle 3; construção da sala de controle local 3 na Casa de Força; construção das bases das câmeras do Sistema de CITV; montagem do sistema de CITV da Casa de Força e subestação; melhorias nos sistemas de iluminação da Casa de Força e no sistema de água de resfriamento; furações e construções de bases na Casa de Força; implantação do sistema de proteção contra incêndio da Casa de Força; comissionamento da comporta de emergência (Vagão) da

tomada d'água da Unidade Geradora-01; comissionamento dos painéis elétricos da Casa de Relés da subestação e da Unidade Geradora-01; montagem do novo sistema de iluminação do pátio de manobras da subestação; montagem da subestação blindada (13,8KV); montagem dos painéis do sistema de teleproteção na Casa de Relés e comissionamento da UG-1.

Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ), 3º Circuito (345kV - 92 km)

O empreendimento encontra-se com as atividades de elaboração do projeto e de fornecimento de equipamentos e materiais em desenvolvimento. As obras civis para a construção já foram contratadas.

O cronograma de implantação do empreendimento está comprometido em virtude do atraso na emissão da Licença de Instalação - LI, e a previsão é de que a energização ocorra 11 meses após a emissão da LI.

Somente em 21 de setembro de 2007, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA emitiram a Licença Prévia, com validade de dois anos.

Com relação à aquisição de terrenos foram executados os serviços de topografia, identificação, cadastramento, elaboração de pesquisa e avaliação de preços de todos os imóveis atingidos pelo empreendimento. Com a emissão da Licença Prévia as fases de negociação, pagamento e regularização serão iniciadas.

Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

O objetivo dessa Ação é promover a implantação de reforços em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo com qualidade e confiabilidade.

Essa ação é caracterizada como uma atividade e, portanto, sua execução é contínua.

Entre as principais realizações em 2007, pode-se destacar a conclusão em 12/08/2007 da reconstrução da linha de transmissão, em 138 kV, Santa Cruz – Jacarepaguá I, circuito duplo, de 7 km de extensão, cabos do tipo BLUEBIRD 2156 MCM referente à Resolução Autorizativa ANEEL 487/2006.

Além disso, foi dada continuidade ao fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação das Subestações Santa Cruz e Jacarepaguá, que fazem parte da integração da potência adicional da Usina Termelétrica Santa Cruz e foram autorizados pela Resolução ANEEL 487/2006, encontrando-se parcialmente concluídos.

Quanto aos demais empreendimentos da Resolução ANEEL 487/2006, a recapacitação das Linhas de Transmissão Santa Cruz – Jacarepaguá II e III teve o fornecimento de material concluído e os serviços foram iniciados, já o recondutoramento da Linha de Transmissão Santa Cruz – Jacarepaguá II, no trecho entre a Subestação Santa Cruz e a Subestação Palmares, somente poderá ser iniciado após o término da recapacitação. Encontra-se em andamento a elaboração do edital para a contratação dos serviços para o recondutoramento.

Foram concluídas as obras complementares (limpeza geral e desmobilização) na Subestação Adrianópolis (Banco de Autotransformadores de 345/138/13,8 kV e 225 MVA), já energizada.

Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais

Visam manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

Essa ação é caracterizada como uma atividade e, portanto, sua execução é contínua.

Entre as principais realizações em 2007, pode-se destacar:

- a) instalação de uma Chave Seccionadora em 345 kV na Subestação Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Resolução Aneel nº. 242/2004), que alcançou em 2007 o nível de 97,06% de desenvolvimento geral da obra, estando prevista sua conclusão para o mês de janeiro de 2008;
- b) reforços na Subestação Campinas (instalação de Banco de Autotransformadores 138/345 kV – 150 MVA) e na Subestação Ibiúna (instalação de Banco de Reatores Manobrável 500 kV – 180 MVar) que foram iniciados e encontram-se em fase de fornecimento dos equipamentos principais e de licitação para construção;
- c) transferência do Banco de Capacitores de 200 MVar em 345 kV da Subestação Itutinga para a Subestação Ouro Preto 2, correspondente à Resolução Aneel 758/2006, também iniciada em 2007; e
- d) continuidade da execução do Projeto Básico para a implantação de quatro vãos de linha na Subestação Estreito e seccionamento das Linhas de Transmissão Luiz Carlos Barreto-Furnas e Luiz Carlos Barreto-Mascarenhas de Moraes (Resolução ANEEL nº. 1.107/2007).

Reforços no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal

Visam manter a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

Essa ação é caracterizada como uma atividade e, portanto, sua execução é contínua.

Entre as principais realizações em 2007, foram concluídos e energizados os seguintes empreendimentos:

- a) Subestação Brasília Sul: concluída em 30/09/2007 a instalação de um módulo de entrada de linha, em 230 kV, arranjo barra dupla, para a linha de transmissão, em 230 kV, Xavantes – Brasília Sul e um módulo de entrada de linha, em 230 kV, arranjo barra dupla, para a linha de transmissão, em 230 kV, Brasília Geral – Brasília Sul, segundo circuito, referentes à Resolução Autorizativa Aneel 487/2006;
- b) Subestação Rio Verde: concluída em 16/12/2007 a instalação dos bancos de capacitores de 37,2 e 34 MVar e o circuito 1 da LT Rio Verde–Barra do Peixe em 23/12/2007, ambos referentes à Resolução Autorizativa Aneel nº 130/2005;
- c) Subestação Itumbiara: concluída em 23/12/2007 a instalação do banco de capacitores de 33,9 MVar referente à Resolução Autorizativa Aneel nº 130/2005);
- d) SE Rio Verde: concluídos os serviços para instalação de um vão de linha para a SE Acreúna de propriedade da CELG, cuja energização comercial ocorreu em 23/12/2007;
- e) SE Brasília Geral: encontra-se em andamento o Projeto Básico para a substituição de 2 transformadores trifásicos de 30 MVA para 60 MVA em 230/34,5 kV (Resolução ANEEL nº. 1.107/2007);
- f) SE Samambaia: encontra-se em andamento o Projeto Básico para a instalação de um banco de compensadores shunt em 345 kV e 150 MVar (Resolução Aneel nº. 1.080/2007); e
- g) SE Serra da Mesa: encontra-se em andamento o Projeto Básico para a instalação de um módulo de conexão e um módulo geral em 500 kV (Resolução Aneel nº. 1.080/2007).

BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (BoaVista)

A dotação aprovada para esse Projeto foi de R\$ 5.770 mil e a realização foi de R\$ 784 mil, correspondentes a 13,59%. A ampliação aprovada foi de 341 km e a realizada foi de 31,4 km. Essas baixas realizações foram decorrentes da inadimplência da BVENERGIA com a Eletronorte, de março de 2006 a junho de

2007. Esse fato gerou restrições na ANEEL, impossibilitando o recebimento dos recursos da Eletrobrás e, conseqüentemente, provocando atraso no início das obras.

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista-RR

A realização foi de R\$ 2.450 mil, correspondentes a 73,7% da dotação aprovada de R\$ 3.325 mil. A ampliação aprovada foi de 66 km e a realizada foi de 10,81 km. Os desvios foram conseqüência do atraso na legalização do Bairro Brigadeiro, atualmente, Bairro São Bento, a qual só ocorreu em novembro de 2007. Assim, as obras tiveram início apenas no mês seguinte. Ocorreu ainda atraso na licitação para construção de cinco alimentadores da SE Distrito Industrial, mas a fase atual já é a de assinatura do contrato. Foram ligadas 3.917 novas unidades consumidoras e foi alcançado um nível de atendimento aos consumidores dentro dos padrões exigidos pela ANEEL.

Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista-RR

Foram realizados R\$ 816 mil, correspondentes a 53,2 % da dotação de R\$ 1.535 mil. Não houve realização física. O desvio na realização financeira foi decorrente de: a) frustração na aquisição de um sistema de vigilância eletrônica para subestação; b) atraso na execução do projeto de ampliação da SE Floresta para implantação do terceiro transformador 69/13,8 kV; e c) divergência de especificação por ocasião do fornecimento do sistema de medição de faturamento para instalação nas SEs Distrito Industrial e Boa Vista.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

A dotação foi de R\$ 860 mil e a realização foi de R\$ 410 mil, correspondentes a 47,7%. Do quantitativo aprovado, foi realizado 47,9%. Os atrasos foram decorrentes de atraso no processo licitatório, que teve os três primeiros certames revogados.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A dotação aprovada foi de R\$ 1.576 mil e a realização foi de R\$ 972 mil, correspondentes a 61,7%. Os atrasos foram conseqüência de:

- a) revogações nos certames de processos licitatórios para aquisição de bebedouros, máquina de rebobinar e cortar fios e cabos, sistema de circuito fechado de televisão e de guindaste. No terceiro e quarto casos, ocorreu um relançamento de certame e ambos os processos encontram-se na fase de assinatura; e
- b) atraso no certame para aquisição de móveis e equipamentos para o Centro de Treinamento.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Ocorreu a realização de R\$ 685 mil, correspondentes a 73,9% da dotação de R\$ 922 mil. Do quantitativo aprovado, foi realizado 74,3%. Os desvios foram conseqüência da demora na elaboração do projeto básico para construção do Prédio Administrativo da SE Distrito Industrial, o que impossibilitou a realização do processo licitatório em tempo hábil.

Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista

A dotação aprovada foi de R\$ 3.771 mil e a realização foi de R\$ 3.596 mil, correspondentes a 95,1%. Do quantitativo aprovado, foi realizado 95,4%. Foram instalados 1.535 postes de concreto e 251 transformadores de distribuição bem como foram realizadas 31 adequações, 30 divisões e 266 manutenções de circuitos. Em conseqüência, a perda de energia elétrica caiu de 22,91% para 18,25%, em 2007.

Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista

A dotação foi de R\$ 214 mil e a realização foi de R\$ 181 mil, correspondentes a 84,6%. Do quantitativo aprovado, foi realizado 84,6%.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS – CEAL

Cabe esclarecer que, da dotação total da Ceal no valor de R\$ 128.450.000,00, o valor de R\$ 81.000.000,00 tem destinação exclusiva: o Programa Luz Para Todos. A suplementação orçamentária solicitada pela Ceal, no valor de R\$ 31.000.000,00, para aplicação no programa, só foi liberada pela Lei nº 11.625/2007, em dezembro, não sendo possível utilizá-la na íntegra ainda no exercício de 2007.

Ademais, os pedidos de financiamentos, oriundos da Reserva Global de Reversão (RGR), previstos para serem liberados pela Eletrobrás em março de 2007, só foram aprovados em novembro e dezembro de 2007, forçando assim a postergação de grande parte das obras para o exercício de 2008.

Energia Cidadã - Luz Para Todos

A realização física atingiu 82,14% do previsto com a implantação de 9.857 domicílios rurais, no Estado de Alagoas, frente aos 12.000 previstos na meta. A realização financeira atingiu 72,77% do previsto. Foram implantados: 1.144 km de redes MT; 978,91 km de BT; 1.290 transformadores de distribuição rural; 13,9157 MVA de potência instalada; e 24.896 postes.

Energia na Região Nordeste - Implantação de Sistema de Transmissão no Estado de Alagoas

A realização financeira atingiu 65,41% do previsto, por falta de recursos financeiros, mesmo considerando os contratos de financiamento obtidos por meio da Eletrobrás/RGR, os quais só foram aprovados em novembro e dezembro de 2007. Quanto à meta física, as realizações foram: a implantação da LT 69 kV Delmiro Gouveia/Inhapi, 36 km, 336,4 MCM CAA; a implantação da subestação 69/13,8 kV de Inhapi com 2 x 5/6,25 MVA; a ampliação da subestação 69/13,8 kV Arapiraca II de 25MVA para 32,5MVA; a continuidade no programa de automação das subestações 69/13,8 kV do interior do Estado de Alagoas, totalizando 20 subestações 69/13,8 kV automatizadas, das 36 existentes; o início da construção da linha 69kV de 34km entre a Secc. 69 kV Curralinho e a SE São Brás; e o início da ampliação da SE Benedito Bentes de 20MVA para 40MVA, com previsão para ser energizada até março de 2008.

Energia na Região Nordeste - Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Alagoas

As realizações física e financeira atingiram 86,3% e 93,86%, respectivamente, do previsto. Quanto à física, foram construídos: 348,67 km de rede urbana de distribuição; foram implantados 580 postes na MT e 1370 postes na BT; implantados 263 transformadores de distribuição; com 9,8 MVA de potência instalada.

Atividades de Infra-Estrutura de Apoio - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A realização atingiu o valor de R\$ 721.187,00, correspondentes a 24,04% da dotação orçamentária aprovada que foi de R\$ 3.000.000,00. O desvio se deve à aquisição e instalação de sistema de telecomunicações e à continuidade nas aquisições de equipamentos.

Atividades de Infra-Estrutura de Apoio – Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

A realização atingiu o valor de R\$ 371.292,00, correspondentes a 5,30% da dotação orçamentária aprovada de R\$ 7.000.000,00. O desvio verificado se deve ao atraso na aquisição de veículos para a área de manutenção do sistema elétrico da Ceal e de ferramentas e equipamentos, de modo a melhorar o processo de logística do atendimento aos clientes

COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS – CEAM

A empresa teve aprovada dotação global para investimentos no ano de 2007 no valor de R\$ 101 milhões, dos quais efetivou realização nos seguintes setores:

Rede de Distribuição de Energia Elétrica

Manutenção de Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica na área de concessão da Ceam

Foram adquiridos com recursos próprios 23 transformadores sendo: 05kVA-8, 10kVA-4, 15kVA-4, 25kVA-3 e 45kVA-4. Os transformadores foram enviados a oito localidades, com execução de 47% dos investimentos programados.

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica na área de concessão da Ceam

Foram iniciadas as obras em Novo Airão, Boa Vista do Ramos, Carauari, Iranduba, Itacoatiara, Anori, Pauini, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Beruri, S. S. do Uatumã e Eirunepé. A previsão de término deste ECF 2571/06 é Dez/2009. Em 2007 a realização da dotação aprovada para essa ação foi de 93%.

Manutenção de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica na Área de Concessão da Ceam

Foram iniciadas as obras em Pauini, Santa Izabel do Rio Negro, Iranduba e Itacoatiara, com realização financeira no exercício de 50%, estando o término deste ECF 2573/06 prevista para dezembro de 2009.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos

Em 2007 foram construídos 1.010,18 km de rede de distribuição rural em alta tensão, 24,84 km de rede de distribuição em baixa tensão, implantação de 11.868 postes, instalação de 2.610 transformadores e efetuadas 5.220 ligações. No início do ano, fortes chuvas levaram as obras a um ritmo lento, além da falta de infra-estrutura no interior do Estado do Amazonas, como portos, estradas, ramais, que também contribuiu para as dificuldades enfrentadas na implantação do Programa. Visando maior celeridade nas obras, a CEAM realizou reuniões, aplicou advertências, solicitou aumento do número de turmas das empresas executoras, e solicitou apoio dos senhores prefeitos, para que houvesse melhoria nos ramais de acesso às obras. Foi elaborado o terceiro plano de obras, que encontra-se em apreciação pela Eletrobrás.

O atraso na liberação da 3ª parcela do financiamento do contrato ECFS 124/05, que deveria ser repassada no mês de julho de 2007 e foi repassado em dezembro, levou as empresas executoras a reduzirem a frente de obra. Atualmente está em fase de licitação para contratação de empresa executora para executar obras nas calhas do Rio Madeira e Alto Solimões, que foram suspensas por decurso de prazo. O avanço físico geral do Programa é aproximadamente 35% e o avanço financeiro é de 41%.

Grupos Geradores

Foram implementados gastos, com execução dos investimentos aprovados de 45%, nas seguintes ações:

- a) revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica na Área de Concessão da Ceam: Foram revitalizados: 18 GG - ALCO - 100% (ECF 2057/00); 18 GG - GM - 90% (ECF 2057/00) e 19 GG - CUMMINS - 76% (ECF 2116/01). Execução Financeira - 93%;
- b) manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica da Ceam: Estão previstos desde 2006 a aquisição e instalação do Sistema de Coleta de Dados Operacionais - SCD em seis usinas da CEAM com potência igual ou superior a 10.000 kW (Resolução nº. 163/2005 da ANEEL). Ação em andamento; e
- c) ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas: Já foram instalados 81 dos 82 GG's previstos, em várias localidades no Estado do Amazonas, que corresponderão a 37.626 kW de potência total.

CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL

O Orçamento de Investimento do Cepel tem por finalidade a aquisição de equipamentos elétrico-eletrônicos de tecnologia avançada e a realização de obras civis laboratoriais e da infra-estrutura predial para pesquisa, buscando permanentemente a adequação do Centro aos desafios tecnológicos inerentes ao ambiente das pesquisas no Brasil e no exterior.

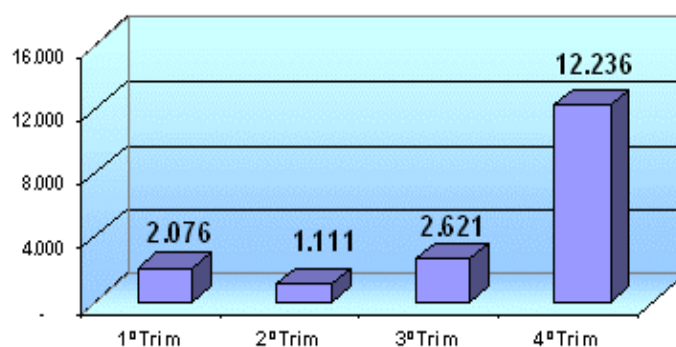
A dotação orçamentária inicial para o exercício de 2007 foi de R\$ 16.200.000,00, tendo como fonte seus próprios recursos operacionais do Centro.

Em junho, teve o início o projeto de pesquisa para tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias, com recursos da própria Eletrobrás, no montante de R\$ 4.400.000,00. Essa suplementação foi aprovada pela Lei nº 11.625/2007, o que elevou a dotação orçamentária do Cepel para R\$ 20.600.000,00.

A partir de agosto, a realização do orçamento de investimento tomou outro curso, com a finalização de alguns entraves licitatórios e melhora significativa na média do ano, para cerca de 12,34% ao mês. Somente no mês de dezembro, por conta da suplementação aprovada, foram realizados R\$ 10.290.156, ou seja, 50% da dotação final.

No exercício, a realização econômica do orçamento de investimento alcançou R\$ 18.043.621,00, ou seja, 87,6% da dotação final. Os R\$ 2.556.379,00 restantes, referentes a processos de licitação concluídos em 2007, estão empenhados para 2008, o que leva à expectativa da respectiva realização nos primeiros meses de 2008.

CEPEL
GASTOS COM INVESTIMENTOS EM 2007 – R\$ MIL



Com relação ao PPA 2004-2007, o CEPEL apresentou uma realização bem melhor, em comparação com a do PPA 2000-2003: 77% e 44%, respectivamente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí

Essa Ação atingiu 13 municípios piauienses, inclusive o da capital do Estado. Apenas em dois, Agricolândia e Água Branca, ocorreu atraso no cumprimento do cronograma, motivado por demora na liberação do financiamento e atraso no processo licitatório. Por conseguinte, apenas nesses dois ainda há obras não concluídas e obras que não foram iniciadas. Nos demais, a fase atual do projeto está concluída.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí – Luz Para Todos

O projeto está em andamento, porém, o cumprimento do cronograma ficou prejudicado devido à rescisão, em maio de 2007, dos contratos nº 350 e nº 351 com a Construtora Gautama Ltda., em decorrência de a contratada ter passado por investigação da Polícia Federal e haver sido declarada inidônea pela Controladoria Geral da União – CGU. Esses contratos tinham por objeto a ligação de 15.850 domicílios, até setembro de 2007. Em função desses fatos, apenas 132 domicílios foram ligados, em 2007.

Implantação de Sistema de Transmissão no Estado do Piauí

A situação dos projetos dessa ação é a seguinte:

- a) LT 69 KV Eliseu Martins / Bom Jesus - Construção de 140 km de linha na tensão de 69 kV em cabo 556: obra concluída e energizada em 20/12/2007; a LT encontra-se em operação;
- b) LT 69 KV São João do Piauí / Canto do Buriti - Construção de 89,5 km de linha na tensão de 69 kV em cabo de 336,4 MCM: obra paralisada devido ao fato de ter sido abandonada pela empresa contratada para a execução; lançada nova licitação, com abertura em 11/01/2008, com vistas à conclusão da obra; conclusão prevista para junho de 2008;
- c) LT 69 KV Eliseu Martins / Bertolândia - Recondutoramento de 70 km de linha em cabo 556,5 MCM: obra paralisada, com 63% executados, devido ao fato de ter sido abandonada pela empresa contratada para a execução e à demora na rescisão do contrato de execução; conclusão prevista para outubro de 2008;
- d) LT 69 KV Bertolândia / Uruçuí II - Construção de 74 km de linha em cabo 477: obra atrasada, com 90% executados, devido ao fato de ter sido abandonada pela empresa contratada para a execução e a demora na rescisão do contrato de execução; conclusão prevista para junho de 2008;
- e) Subestação Uruçuí II - Implantação de uma subestação de 10/12,5 MVA, 69-34,5 kV: obra concluída em março de 2007;
- f) Subestação Buriti Grande - Implantação de uma subestação de 10 MVA, 69-13,8 kV: obra concluída em abril de 2007; a subestação encontra-se em operação;
- g) Subestação Itaueira (Rio Grande) - Implantação de uma subestação de 5/6,25 MVA, 34,5-13,8 kV: obra concluída em fevereiro de 2007;
- h) Subestação Floriano - Ampliação da subestação, mediante a instalação de um transformador de 10/12,5 MVA e melhoria geral das instalações: obra concluída em fevereiro de 2007; a subestação encontra-se em operação;
- i) Subestação Canto do Buriti - Ampliação da subestação, mediante a implantação da transformação 69-34,5 kV com a instalação de um transformador de 10/12,5 MVA: obra concluída em fevereiro de 2007;
- j) Subestação Bertolândia - Implantação de uma saída de linha para conectar-se à LT 69 kV Bertolândia – Uruçuí II e melhoria geral das instalações: obra concluída em março de 2007;
- k) Subestação Floriano - Reforma e ampliação da subestação com a instalação de transformador 69/13,8 kV- 12,5 MVA: obra concluída em abril de 2007; a subestação encontra-se em operação;
- l) Subestação Marambaia - Instalação de um banco de capacitadores de 1,2 MVar-15 kV: obra concluída em agosto de 2007; a subestação encontra-se em operação;
- m) Subestação Uruçuí I - Instalação de um banco de capacitadores de 1,2 MVar-15 kV: obra concluída em abril de 2007; a subestação encontra-se em operação; e
- n) Subestação Oeiras - Instalação de um banco de capacitadores de 1,2 MVar-15 kV: obra concluída em abril de 2007; a subestação encontra-se em operação.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

Os principais investimentos realizados pela Ceron, no exercício 2007, estão relacionados às ações que tratam, respectivamente, da Implantação de Sistema de Transmissão - Linhas e Subestações e da Ampliação das Redes de Distribuição Urbana e de Distribuição Rural - Luz para Todos.

Os principais investimentos realizados em 2007 foram:

Implantação de Sistema de Transmissão – Linhas e Subestações

- a) repotenciamento da subestação de Espigão d' Oeste, com troca do transformador de 5/6,25 MVA, 34,5/13,8 kV para 10/12,5 MVA, iniciado em 24/10/2006 e concluído em 18/05/2007. A totalidade dos recursos, no valor de R\$ 854.992,00, foi desembolsada no exercício de 2.007;
- b) repotenciamento de 5 transformadores de 6,25 MVA, 4.160/13,8 kV para 10 MVA, 34,5/13,8 kV, para as localidades de Vilhena, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Alto Alegre, iniciado em 17/07/2007 e com conclusão prevista para 08/10/2008. Em 2007, foram desembolsados R\$ 315.499,00, de um total de R\$ 1.576.345,00. A expectativa é de que o saldo venha a ser realizado em 2008.
- c) seccionamento de circuitos de distribuição de energia elétrica em vários municípios do Estado, cujo objetivo é a melhoria das condições operacionais com vistas à continuidade e à qualidade no fornecimento de energia elétrica e ao atendimento da demanda reprimida. Nesta ação, o valor aplicado foi de R\$ 2.615.569,00;
- d) aquisição de equipamentos de infra-estrutura da distribuição tais como religadores e equipamentos para ramais de serviço, recuperação de medidores, reformas de rede e melhoria nas condições operacionais do sistema de distribuição nas diversas localidades. Nesta ação, o valor aplicado foi R\$ 1.760.373,00; e
- e) aquisição de postes, cabos e transformadores de distribuição para uso nas redes de distribuição dos diversos municípios e para manutenção do sistema de distribuição. Nesta ação, o valor aplicado foi R\$ 2.952.531,00.

Ampliação das Redes de Distribuição Urbana e de Distribuição Rural - Luz Para Todos

Os principais investimentos realizados em 2007 destinaram-se à continuidade do Programa “Luz para Todos”, o que possibilitou o atendimento de 3.138 consumidores graças à construção de 980,71 km de redes e à instalação de 2.540 subestações. Nesta ação, o valor aplicado foi R\$ 46,4 milhões.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

A Eletroacre programou investimentos no montante de R\$ 70,0 milhões, dos quais executou, em 2007, R\$ 67,1 milhões. Seus principais projetos são:

Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica no Acre

Foram construídas 111,3 Km de redes de distribuição, com realização de R\$ 5,3 milhões, do montante de R\$ 7,5 milhões de investimentos previstos. A maioria dos projetos dessa ação é financiada pela Eletrobrás pelo ECF-2525 e, no exercício de 2007, não foi repassado nenhum recurso. Assim, a realização foi efetuada com recursos próprios. Ademais, a maior parte desses recursos foi direcionada para o Programa Luz para Todos.

Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Acre

Nesse programa foram realizados R\$ 4,4 milhões, dos R\$ 6,1 milhões previstos para o exercício.

Programa Luz para Todos

Foram construídas 2.632, 2 km de redes de distribuição, com realização de R\$ 57,2 milhões, dos R\$ 54,9 milhões previstos.

Manutenção de Bens Imóveis

Nessa ação foram realizados R\$ 87,6 mil, que correspondem a 84,7% da dotação final aprovada. Estavam previstas a aquisição de terreno e a construção (no Município de Porto Acre) e a ampliação (no Município de Senador Guiomard Santos) de postos de atendimento aos clientes. A aquisição de terreno e a construção em Porto Acre foram substituídas pela aquisição de uma casa na Vila do “V”, nas proximidades de Porto Acre, porque naquela vila reside maior número de clientes e os moradores de Porto Acre podem ser também atendidos. E a citada

aquisição ficou bem abaixo do valor que se previu para a aquisição de terreno e construção em Porto Acre. Na ampliação em Senador Guiomard Santos, foi realizado apenas o projeto da ampliação.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Nessa ação foram realizados R\$ 173,9 mil, que correspondem a 17,3% da dotação final aprovada. Nessa ação, estavam previstas: a) a aquisição de dois veículos tipo caminhonete para uso na rede de distribuição, que não ocorreu porque, no processo licitatório, não houve participante; b) a adequação do laboratório de aferição, que não foi realizada porque a Eletroacre não obteve o necessário laudo de aprovação do Inmetro.

Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Foram realizados R\$ 21,2 mil, dos R\$ 411,4 mil que estavam aprovados para essa ação, correspondendo a 5,2% da dotação final aprovada. Estava prevista a aquisição de dois servidores para melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema de informatização da empresa, a qual não se consumou por falta de recursos.

MANAUS ENERGIA S.A.

A empresa realizou gastos de aproximadamente R\$ 59,5 milhões para implementar a respectiva programação de investimentos, no valor de R\$ 325,5 milhões, o que resultou em uma realização de 18,3%. O cumprimento dos cronogramas iniciais foi afetado pela falta de recursos financeiros para execução das atividades.

Geração de Energia Elétrica

Foram revitalizadas, entre janeiro de 2006 e dezembro de 2007, as seguintes unidades, que passaram a ter as respectivas disponibilidades: AAUGG-06, 22 MW; AAUGG-07, 30 MW, e AAUGG-08, 35 MW.

Transmissão de Energia Elétrica

Foi energizada, entre abril de 2005 e dezembro de 2007, a Linha de Transmissão Manaus/Flores em 69 kV com 5,4 km.

Distribuição de Energia Elétrica

Foram regularizadas 11.882 unidades consumidoras, entre janeiro e dezembro de 2007.

4.2.2.2. Grupo PETROBRAS

Liderado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A., o Grupo Petrobras é composto por empresas que desenvolvem atividades em todos os segmentos da indústria do petróleo: Exploração e Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural, Energia, Petroquímica, Refino, Distribuição e Transporte, além de outras atividades complementares.

Em 2007, os investimentos realizados pelas empresas que integram o Grupo Petrobras alcançaram o montante de R\$ 34.533,9 milhões, resultando em desempenho de 80,9% sobre a respectiva dotação final aprovada de R\$ 42.663,4 milhões.

Durante o referido exercício foram programadas várias ações para o Orçamento de Investimento das empresas do Grupo Petrobras, nas áreas de abastecimento, exploração e produção de petróleo, gás e energia elétrica, energia renovável, tanto no País quanto no exterior. A seguir são prestadas algumas informações sobre os resultados com os investimentos realizados que são consideradas relevantes.

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2007)

Em 2007, a PNBV e a Petrobras entregaram mais duas novas Unidades: a P-52 e a P-54 que entraram em produção, respectivamente, em 28.11.2007 e em 11.12.2007, ambas no campo de Roncador, na Bacia de Campos.

Ao atingir o pico de produção, o que está programado para o segundo semestre de 2008, as duas plataformas acrescentarão 360 mil barris diários de petróleo à produção Nacional, contribuindo decisivamente para a manutenção da produção de petróleo no Brasil.

Na sua construção foram alcançados índices de nacionalização médio de cerca de 65%, tendo a P-54 alcançado o índice de 76% de conteúdo nacional, o maior já registrado na indústria naval brasileira.

Prosseguiram, ainda, as obras da unidade P-51, que será ancorada no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, e que terá capacidade para produzir até 180 mil barris diários de petróleo.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia

Fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Aracanga, Azulão, Carapanaíba, Cupiúba, Igarapé Puçá, Japiim, Juruá, Nordeste de Juruá e Sudoeste de Juruá. Com a implementação do prog espera-se o incremento de 20.000 bpd na capacidade de produção da Região Norte que responde atualmente pc da produção de petróleo da Petrobras.

Os investimentos na ação, em 2007, foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento inicial de Azulão, com investimentos em execução de projeto básico nas áreas de off-site, contemplando as utilidades (tanques, tubulações, construção civil etc.) necessárias à produção;
- Desenvolvimento inicial dos campos de Igarapé Puçá, Juruá, Nordeste de Juruá, Sudoeste de Juruá e Aracanga, com investimentos em Estudos de Impacto Ambiental – EIA e no Relatório de Impacto no Meio Ambiente – RIMA e na execução de projeto conceitual.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Biquara, Baixa do Juazeiro, Dentão, Fazenda Junco, Guajá, Guaiúba, Sabiá, Siri, Salema Branca, Japuaçu, Iraí, Lagoa Branca e Sardinha. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 9.000 bpd na capacidade de produção da Região Nordeste que responde atualmente por 3% da produção de petróleo da Petrobras.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento inicial de Siri, com investimentos em perfuração e completação, construção, montagem e lançamento de duas plataformas tipo caisson em lâmina de água de 7 m; Lançamento de 18 km de dutos submarinos;
- Desenvolvimento inicial de Biquara, com investimentos em perfuração e completação e lançamento de uma plataforma tipo caisson em lâmina d'água de 18 m e respectivas facilidades de produção.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural da Bacia de Campos

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Abalone, Argonauta, Baleia Azul, Baleia Franca, Baleia Anã, Cachalote, Catuá, Caxaréu, Jubarte, Mangangá, Náutilus, Ostra, Pirambu, Carapicu, Carataí, Maromba, Papa-Terra, Xerelete, Frade, Marlim Leste, Marlim Sul e Roncador. Com a

implementação do programa, espera-se o incremento de 1.600.000 bpd na capacidade de produção da Bacia de Campos responsável por aproximadamente 82% da produção de petróleo da Petrobras.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento do Módulo 2 de Marlim Sul, com investimentos em perfuração e completção, sistema de coleta e escoamento para a P-51;
- Desenvolvimento do Módulo 1A de Roncador, com investimentos em perfuração e completção, sistema de ancoragem da P-52, sistema de coleta e escoamento;
- Desenvolvimento do Módulo 2 de Roncador, com investimentos em perfuração e completção, sistema de ancoragem da P-54, sistema de coleta e escoamento;
- Desenvolvimento da Fase 1 de Jubarte, com investimentos no sistema de coleta para a P-34; e
- Desenvolvimento inicial de Ostra/Argonauta/Abalone, investimentos em execução de projeto básico e perfuração e completção, construção do manifold de produção e construção de gasoduto.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Biguá, Cangoá, Camarupim, Cancã, Canapu, Carapó, Jacupemba, Jacutinga, Saíra. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 80.000 bpd na capacidade de produção da Bacia do Espírito Santo responsável por aproximadamente 4% da produção de petróleo da Petrobras.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento inicial de Camarupim, com investimentos em execução de projeto básico e início da construção do sistema de coleta; e
- Desenvolvimento inicial de Canapu, com investimentos em execução de projeto básico e na construção do sistema de coleta do poço.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Atlanta, Carapiá, Cavalo-Marinho, Estrela-do-Mar, Lagosta, Mexilhão, Oliva, Pirapitanga, Tubarão, Tambaú, Tambuatá e Uruguá. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 280.000 bpd na capacidade de produção da Bacia de Santos responsável por aproximadamente 0,1% da produção de petróleo da Petrobras.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento inicial de Mexilhão, com investimentos em perfuração;
- Desenvolvimento inicial de Uruguá e Tambaú, com investimentos em perfuração, estudos meteo-oceanográficos e batimetria;
- Desenvolvimento inicial de Lagosta, com investimentos em estudos para desenvolvimento dos projetos conceitual e básico;
- Desenvolvimento inicial de Atlanta, com investimentos em perfuração; e
- Desenvolvimento inicial de Caravela, com investimentos em estudo para avaliação da oportunidade.

Exploração de Petróleo e Gás Natural

A Petrobras declarou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP em 2007 a viabilidade comercial de 10 descobertas: 9 em terra e uma no mar. Algumas dessas áreas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural, enquanto outras foram incorporadas a campos vizinhos.

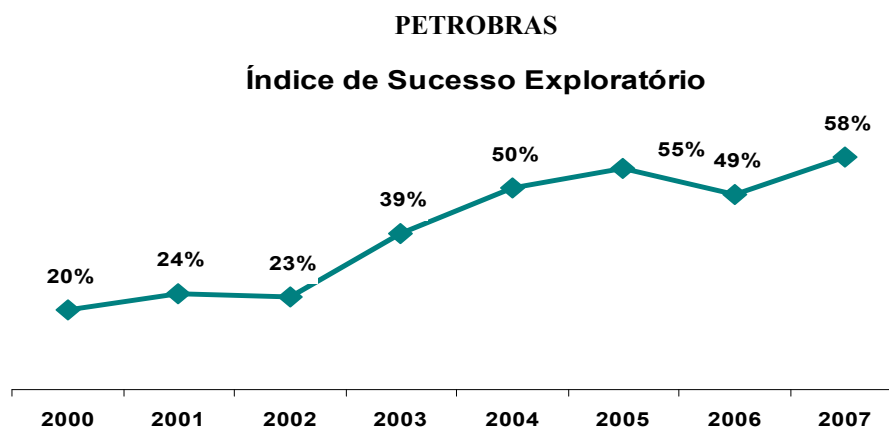
As dez áreas distribuem-se pela Bacia de Campos (1), pelo Espírito Santo (7) e pelas bacias do Norte e Nordeste (2). Em agosto, foram declaradas comerciais a descoberta dos campos de Xerelete, na Bacia de Campos, e as áreas de Fazenda São Rafael, Biguá, Córrego Cedro Norte, Tabuiá, Cancã, Jacupemba e Área do 3-CCS-2-ES, localizadas na Bacia do Espírito Santo. Três declarações de comercialidade foram feitas para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste. Duas originaram campos: Guanambi, no Recôncavo Baiano, e Japuaçu, na Bacia Sergipe-Alagoas.

Descobertas de Petróleo e Gás

A descoberta pela Petrobras, em parceria com empresa britânica BG Group e a portuguesa Petrogal/Galp, da maior província petrolífera nacional nas bacias do Sul e Sudeste foi o fato mais significativo da Petrobras em 2007. A primeira área delimitada, na área de Tupi, possui volume estimado entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo leve. Em novembro de 2007, foi anunciada a descoberta de uma nova reserva, na Bacia de Santos.

Além de Tupi, também na Bacia de Santos, a parceria entre a Petrobras e a Galp Energia para exploração em águas profundas do bloco BM-S-21 comprovou a existência de uma jazida de óleo leve. O poço não foi testado por questões operacionais e de logística.

Na Bacia do Espírito Santo, foram descobertos pela Petrobras, em parceria com a empresa norte-americana El Paso Corporation, novos reservatórios de gás natural ao norte do campo de Camarupim, confirmando o grande potencial de gás e óleo leve dessa bacia, que já responde por parte substancial dos projetos do Plangás.



No ano, foram perfurados e concluídos 109 poços – 77 em terra e 32 no mar. O índice de sucesso exploratório foi de 58%.

Novos Blocos Exploratórios

Na 9ª Rodada de Licitações da ANP, em novembro de 2007, a Petrobras adquiriu 27 dos 57 blocos que disputou, somando 10.476 km². Os bônus oferecidos pela companhia e seus parceiros totalizaram R\$ 308.983.903,00. A parcela da Petrobras foi de R\$ 195.518.886,50. Dos 27 blocos adquiridos, a empresa é operadora em 22, sendo 16 em associações e seis com direitos exclusivos. Nos outros cinco blocos, a operação cabe a seus parceiros. Com as aquisições e as devoluções feitas ao longo do ano, o portfólio de concessões exploratórias passou a contar com 305 blocos, totalizando 132 mil km². Além disso, outras 25 áreas, com 7,7 mil km² em operação, encontram-se em fase de avaliação de descobertas. A área exploratória atual da Petrobras abrange 140 mil km².

Reservas Provasdas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,9 bilhões de Barris de Óleo Equivalentes - boe em 2007 pelo critério ANP/SPE, representando um aumento de 1,2%

em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas ao longo do ano foi de 875 milhões de boe, contra uma produção acumulada de 708 milhões boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 124%. Isso significa que, para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,24 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,6 anos.

As apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade, realizadas ao longo de 2007, foram em parte responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas foi o gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos, em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.

Refino de Petróleo

A crescente demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade adequadas exige a adoção de ações visando a garantir o seu atendimento. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional, representam uma oportunidade de desenvolvimento para o País.

A adequação do parque de refino exige uma estratégia de implementação, onde, definida a carteira de unidades, estas são reorganizadas de acordo com ações previamente firmadas, num processo de implementação padrão que tem como etapas a elaboração do projeto básico; do projeto de detalhamento; o suprimento, a construção e a montagem.

Hoje, a maioria dos investimentos integrantes das ações do Programa Refino de Petróleo se encontra em fase final desse processo de implementação, ou seja, em construção e montagem.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - Remam, localizada no Município de Manaus (AM)

Os Projetos da Unidade de Hidrotratamento de diesel, da Unidade de Hidrotratamento de nafta e da Reforma Catalítica encontram-se em início de fase de execução de projeto conceitual.

O Projeto para substituição do compressor e soprador da Unidade de Craqueamento Catalítico por máquinas centrífugas e o Projeto da Unidade de Tratamento Cáustico Regenerativo encontram-se em início de fase de desenvolvimento de projeto básico.

O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 1,4 milhão. Porém, fatores como a capacidade de atendimento do mercado fornecedor de bens e de serviços de construção e montagem têm constituído ameaça ao cumprimento do cronograma original da ação, que vem sendo continuamente reavaliado de forma integrada, buscando a mitigação dos riscos envolvidos.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste – Lubnor, localizada no Município de Fortaleza (CE)

Os projetos da Unidade de Hidrotratamento de gasóleo, da Unidade Geradora de Hidrogênio e da Unidade de Tratamento de Águas Ácidas, pertencentes à duplicação da ULUB, e o projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais encontram-se em fase de planejamento de projeto conceitual. O projeto de adequação do Parque de GLP à norma Petrobras, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão - RPBC, localizada no Município de Cubatão (SP).

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 2.200 m³/d e da Ampliação da Reforma Catalítica, para uma capacidade de processamento de 2.300 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina. Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da adaptação das Unidades Industriais e instalações do Plano de Produção Antecipada de Gás - Plangas. O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 265 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, localizada no Município de São Francisco do Conde (BA)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidades de processamento de 5.000 m³/d e 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina. O projeto de construção e montagem de uma nova Unidade de Hidrotratamento de Diesel, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel e com capacidade de processamento de 8.500 m³/d, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico. O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 74 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias – Reduc, localizada no Município de Duque de Caxias (RJ)

As obras de construção e montagem da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, e da Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 2.000 m³/d, encontram-se em fase final, com previsão de conclusão, respectivamente, para o primeiro semestre de 2008 e para o segundo semestre de 2008.

Iniciada a fase de obras da Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da adaptação das Unidades Industriais e instalações do Plano de Produção Antecipada de Gás (PLANGAS).

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação da Unidade U-1250, para uma capacidade de processamento de 9.000 m³/d.

O Projeto de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d e pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel encontra-se em início de fase de planejamento de projeto conceitual.

O Projeto do novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 13,6 MWh, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

O Projeto da Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico, com capacidade de processamento de 5.500 m³/d, encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 947 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - Regap, localizada no Município de Betim (MG)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, e de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina. Ambas têm entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2009.

O projeto de construção de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.500 m³/d e que pertence à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel, encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

O projeto de construção de uma Unidade de Propeno, com capacidade de processamento de 116.000 t/ano, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 180 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba – Revap, localizada no Município de São José dos Campos (SP)

O projeto da Unidade de Propeno, com capacidade de processamento de 180.000 t/ano, está em fase final de obras e entrará em operação em 2008.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem do novo Turbo expensor, com capacidade de geração de 22,2 MWh e previsão de entrada em operação em 2008.

Iniciada a fase de obras da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade de Diesel.

Iniciada a fase de obras, também, da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d.

Os Projetos da Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 7.000 m³/d, da Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, e da Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 1.500 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina, encontram-se em fase de projeto executivo, construção e montagem e o início de obras está previsto para o ano de 2008.

O investimento total realizado na ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 722 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - Replan, localizada no Município de Paulínia (SP)

Iniciada a fase de obras da Unidade de Propeno, com capacidade de processamento de 265.000 t/ano, e do novo Pátio de Coque, ambas com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2009.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, cada uma com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, e de uma Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 2.620 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

O Projeto de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 10.000 m³/d e pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação das Unidades Destilação Atmosférica e a Vácuo U-200 / U-210, para uma capacidade de processamento de 33.000 m³/d, e do novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 16 MWh.

O investimento total realizado na Ação, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 346 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - Recap, localizada no Município de Mauá (SP).

Os principais projetos dessa Ação, a Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, e a Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 2.000 m³/d, encontram-se em fase de planejamento do projeto básico. O investimento total realizado, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 52 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada no Município de Araucária (PR).

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, de uma Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 1.000 m³/d, e de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de

Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

Iniciada, também, a fase de projeto executivo, construção e montagem da Unidade de Propeno com capacidade de processamento de 116.000 t/ano.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação da Unidade Destilação Atmosférica e a Vácuo U-2100, para uma capacidade de processamento de 35.000 m³/d, e da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d.

O Projeto do Novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 20,6 MWh, e da Unidade de Tratamento de Solventes Leves, com capacidade de processamento de 260m³/d, encontram-se em fase de planejamento de projeto básico.

O investimento total realizado, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 318 milhões.

Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap, localizada no Município de Canoas (RS)

O projeto de construção das novas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina de Hidrotratamento de Diesel, pertencentes às Carteiras de Melhoria da Qualidade da Gasolina e do Diesel, está em fase de planejamento de projeto básico. O investimento total realizado, durante o ano de 2007, atingiu cerca de R\$ 172 milhões.

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

O Programa tem como objetivo reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente às novas exigências de mercado e ambientais.

O programa foi constituído para compor uma frota de navios petroleiros adequada ao perfil da demanda, considerando fluxos de carga, exigências de segurança, proteção ao meio-ambiente e qualidade dos produtos transportados. No desenvolvimento do programa, teve relevante participação a empresa Petrobras Transporte S/A – Transpetro.

Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais

Essa ação diz respeito ao Programa de Modernização e Expansão da Frota de navios petroleiros da Transpetro – Promef. O investimento será financiado pelo Fundo de Marinha Mercante - FMM e poderá ser pago em 20 anos.

Tem como principais premissas a construção dos navios no Brasil, alcançando até 65% de conteúdo nacional, segundo critérios definidos pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp e tornar os estaleiros competitivos em nível internacional.

Prevê a construção de 26 embarcações até 2012 que, incorporados à frota da Transpetro, representarão aumento em sua capacidade de transporte de 2,4 milhões de toneladas de porte bruto (TPB).

Em janeiro de 2007 foi aprovado e liberado pelo BNDES o financiamento para compra dos 10 primeiros navios-tanque que serão construídos pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A., no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no Município de Ipojuca, em Pernambuco. A assinatura dos contratos para a construção dos navios ocorreu em 31/01/2007.

Em abril foi ampliada para 46% a participação no financiamento das obras de construção dos 26 navios. Com essa medida houve redução de exigências referentes às garantias de empréstimos sobre os estaleiros.

Em junho o BNDES aprovou o financiamento de R\$ 564,5 milhões para a construção de quatro navios encomendados pela Transpetro junto ao Estaleiro Mauá Jurong, em Niterói.

Entrou em eficácia no dia 16/08/2007 a primeira fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro - PROMEF 1 - por meio do Contrato com o Estaleiro Atlântico Sul - 10 navios do tipo Suezmax.

No dia 30/11/2007 foi realizada a assinatura dos contratos com o Estaleiro Mauá Jurong (RJ) para a construção de 4 navios de produtos.

A realização financeira de R\$ 140,3 milhões é relativa a custos de gastos com materiais, pessoal, serviços e outros encargos, além de taxas de comissionamentos estabelecida para o projeto de financiamento para construção de 10 navios. A realização de 46% é decorrente do atraso nas licitações para construção e investimentos nos estaleiros, o que não permitiu o início de realização física do projeto.

Energia na Região Sul

Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica de Canoas (RS) - Acréscimo de 90 MW

O projeto foi desmembrado em duas fases, sendo a primeira a conversão da usina termelétrica para bicombustível, visando garantir a confiabilidade da operação com matéria-prima alternativa (geração com óleo diesel), e uma segunda etapa, atualmente em fase de projeto conceitual, para definição entre fechamento de ciclo ou ciclo combinado.

A Licença de Operação do Oleoduto que interliga a Refap à UTE foi emitida pela Fepamem 12/12/2007 e, em 19/11/07, a Aneel (SCG) emitiu Ato para UTE operar com Bicombustível.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160 MW

O projeto tem por objetivo a implantação da Usina Termelétrica Euzébio Rocha para o atendimento das demandas de energia elétrica e de vapor da Refinaria Presidente Bernardes, com excedente direcionado ao mercado. Os equipamentos principais já foram adquiridos pelo EPCista e está em andamento a elaboração do projeto executivo, mobilização da construção & montagem, estaqueamento, fundações e suprimento dos equipamentos e materiais.

Implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS) - Ampliação da Capacidade para 350 MW.

O projeto tem por objetivo a implantação do ciclo combinado na Usina Termelétrica Luís Carlos Prestes, ampliando a capacidade instalada dos atuais 258 MW para 372 MW. O Projeto básico foi concluído e aprovado e o empreendimento está em fase de licitação.

Energia Alternativa Renovável

Implantação de Unidades de Produção de Biocombustíveis

A implantação das unidades de produção de biocombustíveis tem como objetivo desenvolver e liderar a produção nacional de biodiesel para atendimento ao mercado brasileiro e atuar em oportunidades de mercados externos. Nas Unidades de Candeias, de Montes Claros e de Quixadá os equipamentos necessários estão em fase de fabricação e entrega, com previsão de conclusão das obras até 19/05/2008.

Brasil com Todo Gás

Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural no Porto de Pecém (CE)

O escopo deste projeto compreende a instalação de facilidades de recebimento de GNL - Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural sobre o Pier 2 do Terminal Portuário de Pecém, assim como sua adequação estrutural para permitir a atracação de navios de GNL. A capacidade de despacho será de 7 milhões m³/dia de gás

natural. Foi emitida a Licença de Instalação em 26/10/2007, a Autorização de Construção em 18/12/2007 e publicado o Decreto de Utilidade Pública do gasoduto PECÉM – GASFOR em 08/01/2008.

Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía de Guanabara (RJ)

O objetivo desse projeto compreende a construção de um novo píer, assim como a instalação de facilidades de recebimento de GNL - Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural nesse mesmo píer, para a implantação do Terminal Flexível de GNL nas proximidades do píer secundário do Terminal da Ilha D'água, na Baía da Guanabara – RJ, com capacidade de despacho de 20 milhões m³/dia de gás natural. Foi emitida a Licença de Instalação em 23/11/2007, Publicada a Autorização de Construção do gasoduto terrestre e marítimo no DOU em 19/12/2007 e publicado o Decreto de Utilidade Pública do gasoduto Pier – Campos Eliseos em 08/01/2008.

Desenvolvimento do Projeto de Ampliação da Capacidade de transporte da perna sul do Gasoduto Bolívia-Brasil

O projeto ampliará a capacidade de fornecimento de gás natural para a Região Sul do País, de 7,38 milhões de metros cúbicos por dia Mm³/dia para 12,57 Mm³/dia, por meio da construção de novas estações de compressão em Capão Bonito (turbina a gás) e Paulínia (acionamento elétrico), ambos em SP. Foi realizada vistoria de campo na Estação de Compressores de Capão Bonito pelo Ibama em 10/10/2007 e concluído o Estudo de Análise de Riscos - EAR em 11/10/2007.

Ampliação da Malha Sudeste (TNS)

A fim de garantir o suprimento atual da demanda de gás natural no Sudeste e melhorar a logística de distribuição, essa Ação, integrante do Programa Brasil com Todo Gás, prevê a construção de:

- novos gasodutos: Gasbel-II, Gaspal-II, Gasduc-III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e Japeri-Reduc;
- estações de compressão de Volta Redonda, Campos Elísios, Vale do Paraíba e Terminal de Guararema;
- serviços de Compressão de Tapinhão, Mantiqueira, Congonhas, Suzano, São Bernardo, Reduc e Silva Jardim;
- pontos de entrega nos gasodutos, Gasan, Gasbel, Gaspal, Gasvol, Campinas-Rio, Paulínia-Jacutinga; e
- anel de gás residual da Reduc.

Em 2007, foram iniciados o Projeto Básico de construção do gasoduto GASBEL II, GASDUC III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e a contratação de EPC para o Ramal do Anel Residual da REDUC.

Implantação do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus – No Estado do Amazonas

Esse gasoduto, com capacidade para escoar 10,5 milhões m³/dia, extensão de 383 km e diâmetro de 20 pol, permitirá escoar a produção de gás natural dos pólos de Urucu e Juruá, para atendimento do mercado termelétrico do Estado do Amazonas, e está com as obras em andamento com 308 km de duto enterrado, de um total de 661 km.

Implantação do Gasoduto Cacimbas-Vitória (ES) com 128 Km

Esse gasoduto, com capacidade de escoamento de 20 milhões m³/dia, com uma extensão de 117 km em 26 pol na linha tronco, e um ramal de 13 km em 16 pol, corresponde ao primeiro trecho do GASENE, que permitirá interligar as malhas das Regiões Nordeste e Sudeste. Até a conclusão dos demais trechos, permitirá levar o gás novo da Bacia do Espírito Santo para Vitória, iniciou a operação em 31/10/2007.

Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobras)

A fim de garantir o suprimento atual da demanda de gás natural no Sudeste e melhorar a logística de distribuição, esta ação, integrante do Programa Brasil com Todo Gás, prevê os seguintes projetos:

- gerenciamento no gasoduto Japeri – Reduc;
- aquisição de terrenos e servidão para construção de city-gates na Macaé Merchant, Betim II e Brumadinho;
- Estações de compressão em Volta Redonda e Congonhas; e
- aquisição de Terrenos para construção do Gasodutos Caraguatatuba-Taubaté, Gasbel II, Paulínia-Jacutinga, Japeri – Reduc, Gaspal II e Gasduc III.

Foram realizados aerolevantamentos, avaliação ambiental e Gerenciamento do Gasoduto Japeri-Reduc, instalação de City-gates e a aquisição de terreno para construção do gasoduto Campinas-Rio, Caraguatatuba-Taubaté e Paulínia-Jacutinga.

Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste

Ampliação da malha de gasodutos responsável pelo transporte de gás natural na Região Nordeste do País, visando otimizar e flexibilizar o abastecimento dos mercados da região. O projeto é constituído pelos seguintes gasodutos:

- Gasoduto Pilar (AL) - Ipojuca (PE), com capacidade de 15 milhões m³/dia, extensão de 189 km e diâmetro de 24 Pol;
- Gasoduto Atalaia - Itaporanga (SE), com capacidade de 3,1 milhões m³/dia, extensão de 29 km e diâmetro de 14 Pol;
- Gasoduto Catu (BA) - Itaporanga (SE), com capacidade de 10 milhões m³/dia, extensão de 196 km e diâmetro de 26 Pol;
- Gasoduto Itaporanga - Carmópolis (SE), com capacidade de 10 milhões m³/dia; extensão de 69 km e diâmetro de 26 Pol;
- Gasoduto Carmópolis (SE) - Pilar (AL), com capacidade de 10 milhões m³/dia, extensão de 175 km e diâmetro de 26 Pol; e
- Gasoduto Açú - Serra do Mel (RN), com capacidade de 3 milhões m³/dia, extensão de 31 km e diâmetro de 14 Pol.

Em outubro de 2007, entraram em operação dos gasodutos Carmópolis - Pilar, Itaporanga - Carmópolis e Atalaia - Itaporanga. Foi emitida, em 17/12/2007, a Licença de Operação do gasoduto Açú-Serra do Mel, pelo IDEMA/RN e concluído, em 03/01/2008, o Comissionamento e teste do gasoduto Açú – Serra do Mel.

4.2.2.3. Demais Empresas do SPE

Esse grupamento, para fins do Orçamento de Investimento, é constituído por 24 empresas, das quais 21 são controladas diretamente pela União e três pelo Banco do Brasil S.A., a COBRA, a BB TURISMO e a ATIVOS S.A. Atuam em atividades diversas tais como: administração portuária (8) e aeroportuária (1), abastecimento e armazenamento (3), industrial (3), serviços postais (1), processamento de dados - serviços e suprimentos (3), agência de turismo (1), gestora de ativos (3) e pesquisa e desenvolvimento (1). Esse conjunto de empresas integrantes do Setor Produtivo Estatal – SPE registrou em 2007 gastos com investimentos no montante de R\$ 1.027,7 milhões, representando 38,6% da dotação consolidada.

A seguir, são disponibilizadas informações sobre os investimentos realizados em 2007, por empresas desse segmento:

COMPANHIAS DOCAS

As Companhias Docas exercem hoje, principalmente, a função de Autoridade Portuária, tendo sido transferidas para empresas da iniciativa privada, por concessão, ou mesmo para empresas estaduais, por convênio, parte da operação dos portos federais. Entretanto, a União, por meio dessas companhias, continua a realizar investimentos de manutenção, recuperação, ampliação, modernização da infra-estrutura de seus portos, manutenção dos canais de acesso, entre outras. Para tanto, essas empresas realizaram, no exercício de 2007, gastos no montante

de R\$ 106,2 milhões, equivalentes a 17,7% da correspondente dotação anual autorizada. Nesse contexto, merecem destaque, pela magnitude relativa dos valores aplicados, os investimentos abaixo relacionados:

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Santos

A Codesp deu continuidade à implantação do Sistema de Segurança Portuária no Porto de Santos, executando investimentos no valor de R\$ 679 mil, da Dotação Final de R\$ 14,8 milhões, decorrentes desse subsistema do ISPS-CODE anteriormente implantados em sua 1ª fase.

Detentora de certificação TA – Termo de Aptidão, a Codesp encontra-se no aguardo para a obtenção da Declaração de Cumprimento - DC.

Logo no início do ano, foram adquiridas as câmeras para a interface cais/navios, os monitores e servidores. Deu-se andamento à manutenção dos equipamentos colocados nos Gates e puderam ser adquiridos os equipamentos de segurança, como armas, munições e coletes, para a Guarda Portuária.

Os subsistemas foram revistos nas suas aplicações, além de ter iniciado a conectividade com os Terminais Privados e Autoridades, como a Inspeção da Alfândega e a Polícia Federal, ambas em Santos, que passaram a receber, nas suas sedes, as imagens das câmeras instaladas no Porto, desde o CCCom – Centro de Controle e de Monitoramento do sistema.

Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos – No Município de Santos

Os serviços de levantamentos topográficos e sondagens geológicas foram iniciados, ao mesmo tempo em que se desenvolveu o Projeto Executivo. Foram demolidos os Armazéns XXVIII e XXIX para permitir a implantação, naquele local, da Av. Perimetral Portuária. Por exigência dos Ministérios Público Federal e Estadual, foram realizados laudos periciais dos imóveis de interesse histórico-cultural, localizados no entorno do empreendimento, bem como ensaios de caracterização do solo. Foram também executados os serviços de terraplenagem, drenagem e pavimentação na região da Av. Xavier da Silveira entre a Pça. Barão do Rio Branco e o Edif. José Armando Pereira / CODESP, no Paquetá, e ainda entre o canal da Bacia do Mercado e a R. Dona Luiza Macuco, em Outerinhos.

Em atendimento às exigências da Licença de Instalação – LI, determinadas pelo Ibama, foram contratadas empresa de Consultoria para gerenciamento ambiental das obras e para monitoramento arqueológico. Desde que se iniciaram as demolições necessárias, foram gerados sete relatórios mensais de acompanhamento ambiental e um relatório do monitoramento arqueológico.

Face à necessidade de atualização do projeto básico, foram executados estudos técnico-operacionais que vieram a indicar a necessidade de substituição do viaduto inicialmente projetado por duas alças, cujo estudo ambiental, contemplando a modificação, já foi contratado para ser entregue ao Ibama.

Em decorrência dessas ações foram realizados R\$ 13,1 milhões dos R\$ 47,6 milhões do limite autorizado.

Implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos – No Município de Guarujá

No exercício de 2007 somente foram desenvolvidas as atividades relacionadas à elaboração dos estudos ambientais, requeridos pelo Ibama para a obtenção da Licença de Instalação – LI, tendo sido concluído e protocolado em novembro, com realização de gastos no montante de R\$ 95,6 mil. A Prefeitura Municipal de Guarujá publicou Decreto de Utilidade Pública para a desapropriação de lotes junto à Rua Idalino Pines (R. do Adubo) e de uma outra propriedade ao longo da Av. Santos Dumont.

Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e Junto ao Cais no Porto de Santos

Foi concluído em maio, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias – INPH, o projeto de infra-estrutura aquaviária regendo a execução dos serviços e levantamentos geológicos básicos do canal de acesso, bacias de evolução e berços de atracação, bem como o traçado geométrico do novo canal de acesso, cujos dados se

constituem em parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto no Meio Ambiente - Rima que está sendo elaborado, para posterior encaminhamento ao Ibama. Para a execução dos serviços da dragagem de aprofundamento, será necessária a execução prévia de duas ações, quais sejam, a derrocagem de duas pedras (Pedra de Teffê e Pedra do Itapema) e a retirada dos destroços do navio soçobrado Ais Giorgis, que interferem com o canal de navegação de acesso ao porto.

A Codesp, durante o ano de 2007, executou todos os levantamentos de campo e diagnósticos físico e biológico, além da modelagem hidrodinâmica, por meio do contrato celebrado com a Fundação Ricardo Franco, do Instituto Militar de Engenharia – IME.

Visando diagnosticar novas áreas para o descarte oceânico do material dragado, a Codesp firmou Termo de Cooperação com empresas que permitirá a sua utilização em sistema de rodízio, sem que seja atingido o seu limite de saturação.

Os gastos nessa ação atingiram R\$ 1,2 milhão dos R\$ 35,4 milhões aprovados na dotação final.

Derrocagem junto ao Canal de Acesso ao Porto de Santos

Foi concluída a necessária caracterização das pedras a serem derrocadas e, posteriormente, foi contratado o projeto executivo para a derrocagem das pedras de Teffê e Itapema, cuja conclusão está prevista para o início do próximo ano, e norteará o Termo de Referência para a contratação dos serviços de derrocagem. O Ibama considerou que o licenciamento ambiental para a derrocagem das pedras deverá ser realizado conjuntamente com o EIA/Rima para a dragagem de aprofundamento do canal. Não houve realização de gastos nesta ação.

Remoção de Destroços no Canal de Acesso ao Porto de Santos

Foi concluído o Termo de Referência para a contratação dos serviços remanescentes de remoção dos destroços do navio Ais Giorgis, soçobrado no canal de acesso, e que se encontram paralisados desde 2001.

Construção do Complexo Administrativo Portuário no Porto de Santos

Visa agregar fisicamente num único local todos os agentes envolvidos no sistema operacional portuário, de modo a agilizar a liberação de cargas. Para tanto, foi realizado o processo licitatório para contratação dos serviços de restauração e reforma do Armazém 4, a ser executada mediante condicionantes impostas pelo Ministério Público quanto aos seus aspectos de restauração, dada a sua localização no Centro Histórico da cidade.

Tal contrato, encontra-se suspenso, haja vista os entendimentos que foram realizados com a Prefeitura Municipal de Santos para a revitalização da área entre os Armazéns 1 ao 8, que poderão determinar a implantação do projeto Despacha Rápido, estabelecido como prioridade pelo Programa Agenda Portos, em outro local.

Foram executados R\$ 74,2 mil na ação.

Estudos e Projetos para Racionalização Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente

Foram concluídos os estudos de viabilidade referentes à ocupação das áreas denominadas Prainha e Conceiçãozinha, no Município de Guarujá, objetivando a futura implantação de Terminais, necessários à expansão portuária. Foram consumidos R\$ 241 mil na Ação em 2007. Mediante tais estudos puderam ser avaliadas as ações de cunho eminentemente social que deverão ser desencadeadas para a desocupação daquelas áreas, atualmente invadidas, e que já estão colocando em risco as operações ferroviárias existentes.

Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza

Foram realizadas diversas reuniões técnicas com o conjunto das partes intervenientes no processo. O Plano de Contingência da Gripe Aviária foi concluído.

Prevenção, Preparação e Enfrentamento a Pandemia de Influenza

Essa Ação foi inserida no Orçamento de Investimento da Codesp somente em 18.12.2007, por meio da Medida Provisória nº 405, e visa à adoção de medidas de prevenção e enfrentamento da Gripe Aviária, constante do Plano de Contingência já elaborado, e que deverá ocorrer em 2008.

Remodelação da Pavimentação do Cais e Vias do Porto de Santos

Para a execução dos serviços de remodelação da pavimentação e rede de drenagem em áreas do Porto de Santos, bem como eventuais demolições de linhas férreas e de linhas de guindastes, foram realizados dispêndios no valor de R\$ 2,4 milhões.

Recuperação da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Santos

A Codesp tem celebrado um contrato regendo a prestação dos serviços de gerenciamento, operação e adequação física e ambiental do sistema atual de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto na margem direita do Porto de Santos, cujas parcelas referentes aos investimentos não puderam ser lançados em 2007, haja vista estarem ainda concluindo as interligações do novo sistema com os seus usuários.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Foram executados dispêndios de R\$ 0,2 milhão com aquisição de mobiliário de escritório e equipamentos diversos de oficinas. Não foi possível executar alguns dispêndios previstos, tais como aquisição de equipamentos elétricos, tendo em vista a dificuldade financeira (caixa) enfrentada durante o ano de 2007.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Os dispêndios executados em 2007 representaram 86,6% do limite orçamentário, sendo R\$ 1,0 milhão com aquisição de ativos de informática (computadores, periféricos e softwares) e R\$ 1,5 milhão com ativos de informação (telefonias e vídeo).

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA

A Codesa, no exercício de 2007, deu prosseguimento à implementação de mudanças estruturais, ações para apoio as atividades de prospecção e extração de petróleo na costa do Estado do Espírito Santo, à retomada de melhorias de infra-estrutura, além de ações e obras necessárias para atendimento ao Plano de Segurança de Navios e Instalações Portuárias (ISPS CODE).

Destacam-se, ainda, as benfeitorias operacionais com a instalação de 52 defensas de borracha cônica, nos Cais de Vitória e de Capuaba, de tecnologia avançada que contribuíram para oferecer maior segurança e evitar avarias nas embarcações durante as atracações, bem como a reforma do pátio dos berços 201 e 202 do Cais de Capuaba, contemplando revisão de toda drenagem, de forma a melhorar o desempenho operacional no referido trecho de cais.

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ – CDC

Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e de Proteção ao Meio Ambiente no Porto de Fortaleza

Dos R\$ 83.965,00 dispendidos com essa ação, foram realizados os seguintes estudos e projetos: Elaboração de estudo para a avaliação de áreas e instalações portuárias destinadas a arrendamento no Porto de Fortaleza; Estudo para atualização e reformulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Portuario do Porto de Fortaleza; e Elaboração de laudo técnico e análise dos galpões do prédio da manutenção e equipamentos.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) do Porto de Fortaleza

A ação ocorre nos limites do porto, cais, canal de acesso e bacias de evolução e compreenderá a aquisição e instalação de equipamentos e a construção do Centro Integrado de Atendimento. Foi dado

prosseguimento à implantação dos sistemas de segurança do Porto de Fortaleza, sendo executados 7,3% do total previsto para o projeto. Os R\$ 513.945,00 previstos foram todos liberados e executados R\$ 329.896,00. Foi concluída a construção do Núcleo de Apoio Portuário - NAP no total de R\$ 2.398.400,00.

Obras Civas para o Aprofundamento do Cais Comercial no Porto de Fortaleza

Foi concluída a execução da cortina de contenção do enrocamento da retaguarda do Cais Comercial (obra que totalizou R\$ 18.011.546,00). No período foi executado 12,2% do projeto, estando o andamento compatível com o programado. Os R\$ 3.125.010,00 autorizados eram de saldo do exercício anterior, tendo sido aplicados R\$ 3.124.793,00.

Recuperação da Infra-Estrutura do Cais Comercial e Pier Petroleiro no Porto de Fortaleza

Foi dado prosseguimento à recuperação da infra-estrutura do pier petroleiro e à recuperação e reforço da infra-estrutura do cais comercial, executando-se os 5,4% do projeto, estando o andamento compatível com o programado. Dos R\$ 850.000,00 liberados, foram aplicados R\$ 582.589,00.

Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza

A dragagem de aprofundamento do Porto de Fortaleza foi programada em duas etapas, tendo a 1ª executada com a participação do DNIT por meio de Convênio nº MT/DNIT/AQ 00.01.00.0168/2004 e foi concluída em 2005. No exercício de 2006 foram efetuados apenas a prestação de contas do Convênio e o acerto final dos valores. No último trimestre foi concluído o projeto básico para a contratação da segunda etapa da dragagem de aprofundamento do Porto de Fortaleza, cujo objetivo é permitir a navegação de embarcações com calado de até 13,0m. Os R\$ 2.350.000,00 previstos foram liberados em sua totalidade, sendo aplicados somente R\$ 26.750,00.

Derrocagem no Porto de Fortaleza

Devido aos resultados das sondagens terem apresentado materiais diversos daqueles inicialmente previstos no projeto básico, a execução dos serviços foi postergada para definição da nova metodologia a ser utilizada nos serviços de derrocagem, bem como a definição das quantidades a serem dragadas. Os 977m³ previstos não foram derrocados. Os R\$ 1.600.000,00 aprovados foram todos liberados. Porém, não ocorreram gastos nessa ação.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente

No Porto de Natal foram elaborados o Estudo de Viabilidade Econômica e o Projeto Básico para construção de um berço de atracação na direção Norte e implantação de um terminal de tancagem para combustíveis renováveis (álcool e biodiesel) com 17.000m³; o Estudo de Viabilidade Econômica e o Projeto Executivo para construção de uma Estação Turística de Passageiros; o Estudo de Viabilidade Econômica da Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso e da Bacia de Evolução do Porto de Natal; e o Estudo Batimétrico do Canal de Acesso e da Bacia de Evolução do Porto de Natal.

No Terminal Salineiro de Areia Branca foram elaborados o Estudo de Viabilidade Econômica e o Projeto Executivo da ampliação da plataforma e do cais de barcas além do Relatório de Controle Ambiental - RCA e Relatório de Avaliação Ambiental - RAA do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Natal (RN)

Foi realizada a complementação do sistema de segurança (ISPS Code) com interligação em fibra ótica de todas as dependências portuárias. Nessa etapa foi ampliado o número de câmeras, bem como modernizados os servidores de gravação de imagens e revisados e recuperados os componentes e partes da infraestrutura existentes.

Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)

Os serviços foram iniciados em outubro de 2006 e encontram-se com cerca de 86% executados, restando para ser executados os serviços de acabamento, tais como instalação de grelhas e guarda-corpos em fibra de vidro, instalação de elementos de borracha, painéis de defesa e ganchos de atracação, proteção catódica das estruturas e instalação da infra-estrutura do sistema de monitoramento dos ganchos dos dolphins.

Manutenção da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)

Os investimentos nesta atividade estiveram voltados basicamente para a aquisição e/ou confecção de roletes, rodas para trucks e trolley, correias transportadoras, grabs e demais peças e serviços de recuperação de outros equipamentos, manutenção da barça Branave IV e substituição de grupo gerador de 1.000 kVA e painel.

Recuperação com Modernização do Sistema Eletromecânico, Reforma Estrutural, Mecânica e Tratamento Anticorrosivo do Descarregador de Barcasas Nº 2 (Db-2) do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)

A recuperação e modernização do Descarregador de Barcasas nº 2 foi contratada por R\$ 4.763.996,48, sendo a ordem de serviço emitida em maio de 2007. Os projetos executivos de elétrica e automação já foram apresentados e os serviços foram iniciados no final de junho de 2007.

Construção de Cais para Containeres no Porto de Maceió (AL)

Encontra-se em andamento no Porto de Maceió a construção do Cais para Contêineres, cujas obras tiveram início em 05/12/2001 e resultarão em um modelo fechado, tipo dinamarquês, com extensão de 407,60m, sendo 327m de fechamento da dársena e 80,60 m de complementação do cais geral.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente

Nesta atividade, destacam-se os seguintes principais projetos de engenharia concluídos em 2007 e os estudos de viabilidade técnica e econômica: Projeto Executivo das centrais de resíduos dos Portos de Salvador e Ilhéus; Projeto Executivo para recuperação das encostas do Porto de Aratu; Projeto Executivo de sinalização vertical e horizontal dos Portos de Salvador e Aratu e recapeamento dos acessos viários do Porto de Aratu; Projeto Executivo de sonorização (alarme) dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus; Estudos para o armazenamento de fertilizantes no Porto de Aratu; Estudos para armazenagem de celulose nos armazéns 3 e 4 no Porto de Salvador; e Estudo de viabilidade para ampliação do Terminal de Granéis Sólidos – TGS do Porto de Salvador.

Dragagens de Manutenção Realizadas nos Portos de Aratu e Salvador (BA)

Os recursos disponibilizados em 2007 para estes projetos totalizaram R\$ 12,6 milhões e foram 100% realizados, e que viabilizaram a continuidade da acostagem de navios de grande calado nesses Portos, mantendo-se as cotas de profundidade, a operacionalidade e o faturamento.

Obras de Contenção e Dragagem de Aprofundamento na Ponta Sul do Cais do Porto de Salvador (BA)

Esta obras permitirão o aprofundamento do leito marinho para a cota de 12 metros, viabilizando a atracagem de navios de maior calado, atendendo a demanda para a movimentação de celulose e de outros produtos, permitindo-se, assim o incremento da movimentação de cargas e das receitas do Porto de Salvador. O total de recursos orçados em 2007 para essas ações foi de R\$ 7,1 milhões, tendo sido executados/pagos R\$ 5,7 milhões (cerca de 80% do valor orçado), com continuidade prevista para 2008, com perspectiva de recursos na ordem de R\$ 4,5 milhões.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) nos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus (BA)

Os repasses já totalizaram, entre 2004 e 2007, o montante de R\$ 10,8 milhões, já tendo sido investidos R\$ 10,1 milhões (cerca de 93%), possibilitando que a Codeba receba a certificação internacional de segurança nos Portos de Aratu, Ilhéus e Salvador, tendo, ainda, algumas obras complementares que ocorrerão ao longo de 2008.

Instalação de Portainer no Porto de Salvador (BA)

Com o total de recursos disponibilizados no Orçamento de 2007 no valor de R\$ 6,27 milhões, e sendo realizados R\$ 1,4 milhão (22%), as obras abrangem o reforço da estrutura de acostagem e a montagem do Portainer, permitindo a instalação de equipamento adequado para movimentação de contêineres, reforçando-se a infra-estrutura da ponta norte do Porto de Salvador, viabilizando o aumento e diversificação da movimentação de cargas.

Obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura do Porto de Ilhéus (BA)

Com recursos advindos de crédito extraordinário em função dos desabamentos ocorridos no Porto de Ilhéus, foi repassado pela União o valor de R\$ 16,0 milhões nos últimos meses de 2007 e já tendo sido aplicados R\$ 3,1 milhões (19%). Essa obra essencial visa reestabelecer a operacionalidade integral do Porto de Ilhéus após os problemas estruturais ocorridos no primeiro semestre ano.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

Implantação do Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Implantação do sistema de defensas (68 conjuntos) tipo PPI-800, para atracação segura de navios de até 285 m de comprimento e capacidade de 50.000 toneladas de porte bruto, nas áreas de cais público do Porto do Rio de Janeiro, equivalendo a um dispêndio aproximado de R\$ 115,0 mil, no exercício de 2007.

Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Modernização das subestações de energia elétrica no Porto do Rio de Janeiro, para atender à crescente demanda por parte dos novos empreendimentos portuários, tendo sido aplicados, durante o exercício, aproximadamente R\$ 491,0 mil e executados 14% das obras.

Construção de Complexo Administrativo Portuário no Porto de Sepetiba (RJ)

Construção do Complexo Administrativo do Porto de Sepetiba, dispondo de dois pavimentos com área total de 1.250 metros quadrados, para servir de base de apoio e integração de todos os órgãos públicos que participam das atividades portuárias, tendo sido aplicados, no exercício, cerca de R\$ 63,0 mil e realizados 91% das obras.

Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Sepetiba (RJ)

Aquisição e completa instalação de 49 conjuntos de equipamentos de sinalização náutica para os acessos aquaviários do Porto de Sepetiba, equivalendo a um dispêndio total, no exercício, da ordem de R\$ 1,24 milhão.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Rio de Janeiro (RJ)

Conclusão dos serviços de implantação do Sistema Integrado de Segurança do Porto do Rio de Janeiro, em cumprimento às exigências interpostas pelo Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS-CODE, tendo sido o referido Porto devidamente certificado em 03/10/2007, por meio da obtenção da Declaração de Cumprimento emitida pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos. Investidos, durante o exercício em questão, recursos financeiros da ordem de R\$ 2,4 milhões.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Itaguaí (RJ)

Conclusão de todas as obras de infra-estrutura, iniciadas em 2006, bem como do fornecimento e instalação dos equipamentos e softwares do Sistema Integrado de Segurança do Porto de Itaguaí, atingindo-se, no ano de 2007, um percentual de implantação de projeto da ordem de 95%. Investidos, durante o exercício em questão, recursos financeiros da ordem de R\$ 1,2 milhão.

Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso aos Portos do Rio de Janeiro e Niterói (RJ)

No tocante ao processo de contratação e execução dos serviços de dragagem nos acessos aquaviários do Porto do Rio de Janeiro, concluiu-se, em 2007, a elaboração do Projeto Básico relativo às duas fases das obras objeto do Edital de Concorrência Pública, cuja liberação está prevista para julho/2008. No exercício corrente, foram iniciados os procedimentos, com término previsto para 30/01/2008, de caracterização dos sedimentos, visando à obtenção do competente licenciamento ambiental, conforme dispõe a Resolução Conama nº 344/2004. O volume total a ser dragado é da ordem de 10,8 milhões de metros cúbicos.

Dragagem do Canal de Acesso da Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)

Quanto à dragagem nos acessos aquaviários do Porto de Itaguaí, concluíram-se, também, no exercício de 2007, os Projetos Básicos referentes às duas fases distintas das obras a serem licitadas. Relativamente aos procedimentos técnico-administrativos subsequentes, acrescenta-se que o processo de licenciamento ambiental inerente à primeira fase das obras já está totalmente concluído, bem como o pertinente Edital de concorrência pública, e que o da segunda fase deverá encerrar-se até abril/2008.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP

A CDP realizou 5,2% da disponibilidade do Orçamento de Investimento de 2007, conforme quadro abaixo:

CDP ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007			
R\$ 1,00			
FONTES	APROVADO ATUAL (A)	EXECUTADO (B)	C/A %
Recursos do Tesouro	18.219.000	0	0
Direto	14.922.000	0	0
Saldo de Exercício Anterior	3.296.777	45.680	1,4
Geração Própria	20.200.000	1.393.161	6,9
TOTAL	38.418.977	1.438.841	3,7

Fonte: Empresa CDP

A CDP assinou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Operação Compartilhada firmado com as empresas Albras/Alunorte, visando à adequação das condições contratuais para possibilitar a participação da Alunorte/Albras no projeto de ampliação do Porto de Vila do Conde. Este projeto visa à ampliação de sua infraestrutura do Porto, com a adequação do Berço 201 e o alargamento do Berço 202, relocação de nova Subestação, recuperação da pavimentação asfáltica, concretagem de 25.000 m², a ampliação da ponte de acesso ao píer, recapeamento das estacas da ponte de acesso, de forma a garantir a expansão da produção da Alunorte em mais 6.600.000 t/ano.

A CDP elaborou o projeto de dragagem dos berços internos dos píeres 200 e 300 e obteve o respectivo licenciamento ambiental para sua execução em 2008, condicionantes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Vila do Conde, possibilitando a duplicação da atual capacidade do porto; desenvolveu os Projetos do Novo Sistema de Combate a Incêndio no Porto de Vila do Conde e de Implantação de uma Estação Compacta de Tratamento de Esgoto.

No Porto de Belém, desenvolveu projetos de Recuperação da Pavimentação de Vias Internas e Áreas de Estocagem de Cargas, Reforma dos Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Sistema de Drenagem, Combate a Incêndio e Controle de Pânico, obras estimadas em torno de R\$ 10.000.000,00, a serem iniciadas no exercício de 2008.

Cabe destacar a continuidade das ações previstas no Plano de Segurança dos Portos, em atendimento ao ISPS – CODE.

ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

O orçamento de investimento da Ativos S.A. contemplou ações dentro do programa Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, cujos dados relativos à execução encontram-se discriminados, conforme a seguir:

ATIVOS S.A. EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0807			R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	
Instalações de bens imóveis	0,00	0,00	
Manutenção e adequação de bens imóveis	20.000,00	0,00	
Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	3.920,00	7.902,00	
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	114.000,00	97.303,94	
TOTAL	137.920,00	105.205,94	

Fonte: Empresa ATIVOS S.A.

Dessa execução resultou um desempenho de 76,3% em relação à dotação autorizada.

BBTUR – VIAGENS E TURISMO LTDA.

O mercado brasileiro de turismo enfrentou no ano passado vários desafios, particularmente o segmento de negócios corporativos, foco da atuação da BBTUR. Em consequência os resultados e a geração de caixa não puderam ser alcançados obrigando a Empresa a adotar medidas drásticas de contenção de gastos, bem como de revisão de suas decisões de investimento, notadamente porque os projetos que se tinha em vista seriam financiados com recursos gerados internamente e não com captação de recursos no mercado.

Por isso, a execução do orçamento de investimento foi drasticamente afetada, consoante se observa pelos seguintes números:

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

No encerramento do exercício de 2007, foi observada execução de 7,2% sobre o valor orçado/aprovado. Os principais fatores que contribuíram para esse desempenho foram: a) adequação do processo de centralização de atendimento e serviços; b) redução do contingente de pessoal e adequação do espaço físico ocupado pelas filiais; e c) adiamento para o exercício de 2008 das ampliações e reformas nos espaços BBTUR, além de aquisição de bens móveis, máquinas e equipamentos enquadrados como ativo imobilizado.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Em função de decisões administrativas, alguns gastos relacionados a essa ação foram reprogramados para 2008, conforme segue: a) Licenciamento de Software – R\$ 450.000,00; b) Adequação da Sala de Processamento e Comunicação de Dados – R\$ 300.000,00; c) Solução de Cópia de Reserva (Backup) – R\$ 250.000,00; e d) Sistema de Alimentação Ininterrupta – R\$ 300.000,00. Estas medidas comprometeram o desempenho das metas de Investimento em T.I. em aproximadamente R\$ 1.300.000,00 na execução orçamentária de 2007.

Projetos Concluídos em 2007:

- reformas e instalações na Sala Vip da filial Porto Alegre;
- reformas e instalações na filial Curitiba com a finalidade de melhorar o atendimento aos clientes; e
- instalação de estações de trabalho CAE – Central de Atendimento Especial.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

Do montante programado de R\$ 1.200.000 para o Orçamento de Investimentos de 2007, com reprogramação para R\$ 780.300,00, foram realizados apenas R\$ 442.580,00 (56,72%) por força das dificuldades de caixa verificadas no período.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos

A Casemg deu continuidade às ações voltadas à manutenção das suas Unidades de Armazenagem e Negócios e ampliação da velocidade e capacidade de recepção destacando: a reforma do secador e aeração dos armazéns de Capinópolis, Conceição das Alagoas e Passos; manutenção geral das balanças ferroviárias de Araguari, Monte Carmelo, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia; e aquisição de equipamentos de laboratório. Do montante reprogramado de R\$ 98.449,00 foram despendidos R\$ 80.159,52, correspondentes a 81,42% do limite fixado.

Manutenção e Adequação dos Ativos de Informática e Teleprocessamento

Foi adquirida apenas uma cessão de direito de uso de Software e equipamentos de informática, com dispêndios de R\$ 1.879,00, correspondentes a 91,93% do valor reprogramado de R\$ 2.044,00.

Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional

Foram realizadas obras nos desvios ferroviários de Uberlândia; nos Silos de Alvenaria de Uberaba e Uberlândia; instalação de moega e elevador no secador de Capinópolis; recuperação do elevador do secador de Conceição das Alagoas; revisão e reforma do conjunto de silos de Monte Carmelo, Uberaba e Unaí; manutenção no silo de concreto de Patrocínio; reforma dos equipamentos do armazém graneleiro de Patrocínio; reforma dos armazéns convencionais de Frutal, Sacramento e Patos de Minas e início do Projeto de Incêndio da Unidade de Uberlândia. Foram investidos neste item R\$ 360.541,00, equivalentes a 53,03% do valor reprogramado para este item de R\$ 679.807,00.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

Os investimentos realizados no exercício de 2007 atingiram o montante de R\$ 2.344.883,00. Todos investimentos foram iniciados e concluídos dentro do exercício de 2007.

A seguir estão discriminados os investimentos realizados referentes ao ativo imobilizado: a) implantação de Novas Portarias no ETSP (Entrepasto Terminal São Paulo); b) impermeabilização nas Marquises do ETSP; c) construções e reformas de Sanitários Públicos nas dependências da Companhia; d) reformas, ampliação e modernização do FRISP (Frigorífico de São Paulo) localizado no ETSP; e) reformas e instalações em geral nas dependências da Companhia; e f) aquisições de bens e serviços diversos.

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas

No exercício de 2007, a Ceasaminas realizou investimentos no montante de R\$ 1.807,3 mil. Durante o exercício foi possível concluir os seguintes projetos: a) construção do pavilhão G1; b) construção Banco de Alimentos; c) construção de muro para delimitar e proteger a área da Ceasaminas; d) ampliação de subestação de energia do Pavilhão F; e e) instalação de fibra ótica para levar o acesso à internet ao pavilhão shopping e MLP (Mercado Livre do Produtor). No Programa Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio, foram realizadas as seguintes ações:

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais

A Ceasaminas teve dificuldade em realizar a totalidade dos investimentos previstos. As principais discrepâncias foram na Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos e no Projeto Barracão dos Produtores, os quais voltarão fazer parte do Orçamento de Investimentos de 2008. Foram despendidos R\$ 104.307,00, com desempenho de 63,1%.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais

A execução de 120,1% do valor aprovado deveu-se ao acréscimo no contrato com a RM Sistemas para a implantação de um Software de Gestão e Controle Gerencial da unidade de Contagem, referente a resíduo do exercício de 2006.

Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais

Nessa ação foram realizados R\$ 1.552,8 mil, representando desempenho de 75,5%. Tal desempenho deve-se ao fato de que a proposta de investimento de 2007 se baseava, principalmente, em um volume de receita que não foi concretizada no decorrer do exercício. Os recursos advindos da renegociação dos contratos de locação (Termo de Ajustamento de Conduta – TAC) somente começaram a se concretizar no final do exercício, acarretando o atraso na execução de alguns projetos; a geração de recursos provenientes do Pavilhão G1 ainda não foram concretizados em sua totalidade.

CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

Para o exercício de 2007, a previsão inicial do orçamento de investimentos para as duas ações inseridas no Programa Produção de Moedas e Documentos de Segurança prenunciava dispêndios no valor de R\$ 118.164,0 mil. Porém, em função de realizações de investimentos com valores inferiores àqueles inicialmente orçados, e devido às interposições de recursos nos processos licitatórios, causando atrasos nas contratações e, conseqüentemente, impedindo o alcance da meta estabelecida, o referido orçamento foi reformulado para R\$ 52.608,0 mil. O nível de desembolsos financeiros referente aos investimentos do exercício de 2007 demonstra um valor aproximado de R\$ 38,0 milhões, que significa um alcance de 72,23%.

Modernização do Parque Industrial

Nessa Ação se investiu em 2007 cerca de R\$ 23,8 milhões. A não realização integral do orçado ocorreu devido à diferença resultante da interposição de recursos nos processos licitatórios, causando atrasos nas contratações e, conseqüentemente, impedindo o alcance da meta estabelecida, tornando-se inevitável a postergação de alguns investimentos para o exercício seguinte.

Foram utilizados recursos com a aquisição de equipamentos, tais como: a) numeradores randômicos; aquisição de barretes elétricos; b) quatro empilhadeiras elétricas de 2,5 ton.; c) célula automatizada; d) máquina automática para contagem e embalagem de moedas; e) prensa para cunhagem de moedas (entrega do 1º lote); f) guilhotina para cortes de metais; g) máquina Wista WS7050-V-Kiss Cut Machine; e h) máquina Off Set bicolor; bem como foi feito Up-Grade do sistema de acabamento de cadernetas (Kugler) e das prensas MRV e MRH.

Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional

Nessa Ação se investiu no exercício de 2007 o montante de R\$ 14,2 milhões. A não realização integral da dotação inicialmente orçada decorre de interposição de recursos nos processos licitatórios, causando atrasos nas contratações e, conseqüentemente, impedindo o alcance da meta estabelecida, tornando-se inevitável a postergação de alguns investimentos para o exercício seguinte.

Destacamos a seguir, alguns investimentos pertinentes a esta ação realizados no exercício de 2007: a) reforma da cobertura metálica; b) substituição das unidades geradoras de água gelada do sistema de climatização; c) aquisição e instalação de transformador 2500 KVA; d) reforma do comutador do transformador da subestação mestra; e) reforma do prédio administrativo (0700); f) recuperação das instalações prediais da área fabril; g) reforma da passarela; h) reforma da pavimentação do parque industrial; e i) reforma dos elevadores de carga.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

A ECT, em 2007, realizou investimentos destinados principalmente à ampliação e à modernização da infra-estrutura de atendimento, produção e distribuição, bem como à manutenção e à adequação de ativos de informática, móveis e imóveis.

ECT
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES DE INVESTIMENTO - 2007

Em R\$ mil

PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	VAR%
Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)	99.500	53.646	53,9
Manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição (F00)	61.500	32.615	53
Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios (C00)	38.000	21.031	55,3
Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)	171.510	88.220	51,4
Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição (E00)	135.491	68.992	50,9
Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios (A00)	11.000	8.362	76
Modernização da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios (B00)	25.019	10.866	43,4
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio (Atividades)	225.075	65.058	28,9
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis (J00)	43.000	17.670	41,1
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (K00)	15.000	10.952	73
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (H00)	167.075	36.436	21,8
TOTAL	496.085	206.924	41,7

Fonte: ERP/ECT – dezembro/07

O atendimento ao público foi assegurado pela execução orçamentária alcançada nos projetos de Instalação de Agências de Correios próprias e Modernização da Rede de Atendimento, que compõem as ações Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento e Modernização da Infra-Estrutura de Atendimento. Estes projetos alcançaram percentuais, em relação à dotação total disponibilizada nos valores de R\$ 10.700,0 mil e R\$ 15.000,0 mil, de 75% e 73%, respectivamente.

A ECT deu continuidade ao projeto de modernização do Sistema de Rastreamento de Objetos – SRO, que compõe a ação Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição, investindo em torno de 98% da dotação disponibilizada para o ano de 2007, no valor total de R\$ 12.400,0 mil, objetivando o aprimoramento do serviço.

Quanto ao esforço contínuo dos Correios para atingir a qualidade na distribuição do serviço, vale destacar a aplicação eficiente da dotação disponibilizada para o projeto de Modernização das Unidades Operacionais. O projeto compõe a ação Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição e atingiu, em 2007, um percentual de execução orçamentária superior a 60% do programado, no valor de R\$ 35.600,0 mil.

Empresa Gestora de Ativos - Emgea

A Emgea obteve um desempenho de 63,5% na execução da dotação final aprovada no Orçamento de Investimento de 2007. A proposta contemplou ações do Programa Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura e Apoio, conforme quadro a seguir:

EMGEA
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA E APOIO

R\$ 1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO APROVADA	REALIZADO	DESEMPENHO %
Manutenção de Bens Imóveis	60.000	49.519	82,5
Manutenção de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	282.000	240.860	85,4
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	805.000	437.372	54,3
TOTAL	1.147.000	727.751	63,5

Fonte: Empresa Emgea

A EMGEA obteve melhores preços na aquisição dos itens pela utilização do Pregão Eletrônico, ficando os dispêndios abaixo do programado inicialmente.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

A EPE programou investimentos, em 2007, nas ações Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, que totalizaram R\$ 2.028.888,00.

O valor realizado dessas ações atingiu um montante de R\$ 1.573.531,00, inferior em 22,44% ao valor aprovado, sendo que, na ação Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e

Equipamentos, foi ultrapassado o valor aprovado em R\$ 674.198,00 e, na ação Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, o valor realizado ficou aquém do valor autorizado em R\$ 1.129.555,00.

A EPE para o exercício de 2007, em continuidade ao seu processo de expansão, previu a contratação de equipamentos de informática e, também, de um Sistema Corporativo (Enterprise Resource Planning – ERP).

No decorrer do exercício, foram adquiridos os equipamentos de informática, mas foi frustrada a contratação do Sistema Corporativo, tendo em vista a possibilidade da Empresa passar para a condição de empresa dependente, ou seja, passar a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e, neste caso, operando no Siafi. Essa possibilidade reduziu a necessidade de investimentos para essa ação.

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás

Em 2007, Hemobrás foi responsável pela execução de seis ações constantes do Orçamento de Investimento. Em linhas gerais, a Empresa, em 2007, seguiu seu plano de estruturação, expandindo o quadro de recursos humanos, implementando seu modelo de gestão e adquirindo equipamentos (principalmente mobiliário e artigos de informática) e demais recursos de infra-estrutura necessários para o bom funcionamento e pleno desempenho de suas funções.

Programa de Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Aquisição de Tecnologia no Âmbito da Produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia

O processo licitatório para transferência de tecnologia foi realizado. Após a superação de todos os entraves burocráticos e questões jurídicas (como representações e medidas cautelares), a empresa francesa Laboratoire Français du Fractionnement et des Biotechnologies – LFB foi contratada em outubro de 2007. Em função de todo o tempo decorrido para solucionar as questões concernentes a esse processo, os prazos foram postergados e prevê-se para o primeiro semestre de 2008 a conclusão do projeto básico e do projeto executivo, que nortearão o início da construção da planta industrial em Goiana (PE).

Implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia

A implantação da fábrica está condicionada à aquisição de tecnologia e sua execução foi prejudicada em função dos entraves burocráticos e jurídicos que ocorreram durante o processo de contratação.

Apesar disso, algumas operações puderam ser desenvolvidas, como a contratação dos serviços de elaboração do Programa de Resgate Arqueológico para o terreno em que será construída a fábrica. Também foi realizada a contratação de empresa para elaboração dos projetos básicos de paisagismo, urbanismo e sistema viário para o terreno da Hemobrás, localizado na BR 101 em Goiana – PE, visando à futura implantação da Sede Administrativa e da Planta de Produção Industrial, com realização R\$ 165 mil, representando 1,6% de desempenho.

Implantação do Laboratório para produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia

Foram adquiridos equipamentos que propiciaram avanço no projeto de desenvolvimento de testes de microarranjos líquidos para triagem de bolsas de plasmas, que está sendo conduzido em parceria com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná, com realização de R\$ 195,3 mil em relação aos R\$ 2.980,0 mil da dotação final aprovada.

Além disso, houve avanço no desenvolvimento do projeto de produção de cola de fibrina, com a realização de trabalho de campo para avaliação de factibilidade de produção da cola com plasma vírus-inativado e para a aplicação de protocolo de validação da produção de cola de fibrina com plasma submetido à inativação viral de azul de metileno, no âmbito da realização do projeto-piloto.

Ele encontra-se em fase de realização de testes clínicos, para garantia da qualidade e eficácia do produto. Posteriormente, se completará com a produção em escala e distribuição da cola de fibrina. O projeto-piloto está sendo realizado em parceria com o Hemorio.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

A Infraero manteve, em 2007, sua orientação estratégica voltada a suprir as necessidades de investimentos impostas pelo aumento da demanda nos aeroportos brasileiros e pela manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação que administra.

Portanto, a ampliação e a modernização da infra-estrutura aeroportuária brasileira continuaram a ser priorizadas e os investimentos foram direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal.

O Orçamento de Investimentos da Infraero apresentou uma realização de R\$ 524,3 milhões, equivalentes a 43% do montante estimado para o exercício, os quais foram aplicados em três programas distintos:

INFRAERO PROGRAMAS REALIZADOS

CLASSIFICAÇÃO	ORÇAMENTO APROVADO	ORÇAMENTO REALIZADO	R\$ 1,00
			DESEMP. %
Prog. de Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária	1.183.938.548	514.644.882	43%
Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária	784.934.556	301.253.253	38%
Expansão da Infra-estrutura Aeroportuária – Grandes Vultos	24.379.234	9.981.741	41%
Adequação da Infra-estrutura Aeroportuária	29.541.269	17.823.825	60%
Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária	345.083.489	185.586.063	54%
Prog. de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo	1.695.919	1.568.308	92%
Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo	1.695.919	1.568.308	92%
Prog. de Investimentos das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio	22.425.614	8.125.937	36%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	4.416.135	2.081.268	47%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	18.009.479	6.044.669	34%
TOTAL	1.208.060.081	524.339.127	43%

Fonte: Empresa Infraero

Em razão do percentual de realização do orçamento, torna-se necessário apresentar o detalhamento de algumas ações e justificativas quanto ao percentual realizado.

Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária

Aeroporto de Goiânia

Os investimentos realizados no Aeroporto de Goiânia atingiram R\$ 29,7 milhões, representando 35% do valor orçado. Houve paralisação unilateral da obra por parte do consórcio responsável pelo empreendimento em abril/2007, motivada pela determinação do Tribunal de Contas da União – TCU no sentido de que fosse realizada retenção cautelar de parte do valor da obra, fato que ocasionou o atraso. A Infraero notificou o consórcio a manifestar-se formalmente sobre o interesse em retomar as obras sob pena de ser promovida a rescisão contratual e encaminhou ao TCU a composição de preços para análise daquele órgão, em atendimento às suas determinações, visando à conclusão e ao encerramento do processo.

Aeroporto Internacional de Macapá

Foram realizados apenas R\$ 11,4 milhões, ou seja, 22% do montante de investimento previsto. Os recursos disponíveis não foram utilizados em sua totalidade devido à suspensão dos pagamentos da obra por determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, em 31/05/2007, até a exclusão da empresa Gautama do consórcio construtor, ocorrido somente em novembro/2007, fato que ocasionou o atraso do empreendimento.

O reinício das obras deu-se em 05/12/2007, em decorrência da condição estabelecida no Acórdão nº 2.603/2007 do TCU, que permitiu a retenção cautelar de 28,8% do valor do faturamento. A Infraero entregou à Secretaria de Obras - Secob/TCU as composições de 107 preços para análise daquele órgão, visando à conclusão e ao encerramento do processo.

Aeroporto Santos Dumont

Foram realizados R\$ 61,4 milhões, representando 50% do montante de investimentos previstos. A parcela contratada da obra de ampliação do terminal de passageiros está concluída e em fase de recebimento final. Encontra-se pendente a emissão de termo de recebimento definitivo e pagamento da última parcela devida ao consórcio construtor, bem como serviços necessários à conclusão total do empreendimento que será objeto de nova licitação.

Aeroporto Internacional de Natal

A realização de obras e serviços de engenharia do Aeroporto de Natal está 31% abaixo do orçamento previsto devido à liberação da complementação dos recursos orçamentários, provenientes do aporte de capital ter ocorrido, somente em 04/10/2007, prejudicando sobremaneira o cronograma de realização da obra. Executou-se a terraplanagem da pista de pouso/decolagem; concluído o lançamento de base em brita graduada; e iniciada a primeira camada de revestimento asfáltico. Em outubro de 2007 foi concluída a elaboração do Termo de Referência para contratação de Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental - EVTEA para finalização de estudo e tomada de decisão sobre modelo de financiamento para implantação do novo terminal de passageiros e de cargas. Foram realizados R\$ 29,9 milhões da dotação aprovada, com 69% de desempenho.

Aeroporto Internacional de Florianópolis

A contratação da obra não foi concluída no ano de 2007 devido à necessidade de revisão do orçamento e do projeto básico do empreendimento, consoante determinação do Tribunal de Contas da União - TCU contida no Acórdão 1.891/2006. Tal fato impossibilitou a retomada do certame, ausência do julgamento do mérito dos apontamentos proferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, notadamente a questão relativa aos parâmetros de preços. Destaca-se inexistir para as obras aeroportuárias referenciais do Sicro/Sinapi que se aplique integralmente às suas especificidades. Atualmente está sendo solicitado estudo perante a Caixa Econômica e ao TCU relacionado a um novo referencial. Além disso, o recurso orçamentário proveniente do aporte de capital só foi autorizado em 04/10/2007.

Aeroporto Internacional de Brasília

A obra não foi iniciada em 2007 devido à sua inclusão no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2007, pelo Congresso Nacional, embora o Tribunal de Contas da União- TCU tenha se pronunciado no sentido de que as irregularidades encontradas não impediām a continuidade do projeto. Há também indefinição de alternativa a ser adotada para expansão da capacidade do Aeroporto.

Aeroporto Internacional de Fortaleza

A realização de obras e serviços de engenharia do Aeroporto de Fortaleza está 59% abaixo do orçamento previsto devido ao atraso na formalização de termo aditivo à obra do Terminal de Cargas - Teca e da nova Torre de Controle. A obra do Teca está em fase de acabamento e instalação. Além disso, os recursos orçamentários complementares oriundos do aporte de capital só foram autorizados em 04/10/2007. Foram realizados R\$ 7,3 milhões da dotação aprovada, representando desempenho de 41%.

Aeroporto Internacional de João Pessoa

Os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de João Pessoa atingiram 94% do valor orçado, ou seja, R\$ 16,9 milhões. A obra para reforma e ampliação do terminal de passageiros, reforço da pista de pouso 16/34, pista de rolamento, pátio de estacionamento de aeronaves está concluída em fase de encerramento de contrato.

Aeroporto Internacional de Curitiba

A obra não foi iniciada no ano de 2007 devido à necessidade de definir o escopo em relação à ampliação da pista, bem como a emissão da autorização de construção pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP ter ocorrido somente em setembro de 2007. Houve também a necessidade de revisão do projeto básico do empreendimento para separação das obras de pista e pátio visando antecipar a data de conclusão da obra para maio/2009. Ademais, o recurso orçamentário proveniente do aporte de capital só foi autorizado em 04/10/2007.

Aeroporto de Vitória

O Tribunal de Contas da União - TCU apontou que a contratação do empreendimento estava com sobrepreço, determinou a retenção cautelar e o equacionamento das divergências de preços em componentes da obra, sendo esse último entregue em novembro de 2007. A obra estava paralisada desde abril de 2007 e foi retomada pelo Consórcio Construtor em novembro de 2007. O contratado apresentou apólices de seguro e fiança bancária para garantia financeira em substituição à retenção cautelar, medida proposta pelo consórcio e aceita pelo TCU. Com isso, foram realizados R\$ 7,1 milhões, representando 6% da dotação prevista.

Aeroporto Internacional de Boa Vista

Os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de Boa Vista atingiram 84% do montante orçado, ou seja, R\$ 6,3 milhões. A conclusão da obra está prevista para 25/01/2008. Houve atraso em relação ao cronograma original devido à dificuldade de entrega de materiais e equipamentos na região.

Aeroporto Internacional de Cuiabá

A obra não foi iniciada em 2007 devido à necessidade de revisão do orçamento do empreendimento, tendo sua conclusão ocorrido em outubro de 2007. A publicação do edital de licitação está prevista para janeiro/2008.

Aeroporto Internacional de Guarulhos

Os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de Guarulhos atingiram R\$ 85,5 milhões, ou seja, 64% do orçamento previsto. A realização não alcançou o programado em razão da paralisação das obras da pista principal, em face da interdição parcial do Aeroporto de Congonhas, que demandou a recuperação também da pista principal, com deslocamento de vários vôos daquele Aeroporto para Guarulhos.

Aeroporto Internacional de Congonhas

Os investimentos relativos à adequação da infra-estrutura do Aeroporto Internacional de Congonhas atingiram R\$ 42,1 milhões, 95% do orçamento previsto. As obras de recuperação do pavimento da pista principal e de taxiamento foram concluídas em setembro/2007 e as obras na pista auxiliar e no terminal de passageiros estão em fase de recebimento final. Ainda estão pendentes os serviços necessários à conclusão total do empreendimento, que será objeto de nova licitação.

Aeroporto Internacional de Recife

A obra não foi iniciada em 2007 devido ao atraso no processo de licitação cuja abertura ocorreu somente no dia 19/11/2007. Além disso, o recurso orçamentário proveniente do aporte de capital só foi autorizado em 04/10/2007.

Aeroporto de Salvador

A obra não foi iniciada em 2007, em face da assinatura do Termo de Convênio com o Governo do Estado, instrumento necessário para o início das obras, ter ocorrido somente no dia 19/09/2007. O Contrato licitado pela Infraero foi assinado em 17/12/2007.

Aeroporto Internacional de Congonhas

A obra de construção da torre de controle não foi iniciada em 2007 devido ao atraso no processo de licitação, visto que houve necessidade de revogação do certame para proceder aos ajustes no Ato Convocatório em dezembro de 2007. O edital foi republicado em 11/12/2007.

Aeroporto Internacional de Guarulhos

A obra para construção do terceiro Terminal de Passageiros - TPS-3 - do Aeroporto de Guarulhos não foi iniciada em 2007, em face de ter sido incluída na relação de empreendimentos com indícios de irregularidades graves no Anexo VI da Lei Orçamentária Anual -LOA 2007. A concorrência foi revogada e comunicada ao Tribunal de Contas da União - TCU em outubro de 2007. Aquela Corte de Contas já solicitou à

Comissão Mista de Orçamento a retirada do empreendimento do citado Anexo. Outra pendência é em relação à licença prévia para a operação do TPS-3, já solicitada à Prefeitura de Guarulhos e ao Governo do Estado de São Paulo, além da necessidade do Ministério da Defesa definir a localização do terminal.

Aeroporto Internacional do Galeão

A obra foi iniciada somente em novembro de 2007, o que motivou a baixa realização no valor de R\$ 3,8 milhões, representando 9% no exercício.

Aeroporto Internacional de Porto Alegre

A obra não foi iniciada no ano de 2007 em decorrência da necessidade de revisão do orçamento, visando atender aos parâmetros de preços estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU. A publicação do edital de licitação ocorreu em 11/12/2007.

Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária – Grandes Vultos

Aeroporto Internacional de Maceió

A obra não foi iniciada em 2007, em razão da não conclusão do levantamento dos quantitativos e serviços de infra-estrutura do projeto de sinalização do aeroporto objetivando o orçamento e a licitação.

Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul

Os investimentos realizados na reforma do terminal de passageiros com climatização do Aeroporto Internacional do Cruzeiro do Sul atingiram R\$ 10,0 milhões, ou seja, 64% do orçamento previsto. Tal empreendimento será finalizado em 2008.

Aeroporto Internacional de Campinas

A obra iniciada em exercício anterior não foi concluída em 2007 devido ao contrato com a Construtora Talude não ter sido cumprido na íntegra por inadimplência da contratada. Atualmente o contrato está em fase de rescisão unilateral pela Infraero. É necessária a conclusão do processo rescisório para a convocação do segundo colocado na licitação ou realização de nova contratação.

Aeroporto Internacional de Salvador

A obra não foi iniciada em 2007, pois o orçamento do projeto da torre de controle encontra-se em análise para aprovação na área jurídica da Empresa e até o momento, a Infraero não recebeu o relatório conclusivo da Fiscalização 304/2007 do Tribunal de Contas da União - SECEX - BA.

Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária

Nacional

Foram realizados R\$ 17,8 milhões, ou seja, 60% do total de investimentos previstos para adequação de operação e segurança da rede de aeroportos administrados pela Infraero. Destaca-se que a obra de recuperação do pátio de aeronaves, implantação do sistema de macrodrenagem, implantação do balizamento noturno no pátio de aeronaves, implantação da sinalização vertical luminosa dos sistemas de pistas, implantação do sistema separador de água e óleo na rede coletora de drenagem do Aeroporto Internacional de Corumbá foi concluída em 2007.

Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária

Região Norte

Na Região Norte, os investimentos realizados no valor de R\$ 35,4 milhões atingiram 44% do montante previsto. Atrasos nos processos licitatórios devido a maiores exigências formais, técnicas e de controle para implantação de sinalização vertical no Aeroporto de Palmas, na aquisição de material e equipamentos para instalação de rede de informática em diversos aeroportos, entre outros, influenciaram sua total realização.

Em relação aos equipamentos, parte da aquisição de raios-X de bagagem de mão, raios-X de porão e pórtyco detector de metal serão adquiridos no ano de 2008 devido a atrasos na concorrência internacional ou no processo de definições técnicas.

Foram realizadas obras de manutenção e adquiridos equipamentos diversos que foram utilizados em atividades operacionais e de segurança no vários aeroportos da região com destaque para a aquisição de transelevadores para automação do Terminal de Cargas - Teca de Manaus, substituição do balizamento luminoso e recuperação de pistas no Aeroporto de Porto Velho, aquisição de ambulâncias para o Aeroporto de Rio Branco e a ampliação e manutenção do pátio de aeronaves cargueiras no Aeroporto de Manaus.

Região Nordeste

Os investimentos realizados, no montante de R\$ 27,4 milhões, atingiram 55% do montante previsto. Sua total realização não foi possível devido, principalmente, ao atraso no processo licitatório para contratação de obras ou aquisição de equipamentos, como exemplos, aquisição de equipamentos para movimentação de carga no Terminal do Aeroporto de Fortaleza, recapeamento da pista do Aeroporto de Salvador, aquisição de equipamentos, mobiliários e balcão de informações para o novo terminal do Aeroporto de João Pessoa.

Parte da aquisição de raios-X de bagagem de mão, raios-X de porão e pórtyco detector de metal, que estava prevista para 2007, será efetuada no ano de 2008 devido a atrasos na concorrência internacional ou nos processos de definições técnicas.

Foram realizadas obras de manutenção e adquiridos equipamentos diversos utilizados em atividades operacionais e de segurança no vários aeroportos da região, com destaque para a revitalização dos VOR/DME do Aeroporto de Salvador, instalação do novo sistema de balizamento luminoso da pista do Aeroporto de Recife, recapeamento e recuperação do pavimento e sinalização horizontal da pista, acostamento, stopway e taxiways do Aeroporto de São Luís, obra que irá prosseguir no ano de 2008, como também, obras e serviços de infra-estrutura para instalação do sistema de pouso por instrumento – ILS no Aeroporto de Natal.

Região Sudeste

Os investimentos realizados, no montante de R\$ 74,7 milhões, com desempenho de 51% abaixo do orçado para a Região Sudeste, explicam-se, principalmente, pelo atraso na licitação devido à complexidade de alguns processos, bem como pela interposição de recursos administrativos por parte das licitantes, fato que aumentou o tempo de processamento das licitações. Nesta situação pode-se citar a aquisição e instalação de painel de média tensão no Aeroporto de Congonhas, recuperação da sinalização horizontal dos Aeroportos de Ponta Porá, Campo Grande e Corumbá e revitalização da sinalização horizontal e das vias de serviço de pátio de manobras do Aeroporto de Guarulhos.

Outro fator que ocasionou a baixa realização no exercício é que algumas obras foram iniciadas na final do ano de 2007, tendo seu término prorrogado para 2008, citando-se a recuperação da camada porosa de atrito da pista principal e auxiliar do Aeroporto Santos Dumont, execução da infra-estrutura com fornecimento e instalação de equipamentos SIV e SISO, reforma de pavimentos com substituição de juntas metálicas do Aeroporto do Galeão, recuperação da cobertura do Terminal de Cargas - Teca do Aeroporto de Campinas, dentre outros.

Em relação aos equipamentos de segurança aeroportuária, parte da aquisição de raios-X de bagagem de mão, raios-X de porão, pórtyco detector de metal e veículo de posto de coordenação móvel, serão adquiridos no ano de 2008, devido a atrasos na concorrência internacional ou no processo de definições técnicas.

Foram realizados na Região diversos empreendimentos com destaque para as obras e serviços de infra-estrutura e instalação de ILS no Aeroporto de Campinas, revisão do sistema de balizamento da pista do Aeroporto de Guarulhos, execução da infra-estrutura para instalação de radar e torre de radar no Aeroporto de Macaé, reforma e construção para cumprimento de normas internacionais de área no Teca para cargas perigosas no Aeroporto de Guarulhos, modernização do sistema DAI no Aeroporto de Guarulhos, entre outros.

Região Sul

Na Região Sul foram realizados investimentos no valor de R\$ 11,5 milhões, que atingiram 50% do montante previsto. Atrasos nos processos licitatórios devido a maiores exigências formais, técnicas e de controle

impossibilitaram a realização de alguns investimentos em 2007, fato ocorrido na obra de complementação da terraplanagem para infra-estrutura do sistema de pouso por instrumento – ILS no Aeroporto de Curitiba. Tal investimento será realizado no decorrer do exercício de 2008.

Outro fator que ocasionou a baixa realização no exercício é que algumas obras foram iniciadas na final do ano de 2007 tendo seu término prorrogado para 2008. Pode-se citar: pintura da pista e pátio do Aeroporto de Porto Alegre, recuperação do revestimento superficial do Aeroporto de Curitiba, cobertura das valas de drenagem nas laterais das pistas do Aeroporto de Florianópolis, obra de infra-estrutura para instalação de ILS no Aeroporto de Porto Alegre.

Alguns equipamentos de segurança aeroportuária, tais como o raio-X de bagagem de mão, raio-X de porão e pórtico detector de metal, serão adquiridos no ano de 2008 devido a atrasos na concorrência internacional ou no processo de definição técnicas.

Vários empreendimentos foram executados no decorrer do exercício de 2007 na Região, onde pode-se destacar, a instalação de sinalização vertical luminosa nos Aeroportos de Pelotas, Bagé e Uruguaiana, a instalação da climatização no terminal de passageiros do Aeroporto de Navegantes, a recuperação do subsistema de no-break do Aeroporto de Curitiba, a recuperação do revestimento superficial da pista dos Aeroportos de Porto Alegre, Navegantes e Foz do Iguaçu, a instalação de cerca perimetral patrimonial no Aeroporto de Forquilha, entre outros.

Região Centro-Oeste

Os investimentos realizados na Região Centro-Oeste, no valor de R\$ 36,6 milhões, representaram 90% do valor orçado. Foram executados diversos empreendimentos com destaque para a implementação da sinalização vertical da pista e reforma das instalações sanitárias do Aeroporto de Brasília, a recuperação da pavimentação de taxiway e drenagem superficial do Aeroporto de Cuiabá, a recuperação do pátio de aeronaves e do sistema de macrodrenagem, implantação do balizamento noturno e sinalização vertical luminosa do pátio de aeronaves do Aeroporto de Corumbá, construção de alambrado e cerca perimetral no Aeroporto de Cuiabá, entre outros.

Em relação aos equipamentos, parte da aquisição de raio-X de bagagem de mão, raio-X de porão, pórtico detector de metal, veículo de posto de coordenação móvel, será efetuada no ano de 2008 devido a atrasos na concorrência internacional ou no processo de definição técnicas.

Programa de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo

Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo

Região Norte

Os investimentos realizados na Região Norte atingiram 99% do valor orçado. Foram adquiridos equipamentos para melhoria das salas de comunicação dos aeroportos e dos Grupamentos de Navegação Aérea - GNA da Região, tais como consoles operacionais, rádios transceptores, centrais de ar, condicionadores de ar, entre outros, representando gastos de R\$ 262,8 mil.

Região Nordeste

Foram realizados investimentos de R\$ 65,4 mil na Região Nordeste, ou seja, 96% do valor previsto para o ano de 2007. Foram adquiridos sistemas RAT para gravação das comunicações da navegação aérea, transceptores de rádio, condicionadores de ar e nobreak's para salas de comunicação, roçadeiras para uso nas áreas verdes dos Grupamentos de Navegação Aérea – GNA, entre outros.

Região Sudeste

Os investimentos realizados na Região Sudeste atingiram R\$ 746,6 mil, representando 96% do montante previsto. Foram adquiridos condicionadores de ar para permitir o contínuo funcionamento dos equipamentos de navegação aérea, equipamentos de UPS (Uninterruptible Power Supply) para o funcionamento ininterrupto dos equipamentos de navegação aérea, terminais de vídeo para meteorologia, nobreak's, entre outros.

Região Sul

Os investimentos realizados na Região Sul atingiram 98% do valor orçado. Foram adquiridos condicionadores de ar, para a devida proteção dos equipamentos de navegação aérea, consoles de circuito fechado de TV para monitoramento e controle de entrada de pessoas nas áreas restritas de navegação, móveis e utensílios diversos para equipar a torre de controle do Aeroporto de Navegantes, entre outros, com gastos de R\$ 186,8 mil.

Região Centro-Oeste

Foram executados 78% dos investimentos previstos para a Região Centro-Oeste. Podemos destacar a aquisição de condicionadores de ar para salas com equipamentos de navegação aérea, nobreak's, analisadores de energia, móveis e utensílios diversos para equipar as áreas de navegação, dentre outros, onde se despendeu R\$ 307,1 mil.

Programa de Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

Os investimentos realizados nessa ação, no valor de R\$ 2.097,9 mil, encontram-se 52% abaixo do valor previsto, principalmente pela alteração de alguns investimentos que estavam previstos para 2007 e que serão executados em 2008, como por exemplo: aquisição de veículos utilitários e o sistema e equipamentos de segurança informatizado para aprimorar o controle e acesso de pessoas no edifício sede, entre outros. Foram adquiridos móveis e utensílios, bebedouros elétricos, estações de trabalho, cancelas para estacionamento, máquinas digitais, projetores, entre outros, para os diversos aeroportos administrados pela Infraero.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

Nessa ação os investimentos foram realizados 67% abaixo do orçado em consequência do atraso em licitações ou alteração de alguns investimentos previstos para 2007 e transferidos para 2008, tais como scanners, equipamentos para solução de webcache, monitores de LCD, aquisição de equipamentos de aceleração de dados, atualização dos softwares, roteadores, entre outros. Realizou-se R\$ 6.028,0 mil nessa ação. Foram adquiridos computadores para atualização tecnológicas dos aeroportos e Sede da Infraero, 65 servidores de quatro processadores e dois processadores, switches, softwares antivírus, equipamentos para gravações de reuniões, componentes de rede, notebooks entre outros

4.3. DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Fatores diversos, verificados no decorrer do processo de execução do Orçamento de Investimento de 2007, como mudanças das condicionantes macroeconômicas, novas perspectivas de mercado, reestruturações institucionais e corporativas de empresas e grupos etc., ensejaram alterações nas programações aprovadas na LOA e a inclusão de programações de novas unidades orçamentárias que dela não constaram. Nesse sentido, foram aprovados créditos adicionais ao orçamento, promovendo suplementações ou cancelamentos em dotações de subtítulos pré-existentes e inserções de novos projetos/atividades. A consolidação dos valores da Dotação Inicial com o movimento decorrente desses créditos resultou na chamada Dotação Final, que define o limite anual de gasto autorizado para cada subtítulo.

Em 2007, a soma de suplementações superou os cancelamentos em R\$ 3.542.907.997,00, gerando no encerramento do exercício uma Dotação Final no valor de R\$ 53.280.147.591,00, o que significou um acréscimo de 7,1% em relação à Dotação Inicial. No período, foram aprovadas dotações para 93 novos subtítulos, sendo 84 projetos e nove atividades, e foi efetuado o cancelamento integral das dotações de 22 projetos/atividades.

Ao todo, foram sancionados créditos adicionais de R\$ 11.389.692.875,00, equivalentes a 22,9% da dotação global constante da LOA, visando adequar/ajustar cronogramas e prioridades bem como incluir projetos ou programações de novas empresas. Além de indicar os recursos para suportar o aumento líquido de dotação, as empresas promoveram cancelamentos em dotações já aprovadas de modo a viabilizar a execução de novos compromissos decorrentes dos créditos que lhes foram conferidos.

A tabela a seguir apresenta as modificações ocorridas na dotação fixada pela LOA, listando os respectivos instrumentos legais que as aprovaram.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2007
DEMONSTRATIVO DAS MODIFICAÇÕES NA DOTAÇÃO DA DESPESA
Valores em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAM.	
Dotação Inicial (Lei nº 11.451, de 07.02.2007)			49.737.239.594
Decreto s/nº, de 30.01.2007	9.607.698	0	9.607.698
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	472.000	0	472.000
Companhia Docas do Ceará – CDC	472.000	0	472.000
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	472.000	0	472.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	1.345.698	0	1.345.698
Companhia Docas do Pará – CDP	4.972.000	0	4.972.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	707.000	0	707.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN	1.167.000	0	1.167.000
MP nº 367, de 30.04.2007 (1)	70.575.010	33.070.000	37.505.010
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	1.400.000	0	1.400.000
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	6.457.683	0	6.457.683
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	6.018.799	0	6.018.799
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	23.628.528	0	23.628.528
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO	33.070.000	33.070.000	0
MP nº 381, de 05.07.2007 (2)	317.867.411	0	317.867.411
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	742.897	0	742.897
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	563.058	0	563.058
Companhia Docas do Pará – CDP	175.000	0	175.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	100.390.846	0	100.390.846
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN	885.610	0	885.610
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO	215.110.000	0	215.110.000
Decreto s/nº, de 30.07.2007	27.843.104	10.000.000	17.843.104
Caixa Econômica Federal – CAIXA	27.843.104	10.000.000	17.843.104
MP nº 383, de 16.08.2007 (3)	21.470.000	0	21.470.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	16.000.000	0	16.000.000
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN	5.470.000	0	5.470.000
Decreto s/nº, de 14.09.2007	16.887.000	16.887.000	0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.ª – ELETRONORTE	12.887.000	12.887.000	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	4.000.000	4.000.000	0
MP nº 395, de 27.09.2007	138.563.252	3.200.000	135.363.252
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	29.255.036	0	29.255.036
Companhia Docas do Ceará – CDC	4.028.501	200.000	3.828.501
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	16.813.003	0	16.813.003
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	14.498.408	0	14.498.408
Companhia Docas do Pará – CDP	3.296.977	0	3.296.977
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	40.336.261	3.000.000	37.336.261
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN	30.335.066	0	30.335.066
Lei nº 11.553, de 20.11.2007	34.527.800	34.527.800	0
Caixa Econômica Federal – CAIXA	3.000.000	3.000.000	0
ELETROSUL Centrais Elétricas S.ª	31.527.800	31.527.800	0
Lei nº 11.554, de 20.11.2007	271.710.988	181.734.580	89.976.408
ATIVOS S.ª – Securitizadora de Créditos Financeiros	89.000	401.080	-312.080
Banco da Amazônia S.ª – BASA	11.965.171	13.934.770	-1.969.599
Caixa Econômica Federal – CAIXA	92.258.087	0	92.258.087
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS	1.210.000	1.210.000	0
FURNAS – Centrais Elétricas S.ª	153.588.866	153.588.866	0
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO	12.599.864	12.599.864	0
MP nº 402, de 23.11.2007	8.000.000	0	8.000.000
Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	8.000.000	0	8.000.000
Lei nº 11.599, de 03.12.2007	8.298.937.975	5.814.327.592	2.484.610.383
Alberto Pasqualini – REFAP S.ª	102.064.624	0	102.064.624
DATAFLUX – Serviços de Telecomunicações S.ª	0	7.136.000	-7.136.000
Fafen Energia S.ª	5.400.008	0	5.400.008
Fronape International Company – FIC	0	123.922.624	-123.922.624
Liquigás Distribuidora S.ª – LIQUIGÁS	62.751.754	2.701.661	60.050.093
Petrobras Distribuidora S.ª – BR	1.409.319	306.726.540	-305.317.221
Petrobras Gás S.ª – GASPETRO	0	350.135	-350.135
Petrobras International Braspetro B.V. – PIB BV	2.913.398.732	0	2.913.398.732
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.181.412.430	297.184.960	884.227.470
Petrobras Química S.ª – PETROQUISA	0	868.122	-868.122
Petrobras Transporte S.ª – TRANSPETRO	80.003.635	105.277.768	-25.274.133
Petroquímica Triunfo S.ª – TRIUNFO	1.779.978	164.019	1.615.959
PetroRio – Petroquímica do Rio de Janeiro S.ª	0	28.800	-28.800
Petróleo Brasileiro S.ª – PETROBRAS	3.430.310.015	4.753.453.681	-1.323.143.666
SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	0	39.737.606	-39.737.606
Termoceaná Ltda.	0	49.264.671	-49.264.671
Termorio S.ª	0	82.883.763	-82.883.763
Transportadora do Nordeste e Sudeste S.ª – TNS	436.009.948	8.525.041	427.484.907
Transportadora Amazonense de Gás S.ª – TAG	23.619.951	0	23.619.951

ESPECIFICAÇÃO	CRÉDITOS		MOVIMENTO
	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAM.	LÍQUIDO
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.ª – TBG	4.452.201	6.102.201	-1.650.000
Transportadora Capixaba de Gás S.ª – TCG	56.325.380	30.000.000	26.325.380
Lei nº 11.600, de 03.12.2007	1.185.035.673	20.410.000	1.164.625.673
Braspetro Oil Services Company – BRASOIL	96.187.201	0	96.187.201
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.ª – ELETRONORTE	20.410.000	20.410.000	0
Fronape International Company – FIC	5.000.000	0	5.000.000
Petrobras Distribuidora S.ª – BR	1.613.442	0	1.613.442
Petrobras Gás S.ª – GASPETRO	224.662.631	0	224.662.631
Petróleo Brasileiro S.ª – PETROBRAS	835.162.399	0	835.162.399
Telecomunicações Brasileiras S.ª – TELEBRÁS	350.000	0	350.000
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.ª – TBG	1.650.000	0	1.650.000
Decreto s/nº, de 14.12.2007	278.087.833	278.087.833	0
Liquigás Distribuidora S.ª – LIQUIGÁS	1.025.603	1.025.603	0
Petróleo Brasileiro S.ª – PETROBRAS	277.062.230	277.062.230	0
MP nº 405, de 18.12.2007	1.930.000	0	1.930.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	150.000	0	150.000
Companhia Docas do Ceará – CDC	280.000	0	280.000
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	150.000	0	150.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	750.000	0	750.000
Companhia Docas do Pará – CDP	150.000	0	150.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	450.000	0	450.000
MP nº 406, de 24.12.2007	14.000.000	0	14.000.000
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	5.000.000	0	5.000.000
Companhia Docas do Pará – CDP	9.000.000	0	9.000.000
Lei nº 11.625, de 26.12.2007	694.649.131	1.454.540.073	-759.890.942
Banco do Brasil S.ª – BB	0	312.617.877	-312.617.877
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	0	20.149.089	-20.149.089
Boa Vista Energia S.ª – BVENERGIA	0	9.676.560	-9.676.560
Casa da Moeda do Brasil – CMB	0	65.555.996	-65.555.996
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.ª – CEASAMINAS	58.000	560.000	-502.000
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.ª – ELETRONORTE	29.243.000	244.343.000	-215.100.000
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	4.400.000	0	4.400.000
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG	0	419.700	-419.700
Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	18.000.000	18.000.000	0
Companhia Energética de Alagoas – CEAL	31.000.000	0	31.000.000
Companhia Energética do Amazonas – CEAM	5.900.000	5.900.000	0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	23.500.000	23.500.000	0
CEAGESP – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	0	12.384.943	-12.384.943
COBRA Tecnologia S.ª	5.450.000	0	5.450.000
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	0	20.828.000	-20.828.000
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	0	141.815.000	-141.815.000
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO	400.712.362	410.700.658	-9.988.296
ELETROSUL Centrais Elétricas S.ª	37.371.764	21.165.264	16.206.500
FURNAS – Centrais Elétricas S.ª	56.814.005	56.814.005	0
IRB – Brasil Resseguros S.ª	0	7.909.981	-7.909.981
Manaus Energia S.ª	82.200.000	82.200.000	0
Resumo dos Créditos	11.389.692.875	7.846.784.878	3.542.907.997
Dotação Atual			53.280.147.591

Fonte: MP/DEST

(1) Convertida na Lei nº 11.517, de 28 de agosto de 2007.

(2) Convertida na Lei nº 11.544, de 13 de novembro de 2007, com redução no valor de R\$ 6.890 mil para INFRAERO.

(3) Convertida na Lei nº 11.537, de 06 de novembro de 2007.

A seguir, encontram-se arrolados os documentos legais referentes aos créditos adicionais aprovados em 2007, evidenciando, em cada um, as unidades orçamentárias e respectivas ações alteradas ou incluídas.

Decreto s/ nº, de 30.01.2007, que reabriu os créditos extraordinários abertos pelas Medidas Provisórias nos 336, de 26 de dezembro de 2006, e 338, de 28 de dezembro de 2006, pelos saldos apurados em 31 de dezembro de 2006, no valor total de R\$ 9.607.698,00, para atender à programação constante do Anexo ao Decreto, conforme a seguir:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R\$ 472.000,00 destinados à implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza, no Estado da Bahia;
- Companhia Docas do Ceará – CDC: R\$ 472.000,00 destinados à implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza, no Estado do Ceará;

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R\$ 472.000,00 destinados à implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza, no Estado do Espírito Santo;
- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R\$ 1.345.698,00 destinados à Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza e à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, no Estado de São Paulo;
- Companhia Docas do Estado do Pará – CDP: R\$ 4.972.000,00 destinados à Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza e a Melhoramentos no Porto de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$ 707.000,00 destinados à implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza, no Estado do Rio de Janeiro;
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R\$ 1.167.000,00 destinados à Pavimentação do Acesso Rodoviário ao Terminal Açucareiro do Porto de Maceió, no Estado de Alagoas.

MP nº 367, de 30.04.2007, convertida na **Lei nº 11.517, de 28.08.2007**, que abriu crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 415.575.010,00, para atender à programação constante dos Anexos I e III à citada Lei, e procedeu a anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 378.070.000,00, conforme indicado nos Anexos II e IV. Dessas suplementações, R\$ 70.575.010,00 impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R\$ 1.400.000,00 destinados a Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente, no Estado da Bahia;
- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R\$ 6.457.683,00 destinados à Recuperação do Pátio de Barcos 201 e 202 no Cais Comercial de Vitória; Recuperação do Sistema Viário Interno no Cais de Capuaba; Recuperação da Plataforma Operacional do Cais do Porto de Vitória nos Berços 101, 102 e 103; Implantação do Sistema de Defensas no Porto de Vitória; e Recuperação da Pavimentação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba, tudo no Estado do Espírito Santo;
- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R\$ 6.018.799,00 destinados à Construção do Complexo Administrativo Portuário no Porto de Santos e à Remoção de Destroços do Canal de Acesso ao Porto de Santos, no Estado de São Paulo;
- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$ 23.628.528,00 destinados à Implantação de Balanças no Porto de Rio de Janeiro; à Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro; e à Dragagem do Canal de Acesso da Baía de Evolução do Porto de Itaguaí, tudo no Estado do Rio de Janeiro;
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R\$ 33.070.000,00 destinados a obras complementares no Aeroporto Santos Dumont, no Estado do Rio de Janeiro, e no Aeroporto Internacional de Macapá, no Estado do Amapá. Os recursos são provenientes de cancelamentos de ações em obras complementares nos aeroportos internacionais de Guarulhos, Brasília e Salvador, respectivamente, no Estado de São Paulo, no Distrito Federal e no Estado da Bahia.

MP nº 381, de 05.07.2007, convertida na **Lei nº 11.544, de 13 de novembro de 2007**, que abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 6.320.941.758,00, para atender às programações constantes dos Anexos I e II da citada Lei. Desse montante, R\$ 317.867.411,00 impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, sob a forma de participação da União no capital dessas empresas, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R\$ 742.897,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Vitória e a Obras de Contenção no Cais do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo;
- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R\$ 563.058,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Santos, no Estado de São Paulo;

- Companhia Docas do Pará – CDP: R\$ 175.000,00 destinados à Construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$ 100.390.846,00 destinados a Estudos, Projetos e Dragagem na Região de Influência do Porto de Itaguaí e à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro;
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R\$ 885.610,00 destinados à Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte;
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R\$ 215.110.000,00 destinados à (I) expansão da infra-estrutura aeroportuária dos aeroportos de Goiânia, no Estado de Goiás; Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; Florianópolis, no Estado de Santa Catarina; Fortaleza, no Estado do Ceará; Vitória, no Estado do Espírito Santo; Boa Vista, no Estado de Roraima, e Afonso Pena – Curitiba, no Estado do Paraná; (II) Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Recife, no Estado de Pernambuco; (III) construção da torre de controle do Aeroporto Internacional de Congonhas – São Paulo, no Estado de São Paulo; de terminal de passageiros, de pátio de aeronaves e de acesso viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos, no Estado de São Paulo, e do terminal de cargas do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul; e (IV) Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto s/ nº, de 30.07.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 27.843.104,00, em favor da Caixa Econômica Federal – Caixa, destinados à Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento, sendo R\$ 17.843.104,00 oriundos de geração própria e R\$ 10.000.000,00 oriundos de cancelamento de parte de dotação aprovada para Manutenção e Adequação de Bens Imóveis.

MP nº 383, de 16.08.2007, convertida na **Lei nº 11.537, de 06.11.2007**, que abriu crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 1.253.983.299,00, para atender à programação constante dos Anexos I e II da citada Lei. Dessas suplementações, o valor de R\$ 21.470.000,00 impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, sob a forma de participação da União no capital dessas empresas, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R\$ 16.000.000,00 destinados às Obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura no Porto de Ilhéus, no Estado da Bahia;
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R\$ 5.470.000,00 destinados às Obras de Recuperação e de Adequação de Infra-Estrutura do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto s/ nº, de 14.09.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 16.887.000,00, em favor da Centrais Elétricas do Norte Brasil S.^a – Eletronorte e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para atender à programação constante do Anexo I a este Decreto, oriundos do cancelamento de parte de dotação aprovada para outras ações das referidas empresas, constante do Anexo II ao Decreto:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.^a – Eletronorte: R\$ 12.887.000,00 destinados à Implantação de Sistema de Transmissão em Roraima, Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica do Mato Grosso e Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Estado do Pará, oriundos de cancelamento, totalizando esse mesmo valor, em Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT: R\$ 4.000.000,00 destinados à Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios e à Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios, oriundos de um cancelamento, nesse mesmo valor, em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

MP nº 395, de 27.09.2007, que abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para atender às programações constantes dos Anexos I e III da citada Medida Provisória, dos quais R\$ 132.516.766,00 impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, sob a forma de participação da União no capital dessas empresas, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R\$ 29.255.036,00 destinados à Instalação de Porteiner no Porto de Salvador; Dragagem de Aprofundamento no Cais da Ponta Sul, no Porto de Salvador; Obras de Contenção no Cais na Ponta Sul no Porto de Salvador; Construção, Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária no Estado da Bahia; Implantação do Sistema de Iluminação do Pátio de Estocagem no Porto de Aratu; implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) nos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus; Construção do Complexo Administrativo Portuário do Porto de Aratu; dragagem de manutenção nos portos de Salvador e de Aratu e construção de dois berços de atracação com retroárea no Porto de Salvador, tudo no Estado da Bahia;
- Companhia Docas do Ceará – CDC: R\$ 4.028.501,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Fortaleza; à Recuperação de Defensas no Porto de Fortaleza; a Obras Civis para o Aprofundamento do Cais Comercial do Porto de Fortaleza e a Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção do Meio-Ambiente, oriundos, em parte, de dois cancelamentos, totalizando R\$ 200.000,00, na Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza e na Derrocagem no Porto de Fortaleza, tudo no Estado do Ceará;
- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R\$ 16.813.003,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Vitória; à Dragagem de Aprofundamento no Porto de Vitória; à Implantação de Acesso Rodoferroviário ao Porto de Barra do Riacho; à Implantação de Sistema de Iluminação e Sinalização do Porto de Barra do Riacho; à Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária; à Adequação de Acesso Rodoviário ao Cais de Capuaba; a Melhoramentos na Infra-Estrutura Portuária no Porto de Vitória; destinados à Recuperação do Sistema Viário Interno no Cais de Capuaba; à Recuperação da Plataforma Operacional do Cais do Porto de Vitória nos Berços 101, 102 e 103; à Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória; à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; à Recuperação da Pavimentação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba; bem como à Derrocagem do Canal de Acesso ao Porto de Vitória, tudo no Estado do Espírito Santo;
- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R\$ 14.498.408,00 destinados à implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, nos municípios de Guarujá e de Santos; à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) no Porto de Santos; e a Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente, tudo no Estado de São Paulo;
- Companhia Docas do Pará – CDP: R\$ 3.296.977,00 destinados à recuperação dos taludes do Porto de Vila do Conde e do píer nº 1 do Porto de Santarém; à Construção de Dolphins de Atracação no Píer nº 1 do Terminal de Miramar; à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) nos portos de Belém, Vila do Conde e Santarém; e a Melhoramentos no Porto de Vila do Conde, tudo no Estado do Pará;
- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$ 40.336.261,00 – oriundos, em parte, de um cancelamento no valor de R\$ 3.000.000,00 na Implantação de Acessos ao Porto do Rio de Janeiro – destinados principalmente à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) nos portos de Itaguaí e do Rio de Janeiro; à Implementação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Sepetiba; à Recuperação do Acesso Rodoferroviário do Porto do Rio de Janeiro; à Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso aos Portos do Rio de Janeiro e de Niterói; a Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente; à Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro; bem como à Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí, tudo no Estado do Rio de Janeiro;
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R\$ 30.335.066,00 destinados principalmente à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) nos portos de Maceió, no Estado de Alagoas, e de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; à Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios no Terminal Salineiro de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte; à Ampliação e Recuperação dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte; e à Manutenção da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte.

Lei nº 11.553, de 20.11.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito especial no valor total de R\$ 34.527.800,00, em favor da Caixa Econômica Federal – Caixa e da Eletrosul Centrais Elétricas S.ª, para atender à programação constante do Anexo I da citada Lei, oriundos de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II da citada Lei:

- Caixa Econômica Federal – Caixa: R\$ 3.000.000,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis, no Distrito Federal, oriundos de cancelamento, no mesmo valor, em Instalação de Bens Imóveis, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Eletrosul Centrais Elétricas S.ª: R\$ 31.527.800,00 destinados à Implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá, com 361 MW, no Estado do Paraná, e a Sistemas de Transmissão Associados em 230 kv, com 41 km e 110 km de extensão (Imobilizações da Eletrosul), oriundos de cancelamento, no mesmo valor, em Ampliação de Sistema de Transmissão na Região Sul (38 km e reforços em 9 subestações).

Lei nº 11.554, de 20.11.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 271.710.988,00, em favor de empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I da citada Lei, oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita”, constante do Anexo I da citada Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II da citada Lei:

- Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros: R\$ 89.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, oriundos de cancelamentos, totalizando R\$ 401.080,00, em ações de Instalação de Bens Imóveis bem como de manutenção e adequação de bens imóveis, móveis, veículos, máquinas e equipamentos;
- Banco da Amazônia S.A. – BASA: R\$ 11.965.171,00 destinados à Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, nos estados de Rondônia, do Amazonas, do Pará, de Tocantins e do Maranhão; à Instalação de Bens Imóveis; à Modernização de Pontos de Atendimento Bancário, nos estados do Acre, do Amazonas, de Roraima, do Pará, do Amapá, do Maranhão e do Mato Grosso; bem como à Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento – Nacional e oriundos de cancelamentos, no valor total de R\$ 13.934.770,00, em Instalação de Pontos de Atendimento Bancário nos estados do Acre, de Roraima, do Amapá e do Mato Grosso; Modernização de Pontos de Atendimento Bancário nos estados de Rondônia e de Tocantins; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional; bem como Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Nacional;
- Caixa Econômica Federal – Caixa: R\$ 92.258.087,00, destinados à manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas, equipamentos e ativos de informática – Nacional;
- Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás: R\$ 1.210.000,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis – Nacional e à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Nacional, oriundos de um cancelamento, nesse mesmo valor, em Implantação da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia, no Estado de Pernambuco;
- Furnas – Centrais Elétricas S.ª: R\$ 153.588.866,00 destinados à modernização das usinas hidrelétricas de Furnas, Mascarenhas de Moraes e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, nas implantações (I) do sistema de transmissão Macaé – Campos, (II) da Usina Hidrelétrica Paulistas e sistema de transmissão associado, (III) do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – UHE Simpício e sistema de transmissão associado, bem como (IV) de ciclo combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz;
- Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro: R\$ 12.599.864,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – Nacional, oriundos de dois cancelamentos totalizando esse valor, em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Nacional.

MP nº 402, de 23.11.2007, abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.646.339.765,00, para atender às programações constantes dos Anexos I e III da citada Medida

Provisória, com a anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 768.409.151,00. Dessas suplementações, R\$ 8.000.000,00 impactaram o Orçamento de Investimento de 2007 suplementando os orçamentos da Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, que foram destinados à ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos, no Estado do Acre.

Lei nº 11.599, de 03.12.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 8.298.937.975,00, em favor de empresas do Grupo Petrobras, para atender à programação constante do Anexo I da citada Lei, oriundos de (I) geração própria, (II) aumento do patrimônio líquido – controladora e (III) de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I da citada Lei, bem como (IV) do cancelamento, no valor global de R\$ 5.814.327.592,00 de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II da citada Lei:

- Alberto Pasqualini – Refap S.ª: R\$ 102.064.624,00 destinados à manutenção da infra-estrutura operacional e dos sistemas de controle ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional bem como à Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap, no Estado do Rio Grande do Sul;
- Dataflux – Serviços de Telecomunicações S.ª: R\$ 7.136.000,00 cancelados na atividade de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;
- Fafen Energia S.A.: R\$ 5.400.008,00 destinados à Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoelétrica Fafen, no Estado da Bahia;
- Fronape International Company – FIC: foram cancelados R\$ 123.922.624,00 em Aquisição de Navio para Transporte de Álcool e Produtos Claros;
- Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás: R\$ 62.751.754,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de GLP e à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, oriundos, em parte, de dois cancelamentos, totalizando R\$ 2.701.661,00, em manutenção dos sistemas de proteção ambiental e de segurança industrial bem como de bens móveis;
- Petrobras Distribuidora S.A. – BR: R\$ 1.409.319,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, oriundos de cancelamentos totalizando R\$ 306.726.540,00 (I) em três ações de manutenção de infra-estrutura; (II) em uma ação de manutenção dos sistemas de proteção ambiental, de segurança industrial e de saúde ocupacional; (III) na Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo e Gás Natural; (IV) em duas ações de manutenção e adequação (de bens móveis e de ativos de informática e afins), e (V) na Implantação de Estabelecimentos Operacionais – BR Aviation, no Exterior;
- Petrobras Gás S.A. – Gaspetro: foram cancelados R\$ 350.135,00 em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;
- Petrobras International Braspetro B.V. – PIB BV: R\$ 2.913.398.732,00 destinados a ações de aquisição de direitos e de estudos bem como de adequação de infra-estrutura;
- Petrobras Netherlands B.V. – PNBV: R\$ 1.181.412.430,00 destinados a duas ações de aquisição (de unidades marítimas estacionárias bem como de bens destinados as atividades de pesquisa e lavra) e a uma ação de construção de unidades estacionárias de produção, oriundos, em parte, de um cancelamento, no valor de R\$ 297.184.960,00, em outra ação de construção de unidades estacionárias de produção;
- Petrobras Química S.A. – Petroquisa: foram cancelados R\$ 868.122,00 em ações de manutenção e adequação de bens móveis bem como de ativos de informática e afins;
- Petrobras Transporte S.A. – Transpetro: R\$ 80.003.635,00 destinados a ações de aquisições de navios bem como de manutenção e adequação de navios, bens móveis e ativos de informática e afins, oriundos de dois cancelamentos, totalizando R\$ 105.277.768,00, em ações de ampliação de um sistema de escoamento derivados e de manutenção de infra-estrutura de transporte dutoviário;
- Petroquímica Triunfo S.A. – Triunfo: R\$ 1.779.978,00 destinados a ações de manutenção e adequação de bens móveis bem como de manutenção de infra-estrutura operacional, provenientes, em parte, de um

cancelamento no valor de R\$ 164.019,00 em uma ação de manutenção e adequação de ativos de informática e afins;

- Petrorio – Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.: foram cancelados R\$ 28.800,00 em ação de manutenção e adequação de ativos de informática e afins;
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras: R\$ 3.430.310.015,00 destinados principalmente a ações de (1) manutenção e adequação de ativos de informática e afins; (2) ampliação da malha de gasodutos na Região Nordeste; bem como (3) manutenção da infra-estrutura, (3.1) operacional do parque de refino, (3.2) de transporte dutoviário de petróleo e derivados e de gás natural, (3.3) de exploração e produção e (3.4) dos sistemas de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional, provenientes de cancelamentos, no valor total de R\$ 4.753.453.681,00, principalmente em ações de (I) modernização e adequação de um sistema de produção; (II) manutenção e adequação de bens móveis; (III) pesquisa e desenvolvimento tecnológico; (IV) manutenção de sistemas de segurança, proteção ambiental e saúde ocupacional; (V) exploração de petróleo e gás natural; bem como (VI) ampliação da malha de gasodutos;
- SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda.: foram cancelados R\$ 39.737.606,00 em ação de modernização e adequação de um sistema de produção;
- Termoceará Ltda.: foram cancelados R\$ 49.264.671,00 em ação de modernização e adequação de um sistema de produção;
- Termorio S.A.: foram cancelados R\$ 82.883.763,00 em ação de modernização e adequação de um sistema de produção;
- Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS: R\$ 436.009.948,00 destinados a ações de ampliação da malha de gasodutos e provenientes, em parte, de cancelamentos, totalizando R\$ 8.525.041,00, em ações de manutenção e adequação de ativos de informática e afins, bem como manutenção da infra-estrutura de transporte dutoviário e dos sistemas de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional;
- Transportadora Amazonense de Gás S.A. – TAG: R\$ 23.619.951,00 destinados à implantação de um trecho de gasoduto;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG: R\$ 4.452.201,00 destinados à ampliação da capacidade do gasoduto e provenientes de cancelamento de R\$ 6.102.301,00 em manutenção dos sistemas de controle ambiental, segurança industrial e saúde ocupacional;
- Transportadora Capixaba de Gás S.A. – TCG: R\$ 56.325.380,00 destinados à implantação de gasoduto, parcialmente oriundos de cancelamento, no valor de R\$ 30.000.000,00, em aquisição de malhas de gasodutos na Região Sudeste.

Lei nº 11.600, de 03.12.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito especial no valor total de R\$ 1.185.035.673,00, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.^a – Eletronorte, de empresas do Grupo Petrobras e da Telecomunicações Brasileiras S.^a – Telebrás, para atender à programação constante do Anexo I da citada Lei. Os recursos são oriundos de geração própria, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I da citada Lei, e do cancelamento, no valor total de R\$ 20.410.000,00, de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II da citada Lei:

- Braspetro Oil Services Company – Brasoil: R\$ 96.187.201,00 destinados à Adaptação de Plataformas de Produção;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte: R\$ 20.410.000,00 destinados à Aquisição de Ativos da Usina Termelétrica Floresta, no Estado de Roraima, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, em reforços e melhorias, expansão e implantação de sistemas de transmissão;
- Fronape International Company – FIC: R\$ 5.000.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Navios;
- Petrobras Distribuidora S.A. – BR: R\$ 1.613.442,00 destinados à ampliação de infra-estrutura de atendimento;

- Petrobras Gás S.A. – Gaspetro: R\$ 224.662.631,00 destinados à Incorporação de Ativos de Fibra Ótica da Dataflux;
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras: R\$ 835.162.399,00 destinados principalmente a ações de ampliação e modernização de centro de pesquisa, implantação de unidades de armazenagem e regaseificação, incorporação de ativos de fibra ótica, modernização e adequação de um sistema de produção e implantação de usinas eólicas;
- Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás: R\$ 350.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG: R\$ 1.650.000,00 destinados à ampliação da capacidade de transporte do gasoduto.

Decreto s/ nº, de 14.12.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 278.087.833,00, em favor das empresas Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás, para atender à programação constante do Anexo I do citado Decreto, oriundos de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II do citado Decreto:

- Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás: R\$ 1.025.603,00 destinados a ações de manutenção de infraestrutura operacional, bem como de manutenção e adequação de bens móveis e oriundos de um cancelamento, nesse mesmo valor, em uma ação de manutenção e adequação de ativos de informática e afins;
- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras: R\$ 277.062.230,00 destinados principalmente a ações de desenvolvimento de sistemas de produção, manutenção e recuperação de sistemas de produção, modernização e adequação de sistemas de produção e exploração de petróleo e gás natural, oriundos de cancelamentos, totalizando aquele mesmo valor, principalmente em ações de desenvolvimento de sistemas de produção, manutenção e recuperação de sistemas de produção, modernização e adequação de um sistema de produção e manutenção de infra-estrutura de exploração e produção bem como de sistemas de segurança, proteção ambiental e saúde ocupacional.

MP nº 405, de 18.12.2007, que abriu crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para atender à programação constante dos Anexos I e III da citada Medida Provisória, dos quais R\$ 1.930.000,00, impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, sob a forma de participação da União no capital dessas empresas, e que foram destinados para Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza, com o seguinte detalhamento:

- R\$ 150.000,00 à Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba;
- R\$ 280.000,00 à Companhia Docas do Ceará – CDC;
- R\$ 150.000,00 à Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa;
- R\$ 750.000,00 à Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp;
- R\$ 150.000,00 à Companhia Docas do Pará – CDP;
- R\$ 450.000,00 à Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ.

MP nº 406, de 24.12.2007, que abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para atender à programação constante dos Anexos I e III da citada Medida Provisória, dos quais R\$ 14.000.000,00, impactaram o Orçamento de Investimento das empresas estatais de 2007, sob a forma de participação da União no capital dessas empresas, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R\$ 5.000.000,00 destinados a Obras de Contenção no Cais do Porto de Vitória;
- Companhia Docas do Pará – CDP: R\$ 9.000.000,00 destinados à construção de uma rampa roll – on roll – off e de um píer, no Porto de Vila do Conde.

Lei nº 11.625, de 26.12.2007, que abriu ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor total de R\$ 694.649.131,00, em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I da citada Lei, oriundos de (I) geração própria e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita”, e de (II) cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II da citada Lei. Fica reduzido o Orçamento de Investimento relativamente às dotações orçamentárias das empresas estatais constantes do Anexo II da citada Lei, no valor global de R\$ 1.454.540.073,00:

- Banco do Brasil S.^a – BB: foram cancelados R\$ 312.617.877,00 em ações de instalação e modernização de pontos de atendimento bancário bem como de manutenção de bens móveis e de infra-estrutura;
- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – Bndes: foram cancelados R\$ 20.149.089,00 em ações de manutenção e adequação de bens imóveis e móveis;
- Boa Vista Energia S.^a – Bvenergia: foram cancelados R\$ 9.676.560,00 em ações de ampliação de rede rural, de rede urbana e de um sistema de subtransmissão, de manutenção e adequação de bens móveis bem como de manutenção de um sistema de transmissão;
- Casa da Moeda do Brasil – CMB: foram cancelados R\$ 65.555.996,00 em ações de Modernização do Parque Industrial e de Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional;
- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.^a – Ceasaminas: R\$ 58.000,00 destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional, oriundos de cancelamentos em ações de manutenção e adequação de bens móveis no valor de R\$ 560.000,00;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.^a – Eletronorte: R\$ 29.243.000,00 destinados a ações de implantação e expansão de sistemas de transmissão, oriundos de cancelamentos, totalizando R\$ 244.343.000,00, principalmente em ações de implantação de linhas de transmissão, recapacitação de unidades geradoras, reforços e melhorias em sistemas de transmissão, expansão de sistema de transmissão, manutenção e adequação de ativos, bem como manutenção de um sistema de transmissão e de um sistema de geração;
- Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel: R\$ 4.400.000,00 destinados a ação de pesquisa tecnológica;
- Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg: foram cancelados R\$ 419.700,00 em ações de manutenção e adequação de bens móveis e de infra-estrutura operacional;
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre: R\$ 18.000.000,00 destinados à ampliação da rede rural de energia, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, principalmente nas ações de ampliação da rede urbana de distribuição e de interligação de dos sistemas isolados de distribuição;
- Companhia Energética de Alagoas – Ceal: R\$ 31.000.000,00 destinados à Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos;
- Companhia Energética do Amazonas – Ceam: R\$ 5.900.000,00 destinados principalmente a ações de ampliação de rede rural e urbana de distribuição e revitalização do parque de geração térmica, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, principalmente em ações de implantação de oleodutos e instalação de tanques de armazenamento; manutenção de rede de distribuição, ampliação da capacidade de um parque de geração térmica e implantação de sistema de controle de impacto ambiental;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf: R\$ 23.500.000,00 destinados à irrigação de lotes em área de reassentamento, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, nas ações de implantação de sistema de transmissão e de implantação de quatro subestações;
- Ceagesp – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo: foram cancelados R\$ 12.384.943,00 em ações de manutenção e adequação;
- Cobra Tecnologia S.A.: R\$ 5.450.000,00 destinados a uma ação de manutenção e adequação;

- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev: foram cancelados R\$ 20.828.000,00 em ação de manutenção e adequação de infra-estrutura;
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT: foram cancelados R\$ 141.815.000,00 em ações de adequação, modernização e manutenção de infra-estrutura, bem como de manutenção e adequação de bens imóveis e ativos de informática e afins;
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R\$ 400.712.362,00 destinados principalmente a ações de expansão, adequação e manutenção da infra-estrutura aeroportuária de vários aeroportos, oriundos de cancelamentos, totalizando R\$ 410.700.658,00, principalmente em outras ações de expansão e adequação de infra-estrutura aeroportuária, bem como de obras complementares em vários aeroportos e de manutenção e adequação de ativos de informática e afins;
- Eletrosul Centrais Elétricas S.A.: R\$ 37.371.764,00 destinados principalmente à ações de implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, de manutenção e adequação de bens móveis e de ativos de informática e afins, bem como de estudos de viabilidade para ampliação de geração, oriundos, em parte, de cancelamento no valor de R\$ 21.185.264,00 na implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo;
- Furnas – Centrais Elétricas S.A.: R\$ 56.814.005,00 destinados a ações de implantação de um sistema de transmissão, reforços em sistemas de transmissão, manutenção e adequação de bens imóveis e móveis, manutenção de sistema de transmissão e preservação e conservação ambiental, oriundos de cancelamentos, totalizando aquele mesmo valor, em ações de reforços e melhorias em sistemas de transmissão e implantação de ciclo combinado em usina termelétrica;
- IRB – Brasil Resseguros S.A.: foram cancelados R\$ 7.909.981,00 em ações de manutenção e adequação;
- Manaus Energia S.A.: R\$ 82.200.000,00 destinados à Ampliação da Capacidade de Geração Termelétrica em Manaus, oriundos de cancelamentos, totalizando esse mesmo valor, em ações de implantação de sistema, transformação de unidades geradoras de energia elétrica para utilização de gás natural, revitalização de parque de geração, implantação de sistema de transmissão, ampliação de rede urbana de transmissão, manutenção e adequação de bens imóveis e manutenção de sistemas de geração.

4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

A execução dos dispêndios previstos no Orçamento de Investimento – OI das Empresas Estatais Federais de 2007, com os ajustes decorrentes dos créditos adicionais, foi de R\$ 39.780.166.347,00 (trinta e nove bilhões, setecentos e oitenta milhões, cento e sessenta e seis mil e trezentos e quarenta e sete reais), representando um desempenho de 74,7% da dotação final.

Comparada à efetiva execução dos investimentos do OI – 2006, em valores atualizados, mês a mês, para dezembro de 2007, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, constatou-se um crescimento de 17,7% da execução do OI - 2007.

Além disso, o número de empresas que programou e efetivamente executou investimentos no exercício de 2007 foi de 70 empresas estatais federais contra 68 delas em 2006.

A tabela a seguir demonstra, em valores consolidados por setor, a evolução da dotação, comparativamente com a posição executada no exercício e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seu ativo imobilizado, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2007
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR

SETOR	Valores em R\$ mil					
	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
Setor Produtivo Estatal	47.016.651	3.775.453	50.792.104	38.665.889	97,2	76,1
Setor Financeiro	2.720.589	(232.545)	2.488.044	1.114.277	2,8	44,8
TOTAL	49.737.240	3.542.908	53.280.148	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

Tendo em vista o desempenho das empresas, medido pelo coeficiente obtido a partir do valor realizado em relação à dotação final, e tomando por base a média geral desse indicador, cabe destacar sobre o comportamento das empresas:

Acima da média de execução geral de 74,7%, figuraram as seguintes empresas estatais federais: a) no Grupo Eletrobrás, a Eletroacre, o Cepel, e a Eletronorte; b) no Grupo Petrobras, a Brasoil, a TCG, a Dataflux, a PIB BV, a Liquigás, a PNBV, a Transpetro, a BR, a Refap, a Petrobras, a Termoeará e a Termorio; e c) no grupo demais empresas do SPE, a Ceagesp, a Telebrás, a EPE, a Ceasaminas e a Ativos.

Entre 10,0% e 72,5% existem 41 empresas, sendo oito instituições financeiras, 12 do setor elétrico, cinco do setor portuário, sete do setor de petróleo e gás natural, uma do setor de abastecimento, seis do setor de serviços e duas do setor de indústria de transformação.

Abaixo de 10,0%, figuram as empresas: a) no setor Financeiro, a Finep; b) no Setor de Petróleo e Gás, a SFE, a Petrorio, a FIC e a Fafen Energia; c) no setor elétrico, a Eletrobrás; e d) nas demais empresas do SPE, a BB Turismo, a CDRJ, a Codomar, a Hemobrás e a CDP.

Onze empresas tiveram 11 subtítulos com realização superior ao limite final aprovado. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de controlador do processo orçamentário das empresas estatais federais, alerta a direção das empresas e os respectivos ministérios supervisores a respeito da necessidade da observância estrita do teto orçamentário aprovado no menor nível de detalhamento.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2007
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA

		Valores em R\$ mil		
CÓDIGOS: EMPRESA AÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO NO ANO (B)	EXCESSO % (B/A)
ATIVOS S.^a – Securitizadora de Créditos Financeiros				
4102 0053	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – No Distrito Federal	4	8	101,6
Banco do Nordeste do Brasil S.^a – BNB				
3252 0022	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário – No Estado do Piauí	628	636	1,3
Braspetro Oil Services Company – Brasoil				
12BF 0002	Adaptação de Plataformas de Produção – No Exterior	96.187	104.748	8,9
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.^a – Ceasaminas				
4103 0031	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – No Estado de Minas Gerais	125	150	20,1
Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre				
11X8 0012	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Acre) – No Estado do Acre	54.909	57.177	4,1
Ceagesp – Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo				
4105 0035	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional – No Estado de São Paulo	2.100	2.294	9,2
Cobra Tecnologia S.^a				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional	1050	3071	192,5
Empresa de Pesquisa Energética – EPE				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional	390	1.064	172,9
Petrobras Distribuidora S.^a – BR				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional	2.093	2.893	38,2
Petrobras Transporte S.^a – Transpetro				
4107 0001	Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados – Nacional	31.618	149.085	371,5

CÓDIGOS: EMPRESA AÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO NO ANO (B)	EXCESSO % (B/A)
Petróleo Brasileiro S.ª – Petrobras				
7048 0001	Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste – Imobilizações Petrobras – Nacional	2.116	4.494	112,4

Fonte: MP/DEST

4.4.1. Setor Financeiro

A Lei Orçamentária Anual de 2007 aprovou, para as nove instituições financeiras federais, dotações orçamentárias que somaram R\$ 2.720,6 milhões. Esse valor, ao final do exercício, foi reduzido em R\$ 232,5 milhões, em decorrência das revisões orçamentárias propostas pelas próprias instituições.

Da dotação orçamentária final, de R\$ 2.488,0 milhões, a realização consolidada das instituições financeiras atingiu R\$ 1.114,3 milhões, o que significou execução de 44,8%, percentual bem inferior à média geral de 74,7% atingida pelo conjunto das empresas estatais.

Nesse segmento de empresas que utilizou, exclusivamente, recursos provenientes de geração própria para o financiamento de seus investimentos, apenas as instituições financeiras BB e BESC, embora abaixo da média de 74,7% das empresas estatais federais, apresentaram coeficiente de realização acima da média do Setor.

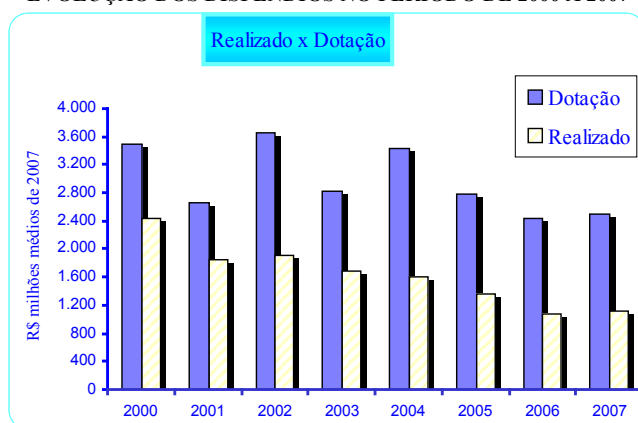
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2007 SETOR FINANCEIRO – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA

Valores em R\$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
BASA	138.512	(1.970)	136.542	25.959	2,3	19,0
BB	1.556.962	(312.618)	1.244.344	688.574	61,8	55,3
BEP	3.800	0	3.800	460	0,0	12,1
BESC	22.554	0	22.554	13.762	1,2	61,0
BNB	105.328	0	105.328	32.090	2,9	30,5
BNDES	54.955	(20.149)	34.806	7.967	0,7	22,9
CAIXA	805.247	110.101	915.349	337.594	30,3	36,9
FINEP	7.974	0	7.974	466	0,0	5,8
IRB-Brasil Re	25.256	(7.910)	17.346	7.404	0,7	42,7
TOTAL	2.720.589	(232.545)	2.488.044	1.114.277	100,0	44,8

Fonte: MP/DEST

SETOR FINANCEIRO EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS NO PERÍODO DE 2000 A 2007



4.4.2. Setor Produtivo Estatal

Das empresas componentes do Setor Produtivo Estatal – SPE que tiveram o acompanhamento pelo Programa de Dispêndios Globais – PDG, no ano de 2007, 63 tiveram gastos à conta do Orçamento de Investimento. Porém, deste total, apenas 61 efetivamente realizaram investimentos em 2007. As demais empresas integrantes do PDG, por não efetuarem investimentos, não apresentaram realização orçamentária para o exercício.

Em termos líquidos, o movimento dos créditos gerou uma elevação na dotação global do SPE no valor de R\$ 3.775,5 milhões, significando elevação de 8,0% da dotação inicial. O volume de dotação administrado pelas empresas deste setor representa 95,3% da dotação final consolidada do Orçamento de Investimento de 2007 e 97,2% dos investimentos realizados no ano.

A Lei Orçamentária Anual aprovou, para esse conjunto de empresas, dotação inicial no montante de R\$ 47.016,7 milhões, a qual, após reprogramada, ficou em R\$ 50.792,1 milhões. Conforme indicado na tabela a seguir, os gastos efetuados corresponderam a R\$ 38.665,9 milhões (76,1% da dotação final).

SETOR PRODUTIVO ESTATAL INVESTIMENTO POR PRINCIPAIS GRUPOS – 2007

Valores em R\$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
Grupo Eletrobras	5.630.327	(165.170)	5.465.157	3.104.278	8,0	56,8
Grupo Petrobras	39.014.490	3.648.886	42.663.376	34.533.894	89,3	80,9
Demais Empresas do SPE	2.371.833	291.737	2.663.571	1.027.717	2,7	38,6
TOTAL	47.016.651	3.775.453	50.792.104	38.665.889	100,0	76,1

Fonte: MP/DEST

4.4.2.1. Grupo Eletrobras

Dentre as empresas que integram o Orçamento de Investimento/2007, 16 atuam no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização, diretamente vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, sendo 11 empresas integrantes do Grupo Eletrobras e cinco são empresas federalizadas.

No exercício de 2007, os investimentos realizados pelas empresas componentes do Grupo Eletrobras e pelas empresas federalizadas alcançaram o montante de R\$ 3.104,3 milhões, equivalentes a 56,8% da respectiva dotação final aprovada.

A tabela seguinte discrimina, por empresa, o movimento orçamentário consolidado, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais.

GRUPO ELETROBRÁS DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA – 2007

Valores em R\$ mil

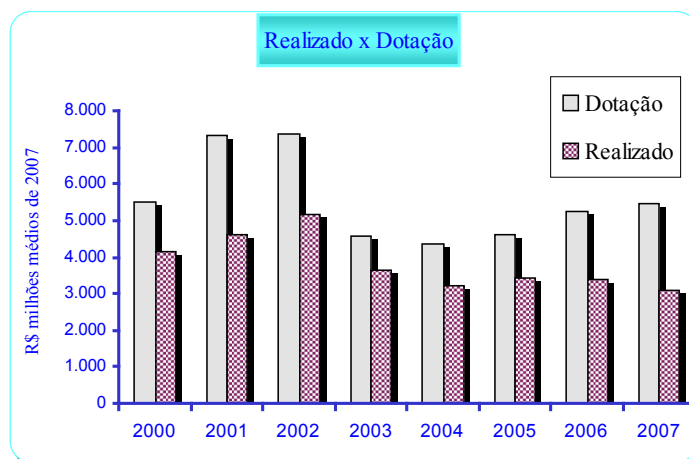
EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
ELETROBRAS	130.016	0	130.016	8.114	0,3	6,2
BVENERGIA	27.650	(9.677)	17.973	9.895	0,3	55,1
CEAL (*)	97.450	31.000	128.450	88.993	2,9	69,3
CEAM (*)	101.000	0	101.000	49.902	1,6	49,4
CEPEL	16.200	4.400	20.600	18.044	0,6	87,6
CEPISA (*)	190.000	0	190.000	70.419	2,3	37,1
CERON (*)	186.651	0	186.651	63.387	2,0	34,0
CGTEE	560.243	0	560.243	142.763	4,6	25,5
CHESF	802.643	0	802.643	524.603	16,9	65,4
ELETROACRE (*)	62.000	8.000	70.000	67.113	2,2	95,9
ELETRONORTE	935.100	(215.100)	720.000	572.919	18,5	79,6
ELETRONUCLEAR	504.579	0	504.579	307.586	9,9	61,0

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
ELETROSUL	491.265	16.207	507.472	298.465	9,6	58,8
FURNAS	1.200.000	0	1.200.000	822.539	26,5	68,5
LIGHTPAR	30	0	30	5	0,0	15,3
MANAUS ENERGIA	325.500	0	325.500	59.530	1,9	18,3
TOTAL	5.630.327	(165.170)	5.465.157	3.104.278	100,0	56,8

Fonte: MP/DEST

(*) empresas federalizadas

GRUPO ELETROBRÁS
EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS NO PERÍODO DE 2000 A 2007



4.4.2.2. Grupo Petrobras

Liderado pela empresa Petróleo Brasileiro S.^a, o Grupo Petrobras é composto por empresas que desenvolvem atividades em todos os segmentos da indústria do petróleo: Exploração e Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural, Petroquímica, Refino, Distribuição e Transporte, além de outras atividades complementares.

Em 2007, os investimentos consolidados realizados pelas empresas do Grupo alcançaram o montante de R\$ 34.533,9 milhões, resultando em desempenho de 80,9% sobre a respectiva dotação global. Esse fato pode ser observado na tabela a seguir, onde está registrado o movimento orçamentário consolidado por empresa, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais, bem como que a Petrobras holding foi responsável por 64,6% dos gastos realizados com investimentos consolidados do Grupo.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA – 2007

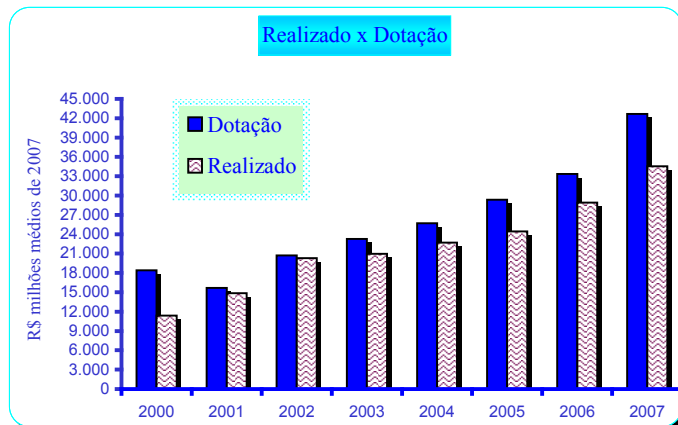
Valores em R\$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
PETROBRAS	28.199.915	(487.981)	27.711.934	22.310.443	64,6	80,5
BR	793.941	(303.704)	490.238	401.184	1,2	81,8
BRASOIL	0	96.187	96.187	104.748	0,3	108,9
DATAFLUX	11.136	(7.136)	4.000	3.668	0,0	91,7
FAFEN ENERGIA	1.800	5.400	7.200	68	0,0	0,9
FIC	162.400	(118.923)	43.477	0	0,0	0,0
GASPETRO	350	224.312	224.663	161.692	0,5	72,0
LIQUIGÁS	89.501	60.050	149.551	132.706	0,4	88,7
PETROQUISA	1.145	(868)	277	151	0,0	54,7
PETRORIO	29	(29)	0	0	0,0	0,0
PIB BV	4.303.581	2.913.399	7.216.979	6.551.439	19,0	90,8

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
PIFCo	2.000	0	2.000	1.251	0,0	62,5
PNBV	3.507.418	884.227	4.391.646	3.806.336	11,0	86,7
REFAP	221.233	102.065	323.298	263.030	0,8	81,4
SFE	46.916	(39.738)	7.178	368	0,0	5,1
TAG	18.296	23.620	41.915	7.033	0,0	16,8
TBG	186.883	0	186.883	135.576	0,4	72,5
TCG	45.000	26.325	71.325	66.746	0,2	93,6
TERMOCEARÁ	49.565	(49.265)	300	237	0,0	79,0
TERMORIO	121.416	(82.884)	38.532	29.526	0,1	76,6
TNS	778.864	427.485	1.206.349	186.415	0,5	15,5
TRANSPETRO	465.843	(25.274)	440.569	366.834	1,1	83,3
TRIUNFO	7.259	1.616	8.875	4.441	0,0	50,0
TOTAL	39.014.490	3.648.886	42.663.376	34.533.894	100,0	80,9

Fonte: MP/DEST

GRUPO PETROBRAS
EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS NO PERÍODO DE 2000 A 2007



4.4.2.3. Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal

Este grupamento, para fins do Orçamento de Investimento, é constituído por 24 empresas, das quais 21 são controladas diretamente pela União e três pelo Banco do Brasil S.A., a Cobra, a BB Turismo e a Ativos S.A.

Atuam em atividades diversas tais como: administração portuária (oito) e aeroportuária (uma), abastecimento e armazenamento (três), industrial (três), serviços postais (uma), processamento de dados - serviços e suprimentos (três), agência de turismo (uma), gestora de ativos (três) e pesquisa e desenvolvimento (uma).

Este conjunto de empresas integrantes do Setor Produtivo Estatal – SPE registrou em 2007 gastos com investimentos no montante de R\$ 1.027,7 milhões, representando 38,6% da dotação consolidada deste conjunto.

A tabela a seguir discrimina, por empresa, o movimento orçamentário consolidado das demais empresas do Setor Produtivo Estatal – SPE, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais.

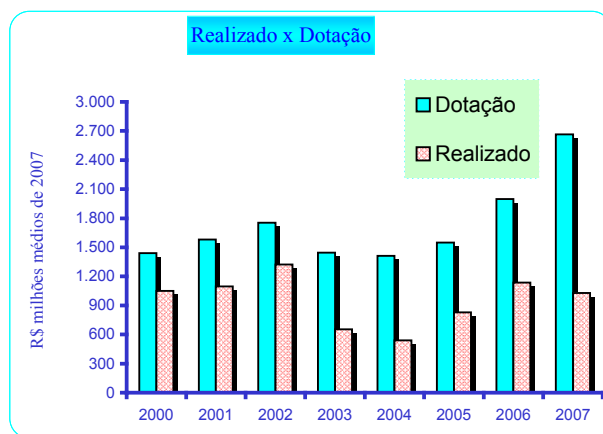
**DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DE DESPESA POR EMPRESA – 2007**

Valores em R\$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
ATIVOS S.A.	450	(312)	138	105	0,0	76,3
BB TURISMO	2.450	0	2.450	242	0,0	9,9
CASEMG	1.200	(420)	780	443	0,0	56,7
CDC	7.250	4.581	11.831	4.315	0,4	36,5
CDP	20.825	17.594	38.419	1.439	0,1	3,7
CDRJ	97.059	162.513	259.572	20.623	2,0	7,9
CEAGESP	14.585	(12.385)	2.200	2.345	0,2	106,6
CEASAMINAS	2.850	(502)	2.348	1.807	0,2	77,0
CMB	118.164	(65.556)	52.608	37.996	3,7	72,2
COBRA	10.550	5.450	16.000	9.322	0,9	58,3
CODEBA	9.645	47.277	56.922	25.965	2,5	45,6
CODERN	17.489	37.858	55.346	26.009	2,5	47,0
CODESA	13.642	29.636	43.278	7.305	0,7	16,9
CODESP	113.005	23.176	136.181	20.522	2,0	15,1
CODOMAR	400	0	400	24	0,0	5,9
DATAPREV	55.828	(20.828)	35.000	8.204	0,8	23,4
ECT	637.900	(141.815)	496.085	206.924	20,1	41,7
EMGEA	1.147	0	1.147	728	0,1	63,4
EPE	2.029	0	2.029	1.574	0,2	77,6
HEMOBRÁS	24.408	0	24.408	468	0,0	1,9
IMBEL	8.020	0	8.020	4.773	0,5	59,5
INFRAERO	1.002.938	205.122	1.208.060	524.339	51,0	43,4
SERPRO	210.000	0	210.000	121.944	11,9	58,1
TELEBRÁS	0	350	350	301	0,0	86,0
TOTAL	2.371.833	291.737	2.663.571	1.027.717	100,0	38,6

Fonte: MP/DEST

**DEMAIS EMPRESAS DO SPE
EVOLUÇÃO DOS DISPÊNDIOS NO PERÍODO DE 2000 A 2007**



4.4.3. Outras Considerações

Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das áreas de despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. Cada ação do Governo agrupada numa Função, desenvolvida por empresa estatal federal, é supervisionada pelo Órgão do Poder Executivo responsável pela área na qual a empresa atua e a Função é inerente. Em 2007, o Órgão com melhor desempenho, pela magnitude das dotações envolvidas, foi o Ministério de Minas e Energia, com 78,2% de realização.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
INVESTIMENTO POR ÓRGÃO SUPERVISOR

Valores em R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZ. ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18.635	(13.307)	5.328	4.595	0,0	86,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	7.974	0	7.974	466	0,0	5,8
Ministério da Defesa	1.010.958	205.122	1.216.080	529.112	1,3	43,5
Ministério da Fazenda	3.000.421	(272.814)	2.727.606	1.276.182	3,2	46,8
Ministério da Previdência Social	55.828	(20.828)	35.000	8.204	0,0	23,4
Ministério da Saúde	24.408	0	24.408	468	0,0	1,9
Ministério das Comunicações	637.900	(141.465)	496.435	207.225	0,5	41,7
Ministério de Minas e Energia	44.646.846	3.483.716	48.130.562	37.639.746	94,6	78,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	54.955	(20.149)	34.806	7.967	0,0	22,9
Ministério dos Transportes	279.314	(278.914)	400	24	0,0	5,9
Secretaria Especial de Portos	0	601.547	601.547	106.178	0,3	17,7
TOTAL	49.737.240	3.542.908	53.280.148	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

No ano de 2007, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento obteve o melhor desempenho ao realizar 86,2%. O Ministério de Minas e Energia, ao qual estão vinculados 90,3% do total dos investimentos de estatais, constantes da LOA, obteve o segundo melhor desempenho dentre os Órgãos, ao realizar 78,2% da programação anual das empresas a ele subordinadas e 94,6% do investimento global realizado no mesmo período, e o Ministério da Fazenda, com 46,8% de desempenho de suas respectivas programações, situou-se em terceiro lugar. Os demais ministérios apresentaram desempenhos abaixo de 46,8% das respectivas dotações.

O Orçamento de Investimento – OI de 2007 agregou dotações para oito Funções e 15 Subfunções. Dessas oito Funções, a Energia, que representa 94,5% dos investimentos programados executados, teve o melhor desempenho com 78,3%, ficando, portanto, acima da média. As funções com menor percentual de realização foram: Transporte, com 34,8%; Previdência Social, com 23,4%; e Saúde, com 1,9%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Valores em R\$ mil

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
Agricultura	18.635	-13.306	5.328	4.595	0,0	86,2
Abastecimento	16.780	-11.679	5.101	4.392	0,0	86,1
Tecnologia da Informação	1.855	-1.627	227	203	0,0	89,4
Comércio e Serviços	2.945.186	-227.407	2.717.779	1.246.619	3,1	45,9
Administração Geral	767	-401	366	298	0,0	81,5
Comercialização	2.050	0	2.050	3.071	0,0	149,8
Serviços Financeiros	2.100.707	-207.411	1.893.296	750.575	1,9	39,6
Tecnologia da Informação	840.862	-19.595	821.267	492.617	1,2	60,0
Turismo	800	0	800	58	0,0	7,2
Comunicações	637.900	-141.465	496.435	207.225	0,5	41,7
Comunicações Postais	463.000	-133.990	329.010	170.488	0,4	51,8
Tecnologia da Informação	174.900	-7.475	167.425	36.737	0,1	21,9
Energia	44.339.980	3.698.896	48.038.877	37.611.366	94,5	78,3
Administração Geral	145.592	-76.891	68.701	29.518	0,1	43,0
Comercialização	0	1.613	1.613	479	0,0	29,7
Energia Elétrica	6.640.089	-588.669	6.051.420	3.290.931	8,3	54,4
Petróleo	33.952.954	3.004.389	36.957.343	31.607.308	79,5	85,5
Produção Industrial	314	42	356	46	0,0	12,9
Tecnologia da Informação	1.168.150	486.171	1.654.321	1.037.561	2,6	62,7
Transporte Hidroviário	0	5.000	5.000	0	0,0	0,0
Transportes Especiais	2.432.881	867.241	3.300.121	1.645.522	4,1	49,9
Indústria	145.184	-46.150	99.034	53.965	0,1	54,5

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D / TD)	DESEMP. % (D / C)
Mineração	4.000	-1.154	2.846	2.789	0,0	98,0
Petróleo	15.000	20.560	35.560	8.406	0,0	23,6
Produção Industrial	126.084	-65.556	60.528	42.669	0,1	70,5
Tecnologia da Informação	100	0	100	100	0,0	100,0
Previdência Social	55.828	-20.828	35.000	8.204	0,0	23,4
Tecnologia da Informação	55.828	-20.828	35.000	8.204	0,0	23,4
Saúde	24.408	0	24.408	468	0,0	1,9
Administração Geral	208	830	1.038	90	0,0	8,7
Suporte Profilático e Terapêutico	23.730	-1.210	22.520	360	0,0	1,6
Tecnologia da Informação	470	380	850	17	0,0	2,0
Transporte	1.570.118	293.168	1.863.287	647.725	1,6	34,8
Tecnologia da Informação	35.216	-10.761	24.455	9.239	0,0	37,8
Transporte Aéreo	973.194	216.857	1.190.051	518.311	1,3	43,6
Transporte Hidroviário	273.843	321.660	595.502	102.991	0,3	17,3
Transportes Especiais	287.866	-234.587	53.279	17.184	0,0	32,3
TOTAL	49.737.240	3.542.908	53.280.148	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

As subfunções que tiveram o melhor desempenho na Função Energia foram a subfunção Petróleo, com 85,5%, Tecnologia da Informação com 62,7% e Energia Elétrica com 54,4% de execução.

Essas ações, que ainda são subdivididas em Programas, agregam os projetos e atividades constantes das ações. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

O OI-2007 teve dotações para 36 Programas, sendo 11 no setor de petróleo, 8 no setor de energia elétrica e 7 no setor de transporte, cujos valores realizados pelas empresas estatais federais estão, a seguir, discriminados por macro-região:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
INVESTIMENTO POR REGIÃO E PROGRAMA

Valores em R\$ mil

REGIÃO E PROGRAMA	DOT. INICIAL (A)	CRÉD. LÍQ. (B)	DOT. FINAL (C = A + B)	REALIZ. ANUAL (D)	DESEMP. % (D / C)
NACIONAL	16.174.281	1.140.363	17.314.644	12.347.538	71,3
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.061.385	-83.843	977.542	484.567	49,6
Aprimoramento dos Serviços Postais	393.000	-121.990	271.010	141.865	52,3
Brasil com Todo Gás	479.188	-27.830	451.358	159.878	35,4
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	14.541	15.000	29.541	17.824	60,3
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	20.356	9.663	30.019	22.857	76,1
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Outros Combustíveis	833.822	-234.532	599.291	502.608	83,9
Eficiência Energética	123.339	3.181	126.519	55.948	44,2
Energia na Região Sul	3.803	0	3.803	1.212	31,9
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	272.798	19.417	292.215	140.877	48,2
Energia Alternativa Renovável	295.800	-66.306	229.494	50.100	21,8
Gestão da Política de Energia	25.694	20.131	45.825	34.248	74,7
Gestão da Política de Previdência Social	39.828	-20.828	19.000	7.347	38,7
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.962.864	399.485	3.362.349	1.870.113	55,6
Luz para Todos	1.000	-800	200	8	3,8
Oferta de Petróleo e Gás Natural	5.927.606	484.386	6.411.992	5.176.681	80,7
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.452.870	-253.239	1.199.631	933.422	77,8
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	4.000	-1.154	2.846	2.789	98,0
Refino de Petróleo	1.223.761	564.791	1.788.552	1.544.943	86,4
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	12.480	0	12.480	195	1,6
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	723.840	358.151	1.081.991	997.409	92,2

REGIÃO E PROGRAMA	DOT. INICIAL (A)	CRÉD. LÍQ. (B)	DOT. FINAL (C = A + B)	REALIZ. ANUAL (D)	DESEMP. % (D / C)
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	302.306	76.679	378.985	202.644	53,5
EXTERIOR	7.653.034	4.069.576	11.722.610	10.463.774	89,3
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.468.481	2.791.976	7.260.457	6.551.439	90,2
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.000	0	2.000	1.251	62,5
Oferta de Petróleo e Gás Natural	3.182.553	1.277.600	4.460.153	3.911.084	87,7
NORTE	2.000.119	-173.443	1.826.676	953.566	52,2
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	60.463	-10.100	50.363	10.559	21,0
Brasil com Todo Gás	19.157	29.758	48.915	7.037	14,4
Corredor Araguaia-Tocantins	19.325	17.274	36.599	637	1,7
Corredor Oeste-Norte	0	320	320	30	9,4
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	123.821	31.041	154.862	63.000	40,7
Energia na Região Norte	457.440	-100.140	357.300	274.296	76,8
Energia nos Sistemas Isolados	797.767	-100.991	696.776	304.729	43,7
Gestão da Política de Energia	12.600	0	12.600	231	1,8
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	84.507	-29.086	55.420	23.450	42,3
Luz para Todos	225.207	25.836	251.043	134.470	53,6
Oferta de Petróleo e Gás Natural	137.567	2.018	139.585	133.508	95,6
Refino de Petróleo	62.100	-39.473	22.627	1.357	6,0
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	166	100	266	263	99,0
NORDESTE	4.010.862	390.337	4.401.199	2.966.908	67,4
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	133.360	-25.968	107.392	30.765	28,6
Brasil com Todo Gás	225.543	304.002	529.544	157.836	29,8
Corredor Nordeste	22.196	41.178	63.374	29.241	46,1
Corredor São Francisco	7.345	45.877	53.222	24.400	45,8
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	120.364	33.932	154.296	81.404	52,8
Energia na Região Nordeste	1.032.202	-43.307	988.895	584.138	59,1
Energia Alternativa Renovável	150	70.000	70.150	133	0,2
Gestão da Política de Energia	12.806	0	12.806	5.306	41,4
Gestão da Política dos Transportes	200	2.420	2.620	1.519	58,0
Indústria Petroquímica	15.000	20.560	35.560	8.406	23,6
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	138.546	240	138.786	74.587	53,7
Luz para Todos	108.865	31.000	139.865	90.351	64,6
Oferta de Petróleo e Gás Natural	1.805.946	132.773	1.938.719	1.792.604	92,5
Refino de Petróleo	245.756	-115.710	130.046	78.000	60,0
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	67	0	67	65	96,2
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	11.250	-1.210	10.040	165	1,6
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	131.266	-105.450	25.816	7.988	30,9
SUDESTE	17.076.831	-1.538.100	15.538.731	11.602.891	74,7
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	146.148	-47.753	98.394	21.497	21,8
Brasil com Todo Gás	889.058	407.999	1.297.057	366.751	28,3
Corredor Leste	107.486	187.957	295.443	24.562	8,3
Corredor Transmetropolitano	107.005	22.302	129.307	17.525	13,6
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	541.797	101.525	643.322	274.621	42,7
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.711.290	-181.453	1.529.837	982.620	64,2
Energia Alternativa Renovável	13.920	-13.920	0	0	
Gestão da Política dos Transportes	150	3.862	4.012	2.595	64,7
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	189.401	-89.406	99.995	50.416	50,4
Oferta de Petróleo e Gás Natural	9.282.395	-1.210.544	8.071.852	7.131.641	88,4
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	0	113.989	113.989	111.285	97,6
Produção de Material Bélico	7.720	0	7.720	4.473	57,9
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	118.164	-65.556	52.608	37.996	72,2
Refino de Petróleo	3.461.695	-389.047	3.072.648	2.511.481	81,7
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	781	0	781	747	95,6
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	499.821	-378.055	121.766	64.683	53,1
SUL	2.382.241	-259.551	2.122.690	1.241.771	58,5

REGIÃO E PROGRAMA	DOT. INICIAL (A)	CRÉD. LÍQ. (B)	DOT. FINAL (C = A + B)	REALIZ. ANUAL (D)	DESEMP. % (D / C)
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	74.396	-27.512	46.884	14.403	30,7
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	16.649	51.531	68.180	11.500	16,9
Energia na Região Sul	1.152.818	-44.280	1.108.539	481.235	43,4
Energia Alternativa Renovável	148.480	-148.409	71	52	73,6
Indústria Petroquímica	5.560	1.738	7.298	3.999	54,8
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	35.279	4.115	39.394	11.006	27,9
Oferta de Petróleo e Gás Natural	30.369	-26.988	3.381	1.527	45,2
Refino de Petróleo	779.169	-89.920	689.248	581.308	84,3
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	90	100	190	187	98,4
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	139.432	20.075	159.507	136.553	85,6
CENTRO-OESTE	439.872	-86.274	353.597	203.717	57,6
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	45.327	-10.485	34.842	10.671	30,6
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	151.717	-17.979	133.737	66.296	49,6
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	182.339	-60.498	121.840	113.694	93,3
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	60.097	2.688	62.785	12.750	20,3
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	393	0	393	307	78,2
TOTAL	49.737.240	3.542.908	53.280.148	39.780.166	74,7

Fonte: MP/DEST

Alguns programas, principalmente no âmbito do setor petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho que as empresas, por eles responsáveis, dedicam em sua execução, medido pelos respectivos indicadores de desempenho. São apresentados em seguida os programas com os cinco maiores valores realizados, todos acima de R\$ 1.237 milhões, e a participação de cada um no total realizado pelos 36 programas:

- Oferta de Petróleo e Gás Natural, 45,6%;
- Atuação Internacional na Área de Petróleo, 16,5%;
- Refino de Petróleo, 11,9%;
- Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, 5,1%; e
- Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, 3,1%.

4.5. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

4.5.1. Aspectos Gerais

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2007 foi aprovado pela Lei nº 11.451/2007 – Lei Orçamentária Anual (LOA). Englobou as programações de 70 empresas estatais federais. Posteriormente, por intermédio da Lei nº 11.600/2007, foram inseridas no Orçamento de Investimento de 2007 as programações das empresas: Braspetro Oil Services Company – Brasoil e Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás.

Com isso, passou para 72 o número de empresas estatais federais, sendo 63 do Setor Produtivo Estatal – SPE e nove do Setor Financeiro. Das empresas do SPE, 16 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 23 ao Grupo Petrobras e 24 estão agrupadas em Demais Empresas. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- nove, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- dezesseis, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- vinte e três, no setor de petróleo, derivados e gás natural, desde a pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;

- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infra-estrutura de aeroportos, bem como para a proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- oito, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

A Lei Orçamentária Anual fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento de 2007, no montante de R\$ 49.737.239.594,00 o que significou aumentos de 14,6% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2006 e de 47,1% sobre o montante realizado naquele exercício. Os valores de 2006 foram atualizados para preços médios de 2007 pelo IGP-DI. O montante aprovado agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 351 projetos e 252 atividades.

Em função do Decreto de 3 de julho de 2007, foram transferidas, do Ministério dos Transportes para a Presidência da República, as dotações orçamentárias consignadas no Orçamento de Investimento e em seus créditos adicionais, das empresas relacionadas na tabela a seguir:

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA
DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Valores em R\$ 1,00	
EMPRESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Companhia Docas do Ceará - CDC	7.722.000
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	20.571.601
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	11.516.519
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	120.369.129
Companhia Docas do Pará - CDP	25.797.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	121.394.994
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	18.655.567
TOTAL	326.026.810

4.5.2. Desempenho

No consolidado do exercício, as empresas realizaram investimentos no montante de R\$ 39.780.166.347,00, equivalentes a 74,7% da dotação anual. A tabela seguinte demonstra a situação de projetos e atividades, agrupados por faixa de desempenho percentual definida pela relação entre o realizado no ano de 2007 e a dotação anual de cada subtítulo, bem como a expressividade de cada faixa em relação ao quantitativo total de subtítulos programados.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
QUANTITATIVO DE PROJETOS E ATIVIDADES, POR FAIXA % DE EXECUÇÃO**

FAIXA % DE DESEMPENHO	PROJETO (A)	ATIVIDADE (B)	TOTAL (C)	COMPOSIÇÃO (C/TC) %
(*)	18	4	22	3,2
0	113	17	130	18,7
0,01 a 74,70	242	154	396	56,9
74,71 a 100,00	75	78	135	19,4
Acima de 100,00	5	8	13	1,9
TOTAL (T)	435	261	696	100,0

Fonte: MP/DEST

Obs.: (*) Cancelamento total de dotação

4.5.3. Fontes de financiamento dos investimentos

Dos investimentos realizados pelas empresas estatais em 2007, parcela equivalente a 74,9% do total foi financiada com recursos de geração própria. Em relação à dotação anual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 72,7%. De acordo com as respectivas dotações anuais, foram captados, em 2007, 70,3% dos recursos previstos para serem tomados por meio de Operações de Crédito de Longo Prazo internas e externas, junto às instituições financeiras, bem como 81,6% de Outros Recursos de Longo Prazo. Estes últimos garantiram a execução de 20,0% dos investimentos realizados no período. A tabela seguinte apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA
(Valores em R\$ mil)

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOT. INICIAL (A)	COMPOS. % (A/TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOT. FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZ. ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
Geração Própria	36.995.775	74,4	1.754.479	38.750.254	72,7	29.799.533	74,9	76,9
Recursos p/Aumento do Patr. Líquido	1.846.735	3,7	705.180	2.551.915	4,8	457.907	1,2	17,9
Tesouro	591.793	1,2	528.606	1.120.400	2,1	193.439	0,5	17,3
Direto	591.793	1,2	421.879	1.013.672	1,9	148.409	0,4	14,6
Saldos de Exercícios Anteriores	0	0,0	106.727	106.727	0,2	45.030	0,1	42,2
Controladora	1.253.491	2,5	176.574	1.430.065	2,7	264.468	0,7	18,5
Outras Fontes	1.450	0,0	0	1.450	0,0	0	0,0	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.751.433	9,6	(2.530.401)	2.221.031	4,2	1.560.716	3,9	70,3
Internas	368.496	0,7	(32.033)	336.462	0,6	123.527	0,3	36,7
Externas	4.382.937	8,8	(2.498.368)	1.884.569	3,5	1.437.189	3,6	76,3
Outros Recursos de Longo Prazo	6.143.297	12,4	3.613.650	9.756.947	18,3	7.962.010	20,0	81,6
Controladora	904.130	1,8	0	904.130	1,7	230.331	0,6	25,5
Outras Estatais	4.879.067	9,8	3.595.000	8.474.067	15,9	7.597.512	19,1	89,7
Outras Fontes	360.100	0,7	18.650	378.750	0,7	134.168	0,3	35,4
TOTAL	49.737.240	100,0	3.542.908	53.280.148	100,0	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

4.5.4. Despesa por Órgão/Unidade

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades Subordinadas, valores da respectiva dotação aprovada e a realizada em 2007, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007
DADOS CONSOLIDADOS DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE
(Valores em R\$ mil)

PROGRAMA	DOT. FINAL (A)	REALIZ. ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	601.547	106.178	0,3	17,7
Companhia Docas do Ceará – CDC	11.831	4.315	0,0	36,5
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	43.278	7.305	0,0	16,9
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	56.922	25.965	0,1	45,6
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	136.181	20.522	0,1	15,1
Companhia Docas do Pará – CDP	38.419	1.439	0,0	3,7
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	259.572	20.623	0,1	7,9
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	55.346	26.009	0,1	47,0
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	5.328	4.595	0,0	86,2
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	2.348	1.807	0,0	77,0
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	780	443	0,0	56,7
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	2.200	2.345	0,0	106,6
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.974	466	0,0	5,8
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.974	466	0,0	5,8
MINISTÉRIO DA FAZENDA	2.727.606	1.276.182	3,2	46,8

PROGRAMA	DOT. FINAL (A)	REALIZ. ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
Banco da Amazônia S.A. - BASA	136.542	25.959	0,1	19,0
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	210.000	121.944	0,3	58,1
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	105.328	32.090	0,1	30,5
Casa da Moeda do Brasil - CMB	52.608	37.996	0,1	72,2
IRB - Brasil Resseguros S.A.	17.346	7.404	0,0	42,7
Caixa Econômica Federal - CAIXA	915.349	337.594	0,8	36,9
COBRA Tecnologia S.A.	16.000	9.322	0,0	58,3
Banco do Brasil S.A. - BB	1.244.344	688.574	1,7	55,3
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	2.450	242	0,0	9,9
Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP	3.800	460	0,0	12,1
Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC	22.554	13.762	0,0	61,0
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	1.147	728	0,0	63,4
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	138	105	0,0	76,3
MINISTÉRIO DO DESENVOLV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	34.806	7.967	0,0	22,9
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	34.806	7.967	0,0	22,9
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	48.130.562	37.639.746	94,6	78,2
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.029	1.574	0,0	77,6
GRUPO ELETROBRAS	5.465.157	3.104.278	7,8	56,8
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	17.973	9.895	0,0	55,1
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	186.651	63.387	0,2	34,0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	720.000	572.919	1,4	79,6
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	130.016	8.114	0,0	6,2
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	20.600	18.044	0,0	87,6
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	70.000	67.113	0,2	95,9
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	560.243	142.763	0,4	25,5
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	128.450	88.993	0,2	69,3
Companhia Energética do Amazonas - CEAM	101.000	49.902	0,1	49,4
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	190.000	70.419	0,2	37,1
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	802.643	524.603	1,3	65,4
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	504.579	307.586	0,8	61,0
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	507.472	298.465	0,8	58,8
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.200.000	822.539	2,1	68,5
Light Participações S.A. - LIGHTPAR	30	5	0,0	15,3
Manaus Energia S.A.	325.500	59.530	0,1	18,3
GRUPO PETROBRAS	42.663.376	34.533.894	86,8	80,9
Alberto Pasqualini - REFAP S.A.	323.298	263.030	0,7	81,4
Braspetro Oil Services Company - BRASOIL	96.187	104.748	0,3	108,9
DATAFLUX - Serviços de Telecomunicações S.A.	4.000	3.668	0,0	91,7
Fafen Energia S.A.	7.200	68	0,0	0,9
Fronape International Company - FIC	43.477	0	0,0	0,0
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	149.551	132.706	0,3	88,7
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	490.238	401.184	1,0	81,8
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	224.663	161.692	0,4	72,0
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	7.216.979	6.551.439	16,5	90,8
Petrório - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A.	0	0	0,0	0,0
Petrobras International Finance Company - PIFCo	2.000	1.251	0,0	62,5
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	4.391.646	3.806.336	9,6	86,7
Petrobras Química S.A. - PETROQUISA	277	151	0,0	54,7
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	440.569	366.834	0,9	83,3
Petroquímica Triunfo S.A. - TRIUNFO	8.875	4.441	0,0	50,0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	27.711.934	22.310.443	56,1	80,5
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	7.178	368	0,0	5,1
Termoceará Ltda.	300	237	0,0	79,0
Termorio S.A.	38.532	29.526	0,1	76,6
Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS	1.206.349	186.415	0,5	15,5
Transportadora Amazonense de Gás S.A. - TAG	41.915	7.033	0,0	16,8
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	186.883	135.576	0,3	72,5
Transportadora Capixaba de Gás S.A. - TCG	71.325	66.746	0,2	93,6
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	35.000	8.204	0,0	23,4
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	35.000	8.204	0,0	23,4
MINISTÉRIO DA SAÚDE	24.408	468	0,0	1,9
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRAS	24.408	468	0,0	1,9
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	400	24	0,0	5,9
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	400	24	0,0	5,9

PROGRAMA	DOT. FINAL (A)	REALIZ. ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	496.435	207.225	0,5	41,7
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	496.085	206.924	0,5	41,7
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	350	301	0,0	86,0
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.216.080	529.112	1,3	43,5
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.208.060	524.339	1,3	43,4
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL	8.020	4.773	0,0	59,5
TOTAL	53.280.148	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

Faz-se relevante esclarecer que a Petrorio - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. foi incorporada pela Petrobras Química S.A. - Petroquisa, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2006, motivo pelo qual teve sua programação orçamentária aprovada pela Lei nº 11.541, de 07.02.2007, inteiramente excluída do Orçamento de Investimento pela Lei nº 11.599, de 03.12.2007.

Das 72 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2007, 20 apresentaram, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações anuais, superior à média geral de 74,7%: Brasoil, 108,9%; Ceagesp, 106,6%; Eletroacre, 95,9%; TGC, 93,6%; Dataflux, 91,7%; PIB BV, 90,8%; Liquigás, 88,7%; Cepel, 87,6%; PNBV, 86,7%; Telebrás, 86,0%; Transpetro, 83,3%; BR, 81,8%; Refap, 81,4%; Petrobras, 80,5%; Eletronorte, 79,6%; Termoceará, 79,0%; EPE, 77,6%; Ceasaminas, 77,0%; Termorio, 76,6% e Ativos S.A. 76,3%. A empresa FIC e a Petrorio não apresentaram realização no período.

As empresas a seguir ultrapassaram a dotação anual aprovada para as ações citadas: 1) Ceasaminas – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – No Estado de Minas Gerais; 2) Ceagesp – Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional – No Estado de São Paulo; 3) BNB – Instalação de Pontos de Atendimento Bancário – No Estado do Piauí; 4) Cobra – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional; 5) Ativos S.A. – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – No Distrito Federal; 6) Petrobras - Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste – Imobilizações Petrobras – Nacional; 7) Brasoil – Adaptação de Plataformas de Produção – No Exterior; 8) BR – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional; 9) Eletroacre – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Acre) – No Estado do Acre; 10) Transpetro – Manutenção da Infra-Estrutura de Transportes Dutoviário de Petróleo e Derivados - Nacional; 11) EPE – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional.

4.5.5. Distribuição geográfica da despesa

A tabela seguinte apresenta o consolidado da despesa por macro-região geográfica, informando as respectivas dotações e os valores realizados no total do ano de 2007, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 31,0% do montante realizado. Cabe registrar que a execução orçamentária do ano apresentou significativa compatibilidade com a distribuição geográfica aprovada na Lei Orçamentária Anual.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2007 DADOS CONSOLIDADOS DA DESPESA POR MACRO-REGIÃO

(Valores em R\$ mil)				
PROGRAMA	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOSIÇÃO % (B/TB)	DESEMPENHO % (B/A)
Nacional	17.314.644	12.347.538	31,0	71,3
Exterior	11.722.610	10.463.774	26,3	89,3
Região Norte	1.826.676	953.566	2,4	52,2
Região Nordeste	4.401.199	2.966.908	7,5	67,4
Região Sudeste	15.538.731	11.602.891	29,2	74,7
Região Sul	2.122.690	1.241.771	3,1	58,5
Região Centro-Oeste	353.597	203.717	0,5	57,6
TOTAL	53.280.148	39.780.166	100,0	74,7

Fonte: MP/DEST

Da relação percentual entre gasto efetivo e dotação atual de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 71,3; Exterior, 89,3; Região Norte, 52,2; Região Nordeste, 67,4; Região Sudeste, 74,7; Região Sul, 58,5; e Região Centro-Oeste, 57,6.

4.6. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 11.439/2006 (LDO de 2007).

Para 2007, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram no consolidado do Programa de Dispendios Globais R\$ 77,5 bilhões para incremento das aplicações em operações de crédito. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, obtido pela diferença entre novos empréstimos e financiamentos programados (R\$ 467,2 bilhões) e a estimativa de pagamentos de operações anteriormente realizadas (R\$ 389,7 bilhões). Ressalte-se que os recursos alocados para novas operações representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 4,8 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema Bndes.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2007. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação e outros. Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

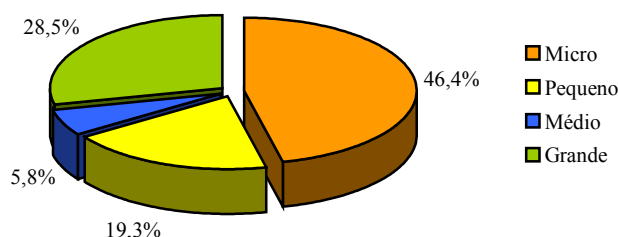
Nas operações para o exercício de 2007, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento programaram a concessão de R\$ 467,2 bilhões de empréstimos e financiamentos, envolvendo recursos provenientes de geração própria, de transferências do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais) e de outras fontes. Ao encerramento do exercício, essas instituições informaram que efetivamente concederam R\$ 443,9 bilhões, de empréstimos e financiamentos, ou seja, 95,0% do montante programado. Com isso, o fluxo líquido de novas aplicações em 2007 apresentou incremento de R\$ 66,6 bilhões de recursos que as agências financeiras oficiais de fomento injetaram na economia, equivalentes a 85,6% da programação original. As tabelas e gráficos a seguir apresentam detalhamento dessas aplicações por porte do tomador, pelo setor de atividade beneficiado pelos empréstimos e pela origem dos recursos.

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR PORTE DO TOMADOR
(em R\$ mil)**

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Região Norte	25.806.209	25.515.750	11.389.890	6.718.577	2.651.453	4.755.830
Região Nordeste	72.851.387	70.765.271	39.494.843	16.742.598	4.458.965	10.068.864
Região Sudeste	228.116.565	213.370.233	82.786.746	34.885.850	10.328.054	85.369.585
Região Sul	93.488.655	88.068.870	45.404.725	17.158.093	5.870.018	19.636.033
Região Centro-Oeste	46.939.812	46.188.134	26.804.869	10.087.340	2.582.337	6.713.589
TOTAL	467.202.629	443.908.259	205.881.073	85.592.458	25.890.826	126.543.901

Fonte: DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS – 2007
POR PORTE DO TOMADOR**



Os micros, pequenos e médios tomadores receberam 71,5% dos créditos, sendo que os primeiros obtiveram 46,4% desse montante. A Região Sudeste se caracterizou como beneficiária do maior volume de recursos emprestados às micro-empresas, com participação de 40,2% do total efetivamente emprestado, seguido da Região Sul, com 22,1%, e a Região Nordeste, com 19,2%.

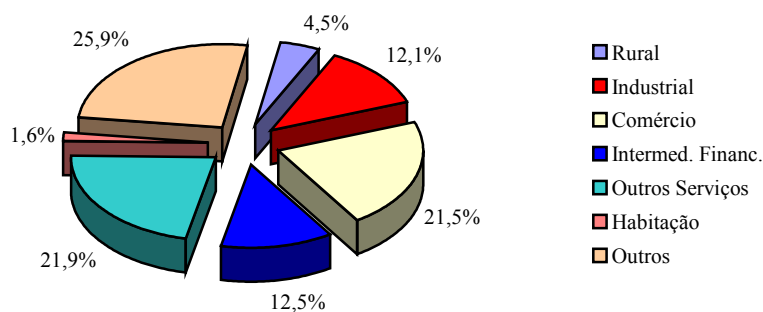
**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR SETOR DE ATIVIDADE**

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAM. ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUST.	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABIT.	OUTROS
Região Norte	25.806.209	25.515.750	2.136.566	2.046.564	5.737.943	2.000.658	5.440.633	153.821	7.999.565
Região Nordeste	72.851.387	70.765.271	3.744.158	7.182.062	20.251.914	3.392.939	10.907.938	1.073.445	24.212.815
Região Sudeste	228.116.565	213.370.233	4.194.003	28.702.058	42.355.005	36.223.181	52.758.944	3.258.514	45.878.530
Região Sul	93.488.655	88.068.870	6.128.623	11.996.768	17.399.958	10.375.881	18.864.259	1.867.320	21.436.061
Região Centro-Oeste	46.939.812	46.188.134	3.641.840	3.649.736	9.876.031	3.707.056	9.109.708	820.502	15.383.261
TOTAL	467.202.629	443.908.259	19.845.190	53.577.188	95.620.851	55.699.713	97.081.482	7.173.602	114.910.232

Fonte: DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR SETOR DE ATIVIDADE**



A programação original de aplicação de recursos pelas agências financeiras oficiais de fomento considerava aumento nominal de 18,0% em relação ao exercício de 2006. Encerrado o exercício de 2007, observou-se uma elevação nominal de 14,1%, em relação ao mesmo período de 2006. A Região Sudeste foi a maior

beneficiária com as aplicações ao obter 48,1% do total. A Região Sul, com 19,8%, veio em segundo lugar e a Região Nordeste, em terceiro, com 15,9% das aplicações.

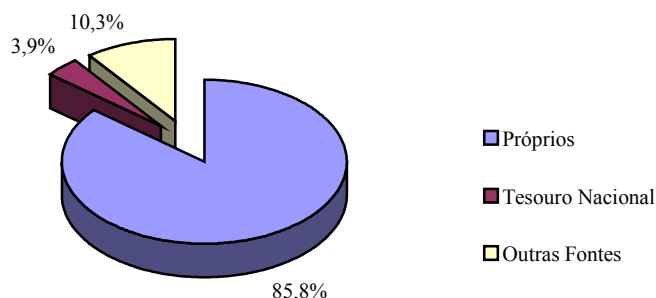
Houve uma realização média de 95,0% do valor programado, com destaque para a Região Norte, com 98,9% de desempenho, a Região Centro-Oeste com 98,4%, e a Região Nordeste com 97,1%. Nas demais regiões o desempenho ficou abaixo da média verificada em 2007.

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR ORIGEM DE RECURSOS
(em R\$ mil)**

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS			
		TOTAL	ORIGEM DOS RECURSOS		
			PRÓPRIOS	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	25.806.209	25.515.750	20.079.012	3.375.105	2.061.634
Região Nordeste	72.851.387	70.765.271	59.582.131	5.948.100	5.235.041
Região Sudeste	228.116.565	213.370.233	186.637.871	3.654.548	23.077.815
Região Sul	93.488.655	88.068.870	74.469.519	2.194.203	11.405.148
Região Centro-Oeste	46.939.812	46.188.134	40.323.108	1.980.891	3.884.135
TOTAL	467.202.629	443.908.259	381.091.640	17.152.847	45.663.772

Fonte: DEST/SIEST

**CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR ORIGEM DE RECURSOS**



Dos recursos aplicados em 2007, 85,8% foram gerados pelas próprias instituições, 3,9% foram transferidos pelo Tesouro Nacional e 10,3% são oriundos de outras fontes. Isso revela uma maior utilização de recursos próprios das empresas e a manutenção da participação da fonte “Tesouro Nacional” comparado ao mesmo período de 2006, quando as fontes de recursos de financiamento foram 84,3%, 3,8% e 11,9%, de geração própria, do Tesouro Nacional e de outras fontes, respectivamente.

As instituições financeiras integrantes dos Grupos Bndes, BB, BESC, bem como a Finep, a Caixa, o BASA e o BNB emprestaram ou financiaram R\$ 169,0 bilhões aos setores Rural, Industrial e de Comércio, que responderam por 38,1% do montante de recursos efetivamente emprestados.

O setor de serviços participou com 21,9% do montante de recursos emprestados, representando R\$ 97,1 bilhões em empréstimos e financiamentos das Instituições Financeiras Oficiais de Fomento.

Nesse mesmo período, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento receberam recursos provenientes de pagamentos de empréstimos e financiamentos anteriormente concedidos, no montante de R\$ 377,3 bilhões, dos quais R\$ 324,1 bilhões referentes a amortizações da dívida e R\$ 53,2 bilhões de juros sobre o saldo devedor, conforme detalhamento a seguir:

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR PORTE DO TOMADOR

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Região Norte	21.174.460	22.110.356	10.067.446	6.446.515	2.011.027	3.585.367
Região Nordeste	60.930.472	60.559.300	33.516.364	16.059.664	3.897.318	7.085.954
Região Sudeste	190.662.686	179.830.867	71.970.485	32.675.152	8.766.842	66.418.387
Região Sul	78.045.459	75.568.982	39.275.950	16.223.059	5.060.728	15.009.246
Região Centro-Oeste	38.884.157	39.272.266	22.325.856	9.786.212	2.313.135	4.847.063
Total	389.697.234	377.341.771	177.156.101	81.190.602	22.049.050	96.946.018
- amortizações	331.727.578	324.101.632	149.962.522	72.680.948	19.018.724	82.439.437
- encargos	57.969.656	53.240.139	27.193.579	8.509.654	3.030.325	14.506.581

Fonte: DEST/SIEST

O detalhamento do pagamento do serviço da dívida contratada em anos anteriores está apresentado a seguir:

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR SETOR DE ATIVIDADE

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAM. ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS POR SETOR DE ATIVIDADE							
		TOTAL	RURAL	INDUST.	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABIT.	OUTROS
Região Norte	21.174.460	22.110.356	1.675.411	1.828.884	5.382.914	1.474.594	4.383.926	134.987	7.229.641
Região Nordeste	60.930.472	60.559.300	1.872.390	5.440.841	19.393.576	2.374.394	9.108.740	175.425	22.193.935
Região Sudeste	190.662.686	179.830.867	3.129.929	20.153.243	40.355.572	25.810.301	47.458.087	1.832.274	41.091.460
Região Sul	78.045.459	75.568.982	4.735.967	8.433.435	16.612.691	8.201.842	17.296.914	246.645	20.041.488
Região Centro-Oeste	38.884.157	39.272.266	2.679.725	3.080.151	9.353.813	2.770.580	7.516.702	138.425	13.732.871
Total	389.697.234	377.341.771	14.093.422	38.936.554	91.098.566	40.631.711	85.764.368	2.527.755	104.289.394
- amortizações	331.727.578	324.101.632	12.248.875	32.923.106	80.046.315	33.087.316	75.214.830	1.765.502	88.815.687
- encargos	57.969.656	53.240.139	1.844.547	6.013.449	11.052.250	7.544.396	10.549.538	762.253	15.473.707

Fonte: DEST/SIEST

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2007
POR ORIGEM DOS RECURSOS

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	21.174.460	22.110.356	18.556.312	2.406.268	1.147.776
Região Nordeste	60.930.472	60.559.300	54.614.335	2.698.314	3.246.651
Região Sudeste	190.662.686	179.830.867	162.103.098	3.422.841	14.304.928
Região Sul	78.045.459	75.568.982	65.809.229	1.608.668	8.151.085
Região Centro-Oeste	38.884.157	39.272.266	36.388.504	1.266.704	1.617.057
Total	389.697.234	377.341.771	337.471.478	11.402.795	28.467.497
- amortizações	331.727.578	324.101.632	291.993.293	8.963.349	23.144.989
- encargos	57.969.656	53.240.139	45.478.185	2.439.446	5.322.508

Fonte: DEST/SIEST

Desta forma, constata-se que, em 2007, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento aumentaram suas aplicações de recursos em R\$ 66,6 bilhões, o que corresponde a 89,6% do fluxo inicialmente programado (R\$ 77,5 bilhões). As tabelas e gráficos a seguir discriminam o fluxo de novos recursos por porte do tomador, por setor de atividade beneficiado, bem como a origem dos recursos que deram cobertura a essas novas aplicações.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2007
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAM. ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
Região Norte	4.631.749	3.405.395	1.322.443	272.062	640.426	1.170.463
Região Nordeste	11.920.915	10.205.971	5.978.479	682.935	561.647	2.982.910
Região Sudeste	37.453.879	33.539.366	10.816.261	2.210.697	1.561.211	18.951.197
Região Sul	15.443.196	12.499.888	6.128.776	935.035	809.290	4.626.787
Região Centro-Oeste	8.055.655	6.915.868	4.479.013	301.127	269.202	1.866.526
Total	77.505.395	66.566.488	28.724.972	4.401.856	3.841.777	29.597.883

Fonte: DEST/SIEST

Obs.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

**FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS - 2007
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAM. ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUST.	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
Região Norte	4.631.749	3.405.395	461.156	217.680	355.030	526.063	1.056.708	18.834	769.924
Região Nordeste	11.920.915	10.205.971	1.871.769	1.741.221	858.337	1.018.545	1.799.198	898.021	2.018.880
Região Sudeste	37.453.879	33.539.366	1.064.073	8.548.815	1.999.433	10.412.879	5.300.857	1.426.240	4.787.069
Região Sul	15.443.196	12.499.888	1.392.655	3.563.333	787.267	2.174.039	1.567.345	1.620.675	1.394.573
Região Centro-Oeste	8.055.655	6.915.868	962.115	569.585	522.218	936.475	1.593.006	682.077	1.650.391
Total	77.505.395	66.566.488	5.751.768	14.640.634	4.522.285	15.068.002	11.317.114	4.645.847	10.620.838

Fonte: DEST/SIEST

Obs.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

A tabela a seguir discrimina a origem do fluxo de recursos novos aplicados em operações de crédito:

**FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2007
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

Em R\$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAM. ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
Região Norte	4.631.749	3.405.395	1.522.700	968.837	913.858
Região Nordeste	11.920.915	10.205.971	4.967.796	3.249.786	1.988.389
Região Sudeste	37.453.879	33.539.366	24.534.772	231.707	8.772.887
Região Sul	15.443.196	12.499.888	8.660.290	585.535	3.254.063
Região Centro-Oeste	8.055.655	6.915.868	3.934.603	714.187	2.267.078
Total	77.505.395	66.566.488	43.620.161	5.750.052	17.196.275

Fonte: DEST/SIEST

Obs.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

4.6.1. Metodologia de elaboração dos demonstrativos

4.6.1.1 – Regras Gerais Adotadas por Todas as Instituições Financeiras

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Na elaboração dos demonstrativos, foi adotado o critério de considerar, em cada exercício, o montante dos recursos efetivamente aplicados em operações de crédito, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações. Os dados referentes aos exercícios de 2007 foram projetados com base no desempenho verificado em exercícios anteriores e tendo em conta, principalmente, a política macroeconômica do Governo, a expectativa de crescimento das operações de crédito e de disponibilidade de recursos.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Neste grupo foi considerado, basicamente, o montante de recursos efetivamente aplicado em novas operações de crédito, bem como os valores constantes das projeções para 2007. Assim, o somatório das aplicações, em cada exercício, corresponde ao total dos recursos efetivamente liberado aos mutuários, no período. Tendo em vista a significativa participação do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante das aplicações das agências oficiais de fomento, cabe destacar alguns procedimentos adotados por essas instituições:

Banco do Brasil S.A. – foram consideradas as efetivas liberações de recursos para os clientes. Como exemplo, a Instituição cita as operações de curto prazo e de capital de giro (cheque especial e empréstimos ao consumidor/fornecedor). Nessas modalidades de crédito, o total desembolsado pelo Banco é representado pela soma dos saques efetuados pelos clientes durante o período considerado. Dependendo do número de saques e retornos no período, o valor efetivamente aplicado pode superar o valor contratado inicialmente.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a metodologia utilizada pelo Bndes para o cálculo do valor desembolsado envolve as seguintes etapas:

- a) no caso das operações automáticas e das operações de financiamento à exportação, as áreas responsáveis informam a demanda projetada. O valor é contrastado com as determinações da Diretoria quanto às metas do Bndes, de modo que se chegue a um consenso sobre o montante a ser efetivamente aplicado. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao cenário macroeconômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/unidade da federação é bastante alto; e
- b) no caso do restante das operações, é utilizado um sistema que mantém os dados das operações em Carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um determinado projeto. Em função desse sistema, é possível prever-se parte significativa do desembolso no ano seguinte. Em conjunto com a sensibilidade que cada área do Banco tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela Diretoria do Bndes, é feita uma proposta de desembolso para os anos subseqüentes. A partir desse conjunto de valores e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. Os detalhamentos setorial e por unidade da federação também são efetuados a partir dos dados extraídos do sistema e do desempenho recente do Banco.

Recebimentos no Período

Estão sendo considerados neste grupamento os valores efetivamente recebidos dos mutuários, durante cada exercício. Os referidos valores compõem-se das parcelas relativas às amortizações do principal da dívida, bem como dos encargos financeiros incidentes sobre os saldos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências oficiais de fomento. Nos demonstrativos referentes aos recebimentos no período, tanto o consolidado como os elaborados pelas agências de fomento, estão destacados os valores das amortizações e dos encargos financeiros.

SalDOS

Os dados deste item indicam a posição, em 31 de dezembro de cada ano, do montante da carteira dos empréstimos e financiamentos concedidos. Os saldos em 2006 foram apurados pelas agências oficiais de fomento diretamente dos seus registros contábeis, considerando os saldos do ano imediatamente anterior, acrescidos

do fluxo líquido anual das operações de crédito (empréstimos concedidos mais encargos financeiros menos recebimentos no período).

Operações a Fundo Perdido

Do conjunto das agências de fomento, apenas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Caixa Econômica Federal realizaram/programaram operações a fundo perdido.

O BNDES instituiu em 1997 um Fundo Social, constituído por parcela do seu lucro anual, destinado a dar apoio financeiro, não-reembolsável, a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. Os programas aprovados para utilização dos recursos do Fundo Social são: Programa de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais; Programa de Desenvolvimento Local; e Programa de Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde.

A Caixa Econômica Federal utiliza recursos oriundos do Tesouro Nacional, os quais constituem operações de repasse, sem que haja retorno destes recursos à União. As principais fontes de recursos são externas, a saber: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consta da programação/2007 da Caixa a previsão de aplicação de recursos nos programas: “Urbanização de Assentamentos Precários” e “Habitação de Interesse Social”. O primeiro articula ações para atender às necessidades básicas da população e melhorar a sua condição de habitabilidade e inclusão social. É destinado a famílias de baixa renda, com demanda de recursos federais pelos estados, municípios e Distrito Federal. O segundo viabiliza o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas e rurais. Destina-se a famílias de baixa renda com demanda de recursos federais pelos estados, Distrito Federal e municípios por meio de entidades das respectivas administrações direta e indireta.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

A composição das fontes de recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (Recursos Próprios, Recursos do Tesouro Nacional e Recursos de Outras Fontes) está indicada, a seguir, nas respectivas metodologias, elaboradas pelas Agências Financeiras Oficiais de Fomento.

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA UTILIZADA POR AGÊNCIA DE FOMENTO

A) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

- a) No caso das operações automáticas (operações realizadas através de agentes financeiros, de menor valor, nas quais todo o processo de análise é conduzido externamente ao Bndes) e das operações de financiamento à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam qual a projeção da demanda para essas operações em termos agregados. Este valor é contrastado com as determinações da Diretoria quanto às metas das instituições, de forma que se chegue a um consenso de quanto deverá ser aplicado. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro macroeconômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é muito alto.
- b) No caso do restante das operações, há um sistema que mantém os dados das operações em Carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, onde é solicitado apoio para um projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso do ano seguinte. Em conjunto com a sensibilidade que cada área tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela Diretoria, é feita uma proposta de desembolso para os anos subseqüentes. A partir desse conjunto de valores, e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial/estadual também é efetuado a partir dos dados extraídos do sistema e do desempenho recente do Banco.
- c) No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de

controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a sede do projeto, no sistema de cobrança a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente como aproximação do retorno. A mesma solução é adotada quanto aos recursos ainda não desembolsados, quer de operações em curso, quer das que virão a ser realizadas.

- d) A expectativa de remuneração da Carteira de Empréstimos foi feita com base nas remunerações atuais médias e nas projeções para risco de crédito, visto que hoje é arriscado fazer uma estimativa da tendência das taxas de juros para o ano de 2007. Essas remunerações médias são aplicadas sobre os saldos projetados das Carteiras de Empréstimos para o final de 2006 e para o ano de 2007.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

- a) No caso das operações automáticas e dos financiamentos à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam qual a projeção que fazem da demanda para essas operações. Este valor é contrastado com as determinações da Diretoria quanto às metas da instituição, de forma que se chegue a um consenso de quanto deverá ser aplicado. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro econômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é muito alto.
- b) No caso do restante das operações, há um sistema que mantém os dados das operações em Carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso do ano seguinte. Em conjunto com a sensibilidade que cada área tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela Diretoria, é feita uma proposta do desembolso para os anos subseqüentes. A partir desse conjunto de valores, e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial/estadual também é realizado a partir dos dados extraídos do sistema e do desempenho recente do Banco.

Operações a Fundo Perdido

As aplicações a fundo perdido do Bndes são aquelas realizadas no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), também conhecida como Lei Rouanet, concebida para incentivar investimentos culturais, além dos recursos para preservação de acervos do Fundo Social e do fundo Tecnológico e Cultural, constituídos com fundamento no artigo 29 do Estatuto Social. O Fundo Social do Bndes, criado em julho de 1997 e constituído por parcela do seu lucro anual, tem como finalidade o apoio financeiro, não-reembolsável, a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. Os Programas aprovados para utilização dos recursos do Fundo Social são: Programa de Fomento e Divulgação de Projetos Sociais; Programa de Desenvolvimento Local; e Programa de Apoio à Consolidação e Universalização da Atenção Básica em Saúde.

Recebimentos no Período

No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a da sede do projeto, no sistema de cobrança a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente como aproximação do retorno. A mesma solução é empregada quanto aos recursos ainda não desembolsados, quer de operações em curso, quer das que virão a ser realizadas.

Saldos

As projeções para saldos atuais são feitas a partir dos saldos contábeis existentes, sendo adicionados/reduzidos a esses saldos todas as variáveis utilizadas na composição do fluxo de aplicações (empréstimos novos, retornos, capitalizações e provisões para risco). As informações sobre saldos também não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente e passada como aproximação dos valores para saldos atuais.

Composição dos recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Os recursos próprios do Bndes são aqueles oriundos do retorno de suas aplicações, bem como da aplicação e desmobilização de seu patrimônio (venda de títulos públicos principalmente). São calculados a partir das informações do Balanço Contábil do Banco e das premissas utilizadas na elaboração do Programa de Dispendios Globais - PDG. Para cálculo do fluxo das aplicações com recursos próprios, foram utilizadas as expectativas de liberação, capitalização de correção e juros, provisões e retorno de operações que utilizam essa fonte de recursos.

Recursos do Tesouro Nacional

Os recursos do Tesouro Nacional que o Bndes recebe são de duas naturezas distintas: recursos do Tesouro Nacional destinados a programas específicos, para serem administrados pelo Banco; e programas de apoio a empresas ou a setores específicos, como, por exemplo, o Programa Emergencial de Energia.

Esses recursos são transferidos pelo Tesouro Nacional. Podem ser definidos no orçamento como linhas a serem empregadas ou podem aparecer como ativos na forma de títulos.

Na proposta do quadro de empréstimos e financiamento a serem concedidos em 2007, encaminhada em julho de 2006, foram utilizados os valores adotados no PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, foram previstas a entrada de recursos novos (utilizada no cálculo dos empréstimos e financiamento e do fluxo das aplicações), a capitalização da dívida junto ao Tesouro Nacional e o serviço da dívida junto ao Tesouro Nacional (utilizadas no cálculo do fluxo das aplicações).

Recursos de Outras Fontes

O Banco capta recursos junto:

- a) a Fundos Constitucionais, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os quais o Tesouro é legalmente obrigado a transferir ao Banco;
- b) a agentes financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c) ao mercado financeiro internacional (através de títulos); e
- d) as disponibilidades a serem aplicadas por fundos institucionais (como o Fundo de amparo ao Trabalhador e o Fundo Nacional de Desenvolvimento).

A projeção desses recursos é efetuada pela área financeira do Banco, levando em conta negociações institucionais ou a avaliação dos mercados financeiros. As previsões de entrada de novos recursos são utilizadas para cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. As previsões de capitalização de encargos de operações de crédito de outras fontes, de provisão para risco de crédito de outras fontes e de retorno de empréstimos de outras fontes são utilizadas no cálculo do fluxo das aplicações de recursos de outras fontes.

B) AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

A quase totalidade das operações da Finame é realizada através de agentes financeiros. Conseqüentemente, não é possível estimar seu desembolso a partir de operações que estejam em curso de análise, tal como acontece com as operações não automáticas do Bndes. A estimativa que é feita, portanto, segue alguns processos quantitativos de análise, bem como a intuição das áreas que conduzem as operações da Finame. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro macroeconômico e às decisões da Diretoria quanto a spreads e níveis de comprometimento, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é muito alto.

No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a sede do projeto, no sistema de cobrança a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente, como aproximação do retorno.

A expectativa de remuneração da Carteira de Empréstimos foi feita com base nas remunerações atuais médias e nas projeções para risco de crédito, visto hoje ser arriscado fazer uma estimativa da tendência das taxas de juros para o ano de 2007. Essas remunerações médias são aplicadas sobre os saldos projetados das Carteiras de Empréstimos para o final de 2006 e para o ano de 2007.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

As áreas responsáveis pelas operações automáticas e de financiamento à exportação informam a projeção que fazem da demanda para essas operações. Este valor é contrastado com as determinações da Diretoria quanto às metas das instituições, de forma que se chegue a um consenso de quanto deverá ser aplicado. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao quadro econômico e às decisões da Diretoria, a incerteza quanto ao detalhamento setorial/estadual das previsões é elevada.

Operações a Fundo Perdido

A Finame não realiza aplicações a fundo perdido.

Recebimentos no Período

No caso dos recursos já desembolsados, as informações de retorno são obtidas diretamente dos contratos. No entanto, não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Por exemplo, enquanto no sistema de operações a localização é a da sede do projeto, no sistema de cobrança a localização é a da sede da empresa, para onde a cobrança é emitida. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente como aproximação do retorno. A mesma solução é empregada quanto aos recursos ainda não desembolsados, quer de operações em curso, quer das que virão a ser realizadas.

Saldos

As projeções para saldos são feitas a partir dos saldos contábeis existentes, sendo adicionados/reduzidos a esses saldos todas as variáveis utilizadas na composição do fluxo de aplicações (empréstimos novos, retornos, capitalizações e provisões para risco). As informações sobre saldos também não estão disponíveis num detalhamento preciso quanto a setor/estado, já que os sistemas de controle de operações e de cobrança são distintos, com requisitos funcionais bem diferenciados quanto à segurança e aos dados que são manejados. Há perspectivas de que os sistemas venham a ter uma maior integração, desde que isso não comprometa a segurança, mas não no curto prazo. A solução empregada é utilizar a distribuição do desembolso recente e passada como aproximação dos valores para saldos atuais.

Composição dos recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Os recursos próprios da Finame são aqueles oriundos do retorno de suas aplicações, bem como da aplicação e desmobilização de seu patrimônio (venda de títulos públicos, principalmente). São calculados a partir das informações do Balanço Contábil e das premissas utilizadas na elaboração do Programa de Dispêndios Globais - PDG. Para cálculo do fluxo das aplicações com recursos próprios, foram utilizadas as expectativas de liberação, capitalização de correção e juros, provisões e retorno que utilizam essa fonte de recursos.

Recursos do Tesouro Nacional

Os recursos do Tesouro Nacional que a Finame recebe são de duas naturezas distintas:

- a) recursos do Tesouro destinados a programas específicos, para serem administrados pela FINAME; e
- b) equalizações de juros transferidas posteriormente à realização das operações (no caso de programas de apoio à exportação e ao setor agrícola).

Esses recursos são transferidos pelo Tesouro Nacional. Podem ser definidos no orçamento como linhas a serem empregadas ou podem aparecer como ativos na forma de títulos.

Na proposta do quadro de empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos para 2007, encaminhada em julho de 2006, foram utilizados os valores adotados no Programa de Dispêndios Globais - PDG para o cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações. Entre as variáveis utilizadas, foram previstas a entrada de recursos novos (utilizada no cálculo dos empréstimos e financiamentos e do fluxo das aplicações), a capitalização da dívida junto ao Tesouro Nacional e o serviço da dívida junto ao Tesouro Nacional (utilizadas no cálculo do fluxo das aplicações).

Recursos de Outras Fontes

A Finame não capta diretamente recursos de outras fontes, mas, de forma indireta, mediante repasse do Bndes. Por esse motivo, os valores previstos para captação, assim como os previstos para capitalização e serviços da dívida junto ao Bndes, foram classificados como recursos de outras fontes.

C) BANCO DO BRASIL S.A. - BB

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

É apurado pela diferença entre os saldos previstos para o mês de dezembro do ano de referência e os de dezembro do ano anterior. Os valores assim obtidos expressam o resultado líquido entre os desembolsos e os retornos das operações de crédito. Para obter-se o valor do fluxo no ano de 2007, projetam-se os saldos para o último dia de 2006 e de 2007. A diferença resultante corresponde à variação de saldo em 2007. O saldo estimado é apurado conforme a seguir:

- $\text{Saldo dezembro/2007} = \text{saldo de dezembro/2006} + \text{empréstimos concedidos (2007)} - \text{recebimentos (2007)}.$

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Corresponde ao somatório dos recursos oriundos de operações de crédito efetivamente creditados nas contas dos tomadores de empréstimos. Como exemplo, podemos citar as operações de curto prazo e de capital de giro (cheque especial e empréstimos ao consumidor/fornecedor). Nesses casos, somam-se todos os saques realizados pelo cliente e, ao final do mês, apura-se o total desembolsado. Dependendo do número de liberações e retornos, no prazo de um mês (acompanhamento mensal), o valor efetivamente aplicado pode superar o contratado inicialmente.

- Exemplo: Cheque especial para um pequeno comerciante (limite de R\$ 1.000,00)
 - dia 1: saque de R\$ 1.000,00;
 - dia 2: depósito de R\$ 500,00;
 - dia 5: saque de R\$ 300,00;
 - dia 15: depósito de R\$ 800,00;
 - dia 20: saque de R\$ 1.000,00; e
 - dia 28: depósito de R\$ 1.000,00.
- Valor total = somatório dos saques: R\$ 1.000,00 + R\$ 300,00 + R\$ 1.000,00 = R\$ 2.300,00, valor bem superior ao limite de crédito.

Operações a Fundo Perdido

Não haverá aplicação de recursos a Fundo Perdido, no ano de 2007.

Recebimentos no Período

Foram calculados a partir da expectativa de empréstimos efetivamente concedidos menos a variação de saldo projetada. Os valores referentes aos encargos correspondem à renda de operações de crédito, programada para 2007.

Saldos

Corresponde ao saldo da carteira de operações de crédito projetada para 31 de dezembro de 2007.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Compõem-se das captações no mercado interno e externo através de depósitos a vista, a prazo, poupança e no mercado interbancário.

Recursos do Tesouro Nacional

Recursos oriundos especificamente do Tesouro Nacional e/ou entidades oficiais, ingressados no Banco do Brasil com destinação específica de interesse governamental: Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e Banco da Terra.

Recursos de Outras Fontes

Recursos oriundos de outras Agências Oficiais de Fomento e de Programas de Atividades Específicas, tais como os recursos do Bndes.

D) BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxos das Aplicações)

Neste item foi procedida a seguinte operação: Novos empréstimos e financiamentos projetados menos os recebimentos projetados para 2007. Foi considerada a hipótese de que será aplicado todo o volume de recursos previstos para ingressarem em 2007.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - BASA
(Em percentual)

Estado/ Recursos	FNO	BNDES	FAT	OGU	FMM	FDA	Recursos Próprios	Captação Externa	FINAME
Acre	10,0	5,0	5,0	5,0	-	-	4,2	10,2	5,0
Amapá	10,0	5,0	5,0	5,0	-	-	0,6	10,1	5,0
Amazonas	15,0	15,0	15,0	15,0	30,0	20,0	8,3	13,9	15,0
Pará	25,0	15,0	15,0	15,0	40,0	20,0	37,3	25,0	15,0
Rondônia	15,0	10,0	10,0	10,0	-	30,0	9,3	14,6	10,0
Roraima	10,0	5,0	5,0	5,0	-	-	0,6	11,5	5,0
Tocantins	15,0	15,0	15,0	15,0	-	-	7,3	14,8	15,0
Mato Grosso	-	15,0	15,0	15,0	-	20,0	11,2	-	15,0
Maranhão	-	15,0	15,0	15,0	10,0	10,0	10,4	-	15,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	1,4	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	10,0	-	0,1	-	-

Fonte: DEST/SIEST

- a distribuição dos recursos do FNO, por Estado, obedece à distribuição do Plano de Aplicações do FNO para o período de 2005 a 2007;
- a distribuição dos recursos do BNDES considerou o limite de crédito definido pelo Banco Central e o histórico de aplicações que se verifica nas Unidades da Federação;
- a distribuição dos recursos do FAT foi realizada com base nas demandas previstas pelas Gerências Regionais do Banco e nas potencialidades das Regiões; e
- na distribuição dos recursos do OGU, foi utilizada uma projeção de crescimento anual constante de 10% a partir de 2005, sobre o valor aplicado em 2004. Mas, em função do relatório do Banco Central, de 27/05/2005, que apresenta um crescimento igual a 3,5% para 2006, as previsões foram ajustadas.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SETOR DA ECONOMIA – BASA
(Em percentual)

Sector/ Recursos	FNO	BNDES	FAT	OGU	FMM	FDA	Recursos Próprios	Captação Externa	FINAME
Rural	60,0	25,8	20,3	100,0	-	-	10,1	79,0	25,8
Industrial	30,2	53,3	62,0	-	100,0	100,0	34,8	16,0	53,3
Comércio	4,9	6,8	8,9	-	-	-	41,5	2,5	6,8
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	3,2	-	-
Outros Serviços	4,9	14,3	8,9	-	-	-	10,4	2,5	14,3
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DEST/SIEST

- a distribuição dos recursos do FNO, por setor, obedece à distribuição do Plano de Aplicações do FNO para o período de 2005 a 2007;
- a distribuição dos recursos do Bndes e da Finame considerou o limite de crédito definido pelo Banco Central do Brasil e o histórico de aplicações desses recursos nos setores da economia;
- na distribuição dos recursos do FAT, foi considerado o histórico de aplicações desses recursos, obedecendo aos valores autorizados através da Resolução Codefat nº 439, de 02.06.2005;
- os recursos do OGU serão aplicados no setor rural, em consonância com o Contrato nº 163/PGFN/CAF – Processo nº 10951.001048/2003-9 – celebrado entre a União e o Banco da Amazônia S.A.;
- na distribuição dos recursos próprios, foi considerado o histórico de aplicações desses recursos nos diversos setores da economia; e
- a distribuição dos recursos de captação externa considerou, em termos de política de aplicação desses recursos, o programa Amazônia Verde – Programa de Sustentabilidade Ambiental para a Amazônia, que tem como prioridade financiar projetos privados voltados para as áreas de reflorestamento e sistemas de tratamento de lixo, entre outros.

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR PORTE DO TOMADOR - BASA

Em percentual

Porte/ Recursos	FNO	BNDES	FAT	OGU	FMM	FDA	Recursos Próprios	Captação	FINAME
Micro/Pessoa Física	37,3	4,0	37,3	100,0	9,0	-	51,8	51,8	4,0
Pequeno	20,3	15,0	62,8	-	18,0	-	30,0	30,0	15,0
Médio	24,0	43,4	-	-	32,0	50,0	9,4	9,4	43,4
Grande	18,4	37,6	-	-	41,0	50,0	8,8	8,8	37,6

Fonte: DEST/SIEST

Operações a Fundo Perdido

O Basa não trabalha com esta modalidade de operação.

Recebimentos no Período

A previsão de recebimentos foi calculada multiplicando-se o percentual estimado de pagamentos sobre o saldo das operações. Os saldos utilizados como base foram os do mês de maio/2006.

Saldos Atuais

Saldo previsto para o exercício 2006 somado ao fluxo projetado para o ano 2007.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Recursos destinados a aplicações, provenientes de Poupança, Depósitos a Prazo e Depósitos a Vista.

Recursos do Tesouro Nacional

Recursos repassados pelo Tesouro Nacional relativos ao Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Recursos de Outras Fontes

Recursos oriundos do Bndes, Finame, FAT, FMM, OGU, FDA e Captação Externa.

E) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Foram considerados os valores projetados para contratação pelos gestores de produtos de crédito para o próximo ano. A partir dessa definição de valores, as variações de saldos foram projetadas com base nas contratações previstas, taxas praticadas e prazos médios de retorno de cada carteira. Dessa forma, foram segregados quanto aos setores da economia, às Unidades Federativas, às fontes de recursos e ao porte do tomador.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Os gestores de produtos de crédito projetaram os valores de contratação para 2007, considerando-se o cenário macroeconômico e as projeções de taxas e índices para 2007. Feita a projeção de produto por produto, consolidaram-se os valores por tipo de crédito e procedeu-se à distribuição em setores de atividade, origem de recursos e porte do tomador, divididos para cada Unidade Federativa, respectivamente.

Operações a Fundo Perdido

Foram considerados os recursos provenientes do Tesouro Nacional, os quais constituem operações de repasse, sem que haja o retorno destes recursos à União. As principais fontes de recursos são externas, a saber: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os programas previstos até o momento são: “Urbanização de Assentamentos Precários” e “Habitação de Interesse Social”. O primeiro articula ações para atender às necessidades básicas da população e melhorar a sua condição de habitabilidade e inclusão social. É destinado a famílias de baixa renda, com demanda de recursos federais pelos estados, municípios e Distrito Federal. O segundo viabiliza o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos em localidades urbanas e rurais. Destina-se a famílias de baixa renda com demanda de recursos federais pelos estados, Distrito Federal e municípios por meio de entidades das respectivas administrações direta e indireta.

Recebimentos no Período

Valores líquidos informados pelos gestores (discriminados em amortizações e encargos), apurados através da seguinte fórmula: saldo atual menos saldo anterior (fluxo das aplicações) menos os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos.

Saldos

Valor acumulado no ano, considerando-se a projeção de contratação dos gestores de produtos de crédito para o próximo ano.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Foram considerados os recursos advindos de produtos de captação junto ao mercado, tais como depósito à vista e poupança, que são direcionados para operações de crédito, respeitados os limites e determinações do Banco Central do Brasil e de outros órgãos reguladores.

Recursos do Tesouro Nacional

Recursos em que a Caixa é o agente financeiro de operações de repasse do Orçamento Geral da União (OGU). O programa considerado foi descrito no item Operações a Fundo Perdido.

Recursos de Outras Fontes

Provenientes de fontes que não as anteriores, advindas, principalmente, de fundos e programas, tais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), dentre outros, além de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes).

O principal programa relativo à classificação “Recursos de Outras Fontes” para 2007 e o PRÓ-Moradia - Programa do Governo Federal, que visa apoiar o poder público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais, que resultem na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, através de alternativas habitacionais.

F) BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - BEP

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Foram considerados os recursos efetivamente aplicados, acrescidos dos encargos financeiros e deduzidas a amortizações. As estimativas para 2007 foram feitas com base nos valores executados no primeiro semestre de 2006, extraídos dos registros contábeis do BEP. Para composição do Fluxo das Aplicações serão utilizados recursos das rubricas discriminadas a seguir:

BEP
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS MENOS AMORTIZAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	R\$
Financiamentos Rurais – Fluxo de Operações	(10.303)
Financiamentos Industriais – Fluxo de Operações	(68.878)
Empréstimos e Títulos Descontados/Outros	20.914.181
Fluxo Resultante	20.835.000

Fonte: DEST/SIEST

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

São considerados neste grupo os recursos efetivamente aplicados em novas operações de crédito, cujos valores foram extraídos de relatórios gerenciais fornecidos pela área de crédito do Banco.

Operações a Fundo Perdido

O Banco do Estado do Piauí S.A. não opera com recursos a Fundo Perdido.

Recebimentos no Período

Foram considerados neste grupo os recursos recebidos/amortizados de operações de crédito, cujos dados foram extraídos de relatórios fornecidos pela área de crédito.

Saldos

Foi considerado neste grupo o fluxo anual das operações de crédito registradas nas contas “Empréstimos e Títulos Descontados”, “Financiamentos Industriais”, “Financiamentos Rurais e Agroindustriais”, “Devedores por Compra de Valores e Bens” e “Securitização de Crédito Rural”, somado ao saldo das operações das mesmas contas, apresentado no ano anterior.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Compõem-se dos recursos decorrentes de capital próprio do Banco.

Recursos do Tesouro Nacional

Não utiliza.

Recursos de Outras Fontes

Financiamentos do Bndes.

G) BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

As operações de crédito foram orçadas com base nas premissas definidas para a elaboração do orçamento para 2007, aprovadas em reunião de Diretoria do Besc. Tomou-se por base os empréstimos efetivamente concedidos, realizados até maio de 2006, para distribuição por produto e por porte, em micro, pequeno, médio e grande tomador. Aplicações 2007: foi projetado o incremento médio das operações de crédito para 2007, da ordem de 26,13%, em relação ao saldo existente em maio de 2006.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

O total dos empréstimos efetivamente concedidos foi estimado com base nos valores previstos para dezembro de 2006. As estimativas dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos pelo Banco do Estado de Santa Catarina S.A., em 2007, totalizaram R\$ 875.141.718,00.

Operações a Fundo Perdido

O Besc não tem operações a Fundo Perdido.

Recebimentos no Período

Na definição do total dos recebimentos, foram considerados os valores dos empréstimos efetivamente concedidos, deduzido o fluxo das aplicações, obedecendo aos mesmos índices de crescimento.

BESC DEMONSTRATIVO DOS VALORES PROJETADOS PARA 2007

R\$ 1,00

EMPRÉSTIMOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	FLUXO DAS APLICAÇÕES	RECEBIMENTOS
875.141.718,00	116.940.070,00	758.201.648,00

Fonte: DEST/SIEST

Saldos

Foram tomados por base os saldos dos empréstimos projetados até dezembro de 2006. Sobre esta nova base aplicou-se o incremento de 26,13%, obtendo-se, dessa forma, o saldo projetado para 2007, no montante de R\$ 564.434.868,00.

Composição dos recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos):

Recursos de Outras Fontes

Recursos de captação de depósitos a vista, a prazo ou interfinanceiros.

H) BESC FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - BESCREDI

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

As operações de crédito foram orçadas com base nas premissas definidas para a elaboração do orçamento para 2007, aprovadas em reunião de Diretoria. Tomou-se por base os empréstimos efetivamente concedidos, realizados até maio de 2006, para distribuição por porte, em micro, pequeno, médio, grande tomador e por regionais. Aplicações: aumento das operações de crédito em 87,52%, em relação ao saldo projetado para 2006, totalizando R\$ 55.024.137,00, no ano de 2007.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Tomou-se por base os empréstimos efetivamente concedidos, realizados até maio de 2006, para distribuição por porte, em micro, pequeno, médio, grande tomador e por regionais. Na definição do valor, foi utilizado o percentual de 40,00% sobre o valor médio dos empréstimos concedidos de janeiro a maio de 2006, e acrescentou-se a variação equivalente a 87,52%. Os empréstimos efetivamente concedidos, estimados para 2007, totalizam R\$ 199.702.713,00.

Operações a Fundo Perdido

Não se aplica à Bescredi.

Recebimentos no Período

Na definição do total dos recebimentos, foram considerados os valores dos empréstimos efetivamente concedidos, deduzido o fluxo das aplicações. Demonstrativo dos valores previstos para 2007:

BESCREDI DEMONSTRATIVO DOS VALORES PROJETADOS PARA 2007

R\$ 1,00

EMPRÉSTIMOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	FLUXO DAS APLICAÇÕES	RECEBIMENTOS
199.702.713,00	55.024.137,00	144.678.576,00

Fonte: DEST/SIEST

Saldos

Foi tomado por base o saldo dos empréstimos projetado para dezembro de 2006. Sobre essa base, foi aplicado, conforme definido nas premissas, o percentual de crescimento de 87,52%, obtendo-se, assim, o saldo estimado para 2007, no montante de R\$ 117.891.428,00.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos de Outras Fontes

Recursos de captação de depósitos interfinanceiros.

1) BESC S.A. CRÉDITO IMOBILIÁRIO - BESCRI

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

As operações de crédito foram orçadas com base nas premissas definidas para a elaboração do orçamento para 2007, aprovadas em reunião de Diretoria. Financiamento Habitacional – As operações neste segmento foram projetadas, considerando as baixas pelas amortizações e os acréscimos decorrentes de atualização monetária, apresentando, ao final de dezembro de 2007, aumento do saldo em R\$ 7.517.983,00.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Não foram consideradas novas aplicações para 2007, mas somente os valores de atualização dos saldos de empréstimos e financiamentos concedidos.

Operações a Fundo Perdido

A Bescri não tem operações a Fundo Perdido.

Recebimentos no Período

Na definição do total dos recebimentos, foram considerados os valores dos empréstimos efetivamente concedidos, deduzido o fluxo das aplicações.

BESCRI
DEMONSTRATIVO DOS VALORES PROJETADOS PARA 2007

R\$ 1,00

EMPRÉSTIMOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS	FLUXO DAS APLICAÇÕES	RECEBIMENTOS
18.007.716,00	7.517.983,00	10.489.733,00

Fonte: DEST/SIEST

Saldos

Foi considerado o saldo dos empréstimos em maio de 2006, deduzidas as baixas pelas amortizações e somadas as atualizações de saldo pela TR. Dessa forma, o saldo estimado para 2007 atingiu o montante de R\$ 89.489.869,00.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos de Outras Fontes

Recursos de captação de depósitos de poupança.

J) BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Realizado: Fluxo apurado através da diferença entre os saldos contábeis apresentados no final do ano de referência e o do ano imediatamente anterior. Os saldos contábeis utilizados são os constantes das demonstrações contábeis e do documento Estatística Econômico-financeira apresentado ao Banco Central do Brasil.

Provável execução

As previsões de aplicações de recursos se basearam na análise dos cenários, no histórico e na experiência. Foram levadas em consideração a previsão dos ingressos de recursos e a dedução das amortizações programadas para cada linha de aplicação.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Realizado: Informação relativa ao que foi efetivamente desembolsado, acrescido dos encargos. Foi considerado o desembolso em cada unidade da federação, para cada finalidade e porte do tomador.

Provável execução: As estimativas de execução baseiam-se nas metas do Planejamento Estratégico para 2007, em informações e na experiência de anos anteriores, verificando-se a proporcionalidade histórica entre recursos efetivamente desembolsados e os valores contratados. Aos desembolsos previstos, foram acrescentados os encargos com base nas previsões de taxas e indexadores utilizados para as projeções orçamentárias para 2007.

Operações a Fundo Perdido: O BNB não tem operações a Fundo Perdido.

Recebimentos no Período: Os recebimentos foram estimados com base nas operações já contratadas, levando em consideração o cronograma de reembolso dos empréstimos de longo prazo e seus prazos de carências.

Saldos: Os saldos atuais foram estimados com base nos saldos do exercício anterior (realizado ou projetado), acrescidos dos valores referentes à previsão do fluxo das aplicações do ano em análise.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

Foram considerados, para o fluxo das aplicações: os depósitos a vista, os depósitos a prazo e as contratações com recursos do próprio Banco, para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos.

Recursos do Tesouro Nacional

Fluxo das aplicações: foram considerados os ingressos de recursos relativos ao Fundo Constitucional do Nordeste - FNE. Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos: foram considerados os desembolsos e encargos previstos com recursos do FNE.

Recursos de Outras Fontes

- a) Fluxo das aplicações: foram considerados os ingressos de recursos de outras fontes; e
- b) Empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos: foram considerados os desembolsos e encargos previstos com recursos de outras fontes.

K) BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Apurado pela diferença entre os saldos do mês de dezembro do ano de referência e os de dezembro do ano anterior. Expressa o resultado líquido entre os desembolsos e os retornos das operações de crédito.

Para chegar ao valor do fluxo no ano de 2007, projetou-se o saldo do último dia de 2006 e do último dia de 2007. A diferença entre esses valores corresponde, portanto, à variação de saldo em 2007.

- Saldo dezembro/2007 = liberações menos amortizações em 2007, mais saldo de dezembro/2006.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Somatório dos recursos oriundos de operações de crédito, que são efetivamente creditados nas contas dos tomadores de empréstimos. Somam-se todas as operações de crédito realizadas, incluindo as operações liquidadas e, ao final do mês, apura-se o total desembolsado.

Operações a Fundo Perdido

Não foi prevista aplicação, a Fundo Perdido, no ano de 2007.

Recebimentos no Período

São apurados pela diferença entre as parcelas das operações de crédito com retorno previsto para o mês e a soma das parcelas não pagas no mesmo período. Das parcelas efetivamente recebidas, foram segregados os valores relativos ao principal e aos encargos.

Saldos

Somatório das parcelas vincendas e vencidas de operações de crédito concedidas e não liquidadas.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos de Outras Fontes

Por meio de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças (DIM).

L) FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações)

Até o exercício de 2005, este item se referia ao fluxo de aplicações efetivas menos amortizações. A partir de 2006, o conceito de liberações passa a abranger também os encargos incorridos sobre os saldos devedores dos financiamentos. Com isso, este item passa a refletir o fluxo líquido completo de principal e encargos dos financiamentos, representando a variação do saldo consolidado dos financiamentos concedidos. Como os empréstimos concedidos pela Finep são de longo prazo e têm um período de carência da ordem de 24 meses, as liberações de novos financiamentos ao longo de 2007 não gerarão amortizações no próprio exercício. Dessa forma, a projeção de recebimento de amortizações levou em conta apenas os dados constantes do sistema de cobrança sobre os créditos já liberados e projeções adicionais feitas para a carteira de operações já contratadas, considerando-se que a liberação das parcelas de financiamento restantes ocorra de acordo com os cronogramas previstos nos contratos.

Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos

Foram considerados os cronogramas de desembolso das parcelas de financiamento das operações já contratadas e daquelas em processo de contratação. Foi considerado também que as operações que já foram enquadradas quanto ao mérito e estão na fase de análise da solicitação de financiamento sejam efetivamente transformadas em operações de financiamento ainda em 2006, gerando liberações ao longo de 2007. A distribuição das novas operações, necessárias para atingir as metas estabelecidas no Programa de Dispendios Globais - PDG, será similar à definida no conjunto de etapas anteriores. As novas liberações foram consideradas apenas para as unidades da federação onde já há pedidos de enquadramento de projetos em carteira. Toda a previsão de novas operações foi concentrada no segmento de indústria. Nos quadros de liberações de recursos da política de aplicações, os valores incluem, também, os encargos incorridos e capitalizados sobre os saldos devedores dos financiamentos concedidos, de forma que seja possível a visualização da formação das variações de saldos.

Operações a Fundo Perdido

Não se aplica à Finep.

Recebimentos no Período

A previsão de recebimentos de amortização foi feita com base nos dados do sistema de cobrança para os contratos de financiamento com valores já liberados e previsões de novas liberações para esses mesmos contratos. Não há previsão de recebimento de amortizações relativas aos novos contratos de financiamento, pois esses contam com um período de carência de 24 meses, em média.

Saldos

O saldo total é baseado no balanço da empresa, e a distribuição interna foi ajustada em função dos quadros de fluxo de aplicações no período.

Composição dos Recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos)

Recursos Próprios

O ingresso de recursos foi considerado em função da demanda total projetada pelas operações de crédito, incluindo as contratadas ou aprovadas e as novas operações. Foi considerada a aplicação de R\$ 69,6 milhões com recursos próprios nesses financiamentos. A disponibilidade desses recursos funcionará como um lastro de segurança para eventuais frustrações ou atrasos na captação dos recursos de terceiros.

Recursos do Tesouro Nacional

Neste ano foi colocada uma previsão de repasse de recursos do FNDCT (Tesouro) para financiamento a empresas em segmentos prioritários da PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, no montante de R\$ 50,9 milhões. Existem negociações em curso que podem levar a um valor substancialmente maior, mas a Finep optou por uma posição conservadora.

Recursos de Outras Fontes

Para a continuidade e ampliação da carteira de operações foi prevista a utilização de recursos do FND e do FAT. Existe uma dotação de R\$ 120,0 milhões para a Finep no orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) para o exercício de 2006. Após contato com a Secretaria Executiva do FND, considerou-se a repetição de valor idêntico em 2007. Destes, cujo ingresso efetivo na Finep só está previsto para os últimos meses do ano, foi programada a utilização de R\$ 53,5 milhões em liberações de novos financiamentos ainda em 2007, ficando o restante para continuidade das liberações no início de 2008. Foi considerada ainda a utilização de R\$ 533,5 milhões em recursos do FAT, para complementar os recursos necessários ao atendimento pleno da carteira de operações. Parte desses recursos poderá vir de compensações com amortizações devidas, cujos valores o FAT autoriza reaplicar parcialmente. Entretanto, para efeito de quadros de planejamento preferiu-se considerar o pagamento da totalidade das amortizações e o ingresso da totalidade dos recursos com sendo novos.

Demonstrativos Consolidados sob o título “Política de Aplicação”, anexos a esta Prestação de Contas Presidencial, referem-se à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, no período novembro/dezembro de 2007, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 99 da LDO de 2007, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo Bndes.

4.7. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás é a responsável pela gestão de recursos setoriais que atendem às diversas áreas do Setor Elétrico, representados pelos seguintes Fundos:

- a) Reserva Global de Reversão – RGR, que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, no Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e no Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros;
- b) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada;
- c) Conta de Consumo de Combustível – CCC que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do País; e
- d) Uso de Bem Público – UBP que se destina ao desenvolvimento das ações no âmbito do Programa de universalização do acesso à energia em áreas rurais e, a partir de 29.04.2002, os pagamentos das quotas passaram a compor as fontes de financiamento da CDE.

Os quatro fundos observam as seguintes características que determinam os procedimentos adotados na sua gestão:

- a) a RGR, a CDE, a CCC e o UBP são decorrentes de Leis específicas;
- b) eles têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica, pela promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e pelo desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;
- c) sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas Leis que criaram os referidos fundos;
- d) a arrecadação dos recursos com os compõem não observa o ano civil; e
- e) são geridos pela Eletrobrás por determinação legal.

Para o exercício de 2007 foram previstas receitas de R\$ 7.969,0 milhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R\$ 8.572,5 milhões. A RGR, a CDE e a CCC obtiveram desempenhos de 97,9%; 119,1%; e 107,6%, respectivamente, na arrecadação de recursos.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSOS			USO DOS RECURSOS		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DESEMPENHO (C = B/A)	PREVISTO (D)	REALIZADO (E)	DESEMPENHO (F = E/D)
RGR	2.366.226	2.317.260	97,9	1.469.881	1.313.168	89,3
CDE	2.492.146	2.968.476	119,1	2.937.681	2.925.498	99,6
CCC	3.110.674	3.286.780	105,7	3.352.174	3.316.881	98,9
TOTAL	7.969.046	8.572.516	107,6	7.759.736	7.555.547	97,4

Fonte: Eletrobrás

O Plano de aplicação da RGR, da CDE e da CCC, para o exercício de 2007, previu investimentos da ordem de R\$ 7.759,7 milhões. Desse montante foram aplicados R\$ 7.555,5 milhões em financiamentos, repasses, subvenções, aquisição de combustíveis e outros dispêndios vinculados às finalidades previstas na legislação, ou seja, desempenho médio de 97,4%, com 89,3% para a RGR; 99,6% para a CDE; e 98,9% para a CCC.

No exercício de 2007, o fluxo financeiro das receitas e das aplicações de cada um dos respectivos fundos registrou saldos de R\$ 1.004,1 milhões para a RGR; R\$ 43,0 milhões para a CDE; e de R\$ (30,1) milhões para a CCC. A tabela e o gráfico a seguir, apresentam a discriminação, pelas diversas regiões do País, dos recursos aplicados em 2007 pelos três fundos:

**FUNDOS ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS APLICAÇÕES - 2007**

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO FUNDOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
RGR (1)	179.672	440.076	399.797	81.978	165.016	1.266.539
CDE (2)	430.411	1.403.114	399.746	589.608	91.913	2.914.792
CCC	3.316.681	-	-	-	-	3.316.681
TOTAL	3.926.764	1.843.190	799.543	671.586	256.929	7.498.012

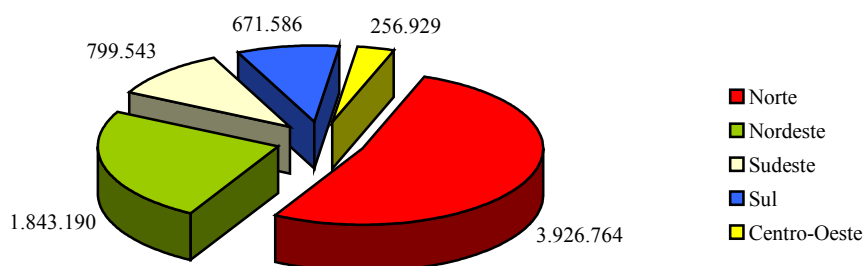
Fonte: ELETROBRÁS

Obs.: (1) Não inclui os recursos de R\$ 47,0 milhões das rubricas "Repasse de Verbas da ANEEL" e "Outras Aplicações"

(2) Inclui Quotas pelo Uso de Bem Público - UBP

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 52,4% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 24,6%, a Região Sudeste com 10,7%, a Região Sul com 9,0% e a Região Centro-Oeste com 3,3%.

**FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO - RGR,CDE e CCC - 2007
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
VALORES EM R\$ MIL**



4.7.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A RGR foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, definiu que a RGR seria extinta em 1/12/2002. Entretanto, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estendeu sua vigência até 2010.

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, bem como para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Quota RGR, sua principal fonte de recursos, fixada anualmente, é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

A tabela a seguir apresenta a composição das fontes de recursos da RGR:

RGR - FONTES DE RECURSOS - 2007
Valores em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Arrecadação de Quotas	1.300.435	1.310.382	56,5	100,8	9.947
Juros de Reversão	11.595	11.578	0,5	99,9	(17)
Parcelamentos	4.496	12.806	0,6	284,8	8.310
Amortizações Efetuadas pela ELETROBRÁS	560.000	510.036	22,0	91,1	(49.964)
Rendimento das Aplicações Financeiras	489.700	472.458	20,4	96,5	(17.242)
TOTAL	2.366.226	2.317.260	100,0	97,9	(48.966)

Fonte: Eletrobrás

Foram arrecadados R\$ 2.317,3 milhões em 2007, dos quais 56,5% são provenientes de arrecadação de quotas. Em segundo as Amortizações Efetuadas pela Eletrobrás, equivalentes a 22,0% do total, e os Rendimentos das Aplicações Financeiras com 20,4%.

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobrás aplicou, no exercício financeiro de 2007, o montante de R\$ 1.313,2 milhões. Na tabelas abaixo se encontra detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2007:

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2007
Valores em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Financiamentos	1.430.520	847.462	64,5	59,2	(583.057)
Programa Luz Para Todos	796.945	491.980	37,5	61,7	(304.966)
Programa Reluz	19.540	33.522	2,6	171,6	13.982
Obras em Geração de Energia	278.963	38.174	2,9	13,7	(240.789)
Obras em Transmissão de Energia	283.012	245.164	18,7	86,6	(37.848)
Obras em Distribuição de Energia	20.538	26.797	2,0	130,5	6.259
Recuperação de Parques Térmicos	31.521	11.825	0,9	37,5	(19.695)
Repasses - Aneel	39.361	39.691	3,0	100,8	0
Subvenção Econômica - Programa Luz Para Todos	0	419.032	31,9	-	419.032
Outras Aplicações	0	7.313	0,6	-	7.313
TOTAL	1.469.881	1.313.499	100,0	89,4	(156.382)

Fonte: Eletrobrás

Dentro das finalidades da RGR, o Programa Luz Para Todos recebeu 37,5% dos recursos disponíveis no exercício, com vistas a financiamentos de projetos. Além disso, recebeu mais 31,9% dos recursos a título de Subvenção Econômica.

Aparecem, em seguida, na modalidade Financiamento, as Obras em Transmissão de Energia, como sendo o título que mais recebeu recursos com 18,7%, seguido das Obras de Geração de Energia, com 2,9%.

A Região Nordeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações do RGR, com 34,7% dos recursos, com ênfase nos financiamentos e subvenção econômica para o Programa Luz Para Todos. Em segundo lugar veio a Região Norte com 31,6% no mesmo Programa, conforme tabela a seguir:

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2007

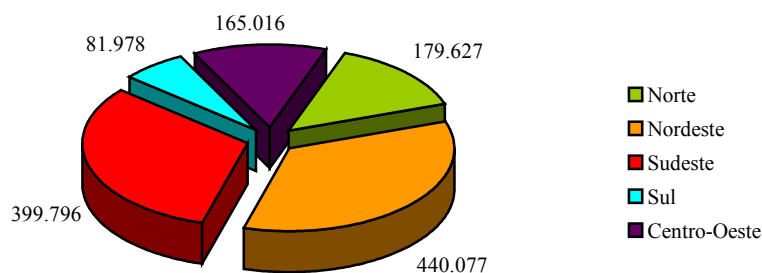
Valores em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
Financiamentos	89.837	266.075	297.520	64.004	130.026	847.462
Programa Luz Para Todos	46.325	126.370	213.685	33.396	72.204	491.980
Programa Reluz	406	2.499	25.209	5.408	0	33.522
Obras em Geração de Energia	0	0	38.174	0	0	38.174
Obras em Transmissão de Energia	15.931	126.326	20.452	24.632	57.822	245.163
Obras em Distribuição de Energia	15.350	10.880	0	568	0	26.798
Recuperação de Parques Térmicos	11.825	0	0	0	0	11.825
Subvenção Econômica - Programa Luz Para Todos	89.790	174.002	102.276	17.974	34.990	419.032
TOTAL	179.627	440.077	399.796	81.978	165.016	1.266.494

Fonte: Eletrobrás

À exceção da Região Sudeste e depois do Programa Luz Para Todos, o financiamento em Obras de Transmissão de Energia, dentro dos demais títulos, foi o que recebeu maior volume de recursos.

RGR – APLICAÇÃO DE RECURSOS - 2007 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL VALORES EM R\$ MIL



4.7.2. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº 10.438/2002, cujo valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de prover recursos para:

- o desenvolvimento energético dos Estados;
- garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; e
- promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias à Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

Foram arrecadados R\$ 2.968,5 milhões em 2007, 19,1% acima da previsão para o exercício, sendo que a arrecadação de Quotas, representou 81,0%, desse montante, vindo em segundo lugar as Subvenções para o Programa Luz Para Todos, oriundas da RGR, com 14,1% e em seguida as Quotas pelo Uso de Bens Públicos – UBP com 2,7%, conforme tabela a seguir:

CDE - FONTES DE RECURSOS - 2007

Valores em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFER. (E=B-A)
Arrecadação de Quotas	2.352.879	2.403.964	81,0	102,2	(51.085)
Quotas do UBP	135.689	80.490	2,7	59,3	55.199
Multas da Aneel	3.578	52.675	1,8	1.472,2	(49.097)
RGR - Subvenção para Programa Luz Para Todos	0	419.032	14,1	-	(419.032)
Outras fontes	0	12.315	0,4	-	(12.315)
TOTAL	2.492.146	2.968.476	100,0	119,1	(476.330)

Fonte: Eletrobrás

CDE – APLICAÇÕES DE RECURSOS - 2007

Valores em R\$ mil

APLICAÇÕES	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFER. (E=B-A)
Subvenção para o Programa de Baixa Renda	1.200.000	1.030.343	35,2	85,9	(169.657)
Carvão Mineral	500.000	467.688	16,0	93,5	(32.312)
Universalização de Energia para Programa Luz Para Todos	1.226.560	1.416.761	48,4	115,5	190.201
RGR - Subvenção para Programa Luz Para Todos	11.121	10.391	0,4	93,4	(730)
Outras Aplicações	0	315	0,0	-	315
TOTAL	2.937.681	2.925.498	100,0	99,6	(12.183)

Fonte: Eletrobrás

Em 2007 foram liberados de R\$ 2.925,5 milhões, sendo:

- R\$ 1.030,2 milhões para as concessionárias de energia elétrica de todo o País como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda;
- R\$ 1.427,2 milhões para universalização do serviço de energia elétrica e Subvenção no âmbito do Programa “Luz Para Todos”;

- R\$ 467,7 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional; e
- R\$ 315 mil para outras aplicações.

A aplicação dos recursos da CDE atendeu com maior ênfase a Região Nordeste, com 48,1% dos recursos, vindo, em seguida, a Região Sul, com 20,2% e a Região Norte com 14,8%.

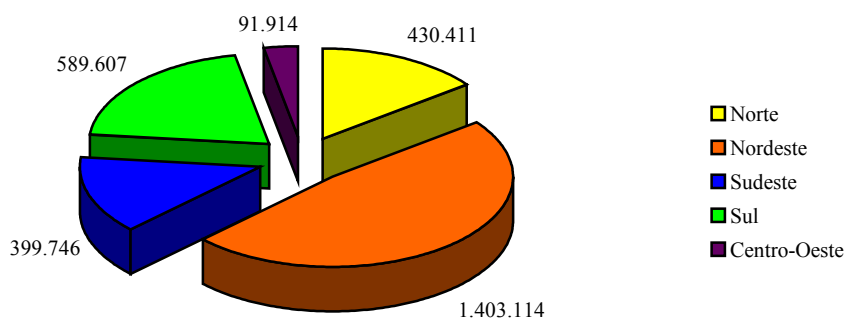
CDE - APLICAÇÕES DOS RECURSOS- 2007

Valores em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
Subvenção para o Programa de Baixa Renda	55.702	692.517	208.067	64.729	9.327	1.030.342
Carvão Mineral	-	-	-	467.688	-	467.688
Subvenção Econômica - Programa Luz Para Todos	374.709	710.597	191.679	57.190	82.587	1.416.762
TOTAL	430.411	1.403.114	399.746	589.607	91.914	2.914.792

Fonte: Eletrobrás

CDE – APLICAÇÃO DE RECURSOS – 2007 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL VALORES EM R\$ MIL



4.7.3. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973. Refere-se ao rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoeletrônica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral.

A geração termoeletrônica se faz necessária quando as condições de geração de energia hidroelétrica nos Sistemas Interligados são insuficientes para o atendimento ao mercado. Além disso, a geração termoeletrônica também se faz necessária nas regiões do País localizadas fora da área de atendimento pelo Sistema Interligado, como na Região Norte, nos denominados sistemas isolados.

Os custos da geração termoeleétrica nos Sistemas Isolados são rateados por todos os consumidores do País, mediante a fixação de valores anuais para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado, e podem variar em função da necessidade maior ou menor do uso das usinas termoeletricas.

A Lei nº 9.648/98 e a Resolução Aneel nº 261, de 13 de agosto, estabeleceram a extinção, a partir de 1º de janeiro de 2006, da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados.

A Lei nº 9.648/2002 e, posteriormente, a Lei nº 10.438/2002, mantiveram até 2022 a sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel com base nas informações prestadas pela Eletrobrás com relação às condições previstas de volume de chuvas, à taxa esperada de crescimento do consumo para o ano corrente e aos preços esperados dos combustíveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 432, de 06 de fevereiro de 2007, homologou o Plano Anual de Combustíveis para os Sistemas Isolados, fixando os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, para crédito na CCC. A Quota da CCC fixada anualmente é recolhida mensalmente pelas concessionárias à Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

As receitas realizadas superaram em 5,7% a previsão orçamentária para o exercício de 2007, com a Arrecadação de Quotas representando a principal fonte de receita da CCC, com a participação de 98,8% dos recursos realizados.

CCC - FONTES DE RECURSOS DAS APLICAÇÕES - 2007

Valores em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZ. (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Arrecadação de Quotas	3.110.674	3.248.744	98,8	104,4	138.070
Outras Fontes	0	38.035	1,2	-	38.035
TOTAL	3.110.674	3.286.779	100,0	105,7	176.105

Fonte: Eletrobrás

A quase totalidade dos recursos, cerca de 98,9% das aplicações previstas, foi destinada à Região Norte do País, onde estão os denominados Sistemas Isolados, com a aquisição de combustível para a geração termoeletrica.

CCC - APLICAÇÕES DE RECURSOS - 2007

Valores em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZ. (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
Óleo Combustível	522.182	516.684	15,6	98,9	(5.498)
Óleo Diesel	31.003	30.676	0,9	98,9	(327)
Outros (inclusive pagamentos à Petrobras e Sub-rogação)	2.798.989	2.769.521	83,5	98,9	(29.468)
TOTAL	3.352.174	3.316.881	100,0	98,9	(35.293)

Fonte: Eletrobrás

A principal destinação do subitem “Outros (inclusive pagamentos à Petrobras e Sub-rogação)”, deve-se ao pagamento pelo fornecimento de gás para operação das Unidades Termoelétricas.

4.7.4. Uso de Bem Público - UBP

O Uso de Bem Público – UBP, instituído através da Lei nº 9.074, de 7.06.1995, alterada pelas Leis nº 9.648, de 27.05.1998, e nº 10.438, de 26.04.2002, e regulamentado pelas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 459, de 05.09.2003, e nº 046, de 10.03.2004, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica e tem como finalidade desenvolver ações no âmbito do Programa de universalização do acesso à energia em áreas rurais.

Sua principal fonte de recursos é o pagamento de quota anual pelas concessionárias, em 12 (doze) parcelas mensais, até o dia 15 do mês seguinte ao de sua competência, na conta corrente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS – Uso do Bem Público - UBP.

A partir de 29.04.2002, por força do disposto na Resolução ANEEL nº 459/2002, os duodécimos do UBP passaram a ser recolhidos à conta corrente da ELETROBRÁS – CDE, e a compor seu saldo.

O saldo existente em 20.04.2002, na conta corrente da ELETROBRÁS – UBP, a partir dessa data passou a ter como movimentação os rendimentos auferidos pela sua aplicação financeira e o imposto incidente sobre os rendimentos dessas aplicações.

4.7.5. Saldos

Cada um dos referidos Fundos Setoriais, RGR, CDE e CCC, são contabilizados individualmente, registrando-se o movimento de entradas e saídas de recursos.

Em 31.12.2007, os Fundos do Setor Elétrico registraram saldos no montante de R\$ 5.831,3 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir.

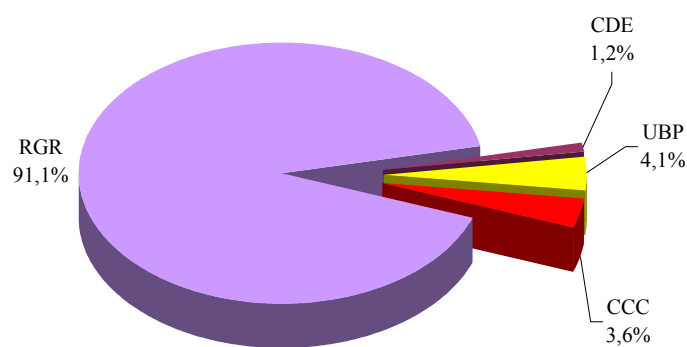
FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO - SALDOS

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM 2006	2007		
		ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO
RGR	4.310.404	2.317.260	1.313.499	5.314.165
CDE	25.762	2.968.476	2.925.498	68.740
UBP	214.957	24.993	3.782	236.168
CCC	242.293	3.286.780	3.316.881	212.192
TOTAL	4.793.416	8.597.509	7.559.660	5.831.265

Fonte: Eletrobrás

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO SALDO EM 31.12.2007



ANEXOS

- **Demonstrativos Consolidados da Dotação e Execução da Despesa**
- **Comentários Sobre a Execução das Ações do Orçamento de Investimento**

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
			Suplementar	Especial						
			(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
09	Previdência Social	55.828.000	-20.828.000	0	35.000.000	-37	8.204.280	23	26.795.720	77
10	Saúde	24.408.110	0	0	24.408.110	0	467.532	2	23.940.578	98
20	Agricultura	18.634.943	-13.306.643	0	5.328.300	-71	4.594.775	86	733.525	14
22	Indústria	145.184.027	-46.149.677	0	99.034.350	-32	53.964.971	54	45.069.379	46
23	Comércio e Serviços	2.945.185.955	-227.407.435	0	2.717.778.520	-8	1.246.618.986	46	1.471.159.534	54
24	Comunicações	637.900.000	-141.815.000	350.000	496.435.000	-22	207.224.530	42	289.210.470	58
25	Energia	44.339.980.481	2.526.620.603	1.172.275.673	48.038.876.757	8	37.611.366.113	78	10.427.510.644	22
26	Transporte	1.570.118.078	-244.574.895	537.743.371	1.863.286.554	19	647.725.160	35	1.215.561.394	65
TOTAIS		49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
122 Administração Geral	146.567.202	-76.462.227	0	70.104.975	-52	29.906.315	43	40.198.660	57
126 Tecnologia da Informação	2.277.380.714	-24.385.110	450.648.960	2.703.644.564	19	1.584.678.795	59	1.118.965.769	41
303 Suporte Profilático e Terapêutico	23.730.000	-1.210.000	0	22.520.000	-5	360.255	2	22.159.745	98
605 Abastecimento	16.780.443	-11.679.187	0	5.101.256	-70	4.391.689	86	709.567	14
662 Produção Industrial	126.398.027	-65.513.630	0	60.884.397	-52	42.715.405	70	18.168.992	30
663 Mineração	4.000.000	-1.154.000	0	2.846.000	-29	2.789.441	98	56.559	2
692 Comercialização	2.050.000	0	1.613.442	3.663.442	79	3.550.008	97	113.434	3
694 Serviços Financeiros	2.100.707.348	-207.411.281	0	1.893.296.067	-10	750.574.994	40	1.142.721.073	60
695 Turismo	800.000	0	0	800.000	0	57.798	7	742.202	93
721 Comunicações Postais	463.000.000	-133.990.000	0	329.010.000	-29	170.487.883	52	158.522.117	48
752 Energia Elétrica	6.640.088.939	-736.135.376	147.466.730	6.051.420.293	-9	3.290.931.143	54	2.760.489.150	46
753 Petróleo	33.967.954.499	2.476.004.344	548.944.499	36.992.903.342	9	31.615.714.546	85	5.377.188.796	15
781 Transporte Aéreo	973.193.719	1.746.883	215.110.000	1.190.050.602	22	518.310.829	44	671.739.773	56
784 Transporte Hidroviário	273.842.502	0	326.659.673	600.502.175	119	102.990.660	17	497.511.515	83
785 Transportes Especiais	2.720.746.201	612.728.537	19.925.740	3.353.400.478	23	1.662.706.586	50	1.690.693.892	50
TOTAIS	49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
09 Previdência Social	55.828.000	-20.828.000	0	35.000.000	-37	8.204.280	23	26.795.720	77
126 Tecnologia da Informação	55.828.000	-20.828.000	0	35.000.000	-37	8.204.280	23	26.795.720	77
10 Saúde	24.408.110	0	0	24.408.110	0	467.532	2	23.940.578	98
122 Administração Geral	208.110	830.000	0	1.038.110	399	90.101	9	948.009	91
126 Tecnologia da Informação	470.000	380.000	0	850.000	81	17.176	2	832.824	98
303 Suporte Profilático e Terapêutico	23.730.000	-1.210.000	0	22.520.000	-5	360.255	2	22.159.745	98
20 Agricultura	18.634.943	-13.306.643	0	5.328.300	-71	4.594.775	86	733.525	14
126 Tecnologia da Informação	1.854.500	-1.627.456	0	227.044	-88	203.086	89	23.958	11
605 Abastecimento	16.780.443	-11.679.187	0	5.101.256	-70	4.391.689	86	709.567	14
22 Indústria	145.184.027	-46.149.677	0	99.034.350	-32	53.964.971	54	45.069.379	46
126 Tecnologia da Informação	100.000	0	0	100.000	0	100.000	100	0	0
662 Produção Industrial	126.084.027	-65.555.996	0	60.528.031	-52	42.669.477	70	17.858.554	30
663 Mineração	4.000.000	-1.154.000	0	2.846.000	-29	2.789.441	98	56.559	2
753 Petróleo	15.000.000	20.560.319	0	35.560.319	137	8.406.053	24	27.154.266	76
23 Comércio e Serviços	2.945.185.955	-227.407.435	0	2.717.778.520	-8	1.246.618.986	46	1.471.159.534	54
122 Administração Geral	767.000	-401.080	0	365.920	-52	298.281	82	67.639	18
126 Tecnologia da Informação	840.861.607	-19.595.074	0	821.266.533	-2	492.616.804	60	328.649.729	40
692 Comercialização	2.050.000	0	0	2.050.000	0	3.071.109	150	-1.021.109	-50
694 Serviços Financeiros	2.100.707.348	-207.411.281	0	1.893.296.067	-10	750.574.994	40	1.142.721.073	60
695 Turismo	800.000	0	0	800.000	0	57.798	7	742.202	93
24 Comunicações	637.900.000	-141.815.000	350.000	496.435.000	-22	207.224.530	42	289.210.470	58



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
126 Tecnologia da Informação	174.900.000	-7.825.000	350.000	167.425.000	-4	36.736.647	22	130.688.353	78
721 Comunicações Postais	463.000.000	-133.990.000	0	329.010.000	-29	170.487.883	52	158.522.117	48
25 Energia	44.339.980.481	2.526.620.603	1.172.275.673	48.038.876.757	8	37.611.366.113	78	10.427.510.644	22
122 Administração Geral	145.592.092	-76.891.147	0	68.700.945	-53	29.517.933	43	39.183.012	57
126 Tecnologia da Informação	1.168.150.349	36.845.599	449.325.262	1.654.321.210	42	1.037.561.305	63	616.759.905	37
662 Produção Industrial	314.000	42.366	0	356.366	13	45.928	13	310.438	87
692 Comercialização	0	0	1.613.442	1.613.442		478.899	30	1.134.543	70
752 Energia Elétrica	6.640.088.939	-736.135.376	147.466.730	6.051.420.293	-9	3.290.931.143	54	2.760.489.150	46
753 Petróleo	33.952.954.499	2.455.444.025	548.944.499	36.957.343.023	9	31.607.308.493	86	5.350.034.530	14
784 Transporte Hidroviário	0	0	5.000.000	5.000.000		0	0	5.000.000	100
785 Transportes Especiais	2.432.880.602	847.315.136	19.925.740	3.300.121.478	36	1.645.522.412	50	1.654.599.066	50
26 Transporte	1.570.118.078	-244.574.895	537.743.371	1.863.286.554	19	647.725.160	35	1.215.561.394	65
126 Tecnologia da Informação	35.216.258	-11.735.179	973.698	24.454.777	-31	9.239.497	38	15.215.280	62
781 Transporte Aéreo	973.193.719	1.746.883	215.110.000	1.190.050.602	22	518.310.829	44	671.739.773	56
784 Transporte Hidroviário	273.842.502	0	321.659.673	595.502.175	117	102.990.660	17	492.511.515	83
785 Transportes Especiais	287.865.599	-234.586.599	0	53.279.000	-81	17.184.174	32	36.094.826	68
TOTAIS	49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
0087 Gestão da Política de Previdência Social	39.828.000	-20.828.000	0	19.000.000	-52	7.347.208	39	11.652.792	61
0225 Gestão da Política dos Transportes	350.000	0	6.281.934	6.631.934	1.795	4.113.529	62	2.518.405	38
0229 Corredor São Francisco	7.344.519	0	45.877.036	53.221.555	625	24.399.962	46	28.821.593	54
0230 Corredor Leste	107.486.454	0	187.956.945	295.443.399	175	24.562.005	8	270.881.394	92
0231 Corredor Transmetropolitano	107.004.632	0	22.302.265	129.306.897	21	17.524.667	14	111.782.230	86
0235 Corredor Nordeste	22.195.967	0	41.178.177	63.374.144	186	29.240.633	46	34.133.511	54
0236 Corredor Oeste-Norte	0	0	320.000	320.000		30.000	9	290.000	91
0237 Corredor Araguaia-Tocantins	19.325.000	0	17.273.977	36.598.977	89	637.349	2	35.961.628	98
0256 Aprimoramento dos Serviços Postais	393.000.000	-121.990.000	0	271.010.000	-31	141.865.376	52	129.144.624	48
0273 Luz para Todos	335.071.077	48.035.955	8.000.000	391.107.032	17	224.829.013	57	166.278.019	43
0276 Gestão da Política de Energia	51.100.146	20.131.100	0	71.231.246	39	39.784.771	56	31.446.475	44
0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.468.480.642	2.786.976.108	5.000.000	7.260.456.750	62	6.551.439.437	90	709.017.313	10
0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis	833.822.277	-236.145.072	1.613.442	599.290.647	-28	502.608.075	84	96.682.572	16
0285 Indústria Petroquímica	20.560.000	22.297.931	0	42.857.931	108	12.405.187	29	30.452.744	71
0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural	20.366.436.489	563.058.195	96.187.201	21.025.681.885	3	18.147.045.413	86	2.878.636.472	14
0288 Refino de Petróleo	5.772.480.671	-69.358.739	0	5.703.121.932	-1	4.717.090.062	83	986.031.870	17
0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	1.494.358.399	-105.277.769	0	1.389.080.630	-7	1.206.632.429	87	182.448.201	13
0290 Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	302.305.956	76.679.367	0	378.985.323	25	202.644.481	53	176.340.842	47
0294 Energia na Região Nordeste	1.032.202.235	-85.273.323	41.966.350	988.895.262	-4	584.137.532	59	404.757.730	41
0295 Energia na Região Sul	1.156.621.225	-44.279.827	0	1.112.341.398	-4	482.447.251	43	629.894.147	57

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo :	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.166.425.951	-250.034.155	27.500.380	1.943.892.176	-10	1.237.190.883	64	706.701.293	36
0297 Energia na Região Norte	457.440.000	-99.140.000	-1.000.000	357.300.000	-22	274.295.503	77	83.004.497	23
0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	4.000.000	-1.154.000	0	2.846.000	-29	2.789.441	98	56.559	2
0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	20.356.227	9.662.642	0	30.018.869	47	22.857.410	76	7.161.459	24
0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.452.870.033	-242.876.017	103.626.298	1.313.620.314	-10	1.044.706.242	80	268.914.072	20
0623 Segurança de Vão e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	1.495.919	200.000	0	1.695.919	13	1.568.306	92	127.613	8
0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	968.889.223	-60.675	215.110.000	1.183.938.548	22	514.644.624	43	669.293.924	57
0647 Produção de Material Bélico	7.720.000	0	0	7.720.000	0	4.473.395	58	3.246.605	42
0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança	118.164.027	-65.555.996	0	52.608.031	-55	37.996.082	72	14.611.949	28
0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.521.078.247	-205.661.484	0	1.315.416.763	-14	572.461.474	44	742.955.289	56
0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	3.472.694.199	-163.083.090	451.118.299	3.760.729.408	8	2.043.573.156	54	1.717.156.252	46
1042 Energia nos Sistemas Isolados	797.767.265	-101.991.231	1.000.000	696.776.034	-13	304.728.749	44	392.047.285	56
1044 Energia Alternativa Renovável	458.350.000	-228.635.170	70.000.000	299.714.830	-35	50.286.149	17	249.428.681	83
1045 Brasil com Todo Gás	1.612.946.204	344.871.597	369.056.740	2.326.874.541	44	691.501.916	30	1.635.372.625	70
1046 Eficiência Energética	123.338.610	3.180.606	0	126.519.216	3	55.948.382	44	70.570.834	56
1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue	23.730.000	-1.210.000	0	22.520.000	-5	360.255	2	22.159.745	98
TOTAIS	49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
20000 Presidência da República	0	0	601.547.473	601.547.473		106.178.397	18	495.369.076	82
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	18.634.943	-13.306.643	0	5.328.300	-71	4.594.775	86	733.525	14
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	7.973.888	0	0	7.973.888	0	466.460	6	7.507.428	94
25000 Ministério da Fazenda	3.000.420.649	-272.814.342	0	2.727.606.307	-9	1.276.181.559	47	1.451.424.748	53
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	54.955.445	-20.149.089	0	34.806.356	-37	7.967.049	23	26.839.307	77
32000 Ministério de Minas e Energia	44.646.846.080	2.311.440.323	1.172.275.673	48.130.562.076	8	37.639.745.781	78	10.490.816.295	22
33000 Ministério da Previdência Social	55.828.000	-20.828.000	0	35.000.000	-37	8.204.280	23	26.795.720	77
36000 Ministério da Saúde	24.408.110	0	0	24.408.110	0	467.532	2	23.940.578	98
39000 Ministério dos Transportes	279.314.102	0	-278.914.102	400.000	-100	23.722	6	376.278	94
41000 Ministério das Comunicações	637.900.000	-141.815.000	350.000	496.435.000	-22	207.224.530	42	289.210.470	58
52000 Ministério da Defesa	1.010.958.377	-9.988.296	215.110.000	1.216.080.081	20	529.112.262	44	686.967.819	56
TOTAIS	49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : ESTIMATIVA E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMADA INICIAL	CRÉDITO		ESTIMADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
6.1.0.0.0.0.0 Recursos Próprios	36.995.775.360	572.715.799	1.181.762.857	38.750.254.016	5	29.799.533.084	77	8.950.720.932	23
6.1.1.0.0.0.0 Geração Própria	36.995.775.360	572.715.799	1.181.762.857	38.750.254.016	5	29.799.533.084	77	8.950.720.932	23
6.2.0.0.0.0.0 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	1.846.734.578	176.574.304	528.606.187	2.551.915.069	38	457.907.377	18	2.094.007.692	82
6.2.1.0.0.0.0 Tesouro	591.793.469	0	528.606.187	1.120.399.656	89	193.438.962	17	926.960.694	83
6.2.1.1.0.0.0 Direto	591.793.469	0	421.878.815	1.013.672.284	71	148.409.081	15	865.263.203	85
6.2.1.3.0.0.0 Saldos de Exercícios Anteriores	0	0	106.727.372	106.727.372		45.029.881	42	61.697.491	58
6.2.2.0.0.0.0 Controladora	1.253.491.109	176.574.304	0	1.430.065.413	14	264.468.415	18	1.165.596.998	82
6.2.9.0.0.0.0 Outras Fontes	1.450.000	0	0	1.450.000	0	0	0	1.450.000	100
6.3.0.0.0.0.0 Operações de Crédito de Longo Prazo	4.751.432.666	-2.530.401.231	0	2.221.031.435	-53	1.560.715.968	70	660.315.467	30
6.3.1.0.0.0.0 Internas	368.495.595	-32.033.133	0	336.462.462	-9	123.527.006	37	212.935.456	63
6.3.2.0.0.0.0 Externas	4.382.937.071	-2.498.368.098	0	1.884.568.973	-57	1.437.188.962	76	447.380.011	24
6.9.0.0.0.0.0 Outros Recursos de Longo Prazo	6.143.296.990	3.613.650.081	0	9.756.947.071	59	7.962.009.918	82	1.794.937.153	18
6.9.2.0.0.0.0 Controladora	904.129.797	0	0	904.129.797	0	230.330.702	25	673.799.095	75
6.9.3.0.0.0.0 Outras Estatais	4.879.067.193	3.595.000.000	0	8.474.067.193	74	7.597.511.707	90	876.555.486	10
6.9.9.0.0.0.0 Outras Fontes	360.100.000	18.650.081	0	378.750.081	5	134.167.509	35	244.582.572	65
TOTAIS	49.737.239.594	1.832.538.953	1.710.369.044	53.280.147.591	7	39.780.166.347	75	13.499.981.244	25

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
2 - Petróleo) e de um Pier em São Sebastião (SP) - Estudos e Projetos									
11SW Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / REPLAN / Ilha Dágua-RJ)	143.840.000	-119.377.000	0	24.463.000	-83	9.196.422	38	15.266.578	62
11UN Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP)	46.400.000	-14.146.847	0	32.253.153	-30	30.059.782	93	2.193.371	7
0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste									
2192 Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo	78.027.050	-9.000.000	0	69.027.050	-12	52.771.623	76	16.255.427	24
2194 Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais	52.756.974	-23.000.000	0	29.756.974	-44	28.413.270	95	1.343.704	5
4477 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)	201.011.377	0	0	201.011.377	0	123.658.098	62	77.353.279	38
6486 Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)	128.017.268	0	0	128.017.268	0	98.621.539	77	29.395.729	23
1A01 Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ), 3º Circuito (345kV - 92 km)	28.394.004	-17.521.602	0	10.872.402	-62	6.563.818	60	4.308.584	40
1C63 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE ELETROBOLT (RJ), com 386 MW	46.915.756	-39.737.606	0	7.178.150	-85	368.450	5	6.809.700	95
1C64 Implantação da 1ª Fase da Usina Termoelétrica Piratininga (SP), com 160 MW	70.183.705	-66.665.065	0	3.518.640	-95	857.632	24	2.661.008	76
1C65 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMORIO, com 1.163 MW	121.415.963	-82.883.763	0	38.532.200	-68	29.525.978	77	9.006.222	23
1D35 Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes (MG), com Capacidade Instalada de 476 MW - Fase 2	110.000	0	0	110.000	0	0	0	110.000	100
1G97 Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste (345 kV - 50 km) - (SP)	45.939.213	9.545.560	0	55.484.773	21	35.341.338	64	20.143.435	36

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
1G98 Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)	484.436.739	-108.765.975	0	375.670.764	-22	265.283.507	71	110.387.257	29
1H08 Modernização da Usina Hidrelétrica Funil (RJ) com capacidade instalada de 216 MW	110.000	0	0	110.000	0	0	0	110.000	100
1J36 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoeletrica IBIRITERMO	36.925.084	-36.925.084	0	0	-100	0		0	
10WJ Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160 MW	180.253.771	31.746.609	0	212.000.380	18	96.021.782	45	115.978.598	55
111K Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoeletrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW	0	0	26.000.380	26.000.380		6.969.514	27	19.030.866	73
115B Implantação de Sistema Bi-Combustível na Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola (Termorio) , com 1058 MW - (RJ)	0	0	1.500.000	1.500.000		0	0	1.500.000	100
1853 Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)	164.280.681	0	0	164.280.681	0	76.388.948	46	87.891.733	54
3292 Modernização da UHE Furnas de 1.216 MW (MG)	11.529.498	45.530.915	0	57.060.413	395	45.293.755	79	11.766.658	21
3302 Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG)	3.208.786	14.965.652	0	18.174.438	466	9.594.181	53	8.580.257	47
3414 Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ)	37.063.937	-19.335.170	0	17.728.767	-52	14.769.183	83	2.959.584	17
5E88 Implantação da Usina Termonuclear de Angra III	50.000	0	0	50.000	0	0	0	50.000	100
5117 Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Roberto Silveira com Acréscimo de 80 MW em Campos (RJ)	110.000	0	0	110.000	0	206	0	109.794	100
5119 Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica São Gonçalo com Acréscimo de 193 MW (RJ)	100.000	0	0	100.000	0	0	0	100.000	100
7066 Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)	20.450.000	93.092.299	0	113.542.299	455	92.176.922	81	21.365.377	19



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural									
1O29 Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ)	0	10.362.629	103.626.298	113.988.927		111.284.662	98	2.704.265	2
0623 Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro									
2041 Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo	780.619	0	0	780.619	0	746.651	96	33.968	4
0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária									
4099 Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária	82.284.886	69.459.827	0	151.744.713	84	74.716.659	49	77.028.054	51
1F54 Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Santos Dumont	62.965.304	60.034.696	0	123.000.000	95	61.379.377	50	61.620.623	50
1J95 Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto de Vitória (ES)	39.180.000	50.820.000	20.120.000	110.120.000	181	7.085.523	6	103.034.477	94
1J99 Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)	60.281.129	73.718.871	0	134.000.000	122	85.525.543	64	48.474.457	36
1K00 Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Congonhas (SP)	39.648.099	4.612.722	0	44.260.821	12	42.143.754	95	2.117.067	5
1K01 Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas (SP)	11.438.000	-6.741.300	0	4.696.700	-59	0	0	4.696.700	100
1K58 Obras Complementares no Aeroporto Internacional de Congonhas	22.000.000	-22.000.000	0	0	-100	0		0	
1K59 Obras Complementares no Aeroporto Santos Dumont	40.000.000	-68.070.000	28.070.000	0	-100	0		0	
1K60 Obras Complementares no Aeroporto Internacional de Guarulhos	94.000.000	-92.470.000	-1.530.000	0	-100	0		0	
1K61 Obras Complementares no Aeroporto de Vitória	90.000.000	-90.000.000	0	0	-100	0		0	
1M30 Construção de Torre de Controle no Aeroporto Internacional de	0	0	10.500.000	10.500.000		0	0	10.500.000	100



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
Congonhas (SP)									
1M31 Construção de Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário no Aeropórtio Internacional de Guarulhos (SP)	0	0	25.000.000	25.000.000		0	0	25.000.000	100
1M32 Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ)	0	0	40.000.000	40.000.000		3.770.000	9	36.230.000	91
0647 Produção de Material Bélico									
4105 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	3.300.000	0	0	3.300.000	0	2.693.438	82	606.562	18
1515 Adequação do Parque Industrial	3.920.000	0	0	3.920.000	0	1.279.957	33	2.640.043	67
3500 Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental	500.000	0	0	500.000	0	500.000	100	0	0
0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança									
4105 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	30.342.924	-7.227.220	0	23.115.704	-24	14.175.472	61	8.940.232	39
3274 Modernização do Parque Industrial	87.821.103	-58.328.776	0	29.492.327	-66	23.820.610	81	5.671.717	19
0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais									
3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	129.136.289	-38.795.201	0	90.341.088	-30	18.022.184	20	72.318.904	80
3324 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário	17.011.233	-8.958.191	0	8.053.042	-53	3.474.751	43	4.578.291	57
0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio									
4101 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	7.065.664	-382.263	0	6.683.401	-5	4.851.073	73	1.832.328	27
4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	7.150.000	-586.551	0	6.563.449	-8	1.298.178	20	5.265.271	80
4103 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	14.053.100	-1.656.256	973.698	13.370.542	-5	11.376.217	85	1.994.325	15
4105 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional	15.930.443	-11.092.636	0	4.837.807	-70	4.207.222	87	630.585	13
12BK Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD) da	145.202.092	-76.891.147	0	68.310.945	-53	28.453.735	42	39.857.210	58



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
Petrobras									
3270 Implantação do Anexo da Sede do Porto de Sepetiba (RJ)	0	0	229.339	229.339		229.190	100	149	0
1044 Energia Alternativa Renovável									
3117 Implantação de Usinas Eólicas para Geração de Energia Elétrica	13.920.000	-13.920.000	0	0	-100	0		0	
1045 Brasil com Todo Gás									
1C18 Ampliação da Capacidade de Escoamento de Gás Natural de Cabiúnas para a Refinaria Duque de Caxias para 15 milhões de m3/dia	104.000.000	17.283.370	0	121.283.370	17	70.974.940	59	50.308.430	41
1C51 Implantação do Gasoduto Cacimbas - Vitória (ES) com 128 Km	15.000.000	56.325.380	0	71.325.380	376	66.746.027	94	4.579.353	6
1D01 Aquisição, da Petrobrás, de Malhas de Gasodutos de Transporte da Região Sudeste	30.000.000	-30.000.000	0	0	-100	0		0	
1J33 Desenvolvimento de Projeto para Escoamento do Gás Natural das Bacias do Espírito Santo e de Campos	60.320.000	-60.320.000	0	0	-100	0		0	
1J35 Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía da Guanabara (RJ) - Estudos e Projetos	60.320.001	-25.484.355	0	34.835.646	-42	19.059.894	55	15.775.752	45
103N Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía da Guanabara (RJ), com Capacidade de 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto Associado	0	0	274.764.350	274.764.350		102.125.449	37	172.638.901	63
12AY Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (TNS)	534.265.980	226.831.729	0	761.097.709	42	90.589.917	12	670.507.792	88
12HM Obras Complementares do Gasoduto Lagoa Parda - Vitória	0	0	18.275.740	18.275.740		6.675.633	37	11.600.107	63
5159 Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobras)	85.152.420	-69.677.576	0	15.474.844	-82	10.579.029	68	4.895.815	32
TOTAIS	17.076.831.201	-2.299.750.915	761.650.949	15.538.731.235	-9	11.602.891.058	75	3.935.840.177	25

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
REGIÃO SUL									
0285 Indústria Petroquímica									
86AJ Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS)	5.560.000	1.737.612	0	7.297.612	31	3.999.134	55	3.298.478	45
0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural									
2753 Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sul	30.368.800	-26.987.690	0	3.381.110	-89	1.526.999	45	1.854.111	55
0288 Refino de Petróleo									
2767 Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino	200.000	5.469.682	0	5.669.682		3.332.686	59	2.336.996	41
4108 Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino	65.349.000	40.052.709	0	105.401.709	61	87.750.094	83	17.651.615	17
3161 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)	557.935.550	-191.984.857	0	365.950.693	-34	318.278.618	87	47.672.075	13
5085 Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP (RS)	155.684.000	56.542.233	0	212.226.233	36	171.946.872	81	40.279.361	19
0289 Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados									
1C24 Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP para 30.000 m3/dia	78.880.000	77.627.179	0	156.507.179	98	136.552.772	87	19.954.407	13
1I89 Construção de Pátio e Pier para Coque e Derivados de Petróleo no Porto de Paranaguá (PR) - Estudos e Projetos	47.792.000	-47.792.000	0	0	-100	0		0	
11SP Ampliação do Sistema de Escoamento de Derivados do Terminal de Niterói - TENIT (Canoas - RS)	12.759.999	-9.759.999	0	3.000.000	-76	0	0	3.000.000	100
0295 Energia na Região Sul									
4493 Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul	36.540.000	0	0	36.540.000	0	2.560.951	7	33.979.049	93



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título :	DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo :	DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :	

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
4099 Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária	15.198.847	7.980.758	0	23.179.605	53	11.500.109	50	11.679.496	50
1F56 Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Florianópolis	850.000	-850.000	10.000.000	10.000.000		0	0	10.000.000	100
1J93 Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba (PR)	600.000	-600.000	10.000.000	10.000.000		0	0	10.000.000	100
1M33 Construção de Terminal de Cargas no Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS)	0	0	25.000.000	25.000.000		0	0	25.000.000	100
0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais									
3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	67.171.427	-23.225.012	0	43.946.415	-35	13.230.079	30	30.716.336	70
3324 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário	7.224.332	-4.287.205	0	2.937.127	-59	1.173.236	40	1.763.891	60
0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio									
4101 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	6.200.000	300.000	0	6.500.000	5	678.052	10	5.821.948	90
4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	7.033.300	4.231.966	0	11.265.266	60	5.289.044	47	5.976.222	53
4103 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	8.045.600	2.582.681	0	10.628.281	32	5.039.155	47	5.589.126	53
3286 Instalação de Bens Imóveis	14.000.000	0	-3.000.000	11.000.000	-21	0	0	11.000.000	100
1044 Energia Alternativa Renovável									
3117 Implantação de Usinas Eólicas para Geração de Energia Elétrica	148.480.000	-148.408.950	0	71.050	-100	52.312	74	18.738	26
TOTAIS	2.382.241.086	-301.550.720	42.000.000	2.122.690.366	-11	1.241.770.739	58	880.919.627	42



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2007

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO
Subtítulo : DETALHAMENTO DOS PROGRAMAS
Gestão :

Valores em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		Suplementar	Especial						
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (ff/d)
3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário	39.254.677	-11.027.777	0	28.226.900	-28	7.642.230	27	20.584.670	73
3324 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário	6.072.134	543.213	0	6.615.347	9	3.028.316	46	3.587.031	54
0807 Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio									
4101 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	85.000	-5.000	0	80.000	-6	49.519	62	30.481	38
4102 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	432.000	-146.080	0	285.920	-34	248.762	87	37.158	13
4103 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	830.000	89.000	0	919.000	11	534.676	58	384.324	42
3286 Instalação de Bens Imóveis	58.750.000	-250.000	3.000.000	61.500.000	5	11.917.258	19	49.582.742	81
TOTAIS	439.871.676	-97.324.317	6.050.000	353.597.359	-20	203.717.408	58	149.879.951	42

COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DAS AÇÕES QUE COMPÕEM OS PROGRAMAS:**0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS e****0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO****1. Setor Financeiro**

<i>Empresa</i> PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

24202 Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP**0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO****4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional**

			2.173.790	0		0,0

O investimento não foi realizado mais dependia de decisão pela assembléia do condomínio do prédio comercial onde a FINEP tem instalado seu escritório do Rio de Janeiro.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			689.119	401.875		58,3

Foram adquiridos três aparelhos de ar condicionado de pequeno porte, alguns equipamentos para manutenção elétrica e hidráulica das instalações, 63 cadeiras e arquivos volantes, 75 mesas de escritório, dois arquivos de aço para microfílm e alguns aparelhos elétricos para copa. Não houve substituição de veículo de serviço, prevista no orçamento, pois a FINEP vem utilizando veículos alugados.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			5.110.979	64.585		1,3

Foi substituído apenas um dos servidores de informática e adquiridos três sistemas de videoconferência, com três projetores multimídia para instalação nos escritórios da FINEP, no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Adicionalmente, foram adquiridos apenas outros pequenos equipamentos. Na renovação do parque de impressoras, a FINEP optou pela contratação de um serviço de cópias e impressões pago por unidade impressa em lugar de imobilizar equipamentos. Em função da mudança da diretoria, a empresa limitou-se a dar continuidade às ações já iniciadas no final do exercício anterior, até que um novo plano de trabalho seja estabelecido.

25202 Banco da Amazônia S.A. - BASA**0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS****3252 0011 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia**

<i>Ponto de Atendimento Instalado (unidade)</i>	3,0	0,0	1.471.723	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação dos pontos de atendimento, além do que os custos dos projetos foram revisados, exigindo créditos suplementares, cuja aprovação ocorreu somente em 20/11/2007, o que atrasou o início dos investimentos.

3252 0012 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre

<i>Ponto de Atendimento Instalado (unidade)</i>	1,0	0,0	311.477	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido ao cancelamento da instalação de um ponto de atendimento e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação.

3252 0013 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas

<i>Ponto de Atendimento Instalado (unidade)</i>	4,0	0,0	1.433.910	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação dos pontos de atendimento, além do que os custos dos projetos foram revisados, exigindo créditos suplementares cuja aprovação ocorreu em 20/11/2007, o que atrasou o início dos investimentos.

3252 0014 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima

<i>Ponto de Atendimento Instalado (unidade)</i>	1,0	0,0	411.476	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido ao cancelamento da instalação de um ponto de atendimento e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação.

3252 0015 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará

<i>Ponto de Atendimento Instalado (unidade)</i>	7,0	0,8	3.736.067	408.943	11,4	10,9

Foram iniciados os investimentos para instalação de quatro pontos de atendimento, cujos estudos de viabilidade foram concluídos em 2006. As obras de reformas/construção representaram 60% dos investimentos, o que explica a disparidade entre a execução física e financeira. A baixa realização deveu-se ao atraso no cronograma físico das obras de construção e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação, além do que os custos foram revisados, exigindo créditos suplementares cuja aprovação ocorreu em 20/11/2007, o que atrasou o início dos investimentos.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3252 0016 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	743.947	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido ao cancelamento da instalação de um ponto de atendimento e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação.

3252 0017 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Tocantins

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	0,2	2.440.788	94.359	5,0	3,9

Iniciado os investimentos para instalação de dois pontos de atendimento, cujos estudos de viabilidade foram concluídos em 2006. As aquisições de equipamentos de informática representaram 62% dos investimentos, o que explica a disparidade entre a execução física e financeira. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso no cronograma físico das obras de instalação e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação, além do que os custos foram revisados, exigindo créditos suplementares cuja aprovação ocorreu em 20/11/2007, o que atrasou o início dos investimentos.

3252 0021 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	0,2	1.296.242	71.862	6,7	5,5

Iniciado os investimentos para instalação de dois pontos de atendimento, cujos estudos de viabilidade foram concluídos em 2006. As obras de reforma/construção representaram 47% dos investimentos, o que explica a disparidade entre a execução física e financeira. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso no cronograma físico das obras de instalação e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para o desenvolvimento das atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação, além do que os custos foram revisados, exigindo créditos suplementares cuja aprovação ocorreu em 20/11/2007, o que atrasou o início dos investimentos.

3252 0051 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	0,0	1.918.494	0	0,0	0,0

Os investimentos não foram realizados devido ao cancelamento da instalação de quatro pontos de atendimento e à dificuldade de o Banco obter imóveis adequados para abrigar os serviços e atividades bancárias nos municípios escolhidos para instalação.

3324 0011 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	8,0	2,5	3.938.050	1.220.366	31,3	31,0

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de um terreno e de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento, além da execução de reformas para ampliação das sedes de quatro agências. As obras de reformas/construção e aquisição do terreno representaram 67% dos investimentos. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso na licitação para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido ao atraso na elaboração do projeto de engenharia e a não efetivação da permuta de um terreno entre o Banco e a Prefeitura do Município de Ariquemes.

3324 0012 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	8,0	4,1	1.487.600	758.830	51,3	51,0

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento e à execução de reformas para ampliação das sedes de duas agências. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso nas licitações para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido ao atraso na elaboração do projeto de engenharia.

3324 0013 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	16,0	6,7	3.269.850	1.367.524	41,9	41,8

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento e à execução de reformas para ampliação das sedes de duas agências. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso nas licitações para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido à desistência de parceiros na construção de um imóvel e a não conclusão da reestruturação de um ponto de atendimento.

3324 0014 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	2,0	0,0	1.007.404	46.689	0,0	4,6

Os investimentos realizados destinaram-se apenas à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento, cujo valor representa a menor parte dos investimentos, o que explica a disparidade entre a execução física e financeira. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso na aprovação dos créditos suplementares que ocorreu em 20/11/07, através da Lei nº 11.554.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3324 0015 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	46,0	13,7	5.830.850	1.733.857	29,8	29,7

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento e à execução de reformas para ampliação das sedes de seis agências. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso nas licitações para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido a não conclusão dos projetos de engenharia e à dificuldade de encontrar imóvel para locação.

3324 0016 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	2,0	0,0	1.253.066	23.344	0,0	1,9

Os investimentos realizados destinaram-se apenas à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento, cujo valor representa a menor parte dos investimentos, o que explica a disparidade entre a execução física e financeira. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso na aprovação dos créditos suplementares que ocorreu em 20/11/07, através da Lei nº 11.554.

3324 0017 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Tocantins

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	14,0	5,6	2.552.798	1.029.715	40,0	40,3

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento e à execução de reformas para ampliação das sedes de duas agências. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso na licitação para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido à dificuldade de encontrar imóvel para alugar e ao atraso na elaboração do projeto de engenharia.

3324 0021 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	18,0	11,8	2.440.082	1.594.114	65,6	65,3

Os investimentos realizados destinaram-se à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento e à execução de reformas para ampliação das sedes de seis agências. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso nas licitações para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização. Algumas reformas não foram realizadas, devido ao atraso no cronograma da obra por parte da empresa contratada.

3324 0051 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	13,0	6,3	4.905.400	2.364.556	48,5	48,2

Os investimentos realizados destinaram-se à execução de reformas de quatro agências e à aquisição de equipamentos de informática para modernização tecnológica dos pontos de atendimento. A baixa realização dos investimentos deveu-se ao atraso na licitação para compra de todos os equipamentos de informática, segurança e de climatização.

4106 0001 Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Nacional

			15.138.021	721.404		4,8

Foram realizados investimentos com aquisição de equipamentos de climatização e de informática, para substituição dos equipamentos depreciados. A baixa realização deveu-se a não conclusão de todos os processos de licitações dentro dos prazos previstos, além da menor demanda das agências por mobiliários, equipamento de segurança e de informática.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3286 0015 Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Pará

Imóvel instalado (unidade)	2,0	0,1	4.355.000	171.978	5,0	3,9

Foram realizados serviços de reformas e adaptações do edifício sede do BASA. A baixa realização deveu-se a não conclusão de todos os processos de licitação, além da não realização da compra de um terreno para nova sede do Banco.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			1.591.200	953.460		59,9

Foram realizados investimentos com aquisição de mobiliários e equipamentos de climatização, para substituição dos equipamentos depreciados. A baixa efetivação ocorreu devido ao cancelamento dos investimentos que seriam realizados em 2007, a não conclusão de todos os processos de licitações e à menor demanda das gerências executivas do Banco por mobiliários e equipamento de segurança.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			75.009.007	13.398.339		17,9

Foram realizados investimentos com aquisição de equipamentos de informática e de comunicação, para substituição dos equipamentos depreciados, bem como para a manutenção/atualização de sistemas. A baixa realização deveu-se ao atraso no cronograma de atividades do projeto de modernização tecnológica.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

25210 Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

3252 0021 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	369.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0022 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	1,0	628.000	636.186	100,0	101,3

A instalação da unidade de Uruçu foi aprovada em 2006 e as obras foram finalizadas em 2007, com uma variação de 1,3% acima dos investimentos orçados. Nenhuma outra agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0023 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	977.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0024 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	1.164.000	0	0,0	0,0

O Conselho de Administração do Banco autorizou, em 2007, a criação da Agência de Parnamirim, que está em fase de projeto e será inaugurada somente em 2008.

3252 0025 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	577.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0026 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	471.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0027 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	560.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3252 0029 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	1.072.000	0	0,0	0,0

O Conselho de Administração do Banco autorizou, em 2007, a criação das agências de Valença e Conceição do Caeté, que estão em fase de projeto e serão inauguradas somente em 2008.

3252 0031 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	0,0	580.000	0	0,0	0,0

Nenhuma agência foi instalada, tendo em vista que o Conselho de Administração do Banco não autorizou a criação de agências neste Estado, adiando os investimentos para 2008.

3324 0021 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	15,0	2,0	3.897.903	1.870.568	13,3	48,0

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas duas unidades foram concluídas: Zé Doca e Açailândia. Pedreira está em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0022 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	15,0	3,0	4.299.783	2.243.691	20,0	52,2

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Unidades contempladas no Piauí: Água Branca, Uruçu e Teresina Centro. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3324 0023 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	33,0	1,0	9.918.798	4.861.713	3,0	49,0

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas uma unidade foi concluída: Fortaleza Bezerra de Menezes. Boa viagem e Maracanã estão em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0024 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	13,0	1,0	3.990.405	952.096	7,7	23,9

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas uma unidade foi concluída: Pau dos Ferros. Santo Antônio está em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0025 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	14,0	0,0	4.549.707	2.583.114	0,0	56,8

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. O processo de modernização não foi concluído em qualquer unidade do Estado, contudo as agências Guarabira e João Pessoa Centro estão em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0026 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	19,0	3,0	6.568.371	1.728.977	15,8	26,3

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas três unidades foram concluídas: Goiana, Caruaru e Recife Agamenon Magalhães. Bezerros está em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0027 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	9,0	0,0	2.778.806	708.883	0,0	25,5

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. O processo de modernização não foi finalizado em qualquer unidade do Estado, contudo a agência de Palmeira dos Índios recebeu investimentos significativos. Nas demais unidades, foram realizados outros investimentos de menor importância. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0028 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	15,0	3,0	2.684.423	1.426.240	20,0	53,1

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas três unidades foram concluídas: Boquim, Nossa Senhora das Dores e Aracaju Siqueira Campos. Lagarto está em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

3324 0029 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	35,0	2,0	14.875.428	1.764.062	5,7	11,9

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Apenas duas unidades foram concluídas: Bom Jesus da Lapa e Teixeira de Freitas. Juazeiro está em processo de finalização. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3324 0031 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	12,0	4,0	3.153.376	1.776.463	33,3	56,3

Somente um terço dos investimentos previstos para modernização de agências foi realizado. O principal motivo foi o acórdão do TCU, recebido em 2007, determinando ao BNB a revisão de todos os orçamentos de obras de construção/reforma de prédios, de acordo com parâmetros do SINAPI, além do envio das composições de custos por item de cada orçamento, o que demanda bastante tempo, atrasando o início das obras previstas para 2007. Em Minas Gerais foram contempladas as agências de Janaúba, Pirapora, Salinas e Montes Claros. O valor também inclui a concepção dos projetos de modernização para todas as unidades.

4106 0001 Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Nacional

			23.328.000	5.093.132		21,8

Os investimentos previstos nesta ação contemplam o suprimento de móveis e equipamentos para as agências do Banco que passam pelo processo de modernização de suas instalações físicas. O não cumprimento de metas do projeto de modernização é que justifica o baixo volume de desembolsos nesta atividade, pois o suprimento de móveis e equipamentos ocorre sempre no final do processo, e uma boa parte desses investimentos somente será efetivada em 2008.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			10.327.000	1.259.278		12,2

Foram realizados investimentos nos imóveis da direção geral, tais como: o projeto de segurança física do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, que não chegou a ser iniciado, e os projetos de modernização do Centro de Treinamento e do sistema de ar condicionado do Centro Administrativo que ainda se encontram em um estágio inicial. Esses investimentos foram, em boa parte, adiados por determinação da alta administração do BNB ou por motivos diversos. Com isso, o valor realizado ao longo do ano ficou abaixo do programado.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			6.918.000	3.545.491		51,3

Foram realizados investimentos em móveis e equipamentos, segurança, veículos e comunicações para a Direção Geral. Grande parte dos gastos previstos com aquisição de grupos geradores para o Centro Administrativo não foi realizada, em virtude de adiamento dos investimentos.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			1.640.000	1.639.943		100,0

A maior parte dos investimentos foi direcionada para aquisição de microcomputadores servidores para a Direção Geral (R\$ 1,3 milhão) e adequação do software aplicativo de automação bancária. Houve também aquisição de estações de rede.

25215 IRB - Brasil Resseguros S.A.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4101 0033 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro

			4.838.471	4.675.978		96,6

Dando continuidade ao projeto de modernização das instalações físicas do edifício sede, foram realizadas as obras de modernização da sobreloja, 10º andar, de infra-estrutura e de ampliação e readequação geral da sala cofre. O desvio decorreu porque a finalização das obras da sala cofre somente ocorrerá em 2008.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			816.848	621.615		76,1

Foram realizadas compras de estação de trabalho e cadeiras para coordenadores, gerentes, secretárias e funcionários, armários altos e baixos, sofás, leitora copiadora, estabilizador de tensão, gerador, cafeteira elétrica, central microprocessadora, projetos multimídia, bebedouros, bombas d'água, central de sonorização, máquinas de ar central, ar condicionado, racks e mesas de reunião. Por conta das atividades relativas às obras de modernização do 10º pavimento, sobreloja e infra-estrutura do edifício sede, a contratação de partes dos equipamentos e imobiliários não foi realizada, sendo transferida para 2008.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			11.690.558	2.106.522		18,0

Foram realizadas compras de storage IBM, servidores processadores, racks 19 IBM, switches, catalyst, 27 access point série 1000, softwares nas áreas de banco de dados, segurança, automação com implantações e sistemas de informática acima descritos. A expansão da central telefônica, prevista no orçamento, não ocorreu por conta da revisão das especificações. O desvio é decorrente do atraso no processo de licitação de hardware, software e gastos com sua implantação, o que fez com que esses investimentos somente ocorram ao longo de 2008.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

25220 Caixa Econômica Federal - CAIXA

0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

3252 0011 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	0,0	1.842.024	0	0,0	0,0

Não houve localização/negociação de imóvel adequado para instalação de unidades.

3252 0012 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	1,0	1.070.262	396.689	50,0	37,1

Em 15/jan/2007 foi inaugurado o PAB Prefeitura Municipal Manuel Urbano. Houve atraso na execução do projeto, motivo pelo qual não foi possível a instalação de outro Ponto de Atendimento (Agência).

3252 0013 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	1,0	1.842.024	248.740	33,3	13,5

O realizado refere-se à abertura da agência Tabatinga. Com relação à futura agência Tefê, as obras de adequação do imóvel, locado em ago/2007, serão concluídas no transcorrer de 2008. Para a outra unidade, não houve locação de imóvel.

3252 0014 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	1.070.262	0	0,0	0,0

Não houve localização/negociação de imóvel adequado para instalação de unidades.

3252 0015 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	2,0	2.613.787	980.772	50,0	37,5

Em 2007, foram inauguradas as agências Guamá e Paragominas. Encontra-se em processo de licitação a contratação das obras para a futura agência Shopping Formoso, cuja previsão de inauguração é meados do segundo semestre de 2008. Com relação à outra unidade, não houve localização/negociação de imóvel adequado para instalação de unidades.

3252 0016 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	0,0	1.842.024	0	0,0	0,0

O contrato de locação para a abertura da agência do Município de Oiapoque não foi assinado, porque a prospecção do imóvel não logrou êxito. Em relação à agência Laranjal do Jarí, o contrato de locação também não foi assinado, em razão de a negociação com o proprietário/investidor não ter logrado êxito.

3252 0017 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Tocantins

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	1,0	1.842.024	722.806	33,3	39,2

Foi inaugurada em 2007 a agência Tocantins, em Palmas. A nova agência Tocantinópolis não foi inaugurada em 2007, porque o contrato de locação foi assinado somente em agosto/2007, encontrando-se atualmente na fase final de elaboração de projetos, cujas obras deverão ser concluídas até o fim de 2008. Com relação à outra unidade, não houve localização/negociação de imóvel adequado para sua instalação.

3252 0021 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	1,0	3,0	771.762	447.096	300,0	57,9

Em 2007, foram inauguradas as agências Zé Doca e Rio Tocantins, com realização financeira em 2006. Em mai/2007, foi inaugurada a agência Avenida Guajajaras.

3252 0022 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	5,0	0,0	3.385.549	0	0,0	0,0

Não foram inauguradas agências em 2007. A agência Dirceu Arcoverde teve seu contrato de locação assinado somente em setembro de 2007 e atualmente encontra-se na fase de obras pelo investidor, com previsão para inauguração no segundo semestre de 2008. Com relação às demais unidades, não houve localização/negociação de imóvel adequado para a instalação.

3252 0023 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	0,0	1.842.024	56.797	0,0	3,1

O realizado refere-se a pagamentos pendentes da agência Jurema/CE, aberta no ano de 2006. A agência José Valter encontra-se em projeto, com previsão de encaminhamento à licitação no transcorrer de 2008. Em relação à Oliveira Paiva, as negociações com o proprietário do imóvel e proponente investidor não foram concluídas. Quanto à outra unidade, o contrato de locação ainda não foi assinado, em razão da prospecção do imóvel não ter logrado êxito.

3252 0024 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	0,0	1.842.024	0	0,0	0,0

Em 2007, não houve inauguração de agência para esta UF. Os processos de abertura de novas agências, nos municípios de Apodi e São Gonçalo do Amarante, embora com imóveis já identificados, não tiveram concluídas as negociações com o proprietário/investidor, visando à sua construção.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3252 0025 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	1,0	1.543.524	869.222	50,0	56,3

A agência Cariri foi inaugurada em agosto de 2007. Com relação à segunda unidade, não houve localização/negociação de imóvel adequado para sua instalação.

3252 0026 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	2,0	1.070.262	445.201	100,0	41,6

Em 2007, foi inaugurada a agência Abreu e Lima, bem como o PAB Justiça do Trabalho de Recife(PE).

3252 0027 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	1.070.262	0	0,0	0,0

Atraso na assinatura dos contratos de cessão impediu o início e conclusão dos projetos, empacando, consequentemente, na meta de aberturas de unidades, em 2007. No PAB Ibateguara, por exemplo, houve atraso na assinatura do contrato de cessão, em razão de irregularidades nas obras executadas pela Prefeitura Municipal, obras que não foram recebidas pela CAIXA por estarem em desacordo com as normas técnicas.

3252 0028 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	1,0	1.070.262	348.452	50,0	32,6

Foi inaugurada, em 2007, a agência Nossa Senhora da Glória. Com relação à outra unidade, embora o imóvel já tenha sido identificado, ainda não foi concluída a negociação com o proponente investidor. Em consequência, também, não houve assinatura de contrato de locação, situação que deverá ser resolvida no começo de 2008.

3252 0029 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	2,0	2.613.787	1.572.841	50,0	60,2

O realizado refere-se à abertura das agências Campo Formoso e Caminho das Pedras. A agência Shopping Salvador não foi aberta em 2007, em razão de atrasos nas obras realizadas pelo investidor (Shopping), e tem previsão de inauguração em 2008. Em relação à outra unidade, o contrato de locação ainda não foi assinado, em razão da prospecção do imóvel não ter logrado êxito.

3252 0031 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	8,0	7,0	5.227.573	1.803.369	87,5	34,5

Em 2007, foram inauguradas as agências Candes, Luizote e Shopping Del Rey, bem como os PAB Justiça Federal Ipatinga, Governador Valadares, Pouso Alegre e Varginha. Quanto à outra unidade, o contrato de locação foi assinado somente em agosto de 2007, estando atualmente em obras pelo investidor, com previsão de inauguração para meados do segundo semestre de 2008.

3252 0032 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	1,0	1.842.024	0	33,3	0,0

Em 2007, foi inaugurada a agência Cobilândia, com realização financeira em 2006. Em razão de atrasos nas obras de adequação do imóvel, não foi possível a abertura da agência Itagiba, em 2007, o que só acontecerá em janeiro de 2008. Também não foi possível a abertura da agência Laranjeiras da Serra, em razão do atraso na execução das obras pelo investidor, devendo as mesmas ser concluídas em 2008.

3252 0033 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio de Janeiro

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	11,0	5,0	8.016.122	2.597.837	45,5	32,4

Em 2007, foram abertas 5 novas agências: Seropédica, Pelinca, Piratininga, Top Shopping e Praia de Botafogo. As agências Cinelândia e Cesário de Melo não foram inauguradas em 2007, em razão do atraso na elaboração de projetos e execução de obras, devendo ser inauguradas em 2008. A nova agência Nova Belford Roxo teve autorização para investimento concedida somente em dezembro de 2007, não tendo sido assinado o contrato de locação, até esta data. Com relação às demais novas unidades, não houve localização/negociação de imóveis adequados para sua instalação.

3252 0035 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de São Paulo

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	33,0	24,0	24.048.368	6.048.567	72,7	25,2

Em 2007, foram inauguradas 21 agências: Vila Anastácio, Avenida Santos Dumont, Canhema, Jardim Ângela, Convenção, Águia de Haia, Funchal, Avenida Francisco Matarazzo, Serra do Japi, Parque Chico Mendes, Vila São José, Corifeu de Azevedo Marques, Raposo Tavares, Vila Madalena, João Ribeiro de Barros, Vila Regente Feijó, Jardim São Luiz, São Vito, Jardim Presidente Dutra, Sumarezinho e Praça Barão. A agência Aeroporto de Congonhas tem previsão de inauguração para janeiro de 2008. A agência Instituto Butantã teve sua abertura cancelada a pedido da área negocial da CAIXA. Não inauguraram em 2007, por motivo de atraso na assinatura dos contratos de locação, bem como na execução das obras pelo investidor, as agências: Fazendinha, Tamandaré, Rio Pequeno e Sesc Pinheiros, que deverão ser inauguradas até o segundo semestre de 2008. Em 2007, também foram inaugurados os PAB Prefeitura Municipal de Botucatu, Justiça do Trabalho de Marília e Prefeitura Municipal de Ilhabela. Com relação às demais unidades, não houve localização/negociação de imóvel adequado para sua instalação.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3252 0041 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Paraná

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	21,0	5,0	10.054.598	1.187.044	23,8	11,8

Em 2007, foram inauguradas três novas agências, Ilha do Mel, Francisco Debruca e Matinhos, bem como os PAB Prefeitura Municipal Ubitatã e Cidade Gaúcha. A nova agência Piraquara teve sua abertura cancelada, por interesse da área negocial da CAIXA. As agências Barreirinha, Sítio Cercado, Paiçandu e Lagoa Dourada, assim como o PAB Antônio não foram inaugurados em 2007, em razão de atraso na identificação de imóveis e na assinatura de contratos de locação. Atualmente tais agências encontram-se em obras pelo investidor, com previsão de inauguração até o segundo semestre do ano de 2008. A nova agência Jardim das Américas já teve seu imóvel prospectado, porém o contrato de locação ainda não foi assinado, em razão de alterações no projeto inicial. Com relação às demais unidades, não houve localização/negociação de imóveis adequados para sua instalação.

3252 0042 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Santa Catarina

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	6,0	2.613.787	1.088.603	150,0	41,6

O realizado refere-se à abertura de 03 agências: Costa e Silva, Itapema, com realização financeira em 2006, Pirabeiraba e 03 PAB: Justiça Federal de Laguna, Justiça Federal Rio do Sul e Justiça Federal Brusque. A abertura dos 03 PAB, devido às dimensões menores de infraestrutura/porte, demandaram investimentos menores do que na abertura de uma agência.

3252 0043 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Sul

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	2,0	2.613.787	923.565	50,0	35,3

Em 2007, foram inauguradas as agências Alto Uruguai e Canoas Shopping. Está prevista ainda a abertura de mais uma agência, no primeiro semestre de 2008 (Fragata). Também se encontra em andamento, na fase de elaboração de projetos, as obras para implantação do novo PAB Vara Federal de Santa Cruz do Sul, cuja inauguração deverá ocorrer durante o exercício de 2008.

3252 0051 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	4,0	0,0	2.613.787	0	0,0	0,0

Em razão da dificuldade de localização de imóveis adequados, somente em 2007 foram assinados os contratos de locação para investimentos em 2 novas agências, que atualmente se encontram em fase de elaboração de projetos: Campos Verdes e Lucas do Rio Verde. A nova agência Pontes e Lacerda também não foi aberta em 2007, embora já tenha imóvel identificado, em razão da negociação com o proprietário/investidor ainda não ter logrado êxito, não tendo havido, em consequência, assinatura do contrato de locação. Com relação à outra unidade, não houve localização/negociação de imóvel adequado para sua instalação.

3252 0052 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Goiás

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	1,0	1.842.024	86.663	33,3	4,7

O realizado refere-se à abertura de 01 PAB Prefeitura Municipal Anápolis. Quanto às outras unidades, os contratos de locação ainda não foram assinados, em razão da prospecção dos imóveis não terem logrado êxito.

3252 0053 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Distrito Federal

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	3,0	3,0	1.842.024	904.690	100,0	49,1

Em 2007, foram inauguradas as agências Lago Norte e Riacho Fundo, assim como o PAB Justiça Federal de Taguatinga.

3252 0054 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso do Sul

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	2,0	0,0	1.070.262	0	0,0	0,0

Não houve localização/negociação de imóvel adequado para instalação de unidades.

4106 0001 Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Nacional

			356.677.061	156.423.597		43,9

O realizado refere-se à: aquisição de equipamentos de segurança para instalação em pontos de venda; adequação e manutenção dos imóveis ocupados por 701 pontos de venda; substituição de equipamentos de uso e de mobiliário em 2.803 agências; e aquisição de equipamentos de auto-atendimento. A meta financeira não foi atingida, em decorrência de atrasos nas licitações, cabendo ressaltar que a CAIXA tem adotado medidas com o objetivo de dar celeridade aos processos de contratações, buscando maior parceria com a área de contratação e, nos casos de impugnações e medidas judiciais, buscando um maior envolvimento do jurídico para resposta e defesa célere. Benefícios: atendimento aos requisitos de segurança exigidos legalmente, elevando o nível de segurança dos pontos de venda, com a proteção do patrimônio, dos empregados e clientes, visando também à prevenção de perdas; maior rapidez no atendimento e melhora na disponibilização de informações na rede de auto-atendimento e no atendimento interno dos pontos de venda, com instalação de equipamentos mais modernos, adequando a capacidade de processamento para os sistemas processados no grande porte.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3286 0023 Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Ceará

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,0	7.500.000	0	0,0	0,0

O contrato foi assinado em maio/2006, porém a obra não se iniciou até o momento, em virtude de o imóvel está sendo ocupado pela agência Pessoa Anta e áreas-meio da CAIXA, que, embora tenha alugado outro imóvel para a mudança, há mais de dois anos, ainda não concluiu as obras de adaptações necessárias. Tendo em vista o tempo transcorrido da assinatura do contrato (18 meses), será necessário proceder ao reequilíbrio financeiro do contrato de obras, antes do seu início.

3286 0026 Instalação de Bens Imóveis - No Estado de Pernambuco

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,0	6.000.000	0	0,0	0,0

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - emitiu parecer favorável à continuidade dos projetos para restauração do prédio da antiga Bolsa de Valores, edificação histórica, onde será implantado o Caixa Cultural Recife. A empresa contratada para elaboração dos projetos recebeu Ordem de Execução de Serviço - OES - para elaboração dos anteprojetos, tendo apresentado pedido de aditivo contratual, em vista do grande tempo despendido pelo IPHAN, para análise do estudo preliminar (4 meses).

3286 0043 Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Rio Grande do Sul

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,0	11.000.000	0	0,0	0,0

Em novembro de 2007, a Diretoria Colegiada da CAIXA aprovou voto destinando os recursos necessários para a contratação das obras destinadas à implantação da Caixa Cultural Porto Alegre(RS). O projeto encontra-se aprovado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre desde 27/03/2007 e os projetos executivos já estão concluídos e aprovados, estando assim cumpridas as condições técnicas e orçamentárias para a elaboração do processo para licitação das obras.

3286 0053 Instalação de Bens Imóveis - No Distrito Federal

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,0	3.000.000	0	0,0	0,0

Não foi concretizada a negociação do terreno do Projeto Datacenter/DF com o Banco do Brasil.

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			111.479.950	40.481.464		36,3

Os recursos foram investidos na adequação e manutenção de imóveis ocupados por 198 unidades administrativas. Benefícios: manutenção da infra-estrutura física dos imóveis, mantendo a qualidade do ambiente para seus ocupantes. Em face da necessidade do atendimento ao decreto 10.048/2000, que trata da acessibilidade, houve necessidade de rever as metas estabelecidas para o segundo semestre de 2007 nessa atividade e, nesse sentido, as unidades de suporte(filiais) foram orientadas a direcionarem esforços para a realização dos projetos e obras de acessibilidade, vinculada à atividade "4106 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura de Atendimento".

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			145.394.634	32.332.025		22,2

Os recursos foram investidos em: substituição de equipamentos de uso em 632 unidades de apoio; aquisição de 1.398 novas publicações sugeridas por empregados e unidades da empresa; instalação de geradores de neblina nas unidades que operam com penhor; instalação de salas de auto-atendimento não contíguas; adequação das Centrais de Garantia de Penhor - CEGAP - de Porto Alegre e Curitiba; adequação das Centrais de Monitoramento de Porto Alegre, Brasília e São Paulo; modernização do canal telemarketing e de prédios administrativos da CAIXA. A meta financeira não foi atingida, em decorrência de atrasos nas licitações, cabendo ressaltar que a CAIXA tem adotado medidas com o objetivo de dar celeridade aos processos de contratações, buscando maior parceria com a área de contratações e, nos casos de impugnações e medidas judiciais, buscando um maior envolvimento do jurídico para resposta e defesa céleres.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			185.180.798	87.627.917		47,3

Realizados investimentos em: equipamento de escritório, como: estações de trabalho, servidores e notebook; aquisição de equipamentos e softwares para ampliação da capacidade de armazenamento de informações nas Representações de Operações Tecnológicas - REROP, de BSB, SP e RJ; e aquisição de softwares, que possibilitaram maior segurança nas transações do canal internet banking. A baixa realização deveu-se a: a)contratos efetuados em 2007 com execução para 2008 e que totalizam aproximadamente R\$ 31 milhões correspondentes à renovação da plataforma intermediária sun, a solução de virtualização da fitoteca, upgrade dos softwares da IBM, aquisição de solução de autenticação para os canais eletrônicos; b)processos para aquisição de solução de filtro de conteúdo internet e para reserva técnica e aquisição de discos sata (disco para plataforma média - sun) não foram contratados, devido a questões jurídicas; c)os processos licitatórios referentes à previsão inicial para aquisição de servidores de segurança fracassaram por não atenderem às especificações técnicas previstas no edital; e d)economia nas contratações.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

25234 Banco do Brasil S.A. - BB

0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

3252 0011 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	7,0	6,0	488.894	37.368	85,7	7,6

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0012 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	6,0	8,0	532.727	62.279	133,3	11,7

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0013 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	30,0	20,0	1.794.345	352.520	66,7	19,6

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0014 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	6,0	4,0	307.222	24.709	66,7	8,0

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0015 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	22,0	6,0	1.923.602	100.686	27,3	5,2

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007 cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0016 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	7,0	6,0	381.203	49.334	85,7	12,9

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0017 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Tocantins

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	17,0	4,0	1.945.340	580.161	23,5	29,8

Neste Estado o projeto sofreu revisão do cronograma de investimentos, em decorrência de mudanças estratégicas, priorizando a abertura de novas dependências em outras localidades.

3252 0021 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	20,0	11,0	3.656.297	209.671	55,0	5,7

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0022 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	14,0	10,0	1.309.341	51.110	71,4	3,9

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0023 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	31,0	14,0	2.572.065	335.261	45,2	13,0

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0024 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	25,0	5,0	3.267.115	729.881	20,0	22,3

Neste Estado o projeto sofreu revisão do cronograma de investimentos, em decorrência de mudanças estratégicas, priorizando a abertura de novas dependências em outras localidades.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3252 0025 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	19,0	11,0	1.524.312	207.490	57,9	13,6

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0026 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	30,0	10,0	2.881.226	1.297.466	33,3	45,0

Neste Estado o projeto sofreu revisão do cronograma de investimentos, em decorrência de mudanças estratégicas, priorizando a abertura de novas dependências em outras localidades.

3252 0027 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	18,0	11,0	1.347.906	200.894	61,1	14,9

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0028 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	9,0	7,0	1.122.445	171.945	77,8	15,3

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0029 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	50,0	46,0	5.048.877	564.439	92,0	11,2

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0031 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	88,0	49,0	9.193.675	2.383.317	55,7	25,9

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0032 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	13,0	11,0	1.757.414	238.609	84,6	13,6

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0033 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio de Janeiro

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	74,0	22,0	17.641.840	2.701.241	29,7	15,3

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0035 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de São Paulo

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	288,0	75,0	22.034.072	2.249.244	26,0	10,2

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0041 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Paraná

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	97,0	156,0	16.523.557	8.593.533	160,8	52,0

Projeto com índice de realização financeira menor do que a execução física, em decorrência da abertura de dependências em 2007, cujos investimentos ocorreram em 2006. Houve revisão do cronograma de investimentos para o projeto de expansão da rede de atendimento com postergação de realizações para 2008.

3252 0042 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Santa Catarina

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	60,0	14,0	4.440.944	606.786	23,3	13,7

Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista a instalação de dependências de menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento de execução das obras.

3252 0043 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Sul

Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	74,0	55,0	7.699.742	830.548	74,3	10,8

Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.

Empresa

PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)
3252 0051 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso						
Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	24,0	8,0	3.598.242	1.601.119	33,3	44,5
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista a instalação de dependências de menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento de execução das obras.						
3252 0052 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Goiás						
Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	29,0	23,0	4.056.335	1.381.949	79,3	34,1
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3252 0053 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Distrito Federal						
Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	46,0	14,0	8.091.795	2.766.175	30,4	34,2
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3252 0054 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso do Sul						
Ponto de Atendimento Instalado (unidade)	22,0	3,0	3.193.937	901.634	13,6	28,2
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista a instalação de dependências de menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento de execução das obras.						
3324 0011 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Rondônia						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	25,0	4,0	213.629	82.383	16,0	38,6
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0012 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Acre						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	10,0	0,0	75.995	3.696	0,0	4,9
Equipamentos adquiridos em 2007, cuja instalação, nas dependências, está prevista para 2008.						
3324 0013 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amazonas						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	22,0	2,0	158.836	43.838	9,1	27,6
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0014 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Roraima						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	9,0	0,0	41.024	1.232	0,0	3,0
Equipamentos adquiridos em 2007, cuja instalação, nas dependências, está prevista para 2008.						
3324 0015 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Pará						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	70,0	10,0	359.356	158.854	14,3	44,2
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0016 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Amapá						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	8,0	0,0	45.075	4.928	0,0	10,9
Equipamentos adquiridos em 2007, cuja instalação, nas dependências, está prevista para 2008.						
3324 0017 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Tocantins						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	18,0	1,0	84.428	24.065	5,6	28,5
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0021 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Maranhão						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	63,0	11,0	398.743	100.578	17,5	25,2
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0022 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	25,0	17,0	431.090	159.291	68,0	37,0
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0023 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Ceará						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	121,0	21,0	467.619	269.307	17,4	57,6
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0024 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Norte						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	54,0	11,0	389.865	158.545	20,4	40,7
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						

Empresa

PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)
3324 0025 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Paraíba						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	56,0	12,0	839.985	528.941	21,4	63,0
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0026 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Pernambuco						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	106,0	41,0	820.501	540.734	38,7	65,9
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0027 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Alagoas						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	26,0	5,0	226.163	77.909	19,2	34,4
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0028 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Sergipe						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	23,0	7,0	242.137	76.220	30,4	31,5
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0029 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado da Bahia						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	126,0	28,0	1.323.960	481.820	22,2	36,4
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0031 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Minas Gerais						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	424,0	194,0	1.459.316	902.195	45,8	61,8
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0032 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Espírito Santo						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	81,0	28,0	308.157	99.555	34,6	32,3
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0033 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio de Janeiro						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	351,0	170,0	1.165.611	371.111	48,4	31,8
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0035 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de São Paulo						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	885,0	48,0	1.966.582	325.427	5,4	16,5
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0041 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Paraná						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	298,0	84,0	919.147	71.459	28,2	7,8
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0042 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Santa Catarina						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	208,0	100,0	898.523	498.349	48,1	55,5
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0043 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Rio Grande do Sul						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	327,0	166,0	1.119.457	603.428	50,8	53,9
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0051 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	77,0	8,0	269.313	131.339	10,4	48,8
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.						
3324 0052 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Goiás						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	131,0	4,0	351.245	62.062	3,1	17,7
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						
3324 0053 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Distrito Federal						
Ponto de atendimento modernizado (unidade)	127,0	32,0	814.529	327.050	25,2	40,2
Projeto com índice de realização abaixo do previsto, tendo em vista modernização de dependências com menor custo, em relação ao cronograma financeiro inicialmente previsto, e devido à revisão do planejamento para execução das obras.						

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

3324 0054 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Mato Grosso do Sul

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	59,0	10,0	274.860	143.309	16,9	52,1

Projeto com índice de realização abaixo do previsto, em razão de revisão do cronograma de investimentos.

4106 0001 Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Nacional

			579.784.232	319.735.792		55,1

O projeto previa, basicamente, a reforma, realocação e/ou adequação de algumas dependências do Banco, bem como substituição de equipamentos obsoletos, em especial, os terminais de saque, depósito, cheques, adquiridos a partir de 1997, além dos terminais de caixa, nas agências. Ocorreram investimentos na instalação de dispositivos de combate a incêndio, relacionados à melhoria da segurança, e nas obras de melhoria de acessibilidade, em 3.696 dependências. Foi realizado 55% do valor previsto, sendo os principais fatores do desvio verificado: o tempo de duração da execução de obras; e os prazos legais de licitação, muitas vezes afetados por recursos interpostos por parte das empresas não vencedoras no processo licitatório.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3286 0017 Instalação de Bens Imóveis - No Estado de Tocantins

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,0	450.830	0	0,0	0,0

O projeto, em Tocantins, previa a construção do prédio que vai abrigar a Superintendência do Estado e uma agência. A totalidade dos investimentos foi postergada para 2008.

3286 0028 Instalação de Bens Imóveis - No Estado de Sergipe

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,8	250.000	195.458	80,0	78,2

Em Sergipe, o projeto de instalação do Núcleo de Valores (Tesouraria) teve seu início, ficando a conclusão prevista para 2008.

3286 0053 Instalação de Bens Imóveis - No Distrito Federal

Imóvel instalado (unidade)	1,0	0,2	58.500.000	11.917.258	20,0	20,4

Projeto com início das aquisições dos bens incorporados ao imóvel a ser edificado no complexo central de tecnologia em Brasília DF. A complementação dos investimentos ocorrerá em 2008.

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			150.086.281	64.314.620		42,9

O projeto refere-se, basicamente, às reformas e adequações nos prédios da rede de apoio do banco. O índice de realização ficou em 42,85%. Houve a substituição de equipamentos (incorporados aos imóveis) defasados ou em fim de vida útil. As obras de adequação, normalmente, podem ser previstas com antecedência, mas sofrem influência dos procedimentos de licitação e da demora na execução (muitas vezes em grandes prédios de centros urbanos). Sendo assim, nem sempre se realiza tudo o que foi previsto. As obras de manutenção ocorrem por demandas não previstas, cuja realização depende de fatos geradores.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			36.323.825	14.229.426		39,2

Das previsões deste item constaram, basicamente, projetos para ampliação da Central de Atendimento BB (site salvador), bem como para aquisição de mobiliário e equipamentos de uso para reposição e complementação do enxoval das dependências. O índice de realização ficou próximo a 40%, com destaque para a aquisição de 94% dos equipamentos destinados à Central de Atendimento na Bahia. Cabe salientar que alguns investimentos são realizados quando da necessidade de suprimento de mobiliário/equipamentos de uso etc, sendo difícil mensurar a quantidade e o momento para reposição/complemento dos itens.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			274.949.191	242.704.324		88,3

O projeto teve índice de realização de 88,27%, merecendo destaque a atualização da infra-estrutura de TI, com ações de direcionamento para a nova arquitetura tecnológica em implantação. Os maiores investimentos se concentraram no Programa de Armazenamento Central de Dados. Também houve aquisição de terminais de auto atendimento, o que não ocorreu no ano anterior, e investimentos em tecnologia da informação, destinados às centrais de atendimento do banco.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

25266 Banco do Estado do Piauí S.A. - BEP

0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

3324 0022 Modernização de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado do Piauí

Ponto de atendimento modernizado (unidade)	11,0	4,0	1.195.000	422.431	36,4	35,3

Realizou-se aquisição de aparelhos de refrigeração para diversas agências e postos de atendimento, bem como reforma na agência de Cristiano Castro, totalizando investimento da ordem de R\$ 363 mil. Adquiriram-se diversos bens móveis para uso nas agências e postos de atendimento, totalizando investimento da ordem de R\$ 59 mil. O BEP foi federalizado em março de 2000. Ao longo desse período, não havendo definição quanto ao seu destino, as ações administrativas foram voltadas para adequar o Banco para a sua privatização. Apesar de terem sido feitos planejamentos para manutenção da estrutura e atualização tecnológica, a implementação disso não foi possível, devido ao regime especial a que o BEP está sujeito. Todas as ações que envolvem dispêndios por parte do Banco precisam de autorização para ser realizadas. Daí, a discrepância entre os valores orçado e realizado.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4103 0022 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Piauí

			2.605.000	37.987		1,5

Realizou-se aquisição de no-breaks, sistema cftv - circuito fechado de tv, central telefônica e outros equipamentos, totalizando investimento da ordem de R\$ 38 mil. Apesar de terem sido feitos planejamentos para manutenção da estrutura e atualização tecnológica, a implementação disso não foi possível, devido ao regime especial a que o BEP está sujeito. Todas as ações que envolvem dispêndios por parte do banco precisam de autorização para ser realizadas. Daí, a discrepância entre os valores orçado e realizado.

25271 Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC

0781 - AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

4106 0001 Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento - Nacional

			2.614.390	2.593.018		99,2

Esta ação foi cumprida em quase sua totalidade. Estão descritos a seguir os principais investimentos realizados no exercício de 2007, no valor de R\$ 2,6 milhões, compreendendo a aquisição de: aparelhos de ar condicionado, portas giratórias para agências, armários e balcões, sistema de circuito fechado de tv, mobiliário, balcão de caixas nas agências, centrais telefônicas, detectores de metais, máquinas contadoras de cédulas, microcâmeras, mesas para escriturários, cofres e um veículo; e adaptações para acesso de portadores de deficiência física.

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			19.940.000	11.169.351		56,0

Os investimentos realizados somam R\$ 11,2 milhões e as principais realizações estão descritas a seguir: aquisição de servidor corporativo marca IBM system modelo x3550 para contingência; aquisição de softwares, licença de uso de software para aumento da performance das chaves disaster recovery main frame; aquisição de gravadores de cd e dvd; aquisição de microcomputadores, notebooks, placas de memória, pen drives, monitores e unidades de disco, sistemas gerenciador de rede; planejamento e instalações do ambiente software; aquisição de cabos de fibra ótica; aquisição de atms full fuction com módulos depositários; e aquisição de unidades de armazenamento. O desvio entre o orçado e o realizado decorreu especialmente por: atraso no desenvolvimento dos projetos e nas definições sobre a forma de aquisição e reutilização de equipamentos; alteração de prioridades de projetos de tecnologia de informações - TI; e transferência, para 2008, de alguns projetos que seriam realizados em 2007.

28234 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			4.860.000	35.922		0,7

O baixo nível de realização do orçamento de investimentos do BNDES deveu-se ao fato de os projetos de instalações nos imóveis próprios estarem dependendo de licitações que, pela sua complexidade, demandam muito tempo no que respeita à elaboração de especificações e conclusão dos certames, inclusive, com ocorrência de interposição de recursos judiciais por parte dos licitantes.

Empresa PROGRAMA / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			11.324.356	2.977.672		26,3

O baixo nível de realização do orçamento de investimentos do BNDES deveu-se ao fato de os processos de aquisição dos bens do sistema de comunicação e de móveis e equipamentos de uso estarem na dependência de licitações. Pela sua complexidade, várias licitações estão demandando muito tempo para suas especificações e os resultados nem sempre são bem sucedidos, implicando muitas vezes em questões judiciais, o que inviabiliza o início de nova licitação.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			18.622.000	4.953.455		26,6

O baixo nível de realização do orçamento de investimentos do BNDES deveu-se ao fato de os processos de aquisição dos itens do Plano Diretor de Informática (PDI) estarem dependendo de licitações. Por serem complexas, diversas licitações demandam muito tempo para suas especificações e o resultado nem sempre é bem sucedido, implicando muitas vezes em questões judiciais, o que inviabiliza o início de nova licitação.

3. Setor Produtivo Estatal - Grupo Petrobras

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

32230 Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

111M 0001 Incorporação de Ativos de Fibra Ótica da Gaspetro - Nacional

<i>Incorporação efetuada (% de execução física)</i>	100,0	0,0	224.662.631	161.691.968	0,0	72,0

A ação visa realizar transferência de ativos do Projeto de Fibra Ótica, constituído de direito de uso da servidão de faixas ao longo do gasoduto GASBOL e outros trechos, do ativo da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO na empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, fazendo parte do processo de incorporação da Dataflux - Serviços de Telecomunicações S.A. - DATAFLUX pela GASPETRO, em função da nova estrutura organizacional. Incorporação parcial dos bens e direitos, sendo concretizado a transferências das obras e instalações de cabos de fibra ótica, ficando pendente a transferência dos direitos de uso e servidão ao longo do gasoduto Gasbol. Previsão de patrimônio no valor aproximado de R\$ 50 milhões.

12BK 0033 Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD) da Petrobras - No Estado do Rio de Janeiro

<i>Centro implantado (% de execução física)</i>	25,0	0,0	68.310.945	28.453.735	0,0	41,7

O Centro Integrado de Processamento de Dados (CIPD-Rio) que está sendo construído na Cidade Universitária, Ilha do Fundão. O projeto é composto de um data center de missão crítica e de prédios de escritórios. Este complexo será auto-suficiente em energia, contempla a construção uma central de utilidades com co-geração a gás, com redundância por óleo diesel e pela concessionária de energia elétrica. A realização física e financeira do projeto do CIPD-Rio foi impactada por redefinições de projeto, devido à necessidade de atendimento à solicitação do cliente para atender o grau de confiabilidade do sistema de certificação Tier III, causando conseqüentemente atraso na contratação dos serviços de detalhamento de projeto e execução de construção civil e montagem do CIPD.

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			88.353.258	62.069.188		70,3

Os investimentos em bens imóveis dos serviços compartilhados têm forte ênfase na adequação de espaços administrativos para atender as demandas de crescimento da Empresa. Os principais eventos em 2007 foram: 1) Regionalsudeste: no Rio de Janeiro: continuação da atualização tecnológica do EDISE, projeto com cronograma plurianual e início da reforma da subestação do Caju; 2) Regional São Paulo-Sul: em São Paulo: continuação das melhorias das instalações do EDISP; conclusão de novas instalações do prédio administrativo em Santos; realização de reforma nas instalações do posto avançado de São Sebastião; em Porto Alegre: conclusão das novas instalações do posto avançado de Porto Alegre; 3) Regional Norte-Nordeste: na Bahia: início da reforma do prédio administrativo EDIBA, projeto com cronograma plurianual. Os principais eventos programados e não realizados foram em decorrência dos atrasos no cronogramas da Reforma Tecnológica do Edise e da reforma do prédio administrativo Ediba.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			83.260.382	71.749.373		86,2

Os principais destaques neste segmento foram: aquisição de mobiliários e equipamentos para prédios como EDITA, EDISE, CASTELO OFFICE, EDISP, EDIBA, EDIHB, postos avançados e outros; adequação de layout com foco na racionalização de espaços; aquisição de equipamentos para SMS e aquisição de equipamentos para segurança predial. Os principais eventos programados e não realizados foram cerca de cinquenta por cento do valor previsto para obras de TCOM em prédios alugados e atraso na aquisição de bens patrimoniais.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			959.046.446	583.271.349		60,8

Essa ação engloba projetos de informática e telecomunicações, bem como investimentos em equipamentos e softwares. Na atividade de telecomunicações a realização dos investimentos apresenta melhor desempenho que no ano anterior, porém encontramos ainda dificuldades na execução como: alguns equipamentos (switch core, sobressalentes para cftv, rádios em geral) não chegaram a ser adquiridos por motivos de atraso na entrega, demora no processo de compra e atrasos na definição técnica. Outros motivos que contemplam investimentos são o atraso na disponibilização de infra-estrutura no início dos projetos. Na atividade de informática houve atraso devido a demora em processos de aquisição e no desenvolvimento de projetos. Foram realizados investimentos relevantes em infra-estrutura corporativa de TI e no atendimento às áreas de negócios, destacando-se o atendimento ao E&P.

32239 Petrobras Distribuidora S.A. - BR

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			3.113.319	1.481.715		47,6

Os imóveis foram mantidos apropriadamente, no entanto, nem todas as obras para reformas planejadas pela BR.se mostraram necessárias e, portanto, não foram realizadas integralmente ao longo do ano, o que explica o desvio observado. Foram gastos aproximadamente R\$ 1,5 milhão nesta ação em obras e instalações de equipamentos em unidades administrativas. Podemos destacar as obras para a transferência de endereço do almoxarifado de São Paulo e a mudança de layout no almoxarifado da fábrica de lubrificantes.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			2.093.340	2.892.896		138,2

Foram investidos aproximadamente R\$ 2,9 milhões na manutenção e adequação da infra-estrutura de bens móveis e equipamentos da Companhia. Desse total, R\$ 1,7 milhão foi destinado à aquisição de equipamentos de laboratório, instalações auxiliares e mobiliário para as instalações administrativas em bases e terminais, para as fábricas de lubrificantes e de asfalto. A realização acima da orçada foi motivada pela aquisição de alguns equipamentos não previstos inicialmente, como o equipamento de laboratório para a fábrica de lubrificantes ao custo de R\$ 624 mil.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			25.068.389	20.510.625		81,8

R\$ 10 milhões foram aplicados nos projetos de aquisição e desenvolvimento de software. Destaca-se a continuidade do Projeto Focus - nova solução de CRM (Customer Relationship Management), que visa melhorar o relacionamento com seus clientes, visualizar oportunidades de negócio e realizar um eficiente planejamento de vendas, com desembolso de R\$ 9,4 milhões. Adicionalmente, buscando atender as demandas do Projeto de melhoria da Rede Integrada da BR (infra-estrutura), foram realizados R\$ 9,5 milhões de investimentos, contra um planejado de R\$ 12,0 milhões, aproximadamente. Este projeto engloba a aquisição de equipamentos de comunicação, de processamento de dados, licenças e gastos com manutenção de software. Grande parte do desvio observado refere-se ao atraso no processo de substituição do cabeamento estruturado, sendo realizado na sede e nas áreas operacionais, devido à dificuldade de paralização das áreas envolvidas. Além disso, não foi realizada em 2007 uma parcela do valor programado para compra de equipamentos de processamento de dados, em virtude da decisão da Companhia em substituir parte da aquisição por contratos de leasing.

32240 Petrobras Gás S.A. - GASPETRO

111L 0001 Incorporação de Ativos de Fibra Ótica da Dataflux - Nacional

<i>Incorporação efetuada (% de execução física)</i>	100,0	0,0	224.662.631	161.691.968	0,0	72,0

A ação visa realizar transferência de ativos do Projeto de Fibra Ótica, constituído de uso da servidão de faixas ao longo do gasoduto GASBOL e outros trechos, do ativo da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, na empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, fazendo parte do processo de incorporação da Dataflux - Serviços de Telecomunicações S.A. - DATAFLUX pela empresa Petrobras Gás S.A. - GASPETRO, em função de nova estrutura organizacional. Incorporação parcial dos bens e direitos, sendo concretizado a transferências das obras e instalações de cabos de fibra ótica, ficando pendente a transferência dos direitos de uso e servidão ao longo do gasoduto Gasbol. Previsão de patrimônio no valor aproximado de R\$ 50 milhões.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			0	0		

O valor previsto foi cancelado conforme a lei nº 11.599, de 03 de dezembro de 2007.

32242 Petrobras Química S.A. - PETROQUISA

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			85.777	30.046		35,0

A baixa realização nesta rubrica ocorreu pela não efetivação de mudanças físicas previstas e orçadas para a PETROQUISA. Dentre as realizações podemos destacar a substituição das cadeiras da força de trabalho, das máquinas desfragmentadoras e de copiadoras.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			190.762	121.208		63,5

A baixa realização nesta rubrica ocorreu pela modernização gradativa e parcial do parque de informática da PETROQUISA, que visava atender a implantação de novos sistemas corporativos. Dentre as realizações destacam-se a renovação do parque de informática através da aquisição de computadores, scanners e licença de software.

32274 Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			6.529.556	6.424.117		98,4

Os recursos alocados nesta atividade são referentes a diversos equipamentos adquiridos em todas as unidades operacionais da TRANSPETRO, assim como, em sua sede administrativa. Podemos destacar nessa atividade a compra de equipamentos para a reforma do layout da sede da Companhia e a compra de equipamentos para a nova biblioteca.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			20.435.512	8.680.946		42,5

Nessa atividade foram adquiridos equipamentos de informática e licenças para softwares. Podemos destacar nessa atividade a automação da operação de dutos e gasodutos através das estações mestras e a implantação do Sistema de Gerenciamento de Informação de Processo - PIMS. A baixa realização deveu-se a postergação na aquisição de licenças Sap Hyperion, Microsoft e outros softwares que estavam previstos no orçamento. Também houve atraso na adequação das redes de dados e voz da TRANSPETRO.

[32278 Petrobras International Finance Company - PIFCo](#)

4102 0002 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Exterior

			2.000.000	1.250.634		62,5

Os gastos com investimentos da PIFCo em 2007 foram decorrentes de aquisições de mobiliários e equipamentos e da compra e manutenção de máquinas de apoio administrativo. As necessidades de investimentos foram atendidas com preços menores do que os

[32291 PetroRio - Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. \(Incorporada em 31/10/2006\)](#)

4103 0033 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio de Janeiro

			0	0		

O valor previsto foi cancelado conforme a lei nº 11.599, de 03 de dezembro 2007.

[32306 DATAFLUX - Serviços de Telecomunicações S.A.](#)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			4.000.000	3.667.936		91,7

O montante investido refere-se aos trabalhos desenvolvidos pela GASPETRO ao longo do exercício de 2007. Os trabalhos estão relacionados ao sistema de telecomunicações utilizando cabos de fibra óptica ao longo da faixa de passagem do gasoduto Brasil-Bolívia, em conjunto com as amortizações com a faixa de servidão de passagem de cabos ópticos.

[32307 Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS](#)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			0	0		

O valor previsto foi cancelado conforme a lei nº 11.599, de 03 de dezembro de 2007.

[32312 Petroquímica Triunfo S.A. - TRIUNFO](#)

4102 0043 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Sul

			356.366	45.928		12,9

Foram orçadas compras de veículos, cujas aquisições ainda estão sendo reavaliadas. Devido à necessidade de processo de licitação, algumas compras só se concretizarão em 2008. Com relação à realização, destacamos a aquisição de um rugosímetro portátil, de uma máquina filme termo-encolhível e móveis diversos.

4103 0043 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio Grande do Sul

			1.220.981	396.002		32,4

Foram orçados alguns projetos, como o projeto Netweaver(SAP), cuja implantação ainda está sendo reavaliada. Com relação ao que foi realizado, destacamos a aquisição de micro computadores, impressoras e infra-estrutura de rede, bem como a implantação de sistema BPS (SAP).

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

32316 Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			992.461	980.438		98,8

Aquisição de móveis e utensílios para as diversas unidades da LIQUIGÁS.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			9.230.435	5.416.662		58,7

Principais realizações: Cerca de R\$ 4,4 milhões foram investidos na modernização e atualização dos softwares da Empresa, destacando-se: atualização de licenças SAP, com R\$ 2,0 milhões; licenças Microsoft, com R\$ 0,7; Portal de Negócios, com R\$ 0,5 milhão; licenças Oracle, com R\$ 0,4 milhão; Portal LiqNet, com R\$ 0,2 milhão, entre outras; e Aproximadamente R\$ 1,0 milhão foi investido na aquisição de equipamentos para atender as necessidades das diversas unidades da Empresa, destacando-se: centrais telefônicas, com R\$ 0,7 milhão; mais FireWall, micros (leasing), impressoras, no breaks, entre outros, com R\$ 0,3 milhão. Projetos adiados para 2008 (Criptografia, Gerenciamento de Itens de Configuração, Gerenciamento de Identidade e Archiving), com cerca de R\$ 2,0 milhões, em função de falta de tempo hábil para a conclusão dos respectivos processos de compra ainda em 2007; e Aquisições de equipamentos reprogramadas para 2008 (servidores diversos, placa DDP, Bastidor Celular, Acelerador – Apliance e Micro Thin Client), com cerca de R\$ 1,8 milhão, também em função de falta de tempo hábil para a conclusão dos respectivos processos de compra ainda em 2007.

2. Setor Produtivo Estatal - Grupo Eletrobrás

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

[32204 Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR](#)

4102 0033 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio de Janeiro

			2.000.000	806.483		40,3

Foram realizadas neste exercício aquisições de: veículos (ônibus, caminhões, utilitários etc); máquinas e equipamentos de escritório (ar condicionado, aparelhos de fax, etc); e móveis e utensílios (mesas, armários, cadeiras, gaveteiros etc). O desvio ocorrido deveu-se ao adiamento de algumas aquisições para 2008.

4103 0033 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio de Janeiro

			9.219.800	8.111.336		88,0

No decorrer do exercício ocorreram ampliações do software erp sap; aquisições de sistema de storage para a rede corporativa, sistema de cálculos (workstations), sistema de servidores de rede, licenciamento de softwares e outras aquisições de softwares e equipamentos diversos. A realização aquém do previsto foi devido a atrasos nos processos de algumas concorrências, cujos investimentos foram adiados para 2008.

[32223 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS](#)

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			33.000.000	0		0,0

Destinava-se à aquisição de andares do Edifício Herm. Stoltz ou outro próximo, a fim de se agrupar os empregados em prédios adjacentes. Postergada a aquisição. Em 2008 há verba para este fim, porém em torno de 48% do orçamento para 2007.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			9.537.948	2.971.075		31,2

Principais licitações não concretizadas: aquisição e instalação de sistema integrado de CFTV; aquisição e instalação completa de 1.500 postos de trabalho(R\$ 6,2 milhões); aquisição de dois sistemas de refrigeração central; aquisição de nove splits e aparelhos de ar condicionado. O desvio entre a execução e o limite aprovado decorreu também por conta de economia com licitações efetuadas via pregão. Foram realizadas as seguintes principais aquisições: automóveis (R\$ 68,0 mil), 2.400 cadeiras, armários e mesas para o auditório, guilhotina e ploter (R\$ 2,9 mil).

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			19.169.476	233.671		1,2

Principais projetos não realizados: 1) consolidação de servidores (R\$ 7,0 milhões) - com a mudança de tecnologia, foi abandonada a estratégia inicial, o que fez com que o trabalho desenvolvido tivesse que ser abandonado e iniciado um outro; 2) projeto voz sobre IP (R\$ 4,1 milhões) - não realizado, devido à manutenção do sistema de telefonia tradicional; 3) equipamentos para empresas federalizadas (R\$ 2,0 milhões); 4) equipamentos de vídeo conferência (R\$ 200 mil) - postergado para 2008; e 5) demais equipamentos (R\$ 5,6 milhões) - realizada pequena parte deste projeto. Algumas aquisições foram postergadas, pela mudança de tecnologia a ser implantada pela consolidação/virtualização dos servidores.

[32224 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE](#)

4101 0010 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Na Região Norte

			5.000.000	1.123.187		22,5

Não houve aquisição de terreno para a construção da nova Sede da ELETRONORTE. O orçamento de 2007 foi gasto com melhorias na sede atual da empresa. O terreno para a construção da Sede da ELETRONORTE, em Brasília(DF), não foi adquirido, tendo em vista que está sendo realizada uma avaliação da situação atual do prédio locado atualmente pela empresa, com a finalidade de analisar a viabilidade de aquisição do mesmo. A empresa ainda não concluiu o relatório final de avaliação. Por isso, é aguardado o parecer final para a tomada de decisão sobre a aquisição desse prédio ou de outro terreno.

4102 0010 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Norte

			3.000.000	1.933.292		64,4

Houve atraso no processo licitatório, devido aos questionamento de empresas concorrentes e falta de proponente para aquisição de veículos.

4103 0010 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Norte

			15.000.000	10.706.831		71,4

Suspensão do processo licitatório do módulo PS (Gerenciamento de Projeto) para melhor análise da interface entre o módulo PS e o possível módulo BCS (módulo financeiro). Este módulo visa a um upgrade do atual FI e FM, voltados para empresas públicas.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

32225 ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.

4101 0040 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Na Região Sul

			500.000	100.516		20,1

Esta atividade não teve seu orçamento realizado em sua plenitude, devido a não conclusão de alguns processos licitatórios.

4102 0040 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Sul

			7.585.200	4.672.799		61,6

Os valores orçados consistem na aquisição de novos veículos para a recomposição da frota e equipamentos gerais, destinados à prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica. Em virtude da aprovação da revisão do Orçamento de Investimento/2007, não houve tempo hábil para início do processo licitatório para aquisição de novos veículos de frota. Além disso, alguns processos licitados não obtiveram êxito na aquisição.

4103 0040 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Sul

			5.907.300	2.528.037		42,8

Esta atividade apresentou realização abaixo do previsto por atrasos na entrega de equipamentos de informática por parte dos fornecedores.

32226 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF

4101 0020 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Na Região Nordeste

			9.974.578	6.650.092		66,7

Foram realizadas melhorias e adequação dos prédios administrativos e operacionais, construção e reforma do galpão para abrigar o Centro de Documentação, entre várias reformas e ampliações dos prédios da empresa. O desvio nesta ação decorreu de atraso no processo licitatório para construção da segunda parte do Centro de Documentação da Sede da empresas e devido aos resultados das licitações inferiores aos preços básicos.

4102 0020 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Nordeste

			26.135.697	25.812.174		98,8

Foi realizada a aquisição de veículos, móveis e equipamentos, como sistema antiincêndio e sistema de controle de frequência, além de mobiliário.

4103 0020 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Nordeste

			55.916.481	38.931.481		69,6

Foi realizada aquisição de equipamentos de informática e teleprocessamento, como sistema de telesupervisão, estação de rede longe, videoconferência, sistema de acesso, licenças de softwares e aquisição de equipamentos de informática. Os desvios decorrem em virtude de: atraso em alguns processos aquisitivos; resultado de pregões abaixo do preço básico; e reprogramação de projetos para 2008.

32228 FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			9.980.105	5.284.196		52,9

As obras civis do Centro de Treinamento e do galpão de manutenção no Departamento de Apoio e Controle Técnico (DCT) foram concluídas. Continuam em andamento os serviços complementares na edificação do Centro de Treinamento, tais como colocação de rodapés, tomadas elétricas e ajustes nas janelas e portas. Foram concluídos os serviços de ampliação para o almoxarifado em Aparecida de Goiânia-GO, visando atender ao Departamento de Geração de Construção Manso e ao Departamento de Apoio e Controle Técnico. Encontra-se em elaboração o edital das obras de infra-estrutura para a ampliação do Departamento de Apoio e Controle Técnico. No laboratório de hidráulica experimental e recursos hídricos, no Rio de Janeiro-RJ, foi concluída a construção da cobertura (galpão) do canal de ensaios e encontram-se em andamento os serviços de implantação do sistema de captação de água de chuva e as obras para a ampliação e reforma do escritório.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			19.765.755	12.253.781		62,0

Foi adquirido um veículo leve para substituição de frota e iniciado o processo para aquisição de outro, para fiscalização do sistema de transmissão. Além disso, prosseguem os processos para aquisição de mobiliário e demais equipamentos gerais.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			48.525.842	26.041.364		53,7

Foram adquiridos equipamentos de informática (estações de trabalho) para substituição de equipamentos obsoletos. Efetivadas nos sub-sistemas de acesso e multiserviços do sistema óptico digital. Concluídos os serviços de implantação e comissionamento dos cabos opgw do sistema óptico das linhas de transmissão Rio Verde-Barra do Peixe e Manso-Nobres. Em fase de elaboração o processo licitatório para a aquisição de amplificadores ópticos. Em andamento o processo de aquisição de ar condicionado e de estações remotas de supervisão referentes à digitalização da rota Itaipu e da Lt Ibiúna-Bateias. Está em andamento o projeto executivo para as estações repetidoras de telecomunicações. A modernização das centrais telefônicas dos centros de operações, das subestações de Tijuco Preto, Mogi, Ibiúna, Foz do Iguaçu, Itaberá, Guarulhos, Ivaiporã, Adrianópolis e do km 0, foram concluídas. Bem como a implantação da primeira etapa do sistema de videoconferência. Está em andamento as atividades de licenciamento e atualização de softwares para o gisfurnas e para o giep e a atualização de softwares, bem como a aquisição de equipamentos para o SISDAT.

[32264 Light Participações S.A. - LIGHTPAR](#)

4101 0033 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Rio de Janeiro

			30.000	4.595		15,3

O valor orçado para 2007 visou à modernização do parque de informática da empresa. Posteriormente, foi verificado que a maioria dos equipamentos ainda se encontravam em boas condições de trabalho e, por isso, não foi necessária a utilização total da verba aprovada para o exercício.

[32267 Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE](#)

4101 0012 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Acre

			103.400	87.586		84,7

Nesta ação foi prevista a construção (no Município de Porto Acre) e ampliação (no Município de Senador Guiomard Santos) de postos de atendimento aos clientes. No entanto, a aquisição de terreno e construção em Porto Acre foi substituída pela aquisição de uma casa na Vila do "v", próximo a Porto Acre, onde reside maior número de clientes, visto que atende também aos moradores de Porto Acre. Essa aquisição ficou bem abaixo do valor que se previa para aquisição e construção em Porto Acre. Em Senador Guimard Santos, foi realizado apenas o projeto de ampliação. Essas foram as razões para uma realização menor que a prevista para esta atividade.

4102 0012 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Acre

			1.007.948	173.899		17,3

Foi prevista nesta rubrica a aquisição de dois veículos, tipo caminhonete, para uso na rede de distribuição. No entanto, no processo licitatório não houve participante. Foi prevista também a adequação do laboratório de aferição cuja realização não se concretizou, considerando que não tivemos o laudo de aprovação do Inmetro, necessário à montagem do mesmo. Essas foram as principais razões para uma realização menor que a prevista para esta ação.

4103 0012 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Acre

			411.441	21.221		5,2

Foi prevista, nesta rubrica, a aquisição de dois servidores para melhorar a qualidade e confiabilidade do uso do sistema de informatização da empresa. Entretanto, por falta de recursos esses equipamentos não foram adquiridos, ficando reprogramado para o exercício de 2008.

[32268 Companhia Energética de Alagoas - CEAL](#)

4101 0027 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Alagoas

			1.300.000	0		0,0

Motivado pela falta de recursos próprio da CEAL, não foi feita qualquer aquisição de bens imóveis, nesta atividade.

4102 0027 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas

			3.000.000	721.187		24,0

A aplicação nesta ação atingiu 24,04% do valor previsto. Foram adquiridos veículos para a área de manutenção do sistema elétrico da Caiu, ferramentas e equipamentos de serviços, de modo a melhorar o processo de logística do atendimento aos clientes.

4103 0027 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Alagoas

			7.000.000	371.292		5,3

Motivado pela falta de recursos próprio da CEAL, só foi aplicado 5,30% do valor previsto nesta atividade. Mesmo assim, os recursos foram aplicados na aquisição e instalação de sistema de telecomunicações, dando continuidade às aquisições de equipamentos.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

32269 Companhia Energética do Piauí - CEPISA

4101 0022 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Piauí

			3.099.500	0		0,0

O não cumprimento da meta prevista para a realização dos investimentos tem como causa a escassez de recursos financeiros porque passou a empresa no ano de 2007.

4102 0022 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Piauí

			2.066.800	713.854		34,5

O cumprimento de apenas 34,5% da meta prevista para a realização dos investimentos tem como causa a escassez de recursos financeiros porque passou a empresa no ano de 2007.

4103 0022 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Piauí

			8.655.400	0		0,0

O não cumprimento da meta prevista para a realização dos investimentos tem como causa a escassez de recursos financeiros porque passou a empresa no ano de 2007.

32270 Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON

4101 0011 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Rondônia

			2.000.000	152.436		7,6

Foram previstas obras de reforma, ampliação e adequação de imóveis, onde iriam funcionar os sub-almoxarifados, nas localidades de Vilhena, Porto Velho, Ariquemes, Cacoal e Itapuã, além de adequações nas lojas de atendimento, em Seringueiras. Não foi possível a execução das obras citadas, devido a divergências nos projetos propostos, postergando-se esses investimentos para 2008.

4102 0011 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Rondônia

			3.835.000	2.606.282		68,0

As realizações referem-se a aquisições de móveis e equipamentos, arquivos deslizantes, para adequar a estrutura de arquivos da empresa, e veículos automotores. Também foram adquiridos mobiliários e equipamentos, em função do ingresso de novos funcionários. Algumas aquisições não foram realizadas, devido a entraves burocráticos.

4103 0011 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Rondônia

			4.199.000	1.096.976		26,1

Alguns processos de contratação foram concluídos, conforme planejado. Ficou pendente, para início em 2008, devido a entraves burocráticos, a aquisição de equipamentos de tecnologia de informação, para atender ao perfeito funcionamento e garantia da área de informática da empresa.

32272 Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA

4101 0014 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Roraima

			921.638	685.525		74,4

A baixa realização ocorreu, devido à demora na elaboração do projeto básico para construção do prédio administrativo da SE Distrito, o que impossibilitou a realização do processo licitatório, em tempo hábil.

4102 0014 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Roraima

			1.576.177	971.477		61,6

A baixa realização ocorreu, devido a vários cancelamentos dos processos licitatórios. O certame de aquisição de bebedouros foi cancelado, por não haver tempo hábil para entrega dos mesmos. O primeiro e segundo certames, para aquisição de máquina de rebobinar e cortar fios e cabos, foram cancelados, por não terem havido propostas. O primeiro certame para aquisição de sistema de circuito fechado de televisão também foi cancelado, por não terem havido propostas. Foi lançado um novo certame e encontra-se em fase de assinatura de contrato. Houve atraso no certame para aquisição de móveis e equipamentos para o Centro de Treinamento, devido aos licitantes estarem com documentações irregulares, quando da participação na sessão pública do processo licitatório. O certame para aquisição de guindaste foi cancelado, por não terem sido apresentadas propostas. Foi lançado um outro certame e encontra-se em fase de assinatura.

4103 0014 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Roraima

			859.795	411.685		47,9

Houve uma baixa realização, em decorrência da Boa Vista Energia ter ficado inadimplente com a Eletronorte, no período de março de 2006 a junho de 2007, por falta de pagamento da compra de energia, o que gerou restrições na ANEEL, impossibilitando o recebimento dos recursos da ELETROBRAS e, conseqüentemente, o atraso no início das obras.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

32273 Manaus Energia S.A.

4101 0013 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Amazonas

			700.000	79.709		11,4

A baixa realização justifica-se pela devolução/suspensão de processos pelo comitê, devido à restrição financeira pela qual a empresa vêm passando.

4102 0013 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Amazonas

			4.000.000	1.209.677		30,2

Aquisição de 120 estantes de aço para atender ao arquivo geral da Manaus Energia S.A. e demais departamentos, que necessitam desse material para melhor arquivo de seus documentos, e para substituir outras que se encontram desgastadas pelo tempo de uso. Aquisição de condicionadores de ar para adequar a climatização de ambientes da empresa, com vistas a melhorar a atuação dos colaboradores e funcionamento de equipamentos eletrônicos, principalmente nas subestações e salas de controle das Usinas. Renovação gradativa de equipamentos obsoletos, que necessitam de recuperação freqüente, por aumentarem demasiadamente os gastos.

4103 0013 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Amazonas

			5.000.000	484.993		9,7

As aquisições não realizadas/concluídas no mês de dezembro de 2007 foram em consequência das dificuldades encontradas pelos fornecedores, uma vez que vários contratos foram assinados e rescindidos, pelo fato de não cumprirem com o prazo de entrega dos materiais/equipamentos, determinado no instrumento contratual. Foram realizadas várias licitações, que também foram canceladas, por falta de documentação para habilitação dos fornecedores, não cumprimento das exigências do edital e não atendimento das especificações técnicas dos materiais/equipamentos licitados.

32276 Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE

4101 0040 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Na Região Sul

			6.000.000	577.536		9,6

Justificam-se os desvios entre os valores aprovados e os efetivamente realizados, devido em um momento, pela não conclusão das negociações relativas à aquisição do prédio da sede em Porto Alegre e, em um segundo momento, pela necessidade de elaboração do plano diretor industrial da unidade de Candiota.

4102 0040 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Na Região Sul

			3.323.700	570.317		17,2

Justificam-se os desvios entre os valores aprovados e os realizados, pelas decisões de gestão que visam o melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros da companhia, bem como pela não implementação, no ano de 2007, do projeto de segurança industrial.

4103 0040 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Na Região Sul

			3.500.000	2.115.116		60,4

A justificativa da não realização de todo o orçamento aprovado fundamenta-se pelas seguintes decisões da alta gestão: não adquirir equipamentos de informática; não implantar a rede lógica - lan no prédio que seria adquirido para sede da empresa, em Porto Alegre; não adquirir licenças de softwares diversos (autocad, ms-project e outros); e reduzir o valor da contratação da aquisição do direito de uso, por prazo perpétuo, do software de gestão sap r/3 erp - versão atualizada.

32277 Companhia Energética do Amazonas - CEAM

4101 0013 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Amazonas

			100.000	35.820		35,8

Foram executados serviços de ampliação nos imóveis onde funcionam as agências de Codajás, Lábrea e Coari. Foi prevista a reforma total do telhado onde funciona o prédio do almoxarifado central, mas não foi possível concluir a contratação devido à licitação.

4102 0013 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Amazonas

			600.000	176.387		29,4

Os gastos realizados referem-se à aquisição de portões de ferro, divisórias, estruturas metálicas para instalações das áreas de recebimento e expedição de materiais do almoxarifado e fabricação de palhetas metálicas. Foi realizada também aquisição de equipamentos de testes, condicionadores de ar, armários, arquivos de aço, cadeiras e poltronas para atender algumas agências. Foi prevista aquisição de estrutura porta pallets, longarina dupla de aço do projeto de verticalização do galpão do almoxarifado central, principalmente para armazenar os materiais que serão utilizados no programa luz para todos, porém não foi possível a sua realização, devido à demora na conclusão do processo licitatório.

4103 0013 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Amazonas

			800.000	549.305		68,7

Adequação do ambiente computacional da CEAM para atender ao projeto de informatização das 18 maiores agências e para a implantação do Sistema Ajuri, sistema este responsável pela gestão comercial, compreendendo faturamento, arrecadação e atendimento ao consumidor.

4. Setor Produtivo Estatal - Demais Empresas

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

20205 Companhia Docas do Ceará - CDC

3286 0023 Instalação de Bens Imóveis - No Estado do Ceará

<i>Imóvel instalado (unidade)</i>	1,0	0,0	300.000	0	0,0	0,0

Não houve realização nesta rubrica em virtude da empresa ter direcionado todos os esforços nas obras de recuperação estrutural e reforço do cais comercial do porto de Fortaleza, como também em relação as obras civis de aprofundamento do cais comercial, ficando as demais obras de menor vulto para o exercício de 2008.

4101 0023 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Ceará

			100.000	29.288		29,3

Foi realizada a manutenção e reforma no refeitório, no bebedouro dos armazéns A2 e A5 e nos banheiros A5, A4 e A2.

4102 0023 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Ceará

			200.000	99.425		49,7

Através dessa ação a empresa adquiriu no exercício de 2007: bebedouro, motocicletas, equipamentos de áudio com gravação digital de voz, radio de comunicação duplo com carregador de pilha, projetor multimídia, diversos livros técnicos, fogões, fragmentadora de papel e aparelhos telefônicos.

4103 0023 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Ceará

			700.000	10.461		1,5

A companhia apresentou baixa realização em 2007. Podemos destacar a aquisição de software, câmara digital, monitor e vídeo com conversor e outros equipamentos de informática que possibilitarão acesso à rede corporativa de dados da CDC.

20206 Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

4101 0032 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado do Espírito Santo

			100.000	0		0,0

A empresa não realizou investimento nesta ação devido a inexistência de recursos financeiros, ocasionado pelo bloqueio de 20% sobre a receita da empresa para garantia de processos trabalhistas.

4102 0032 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Espírito Santo

			100.000	13.914		13,9

Podemos destacar a aquisição de cinco aparelhos de fax, três aparelhos de ar condicionado, uma câmera fotográfica, dois bebedouros e uma fonte estabilizadora. A empresa restringiu investimento nesta ação devido a insuficiência de recursos financeiros, ocasionado pelo bloqueio de 20% sobre a receita da empresa para garantia de processos trabalhistas.

4103 0032 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Espírito Santo

			500.000	195.167		39,0

Podemos destacar a aquisição de setenta e dois softwares, seis hd, trinta e seis gb, dois processadores, dois equipamentos wireless e vinte e cinco micro-computadores. A empresa restringiu investimento nesta ação devido a insuficiência de recursos financeiros, ocasionado pelo bloqueio de 20% sobre a receita da empresa para garantia de processos trabalhistas.

20207 Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA

4101 0029 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado da Bahia

			800.000	0		0,0

Não houve realização nesta ação em virtude da insuficiência de recursos financeiros, tendo a empresa priorizado outros investimentos com recursos próprios.

4102 0029 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia

			750.000	709.070		94,5

O elevado percentual de execução nesta ação justifica-se pela necessidade de modernização dos equipamentos da empresa.

4103 0029 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado da Bahia

			750.000	49.428		6,6

O baixo nível de execução foi ocasionado devido a insuficiência de recursos financeiros, tendo a empresa priorizado outros investimentos com recursos próprios.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

20208 Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

4102 0035 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de São Paulo

			3.700.000	225.327		6,1

Foram executados dispêndios com aquisição de mobiliário para escritório e equipamentos diversos para oficina. Não foi possível executar alguns dispêndios previstos, tais como aquisição de equipamentos elétricos, em virtude da dificuldade financeira enfrentada durante o ano de 2007.

4103 0035 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de São Paulo

			2.923.698	2.531.352		86,6

A empresa realizou 86,6% do limite orçamentário. Foram investidos R\$ 1,0 milhão na aquisição de ativos de informática e R\$ 1,5 milhão na aquisição de ativos de informação e teleprocessamento.

20210 Companhia Docas do Pará - CDP

4102 0015 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Pará

			1.000.000	732.128		73,2

A Companhia investiu em 2007 R\$ 732 mil, correspondente a 73,2% do limite orçamentário. Como principais aquisições podemos destacar: explosímetros para o terminal de combustíveis de Miramar, dois transformadores de 300 KVA para armazéns do Porto de Belém, andaimes modulares, oito lanternas de sinalização náutica, mangotes flexíveis para o Terminal Petroquímico de Miramar, mesas, cadeiras, armários, bebedouros, centrais de ar condicionado, aparelhos de fax, telefones sem fio e extintores.

4103 0015 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Pará

			500.000	39.364		7,9

A CDP realizou apenas R\$ 39 mil, correspondente a 7,9% do limite orçamentário. O baixo percentual de execução deveu-se a entraves burocráticos nos processos licitatórios para aquisição de diversos equipamentos de informática, informação e teleprocessamento, ficando essas aquisições programadas para serem concluídas em 2008. As principais aquisições em 2007 foram: dezessete licenças de software Windows XP com SP2, impressora da marca LEXMARC, impressora da marca HP 9800 jato de tinta térmico, seis monitores de 17" e nobreaks microprocessados bivolt.

20211 Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ

3270 0033 Implantação do Anexo da Sede do Porto de Sepetiba (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro

<i>Obra executada (% de execução física)</i>	9,0	8,9	229.339	229.190	98,9	99,9

Pagamento dos serviços referentes ao contrato C-SUPJUR nº 027/2006.

Pagamento dos serviços referentes ao contrato c-supjur nº 027/2006.

			1.714.930	170.500		9,9

Reforma do prédio do movimento ferroviário e estrutura do telhado da oficina de locomotivas do RIOPOR. Pagamento dos serviços contratados com ARCHIS através do contrato C-SUPJUR nº 041/2006.

4102 0033 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio de Janeiro

			500.000	67.987		13,6

Através do pregão eletrônico nº 02/2007 foi adquirido um equipamento nobreak com técnica avançada on-line. As demais aquisições em 2007 foram: estante em aço, relógio de ponto com instalação e acessórios, aparelhos de fax para diversas dependências, dois bebedouros e vinte exemplares de livros.

4103 0033 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio de Janeiro

			500.000	335.276		67,1

Foram adquiridos os seguintes equipamentos: servidor de alta estabilidade com três processadores, gravador unidade backup, um HD e um pente de memória KIN.

20212 Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN

4101 0027 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Estado de Alagoas

			100.000	0		0,0

Não houve realização nesta ação devido a insuficiência de recursos próprios, motivado pelo não atingimento, por parte da empresa, da meta de tonelagem operacional prevista para o exercício.

4102 0024 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte

			240.000	7.056		2,9

O baixo índice de execução nesta ação deveu-se a insuficiência na geração de receitas próprias. Foram adquiridos um bebedouro elétrico, duas calculadoras, três aparelhos de ar condicionados, uma minicalculadora, um refrigerador, nove armários de aço e um relógio comparador Mitotóyio.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4102 0027 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Alagoas

			571.000	187.996		32,9

A insuficiência de geração de receitas próprias não permitiu melhor desempenho na execução desta ação. Foram adquiridos dezessete aparelhos de ar condicionados, uma balança rodoviária, um conjunto de defensas, um relógio de ponto, uma talha de 10 toneladas, duas calculadoras, duas bombas Dankor, duas cadeiras e um transformador elétrico.

4103 0024 Manutenção e Adequação de Ativos de Inform. Informação e Teleprocessamento - No Estado do Rio Grande do Norte

			260.000	2.776		1,1

A insuficiência de geração de receitas próprias não permitiu um melhor desempenho na execução desta ação. Foram adquiridos um teclado PS2, um cooler, um estabilizador de voltagem, um aparelho telefônico, dois mouses ópticos, duas placas de vídeos, duas placas de combinação para central, dois softwares de tarifação memória - 5, dois teclados para computador, um gravador e DVD, uma placa mãe, uma impressora e um nobreak.

4103 0027 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Alagoas

			111.600	34.547		31,0

Investimentos realizados com recursos próprios, com realização de 31,0%. Foram adquiridos quatro microcomputadores, dois nobreak, dois impressos matriciais e um aparelho de fax. A insuficiência de geração de receitas próprias não permitiu melhor desempenho na execução desta ação.

22208 Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS

4102 0031 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais

			165.000	104.307		63,2

Foram adquiridos mobiliários diversos e máquinas e equipamentos de apoio ao pós-coheita (Projeto Barracão do Produtor). A Empresa apresentou dificuldades em realizar a totalidade dos investimentos previstos para o ano de 2007 devido a insuficiência de recursos financeiros.

4103 0031 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais

			125.000	150.167		120,1

A superação da meta de 2007 deveu-se ao contrato com a RM Sistemas, para a implantação de um software de gestão e controle gerencial da unidade de Contagem.

4105 0031 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais

			2.058.000	1.552.838		75,5

Como realização destacam-se as seguintes obras: Pavilhão G1; Banco de Alimentos/Prodal; Expansão da Unidade de Contagem; e Reformas e Instalações em geral nas dependências da Companhia. A proposta de investimentos de 2007 baseava-se, principalmente, em um volume de receita não concretizada no decorrer do exercício. Os recursos advindos da renegociação dos contratos de locação (Termo de Ajustamento de Conduta - TAC) somente começaram a se concretizar no final do exercício, acarretando atraso da execução de alguns projetos. A geração de recursos proveniente do pavilhão G1 ainda não foi concretizada em sua totalidade. Os principais projetos pendentes de realização são: construção do arquivo na unidade de Contagem, expansão da área social na unidade de Contagem e a elaboração do Projeto de Combate a Incêndio, também na unidade de Contagem.

22209 Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG

4102 0031 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais

			98.449	80.160		81,4

A CASEMG deu continuidade às ações voltadas à manutenção das suas unidades de armazenagem e negócios, como também, a ampliação da velocidade e capacidade de recepção. Destacamos as seguintes realizações em 2007: reforma do secador e aeração dos armazéns de Capinópolis, Conceição das Alagoas e Passos; manutenção geral das balanças ferroviárias de Araguari, Monte Carmelo, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia e aquisição de equipamentos de laboratório. A diferença entre o programado e o realizado deve-se à dificuldade financeira da Companhia em razão do pagamento de ações trabalhistas em 2007.

4103 0031 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de Minas Gerais

			2.044	1.879		91,9

Foi adquirida uma cessão de direito de uso do software SOS Backup DR 3.6 e periféricos diversos de informática.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4105 0031 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de Minas Gerais

			679.807	360.541		53,0

Foram realizadas obras nos desvios ferroviários de Uberlândia, nos silos de alvenaria de Uberaba e Uberlândia, instalação de moega e elevador no secador de Capinópolis, recuperação do elevador do secador de Conceição de Alagoas, revisão e reforma do conjunto de silos de Monte Carmelo, Uberaba e Unai, manutenção no silo de concreto de Patrocínio, reforma dos equipamentos do armazém graneleiro de Patrocínio, reforma dos armazéns convencionais de Frutal, Sacramento e Patos de Minas e início do Projeto contra Incêndio na unidade de Uberlândia. A baixa realização deve-se à dificuldade financeira da Companhia em razão do pagamento de ações trabalhistas em 2007.

22212 CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

4103 0035 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado de São Paulo

			100.000	51.040		51,0

Foram adquiridos computadores, no-breaks e periféricos diversos de informática. A falta de recursos financeiros justifica a baixa realização.

4105 0035 Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de São Paulo

			2.100.000	2.293.843		109,2

Foram realizadas as seguintes obras: a) Reformas e Instalações em geral nas dependências da Companhia; b) Implantação de novas portarias no ETSP (Entrepósito Terminal de São Paulo); c) Construção e Reformas de Sanitários Públicos nas dependências da empresa; d) Reformas, Ampliação e Modernização do Frigorífico de São Paulo localizado no ETSP; e e) Impermeabilização nas marquises do Mercado Livre do Produtor também localizado no ETSP. A urgência na reforma no pavilhão do Mercado Livre do Produtor justifica-se como prevenção no sentido de evitar acidentes nas aproximadamente 10 mil pessoas que transitam no local durante as feiras de flores e varejões, o que basicamente explica o excesso de 9,2 % na realização.

25207 Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			25.000.000	17.448.650		69,8

Foram efetuados gastos referentes à execução de obras para instalação do CPD da Regional Brasília, porém a realização do exercício ficou abaixo do previsto, devido a dificuldades na conclusão do processo de instalação de duas salas-cofre no novo Datacenter. A licitação chegou a ser iniciada, todavia, foi suspensa, devido a recurso interposto junto ao TCU e à justiça comum.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			9.500.000	8.053.939		84,8

No exercício de 2007 foram efetuadas despesas com aquisição de condicionadores de ar para o CPD da Regional Brasília, nobreak, geradores, sistema de acesso (catracas e sensor ótico), mobiliário e outros, para as diversas regionais. Apesar de a realização ter ficado muito próxima do previsto, alguns equipamentos não foram entregues em tempo hábil para liquidação.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			175.500.000	96.441.204		55,0

Foram adquiridos em 2007 diversos equipamentos de informática, tais como: roteadores tipo P, PE e RR, subsistemas de disco plataforma baixa e Directors Fibre Channel, sistema de vídeo conferencia 990 mpx, servidores, up-grade de processadores, memórias, slot dei/o, placa de rede, softwares básicos para servidores e outros, para atender aos diversos projetos da empresa. Porém, a realização do exercício ficou abaixo do previsto, devido às novas diretrizes nos processos de aquisição, o que fez com que alguns processos demorassem mais do que o estimado. Da mesma forma, alguns procedimentos ficaram para 2008, por impetração de recurso por fornecedores, embargos judiciais e mandados de segurança. Todos esses fatores afetaram os prazos das aquisições.

25230 COBRA Tecnologia S.A.

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			1.000.000	0		0,0

Não houve realização nesta atividade, pois o processo de detalhamento da reforma e dos reparos das instalações do prédio administrativo não foi concluído.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			1.050.000	3.071.109		292,5

A meta foi superada, em virtude de novos projetos assumidos pela companhia e não previstos no orçamento. Além disso, foram incluídos nos dados da execução desta atividade os gastos com aquisição de mobiliário, contadora de cédulas, scanners, máquinas para abrir envelopes, classificadora de cédulas e outros equipamentos, realizados na implementação do projeto "PEE-Processamento Eletrônico de Envelopes", indevidamente programados na ação "4103-Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento".

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			13.950.000	6.251.272		44,8

A meta aprovada não foi alcançada, principalmente, pela previsão, incluída indevidamente nesta ação, dos gastos com aquisição de mobiliário, contadora de cédulas, scanners, máquinas para abrir envelopes, classificadora de cédulas e outros equipamentos relativos ao projeto "PEE-Processamento Eletrônico de Envelopes", cuja realização foi registrada na ação "4102-Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos".

[25246 BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO](#)

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			800.000	57.798		7,2

Ao encerramento do exercício de 2007, foi observado um comportamento de 7,2% sobre o valor orçado/aprovado. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram: i) adequação do processo de centralização de atendimento e serviços; ii) redução do contingente de pessoal e adequação do espaço físico ocupado pelas filiais; e iii) adiamento para o exercício de 2008: ampliações e reformas nos espaços BBTUR, além de aquisição de bens móveis, máquinas e equipamentos enquadrados como ativo imobilizado.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			1.650.000	184.640		11,2

Nesta ação foi observado um comportamento de 11,2% sobre o valor orçado/aprovado. Em função de decisões administrativas, alguns gastos relacionados a esta ação foram reprogramados para 2008, conforme segue: i) licenciamento de software - R\$ 450.000,00; ii) adequação da sala de processamento e comunicação de dados - R\$ 300.000,00; iii) solução de cópia de reserva (backup) - R\$ 250.000,00; e iv) sistema de alimentação ininterrupta - R\$ 300.000,00. Estas medidas, portanto, comprometeram o desempenho das metas de investimento em TI, em R\$ 1.300.000,00, na execução orçamentária de 2007.

[25276 Empresa Gestora de Ativos - EMGEA](#)

4101 0053 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Distrito Federal

			60.000	49.519		82,5

O montante aprovado para a atividade, constitui dotação para gastos eventuais em imóvel de terceiros, cuja demanda realizada foi de 82,5% do valor aprovado para o exercício.

4102 0053 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Distrito Federal

			282.000	240.860		85,4

Realização de 85,4% do previsto, em razão de a aquisição de bens ter sido realizada em quantidades inferiores às esperadas, especificamente: mobiliário de escritório (dezesseis conjuntos, contra vinte programados); equipamentos de uso (seis unidades, contra oito programadas); e modernização/adequação de sistema de ar condicionado, (doze unidades programadas, contra nenhuma realizada). Destaca-se, ainda, que a realização de licitações por meio de pregões eletrônicos permitiu a redução dos preços estimados.

4103 0053 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Distrito Federal

			805.000	437.372		54,3

Realização de 54,3% do total programado, justificada, em parte, pela economia obtida nos processos licitatório na forma de pregões eletrônicos, que possibilitou relevante diferença nos valores inicialmente orçados, e por outro lado, pela mudança no mix de equipamentos, adquiridos em maiores quantidades (cento e setenta e seis unidades, contra cento e sessenta e nove previstas), porém com custos globais inferiores aos programados.

[25277 ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros](#)

3286 0053 Instalação de Bens Imóveis - No Distrito Federal

<i>Imóvel instalado (unidade)</i>	0,0	0,0	0	0		

Os investimentos previstos nessa ação foram cancelados pela Lei nº 11.554 de 20 de novembro de 2007.

4101 0053 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - No Distrito Federal

			20.000	0		0,0

Não houve movimentação no período. Os gastos previstos nesta ação foram adiados para anos posteriores.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4102 0053 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Distrito Federal

			3.920	7.902		201,6

Houve necessidade inadiável de aquisição de móveis de escritório, tais como: cadeiras, armários e estação de trabalho, excedendo o orçamento em R\$ 3.982,00, valor que corresponde a apenas 0,45 do ativo permanente da empresa.

4103 0053 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Distrito Federal

			114.000	97.304		85,4

Gastos realizados, dentro do limite previsto, referentes à renovação e adequação de equipamentos de informática.

32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			390.000	1.064.198		272,9

Em 2007, foi contratada a aquisição dos bens móveis para substituição definitiva dos bens alugados e também para a alocação dos concursados do 1º concurso. Ainda nesse exercício de 2007, em continuidade ao processo de expansão da empresa, a contratação de espaço para a instalação dos novos colaboradores e, simultaneamente, a contratação de mais bens móveis para a consecução dessa expansão, que se completará no exercício de 2008, com a totalização da ocupação de 252 postos de trabalho. Essa necessidade de locação de espaço, conjugado a admissão dos novos funcionários, determinou a contratação dos bens móveis em valor superior ao autorizado, mas que, alternativamente, em comparação ao valor do aluguel de novos bens móveis é bem mais vantajoso economicamente.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			1.638.888	509.333		31,1

A EPE, para o exercício de 2007, em continuidade ao seu processo de expansão, previu a contratação de equipamentos de informática e, também, de um sistema corporativo (enterprise resource planning - erp). No decorrer do exercício, foram comprados equipamentos de informática, mas foi frustrada a contratação do sistema corporativo, tendo em vista a alternativa de que a empresa passaria a ser "dependente", ou seja, passaria a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e nesse caso, estaria operando no SIAFI. Essa alternativa reduziu a nossa necessidade de investimentos para essa ação.

33202 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			12.000.000	110.588		0,9

O investimento nesta atividade foi basicamente para a instalação e remanejamento de piso no prédio da Álvaro Rodrigues (RJ) e instalação de aparelhos de ar condicionado na unidade regional da Paraíba visando melhoria no ambiente de trabalho. A baixa realização deve-se à dificuldade financeira da Empresa, em função do baixo índice de recebimento de faturas do seu principal cliente.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			4.000.000	746.484		18,7

O investimento nesta atividade foi direcionado basicamente para aquisição de mobiliários (mesas, cadeiras, estantes) visando melhorar as condições no ambiente de trabalho. A baixa realização nesta atividade, como nas outras, foi resultante da insuficiência de caixa percebida pela empresa no primeiro semestre do exercício e de dificuldades de ordem operacional.

36215 Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS

3286 0001 Instalação de Bens Imóveis - Nacional

<i>Imóvel instalado (unidade)</i>	2,0	0,0	850.000	9.772	0,0	1,1

Foram concluídas algumas atividades de estruturação da sede administrativa como colocação de divisórias e cabeamento de rede de computadores. A realização baixa deveu-se à não conclusão de processos licitatório em andamento, em decorrência da não aprovação do crédito suplementar solicitado para a ação em tempo hábil, visto que sua aprovação se deu apenas em 21.11.2007.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			188.110	80.329		42,7

Foram adquiridos alguns eletrodomésticos para a copa da empresa, tais como filtro, bebedouro, fogão elétrico, refrigerador, dentre outros, aparelhos de ar condicionado, umidificadores, climatizadores, calculadoras, apontadores elétricos, frigobares, televisores, e diversos equipamentos (aparelhos DVD, máquinas fotográficas, câmeras e filmadora) para a área de comunicação social. Encontram-se ainda em andamento alguns processos licitatório para a compra de móveis, aparelhos elétricos etc.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			850.000	17.176		2,0

Foram adquiridas algumas impressoras e leitoras óticas. Encontram-se ainda em andamento alguns processos licitatório que visam à aquisição de equipamentos básicos de informática, tais como servidores, computadores, impressoras e equipamentos de rede, processos estes retardados em decorrência da aprovação do crédito suplementar em 21.11.2007.

39214 Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

4102 0021 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - No Estado do Maranhão

			200.000	10.634		5,3

A Empresa durante o exercício de 2007 supriu suas necessidades apenas com receitas financeiras, fato este que influenciou na contenção de gastos nesta rubrica orçamentária. Neste exercício a Empresa adquiriu diversos mobiliários para escritório.

4103 0021 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Maranhão

			200.000	13.088		6,5

A Empresa durante o exercício de 2007 supriu suas necessidades apenas com receitas financeiras, fato este que influenciou na contenção de gastos nesta rubrica orçamentária. Neste exercício a Empresa adquiriu hardware e software visando adequar seu sistema de informática.

41201 Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			43.000.000	17.670.077		41,1

Devido a morosidade dos processos licitatórios a empresa adotou o sistema de pregão. Com esta modalidade a empresa adquiriu uma central PABX conseguindo uma redução considerável no valor global de aquisição/instalação desse equipamento.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			15.000.000	10.952.430		73,0

A execução foi prejudicada pela morosidade dos processos licitatório devido às exigências e trâmites da lei de licitação.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			167.075.000	36.435.618		21,8

O baixo índice de execução deveu-se aos atrasos nas entregas dos materiais pelos fornecedores. Foi programado investimento em 2008 para esta ação.

41202 Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			350.000	301.029		86,0

Foram comprados 34 microcomputadores, 4 servidores de rede e 10 impressoras, sendo 6 monocromáticas e 4 coloridas.

52212 Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			4.416.135	2.097.899		47,5

Os investimentos realizados nesta ação encontram-se 52% abaixo do valor previsto, principalmente, pela alteração de alguns investimentos que estavam previstos para 2007 e que serão executados em 2008, como por exemplo, aquisição de veículos utilitários e o sistema e equipamentos de segurança informatizado para aprimorar o controle e acesso de pessoas no edifício sede, dentre outros. Foram adquiridos móveis e utensílios, bebedouros elétricos, estações de trabalho, cancelas para estacionamento, máquinas digitais, projetores, dentre outros, para os diversos aeroportos administrados pela INFRAERO.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			18.009.479	6.028.038		33,5

Nesta ação, os investimentos foram realizados 66% abaixo do orçado em consequência do atraso em licitações ou alterações de alguns investimentos previstos para 2007 e transferidos para 2008, tais como, scanners, equipamentos para solução de Webcache, monitores de LCD, aquisição de equipamentos de aceleração de dados, atualização dos softwares, roteadores, dentre outros. Foram adquiridos computadores para atualização tecnológicas dos aeroportos e sede da INFRAERO, sessenta e cinco servidores de quatro processadores e dois processadores, switches, software antivírus, equipamentos para gravações de reuniões, componentes de rede, notebooks dentre outros.

PROGRAMA <i>Empresa / Ação / Localizador de gasto</i> <i>Produto (unidade de medida)</i>	Física		Financeira (em R\$ 1,00)		Desempenho	
	Aprovado	Realizado	Aprovado	Realizado	%	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(b/a)	(d/c)

[52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL](#)

4101 0001 Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional

			100.000	100.000		100,0

Foram realizadas manutenção e conservação nos prédios das fábricas de Piquete, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Itajubá e Magé.

4102 0001 Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional

			100.000	100.000		100,0

Foi feita manutenção em móveis, máquinas e equipamentos para as fábricas de Piquete, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Itajubá e Magé.

4103 0001 Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional

			100.000	100.000		100,0

Foram adquiridos computadores, impressoras e outros equipamentos de informática para o escritório de Piquete e para as fábricas: Fábrica Presidente Vargas - FPV, Fábrica de Juiz de Fora - FJF, Fábrica de Materiais de Comunicação e Eletrônica - FMCE, Fábrica de Itajubá - FI e Fábrica da Estrela - FE.

PARTE V

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

5. Aspectos Gerais: Abrangência e Metodologia

O Balanço Geral da União – BGU – integra a prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas em cada exercício financeiro pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, representando os Poderes da República, em cumprimento ao inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

Os resultados gerais do exercício financeiro estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei n.º 4.320/64, bem como na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Contábeis que compõem o BGU foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320/64, e, no caso das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, as da Lei n.º 6.404/76. A análise dessas demonstrações e os comentários pertinentes constam do presente relatório.

Essas demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes, das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e das Entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais. Assim, as demonstrações consolidadas apresentadas neste relatório abrangem todos os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Para efeito de interpretação das Demonstrações Contábeis, considera-se Órgão o conjunto de parcelas do patrimônio geridas dentro do universo público, sujeitas a tomada ou prestação de contas, nos termos do Princípio Contábil da Entidade estabelecido na Resolução n.º 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, são utilizados os regimes de arrecadação para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução n.º 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade.

Os Restos a Pagar Não-Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2007, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei n.º 4.320/64, e ainda atendendo aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das Obrigações Financeiras, tais como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados no Balanço Financeiro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Os demonstrativos contábeis consolidados dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que incluem os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, foram elaborados excluindo-se as rubricas internas cujos valores não alteram a situação patrimonial, mas “inflam” os resultados consolidados. A exclusão foi realizada com itens similares e de montantes iguais, que representam rubricas de movimentação interna. No entanto, para fins de análise, os dados apresentados nos demonstrativos refletem os valores líquidos quando os itens de movimentação interna não são equivalentes. Este procedimento evidencia, conceitualmente, as informações de forma coerente e consistente.

5.1 Compatibilização dos valores das receitas constantes dos Balanços Orçamentário e Financeiro

Os Balanços Orçamentário e Financeiro possuem metodologias distintas na apresentação das receitas correntes e capital. As receitas são apresentadas no Balanço Financeiro (bem como na DVP) com os seus valores brutos e todas as deduções das receitas orçamentárias, sejam elas de Receitas Correntes ou de Receitas de Capital, em uma única rubrica, destacada na categoria econômica Receitas Correntes. Por outro lado, no Balanço Orçamentário, as deduções são registradas nas respectivas naturezas de receitas a que efetivamente se referem, de modo que cada desdobramento das Receitas Correntes e de Capital é apresentado nesse demonstrativo já com o seu valor líquido de deduções.

Dessa forma, uma vez que fazem parte do total das Receitas Correntes no Balanço Financeiro não apenas as deduções dessas receitas, mas também as deduções das Receitas de Capital, o valor das Receitas Correntes

apresentado nesse balanço será menor que o valor correspondente mostrado no Balanço Orçamentário. De maneira equivalente, o valor total das Receitas de Capital apresentado no Balanço Financeiro será maior que o valor correspondente mostrado no Balanço Orçamentário – pois, no Balanço Financeiro, as deduções dessas receitas foram computadas com as Receitas Correntes.

Como corolário do exposto, o valor da diferença a menor entre o total das Receitas Correntes do Balanço Financeiro e aquele do Balanço Orçamentário será igual – em módulo, porém com sinal contrário – ao valor da diferença a maior entre o total das Receitas de Capital do Balanço Financeiro e aquele do Balanço Orçamentário. Assim, os valores totais das Receitas Orçamentárias serão idênticos em ambos os demonstrativos. Para ilustrar essa diferença, considere-se a arrecadação hipotética de receitas descrita no Quadro 5-1:

QUADRO 5-1 – DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS (VALORES HIPOTÉTICOS)

\$ unidade

TÍTULOS	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
Receitas Correntes	1000	200	800
Receitas Tributárias	800	150	650
Outras Receitas Correntes	200	50	150
Receitas de Capital	2000	25	1975
Operações de Crédito	1500	25	1475
Outras Receitas de Capital	500	0	500
Total	3000	225	2775
DEDUÇÕES			
Deduções Receitas Correntes			200
Deduções Receitas de Capital			25
Total de Deduções da Receita			225

Fonte: Dados hipotéticos

Esse valor total das deduções de receitas comporá a rubrica “Deduções da Receita”, na categoria econômica “Receitas Correntes”, no Balanço Financeiro. A partir dos dados do quadro acima, os Balanços Orçamentário e Financeiro apresentariam os seguintes valores:

QUADRO 5-2 – COMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

\$ unidade

BALANÇO FINANCEIRO	
Receitas Correntes	775
Receitas Tributárias	800
Outras Receitas Correntes	200
*Deduções da Receita	(225)
Receitas de Capital	2000
Operações de Crédito	1500
Outras Receitas de Capital	500
Total	2775
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
TÍTULO	RECEITA REALIZADA
Receitas Correntes	800
Receitas Tributárias	650
Outras Receitas Correntes	150
Receitas de Capital	1975
Operações de Crédito	1475
Outras Receitas de Capital	500
Total	2775

Fonte: Quadro 5-1

QUADRO 5-3 – SUMÁRIO DOS VALORES APRESENTADOS PELOS BALANÇOS

\$ unidade

	BALANÇO FINANCEIRO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	775	800	(25)
Receitas de Capital	2000	1975	25
Total	2775	2775	0

Fonte: Quadro 5-2

Assim, diante do exposto, infere-se que a arrecadação bruta de cada subcategoria econômica (origem) da Receita encontra-se no Balanço Financeiro e que as respectivas arrecadações líquidas constam do Balanço Orçamentário.

5.2 Demonstrações Contábeis

5.2.1 Balanço Orçamentário

A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário, desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas (previsão e realização) e das Despesas (fixação e execução com inclusão dos créditos adicionais líquidos), com seus valores detalhados por tipo de crédito. Em virtude da grande quantidade de informações envolvidas, a realização das receitas e a execução das despesas foram analisadas em capítulo próprio desse relatório (3.4 – Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social).

Na apresentação do Balanço Orçamentário, a execução da despesa está disposta em Créditos Iniciais, Suplementares, Especiais e Extraordinários abertos em categoria de gastos até o nível de subgrupo da composição da despesa.

Receitas

TABELA 5-1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS – 2007

R\$ milhões

RECEITAS			
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	659.158	658.884	274
Receita Tributária	201.089	199.601	1.489
Receita de Contribuições	371.313	364.728	6.585
Receita Patrimonial	43.917	34.851	9.066
Receita Agropecuária	27	20	7
Receita Industrial	671	380	290
Receita de Serviços	25.918	27.252	(1.335)
Transferências Correntes	329	206	123
Outras Receitas Correntes	15.896	31.846	(15.951)
RECEITAS CORRENTES (Intra-orçamentárias)	0	8.282	(8.282)
Receita Tributária	0	0	0
Receita de Contribuições	0	8.079	(8.079)
Receita Patrimonial	0	35	(35)
Receita Industrial	0	124	(124)
Receita de Serviços	0	41	(41)
Outras Receitas Correntes	0	2	(2)
RECEITAS DE CAPITAL	867.351	584.660	282.691
Operações de Crédito	810.839	535.240	275.600
Alienação de Bens	2.406	1.377	1.029
Amortização de Empréstimos	20.547	21.272	(725)
Transferências de Capital	88	468	(380)
Outras Receitas de Capital	33.471	26.305	7.167
Subtotal (1)	1.526.509	1.251.827	274.683
Movimentação de Crédito	0	0	0
Subtotal (2)	0	0	0
TOTAL (1 + 2)	1.526.509	1.251.827	274.683

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R\$ 15.847 milhões, ou 1,27% do valor bruto arrecadado, conforme dados registrados no Siafi.

Na Tabela 5-1, o valor das Receitas Correntes inclui as Receitas Correntes Intra-orçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, nas Receitas de Capital estão incluídas aquelas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R\$ 378.716 milhões, confirmando uma trajetória de queda verificada desde 2006, quando tais receitas somaram R\$ 399.509 milhões (valores não corrigidos).

Como mencionado, o capítulo 3.4 analisa detalhadamente a execução da receita orçamentária.

Despesas

**TABELA 5-2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2007**

	R\$ milhões		
DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	1.514.190	507.702	1.006.488
Despesas Correntes	699.635	467.764	231.871
Pessoal e Encargos Sociais	128.772	113.820	14.952
Juros/Encargos da Dívida	168.183	473	167.710
Outras Despesas Correntes	402.680	353.472	49.209
Despesas de Capital	791.243	39.938	751.305
Investimentos	26.249	17.279	8.970
Inversões Financeiras	31.968	20.996	10.973
Amortização da Dívida	733.026	1.664	731.362
Reserva de Contingência	23.313	0	23.313
CRÉDITOS ESPECIAIS	569	112	457
Despesas Correntes	280	60	220
Pessoal e Enc. Sociais	0	0	0
Outras Despesas Correntes	280	60	220
Despesas de Capital	289	52	237
Investimentos	217	51	166
Inversões Financeiras	72	1	71
Amortização da Dívida	0	0	0
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	49.382	34.105	15.277
Despesas Correntes	26.271	21.703	4.567
Pessoal e Encargos Sociais	56	44	12
Outras Despesas Correntes	26.215	21.659	4.555
Despesas de Capital	23.111	12.402	10.709
Investimentos	15.602	10.206	5.396
Inversões Financeiras	7.509	2.196	5.314
Subtotal (1)	1.564.141	541.919	1.022.222
Superávit Parcial		709.907	
MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO			
ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	0	671.524	(671.524)
Despesas Correntes	0	194.647	(194.647)
Pessoal e Encargos Sociais	0	13.006	(13.006)
Juros/Encargos da Dívida	0	139.839	(139.839)
Outras Despesas Correntes	0	41.802	(41.802)
Despesas de Capital	0	476.877	(476.877)
Investimentos	0	4.337	(4.337)
Inversões Financeiras	0	2.328	(2.328)
Amortização da Dívida	0	470.213	(470.213)
CRÉDITOS ESPECIAIS	0	84	(84)
Despesas Correntes	0	12	(12)
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	(0)
Outras Despesas Correntes	0	12	(12)
Despesas de Capital	0	73	(73)
Investimentos	0	6	(6)
Inversões Financeiras	0	67	(67)

continua (1/2)

TABELA 5-2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2007

R\$ milhões

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0	10.270	(10.270)
Despesas Correntes	0	2.922	(2.922)
Pessoal e Encargos Sociais	0	8	(8)
Outras Despesas Correntes	0	2.914	(2.914)
Despesas de Capital	0	7.348	(7.348)
Investimentos	0	2.148	(2.148)
Inversões Financeiras	0	5.200	(5.200)
Subtotal (2)	0	681.878	(681.878)
TOTAL (1 + 2)	1.564.141	1.223.798	340.343
SUPERÁVIT		28.029	

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota:

1 – O superávit orçamentário identificado decorre da diferença positiva entre a receita e a despesa realizada;

2 – Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O Balanço Orçamentário, na parte das despesas, apresenta uma divisão em duas partes, de forma que a segunda – “Movimentações de Crédito” – evidencia a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário. Ou seja, demonstra os créditos executados por unidades distintas daquelas consignatórias originais dos créditos. São os casos em que as unidades executoras receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento. Por esse motivo, nessa segunda parte a coluna “Dotação” aparece com os valores zerados.

Resultado Orçamentário

TABELA 5-3 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2007

R\$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
I – RECEITAS	1.526.509	1.251.827	274.683
Receitas Correntes	659.158	667.166	(8.008)
Receitas de Capital	867.351	584.660	282.691
Movimentação Financeira	0	0	0
II – DESPESAS	1.540.829	1.223.798	317.031
Despesas Correntes	726.186	687.108	39.078
Despesas de Capital	814.643	536.690	277.953
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	23.313	0	23.313
IV – SUPERÁVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I-II)		28.029	

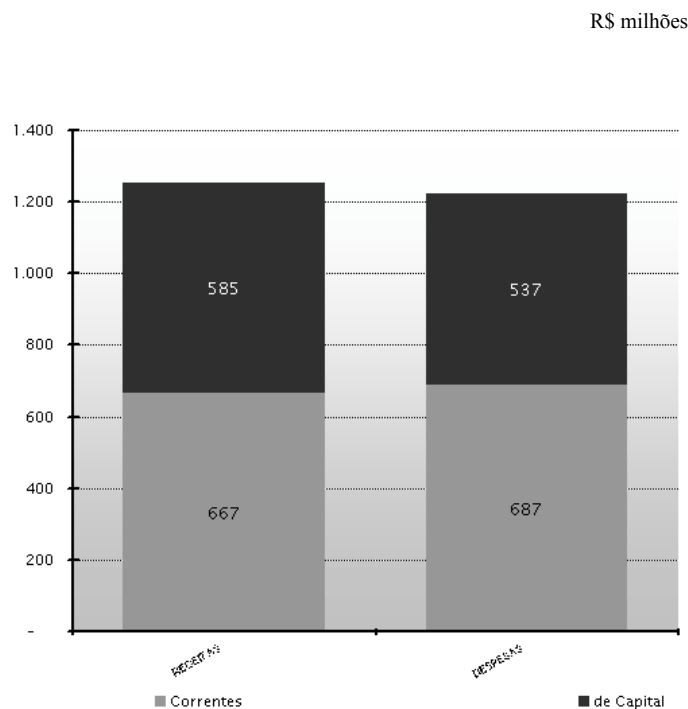
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A análise dos dados demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi inferior à execução das Despesas Correntes em R\$ 19.942 milhões, valor 59,9% menor que o déficit do orçamento corrente verificado em 2006 atualizado pelo IPCA. No entanto, as Receitas de Capital superaram as Despesas de Capital em R\$ 47.970 milhões, permitindo, pois, na composição global da execução orçamentária, superávit orçamentário de R\$ 28.029 milhões.

O total da dotação das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício.

FIGURA 5-1 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2007



5.2.2 Balanço Financeiro

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as Funções.

Os Ingressos e os Dispendios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme tabela abaixo.

Para fins das análises, a seguir, foram excluídos do Balanço Financeiro valores que na consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são, pelo seu ingresso, compensáveis com outros valores situados nos dispendios, ou seja, o recebimento de recursos por um órgão pode gerar um desembolso para outro, desta maneira, de forma consolidada, estes valores se compensam.

TABELA 5-4 – BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2007	2006	TÍTULOS	2007	2006
ORÇAMENTÁRIOS	1.251.827	1.189.202	ORÇAMENTÁRIOS	1.223.798	1.183.711
Receitas Correntes	667.060	591.436	Despesas Correntes	687.108	639.022
Receitas de Capital	584.767	597.766	Despesas de Capital	536.690	544.689
Transferências Orçamentárias	0	0	Transferências Orçamentárias	0	0
Correspondência de Débitos	0	0	Correspondência de Créditos	0	0
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.399.149	805.510	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.370.082	803.500
Transferências Extra-orçamentárias	0	0	Transferências Extra-orçamentárias	0	0
Ingressos Extra-orçamentários	1.399.149	805.510	Dispêndios	1.370.082	803.500
DISP. DO PERÍODO ANTERIOR	246.368	238.867	DISP. PARA PERÍODO SEGUINTE	303.463	246.368
TOTAL	2.897.343	2.233.579	TOTAL	2.897.343	2.233.579

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

INGRESSOS	VALOR		DISPÊNDIOS	VALOR	
	2007	2006		2007	2006
ORÇAMENTÁRIOS	2.293.126	2.440.592	ORÇAMENTÁRIOS	2.293.126	2.440.592
Transferências Orçamentárias	2.290.094	2.260.583	Transferências Orçamentárias	2.290.094	2.260.583
Correspondência de Débitos	3.032	180.009	Correspondência de Créditos	3.032	180.009
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.220.984	1.154.228	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.220.984	1.154.228
Transferências Extra-orçamentárias	1.220.984	1.154.158	Transferências Extra-orçamentárias	1.220.984	1.154.158
Ingressos Extra-orçamentários	0	70	Dispêndios Extra-orçamentários	0	70
TOTAL	3.514.110	3.594.819	TOTAL	3.514.110	3.594.819

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias, que integram os ingressos, foram objeto de análise no capítulo 3.4, item 3.4.1 – *Análise da Execução Orçamentária da Receita*, onde foi comentado o desempenho das receitas registradas líquidas, ou seja, deduzidas dos Incentivos, Restituições e Retificações, no âmbito da gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, classificadas por Categoria e Subcategoria Econômica.

Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Recebidas refletem a movimentação de recursos financeiros entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, em cumprimento à execução do Orçamento. Esses valores, demonstrados na tabela a seguir são compensados no subitem Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento.

TABELA 5-5 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS VINCULADAS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

INGRESSOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
ORÇAMENTÁRIOS	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0
Transferências Recebidas	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0
Cota Recebida	972.247	979.328	42,5	43,3
Repasse Recebido	259.735	302.018	11,3	13,4
Sub-Repasse Recebido	748.082	711.509	32,7	31,5
Recursos Arrecados Recebidos	0	0	0,0	0,0
Valores Diferidos	310.031	267.569	13,5	11,8
Recursos Previdenciários Recebidos - RPPS	0	159	0,0	0,0
TOTAL	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Transferências Recebidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento

Essas transferências demonstram a movimentação de recursos financeiros, sem vinculação com o Orçamento do exercício, recebidos pelos Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta, que foram efetuadas para fazer face aos pagamentos ou para devolução de recursos de terceiros. Desta forma, são correspondidas pelas Transferências Concedidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento e se constituem dos seguintes itens:

**TABELA 5-6 – TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS NÃO VINCULADAS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006**

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

INGRESSOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0
Transferências Recebidas	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0
Ordem de Transferências Recebidas	1.489	1.180	0,1	0,1
Transferências Diversas Recebidas	1.219.496	1.152.978	99,9	99,9
TOTAL	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ingressos Extra-Orçamentários

Considerando as exclusões, esse grupo responde por 48,3% dos ingressos e compreende os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte. Outros valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras. Além disso, embora o aumento da arrecadação das receitas correntes tenha tido um impacto importante no crescimento dos ingressos registrados no Balanço Financeiro, os ingressos extra-orçamentários tiveram a maior participação (89%) nesse crescimento.

**TABELA 5-7 – INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006**

R\$ milhões

INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Valores em Circulação	213.287	146.071	15,2	18,1
Valores a Classificar	892	280	0,1	0,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	350.010	268.186	25,0	33,3
Depósitos	15.034	11.443	1,1	1,5
Obrigações em Circulação	393.987	202.575	28,2	25,1
Receitas Extra-Orçamentárias	951	764	0,1	0,1
Ajustes de Direitos e Obrigações	424.988	176.192	30,4	21,9
TOTAL	1.399.149	805.510	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A participação desse grupo no total de ingressos aumentou significativamente, passando de 36,1% em 2006 para 48,3%, em 2007.

Dentre os ingressos extra-orçamentários, os direitos que tiveram maior relevância foram destacados a seguir:

I- Valores em Circulação:

- Recursos Especiais a Receber – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem e responderam por 62% dos valores em circulação, ou 4,6% do total de ingressos;
- Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que representaram 23% desse grupo;

- c) Recursos Vinculados – compreendem os valores vinculados, exigíveis após o término do exercício seguinte, registrados em Depósitos e Cauções, Depósitos Judiciais e Outros Depósitos e somaram R\$ 15.586 milhões;

II- Valores Pendentes a Curto Prazo:

- a) Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse do exercício seguinte e que somaram R\$ 350.009 milhões, ou 12,1% do total dos ingressos, mantendo participação semelhante à do exercício anterior.

Entre as obrigações que tiveram maior relevância, destacaram-se a seguir:

III- Os Depósitos, que totalizaram R\$ 15.034 milhões e representaram 0,5% dos ingressos totais.

IV- Obrigações em Circulação:

- a) Restos a Pagar não-processados a liquidar – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2006, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei n.º 4.320, de 1964, e ainda conforme o artigo 42 da LC n.º 101, de 04 de maio de 2000;
- b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP – registra o valor do recurso financeiro concedido aos Órgãos e/ou Entidades pelo Tesouro, para fazer face aos pagamentos de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício anterior e que no Balanço revela o montante de R\$ 281.117 milhões;
- c) Recursos da Previdência Social – registra o somatório dos recursos provenientes dos depósitos referentes à previdência social e que totalizaram R\$ 5.753 milhões.

Entre outros valores relevantes, destacaram-se os seguintes:

V- Ajustes de Direitos e Obrigações, item que apresenta os seguintes desdobramentos:

- a) Incorporação de Direitos – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos, totalizando R\$ 330.949 milhões;
- b) Desincorporação de Obrigações – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária, totalizando R\$ 92.801; e
- c) Ajustes de Créditos – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico, totalizando R\$ 1.239 milhões.

Disponibilidade do Período Anterior

É representada pelos recursos financeiros remanescentes do exercício anterior ao encerrado, provenientes da movimentação financeira de R\$ 246.368 milhões, representando 8,5% dos ingressos totais do exercício.

Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos quando da análise da execução do orçamento do exercício no item 3.4.2 desse relatório.

Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Concedidas retratam a movimentação dos recursos financeiros transferidos para Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, com o objetivo de garantir a execução orçamentária do Governo.

Esse grupo tem seus valores excluídos do balanço consolidado por manter correspondência com as Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento e pode ser identificado conforme tabela a seguir.

**TABELA 5-8 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS VINCULADAS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006**

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

DISPÊNDIOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
ORÇAMENTÁRIOS	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0
Transferências Concedidas	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0
Cota Concedida	972.247	979.328	42,5	43,3
Repasse Concedido	259.735	302.018	11,3	13,4
Sub-repasse Concedido	748.082	711.509	32,7	31,5
Recursos Arrecadados - Concedidos	0	0	0,0	0,0
Valores Diferidos	310.031	267.569	13,5	11,8
Recursos Previdenciários Recebidos - RPPS	0	159	0,0	0,0
TOTAL	2.290.094	2.260.583	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Transferências Concedidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento

Essas Transferências indicam a movimentação de recursos financeiros sem vinculação com o orçamento do exercício, concedida pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluindo as liberações destinadas à liquidação de Restos a Pagar. Dessa forma, são correspondidas pelas Transferências Recebidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento e foram também excluídas do balanço consolidado para fins de análise. A tabela a seguir demonstra as parcelas que compõe o grupo.

**TABELA 5-9 – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS NÃO VINCULADAS À EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006**

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

INGRESSOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0
Transferências Concedidas	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0
Ordem de Transferências Concedidas	1.489	1.180	0,1	0,1
Transferências Diversas Concedidas	1.219.496	1.152.978	99,9	99,9
TOTAL	1.220.984	1.154.158	100,0	100,0

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Dispêndios Extra-Orçamentários

Observa-se da Tabela 5-4 que esse grupo responde por 47,3% dos Dispêndios, em 2007, e os seus subgrupos estão listados a seguir. Os dispêndios extra-orçamentários compreendem, pela relevância, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Outros valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

**TABELA 5-10 – DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2007 E 2006**

R\$ milhões

DISPÊNDIOS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Valores em Circulação	383.219	213.415	28,0	26,6
Valores a Classificar	280	210	0,0	0,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	350.010	268.185	25,5	33,4
Depósitos	11.566	4.937	0,8	0,6
Obrigações em Circulação	198.940	136.872	14,5	17,0
Despesas Extra-Orçamentárias	2.314	2.167	0,2	0,3
Ajustes de Direitos e Obrigações	423.754	177.713	30,9	22,1
TOTAL	1.370.082	803.500	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Dentre os dispêndios extra-orçamentários, os direitos mais relevantes foram destacados os seguintes:

I- Valores em Circulação:

- Recursos Especiais a Receber – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem e que no período totalizou R\$ 307.043 milhões ou 10,6% dos dispêndios;
- Recursos Vinculados – representam os valores relativos a depósitos vinculados em contas bancárias, as obrigações contratuais, acordos e ajustes que os Órgãos e Entidades precisam honrar, no valor de R\$ 14.853 milhões;
- Depósitos Especiais do FAT – são os valores dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº. 8352/91, representaram 1,7% dos dispêndios totais, com o valor de R\$ 49.272 milhões.

II- Valores Pendentes a Curto Prazo:

- Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte. Em 2007, o valor é de R\$ 350.010 milhões, o que representa 12,1% do total dos dispêndios.

III- Depósitos:

- Valores dos recursos recebidos a título de Depósitos de Diversas Origens, que totalizaram R\$ 11.214 milhões.

Entre as obrigações que se destacam pela relevância, enumeram-se as seguintes:

IV- Obrigações em Circulação:

- Restos a Pagar – Inscrição – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2007, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei nº 4.320, de 1964: R\$ 38.750 milhões, ou 1,3% dos dispêndios totais;
- Recursos a Liberar para Pagamento de RP – representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior e registraram um valor de R\$ 110.703 milhões, ou 3,8% dos dispêndios;
- Recursos da Previdência Social – são os recursos provenientes dos depósitos referentes à Previdência Social, no valor de R\$ 11.299 milhões;
- Recursos a Liberar por Transferência – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central; atingiram o valor de R\$ 19.053 milhões.

Entre outros valores relevantes e que merecem destaque, enumeramos dentre as Despesas Extra-Orçamentárias, as seguintes:

VI- Ajustes de Direitos e Obrigações :

- a) Recursos Diversos a Liberar – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato, representam 10% de todos os dispêndios de 2007, com um valor de R\$ 288.644 milhões;
- b) Créditos Diversos a Receber – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas Realizações no montante de R\$ 90.425 milhões.

Disponibilidade para o Período Seguinte

É representada pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização e que, em 2007, atingiu a soma de R\$ 303.463 milhões, valor 18% superior ao do exercício anterior atualizado pelo IPCA, e detalhado conforme abaixo:

TABELA 5-11 – DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA – UNIÃO – 2007 E 2006

DISPONIBILIDADE	VALOR		%	
			R\$ milhões	
	2007	2006	2007	2006
Conta Única do Tesouro Nacional	174.210	123.702	57,4	50,2
INSS	1.718	1.114	0,6	0,5
Recursos à Disposição da Dívida Pública	91.949	88.021	30,3	35,7
Aplicações Financeiras	21.242	15.590	7,0	6,3
Outras Disponibilidades	14.344	17.941	4,7	7,3
TOTAL	303.463	246.368	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

5.2.3 Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial positivo ou negativo da instituição pública.

Esse Balanço registra os Bens, Valores e Créditos Patrimoniais, assim como as Dívidas e Outras Obrigações e dessa forma estática proporciona conhecimento do patrimônio da União ao administrador público e sua estrutura encontra-se a seguir demonstrada, conforme definido no art. 105 da Lei n.º 4.320/64

Para as análises a seguir, foram excluídos do Balanço Patrimonial valores que na consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são, pela sua ativação, compensáveis com outros valores situados no passivo, ou seja, o direito de recebimento de valores por um órgão pode gerar simultaneamente uma obrigação para outro, desta maneira, de forma consolidada estes valores se compensam, não existindo para o órgão consolidado o direito e a obrigação.

TABELA 5-12 – BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2007	2006	TÍTULOS	2007	2006
Financeiro	398.752	335.527	Financeiro	105.200	78.218
Não Financeiro	1.742.763	1.529.561	Não Financeiro	1.820.509	1.696.870
Ativo Real	2.141.515	1.865.088	Passivo Real	1.925.709	1.775.088
			Patrimônio Líquido	215.806	90.000
Compensado	1.989.064	1.100.934	Compensado	1.989.064	1.100.934
TOTAL	4.130.579	2.966.023	TOTAL	4.130.579	2.966.023

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

		R\$ milhões			
ATIVO	VALOR		PASSIVO	VALOR	
	2007	2006		2007	2006
Financeiro	491.745	235.976	Financeiro	491.745	235.976
Créditos em Circulação	287.928	124.036	Obrigações em Circulação	287.928	124.036
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagto	0	0	Rec. Liberar p/ Vinc. Pagamento	0	0
Recursos a Receber p/ Pag. de RP	281.117	110.703	Rec. Liberar p/ Pag. de RP	281.117	110.703
Limite Saque p/ Emp. Contra Entrega	0	0	Rec. Liberar Emp. Contra Entrega	0	0
Recursos da Previdência Social	5.753	11.299	Recursos Previdência Social	5.753	11.299
Limite Saque Recursos Div. Pública	1.057	2.034	Limite Saque Rec. da Div. Pública	1.057	2.034
Valores Pendentes a Curto Prazo	203.817	111.940	Valores Pendentes a Curto Prazo	203.817	111.940
Valores Diferidos	203.817	111.940	Valores Diferidos	203.817	111.940
Não Financeiro	0	34.253	Não Financeiro	0	34.253
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	34.253	Valores Pendentes a Curto Prazo	0	34.253
Valores Diferidos	0	34.253	Valores Diferidos	0	34.253
TOTAL	491.745	270.229	TOTAL	491.745	270.229

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros ou recolhidos por estes a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros.

Compreende os créditos e valores que independem de autorização orçamentária para serem movimentados. Na Tabela 5-13, identificam-se os itens Disponível, Créditos em Circulação e Valores Pendentes a Curto Prazo, mais relevantes, com o correspondente detalhamento:

**TABELA 5-13 – ATIVO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006**

		R\$ milhões		
TIPO DE ATIVO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Disponível	303.463	246.368	76,1	73,4
Créditos em Circulação	95.197	89.155	23,9	26,6
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	0	0,0	0,0
Ativo Financeiro a Longo Prazo	92	4	0,0	0,0
TOTAL	398.752	335.527	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

		R\$ milhões			
ATIVO	VALOR		VALOR		
	2007	2006	2007	2006	
Financeiro	491.745	235.976	100,0	100,0	
Créditos em Circulação	287.928	124.036	58,6	55,4	
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	0	0	0,0	8,7	
Recursos a Receber p/ Pag. de RP	281.117	110.703	57,2	42,2	
Limite de Saque com Vinculação para o INSS	0	0	0,0	0,0	
Limite de Saque p/ Empenho Contra Entrega	0	0	0,0	0,0	
Recursos da Previdência Social	5.753	11.299	1,2	1,7	
Limite de Saque Recursos da Div. Pública	1.057	2.034	0,2	2,8	
Valores Pendentes a Curto Prazo	203.817	111.940	41,4	44,6	
Valores Diferidos	203.817	111.940	41,4	44,6	
TOTAL	491.745	235.976	100,0	100,0	

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Disponível

O Disponível, que é o grupo demonstrativo dos valores da União em Moeda Nacional e Estrangeira em poder dos Bancos, representou 76,1% do Ativo Financeiro em 2007 e seu detalhamento encontra-se na Tabela a seguir.

TABELA 5-14 – DISPONÍVEL
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO 2007 E 2006

TIPO DE ATIVO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Disponível em Moeda Nacional	297.522	237.436	98,0	96,4
Disponível em Moeda Estrangeira	5.942	8.931	2,0	3,6
TOTAL	303.463	246.368	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Créditos em Circulação

Tomando as tabelas 5-12 e 5-13, os Créditos em Circulação foram responsáveis por 23,9% do Ativo Financeiro em 2007 e estruturam-se na composição definida a seguir:

- Créditos a Receber** – representam os Valores a Receber a título de transferências para pagamento de obrigações inscritas no exercício anterior, bem como os registros dos valores das receitas arrecadadas pelos agentes financeiros;
- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento** – registra o valor dos recursos financeiros a liberar pelo Tesouro às Unidades Central e Setorial de Programação Financeira dos órgãos e entidades, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, ou seja, Pessoal e Encargos Sociais;
- Recursos a Receber para Pagamento de RP** – registra o valor dos Recursos a Receber para honrar os compromissos registrados em Restos a Pagar;
- Depósitos Realizáveis a Curto Prazo** – são os valores relativos a Outros Depósitos Vinculados em contas bancárias, Obrigações Contratuais, Convenções, Acordos e Ajustes; e
- Limite de Saque Recursos da Dívida Pública** – registra o valor do limite de saque da subconta da dívida pública.

TABELA 5-15 – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

TIPO DE CRÉDITO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber	7.653	6.127	8,0	6,9
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	22.119	17.391	23,2	19,5
Créditos para Pagamento de Despesa com Terceiros	0	0	0,0	0,0
Recursos a receber para Pagamento de RP	0	0	0,0	0,0
Limite de Saque c/ Vinculação para o INSS	0	0	0,0	0,0
Limite de Saque para Empenho Contra Entrega	0	0	0,0	0,0
Recursos da Previdência Social	0	0	0,0	0,0
Limite de Saque Recursos da Dívida Pública	0	0	0,0	0,0
Limite de Saque BACEN	298	545	0,3	0,6
Recursos da União	27	65	0,0	0,1
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	14.851	15.494	15,6	17,4
Valores em Trânsito Realizáveis	976	1.052	1,0	1,2
Depósitos Especiais do FAT	49.272	48.482	51,8	54,4
TOTAL	95.197	89.155	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

ATIVO	VALOR		VALOR	
	2007	2006	2007	2006
Financeiro	287.928	124.036	100,0	100,0
Créditos em Circulação	287.928	124.036	100,0	100,0
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	0	0	0,0	0,0
Recursos a Receber p/ Pag. de RP	281.117	110.703	97,6	89,3
Limite de Saque com Vinculação para o INSS	0	1	0,0	0,0
Limite de Saque p/ Empenho Contra Entrega	0	0	0,0	0,0
Recursos da Previdência Social	5.753	11.299	2,0	9,1
Limite de Saque Recursos da Dívida Pública	1.057	2.034	0,4	1,6
TOTAL	287.928	124.036	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ativo Não-Financeiro

O Ativo Não-Financeiro refere-se à execução de Bens e Valores que não interferem na movimentação financeira. Sua composição está demonstrada na Tabela 5-16 a seguir e representa 42,2% do Ativo.

**TABELA 5-16 – ATIVO NÃO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006**

R\$ milhões

TIPO DE ATIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Realizável a Curto Prazo	82.405	76.478	4,7	5,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	6	22.984	0,0	1,5
Realizável a Longo Prazo	1.304.715	1.112.216	74,9	72,7
Permanente	355.636	317.884	20,4	20,8
TOTAL	1.742.763	1.529.561	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 5-16 – ATIVO NÃO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006**

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

ATIVO	VALOR		VALOR	
	2007	2006	2007	2006
Não Financeiro	0	34.253	0,0	100,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	34.253	0,0	100,0
Valores Diferidos	0	34.253	0,0	100,0
TOTAL	0	34.253	0,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Realizável a Curto Prazo

Esse grupo representou 4,7% do total do Ativo Não-Financeiro, com maior destaque para os Créditos em Circulação (86% do grupo), representados pelos recursos recebidos pelos Órgãos, Ministérios e Entidades sem vinculação orçamentária. Destes, são relevantes os Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União a entidades e instituições por autorizações legais ou vinculações a contratos que totalizaram R\$ 47.652 milhões ou 57,8%, e os Créditos Parcelados que representaram 11,6%, alcançando o montante de R\$ 9.597 milhões.

Valores Pendentes a Curto Prazo

A participação desse grupo no Ativo Não-Financeiro no final do exercício de 2007 foi pequena. Não foram verificados Valores Diferidos referentes a operações internas para exclusão – esses são recursos já em poder dos Órgãos Executores para fazer face ao orçamento do exercício seguinte e que são considerados como antecipação de cota do próximo ano.

Realizável a Longo Prazo

Nesse grupo estão os Créditos e os Haveres da União. Os Créditos Realizáveis a Longo Prazo são constituídos majoritariamente pelos “Créditos da União, Estados e Municípios”, em que está registrado o montante de R\$ 568.755 milhões, representando 32,6% do Ativo Não-Financeiro.

O subgrupo mais representativo do grupo são os Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União a entidades e instituições, por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos, com retorno a longo prazo, e as Operações Especiais onde está registrada a securitização das dívidas dos créditos agrícolas. Nesse subgrupo podemos destacar a renegociação com estados e municípios e dívidas assumidas pela união de empresas que sofreram processo de fusão, cisão e também as privatizadas. O montante registrado como Empréstimos e Financiamentos é de R\$ 610.489 milhões, 35% do Ativo não-Financeiro.

Permanente

Esse grupo representa 20,4% do Ativo Não-Financeiro e 8,6% do Ativo, e teve a seguinte composição:

TABELA 5-17 – ATIVO PERMANENTE
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

ATIVO PERMANENTE	VALOR		R\$ milhões	
			%	
	2007	2006	2007	2006
Investimentos	155.567	136.814	43,7	43,0
Imobilizado	199.944	180.956	56,2	56,9
Diferido	126	114	0,0	0,0
TOTAL	355.636	317.884	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Os Investimentos foram relevantes nesse grupo, devido à participação no capital de empresas vinculadas aos Órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, que representou no exercício 43,6% do grupo e 99,7% dos investimentos.

Os Bens Móveis dos Órgãos da Administração Direta estão registrados pelo valor nominal e os das Empresas pelo valor corrigido, devidamente retificados pelas Depreciações Acumuladas.

Os Bens Imóveis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações estão registrados pelo valor corrigido, de acordo com as Notas Explicativas, constantes do presente Relatório; os da Administração Indireta, de acordo com a legislação pertinente.

O valor registrado a título de “Bens Móveis e Imóveis” indica R\$ 201.814 milhões. Esse valor é corrigido por contas retificadoras agrupadas sob o título de “Depreciações, Amortizações e Exaustões” que acumulavam o valor de R\$ 1.911 milhões em 2007.

Ativo Real

O Ativo Real corresponde ao somatório dos valores do Ativo Financeiro e o Ativo Não-Financeiro, evidenciando as alterações patrimoniais ocorridas na Administração Pública durante o exercício.

Ativo Compensado

No Compensado estão representados os Bens, Valores, Obrigações e outras situações não abrangidas no Ativo Financeiro e Não-Financeiro, mas que possam vir a afetar o patrimônio, ou seja, demonstram-se os valores que não se integram ao patrimônio, refletindo as transações contábeis oriundas dos atos administrativos. Este grupo, com saldo de R\$ 1.989.064 milhões, representou 48,% do Ativo Total e sua estrutura está demonstrada a seguir:

TABELA 5-18 – ATIVO COMPENSADO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2006 E 2005

ATIVO COMPENSADO	VALOR		R\$ milhões	
			%	
	2007	2006	2007	2006
Compensações Ativas Diversas				
Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens	52.097	53.067	2,6	4,8
Garantias de Valores	116.586	128.436	5,9	11,7
Direitos e Obrigações Conveniados	274.580	234.115	13,8	21,3
Direitos e Obrigações Contratuais	340.050	219.716	17,1	20,0
Outras Compensações	1.205.752	465.601	60,6	42,2
TOTAL	1.989.064	1.100.934	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Passivo Financeiro

O Passivo Financeiro registra as obrigações provenientes da execução orçamentária da despesa e de outros valores recolhidos por terceiros, não pagos e não devolvidos até o final do exercício financeiro.

TABELA 5-19 – PASSIVO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

OBRIGAÇÃO	VALOR		R\$ milhões	
			%	
	2007	2006	2007	2006
Depósitos	15.034	11.566	14,3	14,8
Obrigações em Circulação	89.182	66.530	84,8	85,1
Valores Pendentes a Curto Prazo	892	121	0,8	0,2
Passivo Financeiro Longo Prazo	92	2	0,1	0,0
TOTAL	105.200	78.218	99,9	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 5-19 – PASSIVO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DO BALANÇO EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

PASSIVO	VALOR		R\$ milhões	
			%	
	2007	2006	2007	2006
Financeiro	491.745	235.977	100,0	100,0
Créditos a Receber	287.928	124.037	58,6	52,6
Recursos a Liberar p/ Vinc. de Pagamento	0	0	0,0	0,0
Recursos a Liberar p/ Pag. de RP	281.117	110.703	57,2	46,9
Recursos a Liberar p/ Empenho Contra Entrega	0	0	0,0	0,0
Recursos da Previdência Social	5.753	11.299	1,2	4,8
Limite de Saque Recursos da Dív. Pública	1.057	2.034	0,2	0,9
Valores Pendentes a Curto Prazo	203.817	111.940	41,4	47,4
Valores Diferidos	203.817	111.940	41,4	47,4
TOTAL	491.745	235.977	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O Passivo Financeiro é representado pelas Dívidas a Curto Prazo - a Dívida Flutuante - cujos valores independem de autorização orçamentária para sua realização. Sua composição é demonstrada a seguir.

Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até o final do exercício. Tais recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais e contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

TABELA 5-20 – DEPÓSITOS
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

OBRIGAÇÃO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Consignações	180	137	1,2	1,2
Recursos do Tesouro Nacional	269	123	1,8	1,1
Depósitos de Diversas Origens	14.493	11.214	96,4	97,0
Depósitos Compulsórios	91	91	0,6	0,8
TOTAL	15.034	11.566	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação, no valor de R\$ 89.182 milhões, excluindo-se as duplicidades, representaram 84,8% do Passivo Financeiro e são constituídas dos itens constantes da tabela a seguir:

TABELA 5-21 – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões

OBRIGAÇÃO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Restos a Pagar Processados	7.132	7.018	8,0	10,5
Restos a Pagar Não Processados	55.137	38.750	61,8	58,2
Credores Diversos	1.652	1.219	1,9	1,8
Valores em Trânsito Exigíveis	13	2	0,0	0,0
Recursos Especiais a Liberar por Transferência	2.488	1.523	2,8	2,3
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	22.247	17.530	24,9	26,3
Recursos a Liberar com Vinculação de pagamento	0	0	0,0	0,0
Recursos a Liberar para Pagamento de RP	0	0	0,0	0,0
Recursos a Liberar p/ Vinc. de Pagto para o INSS	0	0	0,0	0,0
Recursos a Liberar p/ Empenho Contra-Entrega	0	0	0,0	0,0
Recursos da Previdência Social	0	0	0,0	0,0
Limite de Saque Recursos da Dívida Pública	0	0	0,0	0,0
Recursos Vinculados - Entidades TCT	273	90	0,3	0,1
Outras Obrigações a Pagar	240	239	0,3	0,4
Receitas Pendentes de Realização	0	90	0,0	0,1
Receitas Realizáveis no Exercício Seguinte	0	68	0,0	0,1
Receitas Correntes Pendentes de Classificação	0	0	0,0	0,0
TOTAL	89.182	66.530	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

RELAÇÃO DOS VALORES EXCLUÍDOS EM FUNÇÃO DE DUPLICIDADE NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS

R\$ milhões

PASSIVO	VALOR		VALOR	
	2007	2006	2007	2006
Financeiro	287.928	124.037	100	100
Obrigações em Circulação	287.928	124.037	100	100
Recursos a Liberar p/ Vinc. Pagamento	0	0	0,0	0,0
Recursos a Liberar p/ Pag. de RP	281.117	110.703	97,6	89,3
Recursos a Liberar p/ Vinc. Pagto p/ o INSS	0	1	0,0	0,0
Recursos a Liberar p/ Empenho Contra Entrega	0	0	0,0	0,0
Recursos da Previdência Social	5.753	11.299	2,0	9,1
Limite de Saque Recursos da Dívida Pública	1.057	2.034	0,4	1,6
TOTAL	287.928	124.037	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

a) Os Restos a Pagar representaram 69,8% desse grupo e subdividem-se em :

- a.1) **Restos a Pagar Processados** – 8% do total do grupo, representados pelas despesas liquidadas e não pagas, lançadas nas contas de Fornecedores e Pessoal a Pagar, dentre outras;
- a.2) **Restos a Pagar Não Processados** – que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei nº 4.320, de 1964, e que representaram 61,8% do grupo.
- b) **Recursos a Liberar com Vinculação de Pagamento** – representam o valor dos recursos a liberar pelas Unidades Centrais e ou Setoriais de Programação Financeira, relativos ao Limite de Saque com vinculação de pagamento;
- c) **Outras Obrigações a Pagar** – ressaltam-se os valores das alocações de Direitos Especiais de Saque.

Passivo Não-Financeiro

O Passivo Não-Financeiro representa os saldos das Obrigações a Curto e Longo Prazos que não provocaram, de imediato, efeitos financeiros durante o exercício, com o seguinte detalhamento:

**TABELA 5-22 – PASSIVO NÃO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006**

OBRIGAÇÃO	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Obrigações em Circulação	359.055	456.926	19,7	26,9
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	0	0,0	0,0
Operações Especiais	1.551	1.913	0,1	0,1
Exigível a Longo Prazo	1.459.898	1.238.027	80,2	73,0
Resultado de Exercícios Futuros	4	4	0,0	0,0
TOTAL	1.820.509	1.696.870	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

PASSIVO	VALOR		VALOR	
	2007	2006	2007	2006
Não Financeiro	0	34.253	0,0	100,0
Valores Pendentes a Curto Prazo	0	34.253	0,0	100,0
Valores Diferidos	0	34.253	0,0	100,0
TOTAL	0	34.253	0,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

As Obrigações em Circulação estão representadas, basicamente, pelas Operações de Crédito Internas que significaram 94,1% do grupo. Nesse item se incluem também os Precatórios a Pagar no montante de R\$ 5.781 milhões.

O Exigível a Longo Prazo contém as Obrigações provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, nos valores de R\$ 1.280.748 e R\$ 99.641 milhões, respectivamente, que estão registradas a Longo Prazo, não pelas suas características de colocação de títulos, pois existem muitas emissões a Curto Prazo, mas pelo seu prazo de resgate (sempre superior a 12 meses). Desta forma, as Obrigações a Longo Prazo contemplam as dívidas a serem resgatadas após o exercício seguinte.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo, após a apuração do resultado do exercício.

O Patrimônio Líquido da Administração Federal está representado pelo somatório dos correspondentes valores nos Ministérios, Órgãos e Entidades constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No exercício em análise, o Patrimônio Líquido apresentou situação positiva no valor de R\$ 215.806 milhões, revelando acréscimo de 139,8% em relação ao exercício anterior, mesmo com decréscimo de 86,3% no Resultado Acumulado. Esse incremento verificado se deve principalmente ao desempenho do Resultado Patrimonial do Exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – no valor superavitário de R\$ 123.796 milhões.

TABELA 5-23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

R\$ milhões					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR		% Variação	%	
	2007 (a)	2006 (b)		2007	2006
Patrimônio/Capital	176.851	(173.195)	202,1	81,9	(192,4)
Reservas	3.196	2.931	9,0	1,5	3,3
Resultado Acumulado	35.759	260.264	(86,3)	16,6	289,2
Ajustes do Patrimônio/Capital	0	0,02	-	0,0	0,0
TOTAL	215.806	90.000	139,8	100,0	100,0

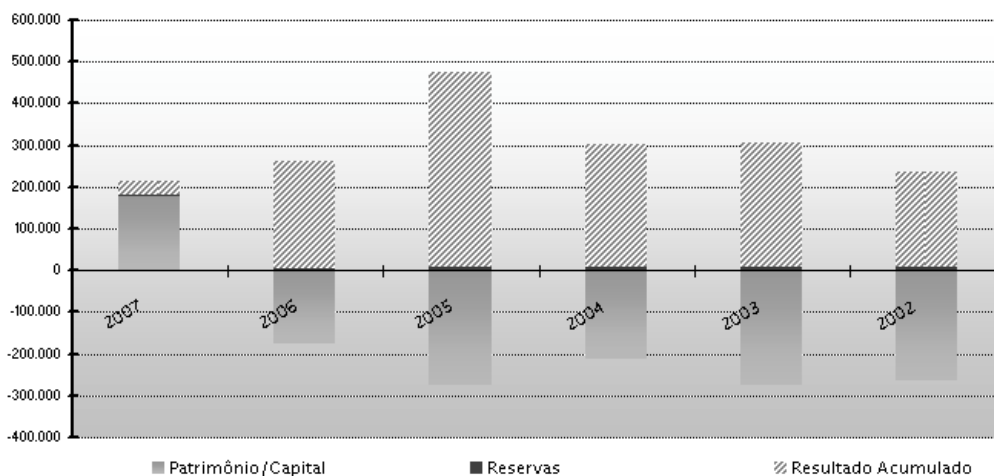
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A Figura 5-1 a seguir ilustra a evolução do patrimônio líquido nos últimos exercícios.

FIGURA 5-1 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – UNIÃO 2007 – 2002

R\$ milhões



Passivo Compensado

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores do Ativo Compensado e representa os atos da Administração que não têm reflexo imediato sobre o patrimônio da Instituição, mas que poderão vir a provocá-lo no futuro, desdobrado na seguinte composição:

TABELA 5-24 – COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2007 E 2006

COMPENSAÇÕES PASSIVAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Compensações Passivas Diversas				
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	52.097	53.067	2,6	4,8
Valores em Garantia	116.586	128.436	5,9	11,7
Direitos e Obrigações Conveniados	274.580	234.110	13,8	21,3
Direitos e Obrigações Contratuais	340.050	219.721	17,1	20,0
Compensações Diversas	1.205.752	465.601	60,6	42,2
TOTAL	1.989.064	1.100.934	99,9	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

5.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações.

Para as análises a seguir, foram excluídos da Demonstração das Variações Patrimoniais valores que na consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são, pela sua variação ativa, compensáveis com outros valores situados na variação passiva, ou seja, um fato que faça surgir uma variação ativa para um órgão pode gerar simultaneamente uma variação passiva para outro, desta maneira, de forma consolidada esses valores se compensam, não existindo para o órgão consolidado a variação ativa e a variação passiva desse fato. Observa-se ainda que as receitas de alienação de ativos, bem como as aplicações dos recursos correspondentes a essas receitas, encontram-se destacadas em atendimento ao art. 50, VI, da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal¹. A Tabela 5-25 – sintetiza a estrutura desse demonstrativo.

¹ “Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

[...]

VI – a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.”

**TABELA 5-25 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS UNIÃO – 2007 E 2006**

R\$ milhões

VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Orçamentárias	1.952.113	1.879.564	63,4	65,3
Receitas	1.251.827	1.189.202	40,6	41,3
Receita de Alienação de Ativos	1.378	0	0,0	0,0
Demais Receitas Orçamentárias	1.250.448	1.189.202	40,6	41,3
Interferências Ativas	0	0	0,0	0,0
Mutações Ativas	700.287	690.362	22,8	24,0
Resultado Extra-Orçamentário	1.124.242	890.635	36,6	31,0
Receitas Extra-Orçamentárias	2.444	2.316	0,1	0,1
Interferências Ativas	0	0	0,0	0,0
Acréscimos Patrimoniais	1.121.797	888.319	36,5	30,9
Resultado Patrimonial	0	108.469	0,0	3,8
Déficit	0	108.469	0,0	3,8
TOTAL	3.076.355	2.878.667	100,0	100,0
VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Orçamentárias	1.867.618	1.803.484	60,6	62,7
Despesas	1.223.798	1.183.711	39,7	41,2
Aplicação dos Recursos oriundos da Alienação de Ativos	4.570	4.570	0,1	0,2
Demais Despesas Orçamentárias	1.219.228	1.179.141	39,6	41,0
Interferências Passivas	0	0	0,0	0,0
Mutações Passivas	643.820	619.773	20,9	21,5
Resultado Extra-Orçamentário	1.084.942	1.075.183	35,3	37,4
Despesas Extra-Orçamentárias	2.496	2.512	0,1	0,1
Interferências Passivas	0	0	0,0	0,0
Decréscimos Patrimoniais	1.082.446	1.072.671	35,2	37,3
Resultado Patrimonial	123.796	0	4,0	0,0
Superávit	123.796	0	4,0	0,0
TOTAL	3.076.355	2.878.667	99,9	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

VALORES EXCLUÍDOS NA CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS EM FUNÇÃO DAS OPERAÇÕES INTERNAS

R\$ milhões

VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Orçamentárias	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Interferências Ativas	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Transferências Recebidas	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Resultado Extra-Orçamentários	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
Interferências Ativas	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
Transferências Recebidas	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
TOTAL	3.564.448	3.612.421	100,0	100,0
VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR		%	
	2007	2006	2007	2006
Orçamentárias	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Interferências Passivas	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Transferências Concedidas	2.293.126	2.440.592	64,3	67,6
Resultado Extra-Orçamentários	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
Interferências Passivas	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
Transferências Concedidas	1.271.322	1.171.830	35,7	32,4
TOTAL	3.564.448	3.612.421	100,0	100,0

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Variações Ativas Orçamentárias

As Variações Ativas Orçamentárias compreendem:

- Receitas**, que representam a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento às Leis pertinentes;
- Interferências Ativas**, que significam as Incorporações e Desincorporações de Receitas e Despesas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas; e
- Mutações Ativas**, que decorrem do registro de uma despesa orçamentária na contabilização de um fato permutativo, com o objetivo de neutralizar uma redução indevida do Patrimônio Líquido.

Variações Ativas Extra-Orçamentárias

A composição das Variações Ativas Extra-Orçamentárias está demonstrada por:

- Interferências Ativas** que denotam as Transferências de Bens e Valores entre Unidades Gestoras, independentes da execução orçamentária, representadas pelas movimentações de Bens Móveis, Materiais de Consumo e Outros Valores e que no exercício registraram valores significativos em relação ao exercício anterior, oriundos de transferências de saldos financeiros entre unidades gestoras, mas que, não produziu impacto no resultado consolidado, destacando a transferência do estoque da dívida pública entre unidades gestoras dentro do mesmo órgão, Secretaria do Tesouro Nacional.
- Acréscimos Patrimoniais** que retratam as variações ocorridas em função das Incorporações de Créditos, Baixa de Obrigações e os ajustes correspondentes. Considera-se nesse item o registro da reavaliação, a maior, dos imóveis da União baixados nas Mutações Passivas, cuja diferença representa o valor real das mesmas. Esse grupo é responsável pela maior variação líquida da demonstração e para melhor visibilidade, detalha-se a seguir:

**TABELA 5-26 – RESULTADO PATRIMONIAL
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA UNIÃO – 2007 E 2006**

VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR		R\$ milhões
	2007 (a)	2006 (b)	Variação %
Acréscimos Patrimoniais			
Incorporação de Ativos	469.169	336.809	39,3
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	132.003	265.699	-50,3
Desincorporação de Passivos	427.531	205.811	107,7
Ajustes de Obrigações	67.338	66.235	1,7
Ajustes Monetários do Balanço	99	166	-40,4
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.936	12.508	91,4
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.721	1.091	57,7
TOTAL	1.121.797	888.319	26,3

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Dos Acréscimos Patrimoniais, destacam-se as Incorporações de Ativos, em particular as Incorporações de Direitos, no valor de R\$ 434.573 milhões. Também possuem participação relevante nos Acréscimos Patrimoniais os Ajustes de Bens, Valores e Créditos, cujo montante é composto, principalmente, por reavaliações de bens no valor de R\$ 11.728 milhões e pelos Ajustes de Créditos no valor de R\$ 112.039 milhões, compostos, por sua vez, principalmente pela atualização monetária não financeira e por juros.

Variações Passivas Orçamentárias

Nas Variações Passivas Orçamentárias estão consideradas:

- a) **Despesas**, que representam a execução da dotação orçamentária, em cumprimento às determinações legais;
- b) **Interferências Passivas**, que demonstram as Incorporações e Desincorporações de despesas e receitas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Ativas.
- c) **Mutações Passivas**, que decorrem do registro de uma receita orçamentária na contabilização de um fato permutativo, com o objetivo de neutralizar um aumento indevido do Patrimônio Líquido.

Variações Passivas Extra-Orçamentárias

Na composição das Variações Passivas Extra-Orçamentárias são consideradas:

- a) **Interferências Passivas**, que refletem as Transferências de Bens e Valores entre as Unidades Gestoras, independentes da execução orçamentária, representadas pelas movimentações de Bens Móveis, Materiais de Consumo e Outros Valores; e
- b) **Decréscimos Patrimoniais**, que representam as variações ocorridas em função das Baixas de Créditos, Incorporação de Obrigações e ajustes correspondentes, incluindo as correções da Dívida Interna e Externa e as transferências do Resultado do Banco Central e da Dívida Pública. Nesse grupo, consta também o registro das baixas da reavaliação dos Bens Imóveis da União, inicialmente contabilizadas a maior. Para maior visibilidade dessas informações, detalham-se, abaixo, os itens que compuseram esses decréscimos.

**TABELA 5-27 – RESULTADO PATRIMONIAL
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS A UNIÃO – 2006 E 2005**

VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR		R\$ milhões
	2007 (a)	2006 (b)	Variação%
Decréscimos Patrimoniais			
Desincorporação de Ativos	227.517	152.044	49,6
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	51.191	340.181	-85,0
Incorporação de Passivos	549.729	311.058	76,7
Ajustes de Obrigações	235.823	248.073	-4,9
Ajustes Monetários do Balanço	122	135	-9,6
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.651	9.166	38,0
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.412	12.016	-55,0
TOTAL	1.082.446	1.072.671	0,9

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Entre os decréscimos patrimoniais destacam-se a incorporação de passivos, que cresceu 76,7% em relação ao valor de 2006 e os Ajustes de Obrigações, em que foram registrados R\$ 235.823 milhões. Esses ajustes são principalmente apropriação de encargos, referentes a Títulos, de curto e longo prazos, tais como CFT-A, CET-D, CFT-E, LFT, LFT-A, LFT-B, e atualização monetária não-financeira no valor de R\$ 58.404 milhões.

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício. Em 2007, registrou-se superávit de R\$ 123.796 milhões, resultante da diferença positiva entre as variações ativas e as variações passivas. Esse resultado se refere aos órgãos e entidades pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O Resultado Patrimonial observado na DVP é formado pelos resultados nas contas orçamentárias e extra-orçamentárias, nos valores positivos de R\$ 84.496 milhões e R\$ 39.300 milhões, respectivamente. Destacam-se os resultados superavitários de R\$ 134.156 milhões, verificado na Administração Indireta, e de R\$ 44.434 milhões, nos Fundos, contra o resultado deficitário de R\$ 54.794 milhões da Administração Direta.

**TABELA 5-28 – RESULTADO PATRIMONIAL
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS A UNIÃO – 2007 E 2006**

VARIAÇÕES LÍQUIDAS	VALOR		R\$ milhões
	2007 (a)	2006 (b)	Variação %
Orçamentárias	84.496	76.080	11,1
Receitas - Despesas	28.029	5.491	410,4
Mutações Ativas - Passivas	56.467	70.589	-20,0
Resultado Extra-Orçamentário	39.300	(184.549)	-121,3
Receitas - Despesas Extra-Orçamentárias	(52)	(196)	-73,5
Acréscimos - Decréscimos Patrimoniais	39.352	(184.352)	-121,3
Resultado Patrimonial	123.796	(108.469)	-214,1
Superávit	123.796	0	
Déficit	0	108.469	
Variações Ativas	3.076.355	2.770.198	11,1
Variações Passivas	2.952.559	2.878.667	2,6
RESULTADO DO EXERCÍCIO	123.796	(108.469)	-214,1

FONTE – SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e por Função

Cabe destacar que, com o intuito de atender a Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público n.º 1, o Balanço-Geral da União apresenta ainda uma versão da Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e uma outra versão da Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função. Essas demonstrações também estão disponíveis no próprio SIAFI, e podem ser consultadas por meio da transação >BALANSINT (Balanço Sintético por Órgão), utilizando em “Tipo de Balanço” as opções 7, para a Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza, ou 8, para a Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função.

5.2.5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL fornece a movimentação ocorrida durante os exercícios nas contas do Patrimônio Líquido, indica o fluxo de uma conta para outra e mostra a origem dos acréscimos e decréscimos do PL.

A DMPL dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social revela as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido – PL do conjunto de órgãos e entidades que recebem recursos consignados no Orçamento Geral da União, com exceção do Orçamento de Investimento.

A DMPL da União representa a demonstração consolidada da Administração Direta, Indireta e Fundos. Com os saldos comparados aos de 2006 mostra uma recuperação do Patrimônio Líquido da ordem de 139,8%, uma vez que em 2006 representava 44,4% do PL de 2005 (R\$ 202.910 milhões).

No entanto, analisando-se a DMPL da Administração Direta, exercício de 2007, verifica-se um resultado negativo no Patrimônio de R\$ 197.439 milhões, originados em parte do Resultado (negativo) do Período no valor de R\$ 54.794 milhões, basicamente de Baixa de Direitos e Incorporação de Passivos.

TABELA 5-29 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA UNIÃO 2007 E 2006

ESPECIFICAÇÕES	R\$ milhões	
	VALOR	
	2007 (a)	2006 (b)
Saldo Final do Exercício de 2005		202.910
Saldo Final do Exercício de 2006	90.000	
Var. Cambial do Saldo Final de 2005		(203)
Var. Cambial do Saldo Final de 2006	(408)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	(0)	(10)
Correção Monetária do Patrimônio Líquido	122	(31)
Reavaliação de Ativos	111	8
Aumento de Capital	1.921	782
Resultado do Exercício	123.796	(108.481)
Constituição/Reversão de Reservas	(0)	(4.944)
Dividendos	(38)	(45)
Saldo de Integração	1	3
Provisão sobre Resultado do Exercício	(3)	(1)
Operação de Crédito Externa - Contrato	306	0
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro	(1)	(0)
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	0	0
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	215.806	90.000

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

5.3 Notas Explicativas ao Balanço Geral da União

5.3.1 Diretrizes Contábeis

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são utilizados os regimes de arrecadação para a execução das receitas e o de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade.

A Prestação de Contas do Presidente da República, Tomo II – Balanços e Demonstrativos Contábeis da União inclui os Balanços Consolidados da União pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, apresentados separadamente por tipo de administração:

- administração direta, indireta e fundos;
- administração direta;
- administração indireta;
- autarquias;
- fundações;
- empresas públicas;
- sociedades de economia mista;
- fundos vinculados à administração direta; e
- fundos vinculados à administração indireta.

Além dos balanços, o Tomo II contempla também os demonstrativos contábeis da execução orçamentária da União referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

5.3.2 Mudanças de Critérios Contábeis

Em 2006, as informações do Balanço Geral da União foram segregadas em pertencentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social e não pertencentes aos orçamentos fiscal e da seguridade, objetivando maior transparência às informações.

No entanto, em 2007, houve mudança da abrangência das informações, passando a compor os balanços e os demonstrativos contábeis da União somente as informações contempladas nos orçamentos fiscal e da seguridade social, evidenciando exatamente os recursos consignados no Orçamento Geral da União, com exceção do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, o qual será tratado separadamente pelo órgão responsável por essas informações.

5.3.3 Critérios de Avaliação do Ativo

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor de realização. Entretanto, não foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Direta.

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis à Longo Prazo, à exceção da Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor de realização. Na execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados, parcialmente, os critérios de provisão para perdas prováveis, depreciação, exaustão e amortização somente nas Demonstrações das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

Os Investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição com a valorização em 31 de dezembro de 2007.

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios:

As reavaliações dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet que integram o BGU são realizados pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdictionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário.

Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas UG, conforme os seguintes critérios:

VALOR DO IMÓVEL, $VI = \sum VU$;

VALOR DO IMÓVEL (VI) É IGUAL AO SOMATÓRIO DOS VALORES DAS UTILIZAÇÕES (VU);

Onde:

a) Valor da Utilização, $Vu = (Vtu + Vbu) \times Fk$

b) Valor do terreno da utilização, $Vtu = Vtt \times Fiu$; produto do Valor do terreno (Vtt) pela Fração Ideal da Utilização (Fiu).

Onde:

Valor do Terreno, $Vtt = Att \times Vi/m^2 \times Fi$;

Att = área total do terreno;

Vi/m^2 = valor unitário por metro quadrado do terreno;

Fi = fração ideal do imóvel;

Fiu = Fração Ideal da Utilização

c) Valor da benfeitoria da utilização, $Vbu = Abu \times CUB \times Kp \times Kcf \times Fd$

Onde:

Abu = área da benfeitoria utilizada;

CUB = valor do Custo Unitário Básico da benfeitoria utilizada;

Kp = coeficiente do valor pleno (o usuário deve informar as características da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela);

Kcf = coeficiente da coisa feita - (Tabela, o usuário deve informar a Idade Aparente e o Tipo de Estrutura da benfeitoria utilizada);

Fd = fator de depreciação (o usuário deve informar a Idade aparente e o Tipo de estrutura da benfeitoria utilizada, de acordo com a tabela);

d) Fator de corretivo, Fk - (utilizado para correção de discrepâncias entre o custo de construção e o valor de comercialização da mesma $0,85 < Fk < 1,15$).

O ativo da União sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI – compõe-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação.

Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, à exceção da Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-Rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo, da atualização dos saldos mediante contabilização dos encargos segundo o contrato, legislação aplicável, a contabilização dos recebimentos e a respectiva baixa dos saldos.

Não obstante o fato de a maioria dos contratos estar lastreada por garantias consistentes, existem créditos de difícil recebimento que representam 0,67% do total dos empréstimos concedidos, cujos valores foram contabilizados em Provisão para Perdas Prováveis.

No ativo compensado, foram resgatadas em abril de 2006 as Garantias da Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP – após a operação de *call* dos *Bradies*. Desde então, não há mais estoque desses ativos.

5.3.4 Critérios de Avaliação do Passivo

Os Depósitos e as Obrigações em Circulação foram avaliados pelo valor devido em 31/12/2007.

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar em 31/12/2007, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, utilizando os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
- a Dívida Pública Federal Externa – DPFe - foi avaliada por seu saldo devedor de principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação. Apurou-se o equivalente em dólares americanos, que foi convertido para o real pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2007.

5.3.5 Conversão da Moeda

As Demonstrações Contábeis dos órgãos com Unidades no Exterior são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício, observando os seguintes procedimentos:

- *no mês aberto*: é utilizada a taxa oficial do Banco Central do dia anterior, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional; e
- *no mês fechado*: é utilizada a taxa oficial do Banco Central do último dia do mês, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. A mesma regra é válida no encerramento do exercício.

Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e moeda estrangeira. Esta dualidade de moedas provoca variações monetárias, em função de que a movimentação orçamentária e a financeira ocorrem em momentos distintos, com diferentes taxas de conversão.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

5.3.6 Disposição da Receita

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim separados:

- Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil - RFB
- Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizados pela RFB. Os valores arrecadados são apropriados decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Receita Federal do Brasil – RFB.
- Considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev.
- Receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos: são formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no SIAFI, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do Tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das Operações de Créditos decorrentes de emissão de títulos do Tesouro.

Nas Demonstrações da Receita por Unidade da Federação e por Região, referentes à Gestão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, foi utilizado o critério de identificação da arrecadação da receita local, com base nas informações encaminhadas pelos bancos arrecadadores. Na colocação de Títulos Públicos Federais e Remuneração de Depósitos do Governo Federal foi utilizada a praça de Brasília.

O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais.

5.3.7 Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2007, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio ou para o Resultado Acumulado, por ocasião do encerramento do exercício.

5.3.8 Integração de Saldos Contábeis

Três entidades da Administração Indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e que utilizam o Siafi em sua modalidade de uso parcial integraram seus saldos contábeis, por meio da operação denominada “Integração de Balancetes”.

Em 2007, as entidades representantes da Autoridade Monetária, a Fundação Habitacional do Exército e a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha que não utilizam o Siafi na modalidade total, tiveram seus saldos integrados ao Siafi, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

5.3.9 Outras Explicações

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos Investimentos da União nessas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial - MEP ou Custo, conforme procedimentos definidos na Transação PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS do Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis refletem toda a execução orçamentária e extra-orçamentária dos órgãos e entidades constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Nas Demonstrações de Contas – Operações de Crédito Internas e Externas – foram considerados os valores registrados em Operações de Crédito a Curto Prazo e Longo Prazo.

Os valores das duplicidades que ocorrem em razão da consolidação dos órgãos e entidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social são excluídos no momento da consolidação dos balanços.

No Balanço Financeiro consolidado por Órgão, quando da ocorrência de contas com saldos ora positivos, ora negativos, foi mantido o saldo líquido. Nos consolidados por Tipo de Administração, quando os saldos contábeis referiram-se a ajustes ora positivos, ora negativos, esses foram contabilizados de forma positiva, não alterando, contudo, a consistência dos registros efetuados.

PARTE VI

AÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

PARTE VI – AÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

6. INTRODUÇÃO

O Relatório das Ações do Poder Executivo Federal foi organizado pela Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, a partir das informações fornecidas pela Presidência da República e Ministérios, sendo estes os responsáveis pela veracidade do conteúdo apresentado.

Revela, de forma sintética, as realizações do Governo Federal, no exercício de 2007. As informações aqui tratadas tiveram como suporte, além dos relatórios encaminhados pela Presidência e pelos Ministérios, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan.

A sequência dos relatórios, provenientes da Presidência da República e dos Ministérios, que compõem esta Parte, está assim disposta:

01 – PR	06 – MD	11 – MPS	16 – MDA	21 – MTE
02 – CGU	07 – MEC	12 – MS	17 – MDIC	22 – MT
03 – MAPA	08 – MF	13 – MC	18 – ME	23 – MDS
04 – MCT	09 – MI	14 – MRE	19 – MMA	24 – MCidades
05 – MinC	10 – MJ	15 – MME	20 – MP	25 – MTur

Encontra-se, ainda, anexado a este Tomo um CD-ROM contendo:

I) os demonstrativos da execução física e financeira da Presidência da República e Ministérios, evidenciando o resultado das principais ações desenvolvidas. O conteúdo das planilhas foi extraído do sistema SIGPlan, pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir das ações indicadas pela Presidência da República e pelos Ministérios, devendo ser observado que:

- As ações são extraídas pelo órgão executor da ação;
- As ações referentes a Restos a Pagar estão apresentadas em relatório distinto das ações do orçamento do exercício;
- Poderão ser detectadas, em decorrência de ausência de informações ou falhas no preenchimento no SIGPlan, eventuais divergências de dados; e
- Poderá haver diferenças na execução financeira das ações em decorrência de ajustes realizados quando da migração das informações entre os sistemas Siafi, Sidor e SIGPlan.

II) Demonstrativos diversos da execução orçamentário-financeira das Empresas Estatais do Poder Executivo Federal, com informações produzidas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR

Tendo em vista a complexidade e a diversidade das ações executadas no âmbito da Presidência da República, este relatório foi elaborado agrupando as principais atividades realizadas pelos diversos órgãos que compõe a sua estrutura.

Considerando que as ações de apoio administrativo objetivam prover a Presidência da República dos meios necessários para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, bem como possibilitar o assessoramento ao Presidente da República, fatores de fundamental importância no contexto da administração pública, incluem-se neste relatório as atividades de maior destaque empreendidas nessa área.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No ano de 2007 a principal atividade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea foi a organização e a realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrida entre os dias 3 a 6 de julho de 2007 na cidade de Fortaleza/CE.

A organização da Conferência foi feita em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que teve por objetivo geral indicar proposições para a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan, sendo que o debate ocorrido antes e durante a Conferência Nacional foi organizado em três eixos de discussão: (i) Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias Nacionais de Desenvolvimento; (ii) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Conferência Nacional foi precedida pela realização de conferências municipais, sub-regionais e estaduais. Ao todo foram realizadas 536 conferências municipais ou sub-regionais e 46 seminários e encontros preparatórios. Estes eventos contaram com cerca de 60.000 participantes. A etapa estadual foi finalizada em abril de 2007, tendo sido realizada nos 26 Estados e no Distrito Federal, com a participação de 9.000 pessoas, sendo 1.143 representantes da população negra, povos indígenas, comunidades quilombolas, de terreiros e outros povos e comunidades tradicionais.

O Consea também coordenou e foi responsável pela organização dos documentos que nortearam as discussões preparatórias. Em janeiro de 2007 foi disponibilizado um documento-base, contendo uma análise de contexto e proposições para os três eixos de discussão. Esse documento foi elaborado por meio de um processo participativo que envolveu oficinas, reuniões preparatórias e debates nas instâncias e plenárias do Consea.

Em setembro de 2007 as propostas discutidas e votadas foram reunidas num documento final que, mantendo a lógica dos três eixos norteadores das discussões ocorridas na Conferência, apresentou 145 proposições que deverão nortear, para os próximos anos, a política de segurança alimentar e nutricional, a construção do Sisan e a concepção de um desenvolvimento nacional baseado na perspectiva da soberania e da segurança alimentar.

Dando continuidade ao monitoramento da execução física e financeira dos programas e ações afetos à segurança alimentar e nutricional constantes no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento da União, o Consea elaborou propostas e fez algumas recomendações. Entre as proposições indicadas destacam-se: (i) criação da ação Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do MDS; (ii) fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), considerado prioritário para a Segurança Alimentar e Nutricional; (iii) criação de uma nova ação de captação de água da chuva para a produção; (iv) criação de uma ação relacionada à educação nutricional, no âmbito do Ministério da Saúde; (v) extensão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o ensino médio; (vi) criação de um programa de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar.

Um dos objetivos da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi deliberar sobre os critérios de representação da sociedade civil no Consea, segundo estabelecido na própria Lei Orgânica da Segurança Alimentar - Losan. Estão representados no novo mandato os seguintes segmentos da sociedade civil: pessoas com necessidades alimentares especiais; extrativistas; pescadores, aqüicultores e marisqueiros; povos indígenas; representações religiosas; comunidades quilombolas de terreiros; agronegócio; indústria de alimentos; agricultura familiar e assalariados rurais; centrais sindicais; movimento negro; reforma agrária; agroecologia;

economia solidária; entidades que atuam com o direito humano à alimentação adequada, redes e fóruns da sociedade civil, associações e conselhos profissionais – nutricionistas; especialistas e pesquisadores.

Outro importante fato ocorrido em 2007 em relação ao marco institucional do Sisan foram as publicações dos Decretos de regulamentação do Consea e da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Cisan.

O Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, dispôs sobre as competências, a composição e o funcionamento do Consea, buscou adequar as atribuições do Consea ao texto da Losan além de ratificar-lhe como órgão imediato de assessoramento do Presidente da República.

Destacam-se, do Decreto, os seguintes pontos: (i) criação de uma comissão composta pelos presidentes dos conselhos estaduais de segurança alimentar e nutricional a ser instituída no âmbito do Consea, com a finalidade de instituir mecanismo permanente de articulação com os Conseas estaduais com vistas à construção do Sisan; (ii) inclusão de três ministérios na composição governamental do Consea; (iii) indicação de que a Secretaria-Executiva do Consea contará com uma estrutura específica a ser estabelecida por um outro decreto.

A criação da Cisan, por meio do Decreto nº 6.273, de 23 de novembro de 2007, representa um importante passo para a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A câmara terá como finalidade promover a articulação e a integração dos Órgãos e entidades da Administração Pública Federal afetos à segurança.

Ao longo de 2007, foram realizadas cinco reuniões plenárias do Consea. Em cumprimento à sua missão de aconselhamento ao Exmo. Sr. Presidente da República, o Conselho elaborou cinco recomendações e nove Exposições de Motivo relativas às diversas políticas do Governo Federal afetas à segurança alimentar e nutricional. As Recomendações trataram dos seguintes temas: (i) vetos dos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006, que dispõe sobre o plantio de Organismos Geneticamente Modificados no entorno das Unidades de Conservação Ambiental; (ii) revogação imediata dos dispositivos do Decreto Presidencial nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, referentes à obrigatoriedade do uso do pregão nas parcerias com organizações da sociedade civil; e a construção de marco legal específico para regular essas relações; e (iii) para a formalização de novos termos de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Associação Programa Cem Milhão de Cisternas-AP1MC, para a construção de cisternas e para um programa de manejo sustentável da terra e da água.

Em relação às exposições de motivos, destacam-se as seguintes questões: (i) reconhecimento dos avanços da atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constatando-se que, a partir de 2003, reverteu-se a tendência de desestruturação desse órgão e demonstrando preocupação com as possibilidades de mudança da equipe diretiva do órgão, o que comprometeria os avanços conquistados; (ii) reconhecimento dos avanços relacionados à Economia Solidária no Ministério do Trabalho e solicitação de que estes avanços não sejam revertidos com as mudanças políticas no ministério; e (iii) solicitação de veto ao artigo 3º da Medida Provisória nº 350, de 22 de janeiro de 2007, que modifica a Lei nº 11.265/2006, de 3 de janeiro de 2006, conhecida como Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para a Primeira Infância-NBCAL.

Em abril de 2007, o Consea realizou, em Brasília, uma oficina intitulada “A experiência dos Sistemas Nacionais de Políticas Públicas e a Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan”, que teve por objetivo buscar, na experiência de construção de outros sistemas nacionais, elementos para a construção do Sisan, além de recolher subsídios para alimentar o processo de regulamentação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar-Losan – Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

Outro destaque do ano de 2007 foi a apresentação, na plenária de março, dos relatórios dos grupos de trabalho (GT) “Indicadores e Monitoramento” e também o da “Alimentação Adequada e Saudável”, cujos resultados foram fruto de intenso trabalho ocorrido no ano de 2006.

O GT de Indicadores e Monitoramento teve como objetivo construir uma proposta de um sistema de monitoramento da realização progressiva do direito humano (DHAA) no contexto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan.

Criado pela Resolução nº 001/2006, participaram do GT representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Saúde, do IPEA, do IBGE, do MDS, da ONG Ação Brasileira para a Nutrição e Direitos Humanos-Abrandh e da secretaria executiva do Consea. Ao longo dos trabalhos outros órgãos foram se incorporando ao Grupo, como a Funasa, Conab, Anvisa e FNDE.

Como produtos elaborados pelo GT, e que compuseram o relatório apresentado na plenária, estão: (i) a adoção de um marco teórico para seleção das dimensões e respectivos indicadores que determinam a SAN; (ii) a construção de uma matriz de indicadores, a partir das dimensões que explicam a segurança alimentar enquanto fenômeno e os seus desfechos; (iii) a indicação de políticas públicas, por meio das ações e programas do PPA, que teriam impacto sobre estes indicadores.

O GT da Alimentação Adequada e Saudável apresentou documento no qual além de expor princípios, conceitos e diretrizes para uma política de promoção da alimentação adequada e saudável, fez propostas concretas para a criação de ações específicas no Plano Plurianual, tais como: (i) a criação de um observatório de educação alimentar e nutricional no âmbito do MDS, uma vez detectada a necessidade de identificar e cadastrar experiências significativas promovidas pela sociedade civil e que sirvam como base para novas iniciativas; (ii) a criação de uma ação de educação alimentar e nutricional nas escolas, no âmbito do FNDE e uma ação no Ministério da Cultura de resgate e valorização da cultura alimentar.

No exercício 2007, o Consea contou com dotação autorizada de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), alocada na Ação 4901 – Funcionamento do Consea. Deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 432.000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), o que equivale a uma execução de 53,06% do montante disponível. Esses recursos foram destinados à participação dos conselheiros da sociedade civil (passagens e diárias) nas Reuniões Plenárias, em outros eventos promovidos pelo Consea, na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ainda nas reuniões das instâncias (Comissões Permanentes, Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho) que precedem as Plenárias. Adicionalmente, foram destinados recursos para as atividades do Presidente do Consea em Brasília e em diversos Estados, bem como a participação de conselheiros em vários eventos preparatórios da III Conferência Alimentar e será de fundamental relevância para a construção do Plano e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 131, atribuiu à Advocacia-Geral da União - AGU a representação judicial e extrajudicial da União e as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, sendo que a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, dispôs sobre a organização e o funcionamento da Instituição.

Importante destacar que o sucesso das Políticas Públicas no Estado brasileiro depende de segura base jurídica na sua formulação e de adequada e oportuna defesa judicial quando questionadas em juízo, misteres a cargo da Advocacia-Geral da União, que os realiza diretamente – pelos seus órgãos centrais, de direção superior e de execução instalados em cada Órgão da Administração direta – ou indiretamente – pela Procuradoria-Geral Federal instalada em cada autarquia e fundação federal e pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

No exercício de suas funções constitucionais a AGU tem buscado implementar uma atuação mais pró-ativa e preventiva na defesa dos interesses públicos administrados pela União, suas autarquias e fundações públicas. Como exemplo dessa nova postura, criou-se na AGU o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC/AGU para realizar um levantamento das pendências jurídicas e das ações judiciais que tenham como objeto os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e traçar as estratégias a serem seguidas pelos diversos órgãos da AGU no assessoramento jurídico aos órgãos do Poder Executivo e na defesa judicial perante os órgãos do Poder Judiciário. As principais ações empreendidas pelo Grupo estão destacadas no item Análise da Execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Nessa linha de atuação pró-ativa na implementação de políticas públicas, destacam-se em 2007 algumas vitórias importantes da AGU no Supremo Tribunal Federal - STF, tais como: (i) a garantia da gratuidade dos Registros Públicos de nascimento e óbito dos reconhecidamente pobres (ADI nº 1800); (ii) a declaração de constitucionalidade do Estatuto do Desarmamento, com a ressalva de apenas três dispositivos (ADI nº 3112); (iii) vitória na ACO nº 453 contra a pretensão do Estado do Paraná de obter indenização pelo valor gasto na construção da estrada de ferro Central do Paraná, evitando o pagamento indevido de aproximadamente R\$ 20 bilhões; (iv) manutenção de ato do Ministro da Justiça sobre classificação indicativa da programação televisiva (ADI nº 2.398); (v) declaração de constitucionalidade de questões ligadas aos contratos de Certificado de Depósito Bancário/CDBs e Recibo de Depósito Bancário prefixados/RDBs, garantindo-se estabilidade nas relações privadas envolvidas (ADI nº 608); (vi) suspensão de decisão judicial que impôs ao Sistema Único de Saúde a obrigatoriedade de promover a cobertura de cirurgias para mudança de sexo; (vii) ajuizamento de reclamações, pela União e Funai, nos processos

judiciais em que são discutidos os atos praticados pela União na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que atualmente se encontra demarcada, homologada e registrada no patrimônio da União; (viii) suspensão de liminar que criava obstáculos à concretização dos procedimentos administrativo-ambientais necessários à instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte; (ix) declaração de constitucionalidade dos juros de mora em 0,5% ao mês, no pagamento de valores devidos a servidores públicos (a União vinha sendo condenada a arcar com juros moratórios de 1% ao mês).

Na prestação dos serviços de representação extrajudicial e de consultoria e assessoramento jurídico pela AGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo, buscou-se uma participação mais efetiva na formulação, implementação e avaliação jurídica das políticas públicas prioritárias para o governo federal, assim como o aprofundamento do trabalho de mediação e acordos administrativos entre órgãos e entidades federais.

Como resultado dessa atuação, destacam-se: (i) a revisão e atualização das questões jurídicas relacionadas com a anistia dos servidores/empregados demitidos, exonerados ou dispensados no Governo Collor; (ii) a identificação dos focos geradores de conflitos nos assuntos pertinentes aos índios e quilombolas, propondo as soluções adequadas, sob o enfoque jurídico ou político; (iii) discussão e elaboração do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República para apreciação; (iv) acompanhamento e orientação jurídica aos órgãos do Poder Executivo no tocante ao procedimento administrativo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; (v) participação na conciliação e orientação jurídica para a desocupação amigável das instalações e salas de controle e operação da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; (vi) defesa da legalidade e constitucionalidade perante o Tribunal de Contas da União das normas que regem a publicidade oficial do Governo Federal, o que ensejou a realização da primeira audiência pública na história da Corte de Contas; (vii) conciliação entre DNIT e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-Ibama sobre questões ambientais relacionadas à Rodovia BR-319, trecho Manaus – Porto Velho; e (viii) promoção de acordo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia, Museu Paraense Emílio Goeldi e Ministério da Justiça (Departamento de Polícia Federal) acerca da regularização das armas do Ministério de Ciência e Tecnologia para uso pelo Museu Emílio Goeldi (PA), após o prazo fixado na lei do desarmamento.

O orçamento autorizado da AGU (Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 + Crédito) para o exercício de 2007 foi de R\$ 1.456.296.630,00, sendo que R\$ 1.307.469.666,00 para gastos com pessoal e encargos e R\$ 148.826.964,00 para gastos com outras despesas correntes e de capital. Do orçamento para gastos com pessoal e encargos, R\$ 1.138.910.936,00 são oriundos da aprovação da Lei Orçamentária Anual e R\$ 168.558.730,00 da aprovação de crédito suplementar.

Quanto ao orçamento para desembolso com outras despesas correntes e de capital, R\$ 130.800.000,00 são oriundos da Lei Orçamentária aprovada, R\$ 20.000.000,00 oriundos de crédito extraordinário e R\$ 61.478,00 provenientes de reabertura de crédito extraordinário concedido em 2006.

CASA CIVIL

A Casa Civil, órgão essencial da Presidência da República, tem como área de competência: a assistência e o assessoramento direto e imediato ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, a avaliação e monitoramento da ação governamental dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em especial das metas e programas prioritários definidos pelo Presidente da República, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais, na publicação e preservação dos atos oficiais, na supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República.

Supletivamente, assiste e assessora a Vice-Presidência da República, na avaliação da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República, além de outros determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, na execução das atividades de apoio necessárias ao exercício da competência do Conselho Superior de Cinema - Concine e do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – Consipam, na operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam e na execução das políticas de certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

SUBCHEFIA DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO

À Subchefia de Articulação e Monitoramento – SAM compete o monitoramento das metas prioritárias de governo e a coordenação intersetorial das ações de governo.

A SAM realizou balanço das realizações de governo, consolidando informações e produzindo uma síntese das realizações e avanços, que são a fonte, simultaneamente, de informações para o nível estratégico do governo e para a divulgação pública dessas realizações.

É importante destacar que, em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja coordenação executiva cabe à SAM, e suas ações constam do item Análise da Execução do Programa de Aceleração do Crescimento.

No âmbito da Câmara de Políticas Sociais, o grande resultado foi a construção, de forma integrada, da Agenda Social do Governo Federal. O objetivo perseguido foi o de ampliar a escala de atendimento das políticas sociais e de criar condições para acelerar ainda mais a redução das desigualdades sociais, contribuindo para a emancipação das famílias mais pobres, além de consolidar a Política Social como garantidora de direitos.

Para tanto, foram criados grupos de trabalho intersetoriais que prepararam propostas analisadas no âmbito da Câmara de Política Social, aprovadas pelo Presidente da República. Essas definições se incorporaram ao Plano Plurianual 2008-2011 e ao PLOA-2008.

A Agenda Social compreende ações em quatro eixos de atuação: redução das desigualdades, juventude, direitos de cidadania e cultura. O eixo redução das desigualdades é composto de quatro sub-eixos: ampliação dos benefícios do Bolsa Família, geração de oportunidades às famílias pobres, combate à pobreza rural e ampliação de serviços sócio-assistenciais.

Já o eixo Direito de Cidadania se compõe de políticas de garantia de direitos a vários grupos sociais: mulheres, quilombolas, povos indígenas, criança e adolescente, pessoas com deficiência, idosos, povos e comunidades tradicionais, além da meta de garantir documentação civil. Esta Agenda contará, a partir de 2008, com acompanhamento e monitoramento da SAM.

SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

De acordo com o Decreto nº 5.135, de 7 de julho de 2004, cabe basicamente à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – SAG (i) assessorar a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil no acompanhamento da formulação e execução de programas e projetos governamentais; (ii) analisar o mérito, a oportunidade e a compatibilidade das propostas e projetos submetidos ao Presidente da República; (iii) promover, em articulação com os demais órgãos, a coordenação e a integração das ações de Governo; e (iv) preparar as mensagens do Presidente da República ao Poder Legislativo.

Nesse sentido, coordenou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel-PNPB, com atuação direta e indireta na articulação e facilitação das ações do PNPB.

Promoveu a análise de todas as propostas de alteração na legislação orçamentária encaminhadas à Presidência da República, compreendendo medidas provisórias/créditos extraordinários, decretos com a programação orçamentário-financeira, créditos orçamentários suplementares, programa de dispêndios globais das estatais e projetos de lei alterando a Lei Orçamentária de 2007;

Atuou nas Propostas de alteração na legislação tributária, uma articulação com o Ministério da Fazenda, bem como na análise de todas as propostas de alteração tributária submetidas à Presidência, compreendendo medidas provisórias, projetos de lei e decretos.

Na área de Assistência Social, articulou-se com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), objetivando a regulamentação dos benefícios complementares da Lei Orgânica da Assistência Social e consolidação de proposta para atualização da legislação sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Articulou-se com a Secretaria-Geral da Presidência da República e o MDS para elaboração de proposta que atualizou o programa ProJovem, ampliando o escopo do atendimento, alcançando até os jovens adultos de 29 anos, bem assim a ampliação da cobertura do programa Bolsa Família em relação aos jovens.

Participou da reestruturação da organização institucional da Presidência da República e dos Ministérios – articulação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e demais órgãos, para reestruturação dos órgãos ministeriais e presidenciais, resultando na criação da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo e, posteriormente, do cargo de Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos.

Participou do fomento à aquicultura e pesca, articulando-se junto à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e o Ministério da Fazenda para definição do valor da subvenção econômica ao óleo diesel marítimo, para embarcações pesqueiras nacionais.

Coordenou o Grupo de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento, o que resultou no exercício de 2007 em nova redução no índice de desmatamento na Amazônia Legal.

Apoiou o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, apoiando tecnicamente e operacionalmente o trabalho da Secretaria Executiva do Fórum, que consistiu em disseminar a discussão relativa às mudanças globais do clima e suas repercussões.

Coordenou o Grupo de Trabalho Interministerial quanto ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da área de influência da BR-163, responsável pela elaboração do referido Plano, contando com a participação de vinte órgãos federais, governos estaduais e municipais e de entidades da sociedade, e colaborou para os resultados das Políticas de Inclusão de Portadores de Hanseníase, regulamentação e implementação da concessão de benefício para os residentes nas ex-colônias.

Articulou com o Ministério da Educação o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), além da análise do mérito, atuou na formatação final e o detalhamento das medidas integrantes do PDE e participou do acompanhamento da Política Indigenista, destacando-se a adoção de diversos decretos homologatórios de terras indígenas publicados durante o exercício de 2007.

Atuou na análise e acompanhamento de programas e projetos governamentais na área da gestão pública, bem assim de matérias correlatas em tramitação no Congresso Nacional, destacando-se a estrutura regimental dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta; e a criação da carreira de Analista de Infra-estrutura.

Participou da conclusão das negociações do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação e da assinatura do contrato com Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID, já tendo iniciado as atividades do Programa, com a realização de um seminário internacional em Brasília, além da contratação de estudos técnicos junto a OCDE.

SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil – SAJ emitiu pareceres técnicos que asseguraram a constitucionalidade e a legalidade dos atos presidenciais em trabalho articulado com os Ministérios e suas respectivas Consultorias Jurídicas, na supervisão da elaboração de projetos e atos normativos do Poder Executivo. Para tal, promoveu estudos e diligências quanto à juridicidade dos atos, projetos, processos e outros documentos, produzindo, em função destes, um total de 5.774 notas no ano de 2007.

A SAJ prestou, ainda, assessoramento jurídico aos diversos órgãos da Presidência da República e manteve atualizado o banco de dados com arquivos de referência legislativa e jurisdicional, inclusive por via eletrônica na Internet.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração - SA é o órgão da Casa Civil responsável pela provisão dos serviços de suporte administrativo e técnico necessários para proporcionar aos demais setores as condições para a

realização de suas missões, tendo como principal programa orçamentário o Apoio Administrativo, o qual provê os recursos necessários para custear as despesas administrativas e também aquelas que não puderam ser apropriadas em programas específicos, por serem despesas que contribuem concomitantemente para a realização de objetivos de vários programas.

Os recursos orçamentários e financeiros de todos os órgãos da estrutura da Presidência da República, com exceção da AGU e da Vice-Presidência da República, são administrados pela SA. O ciclo administrativo da gestão orçamentária inicia-se com a preparação da proposta orçamentária para o exercício seguinte, e se concretiza com os procedimentos e registros dos eventos contábeis relativos às fases de liberação e distribuição de limites orçamentários e financeiros entre as Unidades Gestoras, observando as normas legais pertinentes e os parâmetros e orientações técnicas emanadas dos ministérios do Planejamento e da Fazenda.

A Secretaria de Administração realiza também as funções de administração financeira das Unidades Gestoras sob responsabilidade da Casa Civil e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Opera no suporte às viagens presidenciais realizando os serviços de economato, que consistem na garantia de providências administrativas necessárias para a viabilização dos eventos, o que inclui reservas de hotel, pagamento de despesas com a comitiva presidencial e com as tropas que realizam a segurança de área.

No setor de infra-estrutura de telecomunicações, a SA administrou, em 2007, 26 contratos de serviços de telecomunicações. Dentre os serviços disponibilizados, estão: a Central de Informações Personalizadas, que atende a autoridades dos três poderes; o atendimento telefônico PABX do Palácio do Planalto, o qual registrou 529.000 chamadas atendidas em 2007; o apoio de telecomunicações 24 horas, inclusive nos deslocamentos do Presidente da República; recursos audiovisuais e auditório; central de eventos e viagens; contramedidas em eletrônica e telefonia, que abrange procedimentos de segurança eletrônica; planejamento e instalação de novos sistemas; e manutenção de equipamentos.

No quesito Elaboração de Projetos e Obras, a SA realizou em 2007 ações nas 22 principais edificações e 78 apartamentos funcionais cuja manutenção está sob sua responsabilidade. Trinta e quatro projetos de arquitetura foram elaborados e desenvolvidos.

No que se refere à administração dos palácios, a Secretaria de Administração prestou todo o suporte necessário, assegurando serviços diversos, entre os quais, limpeza, conservação, transporte de mobiliário, distribuição de periódicos, sonorização e gravação.

O total de recursos contratados por licitação ficou em torno de R\$ 41 milhões em 2007. Desse total, 56% correspondem à modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, expediente que proporciona agilidade e considerável redução de preços.

Na área de gestão de pessoas, em 2007 foi ampliada a oferta dos serviços de assistência à saúde dos servidores mediante convênio com duas entidades de saúde complementar. Durante o exercício 2.140 servidores participaram de 250 eventos de capacitação e desenvolvimento profissional. Foram registrados 25.424 atendimentos nos serviços de saúde a servidores e seus dependentes.

A melhoria da gestão foi objeto de duas consultorias internas da Secretaria de Administração, e a Diretoria de Gestão de Pessoas coordenou um grupo de servidores que realizaram trabalho voluntário em uma escola pública, conseguindo resultados substanciais nos indicadores de evasão escolar e de aprovação.

Dentre as ações no setor de Tecnologia da Informação –TI, destacam-se: (i) a participação no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC por meio de três ações, quais sejam, a capacitação da ferramenta Net Uno mediante Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, o desenvolvimento de um sistema de gestão do conhecimento (Wikipédia) e a identificação de ferramental tecnológico para monitoramento e acompanhamento gerencial; (ii) a elaboração do termo de referência de TI para a restauração do Palácio do Planalto; (iii) o desenvolvimento de indicadores de desempenho para o setor; (iv) o estabelecimento de diretrizes para implantação e funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação no âmbito da PR; (v) a parceria com a Imprensa Nacional para disponibilização do Diário Oficial da União por via eletrônica; (vi) o programa de qualificação de servidores; (vii) a modernização da infra-estrutura tecnológica; (viii) manutenção de equipamentos; (ix) o desenvolvimento dos recursos de rede; (x) o atendimento aos usuários de informática; e (xi) a realização de um projeto piloto em software livre.

A Diretoria de Tecnologia da Informação – Dirti também incorpora a Autoridade Certificadora da Presidência da República – ACPR, que exerce as funções de Autoridade Certificadora e Autoridade Registradora, emitindo certificados digitais para servidores, agentes públicos e autoridades. Os certificados são utilizados, entre outras aplicações, para o envio de atos normativos à Presidência da República por meio do Sistema de Geração e Tramitação de Atos Oficiais – Sidof. Desde sua criação foram emitidos aproximadamente 1600 certificados, sendo que a capacidade potencial da ACPR é de emissão de 5000 certificados.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Em 2007, foi criado o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, institucionalizado pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007. O estabelecimento do Sistema de Gestão da Ética foi objeto de análise e recomendação por parte do Comitê de peritos do mecanismo de avaliação da implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos, em março de 2006.

À Comissão de Ética Pública compete atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública; administrar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, devendo submeter ao Presidente da República medidas para seu aprimoramento; dirimir dúvidas a respeito de interpretação de suas normas, deliberando sobre casos omissos; apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com as normas nele previstas, quando praticadas pelas autoridades a ele submetidas; dirimir dúvidas de interpretação sobre as normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal; coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal; aprovar o seu regimento interno; e escolher o seu Presidente.

A posse em cargo ou função pública que submeta a autoridade às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deve ser precedida de consulta da autoridade à Comissão de Ética Pública acerca de situação que possa suscitar conflito de interesses.

Em 2007, foram abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal (Ministros de Estado, Secretários Nacionais, ocupantes de cargo de natureza especial, Presidentes e Diretores de Fundações, mantidas pelo Poder Público, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) 1.657 autoridades. A comissão de Ética Pública recebeu, analisou e homologou 481 Declarações Confidenciais de Informações - DCI (com informações sobre patrimônio, renda e conflitos de interesses), das quais 69% foram apresentadas depois de transcorrido o prazo de dez dias, o que provocou a expedição de notificações por omissão, perfazendo um total de 366 notificações no ano. Em 24% das DCIs analisadas, identificaram-se situações que suscitavam conflito de interesses. Em 13% das DCIs analisadas, a Comissão de Ética apresentou recomendações de medidas para prevenir conflitos e em 63% foi solicitado complementação de Informações.

No ano de 2007, foram expedidas 13 orientações gerais, gerando 3.588 orientações para os dirigentes da Administração Direta e Indireta e 75 orientações específicas sobre limites para investimentos, quarentena, nepotismo e compadrio, clareza de posições e exercício de atividades paralelas à função pública.

A Comissão de Ética Pública, em 2007, examinou 45 denúncias, abrangendo diversas matérias, 129 casos de apuração de Ofício, da estrita competência da Comissão, resultaram a apresentação de recomendações saneadoras e, também, instaurado 1 processo de apuração ética, sobre conflito de interesses, devido ao exercício simultâneo de cargo público com o de direção executiva de partido político.

Há 287 órgãos e entidades participantes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, com 139 Comissões de Ética Setorial constituídas e 175 representantes setoriais. Ainda há entidades e órgãos que ainda não contam com Comissão de Ética instalada, evidência do ceticismo com que alguns dirigentes ainda cercam provavelmente as iniciativas nesse campo.

A Comissão de Ética Pública executou o IX ciclo de avaliação da gestão da ética, buscando aferir o progresso na adoção das ações para o estabelecimento de uma infra-estrutura ética mais efetiva nos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Federal. Comparados os resultados com os dos anos anteriores, observa-se um progresso considerável de 2000 para 2007.

De fato, enquanto em 2001, apenas 36% das entidades e órgãos levavam em conta padrões explícitos de conduta para seus servidores, em 2007, consolidou-se acima de 81%. As ações para assegurar efetividade ao padrão ético, que em 2002 foram desenvolvidas em 36% das entidades e órgãos, situaram-se, em

2007, no patamar de 67%, sugerindo que em mais da metade das entidades e órgãos que integram o Poder Executivo Federal o discurso de que as normas de conduta estão sendo levadas em conta encontra correspondência prática em ações objetivas como a comunicação dessas normas aos funcionários ou a incorporação aos programas de formação e capacitação de servidores e empregados.

A implementação do Decreto nº 6.029, de fevereiro de 2007, relativo ao Sistema de Gestão da Ética, impulsionou o desenvolvimento de ações nas áreas de normas, educação, monitoramento, sanção e aperfeiçoamento na gestão da ética dos órgãos e entidades abrangidos pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Em 2007 foi realizado o VIII Seminário Ética na Gestão e Encontro dos representantes setoriais, com a duração de dois dias, contando com a participação de 234 servidores dos órgãos e entidades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta administração Federal, tendo como palestrantes representantes do TCU, CGU, MF, Conab, BB, BCB, CEF e Cefet-ES, a fim de potencializar ações contra desvios éticos, por meio da convergência e sinergia entre os vários órgãos responsáveis no plano federal.

A pesquisa sobre Valores Éticos, com amparo na Lei nº 11.556, de 20 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União em 21 de novembro de 2007, que autorizou a ampliação do limite orçamentário e financeiro, contribuirá para a consecução do objetivo estratégico da CEP de aprimorar o sistema de gestão da ética, por meio da identificação de um índice de referência sobre a percepção da sociedade sobre a efetividade do padrão ético da administração pública, bem assim o grau de aderência dos princípios éticos e as normas de conduta que norteiam a administração pública com os princípios éticos e normas de conduta consideradas relevantes pela sociedade.

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

METAS	FÍSICO PREVISTO	REALIZADO	%	FINANCEIRO PREVISTO	REALIZADO	%
Ação de capacitação	450	515	114,44	137.054,00	116.008,00	84,64
Ação de Gestão	-	-		119.746,00	62.946,00	52,57
Ação de Disseminação	1.515	3.663	241,78	23.200,00	-	-
Programa				280.000,00	178.954,00	63,91
Acréscimo orçamentário ação de Disseminação (nov/2007)*	1	-	-	144.375,00	-	-

Fonte: SIGPlan em 10 de janeiro de 2008

* (Pesquisa sobre Valores Éticos Será realizada em 120 dias úteis da assinatura do contrato)

ARQUIVO NACIONAL

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, subordinado à Casa Civil da Presidência da República, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Dentre as ações desenvolvidas no campo da política nacional de arquivos, em 2007, ressalta-se a aprovação, pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, de projeto de lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, dando nova redação ao art. 1.215 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, dispondo sobre a guarda e a destinação de autos judiciais findos e outros documentos, bem como estudo, proposta e comentários sobre o anteprojeto de lei sobre o acesso à informação de documentos públicos em fase de elaboração no âmbito da Casa Civil.

Ainda em relação à elaboração de normas, merece destaque o lançamento da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade, e a realização de várias oficinas visando a sua divulgação em diversas regiões do País.

O Conarq deu, ainda, continuidade às ações decorrentes do Protocolo de Colaboração firmado, entre os Governos do Brasil e de Portugal, em 1995, visando o intercâmbio de informações de interesse comum contidas em registros documentais. Nesse sentido destaca-se o programa de concessão de 50 bolsas de estágio a

alunos de História, patrocinadas integralmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, decorrente de convênio Conarq/UERJ, para colaboração nos projetos de organização e descrição de acervos do Brasil Colônia e Império aprovados pela Seção Brasileira da Comissão Luso Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental - Coluso.

No âmbito da política internacional de arquivos, foi realizado no Arquivo Nacional, de 6 a 31 de agosto de 2007, o Curso: 'SOIMA 2007 - Safeguarding Sound and Image Collections', em parceria com a 'International Organization for Conservation of Cultural Heritage' – ICCROM e a 'Andrew Mellon Foundation' e com o apoio da Cinemateca Brasileira e da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O curso, que contou com a participação de alunos de 16 países (Brasil, Argentina, Barbados, Chile, Filipinas, Geórgia, Holanda, Ilhas Virgens Britânicas, Noruega, Senegal, Trinidad e Tobago, Vanuatu, Venezuela, Zâmbia e Zimbábue) abordou aspectos referentes à utilização e seleção de coleções audiovisuais nos vários contextos, explorando o potencial do meio audiovisual, para a transmissão de conhecimento e das tradições culturais.

Na ação Gestão e Administração do Programa, a Coordenação-Geral de Administração – COAD realizou no exercício de 2007 atividades que contribuíram de forma significativa para o cumprimento da missão institucional. Para atender às demandas da instituição e à implantação do projeto Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), modernizou, por meio de pregões eletrônicos, as unidades de tecnologia da informação e os laboratórios de microfilmagem e digitalização de documentos. De forma suplementar, pela locação do espaço do Arquivo Nacional e pelo recebimento de doações de equipamentos apreendidos pela Receita Federal, conseguiu suprir-se com equipamentos e serviços diversas áreas técnicas e de manutenção, além de aprimorar as condições operacionais e técnicas do mini-auditório e do auditório principal da Instituição.

Na ação Sistema de Atendimento ao Usuário, foram registrados 293.924 atendimentos, sendo 17.672 presenciais, com a inscrição de 4.012 pesquisadores, comprovando um aumento percentual previsto do PPA. Com relação a informações para a produção de conhecimento e para defesa de direitos, em 2007, foram realizados 2.121 atendimentos, assim distribuídos: 966 para pessoas físicas, 712 requerimentos e 7 pesquisas temáticas para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; 61 requerimentos da Comissão Especial - Mortos e Desaparecidos; 4 para órgãos públicos, 4 para empresas privadas; 18 para pesquisadores acadêmicos; 13 para jornalistas e 336 pedidos de cópias de documentos, constituindo 68.170 páginas de textos fornecidas.

No campo da Gestão de Documentos do Arquivo Nacional, destaca-se a promoção do Seminário Internacional de Especialistas em Gestão e Preservação de Documentos Digitais de 7 a 9 de agosto de 2007, que teve como objetivo debater os temas da gestão arquivística e da preservação digital a fim de disseminar e compartilhar o conhecimento que vem sendo produzido na área de arquivologia, com a participação de aproximadamente 170 profissionais e estudantes das áreas de arquivologia e tecnologia da informação.

Em março de 2007, foi lançado o Portal Institucional que substituiu o antigo sítio web do Arquivo Nacional. Entre as vantagens do Portal ressaltam-se a criação das seções Consultas ao Acervo, que oferece acesso integrado às bases de dados e sítios institucionais do Arquivo Nacional como o Sian – Sistema de Informações do Arquivo Nacional; Serviços aos Usuários, com informações sobre o acesso presencial e a distância à documentação disponível na sede no Rio de Janeiro e na Coordenação Regional em Brasília; Publicações, que apresenta o catálogo das publicações institucionais além de suas publicações digitais; Pós-Graduação em Arquivos, que reúne informações sobre o curso de Especialização “Lato Sensu” oferecido conjuntamente pelo Arquivo Nacional e Universidade Federal Fluminense - UFF. Integra também o Portal um serviço de Ouvidoria, que desde a sua criação, recebeu mais de 700 acessos, entre dúvidas, sugestões e críticas de usuários.

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar MEMÓRIAS REVELADAS - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), em fase de institucionalização no Arquivo Nacional, que tem por objetivo geral tornar-se um pólo difusor de informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil, nas décadas de 1960 a 1980.

Ao longo de 2007, diversas ações foram empreendidas para a implementação do Centro, visando a organização, controle e descrição de fundos e coleções documentais com registros e informações de interesse para a temática do Centro, tais como Divisão e Serviço de Censura de Diversões Públicas, Serviço Nacional de Informações – SNI, Conselho de Segurança Nacional - CSN, Centro de Informações do Exterior, do Ministério das Relações Exteriores – CIEEX, Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores – DSI/MRE, Conselho Nacional de Energia Nuclear – CNEN, Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça – DSI/MJ, Informante do Regime Militar e Divisão de Inteligência da Polícia Federal.

IMPrensa NACIONAL

A Imprensa Nacional, órgão específico e singular integrante da estrutura da Casa Civil da Presidência da República, criada em 1808, é uma das instituições públicas mais antigas do País. Algumas características a diferenciam de todos os demais órgãos da Administração Pública Direta, já que se trata de uma indústria, voltada para a atividade editorial. Sua missão é dar publicidade e, assim, validade, aos atos oficiais dos Poderes da República e executar trabalhos gráficos de uso interno e da Casa Civil, na forma prevista pelo Decreto nº 4.607, de 26 de fevereiro de 2003.

Como indústria editorial e no cumprimento de sua missão institucional, a Imprensa Nacional funciona 24 horas por dia, assegurando a edição regular do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça, que, além de dar a indispensável legalidade aos atos dos poderes da União, também confere caráter oficial às matérias de terceiros que têm a publicação exigida por Lei. Vale ressaltar que a arrecadação neste ano atingiu um novo recorde, com R\$ 161.092.607,32, sendo que 92,92% deste total decorreram de publicações de atos nos jornais oficiais.

A ação Edição, Produção, Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais é destinada a atender o processo de produção gráfica dos jornais oficiais com a aquisição de insumos gráficos, impressão dos diários oficiais, contratação de empresas para prestação de serviços e manutenção nos equipamentos de divulgação eletrônica e Internet, automação do processo de recepção e editoração dos jornais oficiais com infraestrutura tecnológica de ponta (equipamentos e programas), à qual foi destinado o montante de R\$ 20.922.900,00 e empenhado o de R\$ 18.785.985,44, com o percentual de execução de 89,78%. Deste total, R\$ 5.060.000,00 foram destinados a projetos e executados R\$ 3.748.221,42, com percentual de 74,07%.

A ação Funcionamento do Parque Gráfico foi dotada com o montante de R\$ 17.727.646,00. Deste total, foram executados R\$ 16.252.767,58, correspondendo a um percentual de execução de 91,68%. Para projetos foram destinados R\$ 1.000.000,00, sendo executados R\$ 699.966,78, correspondendo a um percentual de 69,99%.

O orçamento de 2007 liberado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF foi de R\$ 47.871.000,00. Destinou-se R\$ 41.811.000,00 para custeio, totalizando uma execução da ordem de 90,86%, e R\$ 6.060.000,00 para investimentos, representando 73,42% de execução. Do total do orçamento liberado, em 2007, foram executados 88,65%, um decréscimo de 3,73% em relação ao ano de 2006.

Houve o desenvolvimento e instalação de nova versão do sistema de Envio Eletrônico de Matérias-Incom, eliminando inúmeros problemas existentes no envio e recebimento de matérias, tornando esse processo mais transparente, seguro e rápido para os clientes.

A integração da Imprensa Nacional à Infovia (rede de comunicação do Governo Federal) possibilitou melhor utilização dos sistemas corporativos e estruturadores do Governo Federal e maior rapidez e eficiência de acesso ao portal da Imprensa Nacional pelos diversos ramos da sociedade.

Em 2007, a décima primeira edição do Concurso Museu da Imprensa - Desenho, Redação, Poesia e Monografia consolidou-se em âmbito nacional, com a participação de estudantes de 10 Estados e do Distrito Federal.

Estudo iniciado em 2006, a reforma e a atualização tecnológica da impressora rotativa encontram-se em fase de implantação, com todos os requisitos de infra-estrutura de engenharia civil e elétrica necessários à instalação para perfeito funcionamento dos equipamentos, características da base de sustentação da máquina, energia elétrica e temperatura ambiente requerida, dentre outros requisitos exigidos para uma correta instalação e funcionamento dos equipamentos configurados para produzir até 160 páginas por caderno.

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam integra a estrutura organizacional da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002.

O Censipam tem por missão: “Integrar informações e gerar conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia Legal Brasileira, visando a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na região”. Para tanto, dispõe de uma rede de aparatos tecnológicos que inclui, entre outros itens, um sistema de sensoriamento remoto por satélites, plataformas de coletas de dados hidrológicos, estações meteorológicas, aeronaves de vigilância e de imageamento, estações de radar de monitoramento do tráfego aéreo e uma rede de telecomunicações por satélite em operação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além do Distrito Federal. Toda essa infra-estrutura operacional está integrada a instituições dos governos federal, estaduais e municipais.

As atividades do Censipam são expressas no Plano Plurianual 2004-2007 no programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia, que tem por objetivo contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

Para execução do programa Informações Integradas para Proteção da Amazônia, em 2007, foi autorizado, na Lei Orçamentária Anual – LOA mais créditos, um orçamento de R\$ 48,7 milhões. Em observância aos limites para movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, foram descentralizados créditos (provisão) para o Censipam no valor de R\$ 25,8 milhões, tendo sido executados na sua totalidade, evidenciando um desempenho orçamentário de 100,0% no exercício. Os gastos com investimentos representaram 7,5% do total executado, superando a média de 3,5% dos dois últimos exercícios.

As atividades e projetos desenvolvidos durante o ano de 2007 buscaram se alinhar à revisão do plano estratégico do Censipam. São consideradas, pelo órgão, como estratégicas as atuações nas seguintes áreas: (i) sensoriamento remoto; (ii) inteligência; (iii) proteção ambiental; (iv) sistematização de informações e estruturação de banco de dados estratégicos; e (v) telecomunicações e tecnologia da informação.

A atuação em sensoriamento remoto prevê a utilização de imagens de satélites e de imagens provenientes das aeronaves do Sistema de Proteção da Amazônia - Sipam para a geração de informações. Neste sentido, em 2007, o Censipam desenvolveu produtos como o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE. Por áreas especiais são entendidas Unidades de Conservação Federal - UCs e Unidades de Terras Indígenas – UTIs na Amazônia Legal Brasileira. O monitoramento busca a geração contínua de dados sobre o avanço do desmatamento, a indicação de possíveis áreas de mineração, campos de pouso e vias de acesso, dentre outras informações, nas áreas especiais.

Na área de inteligência, o Censipam como representante da Casa Civil no Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência – Consisbin, desenvolveu diversas ações de apoio aos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência – Sisbin. Foram realizadas ainda, ações internas voltadas à contra inteligência.

As ações voltadas para a proteção ambiental abrangeram atividades relacionadas ao estudo de impactos ambientais derivados de ações antrópicas, monitoramento hidrológico, incluindo alertas sobre cheias e vazantes, identificação e monitoramento de áreas propensas a queimadas, monitoramento de uso da terra, entre outras. Vale destacar, ainda, a atuação do Censipam na geração de informações meteorológicas a partir dos sensores e estações meteorológicas do Sipam.

As informações sobre previsões de tempo e clima são repassadas diariamente aos veículos de comunicação da região amazônica para publicidade à população local. São geradas, ainda, informações meteorológicas de curtíssimo prazo, (a cada seis horas) repassadas à defesa civil para a emissão de alertas em caso de eventos extremos que ofereçam riscos à sociedade civil. Em 2007, foram renovados os contratos para as linhas de telecomunicações.

A área de sistematização de informações e banco de dados envolve o desenvolvimento de rotinas que visam organizar o acervo de dados, informações e produtos, quer sejam recebidos de órgãos parceiros e demais entidades externas, quer sejam aqueles elaborados pelas demais divisões do Censipam. Durante o ano de 2007, foram disponibilizadas bases cartográficas, imagens de satélites, imagens derivadas das aeronaves do Sipam, além de cartas imagens e mapas temáticos, sempre em apoio à atuação dos órgãos parceiros. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento de ações conjuntas com o Ministério das Cidades, no intuito de se utilizar geotecnologias aplicadas ao planejamento e gestão territoriais, para apoio aos Planos Diretores Participativos dos Municípios da Amazônia Legal. Tal projeto vem sendo denominado como Sipam Cidades.

Na área denominada Tecnologia da Informação e Telecomunicações, em 2007, o Censipam realizou um profundo diagnóstico sobre os equipamentos e o status tecnológico de todo o Sipam. O diagnóstico foi

realizado no escopo do acordo de cooperação técnica firmado entre o Censipam e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e permitirá a continuidade da política de investimentos e aprimoramento tecnológico do parque de sensores, radares, terminais de comunicação isolada e nos demais componentes tecnológicos do sistema. Cabe citar, a realização de 17 missões de manutenção dos equipamentos do Sipam, durante o ano de 2007. Essas atividades compreenderam reparo, realocação, instalação e revitalização dos terminais de comunicação remota – Vsats. As missões foram realizadas em parceria com órgãos como, a Força Aérea Brasileira - FAB, Fundação Nacional do Índio - Funai, Museu Emílio Goeldi, Eletronorte, Prefeituras e Ibama, e abrangeram os Estados de Rondônia, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Tocantins.

As ações de articulação e integração institucional foram focadas na identificação de parcerias estratégicas e aproveitamento de sinergias. Nesta linha, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica prevendo a realização de investimentos e trabalhos conjuntos. Procurou-se ainda um melhor entendimento, junto aos órgãos parceiros, sobre as demandas, e percepções de qualidade sobre os produtos e serviços do Censipam, no intuito do aprimoramento contínuo dos relacionamentos com estes órgãos.

O Censipam, no mês de dezembro, firmou convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - Fapeam, para a concessão de bolsa de estudos para mestres, doutores, formados e formandos com experiência nas áreas de atuação do órgão. Serão repassados, no biênio 2008-2009, R\$ 2.000.000,00 com a contrapartida, por parte da Fapeam, de R\$ 200.000,00. Os bolsistas desenvolverão suas atividades de pesquisa nas dependências do Centro Técnico e Operacional de Manaus.

Em termos de melhorias administrativas e institucionais, vale citar a implementação, em 2007, do comitê de qualidade do Censipam. O objetivo da administração é que num prazo máximo de dois anos o órgão possa ter certificação de qualidade dos seus processos de gestão, e de desenvolvimento de produtos e serviços. Foi também de suma importância, o expressivo aumento do número de servidores capacitados. Em 2007 o Censipam ofereceu aos seus servidores, 480 cursos de capacitação relacionados às áreas, técnica, operacional e administrativa, o que representou um aumento de 330% em relação ao ano anterior.

Vale registrar, também, a inclusão em 2007, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, das Unidades Gestoras Responsáveis – UGR's do CCG-Brasília, CTO-Manaus, CTO-Porto Velho e CTO-Belém, bem como a obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, dos CNPJ's dos CTO's de Manaus e Porto Velho, que irão possibilitar ao Censipam, em 2008, controlar de maneira eficaz os gastos de manutenção e funcionamento por centros de custo, bem como melhorar a gestão de materiais e suprimentos.

As ações de responsabilidade social do Censipam englobaram programas de conscientização ambiental e reciclagem – Recicla Sipam, Programa de Assistência e Voluntariado junto a Escolas Públicas – Programa Escolas Irmãs, Programa de mobilização para a doação de sangue, Programa de Inclusão Digital, entre outros.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI é uma autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República, criada por intermédio do art. 12, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, e sua competência principal é ser a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - AC-Raiz da ICP-Brasil. Além de Certificação Digital, o ITI atua também nos segmentos de Software Livre e Inclusão Digital. O ITI também integra o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, no qual coordena o Comitê Técnico de Implementação do Software Livre no Governo Federal e participa do Projeto E-ping.

A ICP-Brasil foi criada com o objetivo de regulamentar a utilização de Certificação Digital no país. Compete ao ITI executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor ICP-Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria das entidades que compõem a ICP-Brasil, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade deposita nessa infra-estrutura.

Em 2007, o ITI continuou no esforço de popularização do uso de certificados digitais, mediante a ampliação da infra-estrutura, com o credenciamento de quatro Autoridades Certificadoras (AC) e 30 Autoridades de Registro (AR). Foi também autorizada a abertura de 47 Instalações Técnicas de AR.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira aumentou de forma considerável em 2007, destacando-se as seguintes ações: i) modernização do Judiciário, amparada pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que regulamentou a informatização dos processos judiciais, facilitando o trabalho dos juízes de todo o País, que podem utilizar a versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando tempo e papel; ii) projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e), uma parceria entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Secretarias de Receita estaduais, que fornece ao contribuinte uma forma prática, segura e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais. O projeto-piloto abrangeu seis Estados e, ao final do ano, todos os 27 Estados da Federação haviam aderido ao sistema, o que trará enormes resultados diretos e indiretos para o País, podendo ser um dos itens fundamentais para impulsionar a economia brasileira; e iii) inserção, na ICP-Brasil, de entidades do segmento Cartorial, Registral e Notarial, que mantêm instalações em quase todos os Municípios do País, o que permitirá levar a certificação digital às localidades mais distantes dos grandes centros.

Quanto às atividades de auditoria e fiscalização em AC e AR, em 2007 superaram a meta prevista em 35%: foram elaborados 116 relatórios/pareceres, enquanto o esperado era 86.

O ambiente da AC-Raiz, administrado pelo ITI, de grande criticidade, esteve disponível ao longo do ano em 100% do tempo, atendendo aos padrões definidos nos normativos da ICP-Brasil.

Em 2007, foi dada continuidade ao Programa João de Barro, que desenvolve sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria. Além disso, o programa visa incentivar a indústria nacional e formar massa crítica de conhecimento no País acerca de segurança e certificação digital.

O ITI também atuou no fomento a pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades. Destaca-se, nesse sentido, a criação do Núcleo de Aplicações em Certificação Digital, projeto realizado em parceria entre o ITI, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul, destinado à difusão da certificação digital no meio acadêmico e a facilitar a adoção dessa tecnologia pelos órgãos da Administração Pública.

Em 2007, foi consolidado o Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital, com a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. Vários setores de Governo tornaram obrigatória a utilização de sistemas e equipamentos homologados pelo ITI.

Deve-se destacar que o Projeto Casa Brasil é uma iniciativa governamental que tem como meta implantar um conjunto de unidades operacionais para inclusão digital e social. As unidades Casa Brasil estão sendo implantadas em todo o território nacional, em localidades de baixo IDH, em parceria com organizações selecionadas dentre ONGs, Fundações, OSCIPs, Prefeituras, Universidades e Governos Estaduais.

O ITI exerce a Secretaria Executiva do Comitê Gestor Executivo do Projeto Casa Brasil, conforme instituído em Decreto Presidencial de 10.03.2005. Nesse papel, atuou no desenvolvimento institucional do projeto, através de articulação com os Ministérios das Comunicações, Cultura e Ciência e Tecnologia.

Há que se mencionar, ainda, que o Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento – CDTC, parceria entre o ITI e a Universidade de Brasília (UnB), tem o objetivo de promover a difusão e o compartilhamento de conhecimento, especialmente na área de tecnologia da informação e de software livre, na educação e na administração pública, por meio de cursos à distância.

Em 2007 o CDTC realizou 996 turmas para servidores públicos, atendendo 15.667 usuários ocupantes de 66.794 vagas em cursos. O CDTC também realizou ações para a comunidade brasileira, permitindo acesso do cidadão comum aos cursos do centro. Foram realizadas 388 turmas, atendendo 11.130 usuários que ocuparam 40.838 vagas, entre março de 2006 e julho de 2007.

O Órgão foi contemplado, no exercício de 2007, com uma dotação orçamentária de R\$ 16.831.726,00, distribuídos nas seguintes rubricas: Pessoal e Encargos Sociais = R\$ 2.831.726,00 (16,82%); Outras

Despesas Correntes = R\$ 12.500.000,00 (74,26%) e Investimentos = R\$ 1.500.000,00 (8,92%). Desse total, foram disponibilizados somente créditos no valor de R\$ 11.065.000,00.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A atuação da Ciset/CC/PR visa, essencialmente, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, ao acompanhamento dos programas de governo e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais dos órgãos/entidades que lhe forem jurisdicionados, tendo por finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades de sua área de atuação, bem como da aplicação dos recursos públicos transferidos a entidades de direito privado; exercer o controle sobre as operações de crédito, avais e garantias, bem como sobre os direitos e haveres da União; e apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme Regimento, aprovado pela Portaria nº 258, de 22 de junho de 1999, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Ciset/CC/PR, se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sem prejuízo de sua subordinação administrativa à Casa Civil/PR, tendo como área de atuação os órgãos essenciais e os integrantes da Presidência da República, inclusive as suas entidades vinculadas ou supervisionadas.

Durante o exercício de 2007, foram realizados 58 trabalhos pela Coordenação-Geral de Auditoria, sendo: 17 Relatórios de Auditoria de Avaliação de Gestão relativos às contas do exercício de 2006; 22 Notas Técnicas; oito Relatórios de Tomada de Contas Especial; um Relatório de Auditoria Especial; sete Relatórios de Auditoria de Acompanhamento e três Relatórios de Auditoria Anual de Recursos Externos.

Os processos relativos às Auditorias de Avaliação de Gestão de 2006 dos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta foram encaminhados, tempestivamente, ao Tribunal de Contas da União para apreciação e julgamento.

Igualmente, os relatórios de Auditorias de Recursos Externos, realizados na Secretaria Nacional de Juventude, na Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e na Controladoria-Geral da União, foram encaminhados dentro do prazo estabelecido pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, para fins de incorporação aos relatórios a serem consolidados por aquele órgão de Controle Interno e posterior encaminhamento aos Organismos Internacionais, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP e à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. No exercício de 2007, observou-se uma redução dos certificados “Regular” em relação ao ano de 2006 (que passou para oito no exercício de 2007, enquanto que em 2006 foram 13). O número de certificados “Regular com Ressalvas” apresentou um acréscimo, passando de quatro para nove em 2007.

O acompanhamento da execução das metas relativas aos Programas de Governo, ocorreu mediante a realização de fiscalizações em 46 convênios, selecionados por amostragem, segundo critérios de criticidade e relevância, em Municípios situados nas seguintes regiões: Nordeste (AL, BA, CE, PB e RN), Sul (RS), Sudeste (MG, SP e RJ) e Centro-Oeste (DF).

Em se tratando da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR, os convênios fiscalizados decorreram de recursos à conta dos programas Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial e Capacitação de Agentes Representativos. O valor fiscalizado totalizou R\$ 1.069.800,00.

Na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM/PR acompanhou-se convênios à conta dos programas Combate a Violência Contra as Mulheres, Gestão da Política de Gênero e Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, no montante de R\$ 3.898.329,80.

As fiscalizações relativas a convênios firmados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH/PR, materializaram-se nos programas Direitos Humanos, Direitos De Todos, Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei, totalizando R\$ 12.411.084,00.

Quanto aos convênios celebrados pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, as fiscalizações ocorreram nos instrumentos celebrados à conta de recursos consignados nos programas Aquicultura e Pesca do Brasil, Apoio a Renovação da Frota Artesanal, Desenvolvimento da Maricultura e Estudo para o Desenvolvimento Sustentável, totalizando R\$ 5.764.101,83.

Na Secretaria Nacional de Juventude – SNJ/PR procedeu-se às fiscalizações nos convênios à conta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, totalizando R\$ 22.306.271,00. As fiscalizações relativas a convênios firmados pela Secretaria Nacional Antidrogas - Senad/PR, materializaram-se no programa Gestão da Política Nacional sobre Drogas, totalizando R\$ 4.567.936,53.

As atividades executadas para verificação da exatidão e suficiência dos dados relativos aos atos de admissão e desligamento de pessoal e concessão de aposentadorias e pensões na Administração Pública Federal Direta resultaram: (i) na análise de 246 processos de aposentadoria e pensão, gerando 145 processos diligenciados e 101 análises conclusivas; (ii) no exame de 1312 Atos de Admissão, sendo 921 da Advocacia Geral da União - AGU e 30 da Radiobrás, 197 do Arquivo Nacional - AN e 164 da Controladoria-Geral da União - CGU, bem como 35 Desligamentos, sendo 28 da CGU, 1 da RADIOBRÁS e 6 do Arquivo Nacional; e (iii) no atendimento a 37 diligências do Tribunal de Contas da União.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria-Geral é órgão essencial da estrutura da Presidência da República. Suas competências foram definidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com as alterações determinadas pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e pela Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005.

Compete à Secretaria-Geral da Presidência da República assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: no relacionamento e articulação com as entidades da sociedade civil e na criação e implementação de instrumentos de consulta e participação popular de interesse do Poder Executivo; na elaboração da agenda do Presidente da República; na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República; na promoção de análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República e na realização de estudos de natureza político-institucional; na formulação, supervisão, coordenação, integração e articulação de políticas públicas para a juventude e na articulação, promoção e execução de programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de juventude; e no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Como parte integrante da Política Nacional de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2005 foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, editado pela Medida Provisória nº 238-b, de 1º de fevereiro de 2005, transformada na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005.

O programa tem como público-alvo, jovens entre 18 e 24 anos de idade que concluíram a quarta série e não concluíram a oitava série do ensino fundamental e que não têm vínculo empregatício, tendo como finalidade proporcionar sua formação integral, por meio de uma efetiva associação entre a elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental a qualificação profissional com certificação de formação inicial e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, expandir o programa para as cidades das Regiões Metropolitanas das capitais com número igual ou superior a 200.000 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE (34 cidades, no total).

É executado em parceria com as prefeituras das 26 capitais brasileiras, de 34 cidades das Regiões Metropolitanas das capitais e com o Governo do Distrito Federal. Podem integrar-se ao programa outros participantes locais como governos estaduais, Cefet's, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas, etc.

Em 2007, foi possibilitada a expansão do ProJovem a Municípios e capitais, por meio de novos convênios, ampliando, com isso, o atendimento aos jovens que compõem o seu público-alvo, sendo que essa nova fase de implantação ocorreu em capitais que já haviam cumprido metas firmadas em convênios de 2005. Com isso, em 2007 foram firmados novos convênios com 16 capitais.

Nos mesmos moldes da resolução anterior, em 15 de junho de 2007, para atendimento às capitais que já haviam completado metas de alunos firmadas nos convênios de 2005, foi publicada a Resolução nº 28/CD/FNDE. Diante disso, ampliou-se o atendimento do ProJovem a mais 34.700 jovens.

Para atendimento às capitais e Regiões Metropolitanas, houve a reabertura de inscrições nos locais já implementados e de forma geral, de 2005 a 2007, foram inscritos 409.757 jovens e, segundo o Banco Nacional de Dados do ProJovem 234.569 alunos foram matriculados no total (199.736 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 34.833 nas cidades das Regiões Metropolitanas), com um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 por um período máximo de doze meses ininterruptos.

No ano de 2007, foram destinados R\$ 85.842.030,00 para pagamento dos auxílios-financeiros aos jovens do programa e o curso do ProJovem foi organizado em Unidades Formativas que têm como propósito possibilitar a sua construção em um contínuo e, ao mesmo tempo, demarcar os momentos distintos que o compõem.

A Revista Estação Juventude que já teve dois números editados e distribuídos (total de 80 mil exemplares) teve o objetivo de levar aos jovens participantes do ProJovem, informações atualizadas sobre cidadania, educação, cultura e saúde a partir de uma proposta alternativa de entretenimento por meio da leitura, desenvolvendo um canal de comunicação entre o ProJovem e o seu público (estudantes, coordenadores, professores e técnicos).

O Jornal Mural Estação Juventude também destinado aos estudantes, professores, coordenadores e técnicos e com dois números já produzidos e distribuídos, num total de 4.000 exemplares, (o primeiro com o título “Ação Comunitária Conquista os Jovens” e o segundo: “Qualificação entusiasmo Alunos”) teve o objetivo de divulgar de forma concisa as principais informações contidas em cada Revista.

O ProJovem tem uma proposta pedagógica inédita fundamentada em novos paradigmas educacionais que articulam uma ação curricular entre as áreas do conhecimento próprias do ensino fundamental, a formação inicial da qualificação profissional e a ação comunitária de interesse público. Trata-se de um curso que considera as especificidades dos jovens que saíram da escola sem concluir o ensino fundamental, sem formação profissional e que possibilita esse segmento juvenil a ter acesso ao mercado de trabalho formal, exercer a sua cidadania e prosseguir nos estudos.

Intrinsecamente vinculada, a ação curricular pressupõe uma formação de formadores e de professores preparados para romper com práticas pedagógicas que fragmentam o currículo e que não consideram o perfil dos alunos.

No caso específico da formação dos educadores e coordenadores locais do ProJovem, a formação desses profissionais para atuar no ProJovem - antes do curso e ao longo dele – é da responsabilidade de uma instituição formadora competente.

Inserida no contexto do Projeto Pedagógico Integrado - PPI do ProJovem, a Qualificação Profissional - QP se constitui em uma das três dimensões do programa que, em todos os momentos do processo formativo, se articula e se integra com as outras duas dimensões: Ensino Fundamental e Ação Comunitária.

A Qualificação Profissional que ocorre desde início do Curso, possui carga horária total de 350 horas, assim distribuídas: 150 horas (75 horas para cada Unidade Formativa I e II) para Iniciação ao Mundo do Trabalho e Formação Técnica Geral - FTG e 200 horas (100 horas para cada Unidade Formativa III e IV) para Formação Específica no Arco Ocupacional.

Em 8 de maio de 2007 foi realizado no Espaço Parlamundi, o Encontro dos Gestores Municipais do ProJovem, reunindo os Secretários Municipais, gestores do programa no âmbito das 26 capitais brasileiras e do Distrito Federal com objetivo de analisar os resultados da Avaliação Externa do Programa nas capitais, realizada pela rede de Universidades Federais que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem – SMA, discutir temas relevantes para o aperfeiçoamento da gestão do ProJovem e analisar e discutir dados da implementação do programa e estratégias de expansão para 2007.

Objetivando apoiar, com êxito, a implantação do programa, outros encontros foram realizados durante o ano de 2007, e para a execução dos mesmos foram contratados, via processo licitatório do PNUD, considerando sempre o menor preço, espaço, logística, traslado, hospedagem, refeições e gráfica para realização dos seguintes eventos e serviços: I Oficina Pedagógica das cidades metropolitanas – 13 a 15 de fevereiro, I Oficina de Gestão Pedagógica – 20 a 23 de março, II Oficina Pedagógica de 09 a 13 de abril, encontro dos Coordenadores Municipais de 22 a 25 de maio, encontro de Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação, Oficina Pedagógica – Etapa A – 20 a 23 de agosto, Oficina Pedagógica – Etapa B – 27 a 30 de agosto, lançamento do Programa de Políticas para Juventude – 05 de setembro, elaboração dos Anais da Avaliação do Sistema de Monitoramento e Avaliação e I Oficina para Produção do Material Didático – ProJovem Urbano – 29 a 1º de novembro.

Conforme definido no desenho do programa, a Estação Juventude é um espaço de referência para os jovens. É um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã.

Como parte integrante da Política Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2007 foi convocada pelo Senhor Presidente da República a I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude por meio do Decreto de 05 de setembro de 2007 e regulamentado pela Portaria SG-PR nº 048, de 14 de setembro de 2007.

A Conferência foi um espaço voltado à participação da sociedade civil, especialmente dos jovens, no processo de afirmação, promoção e consolidação das políticas públicas de juventude, além de ser um meio para a realização de um diálogo “intergerencial”, visando aprimorar e dar subsídios à avaliação da Política Nacional de Juventude e seus programas com atenção especial para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, corroborando para o cumprimento do §1º, do artigo 1º, da Lei nº 11.129/2005.

A competência do Sistema de Monitoramento e Avaliação diz respeito ao acompanhamento da gestão e execução do ProJovem em nível nacional e local, sendo que as universidades que o compõem, com respectiva regional de coordenação, são: UFBA: regional nordeste I: Salvador/BA, Maceió/AL, Aracaju/SE e São Luís/MA, Teresina/PI; UFMG: regional sudeste I: Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES, e regiões metropolitanas; UFPA: regional norte: Belém/PA, Manaus/AM, Rio Branco/AC, Macapá/AP, Porto Velho/RO e Boa Vista/RR, e regiões metropolitanas; UFPE: regional nordeste II: Recife/PE, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, e regiões metropolitanas; UFPR: regional sul: Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS e regiões metropolitanas; UnB: regional Centro-Oeste: Brasília, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá e Cuiabá; e UFJF/CAED: região São Paulo /regiões metropolitanas, na qual atuam no âmbito da supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa, a partir de desenho metodológico previamente definido em conjunto com a Conselho Técnico, instância de decisão do SMA. O Centro de Avaliação de Políticas Públicas de Educação - CAED da UFJF também coordena a operacionalização de todo o SMA.

Atualmente, a página do ProJovem oferece ao internauta: material didático – todos os livros e vídeos utilizados em sala de aula; documentos: Projeto Pedagógico Integrado (PPI), leis e manuais; cidades participantes: endereços, telefones, pessoas e instituições responsáveis pela execução do Programa em cada um dos Municípios do país; agenda: datas, locais e eventos relacionados ao programa que acontecem em todo o Brasil; cadastro: o visitante se cadastra e recebe notícias e informações referentes ao programa; boletim eletrônico para os usuários cadastrados; álbum de fotos, organizado em ordem cronológica, com o registro de eventos e atividades nos Municípios; fale Conosco: serviço em que o usuário tem um canal de comunicação direta com a Coordenação Nacional; galera do ProJovem: espaço dentro do sítio do ProJovem reservado para os alunos. Conta com fotos, blog, textos, poesias, letras de música, entre outros; blog da galera: mural virtual, espaço aberto e interativo reservado para discussão de temas referentes ao ProJovem, educação e juventude; e Acessibilidade.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria de Relações Institucionais - SRI, órgão essencial da Presidência da República, regida pelo Decreto nº 6.207, de 18 de setembro de 2007, tem como competência os seguintes assuntos: coordenação política do Governo; condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos; interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e a coordenação e o secretariado do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

No âmbito dos assuntos federativos, em 2007, a SRI deu continuidade às ações destinadas a promover a repactuação do País a partir de uma agenda federativa compartilhada, consolidando-as e dando, assim, sustentabilidade ao novo ciclo histórico de desenvolvimento capaz de enfrentar as desigualdades sociais e regionais e os desequilíbrios urbanos e ambientais do Brasil. Para tanto, manteve com Estados, Municípios e Distrito Federal uma relação republicana baseada no diálogo, na negociação, na parceria, para acordar as políticas públicas, definir a destinação de recursos e exercer as atividades regulares de controle e fiscalização.

Nesse contexto, merece destaque o aumento de 1% no valor da transferência do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, correspondendo a R\$ 1,7 bilhão a mais para as prefeituras, bem como a institucionalização do Comitê de Articulação Federativa (CAF), por meio do Decreto nº 6.181, de 3 de agosto de 2007, além da assinatura do Protocolo de Cooperação Federativa, que estabeleceu uma agenda comum para os próximos dois anos entre o Governo e as entidades nacionais que representam os Municípios brasileiros.

O Comitê de Articulação Federativa realizou, ao longo do ano, três reuniões e criou cinco Grupos de Trabalho Interfederativos, os quais tratam do debate e da construção de consensos no que se refere à proposta de reforma tributária; das normas de cooperação federativa para prestação do serviço de transporte escolar; de ações de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos Municípios; de acompanhamento das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e, finalmente, do desenvolvimento de alternativas para o barateamento das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços de transporte público urbano.

É igualmente importante destacar a pactuação federativa de programas federais para execução em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o (PDE), o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Programa Mais Saúde, Mais Cultura, Programa da Juventude e os demais programas que compõem a Agenda Social.

Em 2007, foram realizadas 27 rodadas estaduais de pactuação para as obras de saneamento e habitação do PAC e foram celebrados termos de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação com 25 governos estaduais e do Distrito Federal e com 4.676 governos municipais.

Em 2007, foi ainda implantado o Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (SASF), determinado pelo Decreto nº 6.005, de 28 de dezembro de 2006, para melhorar o atendimento do Governo a prefeitos e governadores. O SASF conta com 48 assessores federativos e realizou oito reuniões mensais para debater as políticas federativas executadas por diversos órgãos, sobre as demandas de Estados e Municípios e para buscar alternativas para o aperfeiçoamento das relações federativas. Nesse mesmo ano, foi regulamentada a Lei dos Consórcios Públicos, por meio do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e apoiou-se a formação de diversos consórcios intermunicipais no País.

No tocante ao federalismo internacional, as relações assumiram caráter estratégico como espaço de viabilização do diálogo entre governos subnacionais, sobretudo no apoio à integração regional do Mercosul e demais países da América do Sul, colaborando para o fortalecimento da ação entre os Municípios e Estados brasileiros com os seus homólogos na América do Sul e na Europa, tendo como foco a cooperação internacional sobre a perspectiva do território.

Com esta visão estratégica, ganham relevância: a instalação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; a realização em conjunto com o governo da Argentina, no âmbito do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, do Encontro dos Governadores da Região Nordeste brasileira e da Região Noroeste da Argentina, na Província de Tucumán, Argentina; a realização do Encontro de Governadores da Frente Norte do Mercosul em Belém, no Pará; a celebração do Protocolo de Cooperação entre Estados e Municípios Brasileiros e Regiões e Municipalidades Italianas, bem como a assinatura do acordo de cooperação descentralizada Brasil-Itália; a realização do II Encontro Cooperação Descentralizada Brasil-França; a coordenação do Comitê Binacional da Cooperação Descentralizada Federativa Brasil-França, que conta com a participação de 18 Estados, 37 Municípios brasileiros e vinte ministérios e órgãos federais, existindo em consequência desta cooperação binacional mais de 128 acordos de cooperação e projetos efetivados e em negociação, destacando-se neste ano, a realização de três reuniões do Comitê Brasileiro, duas do Comitê Binacional e do II Encontro Cooperação Descentralizada franco-brasileira; e a participação na reunião do Fórum Internacional das Federações realizada na Índia.

No âmbito de assuntos parlamentares e do relacionamento com o Congresso Nacional, pode-se destacar a criação do pioneiro Modelo de Alocação de Emendas Parlamentares e a orientação aos Ministérios e às Secretarias Especiais para adoção dos procedimentos nele definidos. A SRI foi ainda adiante e promoveu a

articulação dos Ministérios com os parlamentares e os entes federados no processo de elaboração e execução das emendas parlamentares durante a execução orçamentária, orientando-os em sua proposição ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

A SRI acompanhou e articulou projetos de interesse nacional, que resultaram na aprovação de pautas relevantes no Congresso Nacional, sobre assuntos diversos, dentre os quais: contratação de pessoal para o controle do tráfego aéreo (Lei nº 11.458, de 19/3/2007); segurança pública (Lei nº 11.473, de 10/5/2007; Lei nº 11.530, de 24/10/2007); incentivo à tecnologia nacional (Lei nº 11.484, de 31/5/2007); liquidação de dívidas de produtores rurais (Lei nº 11.524, de 24/9/2007); criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (Lei nº 11.534, de 25/10/2007); regularização fundiária de interesse social em imóveis da União (Lei nº 11.481, de 31/5/2007); transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do PAC (Lei nº 11.578, de 26/11/2007); fomento às atividades de caráter desportivo (Lei nº 11.472, de 2/5/2007); regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei nº 11.494, de 20/6/2007); e prorrogação da desvinculação das receitas da União – DRU (Emenda Constitucional nº 56, de 20/12/2007).

Quanto ao programa Gestão da Participação em Organismos Internacionais, nele está a ação intitulada Contribuição à Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares – Aicesis. Em junho de 2007, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, da Sedes, assumiu, para um mandato de dois anos, a presidência da AICESIS, que é composta por cerca de sessenta instituições da Europa, África, Ásia, América Latina e do Oriente Médio, e busca disseminar diálogo entre o econômico e o social para o fortalecimento da democracia, o crescimento econômico com distribuição de renda, respeito à diversidade de culturas e valores e a sustentabilidade ambiental.

A Sedes apresentou como tema de trabalho para seu mandato, o desenvolvimento com equidade e responsabilidade ambiental, tendo como foco a matriz energética mundial e sua relação com o desenvolvimento e o meio ambiente, a fim de promover o debate acerca de tal assunto e de mobilizar informações, conhecimentos e a capacidade de ação da sociedade civil e dos governos dos países representados na Aicesis.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Dentre as realizações ao funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, tem-se o esforço empreendido pelos conselheiros na geração de análises e proposições sobre a Reforma Política, a Reforma Tributária, a Infra-estrutura, a Bioenergia - Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel e a Educação.

As avaliações do CDES realizadas por meio de pesquisa eletrônica pós-evento e as análises e depoimentos de profissionais, de outros atores sociais e de dirigentes do governo que interagiram com o CDES destacaram a relevância estratégica dos temas tratados e a organização adequada do ambiente e das condições para o diálogo e a proposição. As pautas das plenárias obtiveram 96,4% de avaliação positiva (muito relevante) e a organização geral das reuniões (logística) obteve 98,2% de avaliação positiva, como média entre conselheiros.

No que se refere à capacitação para a Concertação Nacional, o CDES promoveu ações de capacitação voltadas para os seus temas prioritários em 2007, e para seu principal esforço metodológico, qual seja o acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento, tendo como eixo o combate às desigualdades.

Foram capacitados, por meio desta ação, conselheiros e conselheiras do CDES, outros atores sociais; profissionais de governo e de organismos internacionais; equipe técnica do CDES; conselheiras e equipe técnica de outros conselhos setoriais nacionais. Os temas de estudos foram: metodologia de diálogo para concertação, governança para projetos de desenvolvimento, indicadores de acompanhamento da Educação, indicadores de acompanhamento do desenvolvimento, integração das políticas públicas, educação profissional e reforma política.

É preciso destacar ainda as atividades de intercâmbio internacional realizadas na América Latina, Europa, Ásia e nos Estados Unidos, que, ao tempo em que capacitou conselheiros e técnicos da Sedes sobre metodologias e funcionamento de outras instâncias de diálogo, contribuiu disseminando a experiência do CDES para o esforço internacional de capacitação de geração de conhecimento sobre o diálogo social como ferramenta do desenvolvimento.

No Gerenciamento do Processo de Concertação Nacional, têm destaque as realizações relativas ao Observatório da Equidade do CDES, cuja finalidade é ampliar o conhecimento e a capacidade do Conselho e da sociedade para debater, sugerir propostas, acompanhar, avaliar e cobrar resultados das políticas governamentais e das ações dos demais atores sociais, na qual produziu, em 2007, estudos sobre indicadores de desenvolvimento, de igualdade e desigualdade e sobre integração de políticas públicas para o desenvolvimento. Além disto, o Observatório deu continuidade ao monitoramento do desempenho do sistema educacional brasileiro, apresentou o II Relatório de Observação e encaminhou, com recomendações, o seu II Parecer ao Presidente da República.

Por fim, no final do ano de 2007, foi aprovado o projeto que consolida a parceria da Sedes com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para o funcionamento do Observatório da Equidade do CDES. O Observatório poderá desempenhar, portanto, nos próximos quatro anos, sua tarefa de subsidiar com fundamentos conceituais, dados e indicadores o esforço promovido pelo CDES em torno do desenvolvimento com equidade.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria de Comunicação Social - Secom buscou nortear as suas ações dentro de uma estratégia de eficiência, otimização e fortalecimento de canais de comunicação dos cidadãos com o Poder Executivo Federal. Para tal fim, prestou apoio aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal na unificação de discursos, respostas ágeis e no amplo esclarecimento à opinião pública.

A Secom também foi responsável pela coordenação, normatização, supervisão e controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União.

Em 2007, foram desenvolvidas sob a coordenação da Secom, 133 ações de publicidade, sendo 33 de utilidade pública e 100 de publicidade institucional, informando os cidadãos sobre os seus direitos e prestando contas à população. No ano, cumprindo o disposto no Decreto nº 4.799/2003 (arts. 7º e 8º), 4.651 planilhas de ação de divulgação publicitária dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal foram encaminhadas a Secom/PR para análise de conformidade. As principais ações de publicidade com seus objetivos estão sintetizadas no quadro a seguir:

CAMPANHA	OBJETIVO
Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento	dar conhecimento à sociedade dos investimentos em infra-estrutura e das medidas adotadas pelo Governo, que buscam eliminar os principais gargalos que impedem o crescimento da economia brasileira; informar que o Programa pretende acelerar o crescimento sem perder a perspectiva de redução da pobreza e da melhoria na distribuição de renda no País, além de associar as ações previstas no PAC ao dia-a-dia da população, apontando as melhorias esperadas com o Programa
Jogos Pan e Parapan-Americanos 2007	informar, nacionalmente, sobre as ações e investimentos do Governo Federal na organização e realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos, o legado dos jogos para o país em diversas áreas e os benefícios socioeconômicos gerados pela realização de grandes eventos esportivos no país
Semana Nacional de Trânsito 2007	incentivar os jovens a adotarem comportamentos mais seguros no trânsito, reforçando bons hábitos na mobilidade urbana e orientando para a direção defensiva e prudência no trânsito
PAC - Habitação e Saneamento	informar a população, de forma regionalizada, sobre a destinação dos recursos públicos, relacionando-os com o dia-a-dia do cidadão e a realidade do país, notadamente com foco na urbanização de favelas, fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, universalização do acesso à energia elétrica, recursos hídricos e metrô
Plano Agrícola e Pecuário + Plano Safra 2007/2008	informar sobre o Plano Agrícola e Pecuário e o Plano Safra para o citado período
Sustentabilidade da Pesca da Lagosta	informar e conscientizar a população sobre as ações do Governo Federal para sustentabilidade da pesca da lagosta
Conversão Pulso-Minuto - Telefonia Fixa	informar a sociedade sobre as mudanças do sistema de tarifação da telefonia fixa, que passou a ser feita por minutos e não mais por pulsos

CAMPANHA	OBJETIVO
Censo Previdenciário - Bloqueio de Aposentadorias	informar aos 30 mil aposentados e pensionistas da previdência oficial sobre o bloqueio de seus pagamentos, o motivo do bloqueio e como proceder para solucionar a pendência
Receita Federal do Brasil	informar à população sobre o trabalho da Receita Federal do Brasil, novo órgão do Ministério da Fazenda, que entrou em funcionamento em 2/5/2007, resultante da fusão da Secretaria da Receita Federal (MF) e da Secretaria da Receita Previdenciária (MPAS), além de prestar esclarecimentos aos contribuintes sobre o que a fusão das Receitas impacta em suas vidas
Campanha Nacional de Vacinação contra a Febre Aftosa	conscientizar sobre a importância das ações para prevenção de doenças como a febre aftosa e divulgar procedimentos e orientações práticas sobre vacinação do rebanho
ProJovem	informar e sensibilizar jovens de 18 a 24 anos sobre a abertura dos prazos para inscrições e matrículas no programa
Mais Brasil para Mais Brasileiros	ampla campanha integrada abrangendo os principais programas do Governo Federal, propiciando à sociedade o entendimento dos dois principais eixos de atuação governamental - crescimento econômico sustentado e redução das desigualdades sociais - sintetizando o foco da ação de governo

A Secom coordenou, ainda, o Comitê de Negociação de Mídia, formado pelos cinco maiores anunciantes do Governo Federal (BB, Caixa, Petrobras, Correios e PR/Secom), além do Ministério da Saúde. Em 2007, a Coordenação de Imprensa ampliou as suas atividades, mudou de denominação e passou a ser chamada de Núcleo de Comunicação Pública. A área foi criada para relacionamento e apoio às assessorias de comunicação do Executivo Federal e acompanhamento permanente de temas de grande visibilidade na agenda pública.

Em 2007, a Coordenação de Imprensa passou a ser chamada de Núcleo de Comunicação Pública para relacionamento e apoio às assessorias de comunicação do Poder Executivo Federal e acompanhamento permanente de temas de grande visibilidade na agenda pública.

Foi desenvolvido um calendário para apontar temas relevantes e merecedores de estratégias do Governo Federal, sob a perspectiva de tomada de decisões que possam maximizar oportunidades ou reduzir desgastes políticos e de gestão.

Outra ação do Núcleo foi à reformulação do boletim Em Questão a partir do número 546, editado em 19 de setembro, que passou a ser distribuído como uma newsletter possibilitando maior variedade de conteúdo (três matérias principais e quatro notas), tornando a leitura mais agradável e estimulando o leitor a navegar nos portais alimentados pela Secom (portais Brasil e Presidência).

Em 2007, foram produzidas e distribuídas 121 edições do boletim para um mailing de cerca de 450 mil pessoas entre servidores públicos federais, estaduais e municipais, parlamentares do Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, prefeituras, universidades, bibliotecas, cidadãos que se cadastram, entre outros.

O Núcleo de Comunicação Pública criou o boletim Canal Sicom para tornar mais efetivos a integração e o relacionamento entre os órgãos e entidades integrantes do Sistema. O boletim é semanal e atinge 800 agentes de comunicação governamentais. Foram promovidos, durante 2007, eventos de formação, capacitação e treinamento, que permitiram alcançar um público de 1.200 profissionais de comunicação.

Foram realizados dois cursos de media training, um workshop Gestão de Riscos à Comunicação Organizacional, nos dias 3 e 4 de dezembro, em parceria com a Petrobras e Embrapa, para 40 participantes; quatro Fóruns de Assessores de Comunicação nos meses de maio, agosto, outubro e novembro, com a participação média em cada um, de 150 pessoas, sobre os temas “Diversificação de mídia”, “Relações Governo e Imprensa,” Riscos e Oportunidades na nova era da comunicação”, “Orientações sobre Licitações e Normas na área de Comunicação do Governo Federal”, “Mídia regional”, “Patrocínio” e “Internet”; dois Fóruns de Comunicadores do Governo Federal, em outubro, para profissionais do Centro-Oeste, em parceria com a Embrapa e, em novembro, em Fortaleza, para profissionais do Nordeste, com a presença de 150 pessoas em cada um; dois seminários “Comunicação do Banco Brasil”, em parceria com o BB, nos dias 7 e 8 de novembro, para 200 participantes, e “Água, Comunicação e Sociedade”, no dia 6 de dezembro, em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA).

Dentre os eventos sob a coordenação da Secom, destacaram-se, a agenda do Presidente da República, acompanhamento de 26 eventos com o Presidente, entre eles os lançamentos do PAC de Saneamento e Habitação nos Estados, posse do Presidente da República, em 1º de janeiro, VI Fórum Social Mundial, de 20 a 25 de janeiro, em Nairóbi/Quênia, ação que contou com a presença de 60 mil participantes nas mais de mil atividades da programação oficial, Jogos Pan-Americanos, em junho e julho e Semana Cívica e Desfile Cívico Militar de 7 de Setembro.

A Coordenação Geral de Relações Públicas e Eventos realizou também várias ações de criação e produção de materiais para eventos, a partir de demandas de outros órgãos e entidades, além de ter produzido quatro edições do Fórum de Assessores que compõem o Programa de Integração e Aperfeiçoamento em Comunicação Pública, participado de GTs interministeriais, orientando e informando sobre questões relacionadas à organização, contratação e coordenação de espaços do Poder Executivo Federal em feiras e eventos nacionais e internacionais.

Na comunicação via Internet, ressalta-se o reestudo do novo site da Secom, projeto desenvolvido com o objetivo de atualizar a presença da Secretaria na Internet, a partir da fusão com a Secretaria de Imprensa e Porta Voz; divulgação de conferências e campanhas institucionais e de utilidade pública na Internet, ações direcionadas a difundir conteúdos publicitários dos órgãos do Governo Federal nos portais Brasil e Presidência; coordenação do desenvolvimento e manutenção do hotsite maisbrasil.gov.br, dedicado a dar suporte à campanha Mais Brasil; montagem e publicação dos sites virtuais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Outras atividades de destaque foram o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de mensagens eletrônica recebidas pelo serviço Fale com o Governo, disponibilizado no portal Brasil e a gestão dos portais Brasil e Presidência, do Fale com o Governo e Fale com a Secom, recepção, triagem, resposta e monitoramento das mensagens encaminhadas pelos cidadãos, por intermédio do Portal Brasil e da página da Secom na Internet.

Os referidos serviços receberam 65.000 mensagens em 2007 e contaram ainda com uma importante ferramenta de pesquisa em banco de dados - a Base de Informações, criada e mantida pela equipe. Essa base possui 560 documentos incluídos (assuntos), 956 links (endereços onde a informação está disponível) e 2.554 palavras-chave. Em 2007 foram registrados 35.000 acessos com documento encontrado, perfazendo uma média mensal de 2.900 acessos com sucesso.

A Secom, por meio da Diretoria de Patrocínios (Dipat), desenvolveu ações de articulação com os órgãos do Poder Executivo Federal, por intermédio de apresentações ao Comitê de Patrocínios das políticas setoriais do Governo. No primeiro semestre foram realizadas duas palestras: Iphan – Eventos comemorativos aos 70 anos e Políticas e Diretrizes da Ancine para o setor de áudio-visual.

No segundo semestre foram abertos espaços na pauta do Comitê para discussão dos seguintes temas: Inclusão Digital (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Agenda Social (Casa Civil), Política de Inclusão Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Plano de Desenvolvimento da Educação (Ministério da Educação), Economia da Cultura (BNDES), Programa Mais Cultura – Acessibilidade (Ministério da Cultura), Agenda Ambiental (Ministério do Meio Ambiente), Centenário da Imigração Japonesa (Ministério das Relações Exteriores).

Houve, ainda, apresentações da própria Dipat sobre as macrodiretrizes de patrocínios, recomendações do TCU e projeto de capacitação em parceria com o Sebrae.

A Subsecretaria de Gestão, Controle e Normas (SGCN) estabeleceu interlocução com a Advocacia-Geral da União (AGU) com vistas a encaminhar solução para as determinações constantes do Acórdão nº 2.062/2006-TCU-Plenário, preparando Notas Técnicas para sustentar recursos interpostos em favor da Presidência da República e dos integrantes do Sicom no Tribunal de Contas da União, bem como orientou os seus integrantes do Sicom para adoção das determinações desse Acórdão, que foram acatadas. Providenciou fundamentação para a intervenção da Secom em processos junto àquele Tribunal na defesa do BNDES, da Eletrobrás e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Forneceu subsídios ao recurso da Petrobras perante o TCU para liberar a licitação para contratação de agências e publicidade.

A Subsecretaria de Gestão, Controle e Normas articulou-se com a Secretaria de Orçamento Federal para a edição de decreto que estabeleceu limites para os investimentos de publicidade em cumprimento à

Lei de Diretrizes Orçamentárias e articulou, no âmbito da Subchefia-Executiva, a redação de minuta de decreto para instituição da nova estrutura regimental da Secom, a partir da configuração dada pela Lei nº 11.497, de 28.06.2007.

O Sistema de Referências de Produção Publicitária (Siref) foi objeto de desenvolvimento de trabalho de qualificação periódica da sua base de dados de referências para a eliminação de retrabalho dos órgãos e entidades integrantes do Sicom. Em setembro de 2007, iniciou-se o piloto com a participação do Ministério da Educação, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Petrobras.

Em 29 de março de 2007, a Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República (SIP) deixou de ser um órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, passando a integrar a estrutura da Secom, com a edição da Medida Provisória nº 360/07 (convertida na Lei nº 11.497, de 28 de junho de 2007). Com a reestruturação da Secom, estão em funcionamento duas unidades subordinadas ao Ministro: a Secretaria de Imprensa e o Porta-Voz.

Em 2007, a Secretaria de Imprensa preparou, organizou e acompanhou o Presidente da República em 153 entrevistas à imprensa nacional, regional e internacional – 61 a mais que no ano anterior (foram cerca de três entrevistas por semana) e intensificou as relações com a mídia regional, resultando numa mudança significativa na orientação das agendas de regionais, entre jornais, rádios e TVs. Em 2006, apenas um veículo regional havia sido atendido, o jornal O Dia (RJ).

A entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República para a mídia regional foi publicada por 27 jornais de 12 Estados das cinco regiões do País. As entrevistas exclusivas para a imprensa internacional saltaram de quatro, em 2006, para 11, em 2007. Somadas as coletivas e as entrevistas após encontros bilaterais, o salto foi ainda maior, de 12 para 27. Em 2007 foram publicados 11 artigos assinados pelo Presidente da República na grande imprensa nacional, 47 na imprensa internacional e um na imprensa regional.

Em 2007, foram 118 reuniões e 45 eventos que tiveram entrevistas de 211 personalidades. A partir de 2007, a Secretaria passou a realizar entrevistas coletivas sobre os atos e eventos na véspera da chegada do Presidente aos Estados. Foram 14 entrevistas com 41 fontes federais de 15 ministérios, que falaram para 70 rádios, 54 jornais, 42 TVs, seis portais, quatro agências de notícias e duas revistas de 17 Estados das cinco Regiões do País, ampliando de forma intensiva a divulgação das agendas presidenciais, especialmente nas TVs estaduais.

Neste ano, o programa Bom Dia Ministro, produzido pelo Departamento de Mídia Regional em parceria com a Radiobrás, também foi uma importante fonte de divulgação das ações de governo. Trinta e quatro ministros participaram de 52 programas, com perguntas ao vivo de comunicadores de 95 rádios de todos os Estados da Federação.

A Secretaria de Imprensa mantém um sítio virtual na Internet para divulgação de informações da Presidência da República (agenda, informes, discursos, entrevistas, fotografias). Em 2007, foram contabilizados 635.580 acessos de visitantes. Um crescimento de 33% em relação ao ano anterior (478.249). Quase cinco milhões de páginas foram visitadas (três milhões, em 2006). O acesso às informações mais recentes (Informe da Hora) foi o mais requisitado, com 851.555 visitas e em 2007, foram enviados 27.520 e-mails com as fotos solicitadas.

Em 2007, foi instituído o Departamento de Apoio Operacional e Administrativo para organizar as áreas de suporte técnico, operacional e administrativo a eventos e viagens em território nacional do Presidente da República e a eventos presididos por autoridades do Governo nas dependências da Presidência da República, inclusive os serviços de videodifusão e apoio à imprensa.

O Departamento acompanhou o Presidente da República em 122 viagens nacionais, resultando em acompanhamento de 8.388 profissionais de imprensa credenciados pelo Setor de Credenciamento e 1.327 profissionais de imprensa credenciados nos locais dos eventos. Foram realizadas também duas viagens internacionais acompanhando jornalistas em avião cedido pela Presidência da República.

Aquela equipe do setor deu apoio a 97 eventos externos, em Brasília, com a presença do Presidente da República, 154 eventos e audiências com a presença do Presidente da República no Palácio do Planalto e 83 eventos e audiências com a presença de ministros no Palácio do Planalto. Operacionalizou-se a geração de 124 transmissões, ao vivo, de solenidades com a presença do Presidente da República, 38 transmissões de briefings, 18 transmissões de reuniões (CDES e Conselho Político), nove transmissões de entrevistas coletivas

ministeriais, três entrevistas do Presidente da República (TV do Canadá, Documentário sobre o Brizola e Jornal “O Globo”).

A partir maio de 2007, o Núcleo de Acompanhamento e Resposta, criado para manter informado o Presidente da República, o Ministro Chefe da Secom e a equipe da Secretaria sobre os principais assuntos divulgados pela imprensa de interesse do Governo Federal., iniciou a utilização do sistema informatizado de monitoramento, já alimentado com 59.004 notícias.

Em 2007, a Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S.A. depositou todos os seus esforços para desenvolver e convergir duas importantes ações operacionais: manter todas as atividades da empresa a pleno vapor e colaborar concretamente para a construção da nova empresa de comunicação pública, a Empresa Brasil de Comunicações (EBC). O primeiro passo para contribuir com esse processo de construção da EBC foi a gestão do clima organizacional das duas empresas envolvidas - Radiobrás e Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).

Com a assinatura da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, e a instalação oficial da EBC, a Radiobrás passou a trabalhar concretamente para a TV Brasil. Assim, durante 2007, a Radiobrás cobriu todos os eventos relacionados ao Presidente da República, em Brasília, nos Estados e no Exterior. Foram viagens para 101 cidades brasileiras e 34 do exterior, com transmissão ao vivo de todas as solenidades oficiais. No total, a Radiobrás cobriu 374 eventos de Governo em 355 horas de transmissões ao vivo, sem contar as reapresentações na NBr, o canal do Governo Federal.

A TV Brasil – Canal Integración, uma iniciativa dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para fortalecer a integração da América Latina, conseguiu atingir 200 operadoras a cabo autorizadas a transmitir sua programação para a América do Sul e Central. Dentre suas coberturas jornalísticas destacaram-se as séries especiais sobre migrações na América do Sul, a fome na América Latina, eleições presidenciais na Argentina e o referendo da Venezuela.

A Radioagência, por sua vez, consolidou-se como uma eficiente distribuidora de matérias jornalísticas. O número de emissoras de rádio cadastradas, de todo o País, chegou a 4.889. Foram disponibilizadas 17.375 matérias da Radiobrás, que motivaram 355.029 downloads, cerca de 150 mil a mais do que no ano passado. Na TV Nacional os destaques de 2007 foram para o Repórter Nacional, com duas edições diárias, e os programas semanais Ver TV e Diálogo Brasil.

Na TV Nacional os destaques de 2007 foram para o Repórter Nacional. A participação da Ouvidoria dentro do Repórter Nacional foi uma iniciativa inédita no jornalismo mundial ao levar para dentro do telejornal as críticas e sugestões dos telespectadores sobre as notícias veiculadas na semana.

Durante o ano de 2007, a Agência Brasil ganhou o caráter multimídia ao apresentar em seu sítio virtual não apenas textos e fotos, mas áudios e vídeos integrando todos os veículos de comunicação da Radiobrás. Foram 23.406 matérias, 21.517 fotos disponibilizadas, 300 áudios e 615 vídeos.

No Rádio, a Voz do Brasil, o Café com o Presidente às segundas-feiras e as entrevistas semanais com Ministros de Estado foram reconhecidos como serviços de grande utilidade pela mídia do País. O Café com o Presidente alcançou a grande imprensa e a participação dos Ministros levou informações úteis para todo o País. Dentre os trabalhos que conquistaram o reconhecimento da sociedade destacou-se o Radionautas, programa infanto-juvenil, que recebeu o prêmio Itaú Unicef (categoria Região Centro-Oeste e menção honrosa na categoria nacional). Foram destaques em todos os veículos da Radiobrás, a cobertura do Fórum Social Mundial em Caracas, os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos.

Por meio de um Contrato de Gestão firmado com a União, a Acerp, qualificada como Organização Social, nos termos da Lei nº 9.637/98, é supervisionada pela Secom. A Acerp controla a TVE Brasil (TVE/RJ e MA), as Rádios MEC AM (RJ e BSB) e MEC FM (RJ) e possui uma rede de emissoras educativas de TV distribuídas pelo País. A TVE Brasil é uma das cabeças geradoras da Rede Pública de Televisão Educativa – RPTV, junto com a TV Cultura e outras 20 emissoras geradoras estaduais.

A TVE Brasil veiculou 6.750 horas em 2007, alcançando 99,6% da meta anual de 6.770 horas/ano, estabelecida no Programa Veiculação da atividade: Serviços de Radiodifusão de Programas Culturais e Educacionais - Acerp - OS, da Lei Orçamentária de 2007, apesar de não computar o último mês do ano, pois a partir

das 12h de 02 de dezembro de 2007 a veiculação de programas, nos canais 2 do Rio de Janeiro e Maranhão, passaram a ser de responsabilidade da Empresa Brasil de Comunicação - EBC por meio da TV Brasil.

Em 15 de março de 2007 a Acerp inaugurou o Espaço Cultural TVE Brasil Rádio MEC, que dispõe de um salão para exibição de vídeos e terminais de pesquisa com uma seleção dos principais programas do acervo da associação sobre os 40 anos da TV e de 70 anos da Rádio, além de uma biblioteca e uma exposição de fotografias, prêmios e documentos, com o objetivo de dar acesso ao público geral às informações institucionais, como também preservar a memória das emissoras.

O I Fórum Nacional de TVs Públicas foi realizado com o apoio do Gabinete da Presidência da República e da Casa Civil, o engajamento da TVE Brasil e da Radiobrás, sob a coordenação da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Foram mobilizados, inicialmente, os mais de 250 geradores e programadores de TV públicas organizadas nestas entidades, que, em conjunto ao Ministério da Cultura, elaboraram um diagnóstico completo sobre a situação das TVs públicas brasileiras.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada pela Medida Provisória nº 398, editada em 10 de outubro de 2007, tendo como objetivo a implantação do Sistema Público de Comunicação. Os canais públicos estão previstos na Constituição Brasileira, em seu art. 223, de forma a complementar os sistemas privado e estatal, com vistas à criação de um sistema de radiodifusão pluralista e democrático.

No dia 2 de dezembro, foi dado o primeiro passo para a implantação da rede pública de comunicação, com a fusão das grades de programação das emissoras federais: TV Nacional de Brasília (Radiobrás), TVE-RJ e TVE-MA. Nesse primeiro momento, algumas das emissoras de televisão estaduais já começaram a operar, total ou parcialmente, em rede com a nova televisão, a TV Brasil. Naquela data, que coincidiu com o início das transmissões em sistema digital, a partir de São Paulo, a nova televisão apresentou uma programação especial enfatizando a importância destas duas mudanças no sistema brasileiro de comunicação: o salto tecnológico representado pela adoção do padrão digital e o início da implantação da TV Pública e do sistema público de comunicação. No dia 3 de dezembro, começou a ser veiculado o primeiro produto concebido e gerado pela TV Brasil, o telejornal Repórter Brasil, já veiculado em 18 Estados por emissoras associadas.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ao Gabinete de Segurança Institucional, Órgão essencial da Presidência da República, compete, entre outras tarefas, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, coordenar as atividades de Inteligência Federal e de Segurança da Informação, coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes e drogas, tendo em sua estrutura o Conselho Nacional Antidrogas, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e a Secretaria Nacional Antidrogas – Senad.

A ação Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos destina-se à cobertura de gastos efetuados pelos efetivos militares das Forças Armadas empregados nas ações de segurança dos eventos do Presidente da República.

As Forças Armadas realizam a coordenação de atividades de segurança nas áreas nos eventos do Presidente da República em território nacional. Ocorre que o Ministério da Defesa só dispõe de recursos orçamentários para emprego de seus efetivos militares, segundo plano próprio de operações, não caracterizando, em particular, a cobertura das despesas decorrentes de ações de segurança em eventos do Senhor Presidente. Evidencia-se, assim, a necessidade de recursos de destinação específica para atender às despesas decorrentes do emprego dos efetivos militares das Forças Armadas na segurança de área e do transporte do Senhor Presidente da República.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI, é responsável pelo Grupo Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial Casa Civil/GSI nº 19, de 15 de setembro de 2005, com a finalidade de gerenciar o sistema de Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República - GEOPR, que permitirá a coleta e o compartilhamento de informações e dados produzidos pelos diversos órgãos que compõem a estrutura de governo, subsidiando ações conjuntas nas esferas governamentais.

O VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado pela SAEI/GSI/PR, em Brasília/DF, de 6 a 8 de novembro de 2007, reuniu um público de mais de 1.300 pessoas, entre autoridades, servidores públicos, militares, acadêmicos, estudantes, diplomatas, entre outros.

A SAEI assinou o Acordo de Cooperação Técnica entre a SAEI/GSI/PR e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Monitoramento por Satélite), no intuito de conjugar esforços em prol do Sistema de Processamento Digital de Imagens Orbitais para Áreas de Interesse Nacional e para o estabelecimento de uma Sala de Situação Remota em Campinas/SP.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin), integrante da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), tem por competência o planejamento, a execução, a coordenação, a supervisão e o controle da atividade de Inteligência no País, cabendo-lhe, inclusive, o papel de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), em observância à política e às diretrizes fixadas pela Presidência da República.

A atuação da Abin no exercício de 2007 foi pautada de acordo com os objetivos contidos nas Orientações Estratégicas da Presidência da República (estabelecidas quando da edição do Plano Plurianual 2004-2007); nas prioridades para a atividade de Inteligência definidas pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) do Conselho de Governo; e nas diretrizes de Inteligência fixadas pela Direção-Geral da Abin.

O exercício de 2007 teve como principal característica atender as demandas relacionadas com a infra-estrutura administrativa e tecnológica e da área finalística, contidas num amplo e minucioso diagnóstico realizado em 2006 acerca das reais condições da Agência. Ademais, foram privilegiadas as ações com objetivo de propiciar os meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades e a coordenação das atividades de Inteligência para a segurança dos XV Jogos Pan-Americanos e III Jogos Parapan-Americanos, em apoio à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ).

Na condição de órgão central do Sisbin e responsável por todas as atividades de Inteligência voltadas para os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos Rio 2007, coordenou o Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ), sediado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, integrado por vinte e sete órgãos parceiros e definiu as áreas de trabalho – investigação de credenciamento; terrorismo; crime organizado; infra-estrutura; distúrbios, atos públicos e greves; grupos de pressão; conjuntura internacional; análise de mídia –, bem como os produtos que o CIJ forneceu à estrutura de segurança dos Jogos.

As atividades de Inteligência desenvolvidas pela Abin e órgãos parceiros possibilitaram a produção de mais de 500 relatórios difundidos para a Senasp; a realização de 110 mil pesquisas relativas a nomes de candidatos a credenciais; a edição diária de boletins de dados de interesse específico para o planejamento de segurança por parte dos órgãos competentes; e o desenvolvimento de ações operacionais no Estado do Rio de Janeiro/RJ, com o objetivo de detectar, identificar, acompanhar e neutralizar possíveis ações de pessoas, grupos ou organizações que pudessem ameaçar a segurança das delegações ou os locais de realização das provas.

Foram produzidos, até 31/12/2007, 821 Relatórios de Inteligência; 3.079 Comunicados; 3.738 pesquisas para atender demandas da Casa Civil da Presidência da República; e 24 Certidões de Dados Pessoais. Foram trocados com serviços de inteligência estrangeiros 3.024 documentos. Os conhecimentos abordaram variados temas de interesse nacional, com prevalência para aqueles relacionados a terrorismo, segurança pública, economia, ciência e tecnologia, dinâmica social, políticas nacionais, questão fundiária, meio ambiente, conjuntura internacional, não-proliferação de armas de destruição em massa.

Equipes do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia realizaram visitas técnicas a diversas empresas, priorizando, em 2007, orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material sensível.

No tocante à área de Contra-Inteligência foram intensos os trabalhos no setor de contra-espionagem, no sentido de preservar tecnologias avançadas desenvolvidas pelo Brasil em diferentes segmentos, em especial nas áreas de biotecnologia, espacial e nuclear.

O Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC) atuou de forma sistemática, por meio de avaliações, diagnósticos e orientações a empresas públicas e privadas na proteção do conhecimento sensível.

A Escola de Inteligência (Esint) capacitou, no ano letivo de 2007, 1.510 pessoas, em 191 cursos, entre servidores da Abin e de 150 entidades do País e de Serviços de Inteligência Estrangeiros.

Na área científica e tecnológica houve a reestruturação da rede interna com uma solução convergente e de multiserviço, que priorizou a substituição de equipamentos e softwares que fizeram o órgão avançar significativamente no campo da Tecnologia da Informação e das Comunicações.

A abertura de três novos postos da Abin no exterior (Argentina, Colômbia e Venezuela) e autorização concedida pelo Presidente da República para a instalação de outros dois, na Bolívia e no Paraguai (não instalados em virtude de entraves diplomáticos colocados pelas duas chancelarias), impulsionou de forma significativa o projeto de expansão da atividade da Abin no exterior. A qualidade e a oportunidade das informações recebidas dos adidos referendam o acerto do projeto.

Mereceu destaque, também, a continuidade das ações de suporte ao desenvolvimento das atividades de Inteligência no País e no exterior e a integração da área de planejamento e orçamentária, o que possibilitou a execução de mais de 90% dos créditos disponibilizados no exercício de 2007. Os recursos disponibilizados no exercício de 2007 possibilitaram atender as demandas na área tecnológica e a aquisição de equipamentos operacionais para as unidades da sede e superintendências.

SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS

Fundamentado na Política Nacional sobre Drogas, o Programa de Gestão dessa Política apoiou projetos alinhados às seguintes estratégias: Promoção e Socialização do Conhecimento Técnico-científico; o Fortalecimento das Estruturas do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; e Suporte à Gestão do Sisnad, por intermédio da Gestão do Fundo Nacional Antidrogas; merecendo destaque as ações a seguir comentadas.

Foram impressas e distribuídas cartilhas com informações atualizadas sobre o uso de álcool e outras drogas, destinadas a diversos segmentos da sociedade, tais como: pais, adolescentes, jovens, educadores, lideranças comunitárias e de Glossário de Termos Relacionados a Drogas e de livreto contendo a Política Nacional sobre Drogas. Em 2007, foram impressos 1.500.000 exemplares para distribuição em todo o País e mantida a central de atendimento telefônico 0800 “VIVA VOZ” que presta aconselhamento reativo especializado para a prevenção universal e seletiva por meio da Intervenção Breve quanto ao uso de substâncias psicoativas. Indica ainda, recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares, e também fornece informações sobre drogas, seus efeitos no organismo e orientações para a comunidade em geral. Em 2007 foram recebidas 438.703 ligações.

Foi iniciada uma pesquisa nacional visando o levantamento do impacto do abuso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro, estimando a prevalência de uso de álcool e outras substâncias em motoristas privados, transportadores de carga e de passageiros do Brasil, cujo diagnóstico contribuirá para a elaboração de políticas públicas nesta área e concluída uma pesquisa e mapeamento das instituições governamentais e não governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos destas instituições, visando o fortalecimento desta rede social e disponibilizando à população, informações sobre recursos existentes na comunidade, por meio do serviço 0800 e do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID.

Foi mantido um Curso de Especialização em Pesquisa sobre Álcool e Drogas, visando proporcionar conhecimento a alunos da América Latina, Caribe e África de língua portuguesa, para desenvolverem investigações sobre o fenômeno das drogas lícitas e ilícitas e concluído um Curso de Capacitação à Distância para Educadores das Escolas Públicas sobre Prevenção do Uso Indevido de Drogas, para 20.000 educadores.

Houve o prosseguimento ao projeto de implantação de uma Rede de Pesquisa sobre Drogas visando a promoção do intercâmbio de conhecimento técnico-científico, a descentralização e a formação de recursos humanos em pesquisa sobre álcool ou outras drogas, e também concluído curso de capacitação para profissionais de saúde, para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento - Curso online, por meio do qual foram treinados 5.000 profissionais em todo

Brasil, vinculados aos serviços de atenção básica (UBS/PSF) do SUS e CAPS-ad, Hospitais Dia, Hospitais Psiquiátricos. Foi feito o relançamento deste curso que terá capacitado até setembro de 2009 mais 20.000 profissionais.

Ocorreu o início de um curso de prevenção do uso de álcool ou outras drogas para instituições religiosas e movimentos afins, com o objetivo de capacitar cerca de 5000 pessoas que desempenham papel de lideranças religiosas ou que atuam em ações de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco, bem como para abordagem de situações que requeiram encaminhamento às redes de serviços existentes na comunidade e iniciou-se um curso de capacitação em redução da demanda de drogas para 15.000 conselheiros municipais com o objetivo de capacitar os mesmos a atuarem na prevenção da violência associada ao uso indevido de álcool e outras drogas.

Também foi iniciado curso de prevenção do uso indevido de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho – Cipas, com o objetivo de capacitar 3000 profissionais de indústrias/empresas brasileiras, públicas e privadas, com conhecimentos técnico-científicos atualizados sobre drogas, tipos de uso, efeitos, modelos de prevenção e tratamento, entre outros.

O suporte à Gestão do Sisnad foi realizado, por meio de apoio financeiro a 21 projetos de órgãos federais e estaduais, dos Poderes Executivo, Judiciário e do Ministério Público, totalizando, em 2007, R\$ 3.370.396,00. Tais recursos se destinaram à adequação e modernização dos integrantes do Sistema, para que possam melhor desempenhar suas ações relacionadas à redução da demanda e da oferta de drogas.

NÚCLEO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

O Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - NAE concentrou a sua atuação, durante o ano de 2007, no desenvolvimento de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios à tomada de decisões estratégicas no âmbito da Presidência da República e do Governo Federal como um todo.

Para tanto, firmou parcerias com instituições consagradas, dentre as quais se destacam o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, organização social (OS) que mantém um contrato de gestão com o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE resultou inclusive na criação de uma meta específica no seio do referido contrato de gestão, com o título de “Apoio Técnico para a Presidência da República em Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação” (meta 14). Nesse contexto, foram realizados os seguintes estudos: (i) Mar e Ambientes Costeiros (fundamentos para uma política para ocupação efetiva do Mar brasileiro); (ii) Dinâmicas Populacionais e Movimentos Migratórios (subsídios para o desenvolvimento de políticas que atendam às mudanças demográficas em curso ou futuras); (iii) Qualidade na Educação Básica (temas centrais: Pacto Nacional pela Qualidade da Educação Básica, Inclusão Digital, Valorização dos Professores e Gestão Democrática da Educação); (iv) Inclusão Digital (concepção estratégica de infra-estrutura nacional, para a inclusão digital das escolas públicas e para a difusão da banda larga a toda a sociedade); (v) Economia (análise das estratégias de desenvolvimento para a economia brasileira); (vi) Ferramentas utilizadas para identificação de alternativas de futuro (desenvolvimento de software de apoio à análise de cenários prospectivos) e (vii) Atores, Coalizões, Convergências e Divergências (subsídios para a formação de um sistema de gestão de decisões estratégicas e desenvolvimento de software de apoio à tomada de decisões estratégicas).

A parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do Projeto BRA/06/032 – Brasil 3 Tempos, resultou no desenvolvimento do estudo “Sistema Industrial Latino-Americano: complementaridades e oportunidades dos mercados nacionais frente aos mercados latino-americanos”. Seu conteúdo produziu uma síntese clara dos principais fluxos econômicos latino-americanos, apontando para as oportunidades econômicas brasileiras em um contexto de progressiva integração sul-americana.

Além disso, o referido Projeto sofreu uma Revisão Substantiva no final do ano de 2007, levando à ampliação do seu escopo e à previsão da intensificação da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – NAE para o próximo exercício.

O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea – é pioneiro na disseminação de análises e conhecimentos sobre as áreas econômica e social do País. Produz pesquisas e estudos macroeconômicos, sociais e setoriais com o intuito de subsidiar o governo no planejamento, formulação, monitoramento e avaliação de políticas e de oferecer à sociedade a produção, análise e difusão de informações sócio-econômicas. Por sua relevância, passou a ser conhecido, ao longo de sua existência, como a entidade que tem a missão de “pensar o Brasil”.

Ao longo de 2007, o Ipea participou ativamente da elaboração de projetos prioritários do governo. Suas atividades buscaram reativar o planejamento de médio e longo prazos, propondo diretrizes concretas para o desenvolvimento econômico e social do País. Nesse sentido, sua atuação voltou-se para a formulação de políticas sociais; para o estabelecimento de diretrizes de política industrial, de comércio exterior e tecnologia; para o acompanhamento e análise das questões econômicas; e para a formulação de políticas de estabilidade e desenvolvimento.

A ação “Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica” tem por finalidade incentivar e promover a pesquisa sócio-econômica aplicada e o estudo das políticas públicas. Nesse sentido, busca o apoio direto, realizado por bolsistas, a estudos, pesquisas, boletins conjunturais e sistemas de informação produzidos pelo Ipea, além do apoio às atividades de suporte a pesquisas nas áreas de estatística, editorial e de gestão e disseminação da informação, tendo como principal benefício oferecido à sociedade a capacitação e o desenvolvimento profissional de pessoal técnico de alta qualificação: os bolsistas contratados.

O resultado alcançado de 18 pesquisas apoiadas no ano por cerca de 40 bolsistas superou as metas previstas no Orçamento e no Plano Plurianual para 2007. Diversas pesquisas apoiadas tiveram foco na questão regional e, mais especificamente, na problemática da desigualdade regional.

A ação Acompanhamento e Análise de Conjuntura tem, tem por finalidade prover informações e análises sobre a evolução da conjuntura econômica e social do País que servirá de cenário para o monitoramento de políticas, planos, programas e indicações sobre seus impactos. As atividades da ação estão, basicamente, circunscritas à produção de boletins de informação e análises sócio-econômicas e ao provimento da base de dados IpeaData.

Foram produzidas edições dos boletins de Conjuntura, de Política Social, de Desenvolvimento Fiscal, de Mercado de Trabalho e de Conjuntura Industrial, este último em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI. O mês de dezembro marcou o lançamento da Carta de Conjuntura, de periodicidade trimestral, trazendo uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos.

Por fim, o IpeaData, banco de dados do Ipea que acumula mais de cinco mil séries de dados com informações sobre população, emprego, saúde, educação, salário e renda, produção, consumo e vendas, além de indicadores sobre contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, continuou a ser atualizado regularmente.

Em 2007, foram verificadas cerca de 570 mil visitas ao IpeaData (com aproximadamente 1,55 milhão de acessos a informações). Diversos estudos publicados no boletim em 2007 tiveram foco na problemática da desigualdade regional.

Por meio da Revista Desafios, foram publicados, ao longo de 2007, diversas reportagens e artigos com foco sobre questão regional. Da mesma forma, diversos livros publicados apresentam análises e proposições para a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras. Acrescentam logo a seguir o Texto: A Ação de Estudos para a Redução ou Eliminação de Restrições Econômicas ao Desenvolvimento Brasileiro.

A ação “Estudos sobre Políticas de Inclusão Social para o Desenvolvimento Brasileiro”, que tem por finalidade ampliar o conhecimento e compreensão dos fatores econômico-sociais, espaciais e culturais que provocam a exclusão social e a persistência das disparidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento e, assim, contribuir para aumentar a eficácia das políticas públicas sociais, regionais e urbanas.

Desenvolve estudos e pesquisas relacionados ao monitoramento da população e de sua evolução demográfica, das condições de vida, trabalho e renda da população e das políticas sociais e de regulação estatal em atendimento a essa população. Neste contexto, em 2007, o Ipea desenvolveu, entre outros, diversos estudos sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, avaliando sua magnitude e importância, identificando seus

principais determinantes e, por fim, delineando propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes.

A ação “Disseminação de Informações Econômico-Sociais e de Políticas Públicas”, que tem por finalidade disseminar informações, conhecimentos, estudos, pesquisas e opiniões a respeito de temas sociais e econômicos e ampliou o debate acerca de alternativas de políticas públicas, por meio da edição e publicação livros, revistas e notas contendo os resultados de estudos e pesquisas elaborados ou apoiados pela Instituição.

Em 2007, os principais resultados estão associados à edição de vinte e três livros e cinco notas técnicas com os resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da Instituição, e a edição das revistas Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Planejamento e Políticas Públicas (PPP) e Desafios do Desenvolvimento.

A ação “Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro” tem por objetivo sintetizar, diagnosticar, analisar, interpretar, refletir e prospectar alternativas e estratégias de desenvolvimento nacional a médio e longo prazos, de modo a prover suporte técnico aos centros decisórios de governo para identificação de desafios e oportunidades e desenho e formulação das agendas de política pública.

Os resultados da ação em 2007 estão relacionados à publicação de estudos sobre as áreas de inovação e comércio internacional; sobre o mercado de trabalho no Brasil, com a apresentação de um mapa do emprego por setor econômico e região no País, tendo por base demanda e perfil dos trabalhadores formais em 2007; além da publicação de estudos com análises sobre os resultados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios-PNAD 2006 nas áreas de saneamento e habitação, demografia, educação, trabalho e remuneração, previdência, desigualdade de renda e pobreza.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em 1º de janeiro de 2003, por meio da Lei nº 10.683/2003, com o objetivo de estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida de todas as brasileiras, vem desenvolvendo ações conjuntas com diversos Ministérios, Secretarias Especiais, instituições públicas e da sociedade civil organizada e de outros segmentos do terceiro setor. Tem como desafio a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para garantir a plena cidadania às mulheres brasileiras.

Em 2007, além da coordenação e articulação das políticas e ações no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), a SPM executou três programas finalísticos: (i) Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres; (ii) Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho; e (iii) Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas. Tal programação contempla 12 ações orçamentárias e oito não orçamentárias, além das ações padronizadas que dão suporte à gestão e administração das ações. Cabe ressaltar que dos R\$ 45.851.000,00 autorizados na Lei, foram liberados para movimentação e empenho R\$ 31.443.196,00, o que representa 68,57%.

No programa Prevenção e Combate Violência Contra as Mulheres, foram executados R\$ 17.225.000,30, correspondendo a 99,94% dos recursos disponibilizados para movimentação e empenho neste programa após distribuição do limite recebido entre os programas da SPM; e 55,40% dos recursos executados pela SPM, exceto pessoal. Cabe destacar que R\$ 15.747.588,10 foram transferidos para Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Neste programa foram apoiados 118 projetos, por meio da celebração de convênios e instrumentos afins: (i) construção/reforma/reaparelhamento de 73 serviços da rede de atendimento, sendo 17 Casas Abrigo, 48 Centros de Referências, oito Defensorias da Mulher/Núcleos Especializados nas Defensorias Públicas, entre outros, nas cinco regiões do País, com recursos das ações Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, Apoio a Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco; (ii) capacitação de 4.210 profissionais da rede de atendimento e 8.400 mulheres em situação de violência, nas áreas de segurança pública, saúde, justiça e assistência social, por meio das ações Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Capacitação de Profissionais de Instituições Públicas atuantes no Combate à Violência contra as Mulheres; (iii) apoio a quatro projetos educativos e culturais de prevenção à violência contra as mulheres no âmbito da ação Apoio a Projetos Educativos e Culturais de Prevenção à Violência contra as Mulheres.

Cabe destacar ainda duas grandes ações realizadas neste programa: constituição, em maio de 2007, por iniciativa da SPM, do Observatório de Monitoramento da Implementação e Aplicação da Lei Maria da Penha e manutenção da Central de Atendimento à Mulher no âmbito da ação de Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

No âmbito do Programa de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho, foram apoiados 16 projetos, por meio da celebração de convênios e instrumentos afins: (i) capacitação de 6.200 mulheres para a equidade no mundo do trabalho, com recursos da ação Capacitação de Mulheres para a Equidade no Mundo do Trabalho; (ii) apoio a 13 projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres, por meio da ação Apoio a Projetos de Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres.

Outra grande linha de atuação da SPM neste programa foi o desenvolvimento do projeto Trabalho e Empreendedorismo da Mulher em 2007, que tem como objetivo estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios, com recursos da ação de Capacitação de Mulheres para a Equidade no Mundo do Trabalho.

Dos recursos liberados para movimentação e empenho, excetuando pessoal, esse programa apresentou uma execução de R\$ 3.573.389,95, representando 91,47% dos recursos liberados para movimentação e empenho neste programa após distribuição do limite recebido entre os programas da SPM, e 11,49% dos recursos executados pela SPM, exceto pessoal. Cabe destacar que R\$ 3.385.201,51 foram transferidos para Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

O programa Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, apresentou uma execução em 2007 predominantemente voltada para: (i) apoio à criação e ao fortalecimento de 26 organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres, de forma a contribuir para a transversalidade de gênero nas políticas públicas nestes entes da federação. Este apoio foi realizado com recursos da ação Apoio a Organismos de Promoção dos Direitos da Mulher; (ii) realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida de conferências municipais/regionais e estaduais, algumas destas realizadas também com apoio da SPM, por meio da ação Promoção de Eventos de Políticas para as Mulheres.

Nesse programa, foram executados R\$ 7.637.776,49, representando 99,91% dos recursos liberados para movimentação e empenho no programa após distribuição do limite recebido entre os programas da SPM; e 24,56% dos recursos executados pela SPM, exceto pessoal. Cabe destacar que R\$ 7.247.759,37 foram transferidos para Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA

A SEAP/PR elaborou, em 2007, o planejamento estratégico da aquicultura e pesca no Brasil para o período 2007-2011, fundado na promoção do desenvolvimento sustentável desses setores, articulando atores, consolidando uma política de Estado com inclusão social e contribuindo para a soberania alimentar do Brasil. São três programas finalísticos: Gestão da Política Aquícola e Pesqueira; Desenvolvimento Sustentável da Pesca; e Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura.

A produção de pescados no Brasil, atualmente, gira em torno de 1,2 milhão de toneladas/ano, provenientes da pesca extrativa marinha e continental, bem como da aquicultura continental e da maricultura. Para 2008, está sendo elaborado o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq) para todo território nacional. Esse sistema deverá integrar os bancos de dados de diversas instituições governamentais, além da cooperação com instituições de pesquisa.

Foi executado o ordenamento de dois dos principais recursos pesqueiros no Brasil, a lagosta e o camarão. Para a lagosta, o processo de permissionamento permitiu que cerca de 7.000 pescadores entrassem para a legalidade. Hoje a pescaria da lagosta permite atuação legal de 15 mil trabalhadores em três mil embarcações. Cerca de 2,5 mil barcos receberam permissões de pesca do camarão sete barbas. O ordenamento da frota camaroneira no Sul e Sudeste garante a sustentabilidade da pescaria da espécie, que vinha enfrentando quedas sucessivas na produção. Há dez anos não eram concedidas novas permissões de pesca para o camarão sete barbas.

As medidas adotadas propiciarão o aumento da produção, no médio prazo, de até 3.000 toneladas, favorecendo um aumento na geração de divisas de mais de 30 milhões de dólares/ano. Foram investidos R\$ 35

milhões em ações para indenização dos petrechos proibidos para a pescaria a lagosta e no Programa de Valorização Social e Profissional do Pescador Artesanal.

O Projeto Nacional de Habitação para Pescadores já beneficiou 700 famílias do litoral sul do RS. Outras 300 famílias das demais regiões pesqueiras do Estado também foram incluídas no programa. No total, mais de R\$ 5 milhões serão investidos nas casas dos pescadores. Os recursos são do FGTS, e boa parte dessas famílias receberá o benefício a fundo perdido ou com desconto significativo no valor devido.

O programa Pescando Letras para alfabetização dos pescadores atendeu em 2007, 20 mil pescadores, totalizando nos últimos quatro anos cerca de 120 mil pessoas e o Programa Nacional de Financiamento da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) visa estimular a construção, modernização e ampliação da frota pesqueira brasileira. O Profrota já contemplou 38 embarcações, no valor de R\$ 129 milhões, com mais R\$ 34 milhões para equalização de juros.

Em 2007, foi repassado o valor de R\$ 11 milhões para construir, adquirir, converter ou modernizar as embarcações. Os contemplados com o financiamento recebem empréstimos com encargos entre 7% e 12% e com prazos de até 18 anos para pagar. O Programa de Rastreamento das Embarcações por Satélite - PREPS já teve a adesão de 854 barcos ao programa.

A subvenção econômica ao preço do óleo diesel foi ampliada para 25%, melhorando ainda mais as condições para a pesca. Foram subvencionados 116,7 milhões de litros de combustível, num total de R\$ 25,5 milhões investidos.

Combinando o incentivo à pesca industrial com o apoio à pesca artesanal, foram viabilizados canais de abertura e acesso ao crédito para o pescador e o pequeno e médio aqüicultor, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e dos Fundos Constitucionais, com cerca de 30 mil contratos. Foram investidos mais de um milhão de reais na assessoria técnica e qualificação de profissionais, beneficiando mais de cinco mil pescadores artesanais e aqüicultores familiares de todos os Estados do Brasil.

Ainda houve a definição dos critérios para promover a cessão no uso da água dos rios, lagos e reservatórios pertencentes à União, visando o aproveitamento das águas federais para a criação de pescado em cativeiro. Alguns parques já estão sendo implantados pela SEAP em reservatórios: Itaipu/PR, com capacidade de produção de até 50 mil toneladas de pescado/ano e que 70 produtores já estão recebendo os títulos.

Como parte da estratégia do governo para incentivar o consumo regular de pescado, foi realizada a quarta edição da Semana do Peixe em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). A semana do peixe foi realizada em todos os Estados e nos supermercados participantes da promoção, o pescado foi oferecido a preços mais baixos.

O Programa Nacional de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) tem investido recursos na construção e modernização de terminais pesqueiros para recepção, beneficiamento, comercialização e expedição de pescados. Já estão em operação os TPPs de Cananéia/SP, Laguna/SC, Santos/SP e Vitória/ES. As obras dos terminais de Cabedelo/PB e Manaus/AM encontram-se em fase final.

A mais importante organização internacional do setor pesqueiro, a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), será presidida pelo Brasil, durante os próximos dois anos, decisão adotada na reunião da ICCAT na Turquia em 2007. A ICCAT conta atualmente com 45 países membros e um orçamento anual da ordem de 2,5 milhões de euros.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

Em 2007, o trabalho da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República foi marcado pela maior integração entre os vários temas sob sua coordenação e pelo reforço na incorporação do olhar de direitos humanos em diversas políticas setoriais, na atuação de outros órgãos.

A elaboração do novo PPA e a coordenação dos trabalhos de planejamento de quatro temas do PAC Social (Criança e Adolescente, Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, Pessoas com Deficiência e Idosos) reforçaram o papel de articulação da SEDH e propiciaram mais foco na atuação sobre os

temas, elevando a importância dessas políticas e estabelecendo articulação direta com a Presidência da República na gestão e acompanhamento das ações.

Na área de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, investimentos no montante de R\$ 3,9 milhões permitiram o apoio a 33 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual e o funcionamento do Disque 100, de atendimento e encaminhamento de denúncias, que conta com aporte financeiro adicional da Petrobras. Esse serviço registrou 940.919 atendimentos, dos quais 24.924 configuraram denúncias.

No âmbito do programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram investidos R\$ 20,4 milhões, com destaque para as seguintes realizações: proteção a 2.095 adolescentes ameaçados de morte e seus familiares, criação de sete Escolas de Conselhos e implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

A realização da VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ganhou destaque, tanto por ser a primeira de caráter deliberativo, quanto pelo maior número de participantes (cerca de 1.500, sendo 25% de delegados adolescentes).

Por meio do programa Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei, foram investidos R\$ 30 milhões na criação de 2.036 vagas em unidades de internação restritiva e provisória, assim como na qualificação do atendimento a 39.919 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos.

Por meio do programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, foram investidos R\$ 14,5 milhões no apoio a 25 centros de atendimento a vítimas, e na proteção efetiva de 560 pessoas, com a manutenção do programa federal e de 19 serviços estaduais.

Foram investidos R\$ 15 milhões por meio do programa Direitos Humanos, Direitos de Todos beneficiando 11.720 pessoas com ações de educação em direitos humanos, 88.705 com a emissão de documentos, 132.981 no atendimento dos balcões de direitos e mais 51.160 nos serviços de prevenção e combate a homofobia.

Note-se, ainda, a redução constante e gradual do índice de sub-registro de nascimento entre 2001 e 2006, passando de 23% para 12,7%, conforme dados do IBGE em 2007.

O Plano de Ações Integradas contra a Tortura recebeu a adesão de seis novos Estados. A ação Proteção a Defensores de Direitos Humanos possibilitou a consolidação e o fortalecimento de dois programas estaduais e a instalação do mais um no Espírito Santo. E o projeto de Assistência Técnica para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário alcançou 14 Estados.

Na prevenção e no enfrentamento da violência contra idosos, foram investidos R\$ 3,7 milhões que permitiram o atendimento direto a 3.612 idosos, além da produção de material informativo e da realização de pesquisas sobre as violações dos direitos contra essa faixa etária. Registre-se, também, a recepção da Conferência Regional da ONU sobre Envelhecimento (Madri+5) com a participação de 47 países.

Cabe ressaltar a aplicação de R\$ 4,6 milhões para a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com destaque para o apoio à implantação de nove conselhos de direitos em Estados e Municípios, a capacitação de 13.288 pessoas e a implantação de duas unidades do Sistema de Informações sobre Deficiência. Destaca-se no Programa Nacional de Acessibilidade, o investimento de R\$ 1,6 milhões, para a capacitação de 1600 técnicos e agentes sociais e outras realizações.

Destaca-se ainda, a realização de ações relevantes no campo do direito à memória e à verdade, com o lançamento do livro-relatório sobre os 11 anos de trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecimentos Políticos e a realização de exposição fotográfica sobre o mesmo tema em 7 capitais.

No campo da educação em direitos humanos, foram desenvolvidas ações de divulgação, capacitação e sensibilização, com destaque para as atividades de celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro): Feira e Show “Direitos Humanos: Iguais na Diferença” (Salvador, BA) II Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul e 13ª edição do Prêmio Direitos Humanos.

Soma-se a isso a criação, regulamentação, instalação e o início do funcionamento da Comissão Interministerial de Avaliação – Hanseníase. Somente em 2007, foram recebidos cerca de 8.000 pedidos de pensão e já foi realizado o deferimento dos 56 primeiros pedidos e o início do pagamento das pessoas.

Na atuação internacional, destaca-se a aprovação, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, de proposta apresentada pelo Brasil de criação das metas mundiais em direitos humanos. Registre-se, ainda, a condenação do país no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Damião Ximenes, com conseqüente pagamento de indenização aos familiares.

SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DA IGUALDADE RACIAL

O ano de 2007 foi marcado pela consolidação das políticas de promoção da igualdade racial desenvolvidas pelo Governo Federal nas várias áreas, especialmente o apoio da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial - Seppir à elaboração de planos estaduais de promoção à igualdade racial, ampliação de recursos específicos para a saúde da população negra, inclusão de negros na universidade por meio da adoção de ações afirmativas, aporte de recursos em programa social para crianças e adolescentes e a construção da agenda social quilombola.

Também foram retomadas parcerias para ampliar ações voltadas à implantação da Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 – “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, com capacitação de professores da rede pública e a elevação de escolaridade e qualificação profissional das trabalhadoras domésticas.

No âmbito do programa “Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial” que tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e avaliação do controle dos programas na área de promoção de igualdade racial - ação “Apoio a iniciativas para Promoção da Igualdade Racial”, podemos destacar, no ano de 2007, o apoio a projetos apresentados por instituições governamentais e não-governamentais, por meio de cinco convênios que totalizaram o valor de R\$ 643.999,50.

Vale ressaltar o Projeto “Dandara – Oportunidade em Ação” que é uma iniciativa da Seppir, em parceria com o Ministério da Justiça e tem por objetivo oferecer oportunidades para re-socialização/re-integração de jovens e adolescentes, por meio de sua inclusão, participação e acesso a bens e serviços públicos, visando o fortalecimento da família, da comunidade e a promoção da cidadania.

Em meados do 2º semestre de 2007 as ações estiveram orientadas para a elaboração do projeto, articulação e validação com órgãos do governo federal. O projeto “A Cor da Cultura” é educativo e de valorização da cultura afro-brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan), a TV Globo e a Seppir.

Das ações implementadas em 2006 e com continuidade em 2007, destacam-se 75 mil escolas públicas que receberam kit’s de DVD (composto por cinquenta e seis programas produzidos), quatro mil kit’s educativos composto por DVD com cinquenta e seis programas, três cadernos pedagógicos (textos, metodologia e atividades), jogo educativo Heróis de Todo Mundo, CD musical Gonguê (ritmos afro-brasileiros) e mini-glossário Memória das Palavras) distribuídos em pólos estratégicos para disseminação do projeto.

Em 2007, foram distribuídos textos do kit para todas as escolas da rede pública do Município de São Paulo, produção pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC) e veiculação dos programas “Heróis de Todo Mundo” em versão para rádio, para, aproximadamente quatrocentas rádios comunitárias e dois mil kits’s educativos distribuídos nas escolas do projeto Amigos da Escola da TV Globo.

Ainda como resultado das ações realizadas referente ao Projeto “A Cor da Cultura” foi verificado o registro de 1.000 instituições que assistiram o Canal Futura e a utilização e disseminação da metodologia do projeto para outras redes de educação: 39 escolas da Fundação Bradesco e 23 escolas do Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) – Rio de Janeiro e São Paulo; em Porto Alegre/RS – 100% das escolas de Ensino Fundamental – 109 professores multiplicadores; em São Luiz/MA – 80% das escolas de Ensino Fundamental – capacitação de 194 professores multiplicadores; em Porto Alegre/RS - 79 unidades escolares municipais de Educação Infantil com atendimento de 5.619 crianças, formação e acompanhamento de 40 professores/formadores e gestores da rede; e em Santo André/SP: 31 creches receberam kit’s e participaram da capacitação.

Ainda no âmbito do programa Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial foi firmado, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) convênio com três Estados e 13 Municípios para a ampliação do Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), a fim de atender em 2008 três mil e quinhentos trabalhadores, com objetivo da qualificação social e profissional e elevação de escolaridade de trabalhadoras domésticas; e a implementação de ações complementares de capacitação de trabalhadoras domésticas para o fortalecimento da organização sindical das trabalhadoras domésticas e para intervenção nas políticas públicas e fortalecimento das ações afirmativas.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Pnsipn) tem como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2007, foram promovidas gestões para assegurar na Conferência Nacional de Saúde, a discussão sobre saúde das Comunidades Tradicionais, articular a incorporação, no PAC Saúde, da ampliação dos Programas Saúde da Família e Saúde Bucal e firmar convênio no valor de R\$ 44.720,44 para realizar campanha para população de Ituiutaba-MG para levantamento de dados e de teste de falcização e para realização de palestra para quinhentas pessoas da comunidade, dentre elas representantes e líderes de movimentos com a finalidade de informá-los sobre o tema Anemia Falciforme e conseqüentemente serem multiplicadores do assunto.

O programa Brasil Quilombola (lançado em 2004) reúne ações de diversas áreas governamentais, orientadas para as comunidades remanescentes de quilombos, sendo a Seppir responsável por sua coordenação, mediante um Comitê Gestor.

As principais consolidações de 2007 foram: a criação no dia 20/11/2007 da Agenda Social Quilombola que assegura recursos no valor de R\$ 2 bilhões para investimento em políticas públicas para as comunidades quilombolas, a ampliação de recursos para o Programa Brasil quilombola, por meio da Agenda Social que demonstra o crescimento e a consolidação da política para quilombos no Brasil, os estudos para regularização fundiária dos territórios quilombolas, a chegada de eletricidade para as comunidades, o incremento de recursos para a saúde e o investimento em educação e infra-estrutura.

Atualmente, já são mais de 490 territórios em processo de regularização, no Incra, abrangendo mais de 500 comunidades. Desses processos, 31 territórios já receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra, outros 43 territórios já obtiveram o reconhecimento do direito a terra por parte do Governo, com a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União e dos Estados.

O programa Luz para Todos já proporcionou a instalação de energia elétrica em 367 comunidades, beneficiando 9.142 famílias, sendo meta universalizar até o final do governo. A atenção à saúde nessas comunidades conta com um incentivo especial, por meio do aumento em 50% no repasse de recursos para as equipes de saúde da família que atuam junto a populações quilombolas.

Também houve especial atenção ao estímulo à educação, por meio de recursos diferenciados para a capacitação de professores, construção e recuperação de escolas e a distribuição material didático voltado para a valorização dessa população, bem como a construção de escolas atendendo a Lei nº 10.639, com acréscimo nos recursos da merenda escolar em 100% para os alunos quilombolas.

Visando buscar e consolidar ações para proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, foram realizadas ações de segurança alimentar e nutricional, como a que garantiu a distribuição de 212.921 cestas de alimentos para 66.500 famílias, e também, a construção de dados sobre as crianças quilombolas, para melhorar o planejamento no atendimento as comunidades, como por exemplo, o chamado nutricional quilombola.

SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, criada pela Medida Provisória nº 369, de 7/5/2007, convertida na Lei nº 11.518, de 05/09/2007, tem como objetivo precípua priorizar as ações necessárias para uma maior eficiência e eficácia na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor de portos marítimos e promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às Companhias

Docas, promovendo a participação no planejamento estratégico do setor de portos marítimos e da infra-estrutura portuária marítima, a aprovação dos planos de outorgas e o desenvolvimento da infra-estrutura dos portos sob sua esfera de atuação, visando a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

Nesse sentido, foram empreendidas mudanças estruturais, alicerçadas em metas objetivas, objetivando dar maior dinamismo administrativo - com foco na gestão - onde obras paralisadas foram reiniciadas, cortes de despesas e exame das alternativas para o aumento da receita foram desafios vivenciados, de forma a enfrentar as oportunidades de negócios oferecidas pelo mercado, para que as Companhias Docas atingissem os objetivos de gerar resultados financeiros positivos, recuperando sua capacidade de investimentos e voltarem a crescer.

Ainda no intuito de auxiliar a gestão das Companhias Docas foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial que vem realizando o levantamento dos seus passivos, com o objetivo de apresentar propostas de equacionamento, assim como o levantamento de diversos ativos recebíveis, tudo isto, visando o saneamento financeiro das empresas estatais portuárias e o seu equilíbrio financeiro, contábil e gerencial.

A Lei nº 11.610, de 12/12/07, criou o Programa de Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária permitindo a contratação de serviços de natureza contínua por resultados, tendo sido incluídos em uma primeira etapa o aprofundamento dos canais de acesso e bacias de evolução e, posteriormente, sua manutenção por cinco anos nos seguintes portos: Santos, Rio Grande, Itaguaí, Itaquí, Itajaí, Vitória, Recife, Rio de Janeiro, Suape, São Francisco do Sul, Aratu e Fortaleza. A seguir são descritas, individualmente, as atividades desenvolvidas por cada uma das Companhias Docas no ano de 2007.

A Companhia Docas do Ceará apresentou um crescimento da ordem de 16% na movimentação de contêineres, no Porto do Ceará, evoluindo para 62.314 TEU (unidade equivalente a 20 pés), os graneis líquidos cresceram 1,4%, já os graneis sólidos decresceram 19,7%, em razão da não exportação de clínquer e calcário. Tal situação fez com que o movimento geral do porto sofresse um decréscimo de 3,7%, caindo de 3.403.762 toneladas movimentadas em 2006, para 3.278.299 toneladas ocorridas em 2007.

Essa redução na movimentação, aparentemente não atingiu o faturamento, que teve um crescimento de 4% na receita operacional, atingindo R\$ 20,5 milhões no exercício passado, mantendo a Companhia financeiramente equilibrada. Relativamente às obras, foi concluída a execução da cortina de contenção do enrocamento da retaguarda do Cais Comercial (obra que totalizou R\$ 18.011.546,00), que propiciará as condições técnicas para a dragagem de aprofundamento dos berços de atracação para 13 metros. Também foi concluída a construção do NAP – Núcleo de Apoio Portuário (total de R\$ 2.398.400,00), obra inserida na ação Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS Code).

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte registrou um crescimento de 10,8% no Porto de Natal, decorrente do aumento consignado nos embarques em linha, com destino à Europa, de navios portas-contêiner, de cargas diversas, que incluem, entre outras, equipamentos; frutas; quartzo; balas e pirulitos; tecidos e açúcar. O Porto Ilha sofreu, em 2007, as influências do fechamento da fábrica de barrilha da Alcalis, da concorrência do sal chileno e das paralisações devido às obras ali realizadas.

Em decorrência de tal conjuntura, sua movimentação sofreu uma queda de 16,3%. Esta situação deverá ser revertida em 2008 para os patamares anteriores. O Porto de Maceió também registrou um decréscimo de 11,3% em sua movimentação, em decorrência da queda do dólar.

Relativamente ao trabalho de saneamento financeiro, destaca-se a redução das pendências de origem trabalhistas de aproximados R\$ 13,5 milhões para R\$ 10 milhões, utilizando, de forma negociada, R\$ 3.010.853,40 de rubrica específica para demandas trabalhistas. Foi ainda, realizada a complementação do sistema de segurança ISPS Code, com interligação em fibra ótica de todas as dependências portuárias e Montagem do Laboratório de Segurança Química e Biológica.

Encontra-se em andamento, no Porto de Maceió, a construção do Cais para Contêineres, cujas obras tiveram início em 05/12/2001 e resultarão em um modelo fechado, tipo dinamarquês, com extensão de 407,60m, sendo 327m de fechamento da dársena e 80,60m de complementação do cais geral.

Cabe destacar as Obras de Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, incluídas no PAC, cujo objeto é a implantação de dois novos Dolfins de atracação e amarração, permitindo a atracação de navios de até 75.000 TPB, com conclusão prevista para março de 2008.

A Companhia das Docas do Estado da Bahia, bateu, em 2007, novos recordes de movimentação de cargas nos Portos de Aratu (6,7 milhões toneladas) e Salvador (3,1 milhões toneladas), este último superando também sua marca histórica em número de contêineres (230 mil TEU). O total de cargas movimentadas atingiu a marca de 10,5 milhões de toneladas em 2007, contra 8,9 milhões em 2006, representando crescimento de 18,2%, estabelecendo-se um novo recorde anual.

Alguns produtos se destacaram para que esta marca pudesse ser alcançada, tais como: fertilizantes e derivados, nafta petroquímica, trigo em grãos, alimentos e eletro-eletrônicos. Este desempenho positivo, fruto da busca pela captação de novos negócios, agregado ao reajuste tarifário ocorrido no primeiro semestre, bem como à implementação de normas de cobrança, refletiu no substancial crescimento do faturamento operacional (36%).

Ainda dentre os investimentos dessa Companhia, citam-se as seguintes ações: realização de dragagens de manutenção nos Portos de Aratu e Salvador, cujo recurso disponível nesse exercício de 2007 foi de R\$ 12,6 milhões; obras de contenção e dragagem de aprofundamento na Ponta Sul do cais do Porto de Salvador, já tendo sido executado/pago 80% dos R\$7,1 milhões orçados para 2007; implantação do ISPS Code, cujos repasses já totalizou, entre 2004 e 2007, o montante de R\$ 10,8 milhões, já tendo sido investidos R\$ 10,1 milhões (cerca de 93%); instalação de Portainer no Porto de Salvador – com total de recursos disponíveis em 2007 no valor de R\$ 6,21 milhões, e sendo realizados R\$ 1,4 milhões (22%); obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura do Porto de Ilhéus – em função dos desabamentos ocorridos naquele porto, foi repassado pela União o valor de R\$ 16 milhões nos últimos meses deste ano e já tendo sido aplicados R\$ 3 milhões (18%).

A Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa implementou um desenvolvimento e crescimento de ações para apoio às atividades de prospecção e extração de petróleo na costa do Estado do Espírito Santo que tem sido importante para a Companhia com a utilização de alguns cais do Porto de Vitória com navios supply boat e de pesquisas, bem como, para o Porto de Barra do Riacho, que teve alteração no seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto - PDZ aprovado pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, com o objetivo de adequá-lo para a construção pela Petrobras de um Terminal de Gás Liquefeito de Petróleo, o que gerará uma nova fonte de receita para a Companhia, além de propiciar o desenvolvimento contínuo da região de entorno do Porto de Barra do Riacho.

Para o atendimento ao Plano ISPS Code foram realizadas ações no valor total de R\$ 3.615.942,89. No exercício de 2007, as ações da Codesa estão sintetizadas à Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória, Melhoramentos na Infra Estrutura Portuária no Porto de Vitória, Adequação do Acesso Rodoviário ao Cais de Capuaba, Recuperação e Modernização da Infra Estrutura Portuária, Obras de Contenção do Cais Comercial do Porto de Vitória, Recuperação da Plataforma Operacional dos Berços 201, 202 e sua retroárea no Cais de Capuaba, Recuperação do Sistema Viário Interno do Cais de Capuaba, Recuperação da Plataforma Operacional dos berços, 101, 102 e 103, no Cais Comercial de Vitória, Implantação do Sistema de Defensas do Porto de Vitória (Cais Comercial de Vitória e Cais de Capuaba), no valor total de R\$ 5.260.591,00.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ administra os portos públicos do Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis. Em 2007, registrou um volume total de movimentação de cargas da ordem de 48 milhões de toneladas. Nesse sentido, merecem especial destaque os recordes históricos alcançados nos portos de Itaguaí, com 38,6 milhões de toneladas, e do Rio de Janeiro, com 9,2 milhões de toneladas, significando um incremento médio total de cerca de 25,3%, em relação ao desempenho registrado no ano de 2006.

O Porto de Angra dos Reis repetiu a movimentação do ano anterior, cerca de 163 mil toneladas, enquanto o Porto de Niterói mantém sua especialização nas atividades de apoio “offshore” e reparos navais. Em 2007, foram investidos recursos da ordem de R\$ 19,6 milhões em obras de infra-estrutura previstas no Projeto Piloto de Investimentos – PPI.

Cabe ressaltar a conclusão dos serviços de implantação do Sistema Integrado de Segurança do Porto do Rio de Janeiro, em cumprimento às exigências interpostas pelo Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias – ISPS Code, tendo sido certificado em 3/10/2007, por meio da obtenção da Declaração de Cumprimento emitida pela Comissão Nacional de Segurança nos Portos e Vias Navegáveis- Conportos.

Outra ação de grande relevância econômica e social desenvolvida com a ativa participação da CDRJ, em 2007, consistiu no prosseguimento dos trabalhos de desobstrução, iniciados no exercício anterior, do ramal ferroviário Arará/Jacarezinho de acesso ao Porto do Rio de Janeiro, objeto do Convênio de Apoio Técnico e Financeiro firmado entre a CDRJ e o Município do Rio de Janeiro em 6/10/2005, envolvendo um volume global de

recursos orçamentários da ordem de R\$ 4,3 milhões. Resultado deste Convênio foi a retirada de mais de 400 famílias, com a demolição das respectivas residências, bem como a construção de dois muros de proteção da via férrea, com mais de 1 km de extensão cada, bem como a construção de passarelas.

A Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, empresa que administra o Porto de Santos, estima encerrar o ano de 2007 com um superávit contábil de R\$ 70 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 120 milhões, verificado no exercício anterior. O crescimento da movimentação de cargas em torno de 8% é um dos fatores gerador desse superávit.

O incremento estimado para as receitas operacionais (patrimonial + tarifária) de 4,31%, totalizando R\$ 532 milhões, reflete o resultado na movimentação do porto, que deverá apresentar uma movimentação de cargas, em 2007, em torno de 82 milhões de toneladas.

Durante 2007, a Autoridade Portuária realizou investimentos com recursos do Governo Federal, que totalizaram R\$ 22 milhões de reais, 82% acima do ano anterior (R\$ 12 milhões). Desse total, R\$ 14,2 milhões são provenientes do PAC, outros R\$ 1,6 milhão do Tesouro Nacional e R\$ 5,8 milhões da própria Codesp. O setor privado investiu um total de R\$ 297 milhões no porto de Santos em 2007, em novas instalações, melhorias e equipamentos. Relativamente ao ISPS Code, o Porto de Santos chega ao final do ano com as instalações concluídas.

A dragagem é outra prioridade da atual gestão. Nos últimos 100 dias do exercício de 2007, foram dragados cerca de 400 mil m³ de sedimentos nos trechos do Canal da Barra e na Bacia da Alemoa, objetivando a manutenção das profundidades de projeto.

Dentro de um planejamento estratégico, várias outras ações foram deflagradas em 2007 visando dotar o porto de infra-estrutura adequada para sua futura expansão, proporcionando-lhe, inclusive, autonomia em setores vitais, como energia, água e saneamento.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo responsabilidade dos Ministros da Casa Civil, Planejamento, Orçamento e Gestão e Fazenda a sua coordenação geral. A coordenação executiva do PAC cabe à Subchefia de Articulação e Monitoramento, que compõe o Gepac, Grupo Executivo do PAC composto também pela SPI, SOF, STN e SEAE.

Para viabilizar o acompanhamento constante e qualificado do monitoramento das ações do PAC, foram implantadas Salas de Situação (Portos, Hidrovias e Marinha Mercante, Ferrovias, Rodovias, Metrô, Recursos Hídricos, Aeroportos, Habitação, Saneamento, Petróleo e Gás, Energia Transmissão e Geração, Medidas Institucionais) compostas por representantes de Ministérios envolvidos, Casa Civil, Planejamento e Fazenda, onde se analisa o andamento das ações e se busca a resolução de eventuais obstáculos para sua implementação. São gerados balanços quadrimestrais públicos do PAC para que a sociedade possa acompanhar a ação do governo, disponíveis no endereço.

Houve em dezembro de 2007, no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, um total de 97% de empenho e 27% de pagamento com relação à sua execução orçamentária, verificando-se um crescimento de 73% na dotação orçamentária, 733% com relação aos empenhos e 18.646% quanto aos pagamentos efetuados, no período de abril a dezembro de 2007.

Também os pagamentos de restos a pagar, em 2007, tiveram um salto significativo de 46,3% de setembro 2007 para 70,0% em dezembro de 2007. No que diz respeito a estatais e setor privado de energia, petróleo e gás houve uma previsão de R\$ 15,8 bilhões para geração e transmissão com uma realização de R\$ 10,5 bilhões em 2007 e quanto à execução financeira de petróleo e gás o previsto foi de R\$ 41,0 bilhões com uma execução de R\$ 30,4 bilhões.

A Advocacia-Geral da União, como fruto do trabalho do Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - Gepac / AGU, conseguiu a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA, viabilizou a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela ANTT, e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da ANP, repetindo-se a estratégia adotada nesses leilões para o Leilão de energia elétrica do Rio Madeira (UHE de Santo Antônio), com reuniões técnicas para a capacitação dos procuradores que acompanharam o

procedimento, ao final plenamente bem sucedido. Por fim, relativamente ao PAC, ainda destacam-se as vitórias obtidas no Judiciário que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte, do Aeroporto de Goiânia e da infra-estrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-Americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de transposição do Rio São Francisco.

A Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil apoiou normativamente a execução do PAC, com a realização de estudos e propostas para viabilizar a execução desse Programa, que resultaram na medida provisória que estabeleceu a modalidade de transferência obrigatória para execução de ações por parte de entidades federativas, proposta de decretos definindo as obras prioritárias que serão executadas por meio dessa modalidade; e atualização das normas da Secretaria do Tesouro Nacional sobre transferências voluntárias.

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República destacou como uma de suas principais ações de publicidade o Programa de Aceleração do Crescimento com o objetivo de dar conhecimento à sociedade dos investimentos em infra-estrutura e das medidas adotadas pelo Governo, buscando eliminar os principais obstáculos que impedem o crescimento da economia brasileira e informar que o Programa pretende acelerar o crescimento sem perder a perspectiva de redução da pobreza e da melhoria na distribuição de renda no País. Além de associar as ações previstas no PAC ao dia-a-dia da população, apontando as melhorias esperadas com o Programa e PAC - Habitação e Saneamento que buscou informar a população, de forma regionalizada sobre a destinação dos recursos públicos, relacionando-os com o dia-a-dia do cidadão e a realidade do País, notadamente, com foco na urbanização de favelas, fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, universalização do acesso à energia elétrica, recursos hídricos e metrô.

A Secretaria de Relações Institucionais atuou em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal na execução do Programa de Aceleração do Crescimento, acompanhando e articulando o projeto de interesse nacional, que resultou na aprovação pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.578, de 26/11/2007, que versa sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do PAC.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, no âmbito do PAC, iniciou em 2007, as seguintes ações em portos não administrados pelas Companhias Docas Federais: recuperação dos Berços 101 e 102 e construção da retroárea dos Berços 100 e 101 do Porto de Itaqui, construção do Berço 100 e alargamento do Cais Sul do Porto de Itaqui, dragagem do canal de navegação/bacia de atracação dos berços 100 do Porto de Itaqui, construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape, Serviços de Dragagem e Melhoramento na Infra-Estrutura do Porto de Suape, construção do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul por intermédio do 10º Batalhão de Engenharia e construção do Exército, obras de recuperação e prolongamento do Molhe Sul da Barra do Porto de Laguna e prolongamento dos Molhes do Porto do Rio Grande.

A Companhia Docas do Pará - CDP concluiu a elaboração dos projetos, bem como obteve as licenças ambientais e de instalação das seguintes obras, todas integrantes do PAC e que serão implementadas a partir de 2008 no Porto de Vila do Conde: construção do Pier 400 e construção da rampa Roll On Roll Off, orçadas em R\$35.000.000,00 e R\$7.000.000,00, respectivamente. Assinou o quarto Termo Aditivo ao Contrato de Operação Compartilhada, firmado com as empresas Albras/Alunorte, visando a adequação das condições contratuais no projeto de ampliação do Porto de Vila do Conde com o objetivo de garantir a expansão da produção da Alunorte em mais 6.600.000 t/ano, concluiu o ano apresentando uma expressiva movimentação de carga, atingindo 21.325.665 toneladas, com destaque para os Portos de Belém, Miramar, Itaituba e Altamira que aumentaram suas movimentações em 17%, 6%, 37% e 34%, respectivamente e, por fim, apresentou um crescimento em sua receita operacional de 3 %.

Encontram-se em andamento, no Porto de Maceió as Obras de Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, incluídas no PAC, cujo objeto é a implantação de dois novos Dólfins de atracação e amarração, permitindo a atracação de navios de até 75.000 TPB, com conclusão prevista para 2008.

A Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp realizou investimentos com recursos do Governo Federal, totalizando R\$ 22 milhões de reais, 82% acima do ano anterior (R\$ 12 milhões). Desse total, R\$ 14,2 milhões são provenientes do PAC, outros R\$ 1,6 milhão do Tesouro Nacional e R\$ 5,8 milhões da própria Codesp.

6.2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU

À Controladoria-Geral da União – CGU, criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal.

A Controladoria-Geral da União prosseguiu, em 2007, no decidido combate que trava contra a corrupção, sustentada nos pilares básicos que norteiam sua atuação desde 2003: a articulação com os demais órgãos de controle e fiscalização do Governo e do Estado brasileiros, e a crescente parceria com a sociedade na construção do controle social.

Completam o arco de diretrizes que norteiam a atuação da CGU a articulação internacional, a ênfase nas medidas de prevenção da corrupção e o incremento da transparência pública. A articulação internacional decorre do entendimento hoje unânime de que, no mundo globalizado, a corrupção não pode ser enfrentada isoladamente, dentro das fronteiras de cada país. A articulação entre as nações, seja de modo bilateral, seja na forma propiciada pela coordenação dos organismos internacionais, expressa nas diversas Convenções Internacionais já existentes para essa finalidade, tem contribuído fortemente para os avanços até aqui obtidos.

A ênfase às medidas de prevenção, em lugar do foco restrito àquelas de caráter repressivo, se justifica porque se reconhece, hoje, que a punição, depois de consumado o fato ilícito, não é suficiente para impedir a sua repetição.

Por sua vez, o incremento da transparência pública está assentado na convicção de que a vigilância da sociedade, nos regimes democráticos, é a maior garantia da integridade institucional e o melhor antídoto contra todas as formas de irregularidade e desvio de conduta, bem como de que essa vigilância depende diretamente das condições de transparência da atividade pública, assegurada, de resto, como princípio constitucional.

Essa forma de atuar, formatada e desenvolvida com determinação pelo atual Governo, continua rendendo frutos e proporcionando avanços, tanto na área da repressão quanto na linha da prevenção da corrupção. Não há hoje, como não enxergar o enorme avanço experimentado pelo Brasil na prevenção e no combate à corrupção. Esta chaga social tem encontrado no atual Governo Brasileiro um adversário decidido a enfrentá-la e vencê-la. E, com efeito, nunca se combateu tanto a corrupção neste País.

Ao contrário do que alguns querem fazer crer, a corrupção não tem aumentado no Brasil. Aumentou, sim, a percepção que se tem do problema e a atenção da sociedade para essa distorção da atividade político-administrativa. E isso ocorreu justamente por força das ações de investigação e enfrentamento da corrupção, que tiveram início neste governo, e da intensa divulgação dessas ações por meio da mídia, suscitando seu debate público em níveis sem precedentes.

Destacam-se, a seguir, as principais ações, vinculadas ao programa - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, que a Controladoria-Geral da União iniciou ou intensificou em 2007 no combate a esse mal que assola tanto o setor público quanto o setor privado, ora subtraindo o dinheiro público que devia estar chegando aos programas sociais dos governos, ora fraudando a competição legítima e prejudicando o empresário honesto, mas sempre enfraquecendo perigosamente a confiança na democracia.

PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2007

Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 74 da CF/88. Combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos. Subsidiar a elaboração da prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da CF/88.						
DESCRIÇÃO	Certificação anual de contas e avaliação da gestão dos administradores de recursos públicos federais das unidades da Administração Direta e entidades supervisionadas da Administração Indireta Federal.						
PRODUTO	Gestão avaliada.						
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
3.000	3.600	3.827	106,31	5.680.000,00	6.751.583,00	6.683.369,00	98,99

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Auditorias Ordinárias

No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, realizou nos últimos cinco anos auditorias ordinárias anuais sobre as prestações de contas nos quantitativos a seguir:

QUANTIDADE DE UNIDADES JURISDICIONADAS AUDITADAS

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	EXERCÍCIO					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	823	840	890	943	995	987
ADMINISTRAÇÃO	256	260	338	289	321	335
TOTAL	1.079	1.100	1.228	1.232	1.316	1.322

Fonte: Sistema Ativa

Está sendo implementada a revisão, simplificação e racionalização dos normativos referentes ao processo de Prestação de Contas anuais dos gestores públicos federais, com vistas a atender às demandas do Tribunal de Contas da União e, concomitantemente, fazer com que o gestor organize a sua Prestação de Contas de forma a apresentar as estratégias utilizadas na implementação das ações de governo e os resultados obtidos.

Interação com os Gestores Federais

Consciente de seu papel também como parte integrante e ativa do ciclo da gestão pública, a CGU vem adotando iniciativas para aprofundar as relações de cooperação de suas equipes com os gestores federais, em todas as instâncias e oportunidades.

Dentro dessa orientação geral, inerente ao papel do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal como parte integrante do Ciclo de Gestão, foram realizadas diversas ações, destacando-se reuniões com dirigentes para orientação e identificação de problemas e proposição de soluções a aspectos de controle da gestão; capacitação de servidores em licitação e contratos, em sistemas informatizados; em gestão de pessoal e em tomada de contas especial; acompanhamento da implementação de medidas recomendadas nos relatórios de auditorias e participação em estudos com vistas ao aperfeiçoamento de normativos inerentes à gestão pública, além da disponibilização no site da CGU de orientações, seja por meio de manuais ou por meio de perguntas e respostas sobre temas diversos de interesse dos gestores federais.

Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta

No exercício de 2007 a CGU passou a atuar mais intensamente junto às Auditorias Internas das entidades da Administração Indireta, influenciando na formulação dos seus Planos Anuais de Atividades, com o intuito de reforçar a presença de temas de maior relevância e criticidade em sua atuação, bem como o de promover e acompanhar a evolução técnica daquelas unidades, propiciando a avaliação da qualidade de seus trabalhos.

Para tanto, foi expedida a Instrução Normativa CGU nº 07/2006, de 29.12.2006, que estabelece normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas das entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Federal, bem como a Instrução Normativa SFC nº 01/2007, de 03.01.2007, que estabelece o conteúdo do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Ainda nesse sentido, a Controladoria-Geral da União estabeleceu o conteúdo do Parecer que as unidades de auditoria interna devem emitir, por força do Decreto nº 3.591/2000, sobre as prestações de contas anuais de suas respectivas entidades, conteúdo esse que passou a ser exigido, também, pelo Tribunal de Contas da União nas normas que tratam da apresentação e organização dos processos anuais de contas, o que leva as auditorias internas a agirem proativamente durante o exercício.

Considerando, também, a necessidade de que as auditorias internas atuem de forma integrada com o Sistema de Controle Interno, foram propostas alterações na Lei nº 10.180/2001, submetendo essas unidades à orientação técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, propostas essas que se encontram em análise na Casa Civil/PR.

Durante o exercício de 2007 foram realizadas aproximadamente 100 (cem) ações de controle que trataram da avaliação do desempenho das auditorias internas e sua sistemática de planejamento e acompanhamento dos seus trabalhos. Ficou estabelecido que o enfoque principal se concentraria no grau de cobertura de sua atuação em relação ao universo auditorial existente na unidade, principalmente as ações do Programa de Aceleração do Crescimento a cargo de cada órgão e/ou empresas estatais, e o nível de implementação de suas recomendações.

Destaca-se, ainda, que foram realizadas diversas reuniões com representantes das auditorias internas dos órgãos vinculados à SFC, tendo como pauta, dentre outros, os seguintes temas: discussão dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna; matriz de programas; e acompanhamento de programas no âmbito das auditorias internas. Como resultado dessa atuação, sempre é recomendada a inserção, nos planos, de temas relevantes sobre os quais a auditoria interna se deva manifestar, além de sugestões de padronização de relatórios de auditoria. Como fruto dessa integração com as auditorias internas, foram iniciados trabalhos conjuntos com algumas unidades, como exemplo, com a auditoria interna da Anatel, do Incra e da recém-criada auditoria interna da Receita Federal do Brasil, com as auditorias internas das empresas do sistema elétrico e em conjunto com a Eletrobrás, com as unidades de auditoria interna das Universidades Federais e Escolas Técnicas Federais, com o Denasus, do Ministério da Saúde.

Auditoria sobre os Contratos de Recursos Externos

A CGU, tendo em vista o disposto no art. 74, inciso III, da Constituição Federal e no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, bem como no Decreto nº. 5.151/2004, de 22.07.2004, e em Protocolos de Entendimentos firmados com Organismos Internacionais, é responsável pela realização de auditorias de avaliação do desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e cooperação técnica.

Nos últimos anos, a abordagem de atuação adotada pelo Controle Interno evoluiu consideravelmente quanto às ações de controle voltadas a recursos oriundos de organismos internacionais. Partiu-se de um processo de simples auditoria contábil, avançando-se para um enfoque de avaliação dos objetivos e metas da ação de governo beneficiada com tais recursos, sendo essas ações de controle consideradas, ao mesmo tempo, insumos e produtos do processo global de avaliação da execução dos programas governamentais. Insumos, pelo que representam na execução das políticas públicas em que estão inseridos os projetos, e produtos, por se prestarem ao atendimento das exigências contratuais relativas aos relatórios de auditoria que precisam ser fornecidos pelo governo aos Organismos Internacionais respectivos.

**A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO QUANTITATIVO DE PROJETOS AUDITADOS PELAS UNIDADES DA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO ESTÁ RETRATADA A SEGUIR**

ANO/QUANTITATIVO DE PROJETOS					
ASSUNTO	EXERCÍCIO DE 2002 (auditorias realizadas em 2003)	EXERCÍCIO DE 2003 (auditorias realizadas em 2004)	EXERCÍCIO DE 2004 (auditorias realizadas em 2005)	EXERCÍCIO DE 2005 (auditorias realizadas em 2006)	EXERCÍCIO DE 2006 (auditorias realizadas em 2007)
Nº de Projetos federais total	518	585	550	540	521
BIRD	29	26	32	27	36
BID	28	35	33	32	40
PNUD	232	223	119	123	158
UNODC	5	6	6	7	7
Outras cooperações	163	246	285	284	280
Outros financiamentos	61	43	69	61	
Nº de Projetos federais auditados	165	190	198	202	175
BIRD	26	25	27	27	36
BID	27	26	32	32	31
PNUD	82	86	118	121	102
UNODC	5	6	7	8	7
Outros Financiamentos	1	19	12	12	3
Outras cooperações	24	28	2	2	4

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Externos – GSREX/SFC

Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especiais

As Tomadas de Contas Especiais (TCE) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção do respectivo ressarcimento.

De iniciativa dos próprios gestores, quando detectam situações de irregularidades que acarretam dano ao erário, ou recomendadas pelos órgãos de controle interno ou externo, as TCE objetivam identificar os responsáveis, apurar o valor do dano causado ao patrimônio público e descrever os fatos ocorridos que levaram a esse entendimento. Após analisados e certificados, os processos são enviados ao TCU para julgamento.

A tabela a seguir demonstra o total de TCE analisadas pela Secretaria Federal de Controle Interno ao longo dos exercícios indicados e o retorno potencial de recursos aos cofres públicos federais em decorrência do procedimento:

**TOTAL DE PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL ANALISADOS,
CERTIFICADOS E DILIGENCIADOS PELA CGU**

EXERCÍCIO	TCE ANALISADAS PELA CGU	CERTIFICADAS E ENCAMINHADAS AO TCU PARA JULGAMENTO	DILIGENCIADAS AO ÓRGÃO DE ORIGEM PELA CGU	RETORNO POTENCIAL (R \$)
2003	1.751	1.424	327	404.479.498,73
2004	1.999	1.550	449	450.503.315,30
2005	1.938	1.632	306	448.495.468,99
2006	1.500	1.161	339	663.047.246,64
2007	1.722	1.459	263	659.622.763,60

Fonte: Coordenação-Geral de Auditoria de Tomada de Contas Especial

A tabela a seguir apresenta os fatos motivadores da instauração dos processos de Tomada de Contas Especial, na qual se verifica que, nos exercícios de 2002 a 2005 e 2007, houve a predominância do motivo “omissão no dever de prestar contas”, situação em que o agente responsável se omitiu em comprovar a boa e regular aplicação dos recursos sob sua gestão. No exercício de 2006, prevaleceu como motivo instaurador “irregularidades na aplicação dos recursos”.

FATOS MOTIVADORES DA INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE TCE

MOTIVO	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Omissão no dever de prestar contas	235	772	539	916	317	503
Irregularidades na aplicação dos recursos	260	310	337	355	480	248
Não-cumprimento do objeto conveniado	80	61	229	188	203	218
Prejuízos causados por servidor ou empregado público	136	100	169	102	96	127
Não aprovação da prestação de contas	133	43	158	0	26	266
Irregularidade praticada por bolsista	19	24	81	37	20	23
Irregularidade na cobrança de procedimentos do SUS	0	11	21	23	18	71
Irregularidades na prestação de contas	74	103	16	0	0	0
Outros	0	0	0	11	1	3
TOTAL	937	1.424	1.550	1.632	1.161	1.459

Fonte: Coordenação-Geral de Auditoria de Tomada de Contas Especial

Ações de Controle na Área de Pessoal

As ações de controle na área de pessoal concentram-se na análise da consistência da folha de pagamentos dos órgãos da Administração Pública Federal e na análise de processos de atos de pessoal (admissão, aposentadoria e pensão).

Análise da Consistência da Folha de Pagamentos

Os trabalhos de análise da consistência da folha de pagamentos são realizados com base na verificação da legalidade dos pagamentos dos servidores públicos federais ativos, inativos e pensionistas das unidades jurisdicionadas, constantes do banco de dados do Sistema de Administração de Pessoal – Siape.

Desde 2004, foram realizadas auditorias nas folhas de pagamentos de 40 unidades, tais como Ministério dos Transportes, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Departamento de Polícia Federal, Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundação Nacional de Saúde e Fundação Universidade de Brasília, totalizando mais de R\$ 700 milhões de valor mensal de folha de pagamentos fiscalizado.

Em 2007, foram realizadas auditorias nas folhas de pagamentos de quatro unidades, além da análise de justificativas de trabalhos anteriores de outras quatro unidades, conforme demonstrado na tabela a seguir.

FOLHA DE PAGAMENTO - UNIDADE	TRABALHO DESENVOLVIDO	VALOR DA FOLHA (aproximado/mensal)
Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - CGREH/IBAMA	Realização de auditoria	R\$ 65.709.170,43
Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Esporte – CGRH/ME	Realização de auditoria	R\$ 917.538,15
Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego – CGRH/MTE	Realização de auditoria	R\$ 3.919.414,86
Coordenação de Gestão de Pessoas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Realização de auditoria	Não apurado
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	Análise das providências sobre constatações das Notas Técnicas	R\$ 845.734,00
Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal - GEXDF/INSS	Análise das providências sobre constatações das Notas Técnicas	R\$ 9.046.347,00
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério das Comunicações – CGGP/MC	Análise das providências sobre constatações das Notas Técnicas	R\$ 46.558.635,58
Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Fazenda – COGRH/MF	Análise das providências sobre constatações das Notas Técnicas	Não apurado
TOTAL		R\$ 126.996.840,02

Fonte: Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios/SFC/CGU-PR

Entre os trabalhos de natureza especial desenvolvidos, destacam-se: análise de processos de pagamento de exercícios anteriores do DNIT, prosseguimento dos trabalhos de análise pertinentes ao cumprimento do Decreto de 02/03/2006, que cria comissão especial destinada a avaliar a colaboração financeira da União ao Estado de Mato Grosso para pagamento, por meio de convênios, de pessoal inativo e pensionista, e determina que a CGU colabore na avaliação da folha de pagamento e manifeste-se previamente sobre a exatidão e regularidade dos

valores; e verificação, em decorrência da Portaria Interministerial da Controladoria-Geral da União e do Ministério da Saúde, nº 491, de 26 de julho de 2006, da regularidade de processo seletivo, no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, para composição do Quadro Suplementar de Combate a Endemias, conforme previsto na Medida Provisória nº 297, de 9 de julho de 2006.

Análise de Processos de Atos de Pessoal

Quanto à análise de processos de atos de pessoal, a SFC analisa os processos de aposentadorias e pensões nos próprios órgãos, evitando assim o trâmite de processos e agilizando as análises. Esse método permite a agilização de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União de maior número de pareceres pela legalidade (aproximadamente 80% das aposentadorias e 90% das pensões), evitando diligências, favorecendo a aproximação do gestor e impedindo o aumento dos estoques internos de processos. A quantidade de processos analisados é também maior nos órgãos – ganho de produtividade de aproximadamente 60% –, haja vista que os problemas são resolvidos diretamente no local da análise. Os dados constantes da tabela a seguir indicam o quantitativo de processos analisados ao longo dos exercícios, a partir de 2003, consoante a natureza da concessão: admissão, aposentadoria e pensão.

QUANTITATIVO DE PROCESSOS DE ADMISSÃO, APOSENTADORIA E PENSÃO ANALISADOS A PARTIR DE 2003

ATOS	2003	2004	2005	2006	2007
ADMISSÃO	57.365	68.856	26.818	35.938	24.401
APOSENTADORIA	13.372	11.019	13.698	13.018	4.938
PENSÃO	9.067	8.072	8.594	9.329	4.185
TOTAL	79.804	87.947	49.110	58.285	75.556

Fonte: Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios/SFC/CGU-PR

A tabela a seguir apresenta o montante de recursos envolvidos nas análises realizadas, conforme a natureza da concessão, a partir de 2003.

VALORES ENVOLVIDOS NAS ANÁLISES DE PROCESSOS DE ADMISSÃO, APOSENTADORIA E PENSÃO REALIZADAS A PARTIR DE 2003

VALORES ENVOLVIDOS NAS ANÁLISES *					
TIPO DE ATO	2003	2004	2005	2006	2007
ADMISSÃO	201.523.245,00	285.270.408,00	109.792.892,00	167.327.328,00	271.210.005,00
APOSENTADORIA	32.306.752,00	30.467.535,00	44.970.534,00	46.239.936,00	61.468.960,00
PENSÃO	18.569.216,00	17.798.760,00	16.620.796,00	25.412.196,00	29.371.512,00
TOTAL	252.399.213,00	333.536.703,00	171.384.222,00	238.979.460,00	362.050.477,00

Fonte: Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Pessoal e Benefícios/SFC/CGU-PR

*Valores Médios de Remuneração obtidos no Boletim Estatístico de Pessoal da SRH/MP n.º 137 – Setembro/2007 – Tabela 3.1

Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE	Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 74 da CF/88. Combater a corrupção, o desvio e o desperdício de recursos públicos. Subsidiar a elaboração da prestação de contas do Presidente da República (BGU), em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da CF/88.						
DESCRIÇÃO	Acompanhamento da execução dos programas e das ações governamentais, com vistas à avaliação da implementação das políticas públicas e à verificação do cumprimento das metas previstas na LOA e no PPA.						
PRODUTO	Ação avaliada.						
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
200	200	208	104	500.000,00	500.000,00	346.254,00	69,25

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Avaliação da Execução dos Programas de Governo

Em atendimento ao disposto no Art. 74 da Constituição Federal, a Controladoria-Geral da União realizou, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União.

Foram executadas 8.585 ordens de serviço que oferecem subsídio à avaliação dos principais programas de governo, bem como de políticas públicas que não constam na Lei Orçamentária. Entre os programas de governo acompanhados podemos destacar: Bolsa Família; Programa de Saúde da Família – PSF, Saneamento (Funasa), Programas relacionados a obras em Rodovias e Metrô, Primeiro Emprego, Habitar-Brasil, Luz para Todos, PAT/Prosanear, Fundeb, Apoio a Projetos de Infra-estrutura Turística e Concessão de Bolsa ao Alfabetizador.

Restringindo apenas às ações de controle realizadas de forma sistemática, ou seja, baseadas em um método de planejamento abrangente e detalhado, chegamos ao quantitativo abaixo, que apresenta, por ano, a quantidade de ordens de serviço executados e a quantidade de ações de governo envolvidas:

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS/ATIVIDADES	%*	QUANTIDADE DE AÇÕES DE CONTROLE
2003	443	19,26%	2.300
2004	575	21,92%	2.623
2005	643	22,63%	2.841
2006	586	22,41%	2.615
2007	697	20,77%	3.356

Fonte: Sistema Ativa

* Percentual da quantidade de projetos/atividades fiscalizados em relação ao total de ações do orçamento.

Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

No ano de 2007, foram planejadas 574 Ações de Controle, das quais foram realizadas 261 (45,5%), relativas a obras do PAC, compreendendo o acompanhamento das seguintes ações governamentais:

- rodovias - operação do Sistema de Pesagem de Veículos; Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias (CREMA); sinalização rodoviária; recuperação de trechos rodoviários; restauração de rodovias federais; conservação preventiva e rotineira de rodovias; construção rodoviária; adequação rodoviária;
- ferrovias – Ferrovia Norte-Sul, Contornos Ferroviários, Transnordestina (estudos), Ferronorte (estudos);
- portos e hidrovias – terminais fluviais; Fomento à Marinha Mercante; Dragagem da Hidrovia Paraguai-Paraná (estudos);
- infra-estrutura energética – fiscalização dos serviços de energia elétrica; outorga de concessões para exploração; desenvolvimento e produção de petróleo; outorga de concessões para exploração, desenvolvimento e produção de gás natural;
- infra-estrutura social e urbana – Luz para Todos; PAT/PROSANEAR; Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas; Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas; Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas; Obras de Revitalização nos municípios da Bacia do São Francisco; Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários; seis ações de implantação de trechos metroviários; Perímetros de Irrigação; ProÁgua Infra-estrutura; Integração de bacias.

Houve, ainda, ações de controle relativas a obras do PAC nas áreas de Saneamento e Habitação, Integração Nacional e Meio Ambiente.

Fiscalização de Transferências Federais para entidades privadas sem fins lucrativos

A Controladoria-Geral da União lançou, ainda em 2006, um amplo programa de fiscalização sobre recursos federais repassados para entidades privadas sem fins lucrativos. Essas entidades já eram fiscalizadas aleatoriamente no programa de sorteios e também pontualmente quando havia alguma denúncia específica. Com o novo programa, a fiscalização passou ser mais sistemática.

Nos levantamentos preliminares, na fase de planejamento dos trabalhos, a Controladoria-Geral da União mapeou as seguintes informações: N° de ONGs que recebem ou receberam recursos federais entre 1999 e 2006 = 7.879, total de recursos aplicados (valor nominal) = R\$ 33 bilhões, total de recursos aplicados (valor corrigido) = R\$ 48 bilhões

No exercício de 2007, foram emitidas 2.379 ordens de serviço para as 325 entidades selecionadas para fiscalização, sendo que desse total já foram concluídas cerca de 1.760. A amostra foi definida com três grupos: 1º grupo - Composto pelas 20 ONGs que mais receberam recursos federais no período de 1999-2006; 2º grupo - Composto por entidades que tenham recebido recursos mediante emendas parlamentares e cujo volume esteja situado entre R\$ 2 milhões e R\$ 10 milhões no período de 1999-2006. Engloba cerca de 96 ONG; 3º grupo - Composto por entidades de atuação em âmbito mais local ou regional, que receberam recursos entre R\$ 200 mil e R\$ 2 milhões no período de 1999-2006. Engloba cerca de 180 ONG; e 4º grupo – Composto por 19 entidades citadas na CPMI das ambulâncias.

Fiscalização da Aplicação de Recursos Federais por Estados e Municípios

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE	Avaliar a aplicação dos recursos públicos federais em áreas estaduais e municipais, complementando a avaliação da execução dos Programas de Governo, como forma de ampliar a transparência do gasto público, aproximar-se das realidades estaduais e locais, fomentar a participação e o controle social, bem como dissuadir a prática da corrupção						
DESCRIÇÃO	Realização de ações de controle em áreas geográficas estaduais e municipais brasileiras, escolhidas aleatoriamente, mediante sorteio público, com a participação da sociedade, avaliando a prestação de serviços públicos federais em estados e municípios, bem como a aplicação de recursos públicos federais por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.						
PRODUTO	Município/estado fiscalizado						
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
420	230	196	85,22	5.200.000,00	4.160.000,00	2.630.994,00	63,25

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Fiscalização da aplicação de recursos federais em áreas municipais e estaduais, a partir de Sorteios Públicos

Os objetivos centrais desse programa são os de inibir e dissuadir a corrupção, assim como despertar a consciência da população para o controle social.

Os relatórios contendo as constatações das fiscalizações são encaminhados aos Ministérios responsáveis pelos programas de governo, Tribunal de Contas da União - TCU, Prefeituras e Câmaras Municipais, Ministério Público Federal - MPF, Ministério Público Estadual - MPE Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como às Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas Legislativas.

A divulgação dos resultados dos trabalhos do sorteio é realizada na internet, por meio da página da CGU na internet (www.cgu.gov.br), com acesso amplo a quaisquer interessados.

Fiscalização em Áreas Municipais de Pequeno e Médio Porte

O programa de fiscalização de recursos federais aplicados em áreas municipais a partir de sorteios públicos foi implantado em 2003 e, atualmente, a cada edição, são sorteadas 60 áreas municipais, de forma isenta e impessoal, com vistas à fiscalização da aplicação de recursos públicos federais.

O programa encontra-se na 25ª edição, tendo sido fiscalizados 1.341 Municípios, correspondendo a 24,10% do total de Municípios brasileiros (5.564 Municípios). O montante dos recursos fiscalizados, até o momento, nesse programa é da ordem de R\$ 8,5 bilhões. Em 2007, foram fiscalizados 180 Municípios, em três edições do programa (23º, 24º e 25º sorteios). O montante dos recursos fiscalizados foi da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

QUANTITATIVO DE UNIDADES MUNICIPAIS SORTEADAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS	23º	24º	25º	TOTAL
AC	22	0	0	1	1
AL	102	2	2	2	6
AM	62	1	1	1	3
AP	16	1	0	0	1
BA	416	5	5	5	15
CE	184	3	3	3	9
ES	78	1	1	1	3
GO	246	2	2	2	6
MA	217	3	3	3	9
MG	853	7	7	7	21
MS	77	1	1	1	3
MT	139	1	1	1	3
PA	143	3	3	3	9
PB	223	3	3	3	9
PE	184	3	3	3	9
PI	222	3	3	3	9
PR	399	3	3	3	9
RJ	92	1	1	1	3
RN	167	3	3	3	9
RO	51	1	1	1	3
RR	15	0	1	0	1
RS	496	4	4	4	12
SC	293	2	2	2	6
SE	75	1	1	1	3
SP	645	5	5	5	15
TO	139	1	1	1	3
TOTAL	5556	60	60	60	180

Fonte: Coordenação-Geral de Operações Especiais

Fiscalização de Recursos Aplicados pelos Estados

Em 2004, o Programa de Sorteios foi estendido à fiscalização da aplicação de recursos federais aplicados pelos Estados. Foram realizadas, no período de 2004 a 2007, 69 fiscalizações pela CGU, englobando recursos da ordem de R\$ 6,6 bilhões.

No ano de 2007 foram realizados o 6º e 7º Sorteios de Unidades da Federação, conforme quadro abaixo, tendo sido examinados programas/ações de governo (programações/módulos-tipo) que envolveram o valor estimado de R\$ 513 milhões em recursos públicos federais.

QUANTITATIVO DE UNIDADES DA FEDERAÇÃO SORTEADAS

UF	6º	7º	TOTAL
AC	0	1	1
BA	0	1	1
MA	1	0	1

UF	6º	7º	TOTAL
MG	1	0	1
MS	1	0	1
MT	1	1	2
PA	1	0	1
PE	0	1	1
PR	1	0	1
RN	0	1	1
RO	0	1	1
SC	0	1	1
SE	1	0	1
SP	0	1	1
TO	1	0	1
TOTAL	8	8	16

Fonte: Coordenação-Geral de Operações Especiais

Fiscalização de Recursos Federais Aplicados por Prefeituras de Capitais e Grandes Municípios

Em 2007, as Capitais e os Municípios com população acima de 500 mil habitantes, passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização.

Desde o início do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, trabalha-se com a perspectiva de separar os Municípios de acordo com seus respectivos perfis. Assim, optou-se por fiscalizar Municípios abaixo de 500 mil habitantes no âmbito do Programa de Sorteio e os Municípios com população acima de 500 mil habitantes e Capitais no âmbito do Projeto Grandes Municípios, tendo em vista as grandes diferenças existentes entre estes e os pequenos e médios Municípios.

Foram concluídas em 2007, 339 Ordens de Serviços das 1156 expedidas, destacando-se, dentre os programas/ações fiscalizados os seguintes: Programa Bolsa Família, Programa de Saúde da Família, Fundeb, Programa Primeiro Emprego, Programa Habitar Brasil e Programa Luz para Todos. Estão em andamento, também, fiscalizações nas obras dos metrô de Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió e Salvador, executadas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), e em Porto Alegre, executadas pela Trensurb – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A.

Investigação e Apuração de Denúncias

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE	Combater a impunidade dos administradores de recursos públicos que pratiquem atos lesivos ao patrimônio público, estimulando a participação popular no combate à corrupção e no desvio e desperdício de recursos públicos.						
DESCRIÇÃO	Criação de mecanismos ágeis e eficientes de investigação e apuração mediante trabalho conjunto com a Advocacia-Geral da União - AGU, com o Tribunal de Contas da União - TCU e com o Ministério Público Federal - MPU.						
PRODUTO	Denúncia apurada.						
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA+CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
1.500	1.500	1.536	102,40	280.000,00	280.000,00	258.102,00	92,18

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

A CGU vem realizando, ao longo dos últimos anos, a par das auditorias anuais (ordinárias) de gestão, várias auditorias especiais em órgãos federais que se diferenciam substancialmente das auditorias ordinárias, seja pela motivação, seja pelo escopo. Algumas vezes, se originam de constatações feitas nas auditorias ordinárias; outras vezes, decorrem de denúncias, representações, ou mesmo de notícias veiculadas nos meios de comunicação.

Em termos de previsão foram inicialmente estimadas 1.500 investigações, tendo sido realizadas 1.536. Como atividades componentes da ação Investigação e Apuração de Denúncias, são descritas a seguir a

iniciativa de intensificação das auditorias especiais, de fiscalizações especiais de transferências voluntárias, de apuração de denúncias e representações e de ações de controle sobre temas específicos da gestão pública.

Intensificação das Auditorias Especiais em Órgãos e Entidades Federais

No contexto desses trabalhos especiais, foram executadas em 2007, ou iniciaram-se em 2007 e encontram-se em andamento, diversas ações, com destaque às seguintes:

- Furnas (Furnas Centrais Elétricas S.A.) – continuidade das fiscalizações, iniciadas em 2006, nos contratos de volumes expressivos em que foram detectados, inclusive, indícios de desvios de recursos para financiamento de campanhas;
- Infraero (Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária) – continuidade dos trabalhos, iniciados em 2006;
- Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) – continuidade dos trabalhos, iniciados em 2006, para auditar os contratos do Censipam relacionados, basicamente, com a prestação de serviços especializados de suporte técnico, com a aquisição de fotos de satélite e com serviços de engenharia e manutenção;
- Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) – Continuidade dos trabalhos iniciados em 2006, com a finalidade de fiscalizar a gestão dos Contratos de Patrocínio de Eventos, tendo em vista a existência de indícios de irregularidades;
- Docas (Companhia Docas) – auditoria de avaliação da regularidade do gerenciamento das receitas portuárias nas Companhias de Docas, bem como do cumprimento das exigências do ISPSCode. Em 2006, foram realizadas auditorias nos Portos de Salvador/BA, Aratu/BA, Itaqui/MA e Itajaí/SC. Em 2007, foram concluídas as relativas ao Porto de Fortaleza/CE, Santos/SP, Vitória/ES e Santarém/PA; estão em realização auditorias no Porto de Belém/PA, Vila do Conde/PA, Paranaguá/PR e Rio Grande/RS, e programadas no Porto de Areia Branca/RN, Natal/RN, Ilhéus/BA, Rio de Janeiro/RJ e Sepetiba/RJ;
- DNIT (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes) – auditoria nas licitações referentes à contratação de controladores de velocidade nas rodovias (barreiras eletrônicas e pardais), envolvendo recursos da ordem de R\$1,6 bilhões. O resultado dos trabalhos foi encaminhado aos responsáveis para a adoção de providências;
- Secretaria de Política de Informática/MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) – continuidade da auditoria nos procedimentos de concessão e acompanhamento dos incentivos fiscais concedidos no âmbito da Lei de Informática;
- ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) – aprofundamento dos trabalhos de auditoria iniciados em 2005, mediante análise do acervo documental disponibilizado pelo Ministério Público da União e de subsídios disponibilizados em decorrência da Operação Selo;
- Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) – auditoria de avaliação da adequabilidade da estrutura da Empresa quanto à sua missão institucional (em andamento);
- Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra a Seca) – auditoria de avaliação da adequabilidade da estrutura da Empresa quanto à sua missão institucional (em andamento);
- FNS (Fundo Nacional de Saúde)/Ministério da Saúde – auditoria especial realizada no âmbito do Ministério da Saúde com o objetivo de identificar as fragilidades que facilitaram a execução das fraudes identificadas na “Operação Sanguessuga” e propor o aperfeiçoamento do sistema de gestão de convênios (GESCON);
- Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social)/INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)/MPS (Ministério da Previdência Social) – auditoria realizada no Projeto Novo Modelo de Gestão – NMG que tem por finalidade mudar o ambiente tecnológico previdenciário e aprimorar os processos de trabalho na sua principal missão, de reconhecer os direitos previdenciários dos seus segurados; atualmente são pagos em torno de R\$ 200 bilhões para cerca de 25 milhões de beneficiários;
- Funasa (Fundação Nacional de Saúde)/MS (Ministério da Saúde) – auditoria iniciada durante a avaliação de gestão e que posteriormente, dada a sua relevância, foi alçada a auditoria especial. Foram examinados os contratos e licitações das unidades sediadas em Brasília, Roraima e Maranhão.

Fiscalizações Especiais de Transferências Voluntárias

A CGU vem realizando ações de fiscalização de recursos públicos federais transferidos, sobre os quais parem suspeições de desvios. Não se trata do trabalho regular de fiscalização e auditoria, tampouco do acompanhamento feito por sorteio. Neste caso, os órgãos e entidades a serem fiscalizados são selecionados de acordo com informações previamente coletadas em trabalhos de fiscalização regular, em que se identifique um padrão de irregularidades, ou por escolha compartilhada com outros órgãos de defesa do Estado, tais como a Polícia Federal ou o Ministério Público.

Em 2007 foram desenvolvidos importantes trabalhos nessa linha de atuação, tais como:

- Operação Rêmora (Pará) – em conjunto com a Polícia Federal - busca e apreensão de documentos e análise de contratos celebrados entre diversas empresas e vários órgãos da administração pública federal tais como: Universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia, Infraero, Hospital Naval e Centro de Instrução Ciaba.
- Operação no município de Jacaraú/PB – análise de documentação apreendida referente a recursos transferidos para as áreas de educação e saúde. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 364.853,81.
- Operação no município de Coari/AM – auditoria realizada com o objetivo de apurar possíveis irregularidades – em diversas áreas e royalties - praticadas pelo Prefeito Municipal, inclusive emissão de notas frias. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 7.008.817,29.
- Operação Carranca (Alagoas) - fiscalização referente à aplicação de recursos públicos federais em municípios onde acontece a atuação de grupos de empresas em obras de engenharia e venda de materiais de construção, com o fito de desviar recursos públicos federais. A Controladoria-Geral da União participou, em conjunto com a Polícia Federal, da busca e apreensão de documentos e, atualmente, está analisando a documentação apreendida.
- Operação Metástase (Roraima) – em conjunto com a Polícia Federal - busca e apreensão de documentos e, atualmente, está analisando a documentação apreendida referente a recursos transferidos para a área da saúde. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 3.905.670,82.
- Operação antídoto (Amapá) – em conjunto com a Polícia Federal - busca e apreensão de documentos e análise da documentação apreendida referente a recursos transferidos para a área da saúde
- Operação Mecenaz (Distrito Federal) – auditoria em projetos do Pronac (Programa Nacional de Apoio à Cultura) referente à aplicação de recursos públicos federais da Lei de Incentivo à Cultura – Lei Rouanet – Lei nº. 8.313/91 (em andamento).
- Operação Selo (Distrito Federal) – análise de documentação apreendida na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- Operação Suíça/Alcaide (Pernambuco) – os trabalhos iniciaram-se em 2006 e estão relacionados à apuração de fraudes em procedimentos administrativos em diversos municípios do interior de Pernambuco. O prejuízo potencial estimado é de R\$ 11.636.644,01.
- Ponte Redinha (Rio Grande do Norte) – auditoria em andamento relacionada à obra de construção da Ponte Forte/Redinha em Natal/RN
- Operação Navalha – em conjunto com a Polícia Federal - foi desarticulada uma suposta quadrilha que fraudava licitações públicas para a realização de obras, como as previstas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e no Programa Luz Para Todos.
- Distrito Federal – análise de documentação apreendida e fiscalização em convênio firmado pelo Ministério da Integração Nacional com o GDF (Governo do Distrito Federal) para o projeto de irrigação da bacia do Rio Preto.
- Sergipe – fiscalização dos contratos para duplicação do Sistema Adutor do Rio São Francisco.
- Alagoas – fiscalização no contrato para a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Prata. Está em andamento a fiscalização nas obras de macrodrenagem do Tabuleiro dos Martins.
- Piauí - auditoria especial na Cepisa (Companhia Energética do Piauí).

Apuração de Denúncias e Representações

As denúncias e representações recebidas na Secretaria Federal de Controle (demandas externas) são autuadas em processos, apuradas e os resultados são encaminhados aos demandantes, aos gestores federais responsáveis e ao Tribunal de Contas da União e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público. Os resultados das providências adotadas pelos gestores também são informados no Relatório Anual de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades.

Durante o exercício de 2007, as demandas protocoladas na Controladoria-Geral da União encaminhadas à Secretaria Federal de Controle Interno totalizaram 2.692. Dessas, 1.934 foram consideradas de rito ordinário, ou seja, denúncias que, pelo conteúdo, complexidade ou materialidade, demandam uma ação de controle por parte da CGU. As outras 758 foram classificadas como rito simplificado, indicando que o conteúdo denunciado pode ser verificado de outra forma, que não necessariamente a ação direta de fiscalização da Controladoria; nesses casos, a SFC aciona o gestor responsável para a tomada de providências.

No exercício de 2007, das demandas classificadas como rito ordinário na Controladoria-Geral da União, 335 geraram 1.499 ordens de serviço, das quais foram concluídas no período 57% (855 OS). Tais trabalhos objetivaram identificar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais.

Ações de Controle sobre Temas Específicos da Gestão Pública

Durante o exercício de 2007, foram realizadas ações de controle sobre temas específicos da gestão pública, as quais, por sua relevância em termos de dispêndios e riscos envolvidos, justificaram ações especialmente focadas. Estes trabalhos visaram à obtenção de massa crítica para o diagnóstico do processo de terceirização no âmbito da administração pública federal em subsídio à avaliação da gestão das unidades.

São exemplos de temas relevantes que foram objeto de ações de controle no período: contratos na área de Tecnologia da Informação: 42 ações concluídas e 22 em andamento; contratos de publicidade e propaganda: 38 ações concluídas e 11 em andamento; contratos de Vigilância, Limpeza e Conservação: 96 ações concluídas e 35 em andamento; outras Terceirizações: 91 ações concluídas e 43 em andamento.

Em continuidade a trabalho iniciado em 2005, por denúncia recebida, foi elaborada Nota Técnica pertinente às transposições dos servidores do ex-Território Federal do Acre para a Carreira de Policial Civil, com encaminhamento à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para, na qualidade de Órgão Central de Pessoal Civil do Poder Executivo, adotar providências quanto a possíveis irregularidades ocorridas à época da transposição.

Análise do Relatório de Gestão Fiscal

O acompanhamento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal foi efetivado, durante o exercício de 2007, a partir dos dados existentes nos sistemas corporativos do Governo Federal. Essa atividade consistiu na seleção das contas contábeis que compõem as informações do relatório e na conferência de cada item do relatório, encaminhado pelo Tesouro Nacional à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU. O resultado desse acompanhamento propiciou tanto a correção dos problemas detectados, quanto a ratificação dos dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal, de que tratam os artigos 54, inciso IV, e 59 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Constatou-se que durante o exercício de 2007 o Poder Executivo Federal permaneceu dentro dos limites prudenciais estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como publicou os demonstrativos dentro dos prazos, que foram os seguintes:

ANÁLISE DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	PUBLICAÇÃO
Análise das informações para o Relatório do 3º quadrimestre de 2006	30 de janeiro de 2007
Análise das informações para o Relatório do 1º quadrimestre de 2007	30 de maio de 2007
Análise das informações para o Relatório do 2º quadrimestre de 2007	28 de setembro 2007

Prestação de Contas do Presidente da República e sua Reestruturação

A elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, também a cargo da SFC, deu-se a partir de informações provenientes dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e contém informações contábeis sobre a execução orçamentária e financeira de todos os Poderes.

As atividades relacionadas à elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República alcançaram as contas do exercício de 2006 e os procedimentos iniciais das contas de 2007CD-ROM, distribuído a vários órgãos e entidades.

ETAPA	CONCLUSÃO
Recebimento, análise e formatação das informações provenientes dos ministérios e demais órgãos inseridos no processo de Prestação de Contas do Presidente da República – Exercício de 2006.	Fev/2007
Monitoramento do processo de impressão as Contas do Presidente e encaminhamento ao Presidente da República para envio ao Congresso Nacional	Mar/2007
Preparar arquivos para linguagem e configuração Internet, homologação e disponibilização ao público-exercício de 2006	Abr/2007
Recebimento e das diretrizes do TCU para a Prestação de Contas de 2007 e elaboração dos pedidos de informação aos ministérios e demais unidades envolvidas no processo de contas.	Dez/2007

Ainda no exercício de 2007 a SFC promoveu a reestruturação da Prestação de Contas do Presidente da República, alterando o conteúdo e forma de apresentação, aperfeiçoando-a, com o objetivo, entre outros, de facilitar o controle social, por parte do cidadão.

Reestruturação do Rol de Responsáveis

Em 2007 a CGU por meio da SFC promoveu a reestruturação do rol de responsáveis, concedendo a esse instrumento organicidade na forma de inclusão/alteração/apresentação de diversas naturezas de responsabilidade.

Correição no Poder Executivo Federal

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE	Combater a impunidade mediante a supervisão e acompanhamento de procedimentos disciplinares, tornando-os mais ágeis e efetivos.						
DESCRIÇÃO	Instauração, recomendação, advocação e acompanhamento de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares; capacitação de servidores públicos federais em procedimentos disciplinares para compor comissões; implementação de sistema informatizado para acompanhamento e controle dos processos administrativos instaurados ou a instaurar bem como para o registro das sanções aplicadas; elaboração e aprovação de projeto visando à criação de um Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e revisão das atuais normas relativas a processo administrativo disciplinar.						
PRODUTO	Procedimento administrativo acompanhado.						
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA+CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
150	150	179	119,33	1.000.000,00	1.000.000,00	964.653,00	96,47

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Em 2007 consolidou-se o processo de implantação do Sistema de Correição da Administração Pública Federal, que conta com uma unidade em cada Ministério e é coordenado pela Corregedoria-Geral da União, órgão integrante da estrutura da CGU. As próximas ações da CGU no sentido de fortalecer o sistema correicional do Poder Executivo Federal serão no sentido de estimular a criação de Corregedorias Seccionais nos diversos órgãos da Administração Pública Federal

Efeito imediato dessa iniciativa foi a intensificação do combate empreendido pelo Governo Federal à cultura da impunidade. Com efeito, de 2003 para cá já foram instaurados, no âmbito do Poder Executivo

Federal, mais de 25 mil Sindicâncias e Processos Disciplinares, gerando a aplicação de 1.622 punições administrativas expulsivas de servidores civis (1.421 demissões; 108 destituições; e 93 cassações). Somente no ano de 2007 foram 437 as punições expulsivas, o que significou um aumento de 32,2% em relação à média dos anos anteriores e um número recorde de penas desta natureza a agentes públicos envolvidos em irregularidades administrativas, e alcançaram agentes públicos de nível elevado na hierarquia, e não apenas servidores modestos: foram diretores, altos assessores e superintendentes de estatais (como nos Correios e na Infraero), auditores e fiscais da Receita, da Previdência e do Trabalho, procuradores, subsecretários de orçamento e administração.

O quadro a seguir detalha as punições expulsivas aplicadas no âmbito do Poder Executivo Federal:

PUNIÇÕES ADMINISTRATIVAS EXPULSIVAS

PUNIÇÕES	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
DEMISSÃO	242	254	240	299	386	1421
CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA	8	15	17	24	29	93
DESTITUIÇÃO DE CARGO PÚBLICO	14	213	15	34	22	108
TOTAL	264	292	272	357	437	1622

Fonte: Diário Oficial da União

Em 2007 a CGU procedeu à instauração direta de 75 procedimentos administrativos disciplinares, sendo 37 Sindicâncias Patrimoniais. Vale lembrar que o mecanismo das Sindicâncias Patrimoniais foi implantado neste Governo para a verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda. No último ano foram feitas 414 investigações patrimoniais preliminares.

No mesmo ano, coube à CGU verificar a regularidade de 3.260 processos disciplinares; realizar cerca de 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo Federal; e recomendar junto aos órgãos competentes a instauração de 409 procedimentos disciplinares

Dentre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas no ano de 2007 encontram-se o valimento do cargo (35,44%) e a improbidade administrativa (16,44%).

Entre as inúmeras denúncias apreciadas pela Controladoria, mereceram destaque pela gravidade, complexidade e repercussão alcançada no meio social os casos referentes à “Operação Navalha” (fraudes em licitações de obras públicas sob o comando da Construtora Gautama); à Fundação Biblioteca Nacional (desaparecimento de peças raras do acervo, com graves prejuízos ao erário); às denúncias de irregularidades em contratações firmadas no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, do Banco da Amazônia – BASA, do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dentre tantos outros.

Por sua vez, a despeito das punições já arbitradas, prosseguem na CGU as investigações desencadeadas em anos anteriores, mediante instauração disciplinar ou por acompanhamento junto ao Ministério da Saúde (Operações “Vampiro” e “Sanguessugas”) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para os casos, ainda pendentes, de irregularidades detectadas em processos licitatórios e na celebração de convênios.

Para viabilizar a intensificação das ações de correição nos diversos ministérios, a CGU lançou um Programa de Capacitação em Processo Disciplinar, que já treinou, desde 2003, 4.747 servidores no País inteiro, de modo a que os gestores não contribuam para a impunidade, deixando de instaurar os processos que se recomendam, por falta de pessoal qualificado. Os servidores capacitados em 2007 chegaram a 1.305.

Desse modo, sempre visando acabar com a cultura da impunidade, a Administração deixa de ficar apenas à espera da punição pela via judicial, reclamando da morosidade da Justiça (que não vem de incúria do Judiciário, mas das Leis do Processo, que até hoje não se modernizaram) e passa, ela própria, a Administração, a aplicar as punições que ela mesma pode aplicar.

A descentralização do controle informatizado dos processos disciplinares em cada um dos órgãos da Administração Pública Federal levou a CGU a promover, em 2007, a implantação do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), *software* que visa o armazenamento e disponibilização, de forma rápida e segura, das informações sobre os processos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos e entidades públicas do

Poder Executivo Federal. Seu uso constitui importante ferramenta na gestão dos procedimentos disciplinares, de forma a propiciar, ainda, uma maior articulação dos órgãos, o desenvolvimento de indicadores para estabelecimento e monitoramento de políticas de prevenção e combate à corrupção, e a identificação de pontos críticos e construção de mapas de risco.

Com o objetivo de dar continuidade a um amplo e permanente processo de capacitação, a CGU, em consonância com as demandas e os desafios profissionais encontrados pelos servidores que atuam na área correicional, estabeleceu parceria com a Escola de Administração Fazendária - ESAF e a Universidade de Brasília – UnB, com a finalidade de oferecer o Curso de Especialização em Direito Disciplinar, voltado para a qualificação e o aperfeiçoamento de operadores das unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, os quais poderão se tornar referências nas matérias e contribuir para a deflagração de uma cadeia de multiplicadores dos conhecimentos ali abstraídos.

A CGU instituiu, ainda, o procedimento de envio sistemático dos resultados de suas auditorias e processos administrativos disciplinares ao Ministério Público, para adoção das medidas cabíveis na esfera judicial – Ações Criminais e Ações Cíveis de Improbidade – além da remessa obrigatória ao TCU. Isso quando os trabalhos já não são realizados, desde o início, em parceria com essas instituições de controle externo

Prevenção à Corrupção e Transparência das Ações de Governo

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE		Prevenir a corrupção, mediante a ampliação da transparência na gestão pública, o estímulo ao controle social e a adoção de normas e procedimentos que ampliem a eficiência e eficácia da administração pública.					
DESCRIÇÃO		Disseminação de informações à sociedade e agentes públicos, mediante a implementação de sistemas, eventos, elaboração e distribuição de manuais voltados ao controle social, capacitação de agentes públicos e adoção de normas voltadas para o aperfeiçoamento do sistema de integridade do Estado brasileiro.					
PRODUTO		Evento realizado.					
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA + CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA+CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
80	80	77	96,25	5.470.000,00	4.629.886,00	4.553.174,00	98,34

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Com a criação da Secretaria de Prevenção e Combate à Corrupção, as ações de prevenção da corrupção e as de inteligência, até então implementadas de forma dispersa pelas várias unidades da CGU, passaram a ser centralizadas em uma única unidade. Esse novo modelo dotou a Controladoria dos instrumentos e da capacidade de utilizar técnicas inovadoras na prevenção da corrupção. Além de promover a centralização e o fomento das ações preventivas, a nova estrutura tornou viável a organização de uma unidade de inteligência, colocando o Brasil em sintonia com os países que se encontram na vanguarda da prevenção à corrupção.

Com efeito, essa medida, de maneira inédita neste País, efetiva ações sistemáticas de prevenção e combate à corrupção e prestigia o controle do dinheiro público federal em todas as suas formas e vertentes de aplicações. E esse fato não tem passado despercebido no cenário internacional. Graças a todo esse empenho, a CGU está caminhando para se tornar, em relação aos países do continente, órgão de referência em prevenção e combate à corrupção, como já anunciado pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime – UNODC – no Brasil.

Ações Normativas

Seguindo recomendações das convenções internacionais, o marco legal brasileiro na área da prevenção e combate à corrupção vem sendo aprimorado. Por iniciativa da CGU, o Executivo já encaminhou ao Congresso, entre outras propostas, projetos de leis regulamentando os conflitos de interesses (PL nº 7.528/2006) e criminalizando o enriquecimento ilícito (PL 5.363/2005). Com o Decreto nº 6.170, de 25 de julho deste ano, a vigorar em 2008, foi dada nova regulamentação às transferências de recursos federais a Estados, Municípios e organizações não-governamentais, dirimindo dúvidas e preenchendo lacunas existentes nas normas atuais. No momento, CGU, Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda trabalham na elaboração da portaria regulamentadora desse decreto.

A CGU editou, ainda, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Portaria Interministerial nº 298, de 11 de setembro de 2007, que regula a entrega de declaração de bens e valores por todos os agentes públicos; e participou dos debates relacionados ao Projeto de Lei nº 7.709, de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se encontra em discussão no Senado Federal.

Brevemente, será encaminhado ao Congresso um PL tratando do Acesso a Informações, que além de constituir, também, recomendação das Convenções Internacionais, é antiga reivindicação de entidades da sociedade e regulamenta o previsto no art. 5º, inciso XXXIII, e no art. 37 da Constituição.

A CGU trabalha também para, em 2008, regulamentar, por meio de medida legislativa, a atividade de intermediação de interesses (*lobby*) e a responsabilidade da pessoa jurídica envolvida em prática de ilícitos como a corrupção e a lavagem de dinheiro. Esta última iniciativa atende também recomendações das Convenções Internacionais de Combate à Corrupção, sobretudo a Convenção da OCDE contra o suborno de funcionários estrangeiros.

Ainda em consonância com as recomendações e padrões de organismos e convenções internacionais, o Brasil definiu, em 2006, a regulamentação do acompanhamento mais meticuloso e detalhado das transações financeiras das Pessoas Politicamente Expostas (as chamadas PEPs), pelo Banco Central e pelo COAF, com comunicação à CGU, quando for o caso.

Combate à Corrupção

A CGU divide com o Ministério da Justiça a coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, exemplo eloquente do combate articulado a esses males. A ENCCLA reúne representantes de mais de 50 órgãos do Executivo e do Judiciário, além do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União na discussão de propostas de combate à corrupção e a crimes contra o sistema financeiro nacional.

No âmbito da ENCCLA, está sendo montado o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro que, já a partir de 2008, inicia suas atividades, desenvolvendo e aplicando modernas ferramentas tecnológicas e metodologia de processamento de informações na esfera patrimonial, para a geração de provas de alta precisão no combate à corrupção.

A CGU desenvolveu ainda, ao longo de 2007, importantes trabalhos com vistas à análise de riscos e vulnerabilidade à corrupção em órgãos públicos. Concluiu as análises do caso Banestado, de maneira a permitir que a Controladoria finalizasse a análise da evolução patrimonial dos servidores públicos que enviaram recursos ao exterior por meio de contas CC-5 via Banco Banestado. Foram efetuadas, também, 414 investigações patrimoniais preliminares e 30 análises patrimoniais para sindicâncias, que se somam a 111 informes de inteligência produzidos, além do acompanhamento e atualização de cadastro dos servidores públicos que participam de empresas privadas na condição de sócios-gerentes. Houve, também, investimentos na capacitação dos servidores, com 100% do efetivo de servidores que atuam em análises patrimoniais capacitados, o que resultou em ganho de produtividade na identificação de indícios de enriquecimento ilícito. A capacitação estendeu-se, inclusive, à análise de folha de pagamento, aumentando a eficiência da equipe na identificação de situações irregulares ou atípicas.

Promoção de Estudos e Pesquisas

Em 2007, a CGU coordenou a realização de duas oficinas sobre temas relacionados aos métodos de mensuração da corrupção: uma com representantes do meio acadêmico, inclusive de universidades americanas, e outra em parceria com a Embaixada do Reino Unido e a Transparência Brasil, com representantes da Organização Não-Governamental *Global Integrity*, de outros órgãos e entidades brasileiras e especialistas na área, para discutir a metodologia utilizada pela entidade para produzir o Índice de Integridade Global.

Com o objetivo de promover a pesquisa e divulgar informações sobre corrupção e assuntos afins, lançou a Biblioteca Virtual sobre Corrupção (BVC), reunindo em um único repositório informações sobre essa temática. O acervo, acessado livremente, é atualizado periodicamente, de forma a contribuir para a produção e difusão de conhecimento na área. A BVC já reúne, até o momento, mais de 1300 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema corrupção. Trata-se de um projeto da CGU em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).

Ainda sobre estudos e pesquisas acerca do tema corrupção foram realizados diversos eventos, tais como o 2.º Concurso de Monografias da CGU, com os objetivos de estimular a realização de pesquisas sobre prevenção e combate à corrupção e como forma de incentivar a participação do cidadão no controle da Administração Pública, identificar iniciativas bem-sucedidas na área e colher proposições de políticas e ações que possam ser adotadas por governos e pela sociedade. Houve, ainda, a realização do 1.º Concurso de Redação e Desenho da CGU para alunos do ensino fundamental dos Municípios participantes do Programa Olho Vivo. A iniciativa pretendeu promover no ambiente escolar a reflexão e o debate sobre a prevenção e o combate à corrupção e despertar nos estudantes o interesse pelo controle social. Na primeira edição do concurso, ocorrida no segundo semestre de 2007, 116.226 mil crianças, de 26 Municípios de todos os Estados brasileiros, apresentaram trabalhos e 3.824 professores foram mobilizados.

É importante salientar a publicação de duas edições da Revista da CGU, de cunho técnico-científico, visando divulgar trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção.

Promoção de Eventos

A CGU promoveu diversos eventos com o objetivo de divulgar projetos exitosos de prevenção da corrupção e promover a troca de experiências entre os Governos Federal, Estadual e Municipal. Com vistas a contribuir para o aprimoramento da gestão, a CGU realizou, em 2007, o Seminário Brasil-Europa de Prevenção da Corrupção, que contou com a participação de mais de 300 pessoas, dos mais diversos Estados e Municípios brasileiros.

Foi realizado, em 2007, curso à distância sobre cidadania e controle social, com o intuito de incentivar a participação no controle dos recursos públicos, no qual 300 cidadãos se matricularam para serem capacitados sobre os referidos temas. Também podemos destacar a participação no 2º Encontro Regional de Ouvidoria nas cidades de Salvador/BA, Goiânia/GO, Vitória/ES e Florianópolis/SC abordando o tema Segurança da Informação, tendo como público alvo: ouvidores federais, estaduais e municipais.

Ressalte-se, também a organização de eventos, em todos os Estados brasileiros, em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção.

Metodologia de Mapeamento de Riscos à Corrupção

A CGU celebrou quatro Acordos de Cooperação Técnica com Universidades, inclusive internacionais, com o objetivo de fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre corrupção e o aprimoramento da metodologia de mapeamento de riscos à corrupção, desenvolvida em parceria com a Transparência Brasil. A primeira versão foi aplicada como piloto nos Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Social e Transportes. Essa metodologia, a ser aplicada nos órgãos e entidades da Administração Pública, visa identificar, de forma preventiva, vulnerabilidades nos processos de trabalho dessas organizações.

Novas Tecnologias

Por meio da avaliação de ferramentas de tecnologia da informação para subsidiar análise de grandes volumes de dados, a CGU busca atualizar-se com as mais modernas ferramentas. Foram realizados estudos de caso com possíveis fornecedores para análise de ferramentas de *On-Line Analytical Processing* (OLAP) e *Data Warehouse* (DW) em dados reais do Portal da Transparência e do sistema ATIVA, este último de planejamento e execução das ações de controle da CGU.

Houve capacitação da equipe em ferramentas de TI para tratamento de dados, pesquisas em bases não estruturadas e diagramação de relacionamentos. Os treinamentos foram realizados em conjunto com outros órgãos facilitando a transversalidade no combate à corrupção. Houve, ainda, a integração da CGU com o grupo de trabalho de Metodologia de Implantação da Segurança Corporativa, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para propor uma metodologia de implantação de estrutura de segurança da informação nos órgãos da Administração Pública Federal.

Articulação Nacional e Internacional

A CGU participou da *GTEC Week* (Feira Mundial de Governo Eletrônico) no Canadá apresentando o Portal da Transparência do Governo Federal. Participou, também, de importantes eventos de articulação e discussão de temas ligados à corrupção, representando o Brasil e alterando qualitativamente a presença e a imagem do nosso país nesses fóruns, em especial, o V Fórum Mundial contra a Corrupção, que aconteceu na África do Sul, as Conferências promovidas pelo UNODC para discutir a implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Conferência comemorativa ao X Aniversário da Convenção da OCDE contra a corrupção de funcionários públicos estrangeiros, realizada em Roma, na Itália.

Além disso, em 2007, o consórcio dos órgãos CGU, MJ, PGFN e CIASC iniciaram a elaboração do projeto Sigma visando identificar tipologias de ilícitos nas bases de dados dos sistemas do governo do estado de Santa Catarina. Esse projeto foi incorporado ao programa Pronasci/MJ e será executado no ano de 2008.

A CGU tem participado, ainda, do acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas em cada um dos três Tratados Internacionais que o País ratificou nessa área: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, a Convenção Interamericana Contra a Corrupção e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da OCDE. Houve também a adoção de uma série de medidas para divulgar os termos dessas Convenções, tais como a elaboração e a distribuição de material informativo e desenvolvimento de *hotsites* específicos sobre as Convenções (<http://www.cgu.gov.br/oea>; <http://www.cgu.gov.br/ocde>).

Ainda no que tange à articulação internacional, a Controladoria-Geral da União participou da coordenação do processo de avaliação do Brasil pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE quanto à implementação da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, além da participação, também no âmbito da OCDE, do grupo de trabalho responsável pela avaliação da Argentina, e, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, do grupo que avaliou o Peru quanto à implementação da Convenção da OEA contra a Corrupção.

Fortalecimento da Gestão Pública

Houve a realização de três sorteios públicos com intuito de selecionar os Municípios beneficiários das ações do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Por meio das ações presenciais desse Programa foram beneficiados 124 Municípios e capacitados 1363 servidores públicos municipais. Outros 825 servidores públicos de 87 Municípios foram treinados em cursos de educação à distância. Além dos resultados da ação derivada dos sorteios, também foram desempenhadas atividades de apoio a instituição e a operacionalização de unidades de controles internos de Municípios e Estados, pelas quais foram beneficiados 347 Municípios e 5 Estados brasileiros, totalizando 1083 servidores capacitados.

A CGU vem firmando também acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento e aprimoramento do controle interno estadual e a melhoria da fiscalização de recursos federais destinados a ações nos Estados. Os acordos prevêem treinamento de servidores estaduais para aperfeiçoar as técnicas de controle interno e de prevenção e combate à corrupção. Já foram assinados acordos com os Estados da Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas, Minas Gerais e com o Distrito Federal.

Transparência das Ações de Governo e do Gasto Público

Partindo de um visível atraso no campo da transparência pública, o País passou a contar, a partir de 2004, com o Portal da Transparência, internacionalmente reconhecido como um dos mais completos sítios virtuais do mundo em seu gênero, com informações detalhadas sobre a execução do orçamento público federal, acessível a qualquer cidadão, sem exigência de senha ou cadastro prévio.

Atualizado todos os meses e constantemente aprimorado, o Portal da CGU vem sendo copiado por outros países. Hoje, ele já abriga 584 milhões de informações, abrindo ao controle social um volume de recursos da ordem de R\$ 3,7 trilhões. Em 2007 o Portal da Transparência incorporou duas novas ferramentas: uma delas, em caráter experimental, apresenta extratos completos de 2000 convênios firmados pela União com Estados, Prefeituras e Organizações Não-Governamentais (ONGs) e a outra classifica, por atividade econômica, as empresas que receberam recursos federais, podendo exibi-las em ordem de valor, alfabética, ou outro critério escolhido. O Portal da Transparência oferece aos cidadãos, inclusive, um sistema de mala direta, de fácil cadastramento, para que

receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado. Atualmente, o Portal conta com quase 10.000 usuários cadastrados para o acompanhamento de convênios.

Foram lançadas também as Páginas de Transparência de cada Ministério e demais órgãos federais, com os extratos dos contratos celebrados, das licitações abertas, dos convênios firmados, a execução das despesas com diárias e passagens, além de outras informações. Atualmente, 49 órgãos da Administração Direta, 48 autarquias, 12 fundações, 12 empresas públicas e 18 sociedades de economia mista já têm suas Páginas de Transparência implantadas, em um total de 144 páginas.

É importante salientar que o Portal da Transparência foi premiado, em 2007, pelo Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pelo Prêmio TI & Governo, concedido pela Plano Editorial, empresa responsável por várias publicações voltadas para o setor de tecnologia da informação.

Controle Social

Na linha do estímulo ao controle social, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, criado em 2004, vem espalhando pelo país o gosto pelo exercício da cidadania. O programa realizou 81 encontros e seminários em municípios pólos regionais, beneficiando 755 Municípios, capacitando 13 mil cidadãos e distribuindo 1,3 milhão de exemplares da cartilha de orientação “Olho Vivo no Dinheiro Público”. Somente em 2007, foram realizados 52 eventos de Educação Presencial, atingindo um total de 479 Municípios e sensibilizando e capacitando 12.278 cidadãos com o objetivo de fomentar o exercício do controle social, de forma que toda a população também atue para a melhor aplicação dos recursos públicos em sua cidade. O programa recebeu o Prêmio Educare na categoria Educação para a Cidadania.

Também em 2007 foi realizado o primeiro curso à distância sobre cidadania e controle social, com o intuito de incentivar a participação no controle dos recursos públicos

A CGU atuou, também, em parceria com a TV Escola, do Ministério da Educação, na elaboração de um programa televisivo sobre o controle social voltado para professores e transmitido em rede nacional (Programa Salto para o Futuro).

Para o acompanhamento e fiscalização pelos cidadãos, foram elaborados roteiros (questionários) sobre os programas do Governo Federal (Bolsa Família, Alimentação Escolar, Dinheiro Direto na Escola, Erradicação do Trabalho Infantil e Transporte Escolar).

Sistema Federal de Ouvidorias

DADOS GERAIS DA AÇÃO							
FINALIDADE		Normatizar e organizar de modo mais amplo e efetivo as atividades de ouvidoria no Poder Executivo Federal.					
DESCRIÇÃO		Organização, sob a coordenação central da CGU, de um Sistema de Ouvidorias, em lugar da simples proliferação de iniciativas isoladas e fragmentárias hoje existentes, como forma de facilitar e estreitar a relação do cidadão e as instituições públicas do País.					
PRODUTO		Atendimento processado					
EXECUÇÃO FÍSICA				EXECUÇÃO FINANCEIRA			
LOA	LOA+CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO	LOA	LOA +CRÉDITOS	EXECUTADO	% DE EXECUÇÃO
3.000	3.000	2.050	68,33	300.000,00	300.000,00	288.726,00	96,24

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan em 19/02/08

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Coordenação do Segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

As primeiras unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal surgiram em meados da década de 80. A partir de 2003, de forma mais estruturada e articulada, a OGU tem incentivado a instituição de unidades de Ouvidoria nos órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal, destinadas ao atendimento do cidadão, usuário dos serviços públicos em seu âmbito de atuação. Reporta-se, em dezembro de 2007, a existência de 138 unidades de ouvidoria em

atividade no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 1,9 milhão de manifestações de cidadãos.

Foi prestado apoio técnico, para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, para esclarecimentos acerca do modelo de ouvidoria pública adotada, competências da unidade de ouvidoria, atribuições do ouvidor, elaboração de exposição de motivos para alteração da estrutura regimental básica dos órgãos e entidades no tocante à unidade de ouvidoria, apoio na definição de rotinas e processos de trabalho para as ouvidorias em início de atividades, intermediação para cooperação entre ouvidorias do poder executivo; dentre outras. Foi dado, ademais, continuidade na ação de capacitação das Ouvidorias Públicas através da realização do 2º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria Pública nas cidades de Salvador/BA, 11 a 13 de setembro; Goiânia/GO, 2 a 4 de outubro; Vitória/ES, 6 a 8 de novembro e Florianópolis/SC, 4 a 6 de dezembro. Participaram cerca de 280 Ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria do governo federal, estadual e municipal.

Foram desenvolvidas, também, ações de sensibilização e mobilização da população em geral visando à articulação, o diálogo e a cooperação do segmento de Ouvidorias Públicas. Com esse objetivo foi realizado ao longo do ano de 2007 o 3º Encontro Regional de Ouvidorias Públicas nas cidades de Salvador/BA, 5 e 6 de agosto; Goiânia/GO, 30 e 31 de agosto; Vitória/ES, 27 e 28 de setembro; Porto Alegre/RS, 25 e 26 de outubro; Belém/PA, 22 e 23 de novembro.

Produtividade

Em 2007 foram recebidas e processadas, pela Ouvidoria-Geral da União, 2.050 manifestações de cidadãos, referentes à prestação de serviços públicos, ou seja, 100% da demanda ocorrida. Trata-se de manifestações espontâneas de cidadãos que solicitam providências para a correção do serviço público prestado por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

A produtividade do segmento de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, no exercício 2006, foi quantificado através da consolidação de dados constantes no instrumento de pesquisa elaborado pela Ouvidoria-Geral da União e que foi aplicado entre abril e junho nas 133 unidades de Ouvidoria em atividade em dezembro de 2006, resultando em um quantitativo total em 2006 foi de 1.864.226 manifestações. Os dados referentes ao ano de 2007 serão consolidados em abril de 2008, após a aplicação do instrumento de pesquisa nas 138 unidades de Ouvidoria em atividade no ano de 2007.

Divulgação das ações de Ouvidoria – Boletim Informativo Escuta Brasil

Com o objetivo de divulgar as ações da Ouvidoria-Geral da União e facilitar a interação com as demais unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, o cidadão e a mídia, foi criado em junho de 2005, o boletim informativo ESCUTA BRASIL, que neste ano de 2007, circulou em cinco edições. Hoje o ESCUTA BRASIL é um informativo consolidado no âmbito das Ouvidorias Públicas e que pode ser acessado para *download* no sítio da CGU, no endereço <http://www.cgu.gov.br/>.

6.3. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

O agronegócio responde por 25% do produto da economia e, nos últimos cinco anos, a agricultura do País foi o setor que mais evoluiu em exportações, com uma taxa anual de crescimento de 16,3%.

Os produtores rurais brasileiros vêm cumprindo eficientemente o papel de abastecer a população com gêneros agropecuários de boa qualidade e preços acessíveis. O aumento da eficiência produtiva tem permitido o controle inflacionário dos preços dos alimentos e, com isso, favorecido o consumo das camadas mais pobres da população brasileira.

Além de manter a normalidade no abastecimento interno, os excedentes de produção têm revelado a capacidade de competição do País, que se tornou o primeiro exportador mundial de carne bovina e de frango, açúcar, café e suco de laranja e o segundo maior exportador em grãos. O Brasil já é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco comercializados no mundo.

Para impulsionar ainda mais o setor, o aumento na oferta de crédito a custos reduzidos foi o grande diferencial da Política Agrícola em 2007. O Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 elevou em 16% a oferta de recursos para o crédito rural oficial, atingindo a marca de R\$ 70 bilhões, dos quais R\$ 58 bilhões destinados à agricultura empresarial. Além disso, os recursos foram ofertados com a substancial redução de dois pontos percentuais na taxa de juros, que caiu de 8,75% para 6,75% ao ano.

Na Safra 2006/2007, no período compreendido de julho de 2006 a junho de 2007, foram aplicados R\$ 44,6 bilhões do crédito rural, sendo R\$ 39,5 bilhões em custeio e comercialização e R\$ 5 bilhões em investimento. Neste contexto, foram aplicados R\$ 7,7 bilhões no Pronaf. Também se pode destacar que, do total do crédito rural da agricultura empresarial aplicado na safra 2006/2007, R\$ 29,5 bilhões foram concedidos a juros controlados.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e permitindo maior atração dos recursos privados. Nesse sentido, a antecipação dos leilões para antes da colheita dos produtos, conforme feito de maneira experimental na safra 2006/2007, por meio do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor – Pepro, consolidou-se como instrumento eficaz dessa política em 2007, ano que se encerrou com operações PEPRO, da ordem de R\$ 1,2 bilhão, referentes à negociação de 8,7 milhões de toneladas de algodão, café, milho, feijão e soja.

O Governo comprometeu cerca de R\$ 2.094,1 bilhões no apoio direto à comercialização de algodão, arroz, feijão, milho, café, soja e sisal, que inclui Aquisições do Governo Federal (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda) e manutenção de estoques, por meio do Prêmio ao Escoamento de Produto (PEP), Prêmios de Risco para o Lançamento de Opções Privadas (PROP e Pepro).

As ações de gestão e minimização de riscos rurais foram fortalecidas mediante o incremento tecnológico e desenvolvimento de novos produtos voltados ao monitoramento dos riscos climáticos. A necessidade de melhorar o índice de acerto da previsão do tempo e clima levou o governo a implementar medidas vinculadas à coleta e transmissão dos dados, por meio da modernização da Rede Meteorológica Nacional, com 460 novas estações meteorológicas automáticas. Dessa forma a Rede passará a operar com 540 Estações Meteorológicas Automáticas, além das 400 Estações Convencionais, e 12 Estações de Radiosondagens.

Foram ampliados os estudos necessários ao zoneamento agrícola de risco climático, que visa indicar a melhor época de plantio das culturas agrícolas, para cada município. Isso permitiu a conclusão de 261 novos zoneamentos, que contemplaram 22 Unidades Federativas e 23 culturas agrícolas, contribuindo significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos adversos.

Na previsão e monitoramento de safras agrícolas, a Conab vem utilizando metodologia de eficiência comprovada, denominada Projeto Geosafra. O Projeto tem por finalidade aprimorar o sistema de estimativas das safras agrícolas brasileiras, com o apoio de uma rede multiinstitucional e uso de geotecnologias, como o sensoriamento remoto, GPS (*Global Positioning System*) e Sistemas de Informações Geográficas, que permitem maior precisão no mapeamento e monitoramento das culturas.

A Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliada, com a elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade de seguro rural agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40%. A ação contou com recursos orçamentários de R\$ 99,5 milhões, representando incremento de 63% comparado com o exercício de 2006.

Enquanto os produtores respondem com aumento de safra e de produtividade, o Governo busca soluções definitivas para antigas pendências, como equacionar a questão do endividamento rural e a criação do fundo contra catástrofe para resolver a questão do seguro agrícola, sendo que este constará de projeto de lei a ser brevemente encaminhado ao Congresso Nacional.

Destaca-se também, em 2007, o atendimento a uma das mais significativas demandas do setor rural, que é a ampliação da oferta de defensivos agrícolas no mercado, especialmente os equivalentes, ou “genéricos”, visando à redução dos preços deste importante insumo agrícola e, conseqüentemente, dos custos de produção.

Preservando a institucionalidade do sistema de registro de agrotóxicos do País, considerada de vanguarda por envolver a avaliação concomitante da segurança agrônômica, ambiental e toxicológica dos produtos pelos três órgãos legalmente competentes, MAPA, Anvisa e Ibama, adotaram-se medidas administrativas e de gestão arrojadas visando racionalizar os procedimentos burocráticos de registro, de forma a integrar e facilitar a comunicação e demais ações conjuntas desses órgãos.

A crescente participação brasileira no agronegócio internacional deve-se à eficaz ação governamental em acordos e disputas comerciais internacionais. O País tem participado ativamente nas sessões especiais do Comitê de Agricultura (CoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do processo de revisão do acordo No âmbito multilateral, notificações agrícolas à OMC sobre medidas de apoio doméstico do Brasil no ano-safra 2003/2004 demonstraram, mais uma vez, o baixo nível de subsídios distorcivos aplicados pelo Brasil, dando coerência à atuação do País nas negociações agrícolas da OMC. O Governo participou ativamente das negociações do contencioso Brasil-União Européia sobre a re-consolidação das tarifas de carne de frango e de peru.

Com relação a acordos comerciais bilaterais, destacam-se os avanços nas negociações entre o Mercosul e a União Aduaneira Sul-Africana – SACU e o Acordo de Livre Comércio com Israel. Ressaltam-se, também, as negociações com a República da Coreia e o Conselho de Cooperação do Golfo (CGG), bem como o aprofundamento dos Acordos de Complementação Econômica com o Chile, Bolívia, México e Peru. Ainda em relação à integração regional, fortaleceu-se o monitoramento de comércio bilateral do Brasil com a Argentina, Paraguai, Uruguai, e México, o que tem contribuído para solucionar problemas que limitam o fluxo de comércio.

Na articulação internacional devem ser ressaltados os seguintes eventos: a) Missão de divulgação no Japão, Indonésia e Cingapura, por ocasião da Feira Foodex; b) Missão de aproximação comercial ao México; c) Missão com atividades na Alemanha, Holanda e Bélgica, por ocasião da Feira Anuga, maior feira agroalimentar mundial; d) participação nas discussões sobre biocombustíveis na Feira Semana Verde, na Alemanha; e, e) participação na Feira de Orgânicos Biofach, principal evento internacional do setor, com vistas a registrar tendências e inovações do setor e identificar oportunidades de mercado para os produtos brasileiros, tendo em vista a regulamentação oficial de produtos orgânicos. Também foi realizado trabalho de recepção de missões de diversos países ao Brasil.

Com o aumento da participação do Brasil no agronegócio internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, em face dos níveis de exigência cada vez mais rigorosos impostos pelos importadores. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras nas áreas de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil.

Por isso, as ações de sanidade vegetal têm sido fortalecidas, visando manter e também expandir as exportações de vários produtos agrícolas. Entre as ações adotadas para controle e erradicação de pragas vegetais, destacam-se:

- Mosca das frutas: o combate à mosca das frutas possibilitou o acesso das mangas brasileiras ao mercado do Japão e a expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%;

- Mosca da carambola: a praga continua controlada e restrita ao Amapá. A migração da mosca da carambola para outros Estados poderia levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US\$ 150 milhões anuais;
- Cancro cítrico: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras regiões;
- Lagarta da macieira *Cydia pomonella*: ações de erradicação da praga em áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul preservam o agronegócio de maçã, que envolve cerca de 50.000 empregos diretos;
- Sigatoka negra: oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Caracterização, como “área livre de sigatoka negra” os Estados: BA, CE, ES, GO, MA, PA, PE, RJ, RN, MG - parcial, AL, PI, SE e TO;
- *Anastreoga grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina: e
- Vassoura-de-bruxa *Crinipellis pernicioso*: tem-se buscado desenvolver novas tecnologias que permitam a convivência do cacauzeiro com a “vassoura de bruxa”, mediante cruzamentos genéticos para obtenção de plantas de alta produtividade e resistência à doença. Foram disponibilizadas para os produtores uma seleção de 39 progênies de cacau resistentes à “vassoura-de-bruxa”.

Foram superadas barreiras de natureza sanitária, obtendo-se acesso a diversos mercados e produtos, dentre os quais: a) carne suína, com osso, de Santa Catarina para Argentina; b) ajustes aos certificados sanitários internacionais para exportações de carne bovina e suína, gelatina e farelo de soja para Ucrânia; c) liberação das exportações de carne suína e bovina dos Estados de AM, PA, GO, MS, MG, PR e SC para a Federação Russa; d) abertura do mercado chinês à carne bovina procedente dos Estados do AC, RS, RO, e RS; e) autorização para exportação de carne de aves dos Estados do AM, MS, e RS para o mercado chinês; e f) abertura do mercado filipino à carne suína brasileira.

O combate à febre aftosa contribui para a manutenção de mercados internacionais de carnes bovinas e suínas e animais vivos. Atualmente, 15 Unidades da Federação e parte de outras duas são consideradas como áreas que se encontram com a febre aftosa erradicada. A área livre de febre aftosa corresponde a 5 milhões de quilômetros quadrados com população bovina aproximada a 180 milhões de cabeças.

Em 2007, incrementaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), assegurando a conformidade e inocuidade desses insumos. Destaca-se ainda o monitoramento de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – BSE, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Houve fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais, para evitar a entrada de doenças animais e pragas vegetais exóticas no País, de importância para a economia e para a saúde pública. Destaca-se a melhoria da infra-estrutura de 110 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, informática e comunicação.

Na área de inovação tecnológica, deve ser ressaltada, por sua especificidade, a pesquisa agropecuária. Foram mantidos em carteira 789 projetos de pesquisa e desenvolvimento em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, foram obtidos resultados em áreas como sistemas de produção sustentáveis, uso da terra e zoneamento agroecológico, análise e mitigação de riscos na importação e exportação, sistemas integrados lavoura-pecuária, utilização da biodiversidade, agricultura de precisão, qualidade sanitária animal e vegetal, melhoramento genético, capacitação de produtores e multiplicadores, agregação de valor e aspectos nutricionais.

Na busca de competitividade, inserem-se as pesquisas para a geração de novas tecnologias nas áreas de alimentos funcionais, nutracêuticos, sanidade, certificação, rastreabilidade, biotecnologia, modelagem de sistemas agrícolas, dentre outros. Isto significa que novas soluções tecnológicas deverão ser disponibilizadas para que os produtores e as empresas nacionais possam atingir este novo patamar de qualidade e de produtividade exigidos pelo mercado. O fomento à pesquisa, à produção e geração de novas tecnologias voltadas à agroenergia foram áreas priorizadas pela Embrapa, em conjunto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Foram desenvolvidos esforços buscando a formação de rede para integração de instituições do setor sucroalcooleiro, visando o levantamento de indicadores técnicos para ampliar o conhecimento desse mercado; promoveu-se a integração com especialistas em estudos econômicos do setor etanol; criou-se a Embrapa Agroenergia, atualmente em fase de organização institucional e implantação de infra-estrutura; e constituiu-se parceria com a Fundação Getúlio Vargas - SP e Escola Superior Luiz de Queiroz da USP para a institucionalização do mestrado profissional na área, além da realização de estudos sobre a cadeia produtiva para biodiesel. Ainda no desenvolvimento da agroenergia, houve a formulação do Plano Nacional de Pesquisa do Etanol, bem como a criação da Empresa de Propósito Específico na área de etanol, para integração de esforços tanto na pesquisa pública quanto para o setor empresarial.

A expansão da cooperação internacional tem ampliado a atuação da Embrapa, dada à liderança que a empresa exerce na área de agricultura tropical. Para potencializar o trabalho de transferência de tecnologia tropical para países da África, estabeleceu-se a Embrapa África, e atualmente, as ações em transferência de tecnologia e de difusão estão sendo sistematizadas a partir das necessidades específicas de cada país e em função do estoque de tecnologia e conhecimentos da Empresa. A área de relações internacionais vem fortalecendo os seus mecanismos de comunicação em parceria com os escritórios na África e dos Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior – Labex, na Europa (França e Holanda). Atualmente, estão ocorrendo negociações governamentais para que a Embrapa instale um escritório em um país da América Latina e Caribe, assim como, está sendo estudada abertura de escritório em um país da Ásia.

A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros, produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável. Nessa direção, destacam-se a certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada.

O Programa de Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta, que representa importante instrumento para promoção da competitividade, objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. Foram institucionalizadas 14 Normas Técnicas Específicas de Produção Integrada de Frutas (PIF) para maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui.

A agricultura orgânica, apesar de responder apenas por 3% da área agricultável no mundo, possui potencial para disputar a liderança nesse mercado. O País conta hoje, com mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800.000 hectares em manejo orgânico. Importante medida adotada em âmbito governamental para apoiar o setor foi a publicação do Decreto nº 6.323, de 27.12.2007, que regulamentou a Lei nº 10.831, da agricultura orgânica. A regulamentação privilegiou a participação da sociedade civil no processo de elaboração da norma e a interlocução dos diversos órgãos governamentais com atuação na matéria, o que deverá possibilitar um arranjo institucional eficaz na implementação do sistema brasileiro de certificação de produtos orgânicos.

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira objetiva estimular políticas públicas e privadas que propiciem geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo geração de divisas, emprego, inserção social e sustentabilidade ambiental. Para buscar a sustentabilidade da cafeicultura brasileira, foram implementadas medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para financiamento de colheita, estocagem e custeio com alocação de maior volume de recursos, de forma que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem. O intuito dessas medidas é consolidar política anticíclica de apoio à comercialização, em face do efeito da bi-anualidade das safras de café e, também, estabelecer um fluxo regular da oferta

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PNP&D/Café, coordenado pela Embrapa Café, é executado no âmbito do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café -

CBP&D/Café, o qual congrega 45 instituições de pesquisa no País. Ele é instrumento de importância extrema para o agronegócio café e prevê para 2008 o desenvolvimento de 200 projetos em 12 núcleos temáticos, entre eles o de biotecnologia, que promoverá o seqüenciamento do genoma do café, pesquisa pioneira no mundo, sendo prevista a aplicação de R\$ 12,0 milhões oriundos do Funcafé.

Apesar dos preços do açúcar, no mercado externo, não terem repetido os níveis dos últimos anos, principalmente pelo aumento da oferta no mercado internacional, às perspectivas para o setor sucroalcooleiro brasileiro são favoráveis. A receita de exportação de açúcar foi da ordem de US\$ 5 bilhões. Por seu lado, as exportações de álcool combustível do Brasil deverão alcançar 3,53 bilhões de litros, contra os 3,43 bilhões no ano de 2006. Os Estados Unidos da América continuam sendo os maiores importadores de álcool com 855 milhões de litros, seguidos pelos Países Baixos e Japão, com 585 e 315 milhões de litros, respectivamente.

O acelerado ritmo das vendas de veículos *flex-fuel* motivou o setor sucroalcooleiro a canalizar o excedente de cana-de-açúcar para a produção de álcool hidratado. Desse modo, enquanto as produções de açúcar e álcool anidro deverão repetir os números da safra passada, a oferta de álcool hidratado crescerá 40%, superando 12 bilhões de litros e absorvendo 45 milhões de toneladas de cana adicionais da safra de 2007, estimada em 480 milhões de toneladas.

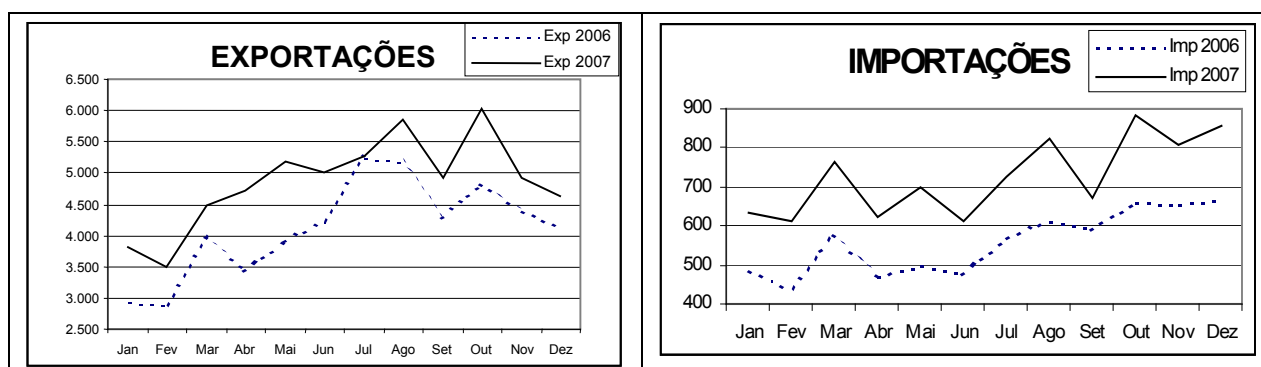
A safra agrícola mantém ritmo de forte crescimento e o álcool hidratado já é o principal produto da cana-de-açúcar. Isso porque haverá aproximadamente 20 novas unidades entrando em operação, produzindo basicamente álcool em face da performance da indústria automotiva que, em 2007, colocou quase dois milhões de veículos *flex-fuel* nas ruas, sinalizando que o mercado interno continuará aquecido.

Com os avanços na produção brasileira de biodiesel e entrada em vigor, em janeiro de 2008, da obrigatoriedade da mistura de 2% desse biocombustível de fontes renováveis ao diesel mineral, o chamado B2, torna-se imprescindível avançar na organização dos produtores rurais, de forma a estimular o aumento da oferta de matérias-primas e, com isso, proporcionar o abastecimento do setor industrial a custos competitivos. A adoção de políticas públicas voltadas ao incremento da oferta dessas matérias-primas, numa ação articulada com o setor industrial, deverá contribuir para a consolidação do biodiesel na matriz energética nacional, com geração de emprego e renda para os pequenos agricultores.

Em parceria com a Petrobras, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira desenvolverá estudos e ações de melhoria e otimização do agronegócio do dendê em pequenas propriedades para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima para fabricação de biodiesel no sul da Bahia.

O acerto do conjunto das políticas públicas adotadas para amparar a produção agropecuária nacional pode ser constatado não apenas pelo normal e fluido abastecimento do mercado interno, com preços estáveis e acessíveis à população. Os dados da balança comercial do agronegócio – 2007 evidenciam que as medidas adotadas pelo governo também ajudaram o setor a recuperar-se rapidamente da crise de rentabilidade do passado recente e continuar a aproveitar as oportunidades surgidas do mercado internacional.

GRÁFICO - BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO
EVOLUÇÃO MENSAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES: 2007 E 2006



Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

As exportações do agronegócio em 2007 totalizaram US\$ 58,415 bilhões, que representou um crescimento de 18,2% em relação a 2006 e um recorde histórico para o setor. Em relação a 2006, as exportações

apresentaram um aumento de US\$ 8,992 bilhões, o que significou uma taxa de crescimento de 18,2%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36,4% das exportações totais brasileiras no período, que foram de US\$ 160 bilhões. As importações apresentaram variação anual de 30,2%, totalizando US\$ 8,719 bilhões. Como consequência, registrou-se um superávit da balança comercial do agronegócio de US\$ 49,696 bilhões, também um recorde histórico.

Entre os fatores que explicam o desempenho positivo do agronegócio, destaca-se o elevado crescimento da economia mundial, que implicou uma maior demanda por bens, e o aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta de exportação. Também contribuiu para o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas, os substanciais ajustes na produção mundial de cereais e oleaginosas decorrentes da crescente demanda da indústria de biocombustíveis.

Considerando o desempenho por setores, a maior contribuição para a expansão das exportações foi dada pelo setor de carnes, cujas vendas externas cresceram 31,4%, passando de US\$ 8,6 bilhões em 2006 para US\$ 11,3 bilhões em 2007. O acréscimo das exportações de carnes (US\$ 2,7 bilhões) representou cerca de 30% do incremento do valor das exportações do agronegócio em 2007. Entre os produtos de maior participação na exportação do agronegócio é importante destacar o crescimento das exportações de carne bovina in natura 12,9% de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 3,5 bilhões); frango in natura 44,8% , de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 4,2 bilhões) e carne suína 20% , de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,2 bilhão). O ano de 2007 foi caracterizado pela forte recuperação das exportações de carne de frango seguindo a retomada da demanda mundial após o arrefecimento dos efeitos das ocorrências de gripe aviária na Ásia e Europa.

As exportações do complexo soja cresceram 22,3% (de US\$ 9,3 bilhões para US\$ 11,4 bilhões), resultado principalmente da variação positiva dos preços (grão, 24%, farelo 21%, óleo de soja, 45%). Os valores exportados de soja em grãos e de farelo de soja cresceram às taxas de 18,4% e 22,3%, respectivamente. O volume exportado de soja em grãos foi 5% menor (de 24,9 milhões de toneladas para 23,7 milhões de toneladas). Para o farelo de soja, a quantidade manteve-se praticamente constante (de 12,3 milhões de toneladas para 12,5 milhões de toneladas). As receitas de exportações de óleo de soja aumentaram 41,7% (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,7 bilhão) impulsionadas pelo aumento de preços, uma vez que a quantidade exportada diminuiu 3,2%. O complexo soja continuou liderando o ranking de setores exportadores do agronegócio, representando 19,5% das exportações do setor em 2007, seguido pelo setor de carnes que foi responsável por 19,3% das exportações do setor.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro apresentou redução de 14,29%, passando de US\$ 7,7 bilhões para US\$ 6,6 bilhões, o que resultou da redução dos preços do açúcar (-19%) e do álcool (-11%), uma vez que a quantidade exportada teve incremento de 2,6% e 3,3%, respectivamente. As exportações de açúcar totalizaram US\$ 5,1 bilhões, 17,3% inferiores a 2006. O valor das exportações de álcool foram 7,9% menores, totalizando US\$ 1,5 bilhão.

O setor de cereais, farinhas e preparações apresentou forte incremento das exportações (de US\$ 722 milhões para US\$ 2,2 bilhões), resultado do aumento das exportações de milho. Em 2007, foram exportadas 10,9 milhões de toneladas de milho, um crescimento de 179,5% em relação a 2006, quando foram exportadas 3,9 milhões de toneladas. O preço médio do produto foi 47% maior, o que somado ao aumento do volume, resultou no incremento de 291,3% do valor exportado, passando de US\$ 460 milhões para US\$ 1,8 bilhão.

Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2007, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores: produtos florestais 11,4% ; de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 8,8 bilhões); sucos de frutas 43,8%; de US\$ 1,6 bilhão para US\$ 2,3 bilhões); café 18,2%; de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 3,9 bilhões); fumo e seus produtos 29,4%; de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 2,2 bilhões); e frutas (incluindo nozes e castanhas) (31,8%, de 732 milhões para US\$ 965 milhões).

No que se refere às importações, verificou-se um crescimento em 2007, com relação a 2006, de 30,2%, passando de US\$ 6,695 bilhões para US\$ 8,719 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram: trigo (40,8%; de US\$ 988 milhões para US\$ 1,391 bilhão); borracha natural 34,9%; de US\$ 358 milhões para US\$ 483 milhões); arroz (35%; de US\$ 174 milhões para US\$ 235 milhões); farinha de trigo (419%; de US\$ 35 milhões para US\$ 182 milhões); e milho (66%; de US\$ 79 milhões para US\$ 132 milhões).

As exportações apresentaram taxas positivas de crescimento para praticamente todos os principais blocos econômicos, com exceção apenas do Nafta: Aladi (excluindo Mercosul), 32,4%; União Européia-25, 31,1%; Mercosul, 20,8%; Ásia, 20,3%; Oriente Médio, 13,8%; Europa Oriental, 4,6%; e África, 10,7%. As diferentes taxas de crescimento resultaram em alterações na participação desses blocos como destinos das exportações. A União

Européia continuou na liderança, absorvendo 35,8% das exportações totais do agronegócio. A participação da Ásia foi de 19,3%, seguida pelo Nafta, cuja participação foi 12,6%. Oriente Médio, Europa Oriental e África apresentaram participação de 8,1%, 7,3% e 6,5%, respectivamente.

Os principais países compradores de produtos do agronegócio brasileiro foram: Estados Unidos (US\$ 6,4 bilhões); Países Baixos (US\$ 5,4 bilhões); China (US\$ 4,6 bilhões); Rússia (US\$ 3,3 bilhões); Itália (US\$ 2,6 bilhões); e Alemanha (US\$ 2,4 bilhões) (Quadro xx)

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR BLOCOS ECONÔMICOS: 2007 E 2006 (EM US\$ MIL)

BLOCOS	JANEIRO-DEZEMBRO		VAR % 2007/2006	PARTICIPAÇÃO	
	2007	2006		2007	2006
UE 27	20.891.832	15.940.884	31,1	35,8	32,3
ÁSIA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	11.294.277	9.385.979	20,3	19,3	19,0
NAFTA	7.360.478	7.961.823	-7,6	12,6	16,1
ORIENTE MÉDIO	4.722.239	4.148.341	13,8	8,1	8,4
EUROPA ORIENTAL	4.284.175	4.096.104	4,6	7,3	8,3
ÁFRICA (EXCL.ORIENTE MÉDIO)	3.801.061	3.433.614	10,7	6,5	6,9
ALADI (EXCL.MERCOSUL)	2.660.110	2.008.957	32,4	4,6	4,1
MERCOSUL	1.764.519	1.460.959	20,8	3,0	3,0
DEMAIS DA EUROPA OCIDENTAL	632.392	519.029	21,8	1,1	1,1
OCEANIA	265.116	228.795	15,9	0,5	0,5
DEMAIS DA AMÉRICA	143.986	87.179	65,2	0,2	0,2

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR PAÍSES: 2007 E 2006 (EM US\$ MILHÕES)

PAÍSES	JANEIRO-DEZEMBRO		VAR % 2007/2006	PARTICIPAÇÃO	
	2007	2006		2007	2006
ESTADOS UNIDOS	6.400.925	7.008.313	-8,7	11,0	14,2
PAISES BAIXOS	5.435.895	4.032.257	34,8	9,3	8,2
CHINA	4.673.700	3.783.817	23,5	8,0	7,7
RUSSIA,FED.DA	3.386.098	3.139.910	7,8	5,8	6,4
ITALIA	2.630.095	2.092.309	25,7	4,5	4,2
ALEMANHA	2.401.728	2.059.317	16,6	4,1	4,2
BELGICA	2.227.875	1.614.116	38,0	3,8	3,3
ESPANHA	2.113.584	1.235.577	71,1	3,6	2,5
FRANCA	1.774.410	1.257.567	41,1	3,0	2,5
REINO UNIDO	1.769.597	1.536.259	15,2	3,0	3,1
JAPAO	1.750.358	1.472.104	18,9	3,0	3,0
IRA REP.ISL.DO	1.565.752	1.394.803	12,3	2,7	2,8
ARGENTINA	1.214.761	1.005.267	20,8	2,1	2,0
HONG KONG	1.205.095	875.909	37,6	2,1	1,8
VENEZUELA	1.144.716	668.518	71,2	2,0	1,4
ARABIA SAUDITA	985.334	836.473	17,8	1,7	1,7
COREIA,REP.SUL	850.297	640.782	32,7	1,5	1,3
EMIR.ARABES UN.	810.230	728.550	11,2	1,4	1,5
PORTUGAL	709.395	443.872	59,8	1,2	0,9
EGITO	687.302	821.687	-16,4	1,2	1,7
DEMAIS PAÍSES	14.678.456	12.776.177	14,9	25,1	25,9
TOTAL	58.415.603	49.423.585	18,2	100,0	100,0

Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO NOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES

As ações integrantes dos programas sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, são implementadas de forma direta e indireta, mediante parcerias firmadas com as Secretarias de Agricultura dos Estados, Prefeituras Municipais, Fundações, Instituições de Pesquisas, Universidades e entidades civis representativas do setor agropecuário.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

O Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira tem como objetivo principal estimular políticas emanadas dos setores públicos e privados que propiciem a geração de renda e desenvolvimento harmônico em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo a geração de divisas, de emprego, a inserção social e a sustentabilidade ambiental, contribuindo assim direta e indiretamente para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão-de-obra, promoção e marketing dos Cafés do Brasil, visando o aumento do consumo nos mercados interno e externo.

As ações são efetivadas mediante o esforço conjugado de instituições de pesquisa, universidades, instituições financeiras e demais órgãos públicos e privados, relacionados à formulação e implementação de políticas, programas e projetos, focando o desenvolvimento sustentável da cafeicultura.

O Brasil, historicamente, é o maior produtor e exportador mundial de café, e o segundo maior consumidor do produto. O café é produzido em 11 Unidades Federativas, abrangendo 1.850 Municípios e emprega direta e indiretamente 8,4 milhões de trabalhadores. A safra colhida em 2007 alcançou 33,7 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, sendo 23,47 milhões de arábica e 10,26 milhões de robusta.

Foram exportadas 28,021 milhões de sacas de café, 2,4 % superior ao registrado em 2006 (27,359 milhões de sacas), atingindo a receita de US\$ 3,858 bilhões, com um crescimento de 17% em relação ao exercício anterior (US\$ 3,297 bilhões), apresentando-se como a maior da história do País. Do total exportado, 24,712 milhões de sacas corresponderam a café verde em grão, com receita de US\$ 3,374 bilhões, e 3,308 milhões de sacas de café solúvel, com receita de US\$ 485 milhões. Esse desempenho das vendas externas mantém a posição de liderança ao Brasil, conferindo-lhe a participação de 29,33% do mercado mundial, com base nas estimativas a partir de dados veiculados pela Organização Internacional do Café - OIC.

Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café

A ação tem como objetivo alocar recursos às linhas de crédito rural e agroindustrial que se destinam a financiar a manutenção e o desenvolvimento da cafeicultura.

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé intensificou medidas de apoio à liberação de linhas de crédito para o financiamento da colheita, da estocagem e do custeio com a alocação de maior volume de recursos, permitindo que a linha de colheita seja convertida integralmente em estocagem, consoante as diretrizes da Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.451/2007, com prazo de vencimento alongado até 18 meses. O objetivo dessa medida é consolidar uma política anticíclica devido ao efeito da bianualidade do café e, ainda, estabelecer um fluxo regular da oferta. Foram concedidos 34.765 financiamentos (77,25%) da meta estabelecida, com a disponibilização de: R\$ 450 milhões para colheita; R\$ 850 milhões para estocagem; R\$ 300 milhões para Financiamento para Aquisição de Café - FAC, destinado às indústrias torrefadoras; e R\$ 426 milhões para custeio, totalizando R\$ 2,026 bilhões (Portaria Interministerial MAPA-MF nº 83/2007). Até 31 de dezembro foram liberados aos agentes financeiros R\$ 1,682 bilhão.

ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

O Programa contribui para o aumento da produção agrícola, a melhoria do abastecimento de alimentos e a redução das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais, propiciando a concessão de crédito, a aquisição de produtos agrícolas e a disponibilização de estruturas armazenadoras. Em consequência, gera aumento de produção, aumento das exportações, superávit na balança do agronegócio, garantia de renda aos produtores rurais e regularidade no abastecimento de produtos agrícolas à população.

Formação de Estoques Públicos – AGF/BB/Conab

A ação Formação de Estoques Públicos tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, garantindo a compra do produto e a renda ao produtor rural ou sua cooperativa, formando estoques públicos e regulando o abastecimento interno, em conformidade com o Decreto-Lei 79/66 e Lei 8.171/91.

A meta estabelecida previa a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM ao custo total de R\$2,3 bilhões.

Em decorrência da elevação dos preços dos produtos agrícolas, tanto no mercado interno quanto externo, a necessidade de intervenção do Estado no mercado de produtos primários foi bem menor que a previsão inicial. Durante o exercício foram adquiridas 876.500 toneladas de arroz, algodão, feijão, milho, sisal e sorgo (21,69% da meta) ao custo total de R\$ 364.892.701,36 que, somado aos custos de manutenção (impostos e taxas, remoção, embalagens, etc.) totalizaram R\$ 679.446.999,00 (29,54%).

Para abertura de espaço em unidades armazenadoras para recebimento de produtos da safra 2006/07 e abastecimento de áreas com maior demanda, foi contratada a remoção de 368.635 toneladas de produtos dos estoques públicos.

Face ao cenário de escassez de produtos no mercado interno, o Governo Federal realizou operações de vendas em leilão público de 2,4 milhões de toneladas de milho em grãos e 0,3 milhões de arroz, algodão, feijão, milho, sorgo e trigo. Especificamente para pequenos produtores e moinhos, via vendas em balcão, foram vendidas 213.188 toneladas de milho e 53 toneladas de arroz.

Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar

Cobertura das despesas administrativas incorridas pela Conab ou outros agentes na execução das aquisições de alimentos, tais como: aluguel de armazéns, classificação de produtos, controle de qualidade de gêneros alimentícios, seguro, braçagem e transporte; nas operações de venda, movimentação de estoques, processamento industrial e empacotamento de produtos. A ação poderá também custear leilões dos produtos, taxas de corretagem e comissão de bolsas de mercadorias e cereais, acompanhamento de preços e outras atividades que sejam necessárias para ofertar produtos adquiridos da agricultura familiar no mercado.

No âmbito das ações Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar, executadas pela Conab, via Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, foram adquiridas 79.488 toneladas de diversos produtos agrícolas a um custo de R\$ 62.792.244,00. Para a operacionalização da aquisição (logística) foi disponibilizado uma dotação orçamentária de R\$15.690.000,00, comprometidos R\$ 4.339.937,00 (27,66%) e realizado R\$ 4.198.370,00 (26,75%), atendendo 21.935 agricultores familiares, correspondendo a 37,55% da meta estabelecida.

DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

O Brasil é um dos três maiores produtores mundiais de frutas, com uma produção que supera os 40 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,5 milhões de hectares, gera 4 milhões de empregos diretos e um PIB agrícola de US\$ 11 bilhões. Este setor demanda mão-de-obra intensiva e qualificada, fixando o homem no campo, de forma única, pois permite uma vida digna de uma família dentro de pequenas propriedades e também nos grandes projetos. Para cada 10.000 dólares investidos em fruticultura, geram-se três empregos diretos permanentes e dois empregos indiretos.

Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura

A finalidade desta ação é viabilizar a adoção, pelos atores da cadeia frutícola, de conhecimentos, tecnologias e processos disponibilizados pela pesquisa.

Foi previsto o desenvolvimento de 30 atividades, com implementação de 23, ou seja 76,67% da meta estabelecida na LOA e 19,16% em relação à meta prevista na LDO. A ação contou com uma dotação orçamentária de R\$ 202.000,00, dos quais foi comprometido R\$ 195.889,00 (96,97%) e realizado R\$ 155.985,00 (77,22%).

Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura

O seguimento da fruticultura é responsável pela geração de 4 milhões de empregos diretos. As exportações de frutas frescas correspondem a aproximadamente 800 mil toneladas, ou seja, apenas 2% da produção, tendo como destino principal a União Européia, que hoje concentra 70% do volume das exportações brasileiras. As exportações, no período em 2007, se comparado com o ano de 2002 teve um acréscimo de 75,5% (exportações em

2002 de US\$400.000,00 e US\$702.000,00 em 2007. A prevenção e o controle de pragas associadas às frutas permitem a sustentabilidade desse importante segmento.

Para a implementação da ação, foi disponibilizado uma dotação orçamentária de R\$ 5.500.000,00, tendo sido comprometido R\$ 4.782.154,00 (86,94%), dos quais R\$1.788.962,00 foram efetivamente realizados. Quanto às atividades desenvolvidas por intermédio de parcerias, face a problemas conjunturais, os instrumentos contratuais foram implementados apenas no final de dezembro e as liberações dos recursos ocorrerão em 2008. Em relação à meta física, considerando o retardamento da liberação dos recursos orçamentários e financeiros, foi possível atingir 73,37% da meta prevista, ou seja 733.740ha, tendo em vista às parcerias estabelecidas.

Esta ação teve como atividade prioritária o monitoramento de moscas das frutas na cultura da manga para exportação, a erradicação do *Greening* e a erradicação da *Cydia pomonella* da maçã.

Erradicação da Mosca da Carambola

A ação visa erradicar a Mosca-da-Carambola (*Bactrocera carambolae*) impedindo o estabelecimento e a propagação no território brasileiro, a partir do Estado do Amapá. Esta praga tem o status da praga como Quarentenária Presente, somente localizada no Amapá. Os indicadores são: área controlada e área prevenida. Os Estados considerados como área controlada são os Estados do norte do país, os considerados de alto risco, são o Amapá e Pará, os Estados do Amazonas, Maranhão, Tocantins, Acre e Rondônia, chegando em torno de 293.762.100 hectares de área controlada e 851.487.659 de área prevenida. Entende-se como área prevenida toda aquela que, por meio das ações de controle realizadas, estão prevenidas ou livres da mosca da carambola.

Neste ano, foi detectado um foco no Estado do Amapá, tendo sido implementado em 48 horas após a detecção do foco o Plano Emergencial. As ações realizadas no plano emergencial vêm obtendo sucesso. Foram intensificadas as ações de educação sanitária.

A ação foi contemplada com uma dotação orçamentária de R\$ 2.000.000,00, tendo sido comprometido R\$1.871.519,00 (93,57%), com realização de R\$468.168,00 (23,41%). Da meta estabelecida na LOA e LDO, de 293.762.100 ha de área controlada, foram efetivamente controlados 279.654.461 ha (95,20%)

Como resultado dos trabalhos de erradicação e ações preventivas, foi possível cumprir com os requisitos fitossanitários dos países importadores de frutas em relação às exigências fitossanitárias para a mosca da carambola.

Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

A sigatoka negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, é a doença mais perniciosa da bananeira e dos plátanos na maioria das regiões produtoras de banana do mundo. Foi identificada no Brasil em fevereiro de 1998 nos Municípios de Tabatinga e Benjamim Constant, no Estado do Amazonas.

Em todas as regiões do mundo, onde ocorre, a sigatoka negra constitui-se no principal fator de queda na produtividade dos bananais e dos plátanos, com redução de até 100% na produção, a partir do primeiro ciclo de cultivo. A doença, quando comparada com a sigatoka amarela, é extremamente destrutiva, pois provoca morte prematura das folhas, ataca um número muito maior de cultivares de bananeiras e, nas regiões quentes e úmidas, como na Amazônia, exige 52 pulverizações por ano com fungicidas protetores ou 26 com sistêmicos para seu efetivo controle. Atualmente a sigatoka negra é considerada Praga Quarentenária Presente no Brasil.

A ação visa impedir o estabelecimento e propagação no Território Brasileiro da Sigatoka Negra, atuando na implantação de Áreas Livres onde a praga não está presente e de Sistema de Mitigação de Risco, onde a praga foi detectada, visando salvaguardar o comércio interestadual e internacional.

Foi oficializado o sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze Estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana. Foram consideradas “áreas livres de sigatoka negra” as Unidades Federativas : BA, CE, ES, GO, MA, PA, PE, RJ, RN, MG (parcial), AL, PI, SE e TO.

A ação foi contemplada com uma dotação orçamentária de R\$ 2.500.000,00, tendo sido comprometido R\$ 667.175,00 (26,68%), com realização de R\$ 419.675,00 (16,79%). Da meta estabelecida na LOA e LDO de 500.000 ha de área controlada, foram efetivamente controlados 508.818 ha (101,76%)

Erradicação do Cancro Cítrico

O Brasil é hoje o maior produtor de citros do mundo, com cerca de 18.8 milhões de toneladas produzidas. O produto e seus subprodutos respondem por exportações anuais da ordem de US\$ 1,3 bilhão/ano. A produção brasileira de cítricos está presente em todas as regiões do país, com destaque para o Sudeste, Nordeste e Sul, com 98,4 % da produção de laranja do país. Daí a importância dos programas de controle e erradicação de pragas visando aumentar o comércio de frutas e conseqüentemente o saldo do agronegócio brasileiro.

O Cancro Cítrico é uma Praga Quarentenária Presente, sob controle ativo oficial nos Estados de SP, PR, SC, RS, MG, MS e RR, além do controle preventivo nos Estados de GO, ES, SE e PA.

São Paulo é a Unidade Federativa que detém 84% da citricultura, e também é o maior exportador. A eficiência na erradicação resultou em 0,08% de focos detectados, contra 0,19% em 2006. Os trabalhos de erradicação do cancro cítrico abrangeram uma área de 406.532 hectares (incremento de 137,17% da meta estabelecida), com inspeção de 110.169.000 plantas e erradicação de 337.212 plantas. Para implementação da ação foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 3.800.000,00, tendo sido comprometido R\$3.536.200,00 (93,05%) e realizado R\$ 452.375,00 (11,91%). Ressalte-se que os instrumentos contratuais das parcerias só foram assinados em dezembro, com liberação dos recursos prevista para o exercício de 2008.

SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

O controle sanitário e de qualidade dos produtos e insumos agropecuários é fator fundamental para a segurança alimentar no Brasil e nos países para os quais exportamos, bem como é o instrumento que permite evitar a introdução e a disseminação de pragas e doenças que poderiam comprometer a produção agropecuária nacional e as exportações. Medidas de análise e gestão de risco e controle do trânsito previnem a introdução e disseminação de pragas e doenças e evitam ações de tratamento fito e zoossanitário, protegendo a saúde dos produtores e consumidores, reduzindo os custos de produção e preservando o meio ambiente.

Paralelamente, e em atendimento às normas internacionais, a certificação fito e zoossanitária oficial dos produtos exportados é requisito básico para ter acesso aos mercados internacionais. O Programa concorre para o desenvolvimento da atividade agropecuária e garante o acesso dos produtos brasileiros no mercado internacional.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

A ação é executada pela Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro, por meio da fiscalização das importações e exportações de produtos e insumos agropecuários nos 110 portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais. Nas importações objetiva-se impedir o ingresso de produtos e insumos que possam comprometer a saúde humana e animal, ou apresentados fora dos padrões de inocuidade, qualidade e identidade. Nas exportações, por meio da certificação oficial zoossanitária, garante-se o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais.

Para implementação da ação foram disponibilizados R\$ 3.500.000,00, sendo efetivamente comprometidos R\$ 3.013.274,00 (86,09%) e realizado R\$1.609.665,00 (45,99%) Em relação à meta física foram inspecionadas 183.778 partidas, correspondendo a 122,52 % da meta estabelecida na LOA e 183,78% em relação à prevista na LDO.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

A ação é executada pela Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro, por meio da fiscalização das importações e exportações de produtos e insumos agropecuários nos 110 portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais. Nas importações, objetiva impedir o ingresso de produtos e insumos que possam comprometer a saúde humana e sanidade vegetal, ou apresentados fora dos padrões de inocuidade, qualidade e identidade. Nas exportações, por meio da certificação oficial fitossanitária, garante o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais.

Resultados Alcançados

Foi disponibilizado, para implementação da ação, o montante de R\$ 4.500.000,00, tendo sido empenhado R\$ 3.889.488,00 (86,43%) e realizado R\$2.629.540,00 (58,43%). Em relação à meta física foram inspecionadas 973.984 partidas, correspondendo a 162,33 % da meta estabelecida na LOA e 177,08% em relação à meta prevista na LDO.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos:

Esta ação envolve a Certificação Fitossanitária de produtos vegetais nas barreiras fitossanitárias interestaduais e intermunicipais nas fases de comercialização interna e pré-exportação, visando assegurar a sanidade fitossanitária relativa à origem desses produtos e assegurar que estejam livres de pragas quarentenárias. Contempla também: a quarentena vegetal quando da importação de produtos para pesquisa, os quais são armazenados em locais estratégicos visando à melhoria da produção vegetal nacional; a análise de risco de pragas; a cooperação internacional com as demais ONPFs – Organização Nacional de Proteção Fitossanitária dos países, relacionamento e a Cooperação com as Secretarias Estaduais de Agricultura; a inspeção em “packing-house” (casas de embalagens) e a capacitação de recursos humanos institucionais.

Está em fase de implantação a certificação fitossanitária digital como forma de aperfeiçoar o sistema de certificação, garantindo assim a continuidade a origem e a identidade de vegetais e partes de vegetais certificados, bem como a rastreabilidade desses produtos tão exigidos pelos países importadores.

Encontra-se em implementação o Plano Nacional de Sanidade Vegetal, que consiste num planejamento detalhado de todas as atividades relacionadas à defesa fitossanitária a serem realizadas pelos fiscais federais e fiscais estaduais no período de 2008 a 2011.

A ação foi contemplada com uma dotação orçamentária de R\$ 8.450.000,00, dos quais R\$6.752.736,00 (79,91%) foram empenhados e liquidados no exercício R\$2.685.287,00 (31,77%). Foram programadas inicialmente 600.000 partidas e realizadas 316.859, o que representa 52,8% da meta estabelecida na LOA e 54,63% em relação à prevista na LDO.

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos

Esta é uma ação realizada em parceria, por meio de convênio com as Unidades da Federação, para a execução das atividades de vigilância zoossanitária. Objetiva evitar a disseminação de doenças animais entre as Unidades Federativas, preservando as áreas livres, o desenvolvimento da agropecuária e as exportações brasileiras de animais e produtos de origem animal.

A ação contou com recursos orçamentários no montante de R\$ 2.500.000,00, dos quais R\$ 1.750.216,00 (70%) foram empenhados e R\$ 1.244.270,00 (49,77%) foram liquidados no exercício. É importante ressaltar que a meta física ‘partidas inspecionadas’ no trânsito interestadual de animais não guarda proporcionalidade direta com os recursos orçamentários disponibilizados. A meta física efetivamente realizada de 3.754.806 partidas representou 187,74% da meta estabelecida na LOA e 220,87% em relação à prevista na LDO.

DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos, requerendo um incremento dos programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões.

Eradicação da Febre Aftosa

Esta ação visa beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia da pecuária de corte e leite. Sendo a febre aftosa uma das maiores barreiras sanitárias à exportação de produtos pecuários e ao comércio entre estados. A erradicação desta doença contribui para o aumento da renda dos produtores e a obtenção de superávits comerciais e conseqüentemente com a geração de empregos diretos e indiretos. Um foco de febre aftosa afeta toda a cadeia pecuária, pois além das exportações, o próprio mercado interno impõe restrições entre Estados e em conseqüência a

redução das exportações e do preço do produto, afetando diretamente o produtor e indiretamente todos os outros elos do seguimento.

No final de 2007 o Brasil passou a ter 59,2% do território nacional na condição de livre de febre aftosa, envolvendo grande parte dos rebanhos de bovinos e suínos, representados por cerca de 180 milhões de bovinos e 20 milhões de suínos, 90% e 82% dos valores nacionais, respectivamente. Estão livres da febre aftosa, com vacinação e com reconhecimento pelo MAPA, os Estados: AC, BA, ES, GO, MG, MT, MS, PR, SE, SP, RS, RO, RJ, TO, DF, região Centro-sul do PA e os Municípios de Boca do Acre e Guajará do AM. O Estado de SC é livre de febre aftosa sem vacinação.

Segundo informações do MDIC/SECEX/DECEX, o Brasil, de janeiro a novembro de 2007, exportou carne e miúdos de bovinos para 141 países, totalizando 1,5 milhões de toneladas no valor de US\$ 4,1 bilhões, superando os números de 2006.

Do total de 8.514.876,60 km² que estavam previstos no PPA e na LOA para serem declarados como livres de febre aftosa com vacinação, no final de 2007 5.040.229,46 km² tinham o reconhecimento, atingindo 59,2% da meta planejada. Com relação à execução financeira, dos R\$ 41.500.000,00 programados, acrescido do crédito extraordinário de R\$ 25.000.000,00, foram empenhados R\$ 61.057.064,00 (91,81%) e liquidados R\$ 45.970.090,00 (69,12%).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

Destinado a beneficiar pequenos, médios e grandes produtores, agricultores familiares, dentre outros segmentos das comunidades, como: indígenas, extrativistas, quilombolas, associações, cooperativas, sindicatos, colônia de pescadores e trabalhadores rurais, contribuindo para o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, estimulando a verticalização das atividades agrossilvopastoris, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

A Ceplac, aos cinquenta anos, inaugurou o “Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica de Chocolate”, que tem como objetivo desenvolver pesquisa, difundir e treinar o agricultor/empresário no aproveitamento integral do cacau, inclusive o chocolate e outras frutas da região cacaueira do Sul da Bahia em complementação às ações de sua competência.

Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris

A ação visa promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, através do fortalecimento das atividades produtivas, elevando o seu padrão de qualidade de vida e estimulando a geração de emprego, renda e a inclusão social, por meio da transferência de conhecimentos tecnológicos e gerenciais, da organização social e produtiva e do uso sustentável dos recursos naturais, tendo como enfoque a conservação produtiva, a verticalização da produção e a construção de redes de comercialização.

A difusão de tecnologias de produção e de gestão do agronegócio regionais implementou ações de capacitação de produtores e trabalhadores rurais; instalação de unidades demonstrativas; realizações de Dias de Campo e outros métodos participativos de extensão rural; estimular a instalação de pólos agroindustriais para beneficiamento da produção agropecuária e da produção de energia renovável.

Da previsão de 46.949 produtores, foram efetivamente atendidos 33.854, o que representa 72,10 % em relação ao previsto. Do orçamento aprovado de R\$ 5.703.410,00, foram empenhados R\$ 3.984.432,00 (69,86%), dos quais R\$ 3.447.202,00 (60,44%) foram liquidados no exercício.

Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa

A ação visa recuperar a produção e produtividade, melhorar a qualidade do cacau brasileiro e aumentar a competitividade, de forma a favorecer a balança comercial e recuperar e aumentar o número de empregos, maximizar o potencial moageiro do parque industrial instalado, sustentar o retorno dos investimentos financeiros do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira e gerar renda no ambiente da cadeia produtiva do cacau.

Implementou-se ações de controle do fungo *crinipellis pernicioso*, causador da doença vassoura-de-bruxa, principalmente com o pré-lançamento dos clones de cacau CCN-16 e Ipiranga-1, que apresentaram excelente comportamento produtivo e tolerante à doença.

Realizou-se a seleção de 39 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa, em 11 bacias hidrográficas da Região Amazônica, 12 das quais com mecanismo de resistência diferenciado e 5 caracterizadas como altamente resistentes; identificação de novas fontes de resistência em materiais introduzidos do Equador (LCTEEN, MOQ, EB e Coca), Venezuela (OC, Chuao e Ocumaré) e Peru (Pound e Ucayai); constatou-se a evolução do referido fungo rompendo a resistência dos clones de Scavina 6 e Scavina 12.

Da meta de 464.383 hectares, a Ceplac controlou 116.053 ha, alcançando 24,99 % da meta estabelecida na LOA e 19,34% em relação à meta prevista na LDO. Do orçamento aprovado de R\$ 2.563.909,00 foram empenhados R\$ 2.488.318,00 (97,05%) e liquidados R\$ 2.001.928,00 (78,08%).

MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco não sujeitos ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais. O programa "Minimização de Riscos no Agronegócio" visa mitigar esses fatores de riscos inerentes à atividade agropecuária, utilizando-se de diversos instrumentos de ação, tais como: a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, as orientações do zoneamento agrícola e a geração e difusão de informações agro-climáticas.

Neste Programa, as ações de meteorologia e climatologia têm contribuído para um melhor planejamento a médio e longo prazos com informações climáticas e agrometeorológicas, devido ao maior desempenho e acurácia dos produtos de tempo e clima e a rapidez na coleta, transmissão e precisão do dado meteorológico, permitindo melhora significativa das previsões de tempo e clima, bem como na disseminação antecipada de alertas e avisos de caráter específico para casos como estiagens, secas, chuvas fortes, veranicos e geadas, que causam grandes perdas agrícolas. Tais ações possibilitaram a disponibilização de produtos com resultado e impacto positivo sobre o agronegócio brasileiro. Além disso, o monitoramento climático e a disseminação de informações meteorológicas mais precisas constituem-se em ferramentas essenciais, tendo em vista a enorme e crescente preocupação com o aquecimento global e com a preservação do meio ambiente e a proteção dos efeitos causados por fenômenos extremos e mudanças no clima.

Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823, de 2003)

A ação tem por objetivo viabilizar o acesso do produtor rural à subvenção econômica concedida pelo governo, que consiste na assunção, pelo MAPA, de percentual ou parte do prêmio de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, de floresta e aquícola.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR beneficiou os produtores rurais com elevação dos percentuais de subvenção de várias culturas. Na modalidade agrícola, o percentual mínimo de subvenção subiu de 30% para 40% e o percentual de subvenção para maçã e uva foi elevado de 40% para 50%. Foi disponibilizado R\$ 99,5 milhões dos recursos orçamentários para esta Ação, 63% a mais que o valor alocado em 2006, tendo sido empenhado R\$ 83.985.470,00 (84,40%) e liquidado R\$57.273.655,00 (57,56%), proporcionando o atendimento a 27.846 produtores rurais na contratação de 31.637 apólices de seguro, dando cobertura para 2.276.245 hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 2.706.036.105,00, resultado significativamente maior do que o verificado em 2006. Em conjunto com o Ministério da Fazenda, foi elaborado anteprojeto de Lei, visando instituir um Fundo de Catástrofe para dar garantia às operações de seguro rural, contra efeitos climáticos catastróficos.

Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

As atividades desenvolvidas no âmbito desta ação são aquelas relativas à produção e divulgação das informações meteorológicas e climatológicas, realizadas por meio do desenvolvimento e divulgação de boletins agroclimatológicos e agrometeorológicos, de alertas especiais disponibilizados via internet e demais publicações do Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet.

Implementaram-se a disseminação, na forma de boletins de mensagens, os dados meteorológicos e climatológicos coletados dentro do Território Nacional e na América do Sul, através de mais de 900 estações

meteorológicas convencionais e automáticas, atendendo agricultores, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais e órgãos especializados em meteorologia pertencentes aos diversos ministérios que compõem o sistema nacional de meteorologia, contribuindo para o pleno desempenho do sistema meteorológico brasileiro. Foram realizadas análises da situação climática por Distrito Meteorológico e avaliações de resultados dos modelos climáticos, possibilitando a elaboração de boletins climáticos mensais para fins de planejamento estratégico do agronegócio. Todos os Boletins de Previsão e de Prognósticos Climáticos foram tornados públicos por meio da página do Instituto na Internet: www.inmet.gov.br.

A modernização das atividades meteorológicas promoveu substancial alavancagem no cumprimento das metas físicas desta ação, possibilitando o acesso de 6.965.800 visitas ao sítio eletrônico, com consultas e downloads de produtos, além da coleta de 2.461.560 observações meteorológicas de superfície efetuadas pelas Estações Meteorológicas Automáticas e 389.820 observações registradas nas Estações Convencionais e divulgação de 11.628 Boletins Climatológicos mensais e decendiais, bem como a disseminação de 1.095 alertas meteorológicos especiais. Para a realização de tais atividades, foi disponibilizado uma dotação orçamentária de R\$ 5.174.784,00, com comprometimento integral e realizado R\$ 4.979.644,00, representando 96,23%.

MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

O Programa tem como objetivo promover o uso e manejo sustentável dos solos e apoiar as iniciativas das comunidades rurais voltadas para a conservação dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, utilizando-se a microbacia hidrográfica como unidade natural de planejamento e execução das atividades e das tecnologias introduzidas nos sistemas de produção, com vistas a garantir a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. O Programa estimula a organização dos produtores rurais e da comunidade para um trabalho conjunto voltado para a melhoria da qualidade ambiental. Recupera áreas e pastagens degradadas para re-incorporação ao processo produtivo e melhora o nível de conscientização e de adoção de tecnologias relativas ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais, com conseqüente redução dos custos de produção, manutenção dos postos de trabalho e melhoria na renda e qualidade de vida das comunidades envolvidas.

A implementação do programa é feita de forma descentralizada, por meio de parcerias com órgãos públicos e privados do setor agropecuário e organizações da sociedade civil com base nas prioridades e demandas locais e regionais. O estabelecimento de parcerias constitui um dos principais instrumentos para a execução das ações propostas, dentro de um enfoque de conjugação de esforços e divisão de responsabilidades nos diversos níveis, tendo como premissa a redução dos custos operacionais e a ampliação dos benefícios a serem gerados. São beneficiários do Programa: produtores rurais e suas famílias, técnicos do setor agropecuário, beneficiando a sociedade como um todo.

Transferência de Tecnologia para o Manejo e Conservação de Solos

A finalidade desta ação é o repasse das tecnologias, com imprescindível conservação dos recursos naturais, de modo que assegure o alcance e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações contemporâneas e futuras, não degrade o ambiente, seja tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.

Implementou-se a capacitação de multiplicadores, extensionistas e assistentes técnicos que possam capacitar os atores relevantes para superar as restrições tecnológicas, ambientais e socioeconômicas identificadas; realização ou participação em campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais, para facilitar o processo de difusão de informações tecnológicas para o público-alvo acessível por estes meios

Foram executadas 7 da meta prevista de 16 tecnologias transferidas (43,75% do total). Dos recursos orçamentários disponibilizados, no montante de R\$ 632.421,00 foram executados R\$ 261.681,00 (41,38% do previsto).

DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia da avicultura bem articulada e apta para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias. O programa tem como objetivo elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura

As atividades desenvolvidas por essa ação foram direcionadas à estruturação da vigilância às doenças de aves, entre elas a doença de *Newcastle*, influenza aviária, salmonelas e micoplasmas, além de manter e ampliar a habilitação do País para exportação de aves e produtos avícolas.

Dentre as ações priorizadas, estabeleceu-se à atualização cadastral de estabelecimentos de criação avícola reprodutores e comerciais, além da vigilância às doenças exóticas nos sítios de internação de aves migratórias. O Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA foi responsável pela atividade de certificação sanitária de 1.600 granjas de reprodução e pela realização de atendimento a suspeitas de doenças de controle oficial, assegurando desta forma a distribuição de produtos avícolas de qualidade, nos mercados interno e externo. Além destas ações o PNSA editou campanhas de educação sanitária e adquiriu equipamentos e insumos, visando à intensificação dos trabalhos de vigilância e prevenção para as doenças avícolas.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, foram adotados novos critérios que identificam os Estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de *Newcastle*. Foram auditados 21 Estados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola. Ainda no que se refere à influenza, foram concluídos os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no país do vírus “H5N1” através daqueles pontos de fronteira. Também foi concluído um Plano de Comando e Controle interligando “salas de situação” de onze Ministérios e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a essa possível situação de crise.

A meta do programa era realizar o controle em 60.000 propriedades de criação avícola, entretanto foram controladas 39.624 (66,04%), correspondendo a 99,06% da meta estabelecida na LDO. Para implementação das atividades foi disponibilizado R\$ 8.200.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 5.846.831,00 (71,30%) e liquidados no exercício R\$1.309.944,00 (15,97%).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O Programa visa incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos. Para atingir os objetivos propostos pelo programa é necessário desenvolver pesquisas de caráter transdisciplinar, multistitucional e estruturantes, organizadas em carteiras de projetos que abordem, de forma integrada, as questões sociais, econômicas e tecnológicas, relacionadas com o desenvolvimento local e territorial, tendo como foco o desenvolvimento sustentável dos produtores rurais, envolvendo a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa tecnológica, instituições e programas governamentais e não governamentais de desenvolvimento, fomento, educação e transferência de tecnologia.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal

A finalidade desta ação é organizar e implementar uma carteira de projetos para o desenvolvimento de oportunidades e solução de problemas, relacionados com a competitividade e a sustentabilidade das cadeias de produtos de origem vegetal.

Da meta de desenvolvimento de 81 pesquisas previstas na LOA e LDO, foram executadas 69 pesquisas (85,19% do total), com dotação orçamentária de R\$ 28.883.568,00, tendo sido empenhado R\$ 27.468.595,00 (95,10%) e liquidados R\$ 24.677.573,00 (85,43%).

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal

A finalidade desta ação é disponibilizar materiais, tecnologias e sistemas tecnológicos para compor e manter a base de conhecimentos estruturantes para a competitividade e a sustentabilidade das cadeias de produtos de origem animal consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno e de comércio exterior do País.

Da meta de desenvolvimento de 59 pesquisas previstas na LDO e LOA, foram executadas 56 pesquisas (94,91% do total), com dotação orçamentária de R\$ 16.043.276,00, comprometimento de R\$ 15.956.583,00 (99,45%), dos quais R\$15.083.042,00 (94,01%) foram efetivamente realizados no exercício.

Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio

A finalidade desta ação é disponibilizar materiais, tecnologias e sistemas tecnológicos, para compor e manter a base de conhecimentos estruturantes para sistemas inovadores de produção, que visem aumento de produtividade, introdução de novas espécies, eficiência no uso de recursos e aperfeiçoamento do manejo ambiental.

Da meta de desenvolvimento de 314 pesquisas previstas na LOA, foram executadas 260 (82,80% do total), representando um incremento de 448,27% se comparado com a estabelecida na LDO (58 pesquisas). Para implementar a ação foi disponibilizado uma dotação orçamentária de R\$ 21.567.643,00, comprometimento de R\$ 21.275.786,00 (98,64%) e efetivamente realizado no exercício R\$ 18.224.687,00 (84,50%).

Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas

A finalidade desta ação é disponibilizar metodologias, tecnologias e sistemas tecnológicos para compor e manter a base de conhecimentos estruturantes para a caracterização e manejo de agroecossistemas brasileiros. Da meta estabelecida de 45 pesquisas desenvolvidas na LOA e LDO, foram implementadas 40 (88,89% do total), com dotação orçamentária de R\$ 10.796.794,00, comprometimento de R\$ 10.337.910,00 (95,74%) e realização de R\$ 9.638.488,00 (89,27%).

Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados Para Apoio À Defesa Agropecuária

A finalidade desta ação é disponibilizar metodologias, tecnologias e sistemas para compor e manter a base de conhecimentos estruturantes em apoio às ações de vigilância sanitária animal e vegetal. Com o desenvolvimento de projetos de pesquisa voltados para o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e sistemas visando desenvolver meios avançados para a defesa do agronegócio brasileiro, será possível assegurar a qualidade e a segurança dos produtos destinados ao abastecimento do mercado interno bem como satisfazer as exigências do mercado internacional. Da meta de desenvolvimento de 32 pesquisas na LOA e LDO, foram executadas 26 pesquisas (81,25% do total), com dotação orçamentária de R\$ 5.121.882,00, comprometimento de R\$5.028.626,00 (98,17%) e realização de R\$ 4.277.781,00 (83,51%).

Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais

A finalidade desta ação é construir uma base estruturante de conhecimentos e tecnologias para elucidar os impactos das mudanças ambientais globais sobre o agronegócio brasileiro e propor estratégias de adaptação dos seus sistemas produtivos. Da meta de desenvolvimento de 11 pesquisas previstas na LDO e LOA, foram executadas 9 pesquisas (81,82% do total), com dotação orçamentária de R\$ 5.859.371,00, comprometimento de R\$ 5.788.519,00 (98,79%) e realização de R\$ 5.039.706,00 (86,01%).

Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio

A finalidade desta ação é disponibilizar conhecimentos, tecnologias e materiais para compor e manter a base de conhecimentos estruturantes para o desenvolvimento da biologia avançada, agroenergia, nanotecnologia, recursos genéticos e suas aplicações no agronegócio brasileiro. Da meta constante da LOA, de desenvolver 218 pesquisas, foram executadas 176 pesquisas (80,73% do total), com incremento de 251,42% se comparado com a estabelecida na LDO. Para implementar a ação foi disponibilizado uma dotação orçamentária de

R\$ 75.907.912,00, com comprometimento de R\$ 75.341.901,00 (99,25%) e realização de R\$ 63.673.288,00 (83,88%).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica, consumidores, exportadores, agentes das cadeias produtivas do agronegócio, bem como a própria comunidade técnico-científica e segmentos da sociedade se beneficiaram com o conhecimento adquirido e as tecnologias desenvolvidas por meio deste Programa. As ações realizadas contribuíram com as propostas inseridas no Programa do Governo Federal, no que diz respeito à geração de empregos, inclusão social, incremento da renda e melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Para atingir os objetivos propostos pelo programa é necessário desenvolver pesquisas de caráter transdisciplinar, multissetorial e estruturantes, organizadas em carteiras de projetos que abordem, de forma integrada, as questões sociais, econômicas e tecnológicas, relacionadas com o desenvolvimento local e territorial, tendo como foco o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, dos assentamentos de reforma agrária e dos agricultores de base familiar, envolvendo a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa em ciências sociais, humanas e tecnológicas, instituições e programas governamentais e não governamentais de desenvolvimento, fomento, educação e transferência de tecnologia.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades

A ação tem a finalidade de construir uma base de conhecimentos para orientar intervenções que propiciem mudanças estruturais e o desencadeamento de melhorias locais e territoriais, fundamentadas no desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável, das comunidades tradicionais, dos assentamentos de reforma agrária e dos agricultores de base familiar.

Da meta de desenvolvimento de 20 pesquisas na LDO e LOA, foram executadas 16 pesquisas (80% do total), contando com uma dotação orçamentária de R\$ 4.473.045,00, comprometimento R\$ 4.066.437,00 (90,90%) e realização de R\$ 3.639.954,00 (81,38%).

Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agro-industrial de Pequena Escala

A finalidade desta ação é desenvolver, adaptar, validar e transferir conhecimentos, tecnologias e sistemas que permitam assegurar a qualidade, transformar, diferenciar, rastrear e certificar processos, produtos e atributos específicos da produção de base familiar, dos assentamentos de reforma agrária, de comunidades tradicionais e de empreendimentos de pequeno porte, explorando e desenvolvendo, quando possível, funções sociais, culturais, ambientais e de lazer, associadas à atividade agropecuária, e que a ela possam agregar valor.

Da meta de desenvolvimento de 15 pesquisas, na LDO e LOA, foram executadas 12 pesquisas (80,00% do total), com dotação orçamentária de R\$ 6.151.382,00, comprometimento de R\$ 5.983.847,00 (97,27%) e realização de R\$ 5.075.277,00 (82,50%).

Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala

A finalidade desta ação é desenvolver e adaptar conhecimentos, materiais genéticos, tecnologias e sistemas de produção agroecológicos, agroflorestais e multiprodutos, viáveis sob a perspectiva cultural, social, econômica, ambiental e tecnológica, de modo a contribuir para organizar a produção de base familiar, dos assentamentos de reforma agrária, de comunidades tradicionais e de empreendimentos de pequeno porte, de forma a diminuir sua dependência de insumos externos e os riscos associados às variações de preços dos seus excedentes comercializáveis.

Da meta de desenvolvimento de 16 pesquisas prevista na LDO e LOA, foram executadas 12 pesquisas (75,00% do total), com dotação orçamentária de R\$ 3.604.747,00, comprometimento de R\$ 3.503.421,00 (97,18%) e realização de R\$ 2.772.596,00 (76,91%).

APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Este Programa visa dar sustentação à política agrícola no que concerne à implantação, melhoria, ampliação e modernização da infra-estrutura de apoio à produção, agroindustrialização e comercialização de produtos agropecuários. Os recursos são provenientes de emendas parlamentares constantes do orçamento da União, que são disponibilizados às prefeituras municipais, mediante a celebração de contratos de repasse, tendo como agente financeiro a Caixa Econômica Federal – CEF e para entidades privadas (associações, cooperativas, sindicatos rurais, etc.) consonante a assinatura de convênios. Os empreendimentos apoiados visam solucionar gargalos que impedem o bom funcionamento do agronegócio e, por conseguinte, comprometem a geração de empregos no campo e a apropriação de ganhos de produtividade e de renda pelas famílias rurais de menor poder aquisitivo.

Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Visa desenvolver projetos que contribuam para o aumento da competitividade do agronegócio e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria do bem-estar social dos atores envolvidos em todos os estágios das cadeias produtivas. Atende também a segmentos estratégicos que exercem efeito multiplicador sobre setores com potencial de expansão do emprego e renda. Os recursos alocados a essa ação foram direcionados a construção, adequação e modernização de feiras, exposições, agroindústrias, centros tecnológicos para treinamento de trabalhadores rurais, implantação de unidades para aproveitamento de culturas, projetos de reflorestamento, construção de matadouro, abatedouro, aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas para apoio a produção agropecuária, construção de central de comercialização de animais e produtos agropecuários, bem como projetos de desenvolvimento agropecuário em Estados e Municípios.

Para implementação dos projetos constantes da ação foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$ 218.307.000,00, tendo sido repassado à Caixa Econômica Federal, como mandatária dos Contratos de Repasse, o montante R\$ 203.498.369,66 (93,21%). As realizações ocorrerão em 2008, considerando que as descentralizações orçamentárias, em quase sua totalidade, ocorreram no último trimestre.

Mecanização Agrícola

Esta ação contribui para o aumento da competitividade do agronegócio e promove o apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário por meio da aquisição de máquinas, equipamentos e implementos para atender serviços de recuperação de solos, preparo de áreas para plantios, terraços, tratamentos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação.

Para implementação dos projetos constantes da ação foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$ 147.782.000,00, tendo sido transferido à Caixa Econômica Federal, mandatária dos Contratos de Repasse, o montante R\$ 119.077.111,22 (80,57%). As realizações ocorrerão em 2008, considerando que as descentralizações orçamentárias, em quase sua totalidade, ocorreram no último trimestre de 2007.

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Para a consecução das ações integrantes dos programas aprovados no Plano Plurianual, Lei 10.933, de 11 de agosto de 2004 e nos termos da Lei Orçamentária 11.439, de 29 de dezembro de 2006, para o ano de 2007, referentes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA foi disponibilizada uma dotação orçamentária de R\$ 1.475.094.328,00 e concedido um limite para movimentação e empenho de R\$ 1.220.058.167,00 (82,71%), tendo sido comprometido R\$ 1.211.580.045,00, correspondendo a 99,31% do limite autorizado.

Atendendo ao disposto no parágrafo 3º, do Art. 2º, da Lei nº 11.439, foi estabelecido o limite de R\$ 25.497.000,00 para desembolsos com despesas de deslocamento (diárias e passagens), tendo sido comprometido, o montante de R\$ 25.138.714,45, ou seja, 98,59% do limite permitido.

6.4. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT

A Ciência, a Tecnologia e a Inovação (C,T&I) são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades. O trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos e o engajamento das empresas são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de atender às justas demandas sociais dos brasileiros e ao permanente fortalecimento da soberania nacional.

O Governo Federal vem se orientando para o planejamento e a implementação de uma Política Nacional de C,T&I de forma integrada às demais políticas de governo, envolvendo diversas instituições. Nesse sentido, lançou em 2007 o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, com investimentos previstos de R\$ 41,2 bilhões até 2010, cabendo ressaltar que no exercício de 2007, no que concerne às ações sob responsabilidade do MCT, o plano foi amplamente implementado, somando-se também os esforços realizados em anos anteriores.

O Plano é composto por quatro Prioridades Estratégicas que norteiam a atual Política Nacional de C,T&I: a) Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; b) Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; c) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e d) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

As ações do MCT que contribuem diretamente para a redução das desigualdades regionais, assinaladas no corpo do texto, correspondem a 44% das 68 ações aqui apresentadas. A implementação dessas ações tem ocorrido por meio de canais amplos de diálogo e parcerias com as comunidades científica, tecnológica e empresarial, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, bem como outras esferas de governo e poderes da República e da Federação. Entre as iniciativas com este objetivo em foco, destaca-se o apoio a projetos estruturantes dos Sistemas Estaduais de CT&I com recursos dos Fundos Setoriais, em parceria com os governos estaduais, o mecanismo de alavancagem dos investimentos dos Estados, via contrapartida de recursos acordados com o Fórum de Secretários Estaduais de C&T e a aplicação dos recursos dos Fundos Setoriais de acordo com a sua legislação, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Nesse sentido, cabe mencionar a regulamentação do FNDCT, por meio da Lei nº 11.540/2007. A Lei prevê a administração por um Conselho Diretor, amplia as regiões consideradas prioritárias pelo FNDCT, incluindo Municípios da área de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional e autoriza o financiamento de ações transversais, realizadas com os recursos de mais de um Fundo Setorial. No ano de 2007, no âmbito do FNDCT, foram processadas 3.955 propostas, representando uma demanda total de R\$ 6,62 bilhões, por meio de 24 instrumentos distintos. Foram contratados cerca de 700 convênios que, junto com os convênios existentes, possibilitaram um comprometimento orçamentário da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

Destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica, resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas, por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite neste momento fixar com mais precisão os focos que devem orientar o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o programa define suas ações em quatro grandes linhas: a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais; b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações; c) orientar segmentos da base de pesquisadores para capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País; e d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

A estratégia de execução prevê o atendimento da demanda espontânea da comunidade científica, que apresenta projetos com base nos calendários anuais, em editais específicos ou por meio da sistemática de fluxo contínuo, bem como da demanda induzida. Em qualquer das formas de atendimento, dois elementos são considerados centrais e indissociáveis de um processo eficaz e eficiente de distribuição de recursos públicos para pesquisa: a análise do mérito técnico-científico e o julgamento por pares. Além desses, outros critérios também são considerados no processo de implementação das ações, com destaque para: os diferentes estágios de

desenvolvimento dos grupos de pesquisa, as prioridades regionais e o potencial de novas parcerias para capacitação de recursos humanos para pesquisa.

Destaca-se a continuidade em 2007 da ampliação do número de bolsas concedidas por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A expansão do número de bolsas de 2003 a 2007 ocorreu em todas as categorias, mas é marcante nas de pós-graduação (11.401 de mestrado e doutorado em 2002 e 16.697 em 2007) e de Produtividade em Pesquisa (7.784 em 2002 e 9.916 em novembro de 2007). Em 2002, o total de bolsas do CNPq era de cerca de 45 mil, número que passou para 65 mil em 2007, o que representa um aumento de 44% em cinco anos. Outro ponto de destaque foi o aumento substancial das bolsas tecnológicas com o apoio dos Fundos Setoriais chegando a cerca de cinco mil bolsas tecnológicas já concedidas.

Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa

Tem como objetivo aumentar a produção e a produtividade científica e tecnológica, na geração de conhecimentos, no estímulo ao engajamento de pesquisadores produtivos em projetos de relevância social e econômica, na organização de grupos de pesquisa e desenvolvimento das universidades, dos institutos de pesquisa e das empresas, preparando a sociedade para os novos desafios de uma economia globalizada e altamente competitiva.

Os recursos foram aplicados, no exercício de 2007, no pagamento de mensalidades a um número médio de 12.104 bolsistas nas modalidades de Apoio Técnico (AT); Desenvolvimento Científico Regional (DCR); Fixação de Doutores (FIX); Pesquisador Visitante (PV); e Produtividade em Pesquisa (PQ). Dados da folha de pagamento de bolsas do CNPq indicam, para o período em exame, o número médio de 9.731 bolsas PQ em curso, representando 80% do total de bolsas concedidas por meio desta ação. Registre-se que cerca de 50% dos detentores de bolsa PQ recebem um adicional de recursos a título de Bolsa Prêmio (Grant). É importante acrescentar que recursos dos fundos setoriais permitiram, no período considerado, o pagamento adicional de um número médio de 266 bolsistas em modalidades concedidas por meio dessa ação, com destaque para as 186 bolsas Apoio Técnico (AT) e as 108 de Fixação de Recursos Humanos de Interesse dos Fundos Setoriais (SET).

Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores¹

Visar preparar recursos humanos qualificados na quantidade necessária para atender à demanda crescente da sociedade e do setor produtivo para enfrentar os desafios do novo processo econômico globalizado e a competição internacional.

No exercício de 2007, registrou-se o empenho de recursos para o pagamento de mensalidades a um número médio de 16.493 bolsistas no País, com destaque para as modalidades Mestrado (GM) e Doutorado (GD). Juntas, GM e GD representaram 97,3% do número total de bolsas no País pagas no período (53% para GM e 47% para GD). Foram ainda apoiadas 484 bolsas no exterior; pagamento de taxas escolares a cerca de 1% dos bolsistas de GM e 1% dos bolsistas de GD no País, correspondendo, respectivamente, a 91 e 55 bolsistas. Para o período em exame, registrou-se o número médio de 16.977 bolsistas apoiados. Registre-se ainda que, recursos dos diversos fundos setoriais contribuíram para a concessão adicional de 317 bolsas de formação, concedidas no âmbito de projetos contratados por meio de editais lançados pelo CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), direcionadas à formação, capacitação e fixação de recursos humanos em áreas de interesse estratégico da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce).

Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa¹

Visar estimular a iniciação científica e tecnológica, integrando jovens em grupos de pesquisa e identificando precocemente vocações, de forma a acelerar o processo de expansão e renovação do quadro nacional de pesquisadores. Durante o exercício de 2007, contabilizou-se o número médio de 20.535 bolsistas de Iniciação à Pesquisa (IC) apoiados. Os principais destaques incluem: o lançamento do segundo edital para concessão de bolsas de IC, que resultou na concessão de 3.081 bolsas (46% para as áreas de Ciências da Vida: Agrárias, Biológicas e da Saúde); 31% para o conjunto das Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e 23% para áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). A quota 2007/2008 de bolsas IC, concedida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), atingiu o número de 18.782 novas bolsas (aumento de 1% relativamente ao ano anterior), que serão implementadas por 228 instituições de ensino e pesquisa, o que caracteriza um crescimento de 5%, na comparação com 2006, no número de instituições envolvidas no processo de iniciação à pesquisa. Cumpre

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

ênfatizar que parcela de recursos desta ação é repassada a Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) ou Secretarias de Ciência e Tecnologia, mediante convênio estabelecido com o CNPq, para a concessão de bolsas de Iniciação Científica Júnior a estudantes de nível médio e profissional, em todas as Unidades da Federação.

Concessão de Bolsa de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico Empresarial

Visa promover a capacitação e o engajamento de pesquisadores na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse das empresas, bem como estimular o desenvolvimento e a incorporação desses conhecimentos na malha produtiva do País, buscando padrão de qualidade dos produtos, dos processos e dos serviços compatíveis com o novo perfil do mercado desenhado a partir das características da economia globalizada.

Em 2007 contabilizou-se o número médio de 2.881 bolsistas apoiados com recursos desta ação. Três modalidades são predominantes, respondendo em conjunto por 74% do total das bolsas concedidas: 1) Desenvolvimento Tecnológico Industrial (DTI) (47%); 2) Iniciação Tecnológica Industrial (ITI) (15%); e 3) Extensão no País (EXP) (12%). Para o exercício em exame, destaca-se o início da implementação das bolsas de Iniciação Tecnológica (IT), concedidas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti).

Finalmente, é necessário ênfatizar que recursos provenientes dos fundos setoriais contribuíram para a manutenção adicional de cerca de quatro mil bolsistas, em modalidades desta ação, atuando em áreas de interesse estratégico definidas como prioritárias pela Pitce. Esses bolsistas atuam em projetos, contratados por meio de editais dos fundos setoriais, lançados no âmbito do CNPq e, que objetiva fortalecer a capacitação e fixação de recursos humanos atuantes em pesquisa, desenvolvimento e inovação, em setores relacionados a tecnologias portadoras de futuro, capazes de conduzir o País a um estágio qualitativo cada vez mais sólido, em termos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica e incremento da produtividade dos pesquisadores. No âmbito do programa merecem menção:

a) Em relação às Unidades de Pesquisa Científica e Tecnológica do MCT, destacam-se o lançamento do satélite-sino brasileiro CBERS 2B, que teve, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o seu grande idealizador, juntamente com a Agência Espacial Brasileira (AEB); a recuperação física e laboratorial das Unidades de Pesquisa do MCT; a efetivação do processo de descentralização das pesquisas científicas e tecnológicas do Ministério, com a implantação do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), em Campina Grande/PB; o fortalecimento do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene), em Pernambuco, órgão ligado ao Instituto Nacional de Tecnologia (INT), e a inauguração do *campus* avançado do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), em Cachoeiro do Itapemirim/ES;

b) no que se refere ao fomento à pesquisa, destacam-se o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), em parceria com as FAPs, que implementou 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 no valor de R\$ 100 milhões; e, o Programa “Casadinho”, que objetiva fortalecer a infra-estrutura de programas de pós-graduação não consolidados, das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, desta vez, incluindo o Estado do Espírito Santo. Na edição atual, lançada em 2006, estão sendo apoiados 65 projetos, envolvendo 47 instituições com investimento da ordem de R\$ 20 milhões. Por meio do Edital Universal, foram aprovados, em 2007, 4.080 projetos científicos e tecnológicos em todos os campos do conhecimento, no valor global da ordem de R\$ 154 milhões; e

c) Rede E-Conhecimento – O Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) encerra o ano de 2007 com conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em dez pontos de presença (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal) da rede Ipê, infra-estrutura de internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. A meta é estender as conexões *gigabits* a todos os Estados até 2009, beneficiando as aplicações globais de larga escala, como telemedicina, física e astronomia, entre outras.

Construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec)

Visa dotar o Ceitec de infra-estrutura adequada para o domínio completo de processos de pesquisa, desenvolvimento, projetos, prototipação e testes em microeletrônica por pesquisadores, instituições de ensino superior, centros de P&D e organizações empresariais, e contribuir para a formação de recursos humanos altamente

especializados na área de microeletrônica e circuitos integrados. O empreendimento encontra-se em fase final de conclusão, com o seguinte estágio de execução física: projeto executivo do prédio de pesquisa e manufatura (etapa concluída); mobilização da obra/canteiro (etapa concluída); prédio de pesquisa e manufatura (execução física de 99,9%); prédios auxiliares (etapa concluída); prédio administrativo (execução física de 99,9%) e; áreas externas (execução física de 99,9%). Em 2007 o projeto foi contemplado com R\$ 57,36 milhões, sendo desenvolvidos os primeiros lotes de “chips” comerciais e em curto prazo estará apto a atender a demanda do Brasil, revertendo um quadro gerador de *deficit* da balança comercial de mais de três bilhões de dólares anuais.

Fomento à Pesquisa Fundamental

Visa apoiar o processo de geração e disseminação de novos conhecimentos, mediante o desenvolvimento de pesquisas em ciência básica. Foi lançado o Edital MCT/CNPq 15/2007 – Universal, com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o financiamento a projetos em todas as áreas do conhecimento. Nesse edital foram selecionados cerca de 4.115 projetos, e desses, 1.315 foram contratados no âmbito da ação.

Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional – Institutos do Millenium¹

Tem por objetivo dar condições adequadas de funcionamento a instituições de pesquisa que se destaquem no cenário nacional pela competência técnico-científica em áreas estratégicas para o País; ampliar e ajustar a base técnico-científica nacional às necessidades do mercado de conhecimento e de serviços em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e tecnológica; apoiar a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular o engajamento dos pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; apoiar a organização e consolidação de novos grupos emergentes de pesquisa; expandir e fortalecer a infra-estrutura de pesquisa das instituições de pesquisa, em especial daquelas vinculadas ao MCT; e consolidação de redes cooperativas de pesquisa. A primeira etapa desenvolvida ocorreu em 2001 quando foi iniciada a implantação de 17 institutos, agora já consolidados.

Iniciado o processo de avaliação dos 34 projetos contratados em 2005, no âmbito do programa Institutos do Millenium. Concluído o empenho dos recursos de 2007 para pagamento da segunda parcela dos 34 projetos contratados a partir do Edital MCT/CNPq nº 01/2005. Em média, cada projeto já recebeu 90% do total dos recursos previstos, restando uma pequena parcela a ser paga em 2008. Quanto ao processo de avaliação dos projetos contratados em anos anteriores, cabe mencionar que os relatórios parciais foram enviados a pesquisadores de diferentes áreas, todos bolsistas de produtividade nível 1 do CNPq, cujos nomes foram recomendados pelas áreas técnicas e aprovados pela Diretoria. Esses pesquisadores irão atuar como consultores *ad hoc* para análise dos relatórios parciais elaborados, subsidiando o CNPq na avaliação dos projetos.

Fomento a Núcleos de Excelência (Pronex)¹

Tem por objetivo o apoio continuado a grupos de alta competência com liderança e papel nucleador nos setores de sua atuação, chamados grupos de excelência, por meio do financiamento de melhorias físicas e laboratoriais. Em parceria com as FAPs, foram implementados 250 núcleos em 17 Estados, num investimento total no período 2005-2007 no valor de R\$ 100 milhões. Em 2007 foram empenhados os recursos em sua totalidade, para pagamento dos convênios firmados em 2005 e 2006 com vigência até 2010, beneficiando várias entidades estaduais de fomento à pesquisa, como as FAPs dos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, e as Secretarias de C&T e Meio Ambiente do Pará (Sectam/PA) e de Estado do Planejamento de Rondônia (Seplad/RO),

Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) - OS¹

Destina-se a assegurar o alcance de objetivos estratégicos em redes avançadas, fortalecendo o processo de inclusão digital no país. A RNP/OS – por meio de contrato de gestão com o MCT, cria condições para o cumprimento das metas e responsabilidades assumidas: promover o desenvolvimento tecnológico de novos protocolos, serviços e aplicações de redes; prover serviços de infra-estrutura de redes IP (Protocolo Internet) avançadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; promover a disseminação de

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

tecnologias, por intermédio da implantação em nível de produção de novos protocolos, serviços e aplicações de redes, da capacitação de recursos humanos e da difusão de informações.

Destacam-se como resultados obtidos: Conexões de rede de alta velocidade e desempenho (*links multigigabits*) instaladas em dez pontos de presença (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal) da rede Ipê, infra-estrutura de internet voltada para a comunidade de ensino e pesquisa. A meta é estender as conexões *gigabits* a todos os Estados até 2009, beneficiando as aplicações globais de larga escala, como telemedicina, física e astronomia, entre outras. No âmbito regional, em 2007 o governo criou cinco redes de alta velocidade metropolitanas (Manaus, Belém, Vitória, Florianópolis e Brasília) dentro da iniciativa Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep). Para 2008, a expectativa é de que pelo menos outras 22 redes sejam lançadas. Teve início em 2007 a segunda fase da Redecomep, que visa a interiorização das redes de alta velocidade. No âmbito local, buscou-se a melhoria da infra-estrutura das instituições de ensino e pesquisa a partir de projetos como de telefonia no sistema VoIP, que permite um número maior de chamadas a longa distância com redução de custos e de Rede Universitária de Telemedicina (RUTE).

Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa¹

Tem por objetivo prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação. Essa ação teve como resultados: Manutenção e operação de 27 PoPs (Pontos de Presença) da rede, localizados nos Estados e no Distrito Federal; e o aumento contínuo da capacidade de transmissão de informação e implantação de novos serviços de rede, adequados a demanda verificada, permitindo a colaboração estendida entre organizações de ensino e pesquisa, através da adoção de novas tecnologias de telecomunicações e da atualização de infra-estrutura de equipamentos de comunicação e computação utilizados PoPs da RNP.

Realização de Olimpíadas em Ciências¹

Visar identificar jovens talentos e fornecer oportunidades para seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas. Foi realizada a 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que contou com 17,3 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequenos municípios e lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Íbero-Americana), Matemática, Física e Robótica.

Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDMS) - OS²

Tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de modelo de área protegida para grandes áreas de florestas tropicais onde, por meio de manejo participativo e sustentável, possam ser mantidos a biodiversidade, os processos ecológicos e evolutivos dos recursos naturais na Amazônia.

Foram desenvolvidas pesquisas científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia envolvendo: orientação para o uso sustentado dos recursos naturais e realização do mapeamento dos padrões de uso em sete comunidades da área subsidiária da Reserva Mamirauá. Somando essas comunidades às 75 mapeadas anteriormente, o total de comunidades com os padrões de uso mapeados e com orientações para o uso sustentado dos recursos naturais foi de 85 comunidades; produção de 104 programas de rádio “Ligado no Mamirauá”, quatro boletins “O Macaqueiro” e 17 atualizações da página do Instituto na internet; realização de 56 eventos de disseminação e capacitação de multiplicadores direcionados às comunidades das reservas Mamirauá e Amanã, para as populações das áreas de entorno das mesmas e para a sociedade civil em geral; realização de 37 eventos de capacitação para produtores da Rede de Desenvolvimento Social de Mamirauá (RDSM) e da Rede de Desenvolvimento Social de Amanã (RDSA), com temática voltada ao manejo e gestão de recursos naturais; capacitação em manejo dos Recursos Naturais em cinco novas comunidades das Redes de Mamirauá e de Amanã; desenvolvimento de ações de

² Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

educação e saúde em 40 comunidades, sendo 24 da RDSM e 16 da RDSA, envolvendo no total 711 famílias; publicação de 25 produtos científicos; execução de 83 projetos de pesquisa, dos quais 85% tem a participação efetiva de membros do IDSM nas equipes científicas; implementados e postos em funcionamento 38 sistemas de monitoramento da RDSM e RDSA; integração de 50% dos sistemas de monitoramentos implantados em uma base geográfica comum. A interligação dos sistemas de monitoramento em uma base comum, com bancos de dados georreferenciados em uma unidade de análise unificada, permitirá uma visão mais integrada das grandes áreas monitoradas.

Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais

Destina-se a elevar a participação da comunidade científica brasileira na pesquisa astronômica de nível internacional, assegurando os meios mais avançados de observação. O Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) gerencia como escritório nacional a participação brasileira nos Observatórios Gemini e SOAR. Gemini: trata-se da operação de um observatório com dois telescópios de 8.1 metros, situados no Havaí e no Chile. São parceiros do observatório os países EUA, Reino Unido, Canadá, Chile, Austrália, Argentina e Brasil. Os pesquisadores brasileiros têm direito a 2,5% do tempo de telescópio por ano, o que equivale a cerca de 17 noites nos dois telescópios. Qualquer pesquisador de qualquer universidade ou instituto de pesquisa brasileiro pode pleitear o uso dos telescópios Gemini. SOAR: trata-se da operação de um telescópio com espelho primário de 4.1 m de diâmetro instalado no Chile, em um dos melhores locais do planeta para a realização de observações astronômicas. O SOAR tem quatro sócios, três dos quais forneceram capital para a construção (Brasil, Universidade da Carolina do Norte e Universidade Estadual de Michigan), e o quarto arcará com a maior parte dos custos de operação (*National Optical Astronomy Observatories* - NSF), enquanto o Brasil fica responsável por uma fração menor dos custos operacionais. Em contraste ao Gemini, com participação de cerca de um terço, o Brasil é sócio majoritário do consórcio SOAR.

Os resultados são traduzidos pela produção científica baseada na utilização de dados obtidos nos Observatórios Gemini e SOAR, quantificada por meio do número de artigos científicos publicados e de teses e dissertações defendidas. Nesse sentido, o desempenho brasileiro no consórcio Gemini é muito favorável, sendo que o número de publicações brasileiros, normalizado pela fração da participação dos parceiros no consórcio, é o maior de todos os países parceiros do observatório. Foram publicados 26 artigos em revistas indexadas baseados em dados do Gemini obtidos durante o tempo brasileiro; dois artigos em revistas indexadas baseados em dados do telescópio *Keck*, obtidos no âmbito de um convênio entre o *Keck* e o Gemini, onerando o tempo brasileiro no Gemini; quatro artigos em revistas indexadas baseados em dados do Gemini obtidos durante a fase de *Science Verification* (sem onerar o tempo brasileiro no Gemini); 23 artigos em *Proceedings*; quatro teses de doutorado baseado em dados do Gemini obtidos durante o tempo brasileiro; duas dissertações de mestrado baseado em dados do Gemini obtidos durante o tempo brasileiro.

Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi³

Visa realizar pesquisa fundamental, aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico em ciências sociais e naturais. O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) faz parte do sistema nacional de ciência e tecnologia em uma região com os maiores índices de pobreza do país e ocupa um papel importante na trajetória da C&T brasileira, em função do acervo que acumulou e dos avanços significativos aos diversos ramos das Ciências Naturais e Humanas aos quais se dedica. Ao longo de seus 140 anos, tem se destacado em investigações, em formação de coleções, em comunicação científica, em capacitação de recursos humanos e no suporte para a formulação de políticas públicas para Amazônia, com vistas à aplicação do conhecimento científico e tecnológico ao desenvolvimento regional, consoante com a política definida pelo Governo Federal por meio do MCT.

Resultados alcançados foram: produção e difusão de conhecimentos visando o desenvolvimento do saber nos campos das ciências naturais e humanas; participação nos grupos nacionais e internacionais de pesquisa; aplicação de conhecimento especializado para a promoção do desenvolvimento sustentável da região amazônica; realização de colóquios periódicos de âmbito nacional, internacional, além de seminários nacionais e regionais, promovendo debates e análises científicas sobre temas relacionados às áreas de interesse; edição dos Cadernos, Cartilhas, publicação de natureza interdisciplinar abrangendo as áreas e temas das esferas de ação do MPEG; e contribuições para as publicações científicas e livros, como também para as revistas de várias seções nacionais; orientação nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) mantidos com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Amazônia Oriental, nos cursos de

³ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

especialização, nas orientações a universitários nas áreas de atuação do Museu e nos inúmeros cursos, minicursos, oficinas e seminários promovidos pela Instituição.

Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) - OS

Visa realizar pesquisa fundamental e aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de matemática. Resultados alcançados: O desenvolvimento das atividades do IMPA está focalizado em cinco grandes conjuntos de atividades fins: pesquisa; intercâmbio científico; ensino; informação científica; e desenvolvimento tecnológico. O IMPA também presta contribuição à sociedade buscando ampliar sua abrangência nacional e influencia o Sistema Brasileiro de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo com as políticas públicas desenvolvidas com esta finalidade. A meta foi plenamente atingida, salientando-se o nível dos periódicos em que os trabalhos de pesquisa foram publicados, continuando elevado, em padrão semelhante à produção científica dos pesquisadores dos melhores centros internacionais de matemática.

Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS) - OS

Tem por objetivo manter em operação regular a única fonte de luz síncrotron do hemisfério Sul e suas estações experimentais; oferecer apoio aos usuários da infra-estrutura do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); prover desenvolvimento da tecnologia de aceleradores para geração de luz síncrotron e a instrumentação científica necessária para o seu uso; permitir a realização de projetos de pesquisa; desenvolvimento de programas regulares de capacitação de recursos humanos.

O uso das instalações do LNLS resultou na publicação de mais de 45 artigos em periódicos indexados, pelos pesquisadores do quadro científico do LNLS, juntamente com os colaboradores e usuários externos. A 17ª edição da Reunião Anual de Usuários do LNLS (RAU) realizada nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2007, contou com a presença de 300 participantes, além das participações nos dois eventos satélites com programação específica. Realização do Programa Bolsas de Verão, que incentiva jovens estudantes universitários para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico. Na 15ª edição realizada em 2007 recebeu 252 inscrições, sendo selecionados 14 candidatos.

Recuperação da Infra-Estrutura Física das Unidades de Pesquisa – Na Região Norte

Visar promover a recuperação das instalações físicas (prediais e laboratoriais) das Unidades de Pesquisa do MCT localizadas na região Norte, visando à segurança do trabalho e ao desenvolvimento das atividades científicas e tecnológicas. Como resultado houve a recuperação da cobertura de dois prédios da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica

Visa dotar as Unidades de Pesquisa (UP's) da base fundamental para sua atividade fim, que é a execução dos trabalhos científicos e dos projetos tecnológicos, de acordo com seu regimento interno, oferecendo subsídios para consultas bibliográficas durante o desenvolvimento de pesquisas. Foi Realizada a aquisição de periódicos para todas as unidades de pesquisa vinculadas ao MCT.

GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O programa está sendo conduzido pelo MCT em consonância com o Plano de Ação de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional, embasado nas Prioridades Estratégicas: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; P,D&I em áreas Estratégicas; e C,T&I para o Desenvolvimento Social. Nesse contexto, cabe ressaltar o lançamento e implementação do “Plano de Ação de C,T&I para o Desenvolvimento Nacional – 2007-2010”, cujo objetivo é promover um incremento substancial do desenvolvimento da C,T&I no País até 2010, em áreas essenciais. A elaboração do Plano envolveu entidades representativas de classes, da sociedade civil, instituições acadêmicas e de pesquisa e entidades representativas da sociedade organizada, a exemplo da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Nacional de Docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), e dos fóruns permanentes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de C&T (Consecti), do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

(CCT) que, reformulado e ampliado, contribuiu com destaque para a definição das linhas estratégicas da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

No âmbito das ações que compõem o programa, os principais resultados podem ser sintetizados em: intensificação de ações conjuntas de cooperação internacional; maior eficácia na realização de controle de transferências e anuências de bens sensíveis; aprovação de 439 pleitos, submetidos à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), envolvendo solicitações de certificados para trabalhos com Organismos Geneticamente Modificados (OGM), extensões de certificados, liberações planejadas de OGM no meio ambiente, importações de OGM, entre outros; aperfeiçoamento de instrumentos e programas voltados para o desenvolvimento das atividades das empresas produtoras de *software*; na questão das Mudanças Globais do Clima, destacam-se atividades no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que o Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, contando com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registradas, representando 15% do total mundial.

Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação

Visar incrementar a posição do Brasil em Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de parcerias estratégicas com organismos internacionais e países considerados prioritários no âmbito da política externa brasileira. No âmbito da ação destacam-se importantes parcerias de cooperação internacional em C,T&I, envolvendo: Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência (ProAfrica); Programa Sul Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em C&T (Prosul); Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países de Língua Portuguesa (Ciências Sociais CPLP); Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); Projeto de cooperação INPE/Moçambique - projeto de instalação do Sistema de Monitoração Hidrológica e ambiental em Moçambique utilizando satélites brasileiros; e Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Biotecnologia no Mercosul - Programa Biotech.

Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) – OS

Visar Apoiar o processo de planejamento e de tomada de decisões em assuntos pertinentes à Política Nacional de C&T, em especial por meio da realização de estudos prospectivos e de atividades de avaliação de estratégias e impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. Destaca-se no exercício em análise a realização dos seguintes estudos: a) estudos prospectivos concluídos: energias renováveis (Etanol de Cana – Fase III; Etanol II); Mar e Ambientes Costeiros. b) estudos técnicos em C,T&I concluídos: Mudanças Climáticas Globais; levantamento de oportunidades de novos negócios; recursos humanos para inovação; institucionalidade do SNCTI; convergência tecnológica e setores produtivos; dinâmicas populacionais e movimentos demográficos; Roadmap de nanotecnologias para aplicações espaciais – cargas úteis e satélites. Estudos técnicos para a Presidência da República: economia; estudos técnicos para a Presidência da República: ferramentas; mapeamento dos laboratórios de análise da qualidade da água; Amazônia: Rede de Inovação.

C,T&I PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR

Tem como objetivo promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional. Em 2007, no âmbito da Incubadora de Fundos Inovar, foram apoiados 11 fundos de capital de risco focados em empresas nascentes e emergentes de base tecnológica, totalizando R\$ 91,3 milhões em recursos comprometidos. É importante frisar que para cada R\$ 1 comprometido nos fundos de capital empreendedor, o comprometimento total dos demais investidores é de R\$ 6,5. As 30 empresas investidas têm o seguinte perfil: *software*, tecnologia da informação, telecomunicações, comunicação, tecnologia industrial básica, biotecnologia, medicina, aeronáutica, alimentos, química, novos materiais e agronegócios. No Inovar Semente, voltado para fundos de capital fornecido a empreendimentos em um estágio pré-operacional, muitas vezes ainda dentro de incubadores e universidades, houve a pré-qualificação de quatro propostas, totalizando uma demanda de R\$ 28,8 milhões.

Foram contratados projetos de inovação tecnológica com redução dos encargos incidentes nos financiamentos reembolsáveis em até 10% no âmbito do Programa Juro Zero, que oferece empréstimos para micro e pequenas empresas, e no âmbito do Pró-Inovação, para as empresas brasileiras interessadas em realizar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O Pró-Inovação oferece financiamento com encargos reduzidos conforme o

atendimento de requisitos tais como projetos que aumentem a competitividade da empresa no âmbito da Pitce; projetos de relevância regional ou inseridos em arranjos produtivos locais e projetos desenvolvidos em parceria com universidades, instituições de pesquisa ou outras empresas. Além disso, houve a contratação de 17 projetos para montagem de redes de entidades ou consórcios estaduais para pequenas e médias empresas (PMEs); aplicação da subvenção econômica em empresas que executam o Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) ou Programa de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário (PDTA); fomento a projetos de P&D tecnológico no valor total de R\$ 100 milhões, bem como a projetos voltados ao extensionismo tecnológico no valor de R\$ 616 milhões.

Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Apoio ao desenvolvimento de pesquisas voltadas à geração e disseminação de novas tecnologias e produtos. A estratégia de implementação inclui o lançamento de editais, parceria com diferentes Fundos Setoriais e com outras ações, tanto do programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Pesquisa, como também do programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Com o objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante o financiamento a projetos em todas as áreas do conhecimento, foi lançado o Edital MCT/CNPq nº 15/2007 – Universal, onde foram selecionados cerca de 4.115 projetos. Desses, 695 foram contratados no âmbito desta ação.

Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia

Visar a fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de nanotecnologia, bem como solucionar ou atenuar impactos sociais associados às atividades do setor. Houve continuidade do repasse de recursos para os projetos contratados em 2006; liberação de R\$ 709 mil para dois projetos contratados no âmbito da carta-convite MCT/Cooperação ICTs-Empresas-06/2006.

Apoio a Redes e Laboratórios de Nanotecnologia

Tem como objetivo promover o aumento da produtividade total dos fatores da economia brasileira por meio da inovação pelo Programa de Assistência Técnica para Gestão do Projeto de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável, bem como aumentar emprego qualificado e produção de bens de valor unitário elevado e de alto valor agregado. Dos resultados alcançados, pode-se destacar: continuidade no apoio a dez redes de pesquisa em nanotecnologia implementadas via Edital MCT/CNPq nº 29/2005, por um período de quatro anos. As redes apoiadas são as seguintes: Simulação e Modelagem de Nanoestruturas (USP); Rede de Nanofotônica (UFPE); Rede Nacional de Nanobiotecnologia e Sistemas Nanoestruturados – Nanobioestruturas (UFRN); Rede Cooperativa de Pesquisa em Revestimentos Nanoestruturados (PUC/RJ); Microscopias de Varredura de Sondas - *Software* e *Hardware* Abertos (LNLS); Nanotubos de Carbono: Ciência e Aplicações (UFMG); Nanoglicobiotecnologia (UFPR); Rede de Nanotecnologia Molecular e de Interfaces – Estágio I,II (UFPE); Rede de Nanobiomagnetismo (UNB); e Nanocosméticos: do Conceito às Aplicações Tecnológicas (UFRGS).

Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Micro e Nanotecnologia

Visa contribuir para o aumento da competitividade da indústria nacional e o desenvolvimento econômico do País, por meio da geração de conhecimentos, produtos e processos que permitam a criação de empresas de base micro ou nanotecnológica. Foi lançado o Edital MCT/CNPq nº 09/2007 - Jovens Pesquisadores. Este Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, visando dar continuidade ao processo de expansão e consolidação de competências nacionais em Nanociência e Nanotecnologia e o avanço do conhecimento na área. Nele foram alocados recursos adicionais dos orçamentários do Fundo Setorial Verde Amarelo (CT-FVA), dentro da ação transversal “infra-estrutura e fomento à pesquisa científica e tecnológica”, no valor global estimado de R\$ 1,5 milhão, totalizando R\$ 3,4 milhões. O Edital teve uma demanda bruta de R\$ 33,4 milhões, tendo contemplado 10% da demanda que correspondeu a contratação de 45 projetos de pesquisa em nanotecnologia.

Implantação de Laboratórios e Redes de Micro e de Nanotecnologia

Objetiva a consolidação de Laboratórios de Pesquisa em nanotecnologia por meio da modernização e adequação da infra-estrutura laboratorial existente em nanotecnologia de forma a promover o uso de laboratórios multiusuários e induzir o uso compartilhado de equipamentos. Implementada via edital ou encomenda e indutora do uso compartilhado de equipamentos. Foi lançado o Edital MCT/CNPq 10/2007, que permitiu o apoio a 12 laboratórios para aquisição de equipamentos de caráter multiusuário. A ação recebeu recursos adicionais por

meio de Ação Transversal dos Fundos Setoriais Verde Amarelo e Petróleo e Gás Natural, no valor de R\$ 2,3 milhões.

Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)¹

São objetivos da ação incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica; desenvolver bioprodutos (fitofármacos, cosméticos, extratos vegetais, entre outros) e bioindústrias na região, por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos derivados da biodiversidade amazônica; estimular a implantação de pólos de bioindústrias na região amazônica, a capacitação tecnológica das empresas regionais de biotecnologia e de bioprodutos, ampliando sua competitividade nos mercados nacional e internacional; e manter a estrutura técnica, administrativa e desenvolvimento de projetos no sentido de promover a inovação tecnológica a partir de processos e produtos da biodiversidade. Os recursos investidos foram destinados a manutenção e operação dos laboratórios implantados no CBA, manutenção das estruturas de apoio técnico e de apoio à inovação tecnológica, extensão e operação das bolsas existentes, treinamento dos bolsistas e custeio de novas bolsas para a continuidade do programa de implementação do Centro.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia – CT-Biotecnologia¹

Visa apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento, que contemplem a cadeia do processo da inovação em biotecnologia, envolvendo desde a caracterização e avaliação dos recursos genéticos nacionais, à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e à criação e consolidação de bioindústrias. De um total de 155 projetos apoiados por editais anteriores a 2007, continuam em execução 107, dentre os quais 41 são projetos com execução iniciada em 2007. Tais projetos foram selecionados por meio dos seguintes editais: Chamada Pública MCT/Finep nº 09/2007 - Ação Transversal – Telemedicina; Chamada Pública MCT/Finep nº 08/2007- Ação Transversal - Rede Genoprot; e Chamada Pública MCT/Finep nº 03/2007 - Ação Transversal - *Campi* Regionais. Entre os principais resultados no âmbito da ação, podem ser destacados: desenvolvimento de medicamentos e *kits* diagnósticos; maior capacitação do País nas áreas de genômica e proteômica; e criação de centros de pesquisa clínica para testes com novos medicamentos, em parceria com o fundo CT-Saúde e Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS).

Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas Áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica

Tem por objetivo dar apoio a instituições de pesquisa públicas ou privadas sem fins lucrativos, associadas ou não a empresas, para o desenvolvimento de pesquisas tecnológicas nas áreas de fármacos, materiais e dispositivos avançados e microeletrônica. Implementada por intermédio do lançamento de encomendas, chamadas públicas, cartas-convite e outros instrumentos que permitam selecionar e contratar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas mencionadas. Foi lançada a Chamada Pública nº 01/2007, no valor de R\$ 10 milhões, tendo sido aprovados dez projetos. Também foi realizado desembolso referente a seis projetos contratados no âmbito da Chamada Pública nº 01/2005. Liberação da 3ª parcela de recursos financeiros dos 14 projetos contratados no âmbito da “Chamada Pública MCT/Finep/FNDCT – Microeletrônica – 01/2005”; Contratação e liberação da 1ª parcela de recursos financeiros dos três projetos aprovados no âmbito da “Carta-Convite MCT/Finep/Ação Transversal – Cooperação ICTs-Empresas – 06/2006”. Após as etapas iniciais de pesquisa bibliográfica e capacitação de recursos humanos em ferramentas de *software* necessárias para a simulação dos circuitos, alguns projetos estão chegando à fase de prototipagem dos circuitos integrados. Pode-se destacar o projeto “Desenvolvimento e Prototipagem do Circuito Integrado de Aplicação Específica (ASIC) GBL”, uma parceria do Ceitec com a empresa Altus Sistemas de Informática S/A, com vistas a desenvolver um circuito integrado para automação de plataformas de petróleo da Petrobras.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde – CT-Saúde⁴

Tem como objetivos implementar projetos de pesquisa com os propósitos de: contribuir para o combate a doenças que afligem a Sociedade Brasileira; transferir tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo; possibilitar o melhor aproveitamento da capacidade técnico-científica e dos recursos de

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

potencial terapêutico da flora e fauna nacionais com vistas à obtenção de farmoquímicos, medicamentos ou outros produtos para o tratamento da saúde, o que inclui os hemoderivados; estimular o desenvolvimento de equipamentos e instrumentação médico-hospitalar; incentivar estudos e pesquisas que visem ao melhor gerenciamento dos serviços de saúde; resgatar conhecimento disponível no País para sua apropriação pela Sociedade Brasileira, quer na melhoria da qualidade dos produtos ou serviços da Saúde, quer para redução de seus custos; expandir a competência nacional, com a implementação de rede nacional entre os atores da cadeia de produtos e serviços da área da Saúde, envolvidos nas questões tecnológicas.

Resultados alcançados: Apoio a projetos de implantação de infra-estrutura de pesquisa nos *campi* regionais das universidades federais; apoio a projetos estruturantes dos sistemas estaduais de C&T; apoio a projetos de capacitação de biotérios para certificação de animais para experimentação; apoio a projetos selecionados na primeira fase para a expansão da Rede de Centros de Recursos Biológicos; apoio a projetos selecionados na primeira fase para Fármacos - capacitação de equivalência farmacêutica e bioequivalência; apoio a projetos da Rede Genoprot - pesquisa em genômica e proteômica. Encomendas transversais em análise: Programa Nacional de Extensionismo Tecnológico – aumento da competitividade MPEM; biotecnologia - insumos para genômica e proteômica; fármacos - avaliação da conformidade de produtos para saúde; normalização como suporte ao Programa de Avaliação da Conformidade para setores prioritários da Pitce; cenários para a Amazônia: uso da terra, biodiversidade e clima; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Chamadas verticais: Seleção pública de propostas para apoio à obtenção de fatores VIII e IX da coagulação sanguínea por DNA recombinante em escala piloto; estudo clínico e de avaliação de custo-benefício de medicamentos e procedimentos médicos. Encomendas Verticais em fase final de análise: marca passo brasileiro - segunda etapa: desenvolvimento do protótipo industrial; continuidade do projeto *Onconet*; Rede Nacional de Farmacogenética (Refargen); apoio a projeto de pesquisa sobre câncer; apoio a projeto de pesquisa para ajuda ao sistema biológico; uso da biodiversidade brasileira como fonte de novos compostos químicos ativos contra alvos moleculares definidos para o tratamento de malária, tuberculose e doenças medidas por linfócitos.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação – CT-Info1

Visar promover a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico da área de tecnologia da informação, da cadeia produtiva e da cadeia de conhecimentos associada, bem como desenvolver pesquisas que visem a infoinclusão por meio de soluções de governo eletrônico e educação à distância.

No âmbito do Programa Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec)/Extensão Tecnológica: capacitação para desenvolvimento e inovação em *software*; apoio para capacitação de laboratórios prestadores de serviços tecnológicos ao Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) - Centro de P&D em TV Digital - Rede Brasileira de Visualização; apoio à cooperação tecnológica entre empresas e instituições científicas e tecnológicas em projetos nas áreas de microeletrônica e nanoeletrônica; capacitação para treinamento em projetos de circuitos integrados; projetos de pesquisa apresentados por jovens pesquisadores para financiamento de atividades de P&D em nanociência e nanotecnologia; implementação do acordo científico Brasil-Índia; produção de conteúdos educacionais digitais multimídia; construção do conhecimento por meio do processo de inclusão digital; apoio pelo CNPq, a nove projetos e bolsas, no valor total de R\$ 8,2 milhões. As iniciativas apoiadas são: programa de apoio à P,D&I em tecnologia da informação: finalização dos projetos do edital 2002 - recursos humanos em *design houses* - bolsas no exterior - programa de apoio à P,D&I em tecnologia da informação 2007: grandes desafios em computação - seleção pública de propostas de projetos de P&D voltados ao desenvolvimento de engenharia de *software* - seleção pública de propostas de projetos de P&D voltados à concessão de bolsas de mestrado e doutorado no País ligadas à área de microeletrônica - capacitação de recursos humanos para a cadeia produtiva de tecnologia da informação – extensão tecnológica inovadora - programa especialização tecnológica - residência em desenvolvimento de *software* - inovação tecnológica nas empresas com uso de microeletrônica.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica – CT-Energ¹

Tem como objetivo estimular a pesquisa e inovação voltadas à busca de novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; o desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional com aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D, a formação de recursos humanos na área e o fomento à capacitação tecnológica nacional. Durante o ano de 2007 foram efetivamente pagos 117 projetos totalizando R\$ 31,2 milhões, relativos a diversos editais, cartas-convite e encomendas, voltadas para iniciativas como: apoio a eventos C,T&I, cooperação Instituições Científica e Tecnológicas (ICTs)-Empresas, Energias Renováveis, Novos *Campi*, Programa Nacional de apoio às Incubadores e Parques Tecnológicos (PNI), Tecnologia Industrial Básica (TIB), Biodiesel, Rede Brasileira de Tecnologia (RBT), Programa de Pesquisas em

Saneamento Básico (Prosab), Programa Nacional de Qualificação e Modernização dos IPTs (Modernit), Redes Estaduais de Meteorologia e Célula Combustível.

Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica - (CT-Verde-Amarelo) ¹

Tem como objetivo geral estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e setor privado, visando fortalecer o Sistema Nacional de Inovação e solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades produtivas.

Até dezembro de 2007 foram apoiados 159 projetos com um valor global de R\$ 44,71 milhões referentes a operações contratadas desde 2003. Além disso, ao longo do ano foram implementadas as decisões tomadas pelo Comitê Gestor do FVA na reunião realizada em 23/04/2007, que definiu o apoio às seguintes ações: formação, capacitação e fixação de recursos humanos para inovação; edital cooperação entre ICT'S e MPEM; aumento da competitividade da MPEM; fortalecimento do portal de periódicos da Capes; tecnologias críticas para sistemas inerciais; desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos desafios do PAC; foram realizadas transferências de recursos para a contratação de bolsas pelo CNPq; desembolsos para 115 projetos de demandas originadas em anos passados no valor de R\$ 39 milhões, dentre estes, 14 projetos contratados em 2007, ainda relativos a demandas de 2006; e apoio a seis eventos.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio - CT-Agronegócio⁵

Destina-se apoiar a realização de projetos de P&D e Inovação Tecnológica nas diferentes cadeias do agronegócio nacional, que proporcionem uma elevação/consolidação da competitividade do produto nacional, bem como apoiar projetos com a finalidade de solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades do agronegócio. No âmbito da ação estão em andamento os projetos contratados em anos anteriores. Em 2007 ressalta-se, entre outros, o Edital 08/2007 - Rede Genoprot com 19 projetos apoiados, Edital 02/2007 - Cadeias logísticas de transportes multimodal com oito projetos apoiados, Edital 07/2007 - P&D de tecnologias para a cultura do algodão no semi-árido brasileiro com oito projetos apoiados. Realização de análise de projetos de laboratórios em diversos estados do País voltados para detecção de resíduos e contaminantes em alimentos - capacitação de laboratórios de ensaio e consolidação e fortalecimento da rede de laboratórios.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica - CT-Amazônia ¹

Visa incrementar as atividades de P&D na Amazônia, relacionadas aos temas de interesse para a região, com vistas ao melhor aproveitamento de suas potencialidades e redução da desigualdade regional. Em 2007 não foram apoiadas novas ações em função do comprometimento do orçamento com o pagamento de projetos e bolsas contratados em anos anteriores. As ações implementadas pela Finep com recursos do CT-Amazônia são: Ações Verticais - Chamada Pública MCT/Finep/CT-Amazônia - Infra-estrutura - 01/2005 para quatro projetos (três do Estado do Amazonas e um do Estado do Acre); Chamada Pública MCT/Finep/CT-Amazônia- Infra-estrutura - 01/2006- sete projetos (cinco projetos do Estado do Amazonas, um do Estado de Rondônia e um do Estado do Acre). Ações Transversais: Encomendas Transversais 2005: projeto Rede Temática de Pesquisa em Modelagem na Amazônia, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), projeto Validação de Tecnologia de Produção de Óleo de Dendê para Biodiesel por Agricultores Familiares no Amazonas.

Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas

Destina-se a promover a ampliação da capacitação tecnológica das empresas e de inovação, visando a melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País. Foram alcançados os seguintes resultados alcançados: Apoio à realização da VII Conferência Anual da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) 2007; apoio a projetos relacionados ao Programa de Extensionismo Tecnológico; apoio à Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina) para realização de Seminário Internacional, com foco nos novos desdobramentos do sistema internacional de Propriedade Industrial; apoio à realização da 1ª Feira de Inovação Tecnológica de Curitiba; e repasse de recursos para a Fundação de Apoio à C&T do Espírito Santo (Fapes), com o objetivo de implantar a Rede de Extensão Tecnológica do Espírito Santo.

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico - CT-Aeronáutico⁶

Visa estabelecer e fortalecer as interações entre as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, com as empresas do setor aeronáutico, com vistas a incrementar a inovação tecnológica no setor, mediante a implementação de projetos cooperativos e também solucionar ou atenuar impactos sociais gerados pelas atividades relacionadas ao setor aeronáutico. Resultados alcançados: O Fundo Aeronáutico trabalha apenas com encomendas, tendo sido aprovadas para 2007 a realização de seis ações verticais, além da participação em duas transversais, envolvendo os seguintes projetos: avaliação dos efeitos da radiação ionizante em componentes eletrônicos e fotônicos; demonstrador tecnológico de estado-reator a combustão supersônica; aplicação do pseudo-satélite; automação de furação e instalação de prendedores em estrutura aeronáutica; desenvolvimento e integração de sistema de controle para telemetria de aeronaves; e construção de um túnel de vento para ensaios aeroacústicos. Ações Transversais: tecnologias críticas para sistemas inerciais; viatura blindada transporte de pessoal - Média de rodas.

Desenvolvimento de Pesquisas dos Conjuntos dos Componentes Celulares (Genomas, Proteomas, Transcriptomas, Metabolomas e Interatomos)

Visar integrar o estudo de espécies biológicas a partir da funcionalidade dos seus genes, expandindo a base de conhecimento em genoma funcional, proteoma, transcriptoma, metabolômica e interatômica, de modo a permitir o entendimento do funcionamento do sistema biológico, em condições fisiológicas específicas.

Com o desenvolvimento dos estudos apoiados nesta ação, tem-se uma grande expectativa de que o conhecimento gerado possa ser aplicado em diversos campos de atuação, tais como: a) na identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos, vacinas, e métodos diagnósticos em biomedicina; b) no entendimento sobre os mecanismos de associação entre diferentes organismos como por na relação parasita-hospedeiro permitindo a compreensão de doenças acometidas pelo homem, ou por animais e vegetais de interesse da agropecuária; em associações benéficas como microrganismos-plantas de interesse para a agricultura; c) na busca de produtos naturais bioativos com potencialidade de aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos na biodiversidade brasileira; e d) no melhoramento genético de plantas.

Os recursos foram aplicados em sua totalidade em estudos desenvolvidos por grupos de pesquisas brasileiros. Neste sentido, ressalta-se o estudo realizado no algodoeiro – cultura importante para o Brasil e com sérias implicações econômicas no setor agrícola e industrial devido ao ataque de insetos - implementado no âmbito do Programa de Pesquisa Colaborativa do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB), com o objetivo de desenvolver uma variedade da planta resistente à insetos, por meio da introdução de genes específicos (transgênia). O restante dos recursos está aplicado na contratação de projetos de pesquisas proteômicas aprovadas na chamada pública MCT/Finep/Ação transversal – Rede GenoProt – 08/2007.

Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973/2004)

Visa promover o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, consideradas as prioridades da política industrial e tecnológica nacional. Trata-se de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estabelecido pela Lei nº 10.973/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.563/2005, por meio da aplicação de recursos financeiros não reembolsáveis nas empresas.

Resultados alcançados: No ano de 2006, foi publicada a Chamada Pública MCT/Finep/Subvenção Econômica à Inovação - 01/2006, para a seleção de propostas empresariais para subvenção econômica à pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores no País. No âmbito dessa Chamada, foram contratados 129 projetos, em 2007, com valor total Finep de R\$ 253,8 milhões, sendo liberados, nesse ano, R\$ 65,9 milhões. No ano de 2006, foi publicada a Chamada Pública MCT/Finep/Pappe Subvenção 02/2006, que visa o apoio financeiro, na forma de subvenção econômica, ao custeio de atividades de P,D&I realizados por MPes, individualmente ou em consórcio. No âmbito dessa chamada, foram contratados dez projetos, em 2007, com valor total de R\$ 131 milhões, sendo liberados, nesse ano, R\$ 29 milhões. No ano de 2007, foi publicada Seleção Pública MCT/Finep/Subvenção Econômica à Inovação - 01/2007, para a seleção de propostas com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de processos e produtos inovadores em empresas brasileiras. Nessa seleção, foram contratados 77 projetos, em 2007, com valor total Finep de R\$129,7 milhões, sendo liberados, neste ano, R\$ 12,8 milhões.

Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas

Visa contribuir para o aumento dos gastos empresariais com pesquisa e desenvolvimento, em especial nos segmentos priorizados pela Pitce, por meio da concessão de crédito de longo prazo com recursos do FNDCT, por intermédio da Finep, para a execução de projetos de desenvolvimento tecnológico por empresas. Em 2007, 22 projetos de P,D&I foram apoiados envolvendo recursos do FNDCT reembolsável, sendo 14 com recursos do empréstimo 2006 (R\$ 38,9 milhões) e nove com recursos do empréstimo 2007 (R\$ 23,5 milhões), totalizando R\$ 62,4 milhões. Todos os projetos envolvem setores priorizados na Pitce. Os recursos do FNDCT já liberados representaram 15,7% do valor total aprovado para os respectivos projetos, e 15,6% do total das fontes de recursos reembolsáveis para o ano de 2007.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Aquaviário e Construção Naval -CT-Aquaviário⁷

Destina-se a financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à inovações tecnológicas nas áreas de materiais, de técnicas e processos de construção, de reparação e manutenção e de projetos; capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento de tecnologia e inovações; e desenvolvimento de tecnologia industrial básica e implantação de infra-estrutura para atividades de pesquisa voltada para o setor aquaviário e de construção naval. O Lançamento de chamada pública para projetos das áreas de transportes aquaviários e de construção naval resultou na contratação de 14 projetos. O Fundo participou ainda da Chamada Transversal de Logística, resultando na contratação de seis projetos. Foram contratadas, também, duas encomendas transversais e uma vertical, remanescentes de 2006.

Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral - CT-Mineral¹

Visa fortalecer a capacitação nacional em P&D, contribuindo para o aumento da competitividade da indústria mineral brasileira e da cadeia de conhecimento associada. Apoiar estudos e pesquisas com a finalidade de solucionar ou minimizar os impactos sociais provocados pelas atividades do setor.

Resultados alcançados: No âmbito das ações transversais, apoiou: redes de pesquisa do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), na região Amazônica; projetos financiados pelo Edital Universal 2007; projeto C&T na Amazônia; projetos de difusão e popularização da ciência; produção de conteúdos digitais de multimídia, em conjunto com o Ministério da Educação (MEC). Quanto às ações verticais, serão financiados os seguintes projetos: 22º Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia; encontro da Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos de Base Mineral – 1º Encontro da Rede APL Mineral; consolidação e ampliação do Centro de Pesquisas em Geociências, Tecnologia, Política e Economia Mineral na Província Mineral de Carajás; e projeto cooperativo entre instituições científicas e tecnológicas em micros, pequenas e médias empresas de base mineral organizadas em APLs.

Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores

Visa dotar o País de capacitação em projeto e fabricação de componentes semicondutores. Foram formalizadas parcerias estratégicas por meio de elaboração de estudos, implantação de projetos pilotos, apoio financeiro para realização de seminários, *workshops* e eventos diversos. Destacam-se projetos da área de microeletrônica: Regime Aduaneiro Especial - inclusão no novo Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof), para agilizar o desembaraço aduaneiro de componentes semicondutores, a cargo do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Lei de Topologia de circuitos integrados: Indicação de regime de urgência para incentivar o processo de inovação no setor, a cargo do MCT e do MDIC. Nesse sentido, a legislação que protege a topografia de circuitos integrados foi aprovada pela Lei nº 11.484/2007.

Metrologia de Tempo e Frequência, Gravidade e de Orientação Magnética

Visa atingir excelência nos estudos e serviços nas áreas de metrologia de tempo e frequência, gravimetria e orientação magnética. Engloba atividades de metrologia de tempo e frequência e de gravimetria, desdobrando-se em serviços diversos prestados à sociedade. Destaca-se a geração, manutenção e disseminação da

⁷ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Hora Legal, cuja prerrogativa é do Observatório Nacional. Os resultados dessa ação abrangem não só calibrações de equipamentos, mas também serviços de determinação de campo magnético, medidas geomagnéticas nas estações do território nacional e serviços de sincronismo eletrônico à Hora Legal Brasileira.

Destaca-se a realização de pesquisa básica, desenvolvimento e inovação, que no ano de 2007 tiveram como reforço a formação do *Pool* de Equipamentos Geofísicos, com o apoio da Petrobras. Este projeto dotará o Observatório Nacional (ON) com equipamentos no valor de R\$ 14,1 milhões, que deverá se constituir em um dos grandes centros mundiais de pesquisas em geofísica. Foram adquiridos sismógrafos, gravímetros e equipamento magnetotélúricos – que utilizam variações do campo eletromagnético na superfície da Terra para investigar a estrutura da condutividade elétrica no interior do planeta. Os aparelhos deverão ser utilizados por outras entidades de pesquisas que fazem parte da Rede Temática de Geotectônica, criada pela Petrobrás.

Ainda como investimento, no período de 25 a 30 de novembro o ON organizou a Luiz Muniz Barreto - VI *Latin American School of Geomagnetism* (ELAG), realizada no campus de Vassouras, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros. Cabe ainda destacar que durante o trabalho de reocupação das estações magnéticas do território nacional – trabalho realizado pelo ON para determinação das Cartas Magnéticas, foram instaladas 650 estações de intensidade total ao longo das estradas nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. Nesse processo foram mapeados 12.000 km de estradas, cidades e pontos de interesse da sociedade tais como postos de combustíveis e da polícia rodoviária, pontes, etc.

Serviços de Tecnologia de Informação para a Indústria

Destina-se a desenvolver ferramentas, sistemas, métodos e macro-processos que cubram o ciclo de engenharia e da qualificação de produtos de *hardware* e *software*, disponibilizando-os por meio de serviços e projetos, visando o aumento da capacidade de inovação, da produtividade e da competitividade local e internacional dos agentes sócio-econômicos públicos e privados.

Destacam-se os seguintes resultados: desenvolvimento e integração dos vários agentes de tecnologias da qualificação e certificação e de instituições de pesquisa governamentais e privadas, universidades e empresas em uma Rede de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação, com foco nos seguintes objetos: P,D&I de métodos, técnicas e ferramentas; difusão da tecnologia concebida; serviços de caracterização, avaliação da conformidade e melhoria da qualidade de produtos e processos de componentes, *hardware* e *software*; desenvolvimento, prospecção e adaptação de métodos, técnicas e ferramentas para a produção, avaliação e melhoria da qualidade de produtos e processos em Tecnologia da Informação; prestação de serviços de alto conteúdo tecnológico e apoio a projetos em tecnologias da informação aplicadas; projetos para desenvolvimento de inovações em sistemas das tecnologias da informação, por meio da disponibilização das competências em eletrônica, componentes e *displays* para os setores industrial e de serviços para assegurar a continuidade do acesso e uso da capacidade laboratorial nas áreas de concepção de circuitos integrados e sistemas, microlitografia, mostradores de informação, empacotamento eletrônico, prototipagem rápida e robótica.

Estímulo às Empresas de Base Tecnológica Mediante Participação no Capital (CT-Verde Amarelo)⁸

Visa estimular os investimentos das Empresas de Base Tecnológica mediante participação de capital de risco aportado diretamente pela Finep ou indiretamente por meio de parceria com Fundos de Investimentos Privados. Conforme o inciso III, do artigo 3º, da Lei nº 10.332 e a Portaria nº 887/2005, que revoga a Portaria nº 595, os recursos alocados a essa ação são aplicados na participação minoritária da Finep no capital de microempresas, de empresas de pequeno porte de base tecnológica, em fundos de investimento e no desenvolvimento de mecanismos de operacionalização da reserva técnica. A operacionalização da ação na Finep encontra-se regulamentada mediante Resolução de Diretoria para investimentos em empresas inovadoras através de fundos de capital empreendedor (*venture capital*).

Resultados alcançados: Na operacionalização desta ação a Finep conta com dois programas: a Incubadora de Fundos Inovar e o Inovar Semente. Na Incubadora de Fundos, foram apoiados 14 fundos que totalizam R\$ 150 milhões em recursos comprometidos. Desses fundos, a Finep investiu efetivamente em sete (GP Tecnologia, RB *Investech* II, CRP VI, *Novarum*, *Stratus* VCI, SPTec e *Stratus* VCIII) e outros quatro foram aprovados pela diretoria e encontram-se em fase final de registro na CVM (FIR - *Fundotec* II, JB VC I, FIPAC e RB Nordeste II). O Patrimônio comprometido total dos Fundos aprovados atinge R\$ 1 bilhão, o que significa uma incremento de R\$ 6,00 para cada real comprometido pela Finep. As 33 empresas investidas pertencem aos seguintes

setores: *Software*, TI, Telecomunicações, Comunicação, Tecnologia Industrial, Biotecnologia, Medicina, Aeronáutica, Alimentos, Química, Novos Materiais, Agronegócios.

O programa Inovar Semente criado para estimular a criação e desenvolvimento de fundos de capital semente com foco em empresas com faturamento até R\$ 2,4 milhões situadas em regiões de alto dinamismo tecnológico (raio de 100 km) deverá contemplar a contratação de quatro fundos por ano no valor médio de R\$ 12 milhões, totalizando cerca de R\$ 288 milhões em seis anos (2006 até 2011), sendo a participação da Finep nos fundos igual a 40% do total investido, o que equivale a R\$ 115,2 milhões. Em 2007 foi aprovado o investimento de até R\$ 8 milhões no primeiro Fundo desse Programa, o Fundo HorizonTI.

Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos

Tem por objetivo conhecer e desenvolver a biotecnologia dos organismos marinhos e sua utilização econômica como fonte de recursos sustentáveis para as indústrias químicas e farmacêuticas, na agricultura, na maricultura, na saúde e para fins ambientais. Destacam-se os seguintes resultados: apoio a projeto de pesquisa do Laboratório de Farmacologia de Produtos Naturais Marinhos da Universidade de São Paulo (USP); apoio a Estudos Interministeriais e de Especialistas para Plano Nacional de Trabalho em P&D em Biotecnologia dos Organismos Marinhos, de modo a nortear as ações do Comitê Executivo Biomar, coordenado pelo MCT/Seped/COMA da Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM); apoio a projetos de pesquisa em biotecnologia dos organismos marinhos dentro do Edital CNPq nº 56/2005 para o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Economia do Hidrogênio e outras Energias Renováveis

Visar promover de modo sustentável, o desenvolvimento de tecnologia, produtos e processos para capacitar o país a utilizar o hidrogênio como vetor energético, bem como incrementar a capacidade inovativa de empresas e de instituições de ensino e pesquisa, via concepção, projeto e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos em áreas ligadas às energias renováveis, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.

Foram apoiados os seguintes projetos: Convênio com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) para realização do Seminário de tecnologias industriais para instalações de pequeno porte de produção de álcool; convênio com a Associação Pró Energias Renováveis (Aproer) para desenvolvimento de protótipo de um grupo gerador hidrocínético denominado Poraquê, para aproveitamento de pequenas quedas d'água; convênio com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) para elaborar o estudo Panorama tecnológico dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo para o cultivo de oleaginosas visando à produção de biodiesel; convênio com a Fundação de Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Coppetec) para aquisição de equipamento para desenvolver tecnologia de produção de etanol via hidrólise enzimática da biomassa da cana de açúcar e para o programa de produção, avaliação, e testes de desempenho e durabilidade com veículos usando misturas de biodiesel B5; convênio com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti) para consolidação dos cinco grupos temáticos no âmbito da Rede Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; convênio com a Universidade Caxias do Sul (UCS) para avaliação da utilização de biodiesel e óleo vegetal *in natura* em motores estacionários, grupos geradores e tratores Agrale - Fase II; convênio com o Centro de Pesquisas Pantanal (CPP) para aquisição de equipamentos para estruturar laboratórios responsáveis por análises relacionadas à produção de biodiesel; descentralização de crédito para a Universidade de Brasília (UnB) para avaliação do desempenho e do uso de biocombustível craqueado; estudo de casos: dendê, mamona e soja; descentralização de crédito para o projeto extensão tecnológica do biodiesel; descentralização de crédito para o CNPq para o projeto ensaios de motores biodiesel B20; descentralização de crédito para a UnB para realização de evento sobre célula combustível; convênio com a Unicamp para a realização do *Workshop* Brasil-Japão; convênio com a Associação Pró Energias Renováveis (Aproer) para o evento “ III Conferência sobre Pequenas Centrais Hidroelétricas; convênio com o Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE) para a realização do V Seminário de Veículos Elétricos; descentralização de crédito para a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para a realização do evento BR 2007; descentralização de crédito para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) para a realização do VI Simpósio de Rochas Ornamentais.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia

Destina-se a realizar estudos e pesquisas nas áreas de conservação e uso racional de energia, combustíveis tradicionais, combustíveis alternativos a partir de biomassa, estudos energéticos, planejamento estratégico, tecnologias de uso do gás natural nos setores industrial, doméstico e automotivo, e aproveitamento energético de resíduos.

Destacam-se as contribuições para o aperfeiçoamento da matriz energética do Brasil por meio do desenvolvimento e difusão de pesquisas, estudos e serviços tecnológicos especializados nas áreas de Energia, Catálise e Processos Químicos. Nesse sentido, foram realizados, entre outros, estudos para avaliação de aquecedores de água tipo instantâneo para determinação das temperaturas de face dos aparelhos para determinação de emissões de CO² em cinco aquecedores; avaliação da conformidade de aquecedores de água a gás do tipo instantâneo às normas pertinentes e ao regulamento específico para etiquetagem deste tipo de produto; análise dos teores de carbono, nitrogênio e hidrogênio em amostras de óleo combustível; mapeamento tecnológico do uso do gás natural no setor industrial, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento de pesquisas complementares sobre o emprego do gás natural no setor industrial; análise dos teores de carbono, nitrogênio e hidrogênio em amostras de óleo combustível; estudos sobre a certificação e a qualidade de biodiesel e suas misturas com óleo diesel; serviços de consultoria em uso eficiente de energia dentro do Convênio ECV 234/2007 Sebrae/RJ e a Eletrobrás/Procel; e produção de hidrogênio a partir da reforma do etanol para célula a combustível, resultado de convênio entre INT e Chesf/Aneel, esse projeto visa desenvolver membranas metálicas à base de paládio suportadas e a sua utilização em um reator para produção de hidrogênio a partir do etanol.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

O Programa C,T&I para Natureza e Clima, tem como objetivo maior a ampliação do conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população. Tem contribuído definitivamente para a integração de competências, na formação de recursos humanos, na infra-estrutura de Institutos de Pesquisas e no apoio ao fomento, onde se destacam:

a) C,T&I para a Amazônia - foi aprovado o Plano Científico para a Fase II do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), que deve contribuir com a base científica para a compreensão dos mecanismos bio-físico-químicos dos ecossistemas amazônicos. Ressalte-se a ênfase dada aos projetos que integram competências dos diversos programas para a Amazônia, com recursos dos Fundos Setoriais, para concretização do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Embrapa na Amazônia (PIME), que visa a sustentabilidade do Distrito Florestal da BR-163 e do Projeto Cenários para a Amazônia: Uso da Terra, Biodiversidade e Clima. Na questão do monitoramento da Amazônia – foram divulgados em agosto os mapas de desmatamento para a Amazônia dos programas Prodes e Deter para os 12 meses anteriores; resultados iniciais indicaram uma diminuição de 30% na área desmatada em relação ao mesmo período anterior. Trabalha-se, no momento, na incorporação dos dados que incluam o corte seletivo de madeira;

b) Cerrado e Pantanal - apoiou-se a estruturação da Rede para Uso Sustentável e Conservação do Cerrado (Rede ComCerrado), lançada oficialmente em 2007. As redes de Pecuária, Pesca e Bioprospecção do Bioma Pantanal receberam moção como modelo de rede a ser desenvolvido para outras regiões do Brasil;

c) Meteorologia e climatologia - no âmbito da Meteorologia destacam-se a instalação da Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; o fortalecimento de 24 centros estaduais de meteorologia; duas Chamadas Públicas MCT/Finep utilizando ação transversal dos Fundos Setoriais; realizadas manutenção de oito bóias localizadas na costa brasileira responsáveis por informações meteorológicas; foram apresentados os relatórios parciais do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais" que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado; celebrada parceria, no âmbito do projeto BRA/05/G31, entre o MCT, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE/CPTEC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para desenvolvimento do projeto referente à modelagem regional de mudança do clima; preparação de instrumentação para instalação de estações para coleta de dados ambientais no arquipélago de São Pedro e São Paulo e Ilha de Trindade; desenvolveu-se a página denominada "Monitoramento da Seca" com parcerias internacionais e nacionais voltadas para o projeto "Pirata", bem como a preparação da logística da missão; e

d) Mar e Antártica - foram apoiados cinco projetos ligados às Ciências do Mar, 24 projetos para o Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas, bem como três projetos com objetivo de ampliar o conhecimento das ciências marinhas do Brasil, por meio do apoio aos estudos integradores de ecossistemas costeiros e oceânicos, de forma bilateral com a Alemanha. Vale ressaltar que tais eventos foram apoiados através de Editais no âmbito do CNPq.

Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC¹

Visa prover o País com o estado da arte em previsão de tempo, clima e ambiental e dispor da capacidade científica e tecnológica de melhorar continuamente estas previsões visando o benefício da sociedade. Para isso são operacionalizados *softwares* de disseminação das previsões meteorológicas, climatológicas e ambientais em nível global e nível regional. A operação do supercomputador para análises de dados e previsão numérica é feita em regime de 24 horas durante 365 dias por ano permitindo também um acompanhamento contínuo do tempo e do clima. As pesquisas enfocam o desenvolvimento de novas capacidades e a operacionalização de novos produtos baseados em imagens de satélites ambientais e sensores da atmosfera.

Destacam-se os seguintes resultados: convênio tripartite entre Inpe, Embrapa e Unicamp para o desenvolvimento de um portal de Meteorologia para Agricultura (<http://www.cptec.inpe.br/agricultura>) no qual foram concentrados os produtos de meteorologia de interesse para a agricultura tanto para as atividades do dia-a-dia como para o planejamento na escala de 15 dias ou dos próximos três meses; foi introduzida a WebTV, uma nova forma de disseminação, onde meteorologistas e agrônomos apresentam as diferentes visões sobre a previsão do tempo e do clima. Também houve o desenvolvimento e operacionalização da previsão por conjuntos usando o modelo regional.

Está em fase de operacionalização também o modelo acoplado oceano atmosfera com projeções experimentais com previsões probabilísticas até 30 dias de antecedência. As atividades de previsão de tempo no CPTEC envolvem a emissão de boletins e alertas para todo o Brasil incluindo o monitoramento e a previsão detalhada para os próximos três dias (www.cptec.inpe.br/tempo) e projeções para 5 a 15 dias com base nos conjuntos de previsões. Tais atividades dependem de contínuo investimento para aumentar a assimilação de dados e seu processamento. Durante o ano de 2007 foi instalado um novo *cluster* de alto desempenho com 1.100 processadores elevando a capacidade de processamento do CPTEC para próximo de cinco *tflops*. Além disso, foi expandida a capacidade de armazenamento corporativo e substituídos servidores de pré e pós-processamento antigos por novos servidores. A previsão climática sazonal enfocando os três meses seguintes está baseada em previsões numéricas e estatísticas que são analisadas mensalmente para elaborar a chamada previsão de consenso. Houve investimento tanto em *software* de previsão global quanto no pós-processamento e geração de médias climáticas para todos os meses do ano neste ano. Tal investimento visa a melhoria da qualidade das previsões numéricas climáticas e nos produtos gerados com base nessas previsões com o objetivo de atingir nível internacional e de participar dos conjuntos de previsões agregadas pelo *International Research Institute for Climate Prediction* (IRI). Previsão Ambiental O INPE/CPTEC também oferece informações sobre qualidade do ar com base nas emissões de gases por queimadas e pelos centros urbanos e industriais.

Desenvolvimento da Meteorologia¹

Visa dar condições para o contínuo desenvolvimento da Meteorologia Nacional para previsão de clima, tempo e da evolução hidrológica, aumentando o índice de acertos de previsões, com o propósito de efetivar os benefícios da Meteorologia para os usuários do setor. Facilita, por meio de fortalecimento das redes de meteorologia, o acesso dos usuários às bases de dados e às informações de meteorologia geradas no território nacional. Trata-se de Projeto Piloto de Investimento 2005/2007 voltado a compra de equipamentos de coleta de dados, armazenamento, modelagem, informática, visando a modernização dos dois centros federal de meteorologia - CPTEC/INPE e Inmet/MAPA.

Foram instaladas 117 estações automáticas e adquiridos os seguintes equipamentos: 22 estações automáticas; 15 mastros e suportes para antenas; 50 antenas de comunicação do sistema OMNISAT; dois servidores para comunicação de dados; um servidor de processamento paralelo; dois conjuntos de *firewall*; uma bóia oceano-meteorológica; sensores de coleta de dados; sensores para reposição e manutenção das estações automáticas; adaptação do laboratório de meteorologia; ampliação do sistema *storage*; aquisição e instalação de *drivers* LTO3 para o *Storage* L700; expansão do sistema de armazenamento do CPTEC; melhoria do *backbone*; sistema de *backup* remoto e contingenciamento; biblioteca de fitas para o DSA; e modernização do sistema de ar condicionado. O que perfaz um total de 31 projetos para 2007, com isso a ação foi concluída em 2007, conforme o programa de trabalho traçado pelos parceiros. Os resultados oriundos do fortalecimento e da modernização tecnológica da infra-estrutura do Inmet e do CPTEC traduzem-se em ganhos para as instituições operativas e científicas, pois possibilitarão avanço no monitoramento meteorológico e ambiental. A junção dos esforços técnicos, científicos e operacionais entre as duas instituições estabeleceu uma integração das ações; melhor governança no Sistema Meteorológico Nacional,

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

com redução de redundâncias; maior complementariedade nas ações e aumento na confiança por parte dos usuários, com a disponibilização de forma multidisciplinar e integrada da Meteorologia nacional. Os recursos foram concentrados na reestruturação e incremento/modernização da Rede Observacional e todas as atividades de suporte e de processamento voltadas à meteorologia e a mitigação dos efeitos danosos dos fenômenos adversos.

Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA)

O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (*Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazonia*, LBA) é uma iniciativa internacional de pesquisa liderada pelo Brasil. O LBA está planejado para gerar novos conhecimentos, necessários à compreensão do funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, do impacto das mudanças dos usos da terra nesse funcionamento, e das interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da Terra. Atualmente, 56 projetos estão em andamento em seis Estados da Amazônia brasileira e no Distrito Federal, totalizando um número de 156 projetos desenvolvidos desde o início do Programa LBA em 1998.

Foram atingidos os seguintes resultados: Viabilização de parte das atribuições de suporte logístico e de infra-estrutura demandadas pelo Escritório Central do LBA no INPA, como a realização de reuniões do Comitê Científico Internacional e do Comitê de Treinamento e Educação do LBA; manutenção e operação de uma dezena de sítios experimentais de pesquisa nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Distrito Federal; manutenção e operação do Sistema de Informações e Dados (LBA/DIS) e da página 'web' do LBA; suporte e disseminação na mídia; instrução e acompanhamento de desembaraço alfandegário das importações (e exportações) de equipamentos e materiais associados aos projetos de pesquisa do LBA; inventário da produção científica resultante do LBA. Vale ressaltar também que com os recursos foi possível dar continuidade ao Projeto de Educação Ambiental da UFPA/Santarém e as atividades de manutenção do sítio Experimental do LBA em São Gabriel da Cachoeira, a realização, em Brasília e em Manaus, de várias reuniões envolvendo o MCT, o INPA, o INPE, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, o Ministério do Meio Ambiente, a NASA e a Embaixada dos EUA no Brasil, para tratar da cooperação bilateral com os EUA no âmbito do LBA.

O número de publicações científicas pode ser usado como um indicativo positivo dos resultados obtidos pelo Programa LBA. Esse número em periódicos de grande circulação ultrapassa 1.450, incluindo artigos publicados em edições especiais de revistas científicas, sendo sete de circulação mundial e duas de circulação nacional. O LBA, além de produzir ciência de alta qualidade, fez um forte investimento na infra-estrutura científica na Amazônia: instalou dezenas de novos sítios instrumentados de pesquisa, formou centenas de jovens cientistas e deu origem ao Sistema de Informações e Dados do LBA, chamado LBA-DIS, cujo acesso público é mantido pelo CPTEC/INPE.

PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

O PNAE cumpriu em 2007, várias etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira. Entre as iniciativas de maior relevância incluem-se: o lançamento, e início de operação do satélite CBERS-2B, terceiro da série sino-brasileira, permitindo assim a continuidade na geração e distribuição de dados e imagens para apoio a inúmeros programas de governo, entre os quais, os de contenção de desmatamento na Amazônia; e a realização da missão Cumã II, com o lançamento de diversos experimentos científicos em um foguete de sondagem VSB-30 a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). No âmbito internacional, diversas ações iniciadas em 2007 contribuem para a afirmação do país no cenário geopolítico, entre as quais destacam-se a distribuição de imagens CBERS para os países da América Latina e da África; o lançamento de foguete de sondagem com experimentos da Argentina; e o início da operação da empresa binacional *Alcântara Cyclone Space*, em cooperação com a Ucrânia, que concretiza o objetivo de utilização comercial da região de Alcântara, MA, para provisão de serviços de lançamento.

Participação Brasileira no Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro - Projeto CBERS

Visa desenvolver, fabricar, testar e colocar em operação sistemas de satélites de sensoriamento remoto, visando ampliar a capacidade do País em monitorar seus recursos naturais e meio ambiente. O CBERS - *China-Brazil Earth Resources Satellite*, resultado de cooperação entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil para desenvolvimento, fabricação, testes e lançamento de satélites de sensoriamento remoto de grande porte, bem como para operação em órbita dos satélites, recepção, processamento e disseminação das imagens por estações brasileiras e chinesas.

O lançamento bem sucedido do CBERS-2B em 2007, o recebimento das suas primeiras imagens ainda na fase de comissionamento e ajustes do satélite, seu perfeito funcionamento e operação de solo capacitam o País a novos projetos em parceria com a China. O satélite CBERS-2B foi lançado com sucesso no dia 19 de setembro de 2007 no foguete chinês Longa Marcha 4B, no Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan, província de Shanxi, China. Já os satélites CBERS 3 e 4 teve vários de seus subsistemas já contratados e estão em fase de desenvolvimento pela indústria nacional. Foram feitas dez revisões de projeto que estão associadas a cada fase do desenvolvimento. A montagem do modelo de engenharia que estava prevista para começar em dezembro foi adiada para o início de 2008, em virtude de atrasos provocados pela não concessão de licença de exportação de componentes eletrônicos por parte dos EUA. Isto levou a mudança de projeto dos equipamentos em função da substituição daqueles componentes. Outra meta realizada foi a construção da maquete radioelétrica do satélite e primeira fase de testes com as antenas dos subsistemas brasileiros.

Desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites

Destina-se a garantir a autonomia do País no desenvolvimento de veículos lançadores a serem utilizados em lançamentos dos satélites nacionais previstos no PNAE. O desenvolvimento de veículos lançadores é de importância estratégica, pois garante a necessária autonomia para o acesso ao espaço.

Os resultados alcançados são: desenvolvimento, fabricação e ensaio, em solo, de sistemas e subsistemas de foguetes de sondagem, bem como de dispositivos e meios de solo para testes e lançamento, incluindo o lançamento de protótipos e veículos operacionais; lançamento do VS-30 V07: ensaios finais de aceitação do veículo e realização da operação de lançamento, com carga útil desenvolvida pela Conae, Argentina; realização da Operação Angicos; campanha no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) iniciada dia 02 de dezembro. O foguete foi lançado com sucesso no dia 16 de dezembro, a partir do CLBI, no Rio Grande do Norte, levando uma carga-útil tecnológica argentina e um GPS (sistema de posicionamento global) experimental da UFRN. O voo, que durou 9 minutos e 25 segundos até o impacto no mar, a 122 km de distância do CLBI e nas proximidades da Baía Formosa, foi considerado perfeito, cumpriu a trajetória prevista e atingiu 121 km de altitude. O rastreamento e transmissão de dados também funcionaram completamente.

Já o experimento brasileiro, selecionado pelo Programa Uniespaço da AEB, será estudado na UFRN e os resultados serão aplicados em um GPS com *software* especial para veículos de alta velocidade como foguetes e satélites. Além de manter a operacionalidade dos centros de lançamento brasileiros (o Centro de Lançamento de Alcântara funcionou como estação remota recebendo dados via telemetria), a excelência do veículo e o treinamento dos técnicos qualificados, a Operação Angicos permitiu a um projeto universitário o acesso ao espaço e aproximou os países participantes abrindo caminho para novas parcerias. Lançamento do VSB-30 V04: Ensaio final de aceitação do veículo no IAE e realização da operação de lançamento no CLA, com carga útil composta por experimentos científicos nacionais (Programa Microgravidade da AEB). Lançamento do VSB-30 V05 e V06- fase final de fabricação de componentes dos veículos; embarque dos veículos para *Esrange* – Suécia, realizado dia 05 de outubro.

Desenvolvimento do Segmento de Aplicações do Satélite Sino-Brasileiro - CBERS

O objetivo geral da ação é fazer com que os dados gerados pelo CBERS sejam transformados em produtos de qualidade e que possam produzir o maior benefício técnico-científico e social possível para a sociedade brasileira. Desde o lançamento e início de operação rotineira, mais de 330.000 imagens foram distribuídas a mais de 15.000 usuários de mais de 1.500 instituições.

Foram armazenadas 2.087 cenas novas do CBERS-2 no banco de dados. 3.961 usuários solicitaram 14.015 pedidos, o que corresponde a 33.477 cenas, numa média de 2,4 cenas por pedido. Houve 3.400 novos usuários cadastrados no sistema. Esses dados demonstram que o CBERS continua ampliando sua rede de atendimento. Concluiu-se a pesquisa de campo sobre os usuários do CBERS com mais de 4.000 respondentes - um número muito acima do que se espera para uma pesquisa dessa natureza. O INPE realizou o XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007>), em Florianópolis/SC. Como parte das atividades de difusão internacional do CBERS, houve uma importante reunião do JPC (*Joint Project Committee*), em São José dos Campos/SP, em que se reafirmou a necessidade e o interesse conjunto em promover o CBERS internacionalmente, via instalação ou adaptação de estações de recepção em outros países. Uma importante iniciativa neste sentido foi a proposta brasileira, acolhida pela China, para que países da África pudessem ter recepção CBERS já para o CBERS-2B. Os acordos internacionais tiveram grande avanço, particularmente em função do interesse concreto de alguns países - África do Sul, Espanha e Itália. Com o lançamento do CBERS-2B

em 19 de Setembro, iniciaram-se os testes de avaliação do satélite em órbita e dos produtos gerados. As primeiras imagens (CCD e WFI) mostraram-se de qualidade no mínimo semelhantes às do CBERS-2

Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio a Satélites

Visa promover a adequação, manutenção e atualização da infra-estrutura para apoio à satélites, em conformidade aos requisitos técnicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Assegurar o funcionamento dos sistemas do Centro de Rastreo e Controle (CRC) para as operações de controle (telemetria, telecomando e rastreo) de satélites, do Laboratório de Integração e Testes (LIT) para montagem, integração e testes de componentes, equipamentos e sistemas espaciais e do Laboratório de Combustão e Propulsão (LCP) para desenvolvimento e testes de sistemas de propulsão para satélites.

Entre as atividades realizadas pelo LIT, houve a qualificação dos componentes adquiridos pela indústria contratada para fabricar o CBERS 3 e 4, bem como elaboração de especificação para aquisição de componentes. Foi realizada a montagem, integração e testes do CBERS 2-B, ocasião em que foram detectadas falhas em alguns equipamentos e corrigidas; inauguração da Câmara Blindada Anecóica; realizados testes da maquete radioelétrica do satélite CBERS 3.

Foi realizada em agosto de 2007 uma visita técnica à Índia visando incrementar a cooperação. A partir de setembro de 2007, com o lançamento de CBERS2-B, além de controlar os satélites SCD1, SCD2 e CBERS2, o CRC passou a participar da aceitação em órbita desse satélite. O centro programou com sucesso o imageamento pelo CBERS2-B da África do Sul no período 21 a 30 de novembro de 2007 como uma demonstração de sua capacidade.

Já no caso do Laboratório de Combustão e Propulsão, uma nova câmera infra-vermelha foi adquirida para imageamento da distribuição de temperaturas nos propulsores testados. Foram testados no Banco de Testes em Condições Atmosféricas os propulsores de 5 N de hidrazina para qualificação dos catalisadores de Ir/Al₂O₃ a serem empregados na plataforma multimissão (PMM), um propulsor bipropelente de 200 N, projetado pela engenharia, e um propulsor monopropelente de 2 N para desenvolvimento de catalisadores. Foi construído prédio para desenvolvimento de tecnologia de combustão com recirculação química, visando a captura de CO₂ para a mitigação do efeito estufa; Instalado novo laboratório de nanofibras de carbono para suporte de catalisadores e reforço estrutural; Estão sendo desenvolvidas células a combustível para emprego espacial.

Recepção de Imagens e Geração de Produtos de Satélites

Visa manter tecnologicamente atualizada as estações de recepção para produção e disseminação de imagens dos satélites CBERS e *Landsat*. A ação tem contribuído diretamente para que o Brasil seja o maior distribuidor de imagens de satélites no mundo. Entre as metas estabelecidas houve a manutenção do sistema de processamento de imagens CBERS e Landsat. Foram distribuídas 116.471 imagens CBERS, 3.970 imagens Landsat-5/7e 9.789 imagens *Landsat-1/2/3* no ano. Além disso, houve o desenvolvimento da Versão Beta e *candidate* do produto *TerraLIB Development Toolkit* e *TerraLIB Modeling Environment*. Para receber os dados do CBERS-2B foi necessário fazer a atualização da estação de recepção de imagens de Cuiabá e a instalação de um novo receptor que se encontra em operação recebendo perfeitamente o CBERS-2B.

A conexão do Inpe de Cuiabá com o *backbone* da Rede Ipê (RNP) foi realizada e tem permitido processar e disponibilizar as imagens do CBERS-2 recebidas em Cuiabá os usuários poucas horas após cada passagem. No mês de outubro uma delegação foi à China para os testes de aceitação do Sistema Descompressor da Câmera de alta resolução (HR) do CBERS-2B. Foram feitas negociações com algumas operadoras de estações de recepção de imagens estrangeiras, com cobertura sobre a África, no sentido de realizar a distribuição gratuita das imagens do CBERS-2B sobre aquele continente, resultando no anúncio oficial a distribuição gratuita de imagens CBERS-2B sobre o continente africano. Foi iniciado o projeto de instalação de uma nova estação de rastreamento e recepção dos satélites CBERS na cidade de Boa Vista/RR. Esta estação vai complementar a cobertura da estação de Cuiabá garantindo o imageamento completo de todos os países ao norte da América do Sul bem como de alguns países da América Central e Caribe, atendendo solicitação do Ministério das Relações Exteriores.

PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES (PNAN)

O PNAN executa atividades voltadas à regulamentação e fiscalização do setor nuclear brasileiro e atividades relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura

e meio ambiente e geração de energia, destacando-se adicionalmente, o atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Em síntese, os destaques no âmbito do Programa em 2007 envolvem a aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a conclusão de Angra 3 e o início dos estudos de localização de uma quarta usina, dando início à retomada do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) que, entre outros investimentos, tem como meta a construção de pelo menos mais quatro usinas nucleares até 2030, em conformidade com estudos da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). Com relação ao ciclo do combustível nuclear, foram ampliados os investimentos para a finalização da primeira fase da planta de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), instalação da planta-piloto de produção de hexafluoreto de urânio por conversão gasosa, em Aramar/SP. Houve também aceleração no processo para instalação da Segunda Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio, em Resende, com conclusão prevista para 2008. Em 2007 foram concluídas as obras de infra-estrutura relativas ao Módulo I, que compreende as Cascatas 1, 2, 3 e 4. Busca-se suprir as futuras expansões da geração nucleoe elétrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2.

Outros resultados da área nuclear foram a instalação da nova unidade produtora de radioisótopos de meia-vida curta no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), em Belo Horizonte/MG, com operação prevista para o início de 2008 e a inauguração do Laboratório de Radioproteção do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN/CO), que permitirá a realização de estudos e a execução de projetos de radioproteção, química ambiental e dosimetria nas áreas de meio ambiente e saúde.

Fabricação de Combustível Nuclear

Visa promover a fabricação, no País, de elementos combustíveis a serem utilizados nas centrais nucleares brasileiras. Foram concluídas e entregues a 15ª e a 5ª recargas de Angra 1 e Angra 2, respectivamente. A partir de 01/06/07, no período entre recargas, as fábricas entraram em processo de limpeza de Sistemas de Produção e Manutenção Geral das Linhas de Processo e Utilidades, visando a preparação para o início das próximas recargas isto é, 6ª recarga de Angra II e 16ª recarga de Angra I.

Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras

Visa produzir os minerais pesados rutilo, zirconita, ilmenita, monazita e óxidos de terras raras, empregados na indústria de alta tecnologia e destinados ao mercado nacional. A produção de minerais pesados é dependente das variações do quantitativo destes minerais no minério original - ROM (*Run of Mine*) e do Mercado. Diante desses fatores é natural que exista uma variação entre a previsão de produção e o realizado. Os resultados alcançados foram 11.029 (tku - ton. por quilômetro útil) de mineral produzido para uma meta inicial de 19.200 tku.

Recolhimento e Armazenamento de Rejeitos Radioativos

Tem por objetivo recolher e armazenar de forma segura os rejeitos radioativos, oriundos das diversas aplicações da energia nuclear em todo o território nacional. Foi cumprido o objetivo principal da ação de recolher e armazenar nos depósitos intermediários dos institutos da CNEN os rejeitos radioativos gerados pelas diversas aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente, em todo o território nacional, a fim de minimizar os riscos de contaminação do meio ambiente e da população. As atividades de recolhimento de rejeitos radioativos, juntamente com a manutenção dos depósitos intermediários dos institutos da CNEN, foram executadas de acordo com a demanda. Encontram-se armazenados um total de 602,66 TBq de rejeitos radioativos naqueles depósitos intermediários.

Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Tecnologias Nucleares e em Aplicações das Radiações Ionizantes

Destina-se a realizar pesquisas científicas e tecnológicas que visam proporcionar o desenvolvimento de tecnologias, processos e métodos para as áreas de energia, saúde, indústria, agricultura, meio ambiente, rejeitos radioativos e segurança operacional. Foi produzida uma quantidade expressiva de resultados científicos e tecnológicos para o setor nuclear e para a sociedade brasileira. Foram desenvolvidas 40 tecnologias, 26 pedidos de registro de patente, 194 artigos em periódicos indexados, 413 trabalhos em eventos nacionais ou internacionais e 15 capítulos de livros.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Tem como objetivo ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população. Os investimentos na popularização e aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como na difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social tem como destaques os seguintes resultados:

a) III Semana Nacional de C&T - envolvendo 9.700 atividades em cerca de 400 cidades, 1.400 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de C&T, com a distribuição nacional de vídeos científicos, cartilhas e programas de rádio, além da produção e distribuição de encartes em jornais (350.000 exemplares), *folders*, livros, *banners* e cartilhas. Os eventos tiveram como tema principal as questões do Planeta Terra;

b) Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) - contou com 17,3 milhões de alunos inscritos, de 38.450 escolas, em 98% dos municípios brasileiros. Entre os participantes estavam alunos de grandes e pequenos centros, de zonas rurais, de comunidades indígenas, de comunidades quilombolas, de assentamentos, de pequeníssimos municípios e lugarejos. Participaram também alunos deficientes visuais, auditivos e motores. Foram apoiadas ainda as Olimpíadas de Astronomia, Química (Íbero-Americana), Matemática, Física e Robótica;

c) apoio a diversas atividades de divulgação científica tais como o lançamento de edital para a produção de conteúdos educacionais multimídia na internet para Matemática, Biologia, Física, Química, e Português no ensino médio, onde foram aprovados 18 projetos de várias instituições brasileiras; apoio a nove unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém, Recife, Ilhéus, Rio de Janeiro, Botucatu, Porto Alegre e Brasília; realização de parceria com a Universidade de Brasília para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição "Experimentos Interativos" da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC) atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de 11 salas de videoconferência (sete no Norte, Nordeste e Centro-Oeste) em centros e museus de ciências no país para a promoção de atividades integradas; e

d) apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), localizados em vários Estados, especialmente Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, em cooperação com secretarias de C&T, prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, entre outras. Os CVTs têm múltiplas vocações profissionais, como apicultura, artesanato, carcinocultura, fruticultura, confecções, móveis e produção de leite e de carne, sendo focados também em cadeias produtivas locais e na difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção das comunidades locais.

Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social¹

Visa apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovações tecnológicas que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais; identificar demandas locais e articular a promoção de investigação e implementação de alternativa tecnológicas viáveis; apoiar projetos referentes a produtos, técnicas ou metodologias simples, de baixo custo e fácil aplicação e estudos e pesquisas para identificar alternativas produtivas com os recursos naturais disponíveis, tanto para o público urbano como rural.

Foram alcançados os seguintes resultados: projetos apoiados por meio de descentralização orçamentária: Seminário Plataforma Tecnológica da Mamona e Segurança Alimentar; premiação da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática; aquisição de equipamentos de prototipagem para pesquisa do programa Prototipagem Rápida na Medicina (Promed) do Centro de Pesquisas Renato Archer (CenPRA); instalação de estufa para cana-de-açúcar; implantação do Laboratório de Referência da Cana-de-Açúcar; desenvolvimento de equipamentos para impressão em braile; adequação de tecnologias e conhecimentos sobre pós-colheita de hortaliças; projeto Concientizar para Cuidar e Recuperar o Meio Ambiente; modernização das unidades do Cefet/RR; unidade demonstrativa para produção de biodiesel de mamona; estruturação produtiva dos Núcleos de Produção Associativas do DF; pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social; desenvolvimento tecnológico para reciclagem de papel; estruturação dos processos de melhoria da qualidade de leite; implementação de um centro de documentação permanente de línguas e culturas indígenas; transferência de tecnologia em pós-colheita para agricultura familiar; projeto arranjo produtivo agroecológico em comunidades afrodescendentes; projeto Juventude e Cidadania; tecnologia social para saneamento rural desenvolvimento da agricultura; projeto laboratório de análise para atender os agricultores do DF; projeto Tecnologias Sociais - construindo inclusão e sustentabilidade; e projeto Minhocasa.

¹ Ações que contribuem para a redução das desigualdades regionais

Também merecem menção os Convênios: Associação dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos do Médio São Francisco (Assea), tem como objeto estabelecer maior aproximação e intercâmbio entre produtores agrícolas, empresários, profissionais da área tecnológica e de outras, com enfoque nos principais protocolos internacionais de apoio à exportação; Instituto de Tecnologia de Pernambuco/PE, tem como objeto, promover um seminário sobre Produção Integrada do Camarão Cultivado, visando à certificação de um projeto produzido em consonância com a segurança alimentar; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, tem como objetivo incentivar a inovação e extensão de tecnologias produzidas por agricultores rurais para facilitar as dificuldades do dia a dia de maneira econômica e eficaz e que possibilite a geração de renda e inclusão social; termo de parceria realizado com a Fundação de Desenvolvimento Rural (Funrural), tem como objetivo a promoção de evento que vise a capacitação, estudos, treinamento e outros para o aprimoramento do conhecimento tecnológico e a mudança de atitude e habilidades para técnicos e agentes do setor agropecuário, colaborando para a formação humana e tecnológica do setor.

Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)

Visa ampliar os pontos de acesso à C&T por meio do apoio, organização, implantação e estruturação de centros vocacionais tecnológicos, centros tecnológicos temáticos, centros de capacitação de docentes e alunos em ciência e tecnologia educacional, de forma a apoiar os cidadãos com dificuldades de acesso aos sistemas atuais, promover sua capacitação profissional e despertar as vocações naturais dos jovens. Projetos apoiados por meio de descentralização orçamentária: Programa CVT Casa Brasil; Projeto de Inclusão Científica e Tecnológica (UFES); CVT Cerâmica Três Cidades (UFPE); Projeto Casa Brasil - complementação de Bolsas. No âmbito da ação, também foram apoiados os seguintes convênios: Secretaria de Estado de Governo do DF; União Norte Brasileira de Educação; Secretaria Especial de Juventude e Emprego; Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi; Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN).

Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia para Inclusão Social¹

Visa apoiar o uso e a difusão dos conteúdos e aplicações da CT&I em ações de inclusão social e redução das desigualdades sociais. Promoção de ações de política inclusiva, que estimulem o aumento da participação na CT&I dos diversos setores sociais, objetivando principalmente, a difusão e popularização de C&T e desenvolvendo atividades que estimule, os jovens de todas as camadas sociais, para carreiras científicas e tecnológicas.

No âmbito da ação os principais resultados envolvem o apoio a realização da IX Semana do Empreendedor (CDT/ Universidade de Brasília); e o apoio à realização da IV Semana Nacional de C&T nos Estados da Federação, incluindo, entre outros, Mato Grosso do Sul, em convênio com a Embrapa; Semana Nacional de C&T - MAST; Ciência no Parque - Semana Nacional de C&T em Minas - Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN); IV Semana de C&T em Pernambuco – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Semana Nacional de C&T - Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Semana Nacional de C&T em Alagoas – Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Semana Nacional de C&T no Estado da Paraíba – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Semana Nacional de C&T- Universidade Federal da Bahia (UFB); Semana Nacional de C&T - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Semana Nacional de C&T – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Semana Nacional de C&T – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Semana Nacional de C&T – Universidade Federal do Ceará (UFCE); Semana Nacional de C&T - (Universidade Federal do Pará (UFPA); Semana Nacional de C&T – Universidade Federal de Goiás (UFG); Semana Nacional de C&T Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa); Semana Nacional de C& - Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet); Semana Nacional de C&T- Fundação Universidade Federal de Rondônia (Fufro); Semana Nacional de C&T em Rondônia; Semana Nacional de C&T – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Semana Nacional de C&T- Universidade de Brasília (UnB).

Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Projetos para Viabilizar a Produção e o Uso de Biodiesel - Construção e Equipamento de Centro de Pesquisa para Biocombustível - Jaíba – MG⁹

A ação apoiou a Secretaria de Estado de C& T - Centro de Apoio à Pesquisa Aplicada em Biocombustíveis na Região do Jaíba/MG. Foi realizado convênio entre o MCT e a Secretaria de C&T e Ensino Superior de Minas Gerais para execução do Projeto Centro de Apoio à Pesquisa Aplicada, Capacitação e Prestação

de Serviços em Jaíba, que visa gerar conhecimentos, promover capacitação e formação de recursos humanos e a transferência de tecnologia em biocombustíveis, para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva de biocombustíveis na região de Jaíba.

Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais¹

Visar apoiar projetos de P&D em inovação tecnológica que visem ao aumento da competitividade dos arranjos produtivos locais beneficiados. No âmbito da ação os principais resultados foram apoios aos projetos: CVT Confeccões no Município de Craíbas/AL, com o objetivo de promover a capacitação da mão de obra feminina em confecção de vestuário no município; CVT Mandioca no município de Craíbas/AL, para implantar o Centro Vocacional Tecnológico e de Beneficiamento da Mandioca, visando aumentar a renda e a qualidade de vida dos produtores por meio de capacitação e desenvolvimento, permitindo que se vinculem a mercados alternativos de maior rentabilidade, proporcionando maior competitividade do setor; e Embrapa Uvas e Vinhos - aquisição de espectrômetro. O equipamento destina-se à análise dos vinhos produzidos na região sul e poderá ser utilizado por produtores de todo o País para que se garanta a qualidade do vinho produzido no Brasil, o projeto gera emprego, renda e redução das desigualdades sociais; apoio aos Centros Tecnológico de Capacitação e Design de Moda e de Desenvolvimento e Fortalecimento de Pólo Moveleiro, em Petrópolis/RJ.

Apoio a Espaços Não-Formais de Educação em Ciências¹

Visa promover acesso aos centros de ciências e espaços não-formais de educação em ciência e tecnologia, bem como promover a integração dos centros e museus de ciências. Na linha de apoio a espaços não formais de educação em ciências cabe mencionar as unidades (veículos) do programa Ciência Móvel para instituições localizadas em Belém, Recife, Ilhéus, Rio de Janeiro, Botucatu, Porto Alegre e Brasília; realização de parceria com a Universidade de Brasília para a implantação do Museu de Ciências de Brasília; promoção da itinerância da Exposição "Experimentos Interativos" da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC) atingindo periferias de grandes cidades e o interior do País; implantação de salas de videoconferência em centros e museus de ciências no País para a promoção de atividades integradas.

INCLUSÃO DIGITAL – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital¹

Tem por objetivo implementar iniciativas públicas de inclusão digital; apoiar projetos de capacitação e treinamento em tecnologia da informação; e, melhorar a qualidade de ensino em escolas públicas.

No âmbito do contrato MCT - Caixa Econômica Federal foram apoiados projetos de inclusão digital em diversos municípios brasileiros. Pode-se citar, entre outros, o termo de parceria realizado com o Instituto de Desenvolvimento Humano (GANDHI/Recife/ PE), para a realização de cursos de capacitação na área de informática visando contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento e à informação por meio da inclusão digital da população socialmente vulnerável de municípios de Pernambuco; apoio ao Centro de Integração Cultural e Tecnológica (Mediateca) com vistas a formação de multiplicadores permanentes de inclusão digital nas comunidades estudantis, possibilitando o acesso da população, contribuindo para ampliação da sociedade e da informação no Brasil; apoio ao Centro Tecnológico de Inclusão Digital/ Belém de Maria/PE, visando implantar espaços de inclusão digital conectados a internet, bem como capacitar profissionais; apoio ao Centro Ativo de Programas Sociais (Semear) ; apoio ao Laboratório de Informática e Línguas Para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão – Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/SP); apoio à implantação de núcleos de indução e diversificação produtiva (FUF/Pelotas); apoio ao projeto de inclusão digital dos alunos – Universidade Federal de Santa Maria(UFSM); apoio ao projeto Inclusão Digital para Inclusão Social – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e apoio ao projeto Inclusão Social Democrática Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS - EXERCÍCIO 2007

Exercício: 2007 / Base: 26-DEZ-2007
Empenhos Emitidos e Liquidados (*)
Observação: Exclui as subfunções 125,181,182,183,304,305,603 e 604

UNIDADE	EMPENHADO	LIQUIDADO	A LIQUIDAR
MCT - ADM. CENTRAL	3.093.998	3.093.998	-
INSTITUTOS DE PESQUISA	6.176.347	6.104.932	71.415
INT	284.545	277.484	7.061
INPA	502.632	502.632	
INPE	4.292.877	4.259.392	33.485
CBPF	97.061	87.905	9.156
IBICT	41.232	41.232	
LNCC	182.863	182.863	
MAST	83.629	63.525	20.104
MPEG	67.740	67.740	
ON	200.706	200.706	-
CETEM	67.943	67.363	580
LNA	102.842	102.842	-
CENPRA	252.277	251.248	1.029
CNPq	5.012.128	4.413.335	598.793
CNEN	1.278.466	1.085.974	192.492
AEB	481.731	481.731	-
INB	2.078.538	1.821.805	256.733
NUCLEP	417.193	417.193	-
FNDCT	1.727.581	1.727.581	-
TOTAL	20.265.982	19.146.549	1.119.443

6.5. MINISTÉRIO DA CULTURA - MinC

A CULTURA EM 2007

No ano de 2007, o Ministério da Cultura - MinC manteve a estratégia de atuação iniciada em 2003, por conta da estabilidade administrativa da Pasta e do amadurecimento das políticas inovadoras direcionadas para o setor cultural. A prioridade continua sendo ampliar o acesso público aos benefícios da Cultura, como forma de reduzir o fosso social entre os cidadãos, decorrente da má distribuição das riquezas do País, particularmente nas áreas tecnológica, educacional e cultural. O MinC possui dez programas finalísticos, em sua maioria voltados para o trato específico de determinadas áreas culturais, como acontece nos segmentos do patrimônio e da memória, do audiovisual, das artes cênicas e da música, do livro e da cultura afro-brasileira, áreas que guardam sintonia com a própria estrutura administrativa das unidades vinculadas do Órgão. Em razão dessa particularidade, o Ministério tem crescido significativamente na articulação interna e na transversalidade de suas ações, fazendo com que a Cultura seja tratada por meio de uma abordagem única, focada no cidadão e na sociedade.

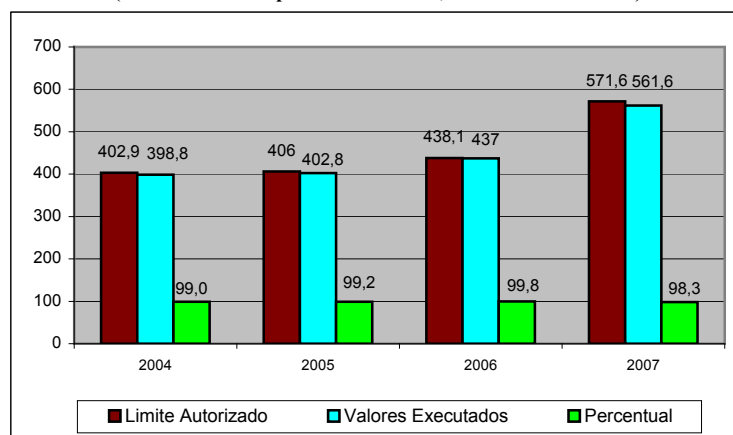
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual de 2007, acrescida dos créditos adicionais (Lei + Créditos), contou com recursos da ordem de R\$ 1.077,7 bilhão, dos quais R\$ 663,3 milhões¹, ou 62%, foram destinados a despesas discricionárias (que excluem gastos com pessoal, encargos, precatórios e dívidas). O orçamento do MinC foi o maior desde sua criação, há 21 anos, e registrou crescimento de 36,8% em relação ao ano anterior.

Para melhor traduzir as realizações do Órgão, este documento tratará, doravante, apenas dos valores livres reservados às despesas discricionárias que, de fato, representam os gastos finalísticos direcionados para a Cultura em si. Vale lembrar que, dos R\$ 663,3 milhões discricionários, R\$ 100,3 milhões foram retidos pelos Decretos de Contingenciamento e suas alterações posteriores. Assim sendo, os recursos livres totais para movimentação e empenho (descontingenciados) totalizaram, de fato, R\$ 571,6 milhões, e tiveram execução orçamentária de R\$ 561,6 milhões, ou 98,3% do orçamento liberado.

Deve-se ressaltar que o percentual acima dos 98% de execução já havia sido alcançado em 2004, 2005 e 2006, colocando o Ministério nos primeiros lugares do ranking de eficiência na gestão dos recursos disponibilizados pela União. O quadro a seguir reproduz comparativo da execução orçamentária dos últimos quatro anos em relação aos recursos liberados:

LIMITE ORÇAMENTÁRIO X VALORES EXECUTADOS (Em R\$ milhões)
(Desconsidera despesas com Pessoal, Dívida e Precatórios)



Fonte: Siafi

¹ O valor informado considera apenas R\$ 8,6 milhões que foram executados no exercício de 2007, decorrente do crédito adicional de R\$ 130,0 milhões (Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007). O valor remanescente deste crédito será reaberto em 2008 para execução dos projetos do programa Mais Cultura, da Agenda Social do Governo Federal.

As realizações do MinC, no transcorrer de 2007, mantiveram consonância com as previsões constantes da LOA-2007 e com os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006) e foram consubstanciadas em 13 programas, dos quais 10 finalísticos, conforme quadro a seguir:

PROGRAMAS DO MINC ²

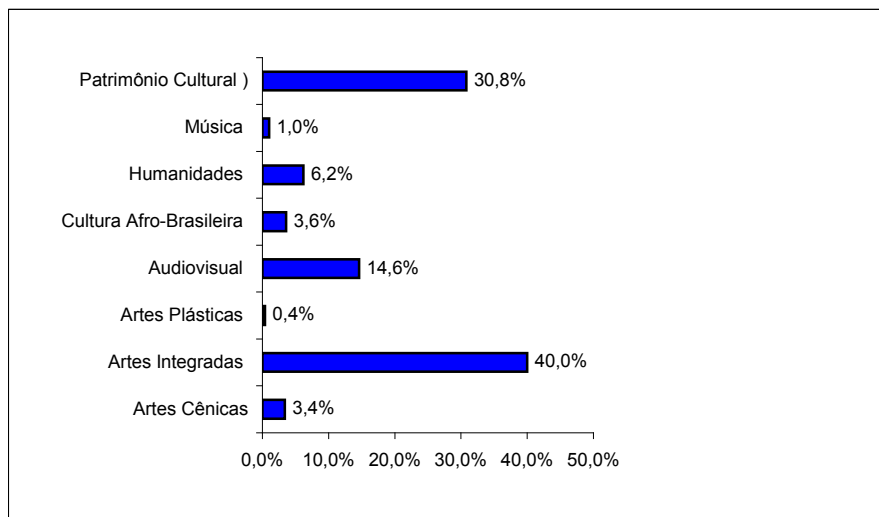
R\$ 1,00

PROGRAMA	LEI + CRÉD. (A)	LIMITE LIBERADO (B)	EXECUTADO (C)	% (E=C/B)
Brasil Patrimônio Cultural	45.784.877	38.238.335	38.077.909	99,6
Livro Aberto	30.298.974	27.671.947	27.644.900	99,9
Brasil, Som e Imagem	67.240.216	66.010.592	65.429.978	99,1
Museu Memória e Cidadania	30.033.447	29.016.093	28.830.656	99,4
Cultura Afro-Brasileira	19.526.335	19.526.335	18.292.983	93,7
Gestão da Política de Cultura	34.567.501	32.715.274	28.862.844	88,2
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	760.583	760.583	486.213	63,9
Apoio Administrativo	62.445.079	62.042.973	60.842.148	98,1
Monumenta	76.000.000	70.371.854	69.415.664	98,6
Cultura, Educação e Cidadania	148.585.301	127.333.929	126.550.088	99,4
Engenho das Artes	130.419.765	82.006.370	81.657.895	99,8
Identidade e Diversidade Cultural	7.020.000	6.233.552	6.021.012	96,6
Desenvolvimento da Economia da Cultura	10.600.000	9.711.873	9.511.873	99,6
TOTAIS	663.282.078	571.639.710	561.624.163	98,3

Fonte: Siafi (exclui despesas com pessoal, dívida e precatórios)

Esses programas direcionaram recursos para diversos segmentos culturais, distribuídos da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO MINC POR SEGMENTO CULTURAL ³



Fonte: Banco de Dados do Plano Interno/Siafi

De acordo com esses dados, os segmentos “Artes Integradas” e “Patrimônio Cultural” representaram a maior concentração de recursos em 2007. Tal fato não ocorreu por acaso, visto que as novas diretrizes do Órgão têm priorizado o desenvolvimento de projetos de inclusão social que, geralmente, atuam por meio de mais de um segmento cultural simultaneamente, e a recuperação do patrimônio histórico nacional. Certamente, o crescimento das “Artes Integradas” decorre dos significativos investimentos em Pontos de Cultura e

² Os valores constantes desta planilha não consideram parte do crédito adicional de R\$ 130,0 milhões, decorrente da Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007.

³ Os itens: “Humanidades” englobam investimentos em literatura, revistas, bibliotecas etc.; “Artes Integradas” englobam investimentos direcionados para mais de um segmento cultural simultaneamente; e “Patrimônio” engloba investimentos em patrimônio material e imaterial, museus e recuperação de sítios históricos.

em outros projetos multidisciplinares.

INCLUSÃO SOCIAL PELA CULTURA (PONTOS DE CULTURA)

CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Desde 2004, o MinC vem apoiando projetos culturais já existentes desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de precariedade ou de vulnerabilidade social. O principal foco do programa Cultura, Educação e Cidadania é ampliar e garantir o acesso das comunidades menos favorecidas ao usufruto de bens culturais e aos meios de produção e difusão das artes e do patrimônio cultural. O programa identifica e apóia iniciativas inovadoras que surgem do esforço de lideranças ou de grupos organizados que se dedicam voluntariamente a trabalhos culturais relevantes. Esses projetos são instrumentos importantes para criar melhores condições de vida e gerar expectativa de futuro para adolescentes e jovens.

Para atender a esta prioridade, o MinC desenvolveu os Pontos de Cultura, que representam o reconhecimento da importância de muitos desses projetos. Uma vez transformadas em Pontos, essas iniciativas passam a contar com o apoio do Órgão por meio de repasses regulares de recursos, visando ampliar o alcance de seus trabalhos e incrementar suas ações em favor das comunidades em que estão inseridas.

Em 2007, o programa investiu recursos da ordem de R\$ 126,5 milhões, cerca de 22% do total dos valores executados pelo Órgão. Por meio da implementação dos Pontos de Cultura, o MinC busca fazer desses espaços ambientes de convivência e de formação da cidadania, onde possam ser desenvolvidas experiências de criação, de capacitação e de acesso aos benefícios da Cultura. A estratégia do programa é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, reduzindo o fosso social decorrente da má distribuição dos benefícios do desenvolvimento sócio-econômico do País.

As principais ações deste programa são as de Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por meio da Cultura, que aplicou isoladamente cerca R\$ 4,1 milhões, beneficiando 2.725 pessoas em atividades de capacitação em diferentes linguagens artísticas; e Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura, ação constante das prioridades da LDO, que fechou o exercício com R\$ 47,1 milhões aplicados e com 742 Pontos instalados em 250 Municípios brasileiros. Deve-se lembrar, também, que foram lançados R\$ 73,7 milhões em restos a pagar para a instalação de mais 1.298 pontos nos primeiros meses de 2008, em parceria com 24 Estados da Federação.

AUDIOVISUAL

BRASIL, SOM E IMAGEM

A área de audiovisual é conduzida, no âmbito do MinC, pela Secretaria do Audiovisual - SAV e pela Agência Nacional de Cinema – Ancine e se faz representar, em termos orçamentários, pelo programa Brasil, Som e Imagem, cujo objetivo central é aumentar a produção, a difusão e a preservação das artes audiovisuais brasileiras e ampliar a oferta da cinematografia nacional e das demais mídias audiovisuais. Visa, também, estimular a capacidade produtiva das regiões e reduzir a hegemonia do produto estrangeiro no mercado interno. Para a consecução de seus objetivos, o programa investiu recursos globais da ordem de R\$ 65,4 milhões no transcorrer do exercício, distribuídos da seguinte forma:

R\$ 1,00		
AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais	21.465.778	64 projetos apoiados
Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores	8.380.065	64 projetos premiados
Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área do Audiovisual	582.255	49 profissionais capacitados
Demais Ações do Programa	35.001.880	
TOTAL	65.429.978	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Das principais ações relacionadas com a área do audiovisual, deve ser destacada a de Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais, por meio da qual foram aplicados R\$ 21,5 milhões durante o ano. Esta

ação abriga uma série de projetos importantes para o setor, dentre eles o fomento a oito obras cinematográficas; a 35 documentários - por meio da iniciativa DOCTV; e a produção de 53 títulos nacionais em DVD pela Programadora Brasil, que disponibiliza filmes para diversos pontos de exibição - como escolas, cineclubes, centros culturais, pontos de cultura e universidades -, visando formar circuitos alternativos não comerciais e ampliar o acesso da população a conteúdos audiovisuais. Ainda nesta ação, foi possível lançar o edital da terceira edição do Revelando Brasis, que contemplará, em 2008, 40 produções de curta-duração realizadas em Municípios com população de até 20 mil habitantes.

Outra forma importante de estimular a produção nacional acontece por intermédio da ação Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores, voltada para melhorar o desempenho de mercado de empresas produtoras, distribuidoras e exibidoras de obras cinematográficas de produção independente. Em 2007, quando aconteceu a terceira edição do Prêmio, 64 produtoras e exibidoras foram contempladas com valores próximos a R\$ 8,4 milhões.

No que concerne à Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área do Audiovisual, promoveu-se o treinamento de 49 profissionais. Esta ação contribui para o aperfeiçoamento técnico daqueles que atuam nas áreas de cinema, televisão, vídeo e outros segmentos afins.

Deve-se ressaltar, também, os bons resultados dos projetos de promoção do cinema brasileiro no exterior que, em 2007, contribuíram para que 68 filmes nacionais de curtas e de longas metragens estivessem presentes em 33 festivais internacionais, com investimentos de R\$ 1,0 milhão durante o exercício.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

A área relacionada com Memória e Patrimônio, em 2007, investiu em torno de R\$ 136,3 milhões em diversas ações, considerando as aplicações globais dos três programas a ela vinculados: Brasil Patrimônio Cultural, Monumenta e Museu, Memória e Cidadania.

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

O programa Brasil Patrimônio Cultural centraliza os esforços de preservação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural do País. Suas ações estão a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e concentram todos os projetos de conservação de bens históricos e arqueológicos. A instituição tem sob sua tutela cerca de 21 mil imóveis, localizados em 67 sítios urbanos; 13 mil sítios arqueológicos; 250 mil objetos museológicos; e extensa documentação arquivística e bibliográfica depositada em 31 bibliotecas e 35 arquivos públicos. Suas unidades, espalhadas por todo o território nacional, detêm a guarda de registros fotográficos, cinematográficos e videográficos.

Sob o aspecto orçamentário, as ações deste programa aplicaram cerca de R\$ 38,1 milhões em 2007, conforme distribuição a seguir:

R\$ 1,00

AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural	9.443.990	175 projetos apoiados
Preservação de Acervos Culturais	1.485.455	1.785 bens preservados
Preservação de Bens de Natureza Material	14.562.336	150 bens preservados
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	786.369	3 bens registrados
Demais Ações do Programa	11.799.759	
TOTAL	38.077.909	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Deve-se observar que a ação Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural faz parte das prioridades da Administração Pública Federal e, por intermédio dela, 175 projetos foram apoiados, dentre os quais o inventário dos Sítios Arqueológicos na Ilha de Marajó; a consolidação e valorização das ruínas dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul; as obras de recuperação da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em Salvador/BA; a restauração da Igreja Matriz de N. S. da Conceição, em Santa Cruz de Cabrália/BA; e diversos projetos relacionados com o programa “Azulejar”.

Outra iniciativa importante acontece por meio da ação Preservação de Bens de Natureza Material, na qual foram aplicados R\$ 14,6 milhões em 2007. Essa atividade foi responsável pela restauração da casa de Graciliano Ramos, em Alagoas; pela instrução do processo de tombamento da residência de Chico Mendes, em Xapuri/AC; pelo projeto de restauração do Forte São João da Barra de Bertioxa/PA; e pela estabilização das ruínas do Forte Príncipe da Beira no Estado de Rondônia, dentre muitas outras realizações.

Na área do Patrimônio Imaterial, foram realizados os registros do Frevo, do Tambor de Crioula do Maranhão e as Matizes do Samba do Rio de Janeiro, reconhecidos e consagrados como bens definitivos da expressão cultural brasileira. Outros registros encontram-se em fase de instrução processual: Toque dos Sinos das Cidades Históricas Mineiras; os Lugares Sagrados dos Povos Xinguanos; a Farmacopéia do Cerrado; o Modo Artesanal de fazer Queijo de Minas; o Ritual Yankua dos Índios Enawenawê, de Mato Grosso; o Mamulengo, de Pernambuco; a Festa de São Sebastião, da Ilha de Marajó; e a Arte das Rendeiras de Divina Pastora.

MONUMENTA

No que concerne, ainda, ao Patrimônio Material, existe também o Monumenta, outro programa gerenciado pelo Iphan, com recursos alocados na Administração direta do MinC, que promove a recuperação de sítios urbanos em 26 Municípios conveniados, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco. Tem por objetivo principal combater as causas da degradação do patrimônio histórico - geralmente localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade -, elevando a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Foram concluídos 24 projetos de recuperação patrimonial em 15 Municípios contemplados pelo programa. Acrescente-se que outras 59 obras estão em fase de execução em 23 Municípios. Esses projetos receberam recursos da ordem R\$ 57,0 milhões no transcorrer do ano de 2007.

O contexto de desenvolvimento das ações de recuperação do patrimônio foi aproveitado para a realização de 36 projetos de qualificação de mão-de-obra na arte do restauro pela ação Fomento a Projetos de Capacitação ou Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano, na qual foram aplicados recursos de, aproximadamente, R\$ 3,5 milhões.

Embora o Monumenta objetive desenvolver ações em 26 Municípios, constituem universo potencial do programa 83 cidades brasileiras, detentoras de 101 sítios urbanos.

Convém frisar que esse programa, por não ter foco em obras emergenciais, não desenvolve ações apenas para recuperar estruturas físicas, mas também para gerar condições favoráveis de auto-sustentação dos Municípios contemplados, por meio do incremento do turismo e de outras atividades econômicas que resultem na geração de emprego e renda para as populações locais. Seus investimentos, em 2007, perfizeram o montante de R\$ 69,4 milhões, distribuídos de acordo com o quadro a seguir:

R\$ 1,00

AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Fomento a Projetos de Capacitação ou Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano	3.469.000	36 projetos apoiados
Educação Patrimonial na Área do Monumenta	3.692.000	44 projetos de educação patrimonial implantados
Preservação do Patrimônio Histórico Urbano	57.000.000	23 conjuntos históricos preservados
Gestão e Administração do Programa	5.254.664	-
TOTAL	69.415.664	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Deve-se ressaltar que ação de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano foi consagrada no rol das prioridades da Administração Pública Federal, constante da LDO - 2007.

Das principais obras realizadas pelo Monumenta, em 2007, devem ser citadas as de restauração da Estação Ferroviária de Congonhas/MG; do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS; do Arquivo Público Municipal de Lençóis/BA; das fachadas e cobertura do Paço Municipal, em Pelotas/RS; da Praça Coronel Fernando Prestes, em São Paulo/SP; dentre outras.

MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA

Na área da Preservação da Memória, o Órgão conta com o Museu, Memória e Cidadania, que investiu, em 2007, R\$ 28,8 milhões. O programa também é executado sob gerenciamento do Iphan, embora algumas de suas ações também tenham participação da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB. O programa tem por objetivo o fortalecimento dos museus brasileiros por meio da garantia de seu custeio, do aperfeiçoamento permanente de seus serviços e estruturas, e da capacitação técnica de seus quadros. Dentre suas principais ações, encontram-se as seguintes:

R\$ 1,00		
AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Modernização de Museus	3.757.451	60 museus modernizados
Capacitação de Profissionais de Museus	699.655	6.850 profissionais capacitados
Fomento a Projetos da Área Museológica	4.684.299	86 projetos apoiados
Outras ações	19.689.251	
TOTAL	28.830.656	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Na ação Modernização de Museus, o MinC adota o procedimento de selecionar projetos por meio de edital público, chamado “Edital Modernização de Museus”. Esta iniciativa, via de regra, busca apoiar instituições das diversas regiões do País na aquisição de acervos, equipamentos e materiais permanentes, melhorando a qualidade das estruturas e conteúdos disponibilizados ao cidadão usuário. Em 2007, foram investidos, por meio desta ação, R\$ 4,7 milhões no apoio a 86 projetos.

Outro esforço do Órgão de melhorar as condições dos museus brasileiros direciona-se particularmente para a Capacitação de Profissionais de Museus. Essa iniciativa teve início em 2003 e, a cada ano, tem ampliado seu alcance por meio da realização de seminários, cursos profissionalizantes e eventos que tratem de temas relacionados com o setor museológico. Durante o exercício foram capacitados 6.850 profissionais e aplicados R\$ 0,7 milhão apenas nesta finalidade. Cabe destacar que a experiência desta ação também foi levada ao Paraguai e resultou em tratado de cooperação bilateral entre os ministérios da Cultura do Brasil e daquele País. Em decorrência disso, foi possível a realização da Jornada Museológica Paraguai-Brasil, na cidade de Assunção, e a consecução de 6 cursos de capacitação de profissionais paraguaios em diferentes áreas da atividade museológica.

Outra forma fundamental de apoio à melhoria das estruturas físicas e operacionais das instituições de memória acontece por intermédio da ação de Fomento a Projetos na Área Museológica, atividade constante das prioridades da LDO-2007, responsável pela realização de 86 projetos durante o exercício.

Em 2007, cabe destacar a realização da 5ª Semana Nacional de Museus, com o tema “Museus e patrimônio universal”, durante o período de 14 a 20 de maio. Participaram dessa atividade mais de 460 instituições de todos os Estados e do Distrito Federal, quando foram promovidos mais de 1.400 eventos culturais, contribuindo para estimular a visitação aos museus de todo o País e o acesso aos nossos bens culturais sob a guarda dos museus.

Também merece destaque a realização do 1º Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado de 26 a 28 de junho, na cidade de Salvador/BA. Esse encontro reuniu os responsáveis pelas políticas museológicas de 22 países e resultou na escolha do ano de 2008 como o Ano Ibero-Americano de Museus. Iniciou-se, durante esse evento, a criação da Rede Ibero-americana de Museus e do Programa Ibero-museus, que têm a finalidade de promover o desenvolvimento e a articulação das instituições museológicas dos países ibero-americanos.

ACESSO E DIFUSÃO CULTURAL

ENGENHO DAS ARTES

O programa Engenho das Artes, sob gerência da Fundação Nacional de Artes - Funarte, tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios da Cultura, notadamente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e circo. Em 2007, foram aplicados R\$ 81,7 milhões nesses segmentos. Dentre suas ações, pode-se evidenciar as de Fomento a Projetos em Arte e Cultura, que apoiou 360 projetos, e a de Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura, responsável pela realização de 109 eventos. As metas físicas dessas ações têm registrado números bem superiores aos previstos na Lei Orçamentária Anual por conta dos recursos não

orçamentários provenientes de parcerias com a Petrobras, que participou com R\$ 25,0 milhões apenas nessas duas ações.

A ampliação do acesso do cidadão aos bens culturais tem sido prioritária na definição dos investimentos do Ministério, que buscou contemplar particularmente as iniciativas voltadas para ampliação do público de todas as expressões artísticas do País. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da Cultura.

No que concerne aos segmentos de artes cênicas, artes visuais, música, dança e circo, a presença do Órgão foi significativa no transcorrer do exercício.

Nas Artes Cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram premiados 227 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petrobras. Nas Artes Visuais, o projeto Rede Nacional de Artes Visuais atuou em 60 cidades brasileiras, por meio de oficinas, palestras e exposições. Nesse segmento, merece ser lembrado o Prêmio Projéteis de Arte Contemporânea, que apoiou exposições de obras de 24 artistas nacionais, e o projeto Espaços Funarte de Artes Visuais - São Paulo, que premiou outros 26 artistas mediante edital público. Nas Artes Circenses, 80 projetos foram contemplados por meio do Prêmio de Estímulo ao Circo. Outras iniciativas permitiram o apoio à realização de 18 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, que atraíram cerca de 546 mil pessoas. Deve-se ressaltar a continuidade do Projeto Pixinguinha, que comemorou seu 30º aniversário com 80 espetáculos realizados em 16 Municípios selecionados.

No que concerne à ação de Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura, dentre os 109 eventos apoiados, devem ser citadas algumas realizações marcantes, como a XVII Bienal de Música Brasileira Contemporânea, a Comemoração dos 25 Anos da Escola Nacional de Circo, o Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre e o Seminário “Os Direitos Autorais do Século XXI”.

LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

LIVRO ABERTO

O programa Livro Aberto, gerenciado pela Fundação Biblioteca Nacional, é o instrumento criado pelo MinC para ampliar e democratizar o acesso da população aos benefícios da leitura. Em 2007, esse programa aplicou recursos da ordem de R\$ 27,6 milhões e suas principais ações foram:

R\$ 1,00		
AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Instalação de Bibliotecas Públicas	15.465.293	300 bibliotecas instaladas
Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Literatura	166.023	17 bolsas concedidas
Modernização de Bibliotecas Públicas	1.323.613	66 bibliotecas modernizadas
Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura, do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário	1.084.120	12 projetos apoiados
Outras ações	9.605.851	
TOTAL	27.644.900	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Na área do Livro e da Leitura, por meio da ação de Instalação de Bibliotecas Públicas, foram adquiridos equipamentos de imagem, som e de informática, mobiliário e acervo bibliográfico para instalação de 300 bibliotecas públicas em Municípios que ainda não as possuem. Esses equipamentos são fornecidos em formas de kit e, resumidamente, envolvem computadores, estantes, prateleiras, mesas, cadeiras, TV de 29 polegadas, aparelhos de som e de DVD, dentre outros, e 1.828 títulos literários.

Além da constituição de novos espaços, 66 bibliotecas já existentes foram revitalizadas no exercício por intermédio da ação de Modernização de Bibliotecas Públicas, na qual foram aplicados R\$ 1,3 milhão em 2007.

No que concerne ao Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura, do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário, constatou-se o apoio a 12 projetos como forma de estimular as raras iniciativas de

aprofundamento do conhecimento nacional nessa área em particular. Essa ação, isoladamente, investiu R\$ 1,1 milhão em 2007.

Dentro da ação Sistema Nacional de Informações Gerenciais e Culturais, do programa de Gestão da Política de Cultura, a Fundação Biblioteca Nacional disponibilizou acervos digitalizados na internet pelo projeto Biblioteca Nacional Digital que, atualmente, conta com 15 mil itens biográficos, um milhão de imagens e 9.100 arquivos sonoros com dois mil gigabytes de arquivos digitais armazenados.

Outra ação bastante representativa no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Fundação Biblioteca Nacional, é a de Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Leitura, que permitiu a formação de alto nível de 17 pessoas, da iniciação científica ao pós-doutorado, no intuito de ampliar o número de pesquisadores e cientistas brasileiros no setor literário.

DIVERSIDADE CULTURAL

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL e CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O discurso brasileiro sobre Diversidade Cultural consolidou-se e ganhou reconhecimento mundial. Tornou-se, inclusive, a principal referência dos países da América do Sul. No campo interno, as ações ministeriais têm buscado reconhecer as culturas populares, afro-descendentes, ciganas e indígenas. Em 2007, foram lançados o 1º Concurso Público de Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, com 20 premiações concedidas; o 2º Edital de Culturas Populares - Edição Mestre Duda, em comemoração ao centenário do Frevo, que beneficiou 260 iniciativas destinadas a fortalecer, promover ou recuperar aspectos tradicionais da expressão cultural brasileira; e o I Encontro Nacional de Rappers e Repentistas, que reuniu artistas do movimento Hip-hop e cantadores nordestinos, em Campina Grande/PB.

Encontram-se em andamento o 1º Edital de Culturas Ciganas, que premiará 20 projetos; e o 2º Edital de Culturas Indígenas, que contemplará outras 100 iniciativas. Espera-se o mesmo índice de participação da comunidade indígena registrado no 1º edital, quando foram recebidas 467 inscrições de diversos povos de todas as regiões do País, representando 350.000 pessoas - quase a metade da população indígena do Brasil.

O conceito de Diversidade Cultural ganhou dimensões inéditas nas políticas a cargo do MinC, que passou a valorizar manifestações e segmentos sociais que contribuem para reduzir o preconceito, a intolerância, a violência social e a homofobia. O Órgão assumiu o compromisso de estimular a cultura da paz por meio da valorização do pluralismo dessas manifestações, zelando para que se tornem visíveis e respeitadas no seio da sociedade brasileira.

Em razão disso, por intermédio do programa Identidade e Diversidade Cultural, o MinC passou a contemplar ações originárias de populações particularizadas - como as já citadas sociedades indígenas e ciganas - e as culturas populares oriundas das diversas regiões brasileiras. No que diz respeito aos segmentos sociais, os grupos GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) foram reconhecidos por sua importância para a construção de um ambiente de paz e de tolerância, de combate à discriminação e à homofobia.

Nesse contexto, foi lançado o 3º Edital de Fomento às Expressões Culturais GLTB, que contemplou 24 organizações no desenvolvimento de projetos em diversos segmentos culturais, como teatro, dança, música, literatura, dentre outros.

IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL – Brasil Plural

R\$ 1,00

AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares	999.560	65 projetos apoiados
Fomento a Projetos de Combate à Homofobia	966.370	24 projetos apoiados
Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira	2.644.428	189 comunidades atendidas
Outras ações	1.410.654	
TOTAL	6.021.012	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Esse programa atua, principalmente, por intermédio das ações de Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares, que beneficiou 65 projetos, e de Fomento a Projetos de Combate à Homofobia, responsável pelo apoio a outros 24 projetos. O programa aplicou recursos da ordem de R\$ 6,0 milhões em 2007.

A Cultura Negra também conta com programa próprio, Cultura Afro-Brasileira, que investiu R\$ 18,3 milhões no transcorrer do exercício. Esse programa tem atuado por meio de diversas ações, dentre as quais deve-se considerar as seguintes:

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

R\$ 1,00		
AÇÃO	VALORES EXECUTADOS	METAS REALIZADAS
Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos	10.649.294	378 comunidades atendidas
Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos	67.337	261 comunidades assistidas
Proteção aos Bens Culturais das Comunidades Negras Tradicionais	887.409	235 bens preservados
Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira	2.076.123	26 projetos apoiados
Outras ações	4.612.820	
TOTAL	18.292.983	

Fontes: Siafi e SIGPlan

Essas ações estão sob gerenciamento da Fundação Cultural Palmares, unidade vinculada do MinC, que tem atuado permanentemente nas ações de proteção das comunidades tradicionais e remanescentes de quilombos, de modo a assegurar sua sustentabilidade em sintonia com a tradição cultural afro-brasileira, ainda bastante presente em suas organizações. Durante o exercício, 378 comunidades negras foram diretamente apoiadas pelo Órgão, enquanto 261 foram objeto de assistência jurídica em questões relacionadas com a proteção de seus territórios ou com processos de regularização fundiária.

A proteção dos bens culturais das comunidades tradicionais afro-descendentes é, também, uma das vertentes do apoio do Ministério, que, em 2007, executou oito projetos direcionados para a preservação de 235 bens dessas comunidades.

No que diz respeito à ação de Fomento da Projetos da Cultura Afro-Brasileira, dentre os 26 projetos realizados, deve ser destacada a inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que possibilita o desenvolvimento de novas linhas de pesquisa sobre a histórica afro-brasileira. Foram investidos R\$ 2,0 milhões na infraestrutura do Parque com 10.000 m² de área construída, permitindo que ele receba adequadamente grande número de visitantes.

Outras realizações merecem ser elencadas, como o I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-latino: Diagnósticos e Perspectivas para a Comunidade Negra na América Latina, realizado nas cidades de Rio de Janeiro e Salvador, com o objetivo de desenvolver o intercâmbio sócio-cultural, político e acadêmico das populações afro-descendentes da América Latina. Participaram dos painéis professores da Colômbia, Estados Unidos e Brasil. Deve-se constar, também, a elaboração do Portfólio de Perfis de Projetos Culturais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, programa que busca mecanismos de desenvolvimento de ações direcionadas para esse segmento da sociedade. O Portfólio foi entregue oficialmente à Comunidade na VI Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em novembro de 2007.

ECONOMIA DA CULTURA

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA

O programa Desenvolvimento da Economia da Cultura aplicou R\$ 9,7 milhões em 2007 e foi responsável por parte das parcerias do Órgão que resultaram no levantamento de dados relacionados com o setor cultural. O planejamento de Estado, atualmente, conta com base sólida de informações que permite o desenvolvimento de ações pontuais, voltadas para populações e territórios particularizados. Os esforços em obter informações concretas sobre a realidade social e cultural dos brasileiros, como, por exemplo, o delineamento do Anuário de Estatísticas Culturais, instrumento de compilação das principais informações do setor no Brasil, visam aperfeiçoar os mecanismos de elaboração e de gestão das políticas públicas.

Outro estudo importante foi o Suplemento de Cultura constante da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic, publicado pelo IBGE em 2007, que detalha o número de equipamentos culturais existentes em 5.564 Municípios. Esta publicação permite identificar quantos teatros, bibliotecas, livrarias, museus e

outros equipamentos existem em cada Município. Esse rol de informações viabilizará políticas de curto e de médio prazo de grande impacto para o cidadão. Trata-se da primeira e mais completa investigação qualitativa e quantitativa sobre a gestão cultural nas cidades brasileiras.

As ações voltadas para o fortalecimento da Economia da Cultura foram priorizadas em 2007. Por intermédio da ação Promoção de Negócios de Economia da Cultura, computou-se 72 empreendimentos apoiados, com R\$ 6,6 milhões de investimentos. Convém frisar que a realização de feiras de negócios, de festivais e a promoção do artesanato tradicional ganharam força durante o exercício. Destacou-se na área de promoção de negócios a Feira Música Brasil 2007, realizada no mês de fevereiro em Recife. Segundo o Sebrae, as rodadas negociais movimentaram cerca de R\$ 8,0 milhões em 450 reuniões ocorridas durante a Feira. Além disso, 75 empresas tiveram seus planos de negócio avaliados pelos analistas do Sebrae. O BNDES, que também participou da Feira, fez uma prospecção de R\$ 13,0 milhões durante o evento, entre investimentos e financiamentos.

Quanto à promoção do artesanato, a atividade cultural mais disseminada no País - segundo dados do IBGE -, houve o lançamento do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural - Promoart, com o objetivo de qualificar a inserção do artesanato de tradição cultural no mercado interno e externo, ampliando o volume de negócios realizados pelas comunidades artesanais. O Promoart atua em todos os Estados brasileiros, envolvendo cerca de 70 comunidades. Em sua primeira fase, capacitou 1.400 artesãos, 80 agentes locais e 27 servidores estaduais em atividades relacionadas com produção, logística e gestão de empreendimentos. A estimativa é gerar volume de negócios em torno de R\$ 10,0 milhões em 2008. Vale frisar que o público do Promoart é basicamente feminino e seu lançamento vem ao encontro das políticas voltadas para as mulheres, umas das prioridades do Governo Federal.

AÇÕES QUE CONTRIBUÍRAM PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

A atuação do MinC em favor da redução das desigualdades regionais pode ser observada nos investimentos direcionados para a inclusão social e para a ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais. As manifestações locais e regionais também foram consagradas pelas ações de apoio às diferentes expressões da diversidade cultural brasileira. As ações públicas têm atuado de modo a transpor as desigualdades regionais, fazendo a cultura circular pelo território nacional, promovendo o intercâmbio cultural interno das diferentes expressões de nossa arte e levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito tradicional.

A atuação ministerial por meio de editais públicos permitiu, não apenas a democratização e a transparência do acesso aos recursos disponibilizados pela Pasta, como também possibilitou ao cidadão de qualquer localidade apresentar seus projetos, concorrendo em situação de igualdade com os trabalhos desenvolvidos nos grandes centros culturais.

Na área de Audiovisual, observou-se o fomento a produções diversas, por meio de concorrência pública, que beneficiou 80 projetos na área de cinema, documentários e filmes infanto-juvenis nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, ampliando o número de pólos culturais nesse segmento.

Na área de Inclusão Social Pela Cultura deve ser ressaltada a iniciativa dos Pontos de Cultura, que atende a projetos já existentes desenvolvidos em comunidades diversas, particularmente as mais carentes. Estima-se que os projetos em andamento trarão benefícios diretos e indiretos a 400 mil pessoas, habitantes de favelas, de periferias ou de comunidades rurais. A abrangência territorial das ações do MinC pode ser confirmada pela implementação de Pontos em cidades bastante afastadas dos grandes centros. Atualmente são 742 Pontos em funcionamento no País em 250 Municípios de todas as regiões brasileiras.

Outras ações abrangentes dizem respeito ao desenvolvimento de projetos de ampla acessibilidade popular nas áreas de música, artes cênicas e dança, por meio da circulação de espetáculos nas diferentes regiões do País, particularmente nas mais pobres. Os projetos populares de circo também foram contemplados por meio de 80 premiações. Além desses, convém lembrar da retomada do já conhecido Projeto Pixinguinha, que promoveu 80 espetáculos musicais a preços populares em 16 cidades do País.

Convém destacar, também, o trabalho da Fundação Cultural Palmares no resgate da identidade e da cultura das comunidades afro-descendentes, que assistiu 261 comunidades negras em questões relacionadas com a proteção e regularização de seus territórios.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS AVALIAÇÕES DOS PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2005, 2006 e 2007, QUANTO À CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA - PRONAC, CONFORME O PARÁGRAFO PRIMEIRO E CAPUT DO ART. 20 DA LEI Nº 8.313, DE 1991

Preliminarmente, deve-se considerar que a análise da prestação de contas de projetos financiados com recursos incentivados previstos na Lei 8.313/91, compreende a avaliação de aspectos relacionados com a correta e regular aplicação dos recursos financeiros e com o cumprimento do objeto e do objetivo do projeto. A primeira avaliação - da correta e regular aplicação dos recursos - é realizada por técnicos da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura - Sefic, do MinC, e o segundo aspecto - cumprimento do objeto e objetivo - pelas entidades vinculadas do MinC, dependendo do segmento cultural do projeto sob análise.

Nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, foram avaliadas e aprovadas as seguintes prestações de contas de projetos Pronac:

2005	2006	2007
207	146	89

Fonte: Salic NET (posição em 30.01.08)

Ademais, a Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura - Sefic, com vistas a implementar o controle social, tem atendido às demandas dos órgãos de controle prestando as informações sobre os recursos aplicados nos projetos do Pronac, conforme demonstrado no quadro:

ORIGEM	QTD. 2006	QTD. 2007
Tribunal de Contas da União	73	50
Secretaria Federal de Controle Interno	145	133
Outros órgãos de controle (Ministério Público, etc)	274	20
TOTAL	492	203

Com referência à inabilitação prevista na Lei nº 8.313/91, no exercício de 2007, constam como “inadimplentes-inabilitados” no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura os seguintes responsáveis:

RESPONSÁVEIS INABILITADOS	QTD.
Pessoa Física	2.254
Pessoa Jurídica	1.801
TOTAL	4.055

Fonte: Salic

Observa-se que dentre os “inabilitados-inadimplentes”, estão proponentes de projetos sem captação de recursos, que não se manifestaram junto ao Ministério da Cultura quanto ao arquivamento ou quanto à renovação (prorrogação) do prazo de captação/execução, proponentes que não apresentaram a devida prestação de contas e os que não atenderam às diligências do Ministério da Cultura.

Ressalte-se que quanto aos proponentes “inabilitados-inadimplentes”, nos casos previstos na IN TCU nº 35/2000, após as providências quanto aos expedientes de cobrança de débito, e esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno, estão sendo instaurados os processos de Tomada de Contas Especial.

Foram instaurados 65 processos de Tomadas de Contas Especial no exercício de 2007, de acordo com dados do Salic NET (posição em 30.01.2008).

6.6. MINISTÉRIO DA DEFESA - MD

O Ministério da Defesa - MD é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais tarefas é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, tais como da Política de Defesa Nacional (PDN) e a Política Militar de Defesa (PMD). No exercício de 2007 o MD realizou ações voltadas para o desenvolvimento nacional e de apoio à sociedade civil, sem prejuízo de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

A política de aviação civil também integra a agenda de atribuições do Ministério da Defesa. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), vinculada ao Ministério, é o órgão que regula a aviação civil brasileira. Na administração dos aeroportos está a Infraero - Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária, empresa pública também vinculada ao Ministério da Defesa, que administra 67 aeroportos, 80 unidades de apoio à navegação aérea e 32 terminais de logística de carga.

No que se refere à Defesa Nacional, foi criado em setembro, o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa, responsável pela elaboração de uma proposta de estratégia nacional de defesa e de atualização da Política de Defesa Nacional, vinculada à estratégia nacional de desenvolvimento de longo prazo, abrangendo todos os aspectos de organização, operação e aparelhamento das Forças Armadas.

Quanto ao adestramento, o Ministério prosseguiu na realização de exercícios de adestramento combinados, com o envolvimento das três Forças, o que possibilita a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamiza a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Importante ressaltar que essas operações sempre foram direcionadas para as faixas prioritárias do território brasileiro no combate aos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia. Além disso, durante a realização dessas operações, os meios de comunicação, comando e controle das Forças Armadas são intensivamente testados, quanto aos atributos de segurança e efetividade.

As Forças Armadas - FA, por intermédio do Ministério da Defesa, realizaram ações voltadas para o desenvolvimento nacional, como é o caso das importantes contribuições trazidas pelo programa Calha Norte (PCN), ou em iniciativas de apoio à sociedade civil, tais como aquelas realizadas no âmbito do Projeto Soldado Cidadão e do Projeto Rondon. Além disso, as FA apoiaram atividades de outros órgãos como Ministério da Justiça, Saúde e outros.

No que tange às relações com outros países, destacam-se as reuniões bilaterais realizadas com os estados-maiores de diversos países e as operações multinacionais implementadas – a exemplo da Operação Felino, ocorrida em outubro – obtiveram excelentes resultados e proporcionaram avanços significativos no relacionamento e, sobretudo, no aumento da confiança mútua entre os participantes.

A presença brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU, especialmente no Haiti, tem contribuído para a inserção do Brasil no cenário internacional. As tropas brasileiras que participam da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), composta por 1.200 soldados, vêm garantindo a segurança e a estabilidade da população haitiana. A Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, além do apoio às tropas da ONU, vem realizando muitas obras em apoio à população do Haiti, como a construção e recuperação de estradas e vias públicas, a perfuração de poços artesianos, a melhoria das condições de operação com segurança do Aeroporto de Porto Príncipe, a urbanização de locais públicos e outros trabalhos de ajuda humanitária.

Membro do Grupo Executivo Interministerial para implantação do Plano Brasileiro para Contingência de uma Pandemia de Influenza (Gripe Aviária), o Ministério da Defesa coordena os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos. Também foi concluído um Plano de Comando e Controle interligando “salas de situação” de onze ministérios e da Presidência da República para, se necessário, coordenar e articular as ações de enfrentamento a uma possível situação de crise.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A atuação do MD, no cumprimento da sua missão institucional, se dá, principalmente, pela implementação dos seus programas constantes do Plano Plurianual, dos quais se destacam o programa *Calha Norte*, o de *Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas*, o de *Assistência e Cooperação das Forças Armadas* e o de *Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas*, dentre outros.

CALHA NORTE (PCN)

No âmbito do programa foram desenvolvidas diversas atividades que contribuíram para a promoção do desenvolvimento ordenado da Região e da redução das desigualdades regionais. Destacam-se entre as finalidades do programa a de fixar o homem na região; aumentar a qualidade de vida das populações atendidas; integrar socialmente as comunidades isoladas; e aumentar a presença do Estado na Região.

A área atual atendida pelo programa abrange 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, aí incluídos 30% da população indígena do País. O programa tem duas vertentes principais: a soberania e o desenvolvimento ordenado na Amazônia. É integrado por 194 municípios, em seis Estados na Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

As ações do programa são executadas diretamente pelos Comandos Militares ou por meio de transferências voluntárias (convênios) a Estados e Municípios.

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EFETUADAS EM 2007, POR AÇÃO

AÇÃO	UF	Nº DE CONVÊNIOS	VALOR TRANSFERIDO (RP/2006)	TOTAL POR AÇÃO
Apoio às Comunidades	AC	1	300.000,00	375.000,00
Conservação de Rodovias	RR	4	2.548.241,00	2.548.241,00
Implantação de Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte	AC	1	174.729,87	71.202.706,36
	AM	42	21.254.840,63	
	AP	17	10.063.346,21	
	PA	2	1.650.000,00	
	RR	57	38.059.789,65	
Implantação de Infra-Estrutura Básica em Municípios da Região Norte	AC	42	28.492.676,36	47.053.858,39
	AM	7	1.850.000,00	
	PA	1	300.000,00	
	RO	66	16.411.182,03	
TOTAIS		241	121.179.805,75	121.179.805,75

Fonte: Ministério da Defesa

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Nº DE CONVÊNIOS LIBERADOS	VALOR REPASSADO
ACRE	44	28.967.406,23
AMAPÁ	17	10.063.346,21
AMAZONAS	49	23.104.840,63
PARÁ	4	2.025.000,00
RONDÔNIA	66	16.411.182,03
RORAIMA	61	40.608.030,65
TOTAL	241	121.179.805,75

Fonte: Ministério da Defesa

Salienta-se que essas transferências foram decorrentes da execução de restos a pagar inscritos no exercício de 2006. Não foi transferido nenhum recurso financeiro decorrente de empenho emitido em 2007.

Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte

Uma das principais realizações dessa ação foi a ampliação do número de meios flutuantes e a modernização dos meios disponíveis dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, para a consecução do objetivo de manter o controle e a segurança da navegação fluvial na Região da Calha Norte, bem como o apoio

logístico na área. Destacam-se, também, a aquisição de um motor Volvo-Penta para Lancha de Ação Rápida, o repasse de recursos para a construção de três Lanchas de Ação Rápida e a aquisição de um flutuante de atracação para a Capitania Fluvial de Tabatinga/AM.

Implantação da Infra-Estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte

Implantação de Infra-Estrutura Básica em Municípios da Região Norte

Os recursos dessas ações foram oriundos, na sua quase totalidade, de emendas parlamentares individuais, de bancada ou de comissões, e foram aplicados na liberação de recursos mediante convênios com governos estaduais e prefeituras para a realização de obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da Região do PCN. Essas duas ações são apresentadas conjuntamente em razão de finalidades similares.

TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM 2007

AÇÃO	RECURSO REPASSADO	OBRAS EXECUTADAS	Nº DE CONVÊNIOS LIBERADOS
Implantação da Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte	47.053.858,39	125	116
Implantação de Infra-estrutura Básica em Municípios da Região Norte	71.202.706,36	123	119

Fonte: Ministério da Defesa

A ação *Implantação de Infra-estrutura Básica em Municípios da Região Norte* foi priorizada na LDO, Desafio 29 – Valorizar a identidade e preservar a integridade e a soberania nacionais. A meta estabelecida de 15 obras executadas foi superada.

Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte

Os recursos orçamentários dessa ação são destinados ao aumento do poder do Estado Brasileiro na Região, por meio de ampliação da infra-estrutura militar existente na área. A meta foi plenamente atingida no ano.

Ação também priorizada na LDO/2007, no Desafio 29, teve sua meta prevista superada em 375%, já que a meta estabelecida era de 4 unidades militares implantadas e ao final do exercício esse número chegou a 15.

Foi dada continuidade às obras complementares para implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira/AM, conclusão do auditório do Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, em Manaus/AM e Implantação da infra-estrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – 3º BIS – com obras no Quartel, na Vila Militar, no Hotel de Trânsito dos Oficiais, Próprios Nacionais Residenciais – PNR's, em Barcelos/AM, construção de Pavilhão de Subunidade no 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada em Boa Vista/RR, entre outras.

No âmbito da Marinha do Brasil, foram destinados recursos para: construção de 12 PNR's para Praças (9ºDN), em Manaus/AM, obras de ampliação do Ambulatório Naval em Manaus/AM, construção de prédio para a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, em Manaus/AM, recuperação da carreira para reparos de embarcações da Base Naval de Val-de-Cans, em Belém/PA.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, foram destinados recursos para: conclusão de bloco de PNR's em Manaus/AM, construção do arquivo geral do Hospital de Aeronáutica de Belém/PA, construção de PNR's para oficiais em Manaus/AM e reforma do telhado do Hospital de Aeronáutica de Manaus/AM, entre outras.

Apoio Aéreo na Região da Calha Norte

Destina-se ao apoio logístico às atividades desenvolvidas no âmbito do programa Calha Norte e que dependem do uso de meios aéreos. Os recursos são repassados aos Comandos Militares para custear os gastos referentes às missões aéreas realizadas por aeronaves do Exército, da Marinha e da Aeronáutica por ocasião da realização de vistorias da equipe técnica do PCN e nas visitas de comitiva realizadas à área do PCN. A meta estabelecida foi plenamente atingida, com a realização de 08(oito) viagens de vistoria, pela Equipe Técnica do PCN, às obras civis conveniadas com o Ministério da Defesa, de 03(três) viagens do Secretário de Política, Estratégia e

Assuntos Internacionais do MD e comitiva, para assessorar os Comandantes Militares da Área sobre as reais possibilidades do programa e visitar os Governadores.

Manutenção de Aeródromos na Região da Calha Norte

A finalidade dessa ação é manter os aeródromos da Região da Calha Norte em boas condições de operação, particularmente aqueles situados na Faixa de Fronteira. Em 2007, priorizou-se a manutenção dos aeródromos de Bonfim/RR, Surucucu/RR, Normandia/RR, Auari/RR, Querari/AM, São Joaquim/AM, Cucui/AM, Maturacá/AM, Pari-Cachoeira/AM, Estirão do Equador/AM, Palmeira do Javari/AM e Príncipe da Beira/RO.

Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte

Os recursos dessa ação foram executados, em parte, diretamente pelo Comando do Exército, empregados, basicamente, na conservação de estradas. Realizou-se a manutenção da BR-307, com recuperação das áreas afetadas pelas chuvas, do acostamento e áreas de erosão e a manutenção de pontes, no trecho entre São Gabriel da Cachoeira/AM e Cucui/AM. Foram liberados, ainda, recursos a conta de restos a pagar de 2006, que autorizaram obras para a conservação de 90 quilômetros de rodovias por meio de 4 (quatro) transferências voluntárias no montante de R\$ 2.548.241,00.

TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM 2007

DESTINATÁRIO	RECURSO REPASSADO	QUILÔMETROS CONSERVADOS	Nº DE CONVÊNIOS LIBERADOS
Comando do Exército	958.954,00	60	0
Transferências Voluntárias (Restos a Pagar)	2.548.241,00	90	4
TOTAL	3.507.195,00	150	4

Fonte: Ministério da Defesa

Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte

Os recursos dessa ação foram executados de duas formas. Os orçamentários originários da proposta da LOA 2007 (R\$ 100.000,00) foram repassados para as Forças Armadas, para a realização de Ações Cívico-Sociais (Aciso) de apoio às comunidades carentes isoladas, inclusive indígenas, na região do Programa. Os demais recursos, relativos à execução de restos a pagar de dotação orçamentária de 2006, foram aplicados mediante transferências voluntárias no montante de R\$ 375.000,00, que autorizaram duas obras por meio da celebração de convênios.

TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS EM 2007

DESTINATÁRIO	RECURSO REPASSADO	COMUNIDADES ATENDIDAS	Nº DE CONVÊNIOS LIBERADOS
Aciso (Comandos Militares)	94.535,00	4	0
Transferências Voluntárias (Restos a Pagar)	375.000,00	2	2
TOTAL	469.535,00	6	2

Fonte: Ministério da Defesa

Terceira ação do programa, incluída no Desafio 29 da LDO/2007, não atingiu a meta prevista de 250 comunidades atendidas.

Dos R\$ 24.635.000,00 aprovados na Lei Orçamentária para o ano de 2007, o montante de R\$ 6.248.988,00 foi contingenciado. Dos R\$ 18.386.012,00 empenhados, apenas R\$ 94.535,00 foi executado diretamente pelos Comandos Militares para a realização de ações cívico-sociais. Os demais recursos (R\$ 18.291.477,00), oriundos de emendas parlamentares, destinados ao apoio às comunidades por intermédio de transferências voluntárias, apesar de, em 2007, terem sido celebrados convênios, a efetiva transferência de recursos não ocorreu. Dessa forma, não foi atingida a meta estabelecida pela LDO.

Manutenção de Embarcações na Região da Calha Norte

Foram repassados para o Comando do Exército os recursos para recuperação do sistema elétrico, confecção de hélices e revisão hidráulica de seis empuradores e três ferry-boats, recuperação do conjunto motor-reversor do Navio Motor Lobo Feroz, para manutenção das embarcações do 5º BIS, em São Gabriel da Cachoeira/AM. No Comando da Marinha realizou-se a manutenção das embarcações da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOc), das embarcações empregadas na fiscalização e patrulha da Capitania Fluvial da

Amazônia Oriental (CPAOr) e Delegacias subordinadas, reparo da Lancha de Apoio ao Ensino e Patrulha (LAEP) “Guerreira”, da Delegacia da Capitania dos Portos em Santana/AP. Além disso, foi adquirido o material para a manutenção das embarcações da Delegacia de Santarém e para a manutenção das embarcações do Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM).

Manutenção da Infra-Estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) da Região da Calha Norte

A principal atividade desenvolvida na execução da ação foi a manutenção das seguintes unidades: 1ºPEF do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (1º/2ºBIS) em Tiriós/PA; Companhia Especial de Fronteira (CEF)/34ºBIS em Clevelândia do Norte/PA; 1º/7ºBIS, em Bonfim/RR; 2º/7ºBIS em Normandia/RR; 3º/7ºBIS em Pacaraima/RR; 4º/7ºBIS em Surucucu/RR; 5º/7ºBIS em Auaris/RR; 6º/7º BIS em Uiramutã/RR; 1º/5ºBIS em Yauaretê/AM; 2º/5ºBIS em Querari/AM; 3º/5º BIS em São Joaquim/AM; 4º/5ºBIS em Cucui/AM; 5º/5ºBIS em Maturacá/AM; 6º/5ºBIS em Pari-Cachoeira/AM; 1º/3ºBIS em Palmeira do Javari/AM; 2º/3ºBIS em Ipiranga/AM; 3º/3º BIS em Vila Bittencourt /AM; 4º/3º BIS em Estirão do Equador/AM; CEF/4ºBIS em Eptaciolândia/AC; 2º/4ºBIS em Assis Brasil/AC; 3º/4ºBIS em Plácido de Castro/AC; e 1º/6ºBIS, em Príncipe da Beira/RO. Os PEF contribuem de forma efetiva para a soberania nacional e integridade territorial do Estado Brasileiro.

COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

Esse programa visa ao aperfeiçoamento da capacidade de comando, controle e inteligência do sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar. As principais atividades foram desenvolvidas no escopo das ações descritas abaixo:

Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares

O Ministério apoiou tecnicamente os Comandos Combinados na estruturação dos seus Centros de Comando e Controle e assessorou os trabalhos dos Estados-Maiores Combinados quanto aos procedimentos doutrinários relacionados com a atividade de comando e controle.

Sistema de Comunicações Militares Via Satélite

Em 2007, destacaram-se as seguintes atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação: a aquisição de sobressalentes e instrumentos de teste; o pagamento de contratos de manutenção com as empresas Damovo, Mapra, Sutech e Philips; o custeio da manutenção de equipamentos não cobertos pelos contratos acima citados; o pagamento de contratos de aluguel de enlaces com as empresas STAR ONE, Embratel, Brasil Telecom e Via Telecom; a aquisição de sistema de gerenciamento para a sub-rede fixa; e a realização de cursos para treinamento do pessoal de operação do Sistema.

Implantação do Sistema de Comunicações Militares Via Satélite – Siscomis

Atualmente, o Siscomis é o principal elo do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) do Estado-Maior de Defesa (EMD). Divide-se basicamente em duas sub-redes: uma sub-rede fixa composta de enlaces satelitais em Banda C, enlaces ópticos ou enlaces rádio, dependendo das disponibilidades de serviços em cada região e das peculiaridades topográficas de cada localidade e a outra sub-rede é composta de estações transportáveis e móveis navais, operando através de enlaces satelitais na Banda X, cujo emprego é, exclusivamente, militar, ou em Banda Ku.

Investiu-se na modernização dos equipamentos e *softwares* que compõem o sistema. A aquisição de um sistema de gerenciamento para o segmento terrestre e espacial em banda X e a modernização de todo o “BACKBONE” do Siscomis com a aquisição de 60 equipamentos de ativos de rede, roteadores e “switches”, merecem relevância.

Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

A Comissão de Implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (Cisted), com a finalidade de coordenar os trabalhos relativos à concepção operacional, projeto, desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento do Sistema Tático de Enlace de Dados – Sisted.

Entende-se por Sistema Tático de Enlace de Dados um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais sistemas de Comando e Controle ou de armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

Em 2007, prosseguiu-se na realização do desenvolvimento de interfaces entre os sistemas de enlaces de dados táticos existentes nas Forças, na atualização tecnológica dos laboratórios das Forças envolvidas, na implantação do Sisted e na capacitação do pessoal.

Além disso os recursos da ação foram utilizados para a aquisição de equipamentos e instrumentos de teste; modernização de laboratórios das Forças Singulares, de modo a permitir o desenvolvimento de interfaces entre os sistemas táticos atuais; realização do 3º Seminário de Dados Operacionais (3º Sedop); e aquisição de cursos para a especialização do pessoal envolvido no desenvolvimento do Sisted.

ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL

O objetivo do programa é apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infraestrutura e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do País.

Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

Em apoio ao compromisso das Forças Armadas com a integração social de seus militares, o Ministério da Defesa, por intermédio do projeto Soldado-Cidadão, possibilitou a qualificação profissional de 21.268 cidadãos egressos do Serviço Militar. Desde o seu lançamento, o Projeto já beneficiou cerca de 100.000 jovens nas três Forças Singulares e em todo território nacional.

Apoio das Forças Armadas ao Projeto Rondon

O Projeto Rondon realizou 6 operações: Operação Amazônia Oriental 2007, Operação Amazônia Ocidental 2007, Operação Rio Grande do Sul 2007, Operação Nordeste 2007, Operação Inverno 2007 e Operação Centenário da Comissão Rondon – em 128 municípios, de 12 Estados brasileiros. O Projeto permitiu o envolvimento voluntário de cerca de 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e contribuiu para o desenvolvimento da cidadania e consolidação do sentimento de responsabilidade social.

A Ação, que foi classificada como prioritária na LDO/2007, Desafio 30 - Promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional, teve meta estabelecida para atendimento de 205 comunidades. Ao final de 2007 atendeu 254 comunidades, superando, portanto, a meta prevista.

Nos Municípios que receberam a visita dos rondonistas, centenas de comunidades foram efetivamente beneficiadas e atendidas. Entretanto, o produto existente na Lei Orçamentária não espelha a verdadeira amplitude do Projeto. O conceito de comunidade, nesse caso, confunde-se com o de município. Certamente, os Municípios atendidos contemplam diversas comunidades (que podem ter sentido de bairro, distrito, comunidades locais e segmentadas). Para o exercício de 2008, tendo em vista evitar essa falha de entendimento, foi proposta e aceita a mudança de produto para Universitário Capacitado. Nesse sentido o Projeto permitiu a capacitação de mais 2.000 rondonistas, estudantes e professores universitários, no processo de desenvolvimento sustentável de comunidades carentes, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania, buscando consolidar o sentimento de responsabilidade social, principais finalidades do Projeto.

ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

O programa tem como objetivo garantir a interoperabilidade das Forças Armadas no desempenho de ações de defesa da Pátria e dos interesses nacionais, de garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem e no apoio às comunidades nacionais e internacionais.

O ano de 2007 foi bastante profícuo em relação ao preparo das Forças Singulares em Operações Combinadas, em especial no desenvolvimento da Doutrina correspondente e no incremento da interoperabilidade entre as Forças. As operações combinadas permitiram diversas experimentações doutrinárias, servindo de laboratório prático para o desenvolvimento da doutrina. Também, incrementaram a integração entre as Forças Armadas e geraram inúmeros ensinamentos, registrados nas reuniões de avaliação (Crítica e Análise Pós-Ação), visando à evolução crescente da Doutrina de Operações Combinadas.

Missão das Nações Unidas para o Haiti

A Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti – Minustah, que foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Segurança (CS) Nº 1.542 (2004), encontra-se atuando com base na Resolução nº 1.780 do CS, que estende o mandato até 15 de outubro de 2008.

A tropa brasileira integrante da Minustah está desdobrada em vários pontos da cidade de Porto Príncipe. A situação de estabilidade atingiu níveis aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos, sempre com a presença dos contingentes para garantir a necessária tranquilidade.

Participação Brasileira em Missões de Paz

O atual contingente brasileiro em missões de paz totaliza um efetivo de 1.200 militares, acrescido de 30 militares das Forças Armadas do Paraguai (Pelotão Paraguaio), que operam integrados ao contingente brasileiro, o qual continua sendo o maior efetivo entre os países contribuintes de tropa participantes da Minustah. O contingente brasileiro está assim composto: um Batalhão de Infantaria com 1.050 militares originários do Exército Brasileiro (824), da Marinha do Brasil (225) e da Força Aérea Brasileira (1), além de uma Companhia de Engenharia, também do Exército Brasileiro, com 150 militares.

Ressalte-se, ainda, que, com o objetivo de dar maior racionalização no emprego dos recursos e no desenvolvimento da doutrina das operações de paz, foi criado o Centro Combinado de Instrução de Operações de Paz.

Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

Foram realizadas quatro Operações Combinadas (Op Cbn), as quais possibilitaram o adestramento das Forças Armadas (MB, EB e FAB) no planejamento e na execução de operações, na avaliação de procedimentos operacionais de comando e controle, de apoio logístico e de comunicações e foram laboratórios valiosos para o aprimoramento da Doutrina Básica de Comando Combinado.

- Operação Solimões: realizada no período de 01 a 10 de agosto, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia, visou adestrar as Forças Armadas no planejamento e execução de Operações Combinadas, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia. O exercício mobilizou cerca de 4.400 militares em ações de adestramento combinado, envolvendo combate convencional em região de selva (operações ribeirinhas, aeromóveis e aeroterrestres), controle de área ribeirinha, coordenação e controle do espaço aéreo e interdição do apoio externo.
- Operação Albacora: realizada no período de 12 a 21 de setembro, na Região Sudeste, particularmente nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e na Bacia Petrolífera de Campos, no Atlântico Sul, sob comando único, atribuído ao Comandante de Operações Navais. A operação mobilizou cerca de 8.800 militares no adestramento combinado, realizando ações de superfície da Esquadra, defesa de porto, operações de retomada e resgate de plataforma de petróleo, assalto anfíbio, assaltos aeromóvel e aeroterrestre, além de ações aéreas de interdição e sustentação ao combate.
- Operação Pantanal: realizada no período de 11 a 20 de outubro, em área situada nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, adestrou as Forças Armadas no planejamento e execução de ações voltadas para a defesa de interesses nacionais e permitiu a experimentação doutrinária do Manual de Evacuação de Não-Combatentes, com a aplicação das técnicas e procedimentos propostos na referida publicação. Nessa operação, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Oeste, foram empregados cerca de 3.300 militares, intensificando, também, a presença das Forças Armadas na faixa de fronteira.
- Operação Charrua: realizada no período de 11 a 21 de novembro, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Sul, a área de operações abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as águas jurisdicionais brasileiras adjacentes à Região Sul do Brasil. A operação foi planejada e executada com fulcro na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos ao Oceano Atlântico e à Região Sul, tendo sido empregados cerca de 9.300 militares.

Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira

Por sua dimensão territorial, com um amplo espaço a ser defendido, o Brasil tem que contar com um sistema de defesa eficaz, baseado na interoperabilidade e interconectividade das suas Forças Armadas, bem como na capacidade de as mesmas atuarem de forma combinada, em sistemas integrados de logística e mobilização em uma força altamente qualificada. Deve dispor de forças armadas adequadas ao perfil geográfico do País, com os necessários atributos de alta mobilidade e leveza, capazes de atender, com rapidez e eficiência, quando solicitada, em qualquer parte do território nacional e das suas fronteiras. Com essa finalidade, os recursos da ação foram utilizados para complementar a aquisição dos meios necessários à realização das operações combinadas: Solimões e Pantanal.

COMANDO DA MARINHA

A Marinha do Brasil (MB) é uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República. De acordo com o estabelecido na Constituição Federal, destina-se, em conjunto com as demais Forças Armadas, à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Sua missão consiste em "preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria". Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais".

O ano de 2007 foi marcado pelo persistente quadro de restrições orçamentárias e, conseqüentemente, por dificuldades e óbices de diversas ordens, que dificultaram a manutenção e o preparo do Poder Naval Brasileiro. Medidas de economia severas tiveram de ser impostas e ocasionaram a postergação, o atraso ou a paralisação de importantes projetos e metas.

Dessa forma, permanece a necessidade urgente do aparelhamento da Marinha, tendo em vista que os meios operativos da Força apresentam severas degradações de desempenho, resultantes de mais de uma década das restrições supracitadas e dos naturais processos de envelhecimento e obsolescência do material.

Não obstante a atual conjuntura, a partir dos esforços de todos os setores, a Marinha foi capaz de alcançar significativas conquistas, com destaque para aquelas dos setores operativos e de segurança da navegação.

PROANTAR

Missão Antártica

Em setembro, foi concluída a Operação Antártica XXV, que envolveu a participação de 134 pesquisadores em 22 projetos de pesquisa distintos.

A Operação Antártica XXVI, iniciada em outubro, prestará apoio logístico a dezenove projetos de pesquisa nas áreas científica e ambiental e viabilizará o desenvolvimento, na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), de diversas atividades relacionadas ao Ano Polar Internacional, que se estenderá até março de 2009.

O Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, principal unidade da Marinha responsável por esse apoio logístico, e que permanecerá na Antártica até março de 2008, transporta material de pesquisa, itens para o reabastecimento da EACF e material destinado à continuação das obras de revitalização, bem como os tanques de aço inox que comporão o novo sistema de armazenamento de combustível daquela Estação.

Inicialmente constituída por oito containeres metálicos, a EACF conta hoje com mais de 2.300m² de área construída. Sua revitalização consiste na reconstrução e recuperação dos módulos que a compõem, abrangendo as instalações destinadas aos pesquisadores, aos laboratórios, e à melhoria dos sistemas de apoio às pesquisas.

Registrou-se a expressiva marca de 25 anos da presença brasileira na Antártica. Por promover e realizar pesquisas científicas e tecnológicas diversificadas e de alta qualidade naquela região, contando com a colaboração de diversos ministérios, universidades, empresas públicas e privadas. O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) se constitui em uma das grandes conquistas nacionais, proporcionando ao Brasil conhecimentos fundamentais sobre fenômenos naturais que afetam direta ou indiretamente a nossa população e que têm a sua

origem na região polar Antártica, viabilizando, também, a participação do Brasil nas decisões sobre o futuro daquele continente.

RECURSOS DO MAR

Manutenção da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo

No ano de 2007, o projeto de construção da nova Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) entrou em fase de execução. As edificações já foram instaladas em local considerado mais abrigado das fortes ondas que assolam o Arquipélago, propiciando maior segurança, redução dos investimentos de manutenção e ampliação na área vital, com maior conforto para os pesquisadores que integram as expedições científicas naquela remota região.

A nova ECASPSP estará em pleno funcionamento até março de 2008, sendo ocupada por quatro pesquisadores, e garantirá ao País a continuidade de importantes pesquisas, bem como uma área jurisdicional, em seu entorno, de 450.000 km² na qual o Estado brasileiro tem direito de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais lá existentes.

Foram firmados importantes convênios que propiciaram a aquisição do Navio-Hidroceanográfico Cruzeiro do Sul, que desempenhará a função de laboratório embarcado, bem como a aquisição de sistemas de imageamento do fundo do mar (sonar multi-feixe e acessórios), a serem instalados no Navio-Hidrográfico Sirius.

Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico

Merece destaque, neste Programa, a ação Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico, que alcançou 100% da meta inicialmente programada para o exercício. Os créditos consignados em lei na presente ação são de extrema relevância para a ampliação do conhecimento sobre as potencialidades do mar, possibilitando a consolidação de um sistema de monitoramento que subsidia a elaboração de previsões oceanográficas, de tempo, de clima e de eventos extremos no Oceano Atlântico Sul.

No mês de março, uma delegação brasileira, composta por diplomatas e especialistas da MB, da Petrobrás e da Comunidade Científica, fez uma apresentação à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas, na qual foram aprofundados os argumentos científicos e técnicos que serviram de base para a proposta de extensão do Limite da Plataforma Continental Brasileira.

PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL

Aprestamento das Forças Navais

O acompanhamento da conjuntura internacional e o desenvolvimento de novas tecnologias, particularmente no âmbito das operações navais, vêm sendo priorizado nos últimos exercícios, de forma a permitir a contínua preparação do Poder Naval, em sintonia com as modernas técnicas e táticas navais.

Com a finalidade de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado Estado de prontidão operativa, foram realizadas várias manobras militares pelas unidades da Esquadra, principal núcleo do Poder Naval brasileiro.

As unidades operativas da MB participaram de quatro Operações Combinadas: Operação Solimões, na área da Amazônia Ocidental; Operação Pantanal, nas áreas dos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná; Operação Albacora, no litoral dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; e Operação Charrua, nas áreas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e no Atlântico Sul. Os exercícios envolveram, fundamentalmente, disputas por áreas estratégicas e ações de guerra convencional para a evacuação de não-combatentes e para a defesa de patrimônio nacional no exterior, com apoio de ações aéreas. As Operações Combinadas contribuem para o incremento da interoperabilidade das Forças Armadas, e proporcionam a otimização dos recursos, a economia de meios, e o aperfeiçoamento da doutrina.

Os meios operativos (navios, aeronaves e tropas de fuzileiros navais) participaram também de operações que contaram com a participação de unidades de Marinhas Amigas, como Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, França, Panamá, Uruguai e Venezuela, entre outras. Tais operações propiciaram: a manutenção do nível de adestramento, a realização de ação de presença; a atualização dos documentos cartográficos;

a realização de levantamentos hidrográficos, a participação em exercícios de interdição marítima; e o aprimoramento dos procedimentos de busca e ataque a meios de superfície e submarinos.

Foram realizadas diversas comissões de adestramento e exercícios operativos. Tais comissões, além de representarem a presença do Estado nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, elevam o grau de prontidão e aprestamento das Forças Navais, possibilitando, também, a avaliação do desempenho das diversas unidades da Esquadra. Os navios da Esquadra também foram empregados em operações de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção naval e patrulha naval, em especial nas áreas das bacias de Campos e de Santos.

As atribuições subsidiárias impostas à Marinha do Brasil têm levado a um maior envolvimento com questões ambientais e humanitárias, traduzidas, principalmente, em atendimentos médicos e ações cívico-sociais nas regiões menos assistidas.

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de controle de tráfego fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de Navios de Assistência Hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes. Estas ações revestem-se de grande importância, pois, além de representar a presença do Estado em regiões cuja população vive isolada e carece de assistência regular de saúde, contribuem para a ampliação da visibilidade da presença da MB em pontos de grande interesse estratégico e reforçam a defesa dos interesses brasileiros nas hidrovias interiores.

As comissões que viabilizam o atendimento e a assistência hospitalar às populações ribeirinhas registraram a realização de cerca de 200.000 atendimentos. Igualmente importantes são os serviços de busca e salvamento que possibilitam o resgate de vítimas de acidentes ou incidentes com navios ou embarcações no mar e em águas interiores. Destaca-se, ainda, a participação da Marinha em ações de valorização da cidadania em parceria com a imprensa e outros órgãos, viabilizando, além do processo de inclusão social da população mais carente, a integração das comunidades locais com as Forças Armadas.

A Marinha realizou também a Operação Haiti IV, com o propósito de prover apoio logístico ao contingente brasileiro da Minustah (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti). O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti realizou vinte e seis operações de ajuda humanitária, destinadas à entrega de alimentos, medicamentos, roupas, calçados, material escolar e brinquedos, doados por instituições brasileiras a hospitais e orfanatos da região metropolitana de Porto Príncipe. Houve, ainda, o envio de observadores militares, de monitores internacionais em missões de desminagem e de militares para comporem Estados-Maiores de missões em diversos países.

Convém destacar que, para que os navios, submarinos, aeronaves e unidades operativas do Corpo de Fuzileiros Navais possam participar ativamente dessas operações, tais unidades precisam de ser mantidas. Essa necessária manutenção, até mesmo pela idade avançada da frota e do longo tempo em contínua operação, representa alto custo para a Força.

Manutenção dos Meios Operativos da Marinha

Os créditos destinados para fins de manutenção, consignados na LOA na ação Manutenção dos Meios Operativos da Marinha, representaram cerca de 28% do total consignado ao programa de Preparo e Emprego do Poder Naval, tendo sido possível, de um total existente de 352 unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, a manutenção de 298 delas, o que representou um percentual de realização física próximo a 85%.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

Modernização de Meios Aeronavais

Foi possível realizar a modernização de aeronaves UH-12, possibilitando o aumento de sua disponibilidade e confiabilidade e a recuperação das condições operacionais dos sistemas de seis navios-varredores da classe Aratu, visando à manutenção da sua capacidade operativa.

Modernização de Meios Navais

A modernização do Navio-Aeródromo (NAe) São Paulo, principal meio para execução do Controle de Área Marítima, de Operações de Ataque e de Defesa Aeroespacial de uma Força Naval teve continuidade. Foram executadas obras de grande vulto e modernizações em importantes sistemas do navio, como por exemplo: as turbinas de propulsão, caldeiras, sistema de geração de energia, equipamentos eletrônicos de

detecção e comunicação, obras estruturais em conveses internos e externos, catapultas, bem como a substituição de cerca de 2.000m de redes de água, vapor e combustível do navio.

Quanto às modernizações de unidades operativas já existentes, foram realizados os estudos para a modernização das Fragatas Classe Greenhalgh, Corvetas Classe Inhaúma, Navio Desembarque Doca (NDD) Ceará, de helicópteros de ataque e de Navios-Hidrográficos. Foi dado também prosseguimento ao processo de modernização dos Submarinos Classe Tupi e Tikuna.

Diversas outras atividades relacionadas à modernização de unidades operativas foram desenvolvidas. Merecem ênfase: a revitalização dos sistemas de comunicações dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, com a substituição dos equipamentos obsoletos; a produção e a instalação dos Sistemas de Controle da Propulsão e de Controle de Avarias; a aquisição de Unidades de Resfriamento de Água (URA) para as Fragatas Classe Niterói; e a obtenção dos motores de propulsão e dos grupos diesel-geradores dos Navios Patrulha Fluviais da Classe Pedro Teixeira.

Outro aspecto que merece destaque foi a realização, com sucesso, das manobras de LOAD-IN e LOAD-OUT (colocação e retirada de submarino do interior da oficina de construção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro). Tais manobras, realizadas com o Submarino Timbira durante o seu período de manutenção, além de facilitarem o reparo dessas unidades, representam um ponto de inflexão na construção de submarinos, tendo em vista que, até o presente momento, tal processo consistia em montar seções do casco na oficina e, em seguida, transportá-las para um dique flutuante, para a sua posterior união. De posse dessa capacitação, a MB poderá realizar a manutenção e a construção de submarinos integralmente dentro da oficina, reduzindo custos e prazos.

Aquisição de Meios de Fuzileiros Navais

Foram adquiridas seis Viaturas Blindadas para Transporte de Pessoal (VBTP) e uma VBTP-Socorro, para serem empregadas pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti (GptOpFzNavHaiti). Foram recebidas as primeiras quatro viaturas.

Aquisição de Meios Navais

O Comando da Marinha deu prosseguimento a diversos projetos voltados para a recuperação do Poder Naval, destacando-se, dentre eles, a continuidade da construção da Corveta Barroso, a qual é dotada de sistema de combate integralmente concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras.

Na busca por soluções para recuperar e modernizar a base material do Poder Naval, foram adquiridas duas unidades navais por oportunidade: o Navio Hidroceanográfico (NHo) Cruzeiro do Sul, que funcionará como um laboratório embarcado, contribuindo para reduzir as deficiências de apoio à pesquisa no mar; e o Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) Garcia D'Avila, que conferirá versatilidade, mobilidade e capacidade de permanência ao Poder Naval, dadas suas características que permitem o transporte de tropa e material à longa distância, necessários à projeção de poder sobre terra e à participação em missões de paz ou humanitárias.

Foi dada continuidade à construção de um Navio-Patrulha de 500ton, tendo sido iniciada, também, a construção de uma segunda unidade. Os Navios-Patrulha, além de serem empregados na proteção do imenso patrimônio nacional nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, podem ser utilizados em tarefas relacionadas à implementação de leis e regulamentos e à salvaguarda da vida humana no mar; busca, socorro e salvamento; fiscalização da pesca predatória; prevenção da poluição hídrica; combate aos crimes transnacionais e ao terrorismo internacional; em ações de Defesa Civil; e em apoio aos órgãos governamentais. Neste exercício, foi aprovada também a criação de ação específica destinada a suportar a construção de outros doze Navios-Patrulha Oceânicos em estaleiros nacionais.

TECNOLOGIA DE USO NAVAL

Construção do Protótipo de Reator Nuclear

Apesar das restrições orçamentárias nos últimos exercícios terem mantido o Programa Nuclear da Marinha (PNM) em Estado vegetativo, foi possível dar continuidade, embora ainda de forma reduzida, às atividades relacionadas ao Ciclo do Combustível Nuclear e ao Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene).

Com relação ao Labgene, destaca-se a revisão de itens do Relatório Preliminar de Análise de Segurança (para atendimento de parte das exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN), a conclusão dos memoriais de cálculo e a análise de tensões de equipamentos. Vale ressaltar, também, a retomada da

construção dos prédios do reator, das turbinas e da contenção do Labgene e a fabricação de sensores inerciais para a Petrobrás.

No que diz respeito à Unidade de Hexafluoreto de Urânio (Usex), destaca-se a conclusão e a revisão de projetos de engenharia de equipamentos, máquinas de transporte e tubulação da maquete eletrônica. Ressalta-se, também, a produção, em escala laboratorial, de Hexafluoreto de Urânio (UF₆), e o enriquecimento de urânio para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), destinado às usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ).

Pesquisa e Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear

Além de executar serviços para a INB, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo é responsável pelas produções pioneiras: em escala laboratorial, de matéria-prima utilizada em blindagem balística leve; e, em escala semi-industrial, de combustível nuclear avançado, empregado nas usinas nucleares modernas, bem como pela produção de cerâmicas destinadas aos setores industrial e petrolífero.

Com o aproveitamento do arrasto tecnológico obtido no desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha (PNM), foram firmados convênios e contratos entre a Marinha e órgãos do Governo Federal, empresas públicas e da iniciativa privada, nas diversas áreas afetas ao PNM, destacando-se o acordo com a INB, no qual a Marinha prossegue construindo e comissionando ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de Urânio, que produzirão os elementos combustíveis para utilização das usinas nucleares de Angra.

Com o aporte de recursos, a partir do segundo semestre foram retomadas as atividades licitatórias para o Labgene e para a Usex. Encontra-se em andamento no Labgene os procedimentos licitatórios referentes à fabricação, montagem, fornecimento de equipamentos, sistemas e obras civis; contratação de serviços de engenharia; fabricação dos geradores de vapor; projeto de detalhamento de sistemas; e preservação de equipamentos já armazenados. Na Usex, realizou-se a revisão de projetos e os procedimentos licitatórios para aquisição de equipamentos e serviços e obras de pequena monta, além da revisão do Relatório Final de Análise de Segurança.

Acima de tudo, convém salientar que o Programa Nuclear da Marinha é de importância estratégica para o País, uma vez que apresenta inegáveis benefícios nas áreas tecnológica e social a partir do desenvolvimento de novos sistemas e materiais, contribuindo para a diversificação da matriz energética brasileira.

ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

Capacitação de Oficiais da Marinha

Os resultados foram obtidos em conformidade com o planejado para a ação, considerando-se o montante de recursos orçamentários disponibilizados. Foi possível dar continuidade a um processo progressivo de qualificação do pessoal da Marinha, desde a formação inicial, até os níveis mais elevados, visando o provimento de conhecimento básico, profissional e militar-naval necessários ao cumprimento da missão constitucional da Força.

Na busca permanente pelo aprimoramento do ensino, foram realizadas conferências que tiveram a participação de palestrantes de renome internacional, especializados em temas afetos à política, estratégia e relações internacionais. Tais eventos foram abertos à participação de oficiais, da ativa e da reserva, e instituições acadêmicas. Foram realizadas diversas palestras para os cursos de altos estudos militares da Escola de Guerra Naval (EGN), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar) e Escola Superior de Guerra (ESG).

Dentro do planejamento para a melhor qualificação do corpo docente da Escola Naval, foi incentivada a participação de docentes da Instituição em diversos eventos, com destaque para os Congressos Internacionais sobre Formação de Professores e Prática Pedagógica e de Avaliação na Educação.

Entre as metas realizadas, destacam-se: a realização do curso "Master of Business Administration (MBA)", do Instituto Coppead de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppead/UFRJ, nos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores; diversos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, que qualificaram os militares para o desempenho dos diferentes cargos e funções no âmbito da Marinha; e a formação de pilotos no Programa de Cursos de Asa Fixa na Academia da Força Aérea Brasileira (FAB) e na Marinha Americana.

No Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da EGN foram ministradas preleções e palestras sobre a Política de Defesa Nacional, Política Militar de Defesa e, particularmente, sobre assuntos afetos ao Poder Naval. De ampla abrangência, tiveram os propósitos de: debater aspectos relevantes da política naval

relacionados com o preparo e a aplicação do Poder Naval brasileiro; identificar fluxos decisórios e responsabilidades relativas ao planejamento estratégico em situações de paz, crise e conflito armado; e examinar os atuais recursos materiais empregados nas operações navais, seu Estado atual no Brasil e a situação do desenvolvimento científico e tecnológico aplicado aos meios navais e às inovações previstas.

Além da participação de pessoal da MB em 41 cursos/estágios no exterior, duzentos cursos em entidades civis brasileiras e 126 no Exército Brasileiro (EB) e na FAB, foi realizado o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a MB e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de representantes das Marinhas da África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Estados Unidos da América, França, México, Namíbia, Paraguai, Peru e Venezuela.

Foi realizada, ainda, a montagem de laboratórios de informática em diversas unidades militares, que possibilitaram a aplicação de cursos na modalidade de Ensino a Distância, propiciando a superação de limitações geográficas, redução de custos e uma re-qualificação sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina.

SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

Registro e Fiscalização de Embarcações

Com o propósito de contribuir para a segurança da navegação, para a salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e para a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a MB realizou 44.700 vistorias em embarcações nacionais e estrangeiras, incluindo plataformas de exploração e produção de petróleo (número quase 50% superior à previsão inicial do exercício), o que representou um acréscimo percentual de 94% em relação ao ano de 2006.

A cada dia, controlar o tráfego de embarcações nas Águas Jurisdicionais Brasileiras reveste-se de maior importância, não só para prever e gerenciar as movimentações portuárias mas, também, possibilitar a prevenção e a repressão a ilícitos penais como o contrabando, o tráfico de drogas e armas, a imigração ilegal e o roubo armado.

Para proporcionar a necessária integração entre os segmentos interessados no tráfego marítimo e, em consonância com as resoluções adotadas no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO), deu-se seguimento à implantação do Centro Nacional de Dados para Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância.

Os dados coletados chegam ao Centro por meio do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), destinado ao acompanhamento contínuo das operações de pesca desenvolvidas pelas embarcações brasileiras e estrangeiras arrendadas a empresas brasileiras, pelas ações de Patrulha e Inspeção Naval e pelos equipamentos de Identificação Automática (AIS) instalados em pontos da costa e em navios da MB. O aprimoramento da capacidade do Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo em receber informações e acompanhá-las automaticamente, permite o aumento da capacidade de acompanhamento do tráfego marítimo, possibilitando uma melhor fiscalização do mar e águas interiores e a salvaguarda da vida humana no mar.

Ensino Profissional Marítimo de Nível Superior e Ensino Profissional Marítimo de Nível Médio

A MB formou 273 Oficiais para a Marinha Mercante e ofereceu centenas de cursos do Ensino Profissional Marítimo, capacitando mais de 20 mil portuários e aquaviários, meta esta, entretanto, cerca de 30% inferior a que havia sido planejada. O fato é que a MB não vem conseguindo atualizar as instalações destinadas à formação do pessoal da Marinha Mercante, principalmente no que se refere às novas tecnologias, estejam elas embarcadas nos navios mais modernos já em uso ou naqueles encomendados pela frota nacional.

Hidrografia e Cartografia Náutica

Foi assinado o Instrumento de Cooperação com o Centro Internacional de Cartas de Navegação Eletrônica para distribuição mundial das nossas cartas eletrônicas. Foram atualizadas e disponibilizadas na Internet para download gratuito e uso dos navegantes em geral, dezenas de “Cartas Náuticas Eletrônicas Raster”, reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como de grande importância para a segurança no mar e para a proteção do meio ambiente marinho.

No que se refere à questão ambiental, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) e o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) foram credenciados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) como órgãos emissores de Laudo Técnico Ambiental nos casos de incidentes de derramamento de óleo e seus derivados em Águas Jurisdicionais Brasileiras. O documento identificará a dimensão do dano ambiental e as consequências para o meio ambiente, decorrentes de uma eventual infração cometida. Sua emissão permitirá que o Agente da Autoridade Marítima disponha de um instrumento que agiliza e amplia a sua atuação institucional, no sentido de fiscalizar, aplicar sanções, controlar e prevenir a poluição nas águas sob jurisdição nacional, em proveito da legislação ambiental brasileira.

Sinalização Náutica

A Marinha manteve operando os quase 1.200 sinais náuticos sob sua responsabilidade e prestou atendimento a mais de 130 ocorrências de Socorro e Salvamento, tendo realizado oito exercícios nacionais e internacionais de Controle do Tráfego Marítimo.

Não obstante sua relevância para a salvaguarda da vida humana no mar, uma sinalização náutica adequada tem grande importância econômica para o País. Vias navegáveis bem sinalizadas e bem cartografadas, previsões meteorológicas e oceanográficas tempestivas e de comprovada confiabilidade inspiram maior confiança, contribuindo para a redução dos preços dos seguros das cargas e dos próprios navios, diminuindo, conseqüentemente, os custos dos fretes marítimos.

Assim, por meio da execução de atividades hidrográficas, cartográficas, oceanográficas, meteorológicas e de sinalização náutica, a Marinha disponibiliza as informações necessárias a uma navegação segura, em contribuição à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança da navegação e ao desenvolvimento da cartografia marítima, cumprindo compromissos internacionais assumidos pelo País e contribuindo para a redução do “Custo Brasil” e para a defesa do imenso patrimônio marítimo, fluvial e lacustre.

COMANDO DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro tem a missão, juntamente com as demais Forças Singulares, de assegurar a defesa da Pátria e a garantia dos Poderes Constitucionais, da lei e da ordem e de contribuir para a dissuasão de ameaças à soberania, à integridade territorial, ao patrimônio e aos interesses vitais do Brasil. A prioridade atualmente dada à Amazônia e às nossas fronteiras evidencia sobremaneira algumas dessas missões destinadas à Força Terrestre (F Ter).

Apesar das dificuldades, as ações desenvolvidas pela Força Terrestre, em harmonia com os macro-objetivos preconizados na Lei do Plano Plurianual (PPA), contribuíram para manter o poder de dissuasão da Força, baseado principalmente na qualidade e no espírito de cumprimento de missão de seus integrantes. Ênfase deve ser dada às atividades do Exército na região Amazônica, consolidando a presença do Estado naquela área, intensificando a vigilância das fronteiras e fortalecendo a integração da população civil ao cenário nacional.

Para o cumprimento de sua missão constitucional, o Exército conta, prioritariamente, com dois programas que integram o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, Preparo e Emprego da Força Terrestre e Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro.

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

Para atender a sua destinação constitucional, é necessário que o Exército disponha de uma Força Terrestre devidamente aprestada, com recursos humanos adestrados e com meios logísticos apropriados e em condições de serem empregados, em qualquer área estratégica do território nacional, com eficiência, eficácia e grau de presteza adequado às exigências da situação.

O programa destina-se ao preparo e emprego da Força Terrestre, visando o cumprimento do estabelecido na Constituição Federal e em leis complementares. Tem como objetivos: capacitar a Força Terrestre para atuar como eficaz instrumento de combate nos âmbitos interno e externo; valorizar os recursos humanos; ampliar a projeção do Exército no concerto internacional e a sua aproximação com os demais exércitos; desenvolver uma doutrina dinâmica, moderna e ajustada à realidade brasileira; preservar a imagem do Exército junto à opinião pública e sensibilizar a sociedade quanto à importância da Instituição para o País.

A Lei Orçamentária Anual (LOA)/2007, acrescida dos créditos adicionais, autorizou despesas no valor de R\$ 652.623.176,00 para a implementação das ações do Preparo e Emprego da Força Terrestre, o que

significou uma redução da ordem de R\$ 27.184.611,00 em relação à LOA/2006. Daquele valor, foi autorizado o montante de R\$ 617.422.687,00, que foi totalmente empenhado. Desse total, foi liquidado, em 2007, o valor de R\$ 463.743.649,00, correspondendo a 71,06%.

Confrontando a meta financeira com o índice da taxa de preparo do efetivo militar alcançado, pode-se afirmar que os resultados obtidos pelo programa foram compatíveis com os recursos disponibilizados no exercício de 2007.

META FINANCEIRA DO PROGRAMA

PROGRAMA	LOA + CRÉDITO	REALIZADO	% EXECUÇÃO
PREPARO E EMPREGO	652.623.176,00	463.743.649,00	71,06

Fonte: SIGPlan – 29.01.2008

META FÍSICA DO PROGRAMA

PROGRAMA	INDICADOR DO PROGRAMA	META AO FINAL DO PPA 2004-07	META PREVISTA PARA 2007	META ATINGIDA EM 2007
PREPARO E EMPREGO	Taxa de Preparo do Efetivo Militar	53,00	53,00	53,00

Fonte: SIGPlan – 29.01.2008

Dentro desse contexto, o programa Preparo e Emprego da Força Terrestre, por meio das ações que o compõem, visa, também, tornar a Força Terrestre um verdadeiro instrumento dissuasório. Os principais resultados obtidos foram:

Manutenção e Suprimento de Munições

O planejamento buscou contemplar todas as Organizações Militares (OM). Entretanto, o atendimento foi limitado devido ao fato de os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) atenderem, em média, somente a 15% das necessidades da Dotação de Munição Anual. Houve aporte de crédito extraordinário de R\$ 32.647.095,00, diminuindo a problemática relacionada ao estabelecimento de estoque de munição. Ainda que se tenha configurado esse quadro de restrição orçamentária, destacam-se as aquisições de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de tiros para armamento leve e de 4.500 (quatro mil e quinhentos) tiros para armamento pesado; a recuperação de 200 (duzentos) foguetes do Sistema Astros II; e a implantação do calorímetro por fluxo de calor na 12ª RM (Manaus).

Alimentação de Pessoal

Foram relevantes a aquisição de gêneros para o preparo e o fornecimento de 47.000.000 (quarenta e sete milhões) de refeições; a manutenção de instalações, máquinas e equipamentos de quinze órgãos provedores; e o estabelecimento de um estoque de segurança de, aproximadamente, 150 (cento e cinquenta) dias.

Manutenção e Suprimento de Fardamento

Destaca-se a aquisição de 51(cinquenta e um) itens de fardamento, garantindo o provimento necessário ao Exército Brasileiro.

Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes

Ressalta-se a aquisição de 19.665,798 m³ de combustível, a fim de atender às demandas por transporte terrestre e fluvial da Força Terrestre.

Manutenção e Suprimento de Material Bélico

A junção das funções de manutenção e suprimento de material bélico em uma única Diretoria vem permitindo sucesso no gerenciamento da ação, o emprego eficiente dos recursos e o acompanhamento eficaz da execução da manutenção dos diversos materiais de emprego militar (MEM), que é o objetivo principal desta ação. No que tange à meta física, essa foi atingida na plenitude, sendo as 510 organizações militares atendidas. Sobre a meta financeira, verifica-se que 99% do crédito foi empenhado, demonstrando excelência administrativa dos agentes.

Manutenção e Suprimento de Material de Aviação

Foram efetuadas as aquisições voltadas para atender às necessidades de manutenção, previstas em calendário, de 05 (cinco) aeronaves HA-1 Esquilo e de 02 (duas) aeronaves HM-1 Pantera e de 10 (dez) motores de aeronaves. Foram adquiridos cerca de 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil) litros de querosene de aviação, possibilitando que se cumprissem cerca de 12.000 (doze mil) horas de voo. Particularizando a Função Logística Manutenção, a referida ação possibilitou, ainda, a revisão geral em 12 (doze) módulos das aeronaves da Aviação do Exército; a recuperação de 01 (uma) caixa de transmissão principal da aeronave HM-1 Pantera; a manutenção dos diversos sistemas informatizados da Aviação; a contratação de serviços de manutenção, com aplicação de peças e componentes de fabricação da Eurocopter; o pagamento de compromissos contratuais de serviços de assistência técnica e de apoio logístico para 04 (quatro) helicópteros Black Hawk S-70A-36; o pagamento de compromissos contratuais de serviços de instalação de sistema de imagem de visão noturna (SIVN) em 05 (cinco) aeronaves AS 550 A2 – FENNEC; e a contratação de serviços de manutenção em itens reparáveis de aviação. Objetivando ampliar a capacidade operacional e a segurança de voo, foram adquiridos, ainda, equipamentos de proteção, segurança e socorro, bem como peças e acessórios de proteção ao voo e equipamentos, peças e acessórios marítimos.

Manutenção e Suprimento de Material de Intendência

Adquiriram-se 2.100 (dois mil e cem) armários de aço, 2.100 (dois mil e cem) colchões de espuma, 388 (trezentos e oitenta e oito) barracas de campanha, 100 (cem) beliches militares, 24.000 (vinte e quatro mil) talheres articulados, 23.000 (vinte e três mil) canecos, 25.000 (vinte e cinco mil) cantis, 20.000 (vinte mil) estojos para carregador de fuzil, 10.000 (dez mil) mochilas de assalto, 2.000 (duas mil) mochilas de média capacidade, 1.500 (mil e quinhentas) mochilas de grande capacidade, 20.000 (vinte mil) ponchos, 2.000 (duas mil) pás articuladas com estojo e 1.000 (mil) sacos de dormir e outros artigos militares que compõem o fardo aberto.

Capacitação Operacional da Força Terrestre

Merece relevância a realização de diversificados exercícios operacionais, que atestaram a determinação do Exército Brasileiro em desenvolver não apenas a capacidade operacional de seus integrantes nas áreas estratégicas do País, como também a necessidade de levar a presença do Estado às comunidades carentes que habitam essas áreas, por meio de Ações Cívico-Sociais (Aciso). Em 2007, foram os seguintes exercícios operacionais realizados:

- Operação Timbó V: exercício previsto no programa de adestramento em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), conduzido pelo Comando Militar da Amazônia, oportunidade em que foram realizadas ações de patrulha, vigilância e reconhecimento de áreas críticas previamente selecionadas em levantamentos de inteligência, empregando suas três brigadas, a fim de atualizar os planejamentos de defesa e colher subsídios operacionais, logísticos e de comando e controle.
- Operação Guaporé II: exercício previsto no programa de adestramento avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, conduzido pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva, visando adestrar a Força de Ação Rápida Regional de Rondônia. Seu conceito baseou-se na salvaguarda da integridade física de brasileiros residentes em outro país, bem como na conquista de uma faixa de segurança que permita o retorno dos mesmos ao Brasil.
- Operação Pacajá: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, no Estado do Pará, conduzido pela 8ª Região Militar/8ª Divisão de Exército.
- Operação Roraima: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, voltado para a defesa externa, conduzido integralmente no Estado de Roraima. Teve por objetivos adestrar as unidades militares da guarnição de Boa Vista – RR, discutir aspectos doutrinários e adestrar os estados-maiores no planejamento e na condução de operações daquela natureza.
- Operação Cucuf: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, conduzido pela 2ª Brigada de Infantaria de Selva na região da Cabeça do Cachorro (AM). Teve por objetivo adestrar as unidades daquela brigada na realização de uma Marcha para o Combate Fluvial.
- Operação Cacunaca: exercício previsto no Programa de Adestramento Básico, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, conduzido pela 16ª Brigada de Infantaria de Selva, na Amazônia Ocidental. Tratou-se de um exercício previsto na hipótese de resistência, no qual foram cumpridos os objetivos de adestramento previstos para as unidades de infantaria de selva, adaptados para frações.

- Operação Domingos Samboceti II: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, voltado para a defesa externa, conduzido em Humaitá - AM. Teve por objetivos adestrar o 4º Batalhão de Infantaria de Selva, agindo como Força Oponente (FOROP), e o 54º Batalhão de Infantaria de Selva, numa manobra de dupla ação em um quadro de ações de resistência.
- Operação Garra: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar da Amazônia, conduzido pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva. Tratou-se de um exercício previsto na hipótese de resistência, onde foi dada prioridade para as atividades de comando e controle, inteligência, logística e ações de pequenas frações, tendo por base doutrinária a Doutrina Gama. O efetivo foi de 1050 (um mil e cinquenta) militares e foi realizado ao longo da rodovia BR 230, no Estado do Pará.
- Operação Membeca: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Leste, na região de Resende-RJ, conduzido pela 1ª Divisão de Exército, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos de uma Marcha para o Combate e de um Ataque Coordenado no escalão divisão, oportunidade em que foram executadas ações táticas dentro de um quadro de defesa externa, como infiltração, ataque noturno, travessia de curso d'água e assalto aeromóvel. Contou com a participação de aeronaves dos batalhões de aviação do Exército (BAvEx), 34 (trinta e quatro) militares da Brigada de Infantaria Páraquedista do Exército Argentino. O efetivo total empregado foi de cerca de 3.000 (três mil) militares.
- Operação Guapimirim: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de Garantida da Lei e da Ordem (GLO) do Comando Militar do Leste, conduzido pela 1ª Divisão de Exército no Estado do Espírito Santo, em um cenário de normalidade jurídica, sem a aplicação de medidas de exceção constitucionais.
- Operação Itapecuru: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Nordeste, realizado na região de São Mateus-MA, conduzido pela 10ª Região Militar, com tropa no terreno. Essa operação teve por objetivo adestrar a Força Guararapes. O efetivo empregado foi em torno de 650 (seiscentos e cinquenta) militares.
- Operação Sertão: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Nordeste, realizado na região da Serra de Itabaiana-BA, conduzido pela 6ª Região Militar, com tropa no terreno. Essa operação teve por objetivo adestrar o Batalhão de Operações Especiais e testar seu módulo logístico. O efetivo foi de cerca de 500 (quinhentos) militares e teve apoio de elementos da Polícia Militar da Bahia, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.
- Operação Serra Branca: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Nordeste, realizado em Garanhuns-PE, conduzido pela 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, com tropa no terreno. Essa operação teve por objetivo capacitar a brigada em operações de GLO e testar o Plano de Segurança Integrada-Maré, daquele comando militar de área. O efetivo empregado foi em torno de 800 (oitocentos) militares.
- Operação Felipe Camarão I: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Nordeste, realizado em Natal-RN, conduzido pela 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, com tropa no terreno. Essa operação teve por objetivo testar as estruturas de comando e controle e a organizacional do 46º Batalhão de Infantaria Motorizado, que se fez presente com o efetivo de 250 (duzentos e cinquenta) militares.
- Operações Mata Atlântica, Pedra do Cavalo e Serra: exercícios previstos no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Nordeste. Foram conduzidos pela 6ª Região Militar, com tropa no terreno dos 28º e 29º Batalhões de Caçadores e do 35º Batalhão de Infantaria. O efetivo empenhado foi em torno de 450 (quatrocentos) militares, atuando em áreas próximas aos seus aquartelamentos. Os exercícios objetivaram adestrar as subunidades de operações especiais naquele tipo de operações.
- Operações Cadeado e Atalaia: exercícios previstos no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Oeste, compreendendo atividades de patrulhamento fluvial, de postos de bloqueio e controle de estradas e fluviais, bem como reconhecimentos de áreas sensíveis e levantamentos operacionais na faixa de fronteira. Envolveram a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada e a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, empregando cerca de 400 (quatrocentos) militares.
- Operação Agulhas Negras: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sudeste, na região de Lorena-SP, conduzido pela 2ª Divisão de Exército, com tropa no terreno, com o objetivo de executar os planejamentos de um assalto aeromóvel, uma junção e um ataque coordenado com transposição de curso d'água, contando com o apoio da Aviação do Exército. Participaram 39

(trinta e nove) organizações militares, empregado cerca de 4.000 (quatro mil) militares, 350 (trezentas e cinquenta) viaturas militares, além de 200 (duzentas) horas de voo da Aviação do Exército.

- Operação de GLO da 2ªDE: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO do Comando Militar do Sudeste, realizado em várias cidades do interior do Estado de São Paulo, conduzido pela 2ª Divisão de Exército, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos da 2ª Divisão de Exército para o emprego da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), da 11ª Brigada de Infantaria Leve, da Brigada de Artilharia Antiaérea e do Comando de Aviação do Exército nas operações de GLO dentro do contexto de normalidade constitucional. Contou com a participação de 30 (trinta) unidades e um efetivo em torno de 4.000 (quatro mil) militares, de 250 (duzentas e cinquenta) viaturas, além de 50 (cinquenta) horas de voo da Aviação do Exército.
- Operação Fênix: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado das unidades de Artilharia Antiaérea do Comando Militar do Sul, realizado na região do Balneário de Cassino, em Rio Grande-RS, conduzido pelas 3ª e 6ª Divisões de Exército, com tropa no terreno. Teve como objetivo avaliar os estudos de situação e os planejamentos de defesa antiaérea, com a execução do tiro real das unidades de artilharia antiaérea, sob coordenação da Artilharia Divisionária da 6ª DE. O quadro tático foi de defesa externa e o exercício contou com o apoio da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil, em ações de patrulhamento aéreo e marítimo na região de operações. Participaram 10 (dez) unidades, totalizando um efetivo de 800 (oitocentos) militares.
- Operação Farroupilha: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região do Campo de Instrução de Butiá, no Estado do RS, conduzido pela 6ª DE, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos da 6ª DE em uma marcha para o combate, em uma junção e em um ataque coordenado com transposição de cursos d'água. Participaram com um efetivo envolvido de 1.800 (mil e oitocentos) militares, de 150 (cento e cinquenta) viaturas, além de horas de voo das aeronaves da FAB.
- Operação Três Barras: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região do Campo de Instrução de Marechal Hermes em Três Barras-SC, conduzido pela 5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada em uma marcha para o combate, em uma ação retardadora e um ataque coordenado com transposição de curso d'água. Participação de 20 (vinte) unidades militares, com um efetivo de 1.800 (mil e oitocentos) militares, de 180 (cento e oitenta) viaturas, além de horas de voo das aeronaves da Aviação do Exército.
- Operação Pronta Resposta: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região do Campo de Instrução Barão de São Borja (Saicã)-Rosário do Sul-RS, conduzido pelas unidades da Força de Intervenção "Pátria" (Foripátria), realizado com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos das brigadas em uma marcha para o combate e ataque coordenado com transposição de curso d'água. Participaram 20 (vinte) unidades militares, com um efetivo de 1.700 (mil e setecentos) militares e de 170 (cento e setenta) viaturas.
- Operação Butiá: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região do Campo de Instrução de Butiá, no Estado do Rio Grande do Sul, conduzido pelas unidades da 3ª DE, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos das brigadas em uma marcha para o combate e ataque coordenado com transposição de curso d'água. Participaram 30 (trinta) unidades militares, com um efetivo de 2.200 (dois mil e duzentos) militares e de 230 (duzentos e trinta) viaturas.
- Operação Centauro: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região de Bagé e Dom Pedrito-RS, conduzido pela 6ª Divisão de Exército, com tropa no terreno. Teve como objetivo executar os planejamentos dos regimentos de cavalaria mecanizado da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, executando uma marcha para o combate com deslocamento de seus meios de uma zona de reunião, para buscar o contato com uma força de cobertura oponente, seguida de uma ação retardadora até o acolhimento. Participaram 20 (vinte) unidades militares, com um efetivo de 1.800 (mil e oitocentos) militares, de 180 (cento e oitenta) viaturas, além das horas de voo das aeronaves da Aviação do Exército.
- Operação Fronteira Sul: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, na área do Comando Militar do Sul, realizado em várias cidades do interior dos Estados da Região Sul. Teve como objetivo executar os planejamentos das brigadas nas operações de GLO, dentro do contexto de normalidade constitucional. Dividiu-se em 2 (duas) fases: a primeira de operações de inteligência e a segunda com o emprego de tropa em postos de apoio à repressão de ilícitos na fronteira, em coordenação com órgãos federais e estaduais. Participaram 30 (trinta) unidades militares, com um efetivo em torno de 2.000 (dois mil) militares, de 200

(duzentas) viaturas do Exército, além de mais de 50 (cinquenta) viaturas da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, além de 25 (vinte e cinco) horas de voo de aeronaves da Aviação do Exército, na faixa de fronteira do Comando Militar do Sul.

- Operação Silva Paes: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO, realizado na área do Comando Militar do Sul, na região de Tubarão-SC, com tropa no terreno, envolvendo a Força de Contingência (Focon) Cruzeiro do Sul, no âmbito da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada. Teve como objetivo executar os planejamentos da brigada nas operações de GLO, dentro do contexto de normalidade constitucional. Participaram 10 (dez) unidades militares, com um efetivo de cerca de 500 (quinhentos) militares, de 700 (setecentas) viaturas, além de 10 (dez) horas de voo de aeronaves da Aviação do Exército.
- Operação Coroa IV: exercício previsto no Programa de Adestramento Avançado, realizado na área do Comando Militar do Planalto, na região do Campo de Instrução de Formosa (Formosa-GO), conduzido pela 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, com tropa no terreno. Teve como objetivo testar os planejamentos daquela brigada em um ataque coordenado com aproveitamento do êxito. Participaram 10 (dez) unidades militares, com um efetivo de 1.000 (hum mil) militares, de 100 (cem) viaturas, além de elementos mobilizados (pelotão).
- Operação Cerrado: exercício previsto no Programa de Adestramento em operações de GLO, realizado pelo Comando Militar do Planalto, em várias cidades do entorno do Distrito Federal, com tropa no terreno. Esse exercício consistiu do acionamento/aprestamento de parte dos elementos integrantes da Força de Contingência Brasília e posterior deslocamento para região do Campo de Instrução de Formosa (Formosa-GO), dentro de um quadro tático de GLO, com ações de quadro de operações continuadas, no contexto de normalidade constitucional. Participaram 15 (quinze) unidades militares, com um efetivo em torno de 2.000 (dois mil) militares, de 80 (oitenta) viaturas, além de mais de 20 (vinte) horas de voo de aeronaves da Aviação do Exército.

PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (PRAEB)

O Praeb tem por objetivo reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa terrestre. Esse Programa é empregado na aquisição de materiais de emprego militar (MEM) necessários ao cumprimento das missões das Organizações Militares (OM), dotando a Força Terrestre de material moderno e compatível com os diversos ambientes operacionais existentes no território brasileiro.

O prosseguimento da execução do Praeb foi seriamente prejudicado em virtude da reduzida dotação orçamentária, destinada a investimentos. A insuficiência de recursos não permitiu a consecução integral do preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo o principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, do alcance dos resultados fixados para o Programa.

Assim, a insuficiência dos recursos não permitiu a consecução integral do reaparelhamento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo o principal fator de limitação ao atendimento das metas físicas fixadas para o Programa.

META FINANCEIRA DO PROGRAMA

PROGRAMA	LOA + CRÉDITO	REALIZADO	% EXECUÇÃO
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	171.004.191,00	131.031.139,00	76,62

Fonte: SIGPlan – 29.01.2008

META FÍSICA DO PROGRAMA

PROGRAMA	INDICADOR DO PROGRAMA	META AO FINAL DO PPA 2004-07	META PREVISTA PARA 2007	META ATINGIDA EM 2007
REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	Taxa de Reaparelhamento e Adequação do Exército	9,5	9,5	8,47

Fonte: SIGPlan – 29.01.2008

No ano de 2007, a Lei Orçamentária Anual (LOA) disponibilizou recursos no valor de R\$ 171.004.191,00 para as diversas ações do Praeb, conforme consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), sendo que, para as ações que são enfatizadas a seguir coube o valor de R\$ 99.275.000,00.

Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército

A ação foi concebida para proporcionar à Força Terrestre a recomposição das necessidades essenciais em materiais e equipamentos em suas respectivas classes de suprimento. Os recursos disponibilizados foram empregados para reequipar os principais módulos operacionais, com ênfase para as classes de aeroterrestre, intendência, motomecanização e comunicação, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar a sua capacidade operacional e motivar seus recursos humanos.

Registre-se que, planejada para ser executada em três anos (2002 a 2004), com desembolso anual de R\$ 223,6 milhões, envolvendo um total de recursos da ordem de R\$ 670 milhões. Até o final de 2007, a ação foi contemplada com apenas R\$ 368 milhões.

A insuficiência dos limites orçamentários em 2007 influiu negativamente na consecução dos objetivos previstos, causando sérias dificuldades para o prosseguimento da *Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército*.

Aquisição de Meios Terrestres

Criada para proporcionar à Força Terrestre a aquisição de material de emprego militar e outros bens móveis para reaparelhar e recompor as dotações previstas nos quadros de distribuição de material das OM, a fim de garantir o adequado emprego operacional. Os recursos disponibilizados para esta ação, no valor de R\$ 73.150.000,00, foram empregados na aquisição de blindados Leopard.

COMANDO DA AERONÁUTICA

No cumprimento da sua missão Constitucional e missões complementares estabelecidas por legislação específica, o Comando da Aeronáutica planeja suas atividades com vistas aos seguintes objetivos: fortalecimento e aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira; capacitação, valorização e adequação dos recursos humanos do Comando da Aeronáutica; integração operacional com as demais Forças Singulares; desenvolvimento harmônico e integrado da Aviação Civil; adequação da infra-estrutura aeroespacial para atender às necessidades do Poder Aeroespacial; fortalecimento e aprimoramento da indústria aeroespacial para atender às necessidades do Poder Aeroespacial; e desenvolvimento do complexo científico-tecnológico aeroespacial.

PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS – PNAE

O Programa visa desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais.

Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais, não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

Funcionamento do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)

Os recursos da ação foram principalmente usados na modernização dos equipamentos e instalações do Centro, o que permitiu a manutenção da operacionalidade do CLBI e o aumento da confiabilidade dos serviços prestados. Além dos equipamentos adquiridos e modernizados, algumas edificações foram reformadas, adequando-as às necessidades dos veículos que seriam lançados do CLBI.

Foram realizados, ainda, sete rastreios do foguete Ariane, em virtude do acordo existente entre o Governo Brasileiro e a Agência Espacial Européia, lançado a partir da Guiana Francesa; a Operação Piranha 3, com dez lançamentos do drone Skua, originário da África do Sul, para testes do míssil MAA-1 Piranha, de fabricação nacional; e a Operação Angicos, para lançamento do foguete VS-30 de fabricação nacional, com carga útil da Argentina, sendo realizada a recuperação desta carga com pleno êxito.

Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Com os recursos da Ação, complementados por recursos das ações Funcionamento da Infra-Estrutura de Apoio às Atividades Espaciais e Complementação da Infra-Estrutura Geral do Centro de Lançamento de Alcântara, ambas do PNAE (programa Nacional de Atividades Espaciais), foi possível manter o Centro de Lançamento de Alcântara em pleno funcionamento.

As principais metas físicas atingidas foram: manutenção preventiva e corretiva das lanchas 14 e 18Bis; serviço de manutenção preventiva e corretiva de 14 grupos geradores, 05 bancos de capacitores, 12 nobreaks, 07 retificadores, 04 fontes externas de força, 02 lava-jatos, 01 carregador de baterias, 19 compressores, 22 motobombas centrífugas; serviço de manutenção preventiva e corretiva nas centrais de climatização das câmaras frigoríficas, bebedouros e equipamentos do CLA; e fornecimento de peças e materiais de consumo para as viaturas do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

Tem por objetivo proporcionar à Aeronáutica a capacidade de prover suas necessidades logísticas para o apoio operacional à Força Aérea no cumprimento de sua missão constitucional.

Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico

Foi possível alcançar o esforço aéreo de 166.858 horas de voo, com um índice de disponibilidade anual médio de 53,99%, referentes à média de 270 aeronaves disponíveis.

Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes

Foram adquiridos 137.220.854 litros de querosene e 1.220.637 litros de gasolina de aviação, totalizando 138.441.491 litros de combustível de aviação, o que proporcionou à FAB a realização de 166.858 horas de voo.

SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

Diante da necessidade de garantir o controle efetivo do espaço aéreo brasileiro, de prover a segurança e a eficiência do tráfego aéreo civil e militar, de atender ao crescimento do tráfego aéreo relativo à aviação doméstica e internacional, de acompanhar a evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do espaço aéreo e das comunicações do Comando da Aeronáutica, bem como de atender às normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que sejam de interesse do Brasil, o Programa foi criado para proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

O tráfego aéreo no Brasil manteve taxa de crescimento elevada subindo o número de movimentos aéreos, 1.753.222 em 2006 para 1.861.723, de jan a nov de 2007, isto somado ao crescimento ocorrido em 2006, 15% ao ano, exacerba a exigência de um acompanhamento contínuo por parte do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), pela necessidade de se garantir a evolução e o aperfeiçoamento de todas as áreas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Paralelamente, segue-se o esforço para cumprir prazos no projeto de desenvolver e implantar os novos Sistemas de Comunicações, Navegação, Vigilância e Gerenciamento de Tráfego Aéreo (CNS/ATM).

O CNS/ATM é um projeto de âmbito mundial, que permitirá ao Brasil participar, em conjunto com outros países, do gerenciamento da navegação aérea nas Regiões do Caribe e da América do Sul (Região Carsam) e, sobretudo, acompanhar a constante evolução do transporte aéreo nacional e internacional, possibilitando a manutenção da segurança no espaço aéreo brasileiro e o atendimento aos anseios dos usuários, com eficácia e eficiência, mantendo a dualidade civil-militar do controle desse espaço aéreo.

Ao Sisceab compete a prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo, Meteorologia Aeronáutica, Busca e Salvamento e Informações Aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que compreende não só o território nacional, mas também uma vasta área sobre o Atlântico, onde são aplicados as normas, acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

O acelerado crescimento do tráfego aéreo em todas as Regiões de Informação de Voo (FIR) do País, decorrente também de acesso ao transporte aéreo por outros segmentos sociais, impõe à infra-estrutura do Sisceab uma permanente necessidade de crescimento, apesar dos investimentos realizados nos últimos anos e do aumento da eficiência em termos gerenciais.

Para atender as necessidades dos Sistemas CNS/ATM, o Decea priorizou a entrada em operação do Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), vislumbrando o efetivo gerenciamento do espaço aéreo sob a responsabilidade do Brasil. Essa decisão possibilitou ao Comando da Aeronáutica atuar nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o Sisceab.

Pelo exposto, verifica-se que o Decea, para viabilizar a continuidade da implementação do Sisceab, necessita de crescentes recursos financeiros, não só oriundos da cobrança de tarifas específicas, como também de recursos do Tesouro Nacional, visto que a segurança do serviço prestado não pode ser atrelada ao volume de tráfego controlado, gerador das tarifas. Os recursos disponibilizados foram empregados por meio de uma gestão moderna, eficiente e eficaz, tendo como premissa básica a manutenção da segurança, a vigilância e o controle.

Assim, seguiram-se os esforços de manutenção e modernização, com a continuidade do processo de revitalização, implantação e substituição de radares de área terminal em áreas onde o tráfego aéreo é mais intenso e onde a vigilância radar possa aumentar a capacidade de gerenciamento desse tráfego. Esse esforço objetivou proporcionar o aumento da segurança e da fluidez do tráfego aéreo nas áreas terminais e em rota, minimizando os riscos para a aviação.

Conseguiu-se com esse trabalho enfocar a inviolabilidade do Espaço Aéreo Brasileiro e o atendimento de seus legítimos usuários, representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves, pilotos, unidades da Força Aérea, do Exército e da Marinha, participantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (STCA).

A carência de recursos humanos registrada em proporção maior entre os controladores de tráfego aéreo e técnicos de nível médio e superior foi atacada através das seguintes linhas de ação: contratação de empresas para prover manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos críticos e complexos do SISCEAB, incluindo, quando pertinente, manutenção e assistência diuturna; contratação de serviços especializados por meio de mecanismos especiais; e contratação e formação de controladores de tráfego aéreo. Como fatos mais relevantes no ano de 2007, entre outros, listam-se:

- Modernização dos Sistemas de Vigilância do Sisceab, destacando-se a implementação do Contrato Everest que contempla a modernização para Estado sólido do setor de transmissão de dezessete radares TA10 e de nove LP23;
- Aperfeiçoamento da Gestão Operacional das Atividades de Controle do Espaço em que teve destaque o esforço realizado pelo Subdepartamento de Operações juntamente com o CGNA, centralizando a coordenação direta de operações aéreas, com a finalidade de apoiar o Comando da Aeronáutica nos problemas enfrentados pela aviação civil, acompanhando as atividades operacionais de todo o Sisceab, avaliando o impacto das inoperâncias e limitações operacionais nas capacidades ATC e aeroportuária, adotando medidas operacionais de coordenação para manter o fluxo normal dos movimentos aéreos;
- Continuidade dos processos de revitalizações em sistemas de climatização e energia, principalmente os realizados nos Cindacta II e III e Destacamentos subordinados, implementação da rede de energia elétrica ininterrupta (UPS) para microcomputadores do Cindacta III, modernização ou revitalização de KF de oito Destacamentos além de revitalização dos sistemas de energia e de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento dos DTCEA, na área do SRPV-SP;
- Continuidade do suporte às atividades de Busca e Salvamento com a implementação de importante contrato de modernização e manutenção assistida para o Sistema de Busca e Salvamento por Satélite (Cospas-Sarsat);
- Participação em sete Operações Militares dentre as quais destacam-se Comdaex/ Charrua, que comprova a proficiência e aprestamento do 1º GCC, reserva do Sisceab, onde ocorreram: instalação de Postos de Comunicações HF, com transmissão de dados e voz, como meio alternativo para os enlaces do sistema de comando e controle; instalação de duas Estações Remotas de Enlace de Dados para recebimento de informações originárias de aeronaves R-99A e R-99B; instalação de antenas transportáveis de telecomunicações de dados e voz, nas bandas C (Telesat) e X (Siscomis), como meio principal para os enlaces do sistema de comando e controle; instalação de um sistema radar transportável (MARS-402), em Rosário, para compor a síntese-radar;

instalação de um sistema radar transportável (MRCs-403), em Santa Maria, para compor a síntese radar; e instalação de uma rede de computadores, sem fio, em Canoas-RS.

- Treinamento de 3271 instruídos em 106 cursos contratados sendo, desses, 2200 alunos em turmas de aprimoramento na Proficiência em Língua Inglesa;
- Apoio ao trabalho, iniciado em 2006, na Escola de Especialistas de Aeronáutica no incremento na formação de Sargentos Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo que em 2007 alcançou a marca de 472 formandos;
- Inauguração, nas instalações do ICEA, do Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo que propicia estudos de reformulação do Processo de Planejamento do Espaço Aéreo, além de possibilitar melhor e mais intenso treinamento para os Controladores de Voo. Realização de várias atividades de formação e treinamento, cursos no ICEA e em OM subordinadas, em que foram capacitados, em 84 cursos, 1541 servidores entre militares e civis do Sisceab, sendo destes 707 controladores de voo;
- Continuidade de contratos com empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de equipamentos, tais como a Sitti, Alcatel, Embratel, Park Air Systems e outras, a fim de prover serviços de manutenção preventiva e corretiva, para equipamentos complexos e vitais para a continuidade da prestação de serviço dos órgãos de controle de tráfego aéreo, além do estabelecimento de Termos de Parceria com duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) objetivando suporte técnico complementar às ações do Decea;
- Manutenção corretiva em 155 dos 1.500 imóveis, entre operacionais e técnico-administrativos, das suas OM subordinadas, com vistas a mantê-los em boas condições de funcionalidade, conforto e segurança patrimonial e também a ampliação e ou adequação de quarenta e sete imóveis operacionais e administrativos;
- Revitalização do parque computacional do Decea e OM subordinadas; e
- Continuidade do esforço de aquisição de material no exterior, através da CABW, em que se obtiveram 1036 itens de suprimento, sendo 522 itens de consumo, 28 itens de material permanente e 496 reparáveis.

Modernização e Revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab

Destacaram-se as seguintes realizações, sendo oportuno ressaltar que a grande maioria das metas desenvolvidas dentro do escopo de ação em análise tem caráter plurianual, com tempo de execução que, por vezes, chega a atingir cinco anos.

- Programa de Implantação de Auxílios à Navegação Aérea

Esse Programa está voltado para a substituição ou implantação de equipamentos utilizados com auxílios rádio-visuais à navegação em rota, à aproximação para o pouso e à decolagem de aeronaves, em cerca de dezenove aeródromos, objetivando propiciar o emprego de procedimentos de tráfego aéreo seguros e eficientes.

Dos trabalhos desenvolvidos destacaram-se o prosseguimento da instalação de sistemas de aproximação de precisão nas pistas 11R e 29L do aeroporto de Brasília, da substituição do VOR/DME nas localidades de Fortaleza, Salvador e Curitiba, bem como da instalação de auxílios visuais à aproximação em sete aeródromos.

- Programa de Implantação de Sistemas de Telecomunicações

Objetivando elevar a capacidade de comunicação entre os órgãos técnicos e operacionais do Sisceab e entre estes últimos e as aeronaves em voo, foi dada continuidade ao processo de implementação de duplicação de configuração, visando à elevação do nível de confiabilidade, nas Centrais de Áudio que servem os principais órgãos de controle de tráfego aéreo no País, como os quatro Centros Integrados existentes (Cindacta) e, também, os Centros de Controle de Aproximação (APP) das localidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba.

No que se refere às comunicações terra/avião, prosseguiu-se a instalação de Estações Remotas em VHF nas localidades de Tarauacá, Ji-paraná, Jundiá e Viseu, visando favorecer as comunicações na Região Amazônica.

Relativamente à área sob a jurisdição do Cindacta 2 (Região Sul e parte da Região Sudeste), iniciou-se processo para a aquisição de 19 (dezenove) Estações Remotas em VHF, visando à substituição de dez

estações em operação, bem como a implantação de nove novas Estações Remotas, para a ampliação da capacidade de comunicação entre o Cindacta 2 e as aeronaves sob o seu controle.

Quanto à Região Nordeste, área afeta ao Cindacta 3, iniciou-se também processo para aquisição de 32 (trinta e duas) Estações Remotas em VHF, que serão destinadas à substituição de 17 (dezessete) estações em operação, bem como a implementação de 15 (quinze) novos sítios, o que elevará expressivamente a capacidade do Cindacta 3 em se comunicar com as aeronaves que circulam em sua área de jurisdição, principalmente aquelas voando em baixas altitudes.

- Programa de implantação de Meios de Vigilância Radar

Visa a substituição ou a implantação de equipamentos e sistemas utilizados na vigilância e no controle do espaço aéreo brasileiro, objetivando propiciar aos órgãos de controle o efetivo monitoramento das aeronaves que evoluem no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, sejam elas civis ou militares.

Tiveram prosseguimento empreendimentos voltados para a ampliação da capacidade de prestação do serviço de controle radar nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo do País. Nas localidades de Campo Grande, Ribeirão Preto e Navegantes, trata-se da implementação do serviço de controle radar, uma vez que, na atualidade, pela inexistência de radar, o controle é realizado na forma dita convencional. Além disso, concluiu-se a substituição do Radar de Terminal localizado no Aeroporto de Eduardo Gomes, em Manaus, bem como se prosseguiu os projetos referentes às substituições dos Radares de Terminal existentes nas localidades de Natal, Fortaleza e Macaé, esse já instalado mas ainda não operacional.

De forma menos intensa, iniciaram-se as primeiras ações de levantamento visando à implantação de Radares de Terminal nas localidades de Porto Seguro e Palmas, bem como a instalação de um segundo Radar de Terminal na Área Terminal do Rio de Janeiro, como forma de se elevar a capacidade de detecção radar do Controle de Aproximação (APP-RJ), bem como garantir a continuidade do serviço de controle radar pelo referido órgão, na eventualidade de falha do sistema de radar em uso, localizado no Galeão.

Ainda dentro do Programa Vigilância Radar, tem-se um sub-programa dedicado à modernização e ampliação das capacidades dos sistemas de tratamento e visualização radar, empregados nas atividades de Controle de Tráfego Aéreo e de Defesa Aérea, com aplicações, tanto nos quatro Centros Integrados (Cindacta) existentes no País, como nas principais Áreas Terminais de Tráfego Aéreo, onde, pela normal existência de Radar de Terminal, é prestado o serviço de controle radar.

Foi dada continuidade aos trabalhos de modernização e ampliação dos referidos sistemas de tratamento e visualização de dados, ainda que em estágios diferenciados, nos quatro Cindacta existentes no País. De forma similar, foram executados trabalhos de modernização e ampliação dos sistemas de tratamento de sete Centros de Controle de Aproximação, o que agregou, ao final de 2007, o início de tais serviços em mais doze outros Centros de Controle de Aproximação.

- Programa de Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica

O programa visa a implantação ou substituição de equipamentos e sistemas que se prestam à coleta, o tratamento e a difusão de dados meteorológicos aos usuários do Sisceab, de forma a apoiar a navegação aérea no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

Deu-se continuidade à instalação de sistema de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrará a um conjunto de outros dez radares meteorológicos que já se encontram em operação na Amazônia Legal.

- Programa de Implantação de Meios de Inspeção em Voo

Destina-se à modernização e implantação de equipamentos e sistemas voltados para a inspeção em voo dos meios empregados no Sisceab, visando à aferição e ao controle da operacionalidade de equipamentos, sistemas e órgãos técnicos e operacionais em atividade.

Prosseguiu-se com o acompanhamento da fabricação, por empresa estrangeira, de quatro sistemas de inspeção em voo, a serem instalados em aeronaves operadas pelo Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV). Sobre este esforço, cabe destacar a grande importância de se dispor de sistemas de inspeção em voo de elevada qualidade, como forma de se garantir as condições para se buscar atingir o mais elevado nível de operacionalidade e

segurança do Sisceab, em perfeita coerência com o que há de mais moderno, no contexto dos países mais desenvolvidos do mundo.

- Programa de Implantação de Meios de Apoio ao Tráfego Aéreo

Visa à substituição ou implantação de equipamentos e sistemas destinados às operações militares, bem como a implantação de novos meios de comunicação, navegação vigilância e gerenciamento do tráfego aéreo, em consonância com os novos conceitos inerentes ao Projeto CNS/ATM da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), objetivando propiciar maior segurança, economia e eficiência no uso do espaço aéreo pelas aeronaves, mediante o emprego de sistemas mais precisos para a definição do posicionamento das aeronaves em voo, bem como concorrer para o incremento do uso de rotas diretas, que muito beneficiam os operadores de transporte aéreo, pela redução dos custos operacionais.

No que se refere aos empreendimentos de interesse militar (cujos meios disponibilizados, por vezes, podem ser usados em prol da aviação civil), foram contratadas as modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão (PAR) existentes nas localidades de Santa Cruz, Canoas, Santa Maria e Anápolis. Além disso, prosseguiu-se com a modernização e ampliação dos meios de telecomunicações do 1º Grupo de Comunicação e Controle (1º GCC), sediado no Rio de Janeiro.

De interesse da aviação em geral deu-se continuidade à implantação da segunda fase do Centro de Controle de Área do Atlântico (ACC-AO). O Centro destina-se a propiciar condições mais favoráveis para o apoio e o controle do fluxo de aeronaves que cruzam o Oceano Atlântico, na direção dos Continentes Europeu e Africano.

- Programa de Implantação de Infra-Estrutura

Tem por objetivo a modernização, revitalização ou implantação de instalações prediais e demais acervos de equipamentos e sistemas que integram os órgãos técnicos e operacionais que constituem o Sisceab, bem como propiciar os meios de apoio ao pessoal integrante do Sistema. As principais realizações foram:

- conclusão da construção de infra-estrutura complementar nos sítios radar de Tefé e Cruzeiro do Sul, bem como o prosseguimento de idênticas benfeitorias no sítio radar de Eirunepé;
- conclusão da implantação, no Rio de Janeiro, do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, bem assim, o início dos estudos para a elevação de sua capacidade de gerenciamento do tráfego aéreo regular que evolui em todo espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil. Tais meios visam propiciar maiores facilidades no planejamento do uso do espaço aéreo, bem como, maior velocidade no diagnóstico e na resolução dos eventuais conflitos ou congestionamentos de tráfego aéreo, o que se reveste, em última análise, de grande importância para os usuários do transporte aéreo no País;
- prosseguimento da modernização e ampliação das edificações usadas nas atividades de controle do tráfego aéreo, incluindo o Centro de Controle de Aproximação no aeródromo de Florianópolis, com vistas a se obter maior eficiência e confiabilidade nas operações aéreas na região;
- desenvolvimento de estudos e levantamentos em campo em oito aeroportos, objetivando a execução de reformas ou a implantação de novos acervos prediais e de equipamentos, incluindo, em certos locais, torres de controle de aeródromos, visando propiciar condições mais favoráveis para o controle do tráfego aéreo nas respectivas áreas jurisdicionais;
- ampliação expressiva da capacidade dos simuladores de controle de tráfego aéreo do Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), em São José dos Campos, usados para a formação de controladores de voo, estando programada para 2008 a execução de benfeitorias complementares no mesmo órgão;
- contratação e início da execução dos serviços de modernização das Torres de Controle (TWR) dos aeroportos de Congonhas, Galeão e Salvador, o que se reveste de grande importância não só para uma melhor gestão do tráfego aéreo naquelas localidades, considerando os elevados números de operações de pouso e decolagem nos respectivos aeródromos, mas também como fonte de novos conhecimentos sobre sistemas integrados de torres de controle, a serem usados na modernização das Torres de mais onze aeródromos de expressivos movimentos de tráfego aéreo, cujos estudos e levantamentos em campo já foram iniciados;
- conclusão da construção de 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais em São Luís;

- prosseguimento da construção de 48 (quarenta e oito) unidades habitacionais em Manaus;
- conclusão da elaboração dos respectivos projetos para a construção, nos próximos três anos, de 144 (cento e quarenta e quatro) unidades habitacionais em Curitiba, 51 (cinquenta e uma) unidades em Rio Branco e 36 (trinta e seis) unidades em Cuiabá;
- início dos estudos para a construção, nos próximos exercícios, de oito unidades habitacionais em Aracaju, seis unidades em Maceió, 77 (setenta e sete) unidades em Porto Velho e 48 (quarenta e oito) unidades em Manaus;
- conclusão da elaboração dos projetos visando à contratação em 2008 dos trabalhos de revitalização e modernização dos sistemas de energia e climatização em cinco sítios de radar pertencentes ao Cindacta 2; e
- realização de estudos e levantamentos em campo visando a revitalização e modernização dos sistemas de energia e climatização de oito outros sítios do Sisceab, com execução prevista para os próximos dois anos.

TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

Destinado a promover a capacitação tecnológica da aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, as ações do programa possibilitam o atendimento da necessidade da Aeronáutica em deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão de obra altamente especializada.

Desenvolvimento do AM-X

As atividades desta ação possibilitam, além do atendimento às necessidades operacionais do Comando da Aeronáutica, a obtenção do conhecimento em tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade, por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada.

Foram realizados o acompanhamento do desenvolvimento e produção da aeronave AM-X e a fiscalização dos contratos firmados no âmbito do Programa Conjunto AM-X, bem como o acompanhamento, na execução do contrato, das modificações que foram consideradas urgentes, por envolver fatores de segurança de voo, de apoio logístico e desempenho operacional das Aeronaves AM-X. Adotadas as medidas necessárias ao suporte do processo de modernização das Aeronaves AM-X, minimizando os impactos logísticos relativos aos contratos.

Devido a problemas técnicos, foi possível atingir 86,6% da meta física prevista para o exercício, sendo necessário firmar Termo Aditivo ao Contrato 02/DEPED-SDDP/02, a fim de ajustar o cronograma físico-financeiro do programa.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial

A ação tem como finalidade ampliar o conhecimento tecnológico existente nas áreas aeronáutica e espacial de forma a permitir a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias.

Os principais projetos de pesquisa suportados pela ação são: materiais absorvedores de radiação eletromagnética (MARE), sensores de infravermelho (Sinfra II), gerador de pulso eletromagnético (THOR), espectroscopia por imageamento e processamento de imagem em tempo real (Piter).

As principais atividades de pesquisa suportadas pela ação são: manutenção da pesquisa e desenvolvimento aeroespacial, laboratório de radiação ionizante, revitalização dos laboratórios de lasers, serviço de proteção radiológica do CTA, segurança e higiene do trabalho do CTA e apoio à pesquisa em guerra eletrônica. As principais metas físicas, por projetos de pesquisa, realizadas em 2007 foram:

- Sensor de Infravermelho (Sinfra II): caracterização de 10 detectores de acordo com a especificação prevista em projeto (valor para a detectividade de $9 \times 10^{11} \text{ cm Hz}^{1/2}/\text{W}$, para comprimento de onda de $4.4 \text{ } \mu\text{m}$) e apresentação do trabalho intitulado "Modified LPE System Used tool diffuse Cd (cádmio) to obtain InSb

Infrared Detectors" publicado em revista especializada "Journal of Crystal Growth" e apresentado no "15th International Conference on Crystal Growth". Salt Lake City - USA / Data: 17/08/2007;

- Materiais Absorvedores de Radiação Eletromagnética (MARE): elaboração de 9 (nove) Relatórios Técnicos Parciais referentes à execução das diferentes áreas de atuação do Projeto MARE, a saber: produção de MARE pelo uso de aditivos magnéticos e pelo uso de aditivos dielétricos; adequação de infra-estrutura para execução do Projeto; desenvolvimento de metodologias para a caracterização eletromagnética de MARE; medidas de RCS de alvos simples e complexos; predição de RCS via software; proposição de aplicação gerenciada de MARE em alvos complexos; desenvolvimento de MARE para altas temperaturas (300-1000°C); e desenvolvimento de filmes finos absorvedores de microondas;
- Gerador de Pulso Eletromagnético (THOR): realização de estudos, ensaios e pesquisas, cujos resultados constam em diversos relatórios técnicos: Relatório de Ensaios Elétricos do Gerador de Compressão de Fluxo (RE Nº.003/ASD/C/07); Relatório de Engenharia – Análise da Geometria do Feixe de Elétrons em um Vircator (RENG Nº.006/ASD/C/07); Relatório de Engenharia – Análise da Intensidade do Feixe de Elétrons em um Vircator (RENG Nº.007/ASD/C/07); Relatório de Ensaios Dinâmicos do Gerador de Compressão de Fluxo Magnético (RE Nº.009/ASD/C/07); Relatório de Engenharia – "Análise da Influência da Variação da Altura da Cavidade Ressonante no Desempenho de um Vircator" (RENG Nº.013/ASD/C/07); Relatório de Engenharia – "Análise da Influência do Rasgo da Cavidade Ressonante no Desempenho de um Vircator" (RENG Nº.015/ASD/C/07); e Relatório de Engenharia – "Análise da Influência da Variação da Distância entre o Catodo e a Cavidade Ressonante no Desempenho de um Vircator" (RENG Nº.019/ASD/C/07);
- Processamento de Imagens em Tempo Real (PITER): implantação do ambiente computacional "Soft Real Time"; realização de pesquisa em reconhecimento de padrões em visada Nadir, oblíqua e com câmeras móveis; e realização de pesquisa sobre cálculo de trajetórias para navegação 2D e 3D; e
- Espectroscopia por Imageamento: elaboração de relatório técnico com 28 espectros de alvos de diferentes materiais obtidos em medições de campo e de laboratório.

DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Criado para aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira para adequar-se ao desenvolvimento sócio-econômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiando as empresas no escoamento de suas produções; aumentando as opções de acesso ao território nacional, beneficiando a indústria do turismo; promovendo a integração regional como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul; e estabelecendo opções de acesso de aeronaves militares em todo o país como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

Implantação de Módulos de Combate a Incêndio

Foram adquiridos 09 (nove) caminhões tipo auto-bomba tanque (ABT), 03 (três) ambulâncias de remoção, 02 (duas) ambulâncias do tipo UTI, 05 (cinco) caminhões contra-incêndio do tipo ataque principal (AP-2) e 01 (um) caminhão do tipo aerotransportável (AP-2A).

Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional

Com Restos a Pagar, relativos àquelas não concluídas em 2006, foram efetuadas obras nos seguintes Aeródromos: Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP; Base Aérea dos Afonsos - RJ; Base Aérea de Anápolis - GO; Base Aérea de Belém - PA; Base Aérea de Brasília - DF; Base Aérea de Campo Grande - MS; Base Aérea de Canoas - RS; Base Aérea de Florianópolis - SC; Base Aérea do Galeão - RJ; Base Aérea de Manaus - AM; Base Aérea de Natal - RN; Base Aérea de Porto Velho - RO; Base Aérea de Recife - PE; Base Aérea de Santa Cruz - RJ; Base Aérea de Santa Maria - RS; e Base Aérea de São Paulo - SP.

Com recursos alocados pela LOA/2007, no montante de R\$ 163.120.133,00, foram, inicialmente, contingenciados R\$ 57.179.399,00, cuja liberação tardia de R\$ 40.362.150,00 obrigou a um Restos a Pagar para 2008, resultando grande volume de crédito e baixa execução física, atingindo, tão somente, 31,17%. Todavia, cabe ressaltar que tais obras são de grande interesse para a infra-estrutura aeroportuária do País: Cacequi-Saica - RS; Cachimbo - PA; Eurinepé - AM; Estirão do Equador - AM; Iaurê - AM; Oiapoque - AP; Palmeiras do Javari - AM; Santa Rosa do Purus - AC; Tiriós - PA; e Tunuí-Cachoeira - AM.

REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Tem por objetivo reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica estuda, pesquisa e busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do Estado Brasileiro por meio de aquisições de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios (recursos humanos e materiais).

Aquisição de Aeronaves

- Projeto AL-X: visa atender à necessidade operacional do Comaer de possuir uma frota de aeronaves leves de ataque com a capacidade de realizar missões das Tarefas Operacionais de Apoio Aéreo Aproximado e de Interdição, em um contexto de guerra convencional e não-convencional, em regiões de precária infra-estrutura de proteção ao vôo, aeroportuária e de manutenção. Deve, também, possibilitar a realização de missões de Policiamento do Espaço Aéreo, em proveito do Sisdabra (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro) e do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). Em função da não regularidade na liberação dos recursos, necessários e dos constantes contingenciamentos no orçamento de 2007 foram entregues 12 (doze) das 18 (dezoito) aeronaves previstas.
- Projeto CL-X: visa à aquisição de aeronaves leves de transporte, buscando substituir as aeronaves C-115 Búfalo e complementar as missões do C-130 Hércules. Foram recebidas 7 (sete) aeronaves e material de suporte logístico, duas além da previsão constante no Cronograma Físico Financeiro (CFF) do contrato de aquisição.
- Mirage 2000: visa o fortalecimento da capacidade operacional da FAB na defesa aérea do País, no cumprimento de missões da tarefa de Superioridade Aérea. Foram entregues as 04 (quatro) aeronaves previstas para o ano.
- H-60 BLACK HAWK: visa o fortalecimento da capacidade operacional da FAB no cumprimento das missões de Busca e Salvamento e na realização de missões humanitárias em apoio à população civil. Foram entregues as 02 (duas) aeronaves previstas para o ano.
- EMB 120 Brasília: visa o fortalecimento da capacidade operacional da FAB no cumprimento das missões de Transporte Aeroterrestre e de Transporte Aéreo nacional e internacional. Foram entregues as 02 (duas) aeronaves previstas para o ano.

Modernização e Revitalização de Aeronaves

- Programa AM-X

Visa à modernização das aeronaves A-1 (AM-X) para o emprego da Força Aérea Brasileira, a fim de dotar o seu acervo com aeronaves e equipamentos necessários ao desempenho de sua destinação constitucional.

A modernização dos AM-X, por envolver um volume substancial de recursos, foi concebida em 3 (três) fases com envolvimento industrial, além das fases iniciais de concepção e de viabilidade. Tais fases são denominadas: Fase de Pré-Modernização, Fase de Desenvolvimento e Fase de Produção.

Na fase implementada de Pré-Desenvolvimento da Modernização, foi realizado o gerenciamento e o acompanhamento da execução dos contratos da modernização, bem como foram adotadas as medidas pertinentes para as aquisições de equipamentos necessários à modernização da frota, não sendo recebida nenhuma aeronave modernizada.

- Projeto F-5

Visa à modernização de 46 (quarenta e seis) aeronaves F-5E/F, por meio da substituição dos sistemas de navegação e ataque, além de uma revitalização estrutural, de modo a incrementar o valor militar da plataforma e estender a sua utilização operacional.

O IPA (IPA = aeronaves modernizadas no ano / aeronaves previstas modernizar no ano X 100) foi de 62,5%, o que pode ser considerado regular, de acordo com os parâmetros estabelecidos (regular – 50% a 69%).

Os atrasos que prejudicaram o alcance dos objetivos programados para o exercício (modernização de 16 aeronaves) ocorreram, por um lado, em razão da complexidade técnica enfrentada pelas empresas contratadas para a realização dos serviços e, por outro lado, pelo contingenciamento de recursos para aquisição e disponibilização, junto às empresas, de suprimento logístico para apoiar a linha de produção, ocasionando demora na reposição de itens que apresentam não-conformidades. Aliado a isto, houve a alocação de recursos orçamentários além das necessidades contratuais.

- Programa P-3BR

Visa à modernização de 9 (nove) aeronaves P-3A para o emprego da Força Aérea Brasileira, a fim de dotar o seu acervo com aeronaves e equipamentos necessários ao desempenho de sua destinação constitucional.

No período foram entregues à empresa EADS-CASA mais três aeronaves para a continuidade das atividades de ativação, traslado, desmanche e modernização. Houve o início da instrução das equipes de voo, na Espanha, e foi recebida a 1ª etapa contratual, relativa à ativação, traslado, desmanche, catalogação e armazenamento dos componentes úteis da 1ª aeronave "Spare Part".

- Modernização do C-130

Visa possibilitar maior eficiência operacional, aumentar a facilidade de operação e a segurança, atender os acordos internacionais quanto a precisão à navegação e permitir a redução com os gastos de manutenção. Foram entregues as 04 (quatro) aeronaves modernizadas previstas para o ano

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

A instalação e implantação da Agência tiveram sua efetiva execução com apoio do Comando da Aeronáutica. As diretrizes planejadas em conjunto, nesta gestão, objetivaram custear e fornecer subsídios para a continuidade administrativa e para o aperfeiçoamento da prestação dos serviços voltados para o desenvolvimento da aviação civil no País.

Foram realizados o inventário e a transferência dos acervos técnico, patrimonial e documental, em especial a documentação relativa a direitos, obrigações e controle de receitas do Departamento de Aviação Civil (DAC), do Instituto de Aviação Civil (IAC), da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (Cernai), do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (IFI/CTA) e outras unidades do Comando da Aeronáutica que tiveram suas atribuições legalmente transferidas para a Anac.

Fato de primordial importância para a Agência em 2007 foi a realização do concurso público para o provimento de 584 cargos efetivos, o que corresponde a um terço das vagas criadas para a Anac nos termos do Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, alterada pela Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006, Anexo I.

A participação da Agência em organismos e eventos internacionais teve como destaque as reuniões de consulta com sete países com os quais o Brasil detém Acordos de Serviços Aéreos, sendo eles: Venezuela, França, Panamá, Itália, Paraguai, Espanha e Coreia. Nessas reuniões foram tratados assuntos de interesse do Brasil e realizadas negociações envolvendo matérias relativas à capacidade autorizada, rotas a serem operadas, utilização de aeronaves, direitos de tráfego e outros.

Evento também de relevância, de âmbito internacional, foi a participação na 19ª Reunião do Grupo de Especialistas em Assuntos Políticos, Econômicos e Jurídicos do Transporte Aéreo da CLAC, que prosseguiu no acompanhamento das tarefas do Programa do Trabalho aprovado na 16ª Assembléia da CLAC e foi mais uma oportunidade para atualização dos conhecimentos sobre os diversos eventos que ocorrem no mundo da aviação civil.

O setor de aviação civil continuou enfrentando crises que atingiram o setor de transporte aéreo, com consequências de repercussões nacionais e internacionais, conforme a seguir:

- Graves congestionamentos em aeroportos, atrasos de longa duração e cancelamentos de diversos voos devido a problemas relativos ao sistema de controle de tráfego aéreo da aviação civil nacional e à venda de passagens pelas companhias aéreas em número superior ao de assentos disponíveis (overbooking), entre outros.

No sentido de participar da busca de soluções para o problema, a ANAC determinou diversas ações de sua competência, a fim de amenizar as consequências da crise para o País, entre elas destaca-se a

fiscalização nos aeroportos, que, intensificada a partir de agosto nos principais aeroportos brasileiros, buscou apurar o tratamento dispensado pelas companhias aéreas aos usuários. Um sistema digital inédito, com o objetivo de quantificar, qualificar e agilizar o registro de reclamações de passageiros do transporte aéreo foi implantado. O *software* possibilitou o processamento da informação de forma on-line. Após o preenchimento do Registro de Ocorrência na Seção de Aviação Civil (SAC) o passageiro recebe o protocolo da reclamação pelo celular e uma cópia por *e-mail*, podendo acompanhar o andamento do processo administrativo no *sítio* da ANAC (www.anac.gov.br). A nova sistemática identifica a reclamação do passageiro por companhia, estado, aeroporto, tipo de ocorrência, entre outros detalhes. Assim, a partir de 2007, a ANAC pode contar com um instrumento que, na medida em que possibilita a apuração estatística das reclamações registradas, pode ser utilizado como base para o planejamento e execução de medidas corretivas junto aos setores envolvidos.

Dando continuidade às ações de melhoria do sistema, a Agência realizou diversas reuniões de mediação de conflitos, envolvendo concessionárias e passageiros/consumidores, possibilitando, na maioria dos casos, reaproximar as partes envolvidas, que se encontravam desgastadas devido a algum desentendimento comercial e/ou relativo à legislação. Os principais assuntos discutidos nestas reuniões foram: cobrança de valores a maior, em desacordo com a legislação; inobservância da Lei nº 10.048/2000 (que dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, idosos, gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo); necessidade de treinamento dos funcionários das empresas aéreas (grande número de reclamações dos usuários com relação ao tratamento e imprecisão de informações prestadas aos usuários).

- Acidente com avião da TAM (vôo 3054), ocorrido em 17 de julho, que deixou cerca de 200 mortos, foi o maior acidente da história do País. O Airbus A320 atravessou a pista de Congonhas e a Avenida Washington Luís, atingindo um posto de gasolina e o prédio da TAM Express, em Congonhas-São Paulo. Além dos passageiros da aeronave, foram vitimados, também, funcionários da companhia aérea envolvida, no exercício de suas funções.

A ANAC, diante da gravidade do problema, mobilizou a sua Unidade de gerenciamento de crises, que se concentrou em colaborar com as autoridades responsáveis pelo trabalho de resgate, divulgar os acontecimentos aos familiares e imprensa e zelar pelo cumprimento da IAC-200-1001 - Instrução de Aviação Civil que disciplina as ações relacionadas a acidentes aéreos e prescreve o Plano de Assistência às Vítimas de Acidente Aeronáutico e Apoio a seus Familiares;

Além disso outras providências foram adotadas, como a proibição de operações de vôos fretados no aeroporto de Congonhas, transferindo os vôos já autorizados para Guarulhos e Viracopos, em Campinas, a proibição de pousos de vôos de mais de duas horas de duração no terminal e conexões no aeroporto e ainda, em complemento, foi solicitado que a Infraero tornasse disponíveis espaços físicos para que as companhias aéreas pudessem estabelecer maior fluxo de comunicação e melhor atendimento aos usuários. Determinou também às companhias aéreas que disponibilizassem pessoal em número suficiente para informar os passageiros sobre transferências, remanejamentos ou cancelamentos de vôos, devendo utilizar para isso seus respectivos sites, centrais de atendimento telefônico, painéis multimídias nos aeroportos e veículos de comunicação de massa.

- Episódio BRA: no dia 7 de novembro a empresa BRA notificou à ANAC a paralisação de suas operações.

Em caráter de urgência, a agência implementou o Plano de Contingência nos principais aeroportos, visando preservar os direitos dos usuários da aviação civil. Esta Agência atendeu aos usuários que buscaram esclarecimentos e auxílio para a solução dos problemas enfrentados junto aos concessionários e permissionários do Serviço Público Aéreo.

DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

A Agência aplicou os recursos autorizados para o programa *Desenvolvimento da Aviação Civil* no desempenho de ações voltadas para a popularização e disponibilização de políticas públicas de atendimento à população. Este programa tem como objetivo promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil Brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos elos componentes do Sistema, dentro de padrões economicamente viáveis e ambientalmente aceitáveis pela sociedade. Destina-se, ainda, a estender os serviços aéreos às regiões e populações desatendidas, contribuindo para a integração nacional e a redução das desigualdades regionais. A Agência intensificou sua atuação nas seguintes ações finalísticas:

Fiscalização da Aviação Civil

Houve uma concentração de esforços da Agência na busca de resultados positivos para a aviação civil por intensa fiscalização nos aeroportos, no que se refere a serviços prestados pela infra-estrutura aeroportuária

e companhias aéreas. A meta física de fiscalizações prevista (6.500 missões) foi superada em mais de 80%, chegando a um total de 11.744 missões. As fiscalizações e inspeções realizadas foram efetuadas em observância as normas que regulam o Sistema, baseadas em parâmetros específicos para cada tipo de fiscalização. Merece destaque a fiscalização dos Planos de Assistência às vítimas de acidente aeronáutico e o apoio aos familiares.

Essas fiscalizações foram realizadas de forma descentralizada pelas Gerências Regionais nos Estados e pelas Seções de Aviação Civil - SAC, localizadas nos aeroportos sob jurisdição das Gerências, que promovem meios necessários ao desempenho das suas atividades, realizam vistorias *in-loco* nos aeroportos e agem nas relações empresas/usuários do Sistema de Aviação Civil. Essas Seções, braços avançados das Gerências nos Estados, têm competências definidas no Regimento Interno da ANAC, controlam e fiscalizam as atividades da aviação civil, indispensáveis à segurança da operação dos aeroportos, das aeronaves e dos usuários do sistema. Atuam também, como pólos de apoio às fiscalizações, inspeções técnicas, vistorias, auditorias e demais procedimentos realizados pelos técnicos, não somente da Gerência, bem como de diversos setores da ANAC no desempenho de suas atividades.

Formação de Inspectores e Técnicos para a Aviação Civil

Foram realizados 117 eventos para capacitação e formação de inspetores e técnicos da aviação civil, que possibilitaram a formação de 2.841 alunos brasileiros e 19 estrangeiros, superando em 24,35% a meta física fixada para o exercício (2.300 alunos). Na execução da ação vale salientar as seguintes atividades realizadas:

- realização de Programas de Treinamento em Segurança da Aviação Civil, desenvolvidos em atendimento aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional - OACI;
- fiscalização de escolas e empresas no segmento de Instrução em Segurança da Aviação Civil - AVSEC possibilitou verificar o padrão de ensino na formação dos profissionais do setor;
- implantação de Programa de Treinamento em Vigilância Operacional (área de safety), no qual o Brasil foi o primeiro país credenciado por organização internacional a ministrar o curso de Safety Management System – SMS, implementando os dois primeiros cursos para profissionais de diversos setores da aviação civil;
- execução de curso para treinamento de Inspectores Governamentais em Segurança Operacional na condução do processo de certificação das organizações de treinamento em aviação civil, conforme requisitos estabelecidos pela convenção de aviação civil internacional, que qualificou cerca de 40 profissionais da Agência;
- celebração de Termo de Parceria entre com a Organização Brasileira para o Desenvolvimento da Certificação Aeronáutica – DCA-BR, visando à realização de programas de qualificação técnica e consultoria técnica no campo específico da certificação aeronáutica, incluindo aspectos ligados à proteção do meio ambiente relacionados com ruído, emissões na atmosfera e gelo; e
- celebração de convênio com a Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil – Eapac, visando à formação e capacitação de recursos humanos em Operacionalização dos Mecânicos de Manutenção Aeronáutica, Comissários de Voo e Célula.

Aquisição de Aeronaves e Simuladores para Atendimento aos Aeroclubes

A ANAC deu continuidade ao processo de compra de aeronave de instrução AMT-600 GURI, integralmente produzida no Brasil pela Aeromot Indústria Mecânico-Metalúrgica Ltda., para incentivar a indústria aeronáutica de bandeira brasileira e modernizar a frota de aeronaves das unidades de instrução profissional da aviação civil, possibilitando a redução do preço das horas de voo nos aeroclubes, com a finalidade de fomentar a formação de pessoal especializado para o Sistema de Aviação Civil. Duas aeronaves foram recebidas, totalizando a aquisição de 15 aeronaves.

Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil

A meta prevista de 47.500 avaliações médicas periódicas e/ou eventuais foi realizada em 90,26%. Os exames médicos das tripulações de voo da aviação civil foram atendidos a contento, tendo sido efetuadas as inspeções de saúde de acordo com a legislação vigente (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Capítulo II). O Certificado de Capacitação Física - CCF foi emitido para todos aqueles considerados aptos para o desempenho de funções a bordo, garantindo maior segurança aos vãos civis.

Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil

O atual ambiente de Tecnologia da Informação conta com diversos sistemas destinados a manter e incrementar a atividade de coleta e tratamento das informações do Sistema de Aviação Civil em todas as áreas sobre jurisdição da Agência.

As atividades na área de Tecnologia da Informação tiveram início com um diagnóstico da área de tecnologia da informação do DAC, com a finalidade de conhecer a estruturação das atividades exercidas pelo órgão nessa área e a sua forma de atuação. A infra-estrutura interna foi melhorada com iniciativas como a integração das diversas unidades da Agência (Sede BSB, Sede RIO, Gerências Regionais e SAC) em rede lógica e de telecomunicação, e o projeto para ampliação da rede de comunicação com os recursos de telefonia em internet de banda larga, com o principal objetivo de reduzir os custos das ligações telefônicas das unidades organizacionais da Agência. Merecem destaque, ainda, o desenvolvimento e implantação dos Sistemas de Distribuição de SLOT (horários de vôos), e “Fale Conosco” - sistema que possibilita ao cidadão a abertura e acompanhamento de solicitações junto a ANAC.

A fim de assegurar confiabilidade de acesso aos sítios mantidos pela Agência, bem como garantir segurança dos usuários com a utilização de certificados digitais para assinatura e criptografia na troca de mensagens eletrônicas, foi contratado um serviço de certificação digital de sítio e de usuários. Dentre as principais aplicações desenvolvidas podemos destacar os Sistemas de Provas Online e o de Emissão das Guias de Recolhimento da União.

Apoio a Aeroclubes

O transporte aéreo é, dentre os segmentos dos transportes, o que apresenta maior crescimento em decorrência da globalização e do desenvolvimento da economia mundial. Com isso a demanda por recursos humanos capacitados tem evoluído ano a ano, seja impulsionada pelo avanço tecnológico ou em decorrência ao cumprimento de normas e padrões impostos pelos Organismos Internacionais.

Neste sentido, e diante da perspectiva de que o Brasil possa sofrer interrupção na formação de mão-de-obra especializada para operar aeronaves comerciais, estão sendo adotadas medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, conforme o que consta do caput do art. 8º do diploma legal de criação da Agência.

O País possui uma ampla estrutura de aeroclubes, aproveitando este potencial de forma a estabelecer um modelo das ações necessárias para a implantação de pólos de aviação civil nas diversas regiões do Brasil, conforme estabelecido na Resolução 011/2007 do Conac, foi escolhido o Estado do Rio Grande do Sul, para a implantação de um projeto-piloto para a formação de recursos humanos da aviação civil.

Entre os critérios que levaram à escolha do Estado do Rio Grande do Sul foi considerada a representatividade, em uma única região, de entidades de todos os setores da aviação, quais sejam: escolas, aeroclubes, fabricantes de aeronaves, oficinas, associações, administrações aeroportuárias, empresas de transporte regular aéreo, universidades e aviação geral.

Como forma de fortalecimento das ações de formação e capacitação de pessoal dentro do Pólo de Aviação Civil do Rio Grande do Sul, conforme parágrafo 1.1.4 da mencionada Resolução, a ANAC estabeleceu um programa de concessão de bolsas de estudos para o pagamento de parcela da instrução prática de vôo dos alunos dos cursos de piloto privado e comercial/IFR, matriculados em alguns aeroclubes da região. Vale ressaltar ainda que foram capacitados alunos oriundos de todo o País, tendo em vista que a inscrição não era restrita a candidatos que residissem na região.

A ação foi implementada mediante a celebração de 11 convênios firmados entre a ANAC e os aeroclubes habilitados, em observância à legislação vigente, visando à formação de pilotos para a aviação civil, mediante a instrução prática, realizada por meio de horas de vôo e dispositivos de treinamento ou simulador de vôo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Ministério da Defesa, incluindo seus Fundos, apresentou uma execução orçamentária satisfatória. Empenhou quase a totalidade dos recursos disponíveis para gasto (descontingenciados), incluindo os créditos extraordinários abertos em 2007.

Ressalvas para os programas *Calha Norte e Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária*, nos quais não foi possível melhorar o desempenho devido ao grande contingenciamento que sofreram, assim como para a fonte 281 – Recursos de Convênios, da unidade orçamentária: Fundo Naval, cuja baixa execução é explicada pela frustração da arrecadação de convênios previstos para ocorrer em 2007.

DOTAÇÃO AUTORIZADA PARA O EXERCÍCIO DE 2007, POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

(R\$ milhões)

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	TOTAL	PARCELA DA DOTAÇÃO
52000 – MD	52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA	1.839,6	1.941,6	4,66%
	52901 – FUNDO DO MD	3,0		
	52902 – FUNDO DE ADM. DO HFA	93,1		
	52903 – FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5,9		
52201 – ANAC	52201 – ANAC	155,7	155,7	0,37%
52131 – COMANDO DA MARINHA	52131 - COMANDO DA MARINHA	9.698,0	10.304,0	24,7%
	52133 - SECRET. DA COM. INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	21,9		
	52931 - FUNDO NAVAL	492,0		
	52932 - FUNDO DE DESENV. DO ENS. PROF. MARITIMO	92,1		
52121 – COMANDO DO EXÉRCITO	52121 - COMANDO DO EXERCITO	17.429,0	18.032,5	43,23%
	52222 - FUNDACAO OSORIO	8,9		
	52921 - FUNDO DO EXERCITO	594,6		
52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	9.857,7	11.275,30	27,03%
	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERONÁUTICA	13,3		
	52911 – FUNDO AERONÁUTICO	1.404,3		
TOTAL		41.709,1	41.709,1	

VALORES EMPENHADOS NO EXERCÍCIO, POR ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

(R\$ milhões)

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EMPENHADO	TOTAL	PARCELA DA DOTAÇÃO
52000 – MD	52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA	1.609,3	1.707,7	4,28%
	52901 – FUNDO DO MD	3,0		
	52902 – FUNDO DE ADM. DO HFA	90,0		
	52903 – FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5,4		
52201 – ANAC	52201 – ANAC	120,5	120,5	0,30%
52131 – COMANDO DA MARINHA	52131 - COMANDO DA MARINHA	8.781,6	9.335,4	23,40%
	52133 - SECRET. DA COM. INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	21,7		
	52931 - FUNDO NAVAL	454,0		
	52932 - FUNDO DE DESENV. DO ENS. PROF. MARITIMO	78,1		
52121 – COMANDO DO EXÉRCITO	52121 - COMANDO DO EXERCITO	17.321,4	17.903,0	44,88%
	52222 - FUNDACAO OSORIO	8,4		
	52921 - FUNDO DO EXERCITO	573,2		
52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA	52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	9.554,9	10.820,7	27,13%
	52211 - CAIXA DE FINANC. IMOB. DA AERONÁUTICA	9,0		
	52911 – FUNDO AERONÁUTICO	1.256,8		
TOTAL		39.887,3	39.887,3	

VALORES EMPENHADOS POR GRUPO DE DESPESA

(R\$ milhões)

GRUPO DE DESPESA	LOA	LOA + CRÉD	EMPENHADO
CUSTEIO	4.345,4	4.989,7	4.805,7
INVESTIMENTOS	2.430,8	3.059,0	2.679,7
INVERSÕES	354,8	609,9	609,1
PESSOAL	30.503,6	30.840,0	30.773,4
DÍVIDA	1.608,4	1.330,9	1.019,3

RESERVA	879,6	879,6	0
TOTAL GERAL	40.122,7	41.709,1	39.887,3

EXECUÇÃO DOS RECURSOS DE CUSTEIO, INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS, POR PROGRAMAS
(R\$ milhões)

PROGRAMA	DOTAÇÃO	EMPENHADO
Brasil Patrimônio Cultural	2,4	2,4
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	0,4	0,4
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	4,2	4,2
Proantar	16,6	16,3
Recursos do Mar	4,7	4,7
Informações Integradas para Proteção da Amazônia	2,0	2,0
Adestramento e Operações Militares do Exército	652,6	594,3
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica	928,4	907,7
Adestramento e Operações Militares da Marinha	663,9	630,6
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	673,7	656,9
Gestão da Política de Defesa Nacional	12,9	11,4
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	350,2	341,0
Tecnologia de Uso Aeroespacial	43,7	41,3
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	171,0	169,7
Tecnologia de Uso Naval	44,7	44,6
Desenvolvimento da Aviação Civil	112,9	80,6
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	308,8	184,8
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	935,4	901,0
Ensino Profissional da Marinha	10,0	10,0
Serviço de Saúde das Forças Armadas	916,5	909,5
Ensino Profissional do Exército	16,9	16,9
Segurança da Navegação Aquaviária	140,3	140,3
Ensino Profissional da Aeronáutica	8,6	8,5
Tecnologia de Uso Terrestre	43,8	33,8
Calha Norte	455,0	273,4
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos	16,3	16,2
Gestão da Participação em Organismos Internacionais	3,7	1,4
Apoio Administrativo	1.207,3	1.190,8
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0,5	0,5
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	606,9	606,9
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	25,3	23,2
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde	0,1	0,1
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	2,3	2,0
Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1,2	1,0
Desenvolvimento do Ensino Médio	0,6	0,5
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil	96,8	90,4
Mobilização para Defesa Nacional	6,2	5,8
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas	171,9	169,3
TOTAL (custeio, investimentos e inversões)	8.658,6	8.094,5

Fonte: Sidor

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Projeto de Lei Orçamentária 2007 alocou no Ministério da Defesa R\$ 38.980,6 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir. Durante sua tramitação no Congresso Nacional sofreu emendas parlamentares diversas, num montante líquido de R\$ 1.142 milhões, sendo, por fim, aprovada uma Lei Orçamentária no valor de R\$ 40.122,6 milhões, discriminada nos grupos de despesa abaixo relacionados:

R\$ mil

GRUPO DE DESPESA	PLOA 2007	EMENDAS	LOA 2007
Pessoal e Encargos Sociais	30.503.281	300	30.503.581
Juros e Encargos da Dívida	427.259	0	427.259
Outras Despesas Correntes	4.178.898	166.543	4.345.441
Investimentos	1.616.035	814.727	2.430.762
Inversões Financeiras	4.800	350.000	354.800
Amortização da Dívida	1.181.173	0	1.181.173
Reserva de Contingência	1.069.184	-189.543	879.641
TOTAL MD	38.980.630	1.142.027	40.122.657

CONTINGENCIAMENTO

Com a edição do Decreto 6.046, de 22 de fevereiro de 2007 (Programação Orçamentária e Financeira), o orçamento do Ministério da Defesa foi contingenciado em R\$ 1,29 bilhões. Essa restrição recai, em sua maioria, nas emendas parlamentares.

Ao longo do exercício foram concedidas diversas ampliações de limites de movimentação e empenho, ficando, por fim, liberados para execução orçamentária R\$ 6.702,8 milhões dos R\$ 7.045,4 milhões de dotações sujeitas ao decreto de programação orçamentária e financeira, conforme demonstrado:

R\$ milhões

UNIDADE	LEI + CRÉDITOS DE DOTAÇÕES PASSÍVEIS DE CONTINGENCIAMENTO	CONTINGENCIADO	LIBERADO
Adm. Central	716,2	182,1	534,1
ANAC	112,6	5,7	106,9
Aeronáutica	2.978,4	106,4	2.872,0
Exército	1.784,7	48,4	1.736,3
Marinha	1.453,5	0	1.453,5
TOTAL GERAL	7.045,4	342,6	6.702,8

CRÉDITOS ADICIONAIS

O Ministério da Defesa foi contemplado com diversos créditos adicionais, perfazendo um total líquido de R\$ 1.586 milhões, destacando-se:

- Aumento de capital Infraero (Lei nº 11.517, de 28 de agosto de 2007/ Lei nº 11.544, de 13 de novembro de 2007) – dois créditos extraordinários no valor global de R\$ 565,1 milhões, destinados à transferência de recursos à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero, a título de participação da União no capital da empresa, com vistas a assegurar as condições orçamentárias e financeiras necessárias à realização de investimentos em infra-estrutura aeroportuária, abrangendo obras de reforma, de modernização e de expansão em diversos aeroportos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
- Dívida (Decreto de 10 de julho de 2007) – remanejamento dos saldos de dotações da dívida contratual do MD para o Ministério da Fazenda, referente aos contratos cujo processo de ingresso de operações de crédito já estivesse concluído, em atendimento ao Decreto nº 5.994, de 19 de dezembro de 2006.
- Missão de Paz no Haiti (Lei nº 11.467, de 11 de abril de 2007/ Lei nº 11.537, de 6 de novembro de 2007) - R\$ 130,0 milhões, tendo por objetivo complementar os recursos financeiros e materiais necessários à permanência de tropas brasileiras no Haiti, que integram a Missão de Estabilização das Nações Unidas - Minustah desde 2004, em cumprimento ao acordo firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas - ONU, com vistas, principalmente, à manutenção da segurança e à ajuda na reconstrução das organizações do Haiti, atuando no desarmamento, no monitoramento, na apresentação de relatórios sobre direitos humanos, entre outras ações.
- Imbel (Lei nº 11.537, de 16/8/2007) - o crédito extraordinário no valor de R\$ 40,0 milhões possibilitou a transferência de recursos para a Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel, empresa pública vinculada ao Comando do Exército, a título de participação da União no capital de empresas, para continuidade do processo de revitalização e recuperação econômico-financeira da entidade.

- Gripe Aviária (Lei nº 11.613, de 19/12/2007) - com a iminência da chegada da gripe aviária no País, verifica que em 2006, foram implementadas medidas essenciais à prevenção, à preparação e ao enfrentamento da situação de emergência sanitária e epidemiológica, denominado Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza. Sendo assim, de forma a dar continuidade, em 2007, às medidas definidas no referido Plano foi aberto crédito especial no valor de R\$ 5,8 milhões.
- Modernização dos Batalhões de Engenharia de Construção do Exército (Medida Provisória nº 395, de 27/9/2007) - o crédito extraordinário no valor de R\$ 25,0 milhões teve por objetivo permitir ao Comando do Exército o reaparelhamento das Organizações Militares, por meio da substituição de parte da frota de veículos e de equipamentos, os quais são responsáveis pelos trabalhos de conservação, recuperação e construção rodoviária, além de atuarem no setor portuário e hidroviário, desempenhando atividades relacionadas, principalmente, com obras de infra-estrutura em diversos setores.
- Helicópteros Cougar (Lei nº 11.549, de 19/11/2007) - o crédito suplementar no valor de R\$ 20,3 milhões, em favor do Comando do Exército, possibilitou a viabilização, junto à Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, da prorrogação do contrato financeiro referente à compra de helicópteros Cougar.
- Esforço Aéreo (Lei nº 11.549, de 19/11/2007) - foi aberto crédito no valor de R\$ 160,0 milhões destinados à aquisição de combustíveis de aviação e sobressalentes, de forma a possibilitar ao Comando da Aeronáutica aumentar o número de horas de voo necessárias à formação e ao adestramento dos pilotos das unidades aéreas e, também, de honrar os compromissos nacionais e internacionais assumidos, tais como: missões de apoio às populações da Amazônia e missões oriundas de tratados internacionais (ONU, Haiti, etc).
- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - Sisceab (Lei nº 11.549, de 19/11/2007) - visando a complementação dos recursos necessários no exercício, referente à implantação, revitalização, modernização, ampliação e manutenção dos órgãos técnicos e operacionais, de equipamentos e sistemas, foi aberto crédito suplementar no valor de R\$ 123,8 milhões.
- Crédito Extraordinário para diversas unidades orçamentárias do Ministério da Defesa (Medida Provisória nº 405, de 18/12/2007) - foi concedido ao Ministério da Defesa crédito extraordinário no valor global de R\$ 720,5 milhões com as seguintes destinações:

Marinha – R\$ 111,7 milhões. Possibilitaram atender despesas com o reboque da embarcação brasileira Sabala, apreendida por tráfico de drogas, desde a proximidade da costa da África do Sul até a costa da Paraíba; adquirir navio hidroceanográfico e catapulta do navio aeródromo São Paulo (Programa de Reaparelhamento da Marinha), bem como de sistemas operativos para lançamento de torpedos; realizar reparos emergenciais de instalações e de equipamentos hospitalares; e possibilitar a segurança da navegação aquaviária relacionada com a recuperação de faróis e a intensificação de ações de fiscalização e de capacitação do ensino profissional marítimo, por intermédio de formação profissional, modernização de simuladores de navegação e implementação de ensino à distância;

Exército – R\$ 80,43 milhões. Visaram adequar o estoque de material bélico, de intendência e de munições, devido à incorporação, em 2008, do efetivo variável de 70 mil recrutas, dar continuidade à construção da 3ª Companhia de Fuzileiros e do 18º Batalhão de Infantaria, iniciados em novembro de 2005; recuperar imóveis funcionais e adquirir equipamentos para os hospitais próprios;

Aeronáutica – R\$ 525,8 milhões. Tiveram por objetivo dar condições de voo às aeronaves em operação; dar continuidade aos projetos de desenvolvimento de radar para as aeronaves AM-X e ao cumprimento de compromissos contratuais de aquisição e modernização de aeronaves, celebrados com empresas nacionais e estrangeiras; honrar contratos com empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares, especialmente na Amazônia; dar condições de uso de imóveis residenciais para distribuição a Oficiais e Graduados no início do próximo ano; reembolsar os custos com missões aéreas em apoio a outros Órgãos da Administração Pública; e adquirir e instalar uma câmara hiperbárica no Hospital da Força Aérea do Galeão, por meio de convênio com a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A; e

Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – R\$ 2,6 milhões. Viabilizaram o incremento das atividades de fiscalização da aviação civil e correlatas.

LIMITES DE EMPENHO PARA DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

O Governo, a exemplo do que ocorreu nos últimos exercícios, limitou os gastos com diárias, passagens e locomoção no âmbito do Poder Executivo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2007) já estabelecia uma redução de 10% nessas despesas, relativamente àquelas empenhadas em 2006 (art. 2º, § 3º, da Lei no 11.439, de 29 de dezembro de 2006).

Porém, a Secretaria de Orçamento Federal sinalizou, no início do exercício, que seriam fixados limites diferenciados para os diversos órgãos, de modo a possibilitar ajustes na execução orçamentária e preservar dotações de atividades específicas, como fiscalização, defesa civil, vigilância sanitária, entre outras.

No caso do Ministério da Defesa, as despesas classificadas nas subfunções Normatização e Fiscalização e Informação e Inteligência não seriam limitadas, enquanto que as despesas classificadas nas demais subfunções seriam limitadas em 25,0% do executado em 2006.

Assim, inicialmente o Ministério aplicou um limite linear para as unidades a ele vinculadas, sendo excluídas as dotações originárias de créditos extraordinários.

Com a publicação do Decreto nº 6.124, de 13 de junho de 2007, houve a confirmação da situação prevista e a emissão de empenhos pelo MD foi limitada a R\$ 86,589 mil, configurando a redução de 25% em relação a 2006, excluídas desse montante as despesas com diárias e passagens executadas nas subfunções Normatização e Fiscalização e Informação e Inteligência e as decorrentes de viagens do Ministro de Estado.

No decorrer do exercício, o limite original concedido ao MD foi ampliado, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para R\$ 111.589 mil.

DISTRIBUIÇÃO DO LIMITE PARA EMPENHO COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

ÓRGÃOS/UNIDADES	LIMITE PARA EMPENHO COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO		
	LIMITE	EMPENHADO	% EMPENHADO SOBRE O LIMITE
UNIDADES DA ADM. CENTRAL DO MD	8.102.851	7.286.961	89,93
ANAC	5.603.189	5.500.142	98,16
COMANDO DA MARINHA	17.127.284	17.083.903	99,75
COMANDO DO EXÉRCITO	14.342.564	13.792.402	96,16
COMANDO DA AERONÁUTICA	66.413.112	70.029.423	105,45
TOTAL ADM. CENTRAL	111.589.000	113.692.832	101,89

Dados do Siafi - 12/01/2008

Verifica-se que o Ministério da Defesa ultrapassou o limite global concedido no exercício para empenhos com diárias, passagens e locomoção em 1,89%, em decorrência de o Comando da Aeronáutica haver empenhado 5,45% acima do limite.

O Comando da Aeronáutica obedeceu rigorosamente aos seguintes parâmetros para a realização de pagamentos de diárias e passagens em 2007:

- Cumprimento de missões da Presidência da República e dos demais ministérios para manutenção dos seus respectivos Planos de Ação;
- Remanejamento de limites de outras missões para atender às necessidades das missões de socorro a populações atingidas por calamidades no Brasil e no exterior e para apoio a outros órgãos governamentais;
- Preservação integral das despesas no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab; e
- Redução de missões operacionais da FAB voltadas à auditoria, controle e fiscalização.

A priorização das despesas com diárias e passagens de militares e civis para o cumprimento de missões do âmbito do Sisceab se mostrou imperativa face às recentes polêmicas de vulto nacional decorrentes dos dois graves acidentes aeronáuticos ocorridos em setembro de 2006 e em julho de 2007, período no qual o Congresso Nacional e a sociedade brasileira demandaram explicações sobre a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de tarifas e sobre o porquê da existência de cortes.

**IMPACTO DE SUCESSIVAS REDUÇÕES IMPOSTAS PELO GOVERNO ÀS DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS
NO COMANDO DA AERONÁUTICA**

(R\$ milhões)

ANO	LOA EXECUTADA	DIÁRIAS		
		PREVISTO	EXECUTADO	% DA LOA
2005	2.486,35	84,76	83,11	3,34
2006	2.665,61	87,09	76,19	2,86
2007	3.256,10	81,02	70,03	2,15

Sistematicamente o Comando da Aeronáutica tem efetuado cortes em seus gastos nas missões operacionais de auditoria, fiscalização e controle. No entanto a redução das despesas referidas atingiu o seu limite. Maior diminuição comprometeria seriamente a capacidade da Força Aérea Brasileira de cumprir suas missões institucionais. Assim, não foi possível àquele Comando Singular a observância do limite imposto pelo Decreto 6.124/2007.

6.7. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

A Educação é direito de todos. Por ela passam a geração de empregos, a inclusão social, o desenvolvimento sustentado, a produção de conhecimento e a soberania da Nação. O sistema educacional brasileiro representa um dos mais importantes instrumentos da promoção do desenvolvimento com igualdade em nosso país, embora esteja marcado por desigualdades regionais, sociais, étnicas e de gênero. Esses aspectos têm revelado a necessidade de se discutir a renovação da agenda da Educação no Brasil.

O Governo entende o papel estratégico do ensino na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário. Por isso, adota políticas voltadas a uma visão sistêmica, que privilegia todos os níveis e modalidades e não apenas o Ensino Fundamental. Várias são as ações de gestão nessa direção.

Assim, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na Educação por meio de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. O PDE é sustentado por seis pilares: i) visão sistêmica da educação, ii) territorialidade, iii) desenvolvimento, iv) regime de colaboração, v) responsabilização e vi) mobilização social.

Na Educação Básica, o Ensino Fundamental foi ampliado para nove anos, com o ingresso do aluno na escola aos seis anos de idade, o que aproxima esse nível da Educação Infantil. A emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb garante investimentos da Educação Infantil ao Ensino Médio, ampliando os recursos complementares repassados pela União. A formação de professores recebeu um grande impulso, por meio da Educação à Distância, ação que recebe reforço também da Universidade Aberta do Brasil – UAB. As redes federais de Educação Profissional e Tecnológica e de Ensino Superior estão em processo de expansão. Há duas políticas públicas adotadas no âmbito do ensino superior que merecem destaque: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e de Expansão das Universidades Federais – Reuni e o Programa Universidade Para Todos - Prouni.

Outras duas ações de gestão governamental merecem ser ressaltadas: o Programa Brasil Alfabetizado que permite a incorporação da alfabetização de jovens e adultos como efetiva política de governo - em detrimento às antigas campanhas de alfabetização, de tempo, espaço e resultados limitados; e a política da ação Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos – Fazendo Escola que integra a continuação dos estudos à alfabetização inicial, por meio de convênios com Estados e Municípios.

Vale ressaltar que o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – Simec esteve, ao longo de 2007, em pleno funcionamento e representa um importante instrumento de gestão dos programas e ações do PPA do MEC. Por meio do módulo de Monitoramento e Avaliação, permite o acompanhamento da execução física e financeira das ações do Ministério, contribuindo para a tomada de decisões, além de funcionar como InfraSIG do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A ação Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb tem por finalidade assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundeb, de forma a garantir, no âmbito dos Estados onde o valor per capita do Fundo encontrar-se abaixo do valor mínimo nacional por aluno/ano, o alcance desse valor mínimo nacional.

A ação corresponde ao repasse de recursos da União com vistas à Complementação do Fundeb, que não prevê meta física. Dos recursos orçados, foram executados 100% da meta financeira.

Em razão da natureza da ação, a meta física pode ser compreendida como a quantidade de entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno, conforme estabelecem os preceitos legais. A tais entes é assegurada a complementação financeira, de modo que, tanto físico como financeiramente, as metas, via de regra, alcançaram desempenho com eficiência e eficácia, a exemplo do que ocorreu neste exercício, cujo percentual dos repasses ultrapassou a dotação programada.

Foram beneficiados com a complementação do Fundeb os Estados de Alagoas com R\$ 97.085.215,00; Bahia com R\$ 395.146.130,00; Ceará com R\$ 282.559.749,00; Maranhão com R\$ 577.097.504,00; Pará com R\$ 493.689.602,00; Paraíba com R\$ 27.786.187,00; Pernambuco com R\$ 38.356.520,00; R\$ com Piauí R\$ 100.679.093,00, totalizando R\$ 2.012.400.000,00 empenhados e liquidados.

Na ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, a meta financeira prevista, somada aos créditos totalizou R\$ 1.886.522.964,00, dos quais se obteve uma execução de R\$ 1.810.838.269,00, relativa à despesa empenhada, obtendo-se o percentual de 96% e de R\$ 1.281.566.842,80 equivalentes a despesa efetivamente liquidada, alcançando o percentual de 71%. A meta física desta ação previu o apoio a 30 projetos, alcançando os 100% de execução, considerando-se os valores iniciais da Lei Orçamentária Anual 2007. Foram utilizados recursos para executar as iniciativas da Secretaria de Educação Básica – SEB em que se destaca o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica – PNEGEB, de formação continuada de professores para exercício de direção escolar, por meio do curso de Especialização em Gestão Escolar (Lato Sensu), com 400 horas de duração, na modalidade EAD.

O programa tem por objetivo básico contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social e melhoria do IDEB.

Sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC, a partir de 2006, o PNEGEB se estruturou a partir da oferta do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar, em 10 Estados da Federação, anteriormente selecionados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação - INEP/MEC, então responsável pelo programa: Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pernambuco, Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Nessa etapa (2006/2007), foram ofertadas 4.000 vagas, sendo 400 para cada um dos Estados participantes, distribuídos entre as Secretarias Estaduais de Educação - Seduc e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime Estaduais, em convênio com Instituições Federais de Educação Superior – IFES.

Em sua segunda etapa (expansão/2007-2008) o PNEGEB, parte integrante do Compromisso Todos Pela Educação, será ampliado para outros 17 (dezesete) Estados da federação em convênio com as IFES.

Uma parte de recursos desta ação também foi destinada ao Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido – Proforti.

A ação Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino tem por objetivo modernizar os sistemas de ensino municipais adequados e modernizados para a gestão democrática como condição de melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos. Apresentou execução física de 60% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 85% dos recursos autorizados. Foram modernizados 30 sistemas municipais nos quais foram gastos aproximadamente 596 mil reais.

Os recursos desta ação foram utilizados para a execução do Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-árido – Proforti, que fomenta mudanças na cultura gerencial da educação brasileira, com atendimento focado em Municípios do semi-árido e vem propiciando formação de dirigentes e técnicos das Secretarias Municipais de Educação.

A estratégia de implantação do programa consiste na capacitação das equipes das Secretarias de Educação dos Municípios por meio de encontros presenciais e de acompanhamento no local de trabalho, além da utilização de material impresso e de recursos de informática. Cada Município recebe um total de 78 horas de capacitação, sendo 30 horas para o encontro presencial e mais 48 horas para a capacitação no local de trabalho. As universidades parceiras e a Undime são as disseminadoras no processo de capacitação, que consiste em três eixos temáticos: Gestão/organização das Secretarias; Gestão orçamentária e financeira e Gestão da informação.

Os resultados esperados com a capacitação são: a reestruturação das Secretarias municipais de Educação, a revisão das formas de trabalho e a construção de um projeto de continuidade das atividades, dando origem a um ambiente de trabalho mais dinâmico, moderno e participativo, tendo como idéia principal o atendimento rápido e eficiente das necessidades internas da Secretaria e de toda a comunidade escolar. Esse fortalecimento institucional pretende ser fator de contribuição para a melhoria do IDEB municipal.

O Proforti já capacitou 1.072 pessoas ligadas à administração escolar, entre secretários e técnicos de Secretarias Municipais de Educação de 67 Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia, Paraíba e Pernambuco. Em 2007 e 2008, mais 165 Municípios receberam o Proforti nos 11 Estados do semi-árido brasileiro, somando mais 2.475 beneficiados com essa capacitação. A meta prevista em 2007 é de 50 sistemas modernizados em relação ao orçamento disponibilizado. Até dezembro/2007, foram modernizados 45 sistemas, sendo que somente 30 foram pagos (lembrando que essa execução é referente ao orçamento 2007, uma vez que houve execução também em relação ao orçamento de 2006 e de 2005).

A ação Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental viabilizou o repasse de recursos para o Projeto Unesco - 914BRA 1095 - Educação e Aprendizagem, por meio do qual são realizadas atividades orientadas para o Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Ao longo de todo o ano de 2007, essas atividades incluíram o apoio à realização de eventos de formação de professores, contratação de consultores, avaliação, produção e impressão de materiais impressos. Os produtos decorrentes das parcerias firmadas, conforme cronograma de execução aprovados, serão disponibilizados no decorrer de 2008. A ação tem por objetivo ampliar a oferta de meios de formação inicial e continuada do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, por meio de programas que articulem com as diferentes agências do Ministério da Educação e seus parceiros nos Estados e Municípios.

A ação Fomento a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental apresentou execução física de 86% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 96% dos recursos autorizados. Foram beneficiados 17.160 profissionais da área de educação com os quais foram gastos aproximadamente 8,5 milhões de reais.

O custeio da ação é de responsabilidade dos sistemas estaduais e municipais que, para complementar seus investimentos neste campo, poderão dispor de recursos oriundos da sistemática de financiamento do MEC.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, constituída em julho de 2004, surgiu como resposta à necessidade de articular a pesquisa, a produção acadêmica à formação dos educadores, processo que não se completa por ocasião do término de seus estudos em cursos superiores. Coube ao Ministério da Educação a iniciativa de estabelecer este vínculo, visando interromper um hiato que se formara entre segmentos de Educação: a Educação Superior e a Educação Básica. Desta parceria resultou a realização de diversos cursos e a produção de múltiplos materiais destinados aos educadores em salas de aula do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

No âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica existe uma iniciativa denominada Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Pró-Letramento. Essa iniciativa envolve formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos Estados e Municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Essa iniciativa certificou desde 2005 um total de 48.990 professores da Educação Básica de mais de 1155 Municípios, em 12 Estados, nas áreas de Alfabetização e Linguagem e de Matemática. Outros 103.700 cursistas encontram-se em fase de formação.

A ação Censo Escolar da Educação Básica é relacionada ao levantamento detalhado de informações estatísticas sobre as escolas, alunos e docentes da Educação Básica e controle de qualidade das informações prestadas.

O Censo Escolar 2007, realizado por meio do Sistema Educacenso, ao coletar informações individualizadas de alunos (que possibilita identificar os erros de preenchimento, como a duplicidade de alunos) e docentes, possibilita a realização de novos diagnósticos sobre a educação brasileira.

Representa um salto significativo na melhoria da qualidade das informações censitárias, com efeitos diretos sobre o melhor conhecimento da realidade educacional brasileira e conseqüentes avanços na assertiva da gestão pública da educação: maior rapidez no processo decisório, agilidade na disponibilização das informações e maior segurança quanto à utilização eficiente e eficaz dos recursos públicos.

As informações consolidadas do Educacenso 2007 mostram que cerca de R\$ 400 bilhões serão distribuídos de maneira mais eficiente na educação básica. O motivo é a queda de cerca de três milhões de matrículas em escolas públicas e privadas em relação a 2006. Todos os recursos investidos pelo Ministério da Educação têm a matrícula como fundamento. Com isso, o MEC melhora o levantamento e a segurança dos dados e distribui os recursos com base nos alunos que efetivamente estão na escola.

Pela primeira vez, os dados do censo ficam próximos dos da Pnad/IBGE. Em 2002, por exemplo, o Censo Escolar indicava cerca de quatro milhões de alunos a mais do que a Pnad. Comparando-se o Educacenso 2007 à Pnad 2006, a diferença cai para 0,13%.

A partir do início do ano letivo de 2008, as escolas começarão a informar ao MEC a situação de cada aluno, com dados sobre rendimento / movimento. Tais dados apontam o fluxo escolar real do aluno e, aliados ao desempenho do estudante na Prova Brasil, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No âmbito da ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um das mais antigas iniciativas sociais do Governo Federal e é considerado um dos maiores programas do mundo na área de alimentação escolar, atendendo aproximadamente 35,4 milhões de estudantes, o que equivale a 19% da população brasileira, que frequentam instituições públicas e filantrópicas de educação em todo o Brasil.

O Governo centrou esforços na recuperação do valor per capita/dia do programa, que não era reajustado há mais de dez anos. Nesse aspecto, observou-se que no período de 2003 a 2006 o valor repassado para a creche teve um reajuste de 22,22%, a pré-escola de 266,67% e o Ensino Fundamental de 69,23%. Os alunos atendidos em escolas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos começaram a receber valores diferenciado nos anos de 2003 e 2005, respectivamente, e no período de sua existência foram reajustados em aproximadamente 220%.

O programa investiu R\$ 1.520.679.672,23 empenhados, equivalentes a 99,46% da dotação final, dos quais R\$ 1.520.238.812,86 liquidados, obtendo-se o percentual de 99,97% de execução, para atendimento de 35,4 milhões de alunos, correspondente a 96,80% da meta prevista.

A ação Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica passou por uma remodelagem na sua estrutura e forma de execução em 2007, por intermédio da qual os Ministérios da Educação e da Saúde passaram a atuar em parceria, de forma a se estabelecer a implementação de consultas médicas 'in loco' nas escolas de todo o País.

Nessa nova estrutura de implementação multisetorial, o Ministério da Saúde deverá participar com a disponibilização de corpo médico especializado para a realização de exames clínicos e o Ministério da Educação custeará as despesas de caráter pedagógico e operacional.

Dentre os componentes definidos como essenciais para o novo desenho desta ação, destacou-se a necessidade de aquisição de kits médicos contendo instrumentos próprios para consultas, dentre os quais esfignomanômetro, balança pediátrica e outros.

Todavia, os atributos da ação em questão não contemplavam a compra de tais materiais, motivo pelo qual a estratégia de implementação do programa foi ajustada de forma que, em um primeiro momento, foi iniciado o processo de compra apenas do material instrucional necessário, projetando-se para o exercício de 2008 a aquisição dos kits médicos vislumbrados.

Dentre os materiais didáticos escolhidos destacam-se: guia para formação de profissionais da saúde e educação; material diretrizes para a implementação do projeto saúde e prevenção nas escolas; guias e folders sobre o tema educação sexual.

Foram investidos nesta ação recursos financeiros no valor de R\$ 1.693.680,00 empenhados e inscritos em Restos a Pagar, obtendo-se 100,00% de execução da meta prevista. Esta ação beneficiou 21.023 alunos, o que corresponde a 100,00% do valor projetado.

A ação Distribuição de Acervos Bibliográficos tem por finalidade prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente às escolas públicas da Educação

Básica das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando promover e estimular a leitura, além de propiciar melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas na cultura letrada. Tal iniciativa pretende garantir a equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino público.

Na educação infantil, foram atendidos 5.065.686 alunos de 85.179 escolas. Já no Ensino Fundamental foram atendidas 127.661 escolas com 16.430.000 alunos e no Ensino Médio, foram beneficiados 17.049 escolas com 7.788.593 alunos. A distribuição ocorreu no início de janeiro de 2008, totalizando 5.930.000 de exemplares correspondentes a 100,00% da meta prevista. Os investimentos somaram R\$ 52.561.073,29 empenhados, equivalentes a 97,34% da dotação final, dos quais R\$ 2.054.379,87 foram liquidados, alcançando-se 3,91% do valor empenhado.

Com a finalidade de estimular a formação de professores para atuação na Educação Básica, está sendo executada a ação Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores Para a Educação Básica. A sua implementação se dá pela concessão de bolsa a professores cursistas matriculados em cursos de formação inicial ou continuada, professores formadores com formação superior, professores tutores com formação mínima em nível médio e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, visando a qualificação de recursos humanos para a educação.

Foram concedidas 54.474 bolsas, correspondente a 169,61% da meta prevista, beneficiando 12.655 bolsistas dos programas Proformação, Proinfantil, Proletramento, Prolicenciatura e Universidade Aberta do Brasil, somando investimentos de R\$ 19.965.200,00 empenhados, equivalente a 42,69% do valor previsto na lei, dos quais R\$ 19.952.600,00 liquidados alcançando 99,94% de execução.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, a ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil visa conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de empreendimentos que objetivam proporcionar à sociedade a melhoria da infra-estrutura da rede física escolar com a reforma de escolas, conforme projeto apresentado decorrente de Emenda Parlamentar.

O desempenho da ação foi proveniente de Emenda Parlamentar visando atender o Serviço de Assistência Social Nossa Senhora de Fátima, localizado no Município de São Fidélis/RJ. A Entidade foi beneficiada com o valor de R\$ 199.026,74 empenhados, sendo que não houve liquidação desta despesa. O recurso foi destinado à obra de reforma do Educandário Rainha dos Apóstolos, objetivando o atendimento dos alunos da Educação Infantil. Cabe ressaltar que a meta física foi atingida sem a necessidade da utilização do valor total previsto, conforme projeto apresentado pela entidade, ou seja, cumpriu-se os 100% da previsão inicial de apoio a 1 projeto.

Com a finalidade de apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal, a ação Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil dá suporte com recursos financeiros à renovação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil, novos ou reformados.

Foram firmados convênios com 40 Prefeituras em 12 Estados da Federação das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, beneficiando com a aquisição de equipamentos, 40 escolas a serem construídas à conta do programa Proinfância, o que representou 93,33 % de execução financeira e 66,67% de execução da meta física. A execução do percentual da meta física mencionado anteriormente deu-se por força do redimensionamento dos valores para aquisição de equipamentos por escola a ser construída. Os recursos desta ação atingiram o montante de R\$ 2.800.000,00 empenhados e liquidados.

A ação Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores não Titulados da Educação Infantil – Proinfantil apresentou execução física de 29% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 91% dos recursos autorizados. Foram matriculados, em 2007, 2.877 professores nos quais foram gastos aproximadamente 1,8 milhão de reais.

O público alvo dessa ação são professores em exercício na educação infantil, que atuam em creches e pré-escolas da rede pública e da rede privada sem fins lucrativos (confessionais, filantrópicas e comunitárias), conveniadas com o Poder Público e que não possuem a formação exigida pela legislação vigente.

O Censo Escolar registra cerca de 40.000 professores atuando na Educação Infantil sem a habilitação mínima exigida. Nesse quadro, visando atender a esta demanda e contribuir para a melhoria da Educação Infantil no País, o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) existe como uma ação emergencial, com caráter temporário e devendo ser concluída até janeiro de 2011.

Até 2007, a ação atendeu a professores cursistas de 8 Estados, o que corresponde a aproximadamente menos de 30% da meta inicial. O não atendimento à meta prevista, embora continue existindo uma grande demanda, deve-se à inviabilidade de incluir Municípios onde o Governo Estadual não aderiu ao programa. Além disso, a coordenação do processo em nível nacional, a elaboração e distribuição de material, a formação das equipes de formadores e o monitoramento e avaliação das ações realizado pela equipe do MEC exigem um grande contingente de recursos humanos, o que atualmente é incompatível com a política de contratação do Governo Federal. Esses fatores obrigaram ao Ministério restringir a ampliação do programa na implementação do grupo piloto e grupo 1. Para os próximos grupos, o MEC estabeleceu parcerias com Universidades para a realização da formação dos professores formadores e tutores, o que possibilitará a inclusão de um maior número de professores no programa.

ENSINO FUNDAMENTAL

A Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef tem por finalidade garantir aplicação mínima de recursos por aluno do Ensino Fundamental das escolas públicas nos Estados que não conseguirem atingir o mínimo nacional fixado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

Devido ao término da vigência do Fundef em dezembro de 2006, não houve programação orçamentária para o Fundo em 2007. Entretanto, ao longo do exercício de 2007, decisões judiciais concederam a diversos Municípios o direito ao recebimento do valor descontado em dezembro de 2004, referente a ajustes do repasse da Complementação da União à época, o que gerou o pagamento, em 2007, do total de R\$ 6.899.257,00 empenhados e liquidados, distribuídos entre os Estados da Bahia, Maranhão e Pará.

A ação Dinheiro Direto na Escola Para o Ensino Fundamental, contempla o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a universalização e a elevação da qualidade do ensino, tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições física e pedagógica, de modo a contribuir para a elevação da qualidade do Ensino Fundamental, tornando sua oferta equitativa e reforçar a autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático.

O PDDE liberou o montante de R\$ 498.391.850,93 empenhados, equivalente a 94,10% do valor previsto na lei, dos quais R\$ 496.427.916,28 liquidados, obtendo-se 99,61% de execução. Os recursos mencionados foram investidos no atendimento de 117 mil escolas públicas, beneficiando 27 milhões de alunos do Ensino Fundamental e 180 mil alunos de escolas privadas de educação especial, o que corresponde a 80,00% da meta física prevista.

No âmbito da ação Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental, é desenvolvido o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, que tem por objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural que utilizam transporte escolar.

Foram empenhados R\$ 291.999.984,60, alcançando-se 99,99% do valor previsto na lei, dos quais R\$ 291.994.969,03 já liquidados, beneficiando 3.487.890 alunos, ou seja, 122,42% da meta física prevista.

A ação Distribuição de Livros Didáticos Para o Ensino Fundamental tem como objetivo prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas do Ensino Fundamental das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos países do Mercosul.

Foram adquiridos 110.241.724 livros equivalentes a 110,56% da meta prevista, para reposição e complementação de matrículas para 2ª a 4ª série (3º ao 5º ano) e a grade completa para alunos de 1ª e 5ª a 8ª série (1º

e 2º e 6º ao 9º ano) para beneficiar 31.140.144 alunos de 139.839 escolas públicas, somando investimentos da ordem de R\$ 639.862.219,96 empenhados, correspondente a 99,99% do valor prevista na lei e R\$ 486.388.263,28 liquidados, obtendo-se 76,01% de execução.

A Prova Brasil é a realização, a cada dois anos, de levantamentos de dados, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4º e 8º séries ou 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino, por meio da aplicação de instrumentos (provas e questionários), com o objetivo de fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e do conjunto das escolas do País, dos Estados e Municípios.

Foram realizadas as aplicações de provas e questionários para cerca de 5 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas, urbanas, de 5.500 Municípios.

Como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica- SAEB, foi realizado, em 2007, o levantamento de campo da Prova Brasil e SAEB, abrangendo aproximadamente: 5.000.000 alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e de 3ª série do Ensino Médio; 180.000 turmas; 50.000 escolas; 5.500 Municípios; e, 27 Unidades Federativas.

A Provinha Brasil é um instrumento de aferição do desempenho escolar a ser implantado nos Municípios e no Distrito Federal. Consiste na avaliação da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com os seguintes objetivos: i) avaliar o nível de alfabetização dos educandos nos anos iniciais do Ensino Fundamental; ii) oferecer às redes de ensino um resultado da qualidade da alfabetização, prevenindo assim o diagnóstico tardio dos seus déficits; e iii) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional.

Foram desenvolvidos os instrumentos para avaliação, compreendendo: preparação e organização dos instrumentos; aplicação dos instrumentos (pré-teste de itens); processamento e constituição das bases de dados com as respostas dos alunos; análises estatísticas das respostas dos alunos.

ENSINO MÉDIO

A ação que se destacou no Ensino Médio foi a Distribuição de Livros Didáticos Para o Ensino Médio. Essa ação objetiva prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas do Ensino Médio das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos países do Mercosul.

Foram adquiridos 18.248.846 livros para 7.141.943 alunos de 15.273 escolas públicas de Ensino Médio, equivalentes a 333,61% da meta prevista. O investimento foi de R\$ 108.668.577,82 empenhados, obtendo-se 99,79% dos recursos previstos na lei, dos quais R\$ 88.697.140,10 liquidados, correspondentes a 81,62% de execução.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Graduação

O Ministério da Educação, no que se refere à Educação Superior, vem trabalhando em três principais dimensões: (I) expansão e manutenção das universidades federais; (II) desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior; e (III) supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino.

Na Educação Superior, houve um significativo incremento do orçamento de capital e outros custeios das instituições federais de ensino superior, que inclui as despesas de manutenção, com a exceção do orçamento de pessoal, sem computar o pagamento de bolsas de ensino dos programas de pós-graduação e pesquisa e os recursos originários de convênios e emendas parlamentares, que alcançou R\$ 1.263,7 bilhões.

O aumento considerável no orçamento de manutenção das universidades federais, verificado especialmente a partir de 2004, tem possibilitado a recuperação de instalações, compra de equipamentos e ampliação

da assistência estudantil. Também com vistas à adequada manutenção da educação superior pública federal, foi implementado o banco de professor-equivalente, permitindo reposição imediata de vacâncias ocorridas no quadro de pessoal das universidades. Foi autorizada a abertura de concurso público para 2.880 vagas de docentes de magistério superior e 5.000 técnico-administrativos em educação, reforçando os recursos humanos para melhoria do ensino oferecido pela universidade.

Também merece destaque o processo de criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila). Em 2006, foi realizado o Seminário Internacional sobre o Ensino Superior, com vistas a discutir a possibilidade de criação da referida Universidade, com a participação, gestão e validação de todos os países membros. Ocorreram diversas reuniões de trabalho, tendo como resultado a minuta do projeto de Lei de criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), que se encontra na Casa Civil da Presidência da República para análise e envio ao Congresso Nacional.

O programa de apoio e expansão das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) constitui uma das principais metas do Ministério da Educação. Tem priorizado a implantação de novas universidades e novos campi no interior dos Estados, levando-se em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País. Além dos 49 campi implantados em 2006, o MEC criou ou consolidou mais 37 de um total de 86 campi situados em 23 Estados, em todas as Regiões do País. Houve continuidade da implantação e consolidação de 12 universidades e, todas as instituições encontram-se em funcionamento, com alunos matriculados, e as obras em andamento ou finalizadas. Nesse ano o Congresso Nacional aprovou a criação da Universidade do Pampa (Unipampa), com 10 campi no interior do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo a sede e da Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre. Tais instituições já estão em funcionamento e com alunos matriculados.

Foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dentre as diversas ações previstas para o ensino superior, dando prosseguimento ao processo de expansão em curso, destacamos o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, regulamentado pelo Decreto nº 6.096 de abril de 2007.

O programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a mudança da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de dez para dezoito, ao final de cinco anos.

Foi constituído grupo assessor composto por docentes, dirigentes das Universidades Federais e a equipe técnica da Sesu /MEC que propôs diretrizes gerais para o programa. Com o objetivo de tornar ágil o processo de elaboração, análise e monitoramento, foi implementada ferramenta no Simec que possibilitou que cada universidade apresentasse os seus Planos de Reestruturação eletronicamente. Depois de analisados pela equipe técnica das SESu, por grupo de consultores ad hoc e homologados por comissão especificamente designada, 42 universidades tiveram seus planos aprovados na primeira chamada, com conseqüente repasse de 60% dos recursos previstos para investimentos para o primeiro ano de implantação do programa.

O Programa de Educação Tutorial (PET), desenvolvido no âmbito da ação Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior, é executado conforme a Lei nº 11.180/2005 e as Portarias nº 3.385/2005, nº 1.632/2006 e nº 1.046/2007, que imprimem critérios mais transparentes ao programa e definem, entre outros aspectos, o seu funcionamento administrativo e acadêmico. Com a criação de mais 44 novos grupos por meio do Edital nº 04/2007, o PET apoiou, em 2007, 370 grupos distribuídos em 72 IES, envolvendo 3.968 bolsistas.

A ação Funcionamento da Residência Médica, parte integrante da educação médica, tem por objetivo treinar médicos em serviço, sob supervisão apropriada, de modo a atender as necessidades do País, no que se refere à formação de profissionais qualificados na área médica.

Existiam 456 instituições credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM com 3819 programas, 27.637 vagas/ano e 17.459 médicos residentes matriculados nos diversos programas de Residência Médica. Durante 2007, a CNRM recebeu 100 solicitações de pedido de credenciamento provisório (programas novos), que foram avaliados pelas Comissões Estaduais e CNRM, além de credenciamento e recredenciamento dos programas com credenciamentos vencidos.

Houve repasse de 4.704 bolsas para as Instituições Federais de Ensino Superior e foram utilizadas, em média, 4.500 bolsas. Isso significa que houve um índice de 4,34 % de bolsas remanescentes.

A Bolsa Permanência, viabilizada pela ação Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior, é um benefício mensal, no valor de R\$ 300,00, criado para ajudar os bolsistas do ProUni no custeio de seus estudos. A iniciativa viabiliza a permanência dos alunos com bolsa integral do ProUni no ensino superior, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior.

O processo de seleção dos bolsistas é realizado semestralmente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Educação e seu pagamento efetuado diretamente ao bolsista, pelo Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, com base nas informações geradas pelo Sistema do ProUni e autorizadas por meio de certificação digital, pelos coordenadores do programa nas instituições. Ao final de 2007, havia 2.466 bolsistas aptos ao recebimento da bolsa permanência.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

A gestão do programa é efetivada conjuntamente pelo MEC, na qualidade de agente supervisor, responsável pelas políticas educacionais norteadoras do programa, e pela Caixa Econômica Federal, agente operador e financeiro, responsável pela administração dos ativos e passivos do Fundo, assim como pelo sistema informatizado do FIES e pela concessão e manutenção dos financiamentos aos estudantes.

A partir de 2005, o FIES passou a priorizar a concessão dos financiamentos aos bolsistas parciais do Prouni, no percentual de 25% do total da mensalidade paga. Atualmente, o fundo financia até 50% do valor da mensalidade, a uma taxa de juros anual de 6,5%. Exclusivamente para os cursos de licenciaturas, normal superior, pedagogia e tecnólogos, conforme Catálogo de Cursos Superiores de tecnologia do MEC, a taxa de contratação é de 3,5%.

Desde sua criação, o FIES já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em 4,8 bilhões de reais. Ao final do exercício de 2007, o programa contava com cerca de 467 mil contratos ativos.

A ação Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não Gratuito apresentou execução física de 72% da meta prevista com aproximadamente 430 mil estudantes beneficiados. A ação é implementada por meio de linha de crédito da Caixa Econômica Federal que operacionaliza o financiamento aos estudantes mediante repasse de recursos do fundo às instituições de ensino superior não gratuitos. O produto da ação é Estudante Financiado.

A ação Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior é voltada para estudantes carentes. Seu objetivo é beneficiar estudantes com bolsas de estudo integrais no ensino superior não-gratuito. Apresentou execução física de 54% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 98% dos recursos autorizados. Foram concedidas em cerca de 2500 bolsas com gastos de aproximadamente 7,7 milhões de reais.

A ação Funcionamento da Residência Médica tem por objetivo proporcionar aos médicos recém-formados, por meio de treinamento em serviços credenciados, melhor qualificação nas várias especialidades médicas e suas áreas de atuação, visando a melhoria no atendimento médico à população. Apresentou execução física de 103% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 99% dos recursos autorizados. Foram mantidos cerca de 4,6 mil médicos residente com os quais foram gastos aproximadamente 122 milhões de reais.

A ação Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior - PET tem por objetivo melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior, mediante apoio à formação de grupos tutoriais de alunos, visando: otimizar o potencial acadêmico de alunos com habilidades e interesses destacados; promover a integração da atividade acadêmica com a futura atividade profissional, por meio do exercício permanente e integrado do ensino, da pesquisa e da extensão; promover a melhoria do ensino de graduação a partir do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas e por meio do efeito multiplicador da atuação dos integrantes dos Grupo PET sobre o alunado dos cursos de graduação. Apresentou execução física de 141% da meta prevista, com execução financeira de aproximadamente 80% dos recursos autorizados. Foram treinados, em 2007, cerca de 5,2 mil alunos com os quais foram gastos aproximadamente 122 milhões de reais.

A ação Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino é voltada para a recuperação, manutenção ou modernização da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, para assegurar a expansão da oferta de vagas do ensino de graduação, com qualidade, tendo como objetivo a instituição modernizada recuperada. Foram empenhados aproximadamente 430 milhões de reais o que corresponde a aproximadamente 89% dos recursos autorizados

A ação Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais tem como meta apoiar o funcionamento dos Hospitais de Ensino por meio da manutenção da Infra-Estrutura e dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, mediante repasse de recursos as IFES. Auxilia o funcionamento dos Hospitais de Ensino, melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior. Garante os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade por meio do Sistema Único de Saúde - SUS. Destina-se a reduzir o impacto na receita com o custeio necessário ao hospital em suas atividades de ensino, assistenciais e de pesquisa; estimula a participação dos HUFs (Hospitais Universitários Federais) em programas e mutirões de interesse para o SUS, como Saúde da Família e da Mulher; adota medidas de racionalização gerencial hospitalar, além de investir na capacitação de recursos humanos e na recuperação da infra-estrutura. A Coordenação Geral de Acompanhamento dos Hospitais Universitários Federais monitora 45 Hospitais de Ensino que contam, atualmente, com 10.379 leitos, 4.192 salas ambulatoriais, 247 salas de cirurgia de centro cirúrgico, 88 sala de cirurgia de centro obstétrico, 107 salas de cirurgias ambulatoriais e 242 salas de emergência. Dentre os serviços realizados destacamos: 809.039 consultas/mês, 30.031 internações/mês e 43.690 cirurgias/mês. Foram empenhados aproximadamente 82 milhões de reais.

A ação Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior tem como objetivo auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a melhoria da qualidade do ensino de graduação e o aumento da oferta de vagas. Em 2007 foram apoiadas 58 instituições de ensino, em seus projetos especiais, assim como no Projeto Expansão das IFES e no Projeto Reuni, para este apoio foram necessários créditos adicionais atingindo mais de 300% de aumento em relação à dotação inicial. Foram empenhados 656 milhões de reais, o que corresponde a 100% da dotação autorizada.

No que tange à implantação das novas universidades, destaca-se a ação Implantação da Universidade Federal do ABC, principalmente no que se refere à infra-estrutura para seu funcionamento, com a construção completa do Campus de Santo André, com área construída de 96.000 m² e a aquisição dos equipamentos e mobiliários necessários, sendo que o primeiro bloco está concluído e encontra-se em pleno funcionamento. Foram empenhados aproximadamente 57 milhões de reais.

Pós-Graduação

A ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País representa o maior investimento feito pela Capes, englobando programas de concessão de bolsas de estudo no Brasil e apoio aos cursos de pós-graduação nacionais, tais como: Programa Demanda Social, Programa de Apoio à Pós-graduação, Programa de Fomento à Pós-graduação, Programa de Suporte à Pós-graduação das Instituições de Ensino Particulares, Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica, Programa de Qualificação Institucional, Programa de Qualificação Docente para Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-doutores, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, Programa Observatório da Educação. O número de bolsas de mestrado e doutorado no país concedidas pela Capes foi, de aproximadamente, 30 mil, beneficiando alunos matriculados em universidades públicas, confessionais e particulares, inclusive com o apoio ao custeio dos cursos de pós-graduação.

Por meio da ação Concessão de Bolsa de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, foi possível materializar a política de implementação e fortalecimento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), mediante a concessão de bolsas de estudo nas áreas tecnológicas, tais como: Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia, Ciências Biológicas entre outras, visando a realização de pesquisas de ponta nas empresas e em instituições públicas e privadas, com vistas à geração de patentes e a transferência de inovações tecnológicas para produtos, serviços, sistemas e processos. Em 2007, foram concedidas em média 3.000 bolsas.

A ação Fomento à Pós-graduação visa promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação. Apóia atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais. Mais de 800 congressos, workshops e seminários científicos no país e cerca de 50 Projetos de Mestrado Interinstitucionais e Doutorado Interinstitucionais foram apoiados pela Capes.

A ação Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisas em Temas Estratégicos – Novas Fronteiras da Pós-Graduação recebeu atenção especial. A Capes deu continuidade aos programas que atendem às diversas demandas do País, de modo a promover melhor e mais justa política de formação de recursos humanos.

O Acesso à Informação Científica e Tecnológica foi reforçado pelos investimentos no Portal de Periódicos da Capes, instrumento que permite aos pesquisadores brasileiros acesso e download da literatura científica internacional. Em 2007, destacam-se a assinatura da base de dados JStore para todas as universidades participantes do Portal (importante base na área de ciências sociais e humanas que contém mais de 140 títulos) e a assinatura de 237 títulos das principais sociedades científicas. Ressalte-se, ainda, o aumento do número de instituições que acessam o Portal, mediante pagamento e o número de acessos diários, que passou de 90 mil para 130 mil. A inclusão de novos títulos permitiu que o número de acessos ao portal saltasse de 6,6 milhões, em 2002, para 53 milhões em 2007. A meta para 2010 é continuar a ampliação do programa de assinaturas: passar de cerca de 12.000 (meta atingida em 2007 com investimento de US\$ 35 milhões) para 15.000 periódicos comparando-nos aos maiores do mundo em número de periódicos. O Portal da Capes possibilita o acesso ao conhecimento científico mundial, sendo utilizado por 188 instituições, entre universidades, órgãos do Governo e empresas privadas.

Outra iniciativa de grande atuação da Capes diz respeito à Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior. Além de complementar os esforços realizados no Brasil, de qualificação de pesquisadores para a sua inserção no meio acadêmico e de pesquisa do País, essa ação busca estimular a exposição do pesquisador brasileiro no cenário científico internacional, a atualização da pesquisa brasileira nas fronteiras da produção do conhecimento, bem como o estabelecimento de parcerias de cooperação científica com o exterior. Foram concedidas cerca de 2.200 bolsas, que atenderam prioritariamente propostas de estágio de doutorado e de estágio pós-doutoral e, em menor abrangência, propostas de doutorado pleno no exterior. Ressalta-se também o investimento efetuado para divulgação no exterior da produção científica nacional, que permitiu a participação de cerca de 400 pesquisadores brasileiros em eventos científicos internacionais para a apresentação de trabalhos realizados no País.

Alfabetização de Jovens e Adultos

O Programa Brasil Alfabetizado – PBA tem entre suas ações centrais a alfabetização de jovens e adultos e a formação de alfabetizadores e coordenadores de turma. Para tanto, o MEC avança na articulação com os demais entes federados para ampliação do atendimento por meio do sistema de ensino. Como resultado destes esforços, a adesão ao PBA realizou-se exclusivamente por intermédio das secretarias estaduais e municipais de educação de todo o País.

Obteve-se a adesão de 1.143 entes federados (1.120 prefeituras e 23 Seduc). Foram cadastrados 1.703.004 alfabetizandos (1.113.705 pelas Seduc e 589.299 pelas prefeituras). Este total representa um percentual de 13,53% acima do previsto na meta de atendimento a 1.500.000 de jovens e adultos analfabetos, definida para o Programa em 2007.

O orçamento previsto para a ação Concessão de Bolsa ao Alfabetizador foi inicialmente de R\$ 206.125.000,00, tendo sido contingenciado um total de R\$ 153.500.000,00. Dessa forma, tivemos uma dotação autorizada de R\$ 52.625.000,00, com um montante empenhado de R\$ 26.961.878,89, obtendo-se um percentual de 51,23%. A meta física desta ação previu um total de 110.459 bolsas concedidas, sendo executado o número de 69.613, alcançando o percentual de 60%. O não atingimento da meta deveu-se à conclusão do processo de adesão ao programa ter se dado praticamente no final do ano de 2007 com o conseqüente atraso no início das aulas pelas turmas do PBA 2007.

A ação Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos teve previsão orçamentária de R\$ 12.375.000,00, dos quais houve uma execução de R\$ 11.302.101,00, obtendo-se um percentual de 92%. A meta física desta ação previu um total de 109.959 alfabetizadores capacitados, tendo alcançando o percentual de 82%, que corresponde a 90.363 alfabetizadores capacitados. O não atingimento da meta deveu-se à conclusão do processo de

adesão ao programa ter se dado praticamente no final do ano de 2007 com o conseqüente atraso no início da formação dos alfabetizadores.

A ação Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos executa projetos que visam o desenvolvimento, produção, impressão, reprodução e distribuição de material de leitura adequado ao público jovem e adulto e tem por finalidade desenvolver e incentivar a prática da leitura voltada a esse público. O Ministério da Educação, por intermédio da Secad, lançou o Edital nº 02, de 20 de junho de 2007, visando a realização de um concurso para seleção de obras inéditas específicas para jovens e adultos neo-leitores. Em 2007, o 2º Concurso Literatura para Todos recebeu 747 obras literárias dentro do formato indicado no edital, no prazo de 21 de junho a 21 de novembro de 2007. O cronograma do 2º Concurso Literatura para Todos tem previsão para conclusão durante o ano de 2008.

A meta financeira prevista em valores para a ação foi de R\$ 3.000.000,00. Sofreu contingenciamento na ordem de R\$ 2.910.000,00. Obteve uma execução de R\$ 80.080,00 para o pagamento do prêmio aos oito vencedores do 1º Concurso Literatura para Todos. Dessa forma, a meta física de 400.000 livros distribuídos não foi atingida porque não houve impressão de livros, ou seja, um percentual de 0%.

A ação Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos – Fazendo Escola até a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, tinha por finalidade propiciar o atendimento de alunos jovens e adultos matriculados nas escolas estaduais e municipais de Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial com avaliação no processo. Com a implementação do Fundeb, a Educação de Jovens e Adultos, entre as modalidades de ensino contempladas pelo Fundo, passa a receber recursos para que Estados e Municípios ampliem o atendimento educacional público e gratuito.

Dessa forma, os R\$100.000.000,00 previstos para esta ação no Programa Fazendo Escola foram direcionados para ações de apoio ao Programa Brasil Alfabetizado – PBA e para a criação de comitês estaduais e de observatórios estaduais de informações sobre alfabetização e educação de jovens e adultos em Estados das Regiões Norte e Nordeste, a título de apoio suplementar, com impacto direto na meta física desta ação. As ações de apoio ao PBA contemplam a aquisição de material escolar, a aquisição de material para o professor, a aquisição de gêneros alimentícios, o transporte de alfabetizandos e a aquisição de material pedagógico.

O orçamento previsto para esta ação foi de R\$ 100.000.000,00, dos quais executou-se R\$ 90.846.653,10, obtendo-se um percentual de 91%. A meta física desta ação previu um total de 400.000 alunos beneficiados, entretanto, com o redirecionamento dos recursos para o PBA, houve uma alteração no público atendido para 1.703.004 alfabetizandos, ou seja, 425,75% da meta prevista.

A ação Apoio a Iniciativas Para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos tem por objetivo contribuir com iniciativas que promovam a qualidade dos processos educativos para jovens e adultos por intermédio de apoio à implementação de projetos e assistência técnico-financeira na operacionalização de projetos voltados para a capacitação de professores, gestores e profissionais de educação, produção e distribuição de materiais didáticos impresso e áudio-visual visando intervenções inovadoras nos processos educativos envolvendo jovens e adultos. Esta ação direcionou recursos para projetos ligados ao público jovem, adulto e idoso. Tivemos o atendimento a um conjunto de processos referentes a convênios firmados anteriormente que necessitaram de alteração de fontes, projetos de capacitação, formação, atividade relacionada ao Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos - PNLA, dentre outros projetos direcionados ao público da Educação de Jovens e Adultos.

A meta financeira prevista em valores para a ação foi de R\$ 13.900.000,00, com a suplementação de R\$ 1.700.000,00, resultando em R\$ 15.600.000,00. Nesse montante ocorreu um contingenciamento de R\$ 11.000.000,00, restando R\$ 4.600.000,00. Dessa forma, a meta física foi definida já considerada a potencial redução orçamentária. Houve execução de R\$ 3.637.185,99, obtendo-se um percentual de 79%. A meta física desta ação previu um total de 55.600 alunos atendidos, sendo executado o número de 55.569, alcançando o percentual de 99,94%.

O programa Educação para a Diversidade e Cidadania tem por finalidade reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

A ação Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda volta-se para o desenvolvimento de práticas metodológicas e realização de atividades e projetos comunitários que contribuam para fortalecer os vínculos de identidade dos jovens de origem popular desenvolvendo um trabalho de

formação com estudantes universitários, valorizando suas trajetórias escolares, existenciais e saberes acumulados, de forma a estreitar os vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades.

A meta financeira prevista em valores para a ação foi de R\$ 6.930.000,00, dos quais houve uma execução de R\$ 6.706.491,16, obtendo-se um percentual de 96,7%. A meta física desta ação previu o apoio a 51 eventos, porém foram realizados 38 seminários, alcançando o percentual de 74,6% de execução.

A ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana visa apoiar a abertura das escolas nos finais de semana, como estratégia para oferecer espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, tais como: cultura, arte e lazer, na perspectiva concreta de construção de uma nova relação entre os estudantes universitários oriundos de espaços populares e os estudantes da educação básica, matriculados na rede pública de ensino.

O orçamento previsto para esta ação foi inicialmente de R\$ 2.000.000,00. Porém, R\$ 1.000.000,00 foram remanejados para outra ação orçamentária, junto ao FNDE, ficando autorizado para a referida ação o valor de R\$ 1.000.000,00, dos quais executou-se R\$ 972.109,80, obtendo-se um percentual de 97,2%. A meta física desta ação previu um atendimento a 90 escolas, porém foram apoiadas 27 Instituições Federais de Ensino Superior, alcançando o percentual de 30% de execução.

Diversidade

O Programa Conexão de Saberes é desenvolvido pelo MEC junto às Universidades Federais, tendo como foco principal estudantes de baixa renda, recém ingressos nas IFES. Eles recebem auxílio financeiro no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais para que, sob supervisão acadêmica, desenvolvessem ações de pesquisa/extensão junto às suas comunidades e atividades acadêmicas. O programa busca acolher os estudantes em suas instituições, valorizando suas trajetórias escolares e existenciais, os saberes acumulados, de forma a estreitar os vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades, e estimular a criação de condições objetivas que contribuam para o sucesso e a permanência dos estudantes universitários de baixa renda nos cursos em que estão cursando.

Foram apoiadas 33 IFES por com recursos da ordem de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), aportados na ação Desenvolvimento de Projetos Educacionais Inovadores para Comunidades de Baixa Renda. Cada IFE desenvolveu um trabalho de formação de pelo menos 35 estudantes universitários, totalizando 1.155 beneficiários diretos em todo o País.

Outro viés do programa Conexões de Saberes é a sua articulação com o programa Escola Aberta, na perspectiva concreta de construção de uma nova relação entre os estudantes universitários de baixa renda e os estudantes da educação básica, matriculados na rede pública de ensino, cujas escolas estão cadastradas junto ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Essa articulação contou com o apoio financeiro da ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) aportados na ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana. Foram apoiadas 27 IFES, beneficiando aproximadamente 880 estudantes universitários que desenvolveram, ao longo de 2007, oficinas sobre direitos humanos e leitura nas escolas.

A ação Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana tem por finalidade contribuir para a transformação da escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos estudantes, professores e comunidade, mediante a implementação de ações educativas nos finais de semana objetivando tornar a escola um espaço integrador, trazendo para ela não somente as crianças, os adolescentes e os jovens mas também as famílias.,

Foram efetivadas parcerias com 33 universidades federais, localizadas em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais receberam recursos para disponibilizar 850 bolsas para estudantes universitários, para a realização de oficinas em 1.000 escolas abertas no Brasil, equivalente a 1.11,11% da meta prevista, somando investimentos da ordem de R\$ 972.109,80 empenhados, ou seja, 97,21% de percentual referente à dotação final, dos quais R\$ 671.299,00 liquidados alcançando-se 69,06% de execução.

Educação Profissional e Tecnológica

A atuação do Ministério da Educação, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (Setec), está alicerçada nas diretrizes traçadas de forma participativa na I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. As ações desenvolvidas pelo Ministério se pautam, principalmente, pela (i) expansão da rede federal

de educação profissional e tecnológica, (ii) a articulação do Ensino Médio à educação profissional nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, (iii) a formação e qualificação de professores para a educação profissional e tecnológica, (iv) a instituição dos catálogos nacionais de ensino superior de tecnologia e dos cursos técnicos, (v) escola de fábrica e (vi) o programa de integração da Educação Profissional à Educação Básica na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja).

A Educação Profissional e Tecnológica vivencia uma expansão rede federal iniciada em janeiro de 2006. Ela ingressa na sua segunda fase com o desafio de criar mais 150 escolas técnicas, acrescentando 274 mil novas vagas às 170 mil matrículas já existentes, resultando na ampliação de 161% do acesso de jovens e adultos à qualificação profissional. A Educação Profissional e Tecnológica encerrou o ano de 2007 com 179 instituições federais.

Visando consolidar as políticas vinculadas ao ensino profissional e tecnológico, o governo federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado. Ele modernizará e fortalecerá as redes públicas municipais e estaduais que oferecem Ensino Médio integrado à educação profissional e tecnológica. Todas as micros e mesorregiões do Brasil receberão investimentos.

As ações de formação e capacitação também foram prioridade para o MEC. Merecem destaque a execução das ações Capacitação de Docentes da Educação Profissional, Concessão de Bolsa Auxílio para Formação Profissional – Proeja, Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETs e Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.

Por meio da ação Capacitação de Docentes da Educação Profissional, os recursos de capacitação de docentes da educação profissional são repassados diretamente para as unidades da rede federal, e resultou na qualificação de 4.700 professores, com investimentos de R\$ 1,4 milhão.

A ação Concessão de Bolsa Auxílio para Formação Profissional – Proeja se destina a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram a Educação Básica e que possuem pouca ou nenhuma formação profissional. Os cursos podem ocorrer concomitantemente ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio ou podem ser ofertados como um curso único, com currículo integrado. O Proeja integra as políticas de educação para jovens e adultos, tendo como meta o atendimento de mais de 800 mil cidadãos brasileiros até 2011.

Visando fomentar a inclusão social por meio do fortalecimento do ensino profissional e tecnológico, se fez investimento no desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, tendo o programa atinente aplicado recursos da ordem de R\$ 233 milhões, somadas as notas de crédito emitidas (créditos descentralizados para as unidades federais de ensino) com os empenhos realizados pelo Ministério.

Na ação de Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETs o MEC destinou recursos públicos para a ampliação dos alojamentos das unidades da rede federal. Visando melhorar as condições de infra-estrutura, proporcionando condições dignas de moradia e ampliação da oferta de matrículas, foram aplicados R\$ 4,5 milhões, distribuídos entre Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. A meta prevista, de 26 unidades beneficiadas, foi ampliada para 64, aumentando a execução em 246%. A execução orçamentária, por sua vez, atingiu 98,12%.

A ação Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional é relacionada ao fomento do desenvolvimento da educação profissional, cuja diretriz se norteia pela promoção da modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional. É importante frisar que a meta prevista, de 343 instituições apoiadas – distribuídos entre 179 unidades de ensino federal, foi aumentada para 439 instituições, acarretando em uma execução de 128 % da meta. A dotação inicial, de R\$ 138,5 milhões, foi majorada em R\$ 46,8 milhões, elevando o patamar de provisão recebida para R\$ 185 milhões.

No que se refere a reestruturação da educação profissional a ação Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Profissional, cujo recurso orçamentário é repassado diretamente para as unidades federais de ensino, foram destinados créditos no patamar de R\$ 68 milhões.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Programa de Desenvolvimento da Educação Especial tem como objetivo apoiar os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, garantindo a oferta do atendimento educacional especializado e as condições de acessibilidade necessárias para sua inclusão. Neste sentido, o MEC implementa a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e desenvolve ações, em parceria com Estados, Municípios, Instituições privadas sem fins lucrativos de educação especial e Instituições de Educação Superior, orientando os sistemas de ensino para garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a Educação Infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

APOIO À ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

EXECUÇÃO FÍSICA (ESCOLA ATENDIDA)			EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$)		
PREVISTO	REALIZADO	%	ORÇAMENTO LIBERADO	EXECUTADO	%
306	238	77,77%	1.839.855,00	1.838.775,20	99,93

Fonte: Seesp/MEC

A ação Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial tem por finalidade assegurar as condições básicas de acesso e permanência nos prédios escolares aos alunos, professores, funcionários e demais pessoas da comunidade escolar com deficiência ou mobilidade reduzida. Para tanto, foram apoiados projetos de Estados, Municípios e instituições especializadas sem fins lucrativos para realização de reformas nas escolas que contemplem a acessibilidade física às pessoas com deficiência. Com o recurso da ação no valor de R\$ 1.839.855,00 foi realizada a adequação em 238 escolas, alcançando 77% da meta prevista. O número de escolas atendidas foi menor devido à complexidade da reforma arquitetônica apresentada que envolveu um recurso financeiro superior ao previsto, para atender aos projetos de engenharia em conformidade com a acessibilidade de cada escola, reduzindo dessa forma, o número de projetos aprovados. Em setembro, foi lançado pela Presidência da República o Plano Social para a Pessoa com Deficiência, destacando o eixo Escola Acessível trazendo no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação a necessidade de maior investimento financeiro para ampliação das ações de adaptação de prédios escolares já incorporado no orçamento para 2008.

EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSÃO

EXECUÇÃO FÍSICA (ESCOLA ATENDIDA)			EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$)		
PREVISTO	REALIZADO	%	ORÇAMENTO LIBERADO	EXECUTADO	%
650	805	123,84%	1.175.000,00	1.011.684,82	86,10%

Fonte: Seesp/MEC

A ação Educação Especial como Fator de Inclusão destina-se ao apoio financeiro aos sistemas de ensino na implementação do atendimento educacional especializado, com vistas a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais condições de acesso e permanência com qualidade no sistema de ensino. Foi desenvolvida a ação de aquisição de materiais didáticos/pedagógicos específicos, cuja aplicação dos recursos, no valor de R\$ 1.175.000,00, se realizou mediante a apresentação de projetos de Estados, Municípios e instituições especializadas sem fins lucrativos que celebraram convênios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, contemplando ações de apoio ao desenvolvimento do ensino em 805 escolas. Parte do recurso desta ação, no valor de R\$ 925.000,00, foi remanejado para a ação Formação de Gestores para a Educação Especial, visando completar a ação de formação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em Todos os Municípios Brasileiros, totalizando a aplicação de R\$ 2.100.000,00. A superação da meta física deve-se a abrangência dos projetos apresentados que contemplaram um maior número de escolas beneficiadas com a ação.

APOIO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

EXECUÇÃO FÍSICA (PROFISSIONAL FORMADO)			EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$)		
PREVISTO	REALIZADO	%	ORÇAMENTO LIBERADO	EXECUTADO	%
5.262	32.106	610,14%	8.200.000,00	8.039.475,74	98,04

Fonte: Seesp/MEC

É necessário destacar a ação Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial, que formou, na modalidade presencial, 21.604 docentes nas diferentes áreas de atuação da Educação Especial, dentre elas: surdocegueira, deficiência auditiva e visual, deficiência mental, altas habilidades/superdotação, tecnologia assistiva e estimulação precoce, além da criação e implementação do Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial, que constituiu uma rede de 14 Instituições Públicas de Ensino Superior para a oferta de cursos de extensão aos sistemas de ensino, nas áreas da deficiência física, mental e sensorial e das altas habilidades/superdotação, na modalidade à distância, em andamento para 8.500 professores em efetivo exercício nos sistemas de ensino de 379 Municípios. Também foi realizado o Convênio para a realização do Curso de Formação de Professores para a utilização do laboratório de informática na melhoria do processo educacional e qualidade na aprendizagem dos alunos da educação especial, formação em andamento para 1.252 professores e o Curso de Formação o Atendimento em Salas de Recursos para 750 professores. A superação da meta física deve-se ao fato da implementação dos cursos na modalidade a distância que possibilitaram o alcance de um maior número de professores participantes dos cursos de formação.

APOIO À DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

EXECUÇÃO FÍSICA (ESCOLA ATENDIDA)			EXECUÇÃO FINANCEIRA (R\$)		
PREVISTO	REALIZADO	%	ORÇAMENTO LIBERADO	EXECUTADO	%
273	2.029	743,22%	10.800.000,00	10.740.266,56	0,99%

Fonte: Seesp/MEC

A ação Apoio à Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial destina-se à aquisição de equipamentos especializados para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos em sala de aula, salas de recursos e centros especializados. Com recursos da ação no valor de R\$ 5.725.354,06 foram realizados convênios com Estados, Municípios e Instituições privadas sem fins lucrativos de educação especial, que contemplaram 1.404 escolas. O programa de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais aprovou projetos de 402 municípios, contemplando 625 escolas com equipamentos (computadores, scanner, impressora laser, TV com legenda 29", DVD, fone de ouvido, teclado adaptado, impressora Braille e máquina de escrever Braille); jogos pedagógicos e brinquedos; mobiliários para a organização de Salas de Recursos Multifuncionais como espaços para atendimento educacional especializado aos alunos da educação especial, matriculados na rede pública de ensino para promoção da acessibilidade e desenvolvimento do processo educacional. Na aquisição de equipamentos e material pedagógico, para a implantação de Salas de Recursos foram executados R\$ 5.014.912,50.

Educação a Distância (EAD)

A ação Formação e certificação de professores em exercício nas séries iniciais do Ensino Fundamental – Proformação tem por objetivo a formação de professores que não possuem a habilitação em Magistério e atuam nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio do Proformação - um curso de nível médio em Magistério, na modalidade de ensino a distância e oferecer oportunidade de educação continuada, buscando elevar a qualidade das séries iniciais do Ensino Fundamental. A ação não obteve execução orçamentária pois os recursos foram transferidos para a ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, a pedido da Secretaria Executiva do MEC para atendimento da iniciativas prioritárias.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
3.500	0	0%	4.000.000,00	0	0%

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Seed/MEC/ – 2007

A ação Capacitação de recursos humanos de tecnologias na educação pública – Proinfo (6369) tem como meta a disseminação do uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas

de Ensino Fundamental e Médio pertencentes às redes estadual e municipal, visando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, educando alunos, professores e técnicos para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

A ação apresentou execução física de 143% da meta prevista com execução financeira de aproximadamente 97% dos recursos autorizados. Foram capacitados em 2007, 17.851 profissionais nos quais foram gastos aproximadamente 4,4 milhões de reais.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
12.000	17.851	143,09%	4.500.000,00	3.809.475,00	99,59%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: profissional capacitado / Unidade de Medida: unidade

Observação: O aumento da meta física desta ação, de 12.000 para 17.851 profissionais capacitados em 2007, deve-se ao aumento da demanda das secretarias estaduais e municipais de educação.

A ação Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola visa atender a demanda de cerca de 80% dos professores da rede pública por capacitação para o domínio dos equipamentos e das linguagens de televisão, DVD, CD-Rom e outras, bem como seu uso pedagógico, tanto para o aperfeiçoamento profissional, quanto para motivação dos alunos, contribuindo dessa forma para a modernização do processo de ensino-aprendizagem e melhoria de qualidade da educação.

A ação apresentou execução física de 103,08% da meta prevista com execução financeira de, aproximadamente, 98,91% dos recursos autorizados. Foram capacitados 25.772 profissionais com os quais foram gastos aproximadamente 2,5 milhões de reais.

O Programa Nacional de Informática na Educação – Proinfo, é concebido integrado e articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos às escolas (computadores, impressoras e outros equipamentos de informática) e também à oferta de uma série de conteúdos e recursos multimídia e digitais que são disponibilizados no próprio computador, por meio do Portal do Professor, da TV/DVD escola etc.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
25.000	25.772	103,08%	2.500.000,00	2.472.847,23	98,91%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Profissional capacitado / Unidade de Medida: Unidade

Observação: O aumento da meta física desta ação, de 25.000 para 25.772 profissionais capacitados em 2007, deve-se ao aumento da demanda das secretarias estaduais e municipais de educação, ocasionando, também, o aumento na quantidade de CD-Roms produzidos para capacitação dos professores cursistas.

A ação Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC tem por objetivo garantir o acesso à informação, ao conhecimento e à inclusão tecnológica e digital, bem como operacionalizar a educação continuada mediada por tecnologias e a distância de alunos e educadores da rede pública de educação, em todos os Estados e Municípios do País, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

A ação apresentou execução física de 228,89% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 99% dos recursos autorizados. Foram veiculados 618 programas nos quais foram gastos aproximadamente 19,6 milhões de reais.

Esta iniciativa contribuiu para a atualização e o aperfeiçoamento de professores e gestores escolares, além de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem, qualificando a formação de alunos críticos e participativos por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	Prevista	Realizada	%
270	618	228,89%	19.786.000,00	19.607.537,64	99,10%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Programa Veiculado / Unidade de Medida: Unidade

Observação: O apoio de R\$ 9.934.461,00 do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT para a Chamada Pública para a Produção de Conteúdos Digitais Multimídias – Edital 01/2007-SEED/MEC e

complementação para o mesmo objeto, de R\$ 14.085.791,00 da ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (0509) foram fundamentais para o alcance destes resultados.

O objetivo da ação Distribuição de Material de Apoio a Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação (6375) é apoiar a inserção crítica e criativa das tecnologias no projeto político-pedagógico da escola; divulgar experiências; apresentar conteúdos pedagógicos para estudos, sugerir atividades, mostrando o potencial da educação a distância na melhoria da qualidade do ensino público; informar a grade de veiculação dos programas da TV Escola, orientando e incentivando a utilização dos vídeos educativos em atividades de integração escola/comunidade, promovendo a cidadania, a gestão democrática da escola e a inclusão digital.

A ação apresentou execução física de 97,22% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 72% dos recursos autorizados. Foram distribuídos 1,7 milhão de exemplares nos quais foram gastos aproximadamente 3,6 milhões de reais. A ação foi implementada por meio da descentralização de recursos a fim de financiar a produção de material didático para oferta de cursos de nível superior na modalidade educação a distância.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
1.800.000	1.750.000	97,22	5.000.000,00	3.633.484,07	72,67

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Exemplar Distribuído / Unidade de Medida: Unidade

Observação: O saldo não utilizado nesta ação foi repassado para as universidades participantes do Programa UAB, na ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica do FNDE.

A Universidade Aberta e a Distância tem como objetivo: ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos superiores a distância, proporcionando o acesso à Educação Superior inicial e continuada; oferecer e promover programas de educação a distância, desenvolvidos em articulação ou diretamente pelas instituições públicas de ensino superior do País; difundir padrões de qualidade, promovendo a equidade e incentivando o aperfeiçoamento continuado de pessoal; inserir e expandir nas instituições públicas as novas linguagens, metodologias e tecnologias de educação a distância, visando modernizar e ampliar a Educação Superior brasileira.

A ação apresentou execução física de 651,54% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 98,82% dos recursos autorizados. Foram distribuídos 60.594 exemplares nos quais foram gastos aproximadamente 98 milhões de reais. Foram financiadas a implementação e a execução do Projeto de Capacitação em educação a distância para docentes da IFES para ajudar a prática de ensino em EAD. A ação financiou a estruturação dos núcleos de educação a distância das IFES e o desenvolvimento de Sistemas de gestão e comunicação acadêmica.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
9.300	60.594	651,54	99.500.000,00	98.311.268,44	98,82

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Aluno Matriculado / Unidade de Medida: Unidade

Observação: O aumento da meta física desta Ação de 9.300 para 60.594 alunos matriculados em 2007, deve-se ao início dos cursos do Programa da Universidade Aberta do Brasil – UAB, sendo necessário com isso, uma revisão nos atributos da Ação.

A Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública é implementada no âmbito da iniciativa intitulada Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que prevê aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática para Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE). Prevê também a pesquisa, o desenvolvimento e manutenção de soluções multimídia em módulos aplicáveis à educação à distância, suporte técnico e pedagógico, acompanhamento e avaliação dos programas estaduais de introdução de tecnologias na educação.

A ação apresentou execução física de 27% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 98,82% dos recursos autorizados. Foram equipadas em 2007, 12.750 unidades nas quais foram gastos aproximadamente 106 milhões de reais. Foram financiadas a implementação e a execução do Projeto de Capacitação em educação a distância para docentes da IFES para ajudar a prática de ensino em EAD. A ação

também financiou a estruturação dos núcleos de educação a distância das IFES e o desenvolvimento de sistemas de gestão e comunicação acadêmica.

Por meio dos pregões realizados pelo FNDE, foram adquiridos 90.000 soluções de informática para atendimento a 9.000 unidades escolas do ProInfo Urbano, 18.750 soluções de informática para atendimento a 3.750 unidades escolas do ProInfo Rural, além de mobiliário. Foram realizados diversos repasses de recursos para atendimento a projetos tais como: Projeto UCA, Computadores para Inclusão, Xadrez na Escola e Construção de Projeto Funcional.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
47.500	12.750	26,84%	109.414.999,00	105.953.802,20	96,83%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Unidade equipada / Unidade de Medida: Unidade

Observação: A meta desta Ação será reformulada, em função das novas atividades atribuídas no contexto do programa.

O Funcionamento da TV Escola tem como objetivos: a aquisição e instalação, nas escolas públicas, de equipamentos de recepção e utilização pedagógica dos conteúdos do TV Escola; execução de serviços de geração e transmissão de sinais ao transporte dos conteúdos do TV Escola; aquisição e instalação da infraestrutura digital de transmissão.

A ação apresentou execução física de 44,4% da meta prevista, com execução financeira de, aproximadamente, 97,73% dos recursos autorizados. Foram beneficiadas aproximadamente 50.000 escolas, nas quais foram gastos 34 milhões de reais. Foram financiadas a implementação e a execução do Projeto de Capacitação em educação a distância para docentes da IFES para ajudar a prática de ensino em EAD e adquiridos 18.900 kits de mídias das iniciativas relacionadas ao TV Escola. A ação financiou a estruturação dos núcleos de educação a distância das IFES e o desenvolvimento de sistemas de gestão e comunicação acadêmica.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
112.500	50.000	44,40%	35.250.000,00	34.452.498,26	97,73%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Escola Beneficiada / Unidade de Medida: Unidade

Observação: A meta desta Ação será reformulada, em função das novas atividades atribuídas no contexto do Programa.

A Expansão do Uso do Rádio Escola tem por objetivo a implantação da infra-estrutura para a utilização dos serviços de telecomunicações e informática.

A ação apresentou execução física de 40% da meta prevista, com execução financeira de 40% dos recursos autorizados. Foram beneficiadas aproximadamente 40 unidades nas quais foram gastos 200 mil reais.

META FÍSICA			META FINANCEIRA		
PREVISTA	REALIZADA	%	PREVISTA	REALIZADA	%
100	40	40%	500.00,00	200.000,00	40,00%

Fonte: Seed/MEC – 2007

Produto: Unidade Equipada / Unidade de Medida: Unidade

RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 2007
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2007 EM R\$

A) Ações de MDE na Fonte 12 (Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	15.827.240	16.535.218	16.155.549	16.155.549
Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	2.486.296	2.491.296	2.352.900	2.352.900
Acesso à Informação Científica e Tecnológica	75.512.935	75.512.935	67.350.836	67.350.836
Ampliação da Oportunidade de Qualificação Profissional	330.000	330.000	156.337	156.337
Ampliação dos Alojamentos das Escolas Agrotécnicas Federais e CEFETs	4.500.000	4.500.000	4.412.483	4.412.483
Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial	0	0	0	0
Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública	210.000	210.000	0	0
Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil	0	0	0	0
Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar	0	0	0	0
Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos	0	0	0	0
Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - PROMED	0	0	0	0
Apoio à Educação do Campo	0	0	0	0
Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	62.500.000	62.500.000	42.899.987	42.899.987
Apoio a Entidades Públicas de Ensino Superior	25.500.000	25.500.000	23.320.661	23.320.661
Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil	0	0	0	0
Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	2.880.055	1.440.027	1.125.837	1.125.837
Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação	0	0	0	0
Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial	0	0	0	0
Apoio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica	795.000	0	0	0
Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino	4.622.878	2.306.878	1.306.878	1.306.878
Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania	0	0	0	0
Apoio à Qualificação do Sistema de Ensino Médio	1.000.000	0	0	0
Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil	750.000	750.000	700.000	700.000
Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana	0	0	0	0
Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena	0	0	0	0
Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino	1.000.000	700.000	596.582	596.582
Assistência ao Educando do Ensino de Graduação	0	70.725	68.223	68.223
Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População	85.000	85.000	84.916	84.916
Avaliação da Alfabetização	1.500.000	1.500.000	1.363.114	1.363.114
Avaliação de Instituições e Cursos de Educação Superior	2.880.000	4.158.957	2.819.992	2.819.992
Avaliação do Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação - ENADE	47.452.028	30.279.373	29.213.190	29.213.190
Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento	6.460.760	6.460.760	2.027.733	2.027.733
Avaliação Internacional de Alunos - PISA	1.105.065	742.886	603.904	603.904
Avaliação Nacional das Condições de Oferta da Educação Básica - ACEB	2.550.000	5.405	5.404	5.404
Avaliação Nacional de Competências - ANC	69.451.855	83.317.532	81.434.474	81.434.474
Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA	20.725.211	7.995.424	7.849.907	7.849.907
Capacitação de Docentes da Educação Profissional	1.436.100	1.376.100	1.178.700	1.178.700
Capacitação de Gestores para o Monitoramento de Programas e Projetos Educacionais	2.000.000	500.000	475.838	475.838
Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez	1.711.000	1.711.000	1.398.644	1.398.644
Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola	0	0	0	0
Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - Proinfo	0	0	0	0
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0	20.000	11.650	11.650
Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - PROEP	13.000.000	13.000.000	9.751.191	9.751.191
Censo da Educação Superior	2.345.609	1.395.609	940.141	940.141
Censo Escolar da Educação Básica	11.488.200	9.090.600	8.217.224	8.217.224
Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiência	12.850.000	8.145.123	6.668.017	6.668.017
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	397.821.160	537.865.409	537.865.409	537.865.409
Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	151.475.400	247.288.920	246.804.614	246.803.662
Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	50.000.000	53.000.000	52.864.046	52.864.046
Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica	0	0	0	0
Concessão de Bolsa de Permanência no Ensino Superior	15.000.000	7.938.000	7.776.300	7.776.300
Concessão de Bolsa-Auxílio para Pré-Formação Profissional - Escola de Fábrica	8.400.000	8.400.000	7.728.000	7.728.000
Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior	35.333.857	35.333.857	35.333.857	35.333.857
Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para Pesquisa em Temas Estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação	10.061.844	10.061.844	10.060.955	10.060.955
Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior	111.911.072	111.911.072	92.430.702	92.430.702
Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País	475.798.051	475.798.051	474.409.206	474.406.201
Construção do Anfiteatro da Universidade Federal de Alagoas	4.400.000	4.400.000	4.400.000	4.400.000
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.551.715.756	1.535.744.586	1.527.175.985	1.527.175.985
Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	498.839	0	0	0
Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profissional - PROEP	290.000	290.000	0	0
Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico - PROEP	1.000.000	1.000.000	0	0
Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	0	4.704.877	4.704.877	4.704.877
Distribuição de Acervos Bibliográficos	0	0	0	0
Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial	667.704	667.704	657.737	657.737

A) Ações de MDE na Fonte 12 (Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio	0	0	0	0
Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação	0	0	0	0
Distribuição de Material Didático para a Educação Especial	0	0	0	0
Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille	2.068.384	2.068.384	2.033.450	2.033.450
Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil	0	0	0	0
Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - TEC NEP	500.000	500.000	229.400	229.400
Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - PROMED	0	0	0	0
Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais	8.500.000	8.245.000	7.443.586	7.443.586
Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	23.438.000	23.438.000	22.195.494	22.195.494
Expansão do Ensino Superior - Campus da Floresta em Cruzeiro do Sul	3.148.900	2.920.290	2.920.290	2.920.290
Expansão do Ensino Superior - Campus de Alegre	3.865.200	3.865.200	3.865.071	3.865.071
Expansão do Ensino Superior - Campus de Arapiraca	7.116.350	7.116.350	7.116.300	7.116.300
Expansão do Ensino Superior - Campus de Barreiras	6.623.200	6.623.200	6.623.189	6.623.189
Expansão do Ensino Superior - Campus de Benjamin Constant	3.712.300	3.712.300	3.712.300	3.712.300
Expansão do Ensino Superior - Campus de Bom Jesus	2.692.040	2.692.040	2.692.025	2.692.025
Expansão do Ensino Superior - Campus de Castanhal	771.790	771.790	771.790	771.790
Expansão do Ensino Superior - Campus de Catalão	5.455.505	5.455.505	5.455.100	5.455.100
Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapadinha	6.043.580	6.043.580	5.961.843	5.961.843
Expansão do Ensino Superior - Campus de Coari	4.144.080	4.144.080	4.144.080	4.144.080
Expansão do Ensino Superior - Campus de Cuieté	6.004.511	6.004.511	6.003.138	6.003.138
Expansão do Ensino Superior - Campus de Diadema	9.693.910	9.693.910	9.693.910	9.693.910
Expansão do Ensino Superior - Campus de Frederico Westphalen	3.231.269	3.231.269	3.229.629	3.229.629
Expansão do Ensino Superior - Campus de Garanhuns	2.536.040	2.536.040	2.515.606	2.515.606
Expansão do Ensino Superior - Campus de Guarulhos	2.733.040	2.733.040	2.733.040	2.733.040
Expansão do Ensino Superior - Campus de Humaitá	3.908.240	3.908.240	3.908.240	3.908.240
Expansão do Ensino Superior - Campus de Imperatriz	6.468.353	6.468.353	6.419.945	6.419.945
Expansão do Ensino Superior - Campus de Itabaiana	7.655.030	7.655.030	7.651.682	7.651.682
Expansão do Ensino Superior - Campus de Jataí	4.367.655	4.367.655	4.366.981	4.366.981
Expansão do Ensino Superior - Campus de Marabá	648.900	648.900	648.435	648.435
Expansão do Ensino Superior - Campus de Nova Iguaçu	6.168.020	6.168.020	6.167.818	6.167.818
Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmeira das Missões	0	0	0	0
Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmeira das Missões	3.125.501	3.125.501	3.123.237	3.123.237
Expansão do Ensino Superior - Campus de Parnaíba	3.204.750	3.204.750	3.196.571	3.196.571
Expansão do Ensino Superior - Campus de Petrolina	6.000.000	6.000.000	5.999.458	5.999.458
Expansão do Ensino Superior - Campus de Picos	2.177.330	2.177.330	2.177.330	2.177.330
Expansão do Ensino Superior - Campus de Rondonópolis	1.006.541	1.006.541	1.005.589	1.005.589
Expansão do Ensino Superior - Campus de Santarém	259.560	259.560	259.078	259.078
Expansão do Ensino Superior - Campus de Santos	1.920.379	1.920.379	1.920.379	1.920.379
Expansão do Ensino Superior - Campus de São Mateus	5.838.550	5.838.550	5.838.477	5.838.477
Expansão do Ensino Superior - Campus de Serra Talhada	5.362.690	5.362.690	5.289.852	5.289.852
Expansão do Ensino Superior - Campus de Sinop	4.851.280	4.851.280	4.851.162	4.851.162
Expansão do Ensino Superior - Campus de Sorocaba	3.381.787	3.381.787	3.381.787	3.381.787
Expansão do Ensino Superior - Campus de Teófilo Otoni	5.097.803	5.097.803	5.097.799	5.097.799
Expansão do Ensino Superior - Campus de Vitória da Conquista	3.858.196	3.858.196	3.846.437	3.846.437
Expansão do Ensino Superior - Campus de Vitória de Santo Antão	1.085.704	377.726	377.539	377.539
Expansão do Ensino Superior - Campus de Volta Redonda	3.813.504	3.813.504	3.789.293	3.789.293
Expansão do Ensino Superior - Campus do Agreste	1.427.580	1.427.580	1.427.580	1.427.580
Expansão do Ensino Superior - Campus do Cariri	5.117.681	5.117.681	5.116.504	5.116.504
Expansão do Ensino Superior - Campus do Litoral	986.374	986.374	985.667	985.667
Expansão do Ensino Superior - Campus do Médio Araguaia	515.254	515.254	515.254	515.254
Expansão do Uso do Rádio Escola	500.000	500.000	200.000	200.000
Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia	0	0	0	0
Fomento à Pós-Graduação	22.788.719	22.788.719	22.784.332	22.784.332
Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental	13.000.000	10.000.000	9.602.743	9.602.743
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	159.051.200	159.051.200	158.605.123	158.583.376
Formação de Gestores para a Educação Especial	0	652.666	115.011	115.011
Formação de Técnicos Empreendedores na Educação Profissional e Tecnológica	350.000	350.000	152.058	152.058
Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio- Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Proffuncionário	0	0	0	0
Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura	706.667	656.667	643.387	643.387
Funcionamento da Educação Profissional	919.278.964	920.765.002	905.689.136	905.688.655
Funcionamento da Residência Médica	116.723.062	116.723.062	115.023.177	115.023.177
Funcionamento da TV Escola	0	0	0	0
Funcionamento de Cursos de Graduação	7.912.371.278	7.911.626.506	7.892.830.264	7.892.516.241
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	16.546.350	16.720.550	16.389.581	16.389.581
Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal	69.551.001	69.542.146	68.848.930	68.848.930
Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal	21.302.101	21.302.101	21.234.287	21.234.287
Funcionamento do Instituto Benjamin Constant - IBC	14.692.002	15.956.060	15.835.233	15.835.233
Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos	16.624.654	17.037.654	16.119.953	16.119.953
Gerenciamento da Política Nacional de	1.900.000	1.900.000	1.532.455	1.532.455

A) Ações de MDE na Fonte 12 (Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
Gerenciamento das Políticas da Educação	3.481.322	2.610.991	1.823.667	1.823.667
Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância	6.483.887	5.112.887	4.347.327	4.347.327
Gerenciamento das Políticas da Educação Especial	500.000	500.000	420.855	420.855
Gerenciamento das Políticas da Educação Profissional	2.400.000	1.800.000	1.398.633	1.398.633
Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	4.003.000	2.931.250	2.538.124	2.538.124
Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior	4.500.000	2.875.000	1.833.438	1.833.438
Gestão e Administração do Programa	11.841.342	9.299.736	7.284.119	7.284.119
Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Marabá - PA	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MS	2.150.000	2.150.000	2.150.000	2.150.000
Implantação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Implantação da Escola Técnica Federal de Canoas - RS	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Implantação da Escola Técnica Federal de Rondônia	3.550.000	3.550.000	3.550.000	3.550.000
Implantação da Escola Técnica Federal do Acre	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Implantação da Escola Técnica Federal do Amapá	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Implantação da Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul	3.200.000	3.200.000	3.200.000	3.200.000
Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados	17.049.700	17.049.700	17.045.106	17.045.106
Implantação da Universidade Federal do ABC	60.079.746	59.079.746	56.817.700	56.817.700
Implantação da Universidade Federal do Pampa	36.231.520	36.231.520	32.879.167	32.879.167
Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	17.712.510	17.712.510	17.677.574	17.677.574
Implantação de Universidade Federal no Oeste do Estado de Santa Catarina	4.000.000	4.000.000	3.999.969	3.999.969
Implantação do Campus Avançado de Sete Lagoas	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional - PROEP	3.000.000	3.000.000	266.850	266.850
Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais - HDTAL	2.700.000	0	0	0
Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP	12.600.000	21.725.329	18.700.766	18.700.766
Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	13.150.000	11.950.000	11.140.311	11.140.311
Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PROMED	0	0	0	0
Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos	3.000.000	90.000	80.080	80.080
Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	0	1.000.000	999.903	999.903
Instrumentos para Avaliação Nacional de Competências do Trabalhador	1.318.878	1.318.878	1.304.906	1.304.906
Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública - Proinfo	717.500	717.500	0	0
Levantamentos Especiais na Educação Básica	2.000.000	2.000.000	1.285.918	1.285.918
Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	227.949.720	241.434.714	236.860.073	236.857.047
Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II	2.944.090	2.944.090	2.944.012	2.944.012
Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	40.825.428	40.424.671	40.082.276	40.082.276
Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	12.012.680	12.012.680	11.817.611	11.817.611
Prestação de Serviços à Comunidade	364.384	364.384	360.419	360.419
Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Deficiência Visual	192.488	192.488	167.924	167.924
Produção e Disseminação do Conhecimento na Área da Surdez	2.112.000	1.699.000	684.659	684.659
Profissionalização da Pessoa Surda	229.600	229.600	129.665	129.665
Publicidade de Utilidade Pública	9.560.000	9.560.000	7.976.796	7.976.796
Qualificação para o Trabalho da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais	1.600.000	1.600.000	1.488.695	1.488.695
Realização de Olimpíadas em Ciências	0	0	0	0
Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	18.725.200	18.661.754	18.632.278	18.631.038
Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	27.890.000	27.890.000	27.822.179	27.822.179
Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED	6.700.000	6.015.980	5.461.954	5.461.954
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB	14.685.444	8.671.224	7.469.497	7.469.497
Supervisão e Avaliação das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica	500.000	500.000	329.214	329.214
Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (PET)	25.644.480	25.644.480	20.883.965	20.883.965
Universidade Aberta e à Distância	100.569.118	100.569.118	99.338.348	99.338.348
Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC	19.786.000	19.786.000	19.607.537	19.607.537
Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	379.380	379.380	355.732	355.732
SUB-TOTAL (A)	13.433.529.091	13.620.375.284	13.462.116.254	13.461.771.781

B) Ações de MDE na Fonte 00 (Recursos Ordinários) no MEC	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	1.050.000	1.050.000	652.646	652.646
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	414.594.477	260.921.679	219.091.825	219.091.825
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna	10.997.175	10.997.175	4.693.973	4.693.973
Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	33.960.000	49.610.000	28.154.663	28.154.663
Apoio a Entidades Públicas de Ensino Superior	10.708.760	10.708.760	10.708.760	10.708.760
Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental	260.000	260.000	0	0
Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	1.500.000	1.500.000	1.493.974	1.493.974
Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública	1.150.000	1.150.000	988.567	988.567
Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil	9.570.000	0	0	0
Apoio à Valorização da Diversidade no Acesso e na Permanência na Universidade	7.554.688	5.154.688	2.814.982	2.814.982
Apoio ao Atendimento Educacional de Crianças de até Seis Anos de Idade	0	0	0	0
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	0	944.141.175	879.685.720	879.495.088
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial	3.590.000	3.590.000	1.251.272	1.251.272
Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil	213.646.928	73.602.679	68.833.712	68.833.712
Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental	213.646.928	73.602.679	68.833.712	68.833.712
Assistência Hospitalar e Ambulatorial à População	2.917.123	5.179.247	5.179.247	5.179.247
Avaliação de Instituições e Cursos de Educação Superior	150.000	51.371	0	0
Avaliação Nacional de Competências - ANC	500.000	500.000	500.000	500.000
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12.648.316	12.469.716	10.848.313	10.848.313
Censo Escolar da Educação Básica	500.000	500.000	0	0
Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (*)	205.778.840	65.734.591	65.734.591	65.734.591
Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior	50.094.200	410.586.496	409.900.968	409.900.968
Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	3.450.000	30.450.000	28.882.126	28.882.126
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	13.687.234	168.113.230	161.786.104	161.786.104
Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico - PROEP	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Difusão do Conhecimento por meio de Livros, Revistas, Vídeo e Multimídia	692.178	704.078	548.207	548.207
Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	0	122.815.314	106.872.397	106.872.397
Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar	2.100.000	1.175.000	1.011.685	1.011.685
Estudos e Pesquisas Socioeducativas	494.567	443.467	306.241	306.241
Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais	1.500.000	1.250.000	1.214.680	1.214.680
Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	3.900.000	3.900.000	700.845	700.845
Expansão do Ensino Superior - Campus de Chapecó	1.000.000	0	0	0
Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	31.370.000	31.370.000	26.532.809	26.532.809
Formação de Gestores para a Educação Especial	666.667	1.466.667	1.389.060	1.389.060
Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação	1.000.000	0	0	0
Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil - Proinfantil	2.000.000	2.000.000	1.820.903	1.820.903
Fortalecimento da Política Nacional e da Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental	4.500.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000
Funcionamento da Educação Profissional	400.000	32.920.973	29.656.502	29.656.502
Funcionamento de Cursos de Graduação	6.878.010	372.737.087	366.498.090	366.498.090
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	100.000	100.000	0	0
Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal	30.000	30.000	30.000	30.000
Gerenciamento das Políticas da Educação	380.000	285.331	283.331	283.331
Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	2.497.000	1.872.750	1.872.750	1.872.750
Gestão e Administração do Programa	12.854.333	30.923.333	25.150.070	25.150.070
Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	200.000	200.000	0	0
Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - PROEP	200.000	200.000	200.000	200.000
Implementação da Expansão da Educação Profissional - PROEP	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000
Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	9.930.000	9.930.000	7.776.119	7.776.119
Instrumentos para Avaliação Nacional de Competências do Trabalhador	26.000	26.000	26.000	26.000
Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino	115.740.000	130.568.906	112.456.449	112.456.449
Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II	550.000	550.000	149.987	149.987
Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	16.813.332	16.813.332	13.479.518	13.479.518
Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	500.000	500.000	498.307	498.307
Profissionalização da Pessoa Surda	100.000	100.000	45.102	45.102
Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável	530.520	530.520	289.489	289.489
Realização de Olimpíadas em Ciências	500.000	0	0	0
Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	1.320.000	1.320.000	1.165.072	1.165.072
Sistema Integrado de Informação Educacional - SIED	1.300.000	40	0	0
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB	23.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	200.000	200.000	179.400	179.400
SUB-TOTAL (B)	1.463.227.276	2.924.556.284	2.699.938.168	2.699.747.536

C) Ações de MDE na Fonte 00 (Recursos Ordinários) em Outros Órgãos:	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
Capacitação de Professores e Técnicos em Educação Indígena	900.000	1.000.000	896.982	896.982
Capacitação de Profissionais do ProJovem	3.414.509	6.094.509	4.660.681	4.660.681
Comunidade Escolar nas Aldeias	1.800.000	1.800.000	1.570.737	1.570.737
Elevação da Escolaridade de Beneficiários do ProJovem	32.850.000	55.930.000	43.146.040	43.146.040
Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências	516.123	516.123	204.164	204.164
Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências	460.830	460.830	266.876	266.876
Ensino Fundamental nos Colégios Militares	1.050.000	1.050.000	1.050.000	1.050.000
Ensino Médio nos Colégios Militares	1.050.000	1.050.000	1.050.027	1.050.000
Ensino Profissional nas Regiões Cacaueiras	1.279.620	1.279.620	1.273.832	1.273.832
Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente	45.000	45.000	45.000	45.000
Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico para a Escolarização de Jovens	1.200.000	1.440.000	517.989	517.989
Qualificação de Jovens	20.000.000	21.200.000	17.836.630	17.836.630
Realização de Olimpíadas em Ciências	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	10.600.000	10.600.000	10.599.212	10.599.212
SUB-TOTAL (C):	90.166.082	117.466.082	98.118.170	98.118.143

TOTAIS	LOA 2007	Autorizado (até 29/01/08)	Empenho	Liquidado (até 29/01/08)
	14.986.922.449	16.662.397.650	16.260.172.592	16.259.637.460

Mínimo de gastos da União com Educação = 18% de Impostos Arrecadados (arrecadação estimada conforme Decreto de Programação Financeira nº 6.309, de 18.12.2007)	14.382.914.040			
Percentual de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	18,8%	20,9%	20,3%	20,3%

Fonte: SIAFI/STN - Base de Dados do Siga Brasil/Senado Federal

Elaboração: Coordenação de Estudos, Análises e Diagnósticos / CGP/SPO/SE/MEC

(*) Na ação 0E36 (Complementação da União ao FUNDEB) lançou-se como Fonte 00, recursos ordinários do Tesouro, o que falta para completar 30% do total dessa ação em todas as fontes, após deduzir os valores já debitados na Fonte 12, em conformidade com o disposto no Art. 5º, Parágrafo 2º, da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007 (Lei do FUNDEB).

6.8. MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas

Em 2007, o setor público consolidado obteve um superávit primário de 3,98% do PIB. Esse desempenho representa a continuidade do esforço do Governo, em seus três níveis, para o equilíbrio das contas e a solvência da dívida pública. O Governo Central, composto pelo Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, obteve um superávit de 2,33% do PIB, enquanto os governos estaduais e municipais alcançaram um superávit de 1,17% do PIB e as empresas estatais, de 0,48% do PIB. Destaque-se o desempenho das empresas estatais federais, responsáveis pela maior parte do resultado das estatais, que apresentaram superávit de 0,47% do PIB. O Governo Federal (Governo Central e estatais federais), portanto, alcançou um superávit primário de 2,80% do PIB, cifra que ainda não considera a redução relativa às despesas executadas com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008 fixou a meta de resultado primário do setor público consolidado em 3,80% do PIB para 2008, e sinalizou a manutenção desse patamar para o triênio 2008-2010. A fixação e manutenção do superávit primário em 3,80% do PIB e o crescimento projetado da economia a uma taxa real de 5,0% ao ano, entre 2008 e 2010, deverão permitir a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público consolidado como proporção do PIB, que deverá atingir 36,0% em dezembro de 2010. Existe, também, a previsão de que o déficit nominal declinará, passando para 1,49% em 2008 e 0,81% em 2010.

RESULTADO PRIMÁRIO POR ESFERA DE GOVERNO

RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO ABAIXO DA LINHA	ACUMULADO EM 12 MESES				
	2003	2004	2005	2006	2007
Resultado Primário	4,25	4,59	4,83	4,32	3,98
Governo Central	2,49	2,97	2,88	2,46	2,33
Estatais Federais	0,62	0,51	0,68	0,65	0,47
Governos Sub Nacionais	1,15	1,12	1,27	1,21	1,19
Estados e Municípios	0,89	0,99	1,10	0,94	1,17
Estatais	0,26	0,13	0,17	0,26	0,01
Juros Nominais	-7,87	-7,07	-7,88	-7,56	-6,25
Resultado Nominal	-3,62	-2,48	-3,05	-3,24	-2,27

Fonte: Banco Central do Brasil.

As receitas do Governo Central atingiram 24,25% do PIB em 2007, o que representou um crescimento de 0,95p.p. em relação ao ano anterior. As receitas tributárias administradas pelo Tesouro Nacional e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil cresceram 0,75 p.p. do PIB e as contribuições à Previdência Social 0,21 p.p. do PIB. As despesas primárias do Governo Central, por sua vez, aumentaram em 0,62 p.p. do PIB em relação ao ano anterior, devido principalmente à elevação das despesas com os salários dos servidores públicos, com o FAT (aumento do salário mínimo e das despesas com o Seguro-Desemprego) e com outras despesas de custeio e capital (créditos extraordinários, PPI e despesas discricionárias). No ano de 2007, os investimentos do Governo Central alcançaram R\$ 22,1 bilhões, em valores pagos, o que representou um crescimento nominal de 26,5% em relação ao volume de 2006.

O desempenho da política fiscal determinou a sustentabilidade do endividamento público. A relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB atingiu 42,8% em dezembro de 2007. Nos últimos quatro anos, houve uma redução da dívida em 4,3 p.p. do PIB. Em relação ao endividamento externo, ressalte-se que, em 2007, o País consolidou sua posição de credor internacional, uma vez que os ativos externos do setor público superaram o valor da dívida externa bruta. Em dezembro de 2007, os créditos externos líquidos do setor público totalizaram 9,04% do PIB.

O gerenciamento da dívida pública mobiliária do Governo Federal, por sua vez, persistiu na estratégia de diminuir a exposição da dívida às flutuações na taxa de câmbio e na taxa de juros básica (taxa Selic), permitindo assim maior previsibilidade acerca dos custos fiscais. Dessa forma, a participação dos títulos vinculados à taxa de câmbio foi de apenas 0,8% da dívida em dezembro de 2007 e a participação da dívida pré-fixada cresceu

de 32,4% para 32,9% enquanto a participação de títulos indexados a índices de preços permaneceu praticamente estável, passando de 23,3% para 23,1% do total.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Ordenamento do Sistema Financeiro Nacional

A organização do Sistema Financeiro Nacional (SFN) faz parte da busca de "assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente", missão institucional do Banco Central. Isso porque, ao analisar as condições de acesso de pessoas físicas e jurídicas ao processo de intermediação financeira, torna-se responsável pelo acompanhamento da evolução estrutural do SFN, exercido mediante exame de projetos de acesso, de reestruturação e de pleitos baseados no marco regulatório vigente, o que exige ampla negociação com outras unidades do Banco Central e com representantes de entidades públicas e privadas. Em termos quantitativos, foi analisado e decidido, em 2007, o montante de 3.863 processos relativos aos pleitos de instituições e de pessoas que atuam ou desejam atuar no SFN, distribuídos entre autorizações para funcionamento, transferências de controle societário, cisões, incorporações, alterações de objeto social, reformas estatutárias, bem como aprovações de nomes de administradores, dentre outros.

Em 2007, foram realizados projetos voltados para o aperfeiçoamento contínuo dos métodos e processos de trabalho, para o planejamento estratégico e para a adequação permanente da base tecnológica e capacitação da equipe. O desenvolvimento de projetos voltados para as microfinanças visam não apenas elevar os níveis de transparência por meio de eventos de divulgação, mas também ampliar as bases de discussões sobre aspectos específicos de interesse da sociedade brasileira, tendo como objetivo final o aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda. Nesse sentido, foi realizado, em agosto de 2007, o VI Seminário Banco Central sobre Microfinanças, em Porto Alegre/RS, por meio do qual foi divulgado, para cerca de 900 participantes, o estado atual de desenvolvimento do setor e o papel do Banco Central como estimulador das microfinanças.

Ainda, em linha com o objetivo de acompanhar a eficiência e a estabilidade do SFN, foi elaborado, em 2007, relatório sobre a evolução dos níveis de concentração, instrumento básico para o exame de atos de concentração, de forma a identificar os mercados de produtos e serviços financeiros passíveis de trazer algum impacto sobre a concorrência entre as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. Nesse sentido, foram concluídos em 2007, em conjunto com servidores do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), os trabalhos de elaboração de Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal entre essas instituições. Quanto à estrutura do SFN, cabe comentar que, conforme tabela a seguir, não houve mudança substancial da quantidade de instituições, em 2007, quando se compara com dados do ano anterior.

ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - SFN

SEGMENTO	2006	2007
Banco Múltiplo	137	135
Banco Comercial	21	20
Banco de Desenvolvimento	4	4
Caixa Econômica	1	1
Banco de Investimento	18	17
Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento	51	53
Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	116	107
Sociedade Corretora de Câmbio	48	46
Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	133	134
Sociedade de Arrendamento Mercantil	41	38
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	18	18
Companhia Hipotecária	6	6
Agência de Fomento	12	12
Subtotal	606	591
Cooperativa de Crédito	1.452	1.466
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	56	53
Subtotal	2.114	2110
Sociedade Administradora de Consórcios	333	329
TOTAL	2.447	2439

Fonte: Banco Central do Brasil

A diminuição no número de instituições financeiras decorre dos processos de aquisição dentro do próprio sistema financeiro, em virtude da persistente busca por ganhos de escala. No sistema cooperativista de crédito o pequeno crescimento quantitativo decorre basicamente de mudanças estruturais que privilegiam aumento de pontos de atendimento, como alternativa à constituição de novas cooperativas. Com isso, não só se obtém maior eficiência e competitividade, como também se amplia a oferta de serviços financeiros, principalmente para população situada em regiões mais carentes. Esse movimento se traduz, não só na existência de inúmeras alterações estatutárias no intuito de ampliar a área de ação ou transformações para modalidades de quadro social mais amplo, como também pelo processo de incorporações. Nesse sentido, a Resolução nº 3.442, de 28/02/2007, trouxe maior dinamismo para o setor ao permitir a ampliação e flexibilização das condições operacionais e de associação.

Os correspondentes bancários, reconhecidos como importante veículo de acesso da população a serviços financeiros, ao atuarem, em nome de instituições financeiras, em todos os municípios brasileiros, experimentaram forte expansão nos últimos anos. Em 2007 mais de 100 mil pontos de atendimento estavam instalados, ao amparo da Resolução nº 3.110, de 31.7.2003, e Resolução nº 3.156, de 17.12.2003, que estimulou o desenvolvimento e permitiu que parcela da população pobre alcançasse, de forma fácil e barata, os recursos provenientes de benefícios sociais e iniciasse seu processo de acesso aos bancos, sem o qual não se exerce a cidadania de forma plena.

Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional

Em 2007 foram editadas 154 normas, quantitativo superior a meta física prevista de 110 normas, na medida em que houve a edição de normas estabelecendo condições para prorrogações e renegociações de operações do crédito rural, além do conjunto baixado com vistas à implementação de Basiléia II no Brasil. Com o objetivo de aumentar os níveis de concorrência no SFN, com foco nas operações dos clientes pessoas físicas, merecem destaque quanto a relevância no que se refere ao impacto social e à regulamentação prudencial, as três medidas adotadas, em dezembro de 2007, aperfeiçoando a regulamentação que dispõe sobre a cobrança de tarifas bancárias e o custo das operações de crédito.

A primeira delas, a padronização da nomenclatura de tarifas, busca aumentar a transparência das informações disponíveis ao cliente, permitindo a comparação de preços e viabilizando a escolha da instituição que melhor o atenda. Os serviços foram classificados em 4 categorias: essenciais, prioritários, especiais e diferenciados. Os serviços essenciais são os relacionados às contas-correntes de depósitos à vista e contas de depósito de poupança, sobre os quais é vedada a incidência de tarifas. Para esses, foi ampliada a lista de serviços gratuitos, estendida, para a conta-corrente, a vedação de cobrança de tarifa quando não houver saldo suficiente na conta, bem como tornado obrigatório o fornecimento de extrato anual contendo informações sobre todas as tarifas cobradas no ano imediatamente anterior, a partir de 2009. Os serviços prioritários tiveram definidos critérios para a cobrança de tarifas, com elaboração de tabela contendo descrição detalhada de cada um deles e padronização e uniformização das denominações e abreviaturas utilizadas pelas instituições para divulgação e inclusão no extrato. Além disso, as instituições serão obrigadas a oferecer pacote básico de serviços prioritários. Os serviços especiais, tais como crédito rural, crédito imobiliário e microfinanças, por terem legislação e regulamentação específica, não sofreram alterações, e os serviços diferenciados, tais como entrega em domicílio e aluguel de cofre, devem ser objeto de contrato explícito entre clientes e instituições.

A segunda medida estabeleceu a obrigatoriedade das instituições informarem o Custo Efetivo Total (CET), quando da contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro com pessoas físicas, expresso na forma de taxa percentual anual. Referido procedimento permitirá que os custos relativos a essas operações possam ser sintetizados em uma única taxa, facilitando a comparação entre as ofertas de crédito disponíveis no mercado. Ademais, a instituição deve assegurar-se de que o tomador dos recursos ficou ciente dos fluxos considerados no cálculo do CET, bem como de que essa taxa representa as condições vigentes na data da contratação, fornecendo-lhe a planilha utilizada para o cálculo do CET.

A terceira medida tratou da liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. Foi vedada a cobrança de tarifa em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, firmados a partir de dezembro de 2007, com pessoas físicas e com microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

No tocante às operações contratadas a taxas pré-fixadas, foi estabelecido tratamento diferenciado para a obtenção do valor presente dos pagamentos para liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, tanto para os com prazo a decorrer de até 12 meses - para os quais será

utilizada a taxa de juros pactuada no contrato, quanto daqueles com prazo a decorrer superior a 12 meses - para os quais será utilizada taxa equivalente à soma do spread na data da contratação original com a taxa Selic apurada na data do pedido de amortização ou de liquidação antecipada ou a taxa de juros pactuada no contrato se a solicitação de amortização ou de liquidação antecipada ocorrer no prazo de até 7 dias da celebração do contrato. Na hipótese de financiamento de despesas pela instituição, deverá ser adotada a mesma taxa de juros contratada para o principal. Essas disposições, além de atenderem à legislação consumerista, com a concessão de desconto proporcional ao prazo a decorrer, levam em conta também eventual variação de custos das instituições do sistema financeiro, para que não haja comprometimento da estabilidade da instituição, principalmente quando o prazo dessas operações é mais longo.

No contexto do aprimoramento da regulamentação que disciplina o relacionamento entre as instituições do sistema financeiro e seus clientes e usuários, considerando os novos produtos e serviços ofertados e, especialmente, as demandas da sociedade, foi determinada a implementação de ouvidoria pelas instituições financeiras e administradoras de consórcio, que terá a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre elas e seus clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, quando houver. Tal determinação decorreu da Audiência Pública nº 28, de 23/02/2007, que submeteu minuta de resolução dispondo sobre a constituição e a implementação de ouvidoria pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com prazo para encaminhamento de sugestões e comentários até março de 2007, cujos trabalhos de compilação de sugestões e discussões deram origem à Resolução nº 3.477, de 2007.

Em continuidade ao processo de consolidação do segmento, foi aprimorada a regulamentação, visando o melhor aproveitamento de ganhos de escala no setor cooperativo, ampliação da capacidade de prestação de serviços das cooperativas singulares de crédito aos associados e à população em geral, adequação dos limites de exposição por cliente a situações específicas dos sistemas cooperativos e aprimoramento do papel exercido pelas cooperativas centrais de crédito na supervisão e controle das filiadas, inclusive quanto à auditoria e à certificação de empregados de cooperativas de crédito singulares, em condições similares às estabelecidas para as demais instituições financeiras.

Com relação às *Regras Prudenciais para Requerimento de Capital e Gestão de Riscos*, o ano de 2007, foi marcado pela edição de conjunto de normas que objetivam aperfeiçoar o arcabouço regulatório prudencial brasileiro, no que se refere à gestão de riscos nas instituições financeiras e revisão das regras de requerimento de capital. Tais normas fazem parte da implementação da primeira fase do projeto Basiléia II, e foi objeto de audiência pública. Nesse sentido, foi aprovada resolução que trata do *Patrimônio de Referência Exigido (PRE)*, com base em sistemas e abordagens padronizados, revisando e consolidando as normas anteriores, e circulares detalhando as fórmulas para o cálculo dos requerimentos de capital relativos a exposições ponderadas pelo risco e relativos ao risco de mercado. As novas regras passarão a vigorar a partir de 1º de julho de 2008.

A apuração do PRE busca refletir de forma mais ampla e eficaz o grau de risco das exposições da instituição e será efetuada somando-se 6 parcelas, cada uma delas relativa a uma natureza de risco: P_{EPR} = parcela referente às exposições ponderadas por fator de ponderação de risco a elas atribuído; P_{CAM} = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial; P_{JUR} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros e classificadas na carteira de negociação e que diferentemente das demais, representa somatório de parcelas de requerimento de capital para cobertura dos riscos relativos às diversas curvas de juros; P_{COM} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (*commodities*); P_{ACS} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação e P_{OPR} = parcela referente ao requerimento de capital para cobertura do risco operacional. Importante destacar que a parcela P_{OPR} não integra a Fase I do projeto Basiléia II.

Outra medida relevante foi a determinação para que as instituições implementem, até junho de 2008, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações realizadas, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco de mercado de cada instituição. Em complementação, foram definidos os critérios mínimos para a classificação de operações na carteira de negociação. Além disso, as instituições financeiras também deverão apurar e alocar capital para o risco de mercado existente nas posições não classificadas na carteira de negociação, ou seja, operações consideradas como *banking book* e realizar testes de estresse, com o objetivo de permitir a avaliação do impacto de grandes variações nas taxas de juros sobre o valor das exposições das instituições, com utilização de procedimentos mínimos definidos.

As regras para o capital regulamentar e os requerimentos mínimos de capital das instituições financeiras para cobrir os riscos não esperados das operações de crédito, denominado Patrimônio de Referência

(PR), composto pelos Níveis I (patrimônio líquido e reservas declaradas) e II (reservas não declaradas, reservas de reavaliação e reservas para contingências, ações preferenciais resgatáveis, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, instrumentos de dívida subordinada e instrumentos híbridos de capital e dívida), foram aprimoradas, bem como redefinida a forma de sua apuração.

Além das normas já mencionadas, outra medida relevante foi adotada em junho de 2007, por meio de três circulares que alteraram a exposição a risco cambial das instituições financeiras, com o estabelecimento de procedimentos para o cálculo e a elaboração das informações relativas ao acompanhamento e ao controle da exposição em ouro, em moedas estrangeiras e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial, em bases consolidadas, com introdução de fator de escala, particularmente vantajoso na perspectiva do regulador, visto possibilitar a aplicação da medida prudencial na dose necessária e suficiente para atender a situações específicas, podendo ser por ele modificado sempre que necessário.

Finalmente, cabe ressaltar a realização da Audiência Pública nº 29, de 04/04/2007, que submeteu minuta de circular estabelecendo procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, cujos trabalhos de compilação de sugestões e discussões ainda não foram concluídos.

Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

O Banco Central realizou, em 2007, cerca de 2.000 atividades de fiscalização, incluídos os trabalhos de inspeção direta e de monitoramento indireto. Esses trabalhos foram focados em três aspectos principais das instituições financeiras: situação econômica e financeira; gestão; e cumprimento de normas.

No que se refere à situação econômico-financeira, ênfase foi dada ao monitoramento da qualidade dos ativos, do atendimento dos requisitos de capitalização e da liquidez. No aspecto qualidade dos ativos, especial atenção foi dada às operações de crédito, tendo em conta seu rápido crescimento e a sua relevância em relação aos demais recursos aplicados pelas instituições (44%). No aspecto capital, o trabalho de fiscalização foi no sentido de manter o sistema adequadamente capitalizado e operando em conformidade com a regulação sobre limites operacionais. No que tange à liquidez, a fiscalização atuou, por meio do monitoramento diário, de modo a assegurar que as instituições mantivessem disponibilidades e ativos de fácil conversão em espécie, em montante suficiente para pagar seus compromissos financeiros.

Na parte de gestão, foram realizados trabalhos de inspeção destinados a avaliar os sistemas de administração das instituições financeiras, aí incluídos os aspectos relacionados com a governança corporativa, as estratégias e as políticas operacionais, os sistemas de gestão de riscos e os controles internos. Na mesma proporção, o segmento de cooperativas de crédito, além das atividades normais de supervisão, foram realizadas inspeções integradas nos principais sistemas cooperativos, com vistas a avaliar seu funcionamento como sistema integrado, sua governança corporativa, a administração dos recursos captados juntos a seus associados, a gestão de riscos e os seus controles internos.

As instituições do sistema financeiro continuaram a manter em 2007 confortáveis níveis de capitalização e, em muitas situações, bem acima do limite exigido na regulamentação brasileira. O Índice de Basiléia do sistema, utilizado para medir o nível de capitalização, estava em dezembro de 2007 em 19%, acima do limite regulamentar (11%) e do índice considerado suficiente de acordo com os padrões internacionais (8%).

Em consonância com a política do Banco Central de ampliar o acesso e de melhorar o atendimento aos clientes e aos usuários de produtos e de serviços do sistema financeiro, foi intensificado o trabalho de fiscalização do cumprimento das normas emitidas com esse objetivo. Nesse sentido, as principais instituições financeiras foram submetidas a inspeções destinadas à avaliação de sua estrutura, sua capacidade de atender adequadamente as demandas de seus clientes e funcionamento de suas ouvidorias. Trabalhos específicos foram também realizados com respeito ao cumprimento das normas sobre cobrança de tarifas. Não obstante, foram realizadas fiscalizações para verificar os procedimentos das instituições financeiras na aplicação de recursos do crédito rural.

Em 2007, foram decididos 847 processos administrativos punitivos, assim distribuídos por tipo de irregularidade/legislação de regência: Infração de Natureza Financeira (65 – 8%), Infração a Normativos de Natureza Cambial (82 – 10%), Sonegação de Cobertura Cambial em Exportação (84 – 10%) e Não-pagamento de Importação no prazo regulamentar (616 – 72%).

As decisões proferidas em 2007 resultaram na aplicação de 1.023 penalidades distribuídas em: Advertência (39 – 4%), Inabilitação (190 – 18%) e Multa (794 – 78%); e em 207 arquivamentos. Como reflexo das decisões proferidas no ano, o prazo médio de análise de processos administrativos foi reduzido de 26,44 meses, em janeiro de 2007, para 15,98 meses, em outubro de 2007. Mesmo com os esforços para decidir mais processos em menos tempo, o estoque tem aumentado, refletindo tendência de crescimento na instauração de processos, em razão da intensificação das ações fiscalizatórias. Em 2007 foram instaurados 970 novos processos e decididos 847, aumentando o estoque de 1.609 processos em 31/12/2006 para 1.732 processos em 31/12/2007.

Dos processos julgados em segunda e última instância administrativa pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), 94% das decisões do Banco Central foram confirmadas, 5% modificadas parcialmente e 1% modificadas totalmente.

No processo de supervisão, foi avaliada a existência, a conformidade, a suficiência e a qualidade das políticas e dos controles adotados pelas instituições, visando a prevenção do seu uso para fins de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, bem como os controles internos adotados especificamente para as operações de câmbio.

O Banco Central do Brasil recebeu em 2007, por intermédio do Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informações (RDR), 75.976 denúncias e reclamações de cidadãos contra instituições autorizadas pelo Banco Central, referentes ao descumprimento de normas da alçada da Autarquia. Desse total, 62.077 demandas foram tratadas e encerradas, estando as demais em análise ou aguardando manifestação da instituição reclamada ou denunciada. Quanto à forma de atendimento ao cidadão, 41% das demandas foram recebidas por telefone (0800-979-2345), 8% por meio de atendimento presencial, 9% por correspondência e 42% pelo Fale Conosco, disponível na página do Banco Central na internet. Foi dado prosseguimento ao aperfeiçoamento da estrutura de atendimento, por meio da ampliação do quadro de pessoal dedicado a essa atividade e do atendimento telefônico.

Em 2007, foi constituído grupo de trabalho, formado por servidores do Banco Central e do Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor do Ministério da Justiça, com o objetivo de estruturar e organizar ações conjuntas com os órgãos de defesa do consumidor, visando maior efetividade à solução das demandas junto ao sistema financeiro apresentadas pela população brasileira.

Foram atendidos 2.849.322 pedidos oriundos do Poder Judiciário, sendo 2.773.484 por meio do BacenJud e 75.838 em ofícios em papel. Esses números representam um aumento superior a 74% na quantidade de pedidos do Judiciário recebidos, em relação a 2006. Atestando a consolidação do sistema eletrônico de atendimento das demandas, os ofícios em papel apresentaram uma redução de 49% em relação ao ano anterior.

Foi iniciado projeto destinado à ampliação do cadastro positivo, constituído a partir das operações de crédito contratadas no sistema financeiro. Atualmente, somente as operações de crédito acima de 5 mil reais são registradas nesse cadastro. O objetivo agora é registrar também as operações entre 1 mil e 5 mil reais, destinadas a melhorar o acesso ao crédito pelas populações de menor renda e pelas micro-empresas.

GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO

Formulação e Gerenciamento das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

A política monetária vem cumprindo com sucesso seu papel de coordenar as expectativas dos agentes econômicos e manter a taxa de inflação ajustada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2007, a taxa de inflação medida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – seguiu controlada, fechando o ano em 4,46%, praticamente a meta para a inflação de 4,5% no ano. O desempenho favorável da inflação, assim como das expectativas dos agentes, possibilitou a redução das taxas básicas de juros em 2007. A taxa Selic, definida pelo Banco Central recuou de 13,25% a.a., em janeiro, para 11,25% a.a. em dezembro. Adicionalmente, os cenários doméstico e internacional positivos, durante a maior parte do ano, permitiram também que o governo reduzisse a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nos contratos de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando assegurar menores custos para os investimentos produtivos de maior prazo de maturação. A TJLP passou de 6,85% a.a. para 6,25% a.a., entre dezembro de 2006 e de 2007, atingindo o menor patamar desde sua criação em 1994.

O processo de flexibilização da política monetária levou a redução nas taxas de juros praticadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 26,2% a.a. para 23,3% a.a., entre dezembro de 2006 e novembro de 2007. Para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 52,1% a.a. para 44,8% a.a. nessa mesma base comparativa, com expressiva redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras. Nesse contexto, a redução no custo financeiro das operações bancárias, bem como a expansão da atividade econômica, conferiu significativo impulso ao crédito na economia brasileira, consubstanciado em elevação do saldo das operações de crédito para o correspondente a 34,3% do PIB em novembro, ante 30,7% do PIB registrados ao final de 2006.

Ao longo de 2007, o volume de crédito concedido pelo SFN cresceu de modo significativo, contribuindo decisivamente para a sustentação das taxas de crescimento econômico. As operações destinadas aos diversos setores produtivos beneficiaram-se dos empréstimos realizados com recursos livres, assim como dos financiamentos com recursos direcionados. Entre esses últimos, merece destaque a expansão dos desembolsos concedidos pelo BNDES, que atingiram R\$ 56,6 bilhões no período janeiro-novembro de 2007, aumento de 36,6% na comparação com igual período do ano anterior.

O saldo total das operações de crédito do SFN alcançou R\$ 908,8 bilhões em novembro de 2007, registrando elevação de 26,7% em doze meses. Desse total, as operações destinadas ao setor privado, incluindo recursos livres e direcionados, somaram R\$ 890,1 bilhões, com incremento de 27,5% comparativamente ao montante alcançado em 2006. Considerada a classificação por segmento de atividade econômica, os empréstimos contratados com pessoas físicas apresentaram o melhor desempenho, observando-se alta anual de 32,5%, com destaque para as carteiras de crédito pessoal, incluindo-se os consignados em folha de pagamento, e as carteiras de financiamentos para aquisição de veículos. As operações de *leasing*, beneficiadas pela resolução de controvérsia judicial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2003, vêm apresentando aceleração. Nessa modalidade, cujas contratações, em sua maior parte, envolvem a aquisição de veículos, o estoque dos arrendamentos destinados a pessoas físicas cresceu 102,3% nos doze meses até novembro de 2007, enquanto o saldo referente a pessoas jurídicas aumentou 70,5%.

Os financiamentos concedidos à indústria totalizaram R\$ 205,2 bilhões, correspondentes à expansão de 30,5% no ano até novembro, com destaque para os setores de mineração, energia e alimentos, notadamente, produção de açúcar e álcool. Os empréstimos ofertados ao comércio cresceram 21,2% no mesmo período, volume de R\$ 94,6 bilhões, com destaque para as operações relacionadas aos setores de supermercados, automóveis e eletrodomésticos e distribuição de combustíveis.

Os empréstimos concedidos ao setor rural expandiram-se em 16% em doze meses, somando R\$ 88,3 bilhões em novembro de 2007. Por modalidade, destacaram-se as operações para investimento agrícola, efetuadas, sobretudo, com repasses de fundos e programas oficiais, observando-se a retomada das concessões de recursos ao amparo do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Da mesma forma, as operações de custeio e de comercialização agrícola responderam às aplicações obrigatórias das principais fontes dos recursos bancários utilizados nessas modalidades.

O volume de empréstimos ao setor habitacional totalizou R\$ 44,4 bilhões, com crescimento de 26% nos doze meses até novembro de 2007. O fluxo dos recursos da caderneta de poupança destinados a pessoas físicas e a cooperativas habitacionais atingiu R\$ 15,8 bilhões, até novembro de 2007, ante R\$ 8,2 bilhões em período equivalente de 2006. A aquisição de moradias correspondeu a 49,2% do total desembolsado de janeiro a novembro de 2007, cabendo o restante à construção de imóveis. Por encargos financeiros, os financiamentos contratados com taxas de juros sob a égide do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) somaram R\$ 14,4 bilhões, enquanto os formalizados a taxas de mercado atingiram R\$ 1,4 bilhão.

Embora ainda se situe em patamares modestos, comparativamente a outros países, o crédito imobiliário apresenta-se prestes a ingressar em ciclo de expansão mais acentuada, exercendo, assim, seu potencial de crescimento. A evolução da massa salarial, decorrente do crescimento do emprego e da renda, e a consolidação da estabilidade econômica contribuem para a ampliação da demanda pelo crédito imobiliário. Pelo lado da oferta, as instituições financeiras beneficiam-se de avanços normativos, tais como a adoção de marco regulatório que contempla o instituto da alienação fiduciária, a cláusula do incontroverso e o patrimônio de afetação. Adicionalmente, serão favorecidas, a partir de 2008, pela redução da exigência de capital na concessão de financiamentos habitacionais sob a égide da atual regulamentação.

O panorama macroeconômico favorável observado nos últimos anos, evidenciado principalmente pelos reduzidos níveis inflacionários, vem se refletindo sobre as expectativas dos agentes econômicos, estimulando

os negócios e as decisões de investimento das empresas. O cenário de estabilidade econômica e a conseqüente ampliação do horizonte de planejamento, associados ao processo de redução da taxa básica de juros, contribuíram para emissão de títulos privados corporativos e para o crescimento das captações no mercado de capitais. Dessa forma, a demanda de recursos para as atividades produtivas e comerciais tem sido suprida não apenas pelas operações tradicionais do sistema financeiro, mas também, de forma crescente, por fontes alternativas de financiamento nos mercados doméstico e externo.

O mercado de capitais brasileiro ostenta sinais claros de sua forte expansão nos últimos anos, registrando sucessivos recordes de volumes negociados. É crescente o número de empresas buscando financiamento de suas operações por meio da emissão de títulos mobiliários como ações, debêntures, notas promissórias e outros. O volume total de emissões primárias para 2007 é de R\$ 131,2 bilhões, comparativamente a R\$ 21,3 bilhões em 2002, o que evidencia o crescimento alcançado no período, e a consolidação do mercado de capitais como alternativa de crédito para as empresas.

A política macroeconômica implementada nos últimos anos, aliada ao cenário de alta liquidez internacional - mesmo com a crise recente do mercado imobiliário nos Estados Unidos - e termos de troca favoráveis, permitiu ao País intensificar o processo de redução de vulnerabilidade externa, refletido na acumulação de ativos sob a forma de reservas internacionais e redução do endividamento externo líquido. As reservas internacionais representaram, ao final de 2007, mais que o dobro da dívida externa do setor público. O desenvolvimento positivo das contas externas brasileiras tem se constituído fator chave no caminho rumo à classificação de risco “grau de investimento”.

O saldo superavitário da balança comercial de bens atingiu US\$ 40 bilhões em 2007 e foi crucial para o financiamento do balanço de pagamentos. O resultado foi obtido via ampliação conjunta da receita de exportações e despesa de importações, proporcionando à corrente de comércio valores recordes. No ano, a receita de exportações cresceu 16,6% em relação a 2006, e atingiu US\$ 160,6 bilhões em 2007. Muito embora parcela dessa expansão possa ser creditada à elevação dos preços internacionais de mercadorias exportadas pelo Brasil, a ampliação da quantidade exportada significou, até novembro, 6,5 pontos percentuais de aumento na receita de exportações. O maior volume de mercadorias exportadas é condizente com os esforços governamentais de apoio ao setor exportador, incluindo medidas de defesa comercial, investimentos em infra-estrutura, inovação e tecnologia e aperfeiçoamento dos sistemas tributários e de crédito.

As despesas de importações acumularam US\$ 120,6 bilhões em 2007, correspondentes ao crescimento de 32% em comparação ao ano anterior. A elevação dos preços respondeu por cerca de 5,8 pontos percentuais da expansão das despesas, enquanto o volume de mercadorias importadas expandiu-se em mais de 20 pontos percentuais. A retomada da atividade econômica foi o principal determinante desse resultado, destacando-se a demanda por bens de capital.

O dinamismo do setor exportador e a aceleração da produção interna propiciaram elevação da corrente de comércio, que passou de US\$ 229,2 bilhões, em 2006, para US\$ 281,3 bilhões no ano passado, acréscimo de 22,7%, taxa expressivamente superior a do crescimento do PIB e do crescimento do comércio mundial. Esse desempenho demonstra que a economia brasileira tem ampliado seu grau de abertura em relação ao resto do mundo, não obstante a manutenção do superávit comercial em níveis elevados.

O saldo em transações correntes, após apresentar redução significativa de déficit e posterior elevação de superávit entre os anos de 2002 e 2005, e manutenção do resultado em 2006, apresentou redução de superávit em 2007. Após saldo positivo de US\$ 13,6 bilhões em 2006, o resultado para os doze meses acumulados até novembro de 2007 atingiu US\$ 4,7 bilhões. A desaceleração reflete, sobretudo, a ampliação das importações de bens, a elevação dos gastos em viagens internacionais e a expansão geral da lucratividade das empresas instaladas no Brasil, com controle ou participação de capitais estrangeiros.

As reservas internacionais encerraram o ano em US\$ 180,3 bilhões, equivalentes a 18 meses de importação, maior valor da série iniciada em 1947. O nível das reservas foi um dos aspectos relevantes quando da crise imobiliária do mercado norte-americano, período no qual o Brasil foi capaz de enfrentar as turbulências internacionais sem ampliação expressiva da volatilidade, como a da taxa de câmbio e de outros ativos nacionais, como aconteceu em situações semelhantes no passado. Outros indicadores de sustentabilidade que atestaram o êxito da condução da política macroeconômica no que se refere às contas externas foram o serviço da dívida externa como proporção do PIB, de 5,3% em 2006 para 4,4% em 2007 até novembro, e a razão entre o valor das reservas internacionais e a dívida externa vincenda em um ano, de 212% em 2006 para 282% em 2007 até novembro.

O Tesouro Nacional deu prosseguimento à estratégia de melhora no perfil do endividamento externo público, recomprando títulos de vencimento curto e colocando papéis de vencimento longo. Além de aproveitar a redução do prêmio de risco exigido pelos papéis soberanos brasileiros, a operação permitiu ampliar o prazo médio do endividamento e construir os pontos para uma curva de juros de prazo mais dilatado. Paralelamente, o Tesouro Nacional não utilizou recursos de reservas internacionais para servir a dívida externa pública, buscando em mercado US\$ 14 bilhões para pagamento de juros e principal de papéis emitidos pela República.

Destaque-se também, em 2007, a aceleração dos investimentos estrangeiros em carteira. Apoiados na percepção de redução do risco do país e confiantes nas perspectivas da economia brasileira, investidores estrangeiros aportaram liquidamente no País, até novembro, mais de US\$ 35 bilhões para a aquisição de ações e títulos de renda fixa denominados em Reais. Em 2006, tais fluxos foram inferiores a US\$ 17 bilhões. O aumento do influxo, mesmo em ano com turbulências internacionais, oferece medida de confiança nas empresas e no governo nacional. Emblemáticas foram também as operações de abertura de capital da Bovespa e da BM&F, que contaram com a participação ativa de investidores estrangeiros, responsáveis por ingressos superiores a US\$ 6 bilhões.

Por fim, os ingressos líquidos em investimentos estrangeiros diretos também são recordes, acumulando nos doze meses terminados em novembro US\$ 36,2 bilhões, equivalentes a 2,9% do PIB, e distribuídos de forma equilibrada entre os setores de atividade econômica de agricultura e extração, indústria e serviços.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado de capitais brasileiro manteve, em 2007, o ritmo acelerado de crescimento iniciado em 2003 e a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autarquia reguladora deste mercado, tem trabalhado para crescer à frente dessa realidade. Nenhum período na história se compara ao ano de 2007. A conjunção de um cenário favorável de alta liquidez internacional com um ambiente interno estável, com a estabilidade macroeconômica e preservação da disciplina fiscal promovidas pelo governo brasileiro, criaram condições propícias para uma expansão vigorosa do nosso mercado de capitais.

Nesta expansão extraordinária, o número de ofertas registradas na CVM alcançou a ordem de R\$ 167 bilhões, recorde de emissões pelo quarto ano consecutivo. As ofertas de ações atingiram R\$ 75,4 bilhões, um recorde absoluto com aumento de 142% sobre os números já excepcionais de 2006, sendo que as ofertas primárias superaram R\$ 39,7 bilhões e as secundárias R\$ 35,6 bilhões. As emissões de títulos de dívida de empresas - debêntures e notas promissórias - foram da ordem de R\$ 56,2 bilhões. A capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira prosseguiu em ascensão, com o valor das companhias abertas saindo de R\$ 1,544 trilhão em 31 de dezembro de 2006 para aproximar-se, no final de 2007, de R\$ 2,478 trilhão, uma evolução de 60% que deverá fazer com que a capitalização do mercado brasileiro salte de cerca de 66% para aproximadamente 100% do Produto Interno Bruto Brasileiro¹

Nesse cenário de bons resultados, dois aspectos merecem especial destaque. O primeiro diz respeito ao aumento do número de companhias abertas. 64 novas empresas ingressaram na Bovespa em 2007. O ano termina com uma variedade cada vez maior de setores da economia representados em bolsa, uma realidade que não se via há muitos anos e que poucos países na América Latina têm o privilégio de vivenciar. O segundo é relativo ao crescimento contínuo das operações de securitização. Em 2007, as emissões de recebíveis, representados por certificados de recebíveis imobiliários e fundos de direitos creditórios, aproximaram-se de R\$ 11 bilhões. Uma história de sucesso é a dos investimentos em direitos creditórios, um dos produtos financeiros mais inovadores do mercado de capitais dos últimos anos e tem produzido impacto relevante nos canais tradicionais na economia brasileira.

Considerando-se aspectos de impacto social, destacam-se, também, as emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários, que deverá acarretar o crescimento do crédito no setor imobiliário; os Fundos de Investimento Imobiliário que, contribuindo para redução de custos e para a facilidade de negociação, representam importante instrumento de expansão de oportunidades para o setor imobiliário; os Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, que contribuem fortemente para a capitalização de empresas, hoje pequenas, e que são embriões de futuras grandes empresas ampliando a geração de emprego e o crescimento da economia; os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios no Âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social; os Fundos de Investimento Cultural e Artístico e os Fundos de Financiamento da Indústria

¹ O percentual exato dependerá do PIB de 2007. A estimativa foi feita projetando-se o PIB de 2007 a partir do PIB de 2006 utilizando-se como índice a previsão de crescimento do PIB divulgada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Cinematográfica Nacional. Ao final de 2007, os fundos regidos pela Instrução CVM 409/04 atingiram um patrimônio líquido total superior a R\$ 1,1 trilhão.

Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários

Se fosse preciso escolher um campo de atuação que mais se desenvolveu em 2007, este seria, sem dúvida, a atividade de *enforcement*. Em 2007, o Colegiado da CVM julgou 82 processos. Além disso, 64 processos sancionadores foram encerrados em decorrência da celebração de Termos de Compromisso envolvendo todos os indiciados, o que fez com que o total de casos encerrados em 2007 atingisse 146 processos.

Em 2007, cerca de 30 novas normas foram editadas ou colocadas em audiência pública. É relevante destacar, dentre as novas normas, as Instruções CVM nº 457/07, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional; a de número 461/07, que disciplina os mercados regulamentados de valores mobiliários e dispõe sobre a constituição, organização, funcionamento e extinção das bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros e mercados de balcão organizado; e também a Instrução nº 450/07, que altera a disciplina dos fundos de investimento regulados pela Instrução 409/04. A celebração de Termos de Compromisso firmou-se como uma forma eficiente e efetiva de empregar os recursos da CVM. Foram efetuadas, ainda, inspeções em 421 jurisdicionados da CVM (11% a mais que 2006). Em 31 de dezembro de 2007 existiam 31 inquéritos em instrução. Esses inquéritos, não raro, envolvem pessoas residentes no exterior, tendo em vista o vertiginoso crescimento do mercado e sua cada vez maior internacionalização.

Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários

Na linha de ação de *Disseminação de Informações e Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários*, foi criado em 2006 o Centro de Estudos em Mercado de Capitais - COE, com objetivo de ser um núcleo de excelência de conhecimento técnico e acadêmico voltado para o mercado de valores mobiliários. Nas ações realizadas nesse ano, foram organizados dois seminários internacionais. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro. Intitulado “Mercado de Reduções de Emissões”, o evento reuniu mais de 200 participantes, além de autoridades e especialistas do Brasil e do exterior, para debater questões relacionadas à regulação e ao desenvolvimento desse mercado. O segundo evento foi realizado no auditório da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), no Rio de Janeiro. Sob o título “A Supervisão Baseada em Risco – *Risk Assessment of Market Participants*”, o seminário teve como objetivo reunir órgãos reguladores e auto-reguladores, estrangeiros e nacionais, para debater a experiência já acumulada em programas de supervisão de mercado baseados em risco e estimular a reflexão e discussão sobre o modelo a ser adotado pela CVM. Esse evento contou com cerca de 192 participantes, e reuniu autoridades brasileiras e representantes de 51 instituições de diferentes países.

Uma atuação relevante desse Centro de Estudos é a celebração de convênios de cooperação técnica e acadêmica, de modo a desenvolver centros regionais de referência. Para tanto, contempla instituições localizadas em regiões onde estejam presentes empresas e outras entidades, com potencial para abertura de capital ou utilização de instrumentos financeiros regulados pela CVM. Em 2007, foram celebrados seis convênios de cooperação técnica e acadêmica em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, a Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, o Instituto Brasileiro de Direito Empresarial – Ibrademp, a Associação Brasileira das Companhias Abertas – Abrasca, o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. A maioria dos convênios visa ao desenvolvimento de estudos e pesquisas e a realização de eventos acadêmicos e de outros projetos de interesse, como a realização de seminários e palestras, em torno de temas relacionados ao mercado de valores mobiliários.

Na linha de disseminação de informação, o Portal do Investidor foi lançado em maio/2007, com conteúdo voltado principalmente para a formação do pequeno investidor. Desde seu lançamento, o Portal tem registrado, em média, 1.400 acessos por dia e cerca de 42.000 por mês, ultrapassando mais de 270.000 acessos em 2007. Já o “Fale Conosco” do Portal tem recebido, em média, cerca de 170 e-mails por mês e já contabiliza mais de 1.200 consultas desde o lançamento. Com objetivo de apresentar uma abordagem mais acessível aos investidores, o principal produto é uma ferramenta de consulta e comparação entre fundos de investimento, que permite ao usuário fazer pesquisas na base de dados da CVM, utilizando parâmetros que facilitem a seleção daqueles que atendam melhor seu perfil, de risco, retorno e custos. Espera-se, com esse poderoso instrumento, proporcionar aos consulentes informações que permitam a melhor decisão, o que, decerto, contribuirá para aumentar a concorrência entre as instituições, em benefício da eficiência.

A relevância da Internet como canal de disseminação de informações é confirmada pelos mais de 40 milhões de acessos à página CVM em 2007. Complementarmente, a CVM conta com uma biblioteca, aberta a consultas do público em geral, com cerca de 7.000 títulos, entre livros e periódicos, sobre temas relacionados com o mercado de valores mobiliários.

Orientação e Defesa aos Investidores - Prodin

Lançado em março de 1998, tem como objetivo aprofundar o processo de interação dos investidores com a CVM, com foco nos pequenos e médios investidores, de menor poder econômico e, dessa forma, mais vulneráveis aos riscos inerentes ao mercado. Um aspecto relevante a ser considerado é que, no Brasil, os fundos de investimento e outros instrumentos de aplicação de recursos no mercado de valores mobiliários contam com mais de 11 milhões de investidores.

Nesse contexto, a atuação da CVM tem um papel relevante na orientação e proteção do investidor, contribuindo para aumentar o grau de confiabilidade no mercado, bem o aspecto educacional relativos aos direitos e deveres dos investidores em relação a emissores de títulos, agentes e intermediários. Dessa forma, procura-se reduzir a vulnerabilidade dos investidores a golpes e ofertas irregulares, bem como para uma maior eficiência, pois o investidor mais consciente e informado terá condições de avaliar as alternativas mais favoráveis e de menor custo para aplicação de sua poupança.

Os resultados do Prodin em 2007 mostram: distribuição, ao público, de 96.636 exemplares de cadernos e cartilhas de orientação; realização de 50 eventos do Circuito Universitário, que consiste na realização de palestras gratuitas em universidades em todo o País, bem como em outros eventos educacionais, mostrando o papel da CVM como órgão regulador e fiscalizador, atingindo diretamente cerca de nove mil estudantes; realização de um evento conjunto com Bovespa e INI para professores do ensino médio do Estado do Rio de Janeiro, conforme entendimentos com a Secretaria de Estado de Educação do RJ e coordenação da área de educação continuada. A palestra, além de abordar os fundamentos do mercado de capitais, pretendeu mostrar aos docentes, também, o Portal do Investidor e os recursos nele disponíveis para educação, notadamente os desafios, as histórias interativas e os cursos de *e-learning*, com destaque para o de matemática financeira. Cabe citar, também, a participação da CVM na *Expomoney*, feira dirigida ao público investidor, com palestras realizadas em Curitiba, Macaé, Fortaleza, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O Comitê Consultivo de Educação, criado em 2006 pelo Colegiado com a finalidade de propor e apoiar projetos visando melhores padrões de educação financeira da população e tendo em seus objetivos o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e a proposição de projetos de atos normativos que concorram para facilitar a compreensão, pelo público em geral, dos direitos dos investidores, bem como para fortalecer sua proteção. é composto, além da CVM, por representantes das seguintes instituições: Abrasca, Anbid, Andima, Apimec Nacional, BM&F, Bovespa, IBRI e INI. Entre as principais ações do Comitê, que tiveram continuidade em 2007, destacam-se duas edições do Programa TOP (TOP II e TOP III), o 2º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, o planejamento do 2º curso de Direito Societário e Mercado de Capitais, para magistrados do Rio de Janeiro, e uma aproximação institucional com o Poder Legislativo Federal, inicialmente com a realização de audiência pública, na Câmara dos Deputados, e posteriormente por meio de convênio com o Senado.

Em 2007, tiveram início as atividades da Superintendência de Planejamento. Prevista desde o Planejamento Estratégico elaborado em 2005, essa Superintendência nasce com atribuições da maior importância para o fortalecimento da Autarquia, tais como a supervisionar as atividades de formulação de diretrizes e a de promover a articulação das ações organizacionais e de planejamento, visando permitir que o Colegiado planeje adequadamente as atividades futuras da CVM. Ainda sob o ponto de vista organizacional, é de se destacar a edição da Deliberação nº 521/07, que disciplina, no âmbito da CVM, o Sistema de Supervisão Baseada em Risco do mercado de valores mobiliários – SBR, que imporá a identificação dos riscos a que está exposto o mercado de valores mobiliários, o dimensionamento e a classificação de tais riscos, inclusive segundo níveis de dano potencial ao mercado, as formas de mitigação dos riscos identificados e o controle e monitoramento dos eventos que possam causar dano ao mercado. Esse modelo de supervisão, hoje utilizado em alguns dos mais importantes mercados de capitais internacionais do mundo, possibilitará a utilização mais racional dos recursos da CVM.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

A implantação da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB está permitindo o aprimoramento e uma maior eficiência, eficácia e efetividade da administração tributária brasileira, por meio da integração e racionalização de esforços e recursos e pela obtenção de sinergia entre setores, unidades organizacionais, processos e equipes de trabalho. Essa instituição, fortalecida em 2007, vem facilitando a interação dos contribuintes com uma única representação do Fisco Federal, propiciando a melhoria na qualidade dos serviços prestados e na ação fiscal e otimizando a arrecadação tributária e o controle aduaneiro, bem assim favorecendo o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias. A RFB é responsável por 65% da arrecadação nacional, possui aproximadamente de 32 mil servidores e é constituída por 573 unidades administrativas, com atuação em todo o território nacional.

Arrecadação Tributária e Aduaneira

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, de janeiro a dezembro de 2007, atingiu a cifra de R\$ 585,127 bilhões. Mesmo ocorrendo desoneração tributária, estimada em R\$ 6,4 bilhões, houve crescimento nominal de 16,33 % e crescimento real de 12,19 % (considerando-se a variação do IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2006. O desempenho da arrecadação decorreu, fundamentalmente, de fatores ligados ao crescimento econômico e a maior presença fiscal por parte da Administração Tributária com o objetivo de: (i) minimizar a diferença entre o potencial legal e a arrecadação efetiva; (ii) recuperar os débitos constituídos e não pagos e (iii) dar ênfase ao combate à sonegação, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria e à inadimplência.

Em 2007, a RFB intensificou os controles de declarações e promoveu ações de cobrança em cerca de 2,9 milhões de contribuintes, envolvendo um total de aproximadamente R\$ 34,42 bilhões em débitos cobrados, com ênfase, na redução do tempo decorrido entre a ocorrência do fato gerador e a efetiva arrecadação, sendo o foco principal os maiores contribuintes, sujeitos ao acompanhamento diferenciado.

Os resultados das ações realizadas pela RFB, sem considerar os seus efeitos indiretos, é demonstrado, pela arrecadação proveniente de multa e juros no ano de 2007, que foi de R\$ 13,71 bilhões, com crescimento de 30,7% em relação a 2006, independentemente do valor correspondente à parcela recolhida à título de tributo.

A seguir apresenta-se um demonstrativo consolidado (RFB, inclusive previdenciário, e PGFN) dos diversos programas de parcelamentos, relativo a 2007:

PARCELAMENTO	ARRECADANÇA LIQUIDA	VALORES EM ESTOQUE
Convencional	5.655.975.508,11	18.267.966.836,62
Refis	741.823.994,26	24.632.619.369,21
Paex	3.326.095.357,15	44.494.766.536,24
Paes	3.664.865.800,50	41.943.699.306,81
Timemania	2.998.192,43	-
Simples Nacional	147.807.482,10	-
Especial Lei 9639/98	1.405.310.262,58	22.418.057.344,17
Especial Lei 8641/93	1.317.806,15	21.019.002,03
Especial Lei 11196/05	195.451.440,26	2.542.032.331,59
TOTAL	15.141.645.843,54	154.320.160.726,67

Fonte: Codac/RFB

Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira

A *Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira* têm por objetivo viabilizar a fiscalização e o combate ao crime organizado. A atuação da fiscalização da Receita Federal do Brasil se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem assim pela revisão sistemática das declarações por eles apresentadas, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e as informações disponíveis nos sistemas da RFB que indiquem indícios de evasão tributária.

A fiscalização da Receita Federal do Brasil encerrou o ano de 2007, referente a tributos internos, com 521 mil contribuintes fiscalizados e R\$ 108 bilhões de créditos tributários lançados, o que representou um crescimento de 80% no quantitativo e de 42% no volume de autuações, quando comparado com o ano de 2006.

Foram intensificadas ações de fiscalização em todos os segmentos, em especial nas áreas de revisão de declarações de pessoas jurídicas e pessoas físicas. O volume de autuações cresceu significativamente em decorrência de maior eficiência no trabalho de fiscalização, pelo aprimoramento constante dos instrumentos de fiscalização.

A utilização de tecnologias da informação no cruzamento das informações coletadas de fontes externas, à exemplo da CPMF e de cartões de crédito, com informações apresentadas pelos contribuintes tem possibilitado, por exemplo, selecionar para fiscalização os contribuintes com maior potencial de evasão tributária, o que resultou em um maior volume de autuações em 2007.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, foram realizadas 24 operações conjuntas da Receita Federal com a Polícia Federal e Ministério Público Federal, as quais resultaram em 431 prisões.

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o País também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

As exportações e importações em 2007 apresentaram, respectivamente, um crescimento de 16,6% e 32% em relação aos registrados no ano anterior. A corrente de comércio (exportações + importações) totalizou US\$ 281,259 bilhões, valor recorde histórico para o período e 22,2% maior que o registrado em 2006.

Todo esse crescimento se refletiu num expressivo aumento nas atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembarços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do grande incremento nas atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos.

Em 2007, foram realizadas 12.466 ações de fiscalização de comércio exterior, com R\$ 3,2 bilhões de crédito tributário lançado, e foram registradas 3,3 bilhões de declarações, sendo 1,7 declarações de importação e 1,6 de exportação.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2007, o que significa um incremento de 20 % em relação ao mesmo período do ano passado.

Os produtos piratas e outras mercadorias que não podem ser levadas a leilão, doadas a entidades sem fins lucrativos ou incorporadas ao patrimônio público, por estarem em desacordo com as normas que regulam o seu consumo ou utilização, foram objeto de destruição. Em 2007, mais de 7 mil toneladas de produtos piratas e contrabandeados avaliados em cerca de R\$ 228 milhões foram destruídos, deixando de ingressar no mercado doméstico, evitando-se alto potencial de risco à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, bem assim preservando a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Simplificação de obrigação tributária acessória - Desde de janeiro de 2005 a RFB vem promovendo alteração na sistemática de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), desonerando as empresas de menor potencial econômico-tributário da entrega de duas declarações, pois a periodicidade de entrega para essas empresas passou de trimestral para semestral. Desse modo, houve redução do "custo de cumprimento" para essas empresas. Para as empresas de maior potencial econômico-tributário (em torno de 10.000 empresas em todo Brasil), a periodicidade da entrega passou de trimestral para mensal, permitindo o acompanhamento e o controle mais eficiente dessas empresas por parte do Fisco, e um melhor canal de comunicação com a Administração Tributária.

Prestação de Serviços de Atendimento - No ano de 2007, foram atendidos aproximadamente 17,3 milhões de contribuintes, nas unidades de atendimento da RFB, bem superior aos 11,2 milhões atendidos em 2006.

O aumento do número de atendimentos justifica-se, principalmente pela unificação da SRP e SRF e pela implantação do Simples Nacional.

Dentro da estratégia institucional de fortalecimento do cumprimento espontâneo por meio do atendimento à distância, a RFB oferece três canais de acesso:

a) atendimento via Internet: o sitio da RFB na Internet registrou aproximadamente 522 milhões de acessos em 2007. A quantidade de declarações recebidas foi de aproximadamente 92,8 milhões sendo 43,5 milhões *online* (direto na Internet) e o restante (49,3 milhões) via Receitanet.

Outro serviço instituído em 2005, utilizando a Internet, foi o Serviço Interativo de Atendimento Virtual, e-Cac, com uso de certificados digitais, que permite o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal. Em 2006 foram registrados 16,9 milhões de acessos e em 2007 mais de 42 milhões;

b) Fale Conosco: foram respondidas aproximadamente 219 mil consultas, por meio correio eletrônico da RFB;

c) Receitafone: em 2007 a RFB recebeu aproximadamente quatro milhões de ligações no Receitafone, serviço de atendimento telefônico da RFB, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Na qualidade de Projetos Especiais a RFB está implementando os seguintes projetos:

1 - O Cadastro Sincronizado Nacional é a integração dos procedimentos cadastrais de pessoas jurídicas e demais entidades entre as Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e demais órgãos e entidades que fazem parte do processo de abertura, alteração e baixa das empresas, objetivando: (i) simplificação e racionalização dos processos de inscrição, alteração e baixa das empresas com a conseqüente redução de custos e prazos; (ii) garantia de maior transparência a todo o processo e (iii) harmonização das informações cadastrais das empresas entre os convenientes, permitindo que estes atuem com maior eficiência e eficácia.

Atualmente, o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) encontra-se integrado com as Administrações Tributárias Estaduais de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e São Paulo e com as dos Municípios de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Natal, Salvador, São Luiz e Vitória.

2 - O Sistema Público de Escrituração Digital - Sped substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. Os principais objetivos são: unificação, padronização, simplificação e redução do custo do cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e aumento da eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pela RFB e pelas administrações tributárias estaduais e municipais. Com a escrituração digital contábil e fiscal e com a Nota Fiscal Eletrônica haverá redução efetiva do denominado “Custo Brasil”.

O Sped, coordenado pela RFB, é desenvolvido em parceria com as seguintes Instituições: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Departamento Nacional de Registro de Comércio, Superintendência da Zona Franca de Manaus, Superintendência de Seguros Privados, Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais – Abrasf.

3 - O e-Processo - processo eletrônico, que está sendo implantando na RFB, desde 2006, permite a prática de atos e termos processuais de forma eletrônica, bem como a redução de custos para administração pública e para o contribuinte. Com sua implantação, deixará de existir o processo tradicional em papel, ficando preservada a segurança e a fidedignidade das informações, pois todos os documentos serão autenticados por meio de certificação digital, via assinatura digital, com a garantia da integridade das informações transmitidas pela rede mundial de computadores e da identificação, de forma segura, de quem emitiu e de quem está recebendo a informação.

4 - O Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, implantado em julho de 2007, unifica a cobrança de impostos federais, estaduais e municipais e permite o pagamento de oito impostos em uma só guia, uma vez por mês. O objetivo principal é ampliar a formalização das empresas e possibilitar a sua manutenção e desenvolvimento. Neste curto espaço de tempo, seis últimos meses de 2007, ocorreram diversos eventos, procedimentos e providências, em especial: constituição do Comitê Gestor, criação do Portal do Simples Nacional, edição de diversos

atos normativos (leis, portarias, resoluções etc.) e, principalmente, a migração automática e a adesão de 2,82 bilhões de empresas (excluído os cancelamentos e indeferimentos).

GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

A *Gestão da Política de Regulação de Mercados* tem por objetivo avaliar ou subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Inicialmente visou dar cumprimento ao art. 70 da Lei nº 9.069/95 (Lei do Plano Real), que estabelecia que o reajuste e a revisão das tarifas de serviços públicos foram realizados conforme atos, normas e critérios fixados pelo Ministro da Fazenda, o que, em parte, é feito até os dias de hoje. Com a liberação dos mercados, o incremento da concorrência no País e a participação de capitais privados nos serviços públicos, o Programa foi sendo estendido para contemplar mecanismos mais adequados a esse novo cenário. Basicamente, a demanda que deu origem ao programa permanece a mesma. Porém, algumas alterações que ocorreram ao longo do tempo expandiram e atualizaram o seu escopo. O programa vem ganhando importância desde 2003, tendo em vista a ênfase que tem sido dada à questão da necessidade de aprimoramento dos marcos regulatórios.

A regulação das atividades econômicas possibilita a redução, em última instância, das tarifas e preços públicos. Com relação aos preços não-administrados, o programa também beneficia a redução de preços ao consumidor, pois uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico, com a recuperação e a sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados.

Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

A ação *Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais* objetiva regular ou subsidiar a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais.

Além da regulação tarifária, a SEAE tem trabalhado no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de promover a desregulamentação e, quando for o caso, a re-regulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos.

Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

A Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos se faz necessária, pois apesar de as Agências Reguladoras serem encarregadas da estruturação tarifária nos mercados setoriais, há ações que geram impacto sobre as políticas macroeconômicas e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Nesse caso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, como é o caso do Conselho Nacional de Política Energética. Ainda, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário - Antaq, devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Existem também outros setores, como o setor postal, que ainda não possui agência reguladora, para os quais é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Por fim, independentemente de existência ou não de agência, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Senhor Ministro da Fazenda.

Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

Já a ação *Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais* objetiva emitir autorizações e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios quando instituições financeiras forem partes interessadas; emitir autorizações e fiscalizar as extrações de corridas de cavalo (*sweepstakes*) e outras modalidades de loterias por parte de *jockey clubs*; homologar planos de extração de lotéricas; e fiscalizar a captação de poupança popular. Além dos objetivos mencionados, esta ação visa, ainda, dar maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Finalmente, o Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico é de suma importância para o sucesso das outras ações, dado que estas ações exigem um suporte informatizado avançado para que as atividades sejam executadas de forma tempestiva. Essa ação visa manter e prover acessibilidade – via recursos tecnológicos e computacionais – às informações necessárias para a atuação da Secretaria.

O Programa Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da SDE/MJ, contempla a ação Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos, executada pela SEAE. Essa ação refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e à repressão de condutas anticompetitivas (prática de cartel, por exemplo), fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e para o crescimento econômico sustentável.

Vale ressaltar que todas as ações sob responsabilidade da SEAE apresentaram resultados bastante satisfatórios no decorrer de 2007, sendo que as metas foram cumpridas integralmente, inclusive com superação, em alguns casos.

Por fim, cabe mencionar que as ações executadas pela SEAE são altamente benéficas do ponto de vista sócio-econômico, contribuindo para a consolidação da estabilidade macroeconômica, com crescimento sustentável, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

O programa Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União tem como objetivo contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Gestão Financeira e Contábil da União

O produto desta ação orçamentária é o Balanço Geral da União (BGU) que juntamente com o Relatório das Atividades do Governo Federal compõem a Prestação de Contas Anual do Presidente da República, encaminhada ao Congresso Nacional, no prazo constitucional, nos termos do art. 84, inciso XXIV da Constituição Federal. O BGU é elaborado pela STN e representa um importante instrumento de transparência sobre os gastos e ações do governo, na busca da realização do controle social das Contas Públicas.

Além disso, a presente ação, em 2007, concentrou esforços para: a Implementação do novo Documento de apropriação da Folha de Pessoal da União no Siafi visando a integração automática com o Siape; as ações de Padronização de Procedimentos e Relatórios nas três esferas de Governo (União, Estados, DF e Municípios); e a Reestruturação do Balanço Geral da União – BGU.

Gestão de Obrigações da União

No orçamento, a meta física prevista para execução desta ação era de 232 leilões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF). Foram executados 240 leilões (3,3% acima da meta física orçamentária). Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva da ação justifica-se na medida em que as circunstâncias de mercado favoreceram esse procedimento por parte do Tesouro Nacional. Com isso, a dívida líquida do setor público consolidada alcançou 42,6% do PIB em novembro de 2007, enquanto que em dezembro de 2006 era de 44,7% do PIB, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Em 2007, o Tesouro Nacional atuou ativamente visando o aperfeiçoamento das atividades e mecanismos de gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), com destaque para o aumento ocorrido no prazo médio e redução no percentual vincendo em 12 meses, refletindo o alongamento do perfil da dívida e, conseqüentemente, reduzindo seu risco de refinanciamento. Além disso, houve também melhora significativa na composição da dívida interna, em especial no aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços. Vale destacar a participação do Tesouro Nacional no Grupo de Trabalho do Mercado Secundário de Títulos, que busca dinamizar este importante segmento do mercado de capitais, aprofundando os debates sobre a inserção dos investidores institucionais no mercado secundário e o aumento da liquidez dos títulos de renda fixa no Brasil.

Outro ponto importante foi a alteração no sistema de pontuação das instituições *dealers*, premiando aquelas que negociam títulos com maior prazo, com o objetivo de estimular a liquidez dos títulos públicos de longo prazo. Também neste ano o Tesouro Nacional passou a divulgar, em substituição à Nota para a Imprensa – DPMFi e Mercado Aberto, o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal, unificando, em um único documento, as informações e as estatísticas sobre a DPF e proporcionando maior transparência, tempestividade, facilidade de acesso e objetividade à divulgação de informações referentes ao conjunto da DPF.

Já no mercado externo, o Tesouro Nacional deu continuidade à realização de mudanças qualitativas na estrutura da dívida, dadas as condições favoráveis de financiamento decorrentes da melhora dos fundamentos da economia, em particular das contas externas brasileiras. Merece destaque a continuação do Programa de Resgate Antecipado, que consiste na recompra de títulos brasileiros, considerados ineficientes, em circulação no mercado internacional.

Destacamos ainda os resultados alcançados no aumento da base de investidores domésticos e estrangeiros, bem como no aperfeiçoamento da divulgação do Tesouro Direto, programa que possibilita a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas via Internet. Tal Programa atingiu, em novembro de 2007, a marca histórica de 100 mil investidores cadastrados, superando a cifra de R\$ 1,5 bilhão em estoque de títulos públicos. A ampliação do programa, por sua vez, fortalece a cultura financeira do cidadão, ao permitir a cada brasileiro financiar diretamente as ações do Governo Federal.

Gestão de Haveres da União

No orçamento de 2007, a meta física prevista para execução desta ação era de arrecadar cerca de R\$ 39,126 bilhões. Entretanto, foram efetivamente arrecadados cerca de R\$ 44,102 bilhões. A arrecadação desta ação é de responsabilidade de três Coordenações-Gerais da STN: Cofis, Coafi e Coref.

A receita dos haveres financeiros, sob responsabilidade da COFIS, foi projetada para o exercício de 2007 no valor de R\$ 6.951.849.389,49. Entretanto, a arrecadação efetiva superou em 6,31% a prevista, atingindo o montante de R\$ 7.390.992.822,29, apesar de os recebimentos realizados referentes às operações de Securitização – Lei nº 9.138/95 (fontes conta própria e O2C) terem sido significativamente inferiores aos valores projetados. Tal incremento teve origem, principalmente, no aumento da arrecadação relativa aos créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, à Itaipu Binacional e às outras fontes de Securitização sob a administração do Banco do Brasil.

As receitas sob a responsabilidade da Coafi atingiram o montante de R\$ 29.457 milhões contra a previsão de R\$ 27.271 milhões. A arrecadação a maior, no montante de R\$ 2.186 milhões, equivalente a 8,02% do valor orçado, e se deu basicamente em função do ingresso de recursos provenientes do crescimento da Receita Líquida Real – RLR, base para cálculo dos valores a serem pagos pelos Estados e Municípios à União, acima dos valores projetados, e da variação entre as taxas de juros e de câmbio projetadas e efetivas.

O valor de dividendos recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional, pelo critério de caixa, em 2007, atingiu o montante de R\$ 6,7 bilhões, inferior à expectativa da STN encaminhada à Secretaria de Orçamento e Finanças, da ordem de R\$11 bilhões. Esta diferença entre a previsão orçamentária e a execução efetiva justifica-se por uma redução do pagamento de dividendos por parte do BNDES, em função principalmente da necessidade de compatibilizar o percentual de distribuição pretendido à disponibilidade de caixa daquele Banco para 2007, influenciado pelo significativo crescimento da demanda por desembolsos de recursos para financiamentos de investimentos. Além dos dividendos, foi arrecadado pela COREF o montante de R\$ 7.726 mil com pagamento de debêntures e R\$ 295.077 mil com a adesão à OPA da CTEEP.

E dando continuidade às ações de melhoria dos padrões de governança corporativa das empresas estatais federais, foi criada a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, por meio do Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007. Constituída pelos senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão tem atribuições de aprovar diretrizes e estratégias relacionadas à participação acionária da União nessas empresas.

Como unidade executiva de apoio técnico e administrativo à Comissão foi criado Grupo Executivo – GECGPARG que buscou desenvolver trabalhos no sentido de melhorar a eficiência na gestão das estatais.

No decorrer deste exercício, foram instituídas diversas comissões temáticas com a finalidade de dar suporte à formulação de propostas de diretrizes globais e estratégias para submeter à apreciação da CGPAR, dentre elas a que está cuidando de práticas de transparência e divulgação de informações e a comissão voltada à elaboração do estatuto jurídico das empresas estatais, de modo a dar conformidade aos ditames contidos no § 1º do art. 173 da CF.

Gestão da Dívida Pública

No exercício de 2007 foram geridos 75 contratos de forma concomitante. Esses decorrem de atividades relacionadas à administração da Dívida Pública Federal, incluindo a contratação de agentes fiscais e de pagamento, no Brasil e no exterior, empresas de *rating*, escritório de advocacia no exterior, centrais de custódia, agências de informações, registro em bolsas de valores e órgãos de controle de valores mobiliários, dentre outros. O orçamento aprovado para 2007 foi de R\$ 8.089.753, e o valor autorizado até dezembro de 2007 foi de R\$ 4.168.075. Como se trata de despesas correntes, o mérito não está em se executar o orçamento integralmente, mas sim em assegurar que todos os compromissos assumidos no contexto da gestão da dívida pública federal sejam cumpridos, buscando o menor custo possível. Devido ao trabalho eficiente executado no período, a estratégia do Plano Anual de Financiamento – PAF foi integralmente cumprida. Cabe destacar que a meta física dessa ação é constante, logo ela é não cumulativa.

DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

A Susep, autarquia especial vinculada ao Ministério da Fazenda, atua na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e, mais recentemente, resseguros, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral. A autarquia integra o Sistema Nacional de Seguros Privados – SNSP, em conjunto com o Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, o IRB – Brasil Resseguros S.A., as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização, as entidades de previdência complementar aberta e os corretores habilitados a atuar nestes segmentos.

Fiscalização dos Mercados de Seguros e Previdência Complementar Aberta

Os mercados supervisionados pela Susep captaram, em 2007, aproximadamente R\$ 74,2 bilhões (incremento de 15,18% em relação ao ano de 2006), com reservas técnicas estimadas em R\$ 153,9 bilhões (crescimento de 21% em relação ao total atingido em 2006). Assim, em relação à emissão de prêmios de seguro, contribuições previdenciárias e receitas de capitalização, os recursos movimentados superaram 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional estimado para 2007, constituindo-se no maior mercado de seguros da América Latina. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio do mercado tem sido de cerca de 16% a.a, conforme mostram os dados relacionados a seguir. Os índices de participação no PIB de exercícios anteriores diferem do informado pela Susep no BGU 2006, pois foram recalculados em face da nova sistemática de apuração recentemente adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

RECEITA TOTAL DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS

ANO	RECEITA TOTAL (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	44.521.626	22,73%	2,62%
2004	52.308.027	17,49%	2,69%
2005	56.926.532	8,83%	2,65%
2006	64.450.847	13,22%	2,77%
2007 (*)	74.236.000	15,18%	2,90%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) O valor de receita utilizado para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

MERCADO BRASILEIRO DE SEGUROS - TOTAL DE PRÊMIOS DIRETOS (*)

ANO	PRÊMIOS DIRETOS (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	30.717.421	28,47%	1,81%
2004	37.546.345	22,23%	1,93%
2005	42.561.778	13,36%	1,98%
2006	50.173.729	17,88%	2,16%
2007 (**)	58.562.000	16,71%	2,29%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) Incluídos os valores do Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL.

(**) O valor de prêmio direto utilizado para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

Conforme verificado no quadro acima, o mercado de seguros se aproxima, ao final de 2007, de R\$ 58,6 bilhões em prêmios diretos, acumulando crescimento de mais de 90% nos últimos quatro anos. Cabe registrar, contudo, que R\$ 19,7 bilhões referem-se ao seguro Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, produto que acumulou incremento de 179% entre os exercícios de 2003 e 2007.

CONTRIBUIÇÕES DE VGBL (*)

ANO	CONTRIBUIÇÕES (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	7.042.620	176,43%	0,41%
2004	10.560.415	49,95%	0,54%
2005	11.701.944	10,81%	0,54%
2006	15.333.905	31,04%	0,66%
2007 (**)	19.704.000	28,50%	0,77%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) Os valores referentes ao VGBL encontram-se contabilizados juntamente com as operações de seguros, enquanto que o Plano Gerador de Benefícios Livres – PGBL é incluído nas contribuições de previdência privada aberta.

(**) O valor utilizado para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

MERCADO BRASILEIRO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES (*)

ANO	CONTRIBUIÇÕES (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	7.784.518	8,92%	0,46%
2004	8.128.739	4,42%	0,42%
2005	7.483.137	-7,94%	0,35%
2006	7.165.684	-4,24%	0,31%
2007 (**)	7.938.000	10,78%	0,31%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) Incluídos os valores do Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL.

(**) O valor das contribuições para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

CONTRIBUIÇÕES DE PGBL/VGBL

ANO	CONTRIBUIÇÕES (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	11.281.363	104,69%	0,66%
2004	15.011.012	33,06%	0,77%
2005	16.178.919	7,78%	0,75%
2006	19.474.000	20,37%	0,84%
2007(*)	24.049.000	23,49%	0,94%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) Os valores referentes ao mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) são estimados.

MERCADO BRASILEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – TOTAL DE RECEITAS

ANO	RECEITAS DE TÍTULOS (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO	PARTICIPAÇÃO NO PIB
2003	6.019.687	15,38%	0,35%
2004	6.632.942	10,19%	0,34%
2005	6.881.617	3,75%	0,32%
2006	7.111.434	3,34%	0,31%
2007 (*)	7.736.000	8,78%	0,30%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) O valor das receitas para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

RESERVAS TÉCNICAS DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS

ANO	TOTAL DE RESERVAS (R\$ MIL)	EVOLUÇÃO
2003	64.923.879	36,97%
2004	85.269.945	31,34%
2005	105.642.650	23,89%
2006	127.530.000	22,42%
2007 (*)	153.949.640	20,72%

Fonte: Departamento de Controle Econômico da SUSEP.

(*) O valor das reservas para o mês de dezembro/2007 (ainda não apurado) é estimado.

Regulamentação dos Mercados de Seguros e Previdência Complementar Aberta

Nos últimos anos, a Susep vem promovendo mudanças importantes em sua atuação regulatória, buscando alinhamento com as melhores práticas internacionais de supervisão e fiscalização do mercado segurador, com vistas a promover transparência e criar mecanismos para melhoria da governança corporativa das entidades do setor. Dentre estas mudanças, destacam-se a implementação de uma supervisão baseada em risco e a introdução de novas regras de solvência para o mercado, temas que detalharemos a seguir.

O modelo de supervisão baseado em risco e controles internos foi adotado com o advento da Circular Susep nº 249, de 20 de fevereiro de 2004. A metodologia vem se mostrando eficaz, permitindo que as empresas identifiquem seus riscos e pontos críticos de controle. Dessa forma, o próprio mercado busca soluções de melhoria em seus processos e controles internos para mitigar os riscos mapeados. No novo modelo de supervisão, a Susep deixou de atuar apenas no apontamento de descumprimento de regras e aplicação de penalidades, passando também a buscar compromisso das empresas no sentido de correção dos problemas e deficiências identificadas. Trata-se, portanto, de uma promoção da governança corporativa do mercado segurador brasileiro.

Em paralelo à supervisão baseada em riscos, destacam-se as novas regras de solvência, a vigorar a partir de 2008, pelas quais a exigência de capital deverá retratar os riscos assumidos pelas empresas. O novo modelo proposto pela Susep foi colocado em vigor pelas Resoluções CNSP nºs 155 a 158/2006 e segue os padrões que estão sendo implementados na Europa, ou seja, prevê uma regulação amparada em princípios de gerenciamento de risco. O projeto relativo ao capital baseado nos riscos de subscrição foi orientado pelo arcabouço proposto pela *International Actuaries Association – IAA* para as bases quantitativas de capital das seguradoras. Trata-se de uma modelagem com princípios que incentivam o comportamento correto dos mercados, ao invés de uma abordagem apenas focada no cumprimento de regras e aplicação de medidas repressivas (penalidades). Na sequência, um breve resumo dos normativos que delineiam o modelo:

- A Resolução CNSP nº 158/2006 apresenta um modelo *benchmark* para capital baseado nos riscos de subscrição que, além de estimular o desenvolvimento dos modelos internos, possui mecanismo que prevê tanto a atualização das tabelas quanto a revisão dos parâmetros;

- As Resoluções CNSP nºs 156/2006 e 157/2006 dispõem sobre regras preventivas de solvência retratadas no Plano Corretivo e de Recuperação de Solvência, respectivamente, que as sociedades seguradoras deverão apresentar quando o seu Patrimônio Líquido Ajustado for inferior em até 50 (cinquenta) por cento do maior valor entre o Capital Mínimo Requerido e a Margem de Solvência. Tais planos sujeitar-se-ão à manifestação da

Diretoria Colegiada da Susep que poderá aprová-los ou rejeitá-los parcialmente ou integralmente, sendo que nas duas últimas hipóteses, cumulativamente com a de não cumprimento dos planos, será decretado o regime de direção fiscal na sociedade; e

– Por fim, a Resolução CNSP nº 178/2007, que revogou recentemente a Resolução CNSP nº 155/2007, traça as linhas gerais de ação da Susep para o caso das empresas que apresentam problemas econômico-financeiros, bem como cria o arcabouço para as regulações que tratam do Plano Corretivo, Plano de Recuperação e regras sobre o capital adicional baseado nos riscos de subscrição das sociedades seguradoras.

No que se refere à abertura do mercado de resseguros, a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, estabeleceu como política geral a construção de um mercado competitivo de seguros no país. A referida Lei Complementar introduz um novo marco regulatório para o setor, baseado na existência de resseguradores locais, admitidos e eventuais. A Lei prevê, ainda, fomento ao mercado nacional, com oferta preferencial de 60% das cessões de resseguro para os resseguradores locais nos três primeiros anos e de 40% nos anos subsequentes. Os principais benefícios esperados do processo de abertura do mercado ressegurador são a redução de custo para o consumidor final, maior capacidade de subscrição, disponibilidade de produtos mais abrangentes e incremento da competição entre as seguradoras.

A Lei Complementar nº 126/2007 produziu vários efeitos nos mercados brasileiro e internacional, dentre estes a necessidade de criação, em curto espaço de tempo, de todo um arcabouço normativo infra-legal. Com esse objetivo, a Susep criou, no primeiro semestre de 2007, 14 grupos de trabalhos constituídos por especialistas, focados nos diversos aspectos da atividade resseguradora. Apresentamos, a seguir, breve ementa dos trabalhos de normatização:

– Em julho de 2007, entrou em vigor a Resolução CNSP Nº 164/2007, estabelecendo regras transitórias para as atividades relacionadas com resseguro. A edição deste normativo visou preservar e garantir a continuidade e estabilidade das operações de resseguro no País. Também em consequência da Lei Complementar nº 126, foi publicada a Resolução CNSP nº 165/2007, de 20 de julho de 2007, com disposições para a contratação de seguro e moeda estrangeira e de seguro no exterior;

– No segundo semestre de 2007, a Susep, visando garantir a transparência do processo de regulamentação, colocou em audiência pública seis minutas de normas definindo conceitos básicos, tendo como resultado a conclusão de uma primeira fase dos trabalhos com a publicação, em 19 de dezembro de 2007, das seguintes Resoluções do CNSP: Resolução CNSP nº 168/2007 (atividades de resseguro, retrocessão e intermediação); Resolução CNSP nº 169/2007 (capital mínimo dos resseguradores locais); Resolução CNSP nº 170/2007 (capital adicional baseado nos riscos de subscrição dos resseguradores locais); Resolução CNSP nº 171/2007 (constituição das provisões técnicas das sociedades resseguradoras), Resolução CNSP nº 172/2007 (limites de retenção das resseguradoras locais); e Resolução CNSP nº 180/2007 (corretagem de resseguros). Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CNSP nº 180/2007 (revoga Resolução CNSP nº 03/1971) e a Circular Susep nº 350/2007 (especifica procedimentos da Resolução CNSP nº 164/2007). Destacamos também a participação da Susep na elaboração da Resolução CMN nº 3.525, de 20 de dezembro de 2007, que estabelece procedimentos para abertura e movimentação de contas em moeda estrangeira tituladas por sociedade seguradora, ressegurador local, ressegurador admitido ou corretora de resseguro; e

– Em uma segunda fase de regulação, a Susep, ao longo do exercício de 2008, realizará novas audiências públicas e proporá novos normativos para os demais temas relacionados com a operação de resseguros no País (planos de contas e procedimentos contábeis, taxa de fiscalização, formulário de informações periódicas, controles internos e lavagem de dinheiro, regimes especiais, avaliação e auditoria atuarial e outros).

No contexto internacional, a Susep participa de diversos organismos, tais como a *International Association of Insurance Supervisors – IAIS*, *Asociación de Supervisores de América Latina – ASSAL*, Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos – Assel, além de conduzir uma cooperação técnica com a *National Association of Insurance Commissioners – NAIC*, que congrega os órgãos estaduais de supervisores de seguros dos Estados Unidos da América – EUA. No âmbito da IAIS, o Brasil integra o Sub-Comitê de Solvência e Atuária, o Grupo de Trabalho conjunto IAIS /CGAP *Consultative Group to Assist the Poor* sobre Microseguros e, a partir de 2007, o Sub-Comitê de Resseguros. Além da atuação nos sub-comitês e grupos de trabalho, deve-se registrar que a Susep organizou cinco conferências internacionais no exercício de 2007.

Em outubro de 2007, o Superintendente da Susep foi eleito presidente do referido Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microseguros e do Subgrupo de Trabalho sobre Microseguros da IAIS, fato

inédito para a representação brasileira. Os Microseguros são voltados para o segmento da população de baixa renda e o incentivo ao seu desenvolvimento é uma política do governo brasileiro desde 2003. Nesse sentido, a Susep tem implementado ações, tais como:

- Edição da Circular Susep nº 267/2004, estabelecendo diretrizes e condições do seguro de vida coletivo popular;
- Edição da Circular Susep nº 306/2006, estabelecendo as condições gerais do seguro popular de automóveis (com foco em responsabilidade civil);
- Estimulo a criação de ouvidorias (ferramenta de proteção ao segurado de baixa renda);
- Desenvolvimento de produtos voltados para educação financeira (edição da cartilha Susep - Funenseg);
- Redução gradativa do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para o Ramo Vida;
- Participação da Susep na redação do documento *Issues in Regulation and Supervision of Microinsurance*, elaborado pelo Grupo de Trabalho Conjunto IAIS-CGAP sobre Microseguros em reunião organizada em 2007 pela autarquia na cidade do Rio de Janeiro;
- Participação, em 2007, na organização do *Workshop* Internacional sobre Microseguros do Banco Mundial, ocasião na qual foi proferida palestra pelo representante da Susep; e
- Participação, também em 2007, na Conferência Anual da ASEL, com realização de palestra sobre Microseguros pelo representante da Susep.
- Ao longo do exercício de 2007, a Susep deu prosseguimento às suas iniciativas de proteção ao consumidor dos mercados supervisionados, destacando-se as seguintes ações:
- Intensificação da atuação junto ao Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, participando do subgrupo que irá desenvolver uma “Estratégia Brasileira de Educação Financeira” ; e
- Ainda no campo da educação financeira, a Susep lançou, em 2007, a segunda edição da cartilha “Guia de Orientação e Defesa do Segurado”, com o objetivo de divulgar informações sobre as empresas dos mercados supervisionados e respectivos produtos.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS – PNAFM

Assistência Técnica para a Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios

A busca pela eficiência na aplicação dos recursos públicos tem pautado a gestão de projetos de fortalecimento e modernização dos estados e municípios. Atuando em conjunto com a Caixa Econômica Federal (Caixa), a Unidade de Coordenação de Programas do Ministério da Fazenda (UCP/MF) disponibilizou, de 2003 a dezembro de 2007, mais de R\$ 450 milhões com os recursos do PNAFM, dos quais foram aplicados cerca de R\$ 127 milhões pelos municípios já participantes do Programa.

As ações desenvolvidas no ano de 2007 visaram precipuamente a revisão das bases estruturais e normativas do PNAFM. Merecem destaque entre as realizações de 2007:

- Revisão Estratégica do Regulamento Operativo do PNAFM, no qual o primeiro conjunto de alterações definidas em conjunto pela UCP/CAIXA/Municípios foi implementado em Junho de 2007, e que vem imprimindo mais agilidade na elaboração e execução dos Projetos;
- Realização do 7º Encontro de Coordenação do Programa;
- Reestruturação da UCP, com a adoção de novo modelo de gestão, calcado em nova estrutura e com a adoção de regimento interno disciplinando a execução das atividades;

- Retomada das Missões de Acompanhamento e Avaliação, com a realização de cinquenta e quatro Missões em todos os municípios com contratos celebrados, onde além dos procedimentos regulares de acompanhamento e controle foi adotada a postura orientativa quanto às diversas nuances que revestem a execução dos projetos, principalmente no que tange aos procedimentos necessários às aquisições; e
- Renovação do corpo técnico da UCP, com uma qualificação crescente nos procedimentos licitatórios, segregados com a implantação do Regimento e traduzidos aos municípios em instruções complementares que facilitam o entendimento e padronizam as rotinas executadas.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PNAFM

DESCRIÇÃO	REALIZADO ATÉ 2006	REALIZADO EM 2007	ACUMULADO ATÉ 31.12.2007
Adesão ao Programa	54	17	71
Contratos firmados	14	04	18
Projetos Simplificados	40	13	53
Projetos Ampliados			
Desembolsos Realizados (R\$ mil)	84.180	43.020	127.200
Execução dos Projetos Municipais			

Vale registrar, ainda, o trabalho que está sendo conduzido pela Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Comitê de Assuntos Federativos, com vistas a melhorar a eficiência dos programas federais de apoio aos governos subnacionais.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União

No que toca à Dívida Ativa da União – DAU administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a arrecadação em 2007 alcançou patamar de R\$ 3.685.966.470,03, resultando em crescimento de 22,73%. Em conversões de depósitos judiciais em renda da União (Defesa Judicial da Fazenda Nacional), alcançou-se, em 2007, a arrecadação de R\$ 9.206.834.461,87, resultando crescimento de 39,20 % (trinta e nove por cento).

O estoque da dívida ativa da União em 2007 alcançou R\$ 483.898.124.630,45, diluídos em 7.565.577 inscrições na Dívida Ativa da União, sendo que, do valor inscrito, cerca de 40,69% (trinta e sete por cento) refere-se a débitos inscritos há mais de 5 anos.

Os parcelamentos ordinários concedidos em 2007 alcançaram o montante de 123.356, que expressa monetariamente o valor de R\$ 1.732.127.953,57. Houve queda nas concessões de parcelamento em relação ao exercício anterior ocasionada pela migração de contribuintes para programas de parcelamentos especiais (mormente o parcelamento para ingresso no Simples Nacional).

Um fator que influenciou, positivamente, o aumento da arrecadação da PGFN, foi o Projeto *Grandes Devedores*. Dos resultados alcançados, aproximadamente 48% (quarenta e oito por cento) foi oriundo de depósitos judiciais e pagamentos realizados por grandes devedores da Fazenda Nacional.

A arrecadação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no ano de 2007, fez um total de R\$ 12.892.755.464,84, apresentando um crescimento de 34,05% (trinta e quatro por cento). O crescimento da arrecadação para o ano de 2007 é recorde quando comparado aos 3 (três) anos anteriores.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DA PGFN (EM R\$)

ARRECADAÇÃO	2005	2006	2007
DÍVIDA	2.622.420.315,90	3.003.391.794,96	3.685.966.470,03
DEFESA	6.188.025.163,54	6.614.283.758,63	9.206.834.461,87
TOTAL	8.810.445.479,44	9.617.675.553,59	12.892.755.464,84

Fonte: Intranet - Mapas Gerenciais; Secretaria da Receita Federal; SIAFI

Nota (1): está inclusa a Arrecadação REFIS e PAES.

Representação judicial e extrajudicial da Fazenda Nacional

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, merecem destaque os seguintes julgamentos ocorridos no ano de 2007:

Embargo em Recurso Especial - ERESP 636.248/RS – entendeu a 1ª Seção pela não incidência da taxa Selic na devolução do Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica (Eletrobrás), em razão da existência de lei específica regulamentando a matéria (Lei nº 5.073 de 1966);

ERESP 695.499/RJ – determinou-se a incidência de Imposto de Renda sobre valores, recebidos pelos advogados da Caixa Econômica Federal, em virtude de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho; por ocasião deste julgamento, a 1ª Seção reiterou o entendimento no sentido da necessidade de se observar se a verba recebida pela pessoa física, ainda que denominada de indenizatória, gerou acréscimo patrimonial, com a conseqüente imputação do fato à hipótese de incidência do tributo. Como exemplo desta nova abordagem jurisprudencial, a 1ª Turma, no Recurso Especial - RESP 748.868/RS, entendeu pela incidência do imposto de renda sobre verba indenizatória recebida a título de dano moral, e a 2ª Turma, nos RESP's 938.447/RN e 939.974/RN, passou a entender pela incidência do imposto sobre a Indenização por Horas Trabalhadas (IHT), recebida pelos empregados da Petrobras, em decorrência de Convenção Coletiva de Trabalho;

RESP 751.368/SC (1ª Turma) e RESP 953.011/PR (2ª Turma) - discutia-se nos autos acerca da possibilidade de se excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor relativo às vendas a prazo que foram inadimplidas pelos clientes da empresa contribuinte, tendo as Turmas que integram a 1ª Seção ressaltado que o art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.718/98 não incluiu entre as deduções autorizadas da base de cálculo das referidas contribuições as vendas inadimplidas, que, portanto, não podem ser equiparadas por analogia às vendas canceladas sob pena de afronta ao art. 111 do CTN;

Embargo em Recurso Especial - ERESP 738.689/PR; ERESP 771.184/PR; ERESP 767.527/PR; ERESP 765.134/SC – a 1ª Seção, por cinco votos a quatro, definiu que o benefício fiscal do crédito-prêmio do IPI restou extinto em 05.10.1990, em face do disposto no art. 41, § 1º, do ADCT, sem a possibilidade de modulação temporal de efeitos da decisão;

ERESP 644.735/PE - a Corte Especial, em julgamento de arguição de inconstitucionalidade, instaurado no bojo dos embargos de divergência em epígrafe, declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade do art. 4º, segunda parte, da Lei Complementar nº 118, de 2005, que disciplina a aplicação imediata e retroativa do art. 3º, do mesmo diploma legal, com fundamento no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional;

Recurso Especial - RESP 616.348/MG - a Corte Especial, em julgamento de incidente de inconstitucionalidade, instaurado no bojo do referido recurso especial, declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/91, o qual estabelece que o direito da Seguridade Social de apurar e lançar seus créditos extingue-se após dez anos. Em suma, reconheceu-se a impossibilidade de Lei Ordinária tratar de decadência, vez que o art. 146, III, b da Constituição Federal de 1988 exige a edição de Lei Complementar;

ERESP 716.412/PR – firmou a 1ª Seção o entendimento no sentido de ser possível o redirecionamento da execução fiscal na hipótese de dissolução irregular, comprovada pela existência de certidão de oficial de justiça atestando que a empresa não se localiza no endereço indicado, assim como a inexistência de bens suficientes para garantir a execução. Considerou-se que a existência de certidão do oficial de justiça atestando tal fato serve como prova suficiente da dissolução irregular da empresa;

ERESP 767.328/RS – pacificou a 1ª Seção o entendimento de que o depósito judicial, no caso do tributo sujeito a lançamento por homologação, equivale a constituição do crédito tributário. Sendo assim, não haveria que se falar em decadência ao final do julgamento da demanda;

ERESP 215.589/RJ - restou pacificada a questão da impossibilidade de levantamento pelo contribuinte do depósito judicial, referente a crédito tributário, quando o processo é extinto sem julgamento de mérito. No caso, ressaltou-se que o depósito judicial, efetuado para suspender a exigibilidade do crédito tributário, é feito também em garantia da Fazenda Pública e só pode ser levantado pelo depositante após sentença final transitada em julgado em seu favor, nos termos do art. 32 da Lei 6.830/80;

Reclamação - RCL 2207/SP – a 1ª Seção declarou que não é possível Reclamação em face de ato administrativo sob o argumento de que essa ação equivaleria à execução do julgado, que deve ser promovida perante a primeira instância, em ação própria;

No tocante aos processos relevantes julgados pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2007 destaca-se:

Declaração de inconstitucionalidade da exigência de depósito prévio Plural de Recurso Extraordinário - RREE e arrolamento Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI no Processo Administrativo Fiscal, sendo que com vista à diminuição da litigiosidade e racionalização do trabalho tal questão deverá ser objeto de Ato de dispensa de contestar e recorrer, consoante Parecer elaborado pela Coordenação-Geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional;

Declaração de constitucionalidade da revogação, por lei ordinária, da isenção de Cofins concedida por lei complementar às sociedades civis prestadoras de serviços, cujo julgamento parcial (8x1) já definiu a questão, uma vez que o tema recebe decisões monocráticas favoráveis à União. Espera-se o encerramento do julgamento em 2008;

Encontra-se em andamento discussão acerca da Lei nº 9.718/98, já pacificada no Tribunal e em vias de Edição das Súmulas Vinculantes. Há parecer da Febraban buscando eximir as Instituições Financeiras do pagamento da Cofins e do PIS, sob a alegação de que não incidem sobre as receitas financeiras. Nesta matéria há também por parte dos contribuintes tentativa de rediscutir a majoração da alíquota levada a efeito pela mesma lei, questão que já era dada como sepultada pela maioria da Corte;

Encerrou-se a discussão sobre o IPI – creditamento – alíquota zero e não tributados com o indeferimento pelo STF do pedido de efeitos prospectivos à decisão que dera ganho de causa na questão de fundo à União. Chegou-se ao entendimento de não cabimento em controle difuso e no caso em que houve uma declaração de constitucionalidade. Registre-se a existência de apenas um precedente não uma jurisprudência do STF;

No julgamento da Ação Cautelar - AC 1.657/RJ entendo o STF que a inadimplência contumaz permite o fechamento de fábrica de cigarros em face do caráter extra-fiscal do tributo e do interesse social envolvido (saúde e propriedade). Aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário - RE, bem como da ADI ajuizada sobre o tema;

Iniciou-se na Corte Suprema a discussão a cerca da Constitucionalidade da EC/33 – Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL – EXPORTAÇÕES com concessão de efeitos suspensivos ao recurso extraordinário da Embraer na AC 1.738/SP; e

Por fim, destaque-se que por provocação da PGFN o Presidente da República, via AGU, ajuizou a ADC 18 – na qual se discute a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da Cofins – esperava-se decisão sobre a concessão de liminar para este ano, contudo, há previsão de se pautar para o início de 2009.

ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL QUANTO AOS LIMITES DE EMPENHO ESTIPULADOS NO § 3º DO ART. 2º DA LEI 11.439, DE 29/12/2006 (DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO)

Considerando as determinações exaradas por meio do Decreto nº 6.124, de 13/06/2007, e conforme Portaria MP nº 423, de 03/12/2007, nos quais são definidos os limites de empenho para as despesas com diárias, passagens e locomoção no âmbito do Ministério da Fazenda, excluídos dos referidos limites as despesas com pessoal de fiscalização, aquelas relacionadas ao exercício das funções do Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda, além de outras exclusões, de acordo com o supracitado Decreto e Portaria.

Por fim, apresentamos os quantitativos de realização da despesa do Ministério da Fazenda, conforme quadro a seguir, por meio do qual verifica-se o adequado enquadramento desta Pasta aos limites de empenho consignados no Decreto nº 6.124 e Portaria MP nº 423.

Em R\$

UO	DESPESAS 2006	LIMITE DEC. 6.124	DESPESAS EMPENHADAS 2007	DESPESAS 2007	COMPARATIVO 2006/2007
Total 25000-MF	38.481.868	29.295.000	28.723.564	28.339.637	74%
73101 TRANSF. MF	1.217.268	1.178.000	1.177.320	1.177.320	97%
73901 FCDF	2.193.922	2.144.000	2.076.052	2.075.036	95%
Total Geral	41.893.058	32.617.000	31.976.935	31.591.992	75%

Fonte: Siafi Gerencial.

6.9. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Decreto nº 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, reafirmou o compromisso do Governo com a redução das desigualdades regionais do País e vem contribuindo para a convergência da ação pública em benefício de regiões menos favorecidas, detentoras de potencial para a geração de ganhos de produtividade e de competitividade e para a atração de investimentos geradores de emprego e renda.

Nesse contexto, mediante a articulação das ações nas três esferas governamentais com os segmentos pertinentes da sociedade civil, foram implementados, no decorrer do período, vários programas, em escala sub-regional, com o objetivo de dinamizar as localidades identificadas como regiões deprimidas economicamente.

DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO – CONVIVER

O Programa é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cujo objetivo é aumentar a autonomia e a sustentabilidade das atividades econômicas da Região Semi-árida. Dessa forma, promove a inserção produtiva de sua população, por meio da organização social e a partir de ações estruturadoras de desenvolvimento regional, nas vertentes da dinamização econômica de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais e da convivência com a realidade do Semi-árido. As ações do Programa são articuladas com a implantação de infra-estrutura hídrica e os seus beneficiários potenciais são cerca de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.133 Municípios do Semi-Árido nordestino.

O Conviver foi delineado como um Programa Multissetorial, sob a lógica de que a intervenção mais efetiva do Governo Federal depende de uma articulação horizontal capaz de convergir para aquele espaço todas as ações setoriais que possam dar conta dos inúmeros e recorrentes desafios ali encontrados. Sob tal lógica, foi incorporado todas as ações do Pró-água Semi-árido e as ações de desenvolvimento regional, exercitando a convergência e a integração do acesso à água, da promoção do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda no Semi-árido.

Nesse sentido, uma série de atividades produtivas nas áreas de ovino-caprinocultura, apicultura, piscicultura, bovinocultura, avicultura, sistemas simplificados de irrigação, produção mineral, inclusive cerâmica, artesanato, turismo, fruticultura, entre outras, para as quais o Semi-árido é altamente vocacionado, vêm sendo apoiadas no âmbito do Conviver nos últimos quatro anos. Além delas, estão sendo estimuladas ou implementadas ações de organização social, organização do poder público municipal em Consórcios Públicos, capacitações para o desenvolvimento e para a convivência com a seca, por meio de tecnologias alternativas, como as Unidades Familiares de Produção Agrícola Sustentável, promovidas em parceria com a Fundação Banco do Brasil – FBB e Sebrae.

No exercício de 2007, para a consecução de seus projetos, foram previstos no Orçamento Geral da União R\$5.754.516,00, dos quais empenhou-se R\$ 2.062.354,67. Com esses recursos, deu-se andamento a importantes empreendimentos, que propiciarão benefícios a centenas de habitantes do Semi-árido.

Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais

Tem como finalidade incrementar a competitividade de empresas, pequenos e médios empreendimentos, associações produtivas e outras instituições correlatas, por meio da criação de novas oportunidades de mercado e de sistemas de comercialização para produtos e serviços, tendo por objetivo promover o desenvolvimento local e regional no Semi-árido.

Desse modo, busca-se a identificação e a implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de empreendimentos; a difusão de informações e tecnologias; o fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); a mobilização e a capacitação de recursos humanos e institucionais; a criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e a melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

Os recursos do OGU 2007 foram empenhados para compor a equação financeira de dois projetos de apoio a arranjos produtivos locais: Fase II do Projeto de apoio à Ovinocultura, no Norte de Minas Gerais; o Projeto de implantação de uma unidade de beneficiamento de peixe no Município de Jurema/PI; e o Projeto do Umbu, em Brumado/BA.

O Projeto de apoio à produção de Umbu, cujo convênio foi celebrado em 2007, envolve recursos da ordem de R\$ 883.187,45 e se propõe a desenvolver ações visando o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local da Fruticultura, particularmente o beneficiamento de frutas nativas e cultivadas por meio da implementação de uma agroindústria. Dessa forma, garantirá aos beneficiados uma opção de ocupação e renda baseada no potencial endógeno do território e oferecerá aos moradores dos Municípios da região a possibilidade de, a médio prazo, contarem com opções de inserção nas atividades subjacentes do arranjo produtivo. O Projeto pretende beneficiar, no Município de Brumado/BA, 420 famílias diretamente, das quais serão selecionadas 91 pessoas para operarem as unidades produtivas da agroindústria, que serão remuneradas com os resultados oriundos da produção.

O Projeto de apoio ao APL da piscicultura em Jurema/PI tem por objetivo potencializar as aptidões de produtores familiares da região do semi-árido piauiense. Entre as metas propostas pelo projeto, podemos destacar: a) beneficiar vinte famílias de agricultores familiares; b) produzir 1,2 tonelada de pescado por mês, ou seja, 14,4 toneladas por ano; c) beneficiar a comunidade de agricultores familiares com 2ha (espelho d'água) de viveiros para piscicultura; d) construir uma unidade de apoio à produção do pescado aos agricultores familiares, ou seja, depósito para ração e equipamentos; e) desenvolver (um curso para prestar treinamento em piscicultura, gestão sobre o uso dos recursos bem como em associativismo e/ou cooperativismo de acordo com a necessidade da comunidade; e f) elaborar um manual simplificado de gestão sustentável em piscicultura, condizente com o grau de desenvolvimento dos beneficiários. Desse modo, o Projeto garantirá também a diversificação da base protéica na região que, em grande parte, apóia-se na caprinocultura.

Já o Projeto de apoio à ovinocultura no Norte de Minas Gerais envolve R\$ 668.808,01 para implantação de duas Unidades Produtivas de Ovinocultura para famílias de pequenos produtores rurais nos Municípios de Jaíba e Brasília de Minas. O Projeto revitalizará também sete unidades implantadas anteriormente que não obtiveram os resultados almejados pelas demais e ampliará a capacidade produtiva das outras sete unidades já implantadas. A iniciativa oferecerá ainda a capacitação sobre Ovinocultura, incluindo gestão em comercialização, melhoramento genético, abate e visceração, para 30 produtores e dois técnicos multiplicadores.

Foram previstos no orçamento R\$3.518.612, dos quais foram empenhados R\$1.702.652,58, além da liberação de R\$1.603.922,00 de Restos a Pagar 2005 e 2006. Foram desenvolvidos três novos projetos nos APLs de ovinocaprinocultura, fruticultura e piscicultura.

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

O Promeso busca a redução das desigualdades sociais e regionais, a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas. Tem como objetivos: a) induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões; b) promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada; e c) buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos e cooperação entre instituições públicas e privadas.

O Promeso atua na escala sub-regional mediante o apoio a 13 Mesorregiões Diferenciadas - espaços sub-regionais definidos como prioritários para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. O Programa desenvolve ações de organização social e gestão participativa, fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, capacitação para o desenvolvimento integrado e sustentável, apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local e de estruturação e organização de arranjos produtivos locais. Por meio dessas ações busca-se aumentar a autonomia e a sustentabilidade dos espaços sub-regionais, organizar a sociedade, desenvolver seu potencial endógeno e fortalecer sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.

Os projetos de desenvolvimento regional são viabilizados, por intermédio da transferência de recursos para entidades públicas e privadas, para articular parcerias com organizações que auxiliem na execução das ações e na promoção do desenvolvimento das regiões economicamente deprimidas, o que é uma das importantes atividades realizadas no âmbito do Promeso.

A ação Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais destaca-se como a de maior vulto e visa incrementar a competitividade de empresas, associações produtivas e outras instituições correlatas, por meio da identificação e da implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos; difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação de recursos humanos e institucionais; criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

Estruturação e organização de arranjos produtivos locais

No exercício de 2007, o MI apoiou a implementação de 27 arranjos produtivos locais – APLs, por meio de 31 diferentes projetos - nas seguintes mesorregiões diferenciadas: Alto Solimões (um projeto – APL de Artesanato Indígena), Vale do Rio Acre (um projeto – Arranjos Produtivos Florestais não Madeireiros), Bico do Papagaio (um projeto – APL de Fruticultura), Chapada das Mangabeiras (um projeto – APL de Cajucultura), Xingó (três projetos –APLs de Apicultura, Ovinocaprinocultura e Bovinocultura), Águas Emendadas (dois projetos –APLs de Confecções e Fruticultura), Chapada do Araripe (cinco projetos – APLs de Apicultura, Mandiocultura, Fruticultura e Ovinocaprinocultura), Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (três projetos – APL de Piscicultura), Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (quatro projetos –APLs de Agricultura Familiar, Agroindústria e Apicultura), Grande Fronteira do Mercosul (um projeto – APL de Agroindústria Familiar), Metade Sul do Rio Grande do Sul (três projetos – APLs de Vitivinicultura, Piscicultura e Agricultura Familiar) e Itabapoana (dois projetos – APLs de Fruticultura e Pescado). Foram apoiados ainda quatro projetos com recursos do localizador Nacional em quatro diferentes APLs nas Mesorregiões Bico do Papagaio (Pecuária de Leite), Seridó (Extrativismo Mineral), e Xingo (Fruticultura e Artesanato).

Para a execução foram previstos no orçamento R\$ 13.937.620,00, dos quais foram empenhados R\$ 7.053.892,11 e aplicados R\$ 357.498,00, além da liberação de R\$6.564.498,61 de Restos a Pagar 2004, 2005 e 2006, detalhados a seguir por mesorregião.

Na mesorregião do Alto Solimões foram empenhados R\$ 198.385,30, sendo R\$ 34.681,50 referentes à ação Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais. Com tal montante apoiou-se o fortalecimento do artesanato indígena, por meio do levantamento tipológico de comunidades potenciais, realização de oficinas de capacitação, aquisição de equipamentos e material de consumo e apoio à divulgação em feiras, atendendo aos Municípios de Tonantins, Jutai, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant.

Ainda na porção Norte do País, na Mesorregião Vale do Rio Acre,, foram empenhados R\$844.203,00. Desses recursos, R\$ 603.372,00 referem-se à ação Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais. Esse recurso será utilizado na porção Amazonense da Mesorregião e atenderá aos Municípios de Boca do Acre e Pauini. O Projeto em questão fortalecerá Arranjos Produtivos Florestais não madeireiros tais como: castanha do Brasil; borracha; cacau nativo; e óleo vegetal. Tal fomento dar-se-á por meio da construção de cinco unidades de pré-beneficiamento (secagem), cinco unidades de armazenamento, três barcos, construção de um galpão para abrigar equipamentos de extração de óleos, aquisição de equipamentos para unidade de beneficiamento de castanha de Boca do Acre, implementação de um sistema de comunicação com a aquisição de oito unidades de rádio HF py SSB USB AM CW, assistência técnica e capacitação para os coletores.

Na mesorregião Bico do Papagaio, no Município de Canaã dos Carajás-PA, foram adquiridos máquinas (tratores) e implementos agrícolas, com objetivo de: a) estruturar o Município, Associações, Grupo de Mulheres e Cooperativas; b) desenvolver as Cadeias Produtivas de Grãos e Olericultura; c) incrementar a economia rural e criar melhores condições de vida para os agricultores e agricultoras. A iniciativa beneficiará sete comunidades e atenderá diretamente a 350 agricultores familiares e mulheres chefes de famílias. Foram empenhados R\$ 475.150,00 no localizador Nacional que correspondem à ação Estruturação e organização de arranjos produtivos locais.

Foi apoiado, ainda, o projeto de fortalecimento e qualificação da atividade produtiva de fruticultura, por meio da contratação de técnicos em cooperativismo, associativismo, comercialização; produção agrícola familiar e organização social, com foco na agricultura familiar para apoio às cooperativas singulares. Ainda no âmbito do projeto, foram adquiridas embalagens rótulos e garrafas, além da implantação de um programa de qualidade com a finalidade de qualificar a produção das agroindústrias e aumentar a participação dos produtos no mercado.

A ação abrange territorialmente um conjunto de projetos de assentamento de reforma agrária localizados em nove Municípios do sudeste paraense (Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Nova Ipixuna, Parauapebas, Curionópolis e São Geraldo do Araguaia). Para a execução desse projeto foram empenhados, no localizador Bico do Papagaio, recursos no montante de R\$ 271.946,00, dos quais R\$ 15.797,00 são relativos à ação.

Na Mesorregião da Chapada das Mangabeiras o MI promoveu no ano de 2007, por meio do Programa Promeso, dois projetos estruturantes para arranjos produtivos com foco territorial. Na Região do Jalapão, tendo novo acordo como município-pólo, foi firmado convênio com o Estado do Tocantins para a implantação de unidade de produção de mudas com vistas ao fortalecimento da cajucultura. Vale ressaltar que esse projeto tem abrangência regional e deverá beneficiar 600 famílias (1800 pessoas) em oito municípios. Para esses projetos foram empenhados recursos no montante de R\$ 445.000,00, sendo R\$ 360.000,00 relativos à ação.

Na Mesorregião de Xingó a Secretaria de Programas Regionais destinou, por meio de descentralização à Codevasf, R\$ 251 mil para o fortalecimento da ovinocaprinocultura nos Municípios de Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Belém do São Francisco, Serra Talhada, Floresta, Itacuruba, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu, Já, no Município de Carnaubeira da Penha, R\$198 mil serão aplicados na construção e na instalação de uma unidade de processamento de frutas.

Na cidade de Piranhas (AL), será construída uma oficina de artesanato de couro de peixe (R\$ 120 mil com recursos do Promeso Nacional). A estruturação da bovinocultura receberá investimento de R\$ 300 mil, beneficiando os Municípios de Canapi, Inhapi, Mata Grande, Água Branca, Delmiro, Olho D'Água do Casado, Piranhas e Pariconha.

A Codevasf ainda recebeu do MI R\$308 mil a serem destinados à estruturação da cadeia produtiva da apicultura nos Municípios de Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Canindê do São Francisco.

Para esses projetos foram empenhados recursos no montante de R\$ 1.178.000,00, sendo R\$ 890.104,00 relativos à Ação, utilizando-se os localizadores Mesorregião de Xingó e Nacional.

Em 2007, a Mesorregião Águas Emendadas foi contemplada com ações de apoio ao APL de confecções de Jaraguá relacionadas à realização de estudo dos impactos econômicos da *Expofashion* – Feira de Moda de Jaraguá. Ao longo do exercício, também foi elaborado em parceria com o Sebrae-GO e a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional o Projeto de Aproveitamento Sustentável dos Frutos do Cerrado no Nordeste Goiano com implementação prevista para 2008.

Foram apoiados cinco projetos na Mesorregião do Araripe que possibilitarão o fortalecimento dos arranjos produtivos Apicultura, Fruticultura, Ovinocaprinocultura e Mandiocultura, para beneficiar Municípios nos Estados de Pernambuco e Piauí. Para esses projetos, foram empenhados recursos no montante de R\$ 1.453.671,37 sendo R\$ 1.290.421,37 relativos à Ação.

Na Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri foram apoiados três projetos no arranjo produtivo da piscicultura para beneficiar seis Municípios nos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Para esses projetos, foram empenhados recursos no montante de R\$1.470.544,66, sendo R\$1.172.769,86 relativos à Ação.

No Pólo de Piscicultura no Baixo Mucuri, serão instaladas 21 unidades produtivas, para atender a 63 famílias, com capacidade de produção de 1.200kg de peixes/mês/unidade, o que beneficiará os Municípios de Nanuque, Serra dos Aimorés, Carlos Chagas e Jequitinhonha, esse último com a revitalização de uma Unidade de Produção de Alevinos. Após a implantação do fluxograma de produção, o potencial inicial é de aproximadamente 300 toneladas/ano. O pescado produzido será transportado em caminhão e acondicionado em urnas de 1.000kg, a serem adquiridas pelo projeto, para as unidades de filetagem de peixes implantadas em Nanuque(MG) e/ou São Mateus(ES), cujas instalações estão em fase de implantação, o que possibilitará a comercialização em todas as regiões de ambos os estados, após serem devidamente inspecionadas e licenciadas pelos órgãos ambientais estaduais.

O projeto para Implantação e Desenvolvimento da Atividade de Piscicultura Sustentável nos Municípios de Mucurici e de Ponto Belo (ES) tem como objetivo o desenvolvimento da atividade de piscicultura em

tanques-rede na barragem construída pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, situada na micro-região do Extremo Norte do Espírito Santo. Serão implantadas 160 unidades produtivas de tilápias em tanques-rede com capacidade de produção de 32 toneladas/safrá de seis meses/cada. O projeto visa também reduzir a sazonalidade da renda das famílias urbanas a serem envolvidas no programa, atualmente dependentes de pequenos serviços temporários e informais na cidade ou na zona rural.

Na Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba foram apoiados quatro projetos nos arranjos produtivos da agricultura familiar, agroindústria e apicultura, por meio de convênios firmados diretamente com três Municípios no Estado de São Paulo. Para esses projetos foram empenhados recursos no montante de R\$ 308.301,00, sendo 100% deste recurso relativo à Ação.

O apoio ao arranjo produtivo da agricultura familiar em Barra do Turvo-SP também beneficiará os Municípios de Bocaiúva do Sul e Adrianópolis, ambos situados na porção paranaense da mesorregião e tem o intuito de fortalecer o processo de comercialização da produção agroflorestal da região e os sistemas de cultivo local, gerando emprego e renda, o que beneficiará aproximadamente 80 famílias que negociam sua produção em feiras ecológicas, além de fornecer o produto para restaurantes, lojas de produtos orgânicos e até a jovens estudantes, moradores de favelas, beneficiados pelo programa Fome Zero.

Os dois projetos cujos convênios foram firmados com o Município de Apiaí, situado no Alto Vale do Ribeira paulista, beneficiarão mais de 100 famílias produtoras de hortaliças e mel, em propriedades dos Municípios de Eldorado, Iporanga, Ribeira, Barra do Chapéu e Itaóca, além do Município sede do projeto. Os investimentos realizados objetivam a complementação da agroindústria de envase de hortaliças, já apoiada pelo Governo Federal em 2004 e na cadeia apícola, por meio de investimento para aquisição de veículo que fará o transporte das unidades produtoras ao entreposto regional, instalado naquele município.

Foram investidos, ainda, recursos para aquisição de equipamentos que permitirão o funcionamento da Central de Distribuição e Comercialização Regional de produtos oriundos da agricultura familiar praticada por mais de 200 famílias que residem em 13 Municípios nas proximidades da cidade de Registro, Município sede da unidade, conveniente e parceiro no projeto.

Na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul foi apoiado o projeto de fortalecimento das agroindústrias familiares da cadeia do leite, que beneficiará 21 pequenas unidades produtoras de leite em 11 Municípios do norte do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos do projeto são: a) adquirir máquinas e equipamentos para pequenas agroindústrias do setor lácteo; b) orientar a instalação e a adequação do *layout* das agroindústrias; e c) assessorar tecnicamente, considerando as necessidades das unidades produtivas, a produção e sua diversificação.

Para esse projeto foram empenhados recursos no montante de R\$430.000,00, sendo R\$300.000,00 relativos à Ação.

Na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, além da continuidade na execução de oito projetos, foram empenhados recursos para três novos projetos nos arranjos produtivos de vitivinicultura, piscicultura e agricultura familiar que beneficiarão 30 municípios, que totalizam uma população de mais de um milhão de habitantes. No total, foram empenhados recursos no montante de R\$ 1.237.143,38, dos quais R\$ 957.783,38 relativos à ação, utilizando-se os localizadores Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul e Nacional. Foram liberados no mesmo exercício o montante de R\$ 349.895,56 relativos ao projeto de vitivinicultura. O recurso restante foi inscrito em restos a pagar.

No Arranjo Produtivo de Vitivinicultura, que atinge 16 municípios, os recursos foram transferidos para a Embrapa que coordena o projeto do Centro Mesorregional de Vitivinicultura para complementar o projeto iniciado no exercício de 2006.

O projeto de piscicultura foi firmado por intermédio de Termo de Parceria com uma Oscip da região e beneficiará diretamente 685 produtores rurais e indiretamente 3.500 pessoas por meio da utilização da mão-de-obra familiar em sete municípios.

Na área da agricultura familiar o projeto visa promover a dinamização econômica de sete Municípios por meio do fortalecimento de redes de referência nas áreas de pastagens para produção leiteira e fruticultura.

Na mesorregião Itabapoana, foram apoiados dois projetos nos Arranjos Produtivos da Fruticultura (abacaxi) e Pesca no Município de São João da Barra.

No Arranjo Produtivo Local da Fruticultura, os objetivos do projeto apoiado são: a) transferência de tecnologia; b) introdução de conceitos de produção integrada de frutas; e c) melhoria dos processos de classificação na produção. Para tanto, além das capacitações para a produção e a comercialização, serão adquiridos máquinas e equipamentos para adequação do processo produtivo.

No Arranjo Produtivo Local da Pesca, o projeto apoiado prevê a aquisição de máquinas e equipamentos necessários ao fortalecimento do entreposto de pesca existente no Distrito de Atafona.

Para esses projetos foram empenhados recursos no montante de R\$332.700,00, sendo R\$235.500,00 relativos à ação.

No que se refere aos projetos apoiados na Mesorregião Seridó, a atuação governamental tem fortalecido o Arranjo Produtivo Local Mineral na região, um de seus principais potenciais endógenos. Em 2007, foi celebrado convênio referente ao Projeto de Implantação do Núcleo de Apoio à Extração Mineral do Pegmatito do Seridó, no Município de Currais Novos – RN, entre o MI e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – Fapern, o que beneficiará diretamente 200 famílias da região. Para esse Projeto, foram empenhados recursos no montante de R\$ 410.012,00, sendo 100% relativo à Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais no localizador Nacional.

Além disso, foram liberados os recursos financeiros do projeto Extração e Beneficiamento Racional do Quartzito no Município de Ouro Branco-RN, que tem também como conveniente a Fapern e que fora aprovado em 2005 e inscrito em Restos a Pagar.

DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

Apoio à Implantação da Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira

O Programa defende o fortalecimento dos processos de mudanças a partir do estímulo à formação de redes de atores locais, fortalecendo novos eixos dinâmicos da economia. Dessa forma, trabalha para promover uma política integrada que dê espaço para ações participativas em prol da população do espaço geográfico a que se destina.

O Programa objetiva, principalmente, promover o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, por meio de sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul, que também possam contribuir para a promoção social e econômica da população residente nos Municípios da Faixa de Fronteira.

Em 2007, o Programa seguiu as orientações do Governo Federal de envidar esforços no aproveitamento das potencialidades locais, por meio do enfrentamento da problemática de pouco dinamismo observado nas regiões menos desenvolvidas do País. Nesse sentido, procurou-se promover a estruturação física e econômica dessas áreas, buscando o desenvolvimento regional e o fortalecimento da cidadania, para potencializar a geração de trabalho e renda a partir da cooperação, da articulação e da inovação de um conjunto de instituições de base local. Aliado às prioridades da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram estruturados arranjos produtivos locais (APLs) como uma importante estratégia de desenvolvimento regional que envolveu, necessariamente, a ampliação da infra-estrutura econômica, social e da base institucional, além da organização e da coesão das sociedades locais. Sua atuação voltou-se para projetos em Municípios da faixa de fronteira forte e ful que atendiam às diretrizes do Programa.

Apoio à Implantação da Infra-Estrutura Social e Econômica nos Municípios da Faixa de Fronteira

Tem como finalidade melhorar a qualidade de vida nos Municípios fronteiriços, para proporcionar maior nível de satisfação e resultados imediatos na dinamização das economias locais, por meio da demarcação de áreas, da construção de equipamentos urbanos, da implantação de infra-estrutura social de apoio à produção, da construção de obras civis, da implantação de sistemas de geração de energia, do saneamento, canalização, tratamento e abastecimento de água e transportes.

No decorrer do período foram empenhados, para o atendimento de 149 projetos, recursos na ordem de R\$ 49.138.343, dos quais R\$ 3.496.561,00 foram pagos com o saldo de R\$ 45.641.782,00 em restos a pagar.

Apoio a Arranjos Produtivos na Faixa de Fronteira

Tem como finalidade incrementar a competitividade de empresas, de pequenos e médios empreendimentos, de associações produtivas e de outras instituições correlatas, promovendo o desenvolvimento local e regional, por meio da criação de novas oportunidades de mercado e de sistemas de comercialização para produtos e serviços. Os projetos destinam-se à identificação e implementação de oportunidades de criação, desenvolvimento de empreendimentos e difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação dos recursos humanos e institucionais; criação de ambiente favorável ao surgimento de novas oportunidades de mercado; e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

Com base nesses preceitos, foram assinados convênios com os Estados de Rondônia, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no montante de R\$ 1.944.995,07 para apoiar nove projetos de desenvolvimento regional nas áreas fronteiriças das regiões Norte e Sul do Brasil.

Em Rondônia, o MI investirá R\$ 800.000,00 na construção e estruturação, incluindo aquisição de equipamentos, para os laboratórios de análises microbiológicas e físico-químicas, por convênio firmado com a prefeitura de Rolim de Moura. O projeto beneficiará produtores de alimentos laticínios e frigoríficos de todo o Estado. No Município de Cerejeiras, serão investidos R\$ 300.000,00 para recuperação de estradas vicinais.

No Paraná, o Município de Maripá receberá R\$ 145.000,00 para o fortalecimento da orquidicultura, incluindo a aquisição de equipamentos para implantação de laboratório de micropropagação de orquídeas.

No Estado de Santa Catarina, foram assinados convênios com quatro prefeituras. Em Bom Jesus, o MI investirá R\$ 95.994,00 na construção de barracões industriais. Em Ouro Verde, R\$ 60.000,00 serão destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para atender agricultores e produtores de leite. Em Quilombo, o setor agropecuário será fortalecido com investimento de R\$ 98.873,07. E, no Município de Sul Brasil, R\$ 100.000,00 serão investidos na aquisição de equipamentos para abatedouro de suínos e bovinos.

O Rio Grande do Sul receberá investimentos por meio de convênios pactuados com as prefeituras de Miraguai e Jaguarão. O Município de Miraguai receberá R\$ 245.128,00 para a pavimentação do acesso ao abatedouro de aves. Já para a agroindústria de polpa de frutas de Jaguarão, serão destinados R\$ 100.000,00.

Quanto à execução financeira, na ação foi empenhado R\$ 1.479.046,00, do qual pagou-se R\$ 366.840,00, restando R\$ 1.112.206,00 em restos a pagar.

INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

Os investimentos em infra-estrutura hídrica, realizados em 2007, visaram à garantia da oferta de água às regiões castigadas pela seca, principalmente ao Semi-árido Nordeste. A lógica que orientou a escolha do conjunto de obras realizadas ou iniciadas foi a de garantir a dignidade e a inclusão econômica das populações residentes nessas regiões por meio do acesso à água. Nesse sentido, o Governo Federal lançou o Programa Água para Todos, tendo como carro-chefe o Projeto São Francisco que, por meio da integração de sua Bacia às do Nordeste Setentrional, beneficiará pequenas, médias e grandes cidades da Região Semi-árida dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, o que propiciará o atendimento a 12 milhões de habitantes. Outro importante avanço no setor de infra-estrutura hídrica ocorreu com a celebração do contrato entre a União e o Banco Mundial para implementação do Programa Proágua Nacional que beneficiará várias regiões do País, com o objetivo de garantir a oferta de água à população para múltiplos usos.

Em 2007, foi concluído com sucesso o Programa Proágua Semi-árido, que ampliou a oferta de água de boa qualidade para o Semi-árido brasileiro, com a promoção do uso racional desse recurso, de modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região. Além disso, importantes obras de implantação, recuperação e ampliação de sistemas de drenagem e de controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira foram realizadas com recursos do Programa Drenagem Urbana Sustentável.

Do ponto de vista do desenvolvimento da infra-estrutura hídrica para agricultura, foram constatados diversos avanços em 2007. Os perímetros públicos de irrigação foram objeto de ações, que lhes garantirão posição de destaque na produção agrícola nacional. A nova Política Nacional de Irrigação que tramitou por mais de 20 anos no Congresso Nacional está em vias de ser aprovada. O Governo Federal teve efetiva participação na elaboração dessa nova Política, que agregou contribuições de diversos segmentos sociais. Ao mesmo tempo em que empreendeu grandes projetos, o Governo Federal aprofundou o processo de descentralização da gestão de recursos financeiros para a realização de obras de infra-estrutura hídrica, qualificou Estados e Municípios e fortaleceu o Pacto Federativo e a autonomia das outras esferas de gestão, sem descuidar de seu papel de gestor do setor de infra-estrutura hídrica, além reforçar os mecanismos de fiscalização dos empreendimentos realizados. Destaque deve ser dado às ações e às cautelas sócio-ambientais que se tornaram condições para a realização de qualquer obra no setor de infra-estrutura hídrica.

Quanto aos programas do Plano Plurianual- PPA, a Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf implementaram seus projetos no âmbito dos seguintes programas: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; Proágua Infra-estrutura; Integração de Bacias Hidrográficas; Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação; Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido/Conviver (Proágua Semi-Árido); Drenagem Urbana Sustentável e Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

Esses Programas contaram, no exercício de 2007, com recursos da ordem de R\$ 3,28 bilhões, compreendendo despesas de capital e corrente, tendo sido empenhados R\$ 2,79 bilhões e pagos R\$ 350,09 milhões. Somam-se a esses recursos o pagamento dos Restos a Pagar no montante de R\$ 515,47 milhões. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a dotação autorizada para 2007 foi de R\$ 2.273.669.686,00, dos quais foram empenhados R\$ 2.230.192.874,00 e aplicados R\$ 289.799.608,00, além de R\$ 245.844.753,00 de Restos a Pagar.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA 2007 - POR PROGRAMA

PROGRAMA	DOTAÇÃO (Lei + Créditos)	EMPENHADO	LIQUIDADO	Em R\$ milhão	
				PAGO	RAP PAGO
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	684,47	598,27	598,27	107,74	65,10
Proágua Infra-Estrutura	1.171,03	1.022,23	1.022,23	193,74	97,94
Integração de Bacias Hidrográficas	439,20	429,96	429,96	29,48	176,80
Transferência de Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação	114,02	103,10	103,10	7,75	43,57
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido / Conviver (Proágua Semi-Árido)	26,63	22,96	22,96	1,79	39,70
Drenagem Urbana Sustentável (MI)	180,22	67,41	67,41	2,40	78,70
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	674,32	554,32	554,32	11,56	13,66
TOTAL	3.289,89	2.798,95	2.798,95	350,09	515,47

Fonte: Siafi Gerencial

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

O segmento da agricultura irrigada tem como foco promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum por meio da execução de obras de infra-estrutura, para alavancar o processo de desenvolvimento regional, na sua forma econômica e social, com vistas à sustentabilidade da região. Dessa forma, a agricultura irrigada busca ser um vetor estruturante, constituindo-se em uma opção capaz de mobilizar os fatores de produção.

No exercício de 2007, o Programa contou com dotação orçamentária de R\$ 684.474.996,00, dos quais foram empenhados R\$ 598.270.242,59 e aplicados R\$ 107.747.721,96, além de R\$ 65.105.416,48 de Restos a Pagar.

No âmbito do PAC, foram empenhados R\$ 514.201.169,00 e aplicados R\$ 138.181.113,20. Esses recursos permitiram dar continuidade aos grandes empreendimentos que envolvem uma área de 230 mil ha, sendo que 15,5 mil ha foram disponibilizados em 2007.

Operação e Manutenção de Perímetros Públicos de Irrigação – Nacional e Na Região Nordeste

Visa garantir as condições adequadas à operação e à manutenção dos perímetros públicos de irrigação que já possuem sua implantação concluída, mas que ainda não se encontram em regime de transferência de gestão. Nessa situação, encontram-se os nove perímetros implantados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Glória, Pedra Branca e Rodelas na Bahia; Apolônio Sales, Barreiras, Brígida, Caraíbas, Icó-Mandantes e Manga de Baixo em Pernambuco), o que totaliza uma área irrigável de 13.306ha, destinados ao reassentamento da população afetada pela construção da usina hidrelétrica de Itaparica. Ressalta-se que a maior parte dos recursos é proveniente do convênio celebrado entre a Codevasf e a CHESF. Em 2007, foram executadas as atividades de administração, operação, manutenção, assistência técnica e extensão rural e relacionadas às obras complementares desses perímetros. Foram destinados, também, recursos para a operação, manutenção e assistência técnica dos cinco Perímetros de Irrigação do Baixo São Francisco (Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá em Sergipe; e Boacica e Itiúba em Alagoas), que totalizam uma área irrigável de 10.507ha. Da dotação de R\$ 46.598.496,00, foram empenhados R\$ 46.183.182,52 e aplicados R\$ 19.639.597,57.

Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba - 3ª Etapa - com 12.000 ha no Estado de Minas Gerais

O perímetro, incluído no PAC, beneficia os Municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia. Visa à implantação de infra-estrutura hidráulica para irrigar 65.021ha, com construção em 4 etapas (1ª - com 24.745ha, encontra-se em operação; 2ª, com 19.276ha, de responsabilidade do Governo de Minas Gerais; e 3ª, com 12.000ha, e 4ª, com 9.000ha, obras não iniciadas). Dos R\$ 23.319.612,00, previstos em 2007, foram empenhados R\$ 23.230.601,45 e aplicados R\$ 3.528.926,28, na conclusão do projeto básico de prolongamento dos canais CP-3, CS-13 e CS-21, que irão abastecer as etapas 3 e 4. Além disso, foram destinados recursos para a execução das obras civis para revitalização da infra-estrutura de uso comum, sendo prevista a dragagem e a recuperação dos canais de irrigação CP-1 e CP-2; para a operação e a manutenção da infra-estrutura de uso comum, relativa à área ainda não implantada; para os serviços de montagem eletromecânica e fornecimentos complementares da Etapa I, no fornecimento de válvulas, conjunto de moto-bombas, tubulação de recalque e acessórios da estação de bombeamento (EB2) e para a execução de serviços complementares à etapa I. A elaboração do projeto executivo e o apoio à supervisão e à fiscalização das obras foram licitadas. A Etapa III do Projeto encontra-se com 15% de execução física.

Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 1ª Etapa – com 10.700ha no Estado do Ceará

O perímetro conta com 14.508ha de área irrigável, abrange os Municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, na Região do Baixo Jaguaribe-CE, a 160 km de Fortaleza e tem potencial para a geração de 10.762 empregos diretos, 21.524 indiretos, beneficiando uma população de 64.572 habitantes. As obras de infra-estrutura hídrica de uso comum já foram concluídas, restando apenas viabilizar a aquisição dos equipamentos parcelares dos lotes de pequenos irrigantes. Os recursos da Lei Orçamentária Anual referem-se ao pagamento de débito pendente do DNOCS, para com a Empresa Executora das obras civis da 1ª Etapa. Concluídas as obras de infra-estrutura hídrica de uso comum do projeto, o DNOCS obteve, por meio do PAC, recursos com vistas à aquisição dos equipamentos *on farm* dos lotes para pequenos irrigantes disponibilizados no programa de transferência da gestão. A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 1.714.909,00, dos quais foram empenhados R\$ 1.714.908,18 e pagos R\$ 1.714.908,18, além de R\$ 23.891,55 de Restos a Pagar.

Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582ha no Estado de Tocantins

A implantação do projeto, incluído no PAC, prevê a elaboração do projeto executivo e a execução de obras de infra-estrutura de irrigação compreendendo: captação, adução e distribuição em canais, construção da estação de bombeamento principal e das estações pressurizadoras, instalação de conjunto de moto-bombas, supervisão das obras e demais atividades afins. O projeto localizado em Porto Nacional, Tocantins, às margens do reservatório da Unidade Hidroelétrica de Lajeado, preconiza a irrigação de uma área total de 3.582 ha com infra-estrutura de uso comum implantada, dividida em lotes para pequenos produtores e empresários, para o cultivo de hortícolas e frutíferas. A obra é dividida em dois módulos: 1º módulo – projeto piloto de 640ha e 2º módulo – projeto de irrigação de 2.942ha. Da dotação orçamentária de R\$ 96.500.000,00, foram empenhados R\$ 95.000.000,00 e pagos R\$ 25.000.000,00 em novembro e dezembro de 2007. O projeto está em fase de implantação do Setor SJ4 e SJ5, com 570ha. A infra-estrutura comum desses setores está concluída e os equipamentos *on farm* adquiridos. As obras do projeto que compreende 2.942ha já foram iniciadas, sendo que o Setor SJ1 (267 ha) já está com as obras adiantadas.

Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia

O projeto, incluído no PAC, localizado no Município de Juazeiro, está dividido em 5 etapas (1ª - 5.084ha; 2ª - 7.613ha; 3ª - 5.607ha; 4ª - 5.529ha e 5ª - 7.472ha). Dos R\$ 67.272.956,00 previstos em 2007, foram empenhados R\$ 66.385.236,36 e aplicados R\$ 3.824.023,78, acrescidos de R\$ 854.422,00 de Restos a Pagar, na implementação da 1ª etapa, com 5.084ha, destacando-se o início das obras civis de infra-estrutura para complementação do sistema adutor principal, a montagem eletromecânica dos equipamentos das estações de bombeamento (EB's) e a supervisão e o apoio à fiscalização das obras civis, bem como a aquisição de conjuntos de moto-bombas e de equipamentos hidromecânicos (válvulas, hidrômetros, comportas e grades). Foram contratados os serviços de manutenção e operação das EB's do sistema adutor principal e, em andamento, o contrato de operação e manutenção das subestações de energia 1 e 2. A Etapa I do Projeto encontra-se com 74% de execução física, sendo que em 2007 registrou avanço de 1%.

Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado de Tocantins

O perímetro, incluído no PAC, atenderá aos Municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, com influência sobre os Municípios de Almas e Rio da Conceição, para beneficiar uma população de 160.000 habitantes. A obra é dividida em dois módulos: módulo A, concluído – construção da Barragem Manoel Alves, com volume de acumulação de 148,5 milhões de m³ de água e módulo B – implantação de 20.000ha para irrigação, com área piloto de 5.000ha e Fase 1 da área piloto de 900ha. A implantação dos primeiros 2.000ha está concluída. Os lotes do setor SH1 (569ha), assim como os 7 primeiros lotes empresariais (800ha), já foram licitados. O restante do Projeto (3.000ha) está sendo executado dentro do previsto, sendo que a segunda etapa da licitação (setor SH2 com 624ha e mais 7 lotes empresariais com 475ha) deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2008. Dos recursos consignados no orçamento de R\$ 58.750.000,00, o total foi empenhado e pagos R\$37.000.000,00.

PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

O Programa objetiva a expansão da oferta de água de boa qualidade para consumo humano e produção, por meio da construção de obras estruturantes, tais como barragens, adutoras e açudes. No exercício de 2007, o Programa contou com dotação orçamentária de R\$ 1.171.039.473,00, dos quais empenhou-se R\$ 1.022.236.301,68 e aplicou-se R\$ 193.744.669,66, além dos Restos a Pagar de R\$ 97.942.339,68.

No âmbito do PAC, foram empenhados R\$ 780.558.044,00 e aplicados R\$ 361.933.224,00. Esses recursos alavancaram a execução de obras significativas para o País, das quais destacam-se a Adutora Acauã/PB, a Adutora Pirapama/PE, a Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios/AL, a Barragem do Peão/MG, o Eixo de Integração Castanhão/CE, o Açude de Setúbal/MG e o Eixo de Integração Orós-Feiticeiro/CE, que totalizam 438 km de adutoras e 704 milhões de m³ de acumulação de água em barragens, o que beneficiará aproximadamente 4,7 milhões de habitantes.

Construção da Adutora Pirapama com 22,7km no Estado de Pernambuco

Obra do PAC, com 22,7 km de extensão para abastecimento humano, compreendendo captação d'água no Lago da Barragem do Pirapama por meio de duas balsas com capacidade cada uma de recalcar 500l/s; implantação da nova estação de tratamento de água (ETA) do tipo convencional, com capacidade para 1,0m³/s; implantação de uma nova adutora, que será responsável pela alimentação dos reservatórios de Cabo de Santo Agostinho e Distrito de Ponte dos Carvalhos; e recuperação de ETA existente. Espera-se atender à demanda d'água de uma população de aproximadamente 500.000 habitantes. A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 35.500.000,00, totalmente empenhados, dos quais foram pagos R\$ 19.322.241,00, além de R\$ 11.900.000,00 de Restos a Pagar.

Construção do Canal de 15km e Adutora de 10km interligando o Açude Orós-Feiticeiro no Estado do Ceará

Obra do PAC, o canal de 15 km e a adutora de 10 km com vazão de 2m³/s, interligam o Açude Orós – Feiticeiro com intuito de ampliação de novas áreas de benefícios para o açude Orós. O Projeto destina-se ao aproveitamento hidroagrícola de áreas que totalizam cerca de 1.000ha nos Municípios de Orós e Jaguaribe. Atenderá às necessidades hídricas de uma região extremamente carente quanto à segurança no abastecimento de água para o consumo humano e para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A obra, que se encontra na mais importante bacia leiteira do estado, que também possui desenvolvimento nos setores do pescado e da caprinocultura, viabilizará a perenização dos leitos dos rios e bacias dos açudes. A ação contou com dotação orçamentária de R\$

12.546.062,00, dos quais foram pagos R\$ 12.546.062,00. Em 2007, alcançou avanço físico de 21%, totalizando 91% da obra, tendo sido executada a infra-estrutura da estação de captação; concluída a adutora, o canal, o cercamento, o sistema de drenagem e os sifões.

Construção do Canal de Integração Castanhão - Região Metropolitana de Fortaleza - No Estado do Ceará

Obra do PAC, o Eixo de Integração Castanhão-RMF compreende canais, adutoras, sifões e túnel. Tem extensão de 200,8km, dividido em 4 trechos. O primeiro com 54,7km tem início no açude Castanhão e término no açude Curral Velho onde começa o trecho 2 que se estende por 45,9km até a Serra do Félix. O trecho 3 tem 66,3km e vai da serra do Félix até o Açude Pacajus, onde começa o trecho 4 que vai até o açude Gavião e tem extensão de 33,9km. Os Trechos 2 e 3 têm avanço físico de 98% e previsão de conclusão das obras em fevereiro de 2008. A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 54.520.000,00, dos quais foram empenhados o valor total e pagos R\$ 22.100.000,00.

Construção da Barragem do Peão no Estado de Minas Gerais

Construção de Barragem, incluída no PAC, com capacidade de acumulação de 36.000.000m³ de água, com captação nos Rios São João do Paraíso e Carrascão, localizados no Município de São João do Paraíso/MG, para fins de abastecimento urbano, demanda rural e, em especial, irrigação de uma área de 2.000ha, para beneficiar os Municípios de São João do Paraíso e Águas Vermelhas e uma população aproximada de 50.000 habitantes. A ação contou com dotação orçamentária de R\$30.000.000,00, dos quais foram empenhados em sua totalidade e pagos R\$18.065.965,35.

Construção da Adutora do Canal do Sertão Alagoano-Delmiro Gouveia/AL - no Estado de Alagoas

Obra do PAC, que envolve a construção de 97,5 km de canal com captação no São Francisco para usos múltiplos, que visa assegurar o aumento da oferta de água para consumo humano, animal e atividade agrícola. O Empreendimento encontra-se com a seguinte execução física: concluídas as obras da Ponte Canal 01/02, da Comporta 01, da Comporta 02 e da Tomada d'água/Estação Elevatória; 50% das obras civis da Comporta 03 e da Ponte Canal 03; solucionadas 95% das desapropriações do km 24,8 ao Km 45 e realizados 90% dos serviços de terraplanagem (Km 0 ao Km 24,8), com 7 Km de canal concluído, revestido de concreto. Dos recursos consignados no orçamento de R\$ 92.000.000,00, o valor total foi empenhado.

Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas - No Estado de Alagoas

Obra do PAC, que contempla as seguintes construções: uma barragem de acumulação no Riacho Caçamba com capacidade para 2,5 milhões de m³; duas subestações; quatro estações elevatórias; uma adutora de água bruta composta por três trechos com 2.590 metros de extensão e 400 mm em ferro fundido e vazão de 100 l/s; uma estação de tratamento de água; uma adutora de água tratada integrada por quatro trechos com 7.140 metros de extensão e 50 mm em ferro fundido; e um reservatório de distribuição. O custo total do Projeto é de R\$ 68.244.375,22. Em 2007, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 51.194.375,00, dos quais foram empenhados em sua totalidade e pagos R\$16.000.000,00, além de R\$6.400.000,00 de Restos a Pagar. Com esses recursos, alcançou avanço físico de 16%, consolidando 58% do total do Sistema de Abastecimento de Água.

Obras Complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais

Obra do PAC, localizada no Município de Jenipapo de Minas, a Barragem, com capacidade de reservação de 69 milhões de m³ de água, visa o aumento da oferta de água no Rio Jequitinhonha e beneficiará 50 mil habitantes dos Municípios de Jenipapo, Araçuaí, Chapada do Norte, Berilo, Minas Novas e Novo Cruzeiro. Além disso, viabilizará a instalação de diversos projetos de irrigação. Em 2007, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 65.700.106,00, os quais foram empenhados em sua totalidade e pagos R\$ 40.000.000,00. Com esses recursos, teve avanço físico de aproximadamente 21%, consolidando 40% do total das obras complementares.

Construção da Barragem Piaus - No Estado do Piauí

A Barragem Piaus, incluída no PAC, localizada nos Municípios de Pio IX e São Julião no Piauí, consiste de um maciço construído em terra homogênea na calha do rio Marçal, sistema do Rio Parnaíba. Com altura de 44 metros e capacidade de acumulação de 106 milhões de m³, destina-se ao abastecimento de 18 Municípios no

semi-árido. Está prevista a implantação de uma adutora que permite a interligação para 8 municípios, com destaque a Pio IX, São Julião, Fronteiras, Campo Grande e Vila Nova-PI e Campos Sales-CE, para beneficiar cerca de 70.000 habitantes. Trata-se de uma obra inserida no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento. Em 2007, foram executados 35% do vertedouro, relativos aos serviços de concretagem e 95% dos serviços de escavação da tomada d'água, obtendo um avanço total da ordem de 3% de execução física. Também foi concluído o processo licitatório para a contratação dos serviços de execução do restante da obra (maciço). A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 24.000.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 23.984.322,22 e pagos R\$ 3.669.889,00, além de R\$ 818.811,00 de Restos a Pagar.

Construção da Adutora Acauã com 55km no Estado da Paraíba

A implantação do Sistema Adutor em questão foi reprojetada e incluída no PAC, excluindo-se da ação o abastecimento d'água de Campina Grande, que continuará sendo abastecida pela Barragem Epitácio Pessoa e reforçada futuramente pelo Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. O Projeto readequado manteve a concepção do Tronco Leste e a derivação do Tronco Oeste, que passou a se chamar Tronco Norte, devendo abastecer as seguintes localidades: Itatuba, Ingá, Juarez Távora, Zumbi e Mogeiro (excluída do Tronco Leste, passando a integrar o Tronco Norte). O Tronco Leste levará água tratada até as Cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Juripiranga e São Miguel de Taipú. A população total beneficiada será de 100.000 habitantes, no horizonte de projeto (2020). Cerca de 41% das obras estão concluídas, com destaque para a estação de bombeamento Principal (EBP), a captação flutuante e o trecho de adutora Captação-Itatuba, com extensão de 20km. A obra encontra-se com andamento por meio de convênio firmado com o Governo do Estado da Paraíba para implantação da adutora do Acauã, que atenderá a uma população de cerca de 100.000 pessoas. A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 25.000.000,00, os quais foram empenhados em sua totalidade e pagos R\$ 22.800.000,00.

Construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará

O Empreendimento do Complexo Castanhão compreende a construção de uma barragem de usos múltiplos, com capacidade de acumulação de 6,7 bilhões m³, sendo 2,3 bilhões de m³ para controle de cheias no baixo Jaguaribe, além de ações complementares e de compensação ambiental, tais como: reassentamento urbano de 1.200 famílias, reassentamento rural para 1.706 famílias, infra-estrutura urbana, habitacional, vias de acesso, circulação e escoamento de produção, atividades de economia de sequeiro, fruticultura irrigada, pecuária, piscicultura, entre outras.

Localiza-se na área de influência direta de quatro Municípios do Estado do Ceará, nas cidades de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe. Seu raio de influência direta e indireta contempla 22 municípios, constituindo-se numa ação estratégica de desenvolvimento regional do Ceará. A obra garante o abastecimento de água a uma população de 3.500.000 habitantes residentes em 12 municípios, entre eles: Alto Santo, Morada Nova, Jaguaribe, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Russas, Ibicuitinga, Itaiçaba e, com a conclusão do Canal de Integração, abastecerá toda a Região Metropolitana de Fortaleza.

Após a conclusão da Barragem, o DNOCS vem concentrando esforços na implantação de infra-estrutura urbana e rural para a realocação e o reassentamento da população desalojada e no controle ambiental da área de influência do açude. A ação de sustentação das comunidades reassentadas, objetiva impulsionar a economia regional, com a geração de 130.000 empregos diretos e 170.000 indiretos, resultante da implantação dos projetos produtivos de irrigação e piscicultura, geração energia elétrica e turismo.

Atualmente, estão sendo realizadas diversas atividades, destacando-se entre outras a conclusão de unidades residenciais pelo sistema de autoconstrução, em convênio com o Governo do Estado do Ceará; a continuidade da construção dos núcleos residenciais e dos equipamentos comunitários coletivos, para conclusão do reassentamento rural; a implantação de projetos produtivos, por meio de convênios com o Sebrae e diversas Secretarias de Governo do Estado do Ceará, para beneficiar 18 comunidades rurais realocadas; a implantação de sistemas de abastecimento de água para o consumo humano e para as atividades econômicas, destinados a garantir a segurança hídrica e alimentar para a sustentabilidade dos assentamentos; a construção de estrada de acesso para a circulação e o escoamento da produção da comunidade do Alagamar para a sede do Município de Jaguaretama.

Além dessas ações, o DNOCS desenvolveu os estudos básicos de Zoneamento Ecológico Econômico, contemplando os 22 Municípios da sua área de influência, com o objetivo de identificar as principais variáveis topográficas, climáticas, rurais e urbanas prevalentes e a sustentabilidade dos sistemas produtivos viáveis

na Região. Tais estudos irão nortear as políticas públicas de desenvolvimento regional para o médio e baixo Jaguaribe. A ação contou com dotação orçamentária de R\$ 3.525.000,00, dos quais foram empenhados R\$ 3.442.504,09 e pagos R\$ 2.425.160,35, além de R\$ 13.219.078,52 de Restos a Pagar.

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

O Programa contou com recursos do orçamento da ordem de R\$ 439.202.296,00, tendo sido empenhados R\$ 429.968.980,98 e pagos R\$ 29.484.027,26, além dos Restos a Pagar pagos de R\$ 176.807.657,30.

No âmbito do PAC, foram empenhados R\$ 409.227.432,01 e aplicados R\$ 22.436.722,00, referente às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF), aos 36 Programas Básicos Ambientais (PBA's) e ao Programa de Gestão Ambiental. Em junho de 2007, após a emissão da Licença Ambiental pelo Ibama, deu-se início às obras da primeira etapa de implementação dos Eixos Norte e Leste, nos pontos iniciais de tomada d'água nos Municípios pernambucanos de Cabrobó e Floresta. A sua execução pelo Batalhão de Engenharia do Exército consiste na construção dos Canais de Aproximação e das Barragens Tucutu e Areias na Paraíba.

Cabe salientar que em 2007 foram assinados contratos de supervisão; de elaboração dos projetos executivos; de aquisição de moto-bombas e serviços topográficos para os Eixos Norte e Leste, no montante de R\$ 498,8 milhões.

No que se refere aos PBA's e ao Programa de Gestão Ambiental destaca-se o início das ações de desapropriação e inclusão social, bem como a construção das casas e postos de saúde para as comunidades indígenas e quilombolas.

Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)

Implantação da infra-estrutura hídrica, por meio da aquisição de terras, realocação populacional, implantação de linhas de transmissão e subestações, obras de implantação de canais, obras de drenagem, construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento, linhas de recalque, estrutura de deságüe, construção de barramentos e usinas, implantação das estruturas de controle e derivação. O Projeto, incluído no PAC, integrará a Bacia do São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) e com as Bacias dos rios Paraíba, Moxotó e Ipojuca (Eixo Leste).

Dos recursos previstos de R\$ 383.902.000,00, foram empenhados R\$ 379.227.432,00 e pagos R\$ 19.177.445,01. Além disso, foram aplicados R\$ 154.026.004,36 de Restos a Pagar, contemplando as obras dos Eixos Norte e Leste, bem como as obras dos projetos das Bacias Receptoras Canal do Sertão Alagoano e Eixo de Integração Castanhão/Pecém.

No Eixo Leste, os recursos foram aplicados na execução, pelo Batalhão de Engenharia do Exército, de 5,38% do canal de aproximação de 6 km e 30,67% da Barragem de Areias; no início da implementação do Projeto Básico Ambiental e de Gestão de Recursos Hídricos; na contratação do fornecimento dos conjuntos moto-bombas, nos serviços topográficos para locação dos eixos dos canais, na supervisão das obras do Lote 9; na elaboração dos projetos executivos dos Lotes C e D; e na conclusão do processo licitatório para supervisão das obras dos Lotes 10 e 13.

No Eixo Norte, os recursos foram aplicados na execução, pelo Batalhão de Engenharia do Exército, de 17,11 % do canal de aproximação de 2,1 km e 24,11% da Barragem de Tucutu; na implementação do Projeto Básico Ambiental e do Programa de Gestão de Recursos Hídricos; na contratação do fornecimento dos conjuntos moto-bombas, nos serviços topográficos para locação dos eixos dos canais, na supervisão das obras dos Lotes 1 e 8; na elaboração dos projetos executivos dos Lotes A, B e F; e na conclusão do processo licitatório para supervisão das obras dos Lotes 1 e 2.

Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe / Poti / Longá, Acaraú / Coreaú, Mamanguape / Gramame / Apodi / Piranhas Açu no Nordeste Setentrional

Ação constante do PAC, para a qual foram direcionados R\$ 5.500.000,00 para a execução dos serviços de construção, detalhamento do projeto básico e supervisão das obras da Barragem Manoel Lopes no Município de Jaguaribe/CE, bem como para os estudos ambientais e de viabilidade do Projeto Santa Cruz do

Apodi/CE. Desse valor, foram empenhados R\$ 5.500.000,00 e pagos R\$ 2.398.991,35, além dos Restos a Pagar de R\$ 2.800.000,00.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DEVULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A Bacia do Rio São Francisco tem uma localização estratégica, pois constitui um território que faz a ligação natural entre as Regiões Sudeste e Nordeste. É também uma bacia de importância socioeconômica por seu multiuso, dotada de potencial energético, agropecuário, agroindustrial, pesqueiro, turístico, cultural e ecológico. Com vários paradoxos socioeconômicos e uma grande vulnerabilidade ambiental, a bacia apresenta áreas de riqueza, densamente povoada, e áreas de pobreza crítica e baixa densidade demográfica.

O Programa é de execução do Ministério do Meio Ambiente com ações do Ministério da Integração Nacional, cujo objetivo é a recuperação, a conservação e a preservação ambiental, por meio da implementação de ações que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições sócio-ambientais da Bacia e o aumento da quantidade e da qualidade da água para usos múltiplos. Em 2007, da dotação orçamentária de R\$ 674.320.683,00, foram empenhados R\$ 554.324.642,02 e pagos R\$ 11.562.585,49, além dos Restos a Pagar de R\$ 13.661.508,4, aplicados nas obras de revitalização e recuperação do Rio São Francisco, no monitoramento da qualidade da água, no reflorestamento de nascentes, margens e áreas degradadas em Minas Gerais e na Região Nordeste e na recuperação e no controle de processos erosivos

Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba – Nacional

Visa proporcionar à população acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, visando o seu bem-estar, a melhoria da saúde, o desenvolvimento econômico e a preservação da qualidade dos corpos de água. Em 2007, foram destinados recursos para a elaboração de projetos, apoio e supervisão de obras e ações ambientais em 194 municípios. Cabe destacar os contratos e os convênios para a execução de obras em 65 cidades, a elaboração de projetos para atender a 92 Municípios e a publicação de editais para a execução de obras em seis Municípios e a elaboração de projetos básicos em 15 municípios. Foram ainda concluídos os termos de referência visando a publicação de editais para execução de obras e projetos básicos em 16 municípios. Da dotação de R\$ 388.439.588,00, foram aplicados R\$ 2.221.282,11.

Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba – Nacional

Visa implementar obras e atividades que contribuam para a revitalização da Bacia, a regularização da vazão e a melhoria das condições de escoamento dos Rios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba, inclusive ações de drenagem que resultem na recuperação de solos, restabelecimento das funções ambientais dos ecossistemas degradados e obras hidráulicas de controle de enchentes e gestão hídrica. Em 2007, foram concluídas as obras para a canalização do Córrego dos Machados com extensão de 1,5 km no Município de Bom Despacho (MG). Em 2007, a dotação de R\$ 1.664.889,00 foi integralmente aplicada.

Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama/Juazeiro-No Estado da Bahia

Visa à melhoria da navegação do rio São Francisco, inicialmente no trecho Ibotirama/Juazeiro (BA) e, em etapa posterior, no trecho Pirapora/Ibotirama. Serão realizados estudos, construção e monitoramento de um campo de provas em Barra (BA) em escala real utilizando as técnicas de contenção dos processos de erosão das margens (bioengenharia), dragagens, derrocamentos e recomposição das matas ciliares. Em 2007, destacaram-se a conclusão da recuperação da eclusa da barragem de Sobradinho, a colocação de mantas bio e geo-têxteis para proteção das margens, o plantio de mudas em aproximadamente 1.100 metros de margem (60ha) do trecho do campo de provas e o deslocamento da draga Matrinchã de Pirapora (MG) para Barra (BA), onde aguarda o licenciamento para início de operação. Da dotação de R\$ 27.000.000,00, foram aplicados R\$ 3.863.084,11.

Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco

A ação visa garantir o reforço hídrico para a regularização das águas da Bacia do São Francisco e a melhoria das condições fluviais no Velho Chico; promover a articulação entre as diversas instâncias governamentais e a sociedade, no sentido de viabilizar a recuperação dessa Bacia; bem como aumentar a oferta hídrica de melhor qualidade para usos múltiplos. Em 2007, foram destinados recursos para implantação dos sistemas de esgotamento

sanitário dos Municípios de Penedo (AL), Bom Jesus da Lapa (BA), Cabrobó e Petrolina (PE); realização de serviços topográficos e de desenho técnico para apoio à elaboração de projetos e à fiscalização de obras de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas. Foi dada continuidade à implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nos Municípios de Santa Maria da Boa Vista, Petrolina, Cabrobó, Afrânio, São José do Egito, Dormentes em Pernambuco; Pirapora, Caeté, Bom Despacho, Caetité, Bambuí, Nova Lima, Pimhui, Papagaios, Pains em Minas Gerais; Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Lapão, Barreiras, Santa Maria da Vitória, Irecê, Paratinga na Bahia; Penedo, Feliz Deserto, Craíbas, Jacaré dos Homens em Alagoas e Neópolis em Sergipe.

Também estão em execução as seguintes atividades: realização dos estudos para a avaliação energética da Bacia do São Francisco; recuperação e operacionalização dos dessalinizadores instalados na região do Semi-Árido; execução dos serviços de proteção e manejo dos recursos naturais de unidade de conservação do Baixo São Francisco – Área de Proteção Ambiental do Rio Marituba do Peixe, em Alagoas; estudos de viabilidade para a elaboração do Parque Eólico de Sobradinho - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL); continuidade da elaboração dos projetos básicos e executivos para a implantação dos sistemas de esgotamento sanitário em diversas cidades dos Estados de Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Bahia e Alagoas; continuidade da elaboração dos estudos de viabilidade para a implantação de um sistema de barragem de regularização da vazão das Bacias dos Rios das Velhas, Paracatu e Urucuia; implementação de ações no âmbito do Programa Hidrovia do São Francisco; continuidade à revitalização ambiental dos perímetros irrigados da Codevasf; execução de obras de macrodrenagem em Montes Claros (MG); implantação de obras de recuperação e revitalização da orla fluvial em Carinhanha (BA); implantação de sistema de abastecimento de água difuso em Poço das Trincheiras (AL); recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú (PE) - Projeto Base Zero; construção de sistema de abastecimento de água em Penedo (AL); execução dos serviços de perfuração de poços tubulares profundos para atender a pequenas comunidades rurais na Bahia; implantação do sistema de abastecimento de água de Itapicuru, Etapa II, no em Sítio do Mato (BA); construção de cisternas de placas para captação de água de chuva para consumo humano, em Bom Jesus da Lapa (BA); serviços de desassoreamento e limpeza da calha do Rio Gorutuba (MG) e construção de 106 cisternas em Jaguarari (BA). Da dotação de R\$ 88.268.931,00, foram empenhados R\$ 13.501.733,86 e pagos R\$ 9.889.764,86 de Restos a Pagar.

Monitoramento da Qualidade da Água na Bacia do Rio São Francisco

A ação tem como finalidade assegurar a oferta de água para o consumo humano e animal, por meio do controle da qualidade das águas residuais e efluentes que se dirigem ao Rio São Francisco e seus afluentes. Em 2007, foram destinados recursos para a recuperação de dessalinizadores do Projeto Água Doce, o monitoramento da qualidade da água dos perímetros e das barragens da Codevasf, a continuidade dos serviços de proteção e manejo dos recursos naturais de unidades de conservação do Baixo São Francisco e a aquisição de motor para o Barco Escola a Vapor São Salvador. Da dotação de R\$ 1.786.162,00, foram empenhados R\$ 1.737.427,35 e pagos R\$ 253.242,00 de Restos a Pagar.

Reflorestamento de Nascentes, Margens e Áreas Degradadas do São Francisco

A ação tem como finalidade proteger áreas contra erosões e assoreamentos, recuperar mananciais hídricos e aumentar a oferta de água nas sub-bacias. Em 2007, foram destinados recursos para a elaboração do programa de desenvolvimento florestal da Chapada do Araripe, do plano de ação da Área de Proteção Permanente do entorno da Barragem de Sobradinho e do plano de desenvolvimento florestal da Bacia do São Francisco; o levantamento do uso atual da área de preservação permanente da Barragem do Bico da Pedra, a celebração de convênios para a estruturação da gestão ambiental e o licenciamento em 20 Municípios do Estado da Bahia e para a implantação do programa de desenvolvimento florestal da Chapada do Araripe em Pernambuco. Deu-se continuidade à recuperação de matas ciliares integradas a processos de apicultura e aos estudos para implantação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) em Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Santa Maria da Vitória na Bahia. Da dotação de R\$ 4.840.505,00, foram empenhados R\$ 4.245.089,64 e pagos R\$ 1.350.493,00 de Restos a Pagar.

Recuperação e Controle de Processos Erosivos na Bacia do São Francisco

O propósito dessa ação é controlar os processos erosivos e recuperar as áreas degradadas na Bacia do São Francisco. Em 2007, devido aos projetos referentes à recuperação e ao controle de processos erosivos serem executados por meio das ações do PAC, somente foram aplicados recursos em custeio operacional. Com os recursos de Restos a Pagar, foi dada continuidade à delimitação da área de preservação permanente da Barragem Bico da Pedra (MG); à construção de passagem molhada no Rio Gorutuba, Município de Janaúba (MG); à elaboração de projeto para implantação de sistema de abastecimento de água na Sub-bacia do Ribeirão Boa Vista, na Região do

Alto São Francisco, nos Municípios de Divinópolis, Carmo da Mata, Cláudio, Bocaina e Marilândia (MG); à limpeza da lagoa do Alecrim, localizada em Igreja Nova (AL); à construção de galpão para guarda de agrotóxicos no Perímetro de Cotinguiba/Pindoba (SE); à recuperação de processo erosivo nas margens do Rio São Francisco no Estado de Sergipe; à elaboração de plano de ação da Área de Proteção Permanente do Lago de Sobradinho; à execução de obras de contenção de erosão na orla fluvial do Município de Sítio do Mato (BA). Da dotação de R\$ 5.974.626,00, foram aplicados R\$ 9.401,37, além dos Restos a Pagar de R\$ 2.170.244,00 nessas atividades.

DEFESA CIVIL

Foram priorizadas as ações preventivas e de preparação, bem como o atendimento emergencial da população afetada por desastres, em apoio aos Estados e aos Municípios. Para investir no desenvolvimento dos recursos humanos que se dedicam à redução de riscos em todo o País, enfatizou-se no ano de 2007 a construção do processo multidisciplinar relacionado ao tema risco de desastre. Com esse objetivo, promoveu-se o II Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Defesa Civil, que se constituiu num fórum de debates e de difusão de conhecimentos, no qual foram apresentadas as iniciativas e as dificuldades, para o enfrentamento de situações de desastres; e as possibilidades de ações preventivas, de preparação, de resposta e de reconstrução, o que envolve a participação comunitária na busca permanente da minimização dos desastres.

Durante 2007, foram realizados 28 cursos técnicos em apoio a Estados e Municípios, com 822 pessoas capacitadas. Em agosto, foi apresentada a todos os integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC a versão 2.0 do Sistema Operativo de Defesa Civil, composto por *hardware* e *software* elaborado em parceria com o Instituto Militar de Engenharia (IME) ao longo de mais de três anos de trabalho. Esse Sistema é uma ferramenta de gerenciamento de crises, por meio do qual os agentes de defesa civil, em todos os níveis, terão condições de realizar as ações de prevenção, de preparação, de resposta, principalmente, e até de reconstrução, constituindo-se em um marco para a Defesa Civil brasileira. Os primeiros cursos de capacitação para operar o Sistema foram realizados, mediante rodízio, em alguns dos Estados da federação, atendendo a todas as 27 Coordenadorias de Defesa Civil estaduais e do DF.

No decorrer do ano foram desenvolvidos diversos seminários na área de riscos naturais, tecnológicos e sociais e firmadas parcerias com instituições nacionais e internacionais que também estão envolvidas no gerenciamento de riscos e desastres, tais como o Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a União Latino Americana de Psicologia, a Organização Panamericana de Saúde e o Centro de Treinamento da Guarda Costeira dos Estados Unidos. Também realizou, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o I Seminário Internacional sobre Assistência Humanitária, em São Paulo/SP.

Além disso, foi realizada a III Semana Nacional para a Redução de Desastres, com o tema “A Redução dos Desastres começa na Escola”, quando foram distribuídos materiais educativos à 11 mil alunos do País, com o objetivo de oportunizar o conhecimento e promover uma mudança cultural para crianças, jovens e adultos sobre a importância da redução de desastres, bem como instrumentalizar os Municípios brasileiros com informações e orientações sobre Defesa Civil. Foram realizados, ainda, o IV Fórum Nacional de Defesa Civil, em Jaraguá do Sul/SC; o III Seminário Internacional de Defesa Civil, em Recife/PE; o I Encontro do Nordeste de Defesa Civil, em Fortaleza/CE e diversos eventos regionais, os quais contaram com a participação de representantes técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Civil - Sedec.

No ano de 2007, foram emitidos, pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - Cenad, 1.834 alertas preventivos - em relação a eventos meteorológicos extremos - com riscos à segurança da população. Os alertas preventivos são baseados em informações dos institutos e centros nacionais e regionais de meteorologia e enviados aos órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil. Com a divulgação desses alertas a Sedec pretende minimizar a perda de vidas e os danos ao patrimônio e ao meio ambiente, de forma a permitir que todos tenham como responder com antecedência a uma situação na qual ocorra um evento adverso e incentivar a adoção de medidas preventivas pela população, governos estaduais e municipais..

No âmbito internacional, o Brasil foi representado, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, na Reunião da Plataforma de Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em abril, na Suíça.

PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Apoio a Obras Preventivas de Desastres

Essa ação objetiva reduzir desastres com a implementação de medidas estruturais como obras de engenharia em áreas de risco de inundações, deslizamentos, desabamentos, entre outros desastres. Com a aprovação do OGU/2007, a dotação perfazia R\$ 138,78 milhões, dos quais R\$ 113,63 milhões oriundos de Emendas Parlamentares. Posteriormente, esse montante foi acrescido de R\$ 110,0 milhões de recursos extraordinários (Medida Provisória nº 408/2007), perfazendo assim o total de R\$ 248,78 milhões aprovados em 2007 para obras preventivas de desastres.

Em 2007, foram empenhados R\$ 118,8 milhões para atender a 171 projetos, dos quais 146 foram implementados pela Caixa Econômica Federal, no total de R\$ 72,05 milhões, e 25 projetos, por meio de convênios, no valor de R\$ 46,75 milhões, todos inscritos como Restos a Pagar no exercício de 2008, tendo sido liberados recursos no valor de R\$ 13,49 milhões para nove projetos.

RESPOSTA AOS DESASTRES

Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastre

Esse Programa contempla quatro ações, destacando-se a de *Socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres* que contempla o apoio emergencial do Governo Federal aos governos estaduais e municipais nos casos de desastres, prioritariamente em situação de emergência ou em Estado de calamidade pública, principalmente para atender à população mais vulnerável.

No Orçamento Geral da União - OGU/2007 foram aprovados R\$ 500.000,00 para essa ação, destinados ao fornecimento de alimentos, medicamentos, material de higiene pessoal e desinfecção de ambientes, entre outros. Esse montante revelou-se insuficiente, razão pela qual foram suplementados com recursos extraordinários, por meio de Medidas Provisórias ao longo do ano. Especificamente para essa Ação, foram aprovados R\$ 210,99 milhões, discriminados na tabela abaixo:

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS PARA A AÇÃO - SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRE, APROVADOS PARA 2007

LEGISLAÇÃO	VALOR R\$ 1,00
Decreto de 05.01.2007 – Reabertura de crédito	42.989.390,00
MP nº 344, de 05.01.2007, convertida na Lei nº 11.468, de 17.04.2007	10.000.000,00
MP nº 364, de 18.04.2007, convertida na Lei nº 11.503, de 12.07.2007	35.000.000,00
MP nº 399, de 16.10.2007	68.000.000,00
MP nº 408, de 26.12.2007	55.000.000,00
TOTAL	210.989.390,00

Fonte: DAG/SEDEC

Com esses recursos, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, foram atendidas 1.080.535 pessoas afetadas por desastres, em 370 Municípios de 15 Estados da União, com a distribuição de 216.107 cestas de alimentos, ao longo de 2007.

CESTAS DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDAS EM 2007

ESTADO	Nº DE CESTAS DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDAS	Nº DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS
AMAZONAS	31.260	8
BAHIA	62.127	55
CEARÁ	14.690	17
MARANHÃO	1.430	3
MATO GROSSO	4.100	2
MATO GROSSO DO SUL	515	2
MINAS GERAIS	15.095	48
PARÁ	13.000	6
PERNAMBUCO	5.045	13
PIAUÍ	26.925	37
RIO DE JANEIRO	3.000	28
RIO GRANDE DO NORTE	11.390	5
RIO GRANDE DO SUL	13.200	100
SANTA CATARINA	7.330	41
TOCANTINS	7.000	5
TOTAL	216.107	370

Fonte: CENAD/SEDEC

Em parceria com o Ministério da Saúde, foram distribuídos 43 kits de medicamentos, que atenderam 21.135 pessoas de 19 Municípios localizados no Estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar o atendimento de cerca de 6,06 milhões de pessoas atingidas pela estiagem no ano de 2007, sendo 5.546.472 na região nordeste, 438.735 na região sudeste, 60.934 na região norte, 15.801 na região centro-oeste e 248 na região sul, e, também, o abastecimento d'água com carro-pipa, em 570 Municípios do semi-árido brasileiro. A execução dessa atividade correspondeu em 2007 à utilização de aproximadamente R\$ 100,0 milhões, que foram destacados para o Ministério da Defesa/Comando do Exército, para operacionalizar a distribuição de água potável às populações.

6.10. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Em 2007 foi lançado o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci. Pautado na idéia de um novo tipo de coesão social, o programa busca reconstruir a cidadania e resgatar a paz nos territórios do País.

Organizado em um conjunto de projetos, que se dividem em projetos estruturantes, com alcance nacional, e em projetos de caráter local, com abrangência específica em 11 regiões metropolitanas do País, selecionadas em razão dos altos índices de violência, o Pronasci atua na prevenção, no controle e na repressão da criminalidade.

Superando o fracionamento de políticas, o Pronasci pressupõe horizontalidade dos atores e trata a questão da Segurança Pública como algo sistêmico, ou seja, a segurança pública é uma conquista democrática da sociedade. Respeitadas as funções privativas de todos os atores, o que se pretende é tornar clara a interdependência entre estas funções, que, harmônicas entre si, contribuem consideravelmente para a resolução do problema da violência e para o resgate da cidadania.

O projeto é uma sistematização de todas as políticas e atores necessários ao seu enfrentamento, uma vez que ajusta as atividades já realizadas, potencializando-as em conjunto, atividades estas que, de fato, já se encontravam exitosas, isoladamente.

Além dos objetivos estabelecidos pelo Pronasci, o Governo Federal atuou na modernização, no fortalecimento e na integração das instituições de Segurança Pública e Justiça; na democratização e aperfeiçoamento do acesso à justiça, promoção da justiça social à ordem econômica e às relações de consumo; e na reorganização e fortalecimento do Sistema Nacional da Política Indigenista.

MODERNIZAÇÃO, FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

A violência é uma das principais questões da coletividade moderna, exaustivamente discutida e debatida. Certo é que, por um lado, é alimentada pelo recrutamento e alienação de jovens, e por outro, é financiada pelo crime organizado, num cenário que demanda modernização, fortalecimento e integração das instituições de Segurança Pública e Justiça.

A fim de garantir a sensação de segurança da sociedade, a partir da prevenção e repressão à criminalidade, o Governo Federal desenvolveu ações estratégicas, com os objetivos de modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça. Um exemplo notável foi a articulação e o aporte de investimentos realizados no Plano de Segurança dos Jogos Pan-Americanos, com a mobilização da Força Nacional, das Polícias Federais, dos Estados e da sociedade civil organizada, demonstrando a maturidade das políticas empreendidas e a possibilidade de realização de eventos de grande porte.

Outrossim, verifica-se a abrangência e importância do Sistema Único de Segurança Pública, o crescimento do Sistema Penitenciário Federal, a atuação constante das Polícias Federal e Rodoviária Federal, deflagrando diversas operações no transcorrer de 2007. Além disso, destaca-se o trabalho articulado no combate ao crime transnacional, com investimentos maciços em estrutura tecnológica.

SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

Seguindo os princípios do federalismo democrático, o Governo Federal assumiu papel de mediação na articulação sistêmica entre os órgãos de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de organizações governamentais e não governamentais que, direta ou indiretamente, buscam uma solução para o problema da violência e da criminalidade.

Visando profissionalizar a gestão das ações e políticas de segurança pública, bem como pautar as estratégias utilizadas segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Governo Federal centrou suas ações em seis eixos principais: modernização organizacional das Instituições de Segurança Pública; criação de um

sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Destaque-se que todos os órgãos estaduais de segurança pública aderiram ao SUSP, assumindo com a União o compromisso de reduzir a violência e de combater o crime organizado, promovendo, assim, uma maior integração com os Estados, Polícias Federal, Polícia Rodoviária Federal e Guardas Municipais.

Desde que o SUSP foi implantado, importantes ações têm marcado o êxito nos processos de articulação entre os órgãos de segurança pública: a alimentação e consulta de informações na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública - Infoseg; a formação integrada de policiais por meio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - Renaesp e Rede Nacional de Educação à Distância em Segurança Pública; a atuação integrada das áreas de perícia de todos os Estados e do Distrito Federal, por meio da Rede Nacional de Laboratórios de DNA; e a articulação e o planejamento das ações por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada e as ações da Força Nacional no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Rio de Janeiro.

No ano de 2007, esse processo de implantação e institucionalização do SUSP atinge sua maturidade, ao integrar o planejamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. Nesse contexto, os princípios e diretrizes do SUSP foram traduzidos em um conjunto, objetivo e claro, de ações a serem implementadas nas regiões com índices críticos de violência no Brasil.

Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informações vêm sendo continuamente aperfeiçoados e modernizados: Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal; Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência; e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do SUSP. O monitoramento constante da situação da segurança pública no País, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, visa permitir não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

No que tange ao Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESPJC, foram modernizados e aperfeiçoados, em 2007, os módulos: “Ocorrências Criminais e Atividades de Segurança Pública – Polícia Civil/PC e Polícia Militar/PM” e “Perfil das Organizações de Segurança Pública – PC, PM, Corpo de Bombeiros/CB, Delegacia Especial de Atendimento à Mulher/DEAM, Departamento de Polícia Judiciária da Capital/DECAP, Instituto Médico Legal/IML, Guarda Municipais/GM, Corregedorias e Academias de Polícia”. O módulo “Controle da Ação Policial” está sendo implantado por meio da criação do Sistema Nacional de Gestão das Ouvidorias de Polícia, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Pesquisas-piloto do módulo “Fluxo do Sistema de Justiça Criminal”, que avalia o fluxo de encaminhamento das ocorrências registradas pelas Polícias Militares, de inquéritos abertos e concluídos pelas Polícias Cíveis, de denúncias apresentadas pelo Ministério Público e de casos julgados e condenados nos Tribunais de Justiça, já foram realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Com esse módulo, pretende-se obter as informações necessárias para desenvolver políticas nacionais, no sentido de reduzir a impunidade do sistema de justiça criminal brasileiro.

Entre as ações para implantação do SINESPJC, foram realizadas atividades de capacitação sobre a importância e o uso do sistema, nas seguintes unidades federativas: BA, CE, PE, SE, SP, RJ, PR, DF e MA. Também se ressalta o esforço empreendido, em 2007, no sentido de viabilizar a realização da Pesquisa Nacional de Vitimização, prorrogada para 2008. Tal pesquisa permitirá a realização de uma consulta à nação quanto à real situação da incidência de crimes e os padrões da relação entre polícia e comunidade em todas as Unidades da Federação, viabilizando a efetiva implantação da Segurança Cidadã.

Reputa-se também a Infoseg, como uma ação altamente estruturante na vida nacional, sob o aspecto de integração dos sistemas dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados, o Distrito Federal e os órgãos federais. Os acessos às informações da Rede passaram de 4 milhões em 2004 para 26 milhões em 2007, com mais de 90 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federais e estaduais. Outro fato marcante

relacionado ao aprimoramento das atividades do Infoseg nos últimos anos foi a integração da Rede aos países do Mercosul: Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile.

A Rede já disponibiliza informações sobre narcotráfico, inquéritos policiais, processos judiciais criminais e mandados de prisão, além dos dados cadastrais e imagens de condutores e de veículos, como dados de proprietários, condutores, multas. As informações sobre armas de fogo do Departamento de Polícia Federal – Sistema Nacional de Armas/Sinarm e do Exército Brasileiro – Sistema de Gerenciamento Militar de Armas/Sigma, também estão disponíveis para os usuários.

Ações de Prevenção à Violência e à Criminalidade

Em 2007, ocorreu a celebração de convênios com 98 Municípios para ações de prevenção à violência e criminalidade. O público-alvo das atividades de prevenção são crianças, adolescentes e jovens até 24 anos, sendo que o Governo Federal também procura inserir nos projetos executados temas trabalhados de forma articulada com outros órgãos governamentais. Exemplos disso são as parcerias com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Justiça, nos temas “Criança e Adolescente”, “Mulheres”, “Sistema Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos” e “Tráfico de Pessoas”.

As ações em parceria possibilitam a implementação de políticas públicas específicas para as temáticas trabalhadas. Como ocorre, por exemplo, com a consolidação da política para enfrentamento da violência doméstica e de gênero. Além da elaboração e disponibilidade de cursos específicos de formação para profissionais de segurança pública, visando o atendimento dessa demanda, a partir da Pesquisa Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM, foi possível estabelecer um conjunto de equipamentos que estão sendo adquiridos e doados diretamente a estas unidades funcionais, os quais possibilitam a qualificação técnica e tecnológica dos serviços prestados.

Visando dar nova dinâmica às atividades de prevenção à criminalidade, propiciando ambiente de parceria entre a polícia e o cidadão, foram empreendidos esforços no sentido de consolidar uma filosofia nacional de Polícia Comunitária. Nesse enfoque, uniformizou-se a doutrina de Polícia Comunitária, por meio da publicação de dois livros – Curso de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso de Promotor de Polícia Comunitária – e foram realizados cursos de Promotores de Polícia Comunitária, em parceria com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, para mais de 22.000 alunos, em todo País. No contexto da realização desses cursos, um fato importante a se destacar é a presença, na mesma sala de aula, tanto de policiais das diversas forças, como também de bombeiros, guardas municipais e representantes das comunidades organizadas, proporcionando um fortalecimento nas relações polícia-comunidade, constituindo-se como ação preparatória de suma importância para as atividades do Pronasci.

Em novembro de 2007, no Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs, envolvendo inclusive países fronteiriços com o Brasil, obteve-se um avanço no direcionamento estratégico da atuação dos GGI, sob o foco da integração sistêmica dos órgãos e das instituições transnacionais, federais, estaduais e municipais, no planejamento e na execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade local e transnacional.

O GGI é um fórum deliberativo e executivo, responsável por coordenar o SUSP nas Unidades Federativas. Presentes nas 27 Unidades da Federação, congregam representantes do sistema de segurança pública nas esferas federais, estaduais e municipais, tendo como princípios de atuação a deliberação por consenso, desprendimento pessoal, pensamento sistêmico, sem hierarquia, respeitando a autonomia das instituições participantes e com foco na cidadania. Desde 2003, atua em ações preventivas e de enfrentamento do crime organizado, tais como o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, além da integração entre as Polícias Federal e Estadual na investigação de crimes. Ressalte-se que a execução do Pronasci tem como um de seus pilares a implementação de GGI em âmbito municipal para a articulação multidisciplinar entre a polícia e a sociedade.

Finalmente, destacam-se as ações desenvolvidas pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos, composta pelos Ministérios da Justiça, Defesa (Marinha do Brasil), Fazenda, Relações Exteriores e dos Transportes, juntamente com as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis nas Unidades da Federação – Cesportos, as quais, em 2007, inspecionaram e concederam a certificação para 14 instalações portuárias que atuam no comércio exterior.

Nesse sentido, destaca-se o Porto do Rio de Janeiro, pela implementação do Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias da Organização Marítima Internacional – ISPS Code/IMO e pela implementação de seus respectivos Planos de Segurança Portuária, perfazendo o total de 165 instalações certificadas. Foram aprovados quatro “Planos de Segurança” e quatro “Avaliações de Risco” de novas instalações que se submeteram ao ISPS Code/IMO.

Força Nacional de Segurança Pública

A consolidação da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP foi destaque em 2007. É um instrumento de cooperação federativa que atua à luz do SUSP e do Pronasci, por meio da estruturação de um grupo de elite composto pelas polícias dos Estados. Trata-se de solução eficaz para o devido emprego de operadores de segurança pública em ações emergenciais. Inspirado na atuação das forças de paz da Organização das Nações Unidas, a FNSP é controlada pelo Governo Federal e atua, quando acionada, em situações de calamidade ou casos de crise aguda nos Estados e no Distrito Federal, que exijam reforço na segurança.

Nessas circunstâncias, a FNSP somente é acionada mediante requisição dos Governos Estaduais ao Governo Federal e fica sob o comando do solicitante, garantindo, assim, o princípio da não intervenção na autonomia do ente federado. A Força Nacional tem como objetivo, ainda, estimular a solidariedade federativa, bem como acabar com o problema das fronteiras internas, que impediam a cooperação entre as polícias estaduais e geravam conflitos de jurisdição, permitindo a ação desmedida de grupos criminosos.

Merecem destaque as medidas relacionadas à implementação do Protocolo de Kyoto, gerenciamento de uma nova crise energética, aumento do fluxo turístico no País e o aproveitamento racional da biodiversidade. Até 2007, foram formados 7.991 policiais militares de todo o País, dentre os quais 563 são bombeiros.

Como ação primordial da Força Nacional, destaca-se a garantia de segurança durante os Jogos Pan-Americanos. Nessa oportunidade, a Força Nacional demonstrou sua capacidade de operação, uma vez que os Jogos transcorreram sem nenhum incidente significativo que comprometesse a segurança da população, dos turistas e das delegações, demonstrando a capacidade de o País abrigar grandes eventos internacionais.

A Força Nacional, atualmente, encontra-se em ação nos Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e na região do Entorno do Distrito Federal, auxiliando os governos dos referidos entes federados em questões afetas à segurança pública. O quadro abaixo retrata as atividades e os investimentos que foram aplicados, durante o exercício de 2007, com a Força Nacional de Segurança Pública:

ATIVIDADE	INVESTIMENTO
NÚMERO DE REQUISIÇÕES DOS ESTADOS	3
QUANTIDADE DE HOMENS MOBILIZADOS	7.991
RECURSOS DESTINADOS	R\$ 36.312.260,02

Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional

Quanto à formação profissional, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - Renaesp promoveu o acesso democrático aos processos de educação em segurança pública, continuada e de qualidade, aos profissionais de segurança pública por duas vias:

a) pelo credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a realização de cursos de especialização de gestão em Segurança Pública. Em 2007, foram credenciadas 65 IES para a promoção de 81 cursos de especialização que qualificarão, para os próximos anos, 5.000 profissionais. A parceria com as IES tem por objetivo difundir o conhecimento e a capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania, os Direitos Humanos e a construção da paz social, articulados com os avanços científicos e o saber acumulado. Os investimentos são de R\$ 18,6 milhões; e

b) pela educação à distância, para a realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento em temáticas essenciais ao desenvolvimento de suas atividades. Para tanto, foram implantados 320 telecentros - ambientes físicos dotados de tecnologia, constituídos por tele-sala, web-sala e ambiente para a tutorial - nos quais os profissionais de segurança pública têm acesso a cursos específicos para a área. Em 2007, a Rede qualificou 57.000 profissionais de segurança pública, e foram investidos R\$ 14,5 milhões.

Em 2007, a Senasp desenvolveu ainda ações educativas para a promoção dos Direitos Humanos na formação dos profissionais de segurança pública, com enfoque no respeito à diversidade. Nesse sentido, foi realizado no Rio de Janeiro, de 10 a 13 de abril, o Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, com a presença de 350 participantes entre os integrantes da comunidade LGBTQT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), profissionais de segurança pública de todas as Unidades da Federação e representantes das Instituições de Ensino Superior que integram a Renaespp.

Destaca-se, ainda, a realização das Jornadas dos Direitos Humanos – JDH para a sensibilização e a mobilização de lideranças multiplicadoras da cultura dos direitos humanos no contexto da segurança pública. A JDH formou, no ano de 2007, 540 profissionais de Segurança Pública, nos Estados do Rio de Janeiro e Maranhão. Os investimentos foram de R\$ 700 mil.

Para Modernização das Academias e Centros de Formação, adquiriu-se, no âmbito do Projeto Interagir, no ano de 2007, 150 kits, sendo cada kit composto por nove DVDs e 340 livros, no valor de R\$ 2 milhões, bem como a aquisição de 54 microônibus, perfazendo um valor de R\$ 8,6 milhões. Também foram realizados cursos e seminários nas áreas de Gestão da Formação dos Servidores em Segurança Pública (81 alunos), Matriz Curricular em Movimento (81 alunos), Sistema de Comando de Incidentes (2.000 alunos), Prevenção em Estádios (30 alunos), Resposta a Produtos Perigosos (300 alunos), Atendimento Pré-Hospitalar (540 alunos), Produção de Provas (18 alunos), Seminário Nacional de Polícia Comunitária (480 alunos), Seminário Internacional de Gabinete de Gestão Integrada (300 alunos) e o Curso de Gerenciamento de Abrigos Temporários (40 alunos) - em parceria com a Secretaria Nacional de Defesa Civil - num total de mais de 4.000 profissionais de segurança pública contemplados.

Em síntese, saliente-se que, em 2007, foram celebrados 57 convênios com os Estados, no valor de R\$ 18,9 milhões, prevendo a qualificação de 30 mil profissionais.

Modernização Organizacional e Tecnológica dos Órgãos de Segurança Pública

O Projeto Segurança Cidadã é um acordo de cooperação internacional firmado em 2004, entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a fim de fortalecer o estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública junto aos entes federados e sociedade civil, apoiando a implementação do Plano Nacional de Segurança.

Dentro das quatro grandes linhas de ação deste projeto – quais sejam: Sistema Integrado de Ensino Apoiado; metodologias de gestão das instituições de Segurança Pública modernizadas; Polícia e Segurança Comunitárias definidas como Políticas Públicas no âmbito do SUSP; e gestão eficiente do projeto. Em 2007 desenvolveu-se uma série de iniciativas importantes, das quais destacam-se o “Programa de Formação de Policiais Condutores de Cães Farejadores”, “Projeto de Regularização Fundiária dos Assentamentos Informais denominados Rocinha e Vidigal”, “Mediação e Resolução Pacífica de Conflitos”, “Gestão de Políticas Públicas de Segurança Cidadã”, “Polícia Comunitária” e “Inteligência e Segurança Pública”. Em 2007, foram repassados ao PNUD investimentos na ordem de R\$ 17,4 milhões.

Outra ação importante realizada em 2007 pelo Governo Federal, por intermédio do SUSP, diz respeito ao Aparelhamento, Reaparelhamento e Modernização dos órgãos de Segurança Pública. Visando racionalizar o gasto dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e atender aos entes federados, conforme sua real necessidade, procedeu-se à aquisição direta de viaturas policiais, equipamentos de proteção e armas letais e não letais para repasse aos Estados e Municípios, na ordem de R\$ 86,5 milhões.

Entre os investimentos realizados por aquisição direta, destaca-se a reestruturação das 200 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, com a doação do kit DEAM (equipamentos de proteção individual, equipamentos de informática e áudio-visual) e a implementação da Lei Maria da Penha.

Finalmente, no tocante à modernização organizacional, saliente-se que, em 2007, foram encaminhados o Projeto de Lei do Sistema Único de Segurança Pública e o Projeto de Lei Orgânica da Polícia Civil para o Congresso Nacional. Os projetos consagram a institucionalização do SUSP: um reordenamento de métodos procedimentais e redefinição de doutrinas para o estabelecimento de um alinhamento nacional em torno da segurança cidadã.

Plano de Segurança dos Jogos Pan e Para Pan-Americanos

Como resultado concreto dessas ações de implantação do SUSP, destacam-se as ações de segurança pública implementadas pelo Governo Federal nos XV Jogos Pan-Americanos. Tais resultados são evidenciados pelo fato de que a realização dos Jogos levou a uma mudança significativa, no período de realização, em termos de redução de crimes. O impacto na capital foi considerável - onde se realizaram os eventos – em relação à Baixada Fluminense, com quedas em pelo menos 13 categorias criminais específicas, além do aumento significativo no número de prisões. As diferenças mais significativas ocorreram nos crimes contra o patrimônio, como nos roubos de celular e de carga, furtos de veículos e total de furtos. Essa ação envolveu, de forma integrada e inovadora e com a participação efetiva das comunidades residentes nas regiões de realização dos Jogos, programas de ações preventivas, preparação e o emprego da FNSP, a implantação de infra-estrutura e sistemas vitais de suporte para segurança pública, e o empreendimento de ações de inteligência, com a participação efetiva das comunidades residentes nas regiões de realização dos Jogos.

Visando garantir resultados sustentáveis para a prevenção da violência e criminalidade, contribuiu para a inclusão social e melhorar a qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro, executaram-se as seguintes ações: Guias Cívicos (6.500 capacitados, aptos para o estágio operacional nos jogos); Espaços Urbanos Seguros (30 projetos financiados); Brigada Socorrista (1.055 formados); Proteção e Atenção às Crianças (22 instituições financiadas); Proteção e Atenção às Famílias (1.000 formados); e Cursos de Gestão de Políticas de Segurança Cidadã.

Durante a realização dos Jogos, foram integrados 3.600 profissionais da FNSP às forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro. O referido contingente foi empregado para atender aos locais de realização dos Jogos, utilizando procedimentos e equipamentos não letais, como também a participação em operações como o enfrentamento às quadrilhas, em auxílio às forças de segurança, destacando as operações junto ao Complexo do Alemão.

Concernente à implantação de infra-estrutura e sistemas de suporte para a segurança pública, destacam-se: Centro de comando e controle; aprimorando a capacidade de despacho de viaturas; localização de ocorrências georeferenciadas, e monitoramento da cidade e locais de jogos através de 1.500 câmaras de monitoramento; Instalação de sistema de radiocomunicação digital, criptografado, possibilitando a comunicação segura e a interoperabilidade dos órgãos de segurança pública; Aquisição de equipamentos e tecnologias antibombas (robôs, veículos especiais, roupas de proteção etc.); Aquisição de bens e equipamentos (aeronaves, veículos, armamentos letais e não-letais, equipamentos de áudio, vídeo, proteção, perícia etc.); e a capacitação de agentes públicos no manejo das ferramentas adquiridas.

No campo das ações de inteligência, destaca-se a reestruturação e modernização do Centro de Inteligência de Segurança Pública do Rio de Janeiro, contribuindo para aumentar a capacidade de produção de inteligência policial no Estado; bem como a instalação de Sistema de Inteligência e a capacitação de policiais na área de interceptação de sinais, visando melhorar a qualidade da prova produzida.

Demais resultados alcançados

Outro resultado importante da implantação do Sistema Único de Segurança Pública é a redução contínua da incidência de homicídios no Brasil nos últimos 5 anos. As principais causas identificadas para essa redução envolvem esforços e ações realizadas nas diversas esferas de governo, nas organizações não-governamentais e na sociedade como um todo.

A violência é uma preocupação de todos. O Estatuto do Desarmamento e o recolhimento de armas foram importantes, por sintetizarem uma série de iniciativas e movimentos, servindo como um marcador de intervenção ampla. Os investimentos em segurança pública, tanto da União, quanto por Estados, Distrito Federal e Municípios, tiveram o papel de estimular o desenvolvimento de estruturas de segurança pública e de projetos locais para o enfrentamento da violência, induzindo políticas locais.

Deu-se ênfase para ações de prevenção da violência em Municípios e criação, por estes, de estrutura dedicada à segurança pública (guarda municipal, secretaria municipal e conselho de segurança pública). Além disso, destaca-se a mobilização da sociedade, os esforços de diversas organizações e de movimentos comunitários.

NÚMERO DE HOMICÍDIOS E TAXAS POR 100 MIL HAB. REGISTRADOS NO BRASIL ENTRE 1980 E 2006

ANO	HOMICÍDIOS	POPULAÇÃO	TAXA POR 100 MIL HAB.
1980	16.252	119.011.052	13,7
1981	17.705	121.154.159	14,6
1982	18.016	123.774.229	14,6
1983	21.416	126.403.352	16,9
1984	24.103	129.025.577	18,7
1985	24.425	131.639.272	18,6
1986	26.095	134.228.492	19,4
1987	27.689	136.780.739	20,2
1988	29.072	139.280.140	20,9
1989	34.902	141.714.953	24,6
1990	34.847	144.090.756	24,2
1991	34.838	146.825.475	23,7
1992	33.242	148.684.120	22,4
1993	35.229	151.556.521	23,2
1994	36.919	153.726.463	24,0
1995	40.109	155.822.296	25,7
1996	42.358	157.070.163	27,0
1997	43.798	159.636.297	27,4
1998	46.875	161.790.182	29,0
1999	47.277	163.947.436	28,8
2000	49.466	169.799.170	29,1
2001	50.994	172.385.776	29,6
2002	53.100	174.632.932	30,4
2003	53.346	176.876.251	30,2
2004	50.738	179.108.134	28,3
2005	49.763	184.184.074	27,0
2006	46.653	186.770.613	25,0

Organização: Ministério da Justiça - MJ/ Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/ Secretarias Estaduais de Segurança Pública/ Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Pesquisa. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Ministério da Saúde / Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

1 - Valores Absolutos obtidos a partir do banco de dados dos Sistemas de Informação Sobre Mortalidade (SIM) - 1996 a 2004. Categorias CID 10: X85-Y09; Y22-Y24; Y28-Y29.

2 - Cálculo feito com base nos Censos Demográficos, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

Para os próximos anos, o Governo Federal almeja a realização de ações que consolidem o Sistema Único de Segurança Pública, por meio da implementação do PRONASCI, objetivando a integração das instituições de segurança pública, a democratização e a participação da sociedade e do Estado no combate à violência e à criminalidade.

No ano de 2007, iniciou-se a realização do Pronasci, a partir das seguintes ações: formalização de Acordo de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul, para implementação do Programa Habitacional para Profissionais de Segurança, com a assinatura do primeiro financiamento da casa própria, junto à Caixa Econômica Federal, por um policial do Rio Grande do Sul; realização de cursos de Polícia Comunitária para 22.000 alunos, incluindo policiais, bombeiros, guardas municipais e a sociedade; capacitação em Cursos de Sistema de Comando de Incidentes – SCI, em 14 unidades da Federação, atingindo, de outubro a dezembro de 2007, a meta prevista no Pronasci (2.000 profissionais de segurança pública, capacitados); e o credenciamento de 80 universidades para ministrarem cursos de especialização para capacitar mais de 5.000 profissionais de segurança pública, em 2008.

GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA

Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança pública

Em 2007, dando continuidade à implantação da Infovia da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública (Infovia MJ) foi realizada a contratação da interligação da rede de dados da sede da Defensoria Pública Geral da União aos seus Núcleos estaduais, bem como da sede do Depen às Secretarias Estaduais de Justiça e Administração Penitenciária. A implantação desta fase da Infovia MJ viabilizará um maior grau de capilaridade ao Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - Infopen e, também, maior agilidade no acompanhamento dos processos que tramitam no âmbito da Defensoria Pública da União, em acréscimo aos serviços de rede de dados já tornados disponíveis quando da implantação da fase inicial da Infovia MJ, entre os quais pode ser citado o sistema de monitoramento remoto para as Penitenciárias Federais. Além disso, também cabe mencionar que foi realizada a implantação do link da Infovia MJ na Penitenciária Federal de Mossoró, ampliando para três o número de penitenciárias federais interligadas à sede do Depen.

Também iniciou-se a atualização tecnológica do sistema ativo de infra-estrutura de rede para o MJ como forma de fazer frente à manutenção do desempenho, à luz do crescimento da quantidade e complexidade dos serviços disponibilizados pela rede de dados. Adicionalmente também foram realizadas aquisições de software de modo a adequar globalmente a infra-estrutura de rede ao novo cenário. Nesse contexto foram realizadas as seguintes ações:

- Substituição dos equipamentos destinados à camada de acesso da rede de dados (*switches* de borda), facultando que um maior número de usuários tenha acesso simultâneo aos serviços da rede do MJ;
- Aquisição de um *Switch* Central, ou *Core Switch*, bem como dos acessórios necessários à sua conexão à rede de dados do MJ, com vistas à garantia dos parâmetros de desempenho global da rede de dados do MJ; e
- Aquisição de licenças de *software* para virtualização de servidores de rede de dados e aquisição de licenças de *software* para atualização das aplicações referentes a banco de dados e correio eletrônico.

APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL

O Sistema Penitenciário Federal, previsto desde 1984, na Lei de Execução Penal, foi criado com o intuito de desarticular o crime organizado nos sistemas penitenciários estaduais, por meio do isolamento de líderes e outros presos de alta periculosidade. No exercício de 2007, foram investidos recursos financeiros da ordem de R\$ 27,7 milhões nas obras das unidades de Mossoró/RN e Porto Velho/RO, com inaugurações programadas para o primeiro semestre de 2008.

Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais

A modernização tecnológica dos estabelecimentos penais estaduais é um tema de grande relevância para o Governo Federal. Em 2007, foram feitos investimentos da ordem de R\$ 30 milhões, dos quais R\$ 26,7 foram investidos em 23 Estados, para atendimento de projetos e soluções tecnológicas, que contribuirão nos aspectos de controle, monitoramento e segurança de unidades penais, bem como para aquisição de veículos de transporte de presos, e o restante no aparelhamento de unidades penais federais.

Serviço Penitenciário Federal

Em 2007, o funcionamento das duas primeiras unidades teve impacto positivo nos sistemas estaduais. Em Campo Grande /MS e Catanduva /PR não houve registro de qualquer incidente relevante relacionado à atuação de facções criminosas no interior de estabelecimentos penais dos Estados. O Sistema Penitenciário Federal encerrou o ano, com 243 presos oriundos de 19 Unidades da Federação.

Apesar da característica diferenciada do Sistema Penitenciário Federal – impondo novos processos de (re) significação da execução penal pelo isolamento de determinados presos – as garantias legais estão sendo asseguradas aos internos. Quanto às modalidades de assistências previstas na Lei de Execução Penal, registra-se que diversas ações já estão sendo planejadas e implantadas no interior das Penitenciárias Federais, a exemplo do Projeto

Pintando a Liberdade – parceria entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Esporte, voltada para a oferta de trabalho prisional, por meio da costura de bolas e Projeto “Iniciação Profissional de Detentos a Distância” – parceria entre o Ministério da Justiça e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, que tem como objetivo principal oportunizar ações de educação profissional para os internos.

Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

O Governo Federal tem buscado interagir, de forma multidisciplinar, com vários órgãos, por meio do fortalecimento de parcerias que contribuem para a reintegração do preso à sociedade e redução dos índices de reincidência criminal. Em 2007, foram firmados Protocolos de Intenções com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgãos do Sistema “S” (SESI, Senai, SESC, Senac e Sebrae) e o Centro Integrado Empresa Escola. A parceria com o Ministério da Educação possibilitou a ampliação do Projeto Educando para a Liberdade para mais seis Estados.

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional – PNSSP conta, hoje, com 149 equipes cadastradas, em dez Unidades Federativas, que promoveram o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais. Cada equipe é constituída por médicos, enfermeiros, odontólogos, assistentes sociais, psicólogos, auxiliares de enfermagem e de consultório dentário. Em 2007, o Ministério da Justiça repassou ao Fundo Nacional de Saúde, para posterior remessa aos Estados, cerca de R\$ 3,2 milhões relativos ao incentivo para a atenção à saúde no sistema penitenciário.

A atuação do Governo Federal nas políticas de reintegração social do preso, internado e egresso ainda contou com o financiamento de projetos sociais, beneficiando 19 Estados, com recursos da ordem de R\$ 3,7 milhões.

Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais

Uma sólida política de financiamento aos Estados, cuja finalidade precípua é gerar vagas, resultou na celebração de 32 contratos de repasse, por intermédio da Caixa Econômica Federal, para a geração futura de 5.349 novas vagas, fruto de um investimento de, aproximadamente, R\$ 133,9 milhões. A construção de novos estabelecimentos penais contribui para a criação de novos postos de trabalho na construção civil, influenciando o desenvolvimento social e econômico das regiões beneficiadas. Em 2007, como consequência de convênios celebrados em anos anteriores, foram criadas 4.184 novas vagas nos sistemas penitenciários locais.

Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas

Em 2007, os esforços do Governo Federal, voltados para o fomento à aplicação das penas e das medidas alternativas, contribuíram decisivamente para frear o crescimento da população prisional, tendo em vista que foram aplicadas cerca de 422 mil penas e medidas substitutivas à privação de liberdade. Atuando no financiamento de projetos, o MJ investiu cerca de R\$ 1,6 milhões, beneficiando 12 Unidades da Federação.

Capacitação em Serviços Penais

A valorização do servidor penitenciário insere-se no rol de prioridades do Governo Federal. Por meio de celebração de convênios, 17 Estados foram contemplados com cursos de capacitação e mais sete Escolas Penitenciárias foram implantadas. Atualmente, já são 25 os Estados que possuem estrutura própria de capacitação em serviços penais. Note-se que todas as ações referentes ao Sistema Penitenciário Federal estão em estreita consonância com o PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

COMBATE À CRIMINALIDADE

Em 2007, pesquisa da Associação dos Magistrados do Brasil apontou a Polícia Federal - PF como a instituição com maior credibilidade no País (75,5% dos entrevistados). Essa confiança é reflexo do fortalecimento do órgão e da intensificação das ações de combate à corrupção e ao crime organizado em todo o País.

Com a cooperação de outras instituições do Executivo, do Ministério Público e do Poder Judiciário, a PF realizou, em todo o território nacional, 188 operações especiais contra o crime organizado, reprimindo o tráfico de entorpecentes, contrabando, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes contra o meio ambiente,

fraudes em licitações, entre outros, que resultaram na prisão de 2876 pessoas, demonstrando a eficiente ação da Polícia Federal.

Em 40 operações especiais de combate à corrupção, a PF descobriu e atacou focos de desvio de dinheiro público em todo o País. As investigações atingiram setores do Legislativo, do Executivo e do Judiciário e resultaram na prisão de 316 servidores públicos e 13 policiais federais. As operações de combate à lavagem de dinheiro e fraudes em licitações públicas também ganharam destaque no ano de 2007. Foram 29 ações especiais, com a prisão de 592 pessoas. Em apenas cinco delas, a PF identificou mais de R\$ 3 bilhões em fraudes.

No combate ao narcotráfico foram realizadas 33 operações especiais. As apreensões de ecstasy em 2007 foram dez vezes maiores que em 2006. Foram apreendidos, ao longo do ano, 209 mil comprimidos, contra 19 mil no ano anterior. Foram apreendidas ainda, mais de 15 toneladas de cocaína e 173,7 toneladas de maconha.

Como parte da política de controle de armas do Governo Federal, a PF realizou uma campanha nacional de recadastramento. O Sistema Nacional de Armas/Sinarm do DPF recadastrou 116.362 armas, registrou 17.917 novas armas, emitiu 1.900 portes e apreendeu 12.614 armas irregulares.

Entre as principais operações policiais, destaca-se a Farrapos, em que se cumpriram 17 mandados de prisão e 28 ordens de busca e apreensão, com o objetivo de desarticular organização internacional dedicada ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro, sendo a responsável pela prisão do grande narcotraficante colombiano Juan Carlos Abadia. Também merecem destaque as operações Navalha e Persona. Na primeira, contando com cerca de 400 policiais federais mobilizados em vários Estados, desarticulou-se uma organização criminosa que atuava desviando recursos públicos federais, oportunidade em que foram cumpridos cerca de 40 mandados de prisão preventiva e 84 mandados de busca e apreensão. Na segunda, em conjunto com a Receita Federal e o Ministério Público Federal. Em três Estados da Federação, foi desarticulado um esquema fraudulento de comércio exterior, criado por empresários brasileiros para beneficiar uma empresa multinacional americana.

O Serviço de Proteção aos Direitos Humanos e ao Depoente Especial foi responsável, ao longo de 2007, pela segurança de 83 pessoas, sendo 29 depoentes especiais e 54 familiares.

O combate a crimes contra o meio ambiente, tráfico de drogas e armas nas fronteiras e na região Amazônica também foi prioridade para a instituição. A atuação da Polícia Federal, por meio de operações permanentes nas divisas com a Colômbia, Bolívia, Venezuela, Peru, Paraguai, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Cone Sul (Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai), foi reforçada com o aumento do efetivo nessas regiões. A última turma de policiais federais, formada em dezembro de 2007, pela Academia Nacional de Polícia, composta de 740 servidores, foi lotada em grande parte nessa área.

No corrente ano, houve um acréscimo de 1.412 servidores no efetivo da instituição, chegando ao total de 14.447 servidores, sendo 11.133 policiais federais e 3.141 servidores administrativos. Para os próximos anos, o Governo Federal planeja um incremento de mais dois mil policiais federais e três mil servidores administrativos, o que contribuirá, ainda mais, para o aumento da efetividade, eficiência e eficácia da Polícia Federal. Em julho de 2008, será finalizado o treinamento da última turma de servidores aprovados no último concurso, de 2004.

MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

A fim de manter essa eficiência, foram necessários recursos de investimento e custeio. Assim, em 2007 investiu-se R\$ 190 milhões em capital e destinados mais de R\$ 543 milhões para o custeio da Administração, desconsiderando-se despesa com pessoal e serviços /amortização da dívida.

No ano que passou, a Polícia Federal concluiu o pagamento da aquisição do avião EMBRAER ERJ 145, com capacidade para 50 passageiros e com autonomia de vôo, partindo de Brasília/DF para todas as capitais. A aeronave, recebida em 2006, custou US\$ 12 milhões, tendo o DPF pago a última parcela de US\$ 5 milhões em 2007.

Pelo Projeto Pró-Amazônia/Promotec, foram investidos R\$ 115 milhões, entre eles: adequação física de 25 Superintendências para instalação dos laboratórios e equipamentos adquiridos pelo Projeto; Aquisição de equipamentos para a implantação da rede de radiocomunicação digital segura em 11 Estados da Federação (regiões Sul e Nordeste), a ocorrer em 2008; aquisição do sistema de análise de dados de inteligência e diversos

outros equipamentos de investigação de Inteligência e Contra-inteligência policial; servidores de informática e softwares de segurança como solução corporativa a ser implantada na Coordenação de Tecnologia da Informação, órgão central do DPF; e estações de trabalho para a atividade de criminalística, especificamente para a realização de perícias na área de engenharia e meio ambiente e na área de audiovisual e eletrônicos.

Os investimentos com recursos do Tesouro no Plano Anual de Reparelhamento Policial - PARP e nos Centros de Inteligência Compartilhado contra o Crime Organizado de São Paulo e Rio de Janeiro totalizaram R\$ 70 milhões. Foram adquiridos: 7.000 equipamentos de informática (desktops, notebooks e impressoras); 670 veículos dos tipos caracterizados, descaracterizados e de uso geral (pickup's 4x4, sedan, hatch, van, utilitários, etc.); 7.000 pistolas semi-automáticas em polímero, propiciando uma arma de porte para cada policial federal; 1850 coletes balísticos nos modelos masculinos e femininos; 10.000 algemas em aço e plásticas (descartáveis); 6,8 milhões de munições letais de treinamento e uso operacional. Foram instaladas 12 Delegacias Especiais de Polícia Marítima, quatro novas adidâncias (Bolívia, França, Suriname, Uruguai) e concluída a obra da nova Superintendência Regional do Paraná.

Foram firmados, ainda, 14 acordos de cooperação técnica com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública para a expansão do Sistema de Identificação Automática de Impressões Digitais - AFIS. A expectativa é de que todos os Estados estejam operando o Sistema, até o segundo semestre de 2008, e, com isso, passem a constituir um banco nacional integrado de identificação digital criminal.

Na área de Tecnologia da Informação da Polícia Federal, ampliou-se a capacidade de processamento, armazenamento e segurança de informações, enquanto que, para a área Técnico-Científica, foram incrementados os laboratórios de geoprocessamento, geofísica forense, gemologia, engenharia, documentoscopia, química legal e perícias de crimes contra a fauna e flora.

A instituição vem se esforçando para se atualizar, doutrinária e operacionalmente, firmando um acordo de cooperação internacional com o UNODC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes), no sentido de fortalecer sua capacidade institucional no combate ao crime organizado e à produção e tráfico de drogas.

A fim de modernizar sua gestão institucional, foi assinado um acordo de cooperação internacional com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no sentido de desenvolver atividades voltadas para a análise organizacional, objetivando o mapeamento e o diagnóstico de áreas estratégicas para a gestão institucional, tudo sem prejuízo da continuidade de suas operações especiais, as quais continuarão em plena atividade, integradas com os demais órgãos de fiscalização, no mais absoluto respeito ao Direito, a ordem e à dignidade humana.

Seguindo essas políticas de trabalho, o Governo Federal estabeleceu um mecanismo de atualização dos seus cenários prospectivos, até o horizonte temporal de 2022, no que tange à Polícia Federal, mediante a contratação de empresa especializada, sendo certo que a primeira versão do Plano Institucional da Polícia Federal será entregue em março de 2008, em consonância com o Programa Brasil 3 Tempos, do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Além disso, o Governo Federal tem como meta a realização de diagnósticos na área de Tecnologia da Informação e nos sistemas em utilização e/ou em desenvolvimento no âmbito da Polícia Federal, com proposta de criação e/ou modernização nas áreas de pessoal, material, patrimônio, orçamento e finanças, documentação, informação e comunicações.

Finalmente, para se modernizar ainda mais, o Governo Federal pretende difundir o método de constante treinamento e ensino à distância para seus servidores, com foco no uso de multimídias interativas, bem como realizar estudos comparados acerca de experiências de gestão nas polícias nacionais e internacionais, realização de seminários, debates etc., o que, certamente, estreitará as relações com os vizinhos do Mercosul e com os países de língua portuguesa, agregando valores e aproximando as demais forças policiais nas ações de prevenção e repressão ao crime organizado, prioridade máxima para a Polícia Federal e à sociedade como um todo.

SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

Ao longo de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação, que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, houve aumento de 52% das multas por excesso de velocidade em relação ao ano de 2006 e um aumento de 154 % do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um recorde histórico de 2.078.606 autuações contabilizadas em rodovias federais.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao Registro Nacional de Infrações de Trânsito/Renainf em 2007 (banco de dados que integra todos os Detran do País), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do País. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados.

Foram realizadas 835 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de quatro toneladas de cocaína, equivalente a R\$ 50 milhões, 43 toneladas de maconha, equivalente a R\$ 30 milhões, destruição de mais de 251 mil pés de maconha, detenção de 1.847 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 1.720 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a Polícia Rodoviária Federal também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Quase 100 mil m3 de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. A quantidade representa cerca de 8.000 árvores em idade adulta. Mais de 11 mil animais silvestres, incluindo aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal, em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis, dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou 468 crianças e adolescentes de áreas de risco. A terceira edição do *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações/DPRF* também merece destaque. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da OIT - Organização Internacional do Trabalho, além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Por meio do mapeamento de toda a malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que 533 pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Os XV Jogos Pan-Americanos também marcaram a atuação da PRF em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante 30 dias, 295 criminosos foram presos no Estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadora, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no Pronasci, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê, ainda, mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verificam a eficácia e eficiência das ações:

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME

ITEM	QTD.	2006	2007	VARIAÇÃO
Pessoas detidas	unid.	19.433	23.716	22,04%
Maconha	ton.	46,33	43,92	-5,81%
Cocaína	kg	3.105,43	4.241,90	36,60%
Haxixe	esfera	66.603	114.495	71,91%
Crack	kg	185,22	295,45	59,51%
Cd/dvs's	unid.	7.526.548	5.812.365	-22,78%
Cigarros	pct.	2.752.599	3.370.815	22,46%
Combustíveis	litro	181.402	264.185	45,64%
Informática	unid.	129.163	122.881	-4,86%
Eletrônicos	unid.	273.335	334.173	22,26%
Medicamentos	unid.	310.320	322.601	3,96%
Armas	unid.	1.474	1.720	16,69%
Munições	unid.	117.204	90.317	-22,94%
Animais silvestres	unid.	14.051	11.124	-20,83%
Madeira	m³	295.048	99.245	-66,36%
Trabalhador libertado	unid.	662	533	-19,49%
Veículos recuperados	unid.	3.593	3.644	1,42%
Veículos fiscalizados	unid.	7.016.108	7.029.771	0,19%
Flagrantes de infrações	unid.	1.634.318	2.078.606	27,18%

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2007 foi autorizado concurso para admissão de 340 novos policiais rodoviários federais a serem lotados nos Estados de Mato Grosso e Pará, o que possibilitará um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, pelo incremento de policiais nos postos de fiscalização.

Realizou-se, também, um grande investimento na modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário de R\$ 25 milhões, concedido ao final do ano. Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que, certamente, melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal e, devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 foram adquiridos 318 veículos operacionais, executando 99% do recurso disponibilizado.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas construções obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Nesse sentido, o DPRF, por meio do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

Em 2007 foi possível contratar a reforma de 65 postos/delegacias, em péssimos estados de conservação, contribuindo para melhoria do clima organizacional dessas unidades. Nas reformas, também estão sendo priorizadas as adaptações para acessibilidade de portadores de necessidades especiais, como rampas de acesso. Destacam-se, também, a construção/ampliação das seguintes unidades:

UNIDADES CONSTRUÍDAS/ AMPLIADAS 2007

ESTADO	VALOR	DESCRIÇÃO
AP	307.179,26	Construção do novo posto do Oiapoque/AP.
CE	71.403,80	Construção dos postos de fiscalização de Tianguá e Boa Viagem/CE.
DF	44.860,91	Implantação de infra estrutura para instalação de equipamentos de ar condicionado no Hangar do DPRF.
ES	67.995,88	Construção de sala para delegacia de Serra/ES.
MG	37.346,30	Obras de reforma do posto PRF de Sabará/MG.
MT	23.290,30	Reforma de instalações da Sede SRPRF-MT.
PI	87.850,68	Ampliação e reforma do posto 01 da 1ª Delegacia, em Teresina/PI.
	50.884,58	Ampliação do posto PRF de Picos/ PI.
	48.843,44	Ampliação do posto da PRF da 5ª Delegacia, Parnaíba/PI.
PR	295.871,73	Pavimentação externa, construção de rampas de fiscalização e ajardinamento do posto Contorno Leste/PR.
	54.200,00	Obra para perfuração de poço artesiano no posto de fiscalização do Guara em Guatapuava/PR.
RN	47.890,00	Despesas com serviço de engenharia para elab. de projetos necessários a construção da Sede da 15ª SRPRF.
RR	125.395,12	Construção de posto na BR174, km 492, no Município de Boa Vista/Roraima.
	75.321,84	Valor que se empenha para prestação de serviço de engenharia referente a obra de conclusão do Posto 01-RR.
RS	86.574,37	Construção do posto de Santana do Livramento/RS.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois por meio do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandado de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os Postos, Delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 1.000 computadores de mão (PDA's), com acesso à internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar, em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como: impressoras a laser; nobreak's; computadores; servidores de rede; entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de todas as superintendências.

Além desses itens, foram adquiridos 262 contadores volumétricos de veículos. Esses equipamentos de última geração, serão instalados nos Estados de MG, SP, RS e DF, a fim de levantar dados sobre o fluxo de veículos, no intuito de subsidiar o planejamento da alocação de recursos humanos e materiais para as rodovias com maior intensidade de fluxo e acidentes. A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram adquiridas câmeras de monitoramento, que serão instaladas em 15 Estados da federação. No intuito de otimizar o uso de viaturas, foi realizado um projeto piloto de Monitoramento das Viaturas no Estado do Rio de Janeiro, por meio do uso de rastreadores, o que possibilitou, no caso de acidentes, verificar o posicionamento de cada viatura nas rodovias do Estado, acionando-se a mais próxima do local da ocorrência.

COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

O ano de 2007 foi de grande destaque no que diz respeito à recuperação de ativos. Na esteira da tendência nacional de conferir maiores esforços ao combate e à prevenção da lavagem de dinheiro, o Governo Federal obteve a quebra de sigilo bancário de mais de 100 contas mantidas, para fins ilícitos, em instituições financeiras no exterior.

Foram apresentados resultados ascendentes no que diz respeito à repatriação de ativos e o grande destaque nesse sentido corresponde ao caso 'BANESTADO'. O Governo Federal coordenou a repatriação de 1,6 milhões de dólares, os quais foram ilicitamente transmitidos para contas nos Estados Unidos e objeto de investigações conjuntas entre autoridades brasileiras e estadunidenses. Em 2007, de forma inédita, iniciou-se o desenvolvimento da recuperação de ativos também em matéria civil, comercial e fiscal, a exemplo de pedidos de

arresto e seqüestro de bens no exterior, como garantia de processos de execução fiscal ajuizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Estão em curso, atualmente, mais de 650 casos de recuperação de ativos, que visam buscar, além da quebra de sigilo bancário e bloqueio de valores no exterior, os meios probatórios necessários à persecução penal de grandes organizações criminosas envolvidas em crimes complexos, como corrupção, tráfico de drogas e pessoas e lavagem de dinheiro. Além disso, em 2007, tramitaram 1.112 pedidos de cooperação jurídica internacional em matéria penal.

**PROCEDIMENTOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL
PARA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS EM 2007**

TIPO	QUANTIDADE
Pedidos de quebra de sigilo cumpridos	104
Contas bloqueadas	13
Números de casos de Recuperação de Ativos recebidos no DRCI/SNJ	222

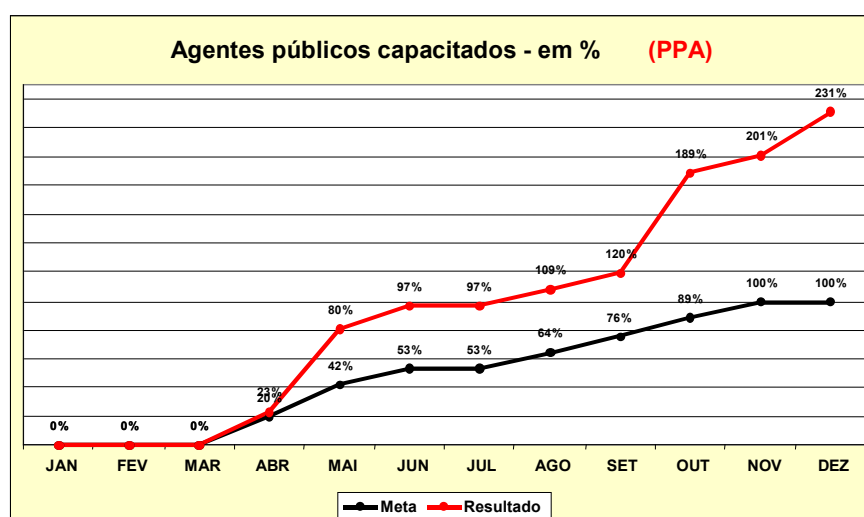
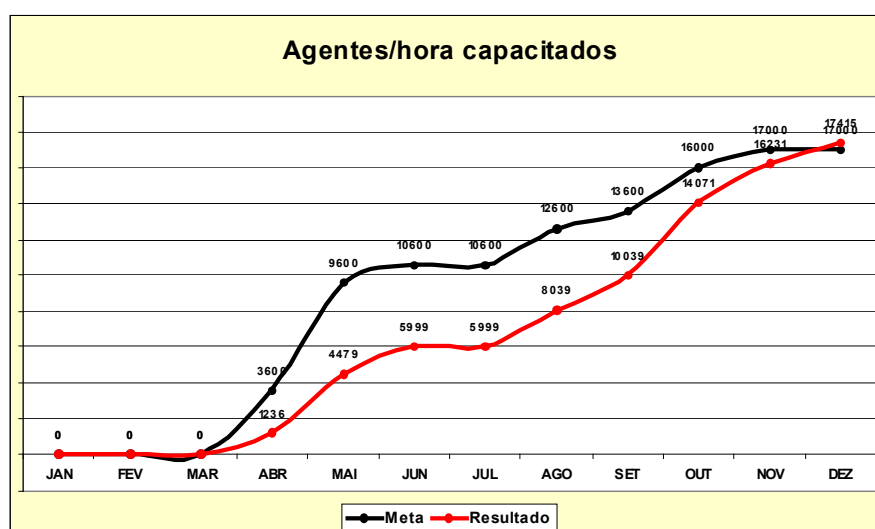
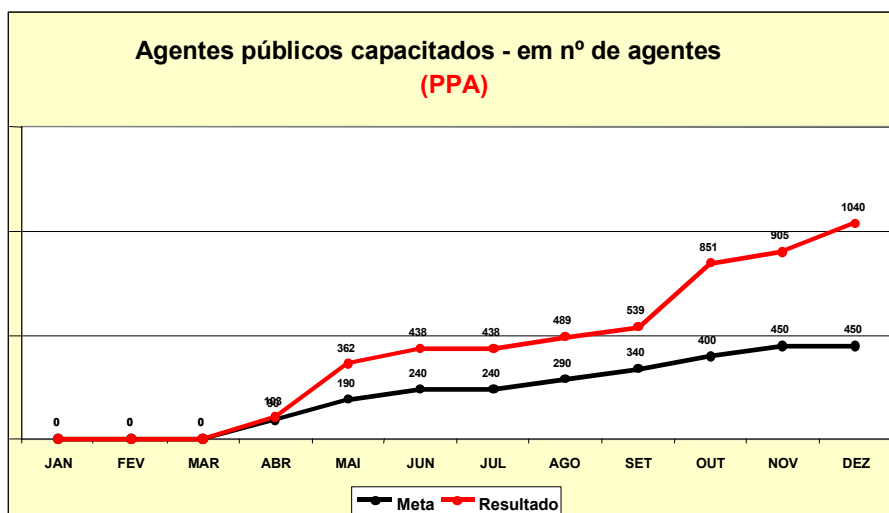
Ainda no que tange ao combate à lavagem de dinheiro, com a inclusão do tema corrupção em 2007, a Estratégica Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) consolidou-se como um dos mais audaciosos e bem-sucedidos projetos de articulação entre instituições do País. Nesse ano, em razão da ampla divulgação do sistema eletrônico de alienação de bens, foi realizado, por exemplo, leilão eletrônico para venda de veículos na 6ª Vara Criminal de São Paulo, em 25 de junho de 2007. Na mesma esteira, em dezembro de 2007 foi publicado Termo de Parceria entre o Ministério da Justiça e o Instituto Nacional de Qualidade Judiciária para a implementação do Projeto Leilão.Gov, visando à implementação e promoção de ferramenta eletrônica de leilão de bens sujeitos a medidas de constrição judicial.

Avançou-se igualmente na elaboração de normas para aperfeiçoar o sistema brasileiro de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Entre os anteprojetos de lei elaborados pelos órgãos da ENCCLA, destacam-se: a iniciativa de uniformização e aceleração da comunicação, pelos órgãos de fiscalização e controle da Administração Pública, de indícios de ilícitos aos órgãos de persecução penal; bem como o aperfeiçoamento da troca de informações sigilosas entre órgãos públicos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Também, grande parte das sugestões de atualização e reforma da Lei nº 9.613/98, formuladas pelos órgãos da ENCCLA, foi aproveitada no substitutivo apresentado pelo Senador Pedro Simon ao Projeto de Lei do Senado - PLS 209, de 2003, que já foi aprovado em primeiro turno pelo Plenário do Senado Federal.

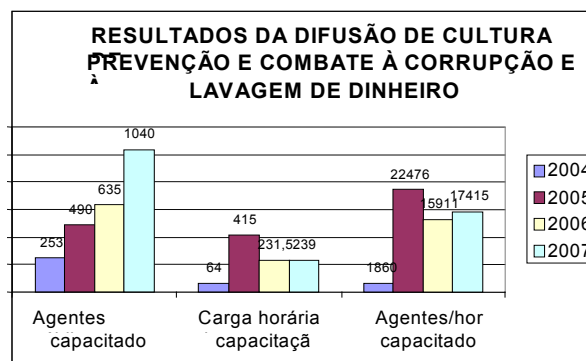
Entre os dias 28 e 30 de novembro de 2007, realizou-se a quinta edição anual da ENCCLA, a qual contou com a presença de mais de 60 órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público. Foram aprovadas, para 2008, metas com a finalidade de solucionar as questões relativas ao compartilhamento de dados cadastrais fiscais e bancários e sua diferenciação clara em relação às informações que estão legalmente sujeitas a sigilo. Outra meta que se pretende cumprir é a criação de mecanismos que viabilizem medidas assecuratórias de urgência em processos administrativos.

A intenção é impedir que os recursos ilícitos possam se escamotear, minando a eficiência da punição do acusado e a capacidade de o Estado se ressarcir dos recursos indevidamente desviados. Aprovou-se, ainda, a criação de três Grupos Permanentes no âmbito da ENCCLA, com a finalidade de coordenar e uniformizar as ações de elaboração legislativa e de integração tecnológica, bem como para estudar novas tipologias de corrupção e lavagem de dinheiro e elaborar boas práticas de prevenção e combate a esses crimes.

No que diz respeito à difusão da cultura de combate à lavagem de dinheiro, em 2007, foram capacitados mais de 1000 agentes públicos, entre promotores de justiça, procuradores da república, juízes estaduais e federais, delegados de polícia e outros. A meta física estipulada para 2007 na ação de Capacitação Técnica de Agentes Públicos em Combate ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro (2.390) foi significativamente superada, conforme verificado nos gráficos a seguir:



A evolução em relação aos anos anteriores pode ser verificada no gráfico abaixo:



Também como resultado da ENCCLA, em 2007 foi inaugurado oficialmente o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). A missão primordial do LAB-LD é compor uma unidade de difusão de métodos, técnicas e ferramentas investigativas para órgãos de persecução criminal, criando material expositivo e de difusão de conteúdo técnico-científico. Com a produção de relatórios denominados “Prova LAB”, o LAB-LD prosseguiu o mapeamento da Facção Criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), tendo também contribuído, entre outros, com a investigação da Operação Aquarela da Polícia Federal. O reconhecimento nacional e internacional chegou com o Prêmio no Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública – Conip, de Excelência em Informática Pública, que o LAB-LD recebeu nas categorias Melhor Projeto de 2007 e Melhor Inovação Tecnológica.

No campo prevenção à corrupção e objetivando ampla e irrestrita publicidade, transparência e controle social, o Ministério da Justiça editou a Portaria SNJ-MJ nº 24/2007, disponibilizando o livre acesso na rede mundial de computadores, aos dados cadastrais e prestações de contas das entidades que recebem recursos de transferências voluntárias da União.

A medida permite aos órgãos da Administração Pública Federal, antes de firmar parcerias com o Terceiro Setor, consultar o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública – CNEs/MJ ou mesmo condicionar os repasses à apresentação, pelas entidades, da Certidão de Regularidade prevista na Portaria. Com a assinatura, em dezembro de 2007, do Acordo de Cooperação com a Controladoria-Geral da União – CGU, e o cumprimento das metas 28 e 29 da ENCCLA, o Governo Federal dá um passo decisivo para alcançar a interoperabilidade dos bancos de dados do Ministério da Justiça, do TCU, da CGU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Instituto Nacional de Seguridade Social e do Conselho Nacional de Assistência Social.

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

No que tange à cooperação jurídica internacional em matéria civil, tramitaram 5.598 cartas rogatórias ou pedidos de auxílio. Desses, 40% refere-se a questões ligadas à obtenção de pensão alimentícia em âmbito internacional. Ademais, o Governo Federal atuou intensamente nas negociações da Convenção da Haia sobre Prestação de Alimentos, o que permitirá, nos próximos anos, maior eficiência na cobrança de pensões alimentícias em diversos países. Está prevista a finalização, em janeiro de 2008, das negociações de Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América. Foi desenvolvido Modelo de Tratado de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Civil, o qual foi enviado para Emirados Árabes Unidos, México, Mônaco e Noruega. O Modelo foi enviado ainda ao Japão, com o qual houve negociação presencial.

Além disso, em 2007, o Governo Federal concluiu as negociações de seis Tratados de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal: Honduras, México, Panamá, Bélgica, El Salvador e Nicarágua, sendo que os três primeiros também foram assinados neste ano. Realizaram-se negociações presenciais com Bélgica, El Salvador, Índia, Japão, Nicarágua e Panamá. As presenciais com África do Sul, Austrália, e Romênia foram adiadas, a pedido destes países. Contrapropostas foram enviadas para Albânia, Bahamas, Emirados Árabes Unidos, Grécia, Índia e Marrocos, bem como foram recebidas de Albânia, Alemanha, Equador e Turquia. Enviaram-se propostas a Jordânia, Lituânia, Mônaco e Noruega.

Destaca-se, ainda, a importante participação do Governo Federal em foros internacionais, consolidando a posição brasileira nas áreas de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional, sendo inclusive convidado a integrar grupos específicos na Organização das Nações Unidas - ONU e em institutos internacionais. Ampliou-se também a utilização das redes de cooperação, a exemplo da Rede da Organização dos

Estados Americanos – OEA e da Rede Ibero-americana de Cooperação Judicial – IBERRED, como forma mais ágil de obter o cumprimento dos pedidos de cooperação.

A seguir, apresenta-se quadro-resumo da situação dos acordos de cooperação jurídica internacional:

EM VIGOR	
China , Colômbia, Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em matéria penal - OEA (Antigua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Dominica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Venezuela), Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Peru, Portugal, Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais – MERCOSUL (Argentina, Paraguai e Uruguai), Ucrânia	
A PROMULGAR	
Cuba, Líbano, Reino Unido e Suíça	
EM EXAME NO CONGRESSO NACIONAL	
Angola, Canadá, Espanha, Nigéria, Suriname, Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal - CPLP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)	
ASSINADOS	
Honduras, México, Panamá e Acordo de Assistência Jurídica Mútua em assuntos penais entre o MERCOSUL, Bolívia e Chile (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai)	
PRONTOS PARA ASSINAR	
Bélgica, El Salvador, Hong Kong e Nicarágua	
RESULTADO ATUAL (negociados)	46
EM NEGOCIAÇÃO	
África do Sul, Albânia, Alemanha, Argélia, Austrália e Bahamas, Emirados Árabes Unidos, Equador, Grécia, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens (Reino Unido), Índia, Israel, Japão, Lituânia, Marrocos, Moldávia, Mônaco, Polónia, Rússia e Turquia	

DEMOCRATIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Em 2007, diversos foram os projetos, a fim de contribuir à celeridade e ao acesso à Justiça. Da mesma forma, buscou-se ampliar a efetividade das garantias e dos direitos fundamentais, destacando-se o fortalecimento da política migratória focada no resguardo dos direitos do migrante, na solidariedade e no respeito aos Direitos Humanos, conforme o que se apresenta.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, acompanha e atua diretamente na tramitação e aprovação dos projetos de reforma da legislação processual pelo Congresso Nacional. Em 2007, os esforços dedicados à aprovação dos projetos de lei referentes à reforma infraconstitucional obtiveram os seguintes resultados:

- Lei nº 11.441/2007 - Sancionada em 04/01/2007. Divórcios, separações, inventários e partilhas poderão ser registrados em cartórios, sem a necessidade de passar pelo Poder Judiciário. Poderão ser feitos por meio de escritura pública, desde que não haja conflito entre as partes, que deverão estar acompanhadas de seus advogados. A lei prevê que as novas regras valerão apenas para os casos que não envolvam interesses de menores e incapazes;
- Lei nº 11.495/2007 – Sancionada em 22/06/07. Rescisória Trabalhista. Entrou em vigor dia 22/09/07. Exige depósito prévio para a ação rescisória (ação que pede a reabertura de discussão sobre caso já julgado pelo Poder Judiciário, permitida em algumas hipóteses, como no surgimento de prova nova). O depósito tem o escopo de filtrar as ações rescisórias, pois será revertido em multa se a mesma for julgada improcedente pelos membros do tribunal;

- Lei nº 11.496/2007 – Sancionada em 22/06/07. Embargos. Transformado em norma jurídica com veto parcial. Reduz as possibilidades de embargos ao TST; e
- Projeto de Lei nº 7711/07 - Prioriza processos com testemunhas inscritas no Programa de Proteção às Testemunhas. Último andamento: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Aprovada a Redação Final por Unanimidade.

Além disso, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 117/2007, relativo ao julgamento de processos repetitivos no STJ que, combinado com a Súmula Impeditiva, propiciará maior efetividade e agilidade dos processos no STJ.

No plano penal, o Governo Federal participou ativamente das discussões acerca dos Projetos de Lei que tratam da Reforma do Processo Penal Brasileiro. O esforço propiciou avanços significativos na tramitação legislativa junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal de quatro projetos, bem como foi redefinido o PL sobre recursos no Sistema Penal, a partir da constituição de uma comissão de juristas da área.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, do Ministério da Justiça, está analisando os seguintes instrumentos legislativos (Propostas de Emenda Constitucional e Projetos de Lei) propostos pelo Poder Legislativo:

- PEC 88/2007, que pretende incluir o exercício do direito de voto a estrangeiros residentes no Brasil há mais de 5 anos;
- PL nº. 6.303/2007, que pretende alterar a redação da Lei de Introdução ao Código Civil para denominá-la de Lei de Introdução às Leis;
- PL nº. 4608/98, dá nova redação ao art. 213 da Lei nº 6.015/73;
- PL nº. 6672/2006, altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406/2002;
- PL nº. 545/2007, acrescenta art. 46-A à Lei nº 6.515/77;
- PL nº. 406/2007 que altera a Lei nº 9.099/95;
- PL nº 4.608 que dá nova redação ao art. 213 da Lei nº 6.015/73;
- PL nº 913/2007, dá nova redação ao art. 585 da Lei nº 5.869/73; e
- PL nº 1.040/2007, altera parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil.

MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA

O Governo Federal desenvolve diversas iniciativas voltadas para a disseminação, formulação e sistematização de práticas pioneiras e bem sucedidas de modernização da gestão do Poder Judiciário. Entre as inúmeras iniciativas desenvolvidas em 2007, destacam-se:

Renajud – Restrição e Bloqueio Judicial de Veículo

O sistema, conhecido como Renajud, é semelhante ao desenvolvido pelo Banco Central para o bloqueio de contas bancárias. Esse sistema integra o Poder Judiciário e o Denatran, possibilitando ao magistrado bloquear a transferência de um veículo pela internet, em tempo real, aumentando a eficiência das decisões judiciais e inviabilizando a prática de condutas fraudulentas, ao mesmo tempo em que simplificará o procedimento para o Poder Público.

Rede Eurosocioal

A Rede Eurosocioal é uma iniciativa da Comissão Europeia aberta às organizações latino-americanas interessadas em participar de processos de reforma política e institucional, que fortaleçam a capacidade de gerir políticas públicas nos setores da justiça, educação, emprego, fiscalização e saúde.

Nesse sentido, a SRJ promoveu, em 2007, o Seminário Internacional de Intercâmbio de Experiências: “Novas Perspectivas Para a Justiça Juvenil”, dando prosseguimento à agenda de intercâmbio entre experiências europeias e latino-americanas bem sucedidas no enfrentamento à violência juvenil. A atividade está associada ao projeto “Justiça para o Século 21”, que disciplina políticas de atenção à infância e à juventude.

Prêmio Innovare – a Justiça do século XXI

O Premio Innovare foi criado em 2004, com o objetivo de identificar e difundir práticas pioneiras e bem sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro que contribuam para a modernização, melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços da Justiça.

Em 2007 ocorreu o lançamento Nacional da IVª edição do Prêmio Innovare. A cerimônia inaugurou o período de inscrições e divulgou amplamente o novo tema para premiação (Pacificação Social e Segurança Pública). A premiação realizou-se em dezembro.

Defensoria Pública

A partir de 16/01/07, as prisões em flagrante de pessoas que não tenham advogado deverão ser comunicadas à Defensoria Pública, num prazo máximo de 24 horas, para que o órgão designe um defensor para acompanhar o caso. A determinação está prevista na Lei 11.449/2007.. A lei contribuirá para atender pessoas sem condições de pagar advogados e reduzir a superlotação nos estabelecimentos prisionais, pois conferirá maior rapidez à soltura dos acusados com direito à liberdade. A nova lei prevê, ainda, que o juiz e a família do preso também deverão ser notificados imediatamente.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça, assinou, no dia 10 de dezembro, Acordos de Cooperação com as defensorias-públicas das 11 regiões metropolitanas que participam, numa primeira fase, do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci, como parte do plano de ações de democratização do acesso à justiça. Para auxiliar no atendimento jurídico dos defensores, o Governo Federal doou um automóvel para cada uma das 11 regiões, dando mais agilidade ao trabalho da defensoria.

Integração entre Judiciário e Telecentros – Gesac

Gesac é um programa de inclusão digital do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Comunicações, e utiliza ferramentas de tecnologia da informação, para promover a inclusão digital em todos os Estados. Atualmente, ele está presente em cerca de 3.200 escolas municipais, estaduais, sindicatos e ONGs de todo o País. O programa disponibiliza equipamentos e conexão via satélite para comunidades carentes. Com um sinal de alta velocidade e serviços de e-mail, escritório, laboratório virtual, hospedagem de páginas e canal de notícias, comunidades tradicionalmente excluídas das redes de telecomunicações promovem seu desenvolvimento econômico, cultural e pedagógico. Durante o ano de 2007, articulou-se contatos entre o Ministério das Comunicações e Conselho Nacional de Justiça para ampliação deste sistema.

Sistemas Alternativos de Resolução de Conflitos

O “Justiça Comunitária”, que busca democratizar a justiça no Brasil, estimula as comunidades a desenvolverem seus próprios mecanismos de solução de conflitos por meio do diálogo, da participação e da promoção dos direitos humanos. Esse projeto enfatiza valores comunitários, porque acredita que a democracia é um processo que requer a participação como meio para atingir a cidadania e lutar contra a exclusão social. É implementado por agentes de justiça comunitários, pertencentes à comunidade que operam, compartilhando os problemas, refletindo os valores e as relações sociais locais. Este projeto foi incluído no Pronasci.

Em 2007, o Governo Federal, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e a Escola Superior da Magistratura, promoveram o Seminário “Justiça Comunitária” no Mini-auditório da ESM, em Porto Alegre – RS. Participaram do Evento Juizes de Direito, alunos e ex-alunos da ESM e participantes do projeto de mediação da Lomba do Pinheiro. Também assinou, em Porto Alegre/RS, um acordo de cooperação com três órgãos do sistema judiciário do Estado - o Tribunal de Justiça (TJRS), a Associação dos Juizes (Ajuris) e a Defensoria Pública (DP/RS), além do Instituto Cultural São Francisco de Assis, visando à implantação do 1º Núcleo de Justiça Comunitária no âmbito do Pronasci.

Regularização Fundiária e Cartorária - Projeto Biblioteca Virtual

Foi assinado, entre o Ministério da Justiça, das Cidades e o PNUD, o Acordo de Cooperação Técnica, em agosto de 2006, para a realização de um estudo, que avaliará um outro possível responsável pela morosidade da Justiça brasileira: as práticas de administração da Justiça e do processo judicial e seus reflexos sobre a celeridade do processo. Esse estudo visa, especificamente, conhecer e analisar as práticas judiciais e cartoriais de organização e andamento dos processos.

O estudo foi finalizado e o material final será disponibilizado, a partir de 2008, nos sites da Secretaria de Reforma do Judiciário/Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Ministério das Cidades. Haverá, ainda em 2008, a divulgação do material final compilado em CD.

Agenda social – Erradicação do sub-registro

Em dezembro de 2007, foi assinado o Acordo de cooperação celebrado entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, o Ministério da Justiça - MJ, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREGBR e Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais – ARPEN BRASIL, com o objetivo de estabelecer propostas de cooperação, com vistas à implantação do Plano Social de Registro de Nascimento e da Documentação Básica, destinados à erradicação do sub-registro civil de nascimento, conforme as diretrizes previstas no Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Civil Básica.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

A necessidade de se produzir dados e estatísticas sobre o Judiciário levou o Governo Federal a eleger a elaboração de diagnósticos e pesquisas como uma de suas frentes de ação. Partiu-se da constatação da importância de promover a coleta e a análise de informações sobre a realidade do Poder Judiciário em todas suas instâncias, de modo a incrementar o planejamento de políticas para o setor. Em 2007, foram realizados os seguintes trabalhos:

II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil

O estudo, coordenado pelo Ministério da Justiça, apresenta dados relativos a 2005 e faz uma comparação com o primeiro perfil da instituição divulgado em 2004. O objetivo é avaliar as modificações na estrutura da defensoria pública no Brasil nos últimos dois anos.

O diagnóstico foi elaborado em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim e contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege).

Revista Infraconstitucional do Judiciário

A Revista Reforma Infraconstitucional do Judiciário foi lançada em janeiro de 2007. A publicação, organizada pelas Secretarias de Reforma do Judiciário e de Assuntos Legislativos, apresenta um balanço dos projetos e das leis da Reforma do Judiciário que já entraram em vigor. A revista resgata os acontecimentos que marcaram o último movimento de reforma do sistema de justiça no País, deflagrado a partir da união, em 2004, dos três Poderes da República que firmaram o Pacto de Estado em favor de um judiciário mais rápido e republicano.

Análise da Gestão e Funcionamento dos Cartórios Judiciais

Como parte das atividades do “Congresso 180 anos do Ensino do Direito no Brasil e a Democratização do Acesso à Justiça”, foi realizado o lançamento nacional do livro “Análise da Gestão e Funcionamento dos Cartórios Judiciais”, no auditório da Finatex, na Universidade de Brasília.

O Estudo é destinado a conhecer a organização e o funcionamento de cartórios judiciais e seus efeitos sobre o que se convencionou chamar de morosidade da Justiça, incluindo os modelos de gestão na tramitação dos processos, a natureza dos gestores e outros elementos esclarecedores em relação à burocracia cartorial e causas de morosidade, possibilidades de diminuição do tempo e incremento na qualidade do atendimento desses serviços públicos.

Estudo de Execuções Fiscais no Brasil

Foi lançado, em 2007, o relatório “Estudo de Execuções Fiscais no Brasil”, buscando contribuir com a adoção de uma forma mais eficiente de cobrança da dívida ativa, além de traçar um panorama do processo de cobrança do crédito tributário no País.

Tutela Judicial dos Interesses Metaindividuais (Ações Coletivas)

O Governo Federal identificou a inexistência, no País, de uma avaliação sobre a repercussão das ações que tutelam interesses metaindividuais do ponto de vista dos resultados. Assim, em 2007, foi lançado o diagnóstico “Tutela judicial dos Interesses Metaindividuais – Ações Coletivas”, que analisa o tratamento dado às demandas que atendem a um maior número de pessoas, constituindo importante ferramenta para a promoção da democratização do sistema de justiça brasileiro.

Congresso “180 anos do Ensino do Direito no Brasil e a Democratização do Acesso à Justiça

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, a Universidade de Brasília (UnB) e a Associação Brasileira do Ensino do Direito (Abedi), entre os dias 8 e 10/11, promoveram o Congresso “180 anos do Ensino do Direito no Brasil e a Democratização do Acesso à Justiça”, em razão da celebração da implantação dos primeiros cursos de Direito no Brasil, em São Paulo e Recife e o atual momento de debate em torno da modernização e democratização do sistema de justiça no País. Os painéis e oficinas foram realizados no auditório da Finatec no campus da UnB.

DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

O volume de atendimentos da Defensoria Pública da União-DPU registrou o maior número desde sua implantação. Foram, no total, 399.981 atendimentos realizados, um volume quase 57% maior que em 2006, quando foram registrados 227.001 atendimentos.

Destaca-se o Projeto “Defensoria Pública da União Itinerante”, oficializado pela Defensoria Pública da União para prestar assistência jurídica integral e gratuita à população carente em localidades onde a instituição não conta com estrutura permanente, sendo registrados no ano de 2007 um total de 14.534 atendimentos.

Deu-se início ao Projeto de Atuação nas Penitenciárias Federais, concretizado em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional, com a prestação de assistência jurídica aos presos do Presídio Federal em Catanduvas/PR e em Campo Grande/MS, visando a humanização da execução penal. Converte-se com o projeto a assinatura de “Carta Compromisso”, firmada entre a DPU, o Departamento Penitenciário Nacional e o Departamento de Polícia Federal que servirá de vetor nas atuações desenvolvidas no âmbito deste projeto.

Com a alteração do Código de Processo Penal pela Lei nº 11.449/2007, a DPU teve efetiva atuação, igualmente, em casos de prisão em flagrante pela Polícia Federal, tendo regulamentado plantões de forma a prestar pronto atendimento.

A prestação de assistência jurídica ao cidadão carente também foi objeto no Projeto de Câmaras de Conciliação da DPU com órgãos públicos como o INSS, a Caixa Econômica Federal e a Advocacia Pública da União. Tal projeto tem por objetivo a conciliação extrajudicial dos seus assistidos com os órgãos públicos com que litigam a garantir ao assistido o gozo de seus direitos, sem que haja, por isso, recurso ao Poder Judiciário.

Além disso, o Projeto de “Erradicação do escarpamento na Amazônia”, que visa combater o escarpamento, acidente que provoca danos permanentes às vítimas de comunidades ribeirinhas, com consequências no âmbito familiar e ônus ao serviço público de saúde, teve maior articulação no ano de 2007, tanto na atuação corretiva, que consiste em mapear os casos de escarpamento na Região Amazônica, orientar as vítimas acerca dos seus direitos, garantir tratamento médico adequado, equiparar o escarpamento total à invalidez para efeitos de seguro, além de outras metas. Tais ações articulam a sociedade privada, fabricantes de motores para embarcações, a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o Departamento de Defesa dos Direitos do Consumidor do Ministério da Justiça, a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, além de outras entidades, como a celebração de convênio com a Susep o Instituto Resseguros do Brasil - IRB.

Ademais, o Projeto “Mutirão de conciliação da BR 101”, que consiste na realização de conciliação, a fim de dirimir os litígios relacionados às ações de desapropriação ajuizadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, convergiu no pagamento de indenização aos titulares de propriedades a serem desapropriadas para a duplicação da BR 101 e para a implantação da Ferrovia Transnordestina.

Ainda no que tange à prestação de assistência jurídica, há de se destacar a interface desenvolvida entre a DPU e o Pronasci, que tem quatro ações voltadas à atuação da Defensoria Pública da União: a) assistência

jurídica integral ao preso e familiares; b) formação de Núcleos de Justiça Comunitária; c) Curso de formação em Direitos Humanos e ação mediadora para profissionais do Direito; e d) efetivação da Lei Maria da Penha. Tais ações foram objeto de Projeto que será instrumento da concretização do mencionado Programa Governamental.

Da Instalação de Serviços da Defensoria Pública da União - DPU

Foram realizados gastos com custeio e investimentos, suprimindo a manutenção das unidades da DPU em todo o País, tais como locação de imóveis maiores para atender a demanda crescente da população e aumento do quadro de membros da Instituição; locação de automóveis populares para atender ao intenso fluxo de trabalho junto ao Poder Judiciário e Administração Pública Federal nas localidades onde há unidade da DPU; aquisição de software de patrimônio e almoxarifado, a fim de conferir total transparência e maior celeridade aos procedimentos administrativos; e novos equipamentos e mobiliário para garantir o crescimento e o bom funcionamento da Instituição.

No que tange à estruturação da DPU, foram instaladas novas sedes mais adequadas e funcionais com estrutura necessária, que atendessem à acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, para as Unidades da DPU em São Paulo/SP, Belém/PA, Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Pelotas/RS e Santa Maria/RS.

Registra-se, também, a realização do 8º Concurso de Promoção para Defensor Público da União de Primeira Categoria, para preenchimento de 10 cargos. Esse concurso agregará efetividade na atuação da Defensoria Pública da União perante os Tribunais Regionais. Ademais, encontra-se em curso o 3º Concurso de Ingresso na 2ª categoria da carreira de Defensor Público da União, que teve recorde de inscritos, totalizando 13.193 candidatos, com a expectativa de preenchimento das 71 novas vagas.

MIGRAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS

O Programa tem por objetivo executar a política governamental de regularização de estrangeiros no País, por meio da análise processual de pedidos de permanência, de solicitação de prorrogação de prazo e de transformação de vistos temporários; concessão da nacionalidade e naturalização; promoção de medidas compulsórias e transferência de pessoas condenadas; tratamento humanitário das questões relativas aos refugiados; e formulação e implementação de instrumentos internacionais de cooperação jurídica visando à regularização migratória.

Instrução e Análise de Processos Administrativos

No que tange à ação, até o mês de novembro de 2007, 1.021 pedidos de naturalização foram decididos, com o deferimento de 352; foram deferidos 106 pedidos de igualdade de direitos e obrigação civis; expedidas mais de 18.000 certidões negativas de naturalização; analisados 192 processos sobre perda, revogação e reacquirição da nacionalidade brasileira; analisados 6.660 e deferidos 5.188 pedidos de permanência definitiva; e analisados 8.490 pedidos de prorrogação de prazo de estada.

Até novembro de 2007, foram recebidos 25 pedidos de extradição passiva; foram apresentados pelo Brasil 53 pedidos de extradição ativa; foram deferidas 10 extradições passivas e 2 ativas; 179 expulsões foram decretadas e 2 revogadas; foram efetivadas 141 deportações e 76 repatriações; houve 13 transferências de pessoas condenadas, sendo 5 estrangeiros e 8 brasileiros. Entre os casos de maior repercussão, destacam-se os pedidos de extradição de Salvatore Cacciola (ativa) e Juan Carlos Ramirez Abadia (passiva). Foram atendidas por e-mail, pessoalmente e por telefone, pela Central de Atendimento, mais de 38.000 solicitações (até o mês de novembro de 2007).

Concluiu-se o “Projeto de Consolidação e Qualificação das Políticas de Migração e Acordos Internacionais”, desenvolvido em cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. Referido projeto realizou o levantamento de dados internos das Divisões e apresentou diagnóstico da estrutura organizacional do Departamento de Estrangeiros.

Apoio a Projetos de Albergues para o Atendimento e Acolhimento de Refugiados

A ação repassou, por meio de convênios, R\$ 628 mil à organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo, para acolhimento de refugiados e solicitantes de refúgio. O Comitê Nacional para os Refugiados - Conare deu prosseguimento às ações do Plano de Reassentamento Solidário para os Refugiados, na América Latina, reassentando 41 refugiados colombianos, que integram um total de 228 refugiados colombianos reassentados no Brasil e aprovou também o reassentamento de 108 refugiados palestinos, que se encontravam, há quatro anos, em condições precárias no Campo de Ruweished, na fronteira do Iraque com a Jordânia. Há atualmente, no Brasil, 3.461 refugiados reconhecidos. Ademais, está sendo analisada a proposta da Nova Lei de Estrangeiros, cujo projeto deve ser concluído e encaminhado à Casa Civil no início de 2008.

Deu-se prosseguimento às tratativas para negociação de acordos internacionais, principalmente nas áreas de regularização migratória, transferência de pessoas condenadas, extradição e integração fronteiriça. Em setembro, foi prorrogado o Acordo de Regularização Migratória entre Brasil e Bolívia, que constituiu importante instrumento para permitir a regularização de milhares de bolivianos que já residem e trabalham no Brasil.

Por meio do Foro Especializado Migratório do Mercosul (FEM), deu-se continuidade à harmonização legislativa e à facilitação da circulação de pessoas por meio dos Estados membros e associados. Entre os assuntos abordados, destacam-se: projeto de modificação da Resolução GMC nº 75/96 sobre documentos de viagem, pontos focais para aplicação do acordo de controle de ingresso e saída de menores e a declaração de Ministros sobre construção da cidadania do Mercosul. Um outro aspecto de relevância, em 2007, foi o enfrentamento ao tráfico de pessoas, em que se destacam:

Construção do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP)

O Decreto nº 5.948/2006, além de aprovar a Política Nacional, criou um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído no âmbito do Ministério da Justiça, com o objetivo específico de elaborar uma proposta do PNETP. O GTI iniciou os seus trabalhos em maio de 2007, concluindo satisfatoriamente a proposta do Plano em setembro. O Relatório Final, com a proposta do PNETP, foi entregue ao Ministro de Estado da Justiça, ao Secretário Especial dos Direitos Humanos e à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, ainda em setembro de 2007. A Secretaria Nacional de Justiça é o órgão responsável pela execução e coordenação do Plano no âmbito do Ministério da Justiça.

Pesquisa em Tráfico de Pessoas – Parte 3

O Governo Federal lançou, em 2007, a Pesquisa em Tráfico de Pessoas – Parte 3. Trata-se de um estudo, realizado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre os deportados (as) e não admitidos (as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos.

Pesquisa Ação de Tráfico de Seres Humanos: uma intervenção em rede

Em 2007, firmou-se um acordo de cooperação entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e a organização não-governamental Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Sodireitos) para apoiar a realização da pesquisa “Pesquisa ação de Tráfico de Seres Humanos: uma intervenção em rede”, coordenada pela Sodireitos. Esse estudo tem como finalidade identificar rotas de tráfico de pessoas envolvendo o Brasil, a República Dominicana e o Suriname, bem como elaborar o perfil de vítimas e aliciadores para as rotas identificadas, ampliando o conhecimento acerca do fenômeno do tráfico de pessoas na região norte do Brasil. A pesquisa já se encontra em fase de conclusão.

PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL À ORDEM ECONÔMICA E ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO

A inclusão crescente de cidadãos no mercado de consumo e o aumento da complexidade dos contratos e das formas de oferta e serviços no mercado exigiram, do Governo Federal, em 2007, atuação firme no sentido de consolidar os direitos do consumidor e de reprimir o abuso do poder econômico. No viés do Pronasci, buscou-se uma eficaz repressão ao abuso do poder econômico e a inclusão cidadã dos consumidores, conforme o que se apresenta.

Defesa Econômica e da Concorrência

Aprofundaram-se as providências em torno da implementação de uma política de concorrência moderna e efetiva. O combate a cartéis permaneceu como foco prioritário. Foram iniciados e/ou concluídos diversos processos nos quais foram empregadas as técnicas de investigação e produção de provas introduzidas pela Secretaria a partir de 2003, especialmente as ligadas ao programa de leniência.

O avanço nos números de operações de busca e apreensão realizadas como auxílio à instrução dos processos administrativos foi sensível. No período de 2003 a 2005 foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão para obter evidências da existência de cartel, em 2006 foram cumpridos 19 e em 2007 foram cumpridos 84. Todos relacionados a setores diversificados e estratégicos como, por exemplo, insumos para a construção civil e para combustíveis.

Acerca da efetividade de tais medidas, deve ser lembrado que as buscas e apreensões são apontadas pela Rede Internacional de Defesa da Concorrência como a mais efetiva ferramenta de dismantelamento de cartéis. Quanto à magnitude lesiva destes últimos, basta dizer que o cartel é a mais danosa das infrações à ordem econômica, com prejuízos distribuídos por toda a sociedade e cadeias produtivas.

Na atuação preventiva, o resultado de destaque foi a adoção de medidas para garantir a concorrência no leilão de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio (Rio Madeira). Estima-se que as providências de proteção à competição permitiram uma economia aos consumidores de, ao menos, R\$ 24 bilhões de reais nos 30 anos de concessão.

Defesa do Consumidor

No que tange à Defesa dos Direitos Difusos, o Governo Federal implantou nova gestão ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. Como resultado, o número de projetos apresentados ao Conselho no período 2003/2007 (7.316) aumentou, correspondendo a 39 vezes o número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188).

É importante ressaltar que os critérios de seleção e de aprovação de projetos ganharam transparência com a inclusão do Relatório de Atividade anual no site na internet. Além disso, a adoção de um novo modelo de análise de projetos, que define previamente as prioridades que serão adotadas em cada exercício, deu à gestão do Fundo um caráter pró-ativo e aumentou a racionalidade na escolha dos projetos, possibilitando o aumento da efetividade e da capacidade do atendimento aos interesses difusos da sociedade.

Outro ponto importante foi a publicação do Balanço Social do FDD, edições 2003/2004 e 2005/2006, que mostra um trabalho na recuperação dos bens públicos, meio ambiente, históricos e do consumidor, demonstrando o exercício da cidadania brasileira e, por meio de vários exemplos, a integração da sociedade com o poder público na preservação de seus valores. Em 2007, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, executou 42 projetos, com uma aplicação de recursos financeiros da ordem de R\$ 5.033.974,00 e selecionou 56 Cartas-Consulta nas áreas do consumidor, meio ambiente e patrimônio histórico, no montante de R\$ 8.777.866,23, para serem apoiados no exercício de seguinte.

Capacitação e Especialização de Agentes Multiplicadores em Defesa do Consumidor

Em 2007, foi criada a Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC, uma das ações mais importantes no exercício à Defesa do Consumidor. Trata-se de uma ação prioritária, que visa atender uma demanda frequentemente discutida pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC.

Por meio da ENDC, o Governo Federal passou a executar uma importante política de formação de técnicos e agentes em defesa do consumidor em todo o Brasil. Com essa linha de ação, o DPDC passou a combater a fragmentação e a insuficiência na formação dos técnicos que atuam em defesa do consumidor, tornando-os mais aptos a trabalhar no combate aos problemas das relações de consumo em ações preventivas dirigidas à sociedade. Por meio da ENDC, centenas de técnicos, de todos os Estados, deverão ser diretamente beneficiados todos os anos. O quadro a seguir relaciona os cursos da ENDC que foram ministrados no exercício de 2007 e a quantidade de alunos em cada curso.

CURSOS	UF	CAPACITADOS	CARGA HORÁRIA
1º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Manaus/AM	40	16h
2º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Belém/PA	47	24h
3º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	João Pessoa/PB	66	24h
1º Curso para Multiplicadores da Escola Nacional de Defesa do Consumidor	Brasília/DF	83	24h
4º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Salvador/BA	26	24h
Curso Anvisa	Brasília/DF	49	16h
Curso Procon/DF	Brasília/DF	70	16h
5º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Teresina/PI	45	24h
1º Curso de Fiscalização da Escola Nacional de Defesa do Consumidor	Brasília/DF	41	16h
6º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Brasília/DF	41	24h
1ª Oficina de Negociação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor	Brasília/DF	30	16h
7º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Vitória/ES	41	24h
8º Curso Básico da Escola Nacional de Defesa do Consumidor - Itinerante	Florianópolis/SC	40	24h
Curso Básico de Direito do Consumidor	Rio de Janeiro/RJ	19	16h
Escola Nacional de Defesa do Consumidor – Pronascei	Rio de Janeiro/RJ	25	24h
TOTAL		663	312h

REORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

O Governo Federal trabalhou no sentido de elaborar e realizar novos projetos visando a capacitação de pessoal, implementação de uma frente de localização e proteção etno-ambiental e dinamização de proteção aos povos indígenas, fortalecendo o Sistema Nacional de Política Indigenista.

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

Assistência a estudantes indígenas fora de suas aldeias

O Governo Federal apoiou financeiramente 2.000 estudantes indígenas, sendo 1.710 de nível superior, e 290 de nível médio, em sua maioria matriculados em instituições públicas. O auxílio financeiro concedido varia de R\$ 260,00 a R\$ 900,00 mensais, para apoio às despesas do estudante com material escolar, mensalidades, passe estudantil, alimentação e hospedagem. Esses valores consideram as diferentes realidades locais e regionais.

São 13 as instituições de ensino superior que atendem às demandas em diversas regiões do Brasil, com cursos de graduação regular e outras seis de licenciatura específica para a formação de professores indígenas. Para fazer parte desse programa, os alunos são indicados por sua comunidade de origem e assinam termo de compromisso com a própria comunidade, para quando concluírem o curso, retornarem às origens.

Atenção à saúde dos povos indígenas

As principais ações realizadas em 2007 para o acesso da população indígena aos serviços de saúde foram:

- Parceria com a Organização Panamericana da Saúde – OPAS e o Programa Nacional de Imunização do Ministério da Saúde na intensificação das ações de imunizações nas áreas indígenas. Apoio às ações de saúde pertinentes a execução do Projeto de Implantação e Implementação do Programa de DST/Aids para os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. O programa DST/AIDS tem atuado no controle da transmissão vertical em gestantes indígenas, tendo sido diagnosticados 44 casos de sífilis, 16 casos de hepatites virais e 9 casos de HIV. Além disso, foram diagnosticados e tratados 1.756 casos de DST entre os indígenas, até o momento;
- Distribuição de 9 mil exemplares da primeira edição da Cartilha sobre Aleitamento Materno traduzidas para as línguas *Guarani-Kaiowá* e *Kadiweu*, tendo como objetivos incentivar o aleitamento materno, aumentar a qualidade de vida das crianças e reduzir os índices de mortalidade infantil;

- Capacitação de profissionais de saúde da Tríplex Fronteira, para o fortalecimento da interação da assistência e prática dos serviços direcionados às populações indígenas que habitam as fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai;
- Realização do Mês de Vacinação dos Povos Indígenas em meados de abril mobilizando 3.363 profissionais, entre estes 1.761 Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento, beneficiando mais de 162.080 pessoas em 2.112 aldeias e 314 Pólos-Base
- Estruturação da vigilância alimentar e nutricional dos povos indígenas, com a média mensal de 24.449 crianças acompanhadas na faixa etária de 0 a 4 anos;
- Em 2007, foram estruturados 3 Pólos-Base, 6 Casas de Saúde Indígena, 100 Postos de Saúde e 50 Centros de Saúde em todo o País.

Atendimento aos adolescentes e jovens indígenas em situação de risco social

Por meio dessa Ação, a Funai promoveu o atendimento de 4.975 pessoas, entre jovens, adolescentes, anciãos, lideranças e professores, orientando a respeito da defesa e garantia de seus direitos; realizou 38 encontros, onde se elaboraram estratégias para o enfrentamento do alcoolismo, DST/AIDS, suicídio, gravidez precoce, prostituição, violência doméstica entre outros; elaborou seis diagnósticos em regiões distintas, que servirão de projeto-piloto para o ano de 2008, no sentido de promover a discussão dos assuntos referentes à violação dos direitos indígenas; e realizou *Workshops* nas Universidades de Brasília e Universidade Federal do Tocantins, com a finalidade de proporcionar a revitalização de algumas línguas indígenas.

Comunidade escolar nas aldeias

Com o objetivo de instrumentalizar as comunidades indígenas para exercer o controle social sobre a execução das políticas públicas de educação, foram realizadas, ao longo do ano, oficinas e capacitações sobre políticas públicas em aldeias, contemplando 342 comunidades escolares. Reuniões interinstitucionais com Estados e Municípios e audiências públicas em Estados distintos proporcionaram a articulação, criação e implementação de Conselhos Estaduais de Educação Indígena.

Essa ação também apoiou e capacitou lideranças indígenas para representar os seus povos nos conselhos. Seis Estados brasileiros estão com os Conselhos formados – MT/MA/AM/TO/PE/RR – e dois em fase de implementação – PA e CE.

Foram também apoiados, ainda, projetos de Inclusão Digital em São Gabriel da Cachoeira-AM, a participação de professores e lideranças nas discussões sobre Licenciaturas Específicas em algumas regiões e a publicação e lançamento de cartilhas elaboradas por professores indígenas em cursos de formação nos Estados do Mato Grosso, Tocantins e Paraíba.

Promoção da Educação em saúde dos Povos Indígenas

Foram prestados 85 Assessoramentos Técnicos, juntos a gestores estaduais, municipais, técnicos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, representantes de organizações não-governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's e comunidades indígenas na elaboração e implementação de projetos a serem desenvolvidos nas áreas indígenas de forma articulada e integrada.

Quanto às ações educativas de caráter permanente, foram desenvolvidos e acompanhados 300 projetos e atividades. Essas ações são desenvolvidas em conjunto com as demais áreas finalísticas da Funasa.

PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODENSVOLVIMENTO

Regularização fundiária de terras indígenas

A demarcação constitui uma etapa de um longo e complexo processo de regularização fundiária das terras indígenas. Ela consolida e materializa o direito indígena à terra e é precedida de estudos técnicos de delimitação e de reconhecimento legal desse direito.

São quatro as etapas do processo e os avanços na regularização fundiária estão referenciados no cumprimento dessas etapas. A primeira etapa, de delimitação, culmina com a publicação do resumo conclusivo dos relatórios: antropológico; fundiário; ambiental; e cartográfico da área em questão. A etapa seguinte, do reconhecimento legal do direito à terra, é concluído com a expedição de portaria declaratória da posse indígena pelo

Ministro da Justiça. Na sequência, vem a demarcação, propriamente dita, que é concluída via decreto presidencial de homologação e, por último, o registro da área nos cartórios imobiliários e no registro de bens imóveis da União.

Essas quatro etapas evoluíram da seguinte maneira em 2007, com relação ao ano anterior:

ETAPA	ANO 2006	ANO 2007	SUPERFÍCIE (ha)
1. Delimitação (resumo publicado)	15	5	1.602.595
2. Declaração (portaria declaratória expedida)	12	20	865.512
3. Demarcação (decreto de homologação expedido)	10	6	978.330
4. Registro (registro em cartório efetuado)	7	17	2.472.213
Total de atos ou etapas cumpridas	44	48	-

As variações em cada etapa decorrem de fatores diversos tais como a indisponibilidade de pessoal para cumprir determinadas tarefas ou a retenção de processos decorrentes de ações judiciais ou recursos administrativos interpostos por terceiros interessados.

Além dos procedimentos administrativos de reconhecimento da posse tradicional indígena, a Funai também promove a indenização e remoção de pessoas não-indígenas localizadas nessas terras, processo esse desencadeado pelo ato declaratório.

Em 2007, foram indenizados e removidos 268 ocupantes de terras indígenas.

Fiscalização de terras indígenas

A ação visa coibir a prática de ilícitos nessas áreas, especialmente quanto ao uso ou exploração dos recursos naturais nelas existentes. As terras indígenas cobrem uma superfície equivalente a 12% do território nacional em regiões remotas, normalmente de difícil acesso. A fiscalização dessas áreas acarreta enormes dificuldades logísticas e operacionais para sua execução.

No ano de 2007, a Funai realizou 29 grandes operações de fiscalização, em estreita cooperação com a Polícia Federal e o Ibama, no interior ou no entorno de 15 terras indígenas.

Além dessas operações de maior porte, a Funai também desenvolve, por intermédio de suas administrações regionais, ações de proteção ambiental, divididas em 4 categorias: ações de fiscalização com a eventual remoção de invasores e apreensão de material; ações de monitoramento, referentes ao mapeamento e identificação de problemas no entorno das terras indígenas; vigilância indígena, que consiste no apoio às comunidades no formato de pequenos projetos para que elas exerçam a vigilância de suas áreas; e capacitação em legislação ambiental e indigenista, tanto para servidores da Funai quanto para lideranças indígenas. Em 2007, foram realizadas pelas administrações regionais 239 ações de proteção distribuídas nessas quatro categorias que, somadas às 29 operações de grande porte desenvolvidas a partir da sede central, perfazem o total de 268 ações em 2007.

Os ilícitos mais comuns observados nas operações são: a exploração clandestina de madeira; garimpo; grilagem de terra; caça e pesca ilegais; plantação de drogas; e turismo pseudo-ecológico.

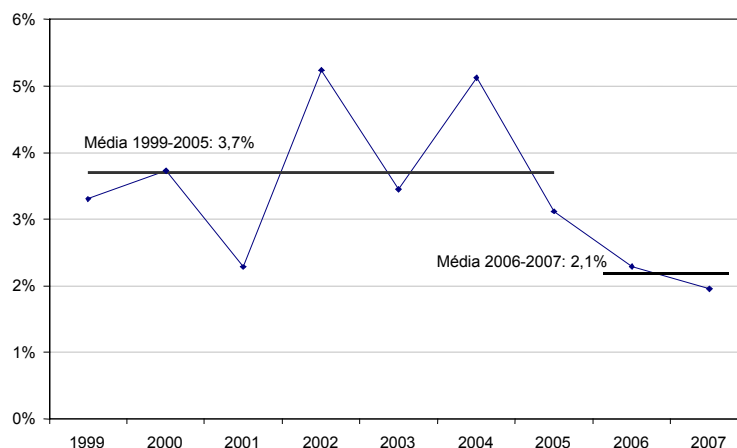
6.11. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

O Programa Previdência Social Básica no Plano Plurianual – PPA vigente é o de maior aporte de recursos, no âmbito do MPS, responsável pelo custeio do pagamento de todos os benefícios previdenciários e de todas as ações que dão suporte para o reconhecimento do direito. No orçamento de 2007, foram consignados R\$ 178,0 bilhões, representando 92,3% do total de recursos alocados ao Órgão. Assim, o Programa, além de garantir o pagamento dos beneficiários, no valor e prazo previstos em Lei, também executa ações voltadas para o reconhecimento de direitos, a realização de perícias médicas, e ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

O número de benefícios emitidos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS (previdenciários e acidentários) segue aumentando (cf. gráfico seguinte). Registre-se, entretanto, que os anos de 2006 e 2007 mostram uma inflexão importante na tendência existente nos anos anteriores: entre 1999 e 2005, o número de benefícios emitidos do RGPS cresceu em média, 3,7% ao ano. Em 2006, essa variação já foi significativamente inferior, 2,3% e, em 2007, a inflexão ficou ainda mais clara, com aumento no número de benefícios de apenas 1,9%.

**VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS
1999-2007**

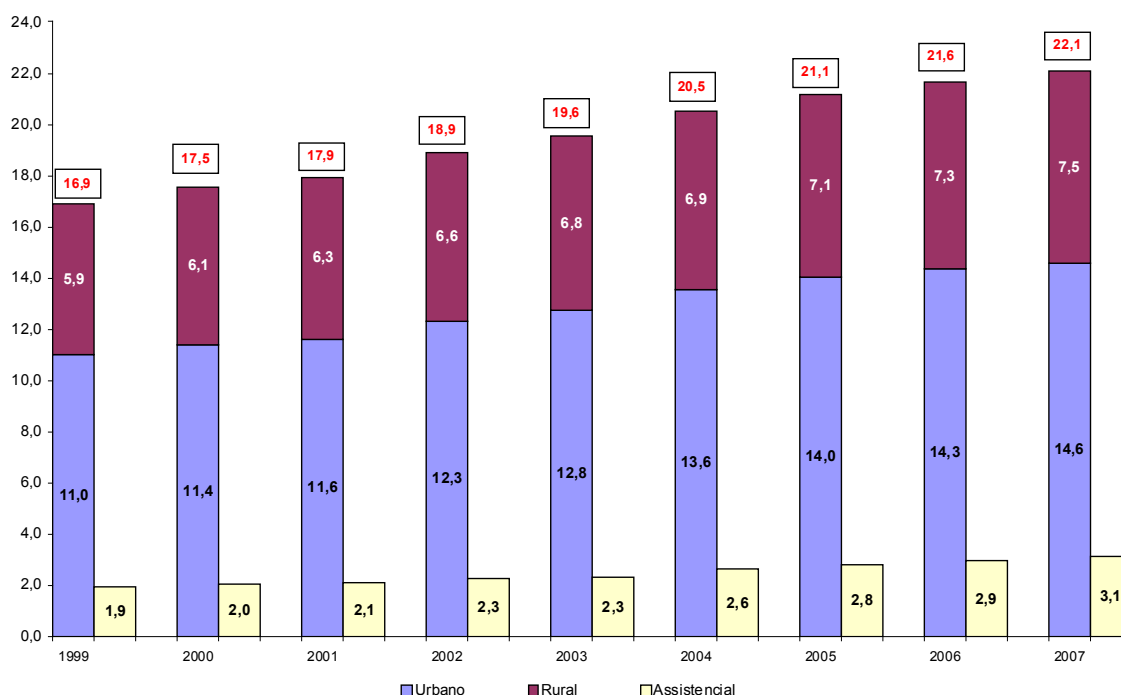


Fonte e elaboração: MPS / Secretaria de Políticas de Previdência Social.

Em 2007, posição de dezembro, de um total de 25,2 milhões de benefícios emitidos, 22,1 milhões referiam-se a benefícios previdenciários e acidentários e 3,1 milhões a benefícios assistenciais¹. Entre os benefícios previdenciários e acidentários, 14,6 milhões (66%) são pagos à clientela urbana e 7,5 milhões (33,9%) à clientela rural (conforme gráfico seguinte).

¹ Benefícios sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
1999 – 2007 – EM MILHÕES**



Fonte e elaboração: MPS/Secretaria de Políticas de Previdência Social.

Entre os diversos benefícios pagos pela Previdência Social, são os auxílios-doença que mais têm contribuído para uma redução na quantidade de benefícios emitidos. Como anteriormente afirmado, o número de benefícios do RGPS emitidos em 2007 foi 1,9% superior aos emitidos em 2006. Quando se considera apenas as aposentadorias, observa-se um crescimento de 3,2%; e quando se leva em conta as pensões, a variação foi de 2,8%.

A emissão de auxílios-doença (acidentário e previdenciário), entretanto, decresceu 12,0% entre 2007 e 2006, mostrando que os reflexos das medidas de gestão tomadas a partir de outubro de 2005² continuam surtindo efeitos no sentido de limitar a expansão das emissões desses benefícios.

Entre os anos de 2006 e 2007, houve um aumento real de 1,59% no valor médio anual do benefício, que saltou de R\$ 612,27 para R\$ 621,99, em valores de dezembro de 2007 (INPC/IBGE). Entre 2000 e 2007, o valor médio do benefício sofreu um aumento real de 19,4%, fundamentalmente em função do impacto dos reajustes no valor do salário mínimo, que foi de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 em abril de 2007.

Em 2007, foram concedidos 3.846 mil benefícios do RGPS (queda de 2,2% em relação a 2006), dos quais 3.555 mil previdenciários e 291 mil acidentários.

² Especialmente a implantação da chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES e a substituição de todos os médicos peritos credenciados por médicos concursados.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

GRUPOS DE ESPÉCIES	BENEFÍCIOS EMITIDOS				BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			
	Quantidade (dezembro) Em mil		Valor Acumulado no ano (Em R\$ milhões)		Quantidade acumulada no ano – Em mil		Valor acumulado no ano (Em R\$ milhões)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
TOTAL	24.593	25.170	158.408	172.902	4.239	4.173	2.455	2.566
BENEFÍCIOS DO RGPS	21.645	22.066	146.526	159.218	3.933	3.846	2.351	2.443
Previdenciários	20.912	21.298	142.139	154.416	3.774	3.555	2.246	2.237
Aposentadorias	13.447	13.879	95.805	103.748	820	901	492	597
Idade	6.915	7.182	32.384	36.049	463	519	189	235
Invalidez	2.740	2.753	16.435	17.627	172	135	118	97
Tempo de Contribuição	3.792	3.943	46.986	50.072	185	247	185	265
Pensões por Morte	5.921	6.090	34.819	38.142	335	359	200	229
Auxílios	1.502	1.282	11.337	12.326	2.203	1.841	1.400	1.227
Doença	1.469	1.244	11.177	12.138	2.189	1.826	1.394	1.219
Acidente	15	18	52	67	4	4	1	1
Reclusão	18	20	108	122	10	12	5	6
Salário-Maternidade	41	45	168	193	417	453	153	185
Outros ⁽¹⁾	2	1	10	7	0	0	0	0
Acidentários	733	769	4.387	4.803	159	291	105	206
Aposentadorias por Invalidez	147	149	1.211	1.281	6	4	6	4
Pensão por Morte	129	129	967	1.000	2	1	1	1
Auxílio-Doença	101	138	986	1.216	141	275	92	193
Auxílio-Acidente	269	271	1.117	1.198	10	10	6	7
Auxílio-Suplementar	86	83	107	109	0	0	0	0
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	2.940	3.097	11.745	13.553	306	327	103	122
Amparos Assistenciais (LOAS)	2.477	2.681	9.719	11.548	305	326	103	122
Idoso	1.184	1.296	4.606	5.561	174	181	59	68
Portador de Deficiência	1.294	1.385	5.113	5.987	132	145	44	54
Pensões Mensais Vitalícias	16	16	118	123	1	1	0	0
Rendas Mensais Vitalícias	446	400	1.908	1.882	0	0	0	0
Idade	136	116	592	558	0	0	0	0
Invalidez	311	284	1.317	1.324	0	0	0	0
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU) ⁽²⁾	8	7	137	131	0	0	0	0

Fonte: Dataprev, Sub, Síntese.

(1) Inclui as espécies: 47 - Abono de permanência em serviço 25%; 48 - Abono de permanência em serviço 20%; 68 - Pecúlio especial de aposentadoria; 79 - Abono de servidor aposentado pela autarquia empregadora. (2) Inclui as espécies: 22 - Pensão por morte estatutária; 26 - Pensão Especial (Lei nº 593/48); 37 - Aposentadoria de extranumerário da União; 38 - Aposentadoria da extinta CAPIN; 54 - Pensão especial vitalícia (Lei nº 9.793); 56 - Pensão mensal vitalícia por síndrome de talidomida; 58 - Aposentadoria excepcional de anistiado; 59 - Pensão por morte excepcional do anistiado; 60 - Pensão especial mensal vitalícia; 76 - Salário-família estatutário da RFFSA; 89 - Pensão especial à vítima da hemodiálise Caruaru. Não inclui os complementos de EPU.

Defesa Judicial da Previdência Social Básica

A finalidade da ação Defesa Judicial da Previdência Social Básica é a de promover a defesa do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações judiciais em matéria não tributária. Nesta ação são custeadas as despesas de supervisão dos procuradores em atuação no INSS, o pagamento dos Advogados Constituídos, que são remunerados pela produção de peças processuais em favor do INSS e demais despesas jurídicas decorrentes da defesa do Instituto. Cerca de 86% dos valores desta ação referem-se ao pagamento dos Advogados Constituídos.

No ano de 2007 foram produzidas 68.531 peças processuais, tendo sido despendido o valor de R\$ 21,2 milhões, representando 72% e 95% das previsões física e financeira, respectivamente, estimadas na Lei Orçamentária Anual e nas alterações posteriormente autorizadas.

Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS

O Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS é a base de dados nacional que contém informações cadastrais de trabalhadores empregados, contribuintes individuais, empregadores, vínculos empregatícios e remunerações. A utilização do CNIS, para o reconhecimento dos direitos previdenciários, vem tornando mais simples e menos burocrático o processo de concessão de benefícios, por disponibilizar informações a respeito da vida laboral do trabalhador. Outra grande contribuição dessa ferramenta é a sua utilização no processo de detecção de fraudes e desvios na concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas e, conseqüentemente, de

pagamentos indevidos, mediante o cruzamento das informações administradas pelos vários sistemas governamentais.

O produto da ação, informação processada, tem caráter não cumulativo, uma vez que é informada a situação mensal da quantidade de registros armazenados, o que por si só já se caracteriza um valor de estoque. Dessa forma, o total observado para o ano de 2007 não foi de 2,4 bilhões registros, mas sim o referente à posição de dezembro, ou seja, 207,4 milhões registros, frente a uma meta estimada pelo MPS de 206,6 milhões e a uma execução correspondente a 101,6%. Vale ressaltar que para esta ação, com dotação inicial de R\$ 69,0 milhões, foi aprovado um crédito extraordinário de R\$ 39,8 milhões, que foi totalmente realizado.

Serviço de Perícia Médica

O Serviço de Perícia Médica visa a realização de perícias médicas iniciais ou de manutenção, a participação em juntas médicas, realização de pesquisas externas – visitas hospitalares/domiciliares, pedido de reconsideração e pedido de prorrogação.

A estimativa da duração do benefício, feita durante o exame médico-pericial, leva em consideração a incapacidade apresentada pelo segurado e busca estabelecer um período de licença compatível com a necessidade de recuperação da incapacidade, limitada a dois anos. Caso a incapacidade perdure por mais de dois anos, o segurado deverá ser reavaliado.

O INSS iniciou em setembro de 2007 a reavaliação dos auxílios-doença que foram concedidos com duração de dois anos. Os segurados estão sendo informados, por carta, que deverão agendar nova perícia médica no prazo de dez dias, contados a partir da data de recebimento, o que pode ser feito pela internet ou pela Central 135.

Assim, a execução física dessa ação somou 9,01 milhões de perícias e exames médico-periciais realizados, o que corresponde a uma despesa realizada de R\$ 6,4 milhões, ou seja, 100,0% do previsto para a ação. Vale ressaltar que a previsão de execução de exames médico-periciais para o ano 2007 foi redimensionada no SIGPlan, no entanto, foi informada na LOA uma meta física equivocada de 49,3 mil perícias, correspondente apenas aos serviços terceirizados (exames complementares + pareceres especializados).

Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários

O serviço de Reconhecimento de Direitos compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), revisão, recurso e manutenção dos benefícios, certidão de tempo de contribuição devida aos segurados do Regime Geral de Previdência Social. Atualmente os requerimentos podem ser efetuados nas Agências da Previdência Social, via Internet, via telefone ou ainda mediante convênios com sindicatos e empresas.

Em 2007, foram concluídos 9,6 milhões de processos, superando o físico previsto inicialmente (6,2 milhões), em razão, principalmente, da implantação do agendamento prévio do atendimento, o que propiciou aos servidores maior tempo para análise dos requerimentos, e pela implementação do Plano de Ações Prioritárias do INSS (PAP). A execução financeira foi da ordem de 17,1 milhões, o que corresponde a 89,7% do total previsto.

O Plano de Ações Prioritárias, iniciado em agosto de 2007, especialmente no eixo Rio/São Paulo tem como principais objetivos: acabar com o estoque de processos de benefícios, reduzir o tempo de espera entre o agendamento eletrônico e o atendimento nas Agências da Previdência Social (APS) e acabar com as pequenas filas que persistem nas portas de algumas agências antes do horário de abertura.

Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social

Na ação Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social são custeados todos os gastos com manutenção geral da máquina, tais como: vigilância, limpeza e conservação, águas e esgotos, energia elétrica, reformas e melhorias, manutenções e conservações, contratação de estagiários, despesas com o teleatendimento (135), demais despesas de custeio operacional e aquisição de material permanente.

Além da manutenção operacional, durante o exercício 2007 foram implementadas no âmbito do INSS ações voltadas para a criação de Plano Nacional de Segurança nas Unidades de Atendimento, motivado por

constantes ameaças de agressão aos servidores que atuam na área de atendimento ao público, inclusive o assassinato de dois médicos peritos.

Foram alocados recursos para ampliação no quantitativo de postos de vigilância convencional e eletrônica nas Unidades de Atendimento, bem como a aquisição de itens de segurança: divisores de fluxo, detectores de metais manuais e instalação de portas com detectores de metais nas Unidades de Atendimento.

Em 2007 foram atendidos cerca de 35,5 milhões de usuários, superando a meta prevista na LOA de 20,5 milhões, o que correspondeu a uma despesa executada de R\$ 404,8 milhões. Vale ressaltar que para esta ação, com dotação de R\$ 405,5 milhões, foi aprovado um crédito extraordinário de R\$ 43,3 milhões, totalizando R\$ 448,8 milhões.

Implantação do Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI

O Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI é um sistema desenvolvido para informatizar o processo de perícia médica, tem por objetivo, assegurar um processo operacional ágil e eficiente da administração de benefícios por incapacidade e permitir o controle da concessão do benefício por incapacidade desde a entrada do requerimento até o eventual encaminhamento de recurso à Junta e ao Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.

Face às restrições tecnológicas enfrentadas até setembro de 2006, a previsão era implantar o SABI em 154 Agências, restando 325 para o ano de 2007. Ao final de setembro/2006, a Dataprev informou que haviam sido superados os problemas tecnológicos, e até dezembro de 2006 o SABI tinha sido implantado em 381 APS, restando apenas 194 para 2007. Destas, foram contempladas 117 agências em 2007: 55 fixas, sete de Benefício por Incapacidade, 15 de Atendimento à Demanda Judicial e 40 Equipes de Atendimento à Demanda Judicial.

Encerramos o projeto SABI com sua implantação em 1.142 Agências, o que significa 100% das Agências da Previdência Social que estão ativas. Atualmente, existem 77 APS sem o SABI, porém trata-se de agências que estão inativas e terão o sistema implantado à medida que forem ativadas.

A execução financeira de R\$ 92,9 mil ficou em 24,9% do total previsto, uma vez que esse valor era para implantação de 325 APS, porém como em 2006 conseguimos superar a meta física, tivemos em 2007 um 117 unidades com sistema implantado. Outro fator que influenciou também no desempenho financeiro, foi a não ocorrência de treinamento para os técnicos das Agências de Atendimento à Demanda Judicial e das APS de Benefícios por Incapacidade, uma vez que os servidores lotados nessas agências eram oriundos de unidades que já haviam sido treinadas.

Recadastramento Previdenciário - Censo

O Censo Previdenciário, iniciado em outubro de 2005, com ampla divulgação e convocação individualizada dos beneficiários para efetuar o recadastramento, foi realizado satisfatoriamente por meio da rede bancária. O Censo consiste na atualização cadastral do banco de dados de benefícios e sua realização também contribui para a redução de fraudes e desvios de recursos, bem como para a atualização de estudos previdenciários e projeções atuariais.

Em 2007, foram encerradas todas as etapas de convocação dos beneficiários relativas ao Censo Previdenciário. Houve o comparecimento de 16,6 milhões, correspondente a 97% dos beneficiários convocados, do total de 17,2 milhões. Até 31 de dezembro de 2007 chegou-se ao total de 81.433 benefícios cessados, gerando uma economia anual de R\$ 442 milhões. Ainda estão sendo ultimados os trabalhos relativos aos benefícios pendentes de tratamento pelos bancos e outros que são pagos no exterior.

Está sendo realizado o processamento do batimento entre os dados obtidos no Censo Previdenciário e as bases da Receita Federal do Brasil, do CNIS, do Sistema Informatizado de Óbitos - Sisobi e do Sistema Único de Benefícios - SUB. Este processamento, inicialmente, envolve um milhão de casos. Após a conclusão da atualização cadastral dos dados do benefício com o Censo Previdenciário, serão analisados todos os critérios quanto à correta manutenção dos benefícios.

O resultado da ação, em 2007, apresentou um total de 2,0 milhões de registros atualizados, correspondendo a uma despesa de R\$ 27,8 milhões (72,6% do total previsto). Ressalte-se que houve um redimensionamento da meta física no SIGPlan passando de 2,8 milhões de registros atualizados para 2,0 milhões.

Pagamento de Abono de Permanência em Serviço

O Pagamento de Abono de Permanência em Serviço tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS renda mensal correspondente a 25% ou 20%, conforme o caso, do valor da aposentadoria a que teria direito.

É uma ação decrescente, pois não há mais concessão desse tipo de benefício. A meta programada foi de 1.491 benefícios em manutenção em dezembro e fechou em 1.171 benefícios mantidos. A execução financeira foi de R\$ 6,7 milhões o que corresponde a 100,0% do total previsto.

Pagamento de Aposentadorias - Área Rural

O Pagamento de Aposentadorias - Área Rural tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS da área rural pagamentos mensais vitalícios em decorrência do tempo de contribuição, idade avançada e incapacidade para o trabalho.

Foi programado o pagamento mensal de 5,3 milhões de benefícios, tendo sido alcançado o quantitativo de 5,4 milhões de benefícios em manutenção, alcançando 101,3% da meta programada. O gasto inicial previsto foi de R\$ 24,15 bilhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 1,94 bilhões, foi executado o valor de R\$ 26,1 bilhões.

Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana

Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS pagamentos mensais vitalícios em decorrência do tempo de contribuição, idade avançada e incapacidade para o trabalho.

Foi programado o pagamento mensal de 8,57 milhões de benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 8,23 milhões de benefícios em manutenção, alcançando 96% da meta programada. A execução financeira foi de R\$ 83,0 bilhões o que corresponde a 100,0% do total previsto.

Pagamento de Aposentadorias Especiais

O Pagamento de Aposentadorias Especiais tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS uma renda mensal em decorrência de trabalho por 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso, submetido a condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física.

Foi programado o pagamento mensal de 397,8 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 395,6 mil benefícios em manutenção, alcançando 99,46% da meta programada. O gasto previsto foi de R\$ 6,2 bilhões, tendo sido realizado em sua totalidade.

Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio- Reclusão - Área Urbana

O Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Urbana tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS renda mensal, de caráter temporário, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou de trabalho, e ao dependente, em decorrência de detenção ou reclusão do segurado.

Foi programado o pagamento mensal de 2,06 milhões de benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 1,63 milhões de benefícios em manutenção, alcançando 79,0% da meta programada. Foi previsto o gasto de R\$ 16,7 bilhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 1,0 bilhão, foi executado o valor de R\$ 17,7 bilhões.

Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural

O Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão - Área Rural tem como finalidade garantir ao segurado do RGPS da área rural renda mensal, de caráter temporário, em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou de trabalho, e ao dependente, em decorrência de detenção ou reclusão do segurado.

Foi programado o pagamento mensal de 180,6 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 143,6 mil benefícios em manutenção, alcançando 79,5% da meta programada. Foi previsto o gasto de R\$ 767,6 milhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 48,8 milhões e empenhado o valor de R\$ 794,0 milhões.

Pagamento de Pensões - Área Rural

O Pagamento de Pensões - Área Rural tem como finalidade assegurar aos dependentes de segurado do RGPS da área rural renda mensal por morte deste.

Foi programado o pagamento mensal de 1.916,8 mil benefícios, tendo sido alcançado em dezembro, o quantitativo de 1.941,2 mil benefícios em manutenção, que corresponde a 101,3% da meta programada. Foi previsto o gasto de R\$ 8,7 bilhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 790,6 milhões e executado o valor de R\$ 9,45 bilhões.

Pagamento de Pensões - Área Urbana

O Pagamento de Pensões - Área Urbana tem como finalidade garantir aos dependentes de segurado do RGPS renda mensal por morte deste.

Foi programado o pagamento mensal de 4.250,0 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 4.279,1 mil benefícios em manutenção, correspondente a 100,7% da meta programada. Foi previsto o gasto de R\$ 32,04 bilhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 1,74 bilhões e executado R\$ 33,7 bilhões.

Pagamento de Salário-Família

O Pagamento de Salário-Família tem como finalidade garantir ao filiado do RGPS renda mensal em proporção ao número de filhos ou equiparados. Foi programado o pagamento mensal de 155,4 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 70,4 mil benefícios em manutenção, o que corresponde 45,3% da meta programada. O gasto previsto foi de R\$ 40,6 milhões, tendo sido executado R\$ 40,6 milhões, o que corresponde a 100,0% do valor autorizado.

Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural

O Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural tem como finalidade garantir à segurada do RGPS da área rural renda por 120 dias em decorrência da maternidade.

Foi programado o pagamento mensal de 23,3 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 36,5 mil benefícios em manutenção, correspondente a 155,3% da meta programada. A elevada diferença decorre dos critérios adotados para o levantamento do quantitativo de benefícios de Salário-Maternidade e que já foram sanados para o ano de 2008. Foi previsto o gasto de R\$ 64,3 milhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 401,9 milhões e executado R\$ 457,2 milhões.

Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana

O Pagamento de Salário-Maternidade - Área Urbana tem como finalidade assegurar à segurada do RGPS renda por 120 dias em decorrência da maternidade.

Foi programado o pagamento mensal de 32,0 mil benefícios, tendo sido alcançado, em dezembro, o quantitativo de 41,5 mil benefícios em manutenção, alcançando 129,7% da meta programada. A elevada diferença decorre dos critérios adotados para o levantamento do quantitativo de benefícios de Salário-Maternidade e que já

foram sanados para o ano de 2008. Foi previsto o gasto de R\$ 131,7 milhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 125,3 milhões e executado o valor de R\$ 256,2 milhões.

Vale ressaltar que as ações referentes a pagamentos de benefícios são executadas em sua totalidade, o que transforma a Previdência Social em um dos maiores distribuidores de renda do país, protegendo aposentados, pensionistas e demais beneficiários, incluindo seus dependentes. Os serviços da Previdência, além de terem crescido muito nesses anos, também se modernizaram e tornaram-se mais acessíveis à população.

Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários

Esta ação visa garantir os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, Comprev, CNISVR, Hipnet, Hiscernet, Recnet) até que possa ser implementado o Sistema do Novo Modelo de Gestão. Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenientes, e processados pela Dataprev, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social.

Em 2007, foram processados 264,6 milhões de benefícios (não está incluído o processamento dos benefícios da LOAS) o que corresponde a 89,8% da meta física. A execução financeira reflete o pagamento de benefícios contratados (maciça) e dos serviços e sistemas que dão suporte ao processamento executado para o INSS, e foi da ordem de 291,0 milhões que corresponde a 100% do valor previsto para esta ação.

Outro importante passo na modernização da previdência vem ocorrendo na Dataprev com a modernização da opção tecnológica adotada, viabilizando a concorrência entre fornecedores e a redução de custos; o desenvolvimento de novos sistemas de informação; e a reformulação e ampliação da rede de telecomunicações.

Nesta direção, a Dataprev em 2007 priorizou a modernização do ambiente tecnológico central, com a implantação do computador de grande porte Libra 680 e Storage DMX-3, aumentando a capacidade de resposta dos sistemas computacionais e agilizando o atendimento ao segurado da Previdência Social.

Outra prioridade de investimento é a Rede de Telecomunicações da Previdência Social, que viabiliza o acesso às informações e sistemas da Previdência Social, por cerca de 60.000 usuários. A referida rede integra 1.414 prédios do INSS, MPS e da Dataprev, em aproximadamente 958 municípios do País, além de mais de 120 entidades externas, sejam elas do governo ou privadas, possibilitando a conexão de computadores de grande porte, servidores, estações de trabalho e redes de parceiros.

Em 2007, a Dataprev aprimorou seus processos de gestão, com a organização das finanças da empresa, o recebimento de valores devidos pelo INSS, os acertos dos débitos com fornecedores, a agilização dos trâmites de faturamento, a gestão e controle das despesas e a melhoria dos processos de contratação, o que demonstra que a empresa está no caminho certo para modernizar sua administração.

INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

O Programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o de seus familiares por meio de indenizações e pensões estabelecidas em leis específicas.

Pagamento de Benefícios de Legislação Especial

O Pagamento de Benefícios de Legislação Especial tem por objetivo assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei, no exercício de 2007, foram atendidos 79,3 mil beneficiários, vítimas de danos resultantes de situações reconhecidas pela União, alcançando 71,3% de execução física do total previsto na LOA. O gasto previsto foi de R\$ 664,0 milhões, acrescido do crédito suplementar de R\$ 234,4 milhões e executado o valor de R\$ 989,4 milhões.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO - QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS

DISCRIMINAÇÃO	DEZEMBRO		VARIAÇÃO % B/A
	2006 A	2007 B	
ECT	6.611	6.525	-1,30
Rede Ferroviária	73.699	69.208	-6,09
Estatutário	2.022	1.643	-18,74
Anistiado	1.470	1.365	-7,14
Talidomida	490	503	2,65
Hemodiálise (Caruaru)	65	65	0,00
TOTAL	84.357	79.309	-5,98

Fonte: Dataprev

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

O principal foco do Programa é a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, tornando mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais no órgão. Para tanto, são necessários investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos.

Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social – OGPS é a unidade responsável pelo registro e tratamento das reclamações, sugestões, denúncias e elogios sobre os serviços previdenciários, oriundos da sociedade. Produz sugestões de mudanças gerenciais e de procedimentos mediante relatórios, nos quais são apontadas deficiências ou irregularidades sob o ponto de vista dos interesses dos cidadãos.

Em 2007, a Ouvidoria iniciou a troca de seu sistema operacional, denominado SOU-WEB, permitindo ao usuário acompanhar pela Internet as providências relativas à sua sugestão, denúncia ou reclamação e agilizando o trâmite dos registros dos segurados, tendo em vista que os servidores da Ouvidoria poderão acionar rapidamente unidades do INSS em todo o País.

Houve também nesse ano, a definição do novo fluxo de tratamento das denúncias recebidas, publicado em Portaria Conjunta MPS/INSS/Dataprev em novembro de 2007, cabendo à Ouvidoria Geral registrar e analisar todas as denúncias, mesmo as recebidas numa Agência da Previdência Social, encaminhá-las aos órgãos competentes e monitorar os casos pendentes. Esta centralização dos registros dará maior agilidade e racionalidade ao fluxo das denúncias.

Foram atendidos 404,7 mil usuários, o que corresponde 67,8% de execução física. Foi previsto o gasto de R\$ 4,3 milhões e executado o valor de R\$ 3,3 milhões, ou seja, 77,2% do previsto.

Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos

A Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos consiste em avaliar a eficácia dos controles internos e a eficiência das áreas do INSS no cumprimento de suas atribuições e responsabilidade, bem como a adequada aplicação das normas e dos recursos disponíveis. Essa ação inclui as atividades executadas na Auditoria-Geral, Corregedoria e na Tomada de Contas Especial – TCE.

Em 2007, a meta física foi redimensionada no SIGPlan passando de 204 para 1.153 auditorias. Este procedimento foi necessário, uma vez que não foram encaminhadas estas informações em época própria. Foram realizadas 432 auditorias, instaurados 514 procedimentos administrativos disciplinares e 15 processos de Tomada de Contas Especial, totalizando 961 auditorias realizadas, o que corresponde a 83,3% da meta redimensionada. Foi previsto o gasto de R\$ 9,5 milhões, no entanto, foi remanejado desta ação R\$ 2,8 milhões e executado o valor de R\$ 5,8 milhões o que corresponde a 86,4% do total.

A Auditoria Interna ultrapassou o seu limite de ações previstas, considerando as ações extraordinárias, bem como a Ação de Revisão dos Benefícios com Indícios de Irregularidade pendentes de análise nos diversos segmentos da Instituição, conforme PT INSS/PRES n.º 109/2007. Cabe esclarecer, que esta ação foi executada em conjunto com a Diretoria de Benefícios.

O ano de 2007 foi marcado por realizações significativas do ponto de vista operacional no combate às fraudes, com destaque para o estabelecimento de novas parcerias com vistas ao intercâmbio de informações e à consecução dos objetivos institucionais.

A alocação dos recursos necessários e a interação dos órgãos que compõem as Forças-Tarefas propiciaram o alcance dos resultados que superaram os objetivos inicialmente estimados.

Em 2007, as Forças-Tarefas Previdenciárias realizaram 41 operações, que resultaram em 217 prisões, sendo 27 de servidores da Previdência Social e 190 de pessoas externas ao INSS e que estavam diretamente envolvidas nas fraudes. Foram cumpridos 248 Mandados de Busca e Apreensão com a finalidade de obtenção de provas quanto à materialidade e autoria dos ilícitos criminais.

As Forças-Tarefas previdenciárias trabalharam 12,3 mil benefícios, o que permitiu ao INSS tomar medidas necessárias para obter uma economia mensal de R\$ 2,8 milhões.

Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social

A ação Modernização e Expansão da Capacidade de Tecnologia e Informação da Previdência Social tem como objetivo reestruturar o ambiente tecnológico da Previdência Social para propiciar ganhos significativos de qualidade e produtividade, visando torná-lo apto para atender as crescentes demandas inerentes aos serviços da Previdência Social e constitui-se de parte importante do esforço de implantação do Novo Modelo de Gestão - NMG.

Em 2007, foi modernizada a rede de comunicação com uma tecnologia que suporta a transmissão de dados, voz e imagens. Com esta mudança está sendo viabilizada a operação de 106 salas de videoconferência e a comunicação pela rede interna (Voz sobre IP) em 96 localidades. Houve avanço na modernização do parque de equipamentos, concluindo-se a substituição de 32 mil estações de trabalho e 9,6 mil impressoras. Foi iniciada ainda a instalação do parque de digitalização de documentos que permitirá redução no tempo de recuperação e atualização da informação, acesso seguro e controlado e segurança do acervo.

A meta física projetada (8,5% de um total de 9%) foi praticamente atingida em sua totalidade. Da dotação inicial de R\$ 21,9 milhões, acrescido do crédito extraordinário de R\$ 19,3 milhões foi executado R\$ 29,0 milhões. O cumprimento da totalidade dos créditos orçamentários não foi alcançado em virtude, principalmente, da liberação dos recursos do crédito extraordinário ter ocorrido somente no final do ano, inviabilizando a conclusão das atividades previstas para o ano.

Vale ressaltar que este projeto foi reformulado para o PPA 2008/2011, aproveitando a estrutura e os resultados até aqui obtidos. Seu produto mudou para “ambiente tecnológico modernizado” e seu prazo final passou para o final de 2011 quando, estima-se, teremos 100% da meta atingida. Dessa forma até 2007 foi obtido um percentual aproximadamente 47% do novo produto, somando as projeções da ação no MPS e no INSS. A responsabilidade pelo gerenciamento dessa ação passou a ser do INSS e assim deverá ser conduzida até o seu final.

Como parte do processo de aprimoramento da gestão da Previdência Social, em dezembro/2006 foi aprovado o Plano de Internalização do Novo Modelo de Gestão - PINMG. Dentre as ações programadas está a disseminação do conhecimento sobre o NMG.

Vale ressaltar que a implantação do NMG entrou em sua etapa de desenvolvimento com os projetos do novo Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, que modernizará a tecnologia atualmente utilizada, integrará as bases de dados e permitirá o tratamento das informações dos segurados especiais. Além deste projeto, está em curso o desenvolvimento da primeira fase do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE, que inclui o requerimento, agenda, perícia médica, concessão, revisão, atualização, recursos e monitoramento dos processos de benefícios, para substituir os sistemas utilizados atualmente, integrar as bases de dados para tornar mais ágeis os procedimentos e permitir a implantação do reconhecimento automático de direitos a partir dos dados constantes do CNIS. A conclusão e a implantação do CNIS estão previstas para o 1º semestre de 2008 e do SIBE para o 2º semestre de 2008.

Esforços estão sendo empreendidos para que as diversas ações planejadas para o NMG sejam efetivadas. Nesse sentido a capacitação e o desenvolvimento dos trabalhos da fábrica de software são monitorados para garantir o cumprimento das metas estabelecidas no projeto.

Ressalta-se a importância desses projetos para a Previdência Social no cumprimento de sua missão, especialmente no que tange a garantia que modernização tecnológica necessária a Previdência Social seja um instrumento que contribua para o aprimoramento da sua gestão.

Previdência Eletrônica

A ação Previdência Eletrônica visa a prestação de informações e serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de tele-atendimento (135).

O sistema eletrônico de atendimento permite maior agilidade e resolutividade às demandas dos beneficiários, além de propiciar maior comodidade ao trabalhador, que não precisa mais enfrentar filas. Para requerer serviços ou benefícios do INSS, como a aposentadoria, auxílio-doença e perícia médica, basta acessar o site www.previdencia.gov.br ou ligar para o número 135. Além das vantagens de reduzir o tempo de espera nas agências e contribuir para a diminuição do estoque de processos, a implantação do novo sistema permite que os segurados sejam rigorosamente atendidos no horário marcado e, ainda, proporciona aos interessados comodidade e maior qualidade na prestação de serviços.

Em 2007, foram registrados 144,3 milhões de atendimentos, ultrapassando a meta inicial de 36 milhões. Os dados físicos referem-se ao número de chamadas atendidas pelas centrais de tele-atendimento 135 (PE, BA e DF) e ao número de acessos ao site da Previdência Social. Foi previsto o gasto de R\$ 6,0 milhões, houve um bloqueio de R\$ 500,0 mil e executado R\$ 4,1 milhões, o que corresponde a 67,5% do total disponibilizado para esta ação.

Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários

Esta ação inclui o estabelecimento e o desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e modelos que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente - interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e evitar ações isoladas e medidas paliativas nas rotinas de trabalho, mantendo base de dados sobre o desempenho institucional e facilitando a disseminação das melhores práticas.

Em 2007, na área de Gerenciamento da Qualidade, ressaltamos dois importantes trabalhos executados pelo INSS que culminaram em melhorias no atendimento, principalmente na redução do tempo de espera para o atendimento inicial e para a conclusão das solicitações de benefícios.

Em março de 2006 a Previdência Social estabeleceu o atendimento com hora marcada, por meio do agendamento eletrônico, que representa a criação de mecanismo público, programado, seletivo e resolutivo de atendimento. Com o atendimento por meio de agendamento, o INSS passou a lidar com um novo fenômeno, a “fila virtual”. Para combatê-la, foi estabelecido no ano de 2007 o Plano de Redução dos Prazos da Agenda, que contemplou as seguintes ações: Readequação dos tempos de atendimento estipulados para cada serviço, com resolubilidade imediata das solicitações de serviço; Configuração da quantidade mínima de vagas para cada serviço

em todas as APS, de acordo com a demanda; Readequação da oferta de vagas, buscando redirecionar para os serviços mais procurados um maior número de vagas; Confirmação de comparecimento - tarefa executada pelas centrais de tele-atendimento que, com 96 horas de antecedência da data marcada para o atendimento, efetua uma ligação telefônica para os usuários agendados, a fim de confirmar o seu comparecimento e repassar a documentação necessária para conclusão do seu pleito. Esta ação se faz necessária visto que havia um grande volume de pessoas agendadas, que não compareciam ou, quando compareciam, não levavam a documentação necessária ao pleito, obstruindo as vagas ofertadas; Alterações no Sistema de Agendamento Eletrônico: termo de aceite das regras do agendamento para o usuário; batimento do NIT com o banco de dados de Cadastro Nacional de Pessoa Física, também para o procurador, impedindo o agendamento caso não seja constatado a veracidade da informação; criação da opção de antecipação do agendamento pelo usuário para qualquer outra unidade; outras alterações de segurança e controle do sistema.

Em agosto de 2007 foi estabelecido o Programa de Ações Prioritárias – PAP, que tem como objetivo reduzir o estoque de processos pendentes de análise nas APS cujo tempo de represamento dos requerimentos é superior a 45 dias; antecipar os agendamentos com tempo de espera superior a 30 dias, e capacitar servidores. Foram alcançados os seguintes resultados: I - No período de agosto a dezembro/2007, foram concluídos 535.618 processos de reconhecimento inicial, recurso e revisão de direitos; II – Houve um incremento de 30% na oferta de vagas para agendamento e no período de novembro a dezembro/2007 foram antecipados 10.899 atendimentos agendados com mais de 30 dias de espera para atendimento; III - Foram capacitados 2.026 servidores.

A ação Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários concluiu a supervisão em 1.103 unidades de atendimento no ano de 2007. A meta física constante da LOA não contempla a quantidade real de Unidades de Atendimento da Previdência Social, que foi redimensionada, passando de 385 unidades avaliadas para 1,5 mil. Foi previsto o gasto de R\$ 2,1 milhões, e executado R\$ 1,7 milhões que corresponde a 79,6% do total.

Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social

A Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social visa adequar fisicamente as Agências da Previdência Social – APS por meio de ampliações, reformas e recuperações. Tais adequações constituem na promoção de melhores condições de acessibilidade aos usuários, padronização das instalações físicas e do mobiliário, modernização do espaço construído apto a instalação e utilização de novas tecnologias de informação, conforto, segurança e limpeza ao segurados da previdência social.

Em 2007, foram executadas 61 novas adequações. Outras 45 obras estão em andamento. Com as obras concluídas em 2007, 56% da rede de atendimento do INSS está adequada ao mesmo padrão de infra-estrutura.

Na LOA foram estimadas 30 obras (10 reformas e 20 construções) e a aquisição de 30 projetos mobiliários que foram indevidamente somados ao montante inicial. Portanto, a execução física foi 101,7 do previsto.

Foi previsto o gasto de R\$ 31,4 milhões, acrescido de um crédito extraordinário de R\$ 22,1 milhões e realizado R\$ 41,3 milhões.

O saldo não empenhado deveu-se a devolução de recursos no final do exercício motivada por licitações, cuja conclusão foi procrastinada devido a recursos interpostos pelas empresas participantes, não possibilitando o empenho no exercício.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O planejamento das ações que compõem o Programa Previdência Complementar do PPA 2004-2007 foi realizado considerando que o órgão fiscalizador, a que se refere o art. 5º, combinado com o art. 74 da Lei Complementar nº 109/01, já estaria em pleno funcionamento. No ano de 2004 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 233, criando a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, bem como com recursos e quadro de pessoal próprios.

Por falta de apreciação do Senado Federal, a referida MP perdeu sua eficácia, nos termos previstos pela Constituição Federal. O revés sofrido na estrutura do órgão fiscalizador reduziu, em relação ao que se havia planejado, a capacidade de execução das ações integrantes do Programa Previdência Complementar e, de certa forma, comprometeu a obtenção de resultados mais expressivos.

Dentro do Programa, destacam-se as ações “Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar” e “Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar”, que constituem os pilares de atuação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

A ação Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem como finalidade garantir a correta aplicação das normas vigentes nas atividades realizadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar nos processos de oferta, administração e gestão dos planos de benefícios, de forma a proteger os direitos dos participantes.

Em razão da regulamentação de diversos dispositivos legais pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar e consequente revisão de estatutos e regulamentos, a execução da meta física superou o previsto originalmente, o que demandou grande esforço da equipe de análise e aprovação da SPC, permitindo assim que as entidades e os planos de benefícios fossem adaptados às novas regras.

A meta física prevista para o exercício de 2007 foi superada, passando de 1.732 para 2.982 análises realizadas no período, sendo que 1.633 resultaram em autorização. No total de análises estão incluídas as consultas e outras solicitações encaminhadas pelos integrantes do sistema de previdência complementar fechado que necessitam de manifestação da SPC.

A meta financeira não é aderente ao produto da ação, em razão de demandar, principalmente, recursos humanos disponíveis no Departamento (os gastos são salários dos servidores que, neste caso, não impactam a execução financeira da ação).

Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

A atividade de fiscalização envolve o desenvolvimento de um conjunto de ações integradas, com base na introdução do conceito de supervisão contínua, com ênfase na fiscalização indireta e no gerenciamento de riscos. Abrange as decisões/ações relativas ao monitoramento e supervisão do sistema de Previdência Complementar, por meio da fiscalização direta e indireta, da intervenção nas entidades fechadas de previdência e da aplicação de penalidades aos seus dirigentes, com a finalidade de, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios operados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, em harmonia com a política de desenvolvimento sócio-econômico.

Em relação à ação de Fiscalização, verificou-se, no decorrer da execução do PPA 2004-2007, que o conceito de “plano fiscalizado”, utilizado para projetar a meta física da ação quando da elaboração do Plano Plurianual, necessitava de revisão, já que à época qualquer tipo de ação fiscal era conceituado como plano fiscalizado. Desta forma, passa a ser considerado “plano fiscalizado” apenas os que são objeto de fiscalização direta “in loco” e os planos em supervisão contínua. Esse novo conceito resultou em uma redução da realização física da ação, em decorrência da alteração da metodologia de apuração.

O Programa de Fiscalização Direta, PFD 2007, estabeleceu nova meta que previa a fiscalização de 240 (duzentos e quarenta) planos de benefícios e sua execução se daria em um período de 12 meses. Considerando que a execução iniciou-se efetivamente em março de 2007, a programação a ser cumprida no período de abril a dezembro de 2007 seria de 180 (cento e oitenta) planos de benefícios. Contudo, em razão de vários fatores, alheios à vontade da Secretaria, como insuficiência de recursos humanos, necessidade de treinamento, bem como aumento de itens auditados, a SPC realizou 132 (cento e trinta e duas) ações fiscais, o que corresponde a 73% da meta estabelecida. Foi previsto o gasto de R\$ 10,2 milhões; destes, foram bloqueados R\$ 1,5 milhão e executados R\$ 562,0 mil.

Do valor originalmente previsto, R\$ 4,2 milhões eram destinados a ação de fiscalização propriamente dita, e R\$ 6,0 milhões à subatividade Reparelhamento, Atualização e Aperfeiçoamento Tecnológico da SPC. Esta subatividade, no entanto, não foi realizada em razão do contingenciamento orçamentário que bloqueou recursos. O contingenciamento contribuiu para a deficiência na execução da ação, pois a ausência de tempo hábil para a utilização dos recursos impediu que se realizassem investimentos, já que a maioria das aquisições depende de licitação, que exige um mínimo de prazo para a observância dos trâmites legais.

GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Um dos fatos mais importantes para a Previdência Social no ano de 2007 foi a realização do Fórum Nacional de Previdência Social – FNPS, criado pelo Decreto nº 6.019, de 22 de janeiro de 2007. O FNPS teve a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal, com o objetivo de avaliar e propor medidas para o aperfeiçoamento e a sustentabilidade dos regimes de previdência social, bem como sua coordenação com as políticas de assistência social.

O FNPS abriu uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira refletir sobre as questões previdenciárias, sem pressões e sem um cenário catastrofista, uma vez que se partiu do pressuposto de que as finanças previdenciárias não saíam do controle no curto prazo.

O FNPS foi, assim, um raro momento em que os mais importantes *stakeholders* das políticas previdenciárias reuniram-se para aprofundar seus conhecimentos, debater acerca de alternativas e contribuir para o fortalecimento da Previdência Social.

Várias medidas, legais e administrativas, foram tomadas ou continuaram a render bons resultados no ano de 2007. Cabe mencionar, inicialmente, a instituição do Plano Simplificado de Previdência Social, que teve como objetivo aumentar a cobertura previdenciária por meio da redução de 20% para 11% na alíquota aplicada ao salário-de-contribuição dos contribuintes individuais que trabalham por conta própria e dos segurados facultativos. Foi registrada, até setembro de 2007, a adesão de cerca de 452,3 mil contribuintes.

Por sua vez, o Censo Previdenciário, iniciado em outubro de 2005 e finalizado em outubro de 2007, permitiu a atualização cadastral de cerca de 14,8 milhões de aposentados e pensionistas. O Censo resultou na cessação de 84,5 mil benefícios (0,5% do total), representando uma economia anual de aproximadamente R\$ 450,0 milhões.

Atendendo demanda antiga do contribuinte que alegava dificuldades operacionais para efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária em data anterior ao pagamento da folha de salários, foi alterado o prazo do dia 2 para o dia 10 de cada mês.

Como forma de proteção social à gestante, o salário-maternidade foi estendido à trabalhadora desempregada durante o período da manutenção da qualidade de segurada nos casos de demissão antes da gravidez, ou, durante a gestação, nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido, situações em que o benefício é pago diretamente pela previdência social.

Para oferecer maior comodidade aos beneficiários do INSS, foi determinado que os benefícios pagos mediante cartão magnético, com final numérico de 1 a 5 e de valor até um salário mínimo fossem pagos nos cinco últimos dias úteis do mês de sua competência, e os demais, nos cinco primeiros dias úteis do mês seguinte. A medida decorre da assinatura de Protocolo de Intenções, celebrado entre o MPS e os bancos, que tem por objeto a isenção, no período de 1º de setembro de 2007 a 31 de agosto de 2008, da cobrança de qualquer tarifa bancária relativa à execução dos serviços de pagamento e processamento dos benefícios previdenciários e assistenciais, garantindo à Previdência Social uma economia da ordem de 2,3 bilhões de reais em todo o período.

As ações de melhoria de atendimento e de gestão adotadas em 2005 permanecem produzindo bons resultados. Um exemplo disso pode ser visto no tempo de permanência do segurado nas Agências de Previdência Social – APSs. Em dezembro de 2005, o segurado permanecia em média 1h 52min na APS, para atendimento. Esse período foi fortemente reduzido até dezembro de 2006 (quando o tempo médio de permanência do segurado foi reduzido para 1h e 2min), chegando a 56 minutos em dezembro de 2007.

O número de requerimento de auxílios-doença realizado eletronicamente também tem subido progressivamente. Em dezembro de 2005, 238 mil pedidos foram feitos diretamente nas APSs, enquanto apenas 28 mil foram feitos por meios eletrônicos. Em dezembro de 2006, essa relação já havia se invertido e o meio eletrônico passou a ser a forma de solicitação desse benefício mais utilizada: 223 mil requerimentos foram feitos por meio eletrônico, contra 124 mil diretamente nas APSs. Em dezembro de 2007, apenas 60 mil requerimentos foram feitos diretamente nas APSs, contra 206 mil por meio eletrônico. O número de APSs com horário de atendimento de pelo menos 9 horas e 30 minutos atingiu, em dezembro de 2007, 596 – isso é 54% do total das agências em funcionamento.

Há avanços significativos no que diz respeito à política de saúde do trabalhador e no ajuste e ampliação de acordos com outros países, relativamente aos regimes de seguro social.

Em 2007, o Governo implementou importantes medidas, estabelecendo no âmbito da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS uma área de políticas de saúde e segurança ocupacional com o intuito de alinhar-se à Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador - PNSST, mediante ampliação da proteção previdenciária no campo de saúde do trabalhador e o estabelecimento de importantes diretrizes e estratégias estruturais para a melhoria das condições de trabalho e a redução de acidentes e doenças profissionais.

Nesse sentido, foi editado o Decreto 6.042/2007 que criou instrumento que possibilitará a flexibilização das alíquotas de contribuição para o financiamento dos benefícios decorrentes das condições ambientais do trabalho (seguro de acidente de trabalho) mediante a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP. A partir da aplicação do FAP, as alíquotas que hoje são aplicadas de modo linear para recolhimento das empresas com objetivo de custear o pagamento dos benefícios decorrentes das condições do trabalho (1%, 2% e 3%), segundo a atividade econômica, serão calculadas para cada empresa, de forma individualizada, e terão variação de 0,5 a 6%, conforme o grau de geração de afastamentos da atividade do trabalho – menor quantidade de benefícios que tenham relação com acidentes de trabalho implicará redução na alíquota ora empregada (efeito bonus) e vice-versa (efeito malus).

Essa Política inverte a lógica de indenização para a prevenção das doenças e acidentes do trabalho. Com a possibilidade de reduzirem as alíquotas de contribuição, as empresas serão estimuladas a ampliar a prevenção dos acidentes do trabalho e conseqüentemente reduzirem o número de acidentes e doenças do trabalho.

O processo de implementação do FAP acarretou a aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP, que se baseia em estudos epidemiológicos, tratados sobre referenciais estatísticos, instrumentalizando de forma contundente as análises médico-periciais do INSS na caracterização dos benefícios como decorrentes de exposição a ambientes nocivos do trabalho, permitindo a notificação mais próxima da realidade e, conseqüentemente, a melhor aferição dos acidentes e doenças do trabalho.

Quanto ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, destaca-se o Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, como instrumento importante para o diálogo social na busca da transparência e legitimidade na resolução dos problemas da Previdência Social.

Instalação de Projeções Subnacionais do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

O projeto Instalação de Projeções Subnacionais do CNPS previa a instalação de 96 projeções no período de 2004 a 2007. Até 2006, haviam sido instalados 92 Conselhos restando apenas 4 para o ano de 2007. Destas, 2 projeções não foram instaladas por motivos políticos institucionais locais. Dessa forma, o projeto foi encerrado com 94 projeções instaladas.

Dentro do Programa Gestão da Política de Previdência Social a Dataprev é responsável pela ação de adequação e manutenção da infra-estrutura tecnológica utilizada pela Previdência Social e pelas ações de investimentos de bens móveis e imóveis que também estão inseridas no Programa Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio.

Cabe ressaltar que no decorrer do exercício de 2007 houve alterações quanto à proposta orçamentária para investimentos. Inicialmente a previsão seria de R\$ 55,8 milhões, sendo: R\$39,8 milhões destinados a Infra-Estrutura, R\$ 12,0 milhões para Obras e R\$ 4,0 milhões para Bens Móveis. A Lei Ordinária nº 11.625, de 26/12/2007, aprovou nova programação da composição orçamentária para o exercício de 2007, cabendo à Infra-Estrutura R\$ 19,0 milhões, Obras R\$ 12,0 milhões e Bens Móveis R\$ 4,0 milhões, somando um valor de R\$ 35,0 milhões, conforme demonstrado abaixo.

Diante da dotação orçamentária apresentada, os investimentos executados em 2007 totalizaram R\$ 8,2 milhões e representaram apenas 23,4% dos recursos orçamentários autorizados. Este nível de realização, muito abaixo de suas necessidades, deveu-se à dificuldade de caixa percebida no primeiro semestre do exercício, a ocorrência de greve dos empregados e às reestruturações organizacionais ocorridas no segundo semestre.

O valor investido em hardware e software foi de R\$ 7,3 milhões, equivalente a 89,6% dos investimentos realizados em 2007. Destacam-se as aquisições de microcomputadores como estações de trabalho,

switches, roteadores e o Sistema de Prevenção de Intruso – IPS, provendo maior segurança na rede de telecomunicações e qualidade na prestação dos serviços.

REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

A Reforma da Previdência aprovada ainda em 2003 representa um grande avanço social, econômico e principalmente conceitual, na medida em que se pautou pela convergência de regras previdenciárias para todos os trabalhadores do País. Por meio de uma equiparação de direitos e deveres previdenciários, busca-se mais justiça social.

Ademais, os impactos da reforma continuam sendo verificados. A necessidade de financiamento dos regimes dos servidores públicos federais e dos estados passou de R\$ 44,7 bilhões em 2003 para R\$ 48,0 bilhões em 2006 (último dado disponível), apresentando um crescimento nominal de apenas R\$ 3,3 bilhões no período. Como proporção do PIB, a necessidade de financiamento caiu de 2,63% em 2003 para 2,08% ao final de 2006.

Fiscalização dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos

Quanto à fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, foram realizadas, em 2007, 459 auditorias nos RPPS dos estados e municípios, sendo processadas 320 notificações por irregularidades que geraram Processos Administrativos Previdenciários - PAP e 84 notificações que, após análise, tiveram conclusão de regularidade; 47 procedimentos de auditoria com a subsequente mudança de regime para RGPS e a emissão de 232 representações por alguma forma de afronta às normas vigentes, mormente a Lei 9.717/98 e a Constituição Federal, sendo encaminhadas à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União - TCU, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao INSS e à Receita Federal do Brasil. Foi previsto o gasto de R\$ 1,5 milhão e executado R\$ 1,2 milhão.

Com o objetivo de melhorar a gestão de informações dos RPPS, o MPS oferece gratuitamente aos entes federativos o software de código aberto Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - Siprev/Gestão. Trata-se de uma ferramenta de gestão das informações referentes aos servidores públicos (civis e militares, ativos, inativos, pensionistas e demais dependentes), da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que possuam Regime Próprio.

Para consolidar as informações de cada RPPS geridas por intermédio do Siprev/Gestão de RPPS, o MPS criou o Projeto Cadastro Nacional de Informações dos Servidores de Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS/RPPS.

As fases de definição e documentação do CNIS/RPPS alcançaram o percentual de 90% de execução em 2007, com previsão de finalização de desenvolvimento e implementação para testes e homologação durante o exercício de 2008.

O Sistema CNIS/RPPS, além de viabilizar a formação de um banco de dados único de informações cadastrais, financeiras e previdenciárias individualizadas dos servidores ativos, inativos, dependentes e pensionistas, permitirá o cruzamento destes dados com as informações cadastrais e de óbitos constantes nos bancos de dados do MPS, gerando e enviando aos Gestores de RPPS, que utilizam o SIPREV/Gestão, informações agrupadas e individuais para o aperfeiçoamento de sua gestão.

No exercício de 2007 foram efetuados, ainda de forma não sistêmica, o cruzamento de dados dos servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados aos RPPS dos estados de Minas Gerais e Alagoas com os dados constantes dos Bancos de Dados deste MPS, sendo verificados 5.621 casos de pessoas que tinham óbitos registrados no Sistema Sisob e eram mantidas nas respectivas folhas de pagamento dos entes federativos citados. Considerando uma média salarial de R\$ 600,00 (seiscentos reais), poder-se-ia considerar uma economia para esses dois RPPS na ordem de R\$ 40 milhões/ano.

Destaca-se ainda a importância do Sistema de Cadastro de Regime Próprio de Previdência Social – Cadprev como fonte primária para a formação de Banco de Dados de Regimes Próprios, pois o mesmo mantém informações cadastrais dos 5.590 municípios brasileiros. Além das informações cadastrais, o Cadprev possibilita manter atualizadas informações financeiras e atuariais de 2.233 entes federativos que mantém ou já mantiveram RPPS para seus servidores, quer por registros internos decorrentes das análises de legislação de cada um dos entes

federativos, quer pelo registro de declarações enviadas via internet pelos entes federativos, permitindo-se assim que seja acompanhado de forma sistêmica o cumprimento dos critérios de regularidade estabelecidos na Lei nº. 9.717/98, possibilitando a automatização da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP.

As informações sobre o CRP são transmitidas diariamente via Cadprev para o Sistema CAUC – Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias.

Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência

A atividade mensurável para a meta física da ação Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência depende da execução da reestruturação do cadastro previdenciário dos municípios participantes dos Programas PREV-Municípios e Proprev. As empresas estão executando as atividades previstas nos contratos para realização do recadastramento, as quais estavam programadas para serem concluídas até dezembro de 2007. Entretanto, houve atraso na remessa de informações financeiras por parte de alguns municípios e também no início e na execução do recadastramento em todos os municípios. Esses contratos para realização de recadastramento nos municípios são executados sequencialmente em 6 fases: 1ª) Planejamento; 2ª) Divulgação do recadastramento; 3ª) Execução do recadastramento; 4ª) Digitalização dos documentos; 5ª) Instalação do sistema Siprev no ente federado e de migração da sua base de dados para o Siprev módulo-central no MPS; 6ª) Relatório Final: atualmente, as empresas estão executando as atividades previstas na 2ª, 3ª e 4ª fases, com variações conforme o município. Neste contexto, os dados que deveriam ter sido lançados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan somente serão informados quando ocorrer a atividade de instalação do sistema Siprev no ente federado e de migração da sua base de dados para o SIPREV módulo-central no MPS, que se refere à 5ª fase e está prevista para ser realizada ao final dos contratos, os quais tiveram seus cronogramas de execução ajustados e com previsão de término no decorrer de 2008.

Foi previsto o gasto de R\$ 12,6 milhões, destes, R\$ 1,7 milhão foi bloqueado, sendo realizado R\$ 9,1 milhões. O valor total previsto na LOA, R\$ 2,3 milhões (18,43%) referiam-se ao Programa PARSEP II, Acordo de Empréstimo a ser assinado entre a União e o Banco Mundial (BIRD), cuja execução estava prevista para ter início em 2007, porém o processo de assinatura, por necessitar da participação de diversos órgãos (MPS, Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria da Fazenda Nacional, Casa Civil, Senado Federal, etc.) sofreu atrasos, sendo adiado para o início de 2008, fato que impossibilitou a execução do valor previsto e da sua meta física correspondente.

Vale destacar que o MPS promoveu ações junto a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, visando à subida do Siprev/Gestão de RPPS ao nível de Software Público no Portal de Software Público Brasileiro, devendo o reconhecimento oficial ocorrer no 2º semestre de 2008.

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Preocupada com o elevado número de trabalhadores socialmente desprotegidos, a Previdência Social brasileira implementou um programa de ações educativas de orientação e informação aos trabalhadores no que se refere aos seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, conscientizando-os quanto à importância de sua inscrição e permanência no RGPS. Trata-se do Programa de Educação Previdenciária, criado pelo MPS e inserido no Plano Plurianual – PPA 2004-2007, que tem como objetivo central a ampliação da cobertura previdenciária, estimulando no cidadão o desenvolvimento de uma cultura preventiva de proteção frente aos riscos da incapacidade para o trabalho.

Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias

A ação Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias destina-se à promoção de cursos visando à capacitação de pessoas como multiplicadores para disseminação das informações pertinentes ao RGPS. Na maioria dos municípios são oferecidos cursos para representantes de entidades da sociedade civil organizadas e profissionais de diversas áreas interessados no repasse de informações previdenciárias aos grupos de trabalhadores associados àquelas instituições ou que fazem parte da comunidade.

Em 2007, foram treinadas 4.249 pessoas para atuar como disseminadores. Essa meta foi redimensionada passando de 42,8 mil para 10,0 mil, porque os recursos destinados à ação na LOA ficaram abaixo do necessário.

Foram utilizados apenas R\$ 136,3 mil, correspondendo a 36,9% do montante destinado à ação na LOA, em decorrência da limitação de recursos (Decreto nº 6.124/2007) para custear os deslocamentos de servidores para a realização das atividades, quando o procedimento assim necessitava.

Promoção de Ações de Conscientização e Informação

A desinformação a respeito do sistema previdenciário contribui para o aumento no nível de desproteção social, sendo necessário o estabelecimento de políticas que possibilitem a disseminação crescente e permanente de informação quanto ao papel da Previdência Social e seus benefícios e serviços disponibilizados aos inscritos no RGPS, transmitida em linguagem adequada ao nível de compreensão e escolaridade do cidadão, com facilidades de acesso.

Em 2007, foram informadas 264.229 pessoas, utilizando R\$ 197,6 mil dos créditos destinados à ação Promoção de Ações de Conscientização e Informação, resultado este aquém do previsto na LOA em virtude da limitação de recursos para custear os deslocamentos e diárias de servidores para a realização das atividades.

6.12. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO ADOTADAS PELOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde tem a sua atuação organizada em um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum, voltado para a resolução de problemas de saúde cujos efeitos são generalizados sobre a qualidade de vida da população. Esse conjunto de ações é arranjado na forma de programas, orientados para a consecução de objetivos que venham trazer soluções para as situações problematizadas.

Para alcançar os objetivos traçados para os programas, é necessária a definição de estratégias que correspondem à escolha de alternativas específicas, dentre um conjunto de possibilidades que fornecem meios para o alcance dos objetivos propostos.

Nesse sentido, o MS concentra esforços na formulação de estratégias voltadas para a maximização da eficiência no desenvolvimento das ações com sua orientação e apoio e executadas com responsabilidades compartilhadas entre os três níveis de gestão, levando em consideração as desigualdades regionais. Entre as diversas alternativas de propostas de iniciativas formuladas com essa finalidade, destacam-se, pela sua abrangência, as a seguir sucintamente apresentadas.

O nível de atenção básica constituiu-se em eixo estruturante da atenção em saúde em 2007. Com essa finalidade, o Ministério apoiou a qualificação da gestão estadual em atenção básica junto às 27 unidades gestoras estaduais, por meio da promoção de encontros trimestrais com os coordenadores da área para a discussão de propostas de direcionamento desse nível de atenção no âmbito nacional. O produto imediato dessas discussões foi o incentivo do nível federal ao estadual na realização de diagnósticos sobre a situação local do programa Saúde da Família.

Em 2007, foi priorizada a continuidade do Saúde da Família como principal linha de ação desse nível de atenção. A estratégia adotada para conferir sustentabilidade a essa intervenção foi a ampliação da cobertura por meio da diversificação de sua abrangência, com a inclusão de segmentos populacionais específicos, como indígenas e quilombolas, respeitando as suas características culturais e étnicas. Com esse propósito, foram organizados serviços de atenção especificamente voltados para famílias de comunidades desses segmentos populacionais.

Ainda em nível de atenção básica, mais especificamente na área de saúde bucal, utilizou-se como estratégia de ampliação da cobertura a negociação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde com vistas à elevação do comprometimento de recursos para financiar, de forma compartilhada com o nível federal, procedimentos mais especializados como os de ortodontia, implantologia, fissurados e de alta complexidade bucal.

Para o combate à obesidade, a principal estratégia utilizada foi a implantação do cuidado ao portador de obesidade e a intensificação de ações de educação alimentar e nutricional, abrangendo, principalmente, a população infantil e os segmentos populacionais acima de 20 anos de idade.

Tendo como foco a população portadora de hipertensão e diabetes, foram adotadas, como iniciativas prioritárias, a garantia dos medicamentos específicos. Por outro lado, foram iniciados acordos preparatórios para a elaboração das diretrizes nacionais de educação em saúde no contexto da hipertensão e diabetes, com vistas à construção de uma rede de tutores e multiplicadores em âmbito nacional.

A ampliação da atenção à saúde no sistema penitenciário vem sendo desenvolvida por meio da elevação do número de Estados e Municípios qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, utilizando-se como estratégia o estreitamento de contatos sistemáticos com as áreas técnicas locais, como também a conscientização de gestores, das instâncias de controle social e dos movimentos de direitos humanos e difusão da cidadania. Para essa aproximação, foram realizadas oficinas nos Estados em processo de qualificação, além de outras ações acessórias de conscientização dos atores envolvidos com o segmento, como também da instituição de um grupo de trabalho interministerial, com a participação de gestores locais, para definir instrumentos informatizados de apoio e a capacitação dos profissionais em atuação na sua implantação.

A acessibilidade à rede de atenção à saúde mental foi ampliada por meio da difusão de uma abordagem específica do segmento, o que resultará na potencialização da rede básica e efetiva de atenção à saúde

mental. Outra linha de atuação foi desenvolvida visando a redução do consumo do álcool, por meio de iniciativas intersetoriais. Com essa finalidade, foram traçadas linhas de ações educativas restritivas: regulamentação da propaganda de bebidas alcoólicas como também da restrição ao acesso a pontos de vendas. Além dessas iniciativas, foram desenvolvidas outras, visando a conscientização da população com relação ao perigo do comportamento de beber e dirigir, como também de intervenções voltadas para a redução de danos decorrentes do uso do álcool.

A atenção ao ciclo de vida correspondente à infância teve seus objetivos perseguidos por meio de estratégias de ampliação a participação de instituições governamentais das três esferas administrativas, entidades representativas de categorias profissionais, universidades e sociedade civil para uma revisão da política nacional de saúde da criança e aleitamento materno. Também foi bastante expressiva a criação de comitês e grupos de consultores na definição de iniciativas de estímulo à humanização do acesso e ao acolhimento da criança nos serviços públicos de saúde.

Para a intensificação da inserção do atendimento específico às pessoas com deficiências, a estratégia utilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi o estímulo à inclusão de ações dirigidas a essa população nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde, de forma a incentivar a organização de uma rede de atendimento com infra-estrutura física básica e com recursos humanos especializados.

A alternativa central identificada para desenvolver a atenção à saúde do adolescente e do jovem foi a intensificação da conscientização dos profissionais envolvidos no atendimento voltado para essa clientela. Por outro lado, no segmento da adolescência em conflito com a lei, foram identificadas as necessidades de fortalecimento de parcerias para a implementação da caderneta de saúde do adolescente e da organização de redes de saúde para a atenção a adolescentes vítimas de violência.

Os desafios enfrentados para alcançar os objetivos traçados para a política de atenção especializada de média e alta complexidade em saúde, com objetivo de ampliar o acesso, demandou estratégias de atuação baseadas na habilitação e credenciamento de unidades descentralizadas de atendimento. Essas habilitações, em linhas gerais, envolvem planos de investimentos em equipamentos e adequação do espaço, além de qualificação de profissionais na atuação especializada relativa ao segmento, pactuação e definição de normas e protocolos para o atendimento próprio da especialidade.

Ainda nesse nível de atenção, segmentos específicos tiveram definição de estratégias apropriadas. A atenção às urgências e emergências centrou esforços na aquisição de veículos equipados para a remoção segura e adequação física das unidades de recepção.

Com relação ao programa Ciência Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde, as ações foram institucionalmente arranjadas de modo a estimular a organização e indução da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico para viabilizar a produção nacional de bens estratégicos para a saúde, para atender, principalmente, às demandas do SUS, principal usuário de conhecimentos e tecnologias em saúde produzidos. Por outro lado, também vêm sendo estimulados o desenvolvimento industrial e produtivo de fármacos, medicamentos, vacinas e demais insumos de saúde, mediante instrumentos de articulação, cooperação e fomento e de acordo com as prioridades e necessidades do SUS.

Para a consecução dos objetivos relacionados à pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS, o MS apóia projetos de pesquisas básicas, aplicada e clínica, bem como estudos de caracteres diversos, orientados pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, além do apoio às pesquisas sobre a avaliação tecnológica de produtos industriais a serem incorporados aos procedimentos em saúde operacionalizados no âmbito do SUS.

A estratégia global adotada para a inovação e produção de insumos estratégicos para a saúde consistiu em congrega, de forma sistêmica, segmentos produtivos que imprimem dinâmica industrial, grau de inovação e interesse social estratégico para o SUS. Esses agregados foram organizados para uma atuação focada nos seguintes segmentos: biotecnológicos na área de vacinas; fitoterápicos e fitomedicamentos; sangue e hemoderivados; equipamentos para a saúde; biomateriais; reagentes e dispositivos diagnósticos; farmoquímicos e medicamentos.

Especificamente, em relação às pesquisas e inovações tecnológicas em doenças dos trópicos, foram mobilizados recursos financeiros para a manutenção do Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais de Rondônia – Ipepatro, de acordo com protocolos de trabalho firmados entre o MS e aquele Instituto.

A estratégia central adotada para o atendimento à população com medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/Aids e outras doenças transmissíveis consistiu na aquisição dos medicamentos antiretrovirais, de forma a garantir o acesso às pessoas com notificação de contágio, além do licenciamento compulsório do Efavirenz o que em muito contribuiu para a redução do preço do conjunto de medicamentos que compõe a prescrição de tratamento.

Com relação à vigilância sanitária, foram concentrados esforços no aprimoramento e fortalecimento de sistemas de vigilância epidemiológica com a execução de ações diretas da esfera central e da descentralização de responsabilidades para o nível estadual e municipal, respaldados por transferências de recursos fundo a fundo e pela celebração de convênios e contratos, como também do estabelecimento de parcerias para cooperação técnica em nível nacional e internacional.

As práticas de vigilância sanitária de produtos, serviços e ambientes foram organizadas em ações descentralizadas para os Estados e Municípios, além da intensificação do controle de mercadorias e viajantes em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Com essa finalidade, o MS editou atos normativos relativos à regulamentação do setor por meio do estabelecimento de padrões de condutas, parâmetros de referências e condições ideais relativas aos ambientes, processos, insumos e tecnologias relacionadas à área de saúde.

Outra providência estratégica adotada para o atingimento dos objetivos de regulação sanitária foi a racionalização de procedimentos para a expedição de resoluções com fins autorizativos, homologatórios, certificatórios, cancelatórios, de interdição ou de imposição de penalidades específicas contra a propaganda que infrinja a legislação sanitária e afim. Esses procedimentos asseguram a transparência, propiciam a avaliação de impactos e potencializam a eficiência regulatória por meio da utilização de instrumentos como as consultas públicas, o que permite a participação popular, conferindo legitimidade à ação reguladora.

A atuação fiscalizatória, função integrante da regulação da vigilância sanitária, que se constitui no segmento responsável pelo cumprimento das regras sanitárias estabelecidas, foi potencializada com a contratação de novos integrantes para as equipes de fiscalização e de um processo de capacitação continuado voltado para a elevação da eficiência fiscalizatória.

No tocante à Política Nacional do Sangue e Hemoderivados, a estratégia de atuação foi lastreada na intensificação da captação de doadores de sangue, com enfoque na redução das desigualdades regionais quanto ao número de doadores cadastrados. Com essa finalidade, a concentração dos esforços foi dirigida, principalmente, para as Regiões Norte e Centro-Oeste. Outra linha de atuação priorizada foi a extensão da cobertura com hemoderivados ao maior número possível de portadores de coagulopatias hereditárias. Essas iniciativas não inibiram outras voltadas para a segurança transfusional como a disponibilização de registros de pessoas portadoras de doenças hematológicas e o desenvolvimento de pesquisas para a testagem mais precisa do sangue para distribuição na hemo-rede pública.

O objetivo traçado para a atenção à saúde dos povos indígenas é a garantia do acesso da população indígena com as mesmas características, tanto quantitativas quanto qualitativas, do disponibilizado para as populações não indígenas, mediante o fortalecimento da atenção básica em nível local. Com essa finalidade, foram desenvolvidas iniciativas de parcerias com órgãos de atenção à saúde pública nacional e com organismos internacionais visando a intensificação de ações preventivas com destaque para a imunização em massa nas áreas indígenas, controle da transmissão vertical do vírus da imunodeficiência humana e outras doenças sexualmente transmissíveis, como também de hepatites virais.

Além desses indicativos, foram adotadas estratégias de educação em saúde por meio de material de divulgação publicado na língua de diversas etnias, tendo como objetivo incentivar o aleitamento materno, melhorar a qualidade de vida das crianças, promover hábitos alimentares adequados e reduzir os índices de mortalidade infantil.

Com relação ao saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos em Municípios com até 50 mil habitantes e grupos populacionais específicos, como remanescentes de quilombolas e populações indígenas, foram alocados recursos para repasse por meio de convênios e acordos. A estratégia adotada em 2007 foi racionalizar procedimentos, no sentido de maximizar o número de convênios firmados, assim como celebrar acordos com outros órgãos com vistas à ampliação do alcance dessa ação.

Com finalidade de fortalecer a implementação do modelo de gestão descentralizada do SUS, a formulação e avaliação das políticas de saúde, e de apoiar a implementação desse modelo de gestão, o MS utiliza

como estratégia central o estreitamento do relacionamento com os secretários estaduais e municipais de Saúde, com os delegados estaduais e municipais de Saúde, com os conselheiros nacionais, estaduais e municipais de Saúde, como também com os trabalhadores e prestadores de serviços do SUS, movimentos sociais organizados, organizações não governamentais e outros ministérios com afinidades de atuação com a área de saúde. A alternativa adotada com essa finalidade foi a organização e apoio financeiros a conferências regionais, nacional e internacional de Saúde, onde ocorre a explicitação de demandas e intenções que orientam as formulações das políticas setoriais. Nesses encontros é estimulada a articulação das diversas bases: econômicas, políticas e sociais, transformando os direitos e necessidades de seus segmentos em deliberações políticas.

Por outro lado, com relação à responsabilização dos gestores quanto à execução das ações de saúde, foram adotadas iniciativas para o monitoramento da destinação dos recursos transferidos pelo MS para o custeio dessas intervenções, utilizando-se de parcerias com os componentes estaduais e municipais que integram o Sistema Nacional de Auditoria, com o Ministério Público Federal e Estadual, Tribunais de Contas, Controladoria-Geral da União, Receita e Polícia Federal. Para a intensificação da operacionalização dessas parcerias nas 27 Unidades Federadas e com o Distrito Federal foi mobilizado contingente suplementar de pessoal do próprio MS, por meio de processo seletivo interno.

Como suporte técnico à expansão da atividade de auditoria, o sistema informatizado de acompanhamento, até então de âmbito federal, foi estendido, mediante a adesão dos componentes estaduais e municipais, para utilização naqueles níveis de gestão. Essa estratégia foi primordial para a ampliação da abrangência do Sistema Nacional de Auditoria. A implantação do projeto piloto, em nível estadual, constitui-se na etapa inicial para essa expansão.

A formação de agentes para o controle social foi respaldada por providências estratégicas calcadas na educação permanente de agentes sociais para atuarem no controle social em saúde, com conteúdos específicos focados no SUS, tratando da sua organização, acesso, responsabilidades de gestão e direitos dos usuários. Com essa finalidade foram assinados termos de cooperação técnica e descentralização de recursos e responsabilidades, por meio de convênios com os demais níveis de gestão.

Outras iniciativas de participação popular tiveram estratégias específicas para o atingimento dos seus objetivos. A Ouvidoria Nacional de Saúde adotou como estratégia de atuação a especialização tecnológica e o aperfeiçoamento do pessoal em atuação. Já o Conselho Nacional de Saúde aprimorou o seu funcionamento como respaldo da atuação na formulação das políticas setoriais e no controle da sua execução, inclusive com a incorporação de aspectos econômicos e financeiros nas estratégias específicas e na promoção de processos de controle social, com a participação da sociedade civil.

As estratégias de atuação adotadas para a regulação em saúde suplementar compreendem mudanças metodológicas relativas ao processo fiscalizatório, por meio da inovação daqueles processos, a fim de imprimir maior celeridade à intermediação de conflitos entre beneficiários e operadoras. O aperfeiçoamento do acompanhamento econômico-financeiro e análise atuarial e de planos de recuperação foi suplementado por observações locais geradas por ocasião de visitas técnicas. Por outro lado, foi intensificado, progressivamente, o nível de informações sobre a caracterização de planos de saúde, com objetivo de informar e auxiliar nas decisões dos usuários com respeito à escolha dos planos mais adequados.

O desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil desenvolvida pelos fundos de saúde, em nível municipal e estadual foi o foco de atuação do Fundo Nacional de Saúde em 2007. Com essa finalidade, foram adotadas estratégias de sensibilização dos gestores para a importância da estruturação dos fundos como instrumentos de gestão, abrangendo as categorias orçamentária, financeira e contábil dos recursos geridos. Num segundo momento, estabelecidas parcerias com os gestores da esfera estadual e municipal, foram desenvolvidos programas de capacitação com conteúdos dirigidos para a homogeneização de conceitos e metodologias de análises e apuração de contas.

Com a instituição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o MS adotou uma série de providências preparatórias para a sua atuação em ações de saneamento básico, como parte de uma política de fortalecimento da infra-estrutura social e urbana. Essas iniciativas vêm sendo antecedidas de estratégias focadas na seleção das áreas com precarização desses equipamentos sociais, formação de parcerias com os níveis de gestão local, formalização dos termos de compromisso e outras que confiram sustentabilidade a atuação propriamente dita.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No exercício de 2007, o MS contou com dotação orçamentária da ordem de R\$ 53,0 bilhões, de acordo com o disposto no Plano Plurianual 2004-2007, na Lei de Diretrizes Orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, dos quais foram executados R\$ 49,5 bilhões, segundo as determinações do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o referido exercício.

Na tabela a seguir é apresentado o demonstrativo da alocação de recursos e da execução orçamentária detalhado por itens globais, que incluem o total das despesas com pessoal ativo e inativo de todas as unidades do MS e os encargos e amortização da dívida, assim como Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), discriminadas por unidades orçamentárias.

ALOCÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MS, 2007

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EXECUTADO (B)	% (B / A)	SALDO (A – B)
ITENS GLOBAIS	8.647.623.517	8.462.658.140	97,86	184.965.377
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.432.181.784	8.286.957.341	98,28	145.224.443
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA E AMORTIZAÇÃO	215.441.733	175.700.799	81,55	39.740.934
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (CUSTEIO E CAPITAL)	44.354.995.758	41.027.369.909	92,50	3.327.625.849
FIOCRUZ - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	404.218.291	397.933.112	98,45	6.285.179
HCR - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	7.250.033	6.595.506	90,97	654.527
HF - HOSPITAL FÊMINA S/A	2.571.237	2.547.524	99,08	23.713
HNSC - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	34.552.390	33.984.454	98,36	567.936
FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	3.244.790.226	2.437.799.942	75,13	806.990.284
ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	217.571.249	194.087.454	89,21	23.483.795
ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR	68.266.765	64.744.523	94,84	3.522.242
FNS - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	40.365.475.567	37.883.334.255	93,85	2.482.141.312
RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	10.300.000	6.343.139	61,58	3.956.861
TOTAL GERAL	53.002.619.275	49.490.028.049	93,37	3.512.591.226

Fonte: Siafi Gerencial

Observa-se que a execução dos recursos orçamentários do MS atingiu 93,37% do montante total aprovado e a execução dos recursos de outros custeios e capital, por unidades orçamentárias, atingiu 92,50%.

Quanto à execução orçamentária de outros custeios e capital (OCC), por modalidade de aplicação, conforme demonstrado na próxima tabela, observa-se a elevada execução das dotações autorizadas, uma vez que o índice de valores empenhados foi superior a 90% na maioria absoluta das modalidades de aplicação. Ressalte-se que as transferências para Estados, Municípios, entidades privadas, entidades internacionais e consórcios públicos, para execução descentralizada de ações e serviços públicos de saúde, atingiram 81,37%. Os 18,63% restantes foram executados diretamente pelo MS, notadamente para cumprir o seu papel na formulação de políticas, coordenação, monitoramento, avaliação e apoio às ações e serviços do setor saúde.

**ALOCAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE OUTROS
CUSTEIOS E CAPITAL (OCC), POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – MS, 2007**

Em R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO 2007 - LEI Nº 11.451 DE 07/02/2007		INDICADORES		SALDO (A - B)
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHADO (B)	% (B / A)	% MODALIDADE APLICAÇÃO / TOTAL EMPENHADO	
MODALIDADE DE APLICAÇÃO (OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL)	44.354.995.758	41.027.369.909	-	100	3.327.625.849
Transferências a União	0	0	0,00	-	-
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	12.149.004.899	11.458.344.602	94,32	27,93	690.660.297
Transferências a Municípios	22.044.253.634	20.766.023.354	94,20	50,62	1.278.230.281
Transferências a Inst. Privadas sem fins lucrativos	878.339.176	553.641.581	63,03	1,35	324.697.595
Transferências a Instituições Multigovernamentais	1.000.000	1.000.000	100,00	0,00	-
Transferências a Consórcios Públicos	1.087.000	0	0,00	-	1.087.000
Transferências ao Exterior	612.239.272	563.311.183	92,01	1,37	48.928.089
Aplicações Diretas	8.424.253.914	7.643.192.102	90,73	18,63	781.061.812
Aplicações Diretas - operações intra-orçamentárias	42.270.471	41.857.087	99,02	0,10	
Reserva de Contingência	202.547.391	0	0,00	-	202.547.391

Fonte: Siafi Gerencial

Com relação aos recursos aplicados em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional no 29, de 13 de setembro de 2000, o piso determinado para aplicação mínima pelo MS, em 2007, de acordo com o disposto na Portaria MS/GM nº 2.047, de 5/3/2003, seria da ordem de R\$ 44.274,30 milhões. No entanto, o montante alocado pelo MS, de acordo com a Lei no 11.451, de 07/02/2007, Lei Orçamentária Anual, foi da ordem de R\$ 47.762,4 milhões (Lei + créditos), o que correspondeu a 107,8% do piso determinado. Do valor determinado pela Lei, foram empenhados R\$ 44.304,2 milhões, valor equivalente a 100,06% do fixado para a cobertura do piso mínimo estabelecido pela EC 29.

O montante arrecadado pela Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), segundo o Demonstrativo da Execução das Receitas de Contribuições da Secretaria do Tesouro Nacional, com posição até novembro de 2007, correspondeu a R\$ 32.619,5 milhões, do qual foram alocados ao MS R\$ 15.180,0 milhões. Acrescente-se a esse valor R\$ 592,4 milhões, proveniente da CPMF remanescente do exercício de 2006, no qual a arrecadação foi da ordem de R\$ 32.052,2 milhões em valores nominais.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM 2007

O Ministério da Saúde, tomando como referencial as prioridades fixadas de acordo com orientação da atual política de governo voltada para a resolução de problemas evidenciados pelas variações do perfil epidemiológico e pelas diversidades regionais, e tendo como referencial os princípios basilares do Sistema Único de Saúde, centrou esforços na consolidação da implementação de ações estratégicas. Neste contexto, atentando para a abrangência e a diversidade do campo de ação dos respectivos programas, são apresentados a seguir a evolução e os resultados alcançados pelo conjunto das ações mais significativas desenvolvidas no exercício de 2007.

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Incentivo financeiro a municípios habilitados à parte variável do Piso de Atenção Básica para a saúde da família

Expansão e consolidação da saúde da família

Para o fortalecimento da atenção básica no País, o MS tem priorizado a implantação/implementação da estratégia de Saúde da Família, adotando-a como eixo estruturante deste nível de atenção. Entre os resultados alcançados em 2007, destaca-se o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura em Saúde da Família evoluiu de um percentual de 30,4%, em 2002, para 46,7% da população brasileira, até novembro de 2007. Atualmente, estão em plena atuação nos Municípios brasileiros 27.311 equipes de Saúde da Família e 210.906 agentes comunitários de saúde.

Para atender aos portadores de hipertensão e diabetes, o SUS desenvolve em todo o País, por meio da atuação das equipes de Saúde da Família, um conjunto de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento destes agravos, de seus fatores de risco e de suas complicações. Tais ações incluem a garantia dos medicamentos necessários. Atualmente, estão cadastrados no sistema de informação HiperDia, 4,6 milhões de hipertensos e 1,6 milhão de diabéticos, distribuídos em 4.686 municípios, proporcionando aos gestores e aos profissionais de saúde informações necessárias para o contínuo acompanhamento dos pacientes.

ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL

O Programa Brasil Sorridente é uma prioridade do Governo, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Até o mês de novembro de 2007, foram implantados 599 CEO's e realizados mais de 12,1 milhões de procedimentos especializados. A cobertura em Saúde Bucal passou de 17,5% da população nacional em 2002, para 40,8% em 2007, totalizando 15.669 equipes de saúde bucal (ESB) nos municípios brasileiros. Entre 2005 e até outubro de 2007, foram implantados, mediante ação conjunta com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e convênios com as Secretarias Estaduais de Saúde, 583 novos sistemas de fluoretação, abrangendo 434 municípios em 11 estados, o que resultou em benefício para 5,8 milhões de pessoas.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Apoio a estudos e pesquisas sobre alimentação e nutrição, com enfoque na recuperação nutricional e alimentação saudável

O Ministério da Saúde empreendeu, em 2007, diversas ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, entre elas: a) a divulgação das diretrizes alimentares para a alimentação saudável (Guia Alimentar para a População Brasileira) junto a 20 mil serviços e profissionais de saúde; b) as ações de alimentação saudável nas escolas, com a edição de portaria conjunta entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação e a realização de oficinas de trabalho com a capacitação de estados e municípios para organização das ações de promoção da alimentação saudável em nível local.

Além dessas iniciativas, a vigilância nutricional realizada pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) permitiu, em 2007, o acompanhamento individual das condicionalidades de saúde do programa Bolsa Família. Até julho de 2007, 4,4 milhões de famílias, 42% do total, tiveram acompanhamento, sendo que três milhões com avaliação nutricional registrada no Sistema.

ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS

Serviços de atenção à saúde da população do sistema penitenciário nacional

Entre os resultados alcançados em 2007, destacam-se: aumento da cobertura populacional das equipes de saúde específicas para esse segmento populacional, que já totalizam 172, atuando em 149 unidades prisionais de 11 Estados, com cobertura de 22% da população penitenciária brasileira.

Auxílio-reabilitação psicossocial aos egressos de longas internações psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De volta pra casa)

Atenção à saúde mental

O esforço de construção de uma rede de atenção à saúde mental substitutiva ao modelo centrado na internação hospitalar, por um lado, e a fiscalização e redução progressiva e programada dos leitos psiquiátricos existentes, por outro, permitiram, nos últimos quatro anos, a construção de uma rede aberta composta por 1.153 Centros de Atenção Psicossocial e 479 Residências Terapêuticas, respaldada pela implantação do programa De Volta para Casa, que beneficiou mais de 2.800 pessoas.

Atenção à saúde da criança

A Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno visa à saúde integral desse ciclo da vida. O Pacto pela Vida e o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal nortearam as ações prioritárias da área em 2007. Com esse enfoque, destacam-se: o Seminário Nacional de Políticas Públicas de Aleitamento Materno, ocasião em que foram definidas, junto com os Estados, as ações de promoção do aleitamento materno para 2008, que incluiu a criação da Rede Alimenta Brasil; a implantação da Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal; a implementação dos Comitês Municipais de Investigação do Óbito Infantil e o desenvolvimento de um estudo para avaliar a investigação dos óbitos infantis; a distribuição para todo o território nacional da Caderneta de Saúde da Criança – Passaporte da Cidadania; a ampliação da Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, com o financiamento de cinco novos bancos; a capacitação de profissionais de saúde em atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso – Método Mãe Canguru; as campanhas de promoção do aleitamento materno – Semana Mundial da Amamentação e Dia Nacional de Doação de Leite Humano.

Atenção à saúde da pessoa com deficiência

É ação prioritária do MS apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção à pessoa com deficiência no SUS. Conta-se hoje com 895 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência mental. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2007, atingiram respectivamente 65% e 83% do total previsto para todas as Unidades da Federação. Além dessas realizações, até outubro de 2007 foram registrados 628 serviços para atendimento ao deficiente mental cadastrados pelas Secretarias Estaduais ou Secretarias Municipais de Saúde. Comparando com o número de serviços até janeiro de 2006 (411), houve um acréscimo de 217 novos serviços no ano de 2007.

O SUS também contou até dezembro de 2007 com 411 serviços para reabilitação das pessoas com deficiência mental e autismo.

Atenção à saúde do idoso

Em 2007, foram implantadas cinco milhões de cadernetas de saúde da pessoa idosa em todo o território nacional, como também foi iniciada a edição de 60 mil exemplares do Caderno de Atenção em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, para futura distribuição a 100% das equipes de saúde da família, o que beneficiará, com atenção específica, 14 milhões de pessoas idosas.

Também em 2007, foi planejada a implantação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Portadora da Doença de Alzheimer, a partir do trabalho das equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Atenção à saúde da população nos municípios habilitados em gestão plena do sistema e nos estados habilitados em gestão plena/avançada

A implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva, instituída pela Portaria GM/MS nº. 2.073, de 28 de setembro de 2006, promoveu ações voltadas à prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva na atenção básica, à organização do atendimento no âmbito da média complexidade e ao aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Ao final de 2007, foram habilitados 127 serviços, que realizam o atendimento integral (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é de que, em 2008, seja concluído o processo de credenciamento/habilitação dos serviços; construídos os indicadores de avaliação da Política; e elaborado/publicado o manual de controle e avaliação.

Desde a publicação das novas normas, até o novembro de 2007, foram encaminhados pelas Secretarias Estaduais de Saúde 629 processos solicitando a habilitação dos serviços de nefrologia, dos quais 582 foram habilitados no período.

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa otimizar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Desde a sua implementação, em 2004, 148 hospitais já foram certificados segundo os critérios da Portaria Interministerial nº. 1.000, de 15 de abril

do referido ano. Ao lado disso, deve ser incorporado o desenvolvimento tecnológico da unidade, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidades específicas.

Em 2007, com a publicação da Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400, de 2 de outubro de 2007, foram revistos e aprimorados os critérios para a certificação dos hospitais de ensino e revogadas as portarias anteriores sobre o tema. Em consequência, foi implantado o Sistema Informatizado - Prodae, para o processo de certificação dos hospitais de ensino, que propicia maior agilização ao processo e o melhor acompanhamento.

A Política Nacional para Hospitais de Pequeno Porte (HPP) integra 432 hospitais, distribuídos em 11 Estados. A partir dessa integração, os HPP deixam de receber recursos financeiros mediante a prestação de contas de cada serviço realizado e passam a contar com um orçamento global, para cumprir uma série de metas destinadas a ampliar e qualificar a atenção à saúde da população, como critérios de atendimento humanizado, com enfoque no acolhimento apropriado; a participação em políticas prioritárias do SUS (como as de saúde da mulher, do trabalhador, de saúde bucal, de prevenção e controle do HIV/DST/Aids e a integração no sistema de referência hospitalar do atendimento às urgências e emergências).

Esses hospitais realizam procedimentos de baixa complexidade, como atendimento pediátrico, obstétrico e odontológico, além de cirurgias clínicas, e constituem importante ponto de apoio para o Programa de Saúde da Família (PSF). No quadro a seguir, está apresentada a população atendida por Unidade da Federação, até outubro de 2007.

ATENDIMENTO EM HOSPITAIS DE PEQUENO PORTE

UF	HOSPITAIS DE PEQUENO PORTE (HPPS)	POPULAÇÃO ATENDIDA
CE	64	913.983
PR	67	472.029
SE	22	405.285
PI	74	521.602
TO	25	197.101
PE	51	819.886
BA	32	462.445
RN	24	171.449
MG	17	139.802
MS	40	434.304
RO	16	153.957
TOTAL	432	4.691.843

Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído pela Portaria nº. 1.721, de 21 de setembro de 2005, e tem como objetivo buscar alternativas de apoio para o enfrentamento da crise que estas instituições apresentam. Esse Programa adota o critério de adesão e reúne grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. A etapa adesão, já concluída, cobriu 757 hospitais, conforme a portaria PT/GM nº 3123/2006. Em 2007, a etapa de contratualização já conta com 608 hospitais.

A Política de Terapia Intensiva no SUS defrontou-se com restrições que foram abordadas em duas linhas estratégicas: a primeira, referente à quantidade de leitos existentes e, a segunda, relacionada à necessidade de se implementar uma política pública mais qualificada e adequada às reais demandas desta assistência. Em 2003, 11.293 leitos de UTI destinados aos usuários do SUS encontravam-se credenciados. Esse número representava uma cobertura de 1,96% em relação à necessidade de leitos da população brasileira, quando o preconizado é, no mínimo, 4%.

Nos últimos cinco anos, o MS credenciou mais 4.326 leitos novos de UTI e reclassificou mais 1.072 leitos do tipo I para o tipo II. Esses credenciamentos vêm melhorando gradativamente a cobertura de leitos de UTI, que alcançou o percentual de 8,94% do total de leitos existentes no País e de 2,48% para leitos existentes no SUS.

Na área de transplantes, o País registrou uma queda significativa no número de captações e transplantes realizados. No primeiro semestre de 2007, foram realizados cerca de 7.000 transplantes de órgãos e tecidos. Para reverter esse cenário, foram reativadas as Câmaras Técnicas Nacionais relativas a todos os órgãos e

tecidos, incluindo a de coração, única que ainda não havia sido criada. O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) tem cadastrados 530.000 doadores voluntários de medula óssea, e mais dois centros de transplantes foram autorizados para a realização de transplantes de não aparentados de medula óssea, aumentando de 10 para 12 o número de centros existentes.

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com recredenciamento qualificado das unidades de assistência, realizada de forma vinculada com outras ações, visando a integralização do cuidado, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado básico e a alta complexidade. Até 2007, foi habilitado um total de 190 estabelecimentos de saúde; estão em fase final de habilitação, ainda, este ano, mais 21 hospitais. Para 2008, persistem desafios importantes, tais como a implementação do registro brasileiro de cirurgia cardíaca; a elaboração e a implantação do manual de controle e avaliação, que se encontra em fase de elaboração.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

Na atenção especializada de média e alta complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes, com o objetivo de: (i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando esta atenção; (ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o País; e (iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, controle e avaliação dos serviços prestados.

Implantação de centros de alta complexidade em oncologia (Cacon)

Como a segunda maior causa de mortalidade no País e por envolver tratamentos mais complexos, a oncologia provoca um expressivo impacto financeiro nos gastos públicos em saúde. Assim, a política de oncologia é um fator importante na busca de soluções para o enfrentamento do problema, estabelecendo ações que envolvem a promoção da saúde, a prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos. Nesse sentido, a estruturação da rede de serviços oncológicos é fator importante nesse enfrentamento. Até 2007, 17 estados tiveram sua rede aprovada, com 245 unidades de oncologia habilitadas.

Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192). Até novembro de 2007, são 126 Serviços implantados, presentes em 1.037 Municípios de 26 Unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, e cobre uma população de 97 milhões de pessoas. Além das 2.158 ambulâncias, 7 ambulanchas e 3.909 equipamentos adquiridos e distribuídos até 2007, o Samu conta até então com 2 helicópteros e mais 14 ambulâncias de suporte básico de vida e 5 ambulâncias de suporte avançado de vida, mediante convênios com a Polícia Rodoviária Federal.

SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE

Atenção aos pacientes portadores de hemoglobinopatias

Atenção aos pacientes portadores de coagulopatias

O Programa de atenção aos pacientes com coagulopatias hereditárias distribuiu, em 2007, aproximadamente 289 milhões de unidade internacional (UI) de hemoderivados, para atendimento de cerca de 11.000 pacientes com estas coagulopatias.

No âmbito desse programa, a vigilância sanitária do sangue, tecidos e órgãos são iniciativas inerentes ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Essa ação regulamenta o registro de todos os produtos relacionados ao sangue, tais como bolsas de sangue, kits reagentes e correlato, como também à regulamentação, ao monitoramento e à fiscalização dos serviços hemoterápicos, com foco na segurança transfusional, realizados pelos Municípios, Estados e pelo nível federal. Para o desenvolvimento eficaz dessas atividades, em 2007 foram capacitados 57 profissionais de saúde dos Centros de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e de 120

profissionais dos serviços de vigilância estaduais e municipais, visando treiná-los para a inspeção de Bancos de Tecidos Musculares e Bancos de Células e Tecidos Germinativos.

É destaque também, a implantação de um sistema informatizado para cadastramento de embriões humanos disponibilizado para clínicas de reprodução humana assistida e a divulgação do “Manual Técnico de Hemovigilância – Investigação das Reações Transfusionais Imediatas e Tardias Não Infecciosas” para os integrantes do Sistema e para o setor regulado.

Foi também realizado em 2007 o recolhimento do plasma excedente de uso terapêutico em 106 serviços hemoterápicos, para o fracionamento industrial e concedidas, também, 80 autorizações para o transporte de células progenitoras hematopoéticas, para fins de transplante de medula óssea.

Ainda no processo de manutenção dos padrões de qualidade dos produtos e serviços de saúde, destaca-se o monitoramento pós-registro e pós-uso/comercialização realizado por meio de um sistema informatizado – Notivisa. Esse sistema é responsável pela recepção de notificação de eventos adversos e queixas técnicas dos produtos sob vigilância sanitária - medicamentos, produtos para saúde, hemocomponentes, cosméticos, saneantes e agrotóxicos e está disponível para todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. A partir das notificações são realizadas análises para identificação dos possíveis riscos apresentados e concomitantemente emitidos “alertas”, registradas no próprio Sistema .

No ano de 2007 o Notivisa recebeu 9.733 notificações provenientes de todos os Estados do País, sendo 74% referentes a queixas técnicas e 26% a eventos adversos. A grande maioria - 87% - foram notificações registradas por profissionais de saúde vinculados a estabelecimento de saúde e 13%, por profissionais de saúde independente do vínculo apresentado.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

Desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde

O financiamento de estudos e pesquisas contratados diretamente ou por meio de editais é uma das principais ações para estimular o desenvolvimento e disseminação de novos conhecimentos e tecnologias para a saúde. No período entre o ano de 2002 e o final do primeiro semestre de 2007, foram apoiados 2.204 projetos, com um dispêndio de recursos da ordem de R\$ 385 milhões.

O fomento descentralizado para os Estados, por meio do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS, tem contribuído para superar as desigualdades regionais e colocar a pesquisa em saúde a serviço dos principais problemas locais de saúde pública. O Programa é realizado em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações de Amparo à Pesquisa e as Secretarias Estaduais de Saúde e de Ciência e Tecnologia. Em 2007, teve o aporte de cerca de R\$ 30 milhões para financiar 525 projetos.

Em 2007, foram investidos R\$ 2,4 milhões no desenvolvimento de um protótipo industrial de marcapasso cardíaco implantável, com tecnologia nacional, para atender aos requisitos predefinidos e às normas médicas internacionais, visando sua pré-qualificação e posterior homologação para transferência de tecnologia a empresa interessada em produzir o marcapasso.

Outra importante iniciativa que coloca o Brasil na vanguarda da pesquisa é a Rede Nacional de Sequenciamento de DNA - Projeto Genoma Brasileiro, que permite a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. A aquisição de um sequenciador de nova geração será fundamental para a continuidade e atualização da Rede Nacional de Sequenciamento e permitirá a realização de estudos que irão contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área da genética da saúde humana. Em 2007 foram desenvolvidas iniciativas prévias para a realização de investimentos da ordem de R\$ 2,09 milhões na compra de equipamentos para a determinação de genomas relevantes para a saúde humana. Os dois primeiros projetos serão na área de câncer e poderão conduzir à identificação de novos marcadores tumorais.

Frente à situação de fragilidade produtiva e de inovação da produção industrial em saúde no País, a atual orientação estratégica apresenta as seguintes diretrizes: (i) reduzir a vulnerabilidade da política social brasileira mediante o fortalecimento do complexo industrial e de inovação em saúde; e (ii) aumentar a competitividade em inovações das empresas e dos produtores públicos e privados das indústrias da saúde.

Em 2007 foi dado prosseguimento às obras da fábrica de hemoderivados em Goiana/PE - Hemobrás, cuja conclusão está prevista para até 2010. Com a nova unidade, o Brasil busca atingir o domínio da tecnologia de fracionamento industrial do plasma e aumentar o grau de auto-suficiência em hemoderivados. O objetivo é atender a 100% da demanda do SUS por Fator IX, imunoglobulina e albumina e a 30% da necessidade por Fator VIII. O Brasil contará com uma Rede Nacional de Biotérios (animais usados em pesquisas), dispondo de três tipos de referência capazes de atender às demandas do SUS e das instituições de ciência e tecnologia.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

Produção de vacinas, reagentes para diagnóstico e biofármacos

Apoio à estruturação dos serviços de assistência farmacêutica na rede pública

Promoção da oferta e da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica e insumos estratégicos no Sistema Único de Saúde

Assistência financeira para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais

Fomento à produção farmacêutica e insumos estratégicos

Implantação de farmácias populares

Manutenção e funcionamento das farmácias populares

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) totalizou investimento aproximado de R\$ 700 milhões no ano de 2007, com a aquisição de imunobiológicos (soros e vacinas) colocados à disposição da população brasileira na rede de serviços de saúde e nas campanhas de vacinação.

Em relação às campanhas de vacinação contra a poliomielite, dados consolidados do PNI indicam que, na primeira etapa foram vacinadas 16,4 milhões de crianças menores de cinco anos de idade, representando uma cobertura de 93,0%, e na segunda etapa, 16,2 milhões, alcançando uma cobertura de 92,5%. Nessas etapas, funcionaram em todo País mais de 92 mil postos de vacinação e foi mobilizado um contingente de 300 mil pessoas, entre servidores públicos e voluntários. O Ministério da Saúde investiu em torno de R\$ 40 milhões na compra de vacinas, na divulgação e no repasse de recursos para estados e municípios.

Já a campanha de vacinação do idoso, realizada entre abril e maio de 2007, alcançou uma cobertura de 86,7% dos maiores de 60 anos de idade (13 milhões). Em 97% dos municípios (5.407), foi superada a meta recomendada pela Organização Mundial de Saúde que é de 70% do grupo alvo. Nessa campanha, o investimento foi de R\$ 140 milhões para aquisição de vacinas e para apoiar estados e municípios na execução das atividades.

A dispensação de medicamentos no SUS recebeu um importante reforço com a implantação do programa Farmácia Popular do Brasil, para ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. Até 2007, são 586 unidades em funcionamento, habilitadas em 255 Municípios nos 27 Estados e no Distrito Federal. Apenas em 2007, foram implantadas 91 unidades, onde o usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. O programa Farmácia Popular do Brasil promove a subvenção do preço de um grupo de 95 medicamentos. A lista de indicações contempla os medicamentos mais eficazes e seguros indicados para o tratamento das doenças mais prevalentes na população brasileira. De sua implantação em 2004 até final de 2007, foram investidos R\$ 64 milhões em infra-estrutura para a implantação das farmácias e R\$ 232 milhões para o seu custeio, sendo que em 2007 a implantação recebeu R\$ 13 milhões e a manutenção R\$ 173 milhões.

Além da disponibilização direta ao público, foi inserido no programa o sistema de co-pagamento, em que as farmácias privadas passam a vender um elenco de 13 medicamentos, voltados principalmente para a população idosa e as mulheres que buscam evitar a gravidez não planejada. Atualmente, são 4.832 farmácias cadastradas em todo o Brasil, atendendo um total de 12,5 milhões de pessoas. Foi gasto pelo Ministério da Saúde, em 2007, um total de R\$ 17,2 milhões.

VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Atendimento à população com medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis

Promoção à saúde e às práticas seguras de prevenção e proteção dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis

Incentivo financeiro a estados, Distrito Federal e municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis

A implementação do Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST / Aids) é um destaque importante da ação governamental, pelo qual mais de 180 mil pessoas, em 2007, tiveram acesso ao tratamento com os medicamentos antiretrovirais - ARV. O licenciamento compulsório do Efavirenz e as negociações de preços dos demais medicamentos antiretrovirais possibilitam, ainda nesse ano, uma redução de mais de R\$ 150 milhões nos gastos, garantindo a sustentabilidade da política de acesso universal aos medicamentos antiretrovirais e a incorporação de novas terapias.

Ressalta-se também que em 2007 foram implementadas as medidas para a redução da transmissão vertical do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da sífilis, pactuadas com todas as instâncias de governo e que possibilitarão a redução dos casos de HIV/Aids e sífilis congênita entre crianças.

Avanços no âmbito da prevenção foram verificados em 2007, tais como: o programa Saúde e Prevenção nas Escolas, que atingiu 400 Municípios e capacitou 3.000 profissionais das áreas da saúde e educação, bem como as ações de promoção dos direitos humanos no enfrentamento do estigma, preconceito e homofobia, como formas de reduzir a vulnerabilidade da população ao HIV e à Aids, principalmente junto a profissionais do sexo, usuários de drogas, travestis, transexuais e homossexuais. Além disso, a aquisição de 1 bilhão de preservativos masculinos e o início das operações da fábrica de preservativos em Xapuri, no Estado do Acre, viabilizaram a ampliação das ações de prevenção do HIV/Aids e outras DST no País.

Em 2007 houve um aumento de 6% no número de municípios qualificados para recebimento de recursos da Política do Incentivo às Ações em DST/HIV/Aids, representando 26 novos Municípios e totalizando 480 Unidades Federadas participantes, sendo 453 Municípios, 26 Estados e o DF.

Por outro lado, o Programa Nacional para o Controle e Prevenção das Hepatites Virais, em convênio com a Universidade de Pernambuco, concluiu em 2007 o inquérito de prevalência e fatores de risco para as hepatites A, B e C nas capitais das Regiões Sul e Sudeste, a partir do qual será mais bem conhecida a real magnitude destas infecções, subsidiando a decisão quanto a medidas de prevenção, controle e tratamento. Cabe lembrar que o inquérito nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste e o Distrito Federal já foram finalizados em período anterior. No campo da prevenção, o MS tem investido na melhoria da cobertura com a vacina contra hepatite B. Quanto ao diagnóstico e tratamento, destaca-se a publicação de Portaria que instituiu o novo protocolo da conduta no tratamento da hepatite C, estando em elaboração a revisão do protocolo de diagnóstico e tratamento da hepatite B, para publicação em 2008.

PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

Imunobiológicos para prevenção e controle de doenças

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios certificados para a vigilância em saúde

Insumos estratégicos para prevenção e controle de doenças

Nos últimos anos, têm sido colocados novos desafios no controle de doenças transmissíveis, mais recentemente pelo risco de ocorrência de uma pandemia de influenza. Para enfrentá-la, o MS elaborou um plano de

preparação para uma pandemia de influenza, em operação desde 2005. Esse plano vem sendo regularmente gerenciado pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI).

Entre as atividades estratégicas que compõem esse plano, destacam-se: a) manutenção de estoque estratégico do medicamento antiviral (Oseltamivir); b) investimentos da ordem de R\$ 30 milhões para a instalação da primeira fábrica de vacinas e produção de vacina contra influenza sazonal e pandêmica, no Instituto Butantã; c) ampliação da rede sentinela de vigilância do vírus da gripe, composta por 59 unidades para identificação dos tipos de vírus da gripe, localizadas em todos os estados; d) realização de monitoramento da circulação viral em aves migratórias nos sítios de importância para a saúde pública e animal.

A partir dos trabalhos do GEI, as salas de situação do Governo Federal estão sendo integradas, permitindo acesso rápido à informação pelas autoridades em casos de emergência. Foi criado um plano de contingência para os portos e aeroportos brasileiros, e as unidades militares de saúde foram preparadas para o atendimento em caso de uma pandemia atingir o País.

Entretanto, outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços de saúde pública para detectar e intervir rapidamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs). Esse Centro funciona ininterruptamente e monitorou, em 2007, aproximadamente 191 emergências de saúde pública de relevância nacional, com um total de 238.351 pessoas afetadas.

No ano de 2007, o MS ampliou essa capacidade para estados, com a constituição de uma Rede Nacional de Alerta e Resposta às emergências de saúde pública, com a aquisição e distribuição de equipamentos e viabilização de apoio técnico para implementação de unidades locais. Como também, no mesmo ano, foram implementadas 10 unidades que compõem a rede Cievs.

Entre as questões de saúde pública com enfoque prioritário por parte do MS, destacam-se as doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis. No período de janeiro a outubro de 2007 foram registrados 555.089 casos de dengue clássica, 1.431 casos de febre hemorrágica da dengue e a ocorrência de 151 óbitos. Ao se comparar com o ano de 2006, observa-se um aumento de 209.167 casos de dengue no País. Cabe destacar as altas taxas de incidência em algumas Unidades da Federação, como nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, que totalizaram 184.391 casos, concentrando 88,1% do aumento registrado.

Após a certificação da interrupção da transmissão da Doença de Chagas pelo *Triatoma infestans* em 2006, as ações para garantir a sustentabilidade foram continuadas, com especial atenção às áreas de alto e médio risco, culminando com o comprometimento de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para a melhoria habitacional nessas áreas que compreende 622 Municípios. A mudança do perfil epidemiológico da doença vem sendo observada desde o ano 2005, com o registro de casos de Doença de Chagas Aguda (DCA) por transmissão oral, em várias UF's.

Desde 2006 a ocorrência de casos DCA por transmissão oral está fortemente associada ao consumo de alimentos, especialmente o suco de açaí, na região Amazônica, nos Estados do Pará, do Amazonas e do Amapá, o que levou a área técnica a elaborar um Plano de Vigilância e Controle da DCA com ênfase na transmissão oral para ser aplicado em toda a região, bem como apoiar a elaboração de um Plano de Contingência para o controle da DCA no Pará, em virtude de ser esse o Estado que registrou o maior número de casos. Para o acompanhamento desse Plano, cujas ações iniciadas em 2007 e que se estenderão durante o ano de 2008, foi criado um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Saúde, Casa Civil da Presidência da República e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Nos esforços para prevenção e controle da malária foi implantado um novo tratamento para malária por *P. falciparum*, espécie frequentemente associada às formas mais graves da doença. No período de janeiro a novembro de 2007, registrou-se 424.674 casos de malária, o que representa uma redução de 17% na incidência da doença, se comparado com o mesmo período de 2006, quando foram registrados 512.302 casos. É importante destacar que oito dos nove Estados da Amazônia Legal apresentam redução no número de casos; em todos, houve diminuição no número de internações, correspondendo a 33,5% na região, quando comparado com o mesmo período de 2006.

A hanseníase é uma doença endêmica que tem apresentado redução significativa na prevalência de portadores em tratamento, de 16,4 por 10.000 habitantes, em 1985, para 2,19, em 2006. Da mesma forma, observa-

se importante redução do percentual de casos diagnosticados apresentando alguma deformidade física pela doença (de 15%, em 1985, para 5.6%, em 2006). Esse resultado permite trabalhar com a meta de redução de casos novos em menores de 15 anos de idade, apontando-se para um futuro sem crianças com hanseníase no Brasil. Ressalta-se ainda o resgate de cidadania dos pacientes que foram isolados compulsoriamente no passado, que passaram a ter direito de indenização em 2007.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo Federal. Em 2006, foram notificados 76.241 casos novos, o que representa uma redução de 3,4% ao ano, desde 1999. Cabe registrar a expansão do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) na rede SUS em 2006, passando de 51% para 68,8% a sua cobertura. Até outubro de 2007, foram 4,8 mil serviços de saúde fornecendo medicação para tuberculose nos municípios prioritários, adotando a estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Cabe destacar o início da execução do projeto de apoio às ações de tuberculose com recursos doados pelo Fundo Global, num montante de US\$ 27 milhões, para um período de cinco anos.

VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

Sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis

A elevação constante da incidência e prevalência das doenças e agravos não transmissíveis (Dant), nas últimas décadas, indica como prioridade para o SUS a estruturação das ações de vigilância epidemiológica específicas para este grupo de doenças. Entre as atividades realizadas em 2007, merecem destaque: a estruturação da vigilância de Dant, com a implementação do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis por entrevistas telefônicas); a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes (o da vigilância nos hospitais de urgências, em 38 Municípios dos 27 Estados e o da notificação das violências interpessoais), com a realização de vários cursos. Como parte das atividades de promoção da saúde, foram selecionados e financiados 210 projetos de promoção de atividade física e 110 projetos de prevenção de violência em Municípios, no valor total de R\$ 3 milhões repassados às Unidades Federadas.

Nos últimos anos, o MS tem apoiado a estruturação da vigilância em saúde ambiental (VSA) nas Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, com ênfase na vigilância da qualidade da água para consumo humano, contaminação do solo e qualidade do ar. Até 2007, quantitativo correspondente a 80% dos municípios brasileiros desenvolvem ações relacionadas à vigilância da qualidade da água para consumo humano. No período de 2004 a 2007, foram identificadas e cadastradas 1.180 áreas com solos contaminadas por substâncias diversas.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES

Vigilância sanitária de produtos

Vigilância sanitária em serviços de saúde

Vigilância sanitária em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados

As práticas de vigilância sanitária desenvolvidas no âmbito do Programa Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes demonstram significativo avanço no ano de 2007, com destaque para as ações de regulamentação e de inspeção do setor, de monitoramento de serviços e produtos presentes no mercado, da descentralização de ações de vigilância sanitária para Estados e Municípios e do controle de mercadorias e viajantes em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

Os atos normativos relativos à regulamentação do setor, expressos principalmente pela edição de Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs), estabelecem padrões de condutas, parâmetros de referências e condições ideais relativos aos ambientes, processos, insumos e tecnologias relacionados à área da saúde. Em 2007 foram editadas 94 RDCs.

Outro instrumento de intervenção para a regulação de determinado setor são as resoluções - Resoluções (REs) - expedidas para fins autorizativos, homologatórios, certificatórios, cancelatórios, de interdição ou de imposição de penalidades específicas contra propaganda que infrinja a legislação sanitária e afim.

Cabe destacar que novas abordagens no processo de elaboração de regulamentos técnicos, com vistas a assegurar a sua transparência, avaliar seus impactos e potencializar sua implantação de maneira mais eficaz estão sendo adotadas, a exemplo das consultas públicas. Esse mecanismo, além de dar publicidade aos temas e de agregar legitimidade à ação reguladora, permite a coleta de subsídios, informações e dados, bem como o encaminhamento de pleitos, opiniões, críticas e sugestões emitidas pela sociedade, identificando-se, de forma abrangente, todos os aspectos relevantes para os objetos a serem regulamentados. Como exemplo, cita-se a proposta de resolução submetida à consulta pública que edita normas para a propaganda e a publicidade de bebidas alcoólicas.

Destaca-se, ainda em 2007, a regulamentação de duas resoluções de impacto no setor de medicamentos, referentes ao registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos (RDC 16/2007) e ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas (RDC58/2007), além de outras de relevante importância.

Os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e uma variedade de produtos para a saúde, além dos produtos de higiene, cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários e produtos destinados à correção estética, dentre outros, estão submetidos ao registro para posterior comercialização.

O desenvolvimento dessa atividade resultou, em 2007, na proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência de testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos.

Além da análise de processos para registro, a manutenção da continuidade dos padrões de qualidade é garantida pelas atividades de inspeções e fiscalizações realizadas ao longo de todas as atividades da cadeia produtiva, de distribuição e de comercialização, incluindo a importação, de forma a assegurar a saúde do consumidor.

Nesse sentido, em 2007 foram realizadas cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária.

O cumprimento de regras sanitárias estabelecidas previamente para produtos que entram no território brasileiro, pela inspeção dos meios de transporte, pelo controle de vacinas exigidas para viajantes e pela fiscalização das condições de higiene e limpeza dos estabelecimentos comerciais nelas localizados, dentre outras atividades, possibilitou, em 2007, a realização de mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados. Além dessas, destaca-se a realização de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam esses produtos para o Brasil.

Para garantir eficiência ao processo de controle de medicamentos foi desenvolvido o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), resultante de parceria estabelecida com a Secretaria Nacional Antidrogas – Senad, da Presidência da República. Esse sistema permite o aprimoramento da fiscalização e o acompanhamento da movimentação de medicamentos e produtos controlados, especialmente entorpecentes, anabolizantes e psicotrópicos.

Em 2007 foram desenvolvidas atividades para estimular o hábito da reflexão crítica sobre o uso racional de medicamentos e, em especial, na comunidade escolar. Denominada “Projeto educação e promoção da saúde no contexto escolar: o uso racional de medicamentos”, a ação tem como público-alvo professores e alunos do ensino fundamental e médio de escolas públicas, profissionais, técnicos da vigilância sanitária e da defesa do consumidor. Neste processo, até 2007 foram capacitados 317 docentes, 136 profissionais que atuam em vigilância sanitária, 50 técnicos em defesa do consumidor e 867 alunos. Ao final de 2007, 45 escolas desenvolveram esse projeto com o objetivo de atingir aproximadamente 15.000 alunos.

No contexto da vigilância sanitária, em 2007, foram realizadas mais de um milhão de fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, além de cerca de 27 mil fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária.

Registre-se também, no mesmo ano, a proibição da fabricação e distribuição de 210 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa realizados em seres humanos, a avaliação dos preços para a entrada no mercado de aproximadamente 2.000 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº. 10.742, de 6 de outubro de 2003, além de inspeções internacionais em 883 unidades fabris de medicamentos que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional.

É importante registrar em 2007, como parte do processo de regulamentação sanitária, a publicação de duas resoluções com grande impacto no setor de medicamentos. Uma delas permitiu o registro de contraceptivos orais e hormônios endógenos como medicamentos genéricos, contribuindo para a ampliação do acesso da população a este tipo de produto. A outra aperfeiçoou o controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas anorexígenas visando a redução do uso indevido destas drogas.

Ainda no mesmo ano foi elaborada uma proposta de resolução com vistas à normatização da propaganda e publicidade de bebidas alcoólicas, contendo orientações provenientes de consulta pública, de modo a proteger segmentos populacionais vulneráveis aos estímulos para o consumo do álcool. A aprovação de tal regulamento fornecerá subsídios legais mais efetivos para as ações de fiscalização e monitoramento nesse segmento de mercado.

IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

Estruturação de unidades de saúde para atendimento à população indígena

Vigilância e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas

Promoção da educação em saúde dos povos indígenas

Atenção à saúde dos povos indígenas

O MS, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), promove ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas. Pretende-se garantir o acesso da população indígena aos serviços de saúde, visando alcançar os mesmos indicadores da população não-indígena, mediante o fortalecimento da atenção básica nas aldeias. Para tanto, em 2007, destacam-se:

- mês de vacinação dos povos indígenas, ocorrido no período de 23 de abril a 25 de maio, que mobilizou 3.363 profissionais, entre os quais 1.761 agentes indígenas de saúde e de saneamento. A campanha alcançou a marca de 2.112 aldeias e 314 pólos-base, beneficiando 34.312 mulheres em idade fértil, 1.712 gestantes, 34.291 crianças de 0 a 4 anos e 11.023 idosos. Esses resultados representam um incremento, relativamente a 2006, de 10,7% nas doses de vacinas BCG contra a tuberculose, 52,6% de tetravalente (contra a difteria, tétano, coqueluche e doenças por hemófilo influenza tipo B) e 40,5% na cobertura de vacinas contra a poliomielite;
- Programa DST/Aids, que tem atuado no controle da transmissão vertical em gestantes indígenas, mediante o qual foram diagnosticados 44 casos de sífilis, 16 casos de hepatites virais e 9 casos de HIV. Além disso, foram diagnosticados e tratados 1.756 casos de DST;
- a redução da mortalidade materna e infantil indígena tem sido um grave problema de saúde pública. Para a sua minimização, algumas iniciativas têm contribuído decisivamente, de que é exemplo a estruturação da vigilância alimentar e nutricional dos povos indígenas. Essa atividade registrou a média mensal de 24.449 crianças acompanhadas na faixa etária de 0 a 4 anos de idade. Em alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas, o percentual de crianças pesadas e acompanhadas foi superior a 80%;
- a execução de obras em diversos estabelecimentos de saúde para os povos indígenas. Foram estruturados mais 3 pólos-base, 6 casas de saúde indígena, 100 postos de saúde e 50 centros de saúde para as comunidades indígenas espalhadas pelo País; e
- a regulamentação, por meio da Portaria nº 2.656, de 17 de outubro de 2007, do fator de incentivo da atenção básica aos povos indígenas. Essa medida, além de dispor sobre as responsabilidades na prestação da atenção à saúde indígena, estabelece critérios de repasse de recursos a estados e municípios.

SANEAMENTO RURAL

Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais (quilombos, assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para preservação e controle de agravos

Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos

Em 2007, foi dada continuidade ao desenvolvimento de ações de saneamento ambiental para prevenção e controle de agravos, direcionadas aos Municípios com população de até 50 mil habitantes e grupos populacionais específicos (comunidades remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e populações ribeirinhas). Essas ações têm por objetivo a ampliação do acesso dessas populações historicamente excluídas do acesso ao saneamento básico.

Também no mesmo ano, procedeu-se à ampliação de ações de saneamento em áreas indígenas, abrangendo um total de 682 aldeias em 277 Municípios, beneficiando 107.076 índios em todo o País, com investimento de R\$ 57 milhões. Somente com as ações de abastecimento de água nas aldeias, foram beneficiados 93.078 indígenas.

ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR À SAÚDE

Regulação, fiscalização e monitoramento de operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde

O mercado de planos privados de assistência à saúde registrou, até dezembro de 2006, cerca de 45 milhões de vínculos de beneficiários. No ano de 2007, avanços significativos foram realizados na perspectiva de garantir assistência integral à saúde aos beneficiários do setor e o pleno exercício de cidadania, tais como: a implantação do padrão de troca de informações entre operadoras e prestadores; a divulgação dos resultados do Programa de Qualificação das Operadoras, que avaliou 92% de beneficiários do setor; o estímulo à promoção de saúde e à prevenção de doenças, mediante a realização de seminários e distribuição de manuais técnicos; a implementação do novo enfoque da fiscalização, introduzindo a intermediação de conflitos entre operadoras e beneficiários e a maior autonomia dos núcleos regionais de atendimento e fiscalização. Acrescem-se, ainda, a construção de parcerias em trabalhos técnico-científicos com centros colaboradores e a definição de regras que ampliam a segurança na transferência de carteiras.

GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Cooperação técnica para a gestão e organização dos fundos de saúde

Em 2007 o Fundo Nacional de Saúde (FNS) prestou apoio a 776 Fundos Estaduais e Municipais de Saúde que aderiram à ação de cooperação técnica mantida pelo MS desde 2006, com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil dos Fundos de Saúde.

Entre as ações realizadas naquele ano destaca-se, também, a capacitação de 1.024 gestores e técnicos que atuam na área de gestão orçamentária, financeira e contábil, por meio de ensino a distância.

INVESTIMENTO PARA HUMANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE

Investimento para a qualificação da atenção à saúde e gestão do SUS

A ação Investimento para a qualificação da atenção à saúde e gestão do SUS visa apoiar as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e se concretiza por meio dos projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (QualiSUS), Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SomaSUS).

O MS, visando a estruturação das necessidades dos investimentos do QualiSUS, teve seu projeto adequado às diretrizes para captação de recursos externos junto aos organismos de financiamento internacional, definida pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério da Fazenda. Estão sendo contratados estudos

subsidiários exigidos no processo de preparação do projeto. A expectativa é que a execução do projeto inicie-se a partir de 2008.

O Projeto SIS Fronteiras se encontra em andamento, e obteve a adesão de 100% dos Municípios fronteiriços. O Município de Foz do Iguaçu/PR se encontra apto para iniciar a execução da Fase II – Qualificação da gestão, de serviços e ações, e implementação da rede de saúde nos Municípios fronteiriços. Os demais Municípios estão na Fase I (Realização do diagnóstico local de saúde quali-quantitativo e elaboração do plano operacional).

O Somasus é um sistema informatizado que visa auxiliar gestores e técnicos na elaboração de projetos de investimentos em saúde e agilizar o processo de análise de projetos encaminhados ao Ministério da Saúde. Está em fase de desenvolvimento uma nova versão do sistema com inserção de dados relacionados à análise de sustentabilidade dos investimentos, tais como dimensionamento e custos de execução de obras, custo de operação e manutenção de equipamentos, custos estimados de contratação e manutenção de recursos humanos, além de dados sobre a relação entre investimentos em saúde e seu impacto no meio ambiente.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E INTERSETORIALIDADE NA REFORMA SANITÁRIA E NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Auditoria de Gestão no Sistema Único de Saúde

Em 2007, foram encerradas 635 auditorias, totalizando 2.097 unidades auditadas, e iniciadas cerca de 1.000 novas ações de auditoria. A auditoria nesse processo de qualificação da gestão normatizou, desenvolveu recursos humanos e cooperou tecnicamente, apoiando a implementação dos componentes do Sistema Nacional de Auditoria (SNA).

Ouvidoria Nacional de Saúde

Registrou-se em 2007 a continuidade na elaboração da publicação dos Painéis Temáticos (na Conferência Nacional de Políticas para Mulheres foi lançado painel específico, com uma tiragem de 10 mil exemplares). O “Painel de Indicadores do SUS” (170 mil exemplares) e o filme “Políticas de Saúde no Brasil: um século de luta pelo direito à saúde” (7 mil cópias) foram distribuídos para os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, Universidades e Escolas Técnicas da área da saúde, entidades da sociedade civil relacionadas com o SUS e órgãos públicos ligados às políticas relacionadas aos determinantes e condicionantes de saúde.

Em continuidade ao processo de descentralização da ouvidoria pública em saúde, em 2007, foram contemplados 10 Estados, 9 capitais e 9 Municípios estratégicos para estruturar esta rede de escuta. No que tange aos processos de trabalho pertinentes à esfera do Governo Federal, e a realização de fóruns regionais para discussão, com vistas ao apoio e desenvolvimento de estruturas de ouvidorias de saúde nas demais instâncias do SUS, foram recebidas 7,4 milhões de ligações e realizados mais de 12 milhões de atendimentos por intermédio do Disque-Saúde.

Com a finalidade de agregar e disponibilizar informações sobre a execução das ações das diversas áreas do SUS, relativas aos serviços e produtos de saúde, nas quais consta a execução das metas físicas e financeiras, o MS implementou uma sala de situação destinada aos gestores, técnicos e profissionais de saúde em geral, a qual possibilita, por meio de consultas web, relatórios que fundamentam diagnósticos, análises e decisões gerenciais. Em 2007, foram contabilizados cerca de 17 mil acessos no âmbito do MS.

No âmbito da promoção de conferências e eventos na área de saúde para a consolidação da Reforma Sanitária, realizou-se a 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), com etapas municipais e estaduais, num total de 4.313 conferências municipais e 27 estaduais, contando com uma participação de cerca de 1,5 milhão de pessoas, nas quais foram propostas novas diretrizes para a política de saúde nos próximos anos.

No contexto da formação e educação permanente de agentes sociais que atuam no controle social em saúde, foram capacitados 126 mil agentes e conselheiros de saúde e financiados 63 projetos voltados para a educação popular em saúde, com o reconhecimento e movimentos populares e de práticas populares de atenção e cuidados à saúde, inclusive com a capacitação de cerca de 42 mil lideranças atuantes no setor.

Quanto ao fortalecimento do controle social e a gestão participativa, no período de 2004/2007, destacam-se: a organização de 27 Conselhos Estaduais de Saúde; o financiamento de 75 projetos de formação de

atores para o controle social; e o cadastramento de 55.732 conselheiros municipais e 4.069 conselhos municipais de saúde no Sistema de Informação sobre Conselhos de Saúde.

EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, foram alocados, no âmbito da saúde, o montante de R\$ 4 bilhões para o próximo quadriênio, partilhados entre ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação e tratamento de resíduos sólidos, melhorias sanitárias domiciliares, além de ações de melhorias habitacionais para controle da Doença de Chagas e manejo ambiental, e drenagem urbana para controle da malária. Para 2007, a dotação orçamentária disponibilizada para a cobertura de ações componentes do PAC, no âmbito do MS, foi de R\$ 959,9 milhões.

Para a cobertura das metas programadas no ano foram firmadas parcerias com Estados, Municípios e instituições afins, que resultaram na assinatura de 934 termos de compromisso, o que corresponde a R\$ 784,7 milhões empenhados para a cobertura da execução das ações previstas, distribuídos de acordo com a tabela a seguir.

EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO RELATIVAS AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – 2007

AÇÃO	QUANTIDADE DE TERMOS DE COMPROMISSO FIRMADOS	VALORES EMPENHADOS EM 2007 (R\$)
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	284	194.258.744,28
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	119	307.361.706,71
DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL - MALÁRIA	18	45.918.941,00
MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES - MSD	214	141.964.434,04
QUALIDADE DA ÁGUA	3	6.182.075,15
ÁGUA NA ESCOLA	105	9.999.997,00
CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS	191	79.004.695,18
TOTAL GERAL	934	784.690.593,36

Fonte: Cgofi/Deadm/Funasa

Outras ações tiveram execução direta, que compreende o custeio da preparação e manutenção das ações. O valor empregado nessas atividades correspondeu a R\$ 8 milhões. Dessa forma, a execução global de ações do PAC em 2007 representa 99,2% do total alocado.

6.13. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES – MC

A execução das políticas setoriais do Ministério das Comunicações está fundamentada nos princípios da democratização, universalização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. A universalização, em particular, desdobra-se em um efetivo processo de inclusão social e digital, desenvolvido tanto em forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do órgão – Radiodifusão, Telecomunicações e Serviços Postais, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas.

A democratização do Estado e a universalização dos serviços públicos com vistas à inclusão social constituem-se uma realidade no âmbito do Ministério das Comunicações, permitindo o acesso aos meios de comunicação e a inclusão digital, insumos básicos para a inclusão social, por intermédio do programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – Gesac, do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, da ampliação do Serviço de Radiodifusão Comunitária e da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

O Ministério vem utilizando o programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – Gesac como ferramenta de comunicação e transferência de conhecimento, criando assim modelos de sustentabilidade para os Pontos de Presença, garantindo acesso a todos os cidadãos. Foi realizada a capacitação de monitores e multiplicadores dos Pontos de Presença, de forma a assegurar que as comunidades atendidas pudessem se apropriar das Tecnologias de Informação e Comunicação e usá-las para transformar suas realidades educacional, econômica, social e cultural.

A aplicação dos recursos do Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST teve início em 2007, em decorrência de estudo (elaborado pelo Ministério das Comunicações) que possibilitou identificar os principais gargalos que impediam a utilização desses recursos, bem como apresentar alternativas para sua aplicação imediata. O primeiro projeto a ser financiado com recursos do FUST, aprovado pelo Decreto nº. 6.039, de 07 de fevereiro de 2007, visa ao fornecimento de acessos individuais ao Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos que permitam a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva nas dependências de aproximadamente 800 instituições de assistências a essas pessoas.

Na área de serviços postais, utilizou-se com eficácia a capilaridade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT como um poderoso agente da implementação de políticas públicas de inclusão social e econômica da população. O Banco Postal, implantado com sucesso pela ECT, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. A empresa atua como correspondente dos serviços bancários básicos (aberturas de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, títulos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros), mediante utilização de sua rede de atendimento.

Na área de radiodifusão, o Ministério continuou desenvolvendo soluções de organização e métodos, buscando otimizar as atividades de análise dos processos de radiodifusão, destacando-se a implantação da nova fase dos sistemas Radcom; a implantação do Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos; bem como a elaboração e revisão de manuais de procedimentos.

Em 2007, foram iniciadas as transmissões digitais da TV aberta no País, um grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico de soluções permitirão a utilização dessa nova plataforma digital para oferta de serviços e aplicações interativos de interesse público.

INCLUSÃO DIGITAL

Apoio a Projetos de Inclusão Digital

A ação engloba o Projeto Escola Cidadã, que objetiva equipar as escolas da rede municipal com um kit básico de informática para oferecer aulas de Sistema Operacional, Editor de Texto, Planilha Eletrônica, Slides de Apresentação, Home Page, Internet e aulas pedagógicas multimídias que permitem o aprendizado e aperfeiçoamento dos alunos e professores da própria escola, além da abertura deste espaço para comunidade. O projeto compreende também a aquisição de Software Educacional do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, com Kit

composto por CD-ROM multimídia com biblioteca de programa educacional, bancos de vídeos, animações, sons, dentre outros.

Outra dimensão dessa ação é o aspecto da formação musical dos alunos, onde serão disponibilizados para todas as escolas “Kit’s Musicais” para o aprendizado por meio de um software editor de partitura e da adaptação de um pequeno teclado no computador, possibilitando a realização de aulas interativas (o computador vira um instrumento musical). O software inicia também o aluno à teoria musical, ensinando-o a ler e redigir partituras. A inclusão musical representa uma oportunidade para revelação de novos talentos, tornando-se um instrumento poderoso na construção da cidadania.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 36	Previsão inicial: R\$ 2.000.000,00
Realizado: 1 (2,78%)	Realizado: 2.000.000,00 (100%)

Fonte: SIGPlan

No exercício de 2007, foram alocados recursos no montante de R\$ 2.000.000,00, empenhados e inscritos em restos a pagar de 2007, para transferências dos recursos no exercício de 2008. A baixa meta física se dá pelo fato de que a meta inicial de 36 projetos foi estabelecida pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso Nacional.

Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos

Em 2007, o Ministério das Comunicações deu continuidade à fiscalização dos Telecentros Comunitários, buscando garantir a efetividade do Programa de Política Pública de Inclusão Digital, permitindo aos cidadãos brasileiros o direito de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC’s.

Os projetos de maior envergadura no âmbito do programa Inclusão Digital do Ministério das Comunicações são o BH Digital – projeto piloto para expansão da rede sem fio utilizando a tecnologia Wimax e WIFI, com cobertura de todo o Município, viabilizando o atendimento de mais de 400 pontos de inclusão digital; e o projeto de Inclusão Digital do Município de Barbacena, tornando-o um Município Digital, nos mesmos moldes do BH Digital. Outro projeto importante é a implantação de Telecentros Comunitários com Sala de Telemedicina em dois Campi da Universidade Federal do Amazonas, localizados nos Municípios de Humaitá, Benjamin Constant, dois nos Campi da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), localizados nos Municípios de Itacoatiara, São Gabriel da Cachoeira e um Laboratório de Telemedicina na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Quanto ao Edital de Chamada Pública n.º 001/2006, destinado a selecionar prefeituras para recebimento de Kits (hardware, audiovisual e mobiliário) para instalação de Telecentros Comunitários, até o dia 31 de dezembro de 2007, cabe destacar que 4.780 Municípios fizeram adesão e cadastro no programa, estando credenciados para recebimento, instalação e implantação de um Telecentro Comunitário, o que deverá ocorrer até junho de 2008, quando os mesmos estarão em pleno funcionamento. Para atendimento da demanda, o Ministério das Comunicações publicou o Edital de Pregão Eletrônico n.º. 25/2007.

Com o resultado do Pregão acima citado, o Ministério das Comunicações tem a possibilidade de garantir a universalização do programa Inclusão Digital, instalando e implantando um Telecentro Comunitário em cada Município do Brasil, fazendo com que a Tecnologia da Informação e da Comunicação esteja disponibilizada à população em todo o País. Esta iniciativa possibilitou ao Ministério das Comunicações a aquisição de 6.201 Kit’s de Telecentros, o que garante a universalização da Política Pública de Inclusão Digital via implantação de Telecentros Comunitários em todos os Municípios brasileiros, bem como disponibiliza internet de alta velocidade a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, de forma gratuita, inserindo todos no mundo digital.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 13.436	Previsão inicial: R\$ 134.557.600,00
Realizado: 68.211 (507,67%)	Realizado: R\$ 133.552.207,00 (99%)

Fonte: SIGPlan

A baixa execução de Restos a Pagar referente ao exercício de 2006 em 2007 deu-se em função da mudança na sistemática de implementação e de implantação da Política Pública de Inclusão Digital, via instalação e implantação de Telecentros Comunitários diretamente pelo Ministério das Comunicações. Os recursos previstos para 2007 foram comprometidos, empenhados, liquidados e inscritos em restos a pagar de 2007, para pagamento no

exercício de 2008. Esta situação de comprometimento e não pagamento deu-se em função de que os contratos de fornecimento do kit telecentro comunitário, resultado do pregão eletrônico n.º 25/2007, a serem implantados em todos os municípios do Brasil, estabelece que o pagamento efetivo deverá ocorrer após a entrega dos bens, montagem e instalação dos telecentros comunitários. Do valor realizado (R\$ 133.552.207,00), foram inscritos em restos a pagar R\$ 133.359.887,00.

GOVERNO ELETRÔNICO

Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico

O programa Governo Eletrônico tem caráter multisetorial integrado. A continuidade de sua implementação prevê um processo descentralizado, envolvendo os órgãos e entidades da Administração Pública Federal e as demais esferas de governo - estaduais e municipais, sendo cinco as frentes a serem trabalhadas: i) a infra-estrutura de transmissão e comunicação de dados; ii) a integração de sistemas e cadastros; iii) desenvolvimento de tecnologias computacionais inovadoras; iv) identificar e acompanhar as necessidades do público-alvo; e v) articular e prover a entrega adequada de serviços ao público-alvo.

O Ministério das Comunicações vem utilizando o programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – Gesac como ferramenta de comunicação e transferência de conhecimento para todos os programas governamentais, criando, assim, modelos de sustentabilidade para os Pontos de Presença, com vistas a assegurar a liberação do seu acesso a todos os cidadãos, bem como replicar o sinal de cada Ponto de Presença para outros prédios públicos, por meio de redes sem fio (*wireless*) ou redes híbridas e assegurar, também, a sustentabilidade da operação da rede instalada.

O Ministério realizou a capacitação de monitores e multiplicadores dos Pontos de Presença com o objetivo de possibilitar que as comunidades atendidas pudessem se apropriar das Tecnologias da Informação e Comunicação e usá-las para transformar suas realidades educacional, econômica, social e cultural, bem como divulgar as ações e resultados do programa, principalmente onde há maior acesso por parte da comunidade local.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 28.651	Previsão inicial: R\$ 49.596.000,00
Realizado: 27.720 (96,75%)	Realizado: R\$ 39.916.105 (80,48%)

Fonte: SIGPlan

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

No exercício de 2007, foram proporcionados eventos de capacitação e desenvolvimento de pessoal, aos servidores deste Ministério. O montante de recursos empregados na capacitação foi da ordem de R\$ 178.569,00.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 450	Previsão inicial: R\$ 970.858,00
Realizado: 133 (29,56%)	Realizado: R\$ 178.569,00 (18,39%)

Fonte: SIGPlan

A Anatel, diante do dinamismo e contínuo surgimento de novas tecnologias no setor de telecomunicações, busca a constante capacitação de seus profissionais, a fim de dotá-los das qualificações necessárias ao desempenho das atividades da Agência nos termos demandados pela sociedade brasileira.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 1.690	Previsão inicial: R\$ 6.833.230,00
Realizado: 1.306 (77,28%)	Realizado: R\$ 2.231.542,76 (32,66%)

Fonte: Siafi

Em 2007, a Lei Orçamentária Anual definiu o montante de R\$ 6.833.230,00 para as despesas relativas à capacitação do quadro de servidores da Anatel. Desse valor, foram liquidados R\$ 2.231.542,76. O

desempenho da ação de capacitação foi afetado, não somente pelo contingenciamento imposto às despesas correntes da Agência no primeiro semestre, mas, sobretudo, pelo limite para as despesas com viagens, imposto pelo Decreto n.º 6.124, de 3 de junho de 2007. Cabe ressaltar que cerca de metade dos servidores da Anatel está lotada nas Unidades Descentralizadas, o que demanda deslocamentos para participação em eventos de capacitação.

Dentre os eventos de capacitação realizados, ressalta-se o curso de formação de 138 aprovados no concurso realizado em 2006 e o programa de ambientação para 302 novos servidores. Como resultado do Plano de Capacitação 2007, destaca-se a realização dos cursos voltados para as carreiras de Especialista e Suporte Técnico em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações, Analista Administrativo e Técnico Administrativo, para o alcance das metas institucionais e organizacionais. Em relação aos cursos institucionais, foi dada prioridade aos convênios que já estavam em vigência, destacando-se o convênio com a Universidade de Brasília (UnB), vigente até 1/4/2008 e dentro do qual pretende-se ainda realizar, nos meses de fevereiro e março de 2008, o Programa de Formação Básica dos Procuradores Federais e dos servidores da Procuradoria.

Capacitação de Técnicos em Radiodifusão

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 40	Previsão inicial: R\$ 0,00 (*)
Realizado: 40 (100%)	Realizado: R\$ 0,00 (0%)

Fonte: SIGPlan

(*) No relatório físico e financeiro do SIGPlan, no campo LOA consta R\$ 300.000,00. No campo LOA+ Créd., R\$ 0,00.

A ação de Capacitação de Técnicos em Radiodifusão, com meta física de treinar 40 técnicos em radiodifusão para o ano de 2007, atingiu a meta projetada, através da realização de 23 oficinas em cada um dos seguintes Estados: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Amapá e Roraima.

Estavam previstos inicialmente recursos no valor de R\$ 300.000,00 mas não houve despesas financeiras nesta ação em razão de parcerias feitas entre o Ministério das Comunicações, o Ministério de Minas e Energia, e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, arcando cada órgão com as suas despesas de deslocamento às comunidades envolvidas que, por sua vez, disponibilizaram os locais para as oficinas.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações

No intuito de promover o crescimento industrial no setor de Comunicações, a gestão do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel foi reformulada com base na Resolução n.º 40 do Conselho Gestor do Funttel - CGF que estabelece novas metas e define estratégias para aplicação dos recursos do Fundo no triênio de 2007 a 2009. Incorporadas ao Plano de Ação 2007-2010 de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, apresentado à sociedade pelo Presidente da República em 20 de novembro de 2007, tais diretrizes apontam as áreas temáticas nas quais deverão ser concentrados investimentos para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações brasileiras: tecnologias de acesso e difusão sem fio; plataformas de serviços baseadas em redes IP de próxima geração; plataformas de suporte à produção e difusão de conteúdos digitais; tecnologias de transporte e de acesso em fibra ótica e plataformas de gerência de redes, serviços e aplicações.

Esta nova definição de metas e estratégias para o Fundo tem impactos relevantes sobre os controles internos associados à demonstração da clareza da despesa pública, pois vincula a contratação de Projetos às áreas temáticas estratégicas e a um Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial – PDTI para o setor de Comunicações. Ressalta-se que o Plano de Ação prevê um progressivo descontingenciamento do Funttel até 2010, que praticamente triplicará os recursos disponíveis no Orçamento Federal para os programas de desenvolvimento tecnológico e industrial nas áreas estratégicas.

De acordo com Resolução n.º 40 do Conselho Gestor, o processo de evolução da gestão do Fundo contém uma fase de desenvolvimento industrial, a qual compreende, dentre outras, parcerias com programas internacionais. A parceria com programas internacionais constitui elemento fundamental do processo de evolução da gestão do Fundo como forma de alavancagem alternativa de recursos, com vistas a aumentar o volume de

recursos destinados à consecução dos objetivos estratégicos. Tendo em vista estas considerações, o Conselho Gestor do Funttel aprovou a reserva de R\$ 6 milhões, nos próximos três anos, para desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e inovação no âmbito do Programa de Cooperação entre o Brasil e a França.

Outra realização que merece destaque foi o lançamento de duas Chamadas Públicas com recursos do Funttel no montante total da ordem de R\$ 80 milhões para contratação de projetos de pesquisa e desenvolvimento de plataformas para produção e difusão de conteúdos digitais e, também, para apoio ao desenvolvimento tecnológico e industrial nas áreas temáticas prioritárias estabelecidas pelo CGF. A priorização da modalidade de convocação pública em relação à demanda espontânea e à encomenda visa assegurar um processo mais competitivo e transparente de seleção de projetos.

Com a finalidade de aperfeiçoar o processo de acompanhamento e avaliação dos Projetos, iniciou-se o desenvolvimento de um Sistema Informatizado de Acompanhamento de Projetos do Funttel, objetivando otimizar o processo de acompanhamento físico, permitir a construção *bottom-up* dos custos do projeto, com um detalhamento mensal das atividades realizadas, e controlar as liberações orçamentárias, com base no efetivo andamento do Projeto.

Adicionalmente, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foi contratada pela Finep, sob a chancela do CGF, para realizar uma avaliação dos impactos, resultados e benefícios de diversos projetos apoiados pelo Funttel no período de 2001 a 2005. Este estudo visa complementar o trabalho permanente de análise de desempenho dos Projetos e pode auxiliar na verificação da eficiência dos Projetos, bem como do retorno proporcionado por investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em resumo, a implementação dessas ações aperfeiçoa o controle nas fases de seleção e execução dos Projetos.

Em 2007 iniciaram-se as transmissões digitais da TV aberta no País, um grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. As primeiras transmissões do sinal digital começaram oficialmente no dia 2 de dezembro em São Paulo. As demais capitais serão atendidas pela nova plataforma a partir de 2008, segundo o cronograma de implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital. O sistema educacional brasileiro poderá ser significativamente beneficiado se a perspectiva de se explorar a interatividade na TV digital for mantida como instrumento da política educacional no País. Acredita-se que, ao permitir maior participação direta e ativa do aluno, a TV interativa incrementará a qualidade e a efetividade do ensino a distância nos níveis básico e superior. A conectividade das escolas públicas e a oferta de serviços interativos na TV digital serão objetivos primordiais a partir de 2008.

Por fim, o ano de 2007 assistiu ao início de um processo de consolidação empresarial na indústria de telecomunicações instalada no País, que promoverá maior sinergia na oferta de soluções de redes e serviços de telecomunicações baseadas na tecnologia nacional. Tal processo vinha sendo estimulado com a oferta de recursos não-reembolsáveis de P&D em projetos estruturantes que, com a coordenação do MC, do Bndes e da Finep, conseguiram atrair empresas de base tecnológica em direção a um processo de crescimento e internacionalização.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 3	Previsão inicial: R\$ 15.000.000,00
Realizado: 2 (66,67%)	Realizado: R\$13.171.366,00 (87,81%)

Fonte: SIGPlan

Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras nas Telecomunicações

A ação busca estimular a criação de tecnologias inovadoras visando à melhoria, à eficiência e à competitividade do Sistema Brasileiro de Telecomunicações, por meio de apoio a projetos que contribuam para: i) o aumento da competitividade dos serviços de telecomunicações, por meio de soluções inovadoras para redução de custos, melhoria de qualidade e aumento da confiabilidade dos serviços prestados, bem como da oferta de novos serviços de valor adicionado; e ii) desenvolvimento e a utilização de tecnologias adequadas para promover a universalização de serviços de comunicação de voz e dados em regiões menos desenvolvidas e para classes sociais sem condições econômicas de recorrer a soluções convencionais.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 6	Previsão inicial: R\$ 71.850.000,00
Realizado: 17 (283,33%)	Realizado: R\$ 70.817.100,00 (98,56%)

Fonte: SIGPlan

Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD

A ação busca garantir ao CPqD a continuidade de pesquisas e o desenvolvimento tecnológico na área de telecomunicações, por meio da aplicação de 30% de recursos do Funttel diretamente na Fundação CPqD na realização de: i) projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltados para resultados que tenham interesse público e social, traduzido por um impacto direto sobre a população, em temas em que existe demanda ou interesse do Governo em aplicar novas tecnologias a questões das políticas públicas de telecomunicações, especialmente aquelas voltadas para as necessidades e condições sócio-econômicas do País, ou exista um impacto indireto, por meio de atividades que dêem subsídios à gestão das políticas públicas de telecomunicações; e ii) projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que aproveitem as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência tecnológica, para ampliar a base de tecnologia nacional no setor.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 12	Previsão inicial: R\$ 66.180.000,00
Realizado: 10 (83,33%)	Realizado: R\$ 66.179.184,00 (100%)

Fonte: SIGPlan

Do total realizado, especificado acima, R\$ 34.679.184,00 foram inscritos em restos a pagar.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Este programa tem como objetivo universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação mediante a expansão dos serviços de radiodifusão.

O Ministério continuou desenvolvendo, no ano de 2007, soluções de organização e métodos, buscando manter e melhorar a eficiência na análise dos processos de radiodifusão e também seus indicadores gerenciais, com destaque para a nova fase de implantação dos sistemas Radcom, para acompanhamento dos processos e documentos relativos à outorga de prestação de serviço de radiodifusão comunitária, e o Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos – SGAP, que organiza e acompanha os fluxos de trabalho relativos à outorga e pós-outorga de radiodifusão; elaboração e revisão de manuais de procedimento e revisão das normas internas de conduta, gerando maior padronização dos procedimentos e resultando em ganho de eficiência; e mapeamento de procedimentos e de fluxos de atividades, buscando aumentar a eficiência de trabalho através da otimização das rotinas de análise de processo.

Outorga de Serviços de Radiodifusão

O compromisso assumido no Plano Plurianual 2004-2007 foi de que pelo menos 3.336 Municípios brasileiros (60% do total) contassem com pelo menos um serviço local de radiodifusão, meta esta que foi atingida por meio de 578 outorgas de serviços de radiodifusão concedidas em 2007, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM 2007

SERVIÇO	NÚMERO DE OUTORGAS EM 2007
Rádio FM Comercial	65
Rádio FM Educativa	6
Rádio Ondas Médias	5
Rádio Comunitária	426
Televisão Comercial	-
Televisão Educativa	2
Retransmissão de Televisão	44
Serviços Auxiliares (SARC)	30
TOTAL	578

Fonte: Ministério das Comunicações

Durante o ano de 2007 foram publicados quatro Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária, tendo participado desses avisos cerca de 1.246 entidades interessadas em obter autorização para executar o serviço. Com isso, o número de Municípios contemplados com Avisos de Habilitação atingiu 5.557, representando 99,86% do total de Municípios do País.

Dos processos de Radiodifusão Comunitária em andamento no Ministério, foram concedidas 196 Licenças Provisórias, 204 Licenças Definitivas e 426 Portarias de Autorização, totalizando 3.140 entidades Autorizadas a executar o Serviço, sendo divididas em 2.846 Municípios que já possuem pelo menos uma estação de Radiodifusão Comunitária legalmente instalada.

É importante salientar que o primeiro Aviso de 2007, que abriu processo seletivo para canais de Radiodifusão Comunitária, teve escopo diferenciado, atendendo a localidades especialmente levantadas pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e Ministério de Minas e Energia – MME (programa Luz para Todos) junto às comunidades Quilombolas, Assentamentos Rurais e comunidades Indígenas, que além de serem contempladas com esse Aviso especial, foram as maiores beneficiárias das oficinas de capacitação para técnicos em radiodifusão.

Com relação ao acompanhamento e avaliação dos serviços de radiodifusão prestados, permanece vigente o Termo de Ajuste entre a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e o Ministério das Comunicações para as ações de monitoramento e fiscalização técnica e de conteúdo do Plano de Fiscalização Anual elaborado pelo Ministério. Em 2007 foram instaurados 700 processos de apuração de infração, dos quais 698 foram analisados e decididos, além da análise de 732 denúncias de irregularidades.

OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Auditoria Econômico-Financeira das Concessionárias dos Serviços de Telecomunicações no Regime Público

Esta ação visa acompanhar e controlar as obrigações assumidas pelas concessionárias em conformidade com a legislação vigente. A observância do cumprimento dessas obrigações se dá por diversos meios: incursões às concessionárias, visitas técnicas, solicitação de informações por meio de ofícios e por demandas de fiscalização.

Neste sentido, para 2007 previa-se o controle de 35 empresas das seis concessionárias que possuem concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e todas foram controladas. Os 35 contratos de concessão estão distribuídos entre as concessionárias de serviço de telecomunicações em regime público da seguinte maneira: Brasil Telecom (dez contratos de concessão); Telemar (16 contratos de concessão); CTBC Telecom (quatro contratos de concessão); Embratel (um contrato de concessão); Sercomtel (um contrato de concessão); Telesp (três contratos de concessão).

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 35	Previsão inicial: R\$ 55.994,00
Realizado: 420 (1.200%)	Realizado: R\$ 41.212,90 (73,60%)

Fonte: Siafi

A LOA/2007 destinou R\$ 55.994,00 para as despesas a serem realizadas com controle das concessionárias de serviço de telecomunicações em regime público. Deste valor, foram liquidados R\$ 41.212,90 sendo R\$ 16.198,14 com diárias e R\$ 25.014,76 com passagens. Há que se ressaltar que os recursos previstos para a execução desta ação destinavam-se a custear despesas de viagens técnicas as quais, algumas, foram canceladas em virtude do limite de despesas com diárias e passagens. Os recursos executados destinaram-se a cobrir as despesas com incursões às concessionárias para avaliar o cumprimento das obrigações. Na execução física, o SIGPlan considerou erroneamente a meta como cumulativa, sendo o valor correto do realizado 35, equivalente a 100% da previsão inicial.

Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação

Para a comercialização de produtos de telecomunicações no mercado brasileiro é necessário, em caráter compulsório, realizar processo de certificação e homologação junto à Anatel. A certificação garante ao cidadão a aquisição e o uso de produtos de telecomunicações que respeitam padrões mínimos de qualidade e de segurança, e o cumprimento das funcionalidades técnicas regulamentadas.

No modelo adotado pela Agência, a certificação é realizada por Organismo de Certificação Designado (OCD), após os ensaios dos produtos, cabendo à Anatel expedir o ato de homologação. A execução dos ensaios é realizada por uma terceira entidade, que são os laboratórios especializados.

Atualmente, a Anatel conta com 13 Organismos de Certificação Designados (OCD), distribuídos pelo País. Em 2007, foram acreditados mais quatro laboratórios para realização de ensaios de produtos de telecomunicações para fins de certificação, perfazendo um total de 15 laboratórios acreditados pelo Inmetro no mercado brasileiro. Além desses, foi incluído um laboratório adicional na lista de instituições de 1ª parte (laboratório de fabricante), somando oito laboratórios avaliados pelos OCD e Anatel – sendo dois de 3ª parte (independente) e seis de 1ª parte (fabricante). Assim sendo, tem-se um total de 23 laboratórios no parque laboratorial brasileiro capacitados para a realização de ensaios de produtos de telecomunicações.

De janeiro a dezembro de 2007, a Anatel, por meio de 1.798 certificados, certificou/homologou 2.846 novos modelos de produtos, superando em 89,7% a meta prevista que foi de 1.500 produtos certificados/homologados para o exercício. Desde a edição do regulamento de certificação e homologação de produtos de telecomunicações, foram certificados e homologados 15.766 produtos de telecomunicações, abrangendo a emissão de 8.879 homologações pela Agência. O crescimento identificado no número de produtos certificados/homologados se deve ao crescimento, acima do esperado, da oferta de produtos de telecomunicações no País.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 1.500	Previsão inicial: R\$ 658.411,00
Realizado: 2.846 (189,73%)	Realizado: R\$ 110.688,26 (16,81%)

Fonte: Siafi

Para a execução desta ação, a LOA/2007 definiu o montante de R\$ 658.411,00. Em função da liberação tardia dos recursos contingenciados e do limite de despesas com diárias e passagens, diversas despesas programadas com contratação de serviços e viagens técnicas, não puderam se realizar. Assim, foram liquidados R\$ 110.688,26. Deste valor, R\$ 39.312,49 são relativos às despesas com diárias e R\$ 71.375,77 com passagens. Os recursos executados visaram à promoção da efetiva realização do Fórum de Certificação de Produtos de Telecomunicações (FCPT), que teve as 9ª e 10ª reuniões ordinárias realizadas no Estado de São Paulo, região que concentra o maior número de entidades ligadas ao setor, à realização de Reuniões Técnicas para discussão de Regulamentação pertinente à Certificação de Produtos, ao acompanhamento realizado por técnicos da Anatel de procedimentos de ensaios, visitas a fábricas, e outras atividades correlatas à demonstração *in loco* de novas tecnologias que passam a ingressar o escopo de homologação de produtos, etapa importante para fundamentação adequada da regulamentação técnica a ser proposta e ao acompanhamento de Avaliação de Laboratórios para a realização de ensaios de produtos de telecomunicações para fins de certificação.

Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações

A Anatel está presente em todas as Unidades da Federação, notadamente com a missão de atendimento às demandas da sociedade, diretamente ou por intermédio de suas atividades de fiscalização. No ano de 2007, a Agência realizou, entre presenciais e remotas, 294.264 ações de fiscalização em 19.568 entidades, totalizando 506.266 horas de fiscalização. Vale ressaltar que do total de horas utilizadas, 463.022 foram

direcionadas para o serviço de interesse coletivo, sendo que destas, 63,5% foram utilizadas em processos com impacto diretamente no cidadão.

Entre as fiscalizações mais expressivas, podemos destacar a fiscalização efetuada durante os Jogos Pan-Americanos de 2007 e a realizada para controle e acompanhamento da conversão pulso-minuto.

Com o intuito de acompanhar o cumprimento das obrigações das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (modalidade local) no que tange à conversão pulso-minuto, a Anatel deu início, em abril de 2007, à realização de fiscalizações demandadas a todas as Unidades da Federação, a fim de verificar:

- As ações realizadas pelas prestadoras com o intuito de prestar a devida comunicação sobre a conversão pulso-minuto em toda a área atingida pela migração, contemplando a publicidade nos seguintes meios: documentos de cobrança, lojas de atendimento, call center, site, jornais de grande circulação, emissoras de rádio e televisão, em atendimento ao disposto no Ato n.º 62.817, de 15 de dezembro de 2006.
- A prestação de informações claras e separadas sobre os planos obrigatórios e os planos alternativos, além da proibição de realização de marketing direto sobre planos alternativos, em atendimento às determinações do Despacho n.º 102/2007/PBCPP/PBCP/SPB, de 5 de abril de 2007.
- A proibição de qualquer tipo de publicidade referente a planos alternativos, em atendimento às determinações do Despacho n.º 612/2007/PBCPA/PBCP/SPB, de 8 de junho de 2007.
- A implementação do Plano Alternativo de Oferta Obrigatória (PASOO) e a solicitação gratuita do detalhamento do documento de cobrança, em atendimento à Resolução n.º 450/2006 e ao Despacho n.º 77/PBCPP/PBCP/SPB, de 20 de março de 2007.

Compete à Anatel adotar, a qualquer época, motivadamente, medidas cautelares estritamente indispensáveis para evitar prejuízo aos serviços de telecomunicações, sem necessidade de prévia manifestação do interessado. Com isso, a Agência, desde que não fira os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, pode interromper o funcionamento de uma estação, nos termos definidos na legislação pertinente. Assim, em 2007, a Anatel interrompeu 163 estações de entidades outorgadas sendo 119 referentes aos serviços de telecomunicações e 44 de radiodifusão. Em relação às entidades não outorgadas, foram interrompidas 1.988 estações das quais 646 estão relacionadas às telecomunicações e 1.342 à radiodifusão.

De grande importância, também em 2007, foi a atuação da Anatel no combate à radiointerferência. Este tema é tratado pela Agência com alta prioridade, principalmente aquelas que representam risco à vida. A radiointerferência aeronáutica é considerada a de maior prioridade, devido aos efeitos que podem causar no tráfego aéreo e, potencialmente, em incidentes aeronáuticos, devendo ter solução imediata. Nessas situações, a Agência utiliza procedimento administrativo de fiscalização simplificado e tecnicamente ágil na solução dos problemas que são reportados pelos órgãos de controle e gerenciamento do espaço aéreo nacional, por meio de comunicação telefônica, por fax, telegrama ou outros meios disponíveis, de acordo com a prioridade dada pelos órgãos responsáveis pelo tráfego aéreo.

A Anatel, visando coibir a radiointerferência, além de efetuar periodicamente a monitoração do espectro radioelétrico, por intermédio de mecanismos eletrônicos e equipamentos de última geração capazes de detectar tais irregularidades e as fontes causadoras de interferências prejudiciais, realiza visita mensal aos principais aeroportos do País, mantendo um canal direto com a administração dos mesmos, buscando a solução imediata de casos que possam colocar em risco a vida humana. Como resultado de 2007, no âmbito nacional (quando o interferente e o interferido se encontram dentro do território nacional) foram fiscalizadas 2.164 radiointerferências, sendo 199 relacionadas com riscos à vida. No âmbito internacional (quando o interferente ou o interferido se encontra fora do território nacional), foram fiscalizadas 5 interferências.

Os resultados alcançados em 2007 na atividade fiscalizadora da Anatel encontram forte respaldo nos sistemas utilizados. O Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME) é uma ferramenta que permite o monitoramento remoto das emissões radioelétricas, possibilitando não apenas identificar o uso de frequências, mas também, obter a exata localização da fonte emissora do sinal. Desta forma, é possível localizar as emissões com precisão e, no caso de irregularidades, acionar as equipes de fiscalização para a adoção das medidas cabíveis. O intuito de gerenciar remotamente está relacionado com o crescimento do uso de radiofrequências, exigindo o seu

acompanhamento por meio de sistemas automatizados. Apenas em 2007, os agentes de fiscalização da Anatel realizaram, com o uso dos recursos do SGME, 38.845 ações de fiscalização.

Em dezembro de 2007, o Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro (SGME) contava com 52 estações fixas e 28 estações móveis, estando, 50 estações fixas interligadas ao Centro Nacional de Controle, que funciona na sede da Anatel. Do ponto de vista de evolução, 13 estações móveis, que estão em operação nos Escritórios Regionais da Anatel e em Brasília, foram modernizadas, incluindo novos recursos para análise do espectro, especialmente de sinais de banda larga até 20MHz, além da monitoração de redes celulares GSM e CDMA.

Além do atendimento a denúncias de conteúdo vindas do Ministério das Comunicações, a Rede Nacional de Radiovideometria (RNR) auxilia também no controle de obrigações dos serviços de radiodifusão e de telecomunicações, mantendo-se atualizada a base de dados de cadastro de entidades, inclusive registrando o uso indevido do espectro nas diversas capitais. Para o processamento e armazenamento das informações coletadas, as estações de trabalho estão equipadas com servidores de vídeo, de rádio, de aplicações e de base de dados. Em 2007, os agentes de fiscalização realizaram, com o uso dos recursos da RNR, 231.480 ações de fiscalização. Por meio da assinatura de convênios, a Agência permite que outras instituições se beneficiem da tecnologia contratada a exemplo dos acordos firmados pela Anatel com a Agência Nacional de Cinema (Ancine) e com a Secretária Nacional de Justiça (SNJ) – órgão do Ministério da Justiça – onde ambos acessam, diretamente de suas sedes, as plataformas de coleta automatizadas da RNR.

A Rede Nacional de Radiovideometria opera, desde 2004, com 27 plataformas de coleta automatizadas, uma em cada capital estadual e um Centro de Controle em Brasília, que dá suporte à operação do sistema. Adicionalmente, ao longo de 2006 e 2007, a Anatel, mediante algumas aquisições, compôs um parque de 90 plataformas portáteis, que permitem a execução de atividades em cidades no interior dos Estados. Foram, também, realizadas reuniões que definiram um projeto básico que deverá orientar o processo de evolução da RNR, a ser iniciado em 2008.

O Sistema de Monitoração de Redes (SMR) tem por objetivo maximizar a produtividade da fiscalização por meio da implantação da monitoração “on-line” em tempo real ou diferido dos dados e informações relativos aos serviços de telecomunicações e à implantação e ao funcionamento das redes das operadoras do STFC e SMP de forma a assegurar o cumprimento das obrigações das prestadoras, bem como dos direitos dos usuários. Neste momento estão em funcionamento 66 acessos a sistemas das operadoras.

A implantação do SMR trará vários benefícios para a sociedade, destacando-se: a) aumento da efetividade da fiscalização da Agência sobre a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao cidadão; b) agilidade na obtenção de evidências objetivas sobre o funcionamento dos serviços de telecomunicações, com respostas mais efetivas para a sociedade e para os usuários de serviços de telecomunicações; c) maximizar a eficácia da ação reguladora da Agência; d) busca contínua da melhoria da qualidade dos serviços pelas operadoras em função da implantação do SMR, com conseqüente diminuição do número de processos de apuração de descumprimento de obrigações; e) aumento da capacidade de detectar problemas reais ocorridos em tempo de funcionamento dos serviços.

Existem atualmente 20 Procedimentos de Fiscalização (PF) contemplando cerca de 200 itens no total. Esses itens avaliam desde indicadores de qualidade, cobrança de conta telefônica, lista telefônica até temas como controle acionário e outros. A análise desses itens permite o acompanhamento e, conseqüentemente, a tomada de providências, dos direitos e garantias dos usuários bem como das obrigações das prestadoras. As atividades de fiscalização para coleta dos dados visando à verificação desses direitos e obrigações podem ser realizadas de forma presencial e/ou remota. Para aqueles itens passíveis de monitoração remota, o SMR é capaz de atender mais de 50 deles, inclusive atendendo os que mais afetam os direitos dos usuários. Concluindo, pode-se afirmar que o acesso remoto aos dados e informações das prestadoras permite uma fiscalização eficiente, tendo em vista que possibilita o acompanhamento da implantação e do funcionamento das redes e serviços em tempo real.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 325.400	Previsão inicial: R\$ 71.729.883,00
Realizado: 294.264 (90,43%)	Realizado: R\$ 29.769.178,63 (41,50%)

Fonte: Siafi

Para 2007, a LOA estabeleceu o valor de R\$ 71.729.883,00 sendo R\$ 52.124.975,00 para as Despesas Correntes e R\$ 19.604.908,00 para Investimentos. Cabe destacar que parte da dotação desta ação destina-

se a viabilizar as despesas necessárias à atividade fiscalizadora da Agência em suas 27 representações localizadas em todas as capitais brasileiras. No âmbito das despesas correntes, a execução orçamentário-financeira da ação ficou comprometida pelo contingenciamento imposto à Agência no início do ano e da liberação tardia do limite de empenho. Tal fato tornou imperiosa a postergação e/ou cancelamento de despesas programadas para o exercício. Com isto, neste grupo de despesa foram liquidados R\$ 23.991.184,24 e R\$ 3.003.138,81 estão inscritos em Restos a Pagar.

A ação fiscalizadora pressupõe constantes deslocamentos dos Agentes de Fiscalização pelos mais diversos meios de transporte tais como automóvel, Unidades Móveis de Radiomonitoragem (UMR) e, até mesmo, de avião e barco como nos Estados de grande extensão territorial. E também, deslocamentos para realizações de reuniões técnicas bem como aceitação de equipamentos e sistemas de fiscalização. Para tanto, a Anatel, em 2007 liquidou R\$ 6.022.249,95 com despesas de viagens, sendo R\$ 4.260.226,23 com diárias e R\$ 1.762.023,72 com passagens e locomoção.

No que se refere aos investimentos, em virtude da impossibilidade de conclusão de procedimentos internos que demandam longo tempo de tramitação, algumas aquisições não puderam ser realizadas. Não obstante a isto, foram liquidados R\$ 5.777.994,39 e R\$ 7.764.893,54 estão inscritos em Restos a Pagar. Com os recursos executados, foram adquiridos, dentre outros, antenas que ampliam a capacidade operacional da Agência para realização de avaliações quantitativas do uso do espectro, essenciais em atividades como vistoria de implantação, avaliação de parâmetros técnicos e soluções de casos específicos de radiointerferência, medidores de monitoração automatizada de Radiação Não Ionizante (RNI) que permitirão um acompanhamento sistemático e a eventual redução de recursos humanos destinados à realização de medições de RNI e, ainda, analisadores de espectro e treinamento operacional que atuarão na fiscalização de até 6GHz em todas as unidades da federação, incluindo em especial, medições de redes WiMax e Wi Fi.

Gestão do Espectro de Radiofrequência

Compete à Anatel a administração do uso das faixas de radiofrequências bem como sua fiscalização. Neste sentido, as ações desenvolvidas pela Agência relacionadas à gestão do espectro de radiofrequências visam regular a utilização eficiente, racional e econômica deste recurso escasso.

Para 2007, estava prevista a emissão de 12 regulamentos de uso do espectro. Foi realizada a revisão da Resolução n.º 350, de 25 de setembro de 2003, relativa ao Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências. Foram concluídos os Regulamentos referentes à destinação da faixa de radiofrequências de 24,05 GHz a 24,25 GHz, para o Serviço Limitado Especializado em Aplicações de Radiolocalização e à atribuição da faixa de radiofrequências de 4.940 MHz a 4.990 MHz, ao serviço móvel, em caráter primário. Além destes Regulamentos, outros 9 processos foram, em 2007, concluídos no nível técnico, que deverão ser emitidos no início de 2008.

Também em 2007, foram emitidos 608 atos de autorização ou de alteração de uso de radiofrequência para 965 estações fixas ou de base e 23.651 estações terminais ou móveis. As avaliações das solicitações apresentadas objetivaram o uso de radiofrequências para demonstrações em feiras e em eventos, com destaque para a festa de “Carnaval”, a “Fórmula Truck”, “Stockcar”, “XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007”, “Fórmula 1” entre outros como visitas de líderes de países estrangeiros, e atendimento às necessidades de missões diplomáticas em visitas oficiais e de ministérios militares. Merece destaque o desempenho da Agência frente às necessidades apresentadas durante os Jogos Pan-Americanos que demandou dedicação exclusiva para efetuar as análises das solicitações e emissão das autorizações no período e condições necessárias para o perfeito funcionamento de estações voltadas para as transmissões das emissoras de radiodifusão e organizações de segurança nacional e internacional.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 12	Previsão inicial: R\$ 2.517.650,00
Realizado: 3 (25%)	Realizado: R\$ 317.477,20 (12,61%)

Fonte: Siafi

Para a execução das atividades relacionadas à gestão do espectro de radiofrequência, a LOA/2007 estabeleceu o valor R\$ 2.517.650,00, tendo sido liquidados R\$ 317.477,20. Na dotação autorizada estavam incluídas as previsões de contratações de estudos que subsidiariam a elaboração dos regulamentos mas que, em função da demora na liberação de limites orçamentários, não puderam ser contratados por falta de tempo hábil para realização

do processo licitatório. Da mesma forma, viagens técnicas previstas para o exercício não puderam se realizar em função do limite de viagens estabelecido pelo Decreto n.º 6.124/2007.

Ainda assim, em 2007, foram liquidados R\$ 317.477,20 com viagens – R\$ 148.011,37 com diárias e R\$ 169.465,83 com passagens e locomoção. As despesas executadas possibilitaram a participação da Agência nas atividades do PAN-2007, em Fóruns Nacionais e Internacionais de Telecomunicações com vistas a acompanhar tendências, alinhar a regulamentação brasileira às recomendações de organismos internacionais de telecomunicações, e agir em defesa dos interesses nacionais definidos para o setor de telecomunicações, em eventos nacionais relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequência, para realizar apresentações em Prefeituras Municipais, em órgãos do Poder Judiciário, solicitações externas, dentre outros, com a finalidade de esclarecer acerca da regulamentação relacionada aos limites estabelecidos para radiação não-ionizante, bem como quanto aos estudos internacionais sobre o assunto, em eventos internacionais relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequência realizados pela Organização Mundial de Saúde e demais Órgãos associados para se manter atualizada sobre o tema.

Outorga de Serviços de Telecomunicações

Cabe à Anatel, por determinação legal, a atribuição de outorgar os serviços de telecomunicações. Para tanto, realiza procedimentos para concessão, permissão e autorização para a prestação dos serviços de telecomunicações nos termos definidos nas regulamentações específicas do setor.

Para 2007, a meta, inicialmente prevista em julho de 2006 quando da elaboração da proposta orçamentária para 2007, foi de 46.000 outorgas concedidas. Destas, 45.600 seriam relacionadas aos serviços privados. É importante destacar a dificuldade em se estabelecer previsões relativas à emissão de outorgas, uma vez que ocorrem sob demanda. Em relação aos serviços privados, os autorizados são, na sua maioria, pessoas físicas cujo comportamento sócio-econômico é o mais diversificado possível. As séries históricas têm comportamento não uniforme, sendo a demanda para estes serviços de telecomunicações dependente da realidade econômica do País, dos custos sazonais dos equipamentos, dentre outras variáveis que fogem do controle do Poder concedente. Mediante tal dificuldade, para o PPA 2008-2011 a meta desta ação está sendo alterada para estações licenciadas.

Assim, ao longo do exercício tornou-se imperativa a revisão das previsões de concessões de outorgas dos diversos serviços, o que gerou uma meta total de 13.181 para 2007. Neste período foram concedidas 11.030 outorgas de serviços de telecomunicações. Quanto aos Serviços Privados, foram expedidas 11.009 outorgas. Cabe destacar que, no âmbito dos serviços privados, os serviços de telecomunicações que mais influenciam são os de interesse restrito, para uso próprio, dentre o qual destacam-se: Serviço de Radioamador, Serviço de Rádio Cidadão, Serviço Limitado Privado e suas modalidades, Serviço Móvel Marítimo e Serviço Móvel Aeronáutico.

Em 2007, a Anatel concedeu 20 outorgas relacionadas ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Adicionalmente, foram licenciadas 18.924 estações de comutação e de radiofrequência. No que se refere aos Serviços de Comunicação de Massa, em 2007 foi outorgada à empresa A Telecom – subsidiária da operadora Telecomunicações de São Paulo (TELESP), o direito de exploração do serviço DTH em todo o território nacional. Atualmente, das 450 outorgas concedidas para estes serviços, 398 se encontram em operação ou em fase de instalação nas diferentes modalidades dos serviços de TV por assinatura.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 46.000	Previsão inicial: R\$ 187.626,00
Realizado: 11.030 (23,98%)	Realizado: R\$ 79.029,93 (42,12%)

Fonte: Siafi

Com vistas a suportar, unicamente, as despesas com viagens previstas para a execução das atividades demandadas na concessão de outorgas, foram definidas na LOA/2007 o montante de R\$ 187.626,00. A execução, no valor de R\$ 79.029,93 foi prejudicada pelo disposto no Decreto n.º 6.124/2007, que limitou a realização de despesas de viagens, e se destinou a cobrir despesas com realizações de reuniões técnicas com demais órgãos do governo e implantação de novos procedimentos com o fim de homogeneizar o desenvolvimento da atividade de outorga dos serviços de telecomunicações nas Unidades Descentralizadas.

Defesa dos Direitos dos Usuários

Focada na defesa dos direitos dos usuários, a Anatel coloca à disposição da sociedade diversos mecanismos de atendimento (Central de Atendimento, Sala do Cidadão, Fale Conosco, correspondência e fax), por

meio dos quais fornece informações relativas à regulamentação dos serviços de telecomunicações, acolhe críticas, sugestões e denúncias, garantindo aos usuários o direito de peticionar contra as prestadoras. Além disso, por meio das informações recebidas, obtém subsídios para o desempenho de suas atividades com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.

Em 2007, foram atendidas 3.430.517 solicitações de usuários de telecomunicações. Este resultado é inferior a previsão para 2007, que foi de 4.661.963 solicitações, mas representa melhoria no processo de atendimento ao usuário por meio da Central de Atendimento, responsável por 97% das solicitações recebidas. Neste período, a reiteração de solicitação junto à prestadora passou a ser automática, ou seja, o próprio sistema da Anatel fica acionando a prestadora caso ela não tenha informado sua resposta ao usuário. Com isto, reduziu-se o número de ligações reiteradas por parte do usuário, bem como houve um maior esclarecimento quanto aos seus direitos. Cabe ressaltar que em 2007 a Anatel passou a entrar em contato com o usuário, que havia registrado uma solicitação, para informá-lo sobre a resposta de seu pleito, dispensando-o assim de um novo contato, o que repercutiu em redução no número de solicitações, em razão da melhoria da qualidade do atendimento.

Mais de 70% dos contatos com a Agência referem-se a pedidos de informações respondidos no primeiro contato com a Agência e ao acompanhamento das solicitações em andamento. Em 2007, foram registradas 857.473 reclamações que representam (25,2%) dos contatos, 33.651 (1%) pedidos de informações, 16.025 (0,5%) denúncias, 2.623 (0,1%) sugestões e 2.434 (0,1%) elogios. Embora as reclamações não representem a maior incidência de contatos, elas são o maior alvo da atenção da Agência, porque demonstram as oportunidades de melhoria e a necessidade de atuação junto às prestadoras bem como a apuração de eventuais descumprimentos de obrigação.

Em relação à telefonia móvel, foram registradas 359.769 reclamações, o que representa uma redução de 10,2%, em relação a 2006, para um crescimento de assinantes da ordem de 21,0 %. As reclamações do SMP representam 41,9% das reclamações registradas na Agência. Na telefonia fixa, apesar do pequeno crescimento de acessos (1,4%), observou-se um acréscimo de 28,1% do número de reclamações, sendo registradas 373.070 reclamações em 2007. A Telefonia fixa foi responsável por 43,5% das reclamações apresentadas no órgão regulador.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 7.061.963	Previsão inicial: R\$ 21.443.092,00
Realizado: 3.430.517 (48,58%)	Realizado: R\$ 9.270.787,68 (43,23%)

Fonte: Siafi

Para a execução das atividades necessárias à defesa dos direitos dos usuários a LOA/2007 estabeleceu o montante de R\$ 21.443.092,00. Cabe destacar que deste valor, R\$ 6.000.000,00 foram acrescidos pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional à proposta original de R\$ 15.443.092,00, a qual correspondia à necessidade da Agência para 2007. Em 2007, foram liquidados R\$ 9.270.787,68 e R\$ 3.014.545,87 estão inscritos em Restos a Pagar. Importante ressaltar que do valor liquidado, R\$ 4.206.322,65 destinaram-se à contratação de empresa para prestação de serviço de atendimento ao usuário e R\$ 4.136.195,36 foram executados com despesas de telefonia com a Central de Atendimento. Estes dois itens garantem à manutenção do principal canal de comunicação entre a Agência e os usuários de serviços de telecomunicações.

Quanto às despesas com viagens, foram liquidados R\$ 53.877,11 com viagens – R\$ 19.297,91 com diárias e R\$ 34.579,20 com passagens e locomoção. Tais despesas viabilizaram o acompanhamento, orientação e avaliação do tratamento das solicitações nos escritórios regionais da Anatel e nas prestadoras dos Serviços de Telefonia Móvel, Fixa e de TV por Assinatura.

Para 2007 estava prevista a realização da Pesquisa de Satisfação dos Usuários relativamente ao Serviço de Telefonia Fixo Comutado (STFC) e ao Serviço Móvel Pessoal (SMP). Em virtude de procedimentos internos que demandavam o cancelamento do processo referente à pesquisa prevista em 2002 e que não se realizou em virtude de problemas no processo licitatório que geraram questões judiciais, a autorização para a realização de licitação para contratação da nova pesquisa só foi emitida no final de 2007. A publicação de edital para contratação de empresa para realizar a pesquisa ocorrerá no primeiro bimestre de 2008.

Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações

A atividade de regulamentação, uma das razões da existência da Agência Reguladora, nos moldes em que foi adotado no Brasil, visa estabelecer um marco regulatório para os serviços de telecomunicações em seus mais diversos aspectos. Dessa forma, busca incentivar a competitividade entre as prestadoras, melhorar a qualidade

dos serviços prestados, estabelecer regras claras que protejam os usuários de serviços de telecomunicações, bem como incentivar o desenvolvimento tecnológico do setor.

Neste sentido, em 2007, dos 35 previstos, a Anatel publicou 20 regulamentos voltados para a Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Serviços de Comunicação de Massa e Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Em relação ao Serviço Telefônico Fixo Comutado foram editados 6 regulamentos. São eles:

- Alteração da Norma Procedimento para Cadastramento, Licenciamento e Recolhimento das Taxas de Fiscalização de Estação de Comutação associada à Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado por meio da Resolução n.º 456, de 16 de janeiro de 2007. Esta Norma tem por objetivo estabelecer os procedimentos a serem adotados por todas as Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC) no cadastramento, licenciamento e recolhimento da Taxa de Fiscalização da Instalação (TFI) e da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) de Estação de Comutação associada à prestação do Serviço.
- Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), aprovado por meio da Resolução n.º 458, de 8 de fevereiro de 2007. Este Regulamento tem por objetivo definir os critérios aplicáveis à remuneração de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC) pelo uso de suas redes do STFC, quando interconectadas a redes de outras prestadoras de Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo.
- Regulamento de Características de Funcionamento do Telefone de Uso Público do STFC, aprovado por meio da Resolução n.º 459, de 5 de março de 2007. Este Regulamento estabelece as características mínimas de funcionamento do Telefone de Uso Público (TUP) utilizado na rede de telecomunicações suporte ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), destinado ao uso do público em geral, incluindo facilidades para portadores de necessidades especiais, sejam de visão, auditivas ou de locomoção.
- Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), aprovado por meio da Resolução n.º 460, de 19 de março de 2007. Este Regulamento tem por objetivo estabelecer as condições para a implementação da Portabilidade de Código de Acesso pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo.
- Alteração do Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, aprovada por meio da Resolução n.º 463, de 26 de abril de 2007. Esta alteração visou atualizar as situações de Continuidade Urbana entre localidades de Municípios distintos para fins de tarifação.
- Alteração dos Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, aprovada por meio da Resolução n.º 475, de 2 de agosto de 2007. Esta alteração visou atualizar as situações de Continuidade Urbana entre localidades de Municípios distintos para fins de tarifação.

No tocante aos Serviços Privados, em 2007 foram editados 11 regulamentos. A saber:

- Ato n.º 63.024, de 9 de janeiro de 2007 (DOU de 9/02/2007), assegura o cumprimento, no Brasil, da Resolução MERCOSUL/GMC EXT. n.º 38/06 – "Manual de Procedimentos de Coordenação de Frequências para Estações do Serviço Fixo (Ponto-a-Ponto) em Radiofrequências superiores a 1.000 MHz".
- Ato n.º 63.521, de 8 de fevereiro de 2007 (DOU de 14/02/2007), assegura o cumprimento, no Brasil, da Resolução MERCOSUL/GMC n.º 05/06, de 22/06/2006 – "Manual de Procedimentos de Coordenação de Radiofrequências na Faixa de 1.710 MHz a 1.990 MHz e de 2.100 MHz a 2.200 MHz".
- Regulamento Geral de Portabilidade – Resolução n.º 460, de 19 de março de 2007;

- Alterações Plano Geral de Autorizações do SMP, aprovado pela Resolução n.º 466, de 16 de maio de 2007;
- Alterações no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2004.
- Alteração no Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovada pela Resolução n.º 478, de 7 de agosto de 2007.
- Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Móvel Pessoal SMP, aprovada pela Resolução n.º 479, de 7 de agosto de 2007.
- Resolução n.º 480, de 14 de agosto de 2007, prazo para apresentação, pelas detentoras de PMS na oferta de interconexão em rede móvel, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC).
- Resolução n.º 483, de 24 de outubro de 2007, estende o prazo para apresentação, pelas detentoras de PMS (Poder de Mercado Significativo) na oferta de interconexão em rede móvel, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC).
- Resolução n.º 484, de 5 de novembro de 2007, aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite;
- Resolução n.º 487, de 21 de novembro de 2007, aprova alterações dos períodos máximos, estabelecidos no Regulamento Geral de Portabilidade (RGP).

Quanto aos Serviços de Comunicação de Massa, em 2007 foi concluído o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado por meio da Resolução n.º 488, de 4 de dezembro de 2007. Com este, a Anatel passou a dispor de uma ferramenta hábil para o tratamento de questões como alterações de planos, interrupção de serviços e vários outros. Cabe ressaltar que este regulamento é um importante passo na solução de conflitos entre os assinantes dos serviços de TV por Assinatura e os prestadores de serviço.

Em relação à Universalização, em 2007 foram emitidos 2 regulamentos:

O Regulamento do Terminal de Acesso Público (TAP), aprovado pela Resolução n.º 465, de 8 de maio de 2007, dispõe sobre nova forma de acesso coletivo à telefonia fixa. Por meio do TAP, qualquer pessoa poderá, independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora, usar o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), incluindo navegação na internet e uso de fax. O TAP foi introduzido pelo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto n.º 4.769, de 27 de junho de 2003).

O Regulamento adicional do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas Portadoras de Deficiência Auditiva – PMU I, aprovado por intermédio do Decreto n.º 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, tornou exequível a utilização de recursos do FUST por meio da implementação do Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência, instituído, em abril de 2006, pela Portaria n.º 263 do Ministério das Comunicações e que tem como objetivo disponibilizar acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às pessoas com deficiência. O programa contempla 2 projetos: atendimento às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva; e, atendimento aos núcleos e centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou equivalentes.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 35	Previsão inicial: R\$ 14.981.588,00
Realizado: 20 (57,14%)	Realizado: R\$ 981.180,66 (6,55%)

Fonte: Siafi

Em 2007, a Lei Orçamentária Anual (LOA) definiu o montante de R\$ 14.981.588,00 para as atividades relacionadas à regulamentação dos serviços de telecomunicações. A execução das despesas nesta ação

ficou fortemente prejudicada em função da impossibilidade de contratação de estudos técnicos por indisponibilidade de limite para empenho e, também, em decorrência do Decreto n.º 6.124/2007 que limitou a execução de despesas com diárias e passagens. Desta forma, só foi possível a liquidação de R\$ 981.180,66. Além disto, R\$ 458.391,39 estão inscritos em Restos a Pagar.

Em relação às despesas com viagens, a Anatel, em 2007, executou R\$ 776.930,66 sendo R\$ 348.245,67 com diárias e R\$ 428.684,99 com passagens. Tais despesas, ainda que, em virtude do citado Decreto, insuficientes para atender à demanda da Anatel, viabilizaram, dentre outras, a participação de servidores da Agência em importantes Fóruns do setor de Telecomunicações realizados em 2007, como: Conferência Mundial de Radiocomunicações e em diversos grupos de estudos e reuniões da União Internacional de Telecomunicações. A participação de representantes do Brasil nestes eventos visa acompanhar tendências, alinhar a regulamentação brasileira às recomendações de organismos estrangeiros e agir em defesa dos interesses nacionais definidos para o setor de telecomunicações. De grande importância também, foram as reuniões técnicas realizadas entre servidores da Anatel e radiodifusores de todo o território nacional. Estas tiveram por objetivo tratar do pareamento de canais digitais e analógicos visando à implantação da TV Digital no Brasil, cujo início se deu no dia 2 de dezembro na cidade de São Paulo.

Vale ressaltar, o esforço continuado desta Agência durante o exercício de 2007, com vistas à otimização e à racionalização dos recursos humanos e orçamentários destinados às despesas com viagens internacionais, que corresponderam a um decréscimo de cerca de 40%, no 2º semestre.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

Cobertura de Parcela de Custo Não-Recuperável pela Prestação de Serviços de Acesso a Redes Digitais de Informação em Comunidades de Baixa Renda, em Regiões Remotas e de Fronteira, Estabelecimentos de Saúde e Órgãos de Segurança Pública

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 10	Previsão inicial: R\$ 500.000,00
Realizado: 0 (0%)	Realizado: R\$ 0,00 (0%)

Fonte: Siafi

Não houve execução da referida ação, em virtude de estar atrelada à alteração da Lei do FUST, n.º 9.998/2000. Por enquanto, não é permitida a aplicação dos recursos do Fundo em programas que não estejam vinculados ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), porquanto seja o único prestado em regime público.

Disponibilização de Serviço de Telefonia em Conformidade com a Lei 9.998/2000

Em abril de 2006, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria n.º 263, que instituiu o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência, com o objetivo de disponibilizar acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às pessoas com deficiência. O programa contemplava dois projetos: atendimento às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva; e atendimento aos núcleos e centros especiais de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais ou equivalentes.

Paralelamente à discussão sobre o Plano de Metas para a Universalização que decorreria da citada Portaria, a fim de implantar o Projeto de atendimento às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva, a Anatel deu início à discussão de um dos pontos fundamentais para a aplicação do FUST, qual seja, a definição da Parcela de Custo não Recuperável com a exploração eficiente do serviço (PCNR), condição essencial para utilização do mesmo.

A Anatel elaborou o Plano de Metas para Universalização de Serviços de Telecomunicações em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva (PMU I) e em 7 de fevereiro de 2007, objetivando regulamentar o projeto de atendimento às Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva, o Presidente da República expediu o Decreto n.º. 6.039, aprovando o referido Plano de Metas para a Universalização, cujo objetivo consiste no “fornecimento de acessos individuais ao STFC, o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de interface que permitam a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, nas dependências de instituições de assistência a essas pessoas, independentemente da sua localização geográfica”.

Para a consecução do Plano, a Anatel firmou Termo de Cooperação, em 28 de junho de 2007, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), entidade beneficiada no âmbito do PMU I. Com essa entidade, além de trabalhar a base de dados das quase 800 instituições beneficiárias, a Agência vem mantendo estreito relacionamento no intuito de obter as informações necessárias à implementação, acompanhamento e fiscalização do Plano de Metas.

Finalmente, em solenidade pública realizada em 5 de setembro de 2007, a Anatel assinou, com as cinco concessionárias da telefonia fixa local – Brasil Telecom, Oi/Telemar, Telefônica, CTBC Telecom e Sercomtel, os Termos de Obrigações, marcando o início da operacionalização do PMU I e a contagem do prazo (nove meses) para as metas previstas no art. 11 do Decreto supramencionado.

Serão beneficiadas pelo PMU I as instituições devidamente cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência (Sicorde) da Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), órgão vinculado à SEDH, e que tenham assinado o Termo de Adesão com a Secretaria. As instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva que aderirem ao Plano recebem instalação gratuita de uma linha telefônica em sua sede; fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos que permitirão o uso do telefone fixo pelas pessoas com deficiência auditiva; e isenção mensal do valor da assinatura básica, que inclui a utilização de uma franquia de minutos em chamadas locais. As chamadas que ultrapassarem a franquia serão pagas por cada instituição participante do Plano.

Com base nos Termos de Adesão assinados, as metas estabelecidas para execução no primeiro trimestre – correspondente aos meses de outubro, novembro e dezembro, seguem na tabela abaixo, cabendo esclarecer que não há metas de atendimento para a Sercomtel, pois a mesma não aderiu ao projeto.

METAS PROGRAMADAS PARA 2007

CONCESSIONÁRIA	N.º DE INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS
Brasil Telecom	14
CTBC	6
Telefônica	4
Oi / Telemar	85
TOTAL	109

Fonte: Anatel

Tendo em vista que as concessionárias teriam até dezembro de 2007 para implantar os terminais, as informações referentes à execução do Projeto estão em fase de verificação, confirmação e consolidação.

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 16.547	Previsão inicial: R\$ 7.000.000,00
Realizado: 0 (0%)	Realizado: R\$ 0,00 (0%)

Fonte: Siafi

Disponibilização do Serviço de Acesso a Redes Digitais em Banda Larga de Acordo com a Lei 9.998/2000

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 1.749	Previsão inicial: R\$ 2.000.000,00
Realizado: 0 (0%)	Realizado: R\$ 0,00 (0%)

Fonte: Siafi

Não houve execução da referida ação, em virtude de estar atrelada à alteração da Lei do FUST, n.º 9.998/2000. Por enquanto, não é permitida a aplicação dos recursos do Fundo em programas que não estejam vinculados ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), porquanto seja o único prestado em regime público.

APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 62.906	Previsão inicial: R\$ 135.491.000,00
Realizado: 56.519 (89,88%)	Realizado: R\$ 68.991.776,00 (50,92%)

Fonte: SIGPlan

A ação de Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição previa uma meta de 62.906 unidades. Desta meta foram realizados 89,84% do total, ou seja, 56.519 unidades. O investimento previsto era de R\$ 135.491.000,00, sendo executado 50,9% do total, ou seja, R\$ 68.991.776,00.

O aprimoramento dos serviços postais deu-se também de forma contínua, no tocante à ampliação e renovação de mais de 9 mil unidades de transporte (motos, bicicletas, veículos leves e pesados) em 2007, proporcionando a modernização da frota de veículos da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), que atualmente conta com mais de 48 mil unidades. Destes, 4.938 veículos (leves e pesados), 17.557 motos, 26.223 bicicletas e 19 unidades de transporte da Rede Postal Noturna – RPN, para entrega das remessas urgentes.

A ECT deu continuidade ao projeto de modernização do Sistema de Rastreamento de Objetos – SRO, investindo em torno de 98% da dotação disponibilizada para o ano de 2007, no valor total de R\$ 12,4 milhões, objetivando o aprimoramento do serviço. O referido sistema possibilitou acompanhar de forma mais efetiva a movimentação de todos os objetos com registro, melhorando essa facilidade colocada à disposição dos usuários dos serviços de correios para controle dos seus objetos, com qualidade nas informações.

Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 619	Previsão inicial: R\$ 11.000.000,00
Realizado: 582 (94,02%)	Realizado: R\$ 8.362.250,00 (76,02%)

Fonte: SIGPlan

A ação de Ampliação da Infra-Estrutura de Atendimento previa uma meta de 619 unidades. Desta meta foram realizados 94,0% do total, ou seja, 582 unidades. O investimento previsto era de R\$ 11.000.000,00, sendo executado 76% do total, ou seja, R\$ 8.362.250,00.

A ECT esteve presente com pelo menos uma agência em cada um dos 5.564 Municípios brasileiros, atingindo um percentual de 90,76% de distritos administrativos com atendimento postal básico. Por meio da atuação alcançada ao longo deste ano, a ECT incrementa a capilarizada rede de atendimento que contempla a existência de 12.283 agências próprias e terceirizadas, das quais 130 agências próprias inauguradas este ano, de 7.748 postos de venda de produtos e de 23.768 caixas de coletas distribuídas por todo o território nacional.

As diferenças entre as execuções físicas e financeiras, inferiores à meta prevista, se devem a dificuldades no desenvolvimento de um conjunto de ações necessárias à concretização dos investimentos, compreendendo a locação de imóveis, elaboração de projetos, licitação, contratação e execução das obras.

Modernização da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios

META FÍSICA	META FINANCEIRA
Previsão inicial: 12.414	Previsão inicial: R\$ 25.019.000,00
Realizado: 8.359 (67,34%)	Realizado: R\$ 10.865.851,00 (43,43%)

Fonte: SIGPlan

A ação de Modernização da Infra-Estrutura de Atendimento previa uma meta de 12.414 unidades. Desta meta foram realizados 67,3% do total, ou seja, 8.359 unidades. O investimento previsto era de R\$ 25.019.000,00, sendo executado 43,4% do total, ou seja, R\$ 10.865.851,00. Os fatores que mais impactaram a não execução total do orçamento planejado para 2007 foram: atraso na conclusão dos processos licitatórios, diferença entre a estimativa de custo unitário e o valor real obtido nos pregões eletrônicos (valor real menor que estimativa), processos em andamento com previsão de entrega e pagamento para 2008.

A execução financeira abaixo da meta deve-se, ainda, ao projeto Correio Híbrido Postal, cuja implantação foi sobrestada no ano de 2007, em atendimento à Recomendação 03/2007/PRF/DF/BCA, do Ministério Público do Distrito Federal e ao projeto Modernização do Parque de Máquinas de Franquear.

Manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 61.500.000,00
Realizado: R\$ 32.614.570,00 (53,03%)

Fonte: SIGPlan

A ação de manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição previa uma meta de 190 unidades. Desta meta foram realizados 91% do total, ou seja, 173 unidades. O investimento previsto era de R\$ 61.500.000,00, sendo executado 53% do total, ou seja, R\$ 32.614.570,00. A estrutura logística nacional é composta por 56 unidades de tratamento e por 5.359 unidades de distribuição. Quanto ao esforço contínuo dos Correios para atingir a qualidade na distribuição do serviço, vale destacar a aplicação eficiente da dotação disponibilizada para o projeto de Modernização das Unidades Operacionais. Como consequência deste desempenho, a ECT foi capaz de apresentar índices de qualidade favoráveis, onde se verificou o padrão de 82% de qualidade operacional do segmento Internacional, de 94,79% do segmento Mensagem, de 92,99% do segmento Encomendas e de 93% do segmento de Logística Integrada (dados referentes a novembro/2007).

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 38.000.000,00
Realizado: R\$ 21.030.929,00 (55,34%)

Fonte: SIGPlan

A ação de Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento previa uma meta de 354 unidades. Desta meta foram realizados 110% do total, ou seja, 391 unidades. O investimento previsto era de R\$ 38.000.000,00, sendo executado 55,34% do total, ou seja, R\$21.030.929,00. A execução orçamentária inferior à meta prevista se deve a dificuldades no desenvolvimento de ações referentes a locação/regularização de imóveis (quando necessária), elaboração de projetos, análise jurídica, exigências e prazos de licitação/contratações, revogação e/ou licitações vazias. A superação da meta física é decorrente da alteração no planejamento original, com redirecionamento de parte do orçamento de investimentos não implementados (tais como: aquisição de balcões ergonômicos e obras de maior vulto em agências das Diretorias Regionais do Rio de Janeiro, São Paulo Metropolitana e Minas Gerais) para viabilizar obras e serviços de menor porte e valor global.

INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 43.000.000,00
Realizado: R\$ 17.670.077,00 (41,09%)

Fonte: SIGPlan

O investimento previsto para esta atividade era de R\$ 43.000.000,00, sendo executado 41,09% do total, ou seja, R\$ 17.670.077,00.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 15.000.000,00
Realizado: R\$ 10.952.430,00 (73,02%)

Fonte: SIGPlan

O investimento previsto para esta atividade era de R\$ 15.000.000,00, sendo executado 73,02% do total, ou seja, R\$ 10.952.430,00.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 167.075.000,00
Realizado: R\$ 36.435.618,00 (21,81%)

Fonte: SIGPlan

O investimento previsto para esta atividade era de R\$ 167.075.000,00, sendo executado 21,81% do total, ou seja, R\$ 36.435.618,00.

GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Contribuição à União Postal Universal – UPU

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 1.512.000,00
Realizado: R\$ 1.325.837,00 (87,69%)

Fonte: SIGPlan

Ação destinada ao pagamento das contribuições devidas pelo Brasil aos organismos postais intergovernamentais, assegurando ao País a participação em foros de debates em temas postais no âmbito internacional, além de garantir-lhe o direito de voz e de voto nas decisões levadas a cabo nos referidos organismos. As contribuições ao Organismo Internacional se encontram rigorosamente em dia.

Contribuição à União Postal das Américas, Espanha e Portugal – UPAEP

META FINANCEIRA
Previsão inicial: R\$ 708.000,00
Realizado: R\$ 439.735,00 (62,11%)

Fonte: SIGPlan

Ação destinada ao pagamento das contribuições devidas pelo Brasil aos organismos postais intergovernamentais, assegurando ao País a participação em foros de debates em temas postais no âmbito internacional, além de garantir-lhe o direito de voz e de voto nas decisões levadas a cabo nos referidos organismos. As contribuições ao Organismo Internacional se encontram rigorosamente em dia.

LIMITES DE EMPENHO ESTIPULADOS NO PARÁGRAFO 3º DO ART. 2º DA LEI 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 (DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÕES)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	LIMITE AUTORIZADO (R\$ 1,00)
TOTAL	4.877.000
MC	1.172.000
Adm. Unidade	1.172.000
Capac. de Servidores	-
Anatel	3.631.000
Funttel	74.000
Decreto nº. 6.124, de 13 de junho de 2007; Portaria nº. 292, de 30 de agosto de 2007 – Ministério do Planejamento; Portaria nº. 366, de 14 de novembro de 2007 – Ministério do Planejamento; Portaria nº. 464, de 28 de dezembro de 2007 – Ministério do Planejamento.	

Fonte: Ministério das Comunicações

6.14. MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE

ATUAÇÃO MINISTERIAL

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do Governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção. As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2007, a seguir resumidas, inserem-se no contexto do Plano Plurianual - PPA.

POLÍTICA INTERNACIONAL E RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

América do Sul

As relações com a América do Sul destacaram-se como prioridade da política externa brasileira, visando à construção de um espaço econômico, político e social integrado na região.

Os Presidentes sul-americanos reuniram-se em duas ocasiões, em janeiro, no Rio de Janeiro, e em abril, em Isla Margarita, para diálogo informal sobre o processo de integração sul-americana. Na segunda reunião, decidiu-se rebatizar a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) como União Sul-Americana de Nações (Unasul). A institucionalidade do bloco foi reforçada com a criação do Conselho de Delegados e de cinco Grupos de Trabalho, nas áreas de educação, energia, infra-estrutura, integração financeira e políticas sociais.

No âmbito do Grupo do Rio, foi realizada, em março, a Cúpula de Georgetown, que aprovou, além da Declaração de Turkeyen, Declaração sobre a Ação contra a Fome e a Pobreza, sugestão do Governo chileno em coordenação com o brasileiro, e Decisão Ministerial sobre o Fortalecimento do Grupo do Rio, com base em proposta co-patrocinada por Brasil e México. Ainda no âmbito do Grupo do Rio, foram realizadas a Reunião Ministerial Grupo do Rio – União Européia (São Domingos, abril de 2007) e a Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio à margem da AGNU (Nova York, setembro de 2007).

O Ministério participou também intensamente das reuniões preparatórias para a XVII Cúpula Ibero-Americana, realizada em novembro, em Santiago. Ao longo do ano, acompanhou a atuação dos órgãos federais nas diversas Reuniões Ministeriais Setoriais que antecederam a Cúpula de Santiago, além de ter participado de seminários organizados pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib), em Madri e em Brasília, voltados para as discussões sobre “Coesão Social”, tema central da Cúpula.

O Governo brasileiro identifica, no Mercosul, um pilar fundamental para a construção da integração sul-americana. O objetivo precípuo do País, nesse contexto, tem sido o de avançar na consolidação da União Aduaneira, conciliando essa tarefa com o tratamento das assimetrias no bloco a fim de assegurar uma melhor distribuição dos benefícios da integração para todos os sócios.

No plano institucional, cumpre mencionar o início das atividades do Parlamento do Mercosul, que vem se reunindo mensalmente desde maio de 2007, em Montevidéu. O órgão tem como função primordial facilitar a incorporação aos ordenamentos jurídicos nacionais das normas do Mercosul, além de dar maior transparência aos debates sobre o processo de integração.

No campo econômico-comercial, prosseguiram os debates sobre a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) para todo o universo tarifário. A consecução desse objetivo depende da conclusão dos trabalhos de redação de um Código Aduaneiro e da definição de um mecanismo de distribuição de renda aduaneira.

As Comissões de Monitoramento do Comércio Bilateral mantidas com Argentina, Paraguai e Uruguai têm tido êxito em dirimir problemas comerciais pontuais oriundos do intercâmbio comercial crescente, especialmente nos casos em que não foram ainda consolidadas disciplinas comuns.

O Brasil tem procurado trabalhar, ao mesmo tempo, no sentido de fortalecer a disciplina comunitária da TEC, por meio da harmonização de regimes especiais de importação em setores considerados prioritários, como os de educação, saúde e naval, e da concepção e/ou implementação de regimes comuns de importação para Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital. O objetivo desses trabalhos é evitar a adoção de medidas unilaterais no campo econômico-comercial.

Também no sentido da consolidação da União Aduaneira, avança a iniciativa brasileira de promover a negociação de uma Política Automotiva do Mercosul (PAM), em substituição aos acordos bilaterais vigentes com Argentina e Uruguai, que expiram em julho de 2008. Para além das razões comerciais, a PAM trará a segurança jurídica necessária à ampliação dos investimentos e à diversificação do parque industrial, e será ferramenta importante nas negociações com terceiros mercados, como a União Européia.

Vale mencionar, ademais, a decisão dos Estados Partes de permitir que transações comerciais na região sejam efetuadas com a utilização de moedas locais, o que reduzirá os custos de operação pertinentes. Essa experiência deverá ter início em 2008, com a participação de Brasil e Argentina.

À integração comercial somam-se as iniciativas de integração produtiva no Mercosul, que começam a se desenvolver nos setores automotivo, petrolífero e de turismo. Tais iniciativas visam a formar cadeias produtivas regionais por meio do desenvolvimento e capacitação de pequenas e médias empresas que possam atuar como fornecedoras e prestadoras de serviço, especialmente nos países menores do Mercosul.

Por fim, o Grupo de Trabalho que discutiu aspectos técnicos do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul concluiu suas atividades no mês de março, definindo cronogramas de incorporação, pela parte venezuelana, do acervo normativo, da nomenclatura e da tarifa externa comum do Mercosul. Os temas pendentes deverão voltar a ser discutidos no âmbito de grupo técnico específico.

Adicionalmente, o MRE coordenou, pelo lado brasileiro, os trabalhos das Comissões Administradoras dos Acordos de Complementação Econômica firmados pelo Brasil no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Conduziu negociações entre Mercosul e países ou blocos de países da América Latina e Caribe, com vistas à celebração de acordos comerciais. Participou, finalmente, das reuniões de Comissões de Monitoramento do Comércio estabelecidas pelo Brasil com países sul-americanos, como Bolívia, Chile e Equador.

No sentido de aprofundar a integração regional, o Itamaraty vem conduzindo iniciativas, também, nas vertentes de integração de infra-estrutura, financiamento à integração, integração financeira, atuação junto a Bancos de Fomento nacionais e regionais e financiamento às exportações para a região.

O Itamaraty coordena a participação brasileira no Grupo de Trabalho sobre Infra-Estrutura da Unasul. Ao longo de quatro reuniões realizadas, o GT elaborou Plano de Ação para o setor e lista de projetos emblemáticos para a integração regional. Adicionalmente, o Ministério acompanha as atividades da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que, entre outras atividades, revisou sua carteira de projetos e elaborou metodologias e ferramentas de avaliação e planejamento territorial para o setor.

Em coordenação com o BNDES e o Proex, busca-se desenvolver mecanismos que permitam baratear o custo financeiro dos créditos brasileiros a projetos de infra-estrutura e outras iniciativas de integração regional. Por iniciativa do MRE, promulgou-se a Lei 11.499/07, que permite ao Tesouro Nacional oferecer financiamentos concessionais às exportações de empresas brasileiras. O objetivo principal é financiar projetos considerados inviáveis de acordo com os padrões do mercado internacional, atrelando-se o crédito concedido ao compromisso de compra de bens de capital ou serviços do país. O primeiro financiamento aprovado ao abrigo do novo mecanismo refere-se à exportação, no valor de US\$ 35 milhões, de tratores e outros equipamentos agrícolas destinados ao Programa Municípios Produtivos, da Bolívia.

No plano bilateral, o Brasil manteve o empenho em reforçar os vínculos com os países da América do Sul, bem como aprofundar e diversificar as relações com a América Central e o Caribe, conforme orientação adotada desde o início do atual Governo.

O relacionamento com a Argentina, marcado pelo elevado intercâmbio comercial bilateral e pelo significativo volume de investimentos recíprocos, foi intensificado pela cooperação entre os dois Governos em setores como espacial, militar e nuclear, por projetos de integração da infra-estrutura, entre os quais se destacam os estudos para a construção de novas pontes e de uma hidrelétrica binacional. O ano se encerrou com a constituição de

um Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, segundo o qual os Presidentes celebrarão reuniões semestrais para avaliarem os avanços alcançados no processo de integração bilateral.

A relação com o Chile foi fortalecida pela assinatura de compromissos bilaterais nas áreas de saúde, educação, previdência social, biocombustíveis e políticas para mulheres, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República a Santiago, em 26 de abril, e de acordo de cooperação em defesa, durante a visita do Ministro da Defesa do Brasil àquela capital. O crescente comércio entre o Brasil e o Chile deverá expandir-se ainda mais com a decisão dos dois Governos de impulsionar a conclusão do eixo inter-oceânico central, que ligará os portos de Santos e Arica, passando pela Bolívia.

Brasil e Paraguai estreitaram laços na visita oficial do Senhor Presidente da República a Assunção, nos dias 20 e 21 de maio, quando foram assinados memorandos de entendimento para a promoção do comércio e do investimento recíproco, para o desenvolvimento dos biocombustíveis e para a cooperação entre as academias diplomáticas; protocolos de intenções para programas culturais; e convênios e ajustes complementares para projetos em agropecuária, saúde e educação. A assinatura de Acordo-Quadro reforçou a cooperação em defesa, cujos principais exemplos são a repotencialização de blindados paraguaios pelo Exército brasileiro e o envio de militares paraguaios para participar do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - Minustah.

O Brasil repassou R\$ 20 milhões ao Fundo de Apoio à Economia Paraguuaia e R\$ 6 milhões para a reforma da cabeceira paraguuaia da Ponte da Amizade e prestou assistência no combate aos incêndios que assolaram o Paraguai, com despesas em equipamentos, material e pessoal em torno de US\$ 1 milhão. Foi enviado ao Congresso proposta de criação do Regime Tributário Unificado (RTU), com vistas à formalização do comércio na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste, e avançam os procedimentos com vistas à construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná.

O Senhor Presidente da República fez visita de trabalho ao Uruguai no dia 26 de fevereiro, em que foi estabelecida Comissão Mista Permanente em Matéria Energética e de Mineração e foram assinados acordos para restauração da ponte Barão de Mauá e construção de nova ponte sobre o Rio Jaguarão, protocolo de intenções sobre biocombustíveis e memorando de entendimento para a promoção do comércio e investimento. Ao longo do ano, avançaram as negociações com vistas à reativação da Hidrovia da Lagoa Mirim.

O tratamento dos temas de interesse dos habitantes da fronteira entre Brasil e Uruguai aprofundou-se sob a visão de conjunto da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, que compreende quatro grupos de trabalho: Saúde; Educação; Cooperação Policial e Judicial; Meio Ambiente e Saneamento.

Em 14 de fevereiro, o Presidente da Bolívia, , realizou visita de Estado ao Brasil. Firmaram-se dez acordos de cooperação nas áreas sociais, de defesa, educacional, comercial, agrícola, energética e de integração física, além da criação na Bolívia de Instituto nos moldes da Embrapa e da construção, com recursos brasileiros, de ponte sobre o rio Mamoré, entre as cidades fronteiriças de Guajará-Mirim e Guayarámerin.

O Senhor Presidente da República fez visita de Estado a La Paz em 17 de dezembro. Firmaram-se acordos de cooperação nas áreas social, de educação, cooperação agrícola, florestal, além da construção de ponte na fronteira. Assinou-se também a Declaração Brasil-Bolívia-Chile de lançamento do Corredor Bioceânico.

O Governo brasileiro buscou fortalecer as relações políticas, econômicas e de cooperação com a Colômbia. Promoveu diversos encontros de alto nível e reuniões nas áreas de cooperação técnica, segurança, meio ambiente, saúde e cultura. Em 21 de agosto, o Ministro das Relações Exteriores recebeu, em Brasília, seu homólogo colombiano. Os dois Ministros firmaram Acordo sobre Facilitação de Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios e Ajustes Complementares na área de cooperação técnica.

Foram dados importantes passos rumo à consolidação da “aliança estratégica” com o Peru, lançada em 2003. O Ministro das Relações Exteriores visitou Lima, nos dias 19 e 20 de agosto. Examinaram-se temas afetos à integração física e comercial entre o Brasil e o Peru. Transmitiu-se ao Chanceler do Peru, a solidariedade e o apoio do Brasil às vítimas de terremoto que afetou o sul do país. Na maior missão de assistência humanitária a um país vizinho já realizada pelo Brasil, o Governo brasileiro enviou quatro aeronaves da FAB com doação de alimentos, kits de purificação da água, vacinas, e equipe de médicos para auxiliar as forças peruanas de resgate.

Previamente, realizou-se no Rio de Janeiro, em 25 de junho, a I Reunião do Mecanismo de Consulta Política bilateral, em nível de Subsecretários. Serviu de base para a preparação da visita do Ministro das

Relações Exteriores em agosto e para a retomada e intensificação da agenda de compromissos previstos no Comunicado Conjunto da visita de novembro de 2006 do Presidente Alan García ao Brasil.

As relações entre o Brasil e a Guiana foram impulsionadas pela retomada da obra de construção da ponte sobre o rio Tacutu, em março. A conclusão da obra, em 2008, proporcionará conexão rodoviária direta inédita entre os dois países, ligando Bonfim-RR a Lethem.

Em 15 de janeiro, o Senhor Presidente da República compareceu à cerimônia de posse do Presidente do Equador. O Presidente equatoriano realizou visita de Estado ao Brasil em 4 de abril, quando foram firmados 14 instrumentos jurídicos bilaterais nas áreas de energia, saúde, agricultura, desenvolvimento social, TV digital, defesa, turismo e governo eletrônico. Foram assinados também dois memorandos de entendimento entre a Petroecuador e a Petrobras em matéria de exploração do Bloco ITT e de biocombustíveis, bem como Ajustes Complementares para a implementação de projetos na área de segurança alimentar, saúde e erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Decidiu-se ainda constituir comissão bilateral para examinar o plano de conexão multimodal dos portos de Manta, no Equador, a Manaus, passando por território peruano. Os Presidentes de Brasil e Equador encontraram-se ainda em Manaus, em 20 de setembro, para discutir temas relacionados à integração regional, Eixo Manta-Manaus e sobre atividades de empresas brasileiras no Equador.

O Governo brasileiro tem envidado esforços para aprofundar a cooperação com o Suriname em diversas áreas, com ênfase em assuntos migratórios e policiais e de defesa. Missão interministerial chefiada pelo Subsecretário-Geral da América do Sul do Itamaraty, visitou Paramaribo nos dias 16 e 17 de agosto. Realizou-se a I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, na qual foram tratados temas relacionados com imigração, TV digital, cooperação judiciária, educacional e nas áreas de saúde e de Sivam/Sipam.

As relações Brasil-Venezuela experimentaram desenvolvimento positivo ao longo de 2007. Em abril, o Chanceler da Venezuela visitou o Brasil e encontrou-se com diversas autoridades brasileiras. Tratou-se de temas relativos ao comércio bilateral, investimentos e assuntos regionais. Em encontro entre os Presidentes de Brasil e Venezuela em Manaus, em 20 de setembro, foram examinados os principais pontos da agenda comum, com ênfase na cooperação energética.

Os Chefes de Estado acordaram reunir-se com mais frequência (a cada três meses, pelo menos), para dar seguimento aos compromissos bilaterais assumidos. Os Presidentes do Brasil e Venezuela fizeram nova reunião de trabalho em 13 de dezembro, em Caracas. Foram assinados instrumentos na área de energia e de cooperação técnica (saúde e agricultura). Acordaram adotar iniciativas com vistas a fortalecer a indústria venezuelana e reduzir o desequilíbrio comercial entre os dois países.

No tocante às atividades de demarcação de limites com os países vizinhos, ao longo de 2007, foram realizadas nove Conferências de Comissões Mistas (Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru, Reunião Tripartite com Colômbia e Venezuela, Colômbia, Venezuela e Guiana). Foram conduzidas seis campanhas de inspeção de marcos (Guiana, Paraguai, Argentina, Peru, Paraguai e Colômbia/Venezuela).

A ampliação das relações com os países da região da América Central e do Caribe teve continuidade em 2007, traduzindo-se pelo notável incremento nas transações comerciais, pelo desenvolvimento de grande número de projetos de cooperação técnica, pelo aumento dos investimentos brasileiros e pela intensa atividade de visitas políticas do mais alto nível.

A presença do Brasil no Caribe se acentuou com a criação de embaixada residente em Santa Lúcia, o aumento do intercâmbio comercial, de visitas de alto nível e o processo de adesão ao Banco de Desenvolvimento Caribenhos. Os esforços do Brasil por divulgar no Caribe as técnicas de produção e uso de biocombustíveis reforçaram a imagem do País como gerador de tecnologias modernas e contribuíram para despertar o interesse por outros produtos e possibilidades de cooperação bilateral.

No que se refere à Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), as forças militares da ONU sob o comando brasileiro obtiveram a progressiva estabilização de áreas anteriormente marcadas pela violência e insegurança, como em Cité Soleil. Isso permitiu a realização de ações de construção e recuperação de infra-estrutura, com intensa participação da Companhia de Engenharia Militar Brasileira.

Departamento da Europa

O relacionamento do Brasil com a Europa testemunha a solidez dos laços culturais e históricos, bem como a existência de um valioso capital de valores compartilhados, como o compromisso com a democracia, o estado de direito, a valorização dos direitos humanos, desenvolvimento com justiça social, o fortalecimento do multilateralismo e a promoção da paz e segurança mundiais. Nos últimos anos, as relações do Brasil com os países europeus e com a própria União Européia têm-se intensificado, na medida em que se consolida o papel brasileiro como ator global no cenário regional e internacional. Atestam do dinamismo desse relacionamento a troca de visitas e ações registradas em 2007 e aquelas desde já previstas para ocorrer em 2008.

Quanto às relações Brasil-Alemanha, cabe citar a primeira Visita de Estado ao Brasil, de 7 a 12 de março, do Presidente da República Federal da Alemanha; o encontro mantido pelo Presidente do Brasil com a Chanceler Angela Merkel, à margem da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro; bem como a realização, de 19 a 21 de novembro, do XXXIV Encontro Econômico Brasil-Alemanha, em Blumenau. Acordou-se, na ocasião, que, em 2008, o Encontro será realizado na cidade de Colônia, na Alemanha.

Acerca da França, registre-se a implantação do programa de intercâmbio de funcionários diplomáticos, ao amparo do acordo sobre a matéria assinado por ocasião da Visita de Estado do Presidente, em 26 de maio de 2006.

Na agenda das relações luso-brasileiras, cabe destacar a visita do Ministro a Lisboa, em 1º e 2 de novembro, com vistas à participação na XII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocasião em que também avistou-se com seu homólogo, o Chanceler, com o Primeiro-Ministro e com o Presidente -. Cabe ainda ressaltar que a Presidência portuguesa do Conselho da União Européia, exercida no segundo semestre de 2007, foi instrumental na aceleração do processo de elevação do relacionamento entre o Brasil e a União Européia ao nível de Parceria Estratégica, lançada, como marco daquela Presidência, durante a Cúpula de Lisboa, em 4 de julho.

As relações bilaterais Brasil-União Européia atingiram novo patamar com o já mencionado lançamento da Parceria Estratégica Brasil-UE, durante a Cúpula de Lisboa, e com a participação do Presidente do Brasil como convidado de honra da I Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em Bruxelas, em 5 de julho. O relacionamento bilateral tornou-se ainda mais intenso com a criação de novos Diálogos Setoriais bilaterais nas áreas de Temas Sociais, Educação e Cultura e Energia, além da proposta de constituição de um Diálogo específico sobre Ciência e Tecnologia. Adicionalmente, realizou-se, em 21 de março, a X Comissão Mista Brasil-União Européia, em Brasília, e, em 3 de maio, o I Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Européia.

Sobre as relações com a Itália, cabe destacar a realização, em Brasília, em 26 de novembro, da II Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, mecanismo de fomento, avaliação e proposição de novas metas para as relações econômico-comerciais bilaterais. A reunião inseriu-se no contexto dos trabalhos preparativos para a Visita de Estado do Presidente à Itália em abril de 2008. Entre os principais temas tratados durante o Conselho destacam-se a cooperação no setor de infra-estrutura, com foco no setor de transportes, na área de produção de fármacos no Brasil, no campo da ciência e inovação, no setor de micro e pequenas empresas, na promoção de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e em projetos de colaboração em benefício de terceiros países.

O Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana realizou, em 26 e 27 de março, sua primeira visita oficial ao continente sul-americano desde que assumiu o governo. A visita reflete o renovado interesse da Itália pela América Latina, e em particular pelo Brasil, e constitui ponto de inflexão importante nas relações bilaterais. Foi estabelecida a parceria estratégica Brasil-Itália e criado mecanismo de consultas políticas com reuniões anuais em nível de Chefes de Governo e/ou de Ministros. Foram assinados instrumentos sobre colaboração trilateral em benefício de terceiros países e sobre cooperação no setor de biocombustíveis entre a empresa italiana ENI e a Petrobras.

Com a Rússia, o Brasil mantém uma extensa e dinâmica relação de parceria estratégica da qual são eloquentes exemplos as crescentes cifras de comércio, a cooperação espacial que resultou, no ano em curso, na viagem do astronauta brasileiro ao espaço em nave russa, a cooperação cultural e na área dos esportes. Cabe ressaltar ainda a coordenação entre os Ministros do Brasil e da Rússia no âmbito do encontro dos Chanceleres dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), em Nova York.

Dentre as diversas visitas realizadas por autoridades européias ao Brasil, em 2007, cabe destacar:

A primeira visita oficial do Chanceler dos Países Baixos, de 14 a 17 de janeiro, sendo o Brasil o único país de sua viagem à América do Sul. Foram assinados na ocasião dois Memorandos de Entendimento: o primeiro sobre a inclusão do Brasil no “Programa de Cooperação com Mercados Emergentes”, ao amparo do qual será feito trabalho de promoção de investimentos neerlandeses nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil; e o segundo Memorando que estabelece Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais com reuniões regulares entre os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países.

A Conselheira Federal para a Economia da Suíça realizou sua primeira visita ao Brasil, de 7 a 9 de fevereiro. Foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Relações Comerciais e Econômicas que realizou sua primeira reunião em outubro, em Berna.

O Duque de York, Representante Especial do Reino Unido para Comércio e Investimentos Internacionais, realizou visita oficial ao Brasil, de 11 a 18 de abril, quando cumpriu programação oficial em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Durante sua estada em Brasília, manteve encontros com o Ministro, interino, das Relações Exteriores, e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Durante as reuniões, foram avaliados os resultados alcançados pelo Comitê Econômico e Comercial Conjunto (JETCO), criado durante a visita de Estado do Presidente da República ao Reino Unido, em março de 2006, com o objetivo de promover negócios e investimentos entre os setores empresariais dos dois países.

O Primeiro-Ministro do Reino da Dinamarca, realizou sua primeira visita ao Brasil, de 25 a 27 de abril. Manteve encontro de trabalho com o Presidente da República, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de mudança do clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

O Papa Bento XVI realizou sua primeira visita ao Brasil, de 9 a 13 de maio, para presidir a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Celam) em Aparecida. Durante missa celebrada em São Paulo, o Papa Bento XVI canonizou o primeiro Santo brasileiro, Frei Galvão. Apesar do caráter pastoral da visita, o Papa Bento XVI manteve encontro com o Presidente, no dia 10 de maio, em São Paulo, ocasião em que foi discutido o interesse da Santa Sé em celebrar Acordo-Quadro com o Brasil.

A Presidente da República da Letônia, acompanhada de seu esposo, realizou visita oficial ao Brasil, de 10 a 13 de junho, havendo cumprido extenso programa, que incluiu as cidades de Nova Odessa (SP), São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A delegação que acompanhou a Chefe de Estado foi integrada pelo Ministro das Finanças, o Ministro da Defesa e o Ministro Especial para a Integração Social, além de missão empresarial.

O Príncipe das Astúrias, herdeiro do Trono da Espanha, visitou o Brasil, de 16 a 18 de julho, quando inaugurou as novas sedes do Instituto Cervantes em Brasília, Salvador, Porto Alegre e Curitiba. Com nove centros do Cervantes, o Brasil é o país com maior presença da instituição no mundo.

O Grão-Duque de Luxemburgo realizou Visita de Estado ao Brasil. Anunciou seu apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança. O Presidente da República e o Grão-Duque inauguraram no Espírito Santo novas instalações da Usina de Tubarão, do Grupo siderúrgico Arcelor-Mittal.

A Comissária para Política Regional da União Européia realizou visita ao Brasil, em 29 e 30 de novembro, quando co-presidiu, com o Ministro da Integração Nacional, a cerimônia de abertura do Colóquio Internacional sobre Boas Práticas Territoriais no Brasil e na União Européia, realizado em Brasília. Em seguida, ambas as autoridades partiram para as cidades contíguas de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), para visita de campo com o objetivo de verificar “in loco” os resultados econômicos e sociais trazidos para aquela região por recentes iniciativas e investimentos do Governo Federal e local na área do comércio, particularmente de frutas tropicais, bem como para conhecer as instalações da unidade de Petrolina da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), especializada em clima semi-árido. Em seguida, a Comissária partiu para Recife, onde participou, juntamente com a Diretora do Departamento da Europa, do XIV Fórum Brasil-Europa Integração Regional e Políticas de Coesão: as experiências da União Européia e do Mercosul para a redução de assimetrias.

Coordenação-Geral de Assuntos dos Estados Unidos da América e do Canadá

O ano de 2007 foi marcado por intensa atividade nas relações com os EUA, em visitas do mais alto nível, reuniões de grupos de trabalho e no comércio bilateral, assim como na definição de agendas comuns para temas de interesse global, como é o caso dos biocombustíveis.

No âmbito das decisões tomadas durante a Cúpula de Camp David, em Washington, e a visita do Presidente dos EUA a São Paulo, ambas em março, foram assinados o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, e o Memorando de Entendimento renovando a cooperação bilateral em educação, criado o Fórum Empresarial Brasil-EUA, e discutidos assuntos como a Rodada Doha, a Reforma da ONU e a situação do Oriente Médio.

Reuniram-se em 2007 o Diálogo de alto nível Fazenda-Tesouro, o Grupo de alto nível em matéria de Ciência e Tecnologia, o Mecanismo entre o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Departamento de Comércio (MDIC/DoC) e o Fórum Empresarial Brasil-EUA. Esse último foro, estabelecido durante a Cúpula de Camp David em março, reuniu-se pela primeira vez em Brasília, em outubro, e teve como resultado relatório contendo diversas recomendações para os dois governos, dentre as quais a mais importante é a negociação de um tratado para evitar a dupla tributação.

O setor que teve impulso considerável no relacionamento bilateral foi o de biocombustíveis. Os dois países são responsáveis por cerca de 70% da produção mundial de etanol. A tendência de alta dos preços do petróleo parece irreversível, o que deve aumentar progressivamente a participação dos biocombustíveis na matriz energética mundial. O assunto interessa ao Brasil, que deseja a consolidação de um mercado mundial para o etanol, e também aos Estados Unidos, para o qual sua dependência de petróleo gera preocupações geoestratégicas. A partir da assinatura do Memorando de Entendimento, Brasil e EUA têm cooperado no âmbito bilateral (pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis), regional (cooperação em terceiros países) e global (consolidação do Fórum de Biocombustíveis).

Relações Brasil-Canadá

As relações bilaterais atravessam um momento de aprofundamento, depois de uma fase caracterizada por relativo distanciamento. Os dois países têm feito um grande esforço diplomático para elevar o perfil das relações bilaterais. Do lado canadense esse esforço se traduziu na visita do Chanceler MacKay (fevereiro), da Governadora-Geral, Michaëlle Jean (julho) e da Presidente da Suprema Corte canadense, Beverley McLachlin (novembro).

O Brasil, por seu turno, sinalizou a elevação do diálogo diplomático com o Canadá com a revitalização do Mecanismo de Consultas Políticas, que teve reunião em 2006, e com a visita do Chanceler Celso Amorim ao país, em maio deste ano. Ademais, o Presidente da República encontrou-se com o Primeiro-Ministro Stephen Harper à margem da reunião do G-8 em Heiligendamm. Nesse encontro, os mandatários trataram da cooperação no Haiti, de temas relacionados aos biocombustíveis e da possibilidade de se retomarem as negociações comerciais entre o Mercosul e o Canadá.

Em sua visita oficial a Ottawa, o Chanceler reuniu-se com a Governadora-Geral, com o Primeiro-Ministro, com o Chanceler e com o Ministro do Comércio. Na reunião com a Governadora-Geral, o Chanceler destacou a importância da cooperação dos dois países no Haiti. Com o Chanceler, os temas discutidos foram: cooperação no Haiti em áreas como reflorestamento, governança, inclusão social, energia, reforma do poder judiciário e sistema prisional; energia, incluindo a possibilidade de estabelecimento de diálogo estruturado entre os dois países; educação; e assuntos regionais, incluindo a intenção canadense de negociar acordos bilaterais de livre comércio com o Uruguai e outros países.

Com o Ministro, foram discutidos: o aumento dos investimentos brasileiros no Canadá; a Iniciativa Estratégica Aeroespacial e de Defesa, que, segundo o Ministro, não estaria concentrada em subsidiar o desenvolvimento de nova linha de aeronaves da Bombardier; e a possibilidade de se retomarem as negociações de acordo comercial entre o Mercosul e o Canadá.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS-DHS

Conselho de Direitos Humanos (CDH)

O Brasil ocupa assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU até 2008 e postula reeleição para o período 2009-2011. O Brasil tem participado ativamente do processo de construção institucional do CDH, o qual se encontra, atualmente, na fase de revisão dos mandatos de todos os mecanismos extraconvencionais de promoção e proteção dos direitos humanos. O Brasil logrou aprovar por consenso, durante a 6ª Sessão do CDH, em dezembro de 2007, a ampliação do mandato da Relatoria Especial sobre o Direito à Saúde. Em linha com a atuação construtiva mantida pelo país perante o CDH, o Brasil viu também aprovada por consenso, naquela oportunidade, sua proposta de elaboração de metas internacionais voluntárias no campo dos direitos humanos, processo cuja conclusão deverá coincidir com o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2008).

Sistema Interamericano de Direitos Humanos

O Brasil também participa da reforma do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, processo que inclui mudanças no regulamento e na forma de atuação da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Vale lembrar que tramitam, perante a Comissão Interamericana, 170 casos e petições sobre denúncias de violações aos direitos humanos envolvendo o Brasil, dos quais 70 exigiram intensa coordenação e interlocução do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, tanto no plano interno, quanto internacional. Ainda ao final de 2007, a SIDH decidiu referir à Corte Interamericana de Direitos Humanos dois casos de supostas violações aos direitos humanos ocorridas no Estado do Paraná. São estes o terceiro e quarto casos em que o Brasil se vê trazido à Corte, onde o país já sofreu uma condenação, em 2006.

DEPARTAMENTO DE TEMAS SOCIAIS - DTS

Relatório Anual de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Segundo dados divulgados no Relatório de Acompanhamento das ODMs (2007), o Brasil atingiu alguns objetivos antes do prazo final estipulado pela ONU, como o 1 (Erradicar a pobreza extrema e a fome) e o 6 (Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças). Em relação ao objetivo 2 (atingir a universalização da educação primária), o Brasil praticamente universalizou o acesso à escola da população de 7 a 14 anos e reduziu a desigualdade na área de educação entre as regiões. Quanto ao objetivo 5 (Melhorar a saúde materna), verifica-se queda de 61,2 para 53,4 óbitos por cem mil nascidos entre 1997 e 2005. Quanto ao objetivo 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental), o Relatório de Acompanhamento indica que o Brasil tem reduzido seu índice de desmatamento, e aumentou, nos últimos anos, a eficiência energética e reduziu o consumo de CFC.

Grupo de Trabalho sobre Políticas Sociais (GTPS) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul)

Coordenado pelo Chile, com apoio de Peru e Guiana, o GTPS realizou duas reuniões (maio e agosto), em Santiago. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU são considerados parâmetros mínimos a serem observados pelos países da Unasul, sem prejuízo de maior ambição regional na área social. O mandato oriundo da Cúpula Presidencial de Cochabamba definiu como metas para o GTPS: criação de um Observatório Regional para o Desenvolvimento Social e Humano Inclusivo; estabelecimento de mecanismo de cooperação técnica horizontal; e criação de um Fundo Regional para o Desenvolvimento Social e Humano Inclusivo. Para o exame de cada uma destas metas foi criado um Comitê específico, cujos trabalhos têm gerado consenso em torno de uma série de iniciativas. No âmbito dos trabalhos do GTPS, realizou-se em Santiago, em outubro último, seminário sobre “Enfoques e Mecanismos de Cooperação Técnica Horizontal Sul-Sul em matéria de Desenvolvimento Social e Luta contra a Pobreza”, que discutiu mecanismos de cooperação técnica horizontal que favoreçam a integração social na região.

Instituto Social do Mercosul

Durante a XII Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados (Rmads), aprovou-se a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM), cujo objetivo consiste em contribuir para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, reduzir a pobreza e a desigualdade e amparar a infância.

Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Social do IBAS

O GT de Desenvolvimento Social do IBAS organizou seminário em outubro último, momento em que os países apresentaram suas experiências nacionais recentes de combate à pobreza e à fome, a fim de preparar documento com as melhores práticas de combate à pobreza do IBAS, para servir como guia para a cooperação Sul-Sul. Ainda, durante a II Cúpula do IBAS foi assinado Memorando de Entendimento entre Brasil, Índia e África do Sul para cooperação na área de desenvolvimento social.

Reunião Especializada de Juventude do Mercosul

Lançamento e institucionalização da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul. O Brasil sediou, nos dias 18 e 19 de janeiro, a I Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ). A reunião tem como finalidade promover o intercâmbio e o diálogo entre os governos e a sociedade civil da região no que se refere aos temas relativos à juventude, bem como fortalecer o Mercosul social. Durante a II REJ, realizada nos dias 15 e 16 de novembro, em Montevideu, aprovou-se o regulamento interno da reunião, avançando na institucionalização e na consolidação da mesma.

II Conferência Regional para América Latina e Caribe sobre Envelhecimento (Madri +5)

O Brasil sediou, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, reunião regional para a revisão dos compromissos assumidos na Conferência Mundial de Envelhecimento, realizada em Madri, em 2002. A reunião constituiu parte de processo a culminar em segmento global dos resultados de Madri, a realizar-se no âmbito da Comissão para o Desenvolvimento Social (CDSOC) da ONU, em 2008. Entre os principais resultados da Conferência, destacam-se: o compromisso dos governos em fazer as consultas internas necessárias para a elaboração de uma convenção sobre os direitos da pessoa idosa no âmbito das Nações Unidas.

Pessoas com Deficiência

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi assinada no início de 2007, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, atualmente em tramitação no Congresso Nacional para ratificação. Este instrumento internacional servirá para balizar a implementação de eventual Estatuto da Pessoa com Deficiência, também em trâmite no Congresso Nacional.

Saúde

O MRE passou a integrar o GT de Logística do Grupo Executivo Interministerial de Gripe Aviária (GEI), que visa atender as fases mais adiantadas do Plano de Contingência, prevendo medidas operacionais e alocação de recursos, a fim de minimizar os efeitos de possível pandemia de Gripe Aviária. O Ministério ajudou, ainda, na elaboração do sítio do GEI sobre gripe aviária na Internet, cujo endereço é www.brasil.gov.br/gripe.

Diplomacia e Saúde

Iniciativa sobre Saúde Global e Diplomacia foi lançada em 20 de setembro de 2006 por França e Noruega, às quais somaram-se posteriormente Brasil, Indonésia, Senegal, África do Sul e Tailândia.

Foram realizadas quatro reuniões com representantes dos países participantes, cujo resultado foi a elaboração de declaração ministerial, assinada pelos chanceleres dos países em setembro último, bem como plano de ação. Foi circulado ainda entre os membros da iniciativa documento intitulado “road map”, sugerindo uma série de ações a médio e longo prazo.

Nas discussões da Iniciativa, o Brasil defendeu a crescente interdependência entre os temas de saúde e a agenda política internacional. O País deu ênfase aos temas de saúde que possam ajudar a combater a pobreza e promover o desenvolvimento, como a cooperação Sul-Sul, o treinamento de capacidades e a ampliação do

acesso dos países em desenvolvimento à pesquisa e inovação. Essa preocupação mostrou-se refletida na declaração ministerial, que contemplou grande partes das preocupações brasileiras.

OMS – GT sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual

Realizou-se, em novembro do corrente, a II Sessão do Grupo de Trabalho da OMS sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual (IGWG). O País buscou aprofundar o papel da OMS com relação ao tema, principalmente no apoio técnico para a implementação das flexibilidades TRIPS para saúde pública. Defendeu também dispositivos para a promoção do acesso a dados de pesquisa e desenvolvimento na área de saúde, o estímulo à cooperação Sul-Sul, bem como a capacitação de recursos humanos em saúde nos países em desenvolvimento.

Convenção-Quadro para o Controle do uso do Tabaco

A II Conferência das Partes (CoP) da Convenção para o Controle do Tabaco (FCTC), realizada em julho, em Bangcoc, teve como resultados a adoção de diretrizes sobre o artigo 8 (proteção contra a fumaça do TABACO) e a criação de grupos de trabalho sobre os artigos: 5.3 (proteção contra a influência da indústria do tabaco nas políticas para combater o uso do tabaco); 11 (empacotamento e etiquetagem); 12 (educação, comunicação, treinamento e informação ao público); e 14 (medidas de redução da demanda relacionadas à dependência do tabaco e à cessação). Além disso, decidiu-se pela continuação dos grupos de trabalho sobre o artigo 13 (propaganda transfronteiriça), bem como pela criação de grupo de trabalho sobre os artigos 9 e 10 (conteúdos dos produtos de tabaco). A Delegação brasileira atuou diretamente na criação de grupo de estudos sobre alternativas ao cultivo do tabaco.

No segundo semestre, em cumprimento às resoluções adotadas na II CoP, realizaram-se reuniões de grupos de trabalho em Manila (empacotamento e etiquetagem de produtos do tabaco); Helsinque (publicidade do tabaco, promoção e patrocínio) e na Haia (proteção contra a influência da indústria do tabaco nas políticas para combater o uso do tabaco). Essas reuniões contaram com a participação ativa de especialistas e representantes diplomáticos brasileiros.

No plano hemisférico, o Brasil participou de reunião da Comissão Intergovernamental de Controle do Tabaco do Mercosul e de Encontro Regional das Américas sobre a negociação de Protocolo sobre comércio ilícito de produtos do tabaco no âmbito da Convenção-Quadro para o controle do uso do tabaco.

X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe

O Brasil participou da X Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, realizada em agosto de 2007, no Equador. O Consenso de Quito é documento relevante para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, visando a atingir a paridade de gênero em instituições nacionais e locais dos estados da região.

Primeira Conferência Ibero-Americana de Gênero

Realizou-se, em outubro, na cidade de Santiago, a Primeira Conferência Ibero-Americana de Gênero. A Conferência passará a ser realizada anualmente no contexto das reuniões temáticas que antecedem a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americana.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O Brasil participou, na condição de membro permanente do Conselho de Administração, de suas 297ª, 298ª e 300ª sessões, na sede da entidade, em Genebra. O Brasil também participou ativamente da 96ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da OIT, em junho, com presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Senhor Carlos Lupi. O País é presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Aplicação de Normas e da Subcomissão de Construções, além de coordenar o Grupo de Trabalho da Dimensão Social da Globalização, importantes na estrutura da Organização.

A promoção do trabalho decente vem consagrando-se como um dos temas mais relevantes, tendo sido tratado no pronunciamento do Ministro do Trabalho e Emprego, e do Diretor-Geral da OIT durante a 96ª CIT. Também vêm recebendo atenção a relação entre comércio e emprego (tema de estudo conjunto da OIT com a Organização Mundial do Comércio – OMC) e a relação entre trabalho e meio ambiente (tema de documento

apresentado pelo GT da Dimensão Social da Globalização). O Brasil atua ativamente na formulação das políticas, na OIT e no plano interno, relativas a todos os temas, particularmente na promoção do trabalho decente.

A parceria do Brasil com a OIT também refletiu-se no lançamento do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), iniciativa de cooperação Sul-Sul, além do seguimento do projeto de luta contra o trabalho forçado, encerrado nesse ano, por falta de renovação de recursos. No âmbito das normas, o Brasil é um dos membros que mais ratificou Convenções da OIT e, em 2007, ressalta-se o encaminhamento, ao Congresso Nacional, das Convenções n.º 150, sobre Administração do Trabalho, e n.º 151, sobre Relações de Trabalho na Administração Pública, além da tramitação das Convenções n.º 166, que trata da repatriação de trabalhadores marítimos, e da Convenção sobre trabalho marítimo.

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E TEMAS ESPECIAIS - DME

Durante a XIII Conferência das Partes na Convenção do Clima (Bali, dezembro de 2007), o Brasil defendeu, em conjunto com os principais países em desenvolvimento, o aperfeiçoamento do regime internacional de mudança do clima, com base nos princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e de seu Protocolo de Quioto. Para tanto, negociou com sucesso o "Mapa do Caminho", principal resultado de Bali, que indica cronograma com etapas concretas para a negociação, até 2009, do futuro do regime.

Outra importante frente do debate ambiental internacional em que o Brasil teve atuação destacada em 2007 consistiu no aperfeiçoamento da governança internacional para o desenvolvimento sustentável. O Brasil realizou reunião ministerial no Rio de Janeiro, nos dias 3 e 4 de setembro, para permitir espaço informal para avançar nesse debate. Presidida pelos Ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, compareceram à reunião os 21 países mais atuantes no tema. Identificaram-se, no evento, áreas de convergência entre os países e pontos sobre os quais devem prosseguir os esforços negociadores.

Por ocasião da 62ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro, foi lançada a proposta de que a ONU promova, vinte anos após a Rio-92, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável para a qual o Presidente da República ofereceu o Brasil como sede.

Com relação à área de florestas, o Brasil participou ativamente das negociações que levaram à adoção, no âmbito da Sétima Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-7), realizado em abril de 2007, de um instrumento juridicamente não-vinculante sobre todos os tipos de florestas (NLBI), que fortalece o compromisso político para a implementação do manejo sustentável de todos os tipos de florestas, respeitando a soberania dos países sobre seus recursos florestais.

O Brasil também atuou de maneira decisiva para adoção do Plano Estratégico da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que dá novo vigor a instrumento fundamental para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. O País logrou listar o pau-brasil entre as espécies protegidas pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES). Trata-se de medida fundamental para permitir a sobrevivência de espécie simbólica para o País, em risco de extinção por conta da demanda internacional por sua madeira.

O combate à biopirataria continua sendo prioridade para o Brasil, que, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), teve atuação destacada em coalizão de países em desenvolvimento a fim de negociar acordo internacional que resguarda a soberania nacional sobre a biodiversidade e garante a repartição dos benefícios comerciais derivados da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais a eles associados. No exercício da presidência da Conferência das Partes da CDB, o Brasil conduziu diversas reuniões internacionais ligadas à conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Vale destacar, o lançamento, com grande êxito, do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-2B, do Centro de Lançamento de Satélites de Taiyan, na China. Este é uma importante demonstração da parceria estratégica entre o Brasil e a China e da cooperação Sul-Sul. As imagens geradas pelos satélites da família CBERS são distribuídas, gratuitamente, a países sul-americanos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Continente, graças a suas aplicações em diferentes domínios, como agricultura, prevenção de desastres, meio ambiente e saúde pública. Em 28 de novembro, por ocasião da reunião ministerial do Grupo de Observação da Terra (GEO), realizada na Cidade do Cabo, África do Sul, Brasil e China anunciaram que distribuirão gratuitamente para todo o continente africano imagens dos satélites CBERS. Está em fase de planejamento pelo Brasil, igualmente, a

instalação, em Boa Vista, de uma segunda antena receptora de dados do CBERS, além daquela em Cuiabá, que permitirá a distribuição de imagens aos países da América Latina e Caribe.

O Itamaraty continuou a coordenar, com a Marinha do Brasil e demais órgãos que participam da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), a política antártica do Brasil, que vem recebendo especial atenção no Ano Polar Internacional (IPY) de 2007-2008. O Brasil participa das atividades do IPY com 10 grandes projetos nacionais, em consórcio com outros 27 projetos internacionais de pesquisa e monitoramento do ambiente antártico. Também no âmbito da CIRM, o Itamaraty coordena os grupos de trabalho relacionados à pesca e à Área, bem como a Subcomissão para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira.

A proposta do Brasil de Limites Externos da Plataforma continental além de 200 milhas náuticas é tema de grande relevo para a política externa do País. O Brasil iniciou em agosto de 2004 a defesa de sua proposta de limites exteriores da plataforma continental junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (CLPC). Após a conclusão do processo de exame da proposta brasileira de limites e o parecer da referida Comissão, o Brasil poderá incorporar a seu território parcela importante de plataforma continental, potencialmente rica em recursos naturais.

DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O processo de reforma das Nações Unidas, iniciado em 2005, continuou a consolidar-se. Em particular, o Brasil teve atuação influente no estabelecimento de regras de procedimento e na definição de parâmetros organizacionais do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão de Construção da Paz. No âmbito deste último órgão, o Brasil foi selecionado, em 19 de dezembro último, para as funções de coordenador para a configuração específica de Guiné-Bissau.

O Brasil manteve ativa campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em defesa da ampliação do órgão nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. Reiteramos ser fundamental a inclusão de países das regiões em desenvolvimento entre os novos membros permanentes. O Brasil foi eleito, com o maior número de votos no Grupo Latino-Americano, para novo mandato (2008-2010) no Conselho Econômico e Social.

Manteve-se a participação de cerca de 1.200 militares brasileiros na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), conforme autorizado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 207, de 19/5/2004. Como demonstração de confiança e apreço ao trabalho desempenhado pelas Forças Armadas brasileiras no Haiti, o Secretariado das Nações Unidas renovou o convite para que militar brasileiro exerça o comando militar da Minustah.

A companhia de engenharia brasileira realizou obras importantes para a recuperação da infraestrutura haitiana, contribuindo de modo substantivo para os esforços de reconstrução e desenvolvimento do país. Em grande medida como resultado das ações empreendidas pela Minustah, o processo político haitiano apresentou avanços notáveis. Em 2007, cerca de 1.287 militares e policiais brasileiros participaram em sete das vinte missões de paz das Nações Unidas. Além da Minustah, o Brasil participou na UNMIS (Sudão), na UNMIT (Timor-Leste), na UNOCI (Côte d'Ivoire), na UNMIL (Libéria), na UNMIK (Kosovo) e na UNMEE (Etiópia e Eritreia). Nesse ano, o Brasil ocupou posto de 16º contribuinte global.

Em matéria de desarmamento e não-proliferação, o Brasil continuou a participar de forma ativa dos diversos foros que integra na área e fez valer sua posição de ator relevante nos debates pertinentes. Nesse contexto, cabe destacar a participação no I Comitê Preparatório para a VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), na Reunião Anual de Estados Partes da Convenção para Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estoque de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sua Destruição e na Reunião das Altas Partes Contratantes da Convenção sobre a Proibição de Certas Armas Convencionais (CCAC). Ademais, tomou parte de forma construtiva nos trabalhos do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), dedicados ao controle de exportações em suas respectivas áreas. Com respeito a este último, o Brasil entregou em março a presidência do Grupo à África do Sul, quando de sua XVII Reunião Plenária, em abril, na Cidade do Cabo.

A atuação do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) ao longo de 2007 foi definida, como de hábito, pelos objetivos da política externa brasileira, e desenvolveu-se prioritariamente nos seguintes eixos: promoção da democracia, da governabilidade, dos direitos humanos, da paz, da segurança, da

cooperação e do desenvolvimento hemisféricos; expansão do comércio; sustentabilidade ambiental; e combate à pobreza, ao crime organizado e à corrupção.

O Brasil teve participação expressiva na XXXVII Assembléia-Geral da OEA (Panamá, 04 e 05.06.2007), cujo tema foi a “Energia para o Desenvolvimento Sustentável”. Os interesses brasileiros foram contemplados na AGOEA. A Declaração do Panamá deu destaque ao tema das fontes de energia renováveis e a atuação brasileira nessa área foi objeto de comentários positivos durante os discursos na plenária. Entre os projetos de resolução adotados, destaca-se o co-patrocínio brasileiro ao projeto canadense sobre o seguimento da implementação da Carta Democrática Interamericana, que permitiu manter o tratamento do tema dentro de parâmetros que excluem eventuais iniciativas de monitoramento e intervenção em assuntos internos dos Estados Membros. Vale ressaltar, ainda, o fato de que os EUA retiraram as reservas quanto ao processo negociador do projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação e Todas as Formas de Intolerância, não sendo estranha a essa decisão as gestões que o Brasil vinha fazendo a esse respeito. A reeleição, com o maior número de votos (27) do professor brasileiro para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos demonstrou o reconhecimento à credibilidade da atuação brasileira na área.

O temário da XXXVI Assembléia-Geral contemplou, ainda, assuntos como a proteção dos direitos humanos, o fortalecimento das instituições democráticas, a segurança hemisférica, o combate ao abuso de drogas, ao terrorismo, ao crime organizado e à degradação ambiental. Cabe assinalar, também, que o Brasil presidiu, em 2006-2007, a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) do Conselho Permanente da OEA, o que elevou o perfil de participação do país nas atividades da Organização, sobretudo em temas de nosso interesse imediato. Ao longo de 2007, o Governo brasileiro contribuiu, com recursos humanos ou financeiros para missões de observação eleitoral da OEA na Costa Rica, Colômbia, Equador e Guatemala. Tais contribuições tiveram efeito altamente positivo e receberam destaque da OEA e dos Governos onde a Organização desempenhou atividades de observação eleitoral com recursos brasileiros. No mesmo período, o Governo brasileiro continuou a contribuir, com recursos humanos para a Missão de Acompanhamento do Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA), pelo que recebeu agradecimentos do Secretário-Geral da OEA e do Governo colombiano.

DEPARTAMENTO DE ENERGIA

Divisão de Recursos Não-Renováveis (DREN)

No plano sul-americano, convém destacar a realização da Primeira Cúpula Energética Sul-Americana, realizada em Isla Margarita (Venezuela) em abril, um marco no aprofundamento da integração energética continental, da qual resultou um mandato dos Chefes de Estado e de Governo da Região para a elaboração de propostas de Diretrizes da Integração Energética, Plano de Ação e Tratado Energético sul-americanos, a serem apresentadas por ocasião da próxima Cúpula da Unasul. No âmbito do Grupo de Trabalho da Unasul responsável por energia, foram realizadas duas reuniões preparatórias ao Conselho Energético sul-americano, nos meses de outubro e novembro, em Caracas.

O Brasil foi eleito como membro do Comitê Diretivo (CODI) da Organização Latino-America de Energia (Olade), por ocasião da XXXVIII Reunião de Ministros da organização, realizada em Medellín (Colômbia), em novembro. Na mesma ocasião, foi eleito o novo Secretário-Executivo da Olade e a Argentina para a Presidência do CODI.

No âmbito bilateral, cabe mencionar a realização da I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília, no mês de março, durante a qual se acordou a intensificação do relacionamento na área de energia e que propiciou a assinatura de Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética entre os dois países, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao México, em agosto. Em maio, foi realizada a IV Comissão Mista Bilateral em Matéria Energética entre Brasil e Argentina, em Brasília. Brasil e Argentina deram um passo no aprofundamento da cooperação energética bilateral com o fornecimento de energia brasileira ao país vizinho durante o último inverno. No mês de agosto, teve lugar a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru em Matéria Energética, em Lima. Com relação à Bolívia, o ano foi marcado por intensas negociações com vistas à manutenção do fornecimento de gás daquele país ao Brasil. No que tange à Venezuela, prosseguiremos os trabalhos técnicos relativos ao projeto do Grande Gasoduto do Sul.

Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (DRN)

Em marco, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB), em Nova York (02/mar), por Brasil, África do Sul, China, Comissão Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível sobre a conformação de um mercado mundial de biocombustíveis. Foram realizadas duas reuniões do FIB. A primeira em julho de 2007, em Bruxelas, quando foi adotada a declaração que estabelecia seus objetivos. A segunda teve lugar em Nova Delhi, em outubro de 2007. Destacaram-se, no âmbito do FIB, os avanços do Grupo de Trabalho sobre Padrões e Normas Técnicas (Biodiesel e Etanol), que tiveram início em maio do ano corrente, com vistas à realização de análise comparativa das especificações técnicas do biodiesel e etanol existentes no Brasil, Estados Unidos e União Européia.

No âmbito do Mercosul, foram realizadas duas reuniões (4/out e 21/nov) do Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis, estabelecido pelo Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Biocombustíveis, firmado em dezembro de 2006. Foi aprovado projeto de Plano de Ação do Mercosul para cooperação na área de biocombustíveis.

Com relação aos demais países da América do Sul, foi assinado Memorando de Entendimento com o Chile na Área de Biocombustíveis (Santiago, 26/abr), em cujo âmbito já foi realizada missão de alto nível ao Brasil. Com o Paraguai, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Plano de Ação para o Desenvolvimento da Indústria de Biocombustíveis (Assunção, 21/mai), e, com a Argentina, foi estabelecido Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, o Rio Pepiri-Guaçu (Brasília, 7/dez). Encontram-se em negociação com a Argentina e com o Uruguai atos internacionais bilaterais no setor de biocombustíveis. Com a Bolívia, foram prestadas informações sobre o aproveitamento, para projetos hidrelétricos, do trecho brasileiro do Rio Madeira.

Com relação ao continente africano, houve a participação no I Seminário Conjunto de Alto Nível União Africana–Brasil–Unido sobre Biocombustíveis (Adis Abeba, 30/jul a 1/ago) e a assinatura (Brasília, 6/set) de Memorando de Entendimento com Moçambique na Área de Biocombustíveis. Foi também assinado Memorando de Entendimento entre o Brasil e a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) na Área de Biocombustíveis (Uagadugu, 15/out).

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), realizou-se reunião do Grupo de Energia. Foi assinado e entrou em vigor o Memorando de Entendimento entre Brasil, África do Sul e Índia sobre Cooperação em Recursos Eólicos (Pretória, 17/out). Os requerimentos internos para a entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis encontram-se cumpridos. O Brasil aguarda notificação da Índia e da África do Sul para entrada em vigor do instrumento.

Com relação à União Européia, cabe destacar a participação de honra do Senhor Presidente da República na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em Bruxelas (05/07). No âmbito da parceria estratégica Brasil-Comissão Européia, foram estabelecidos os Termos de Referência do Diálogo Energético com a U.E. (05/jul). Durante a visita presidencial aos países nórdicos, foram celebrados Memorandos de Entendimento com Suécia (Estocolmo, 11/set) e Dinamarca (Copenhague, 13/set), respectivamente sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, e Cooperação na Área de Energias Renováveis e Eficiência Energética.

Foi realizada a I Reunião da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Brasília, 9/nov). Ainda com relação à China, foram concluídas as negociações do Acordo de Cooperação em Energia e Mineração, com a rubrica dos originais.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

O Departamento Econômico (DEC) coordenou, por meio de suas unidades, a participação do Brasil em negociações comerciais multilaterais, em especial as que se dão no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). Articulou, ademais, a atuação do País junto a outras organizações internacionais dedicadas a temas econômico-comerciais, tais como UNCTAD, OCDE, Codex Alimentarius, Organizações de Produtos de Base e OACI. Coordenou ainda a preparação e discussão sobre temas econômicos em diversos foros bilaterais e apoiou as ações internacionais do MAPA na área sanitária e fitossanitária. Em linha com as diretrizes do Governo brasileiro para a área comercial, e com os objetivos do programa em epígrafe, a atuação do Departamento esteve orientada pela necessidade de ampliar a participação do Brasil no comércio internacional,

fortalecer o sistema multilateral de comércio e buscar a crescente inclusão dos países em desenvolvimento nas instâncias de tomada de decisões nos organismos internacionais correspondentes, a fim de alcançar a conformação de nova realidade nas relações econômicas internacionais, na qual estejam resguardadas condições favoráveis ao desenvolvimento.

A fim de prover informações e insumos de qualidade ao negociador brasileiro envolvido nas negociações comerciais em curso, o DEC executou, a ação específica de manutenção de sistema de informações para assessoramento técnico especializado a diplomatas da área econômica, realização de pesquisas, elaboração de documentos técnicos e desenvolvimento de bancos de dados. O programa foi concluído em julho de 2007.

A Coordenação de Organizações Econômicas Internacionais (CORG) ocupou-se, por meio de Grupo Interministerial, da preparação da participação brasileira nos diversos foros da OCDE em que o Brasil figura como membro ou observador. Em resposta a convite formulado ao País para aprofundar a cooperação em curso, a CORG realizou consultas junto a outros órgãos públicos para avaliar o conjunto de recomendações e declarações da Organização, a fim de verificar a compatibilidade e a convergência de tais compromissos com as leis, normas e políticas brasileiras. A CORG trabalhou, ademais, nos preparativos para a XII Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a realizar-se em Acra, Gana, de 20 a 25 de abril de 2008. Com relação à Organização Mundial de Comércio (OMC), a CORG participou dos exercícios de avaliação nacional e regional e multilateral das iniciativas de “Ajuda ao Comércio”. A CORG organizou, ainda, os encontros econômicos bilaterais com a União Européia, o Reino Unido, a Suíça, a Espanha e os Estados Unidos.

A Divisão de Acesso a Mercados (DACCESS) acompanhou as negociações de bens industriais no contexto da Rodada Doha de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio. O Brasil manteve alto perfil de atuação nessas negociações, tendo exercido estreita coordenação com outros países em desenvolvimento para a consecução do objetivo de alcançar resultado equilibrado e à altura do mandato de Rodada do Desenvolvimento. Com o escopo de incrementar o comércio Sul-Sul, o Brasil continuou a priorizar as negociações da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). Ao longo de 2007, concluíram-se acordos bilaterais com Cazaquistão, Cabo Verde e Sudão, com vistas à acessão desses países à Organização Mundial do Comércio (OMC). Com o intuito de cooperar para que os países em desenvolvimento participem ativamente do sistema multilateral de comércio, a DACCESS deu início à organização, em coordenação com as demais unidades da SGET, da segunda edição do curso de capacitação em negociações comerciais internacionais para países de língua portuguesa.

A Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (DDF) coordenou a atuação brasileira nas negociações do Grupo Negociador de Regras (GNR) da Rodada de Doha, na OMC, relativas a antidumping, subsídios e subsídios à pesca. Em conjunto com os demais órgãos competentes do governo brasileiro, apresentou documentos substantivos sobre pontos de interesse nacional nas negociações e preparou avaliação sobre as propostas dos demais países membros. Cumpre mencionar, também, as atividades de acompanhamento e assessoramento referentes às investigações de defesa comercial (antidumping e medidas compensatórias) e salvaguardas iniciadas pelo Brasil contra terceiros países, bem como o apoio às empresas no caso de medidas adotadas contra as exportações brasileiras.

A Divisão de Negociações de Serviços (DNS) dirigiu a participação do País nas negociações de serviços no âmbito da Rodada de Doha da OMC. Além disto, contribuiu para o avanço na integração do setor de serviços no Mercosul e nas negociações para a liberalização do comércio de serviços entre o Mercosul e o Chile, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica Nº 35. No âmbito do Conselho de Aviação Civil (Comac), participou dos esforços de revisão das diretrizes políticas que norteiam o setor de aviação civil brasileiro. Ao longo do ano, tomou parte na atualização de acordos bilaterais de serviços aéreos com países tais como Alemanha, Estados Unidos e Venezuela. Registre-se, ainda em 2007, a criação da Missão do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). A DNS participou ainda da retomada das discussões sobre os Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos (APPIs) no âmbito da Camex. No que concerne a transportes marítimos, acompanhou reuniões de negociação bilaterais que visaram a discutir formas de facilitar trâmites burocráticos e dar garantias adicionais aos navios dos Estados envolvidos. Refira-se, ademais, a participação da DNS, entre outros, no Grupo de Trabalho sobre Transportes do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e no Subgrupo de Trabalho de Transportes do Mercosul. No que se refere a bitributação, foram assinados Memorando de Entendimento com a Argentina e Acordo com a Alemanha sobre isenção recíproca do pagamento de contribuições sociais para empresas de transporte.

A Divisão de Agricultura e Produtos de Base (DPB) encarregou-se da participação do Brasil nas negociações agrícolas no âmbito da OMC. Na condição de coordenador do G-20, que agrupa os países em

desenvolvimento interessados em lograr um comércio internacional agrícola livre de distorções e restrições impostas pelos países desenvolvidos e que assegure seu desenvolvimento rural e segurança alimentar, o Brasil estimulou a manutenção da unidade na fase final das negociações comerciais, tendo convocado duas reuniões ministeriais do agrupamento nos meses de junho e novembro de 2007 em Genebra. No que se refere aos produtos de base, manteve-se atuação de relevo nos foros que se dedicam a consultas entre países produtores e consumidores, sobretudo os relativos ao Café (OIC), Cacau (Oicacau) e Madeiras Tropicais (OIMT). Foi dado prosseguimento aos esforços de manutenção e abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros, por intermédio do apoio à atuação internacional do MAPA, do questionamento – no âmbito bilateral e multilateral – de barreiras sanitárias e fitossanitárias e da negociação de regras internacionais baseadas na ciência. Nesse contexto, manteve-se elevado grau de participação no Comitê de SPS da OMC e nos órgãos normativos internacionais, como o Codex Alimentarius.

A Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC), incumbida de instruir e acompanhar a evolução de contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, coordenou a defesa do Brasil tanto nos casos em que figurou como demandante – e.g., monitoramento das medidas tomadas pelas Comunidades Européias (CE) para atender às recomendações adotadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) no caso dos subsídios europeus à exportação de açúcar - como naqueles em que foi demandado – e.g., atuação junto ao painel estabelecido para examinar a aplicação pelo Brasil de medida antidumping contra as importações de Resina PET da Argentina. Cabe recordar o êxito quanto aos resultados do painel de revisão do caso movido contra os subsídios norte-americanos ao algodão e no caso em que as CE questionaram medidas brasileiras relativas à proibição de importar pneus reformados.

AÇÕES REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DCT)

Ciência, Tecnologia e Inovação

Foram promovidas diversas reuniões de coordenação, com a participação de ministérios e instituições públicas e privadas, sobre temas da pauta internacional relacionadas com a ampliação e incorporação de inovações científicas e tecnológicas no Brasil, tendo como diretriz básica o aumento da competitividade dos bens e serviços de conteúdo tecnológico e a busca de maior autonomia à capacidade tecnológica do País.

Entre as diversas iniciativas, vale destacar a intensificação dos esforços de cooperação na América do Sul, em particular com Argentina e Chile, o diálogo regional sobre padrões de TV Digital; o impulso na cooperação Brasil-China, registrando o lançamento do satélite sino-brasileiro CBERS-2B e a realização em Pequim de encontro técnico (Cosban) com proposta de Plano de Trabalho em C&T e intercâmbio de especialistas; o aprofundamento do diálogo sobre C&T no âmbito do mecanismo trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). No contexto das parcerias tradicionais, foram conduzidas com êxito diversas, negociações, entre elas: a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde Pública no contexto da Comissão Conjunta Brasil – Estados Unidos para a Cooperação Científica e Tecnológica (interesse mútuo de promover intercâmbio entre pesquisadores brasileiros); a realização da 26ª Comissão Mista Brasil – Alemanha; o Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia no âmbito da II Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial e Financeira para o Desenvolvimento e a assinatura do Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil – Itália. Acompanhou-se, do ponto de vista da política externa, a implementação do Ano da Parceria Brasil – Reino Unido em Ciência & Inovação, promoveu-se a assinatura de Memorandos de Entendimento e a prospecção de novos parceiros. A 1ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil - União Européia, foi realizada com sucesso em Brasília, tendo trazido importantes desdobramentos para a cooperação bilateral em C&T. Deu-se início à negociação de Acordo-Quadro de cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Canadá e com a Austrália. No contexto multilateral, foi realizado em novembro, no Rio de Janeiro, o 2º Fórum de Governança da Internet, das Nações Unidas, com representantes de governos, da sociedade civil, da iniciativa privada e da academia para debater questões relativas à governança da rede mundial de computadores. Cumpre destacar a co-organização entre o Governo brasileiro e a ONU do evento, inovador pelo seu caráter multissetorial. Coordenou-se a participação brasileira no âmbito do Programa de Ação Regional da América Latina e Caribe para a sociedade da Informação (e-LAC 2007); a participação como observador no Comitê de Política Científica e Tecnológica (CPCT) da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a elaboração e lançamento do portal eletrônico da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) para a Ciência e Tecnologia (www.aspa-science.org).

Intensificaram-se esforços de estabelecer ou ampliar a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com vários outros países, e entre eles: Cingapura, Cuba, Egito, El Salvador, Eslovênia, Espanha,

Finlândia, França, Hungria, Japão, Lituânia, México, Moçambique, Panamá, Peru, Romênia, Rússia, Senegal, Suíça, Ucrânia, Uruguai, Venezuela e Vietnã.

Propriedade Intelectual

Merece destaque a aprovação, no âmbito da XXXIV Assembléia-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), da iniciativa denominada de "Agenda para o desenvolvimento", proposta por Brasil, Argentina e outros doze países em desenvolvimento em 2004 (África do Sul, Bolívia, Cuba, Egito, Equador, Irã, Peru, Quênia, Serra Leoa, Tanzânia, Uruguai e Venezuela), a qual propõe a incorporação de 45 recomendações da temática do desenvolvimento às atividades de todos os órgãos da OMPI. Além disso, a XXXIV AG-OMPI referendou a criação do Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual (CDIP), que deverá ocupar-se da implementação das propostas relativas à "Agenda".

Cumpramos ressaltar, nessa reunião, o consentimento pela Assembléia da União do requerimento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para atuar como Autoridade Internacional de Busca (ISA) e Autoridade Internacional de Exame Preliminar (IPEA) no âmbito do PCT. Ademais, aprovou-se, o reconhecimento da língua portuguesa como idioma oficial de publicação dos pedidos de patentes para os efeitos do PCT. No que tange ao tema "direitos autorais" junto à OMPI, a Assembléia-Geral decidiu por manter suspensa a convocação de conferência diplomática para o Tratado sobre Proteção aos Organismos de Radiodifusão até que os membros entrem em acordo sobre questões essenciais do instrumento internacional em questão. Contudo, o tema, cuja posição brasileira defende propostas de dispositivos que buscam resguardar limitações e flexibilidades de interesse público, deverá continuar na agenda do Comitê especializado da OMPI.

Ainda, no âmbito da OMPI, cumpro ressaltar a manutenção da natureza precipuamente consultiva do Comitê Consultivo sobre "Enforcement", apesar do pedido do Grupo B de reforçar o mandato do Comitê de forma a contemplar atividades que excederiam sua competência original, por exemplo, as atividades de normatização ou similares, como a elaboração de guias de melhores práticas. Na Organização Mundial do Comércio, a proposta de compatibilização do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS - com a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, introdução do requisito de divulgação ("disclosure") da origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional associado utilizados em invenções às quais se apliquem direitos de propriedade intelectual. A proposta foi apresentada, originalmente, em 2006, por nove países (Brasil, Índia, China, Colômbia, Cuba, Paquistão, Peru, Tailândia e Tanzânia) e durante primeiro ano ganhou apoio da África do Sul e do Equador. Em 2007, a lista de países ampliou com a adesão da Venezuela, do Paraguai, do Grupo Africano e do Grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

Atualmente, a lista de co-patrocinadores da emenda sobre TRIPS&CDB conta com 59 países, segundo estimativa do Secretariado da OMC. No que tange ao tema da proteção dos direitos de propriedade intelectual, no âmbito bilateral, o Governo norte-americano anunciou, em 30 de abril de 2006, reclassificar o Brasil para a "lista de países em observação" ("watch list") da seção "Special 301" divulgadas anualmente pelo Representante de Comércio dos EUA (USTR). O Governo brasileiro considera favorável a reclassificação para a "lista de países em observação". Entretanto, a manutenção do País nessa lista não reflete os padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação nacional, plenamente compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos foros multilaterais bem como o avanço em ações de combate à pirataria promovidas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

Em maio, o Presidente da República decretou, pela primeira vez, o licenciamento compulsório de uma patente farmacêutica, do anti-retroviral Efavirenz, para o tratamento da AIDS. O Itamaraty trabalhou em estreita coordenação com o Ministério da Saúde na preparação do ato. O processo, que culminou na licença compulsória, iniciou, em 2006, e contou com diversas reuniões negociadoras, com a empresa titular da patente a farmacêutica Merck, Sharp & Dohme. Essa limitação ao direito de propriedade intelectual está prevista nos acordos internacionais, como o TRIPS.

Em 2007, prosseguiram as ações do Governo brasileiro em casos de registros indevidos de marcas no exterior contendo nomes da biodiversidade e nomes genéricos da língua portuguesa - nomes que, à luz das normas internacionais que regem o assunto, não poderiam ser registrados como marcas em função da falta de distintividade. O Governo brasileiro tem buscado junto aos titulares das marcas a desistência voluntária do registro, reservando-se o direito de eventual utilização de recursos legais, na hipótese de ser inviável composição amigável. No ano corrente, as gestões realizadas pelas Embaixadas brasileiras, por meio de instruções do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), lograram no cancelamento definitivo da marca "açai" no Japão e

na recuperação da titularidade da marca "catupiry" no Japão para a empresa brasileira "Companhia Laticínios Catupiry Ltda.".

Em relação ao tema da implementação do mecanismo informal consultivo trilateral IBAS (Fórum de Cooperação Índia, África do Sul e Brasil) em matéria de propriedade intelectual para troca de informações sobre apropriação indevida de recursos biológicos por meio da concessão errônea de patentes ou irregular registro de marcas, previsto na Declaração Conjunta da I Reunião de Cúpula do IBAS, em 13.09.2006, o tema foi suscitado novamente pela delegação brasileira à reunião do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do IBAS, realizada em Nova Délhi, em 12.07.2007. Ficou acertado que deveriam ser identificados os pontos de contato nas capitais dos três países membros, com vistas à definição dos trabalhos futuros do referido grupo informal. Por meio de gestões das Embaixadas do Brasil em Pretória e em Nova Delhi, solicitou-se a identificação de pontos de conversação sobre a matéria nas respectivas capitais. Entretanto, até o fim do ano de 2007, os dois países ainda não designaram representantes, o que tem impedido dar continuidade ao assunto.

AÇÕES REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (DNI)

O Departamento de Negociações Internacionais (DNI) ocupa-se da agenda de negociações comerciais extra-regionais do Mercosul. Estão entre as atividades desempenhadas pelo DNI a coordenação com os órgãos governamentais competentes na esfera das negociações comerciais internacionais do Brasil, com vistas a articular e preparar posições negociadoras oficiais; a coordenação intra-Mercosul para o tratamento de temas de sua agenda negociadora extra-regional; e a participação nas reuniões de negociação de acordos comerciais com países ou blocos extra-regionais.

O DNI esteve envolvido em três rodadas de negociação Mercosul-Israel, cuja conclusão se deu com a assinatura do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel durante a Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu, em dezembro. O documento veio a ser o primeiro ALC extra-regional assinado pelo Mercosul. Em outubro, o DNI participou, em Pretória, de rodada de negociação de acordo de comércio preferencial Mercosul-SACU (África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), ocasião em que foi concluída a negociação sobre acesso a mercados. O Departamento participou, na mesma ocasião, da primeira reunião técnica Mercosul-Índia-SACU, com vistas à negociação de acordo comercial trilateral, e atuou no âmbito do IBAS (Foro de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) com vistas a dar impulso ao processo trilateral Mercosul-Índia-SACU. O DNI fez gestões com vistas à aprovação, no Congresso Nacional, de acordo de comércio preferencial Mercosul-Índia, assinado em 2004 e esteve presente em duas rodadas de negociação de acordo de livre comércio Mercosul-CCG (Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã), em janeiro.

O DNI coordenou a primeira reunião ministerial Mercosul-ASEAN, em agosto, em Brasília. Também atuou no sentido de viabilizar o relançamento de negociações de Acordo de Associação Mercosul-UE. Foi realizada reunião de trabalho com o negociador-chefe da Comissão Européia, em junho, em São Paulo. O DNI coordenou a análise governamental brasileira de proposta de negociação de instrumento para a formalização de diálogo ou convênio sobre cooperação econômica entre o Mercosul e a Federação Russa, ora em exame pelo bloco regional, bem como a preparação de uma posição brasileira preliminar sobre eventual interesse em lançamento de negociações comerciais Mercosul-Coréia do Sul. Participou, ainda, de reunião consultiva Mercosul-Coréia, em outubro, em Montevideu. Por último, manteve contatos regulares com entidades de classe do setor produtivo nacional para coleta de informações sobre interesses específicos e sensibilidades setoriais das diferentes cadeias produtivas domésticas nas negociações comerciais em curso. Participou de numerosos eventos públicos, em diferentes capitais do país, com vistas à divulgação da agenda de negociações extra-regionais do Mercosul.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS PELA COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FINANCEIROS (CGFIN)

A Coordenação Geral de Assuntos Financeiros (CGFIN) foi criada em 31/08/2007, completando, portanto, três meses de funcionamento nesta data. Esta unidade administrativa ainda está em processo de estruturação. As principais atividades no ano e curso foram:

A coordenação, no âmbito do Governo, das providências para os acordos de reestruturação/perdão das dívidas da República do Congo e de Guiné Bissau com o Brasil. Os arranjos com os dois países deverão ser firmados no início de 2008. Sendo o Congo e a Guiné Bissau países muito pobres da África, a solução da dívida pendente com o Brasil contribuirá para os esforços de desenvolvimento daqueles países e abrirá o caminho para financiamentos de bens e serviços exportados pelo Brasil; Participação do Diálogo de Alto Nível sobre

Financiamento ao Desenvolvimento, realizado em Nova York, na sede da ONU em outubro passado, no contexto da Conferência de Revisão do Consenso de Monterrey; Participação das reuniões de Lima e Dar-es-Salaam, preparatórias da Conferência Internacional sobre Ajuda ao Comércio que ocorreu em Genebra durante o mês de novembro passado; Participação das Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Washington. No FMI está em discussão a redistribuição do poder de voto e favor dos países em desenvolvimento; Participação da reunião do G-20 Financeiro em Durban, África do Sul.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (CGPD)

Gerência de África, Ásia, Oceania e Leste Europeu

Durante o ano de 2007, a Gerência de África, Ásia, Oceania e Leste Europeu acompanhou a execução de 21 projetos de cooperação técnica, 66 atividades isoladas e coordenou 105 missões de prospecção, execução e avaliação de projetos entre o Brasil e os seguintes países: Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burquina Faso, Cabo Verde, Cameroun, Chade, Congo, Egito, Gana, Guiné Bissau, Líbano, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Senegal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Zâmbia. As ações se concentraram nas áreas de agricultura, formação profissional, educação, justiça, esporte, governo eletrônico, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, tráfego aéreo, turismo e direito.

Foram gastos US\$ 1,885,332.60 em cooperação técnica bilateral entre o Brasil e os países da África, Ásia, Oceania e Leste Europeu. Esses recursos são oriundos dos Projetos BRA04/043, BRA/04/044, executados em cooperação com o PNUD.

Foram firmados 2 novos Acordos Básicos de Cooperação Técnica (União Africana e Ruanda) e 32 estão em negociação. Ademais, cerca de 31 Ajustes Complementares, 11 Protocolos de Intenções e 6 Memorandos de Entendimento foram firmados entre o Brasil e os países da África, Ásia e Oceania.

Gerência de América Latina e Caribe

A Gerência de América Latina e Caribe acompanhou a execução de 79 projetos de cooperação técnica, 53 atividades isoladas, dentre as quais 16 foram missões de prospecção, execução e avaliação de projetos. As ações se concentraram nas áreas de agricultura e saúde.

Foram gastos US\$ 649,958.52 na cooperação técnica bilateral entre o Brasil e os países da América do Sul, US\$ 143,619.03 com a América Central e US\$ 707,429.58 com o Caribe, totalizando US\$ 1,501,007.13. Esses recursos são oriundos dos Projetos BRA04/043, BRA/04/044, executados em cooperação com o PNUD.

Foram firmados 40 Ajustes Complementares, 10 Protocolos de Intenções e 10 Memorandos de Entendimento, 10 Acordos Setoriais, 1 Convênio e 2 Declarações Conjuntas para Cooperação Técnica entre o Brasil e os países da América do Sul, Central e Caribe.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, ENERGIA, BIOCOMBUSTÍVEIS E MEIO-AMBIENTE (CGMA)

As ações de cooperação coordenadas pela CGMA se concentraram no setor da agropecuária. Das 90 ações executadas, 54 foram projetos de transferência de técnicas de cultivo ou criação animal. Também nesse setor, dois projetos de grande importância foram firmados com a Bolívia: um para dar apoio à criação, na Bolívia, de uma instituição pública de pesquisa agropecuária semelhante à Embrapa e outro para auxiliar aquele país no controle da febre aftosa.

Outro grande projeto no setor agropecuário foi na área da cotonicultura. Técnicos de Mali, Burquina Faso e Benin conheceram as atividades desenvolvidas pela Embrapa Algodão, no cerrado e no semi-árido, bem como fazendas-modelo para a produção de algodão.

No setor dos biocombustíveis a CGMA coordenou a execução de seminário sobre biodiesel na Jamaica. O evento contou com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e alcançou bons resultados e repercussão muito positiva na mídia jamaicana.

Na área do meio ambiente, merece destaque o projeto que possibilitou a capacitação de formadores em educação ambiental, apoiando a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental em Angola.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, GOVERNANÇA ELETRÔNICA, DEFESA CIVIL, URBANISMO E TRANSPORTE (CGTI)

Durante o ano a CGTI concentrou suas atividades nos setores da tecnologia da informação e governança eletrônica. Um projeto de grande êxito foi o de apoio à reestruturação do telecentro de Luanda. Além da capacitação de técnicos angolanos, o projeto possibilitou a atualização dos equipamentos do telecentro e a obtenção de fornecimento de sinal de internet para os computadores.

Outro projeto de grande importância, foi o apoio no desenvolvimento de um sistema de contratações estatais no Peru. Ao final do projeto, oito técnicos peruanos foram capacitados no Brasil em diferentes fases e áreas para estabelecer e manejar, em suas diversas facetas, um sistema de aquisições eletrônicas com base em pregão para as contratações públicas. Além disso, foi realizada assessoria no Peru para supervisionar a adaptação e implementação do modelo pregoeiro adotado pelo governo peruano.

Na área do urbanismo, destaca-se o projeto para conservação da arquitetura tradicional de centros e conjuntos históricos e sua paisagem cultural possibilitou a capacitação técnicos salvadorenhos nos métodos de conservação das estruturas a base de terra, típicas das construções históricas de El Salvador, além de transferir métodos de análise e inventário destas construções com vistas à elaboração de catálogo histórico e cultural sobre a arquitetura do país.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CGDS)

Durante o ano a CGDS coordenou 51 ações de cooperação na área de saúde, com destaque para os projetos que viabilizaram a implementação de bancos de leite humano em países da América Latina, que futuramente deverão funcionar de forma integrada.

Outros projetos também merecem nota, como o de fortalecimento das assessorias internacionais, que capacitou recursos humanos em diversos países da América Latina e África, assim como o projeto de fortalecimento da odontologia no Brasil e em Cuba, que vem permitindo capacitar, por um lado, os profissionais cubanos na área de próteses e, por outro, os brasileiros na área de estomatologia.

Também merece destaque o projeto para resposta à epidemia de HIV/Aids em El Salvador, que possibilitou o treinamento de técnicos salvadorenhos para assistência a pessoas que vivem com a doença.

Nos demais setores, além de coordenar as atividades dos quatro centros de formação profissional que mantém, em parceria com o Senai, no Paraguai, Cabo Verde, Angola e Timor-Leste, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC executou 46 ações nas áreas de formação profissional, educação e desenvolvimento social. Dentre as principais atividades, cabe mencionar a transferência para países africanos da metodologia de programas que alcançaram grande êxito no Brasil, como o Alfabetização Solidária e o Bolsa-Escola.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA MULTILATERAL (CGRM)

A CGRM deu seguimento à coordenação e planejamento dos programas de cooperação técnica mantidos entre o Brasil e organismos internacionais. Os referidos programas têm sido instrumentais para apoiar iniciativas inovadoras para o desenvolvimento nacional. Dentre os temas atendidos por essas parcerias, caberia destacar: geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais; meio ambiente; educação; saúde; administração pública; agricultura; comércio exterior; desenvolvimento social (incluindo crianças/jovens, relações do trabalho, equidade de gênero, direitos humanos e minorias); energia renovável e ciências da informação.

Essas iniciativas têm permitido estruturar instituições nacionais mais sólidas e aptas a desempenhar suas funções com maior efetividade, dentro da ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional. No exercício de 2007, a CGRM participou diretamente na aprovação e/ou revisão de 417 instrumentos de cooperação técnica internacional e pelo acompanhamento de aproximadamente 430 projetos e atividades. Dados preliminares indicam um desembolso geral de aproximadamente US\$ 380 milhões.

COORDENAÇÃO-GERAL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA RECEBIDA BILATERAL (CGRB)

Em 2007, a ABC, através de sua Coordenadoria-Geral de Cooperação Técnica Recebida Bilateral (CTRb) deu seguimento à linha de ação efetivada nos últimos anos, que vem beneficiando, anualmente, mais de 200 instituições brasileiras, do Governo federal, estadual ou municipal, e de diferentes setores da sociedade civil.

Ao negociar e coordenar a execução de programas e projetos estabelecidos com as principais parcerias brasileiras notadamente com Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, Estados Unidos, Itália e Espanha, facultou a transferência de tecnologias, técnicas e conhecimentos nas áreas prioritárias do Governo brasileiro, especificamente: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, energia renovável, trabalho, promoção do tecido econômico, em consonância com as prioridades e diretrizes do Governo brasileiro.

O desenvolvimento social é contemplado em todas as atividades, de forma transversal, de maneira a também proporcionar, direta e indiretamente, a promoção da igualdade social e o apoio às populações carentes.

A CGRB coordenou uma carteira de 129 projetos de cooperação técnica em execução, (excetuadas as atividades em fase de análise e negociação, ademais dos projetos concluídos, cancelados ou negados ao longo do ano). Estes projetos resultaram em desenvolvimento técnico das instituições beneficiárias, na melhoria de indicadores socioeconômicos de diversos segmentos da população e em maior efetividade da gestão de programas públicos.

As atividades da cooperação bilateral contam com orçamento estimado em US\$ 180 milhões, dos quais US\$ 80 milhões de recursos externos, a fundo perdido, mediante o pagamento de serviços de consultorias, capacitação, treinamentos e doação de equipamentos, no âmbito dos projetos elaborados, negociados e executados sob a coordenação da ABC, e outros US\$ 100 milhões estimados como contrapartida das instituições nacionais, em termos de infra-estrutura física e humana colocada à disposição dos projetos.

Merecem destaque as negociações bilaterais realizadas em 2007 com 2 principais parcerias brasileiras, especificamente Japão e Alemanha, sobretudo na definição de áreas da cooperação bilateral e em benefício de outros países, bem como na programação de atividades de cooperação técnica para o ano de 2008. Há que se mencionar a cooperação trilateral com Canadá e Espanha, em benefício do Haiti, que entrou, em 2006, em execução.

Cabe registrar o fato de que, apesar de ser considerado País de renda média, e graduado em fóruns multilaterais, o Brasil tem merecido dos referidos países o interesse em manter a cooperação técnica no mesmo nível dos últimos 20 anos, em parcerias de contribuição equitativa, com resultados efetivos e permanentes em prol do desenvolvimento brasileiro, favorecendo a disseminação dos conhecimentos adquiridos interna e externamente, inclusive reforçando bases para a cooperação técnica prestada pelo Brasil. Assinale-se, ainda, o interesse de países como Suécia e Noruega de realizar cooperação trilateral em benefício de países africanos ensejando a assinatura de memo de cooperação trilateral em países como Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Para tanto, foram propostos Acordos Básicos que, depois de ratificados, poderão ensejar o desenvolvimento de projetos conjuntos com o Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E DE PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO (CGAP)

A Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo (CGAP) foi responsável pela administração da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), competindo-lhe tratar, entre outros temas, de orçamento, execução financeira, compras, patrimônio, almoxarifado, fiscalização de contratos, recursos humanos (pessoal, capacitação e passagens e diárias), serviços gerais e gestão documental (protocolo e arquivo).

Ademais, a CGAP deu continuidade ao acompanhamento dos aspectos administrativos dos projetos de cooperação técnica internacional executados com dezenas de órgãos e entidades públicas em parceria com cerca de vinte organismos internacionais. Nesse sentido, a CGAP acompanhou projetos executados em Brasília e no Estado do Amazonas.

Por fim, a CGAP é responsável pela execução do projeto de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Gerenciamento Integrado dos Projetos de Execução Nacional (BRA/00/018).

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

O objetivo do Programa é aproximar a oferta exportável brasileira da demanda nos mercados externos, mediante a disseminação de informações sobre oportunidades de exportação de produtos e serviços brasileiros, a elaboração e divulgação de pesquisas de mercado, a identificação e análise da tendência da oferta exportável brasileira e da demanda em mercados específicos.

Veicular informações relativas a oportunidades de investimento direto no Brasil e o apoio à internacionalização de empresas brasileiras são também objetivos importantes do programa. A fim de alcançar tais objetivos, as ações de promoção comercial envolvem a participação de empresas brasileiras em missões, feiras e outras atividades de interesse para a ampliação e a diversificação das exportações brasileiras, bem como para a captação de investimentos estrangeiros diretos.

Os beneficiários são os exportadores brasileiros, as micro, pequenas e médias empresas, outros ministérios, governos estaduais e municipais, qualquer interessado em informações sobre comércio exterior ou instituições (universidades, federações de indústria, associações comerciais, entre outras).

A promoção de investimentos diretos no Brasil, no âmbito do Programa, é conduzida pelo Departamento de Promoção Comercial por meio do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (Sipri). Consiste em uma rede de operadores nacionais, formalmente vinculada ao MRE, que se somam à rede de Setores de Promoção Comercial de Embaixadas e Consulados brasileiros no estímulo a parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras, de preferência as que possibilitem transferência de tecnologia para o país. Em 2007, foi dado início ao desenvolvimento de aplicativo para cadastro de ofertas e demandas de investimento, de modo a agregar à BrazilTradeNet conteúdo ainda mais abrangente.

Em 2007, a Divisão de Programa de Promoção Comercial (DPG) responsabilizou-se pelo preparo e negociação de Projeto de Cooperação Técnica entre o Ministério das Relações Exteriores e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Projeto BRA/07/017, assinado em 10 de dezembro de 2007. O Projeto visa aperfeiçoar a ampla gama de serviços oferecidos pelo Departamento de Promoção Comercial (DPR) para apoiar e estimular a competitividade dos empresários brasileiros, sobretudo pequenos e médios.

No âmbito da ação BrazilTradeNet, em 2007, foi dada sequência aos trabalhos de atualização mensal dos dados das empresas cadastradas no site, inserção do Investment Map, ferramenta direcionada para a atração de investimento direto estrangeiro. Ademais, foram realizados o lançamento da versão 2007 do guia “Investindo no Brasil”, o lançamento do novo “BTN Showroom”; a tradução para o inglês e o espanhol do conteúdo de 48 catálogos virtuais; e o atendimento a 5.833 consultas enviadas por meio do fale conosco do site, que conta, hoje, com 14.512 empresas brasileiras e 37.991 empresas estrangeiras cadastradas, sendo que, em 2007, o número de novas empresas cadastradas foi, respectivamente, de 1.546 e 2.509.

Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais

O Departamento de Promoção Comercial por meio da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) promoveu, em 2007, 53 eventos de caráter econômico-comercial. Organizou missões ao exterior, no âmbito de visitas presidenciais, ministeriais, e de outras autoridades federais, estaduais e municipais, além de entidades empresariais.

Prestou apoio a missões estrangeiras que visitaram o Brasil, bem como viabilizou a realização de seminários e reuniões sobre temas econômico-comerciais da atualidade. Além disso, a DOC preparou 10 programas de visitas de Embaixadores brasileiros a empresas com interesses ou potencial de negócios no país para o qual fora designado.

As missões deram especial foco tanto a mercados novos e não tradicionais, como a África, Ásia e Oriente Médio; quanto a mercados tradicionais como a América Latina e Europa, além de buscar reforçar parcerias comerciais que atualmente estavam com baixo volume de intercâmbio comercial.

Além de negócios concretos, as missões serviram para possibilitar ao empresariado brasileiro prospectar nichos de mercados com pouca presença na pauta de exportações do Brasil. Também propiciaram maior visibilidade às ações de promoção comercial do Itamaraty, por meio de serviço especializado para as empresas exportadoras. Destacaram-se as seguintes ações:

Atração de Investimentos

A Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG) iniciou, em 2007, em conjunto com a Antaq e Secretaria Especial de Portos, programa de promoção de oportunidades de investimentos em projetos de infra-estrutura portuária e de cooperação tecnológica. Autoridades daqueles órgãos, juntamente com empresários do setor privado e representantes de portos brasileiros, participaram de missões a Cingapura, Xangai, Le Havre e Hamburgo.

Em todas as cidades visitadas houve grande interesse por parte de potenciais investidores, e foram realizados encontros bilaterais com as autoridades portuárias locais. Como seguimento à missão que foi a Cingapura, empresários daquele País visitaram o Brasil, no segundo semestre de 2007, para realizar programa de visitas, que incluiu portos brasileiros e autoridades do setor.

Em maio a DPG participou, em conjunto com a APEX e a Embaixada do Brasil em Londres, da organização de missão empresarial na área de investimentos (biocombustíveis, tecnologia de informação, mecanismo de desenvolvimento limpo), por ocasião da II Reunião Ministerial do Joint Economic and Trade Committee (JETCO). Coordenou, ainda, os esforços bilaterais que conduziram ao estabelecimento, no âmbito do JETCO, do Grupo de Trabalho sobre Serviços Jurídicos, que tem por objetivo identificar obstáculos jurídicos e apresentar propostas para a intensificação das relações bilaterais nas áreas de comércio e de investimentos.

Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)

Trata-se de política de estímulo às importações oriundas da América do Sul, visando aumentar os fluxos de comércio com os países vizinhos e melhor equilibrar as trocas comerciais, no contexto do projeto maior de integração regional. Os principais desdobramentos em 2007 foram os seguintes: lançamento do guia “Como Exportar para o Brasil”, em português, inglês e espanhol; lançamento da segunda edição, ampliada e atualizada, do “Catálogo de Importadores Brasileiros” (CIB); realização de 18 eventos empresariais, entre seminários, reuniões e rodadas de negócios, com os seguintes países: Guiana (Georgetown); Equador (São Paulo); Suriname (Paramaribo); Uruguai (Montevidéu); Paraguai (Assunção); Peru (Brasília); Colômbia (Brasília); palestra sobre o PSCI em seminários sobre importações no Brasil (Recife e Campo Grande); Encontro Empresarial Argentina-Brasil (Buenos Aires); assinatura de Memorando de Entendimento entre Brasil e Suriname, elaboração do estudo “Elementos para um programa de promoção de importações brasileiras oriundas de países da América do Sul”.

Subgrupo sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade, Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS)

A Divisão de Informação Comercial (DIC) passou a coordenar o subgrupo sobre Facilitação de Comércio em Normas, Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade, ligado ao Grupo de Comércio e Investimento do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul), tendo realizado, em outubro, *workshop* no âmbito da reunião da cúpula presidencial dos três países, em Joanesburgo, África do Sul.

Promoção Comercial Conjunta do Mercosul

Coube à DIC a coordenação nacional para a REPCCM, cujos desdobramentos mais importantes foram a realização de seminário em Montreal, reuniões em Montevidéu e Assunção e participação com estande conjunto na feira CEBIT, em Hannover.

Feiras

O MRE, por meio do Departamento de Promoção Comercial e da Divisão de Feiras e Turismo (DFT), atua na promoção do Brasil como destino turístico por meio de: apoio institucional à participação brasileira em eventos no exterior (feiras, salões e convenções) na área de turismo; apoio aos “Comitês Descubra o Brasil”, unidades de promoção do Brasil como destino de viagens presentes em países da América do Sul; intermediação nas relações entre o Governo brasileiro e a Organização Mundial do Turismo (OMT), em colaboração com o Ministério do Turismo; e negociação de acordos bilaterais na área de turismo. A DFT acompanhou, em 2007, a aprovação de 3 Acordos Bilaterais de Turismo.

Com relação a feiras, a DFT participou, com estande institucional, de 12 feiras comerciais no Brasil. No exterior, o Programa Oficial de Feiras e Exposições do Itamaraty, em 2007, contemplou a participação brasileira em 57 eventos internacionais, 20 dos quais de caráter multissetorial e 37 de caráter setorial.

ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR

A Assistência Consular insere-se nas atribuições gerais do serviço consular de proteger os interesses e os direitos dos nacionais brasileiros no exterior, em consonância com as legislações do Brasil e dos países onde a assistência é prestada. Nesse âmbito, a ação tem a finalidade específica de assistir brasileiros desvalidos no exterior, mediante recursos concedidos caso a caso para despesas em caráter pontual com alimentação, acomodação, transporte e repatriação. Inclui também orientação e assistência jurídica por meio dos advogados contratados para esse fim por cada repartição consular, com ênfase na assistência a brasileiros presos.

As ações consulares foram executadas no formato tradicional de envio de recursos em moeda de curso internacional – dólares norte-americanos – aos Postos no exterior. Os recursos são solicitados na medida das necessidades dos Postos e sua liberação ocorre após criteriosa análise das solicitações pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Obedecendo a esses parâmetros, as repartições consulares atenderam cerca de 9 mil brasileiros ao longo do ano.

As verbas disponibilizadas possibilitaram a renovação dos contratos já existentes de serviço de orientação jurídica, bem como a contratação desses serviços para Postos que deles ainda não dispunham.

DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

O Programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior é administrado pelo Departamento Cultural a quem compete propor, em coordenação com os departamentos geográficos do Itamaraty, as diretrizes de política exterior no âmbito das relações culturais e educacionais, promover a língua portuguesa, negociar acordos, difundir externamente informações sobre a arte e a cultura brasileira e divulgar o Brasil no exterior.

A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Em 2007, o total de estudantes dos dois Programas selecionados para iniciarem seus cursos em 2008 foi de 1023.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), administrado pela Divisão de Temas Educacionais (DCE/MRE) e pela Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), oferece ingresso sem exame vestibular e vagas gratuitas em universidades brasileiras para cursos de graduação. O PEC-G beneficia 46 países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia e dele participam, com o oferecimento de vagas nos diversos cursos de graduação 84 Instituições de Ensino Superior brasileiras. Em 2007, foram selecionados 840 alunos de um total de 1023 candidatos.

Dentre os estudantes do PEC-G cerca de 153 receberam bolsas de estudos emergenciais, benefício no valor de R\$ 500,00, concedido aos que passam por dificuldades financeiras. O dispêndio total com as bolsas emergenciais em 2007 foi de R\$ 246.420,00.

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), administrado conjuntamente pela DCE/MRE, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), oferece ingresso facilitado em cursos de Mestrado ou de Doutorado em Universidade brasileira e bolsa de estudos da Capes ou do CNPq, bem como passagem de regresso, financiada pelo MRE, ao país de origem, uma vez terminado o curso. O PEC-PG recebeu 365 candidaturas provenientes de 26 países. Como em anos anteriores, os países da América do Sul foram os que apresentaram maior número de candidatos, sendo que a Colômbia foi responsável por 32% do total das candidaturas.

A Divisão de Temas Educacionais, ademais, custeou 59 passagens aéreas de retorno para estudantes dos PECs, totalizando R\$ 138.472,08, o que significa um gasto médio de R\$ 2.346,00 por passagem. Excepcionalmente, duas passagens aéreas de ida e volta foram concedidas a autor e ilustrador brasileiros premiados no concurso de literatura infantil “*Los Niños del Mercosur*”, promovido pela editora Comunicarte, com sede em Córdoba, na Argentina. O custo total das referidas passagens foi de R\$ 3.273,87.

Em agosto foi criada a Bolsa Mérito MRE, cujo objetivo é premiar os alunos do PEC-G que apresentem excelente desempenho acadêmico. O valor da bolsa é de R\$ 500,00, e atualmente são agraciados 31 alunos. O dispêndio total com as bolsas Mérito em 2007 foi de R\$ 75.000,00.

Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior

A Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), coordenada pela DPLP, é composta por 18 Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), 8 Institutos Culturais, 46 Leitorados, 4 Núcleos de Estudos Brasileiros e 2 Cursos de Português em Vice-Consulados (Artigas e Rio Branco), que registraram mais de 30.000 matrículas em 2007. Repassaram-se para a RBEx US\$ 5.070.000,00, para manutenção e desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais. Os CEBs arrecadaram aproximadamente US\$ 790.000,00 a título de Renda Cultural. Foram criados os CEBs Praia e São Tomé e abertos Leitorados na Armênia, no Líbano, na Nova Zelândia e no Vietnã.

Além de manter os cursos regulares de língua portuguesa e cultura brasileira da RBEx, a DPLP deu continuidade à atualização das bibliotecas da Rede e de outras instituições dedicadas ao ensino da língua portuguesa no exterior; contratou, com recursos do Projeto PNUD/BRA/00/41, os serviços do Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL - UnB), para treinamento e atualização dos professores dos CEBs, mediante cursos de capacitação realizados em Assunção, Lima, Cidade do México e Barcelona; apoiou intensa Programação Cultural dos CEBs, que envolveram recursos da ordem de US\$ 87.800,00; coordenou, com a Capes, o processo de substituição de leitores e acompanhou as atividades por estes desempenhadas; e mediu a abertura, no exterior, de três novos Postos aplicadores do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), cujo número passou de 34 para 37.

DIFUSÃO CULTURAL GERAL

Foram realizados, em maior número, eventos de difusão da música brasileira, seguidos por iniciativas na área de artes visuais, literatura, fotografia, e capoeira. A DODC procurou atender prioritariamente à Programação Anual dos Postos, reservando ainda, dentro de seu orçamento, recursos para solicitações extras de apoio, encaminhadas diretamente à Divisão. Esse apoio foi dado na forma de concessão de passagens aéreas, pagamento de cachês, diárias e hospedagem, organização e montagem de mostras, edição de livros e CDs, entre outros.

DIVULGAÇÃO CULTURAL

Foram impressas as versões em inglês e russo da revista Textos do Brasil n.º 12, “Música Erudita Brasileira”; as edições Obras de Integração Física na América do Sul (português e inglês), Indústria no Brasil (português, inglês e espanhol) e Biocombustíveis no Brasil (português) da coleção Temas do Brasil; a versão em inglês da revista Brasil Criança e; a revista Mundo Afora nº4 - Programas de Financiamento à Educação Superior. Foram também reimpressas as versões em inglês e japonês da revista Brasil em Resumo e os livros Igrejas Históricas de Salvador e Tons e Sons do Rio de Janeiro (em inglês).

Foram distribuídos aos postos no exterior 5.000 exemplares de publicações produzidas pela Divulg e 18.007 publicações editadas por outros órgãos e empresas, além da distribuição semanal de 141 periódicos como as revistas Veja, Isto É e Carta Capital. E também: 31 mapas políticos do Brasil; 41 folhetos turísticos; 02 coleções de partituras da Funarte; 03 retratos oficiais do Senhor Presidente da República; 10 DVDs de filmes brasileiros; 26 DVDs com documentários sobre o Brasil e 207 cds de música brasileira.

A Divulg promoveu também a itinerância das exposições “Amrik: Presença Árabe na América do Sul” por Valparaíso - Chile (maio), Damasco - Síria (setembro) e Amã – Jordânia (novembro) e; “Cartunistas da América do Sul” por Quito - Equador (março) e Santiago - Chile (agosto).

Os recursos destinados ao setor de informática foram aplicados na criação e aperfeiçoamento de páginas dos Postos no exterior, com a contratação de empresas de *webdesign*, elaboração e tradução de textos para publicação nos sites, e hospedagem e domínio dos mesmos. Também foram adquiridos novos equipamentos para o setor de informática da Divulg na SERE.

DIFUSÃO DO AUDIOVISUAL

A Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV) desempenhou sua função de promoção do cinema brasileiro no exterior com ênfase no apoio à participação brasileira em festivais internacionais (competitivos ou de simples representação cultural) e à organização de Mostras. Os gastos efetuados traduziram-se, entre outros, em concessão de passagens aéreas e prêmios, montagem de salas de exibição, transporte de filmes, compra de DVDs de filmes brasileiros, impressão de material gráfico, coquetéis de inauguração, organização de mostras de cinema brasileiro. Foram realizadas quatro grandes mostras, nas cidades de Pequim, Xangai, Buenos Aires e Ouagadougou.

A DAV apoiou cerca de 121 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais destacam-se o *Brazilian Film Festival* em Miami, Nova York, o Festival Internacional de Cinema de Berlim, o Festival Internacional de Cinema de Roma, o Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata, o 9º Festival de Cinema Brasileiro de Paris, o Festival Internacional do Novo Cinema Latino-Americano, em Cuba; o Festival Internacional de Cinema de Washington e o *Toronto International Latin Film Festival*.

Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do II Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro, bem como a aquisição de 46 títulos brasileiros em DVD, para compor o acervo dos Postos, que deverão realizar, periodicamente, exibições dos filmes para o público local. Essa compra custou cerca de R\$ 210.280,00.

CERIMONIAL

No ano de 2007, o Cerimonial organizou a visita de 34 Chefes de Estado e/ou de Governo, 41 Ministros de Relações Exteriores e várias outras autoridades que aqui estiveram a convite do Governo brasileiro. O cerimonial organizou igualmente 223 eventos, relacionados ou não com as visitas acima mencionadas, dos quais 152 almoços, 02 jantares, 47 cafés da manhã e 13 coquetéis. Da mesma forma, o Cerimonial incumbiu-se da organização das 35 visitas do Senhor Presidente da República ao exterior.

O Cerimonial, na qualidade de Secretaria da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul e da Ordem de Rio Branco, fez entregar, no exercício de 2007, 264 condecorações e diplomas a personalidades estrangeiras e brasileiras; organizou, em coordenação com o Cerimonial da Presidência da República, 25 cerimônias de entrega de Cartas Credenciais de Embaixadores estrangeiros ao Senhor Presidente da República; e preparou 14 cerimônias de despedidas de Embaixadores estrangeiros, durante oito das quais foram impostas, com base no princípio da reciprocidade, insígnias das Ordens Nacional do Cruzeiro do Sul e Rio Branco aos homenageados. Os Embaixadores agraciados representavam os seguintes países: Finlândia, Irã, Noruega, Peru, Polônia, Suécia, Suriname, Trinidad e Tobago. Além disso, o Cerimonial confeccionou e remeteu às Missões Diplomáticas no exterior 43 Cartas Credenciais e Revocatórias de Embaixadores brasileiros.

Durante 2007 o Cerimonial prestou apoio às 106 Missões Diplomáticas sediadas em Brasília, às 2 Representações Especiais (Comissão Européia e Autoridade Nacional Palestina), às 23 Organizações Internacionais com sede ou representação no Brasil e às cerca de 175 repartições consulares estrangeiras em todo o País. Nessa atividade foram emitidos ou renovados 2.100 Certificados de Registro de Propriedade de Veículos nacionais e estrangeiros; processados 5.363 formulários para desembaraço aduaneiro para importações e exportações; emitidas 1.735 Carteiras de Identidade; encaminhadas 2.639 habilitações à isenção de ICMS incidente sobre o consumo

oficial e particular de telecomunicações, eletricidade e combustíveis; e processados 66 pedidos de matrícula de cortesia em estabelecimento de ensino superior e 94 concessões de atendimento ao Corpo Diplomático no Hospital das Forças Armadas.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

A Secretaria de Controle Interno (Ciset), no desempenho de sua função institucional prevista na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, procedeu à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das Unidades Gestoras na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nos Escritórios Regionais e Comissões Demarcadoras de Limites, na Unidade Gestora Executiva em Nova York e nos Postos no exterior, além da Unidade vinculada, a Fundação Alexandre de Gusmão - Funag. Além dos trabalhos de auditoria e orientação dos gestores do Itamaraty, o Controle Interno apoiou o Controle Externo (TCU) na fiscalização da administração dos recursos públicos.

O Itamaraty dispôs de orçamento de R\$1.741.389.552,00 (um bilhão, setecentos e quarenta e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, e quinhentos e cinquenta e dois reais), dos quais 94% foram efetivamente utilizados. Da despesa realizada, no valor de R\$1.628.443.048,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, e quarenta e oito reais), 68% destinaram-se a despesas no exterior. Do montante total, 41% foram destinados a pessoal e encargos sociais; 57% a outras despesas correntes (inclusive manutenção e operação das repartições no País e da rede de Postos); e 1% a despesas de capital.

Ao dar seqüência ao programa de auditoria nas repartições no exterior, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, o Controle Interno realizou missões de auditoria e orientação em oito Postos. No primeiro semestre, nas Embaixadas no Panamá, São José e Tegucigalpa, e nos Consulados-Gerais em Houston e Miami; no segundo semestre, nos Consulados-Gerais em Londres, Nágóia e Tóquio, além de verificação do funcionamento do Siafi nas Embaixadas em Tóquio e Londres, além do Consulado-Geral em Nova York..

Os trabalhos de auditoria nos Postos têm permitido ao Controle Interno, ao mesmo tempo em que exerce sua função fiscalizadora, avaliar *in loco* a qualidade da gestão, bem como orientar os Postos sobre a aplicação dos recursos públicos, observância dos regulamentos e verificação das condições de sua operação.

Ao realizar os trabalhos de auditoria, o Controle Interno visou verificar o cumprimento dos preceitos legais por parte dos gestores, mas, igualmente, a orientar os operadores quanto à boa prática na administração dos recursos sob sua guarda, ao corrigir as impropriedades detectadas e atuar de forma preventiva, de modo a evitar futuras falhas. As auditorias realizadas revelaram que o Itamaraty cumpriu correta e regularmente os objetivos que lhe foram fixados, dentro dos limites orçamentários que lhe foram alocados.

A Ciset realizou, ainda, as seguintes atividades: apoio à administração na reformulação e atualização do Regimento Interno do Serviço Exterior - RISE; acompanhamento, junto ao TCU, dos processos de interesse do Ministério; apoio às viagens oficiais ao exterior de membros da Corte de Contas; apoio aos gestores do Itamaraty em suas audiências no TCU; e apoio aos trabalhos de auditoria do TCU nas Unidades Gestoras do Itamaraty.

INSTITUTO RIO BRANCO – IRBr

O IRBr desenvolve atividades de ensino profissional em suas vertentes de formação e de aperfeiçoamento de diplomatas, bem como concede bolsas de estudo a candidatos afro-descendentes à carreira diplomática. A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer um constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da agenda internacional e a defender os interesses do País nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O diplomata brasileiro deve estar capacitado a tratar com igual competência de temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural.

Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas

Do lado da Formação de Diplomatas e a exemplo do que faz anualmente, desde 1945, o Instituto Rio Branco (IRBr) promoveu, em 2007, um Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata. O IRBr tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do Concurso, como forma de democratizar o acesso à Carreira. Em 2007, o Concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados da Federação. As provas realizaram-se em 17 cidades e no Distrito Federal.

A seleção, exclusivamente pelo mérito intelectual, consolidou-se nos sessenta anos de existência da Academia Diplomática brasileira, uma das mais antigas do mundo. Assim, em 2007, o IRBr selecionou 101 novos alunos, a maior turma da história do Curso de Formação. Tal número decorreu de decisão tomada em dezembro de 2005 de ampliar os quadros da Carreira de Diplomata e do Serviço Exterior e de implementar esta ampliação ao longo de 4 anos.

A divulgação do concurso realizou-se por meio de palestras e contatos com a imprensa e instituições de ensino superior, tanto em Brasília quanto nas capitais estaduais em que as provas foram aplicadas. Nestas, tais contatos foram mantidos pessoalmente por diplomatas da Direção do IRBr e Terceiros Secretários alunos do Instituto, que cumpriram programa de viagem com aquele fim.

Em 2006, o Concurso consistiu de três fases assim divididas: na Primeira foi aplicado um Teste de Pré-Seleção; a Segunda correspondeu à Prova de Português, com caráter eliminatório; a Terceira compreendeu Provas de História do Brasil, Geografia, Noções de Direito e Direito Internacional Público, Noções de Economia, Política Internacional, Inglês, uma segunda língua (Francês ou Espanhol), tendo se estabelecido nota mínima para o conjunto dessas provas.

Do lado do aperfeiçoamento de diplomatas, o IRBr tem a responsabilidade de organizar os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e os Cursos de Altos Estudos (CAE). Durante o ano de 2007, foram realizados dois CADs, dos quais participaram 100 diplomatas, aumento significativo em relação aos 64 diplomatas que participaram em 2006.

O CAD é mantido pelo Instituto Rio Branco como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação para a Carreira de Diplomata, com o objetivo de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A aprovação do diplomata no CAD é requisito para a progressão funcional a Primeiro Secretário.

Em 2007, houve 43 diplomatas aprovados no primeiro CAD e 57 no segundo. O curso é estruturado em duas fases, a primeira das quais consta de conferências proferidas por personalidades convidadas, conhecidos representantes do meio acadêmico e as mais altas chefias do Itamaraty e de outros Ministérios de interesse da política externa e da atualidade política e econômica brasileira. Na segunda fase, os candidatos prestam exames nas matérias de Política Internacional, Economia e Direito Internacional Público.

Foram realizadas duas edições do CAE. É estruturado em três fases que correspondem, em primeiro lugar, à elaboração e aprovação de projeto de uma tese sobre tema relevante para a Política Externa Brasileira; em segundo, à redação da tese e sua aprovação por banca examinadora; e, em terceiro, à arguição oral do diplomata.

O CAE integra o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata, com objetivo de atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. A aprovação do diplomata no CAE é requisito para a progressão funcional a Ministro de Segunda Classe. Em 2007, 71 diplomatas participaram do Curso de Altos Estudos, um aumento significativo em relação aos 44 diplomatas que participaram em 2006. Dos participantes, 55 obtiveram aprovação.

Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira de Diplomática e Indígenas

Programas de Ação Afirmativa respondem à determinação do governo brasileiro de concretizar os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001. Naquela ocasião, os Estados foram instados a adotar medidas de eliminação da desigualdade racial, com políticas que visassem, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos e a promover o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalho.

Esses objetivos estiveram integrados ao “Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão” (Plano Plurianual 2004-2007), que estabeleceu como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial, entre as quais políticas afirmativas, com campanhas de conscientização, concessão de bolsas para estudantes negros e apoio a iniciativas de promoção da igualdade social. Por meio da “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, o Itamaraty reconhece a necessidade de realizar um esforço adicional no processo de preparação e recrutamento de candidatos, com vistas a ampliar o acesso da população negra à carreira diplomática. Em 2007, repetiu-se o esforço mais intenso de divulgação do Programa de Ação Afirmativa nos Estados da Federação com maior percentual de negros e pardos, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo o concurso sido realizado em 23 cidades.

Inaugurado em 2002, o “Programa de Ação Afirmativa do IRBr – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia” conta com a participação do Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco) e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundação CNPq). Para o Processo Seletivo de 2007, o IRBr aumentou para 25 o número de bolsas que oferecerá. O valor anual da bolsa-prêmio permaneceu em R\$ 25.000,00 para cada bolsista. Os 43 bolsistas do Processo Seletivo de 2006 prestaram o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata iniciado em 2007.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A Fundação Alexandre de Gusmão – Funag, instituição pública, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, tem por objetivo a promoção de atividades de natureza cultural, acadêmica e pedagógica no campo da política externa brasileira e das relações internacionais, a recuperação da memória diplomática, bem como a divulgação desses temas com vistas a contribuir para a formação de opinião pública sensível às grandes questões internacionais contemporâneas.

A Funag conta em sua estrutura com dois órgãos específicos singulares, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI – e o Centro Histórico de Documentação Diplomática – CHDD.

Nesse contexto são implementadas pesquisas e realizados debates por meio de eventos (exposições, seminários, conferências, encontros, ciclos de palestras e outros), contando com especialistas nacionais e internacionais, além de implementados projetos especiais e um amplo programa editorial, compreendendo a edição de livros e publicações sobre temas de interesse das relações internacionais, da política externa brasileira e da história diplomática.

Para a difusão e divulgação dos mencionados temas junto a sociedade em geral são utilizadas diversas ferramentas de comunicação, em especial, através do site www.funag.gov.br, onde são disponibilizadas as publicações editadas na biblioteca digital e da loja virtual que integram esse *site*, bem como são informados os eventos e o material gerado. Ressalte-se que o mencionado *site* teve apenas nos últimos três meses de 2007 cerca de noventa e sete mil acessos, incluindo visitantes brasileiros e de mais nove países.

As publicações editadas pela Funag, também, são doadas para os formadores de opinião, bibliotecas públicas e outros integrantes do seu público-alvo, sendo realizadas, ainda, vendas diretas (loja, *site* e feiras) e indiretas (livrarias, distribuidoras e bancas consignadas).

A Funag é responsável pela execução e gerência do programa “Análise e Difusão da Política Externa Brasileira”, no âmbito do Plano Plurianual do Governo. Esse Programa tem como objetivo geral difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais, sendo o seu público-alvo a sociedade e o meio acadêmico e diplomático. Seus objetivos específicos são: divulgar a política externa brasileira; contribuir para a formação, no País, de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional; e promover a preservação da memória diplomática do Brasil.

As atividades finalísticas no âmbito do programa Análise e Difusão da Política Externa Brasileira superaram em 255,56% (duzentos e cinquenta e cinco por cento e cinquenta e seis décimos) as metas físicas previstas para aquele exercício, tendo sido realizados - diretamente ou com instituições parceiras – 45 (quarenta e cinco) eventos e publicados 93 (noventa e três) novos livros.

Quanto à execução orçamentária do mencionado Programa, foram executados 100% dos recursos recebidos da União para as atividades finalísticas, 100% dos arrecadados com vendas de livros (recursos próprios) e 100% dos recursos recebidos por meio de destaque orçamentário do Ministério das Relações Exteriores.

A execução orçamentária correspondente a atividade meio, gestão do Programa, superou os 90% em todos recursos recebidos da União para as respectivas ações e grupos de despesas, devendo ser ressaltado que dos recursos orçamentários previstos para investimentos, ocorreu uma contenção orçamentária de 34% do orçamento aprovado, uma vez que somente foi concedido limite de empenho para execução de 66% dos investimentos.

Ainda na gestão do Programa, deve ser destacado que para as aquisições de bens permanentes, materiais de consumo e de prestação de serviços foram alcançados os seguintes níveis de economia para a administração: 35,22% do valor de referência previsto nas pesquisas mercadológicas prévias a 13 pregões realizados; 25,90% do valor de referência obtido nas pesquisas mercadológicas realizadas em 55 dispensas de licitações, dentre elas 10 cotações eletrônicas. Outro fato a ser destacado foi a redução de 13% no número de dispensas de licitação no exercício, em um total de 55, em relação a 2006, em um total de 63.

Dessa forma, buscou-se maximizar todos os recursos disponíveis, inclusive financeiros, utilizando-se uma gestão participativa e moderna, que contribuiu de forma decisiva para o sucesso, para a eficácia, eficiência e efetividade do programa Análise e Difusão da Política Externa Brasileira e da Fundação Alexandre de Gusmão, que obteve a superação das metas e dos resultados previstos.

6.15. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

Os programas do Ministério de Minas e Energia - MME foram efetivos em relação ao atendimento de seus objetivos setoriais, estabelecidos no início do ciclo de planejamento 2003-2007.

O MME consolida seu papel de agente formulador de políticas do setor de energia, mineração e metalurgia, além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial. Em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, buscou sempre ajustar-se aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões sócio-ambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações.

Em janeiro foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento -PAC que, além de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulo ao crédito e ao financiamento, constitui-se em um conjunto de projetos em infra-estrutura. As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e indução ao investimento privado. Essa carteira, composta de projetos nos setores de energia, logística e infra-estrutura social (transporte urbano, saneamento e habitação), já apresenta resultados na expansão da capacidade produtiva nacional com impactos na elevação da produtividade sistêmica da economia.

Em consonância com o PAC, a expansão do sistema energético nacional foi sustentada por um processo de planejamento coordenado pelo MME e apoiado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Os planos foram adequados às orientações de governo e à realidade vigente, buscando a redução do risco de déficit de insumos energéticos, a curto, médio e longo prazo, a diversificação da matriz energética, o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes e a sustentabilidade ambiental.

Concluiu-se o Plano Nacional de Energia 2030 e a Matriz Energética Nacional 2030, documentos que, juntos, fornecem estratégias de desenvolvimento, bem como os investimentos em energia necessários para a expansão da oferta interna de energia até 2030. Além do Plano Decenal de Energia 2007-2016, também foram iniciados os trabalhos para o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017, provendo uma visão de futuro que propicia investimentos em energia no médio e longo prazo de uma forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional.

O equilíbrio entre oferta e demanda, com a necessária qualidade, continuidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica em todo o território brasileiro, foi garantido por meio de diversos leilões promovidos com sucesso tanto para geração como para transmissão de energia elétrica. Para geração, em 2007, foram realizados 3 leilões de energia nova, com comercialização de 3.802 MW médios e o leilão de concessão da UHE Santo Antônio de 3.150 MW. Na transmissão foi realizado um leilão com 2.059 km de novas linhas de transmissão com investimentos estimados da ordem de R\$ 1,1 bilhão.

Além disso, o Governo vem buscando novas fontes alternativas de geração de energia elétrica, pautadas por mecanismos de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Protocolo de Quioto. Destaques nesse sentido para o Proinfa e o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que fomentam o setor produtivo no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e atraem novos investimentos.

O Programa Luz para Todos promoveu a universalização do acesso e uso da energia elétrica para toda a população brasileira, numa perspectiva de valorização da cidadania e de ação concreta para a inclusão social de pessoas e comunidades nos processos de desenvolvimento. O alcance total do Programa até 2007 foi de 7,1 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2007, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, compostas de 770 mil assentadas, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas.

Também, como destaque no campo social, o MME apoiou os pequenos empreendimentos minerais e de transformação mineral e o fortalecimento de arranjos produtivos locais.

O MME procurou sempre estimular a produtividade, a competitividade e a inovação dos produtos e serviços vinculados ao setor energético e minero-metalúrgico, por meio de políticas governamentais de desenvolvimento tecnológico industrial, em articulação com empresas de energia, universidades, centros de pesquisa e outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Destacam-se dentre as várias iniciativas o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB e o Programa do Álcool.

O Biodiesel coloca o Brasil na vanguarda do desenvolvimento de uma política energética sustentável beneficiando mais de 100 mil famílias de agricultores, gerando mais emprego e mais renda no campo. A esses benefícios soma-se a redução das importações de derivados de petróleo, com ganhos na balança comercial da ordem de US\$ 500 milhões/ano com a adição de 2% de biodiesel ao óleo diesel.

Quanto ao Programa do Álcool, o Brasil consolida sua posição de destaque na produção, utilização e exportação deste combustível. Em março foi assinado acordo de cooperação com os Estados Unidos com o objetivo de promover a sua utilização na América Latina e avançar na cooperação tecnológica rumo à segunda geração dos biocombustíveis com o domínio das técnicas de hidrólise da celulose, o que propiciará ganhos de escala significativos de produção por hectare cultivado.

No âmbito do PAC, as áreas de Petróleo e Gás Natural em seus eixos de produção e exploração de petróleo, modernização e ampliação do parque de refino e produção de gás natural obtiveram os seguintes resultados globais: 26 obras foram iniciadas e 11 empreendimentos foram concluídos ou tiveram início de operação no ano de 2007, dentre eles as plataformas P-52 e P-54 e os gasodutos Cacimbas-Vitória e Carmópolis - Pilar.

A situação da malha de gasodutos, em todo território nacional, foi a seguinte: de um total de 4.548 km, 1.436 km estão em fase de construção ou testes, 2.480 km encontram-se em fase de projeto ou de licenciamento ambiental e 632 km foram concluídos. A malha atual, em operação, é de 6.243 km.

Ainda merece destaque neste campo, o Plano de Antecipação da Produção de Gás Natural na Região Sudeste – Plangás, constituído de projetos de exploração, produção, processamento, e infra-estrutura de transporte de gás natural. Ao longo de 2007, foram iniciados os processos de licenciamento ambiental dos campos de Uruguá-Tambaú e Mexilhão (Bacia de Santos) e Camarupim (Bacia do Espírito Santo), bem assim dos empreendimentos ligados ao setor de abastecimento: terminal de Cabiúnas (RJ), ampliação da Refinaria Duque de Caxias – REDUC (RJ) e adaptação dos terminais de Ilha Redonda e Ilha Comprida (RJ). Além disso, foram iniciadas as obras nos campos de Merluza – Lagosta e Canapu (Bacia de Santos) e na Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (ES).

Destaca-se também a assinatura, em novembro, do contrato de construção e montagem da unidade de gás natural da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão.

A produção média brasileira de petróleo foi de 1,83 milhão de barris por dia e a de gás natural de 49,2 milhões de m³ por dia. Com o objetivo de ampliar a oferta desses produtos, seis novas plataformas entraram em operação, o que permitiu uma oferta adicional, em dezembro, da ordem de 6 milhões de m³ por dia de gás natural e de 185 mil barris por dia de petróleo.

No início de 2007, as reservas nacionais de petróleo e gás natural eram da ordem de 12,2 bilhões de barris e de 347,9 bilhões de m³, respectivamente. Em novembro, a Petrobras anunciou a confirmação da descoberta da mencionada Reserva de Tupi, que se vislumbra ser o maior campo de petróleo e gás já descoberto no País, capaz de aumentar, sozinho, as reservas nacionais em até 50%. Confirmado esse fato, o Brasil entrará no seleto grupo de grandes produtores mundiais. A acumulação de petróleo leve e gás de Tupi poderá alcançar volumes entre 5 e 8 bilhões de barris equivalentes de petróleo, localizados em profundidades de 5 a 7 quilômetros. Essa descoberta se dá em seqüências sedimentares do pré-sal, na bacia de Santos, no litoral sudeste do País. A acumulação é parte de uma nova província petrolífera que pode se estender por uma área de 800 km por 200 km de extensão, nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

A Nona Rodada de Licitações foi realizada com sucesso, em novembro, e contou com a oferta de duzentos e setenta e um blocos. Da totalidade desses blocos, cento e dezessete (43%) foram arrematados por trinta e seis empresas, sendo vinte e duas de capital nacional. Destaque-se que sessenta e sete empresas foram habilitadas para o certame. Como resultado, houve a arrecadação de R\$ 2,2 bilhões a título de Bônus de Assinatura, que é valor recorde em comparação com as demais rodadas já realizadas no Brasil. Em relação ao Programa Exploratório Mínimo, estimam-se investimentos de R\$ 1,4 bilhão na execução dos trabalhos de prospecção nesses blocos nos próximos quatro anos.

O Governo, por intermédio da Petrobras, está investindo na melhoria da qualidade das refinarias para aumentar a produção e o valor agregado dos derivados produzidos. Está investindo, também, no abastecimento. Assim, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foi contratada a construção de vinte e três navios de grande porte em estaleiros nacionais.

No setor de petroquímica, destaca-se o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape. O Comperj produzirá derivados convencionais e petroquímicos básicos, otimizando o uso de petróleo nacional. A Petroquímica Suape produzirá 550 mil toneladas por ano de PTA (ácido tereftálico purificado), devendo entrar em operação em 2009. Na indústria petroquímica, os investimentos totalizam R\$ 7,36 bilhões entre 2007 e 2010, com destaque para os empreendimentos da Petrobras, por meio da Petroquisa.

No segmento de conhecimento geológico, teve continuidade a implementação de programas e ações para uma maior eficiência na gestão dos recursos minerais nacionais e para a aquisição de informações geológicas e geofísicas do território, com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria mineral. Foram realizadas ações que objetivaram a geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do território nacional, tendo sido realizados levantamentos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, e cobertura com aerogeofísica de alta resolução, visando facilitar e induzir o investimento privado em prospecção e pesquisa mineral.

As ações de modernização do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM proporcionaram resultados significativos para o setor mineral. Foi intensificado o foco nas outorgas minerais, tendo sido desenvolvidos três sistemas que operam totalmente em ambiente de rede, garantindo-se segurança, transparência e agilidade na emissão de títulos minerários. As ações de modernização da gestão mineral têm elevado o nível de confiança do investidor, aumentando expressivamente o número de novos requerimentos de pesquisa. Esse número ultrapassou a casa dos 22.000 novos requerimentos, ante um total de aproximadamente 7.700 requeridos no ano de 2002. Também como reflexo dessa modernização, o prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, diminuiu para três meses, no máximo.

ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

Esse Programa tem por objetivo atender às necessidades de energia elétrica da região Nordeste do País. Composto por 32 ações, basicamente, apresenta projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica aos consumidores. Dos vários projetos que foram desenvolvidos, apresenta-se o resultado das seguintes ações:

Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste (Ação integrante do PAC)

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF

Ampliações realizadas em 8 (oito) Subestações com a instalação de transformadores e reatores, destacando-se um total implantado de 560 MVA em transformadores. Conclusão da re-capacitação das linhas de transmissão Recife II / Joairam C1, C2 e C3 cada uma com extensão de 8 km e adequação da linha de transmissão Pau Ferro / Campina Grande II C1 e C2 para compatibilização com o reservatório da Barragem de Sirigi e cone de aproximação do aeroporto João Suassuna (Campina Grande). Foram desenvolvidas ações para atendimento às condicionantes ambientais e recuperação de áreas degradadas no sistema CHESF existente.

Sistema de Transmissão no Nordeste (Implantação de 4 Subestações Seccionadoras de 230 kV) (Ação integrante do PAC)

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF

Concluída a construção e montagem de: 08 entradas de linha, sendo: 04 na nova SE Joairam e 04 na nova SE Tauá; Concluída a construção e montagem da linha de transmissão 230 kV Milagres Tauá II assim como a SE Tauá II; Concluídos os projetos básicos e iniciados os processos para a obtenção de licenças das linhas de transmissão Funil/Itapebí, Paraíso/Açu, Picos/Tauá e Ibicoara Brumado; Prevista a construção do empreendimento Jardim/Penedo atualmente em fase de assinatura do contrato de concessão.

A expansão da capacidade instalada na Região Nordeste aumentou a oferta de energia elétrica para aquele mercado regional, ampliando a capacidade de intercâmbio de energia entre as regiões, trazendo maior segurança operacional ao sistema.

ENERGIA NA REGIÃO SUL

Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul (38 Km e reforços em 9 subestações) (Ação integrante do PAC)

Eletrosul

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
Implantação da Subestação Atlântida 2	12/05/2006	22.06.2007
Implantação da Subestação Gravataí 3	12/05/2006	30.11.2007
Ampliação da SE Osório 2	12/05/2006	06.05.2007
Implantação da LT Atlântida 2 – Osório 2	12/05/2006	06.05.2007
Seccionamento da LT Gravataí 2 – CIAG	12/05/2006	16.12.2007
Ampliação H da Subestação Jorge Lacerda A	03.10.2005	31.10.2007
Ampliação E da Subestação Jorge Lacerda B	03.10.2005	31.10.2007
Ampliação E da Subestação Dourados	03.10.2005	12.06.2007
Ampliação da Subestação Dourados Santa Cruz	03.10.2005	12.06.2007
Ampliação J da Subestação Campos Novos – Etapa 3	03.10.2005	09.03.2007
Recapitação do circuito 1, da Linha de Transmissão 230 kV Curitiba – Joinville	03.10.2005	18.03.2007
Ampliação B da Subestação Itajaí	03.10.2005	09.02.2007
Ampliação C da Subestação Itajaí	03.10.2005	23.09.2007
Substituição da Proteção da LT Guaíba – Dourados	09/06/2005	05.03.2007

Além destes empreendimentos e de outros que se encontram em fase de conclusão, em obra ou em licitação, foram realizados reforços e melhorias nas subestações e linhas de transmissão existentes do sistema de transmissão. Realização Física: 70% em relação ao programado para 2007.

A não realização plena desta Ação - composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na Região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema, foi motivada principalmente por questões relacionadas à obtenção de licenças ambientais.

Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77 MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 69 kV, com 30 Km de extensão (Ação integrante do PAC)

Eletrosul

Obras iniciadas em novembro, com 2% de realização física até dezembro/2007, correspondentes aos serviços de instalação do canteiro de obras e escavação comum.

Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361 MW (PR) e Sistema de Transmissão Associado em 230 kV com 41 Km e 110 Km de extensão (Ação integrante do PAC)

O cronograma inicial previsto para início das obras da usina vem sendo adiado tendo em vista a decisão judicial em sentença da 1ª Vara Civil Federal de Londrina – PR, em face da Ação Civil Pública promovida pelo MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, publicada em 02/10/2007, que impede a emissão da LI antes da realização da Avaliação Ambiental Integrada – AAI da bacia do Rio Tibagi. A referida decisão judicial está sendo contestada judicialmente pela União Federal e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, formado pelas Consorciadas Copel Geração S.A. (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (49%).

Implantação da Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS) (Ação integrante do PAC)

CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Obras civis iniciadas em maio com 11% de realização física até dezembro, correspondente aos serviços de instalação do canteiro de obras, terraplanagem, fundações, bases das unidades geradoras, sistema viário e edificações de apoio.

Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica de Canoas (RS) Acréscimo de 90 MW (Petrobras) (Ação integrante do PAC)

O projeto foi desmembrado em duas etapas, composto da conversão da usina termelétrica para bicombustível, visando garantir a confiabilidade da operação com matéria-prima alternativa (geração com óleo diesel) e uma segunda etapa atualmente em fase de projeto conceitual para definição entre fechamento de ciclo ou ciclo combinado. A Licença de Operação do Oleoduto que interliga a Refap à UTE foi emitida pela Fepam em 12/12/2007 e, em 19/11/07, a Aneel (SCG) emitiu Ato para UTE operar com Bicombustível.

ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO OESTE

Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ), 3º Circuito (345kV - 92 km) (Ação integrante do PAC)

O empreendimento foi adjudicado a Furnas por meio do Leilão ANEEL 001/2004 – lote G, de 30/09/2004. A Licença Prévia para construção foi emitida, com atraso, pela Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA e pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, do Rio de Janeiro, em 21 de setembro, com validade de dois anos. O prazo para obtenção da Licença de Instalação é até junho de 2008. O empreendimento encontra-se em fase de projeto e fornecimento de equipamentos. As obras civis já foram contratadas.

Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW (MG/GO), e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 75 km de extensão (Ação integrante do PAC)

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O contrato de concessão foi assinado no dia 15/08/2006.

Em andamento providências para obtenção da Licença de Instalação, em atendimento às condicionantes da Licença Prévia emitida pelo Ibama, como a transformação da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, junto à Agência Nacional de Águas (ANA). O Ibama emitiu, em 01/10/2007, a licença para captura, coleta e transporte de fauna silvestre. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan autorizou, em 18/10/2007, a elaboração do programa de prospecção e salvamento do patrimônio arqueológico, educação patrimonial e valorização do patrimônio cultural e paisagístico na área de influência da Usina.

Em fase de levantamento de campo, topografia e sondagem para avaliação e aquisição de áreas reservadas à Usina.

Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ) (Ação integrante do PAC)

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O contrato de concessão foi assinado em 15/08/2006.

O Ibama emitiu, em 15/01/2007, a Licença de Instalação nº 419/2007, autorizando a implantação da interligação da UHE Simplício à PCH Anta. Em agosto, foi emitida a Licença de Instalação nº 456/2007 que autoriza a implantação de uma barragem; duas casas de força (Anta e Simplício); um vertedouro; e uma série de canais, túneis, diques e reservatórios de Anta, Tocaia, Lourical, Calçado, Antonina e Peixe.

Na Usina de Simplício encontra-se em desenvolvimento o projeto executivo e arqueológico. As obras civis estão em fase de execução. Na PCH Anta, encontram-se em desenvolvimento os serviços de topografia e levantamento cadastral, e em andamento os serviços de escavações.

O empreendimento encontra-se atualmente com 12% de execução física.

Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160 MW - Petrobras (Ação integrante do PAC)

O projeto tem por objetivo a implantação da usina termelétrica Euzébio Rocha para o atendimento das demandas de energia elétrica e de vapor da Refinaria Presidente Bernardes, com excedente direcionado ao mercado. Os equipamentos principais já foram adquiridos. Encontra-se em andamento o projeto executivo, mobilização da construção & montagem, estaqueamento, fundações e suprimento dos equipamentos e materiais.

Implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS) - Ampliação da Capacidade para 350 MW (Ação integrante do PAC)

A Ação tem por objetivo a implantação do ciclo combinado na Usina Termelétrica Luís Carlos Prestes, ampliando a capacidade instalada dos atuais 258 MW para 372 MW. Projeto básico concluído e aprovado. Projeto em fase de licitação.

LUZ PARA TODOS

O Programa instituído pelo Governo Federal, tem como objetivo levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, a todos os moradores do meio rural que ainda não dispõem desse serviço. O propósito do Programa é que a energia seja utilizada não só para o conforto do beneficiado, mas principalmente como vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O alcance total do Programa até 2007 é de 7,1 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2007, levou energia elétrica, gratuitamente, para 1.950.000 pessoas em todo o País, compostas de 770 mil assentadas, 50 mil remanescentes de quilombos e 80 mil indígenas.

As famílias atendidas, a maioria de trabalhadores rurais, que vivem da produção e comercialização de produtos rurais, de leite e derivados, da criação de peixes ou da agricultura de subsistência, passaram a utilizar sistemas de irrigação, resfriadores de leite e refrigeradores para a conservação de pescados. A energia elétrica possibilitou o início das atividades dos Centros Comunitários de Produção – CCP, em todo o País.

Desde seu início, o Luz Para Todos implantou 3,3 milhões de postes, 508 mil transformadores e 634 mil km de cabos elétricos. O segmento industrial de eletrodomésticos tem sido incrementado, com a chegada do Programa nas comunidades.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Boa Vista Energia (Ação integrante do PAC)

A realização física, nesta ação, correspondeu a implantação de 31,31 km de rede de distribuição rural beneficiando 39 domicílios, com aproximadamente 195 pessoas. A realização financeira correspondeu a R\$ 784.187,00 (setecentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e sete reais).

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Companhia de Eletricidade do Acre – Eletoacre (Ação integrante do PAC)

A realização física, nesta ação, correspondeu a implantação de 2.632,2 km de rede de distribuição rural construída, beneficiando 6.376 consumidores. A realização financeira correspondeu a R\$ 57.176.516,00 (cinquenta e sete milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e dezesseis reais).

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Companhia Energética de Alagoas – CEAL (Ação integrante do PAC)

A realização física, nesta ação, correspondeu a implantação de 1.144 km de rede de distribuição rural construída, beneficiando 9.857 consumidores. A realização financeira atingiu R\$ 49.114.589,00 (quarenta e nove milhões, cento e quatorze mil e quinhentos e oitenta e nove reais).

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Centrais Elétricas de Rondônia S.A – Ceron (Ação integrante do PAC)

A realização física, nesta ação, correspondeu a 980,71 km de rede de distribuição rural construída beneficiando 3.138 consumidores.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Companhia Energética do Amazonas – CEAM (Ação integrante do PAC)

A realização física nesta ação correspondeu a 1.010,18 km de rede de distribuição rural construída, beneficiando 5.220 consumidores.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Manaus Energia S.A. (Ação integrante do PAC)

Não foram relatados fatos relevantes com relação à ação em 2007, tendo em vista que o pedido de financiamento solicitado para o segundo pacote de obras destinado ao referido programa encontra-se em análise na Eletrobrás.

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Companhia Energética do Piauí – Cepisa (Ação integrante do PAC)

O cumprimento das metas foi comprometido pela frustração na expectativa de realização de obras e de ligações de consumidores em virtude da rescisão em maio/2007 dos contratos n°s 350 e 351/2006 celebrados com a Construtora Gautama Ltda (em decorrência da operação Navalha e da declaração de sua inidoneidade pela CGU), que tinha por objeto a ligação de 15.850 domicílios até setembro/2007, tendo sido ligados apenas 132.

Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Convencional - (Metas e prioridades da LDO- MME)

Os recursos alocados nesta ação foram utilizados para complementação da fase quatro e implementação da fase cinco do plano de revitalização e capacitação dos sistemas fotovoltaicos instalados na área de atuação de Furnas Centrais Elétricas.

Foram utilizados também para transferência ao projeto PNUD, com o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos, e, ainda, para complementar os recursos necessários à implementação do projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica, instalada em Pari-Cachoeira sob a jurisdição do

Comando Militar da Amazônia que assegurará o atendimento de energia elétrica dos pelotões especiais de fronteira, comunidades indígenas e demais comunidades do entorno.

Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda - (Metas e prioridades da LDO - MME)

Os recursos alocados nesta ação, excetuando os valores relativos a doações e ingressos de capital estrangeiro destinadas a Programas de Cooperação Técnica não Reembolsáveis e suas respectivas contrapartidas, foram utilizados para transferência ao projeto PNUD com o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos. Complementar a implantação de projetos demonstrativos inovadores de sistemas de geração de energia elétrica com potência de até 200 kW, a partir de fontes sustentáveis objetivando o atendimento de demanda de localidades isoladas da Amazônia Legal Brasileira e, complementar também, os recursos necessários à implementação do projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica, instalada em Pari-Cachoeira sob a jurisdição do Comando Militar da Amazônia que assegurará o atendimento de energia elétrica dos pelotões especiais de fronteira, comunidades indígenas e demais comunidades do entorno.

Foram utilizados ainda para dar apoio a implementação de projetos de Centros Comunitários de Produção de gestão produtiva em comunidades rurais onde o uso produtivo e eficiente da energia elétrica seja instrumento para promover o aumento da renda, trabalho e melhoria da qualidade de vida.

ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

Implantação de Unidades de Produção de Biocombustíveis (Petrobras) (Metas e prioridades da LDO – MME)

A implantação das unidades de produção de biocombustíveis tem como objetivo atender ao estabelecido no plano de negócios 2008-2012 da companhia, que, dentre outras ações estabelece o desenvolvimento e a liderança na produção nacional de biodiesel para atendimento ao mercado brasileiro e atuação em oportunidades de mercados externos. Resultados alcançados em Candeias, Montes Claros e Quixadá: equipamentos em fabricação; em andamento a chegada de materiais na obra.

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2007) (Ação integrante do PAC)

Esta ação contempla a construção/conversão de novas Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) que irão compor os sistemas marítimos de produção de petróleo e gás natural em águas profundas, de forma a suprir essa necessidade por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural ao mercado interno, de modo a manter a auto-suficiência em petróleo, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa de gás natural.

Compreende a elaboração do projeto, execução da obra (licitação e construção/conversão das unidades), execução dos testes e pré-operação.

Foram entregues mais duas novas Unidades: a P-52 e a P-54. Em 28.11.2007, entrou em produção a plataforma P-52, e, em 11.12.2007, a plataforma P-54, ambas no campo de Roncador, na Bacia de Campos.

A plataforma P-52 é uma unidade do tipo semi-submersível e está instalada em lâmina d'água (distância entre a superfície e o leito marinho) de 1.800 metros, um recorde nacional de profundidade e foi projetada para produzir 180 mil barris de petróleo por dia quando atingir a capacidade máxima.

Essa nova unidade foi construída pela PNBV em consonância com as orientações da Petrobras de comprometimento com o desenvolvimento nacional com o incentivo à indústria brasileira, por meio de requisitos de conteúdo nacional mínimo. Os índices de nacionalização inicialmente previstos para as obras têm sido largamente superados ao longo da execução dos projetos. Na construção dessa plataforma foram gerados 3.500 empregos diretos e 7.500 indiretos, tendo alcançado o índice de 76% de conteúdo nacional, o maior já registrado na indústria naval brasileira.

A P-54 é uma plataforma de produção do tipo FPSO (unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência), construída a partir da conversão do navio Barão de Mauá, da frota da Petrobras.

Ela está ancorada numa lâmina d'água de 1.400 m e tem capacidade para processar 180 mil barris/dia de petróleo, comprimir 6 milhões de m³ de gás e estocar até 2 milhões de barris.

Assim como a P-52, a nova plataforma foi construída pela Petrobras dentro dos novos parâmetros de nacionalização. Com um conteúdo nacional de 63%, a obra da P-54 gerou 2.600 empregos diretos e 10 mil indiretos.

Prosseguiram, ainda, as obras da unidade P-51, que será ancorada no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, e que terá capacidade para produzir até 180 mil barris diários de petróleo. A plataforma P-51 foi a primeira semi-submersível (unidade flutuante de produção) a ser construída integralmente no Brasil, colocando o País na reduzida lista de nações tecnologicamente capacitadas para produzir este tipo de plataforma. Esta obra deverá gerar, no momento de pico, aproximadamente 4.800 empregos diretos e 14.400 indiretos.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia (Ação integrante do PAC)

Implantação de novos sistemas de produção de petróleo e gás natural nas Bacias da Amazônia, nos campos de Azulão, Araracanga, Japiim e outros ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção – poços produtores e injetores, árvores de natal, manifolds –, sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como as estações de tratamento de óleo e gás e a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema – estradas, portos, energia elétrica, etc.

A produção da Região Norte mostrou-se responsável por aproximadamente 3% da produção de petróleo da Petrobras, contribuindo para o crescimento do País e desenvolvimento da região por meio da economia de divisas e da consolidação de uma produção crescente.

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Araracanga, Azulão, Carapanaúba, Cupiúba, Igarapé Puçá, Japiim, Juruá, Nordeste de Juruá e Sudoeste de Juruá. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 20.000 bpd na capacidade de produção da região.

Os investimentos na ação foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue: desenvolvimento inicial de Azulão, com investimentos em execução de projeto básico nas áreas de off-site, contemplando as utilidades (tanques, tubulações, construção civil, etc.) necessárias à produção; e desenvolvimento inicial dos campos de Igarapé Puçá, Juruá, Nordeste de Juruá, Sudoeste de Juruá e Araracanga, com investimentos em EIA/RIMA e em execução de projeto conceitual.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste (Ação integrante do PAC)

Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural nas bacias da Região Nordeste, nos campos de Guaiúba, Dentão, Salema Branca e outros ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção – poços produtores e injetores, árvores de natal, manifolds –, sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como as estações de tratamento de óleo e gás e a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema – estradas, portos, energia elétrica, etc.

A produção da Região Nordeste mostrou-se responsável por aproximadamente 10% da produção de petróleo da Petrobras, contribuindo para o crescimento do País e desenvolvimento da região através da economia de divisas, auxiliando na manutenção da auto-suficiência em petróleo.

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Biquara, Baixa do Juazeiro, Dentão, Fazenda Junco, Guajá, Guaiúba, Sabiá, Siri, Salema Branca, Japuaçu, Irai, Lagoa Branca e Sardinha. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 9.000 bpd na capacidade de produção da região.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue: desenvolvimento inicial de Siri, com investimentos em perfuração e completação, construção, montagem e lançamento de 2 plataformas tipo caisson em lâmina de água de 7 m; lançamento de 18 km de dutos submarinos; e desenvolvimento inicial de Biquara, com investimentos em perfuração e completação e lançamento de uma plataforma tipo caisson em lâmina d'água de 18 m e respectivas facilidades de produção.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural da Bacia de Campos (Ação integrante do PAC)

Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural da Bacia de Campos, nos campos de Marlim Sul, Roncador, Papa Terra, Parque das Baleias (Jubarte, Cachalote, Baleia Azul, Baleia Anã e Baleia Franca), Parque das Conchas (Ostra, Abalone, Argonauta e Náutilus), Catuá e outros campos ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção – poços produtores e injetores – e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema.

A partir de 2007, esta ação contempla, também, as ações abaixo relacionadas: Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Roncador (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo Petrolífero de Marlim Sul (RJ) – No Estado do Rio de Janeiro; e Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Jubarte e Cachalote (ES) – No Estado do Espírito Santo.

A produção da Bacia de Campos mostrou-se responsável por aproximadamente 82% da produção de petróleo da Petrobras, contribuindo para o crescimento do País e desenvolvimento da região por meio da economia de divisas e da consolidação de uma produção crescente, auxiliando na manutenção da auto-suficiência em petróleo.

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Abalone, Argonauta, Baleia Azul, Baleia Franca, Baleia Anã, Cachalote, Catuá, Caxaréu, Jubarte, Mangangá, Náutilus, Ostra, Pirambu, Carapicu, Carataí, Maromba, Papa-Terra, Xerelete, Frade, Marlim Leste, Marlim Sul e Roncador. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 1.600.000 bpd na capacidade de produção da região.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento do Módulo 2 de Marlim Sul, com investimentos em perfuração e completação, sistema de coleta e escoamento para a P-51;
- Desenvolvimento do Módulo 1A de Roncador, com investimentos em perfuração e completação, sistema de ancoragem da P-52, sistema de coleta e escoamento;
- Desenvolvimento do Módulo 2 de Roncador, com investimentos em perfuração e completação, sistema de ancoragem da P-54, sistema de coleta e escoamento;
- Desenvolvimento da Fase 1 de Jubarte, com investimentos no sistema de coleta para a P-34; e
- Desenvolvimento inicial de Ostra/Argonauta/Abalone, investimentos em execução de projeto básico e perfuração e completação, construção do manifold de produção e construção de gasoduto.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo (Ação integrante do PAC)

Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural da Bacia do Espírito Santo, que consiste nos campos de Canapu, Inhambu, Camarupim e outros campos ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção – poços produtores e injetores – e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema – portos, energia elétrica, etc.

A produção da Bacia do Espírito Santo mostrou-se responsável por aproximadamente 4% da produção de petróleo da Petrobras.

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Biguá, Cangoá, Camarupim, Cancã, Canapu, Carapó, Jacupemba, Jacutinga, Saíra. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 80.000 bpd na capacidade de produção da região.

Os investimentos na concessão em 2007 foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como: desenvolvimento inicial de Camarupim, com investimentos em execução de projeto básico e início da construção do sistema de coleta; e desenvolvimento inicial de Canapu, com investimentos em execução de projeto básico e na construção do sistema de coleta do poço.

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos (Ação integrante do PAC)

Implantação dos novos sistemas de produção de petróleo e gás natural da Bacia de Santos, que consiste nos campos de Uruguá, Tambaú, Mexilhão, Lagosta, a área do BMS-46, a área do BS-400, a área do BS-500 e outros campos ainda em fase de avaliação. O sistema é formado pela infra-estrutura de produção – poços produtores e injetores – e parte dos sistemas de coleta, elevação e escoamento, bem como a estrutura de apoio necessária ao funcionamento do sistema – portos, energia elétrica, etc.

A produção da Bacia de Santos mostrou-se responsável por aproximadamente 0,1% da produção de petróleo da Petrobras. Apesar da pequena produção atual, a Bacia de Santos se apresenta hoje como o principal pólo produtor de gás para os próximos anos, sendo responsável por grande parte da oferta adicional de gás prevista no Plangás para 2010.

Atualmente fazem parte dessa ação o desenvolvimento dos campos de Atlanta, Carapiá, Cavalo-Marinho, Estrela-do-Mar, Lagosta, Mexilhão, Oliva, Pirapitanga, Tubarão, Tambaú, Tambuatá e Uruguá. Com a implementação do programa, espera-se o incremento de 280.000 bpd na capacidade de produção da região.

Os investimentos na concessão foram destinados a projetos de desenvolvimento da produção, como segue:

- Desenvolvimento inicial de Mexilhão, com investimentos em perfuração;
- Desenvolvimento inicial de Uruguá e Tambaú, com investimentos em perfuração, estudos meteo-oceanográficos e batimetria;
- Desenvolvimento inicial de Lagosta, com investimentos em estudos para desenvolvimento dos projetos conceitual e básico;
- Desenvolvimento inicial de Atlanta, com investimentos em perfuração; e
- Desenvolvimento inicial de Caravela, com investimentos em estudo para avaliação da oportunidade.

Exploração de Petróleo e Gás Natural (Ação integrante do PAC e Metas Prioritárias da LDO)

Esta Ação tem por objetivo a descoberta e incorporação de novas reservas de petróleo no território nacional, por meio da realização de levantamentos sísmicos, magnetométricos e gravimétricos em terra ou no mar, definição de áreas geográficas e geológicas potencialmente portadoras de hidrocarbonetos e perfuração de poços exploratórios.

A Petrobras declarou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a viabilidade comercial de 10 descobertas: 9 em terra e uma no mar. Algumas dessas áreas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural, enquanto outras foram incorporadas a campos vizinhos.

As dez áreas distribuem-se pela Bacia de Campos (1), pelo Espírito Santo (7) e pelas bacias do Norte e Nordeste (2). Em agosto, foram declaradas comerciais a descoberta dos campos de Xerelete, na Bacia de Campos, e as áreas de Fazenda São Rafael, Biguá, Córrego Cedro Norte, Tabuiaia, Cancã, Jacupemba e Área do 3-CCS-2-ES, localizadas na Bacia do Espírito Santo. Três declarações de comercialidade foram feitas para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste. Duas originaram campos: Guanambi, no Recôncavo Baiano, e Japuaçu, na Bacia Sergipe-Alagoas.

DESCOBERTAS DE PETRÓLEO E GÁS

A descoberta da maior província petrolífera nacional nas bacias do Sul e Sudeste foi o fato mais significativo da Petrobras em 2007, com potencial para situar o Brasil entre os países com os maiores reservatórios de petróleo e gás do mundo. A primeira área delimitada, na área de Tupi, possui volume estimado entre 5 e 8 bilhões de barris de óleo leve.

A descoberta da nova reserva foi anunciada em novembro, após a conclusão de testes de formação do segundo poço na área de Tupi, na Bacia de Santos, e a avaliação da camada pré-sal da região litorânea Sul e Sudeste. Foram perfurados 15 poços de até 5 mil metros de profundidade, em lâmina d'água acima de 2 mil metros.

O volume recuperável de Tupi ultrapassa com larga margem os 3 bilhões de barris existentes no campo de Roncador, na Bacia de Campos, até então o maior do País. A Petrobras é a operadora e detém 65% do capital, tendo como parceiras a britânica BG Group, com 25%, e a portuguesa Petrogal/Galp, com 10%.

Além de Tupi, também na Bacia de Santos, a parceria entre a Petrobras (operadora e detentora de 80%) e a Galp Energia (20%) para exploração em águas profundas do bloco BM-S-21 comprovou a existência de uma jazida de óleo leve no pré-sal. O poço descobridor está localizado a 280 km da costa do estado de São Paulo em lâmina d'água de 2.234 metros e a uma profundidade de 5.350 metros, a partir do leito marinho. O poço não foi testado por questões operacionais e de logística.

Na Bacia do Espírito Santo, foram descobertos novos reservatórios de gás natural ao norte do campo de Camarupim, confirmando o grande potencial de gás e óleo leve dessa bacia, que já responde por parte substancial dos projetos do Plangás. O bloco exploratório é operado pela Petrobras, que tem 65% de participação. A empresa norte-americana El Paso Corporation detém os 35% restantes.

No ano, foram perfurados e concluídos 109 poços, sendo 77 em terra e 32 no mar. O índice de sucesso exploratório foi de 58%.



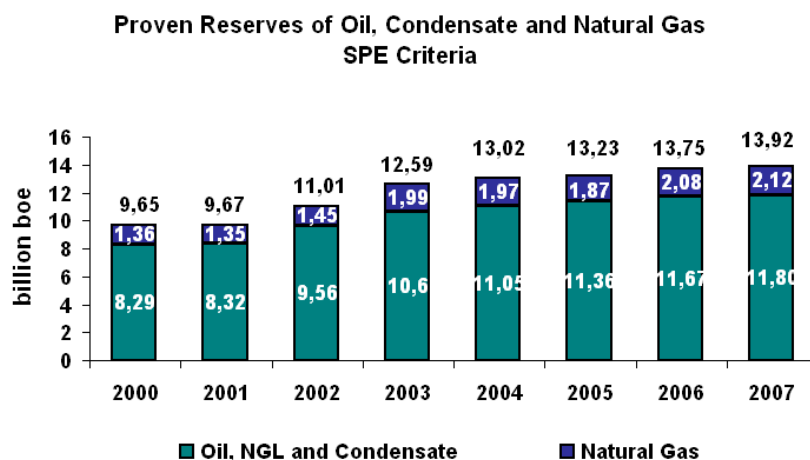
NOVOS BLOCOS EXPLORATÓRIOS

Na 9ª Rodada de Licitações da ANP, em novembro, a Petrobras adquiriu 27 dos 57 blocos que disputou, somando 10.476 km². Os bônus oferecidos pela Empresa e seus parceiros totalizaram R\$ 308.983.903,00. A parcela da Petrobras foi de R\$ 195.518.886,50. Dos 27 blocos adquiridos, a empresa é operadora em 22, sendo 16 em associações e seis com direitos exclusivos. Nos outros cinco blocos, a operação cabe a seus parceiros.

Com as aquisições e as devoluções feitas ao longo do ano, o portfólio de concessões exploratórias passou a contar com 305 blocos, totalizando 132 mil km². Além disso, outras 25 áreas, com 7,7 mil km² em operação, encontram-se em fase de avaliação de descobertas. A área exploratória atual da Petrobras abrange 140 mil km².

RESERVAS PROVADAS

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras, no País, atingiram 13,9 bilhões de boe (barril de óleo equivalente) em 2007 pelo critério ANP/SPE – um aumento de 1,2 % em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas ao longo do ano foi de 875 milhões de boe, contra uma produção acumulada de 708 milhões de boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 124 %. Isso significa que, para cada barril de óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,24 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,6 anos.



As apropriações de volumes descobertos em campos com declarações de comercialidade, realizadas ao longo de 2007, foram em parte responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Algumas dessas declarações foram feitas em áreas próximas a campos em fase de desenvolvimento e, portanto, incorporadas a seus

ring fences. Outro fator que contribuiu para a incorporação de reservas provadas foi o gerenciamento de reservatórios em campos já descobertos, em fase de desenvolvimento ou em fase de produção.

REFINO DE PETRÓLEO

A crescente demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade adequadas exige a adoção de ações visando garantir o seu atendimento. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental e maximizando o uso de matéria prima nacional, representam uma oportunidade de desenvolvimento para o País, decorrendo, assim, deste programa, ganhos para a balança comercial brasileira.

Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial com seu consequente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no País, e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

A adequação do parque de refino às crescentes demandas quantitativas e qualitativas exige uma estratégia de implementação baseada em cenários traçados para a evolução dos fatores determinantes destas demandas. Ao mesmo tempo, deve consolidar um modelo de planejamento que considere todo o parque de refino como uma única instalação, permitindo desta forma a otimização das propostas de implantação de novas unidades ou de ampliação daquelas existentes. Definida a carteira de unidades, reorganizam-se as mesmas de acordo com ações previamente firmadas, buscando desencadear um processo de implementação padrão: projeto básico; projeto de detalhamento; suprimento e construção e montagem.

Dentro desta política, as refinarias passam por adaptação de unidades existentes e construção de novas, visando maior processamento de petróleo pesado nacional, gerando com isso redução nas importações de petróleo e economia de divisas. Simultaneamente, busca-se o enquadramento dos derivados nas novas demandas ambientais e a otimização da produção de maior valor agregado para os mercados.

Hoje, a maioria dos investimentos integrantes das ações do programa Refino de Petróleo se encontra em fase final de planejamento ou em construção e montagem.

Alinhada com a política de desenvolvimento nacional, o Refino mantém em seus contratos a predominância do conteúdo nacional, de forma a trazer o desenvolvimento à indústria brasileira de bens e serviços. A qualificação da mão de obra terceirizada, que é uma das molas propulsoras de suas atividades, também vem sendo incentivada por meio de ações específicas no âmbito do Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural).

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - Reman, localizada no Município de Manaus (AM) (Ação integrante do PAC)

Os projetos da Unidade de Hidrotratamento de diesel, da Unidade de Hidrotratamento de nafta e da Reforma Catalítica encontram-se em início de fase de execução de projeto conceitual.

O Projeto para substituição do compressor e soprador da Unidade de Craqueamento Catalítico por máquinas centrífugas e o Projeto da Unidade de Tratamento Cástico Regenerativo encontram-se em início de fase de desenvolvimento de projeto básico. O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 2 milhões.

O desenvolvimento dos empreendimentos envolveu o gerenciamento e a assinatura de diversos contratos com diferentes empresas fornecedoras de bens e serviços nas modalidades de projetos, obras civis, montagem eletro-mecânica, urbanização e outros, que originaram mais de 21 (vinte e um) mil empregos diretos nas refinarias do Sistema Petrobras.

Nestes contratos foi mantida a linha política de desenvolvimento do País com a predominância do conteúdo nacional, de forma a trazer o desenvolvimento à indústria brasileira.

Alguns fatores como a capacidade de atendimento do mercado fornecedor de bens e de serviços de construção e montagem, em função do aquecimento do mercado têm constituído ameaça ao cumprimento do

cronograma original da ação, que vem sendo continuamente reavaliado de forma integrada, buscando a mitigação dos riscos envolvidos.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste – Lubnor, localizada no Município de Fortaleza (CE) (Ação integrante do PAC)

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 3,8 milhões. Os projetos da Unidade de Hidrotratamento de Gasóleo, da Unidade Geradora de Hidrogênio e da Unidade de Tratamento de Águas Ácidas, pertencentes à duplicação da ULUB, e o projeto da Estação de Tratamento de Despejos Industriais encontram-se em fase de planejamento de projeto conceitual. O projeto de adequação do Parque de GLP, à norma Petrobras, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão - RPBC, localizada no Município de Cubatão (SP) (Ação integrante do PAC)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 2.200 m³/d e da Ampliação da Reforma Catalítica, para uma capacidade de processamento de 2.300 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina. Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da adaptação das Unidades Industriais e instalações do Plano de Produção Antecipada de Gás (Plangás). O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 265 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, localizada no Município de São Francisco do Conde (BA) (Ação integrante do PAC)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidades de processamento de 5.000 m³/d e 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina. O projeto de construção e montagem de uma nova Unidade de Hidrotratamento de Diesel, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel e com capacidade de processamento de 8.500 m³/d, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico. O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 74 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias – Reduc, localizada no Município de Duque de Caxias (RJ) (Ação integrante do PAC)

As obras de construção e montagem da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, e da Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 2.000 m³/d, encontram-se em fase final.

Iniciada a fase de obras da Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da adaptação das Unidades Industriais e instalações do Plano de Produção Antecipada de Gás (Plangás).

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação da Unidade U-1250, para uma capacidade de processamento de 9.000 m³/d.

O Projeto de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d e pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel encontra-se em início de fase de planejamento de projeto conceitual.

O Projeto do Novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 13,6 MWh, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

O Projeto da Unidade de Hidrocraqueamento Catalítico, com capacidade de processamento de 5.500 m³/d, encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 947 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - Regap, localizada no Município de Betim (MG) (Ação integrante do PAC)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, e de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

O projeto de construção de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.500 m³/d e que pertence a Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel, encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

O projeto de construção de uma Unidade de Propeno, com capacidade de processamento de 116.000 t/ano, encontra-se em fase de planejamento de projeto básico.

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 180 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba – REVAP, localizada no Município de São José dos Campos (SP) (Ação integrante do PAC)

O projeto da Unidade de Propeno, com capacidade de processamento de 180.000 t/ano, está em fase final de obras e entrará em operação em 2008.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem do novo Turbo expensor, com capacidade de geração de 22,2 MWh.

Iniciada a fase de obras da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade de Diesel.

Iniciada a fase de obras, também, da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d.

Os Projetos da Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 7.000 m³/d, da Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, e da Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 1.500 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina, encontram-se em fase de projeto executivo, construção e montagem..

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 722 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - Replan, localizada no Município de Paulínia (SP) (Ação integrante do PAC)

Iniciada a fase de obras da Unidade de Propeno, capacidade de processamento de 265.000 t/ano, e do novo Pátio de Coque.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de duas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, cada uma com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, e de uma Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 2.620 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

O Projeto de uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 10.000 m³/d e pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel encontra-se em fase de planejamento de projeto conceitual.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação das Unidades Destilação Atmosférica e a Vácuo U-200 / U-210, para uma capacidade de processamento de 33.000 m³/d, e do novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 16 MWh.

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 346 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - Recap, localizada no Município de Mauá (SP) (Ação integrante do PAC)

Os principais projetos desta ação, a Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 4.000 m³/d, e a Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 2.000 m³/d, encontram-se em fase de planejamento de projeto básico. O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 52 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, localizada no Município de Araucária (PR) (Ação integrante do PAC)

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem de uma Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d, de uma Unidade de Reforma Catalítica, com capacidade de processamento de 1.000 m³/d e de uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, com capacidade de processamento de 3.000 m³/d, pertencentes à Carteira de Melhoria da Qualidade da Gasolina.

Iniciada, também, a fase de projeto executivo, construção e montagem da Unidade de Propeno com capacidade de processamento de 116.000 t/ano, e da Unidade de Hidrotratamento de Diesel, com capacidade de processamento de 6.000 m³/d, pertencente à Carteira de Melhoria da Qualidade do Diesel.

Iniciada a fase de projeto executivo, construção e montagem da Ampliação da Unidade Destilação Atmosférica e a Vácuo U-2100, para uma capacidade de processamento de 35.000 m³/d, e da Unidade de Coqueamento Retardado, com capacidade de processamento de 5.000 m³/d.

O Projeto do novo Turbo – Otimização Energética, com capacidade de geração de 20.6 MWh, e da Unidade de Tratamento de Solventes Leves, com capacidade de processamento de 260m³/d, encontram-se em fase de planejamento de projeto básico.

O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 318 milhões.

Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap, localizada no Município de Canoas (RS) (Ação integrante do PAC)

O projeto de construção das novas Unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina de Hidrotratamento de Diesel, pertencentes às Carteiras de Melhoria da Qualidade da Gasolina e do Diesel, está em fase de planejamento de projeto básico. O investimento total realizado na ação atingiu cerca de R\$ 172 milhões.

TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

Tem como objetivo reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

O Programa foi constituído para compor uma frota de navios petroleiros adequada ao perfil da demanda, considerando fluxos de carga, exigências de segurança, proteção ao meio-ambiente e qualidade dos produtos transportados. No desenvolvimento do programa, teve relevante participação a empresa Petrobras Transporte S/A - Transpetro, criada por força da Lei 9.478/97.

Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais (Ação integrante do PAC)

Essa Ação diz respeito ao Programa Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro – Promef.

É importante destacar que o Promef marca o renascimento da indústria naval de embarcações de grande porte no Brasil. Este é o primeiro passo para que as empresas do setor comecem a disputar mercado com a Coreia, China e Japão, maiores construtores navais do mundo, além de ser a principal iniciativa do Governo Federal

nessa área. O investimento será financiado pelo Fundo de Marinha Mercante (FMM) e poderá ser pago em 20 anos. O lançamento da licitação foi no dia 10 de outubro de 2005, em Niterói, no Rio de Janeiro.

As principais premissas do Programa, expressas no edital de licitação, são: construir os navios no Brasil; alcançar até 65% de conteúdo nacional, segundo critérios definidos pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp); e tornar os estaleiros competitivos em nível internacional.

Os recursos previstos para a construção dos navios são provenientes do Fundo de Marinha Mercante, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O cronograma de contratação dos navios contempla a construção de 26 embarcações até 2012 com a criação de 22 mil postos de trabalho. Uma vez incorporados à frota da Transpetro, esses novos navios representarão aumento em sua capacidade de transporte de 2,4 milhões de toneladas de porte bruto (TPB).

Principais Eventos

Em janeiro foi aprovado e liberado pelo BNDES o financiamento para compra dos 10 primeiros navios-tanque que serão construídos pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A., no Complexo Industrial e Portuário de Suape, no município de Ipojuca, em Pernambuco. A assinatura dos contratos para a construção dos navios ocorreu em 31/01/2007.

Em abril foi ampliada para 46% a participação no financiamento das obras de construção dos 26 navios. Com essa medida houve redução de exigências referentes as garantias de empréstimos sobre os estaleiros.

Em junho o BNDES aprovou o financiamento de R\$ 564,5 milhões para a construção de quatro navios encomendados pela Transpetro junto ao estaleiro Mauá Jurong, em Niterói.

Entrou em eficácia no dia 16/08/2007 a primeira fase do programa Modernização e Expansão da frota da Transpetro - Promef 1 – por meio do contrato com o Estaleiro Atlântico Sul - 10 navios do tipo Suezmax.

Em novembro foi realizada a assinatura dos contratos com o estaleiro Mauá Jurong (RJ) para a construção de 4 navios de produtos, no dia 30/11/2007.

O investimento total realizado na aquisição de navios atingiu cerca de R\$ 140.3 milhões.

A realização de 46% nesta ação se deu em função do atraso nas licitações para construção e investimentos nos estaleiros, o que não permitiu o início de realização física do projeto.

A realização financeira é relativa aos custos de gastos com materiais, pessoal, serviços e outros encargos, além de taxas de comissionamentos estabelecida para o projeto de financiamento para construção de 10 navios, e em agosto a realização se deu em função da primeira liberação de recursos dos financiamentos do Fundo de Marinha Mercante (FMM) ao estaleiro Atlântico Sul.

BRASIL COM TODO O GÁS

Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural no Porto de Pecém (CE) (Ação integrante do PAC)

O escopo deste projeto compreende a instalação de facilidades de recebimento de GNL - Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural sobre o Pier 2 do Terminal Portuário de Pecém, assim como sua adequação estrutural para permitir a atracação de navios de GNL. A capacidade de despacho será de: 7 milhões m³/dia de gás natural. Emitida Licença de Instalação - LI em 26/10/2007; Emitida Autorização de Construção - AC em 18/12/2007.

Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural na Baía de Guanabara RJ) (Ação integrante do PAC)

Ação também prevista no plano de negócios vigente, com o objetivo de atendimento à chamada demanda flexível, representada pelas usinas termelétricas. Dessa forma, o projeto contribui para o aumento da segurança do abastecimento energético nacional.

O escopo deste projeto compreende a construção de um novo píer, assim como a instalação de facilidades de recebimento de GNL - Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural nesse mesmo píer, para a implantação do Terminal Flexível de GNL nas proximidades do píer secundário do Terminal da Ilha D'água, na Baía da Guanabara – RJ. A capacidade de despacho de GN: 20 milhões m³/dia de gás natural.

Publicado Decreto de Utilidade Pública - DUP do gasoduto Pier – Campos Elíseos em 08/01/2008; Emitida LI em 23/11/2007; Publicada AC do gasoduto terrestre e marítimo no DOU em 19/12/2007.

Desenvolvimento do Projeto de Ampliação da Capacidade de Transporte da Perna Sul do Gasoduto Bolívia-Brasil (Ação integrante do PAC)

O projeto de ampliação aumentará a capacidade de fornecimento de gás natural para a Região Sul do País, por meio da construção de novas estações de compressão. A capacidade será aumentada de 7,38 Mm³/dia para 12,57 Mm³/dia por meio de estações de compressão em Capão Bonito (turbina a gás) e Paulínia (acionamento elétrico), ambos em SP. Realizada vistoria de campo na Estação de Compressores de Capão Bonito pelo Ibama em 10/10/2007. Conclusão do EAR em 11/10/2007.

Ampliação da Malha Sudeste (TNS) (Ação integrante do PAC)

Para garantir o suprimento atual da demanda de gás natural no Sudeste e melhorar a logística de distribuição de forma a suportar a crescente demanda, seja por meio de investimentos diretos em novos gasodutos ou através de melhorias e adequações da infra-estrutura atual de escoamento de gás natural, a Ação, integrante do programa Brasil com Todo Gás, abriga os seguintes projetos: construção de novos gasodutos: Gasbel-II, Gaspal-II, Gasduc-III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e Japeri-Reduc; estações de compressão de Volta Redonda, Campos Elísios, Vale do Paraíba e Terminal de Guararema; serviços de compressão de Tapinhão, Mantiqueira, Congonhas, Suzano, São Bernardo, Reduc e Silva Jardim; pontos de entrega nos gasodutos Gasan, Gasbel, Gaspal, Gasvol, Campinas-Rio, Paulínia-Jacutinga, e anel de gás residual da Reduc.

Os gastos foram iniciados com os Projetos Básicos de construção do gasoduto Gasbel II, Gasduc III, Caraguatatuba-Taubaté, Paulínia-Jacutinga e contratação de EPC para o Ramal do Anel Residual da Reduc.

Implantação do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus – No Estado do Amazonas (Ação integrante do PAC)

Esse gasoduto permitirá escoar a produção de gás natural dos pólos de Urucu e Juruá, para atendimento do mercado termelétrico do Estado do Amazonas e terá capacidade para escoar 10,5 milhões m³/dia, com extensão de 383 km e diâmetro de 20 pol. Obra em andamento com 308 km de duto enterrado, de um total de 661 km.

Implantação do Gasoduto Cacimbas-Vitória (ES) com 128 Km (Ação integrante do PAC)

Esse gasoduto corresponde ao primeiro trecho do GASENE, que permitirá interligar as malhas das Regiões Nordeste e Sudeste. Até a conclusão dos demais trechos, permitirá levar o gás novo da Bacia do Espírito Santo para Vitória. Terá capacidade de escoamento de 20 milhões m³/dia, com uma extensão de 117 km em 26 polegadas na linha tronco, e um ramal de 13 km em 16 polegadas. Resultados Alcançados: Gasoduto concluído; Início da Operação em 31/10/2007.

Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Ação integrante do PAC)

A fim de garantir o suprimento atual da demanda de gás natural no Sudeste e melhorar a logística de distribuição de forma a suportar a crescente demanda, seja por meio de investimentos diretos em novos gasodutos ou através de melhorias e adequações da infra-estrutura atual de escoamento de gás natural, a Ação, integrante do programa Brasil com Todo Gás, abriga os seguintes projetos:

Gastos com gerenciamento no gasoduto Japeri – Reduc, gastos com terrenos e servidão para construção de city-gates na Macaé Merchant, Betim II e Brumadinho. Estações de compressão em Volta Redonda e Congonhas, bem como, aquisição de terrenos para construção dos Gasodutos Caraguatatuba-Taubaté, Gasbel II, Paulínia-Jacutinga, Japeri – Reduc, Gaspal II e Gasduc III.

Foram realizados gastos com aerolevantamentos, avaliação ambiental e Gerenciamento do Gasoduto Japeri-Reduc, instalação de City-gates e aquisição de terreno para construção do gasoduto Campinas-Rio, Caraguatatuba-Taubaté e Paulínia-Jacutinga.

Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (Ação integrante do PAC)

Ampliação da malha de gasodutos responsável pelo transporte de gás natural na região Nordeste do País, visando otimizar e flexibilizar o abastecimento dos mercados da região. O projeto é constituído pelos seguintes gasodutos:

- Gasoduto Pilar (AL) - Ipojuca (PE); Extensão. 189 km; Diâmetro. 24 Pol; Capacidade. 15 milhões m³/dia;
- Gasoduto Atalaia - Itaporanga (SE); Extensão. 29 km ; Diâmetro. 14 Pol ; Capacidade. 3,1 milhões m³/dia;
- Gasoduto Catu (BA) - Itaporanga (SE); Extensão. 196 km; Diâmetro. 26 Pol; Capacidade. 10 milhões m³/dia;
- Gasoduto Itaporanga - Carmópolis (SE); Extensão. 69 km; Diâmetro. 26 Pol ; Capacidade. 10 milhões m³/dia;
- Gasoduto Carmópolis (SE) - Pilar (AL); Extensão. 175 km; Diâmetro. 26 Pol; Capacidade. 10 milhões m³/dia;
- Gasoduto Açú - Serra do Mel (RN); Extensão. 31 km; Diâmetro. 14 Pol; Capacidade. 3 milhões m³/dia;
- Iniciada, em Outubro, a operação dos gasodutos Carmópolis - Pilar, Itaporanga - Carmópolis e Atalaia - Itaporanga; e
- Emitida LO do gasoduto Açú-Serra do Mel, pelo IDEMA/RN em 17/12/2007; e Comissionamento e teste do gasoduto Açú – Serra do Mel concluído em 03/01/2008.

ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL (ANP)

Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural (Ação integrante do Projeto Piloto de Investimentos Públicos)

A Superintendência de Definição de Blocos (SDB/ANP) tem como uma de suas atribuições, segundo a Portaria ANP 160/2004, a função de promover estudos geológicos, geofísicos e geoquímicos no sentido de elevar o conhecimento dos sistemas petrolíferos das bacias sedimentares brasileiras, para fins de licitar, contratar e fiscalizar a execução desses estudos, necessários para o cumprimento das atividades previstas no art. 50 da Lei 9.478/97.

Para isso, foram elaborados e licitados seis projetos, totalizando investimentos de 81,8 milhões de reais. Os valores a seguir estão em mil reais e os projetos licitados foram nove.

Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos na Bacia do São Francisco (Porção Norte)

Custo Total do Projeto: R\$ 11.900

Valor pago em 2007: R\$ 0

Parte Física Concluída: 5%

Aerolevantamento - Aquisição de dados gravimétricos e magnetométricos nas bacias do Acre, Madre de Deus e Sul da Bacia de Solimões (Acre e Amazonas)

Custo Total do Projeto: R\$ 21.009

Valor pago em 2007: R\$ 0

Parte Física Concluída: 5%

Levantamento Geoquímico na Bacia do Parecis (Mato Grosso);

Custo Total do Projeto: R\$3.000

Valor pago em 2007: R\$950

Parte Física Concluída:30%

Levantamento Sísmico - Bacia do Parnaíba (Maranhão e Piauí)

Custo Total do Projeto: R\$ 41.511

Valor pago em 2007: R\$ 0

Parte Física Concluída:5%

Levantamento Geoquímico - Bacia do Acre (Acre)

Custo Total do Projeto: R\$ 3.010

Valor pago em 2007: R\$ 0

Parte Física Concluída: 5%

Levantamento Geoquímico - Bacia de São Luis (Maranhão)

Custo Total do Projeto: R\$ 1.380

Valor pago em 2007: R\$ 0

Parte Física Concluída:5%.

Além desses novos projetos, a ANP, pela ação Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados a Prospecção de Petróleo e Gás Natural, possui em andamento mais seis contratos firmados em 2005 com Universidades Federais e Estaduais com o intuito de acompanhar a evolução do conhecimento das bacias sedimentares brasileiras.

Estudo de sistemas petrolíferos - Bacia de Pelotas (SC e RS)

Custo Total do Projeto: R\$ 1.344

Valor pago em 2007: R\$ 1.008

Parte Física Concluída: 90%

Estudo de sistemas petrolíferos - Bacia do Espírito Santo e Cumuruxariba (ES e BA)

Custo Total do Projeto: R\$ 3.378

Valor pago em 2007: R\$ 1.088

Parte Física Concluída: 40%

Contratação de estudo sobre a transição entre bacias de Sergipe-Alagoas e Pernambuco-Paraíba
Custo Total do Projeto: R\$ 3.360
Valor pago em 2007: R\$ 0
Parte Física Concluída: 95%

Estudo de sistemas petrolíferos de Rochas Carbonáticas (Rio RJ e ES)
Custo Total do Projeto: R\$ 2.732
Valor pago em 2007: R\$ 341
Parte Física Concluída: 85 %

Estudo de sistemas petrolíferos - Bacia do Recôncavo (Bahia)
Custo Total do Projeto: R\$ 2.800
Valor pago em 2007: R\$ 1.711
Parte Física Concluída: 90%

Estudo - Interpretação e mapeamento dos sistemas petrolíferos da Bacia de Campos (RJ e ES)
Custo Total do Projeto: R\$ 2.668
Valor pago em 2007: R\$ 177
Parte Física Concluída: 100%

Outros dois contratos, para levantamentos geológicos foram assinados em 2006 e estão em andamento. São os seguintes:

Geoquímica de assoalho oceânico na Bacia de Pelotas (SC e RS)
Custo Total do Projeto: R\$17.000
Valor pago em 2007: R\$ 0
Parte Física Concluída:60%

Aerolevantamentos das Bacias de São Luís, Bragança-Vizeu, Marajó e Amazonas (Pará)
Custo Total do Projeto: R\$29.242
Valor pago em 2007: R\$972
Parte Física Concluída: 90%.

MINERAÇÃO

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM tem como objetivo principal de suas estratégias a missão de gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

Tem como público alvo, dessa estratégia empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais, bem como empresas privadas que atuam no setor mineral, além de se estender a interessados de outros segmentos da sociedade, que compõem a assim chamada comunidade geocientífica.

As estratégias setoriais têm como justificativa a descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do território nacional, em anos recentes até 2002, que tem comprometido a atração de investimentos privados para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações geológicas e hidrogeológicas básicas para subsidiar o ordenamento territorial.

GEOLOGIA DO BRASIL

A CPRM executa esse Programa abrangendo as seguintes ações finalísticas: Levantamentos Geológicos, Levantamentos Geofísicos, Levantamentos Hidrogeológicos, Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil, Laboratório de Análises Minerais – Lamin e Gestão da Informação Geológica. Inseridos no PPI – Projeto-Piloto de Investimentos Públicos, foram executados 22 empreendimentos (projetos), distribuídos segundo três das ações: Levantamentos Geológicos, Levantamentos Geofísicos e Gestão da Informação Geológica, que apresentaram as seguintes produções, conforme descrito na tabela a seguir:

AÇÃO	INDICADOR	EXECUÇÃO FÍSICA		
		PREVISTA	EXECUTADA	PERCENTUAL
Levantamentos Geológicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	Área Levantada (km ²)	541.000	185.022	34%
Levantamentos Geofísicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	Área Levantada (km ²)	106.000	65.913	62%
Gestão da Informação Geológica (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	Informações Baixadas (Gigabytes)	1.440	2.048	142%

Com referência à execução financeira dos empreendimentos do PPI da CPRM, segue abaixo um quadro de percentual da execução total, além da sua discriminação por Ação, em função dos valores previstos:

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA		
	LIBERADO	EMPENHADO	EXECUTADO
Levantamentos Geológicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	92%	75%	29%
Levantamentos Geofísicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	100%	97%	60%
Gestão da Informação Geológica (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)	87%	86%	12%
Total	98%	91%	38%

Os empreendimentos do PPI da CPRM previam o início da execução dos trabalhos, em sua maioria, no início de 2007. No entanto, a adoção dos procedimentos do PAC no acompanhamento de sua execução retardou a liberação dos recursos orçamentários, que só aconteceram no mês de maio, resultando que o período efetivo de trabalho em 2007 ficou restrito a apenas 7 meses.

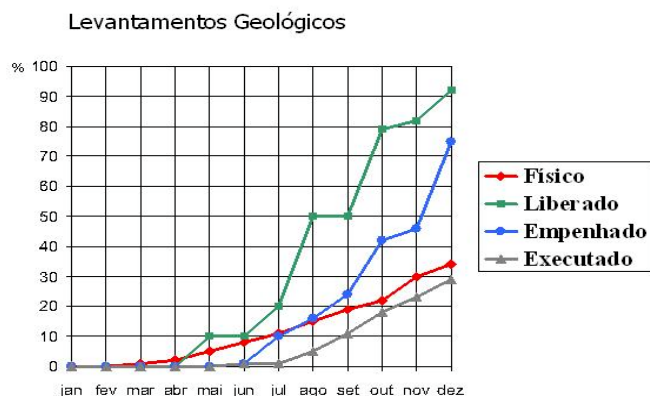
Levantamentos Geológicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)

Tem por finalidade gerar informações visando o conhecimento do solo e subsolo, a avaliação dos recursos minerais e hídricos subterrâneos, a gestão ambiental, o planejamento territorial e a proteção do patrimônio natural, contemplando a geração de informações de cartografia geológica em escala adequada, estudos de campo, coleta sistemática de amostras, análises petrográficas, químicas, isotópicas, geocronológicas e paleontológicas, interpretação de fotografias aéreas, imagens de satélites, dados de levantamentos geofísicos e geoquímicos, estruturando os dados e informações resultantes em Sistema de Informações Geográficas-SIG para divulgação pública.

Em função do atraso na liberação dos recursos, a execução física dos 17 empreendimentos do PPI/PAC resultou em um nível aquém do previsto (34%). Essas atividades demandaram um prazo entre 18 e 24 meses para a sua conclusão, prazo esse variável em função dos objetivos do projeto, das dificuldades de acesso e das condições climáticas reinantes na região.

Foram executados 8.340 km de caminhamento geológico, com 4.133 afloramentos de rocha estudados, tendo sido coletadas 3.174 amostras de rocha e 2.763 amostras de sedimentos de corrente ou de solo, amostras essas destinadas para análises laboratoriais.

A figura abaixo mostra o resultado da execução física e financeira global dos empreendimentos no âmbito desta Ação.



Levantamentos Geofísicos (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)

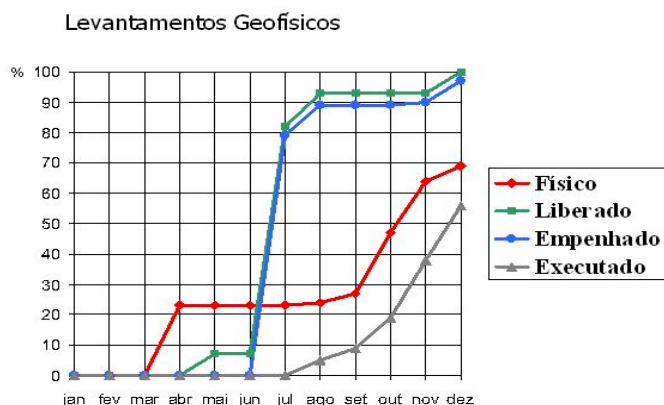
Sua finalidade é subsidiar a geração do conhecimento geológico e hidrogeológico do Brasil, visando atrair investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, e auxiliar a gestão e o planejamento territorial. É de importância fundamental para subsidiar os trabalhos de levantamentos geológicos, principalmente em áreas ínvias.

Já com relação aos empreendimentos desta Ação, a execução dos aerolevantamentos é dependente de janelas climáticas propícias para a realização dos vãos, em sua maior parte posicionadas entre os meses de abril e outubro. Devido ao atraso na liberação dos recursos, a execução física dos empreendimentos, prevista para ocorrer integralmente em 2007, reduziu a parcela executada a 62%, ficando a conclusão dos levantamentos para 2008.

Os três empreendimentos de aerolevantamento (Borda Leste da Borborema, Reserva Nacional do Cobre-RENCA e Tumucumaque) tiveram produção no mês de dezembro, tendo o Renca concluído a etapa de vãos. Os demais apresentaram uma produção acumulada, até o final de 2007, de 69% e 59% da extensão prevista de perfis aerogeofísicos, respectivamente no Borda Leste da Borborema e no Tumucumaque. Quanto ao empreendimento de modernização dos equipamentos de geofísica, a CPRM está aguardando a entrega de parte dos equipamentos, ainda dentro do prazo de entrega proposto na licitação. Vale salientar que são equipamentos importados e que a demanda externa por esses tipos de equipamentos está aquecida.

Com relação à produção aerogeofísica nos empreendimentos do PPI, foram levantados 83.396 km de perfis no Borda Leste da Borborema, que significa 69% da extensão total prevista (121.588 km), 42.600 km de perfis no Renca - 100% do total previsto - e 40.737 km no Tumucumaque.

A figura a seguir mostra o resultado da execução global física e financeira dos empreendimentos da ação Levantamentos Geofísicos:



Gestão da Informação Geológica (Projeto Piloto de Investimentos Públicos)

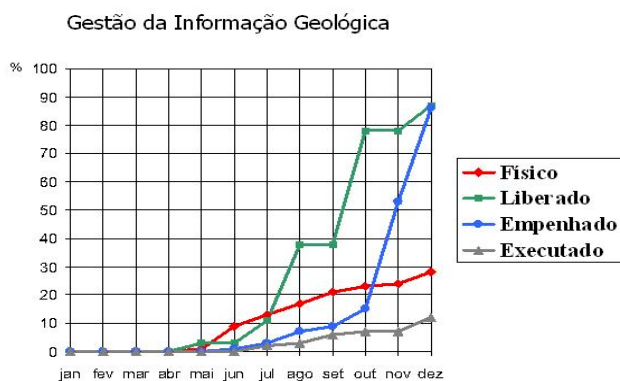
A finalidade desta Ação é garantir a infra-estrutura de programas, equipamentos, pessoal e comunicação, necessária para a gestão e divulgação eficiente do repositório das informações geológicas geradas ou custodiadas pela CPRM. Entendida como finalística, de vez que faz parte da missão corporativa da instituição de gerar e difundir as informações geológicas, esta última Ação é vital para a organização, padronização e disponibilização dos dados, compreendendo toda a política de gestão de informação da empresa, desde a metodologia de armazenamento dos dados brutos até a publicação e disponibilização dos produtos elaborados. Em seu conjunto, esta Ação é responsável pela preservação da memória geológica, que historicamente foi gerada decorrente de investimentos governamentais na geração das informações geológicas.

Nesta Ação, em decorrência do atraso na liberação dos recursos, o empreendimento de implantação do CIG – Centro de Informações em Geociências demandou a licitação de alguns serviços, os quais, pela sua especificidade e, em alguns casos, complexidade, só se conseguiu a assinatura dos respectivos contratos no final de 2007, o que estenderá a sua execução praticamente até o final de 2008.

Os empreendimentos de levantamentos geológicos previam o início dos trabalhos em janeiro de 2007. A adoção dos procedimentos do PAC na execução dos projetos do PPI provocou um atraso na liberação dos recursos orçamentários, tendo a primeira liberação ocorrido somente em maio. Além disso, a implantação do CIG requer a contratação de determinados serviços complexos e de vulto. Devido ao peso dos serviços na execução do empreendimento, boa parte dos recursos serão gastos em contratos, nos quais a sua execução se dará de forma paulatina, mensalmente. Por tais motivos, a CPRM teve de refazer algumas licitações para ampliar a garantia de qualidade na sua prestação.

Tais fatos reduziram a sua execução física a um percentual de 28%, com conseqüências também na execução financeira.

A seguir, a figura mostra o resultado da execução física e financeira global do empreendimento CIG, no âmbito desta ação:



PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC

Resumo do desempenho das Ações do âmbito do MME

O número de ações referentes à infra-estrutura energética, acompanhadas pelo Comitê Gestor do PAC, passou de 531, em setembro, para 602, em dezembro. Em quantidade, a situação das ações é a seguinte: 83% adequadas, 12% em atenção e 5% preocupantes. Em valores, 79% estão adequadas, 20% em atenção, 1% preocupantes. Quanto ao estágio das ações de energia, 53% estão em obras, 24% em licitação, 23% em projeto ou licenciamento.

Em 2007 foram realizados quatro leilões de energia nova, totalizando 9.928 MW de potência instalada. Destaque para a usina hidrelétrica Santo Antonio, no rio Madeira, com 3.150 MW, cujo leilão resultou no valor do MWh de R\$ 78,77 – deságio de 35%. A previsão do início da obra é final de agosto/2008. Outras 14 hidrelétricas, somando 2.568 MW, tiveram as obras iniciadas, com destaque para a de Estreito (TO). Duas usinas termelétricas (UTE) – Quirinópolis e Interlagos – estão concluídas, e foram iniciadas as obras de construção de 17 térmicas, representando, no total, 1.492 MW.

Na área de transmissão foram leiloados 1.930 km de linhas, com deságio médio de 54,9%. Foram concluídos 850 km de linhas de transmissão -LTs e iniciadas as obras de instalação de mais 2.240 km. Uma destas obras é a LT Desterro /Palhoça, que vai garantir segurança no abastecimento da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis).

Novas ações de geração e transmissão, totalizando 56 empreendimentos, foram incluídas no PAC. Elas significam 4.071,5 MW de energia e 897,5 Km de linhas de transmissão.

Ainda serão leiloados 11 empreendimentos de transmissão, equivalentes a 5.680 km, com destaque para a LT Tucuruí- Manaus-Macapá, de 2.627 km.

O ano de 2007 foi marcado pelo anúncio da descoberta da reserva de Tupi, numa camada pré-sal, com produção estimada de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás. No ano passado, seis plataformas entraram em operação. A produção média de petróleo foi recorde, com 1.854 mil barris diários, em dezembro.

A construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, começou em setembro. Oito refinarias estão sendo modernizadas para aumentar a capacidade de processamento de petróleo.

Foi contratada a fabricação de 23 navios petroleiros de grande porte, e concluídas as plataformas p-52 e p-54, que já estão em funcionamento.

Entraram em operação os gasodutos de Cacimbas-Vitória (ES), da malha nordeste (AI /SE/ RN) e Campinas-Rio, num total de 635 km. As obras do gasoduto Urucu-Coari-Manaus estão com 308 km de dutos enterrados.

Na preparação para a mistura de 2% de biodiesel ao diesel mineral (B2), entraram em operação 14 usinas novas, que aumentaram a produção para 420 milhões de litros do combustível, em 2007, frente a 70 milhões de litros em 2006. Outros 380 milhões de litros foram contratados por meio de dois leilões, que tiveram deságio médio de 22,3% no preço do litro.

Dezessete usinas de etanol entraram em operação, produzindo 22,3 bilhões de litros, acima da meta prevista, de 19,1 bilhões de litros.

DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

O limite para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2007, do Ministério de Minas e Energia, foi fixado por meio do Decreto nº 6.124, de 13/6/07, no valor de R\$ 8.672.000,00. Posteriormente, pela Portaria MP nº 366, de 14/11/2007, o limite foi ampliado em R\$ 500.000,00, totalizando, no exercício, em R\$ 9.172.000,00. O valor total empenhado e liquidado nesse exercício foi de R\$ 9.100.939,00, atingindo um percentual de realização de 99,23%.

6.16. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade. E tem como área de competência os seguintes assuntos: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares; a promoção da igualdade das trabalhadoras rurais e a garantia do direito territorial e promoção do etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas.

DESTAQUES

A criação e consolidação de um conjunto de políticas permanentes voltadas para a promoção econômica e de acesso a direitos aos agricultores familiares, conforme diretrizes estabelecidas na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, constituem-se em um dos principais avanços do Governo, cuja atuação está orientada pelo conceito de desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo de transformar o campo brasileiro em um espaço de paz, produção e justiça social. As políticas desenvolvidas expressam essa orientação e já produzem resultados relevantes.

Qualidade na Reforma Agrária

A Reforma Agrária, entendida como uma política estruturante para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, apresentou avanços significativos. No período de 2003 a 2006, o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA beneficiou 381 mil famílias, atingindo 95,35% da meta estabelecida. Para cumprir seus objetivos, o II PNRA espelhou-se em um conjunto de políticas públicas que inclui novas formas de crédito, assistência técnica e a busca de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental, acompanhadas da ampliação dos recursos. No período 2003-2007, o Governo investiu mais de R\$ 3 bilhões em ações de qualificação dos assentamentos. Também houve esforços para o fortalecimento institucional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, por meio da ampliação de seu quadro funcional, aprovação de novo plano de carreira e nova estrutura regimental mais adequada à dinâmica da autarquia.

Maiores investimentos em obtenção de terras e novos assentamentos

Em 2007, foram assentadas 67.535 mil famílias, investidos R\$ 1,4 bilhão na obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais e destinados 6,4 milhões de hectares à criação de projetos de assentamentos. No período 2003 a 2007 foi destinado um total de 38 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária.

As etapas de implantação de assentamentos, que estruturam os projetos para receber os assentados e criam condições para o desenvolvimento da produção, incluem o apoio inicial à instalação da família (R\$ 2.400,00 por família), o apoio ao fomento (R\$ 2.400,00 por família), o financiamento e recuperação da habitação (até R\$ 7.000,00 por família) e um auxílio especial para a região do semi-árido (até R\$ 1.500,00 por família), totalizando um valor de até R\$ 13.300,00 por família. Em 2007, foram beneficiadas 192.409 famílias com crédito para instalação nos assentamentos. O Governo Federal constrói a infra-estrutura básica dos novos assentamentos – estradas, eletrificação, abastecimento de água. No referido exercício, 49,9 mil famílias foram beneficiadas com ações diretas na construção e recuperação de 6.200 km de estradas e 19,0 mil famílias foram atendidas com sistemas de abastecimento de água. Além disso, desde 2003, 180.713 famílias em 3.291 projetos de assentamentos tiveram acesso à eletrificação pelo programa “Luz para Todos”. Em outro conjunto de atividades de recuperação de assentamentos, foram aplicados, em 2007, R\$ 37 milhões no Programa de Consolidação de Assentamentos (PAC), que atendeu cerca de 10 mil famílias com infra-estrutura e serviços.

Em 2007, mais de 300 mil famílias foram atendidas com assistência técnica, tendo sido investidos R\$ 100,00 milhões. A meta para 2008 é estender a assistência técnica a todos os beneficiários do programa de Reforma Agrária.

Também merece destaque o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera. Ao todo, 53 mil pessoas tiveram acesso a programas de educação nos assentamentos por meio das ações do Pronera em 2007. Como parte das ações para garantir os direitos fundamentais às populações rurais, o Governo implementa uma política de leitura para o meio rural brasileiro por meio do Programa de Bibliotecas Rurais - Arca das Letras. Ao disponibilizar às comunidades rurais, informações e literatura de acordo com seus interesses e necessidades, esse Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da educação e do lazer no campo. Além disso, estimula a leitura em ambiente familiar e contribui para a redução da evasão escolar. Em 2007, foram implementadas 1.858 bibliotecas rurais, em 895 municípios de 25 estados. Foram distribuídos mais de 368.678 livros e atendidas 265.746 famílias do campo.

Agricultura Familiar

No ano de 2007, as ações do Governo para a agricultura familiar priorizaram a consolidação dos instrumentos e políticas públicas, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural, o Seguro da Agricultura Familiar – SEAF, o Programa Garantia-Safra, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar- PGPAF e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

No Plano Safra da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária 2006/2007 houve expressiva ampliação do crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf e a consolidação do novo mecanismo de garantia de renda, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF. Agora, além da garantia de renda alicerçada pelo Seguro da Agricultura Familiar e o Garantia-Safra, que protegem a produção em caso de perdas por problemas climáticos, o produtor estará segurado contra queda de preços na época da comercialização da produção. Esses instrumentos proporcionam um ambiente de estabilidade, estimulando o aumento da produção e da renda.

Crédito Fundiário

De forma complementar à reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário consolidou-se como instrumento de acesso à terra em áreas que não são passíveis de desapropriação, atuando em parceria com governos estaduais e entidades ligadas à agricultura familiar. O Programa financia a aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva. Em 2007, foram beneficiadas 15.995 famílias, com o investimento de mais de R\$ 450 milhões, em sua maior parte nas regiões mais pobres do País.

Regularização Fundiária

As atividades de cadastro e regularização fundiária foram retomadas com prioridade na região da Amazônia Legal. Abarcam iniciativas de implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, o georreferenciamento, a arrecadação via retomada judicial de terras públicas federais, e mudanças no marco legal, todas importantes para promover a estabilidade jurídica e o acesso das populações rurais às políticas públicas de desenvolvimento rural.

Fruto de 349 ações judiciais, o Governo obteve a retomada de 7 milhões de hectares de terras públicas federais na região ocupadas irregularmente, que depois de arrecadadas foram destinadas à reforma agrária ou à criação de unidades de conservação. Atualmente, estão em curso ações de georreferenciamento em 10,4 milhões de hectares nos estados da Amazônia Legal. O georreferenciamento dos imóveis rurais possibilita a identificação da situação dos imóveis rurais e constitui pré-condição para a regularização fundiária e o acesso às políticas de apoio à produção. Essas ações são realizadas por intermédio de convênios com o Exército e com os governos estaduais e municipais.

A ampliação do alcance do georreferenciamento demandou a ampliação da rede geodésica. Por meio de uma parceria do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Governo do Estado do Pará, foram criadas condições para a implementação de um programa conjunto de ordenamento territorial, que se inicia pela integração das ações de georreferenciamento e regularização fundiária em cinco municípios e prevê, também, a inclusão daquele estado no Programa Nacional de Crédito Fundiário para o financiamento dos beneficiários da regularização em terras estaduais.

Aliada a essas ações deu-se continuidade à revisão das normas que disciplinam o registro de propriedades na região e contribuem para o combate à grilagem e ao desmatamento ilegal. Em 2007, com a edição no mês de outubro do Decreto nº 6.232, foram fixados os limites de área rural para efeitos de concessão de título de propriedade ou de direito de concessão real de uso na Amazônia.

A regularização fundiária compreende, ainda, ações conjuntas do Governo Federal com os governos estaduais visando o cadastramento georreferenciado e a titulação de imóveis em áreas públicas estaduais. De 2004 a 2006, os convênios estabelecidos com 16 Estados resultaram no cadastro de mais de 57.000 imóveis rurais e na titulação de 36.000 posses da agricultura familiar. Em 2007, 3,2 mil imóveis rurais foram cadastrados e 3,8 mil titulados nos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Roraima e Piauí.

Ainda em 2007, entrou em operação o Sistema de Gestão Territorial – SGT, ferramenta computacional construída em *software* livre com tecnologia de geoprocessamento, que possibilita o armazenamento e a análise dos dados gráficos e literais dos imóveis identificados, fundamental para a estruturação do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais.

Biodiesel

O Governo criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), estabelecendo as condições para a participação da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária na produção do biodiesel, tendo como principal instrumento o Selo Combustível Social, certificado que proporciona benefícios tributários às empresas produtoras de biodiesel que adquirem matérias-primas da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos agricultores.

O Selo já foi emitido para 28 empresas de biodiesel, viabilizando a participação de mais de 100 mil famílias de agricultores nessa cadeia produtiva. Com a entrada em vigor, em 2008, do uso obrigatório da adição de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo, a participação da agricultura familiar deverá ampliar-se, chegando a cerca de 200 mil famílias, espalhadas por todas as regiões do País, gerando renda e novas oportunidades de trabalho no meio rural.

O estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias visando proporcionar melhores condições de participação da agricultura familiar no Programa constitui uma das prioridades do Governo. Com as entidades da agricultura familiar, o Governo tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel.

PROGRAMAS E AÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

Fortalecimento do Incra

O Governo Federal, em 2007, deu continuidade à política de valorização dos servidores e fortalecimento do Incra. Investiu R\$ 1.714.324,00 no aperfeiçoamento profissional dos servidores, com a realização de 47 eventos internos dentre cursos, seminários, encontros e oficinas, além de proporcionar para 873 servidores a participação em eventos externos (Congressos, Seminários, *Workshops*), proporcionando, assim, entre eventos internos e externos, mais de 2.800 oportunidades de treinamento/capacitação.

Os altos investimentos empregados em tecnologia e recursos humanos, ao longo dos últimos exercícios, resultaram no fortalecimento institucional da autarquia.

Em 2007 foi instituído Grupo de Trabalho sob a coordenação da SRH/MP, com a participação de representantes do Incra e do MDA, para dar continuidade aos estudos sobre a revisão das carreiras que compõem o Quadro de Pessoal da Autarquia. Tais estudos deverão resultar no encaminhamento de propostas de reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário instituído na forma da Lei nº 11.090/05, bem como da Carreira de Perito Federal Agrário, instituída na forma da Lei nº 10.550/02.

Ainda em relação ao Quadro de Pessoal do Incra, em continuidade à recomposição da força de trabalho, foram nomeados mais 179 candidatos habilitados no concurso público realizado em 2005 para o provimento de 1.300 vagas.

Ressalte-se que neste período o orçamento do Incra contou com uma dotação autorizada de R\$ 3.975.106.029,00 em 2007, o que representa uma evolução de 156,08%, comparado ao orçamento de 2003, que foi de R\$ 1.552.260.704,00. Vale registrar que o crescimento tem ocorrido a cada exercício financeiro, sendo em 2004 R\$ 2.502.945.822,00, aumento de 61,24%; em 2005 R\$ 3.526.460.762,00, aumento de 40,89%; em 2006 R\$ 3.778.556.125,00, aumento de 7,15%; e em 2007, aumento de 5,20%.

Assentamento de Novas Famílias

O assentamento de novas famílias envolve um conjunto de atividades que integram um longo e complexo processo: áreas são vistoriadas e avaliadas, decretos desapropriatórios são emitidos, compras de terras são feitas, projetos de assentamentos são criados e famílias são cadastradas e selecionadas para posterior homologação, implantação da infra-estrutura, desenvolvimento sócio-econômico e a consolidação dos Projetos de Assentamento com sua integração na vida social, cultural e econômica do município. Todo este processo é permeado pela pungente demanda dos movimentos sociais e regulamentado por todo o aparato burocrático e legal do Estado brasileiro.

Em 2007, o Incra assentou 67.535 novas famílias. Cerca de 6,4 milhões de hectares foram incorporados à reforma agrária. Nos últimos cinco anos, foram destinados mais de 38 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária, cujos constituídos já somam 448.954 famílias.

Recuperação dos Assentamentos

A recuperação dos projetos de assentamentos criados ao longo dos anos e o enfrentamento do passivo é prioridade do Governo. Esse passivo se concentra principalmente na infra-estrutura e, neste sentido, foram feitas gestões para implementar parcerias visando prover os assentamentos antigos de infra-estrutura básica, como saneamento básico, eletrificação rural, estradas, etc.

Reforma Agrária de Qualidade

O compromisso do Governo Federal consiste não só em assentar novas famílias e recuperar os assentamentos antigos, mas também promover uma reforma agrária de qualidade, que a partir do direito a terra e das condições para sua autonomia econômica, garanta o acesso aos demais direitos fundamentais.

Com vistas à qualificação da reforma agrária, no ano de 2007 foram atendidas 305.558 famílias com assessoria técnica. Foram concedidos 192.409 créditos de instalação, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, mediante construção, recuperação e melhorias das suas moradias, também aprimorando suas condições de trabalho, facilitando a aquisição de ferramentas e insumos para as atividades produtivas na terra. Além disso, foram beneficiadas 49.950 famílias com ações diretas do Incra na construção/recuperação de 6.261,59 km de estradas, 496 unidades de abastecimento de água e 10.319 de outras ações de infra-estrutura como galpões, casas de farinha, etc.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES objetiva propiciar de forma permanente e continuada a assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas em projetos de reforma agrária e assentamentos, reconhecidos pelo Incra, ensejando as condições essenciais à estruturação organizativa dessas comunidades assistidas, sob o ponto de vista social, econômico e ambiental, de modo a transformá-las em unidades de produção familiar, integradas ao desenvolvimento local e regional, em moldes sustentáveis, ajustadas às exigências do mercado consumidor e às aspirações cidadãos desses agentes produtivos.

O Projeto Terra Sol, com ações voltadas para o fomento à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias beneficiou 55.599 famílias, apoiando projetos de implantação de agroindústrias; fomento à agroecologia; desenvolvimento e acompanhamento das empresas sociais; comercialização e turismo rural.

Projetos de Assentamento Rural em Implantação

Esta ação visa instalar os beneficiários da reforma agrária nos assentamentos rurais, provendo-os de infra-estrutura e serviços necessários ao processo produtivo. Os recursos destinados a esta ação, compreendendo obras de infra-estrutura, serviços de topografia e planos de desenvolvimento, entre outros, são considerados básicos ao processo de estruturação e viabilização dos projetos de assentamento, na sua múltipla dimensão.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
150.228.151,00	150.228.151,00	0	0	149.447.816,41	99,48

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (FAMÍLIA ASSENTADA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
150.000	56.333	37,56

Fonte: Monitoria /Incra

Os recursos desta ação destinam-se à execução de obras e serviços nos Projetos de Assentamento em implantação. No exercício de 2007, a contabilização da meta realizada para a ação foi de 56.333 famílias atendidas com infra-estrutura, serviços topográficos e PDA, o que corresponde a 37,56 % da meta física prevista.

A execução física abaixo da prevista na LOA se justifica pelo fato do elevado custo da infra-estrutura de implantação de projetos, bem acima dos custos básicos pré-estabelecidos, assim como pelo fato de as obras e serviços terem sido contratados, na sua maioria, no segundo semestre e estarem neste momento em fase de execução que abrange mais de 81.000 famílias a serem beneficiadas.

Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais

Esta ação visa promover a vistoria e avaliação de imóveis rurais passíveis de desapropriação ou aquisição por compra e venda, a obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio, a imissão na posse de imóveis rurais, a provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, incluindo pagamento de peritos, desmontes, assistentes técnicos, publicação de editais e complementação, por acordo ou decisão judicial, e promover o apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
17.200.000,00	23.639.600,23	6.924.000,00	484.399,74	20.443.447,00	86,48

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (ÁREA IDENTIFICADA EM HA)	META FÍSICA REALIZADA (EM HA)	% EXECUTADO
9.545.000	8.125.685*	85,13

Fonte: Monitoria /Incra

* Houve suplementação de 1.445.000 ha na meta física

A execução de 85,13% é justificável em razão de não existir padronização de custo para esta ação. As despesas variam conforme a localização/acesso, dimensão e grau de complexidade das informações a serem levantadas nos imóveis vistoriados.

Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

O processo de obtenção de terras de área rural através da desapropriação e/ou aquisição para implantação de assentamentos deve ser entendido como um instrumento para viabilizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como incorporá-las ao processo produtivo, sendo esta, portanto, sua função básica.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/ REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
937.884.269,00	1.444.704.729,00	506.820.460,00	0	1.399.346.564,55	96,86

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (ÁREA OBTIDA EM HA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
1.169.690	706.671	60,41

Fonte: Monitoria /Incra

Do total de recursos orçamentários destinados para esta ação, da ordem de R\$ 1.444.704.729,00, para obtenção de 1.169.690 hectares, foram obtidos 706.671 hectares, correspondendo a 60,41% da meta física programada, ao custo total de R\$ 1.399.346.564,55, representando 96,86% dos recursos financeiros disponíveis. O custo unitário previsto no orçamento foi de R\$ 1.235,12 por hectare, enquanto que o realizado foi da ordem de R\$ 1.980,20 por hectare. Este fato se justifica principalmente em função das prioridades dadas a regiões de maiores concentrações de acampamentos e, portanto, demandas por terras. Ocorre que em algumas dessas regiões houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou um aumento no custo do hectare e por consequência uma diminuição na área obtida.

Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação

Visa, na fase inicial de implantação dos projetos de reforma agrária e de assentamentos reconhecidos pelo Incra, propiciar às famílias assentadas, moradia, alimentação, aquisição de insumos e ferramentas, de forma a permitir melhores condições de ambientação das comunidades e o início de suas atividades produtivas e sociais. As modalidades de crédito instalação são as seguintes: R\$ 2,4 mil por família, na modalidade Apoio Inicial; R\$ 7 mil por família, na modalidade Aquisição Material de Construção; R\$ 2,4 mil por família, na modalidade Fomento e até R\$ 1,5 mil por família, na modalidade semi-árido.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/ REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
763.115.000,00	763.115.000,00	0,00	0,00	760.707.457,45	99,68

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (FAMÍLIA ASSISTIDA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
98.811	119.066	120,5

Fonte: Monitoria /Incra

A execução financeira não alcançou os 100% previstos, pelo fato de que parte das famílias terem sido assentadas no último trimestre de 2007, não havendo, portanto, tempo hábil para formalização dos processos de concessão de créditos, prevendo-se que tais famílias serão beneficiadas em 2008. Todavia verifica-se um substancial acréscimo na meta física realizada, fruto do atendimento de um maior número de famílias com os créditos de apoio inicial.

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação

Objetiva propiciar de forma permanente e continuada a assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas em projetos de reforma agrária e assentamentos, reconhecidos pelo Incra, ensejando as condições essenciais à estruturação organizativa dessas comunidades assistidas, sob o ponto de vista social, econômico e ambiental, de modo a transformá-las em unidades de produção familiar, integradas ao desenvolvimento local e regional, em moldes sustentáveis, ajustadas às exigências do mercado consumidor e às aspirações cidadãos desses agentes produtivos.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/ REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
41.290.263,00	48.790.263,00	7.500.000,00	0,00	48.589.165,83	99,59

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PROPOSTA (FAMÍLIA ASSISTIDA)	META FÍSICA REALIZADA	(%) EXECUTADO
183.500	77.829	42,41

Fonte: Monitoria /Incra

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, criado em 2004, está sendo desenvolvido em parceria com empresas privadas de assistência técnica, Emater, organizações não governamentais, fundações de universidades, via convênios/contratos plurianuais, com vigências até dezembro de 2007, celebrados na sua maioria pelas Superintendências Regionais do Incra.

O custo família/ano praticado para os serviços de ATES é de R\$ 400,00, conforme estabelecido na NE/Incra/SD/Nº 36/04 e NE/Incra/SD/Nº 39/04. Em função desse custo, a necessidade orçamentária para o alcance da meta física de 183.500 famílias seria de R\$ 73.400.000,00, No entanto, o recurso autorizado foi de R\$ 48.790.263,00, fato esse que impossibilitou o atendimento da meta física estabelecida. Além disso, foi estabelecido limite de movimentação orçamentária por quadrimestre, o que prejudicou a operacionalização dos convênios.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

Este programa tem por objetivo proporcionar às famílias assentadas a capacitação e os meios para estruturação do processo organizativo e produtivo, de forma a integrá-las ao segmento da agricultura familiar, com sustentabilidade econômica, ambiental e social, na perspectiva da construção de sua cidadania plena.

Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural.

Esta ação objetiva proporcionar às famílias assentadas em projetos já existentes, mas que apresentam várias insuficiências, condições para inserção no contexto de mercado, em termos de sustentabilidade sócio-econômica, por meio de oferta de infra-estrutura e melhoria dos processos produtivos.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
114.082.861,00	113.562.215,81	0	520.645,19	113.109.966,23	99,60

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (FAMÍLIA ATENDIDA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
31.726	60.604	191,02

Fonte: Monitoria /Incra

A contabilização da execução da meta para a ação em 2007 foi de 60.604 famílias atendidas com infra-estrutura, serviços topográficos ou Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA, correspondendo a 191,02% da meta física. A execução física supera a meta prevista na LOA, como resultado da priorização de serviços, tais como: Plano de Recuperação de Assentamentos – PRA e Topografia e obras de infra-estrutura de menor custo para o atendimento de um número maior de famílias. No entanto, o passivo de obras de infra-estrutura é maior do que o previsto na meta da LOA.

Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação

Objetiva conceder crédito às famílias assentadas em projetos de reforma agrária antigos (criados antes do ano de 2003), bem como a famílias assentadas em outras modalidades de Projetos de Assentamento que tenham sido reconhecidos pelo Incra, de forma a suprir as demandas ainda existentes de moradia, observadas as condições e especificidades de cada assentamento, com vistas a sua consolidação. Esta ação prevê tanto a construção de habitações rurais como a reforma das mesmas em Projetos de Assentamentos já implantados e que estão sendo recuperados.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA EXECUTADA EM ÂMBITO NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
240.983.000,00	240.983.000,00	0,00	0,00	240.634.414,72	99,86

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (FAMÍLIA ASSISTIDA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
48.197	73.343	152,17

Fonte: Monitoria /Incra

A execução física se justifica devido ao trabalho técnico minucioso, com vistoria “in loco” e análise, caso a caso, na identificação da moradia que realmente necessite de reforma e de aplicação desse recurso, o que levou a diminuição de alguns custos e a otimização com maior atendimento de famílias.

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação

Esta ação visa propiciar, de forma permanente e continuada, assessoria técnica, social e ambiental às famílias assentadas em projetos de reforma agrária já implantados e assentamentos reconhecidos pelo Incra, ensejando as condições essenciais à sua estruturação organizativa do ponto de vista social, econômico e ambiental, transformando-as em unidades de produção familiar, integradas ao desenvolvimento local e regional, em moldes auto-sustentáveis, ajustadas às exigências do mercado consumidor e as aspirações cidadãs desses agentes produtivos.

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
44.977.304,00	51.687.304,00	6.710.000,00	0,00	51.680.721,52	100

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (FAMÍLIA ASSISTIDA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
136.250	227.729*	167,14

Fonte: Monitoria /Incra

*Houve suplementação de 18.750 famílias.

Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais

Esta ação visa conceder às famílias identificadas, assentadas ou posseiras e devidamente aptas, títulos definitivos ou precários.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
5.700.000,00	5.689.290,00	0	10.710 ,00	2.258.124,10	39,69

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (DOCUMENTAÇÃO CONCEDIDA)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
39.310	11.527	29,32

Fonte: Incra/DE/DD

O percentual de execução física em relação à meta estabelecida reflete a continuada dificuldade que encontramos para emissão do título, principalmente no que concerne à falta de documentação pessoal dos beneficiários. Assim, os trabalhos realizados privilegiaram principalmente os procedimentos de vistorias de lotes.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Este programa tem por objetivo conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

Regularização Fundiária de Imóveis rurais

Esta ação visa propiciar destinação de terras públicas, baseando-se no princípio da democratização do acesso a terra, visando a regularização e expedição dos títulos de propriedade aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, discriminação entre terras públicas e particulares, arrecadando-as e matriculando-as em nome do Incra, União ou Estados, e instrução e análise do processo administrativo de legitimação de ocupação, permitindo a demarcação dos limites e confrontações e a titulação em nome do legítimo ocupante.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
9.000.000,00	14.000.000,00	5.000.000,00	317.269,94	13.682.730,06	97,73

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (IMÓVEL REGULARIZADO)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
28.000	18.000	64,29

Fonte: Incra/DF

Suplementação de 10.000 Imóveis no SIGPlan

A execução física final ficou em 64,29%, considerando a meta estabelecida na LOA mais a suplementação.

Os imóveis foram regularizados em decorrência de convênios firmados com os Estados, por intermédio de Institutos de Terras Estaduais, a exemplo de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Norte, além dos imóveis regularizados diretamente pelas Superintendências Regionais da região norte do País.

É importante ressaltar que na reprogramação esta ação foi direcionada para as áreas de conflito em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal, de forma a atender as demandas do Plano Amazônia Sustentável – PAS e as Áreas de Limitação Administrativa Provisória – ALAP, no Estado do Pará, por determinação da Direção do Incra, atendendo solicitação da Casa Civil da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

A alteração da Lei 8.666/93, que elevou o teto da alienação ou concessão de direito real de uso para 500 ha, que anteriormente era até 100 ha, foi decisiva para determinar a prioridade dessa ação nesses Estados da Federação.

Georreferenciamento de Imóveis Rurais

Esta ação visa identificar, localizar e caracterizar geograficamente os limites e uso da terra dos imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS), sensoriamento remoto (imagens de satélite), incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Visa também estabelecer referência geodésica única e integrada a RBMC – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE, por meio da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS – Ribac, a qual tem manutenção e funcionamento ininterrupto de uma rede de 50 estações ativas receptoras de sinais do GPS, distribuídas em todo o território nacional, com acesso aos seus dados sendo feito pela internet, sem restrição ou custos a qualquer usuário, para o serviço de georreferenciamento de imóveis rurais.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – NACIONAL

LOA (A)	AUTORIZADO (B)	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO (C)	CRÉDITO CONTIDO (D)	LIQUIDADO (E)	% EXECUTADO (F=E/B)
19.797.477,00	34.429.755,75	14.999.400,00	367.121,25	33.623.821,65	97,66

Fonte: Siafi

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICA

META FÍSICA PREVISTA (IMÓVEL GEORREFERENCIADO)	META FÍSICA REALIZADA	% EXECUTADO
44.611	33.047*	74,08

Fonte: Incra

Suplementação de 10.000 Imóveis no SIGPlan

A execução física final ficou em 74,08% da meta física prevista.

Os imóveis foram georreferenciados em decorrência de convênios firmados entre o Incra e os Institutos de Terras Estaduais, a exemplo do Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, bem como, o Termo de Cooperação Técnica firmado com o Exército Brasileiro para o Estado do Pará, e os imóveis georreferenciados diretamente pelas nossas Superintendências Regionais.

Assim como a ação de Regularização Fundiária, esta ação foi direcionada para as áreas de conflito em terras públicas federais localizadas na Amazônia Legal, de forma a atender as demandas do Plano Amazônia Sustentável – PAS, as Áreas de Limitação Administrativa Provisória – ALAP e as glebas públicas federais localizadas no Estado do Pará, ao longo das BR 163 (Cuiabá-Santarém) e BR 240 (Transamazônica), por determinação da Direção do Incra, atendendo solicitação da Casa Civil da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional – GSI.

PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR

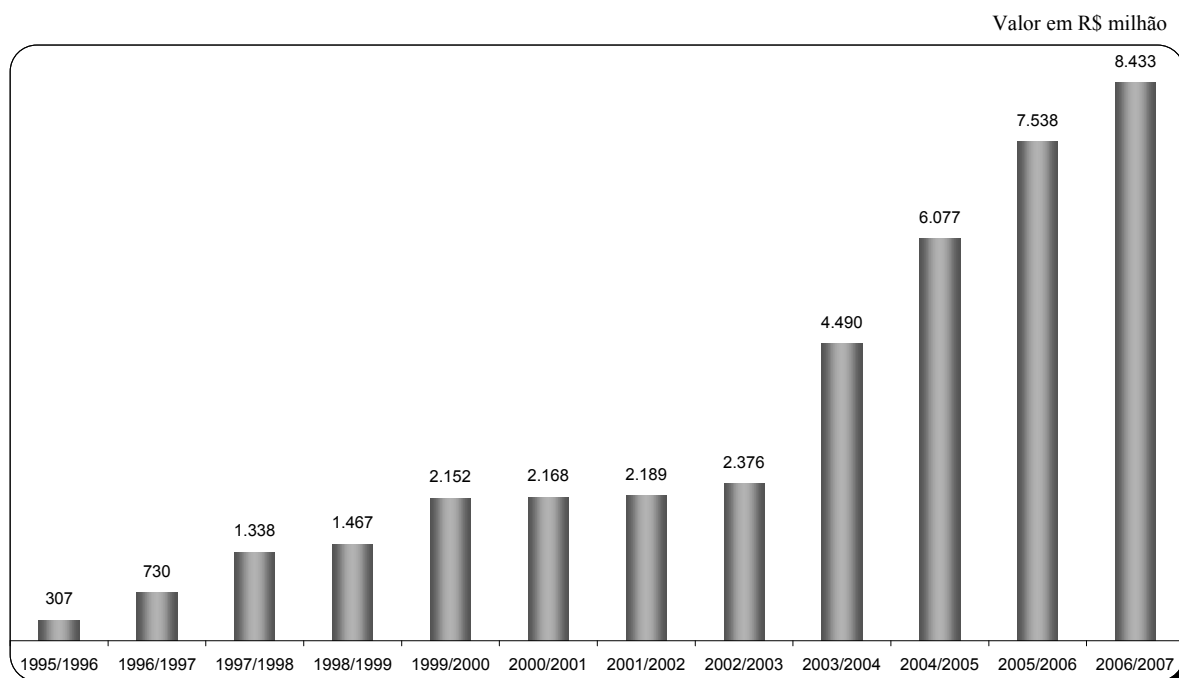
Agricultura Familiar

As ações do Governo Federal para a agricultura familiar passaram por um processo relevante de consolidação em 2007. Não apenas o crédito rural do Pronaf, mas especialmente as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e os mecanismos de seguro, tanto os de risco climático (SEAF e Garantia-safra) como de risco de preços de mercado (PGPAF). Estas ações não foram somente ampliadas, mas avançou-se na sua qualificação com o objetivo de melhor atender a agricultura familiar brasileira.

Ampliação do Crédito

Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Pronaf demonstram a atuação do governo na promoção do desenvolvimento econômico e social dos segmentos mais pobres do meio rural. Os financiamentos do Pronaf alcançaram R\$ 8.433.207.648,00 (oito bilhões e quatrocentos e trinta e três milhões duzentos e sete mil e seiscentos e quarenta e oito reais) aplicados na safra 2006/2007, representando 1.692.516 (um milhão e seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos e dezesseis) contratos realizados.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO AO AMPARO DO PRONAF- SAFRAS 1995/1996 A 2006-2007



O Pronaf abrange todo o meio rural brasileiro, e está presente em 5.387 Municípios (96,83% do total de municípios) e em todas as macrorregiões do País. No que concerne à melhor distribuição dos recursos, as Regiões Nordeste e Norte tiveram taxas de crescimento dos valores financiados superiores ao sul do País na safra 2006/2007 (em relação à safra passada), embora ainda se registre uma concentração das operações no centro sul do País.

Novas linhas de financiamento foram implementadas ou fortalecidas, destacando-se especialmente aquelas destinadas à promoção da sustentabilidade ambiental dos empreendimentos familiares. É o caso do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-Árido e, mais recentemente, o Pronaf Eco, com taxa média de juros anuais de 3,5%.

Esforço e parceria dos agentes financeiros com o MDA resultaram em novos e mais ágeis modelos operacionais das contratações. O Banco do Brasil S.A. estendeu para as operações de investimento do Pronaf um sistema facilitado de contratações que antes só era operado nos créditos de custeio, e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ampliou o seu programa de microcrédito produtivo orientado no Pronaf B para 160 mil operações, garantindo financiamento com menores custos de transação e educação financeira às famílias de mais baixa renda do Nordeste.

Também houve empenho do governo para garantir novos prazos e condições mais adequadas para lidar com as parcelas das dívidas vencidas em 2007 às famílias agricultoras que sofreram nas safras mais recentes com problemas climáticos ou de flutuações de preços.

Ao final de 2006 foi implantado, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF. Por esse Programa, as famílias agricultoras passaram a ter seus financiamentos de custeio do Pronaf protegidos das flutuações de preços abaixo dos custos de produção. Esse mecanismo de equivalência produto, incorporado ao crédito Pronaf, assegurou cerca de 76% dos contratos de Pronaf Custeio em 2007 para as culturas de milho, feijão, arroz, mandioca, leite e soja. As famílias passaram a contar com um desconto no valor financiado equivalente a diferença entre os preços de mercado e os custos de produção, evitando-se assim endividamento e descapitalizações.

Em 2007, a inclusão de mais quatro novas culturas no PGPAF (café, inhame, cará e tomate), para serem cobertas a partir de janeiro de 2008. Com essa medida a cobertura do programa se elevará para 86% dos contratos de custeio. Os novos produtos também deverão garantir uma melhor participação de cada macrorregião no programa.

Seguro da Agricultura Familiar

No primeiro ano de operação do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF (safra 2004/2005) ocorreu na Região Sul a maior seca dos últimos 60 anos. O SEAF foi um importante instrumento para administrar o problema, evitando que isso configurasse uma grave crise social no campo. A experiência de duas safras agrícolas com forte demanda do seguro, em função da estiagem no Sul do País, tem feito com que o monitoramento piloto tenha avançado muito, sendo uma ferramenta fundamental na gestão do seguro.

Na safra 2006/2007, o número de indenizações caiu drasticamente, configurando um ano de normalidade. Foram feitos pouco mais de 37.000 pedidos de cobertura. Houve eventos climáticos localizados em alguns Municípios, atingindo as lavouras e gerando perdas. Nesses locais, o Seguro foi de fundamental importância para que as perdas agrícolas não gerassem graves problemas sociais nas comunidades atingidas, evitando o êxodo rural e situações de risco para as famílias de agricultores. Mais de 30 mil famílias poderão prosseguir com suas atividades rurais, pois receberão indenização do SEAF, representando um total estimado de R\$ 45 milhões..

EVOLUÇÃO DO SEGURO

SAFRA 2004/2005	Nº EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	553.561	2.549.904.754
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	270.917	-
COBERTURAS DEFERIDAS	244.689	800.241.219
COBERTURAS PAGAS	244.180	802.595.945
SAFRA 2005/2006	Nº EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	580.549	2.512.766.402
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	151.875	-
COBERTURAS DEFERIDAS (A)	143.387	417.915.184
COBERTURAS PAGAS	141.948	416.561.635
SAFRA 2006/2007	Nº EMPREENDIMENTOS	VALORES (R\$)
Nº DE ADESÕES	601.854	2.803.975.424
COMUNICADOS DE OCORRÊNCIA DE PERDA - COP	37.564	-
COBERTURAS DEFERIDAS (A)	17.207	41.147.069
VALOR ESTIMADO DE COBERTURAS A DEFERIR		44.962.966

Dentre os principais avanços alcançados pelo SEAF estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), visando a gestão de riscos na Agricultura Familiar e a promoção do uso de tecnologias adequadas que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos. Até o início de 2004 apenas seis culturas anuais estavam incluídas no Zoneamento Agrícola, sendo em 2007 vinte e cinco as culturas zoneadas. Além disso, houve um avanço bastante significativo no número de municípios incluídos no zoneamento agrícola (tabela abaixo), especialmente na região Nordeste, onde foram incluídos mais de 1500 municípios.

INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS NO ZONEAMENTO AGRÍCOLA.

CULTURA	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
Sorgo	1.013
Feijão caupi	1.224
Milho	649
Arroz	339

Garantia-Safra

A ação foi implementada no atual governo e teve constante crescimento. Na Safra 2006-2007 o Garantia-Safra atingiu um total de 346.333 famílias aderidas e, para a safra 2007/2008, foram disponibilizadas 686.363 cotas. Um dos principais motivos para essa evolução é a consolidação do programa junto aos atores envolvidos, principalmente aos agricultores familiares e a sociedade civil organizada, que vêem a ação como uma proteção contra a perda de sua safra, passando a cobrar do gestor municipal a adesão anual do programa.

ADESÃO AO PROGRAMA GARANTIA-SAFRA POR UF

ESTADOS	AGRICULTORES PARTICIPANTES SAFRA 2006/2007	COTAS DISPONIBILIZADAS S SAFRA 2007/2008
AL	-	20.000
BA	6.067	48.863
CE	172.932	300.000
MA	-	1.500
MG	812	6.000
PB	59.310	90.000
PE	52.904	100.000
PI	34.211	80.000
RN	8.462	20.000
SE	11.635	20.000
TOTAL	346.333	683.363

Disponibilização de insumos

Esta ação atende o Programa Nacional de Sementes para a Agricultura Familiar. No ano de 2007 foram aplicados R\$ 525.000,00 para aquisição de sementes de qualidade de culturas alimentares (milho e feijão) produzidas pela Embrapa, atendendo 3.000 famílias, procurando minimizar os riscos de frustração de safra e melhorar o padrão e a qualidade das lavouras dos agricultores beneficiários do programa de sementes para a agricultura familiar.

Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

Com a importante ampliação dos recursos, foi possível aumentar o número de agricultores atendidos. No ano de 2007 foram disponibilizados R\$ 167.044.000,00 executados mediante parcerias que possibilitam atender cerca de 2,5 milhões agricultores familiares em todo o País. O orçamento inicialmente disponibilizado, de R\$ 67 milhões, foi ampliado, em meados de novembro, em mais 100 milhões por meio de Lei aprovada pelo Congresso, atendendo, desta forma, expectativas das entidades de representação da agricultura familiar, que demandam a ampliação dos recursos para este fim, e dos próprios parlamentares.

Ao longo do período 2003/2006 buscou-se fortalecer o trabalho das instituições governamentais e não governamentais de assistência técnica e extensão rural. Esta dinâmica está baseada no estabelecimento de mecanismos transparentes para a seleção de projetos e repasse de recursos, que são as Chamadas para Projetos e os Termos de Referência, lançados anualmente, e no estímulo à organização das entidades em redes para prestação dos serviços. As Redes têm permitido uma complementaridade de ações, a qualificação dos serviços prestados aos agricultores atendidos e a otimização dos custos para prestação dos serviços. Destaca-se ainda que neste período foram incorporados 5 mil novos profissionais ao sistema, ampliando o número de profissionais em campo de 15 para 20 mil no País inteiro.

O ano de 2007 foi marcado pelo grande avanço na qualificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater. Entre outras iniciativas foram implantadas 10 Redes Temáticas, dentre as quais destacamos: Agroecologia, Agroindústria Familiar, Turismo Rural, Metodologias Participativas, Cadeia Produtiva do Leite, Biodiesel. Participam das Redes profissionais de todas as entidades estaduais de Ater. Através delas, vêm sendo capacitados extensionistas, para que possam atuar na formação de Agentes de Ater em seus estados e acompanhar as metas estabelecidas nos convênios com as instituições públicas prestadoras de Ater no País, em cada área específica. Isso tem se refletido numa melhora nas formas de atendimento à agricultura familiar.

Do ponto de vista quantitativo, cabe ressaltar que, de 2003 a 2007, foram contratados cerca de 6,8 mil novos profissionais somente nas entidades públicas oficiais de Ater. O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA contribuiu decisivamente para que isso acontecesse, estabelecendo convênio com as 27 entidades que fazem parte da Rede Asbraer, ou seja, as instituições oficiais de Ater. Do mesmo modo, foram realizados convênios e contratos de repasse de recursos com cerca de 50 organizações não-governamentais. Essas medidas fizeram com que o número total de agricultores familiares com acesso aos serviços de Extensão Rural alcançasse um total de 2,5 milhões. Observe-se que a alocação dos recursos de Ater tem sido feita de forma transparente, uma vez que a seleção de projetos e repasse de recursos ocorrem a partir de Chamadas para Projetos e de Termos de Referência, que são lançados anualmente e cujo teor é discutido no Comitê Nacional de Ater, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf.

Visando dar ainda maior transparência às ações, foi desenvolvido um sistema de credenciamento nacional das entidades de assistência técnica e extensão rural. Até o final de 2007 já estavam homologados os credenciamentos de cerca de 200 entidades de um total de mais de 500 que solicitaram credenciamento. Esta atividade vem sendo realizada com apoio dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável que, democraticamente, avaliam os pedidos de cadastro nos seus estados, informando ao MDA sobre o perfil de cada organização. Com este cadastro está sendo possível reorganizar o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que foi extinto em 1990.

Ressalta-se também o lançamento, no ano de 2007, de um Edital para apoio a ações de Extensão Universitária em parceria com organizações governamentais e não governamentais de Ater. Foram recebidos mais de 600 projetos, dos quais foram selecionados 83, que estão sendo apoiados. Este Edital só foi possível graças ao estabelecimento de uma articulação de três ministérios: MDA/SAF, MCT/CNPq e MDS/Sesan. Foram disponibilizados 13,2 milhões para três anos. O Edital recebeu amplo apoio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

Cabe destacar ainda a instalação da Frente Parlamentar de Apoio à Extensão Rural, o que demonstra que os resultados dos investimentos públicos em Ater têm correspondido também aos anseios dos parlamentares. Duas audiências públicas, nas Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, fruto de uma articulação conjunta entre Asbraer e MDA/SAF/Dater, serviram para prestar contas a Deputados e Senadores sobre os avanços que vêm ocorrendo no setor, após a criação e implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater, em 2003.

Consolidou-se, no PPA 2008-2011, a criação de um Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com isso o Governo Federal dará um passo decisivo no aperfeiçoamento das ações de Ater, em atenção ao primeiro princípio da Política Nacional de Ater que recomenda: "Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aqüicultores familiares, povos da floresta, seringueiros e outros públicos beneficiários dos programas do MDA, o acesso a serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar".

Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

No ano de 2007 foram capacitados somente nesta ação 4.550 agentes de Ater, com a execução de R\$ 2.283.587,00. O MDA vem realizando um grande esforço para viabilizar a Capacitação de Agentes de Ater. Entre os anos de 2003 e 2007 foram realizados sete cursos de Especialização em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, em parceria com Universidades de todas as regiões do país. Os convênios com as instituições oficiais de Ater, firmados em 2007 têm previsão de capacitação de 29 mil extensionistas, nas mais diversas áreas do conhecimento. Além destes, o MDA contratou cinco universidades para a realização de cursos de curta duração. Essas ações permitirão a disponibilização de novas tecnologias, adaptadas para a agricultura familiar, assim como novos métodos de ação, permitindo um maior protagonismo de agricultores e agricultoras no estabelecimento de suas estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Fomento à Diversificação Econômica da Agricultura Familiar

O Governo Federal tem estimulado os agricultores familiares e seus empreendimentos a diversificarem suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção. Nesse sentido, quase R\$ 9 milhões foram investidos em projetos inovadores que promoveram e promovem a diversificação das economias rurais. Produtos e mercados diferenciados (orgânico, ecológico, justo, plantas medicinais, produtos da biodiversidade), agroindústria familiar e atividades não agrícolas, como o turismo e artesanato, são os objetos dessa linha de ação do Governo Federal.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

Em 2007, o volume de recursos destinados às modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA financiadas pelo MDA foi de R\$ 61 milhões, suplementado em R\$ 100 milhões no final de novembro. Foram investidos R\$ 69.475.135,00 nestas modalidades, contemplando a compra de alimentos de 21.935 agricultores familiares.

Considerando o previsto pela LOA, foi atingido 80% da meta de aquisições, tendo sido beneficiados 98% dos agricultores inicialmente previstos. Esse resultado deve-se à grande variação do produto comercializado e do preço pago. Produtos de maior valor agregado (derivados de leite, polpa de frutas, sementes, castanhas, café beneficiado) são adquiridos em menores volumes e mais recursos. Dos recursos previstos para aquisição (R\$ 56.010.000,00), foram aplicados 116%, ou seja, R\$ 9.125.198,00 a mais do que previa a LOA. Com relação aos recursos financeiros disponibilizados pela suplementação orçamentária, cabe lembrar que não foi possível sua utilização plena tendo em vista o curto período de tempo disponível para empenho e execução, uma vez que a Lei que autorizou a suplementação foi publicada no dia 23/11 e o prazo de empenho definido inicialmente era até dia 14/12, prazo esse que dificultou a elaboração e encaminhamento de novos projetos por parte dos agricultores familiares e suas organizações. Cabe salientar que o período em que o recurso suplementar foi liberado é de entressafra em grande parte dos estados brasileiros.

Para qualificar a inserção dos agricultores familiares nos mercados, além do PAA, o MDA está desenvolvendo ações setoriais. São ações voltadas para organizar, qualificar e ampliar a participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas do agronegócio nacional. Em 2007 se consolidou a política setorial do

leite, cadeia produtiva que envolve quase dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares e que é hoje uma das principais atividades geradoras de renda no meio rural, especialmente entre os agricultores familiares.

Biodiesel e Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem sua produção fortalecida por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O MDA já concedeu o Selo Combustível Social a 28 empresas de biodiesel, fazendo com que mais de 100.000 agricultores tenham participado dessa nova atividade produtiva. Estão sendo cultivadas oleaginosas como a mamona, soja, girassol, palma (dendê) e amendoim, que geram renda complementar para as famílias envolvidas. Além disso, os sistemas produtivos privilegiam os consórcios e a rotação de culturas com alimentos, causando sinergias positivas entre energia e alimento.

Em parceria com o MCT, Embrapa e entidades estaduais de pesquisa, como a Epamig, o MDA tem estimulado a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias visando dar maior competitividade à produção familiar no programa. Com as entidades da agricultura familiar, o MDA tem realizado parcerias com o objetivo de ampliar a capacidade de organização da produção e de negociação com as indústrias de biodiesel. 2008 será o primeiro ano de entrada em vigor do uso obrigatório do biodiesel no Brasil. Nesta etapa, pretendemos envolver perto de 200 mil famílias na cadeia de produção, espalhadas por todas as regiões do país, gerando renda e novas oportunidades de trabalho no meio rural.

PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tem como papel apoiar a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que tenha como paradigma a abordagem territorial. Está sob sua responsabilidade a implementação de dois programas constantes no PPA 2004-2007, quais sejam: I) Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (com as ações orçamentárias); e Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido – Conviver, especificamente a ação orçamentária Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Nordeste - Projeto Dom Hélder Câmara.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais tem como objetivo principal, promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais. Sua estratégia básica de ação está centrada na formação de agentes de desenvolvimento, na gestão social do desenvolvimento territorial (organização dos atores; planejamento participativo e ascendente; controle social) e no apoio a projetos de infra-estrutura e serviços territoriais. A sua criação constitui um avanço considerável em termos de política de desenvolvimento rural, com enfoque territorial, servindo inclusive como referencial para a articulação de diversas políticas públicas nos Territórios Rurais apoiados.

Seus principais beneficiários são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampados, líderes locais e representantes de entidades que congreguem interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente do público anteriormente citado.

Na implementação do Programa, a SDT tem difundido, disseminado e fomentado, nos territórios rurais apoiados, ações que contribuam para o fortalecimento do capital social, para o desenvolvimento local de acordos, arranjos, articulações, competências e habilidades capazes de dar suporte à implementação das iniciativas locais e que caminhem no sentido da gestão social do processo de desenvolvimento territorial. Complementam a atuação da SDT, ações com vistas ao fortalecimento dos colegiados territoriais e do processo de planejamento, materializado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS, bem como de apoio à dinamização econômica nos territórios rurais e de articulação de políticas públicas que possam dar suporte aos programas e projetos que compõem o PTDRS.

O Programa apóia ações conjuntas entre municípios, estados e organizações não-governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais (sindicatos e associações). Busca-se superar a fragmentação e desarticulação das diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural e mobilizar os atores locais na construção de Planos

Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS capazes de aproveitar as potencialidades locais na integração econômica de diferentes atividades produtivas.

Cumpra destacar que as ações da SDT, desenvolvidas diretamente nos territórios rurais selecionados, consistem apenas em uma parte do esforço de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Envolvem, dentre outras, a seleção de territórios rurais, a formação de agentes de desenvolvimento, o apoio a projetos de infra-estrutura e serviços territoriais, a iniciativas de cooperativismo e economia solidária da Agricultura Familiar, e o apoio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf, aos conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável, bem como as institucionalidades territoriais (colegiados territoriais) que estão sendo consolidadas com vistas à coordenação da elaboração do PTDRS e à gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

As ações orçamentárias do programa, demonstradas no quadro a seguir, atuam de maneira articulada e complementar, buscando qualificar e organizar as estratégias e atividades implementadas.

QUADRO SÍNTESE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS EM 2007

Ação Orçamentária	Resultados Físicos			Resultados Financeiros (R\$)		
	Indicador no PPA	Meta 2007 (quantidade)	Realizado (quantidade)	Meta (Orçamento 2007)	Realizado (Orçamento 2007)(1)	Realizado (RAP-2006)
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	n.º de agentes capacitados	15.000	24.028	7.000.000,00	6.999.999,53	29.200,00
Elaboração de PTDRS	n.º de PTDRS elaborados	24 (2)	08 (3)	4.000.000,00	4.000.000,00	342.704,50
Apoio à Gestão dos PTDRS	n.º de Colegiados Territoriais consolidados	40	38	7.000.000,00	6.799.899,24	239.918,00
Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais	n.º de Territórios Rurais apoiados (4)	120	120	228.016.936,15 (5) (6)	224.646.961,11 (5)	79.330.383,26 (5)
Gestão e Administração do Programa	-(7)	-(7)	-(7)	3.000.000,00	2.681.984	-

Fonte: Resultados Físicos: SDT/MDA e SIGPlan; Resultados Financeiros: SIGPlan/Siafi.

(1) Com base nos valores de empenhos liquidados.

(2) Número de novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS a serem elaborados em 2007.

(3) Número de novos PTDRS elaborados em 2007. Cumpra destacar que, até dezembro/2007 foram elaborados/revisados um total de 104 PTDRS.

(4) A partir de 2006, o indicador adotado na Ação Orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais passou a ser *Território Rural Apoiado*.

(5) Inclusive Emendas Parlamentares.

(6) Considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados.

(7) A ação orçamentária Gestão e Administração do Programa não possui indicador nem meta física.

Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Seleção de Territórios Rurais

Em 2007 a SDT apoiou 120 Territórios Rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.864 Municípios, com uma população de cerca de 38,7 milhões de pessoas (22,78 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.342.377 km² (39,18% da área total do País). Nestes territórios concentram-se 45,36% dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Foram ainda constituídos Colegiados Territoriais em 115 destes Territórios Rurais apoiados, com grau de consolidação variável, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado.

Foram elaborados, em 2007, oito novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que no período 2004/2007, 104 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais. A elaboração de PTDRS é um processo participativo e que apresenta ritmos e dinâmicas específicos em cada território.

Em apoio à elaboração e gestão dos PTDRS, foram concluídos, em 2007, 23 novos Planos Safra Territoriais¹ e outros 14 estão em fase de conclusão. Considerando que o acesso à informação constitui subsídio imprescindível ao planejamento e gestão, bem como ferramenta de empoderamento, a SDT desenvolveu, disponibilizou e promove atualizações contínuas no Sistema de Informações Territoriais – SIT².

Capacitação de Agentes de Desenvolvimento

Esta ação tem por objetivo o fortalecimento do capital social nos territórios rurais, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à gestão social do processo de desenvolvimento territorial e se dá por intermédio da formação e capacitação de agentes de desenvolvimento territorial (conselheiros, gestores, técnicos e lideranças de movimentos sociais, associações, cooperativas, organizações governamentais e não-governamentais, além de jovens e mulheres do meio rural). A formação de agentes de desenvolvimento constitui um dos pilares do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, considerando que, tão importante quanto a disponibilização dos espaços de participação dos diversos atores envolvidos no processo, é a qualificação dessa participação.

Em 2007 foram investidos recursos da ordem R\$ 7,0 milhões na formação de 24.028 agentes de desenvolvimento voltados para os processos de sensibilização e mobilização dos atores territoriais, bem como para a elaboração e gestão social dos PTDRS's e dos próprios Colegiados Territoriais. Pode-se destacar ainda:

- A reestruturação, formação e apoio a rede de consultores colaboradores (Rede Nacional de Colaboradores);
- A conclusão, em parceria com universidades, dos cursos de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (36 profissionais formados), Especialização em Cooperativismo (40 profissionais formados) e Extensão em Cooperativismo (40 profissionais formados);
- Início de novos cursos de especialização e extensão em cooperativismo, em parceria com a Unisinos/RS, com um total de 80 participantes;
- Articulação e gestão compartilhada do Programa Saberes da Terra, para a formação de 5.060 jovens e adultos agricultores familiares, em parceria com o MTE, MEC e unidades gestoras do MDA, com o aporte de recursos de ordem de R\$ 10,0 milhões (2006/2007), provenientes dos diversos parceiros envolvidos;
- A articulação e capacitação de representantes dos colegiados, em conferências territoriais;
- A aprovação, pelo Condraf, do Programa Nacional de Educação Formal e Não Formal da Agricultura Familiar, tendo como órgão gestor o MEC em articulação com o MDA, MMA, MS, MTE, e movimentos sociais e sindicais;
- Ampliação do apoio a projetos de inclusão política, econômica e social de jovens e mulheres agricultores/as familiares, em parceria com o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnias - PPIGRE, movimentos sociais e sindicais;
- Fortalecimento de ações de educação do campo e cultura, em parceria com o MEC, MINC, movimentos sociais e sindicais; e

1 O Plano Safra Territorial tem como principal finalidade ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como: o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização, a agregação de valor, a Garantia Safra, dentre outras, às condições específicas de cada Território, bem como propiciar a articulação institucional necessária à sua consolidação. Em sua formulação, o PST é um dos componentes de um processo mais amplo, enquadrando-se como parte da formulação do Plano Safra Nacional e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

2 O Sistema de Informações Territoriais - SIT é um sistema de informações que disponibiliza dados sobre os Territórios Rurais, agrupados por região, território ou município, nos aspectos demográficos, econômicos e sociais. O sistema permite ainda, a visualização de interfaces dessas informações com especializações adotadas por outras políticas públicas (Consad, Semi-árido, Região do São Francisco, Amazônia Legal, BR-163, Faixa de Fronteira, dentre outras).

- Realização, em novembro/2007, do II Encontro Nacional da Rede de Colegiados Territoriais, com representantes dos Territórios Rurais apoiados pela SDT e de outras iniciativas territoriais em curso no País. O evento contou com 231 participantes e teve por objetivo realizar uma reflexão sobre a importância e participação do enfoque territorial rural no desenvolvimento nacional como um todo. Teve também como objetivo a consolidação da Rede Nacional de Colegiados Territoriais.

Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais

Em consonância com o papel da SDT e com os demais programas e ações desenvolvidas pela Secretaria, o objetivo principal da presente ação é viabilizar investimentos e atividades de custeio, em parceria com os governos estaduais e municipais, além de organizações da sociedade civil, com vistas à ampliação, modernização e consolidação de infra-estruturas e serviços e para a gestão social do processo de desenvolvimento sustentável de Territórios Rurais ou conjunto de municípios. A mudança do enfoque municipal para o territorial a partir de 2003 representou uma evolução em termos de atuação governamental e possibilitou a qualificação dos projetos apoiados pela Ação Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, por intermédio do caráter complementar das ações orçamentárias que compõem o programa.

Em 2007 foram contratados 1.246 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R\$ 303,9 milhões, beneficiando um total de 2.317 Municípios, sendo 1.630 apoiados diretamente e outros 687 apoiados indiretamente, em 120 territórios rurais selecionados³, apoiando projetos nas áreas de planejamento, produção, agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, obras hídricas, centros de formação e agroindustrialização, dentre outros.

Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Coopersol

O Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol) foi concebido em 2004 pelas secretarias de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e visa apoiar à organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais conduzidas por agricultores familiares e pelos assentados da reforma agrária, sobretudo, pelas famílias localizadas nos territórios rurais. Dentre os principais resultados alcançados em 2007, destacam-se:

- Investimento de recursos da ordem de R\$ 15 milhões em apoio aos empreendimentos cooperativos da agricultura familiar, destacando-se a aplicação de cerca de R\$ 2,8 milhões na capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos, bem como na constituição 19 bases de serviços de apoio, voltadas ao assessoramento especializado a empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar;
- Ampliação do número de cooperativas ligadas aos agricultores familiares para 212 em 2007 (eram 156 cooperativas em 2006), por intermédio do convênio entre a SDT/MDA e o Banco Central do Brasil;
- Apoio às negociações entre cooperativas de crédito e os agentes financeiros para facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural e ao micro-crédito. Isto contribuiu na ampliação da aplicação de crédito da agricultura familiar para R\$ 254 milhões na safra 2006/2007 (foram R\$ 240 milhões na safra anterior).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Condraf

Desde a sua criação, a SDT assumiu também a responsabilidade de secretariar o então CNDRS, que foi reestruturado, assumindo a estrutura atual de Condraf, alterando-se a composição do seu Plenário que passou a ser paritário, e redefinindo suas instâncias de deliberação e formulação, criando os Comitês e os Grupos Temáticos, assumindo uma dinâmica própria e continuada de discussão e tratamento de temas estratégicos para o

³ Parte dos municípios apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços em 2007 estão localizados fora dos 120 Territórios Rurais diretamente apoiados pelo Programa no ano. Isto se deu em decorrência, principalmente, da operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares, dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados.

desenvolvimento rural sustentável. Na busca de consolidar este colegiado, destacam-se em 2007 os seguintes resultados:

- Aprovação da realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A Conferência está organizada em 3 Etapas: 1) Etapa Preparatória de 01 de novembro de 2007 a 30 de janeiro de 2008, onde ocorrerão 183 conferências territoriais, intermunicipais e municipais em todos os estados e no DF; 2) Etapa Estadual de 15 de março a 30 de abril; 3) Etapa Nacional de 25 a 28 de junho de 2008;
- Dentro da Etapa Preparatória para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, foram realizadas, já em 2007, de 140 Conferências Territoriais e Intermunicipais envolvendo cerca de 11.800 participantes. Estas conferências preparatórias continuam a ser realizadas em janeiro/2008;
- Funcionamento de cinco Comitês: Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário; Desenvolvimento Territorial; Assistência Técnica e Extensão Rural; Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; e, Agroecologia. Estes comitês são permanentes e têm um perfil gestor de programas do MDA, com a atribuição de acompanhar, analisar, propor e tomar decisões acerca desses programas.

PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER

O Projeto Dom Hélder Câmara tem como objetivo estratégico a geração e difusão de referenciais que possam orientar políticas públicas no Semi-Árido do Nordeste. Trata-se de um Projeto decorrente de um Acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo Brasileiro, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA. É um Projeto de ações complementares de apoio à Reforma Agrária e Agricultura Familiar, que busca fortalecer processos locais participativos e solidários de construção social e desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras, considerando seu protagonismo. Para desenvolver suas ações, o Projeto firma parceria com entidades da sociedade civil (ONGs e Movimentos Sociais).

Atuando em oito territórios de seis Estados do Nordeste, o Projeto está desenvolvendo suas atividades em articulação com outras entidades governamentais e não-governamentais e outras políticas públicas – federais, estaduais e municipais - voltadas para a convivência com o Semi-Árido do Nordeste. Os territórios apoiados são: Sertão Central e Sertão dos Inhamuns (Ceará); Sertão do Apodi (Rio Grande do Norte); Sertão do Cariri (Paraíba); Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe (Pernambuco); Sertão Sergipano (Sergipe); e, Sertão de São João do Piauí (Piauí).

No exercício 2007 foram aplicados R\$ 16.984.262,60 em diversas ações e atividades, cujos principais resultados foram:

- 12.101 famílias beneficiadas com Assistência Técnica Permanente, sendo 1.000 novas famílias assistidas em 2007, em 320 áreas de assentamento e comunidades de agricultura familiar beneficiadas;
- Na área de comercialização, foram apoiadas dez feiras de agricultura familiar e implantadas nove novas feiras;
- 10.000 alunos beneficiados com educação do campo e convivência com o Semi-Árido;
- Em relação aos recursos hídricos, destacam-se: 700 novas cisternas instaladas, 60 ha irrigados em pequenas propriedades rurais e quatro barragens sucessivas construídas;
- Com relação ao cooperativismo, seis Cooperativas de Crédito foram apoiadas para constituição e operação, e nove Fundos Rotativos mantidos;
- 2.500 novos cidadãos alfabetizados, entre jovens e adultos, nas áreas de atuação do Projeto Dom Hélder Câmara;

- 50 novos filhos de agricultores familiares formados/as em técnicas agropecuárias;
- 2.000 mulheres do campo que receberam documentação;
- 116 Unidades Demonstrativas implantadas (horticultura, apicultura, caprino-ovinocultura etc.); e
- 76 Projetos Produtivos implantados (avicultura, caprino-ovinocultura, apicultura, horticultura, dentre outros)

PROGRAMAS E AÇÕES DA SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO

Programa de Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária no Brasil

A realização do Programa Nacional de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, executado por meio da ação orçamentária Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, proporciona os conhecimentos físicos, geográficos e a situação ocupacional do território nacional. Além disso, há uma vinculação consistente entre a situação real, o cadastro e o registro, o que permite o saneamento do Sistema de Registro de Imóveis, bem como a elaboração das peças técnicas necessárias para a promoção de um processo de regularização fundiária, com o reconhecimento das posses legítimas e pacíficas e expedição dos respectivos títulos de domínio. O Programa possui, ainda, um potencial para arrecadação de terras devolutas que poderão ser destinadas para a Reforma Agrária ou criação de Unidades de Conservação.

O objetivo geral do Programa é proporcionar a integração de ações do Governo Federal, dos governos dos Estados e dos Municípios, na constituição de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e de executar um amplo Programa de Regularização Fundiária dirigido prioritariamente a pequenos agricultores familiares, em apoio ao desenvolvimento rural sustentável do Brasil, e fornecer elementos que proporcionem segurança jurídica, favorecendo o saneamento do sistema de Registro Público de imóveis rurais.

O Programa é parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando o cadastro georreferenciado de 144.000 imóveis e a regularização fundiária de 44.400 posses da agricultura familiar em, aproximadamente, 80 municípios selecionados nos estados do Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, num período de três anos. Já foi dado início aos processos de aquisição de equipamentos, para o fortalecimento dos órgãos estaduais de terras e à Licitação Pública Internacional nº 01/2007, para contratação dos serviços de levantamento topográfico/cadastral/georreferenciado dos 144.000 imóveis rurais.

Em 2007, a SRA celebrou convênios com os Estados do Espírito Santo, Sergipe, Roraima e Piauí, para efetuar a regularização de 4.379 posses, repassando um total de R\$ 3.104.837,00.

Entrou em operação, em 2007, o Sistema de Gestão Territorial – SGT, ferramenta computacional construída em *software* livre com tecnologia de geoprocessamento, que possibilita o armazenamento e a análise dos dados gráficos e literais dos imóveis identificados por meio da ação de cadastro georreferenciado implementado nos Estados. Os dados compõem a base do sistema, possibilitando a realização de consultas espaciais e o diagnóstico da situação fundiária, constituindo-se em uma ferramenta eficaz para a gestão do território rural e tomado de decisão do poder público.

Dos recursos empenhados em 2007, R\$ 6.466.050,00 serão utilizados em 2008, nas seguintes ações: (i) execução dos convênios 2007, totalizando um montante de R\$ 3.104.837,00 (recursos da Fonte Tesouro), para uma meta 4.379 mil imóveis regularizados; (ii) aquisição de parte dos equipamentos para o fortalecimento dos estados do contrato de empréstimo com o BID (notebook e computadores), num total de R\$ 236.286,00 (recursos da Fonte 2100); e (iii) repasse da 2ª parcela de recursos previstos nos convênios dos estados do contrato de empréstimo, num total de R\$ 3.124.927,00 (recursos da Fonte 2100).

Grande parte dos recursos orçamentários de 2007, previstos nas fontes 0148 e 2100, não puderam ser utilizados, devido ao atraso na homologação da LPI nº 01/2007 e da aquisição dos equipamentos GPS, num total de R\$ 6.473.500,00, que representa 43,74% do orçamento de 2007.

PROGRAMA DE BIBLIOTECAS RURAIS ARCA DAS LETRAS

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras foi criado para facilitar o acesso aos livros e incentivar a leitura nos assentamentos da reforma agrária, comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos, por meio da implantação de bibliotecas no meio rural. As bibliotecas são planejadas com a participação das comunidades rurais que indicam os assuntos de seu interesse para formação dos acervos, escolhem o local de funcionamento da biblioteca e os seus agentes de leitura (dois voluntários por comunidade). As bibliotecas funcionam em casas de moradores ou em associações rurais e tem cerca de 230 livros cada. O Programa mobiliza e capacita os moradores das comunidades para a gestão autônoma e coletiva de suas bibliotecas, resultado que é atingido após onze meses da implantação.

O Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da cultura, da educação e do lazer no campo ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades. Manuais técnicos e cartilhas sobre produção rural, cidadania, meio ambiente, saúde e educação, literatura clássica, moderna e popular (brasileira e estrangeira) para todas as faixas etárias, livros de pesquisa e dicionários estão disponíveis para as comunidades resolverem problemas práticos, cotidianos e educacionais.

A leitura no ambiente familiar rural está se tornando uma prática cotidiana e dinâmica, com crianças lendo para os adultos (e vice-versa), os mais jovens lendo para os analfabetos; os recém-alfabetizados estão encontrando nos livros a motivação para retomarem seus estudos.

As comunidades vêm reduzindo os índices de evasão e de fracasso escolar com a ajuda da biblioteca rural. Os jovens agora têm condições de encontrar os livros de que precisam para a ascensão nos níveis educacionais. Como exemplos, nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco muitos casos de redução do fracasso escolar estão sendo considerados como resultados da chegada das bibliotecas Arca das Letras.

Os produtores rurais estão descobrindo novas formas de utilização de sua produção, bem como novas possibilidades agrícolas por meio das informações contidas nos livros. É o caso de uma comunidade de São José do Egito/PE que descobriu a berinjela como uma possibilidade nova de produção.

O principal fator de motivação é a inclusão nos acervos de títulos e temas que refletem as necessidades e interesses comunitários, fazendo com que os moradores do campo se apropriem da biblioteca e se interessem por outros tipos de leitura também para o seu lazer e entretenimento.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2007	
Comunidades Atendidas	1.838
Agentes de Leitura Capacitados	3.688
Famílias Beneficiadas	262.053
Livros Distribuídos	372.600

Fonte: SIGPlan / Coordenação de Ação Cultural SRA

Em 2007, o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras renovou as parcerias com o Projeto BB/Fome Zero, do Banco do Brasil, e com a Osci Missão Criança, que juntas destinaram 20% da arrecadação dos Centros Culturais Banco do Brasil – CCBB's para apoiar a implantação de bibliotecas em comunidades rurais, garantindo a ampliação e agilidade na execução das metas e ações. Também em 2007 foram realizadas parcerias com os executores do Programa Luz para Todos/MME, que garantiram a ampliação das metas nas regiões Sudeste e no Estado de Goiás, com o apoio de Furnas, e na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul, com o apoio da Eletrosul. Com o apoio do Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional, o Programa Arca das Letras contou com a participação de penitenciárias estaduais na fabricação dos móveis-bibliotecas (arcas), mediante convênios entre o MJ e estados cujas penitenciárias têm marcenarias. Os convênios forneceram bolsas aos sentenciados e a remissão das penas aos que fabricaram as arcas. O Programa conta com ações de incentivo à leitura, formação de agentes de leitura e implantação de bibliotecas em comunidades rurais, e tem como público-alvo os trabalhadores rurais e os moradores do meio rural (homens e mulheres, crianças, jovens e adultos).

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso a terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. O Programa também concede crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade

produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural. Existem, ainda, créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semi-árido e para recuperação de passivos ambientais.

A estratégia de implantação e execução do Programa está baseada na descentralização das ações, com a participação dos estados, dos municípios e das comunidades. Além disso, conta com a efetiva participação dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar, como a Contag e a Fetraf-SUL na construção e implementação do Programa.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável são consultados sobre todas as propostas e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável definem as metas, as prioridades e a estratégia de implantação do Programa no estado e têm poder deliberativo sobre todas as solicitações de financiamento.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é financiado com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, fundo especial de natureza contábil, criado pela Lei Complementar nº 93, de 04 de fevereiro de 1998, com a finalidade de financiar programas de reordenamento fundiário e de assentamento rural, e do Acordo de Empréstimo 7037-BR do Governo Federal com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, firmado em 16 de julho de 2001, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, que é parte integrante do Programa. O Programa oferece atualmente três linhas de ação:

Combate à Pobreza Rural: financia a aquisição de imóveis rurais e investimentos básicos e comunitários, contemplando as camadas mais necessitadas da população rural, trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios, cuja área não alcance a dimensão de propriedade familiar. Nesta linha o financiamento para a aquisição de imóveis é reembolsável e os recursos partem do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. O financiamento para investimentos básicos e comunitários não é reembolsável e os recursos são provenientes do Acordo de Empréstimo 7037/BR.

Nossa Primeira Terra: atende às demandas de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos, visando reduzir o êxodo rural.

Consolidação da Agricultura Familiar: essa linha é voltada para agricultores com renda familiar inferior a 15 mil reais e patrimônio inferior a 30 mil reais. As aquisições podem ser individuais ou realizadas por grupos de agricultores. Os financiamentos para aquisição de imóveis e para investimentos comunitários são reembolsáveis.

Em 2007, a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário manteve o mesmo ritmo de aprovação de propostas e de contratação, alcançando a marca de 8.139 contratos assinados, o que representou o atendimento de 16.222 famílias de trabalhadores rurais.

A implementação do PNCF de forma descentralizada e com a participação de vários atores sociais, tem permitido a construção e consolidação da Rede de Apoio do Programa. O Programa Nacional de Crédito Fundiário incorporou ao longo dos últimos anos aproximadamente 200 organizações, que foram responsáveis pela mobilização, a organização e a capacitação de beneficiários interessados, o cadastramento dos mesmos nos sistemas de informações gerenciais e a elaboração das propostas de financiamento.

Outra ação que compõe o Programa de Crédito Fundiário é a de Capacitação dos Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário, que em 2007 atendeu o total de 2.210 agentes e beneficiários. Isso só foi possível devido à realização de parcerias com entidades cujas ações abrangem todo o território nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag e a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - Unefab, e demais organizações da Rede de Apoio do Programa, permitindo assim a otimização dos recursos aplicados.

RESUMO DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

AÇÃO	UNIDADE	EXECUTADO EM 2007
1 – Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras	Famílias Beneficiadas	16.222
2 – Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários - Combate à Pobreza Rural	Famílias Beneficiadas	8.635
3 – Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário	Agentes Capacitados	2.210

Fonte: SIGPlan / Departamento de Crédito Fundiário – SRA

Teve início em 2007 a ação de Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária, destinada a recuperação ou a complementação de infra-estrutura básica, e investimentos comunitários necessários à reestruturação das unidades produtivas, constituídas com o financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

Foram beneficiadas 498 famílias no Estado do Rio Grande do Norte, durante o ano de 2007. Por se tratar de uma ação nova, que demanda maior tempo para o diagnóstico das necessidades dos assentamentos e elaboração da proposta de projeto para melhorias de infra-estruturas a serem custeados pela ação, obteve-se um desempenho abaixo do esperado, justificado pela falta de tempo hábil para a formalização dos convênios com os estados, considerando a demora na regularização cadastral dos estados parceiros do programa.

Encontra-se empenhado o valor de R\$ 1.821.867,85, relativo ao exercício de 2007 que beneficiarão 7.211 famílias, nos Estados da Paraíba, Goiás, Tocantins, Ceará, São Paulo, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O nível de execução deverá aumentar nos próximos anos, tendo em vista as ações iniciadas de diagnóstico e capacitação junto aos beneficiários para a reestruturação dos projetos de infra-estrutura básica e produtiva de seus empreendimentos, o que facilitará a elaboração de futuros projetos.

6.17. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC

O atual estágio do comércio exterior brasileiro, cenário em que as exportações apresentam expressivo crescimento nos últimos anos, tanto em seu volume total quanto na diversificação dos destinos e principalmente de sua pauta, requer, como estratégia para seu desenvolvimento, a implementação de instrumentos modernos, flexíveis e ágeis que permitam a simplificação da logística, o acesso à informação e o apoio creditício, elementos fundamentais para viabilizar a participação das empresas no competitivo mercado internacional.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

Com vistas à expansão e diversificação do comércio exterior, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior conta com o programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora.

Entre as iniciativas previstas para aumentar o comércio exterior, em 2007, foram realizadas diversas atividades, de ações de promoção comercial a medidas de natureza normativa e operacional, desenvolvidas especialmente por meio da disseminação de informações estratégicas e do aperfeiçoamento dos instrumentos de operações de comércio exterior.

Essa linha de atuação contribuiu para que as exportações alcançassem aumento de 16,6%, evoluindo para US\$ 160,649 bilhões. As importações cresceram 32,0%, totalizando US\$ 120,610 bilhões, resultando superávit comercial de US\$ 40,039 bilhões.

Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos e mostram que o comércio exterior atingiu um novo patamar, ao totalizar corrente de comércio inédita de US\$ 281,259 bilhões, em 2007, valor 22,7% acima dos US\$ 229,158 bilhões de 2006.

Em 2007, as três categorias de produtos registraram valores recordes históricos. Na comparação com 2006, as exportações de manufaturados somaram US\$ 83,943 bilhões, com aumento de 11,4%. Os produtos básicos registraram vendas de US\$ 51,595 bilhões, com crescimento de 27,6%, e os semi-manufaturados, US\$ 21,800 bilhões, com aumento de 11,2%. As exportações de manufaturados representam 52,3% da pauta, indicando o aspecto qualitativo das exportações, visto que mais da metade das vendas externas brasileiras é constituída de itens de maior valor agregado. Por segmento, o de material de transporte exportou US\$ 23,9 bilhões, sendo o principal setor exportador, com 14,9% do total. Ainda se destacaram as exportações de produtos metalúrgicos (US\$ 16,1 bilhões, participação de 10,0%), petróleo e derivados (US\$ 16,0 bilhões, 10,0%), minérios metalúrgicos (US\$ 12,0 bilhões, 7,5%), complexo soja (US\$ 11,4 bilhões, 7,1%), carnes (US\$ 11,1 bilhões, 6,9%), produtos das indústrias químicas (US\$ 10,9 bilhões, 6,8%), máquinas e equipamentos (US\$ 8,7 bilhões, 5,4%), açúcar e álcool (US\$ 6,6 bilhões, 4,1%) e equipamentos elétricos e eletrônicos (US\$ 5,7 bilhões, 3,6%).

O setor de material de transporte foi o que mais contribuiu para a expansão das exportações em 2007, com crescimento de US\$ 3,4 bilhões, uma expansão de 16,7% sobre os valores de 2006. Destacou-se, também, o crescimento dos seguintes setores: petróleo e derivados (+US\$ 3,0 bilhões, 23,4%), carnes (+US\$ 2,6 bilhões, 30,3%), minérios metalúrgicos (+US\$ 2,3 bilhão, 23,3%), complexo soja (+US\$ 2,1 bilhões, 22,3%), produtos das indústrias químicas (+US\$ 1,8 bilhão, 19,8%) e produtos metalúrgicos (+US\$ 1,4 bilhão, 9,7%).

Houve crescimento para todas as regiões econômicas, com destaque para: União Européia (29,7%), Mercosul (23,6%), Ásia (19,4%), África (14,6%), Oriente Médio (10,9%), Europa Oriental (10,3%), Aladi, exceto Mercosul (8,5%) e Estados Unidos (1,8%). Em termos de participação, a União Européia é a maior região compradora de produtos brasileiros, respondendo por 25,2% das exportações, seguida da Aladi - Associação Latino-Americana de Integração (22,7%), Estados Unidos (15,8%), Ásia (15,5%), África (5,3%), Oriente Médio (4,0%) e Europa Oriental (2,7%).

Os principais países de destino das exportações, em 2007, foram: 1º Estados Unidos (US\$ 25,3 bilhões), 2º Argentina (US\$ 14,4 bilhões), 3º China (US\$ 10,7 bilhões), 4º Países Baixos (US\$ 8,8 bilhões) e 5º Alemanha (US\$ 7,2 bilhões).

Nas importações, todas as categorias cresceram em 2007, na comparação com 2006: bens de consumo (33,2%), bens de capital (32,4%), combustíveis e lubrificantes (31,6%) e matérias-primas e intermediários

(30,7%). O destaque da pauta de importação é o aspecto qualitativo, pois 71,1% referem-se a bens de capital e produtos intermediários, o que demonstra que os investimentos estão sendo realizados na atividade produtiva, fruto do crescimento da economia. As importações de bens de consumo, embora com a maior variação relativa em relação às demais categorias de produtos, são apenas 13,3% da pauta.

Por mercados fornecedores, aumentaram as compras de todas as regiões. Por ordem decrescente de variação relativa, temos: Europa Oriental (92,1%), África (39,1%), Ásia (33,3%), União Européia (31,8%), Mercosul (29,2%), Estados Unidos (27,0%), e Aladi, exceto Mercosul (21,7%) e Oriente Médio (0,9%). A Ásia é a maior região fornecedora de bens ao Brasil, respondendo por 25,4% das aquisições externas brasileiras, seguida da União Européia (22,2%), ALADI (17,1%), Estados Unidos (15,7%), África (9,4%), Oriente Médio (2,7%) e Europa Oriental (2,3%). Por países, os Estados Unidos são o principal mercado fornecedor, com a China ocupando a segunda posição, seguida de Argentina, Alemanha e Nigéria.

Em novembro de 2007, foi lançada a nova versão do Portal do Exportador, que possibilitará a inclusão de novos serviços e ferramentas como chat, newsletter, divulgação de missões comerciais direcionadas a exportadores de setores selecionados, ampliação de parcerias com órgãos e entidades voltadas ao comércio exterior. O Portal recebeu mais de três milhões de visitas desde a sua inauguração em novembro de 2001, com 1,2 milhão de acessos em 2007, o que significa um aumento de 224% no número de acessos em relação ao ano anterior. O serviço Fala Exportador recebeu 21.358 consultas desde 2001, sendo 2.372 em 2007, provenientes de 1.115 Municípios brasileiros e 117 países, com tempo médio de resposta de dois dias. As metas físicas e financeiras foram integralmente realizadas.

Por intermédio da ação Promoção de Encontros de Comércio Exterior, foram realizados oito Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX, representando 80% da meta física prevista para 2007, sendo seis em capitais e dois em grandes cidades do interior com potencial exportador. Os eventos contaram com a presença de 5.702 participantes, com uma média de 713 participantes por evento. Cerca de 1.600 empresas participaram desses eventos. Foram selecionadas empresas dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Goiás para implementarem a ação 1ª Exportação, que consiste no acompanhamento sistematizado na sua preparação com vistas à exportação. Para a execução da ação foram utilizados recursos da ordem de R\$ 300.592,00, o que corresponde a 97,33% da dotação autorizada.

No âmbito da ação Edição e Distribuição de Material Técnico para Orientação ao Exportador, são produzidos materiais didáticos que são distribuídos durante os cursos e treinamentos para capacitação de profissionais de comércio exterior. É produzida também a série Aprendendo a Exportar, que consiste no material multimídia que possibilita o auto aprendizado do processo de exportação, distribuída via internet e em CD, bem como material para orientação ao exportador. Para distribuição e divulgação da ação, foram confeccionados 6.300 cartazes, 42.500 filipetas, 10.000 convites, 5.500 livretos, 5.000 CDs e 2.000 apostilas, totalizando 71.300 exemplares, superando a meta física em 43,17% de execução física, com utilização de recursos orçamentários de R\$ 130.098,00, 32,54% da dotação autorizada.

A ação Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior visa facilitar o acesso das empresas de pequeno e médio porte ao mercado internacional, por meio da capacitação de empresários e agentes de comércio exterior. Em 2007, por meio do Redeagentes foram treinadas 1.636 pessoas em 41 municípios, superando a meta inicial em 118,13%.

No que se refere à modernização e ao aprimoramento da sistemática de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, de forma online e utilizando mecanismos de comunicação e de navegabilidade que levem a informação a todos de forma ágil e rápida, o sistema Aliceweb passou a incluir exportações efetuadas por meio da declaração simplificada (DSE). O número de usuários alcançou 114.652, com 1.211.013 visitas, gerando mais de um milhão de arquivos enviados via internet para os usuários. Com isso na ação Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre o Comércio Exterior – Alice foram empenhados R\$ 4.191.506,00, 98,41% do valor autorizado.

Já o Sistema Radar Comercial, cuja função é orientar a promoção comercial, direcionar investimentos e apoiar as negociações internacionais, além de auxiliar o exportador na identificação dos melhores mercados para seu produto, em 2007 teve média mensal de 2.270 acessos, com 33.685 usuários cadastrados, produzindo assim 27.274 relatórios, correspondendo a 91,90% da meta física prevista. O processo licitatório será finalizado em 2008.

Em relação à Defesa Comercial, em 2007 foram iniciadas 20 investigações e encerradas 21, das quais 19 com a aplicação de medidas de defesa comercial e duas investigações encerradas sem medidas. Ao final do exercício, havia em curso 19 investigações, nas quais vigorava medida de defesa comercial provisória em três casos. Foram atendidos sete setores cujas exportações estavam sendo alvo de investigações de prática de dumping e subsídios. Foram 41 processos analisados, resultando na superação de 2,5% da meta prevista.

No tocante à ação Negociações Internacionais, em 2007, o MDIC atuou ativamente em vários fóruns negociadores para estreitar as relações comerciais brasileiras. Nos Acordos no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, foram realizadas reuniões das Comissões Administradoras, onde ocorreram antecipações de cronogramas de desgravação e, no caso das economias menores, esteve presente a questão das assimetrias, em que o Brasil procurou privilegiar o acesso de seus produtos no mercado brasileiro, inclusive pelos grandes desequilíbrios em favor do Brasil que se registram no intercâmbio comercial.

Registre-se ainda que, ao longo do ano, ocorreram significativos avanços nas negociações do Acordo Mercosul / SACU – União Aduaneira Sul-Africana, do Acordo Mercosul /CCG – Conselho de Cooperação do Golfo, bem como do aprofundamento do Acordo Mercosul /Índia. Foi concluído estudo de factibilidade da eventual assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a Coreia do Sul. Em dezembro foram concluídas as negociações Mercosul /Israel e o Acordo de Livre Comércio foi assinado.

Em conjunto com o setor privado nacional, foram elaborados subsídios para definir o posicionamento brasileiro frente às negociações multilaterais da Rodada Doha, empreendidas junto à Organização Mundial de Comércio, sobre o acesso a mercados de bens industriais, bens agrícolas e meio ambiente, por meio da elaboração de estudos e simulações relativos aos possíveis cenários resultantes das concessões comerciais eventualmente oferecidas pelo Brasil, em coordenação com o Mercosul.

Na ação Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior – Siscomex, merece destaque o processo de modernização do comércio exterior brasileiro, com a entrada em produção, ainda no primeiro semestre de 2008, da nova família de sistemas informatizados para registro e acompanhamento de operações de exportação e de drawback. O Siscomex Exportação Web, já em fase final de homologação, deverá entrar em fase de testes operacionais em 2008 e permitirá maior agilidade no processo exportador, permitindo às empresas maior flexibilidade operacional com redução considerável de tempo e custos de processo.

Na ação Sistema de Serviços de Comércio Exterior, mantém-se o sistema Siscomex Drawback, nas modalidades Suspensão e Isenção, também em versão Web, e estará disponível ao público exportador ainda no primeiro semestre de 2008. Esse sistema, por sua tecnologia, permitirá maior rapidez no processamento das importações e exportações vinculadas, posicionando-se como um dos grandes indutores das exportações brasileiras. Em 2007, foram aprovadas cerca de 9.000 operações, com compromissos de exportações de cerca de US\$ 60 bilhões. Aproximadamente 80% foram processadas diretamente pelo sistema.

Dando continuidade ao processo de Desburocratização do Processo Administrativo das Operações de Exportação, Importação e Drawback, foi atualizada a Consolidação (Portaria Secex nº 36), com a inclusão de novas simplificações. Foi criada e divulgada, em endereço eletrônico do MDIC, a “Consolidação da Portaria Secex de Importação, Drawback e Exportação”, com atualização automática, a qual permite grande avanço no entendimento e no acesso às normas, sobretudo de pequenas e médias empresas. Além disso, foi divulgada, na página eletrônica do Ministério, o universo de produtos sujeitos à anuência prévia dos órgãos governamentais intervenientes no processo de comércio exterior, a legislação de regência e a finalidade administrativa que contribui para o aperfeiçoamento dos serviços, ao permitir maior transparência ao público e aos Órgãos de Governo, bem como se alinhar aos objetivos traçados nos Acordos Internacionais da Organização Mundial de Comércio.

Entre os principais avanços obtidos em 2007, ressaltam-se: o aumento da transparência e publicidade dos procedimentos a que se submetem as operações de importação e exportação brasileiras e a dispensa de licenciamento não automático para diversas situações e mercadorias antes sujeitas ao exame da Secretaria de Comércio Exterior – Secex. O registro de venda passa a ser exigido somente nas exportações de álcool, por força de política governamental, e de café, a pedido formal do setor produtivo. Essa é a medida de maior caráter simplificador, uma vez que o regime existe há mais de duas décadas para aqueles segmentos, e tornará menos complexo o futuro sistema de registro de vendas no novo Siscomex de Exportação. São centenas de papéis que deixam de ser elaborados pelas empresas e conferidos, reduzindo sobremaneira custos e tempo para a empresa e para o Governo, sem que isso represente risco para o controle.

Na ação Financiamento de Longo Prazo às Exportações, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES busca o financiamento à produção vinculada à exportação e à comercialização externa de equipamentos e serviços produzidos ou conduzidos por empresas brasileiras. Em 2007, os desembolsos aproximaram-se de R\$ 8,1 bilhões, dos quais R\$ 6,7 bilhões desembolsados na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e R\$ 1,3 bilhão desembolsados na linha pós-embarque (financiamento à comercialização propriamente dita). A realização foi de 43% do previsto, o que é consistente com a evolução do câmbio no período e com restrições regulatórios que dificultaram o financiamento à comercialização de aviões em 2007.

GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS

As principais ações voltadas ao desenvolvimento do setor terciário são desenvolvidas por meio do programa Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, buscando inserir o setor terciário em um contexto dinâmico e contínuo de crescimento.

Conhecer as características específicas do setor terciário é fundamental para propor políticas públicas e para o planejamento do setor empresarial (atualmente, esse setor representa cerca de 60% do PIB), sendo o principal receptor de investimentos diretos e emprega a maior parte da população economicamente ativa. Para isso, em conjunto com outros órgãos, foram organizados os principais dados de comércio exterior disponíveis para o setor, captados diretamente de fontes oficiais no País e no Exterior.

Em 2007, foi concluída e implementada a base de dados do Cadastro Nacional de Empresas – CNE, cumprindo o objetivo da ação Integração do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis. Constatam na base de dados 16 milhões de empresas, e está em fase de testes o programa de segurança e senhas, consultas e relatórios. Para tanto, foram utilizados R\$ 408.842,00, correspondendo a 68% da dotação. Essa ação será integrada à ação Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins, em caráter de manutenção do sistema para o exercício de 2008.

A ação Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins visa a manutenção administrativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, inclusive da Junta Comercial do Distrito Federal, possibilitando que os serviços de registro mercantil e atividades afins sejam exercidos em todo o País, de maneira uniforme, harmônica e interdependente. Em 2007, o número de empresas constituídas, alteradas e extintas foi de, respectivamente, 529.419, 1.065.237 e 170.172, totalizando, assim, 1.764.828 atos registrados, representando 117,66% de sua meta física, com recursos da ordem de R\$ 4.538.265,00.

As medidas adotadas para o alcance dos resultados da ação foram as seguintes: realização de Encontros Nacionais com Procuradores e Secretários Gerais das Juntas Comerciais, objetivando a elaboração e publicação das Instruções Normativas destinadas aos atos das empresas mercantis; desenvolvimento, em parceria com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e a Receita Federal do Brasil, do aplicativo para autenticação de livros mercantis digitais, de forma integrada com o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Esse aplicativo está em fase de integração com os sistemas informatizados das demais Juntas Comerciais.

Em 2007, o Projeto Redesim foi transformado na Lei nº 11.598, de 03/12/2007, que visa a redução de custos e prazos para a abertura, alteração e baixa de empresas. Para a implementação do Redesim foram criados: o Requerimento do Empresário Eletrônico Via Internet, que se destina a simplificar, facilitar e possibilitar o correto preenchimento e emitir o formulário, destinado a abertura, alteração e baixa de empresas nas Juntas Comerciais, bem como transmitir os dados correspondentes, via Internet, para aqueles órgãos; a Ficha eletrônica de Cadastro Nacional – FCN, que é um instrumento de captação de dados constantes de atos de abertura, alteração e baixa de empresas para fins de alimentação dos CNE operados pelas Juntas Comerciais, os quais devem alimentar o CNE, bem como alimentar os demais órgãos e entidades integrantes do processo de registro e legalização de empresas, o aplicativo está em fase de teste no DNRC e na JCDF, para homologação; e integração do Sistema Gerenciador de Imagem – Gerimagem, que se trata de um aplicativo integrado aos sistemas informatizados das Juntas Comerciais destinado à visualização das imagens dos documentos arquivados. Em 2007, foram adquiridos scanners para a implantação do sistema em quatorze Juntas Comerciais (AC, AL, AM, AP, CE, GO, PA, PB, PI, RN, RS, RR, SE e TO) e realizado treinamento de técnicos desses órgãos para a implantação e operação do sistema.

Também foi renovado, por mais um ano, o “Protocolo de Cooperação para o Incremento do Mercado Doméstico de Carne Suína”, firmado em 2006, e que contribuiu para aumentar as vendas em mais de 25%.

Outra iniciativa foi a publicação do “Calendário Brasileiro de Exposição e Feiras”, que divulga os eventos nacionais e internacionais que envolvem os mais diversos setores da economia.

No que tange às ações Contribuição ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações – Cobei e Contribuição à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a normalização internacional estabelece padrões de desempenho, ou qualidade, de produtos que devem ser seguidos pelos países por força dos acordos da Organização Mundial do Comércio. O governo e a sociedade brasileira são representados na Comissão Internacional de Normalização em Eletrotécnica – IEC pelo Comitê Brasileiro de Eletricidade – Cobei, e na Organização Internacional para a Normalização – ISO a representação é feita pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que mantém a filiação por meio do pagamento de uma anuidade àquelas instituições internacionais. Houve o aporte de recursos ao Cobei no valor de R\$ 150.000,00, para complemento da anuidade e garantia da participação brasileira no fórum, e à ABNT no valor de R\$ 400.000,00, ambos representando 100% da dotação prevista. Os resultados alcançados ao final do convênio foram: a participação do Brasil na elaboração de normas internacionais e regionais e a adoção de normas internacionais como normas brasileiras.

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Por intermédio do programa Competitividade das Cadeias Produtivas, o MDIC busca elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País no mercado mundial, com ações relativas à geração de emprego, ocupação e renda, ao desenvolvimento e à desconcentração regional da produção, ao aumento das exportações, à substituição competitiva das importações e à capacitação tecnológica das empresas, no contexto da ação denominada Fortalecimento das Cadeias Produtivas.

As Cadeias Produtivas têm um diálogo efetuado por intermédio de 17 fóruns de competitividade em funcionamento: plástico; couro e calçados; construção civil; têxtil e confecções; madeira e móveis; complexo eletrônico; indústria aeroespacial; siderurgia; farmacêutica; automotiva; bens de capital; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; agro-química; gemas e jóias; carnes; biotecnologia; e o Mercosul de Madeira e Móveis.

Com foco na finalidade da ação, foram realizadas diversas atividades, como a implantação da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Naval, fórum estruturado de forma a identificar os entraves que impedem o aumento da competitividade dessa cadeia produtiva e maior nacionalização dos seus produtos.

No contexto do desenvolvimento da cadeia automotiva, em agosto de 2007, o Brasil e o Uruguai firmaram o 67º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica – ACE 2, estabelecendo novas regras para o comércio bilateral de produtos automotivos que terão vigência até 30 de junho de 2008. As Partes acordaram que, durante o período desse Protocolo Adicional, os dois Países procurariam negociar regras mais definitivas para o comércio bilateral, a serem utilizadas como base para a construção de uma Política Automotiva Comum para o Mercosul.

Foram adotadas medidas para o desenvolvimento das Cadeias Produtivas de setores intensivos em mão-de-obra: no âmbito do programa Revitaliza, que viabilizou o desconto de PIS/Pasep e Cofins nas importações de bens de capital e disponibilizou recursos da ordem de R\$ 3 bilhões em linhas especiais de financiamento de capital de giro, investimentos e exportações, com juros reduzidos, para empresas preponderantemente exportadoras dos setores de calçados e artefatos de couro, pedras ornamentais, têxtil, confecções e móveis; elevação das alíquotas de importações para têxteis, confecções e calçados; e redução da alíquota de importação de peles de caprinos e de ovinos para zero.

Nas cadeias produtivas associadas à utilização intensiva de mão-de-obra, observou-se uma expressiva elevação das relações comerciais do Brasil. Tanto as importações quanto as exportações apresentaram um salto em 2007 nos setores de gemas e jóias, papel e celulose, couro, têxtil e confecções e o setor de móveis e madeiras.

Foi estabelecido o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do Mercosul, composto por um conjunto de quatro projetos nacionais, na cadeia de madeira e móveis, estruturados em cada um dos países integrantes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a participação do governo, setor privado e instituições correlatas. O programa será financiado pelo Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem em 2008.

Lançado o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do Mercosul, a pauta apresenta um conjunto de diretrizes e programas, tais como “Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos em Integração Produtiva”; “Projetos de Integração Produtiva Regional”; “Programa de Cooperação entre Institutos de Tecnologia”; “Instalação de Novos Foros de Competitividade Mercosul”, dentre outros.

No Fórum de Competitividade da Indústria de Carnes, foi instalada, no MDIC, a Sala de Situação, com tecnologias especiais de comunicação, como decorrência da participação no Grupo Interministerial do Plano de Contingência Pandemia de Influenza Aviária.

O Fórum Setorial de Franquia atuou na articulação de entidades de fomento em busca do desenvolvimento do Sistema, destacando-se o lançamento de uma linha específica de financiamento para o setor, pela Caixa Econômica Federal, para franqueados, franqueadores e candidatos a franqueados.

No desenvolvimento da cadeia produtiva da construção civil, foram elaborados o Termo de Referência e o Plano de Trabalho para estabelecimento do convênio MDIC/FIESP/CBIC, atualmente em fase de coleta de assinaturas, visando a estudos para proposta detalhada de desenvolvimento da construção industrializada no País, o que permitirá o estabelecimento de uma nova Política Industrial e Tecnológica para a cadeia produtiva. Realizada, também, discussão para redação do Anteprojeto de Lei e a respectiva Exposição de Motivos Interministerial (MDIC/MJ/MF/MC), que permitirá a adoção do princípio da concentração da matrícula de imóveis, visando ao futuro Registro Eletrônico de Imóvel. Reuniões com equipes técnicas dos referidos Ministérios foram realizadas, restando a pendência de alguns detalhes em negociação.

Em relação à Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, as principais ações desenvolvidas voltaram-se para a estruturação e funcionamento do Comitê Nacional de Biotecnologia, criado em 2007, bem como para a reestruturação desse Fórum de Competitividade, com ações voltadas aos seus quatro eixos setoriais: Saúde Humana, Agropecuária, Industrial e Ambiental.

Buscando disseminar o uso e a produção internacional do etanol e do biodiesel, os governos do Brasil, EUA, China, Índia, União Européia e África do Sul lançaram o Fórum Internacional de Biocombustíveis, cujos trabalhos subsidiarão a realização da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em 2008, no Brasil. Foi firmado um Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos sobre biocombustíveis, na ocasião da visita do Presidente Bush ao Brasil em março de 2007. O Memorando contempla as ações de P&D para biocombustíveis de próximas gerações, fomento para os biocombustíveis em terceiros países e desenvolvimento de padrões (materiais de referência) para a definição de especificações de biocombustíveis (parceria Inmetro-NIST - National Institute of Standards and Technology).

Por intermédio da ação Inserção do *Design* em Setores Produtivos, que busca apoiar todas as iniciativas que promovam a utilização do *design* como ferramenta estratégica para o aumento da competitividade, na busca permanente dos reconhecimentos nacional e internacional do *design* brasileiro, por meio de concursos, oficinas e exposições, que se desenvolvem mediante parcerias com empresas nacionais, firmou-se convênio com a Associação dos *Designers* de Produto - ADP, para realização e divulgação de pesquisas setoriais sobre o impacto econômico do *design* em dez setores produtivos e sua divulgação. Já publicados, na Internet, os estudos sobre os setores de utilidades domésticas e mobiliário. Em fase de elaboração: jóias e gemas; construção civil & habitação; eletrodomésticos; eletro-eletrônicos; automotivo & transportes; máquinas & equipamentos; moda & acessórios; médico-hospitalar e equipamentos esportivos.

Mediante parceria com o Sebrae, Senai e o Centro de *Design* Paraná, o MDIC apoiou a criação do portal oficial do *design* brasileiro – www.designbrasil.org.br, principal sítio brasileiro de *design* na Internet, que possui mais de 7.000 inscritos e dispõe do maior cadastro de profissionais e escritórios na área de *design* (mais de 500 cadastrados); comporta o Observatório do *Design*, para identificar novos talentos e o melhor da produção nacional.

No ano de 2007, foi firmada parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – Sinduscon, com o objetivo de contratação de consultoria especializada visando à elaboração de estudos que subsidiem a adoção de políticas públicas voltadas ao incentivo à construção industrializada, em que o MDIC terá participação institucional, todavia, a execução dar-se-á a partir de 2008.

A proposta de desenvolvimento da construção industrializada e de inserção na política industrial, foi formulada no âmbito do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva da Construção Civil, coordenado pelo

MDIC, resultado de análises e debates entre os seus membros, envolvendo toda a cadeia produtiva da construção e principais protagonistas do setor público na busca de medidas viáveis de serem implantadas.

Em relação à execução física, registrou-se a conclusão de um projeto, que é o produto do convênio firmado com o Centro de *Design* do Paraná, em que a ação Inserção do *Design* contribuiu apoiando a implantação do observatório do *Design*, representando 50% da meta estabelecida pela LOA. A segunda meta prevista em 2007 será registrada em 2008, uma vez que o convênio está inscrito em Restos a Pagar. Em relação à execução orçamentária, foi utilizado R\$ 207.278,00, o que representa 82,91% de realização.

Na ação Financiamento à Indústria de Insumos Básicos, cujos investimentos são orientados para a ampliação e a modernização de setores de produção de Insumos Básicos, em 2007 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES desembolsou R\$ 7,5 bilhões (crescimento de 27% em relação a 2006), com destaque para os setores de papel e celulose (R\$ 1,9 bilhão), química e petroquímica (R\$ 1,6 bilhão), metalurgia (R\$ 2,8 bilhões) e mineração (R\$ 0,8 bilhões).

Na ação Financiamento à Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheitadeiras da Cafeicultura - Moderfrota, o volume realizado foi de R\$ 1.798 milhão, com crescimento de 37% em relação a 2006.

Na ação Financiamento a Indústrias de Bens de Capital e de Componentes os desembolsos do BNDES em 2007 perfizeram o montante de R\$ 1.894 milhão. A realização foi de 105% do previsto;

No âmbito da ação Financiamento a Indústrias de Bens de Consumo e Serviços os desembolsos atingiram R\$ 5.853 milhões em 2007.

A ação Financiamento à Modernização do Parque Industrial Nacional – Modermaq financia a comercialização de máquinas e equipamentos por meio de agentes financeiros. Em 2007, o valor desembolsado alcançou R\$ 2.654 milhões, 106% do previsto.

O programa Procaminhoneiro, realizado por meio da ação Financiamento à Modernização da Frota de Caminhões - Modercarga, tem como objetivo modernizar a frota nacional de veículos de transporte e carga. O volume realizado, R\$ 320 milhões, não reflete o conjunto de operações do BNDES com o setor, que atingiu R\$ 7,5 bilhões, um terço a mais do que a previsão para o programa.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

No programa Promoção das Exportações, cuja gestão é do Ministério das Relações Exteriores, o MDIC atua na execução da ação Fortalecimento da Imagem do Produto Brasileiro no Mercado Internacional, em que o principal objetivo é ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional. Foi executada uma campanha obtendo 100% de execução física, com um correspondente financeiro de R\$ 310.000,00, 88,57% da LOA.

Pelo quinto ano consecutivo, o MDIC apoiou o Projeto *Design Excellence Brasil*, por meio de convênio firmado com o Centro de *Design* do Paraná. Com isso, o design brasileiro foi destaque no iF Product Design Award, categoria produtos e conceito. No ano de 2007 o evento recebeu 225 inscrições, e 17 produtos brasileiros venceram o concurso, conquistando o selo iF Product Design Award 2008.

No ranking geral do iF Product Design Awards, o Brasil está entre os dez países com mais produtos premiados. Até hoje, dos 1.275 produtos inscritos no Design Excellence Brazil - DEBrazil, 653 concorreram ao prêmio alemão, 578 foram finalistas e 98 premiados.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional. São cerca de 98% das empresas em funcionamento, 80% da força de trabalho, respondendo por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos, são 5,5 milhões de empresas formais. Dificuldades de acesso ao crédito, tecnologia e inovação de processos, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade de obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios nos mercados interno e externo estão entre os

principais problemas do segmento. O programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte busca a solução desses problemas, que pode se dar por meio de medidas horizontais – com alterações na legislação, por exemplo, – verticais, como projetos que atendam a formas de organização produtiva que se baseiam na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si e que desenvolvem mecanismos de aprendizagem (Arranjos Produtivos Locais), ou nas duas frentes – horizontal e vertical – como no caso do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A ação Capacitação para o Crédito e Microcrédito, com o objetivo de realização e apoio a oficinas de trabalho, palestras, seminários, elaboração de materiais técnicos, manuais e cartilhas para a capacitação de administradores, agentes de créditos e empreendedores formais e informais, capacitou, em 2007, 2.505 profissionais.

O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP/APL manteve discussões com os 142 APLs prioritários, indicados pelos 27 Núcleos Estaduais instalados em 2007. Além disso, foram elaborados 48 Planos de Desenvolvimento Preliminar de APLs pelos Núcleos Estaduais, em processo de análise pelo GTP/APL. Em desenvolvimento o Sistema de Informações de APLs e o Plano Nacional de Educação, que contemplou o mapeamento territorial dos APLs do País para a definição da instalação dos 143 novos Institutos Federais de Educação Tecnológica em 2008.

Em novembro de 2007, foi realizada a 3ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, com o tema central “APLs como Estratégia de Desenvolvimento”. Na oportunidade, estiveram presentes cerca de 800 participantes e 80 especialistas, que discutiram as principais barreiras e entraves ao desenvolvimento dos APLs, as potencialidades de cada setor, a troca de experiências, a possibilidade de integração e a competitividade dos APLs frente aos desafios empresariais.

No que tange à ação Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais, foram assinados dois convênios com o Instituto Euvaldo Lodi, a serem operacionalizados pelo Núcleo Regional de Minas Gerais (APLs Madeira e Móveis de Ubá, de Confecção de São João Nepomuceno, de Fundição de Divinópolis, e de Cachaça de Araçuaí) e Núcleo Regional da Bahia (APLs Cosméticos de Salvador, Artefatos de Couro e Madeira de Ipirá e Madeira e Móveis de Salvador). Além desses, foram assinados, ainda, convênio com o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Distrito Federal – Sindiveste (APL de Confecções) e com a Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso para levantamento e criação de banco de dados dos APLs daquele Estado, resultando assim no atendimento a nove APLs.

A ação Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte promove melhorias de gestão administrativa, produtos e processos de produção das microempresas e empresas de pequeno e médio porte organizadas em Arranjos Produtivos Locais. Em 2007 foram executados dois convênios (CDT/UnB e Senai/MT) atendendo aos APLs Confecções/TI/Madeira e Móveis, no Distrito Federal e entorno, e Madeira e Móveis, em Cuiabá e Várzea Grande, Mato Grosso. Os Núcleos Operacionais do DF e de Cuiabá/MT iniciaram os trabalhos nas empresas em março de 2007. Foi firmado, ainda, um terceiro convênio com o Núcleo Operacional da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. De 2005 a 2007, o projeto beneficiou 48.232 funcionários nas 3.479 empresas industriais inscritas e 3.069 já atendidas. O índice de satisfação, manifestada pelos empresários, indica 97,7% de satisfeitos e muito satisfeitos com as ações dos extensionistas; da mesma forma, 97,4% dos entrevistados avaliam a qualidade do diagnóstico e 88,3% dos empresários aprovam a eficácia das melhorias introduzidas na empresa. Essa ação está referendada na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE e também é uma meta presidencial. Em 2007 foram atendidas 540 empresas.

Destaque se dá também à ação Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, que promove atividades de capacitação de gerentes de negócio e de promoção comercial e marketing de empresas localizadas e organizadas em APLs e que em 2007 apoiou 17 APLs. Foram assinados dois convênios com o Instituto Euvaldo Lodi, a serem operacionalizados pelo Núcleo Regional de Minas Gerais (APLs Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí, Calçados de Nova Serrana e Madeira e Móveis de Ubá) e Núcleo Regional da Bahia (APLs Cosméticos de Salvador, Artefatos de Couro de Ipirá e Madeira e Móveis de Salvador). Além desses, foram assinados convênios com o Sebrae do Mato Grosso do Sul (APLs Cerâmico de Terra Cozida do Pantanal, Vestuário da Região Sul e da Mandioca do Vale do Ivinhema), com o Sindicato da Indústria da Informática do Distrito Federal – Sinfor DF (APL Tecnologia de Informação e Telecomunicação) e com a Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul – Movergs (implementação de Projeto de Desenvolvimento de Promoção Comercial das Empresas do Rio Grande do Sul no mercado nacional).

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é o único espaço de discussão no âmbito do Governo Federal voltado para microempresas e empresas, com atribuições estabelecidas no

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, amparado pelo Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007, e no Regimento Interno instituído pela Portaria MDIC nº 226, de 27 de novembro de 2007.

Em 2007, o Fórum Permanente desenvolveu, entre outras, as seguintes iniciativas: a publicação do Decreto nº 6.174, de 1º de agosto de 2007, instituindo e regulando esse Colegiado; a Portaria nº 226, de 27 de novembro de 2007, que aprova o seu Regimento Interno e estabelece a sua estrutura e funcionamento; a instituição de Grupos de Trabalho destinados à regulamentação de dispositivos específicos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, como fiscalização orientadora (Instrução Normativa nº 72, do Ministério do Trabalho e Emprego, e a Portaria nº 436, do Inmetro); simplificação das relações de trabalho, registro de empresas e associativismo, Sistema Nacional de Garantias de Crédito. Além disso, foi encaminhada no âmbito do Poder Executivo Federal uma proposta de decreto de consórcios, constituídos por microempresas e empresas de pequeno porte e voltados à realização de negócios de compra e venda de bens e serviços, nos mercados nacional e internacional, o que possibilitará o aumento da competitividade e maior inserção dessas empresas em novos mercados.

Em continuidade às ações do Programa de Aproximação Banco/Empresa, criado em 2006, foram realizadas capacitações de 896 funcionários e empresários de microempresas e empresas de pequeno porte no escopo de instrumentos firmados entre o MDIC e Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa, em 28 de novembro de 2006. Além disso, foram apresentadas 56 ações/propostas de políticas públicas destinadas ao segmento das microempresas e empresas de pequeno porte, construídas no âmbito dos Comitês Temáticos. As seguintes publicações foram elaboradas no âmbito do Fórum Permanente: Edição de 15.000 exemplares da Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; Edição de 600 exemplares da Cartilha “Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Fatores de Influência”.

No que concerne à ação Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas, em 29 de junho de 1992 o Brasil e a Comunidade Econômica Européia firmaram um Acordo-Quadro de Cooperação visando a fomentar o desenvolvimento da cooperação em matéria de comércio, investimentos, finanças e tecnologias, tendo em conta a situação especial do Brasil como país em desenvolvimento. O acordo foi promulgado por meio do Decreto nº 1.721, de 28 de novembro de 1995. No âmbito desse Acordo, em 07 de dezembro de 2005 formalizou-se um Ajuste Complementar em que a União Européia realiza um aporte de € 22.000.000,00 em um projeto no valor total de € 44.000.000,00 para “Apoio à Inserção Internacional das Pequenas e Médias Empresas Brasileiras”, com conclusão prevista para 31 de dezembro de 2010.

O projeto tem por objetivo promover e apoiar a expansão e diversificação das exportações das pequenas e médias empresas brasileiras, com ênfase particular em produtos de maior conteúdo tecnológico. Compete à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI a gestão do projeto, por meio de parcerias com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX Brasil, Confederação Nacional das Indústrias – CNI, Instituto Euvaldo Lodi – IEL, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Nesse sentido, foi firmado um acordo de cooperação técnica com a ABDI e, em dezembro de 2007, concluídos os trâmites do convênio que permitem o repasse dos recursos àquela instituição para a execução do projeto. A execução física restringiu-se à estruturação da Unidade de Gestão do Projeto, formação do Plano Operacional Global e do Plano Operacional para o primeiro ano de atividades, que já foram parcialmente aprovados pela Comissão Européia, e realização de serviços de consultoria da empresa de assistência técnica internacional, contratada diretamente por aquela Comissão, para apoio à estruturação dos planos operacionais e desenho de algumas ações de conteúdo que serão apoiadas pelo projeto.

A ação Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios visa a estimular a inserção das microempresas e empresas de pequeno porte na economia da informação e do conhecimento, tornando-as inovadoras e competitivas, contribuindo para a geração de renda e emprego. O projeto tem por objetivo apoiar a implantação de Telecentros de Informação e Negócios - TIN, salas com equipamentos de informática para livre acesso aos empresários, tanto no que diz respeito às ações de infra-estrutura, quanto às que proporcionam geração de conhecimento. Vários parceiros públicos e privados realizam suas contribuições em diversas etapas do processo de implantação desses TINs, incluindo as de logística para entrega de equipamentos.

Por intermédio da ação, foram implantados 418 Telecentros no ano de 2007, totalizando 1.512 unidades implantadas desde o início do projeto. Vale destacar que, além do desenvolvimento e oferta de conteúdos para a inclusão digital e aperfeiçoamento tecnológico das microempresas e empresas de pequeno porte, outro resultado foi a identificação e a seleção de 3.879 instituições habilitadas a implantar unidades TIN.

Em 2007, o Portal TIN teve 90.047 acessos e recebeu o prêmio World Summit Award – WSA, um dos mais importantes do mundo na área, como o melhor na categoria “inclusão digital”. O WSA é uma iniciativa de caráter global que se propõe a selecionar e promover os melhores conteúdos e aplicativos virtuais na Internet.

Os recursos disponibilizados pelo Sistema BNDES para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas, por meio da ação Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas atingiram R\$ 16,1 bilhões em 2007 (crescimento de 45% em relação a 2006), um quarto dos desembolsos do Banco. As linhas de produtos da Finaime (R\$ 11,7 bilhões), o BNDES Automático (R\$ 3,2 bilhões) e o Cartão BNDES (R\$ 510 milhões) foram os meios principais pelos quais o BNDES atingiu essas empresas, realizando 34% acima do previsto.

ARTESANATO BRASILEIRO – PAB

Dentre as principais atividades executadas em 2007 pelo programa Artesanato Brasileiro – PAB, destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro, que possibilitará a migração de bases de dados existentes nos Estados, reunindo em um único ambiente dados dos artesãos e suas organizações de todo o País. O projeto-piloto foi concluído em quatro Unidades Federativas (RJ, MT, AL e DF), e será estendido para outros Estados. Além disso, continuou o processo de elaborar a base conceitual do artesanato no Brasil e no Mercosul, ação que estabelece a nomenclatura padronizada que servirá de base para criar a legislação que regulamentará o setor e, em decorrência, a formulação e execução de políticas públicas orientadas e a criação de parâmetro para planejar as ações governamentais. Essa padronização será realizada por meio do “Glossário do Programa do Artesanato Brasileiro”, cuja primeira versão foi encaminhada para a análise das Coordenações Estaduais de Artesanato.

Por intermédio da ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores, em 2007 foram realizados seminários, oficinas e palestras, capacitando cerca de 1.435 pessoas, entre técnicos, gestores, artesãos e multiplicadores, abordando os seguintes assuntos: conceitos do artesanato; comercialização de produtos artesanais; diagnóstico setorial e planejamento; e estratégias de intervenção e desenvolvimento do setor artesanal. Foi iniciado, ainda, o Plano Nacional de Capacitação para o Setor Artesanal, a ser implantado em 2008 em conjunto com os PABs Estaduais. A meta física ficou 68,82% acima do previsto, com a utilização de 99,77% da dotação de R\$ 78.130,00.

No que concerne à ação Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal, realizou-se em 2007 as seguintes feiras e eventos: 17ª Feiart- Feira Internacional do Artesanato, em Porto Alegre/RS, VI Salão Paraibano de Artesanato - Campina Grande/PB, VIII Feira Nacional de Negócios do Artesanato - Fenneart, em Olinda/PE, Feira Internacional de Cultura e Artesanato – Feincartes, em Vitória/ES, Pavilhão do Artesanato do Município de Cáceres/MT e 35ª edição do Congresso Brasileiro de Agências de Viagens - ABAV, no Rio de Janeiro/RJ, beneficiando cerca de 10.400 artesãos. Nesse contexto, foi instituído o sistema de apuração de resultados das vendas e elaborado o manual de orientação “O PAB nas Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais”, por meio do qual foi possível a apuração do faturamento dos artesãos nessas feiras e eventos apoiados pelo PAB, em torno de R\$ 2 milhões. Totalizando, a ação realizou seis eventos, superando em 20% a meta inicial, com recursos na ordem de R\$ 373.250,00, que correspondem a 99,90% da dotação prevista.

A ação Estruturação Produtiva do Artesanato Brasileiro, que tem a finalidade de apoiar projetos de instalação física, ampliação ou reforma de barracão e à identificação de espaços físicos permanentes ou temporários em locais de grande fluxo de turistas, bem como a compra de equipamentos necessários ao cumprimento de seus objetivos, realizou visitas técnicas e de fiscalização a nove centros de artesanato implantados com recursos federais, mediante emendas parlamentares, relativas aos anos de 2004 e 2005, nos Municípios de Assis Brasil/AC, Matutina/MG, Parobé/RS, Lajeado/TO, Canarana/MT, Pontal do Araguaia/MT, Denise/MT, Buenópolis/MG e Santa Rosa da Serra/MG.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI é responsável pela gerência do programa Propriedade Intelectual, cujo objetivo é aumentar a participação ativa de brasileiros nos serviços e resultados de propriedade intelectual de modo a garantir a proteção e os meios para a geração e a comercialização dessa natureza de propriedade.

O Projeto de reestruturação do INPI foi dividido em duas fases, a primeira, de 2004 a 2006, e a segunda, de 2007 a 2008. A primeira fase foi organizada em torno de seis objetivos: 1) adequação dos processos de concessão e outras decisões quanto a marcas, patentes e outros direitos de propriedade; 2) disseminação da cultura da valorização da propriedade intelectual; 3) promoção do uso da informação tecnológica das patentes; 4) aperfeiçoamento da comunicação com a sociedade e o público usuário; 5) articulação regional e organização da contribuição do INPI às negociações internacionais em propriedade intelectual; e 6) revisão dos processos administrativos do INPI. As metas traçadas para essa fase foram satisfatoriamente atingidas até dezembro de 2006.

A segunda fase do Projeto prevê o aprofundamento dos avanços alcançados na primeira fase e, adicionalmente: 1) firmar o INPI como entidade produtora e disseminadora de conhecimentos em propriedade intelectual; 2) conferir ao INPI importância estratégica regional (América do Sul e países de língua portuguesa); 3) obter o reconhecimento internacional do INPI como um dos escritórios de referência no exame, concessão e gestão de direitos de propriedade intelectual no mundo; e 4) certificar (ISO e prêmios de qualidade) a qualidade dos processos de trabalho e dos serviços prestados pelo INPI. Os principais resultados obtidos em 2007 decorreram das ações de implementação da segunda fase do projeto de reestruturação do INPI.

No tocante à ação Concessão de Registro de Marca, a execução física foi ultrapassada em 196,26%, com 296.258 decisões realizadas. O aumento expressivo da produtividade é decorrente: do ingresso de 59 novos tecnólogos em abril de 2006 e que, em 2007, já estavam devidamente treinados; do contínuo processo de racionalização dos procedimentos de exame dos fluxos administrativos; e do investimento crescente em tecnologia (hardware e software), como, por exemplo, o e-Marcas, um sistema de acesso online, implantado com sucesso em setembro de 2006 e, ao final de 2007, sendo que sua utilização média chegou a cerca de 50% do total de demandas à diretoria de marcas do INPI. Dessa forma, eliminou-se o atraso na concessão de marcas que não sofreram oposição (cerca de 85% do total), e organizou-se o processo de exame de oposições, de modo que, até o fim de 2008, o tempo de espera pelo exame de tais pedidos de registros não seja superior a 12 meses (o prazo internacionalmente aceitável para tal categoria de pedidos é de 18 meses).

Na ação Concessão de Patentes, cujo objetivo é efetuar a concessão de patentes com vistas à proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, realizou-se 17.333 decisões, alcançando 78,79% da meta física estabelecida. Isso se deve ao fato de que seria contratado em 2005 um contingente de 240 novos servidores, o que só ocorreu no segundo semestre de 2006, e o período de ambientação e treinamento desses novos servidores se estenderá até 2008, quando alcançarão a capacidade plena de produção. Outro fator que contribuiu sobremaneira para o não alcance da meta fixada foi o deslocamento de diversos técnicos experientes para a supervisão dos treinandos, comprometendo o volume das decisões proferidas. O segundo semestre de 2007 apresentou aumento significativo no número de decisões, em face dos arquivamentos dos pedidos por falta de pagamentos das anuidades e por falta de requerimento do pedido de exame. Os níveis de produção encontram-se elevados, de modo que foi equacionado o problema da demora excessiva pelo exame de patentes, reduzindo-se dos atuais seis a dez anos para uma espera não superior ao prazo de quatro a quatro anos e meio para os pedidos hoje depositados. Esse prazo é compatível com a melhor prática internacional.

No que concerne à ação Disseminação de Informações Tecnológicas, que visa a fornecer aos setores produtivo, científico-tecnológico e governamental informações atualizadas e tendências do desenvolvimento tecnológico nos diversos segmentos industriais, em âmbitos nacional e internacional, em 2007 a meta física foi superada em 27,03%, com a realização de 88.923 consultas.

A ação Promoção da Geração, Proteção e à Comercialização de Propriedade Intelectual, atingiu, em 2007, um público absoluto de 12.207 pessoas, ultrapassando em 62,76% a meta estipulada. No que diz respeito ao perfil do público, priorizou-se as indústrias, empresas, universidades públicas e instituições públicas de pesquisa, de acordo com as diretrizes da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE, fato comprovado pelo aumento no número de acordos e convênios estabelecidos entre o INPI e aquelas entidades. Em 2007 foram treinados, em temas de propriedade intelectual, gestores de tecnologia de 23 Estados da Federação, tornando a ação mais abrangente. Além disso, foram realizados cursos de capacitação, seminários de sensibilização, além de palestras e participações em eventos externos, representando um aumento significativo no número de eventos

organizados pelo Instituto, na sua maioria em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, assim como Sebrae, Finep, BNDES, Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, parceiros constantes do INPI.

Por intermédio da ação Concessão de Registro de Desenho Industrial, foram registrados 4.085 desenhos industriais, correspondendo a 85,10% da meta física. Esse resultado pode ser considerado satisfatório, uma vez que o número de depósitos de pedidos foi inferior à meta estabelecida para a concessão de registro. A concessão de registro de desenho industrial está sujeita à observância dos prazos legais.

No que tange à ação Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia, a execução física da ação ultrapassou em 40,53% a meta estabelecida, com a análise de 2.618 processos. Este resultado está relacionado a uma decisão administrativa que gerou um acréscimo no número de arquivamentos dos processos que não cumpriram as exigências formuladas há mais de cinco anos.

METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

O programa Metrologia e Qualidade Industrial apresenta-se como importante fator para a reestruturação do setor produtivo, pois representa uma referência para o aumento da qualidade do produto brasileiro, apoiando o aumento das exportações brasileiras e fortalecendo o controle sobre os produtos nacionais e importados, no que se refere aos requisitos básicos de segurança.

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro está fortemente engajado no apoio às atividades de biocombustíveis. Nessa condição está desenvolvendo e concluindo estudos sobre aspectos científicos e técnicos dos biocombustíveis e padrões metrológicos confiáveis e reconhecidos internacionalmente, num projeto em parceria com o instituto metrológico norte-americano, National Institute of Standards Technology – NIST. Simultaneamente desenvolve, também, o Programa Brasileiro de Certificação em Biocombustíveis, de caráter voluntário, que visa a proporcionar confiança de que o combustível certificado segue requisitos técnicos estabelecidos em normas da ABNT ou em normas que venham a ser acordadas internacionalmente, representando critérios úteis à promoção das exportações e à eliminação de barreiras técnicas ao comércio.

O Programa Brasileiro de Biocombustíveis leva em consideração aspectos de qualidade intrínseca, relacionados à qualidade energética e de impurezas que podem prejudicar a saúde humana ou a motores e a equipamentos que deles se utilizam e aos aspectos relativos ao processo de produção que envolve manejo ambiental e social. Face à liderança que o governo brasileiro vem exercendo na articulação de ações internacionais de promoção dos biocombustíveis e ao amplo reconhecimento conquistado pelo Inmetro junto a entidades congêneres em diversos países, o programa contribuirá de forma determinante para a ampliação da oferta mundial e a consequente transformação dos biocombustíveis em commodity, gerando importantes benefícios para a sociedade como um todo.

Em razão da criação da Lei de Inovação e da sua interface direta com as atividades de competência delegadas ao Inmetro, foi criada, na estrutura regimental da Autarquia, a Diretoria de Inovação e Tecnologia, com a finalidade de apoiar as ações da política industrial, estimulando a inovação e a competitividade do setor produtivo, desenvolver estudos de prospecção de áreas estratégicas, análises de cenários e de tecnologias-chave, articular-se, em níveis nacional e internacional com órgãos de pesquisa e entidades do setor produtivo para o desenvolvimento conjunto de atividades voltadas para a inovação tecnológica e a modernização do setor industrial, orientar, planejar e coordenar ações voltadas para o desenvolvimento do Pólo Tecnológico e da Incubadora de Projetos Tecnológicos e de Empresas do Inmetro e atuar como Núcleo de Inovação Tecnológica do Inmetro, gerindo a política de inovação da Autarquia.

Implantado o processo de avaliação de desempenho individual dos servidores do Inmetro. Essa avaliação visa aferir o desempenho do servidor no exercício de suas atribuições, tendo por pressuposto básico sua contribuição individual para o alcance das metas da Autarquia. Cabe ressaltar que esse modelo de avaliação de desempenho é inovador no setor público, uma vez que é conduzido por comitês de avaliação de desempenho que deverão ter em sua composição uma maioria de membros externos à instituição, privilegiando a imparcialidade e a isenção.

Foi aprovado o projeto para a instalação de um campus avançado da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Inmetro, projeto que atende às demandas dos segmentos metrológicos e da qualidade, ao amplo

aspecto da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE e mobiliza, de forma inédita, atenções e recursos das três esferas da administração pública.

A ação Avaliação da Conformidade, cuja finalidade é desenvolver e implantar programas de avaliação da conformidade e credenciamento de laboratórios e organismos, atingiu 130% de execução física, implantando 26 programas de avaliação, com realização financeira de 91%, totalizando R\$ 13.668.970,00. Dentre as realizações da ação pode-se destacar o acordo de cooperação técnica entre o Inmetro e o Ministério da Educação – MEC, que tem como um dos seus principais objetivos implementar algumas ações previstas no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação – PDE, sendo uma delas o Projeto Caminho da Escola, que prevê a aquisição e a disponibilização de novos ônibus escolares para atender aos estudantes das regiões rurais. O papel do Inmetro nesse projeto diz respeito aos aspectos relativos aos padrões de segurança e à qualidade dos ônibus, relacionados à segurança das crianças e à robustez do veículo, o que significa maior durabilidade e capacidade do veículo de operar em estradas não asfaltadas.

O Inmetro está coordenando dois importantes trabalhos no Comitê de Contaminantes do Codex Alimentarius (Comitê Assessor do Conmetro) para estabelecer os limites para Aflatoxina em Castanha do Brasil e limites para Ocratoxina A em café. O estabelecimento desses limites, sob coordenação do Brasil, permitirá uma discussão equilibrada, com valores baseados no conhecimento científico disponível, evitando, assim, que esses limites se convertam em barreiras ao acesso desses produtos ao comércio internacional de alimentos.

Aprovado no Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – Conmetro, o Guia de Boas Práticas de Regulamentação, que visa a melhorar a interação entre os órgãos regulamentadores por meio das seguintes ações: harmonização da interface entre os regulamentos técnicos editados e as normas existentes; cobrança pela utilização de normas e sua referência em regulamentos técnicos; e, por fim, a harmonização das práticas de regulamentação das agências e órgãos regulamentadores, objetivando promover uma atuação mais integrada entre eles, bem como um alinhamento às práticas internacionais de regulamentação, em especial dos fóruns dos quais o Brasil é membro. Cabe ressaltar que a criação desse guia, que envolveu todos os 27 órgãos regulamentadores do País, é uma experiência inédita no mundo.

Assinado o acordo de cooperação técnica entre o Inmetro e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que tem como objetivo a integração institucional entre ambos para transferência mútua de conhecimento nas áreas de avaliação da conformidade, metrologia legal e científica e do trabalho, tendo como pressupostos básicos a certificação de produtos e serviços diretamente ligados à proteção e segurança do trabalhador, especialmente aqueles relacionados aos equipamentos de proteção individual, os chamados EPIs. Pretende-se, também, desenvolver um programa de certificação para qualificar portadores de necessidades especiais, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Foram desenvolvidas, também, as seguintes atividades: edição da Portaria nº 326, de 24/08/2007, que dispõe sobre alterações no procedimento de certificação para brinquedos importados, tornando-o mais restritivo; concluída toda a regulamentação técnica necessária para a realização das adaptações nos veículos que compõem a frota existente do Transporte Rodoviário – Urbano e Interestadual – e do Transporte Aquaviário, tornando-os acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e concluída duas certificações do manejo de florestas plantadas – Certificação Cerflor.

A ação Padronização e Disseminação das Unidades de Medida, que visa padronizar as unidades de medidas, promovendo o reconhecimento internacional e fortalecendo a atual infra-estrutura laboratorial em termos de excelência técnica, contribuindo assim, para o aumento da qualidade e competitividade do produto nacional, teve uma execução física de 140%, aplicando R\$ 7.869.095,00, correspondendo a 91% da dotação inicial. O Inmetro obteve esse resultado com iniciativas como a consolidação da metrologia química no país, e vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química, cujas atividades estão consolidadas: eletroquímica, análise orgânica, análise inorgânica, análise de gases e motores, combustíveis e lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina.

Na área de metrologia de materiais, o Inmetro alcançou um significativo avanço nos últimos 12 meses. Nesse período, foram instalados diversos laboratórios, com tecnologia de última geração, nas áreas de nanometrologia de materiais, magnetismo, propriedades térmicas e espectroscopias óticas. Foram incorporados ao programa de metrologia de materiais cerca de 20 jovens doutores e cinco pesquisadores seniores, tanto do Brasil como do exterior, mediante um programa especial de bolsas em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Alguns produtos, tais como o primeiro padrão nacional de aços magnéticos e o primeiro padrão para nanometrologia produzido em ultra alto vácuo, estão em fase final de

realização. A pesquisa dos materiais considerados estratégicos e de insumos básicos, dos mais diversos setores, são requisitos fundamentais para o desenvolvimento industrial do País.

A ação Controle Metrológico gerou os resultados de 83% de execução física e 99% de financeira, representando, respectivamente, 12.509.087 instrumentos verificados e R\$ 183.699.238,00 de recursos aplicados, com as seguintes ações: execução do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Brasil e Moçambique, com o objetivo de fortalecer a metrologia e a qualidade naquele País, por meio da identificação de oportunidades de cooperação e elaboração de propostas de projetos no âmbito do programa pertinente à metrologia legal e à avaliação da conformidade; Projeto de Cooperação Técnico firmado entre o Brasil e a Costa Rica, implantando o controle metrológico dos instrumentos de medição utilizados no âmbito da saúde e do meio ambiente naquele País; consolidação da auto verificação para os fabricantes de instrumentos de medição e postos de ensaios autorizados aplicados aos medidores de energia elétrica, medidores de água e medidores de gás domiciliar; e implementação das ações previstas em convênio de cooperação técnica, celebrado entre o Inmetro e a Receita Federal do Brasil, visando à instalação de sistemas de monitoramento da produção de bebidas (cervejas e refrigerantes), com o intuito de coibir a evasão fiscal. Foram realizadas avaliações dos sistemas de medição instalados em todas as regiões da Federação, pertencentes ao grupo de fabricantes com maior capacidade de produção instalada (acima de 200 milhões de litros/ano).

PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS – PIM

No que concerne ao desempenho do Pólo Industrial de Manaus – PIM, principal vetor de desenvolvimento da região, abriga no momento, cerca de 467 empresas industriais. Seus indicadores continuam demonstrando resultados positivos, gerando recursos que permitem a difusão dos seus efeitos para outros segmentos da Amazônia Ocidental.

Os resultados alcançados até novembro e estimados para o encerramento do exercício de 2007 são os seguintes: faturamento de US\$ 23,59 bilhões, aumento de 11,33% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estima-se que os resultados de dezembro ultrapassem a casa dos US\$ 25 bilhões, com crescimento de 9,41% em relação a 2006; geração de 97.000 empregos diretos e 450.000 empregos indiretos, sendo que em novembro os postos de trabalho ultrapassaram a casa dos 100.000 empregos diretos; arrecadação federal no Estado do Amazonas estimada, até o final do exercício, em R\$ 8 bilhões; tributos totais (federal, estadual e municipal, Previdência Social, FGTS e taxas da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa), estimados, até o fechamento do exercício, em R\$ 13,5 bilhões; a nacionalização de insumos industriais consumidos no PIM alcançou 52%, contra 47% em 2006; investimentos totais consolidados no PIM US\$ 7,18 bilhões, representando aumento de 25,96% em relação a 2006; exportações de US\$ 957 milhões.

A manutenção desse crescimento está assegurada e vinculada ao esforço da Suframa na fixação e consolidação dos investimentos, na contínua atração de novos empreendimentos ao parque fabril do PIM e na inserção de seus produtos em novos mercados. Em relação à atração de investimentos, o Conselho de Administração da Suframa - CAS acompanhou 2.494 projetos, sendo: 100 projetos aprovados de implantação (novos empreendimentos) e 176 projetos aprovados de ampliação, diversificação e atualização (projetos já existentes), com uma expectativa, em nível de 3º ano de produção, de geração de 16 mil novos empregos, US\$ 3,5 bilhões de investimentos totais e US\$ 857,5 milhões em exportação; 1.655 projetos industriais aprovados em exercícios anteriores; 34 projetos agropecuários de implantação (novos projetos); e 529 projetos agropecuários aprovados em exercícios anteriores. Com isso, a ação Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais realizou 175% de execução física.

A ação Divulgação do Pólo Industrial de Manaus busca tornar o PIM atrativo para novos investimentos, bem como divulgar o potencial econômico da Amazônia Ocidental e seus produtos industrializados, em 2007. A Suframa, por meio dessa ação, participou de 40 eventos nacionais e internacionais, nos quais foram divulgados os produtos oriundos do PIM e as potencialidades regionais. Essa ação culminará com a realização da IV Feira Internacional da Amazônia – FIAM, em 2008.

Por meio da ação Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus, foi assinado o Termo Aditivo ao Convênio nº 085/2005, para ações de implementação e gerenciamento de projetos constantes do Plano de Negócios do Centro Tecnológico – CT-PIM, o qual visa proporcionar a capacitação e treinamentos, no País e no exterior, nas áreas de microeletrônica, bioinformática, inovação e negócios e no desenvolvimento de projetos de circuitos integrados-*design house* e demais atividades relativas ao CT-PIM. Essas providências são etapas preliminares que possibilitam executar as atividades de natureza diversa que o Centro se propõe a desenvolver.

Estão em curso tratativas visando delimitar a área de construção do Parque e para elaboração do projeto de engenharia. Portanto, a meta física de 3% proposta ainda não foi atingida.

No âmbito da ação Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, foi realizado convênio com o Centro das Industrias do Estado do Amazonas – Cieam para a revitalização do sistema viário do distrito, na área pioneira, incluindo serviços de mobilização, instalação, pavimentação, drenagem, esgoto, terraplenagem, urbanização e sinalização. Em 2007, a meta física foi realizada em 100%, com a utilização de recursos da ordem de R\$ 24.038.115,00, que representam 99,79% do orçamento aprovado.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

O programa Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental objetiva contribuir para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e dos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

Por intermédio da ação Fomento à Capacitação de Recursos Humanos nas Áreas de Atuação da Suframa, foram realizadas as seguintes atividades: Projeto Acelera Amazonas, em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, que visa contribuir para o início do processo de formação de doutores e mestres para o período 2007 – 2012; pagamento das parcelas do Contrato nº 009/05 firmado com a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - Unisol para a realização do Curso de Formação em Gestão do Desenvolvimento Regional em nível de Graduação; Termo Aditivo ao convênio voltado para a implementação, gerenciamento de projetos constantes do Plano de Negócios do CT-PIM; Inspeção Laura Vicunã - Projeto de Aprendizagem Profissional - Missão Ubaré (Termo Aditivo). Em 2007 foram capacitadas 50 pessoas, atingindo 100% da meta física, com recursos de R\$ 1.050.000,00, 100% da dotação autorizada.

O foco da ação Manutenção da Infra-Estrutura do Distrito Agropecuário é recuperar e manter as estradas vicinais do Distrito Agropecuário, visando a instalação de novos projetos e a manutenção dos projetos já aprovados no Distrito Agropecuário. Foi assinado o Convênio nº 158/2007 com a Prefeitura de Rio Preto da Eva, no valor de R\$ 2.500.000,00.

Os recursos da ação Apoio a Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Ocidental foram demandados para atender aos seguintes projetos: Convênio nº 084/2007 - Fundação Djalma Batista - INPA, Desenvolvimento de Tecnologia de Couro do Peixe, com o objetivo de orientar os funcionários de frigoríficos e de peixarias quanto à execução das atividades de coleta de resíduos, qualificando profissionais, estagiários e bolsistas para a tarefa de preparo e curtimento da pele de peixe, tanto pela transferência tecnológica, como por meio de cursos; Convênio nº 161/2007 – Universidade Estadual do Amazonas, buscando otimizar recursos para promover o desenvolvimento de empresas de pequeno porte e setores em potencial, entre os quais a realização de programas de capacitação para o comércio exterior; Convênio nº 175/2007 – Projeto Acelera Amazonas, tendo sido empenhados para essa ação recursos no montante de R\$ 1.773.335,00, que representam 100% da dotação prevista.

A liberação dos recursos financeiros para a ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana – AP permitiu que a Suframa continuasse contribuindo para o processo de interiorização do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, firmando parceria com os governos estaduais, municipais e entidades de classe. Foram firmados convênios objetivando apoiar 115 projetos de desenvolvimento regional nos setores agropecuário, de serviços, da indústria e de Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação - S&C&T&I. Esses projetos são de grande importância para a região, visto que reduzirão as desigualdades e contribuirão para o seu desenvolvimento econômico e social. Dentre esses projetos, merece destaque o apoio a 14 projetos de fomento ao capital humano, tais como: doutorado nas áreas de administração, biotecnologia, doenças tropicais, informática, planejamento e transporte; mestrado em química; pós-graduação em ecologia e manejo dos recursos naturais; especialização em comércio exterior; tecnologias de distribuição de gás natural; e implantação do curso superior de engenharia mecânica plena e aquisição de equipamentos no Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – Cefet/ AM.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR – PITCE

O programa Ciência, Tecnologia e Inovação Para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE é gerenciado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. A ação Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA, cujo objetivo é incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira de modo sustentável, é coordenada pela Suframa, que tem contribuído com o desenvolvimento da região por meio da implementação do Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA.

O CBA está destinado a transformar-se na grande e inovadora estratégia industrial para a Amazônia, pois busca viabilizar o uso, em escala econômica, da matéria-prima com origem na biodiversidade regional, aplicando a biotecnologia para viabilizar a criação de um parque biotecnológico, e já dispõe de uma estrutura significativa, com 171 colaboradores entre bolsistas e não bolsistas, 13 dos 25 laboratórios projetados, funcionando regularmente, e um em início de operação, além de seis unidades de apoio técnico.

O CBA tem feito várias parcerias para atender a atividades e prestação de serviços especializados e o efetivo desenvolvimento de produtos e processos. Destacam-se: acordos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e parcerias com a Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Mogi das Cruzes – UMC, Faculdade de Medicina de São Paulo – Unifesp, Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do Peru – Concytec e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, possibilitando desenvolver produtos e processos e a prestação de serviços; mais de quinhentas análises e desenvolvimento de quatorze projetos em parceria com a iniciativa privada; em andamento, a acreditação ISO 17025 pelo Inmetro (obtida a referida acreditação, o CBA poderá solicitar habilitação nos demais órgãos, como a Associação Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e a Rede Brasileira de Laboratórios Associados – Reblas); continuidade do programa de capacitação de funcionários, inclusive com a formação de tecnólogos e mestres em farmacologia, e a participação de colaboradores em mais de sessenta cursos entre treinamentos, workshops, e outros eventos de capacitação. Em decorrência da escassez de mão-de-obra de farmacólogos e toxicólogos na região, vinte colaboradores estão sendo treinados em Manaus, em parceria com a Unifesp, via acordo de cooperação.

No que concerne a produtos e processos, o CBA vem desenvolvendo os seguintes programas: de cosméticos, de alimentos funcionais, de bioinseticidas e repelentes, de biocombustível, e de plantas ornamentais. Os valores correspondentes aos empenhos realizados nessa ação foram utilizados em dois projetos de desenvolvimento de corantes naturais, sendo o primeiro - corante para o uso em cosméticos e, o segundo, para alimentos. Dessa forma, a ação realizou 100% de meta física, com recursos da ordem de R\$ 2.744.120,00, 99,78% do valor autorizado.

6.18. MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME

LEI ORÇAMENTÁRIA 2007

Em 08 de fevereiro de 2007, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2007) que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007, acrescida posteriormente de créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), totalizando a importância de R\$ 1.576.050.262 (um milhão, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais), destinada ao Ministério do Esporte - ME, conforme a seguir discriminado por Grupos de Natureza de Despesa:

R\$ 1,00			
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESAS	LEI + CRÉDITOS	EMPENHOS EMITIDOS	VALORES PAGOS
Pessoal e Encargos Sociais	14.204.762,00	14.075.202,14	13.784.088,87
Outras Despesas Correntes	853.950.006,00	817.133.340,31	567.938.376,09
Investimentos	707.895.494,00	584.055.021,88	173.017.276,93
TOTAL	1.576.050.262,00	1.415.263.564,33	754.739.741,89

Fonte: Siafi Gerencial
Valores de lei + créditos adicionais

Do total de dotação autorizada, o valor de R\$ 390.487.500,00 corresponde às emendas individuais e coletivas, equivalente ao percentual de 24,7 % do montante abrangendo os valores da lei orçamentária para 2007 e seus créditos adicionais para o Ministério do Esporte.

Do valor global das emendas apresentadas, o valor de R\$ 369.755.175,00 referem-se a *Investimentos*, voltados, basicamente, para a implantação ou modernização e reforma de espaços esportivos, tais como quadras e ginásios poliesportivos, nas mais variadas localidades do País. O restante dos recursos referentes às emendas, no valor de R\$ 20.732.325,00, foi direcionado para *Outras Despesas Correntes* – basicamente para o funcionamento de núcleos dos programas *Esporte e Lazer na Cidade* e *Segundo Tempo*.

Importa registrar que, em razão da realização dos jogos Pan e Para-Pan-Americanos Rio 2007, grande parte dos recursos acrescidos à LOA 2007 decorreu da abertura de créditos extraordinários, no valor de R\$ 656.437.000,00, sendo o valor de R\$ 511.500.000,00 em benefício do programa *Rumo ao Pan*, o valor de R\$ 97.900.000,00, em benefício do programa *Esporte e Lazer na Cidade*, e R\$ 47.037.000,00 para o programa *Brasil no Esporte de Alto Rendimento*. Ressalte-se que o montante aprovado em crédito extraordinário representa 41.6% do total das dotações autorizadas (Lei + créditos) para o Ministério do Esporte em 2007.

Outra Unidade Orçamentária que deve ser abordada é *Recursos sob a Supervisão do Ministério do Esporte*, na qual foi consignada a importância de R\$ 57.157.656,00 com recursos provenientes da parcela de 1,5% das Receitas de Contribuição de Concursos de Prognósticos, conforme estabelece o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 – Lei Pelé, destinada às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal.

LIMITES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A partir da publicação do Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, e suas alterações, o limite para movimentação e empenho do ME foi fixado em R\$ 752.064.000,00, conforme discriminação a seguir.

R\$ 1,00	
GRUPO DE DESPESA	LIMITES AUTORIZADOS
Outras Despesas Correntes*	407.425.000,00
Investimento	344.639.000,00
TOTAL	752.064.000,00

Fonte: Siafi

*Inclui Outras Despesas Correntes de caráter obrigatório

Cabe ressaltar que o limite autorizado acima representa 83% do valor da LOA 2007 acrescida dos créditos adicionais, que totalizou a importância de R\$ 905.408.500,00, excluídos os créditos extraordinários e as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em relação às despesas discricionárias (não inclui outras despesas correntes de caráter obrigatório e empenhos de crédito extraordinário), ou seja, aquela sujeita ao contingenciamento orçamentário, demonstra-se, conforme o quadro a seguir, a execução do exercício de 2007, considerando-se os empenhos emitidos e os valores pagos:

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	LIMITES AUTORIZADOS	EMPENHOS EMITIDOS	VALORES PAGOS
Outras Despesas Correntes	406.864.000,00	406.748.551,16	226.013.187,11
Investimento	344.639.000,00	344.507.043,89	49.919.517,08
TOTAL	751.503.000,00	751.255.595,05	275.932.704,19

Fonte: Siafi Gerencial

Observa-se, assim, que os recursos orçamentários empenhados, constantes do quadro anterior, representam 99,95% do total do limite autorizado para movimentação e empenho. Registra-se que os empenhos realizados a conta de dotações aprovadas por meio de crédito extraordinário não dependem de limite para movimentação e empenho, portanto estão excluídos do quadro anterior e detalhados no quadro a seguir:

R\$ 1,00

PROGRAMAS	GRUPO DE DESPESAS		TOTAL
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	
Rumo ao Pan	368.987.850,31	141.649.353,57	510.637.203,88
Esporte e Lazer na Cidade	-	97.898.624,42	97.898.624,42
Brasil no Esporte de Alto Rendimento	40.962.604,50	-	40.962.604,50
TOTAL EMPENHADO	409.950.454,81	239.547.977,99	649.498.432,80

Empenho de crédito extraordinário

Fonte: Siafi Gerencial

Quanto às despesas de Pessoal e Encargos Sociais, os valores empenhados e liquidados, incluindo os créditos suplementares abertos no decorrer do exercício, totalizaram R\$ 14.075.202,14. Do total do Limite de Financeiro disponibilizado pelo Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, e suas alterações, foi liberado o valor de R\$ 709.313.668,00 para pagamento de despesas em exercício 2007 no valor de R\$ 709.006.919,64, dos quais se inclui o pagamento de cerca de R\$ 432,6 milhões relativos a Restos a Pagar de 2006 e anos anteriores.

PROGRAMAS FINALÍSTICOS

Ressalta-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME – que serão abordados, adiante, com maior nível de detalhe – excluindo-se as despesas administrativas, com pessoal e encargos sociais e as transferências legais aos Estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do art. 6º da Lei n.º 9.615/98.

R\$ 1,00

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	LEI + CRÉDITOS	EMPENHOS EMITIDOS	PAGAMENTOS EFETIVADOS
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	1.080.000	-	-
Brasil no Esporte de Alto Rendimento	72.340.319	64.780.323	6.296.922
Gestão de Políticas de Esporte e Lazer	8.920.000	6.719.469	6.009.566
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	20.550.000	20.372.249	10.662.667
Rumo ao PAN 2007	775.280.000	757.676.161	653.227.054
Esporte e Lazer na Cidade	532.405.000	407.440.522	18.066.807
Segundo Tempo	129.622.500	122.914.605	28.406.665
TOTAL	1.540.197.819	1.379.903.329	722.669.681

Fonte: Siafi Gerencial

Com relação à execução orçamentária dos programas finalísticos, importa observar que a diferença entre o valor de dotação autorizada (lei + créditos) e os valores de empenhos emitidos, cerca de R\$ 160,00 milhões, deve-se a insuficiência de limite orçamentário para utilização do crédito disponível, uma vez que o montante autorizado em favor do ME foi quase que integralmente utilizado (99,95%).

Quanto à diferença entre empenhos emitidos e pagamentos efetivados, cerca de R\$ 657,2 milhões, de maneira genérica, deve-se levar em conta que do total de limite orçamentário aprovado em favor do ME, grande parte, resultou de ampliações ocorridas nos últimos meses de 2007. Em função disso, resultou em grande número de empenhos emitidos nos últimos dias do referido exercício, para formalização de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos de descentralização voluntária de recursos, cujo impacto financeiro deve ocorrer a partir de 2008. Nesse sentido, merecem destaque os programas *Brasil no Esporte de Alto Rendimento*, *Esporte e Lazer na Cidade* e *Segundo Tempo*, que sem prejuízo das justificativas anteriormente discriminadas, a operacionalização de diversas ações que integram tais programas se reveste de peculiaridades, a seguir tratadas.

Brasil no Esporte de Alto Rendimento: contribuíram significativamente para a diferença entre empenhos emitidos e pagamentos efetivados, as quantias de cerca de R\$ 26,00 milhões empenhados na ação *Concessão de Bolsa a Atletas*, cuja realização financeira deve ocorrer, mensalmente, ao longo do exercício de 2008, cerca de R\$ 24,99 milhões empenhados e não pagos na ação *Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento*, e, cerca de R\$ 3,46 milhões empenhados e não pagos na ação *Captação de Eventos Esportivos Internacionais*, para pagamento de despesas decorrentes de convênios relativos a ações para realização do Campeonato Mundial de Futsal 2008 e candidatura do Brasil para sediar a realização dos jogos olímpicos de 2016, respectivamente;

Esporte e Lazer na Cidade: a diferença entre empenhos emitidos e pagamentos efetivados, cerca de R\$ 389,37 milhões, deve-se principalmente às peculiaridades da ação *Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer*, com suas emendas parlamentares, cujo pagamento dos valores empenhados obedece ao cronograma de desembolso previamente pactuado, além da observância às normas legais para disponibilização dos recursos financeiros, tais como: cumprimento das exigências previstas na legislação que trata das transferências voluntárias, projetos de engenharia, procedimentos licitatórios, entre outras;

Segundo Tempo: a implantação de núcleos de esporte educacional, no âmbito da ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional*, possui como principal característica, no tocante à execução financeira, o pagamento da primeira parcela equivalente a 20% do total pactuado e a liberação posterior dos 80% restantes. Assim, a diferença entre empenhos emitidos e pagamentos efetivados, cerca de R\$ 94,5 milhões, deve-se à grande quantidade de convênios formalizados no final de 2007 com impacto financeiro a partir de 2008.

RUMO AO PAN 2007

Nas três ações do programa selecionadas para compor a Prestação de Contas Presidencial, houve empenhos em torno de 98% do total da dotação orçamentária e dos créditos a ela adicionados. Isso deixa claro o êxito na condução orçamentária e financeira das ações que nortearam a realização dos Jogos Pan-Americanos. No que tange à execução física das ações, o resultado foi positivo, tendo sido percebido pela sociedade, por meio da mídia que acompanhou todos os passos do evento. De maneira analítica, mostra-se a seguir em detalhes todo o processo que resultou no sucesso dos Jogos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2007 (R\$ 1,00)

AÇÃO	LOA + CRÉDITOS (A)	VALOR EMPENHADO (B)	% EMPENHADO (C)=B/A	VALOR PAGO (D)	% PAGO (E)=D/A	META FÍSICA (F)	META REALIZADA (G)	% EXECUTADO (H)=G/F
Implantação de infra-estrutura física para a realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007	308.000.000	307.997.639	99,99	252.390.644	81,94	21	21	100
Realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007	247.280.000	237.843.063	96,18	220.067.881	88,99	2	2	100
Implantação de infra-estrutura tecnológica e de serviços para a realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos de 2007	190.000.000	182.687.916	96,15	152.959.136	80,50	15	15	100
TOTAL GERAL	745.280.000	728.528.618	97,75	625.417.661	83,91			

Fonte: Secretaria Executiva dos Jogos Pan Americanos

Implantação de Infra-Estrutura Física Para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro

IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO DE DEODORO

O Ministério do Esporte investiu R\$ 119,8 milhões em quatro centros esportivos de excelência no Brasil, que representam um legado permanente após os Jogos Rio 2007: o Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, o Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes, o Centro de Pentatlo Moderno Coronel Eric Tinoco Marques e o Centro de Hóquei sobre Grama Sargento João Carlos de Oliveira, todos localizados no Complexo Esportivo de Deodoro, na zona oeste do Rio de Janeiro. Já o Centro de Tiro com Arco foi montado em instalações provisórias que poderão ser reinstaladas sempre que necessário.

Além disso, toda a estrutura dos Jogos Pan-americanos foi construída dentro de padrões internacionais, com o objetivo de contribuir positivamente com futuras candidaturas do País à sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

As instalações, tanto as permanentes quanto as temporárias, contemplam as exigências das Federações Internacionais: de Hipismo (FEI - *Fédération Equestre Internationale*); de Pentatlo Moderno (UIPM - *Union Internationale de Pentathlon Moderne*); de Hóquei sobre Grama (FIH - *Fédération Internationale de Hockey*); de Tiro com Arco (FITA - *Fédération Internationale de Tir à l'Arc*); e de Tiro Esportivo (ISSF - *International Shooting Sport Federation*).

Com o apoio das Confederações Brasileiras, o Governo Federal tem por diretriz implantar, no local, Núcleos de Esporte de Base, para integrar a população do entorno de Deodoro. Nesses Núcleos, crianças e jovens em situação de risco social poderão iniciar e desenvolver a prática esportiva.

Em Deodoro foram realizadas as competições de Hipismo, Tiro Esportivo, Tiro com Arco, Pentatlo Moderno e Hóquei sobre Grama dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007 e as competições de Futebol de 5 e Futebol de 7 dos III Jogos Parapan-americanos Rio 2007, utilizando os campos de hóquei devidamente adaptados.

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Além dos centros esportivos de excelência erguidos como legado permanente dos Jogos Pan-americanos Rio 2007, o evento contou também com estruturas temporárias, montadas especialmente para os Jogos. O Ministério do Esporte investiu R\$ 58,8 milhões na implantação destes serviços.

Os serviços contratados enquadram-se, basicamente, em cinco grandes grupos: infra-estrutura, móveis e eletro-eletrônicos; elementos de sinalização e ambientação; instalações elétricas; mão-de-obra de manutenção; e logística.

Esses grupos compreendem o fornecimento e a montagem de aparelhos de ar-condicionado, assentos plásticos, banheiros químicos, cercas metálicas, contêineres, divisórias estruturadas, mobiliário, tabladros e pisos, tendas em vinilona, programação visual, cabos elétricos, geradores de energia, luminárias, assim como a disponibilização de profissionais especializados e as despesas de planejamento e operação dos serviços contratados.

As estruturas temporárias foram montadas na Vila Pan-americana, local de alojamento dos atletas e oficiais técnicos; na Praia de Copacabana, onde foram realizadas as provas de vôlei de praia e triatlo; e nos centros de operações, como o de logística e o de credenciamento.

O Centro Nacional de Hipismo, no Complexo Esportivo de Deodoro, recebeu 3.600 assentos plásticos. As estruturas de competições na hípica contaram, ainda, com 7.580 cercas, 3.408 divisórias e 3.377 tablados de madeira, entre outros itens.

Para as instalações do vôlei de praia, na praia do Leme, foram instalados 5.410 assentos plásticos (incluindo estrutura de arquibancada); 2.399 pisos de carpete; 3.947 divisórias de alumínio, material de fácil manuseio e inoxidável; 1.340 lonas plásticas, que permitem uma estrutura com melhor acabamento e *design* freqüentemente utilizado em eventos esportivos.

Para a ambientação dos locais, que contextualiza o espaço das competições com os Jogos Pan-americanos (o chamado *Look of the Games*), houve estruturas temporárias como: fundos de palco, adesivos, bandeiras, banners, entre outras, para integrar e mobilizar todo o público.

SISTEMA VIÁRIO DA VILA PAN-AMERICANA

O Convênio nº 012/2007, firmado entre o Ministério do Esporte e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 52.991.813,35, trata das obras de infra-estrutura viária e urbanização da Vila Pan-Americana. De maneira sintética, pode ser dividido da seguinte forma, de acordo com suas Fases: Fase 1 – Valor: R\$ 15.552.082,74 – Implantação das Vias 5 e 6 - Executado pela Sanerio Engenharia Ltda; Fase 2 – Valor: R\$ 23.217.955,20 – Implantação da Estação de Tratamento de Rio – UTR - DT Engenharia de Empreendimentos Ltda; Fase 3 – Meta 1 - Valor: R\$ 9.543.294,22.- Implantação da Av. Canal, incluindo a execução das paredes lateral e vertical no Arroio Fundo - Executado pela Construtora Colares Linhares Ltda; Meta 2 - Valor: R\$ 1.678.481,19 – Implantação da Via 3, pavimentação, drenagem de águas pluviais, iluminação pública e parques e jardins - Executado pela Sanerio Engenharia Ltda; Fase 4 – Valor: R\$ 3.000.000,00 - Recuperação da Faixa Marginal direita do Canal do Anil, sendo necessária a remoção de comunidade ali instalada irregularmente.

De acordo com informações contidas em documentação recebida pela Sepan em 22/08/2007, 242 famílias foram cadastradas entre 10 e 12 de janeiro e o processo de negociação dos valores para pagamento do auxílio habitacional findou-se em 21/03/2007, totalizando um montante de recursos da ordem de R\$ 2.969.569,00 de acordo com o estabelecido no Decreto nº 23.846 de 19 de dezembro de 2003; Fase 5 – Valor: R\$ 16.054.914,41 (contrapartida da PCRJ) – Duplicação da Av. Ayrton Senna entre o Rio Arroio Fundo e a Lagoa do Camorim (sentido Barra-Centro). Sanerio Engenharia Ltda. Em andamento.

COMPLEXO ESPORTIVO DO MARACANÃ E INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em atendimento às diretrizes estratégicas do programa, o ME firmou diversos convênios junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para custear parte das reformas do Complexo Esportivo do Maracanã, que inclui o Ginásio do Maracanãzinho, o Estádio do Maracanã e Centro Júlio Delamare: instalação do sistema de ar condicionado, placares eletrônicos - principais e auxiliares -, escadas rolantes, fechamento lateral, cadeiras retráteis e instalações provisórias, entre outros itens, no montante global de R\$ 113,5 milhões.

SERVIÇOS LOGÍSTICOS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi contratada pelo Ministério do Esporte, para realizar os serviços de operação logística de recebimento, armazenagem, manuseio, postagem, distribuição, entrega e recolhimento de encomendas contendo materiais esportivos, equipamentos e mobiliário em 57 áreas dos Jogos Pan-Americanos. Os Correios também foram responsáveis pelo transporte das bagagens e de equipamentos de pequeno porte das Famílias Pan, Para-pan e Odepa.

A operação envolveu quase 1.000 trabalhadores e movimentou mais de 600 toneladas de equipamentos esportivos durante os Jogos. O contrato, de R\$ 15,9 milhões, teve validade de sete meses. Os Correios iniciaram o projeto por meio das operações no Centro de Credenciamento e Distribuição de Uniformes (UAC), no *Barra Shopping*, com a armazenagem de uniformes e capas plásticas para as equipes de trabalho e dos kits entregues aos 5.648 atletas do Pan. A partir de junho o trabalho foi intensificado com a chegada de mobiliário e equipamentos esportivos na Vila Pan-americana, Rio Centro e Estádio João Havelange. Mais de 110 mil itens foram transportados até o final de setembro.

Algumas das operações exigiram muito cuidado, como o transporte e armazenamento de equipamentos de ginástica, atletismo, basquete e ciclismo. Outras, como a de transporte de barcos e de canoagem do estacionamento do Parque dos Patins até as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, foram minuciosamente planejadas em função do grande número de manobras delicadas no local.

Os percursos tiveram rotas e horários específicos para garantir a segurança dos equipamentos de forma a não prejudicar o trânsito. A frota de transporte foi composta de caminhões-baú, caminhões-guincho, utilitários diversos, vans e motocicletas. Os armazéns contaram com tratores, empilhadeiras, guindastes e equipamentos manuais de movimentação de carga. As operações de transporte e logística tiveram como base três armazéns: o central, que funcionou na base de abastecimento da Marinha, na Avenida Brasil, com 2.000 m²; o de Bonsucesso, 2.300 m²; e o da Penha, 1.500 m².

SERVIÇOS PÚBLICOS

Foram investidos R\$ 5,7 milhões em subvenção de serviços de concessionárias de energia elétrica, água e gás, através de convênio junto ao Comitê Organizador dos Jogos e de repasse de crédito para o Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, para Deodoro.

Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro

PERCURSO DA TOCHA PAN-AMERICANA

Foram investidos R\$ 5,9 milhões no projeto de gerenciamento e execução do revezamento das tochas dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos em 51 localidades brasileiras, realizado entre 5 de junho e 13 de julho.

CUSTEIO DO CO-RIO

Foram investidos R\$ 48,4 milhões na informatização do Comitê Organizador, na contratação de recursos humanos para antes, durante e após os Jogos – técnicos, gerentes e supervisores para a coordenação dos trabalhos – pagamentos de árbitros, coordenadores de provas e médicos, entre outros itens.

TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DE DELEGAÇÕES

Foram destinados R\$ 37,7 milhões para cobrir despesas com passagens aéreas para atletas, comissões técnicas, profissionais de arbitragem, delegados técnicos, presidentes e outros dirigentes de confederações, Comitês Olímpicos Nacionais, Odepa, Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional e outros integrantes das delegações brasileira e estrangeira; e hospedagens e alimentação para dirigentes.

SEGUROS DOS JOGOS

Foram investidos R\$ 7,3 milhões para contratação do seguro dos Jogos nas modalidades de coberturas de danos físicos, riscos de engenharia, responsabilidade civil, cancelamento, transporte e pessoas.

SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DA VILA PAN-AMERICANA

Nesta atividade foram contratados os serviços necessários para a operação da Vila Pan-Americana, no montante de R\$ 31,9 milhões. Estes serviços compreendem toda a infra-estrutura, os materiais e o mobiliário necessário de hotelaria, governança, e lavanderia.

A Vila funcionou no período de 3 de julho até 21 de agosto, com interrupção de três dias para transição ao Para-pan – de 2 a 4 de agosto. Os 17 prédios de 2, 3 e 4 quartos, em que os atletas ficaram alojados, ocupam área de 210 mil m² pela Avenida Ayrton Senna, na Barra da Tijuca, onde a Vila está localizada. Por trás do concreto, da bela pintura e do paisagismo, estavam, por exemplo, 21.654 lâmpadas incandescentes, 4.000 persianas e 4.022 aparelhos de ar condicionado.

Nos quartos, 7.952 camas, sendo 4.772 de 2 m de comprimento e 3.180 de 2,20 m. Ainda nos quartos, foram instalados 3.990 armários e 3.990 mesas de cabeceira, além de 7.952 travesseiros, 15.568 fronhas, 15.568 jogos de lençóis de algodão, 7.776 colchas, 7.776 cobertores, 77.760 cabides e 4.000 espelhos de parede. Para o banho, 15.568 toalhas brancas e 6.576 tapetes de banheiro. Nos banheiros foram instalados, ainda, 3.421 espelhos. Nas salas e varandas, 6.044 cadeiras e 958 mesas.

Materiais de uso cotidiano também constaram da lista de quantitativos de hotelaria. Foram fornecidos, por exemplo, 271.080 rolos de papel higiênico, 107.392 sacos de lixo, 271.080 sabonetes, 7.453 lixeiras, 1.514 purificadores de água e 1.610.280 copos descartáveis. Além disso, os investimentos em hotelaria incluíram itens de instalação dos apartamentos, como 760 m² de cabos de telefone e 1.930 tomadas elétricas.

As ações do Governo Federal incluíram, ainda, a governança, a higienização e os serviços de lavanderia na Vila Pan-Americana. A iniciativa gerou empregos: à frente da limpeza, profissionais se revezaram em 12.640 horas de faxina; e camareiras dos três turnos garantiram, no total do período de prestação de serviços, 139.296 horas de trabalho.

Toda a iluminação e a ventilação dos corredores de acesso aos apartamentos eram naturais, o que reduziu consideravelmente o consumo de energia. A Vila transformou-se em condomínio residencial após os Jogos Pan e Para-pan-americanos.

CERIMÔNIAS DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007

CERIMÔNIAS DE PREMIAÇÃO DOS ATLETAS

DATA	INSTRUMENTO	R\$ MIL
29/3/2007	Convênio 021/2007 - Aquisição de Bandeiras	388
9/7/2007	CR 029/2007 - Casa da Moeda do Brasil	2.045
12/6/2007	Convênio 055/2007 - RH e materiais para produção das cerimônias de premiação	2.346
TOTAL DE CERIMÔNIAS DE PREMIAÇÃO DOS ATLETAS		4.779

Diversos itens totalizando R\$ 4,8 milhões, foram relacionados a cerimônias de boas vindas às delegações, premiações e a apresentação dos esportes ao público das 42 modalidades disputadas durante os Jogos Pan e Para-pan-americanos; confecção de bandeiras de todos os países participantes e de organizações esportivas; e produção de medalhas e diplomas de premiação e das medalhas de participação nos Jogos, certificados e moedas comemorativas dos Jogos, além dos recursos humanos necessários à operação.

A 100 dias da Cerimônia de Abertura do Rio 2007, o Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-RIO) apresentou o modelo das medalhas de ouro, prata e bronze, que foram entregues na competição multiesportiva, de 13 a 29 de julho. Na mesma ocasião, o Banco Central lançou as moedas comemorativas do Rio 2007, com valor de face de R\$ 2,00 e R\$ 5,00.

No total, foram distribuídas 2.211 medalhas nos Jogos Pan-americanos Rio 2007. Além disso, todos os atletas receberam uma medalha de participação. As medalhas de ouro, prata, bronze e de participação foram criadas por Ney Valle, Claudia Gamboa e Beatriz Abreu, da Dupla *Design*. Elas associaram os tradicionais conceitos olímpicos com o espírito inovador e a modernidade, características do Rio 2007. A forma é trapezoidal, com curvas inspiradas no desenho dos pássaros da logomarca do Rio 2007. O formato remete ao esforço em busca do rompimento dos limites e à capacidade de superação.

De um lado, as medalhas traziam, em relevo, a logomarca do Rio 2007. Do outro, a expressão “XV Jogos Pan-americanos” (em português, espanhol e inglês), a data do evento e a chancela da Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA).

Em torno da peça metálica, as medalhas têm uma moldura acrílica. Com sua resistência e durabilidade, o acrílico representa a modernidade e a leveza do Rio 2007. Esses dois materiais representam conceitos como a diversidade, a integração e a união em torno de um objetivo. A Casa da Moeda do Brasil desenvolveu soluções técnicas específicas que viabilizaram a realização desse projeto inovador.

A fita das medalhas traz cores do Rio 2007 (amarelo, verde e azul) em faixas que remetem ao horizonte e às paisagens do Rio de Janeiro. O estojo tem a imagem do Pão de Açúcar, cartão-postal da cidade, construído em planos de cores, a partir das curvas do contorno dos pássaros da logomarca Rio 2007.

O Banco Central lançou duas moedas comemorativas do Rio 2007. Uma, de prata, com valor de face de R\$ 5,00, 40 mm de diâmetro e 27 gramas de peso, sendo confeccionada com prata 925/1000. Em uma das faces, tem a logomarca oficial dos XV Jogos Pan-Americanos. Na outra, há uma composição com dois ícones do Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar, à esquerda, e as linhas da calçada de pedras portuguesas da Praia de Copacabana, à direita. A tiragem inicial é de 4 mil moedas, e a tiragem máxima, de 20 mil.

A outra moeda é de cuproníquel, com valor de face de R\$ 2,00 e 30 mm de diâmetro. A logomarca oficial dos Jogos estampará uma das faces e na outra está gravada a imagem de um atleta, tendo, ao fundo, linhas representando as raias de uma pista de atletismo. A tiragem inicial foi de 10.000 moedas e a tiragem máxima, de 50.000. Nas duas moedas, os desenhos são complementados com as legendas "XV Jogos Pan-americanos", "Brasil 2007" e os respectivos valores "5 reais" e "2 reais".

CERIMÔNIAS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DOS JOGOS

DATA	INSTRUMENTO	R\$ MIL
23/1/2007	Convênio 010/2007 - Núcleo de Criação e Gerenciamento do desenvolvimento Cerimônias	6.552
4/4/2007	CR 015/2007 - WA & Tranze - Desenvolvimento, realização e implementação	21.546
26/4/2007	Convênio 036/2007 - RH Pessoal da produção	9.477
22/5/2007	Convênio 046/2007 - RH Figurinos e adereços	1.756
27/6/2007	Convênio 065/2007 - Espetáculo pirotécnico	1.291
4/7/2007	Convênio 085/2007 - Palco e Pira Pan-Americana	7.047
TOTAL CERIMÔNIAS DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO		47.669

As Cerimônias de abertura e encerramento dos XV Jogos Pan-americanos e dos III Para-pan-americanos, contou com investimentos de R\$ 47,7 milhões em diversos itens, mediante diversos convênios com o Comitê Organizador e em contrato com empresa produtora de eventos.

Além disso, houve investimentos em tecnologia, áudio e vídeo e telecomunicações relacionadas às cerimônias, em convênios e contratos específicos para esses itens. O Governo Federal, portanto, colaborou decisivamente para a realização das cerimônias, que receberam ainda recursos do Governo do Estado, de programas de *marketing* e de patrocinadores.

Parte dos recursos federais foi investido na formação e manutenção do Núcleo de Criação e Gerenciamento de Cerimônias, responsável pelo planejamento, criação e execução dos eventos de abertura e encerramento. Entre outras funções, o núcleo definiu enredos, músicas, cenários, figurinos e coreografias das apresentações.

Para comandar a preparação do espetáculo, foram convidados profissionais com ampla experiência em suas áreas de atuação. O produtor Scott Givens, que produziu os três últimos Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão, a carnavalesca Rosa Magalhães, o renomado coreógrafo Bryn Walters e cenógrafo carioca Luiz Stein fazem parte da equipe. As passagens e hospedagens de artistas e produtores internacionais também foram financiadas com recursos federais.

Somente na produção do evento de abertura dos Jogos, foram criados cerca de dois mil empregos diretos e indiretos. No escritório temporário armado no estacionamento do estádio do Maracanã trabalharam 250 pessoas diretamente ligadas à produção do evento. Outros 500 profissionais trabalharam na instalação técnica de luz, som e palco no Estádio. Também foram contratados carregadores, puxadores de alegorias, maquiadores, cenógrafos e mão-de-obra para produção de figurinos, alegorias e adereços das festas, entre outros.

Toda a produção musical dos Jogos foi custeada pelo Governo Federal, incluindo o pagamento de horas de estúdio das gravações de trilhas sonoras das cerimônias e dos honorários dos profissionais. Os hinos nacionais dos países participantes do Pan foram gravados pela Orquestra Sinfônica Brasileira.

Também foram produzidas músicas especialmente para o evento, como a música-tema dos Jogos "Viva essa energia", de autoria de Arnaldo Antunes e Liminha, o Hino Pan-americano, criado por André Mehmari, e a música-tema da medalha de ouro, dirigida por Alê Siqueira, com acordes que destacam a vitória e a superação de limites. O repertório musical das cerimônias de abertura e de encerramento contemplou as manifestações culturais de todas as regiões brasileiras. O desfile protocolar dos atletas, por exemplo, ocorreu ao som de 11 choros tradicionais que ganharam arranjos diferentes, um *medley* com toques de samba, de funk e de música eletrônica.

A OPERAÇÃO DAS CERIMÔNIAS

Cerca de cinco mil voluntários participaram da coreografia da cerimônia de abertura dos Jogos. Desde maio, eles ensaiaram as marcações da coreografia. Durante esse período, a alimentação do elenco foi financiada pela União. No total, foram distribuídas mais de 40 mil refeições.

Para os ensaios, toda aquisição de materiais e locação de bens e serviços tais como coletes, cones, megafones, rádios, equipamentos de segurança, tendas, geradores e credenciais temporárias também foi custeada por recursos federais, assim como materiais para a produção dos figurinos e alegorias da cerimônia, entre tecidos, linhas, isopor, cola e espuma. Quase todas as fantasias foram pintadas à mão.

O Estádio do Maracanã passou por grandes mudanças para receber a cerimônia de abertura do XV Jogos Pan-americanos. Foram montadas estruturas de sustentação de iluminação nas marquises superiores e pontes provisórias em cima do fosso que separa a platéia do campo. As pontes permitiram a movimentação cênica dos dançarinos em partes da coreografia.

Foram montados três palcos utilizados na abertura: o central, o da pira e o da orquestra. O palco central, em formato de sol, teve três níveis interligados por rampas. Com 28 metros de diâmetro e cinco de altura, ele assumiu cinco formas diferentes durante a apresentação. O palco da orquestra foi montado na arquibancada logo acima do palco da pira, que teve um espelho d'água. Efeitos especiais uniram fogo e água no momento em que a pira foi acesa.

A pira pan-americana também foi parcialmente custeada por recursos do Ministério do Esporte (R\$ 2,1 milhões). Para desenvolvê-la, foi necessária utilização de tecnologias de engenharia nunca usadas anteriormente em qualquer similar olímpico ou pan-americano. A pira demorou dois meses para ficar pronta, e foi construída pela mesma empresa australiana que desenvolveu as piras olímpicas de Sidney, em 2000, e de Atenas, em 2004. A do Rio 2007 tem seis metros de diâmetro por seis de altura, e pesa cinco toneladas.

Para manter a chama pan-americana acesa durante as duas semanas do Pan, foram usados 750 kg de gás, em uma temperatura de 100°C a 400°C. A Liquigás – empresa do Sistema Petrobras – garantiu o abastecimento contínuo. A empresa investiu em tubulações, equipamentos de segurança, vaporizadores, reservatórios móveis estacionários, sistemas de combate a incêndio e vários outros acessórios que possibilitaram a operação da pira.

Foram adquiridas mais de 1,5 mil *spots* para a iluminação da festa que marcou o início dos Jogos, sendo que mil foram controlados eletronicamente. Sobre o gramado do estádio, foi instalado um tecido sintético tratado com material anti-incêndio, medida para precaver qualquer problema com os efeitos de pirotecnia. O tecido foi mais um recurso cênico da apresentação: sua cor clara permitiu a criação de vários efeitos de iluminação.

A parte interna do estádio também passou por modificações. No túnel de acesso ao gramado foram erguidos 40 camarins para os artistas. Um grande guarda roupa foi construído nos anéis do Maracanã. A estrutura serviu quase que, exclusivamente, para guardar adereços e figurinos utilizados pelos cinco mil voluntários da abertura. No local, também houve um serviço de provas de roupas e arremate, além da troca de figurino do elenco durante a cerimônia.

Além das bandeiras das cerimônias, bandejas, flores e uniformes também foram custeados por recursos federais. Nas instalações esportivas do Pan, animadores de torcida agitaram o público que compareceu às disputas. Por meio dos convênios, o Governo Federal investiu na contratação de recursos humanos, sonorização, tecnologia, aquisição de CDs, porta-CDs, uniformes e outros materiais. Também foram produzidas vinhetas e vídeos para divulgar cada modalidade, com curiosidades e outras informações.

RESTAURANTE DA VILA PAN-AMERICANA

O Governo Federal foi responsável pela montagem do Restaurante da Vila Pan-Americana, onde os atletas e as delegações esportivas ficaram hospedados durante os Jogos Pan e Para-pan-Americanos. Com capacidade para 2.250 lugares, o restaurante funcionou até 1º de agosto para o Pan e de 5 a 21 de agosto para o Para-pan. Durante os Jogos, a oferta de alimentação ocorreu em tempo integral, e todas as opções de refeição trouxeram informações calóricas por porção. Além disso, houve cardápio 24 horas, que pôde ser definido pelo cliente (atletas, oficiais técnicos e convidados), para atender aos horários entre as refeições.

O projeto do restaurante, com área total de 6.800 m², foi elaborado pela área de Alimentação do Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (Co-Rio). A empresa contratada para operar o restaurante é a Comissaria Rio, que venceu a licitação pelo valor de R\$ 36,3 milhões (incluindo os aditivos) e foi incumbida de servir um total estimado de 110 mil diárias, ou cerca de 440 mil refeições (pensão completa: café da manhã, almoço, jantar e cardápio 24 horas), durante os dois eventos. Foram servidas três refeições por dia, conforme as exigências nutricionais de cada competidor, fornecidas pelas delegações esportivas, mas os atletas podiam se alimentar quantas vezes quisessem. Os horários de refeição foram divididos da seguinte forma: café da manhã, de 6 h às 11 h; almoço, de 11 h às 16h30h; jantar, de 18 h às 23h30.

O cardápio variou durante sete dias no almoço e no jantar, podendo ser repetido após o oitavo dia, respeitando a sequência. O restaurante ofereceu uma variedade de mais de 400 pratos no período de uma semana, permitindo ao atleta estabelecer o modelo de dieta que melhor convier à sua modalidade esportiva, à sua preparação e à orientação nutricional do responsável pela sua alimentação.

O Ministério do Turismo também fez a ambientação do restaurante da Vila para promover os destinos turísticos, com destaque para seus produtos associados.

Na elaboração do projeto do restaurante, foi considerada a necessidade de cumprir o rigoroso sistema de segurança que permeia eventos dessa natureza; de estocar, produzir e servir uma variedade e quantidade de alimentos que atendam aos padrões de segurança, nutrição e qualidade próprios a um projeto dessa magnitude; de adequação ao nível de mão-de-obra disponível no mercado brasileiro, com experiência e conhecimento para operar um projeto dessa dimensão; de minimizar acidentes de trabalho; e de atender ao sistema viário e a todo o processo de logística e abastecimento da Vila. Além disso, foram consideradas as características e o avanço tecnológico do setor de alimentação no Brasil; e a exigência da criação de áreas operacionais que observem a legislação e as regras referentes aos processos de controle higiênico-sanitários no País.

Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica Para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro

INTEGRADOR DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Governo Federal investiu R\$ 141,2 milhões na execução dos serviços de Tecnologia de Informação para os Jogos Pan e Para-pan-americanos Rio 2007. A prestadora dos serviços foi a empresa Atos Origin, contratada por meio de licitação, responsável pela implementação e a integração de todos os sistemas dos Jogos Rio 2007, tais como resultados e medição, e pelo provimento de todos os equipamentos e instalações tecnológicas, incluindo Sistema de Credenciamento por RFID (Identificação por Rádio Freqüência). A empresa prestou serviços nos Jogos de *Salt Lake City* (2002), Atenas (2004) e Turim (2006) e seguirá até as Olimpíadas de Pequim (2008), Vancouver (2010) e Londres (2012).

O Ministério do Esporte deu suporte técnico ao desenvolvimento conjunto dos trabalhos e acompanhou e fiscalizou a execução dos serviços, zelando pelo cumprimento de prazos e monitorando a qualidade do trabalho.

A infra-estrutura de tecnologia e serviços implementada para realização dos Jogos de 2007 foi desenvolvida para ser integrada, segura e de ponta. Desde 2005, equipes de Tecnologia da Secretaria-Executiva do Comitê de Gestão do Governo Federal para o Rio 2007, em parceria com o Comitê Organizador dos Jogos Rio 2007 e com a Fundação Getúlio Vargas, trabalham na elaboração do projeto que define as necessidades de equipamentos, sistemas e serviços que garantam estabilidade e confiabilidade na difusão de resultados e informações relativas às competições.

SOBRE OS SERVIÇOS

A estrutura tecnológica para o Rio 2007 conta com Sistemas de Gerenciamento dos Jogos (GMS) responsáveis pelo gerenciamento de informações que viabilizam o atendimento às necessidades de diferentes grupos, como atletas, delegações, público e imprensa. Operações de transporte, alimentação e acomodações dos atletas, além de credenciamento, gerenciamento da força de trabalho, divulgação de boletins médicos, entre outras ações, foram executadas e coordenadas por sistemas que fazem parte do GMS. Foram implementados mais de trinta sistemas especialistas integrados para possibilitar o sucesso dos Jogos.

Já nas instalações esportivas, os sistemas de cronometragem enviavam instantaneamente as informações para o sistema de resultados, integrados aos painéis (score boards). Os sistemas processavam os resultados no servidor da rede local e os enviavam para o sistema de resultados centrais, que as distribuíam para os meios de divulgação, tais como internet, portal, SMS e o centro de imprensa.

Todos os serviços foram monitorados pelo Centro de Operações Tecnológicas (TOC, na sigla em inglês), um sofisticado centro de controle em tempo real que enxerga as operações em todos os locais de competição e não-competição durante os Jogos. O espaço físico do TOC contou com equipamentos avançados que permitiam o monitoramento central das competições para que, por exemplo, em caso de algum eventual incidente com equipamentos ou sistemas instalados nos locais de competição, houvesse uma imediata intervenção e correção, evitando problemas na divulgação de resultados. Toda tomada de decisão da Gerência Geral do Centro de Operações foi baseada nos padrões internacionais de gestão de esporte.

Todos os dados dos Jogos foram armazenados em um centro de processamento de dados (*data center*), havendo um segundo centro onde foram copiadas, por segurança, as informações contidas no principal, de forma a garantir que dado algum fosse perdido. Além dos dados de gerenciamento e de resultados, essa central armazenava também informações para prestação de serviço: a mídia, atletas, espectadores e patrocinadores, abrangendo: histórico de competições esportivas, boletins do tempo para o Rio 2007, informações gerais sobre os locais dos jogos, entre outras.

Para garantir a segurança e a integridade das informações do *data center*, foi implementado, em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), um Escritório de Segurança da Informação que contou com sofisticados equipamentos e sistemas para evitar a invasão por *hackers* e a disseminação de programas indesejados (vírus) e de informações maliciosas, protegendo todo o ambiente de tecnologia.

CENTRO DE OPERAÇÕES TECNOLÓGICAS DOS JOGOS TEM TECNOLOGIA DE PONTA

O Centro de Operações Tecnológicas dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 foi responsável pela operação e o gerenciamento de todas as aplicações e sistemas de tecnologia dos Jogos. Tratou-se de um centro de controle em tempo real que integrou e “enxergou” as operações em todos os locais de competição e não-competição durante o evento. Entre as funções monitoradas pelo Centro estão resultados e medição.

O monitoramento incluiu ainda sistemas de gerenciamento de informações ligadas à logística do evento, como transporte, acomodação, credenciamento, divulgação dos resultados dos jogos e instalação de serviços de rede e servidores.

Dos R\$ 141,2 milhões investidos pelo Ministério do Esporte no desenvolvimento do sistema de integração tecnológica, aproximadamente R\$ 5 milhões foram gastos na montagem e no aparelhamento do Centro de Operações Tecnológicas.

Do total de 5 mil equipamentos de informática adquiridos para as instalações esportivas e não-esportivas do Pan e Parapan, 3.800 foram doados, após o evento, para programas de inclusão social e 1.200 para órgãos de segurança pública.

ALGUNS NÚMEROS DO CENTRO DE OPERAÇÕES TECNOLÓGICAS

- Área de 1.680 m²;
- 475 m de dutos de ar-condicionado;
- 180 linhas telefônicas;
- 250 desktops;
- 180 posições de trabalho;
- Sistema elétrico de geração de emergência de 500 KVA;
- Estrutura de voz, dados e energia, ar condicionado totalmente redundante.

SISTEMAS DE ÁUDIO E VÍDEO

Além da organização de todos os dados do Pan, o Governo Federal contratou ainda um Consórcio de Empresas para o fornecimento do escopo de Áudio, Vídeo, CATV e Cabeamento, com investimento de R\$ 52,3 milhões.

O escopo de Áudio consistiu na sonorização de todos os locais de competição e não-competição, mediante captação, processamento e distribuição de sinal sonoro. Nos locais de competição foram englobadas áreas de espectadores, de imprensa, de aquecimento de atletas, de convivência, área VIP e sistemas de avisos sonoros. Nos locais de não competição, tais como a Vila Pan-americana, Hotel Oficial e outros, o som foi utilizado com a finalidade de entreter o público. O objetivo deste serviço foi fornecer qualidade de som aos espectadores, através de um alto índice de inteligibilidade e pureza, permitindo melhor aproveitamento do evento esportivo.

Já o serviço de Vídeo contemplou todos os painéis modulares de *leds* (*video boards*) instalados nas áreas de competição, onde os esportes foram transmitidos ao vivo. As imagens geradas pela emissora anfitriã (*host broadcast*), distribuídas às demais emissoras, foram exibidas nos *videobords*, contemplando todas as características de uma transmissão de TV e apresentando *replay*, entretenimento e informações inerentes aos participantes. O objetivo dessas tecnologias foi agregar ao espectador as vantagens de uma programação transmitida pela TV, com o fato de ele estar assistindo ao evento ao vivo.

O CATV (*Community Antena TV*) consistiu em oferecer toda a infra-estrutura de cabeamento e aparelhos de TV para divulgação das imagens da TV PAN, criada especialmente para os Jogos. Além disso, os locutores e comentaristas envolvidos com as competições esportivas também foram beneficiados com este serviço porque tiveram à disposição os equipamentos de TV para acompanhamento das partidas e competições.

Também se encontravam no escopo dessa contratação todos os materiais e serviços envolvidos no cabeamento estruturado das redes de voz e de dados em todos os locais de competição e não-competição. O objetivo foi oferecer pontes de rede e de telefone em todos os locais necessários, possibilitando, assim, a comunicação de voz e de dados entre os ambientes e o mundo exterior.

SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Realizado por meio de convênio celebrado com o Comitê Organizador Rio 2007 (CO-Rio), o Governo Federal investiu R\$ 46,8 milhões em telecomunicações para o Pan e o Para-pan Rio 2007.

Os serviços de telecomunicações do Pan abrangeram a rede de transmissão de dados, o acesso à Internet, os serviços de telefonia fixa, móvel e de longa distância, além de mensagens de texto. A Oi venceu o processo licitatório e forneceu esta tecnologia. A empresa possui grande alcance de redes de fibra ótica na cidade, sendo que 90% de sua rede é subterrânea e a redundância é distribuída separadamente da principal.

Cinco mil terminais móveis da Oi e 4,6 mil terminais fixos atenderam o evento, de forma integrada, sintonizados por meio de ramais. A Organização dos Jogos e os visitantes também tiveram acesso, respectivamente, aos aplicativos corporativos e à Internet com uma rede de 100 Mbit.

Com o atendimento do Pan, os serviços de telecomunicações na cidade foram beneficiados, representando um grande legado em termos de infra-estrutura urbana. Para aumentar a cobertura e ampliar o tráfego na rede móvel, a empresa instalou 24 novas Estações de Rádio Base (Erbs), sendo 11 delas de alta potência. Todas permanecem em funcionamento depois dos Jogos.

A empresa também antecipou a ampliação da sua rede de fibras óticas para regiões não atendidas, a exemplo do bairro de Deodoro, na zona oeste do Rio, que concentrou provas de cinco modalidades esportivas.

Na telefonia fixa, a Oi construiu uma rede interna de 104 km de cabos para atender exclusivamente a Vila Pan-americana, além de quase 400 km de rede de fibra ótica espalhados pelos bairros onde havia instalações esportivas e operacionais. Essa rede permanece na cidade e constitui legado do Pan e do Para-pan.

Durante os Jogos, a Oi trabalhou com uma equipe de cerca de 600 pessoas, sendo 500 apenas da área de operações, que garantiram o pleno funcionamento dos serviços de telecomunicações. A empresa também disponibilizou um call center dedicado exclusivamente ao Pan-americano com 32 posições simultâneas distribuída entre o Centro de Controle de Telecomunicações do evento e o Centro de Gerenciamento de Rede (CGR) da Oi.

SEGUNDO TEMPO

A Secretaria Nacional de Esporte Educacional, em seu atual estágio de atuação, estabeleceu ações estratégicas a partir da Política de Governo, da Política Nacional de Esporte e, mais recentemente, no Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, assumindo como norte político da sua atuação o processo de planejamento estratégico que identificou riscos e ameaças e descreveu os respectivos planos de contingências. Cada um dos resultados esperados foi desdobrado em projetos. No total de sessenta e dois projetos aprovados para o biênio 2007-2008, trinta projetos, cerca de 50%, tiveram início no exercício de 2007.

O programa *Segundo Tempo*, estratégico do Ministério do Esporte, objetiva democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar, tendo por finalidade colaborar para o processo de inclusão social, bem estar físico, promoção da saúde, desenvolvimento intelectual e humano e assegurar o exercício da cidadania. A eficácia do programa, avançando na direção de uma política pública efetiva e universal, demanda a ampliação de sua abrangência e contínua qualificação.

Neste sentido, em 2007, trabalhou-se o processo de fortalecimento de nossa atuação com a Educação, por meio do programa *Mais Educação*, bem como com as parcerias institucionais com Estados e Municípios, garantindo a oferta de práticas esportivas educacionais, orientadas ao público da educação básica, de forma a propiciar aos beneficiados o atendimento sistêmico e a participação em eventos e programações diferenciadas ao longo do ano.

A gestão em 2007 focou a qualificação do Programa de forma a aprimorar a gestão, com a priorização nas renovações das parcerias já existentes, garantindo a continuidade dos Projetos junto ao público beneficiado, onde o mesmo já se desenvolvia.

Este esforço ficou caracterizado em 2007 a partir do trabalho da equipe técnica em conseguir manter parcerias que, por diversos motivos, não conseguiram, dentro do prazo previsto, cumprir com o atendimento proposto, renovar parcerias significativas já existentes, garantindo a continuidade do atendimento a mais de 500.000 crianças e adolescentes e, implantar novas parcerias de forma a ampliar a abrangência do Programa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA – 2007

O valor empenhado no exercício de 2007 referente ao programa *Segundo Tempo* foi de R\$ 115.205.150,09 que somado aos R\$ 467.600,00, da ação *Apoio a Projetos Esportivos Sociais para a Infância e Adolescência*, em parceria com o Conanda – SEDH-PR, totalizou R\$ 115.672.750,01.

Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional

Constitui-se a principal ação do programa e objetiva o desenvolvimento de atividades esportivas orientadas pedagogicamente e com qualidade, para alunos da educação básica e superior, visando a educação permanente e integral por meio do esporte. Neste sentido, se consolida por meio da implantação de núcleos de esporte junto a espaços físico-esportivos locais, por meio de parcerias estabelecida com governos estaduais e municipais, entidades privadas sem fins lucrativos, e com o terceiro setor, em atendimento a crianças, adolescentes e jovens, preferencialmente matriculados no ensino fundamental, médio e superior.

Para o atendimento das crianças, adolescentes e jovens nos “núcleos de esporte”, faz-se necessário, conforme diretrizes do programa, garantir o desenvolvimento das atividades esportivas, com qualidade, o que requer uma atenção especial ao processo de contratação e capacitação de professores, monitores e agentes de esporte que atuarão junto ao público alvo do programa, a oferta de atividades complementares que possibilitem o

desenvolvimento humano integral, o fornecimento de material esportivo e material suplementar, o fornecimento de reforço alimentar, considerando a carência dos participantes.

Além disso, para qualificar a atuação dos recursos humanos envolvidos, e em consequência, qualificar a prática esportiva e de lazer oferecida às crianças e adolescentes, a gestão do programa empenhou-se no processo de capacitação que está se desenvolvendo em etapas nacional e regionais de forma descentralizada, e presencial visando o atendimento pleno dos recursos humanos que atuam no programa.

Na especificidade de cada atividade que compõe a ação estratégica de *Funcionamento de Núcleos*, pode-se destacar o acesso ao esporte por meio da oferta de atividades esportivas e complementares nos núcleos do Programa, permite o desenvolvimento das atividades propostas às crianças, adolescentes e jovens, na maioria carentes, podendo reduzir a sua exposição aos riscos sociais.

O *Reforço Alimentar* é uma ação fundamental, custeada integralmente pelo Ministério, que, além da preocupação em assegurar propriedades nutricionais mínimas ao público-alvo, representa um grande atrativo para sua inclusão nas atividades, estabelecendo as condições mínimas para a prática.

A contratação de recursos humanos tem influência na comunidade local, propiciando experiências de atuação profissional, podendo contribuir para a redução dos índices de desemprego, sendo que a capacitação desses recursos amplia o universo de trabalho dos profissionais envolvidos no projeto, possibilitando agregar valores à aplicação da proposta pedagógica do programa e alcançar objetivos pretendidos.

A aquisição dos itens do Reforço Alimentar e Material Suplementar também pode favorecer o aquecimento da economia local.

O processo de controle, monitoramento e acompanhamento das ações do programa se dá por meio de instrumentos específicos e visitas *in loco* que passam por contínuas adaptações. A partir do reconhecimento das fragilidades identificadas, tem início o processo de alinhamento, visando o atendimento qualificado de cada criança, adolescente e jovem inscrito no programa, independentemente do local.

O valor total de convênios formalizados* de funcionamento de núcleos de esporte educacional no exercício de 2007 foi de R\$ 182.401.284,40, considerando os convênios orientados a manutenção ou implantação dos núcleos de esporte, sendo que, deste valor, foram empenhados R\$ 105.519.203,52 com orçamento de 2007 e R\$ 76.882.080,90 serão empenhados com orçamento de 2008, já garantido o atendimento do total de beneficiados em janeiro de 2008.

A estratégia adotada pela gestão do programa de avançar no comprometimento de parte do orçamento de 2008 permitiu a ampliação do número de beneficiados, já que possibilitou a formalização de um número maior de convênios, garantindo a priorização das renovações, ao mesmo tempo em que implantou novas parcerias. Isso foi possível considerando a Portaria nº 135 de 26 de outubro de 2005, que prevê o repasse dos recursos conveniados em duas parcelas, sendo 20% a partir da publicação do convênio e os 80% restantes após o cumprimento de alguns procedimentos, prevendo o prazo de 60 dias entre a 1ª e a 2ª parcelas, estando previstos, portanto para o exercício de 2008.

Sendo assim, alguns convênios foram empenhados apenas parcialmente (20%), o que explica a diferença dos recursos necessários para o atendimento pleno dos convênios formalizados e os valores empenhados em 2007, conforme apresentado a seguir.

Cabe ressaltar a execução da sub-ação de *Capacitação em Esporte Educacional*, que se deu por meio de parcerias com universidades federais, com o Instituto Ayrton Senna e por eventos realizados pelo próprio Ministério, viabilizando o processo de capacitação dos recursos humanos envolvidos no programa, num montante de R\$ 5.861.334,91 e R\$ 833.0000,00 referente a contratação de produto via PNUD, orientados ao processo de acompanhamento dos convênios, com recursos desta ação, totalizando uma execução de R\$ 112.213.538,43 no exercício de 2007. Cabe ressaltar ainda que as parcerias firmadas/convênios formalizados excedem o Orçamento (LOA + Créditos) de 2007, conforme justificativa apresentada acima, totalizando R\$ 189.095.619,31, quando somados os recursos da capacitação e acompanhamento.

Para fins de demonstração específica e das análises apresentadas desta ação nas tabelas a seguir, a sub-ação de capacitação não será destacada. Para fins de relatórios de cumprimento de meta desta ação, considera-se

apenas a sua execução no processo de implantação e manutenção de núcleos, abordando o valor totalitário de R\$ 182.401.284,40 como 100% dos convênios firmados e R\$ 105.519.203,52 como 100% dos recursos empenhados.

**VALORES EMPENHADOS/2007 E COMPROMETIDOS PARA 2008
COM AS PARCERIAS FIRMADAS/CONVÊNIOS FORMALIZADOS - 2007**

AÇÕES	EMPENHO 2007	RECURSOS COMPROMETIDOS 2008	TOTAL
Termo Aditivo e Apostilamento	R\$ 4.363.201,94	R\$ 0,00	R\$ 4.363.201,94
Renovação	R\$ 69.763.844,20	R\$ 47.644.699,80	R\$ 117.408.544,00
Implantação	R\$ 31.392.157,38	R\$ 29.237.381,08	R\$ 60.629.538,46
TOTAL	R\$ 105.519.203,52	R\$ 76.882.080,88	R\$ 182.401.284,40

CONVÊNIOS EMPENHADOS COM RELAÇÃO A PARCERIA E FINALIDADE

Termo Aditivo e Apostilamento	R\$ 4.363.201,94
Renovação	R\$ 69.763.844,20
Implantação	R\$ 31.392.157,38
TOTAL	R\$ 105.519.203,52

VALOR TOTAL DE CONVÊNIOS FIRMADOS E EMPENHADOS POR REGIÃO - 2007

AÇÕES	CONVÊNIOS FIRMADOS	% FIRMADOS	RECURSOS EMPENHADOS	% EMPENHADOS
Norte	R\$ 15.989.736,45	8,77%	R\$ 9.251.146,13	8,77%
Sul	R\$ 18.651.255,45	10,22%	R\$ 14.337.414,78	13,59%
Sudeste	R\$ 67.979.221,02	37,27%	R\$ 31.780.126,67	30,12%
Nordeste	R\$ 53.623.600,57	29,40%	R\$ 36.019.226,89	34,13%
Centro-oeste	R\$ 26.157.470,91	14,34%	R\$ 14.131.289,05	13,39%
TOTAL	R\$ 182.401.284,40	100%	R\$ 105.519.203,52	100%

VALOR TOTAL DE CONVÊNIOS FIRMADOS E EMPENHADOS POR ESFERA - 2007

AÇÕES	CONVÊNIOS FIRMADOS	%	RECURSOS EMPENHADOS	%
Governos Estaduais	R\$ 36.508.105,08	20 %	R\$ 24.638.763,40	23%
Ongs	R\$ 82.868.148,91	45 %	R\$ 44.603.481,66	43%
Prefeituras	R\$ 63.025.030,41	35%	R\$ 36.276.958,46	34%
TOTAL	R\$ 182.401.284,40	100%	R\$ 105.519.203,52	100%

**ATENDIMENTO À META FÍSICA - CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADOS
POR MEIO DOS CONVÊNIOS FIRMADOS EM 2007
(COM NO MÍNIMO 20% DOS RECURSOS EMPENHADOS)**

AÇÕES	BENEFICIADOS	%
Termo aditivo	75.100	8%
Renovações	560.560	61%
Implantação	280.500	31%
TOTAL	916.160	100%

TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADAS POR REGIÃO/ 2007

AÇÕES	BENEFICIADOS NOS CONVÊNIOS FIRMADOS	%
Norte	83.300	9,08%
Sul	114.060	12,44%
Sudeste	304.170	33,20%
Nordeste	285.800	31,18%
Centro-oeste	128.830	14,1%
TOTAL	916.160	100%

TOTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADAS POR ESFERA/ 2007

AÇÕES	BENEFICIADOS NOS CONVÊNIOS FIRMADOS	%
Governos estaduais	183.320	20%
Ongs	401.960	44%
Prefeituras	330.880	36%
TOTAL	919.160	100%

MUNICÍPIOS ATENDIDOS

AÇÕES	MUNICÍPIOS	%
Norte	48	4,26%
Sul	181	16,08%
Sudeste	319	28,36%
Nordeste	332	29,52%
Centro-Oeste	245	21,78%
TOTAL	1.125	100%

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS – POSTOS DE TRABALHO GERADOS

AÇÕES	RECURSOS HUMANOS	%
Norte	1.320	8,45%
Sul	1.842	11,80%
Sudeste	4.779	30,61%
Nordeste	6.460	41,38%
Centro-Oeste	1.212	7,76%
TOTAL	15.613	100%

SUB-AÇÃO - Capacitação De Recursos Humanos Em Esporte Escolar

De 2006 para 2007, a capacitação do programa passou por um processo de reformulação, pois se detectou que, a partir do perfil apresentado pelos professores e monitores de educação física envolvidos e seus níveis de evasão nos anos anteriores, o método da capacitação a distância, semi-presencial até então utilizado, não apresentou um aproveitamento satisfatório. Neste sentido, com o objetivo de constituir padrões conceituais, operacionais e metodológicos minimamente homogêneos, por meio da formação de multiplicadores, a gestão do programa optou pela capacitação presencial e descentralizada.

Por meio de uma parceria estabelecida desde 2006 com o Instituto Ayrton Senna e parcerias estabelecidas em 2007 com universidades federais, desenvolveu-se a capacitação presencial, orientada aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores de Núcleos e Monitores/estagiários, prevendo tratar de questões pedagógicas, técnicas e de gestão, necessárias ao desenvolvimento das parcerias e do programa junto ao público alvo.

Com recursos orçamentários e financeiros da ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional*, em 2007, foram realizados: dois encontros de abrangência nacional, possibilitando a formação de 548 Coordenadores-Gerais; um encontro preparatório para viabilizar a parceria com o Instituto Ayrton Senna, envolvendo 42 profissionais; dois projetos piloto de capacitação reunindo 347 de coordenadores de núcleo.

Cabe, portanto, mencionar que esta sub-ação, somente em 2007, foi responsável pela capacitação direta de mais de 5.000 coordenadores e professores e capacitação indireta de mais de 8.000 monitores que atuam no em todo o território nacional.

SUB - AÇÃO - Avaliação do Programa Segundo Tempo

Considerando o trabalho realizado com a Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação (CTMA) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desenvolveu-se uma proposta metodológica que orientará a avaliação rápida de Programas do Plano Plurianual do Governo Federal.

A proposta apresentada pelo IPEA contribuiu sobremaneira para a reformulação do programa. Nesse sentido, embora tenha se caracterizado por um processo participativo e voltado à sua realidade como muitas mudanças já foram introduzidas, inclusive alteradas no novo PPA 2008-2011, faz-se necessária a elaboração do novo modelo lógico, acompanhando a evolução do Programa.

Para aperfeiçoar o modelo de avaliação do programa, o Ministério do Esporte ainda dependemos da implementação do módulo de acompanhamento dos convênios específicos do *Segundo Tempo*, iniciada em 2006, e da criação do Sistema de Acompanhamento e Controle que visa atender às demandas do programa, às necessidades de aperfeiçoamento da sua gestão e a transparência das informações.

De outra parte, houve uma mudança significativa no processo de acompanhamento dos convênios do programa, efetivada por meio da revisão dos instrumentos de acompanhamento, da introdução de novos mecanismos de controle social e da ampliação das vistorias “in loco”.

Cabe ressaltar novamente que a análise sobre a execução da ação leva em consideração os números de convênios/parcerias firmados, recursos empenhados e pagos, conforme dados do Siafi em 31 de dezembro de 2007.

Em 2007, considerando as parcerias/convênios firmados por meio do programa, a ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional* beneficiou o atendimento a 916.160 crianças e adolescentes, com recursos da ordem de R\$ 182.401.284,40. Deste recurso mencionado, R\$ 105.519.203,52 são exclusivamente do orçamento de 2007 e possibilitaram assegurar pelo menos 20% dos recursos previstos, repassados em uma primeira parcela, para atendimento total dos convênios firmados, de forma a garantir o início das atividades com a totalidade dos beneficiários previstos, conforme já detalhado.

Considerando os recursos pagos, o percentual de execução orçamentária atingido, quando comparado ao previsto na LOA+ crédito, ficou restrito a 21,56%.

Vale ressaltar que a execução financeira do programa ficou prejudicada em função do contingenciamento e da priorização dos Jogos Pan e Parapan-americanos que tinham vigência restrita, o que causou atraso na liberação da primeira parcela de muitos convênios firmados no primeiro semestre de 2007 e ainda impossibilitou a formalização de novas parcerias nesse período, fato que resultou na concentração da instrução processual das novas parcerias no último trimestre do ano, atrasando, portanto, a execução financeira.

Diante dos dados anteriormente relatados, mesmo considerando um percentual baixo de execução para um programa estratégico, mas que sofre com as restrições e limites orçamentários e financeiros, ressalta-se que em 2007 o percentual apresenta-se superior ao percentual executado em 2006 que foi de 20,81%.

Embora para efeito de execução do programa sejam considerados os valores pagos, é importante ressaltar que os valores empenhados se aproximam da meta orçamentária apresentada na LOA + crédito, alcançando o percentual de 99,97%.

Cabe, portanto, destacar que, considerando os convênios pagos até 31/12/2007, a meta física apresentada é de 30,99% do inicialmente previsto no SIGPlan.

Entretanto, com base nos valores empenhados, o percentual de atendimento da meta física proposta inicialmente, foi de 98,30%, quando consideramos que, mesmo que a totalidade dos recursos não tenha sido empenhada e paga com orçamento de 2007, as parcerias/convênios firmados até 31 de dezembro de 2007 já podem iniciar o atendimento integral a todos os beneficiados.

EXECUÇÃO MENSAL - FÍSICO E FINANCEIRO EMPENHADOS

MESES	EMPENHADOS*	VALORES PAGOS	BENEFICIADOS
MARÇO	2.822.108		
ABRIL	2.235.646	354.230	7.708
MAIO	0	303.599	2.000
JUNHO	2.387.381	148.157	
JULHO	598.541	1.200	
AGOSTO	9.952.994	4.619.050	79.650
SETEMBRO	3.906.630	2.232.980	1.580
OUTUBRO	9.270.688	1.219.400	2.000
NOVEMBRO	48.394.096	4.622.750	57.200
DEZEMBRO	31.361.993	12.158.880	138.722
TOTAL	110.930.077	25.659.077	288.860
Meta Prevista LOA	112.240.000		
% META	98,83%	22,87%	30,99

* Os beneficiados atendidos com os recursos empenhados somam 916.160

Considerando os números apresentados anteriormente, pode-se concluir que foram empenhados 98,83 % dos recursos previstos inicialmente (LOA+crédito); pagos 22,87% dos recursos empenhados nesta ação (incluindo a capacitação e o acompanhamento); pagos 24,32% dos recursos empenhados nesta ação (sem a capacitação e acompanhamento = R\$ 105.519.203,52); e pagos 22,87% dos recursos previstos inicialmente (LOA+crédito).

Implantação de Infra-Estrutura Esportiva Para o Desenvolvimento do Esporte Educacional

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (R\$)

LOA 2007 + CRÉDITOS	EMPENHADO	REALIZADO	% DE PARTICIPAÇÃO
A	B	C	D=C/B*100
12.762.500,00	7.886.823,46	7.886.823,46	100

Fonte: Siafi Gerencial

META FÍSICA (Produto: Entidade beneficiada)

PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO
A	B	C=B/A*100
93	50	53

Cabe lembrar que a estratégia adotada pelo ME está direcionada para viabilizar a utilização de espaços físicos já existentes e que se encontrem ociosos. Para isso, optou-se por priorizar a ação de funcionamento de núcleos, em benefício das instituições de ensino – escolas que já possuem infra-estrutura esportiva e podem oferecer suas instalações para a prática esportiva – bem como a parceria com outros setores que possam disponibilizar seus espaços físicos para uso da comunidade escolar.

Ressalta-se o incremento de recursos orçamentários oriundos de apresentação de emendas parlamentares, cerca de R\$ 11,6 milhões, quando da votação da Lei no Congresso Nacional.

Quanto à meta física, o fato do percentual de execução ter atingido apenas 53% do total previsto deve-se, primeiramente à insuficiência de limite orçamentário, o que impossibilitou a utilização plena das dotações aprovadas na LOA 2007. Em segundo plano, ao custo unitário médio das operações efetivamente contratadas cerca de R\$ 155.000,00, superior ao valor de R\$ 137.000,00 inicialmente aprovado em lei.

Em relação aos pagamentos dos valores empenhados, importa informar que estes obedecem ao cronograma de desembolso previamente pactuado, além da observância das normas legais para disponibilização dos recursos financeiros, tais como, cumprimento das exigências previstas na legislação que trata das transferências voluntárias, projetos de engenharia, procedimentos licitatórios, entre outras.

O balanço da atuação do programa, em especial, de sua ação principal e estratégica, no ano de 2007 é positivo. Com o foco no processo de aperfeiçoamento e qualificação do *Segundo Tempo*, no redimensionamento administrativo do órgão e na elaboração do Planejamento Estratégico 2007 – 2010, alcançou-se um resultado superior ao ano de 2006, o que refletiu diretamente no aprimoramento e na ampliação do programa no território nacional, bem como, na sua qualificação.

Pela primeira vez na história do programa *Segundo Tempo* conseguiu-se assegurar o atendimento de mais de 800 mil beneficiados em um único ano, sem considerar as parcerias em andamento, fato que significa uma grande conquista para com as estratégias e metas do Plano Estratégico da Secretaria Nacional de Esporte Educacional.

A Secretaria assegurou, em 2007, o planejamento básico e em 2008 deverá concentrar-se no binômio EXECUTAR e DIVULGAR, ou seja, colocar em prática as ações estratégicas e divulgar amplamente o calendário de atividades e eventos e os resultados obtidos em cada área de atuação.

ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer

Esta ação objetiva promover o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência e pessoas com necessidades educacionais especiais, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer.

Em 2007 foi instaurado o procedimento de licitação por meio de edital para a seleção de projetos a serem beneficiados com recursos da ação. Essa experiência deu qualidade ao mecanismo de seleção de propostas e garantiu a transparência nos critérios de escolha dos proponentes.

Esta ação é realizada com recursos do Orçamento da União, sendo composto por volume substancial de emendas parlamentares. É focada no desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência e necessidades especiais. A sua implantação é realizada por meio de convênios formalizados com Estados, Municípios, Distrito Federal, Instituições de Ensino Superior e Organizações Não-Governamentais, em que o apoio dado ao funcionamento dos núcleos de esporte nestas entidades é realizado com a disponibilização de recursos humanos capacitados e de materiais esportivos, didáticos e administrativos.

A meta física para 2007 era de 3.075.000 pessoas beneficiadas, com recursos orçamentários compostos por uma dotação inicial de R\$ 17.200.000,00, somada a R\$ 12.100.000,00 de emendas parlamentares. Além disso, devemos considerar a suplementação de R\$ 1.020.000,00, totalizando R\$ 30.320.000,00. Foram utilizados, também, R\$ 56.377,00 da ação *Implantação e Modernização de Infra-estrutura - para Esporte Recreativo e Lazer*, na aquisição de material permanente para os núcleos, e R\$ 499.385,50 da ação *Fomento a Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e de Lazer*, para pagamento de eventos.

Por meio dos convênios pagos em 2007, estão sendo beneficiadas 199.370 pessoas, em ações sistemáticas e em eventos de lazer, em 103 núcleos, distribuídos em 69 municípios, de nove Estados da Federação.

Na verdade, se considerarmos os restos a pagar e processos empenhados realizados até o dia 31 de dezembro de 2007, teremos um total de 2.743.177 pessoas beneficiadas, em 568 núcleos, distribuídas em 256 Municípios de 23 Estados e do DF, por meio de 81 convênios.

Com relação à execução de Restos a Pagar de 2006, foram executados recursos no valor de R\$ 4.518.249,68, beneficiando 245.989 pessoas em 19 convênios, já incluídos o valor referentes às emendas parlamentares, que representaram aproximadamente 78% do total referente aos Restos a Pagar de 2006. Deve-se destacar que a ação também promoveu a geração de renda para 653 agentes sociais/comunitários de esporte e lazer, que promoveram a capacitação de 864 pessoas, em 882 ações de formação local.

Já relativamente à execução do orçamento de 2007, os convênios com o programa *Esporte e Lazer da Cidade* viabilizaram cerca de 170 eventos, dentre eles: ruas de lazer, colônias de férias, gincanas, festivais, torneios, campeonatos, passeios turísticos, etc. Considerando-se os processos empenhados, até 31 de dezembro de 2007, chegou-se a um total de 3.107 agentes sociais/comunitários de esporte e lazer incluídos na ação, que obtiveram a possibilidade de auferir renda e que promoveram a capacitação de 4.038 pessoas, em aproximadamente 1.580 ações de formação local. Destaca-se, também, a execução de recursos da ação, que possibilitaram a viabilização de cerca de 810 eventos de lazer.

O fato de não ter sido utilizada toda a dotação orçamentária, justifica-se pelos seguintes motivos: (i) não encaminhamento pelas entidades dos projetos necessários à conclusão dos acordos, convênios, etc. Isto se deu em quase 50% das entidades que seriam beneficiadas por emendas aprovadas pelo Congresso; (ii) entidades indicadas por parlamentares ou mesmo selecionadas na Chamada Pública sem condições de celebrar convênio, pelos aspectos legais (restrições observadas na consulta ao Cauc/Siafi/Cadin); e (iii) dificuldade de conclusão processual por parte das entidades aprovadas na Chamada Pública.

O não atingimento da meta física com recursos alocados no localizador *NACIONAL* da ação, deve-se, inicialmente, à baixa execução orçamentária. Ainda assim, considera-se que do ponto de vista da proporcionalidade em relação à quantidade de convênios firmados, atingiu-se uma positiva e significativa média de 11.700 pessoas beneficiadas por convênio. Destaca-se, também, a ampliação de convênios firmados sob a forma consorciada, que permitiu a inclusão de mais Municípios junto ao Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Em 2007 foi mantida a referência de indicador de pessoas beneficiadas, haja vista que, além das inscrições efetivas em oficinas permanentes ou rotativas das diversas modalidades e linguagens que a ação oferece em horários pré-definidos, o indicador pessoas beneficiadas é central, pois registra o número de pessoas envolvidas nos eventos de lazer realizados, de forma assistemática, também durante os finais de semana, feriados e datas festivas.

A ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer* alcançou uma significativa efetividade social, por meio do aprofundamento do diálogo e da interação local com outras políticas governamentais. Possibilitou ainda avanços no trabalho, a partir do potencial cultural local, com a participação dos mais diversos setores sociais, tanto no que diz respeito à representação de segmentos, como de organizações sociais, colaborando desta forma para a consolidação de uma rede de proteção social. Além disso, o potencial formativo da ação vem contribuindo significativamente com a construção coletiva de propostas de políticas públicas de esporte e de lazer pelo País.

Passos significativos têm sido dados no sentido de tornar a ação ainda mais eficiente nos aspectos internos de gerenciamento, mediante qualificação e aprimoramento da equipe responsável pelo gerenciamento. É dada ênfase na melhoria da comunicação entre as partes envolvidas e na coleta, sistematização e socialização dos dados a fim de aperfeiçoar o atingimento dos objetivos do programa.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FÍSICA

R\$ 1,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					EXECUÇÃO FÍSICA		
LOA + CREDITOS	EMPENHOS EMITIDOS	VALORES REALIZADOS	% REALIZADOS	% EMPENHADOS	PREVISTO	REALIZADO*	% REALIZADO
Orçamento 17.200.000 suplementação 1.020.000 Total: 18.220.000	18.067.900	18.067.900	99,16	99,16 %	1.770.000	134.400	7,59
Emendas: 12.100.000	5.412.688	5.412.688	44,73	44,73 %	1.305.000	0	0
Total: 30.320.000	23.480.589	23.480.589	77,44	77,44 %	3.075.000	134.400	4,37

Fonte: SIAFI

os percentuais foram calculados sobre os valores realizados de outras ações que complementaram a ação *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer*

Implantação e Modernização de Infra-Estrutura Para Esporte Recreativo e de Lazer

Tem como finalidade disponibilizar e modernizar áreas para a prática de esporte e lazer, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social e para melhorar a qualidade de vida, mediante garantia de acessibilidade a espaços esportivos modernos;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 1,00

LOA 2007 + CRÉDITOS	EMPENHADO	REALIZADO	% DE EMPENHO
A	B	C	D=B/A*100
465.345.000,00	364.417.413,00	12.145.000,00	78,31

Fonte: Siafi Gerencial

METAS FÍSICAS

(Produto: Espaço Esportivo Implantado/Modernizado)

PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO
A	B	C=B/A*100
2.126	1.177	55

Fonte: SIGPlan

Esta ação busca garantir a acessibilidade a espaços de esporte recreativo e de lazer por meio de construções, reformas e ampliações de instalações e de equipamentos esportivos adequados a esse tipo de atividade. Cabe ressaltar o significativo incremento de recursos orçamentários oriundos de emendas individuais e de Comissão, cerca de R\$ 399,7 milhões, quando da votação da Lei no Congresso Nacional.

Quanto à meta física, além dos 1.177 unidades indicadas no quadro anterior, deve-se considerar mais 249 em função de empenhos de dotações aprovadas por meio de crédito extraordinário, no valor de R\$ 97.800.000,00 (Medida Provisória nº 405, de 18 de dezembro de 2007), dos quais R\$ 97.898.624,00 foram empenhados para implantação e modernização de espaço esportivo. Considerando-se as condições especiais que caracterizam o crédito extraordinário, entre elas a não indicação de meta física no Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPlan, o quantitativo físico realizado com esses recursos não está registrado no referido sistema. Desta forma, o quantitativo efetivo realizado relativo à ação compreende a soma de 1.177 + 249, que totaliza 1.426 Espaços Esportivos Implantado/Modernizado, elevando a participação de 55% para cerca de 67%.

Em relação aos pagamentos dos valores empenhados, importa informar que obedecem ao cronograma de desembolso previamente pactuado, além da observância às normas legais para disponibilização dos recursos financeiros, tais como, cumprimento das exigências previstas na legislação que trata das transferências voluntárias, projetos de engenharia, comprovação de propriedade do terreno, licenças ambientais, procedimentos licitatórios, entre outras. Esses fatores característicos da ação em questão justificam o baixo percentual de pagamentos realizados referentes ao exercício de 2007.

BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

Concessão de Bolsa a Atletas

O *Bolsa Atleta* é um programa do Ministério do Esporte que oferece recursos a atletas brasileiros que tenham potencial para representar o País em competições de alto nível, mantendo o estímulo dos esportistas e auxiliando nos seus custos para treinamentos e competições.

A bolsa governamental é dividida em quatro categorias, com remuneração mensal diferenciada: Estudantil (R\$ 300), Nacional (R\$ 750), Internacional (R\$ 1,5 mil) e Olímpico ou Para-Olímpico (R\$ 2,5 mil).

No exercício de 2007, houve previsão de concessão de 1.000 bolsas a atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional e olímpica/paraolímpica, conforme proposta orçamentária para 2007. Em dezembro de 2007 foram fornecidas 2.198 bolsas naquelas categorias, sendo 1.579 novas bolsas e 593 renovações, totalizando um montante de R\$ 26.400.000. Isso porque, nesse programa, o pagamento de bolsas referentes ao ano de 2006 irá se extinguir em outubro/2008.

Note-se que para haver renovação da bolsa, o atleta deverá realizar prestação de contas. Ressalte-se, ainda, que este procedimento não é concluído a um só tempo. Portanto, outros atletas entrarão na lista dos contemplados em 2007, assim que tiverem suas respectivas situações regularizadas.

Ainda em 2007, a quantidade de atletas pré-habilitados ao pleito na categoria estudantil foi aumentada, fruto do trabalho realizado pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro, que criou o I Campeonato Paraolímpico Brasileiro de Atletismo e Natação, nos níveis Escolar e Universitário.

De outra parte, dada a importância do programa Bolsa-Atleta, já se caracterizando como imprescindível ao País, uma vez que visa fomentar o esporte de uma forma geral, os recursos financeiros foram duplicados, saindo de R\$ 13.200.000,00, que era o valor orçamentário, e indo para R\$ 26.400.000,00, o que permitiu o atendimento de praticamente toda a demanda, conforme refletido no quadro a seguir:

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

R\$ 1,00						
PRODUTO	META FÍSICA			VALOR FINANCEIRO		
	PREVISTO	REALIZADO%		PREVISTO	EMPENHADO%	
Bolsa Concedida	2198	2172	98,82%	R\$ 26.400.000	R\$ 26.400.000	100%

Fonte: SIGPlan

INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

O programa tem como missão principal propiciar a prática de esportes por jovens em situação de vulnerabilidade social, em todo o País, por meio do fornecimento de materiais esportivos nas ações descritas a seguir.

Pintando a Cidadania

Esta ação objetiva a inclusão social de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, dando a oportunidade de ganho mensal em troca da participação na fabricação de itens esportivos. Neste sentido, é destinada à geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente aos jovens que se encontram na busca pelo primeiro emprego. São confeccionados materiais esportivos (bolas, redes, mesas de tênis de mesa, tabelas de basquete, uniformes esportivos, agasalhos e sacolas), usados pelos estudantes de comunidades pobres nos equipamentos esportivos de caráter público. A ação conta ainda com a necessária capacitação de pessoal para os núcleos de fabricação.

QUADRO DEMONSTRATIVO E JUSTIFICATIVAS

PROGRAMA AÇÃO	LEI+ CRÉDITO	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	EMPENHO	PAGO	META FÍSICA		
					PREVISTO	REALIZADO	% REALIZADA
1245.2352	R\$ 12.830.000	R\$ 12.830.000	R\$ 12.817.588	R\$ 7.531.724	903.846	826.005	91,39

A Lei Orçamentária Anual de 2007 disponibilizou para a ação 2352 o valor de R\$ 12.830.000,00. Entretanto, desse valor foram liquidados R\$ 7.531.724,45, sendo ainda inscritos em Restos a Pagar R\$ 5.298.275,55. Isso configura um saldo não utilizado de R\$ 12.411,47. Esse saldo é justificado pelo seguinte motivo: ao serem realizadas as análises e conseqüentes formalizações dos convênios inerentes ao exercício de 2007, os valores globais são calculados com base em estimativas de custos e despesas, o que ocasionalmente possibilita a ocorrência de sobras de recursos, mesmo com pequenas variações em relação ao inicialmente previsto. Entretanto, tal montante (das sobras) constitui-se quantia insuficiente para prover a consecução de convênios dado o seu baixo valor.

Não obstante, os itens atinentes aos percentuais realizados das metas físicas relativas à ação 2352 deve ser analisado considerando-se, também, os quadros destinados a Restos a Pagar.

VALORES EMPENHADOS – (RESTOS A PAGAR) NA AÇÃO 2352

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR		TOTAL	META FÍSICA
		CUSTEIO	CAPITAL		
58000.004215/2007-64	Fundação Beatriz Gama/RJ	747.245,20	0,00	747.245,20	42.500
58000.001016/2007-02	Assoc. dos Mutuários e Moradores do conjunto santa etelvina e adjacências – ACETEL/SP	4.533.118,88	5.500,00	4.538.618,88	534.750

QUADRO DEMONSTRATIVO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LIBERADOS NO EXERCÍCIO DE 2007

ESTADO	ITENS LIBERADOS	INDIVÍDUOS ASSISTIDOS	LIBERAÇÕES REALIZADAS	ENTIDADES BENEFICIADAS
1. Acre	36156	400424	412	406
2. Alagoas	12265	42378	8	6
3. Amapá	11684	128945	201	197
4. Amazonas	3814	6005	3	3
5. Bahia	131743	690270	526	467
6. Ceará	40699	310152	403	400
7. Distrito Federal	63516	419527	784	150
8. Espírito Santo	17341	100237	194	187
9. Exterior “acordos Internacionais”	2876	49640	18	16
10.Goiás	21695	173686	232	223
11.Maranhão	24970	347069	415	403
12.Mato Grosso	125557	824415	830	796
13.Mato G. do Sul	8336	53310	17	14
14.Minas Gerais	13013	69695	42	38
15.Pará	33615	551197	1085	571
16.Paraíba	22097	321350	461	455
17.Paraná	46512	171182	39	31
18.Pernambuco	22724	105370	20	14
19.Piauí	6893	34441	44	33
20.Rio de Janeiro	117223	467360	242	202
21.Rio G. do Norte	17723	267590	531	474
22.Rio Grande do Sul	4358	54460	54	53
23.Rondônia	7315	129340	228	227
24.Roraima	34571	232050	266	248
25.Santa Catarina	69572	399435	377	367
26.São Paulo	29644	258523	391	389
27.Sergipe	99417	494652	340	324
28.Tocantins	16022	177240	198	192
TOTAL	1.041.351	7.279.943	8.361	6.886

Obs.: Totais incluem também os resultados da ação 2362 – Pintando a liberdade

O total realizado de 934.005 itens produzidos, em 2007, é suficiente para contemplar aproximadamente 3.700.000 pessoas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo programa.

Foram liberados 1.041.351 artigos esportivos advindos do estoque do programa, conforme quadro anterior, para atender a demanda dos programas e ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusão social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes.

O material distribuído beneficiou um universo de 7.279.943 indivíduos residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.

Na ação Pintando a Cidadania, foi utilizada a mão-de-obra de 1.873 pessoas que residem em comunidades reconhecidamente carentes na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

O programa finalizou o exercício de 2007 com 93 unidades de produção em funcionamento, sendo 20 da ação Pintando a Cidadania.

6.19. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

O programa Áreas Protegidas do Brasil é gerenciado por uma Diretoria da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e tem como objetivo a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes. As populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação são diretamente beneficiadas pela atuação do programa. Os principais parceiros são: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Organismos Internacionais, Organizações Não-Governamentais – ONG's, Fundação Nacional do Índio – Funai, Universidades e Instituições de Pesquisa e Estados e Municípios.

Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação

Essa ação tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios dela decorrentes. Em 2007, foram criadas cinco e ampliadas duas Unidades de Conservação - UC's Federais, o que resultou em um incremento da área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 126.400 hectares, além da criação de 31 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Para tanto, estabeleceu-se um grupo de trabalho para a definição de procedimentos de criação de UC's federais, bem como realizaram-se 38 consultas públicas sobre este processo. Destaca-se, também, o apoio às iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de UC's no âmbito do projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A Amazônia foi beneficiada com a ampliação da Estação Ecológica de Cuniã/AM em 19.407 hectares. Já no bioma Caatinga foi criada a Floresta Nacional de Negreiros, situada em Serrita/PE, com 3.000 hectares, e no bioma Cerrado, criou-se a Reserva Extrativista Chapada Limpa/MA, com uma área de 11.971,24 hectares. Buscando preservar e proteger a Mata Atlântica, foram criadas outras UC's: o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades/BA, com uma área de 894 hectares; o Refúgio de Vida Silvestre de Una/BA, com uma área de 23.400 hectares; e a Reserva Extrativista Açaú-Goiana/PE, com 6.678,30 hectares.

Outra importante atividade desenvolvida em 2007 foi a implementação e divulgação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, o qual disponibiliza informações sobre as UC's reconhecidas pelo SNUC. A fim de permitir a operacionalização deste cadastro, foi realizada a capacitação de usuários estaduais.

Além disso, deu-se andamento a 277 processos de Compensação Ambiental, beneficiando 254 Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, resultando em uma arrecadação de R\$ 10,5 milhões, sendo que 71,6% deste total foram investidos em ações de implementação das UC's federais; 28,1% em ações de regularização fundiária; e 0,2% custeio ao processo de elaboração de planos de manejo. Além disso, no decorrer de 2007, foram realizados importantes processos de negociação de grandes passivos de devedores da compensação, os quais, em 2008, cumprirão com suas condicionantes, em prol das UC's.

Dessa forma, foi possível, por meio das atividades desenvolvidas, apoiar 23 projetos, superando a meta física inicialmente prevista, uma vez que os custos unitários desses projetos foram menores.

Implantação de Corredores Ecológicos

O Projeto Corredores Ecológicos tem como meta a conservação da biodiversidade em áreas protegidas e nos espaços de interstícios entre as mesmas, sendo viabilizado por meio da fiscalização ambiental e da aplicação do poder de polícia em suas áreas.

Quanto às atividades implementadas no Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA (12,5 milhões de hectares), situado nos Estados da Bahia e Espírito Santo, destacam-se a realização de três campanhas de fiscalização e de sobrevôos mensais, resultando na identificação de 550 ilícitos nessa região. Além disso, foram definidos 10 mini-corredores no Espírito Santo, os quais cobrem uma área de 598 mil hectares, sendo que a implementação de dois já foram iniciadas. Já na Bahia, foram identificados oito mini-corredores.

Em relação ao Corredor Central da Amazônia – CCA (52 milhões de hectares), o qual constitui um

contínuo florestal situado no Estado do Amazonas, foram desenvolvidas atividades que garantem a preservação da floresta, por meio do uso sustentável dos recursos naturais. Em 2007, iniciou-se a implementação do projeto de fiscalização do CCA, tendo sido firmados convênios no montante aproximado de R\$ 4 milhões junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e ao Batalhão da Polícia Ambiental, os quais têm como prioridade estabelecer uma infra-estrutura de fiscalização.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

O programa tem como objetivo prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros. O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal possibilitou, em 2007, a ampliação de uma e a construção de três Bases Operativas na região, bem como a manutenção das Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Com a parceria do Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Exército Brasileiro foram realizadas mais de 100 grandes operações de fiscalização integrada. O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 Km² pelo sistema Prodes - Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030 km², em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região, em 1988. Essa queda contribuiu para que o País evitasse a emissão de 500 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera.

Fiscalização de Atividades de Desmatamento

No âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, foram realizadas 2.987 operações de fiscalização, das quais destacam-se 153 grandes operações conjuntas, envolvendo a fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária, as quais tiveram a participação de diferentes órgãos, como: Ibama, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Polícia Rodoviária Federal, além da Polícia Militar dos Estados. Merece destaque as seguintes operações: Lábrea, Boca do Acre I, II e III, Mandacaru, Mapinguari, Jatobá, Rio Branco fase I, Parque Nacional dos Campos Amazônicos - PNCA, Satélite I e II, Anguerassó, Cachimbo e Mamote. Como consequência, foram lavrados 5.788 autos de infração referentes aos ilícitos contra a flora, contabilizando R\$ 1.383.957.278,66 em multas aplicadas. Ressalta-se, ainda, que, quanto às operações realizadas em todo o território nacional, foram lavrados 9.070 autos de infração, sendo que entre estes, 63% foram aplicados na Amazônia Legal, resultando na apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos de madeira na Região Amazônica.

Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais

Durante o ano de 2007, realizou-se o monitoramento de toda a região da Amazônia Legal, o que corresponde a 5.217.423 km², sendo que esta ação contribuiu diretamente com o monitoramento de 2.997.344 km², atingindo uma execução de 100% de sua meta física prevista. A fim de aprimorar este monitoramento, o Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama - Cemam elaborou mais de 6.000 mapas guias, indicando a localização de desmatamentos, de modo a facilitar o planejamento e a execução das operações de fiscalização em campo.

Com a finalidade de capacitar fiscais ambientais, a Coordenação de Informações sobre Ilícitos Ambientais - COIN, em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, forneceu cursos de Inteligência a seus servidores, com foco em procedimentos de inteligência e produção de conhecimentos.

Ademais, foi desenvolvido o banco de dados do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais – Siscom (<http://siscom.ibama.gov.br>), o qual permite consultar bancos de dados geográficos de várias instituições e do Ibama, possibilitando o cruzamento de dados, criação e impressão de mapas, bem como o acesso on-line a informações de meio ambiente.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS

O objetivo geral é promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando o uso e a conservação dos ecossistemas. As metas do programa estão focadas na formulação de políticas públicas voltadas à promoção e à expansão da base florestal plantada, associada à recuperação de áreas degradadas, bem como à

expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável, consorciado com a proteção de áreas com alto valor ecológico.

Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Essa ação teve como meta, para 2007, atender a 7.200 produtores rurais em todo o País. Participam da seleção: agricultores familiares, extrativistas, silvicultores e populações tradicionais, os quais concorrem ao recebimento de assistência técnica, que é realizada em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. A seleção das entidades prestadoras de assistência técnica é feita por meio de aprovação de projetos vinculados aos editais publicados pelo Fundo para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

A dotação orçamentária inicialmente prevista para essa ação era de R\$ 5.676.089,00, dos quais R\$1.043.961,92 foram contingenciados, restando para aplicação o valor de R\$ 4.632.127,08. Tal montante foi integralmente repassado ao FNMA para atender aos projetos de desenvolvimento de atividades produtivas florestais sustentáveis, incluindo o sistema agro-florestal e projetos de recuperação de nascentes, tendo sido distribuídos da seguinte forma: R\$ 1.028.273,30 foram destinados ao edital Mata Atlântica; R\$ 927.508,00 ao edital Caatinga; R\$ 1.064.026,68 ao edital Cerrado; e R\$ 1.612.319,10 ao edital Amazônia. Em razão de problemas operacionais, o FNMA só disponibilizou a aplicação de recursos no valor de R\$3.745.727,00.

Em 2007, foi prestada assistência a 1.600 agricultores, sendo que após a consolidação e efetiva implementação dos 3 Editais que estão em andamento, deverá ser atingida a meta prevista inicialmente de 7.200 produtores beneficiados.

Formulação e Difusão de Procedimentos de Manejo Florestal

Visa promover a gestão sustentável de florestas, por meio da implementação de procedimentos técnicos e administrativos que permitam o uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais.

Foram alocados recursos orçamentários no valor de R\$ 5.634.520,00, sendo que R\$ 2.214.520,00 são provenientes da doação da Organização Internacional de Madeira Tropical – ITTO. Em razão do contingenciamento orçamentário, o limite para empenho totalizou R\$ 3.366.099, dos quais ficaram comprometidos com o pagamento de pessoal temporário cerca de R\$ 854.550,26, conforme determina o art. 2º, alínea h, da Lei nº 8.745, de 1993, bem como o art. 3º, § 3º, do Decreto nº 4.748, de 2003. Este quadro de pessoal contribuiu diretamente para a realização das metas finalísticas da ação.

Os recursos orçamentários foram aplicados na realização de estudos para identificação de áreas com potencial de manejo florestal na Amazônia, conforme prevê a Lei nº 11.284/2006. Ainda em consonância com o artigo 70 da mesma lei, vem sendo implementados, pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB, contratos de transição referentes a planos de manejo florestal sustentável. Até o momento, foram firmados sete contratos para o manejo florestal sustentável em áreas do Estado do Pará. Realizou-se, também, o II Workshop para a discussão sobre a metodologia do inventário florestal nacional e para a criação e instalação das redes de monitoramento da dinâmica das florestas nos biomas Cerrado, Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos.

Ainda em 2007, foram lançados os editais de licitação para elaboração dos Planos de Manejo de quatro Florestas Nacionais (Flonas): Amanã, Crepori, Jamari e Trairão. As entidades contratadas estão realizando estudos para a geração dos seguintes produtos: 1) plano de ação; 2) mapas e base de dados georreferenciados; 3) estudos de: Inventário Florestal; Levantamento Faunístico; Base Cartográfica e Mapas Temáticos; Levantamento Socioeconômico e Relação de Grupos de Interesse, e 4) Documentos e Mapas com Zoneamento da Flona e Documentos com Programas de Manejo e Regras de Uso. A implementação de tais produtos viabilizará o alcance da meta prevista inicialmente de 315.000 hectares de área florestal manejada.

Outra atividade que merece destaque foi a publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007/2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de hectares, sendo que, entre estas áreas, priorizou-se a licitação para a concessão de uso da Floresta Nacional do Jamari, localizada em Rondônia, no Distrito Florestal Sustentável da BR 163, a qual possui uma área de 96 mil hectares.

Ademais, no bioma Caatinga foram selecionadas 100 unidades de assentamento rural, das quais 20 encontram-se em fase de implementação dos Planos de Manejo, envolvendo cerca de dois mil produtores familiares. O total de famílias a serem beneficiadas nas unidades de assentamentos selecionados alcança cerca de 10 mil na

região do semi-árido.

Dessa forma, entre os principais resultados alcançados por meio da integração de esforços das políticas implementadas pelo programa junto aos parceiros privados e outros organismos públicos, ressalta-se que houve um aumento estimado da área de manejo florestal certificado de 1,4 milhão de hectares em 2006, para 3 milhões de hectares em 2007, na Região Amazônica.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

O programa objetiva conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

Essa ação é voltada ao desenvolvimento de projetos que contribuam para o uso sustentável da Biodiversidade por populações tradicionais, implementadas, principalmente, na região Amazônica.

O Portalbio, um sítio eletrônico na Internet abrigado no portal do MMA com informações sobre biodiversidade, passou a disponibilizar a totalidade dos relatórios dos projetos apoiados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio. Toda a história e os resultados do Projeto da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA) estão agora disponíveis no endereço eletrônico www.mma.gov.br/portalbio. Após o encerramento do projeto, que foi executado durante dez anos, entre 1996 e 2006, o MMA decidiu tornar acessíveis todas as informações sobre o Probio e os seus 144 subprojetos apoiados. Esta estratégia facilitou o acesso do público a estas informações, pois se fossem aguardadas as publicações de todas as informações levantadas pelos subprojetos seriam necessários anos até que estes conteúdos estivessem disponíveis ao público. Dessa forma, o MMA, em 2007, viabilizou o apoio a 15 projetos por meio da divulgação dos dados obtidos nos estudos sobre conservação e uso sustentável. Até esta data foram publicados cinco livros com informações sobre efeitos de mudanças climáticas sobre a biodiversidade e inventários de biodiversidade.

Outra importante atividade desenvolvida no âmbito dessa ação foi a divulgação de 12 publicações diferentes sobre biodiversidade brasileira para instituições de pesquisa, bibliotecas, organizações não-governamentais e salas verdes de educação ambiental, totalizando a distribuição de cerca de 19.250 exemplares.

A Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio, instância deliberativa para a gestão da biodiversidade brasileira, formada por representantes da sociedade civil e governamentais instalou a Câmara Técnica Permanente do PAN-Bio para orientar a implementação das “Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – PAN-Bio”, que havia sido aprovada pela Deliberação nº. 40/2006 da Conabio. O estabelecimento das “Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010”, aprovadas pela Conabio em sua 21ª reunião ordinária nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006, e na 12ª reunião extraordinária, dias 20 e 21 de dezembro de 2006, possibilitou o início da sua implementação e monitoramento em 2007.

Ademais, foi realizada a assinatura de um contrato entre o MMA e a Caixa Econômica Federal para execução do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II – o qual envolve os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - Bireme, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

Este projeto tem como objetivo promover a priorização e a integração (transversalização) da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Ibama, em 2007, destaca-se o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisas para o levantamento preliminar de dados que irão viabilizar a elaboração dos planos de manejo das reservas extrativistas, conforme prevê a Lei nº 9.985/2000, a qual trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Para tanto, foram apoiados quatro projetos para o diagnóstico socioeconômico e ambiental nas Reservas Extrativista a serem criadas (Baixo Sucunduri, Novo Axioma,

Rio Aripuanã).

Além disso, ressalta-se a criação de conselhos deliberativos de reservas extrativistas, os quais constituem instâncias de decisão sobre a gestão dos recursos genéticos mobilizados por estas populações no seu processo de produção coletiva sustentável, tendo beneficiado, aproximadamente, 32.000 famílias extrativistas.

CONSELHOS FORMALIZADOS EM 2007

RESEX	UF	TIPO	ANO CRIAÇÃO	Conclusão
Médio Juruá	AM	Florestal	1997	Portaria Nº 10 de 29- 01-2007
São João da Ponta	PA	Marinha	2002	Portaria Nº 11 de 05-02-2007
Araí-Peroba	PA	Marinha	2005	Portaria Nº 42 de 12-06-2007
Caeté-Taperaçu	PA	Marinha	2005	Portaria Nº- 16, de 24-09-2007
Tracuateua	PA	Marinha	2005	Portaria Nº 21 de 22/11/2007
Chocoaré-Mato Grosso	PA	Marinha	2002	Portaria Nº 17, de 24-09-2007

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

AGENDA 21

A Agenda 21 trabalha no sentido de promover a integração de ações, desenvolvendo parceria com outros programas, ministérios e organismos públicos e com a sociedade civil, incentivando e apoiando a construção de Agendas 21 Locais, utilizando-se de ações articuladas a outros instrumentos de planejamento e gestão territorial. O objetivo é promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os resultados alcançados superaram as estimativas iniciais e permitiram o fortalecimento das populações locais para condução dos processos de construção e implementação de Agendas 21 Locais, bem como a ampliação da rede de parcerias e iniciativas relacionadas à Agenda 21.

Formação Continuada em Agenda 21 Local

Em 2007, foram realizados cursos para fortalecimento de processos de construção e implementação de Agendas 21 locais nos Estados do Acre, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo, totalizando 277 Municípios e 2.375 participantes. Também foram realizados cursos para formação de multiplicadores nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo 122 Municípios.

Ademais, foram efetuadas sensibilizações a fim de incentivar novos processos de construção de Agenda 21 Local, fornecendo cursos para fortalecer os processos já existentes e para a formação de multiplicadores nas Regiões Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, atendendo às necessidades de atuação em áreas prioritárias do Governo Federal e às demandas para fortalecer e qualificar iniciativas de construção e implementação de Agendas 21. Portanto, os recursos alocados permitiram a formação de 957 agentes, superando a meta física inicialmente prevista.

Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais

Essa ação é desenvolvida em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, buscando formas de apoiar a construção de Agendas 21 locais. O FNMA fomenta projetos por meio da demanda espontânea, os quais podem ser apresentados e analisados durante todo o ano ou por demanda induzida, ocasião na qual os projetos são apresentados em resposta a editais específicos lançados por esse Fundo. O Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais, desde sua criação, já teve três editais específicos do FNMA que, junto à demanda espontânea, somam 93 projetos apoiados, abrangendo 167 Municípios.

Em 2007, foi possível apoiar quatro projetos, o que é compatível à execução financeira desta ação que, apesar de iniciativas de apoio das equipes técnicas do FNMA e da Coordenação do programa, foi baixa. A maioria dos convênios têm como proponentes prefeituras, as quais, em geral, contam com uma estrutura administrativa deficitária, não possuindo em seu quadro pessoal qualificado para conduzir a prestação de contas ou estão inadimplentes com o Governo Federal, o que impossibilita o repasse de novos recursos nas datas programadas. Dessa forma, os convênios são prorrogados até que tais situações sejam regularizadas para que, então, os recursos possam ser repassados e regularmente executados, na maioria dos casos.

PROBACIAS

Tem por objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e na qual deverão ser implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos Conselhos e Agências dessas bacias, permitindo a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do programa contemplam ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH.

Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas

Essa ação é coordenada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, e em 2007, foram empenhados R\$ 2.108.896,00, destinados a atender 21 projetos em 12 Estados brasileiros. A recuperação e a proteção de nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água, com foco no reflorestamento de áreas alteradas, no fortalecimento de instituições e na participação da sociedade na efetiva sustentabilidade dos recursos hídricos são os principais temas de 17 projetos. Ademais, R\$ 261.500,00 foram aplicados na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, o qual envolve um diagnóstico desses recursos na região, bem como o direcionamento de ações futuras em nível macro.

O FNMA recebeu, por meio de emenda parlamentar de comissão, o montante de R\$ 3.159.417,00, com os quais pôde apoiar três projetos na Bacia do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul destinados à implementação de ações práticas para minimização ou solução dos problemas socioambientais locais. O primeiro projeto está voltado à elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica; já o segundo refere-se à elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos; enquanto o terceiro desenvolverá atividades de educação ambiental para a preservação e recuperação da Bacia com a constituição de coletivos educadores.

As atividades desenvolvidas nos projetos consistem em promover a conservação e a recuperação de nascentes e mananciais hídricos com articulação institucional por bacia ou sub-bacia hidrográfica, bem como a recuperação de áreas degradadas, visando à implementação de técnicas de manejo, à conservação, ao aumento da oferta de água de boa qualidade, ao desenvolvimento econômico e social da região e ao uso sustentável do solo e dos corpos d'água com a participação da sociedade local.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias, sendo objetivo central revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental. O programa é gerenciado pelo MMA com o apoio do Ministério da Integração Nacional e tem parceria com outros 16 ministérios.

Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental

Uma atividade de destaque realizada em 2007 foi o apoio institucional dado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Vale do

Parnaíba – Codevasf, o qual está voltado à análise de projetos na área de resíduos sólidos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, bem como para a formação de Consórcios Públicos na região da Bacia do São Francisco. A Codevasf arcará com as despesas de investimento em obras nos Municípios contemplados pelo PAC, enquanto o MMA atuará na gestão integrada dos resíduos e apoio técnico para a formação desses consórcios.

Ressalta-se, também, a celebração de convênios a fim de fornecer apoio aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos nos Estados integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, os quais orientarão as ações futuras do Governo Federal e, por consequência, otimizarão os recursos que serão aplicados para o desenvolvimento das ações no âmbito do programa. Os recursos foram descentralizados para o Departamento de Ambiente Urbano, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados. Dessa forma, a meta física inicialmente prevista foi superada, tendo sido apoiados 77 projetos no exercício de 2007.

Além disso, foi de grande relevância a instituição da Câmara Técnica Temática de Saneamento Ambiental no âmbito dessa ação, a qual desenvolverá atividades referentes à Linha de Ação 4 – “Qualidade e Saneamento Ambiental”, compreendendo os seguintes componentes: 4.1 – Saneamento Básico; 4.2 – Resíduos e 4.3 – Convivência com o Semi-Árido. Esta Câmara é formada por representantes do: MMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério da Integração Nacional, Codevasf, Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF).

Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Trata-se de uma ação integrada que possui caráter nacional, envolvendo os três entes federativos e ampla participação social. Entre os principais parceiros no âmbito federal, destacam-se as universidades da bacia, a Codevasf, as secretarias do MMA, o Ibama e a ANA. Os recursos alocados nessa ação foram otimizados por meio do estabelecimento de parcerias, as quais contribuem para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da bacia, bem como para melhorar a qualidade de vida dos moradores da região abrangida pela Bacia do Rio São Francisco.

Os projetos apoiados diretamente por esta ação contam com a mobilização social e a integração entre os atores envolvidos, o que permite desenvolver atividades de revitalização e recuperação do rio São Francisco, resultando na implantação de obras e serviços para o manejo nas bacias dos rios Picão, Alto Lambari e Córrego da Mina e da Velha, em Minas Gerais. Entre essas atividades destacam-se: a gestão; o monitoramento; o fortalecimento socioambiental; a proteção dos recursos naturais; o saneamento ambiental; e a economia sustentável.

Ademais, houve o monitoramento da qualidade da água, por meio do apoio a projetos de previsão e acompanhamento de cheias, controle de processos erosivos pelo desenvolvimento de metodologias de conservação de água e do solo, atividades de controle de queimadas no Estado da Bahia, por intermédio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo e apoio ao desenvolvimento de ações do programa Água Doce.

Quanto ao turismo sustentável, foram realizados projetos, em 2007, os quais resultaram: na inauguração de dois Centros Integrados de Referências da Revitalização (Pains e Montes Claros/MG); na criação da primeira Unidade de Conservação, na área de revitalização da Bacia do Rio São Francisco (Flona Negreiros/PE); e no apoio à implantação de Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) e de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD's.

As atividades desenvolvidas contribuíram para a superação da meta física da ação, tendo sido estabilizados 30.566 hectares, criando condições para a efetiva recuperação, revitalização e desenvolvimento sustentável da bacia como um todo. É importante não confundir “área estabilizada” com “área recuperada”, devendo a estabilização ser entendida como uma situação intermediária entre a degradação e a recuperação, e condicionante para a recuperação de uma área degradada.

Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins

A implementação dessa ação foi viabilizada após a celebração do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH-GO), em parceria com as demais secretarias de meio ambiente dos Estados da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins: Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e o Distrito Federal. As atividades desenvolvidas visam implantar uma

política de desenvolvimento sustentável, por meio do planejamento e da gestão ambiental integrada e participativa, em conjunto com os Governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, populações tradicionais, setores produtivos e população da bacia hidrográfica.

Em 2007, foi realizado o 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins em parceria com a ONG - Ecodata, o MMA e o Ministério da Integração (MI), que teve a participação de 300 representantes de instituições que atuam na questão ambiental dessa bacia. Constavam da pauta palestras e debates com temas sobre a conservação do cerrado, bem como os múltiplos usos da água e propostas de desenvolvimento econômico. Além disso, foi criado um sítio destinado a fornecer informações acerca da execução e planejamento dos projetos na bacia dos Rios Araguaia e Tocantins, cujo endereço é: www.semarh.goias.gov.br/PROTAR.

Merece realçar também a elaboração do Plano de Atividades e Metas - PAM em fase de conclusão e sistematização durante os encontros estaduais e respectivas oficinas técnicas. Além disso, foi investido recurso para promover recomposição florestal do Córrego Suçupara e fomentar ações de educação ambiental nas escolas e na comunidade local, no Município de Palmas-TO, por meio do convênio com o projeto Palmas para o Verde.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais. Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono e propiciando melhor qualidade de vida aos habitantes dessas regiões, foi criado o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o qual atua na área da Amazônia e Mata Atlântica.

Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia

Essa ação é responsável pela execução de três contratos de doação no âmbito do PPG7: a) Contrato do projeto de apoio ao monitoramento e análise - AMA; b). Contrato de apoio à Coordenação do Programa Piloto – ACP; e c) Contrato do Fundo para a Floresta Tropical – RFT. Destaca-se, ainda, a disseminação de experiências desenvolvidas no Programa Piloto para formulação de subsídios à elaboração e à implementação das macropolíticas do Governo Federal para a Amazônia Legal, em particular o Plano Amazônia Sustentável - PAS e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

No exercício de 2007, previa-se inicialmente a difusão de 14 boas práticas, tendo sido efetivamente implementadas 10, número este que está em conformidade com a execução financeira. É importante esclarecer que a execução física foi influenciada pela reestruturação sofrida pelo MMA, o que resultou na mudança da Secretaria responsável pela gerência do programa.

No que diz respeito ao Projeto AMA, foram realizados cursos para capacitação de técnicos na gestão do conhecimento e na avaliação de projetos, ambos voltados aos conteúdos dos projetos do PPG7. Outra prática relevante disseminada foi a técnica para moderação de grupos e organização de eventos, a qual contou com o apoio da Cooperação Técnica Alemã – GTZ, focando o aperfeiçoamento de habilidades no uso das técnicas de moderação, visualização e realização de trabalhos participativos.

Foram organizados, também, eventos e editadas publicações destinados a diferentes públicos, todos com o objetivo de disseminar boas práticas para a conservação das florestas tropicais do Brasil, tais como: debate Socioambiental na Universidade Federal de Mato Grosso; academia Amazônica: teoria e prática para a construção de uma Amazônia sustentável; e o ciclo de Debates do Programa Piloto no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas.

Ressalta-se que foi promovido um debate socioambiental sobre o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), bem como foi publicado o artigo: *Cutting down deforestation in the Brazilian Amazon: how Brazilian policies were able to reduce deforestation in the world's largest tropical forest* a fim de disseminar as políticas de controle do desmatamento na Amazônia Legal. O compartilhamento de informações sobre a Amazônia entre instituições que têm responsabilidade pela implementação de políticas públicas naquela região é entendido como essencial para as políticas de proteção ao meio ambiente na região, em particular a floresta amazônica. Por isso, outra atividade desenvolvida foi o apoio técnico para a implementação do Sistema de Bases Compartilhadas de Dados da Amazônia (BCDAM).

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas - Prevfogo

Em 2007, visando à manutenção de brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais, foram realizados nove cursos para formação de brigadas temporárias, formando 1.792 brigadistas que atuarão em 77 Unidades de Conservação - UC's, 10 cursos para formação de brigadas voluntárias, com formação de 284 brigadistas em Brasília, Roraima, Sul da Bahia e nos entornos dos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, da Canastra e no Mosaico de Carajás e foram contratados 1.288 brigadistas para as 77 brigadas nas UC's. Outra iniciativa foi o envio às Coordenações Estaduais do Prevfogo e às UC's equipamentos necessários de combate ao fogo e de proteção individual.

Ainda no âmbito da prevenção, estabeleceu-se cooperação técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Distrito Federal (Senar – DF), a fim de sensibilizar os trabalhadores rurais para que não seja feito o uso do fogo nas atividades agrossilvopastoris. Foram firmados, também, Acordos de Cooperação Mútua com o Chile, Colômbia e Argentina para a troca de experiências e conhecimentos.

Foram desenvolvidas outras atividades, como: elaboração de sete e revisão de dois planos operativos de prevenção e combate aos incêndios florestais, visando ao planejamento das atividades de prevenção e combate a incêndios nas Unidades de Conservação; coordenação dos trabalhos e elaboração de cinco relatórios sobre combates ampliados a incêndios florestais nos Parques Nacionais de Brasília, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Grande Sertão Veredas e Reserva Biológica do Guaporé; registro e análise de dados sobre incêndios florestais, tendo gerado 567 relatórios sobre a ocorrência de incêndios acontecidos nas UC's.

Portanto, com base nas atividades desenvolvidas ao longo do ano, considera-se que a ação obteve êxito, uma vez que conseguiu controlar queimadas e incêndios florestais em uma área de 725.691 hectares com os recursos financeiros nela executados.

QUALIDADE AMBIENTAL

O programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental, por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além disso, busca controlar a emissão de gases, visando à proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, de modo a reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Licenciamento Ambiental Federal

Essa ação tem como finalidade proporcionar o atendimento à demanda de licenciamento ambiental das atividades previstas na Legislação Ambiental, obedecendo aos critérios legais de prazo e qualidade. Dessa forma, os recursos foram aplicados no acompanhamento de empreendimentos licenciados, por meio da participação em vistorias técnicas, em audiências públicas, acompanhamento em diligências com o Ministério Público e demandas judiciais nas áreas de energia, transportes, mineração, petróleo e gás avançando. Foram concedidas 334 licenças, considerando as fases de licenciamento prévio, de instalação e de operação, as autorizações de supressão de vegetação e o licenciamento para pesquisas de atividades petrolíferas, bem como as respectivas renovações e prorrogações. Também houve investimento em infra-estrutura com a aquisição de equipamentos de informática.

A necessidade de desenvolver novos instrumentos de planejamento levou a coordenação da ação a priorizar discussões relativas ao licenciamento ambiental. Como resultado deste processo, no final do exercício, foi assinado termo de cooperação técnica com a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, objetivando a capacitação da equipe técnica em análise ambiental, na avaliação de riscos de projetos, no fortalecimento e no aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental como instrumento de gestão para o desenvolvimento sustentável do país.

LICENCIAMENTOS REALIZADOS EM 2007 POR TIPOLOGIA

LICENÇAS	ENERGIA	TRANSPORTES	MINERAÇÃO	PETRÓLEO	NUCLEAR	OUTRAS*	TOTAL
LP	10	3	1	2	-	2	18
LI	17	29	3	4	1	5	59
LO	6	61	1	14	17	2	101
Autoriz.TAC	13	-	-	-	-	-	13
RLI	6	1	1	4	1	3	16
RLO	6	6	3	-	3	-	18
RLP	1	-	-	1	-	1	3
LPPER	-	-	-	6	-	-	6
Autoriz.TAC	-	-	-	3	-	-	3
RTACPerf.	-	-	-	3	-	-	3
LPPRO	-	-	-	-	-	-	-
Autoriz.TAC	-	-	-	-	-	-	-
LPS	-	-	-	10	-	-	10
RLPPER	-	-	-	-	-	-	-
RLPPRO	-	-	-	-	-	-	-
RLPS	-	-	-	1	-	-	1
ASV	17	39	10	-	-	4	70
RASV	4	8	1	-	-	-	13
TOTAL	80	147	20	48	22	17	334

LEGENDA:

LI - Licença de Instalação

RLI – Renovação de Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

RLO - Renovação de Licença de Operação

LP – Licença Prévia

RLP – Renovação de Licença Prévia

LPS – Licença de Pesquisa Sísmica

RLPS – Renovação de Licença de Pesquisa Sísmica

RASV – Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação

RLPPRO – Renovação de Licença Prévia para Produção

ASV – Autorização de Supressão de Vegetação

RASV – Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação

*OUTRAS ATIVIDADES: Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas; Projeto Hidroagrícola Sampaio; e Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Esse programa tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos. O art. 29, I, da Lei nº 9.433/97, dispõe que compete ao Poder Executivo Federal “*tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*”, o que compreende, sinteticamente: definir as diretrizes e estratégias político-institucionais; elaborar e monitorar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; apoiar, articular e fortalecer a atuação do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, dos órgãos colegiados e demais entidades envolvidas; promover a articulação e o fortalecimento dos sistemas de gestão dos Estados; estruturar os instrumentos de monitoramento e controle; propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e a sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo; promover a articulação do Sistema respeitando a diversidade do país, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos nossos recursos hídricos.

Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Objetiva formular políticas e estratégias para o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos, visando assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No exercício de 2007, deu-se continuidade ao aprimoramento da legislação e ao fortalecimento do

processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, adaptando-os às diferentes realidades regionais, bem como ao monitoramento e à avaliação do SINGREH feitos por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (SIAPREH). Dessa forma, disponibilizou-se as informações coletadas pela pesquisa realizada em 2006, junto aos órgãos e entidades que integram o SINGREH, no sítio do MMA, bem como aprimorou-se o *software* do SIAPREH para que uma nova pesquisa possa ser realizada em 2008. Deu-se continuidade, também, ao apoio aos Estados na construção de seus planos de recursos hídricos e à promoção da integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente.

Quanto às atividades em prol do apoio à estruturação do SINGREH, destacam-se: apoio técnico à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, em andamento; e o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No processo de articulação com órgãos estaduais, federais e internacionais para o desenvolvimento de estudos técnicos relacionados a águas subterrâneas, ressalta-se a importância da participação do Brasil no acompanhamento e desenvolvimento do “Projeto Sistema Aquífero Guarani (PSAG)”, cujas principais iniciativas realizadas foram: acompanhamento e prorrogação do Ajuste Complementar ao Acordo entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Governo Brasileiro até o fim do PSAG (janeiro de 2009); acompanhamento da reedição (atualização) da Portaria da Unidade Nacional de Execução do Projeto PSAG, publicada em 22 de novembro de 2007; acompanhamento do processo para futura assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo para desenvolvimento de atividades junto ao Projeto Aquífero Guarani; acompanhamento do programa de capacitação institucional do PSAG, na realização de estágios, intercâmbios e cursos nos quatro países. Ainda no processo de fortalecimento da gestão das águas subterrâneas, é importante ressaltar a participação do Brasil no *International Shared Aquifers Resource Management Programme - ISARM*, bem como a realização do preenchimento do questionário sobre aspectos sócio-econômicos e ambientais da gestão de aquíferos transfronteiriços no Brasil e, ainda, o acompanhamento das propostas de projetos para os aquíferos Amazonas e Pantanal, junto ao Global Environmental Facility - GEF.

Quanto a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, foi feita a elaboração de diretrizes para a gestão transfronteiriça, o acompanhamento do Acordo para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa, entre Brasil e Paraguai, do Tratado do Rio Acre e do processo de elaboração do Seminário para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Acre, a ser realizado em março de 2008. Outra importante atividade é a participação do Brasil no processo de adequação do programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, aprovado pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata - CIC e pelo GEF.

PROBACIAS

Tem por objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e na qual deverão ser implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos Conselhos e Agências dessas bacias, permitindo a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do programa contemplam ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH.

Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínios da União

A outorga é o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos pelo qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições pré-estabelecidas, a utilizar a água ou a realizar interferências hidráulicas para viabilizar o direito de acesso a esses recursos, sendo ela concedida pelas autoridades outorgantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com a dominialidade do corpo hídrico. Os usuários que não possuem essa autorização estão sujeitos a notificações, multas e embargos, todos previstos em lei.

Em cada região, o comitê de bacia hidrográfica deve definir quais usos não serão sujeitos à outorga. Enquanto não houver esta definição, as autoridades outorgantes definirão, de acordo com o domínio do corpo hídrico, os usos que não estarão sujeitos à outorga. A ANA, os Estados e o Distrito Federal têm empreendido

ações diretas de campanhas de regularização de usuários de recursos hídricos, cadastrando e outorgando todos os usuários que estão instalados em uma determinada bacia ou região hidrográfica. Durante essas campanhas, o usuário declara o tipo de uso e a quantidade de água necessária à sua atividade, sendo que todos os usuários de recursos hídricos devem estar cadastrados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

O mecanismo de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos já foi, até o momento, implantado na Bacia do rio Paraíba do Sul e nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o que representou um avanço relevante para o processo de construção da gestão de recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos e valores de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes. A execução física dessa ação, nesse exercício, superou a meta inicialmente prevista, tendo sido regularizado o cadastro de 1.467 usuários.

Em consequência desse cadastramento, viabilizou-se o instrumento de cobrança, tendo sido arrecadado aproximadamente R\$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nestas bacias.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

Esse programa tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Destina-se a atender à população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas

Em 2007, esta ação, também conhecida como Prodes, contou com recursos financeiros da ordem R\$ 40,1 milhões provenientes do Orçamento Federal, bem como com o aporte adicional de R\$ 4,6 milhões oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba do Sul, os quais propiciaram o lançamento do “Processo de Seleção 2007” regulamentado pela Resolução ANA nº 80/2007. Concorreram 68 propostas de investimento para construção, ampliação ou melhoria operacional de estações de tratamento de esgotos (ETE's) em diferentes regiões do País. Ao final desse processo de seleção, 55 empreendimentos foram habilitados junto ao programa.

Todavia, com os recursos disponíveis, foi possível contratar somente os três primeiros empreendimentos na ordem de seleção do Prodes, os quais, em seu conjunto, representarão investimentos totais da ordem de R\$ 147 milhões pelos respectivos serviços de saneamento (Sabesp, Codau e Copasa) e beneficiarão cerca de 1 milhão de brasileiros.

RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PELO PRODES EM 2007

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO (UF)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO TOTAL DO EMPREENDIMENTO ¹ (R\$)	POPULAÇÃO EQUIVALENTE ² (HAB)
ETE Taubaté/Tremembé	Taubaté e Tremembé (SP)	16.094.450,00	80.674.156,27	321.889
ETE Francisco Velludo	Uberaba (MG)	8.161.356,92	16.322.713,84	226.185
ETE Betim Central	Betim (MG)	18.720.271,29	50.000.000,03	417.111
TOTAL		42.976.078,21	146.996.870,14	965.185

1 – Valores orçados dos empreendimentos pelos prestadores de serviço de saneamento.

2 – População equivalente a ser atendida no fim de plano de operação dos empreendimentos.

O Prodes contratou, desde 2001, 40 empreendimentos, os quais se localizam em bacias hidrográficas que enfrentam graves problemas de poluição hídrica pelo lançamento de esgotos sem tratamento. Desses, 23 já foram concluídos e encontram-se em processo de certificação pela ANA.

RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PELO PRODES EM 2007

ANO	EMPREENDIMENTOS EM CERTIFICAÇÃO (Nº ACUMULADO)	RECURSOS LIBERADOS POR EXERCÍCIO (MILHÕES R\$)
2002	1 ETE	-
2003	2 ETE	0,53
2004	9 ETE's	1,36
2005	14 ETE's	8,16
2006	19 ETE's	9,51
2007	23 ETE's	20,58
TOTAL		40,14

Ademais, foram liberados, após a comprovação do cumprimento de metas de abatimento de poluição e de critérios de gestão para o tratamento de esgotos sanitário previstos nos respectivos “Contratos de Compra de Esgoto Tratado”, recursos financeiros de mais de R\$ 20 milhões para diversos serviços de saneamento no país. Esta característica de exigir a comprovação dos resultados para autorizar a liberação de recursos da União caracteriza o pagamento pelo esgoto tratado, modelo que vem sendo reconhecido como inovador na gestão de recursos públicos no país.

Ressalta-se, por fim, que o valor da meta física inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual (3 kg DBO/dia) ficou inconsistente com o nível de investimentos posteriormente estabelecidos para o Prodes (R\$ 40,1 milhões), tendo sido retificada na coluna "previsão corrigida" do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan). Dessa forma, a execução física superou a previsão inicial, tendo sido abatidas 46.444 kg DBO/dia de carga poluidora.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O programa constitui-se de um programa interministerial do Governo Federal que compartilha ações na área de Resíduos Sólidos, tendo unificado e substituído os antigos programas Brasil Joga Limpo do Ministério do Meio Ambiente, Resíduos Sólidos Urbanos do Ministério das Cidades e Saneamento Básico - Ação Resíduos Sólidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Uma das atividades desempenhadas, em 2007, foi a reativação do Grupo Interministerial no âmbito desse programa, contribuindo para a sua atuação, a qual consiste em apoiar o desenvolvimento dos processos de gestão, de gerenciamento e de manejo de resíduos sólidos urbanos, com vistas a garantir soluções para os problemas ambientais e de saúde decorrentes de processos inadequados, com ênfase à inserção de componentes sócio-econômicos.

Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas

Entre as atividades desenvolvidas pela ação, destaca-se a celebração de nove convênios com os seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Distrito Federal e Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe. Estes convênios terão por finalidade a elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), o qual orientará as ações futuras do Governo Federal, a fim de otimizar os recursos aplicados nesta área.

Apoiou-se a Prefeitura de Bagé com o montante de R\$ 1.573.972,21, destinados à ampliação do aterro sanitário, à aquisição de equipamentos e à construção de leitos de secagem. Os recursos foram repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), a qual foi a responsável pela formalização do convênio para a transferência dos recursos à Prefeitura.

Outra iniciativa importante foi o acompanhamento aos processos decorrentes da aprovação e promulgação da Lei nº 11.445/ 2007, a qual estabeleceu diretrizes para o saneamento básico no Brasil. Para isso, apoiou-se a elaboração de Planos Estaduais de Gestão Ampliada e Integrada de Resíduos promovendo a regionalização e a observância desta norma. Nesse sentido, tem se buscado priorizar os Estados que compõem a Bacia do Rio São Francisco, bem como aqueles que compõem a Bacia do Rio Parnaíba. Ainda no âmbito legislativo, foi articulado junto à Casa Civil o envio, em setembro de 2007, ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de nº 1991/2007, que dispõe acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Também foi fornecido suporte ao projeto “Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), na redução de emissões em Aterro Sanitário”, o qual foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades em conjunto com o MMA, contando, ainda, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Banco Mundial; bem como foi realizado o acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de resíduos sólidos) e de regularização fundiária previstos no Plano de Aceleração do Crescimento.

Em consequência das políticas implementadas e dos convênios celebrados foi possível a superação da meta física inicialmente prevista para esta ação, tendo sido apoiados 654 projetos com os recursos financeiros disponibilizados.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

O programa visa promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. Em 2007, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento do modelo de gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros, o qual fundamenta-se no compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários. Ressalta-se que foram desenvolvidas relevantes atividades no setor, tais como: implementação dos Comitês de Gestão de Uso Sustentável das Lagostas – CGSL; Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha – CGSS; o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; consolidação da estatística pesqueira nacional; e a aprovação e execução do Plano Nacional de Gestão da Lagosta.

Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro

Essa ação atua no âmbito da fiscalização do setor pesqueiro, compreendendo, principalmente, o Plano Nacional de Fiscalização da Pesca da Lagosta, no qual as atividades de destaque foram: apreensão de cerca de 350.000 metros de rede caçoeira (petrecho proibido), 10.000 kg de lagosta e 100 embarcações pesqueiras que exerciam atividades ilegais. Foram, ainda, realizadas vistorias em cerca de 9.000 Unidades de Produção Pesqueira (UPP's), resultando em, aproximadamente, 500 autos de infração lavrados e R\$ 3.000.000,00 em multas aplicadas. No conjunto de todos os planos de fiscalização da Pesca, foram lavrados 1.613 autos de infração e arrecadados um montante superior a R\$ 9,5 milhões.

Quanto ao apoio à atividade fiscalizatória no setor, destaca-se o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP. Para tanto, foram capacitados 56 servidores do Ibama, a fim de que pudessem operar o PREPS das regiões Sul/Sudeste, Norte/Nordeste.

Entre as operações de fiscalização realizadas, destacam-se a Operação Tapirapé – MT, a Operação Águas do Espírito Santo – ES, a Operação Raia Viola - RS e os Defesos do Camarão e da Lagosta e Piracema do Caranguejo-Uçá – Nordeste, Bacia Hidrográfica do Solimões-Amazonas, bem como no Estado do Mato Grosso. Os principais objetivos dessas iniciativas consistiram no combate à pesca predatória nos períodos de defeso, principalmente do camarão e da lagosta, e da piracema do caranguejo-uçá. Essas operações envolveram a fiscalização das embarcações, transporte e comércio de pescados, sobretudo o de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, foram atendidas denúncias e demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público e da sociedade.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Esse programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos integrantes de povos e comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental. Dessa forma, contribui-se para o fortalecimento econômico e social dessas populações, promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade por eles manejados, valorizando os múltiplos e ricos conhecimentos e usos que essas populações fazem do ambiente em que vivem.

Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

Essa ação destina-se a apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social das organizações das Comunidades Tradicionais, proporcionando acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos

para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental. Um dos principais instrumentos de gestão concebidos para democratizar o acesso aos recursos viabilizados pelo Programa Comunidades Tradicionais se dá pela sua Carteira de Projetos, a qual funciona por meio de demanda espontânea, com mecanismos de análise e deliberação pelo Comitê Gestor e/ou Comitês Locais. Esses comitês são compostos por representações do governo e da sociedade civil.

O MMA em parceria com MDS vêm desenvolvendo, desde 2004, ações visando à consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a qual, em 2007, foi concretizada por meio do Decreto nº 6.040/2007. Esta política é fundamental, não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e estes grupos, que inclui obrigações vis a vis, alicerçadas num modelo de sociabilidade, o que denota um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira.

Ressalta-se que foram aprovados 108 projetos durante as duas Reuniões Ordinárias do Comitê Gestor do Programa e de quatro reuniões dos Comitês Locais. As propostas totalizaram R\$ 1.801.453,89 em recursos financeiros. Salienta-se, também, que 600 pessoas foram capacitadas para o desenvolvimento de atividades de acesso e gestão dos recursos públicos. Dessa forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 26.995 famílias de entidades representantes de povos e comunidades tradicionais de praticamente toda a Amazônia, da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Portanto, em razão dos projetos e atividades desenvolvidas, foi possível superar a meta física prevista, tendo sido apoiadas 84 organizações. É importante frisar que esta ação teve uma execução física 4 vezes maior, devido ao recebimento de um crédito suplementar de cerca de R\$ 2.000.000,00.

GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

O programa é o responsável pela coordenação do planejamento e da formulação de políticas setoriais, bem como pela avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente. Em 2007, o programa contribuiu, no âmbito do MMA, de suas entidades vinculadas e das unidades federativas descentralizadas, para o fortalecimento institucional, técnico e material no exercício de suas respectivas funções de gestão ambiental. Além disso, por meio da Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental – TAL Ambiental foram realizados avanços para que a dimensão ambiental fosse incluída nas competências institucionais dos Ministérios das Cidades, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, de Minas e Energia e do Turismo.

Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente

A realização das conferências estaduais e municipais de meio ambiente são pilares do processo de consolidação da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), a qual caracteriza-se por ser um espaço de convergência social, de caráter transversal, que permite a participação democrática dos diversos setores da sociedade brasileira, visando compartilhar problemas, buscar soluções, discutir e assumir responsabilidades individuais e coletivas, bem como apresentar reivindicações e sugestões de aprimoramento da política para a sustentabilidade socioambiental brasileira. Nessa plenária nacional são discutidas e votadas deliberações acerca da Política Nacional do Meio Ambiente de competência da União.

A realização das Conferências Estaduais e Municipais do Meio Ambiente tem aumentado a participação popular e com isso fortalecido o sistema público e participativo de construção da Política Ambiental integrada. Até dezembro de 2007, foram realizadas 80 conferências, sendo 76 regionais e quatro estaduais, com a participação de aproximadamente 40.000 pessoas. Os Estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso e Piauí concluíram a etapa estadual e os demais realizarão suas conferências até o dia 16 de março de 2008, quando elegerão os delegados para a III Conferência Nacional do Meio Ambiente – III CNMA, que ocorrerá de 7 a 11 de maio de 2008. Esta Conferência terá como tema central as Mudanças Climáticas, a fim de gerar subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A expectativa é que mais de 100 mil pessoas estejam envolvidas neste evento.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O programa objetiva promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País. Nos últimos anos, conseguiu-se ampliar, significativamente, as áreas do território nacional com projetos executados: 11% em 2002, 23% em 2005, 32% em 2007. Cerca de 13% do território nacional possui áreas de zoneamento em fase de

implantação e articulados a outros instrumentos de política pública, tais como: zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. Além disso, estão em andamento, projetos em 2,4 milhões de km², o correspondente a 28% do território nacional.

Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000

Com o objetivo de consolidar o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do País na escala da União, essa ação tem como função subsidiar projetos que gerem insumos metodológicos, bases de informações organizadas, análises e prospecções sobre a dinâmica territorial brasileira.

Durante o ano de 2007, avançou-se na etapa de diagnóstico, por meio da execução de projetos regionais e estaduais, os quais servirão de insumos para análises específicas sobre o território nacional, compondo a base de dados georreferenciados do Território Nacional, tais como: ZEE da Amazônia Legal; ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF; ZEE da Bacia do Rio Parnaíba; ZEE da área de influência da BR-163 e dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso de Sul, Mato Grosso, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro. Também foi concluído o levantamento das políticas públicas federais que atuam sobre o ordenamento territorial no país, além do desenvolvimento de estudos e debates sobre a dinâmica territorial brasileira e os instrumentos de gestão territorial para a definição das diretrizes do Macrozoneamento do Brasil – MacroZEE Brasil.

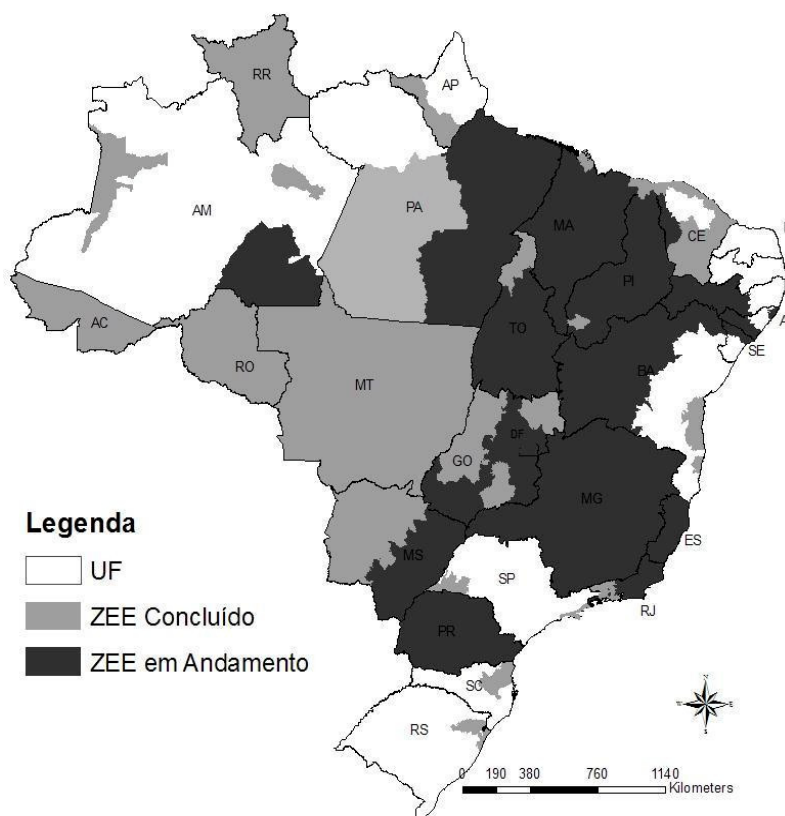
Trabalhou-se ainda na reunião e organização das informações produzidas por projetos de ZEE realizados em diversas escalas e em parcelas do território nacional. Municípios, Estados da Federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de gestão ambiental e territorial. O quadro e o mapa a seguir apresentam uma consolidação deste levantamento que tem como data-base dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DO ZEE NO BRASIL POR PROJETO E POR FASE

REGIÃO	ÁREA	Diagnóstico		Prognóstico		Normatização	Implantação
		concluído	em andamento	concluído	em andamento		
REGIÃO NORTE	3.853.327,23	1.728.581,54	382.595,66	1.306.867,85	421.713,68	390.157,56	1.094.971,30
REGIÃO NORDESTE	1.554.257,00	852.353,98	296.600,16	219.885,22	0,00	0,00	9.962,08
REGIÃO CENTRO OESTE	1.606.371,51	1.171.509,66	449.284,55	1.171.509,66	0,00	0,00	0,00
REGIÃO SUDESTE	924.511,29	607.966,87	46.077,52	21.432,57	586.528,29	1.947,70	1.947,70
REGIÃO SUL	576.409,57	31.889,03	199.314,85	31.889,03	0,00	0,00	0,00
	100%	51%	16%	32%	12%	5%	13%
TOTAL	8.514.876,60	4.392.301,08	1.373.872,74	2.751.584,33	1.008.242,09	392.105,26	1.106.881,08

Obs: áreas em km²

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO EM ESCALA 1:250.000 OU MAIORES



Ademais, destaca-se a realização de uma oficina com o objetivo de preparar um documento-base preliminar sobre o MacroZEE Brasil. Esse processo tem grande relevância, uma vez que as alterações climáticas, como a elevação das temperaturas e a redução da oferta de água, provocam profundas mudanças no mapa agrícola do País. O MacroZoneamento Ecológico-Econômico será o principal instrumento para o poder público ordenar a ocupação e o uso do território e promover o desenvolvimento de forma sustentável.

DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO

No tocante aos limites para gastos com diárias e passagens, de acordo com o art. 2º da Lei nº 11.439/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007), o Decreto nº 6.124/2007, estabeleceu para os órgãos e unidades orçamentárias, no âmbito do Poder Executivo, os tetos a serem respeitados no exercício de 2007. Em decorrência, o limite inicialmente determinado para o MMA foi de R\$ 16.284,0 mil, estando excluídas desse limite aquelas despesas custeadas pela Subfunção 125 – Normatização e Fiscalização, em ações do Ibama e da ANA.

Posteriormente, a Portaria MP nº 366/2007 ampliou os limites para este Ministério, no valor de R\$ 1.000,00 mil, que resultavam na possibilidade de execução dessas despesas no montante total de R\$ 17.284,00 mil.

No entanto, próximo ao final do exercício, a Portaria MP nº 464/2007 reduziu os limites autorizados para 2007 em R\$ 1.500,00 mil. Conseqüentemente, o teto estipulado para todas as unidades que compõem a estrutura do MMA passou a ser de R\$ 15.784,00 mil, cujos valores empenhados estão demonstrados a seguir, excluindo as despesas constantes de programações com a Subfunção 125.

Em R\$ 1,00

DESPESA	EXECUTADO 2006	LIMITES 2007	EMPENHADO ⁽¹⁾	% 2007/2006
Diárias (14)	10.428.581		6.687.827	64,1
Passagens (33)	9.314.566		7.488.225	80,4
Total	19.743.147	15.784.000	14.176.052	71,8

Base: (1) Siafi: 31.12.2007 (Consulta efetuada em 21.01.2008 – Dezembro aberto)

Conforme observado na tabela acima, o MMA cumpriu os limites impostos tanto pelo Decreto nº 6.214/2007 (R\$ 15.784,0 mil), além de atender o disposto na LDO/2007 (90,0% da execução de 2006).

Adicionalmente, destaca-se que a tabela seguinte traz as despesas discriminadas referentes a Subfunção 125, no âmbito do Ibama e da ANA, que não estão abrangidas pelos limites anteriormente citados:

Em R\$ 1,00

DESPESA	EXECUTADO 2006	LIMITES 2007 ⁽²⁾	EMPENHADO ⁽¹⁾
Diárias (14)	4.099.165		7.380.026
Passagens (33)	1.070.397		1.393.826
Total	5.169.562		8.773.853

Base: (1) Siafi: 31.12.2007 (Consulta efetuada em 21.01.2008 – Dezembro aberto).

(2) Despesas não limitadas pelo Decreto nº 6.124/07 e LDO/2007.

DESPESAS COM PUBLICIDADE

O Decreto nº 6.183/2007, estabeleceu limites para empenho, no âmbito do Poder Executivo, para despesas com publicidade, no exercício de 2007. Segundo o referido Decreto, estavam abrangidas as despesas efetuadas nas ações Publicidade de Utilidade Pública e Publicações, Publicidade Institucional, Publicidade de Utilidade Pública Aplicada a Campanhas Educativas na Área de Turismo e Publicidade de Utilidade Pública – PUP - única presente na programação do MMA. Além dessas ações, as despesas classificadas contabilmente como: 33.90.39.86 (Patrocínios), 33.90.39.90 (Serviços de Publicidade Legal), 33.90.39.91 (Serviços de Publicidade Mercadológica), 33.90.39.92 (Serviços de Publicidade Institucional), e 33.90.39.93 (Serviços de Publicidade de Utilidade Pública), independentemente das programações nas quais fossem efetuados esses gastos, também estavam incluídas. O teto estabelecido por este Decreto para o MMA foi de R\$ 1.093,00 mil.

Entretanto, quando da edição do referido Decreto, o MMA já havia extrapolado esses limites, conforme informado pelo Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SUBEX/SECOM/PR, por meio do Ofício nº 909/2007/SUBEX/SECOM/PR. Em função disso, o MMA solicitou uma ampliação desse limite, o qual foi concedido e ampliado em R\$ 628,00 mil, possibilitando a execução do montante de R\$ 1.721,00 mil, conforme informado pelo Ofício nº 1.293/2007/SUBEX/SECOM/PR.

A tabela a seguir, elaborada a partir do acompanhamento efetuado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, demonstra a execução dessas despesas no âmbito do MMA, com dados extraídos no Siafi Gerencial em 21.01.2008 (Base: 21.12.2007).

Em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	LEI + CRÉDITO	EXECUÇÃO/EMPENHADO			LIMITE DECRETO	DIFERENÇA (Limite - Execução)
		AÇÃO 4641 PUP	DEMAIS - (Subcontas)	SOMA		
2006	1.322.152,00	765.860,00	450.788,49	1.216.648,56	ND	ND
2007	2.017.667,00	900.175,23	292.044,77	1.192.220,00	1.721.000,00	528.780,00
% 2007/2006		117,5	64,8	98,0		

Observações: PUP considerado valor empenhado por ação; demais subcontas equivalem ao empenhado nas subcontas 86-Patrocínios, 90-Legal, 91-Mercadológica e 92-PI, na modalidade 90, excluídos os feitos dentro da ação 4641; e excluída a execução por subconta constantes das subfunções 125, conforme § 2º do art. 1º do Decreto nº 6.183/07.

Embora o MMA tenha executado acima do percentual de 90% da execução de 2007, conforme estabelecido pelo §3º do art. 2º da LDO/2007, o mesmo não descumpriu os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 6.183/2007, o qual consolida todos os gastos do Poder Executivo. Dessa forma, o volume empenhado pelo MMA foi compensado por outros órgãos dessa esfera de poder.

6.20. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS / AÇÕES DO MP

Os programas do MP têm uma forte sinergia entre as áreas de planejamento, orçamento e gestão. Dentre os principais esforços empreendidos, destacam-se ações no sentido de propiciar condições para alocação mais eficiente e eficaz dos recursos públicos, de forma a tornar mais efetivo o impacto das políticas públicas na sociedade e ao mesmo tempo criar as condições necessárias para que o Estado cumpra suas funções com menor dispêndio de recursos e melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O programa Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União objetiva prover a gestão integrada e articulada do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União. Desta forma, prioriza as ações e atividades estratégicas e o uso intensivo do gerenciamento dos programas governamentais, criando mecanismos para a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público. A estratégia de execução do programa apóia-se em eventos conjuntos dessas áreas e ao monitoramento e a avaliação do Plano Plurianual. Faz parte da estratégia a mobilização e capacitação permanente dos diversos atores envolvidos no processo de planejamento, orçamento e gestão dos programas e divulgação de resultados à sociedade, visando total transparência às ações de Governo.

O modelo de gestão do Plano Plurianual (PPA) implantado e seus sistemas de informações associados, em particular o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), constituem um dos principais instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação da ação governamental.

O programa Gestão da Política na Área de Planejamento, com o objetivo de coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública, tem na sua implementação, pela própria natureza, ações de várias áreas responsáveis pelo planejamento, orçamento e gestão, destacando-se: implementação de melhorias na coordenação do orçamento de investimento das empresas estatais; realinhamento do plano de aplicação dos recursos das agências oficiais de fomento; análise e avaliação de projetos financiados com recursos externos; elaboração de estudos sobre a estrutura da economia brasileira; realinhamento do Programa de Dispendios Globais, em consonância com a política macroeconômica do Governo e com as metas de superávit primário.

O programa Gestão Pública para um Brasil de Todos objetiva fortalecer a capacidade de gestão nas organizações públicas de forma convergente e alinhada com os megaobjetivos constantes do PPA 2004-2007, e tem como estratégias de implementação: a promoção de ações de desenvolvimento e modernização institucional e o fomento gerencial, por meio de articulação de parcerias ou ações diretas, visando capacitação, gestão do conhecimento, assistência técnica e cooperação financeira.

O programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União tem por objetivo conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação. O Programa está sob responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União – SPU e sua estratégia de implementação prioriza parcerias com prefeituras, órgãos da administração pública, principalmente aqueles envolvidos com as questões de desenvolvimento urbano, reforma agrária, turismo e meio ambiente e ainda com a sociedade civil organizada, objetivando a gestão associada e a integração de ações de governo em atendimento as necessidades da sociedade.

Assim, o programa está voltado ao apoio dos projetos de inclusão territorial (regularização fundiária para baixa renda), de garantia de direitos fundamentais de populações tradicionais (reconhecimento de territórios quilombolas, garantia dos moradores das várzeas e pescadores), de inclusão social (imóveis destinados a produção habitacional e programas sociais), de preservação da biodiversidade e do meio ambiente (destinação para unidades de conservação), de apoio ao desenvolvimento local dos municípios e comunidades (imóveis destinados a atividades produtivas de forma onerosa ou gratuita), de redução dos gastos públicos (imóveis para uso do serviço público federal), dando prioridade, em 2007, às atividades relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Neste contexto, consolidaram-se os fundamentos de um novo modelo de gestão do patrimônio imobiliário da União, pautado pelo compromisso de responsabilidade na Administração Pública, de inclusão sócio-territorial e de busca da qualidade do serviço público, conferindo efetividade aos princípios constitucionais da função sócio-ambiental da propriedade.

Ao promover importantes alterações na legislação patrimonial, por meio da edição da Medida Provisória nº 335, de 23 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.481/2007, o Governo Federal, com o decisivo e incondicional apoio do Congresso Nacional, reconstruiu as bases legais para a ampliação dos programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social, a partir do reconhecimento da necessidade de conferir tratamento especial às parcelas mais carentes da população brasileira.

O programa Compras Governamentais, com o objetivo de otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do Governo Federal, compõe-se de ações implementadas de forma coordenada, abrangendo a legislação, os procedimentos administrativos, sistemas de informação e a capacitação de pessoal, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG). São utilizados, sempre que oportuno, formatos descentralizados e participativos de análise e discussão, visando subsidiar a tomada de decisão sobre a implementação das ações.

O programa Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público, com o objetivo de garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos, teve como estratégia de implementação, no PPA 2004/2007, a execução direta ou descentralizada aos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil (Sipec); do estabelecimento de parcerias ou convênios com instituições federais e estaduais; do estabelecimento de pactos e compromissos sociais entre os diferentes segmentos da sociedade e entidades sindicais, representativas de classe, propondo o desenvolvimento de uma nova concepção de relações democráticas de trabalho, da definição de políticas, diretrizes e normas relativas à área de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal; do apoio ao desenvolvimento da política de capacitação dos servidores públicos federais do Sipec, por meio da articulação com instituições de ensino e escolas de governo; e da integração com os demais órgãos da Administração Pública Federal, com vistas a adotar modernas técnicas de gestão, para a melhoria da qualidade do serviço público oferecido à sociedade brasileira.

Para melhor gerir as informações pessoais, funcionais e financeiras dos servidores públicos federais, a solução encontrada foi implementar no Sipec um Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), que executa, mensalmente, a folha de pagamento dos servidores da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, como também de algumas empresas públicas, dos policiais militares dos extintos ex-territórios e das polícias do Distrito Federal.

O programa Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública objetiva desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de Governo na gestão das políticas públicas. A capacitação de servidores é uma ferramenta fundamental para que as políticas de Governo sejam implementadas de forma efetiva e sustentável, e sua relevância é destacada pelo Decreto nº 5.707/2006, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP). A implementação do programa se deu por meio da realização de cursos, seminários, eventos, publicações, pesquisas e de prospecções e cenários, criando um espaço de reflexão e debate sobre a Administração Pública.

No âmbito do gerenciamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), destacam-se os programas Inclusão Digital e Governo Eletrônico.

O programa Inclusão Digital tem por objetivo promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos disponibilizados por meio destas, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros, cuja situação socioeconômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas tecnologias de comunicação e informação. As principais estratégias de ação do programa são a construção de uma infra-estrutura pública e comunitária de acesso, bem como a formação de agentes de inclusão digital, visando à inserção da população nas tecnologias, na perspectiva da garantia de direitos e da cidadania. Para isso, as suas ações apóiam a implantação de espaços públicos de inclusão digital e promovem a sistematização e divulgação de informações a respeito destas iniciativas, para sua contínua avaliação e aperfeiçoamento.

O programa Governo Eletrônico é composto por ações na área de tecnologia da informação e comunicação, que buscam racionalizar a gestão dos recursos de informação e informática de órgãos e entidades do Governo Federal para, com isso, apoiar a oferta de serviços e informações por meio eletrônico aos cidadãos. Tem caráter multissetorial integrado e sua implementação prevê um processo descentralizado, envolvendo os órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Prevê, também, o envolvimento das demais esferas de governo - estaduais e municipais, atuando nas seguintes frentes: 1) infra-estrutura de transmissão e comunicação de dados; 2) integração de sistemas e cadastros; 3) desenvolvimento de tecnologias computacionais inovadoras; 4) identificação e acompanhamento das necessidades do público-alvo; e 5) articulação e entrega adequada de serviços ao público-alvo.

O programa Informações Estatísticas e Geocientíficas está voltado ao Governo e à sociedade em suas necessidades de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como pela representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais, fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Para a realização das pesquisas, seja via registros estatísticos ou administrativos, conta-se com equipes multidisciplinares de pesquisadores em sua concepção e estruturação, e com equipes de campo espalhadas por todo o território nacional, para a obtenção das informações individuais ou primárias que serão, ao longo dos processos de pesquisas, transformadas em informações agregadas ou coletivas, e posteriormente disseminadas a toda sociedade brasileira.

O programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo e a sociedade do conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Inicialmente, foi atualizada a Base Operacional Geográfica dos 5.561 municípios brasileiros, para então dar prosseguimento às demais etapas que antecedem às coletas de dados realizadas por recenseadores contratados temporariamente, recrutados por meio de processos seletivos e treinados a fim de percorrer o território nacional em visita a todos os domicílios e estabelecimentos agropecuários. Os dados foram processados nos Centros de Captura de Dados, com uso de modernas tecnologias para garantir ganhos de tempo e de qualidade e os resultados já foram amplamente divulgados.

Novas tecnologias na coleta de dados foram incorporadas, utilizando para a realização dos Censos 2007, computadores de mão (Personal Digital Assistant-PDA), proporcionando economia de recursos, ganhos de qualidade dos dados coletados e de tempo na apuração de resultados, a serem utilizados, posteriormente, nas demais pesquisas. A transmissão das informações também apresentou um grande salto de eficiência, pois os dados do PDA são inseridos na base de dados do IBGE, sem as etapas anteriormente utilizadas de digitação ou escaneamento.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO MP

Metas Prioritárias Previstas no Anexo I da LDO n.º 11.439, de 29/12/2006

INCLUSÃO DIGITAL

Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social.

A ação tem por finalidade diminuir a distância entre pequenas comunidades isoladas, micro e pequenos empreendedores e o mundo digital, por meio da apropriação dos recursos das TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação e de seu uso como instrumento de desenvolvimento social, possibilitando às pessoas o acesso a diversas oportunidades como: treinamentos e capacitação, consultoria, comércio eletrônico, busca de informações na Internet, serviços públicos e privados em meio eletrônico, entre outros.

Foram desenvolvidas ações visando à estruturação e funcionamento das primeiras unidades do Projeto Casa Brasil, que funciona como um centro de alfabetização tecnológica, de cidadania, de divulgação da ciência, da cultura e das artes.

Foram apoiados 450 telecentros em escolas e bibliotecas públicas, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade de ensino e pesquisa, capacitar jovens para o primeiro emprego e disponibilizar o acesso à Internet à população menos favorecida, bem como 5 Centros de Inclusão Digital nos Municípios de Calçado, Iguaraci, Inaja, Morelândia e Terra Nova, em PE

Foram implantados projetos de Inclusão Digital em Municípios do Estado de São Paulo, executado pelo Instituto PROMUR-Programa Multidisciplinar de Reabilitação e o Projeto de Integração Cultural - Biblioteca Central, executado pela Mediateca Organização para a Inclusão Social e Digital-DF.

Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital.

Esta ação tem por finalidade implementar projetos e ações públicas de inclusão digital, por meio de parcerias com empresas estatais, Estados, Municípios e demais Poderes, de forma criar condições para a geração de emprego e renda para os menos favorecidos.

Foram realizados Termos de Parceria com os seguintes instituições:

- Instituto de Desenvolvimento Humano - GANDHI-Recife/PE, para a realização de cursos de capacitação na área de informática, visando contribuir para a ampliação do acesso ao conhecimento e à informação, por meio da inclusão digital da população socialmente vulnerável de municípios de Pernambuco, proporcionando a redução das desigualdades sociais e assim melhorar as oportunidades de emprego e renda daquela população;
- Centro de Integração Cultural e Tecnológica, apresentado pela MEDiateca, para a formação de multiplicadores permanentes de inclusão digital nas comunidades estudantis, possibilitando o acesso da população e contribuindo para a melhoria da educação pública e capacitação dos cidadãos; e
- Centro Tecnológico de Inclusão Digital Belém de Maria/PE, com o objetivo de implantar espaços de inclusão digital conectados à Internet, bem como capacitar profissionais, promovendo a inclusão social e melhoria nas oportunidades de emprego e renda.

Foram apoiados, no âmbito do Convênio com a Caixa Econômica Federal, 171 projetos, distribuídos entre os Estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

Ademais, apoiou projetos, por meio de descentralização orçamentária, dos seguintes convênios: 1) Centro Ativo de Programas Sociais Semear; 2) Secretaria de Segurança Pública do DF; 3) Município de Vila Valério/ES.

Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos.

A ação tem por objetivo disponibilizar instalações físicas, mobiliários e veículos necessários à operação por meio eletrônico, com vistas à melhoria da gestão e da qualidade dos serviços governamentais prestados ao cidadão.

Foi feita mudança na sistemática de implementação da política pública de inclusão digital via telecentros comunitários, passando a ação ser implementada diretamente nos municípios brasileiros, com a aquisição do kit telecentro comunitário, por meio de pregão eletrônico. Foram implantados telecentros comunitários em Municípios, inclusive com acesso à Internet Banda Larga, com previsão de implantação em todos os Municípios, até junho de 2008.

Apoio a Projetos de Inclusão Digital.

Foi iniciada a execução da fase II do Projeto Escola Cidadã, dando continuidade a fase I, nos Municípios de Ribeirão das Neves, Patis e Diamantina, do Estado de Minas Gerais. Deverão ser incluídos no Projeto, também, municípios que não fazem parte dessa fase. Os recursos para a fase II foram inscritos em RAP 2007 e somente serão liberados após o acompanhamento e a conclusão da fase I do Projeto.

PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO

Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico

A ação tem por objetivo manter o acesso a serviços públicos e à rede mundial de informação, por meios eletrônicos, com níveis de qualidade controlados, envolvendo o acompanhamento, a avaliação de desempenho e de satisfação dos usuários e fiscalização da prestação de serviços.

Em 2007, estavam em operação no Brasil 3.465 Pontos de Presença, do Programa de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), com oito Unidades de Terminais (Computador) por sala de Ponto de Presença.

AÇÕES ESSENCIAIS

GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual

A ação Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Plurianual tem por finalidade aperfeiçoar os programas do PPA, buscando melhorar a sua gestão e propiciar condições para alocação mais eficiente e eficaz dos recursos nos orçamentos da União.

Para tanto, fazem parte do escopo da ação: o monitoramento da execução física e financeira dos programas do PPA e das restrições a sua implementação; a avaliação dos programas quanto aos resultados, à concepção e à implementação; e a revisão dos programas com base nas informações da avaliação anual do PPA e de outras avaliações específicas realizadas por instituições de pesquisa e órgãos setoriais.

Em 2007, foi fortalecido o Modelo de Gestão do Plano Plurianual 2004-2007, trabalhando-se na disseminação do modelo de gestão por resultado, bem como na consolidação dos processos de monitoramento dos programas, representado pela permanente coleta, análise e sistematização das informações registradas no SIGPlan. A captação e sistematização das informações subsidiaram a verificação de andamento da ação governamental em comparação com o desempenho pretendido, tanto no aspecto físico como financeiro das ações.

A tabela a seguir demonstra a evolução anual das estatísticas relativas ao processo de Monitoramento do PPA, apresentando o percentual de preenchimento da execução Física e Financeira no SIGPlan por localizador de gasto:

ANO	% DE PREENCHIMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA NO SIGPLAN
2004	59,8
2005	68,2
2006	82,7
2007*	72,1

Fonte: SIGPlan, 16/01/2006

Observação (*): Índice em apuração considerando o prazo para registro de informações referentes à execução física de 31 de março do exercício subsequente ao da execução

Foram produzidos dois documentos relacionados ao processo de Monitoramento de Programas do PPA 2004-2007: Monitoramento dos Programas do PPA 2005-2006 - Visão Setorial, que se constitui num mapeamento dos mecanismos utilizados para o monitoramento do desempenho físico das ações, a partir das informações fornecidas pelos Gerentes de Programas no processo de avaliação anual do PPA; e o Monitoramento em Números: programas e ações do Plano Plurianual 2004-2007: ano base 2006, que apresenta um mapeamento da situação dos programas com base nos instrumentos de planejamento implementados e do contexto orçamentário e financeiro.

O processo da avaliação foi implementado de forma sistematizada por meio do SIGPlan e em 2007, foram avaliados 338 programas, representando 86,0% do total de programas existentes no Ano Base 2006. Foram apurados 505 indicadores de objetivos de programas, o que correspondeu a uma variação na ordem de 14,8% a maior do que o verificado no Ano Base de 2005.

A avaliação do Plano Plurianual foi realizada em três etapas: Avaliação do Programa pelos Gerentes; Avaliação Setorial pela Secretaria Executiva do Ministério Setorial; e Avaliação do Plano pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consolidado no Relatório Anual de Avaliação - Ano Base 2006, o qual foi enviado ao Congresso Nacional, em 15 de setembro de 2007, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

As informações produzidas pela avaliação foram divulgadas na Internet e por meio de cadernos específicos (28 ao todo) por órgão responsável, contribuindo, assim, para conferir maior transparência às políticas implementadas e prestar contas à sociedade sobre os resultados da aplicação dos recursos públicos federais.

Em 2007, foi também elaborado o novo PPA para o período 2008-2011 afirmando a estratégia de desenvolvimento para o País com base no crescimento com distribuição de renda e mercado de consumo de massa. O novo PPA marca uma inflexão no perfil de alocação de recursos para o próximo período priorizando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Agenda Social.

Durante a elaboração do novo PPA 2008-2011, foi desenvolvido projeto piloto de Análise do Modelo Lógico de Programas, em parceria com a SOF e IPEA, com objetivo de melhorar a qualidade do desenho dos programas e da sua avaliabilidade.

GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO

Coordenação do Processo de Captação de Recursos Externos de Organismos Financeiros Multilaterais e Governamentais Bilaterais

Esta ação tem por finalidade promover o intercâmbio com os organismos multilaterais de desenvolvimento e agências governamentais estrangeiras de crédito, com o objetivo de ampliar a base de recursos externos para financiar projetos de interesse nacional e acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos e recomendar medidas que permitam o desempenho esperado da carteira de projetos do setor público. A execução é por meio de ações de assessoramento, análise, avaliação e negociação de programas e projetos passíveis de serem financiados com recursos de Organismos Multilaterais de Desenvolvimento (OMD) e Agências Governamentais Estrangeiras; definição de metodologias de análise, preparação e gerenciamento de projetos; acompanhamento e avaliação da execução dos projetos contratados; capacitação dos técnicos da Administração Pública responsáveis pelo acompanhamento e avaliação de programas e projetos financiados com recursos externos.

Em 2007, a demanda por financiamentos externos foi da ordem de US\$ 11 bilhões, com recebimento de 71 Cartas-Consulta. Deste total, após avaliação técnica da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 68 projetos, com financiamentos totais da ordem de US\$ 8,14 bilhões, e aprovou a concessão de recursos não-reembolsáveis para outras 18 operações, somando cerca de US\$ 26 milhões.

Nesse ano, o Brasil contratou um total de doze projetos, somando cerca de US\$ 1,9 bilhão. Nesse contexto, a Seain coordenou os trabalhos de 19 negociações contratuais com diferentes organismos internacionais, representando um montante de aproximadamente US\$ 1,3 bilhão de novos financiamentos, nos mais diversos setores e nas três esferas de Governo.

Além disso, foi acompanhado o processo de preparação de inúmeros projetos e programas, com especial ênfase para aqueles de interesse de municípios, notadamente no âmbito do Programa Procidades, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do Programa de Apoio a Governos Municipais (PRAM), financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF).

No que tange à execução física da ação, a diferença entre a previsão inicial (45 projetos recomendados) e a realizada (68) deveu-se, entre outros fatores: (i) à previsão de diminuição no número de pleitos submetidos por municípios, em razão tanto do término do ciclo eleitoral de tais entes federativos, quanto do possível esgotamento dos recursos oriundos dos programas Procidades e PRAM; e (ii) ao inesperado aumento da demanda de pleitos para Estados (a exemplo de São Paulo e Minas Gerais), ocasionado por flexibilizações nos Programas de Ajuste Fiscal firmados com o Tesouro Nacional.

GESTÃO PÚBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS

Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF

O Programa de Modernização do Poder Executivo Federal - PMPEF é implementado por meio da ação Implementação da Modernização do Poder Executivo Federal, que objetiva melhorar o desempenho da Administração Pública Federal brasileira com o aumento da eficiência e efetividade na execução de suas políticas de Governo e a economicidade no exercício das funções de suas competências.

O PMPEF, co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), atua por intermédio de um conjunto articulado de atividades, agrupadas em cinco Subprogramas: I) Reforma Institucional; II) Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos; III) Gestão e Tecnologia da Informação; IV) Atendimento ao Cidadão; e V) Administração e Supervisão; dos quais seu beneficiário imediato é a máquina administrativa federal e, em última instância, o cidadão brasileiro.

Os resultados da execução, em 2007, refletem, principalmente, a continuidade dos trabalhos iniciados nos exercícios de 2005 e 2006, dando curso à assinatura de contratos e início à execução de boa parte de projetos de significativo valor estratégico para algumas unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como também do efetivo recebimento de produtos. Para entendimento do avanço experimentado pelo PMPEF, registra-se a seguir cada projeto/atividade desenvolvido em cada subprograma em que se insere.

Subprograma Reforma Institucional: I) modelagem e redesenho de processos e especificação de Sistema da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain); II) treinamento de pessoal na utilização da ferramenta de mapeamento e redesenho de processos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; III) modelagem e redesenho de processos e especificação de Sistema da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU); IV) modelagem e redesenho de processos referentes ao Registro e Controle de Agrotóxicos, nos órgãos responsáveis – Coordenação Geral de Agrotóxicos/Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Gerência Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Subprograma de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos: I) capacitação em Programa de Gestão Avançada – (AGP Sênior) e Programa de Gestão Avançada (APG-Middle I) para a administração estratégica e tática da SOF; II) capacitação em elaboração, análise, gestão e monitoramento de Projetos para servidores da Seain; III) definição e implementação, em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, de um conjunto de ações de treinamento com objetivo de disseminar, consolidar e aperfeiçoar a nova estratégia de acesso aos Sistemas Estruturadores do Governo.

Subprograma de Gestão e Tecnologia da Informação: dentre os projetos apoiados, cabe mencionar: I) planejamento e implementação de Otimização de Ambiente de Uso de SGBD ORACLE em Cluster, usado no Projeto Gestão da Qualidade de Informações Sociais; II) concepção, análise, especificação e implementação de procedimento de “Cotação Permanente de Preços”; III) proposição de metodologia de gerenciamento do Sistema Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), capacitação de seus usuários e proposição, análise e avaliação no desenvolvimento, implantação e implementação e modernização desse sistema; IV) geração de consultas e relatórios gerenciais das bases de dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual (SIGPlan); V) realização dos serviços de certificação cadastral, mapeamento e elaboração de base cartográfica digital de imóveis da União em seis Unidades da Federação (MA, PE, AL, SE, BA e SP); VI) desenvolvimento de sistema de cadastramento de fornecedores com interoperabilidade com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg); VII) desenvolvimento de módulos funcionais a serem acrescentados ao SIGPlan; (VIII) desenvolvimento, implantação e transferência de tecnologia, de sistema de informações para atender às necessidades da SPU, Projeto Pátria; IX) aquisição de ferramentas de comunicação e transferência de dados; X) aquisição de ferramenta de extração de dados do Siafi; XI) aquisição de ferramenta de adequação de dados e análise de informações em tempo real; e XII) aquisição de ferramenta para automatizar o controle e sistematizar o fluxo dos processos de trabalho da SOF.

Subprograma de Atendimento ao Cidadão: mapeamento e avaliação de custos dos processos de contratação do Governo Federal no âmbito da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI).

Subprograma Administração e Supervisão: I) foi dada continuidade ao desenvolvimento e evolução do atual Sistema de Gerenciamento de Programas, com novas funções que permitam o gerenciamento de multiprogramas, para atender o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios (Promoex), com 33 projetos dos Tribunais Estaduais e Municipais; o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE), que atenderá projetos de modernização de 26 Estados e o Distrito Federal e o Projeto EuroBrasil 2000 - Apoio à Modernização do Aparelho de Estado; II) contratação de consultoria especializada em Gestão de Processos Organizacionais para o acompanhamento dos projetos Modelagem e Redesenho de Processos em execução nas SOF, SPI, SPU e no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST).

Em 2007, a implementação manteve a continuidade do realinhamento estratégico do PMPEF, que vem obtendo melhoria na qualidade e na promoção de maior celeridade na sua execução, decorrente da permanente parceria com os co-executores e a estreita cooperação do BID e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fato que justifica os bons resultados do programa. O resultado desse trabalho pode ser mensurado a partir da observação do que foi previsto e realizado no exercício de 2007. A meta física prevista foi superada em 40%, e obteve uma execução financeira de 96, 84%, do orçamento previsto na LOA.

O PMPEF aprovou na Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Revisão Substantiva “E”, na qual solicitou a alteração do orçamento do programa de US\$ 17.758,491,00 para US\$ 26.193.196,91. A alteração visa, dentre outros de significativa importância, a incorporação e certificação de 52.550 imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e de 32.892 imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, bem como a contratação de serviços para a elaboração das bases cartográficas dos municípios ao longo do rio São Francisco e do Rio Negro.

Modernização do Aparelho do Estado – EuroBrasil 2000

O Projeto EuroBrasil 2000 é uma iniciativa de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Comissão Européia, que se destina a apoiar o Governo brasileiro nas suas iniciativas de modernização administrativa, sobretudo por meio de ações de capacitação, com os objetivos de proporcionar a flexibilidade da gestão pública; reforçar a capacidade das instituições centrais para a reforma administrativa; e melhorar a capacidade de gestão dos funcionários públicos de categorias superiores e as relações entre a administração pública e os cidadãos.

O Projeto está estruturado em três grandes componentes, em torno dos quais se desenvolvem, em diversas áreas temáticas, suas atividades: (I) fortalecimento da Administração Pública; (II) desenvolvimento da Capacidade Gerencial dos Servidores de Carreira da Administração Pública; e (III) relacionamento entre a Administração Pública e o Cidadão.

Previsto, inicialmente, para ter uma duração de três anos, com encerramento em 31 de dezembro de 2006, o Projeto EuroBrasil 2000 teve seu período de vigência prorrogado para o ano de 2008, conforme Adenda nº 2 ao Ajuste Complementar, firmado em 08 de dezembro de 2006, com período de execução de suas atividades-fim até 31 de dezembro de 2007. A extensão deste prazo de vigência tem por objetivo permitir o pleno cumprimento dos seus objetivos, conforme contido nos Planos Operacionais Anuais de 2005 e 2006.

As principais atividades do Projeto EuroBrasil 2000 foram a realização de estudos técnicos para a modernização da Administração Pública brasileira e a capacitação, tanto na Europa quanto no Brasil, de servidores de nível superior e vínculo permanente com o Serviço Público.

Em 2007, o Projeto implementou uma agenda de ações de capacitação e estudos técnicos em cada um dos seus três componentes, visando o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas. Estas ações representaram a execução física de aproximadamente 40% do planejamento global do Projeto, nos termos da estratégia traçada pela Direção Nacional, e que, por questões técnicas, orçamentárias e de legislação, não foram passíveis de realização nos exercícios anteriores.

Foram capacitados, também, 2.177 servidores públicos, por meio das oficinas de trabalho, dos Seminários e de sete missões técnicas a países da Europa. Esses eventos foram organizados pelo Projeto, em parceria com algumas Secretarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Órgãos da Presidência da República, especificamente nas áreas temáticas de “Participação Social no Governo”; “Desburocratização e Desregulamentação do Estado”; “Transparência e Controle Social do Estado”; “Planejamento e Gestão Territorial”; “Planejamento Estratégico, Formação para o Serviço Público, Redes e Comunidades de Prática e Gestão de Riscos”.

Além dessa capacitação presencial, 3.766 servidores públicos de todas as esferas foram capacitados por meio de ensino a distância, nos cursos de “Ética e Serviço Público” e de “Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira”.

Outro destaque foram os estudos técnicos realizados por peritos europeus em apoio à agenda de reforma e modernização de diversas áreas do MP. Neste ano, foram realizados dois estudos, um na área de Transparência e Controle Social do Estado, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), tendo como produto um estudo apreciativo crítico a respeito das ações e programas de promoção da transparência e do controle social implantados pela CGU, e o segundo, na área de Desburocratização e Desregulamentação do Estado, em parceria com a Seges, apresentando um estudo-diagnóstico sobre o contexto político e institucional em que estão inseridas as ações brasileiras de desburocratização e os principais obstáculos para a formulação, implementação e execução da política de desburocratização no Brasil.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

Demarcação e Cadastramento de Imóveis da União

Esta ação compreende o conjunto de atividades relacionadas ao conhecimento dos imóveis da União – identificação, avaliação, controle e regularização, cujo produto final resulta em informações necessárias ao cadastramento e à gestão patrimonial.

Em 2007, foram cadastrados 16.409 imóveis, o que representa mais de 10% de superação da meta física fixada na LOA. Este resultado estabelece uma seqüência ascendente de novos cadastramentos, a partir de 2005.

Em relação à demarcação da Linha da Preamar Média – LPM e da Linha Média de Enchentes Ordinárias – LMEO, foram identificados e demarcados cerca de 1.327 km, dos quais 412 km foram homologados.

Com apoio do programa PMPEF, foi contratada a empresa AeroCarta, especializada em certificação cadastral, para atualizar o cadastro dos imóveis da União, por meio da elaboração de base cartográfica e georreferenciamento dos imóveis que estão sendo recadastrados nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo e Paraíba.

Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Imóveis da União

A Regularização Fundiária de Assentamentos Informais em Áreas da União envolve uma gama de etapas, que têm produtos intermediários, até culminar com a titulação das famílias que ocupam essas terras para sua moradia e subsistência, conferindo-lhes segurança na posse e condições de cidadania – o objetivo principal da regularização. A complexidade desta ação envolve uma série de procedimentos, de forma que o ritmo das ações não é inteiramente previsível e o grau de heterogeneidade é elevado, com a ocorrência de variáveis significativas referentes à realidade de cada município, às características do imóvel, à área considerada e ao número de famílias.

Tão importante quanto destacar o cumprimento da meta física, tal como estabelecida em número de imóveis, é necessário acentuar o número de famílias beneficiadas em cada etapa, bem como as outras ações desenvolvidas, ainda que não se tenha ultimado o processo de regularização com a titulação dos beneficiários. Deve-se destacar, ainda, que a ação foi implementada concomitantemente com a capacitação interna e com adequações estruturais, legais e administrativas.

Como principais resultados, em 2007, cita-se, ainda, os seguintes avanços trazidos pela Lei nº 11.481/2007:

- ampliação do leque de instrumentos jurídicos a serem utilizados para regularizar o uso de terras da União, incluindo a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM);
- ampliação da isenção de pagamento das receitas patrimoniais para famílias com renda de até cinco salários mínimos, com a determinação de que a comprovação se dê a cada quatro anos e não mais anualmente;

- isenção de custas e emolumentos em relação ao primeiro registro de direito real e à primeira averbação de construção residencial para famílias com renda de até cinco salários mínimos;
- utilização da CDRU para regularização do uso sustentável das várzeas de rios federais; e
- atualização da data de permissão de regularização de ocupação, reconhecendo como legítimos os ocupantes até 2006.

Com relação aos processos de regularização fundiária em assentamentos urbanos informais da União, destacaram-se os seguintes resultados:

- cadastramento de 30.687 famílias. O planejamento e a implantação de projetos e ações de regularização fundiária pressupõem a coleta de dados da população ocupante, construindo-se um retrato da realidade. Além de subsidiar os projetos e ações, o cadastramento permite que sejam feitos o controle da demanda e a definição da área a ser regularizada, evitando-se, assim, o adensamento da área após o início do processo de regularização;
- cessão de dez imóveis para implementação de ações de regularização fundiária, urbana, que beneficiarão aproximadamente 11 mil famílias, que vivem em 4,8 milhões m²;
- titularização de 1.376 famílias em assentamentos urbanos; deste total, 300 títulos foram entregues com gratuidade do 1º registro, em Novos Alagados, no Município de Salvador/BA, em agosto de 2007;
- aplicações da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) em terras da União: foi efetivada a primeira CUEM individual em terras da União para uma moradora que ocupava, desde a década de 40, um terreno localizado no Município de Parnaíba/PI, com área de 86,02 m². Foi também aprovada a primeira CUEM coletiva, beneficiando cerca de 1.700 famílias, que vivem há décadas em 233.827.20 m² do Sítio Conceiçãozinha, em Santos/SP;
- condomínios urbanos em terras da União – ações desenvolvidas no Distrito Federal, onde está em curso a regularização do Setor Habitacional Vicente Pires e dos Condomínios Vivendas Bela Vista e Lago Azul, o que beneficiará aproximadamente 40 mil moradores;
- reconhecimento de posse para ribeirinhos em várzeas de rios federais: as áreas de várzeas de rios federais na Amazônia brasileira possuem grande biodiversidade e abrigam populações tradicionais que nelas habitam e as exploram há séculos. Sem a comprovação da posse da terra, os ribeirinhos não têm acesso a crédito ou benefícios governamentais e estão vulneráveis à ação de grileiros, gerando grande fragilidade social. Foi promovido o reconhecimento dessas ocupações, utilizando o Termo de Autorização de Uso, que reconhece o direito à ocupação, possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas, fortalece os laços de cidadania e sustentabilidade, a gestão compartilhada, além de dar celeridade ao processo. O Projeto Nossa Várzea, concebido em parceria com o Incra e com o Ibama, é desenvolvido também em parceria com os municípios e as comunidades e produziu, em 2007, 11.053 Termos de Autorização de Uso na Ilha de Marajó/PA.

Relativo ao Programa Brasil Quilombola, em 2007, a comunidade Quilombola da Fazenda Jatobá, na Bahia, foi beneficiada com a entrega do Título Coletivo de Reconhecimento de Domínio, ratificando o direito à propriedade de uma área de 1,77 mil hectares – espaço de luta e resistência, constituído há mais de 150 anos.

No que tange à destinação de áreas aos povos indígenas, a SPU atua, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) na regularização fundiária das terras dos índios, foram registrados, em 2007, os seguintes resultados:

- doação de uma fazenda, no Município de Ibotirama/BA, para o usufruto da Comunidade Indígena Tuxá, em decorrência da inundação de suas terras originais pelo reservatório da hidrelétrica de Itaparica;

- cessão de uso gratuito à Funai de uma área de 43 hectares, situada no Município de Itapecerica/MG, para reassentamento de parte da Comunidade Indígena Pataxó, em decorrência de conflito tribal;
- doação de um imóvel no Município de Ramilândia/PR, para uso exclusivo da Funai, em benefício da Comunidade Indígena Avá-Guarani.

No âmbito do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, compete à SPU a transferência de domínio de áreas da União ao Incra, com a finalidade de serem utilizadas no programa. Em 2007, foram transferidos cinco imóveis ao Incra, avaliados em R\$ 16,7 milhões, com área total de 1.332,9 hectares. Foram beneficiadas cerca de 100 famílias.

Com o intuito de desburocratizar os processos de regularização fundiária e de provisão habitacional em áreas da União, e visando conferir maior agilidade à solução da demanda social por moradia no País, o Governo tornou público o interesse em declarar, como de interesse do serviço público, diversas áreas para o desenvolvimento de projetos sociais. Em 2007, foram publicadas nove Portarias de Declaração de Interesse do Serviço Público, reservando cerca de 317 mil m². Os municípios atendidos foram Maceió/AL, Salvador/BA, Mariana/MG, Santa Luzia/PB, Barras/PI, São Vicente/SP, Guarujá/SP, São Vicente/SP e Guararema/SP.

Transações Imobiliárias da União de Interesse Público

As transações imobiliárias do patrimônio da União envolvem um conjunto de instrumentos jurídicos que orientam e caracterizam os diversos tipos de destinação e alienação, ou seja, transferência do domínio sobre o imóvel, em relação à propriedade ou à posse, ou ainda como de utilização do uso.

Em 2007, foram priorizadas as cessões de imóveis aos Estados e Municípios para a viabilização de programas e projetos de inclusão social, geração de emprego e renda, melhoria da infra-estrutura e fomento econômico.

Foram realizadas 547 transações para destinação de imóveis da União, ajustando-se à previsão corrigida da meta física. Do total de transações realizadas, 11% foram voltadas para o apoio ao desenvolvimento local e regional e 51% destinaram-se a entregas de imóveis a órgãos da Administração Pública Federal.

Merece destaque a regulamentação do uso dos espaços físicos em águas de domínio da União para fins de aquicultura, que permitiu ao Governo Federal a implantação do novo modelo de aquicultura e pesca, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, na medida em que esse setor responde por mais de um milhão de empregos diretos, 2,5 milhões de empregos indiretos e uma renda anual de R\$ 5 bilhões. As novas regras proporcionam a revitalização dos parques aquícolas marinhos, a regularização de cerca de 1.200 maricultores e a geração de aproximadamente seis mil empregos diretos.

Da mesma forma, a licitação do Hotel das Cataratas, iniciada em 2005 e finalizada em 2007, significou vários avanços na parceria público-privada e permitiu triplicar a taxa de arrendamento do imóvel. Neste caso, além de qualificar o destino turístico de Foz do Iguaçu/PR, o investidor privado está custeando obras para recuperação ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, bem como em pesquisa científica sobre a fauna da região. A mesma estratégia foi iniciada em 2007, para a qualificação do arrendamento do Trem do Corcovado, no Rio de Janeiro/RJ.

Recuperação de Créditos Patrimoniais

Esta ação tem por finalidade desenvolver atividades voltadas à recuperação de receitas patrimoniais, por meio da sistematização, previsão, acompanhamento e cobrança de receitas patrimoniais.

Foi iniciada a implementação de uma nova estratégia de arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, com foco no atendimento qualificado ao cidadão ocupante dos imóveis da União.

Com a padronização e a automação de procedimentos, foram ampliadas a eficácia e a efetividade das ações de cobrança, conferindo segurança ao desempenho dos servidores. E com a qualificação do balcão virtual pela Internet, o Governo Federal garantiu ao cidadão o acesso direto à prestação de novos serviços, em condições marcadas pela agilidade e ampliação da abrangência, bem como pela transparência do processo.

Como resultado, as informações relativas aos ocupantes dos imóveis da União ganharam qualidade e confiabilidade. De imediato, aumentou o número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Em outubro, mês em que foram implementadas as alterações, a arrecadação foi de R\$ 41,0 milhões, representando um aumento de 32,4 % em relação ao mês anterior.

Os débitos passaram a ser automaticamente identificados e classificados e os procedimentos para a transferência de imóveis da União foram simplificados, podendo o cidadão agilizar pagamentos e a transferência de seu imóvel pela Internet.

Além disso, a atualização da data de permissão de regularização de ocupação, promovida pela Lei nº 11.481/2007, proporcionou aumento da base de arrecadação.

Os incrementos reais e progressivos da arrecadação demonstram a efetividade dessas medidas em 2007, observando-se novo salto da arrecadação, que alcançou R\$ 358 milhões, superando em 13% a meta definida para o exercício.

A inscrição de responsáveis por débitos inadimplidos na Dívida Ativa da União teve uma redução, resultado da efetividade das medidas implementadas pela SPU. Porém, observou-se um incremento expressivo no montante relativo a débitos cobrados por esta forma, que saltou de R\$ 597,6 milhões, em 2006, para mais de R\$ 1 bilhão, em 2007.

Desenvolvimento do Projeto Orla

Esta ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, objetiva a capacitação dos Municípios para a gestão e o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, integrando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil.

Em 2007, foram realizados 36 apoios técnicos ao desenvolvimento de várias etapas do projeto para Estados, Municípios e região metropolitana: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – Siasg

A ação tem por finalidade dotar os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional de instrumentos de gerenciamento das compras governamentais, bem como manter, consolidar e atualizar o sistema de acompanhamento de obras e serviços de engenharia.

A ação Siasg concentrou-se, em 2007, nas melhorias do Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, mais especificamente no Sistema de Pregão Eletrônico e, no Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), módulos do Siasg.

Em relação ao Pregão Eletrônico, que contabiliza para o Governo Federal uma economia da ordem de 16% nos processos licitados nessa modalidade, o que correspondeu a cerca de R\$ 3,2 bilhões em 2007, destacaram-se as adaptações necessárias ao tratamento diferenciado facultado às micro e pequenas empresas e cooperativas, fundamentado na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 11.488/2007. Isto mobilizou durante todo o exercício um grande volume de recursos nas adequações dos Sistemas de Informação, de forma a garantir às ME/EPPs/Cooperativas (segmento representativo no fornecimento de bens e materiais e serviços ao Governo Federal), os direitos assegurados pela legislação.

Ainda em relação ao Pregão Eletrônico, foi implantada a funcionalidade denominada “Julgamento por Preço Global – Lote”, que permite definir um fornecedor único para um grupo de itens, propiciando economicidade e padronização dos materiais e serviços contratados nessa condição. Além disto, relativamente à adoção de Certificação Digital, foram certificados 3.860 (três mil, oitocentos e sessenta) usuários entre ordenadores de despesas e pregoeiros.

Em relação ao Sistema de Gestão de Convênios (Siconv) e ao Portal de Convênios, preconizados no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que contém novas regras para o repasse de recursos da União para Estados, Municípios e entidades privadas, o objetivo principal é propiciar maior transparência aos convênios firmados com recursos públicos. O desenvolvimento da primeira etapa do Siconv e do Portal de Convênios foi concluída em dezembro de 2007. O Portal de Convênios permitirá acesso simplificado à sociedade em geral, transparência e integração com os Sistemas Estruturantes da Administração Pública Federal (Receita Federal, Previdência, Imprensa Nacional, DOU), bem como com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, visando garantir a tempestividade e qualidade das informações relativas à execução dos convênios.

Informatização de Processos Administrativos

A ação tem a finalidade de desenvolver, especificar e normatizar novas soluções administrativas, visando à otimização e redução dos custos dos processos administrativos.

A ação buscou a informatização dos processos administrativos e, em 2007, destacou-se a implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), em funcionamento em diversos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a seguir: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI); Controladoria-Geral da União (CGU); Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência e Tecnologia; da Cultura; da Fazenda; da Integração Nacional; da Justiça; da Previdência Social; das Comunicações; de Minas e Energia; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; do Meio Ambiente; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Turismo; do Trabalho e Emprego e Delegacias Regionais do Trabalho em Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins, Bahia, Paraíba, Acre, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte; Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC); Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE); Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet); Fundações Universidades Federais de Pelotas (UFPel) e do Tocantins (UFT); Universidades Federais Fluminense (UFF) e do Triângulo Mineiro (UFTM); Instituto Nacional do Seguro Social-Sede (INSS); Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e suas Gerências Executivas; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-Sede (IBGE) e suas Unidades Estaduais e Instituto Brasileiro do Turismo (Embratur).

O SCDP está ainda em fase de implementação nos seguintes Órgãos: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro); Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Centro Federativo Educação Tecnológica de Santa Catarina (Cefet/SC); Agência Espacial Brasileira (AEB); Superintendência de Seguros Privados (Susep); Fundação Nacional do Índio (Funai); Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Fundação Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (IPEA); Agência Nacional de Águas (ANA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Imprensa Nacional (IN); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro); Ministério das Cidades; Fundação Cultural Palmares (FCP); Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Delegacias Regionais do Trabalho em São Paulo; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Paraná; Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A implantação do SCDP propicia uma maior transparência, controle, fiscalização e gestão dos gastos públicos com diárias e passagens. De acordo com o art. 2º do Decreto nº 6.258, de 19/11/2007, que acrescentou o art. 12-A ao Decreto nº 5.992/2006, o SCDP passou a ser de utilização obrigatória pelos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, os quais deverão estar adaptados até 31/12/2008. Todavia, considerando a data de publicação do Decreto em 20/11/2007, o impacto desse dispositivo legal dar-se-á, efetivamente, no decorrer do ano de 2008.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape

Nesta ação são processadas, mensalmente, a folha de pagamento para os servidores ativos, aposentados e pensionistas, militares dos ex-territórios e da área de segurança do Distrito Federal, bem como a

coordenação e a execução dos processamentos de produção das rotinas anuais; manutenção da comunicação entre o órgão central e os órgãos integrantes do Sipec (via comunica), exclusivo dos usuários do sistema; realização de controles sistêmicos de cadastro e de pagamentos, em consonância com a legislação vigente, manutenção do controle de lotação de cargos efetivos e em comissão; disponibilização, via interface amigável (Siapenet), de informações para consultas e atualizações de dados cadastrais pelos usuários; processamento da Relação Anual de Informações Sociais RAIS, da DIRF e da declaração anual de renda; manutenção da segurança do Sistema; integração do Siape com o Siorg (SIEG).

Foram desenvolvidas, no âmbito do Siape, macro-atividades no setor administrativo e ações corretivas, adaptativas e evolutivas, que incluíram atualização de tabelas, medidas corretivas/adaptativas, revisão/alteração, pagamento do passivo administrativo 3,17%, pagamento no Sistema de Controle de Ações Judiciais (Sicaj), pagamento de despesas de exercícios anteriores, processamento da folha de pagamento, implantação de novas funcionalidades no Portal Siapenet, integração entre sistemas e revisão da norma de segurança do sistema Siape.

Com referência às macro-atividades realizadas no setor administrativo, destacaram-se: o estabelecimento de canais de comunicação e rotinas operacionais com a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (IRPF), Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), Tribunal Superior Eleitoral (batimento eleitoral), Ministério da Previdência Social (atualização de tabelas de índices previdenciários), objetivando acertos das rotinas anuais processadas pelo Siape; a integração com outros sistemas da administração pública para controle gerencial; a disponibilização de web services para gerenciamento de ações; e a divulgação das novas funcionalidades por meio de palestras, vídeo conferências, capacitação presencial, canal SRH e Siapenet.

Como atividades ligadas às macro-ações corretivas, adaptativas e evolutivas desenvolvidas, destacaram-se, entre outras, a correção e adaptação de funcionalidades, tendo sido atualizadas as tabelas salariais das empresas públicas e sociedades de economia mista, decorrentes dos dissídios coletivos, e de cargo/emprego da administração pública direta, autárquica e fundacional, em decorrência da aplicação das medidas provisórias e leis editadas no exercício de 2007.

Quanto ao pagamento do passivo administrativo 3,17%, houve melhoria na rotina do seu processamento para a sua execução juntamente com a folha normal do mês, o que reduziu o custo com o processamento final e o pagamento desses valores para 899.852 servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Com referência ao pagamento no Sistema de Controle de Ações Judiciais (Sicaj), destacaram-se melhorias no sistema para maior segurança e para atender demandas dos gestores e dos usuários, além do pagamento para 252.119 servidores ativos, aposentados e instituidores. Quanto ao pagamento de despesas de exercícios anteriores, destacaram-se: melhorias feitas no módulo, visando atender e flexibilizar os novos critérios estabelecidos; disseminação do módulo de exercícios anteriores no aplicativo Datawarehouse; e pagamento de exercícios anteriores para 157.558 servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Com relação ao Portal Siapenet, visando melhor desempenho e redução de custo, foi promovida a modernização do Portal com a alteração da linguagem de codificação ASP para JAVA. Com o intuito de proporcionar transparência das informações e aproximar o servidor de sua vida funcional, foram implantadas novas funcionalidades, destacando-se: dossiê do servidor; dependentes web; férias web; pensão alimentícia. Foi realizada, também, a integração com outros sistemas, processos ou órgãos, contemplando a geração, distribuição, recepção de arquivos e batimentos entre bases de dados.

Quanto à Segurança do Sistema, destacaram-se a implantação a alteração do processo de recuperação e desbloqueio de senha e primeiro acesso ao Portal Siapenet para servidor e pensionista e a revisão da Norma de Segurança, em andamento.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA

Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública

Esta ação compreende as atividades voltadas à capacitação tecno-gerencial continuada de servidores públicos, visando à atualização permanente dos servidores e a preparação de dirigentes para responder de forma eficaz às demandas de Governo. Envolve cursos regulares, presenciais e a distância, eventos de

aprendizagem, seminários e oficinas, além de cursos sob medida desenvolvidos com conteúdos voltados para demandas específicas de instituições públicas.

Em 2007, foram concluídas 26.397 capacitações no âmbito desta ação, representando aproximadamente 122% da meta física prevista. Este resultado reflete o investimento da Escola na ampliação da sua oferta de capacitação com base na necessidade de apoiar as ações governamentais para a melhoria do gasto público. Esta ampliação se deu em escala nacional, pela maior oferta de cursos gratuitos a distância e pelo aprimoramento das parcerias com instituições nacionais e internacionais. Também foram promovidos eventos e projetos especiais voltados à capacitação de dirigentes, em atendimento aos Decretos 5.497 de 2005 e 5.707 de 2006.

Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras

A ação tem por objetivo a elaboração e execução de programas de formação e de aperfeiçoamento de carreiras do serviço público federal.

No âmbito da ação Formação Inicial e Aperfeiçoamento de Carreiras, cabe à ENAP realizar o curso de formação inicial para as carreiras de Analista de Planejamento e de Orçamento (APO) e de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Neste sentido, foram realizadas duas turmas, uma de APO, com um total de 24 matriculados e carga horária de 452 horas, e outra de EPPGG, com um total de 75 matriculados e carga horária de 450 horas.

Além disso, houve 1.153 alunos matriculados em turmas de Cursos de Aperfeiçoamento na ENAP, fazendo com que esta ação superasse em mais de 70% a meta prevista para 2007. Somente no Programa Permanente de Aperfeiçoamento para a carreira de EPPGG, foram realizados 18 cursos no ano de 2007, para 29 turmas, com 30 horas cada, alcançando-se um número de 1.011 matrículas. Tal programa de aperfeiçoamento possibilita o aprimoramento de competências necessárias para o desenvolvimento profissional e enfrentamento dos desafios de melhoria contínua, em atendimento ao Decreto nº 5.176/04. A partir de 2006, o programa passou a ser oferecido de forma modular, permitindo ao EPPGG um amplo campo de escolhas temáticas e períodos de realização.

Difusão de Conhecimento em Gestão Pública

A ação tem por finalidade produzir e disseminar estudos, pesquisas e publicações subsidiando a formulação, implementação e avaliação de políticas governamentais para estabelecer um centro de referência em gestão pública. As principais atividades são o desenvolvimento de projetos de pesquisa, associados a instituições de excelência no País e no exterior, em temas relevantes para a administração pública; identificação de oportunidades e obstáculos futuros às ações de governo; monitoramento de tendências atuais e boas práticas de gestão; promoção de debates; acompanhamento da literatura nacional e internacional; contratação e publicação de trabalhos e documentos a serem disseminados por meio de publicações gráficas e em meio digital.

Como produtos dessa ação, foram disseminados 108.106 exemplares das publicações da ENAP em 2007, por meio impresso e por download da página eletrônica da ENAP, superando em 7% a meta física prevista na LOA.

Dentre as publicações realizadas, destacam-se: a) edição de quatro números da Revista do Serviço Público (RSP) e do número especial comemorativo dos 70 anos de sua existência (com patrocínio da Caixa Econômica Federal); b) publicação do Caderno de Pesquisa sobre os dez anos do Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, realizado pela ENAP, e das Ações premiadas no 11º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal; c) reimpressão das Coletâneas de políticas públicas e de planejamento e orçamento; d) tradução dos livros Governar em Rede: o novo formato do setor público, de Stephen Goldsmith e Willian D. Eggers, e Gestão Social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais, de Rolando Franco e Ernesto Cohen; e) publicação dos resultados da Mesa Redonda de Pesquisa-ação: Educação a Distância em organizações públicas, bem como a reimpressão da Mesa Redonda de Pesquisa-ação sobre Gestão de Competências, que tem sido utilizada como importante material de apoio para atividades da PNDP.

O investimento no aperfeiçoamento do sítio eletrônico ENAP (www.enap.gov.br) ampliou a disseminação das atividades pedagógicas realizadas e das práticas de inovação na gestão pública federal, assim como facilitou o acesso às publicações ENAP e às consultas e pesquisas bibliográficas efetuadas com base no acervo da Biblioteca Graciliano Ramos. Isto beneficia não apenas os servidores públicos, mas também pesquisadores universitários, brasileiros e estrangeiros que atuam no tema da gestão pública e que buscam integrar suas atividades de pesquisa com as necessidades de melhoria da gestão do setor público.

INCLUSÃO DIGITAL

Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores

O Projeto Computadores para a Inclusão – Projeto CI - consiste na implantação de uma rede nacional para recondicionamento e doação de computadores, com oficinas denominadas Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC), operadas por instituições públicas e do terceiro setor, em parceria com o Governo Federal. Cada CRC processa equipamentos obtidos do desfazimento de computadores, provenientes do descarte por parte da Administração Pública e de outros doadores. Os equipamentos, recondicionados por jovens de baixa renda em processo de capacitação, são distribuídos gratuitamente e em perfeitas condições de uso a telecentros comunitários, bibliotecas e escolas da rede pública.

Ao longo de 2007, os 3 CRC's em funcionamento receberam mais de 12 mil itens de informática em desuso, entre computadores, monitores de vídeo, impressoras e demais periféricos, partes e peças. Estes itens permitiram a produção de equipamentos recondicionados, envolvendo 268 jovens em formação profissionalizante.

No que diz respeito à distribuição de equipamentos recondicionados, em 2007 a Coordenação Nacional do Projeto Computadores para Inclusão, composta pelos Ministérios do Planejamento, Educação (MEC) e Trabalho e Emprego (MTE), por um representante de cada CRC e pela Fundação Banco do Brasil, realizou quatro processos de seleção de projetos beneficiários. Foram distribuídos 1.891 computadores recondicionados a 59 escolas públicas, 50 telecentros comunitários, seis bibliotecas e 43 outros projetos de inclusão digital.

As três unidades piloto de CRC já implantadas encontram-se em funcionamento nas cidades de Porto Alegre, Brasília (Gama/DF) e Guarulhos/SP, mediante convênios nos valores de R\$ 299.700,00, R\$ 299.800,00 e R\$ 299.700,00, respectivamente. Os recursos financeiros dos convênios firmados ao final de 2007 foram empenhados e inscritos como restos a pagar.

Além disso, R\$ 800,00 foram gastos na contratação de serviço de despachante aduaneiro para procedimentos referentes à doação de cinco mil microprocessadores Pentium IV oriundos do exterior, destinados ao recondicionamento de computadores nos CRC's.

Avaliação e Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos de Inclusão Digital

A ação tem por finalidade coordenar, avaliar e apoiar a elaboração e a implementação de projetos e ações de inclusão digital.

O Observatório Nacional de Inclusão Digital, principal iniciativa relacionada à ação, lançou, em 2007, o cadastro nacional de telecentros via Internet, permitindo a localização georreferenciada de espaços públicos de inclusão digital em funcionamento em todo o País e seu permanente monitoramento.

A ferramenta permite racionalizar o trabalho conjunto entre os diversos atores envolvidos nessa política, evitando a duplicação de esforços e consolidando as ações entre as cinco regiões do País de maneira uniforme. Em 2007, o Observatório sistematizou dados de localização e contato de mais de três mil telecentros.

A ação também apoiou 50 iniciativas de implantação e funcionamento de telecentros, viabilizando a participação de agentes locais em eventos de capacitação, e articulando conectividade dos espaços à Internet junto ao programa Gesac, do Ministério das Comunicações. Foi finalizado, em 2007, o contrato de customização do sistema de cadastro de telecentros do Observatório.

A continuidade e o aperfeiçoamento das atividades do Observatório foram garantidos mediante termo aditivo ao convênio, em vigência desde 2006, cujo objeto consiste no desenvolvimento de ações de pesquisa, coleta, atualização, sistematização e avaliação de informações a respeito das iniciativas de inclusão digital em espaços públicos de acesso (telecentros). O aditivo permitiu a manutenção de atividades de caráter continuado, além de estipular novas metas e resultados, no sentido de garantir a oferta, por meio eletrônico, de serviços como o mapeamento e cadastro de telecentros, cadastro de projetos de inclusão digital, repositório de conteúdos e organização de informações agregadas ao portal Inclusão Digital (www.inclusaodigital.gov.br) e ao site do Observatório (www.onid.org.br).

As atividades do ONID permitiram racionalizar o apoio aos 50 projetos de inclusão digital que compõem a meta física, juntamente com os eventos apoiados pela ação Gestão e Administração do Programa. Tais eventos tinham como objetivo principal o debate da política pública de inclusão digital e atividades de capacitação de agentes de inclusão digital.

GOVERNO ELETRÔNICO

Implantação de Infra-estrutura Integrada de Comunicações - Infovia Brasil

Esta ação tem por finalidade implantar infra-estrutura integrada de telecomunicações (voz, dados e imagem) com qualidade adequada às necessidades da Administração Pública, com redução dos gastos e aumento da capilaridade da rede governamental. Sua execução será por meio da elaboração de projeto, especificação, contratação e implantação da Infovia em Brasília, com posterior expansão a outras grandes cidades do território nacional.

O crescente uso das tecnologias da informação e os avanços na informatização de serviços permitiram importantes ganhos em integração, segurança, rapidez e transparência nas ações do Governo.

A implantação da rede governamental de comunicações denominada Infovia Brasil merece destaque, por proporcionar ao Governo Federal uma infra-estrutura de comunicação segura e confiável, viabilizando altas velocidades de transmissão de dados e redução de custos com telecomunicações.

A rede de fibras óticas Infovia, em operação na Capital Federal desde o ano de 2005, atualmente interliga 90 redes locais em diferentes prédios do Governo Federal. No que tange à transmissão de dados, a Infovia proporcionou uma redução no custo do Megabit transmitido, que caiu em mais de 200 vezes. Em 2004, o valor mensal praticado era em média de R\$ 1.500,00 por 1 Megabit, para conexões ponto-a-ponto. Como a Infovia oferece conexões de 1 Gigabit (1.000 Megabit) pelo custo mensal de R\$ 6.500,00, o valor de cada 1 Megabit caiu para R\$ 6,50, em um ambiente de rede mais seguro e controlado pelo próprio Governo, possibilitando, inclusive, o uso de serviços que requerem altas velocidades de conexão, como videoconferência e espelhamento de bases de dados, entre outros.

Em 2007, foram concluídos serviços de infra-estrutura de fibra ótica para viabilizar o acesso de 21 novos órgãos à rede em Brasília, bem como efetivadas adequações de trechos do anel principal da rede e conclusão de anel secundário para prover redundância à conexão da Presidência da República.

A Infovia Brasil oferece diversos serviços aos órgãos participantes, como interconexão de redes locais, acesso à Internet, acesso aos sistemas estruturadores e conexão à VPN Nacional do Serpro (Virtual Private Network). Em 2007, chegou a 500 Mbps a banda total de Internet utilizada por órgãos, através da Infovia.

Nos últimos dois anos, foi desenvolvido e implantado o Serviço de Voz da Infovia, que consiste na interligação das centrais telefônicas dos órgãos participantes, utilizando a tecnologia de Voz sobre IP (VoIP). Com este serviço, o Governo Federal tem uma rara oportunidade de interligar, de maneira corporativa, toda a sua rede telefônica. Este tipo de arquitetura, conectando vários órgãos, trará significativa economia com gastos em telecomunicações, além de agregar segurança às ligações telefônicas, sendo o ponto de partida para uma rede nacional de voz corporativa do Governo Federal. Para se fazer uma projeção da redução de custos, apenas em Brasília, estima-se uma economia correspondente a 20% ao ano com despesas em telecomunicações.

Atualmente, estão interligadas 16 centrais telefônicas, compreendendo os seguintes órgãos e entidades: Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda, da Agricultura, da Cultura, Presidência da República, Controladoria-Geral da União, ENAP, IPEA, Iphan, Serpro e Dataprev. Estão em fase de integração as centrais telefônicas dos Ministérios da Defesa, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário, Comunicações, Justiça, Previdência Social, AGU e INSS.

Ainda no ano de 2007, foram concluídos os estudos para a extensão da Infovia a outras regiões do País. A idéia é integrar os segmentos nacionais de redes mantidos por diferentes órgãos e entidades do Governo Federal, como Serpro, Dataprev, Datasus, RNP, o que evitará a sobreposição de esforços e proporcionará uma redução significativa de custos com a manutenção destas redes.

Além do aumento de eficiência, será possível conectar na rede nacional, localidades das três esferas governamentais hoje não atendidas por enlaces de comunicação, como: órgãos executivos, escolas e hospitais federais, estaduais e municipais. Uma das metas da rede é viabilizar o acesso à Internet de milhares de escolas públicas localizadas nas diferentes regiões do País, dentro do escopo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Governo Federal.

Para tanto, foi elaborado e apresentado estudo técnico e financeiro para aproveitamento da rede ótica de abrangência nacional, denominada Eletronet, incluindo negociações estratégicas com os principais atores envolvidos, como as empresas estatais de geração e distribuição de energia elétrica. Também estão em andamento parcerias com a iniciativa privada, objetivando complementar a infra-estrutura da Eletronet, em particular na chamada última milha.

Adoção de Novas Tecnologias Computacionais

Esta ação tem por finalidade pesquisar, desenvolver e disseminar alternativas e inovações tecnológicas para a Administração Pública Federal, estadual e municipal, objetivando a redução de custos em TIC, a otimização dos processos informatizados, a melhoria do nível geral dos serviços e do atendimento ao cidadão. Sua execução se dá por meio da realização de estudos e pesquisas sobre tecnologias disponíveis no mercado, identificação de soluções e sua adequação às demandas da administração pública, bem como a elaboração de documental, objetivando sua disseminação e a adoção de novas tecnologias.

A ação Adoção de Novas Tecnologias Computacionais, no ano de 2007, atuou em duas frentes. A primeira foi a consolidação da infra-estrutura do laboratório de cluster - Labcluster, onde foram empregadas tecnologias abertas de hardware e o software livre, para operacionalização de ambiente computacional alternativo. A segunda, foram os projetos que buscam internalizar inovações tecnológicas para ações de modernização da máquina pública, desenvolvendo e incorporando soluções informatizadas para otimização dos processos administrativos e melhor atendimento ao cidadão.

Com relação à infra-estrutura, o espaço foi estruturado no intuito de prover um ambiente computacional e tecnológico, baseado em computação distribuída e padrões abertos de hardware e software para os projetos internos ou em parceria com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, dentre os quais se destacam: Projeto de Integração, Informação e Inteligência de Governo, Gestão da Qualidade de Informações Sociais; Projeto de Otimização de Compras Governamentais; Portal do Software Público Brasileiro; Comunidades Virtuais do Setor Público; Portal de Inclusão Digital do Governo Brasileiro (www.inclusaodigital.gov.br).

As iniciativas de modernização se referem às ações que possibilitam o compartilhamento de recursos e de soluções das Tecnologias da Informação e Comunicação, desde os meios físicos, como as redes de comunicação, passando pelas bases de dados, até o acesso às soluções informatizadas, especificamente, os programas de computador, hoje, presentes em todas as atividades da Administrativa Pública. Dentre as tecnologias empregadas e compartilhadas se destacam o uso de webservices, para o inventário geral de hardware e software do Governo Federal e o Portal do Software Público Brasileiro (www.softwarepublico.gov.br), onde um conjunto de soluções de interesse público se encontra disponível para a sociedade.

As atividades previstas no plano de 2007 foram realizadas dentro do prazo estimado e concluídas dentro das metas físicas, como pode ser verificado nos projetos implantados: o Portal do Software Público Brasileiro, o Inventário Geral do Governo Federal estruturado no Sistema de Inventário Cacic e a elaboração de documentos norteadores para o uso de tecnologias inovadoras, como o Guia de Cluster.

Integração dos Sistemas Informatizados do Governo Federal

A ação tem como finalidade promover a integração dos sistemas de gestão pública e corporativos do Governo Federal, por meio da implementação de uma arquitetura referencial de integração e disponibilização de solução automatizada, que viabilize a integração dos sistemas de gestão pública ou estruturadores, com os sistemas corporativos da Administração Pública.

O Sistema de Integração e Inteligência em Informações de Governo, i3Gov (<http://i3gov.cos.ufjf.br/i3gov>) é baseada no modelo SOA, System Oriented Architecture, adaptado à realidade dos Sistemas Informatizados do Governo Brasileiro, que propõe, via registro de gestores e clientes, uma forma padronizada, de tornar disponíveis e acessíveis XML Schemas e serviços automatizados (ligação máquina a

máquina sem interferência de um operador, com periodicidade programada e, se for o caso, com latência zero) e gerenciados (rotinas administrativas para cadastrar serviços e habilitar usuários em serviços) de Governo.

O Sistema i3Gov colabora com a transparência no Governo e disponibiliza facilidades para gestores/autoridades na recuperação de informações e no conhecimento dos assuntos de cada área gestora e oferece serviços para os sistemas corporativos externos, diminuindo custos e duplicação de esforços.

Estão disponíveis no i3Gov as seguintes funcionalidades: acesso de modo automático aos sistemas SIGPlan e Siorg; controle de acesso e divulgação de XML Schemas; Módulo Sociedade, que apresenta o resumo gerencial das despesas dos programas e ações de Governo Federal, oriundo do SIGPlan e Siafi; e Módulo Gerencial de Acompanhamento do PAC.

Visando a melhoria da interoperação dos sistemas informatizados de Governo, destacaram-se a elaboração e publicação da versão 3.0 da e-PING arquitetura de padrões de interoperabilidade de Governo. Os Padrões e-PING são essenciais para possibilitar a convivência entre sistemas desenvolvidos em épocas diferentes e com tecnologias distintas. A arquitetura e-Ping visa criar as premissas para que esse processo ocorra de forma simplificada.

Foi realizada a avaliação quantitativa e qualitativa preliminar dos dados contidos nas tabelas dos SGAs e dos cadastros de material e de endereço, respectivamente dos sistemas de Compras, Siasg, Patrimônio, Siapa, e de Pessoal, Siape empregando a metodologia Total Data Quality Management (TDQM) e ferramenta informatizada.

Foi realizado o projeto piloto de tratamento de dados do Siapa, apontando possíveis ganhos com a qualificação dos dados do sistema, que indicou a elaboração de um Plano de Qualidade de Dados e Informações para a gestão do patrimônio da União. A utilização de metodologias e ferramentas para avaliação da qualidade de dados e informações do Governo é uma prática que deve ser disseminada, pois traz ganhos importantes para a integração dos sistemas de governo e para a gestão pública.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS

Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas

A Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, transversal a todos os Programas e Ações do IBGE, objetiva desenvolver produtos e prestar serviços de informação que atendam de forma adequada aos vários segmentos de usuários do Instituto, garantindo que as informações e produtos elaborados estejam à disposição da sociedade.

Atualmente, o principal veículo de comunicação do IBGE com a sociedade é a Rede Mundial de Comunicação - Internet. Cientes desse fato, o principal foco de atuação está relacionado ao acompanhamento, desenvolvimento e absorção de tecnologias de informação que permitam atender e surpreender as expectativas dos diversos segmentos de usuários. Nesse sentido, a quantidade de acesso ao portal do IBGE foi contabilizada, em de 2007, em 21.720.334, os quais visitaram 2.215.914.595 páginas e descarregaram 2.635.862 arquivos.

Computando-se também as demandas solicitadas pessoalmente, por telefone, por correspondência, em livrarias e bibliotecas do IBGE, atingiu-se o patamar de 21.987.251 atendimentos, o que significa que a meta para o ano foi superada em 77,67%.

Outra iniciativa é a produção de material didático, que permitiu ao IBGE levar informações sobre o Brasil para um público composto por alunos de estabelecimentos de ensino médio da rede pública. Resultado de convênio firmado entre o IBGE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, fez com que materiais de apoio ao ensino, produzidos pelo Instituto, chegassem a 16.477 escolas públicas, por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM). As escolas receberam Atlas Geográfico Escolar impresso, Atlas Geográfico Escolar multimídia (em CD-ROM), mapa político do Brasil 2007, mapa da Região/Estados e a publicação "Brasil, 500 anos de povoamento". Foram mais de 295 mil exemplares e as escolas contempladas pelo convênio representam mais de dois terços do total de estabelecimentos de ensino médio no País. Deve-se destacar, também, que o projeto de Bibliotecas Depositárias, isto é, bibliotecas universitárias conveniadas nas quais o IBGE disponibiliza suas publicações, já atinge 58 estabelecimentos no País.

Pesquisas Conjunturais

As pesquisas conjunturais são fundamentais às ações governamentais, pois permitem a análise do comportamento socioeconômico do País, no curto prazo. Para esse acompanhamento conjuntural da economia, além das Contas Nacionais Trimestrais, o IBGE disponibilizou resultados mensais para setores do comércio, indústria e agropecuária.

Cabe informar que, embora a ação tenha corrigido o total anual da meta física para 138 resultados, devido ao aperfeiçoamento metodológico da rotina de divulgação da nova série de Contas Nacionais Trimestrais de Referência 2000, foram divulgados 139 resultados com a realização da Pesquisa Mensal de Emprego – Principais destaques no mercado de trabalho 2003-2006.

Os indicadores de inflação, obtidos a partir do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), revelaram a variação dos preços na economia, merecendo ainda menção, as informações provenientes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi).

A partir de março de 2007, a Pesquisa Mensal de Empregos (PME) passou a divulgar os indicadores relativos a rendimento do trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade. Nesta ocasião, também foi apresentada a série histórica, iniciada em março de 2002, com as estimativas de rendimentos médios recalculadas, a partir desse novo indicador, cujas linhas gerais estão descritas em nota técnica divulgada no sítio do IBGE, desde fevereiro de 2007.

Pesquisas Estruturais da Área Econômica

A ação tem por finalidade a produção, contínua e sistemática, de um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País.

A ação Pesquisas Estruturais da Área Econômica, que objetiva produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País, divulgou, com foco no acompanhamento estrutural da economia, resultados para os setores da indústria, comércio e serviços, e agropecuária. Foram elaboradas e divulgadas as Contas Nacionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB) de Estados e Municípios e as Contas Regionais. Foram ainda divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas.

No contexto das Contas Nacionais, cabe destacar a revisão das séries de contas nacionais e regionais, o que permitiu concluir o processo de aperfeiçoamento desses sistemas, que vinha sendo realizado nos últimos quatro anos. Dessa forma, foi divulgada a Nova Série do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, para os anos 2000 até 2005, das Contas Regionais e do PIB dos Municípios para os anos 2002 até 2005.

Merece ser mencionado que, em 2007, foram realizados avanços com relação às estatísticas ambientais, tendo sido divulgados os resultados referentes às informações sobre investimento ambiental na indústria, relativas aos anos de 1997 e 2002, investigadas pela Pesquisa Industrial Anual (PIA).

Foi divulgada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - versão 2.0, para uso do Sistema Estatístico e publicada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE – Versão 2.0 - Subclasses para uso da Administração Pública, ambas lançadas no II Seminário CNAE, coordenado pela Receita Federal do Brasil.

Com base nas informações do Cadastro Central de Empresas (Cempre), elaborado pelo IBGE, foi publicado o volume “Demografia das Empresas 2005”, que apresenta os resultados de estudo realizado sobre aspectos do padrão de demografia das empresas brasileiras, em particular, a criação e a extinção dessas entidades.

Cabe ressaltar que, embora tenha sido prevista a divulgação de 15 resultados, a meta foi superada em 33,3%, perfazendo um total de 20 resultados divulgados no exercício de 2007.

Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica

A ação objetiva produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade sociodemográfica do País.

Foi divulgada a “Síntese de Indicadores Sociais 2007 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”, que reúne indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias e grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes e jovens, mulheres e idosos – entre outros.

Para a área sociodemográfica, ainda destacaram-se, em 2007, as informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População; das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic); e a Síntese de Indicadores Sociais.

No âmbito do aprimoramento das estatísticas sociodemográficas, foi promovido o Seminário internacional “Pesquisas de uso do tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais”, realizado em articulação com o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e com o apoio da Direção Geral da Mulher da Comunidade de Madri.

Na elaboração da Lei Orçamentária, foi prevista a divulgação de quatro resultados, porém, esta ação contém um conjunto de pesquisas estruturais anuais, cujos resultados sempre são divulgados no ano subsequente ao da coleta e, com isso, a meta física prevista foi superada em 175%, perfazendo um total de 11 resultados divulgados no exercício de 2007.

RECENSEAMENTOS GERAIS

Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2006

A ação Censo Agropecuário 2006 tem por finalidade o levantamento de informações sobre a produção agropecuária, o meio ambiente, a distribuição e o uso da terra, ao nível dos municípios, das localidades, das bacias hidrográficas, dos assentamentos fundiários, das unidades de conservação ambiental, das terras indígenas e dos remanescentes de quilombos. A ação Contagem da População 2006 objetiva o levantamento de informações que permitam a atualização das estimativas populacionais, com vistas a ajustá-las durante o período intercensitário, fornecendo dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e outros; oferecer aos Ministérios da Saúde e da Educação a estimativa da população municipal por faixa etária; fornecer insumos para subsidiar ações de planejamento e avaliação de políticas públicas; investigar o acesso aos programas governamentais de transferência de renda; levantar a renda individual; investigar algumas características de habitação; investigar o nível de escolaridade e a cor da população e propiciar a melhoria das pesquisas amostrais.

O Censo Agropecuário 2006 e a Contagem da População 2007, embora constem como ações separadas no Plano Plurianual, tiveram suas etapas realizadas de forma integrada, inclusive com operações de campo simultâneas e conjuntas, denominadas Censos 2007.

Ressalta-se que este foi o primeiro censo brasileiro em que foram utilizados computadores de mão - os PDA (Personal Digital Assistant) - facilmente transportáveis, dispensando-se os antigos questionários em papel, o que proporcionou economia de recursos materiais, ganho na qualidade dos dados coletados e no tempo da apuração de resultados, além da coleta de coordenadas geográficas de todas as unidades recenseadas nas áreas rurais.

Para a consecução dos Censos 2007, importantes atividades preparatórias ainda foram desenvolvidas nos primeiros meses do ano, quais sejam, reuniões das Comissões Censitárias Municipais constituídas em 5.555 municípios, montagem de cerca de 5.600 postos de coleta, desenvolvimento e implementação de todos os sistemas informatizados e da infra-estrutura que dão suporte à operação, e treinamentos para cerca de 90.000 pessoas, entre técnicos do IBGE, recenseadores e supervisores contratados, atividade fundamental para a consecução da operação.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e outubro, incluídas nesse período as revisões que se fizeram necessárias para assegurar um adequado padrão de cobertura do Território Nacional.

Foram levantados dados de 5.211.100 estabelecimentos agropecuários, de 30.824.140 domicílios e 108.760.878 pessoas recenseadas em 5.414 municípios com até 170 mil habitantes e em mais 21 municípios¹ situados em 14 estados onde um ou dois excedem esse teto populacional, permitindo, dessa forma, totalizar a população desses estados.

Os resultados definitivos da Contagem da População 2007 foram divulgados em 21 de dezembro de 2007, quatro meses após a disponibilização à sociedade dos resultados preliminares, juntamente com os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2006, ficando atendido, dessa forma, o compromisso assumido pelo IBGE com o Governo e a sociedade brasileira

Ações implementadas pelo Governo Federal com vista reduzir as desigualdades regionais

Em 2007 foi concluído o Estudo da Dimensão Territorial do PPA, elaborado a partir do contrato celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), com objetivo de introduzir na Administração Federal uma abordagem inovadora de planejamento em que o território é visto como unidade de programação e articulação da ação governamental. Para tanto, o Estudo provê como insumos: 22 estudos prospectivos (setoriais e temáticos) no horizonte temporal de 2027; a regionalização do País em duas escalas, macro e subregional, com a indicação de espaços territoriais prioritários para a construção de um país policêntrico (pólos de desenvolvimento); uma carteira de investimentos para o período 2008-2027; um modelo de simulação dos impactos sócio-econômicos de investimentos em base territorial; uma metodologia de avaliação de sustentabilidade de investimentos; e uma base de dados georreferenciada, contendo os dados e as informações utilizadas e produzidas no âmbito do Estudo. Deste modo, houve a possibilidade de verificar no processo de elaboração do novo PPA 2008-2011 a demarcação da inclusão das seguintes diretrizes que passarão a fazer parte do seu modelo de gestão: Convergência Territorial: orientação da alocação dos investimentos públicos e privados com vistas a uma organização do território mais equilibrada; e Integração de políticas e programas: PPA como instrumento integrador das políticas do Governo Federal (PAC, PDE, Agenda Social).

Limites de empenho com diárias e passagens – Lei n.º 11.439/2006

SIAFI: 24 de janeiro de 2008

DIÁRIAS, PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO DO PODER EXECUTIVO														R\$ Mil
ÓRGÃO (*) (**) (Custeio e Investimentos)	DESPESA EMPENHADA					EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2007								PLOA 2008 K
	2002 A	2003 B	2004 C	2005 D	2006 E	PLO F	LIMITE G	DESPESA			VARIÇÕES			
								EMP H	LIQ I	PG J	G - H	G - I		
22000 Agricultura	24.970	18.975	26.079	25.343	28.412	43.298	25.497	25.322	25.288	24.743	175	209	44.600	
20114 Agu	2.126	1.614	2.202	2.600	2.027	5.840	1.649	1.434	1.434	1.244	215	215	8.582	
56000 Cidades	3.041	2.405	4.529	4.861	4.135	3.935	3.515	3.424	3.424	2.811	91	91	7.536	
24000 Ciência e Tecnologia	29.348	27.539	30.693	30.164	24.875	16.789	23.329	22.407	22.407	20.266	922	922	17.973	
41000 Comunicações	19.291	15.926	10.127	5.276	4.471	7.001	4.877	4.555	4.555	4.030	322	322	8.526	
42000 Cultura	6.476	5.881	13.048	12.728	11.637	12.021	9.228	9.215	9.215	8.405	13	13	18.149	
52000 Defesa	124.076	110.164	130.725	126.415	115.452	145.828	111.589	113.693	113.693	103.614	(2.104)	(2.104)	138.126	
49000 Des. Agrário	36.087	27.422	36.165	44.657	51.762	49.765	43.822	43.623	43.621	42.722	199	201	68.390	
28000 Des. Ind. Com. Exterior	15.114	12.921	19.601	17.561	15.416	19.852	14.375	14.845	14.845	14.372	(470)	(470)	20.922	
55000 Des. Social e Combate à Fome	722	5.177	7.072	6.943	11.176	24.744	8.386	7.089	7.086	6.470	1.297	1.300	22.481	
26000 Educação	86.039	80.625	107.053	114.107	127.355	122.887	117.354	114.560	114.560	102.688	2.794	2.794	175.063	
51000 Esportes	3.495	1.414	2.387	2.415	2.534	3.400	3.101	2.758	2.758	2.586	343	343	2.146	
25000 Fazenda	31.289	16.814	36.334	33.095	38.505	41.737	29.295	28.801	28.801	28.414	494	494	87.451	
53000 Integração Nacional	7.393	6.378	11.643	16.113	14.221	12.042	12.087	9.917	9.917	9.411	2.170	2.170	12.077	
30000 Justiça	47.735	18.039	56.022	58.562	50.755	55.793	45.000	44.132	44.132	41.152	868	868	132.920	
44000 Meio Ambiente	28.547	21.453	21.142	22.446	21.763	22.223	15.784	14.744	14.744	13.539	1.040	1.040	22.441	
32000 Minas e Energia	15.509	14.099	12.780	10.141	10.202	18.048	9.172	9.101	9.101	8.038	71	71	16.265	
47000 Planejamento	11.499	9.819	10.839	10.691	11.991	27.875	12.671	12.390	12.390	11.687	281	281	36.300	
20000 Presidência	14.432	25.930	33.932	33.940	36.564	33.973	41.500	39.205	39.205	37.085	2.295	2.295	70.528	
33000 Previdência Social	51.014	42.186	74.118	56.457	49.408	95.620	42.125	39.448	39.448	38.229	2.677	2.677	111.127	
35000 Relações Exteriores	45.266	48.691	60.722	65.684	60.656	50.500	53.112	53.107	53.107	52.517	5	5	52.250	
36000 Saúde	69.108	72.305	104.548	91.083	78.461	231.705	66.846	64.158	64.158	57.481	2.688	2.688	216.730	
38000 Trabalho	19.760	6.251	9.913	9.201	8.276	8.328	7.157	6.697	6.697	6.630	460	460	28.080	
73000 Transferências Superv. MF	0	577	1.326	4.488	3.411	7.926	3.322	3.253	3.253	3.245	69	69	5.458	
39000 Transportes	8.936	10.444	9.207	13.693	11.006	8.445	11.155	10.616	10.616	9.963	539	539	16.079	
54000 Turismo	1.426	3.468	5.597	5.764	5.606	9.608	4.189	4.317	4.317	4.144	(128)	(128)	8.782	
20102 Vice-Presidência	307	354	349	218	411	350	305	205	205	194	100	100	211	
99999 Reserva							0				0	0		
TOTAL	703.008	606.873	838.156	824.645	800.491	1.079.532	720.442	703.014	702.975	655.684	17.429	17.467	1.349.191	

(*) Despesas discricionárias do Poder Executivo: não inclui medidas provisórias.
(**) Redução conforme disposto na Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007.

(*) Despesas discricionárias do Poder Executivo: não inclui medidas provisórias.

(**) Redução conforme disposto na Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007.

¹ Rio Branco (AC), Arapiraca (AL), Maceió (AL), Manaus (AM), Macapá (AP), Imperatriz (MA), São Luis (MA), Campo Grande (MS), Dourados (MS), Cuiabá (MT), Várzea Grande (MT), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Teresina (PI), Mossoró (RN), Natal (RN), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Aracaju (SE), Nossa Senhora do Socorro (SE), Palmas (TO).

6.21. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE

O ano de 2007 consolidou o crescimento do nível de emprego formal observado ao longo dos últimos quatro anos, provocado, principalmente, pelo bom desempenho da economia brasileira. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados cerca de 1,6 milhão de empregos com carteira assinada, resultando no crescimento de emprego na ordem de 5,85%, na comparação o acumulado em dezembro/2006 e dezembro/2007, resultado recorde de geração de empregos formais. Neste contexto, é importante destacar o apoio consistente prestado pelas ações de qualificação social e profissional e de orientação e intermediação de mão-de-obra. Além disso, cabe destacar a continuidade no aumento da renda do trabalhador com a fixação do piso legal de remuneração em R\$ 380,00 para o salário mínimo.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – ampliou os recursos para as linhas de crédito para a produção e para garantir a execução dos programas de geração de trabalho, emprego e renda. Em termos da relação entre empregadores e empregados, o MTE atuou no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho para a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos, sancionada pelo Presidente da República, e continuou aumentando a eficiência das mediações coletivas. Neste contexto, lançou o Subsistema Mediador, que constituirá uma base de dados com todos os acordos e convenções coletivas celebrados no país, permitindo consulta via internet à sociedade em geral quanto ao conteúdo dos instrumentos coletivos registrados, propiciando maior transparência e o acesso às informações sindicais no que concerne aos resultados das negociações coletivas. As ações de qualificação continuaram auxiliando os trabalhadores para a sua inserção no mundo de trabalho, com destaque para aqueles setores da economia relacionados aos setores de serviços e de infra-estrutura. Os processos de emissão da carteira de trabalho tornaram-se mais informatizados, agilizando o atendimento ao usuário.

Foram assinados novos convênios no âmbito dos Consórcios Sociais da Juventude e do Juventude Cidadã, salientando que o programa foi extinto, tendo suas ações migradas para o ProJovem Trabalhador, uma das quatro modalidades do novo ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, coordenado pela Presidência da República. A atuação dos auditores para a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil manteve o elevado nível de execução verificado nos anos anteriores e a parceria com entidades sindicais ampliou a fiscalização das obrigações trabalhistas. No que tange à economia solidária, destaca-se a ampliação da atuação dos agentes de economia solidária e o apoio à criação de cadeias de produção e comercialização para promover o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários. Além disso, cabe ressaltar a promoção de difusão de ações em prol da economia solidária em estados e municípios.

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO

Fórum Nacional do Trabalho

A discussão das reformas sindical e trabalhista, no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, assumiu como prioridade dois temas pontuais na área de relações do trabalho: regulamentação do trabalho no comércio aos domingos e o reconhecimento das centrais sindicais.

Acerca do primeiro ponto, foram realizadas reuniões bilaterais entre o governo e trabalhadores e entre o governo e empresários do setor do comércio. Depois de conhecidas as propostas de ambos os lados, o governo promoveu uma reunião tripartite com as duas bancadas a fim de se alcançar um possível consenso. No último dia 23 de maio, governo, empregadores e trabalhadores firmaram um acordo acerca de um novo marco legal para regulamentar o trabalho no comércio aos domingos, que garantiu mais dias de descanso ao trabalhador desse setor e assegurou que suas condições de trabalho devem ser previstas em convenção coletiva. A proposta legislativa foi encaminhada ao Congresso Nacional, sob a Medida Provisória nº. 388/07, onde foi aprovada e, na sequência, sancionada pelo Presidente da República, sendo, portanto, já assimilada no ordenamento jurídico brasileiro sob a Lei nº. 11.603/07.

Sobre o segundo ponto daquelas prioridades, em reunião no dia 10 de maio desse ano com todas as centrais sindicais, se consolidou uma proposta de reconhecimento das centrais, inclusive com previsão legal de sua sustentação financeira. A proposta negociada inclui o repasse de parte da contribuição sindical obrigatória a essas entidades, tendo o governo assumido o compromisso de prescindir de 50% da parte que lhe cabe, por meio da Conta Especial Emprego e Salário. Nesse sentido, a proposta consolidada converge com o acordado no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, além de instituir legalmente uma proposta de sustentação financeira legítima para essas

entidades. Essa proposta se encontra atualmente em tramitação de urgência constitucional no Congresso Nacional, onde já passou pela Câmara e pelo Senado, restando, agora, tão somente a revisão pela Câmara das emendas feitas pelos senadores.

Paralelo aos debates desses dois pontos, foi instituído, ainda em 2007, um Grupo de Trabalho temático acerca da sustentação financeira das entidades sindicais no Brasil, com o objetivo de se consolidar uma proposta definitiva de custeio da organização sindical brasileira, regulamentando a cobrança das contribuições compulsórias devidas às entidades sindicais, na direção da constituição de uma contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva.

Implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho – SIRT

A implantação de um sistema informatizado com dados e estatísticas sobre a organização sindical, negociações coletivas, mediações de conflitos de trabalho, homologações de rescisões contratuais, greves e registro de empresas de trabalho temporário é parte do esforço para a democratização das relações de trabalho, pois garante maior transparência e participação social.

Em agosto, como parte do desenvolvimento do Sistema Integrado de Relações do Trabalho – SIRT, foi lançado em âmbito nacional o Subsistema Mediador, que constituirá uma base de dados com todos os acordos e convenções coletivas celebrados no país, permitindo consulta via internet à sociedade em geral quanto ao conteúdo dos instrumentos coletivos registrados. Esse subsistema do SIRT propiciará maior transparência e democratizará o acesso da sociedade às informações sindicais no que concerne aos resultados das negociações coletivas.

No mês de setembro foi iniciado o desenvolvimento da primeira fase do Homolognet - Subsistema do SIRT -, que controlará todos os procedimentos necessários para a realização da rescisão do contrato de trabalho, desde a elaboração do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho até a sua homologação, quando devida. O Homolognet dará maior segurança ao trabalhador e às empresas quanto ao cálculo dos direitos rescisórios, garantindo o cumprimento dos direitos trabalhistas quando do encerramento do contrato de trabalho. O sistema será desenvolvido em três fases.

Mediações de Conflitos

A mediação pública trabalhista tem se constituído em um importante mecanismo de ampliação do diálogo social e referência na solução extrajudicial de conflitos. Várias questões relevantes, abrangendo aspectos trabalhistas, econômicos e sociais têm sido submetidas à mediação dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, e resolvidas com êxito.

A mediação de conflitos objetiva facilitar e promover o entendimento entre trabalhadores e empregadores, quando a negociação direta entre eles não é possível. Envolve entidades sindicais de trabalhadores e empregadores (convenção coletiva) ou empresas (acordo coletivo).

Foram realizadas 10.647 (dez mil, seiscentos e quarenta e sete) mediações, dando continuidade aos esforços para aumentar a eficácia e eficiência das mediações coletivas. Esses índices foram mensurados a partir de 2004 e demonstram significativo crescimento no percentual de acordos firmados e de trabalhadores beneficiados, o que evidencia a importância desse serviço para a sociedade.

A taxa de eficiência é aferida por meio da relação entre o número de acordos firmados e o número de mediações realizadas. A taxa de eficácia é medida pelo número de trabalhadores beneficiados com os acordos celebrados em relação ao número total de trabalhadores abrangidos pelas mediações. Houve crescimento na taxa de eficiência das mediações, o que demonstra o preparo cada vez maior dos mediadores para atendimento da demanda de mediação e de encaminhamento de soluções nas reuniões agendadas. Isto se explica, em grande parte, pelos Seminários realizados juntamente com o Dieese que tratam de negociação coletiva e mediação. Por outro lado, houve decréscimo na taxa de eficácia, em relação ao ano passado. Isto se deve ao alto número de empregados abrangidos pelas mediações realizadas nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTE¹ de São Paulo em negociações na data-base que não lograram êxito e prosseguiram para o dissídio coletivo.

¹ Por meio do Decreto Nº 6.341, de 3 de janeiro de 2008, as Delegacias Regionais do Trabalho passaram a denominar-se Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE.

Individualmente, os demais estados obtiveram ótimas taxas de eficácia, porém o resultado alcançado em São Paulo reduziu a média nacional.

ANO	TAXA DE EFICIÊNCIA	TAXA DE EFICÁCIA
2004	62,00%	72,58%
2005	69,86%	66,23%
2006	69,99%	78,24%
2007	74,90%	64,63%

Fonte: Coordenação-Geral de Relações do Trabalho – CGRT

Capacitação de Técnicos Especializados na Área de Relações do Trabalho

As ações de capacitação privilegiaram o uso do Sistema Mediador implantado nacionalmente nesse ano, atingindo tanto servidores do Ministério quanto agentes externos.

Tal como em 2006, as atividades de capacitação foram realizadas principalmente de forma descentralizada pelas SRTEs, observados os temas, as diretrizes e a metodologia de trabalho estabelecidas em conjunto com a Secretaria de Relações do Trabalho – SRT.

A SRT realizou diretamente, ou mediante convênio, as atividades abaixo descritas:

- 01 Encontro com os chefes das Seções de Relação do Trabalho de todas as SRTEs, com treinamento em novos procedimentos e sistemas, com 30 participantes;
- 8 Treinamentos nos estados sobre o Sistema Mediador, voltado para o público interno, com 174 participantes no total;
- 10 Apresentações do Sistema Mediador a sindicalistas e servidores do MTE nos estados, com um total de 1.217 participantes;
- 04 Seminários sobre Mediação, em convênio com o DIEESE, abrangendo servidores das SRTEs e da SRT, atingindo um total de 141 servidores;
- 01 Oficina sobre Organização Sindical e Mediação de Conflitos no Brasil e Reino Unido, em convênio com a Embaixada do Reino Unido, com 33 participantes;
- 01 Treinamento sobre Assistência e Homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho, voltada aos servidores da SRTE/RJ, com um total de 20 participantes;
- 02 Painéis SRT/TRT, em parceria com o a Justiça do Trabalho da Bahia e do Paraná, atingindo um público total de 104 pessoas diretamente, além de 102 pessoas acompanharam a apresentação via tele-vídeo; e
- 01 Lançamento Nacional do Sistema Mediador, atingindo 100 pessoas.

Foram ainda capacitados, de forma descentralizada, 912 técnicos quanto ao uso do Sistema Mediador, em atividades de capacitação que tratavam ainda dos temas homologação da rescisão do contrato de trabalho, atualização em legislação trabalhista, registro de instrumentos coletivos e Sistema CNES, sendo todos servidores.

As SRTEs realizaram em seus estados ampla divulgação do Sistema Mediador, voltada às Entidades Sindicais, alcançando um público externo de 3.536 pessoas.

Em virtude da excelente adesão das unidades descentralizadas quanto à importância do novo Sistema criado, predominou também nas atividades de capacitação descentralizadas o tema Sistema Mediador. Porém, devido ao contingenciamento de recursos nas rubricas diárias e passagens, não foi possível, com os recursos disponibilizados, atingir a meta estabelecida para este ano de 2.133 técnicos capacitados.

Somando-se as atividades realizadas de forma direta e descentralizada, obtivemos a capacitação de 1.340 técnicos, número inferior ao de 2006, em que foram capacitadas 1.891 pessoas. Em contrapartida, houve excelente aproveitamento dos recursos recebidos, visto que a realização dos eventos que divulgaram o Sistema Mediador alcançaram um público externo superior a 4.500 pessoas, abrangendo principalmente sindicalistas, além de membros do Judiciário e do Ministério Público, empresas, contadores e profissionais de recursos humanos.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

O programa Qualificação Social e Profissional – PQSP tem por objetivo promover a qualificação social e profissional, certificação e orientação do(a) trabalhador(a) brasileiro(a), com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o PQSP busca aumentar a probabilidade de acesso desse público ao mundo do trabalho e de sua permanência nele.

As ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e consórcios municipais), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais). O objetivo dos Planos Territoriais é atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade. Os Projetos Especiais, por sua vez, destinam-se ao desenvolvimento de novos currículos e tecnologias sociais de qualificação e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação. Juntos, os Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais constituem o Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

A execução do PQSP foi condicionada pela dinâmica de liberação orçamentário-financeira federal. O orçamento anual do PNQ, aprovado com a publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA em maio, foi de R\$ 120.422.509. Entretanto, como parte do esforço fiscal do governo federal implicou em redução na disponibilidade orçamentária do programa, estabeleceu-se como limite de empenho o valor de R\$ 86.476.933, que corresponde a 71,81% do montante previsto na LOA. Do limite de empenho, o MTE empenhou R\$ 85.969.816, que corresponde a 99,41% do limite para empenho. Referente aos pagamentos efetuados no âmbito dos convênios firmados para a execução das ações, tem-se que R\$ 64.294.358,95 foi efetivamente pago até 21/01/2008, segundo informações constantes do SIAFI gerencial.

O redimensionamento de recursos implicou revisão das metas iniciais. A meta física do PQSP constante da LOA 2007 era de 128.104 trabalhadores qualificados (Quadro 1). As metas físicas foram internamente revistas em consonância ao contingenciamento orçamentário-financeiro inicial do programa, sendo redimensionadas para 108.511 trabalhadores qualificados. Com o aumento dos limites orçamentário-financeiro para a realização das ações de qualificação, a execução física (considerando os qualificandos em curso) ficará próxima da meta inicial prevista no orçamento de 2007. Isso em decorrência dos convênios que foram firmados no decorrer da execução visando ao cumprimento da meta física constante do PPA. Os convênios firmados somam o total de 124.433 trabalhadores nos Planos de Trabalho pactuados, sendo 108.511 com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e 15.932 com recursos provenientes de contrapartida prevista nos convênios.

Visando à viabilidade de finalização da execução dos planos de trabalho dos convênios firmados, para a plena utilização dos recursos destinados ao PQSP, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat instituiu a Resolução n.º 558/2007, que ampliou, em caráter excepcional, o prazo para execução das ações de qualificação social e profissional para até abril de 2008. Dessa forma, ficou garantida a continuidade da execução dos cursos previstos. Tal prorrogação foi necessária devido ao repasse de recursos ter ocorrido somente a partir de junho de 2007, e a execução dos cursos de qualificação requerer processo de seleção e contratação das entidades executoras, conforme normativo constante da Lei 8.666/93; além da necessidade de cumprimento de uma carga horária média de 200 horas para os cursos (sendo que alguns cursos requerem uma carga horária superior a 200 horas). Desse modo, o programa realizou no exercício de 2007 uma parte de sua meta física, sendo que o restante da meta encontra-se em processo de realização.

QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL 2007: REALIZADO POR AÇÃO E META FÍSICA*

EXECUÇÃO FÍSICA		QUALIFICAÇÃO			
		QUAL SPE (A)	QUAL INCL (B)	QUAL GER (C)	SUBTOTAL (A+ B + C)
Meta LOA 2007		65.076	16.302	46.726	128.104
Meta Revista		77.822	23.348	7.341	108.511
Execução	Em curso	62.951	19.856	6.346	89.153
	Realizado	21.576	5.692	1.177	28.445
	TOTAL	84.527	25.548	7.523	117.598

Fontes: Lei Orçamentária Anual – LOA 2007 (Meta Orçamentária); SIGAE (MTE/SPPE/DEQ).

* Resultado preliminar até 22/01/2008.

No tocante às ações de qualificação, apesar de o número de trabalhadores em curso ser da ordem de 89 mil, o resultado final da realização das ações implementadas em 2007 somente será viabilizada após a prestação de contas final dos convênios, o que deve ocorrer até 30 de maio de 2008. No entanto, estima-se que sejam qualificados 117.599.

Ademais, tem-se no âmbito do Departamento de Qualificação a gestão da dimensão de qualificação do Programa Nacional de Inclusão para Jovens – ProJovem, cuja atribuição deste Departamento constitui na gestão e acompanhamento de convênios/termos aditivos assinados entre o MTE e 39 prefeituras municipais (capitais e metropolitanas), totalizando o montante de R\$ 8.487.060, oriundos da Secretaria Geral da Presidência da República. Esses convênios versam sobre o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à Qualificação Social e Profissional - QSP, restringindo-se às ações de locação ou adequação de espaços físicos, de locação de máquinas ou equipamentos, de aquisição de material de consumo e de contratação de serviços de apoio por parte de cada Prefeitura. A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia – Coppec, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por meio do Laboratório de Formação & Trabalho – LT&F, é a responsável principal pela formação dos educadores da QSP na dimensão dos Arcos Ocupacionais e, subsidiariamente, naquilo que se refere à Formação Técnica Geral - FTG e demais referências relativas ao mundo do trabalho, também, a produção intelectual de todo o material didático referente à QSP está sob a responsabilidade dessa entidade, ficando a supervisão a cargo do DEQ/MTE.

Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda (QUAL GER)

Esta ação refere-se à execução de Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, que consiste na dimensão de qualificação do Convênio Único Plurianual – CPU, e Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs.

Em que pese ter sido empenhado 99,74% do limite disponível, foi executado (pago) 38,63% dos recursos empenhados, isso em decorrência da demora no recebimento de projetos para a consecução dos Convênios de Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs e na necessidade de elaboração de Plano de Trabalho, a partir de definições oriundas de debates desenvolvidos no âmbito da Comissão de Concertação, formada em audiência pública organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a qual cabe a definição de detalhes do Projeto, conforme previsto na Resolução nº 408/04 Codefat, que institui os PlanSeQs.

De acordo com resultados preliminares, 1.177 educandos foram beneficiados pelas ações de qualificação, e está em andamento o processo para a qualificação de 6.346 trabalhadores. Da previsão inicial revista de qualificação de trabalhadores para manutenção do emprego e incremento da renda (quadro 1), a ação totaliza 102% de realização, somados os educandos qualificados e os educandos em curso. O prazo para término da execução das ações concernentes aos Planos Territoriais de Qualificação (CPU) foi prorrogado para até abril de 2008.

Deve-se ressaltar que se no âmbito de Planos Setoriais de Qualificação, os convênios firmados com recursos do orçamento de 2007 têm como meta qualificar 23,3 mil trabalhadores, para os setores de transporte e logística, metalurgia, manejo florestal, comércio, aeronáutico, tecnologia da informação, construção civil pesada, sucroalcooleiro, microcrédito, petróleo e gás, naval e têxtil. Esses cursos estarão ocorrendo até dezembro de 2008. Por esse motivo, não contabilizados na meta cumprida para esta ação. Ressalte-se que, com recursos do orçamento de 2006, porém executados em 2007, foram qualificados 16,1 mil trabalhadores nos setores de agricultura familiar, turismo social e ecológico, economia solidária, indústria naval, software, pólo turístico industrial, reforma agrária, serviços industriais, plásticos, hidroelétrica, biodiesel e máquinas agrícolas.

Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária (QUAL SPE)

O programa executou 99,83% do limite orçamentário destinado a essa ação. Encontra-se em curso o processo para a qualificação de 63 mil trabalhadores, sendo que já foram qualificados até o momento 21,6 mil educandos, totalizando 84,5 mil beneficiários. Da previsão inicial revista de qualificação de trabalhadores beneficiários do Sistema Público de Emprego e Economia Solidária (quadro 1), o programa totaliza 109% de realização, somados os educandos qualificados e os educandos em curso. O prazo para término da execução da ação foi prorrogado para até abril de 2008.

Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social (QUAL INCL)

O programa executou 99,74% do limite orçamentário destinado a essa ação. O processo para a qualificação de 19,9 mil trabalhadores está em andamento, enquanto já foram qualificados até o momento 5,7 mil educandos, totalizando 25,6 mil beneficiários. Da previsão inicial revista de qualificação de trabalhadores beneficiários de Políticas de Inclusão Social (Quadro 1), a ação totaliza 109% de realização, somados os educandos qualificados e os educandos em curso. O prazo para término da execução da ação foi prorrogado para até abril de 2008.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho

Na área de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas 157.376 inspeções, direcionadas aos setores econômicos que apresentam maiores riscos à integridade e à vida dos trabalhadores, permitindo a correção de 849.797 situações de descumprimento da legislação específica. Foram detectadas 3.871 situações de risco grave e iminente à vida do trabalhador, que levaram à imposição de embargos e interdições, até que as condições de trabalho fossem regularizadas. Realizaram-se ainda 2.001 ações de investigação e análise de acidentes de trabalho graves e fatais, fundamentais para a sua prevenção, por meio da identificação e correção de fatores causais.

O esforço para assegurar condições de trabalho seguras e adequadas pode ser medido também pelo trabalho efetuado na área de regulamentação. Como resultado de negociações tripartites, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou os anexos das Normas Regulamentadoras nº. 19, sobre Segurança e Saúde na Indústria e Comércio de Fogos de Artifício e Outros Artefatos Pirotécnicos; nº. 17, tratando do Trabalho dos Operadores de Checkout e do Trabalho em Teleatendimento/Telemarketing; e nº. 18, referente a Plataformas de Trabalho Aéreo. Foram ainda efetuadas atualizações das Normas Regulamentadoras nº. 30, sobre Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário e nº. 4, sobre Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, além de adequação da Norma Regulamentadora nº. 5, que trata da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, tendo em vista a alteração ocorrida na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

Um avanço significativo na área foi a celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Inmetro, que prevê a implantação da certificação compulsória de equipamentos de proteção individual e de alguns tipos de máquinas de alto risco de acidentes, além da fiscalização da fabricação e comercialização destes produtos.

Ampliação da Adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador

O Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT alcançou a marca de 10 milhões de trabalhadores beneficiados, com mais de 116 mil empregadores inscritos e cerca de 6.000 empresas credenciadas como fornecedoras e prestadoras de serviços de alimentação.

Para aperfeiçoamento dos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação do programa, um novo cadastro informatizado foi desenvolvido, que agrega informações qualitativas sobre os beneficiários do programa, assim como sobre os fornecedores, os prestadores de serviços e os responsáveis técnicos. A partir de janeiro de 2008, iniciar-se-á o processo de recadastramento.

Produção Técnico-Científica em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho

A produção técnico-científica da Fundacentro em Segurança e Saúde dos Trabalhadores foi de 72 pesquisas divulgadas por meio de publicação de artigos em revistas indexadas, apresentações em eventos nacionais e internacionais (França, Alemanha, China, Suécia), além de teses e mestrados e materiais técnico-científicos divulgados por meio impresso e no Portal da Fundacentro.

Foram realizadas pesquisas sobre radiações ionizantes, pneumoconioses, exposição ocupacional a agrotóxicos, prevenção de acidentes com animais peçonhentos, tele-atendimento, previsão de calor, coprocessamento de resíduos na indústria de cimentos, indústria frigorífica, indústria cerâmica, indústria moveleira. Ressalte-se a utilização dos dados das pesquisas como subsídio para proposições de modificações do ambiente de trabalho com participação do Ministério Público e sindicatos patronais e de trabalhadores, como as sobre marmorarias de São Paulo (há proposta de Portaria do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST/SIT em discussão para regulamentar a implantação do processo de acabamento a úmido em todo o território nacional), da indústria do vestuário no Espírito Santo, a de chumbo à nível nacional, a de telefonia celular. Destacam-se, ainda, os manuais de orientações básicas, disponíveis no Portal da Fundacentro, sobre avaliação qualitativa de riscos químicos em fundições e gráficas.

Qualificação em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho

Na ação de educação foram qualificadas 5.404 pessoas (estudantes, técnicos de segurança, engenheiros de segurança, médicos do trabalho e outros profissionais) em temas relacionados a segurança e saúde no trabalho. Essa qualificação é feita por meio da realização de cursos de curta duração (30 horas, em média) abordando temas específicos da área de SST, como, por exemplo: equipamentos de proteção respiratória, ergonomia, gestão de segurança e saúde no trabalho, árvore de causas, segurança química, higiene ocupacional, pesca, construção civil, agrotóxicos, proteção de máquinas e de riscos em galvânicas, sendo que esses dois últimos atendem a Convenção Coletiva da Indústria Metalúrgica.

INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Este programa reúne a maioria das ações nucleares do Sistema Público de Emprego, a saber: seguro-desemprego, abono salarial, intermediação de mão-de-obra e geração de dados sobre o mercado de trabalho. Seu objetivo é atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso ou aqueles à procura de postos de trabalho.

O Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é de natureza finalística e ação continuada. O objetivo é consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por intermédio da execução integrada e articulada das ações com vistas a: reformular as ações de Emprego, fortalecendo as políticas ativas e atendendo, de forma adequada, grupos vulneráveis do mercado de trabalho; elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho; reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado às suas habilidades; e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação de emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

O público alvo do programa é o trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles à procura de postos de trabalho, empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial. A gestão e acompanhamento do programa fica a cargo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, bem como as rotinas de execução financeira e orçamentária.

Pagamento do Seguro-Desemprego

Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego

Remuneração dos Agentes Pagadores e Operacionalização do Seguro-Desemprego

O Programa do Seguro-Desemprego foi instituído no Brasil em 1986, pelo Decreto-Lei nº. 2.284 e regulamentado através do Decreto nº. 92.608. Posteriormente, foi alterado através de novas legislações aprovadas pelo Congresso Nacional (Leis Nos 7.998/90, 8.900/94 - Trabalhador Formal, MP Nº. 2.164-41/01 - Bolsa Qualificação e Lei Nº. 10.208/01 - Empregado Doméstico, Lei nº 10.779/03 – Pescador Artesanal), que tornou o

benefício do Seguro-Desemprego mais acessível à classe trabalhadora. Na realidade, o Programa se insere no conjunto de políticas públicas de emprego do Estado Brasileiro que objetiva mitigar os impactos negativos que assolam os trabalhadores excluídos do mundo do trabalho.

As ações de pagamento, habilitação e remuneração dos agentes pagadores e operacionalização compõem a assistência financeira temporária destinada ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa do mercado de trabalho formal, custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Existem outras modalidades de benefícios enumeradas a seguir, ou por estarem sob coordenação de outros órgãos se encontram em outro momento do relatório.

O número de beneficiários do seguro-desemprego correspondeu a 5,95 milhões de trabalhadores, o que representa um contingente maior que o atendido no ano anterior (5,11 milhões de trabalhadores). Este movimento se deve pelo aumento do número de trabalhadores empregados e pela rotatividade de mão-de-obra, uma característica de nosso mercado de trabalho. O valor médio das parcelas pagas em 2007 corresponde a 1,29 salários mínimos (5% a menos que em 2006). Já o número médio de parcelas pagas correspondeu a 4,3 – representando um aumento de 6,21% em relação a 2006 (4,1 parcelas).

O atendimento a esse público contou com uma rede de atendimento composta por 2.409 unidades, sendo 26,85% do MTE, 56,28% dos SINEs/Estados – unidades conveniadas com os estados; 0,8% dos SINEs/Prefeituras – unidades conveniadas com os municípios, e 16,14% de unidades da Caixa Econômica Federal, em caráter complementar à rede. Percebe-se uma expansão de 1,3% da rede de atendimento.

Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico

Essa modalidade foi iniciada no ano de 2001, tendo a demanda por este benefício crescido rapidamente até 2003, registrando uma oscilação nos dois anos seguintes e a retomada do crescimento em 2005. Em 2007, o benefício foi concedido para 9,81 mil empregados domésticos, o que significa um aumento sutil em relação ao ano anterior (9,33 mil). Já os recursos pagos em 2007 perfizeram um aumento de aproximadamente 18% em comparação ao ano de 2006 (10,45 milhões), estes foram da ordem de R\$ 12,37 milhões.

Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso

A bolsa qualificação foi instituída a partir de 1999 e se destina aos trabalhadores mantidos pelo empregador com contrato de trabalho suspenso e inscritos em curso de qualificação profissional. Em 2007, o número dos beneficiários para essa modalidade foi de 2,78 mil, número 21% inferior ao registrado em 2006 (3,56 mil). Este comportamento se deve as variações extremas deste benefício, que na realidade refletem os efeitos da sazonalidade dos setores produtivos demandantes.

Pagamento do benefício do abono salarial

O Abono Salarial é benefício no valor de um salário mínimo anual assegurado ao trabalhador que tiver recebido, em média, até dois salários mínimos mensais no último ano, que possa demonstrar ter possuído vínculo empregatício de pelo menos 30 dias em período igual e que esteja inscrito no PIS/PASEP pelo menos 5 anos. O período de recebimento tem início no 2º semestre de cada ano e se estende até o 1º semestre do ano seguinte, conforme calendário estipulado pelo MTE e pelo Codefat.

Não é necessária a inscrição do trabalhador para o recebimento do abono, sendo de responsabilidade do MTE a identificação dos potenciais beneficiários e a elaboração do calendário de pagamento. Essa identificação é feita através do preenchimento da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais pela empresa ou órgão no qual o trabalhador tem vínculo empregatício. Vale ressaltar que o exercício financeiro do Abono Salarial tem início em 01 de julho e término em 30 de junho do ano seguinte, de forma, que a execução do período de janeiro a junho é apenas residual.

A implementação de instrumentos de divulgação e esclarecimentos à população tem permitido o aumento gradativo do número de trabalhadores identificados e pagos com direito ao benefício. Este movimento teve continuidade em 2006, quando se obteve a maior quantidade de trabalhadores identificados e pagos desde a criação do programa. Em consequência, os recursos despendidos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT para o pagamento do abono salarial PIS/PASEP apresentam tendência de crescimento, tendo alcançado 5,1 bilhões em 2007.

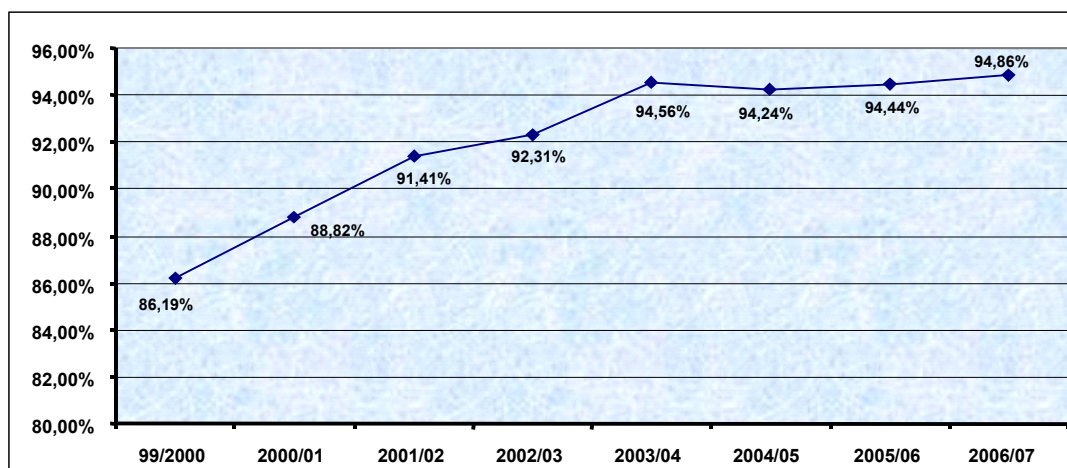
RECURSOS E PARTICIPANTES DO ABONO SALARIAL

EXERCÍCIO FISCAL	PARTICIPANTES DO ABONO – PIS/PASEP		RECURSOS DO FAT (R\$)
	IDENTIFICADOS	PAGOS	
2000	6.895.317	5.602.699	765.486.980,29
2001	6.514.238	5.884.956	978.749.971,57
2002	7.193.453	6.471.731	1.216.975.450,53
2003	8.262.470	7.681.841	1.796.722.017,52
2004	9.602.341	8.892.455	2.253.154.941,22
2005	10.195.022	9.685.483	2.802.189.120,49
2006	11.792.346	11.095.398	3.957.194.233,00
2007	14.355.963	13.843.626	5.120.309.652,84

Fonte: CGSAP/ DES/ SPPE

A taxa de cobertura é o indicador básico para a mensuração do desempenho no pagamento do abono. Fundamentalmente, relaciona os trabalhadores identificados na RAIS, com direito ao abono, com os que receberam o benefício. O gráfico abaixo evidencia a evolução da taxa de cobertura, levando-se em conta o calendário do abono. Constata-se que o exercício financeiro 2005/2006 atingiu 94,44%, mantendo-se estável em relação ao exercício anterior. No exercício 2006/2007 foi recorde com a taxa de 94,86%.

TAXA DE COBERTURA DO ABONO SALARIAL



Fonte: CGSAP/MTE

Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra

A ação “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra” tem por objetivo principal a (re) colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Desta forma, as unidades de atendimento realizam inscrições de trabalhadores, registrando informações importantes para sua (re) inserção no mercado de trabalho que possibilitam o cruzamento com as exigências dos empregadores quanto às vagas captadas. Esta ação integra o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego e sua execução ocorre de forma descentralizada. Para tanto, são firmados convênios de cooperação técnico-financeira entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e os Governos Estaduais, Distrital e algumas Prefeituras Municipais com população acima de 300 mil habitantes, por intermédio de suas respectivas Secretarias do Trabalho. Por meio destes convênios são repassados recursos financeiros oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Em 2006 foram firmados 41 Convênios Plurianuais Únicos (vigentes até 2009) para execução das ações de “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra” – IMO, Pesquisa de Emprego e Desemprego

em que são realizadas em sete Regiões Metropolitanas (CE, BA, MG, PE, RS, SP e DF), “Habilitação ao Seguro-Desemprego” – HSD e “Qualificação Social e Profissional” - QSP, com os 26 estados, Distrito Federal, e alguns municípios com mais de 300 mil habitantes, sendo: São Paulo/ SP; Santo André/SP; Osasco/SP; Guarulhos/SP; Diadema/SP; Rio de Janeiro/RJ; Belém/PA; Belo Horizonte/MG; Recife/PE; Salvador/BA; Fortaleza/CE; Campo Grande/MS; Manaus/AM e Porto Alegre/RS. Com base na Resolução Codefat nº 531, de 12/04/2007, com exceção do Município de Belém/PA. Considerando o caráter Plurianual, em 2007 foram celebrados aditivos aos convênios.

Ainda no exercício de 2007, foram firmados novos Convênios Plurianuais Únicos (período 2007-2009), com mais 19 municípios com população acima de 300 mil habitantes, sendo: Campinas/SP; Piracicaba/SP; Santos/SP; Niterói/RJ; Nova Iguaçu/RJ; São Gonçalo/RJ; Contagem/MG; Cariacica/ES; Serra/ES; Vila Velha/ES; Vitória/ES; João Pessoa/PB; Campina Grande/PB; Jaboatão dos Guararapes/PE; Natal/RN; Feira de Santana/BA; Cuiabá/MT; Porto Velho/RO e Londrina/PR.

Desse modo, foram conveniados, em 2007, cerca de R\$ 90 milhões para a execução da ação de “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra”.

Ressalta-se a assinatura de um convênio com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina visando a execução de um Projeto Especial da Intermediação de Mão-de-Obra, denominado: “Reconcepção do Atendimento Integrado ao Trabalhador – SINE/SC”, no valor de R\$ 1,8 milhões. Os projetos especiais foram previstos pela Resolução Codefat nº 531 de 12 de abril de 2007 que teve por objetivo a identificação de alternativas de inserção do trabalhador, geração de trabalho e renda e desenvolvimento de metodologias voltadas para a intermediação do trabalho.

Cabe destacar que o critério de distribuição de recursos para os conveniados, estabelecido nas Resoluções do Codefat, considera as necessidades do mercado de trabalho locais premiando a integração das ações de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação social e profissional, além da população. Ressalta-se ainda, a ampliação da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, que passou de 949 unidades do SINE em 2002, para 1.199 no final de 2007.

Acompanhando o crescimento do emprego, a execução da ação de “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra” no exercício de 2007, apresentou crescimento em todas as variáveis da IMO, conforme tabela a seguir. Pode-se observar que o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho foi 11,67% maior que no ano de 2006, enquanto que o número de vagas captadas no exercício em questão cresceu 16,45%. Contribuiu para o crescimento a ampliação da rede de atendimento, assim como o aumento de unidades que passaram a prestar atendimento informatizado e integrado.

O ano também foi priorizado para a capacitação dos usuários do sistema Sigae e dos funcionários dos postos no entendimento da Classificação Brasileira de Ocupação – CBO e na ação de Intermediação conceitualmente. Essa capacitação refletiu também na melhoria dos resultados.

O indicador de eficácia da IMO, “vagas/inscritos”, que expressa não somente o percentual de trabalhadores inscritos na Intermediação que poderiam ser colocados no mercado de trabalho formal, como também mede o desempenho (esforço) das unidades do SINE na coleta de vagas, no exercício de 2007, foi de 37%, representando um aumento em relação ao ano de 2006, que foi de 34%. Já de acordo com o indicador “colocados/vagas”, cumpre destacar que 47% das vagas captadas foram efetivamente preenchidas.

**SINE - INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
COMPARATIVO DA EXECUÇÃO - BRASIL – 2006 E 2007**

VARIÁVEIS	2006 (A)	2007 (B)	VARIAÇÃO PERCENTUAL (B/A)
Inscritos	5.148.720	5.593.238	8,64%
Vagas captadas	1.772.282	2.063.667	16,45%
Encaminhados	4.031.713	4.866.698	20,71%
Colocados	878.394	980.832	11,67%

Fonte: Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE

No que se refere aos indicadores de efetividade, no exercício de 2007, o SINE apresentou uma relação inscritos/desligados em torno de 54%, vagas/admitidos em torno de 15% e colocados/admitidos, que expressa quantos trabalhadores admitidos no mercado de trabalho foram colocados pelas unidades de atendimento do SINE, de aproximadamente 7%. É importante atentar para a grande diversidade regional existente nesses indicadores, como é demonstrado na tabela abaixo.

SINE - INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA X CAGED
ÍNDICES DE EFICÁCIA – 2007

REGIÕES	INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			CAGED *		INDICADORES DE EFICÁCIA		
	INSCRITOS (I)	VAGAS CAPTADAS (V)	COLOCADOS (C)	ADMITIDOS (A)	DESLIGADOS (D)	I/D %	V/A %	C/A %
NORTE	290.186	96.986	60.781	568.693	423.010	69	17	11
NORDESTE	804.206	304.833	196.979	1.711.364	1.243.111	65	18	12
CENTRO OESTE	486.157	202.957	88.927	1.117.021	860.650	56	18	8
SUDESTE	2.776.121	998.452	381.608	7.817.511	5.778.871	48	13	5
SUL	1.236.568	460.439	252.537	2.851.193	2.103.721	59	16	9
BRASIL	5.593.238	2.063.667	980.832	14.065.782	10.409.363	54	15	7

Fontes: Infoger/CSINE/CGER; CAGED/CGET

* Cabe salientar que os dados do Caged aqui apresentados referem-se apenas ao público alvo do SINE. O valor total do Caged, em toda sua abrangência, é de 27.065.186.

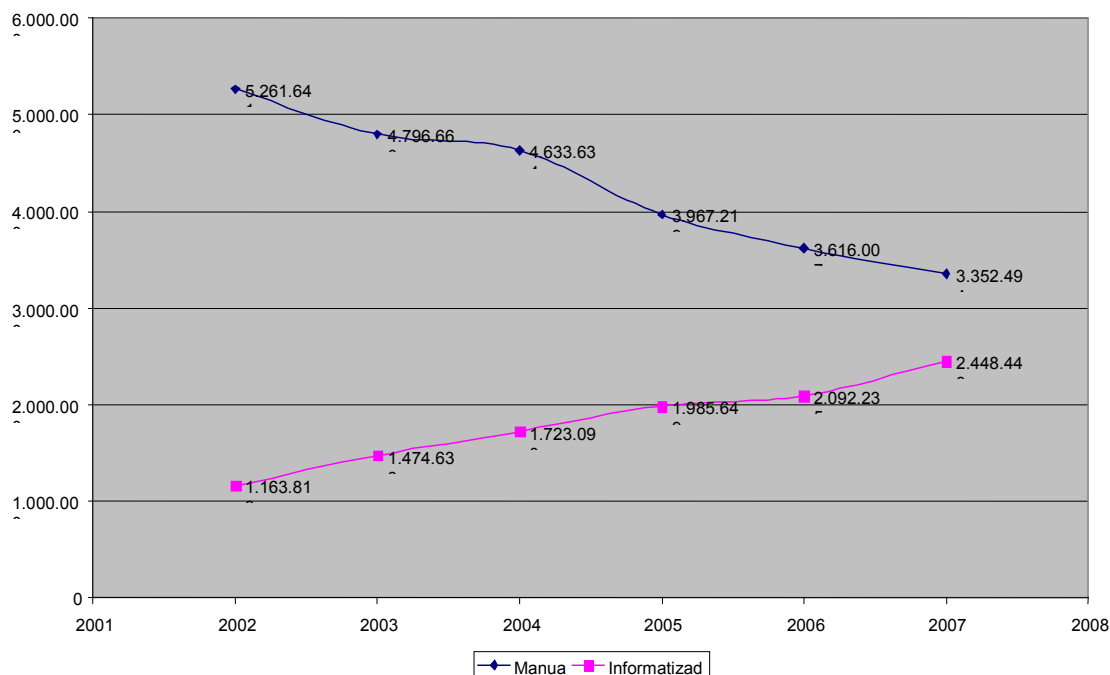
Ressalta-se que as unidades de atendimento do SINE foram responsáveis pela colocação no mercado de trabalho de cerca de 1.000.000 de trabalhadores. Considerando o perfil do trabalhador colocado, muitas vezes de pouca qualificação e baixa educação formal, temos indícios do acerto das políticas para o público mais vulnerável, indicando que deverão ser depreendidos ainda mais esforços no aprimoramento da ação apresentada, reforçando o caráter integrado da execução, o aumento responsável da rede de atendimento e a informatização que agiliza os procedimentos.

Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

A CTPS constitui-se em um documento de identificação profissional indispensável ao exercício do emprego formal, garantindo o acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores pela legislação brasileira.

Em 2007, foram emitidas 5.800.942 CTPS em todo o país, sendo 2.448.448 no modelo informatizado e 3.352.494 no modelo antigo – um crescimento de 2% quando comparado ao ano de 2006. Com isso, 93% da meta projetada (6.300.000 de trabalhadores identificados) foi executada. Os resultados alcançados pela expansão do modelo informatizado de CTPS também indicam que 89% das SRTES e 65% das Gerências Regionais do Trabalho e Emprego já estão aptas a emití-lo.

Emissão CTPS Informatizada e Manual



Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED são registros administrativos do MTE, criados para fins operacionais e fiscalizadores, e muito utilizados como fontes estatísticas de abrangência nacional.

A RAIS é o instrumento indispensável para identificar os trabalhadores com direito ao abono salarial, de que trata o artigo 239 da Constituição Federal. O Caged possibilita economia expressiva aos cofres da União ao bloquear o pagamento indevido de parcelas aos trabalhadores que solicitaram o benefício do Seguro-Desemprego e se reempregaram.

Em 2006, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS foram criados 1.916.632 empregos formais (assalariados com carteira de trabalho assinada e estatutários), resultado recorde em termos absolutos da série histórica da RAIS, iniciada em 1985. Foi registrado um crescimento de 5,77% do número de empregados com vínculo formal. A massa de rendimento de salários pagos cresceu 11,97%, o maior crescimento da sua história desse indicador, desde 1995. Os motivos foram: o crescimento do emprego em 5,77% e o aumento de 5,86% dos salários médios. O salário médio real passou de R\$ 1.167,81 em dezembro de 2005 para R\$ 1.236,19 em dezembro de 2006, cujo aumento foi o maior desde 1996.

Os dados do Caged confirmam a tendência de expansão do emprego formal celetista nos anos anteriores. Em 2007, os dados registram um recorde de empregos formais com carteira assinada, refletindo o dinamismo do nível de atividade econômica. Nesse ano, verificou-se a criação de 1.617.392 postos de trabalho celetistas, resultando no crescimento do emprego na ordem de 5,85%, que converge com a estimativa do aumento do PIB, em torno de 5,2%, decorrente da expansão generalizada de todos os setores de atividade econômica, com recordes de geração de emprego na série do Caged, apresentados nos principais setores (Serviços, Comércio e Construção Civil).

Pesquisa sobre Emprego e Desemprego – PED

Com vistas à melhora do nível de informação e a disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, por intermédio dos Convênios Plurianuais Únicos, transfere recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT às Secretarias de Trabalho dos Governos Estaduais de São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e Distrito Federal, para a execução da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Trata-se de pesquisa de levantamento domiciliar contínuo realizado mensalmente em sete regiões metropolitanas (São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Distrito Federal e Fortaleza), a fim de construir indicadores sobre o mercado de trabalho mais adequados às peculiaridades da economia regional.

A Pesquisa permite o levantamento de um conjunto de informações fundamentais da realidade do mercado de trabalho urbano brasileiro, que pode ser utilizado pelos parceiros locais na adoção das políticas descentralizadas de emprego. A pesquisa também considera a heterogeneidade desse mercado e é executada de forma descentralizada. São cerca de 30 mil domicílios pesquisados durante o ano, em cada uma das sete regiões metropolitanas, resultando em relatórios mensais, periodicamente enviados ao MTE.

A PED abrangeu 214.800 (duzentos e quatorze mil e oitocentos) domicílios e foram obtidos sete relatórios mensais (84 anuais) correspondentes a cada uma das regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada. A meta estabelecida nos respectivos Planos de Trabalho dos órgãos conveniados com o MTE foi cumprida na sua totalidade.

REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS

O governo vem se empenhando para reduzir os altos índices de descumprimento da legislação de proteção ao trabalho, com foco nas atividades econômicas onde esses índices são historicamente maiores (especialmente no meio rural). Em 2007, 746.245 trabalhadores foram registrados sob a ação fiscal, ou seja, trabalhadores que tiveram seus contratos de trabalho formalizados com a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social em decorrência de ação fiscal. No período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, 3.405.634 trabalhadores foram registrados sob ações da fiscalização, dos quais 640.933 (18,82%) na agricultura e 761.458 (22,36%) no setor industrial.

Ainda quanto aos resultados de 2007, a fiscalização direcionada à verificação do cumprimento da legislação trabalhista atingiu 357.788 estabelecimentos e alcançou 32.178.333 trabalhadores. A participação das entidades sindicais de trabalhadores, por intermédio das Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho - CCIT instaladas nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, contribuiu para o sucesso dessa ação. Tal participação se dá na discussão do planejamento, implantação, acompanhamento e avaliação das ações de fiscalização do trabalho, resultando em significativo aumento da efetividade dessas ações.

Com a formalização do vínculo empregatício, é garantido ao trabalhador o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, pois há o depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada, recolhimento da contribuição previdenciária, pagamento de décimo terceiro salário, férias, repouso semanal, entre outros direitos. Além do benefício direto para o trabalhador, também há um aumento na arrecadação, principalmente no que diz respeito ao FGTS, INSS, INCRA e MEC, possibilitando ao governo dispor de mais verbas para a previdência social, saneamento básico e políticas habitacionais.

Também a arrecadação bancária do FGTS, que é objetivo desta ação, superou a meta física. A arrecadação totalizou R\$ 41,501 bilhões, superando a meta de R\$ 40,896 bilhões.

Fiscalização do Trabalho de Adolescentes

A fiscalização do cumprimento de cotas legais de aprendizagem e contratação de pessoas com deficiência atingiu marcas históricas. O MTE superou o total de 50.000 aprendizes inseridos no mercado de trabalho sob ação fiscal. A inspeção contabilizou 52.676 aprendizes contratados, frente a 44.049 no ano de 2006. A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência resultou na contratação de 22.314 trabalhadores com deficiência sob ação fiscal no ano de 2007, contra 19.978 em 2006.

Fiscalização do Trabalho no Campo

O governo vem se empenhando para reduzir os altos índices de descumprimento da legislação de proteção ao trabalho, com foco nas atividades econômicas nas quais esses índices são historicamente maiores. Nesse esforço, o meio rural apresenta especial importância devido aos altos índices de informalidade historicamente observados no setor. Em 2007, as ações de fiscalização propiciaram o registro de 138.023 trabalhadores rurais, garantindo o cumprimento de direitos trabalhistas e previdenciários.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo

Quando a fiscalização do trabalho encontra, durante ação fiscal, o trabalhador em situação de risco de segurança ou saúde, tornando impossível sua permanência no local de trabalho, providencia-se alojamento e alimentação até que se consiga efetivar a rescisão contratual e possa o trabalhador voltar para a localidade de sua residência. No ano de 2007, foi necessária a interferência do MTE na assistência a 348 trabalhadores, uma vez que não houve a possibilidade dos empregadores prestarem tal assistência.

Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo

Objetiva a erradicação do trabalho escravo no Brasil e, como público alvo, os trabalhadores submetidos a formas de trabalho análogas à escravidão. Sua principal ação é a Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, que se realiza por intermédio de ações fiscais realizadas por equipes/coordenações de fiscalização diretamente subordinadas à Secretaria de Inspeção do Trabalho.

O incentivo para o aumento do número de denúncias, a prioridade no atendimento por parte das SRTes e a ação mais incisiva do Grupo Especial de Fiscalização Móvel ampliaram a efetividade da fiscalização.

Houve aumento considerável do número de operações realizadas pelo Grupo de Fiscalização Móvel no período de 2003 a 2007, que redundou em elevação do número de trabalhadores libertados. Por intermédio de 114 operações fiscais, 5.963 trabalhadores foram libertados de condição análoga a de escravo mediante ação fiscal. O número de estabelecimentos fiscalizados foi de 203. No período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, a fiscalização do trabalho retirou da escravidão 21.838 trabalhadores, os quais receberam em verbas rescisórias o montante de R\$ 34.990.234,39, além da garantia de percepção de até três parcelas do seguro-desemprego. Ademais, os trabalhadores libertados podem ser inseridos no programa Bolsa Família, desde que obedecidas as condicionalidades deste programa.

Destaca-se ainda a manutenção e a divulgação do cadastro de pessoas físicas e jurídicas autuadas por exploração de trabalho escravo. Esse Cadastro de Empregadores é regulamentado pela Portaria nº. 540/2004, do MTE. O Cadastro encerrou 2007 com 189 nomes. O Cadastro é atualizado semestralmente. A fiscalização do trabalho monitora, pelo período de 2 anos, as propriedades rurais incluídas no cadastro para verificação da regularidade ou não das condições de trabalho. Após esse período, caso não haja reincidência na prática dos ilícitos, são excluídos da lista os proprietários rurais com a situação regularizada. Enquanto permanecerem no cadastro, as pessoas físicas ou jurídicas não têm acesso ao crédito, principalmente nos bancos públicos.

Com o objetivo de manter a intensificação das ações fiscais, o MTE adquiriu ao final do ano de 2006, 18 novos veículos especialmente destinados às ações de fiscalização.

PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Nacional do Primeiro Emprego – PNPE – foi instituído objetivando a inserção de jovens de 16 a 24 anos no mundo do trabalho, por meio de ações de geração de emprego e renda que incluem a preparação para o mercado de trabalho, a captação de vagas, o apoio à elevação da escolaridade, e a assistência às ocupações alternativas geradoras de renda.

Qualificação de Jovens com vistas à Inserção no Mundo do Trabalho

Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Atendidos pelas Linhas da Ação de Qualificação

As ações do PNPE de qualificação e pagamento de auxílio financeiro são executadas com o orçamento consignado nas ações: Qualificação de Jovens com Vistas a Inserção no Mundo do Trabalho e Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Atendidos pelas Linhas da Ação de Qualificação.

As ações são as seguintes: Consórcios Sociais da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil.

Dentro dessas ações, em dezembro de 2006 foram assinados 13 convênios dos Consórcios Sociais da Juventude, que se encontram em fase final de prestação de contas, quando serão conhecidas as metas atingidas por cada Consórcio. A duração dos convênios é de 10 meses, com possibilidade de aditivo. Após esse prazo, a entidade tem 60 dias para prestar contas ao MTE.

CONVÊNIOS ASSINADOS EM DEZEMBRO DE 2006

EXECUTORA	METAS FÍSICAS		VALOR DO CONVÊNIO	VALOR LIBERADO EM 2006	RAP INSCRITO EM 2006 PAGO EM 2007
	QUALIFICAÇÃO	INSERÇÃO			
SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE ARACAJU - SE	1.200	360	2.011.700,00	1.014.750,00	996.950,00
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA - CCEA/SC	1.000	300	1.600.000,00	821.250,00	778.750,00
INSTITUTO BRASILEIRO DE INOV. PRÓ-SOCIEDADE SAUD. - IBISS - CO/MS	1.000	300	1.911.300,00	988.200,00	923.100,00
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL - FETRAF-SUL/CUT/SC	700	210	1.080.000,00	614.300,00	465.700,00
ESCOLA DE MÚSICA E ORQUESTRA FILARMÔNICA MUSICALIZAR/AC	720	216	1.338.970,00	704.890,00	634.080,00
VILA PONTE NOVA INSTITUIÇÃO PROMOCIONAL - VIP/SP	700	210	1.531.864,00	796.039,00	735.825,00
MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS/PA	1.200	360	2.086.592,35	1.147.625,79	938.966,56
OBRAS SOCIAIS BOM SAMARITANO - OBOS/DF	2.000	600	3.059.519,00	1.557.879,50	1.501.639,50
AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO - BA	1.500	450	2.843.420,00	1.431.710,00	1.411.710,00
OXIGÊNIO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS/SP	2.000	600	3.328.369,18	1.684.154,68	1.644.214,50
ASSOCIAÇÃO GOIANA DE ATUALIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CIDADÃO - AGARC/GO	500	150	1.017.980,00	548.840,00	469.140,00
FUNDAÇÃO DE APOIO A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - FAUF - MG	3.000	900	4.335.895,00	2.185.382,20	2.150.512,80
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG/DF	3.000	900	4.552.517,68	2.539.932,68	2.012.585,00
TOTAL	18.520	5.556	30.698.127,21	16.034.953,85	14.663.173,36

Foram assinados, também, 7 convênios na ação Empreendedorismo Juvenil. Os convênios se encontram em fase de prestação de contas.

CONVÊNIOS ASSINADOS EM DEZEMBRO 2006

EXECUTORA	METAS FÍSICAS		VALOR DOS CONVÊNIOS	VALOR LIBERADO EM 2006	RAP INSCRITO EM 2006 PAGO EM 2007
	QUALIFICAÇÃO	INSERÇÃO			
AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL - RJ	70	35	140.760,00	91.494,00	49.266,00
ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS FEIJOENSES DE FEIJÓ - AC (EMENDA PARLAMENTAR)	200	100	160.535,00	160.535,40	-
CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA - SC	50	25	343.728,75	137.491,50	206.237,25
INSTITUTO TREINAR DE EDUCAÇÃO E CIDADANIA - SC	500	250	800.000,00	494.467,50	305.532,50
INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO INFANTO JUVENIL - IBD - DIADEMA- SP	65	33	391.419,40	195.709,70	195.709,70
TERRA VIVA MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA ECOLÓGICA - SP	200	100	331.959,98	196.144,98	135.815,00
UNIÃO DE NÚCLEOS, ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE HEILÓPOLIS E SÃO JOÃO CLIMACO - UNAS - SP	300	150	914.445,00	365.778,00	548.667,00
TOTAL	1.385	693	3.082.848,13	1.641.621,08	1.441.227,45

No ano de 2007, a ação dos Consórcios Sociais da Juventude teve 2 convênios assinados em abril, com metas de qualificação de 5.000 jovens e de inserção de 1500 jovens no mundo do trabalho. Com a mudança na direção do DPIJ, houve um incremento nas ações do Programa, com a assinatura de novos convênios dos Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil.

CONVÊNIOS ASSINADOS EM 2007

AÇÃO	Nº. DE CONVÊNIOS	META DE QUALIFICAÇÃO	META DE INSERÇÃO	VALOR CONVENIADO	VALOR LIBERADO EM 2007
CONSÓRCIOS SOCIAIS DA JUVENTUDE (*)	30	70.270	21.081	110.709.767,06	29.619.999,55
JUVENTUDE CIDADÃ	40	76.206	22.862	61.192.475,00	19.710.895,00
EMPREENDEDORISMO JUVENIL	2	600	300	2.761.200,00	910.200,00
TOTAL	72	147.076	44.243	174.663.442,06	50.241.094,55

Fonte: CGCC

(*) Inclui os Convênios Assinados em Abril

Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego Destinado aos Jovens

Em um primeiro momento a linha de subvenção econômica operou com um sistema de estímulos financeiros aos empregadores diferenciando-os em razão do porte da empresa. Assim, empresas que apresentassem faturamento superior a R\$ 1,2 milhão eram consideradas de médio e grande porte e receberiam R\$ 600,00 de estímulo financeiro. As empresas com faturamento inferior a este – as micro e pequenas empresas – poderiam receber o estímulo de R\$ 1.200,00 por ano por jovem contratado.

Este modo de operação foi alterado pela edição da Lei nº. 10.940/2004. Frente aos resultados considerados pouco expressivos da principal linha de ação do PNPE, o Governo Federal atuou na tentativa de tornar o Programa mais atraente aos empresários para que mais vagas fossem oferecidas. Nesse sentido, eliminou-se a diferenciação entre empresas por porte para recebimento da subvenção econômica e fixou-se que o valor desta seria R\$ 1.500 por ano por jovem contratado. Além disso, a exigência de manutenção do número do quadro de funcionários da empresa durante sua participação no Programa, visando evitar o efeito-substituição, foi sensibilizada em relação ao desempenho do mercado de trabalho para o setor produtivo da empresa.

Tais alterações trouxeram maior adesão à linha de subvenção econômica, mas os resultados sempre estiveram aquém das expectativas. Por este motivo, na proposta do PPA 2008-2011 a ação de subvenção econômica foi cancelada. Em 2007, a ação teve outra vez uma baixa execução, com um orçamento de R\$ 9.450.000, foi empenhado o valor de R\$ 2.735.550 e pago o valor de R\$ 465.888.

Além dessas ações orçamentárias, o Programa possui uma ação não orçamentária, a Aprendizagem. Esta ação vai além do incremento das ações de fiscalização. Para atingir e manter o número de 1.200.000 contratos de aprendizagem até 2010, em um ciclo continuado de renovação das vagas em no máximo 2 anos, o MTE está buscando elevar e garantir a qualidade da oferta de cursos. Ao criar o Cadastro Nacional de Entidades e Cursos de Aprendizagem Profissional, pretende-se tornar mais efetivas as chances de que esse período destinado à formação inicial seja a base de desenvolvimento de itinerários profissionais decentes para os adolescentes e jovens, e que os tornem também interessantes ao mercado de trabalho que clama por mão-de-obra qualificada.

NOVO PROGRAMA

Em 28 de dezembro de 2007 foi editada uma Medida Provisória que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. O novo programa tem como meta garantir maior escala, integração e visibilidade das ações de juventude do Governo Federal. A gestão do novo ProJovem será compartilhada pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada a Secretaria-Geral da Presidência da República.

A proposta do novo programa é de unificar as ações voltadas para a juventude, com a seguinte subdivisão: ProJovem Urbano, ProJovem Campo – Saberes da Terra, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente- Serviço Socioeducativo. O ProJovem Trabalhador, de responsabilidade do MTE, é composto de ações voltadas para a preparação do jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil

A ação se traduz na fiscalização de estabelecimentos ou locais de trabalho, nas áreas urbana e rural, com o objetivo tanto de prevenir quanto de reprimir a prática de trabalho por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade. A área de abrangência da ação é todo o território nacional. A ação é integrante do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, sob a gerência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

A fiscalização dirigida ao combate ao trabalho infantil é executada pelas SRTE. De acordo com as diretrizes da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, no planejamento de cada SRTE, o combate ao trabalho infantil é atributo obrigatório de toda ação fiscal (rural ou urbana), ou seja, os auditores-fiscais do trabalho deverão verificar a ocorrência de trabalho infantil em todas as fiscalizações. Os auditores também procedem à fiscalização mediante denúncia.

O propósito último da ação é retirar crianças e adolescentes do trabalho irregular, tanto no setor formal como no informal, e encaminhá-los para a rede de proteção social a fim de inseri-los no sistema de garantia de direitos, por meio da inscrição da família em programas de transferência de renda, como, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, cuja finalidade é a erradicação do trabalho infantil, principalmente nas suas piores formas.

A meta física era regularizar a situação de 9.316 crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, excluídos os aprendizes, retirando-os do trabalho. O resultado obtido foi de 7.999 crianças e adolescentes afastados, atingindo 85,86% da meta estabelecida. Essas crianças e adolescentes tiveram suas famílias identificadas pela fiscalização do trabalho e depois encaminhadas ao MDS para serem inseridas em programas de transferência de renda, desde que obedecidas as suas condicionalidades.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

No ano de 2007 o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento deu continuidade na estratégia de consolidação de uma política pública federal para a economia solidária no Brasil, buscando fomentar a economia solidária, apoiando a criação de novos empreendimentos econômicos solidários e desenvolvendo políticas para a consolidação dos já existentes, gerando assim trabalho e renda e promovendo o desenvolvimento justo e solidário.

Podemos destacar como os principais avanços a ampliação das atividades dos agentes de desenvolvimento solidários atuando em comunidades pobres e fomentando nelas novos empreendimentos solidários. O trabalho dos agentes, em conjunto com outras atividades de fomento direto aos empreendimentos econômicos solidários, como o apoio a incubadoras de cooperativas, refletiu nos dados coletados pelo Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária, pelo qual foram cadastrados 6.905 novos empreendimentos solidários, superando em muito as expectativas iniciais e demonstrando o vigor e o dinamismo da economia solidária hoje no Brasil.

Para fazer com que este crescimento acentuado da economia solidária no Brasil seja consistente e sustentável foram desenvolvidas ações no sentido de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários apoiados pelo Programa. Entre estas, podemos destacar o fomento a formação de cadeias produtivas de economia solidária - particularmente as cadeias têxtil, metalúrgica, fruticultura, artesanato, apicultura, entre outras - e a ação de fomento a comercialização dos produtos e serviços produzidos pelos empreendimentos econômicos solidários, particularmente através do apoio às Feiras de Economia Solidária e ao Sistema de Comercio Justo e Solidário.

Por fim, é importante destacar avanços na institucionalização da política pública de economia solidária no Brasil, através de novos governos estaduais e municipais criando políticas para o setor e a ampliação das parcerias com outros órgãos do Governo Federal, assim como os avanços jurídicos com a aprovação de projetos de lei que reconhecem juridicamente estes empreendimentos, garantindo seus direitos, como é o caso a inclusão das cooperativas nos benefícios garantidos às micro e pequenas empresas na “Lei do Supersimples”.

Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária

Foram 583 empreendimentos apoiados em todas as regiões do País a partir da ação de fomento a economia solidária. O apoio aos empreendimentos se deu através de atividades que visam à formação dos trabalhadores na gestão dos empreendimentos, assessoria técnica, acompanhamento, políticas de finanças solidárias, entre outras. Entre estas principais atividades de fomento apoiadas podemos destacar o fomento a formação de cadeias produtivas e o apoio as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que acompanham a formação de cooperativas em comunidades carentes, com o suporte tecnológico dado pelas universidades parceiras.

Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária

A ação de Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços produzidos pela Economia Solidária permitiu novamente o apoio as Feiras de Economia Solidária. Essas, por sua vez, possibilitaram a comercialização de produtos de 664 empreendimentos de todas as Unidades da Federação, em 24 feiras estaduais, duas feiras internacionais e uma temática. Foi também iniciada a consulta pública aos instrumentos que poderão vir a ser o marco regulatório do Sistema Nacional de Comercio Justo Solidário.

Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário

A ação Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário só foi incluída no PPA 2004/2007 no exercício de 2006. Os agentes de desenvolvimento solidário continuaram seu trabalho em 510 comunidades pobres onde propiciaram o apoio e assessoria na constituição de empreendimentos econômicos solidários. As atividades desses agentes foram ampliadas em campo, o que fez com que o benefício da ação se estendesse para além dos 35.000 trabalhadores envolvidos diretamente nas atividades de melhoria das condições de vida em suas comunidades.

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

O Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, iniciado em 2005, foi feito a partir da mobilização social em todo o território nacional e contou, para sua realização, com 27 Comissões Gestoras Estaduais, onde participam 230 organizações governamentais e não-governamentais e 700 pesquisadores. Com isso foi implantado o Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) com plataforma tecnológica disponível para implantação de Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária, viabilizando novas funcionalidades para organização de redes e promoção de processos de comércio justo e solidário em todo o território nacional.

Assim, a economia solidária ganhou visibilidade em seu potencial socioeconômico no Brasil, com a identificação e caracterização de 21 mil Empreendimentos Econômicos Solidários, sendo 6.905 relacionados apenas no ano de 2007.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei n.º 7.998/90, é um fundo contábil, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, destinado ao custeio do programa do Seguro-Desemprego, ao pagamento do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Definem-se como prioritárias, para a gestão do FAT, as áreas de Proteção e Benefícios ao Trabalhador e de geração de trabalho, emprego e renda.

O patrimônio financeiro do FAT cresceu 7,48% em relação a 2006, alcançando um saldo de R\$ 139,3 bilhões, constituído pelas aplicações financeiras nas modalidades de extramercado, empréstimo constitucional e de depósitos especiais.

As receitas totais do FAT corresponderam a R\$ 29,08 bilhões, com um acréscimo em relação ao ano de 2006 na ordem de 0,96%, considerando-se valores nominais. Observa-se uma participação de 66,54% das contribuições para o PIS e para o PASEP, seguida das receitas de remunerações das aplicações financeiras do FAT, que representaram 31,28% do total dos ingressos de recursos.

A receita proveniente da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP é a principal fonte de recursos do FAT. No exercício de 2007, em regime de competência, a União arrecadou R\$ 26,12 bilhões dessa contribuição, e reteve, a título de Desvinculação da Receita da União – DRU, 20% do arrecadado, que correspondeu a R\$ 5,22 bilhões.

As despesas liquidadas com recursos do FAT foram de R\$ 16,9 bilhões, representando um crescimento na ordem de 8,33% em relação à 2006. Esse montante não inclui o valor destinado à transferência constitucional para a ação de Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, que alcançou R\$ 7,48 bilhões.

DESPESAS LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO DE 2007 NO ÓRGÃO FAT, POR PROGRAMA

Posição: 31/DEZ/2007

EM R\$ MILHÕES

PROGRAMA	VALOR em 2007	ANÁLISE VERTICAL DE 2007	VALOR em 2006	ANÁLISE VERTICAL DE 2006	VARIÇÃO 2007/2006
INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	17.790,10	68,12%	15.007,75	61,07%	18,54%
RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	451,77	1,73%	331,12	1,14%	36,44%
GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO E EMPREGO	150,87	0,58%	153,48	0,80%	-1,70%
QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	64,11	0,25%	84,29	0,48%	-23,95%
REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	5,04	0,02%	5,44	0,00%	-7,35%
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	5,03	0,02%	4,17	0,00%	20,62%
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	0,01	0,00%	0,03	0,00%	-66,67%
CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	0,95	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	0,00	0,00%	0,12	0,00%	0,00%
OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO (BNDES)	7.647,65	29,28%	7.628,06	36,51%	0,03%
TOTAL	26.115,53	100,00%	23.214,46	100,00%	12,49%

Fonte: SIAFI - Ministério do Trabalho e Emprego (CGFAT/SPOA/SE)

No decorrer do exercício de 2007, as despesas enquadradas na modalidade de transferências, as quais se referem à descentralização de ações do Governo Federal a outras esferas/entidades, representaram montante de R\$ 191,64 milhões, correspondendo a 0,73% das despesas liquidadas.

MODALIDADE DAS DESPESAS LIQUIDAS NO EXERCÍCIO DE 2007 NO ÓRGÃO FAT

Posição: 31/DEZ/2007

EM R\$ MILHÕES

MODALIDADE	VALOR em 2007	ANÁLISE VERTICAL DE 2007	VALOR em 2006	ANÁLISE VERTICAL DE 2006	VARIÇÃO 2007/2006
APLICAÇÃO DIRETA	25.923,89	99,27%	23.001,04	98,90%	12,71%
TOTAL	25.923,89	99,27%	23.001,04	98,90%	12,71%
TRANSFERÊNCIAS					
TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	138,38	0,53%	145,64	0,69%	-4,99%
TRANSFERÊNCIA ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	7,32	0,02%	32,89	0,36%	-77,75%
TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS	44,58	0,17%	31,61	0,05%	41,03%
TRANSFERÊNCIA AO EXTERIOR	0,00	0,00%	0,01	0,00%	(-100%)
OUTRAS	1,36	0,01%	3,27	0,00%	-58,41%
TOTAL	191,64	0,73%	213,42	1,10%	-10,21%
TOTAL GERAL	26.115,53	100%	23.214,46	100%	12,50%

Fonte: SIAFI - Ministério do Trabalho e Emprego (CGFAT/SPOA/SE)

Fomento ao Trabalho

As atividades da área de fomento ao trabalho se dão por meio do financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do BNDES, e da aplicação financeira, na modalidade de depósitos especiais, dos recursos do FAT que excedem à Reserva Mínima de Liquidez – RML do Fundo (art. 9º da Lei nº 8.019/1990).

Foram repassados ao BNDES R\$ 7,64 bilhões para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, representando um crescimento de 0,26% em relação aos valores repassados no exercício de 2006. Os financiamentos têm como objetivos principais: a ampliação e diversificação das exportações; a reestruturação da indústria; a expansão e adequação da infra-estrutura a cargo da iniciativa privada, com ênfase nos investimentos em energia e telecomunicações; a melhoria dos canais de acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas; o fortalecimento do mercado de capitais; a atenuação dos desequilíbrios regionais; e o gerenciamento dos programas de privatização.

Os empregos gerados ou mantidos, conforme estimativas a partir de modelo desenvolvido pelo BNDES, nos projetos por ele financiados, estão demonstrados a seguir:

GERAÇÃO / MANUTENÇÃO DE EMPREGOS POR MEIO DE FINANCIAMENTOS DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, ATRAVÉS DO BNDES, EM 2007

EM MILHARES

EMPREGOS EFETIVOS			
	2007 (a)	2006 (b)	Δ% (a/b)
EFEITO DIRETO	229,0	113,6	101,58
EFEITO INDIRETO	112,9	95,5	18,21
EFEITO RENDA	477,5	179,9	165,43
EFEITO TOTAL	819,4	389,0	110,64

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (SUP/AF)

O BNDES vem utilizando metodologia específica para estimular o efeito emprego do investimento, ou seja, o total de empregos a serem mantidos e/ou criados por um determinado valor de investimento.

De acordo com a metodologia utilizada pelo Novo Modelo de Geração de Empregos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o efeito-emprego do investimento é composto por:

- efeito emprego direto do investimento – volume adicional de mão-de-obra a ser empregada diretamente pelo projeto e pelo empreendimento;
- efeito emprego indireto do investimento – aumento do emprego gerado, ao longo da cadeia produtiva, pela expansão da produção necessária para atender a demanda de insumos decorrente do projeto e do empreendimento; e
- efeito emprego da renda gerada – criação de empregos associada ao aumento de produção destinado a atender o crescimento de consumo propiciado pela renda gerada pela remuneração dos fatores de produção empregados no projeto e no empreendimento.

Uma vez obtida a estimativa do efeito emprego de dado volume de investimento, pode-se estabelecer a seguinte decomposição: efeito emprego do financiamento – a geração de empregos correspondente à parcela do investimento financiada pelo BNDES; e efeito emprego do investimento próprio e de terceiros – o aumento de empregos associado à parcela do investimento financiada por recursos próprios do empreendedor do projeto, bem como por recursos de terceiros.

O Modelo de Geração de Emprego utiliza como base os dados constantes no Sistema de Contas Nacionais 2003, publicado pelo IBGE, para os diversos setores da economia. Os parâmetros utilizados para a geração das informações apresentadas nas tabelas a seguir foram:

- para o coeficiente de trabalho utilizou-se dados do emprego total, observados no último ano, supondo produtividade da mão-de-obra constante;
- para a variável porte da empresa trabalhou-se com a média de porte do setor;
- para o coeficiente de consumo utilizou-se a propensão a consumir do valor adicionado, observada no último ano; e

- como deflatores foram utilizados o Índice de Preços por Atacado (IPA), o Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), média de 2007.

Quanto aos depósitos especiais, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat autorizou a alocação de até R\$ 9,5 bilhões, o que elevou o saldo de R\$ 48,5 bilhões para R\$ 49,3 bilhões. São os recursos dos depósitos especiais que proporcionam a realização de financiamentos vinculados aos programas de geração de trabalho, emprego e renda, os quais são implementados mediante linhas de créditos contempladas no programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego e Renda.

GESTÃO DE POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Apoio à Implementação de Políticas na Área do Trabalho

A referida ação tem por finalidade manter o bom funcionamento das atividades desenvolvidas no âmbito das unidades executoras pertencentes à Unidade Orçamentária 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no que se refere ao custeio de despesas de manutenção, inerentes ao apoio à implementação de políticas na área do trabalho, visando o cumprimento de suas funções governamentais.

A dotação autorizada, limite de empenho e a execução da despesa correspondente à ação Apoio à Implementação de Políticas na Área de Trabalho encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIMITE DE EMPENHO (a)	EXECUÇÃO DA DESPESA (b)	% EXECUTADO (c) = (b/a)
83.113.687,00	82.275.753,00	76.748.862,45	93,28

EXECUÇÃO DO LIMITE DE DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

As informações abaixo visam prestar esclarecimento acerca do limite para despesas com diárias, passagens e locomoção, autorizado para o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Decreto nº 6.124, de 13 de junho de 2007 e executado pelas unidades do MTE, até 31 de dezembro de 2007.

Inicialmente foram autorizados pelo referido Decreto o limite de R\$ 6.207.000,00 (seis milhões, duzentos e sete mil reais) e, posteriormente, mais duas expansões de limite, sendo a primeira de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e a segunda de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), autorizadas por meio das Portarias/GM/MP nº 326 e 422, de 26 de setembro e 03 de dezembro de 2007, respectivamente, totalizando R\$ 7.157.000,00 (sete milhões, cento e cinquenta e sete mil reais).

O limite inicial de R\$ 6,207 milhões foi definido para as unidades do MTE, por meio da Portaria/SE nº 291, de 18 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 19 de julho de 2007, Seção 1, pág. 63, tendo as expansões de limites ensejado a publicação das Portarias/SE/MTE nº 391 e 507, de 28 de setembro e 31 de dezembro de 2007, respectivamente, publicadas no D.O.U de 01 de outubro de 2007 e 02 de janeiro de 2008.

O limite total autorizado para o MTE, no exercício de 2007, representa 95,37% do teto permitido pela Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO/2007), que é de até noventa por cento dos valores executados em 2006.

Do montante descentralizado para as unidades do MTE, da ordem de R\$ 7.145.599,00, foram empenhados R\$ 6.647.635,00, representando 93,03%, conforme demonstração a seguir:

R\$ 1,00				
LIMITE ATÉ DEZ (a)	PROVISÃO (b)	EMPENHADO (c)	PAGO (d)	SALDO DE LIMITE ATÉ DEZ (e) = (a-b)
7.157.000	7.145.599	6.647.635	6.595.878	11.401

A execução do referido limite, por unidade gestora, encontra-se nos quadros a seguir.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS 2007

Base: 12 de janeiro de 2008

UNIDADE	2006			LIMITE LDO 2007	2007 - Normatização e Fiscalização			
	EMPENHADO	PAGO	MÉDIA ANUAL		LIMITE ATÉ DEZEMBRO (C)	PROVISÃO (D)	EMPENHADO (E)	PAGO (F)
Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT	9.058.647	9.056.795	754.887	Não há	10.157.372	11.302.695	10.899.297	10.696.932
TOTAL	9.058.647	9.056.795	754.887		10.157.372	11.302.695	10.899.297	10.696.932

Despesa relacionada com a subfunção: 125

PTRES relacionados 6422, 6424, 6425, 6426, 6427, 6428, 6429, 6451 e 14277

Amparo legal: Art 2º, § 3º da Lei nº 11.439, de 29/12/2006 (LDO/2007) - A despesa empenhada no exercício de 2007 relativa a diárias, passagens e locomoção não excederá a 90% dos valores empenhados em 2006. No entanto, a Lei nº 11.477, de 29 de maio de 2007, excepcionalizou a subfunção 125 - Normatização e Fiscalização desse limite.

UNIDADE	2006			LIMITE LDO 2007	2007					
	EMPENH.	PAGO	MÉDIA ANUAL		LIM. ATÉ DEZ. (B)	PROVISÃO (C)	EMPENHADO (D)	PAGO (E)	SALDO DE LIMITE ATÉ SET F=(A-C)	SALDO DE LIMITE ATÉ DEZ G=(B-C)
SENAES	1.209.384	1.174.784	100.782	1.088.445	591.614	590.614	581.440	581.440		1.000
SPPE	1.916.595	1.841.539	159.716	1.724.936	1.915.207	1.914.207	1.768.793	1.729.811		1.000
Gabinete do Ministro - GM	751.288	703.928	62.607	676.159	961.480	960.480	830.331	825.385		1.000
Secretaria Executiva - SE	960.366	937.136	80.030	864.329	920.116	918.903	832.352	831.963		1.213
SPOA	231.621	214.221	19.302	208.459	407.713	406.713	347.004	347.004		1.000
SRT	423.312	407.547	35.276	380.981	437.017	436.017	402.357	400.778		1.000
SIT	334.777	318.777	27.898	301.299	231.122	230.041	206.938	201.078		1.081
FUNDACENTRO	1.616.978	1.615.979	134.748	1.455.280	1.021.752	1.020.568	1.020.568	1.020.568		1.184
SRTes	893.874	887.556	74.490	804.487	670.979	668.056	657.852	657.852		2.922
TOTAL	8.338.196	8.101.468	694.850	7.504.376	7.157.000	7.145.599	6.647.635	6.595.878		11.401

Exclusive as despesas relacionadas com as subfunções: 125, 181, 182, 183, 304, 305, 603, 604.

Obs: Para a FUNDACENTRO a base de cálculo do limite é o valor Empenhado

Amparo legal: Decreto nº 6.124, de 13 de junho de 2007, publicado no D.O.U de 14 de junho de 2007, pag 2 e 3, limitou em R\$ 6.207.000,00 as despesas com diárias, passagens e locomoção.

Portaria nº 391, de 28 de setembro de 2007, da Secretaria Executiva do MTE, publicada no D.O.U em 01 de outubro de 2007, Seção I, pág. 107

6.22. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT

O Ministério dos Transportes tem a missão de promover a oferta permanente de infra-estrutura e serviços que favoreçam o deslocamento de pessoas e bens no sistema nacional de transportes sob sua jurisdição, observando os aspectos de segurança, regularidade, confiabilidade e redução de custos para o usuário.

Em janeiro de 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que se constituiu em um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. Em transportes, os investimentos foram orientados para ampliação, recuperação e manutenção da infra-estrutura do País, diversificando os modais na busca de maior equilíbrio da matriz de transportes. As metas propostas pelo PAC envolveram expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado.

O Ministério dos Transportes relaciona a seguir os programas e ações selecionadas para compor a Prestação de Contas do Presidente da República – 2007. Registra-se que, nos casos em que não foi possível obter informações sobre a realização física dos empreendimentos, optou-se pela inclusão de algumas ações ainda que sem registros no SIGPlan, por expressivas em termos de realizações e sobretudo pela relevâncias destas informações sob o ponto de vista gerencial. Nesses casos os dados foram obtidos junto às Diretorias Setoriais e Superintendências Regionais do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, no Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro – RAFFO e no Sistema de Informações do PAC – Sispac (disponíveis no sítio virtual do DNIT).

MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL

O objetivo deste programa é manter a malha rodoviária em bom estado de trafegabilidade, promovendo maior segurança, conforto e economia aos usuários. A falta de manutenção provoca baixos níveis de operação, gerando custos operacionais e de intervenção na malha. Todas as ações do programa constam do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo as principais: Recuperação de Trechos Rodoviários; Restauração de Rodovias Federais; Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias; Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias, e Manutenção de Trechos Rodoviários.

O PIR IV (Programa Integrado de Revitalização) trata da realização de obras de recuperação e dos serviços de manutenção e conservação rotineira, visando a trafegabilidade em nível regular a bom por um período de vida útil de até 4 anos.

O Crema (Contratos de Restauração e Manutenção) foi criado para consolidar as atividades de recuperação e manutenção por meio de contratos de gestão sob a responsabilidade direta do contratado na execução das obras, com a meta de atingir 30 mil km de rodovias contratadas e mantidas até 2010.

Existem ainda as ações de restauração e conservação tradicional executadas por meio de contratos específicos.

Em 2007 foram restaurados 6.600 km e conservados aproximadamente 50.000 km em vários trechos das rodovias federais.

SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

O PRO-SINAL (Programa de Sinalização nas Rodovias Federais), em implementação desde 2006, é responsável pela realização de serviços de sinalização e segurança nos principais eixos rodoviários federais, nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal, num total de até 48 mil quilômetros. A ação consta do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Em 2007 foram executados 7.030 km de pintura (sinalização horizontal), correspondendo a 14,64% do programa, totalizando 26.525 km (55,19% do programa) em 2006 e 2007. Em placas (sinalização vertical), foram implantados 31.283 m², correspondendo a 16,27% do Programa, totalizando 72.320 m² (37,60% do programa) em 2006 e 2007.

OPERAÇÃO DO SISTEMA DE PESAGEM DE VEÍCULOS

Consiste na implantação de um dispositivo eficiente de controle de cargas nas rodovias para coibir os excessos e garantir a vida útil dos pavimentos. Atualmente está em curso a licitação de 78 postos de pesagem existentes, sendo que destes, 45 operarão com equipamentos fixos e 33 equipamentos portáteis. O total de postos de pesagem que serão operados pelo DNIT será de 238 postos. A entrada em operação destes postos dar-se-á até o ano de 2010.

No ano de 2007 estavam inscritos no programa de manutenção da malha rodoviária federal R\$ 1,05 bilhão em restos a pagar e foram executados R\$ 937,5 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 3,3 bilhões sendo que efetivamente liquidado foi R\$ 1,5 bilhão.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

O programa tem como objetivo garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso. As principais ações do programa são:

Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário

No ano de 2007 foi reforçada a fiscalização junto aos agentes econômicos afins às atividades de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária no sentido de identificar e reprimir o exercício de atividades lesivas ao interesse dos usuários e prejudiciais ao sistema regulado. Foram realizadas 983 ações de fiscalização, representando um incremento na atividade que superou a meta programada em mais de 850%, com conseqüentes reflexos positivos no ambiente concorrencial e na eficiência dos sistemas de transportes aquaviários e na exploração da infra-estrutura portuária.

Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário

No aperfeiçoamento do marco regulatório destacam-se as seguintes normas:

- Norma de Fiscalização das Atividades das Administrações Portuárias (Resolução nº 858/07-Antaq);
- Norma para Outorga de Autorização à Pessoa Jurídica para Operar na Navegação de Longo Curso, de cabotagem, de Apoio Marítimo e de Apoio Portuário (Resolução nº 843/07-Antaq); e
- Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiros e de Serviço de Transporte Misto na Navegação Interior de Percurso Longitudinal, Interestadual e Internacional (Resolução nº 912/07-Antaq).

No que se refere a outorgas, na área dos serviços de transporte, foram emitidos 108 Termos de Autorização relativos a navegação marítima e de apoio, navegação interior e a terminais de uso privativo.

Na área de infra-estrutura portuária, importa destacar a aprovação de projetos de implantação de arrendamentos nos Portos de Itaguaí, Imbituba, Itajaí, Vitória, Porto Alegre e São Francisco do Sul, que resultarão em investimentos da ordem de R\$ 482,4 milhões, bem como as autorizações para construção e exploração de 12 terminais de uso privativo, na modalidade de uso misto que importarão em investimentos da ordem de R\$ 1,3 bilhão e num acréscimo da oferta da infra-estrutura para movimentação de carga de cerca 80 milhões de toneladas.

Relativamente à movimentação de cargas no sistema portuário, observou-se, até novembro, um aumento geral de 5,6%, passando de 692,8 para 731,4 milhões de toneladas. A movimentação de contêineres no período considerado apresentou um crescimento de 11,5%, passando de 4,0 milhões para 4,4 milhões de unidades; a movimentação de grãos sólidos cresceu 6,5% passando de 415,7 para 442,6 milhões de toneladas.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 3,0 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 2,8 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 45,4 milhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 40,8 milhões.

MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

O objetivo do programa é manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores. A execução das atividades de manutenção está a cargo de oito Administrações Hidroviárias vinculadas a quatro Companhias Docas.

Administração das Hidrovias

Esta ação contempla a administração das seguintes hidrovias: da Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Araguaia – Tocantins, Nordeste, São Francisco, Paraná, Paraguai, Sul.

A Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – Ahimoc compreende os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre. É composta pelos seguintes rios navegáveis: Solimões, Amazonas, Negro, Branco, Juruá, Purus, Japurá e Madeira. Concentrou suas atividades no programa de monitoramento ambiental, vistoria técnica, serviços de manutenção preventiva, dragagens de manutenção e desobstrução do canal navegável do Rio Madeira com retirada de paliteiros e dragagem de aprofundamento do Canal do Pucu. Foram trabalhados 1.192 km de rio, aplicando-se a importância de R\$ 3,1 milhões.

A Administração das Hidrovias do Nordeste - Ahinor compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (Bacias do Nordeste), sendo composta pelo rio Parnaíba e bacias hidrográficas costeiras, situadas entre os rios Gurupi e São Francisco. A Ahinor executou ações num total de R\$ 0,7 milhão, tendo como rios beneficiados o Mearim, Grajaú, Parnaíba, Preguiças, Santa Rosa, Pindaré e Hidrovia do Parnaíba, incluindo a Região do Delta. Foi trabalhada uma extensão de 1.752 km de rios, sendo os principais serviços: desobstrução dos leitos, limpeza e conservação de margens, remoção de vegetação aquática, recuperação e melhoramentos de atracadouros hidroviários.

A Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental - Ahimor compreende os Estados de Mato Grosso, Pará e Amapá e abrange os rios: Amazonas, Trombetas, Teles Pires, Tapajós, Xingu, Tocantins, Capim e Guamá. As principais atividades desenvolvidas pela Ahimor no ano de 2007 se concentraram em: manutenção do balizamento do rio Tocantins: trecho Tucuruí-Foz, projeto básico do derrocamento da Pedra do Lourenço-Vila Tauri, inspeção da hidrovia Capim-Guamá, reforma da balsa Fé em Deus VIIB, recuperação de instalações de apoio dos portos, recuperação da draga Goiás, renovação da licença ambiental e atendimento a condicionantes do porto de São Francisco, tendo sido executados R\$ 3,3 milhões.

A Administração das Hidrovias do Tocantins – Araguaia – Ahitar, compreende os Estados do Tocantins, Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás e abrange os rios o Tocantins, Araguaia e das Mortes, com uma extensão de 3.488 km de vias navegáveis. As principais atividades realizadas pela Ahitar foram: projeto básico para a revitalização da sinalização do canal navegável do rio Tocantins – Miracema/TO a Estreito/MA e sua execução, manutenção de embarcações da administração situada em Conceição do Araguaia/PA, manutenção da sinalização do rio Araguaia no trecho Pau d'arco-Xambioá e implantação da nova sede da Ahitar em Palmas/TO. Foram executados R\$2,4 milhões.

A Administração das Hidrovias do São Francisco - Ahsfra compreende os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Sergipe e abrange os rios São Francisco, Grande e Corrente com uma extensão de 1.578 km de vias navegáveis. A Administração da Hidrovia executou R\$ 1,6 milhão, tendo realizado as seguintes ações: reimplantação/readequação e manutenção do balizamento flutuante e fixo no trecho Pirapora-Juazeiro e reativação do sistema de monitoramento operacional da hidrovia.

A Administração da Hidrovia do Paraná – Ahrana compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul e abrange os rios Paraná, Tiete, Paranaíba, Grande, Ivaí e Ivinhema com uma extensão de 1.668 km de vias navegáveis.

A Ahrana executou R\$ 5,6 milhões realizando as seguintes ações: manutenção do balizamento da hidrovia do rio Paraná nos trechos Itaipu-Porto Primavera e Porto Primavera-São Simão, sondagens geotécnicas e projeto básico e executivo do rebaixamento do canal Guairá/PR.

A Administração da Hidrovia do Paraguai – Ahipar compreende os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e abrange os rios Paraguai, Cuiabá, Miranda, São Lourenço e Taquariejauro com uma extensão

de 1.280 km de vias navegáveis. A Ahipar executou R\$ 6,5 milhões de recursos, realizando as seguintes atividades: controle e prevenção de balseiros, levantamento topo-batimétrico, sinalização do rio Paraguai, dragagem de manutenção no rio Paraguai, monitoramento ambiental, manutenção de equipamentos e melhoria do porto Ladário. Destaca-se que a atividade de melhoramento na Hidrovia do Paraguai no trecho do Jacaré consta do PAC, estando em elaboração termo de referência para obtenção da licença prévia.

A Administração das Hidrovias do Sul – Ahsul compreende os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e abrange os rios: Jacuí, Taquari, Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim, Uruguai e Ibicuí, com uma extensão de 831 km de vias navegáveis. A Ahsul executou R\$ 3,8 milhões e realizou as seguintes atividades: dragagem de manutenção do rio Taquari no trecho Taquari - Bom Retiro, balizamento e sinalização da hidrovia Jacuí-Taquari, monitoramento ambiental e manutenção de barragens e eclusas.

EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIA

O objetivo deste programa é melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos estados da federação. As principais ações do programa estão descritas a seguir.

Concessão e Regulação de Rodovias Federais

No âmbito das concessões rodoviárias foram publicados os estudos e os editais da 2ª etapa e realizada a licitação na modalidade leilão, na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - Bovespa. O Leilão foi do tipo menor tarifa, chegando a deságios de 65,42% do preço de referência estabelecido em estudos.

Ao todo, foram concedidos 2.600 km de rodovias federais para a exploração pela iniciativa privada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos lotes rodoviários a seguir relacionados: BR-153: Divisa MG/SP - Divisa SP/PR (321,6 km); BR-116: Curitiba - Divisa SC/RS (412,7 km); BR-393: Divisa MG/RJ - Entr. BR-116, Via Dutra (200,4 km); BR-101: Divisa ES/RJ - Ponte Rio-Niterói (320,1 km); BR-381: Belo Horizonte - São Paulo (562,1 km) - Rodovia Fernão Dias; BR-116: São Paulo - Curitiba (401,6 km) - Rodovia Régis Bittencourt; e BR-116/376/101: Curitiba - Florianópolis (382,3 km).

Com relação às rodovias já concedidas, foram feitas revisões dos Programas de Exploração das Rodovias - PER, com o objetivo de garantir o deslocamento seguro dos usuários, bem como facilitar o acesso e impulsionar o desenvolvimento econômico de regiões lindeiras, redundando na aplicação de um volume de R\$ 35,00 milhões à rodovia.

Em 2007, foi aprovada a Lei nº 11.442, disciplinando o transporte rodoviário nacional de cargas, que modificou profundamente o setor. Esta lei está em processo de regulamentação pela Agência Nacional de Transporte Terrestre.

O Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC atingiu 907 mil registros, sendo cerca de 762 mil registros para transportadores autônomos, 143 mil para empresas e 681 registros para cooperativas, somando uma frota total superior a 1,7 milhões de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

O transporte internacional de cargas contabilizou 590 empresas brasileiras habilitadas a operar em território estrangeiro e 1.150 empresas estrangeiras habilitadas para operar em território brasileiro.

Foram fiscalizados mais de 7,2 milhões de veículos nas estradas federais concedidas com relação a excesso de peso, a obrigatoriedade do vale-pedágio, ao Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas - RNTRC e a habilitação do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas - TRIC.

Foram realizadas 372 operações de comando de fiscalização em rodovias, no combate ao transporte clandestino, além de uma série de atividades de rotina nos Postos de Fiscalização e Atendimento ao usuário. Ao todo, foram fiscalizados 360.646 veículos, o que representa um aumento de 101% no volume de fiscalizações.

Fato de relevante alcance social foi a intensa ação fiscalizatória, ao longo do ano, no intuito de garantir os direitos e benefícios dos usuários amparados pelo Estatuto do Idoso e pela lei de concessão do Passe Livre a deficientes físicos comprovadamente carentes.

Merece destaque também a fiscalização permanente, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu/PR, fronteira com o Paraguai na qual foram fiscalizados em torno de 48 mil veículos que executavam transporte internacional alternativo, como táxis e vans.

Foi dada ênfase às fiscalizações técnico-operacionais, nas quais foram fiscalizadas as garagens de 44 empresas de transporte de passageiros, detentoras de 70% da frota do setor, buscando averiguar as condições técnicas de operação, com especial enfoque nos itens de segurança, nos aspectos relacionados à manutenção corretiva e preventiva das frotas de veículos e à jornada de trabalho dos motoristas.

Por intermédio de 655 operações efetuadas pelas equipes de fiscalização, foram apuradas denúncias, tendo sido fiscalizados 6.042 veículos e lavrados aproximadamente 1.600 autos de infração.

Concessão e Regulação de Ferrovias Federais

O grande marco de realização em 2007 foi a conclusão do processo de subconcessão do trecho de 720 km entre as cidades de Açailândia/MA e Palmas/TO que, além de se configurar como um novo modelo de captação de recursos - inédito no País por ser a primeira subconcessão de um trecho ferroviário ainda em construção - representou um significativo aporte financeiro - R\$ 1,5 bilhão - que possibilitará a continuidade da implantação deste projeto nos próximos dois anos.

Relativamente às concessões ferroviárias, no ano de 2007 foram investidos aproximadamente R\$ 3,4 bilhões pelos concessionários privados, representando um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Foram aprovados, no ano de 2007, ampliação de pátios de cruzamento e projetos de trechos de acessos das concessionárias a terminais, totalizando um investimento de R\$ 250,5 milhões.

No tocante à produção das concessionárias, destaca-se o crescimento de 18 % no transporte de contêineres e a produção estimada de 250 bilhões de tonelada quilômetro útil - TKU, representando uma evolução de 5 %.

No ano de 2007 ocorreram 1.067 acidentes, 35% menos do que o ano de 2006.

Foram realizadas audiências públicas objetivando colher sugestões para proposta de Resolução que estabelece critérios e procedimentos sobre a exploração da faixa de domínio, vinculada à prestação dos serviços públicos federais de transportes ferroviários.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 2,4 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 1,5 milhão e havia no orçamento do referido ano R\$ 25,9 milhões, sendo que efetivamente liquidado foram R\$ 9,4 milhões.

GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES

O objetivo do programa é coordenar o planejamento, a formulação de políticas setoriais, a avaliação e o controle dos programas na área de transportes. Suas principais ações do programa estão descritas a seguir.

Formulação de Políticas de Transportes

Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT

A versão preliminar do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, foi concluída em abril de 2007, e o seu relatório executivo colocado na íntegra à disposição da sociedade brasileira, na internet. Foi iniciado o aprimoramento do Plano com vistas à sua perenização e institucionalização. Foram realizadas reuniões de

apresentação e discussão em todos os 26 Estados e no Distrito Federal, com a participação dos setores público, privado e usuários envolvidos com transporte, visando atualizar e reavaliar as propostas recebidas. Foi assinado um plano de trabalho para a atualização da base de dados do PNLT e identificação de parâmetros e variáveis que permitam a melhor compreensão da alocação modal de carga geral, bem como maior interação entre as modelagens macroeconômicas e de transportes.

Programa Passe-Livre

O Programa Passe-Livre concede credencial para pessoas portadoras de necessidades especiais viajarem, gratuitamente, em ônibus interestadual. No ano de 2007 foram emitidas 48.167 credenciais, totalizando desde a sua criação 223.100 beneficiados.

Elaboração e aperfeiçoamento de indicadores

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 102/04, de 11/02/04, recomendou ao Ministério dos Transportes que definisse indicadores capazes de avaliar as ações do PPA 2004-2007. Para atendimento da citada recomendação foi feita uma parceria com a Universidade de Brasília – UnB por meio do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU, para elaboração do referido projeto, que teve como objetivo avaliar e reformular os indicadores de desempenho dos programas de transportes constantes do PPA, tornando possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados com a sua execução, servindo como elemento de auxílio à gestão da política do setor.

O conjunto de indicadores propostos é inovador, pois facilitará o acompanhamento da execução dos programas e avaliação do seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidos.

No modelo conceitual adotado os indicadores são independentes dos programas, o que permitirá o acompanhamento contínuo do estado dos transportes no País.

Liquidação e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA

Em 22/01/07, foi editada a Medida Provisória nº 353, dispondo sobre o término do processo de liquidação e a extinção da RFFSA, posteriormente convertida na Lei nº 11.483, de 31/05/2007. Tais instrumentos disciplinam as ações do processo de inventariança, delegando ao Ministério dos Transportes a coordenação e supervisão dos procedimentos administrativos decorrentes. As principais atividades da inventariança referem-se: inventário de bens móveis e imóveis operacionais, inventário de direitos e obrigações dos haveres financeiros, inventários de bens imóveis não-operacionais, contencioso judicial, recursos humanos e outras atividades.

Apesar da magnitude do inventário e de suas peculiaridades, verifica-se que o processo de inventariança da extinta RFFSA encontra-se estruturado e vinha sendo conduzido satisfatoriamente, considerando os meios disponíveis. No entanto, por força da Ação Civil Pública nº 220.38.00049015-0 da 18ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, em 11 de setembro de 2007, foi determinada: “a paralisação do processo de inventariança previsto no art. 4º da Lei 11.453, até que seja admitida a efetiva participação do Ministério Público Federal, naquele procedimento, conforme as cláusulas obrigacionais do Termo de Ajustamento de Conduta e Termo Aditivo de fls. 4.599/614, ficando obstada, até ulterior decisão, a concretização de toda e qualquer transferência de bens prevista na Lei nº 11.483/2007”.

Em 19 de dezembro de 2007, realizou-se reunião onde foi acordado com o Ministério Público Federal apresentação de petição conjunta ao juizado, requerendo a retomada do processo de inventariança, nos moldes previstos no acordo firmado e na legislação pertinente.

Cabe ressaltar que o prazo para conclusão dos trabalhos da inventariança foi prorrogado por um ano, a partir de 22 de janeiro de 2008.

Por meio da Lei nº 11.469/07, de 17/04/07, foi aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 48,9 milhões para aplicação em custeio da inventariança da extinta RFFSA e por meio da Medida Provisória nº 395/07 de 27/09/07 foi aberto crédito extraordinário no valor de R\$ 2,4 milhões para ser aplicado na liquidação de diferenças salariais e verbas rescisórias devidas a empregados desligados pela extinta RFFSA bem como pagamento de pensões por invalidez.

Dissolução e liquidação da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT

A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT criada pela Lei nº 5.908, de 20/08/1973, foi dissolvida pela Lei nº. 10.233, de 05/06/2001, está em processo de liquidação conforme preconizado pelo Decreto nº. 4.135, de 20/02/2002.

No exercício financeiro de 2007 recebeu R\$ 21,9 milhões, sendo R\$ 21,8 milhões para despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios e benefícios, R\$ 100 mil para atender sentença judicial transitada em julgado e R\$ 9 mil para débito judicial periódico (pensão vitalícia) e realizou despesa no aporte de R\$ 18,6 milhões.

Durante o exercício de 2007, além das ações relacionadas aos trabalhos visando a liquidação do GEIPOT, deu-se continuidade às ações relacionadas com o preparo do acervo documental do GEIPOT e da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU (extinta conforme Decreto nº 230, de 15/10/91). Os documentos estão sendo processados, classificados, higienizados e organizados para remessa ao Arquivo Nacional e à Gerência de Administração de Pessoal – GERAP/MP.

A empresa é patrocinadora do Instituto GEIPREV de Seguridade Social e contribuiu com a importância de R\$ 3,8 milhões para manter a seguridade social dos empregados, assim discriminados: R\$ 2,6 milhões, parte patronal, referente às folhas de pagamento e R\$ 1,1 milhão, parte patronal decorrente das decisões judiciais transitadas em julgado.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 84,6 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 55,1 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 656,2 milhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 246,7 milhões.

CORREDOR SAO FRANCISCO

O objetivo do programa é reduzir o custo de transporte de cargas na área que abrange os Estados de Sergipe, Bahia e o norte de Minas Gerais. A região abrangida necessita de investimento na infra-estrutura de transportes para viabilizar o escoamento da produção a custos menores, condição essencial para o desenvolvimento econômico e para a integração da região. O programa permitirá o aproveitamento do potencial do Vale do Rio São Francisco. Suas principais ações estão descritas a seguir.

Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-235 - Pedra Branca - na BR-101 - no Estado do Sergipe

Conhecida como Contorno de Aracaju, a ação compreende duplicação e modernização, com extensão de 14 km, do entroncamento da BR-235 até Pedra Branca. A ação consta do PAC. Na pista nova foi concluído o viaduto de acesso a Itabaiana e a ponte sobre o rio Cotinguiba. Estão em execução os viadutos de Aracaju, Laranjeiras e Pedra Branca. Na pista antiga foi concluída a restauração de 5 km, incluindo as vias laterais. Está em execução a recuperação e alargamento da ponte sobre o rio Cotinguiba.

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia.

A ação contempla a construção e pavimentação de 294 km na rodovia. A ação consta do PAC. Da Divisa PI/BA até Monte Alegre foi concluída a pavimentação (45 km), estando em execução as obras complementares. Para o subtrecho Barreiras - São Desidério (27 km) encontra-se em licitação o Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental - EVTA e foi requerida licença prévia ao Ibama. No segmento a partir de São Desidério (60 km) foram executados 38 km de terraplenagem e 21 km de capa asfáltica. No subtrecho até Correntina (78 km) foram executados 70 km de terraplenagem e 57 km de capa asfáltica. Para os segmentos de Correntina até a Divisa BA/MG (22 km) estão em elaboração os termos de referência para licitação dos estudos ambientais e projeto executivo.

Construção de Contorno Ferroviário - no Município de São Felix - no Estado da Bahia

A obra, com 17 km de extensão e dez obras de arte especiais, foi iniciada em 2006 e paralisada por questões ambientais, tendo sido liberada em outubro de 2007 mediante atendimento das condicionantes. O Ibama concedeu licença de instalação e autorização de supressão vegetal em novembro de 2007. O reinício das obras depende de revisão do projeto executivo da ponte e da contratação de supervisão.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 95,8 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 63,0 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 258,0 milhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 110,2 milhões.

CORREDOR LESTE

O objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de carga na área abrangida pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A sua implementação permitirá a modernização, adequação, manutenção e ampliação da infra-estrutura de transporte existente na região, racionalizando o transporte de cargas e passageiros, reduzindo os seus custos e oferecendo melhores condições de atendimento aos usuários, principalmente no quesito segurança. As principais ações do programa são descritas a seguir.

Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo

A licitação para contratação das obras do contorno, com extensão de 26 km foi concluída. A ação consta do PAC.

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais

Trata-se da duplicação do trecho Araguari – Uberaba – Uberlândia, cuja extensão é de 135 km. A ação consta do PAC. No trecho Uberlândia – Uberaba foram executados 10,86 km; no trecho Uberlândia – Araguari os projetos foram concluídos e os estudos ambientais encaminhados ao Ibama para aprovação.

Adequação de Trecho Rodoviário - Governador Valadares - Belo Horizonte - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais

Trata-se da duplicação do trecho Belo Horizonte – Ipatinga – Governador Valadares, incluindo a construção, em pista dupla, do contorno de Belo Horizonte no subtrecho Betim – Ravena, com extensão total de 382,5 km. A ação consta do PAC e os dados foram obtidos do Relatório do 3º Balanço do PAC. Encontram-se em execução obras de adequação de capacidade no subtrecho João Monlevade - Nova Era – Ipatinga (79 km), com a eliminação de pontos críticos, revitalização do pavimento e melhorias nas interseções.

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MG - Entroncamento BR-365 - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais

Trata-se da duplicação da rodovia BR-153 entre a Divisa GO/MG e o Entroncamento com a BR-365, (Trevão) com 56km, onde foram executados 16,46 km de pista nova e concluída a restauração da pista antiga. A ação consta do PAC.

Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais

Trata-se da duplicação da BR-365, no trecho Entroncamento com a BR-153 - Uberlândia (95km), com extensão total de 151 km., houve execução 2,2 km. Está em vias de conclusão a terraplenagem na travessia de Uberlândia. A ação consta do PAC..

Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso Sul Paraopeba - Entroncamento MG-424 (p/ Sete Lagoas) - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais

A ação compreende a duplicação de 48 km entre Sete Lagoas e Curvelo. A ação consta do PAC. As obras foram iniciadas em junho de 2007, estão concluídos 10,5 km; estão em execução 7 km, três passagens inferiores e um viaduto.

Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 - Entroncamento BR-040 - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro

A ação faz parte do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e compreende a construção de pista dupla em trecho da BR-493, entre o Entroncamento com BR-101 e o Entroncamento BR-040, com extensão de 71 km. A ação consta do PAC. Foram concluídos os estudos ambientais e o projeto básico, publicado o convênio entre o DNIT e o DER-RJ, obtido a licença prévia junto à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA, em outubro/2007 e assinado em novembro/2007 convênio de delegação com o estado para execução das obras.

Adequação de Acesso Rodoviário na BR-101 - Acesso ao Porto de Itaguaí - no Estado do Rio de Janeiro

Esta ação faz parte do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, compreende a adequação do acesso ao porto de Itaguaí, com extensão de 26 km. A ação consta do PAC. No subtrecho de acesso ao Porto de Itaguaí (4 km) foi iniciada a obra do viaduto do trevo Entr. BR-101 – Acesso Porto de Itaguaí.

Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro

Esta ação faz parte do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro. A ação consta do PAC. No subtrecho Santa Cruz - Mangaratiba (22 km) foram concluídos 15 km de terraplenagem e estão em execução 3,5 km de pavimentação, as pontes sobre os rios Guandu e Itaguaí e sobre os canais Itá, São Fernando e rio da Guarda..

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/MG - Ilícinea - Divisa MG/SP - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais

Esta ação compreende a pavimentação de 136 km entre Ilícinea e São Sebastião do Paraíso. A ação consta do PAC. No subtrecho Jacuí – São Sebastião do Paraíso (33 km) foi concluída a pavimentação; no subtrecho Alpinópolis – Jacuí (55 km) foram executados 31 km e 4 pontes.

Construção de Contornos Ferroviários no Município de Campo Belo/MG - no Estado de Minas Gerais

Esta ação consiste na construção de 8,7 km de linha férrea em bitola métrica, com a construção de pátio de cruzamento e manobras, dois viadutos rodoviários e três passagens inferiores. Em 2007, foram iniciadas e concluídas as obras de arte especial, incluindo infra-estrutura e terraplenagem. Foram adquiridos materiais metálicos pelo DNIT por meio do pregão eletrônico.(SIGPlan - Situação atual: Falta trilho e assessorios de responsabilidade do DNIT, material este que já foi adquirido, falta apenas parte de saldo orçamentário para concluir a aquisição.)

Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Barra Mansa - no Estado do Rio de Janeiro

Esta ação trata de adequação da linha férrea no perímetro urbano do município, com a retirada do pátio que atualmente se encontra no centro da cidade de Barra Mansa e posterior construção de um novo pátio em Anísio Braz. A ação consta do PAC. Foi concluído e aprovado o projeto executivo de engenharia. Abertos os processos licitatórios para contratação das obras e da supervisão. Adquiridos pelo DNIT material metálico de superestrutura ferroviária.

Adequação de Trecho Rodoviário – Aparecida de Goiânia -Itumbiara - na BR-153 - no Estado de Goiás

Trata-se da duplicação e restauração de 187 km entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara. A ação consta do PAC . Foram concluídos 60,0 km de pavimentação na pista nova e na pista antiga foram restaurados 30,0 km . No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 303,4 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 184,7 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 959,0 milhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 267,1 milhões.

CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

O objetivo do programa é reduzir o custo de transporte de cargas na área abrangida pelos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais. A implementação das ações nesta área, onde há grande movimentação de cargas e passageiros, visa adequar as vias às suas funções de atender ao tráfego pesado minimizando as interferências nas vias urbanas, beneficiando o sistema de transporte como um todo, melhorando a segurança, o

conforto e reduzindo o custo de transporte de cargas na região. As principais ações do programa são:

Apoio a Construção do Rodoanel - trecho Sul - no Estado de São Paulo

Construção do Rodoanel - Trecho Sul - no Município de São Paulo - no Estado de São Paulo

Esta ação compreende a construção do Rodoanel de São Paulo/SP – Trecho Sul, com extensão de 61,5 km, interligando o trecho oeste com as rodovias Anchieta e Imigrantes, em convênio com o Estado de São Paulo. A ação consta do PAC. As obras desta ação foram divididas em 5 lotes e foram iniciadas em maio/2007. No Lote 1 foram concluídos 1,5 km de terraplenagem e estão em execução 7 km. Em execução também passagem inferior na interligação da Avenida Papa João XXIII com Borda do Campo e mais 3 obras de arte especial. No Lote 2 estão em execução 2 km de terraplenagem, 2 pontes e 1 viaduto, na interseção da via Anchieta - Pátio da Volks, com a favela Areião. No Lote 3 foi concluído o canteiro de obras e estão em execução os pré-moldados, a cravação das estacas para a ponte de 1.763 m sobre a represa Billings e o viaduto sobre a rodovia dos Imigrantes. No Lote 4 estão em execução 15 km de terraplenagem, a passagem inferior da Av. Sadamu Inoue/Palheiros, a ponte sobre a Represa Guarapiranga e a passagem inferior da Av. Paulo Guilguer Reimberg. No Lote 5 foram concluídos 4 km e estão em execução 8 km de terraplenagem e 13 obras de arte especial. Foi publicado termo aditivo ao convênio em novembro/2007. Os recursos destinados ao Rodoanel de São Paulo foram transferidos por meio de convênio ao Estado de São Paulo, sendo que a 1ª ação foi classificada em 2007 como PAC a 2ª ação como demais. As prestações de contas ainda não foram realizadas, haja vista, que a maior parte dos recursos só foi liberada no final do ano de 2007.

Construção de Ponte sobre o Rio Paraná entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS) - na BR-158 - no Estado de São Paulo.

Trata-se da construção de ponte sobre o Rio Paraná com extensão de 1.770 m. A ação consta do PAC. Foi assinado convênio entre o DNIT e o Governo do Estado de São Paulo para o reinício das obras, tendo sido instalado o canteiro de obras. O DNIT está licitando a supervisão.

Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo

Esta ação trata da construção de pátio e contorno ferroviário em Araraquara, com extensão de 27 km de linhas de pátio e 12 km de contorno. A ação consta do PAC. Foram abertos os processos licitatórios e contratação das obras de engenharia e supervisão. Foram adquiridos pelo DNIT material metálico de superestrutura. (situação atual no SIGPlan (14-01-08): Contrato da obra assinado, Empenhado valores para: obra, revisão da desapropriação, Assessorios de superestrutura e parte dos trilhos; Conclusão da licitação da supervisão da obra prevista para conclusão até 31/01/2008; Desapropriação em andamento; Declaração de Utilidade Pública do contorno, para efeitos de desapropriação, prevista para conclusão até 30/01/2008; Início das obras previsto para inícios até 28/02/2008).

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 51,0 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 36,4 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 169,4 milhões sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 261,0 milhões.

CORREDOR MERCOSUL

O objetivo do programa é reduzir o custo de transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul. As ações visam elevar a segurança e o nível de serviço oferecido pelas vias que compõem o Corredor, diminuindo os custos de transporte e eliminando gargalos no desenvolvimento econômico e social dos estados do sul do País, aumentando a integração econômica do Brasil com outros países do Mercosul.

As principais ações do Programa são:

Construção de trecho rodoviário – São Miguel do Oeste – Fronteira Brasil/ Argentina – na BR-282 no Estado de Santa Catarina

Construção de Trecho Rodoviário - São José do Cerrito - Campos Novos - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina

Estas ações compreendem a construção e pavimentação de 133 km na BR-282/SC. As ações constam do PAC. Estão em execução pelo 10º BEC: no subtrecho Lages – São José do Cerrito (32 km), os 5 km restantes da pavimentação; no subtrecho São José do Cerrito – Campos Novos (71 km) a terraplenagem está concluída em 66 km e os 5 km restantes estão em execução e no subtrecho de 30 km entre São Miguel D'Oeste e Paraíso (Fronteira com a Argentina) as obras foram iniciadas em 05/11/2007 com execução de 6 km de terraplenagem.

Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná

Esta ação consiste na adequação do contorno leste de Curitiba, cuja extensão é de 45 km. A ação consta do PAC. As obras complementares estão em fase final de execução, tendo sido concluída a implantação de 10 dispositivos de proteção ambiental (bacias de contenção) contra acidentes envolvendo cargas perigosas.

Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 no Estado de Santa Catarina

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - São José do Norte - na BR-101/RS - no Estado do Rio Grande do Sul

Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul - Trecho Divisa SC/RS - Osório – RS

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul

Trata-se de duplicação de 348 km de Palhoça/SC a Osório/RS. A ação consta do PAC.

No Estado de Santa Catarina foram concluídos 49,51km de pista nova, tendo sido liberados 30 km ao tráfego. Foram concluídas seis pontes e dez viadutos, estando em execução 58 obras de arte especial. Foram restaurados 22 km da pista antiga. Estão em elaboração os projetos executivos da travessia da Lagoa do Imaruí e do Túnel do Morro do Formigão. Encontra-se em processo licitatório a contratação do projeto executivo do Túnel do Morro dos Cavalos.

No estado do Rio Grande do Sul foram liberados ao tráfego 11,27 km (concluídos com o saldo do RAP de 2005) de pista nova nas proximidades de Osório, concluídas 2 pontes, 7 viadutos e concluído o elevado da Várzea do Maquiné, composto de 3 pontes e 3 viadutos, com extensão de 2,5 km. Encontra-se em execução o túnel duplo do Morro Alto, com 2 km de extensão. Na pista antiga foram restaurados 18 km. O trecho entre Aguapés e Osório, com 22 km, está em fase de conclusão.

Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Rosário do Sul - na BR-158 - no Estado do Rio Grande do Sul

Trata-se da construção e pavimentação de 68 km de rodovia. A ação consta do PAC. Foram concluídos 34 km de capa asfáltica e 14 km de terraplenagem, estando em execução a terraplenagem dos 20 km restantes.

Construção de Contorno Ferroviário - Município de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina

Trata-se da construção de contorno ferroviário em São Francisco do Sul com extensão de 8,3 km; esta obra esteve interrompida em razão de pendências judiciais. A ação consta do PAC. Em 2007 foram desapropriados 4,5 km da faixa de domínio para construção da ferrovia, renovada a licença de instalação e adquirido pelo DNIT material metálico de superestrutura.

Prolongamento de trecho de rebaixamento da linha férrea - no Município de Maringá/PR - no Estado do Paraná

Trata-se de prolongamento e rebaixamento de linha férrea da cidade de Maringá/PR com extensão de 5,88 km, em parceria com a Prefeitura Municipal de Maringá. Em 2007 foram executados, no segmento leste, serviços de terraplenagem, drenagem, obras de contenção e construção de grades provisórias em 3 km.

Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Joinville - no Estado de Santa Catarina

A ação consiste na construção de contorno ferroviário em Joinville com extensão de 18 km e esteve interrompida em razão de pendências judiciais. A ação consta do PAC. Em novembro de 2007 foi assinado o contrato para execução das obras, sendo que a área a ser desapropriada foi declarada de utilidade pública. Foi aberto processo licitatório para contratação da supervisão. O DNIT adquiriu material metálico de superestrutura ferroviária. No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 462,7 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 381,0 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 1,2 bilhão, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 428,7 milhões.

CORREDOR NORDESTE

O objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. As ações que compõem o Corredor visam a promoção da expansão econômica regional, o fomento e a ampliação da integração com os grandes centros consumidores. O programa pretende possibilitar a abertura de oportunidades de novos negócios na região, viabilizando a agroindústria e melhorando os transportes regionais.

As principais ações do programa são:

Adequação de Trecho Rodoviário - João Pessoa - Campina Grande - na BR-230 - no Estado da Paraíba

Consiste na duplicação de 112 km entre João Pessoa e Campina Grande. A ação consta do PAC. Nesta obra tem-se concluídos na pista nova 92 km de pavimentação e 32 km de terraplenagem. Na pista antiga foram restaurados 33 km.

Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 - nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Trata-se de obra na BR-101/Nordeste (RN/PB/PE/AL) compreendendo a duplicação e adequação de capacidade entre Natal/RN e a Divisa AL/SE, numa extensão total de 652 km. As ações constam do PAC.

O 1º BEC está executando as obras desde o perímetro urbano de Natal até o acesso a Arêz, no Rio Grande do Norte, tendo concluído 10 km, 1 ponte e 35 km de restauração. O 2º BEC concluiu 2 km do subtrecho do acesso a Lucena até a divisa com o Estado de Pernambuco, na Paraíba; os 3º e 4º BECs concluíram 3 km e 4 obras de arte especial, da divisa com a Paraíba até Igarassu (Contorno do Recife), em Pernambuco. Todos os demais trechos do Rio Grande do Norte a Pernambuco foram contratados e as obras estão em andamento, tendo sido concluídos 3 km na Paraíba, restaurados 2,5 km e construídas 7 obras de arte especial em Pernambuco. No trecho da Divisa de Pernambuco até a Divisa com Sergipe estão em conclusão o projeto executivo e foi aprovado o EIA/RIMA. Essa obra é contemplada pelas seguintes ações:

- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/RN - Divisa PB/PE - na BR-101 - no Estado da Paraíba;
- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco; e
- Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Norte

Adequação de Trechos Rodoviários - Fortaleza- Pacajus - na BR-116/CE - no Estado do Ceará

Trata-se de adequação no trecho, com extensão de 68,3 km estando concluídos 38 km.

Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina

Desapropriação de área para a construção da Ferrovia Transnordestina ligando os portos de Pecém/CE a Salgueiro/PE, de SUAPE/PE a Eliseu Martins/PI, passando por Salgueiro/PE, com extensão de 1.671,60 km. A ação consta do PAC.

O estado da arte desta obra é:

Trecho Pecém/CE-Salgueiro/PE:

- Subtrecho Pecém/CE - Missão Velha/CE (521 km): assinado contrato em dezembro de 2007 com Governo do Estado do Ceará para a desapropriação da faixa de domínio da ferrovia.
- Subtrecho Missão Velha/CE – Salgueiro/PE (com 100 km), 85 km de faixa de domínio já foram desapropriadas e 15 km em fase final de desapropriação

Trecho Suape/PE-Eliseu Martins/PI

- Subtrecho Suape/PE – Salgueiro/PE: assinado contrato em dezembro de 2007 com o Governo do Estado do Pernambuco para a desapropriação da faixa de domínio da ferrovia.
- Subtrecho Salgueiro/PE – Trindade/PE (137 km): desapropriações já iniciadas através do convênio com o Governo do Estado de Pernambuco.
- Subtrecho Trindade/PE – Eliseu Martins/PI: assinado contrato em dezembro de 2007 com o Governo do Estado do Piauí para a desapropriação da faixa de domínio da ferrovia.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 326,7 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 241,5 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 1,1 bilhão, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 133,2 milhões.

CORREDOR OESTE-NORTE

O objetivo do programa é reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange parte dos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso. A região constitui-se em uma das novas fronteiras de desenvolvimento, com solos e topografia favoráveis à produção de grãos em larga escala. O principal meio de transporte da população local são os barcos que transportam passageiros e cargas entre as diversas localidades, daí a importância social da construção de terminais hidroviários na região. As principais ações do programa encontram-se descritas a seguir.

Construção de Trecho Rodoviário - Itaituba - Altamira (Anel Viário) - Marabá - Divisa TO/PA - na BR-230 - no Estado do Pará

Trata-se de construção e pavimentação do trecho Marabá – Altamira – Medicilândia - Rurópolis, com extensão de 834 km. A ação consta do PAC. No subtrecho Marabá – Altamira (485 km) a obra foi contratada e está em elaboração o Plano Básico Ambiental para obtenção da Licença de Instalação - LI; no subtrecho Altamira – Medicilândia (94 km) foram concluídos 51 km de terraplenagem e 20 km de pavimentação e no subtrecho Medicilândia – Rurópolis (256 km) está em elaboração o Plano Básico Ambiental para obtenção de LI e o projeto executivo está em fase de contratação.

Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas

Trata-se da restauração e pavimentação do trecho Manaus/AM – Divisa AM/RO, com 743 km de extensão. A ação consta do PAC. No subtrecho rio Careiro-Castanho ao km 303 (205 km) foram concluídos os projetos executivos das pontes Careiro-Castanho, Tupana e Igapó-Açu. Em agosto de 2007 foi iniciado pelo 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército - BEC, a partir do rio Tupana, 2 km de terraplenagem; para o subtrecho km 383 – Entroncamento BR-230 (273 km) estão em elaboração o EIA/RIMA (incluindo o segmento km 250 – km 383) e o projeto executivo; para o subtrecho Entroncamento BR-230 – Humaitá (23 km) está em execução o projeto executivo e foi solicitada Autorização de Supressão Vegetal - ASV ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, tendo sido autorizado o 7º BEC a executar os serviços de restauração, melhoramentos e pavimentação; no subtrecho Humaitá – km 814 (135 km) as obras foram iniciadas do km 679 ao km 719 em agosto, pelo 7º BEC, tendo sido executados 8 km de terraplenagem. Também foram iniciadas as obras entre os km 764 e km 814, após a emissão da ASV pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAAM, em dezembro.

Construção de Trecho Rodoviário - Diamantino - Sapezal - Comodoro - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso

Trata-se de pavimentação de 755 km entre Diamantino e Comodoro, interligando os eixos

rodoviários formados pelas BR-163/MT e BR-174/MT. A ação consta do PAC. Nesta ação no subtrecho Diamantino - Parecis (62,0 km) foram pavimentados 43 km; no subtrecho Parecis - km 720 (44 km) foram pavimentados 2 km e no subtrecho km 720 - Itanorte (79 km) foi iniciado o processo licitatório do projeto executivo.

Construção de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas nos municípios de Autazes, Boca do Acre, Borba, Coari, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manicoré, São Raimundo, Tabatinga e Tefé

Trata-se da construção de 11 terminais hidroviários no Estado do Amazonas, nos municípios supracitados, tendo como executor o governo do estado. As ações constam do PAC. Foram renovadas as licenças ambientais e retomadas as obras em Coari, Itacoatiara, São Raimundo e Tefé, após o rebaixamento do nível d'água; em Manacapuru as obras foram retomadas após resolvidas pendências judiciais.

Construção de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas nos municípios de Barcelos, Benjamin Constant, Cacau Pirera, Fonte Boa, Humaitá, Jutai, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tonantins, Urucará e Urucurituba

Trata-se da construção de 16 terminais hidroviários no estado do Amazonas, nos municípios supracitados, tendo como executor a Companhia Docas do Maranhão - Codomar. Estas ações constam do PAC. Foram renovadas as licenças ambientais de todos os terminais, concluídos os projetos executivos e realizados os processos licitatórios em Santo Antônio do Içá, Barcelos, Fonte Boa, Jutai, Manaquiri, Santa Isabel do Rio Negro, São Paulo de Olivença, Tonantins, Urucará, Urucurituba, Benjamin Constant e Humaitá. As obras civis foram iniciadas em Humaitá, Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Foi iniciada a mobilização de equipamentos para começar as obras civis em Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa.

Construção de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas nos municípios de Maués, Nhamundá, Parintins/Vila Amazônia e São Sebastião do Uatumã

Trata-se da construção de quatro terminais hidroviários no Estado do Amazonas, nos Municípios citados, tendo como executores as respectivas prefeituras municipais. Estas ações constam do PAC. Em Nhamundá foi concluído o cais flutuante e as obras navais, sendo que as obras civis estão em conclusão; em Maués está em construção o cais flutuante; em São Sebastião de Uatumã foi concluído o projeto básico e o projeto executivo está em andamento. Em Parintins/Vila Amazônia estão sendo resolvidas pendências judiciais.

Construção de Terminal Fluvial no Estado do Pará no Município de Santarém

Trata-se da construção de terminal hidroviário no Estado do Pará, no Município de Santarém, tendo como executor a prefeitura municipal. Esta ação consta do PAC. O projeto básico está em fase de readequação. No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 184,0 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 61,7 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 617,7 milhões, sendo que efetivamente liquidado foram R\$ 32,7 milhões.

CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

A redução dos custos de transporte de cargas na área que abrange os estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás é o objetivo do programa, concebido para constituir um eficiente sistema de integração nacional, ligando principalmente as regiões sul e sudeste com as regiões norte, nordeste e centro-oeste. Trata-se de um modelo multimodal, envolvendo os transportes rodoviário, ferroviário e hidroviário, voltado para otimizar o escoamento da produção mineral e agroindustrial para os principais mercados consumidores, valendo-se da infra-estrutura portuária existente. As principais ações deste programa são:

Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso

Trata-se de construção e pavimentação do trecho com extensão de 515 km. A ação consta do PAC. Em 2007 foi aprovado o EIA/RIMA para o subtrecho Divisa PA/MT – Entroncamento BR-242 (270 km), excluindo-se a área indígena. Para o subtrecho Entroncamento BR-242 – Ribeirão Cascalheira (245 km) foi emitida, pelo IBAMA, a licença de instalação para as obras de encabeçamento das pontes; foi ainda aprovado o EIA/RIMA.

Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO - na BR-060 - no Distrito Federal

Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Entroncamento BR-153/GO - na BR-060 - no Estado de Goiás

As ações consistem na adequação do trecho Brasília - Anápolis, numa extensão de 93,1 km. A ação consta do PAC. As obras de duplicação foram concluídas assim como os serviços de restauração da pista antiga.

Construção de Trecho Rodoviário - Cocalzinho - Niquelândia - na BR-414/GO - no Estado de Goiás

Trata-se da construção de trecho rodoviário na extensão de 169 km, entre Cocalzinho e Niquelândia, região produtora de minério. A ação consta no PAC. Foram concluídos 26 km de terraplenagem e 17 km de pavimentação.

Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 - Águas Lindas de Goiás - na BR-070 - no Estado de Goiás

Trata-se da duplicação de 17 km do trecho entre a Divisa DF/GO e Águas Lindas. A ação consta do PAC. O EIA-RIMA foi aprovado pelo Ibama, estando em elaboração o projeto executivo. As obras nas vias marginais foram iniciadas, tendo sido concluídos 9 km de drenagem. Foi aprovado o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE.

Construção das Eclusas de Tucuruí - no Rio Tocantins - no Estado do Pará

Trata-se da construção de duas eclusas e um canal em Tucuruí, no rio Tocantins, tendo sido executados 56% da obra civil e concluídos 70 % das unidades habitacionais destinadas à realocação das famílias desapropriadas. Foi firmado convênio entre Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Tucuruí para a construção de 300 novas casas populares para reassentamento. A ação consta do PAC.

Construção da Ferrovia Norte-Sul: Aguiarnópolis - Palmas no Estado do Tocantins

Esta ação consiste no tramo Norte da Ferrovia, onde foi inaugurado o trecho Pátio de Aguiarnópolis - Pátio de Araguaína, este último ocupando uma área de 348 mil m², totalizando 362 km de ferrovia construída. Foram iniciadas as obras de implantação dos 358 km seguintes, que ligam o Pátio de Araguaína a Palmas (TO 080) - no qual estão incluídos os Pátios de Colinas do Tocantins e de Guaraí. Neste trecho estão construídos 50 km de ferrovia.

Construção da Ferrovia Norte-Sul: Anápolis-Uruaçu no Estado de Goiás

No trecho sul, Campo Limpo - Ouro Verde de Goiás, com 40 km, em função da indisponibilidade de recursos financeiros, foram realizadas fiscalização e manutenção dos serviços de engenharia já executados, além de gerenciamento ambiental no trecho. A disponibilização de recursos extraordinários, provenientes de Medida Provisória, possibilitou o reinício das obras no trecho Anápolis-Uruaçu, com extensão de 280 km.

A meta de expansão da operação comercial da Ferrovia Norte Sul foi atingida, alcançando a marca de 1,5 milhão de transporte de carga.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 291,0 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 246,0 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 2,1 bilhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 553,2 milhões.

CORREDOR FRONTEIRA NORTE

O objetivo do programa é incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas e Acre com os países da fronteira norte do Brasil. A intenção é prover a região de infra-estrutura de transportes, incentivando o comércio, propiciando ganhos econômicos advindos do aumento da produtividade e da produção do transporte, impulsionando os intercâmbios sociais e culturais que possibilitam

melhoria da qualidade de vida da população local e aumento do fluxo turístico. As principais ações do programa encontram-se descritas a seguir.

Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá

A ação consiste na construção e pavimentação de 309 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque. A ação consta do PAC. No trecho Igarapé do Breu - Calçoene foram concluídas 5 pontes, existem 3 em execução e ainda foram concluídos 5 km de pavimentação. De Calçoene a Oiapoque encontra-se em negociação a implantação do Programa Ambiental Indígena (Estado do Amapá, DNIT e Funai).

Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre

A ação consiste na construção e pavimentação de 394 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. A ação consta do PAC. No trecho Sena Madureira ao km 424 (156 km), foram iniciadas as obras de pavimentação; do km 424 a Feijó (69 km) foram concluídos 4 km de terraplenagem e iniciada a construção de quatro pontes; e de Tarauacá ao rio Liberdade foram concluídos 93 km de pavimentação e quatro obras de arte especial. No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 56,3 milhões em restos a pagar, foram executados R\$ 46,6 milhões e havia no orçamento R\$ 432,8 milhões, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 135,7 milhões.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL

O objetivo do programa é renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte marítimo internacional e nacional, de passageiros e carga, na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira. As suas principais ações estão descritas a seguir.

Financiamento Complementar de Incentivo a Produção Naval e da Marinha Mercante

Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante

Por meio de instrumentos legais, o Governo aperfeiçoou e implementou controles necessários para a eficiência da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, fonte majoritária dos recursos destinados ao fomento da construção naval brasileira. Aperfeiçoamento este determinante para a arrecadação de R\$ 1,3 bilhão em 2007, promovendo a retomada dos investimentos na área da navegação e indústria naval brasileira, disponibilizando recursos que viabilizaram a construção de 72 embarcações, das quais 26 entregues em 2007, totalizando investimentos na ordem de R\$ 1,0 bilhão. Foram priorizadas 92 novas obras no valor global de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

No exercício foram assinados 73 novos contratos de construção, consequência de prioridades pretéritas no montante de R\$ 5,5 bilhões, entre estas: 23 novas embarcações para o programa de renovação da frota da Petrobrás Transporte S.A. - Transpetro; 12 embarcações para apoio as plataformas de petróleo, reduzindo assim a remessa de divisas para o exterior; 23 rebocadores portuários com propulsão azimuthal trazendo mais segurança nas manobras nos portos brasileiros; 2 embarcações de pesca, consolidando o Programa Profrota Pesqueira e a construção do estaleiro Atlântico Sul, no Estado de Pernambuco, com capacidade para produzir embarcações de até 150.000 tonelada peso bruto - TPB.

A indústria naval brasileira utiliza mão de obra intensiva, especializada, em seus processos produtivos; é um elo importante na cadeia logística de transporte, respondendo pela geração de mais de 11.000 novos empregos diretos em 2007, e propulsora do segmento nacional de navieças, pela possibilidade de substituição de diversos itens importados na construção de embarcações, através de parcerias entre os estaleiros e empresas brasileiras.

No ano de 2007 estavam inscritos neste programa R\$ 260,0 milhões em restos a pagar e foram executados R\$ 260,0 milhões e havia no orçamento do referido ano R\$ 1,2 bilhão, sendo que efetivamente liquidados foram R\$ 1,0 bilhão.

6.23. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL: PRIORIDADE PARA OS MAIS POBRES

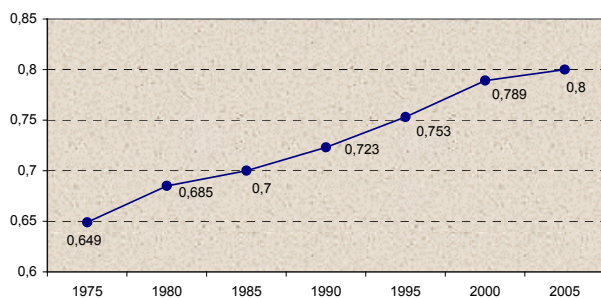
Dentre os principais objetivos estratégicos do Governo para os próximos anos, destacam-se a promoção da inclusão social e a redução das desigualdades. Nesse sentido, o Governo vem centrando esforços em programas que procuram ampliar os níveis de proteção social e as oportunidades para os segmentos historicamente excluídos do acesso a direitos, bens e serviços que garantem condições dignas de vida. As políticas públicas nas áreas da Educação, Saúde, Previdência, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e os programas de transferência de renda cumprem papel destacado na promoção social, na redução da pobreza e na elevação dos patamares de justiça social na sociedade brasileira.

Com efeito, o Brasil está mostrando ao mundo que é possível e necessário compatibilizar estabilidade, crescimento econômico ambientalmente sustentável, distribuição de renda, inclusão e justiça social. Pela primeira vez, desde 1975, quando a ONU passou a calcular a qualidade de vida de diversos países, o Brasil passa a integrar o grupo de países considerados de alto desenvolvimento humano, o que expressa o sucesso de um conjunto de políticas adotadas, em especial, aquelas voltadas aos mais pobres.

Calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara 177 países a partir de alguns indicadores-síntese: expectativa de vida, alfabetização entre os adultos, escolarização e renda da população. O índice varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor é a qualidade de vida das nações. Os resultados, publicados em 2007 e baseados nos dados de 2005, revelam que o Brasil atingiu o índice de 0,800 e ocupa a 70ª posição no ranking dos países avaliados. Mesmo não incorporando ainda os ganhos de 2006, apreendidos pela PNAD, divulgada pelo IBGE, em agosto de 2007, as estatísticas indicam melhorias.

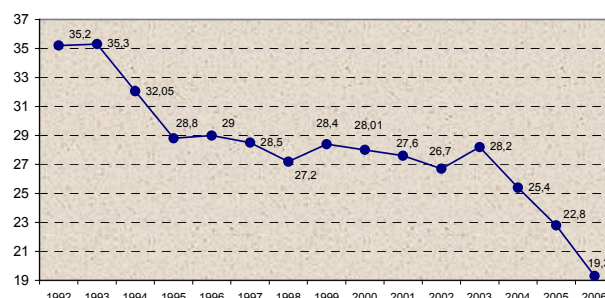
Similarmente, outros estudos sinalizam que o País avançou nos últimos anos na redução da pobreza. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam para a redução consistente da pobreza. Entre 2003 e 2005 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria caiu 19,18%, e somente no ano de 2006 a estimativa de queda foi de 15%, o melhor ano isolado da série histórica. Os gráficos a seguir mostram essas evoluções.

EVOLUÇÃO DO
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO BRASIL



Fonte: PNUD, RDH 2007/2008

MISÉRIA - % DA POPULAÇÃO



Fonte: Fundação Getúlio Vargas - setembro de 2007

No que se refere à pobreza extrema, em 2006, o contingente que vivia com menos de US\$ 1 /dia atingiu novamente o nível mais baixo já registrado – 4,69% da população brasileira – e a redução da pobreza também foi acompanhada pela diminuição da desigualdade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em informações disponíveis na PNAD, é possível identificar a contribuição positiva das transferências de renda (pensões e aposentadorias públicas, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios do Bolsa Família, dentre outros) na melhoria das condições de vida desse segmento com baixo acesso ao mercado de trabalho formalizado.

De acordo com a PNAD 2006, o número de pessoas em condições de extrema pobreza é de aproximadamente 21,7 milhões em todo o Brasil (considerando-se em extrema pobreza os indivíduos que sobrevivem com renda domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo). Todavia, caso fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da previdência e da assistência, estima-se que o número de extremamente pobres subiria para 38,9 milhões de pessoas. Isto é, cerca de 17,2 milhões de pessoas saem dessa condição por conta dos

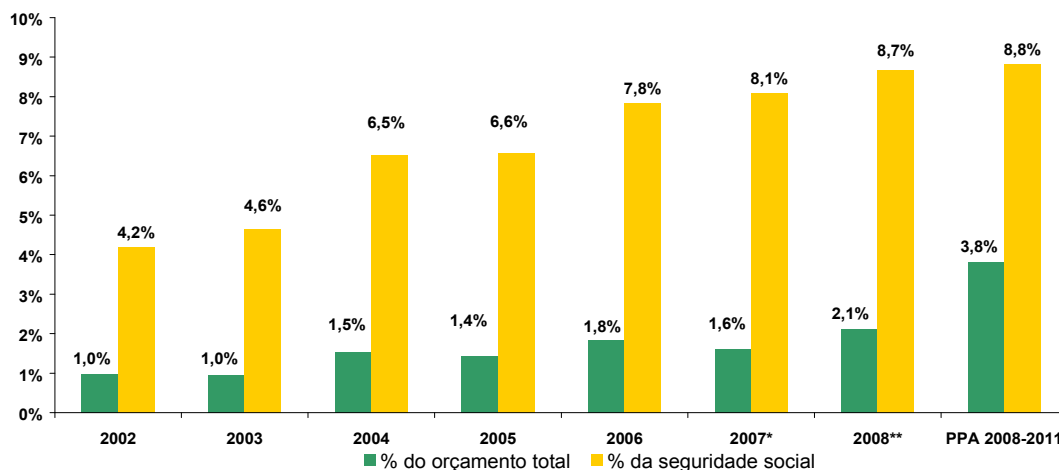
benefícios previdenciários e assistenciais, o que representa uma redução de 44,1% no número estimado dos extremamente pobres no País, caso tais benefícios não existissem.

Nesse contexto, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família ajudam a promover a redução da pobreza e da desigualdade, e tais efeitos positivos são produzidos pelo fato dos benefícios chegarem àqueles que devem de fato ser contemplados pelo critério de renda. Segundo o Banco Mundial, 74% da renda do BPC e 80% da renda do Programa Bolsa Família vão para famílias situadas abaixo da linha de pobreza (renda mensal per capita de até 1/2 salário mínimo).

Por fim, é importante mencionar o 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, divulgado recentemente. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um compromisso firmado pela ONU e 191 países que visa à eliminação da pobreza no Mundo e define 8 objetivos a serem atingidos até 2015. De modo geral, o Brasil tem apresentado bom desempenho, principalmente no que tange à Educação, à Saúde e ao combate à miséria. Quanto ao primeiro objetivo, erradicação da fome e da miséria, o país já superou a meta estipulada de redução em 50% da miséria, isto é, pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia. Em 1990, 8,8% dos brasileiros viviam nessa situação, já em 2005 (dados da PNAD 2005) o percentual baixou para 4,2%. A pobreza continua concentrada na zona rural, todavia, é nesta área que vem ocorrendo o maior decréscimo. Na América Latina e no Caribe, o índice de pessoas em situação de extrema pobreza é de 8,7% (dados de 2004), ou seja, o índice no Brasil situa-se em torno de 50% da média da região.

A prioridade atribuída pelo Governo para os mais pobres reflete-se, dentre outros, no aumento do percentual de recursos destinados à função Assistência Social. O gráfico a seguir mostra a evolução dos recursos da assistência social em relação ao orçamento total da União. Em 2007, registrou-se um crescimento de 60% em relação ao exercício de 2002. Em relação à participação percentual dos recursos da assistência social no total da seguridade social, verifica-se incremento gradativo entre 2002 (4,2%) e 2007 (8,1%).

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL E À SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO



Fonte: SIAFI

Notas:

* Lei+crédito: 30 de novembro de 2007

** PLOA 2008

***PLPPA 2008-2011

Vale ressaltar que ainda é enorme a dívida social, o que deve impulsionar esforços do Estado e da sociedade brasileira para construir uma sociedade mais justa e solidária. Contudo, também é importante reconhecer, algo freqüentemente expresso por diversas nações e por organismos internacionais, que os programas sociais brasileiros têm alterado as condições de vida da população e que os mais pobres têm elevado pouco a pouco sua participação na apropriação dos benefícios do crescimento econômico.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família – PBF foi instituído pela Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro 2003, convertida na Lei nº. 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Trata-se de um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). O Bolsa Família unificou os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás e, ainda, a gestão e operacionalização do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal.

Os benefícios do Bolsa Família são pagos diretamente à família, preferencialmente à mulher, por meio de um cartão magnético e os valores variam de R\$ 18,00 a R\$ 112,00, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças da família. Assim, famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00 recebem um benefício básico de R\$ 58,00 mais um benefício variável de R\$ 18,00 por filho de até 15 anos, até o limite de R\$ 54,00. As famílias com renda entre R\$ 60,01 a R\$ 120,00 recebem apenas o benefício variável, de acordo com a composição familiar, também com o limite de R\$ 54,00. Estes valores passaram a vigorar a partir de agosto de 2007 e são resultado de um reajuste de 18,25%, corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Geral - INPC de outubro de 2003 a maio de 2007. O reajuste foi regulamentado por meio do Decreto nº. 6.157, de 16 de julho de 2007.

No dia 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Medida Provisória nº. 411/07, que instituiu o benefício variável vinculado ao adolescente. Como a família pode receber até dois benefícios vinculados ao adolescente adicionalmente àquele que já recebia e, ainda, o valor deste benefício é de R\$ 30,00 por adolescente, o valor máximo de benefício passa a ser de R\$ 172,00. Este novo valor, no entanto, só entra em vigor no início do ano de 2008.

O objetivo do Programa Bolsa Família é oferecer proteção a todo o grupo familiar e contribuir para seu desenvolvimento. O Programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento de condicionalidades, o que contribui para que as crianças e jovens de famílias beneficiárias possam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e
- Integração com programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento de capacidades as famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Para apoiar seu processo de implementação, o Bolsa Família trabalha com estimativa de famílias pobres, atualmente de 11,1 milhões de famílias. A estimativa é elaborada com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, versão 2004, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meta de atendimento de 11,1 milhões de famílias foi cumprida em meados do ano de 2006, conforme compromisso assumido pelo Governo Federal quando do lançamento do Programa. Desde então, embora não aconteça ampliação da cobertura do Programa, cerca de 50 mil famílias são excluídas a cada mês, em decorrência de mudanças no perfil socioeconômico das mesmas ou como resultado de auditorias realizadas pelo MDS. Ao mesmo tempo, novas famílias são incluídas. Por este motivo, o Programa mantém uma cobertura de 11,1 milhões de famílias, embora aconteça “substituição” de famílias dentro desta cobertura.

Desempenho em 2007

Diferentes especialistas, instituições de pesquisas e organismos de cooperação multilateral têm avaliado os impactos do Programa Bolsa Família. A maior parte desses estudos utiliza dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – Pnad, realizadas pelo IBGE nos anos de 2004, 2005 e 2006. Três temas principais têm sido abordados de forma mais detalhada pelos estudos em curso: as contribuições do Programa para a redução da pobreza e da desigualdade, o grau de focalização e seu impacto na garantia de segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Mais recentemente, também passaram a ser avaliados possíveis impactos no Programa na redução da evasão e do abandono escolar.

Os resultados apresentados pelas Pnad 2004-2006 mostram que o Brasil está reduzindo a pobreza, em especial em seu grau mais extremo, bem como a desigualdade. A maior parte dos estudos em curso mostra que a redução da pobreza observada no período deve-se principalmente à redução da desigualdade. Segundo o estudo “Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade”, que utiliza como referência a Pnad 2004, o Programa Bolsa Família individualmente é responsável por 21% da queda da desigualdade, medida pelo Índice de Gini, observada até aquele momento. É importante considerar que quando foi realizado tal estudo, o Programa ainda não havia atingido a meta de 11,1 milhões de famílias atendidas. Para os autores do estudo, esse resultado é bastante expressivo, em especial quando se considera que o Programa tem custo fiscal menor que 0,4% do PIB. As análises baseadas na Pnad 2006, novamente apontam contribuições do Bolsa Família para a redução da pobreza, em especial a redução da extrema pobreza.

Dentre os estudos que avaliam focalização, merecem destaque análises realizadas pelo Banco Mundial – BIRD, com base em informações da Pnad 2004, que mostra que cerca de 71% das famílias beneficiárias do Bolsa Família estavam no primeiro quintil de renda e que 21% estavam no segundo quintil (também público alvo do Programa). Esse grau de acerto nos mais pobres, segundo o Banco Mundial, é o mais expressivo dentre todos os programas de transferência de renda condicionada em vigor na América Latina e é o melhor entre outros programas brasileiros que também têm como objetivo atender às famílias mais pobres. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA mostram resultados similares.

Também em relação à erradicação da fome e à garantia de segurança alimentar e nutricional, os resultados do Bolsa Família são expressivos. Diferentes estudos realizados mostram que o Programa teve importante impacto na melhoria da situação alimentar e nutricional dos seus beneficiários, e especialmente das crianças. A “Chamada Nutricional”, realizada de forma conjunta pelos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com avaliação nutricional de cerca de 15 mil crianças do semi-árido em 2005 mostrou que a participação no programa reduz o risco de desnutrição crônica em todas as faixas etárias. Os maiores beneficiários de tal melhoria são as crianças com idade entre 6 a 11 meses, faixa em que se observa uma redução do risco em 62,1%. Esse resultado é de suma importância, uma vez que déficits de crescimento nessa faixa etária são irreversíveis posteriormente.

Em relação ao impacto do Bolsa Família na manutenção das crianças na escola, estudo do IPEA com base em dados da Pnad 2006 mostra que, controlando todas as outras variáveis, as crianças e adolescentes de famílias do Bolsa Família têm frequência 1,6% maior que não beneficiários. Na mesma linha, a construção da linha de base para avaliação de impacto do Bolsa Família, realizada pelo Cedeplar/UFGM, mostra que entre o público de 7 a 14 anos atendido pelo Bolsa Família, a taxa de frequência é 3,6% acima da observada no conjunto dos não beneficiários. No público feminino, esta diferença chega a 6,5% e no Nordeste é ainda maior: 7,1%. Entre os beneficiários, a taxa de evasão escolar chega a ser 2,1 pontos percentuais menor no conjunto das crianças em situação de extrema pobreza. Como a taxa de frequência à escola é elevada no País (97,3%), essas diferenças são bastante relevantes na avaliação dos pesquisadores que analisaram os dados.

Apesar dos resultados positivos do Bolsa Família, sabe-se que o desenho e o processo de implementação do PBF não estão consolidados. Vários foram os compromissos e atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2007 com vistas a manter ou aperfeiçoar os resultados obtidos até então. Dentre esses, podem ser citados o aprimoramento dos sistemas de gestão do Programa e a sua descentralização; a implementação de estratégias para garantir maior grau de focalização; a integração com outros programas, com vistas ao desenvolvimento de capacidades das famílias beneficiárias e, ainda, o aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento das condicionalidades.

Os recursos financeiros repassados pelo Bolsa Família para pagamento de benefícios totalizaram R\$ 8,8 bilhões em 2007. Esse montante representa 30% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM e 24% do total de Transferências Constitucionais no mesmo período. Na Região Nordeste, os recursos repassados pelo PBF representam 44% dos recursos repassados pelo FPM e 36% do total das Transferências Constitucionais, o que demonstra a importância desses programas para os cidadãos e, ainda, para a economia da Região. A tabela a seguir compara os montantes de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e das transferências de renda.

COMPARATIVO ENTRE AS TRANSFERÊNCIAS DO PBF E CONSTITUCIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS – 2007 (em R\$ mil)

REGIÃO	FPM (a)	Total das Transferências Constitucionais (b)	Total dos Programas de Transferência de Renda - PBF (c)	PTR / FPM (c/a)	PTR / Transferências constitucionais (c/b)
CENTRO OESTE	2.106.418	2.542.689	415.980	20%	16%
NORDESTE	10.479.104	12.653.839	4.608.180	44%	36%
NORTE	2.627.737	3.314.044	919.640	35%	28%
SUDESTE	9.213.082	11.895.605	2.074.707	23%	17%
SUL	5.121.432	6.005.687	737.050	14%	12%
TOTAL GERAL	29.547.773	36.411.864	8.755.557	30%	24%

Fonte: Senarc/MDS

Estratégias para melhoria do Cadastro Único

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) constitui instrumento de identificação e de caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. No entanto, não se limita à identificação e seleção de famílias para programas federais, na medida em que as informações presentes em sua base de dados constituem valiosa ferramenta de apoio à ação de gestores municipais e estaduais na área social, por viabilizar o planejamento e a implementação precisa de políticas públicas. As ações desenvolvidas no ano de 2007 visaram: o aprimoramento dos instrumentos de cadastramento, o desenvolvimento de ferramentas capazes de potencializar a sua utilização por governos municipais e estaduais, a qualificação da base nacional do cadastro, o desenvolvimento de estratégias voltadas à sua utilização por programas e benefícios sociais federais e a ampliação do cadastramento da população em situação de exclusão vulnerabilidade social.

A adequada gestão do CadÚnico, a definição de papéis nas ações de cadastramento e a atualização cadastral dependem de claras definições institucionais e de regras e procedimentos estabelecidos na legislação. Com este intuito, houve a publicação do Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, que revogou o Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, apresentando assim nova redação aos dispositivos legais que dispõem sobre o CadÚnico.

No exercício de 2007 foram disponibilizadas duas novas versões do aplicativo do CadÚnico para facilitar o trabalho das prefeituras no cadastramento e atualização dos dados das famílias - em fevereiro, a versão 6.04, e, em dezembro, a versão 6.05. Estas versões visam corrigir eventuais falhas detectadas; permitem a incorporação de críticas na entrada de dados do CPF e do Título de Eleitor e, ainda, a inclusão de novos campos para a identificação das famílias em situação de rua e de pessoas libertas do trabalho escravo, de beneficiários de Programas Habitacionais, do Programa Leite Consumidor e do Programa Leite Produtor.

Nesse ano foi desenvolvido, em parceria com o IBGE, o novo formulário do Cadastro Único. O processo de revisão do formulário do CadÚnico visou dois pontos centrais: a harmonização, sempre que possível, dos conceitos do CadÚnico com os conceitos utilizados pelas estatísticas oficiais (IBGE) e a utilização de variáveis sócio-econômicas e demográficas relevantes para a identificação de situações de vulnerabilidade e risco familiar ou pessoal. Foi um processo participativo, que contou com a colaboração de Municípios e da sociedade civil por meio de consulta pública disponibilizada no sítio do MDS no período de 25 de junho a 27 de julho de 2007. Além disso, foram realizadas várias validações que envolveram membros das outras Secretarias do MDS, ministérios parceiros, acadêmicos, especialistas, pesquisadores e gestores estaduais e municipais do Cadastro Único. Por fim, foi organizado, nos dias 10 e 11 de dezembro, o Seminário de Apresentação do Novo Formulário do Cadastro Único com o objetivo de que os atores envolvidos conhecessem a proposta final do novo formulário, que foi submetida à pré-teste em dezembro.

Com o objetivo de atender a necessidade de aperfeiçoamento do controle e acesso às informações estratégicas das atividades relativas à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais, possibilitando maior otimização dos recursos existentes e, principalmente, dando maior velocidade no processo de tomada de decisão, ocorreu a especificação de uma solução com base na tecnologia de *data warehouse* para controle de desempenho das ações desenvolvidas no âmbito do CadÚnico e do Programa Bolsa Família.

Para um melhor planejamento e monitoramento das ações de cadastramento no nível local, foi desenvolvida ferramenta de indicadores territoriais para os gestores municipais, com o intuito de disponibilizar uma gama de indicadores, calculados com base nos dados do Censo, distribuídos em unidades espaciais intra-municipais (setores censitários). Também foi desenvolvida uma ferramenta de indicadores com variáveis do CadÚnico para os gestores estaduais que permitiu, além da realização de consultas e visualização dos registros contidos no CadÚnico,

a construção de uma série de indicadores de modo a subsidiar o planejamento e monitoramento das políticas sociais no âmbito estadual. Estes indicadores foram construídos com as variáveis do CadÚnico e têm como unidade de referência a unidade familiar. Por fim, foi desenvolvido também um utilitário que permite a conversão da cópia da base cadastral disponibilizada aos estados em um formato que torna possível a sua utilização por meio de programas de planilhas eletrônicas ou de banco de dados.

Para que a base de dados do Cadastro Único retratasse com maior fidelidade os dados, foram realizados cruzamentos de informações do CadÚnico com a Relação Anual de Informações Sociais de 2005 – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego e com o Sistema Informatizado de Controle de Óbitos – SISOBÍ do Ministério da Saúde. O objetivo do cruzamento com a RAIS foi identificar inconsistências nas informações declaradas pelas famílias inscritas no CadÚnico, subsidiar processos de auditoria e adotar providências no sentido de bloquear e cancelar benefícios que, após atualização cadastral, apontavam a inadequação aos critérios do Programa Bolsa Família. Por sua vez, o objetivo do cruzamento de informações com o Sisobi é a identificação de eventuais óbitos que não tenham sido registrados no Cadastro. A partir desse cruzamento, é possível orientar a ação dos Municípios no sentido da convocação ou busca ativa das famílias com óbito de Responsável pela Unidade Familiar (RUF) identificadas e não registradas. Observa-se que quando o RUF é uma fonte geradora de renda para o núcleo familiar o seu óbito aumenta o grau de vulnerabilidade da família, fazendo com que, em alguns casos, uma família anteriormente em situação de pobreza passe para a situação de pobreza extrema, passando a fazer jus ao benefício básico.

Além do Bolsa Família, outros benefícios sociais federais utilizam o CadÚnico como instrumento para a concessão de benefícios. É o caso do benefício da gratuidade do transporte para idosos, da tarifa social de energia e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Este processo foi fortalecido ao longo do ano de 2007.

A operacionalização do CadÚnico para a emissão da Carteira do Idoso, construída em articulação com a SNAS durante o ano de 2007, permitiu que idosos com renda de até dois salários mínimos e sem meios de comprovação de renda esses idosos pudessem pleitear o benefício de gratuidade no transporte coletivo interestadual, instituído pelo Estatuto do Idoso.

No caso do benefício da Tarifa Social de Energia, que utiliza o CadÚnico como mecanismo de identificação de beneficiários para consumidores com consumo de 80kWh a 220kWh, o MDS firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Companhia Energética do Maranhão – Cemar, nos mesmos moldes firmados com o grupo Neoenergia (Companhia Energética de Pernambuco – Celpe, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA e Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Cosern) e Ampla em 2006. Para além da gestão do benefício da tarifa social, o ACT prevê a priorização do público do CadÚnico em programas de eficiência energética. Como os ACTs são operacionalizados por meio da troca de base de dados entre MDS e concessionárias, essa iniciativa permite também a identificação de possíveis inconsistências na base de dados do CadÚnico. Com este mesmo objetivo, a Secretaria acompanhou e apoiou a tramitação de projeto de lei sobre Tarifa Social de Energia no Congresso Nacional.

Por sua vez, a integração entre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Família só foi possível em função do trabalho de atualização cadastral e de inclusão de novos cadastros na base do CadÚnico, realizado pelos municípios até 30 de novembro de 2007. Nesse processo, cerca de 880 mil crianças em situação de trabalho infantil foram cadastradas ou identificadas no Cadastro Único.

Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano de 2007 para promover a inclusão e o acesso da população mais vulnerável aos programas sociais por meio do CadÚnico, cabe destacar: (i) ações para a incorporação de povos e comunidades tradicionais no CadÚnico, resultando na inclusão na base nacional do Cadastro Único de 14.224 famílias de comunidades quilombolas e 59.434 famílias indígenas; (ii) mobilização dos gestores municipais, coordenadores estaduais e instâncias de controle social para promoverem a localização e a inclusão no CadÚnico dos cidadãos resgatados do trabalho escravo identificados pelo Ministério do Trabalho e Emprego; (iii) mobilização dos gestores municipais para universalização do Registro Civil de Nascimento.

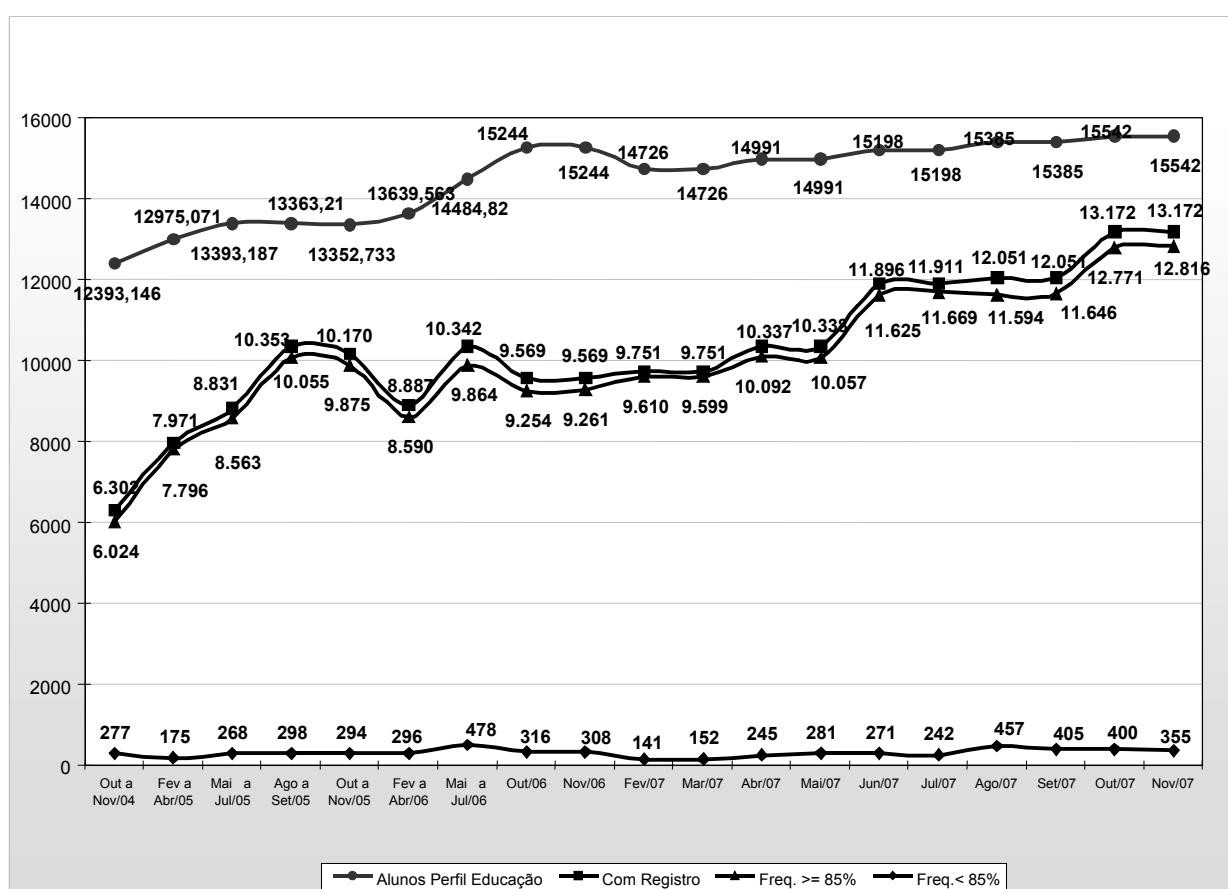
Por fim, tendo como base de referência o mês de dezembro de 2007, o número total de famílias no CadÚnico é de 17,64 milhões e o número total de pessoas cadastradas era de 66,77 milhões.

Acompanhamento do Cumprimento das Condicionais

As condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias para receberem o benefício financeiro do Programa Bolsa Família. Foram pensadas como um mecanismo para elevar o grau de efetivação de direitos sociais por meio da indução da oferta e da demanda por serviços de Saúde e de Educação. Com este objetivo, ao longo do ano de 2007 buscou-se aprimorar o acompanhamento das condicionalidades por meio da mobilização dos gestores municipais do PBF, inclusive na saúde e na educação, com o objetivo de ampliar o número de famílias acompanhadas e de dar mais qualidade ao registro das informações.

Os dados da apuração da frequência escolar, no último período de apuração registrado – nos meses de outubro/novembro de 2007, mostram que 13,2 milhões de alunos, ou 84,75% do total com perfil Educação, dos alunos beneficiários (crianças e adolescentes de 6 a 15 anos) tiveram suas informações sobre frequência escolar registradas no sistema, conforme gráfico a seguir. Entre os alunos que tiveram a condicionalidade de educação acompanhada, 97,3% frequentaram a carga horária mensal exigida pelo Programa, que é igual ou superior a 85,0%. Em relação aos Municípios, no último período de apuração, o índice de informação registrado foi de 99,4% (5.533 Municípios).

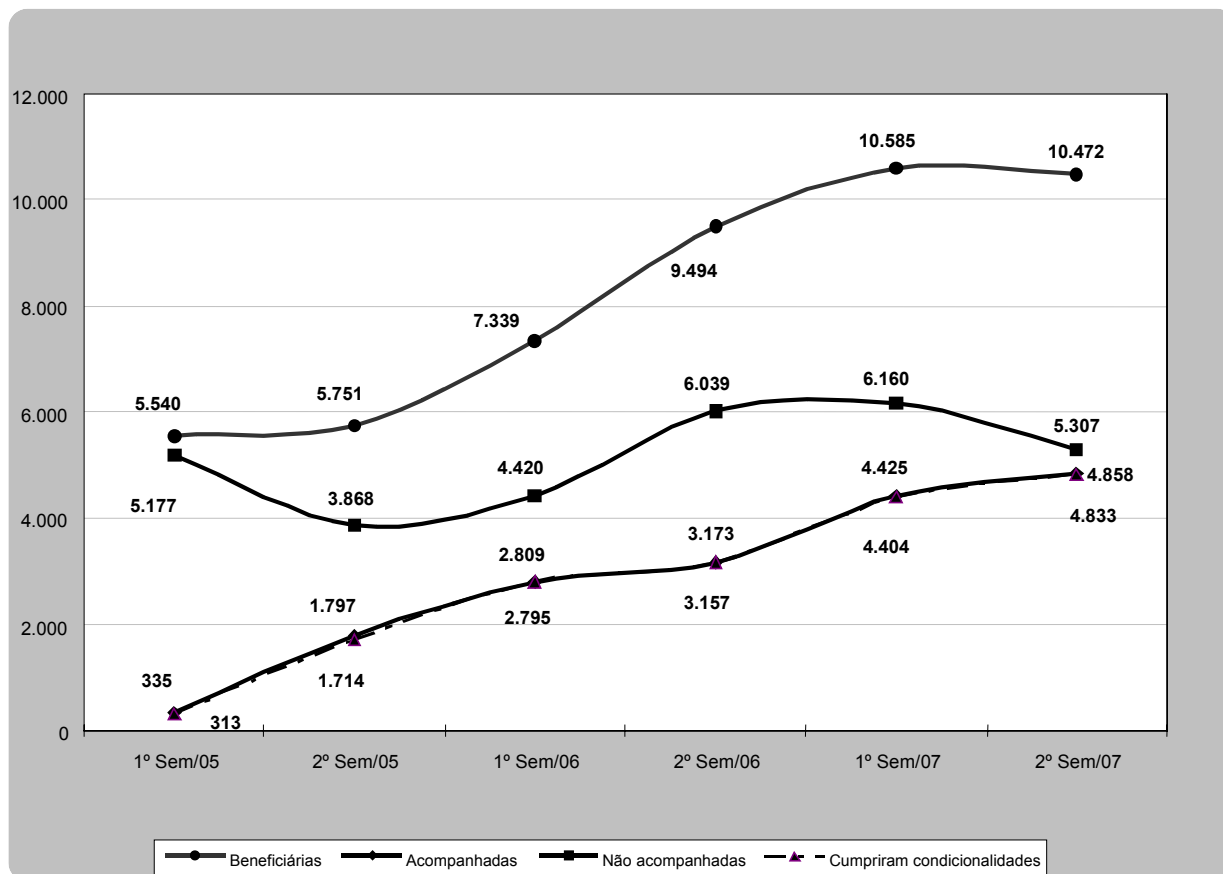
EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR



Fonte: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF/MEC

Em relação às condicionalidades de Saúde, no último período de apuração – 2º semestre de 2007, cerca de 4,8 milhões de famílias, correspondente a 46,4% das famílias do PBF com perfil saúde, tiveram informações registradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), e um total de 5.298 municípios, o que corresponde a 95% dos municípios brasileiros, lançaram informações no sistema para registrar os dados de acompanhamento das condicionalidades de saúde.

EVOLUÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE – POR FAMÍLIA



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan Gestão / MS

O resultado do acompanhamento das condicionalidades de cada período é um importante instrumento para identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade. Por isso, deve haver articulação intersetorial (Saúde, Educação e Assistência Social) e integração de ações entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal) para acompanhar as famílias, identificar e resolver situações de vulnerabilidade e promover o acesso dos beneficiários aos direitos sociais. Com este objetivo, foi criado um fórum nacional de acompanhamento das condicionalidades, composto pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Educação e por representantes dos secretários estaduais e municipais das mesmas áreas. É um fórum intergovernamental e intersetorial, que se reúne a cada dois meses e tem como objetivo mobilizar uma rede de gestores que possa acompanhar as famílias de forma integrada.

As famílias em situação de descumprimento das condicionalidades estão sujeitas a sanções, de acordo com a Portaria GM/MDS nº 551/2005. Essas sanções são gradativas e vão desde a advertência à família, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento, se porventura o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos. O objetivo das sanções gradativas é permitir que as famílias que não cumprem condicionalidades sejam identificadas, acompanhadas e que os problemas que geraram o descumprimento possam ser resolvidos. Entende-se que são essas as famílias mais vulneráveis.

Ao final do acompanhamento, conforme o calendário de cada área, O MDS, por meio da Secretaria Nacional de Renda da Cidadania – Senarc, identifica as famílias que descumpriram seus compromissos no período, notifica essas famílias e procede a repercussão do descumprimento na folha de pagamento. Em 2007 foram aplicadas 1,9 milhão de sanções, sendo 1,2 milhões de advertências, 430 mil bloqueios, 230 mil suspensões e 34 mil cancelamentos.

SANÇÕES APLICADAS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF EM 2006 E 2007

REPERCUSSÃO		DESCUMPRIMENTO / SANÇÕES					
		ADVERTÊNCIA	BLOQUEIO	1ª SUSPENSÃO	2ª SUSPENSÃO	CANCELAMENTO	TOTAL
2006	Agosto	157.094	0	0	0	0	157.094
	Setembro	15.174	219	0	0	0	15.393
	Dezembro	201.717	56.288	48	0	0	258.053
2007	Março	216.811	82.014	29.891	25	0	328.741
	Mai	149.337	56.466	28.545	11.815	11	246.174
	Setembro	166.675	50.054	21.039	10.201	4.076	252.045
	Outubro	168.611	82.804	33.531	15.595	10.312	310.853
	Dezembro	172.183	102.676	56.145	25.232	19.652	375.888
Total		1.247.602	430.521	169.199	62.868	34.051	1.944.241

Fonte: Senarc/MDS

O MDS está desenvolvendo o Sistema de Gestão de Condicionalidades (Sicon) que vai permitir a gestão de condicionalidades pelo Município. O Sicon possibilitará aos gestores municipais a geração das notificações, que deverão ser impressas e entregues às famílias beneficiárias do Município, bem como possibilitará a disponibilização das informações de acompanhamento de condicionalidades aos gestores municipais, estaduais e às instâncias de controle social do PBF. Enquanto esse sistema não entra em operação, a informação sobre quais famílias não cumpriram as condicionalidades é periodicamente disponibilizada aos Municípios no Sistema de Adesão do Bolsa Família, uma área de trabalho de acesso restrito aos gestores municipais.

A previsão para 2008 é de que sejam realizadas seis repercussões para o acompanhamento da área de Educação, uma a cada dois meses, na perspectiva de seguir o mesmo fluxo do novo sistema de acompanhamento da frequência escolar administrado pelo Ministério da Educação (MEC).

Gestão de Benefícios

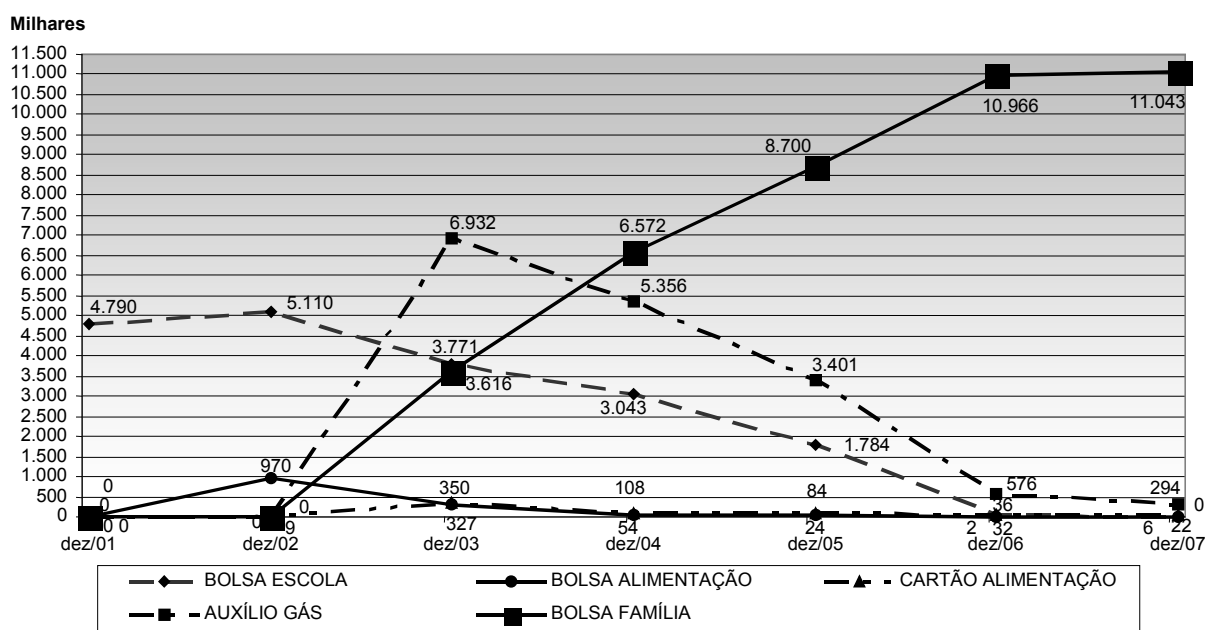
Durante o ano de 2007, a Senarc, em conjunto com a Caixa, implementou medidas voltadas para melhoria dos processos de gestão de benefícios, desde a sua concessão, passando pelos processos operacionais voltados para a manutenção, melhoria da logística de pagamento e depuração da folha de pagamento do PBF e dos Programas Remanescentes. Estas medidas se somam aos processos automáticos de melhoria da folha de pagamento, embutidos na rotina de repercussão automática de alterações cadastrais. Dentre eles podem ser citados o bloqueio de famílias com multiplicidade de vinculação de criança a mais de um responsável legal, cancelamento de benefícios de famílias com renda *per capita* acima do limite, com o domicílio excluído do CadÚnico ou outras condições impeditivas do pagamento do benefício.

Um exemplo destas ações de depuração da folha de pagamentos foi a auditoria realizada em maio de 2007, que consistiu num cruzamento entre as informações do CadÚnico e aquelas da Relação Anual de Informações Sociais de 2005 – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado foi a identificação de famílias beneficiárias do PBF que, em decorrência de cruzamento de dados, apresentavam suspeitas quanto à correção ou atualização das informações cadastrais. Quando a auditoria apontou evidências de subdeclaração de renda, optou-se pelo bloqueio dos benefícios. Nos demais casos, em que havia suspeita de subdeclaração, mas não suficientemente fortes para justificar o bloqueio, coube a averiguação dos cadastros pelo Município.

As orientações de como os Municípios deveriam proceder para regularizar a situação de cadastro e de benefício das famílias identificadas pela auditoria foram publicadas na Instrução Operacional nº 18, de 15 de maio de 2007. Finalmente, encerrado o período de averiguação dessa auditoria, em setembro, 127.564 benefícios foram bloqueados e 231.891 benefícios foram cancelados. Como resultado das ações de atualização cadastral e de maior controle sobre a gestão de benefícios, desde o ano de 2004 houve mais de 2 milhões de bloqueios ou cancelamentos de benefícios, fruto de mudanças legítimas na renda da família e, também, de ações de auditoria e controle sobre o Programa.

Durante os anos de 2006 e 2007, a Senarc, em conjunto com a Caixa, empreendeu medidas operacionais voltadas para viabilizar a migração do maior número de famílias dos programas remanescentes para o Programa Bolsa Família, comandando o bloqueio de benefícios de famílias com inconsistências cadastrais e o cancelamento de benefícios de famílias que não atendessem mais às condições de elegibilidade de cada programa remanescente. Este esforço permitiu a redução da quantidade de famílias em cada programa conforme demonstrado no gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO DA MIGRAÇÃO DOS PROGRAMAS REMANESCENTES PARA O PBF



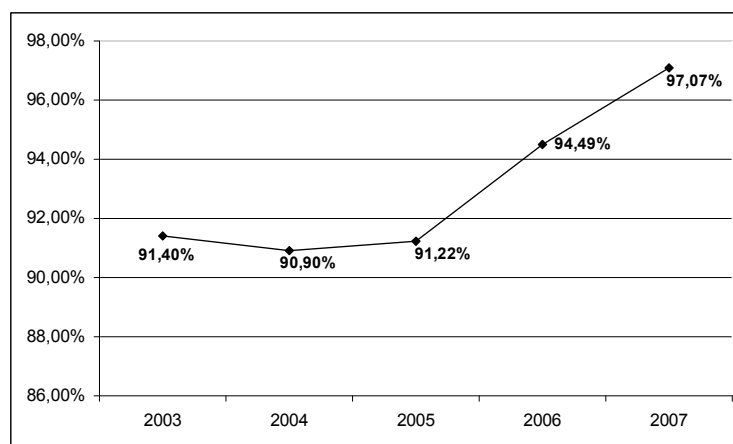
Fonte: Senarc/MDS

Durante o primeiro semestre de 2007 foi elaborada proposta de ajustes no desenho do Programa Bolsa Família, entre eles a ampliação da faixa etária, para atender jovens entre 16 e 17 anos pertencentes às famílias beneficiárias. Como resultado foi publicada, em 28/12/2007, a Medida Provisória nº. 411/07 que estabelece, entre outras políticas públicas voltadas ao jovem, a criação de benefício variável vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos. O valor do benefício será de R\$ 30,00, podendo cada família receber, no máximo, dois benefícios.

Quanto à logística de entrega e ativação de cartões, no ano de 2007 foram implementadas diferentes medidas para o aperfeiçoamento do monitoramento e do controle de todo o processo de emissão e distribuição do Cartão Bolsa Família, bem como para a diminuição do estoque de cartões a entregar, cujos resultados se expressam na significativa redução do número de cartões não entregues. Cabe destacar as ações focadas no cancelamento de cartões de programas remanescentes com a respectiva substituição por cartões Bolsa Família.

No que tange à efetividade de pagamento, o PBF vem atingindo desempenho positivo, uma vez que pulou de 91,4% em 2003 para 97,07% em outubro de 2007, conforme gráfico, a seguir, que mostra a evolução da efetividade de pagamento do Programa.

EFETIVIDADE DE PAGAMENTO



Fonte: Caixa

Um ponto que merece ser destacado e que contribuiu para um melhor acompanhamento e monitoramento da efetividade de pagamento foi a mudança do calendário de pagamento do PBF, que até abril de 2007 era iniciado em um mês e findado em outro. A partir de maio, o calendário passou a vigorar dentro do próprio mês, com pagamento nos dez (10) últimos dias úteis do mês.

Para 2008 está prevista a ampliação dos serviços prestados pelos lotéricos e correspondentes bancários, que atualmente são exclusivos de agências bancárias, como cadastramento de senha e saque com guia. Essas alterações propiciarão maior eficiência da logística de pagamento e trarão vantagens para muitos beneficiários, evitando que se deslocam para outros municípios para realizar algumas operações bancárias ou esperem o deslocamento de agentes volantes da Caixa, processo que geralmente é muito moroso.

A integração do PETI com o Programa Bolsa Família, ocorrida em dezembro de 2005, visava, dentre outros, maior racionalidade gerencial das políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social no âmbito do Governo Federal. No âmbito do Bolsa Família, tal integração significava trazer para o PBF famílias com o seu perfil de renda e pertencentes ao PETI, desde que tivessem o valor de seu benefício financeiro aumentado ou mantido. Para viabilizar a operacionalização dessa integração do PETI e Bolsa Família foram discutidas e implementadas várias ações ainda no ano de 2006. Mostrou-se clara, desde o início, a necessidade de integração também dos sistemas de informação do PBF e do PETI. Assim, em outubro de 2007, o Sistema de Gestão de Benefícios assumiu a geração da folha do PETI, tanto das famílias que fazem parte da integração com o PBF, quanto das que ainda permanecem no PETI. Essa mudança não só permite a racionalidade gerencial como proporciona aos gestores municipais melhoria da gestão integrada do PETI e do PBF.

Durante o primeiro semestre de 2007 foi elaborado um projeto, com apoio do CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, para criação de um novo Sistema de Gestão de Benefícios para o Programa Bolsa Família. Nesse projeto, três etapas principais estiveram previstas: Habilitação de Famílias, Concessão de Benefícios e Gestão de Benefícios. Os resultados do trabalho estão disponíveis para o MDS e serão objeto de um processo de contratação específico para desenvolver e implantar o resultado do Projeto, previsto para ocorrer ainda no início do ano de 2008.

Programas Complementares

O MDS, por meio da Senarc e de outras áreas, buscou, em 2007, a integração entre o PBF e outras políticas do Governo Federal, no intuito de maximizar oportunidades de inserção social e econômica para as famílias beneficiárias. Os principais programas articulados foram: Programa Brasil Alfabetizado; Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – PPDLES; Programa Nacional Biodiesel; Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf e Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste (BNB); e Programa Luz para Todos.

Alguns resultados indicam avanços nessas articulações. Em 2007 o MDS mobilizou gestores do Programa Bolsa Família e as Instâncias de Controle Social do PBF em quase 1.500 municípios para a matrícula de analfabetos beneficiários do programa no Programa Brasil Alfabetizado. Quanto ao Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, implementado pelo Ministério do Trabalho em cooperação com o

Ministério do Meio Ambiente e o MDS, incluiu produtivamente mais de 42 mil cidadãos, em 636 empreendimentos solidários.

Inclusão Bancária

Durante o ano de 2007 foi formatada proposta de modificação na natureza da conta de pagamento de benefícios das famílias do PBF, de forma a possibilitar a inserção desse grupo no sistema bancário. Este processo de inclusão bancária dos beneficiários do PBF será implementado ao longo do ano de 2008. A implantação dessa ação tem como objetivo apoiar a inclusão bancária e articulá-la com a melhoria dos serviços prestados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, tais como: flexibilidade no valor dos saques; possibilidade de realização de depósitos; emissão de extratos e saldos; permitir a função compra, possibilitando o pagamento de aquisições em estabelecimentos comerciais ligados a redes de pagamento eletrônico, com débito na conta corrente do beneficiário; permitir a função débito com saque de valores em estabelecimentos da rede Caixa (lotéricos, correspondentes bancários e terminais de saque); acesso a linhas de microcrédito formais e orientadas. Na inclusão bancária dos beneficiários do PBF o instrumento utilizado será a conta simplificada, que pode ser aberta com uso do NIS e com isenção tarifária, ou seja, sem ônus para os beneficiários.

Concomitantemente ao processo de inclusão bancária, um conjunto de ações deverá ser implementado, como: educação financeira dos beneficiários, execução de um plano de comunicação do projeto à sociedade, desenvolvimento de linhas microcrédito orientado, readequação da estrutura operacional do programa e do agente operador, especialmente no que se refere à logística de pagamentos. Futuramente o acesso à rede de pagamentos poderá ser ampliado, incluindo outros bancos oficiais, o que permitirá ampliação da rede hoje disponível e conseqüente melhoria nos serviços financeiros prestados aos beneficiários. Também abrirá a possibilidade de formação de poupança e de integração com outras políticas de microcrédito.

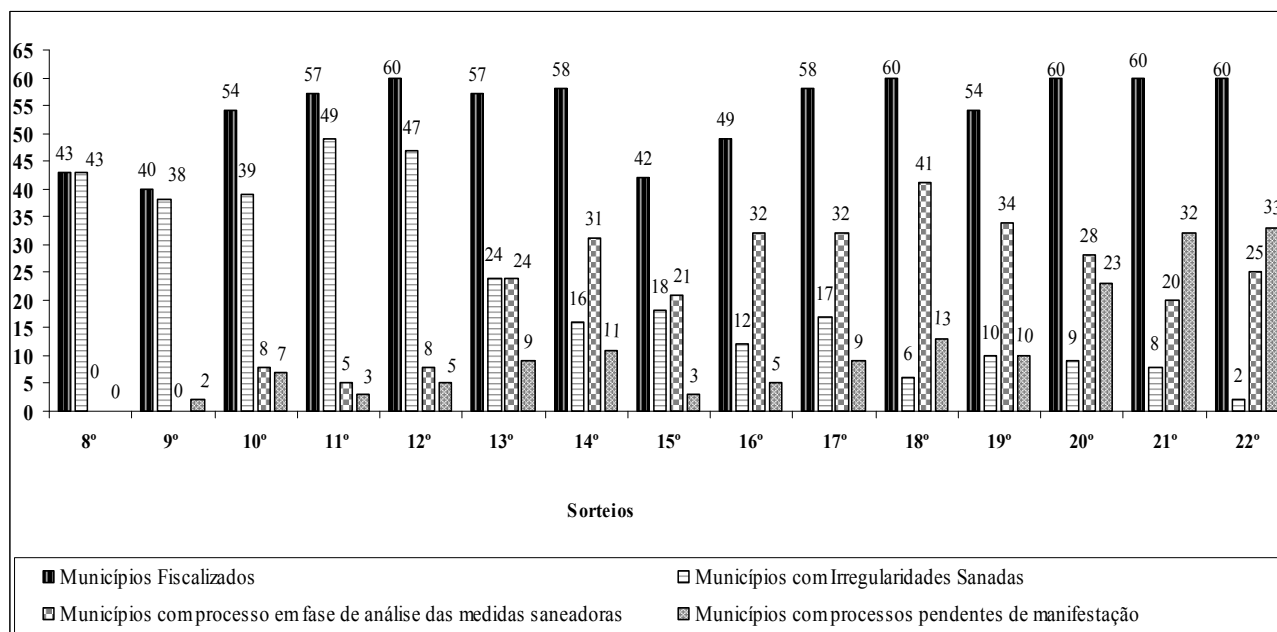
Fiscalização

O MDS, por intermédio da Senarc, continua desenvolvendo ações no sentido de garantir a efetividade, transparência e controle do Programa Bolsa Família, segundo o que dispõe a legislação que o criou. Dentre estas ações, podem ser destacadas: desenvolvimento e implantação de uma nova ferramenta de controle denominada Sistema de Fiscalização – Sisfis, que veio modernizar e aperfeiçoar a gestão de informações referentes à fiscalização, bem como dar maior segurança no armazenamento dos dados; informatização e otimização da gestão de informações relativas ao processamento e acompanhamento das denúncias; e reavaliação do fluxo e da metodologia aplicados no tratamento de denúncias, dentre outras.

Na ação de fiscalização realizada pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, foram enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no exercício de 2007, os resultados de exames *in loco* realizados em 838 municípios. Deste total, 812 referem-se aos Sorteios Públicos de n.ºs. 8 a 22; 25 são ações de controle específicas; uma auditoria especial; quatro demandas especiais e uma demanda externa.

Observa-se que todas as falhas e disfunções reportadas nos relatórios de fiscalização dos Sorteios Públicos foram objeto de diligências às prefeituras executoras e ao agente operador do programa, para fins de manifestação quanto ao saneamento das irregularidades detectadas. Como resultado, 357 diligências já foram objeto de regularização, 298 se encontram em processo de análise da manifestação do gestor e 157 estão no aguardo de manifestação do gestor municipal.

STATUS DAS DILIGÊNCIAS DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS, REFERENTES AOS SORTEIOS PÚBLICOS - CGU



Fonte: Senarc/MDS

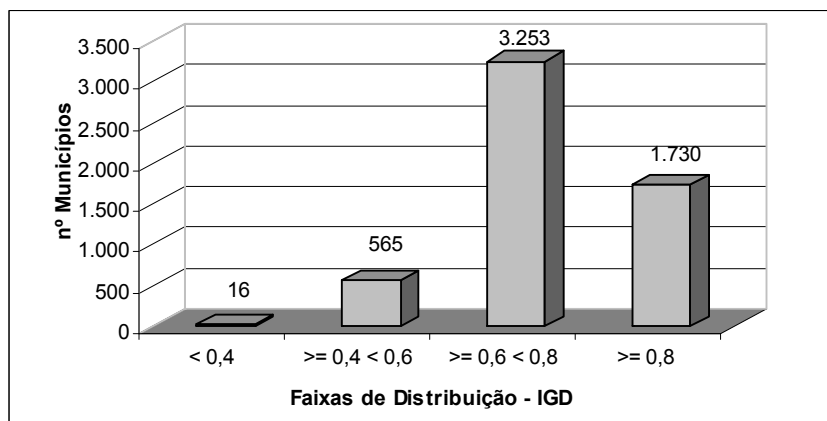
Apoio à gestão descentralizada

Uma das principais estratégias para o aperfeiçoamento do PBF é o fortalecimento da gestão compartilhada com Estados e Municípios. Duas modalidades principais são utilizadas nesta estratégia: a “adesão” de Municípios e Estados à gestão do PBF, considerada como instrumento padrão, e a “pactuação”, utilizada apenas nos casos em que há integração para pagamento conjunto de programas de transferência de renda.

No caso dos Municípios, para aqueles que assinaram o Termo de Adesão (5.560 dos 5.564 Municípios existentes no País), o MDS apóia financeiramente a gestão descentralizada por meio do Índice de Gestão Descentralizada, criado em 2006. O índice varia de 0 a 1 e indica a qualidade da gestão do Programa implementada pelos Municípios. Para obter um bom índice, os gestores municipais devem manter as informações do Cadastro Único atualizadas e validadas e, também, informar os dados sobre o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação. De acordo com o desempenho, são transferidos, mensalmente, recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social. No ano de 2007 foi transferido o valor R\$ 210.437.053.

Considerando as informações referentes ao IGD de novembro de 2007, apenas 16 Municípios não atingiram o índice mínimo de 0,4, a partir do qual há liberação de recursos financeiros para apoio à gestão. Cerca de 5 mil Municípios têm IGD maior ou igual a 0,6, considerado como indicador de boa gestão.

INCENTIVOS À QUALIDADE – RESULTADOS DO IGD – NOVEMBRO DE 2007



Fonte: Senarc/MDS

Segundo a regulamentação específica do IGD, os Municípios podem utilizar o recurso para: (a) apoiar a gestão de condicionalidades; (b) apoiar a gestão de benefícios; (c) acompanhamento das famílias beneficiárias; (d) cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no CadÚnico; (e) atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do PBF e (f) implementação de programas complementares ao PBF nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, capacitação profissional, geração de trabalho e renda, acesso ao microcrédito produtivo orientado e desenvolvimento comunitário e territorial, dentre outras.

Estudo realizado por meio de questionário respondido por 2.633 Municípios mostra que a maior parte destes utiliza os recursos do IGD para desenvolver ações com as próprias famílias, em especial ações de geração de trabalho e renda.

O PBF tem entre as suas diretrizes a busca pela integração dos programas de transferência de renda condicionada em todos os níveis de governo. Desde 2004, o MDS tem buscado a implementação conjunta de programas de transferência de renda, por meio da assinatura de Termos de Cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Nessa proposta, o ente federado que tiver programa próprio pode complementar os benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família, aumentando os valores recebidos pelas famílias e, principalmente, evitando a sobreposição de ações e de custos administrativos e possibilitando a ampliação do atendimento do programa. Atualmente estão em vigor as pactuações com o Estado do Ceará, com o Distrito Federal e os Municípios de São Luís /MA, Nova Lima/MG e Boa Vista/RR.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de Assistência Social, integrante da Seguridade Social, é implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que regula e organiza em todo o território nacional as ações socioassistenciais nos níveis de proteção social básica e proteção social especial, com centralidade na família. Por meio dessa política, são garantidos serviços, projetos, programas e benefícios para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Em 2007, 97,8% dos Municípios brasileiros (5.439 Municípios) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS: 1.262 Municípios (22,7%) habilitados em gestão inicial, 3.813 Municípios (68,5%) estão em gestão básica e em gestão plena, 364 Municípios (6,5%). No final do ano, apenas 124 Municípios brasileiros (2,2%) não estavam habilitados ao SUAS.

Nesse ano, o Sistema Único da Assistência Social foi marcado por avanços significativos nas dimensões de planejamento, concepção e implementação, que contribuíram na sua consolidação como um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo. Entre os marcos regulatórios da política de Assistência Social, destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº. 8.742, de 7/12/93), que define a Assistência Social como direito, repelindo o ideário de tutela ou assistencialismo. A Agenda do Governo Federal em 2007 além de fortalecer esta concepção, avançou na concretização de uma gestão fundamentada na participação social e na transparência da utilização dos recursos públicos.

Um desses avanços diz respeito à construção coletiva do Plano Decenal do SUAS, orientado pelas metas deliberadas na V Conferência Nacional de Assistência Social, e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, por meio da Resolução nº. 210, de 22/11/2007. Esse instrumento expressa um planejamento para a implementação do SUAS em todo o território nacional até o ano de 2015, representando, sobretudo, um pacto de metas, resultados e compromissos entre as três esferas de governo, considerando a exigência em instituir ações sistematizadas, baseadas em estudos da realidade e desenvolvidas com monitoramento e avaliação.

A Agenda Social constituída pelo Governo Federal em 2007, para ser implementada no período de 2008 a 2010, também representa um instrumento importante no planejamento das ações de Assistência Social. Essa agenda envolve todas as políticas sociais e tem por objetivos: consolidar uma política garantidora de direitos; reduzir ainda mais a desigualdade social; buscar a gestão integrada das políticas, promovendo oportunidades; e efetivar a pactuação federativa no âmbito das políticas sociais.

Foram incluídas na Agenda as seguintes iniciativas na área de Assistência Social: ampliação e qualificação do atendimento às famílias por meio do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, executado nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS; inclusão social e educacional das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; aprimoramento dos mecanismos de controle do BPC e de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade para acesso ao benefício; potencialização do atendimento, no âmbito dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – Creas, a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual; apoio às famílias para propiciar a acolhida dos filhos abrigados por situação de pobreza; implantação do serviço de atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto nos Creas; implementação do Pro-Jovem Adolescente; oferta de serviços especializados e garantia de abrigo para as mulheres vítimas de violência, por meio de rede socioassistencial vinculada ao SUAS; dentre outras. Essas ações foram distribuídas nos eixos: Geração de Oportunidades às Famílias Pobres; Ampliação de Serviços Socioassistenciais; Juventude; Mulheres; Quilombolas; Povos Indígenas; Criança e Adolescente; Pessoas com Deficiência; Documentação Civil Básica; e Territórios de Cidadania.

No campo da produção de informação, destacam-se a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos - PEAS e a Pesquisa de Contagem da População em Situação de Rua. A PEAS, realizada em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com o MDS, e lançada em dezembro de 2007, abrangeu em todo o território nacional 16.089 entidades prestadoras de serviços de Assistência Social. Esse estudo traçou um perfil das entidades quanto aos aspectos de qualificação, títulos, credenciamento pelos órgãos competentes, serviços prestados, modalidades socioassistenciais, caracterização dos usuários, âmbito de atuação, período de funcionamento, metodologia de atendimento, instalações e equipamentos disponíveis, capacitação e nível de formação dos colaboradores, financiamentos, parcerias.

Seus resultados permitiram conhecer dados básicos sobre a rede de atendimento constituída por essas entidades e proporcionará uma melhor orientação estratégica na implementação do SUAS. Já a Pesquisa de Contagem da População em Situação de Rua foi realizada no 2º semestre de 2007, com o objetivo de quantificar e caracterizar o perfil socioeconômico da população em situação de rua, de modo a orientar a implementação de políticas públicas direcionadas a esta parcela da população. O campo de pesquisa abrangeu 71 Municípios com população superior a 300 mil habitantes, em todas as unidades da federação. Estima-se que essa pesquisa seja publicada no primeiro semestre de 2008.

Outro avanço importante foi a regulamentação do artigo 3º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8.742, de 07/12/93), com a publicação do Decreto nº. 6.308, de 14/12/07, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social. Esse Decreto estabelece como entidades e organizações de assistência social aquelas cujos atos constitutivos definem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da LOAS. São apresentadas também as funções essenciais dessas entidades e organizações, quais sejam: (i) realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área de assistência social; (ii) garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e (iii) ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

Merece destaque, também, a regulamentação da forma de participação dos órgãos gestores da assistência social na emissão da Carteira do Idoso para fins de acesso ao benefício tarifário no sistema de transporte coletivo interestadual para pessoas idosas que possuem renda de até dois salários mínimos sem meios de comprová-la. Nesse sentido foi publicada a Resolução nº. 04 de 18/04/07 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, contendo os procedimentos a serem adotados pelas secretarias municipais de assistência social ou congêneres, e a Instrução Operacional Senarc-SNAS/MDS nº. 2, de 31/07/07, que divulga os procedimentos operacionais relativos ao

cadastro dos usuários para a emissão da Carteira do Idoso. Até o final de 2007, mais de 61 mil carteiras foram emitidas em todas as unidades da federação.

Por fim, ressalta-se a VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília/DF, no período de 14 a 17 de dezembro de 2007, com a participação de, aproximadamente, 1.700 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. Representantes de segmentos dos usuários, técnicos, gestores e representantes de entidades e pesquisadores da política de assistência social contribuíram para um debate responsável e comprometido, que veio a apontar os rumos da Política de Assistência Social no país nos próximos anos. “Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social” foi o tema central da Conferência, que decorreu do processo de discussões, avaliações e deliberações realizadas nos Estados, Municípios e Distrito Federal, no decorrer de 2007, mobilizando mais de 500 mil pessoas em 90% dos Municípios e nas 27 Unidades da Federação. Durante a Conferência foram aprovadas as metas nacionais a serem inseridas no Plano Decenal da Assistência Social até 2015. Os delegados aprovaram a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais entre outras ações, apontando para uma agenda nacional na área da assistência social.

A seguir, serão explicitados os principais resultados das ações orçamentárias no âmbito da política de assistência social, destacando a meta de atendimento e a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviços de Proteção Social Básica às Famílias

Os Serviços de Proteção Social Básica às Famílias consistem na viabilização do co-financiamento federal junto às demais esferas de governo, para custeio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), visando: a) contribuir na prevenção de situações de risco; b) fortalecer os vínculos familiares e comunitários; c) promover potencialidades e aquisições; e d) favorecer o convívio familiar e o protagonismo dos seus usuários.

Os CRAS atuam como referência local e territorial e desenvolvem atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, considerando as diversidades e especificidades e primando pela participação popular. São unidades públicas estatais locais de Proteção Social Básica e constituem a porta de entrada para a proteção básica, exercendo o papel de referência e contra-referência com vistas à concretização da função de proteção às famílias em determinado território.

Em 2007 o Governo Federal co-financiou a execução dos serviços em 3.248 CRAS, envolvendo 2.624 Municípios, o que possibilitou o referenciamento de aproximadamente 11 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade, e o atendimento de cerca de 2 milhões de famílias. Para tanto, a execução financeira foi de R\$ 276.443.335.

Destaca-se também o processo de monitoramento dos CRAS, a partir do preenchimento da Ficha de Monitoramento dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, disponibilizada no sítio do MDS aos Municípios no período de 13/07/2007 a 22/10/2007. Esse processo significou uma etapa importante na consolidação e gestão das informações dos serviços ofertados e da sua qualidade.

A Ficha de Monitoramento contemplou informações qualitativas e quantitativas que possibilitam conhecimento dos espaços e das atividades dos CRAS, a fim de melhorar o planejamento das ações e a formulação de orientações aos Municípios. Com os resultados obtidos, é possível conhecer dados da identificação dos CRAS tais como: endereço, telefone, e-mail, fontes de financiamento, mês e ano de implantação, planejamento de implantação, horário de funcionamento, situação do imóvel, estrutura física, público prioritário, atividades realizadas, intersetorialidade e a composição da equipe técnica de todos os CRAS existentes no País. Será publicado em 2008 um relatório contendo os dados coletados.

É importante ressaltar que esse processo de monitoramento repercutiu na formatação do Plano de Acompanhamento dos Serviços de Proteção Social Básica, cuja implantação foi iniciada em 2007. Os dados da ficha também subsidiaram a partilha de recursos do ProJovem Adolescente, na medida em que possibilitaram a identificação dos municípios que têm CRAS em funcionamento.

Serviços Específicos de Proteção Social Básica

Os Serviços Específicos de Proteção Social Básica têm por objetivo atender a demandas e necessidades específicas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades complementares às ações do serviço de proteção social básica às famílias, ofertados no CRAS ou na rede de serviços socioassistenciais de proteção básica. No âmbito dessa ação são atendidos, prioritariamente, crianças de 0 a 6 anos, jovens e pessoas idosas.

Com relação ao público de zero a seis anos, são co-financiadas ações socioeducativas para crianças atingidas pela pobreza e suas famílias, além de creches e pré-escolas. Foram atendidas no exercício de 2007 aproximadamente 1,6 milhões de crianças.

Destaca-se que para o aperfeiçoamento do atendimento à criança foram realizados estudos e discussões sobre a transição das ações de creche e pré-escola, do âmbito da Assistência Social para o da Educação, cumprindo o estabelecido pela LDB, e pelo Fundeb, aprovado por meio da Lei nº 11.494/07, segundo o qual toda a rede de Educação Infantil se integrará ao sistema educacional até o ano de 2009. Nesse sentido foi publicada a Portaria MDS nº 460 de 18/12/07, que orienta os Municípios quanto à aplicação dos recursos no atendimento às crianças e suas famílias, priorizando o público de zero a três anos integrantes de famílias vulnerabilizadas pela pobreza, bem como pessoas idosas.

Em relação ao público jovem, são co-financiados os serviços socioeducativos para jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, cuja renda *per capita* familiar é de até meio salário mínimo, e que recebem a bolsa do Agente Jovem. No ano de 2007, foram atendidos aproximadamente 111.793, distribuídos em cerca de 4.472 núcleos, cada um com capacidade de atender até 25 jovens, abrangendo 1.711 Municípios.

Cabe ressaltar que em 2007 foi lançado o novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, subdividido em ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador e ProJovem Campo.

O ProJovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é uma reformulação do Agente Jovem, fundamentada nos resultados da pesquisa de avaliação do Projeto Agente Jovem realizada em 2006, em recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU e na constituição da Agenda Social do Governo Federal, no ano de 2007. Trata-se de um serviço de Proteção Social Básica, desenvolvido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com o objetivo de investir na formação social e humana do jovem e incentivar o aumento de sua escolaridade, gerando maiores oportunidades de integração social e de ingresso em melhores condições no mundo do trabalho, possibilitando, dessa forma, o rompimento do ciclo transgeracional de reprodução da miséria. Para tanto serão oferecidos conteúdos e atividades nas áreas de Meio Ambiente, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Direitos Sociais e Humanos, Noções Gerais do Mundo do Trabalho, dentre outros de interesse da juventude. O serviço vai beneficiar jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; egressos do PETI; egressos ou pessoas vinculadas aos programas de combate ao abuso e a exploração sexual; egressos de medida socioeducativa de internação; egressos ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas, conforme disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; egressos ou sob medida de proteção, conforme disposto no ECA.

Em 2007, foram realizadas duas teleconferências para todos os gestores do Brasil, por meio do Programa Ponto a Ponto do Banco do Brasil, além da exposição de um painel na VI Conferência Nacional de Assistência Social sobre o serviço socioeducativo e as regras de transição do Agente Jovem para o ProJovem Adolescente.

O ano de 2008 será de transição do Agente Jovem para o ProJovem Adolescente. A partir de 2009 não mais será desenvolvido o Projeto Agente Jovem.

Quanto ao atendimento a pessoas idosas, foram co-financiados serviços desenvolvidos em grupos e centros de convivência em 2.192 Municípios, beneficiando cerca de 364,2 mil pessoas. No total, foram atendidas no âmbito dessa ação aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, sendo que para tanto foi executado o montante de R\$ 310.559.093.

Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, em vigor desde 1º de janeiro de 1996, está regulamentado pela Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e pelo Decreto nº. 6.214, de 26 de setembro de 2007, em conformidade aos preceitos constitucionais dos artigos 203 e 204 da Carta Magna Brasileira. Consiste na garantia de um salário mínimo mensal às pessoas idosas a partir dos 65 anos de idade e às pessoas com deficiência incapazes para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade, e que, em ambos os casos, possuam renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo. Trata-se de um benefício individual, intransferível, não-contributivo, com parcelas continuadas, orçamento definido, com concessão desvinculada de contribuições prévias e desvinculadas da inserção anterior no mercado de trabalho, que legitima uma nova lógica de definição da assistência social como um direito social.

No âmbito normativo, destaca-se a publicação do Decreto nº. 6.214, de 26/09/2007, que regula o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, e do Decreto nº. 6.307, de 14/12/2007, que regula os benefícios eventuais.

Outra ação de relevância no ano de 2007 foi a Instituição de Programa de Monitoramento e Acompanhamento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC, por meio da Portaria Normativa Interministerial nº. 18, de 24/04/07, assinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O BPC preenche uma lacuna na proteção social brasileira, incluindo nas políticas públicas uma parcela da população anteriormente sem cobertura. Em 2007, atingiu-se a meta de 1.295.716 beneficiários idosos e 1.385.107 beneficiários com deficiência, tendo uma execução orçamentária de respectivamente R\$ 5.555.624.701 e R\$ 6.010.882.521.

Renda Mensal Vitalícia

A Renda Mensal Vitalícia - RMV foi um benefício criado em 1974, no âmbito da Previdência Social, destinado às pessoas com 70 anos ou mais e pessoas em situação de invalidez, que tenham contribuído com a previdência, no mínimo por 12 meses ou tenham exercido atividade remunerada anteriormente não coberta pela Previdência Social, por cinco anos, no mínimo. Foi concedido até 1º de janeiro de 1996, quando foi regulamentada a concessão do BPC. Seu financiamento deve ser mantido até a extinção completa do benefício, com base no pressuposto do direito adquirido.

No exercício de 2007 foi realizado o pagamento de 115.965 benefícios de RMV por idade e 284.033 benefícios de RMV por invalidez, envolvendo os montantes de, respectivamente, R\$ 577.344.106 e R\$ 1.324.439.976.

Concessão de Bolsa para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social

A concessão de bolsa para jovens em situação de vulnerabilidade social objetiva garantir meios para que o jovem em situação de vulnerabilidade e risco social possa se inserir em atividades que promovam sua cidadania, objetivando sua permanência no sistema educacional e sua iniciação no mercado de trabalho, contribuindo para a promoção da convivência familiar e comunitária.

Esta ação integra o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, juntamente com os serviços socioeducativos. Em 2007, foram atendidos cerca de 111.793 jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, inseridos em famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo, envolvendo o montante de R\$ 89.341.961.

Ressalta-se que com a implantação do ProJovem Adolescente, e a conseqüente extinção do Agente Jovem, e com a unificação dos programas de transferência de renda, será realizada a integração entre a bolsa do Agente Jovem e o Programa Bolsa Família. Dessa forma, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com jovens de 16 e 17 anos, que estejam estudando, terão um repasse mensal de R\$ 30,00 até o limite de dois benefícios por família. A estimativa é de que a partir de 2009 não haja mais concessão de bolsa por meio desta ação orçamentária.

Estruturação de Rede de Serviços de Proteção Social Básica

Os projetos de Estruturação da Rede de Proteção Social Básica são aqueles que promovem o apoio à estruturação e modernização da rede de serviços e de suas unidades, a melhoria das condições de acesso e de atendimento ao público e do aprimoramento da gestão, com a finalidade de potencializar os serviços desenvolvidos e qualificar a rede da Proteção Social Básica do SUAS. No ano de 2007 essa ação destinou-se ao aprimoramento do atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo regulada pela Portaria MDS nº. 223, de 25/06/2007 e Edital 002/SNAS/MDS-2007, que aprova e torna públicos os critérios de habilitação e seleção dos pré-projetos cadastrados no Sistema de Convênios (SISCON). Foram selecionados 112 projetos de execução com localizador nacional e 433 selecionados com referência às emendas parlamentares individuais e de bancada. Desta forma, o montante global de recursos com empenhos liquidados dos referidos projetos foi de R\$ 56.679.467.

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Serviços de Proteção Social Especial à Família

Os serviços de Proteção Social Especial à Família destinam-se as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Nesse âmbito, são co-financiados os serviços de acolhimento às crianças, adolescentes e idosos, mulheres vítimas de violência e o atendimento à população em situação de rua, buscando o fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária. A oferta dos serviços é estruturada em articulação com outras políticas públicas e sociais, valorizando a participação e o controle social exercido pelos conselhos, fóruns, organizações, entre outros, buscando a promoção do fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária, mesmo nos casos em que, comprovadamente, houve rompimento de tais vínculos.

Em 2007, esses serviços alcançaram o atendimento de aproximadamente 107,2 mil indivíduos, sendo que destes, cerca de 7 mil são pessoas em situação de rua. Para tanto, foi aplicado o montante de R\$ 41.761.232. Destaca-se que, tendo em vista a necessidade de reordenar a rede de serviços da alta complexidade e de implantar novas modalidades de atendimento, em 2007 foi realizado, por meio da Portaria MDS nº 460, de 18/12/2007, o reajuste dos valores transferidos aos entes federados, a partir da definição de valores de referência de acordo com o porte do município; bem como a expansão da cobertura desses serviços para mais 50 municípios, priorizando aqueles localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com a Portaria, os Municípios e Estados que recebem recursos do Governo Federal terão o prazo de doze meses, a contar de sua publicação, para proceder ao reordenamento dos serviços de acolhimento e implantação de novas formas de atendimento, em conformidade com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, do Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Estatuto do Idoso, entre outras normativas e legislações vigentes.

Serviços Específicos de Proteção Social Especial

Os Serviços Específicos de Proteção Social Especial oferecem atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, com vínculos familiares mantidos, visando melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, apoiando a família no exercício de sua função de cuidado e proteção. Esses serviços são constituídos por ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, atendimento de reabilitação na comunidade, atendimento domiciliar a pessoas idosas e pessoas com deficiência e centro-dia (atendimento especializado diurno na área de assistência social e saúde destinado a pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade social, que possuam limitações para a realização de Atividades para a Vida Diária - AVD, cujos cuidados não possam ser dispensados no domicílio ou em outros serviços da rede, apoiando a família em sua função de proteção e cuidado e prevenindo o isolamento e a institucionalização desses usuários). Em 2007 foram beneficiadas 185.352 pessoas, em 1.547 municípios, com execução orçamentária R\$ 83.327.359.

Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial

A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social especial visa contribuir para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços prestados aos usuários, por meio do apoio técnico e financeiro aos projetos apresentados por Municípios e pelo Distrito Federal para estruturação e modernização das seguintes unidades da rede de serviços da proteção social especial: abrigo institucional para crianças e adolescentes e pessoas idosas; casa-

lar para crianças, adolescentes e pessoas idosas; casa de acolhida temporária para pessoas em situação de rua; e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, dentre outras.

No ano de 2007, a aplicação desses recursos foi regulada pela Portaria MDS nº. 224, de 24/06/2007, que estabelece normas para o co-financiamento de projetos de Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial no âmbito do SUAS. Por meio dessa Portaria foi priorizado o co-financiamento dos projetos a partir da lógica de reordenamento da rede, com recursos destinados à adequação da estrutura física, por meio de ampliação ou conclusão de obra, e à aquisição de bens permanentes para os Creas e para a rede de serviços socioassistenciais de acolhimento da alta complexidade.

Foram selecionados 278 projetos para aplicação dos recursos direcionados ao aprimoramento dessa rede de atendimento sócio-assistencial equivalente a 100% do valor alocado nesta ação (exceto emendas de bancada e individuais). No que tange os processos de emendas parlamentares de bancada e individuais, foram selecionados 254 projetos. Para tanto, foi aplicado o montante total de R\$ 33.548.030.

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI é destinado a famílias com crianças e adolescentes de até 16 anos em situação de trabalho e consiste na implementação de duas ações articuladas entre si: a transferência de renda às famílias e a oferta de ações socioeducativas para as crianças e adolescentes retirados do trabalho.

Em 2007 o MDS trabalhou no sentido de orientar e capacitar os Municípios quanto à identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce no Cadastro Único do governo federal - CadÚnico. Esse trabalho resultou na identificação e atendimento de cerca de 863,2 mil crianças e adolescentes nos serviços socioeducativos, mediante a aplicação de R\$ 215.764.588, atendendo em torno de 591.000 famílias.

Para o monitoramento das ações do PETI, foi implantado o Sistema de Controle e Acompanhamento das Ações ofertadas pelo Serviço Socioeducativo do PETI - Sispeti, que consiste em um módulo do aplicativo Suasweb, ferramenta via internet da Rede SUAS, com o objetivo de controlar e acompanhar a frequência mensal mínima de 85% exigida para o serviço socioeducativo do programa. Até o final de 2007, 1.681 Municípios já estavam utilizando o Sispeti como ferramenta de gestão e controle da frequência mensal no serviço socioeducativo do PETI, representando aproximadamente 50% dos Municípios que tem o programa implantado.

Para potencializar as ações do programa e a fiscalização do trabalho infantil, foi assinado em 25 de janeiro de 2007 um termo de cooperação técnica entre o MDS e Ministério Público do Trabalho. Destaca-se também o lançamento, em junho de 2007, da Campanha “Com o trabalho infantil, a infância desaparece”, que retrata a realidade do trabalho de crianças e adolescentes no campo, nas ruas da cidade e no trabalho doméstico, sensibilizando a sociedade sobre a necessidade de erradicar o trabalho infantil. A campanha foi recentemente premiada no Salão da Propaganda, realizado em Porto Alegre/RS.

No ano de 2007 foi iniciada ainda a revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti, com o objetivo de analisar os resultados alcançados pelos órgãos que têm responsabilidades e ações previstas no Plano. Ressalta-se que das 133 ações previstas no Plano, o MDS é responsável por 48 ações, e alcançou 75% das metas previstas até 2007.

Por fim, cabe mencionar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, divulgada em setembro de 2007, que apontam para uma redução no nível de ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, de 12,2% em 2005 para 11,5% em 2006.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias

O enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes é um dos serviços realizados nos Creas, destinado ao atendimento especializado de crianças, adolescentes e suas famílias vitimadas pela violência, abuso e exploração sexual comercial, com o objetivo de assegurar proteção imediata e

atendimento psicossocial a esse público, promovendo o fortalecimento de vínculos e a reconstrução de relações familiares e comunitárias, na perspectiva da superação de padrões violadores de relacionamento.

Em 2007, esses serviços foram implantados em 1.108 Municípios, permitindo o atendimento de aproximadamente 65,9 mil crianças e adolescentes em 932 Creas. O montante transferido aos entes federados para a execução desse serviço foi de R\$ 62.832.589.

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

Promoção da Inclusão Produtiva

A Promoção da Inclusão Produtiva no âmbito do SUAS diz respeito ao apoio a projetos desenvolvidos pelas prefeituras e Governos de Estado, visando o fortalecimento ou criação de unidades produtivas coletivas e autogestionárias nos territórios, a constituição de redes e articulação de cadeias produtivas entre esses empreendimentos populares e comunitários e o desenvolvimento de ações mais focalizadas na qualificação sócio-profissional.

A transferência dos recursos alocados nesta ação no exercício de 2007 (com exceção das emendas parlamentares individuais e de bancada) foi regulada pela Portaria MDS nº 225, de 25/06/2007 e pelo Edital 001/SNAS/MDS-2007, que definiu as seguintes modalidades de projetos: apoio à formação e capacitação; apoio à organização e ao desenvolvimento de cadeias produtivas e de redes de empreendimentos; e apoio à implementação ou fortalecimento de unidades produtivas. Esse Edital definiu, ainda, o público desses projetos, quais sejam: beneficiários do Programa Bolsa Família ou seus familiares; do Benefício de Prestação Continuada, Jovens de 16 a 24 anos (egressos do Projeto Agente Jovem, de medidas socioeducativas, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em cumprimento ou egressos de medidas de proteção - previstas no ECA) e indivíduos e famílias em situação de rua.

A Promoção da Inclusão Produtiva selecionou 78 projetos referentes à localizadores nacionais e 79 referentes às emendas parlamentares individuais e de bancada totalizando um investimento de 21.532.992 em empenhos liquidados.

PROGRAMA DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO

Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, regulamentado pelo Decreto nº 5.873/2006 e consiste na compra da produção da agricultura familiar para distribuição às pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, além da formação de estoques estratégicos. Em agosto de 2006, o limite máximo de aquisição passou de R\$ 2.500 para R\$ 3.500 por agricultor. Essas ações contribuem para a dinamização da economia local, melhoram a distribuição de renda, proporcionam a valorização dos trabalhadores rurais e representam uma decisão inédita no âmbito governamental de apoiar concretamente os pequenos produtores na comercialização de seus produtos, etapa mais difícil da cadeia agrícola.

O programa é gerido por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, sendo operado por meio das modalidades Compra Direta, Compra Antecipada Especial – Doação Simultânea, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Compra Direta Local (Estados e Municípios) e do Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (IPCL), através de convênios com Governos Estaduais, Municipais e a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Em 2007, dados preliminares provenientes da Conab indicam a aquisição de 402.490 toneladas de alimentos, produzidos por 79.489 agricultores familiares e que beneficiam 6,17 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, através de todas as modalidades do PAA. Neste programa foram aplicados R\$ 393,3 milhões.

Dentre as modalidades do PAA, cabe destacar o Programa do Leite, que vem contribuindo para a dinamização das economias regionais e reestruturação das bacias leiteiras dos estados nordestinos e do norte de Minas Gerais. O programa beneficia diretamente cerca de 700 mil pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar

e nutricional, com uma distribuição média diária de cerca de 700 mil litros de leite adquiridos de mais de 29 mil produtores, em 1.200 Municípios do semi-árido. Os recursos liberados somam aproximadamente R\$ 179,1 milhões.

Nas modalidades do PAA operacionalizadas pelos Estados e pela Conab foram beneficiados em 2007, cerca de 39 mil agricultores familiares, com a aplicação de R\$ 185,0 milhões e a aquisição de 133.180 toneladas de alimentos, distribuídas para 5.232 instituições (creches, escolas, asilos, hospitais, casas de passagem, albergues, entre outros), beneficiando 3.567.671 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Adicionalmente foram gastos R\$ 9,6 milhões na operacionalização da ação.

Na modalidade de Compra Direta Local, executada em parceria com as Prefeituras Municipais (PAA Municipal) foram destinados em 2007 cerca R\$ 29,3 milhões para a compra de alimentos, provenientes de 11.489 agricultores familiares, suficientes para adquirir cerca de 8,7 mil toneladas de alimentos, distribuídas para cerca de 2.289 instituições, beneficiando 1.904.895 pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A articulação com outros programas do MDS possibilitou, ainda, a destinação dos produtos da agricultura familiar ao abastecimento da rede de proteção social, formada por restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, complementação da merenda escolar, dentre outros.

Construção de Cisternas para Armazenamento de Água

A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do Semi-Árido brasileiro. É destinada à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, que chegam a durar oito meses do ano. É um tipo de reservatório cilíndrico, coberto e semi-enterrado, que permite a captação e armazenamento de águas das chuvas a partir de seu escoamento nos telhados das casas, com a utilização de calhas de zinco ou PVC. O Programa Cisternas, que faz parte do Fome Zero, é realizado por meio de convênios firmados junto aos Governos Estaduais e Municipais e com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas. O objetivo é possibilitar à população o acesso a uma estrutura simples e eficiente de captação de água da chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o Semi-Árido.

Em 2007, o MDS repassou cerca de R\$ 55,5 milhões por meio de convênios e termos de parceria em andamento para a construção de cisternas. No exercício, foram construídas cerca de 43,1 mil cisternas, beneficiando aproximadamente 204,7 mil pessoas.

Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos

Esta ação consiste na entrega de cestas de alimentos para as comunidades tradicionais e específicas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os principais beneficiários são as comunidades indígenas, quilombolas, de terreiros, acampados que demandam o acesso ao Programa de Reforma Agrária, atingidos por barragens hidroelétricas e Municípios em estado de calamidade pública (secas, enchentes, etc).

De janeiro a novembro de 2007, foram entregues aproximadamente 1,87 milhão de cestas de alimentos, atendendo a 402.726 famílias. Essas cestas totalizaram 44.621¹ toneladas de alimentos, constituídos em parte por alimentos provenientes da agricultura familiar, adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA².

No ano de 2007, foram gastos aproximadamente R\$ 44,1 milhões na aquisição de 23.675 toneladas de alimentos, sendo que a contribuição do PAA foi de 6.669 toneladas, totalizando 30.344 toneladas de alimentos. Destes, 16.437 toneladas foram distribuídos em 2007 e o restante será distribuído em 2008.

Em média, foram distribuídas pouco mais de 4,6 cestas de alimentos por família tradicional e específica, com peso aproximado de 22 kg cada cesta, constituída de arroz, feijão, flocos de milho ou fubá, farinha de mandioca ou farinha de trigo, óleo de soja, açúcar, macarrão e leite em pó.

¹ Deste total, 28.184 toneladas de alimentos foram adquiridas com recursos orçamentários de 2006.

² Os dados de dezembro de 2007, no que diz respeito à contribuição total do PAA na composição das cestas de alimentos, não foram contabilizados até o fechamento deste relatório.

Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos

Os Restaurantes Populares implantados nos Municípios por meio da cooperação entre a União, o Distrito Federal e os governos locais têm prestado importante serviço público na promoção da segurança alimentar e nutricional dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio, nos grandes centros urbanos do País. Estes equipamentos públicos têm cumprido papel importante nas ações de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN nos Municípios com mais de 100 mil habitantes, pois torna acessível o direito humano à alimentação saudável para milhares de pessoas em situação de exclusão deste direito fundamental para a cidadania.

Em 2007, o MDS destinou cerca de R\$ 26,0 milhões para o programa. Graças à parceria firmada junto aos Municípios, em virtude da seleção realizada por meio de Edital de Seleção Pública, será possível a implantação de mais 23 novas unidades e a modernização das quatro unidades já existentes. Já estão em funcionamento 35 unidades de Restaurantes Populares, que fornecem aproximadamente 50.000 refeições/dia, e que foram objeto de investimento de R\$ 24 milhões desde 2003.

Apoio à Instalação de Cozinhas Comunitárias

As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos implantados pelo MDS em parceria com as Prefeituras Municipais visando o fornecimento de refeições saudáveis e com preço acessível às famílias pobres urbanas, e juntamente com os Bancos de Alimentos e os Restaurantes Populares compõem a rede de equipamentos públicos urbanos para a execução das políticas públicas de SAN locais. As instalações apoiadas têm capacidade para a produção de, no mínimo, 200 refeições diárias, com funcionamento durante, pelo menos, 5 dias por semana.

O MDS/SESAN estimula a multifuncionalidade das Cozinhas Comunitárias, como por exemplo, a promoção da educação alimentar dos seus usuários e grupos sociais como crianças, adolescentes, gestantes e nutrisses.

Em 2007, o MDS destinou cerca de R\$ 5,5 milhões na contratação da implantação de 39 novas unidades e, também, para que seis unidades já existentes sejam modernizadas ou tenham sua funcionalidade ampliada. Além disso, existem hoje, mais de 200 Cozinhas Comunitárias em funcionamento totalizando a oferta de mais de 40 mil refeições por mês.

Apoio à Instalação de Banco de Alimentos

Os Bancos de Alimentos constituem-se como importantes equipamentos públicos urbanos de combate ao desperdício e de promoção de segurança alimentar e nutricional dos gestores municipais das políticas de SAN. Tais equipamentos arrecadam alimentos provenientes de doações, por meio da articulação com a rede convencional de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, como Ceasa, supermercados, etc. Após a análise, seleção, classificação e embalagem, esses alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, de acordo com suas necessidades de consumo. As entidades assistenciais, por sua vez, se encarregam de distribuir os alimentos arrecadados à população. Assim, os Bancos de Alimentos contribuem para o abastecimento alimentar de entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal, além, de combater o desperdício de alimentos nos sistemas agroalimentares urbanos e metropolitanos.

Em 2007, o MDS destinou cerca de R\$ 4 milhões para a implantação de 18 novas unidades em vários municípios brasileiros, para tanto, contou com importante parceria das Centrais de Abastecimento – Ceasa nos Municípios e Estados. Desde 2003 o MDS já apoiou a implantação de 90 unidades que beneficiam diretamente cerca de 360 mil pessoas atendidas nas entidades do sistema de assistência social municipal.

Apoio à Agricultura Urbana

A Agricultura Urbana é um programa que permite a produção familiar de alimentos de forma comunitária, com uso de tecnologias de bases agroecológicas em espaços urbanos e peri-urbanos. Com a mobilização comunitária, em especial com atuação da prefeitura, são implementadas hortas, lavouras, viveiros, pomares, canteiros de ervas medicinais, criação de pequenos animais, unidades de processamento/beneficiamento agroalimentar e feiras e mercados públicos populares. Os alimentos produzidos são destinados tanto para autoconsumo das famílias quanto para a comercialização com a finalidade de gerar renda. Seu duplo efeito é a melhoria na dieta alimentar da família e a geração de renda complementar com o trabalho parcial de membros de toda a família.

Em 2007, o MDS destinou aproximadamente R\$ 9,9 milhões, em 111 projetos novos, beneficiando 27.474 famílias, além da continuidade da implantação de 32 projetos aprovados em exercícios anteriores.

Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias

A ação atende aos seus propósitos apoiando projetos estruturantes locais e regionais de desenvolvimento, estimulando a produção de alimentos e enfatizando segurança alimentar e Nutricional.

No ano de 2007, a ação priorizou projetos oriundos dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consad, a implementação do “Programa Nacional de Incubadoras Populares – Proninc”, o apoio a projetos inovadores e, complementarmente, o apoio a projetos que contribuem para consecução dos resultados de outras ações empreendidas pela Secretaria. Ao longo do exercício, foram apoiados 214 projetos e destinados recursos da ordem de R\$ 30,9 milhões.

Apoio aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

No que concerne ao apoio aos Consads, no ano de 2007 foram conveniados 63 projetos, escolhidos por meio de editais públicos de seleção perfazendo R\$ 2,6 milhões.

Os 40 Consads existentes estão localizados nas 26 Unidades da Federação, englobam 579 Municípios. A criação destes consórcios foi uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do país, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, como estratégia principal para a emancipação sócio-econômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza nessas regiões.

O enfoque territorial do Consad considera: a) as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais existentes na região; b) a dimensão física e ambiental do território; c) suas potencialidades geoestratégicas para arranjos sócio-produtivos sustentáveis; d) reorganização do território visando à inclusão social; e) construção de uma institucionalidade capaz de mediar conflitos, agregar esforços e gerar sinergias de forma a direcionar o processo de integração territorial para os objetivos de segurança alimentar e desenvolvimento local; f) identidade territorial e solidariedade social; e g) os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O Consad busca, ainda, uma permanente integração com outras políticas públicas que também privilegiam a redução de disparidades regionais no Brasil, tais como os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania, os Territórios da Agenda 21, além de outros programas estruturantes do Governo Federal, como o Bolsa Família e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Articulação com outras ações da Sesan

No exercício, a ação contribuiu para implementação de diversas políticas da Sesan com destaque à agricultura urbana, com o apoio a 45 projetos; à Educação Alimentar Nutricional, com 7 projetos localizados na área de abrangência dos Consads; ao apoio a grupos vulneráveis com sete projetos; à aquisição de alimentos da agricultura familiar com quatro projetos de resfriadores de leite que viabilizam o fortalecimento do “Programa do Leite” no semi-árido e a implantação de uma cozinha comunitária.

Ainda, por meio de emenda orçamentária do estado de São Paulo foram executados, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, 78 projetos que fortalecem o Programa de Aquisição de Alimentos em 31 Municípios do Estado, dos quais 10 abrangem dois Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local. Este conjunto de projetos envolve 2.370 agricultores familiares, e beneficiam 616 entidades que atendem 228.324 pessoas.

Outros projetos

O MDS, por meio da Sesan, forneceu apoio de aproximadamente R\$ 2,5 milhões ao Programa Nacional de Incubadoras Populares – Proninc para a contratação de 11 projetos que atuam por meio da incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia. Os projetos foram selecionados no âmbito da seleção pública realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão gestor do Programa.

Também foram apoiados cinco projetos inovadores que buscam valorizar as relações sociais, comerciais, produtivas, políticas e culturais regionais, a dimensão física e ambiental do território, suas potencialidades geoestratégicas para arranjos sócio-produtivos sustentáveis, a reorganização do território visando a inclusão social, a identidade territorial e a solidariedade social. Há que se destacar ainda o apoio a iniciativas que tenham como objetivo a promoção da participação cidadã, o controle social das políticas de segurança alimentar e nutricional e a discussão do direito humano à alimentação adequada. Ainda no âmbito dos projetos inovadores, foi apoiado o Projeto “Força no Esporte”, em parceria com os Ministérios da Defesa e do Esporte, que tem por finalidade proporcionar alimentação e atividades físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando crianças e jovens carentes, beneficiando cerca de 7.500 estudantes, comprovadamente carentes, moradores de bairros pobres e periférico das cidades.

Redução das Desigualdades Regionais

Várias ações do programa “Acesso à Alimentação” implementadas pelo Governo Federal, por meio do MDS, têm impactos importantes na redução das desigualdades regionais e pessoais de renda.

Dessas, dois grandes programas são implementados prioritariamente na região do semi-árido brasileiro, que possui condições naturais desfavoráveis em relação às outras regiões do país. São eles: o Projeto Construção de Cisternas para Armazenamento da Água da Chuva e o Programa do Leite, modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos. Foram repassados pelo MDS, em 2007, mais de R\$ 55 milhões para a construção de cisternas. Foram 43,1 mil cisternas efetivamente construídas em 2007, as quais beneficiaram cerca de 204,7 mil pessoas.

O MDS investiu, também, na compra do leite produzido por agricultores familiares, aportando mais de R\$ 179,1 milhões, possibilitando a distribuição média diária de cerca de 700 mil litros de leite a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Garantindo acesso à água e aos alimentos a milhares de famílias pobres, em sua maioria localizadas na região do semi-árido, o Governo Federal diminui a vulnerabilidade destas populações e contribui para a redução das desigualdades regionais.

GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Apoio à Organização do Sistema Único de Assistência Social

Em 2007 foi priorizado no âmbito dessa ação o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal, regulamentado pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do SUAS, por meio da Resolução CIT nº 5, de 15 setembro de 2006 e pela Portaria MDS nº 350, de 03 de outubro de 2007.

Esse pacto representa um compromisso entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os órgãos gestores da assistência social dos Estados e do Distrito Federal e tem por objetivo o fortalecimento e a adequação desses órgãos para o pleno exercício da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, no seu âmbito de competência.

Todos os Estados e o Distrito Federal apresentaram propostas de Pacto de Aprimoramento da Gestão, analisadas e aprovadas pelo MDS. Os pactos foram celebrados em ato público, no dia 10 de outubro de 2007, por meio da assinatura do Termo do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal por todos os Secretários de Estado de Assistência Social, seus substitutos ou seus representantes legais e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foi repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos Fundos Estaduais de Assistência Social e ao Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, obedecendo às regras estabelecidas na Portaria MDS nº 351, de 03/10/07, o montante de R\$ 8.189.987,39 para a implementação do Pacto.

Os recursos dessa ação foram utilizados ainda para as seguintes atividades: apoio à capacitação de gestores e técnicos de assistência social para a operacionalização do ProJovem Adolescente; desenvolvimento de sistemas de informação; e contratação de consultores para o monitoramento do ProJovem Adolescente e do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, além de outras atividades relacionadas à gestão do SUAS.

Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A implementação dos eixos estruturantes e organizativos do SUAS impõe novas atribuições aos atores sociais da Assistência Social, uma vez que propõe o estabelecimento de novas relações entre eles, exigindo, além do compromisso com a assistência social como política pública, uma maior capacidade de gestão por parte dos operadores da política. Nesse sentido, a Norma Operacional de Recursos Humanos - NOB-RH/SUAS (2006) define como diretriz uma política de capacitação destinada aos gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos, dos setores governamentais e não-governamentais, integrantes da rede socioassistencial, e conselheiros, de forma sistemática e continuada. Entende-se que, para a valorização da gestão pública, a capacitação dos atores da assistência social é uma das questões fundamentais para o alcance da efetividade e da qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

Nesse sentido foi elaborado o projeto de Formação de Agentes de Controle Social da Assistência Social, por meio do qual serão capacitados 15.961 conselheiros nacionais, estaduais, do DF e municipais de assistência social, além dos responsáveis pelas suas secretarias executivas. Em 2007 foram transferidos R\$ 3.279.000 ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para a implementação do projeto.

Por meio desta ação foram apoiadas também publicações técnicas para subsidiar as capacitações, abrangendo conteúdos do SUAS e da Política Nacional de Assistência Social (2004) referentes à gestão, financiamento, recursos humanos, controle social etc. Para tanto o montante de empenho liquidado foi no valor de R\$ 220.800.

Outra iniciativa de destaque no âmbito da capacitação, ainda que não vinculada a esta ação orçamentária, foi o Programa Gestão Social com Qualidade, que busca responder às demandas de fortalecimento da rede de proteção social no país, qualificando e desenvolvendo os trabalhadores e gestores da assistência social e do Programa Bolsa Família - PBF de todo o território nacional. O Programa é organizado em dois subprojetos, sendo um voltado aos gestores – denominado Rede Nacional de Capacitação Descentralizada e outro às equipes técnicas – denominado Capacitação para Implementação do SUAS e PBF. A meta do Programa é capacitar 14.059 técnicos da Assistência Social, por meio do projeto Capacitação para Implementação do SUAS e do PBF, iniciado em 2007, e cerca de 1.600 gerentes sociais, por meio do projeto Rede Nacional de Capacitação Descentralizada, com implementação também em 2008. Para tanto, o Programa contará com apoio do PNUD, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Avaliação

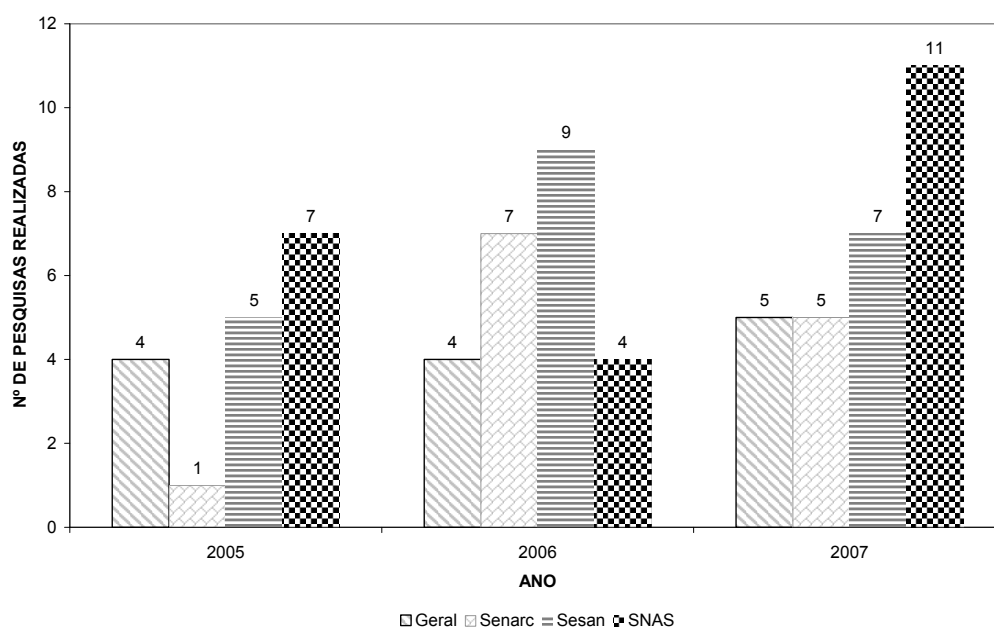
Para cumprir com o objetivo de agregar qualidade à gerência e ao desempenho dos programas sociais, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) vem desenvolvendo diversas atividades. No rol das atividades de avaliação estão as estimativas e pesquisas desenvolvidas, a capacitação, as publicações e o monitoramento. Na consecução dessas atividades, a SAGI tem construído relacionamentos com os gestores responsáveis pelos programas, pesquisadores e autoridades, favorecendo o uso de informações de qualidade na ação gerencial pública.

Cabe ao Departamento de Avaliação e Monitoramento (DAM) executar a política de Monitoramento e Avaliação, instituída pela Portaria nº 329 de 11/10/2006, que tem por objeto a análise dos processos, produtos e dos resultados referentes aos programas e ações executados ou financiados pelo MDS.

Quanto aos procedimentos internos utilizados para realização das pesquisas de avaliação de políticas e programas do MDS, o DAM desenvolveu um ciclo de avaliação, que pode ser descrito gerencialmente, em três etapas: definição da demanda, contratação dos estudos e gestão dos contratos e disseminação dos resultados.

Em 2007, foram concluídas nove pesquisas e seis estão em andamento, além de outras em fase de contratação previstas para 2008.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESQUISAS CONTRATADAS PELA SAGI POR ÁREA DE ATUAÇÃO DO MDS (2005-2007)



AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS (2007)

CLIENTE	PROGRAMA	PESQUISA	ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO	EXECUTOR
Sesan	Educação Alimentar	Avaliação do Projeto Criança Saudável, Educação Dez – Programa de Educação Alimentar	FAO	NEPA / Unicamp
	Cestas de Alimentos	Avaliação do Programa “Distribuição de Cestas de Alimentos”	FAO	NEPP / Unicamp
	Carteira Indígena	Estudo do Programa Carteira Indígena – Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas, para avaliação de processos e resultados	FAO	UEFS
SNAS	Inclusão Produtiva	Avaliação do Programa de Promoção da Inclusão Produtiva de Jovens	PNUD	Consultores (PF)
	Agente Jovem	Avaliação de impacto do Programa Agente Jovem sobre egressos e estudos qualitativos sobre ações de capacitação	PNUD	FEC
	PEAS	Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos (PEAS)		IBGE
SNAS e Senarc	Bolsa Família e BPC	O Bolsa Família e o BPC: Cobertura e Importância nos municípios	CNPq	Consultor
MDS	Chamada Nutricional Quilombola	Análise e interpretação dos dados antropométricos da pesquisa para avaliação nutricional e das condições de vida e saúde “Chamada Nutricional de Crianças Quilombolas de 0 a 5 anos de Idade”	FAO	FAP/USP
	Chamada Nutricional Amazonas	Análise e interpretação dos dados antropométricos da pesquisa para avaliação nutricional e das condições de vida e saúde “Chamada Nutricional de Crianças Menores de 5 anos de Idade do Estado do Amazonas”	FAO	Fiotec / Fiocruz

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

AVALIAÇÕES EM ANDAMENTO (2007)

CLIENTE	PROGRAMA	PESQUISA	ÓRGÃO DE COOPERAÇÃO	EXECUTOR
Senarc	Bolsa Família	Avaliação de Implementação do Programa Bolsa Família	PNUD	Cedeplar
SNAS	PETI	Suplemento sobre trabalho infantil da PNAD/2006	BID	IBGE
SNAS	População em Situação de Rua	Censo da População de Rua	Unesco	META
MDS	Geral	Pesquisa de Opinião – Programas do MDS	PNUD	Vox Populi
MDS	Geral	Consultoria com a atribuição de construir metodologia de monitoramento, avaliação e indicadores dos programas do MDS.	Unesco	FIPE
MDS	Chamada Nutricional – região norte	Crianças menores de cinco anos em populações específicas, em situação de vulnerabilidade social na Região Norte.	MS	SAGI

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Monitoramento

Em 2007, foi instituída a Coordenação Experimental de Monitoramento (CEM), com o objetivo de atuar junto às demais Secretarias do MDS no sentido de: a) fomentar uma cultura de excelência em monitoramento; b) fortalecer a cooperação com outras áreas do MDS; c) prestar assessoria técnica em instrumentos de monitoramento às secretarias finalísticas; d) promover estudos e análises sobre monitoramento; e) sistematizar e disseminar o conhecimento e resultados decorrentes das ações de monitoramento.

As estratégias adotadas para a consecução do objetivo da CEM foram: avaliar o estado da arte sobre monitoramento; estabelecer um canal de comunicação efetiva com as demais Secretarias do MDS; socializar métodos e instrumentos de monitoramento.

As atividades que já se encontram em andamento são: elaboração de plano de ação da CEM; levantamento bibliográfico sobre o “Estado da Arte” de monitoramento; reuniões periódicas; assessoria técnica no monitoramento dos CRAS, dos Restaurantes Populares e do ProJovem Adolescente; apropriação dos processos de alimentação da MI-Social; finalização das fichas/dados dos indicadores do Mercosul Social; elaboração de tipologia de vulnerabilidade municipal à violação de direitos; aperfeiçoamento do Dicionário de Variáveis, Indicadores e Programas Sociais – DICVip.

Cabe ao DAM, em conjunto com o Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos (DGIRT), a responsabilidade pelas atividades de construção de indicadores de avaliação e monitoramento relacionados ao desenvolvimento social e combate à fome no âmbito do MDS; desenvolvimento de metodologias para análise das informações constantes dos bancos de dados do Ministério; construção, cálculo e análise de indicadores para o monitoramento ou avaliação dos programas do Ministério.

Gestão da Informação

Em 2007, o DGIRT consolidou uma das ações que proporcionou à SAGI o recebimento, como segunda colocada, do prêmio de “Inovação da Gestão Pública”: a construção da ferramenta Matriz de Informação Social (MI-Social) como parte do sistema de monitoramento e avaliação adotado pela SAGI e premiado pela ENAP.

A MI-Social foi disponibilizada na internet em 2007 e constitui um instrumento de apoio ao monitoramento dos programas do Ministério, bem como de transparência e publicização das informações sobre os programas sociais sob a responsabilidade do MDS.

Entre outras atividades, o DGIRT também foi o responsável pela construção do Portal da SAGI que reúne todas as informações institucionais e técnicas produzidas pela Secretaria, pela produção do Atlas Social com descrição dos programas do MDS e pela elaboração dos mapas temáticos com dados e indicadores.

Em termos de gestão da informação, a principal inovação foi a construção da ferramenta de monitoramento do CRAS, que automatiza a coleta de dados para o monitoramento da implantação dos CRAS nos Municípios. Esta ferramenta tem como objetivo acompanhar a efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, obedecendo à organização descentralizada, participativa e integrada prevista no SUAS.

Formação e Capacitação dos Agentes Públicos e Sociais e Publicações

Em 2007, o Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais (DFAPS) foi o responsável pela gestão e pela implementação parcial do Programa Gestão Social com Qualidade, que visa ampliar as competências dos profissionais das áreas de assistência social e transferência de renda, a partir da disseminação de conceitos e metodologias de intervenção, demandados por políticas e programas de proteção social; e de instrumentos de planejamento, gerenciamento e operacionalização de serviços e benefícios vinculados à proteção social não contributiva. O Programa é composto por quatro projetos, descritos na tabela a seguir.

PROJETOS DO PROGRAMA DE GESTÃO SOCIAL COM QUALIDADE

NOME DO PROJETO	DESCRIÇÃO
Projeto I – Formação de Multiplicadores, Capacitação de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não contributiva e Constituição da Rede Nacional de Capacitação Descentralizada (implementação compartilhada entre SAGI e SNAS).	A Rede Nacional de Capacitação prevista pelo Projeto I, já em execução, é constituída por dez instituições de ensino, que participaram, em novembro e dezembro de 2007, do processo de formação de 60 multiplicadores e estão elaborando os planos de curso para formar 1.600 gerentes sociais em 629 Municípios.
Projeto II – Capacitação para a implementação do SUAS e do Programa Bolsa Família (implementação SENARC/SNAS).	Os cursos a distância, via internet, estão sendo desenvolvidos pelo Projeto II, que registrou a inscrição de mais de 14.000 técnicos estaduais e municipais, dos quais 4.000 estão participando dos cursos ofertados e os outros aguardam convocação para integrar novas turmas.
Projeto III – Formação de Agentes para Controle Social da Assistencial Social (elaboração SAGI/SNAS).	O Projeto III encontra-se em fase de licitação para contratação de instituição capacitadora.
Projeto IV – Capacitação de Gestores e Técnicos da Assistência Social para o ProJovem Adolescente (elaboração SAGI/SNAS).	O Projeto IV está em fase de elaboração, após realização de duas videoconferências de mobilização de Estados e Municípios em dezembro de 2007.

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Quanto à divulgação e disseminação das informações produzidas pela Secretaria, a SAGI lançou em 2007, doze novas publicações entre livros, relatórios, cadernos de estudos, catálogos e folhetos, totalizando mais de 30 mil exemplares, imprimindo ao DFAPS um intenso trabalho de produção e elaboração do material. Dentre os temas abordados estão os resultados de pesquisas nas três áreas de atuação do Ministério – Renda de Cidadania, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional –, o Programa Gestão Social com Qualidade e os indicadores de monitoramento dos programas do Ministério. Destas publicações, três foram editadas em inglês com o intuito de disseminar a experiência brasileira na área do desenvolvimento social para organismos internacionais e governos de outros países. O material foi distribuído a órgãos de todas as esferas do governo, ONGs, organizações da sociedade civil, comunidade acadêmica, institutos de pesquisas, dentre outros, bem como disponibilizado eletronicamente no sítio do Ministério.

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES DA SAGI (2007)

ITEM	PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Livros	Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. MDS.	Resultados do Grupo de Trabalho Interministerial formado para desenvolver estudos e pesquisas sobre a classificação de deficiências e avaliação de incapacidades; e propor um novo instrumento de avaliação para acesso ao BPC.
	Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS – <i>Português e Inglês</i> . Organizadora: Júnia Valéria Quiroga da Cunha.	Apresenta a metodologia de construção de indicadores de monitoramento dos principais programas do MDS.
	Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional – Volume 1 - <i>Português e Inglês</i> . Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman.	Apresenta os resultados de um conjunto de estudos de avaliação das políticas, programas e ações do MDS na área de Segurança Alimentar e Nutricional.
	Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social – Volume 2 - <i>Português e Inglês</i> . Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman.	Apresenta os resultados de um conjunto de estudos de avaliação das políticas, programas e ações do MDS nas áreas de Renda de Cidadania e Assistência Social.
	Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional. Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman.	Apresenta as metodologias aplicadas em 18 pesquisas de avaliação dos programas e políticas do MDS coordenados pela SAGI.
Cadernos de Estudos	Nº 5 – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS. Organizadores: Rômulo Paes-Sousa e Jeni Vaitsman.	Sistematiza, de forma sucinta, as pesquisas de avaliação de programas sociais concluídas até 2006 pelo MDS.
	Nº 6 – <i>Health and Nutrition Day: A nutritional survey of children living in the semi-arid area and land-reform settlements in northeast Brazil</i> . Vários autores.	Textos que relatam a pesquisa realizada no semi-árido sobre a situação do estado nutricional das crianças de 0 a 6 anos. Versão em Inglês do Cadernos de Estudos nº 4.
Folhetos	Programa Gestão Social com Qualidade: capacitação para agentes públicos e sociais.	Informações a respeito das capacitações do Programa Gestão Social com Qualidade coordenado pela SAGI.
	Linha de publicações de avaliação e monitoramento das políticas e programas do MDS.	Informações a respeito das publicações editadas pela SAGI.

ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS

Dando continuidade ao diálogo institucional estabelecido entre o poder público e sociedade civil, incentivado pela Secretaria, em 2007 foi realizada uma série de atividades que contribuíram para a consolidação da atuação social do Governo Federal. A partir desses canais foram articuladas diversas parcerias, cujos resultados estão contribuindo para a promoção social da população-alvo das políticas do MDS. Apresentam-se a seguir alguns resultados das articulações de parcerias alcançados em 2007 em quatro áreas fundamentais: Geração de Trabalho e Renda; Inclusão de Comunidades Tradicionais; Gerenciamento de Doações, Certificação e Uso da Marca Fome Zero; Acordos de Cooperação Técnica Entre o MDS e Várias Entidades.

Em relação à geração de trabalho e renda, o foco é o público beneficiário dos programas sociais do MDS. Um dos principais instrumentos utilizados foi o GUIA de Geração de Trabalho e Renda, levantamento elaborado pela Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias que divulga centenas de ações governamentais nesta área. Em 2007 este guia foi distribuído em palestras, seminários e eventos sobre o tema em todo o País. As ações do Guia foram separadas por eixos, denominados vetores de aglutinação, e as principais articulações de parcerias desenvolvidas pelo MDS durante o ano de 2007 que contribuíram para a geração de trabalho e renda foram elencadas em alguns vetores selecionados:

1 – Diagnóstico, Mobilização e Articulação de Parcerias: Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da SENAES para a ampliação do Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária – PPDLES. Participação na RTS - Rede de Tecnologias Sociais que reúne mais de 400 entidades, para desenvolver e reaplicar tecnologias sociais em escala, tornando-as políticas públicas.

2 – Apoio à Institucionalização (Associativismo e Cooperativismo): Coordenação do grupo de trabalho para elaboração dos Editais do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – Proninc, para apoio financeiro de propostas para incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários.

3 – Infra-Estrutura e Logística de Produção: Parceria do MDS com a Fundação Cultural Palmares no Projeto Ações Estruturantes com o objetivo de capacitar as comunidades que receberam equipamentos e investimento em infra-estrutura para geração de renda. Parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para construção de 8.500 cisternas na região do semi-árido, por meio da Articulação do Semi-Árido/ASA, na ordem de R\$ 11, 9 milhões. Parceria entre o MDS e o Ministério das Minas e Energia (MME), por intermédio do Programa Luz para Todos, que possibilitará a aquisição de tanques de resfriamento de leite. Essa ação conta com os recursos de R\$ 4 milhões do MDS e R\$ 3 milhões do MME.

4 – Acesso a Crédito: Parceria entre o MDS, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e BNB, com investimentos na ordem de R\$ 3 milhões que serão executados pelo Banco do Nordeste (BNB), para viabilizar ações produtivas associativas, e sustentáveis que assumam os princípios da economia solidária.

5 – Apoio a Cadeias Produtivas: Parceria com o Banco do Brasil, que por meio da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável/DRS, beneficiou 541.739 famílias na geração de oportunidade de renda em todas as regiões brasileiras, envolvendo recursos na ordem de R\$ 2,1 bilhões. O MDS, em conjunto com o Ministério das Cidades, coordena o Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis que articulou apoio às Cadeias Produtivas de Materiais Recicláveis e diversas Cooperativas de Catadores. Foram alcançados recursos de cerca de R\$ 31,5 milhões, destacando o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (R\$ 29 milhões) visando a inclusão de trabalhadores da cadeia produtiva da reciclagem no Brasil, em atendimento às necessidades de financiamento de 24 cooperativas. Vale ressaltar que o BNDES já lançou novo edital reforçando o apoio para este seguimento.

Quanto às ações de inclusão de comunidades tradicionais, algumas atividades e resultados alcançados pelo Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais merecem destaque. Primeiro, a publicação do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo, a articulação e proposição da Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Projeto Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Outra atividade que merece atenção é a implantação do Sub-Programa de Segurança Alimentar e Auto-Sustentação para os Guarani Kaiowá e Nandeva. O programa alia ações emergenciais (distribuição de cestas básicas) e estruturantes (fomento à produção de alimentos para aldeias com terras disponíveis), com recursos compartilhados (MDS/Funai) e sob a orientação do Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Cone Sul do Estado do Mato Grosso do Sul/CGAIIMS. Por fim, as articulações do CGAIIMS com a Funai para Construção do Plano Operacional Fundiário que resultou na assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, com participação de lideranças Indígenas Guarani Kaiowá e Nandeva para a regularização fundiária de suas terras.

No que tange ao gerenciamento de doações, certificações e uso da marca Fome Zero, vale apresentar os números mais relevantes. As doações em alimentos e sementes feitas ao Fome Zero somaram 704 toneladas, totalizando o valor de R\$ 3,2 milhões. Foram emitidos 219 Certificados de Doador Eventual Fome Zero que autoriza a isenção de ICMS às empresas doadoras, dos bens doados por essas empresas ao Fome Zero. As doações em dinheiro ao Fome Zero de pessoas físicas e jurídicas, depositadas no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, realizadas no ano de 2007, foram da ordem de R\$ 530.788, destinadas à construção de cisternas no semi-árido brasileiro. Quanto aos Certificados de Parceiros Fome Zero, foram entregues 40 para os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consads, 61 Certificados Especiais para as Empresas que financiaram os Telecentros do Governo Federal e nove para o Legado Social do PAN. Dessa forma, o número de parceiros Fome Zero dobrou no ano de 2007, totalizando 216 parceiros certificados. Ademais, foi prorrogado o Convênio ICMS 18/2003 - Confaz que dispõem sobre a isenção do ICMS às mercadorias doadas ao Fome Zero, até 30 de abril de 2008. Esse incentivo fiscal estimula doações de mercadorias ao Fome Zero.

Por sua relevância, cabe destacar a formalização de parcerias que contribuem para o fortalecimento das políticas do MDS: primeiro, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MDS e a Petrobras em 21/11/07 e lançamento da seleção pública prevista no programa de responsabilidade social dessa empresa. A parceria com a Petrobras destinou R\$ 20 milhões por meio de Seleção Pública, contemplando 63 projetos em todo território nacional. O Programa Desenvolvimento & Cidadania – Petrobras garante investimentos na ordem de R\$ 1,2 bilhão a ser executado durante o período de 2007 a 2012, tendo como meta atender, até 2012, quatro milhões de pessoas diretamente e outras 14 milhões indiretamente; segundo, o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MDS e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, com prazo de vigência de quatro anos, que está centrado em dois eixos principais: garantir condições para a inclusão digital, além

da execução de outras ações que possam promover o desenvolvimento regional e a inserção de novas empresas no campo da responsabilidade social; E ainda, o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção que objetiva qualificar e capacitar o público beneficiário dos programas do MDS para inserção nas obras do PAC.

Por fim, foram concluídos dois convênios em 2007. O convênio nº 002/SE/MDS/05 firmado entre o MDS e a Visão Mundial objetivou a execução do Projeto “Empreender para Desenvolver” com vistas a promover a inclusão social de grupos vulneráveis econômica e socialmente, gerando trabalho e renda por meio do fomento de empreendimentos comunitários e solidários. Convênio finalizado em 30/06/2007 destinou recursos no valor de R\$ 705.750, cabendo ao Concedente o valor de R\$ 605.750 e ao Conveniente a contrapartida de R\$ 100.000. Outro convênio, nº. 001/SE/MDS/2005, firmado entre o MDS e o Movimento de Educação de Base (MEB) visou a execução do “Programa de Promoção da Cidadania e Desenvolvimento Sustentável de Comunidades em Situação de Risco Social” que teve como objetivo executar ações de capacitação de agentes reeditores para a geração de projetos de desenvolvimento social. Os beneficiários são as comunidades em situação de risco social, valorizando as suas potencialidades, na perspectiva do controle social dos programas do MDS e do desenvolvimento local. O Convênio foi finalizado em 30/03/2007. Foram destinados recursos no valor de R\$ 968.206, cabendo ao Concedente o valor de R\$ 794.250 e ao Conveniente a contrapartida de R\$ 173.956.

6.24. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCidades

Ao Ministério das Cidades – MCidades compete tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. O órgão trabalha de forma articulada e solidária com os Estados e Municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade.

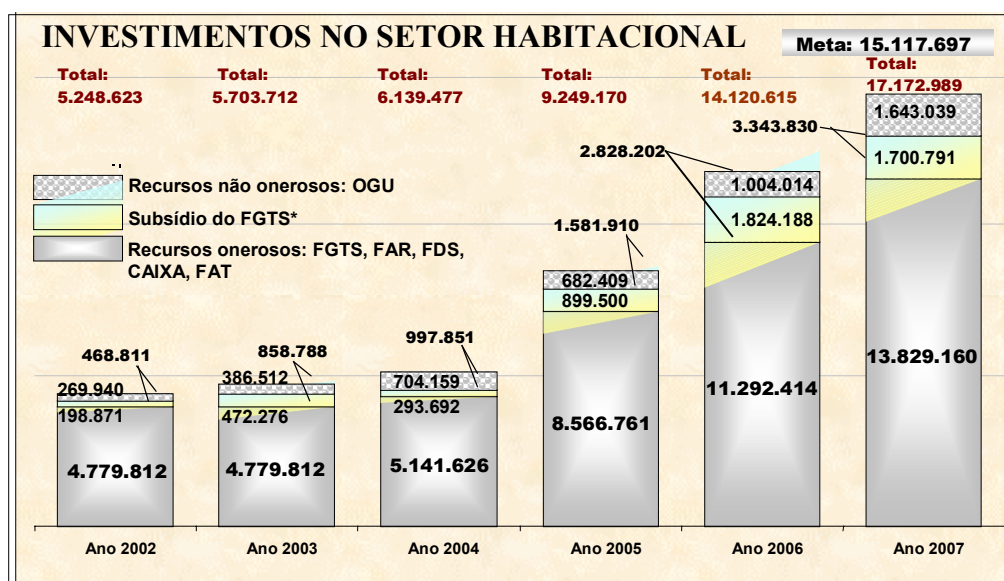
No exercício de 2007, teve como premissa básica a necessidade de qualificação dos gastos, de forma a assegurar que os recursos alocados sejam aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população. Por mais um ano consecutivo, o direcionamento de grande parte dos recursos foi orientado por processo de seleção pública de propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do respectivo regulamento, privilegiando o atendimento às áreas mais carentes.

Em 2007, a área de habitação avançou na implementação do Sistema Nacional de Habitação, dando início à elaboração do Plano Nacional de Habitação – PLANHAB, integrado a um conjunto de ações e medidas institucionais, econômicas e jurídicas. Inserido no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o setor habitacional foi contemplado com um montante de recursos significativos. Para o quadriênio 2007-2010, entre recursos oriundos ou geridos pelo Governo Federal, foram destinados R\$ 55,9 bilhões (incluindo contrapartidas estimadas em R\$ 9,3 bilhões), para um atendimento estimado de 4,2 milhões de famílias. Esses recursos se destinam à construção de casas, urbanização de favelas, aquisição de terrenos, implantação de infra-estrutura, reforma de imóveis e compra de material de construção.

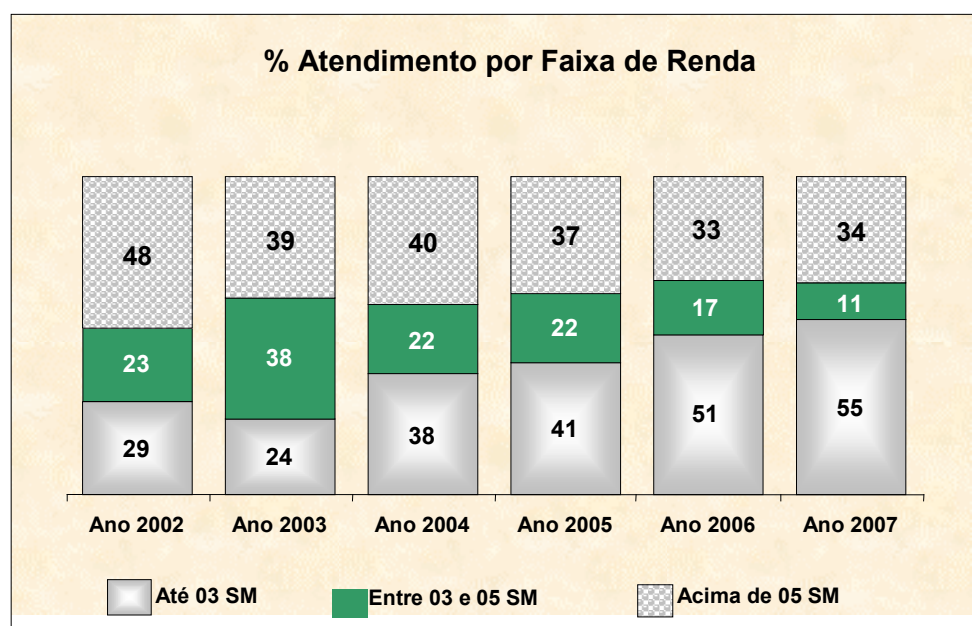
Com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, em 2007, foram contratados R\$ 650 milhões para urbanização de 146 assentamentos precários, R\$ 304,4 milhões para provisão habitacional, R\$ 35,7 milhões para elaboração de planos habitacionais pelos Municípios e R\$ 9,7 milhões na contratação de assistência técnica. Desde 2006, ano em que entrou efetivamente em operação, o FNHIS vem alocando R\$ 1 bilhão/ano, mesmo montante previsto por ano até 2010, destinado a atender em 2007 as necessidades habitacionais de aproximadamente 76 mil famílias de baixa renda.

A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis das diversas fontes no atendimento de famílias na faixa de renda até cinco salários mínimos resultou na ampliação dos investimentos e na revisão dos programas, bem como na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS, a maior fonte de recursos do setor habitacional.

Em 2007, destaca-se ainda, no âmbito do FGTS, a retomada das operações do Pró-Moradia, programa voltado a oferecer acesso à moradia adequada para a população em situação de vulnerabilidade social por intermédio de concessão de financiamento ao setor público. Foram selecionadas propostas que totalizam R\$ 1,3 bilhão.



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal
Informações preliminares até 28/12/2007 - Valores em milhar



Fonte: Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal
Informações preliminares até 28/12/2007

Na perspectiva de promover um significativo avanço rumo à universalização dos serviços de saneamento básico no País, aí compreendidos seus quatro componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas, o MCidades tem empreendido esforços no sentido de viabilizar condições favoráveis à reestruturação legal e institucional do setor e ao incremento, cada vez mais significativo, do nível de investimentos em ações de saneamento.

No tocante à reestruturação legal, o ano de 2007 foi bastante representativo uma vez que, já em 05/01/07, foi sancionada a Lei nº 11.445/2007 que “estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico”. Baseada no planejamento integrado, na regulação, na cooperação federativa e no controle social, a nova legislação deverá trazer um forte impulso ao setor, propiciando condições seguras para propiciar investimentos, além de definir novos patamares de eficiência e de respeito aos direitos dos usuários.

Em reconhecimento à relevância do saneamento como agente promotor da saúde pública, além de grande gerador de empregos e promotor de desenvolvimento econômico e social, o setor foi contemplado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Como plano estratégico de investimentos do Governo Federal para o período 2007-2010, o PAC contempla expressivos investimentos em saneamento e urbanização de favelas.

Para saneamento são previstos R\$ 40,0 bilhões, dos quais R\$ 20,0 bilhões provêm de recursos de financiamento (FGTS e FAT), sendo R\$ 12,0 bilhões para o setor público e R\$ 8,0 bilhões para o privado. Do Orçamento Geral da União serão viabilizados R\$ 12,0 bilhões, sendo que destes R\$ 8,0 bilhões serão aplicados por intermédio do Ministério das Cidades e R\$ 4,0 bilhões pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, além de R\$ 8,0 bilhões a serem aportados como contrapartida dos proponentes.

A garantia desses recursos é fruto da priorização dada pelo Governo Federal ao setor. Os investimentos federais deverão propiciar outros investimentos nas esferas municipais e estaduais por parte de seus respectivos prestadores públicos de serviços de saneamento, principais responsáveis pelos investimentos diretos no setor.

O Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos da Constituição Federal referentes à Política Urbana, constitui a base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e representa um dos maiores avanços da legislação urbanística brasileira. O compromisso do Governo Federal com a implementação do Estatuto, cuja aplicação concreta nas cidades depende do estabelecimento de processos inovadores de planejamento urbano e gestão fundiária locais, requer uma atuação decidida do Ministério das Cidades no sentido de disponibilizar meios e recursos, assim como mobilizar e sensibilizar o país para a necessidade de sua implementação.

O Ministério das Cidades inovou ao incorporar novas áreas de atuação no âmbito do Governo Federal na temática urbana, passando a apoiar fortemente o planejamento territorial municipal, mediante a elaboração de Planos Diretores de caráter participativo; auxiliando os Municípios na gestão da situação fundiária dos assentamentos de população de baixa renda, com vista à regularização dos lotes; trabalhando junto aos Municípios na prevenção e contenção de riscos em assentamentos precários; e estimulando a reabilitação de áreas centrais em Municípios estratégicos.

O MCidades desenvolve também uma ação de mediação voltada para evitar desfechos violentos em conflitos fundiários urbanos. Atualmente, estão sendo monitoradas 63 situações de conflito em 31 Municípios de 15 Estados, envolvendo 30.200 famílias. Desse total, 22 casos (14 Municípios), com 9.207 famílias, avançaram para soluções pactuadas e pacíficas.

Neste tema, o Conselho Nacional das Cidades criou o grupo de trabalho de Conflitos Fundiários Urbanos, que organizou o Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos na cidade de Salvador, ocorrido no mês de agosto de 2007, com o apoio do Governo do Estado da Bahia. O objetivo deste encontro foi levantar subsídios para a construção da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Estiveram presentes representantes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além de movimentos sociais e entidades de todo o Brasil que, por meio de debates estruturados a partir da realidade dos conflitos fundiários no país e das experiências existentes neste campo, buscaram identificar os principais desafios e questões que devem ser abarcados pela Política Nacional.

Além das atividades desenvolvidas especificamente nas diversas áreas, o MCidades participou da elaboração de legislação federal voltada para a remoção de obstáculos à concretização do direito à moradia.

Nesse sentido, participou da elaboração da Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, que trata da regularização fundiária e do acesso aos imóveis da União por beneficiários de programas habitacionais. Esta Lei fortalece os instrumentos de reconhecimento do direito de posse da população de baixa renda, retira os principais entraves jurídicos e aperfeiçoa a legislação patrimonial, simplificando os processos de entrega de títulos, além de criar os instrumentos para a alienação e transferência de imóveis ociosos para projetos habitacionais de interesse social. A sua aprovação significa um grande avanço na segurança da posse e na ampliação do acesso à terra no País. Inovações e alterações presentes no texto, utilizados conjuntamente, abarcam toda uma cadeia de acesso à terra e aos financiamentos públicos, como é o caso da possibilidade de doação de imóveis da União, do reconhecimento da posse como garantia real para financiamento, e da gratuidade do primeiro registro.

Participou também da elaboração da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Esta Lei representa mais um avanço conquistado para regularização fundiária de imóveis públicos ocupados por população de baixa renda.

Dentre os assuntos ligados à temática da Regularização Fundiária, destacam-se as possibilidades de alienação: por venda direta aos ocupantes de baixa renda, dos imóveis não-operacionais residenciais, beneficiários ou não de programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social; e, por venda direta, de imóveis não-operacionais a Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades públicas e fundos de investimentos imobiliários, desde que a destinação seja para programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social e programas de reabilitação de áreas urbanas. Os bens imóveis da extinta RFFSA ficam transferidos à União, sendo que a Secretaria do Patrimônio da União – SPU passa a ser a responsável pelos imóveis não-operacionais e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura do Transporte - DNIT, do Ministério dos Transportes, pelos imóveis operacionais.

Finalmente, o MCidades participou do processo de revisão da Lei nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, tendo elaborado propostas para sua transformação no novo marco regulatório da política fundiária urbana, a partir de amplas discussões realizadas no âmbito do Conselho das Cidades e do Governo Federal. Conforme consulta à tramitação de proposições na Câmara dos Deputados, o PL nº 20/07 aguarda a apreciação do Plenário.

As ações do Governo Federal de implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários, tiveram, em 2007, aprovados recursos no montante de R\$ 579,7 milhões, sendo R\$ 106,8 milhões para a implantação do trecho Rodoviária - Camaragibe (TIP-TIMBI) e modernização do trecho Rodoviária - Recife-Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife, R\$ 14,6 milhões para a implantação do trecho Eldorado – Vilarinho e do sistema de trens urbanos de Belo Horizonte, R\$ 76,8 milhões para apoio à implantação dos trechos sul e oeste do

sistema de trens urbanos de Fortaleza, R\$ 69,4 milhões para a implantação do trecho Lapa – Pirajá e modernização do trecho Calçada – Paripe do sistema de trens urbanos de Salvador e R\$ 12,2 milhões para a recuperação dos sistemas de trens urbanos de Natal, João Pessoa e Maceió. Também foram assinados convênios com o Estado de São Paulo para apoio à implantação de trecho da Linha 2 do sistema metroviário de São Paulo, no valor de R\$ 270,0 milhões e com o Distrito Federal, para a implantação do trecho Taguatinga - Ceilândia do sistema metroviário de Brasília, no total de R\$ 30,0 milhões.

A assinatura dos novos convênios com a prefeitura de Salvador e com o Estado do Ceará garantiu a retomada dos projetos naquelas capitais, com o escopo original, restabelecendo, em Fortaleza, a implantação do trecho subterrâneo e, em Salvador, o trecho Acesso Norte-Pirajá, além da complementação do orçamento para a modernização do trem de subúrbio entre Calçada e Paripe. Em Recife, na linha diesel, entre Cajueiro Seco e Cabo, a operação será feita com VLTs, da mesma forma que na linha oeste de Fortaleza.

As realizações dos principais programas e ações, no ano de 2007 serão citadas a seguir.

GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Os recursos foram alocados, atendendo a solicitações demandadas pelos entes federados de ações de saneamento, abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, transporte público, acessibilidade, regularização fundiária, acesso à moradia e urbanização, dentre outras caracterizadas como desenvolvimento urbano. Foram empenhados recursos da ordem de R\$ 519,89 milhões, de um total autorizado de R\$ 556,96 milhões.

Funcionamento do Conselho das Cidades

Foram realizadas todas as ações e atividades de manutenção e funcionamento do Conselho das Cidades previstas para o ano tais como: cinco reuniões do Conselho, incluindo uma extraordinária, quatro reuniões do Comitê de Habitação, três reuniões ordinárias do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, três reuniões do Comitê de Transporte e Mobilidade Urbana, 11 reuniões da Coordenação Executiva da 3ª Conferência Nacional das Cidades, três reuniões do grupo de Trabalho do Orçamento do Ministério, dentre outras. Foram empenhados recursos da ordem de R\$ 1,78 milhão.

Fortalecimento da Política Nacional de Habitação

A ação objetiva prover assistência técnica e incrementar a capacidade institucional e operacional da Secretaria Nacional de Habitação por meio da contratação de estudos e serviços técnicos. Tais estudos fornecem insumos ao aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas desenvolvidos no âmbito da Secretaria, que também se utiliza dos serviços prestados: ao desenhar as políticas habitacionais; realizar a elaboração do Plano Nacional de Habitação - PlanHab; e operacionalizar o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. No Exercício de 2007 foram utilizados R\$ 60,75 mil para a contratação de duas consultorias, pessoas físicas, especializadas em Finanças Públicas e em Programas de Urbanização de Assentamentos Precários.

Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento

O Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS II tem seus recursos oriundos do Acordo de Empréstimo BIRD nº 4292-BR e visa beneficiar as entidades federadas, principalmente os formuladores das políticas públicas concernentes e os reguladores da prestação dos serviços, bem como prestadores públicos. O benefício configura-se no financiamento, sem ônus, para a elaboração de estudos e trabalhos de consultoria técnica especializada para implementação de políticas, reestruturação da prestação dos serviços e desenvolvimento de modelos de financiamento.

Na área de Assistência Técnica, foram desenvolvidas ações de apoio a Estados, Municípios, prestadores de serviços e agências reguladoras de saneamento, compreendendo diagnósticos e estudos técnicos voltados para a organização, planejamento, reestruturação e modernização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de apoio nas áreas de manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas. No ano de 2007, considerando-se os Acordos de Cooperação Técnica em andamento, discutidos e firmados, foram beneficiados os Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, Rondônia e Roraima; e os Municípios de Aracaju/ SE;

Barbacena/MG; Barreiras/BA; Birigui/SP; Campo Grande/MS; Cuiabá/MT; Diadema/SP; Guaratinguetá/SP; Itabirito/MG; Itajaí/SC; Ituiutaba/MG; Jaboatão dos Guararapes/PE; Manaus/AM; Natal/RN, Recife/PE, Rondonópolis/MT; Salto/SP; Santo André/SP; São Bento do Sul/RS; São Lourenço do Sul/RS; Alagoinhas/BA; Belém/PA; Fortaleza/CE; Joinville/SC; Juazeiro do Norte/CE; Salto/SP e Serra Negra do Norte/RN; os prestadores de serviços de DEAS/AC, Casal/AL, Embasa/BA, Copasa/MG; Cedae/RJ; Caern/RN; Corsan/RG; CAER/RR; DESO/AC; as Agências Reguladoras: ABAR; AGR/GO; AGER/MT; Arsban/Natal, ARCE/CE, Arsam/AM, AGR/GO e a Agência Reguladora de Campo Grande.

Quanto aos Estudos e Pesquisas Nacionais, as contratações foram sempre precedidas por autorizações expressas do BIRD (não objeções) e do Comitê de Direção do Programa – CDP (anuências prévias). As iniciativas tiveram como foco diagnosticar a situação do setor saneamento no País, propor alternativas para sua modernização, subsidiar o Governo Federal na proposição de política e legislação setoriais, incentivar e promover o debate da questão com a sociedade organizada. Dentre os estudos realizados destacamos: “Redesenho da Organização e dos Processos da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa”, além de estudos para planejamento técnico-operacional dos serviços de água e esgoto do Estado de Rondônia, do Município de Diadema/SP, do Município de Salto/SP, do Municípios de Barbacena/MG, do Município de Itabirito/MG e “Planejamento Técnico-Operacional dos Serviços de Abastecimento de Água de Birigui/SP”. Encontram-se em andamento importantes estudos, tais como: “Implementação e execução das ações do Projeto Demonstrativo Técnico e Institucional visando o Gerenciamento Integrado de Perdas de Água e Uso de Eficiente de Energia Elétrica nos Sistemas de Abastecimento”, atualmente denominado Projeto COM+ÁGUA; estudo sobre a “Municipalização dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado do Mato Grosso”; “Avaliação do Impacto da Participação do Setor Privado na Provisão dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Brasil” e “Desenvolvimento e Implantação de Sistema de Informações para a Modernização da Gestão Comercial e Operacional dos Serviços de Abastecimento Água e de Esgotamento Sanitário”.

No tocante ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, foi dada continuidade à administração, manutenção e atualização do SNIS – Componentes Água/Esgoto e Resíduos Sólidos. Foi desenvolvido um novo aplicativo para a “Série Histórica” e deu-se a publicação e lançamento do “Diagnóstico de Água e Esgoto 2006” e do “Diagnóstico Resíduos Sólidos 2005”.

Dentre as ações de Capacitação Técnica destacam-se a continuidade nos trabalhos de estruturação da “Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento – Recesa” com a realização de oficinas de capacitação e a terceira edição do curso “Gestão Integrada das Águas e dos Resíduos na Cidade”, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Internacional Brasil-Itália em Saneamento Ambiental. Dando continuidade ao projeto editorial do PMSS, ressalta-se a publicação de manuais práticos do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCD, Série Saneamento para Todos – nº. 4; Revista Saneamento para Todos nº 3 – SNIS e nº 4 – COM+ÁGUA, além da preparação de publicação sobre “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL – Aplicação a Resíduos Sólidos”, organizado em 5 volumes.

Quanto à avaliação das metas financeiras estabelecidas para o PMSS II, o Programa apresentou bom desempenho em 2007, sendo que do montante de R\$ 31,8 milhões previstos na LOA/2007 foram efetivamente gastos R\$ 19,1 milhões.

URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

O programa objetiva promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos precários, articulando ações para atender as necessidades básicas da população e melhorar sua condição de habitabilidade e inclusão social. É voltado, principalmente, para apoiar Estados, DF e Municípios e contempla intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução das seguintes ações:

Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários

A ação objetiva apoiar Estados, Municípios e o Distrito Federal na prevenção e erradicação de riscos sócio-ambientais que atingem famílias de baixa renda moradoras de assentamentos precários em localidades urbanas. Para tanto, apóia a implementação de ações de prevenção de riscos em três modalidades: capacitação e

treinamento de equipes municipais; elaboração de plano municipal de redução de risco; e elaboração de projetos de estabilização de encostas.

Na modalidade Capacitação de Equipes Municipais, em 2007, foi realizada uma parceria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e o Governo do Estado do Rio de Janeiro a fim de implementar sete cursos de mapeamento de riscos para cerca de 200 técnicos de aproximadamente 70 Municípios, totalizando um investimento de R\$ 150,0 mil. Foi editado o livro “Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios”, contemplando material didático básico para treinamento de equipes municipais encarregadas do mapeamento de risco e da implementação de medidas de segurança nas áreas de risco. Foram também reimpressos 5.000 exemplares da publicação “Prevenção de Deslizamentos de Encostas: Guia para Elaboração de Políticas Municipais” a fim de serem distribuídos para prefeituras municipais, Governos dos Estados e demais instituições envolvidas. Essas publicações totalizaram um investimento de R\$ 54,8 mil.

Na modalidade Elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos, estão sendo apoiados 60 planos municipais lastreados por recursos do orçamento de 2004 a 2006, além de seis planos apoiados com recursos do orçamento de 2007 de R\$ 758,51 mil. Os 66 Municípios que estão desenvolvendo planos de redução de riscos representam o conjunto que possui os maiores índices de ocorrência de acidentes com vítimas por deslizamentos em encostas no País. Desde 2004, o valor empenhado nesta modalidade atinge aproximadamente R\$ 7,0 milhões.

Na modalidade Elaboração de Projetos de Estabilização de Encostas, 15 Municípios que já concluíram seus planos de redução de riscos receberam recursos para elaborar os projetos de estabilização de encostas nas áreas de risco selecionadas como prioritárias, sendo 11 Municípios com o orçamento de 2006 e quatro com recursos em torno R\$ 627,36 mil do orçamento de 2007. São 134 projetos de engenharia para atender aproximadamente a 28.000 domicílios em risco em 15 Municípios que, juntos, chegam a um montante de R\$ 3,22 milhões.

O total empenhado foi aproximadamente de R\$ 1,48 milhão.

Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas - Papel Passado

A ação Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável – Programa Papel Passado objetiva apoiar Estados, Municípios, defensorias públicas e entidades privadas sem fins lucrativos na implementação de planos e atividades específicas de regularização fundiária. O beneficiário final é a população de baixa renda que ocupa assentamentos precários irregulares.

Como principais resultados alcançados em 2007, foram firmados convênios com Governos Estaduais, que têm como objetos ações de promoção de acesso à terra urbanizada para população de menor renda. Foram assinados convênios com o Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Minas Gerais e o Governo do Estado do Pará, para os quais foram destinados R\$ 2,28 milhões.

Foram destinados R\$ 6,02 milhões para a formalização de 41 contratos, por intermédio da Caixa Econômica Federal, com Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, entidades privadas sem fins lucrativos e defensorias públicas a partir de seleção pública (Sistemática 2007). As ações envolvem a elaboração de planos municipais de regularização fundiária e atividades de regularização que visam à titulação dos beneficiários. Além disso, houve a incorporação da dimensão da regularização fundiária nos programas de habitação e de urbanização de assentamentos precários do Ministério das Cidades, beneficiados com as ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal.

No tocante às ações de capacitação, houve a elaboração de um conjunto de material didático que está sendo distribuído aos gestores municipais e estaduais, associações de moradores e gestores públicos dos diversos órgãos que tratam da temática. São 10 mil kits que englobam, cada um, um Manual de Regularização Fundiária, uma Cartilha, um Livro de Referências Conceituais e um CD-ROM com uma Biblioteca Jurídica Virtual. Além disso, foram empenhados R\$ 350,0 mil para que a Universidade Federal de Santa Catarina implemente o curso à distância “Acesso à terra urbanizada”, que atenderá a 1.000 técnicos governamentais, operadores do direito e sociedade civil organizada. Foram empenhados R\$ 300,0 mil para que a Universidade Federal de Pernambuco implemente um curso à distância de Gestão de Riscos Socioambientais em Assentamentos Precários, que atenderá a 1.000 técnicos governamentais em todo o Brasil. Ao todo, no ano de 2007, foram investidos R\$ 9,8 milhões para apoio às diferentes ações mencionadas.

O sistema de monitoramento montado no Programa Papel Passado permite acompanhar o andamento de processos de regularização fundiária em todo o País, envolvendo tanto as ações que contam com apoio direto do Ministério das Cidades, quanto as que são desenvolvidas de forma autônoma pelos parceiros. Este monitoramento mostra que, desde 2003, as ações de regularização fundiária urbana atingem 331 Municípios, beneficiando 1.459.642 famílias de 2.339 assentamentos. Dessas famílias, 324.397 já tiveram seus títulos concedidos.

Financiamento ao Poder Público para Urbanização de Assentamentos Precários - Pró-Moradia

O Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público - Pró-Moradia, foi criado com o objetivo de apoiar, por intermédio de concessão de empréstimos a Estados, Municípios, Distrito Federal, órgãos das administrações diretas e indiretas, no desenvolvimento de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da população com renda mensal até R\$ 1.050,00.

No PPA, o Programa Pró-Moradia dividiu-se em duas ações: “9556” e “9559”. Em 2007, nestas ações, foram selecionadas propostas totalizando R\$ 1,3 bilhão, que beneficiarão cerca de 157.766 famílias. Deste valor foram contratados R\$ 510,9 milhões, beneficiando 62.973 famílias. As demais propostas selecionadas, no valor de R\$ 789,1 milhões, serão contratadas em 2008.

Na ação 9556 foram selecionadas propostas no valor de R\$ 786,8 milhões, que beneficiarão cerca de 133.224 famílias e contratados R\$ 319,3 milhões, beneficiando 54.067 famílias.

Financiamento à Pessoa Física para Melhoria Habitacional / Carta de Crédito/Materiais de Construção

Na ação Carta de Crédito/Materiais de Construção, destinada à concessão de créditos a pessoas físicas para aquisição de materiais de construção para produção, reforma ou ampliação de unidades habitacionais, foram contratados R\$ 162,5 milhões beneficiando 37.054 famílias.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

O programa objetiva oferecer acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até cinco salários mínimos em localidades urbanas e rurais, buscando reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a ocupação urbana planejada. Foi estruturado para facilitar o acesso da população de baixa renda à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, por intermédio das seguintes ações:

Financiamento ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda - Pró-Moradia

Foram selecionadas propostas de R\$ 528,00 milhões, as quais beneficiarão cerca de 24.542 famílias e contratados R\$ 191,6 milhões, beneficiando 8.906 famílias.

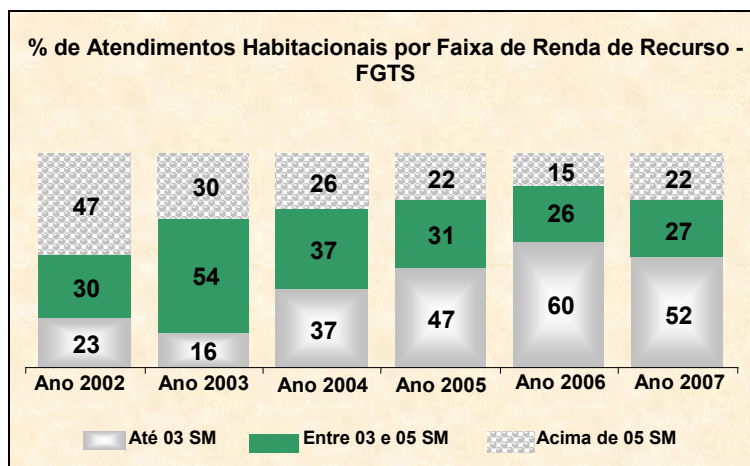
Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Atendimento Habitacional* *Financiamento a Pessoas Físicas com Renda até 5 Salários Mínimos para Aquisição de Imóveis Usados* *(Carta de Crédito)

As ações Carta de Crédito, operadas com recursos do FGTS, possuem operacionalização simples, descentralizada e atendem à necessidade dos diferentes segmentos de renda da sociedade. A necessidade de focar a aplicação dos recursos disponíveis na faixa de renda até cinco salários mínimos resultou, em 2007, na revisão das diretrizes de aplicação dos recursos do FGTS, a maior fonte de recursos do setor habitacional, gerando uma grande mudança no uso dos subsídios.

Essas diretrizes foram materializadas na Resolução nº 460/2004 e posteriormente aprimoradas na Resolução nº 518/2007, ambas do Conselho Curador do FGTS, que introduziram um novo modelo de concessão de subsídios dirigidos a financiamentos a pessoas físicas com renda familiar mensal bruta até cinco salários mínimos. Esse modelo considera a diversidade dos custos de produção e aquisição de imóveis de acordo com o porte e localização dos Municípios; induz ao estabelecimento de parcerias, potencializando os benefícios sociais e reduzindo os custos do FGTS. Contudo, o mais importante, é que amplia o acesso à moradia dos cidadãos menos favorecidos, seja pelo incremento nos descontos oferecidos, seja pela progressividade derivada do rendimento familiar auferido. Esses subsídios permitem o pagamento dos custos financeiros das operações de crédito, bem como

a complementação do custo de produção ou valor de venda do imóvel. Essas medidas possibilitaram inverter uma tendência histórica de aplicação dos recursos do FGTS nas faixas de renda de maior poder aquisitivo.

No âmbito do programa Habitação de Interesse Social, que focaliza as aplicações no atendimento do segmento de renda até 5 salários mínimos, foram beneficiadas 175.584 famílias com a aplicação de R\$ 3,210 bilhões, com produção/aquisição de imóveis novos e usados, superando a meta de R\$ 3 bilhões prevista no PPA e atingindo 60% da meta física estabelecida.



Fonte: MCIDADES e Relatório Caixa
Informações preliminares até 28 DEZ 2007

Arrendamento Residencial – PAR

Na ação Arrendamento Residencial – PAR foram investidos na aquisição de empreendimentos o montante de R\$ 643,2 milhões para construção de 20.522 unidades habitacionais, localizadas em 101 Municípios de 19 Estados da Federação. O PAR é um programa habitacional do Governo Federal que, ao fazer o enfrentamento do déficit habitacional, focaliza a camada da população de menor renda, onde se situa a concentração das carências, viabilizando o acesso à moradia por meio do arrendamento residencial com opção de compra do imóvel, em condições especiais e subsidiadas. O programa é dirigido às regiões metropolitanas e centros urbanos de grande porte, incluindo todas as capitais estaduais e Municípios cuja população urbana seja igual ou superior a 100 mil habitantes.

O PAR teve o início das suas atividades no 2º semestre de 1999 e as contratações realizadas até o final do ano de 2007 totalizam investimentos na ordem de R\$ 6,8 bilhões, que propiciaram a aquisição de 259.248 unidades habitacionais, distribuídas em 1.675 novos empreendimentos.

A viabilidade do programa ao longo deste período foi alcançada mediante modelagem financeira com recursos onerosos, obtidos por meio de empréstimos junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e recursos não onerosos, originários de fundos em extinção e da rentabilidade proveniente das aplicações do saldo disponível do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, fundo financeiro criado exclusivamente para atendimento ao PAR.

Financiamento Habitacional para Cooperativas e Associações Populares – Crédito Solidário

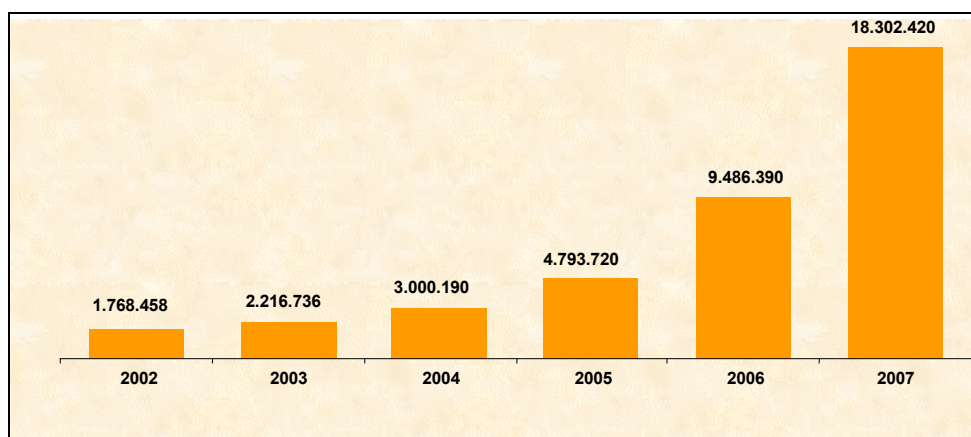
O programa Crédito Solidário tem como propósito o financiamento habitacional à demanda organizada em cooperativas e associações, com juros zero, fundo de aval para cobertura das taxas e custo financeiros, usando a parcela dos recursos não exigíveis do próprio Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, além do Fundo Garantidor que substitui a garantia hipotecária em financiamento de longo prazo. Atende famílias com rendimento mensal de até cinco salários mínimos. Foi investido em 2007 o montante de R\$ 102,7 milhões, beneficiando 5.681 mil famílias, em 63 Municípios de 18 Estados da Federação.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL

O programa objetiva ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional para a população com renda familiar superior a cinco salários mínimos, promovendo o

acesso à moradia, contribuindo para o equilíbrio do mercado e estimulando a produção de habitações, que concorrem para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País. O programa foi estruturado para atuar nas seguintes frentes: financiamento a pessoas físicas para aquisição de imóvel novo ou usado; construção em terreno próprio; reforma de unidade habitacional; construção na forma associativa; e financiamento a pessoas jurídicas para construção de moradias. Tem como público alvo, na grande maioria, famílias com renda superior a cinco salários mínimos e pressupõe aplicações no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, com recursos de Caderneta de Poupança e do FGTS, operados pela Caixa e implementado mediante a execução das ações especificadas a seguir.

Vale destacar que, além das operações concretizadas pela Caixa, o volume de novas contratações de crédito imobiliário feitas pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que operam com recursos das cadernetas de poupança, atingiu R\$ 18,3 bilhões no ano de 2007, 96% acima de 2006 beneficiando 196 mil famílias. O número de unidades financiadas atingiu 195.981, com aumento de 72% em relação a 2006. Este resultado consolida a retomada do crédito imobiliário iniciada em 2003 baseada, principalmente, na estabilidade econômica, recuperação da renda real e maior segurança jurídica das operações, permitindo aos agentes do SBPE a flexibilização das condições de crédito - maiores prazos, juros menores e ampliação da parcela financiada de cada imóvel.



Fonte: ABECIP
Dados até dez/2007

Financiamento a Pessoas Físicas com Renda Acima de 5 Salários Mínimos para Atendimento Habitacional ***Financiamento a Pessoas Físicas com Renda Acima de 5 Salários Mínimos para Aquisição de Imóveis Usados*** ***(Carta de Crédito)***

As ações Carta de Crédito, que correspondem a operações de financiamento a pessoas físicas com recursos do FGTS, destinadas à produção/aquisição de imóveis novos e usados, beneficiaram 45,6 mil famílias, com a aplicação de R\$ 2,08 bilhões.

Financiamento para Compra de Material de Construção– Construcard - Recursos SBPE/Caixa

A ação Construcard, operada pela Caixa, voltada ao financiamento de material de construção para pessoas físicas com renda, em média, superior a cinco salários mínimos, apresentou um volume de aplicação de R\$ 450 milhões e 29 mil operações, atingindo em torno de 80% da meta financeira estipulada.

Antecipação de Recebíveis Imobiliários - Construgiro - Recursos Caixa

O Construgiro, ação voltada à concessão de crédito a pessoas jurídicas por meio da antecipação de recebíveis imobiliários, operado pela Caixa, atingindo 99,28% da meta financeira prevista realizou operações na ordem de R\$ 606 milhões, compreendendo 1.485 contratos.

Financiamento Imobiliário (Recursos SBPE/Caderneta de Poupança/Caixa)

A ação Financiamento Imobiliário, ainda sob os efeitos das medidas adotadas por parte do Governo Federal a partir de 2004, de estímulo ao setor da construção civil, quando foram aprovados diversos instrumentos jurídicos visando impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da

construção civil, dando mais garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador de imóvel, apresentou excelentes resultados no volume de contratação: R\$ 5,4 bilhões e 77 mil atendimentos.

Contribuíram também, no âmbito das medidas de incentivo ao setor da construção civil, de mobilização dos agentes financeiros, de ampliação do volume de financiamento habitacional e geração de empregos, os efeitos das normas do Conselho Monetário Nacional, editadas em 2004, que tratam do cumprimento do direcionamento dos recursos captados em caderneta de poupança destinados à aplicação em operações de crédito imobiliário e as medidas de incentivo à concessão de financiamento para imóveis de mais baixo valor a taxa de juros menores.

Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional de Famílias com Renda Acima de 5 Salários Mínimos

Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos

No PPA, o programa Apoio à Produção dividiu-se em duas ações: “Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos” e “Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional de Famílias com Renda Acima de 5 Salários Mínimos”. O programa, que financia empresas do ramo da construção civil para produção habitacional superou o histórico de baixo desempenho de anos anteriores, apresentando, no exercício de 2007, contratações nesta ação da ordem de R\$ 268,1 milhões, compreendendo 6.390 atendimentos habitacionais e superando em 68% a meta financeira prevista no PPA. Na ação Financiamento a Pessoas Jurídicas para Construção Habitacional para Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos não houve contratação em 2007.

QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H

O Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H propõe-se a organizar o setor da construção civil em torno de duas questões principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva. A busca por esses objetivos pressupõe o estabelecimento de parcerias e de uma gestão compartilhada capaz de potencializar a capacidade de resposta do programa na implementação do desenvolvimento sustentável do habitat urbano. Isso se traduz na concepção e desenvolvimento de mecanismos e instrumentos, envolvendo um conjunto bastante amplo de ações, entre as quais se destacam: avaliação da conformidade de construtoras e de projetistas (empresas de serviços e obras); melhoria da qualidade de materiais, componentes e processos; aprovação técnica de tecnologias inovadoras; formação e requalificação de mão-de-obra; normalização técnica; capacitação de laboratórios; comunicação e troca de informações. O programa está estruturado segundo as seguintes ações:

Assistência Técnica à Autoconstrução e ao Mutirão

Cooperação para Formação e Requalificação de Profissionais da Construção Civil

Gestão e Administração do Programa

Implantação do Sistema Nacional de Aprovação Técnica

Melhoria da Qualidade e Produtividade de Materiais, Componentes, Serviços e Obras

No ano de 2007, houve empenho apenas na ação Gestão e Administração do Programa, no valor de R\$ 734.171,00.

O PBQP-H atingiu os seguintes resultados: i) 100% do Sistema de Informações do Programa; ii) 75% do Sistema Nacional de Avaliações Técnicas; iii) ampliação das bases do Programa, com a sensibilização e adesão dos Municípios, fazendo com que os benefícios do programa estejam mais próximos do beneficiário final, o cidadão. Formalizou-se o Acordo Setorial com o Município de Vitória/ES.

Foram instituídas diretrizes do PBQP-H nos programas habitacionais, exercendo assim o uso do poder de compra, por meio das seguintes Instruções Normativas do MCidades: a) nº. 14/07: Regulamenta as Ações Programáticas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e aprova os manuais para apresentação de propostas; b) nº. 16/07 do Ministério das Cidades - Regulamenta o Programa de atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia: tem como objetivo oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de financiamento a Estados, Municípios, Distrito Federal ou órgão das respectivas administrações direta ou indireta, atendendo às diretrizes do PBQP-H, principalmente no que diz respeito à utilização de materiais de construção em conformidades com normas técnicas, e preferencialmente, de

empresas construtoras com certificados de qualidade na área de atuação; c) Em comemoração aos seus 10 anos e visando aproximar o Programa dos especificadores - em especial os arquitetos - e dos consumidores finais da construção, o PBQP-H participou da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura - BIA 2007, que ocorreu de 10 de novembro a 16 de dezembro de 2007 em São Paulo. Foram montados painéis e um espaço institucional, onde inclusive ocorreu a 5ª reunião da CN-MaC e a 42ª reunião do CTECH.

Destacam-se, também, no âmbito da gestão técnica e jurídico-administrativa, as ações de natureza contínua: i) Monitoramento das informações do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil – SiAC. Em novembro de 2007, 1.425 empresas da construção civil faziam parte do Programa, com uma evolução gradativa em direção à maior qualificação – atualmente, perto de 70% dessas empresas estão no nível mais alto de qualificação do Sistema (nível A), e um percentual de 26% desse número de empresas integra o primeiro estágio de avaliação da conformidade (nível D), que se constitui na Auto-declaração do SiAC. Do total de 1425 empresas, 956 estão no nível A (67%), 45 no nível B (3%), 77 no nível C (4%) e 347 no nível D (26%); iii) Monitoramento contínuo das informações geradas no âmbito dos Programas Setoriais de Qualidade (PSQs de materiais e componentes), com um total de 26 PSQs sendo 14 materiais da cesta básica, outros 5 materiais se acham em apreciação pela Comissão Nacional do SiMaC ; v) Re-estruturação e implantação do novo Portal do PBQP-H, como parte do Sistema de Informações do Programa, que tem permitido maior acessibilidade, transparência e divulgação de informações de interesse do Programa; vi) Publicação da Portaria Ministerial nº 345/07 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação Técnica – Sinat, o Regimento Geral, a Comissão Nacional e o Comitê Técnico; vii) Funcionamento integral das diversas instâncias de gestão do Programa, consubstanciadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no âmbito do CTECH - Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação, da Comissão Nacional do SiAC, da Comissão Nacional do SiMaC, do Fórum dos Representantes Estaduais do PBQP-H e reunião com os gerentes de PSQs.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

O programa visa reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana dos Municípios por intermédio do apoio financeiro e da capacitação para a elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade, com base nos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, de forma a garantir o direito à cidade e à inclusão social.

Apoio a Implementação dos Instrumentos Previstos no Estatuto das Cidades e na Elaboração de Planos Diretores

As ações desenvolvidas até 2006 foram passos importantes para a construção de uma nova ordem urbanística, tendo contribuído efetivamente para que os Municípios conseguissem elaborar seus planos diretores, por meio do repasse de recursos do OGU para assistência técnica e da construção de uma rede de parceiros no âmbito da Campanha Nacional Plano Diretor Participativo - Cidade de Todos. Em 2007, o desafio foi desenvolver uma nova estratégia de intervenção, voltada para a implementação de seus planos diretores aprovados, o que implica um envolvimento maior do MCidades com a realidade local dos Municípios apoiados. Nessa nova estratégia, são fundamentais as ações articuladas com os Governos Estaduais, implementada por meio de convênios, e o fortalecimento de uma rede nacional de entidades acadêmicas e profissionais capaz de fornecer assistência técnica e capacitação aos Municípios, implementada por meio de editais de assistência técnica e de capacitação, além de acordos de cooperação com Universidades Federais.

Nesta nova estratégia, as ações desenvolvidas em 2007 envolveram as seguintes atividades:

- Elaboração de convênios com instituições públicas de ensino superior, pesquisa e extensão e instituições privadas sem fins lucrativos selecionadas por meio de Edital de Assistência Técnica com o objetivo de prover assistência técnica aos Municípios para implementar as Zonas Especiais de Interesse Social definidas nos seus Planos Diretores, envolvendo o empenho de R\$ 1,16 milhão.
- Firmado convênio com destaque orçamentário no valor de R\$ 150,0 mil para a Universidade Federal Fluminense e de R\$ 143,24 mil para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, destinados a projetos de assistência técnica para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nos Municípios de Itaboraí e Bom Jesus de Itabapoana/RJ e em Cuiabá/MT, respectivamente.
- Elaboração de convênios com governos estaduais de Pernambuco, Mato Grosso, que têm como objeto ações de elaboração e de implementação de planos diretores em Municípios, tendo sido empenhado o valor de R\$ 524,99 mil.

- Elaboração do Edital de Projetos de Capacitação com o objetivo de selecionar instituições de ensino superior, pesquisa e extensão para desenvolver programas de capacitação de agentes municipais para implementação de instrumentos dos Planos Diretores Participativos que viabilizem o acesso à terra regular, urbanizada e bem localizada para implantação de projetos habitação de interesse social.
- Firmado convênio com destaque orçamentário no valor de R\$ 3,90 milhões para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a finalidade de avaliar e monitorar os planos diretores elaborados e para capacitar agentes governamentais e da sociedade para implementação dos planos diretores participativos.
- Reimpressão de mais 3.000 exemplares da cartilha “Os Vereadores no Processo de Elaboração de Planos Diretores Participativos” e elaboração de uma cartilha sobre a Implementação dos Planos Diretores Participativos com vistas ao acesso à terra urbanizada e bem localizada para todos, tendo em vista a grande demanda dos Municípios que aprovaram seus Planos Diretores e entrarão na fase de implementação, com recursos de R\$ 47,49 mil.
- Finalização dos trabalhos do convênio firmado em 2006 com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea, no valor de R\$ 600,0 mil, sendo R\$ 300,0 mil do Ministério das Cidades e R\$ 300,0 mil de contrapartida do conveniente, para monitoramento e avaliação qualitativa dos processos de elaboração e do conteúdo dos Planos Diretores Participativos desenvolvidos pelos 1.682 Municípios com obrigatoriedade legal. Foi divulgado o resultado da pesquisa sobre o processo de elaboração e o conteúdo dos Planos Diretores em todo o Brasil, realizada por meio de convênio com o Confea. Os resultados apontaram que 92,5% dos Municípios com obrigatoriedade de elaborar seus Planos Diretores tinham estes aprovados, estavam em aprovação ou em processo de elaboração, e apenas 7% não haviam tomado iniciativa alguma.
- Finalização dos contratos para elaboração de mais 26 relatos para o Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos, avançando nas temáticas relativas a questões ainda pouco abordadas: questões rurais e ambientais nos Planos Diretores, elaboração e implementação de dos instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade; proteção ao patrimônio cultural; colaboração entre Municípios.
- Em convênio com o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto TAL Ambiental (Assistência Técnica para a Agenda da Sustentabilidade Ambiental), com financiamento do Banco Mundial, o MCidades disponibilizou três consultorias com equipe técnica multidisciplinar para apoio no processo de elaboração de 10 Planos Diretores Participativos. Além do apoio ao processo de elaboração dos Planos Diretores Participativos nos Municípios selecionados, o objetivo do projeto é a consolidação da "Metodologia de Planos Diretores Participativos com ênfase na Sustentabilidade Ambiental" desenvolvida dentro do Projeto TAL Ambiental.
- Finalização de processos de elaboração de planos diretores de Municípios apoiados pelas parcerias envolvendo: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT/CNPq, Ministério do Turismo, e Ministério da Cultura / Programa Monumenta, Ministério do Meio Ambiente, Un-Habitat e Pnuma, Ministério da Integração. Por fim, está sendo formalizado um Acordo de Cooperação Técnica com o Sipam - CenSipan, para apoio na elaboração de cartografia para elaboração e implementação dos Planos Diretores Participativos nos Municípios da Amazônia Legal.

Apoio à Modernização Institucional dos Municípios para Atuação na Melhoria das Condições do Setor Habitacional no Segmento das Famílias de Baixa Renda (Habitar-Brasil)

Esta ação objetiva apoiar os Municípios, fortalecendo sua capacidade institucional, técnica e administrativa, para que possam atuar na solução dos problemas habitacionais urbanos de famílias de 0 a 3 salários mínimos e implementar alternativas para evitar o surgimento de novos assentamentos em condições precárias

Em 2007 o orçamento da ação foi de R\$ 13,2 milhões e foram empenhados recursos no valor de R\$ 8,77 milhões. Estes contratos são destinados à execução de ações de capacitação para prefeituras implementarem políticas públicas voltadas à melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda. São ações de apoio e de financiamento para elaboração de estudos (plano diretor, política habitacional, plano de regularização fundiária, etc.), capacitação dos agentes públicos locais e aquisição de equipamentos.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTOS

Na busca da universalização do atendimento às populações urbanas com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o Ministério das Cidades tem incrementado os investimentos nesses segmentos na expectativa de contribuir significativamente para a reversão do quadro de degradação ambiental das áreas urbanas e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida e saúde da população. No âmbito desse programa foram realizados os seguintes investimentos:

Recursos onerosos (FGTS-FAT), no tocante às ações:

Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água

Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitário

Financiamento para Elaboração de Projetos de Saneamento Ambiental

Financiamento a Estados, Municípios e Concessionárias Estaduais e Municipais para Projetos de Saneamento Integrado

Financiamento a Concessionárias para Desenvolvimento Institucional

Foram contratados em 2007 recursos de aproximadamente R\$ 4,27 bilhões, na esfera do programa Saneamento para Todos. Além disso, encontra-se em fase final de contratação, recurso da ordem de R\$ 7,02 bilhões relativos a 2007. O total de recursos contratados em 2007 irá gerar, quando da conclusão das respectivas obras, benefícios a cerca de 6,272 milhões de famílias e propiciar 940,8 mil empregos.

Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes

Esta ação destina-se à construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, mediante o apoio a iniciativas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água em áreas urbanas de Municípios com população total superior a 30 mil habitantes. Em 2007 foram empenhados recursos da ordem de R\$ 17,64 milhões para o atendimento a 13 Municípios, beneficiando aproximadamente 16.320 famílias. Foram ainda pagos de restos a pagar R\$ 2,98 milhões.

Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes

Esta ação destina-se à construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, mediante o apoio a iniciativas de coleta, tratamento e destinação final de esgotamento sanitário em áreas urbanas de Municípios com população total superior a 30 mil habitantes. Em 2007 foram empenhados recursos da ordem de R\$ 60,1 milhões para o atendimento de 22 Municípios, beneficiando aproximadamente 24.000 famílias. Foram ainda pagos de restos a pagar R\$ 16,83 milhões.

Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS/BID)

O objetivo geral do PASS/BID é contribuir para a redução das desigualdades sócio-econômicas mediante a melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas majoritariamente de maior concentração de pobreza, em Municípios com população urbana entre 15.000 e 75.000 habitantes, localizados nas Regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste, Estado do Espírito Santo e norte do Estado de Minas Gerais, cujos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH sejam inferiores à média nacional.

O acordo de empréstimo da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para financiamento da ação, Contrato nº 1356/OC-BR, foi firmado em 08/09/2004, no valor de US\$ 95,5 milhões, dos quais US\$ 57,3 milhões são oriundos do BID e US\$ 38,2 milhões de contrapartida local.

Em 2007 não foram realizadas obras, devido a uma conjugação de fatores que prejudicaram a implementação do programa.

Em 2007 foram empenhados recursos no montante de R\$ 13,7 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões para custeio e o restante para investimentos. No corrente ano foram celebrados no âmbito do programa onze convênios com os seguintes Municípios beneficiários: Ceará Mirim/RN, Assu/RN, Quixeramobim/CE, Ipojuca/PE, Surubim/PE e Santa Cruz do Capibaribe/PE destinados à execução de obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário; Limoeiro do Norte/CE, Quixeramobim/CE e Ceará Mirim/RN para execução de ações de

educação sanitária e ambiental; e Limoeiro do Norte/CE e Quixeramobim/CE para execução de ações na área de gestão empresarial.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100.00 Habitantes

A ação tem como objetivo apoiar ações de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população.

As intervenções possíveis na esfera do Pró-Município abrangem implantação de corredores de transporte; reconstrução ou recuperação de unidades habitacionais em situações de emergência; pavimentação, incluindo a construção de guias e sarjetas, e calçamento de vias públicas; manejo de resíduos sólidos urbanos; abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana, incluindo obras de canalização de cursos de água, redes de galerias pluviais, obras complementares de pavimentação e outros serviços de urbanização; elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – PDDU, além da melhoria das condições da mobilidade urbana e do transporte público.

O montante empenhado, integralmente vinculado a emendas parlamentares, foi de R\$ 797,5 milhões e foram efetivamente liberados recursos da ordem de R\$ 5,18 milhões acrescidos de R\$ 412,75 milhões de restos a pagar. Foram apoiados cerca de 2,9 mil empreendimentos, beneficiando 2051 Municípios.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte

Foi empenhado o valor de R\$ 310,84 milhões e liberados R\$ 1,33 milhão acrescidos de R\$ 145,49 milhões de restos a pagar. Foram apoiados mais de 200 empreendimentos, beneficiando 133 Municípios. A ação também tem como objetivo apoiar ações de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Destinado a aumentar a cobertura dos serviços e a induzir a eficiência e a sustentabilidade dos empreendimentos de manejo dos resíduos sólidos na perspectiva da universalização, tem como foco preponderante a inclusão social e emancipação econômica de catadores, além do encerramento de lixões. Tem dois focos de atuação: um voltado ao desenvolvimento institucional dos prestadores de serviços e outro ao apoio à implantação e ampliação da infra-estrutura física das unidades operacionais.

Apoio à Elaboração de Projetos para Implantação e Ampliação dos Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos

Destinado a aumentar a cobertura dos serviços e a induzir a eficiência e a sustentabilidade dos empreendimentos de manejo dos resíduos sólidos na perspectiva da universalização, tem como foco preponderante a inclusão social e emancipação econômica de catadores, além do encerramento de lixões.

No tocante às ações de desenvolvimento institucional, uma das frentes de atuação do programa, não foram repassados recursos em 2007. Entretanto, a partir de restos a pagar de 2006, foram executados os seguintes projetos: i) conclusão do “Diagnóstico Simplificado da Situação da Gestão dos Resíduos Sólidos no Estado do Piauí”, ii) sistematização e estruturação de um sistema de assistência técnica à distância e difusão de informações relativas a experiências de gestão de resíduos sólidos articulado com a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento – Recesa, iii) conclusão da capacitação de cooperativas de catadores com vistas ao “Projeto de Geração de Postos de Trabalho” desenvolvido pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores, o qual é coordenado pelos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Social, além da continuidade das atividades do projeto “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL” aplicado à redução de emissões de gases em aterros sanitários de 30 Municípios brasileiros (Doação nº TF 053757 do Governo Japonês para MDL no Brasil).

Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistema de Limpeza Pública para o Acondicionamento, Coleta, Separação, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos

Em 2007 ocorreu a habilitação e contratação de três operações de crédito no âmbito do programa Saneamento para Todos, no valor total de R\$ 17,70 milhões, que beneficiarão 44.250 famílias em Municípios de Minas Gerais: Campos Altos - com implantação de barracão de triagem para material reciclável e equipamentos, Governador Valadares – mediante complementação das obras do aterro sanitário e Belo Horizonte - com aquisição de equipamentos e veículos com vistas à ampliação e melhoria do atual aterro sanitário e das instalações de triagem de materiais recicláveis.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

O programa objetiva promover, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas, a gestão sustentável da drenagem urbana com ações estruturais e não-estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas.

Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis

A ação contempla intervenções estruturais voltadas à redução das inundações e melhoria das condições de segurança sanitária, patrimonial e ambiental dos Municípios. As intervenções estruturais consistem em obras que devem preferencialmente privilegiar a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais. Estas intervenções incluem: reservatórios de amortecimento de cheias, adequação de canais para a redução da velocidade de escoamento sistemas de drenagem por infiltração, implantação de parques lineares, recuperação de várzeas e a renaturalização de cursos de água.

Em 2007 foi empenhado o valor total de R\$ 45,21 milhões, que irão beneficiar aproximadamente 35.552 famílias em 94 Municípios.

Financiamento para Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis

Na esfera do programa Saneamento para Todos, com recursos onerosos do FGTS e do FAT, na modalidade de águas pluviais e drenagem, que são destinadas à prevenção e correção de danos a populações urbanas, causados por inundações, foram habilitadas, em 2007, operações de crédito que totalizam R\$ 954 milhões, beneficiando 477 mil famílias.

MOBILIDADE URBANA

O programa pretende promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade a fim de proporcionar a qualificação do sistema de transporte público mediante acesso amplo e democrático ao espaço de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável. Para tanto, apóia a elaboração de projetos e a implementação de intervenções viárias que priorizem e promovam os sistemas de transportes coletivos, os meios não motorizados (passeios, passarelas, ciclovias e ciclofaixas), a integração entre as diversas modalidades de transportes e de circulação bem como a implantação do conceito de acessibilidade universal para incluir na matriz da mobilidade o deslocamento de pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Ao valorizar o direito à circulação para todos os cidadãos, bem como a redução dos efeitos negativos por ela produzidos – poluição, congestionamentos e acidentes, busca-se melhorar a qualidade de vida em nossas cidades.

Foram inscritos na Sistemática 2007, 1.143 projetos, dos quais foram selecionados seis, de acordo com os critérios previamente estabelecidos para análise e aprovação dos pleitos inscritos pelos Estados e Municípios.

Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano

Esta ação visa apoiar projetos de priorização da circulação do transporte coletivo urbano em cidades de médio e grande porte através de apoio técnico ou financeiro à implantação de corredores para a circulação prioritária dos transportes coletivos urbanos, execução de projetos integrados de melhorias na infraestrutura viária dos serviços de transporte coletivo urbano, compreendendo a acessibilidade universal, a integração

com os meios não motorizados, drenagem pluvial, pavimentação, pontes, viadutos e segregação de vias; melhoria ou implantação de equipamentos fixos de apoio ao transporte coletivo, dentre outras intervenções necessárias para a operação desse serviço. Em 2007 foram empenhados recursos no valor de R\$ 80,75 milhões, beneficiando cerca de 1.000.000 de habitantes e gerando cerca de 36.000 empregos.

Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados

Esta ação contempla as intervenções que promovam a valorização da circulação não-motorizada através da implantação de passeios, passarelas, ciclovias e ciclofaixas, bem como a sinalização necessária, promovendo e priorizando a integração deste modo com os diversos sistemas de transporte coletivo. Esta ação apóia a execução de projetos que viabilizem a acessibilidade universal com conforto e segurança através da implantação de passeios adequados, guias rebaixadas, sistemas cicloviários e as respectivas sinalizações viárias necessárias para a minimização dos conflitos intermodais. Foram empenhados R\$ 2,16 milhões beneficiando cerca de 128 mil famílias.

Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano

Contempla a elaboração de projetos completos para a promoção da mobilidade urbana por meio da qualificação dos sistemas de circulação e do transporte coletivo público urbano, abrangendo desde o diagnóstico até planos de sistemas integrados entre todos os modos possíveis – pedestres, bicicletas, táxis, ônibus, trens, metrô, barcas – bem como a infra-estrutura necessária – terminais, estações de transferência, pontos de parada, corredores exclusivos, calçadas, obras de acessibilidade, passarelas, sistema cicloviário, dentre outros. Foram pagos R\$ 191,0 mil e empenhados R\$ 331,0 mil, beneficiando cerca de 91.476 famílias.

Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios

Apóia a implantação, ampliação e melhoria de sistemas de trens urbanos com o objetivo de qualificar a rede de transporte público, integrando com os demais modos de transporte, assegurando a acessibilidade universal e a segurança dos usuários. Foram descentralizados para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU R\$ 30,0 milhões para a implantação de trecho Taguatinga – Ceilândia do Sistema Metroviário de Brasília - DF e, R\$ 270,0 milhões para a implantação de trecho da linha 2 do Sistema Metroviário de São Paulo - SP.

Financiamento de Infra-estrutura de Transporte Coletivo Urbano – Pró-Transporte

O objetivo é o financiamento da infra-estrutura do transporte coletivo urbano, beneficiando prioritariamente as populações de baixa renda, mediante a implantação de corredores de transporte. Foram apoiados financiamentos de R\$ 717,12 mil, com uma contrapartida de R\$ 179,28 mil, totalizando o valor de R\$ 896,4 mil de investimentos para um projeto de edificações de abrigos de passageiros de ônibus na cidade de Jaraguá do Sul – SC.

FINANCIAMENTO À INFRA-ESTRUTURA DA MOBILIDADE URBANA – PROMOB

Possui como objetivo o apoio às intervenções viárias que promovam a melhoria da mobilidade urbana por meio da implementação de projetos de pavimentação e infra-estrutura para o transporte coletivo que agreguem os preceitos da acessibilidade universal, do apoio à circulação não motorizada - pedestres e bicicletas - e da priorização dos modos de transporte coletivo nas cidades com população superior a 100.00 habitantes. Para a implementação do programa foram aprovados 104 projetos com um financiamento de R\$ 131,44 milhões e uma contrapartida de R\$ 24,12 milhões totalizando o valor de R\$ 155,56 milhões, beneficiando aproximadamente 44,8 milhões de habitantes.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

O programa Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, por meio das ações Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação e Apoio a Projetos e Obras de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais, tem por objetivo apoiar Estados e Municípios na implementação de ações que visam promover o uso e a ocupação democrática das áreas urbanas centrais de Municípios de regiões metropolitanas e capitais, propiciando a permanência de população residente e a atração de população não residente mediante ações integradas

que promovam e sustentem a diversidade social e funcional, a identidade cultural e a vitalidade econômica dessas áreas.

Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas

Empenhados recursos na ordem de R\$ 1,30 milhão para execução de convênios com Governos Estaduais da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que têm como objeto ações de reabilitação de centros urbanos, de recuperação e ocupação de imóveis vazios e subutilizados e de implementação de modelos de gestão participativa para a área central.

A partir da coordenação do Programa de Reabilitação foram autorizadas as alienações dos primeiros sete imóveis do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS destinados a reforma para serem transformados em habitação de interesse social nos centros urbanos de São Paulo, Vitória, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Por meio do Programa de Reabilitação, foram inseridas no PAC da Cultura as metas de acesso aos centros urbanos e recuperação de centros históricos, sendo os recursos tanto do Programa, quanto os de Assistência Técnica da Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU, aplicados em consonância com os objetivos desta ação governamental. Também foram inseridas no PAC da Área Social as metas de acessibilidade universal vinculadas aos planos e projetos de reabilitação de centros urbanos, sendo os recursos tanto do Programa, quanto os de Assistência Técnica da SNPU aplicados em consonância com os objetivos desta ação governamental. Participou-se de capacitação no Encontro Nacional de Coordenadorias Estaduais responsáveis pela Política Estadual da Pessoa com Deficiência, realizado pela SEDH da Presidência.

Apoio a Projetos e Obras de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais

Esta ação visa apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios no desenvolvimento de projetos-piloto com ações integradas e articuladas que resultem na melhoria da infra-estrutura, dos espaços públicos e da vida da população residente através de execução de urbanização de áreas ocupadas, construção e melhoria dos equipamentos públicos, mobiliário urbano e acessibilidade. Foram empenhados na ação recursos da ordem de R\$ 11,96 milhões para atendimento aos Municípios de Maceió, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Salvador e Rio de Janeiro.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal

Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa

Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió

As ações para recuperação dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, retomadas a partir do final de 2004, foram contempladas, em 2007, com R\$ 12,2 milhões, o que possibilitou a continuidade dos serviços de recuperação de via permanente e de material rodante. Em João Pessoa, os recursos foram aplicados em carros de passageiros e aquisição de material de superestrutura de via; em Natal, além da frota de carros de passageiros, foram contempladas a superestrutura de via e recuperação de locomotiva. Finalmente, em Maceió, além dos serviços de via permanente, viabilizou-se a implantação do Projeto Trem Turístico Cultural que servirá para movimentar o segmento turístico da região metropolitana de Maceió. Para esta finalidade, foi adquirida uma locomotiva a vapor datada de 1929, após restauração realizada pela antiga proprietária. Essa será uma nova alternativa de geração de receita extra-operacional, além da criação de novos postos de emprego, com atividades de cultura, lazer e entretenimento.

Foram executadas principalmente ações que possibilitem manter o sistema em operação com mais segurança, não atendendo em sua plenitude às ações necessárias para recuperação do sistema. Por essa razão, estão sendo executadas aquelas caracterizadas como mais prioritárias.

Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

A CBTU opera os sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Natal, João Pessoa e Maceió. Essa ação, entre as de características finalísticas desenvolvidas pela CBTU, tem como objetivo manter e operar os sistemas de trens urbanos até a transferência de sua gestão para os governos locais. No desenvolvimento dessa ação, como gestora da administração, manutenção e operação daqueles sistemas, a CBTU, em 2007, ofertou 196,9 mil viagens e atendeu a uma demanda de 103,3 milhões de passageiros, com uma média de 339,0 mil por dia útil. Este resultado significou um crescimento de 4,1%, relativamente ao volume total de passageiros transportados em 2006.

Esse crescimento global da demanda atendida foi fruto, a exemplo de 2006, principalmente, da melhoria da confiabilidade da operação dos sistemas e da modicidade das tarifas do trem, bem inferior às dos ônibus, principalmente se comparadas com o mesmo percurso.

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM 2007

SISTEMA DE TREM URBANO	TOTAL 2007	MÉDIA DIA ÚTIL
RECIFE – Linha Centro	55.179.831	171.022
RECIFE – Linha Sul	1.435.167	5.310
BELO HORIZONTE – Linha 1	39.489.560	136.394
NATAL	2.793.831	10.123
JOÃO PESSOA	2.873.823	10.296
MACEIÓ	1.563.798	5.808
TOTAL	303.336.010	338.953

Os recursos orçamentários para o desenvolvimento dessa ação na Lei Orçamentária Anual – LOA 2007 foram aprovados com valor de R\$ 123,003 milhões, com limite orçamentário para empenho integralmente disponibilizado. Esse valor não inclui pessoal sendo utilizado para manutenção, operação e reaparelhamento do sistema. A execução orçamentária atingiu, ao final do exercício, 99% do orçamento disponível.

Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre

Foram empenhados recursos da ordem de R\$ 3,78 milhões, para o desenvolvimento das seguintes ações:

- Modernização do sistema de freios dos trens: Encontra-se em fornecimento o sistema de freio microprocessado. O projeto visa Desenvolvimento, fornecimento e a implantação de um sistema microprocessado de freio unidades que integram a frota, bem como, a alteração do sistema de operacionalidade do TUE - Trens Unidade Elétricos - de modo a executar as funções de tração e frenagem por um só manípulo. Prevê, também, a adaptação do painel frontal do operador dos carros motores para a instalação de mostrador de eventos significativos (falhas) de painel do sistema e acionador (botão tipo "reset") que possibilite a reinicialização imediata do sistema microprocessado. (2006)
- Novo Sistema de Controle de Arrecadação e de Passageiros – SCAP. Trata-se da implantação de um novo Sistema de Bilhetagem Eletrônica, em substituição ao atual, bastante defasado tecnologicamente, dando origem a altos custos de manutenção, possibilidades de evasão de recursos, quer por fraudes operacionais, quer por incentivar a freqüentes assaltos nas estações. O novo Sistema, além de equacionar essas situações, permitirá integrar tarifariamente o metrô com as operadoras de ônibus da capital e região metropolitana, via cartão magnético (*smart card*). O correspondente contrato tem uma execução acumulada de 91,70% e seu encerramento está previsto para o 1º semestre/2008;
- Sistema de Sinalização: O sistema de sinalização de segurança do Trecho Sapucaia – S. Leopoldo, embora já implantado e em condições operacionais, apresentava, no entanto algumas pendências para sua otimização, que foram integralmente sanadas pela contratada, no decorrer do exercício/2007;
- Projeto Multimídia: O Projeto Multimídia é uma solução de telecomunicação baseada em conceito avançado de convergência digital. Trata-se de uma plataforma de comunicação eletrônica com potencialidade de suportar qualquer serviço de telecomunicação, e graças aos recursos de informática, traz como benefícios a

instantaneidade e a mobilidade, características importantes para o aperfeiçoamento dos processos produtivos e gerenciais modernos. A execução financeira acumulada deste contrato, ao final do exercício/2007, é de 7,87 %;

- Obra de Reforma, Modernização e de Acessibilidade da Estação Mercado e Revitalização de seu Entorno (Praça Revolução Farroupilha). Trata-se da primeira grande intervenção dentro do Programa de Revitalização e Adequação das Instalações à Lei de Acessibilidade Universal, em que cada estação passará por uma revisão de sua concepção arquitetônica original, incorporando novos conceitos operacionais, comerciais, tecnológicos e ambientais, inclusive com tratamento urbanístico de seu entorno. A execução financeira acumulada deste contrato, ao final do exercício/2007, é de 75,04% , e conclusão das obras está prevista para junho/2008;
- Expansão da Linha 1 - Trecho: São Leopoldo - Novo Hamburgo - Embora ainda sem reflexos em termos de execução de obra, cabe destacar como ação efetivada neste exercício, a definitiva obtenção junto ao Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2450/2007-TCU-Plenário), da autorização para a contratação da Obra de Expansão do metrô, efetivada em 28.12.07 , fato que conjugado com outras medidas de inclusão desta Ação no PPA (2008-2011) e Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária/2008, permitirá o início das correspondentes obras no próximo exercício; e
- Plano Integrado de Transportes e Mobilidade Urbana (PITMurb) - Trata-se da elaboração de um plano de racionalização e integração das demandas de transporte em toda a Região Metropolitana de Porto Alegre, que apontará soluções conjuntas e partilhadas, quer na definição de uma futura Rede Estrutural do Sistema Integrado Intermodal; quer na definição de um correspondente Modelo de Integração Tarifária e ainda de um Modelo de Órgão de Gestão Única, na forma de um Consórcio Metropolitano de Transportes. O correspondente contrato, cuja gestão é feita de forma compartilhada entre representantes das 3 esferas de governo–Trensurb/União; Metroplan/Estado - RS; EPTC/PMPA), tem sua conclusão prevista para março/2008, sendo que a execução financeira do contrato, ao final de 2007, é de 92,61%.

SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito

O Departamento Nacional de Trânsito - Denatran promoveu os cursos de “Educação de Trânsito” (10 turmas e 395 participantes) e “Agentes de Trânsito” (18 turmas e 470 participantes) – este último em parceria com o projeto Unesco - em âmbito nacional, capacitando, ao final, 865 profissionais. Participaram desses cursos diversos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito. O material didático para distribuição no curso de Agentes de Trânsito foi confeccionado pelo Denatran. O principal objetivo do projeto é capacitar profissionais dos órgãos e das entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), visando aprimorar as funções que lhe são atribuídas nas áreas de engenharia, operação, fiscalização e educação.

Foram produzidos, impressos e distribuídos 30 mil exemplares do Código de Trânsito Brasileiro - CTB e Legislação Complementar em vigor, com as Resoluções do Contran e 26 mil exemplares do Código de Trânsito Brasileiro de bolso, dos quais 13 mil são remanescentes no exercício de 2006; 20.000 exemplares do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação e 20.000 exemplares do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV - Sinalização Horizontal. Os Manuais foram elaborados pela Câmara Temática de Engenharia de Tráfego, da Sinalização e da Via do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e incorpora as alterações determinadas pelo Anexo II do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, por meio da Resolução 160/2004. O volume I apresenta para cada sinal seu significado, princípios de utilização, posicionamento na via, além de exemplos de aplicação, relacionamento com outras sinalizações e o enquadramento correspondente previstos no Capítulo XV do CTB. O volume IV é um documento técnico que visa à uniformização e padronização da Sinalização Horizontal, configurando-se como ferramenta de trabalho importante para os técnicos que trabalham nos órgãos ou entidades de trânsito em todas as esferas.

O montante empenhado nesta ação para atender despesas com a capacitação de profissionais na área de trânsito, foi de R\$ 1,25 milhão, perfazendo 98,36 % de execução.

Educação para a Cidadania no Trânsito

Esta ação tem por objetivo conscientizar, reeducar e provocar mudança cultural relativa ao tema trânsito como forma de exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos pró-ativos e envolvendo a comunidade, os órgãos públicos e a sociedade civil. Neste contexto, foi realizado o VII Prêmio Denatran de

Educação para o Trânsito, tendo o Denatran confeccionado e distribuído o material de divulgação e inscrição (cartazes e folderes) a 5.561 prefeituras, 807 órgãos municipais de trânsito, 27 Detrans e 27 Secretarias Estaduais de Educação, perfazendo 6.422 locais. Foram recebidos, aproximadamente, 100 mil trabalhos. A cerimônia de premiação aconteceu em Brasília/DF e premiou 36 estudantes, profissionais e entidades em diversas categorias, além da premiação conferida à cidade de Itu/SP por ser o Município com o maior número de trabalhos enviados, 6.773 trabalhos.

Em função do tema da Semana Nacional de Trânsito (O Jovem e o Trânsito), o Denatran firmou convênio com a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) para a produção e veiculação da série Trânsito Consciente, composta por 20 programas educativos de trânsito dirigido ao público jovem. Utilizando linguagem acessível, dinâmica e atual, os programas foram ao ar durante os sábados, às 13 horas, nos canais da TV - Educativa em todo o Brasil. Foram confeccionados e distribuídos 845 mil livros e 20 mil DVDs, dos quais 840 mil exemplares de cadernos educativos da Série Trânsito Consciente destinaram-se aos alunos do 3º e do 4º anos do ensino médio, habitantes de 47 Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT e os demais exemplares foram distribuídos aos órgãos e entidades do SNT.

O II Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito, realizado nos dias 16 e 17 de outubro, em Belo Horizonte, sobre o tema “O Jovem e o Trânsito”, contou com a participação de 531 pessoas, representantes de 116 Municípios distribuídos em 20 Estados. Foi o maior evento educacional já realizado pelo Departamento Nacional de Trânsito.

Em razão da autorização de crédito extraordinário, o Denatran descentralizou recursos para o Ministério da Saúde, o qual, em parceria, realizou campanha voltada para a educação no trânsito, com ênfase nas consequências da combinação de álcool e direção. Trata do abuso de álcool nas festas de fim de ano e tem caráter educativo: prevenir e promover a saúde e lembrar que bebida e direção não combinam. A divulgação da campanha ocorreu no período de 20/12 até 15/01, na televisão, rádio, jornais e revistas, internet e cinema.

Os valores empenhados e descentralizados na ação totalizam o montante de R\$ 8,82 milhões, atingindo o percentual de 100 % de execução.

Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito

O Detran, por meio da Cooperação Técnica nº 002/2007 celebrada com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e Correios, confeccionou 10 milhões de cartilhas denominadas "Os 10 Mandamentos do Trânsito Seguro", instituídos pelo Vaticano, as quais foram distribuídas pelo Correios a cerca de 9.800 Paróquias e Dioceses relacionadas pela CNBB, em todo o País. Os valores empenhados e descentralizados na ação totalizam o montante de R\$ 1,0 milhão, atingindo o percentual de 100 % de execução.

Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Trânsito

Foi realizada a contratação do Instituto Wernher Von Braun para realização especificação da tecnologia da placa eletrônica de identificação veicular, definição dos cenários de seu ciclo de vida para suportar a atualização do Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam e especificação da arquitetura de referência do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos – Siniav (chip), em acordo com a Resolução do Contran nº 212, de 13/01/2006.

O Fórum Consultivo do Sistema Nacional de Trânsito reuniu-se uma vez durante o ano de 2007, contando com seus membros representantes dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, da União dos Estados e dos Municípios. Dos assuntos debatidos muitos são levados às Câmaras Temáticas para estudos mais técnicos e apurados, outros são analisados pelo Denatran ou pelo Contran, e merecem ações imediatas.

O Denatran conta hoje com 862 Municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, dos quais 67 ocorreram em 2007.

Os recursos empenhados na ação totalizam o montante de R\$ 353,75 mil, perfazendo o percentual de 35,73 % de execução física.

Melhoria da Fiscalização de Trânsito pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito

Nesta ação foi realizada a Revisão da edição do Código de Trânsito Brasileiro e legislação complementar em vigor para inclusão de normas complementares: Resoluções do Contran e Portarias do Denatran publicadas até outubro/2007 e retirada daquelas que foram revogadas. Após a revisão, foram confeccionados 30 mil exemplares da coletânea para distribuição aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, agentes de fiscalização e sociedade em geral. Os recursos empenhados na ação totalizam o montante de R\$ 500,0 mil, perfazendo o percentual de 100 % de execução.

Publicidade de Utilidade Pública

O Conselho Nacional de Trânsito – Contran, mantendo e reforçando as diretrizes internacionais proclamadas para 2007 pela Organização das Nações Unidas - ONU, Organização Mundial de Saúde - OMS e Organização Pan Americana de Saúde - OPAS, elegeu como tema da Semana Nacional de Trânsito “O Jovem e o Trânsito”. A partir disto, foi realizada a Campanha “Anjos do Trânsito” que teve como foco o público que mais se expõe aos riscos de acidentes e mortes no trânsito; sejam eles motoristas, pedestres, ciclistas, ou até mesmo passageiros de veículos conduzidos por outros jovens.

Em razão do Decreto nº 6.183, de 08 de agosto de 2007, que limitou as despesas com realização de campanhas publicitárias em R\$ 1,18 milhão para o Ministério das Cidades, foram cancelados R\$ 3,9 milhões para suplementação em outra ação do Denatran. Portanto, os recursos disponíveis e empenhados na ação totalizam o montante de R\$ 998,56 mil, perfazendo o percentual de 100 % de execução.

Sistema de Informações do Sistema Nacional de Trânsito

Esta ação atende as despesas com os sistemas informatizados do Denatran, tais como Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – Renach, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – Renainf. Tais sistemas totalizam 420.932.574 milhões de transações (acessos) aos dados constantes em suas bases. O Renavam possui cerca de 49 milhões de veículos cadastrados e o Renach possui cerca de 45 milhões de condutores habilitados.

O montante empenhado nesta ação, até 31/12/2007, foi de R\$ 70,73 milhões, perfazendo 100 % de execução. As despesas com o sistema Renach do mês de dezembro/2007 serão empenhadas e pagas com dotação do exercício de 2008, por meio de Reconhecimento de Dívida, em razão de indisponibilidade de limite orçamentário para reforço da Nota de Empenho em 2007.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários

Essa ação objetiva apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios nas intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social.

Em 2007, foram selecionadas 145 propostas que beneficiarão 136 Municípios. O orçamento para a ação foi de R\$ 423,7 milhões e empenhados R\$ 149,8 milhões. No decorrer do ano, foram pagos R\$ 38,7 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores.

Apoio a Urbanização de Assentamentos Precários - Habitar-Brasil

O objetivo desta ação é promover intervenções em assentamentos precários, melhorando as condições de vida de famílias com renda mensal de até R\$ 1.050,00, implementando projetos integrados de urbanização, discutidos e aprovados previamente com a população da área a ser beneficiada.

No exercício de 2007, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a ação Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Habitar-Brasil/BID ganhou destaque expressivo. Parte das obras dela integrantes foram elencadas pelo Governo Federal como prioritárias e retiradas do âmbito do Acordo de Empréstimo nº 1126/OC-BR.

Como reflexo dessa decisão, o orçamento da ação Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar Brasil) – UAS, atingiu, no exercício de 2007, o patamar de R\$ 1,128 bilhão de orçamento. Deste montante, foi empenhado R\$ 1,125 bilhão, sendo R\$ 150,0 milhões para o HBB, com recursos ainda provenientes de fonte externa.

O orçamento do PAC foi composto principalmente de créditos extraordinários, possibilitando que a ação Apoio Urbanização de Assentamentos Precários Habitar-Brasil/BID, que inicialmente contava com uma previsão de R\$ 150 milhões, ultrapassasse R\$ 1 bilhão de orçamento. Com o término do Acordo de Empréstimo 1126/OC-BR, as obras, agora alavancadas pelo PAC, terão continuidade com recursos do Orçamento Geral da União. Foram também pagos no exercício R\$ 32,2 milhões relativos a restos a pagar de outros exercícios.

Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes

Essa ação destina-se a iniciativas de recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, mediante a implementação de projetos integrados de saneamento e urbanização de favelas, que contemplam abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema de drenagem, sistema viário, contenção de encostas, reassentamento de população e projetos complementares de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. São atendidas pelo Projeto as cidades com mais de 150 mil habitantes, ou integrantes de Regiões Metropolitanas e RIDEs.

Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 3.687,25 milhões, beneficiando 96 Municípios e 287.363 famílias até 2010. Deste total foram empenhados R\$ 559,7 milhões que atenderá a 44.000 famílias.

Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT - Prosanear)

O projeto de assistência técnica ao Prosanear (PAT - Prosanear) tem como objetivo geral a recuperação ambiental de áreas degradadas ocupadas por população de baixa renda, mediante a elaboração de planos e projetos integrados de saneamento, que contemplam abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema de drenagem, sistema viário, contenção de encostas, reassentamento de população e projetos complementares de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública. São atendidas pelo Projeto, as cidades com mais de 75 mil habitantes, ou integrantes de regiões metropolitanas.

Os recursos destinados ao PAT - Prosanear são provenientes do contrato de empréstimo internacional AE nº 5.432-BR, firmado junto ao Banco Mundial no valor total de US\$ 40,6 milhões, sendo US\$ 23,9 milhões oriundos do BIRD e US\$ 16,7 milhões de contrapartida nacional, dos quais US\$ 11,7 milhões são não-financeiros.

Mediante reformulação do programa em julho de 2005, com a inclusão de um componente para financiamento de obras com efeito demonstrativo, foi realizada em 2007 obra no Município de São José dos Campos/SP e encontram-se em execução obras em Guarulhos/SP e Natal/RN.

Com relação aos Planos e Projetos, até dezembro de 2007, foram concluídos pelo programa 33 Planos de Desenvolvimento Local Integrado - PDLI e 23 Projetos de Saneamento Integrado - PSI.

Em 2007, as despesas com recursos internacionais atingiram o montante de US\$ 12,4 milhões, além de US\$ 646,2 mil desembolsados em recursos de contrapartida financeira.

Ressalta-se que 21 projetos de saneamento integrado elaborados na esfera do PAT- Prosanear foram selecionados para execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - Saneamento) totalizando um investimento em futuras obras de R\$ 818,6 milhões. Além disso, outros seis projetos do PAT- Prosanear, que totalizam investimentos da ordem de R\$ 51,5 milhões, serão executados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Apoio a Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social

A ação Apoio à Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social iniciou suas operações no exercício de 2007 e tem o objetivo de apoiar o planejamento da política habitacional nos níveis subnacionais. O valor repassado foi destinado à elaboração ou à revisão de planos habitacionais de interesse social dos Estados, Municípios e Distrito Federal. A seleção de 2007 ocorreu entre os meses de maio e junho e contemplou 846 Municípios aptos a celebrarem contratos de repasse, num valor total de R\$ 35,67 milhões.

Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda

A ação objetiva apoiar Estados, Distrito Federal e Municípios no acesso da população com renda familiar mensal de até R\$ 1.050,00 à habitação digna, regular e dotada de serviços públicos, em localidades urbanas ou rurais, mitigando as desigualdades sociais e contribuindo para a ocupação urbana planejada.

Trata-se de recursos destinados à produção ou aquisição de moradias, produção de lotes urbanizados, requalificação de imóveis para uso habitacional e prestação de serviços de assistência técnica para habitação de interesse social.

No exercício de 2007 foram selecionadas 543 propostas, das quais 326 foram para a modalidade de prestação de serviços de assistência técnica para habitação de interesse social. O orçamento para a ação foi de R\$ 260,33 milhões dos quais foram empenhados R\$ 118,0 milhões. No decorrer do ano, foram pagos R\$ 43,8 milhões relativos a restos a pagar de exercícios anteriores.

Subsídio à Habitação de Interesse Social – (Lei nº 10.998, de 2004)

No âmbito da ação foram promovidas operações de financiamento e parcelamento habitacional em um montante de R\$ 126,8 milhões em subsídios, que beneficiaram 19.242 famílias com rendimento mensal de até R\$ 1.140,00. Ao final de 2007, foi homologado o resultado de um leilão de 45.783 operações de parcelamento, a serem concedidos e contratados até o dia 11 de abril de 2008, no valor de R\$ 296,67 milhões. Para executar este volume de contratos foram habilitadas na referida oferta pública, 10 Instituições Financeiras e três Companhias de Habitação. Esta ação objetiva tornar acessível à moradia para os segmentos habitacionais de baixa renda e utilizou os recursos da União (OGU), primordialmente, para subsidiar, de forma complementar a financiamentos e parcelamentos, operações habitacionais de interesse social contratadas com pessoas físicas.

Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

A ação se refere a recurso do Orçamento Geral da União alocado ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, fundo financeiro do Programa de Arrendamento Residencial - PAR. O agente gestor do FAR é a Caixa Econômica Federal, e tais recursos irão compor com recursos onerosos do FGTS, subsidiando as operações no âmbito do PAR nos anos de 2008 a 2010 no valor de R\$ 500,0 milhões.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTOS

Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

Esta ação destina-se à construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, mediante o apoio a iniciativas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água em áreas urbanas de Municípios com população total superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento. Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 1.842,96 milhões, que irá beneficiar 153 Municípios e 1.535.801 famílias até 2010. Deste total foram empenhados R\$ 310,96 milhões em 2007, favorecendo aproximadamente 260.000 famílias e efetivamente desembolsados R\$ 5,88 milhões.

Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

A ação objetiva a construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, mediante o apoio a iniciativas de coleta, tratamento e destinação final de esgotamento sanitário em áreas urbanas de Municípios com população total superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento. Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 2.765,79 milhões, beneficiando 175 Municípios e 1.370.900 famílias até 2010. Deste total foram empenhados R\$ 486,39 milhões em 2007, que atenderá aproximadamente 191.000 famílias e efetivamente desembolsados R\$ 5,89.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, Rides, Municípios com mais de 50 Mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 Mil Habitantes

Esta ação destina-se à elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia para construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos urbanos e saneamento integrado em assentamentos precários em áreas urbanas de Municípios com população total superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas ou RIDEs. Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 26,42 milhões, beneficiando 29 Municípios e que produzirão 85 projetos de engenharia. Deste total foram empenhados R\$ 21,32 milhões e desembolsados R\$ 4,58 milhões em 2007.

INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

A ação destina-se à elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia para construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos em áreas urbanas de Municípios integrantes das bacias receptoras da integração com o Rio São Francisco, com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes. Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 6,124 milhões, beneficiando 10 Municípios e que produzirão 24 projetos de engenharia. Deste total foram empenhados R\$ 6,00 milhões em 2007.

Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

Esta ação destina-se à construção, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, mediante o apoio a iniciativas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água em áreas urbanas de Municípios das bacias receptoras do Rio São Francisco, com população total superior a 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes. Em 2007 foram contratadas operações que juntas perfazem um valor global de R\$ 15,0 milhões, beneficiando 4 Municípios e que produzirão 20 projetos de engenharia. Deste total foram empenhados R\$ 5,0 milhões em 2007.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas

A ação visa assegurar escala, gestão técnica, regulação efetiva, sustentabilidade e funcionalidade na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos prestados em regime de gestão associada, visando a salubridade ambiental, a eliminação de lixões e a inserção sócio-econômica de catadores. Em

2007 foram empenhados R\$ 5 milhões para os Municípios de Salvador, Belo Horizonte e Brasília, direcionados à execução de galpões de triagem para a coleta seletiva com inclusão de catadores naqueles Municípios.

DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, RIDEs ou com população superior a 50 mil habitantes

Esta ação objetiva promover, em articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas, a gestão sustentável da drenagem urbana com ações estruturais e não-estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas em Municípios com população total superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas ou RIDEs. Em 2007 foram pactuadas seis intervenções em oito Municípios, totalizando investimentos de R\$ 324,5 milhões, beneficiando 129.800 famílias até 2010. Deste total foram empenhados R\$ 44,4 milhões no ano que atenderá aproximadamente 17.746 famílias.

MOBILIDADE URBANA

Apoio à Implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano – Trecho Parque Dom Pedro II – Cidade de Tiradentes - SP

Visa a criação de uma linha alternativa de conexão entre as regiões Leste-Sudeste ao centro de São Paulo/SP, com o objetivo de atrair a esse corredor projetado parte dos deslocamentos da população, beneficiando uma população aproximada de 1,5 milhão de habitantes, reduzindo o seu tempo de viagem e aumentando a sua mobilidade. Em implantação o trecho 03, numa extensão de 2,8 km, o qual beneficiará cerca de 50.000 usuários/dia, correspondendo a 18.250.000 usuários/ano. O MCidades destinou R\$ 74,65 milhões para a conclusão da obra, tendo ainda uma contrapartida do Município de São Paulo de R\$ 21,8 milhões, perfazendo um total de R\$ 96,4 milhões de investimentos.

Estudos para elaboração de Planos Diretores Integrados – Planmob

Objetiva orientar os investimentos em infra-estrutura, o arranjo institucional, a gestão e o modelo tarifário dos sistemas de mobilidade urbana em áreas metropolitanas, promovendo a sustentabilidade dos serviços prestados e o desenvolvimento territorial ordenado. Em 2007 foram descentralizados recursos da ordem de R\$ 10,5 milhões para a Universidade de Brasília / UNB com a finalidade de elaborar planos de mobilidade urbana.

DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS.

Implantação do Trecho TIP-Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária – Recife – Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE

Em Recife, foi dada sequência à implantação do sistema de sinalização e à revisão do material rodante. As obras civis contemplaram o acabamento das estações e a vedação da faixa de domínio. Também apresentaram avanço significativo os sistemas de telecomunicações, destacando-se a conclusão do sistema de rádio-comunicação, já em operação. Foram licitadas as construções de quatro terminais rodoviários e dos sistemas viários no entorno de sete estações. Também merece destaque o avanço conseguido nos processos licitatórios para aquisição de escadas rolantes e elevadores para as estações, do sistema de bilhetagem automática e aquisição de sete VLT's (Veículos Leves sobre Trilhos), que irão operar no trecho entre Cajueiro Seco e Cabo. O trecho Recife - Imbiribeira está operando comercialmente e entre Imbiribeira e Porta Larga está sendo realizada uma viagem semanal, em caráter experimental.

O total do orçamento aprovado para 2007, montou em R\$ 106,8 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 102,2 milhões devem ficar inscritos em Restos a Pagar em 2008 (RAP/2007), só gerando avanço físico efetivamente em 2008.

Implantação do Trecho Eldorado – Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG

No exercício de 2007, foram disponibilizados, para Belo Horizonte, recursos para a implantação do trecho Eldorado – Vilarinho, permanecendo paralisados os serviços no trecho Calafate – Barreiro. Entre as realizações, destacam-se a colocação, em funcionamento experimental, do sistema de sinalização do pátio de São Gabriel, a aceitação definitiva do sistema de bilhetagem automática e a conclusão da recuperação do TUE acidentado. Com relação às obras civis, merecem destaque o avanço na implantação do terminal Vilarinho e o convênio com a Prefeitura para execução de obras em torno da estação Horto Florestal. O total do orçamento aprovado para 2007 foi de R\$14,57 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 8,4 milhões ficarão inscritos em Restos a Pagar em 2008 (RAP/2007), só gerando avanço físico efetivamente em 2008.

Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores–João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza-CE

Em Fortaleza, na Linha Sul, estão praticamente concluídas as obras da via permanente, no trecho em superfície de aproximadamente 10 km, entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. Tiveram andamento as obras de drenagem, contenção e obras de arte especiais (viadutos) no trecho em superfície, em uma extensão de aproximadamente 5 km. No trecho em superfície, foi executada a realocação da via ferroviária. Também apresentaram avanço significativo as obras no elevado do Pólo de Parangaba, com aproximadamente 3 km de extensão e os serviços no trecho subterrâneo. As estruturas das estações Benfica e São Benedito estão praticamente concluídas.

O saldo da LOA-2006, R\$ 63,89 milhões, foi inscrito em restos a pagar do exercício de 2006 sendo que, no ano de 2007, foram pagos R\$ 33,97 milhões, a diferença de R\$ 29,92 será inscrita em restos a pagar para o exercício de 2008. A dotação autorizada de 2007, no valor de R\$ 66,85 milhões, foi totalmente empenhada e será totalmente inscrita em restos a pagar.

Apoio à Modernização do Trecho Oeste–João Felipe-Caucaia do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE

Na linha Oeste, o exercício de 2007 foi marcado pela realização de diversas licitações para contratação da modernização do trecho. Destaca-se a liberação da Ordem de Serviço para execução das obras civis e sistemas fixos, com a execução de serviços preliminares e aquisição de materiais de superestrutura de via. A construção do Viaduto Rodoviário Rua Visconde de Cauípe, já contratada, aguarda a entrega dos projetos e desapropriações. A LOA/2007 aprovou R\$ 10,0 milhões, Este recurso foi totalmente empenhado até o final do exercício.

Apoio à Implantação do Trecho Lapa – Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

Em Salvador, no trecho Lapa – Pirajá, estão concluídos os projetos de terraplenagem, obras de arte especiais, obras subterrâneas, drenagem e sistema de energia, além da conclusão dos reassentamentos. Foi contratada a aquisição de seis Trens Unidade Elétricos (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia. Estão em andamento as obras civis nas cinco estações do 1º tramo (Lapa, Pólvora, Brotas, Bonocô e Acesso Norte) e serviços complementares nos túneis e elevado na Avenida Bonocô. O fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares estão com 24% de execução. O total do orçamento aprovado para 2007, com suas alterações até esta data montou em R\$ 56,09 milhões, que ficarão inscritos em Restos a Pagar no exercício 2008 (RAP/2007).

Modernização do Trecho Calçada – Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

No trecho Calçada – Paripe está em andamento a recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM (três trens), com duas unidades já em operação. Encontram-se em andamento as obras civis e reforma de instalações fixas. A via permanente está sendo recuperada, destacando-se a continuidade da substituição da estrutura metálica da ponte São João e a revisão e recuperação do sistema de eletrificação (rede aérea e subestação). A conclusão do projeto executivo do terminal de integração trem–ônibus do corredor Calçada – Paripe é uma meta a ser atingida em 2008.

No ano de 2007 foi aberto o crédito extraordinário para o projeto de modernização do trens de subúrbio, no valor de R\$ 13,36 milhões, o qual foi totalmente empenhado, ficando inscrito como RAP/2007 para aplicação em 2008.

A Companhia de Transporte de Salvador - CTS apresentou a necessidade de aproximadamente mais R\$ 18,0 milhões, em três parcelas de aproximadamente R\$ 6,0 milhões por semestre, a partir de julho/2007

para garantir a operação do sistema até dezembro/2008, quando se espera que a evolução física da modernização dos trens e implantação do Metrô possa garantir um mínimo de auto-sustentabilidade aos sistemas. Desta forma foi encaminhado pedido de suplementação para a ação de Cumprimento das obrigações decorrentes da transferência do Sistema de Transporte Ferroviário de Passageiros de Salvador – BA, no valor de R\$ 6,4 milhões, para ressarcimento do déficit operacional do segundo semestre do exercício referente à administração do Sistema pela CTS.

Com a implantação da integralidade do Projeto, o novo sistema do trem do subúrbio, estará, ao final da modernização, capacitado a transportar 40 mil passageiros dia útil.

Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros Salvador - BA

A Medida Provisória nº 364, de 18 de abril de 2007, abriu um Crédito Extraordinário para a ação Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, no valor de R\$ 3,41 milhões. A Medida Provisória nº 402, de 23 de novembro de 2007, autorizou um Crédito Extraordinário para esta ação no valor de R\$ 6,35 milhões, totalizando para o ano R\$ 9,77 milhões. Estes recursos foram integralmente empenhados e repassados a Companhia de Transporte de Salvador - CTS.

Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza – CE

O limite orçamentário no valor de R\$ 10,0 milhões para a ação Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza, previsto no convênio de transferência foi integralmente empenhado e repassado à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – Metrofor.

LIMITES DE EMPENHO ESTIPULADO NO § 3º DO ART. 2º DA LEI Nº 11.439, de 29/12/06 (DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO)

Conforme quadro a seguir, o Ministério das Cidades recebeu um limite total de R\$ 3,53 milhões para as despesas com diárias, passagens e locomoções e executou 4,0 milhões, sendo 1,3 milhão relacionado ao crédito extraordinário aberto para Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento.

ADMINISTRAÇÃO	LIMITE INSTITUÍDO	NOVO LIMITE	DESPESAS (exceto GESTÃO DO PAC)	GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PAC (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	TOTAL
	04/06/2007	30/07/2007	31/12/2007	31/12/2007	31/12/2007
DIRETA	1.800.000,00	1.893.426,00	1.256.604,58	742.348,65	2.063.269,08
INDIRETA	1.000.000,00	1.550.000,00	1.320.920,43	531.179,93	1.787.784,51
FUNDOS	100.000,00	100.000,00	216.843,22		216.843,22
TOTAL	2.900.000,00	3.533.426,00	2.794.368,23	1.273.528,58	4.067.896,81

Quanto ao limite para despesas com publicidade, foi estabelecido um limite de R\$ 1.182.000,00 (um milhão, cento e oitenta e dois mil reais), conforme Decreto nº 6.183/2007. Deste total foram executados R\$ 755,9 mil.

ALCANCE DAS METAS PRIORIÁRIAS PREVISTAS NA LDO - 2007

Em relação ao alcance das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, de acordo com a planilha abaixo, destaca-se a superação da maioria das metas. As ações do Programa Mobilidade Urbana tiveram suas execuções físicas prejudicadas devido, em sua maioria, às pendências de apresentação de documentação das prefeituras junto à Caixa Econômica Federal, principalmente projetos de engenharia.

ANÁLISE METAS LDO 2007

PROGRAMA/AÇÃO		PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META LDO	RESULTADO ALCANÇADO
0122	SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO				
0654	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	1.000	23.871
0586	APOIO A PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO (PASS)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	64.947	138.463
0310	GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO				
0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	20	53
1128	URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS				
0634	APOIO Á MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	13.391	48.278
0572	APOIO À PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DE RISCOS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	MUNICÍPIO APOIADO	UNIDADE	20	102
0584	APOIO A PROJETOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL DE ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS URBANAS(PAPEL PASSADO)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	210.842	1.459.642
0646	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (PAT/PROSANEAR)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	9.735	46.206
0644	APOIO A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (HABITAR-BRASIL)	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	21.600	378.251
6001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENO				
109A	IMPLANTAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS COM ATÉ 100.000 HABITANTES	PROJETO APOIADO	UNIDADE	400	2.881
6002	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE MEDIO				
109B	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	PROJETO APOIADO	UNIDADE	1.176	216
9989	MOBILIDADE URBANA				
0E28	APOIO À IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	TRECHO IMPLANTADO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	14	2
0590	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO	PROJETO APOIADO	UNIDADE	25	5
09GH	APOIO À ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMAS INTEGRADOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO	PROJETO ELABORADO	UNIDADE	12	2
9991	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL				
0703	SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (LEI Nº 10.998, DE 2004)	-	-	-	-
0648	APOIO AO PODER PÚBLICO PARA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	8.130	18.739

6.25. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur

GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO

Formulação e Acompanhamento da Política Nacional do Turismo

Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho do Plano Nacional de Turismo

Sistema de Informações Turísticas

Consubstanciando a Política Nacional de Turismo e lançado em 03/06/2007, o Plano Nacional do Turismo - PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão – instrumento de planejamento e gestão pelo qual são estabelecidas as estratégias e medidas a serem desempenhadas no setor – avançou na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo. Além disso, buscou consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais.

O PNT 2007/2010 foi elaborado de forma cooperada e participativa com os diversos setores do Governo, da iniciativa privada e do terceiro setor, bem como das instituições com assento no Conselho Nacional de Turismo – CNT. Seu processo de construção foi iniciado em 2006 com a elaboração do Documento Referencial Turismo no Brasil 2007/2010, por solicitação do próprio Conselho.

As proposições do PNT 2007/2010, organizadas em macro-programas e programas, foram tratadas de forma integrada. Os macro-programas são agrupamentos temáticos, escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir as metas definidas no PNT. Desdobram-se em um conjunto de programas que organizam as diversas atividades executivas da atuação ministerial e de seus parceiros. Por fim, os programas desdobram-se em ações orçamentárias, constituindo-se estas, como o ponto convergente entre o planejamento proposto pelo PNT e o proposto pelo Plano Plurianual - PPA.

Os macro-programas e programas em curso evoluíram para a consolidação do processo de gestão, apresentando bons resultados, atualizando e incorporando novas reflexões e modos de ação, que a experiência de planejamento acumulada nos quatro primeiros anos de existência do Ministério do Turismo propiciou, por meio da primeira versão do PNT (2003/2007).

As metas definidas para o período 2007/2010 direcionaram para um crescimento sólido do turismo, como: promoção da realização de 163 milhões de viagens no mercado interno, em 2007, e 217 milhões em 2010; criação 335 mil novos empregos e ocupações, em 2007, e 516 mil em 2010; geração de 5,1 bilhões de dólares em divisas, em 2007, e 7,7 bilhões em 2010; e estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional durante os quatro anos.

Dando continuidade ao processo de gestão descentralizada da Política Nacional de Turismo, ao longo do ano, o Ministério do Turismo atuou em consonância com o setor turístico, envolvendo instituições públicas, agentes produtivos e sociedade civil, agrupados por meio do Conselho Nacional de Turismo - CNT e suas Câmaras Temáticas, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, e dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo das 27 Unidades Federadas. Estas instituições formam, em todo o País, uma brigada de 1.358 representantes diretos e 12.000 indiretos, vinculados às instituições públicas e entidades privadas do turismo brasileiro.

Em 2007, as reuniões ordinárias do CNT assumiram um novo formato, em que a participação dos integrantes passou a se organizar por categorias de atividades, agregando instituições e entidades de interesses afins. Tal medida motivou o compartilhamento dos assuntos do setor, gerando maior objetividade e encaminhamento das proposições das reuniões. Durante o ano, o Conselho realizou quatro reuniões ordinárias.

As Câmaras Temáticas também foram reformuladas. Suas coordenações gerais passaram a ser de responsabilidade da iniciativa privada, que formula as pautas a partir das demandas setoriais. No que diz respeito aos Fóruns e Conselhos Estaduais, foram ampliadas as interfaces entre essas instituições, visando o acompanhamento dos colegiados nas 27 Unidades da Federação. Esperou-se, com isso, o fortalecimento da gestão descentralizada, imprimindo maior alinhamento e cumprimento das metas do Plano Nacional do Turismo 2007/2010.

Quanto ao Monitoramento do Plano Nacional de Turismo - PNT, foram firmados diversos convênios no sentido de desenvolver ações de fortalecimento institucional, com o objetivo de alcançar a consolidação de uma rede nacional de cooperação, a descentralização da Política Nacional de Turismo, bem como a definição de critérios que permitam o acompanhamento dos parâmetros de qualidade e competitividade nos 65 destinos turísticos brasileiros a serem trabalhados para obtenção de padrão de qualidade internacional até 2010. Esses parâmetros, que se consolidam numa matriz de competitividade dos destinos turísticos brasileiros, devem ser aplicados nos locais referidos, como parâmetro de monitoramento dos resultados da meta constante do PNT, de forma a orientar o trabalho de alocação das ações de infra-estrutura e qualificação visando a obtenção de padrão de qualidade internacional.

Foi desenvolvido sistema para monitoramento e avaliação de desempenho do Plano Nacional de Turismo, a nível nacional, encontrando-se em fase de testes e ajustes para início de operação, de forma que a utilização seja realizada com sucesso, garantindo boa aceitação por parte dos usuários. Dentre os ajustes que estão sendo analisados no sistema visando a melhoria, destaca-se a integração com o SIGPlan e o Siafi. Também foram realizados contatos com outros ministérios que utilizam tecnologia similar, buscando avançar na solução de impasses do sistema para que a implantação seja efetuada no menor espaço de tempo. A partir do início de sua operação, de acordo com a proposta de gestão descentralizada, iniciam-se as gestões para a descentralização do monitoramento e avaliação do PNT, envolvendo a participação dos órgãos estaduais, dos órgãos municipais e das representações regionais de turismo. Essa iniciativa permitirá avançar na avaliação da eficácia, eficiência e efetividade do Plano.

Também no âmbito do acompanhamento do PNT e das ações ministeriais, foram produzidos Relatórios Trimestrais de Atividades do MTur, com informações sobre o andamento dos programas, projetos e atividades desenvolvidos pelos seus diversos departamentos, constituindo-se em mecanismo de monitoramento das ações do Ministério.

No que se refere ao monitoramento da gestão descentralizada, foram contratados consultores para o acompanhamento das ações junto aos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, de modo a construir as referências básicas para a integração da política nacional com os respectivos programas e ações estaduais.

Ainda buscando acompanhar de forma sistemática os resultados do Plano, foi desenvolvida, em conjunto com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UNB, proposta para a montagem de um banco de dados que permita o acompanhamento das metas e indicadores do PNT, constituindo um componente importante do processo de desenvolvimento do sistema de monitoramento e avaliação do Plano.

O processo de planejamento e gestão da Política Nacional do Turismo depende também da existência de um Sistema de Informações Turísticas que gere conhecimento sobre o comportamento e as tendências do turismo nacional e internacional, auxiliando a tomada de decisões e gestão das políticas públicas do setor. Para tanto, o Ministério do Turismo, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, investiu na realização de pesquisas para propiciar esse conhecimento. Dentre os principais trabalhos executados, em 2007, destacam-se:

- i) Boletins de Desempenho Econômico do Turismo: realização de sondagem conjuntural do turismo, por meio de pesquisas trimestrais junto à indústria hoteleira, agências e operadores, organizadores de eventos e restaurantes. A pesquisa visou obter um mapeamento da evolução recente e das perspectivas a curto prazo para o setor turístico.
- ii) Demanda Turismo Internacional no Brasil: pesquisa realizada anualmente nos principais portões de entrada e de saída de turistas do País com o objetivo de traçar o perfil do turista internacional em visita ao Brasil e do turista brasileiro em viagem ao exterior. Assim, buscou-se identificar as principais motivações e interesses desses turistas, seu gasto, permanência, além de avaliar seu perfil sócio-econômico.

iii) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo: levantamento qualitativo e quantitativo, de âmbito nacional, sobre o cenário econômico do setor de turismo. Realizada com os 80 principais executivos de hotelaria, agências, operadores e organizadores de eventos, mostrou a percepção desses empresários em relação ao momento atual dos negócios e às perspectivas para o ano.

iv) Cartas de Conjuntura: disponibilizou dados de análise macroeconômica global e de turismo. Permitiu o acompanhamento da evolução mensal de importantes indicadores setoriais, como receita e despesa cambial de turismo, desembarques de passageiros em aeroportos e de resultados de pesquisas contratadas pela Embratur/MTur.

v) Compilação e divulgação mensal de dados sobre: a movimentação de embarque e desembarque de passageiros em vôos nacionais e internacionais; receita cambial de turismo; procedência de visitantes nacionais e estrangeiros do Parque Nacional do Iguaçu; investimentos em turismo realizados por instituições financeiras federais; equipamentos e serviços cadastrados no Ministério do Turismo; número de eventos (congressos e convenções) internacionais realizados no Brasil por cidade; e movimentação de passageiros em linhas rodoviárias interestaduais e internacionais.

vi) Anuário Estatístico Embratur: a publicação apresentou uma compilação de informações anuais relativas ao comportamento de diversos setores da área turística, dentre eles, a entrada mensal de turistas estrangeiros no Brasil pelos principais portões de entrada, via de acesso, residência permanente e informações sobre o perfil desses turistas, movimentação de passageiros, dados indicadores da evolução do turismo internacional e resultados econômicos da atividade.

vii) Indicadores de Ocupação Hoteleira: sistema em fase de implantação destinado a possibilitar o processamento dos dados contidos nos Boletins de Ocupação Hoteleira e na Ficha Nacional de Registro de Hóspedes. Objetiva viabilizar a apuração de informações que permitam aperfeiçoar o conhecimento disponível sobre taxas de ocupação hoteleira e perfil de hóspedes em meios de hospedagem.

viii) Indicadores sobre mão-de-obra ocupada em atividades características de turismo: estudo desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, que objetiva conhecer a dimensão e o perfil da mão-de-obra formal e informal ocupada em atividades características do turismo e construir indicadores conjunturais para monitorar a evolução da mão-de-obra ocupada no setor.

ix) Estudo da Movimentação Econômica dos Turistas – Jogos Pan-Americanos – Rio 2007: projeto desenvolvido, atendendo a demanda do MTur, para avaliação do Estudo da Movimentação Econômica dos Turistas, durante a realização dos Jogos Pan-Americanos.

x) Mercado de Turistas Estrangeiros com Segunda Residência no Brasil: estudo desenvolvido com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o mercado turístico de segunda residência de turistas estrangeiros no Brasil. Disponibiliza, entre outras informações, análise sobre o atual estágio do turismo de segunda residência no mundo e no Brasil.

xi) Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo: revista acadêmica de turismo criada em parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, que objetiva estimular e desenvolver o conhecimento científico relacionado com o setor de turismo, promovendo a discussão do turismo baseada na interdisciplina, no diálogo e na visão crítica do fenômeno. Disponibiliza pesquisas qualitativas e ensaios teóricos opinativos relacionados à área de turismo e afins.

Esses estudos foram desenvolvidos mediante acordos de cooperação, convênios e contratos firmados com diversos órgãos, tais como: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, Infraero, Departamento de Polícia Federal - DPF, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os estudos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico www.turismo.gov.br/dadosefatos.

Elaboração de Planos para o Desenvolvimento das Regiões Turísticas

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é um dos principais elementos da execução da Política do Turismo. Por meio dele, o Ministério do Turismo promove a integração e a cooperação entre os Municípios, amplia e qualifica o mercado de trabalho, impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social, aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas de desenvolvimento aos Municípios com potencial turístico, diminuindo desigualdades regionais e sociais.

Em funcionamento desde 2004, o Programa de Regionalização já promoveu e atualizou o mapeamento das regiões turísticas do Brasil, hoje composto por 200 regiões turísticas, envolvendo 2.819 municípios. Posteriormente, com o objetivo de atender a meta do Plano Nacional do Turismo de ampliar a oferta turística brasileira, as Unidades Federadas foram orientadas a selecionar roteiros para serem promovidos no mercado internacional, constituindo a estruturação de 87 roteiros turísticos prioritários.

Em 2007, com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, estabeleceu-se, como uma das metas, a estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional. Esses destinos, que integram os 87 roteiros turísticos anteriormente mencionados, foram identificados com base nas avaliações e valorações do Plano de Marketing Turístico Internacional – Plano Aquarela e do Plano de Marketing Turístico Nacional – Plano Cores do Brasil, além de outros estudos sobre investimentos do Governo Federal e potencialidades desses destinos. Eles serão trabalhados até 2010 para servirem como modelos indutores para o desenvolvimento turístico regional.

Para promover o desenvolvimento regional, a gestão do Programa de Regionalização é descentralizada para as Unidades Federadas e destas para as regiões turísticas e municípios. Para que as regiões tenham representatividade, o programa apóia, ainda, a consolidação de instâncias de governanças regionais.

Diante dos avanços e resultados obtidos, o atual desafio do Programa de Regionalização do Turismo é dar continuidade ao processo em curso em todo o País. Para isso, e com o objetivo de alcançar as metas apresentadas no PNT 2007-2010, foram iniciados projetos de fortalecimento das instâncias em âmbito estadual, regional e municipal levantando as demandas de gestão das instâncias já criadas; criando instâncias onde ainda não existiam; e analisando planos estratégicos já elaborados. O processo de organização das regiões turísticas e de suas instâncias é participativo e segue etapas, tais como: sensibilização e mobilização dos atores envolvidos com a atividade turística e a comunidade da região.

Para garantir que o Programa de Regionalização fosse implementado nas regiões turísticas, em 2007 o MTur firmou parceria com o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH, para instituir ou fortalecer 59 instâncias de governança em regiões turísticas priorizadas, contemplando os 65 destinos turísticos definidos como prioritários. O principal objetivo é garantir que estas regiões tenham capacidade de gestão da atividade turística, para que possam elaborar seus Planos Estratégicos, organizar e estruturar seus produtos.

Toda a experiência acumulada pelo Programa propiciou a formação de uma rede de relacionamento no País: a Rede Nacional de Regionalização do Turismo, a qual tem por objetivo principal “promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a regionalização do turismo no Brasil, em especial, por meio da troca de experiências e informações, de modo a contribuir para o desenvolvimento do potencial turístico do País”. Até o presente momento, aproximadamente, 35 mil pessoas, dentre atores da cadeia produtiva do turismo e estudantes, já foram sensibilizadas e mobilizadas no âmbito do Programa, por meio de oficinas, seminários, encontros entre interlocutores e reuniões em todo o País.

Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimentos no Âmbito do Ativo Turístico Brasileiro

Em 2007, as ações de atração de investimentos para o ativo turístico brasileiro foram disseminadas em 10 eventos nacionais. Foram priorizados os eventos nacionais da cadeia produtiva que indicavam presença de empresariado com potencial para investir no turismo brasileiro. Os eventos são listados a seguir: (i) Investimentos Estrangeiros para os Setores Imobiliário e Turístico no Brasil – Rio de Janeiro/RJ; (ii) Nordest Invest 2007 – Salvador/BA; (iii) Conotel 2007 – 49º Congresso Nacional de Hotéis – São Paulo/SP; (iv) Brasil Golfshow – Costa do Sauípe/BA; (v) Atração de Investimentos Imobiliários para o Nordeste – Fortaleza/CE; (vi) 2º Salão Imobiliário de São Paulo – São Paulo/SP; (vii) 35º Congresso Brasileiro da ABAV, no Rio de Janeiro/RJ; (viii) XI Conferência Brasileira de Investimentos em Hospitalidade – São Paulo/SP; (ix) Seminário Nacional Sobre Sustentabilidade Sócio-Ambiental dos Grandes Empreendimentos – Natal/RN; (x) Congresso Anual da Abetar 2007 – Brasília/DF.

Nos eventos foram distribuídos materiais promocionais ao público-alvo, tais como: folders, cadernos de investimento, mini CD de linhas de crédito, mapa de investimentos hoteleiros e demonstrativos de desembolsos das instituições financeiras para o setor. Os eventos serviram ainda para divulgação de resultados de pesquisas e estudos promovidos pelo MTur, relacionados com oportunidades de investimento no setor turístico brasileiro.

A participação do MTur nesses eventos buscou atingir os seguintes objetivos: (i) ampliação e melhoria da oferta de equipamentos e serviços turísticos; (ii) geração de novos postos de trabalho por meio da ampliação e diversificação dos equipamentos turísticos; (iii) captação de investidores para projetos localizados em regiões potenciais remotas, ainda não desenvolvidas; (iv) divulgação das oportunidades de investimentos no turismo, sensibilizando os potenciais investidores para o desenvolvimento da atividade no Brasil.

Em relação a pesquisas e estudos elaborados com o intuito de identificar oportunidades de investimentos para o ativo turístico brasileiro, destaca-se a pesquisa sobre Investimentos em Meios de Hospedagem, que identificou a existência de 138 projetos hoteleiros em andamento no País, com previsão de realização da atividade no período de 2007 a 2009, com investimentos que deverão movimentar cerca de R\$ 3,6 bilhões. Com a instalação dos empreendimentos identificados, a capacidade hoteleira do País deverá ser ampliada em 26,3 mil novas unidades habitacionais. Sobre o impacto no mercado de trabalho, a estimativa é de que os projetos da hotelaria, quando de sua instalação e início de atividade, deverão propiciar a geração de 16,3 mil novos empregos diretos no setor.

Os resultados da pesquisa sobre a expectativa de aumento da capacidade hospedeira do Brasil nos próximos anos se encontram sintetizados na tabela:

INVESTIMENTOS EM MEIOS DE HOSPEDAGEM - INÍCIO DE OPERAÇÃO 2007-2009 / POR REGIÃO

REGIÃO	INVEST ESTIMADO		EMPREENDEIMENTOS		UHS		EMPREGO DIRETO	
	VALOR (R\$ MIL)	PARTC %	QDE	PARTC %	QDE	PARTC %	QDE	PARTC %
CENTRO-OESTE	209.553	5,8	11	8,0	2.422	9,2	1.122	6,9
NORDESTE	1.954.409	53,8	54	39,1	10.964	41,7	8.955	55,0
NORTE	225.375	6,2	16	11,6	2.251	8,6	1.001	6,1
SUDESTE	1.108.695	30,5	51	37,0	9.797	37,2	4.800	29,5
SUL	133.800	3,7	6	4,3	890	3,4	410	2,5
TOTAL	3.631.832	100,0	138	100,0	26.324	100,0	16.288	100,0

Fonte: Mtur novembro/2006

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR REGIÃO E ANO 2007-2009

REGIÃO	INVESTIMENTOS (R\$ MIL)				PARTICIPAÇÃO
	2007	2008	2009	Total	%
CENTRO-OESTE	94.100	45.000	70.453	209.553	5,8
NORDESTE	803.673	509.355	641.381	1.954.409	53,8
NORTE	93.975	93.400	38.000	225.375	6,2
SUDESTE	657.085	233.900	217.710	1.108.695	30,5
SUL	33.800	76.000	24.000	133.800	3,7
TOTAL	1.682.633	957.655	991.544	3.631.832	100
Distribuição %	46,3	26,4	27,3	100	

Estão sendo investidos em projetos hoteleiros no Brasil cerca de R\$ 3,6 bilhões, com previsão de instalação entre 2007 e 2009. Desse total, identificou-se que R\$ 970,8 milhões têm origem estrangeira, o que corresponde a 26,7% do montante de recursos aplicados. Cabe esclarecer que o volume de investimentos externos pode ser ainda maior, uma vez que, em 50% dos empreendimentos mapeados (R\$ 1,8 bilhões), não foi possível conhecer a origem do capital nacional ou estrangeiro.

Do que foi identificado, cabe destacar o montante aplicado por investidores portugueses e espanhóis na hotelaria brasileira, que deverá atingir mais de meio bilhão de reais em empreendimentos que serão instalados entre 2007 e 2009. Os investimentos franceses e ingleses vêm em seguida, com recursos da ordem de R\$ 221,8 milhões e R\$ 180 milhões, respectivamente.

Nova pesquisa sobre o acompanhamento dos investimentos do setor hoteleiro em curso no País já se encontra em andamento, mediante contrato com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep, o que deve alterar os números a partir de 2008.

Com o objetivo de captar investimentos externos para o turismo brasileiro, incrementar o ingresso de divisas no País e tornar o produto turístico brasileiro mais competitivo, o Ministério do Turismo participou em 2007 de grandes eventos e encontros internacionais de investimento em turismo e hotelaria. Nas ocasiões, os representantes do MTur tiveram oportunidade de proferir palestras e conferências sobre a potencialidade brasileira para o turismo, nas quais o País foi apresentado ao público externo como um mercado que oferece oportunidades concretas para implantação de empreendimentos turísticos. Foram 10 os eventos e encontros internacionais nos quais o Ministério atuou na promoção de atração de investimentos:

(i) ALIS – *American Lodging Investment Summit* - Los Angeles/USA; (ii) IHIF – *International Hotel Investment Fórum* – Berlim/Alemanha; (iii) *Imobitur Live & Invest in Brazil* – Porto/Portugal; (iv) NYU *29th Annual International Hospitality Industry Investment Conference* – New York/USA; (v) Jata – 2007 – *World Tourism Congress & Travel Fair* – Tóquio/Japão; (vi) *Invest Brasil 2007* – Toronto/Canadá; (vii) 10º Salão Imobiliário de Lisboa; (viii) 11ª Edição do *Barcelona Meeting Point*; (ix) Reunião de Ministros Árabes e Sul-Americanos de Economia e Áreas Afins – Rabat/Marrocos; e (x) Reuniões Internacionais de Investimentos – Dubai/Emirados Árabes Unidos e em Doha/Catar.

Ressalta-se que esses eventos internacionais da cadeia produtiva do turismo constituem excelentes oportunidades de captação de investimentos para o turismo brasileiro. Nas ocasiões, os representantes do MTur puderam apresentar aos empresários externos o cenário da economia nacional e as perspectivas favoráveis para implantação de empreendimentos turísticos no País. A presença desses representantes também serviu para a formação de novos contatos com potenciais investidores interessados em investir no turismo brasileiro.

No encontro internacional de investimentos hoteleiros, realizado em Berlim, o MTur coordenou um estande que contou com a participação de diversas delegações estaduais. Para divulgação das potencialidades do turismo nacional, foram distribuídos mais de 250 exemplares do caderno *Investing in Brazil*, no idioma inglês, elaborado especialmente para o Fórum de Berlim.

No Salão Imobiliário de Lisboa, o mais importante evento imobiliário de Portugal e um dos principais da Europa, o MTur também coordenou estande, em que estiveram presentes representantes de vários Estados brasileiros. O Salão reuniu empresários do setor imobiliário de diversas partes do mundo, o que representou

uma grande oportunidade para captação de investidores para o turismo do Brasil. Durante o evento, foram realizadas conferências sobre temas relacionados com os setores de imobiliário e de turismo residencial.

Em Tóquio, além de participar do congresso sobre turismo mundial (JATA), o MTur participou de reuniões com empresários japoneses, interessados em conhecer as oportunidades de investimento no turismo brasileiro.

No encontro de Barcelona, onde aconteceram o Salão Imobiliário Internacional e o Simpósio – *Barcelona Meeting Point*, maiores eventos do setor na Europa, o Brasil, país destaque em 2007, contou com um espaço de 4 mil metros quadrados de área de exposição. No estande brasileiro, denominado *Live & Invest Brazil*, o MTur esteve presente e pôde apresentar aos investidores de diversas partes do mundo as possibilidades que o País oferece no âmbito dos negócios turísticos e imobiliários.

No âmbito do Programa de Financiamento para o Turismo, o MTur implementou em 2007 uma intensa programação de seminários e fóruns de debate sobre as linhas oficiais de financiamento para o turismo e o processo de crédito dos agentes financeiros federais. Os trabalhos foram realizados em parceria com os Dirigentes Estaduais e Municipais de Turismo e os bancos públicos federais.

A programação de seminários de financiamento para o turismo priorizou, em 2007, os Municípios integrantes da demanda de qualificação e infra-estrutura do Ministério do Turismo eleitos como destinos indutores do desenvolvimento regional no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. Assim, foram realizados, no exercício, 21 seminários sobre o crédito para o turismo nas seguintes localidades: (i) Região Sudeste - Socorro/SP, Diamantina/MG e São Mateus/ES; (ii) Região Sul - Foz do Iguaçu/PR, Curitiba/PR, Maringá/PR e Abelardo Luz/SC; (iii) Região Centro-Oeste - Brasília/DF, Goiânia/GO, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT e Bonito/MS; (iv) Região Nordeste - Fortaleza/CE, Campina Grande/PB, Maragogi/AL, Canindé de São Francisco/SE, Paracuru/CE, Barreirinhas/MA, São Raimundo Nonato/PI, Mossoró/RN, Ipojuca/PE, Ilhéus/BA.

Na Região Sudeste, o MTur participou da implementação de seminário na cidade de Socorro (SP), alusivo ao projeto Socorro Acessível, em que foram apresentados os programas oficiais de financiamento que oferecem apoio financeiro para projetos de adequação de instalações, no âmbito do Programa de Recepção e Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos.

Em Diamantina/MG, localidade incluída entre os municípios indutores do desenvolvimento, o seminário de financiamento para o turismo foi realizado em parceria com o Banco do Nordeste e a Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais. O foco da programação foi o apoio financeiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para os projetos turísticos locais, visto que a cidade se encontra na área de abrangência da Sudene. O evento serviu também para divulgação das ações na infra-estrutura do Município e Região, com vistas à transformação de Diamantina em um destino de padrão de qualidade internacional.

Na Região Sul, os seminários foram realizados em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Além da divulgação das linhas de crédito disponíveis para as atividades turísticas da região, a programação dos seminários ocorridos no Sul também contemplou orientações sobre como gerir o negócio turístico. Além disso, o público presente aos eventos contou com relatos sobre as ações programadas para melhoria da infra-estrutura nos municípios indutores do desenvolvimento nacional, ao abrigo do Programa de Regionalização do Turismo.

No Centro-Oeste, o MTur realizou os seminários sobre financiamento para o turismo em parceria com o Banco do Brasil. Os eventos tiveram como foco a linha de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, principal fonte de recursos para apoiar projetos de turismo na Região. O objetivo foi incrementar a participação das atividades turísticas nas operações do Fundo, uma vez que, historicamente, as empresas do setor não têm se beneficiado dos recursos disponibilizados pelo Banco do Brasil. Os eventos do Centro-Oeste aconteceram nas capitais da Região e na cidade de Bonito/MS, todas incluídas entre os Municípios indutores do desenvolvimento do turismo nacional.

Na Região Nordeste, a programação foi elaborada e implementada em conjunto com o Banco do Nordeste e os Dirigentes Estaduais e Municipais de Turismo. Os seminários foram programados para os Municípios interioranos e tiveram como foco os Arranjos Locais da Atividade Turística. A metodologia proposta visou sensibilizar e mobilizar os atores dos arranjos produtivos da cadeia do turismo, abrangendo desde os

fornecedores do setor primário até os prestadores de serviços. Os eventos realizados no Nordeste buscaram estimular a formação de parcerias locais, como forma de gerar oportunidades de acesso ao crédito de fomento.

A programação foi denominada de III Semana de Financiamento do Turismo no Banco do Nordeste e apresentou como objetivo específico o incentivo a interiorização do turismo no Nordeste, mediante a estruturação de Arranjos Locais da Atividade Turística na região.

Ainda como parte das ações de promoção de financiamento das atividades turísticas no Nordeste, o MTur promoveu e realizou uma videoconferência no Banco do Nordeste, que teve como público-alvo os funcionários do banco envolvidos com produtos e serviços financeiros para empresas e consumidores finais do turismo. O objetivo do encontro foi apresentar ao público interno da instituição financeira o novo modelo de gestão do turismo nacional e disseminar informações sobre o desempenho operacional dos diversos segmentos turísticos do País.

A videoconferência aconteceu na sede do Banco do Nordeste, em Fortaleza, e alcançou todas as superintendências estaduais do banco na Região. A ocasião se mostrou oportuna para realização de um amplo debate em torno do desenvolvimento do turismo regional, em que se identificou a necessidade de mudanças que envolvem o Estado, as instituições financeiras federais, o cidadão e o setor produtivo, no que concerne à integração de soluções nas áreas econômica, social, política, cultural e ambiental.

Por ocasião dos eventos nacionais sobre financiamento para o turismo, o MTur promoveu a realização de pesquisa junto aos empreendedores turísticos, relacionada com as principais dificuldades encontradas na hora de buscar apoio financeiro nos bancos oficiais federais.

O resultado preliminar da pesquisa mostrou que os principais entraves para acesso ao crédito do turismo se referem ao excesso da burocracia no processo operacional e à elevada exigência de garantias reais. Grande parte das empresas ouvidas também revelou desconhecimento da existência de programas de financiamento direcionados para as atividades turísticas. Essa constatação evidencia a necessidade de se ampliar ações de divulgação das linhas oficiais de crédito junto aos setores produtivos do turismo.

A análise preliminar indicou ainda que, na visão das empresas consultadas, a taxa de juros e o prazo de pagamento das operações não são os maiores obstáculos no processo de crédito para investimento turístico. Tal entendimento sugere que os atuais programas de financiamento para o setor, lastreados com recursos públicos, oferecem condições operacionais compatíveis com as taxas de retorno dos empreendimentos turísticos.

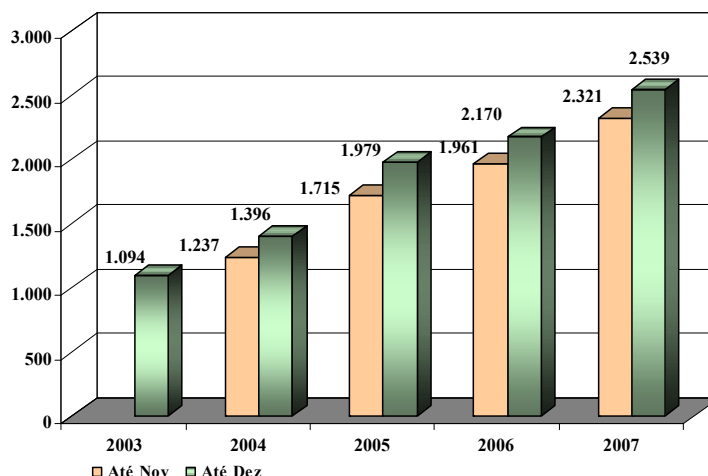
Na implementação da pesquisa acima comentada, o MTur ouviu cerca de 400 empresas nas regiões visitadas. Para adoção de providências relacionadas com os resultados da sondagem, seria recomendável uma amostra mais representativa, a ser obtida por ocasião dos eventos que forem programados para o exercício de 2008.

Dos debates verificados nos seminários sobre financiamento para o turismo, extraiu-se que as empresas que exercem atividades turísticas enfrentam grandes dificuldades para ter acesso aos recursos de longo prazo. Daí o fraco desempenho do setor no conjunto de operações de investimento realizadas pelos bancos públicos federais. O assunto deverá integrar o rol de ações de desenvolvimento e adequação das linhas de crédito para o turismo, quando da elaboração do planejamento das atividades do MTur para o exercício de 2008.

Em 2007, os agentes financeiros federais, parceiros do MTur na execução dos programas oficiais de financiamento, desembolsaram mais de R\$ 2,5 bilhões para o fomento das atividades turísticas. O resultado representa um incremento de 17% em relação ao total observado no ano de 2006, quando os financiamentos para o setor totalizaram R\$ 2,2 bilhões.

O gráfico a seguir ilustra a evolução dos financiamentos realizados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia no exercício de 2007:

**EVOLUÇÃO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS
AO SETOR DE TURISMO – VALORES EM R\$ MILHÕES**



Fonte: Informações gerenciais dos agentes financeiros federais. Elaborado pelo MTur.

Quanto ao incentivo ao crédito para o turismo, ressaltam-se:

(i) a criação de linha de crédito especial destinada a financiar a compra de pacotes turísticos por aposentados e pensionistas do INSS, no âmbito do programa *Viaja Mais – Melhor Idade*, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal (FAT – Turismo Sênior);

(ii) inclusão do turismo entre os setores beneficiários da linha de crédito especial FAT Giro Setorial, com encargos financeiros favorecidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal;

(iii) criação do Programa FCO Turismo Regional – que possibilita o financiamento de capital de giro isolado para empresas do setor turístico no Centro-Oeste destinado à aquisição de insumos no valor de até R\$ 2,4 milhões, no Banco do Brasil;

(iv) reativação das operações do Fundo Geral do Turismo – Fungetur – que tem por finalidade o financiamento de projetos de modernização, reforma e ampliação de empreendimentos turísticos, abrangendo obras ou aquisição de máquinas e equipamentos novos, incluindo os serviços vinculados aos empreendimentos.

Outros estudos relevantes iniciados no exercício de 2007 foram:

- Panorama da Operação de Hotéis no Brasil: aborda a operação hoteleira no país, com identificação e levantamento quantitativo das despesas operacionais de hotéis; análise dos principais desafios operacionais da hotelaria; e análise histórica do retorno dos investimentos em hotéis no país;
- Viabilidade de Uso Hoteleiro de Imóveis Tombados Pelo Patrimônio Histórico Nacional: aborda a viabilidade de se utilizar imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional como meio de hospedagem, num contexto de projeto turístico-cultural, para abrigar empreendimentos hoteleiros de padrão internacional;
- Critérios para Criação de Centros de Convenções: objetiva desenvolver critérios para avaliação de projetos de novos Centros de Convenções no Brasil. Buscou-se, com o trabalho, a obtenção de dados capazes de orientar as decisões de investimento com recursos públicos em centro de convenções, apontando informações necessárias para que investidores potenciais e gestores públicos possam avaliar a viabilidade financeira do negócio;

- Pesquisa de Análise dos Impactos do Turismo nas Finanças Municipais nas Regiões Turísticas do Brasil.

O MTur também apoiou a realização dos seguintes trabalhos afetos às ações de promoção de investimentos no turismo:

- apoio à realização de ações de captação de investimentos para o setor de turismo na região Sul, em parceria com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira;
- apoio à realização de reuniões internacionais de captação de investimentos em países Árabes;
- apoio à elaboração e ao acompanhamento de mapa de investimentos hoteleiros em curso no Brasil, compreendendo o período de 2008 a 2010;
- apoio à Empresa Estadual de Turismo do Amazonas nas ações de fortalecimento da marca e do destino “Amazonas” no cenário internacional, apresentando as oportunidades de investimentos no evento *Safari Club International – 36th Annual Hunters Convention*; e
- apoio à Secretaria de Estado do Turismo de Pernambuco na realização do Encontro Internacional de Investimentos Turísticos e Imobiliários do Nordeste Brasileiro – Nordest Invest, a ser realizado na cidade de Recife, no período de 28 a 30 de maio de 2008.

Em 2007, o MTur participou de Grupo de Trabalho Interministerial para discutir medidas voltadas para desoneração da atividade hoteleira no Brasil, relacionadas principalmente com as questões: (i) redução ou mesmo isenção de impostos na compra de equipamentos e mercadorias duráveis usados na atividade hoteleira; (ii) redução de impostos e contribuições na aquisição de bens de capital pelo setor hoteleiro; e (iii) inclusão da indústria hoteleira no Programa de Depreciação Acelerada. Ressalta-se que esses assuntos foram submetidos à apreciação do Ministério da Fazenda.

No que se refere à inclusão do setor hoteleiro como beneficiário do Programa de Depreciação Acelerada, cumpre registrar que o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 413, de 03/01/2008, dispondo que as empresas que explorem atividade de hotelaria poderão utilizar depreciação acelerada incentivada de bens móveis adquiridos a partir da publicação do citado dispositivo legal. Os demais pontos continuam sob exame do Ministério da Fazenda. Estima-se que novas medidas voltadas para desoneração das atividades turísticas venham a ser divulgadas ainda no primeiro semestre de 2008.

Cooperação Técnica Internacional em Turismo

Implantação do Plano de Competitividade e Estratégia Comercial

Elaborados em 2005 e 2006, os estudos do Plano de Competitividade e Estratégia Comercial do Turismo Brasileiro buscaram desenvolver uma cultura de inteligência de mercado visando à melhoria da competitividade dos destinos turísticos brasileiros. Em 2007, essa iniciativa teve continuidade por meio da realização de *workshops* e oficinas setoriais, que permitiram aos representantes do setor debater o diagnóstico turístico brasileiro e apontar os caminhos possíveis para seu desenvolvimento. No âmbito do Projeto de Prospeção e Difusão, por meio do qual são levantadas boas experiências e tendências para o turismo, foram elaborados 11 boletins informativos, além de 10 documentos de referência e uma Oficina de Conhecimento para os servidores do Ministério do Turismo e convidados, com o objetivo de apresentar temas de interesse e novidades sobre o turismo nacional e internacional.

Quanto aos trabalhos de negociação e cooperação técnica, foram realizadas missões internacionais no âmbito da concertação política na América do Sul. O Projeto de Concertação de Fronteiras entre os países do Mercosul apresentou como resultados a realização do IV Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras (Frontur) e do Seminário Mercosul e Migrações, visando integrar ações entre os países participantes. Consolidou-se, ainda, a presença do Mercosul, como bloco, reforçando a promoção conjunta no mercado japonês e preparando ações voltadas às celebrações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em 2008.

Em relação à cooperação técnica bilateral para o turismo, foram firmados acordos com o Chile, Equador, Panamá e Nicarágua. Também foi realizada missão à Espanha com o objetivo de retomar a cooperação com o País, principalmente no que tange ao turismo social e outras duas missões com os Estados Unidos. A primeira para dar seguimento às tratativas de mecanismos estabelecidos entre o Departamento de Comércio dos Estados Unidos e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na qual foram apresentados dois temas de discussão: “Investimento Norte-Americano no Setor Hoteleiro Brasileiro” e “Facilitação de Vistos”. A segunda teve como objetivo tratar de variados temas em reuniões com os Departamentos de Estado, Comércio, Transporte e Interior dos Estados Unidos.

Em 2007, foi realizado também o terceiro processo de seleção de agências de turismo brasileiras que atuarão no receptivo de turistas chineses no Brasil, quando 16 novas agências foram selecionadas por uma Comissão Pública-Privada, totalizando 52 agências. Além disso, foi realizada a primeira oficina de capacitação para o mercado chinês, que contou com 42 participantes. O processo de seleção segue as exigências previstas no Memorando de Entendimento, assinado com a Administração Nacional de Turismo da República Popular da China, em novembro de 2004. Antes da assinatura do Memorando, que pode sofrer revisões anuais, os chineses não eram autorizados a viajar em grupo para o Brasil, apenas individualmente.

Quanto à cooperação multilateral em turismo, o MTur participou de reuniões no âmbito da Organização Mundial de Turismo (OMT), entre elas duas reuniões da Comissão Regional para as Américas (presididas pelo Brasil), a reunião da Assembléia Geral da Organização e duas reuniões para discutir o tema das mudanças climáticas e turismo. Divulgou ainda quatro boletins informativos sobre potenciais parcerias a serem desenvolvidas com a OMT e atualizou o cadastro necessário para disponibilizar trânsito gratuito à biblioteca virtual da OMT, visando acesso a mais de setecentas publicações especializadas em turismo. Foi realizado, ainda, curso da OMT sobre Excelência na Governança do Turismo, capacitando cerca de quarenta e cinco pessoas, entre elas servidores do Ministério do Turismo e colaboradores de vinte e cinco Estados da Federação.

Ainda com relação à cooperação multilateral, o Ministério do Turismo participou da XVII Conferência Ibero-americana de Ministros de Turismo, que resultou no Projeto Escola Ibero-americana de Formação Turística. O Projeto tem por objetivo criar espaço ao intercâmbio de conhecimento e aperfeiçoamento profissional no turismo, como componente estratégico para atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), enfatizando a formação de multiplicadores para replicação do conhecimento e a conseqüente redução da pobreza por meio da qualificação profissional.

Em 2008, espera-se a intensificação das relações com a OMT, visto que o Brasil foi eleito membro do Conselho Executivo da Organização para o período de 2008-2011. Planeja-se, ainda, a realização de cursos de capacitação e projetos de cooperação técnica com a Organização.

TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS

Estruturação de Roteiros Turísticos

Fomento ao Desenvolvimento dos Segmentos Turísticos

Cadastramento das Empresas, dos Empreendimentos e dos Profissionais de Turismo

Fiscalização dos Serviços Turísticos

Inventário da Oferta Turística

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil é um dos principais elementos da execução da Política do Turismo. Por meio dele, o Governo Federal promove a integração e a cooperação entre os municípios, amplia e qualifica o mercado de trabalho, impulsiona uma melhor distribuição de renda e inclusão social, aumenta o tempo médio gasto pelo turista na região e apresenta alternativas de desenvolvimento aos municípios sem potencial turístico, diminuindo desigualdades regionais e sociais. Para promover o desenvolvimento regional, a gestão do Programa de Regionalização é descentralizada para as Unidades Federadas e destas para as regiões turísticas e municípios. Para que as regiões tenham representatividade, o Programa apóia ainda a consolidação de Instâncias de Governança Regionais.

Em funcionamento desde 2004, o Programa de Regionalização já promoveu e atualizou o mapeamento das regiões turísticas do Brasil, hoje composto por 200 regiões turísticas, envolvendo 2.819 municípios. Posteriormente, com o objetivo de atender à meta do Plano Nacional do Turismo de ampliar a oferta turística brasileira, as Unidades da Federação foram orientadas a selecionar três de seus roteiros para serem promovidos no mercado internacional, constituindo a estruturação de 87 roteiros turísticos prioritários.

Em 2007, com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, estabeleceu-se, como uma das metas, a “estruturação de 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional”. Esses destinos, que integram os 87 roteiros turísticos anteriormente mencionados, foram identificados com base nas avaliações e valorações do Plano de Marketing Turístico Internacional – Plano Aquarela, Plano de Marketing Turístico Nacional – Plano Cores do Brasil, além de outros estudos sobre investimentos do Governo Federal e potencialidades desses destinos. Eles serão trabalhados até 2010 para servirem como modelos indutores para o desenvolvimento turístico regional.

Diante dos avanços e resultados obtidos, o atual desafio do Programa de Regionalização do Turismo é dar continuidade ao processo em curso em todo o País. Para isso, e com o objetivo de alcançar as metas apresentadas no PNT 2007-2010, estão sendo desenvolvidos projetos de (i) fortalecimento das instâncias em âmbito estadual, regional e municipal – levantando as demandas de gestão das instâncias já criadas, criando as instâncias nas regiões turísticas que não existem e analisando planos estratégicos já elaborados (Projeto Planejamento e Gestão da Regionalização); (ii) capacitação dos interlocutores do Programa, por meio de uma coleção de documentos denominados Cadernos do Turismo, composta por 13 manuais operacionais e técnicos. O objetivo inicial é capacitar aproximadamente 3 mil pessoas em todo o Brasil para que tenham condições de implementar o Programa em suas regiões turísticas; (iii) elaboração de planos de ação para os 65 destinos turísticos escolhidos para obtenção de padrão de qualidade internacional; (iv) fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais, visando agregação de valor aos produtos turísticos do território (Projeto Economia da Experiência); (v) apoio à integração de arranjos produtivos interestaduais na formação de roteiros e produtos segmentados, agregados à produção associada (Rede de Cooperação Técnica para Roteirização).

Toda a experiência acumulada pelo Programa propiciou a formação de uma rede de relacionamento no País: a Rede Nacional de Regionalização do Turismo, a qual tem por objetivo principal “promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a regionalização do turismo no Brasil, em especial por meio da troca de experiências e informações, de modo a contribuir para o desenvolvimento do potencial turístico do País”. Até o presente momento, aproximadamente 35 mil pessoas, dentre atores da cadeia produtiva do turismo e estudantes, já foram sensibilizadas e mobilizadas no âmbito do Programa, por meio de oficinas, seminários, encontros entre interlocutores e reuniões em todo o País.

Ainda no âmbito do Programa de Regionalização, em 2007 foi desenvolvido o Projeto Brasil, que realizou 52 Encontros de Qualificação dos Serviços Turísticos, nas 27 Unidades da Federação, envolvendo 3.084 participantes de 70 roteiros turísticos, com o objetivo de preparar os agentes e atores envolvidos com a prestação de serviços no turismo para atuarem no mercado, tendo em vista a qualidade do produto e a comercialização com o mercado internacional. O Projeto ainda promoveu visitas técnicas (denominadas *Vivências Brasil*), com o intuito de observar boas práticas em operação turística em destinos reconhecidos pela excelência nos segmentos de Ecoturismo (Fernando de Noronha/PE e Bonito/MS); Cultural (Estrada Real/MG); Aventura (Ceará/Piauí/Maranhão); Sol e Praia (Costa dos Corais/AL); e Rural (Vale do Café/RJ).

Os roteiros e segmentos trabalhados no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo foram, nos últimos anos, apresentados nas edições do Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil. Desde a última edição do Salão, em 2006, foram realizadas reuniões internas e com os interlocutores dos órgãos estaduais de turismo para planejar a realização das próximas edições.

Ainda em 2007, o Governo Federal apoiou a realização de Salões Estaduais/Regionais de Turismo, com formato similar ao Salão Brasileiro do Turismo. Foi realizado o Salão Mineiro de Turismo (setembro); o Salão Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul (outubro); e o Festival de Turismo de Gramado (novembro).

O foco na segmentação do turismo se dá principalmente pelo Projeto 10 Destinos Referência em Segmentos. Seu objetivo é desenvolver a gestão do turismo em 10 destinos brasileiros, de forma sustentável, com a participação de entidades locais públicas, privadas e do terceiro setor, com plano de ação, definição de projetos prioritários, execução e monitoramento das ações. Assim, os 10 segmentos turísticos são priorizados, um em cada destino indutor selecionado: Turismo Cultural (Parati/RJ); Turismo Cinematográfico (Brasília/DF); Turismo de

Negócios e Eventos (Ribeirão Preto/SP); Turismo Rural (3 municípios em Santa Catarina); Turismo de Estudos e Intercâmbio (São João Del Rey/MG); Turismo de Sol e Praia (Jericoacoara/CE); Ecoturismo (Santarém/PA); Aventura (Chapada Diamantina/BA); Aventura Especial (Socorro/SP); e Turismo de Pesca (Barcelos/AM).

Quanto ao ordenamento turístico, desenvolveu-se metodologia de inventariação da oferta da atividade turística no País. O processo de trabalho propõe o desenvolvimento de um sistema de informações, bem como a sistematização, avaliação e hierarquização das informações de interesse turístico, para fins de planejamento, gestão e divulgação da atividade turística brasileira. No ano de 2007, foram celebrados os primeiros convênios com as Unidades Federadas, totalizando 206 municípios inventariados.

Os dados levantados por meio desses inventários estão sendo inseridos no Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR. A sistematização desses dados possibilita a definição e o estabelecimento de políticas capazes de concretizar as metas estabelecidas para o setor, contribuindo, assim, na melhoria da qualidade das informações e dos serviços prestados na área do turismo.

Já o controle de qualidade dos serviços turísticos do País foi realizado por meio da definição de instrumentos regulatórios que contemplam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços turísticos, e ainda por meio do cadastramento e da fiscalização das empresas, empreendimentos, equipamentos e profissionais de turismo.

Sob a competência dos Órgãos Estaduais de Turismo, via Convênio de Descentralização de Atividades, as atividades de fiscalização dos serviços turísticos contabilizaram 5,5 mil ações em todo o País. Estas ações visam à verificação do cumprimento dos dispositivos da legislação brasileira relacionada ao turismo.

Ainda sobre o controle de qualidade dos prestadores de serviços turísticos, foram efetivados 12,1 mil registros no Cadastro Geral de Turismo – Cadastur, dentre renovações e novas concessões de cadastros. No ano anterior este número foi de 10,5 mil registros efetivados, o que mostra significativo aumento. Parte deste resultado é devido ao Projeto de Incentivo ao Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos, uma campanha para divulgação do Cadastur. Os empreendimentos pertencentes ao Cadastro englobam boa parte da cadeia do turismo, comportando Guias de Turismo; Instituições de Ensino; Cursos relacionados ao setor; Bacharéis em Turismo; Agências de Turismo; Organizadoras de Eventos e de Feiras; Meios de Hospedagem; Parques Temáticos; Transportadoras Turísticas; dentre outros.

Em maio de 2007, o Ministério do Turismo, por meio do Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, guias de turismo e bacharéis em turismo – foi vencedor do Ulysses Awards, prêmio da Organização Mundial do Turismo – OMT, na categoria Governo – Inovação em Turismo.

Campanha para Promoção do Turismo no Mercado Nacional

Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno

O Governo tem incrementado o financiamento a campanhas publicitárias e educativas, bem como a elaboração de instrumentos promocionais, que divulguem os destinos turísticos brasileiros e incentivem cada vez mais pessoas a viajar.

Como destaque na promoção do turismo para mercado interno em 2007, está a divulgação do programa Viaja Mais - Melhor Idade, que visa estimular um específico nicho de mercado, a melhor idade, a adquirir pacotes turísticos, na baixa ocupação, com diversas vantagens, como taxa de juros consignados abaixo do mercado, pacotes customizados para essa faixa etária, entre outras facilidades. Para divulgação do Viaja Mais - Melhor Idade, foi desenvolvida uma campanha publicitária em diversos meios de comunicação (TV, jornal, revista, mobiliário urbano, rádio, e internet). Nesta primeira fase, o esforço de divulgação foi concentrado no Distrito Federal e São Paulo, porém também houve comunicação em nível nacional, devido aos vários mercados receptores.

Evento de destaque em 2007, os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos também contaram com várias ações de promoção e publicidade, incentivando o turista a conhecer o Rio de Janeiro e visitar ainda outros destinos brasileiros. Foi desenvolvida uma campanha para o público-alvo jovem, tradicionalmente com forte identificação com o esporte. Outra campanha foi desenvolvida no Aeroporto Internacional do Galeão. O turista nacional e estrangeiro visualizava 24 painéis espalhados pelo aeroporto, desejando-lhes boas vindas e estabelecendo correlações entre um determinado esporte e um destino turístico brasileiro.

Foi montado, na praia de Copacabana, um local de exposição dos destinos turísticos brasileiros: a Praça das Medalhas. O espaço, com três grandes tendas na areia, distribuídas em 1.300 m², reuniu milhares de pessoas no período dos Jogos, entre fãs do esporte, famílias e turistas de dentro e fora do Brasil. Na Praça, foram realizadas apresentações, shows, manifestações culturais e homenagens aos atletas dos Jogos. Outro projeto desenvolvido por ocasião dos Jogos foi a sinalização de 124 táxis dotados de serviço de tradução instantânea para o turista estrangeiro. Além dos adesivos desses táxis, foram produzidos filipetas, *banners* e *displays* de mesa orientando e informando sobre o Projeto.

Outro acontecimento que mobilizou esforços publicitários foi a vitoriosa campanha que elegeu o Cristo Redentor como uma das Sete Maravilhas do Mundo. Composta por cinco inserções publicitárias, em jornais de grande circulação, incentivando a população a votar no Cristo e a elegê-lo como uma das maravilhas do Mundo. A campanha mostrou-se bem sucedida e o Cristo Redentor apresenta-se cada vez mais como um ícone do turismo brasileiro reconhecido em todo o mundo.

Além disso, o Ministério do Turismo apóia a Promoção de Eventos para a divulgação do turismo interno visando melhorar a qualidade e aumentar a competitividade dos produtos turísticos brasileiros. Esta ação pontual promocional divulga e agrega valor à imagem do destino turístico de maneira pública, ofertando-o como produto ao mercado brasileiro, e possibilita o aumento de emprego e renda e incremento do fluxo turístico local. Em 2007 o Ministério do Turismo apoiou mais de 300 eventos em 23 Unidades da Federação.

Ainda como uma ferramenta publicitária, o site institucional do Ministério do Turismo foi um importante canal de informações sobre as ações, programas e resultados do Ministério, fornecendo também notícias atualizadas sobre o setor de turismo no Brasil. O site atende diversos segmentos de público, como órgãos oficiais de turismo, estudantes, acadêmicos e jornalistas. O Ministério mantém ainda um portal voltado à promoção de destinos e roteiros turísticos. Em ambos os sites foram inseridas, neste ano, novas áreas de navegação, melhorias no sistema de busca de assuntos e a introdução de ferramentas interativas e de multimídia.

Certificação de Empreendimentos, Equipamentos e Produtos do Segmento Turístico

Certificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo

Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo

Para promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo nos diversos níveis, o MTur vem atuando de maneira sistêmica, buscando desenvolver ações em consonância com o Programa de Normalização do Turismo, Programa de Certificação do Turismo e Programa de Qualificação Profissional e Empresarial no Turismo.

O objetivo da qualificação dos produtos e dos profissionais envolvidos no setor é prioridade, visto que possibilita a elevação dos padrões de qualidade e a segurança dos serviços turísticos ofertados, aumentando a satisfação do turista e a competitividade dos destinos. No ano de 2007 o Ministério do Turismo investiu cerca de R\$ 43 milhões em projetos de qualificação e certificação, envolvendo municípios turísticos em todos os estados brasileiros. Com esse recurso foi possível a qualificação de 158 mil profissionais em competências de ocupações básicas do turismo, tais como: garçons, *mâitres*, cozinheiros, *commis*, chefes de cozinha, recepcionistas, mensageiros, taxistas, manipuladores de alimentos em geral, dentre outros.

A normalização é uma maneira de organizar as atividades pela criação de regras ou normas técnicas, visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social de uma região, um país ou um segmento. O MTur considera o turismo de aventura como um dos segmentos prioritários para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, seguindo as tendências internacionais, onde desenvolvimento de normas técnicas tem sido utilizado como ferramentas de organização e desenvolvimento do setor de turismo. Estão sendo qualificados 4.000 profissionais, dentro dos padrões de exigências das 24 normas desenvolvidas por meio do Projeto de Certificação no Turismo de Aventura. Dessas, 12 normas já foram publicadas e o restante está em processo de publicação.

No âmbito do Programa de Certificação do Turismo, foi firmado convênio com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, visando apoiar e estimular ações voltadas para a certificação de pessoas, produtos e empreendimentos turísticos além de estimular a creditação de novos organismos certificadores na área de

turismo. Uma das metas do projeto é possibilitar a certificação de cerca de 32.000 profissionais e 500 empreendimentos.

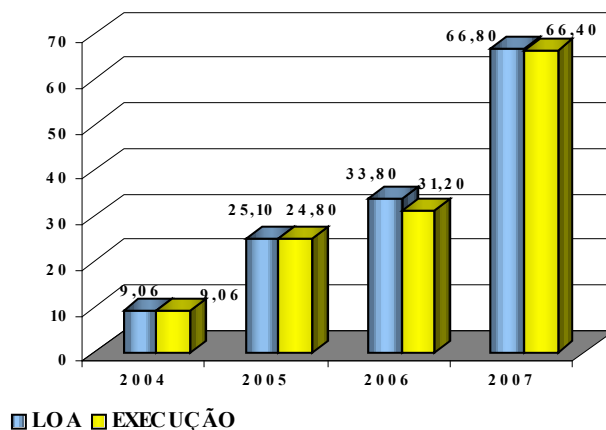
Em 2007 foi firmado contrato com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para garantir a disponibilização para o público em geral das normas brasileiras do setor de turismo. Esse contrato também prevê a participação de delegações brasileiras nos principais fóruns internacionais de normalização, além da criação e manutenção da secretaria do sub-comitê de turismo de aventura no âmbito da ISO (*International Organization for Standardization*).

Ressalta-se ainda o desenvolvimento de ações em grandes projetos voltados à qualificação e promoção dos empreendimentos e profissionais de serviços de alimentação fora do lar, considerando a gastronomia local como vantagem competitiva para o turismo. Dentre esses projetos, destaca-se o *Alimento Seguro no Turismo*, que promoveu a qualificação em 24 municípios para 383 empreendimentos e 753 profissionais manipuladores de alimentos prontos para o consumo.

Nesse sentido, também foi apoiada a criação de Restaurantes-Escolas, espaços públicos constituídos para a articulação das políticas públicas de trabalho, qualificação e desenvolvimento do turismo, no âmbito do poder local com as perspectivas de valorização do patrimônio histórico-cultural, qualificação profissional e inclusão social, especialmente, a inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2007 foram apoiados os projetos de Santos/SP, Campos do Jordão/SP, Amparo/SP, Ferraz de Vasconcelos/SP, Ubatuba/SP, Taboão da Serra/SP, Laguna/SC e Guarulhos/SP.

A consolidação do balanço das ações realizadas em 2007 apresenta uma avaliação altamente positiva, conforme se observa no quadro a seguir, atestado pelo elevado grau de execução orçamentária; o estreitamento da articulação das ações no âmbito do MTur e o aumento da quantidade de convênios/contratos celebrados no período, ampliando o número de parceiros e de abrangência do programa de qualificação para todos os Estados da Federação.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (LOA X VALORES EMPENHADOS): 2004-2007



O número de iniciativas apoiadas em 2007 agrega os projetos e ações tais como: participação e realização de feiras e eventos, produção de material, dentre outros, além de projetos de anos anteriores que tiveram aporte de recursos no orçamento de 2007. Nesse número de projetos não estão computados aqueles apoiados pelo Convênio firmado com a Fundação Banco do Brasil, que contou com 49 projetos em execução no ano.

INICIATIVAS APOIADAS EM 2007
(inclui aportes para iniciativas de exercícios anteriores)

CONVÊNIOS	64
CONTRATOS E OUTRAS DESPESAS DIRETAS	10
TERMOS DE PARCERIA	6
PROJETOS DO CONTRATO DE REPASSE (CAIXA)	5
TOTAL	85

INICIATIVAS FORMALIZADAS EM 2007
(inclui aportes para iniciativas de exercícios anteriores)

CONVÊNIOS	55
CONTRATOS E OUTRAS DESPESAS DIRETAS	8
TERMOS DE PARCERIA	6
PROJETOS DO CONTRATO DE REPASSE (CAIXA)	5
TOTAL	74

Em síntese, no exercício de 2007, destacam-se a realização dos seguintes Projetos:

- Programa de Qualificação a Distância para Desenvolvimento do Turismo, que oferta cursos de extensão à distância para gestores, de forma tutorial e com a utilização de tecnologia de informação e comunicação e a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, com a parceria da Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária – Fapeu;
- Programa de Qualificação e Requalificação de Agentes Sociais direta e indiretamente envolvidos na cadeia produtiva do turismo na região metropolitana de Belém, em parceria com a Companhia Paraense de Turismo – Paratur;
- Programa de Gestão Estratégica para bares, restaurantes e similares, hotéis, pousadas e meios de hospedagem, em parceria com a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares – FNHRBS;
- Projeto Caminhos do Futuro - Expansão Nacional que visa qualificar multiplicadores e professores dos ensinos fundamental, médio, profissionalizante e educação de jovens e adultos em temas relacionados ao turismo, bem como elaborar materiais didáticos, com a parceria do Instituto de Academias Profissionalizantes – IAP;
- (v) Implantação de Restaurantes-Escola, espaços de articulação das políticas públicas de trabalho, qualificação e desenvolvimento do turismo, valorizando o patrimônio histórico-cultural, qualificação profissional e inclusão social, especialmente, de jovens, com parceria com prefeituras municipais;
- Programa de Certificação do Turismo que visa apoiar e estimular ações voltadas para a certificação de pessoas, produtos e empreendimentos turísticos, ampliando o número de organismos certificadores, com os parceiros: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro;
- Programa Alimento Seguro no Turismo que contribui com a melhoria da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, qualificando empreendimentos e pessoas para aplicação de práticas seguras na manipulação dos alimentos em destinos turísticos, em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel;
- Aventura Segura – Turismo de Aventura, por meio da qualificação e certificação, objetiva garantir uma operação responsável e segura e melhorar a competitividade do segmento, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – Abeta;
- Bem Receber – Qualificação Profissional e Gestão Empresarial em Destinos Turísticos, que tem como meta aumentar a competitividade da cadeia produtiva do turismo, com parceria da Fundação Instituto de Hospitalidade – IH;

- Programa de Desenvolvimento de Destinos Turísticos através da Gastronomia, que visa estimular e promover o desenvolvimento dos destinos turísticos brasileiros, por meio da gastronomia, realizando ações de capacitação, qualificação e promoção dos empreendimentos de serviços de alimentação fora do lar, em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel.

Fomento à Produção Local e Distribuição de Produtos para Uso dos Empreendimentos Turísticos

Campanha para Promoção e Divulgação dos Produtos Associados ao Turismo

Em consonância com o Macro Programa 4 – Regionalização do Turismo do PNT 2007-2010 – *Uma viagem de Inclusão, por meio do Programa de Estruturação da Produção Associada*, foi investido o fomento a produção artesanal, industrial e agropecuária que detém atributos naturais e culturais para a agregação de valor a oferta turística para a ampliação da permanência e dos gastos do turista nos destinos brasileiros, com impactos diretos na produção, a cultura local e a inclusão social.

Significa dizer que segmentos econômicos como o do artesanato, o setor de gemas e jóias, a moda no vestuário e nos calçados, a gastronomia e ainda o esporte e a cultura contaram com o apoio do Ministério do Turismo para o desenvolvimento de produtos ou a sua adequação, com o objetivo de ressaltar o *design*, o estilismo, o moderno e o tradicional, a tecnologia e seu uso com a preservação do meio ambiente por meio do manejo no uso de matérias primas, para ressaltar o diferencial do produto turístico e incrementar a competitividade dos destinos.

Para promover, divulgar e ampliar os canais de comercialização dos produtos associados, o Programa apoiou direta e indiretamente a participação de núcleos de artesãos, associações e cooperativas além de produtores da agricultura familiar em feiras e eventos do setor de turismo e de outros segmentos econômicos com representatividade nacional, contribuindo fortemente para a geração de renda em curto, médio e longo prazo visando também o fortalecimento do turismo de negócios.

Entre as ações de promoção com foco na comercialização destaca-se a organização e participação em eventos de grande porte nacionais como a Feira das Américas – ABAV, a Feira Nacional de Artesanato – FNA e a Equipotel. No âmbito da promoção, a realização do maior festival brasileiro de gastronomia, o Brasil Sabor. Nesse resultado, somam-se os eventos com foco internacional como a *Brazil Gem Show*, *NRA Show* em Chicago e Fispal Miami, bem como os Jogos Pan e Parapan-Americanos que contaram com exposições fotográficas e de artesanato contribuindo para a diversificação dos atrativos na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Destaca-se, também, o estabelecimento de parcerias interministeriais e com órgãos dos Governos Estaduais que, por meio do Programa de Produção Associada ao Turismo, contribuem para a diversificação dos produtos que chegam ao mercado do turismo e vêm ampliadas as suas alternativas de promoção e comercialização.

Em 2007, destacam-se os seguintes Projetos:

- Participação na XVIII Feira Nacional de Artesanato com instalação de espaço para exposição, promoção, apoio e comercialização beneficiando diretamente 46 artesãos e indiretamente 460 artesãos contemplados por projetos apoiados pelo Ministério do Turismo, além do apoio para treinamento em Boas Práticas de Manipulação dos Alimentos para 240 participantes, em parceria com o Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor – Centro Cape;
- Projeto Turismo, Moda e Inclusão Social (DF) que objetiva fomentar a produção artesanal no segmento de moda associada ao turismo do Distrito Federal, por meio da melhoria da qualidade (qualificação de 300 artesãs pertencentes a 10 associações do DF) e promoção dos produtos confeccionados (produção de kits para formadores de opinião com sacola, boneca, chaveiro artesanal, catálogo, CD-ROM com a logomarca do Mtur; e participação da marca Apoená no Capital Fashion Week, em parceria com o Instituto Pró Educação e Saúde – Proeza;
- Exposições Fotográficas Esporte nas Favelas e Imagens do Parapan, cujas imagens foram produzidas por jovens fotógrafos de favelas do Rio de Janeiro formados pela Escola de Fotógrafos Populares, em parceria com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social

O Turismo pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local com respeito a diversidade e ao meio ambiente e com geração de oportunidade de trabalho e renda. Desta forma, entre as diversas ações, metas e programas do MTur, destacam-se as ações de fomento à economia solidária, geração de emprego e renda e inclusão social, e de inserção de jovens na cadeia produtiva do turismo.

Em relação ao fomento à economia solidária, em 2007 destacam-se os investimentos de aproximadamente R\$ 4 milhões no apoio a projetos de incubação de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva do turismo localizados em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano e potencial turístico. No âmbito desses projetos foram incubadas mais de 20 cooperativas populares, ligadas à cadeia produtiva do turismo, beneficiando cerca de 200 famílias e promovendo a inserção social com a valorização da cultura e de produtos locais. Os resultados positivos desta ação culminaram na assinatura de um Termo de Cooperação e Convênio com a Financiadora de Estudos e Pesquisas – Finep do Ministério da Ciência e Tecnologia para o fomento à novas iniciativas de empreendimentos econômicos solidários na cadeia produtiva do turismo.

Ressalta-se o apoio a projetos de geração de trabalho e renda e inclusão social que beneficiaram aproximadamente 5.000 jovens e adultos. Estes projetos apoiados promovem a dinamização econômica das comunidades locais, com base no uso sustentável das riquezas ambientais, materiais e patrimoniais.

Também se destaca como objeto de atenção permanente do MTur o incentivo a inserção social de jovens na cadeia produtiva do turismo, em particular aqueles em situação de vulnerabilidade social, com a oferta em 2007 de 4.300 vagas em cursos de formação profissional com uma média de 400 horas.

Em 2007, destacam-se os seguintes Projetos:

- Fomento a Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários, que forneceu apoio a 7 projetos de fomento à economia solidária por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) ligados à cadeia produtiva do turismo, em 35 municípios turísticos com baixo IDH, beneficiando aproximadamente 400 famílias, em parceria com a Finep;
- Trilha Jovem – Turismo e Responsabilidade Social que visa a inserção profissional de jovens oriundos de famílias de baixa renda em empreendimentos ligados à cadeia produtiva do turismo, por meio da formação profissional em 10 destinos, em parceria com a Fundação Instituto de Hospitalidade – IH.

Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur JK

Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur NE II

Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Prodetur Sul

Participação da União na Elaboração, Execução e Acompanhamento do Proecotur – Fase II

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo têm como objetivo a estruturação das áreas turísticas de cada região de forma a beneficiar a população residente pela dinamização da atividade turística. Visam à implantação de infra-estrutura turística tendo em vista o desenvolvimento integrado das áreas prioritárias identificadas pelos Estados. O apoio dado pelos Programas possibilitam que Estados e Municípios fortaleçam-se do ponto de vista institucional, criando capacidade para a implementação de infra-estrutura e apoio à sociedade civil na geração de riqueza, emprego e renda.

Os Programas abordam uma série de ações, tais como: elaboração de Planos Diretores Participativos Municipais, o Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal do Município, da Gestão do Turismo dos Estados e Municípios, de Capacitação de Mão-de-Obra e Empresarial, Estudos de Mercado Turístico, Planos de Gestão Ambiental, Planos de Marketing, Intervenções em Infra-estrutura de Transporte, de Saneamento Ambiental, de Conservação de Patrimônio Histórico. O Programa visa promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida para a população.

Cada um dos Programas atende diferentes regiões: (i) Prodetur NE II, que agrupa os Estados da Região Nordeste e o Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; (ii) Prodetur Sul, que engloba os Estados da Região Sul e o Estado de Mato Grosso do Sul; (iii) Proecotur, que engloba os Estados brasileiros da Amazônia Legal; (iv) e o Prodetur JK, que atenderá os Estados da Região Sudeste, Goiás e Distrito Federal. Cada Região conta com o Programa em desenvolvimento em diferentes fases.

As ações desenvolvidas durante o exercício de 2007 visaram à implementação do Prodetur que, ao ser desdobrado em Programas Regionais, passa a ter dinâmicas próprias e fontes de financiamento diferenciadas uma vez que o Prodetur Nordeste II conta com recursos internacionais, o Prodetur Sul vem sendo executado com recursos do Governo Federal, o Proecotur encontra-se na Fase I e está focado no planejamento estratégico visando o desenvolvimento do ecoturismo na região, enquanto o Prodetur JK encontra-se em fase de estudos e preparação.

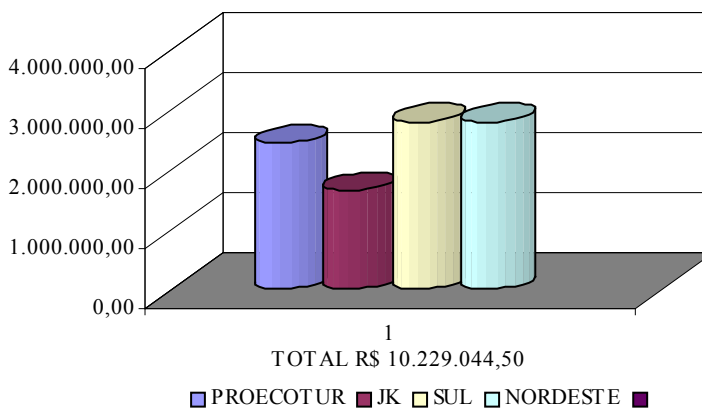
A consolidação das ações apresentou uma avaliação positiva tanto em relação à execução orçamentária como quanto ao número de projetos conveniados de estados/municípios abrangidos, conforme pode ser observado na sequência a seguir. A tabela seguinte demonstra, de um lado, a execução orçamentária dos programas em 2007, o nível diferenciado de desenvolvimento por região, bem como o número de convênios assinados nos respectivos Estados:

EXECUÇÃO DO PRODETUR POR REGIÃO (R\$)

REGIÃO	ORÇAMENTO	EMPENHADO (R\$)	%
NORDESTE/FASE II	127.950.000,00	127.810.735,00	99,89
JK	1.600.000,00	1.590.352,00	99,39
SUL	8.000.000,00	7.306.737,00	91,33
PROECOTUR	2.700.000,00	2.694.493,00	99,79
TOTAL	140.250.000,00	139.402.317,00	99,39

PRODETUR NACIONAL

INVESTIMENTOS EM PLANEJAMENTO, FORTALECIMENTO DE GESTÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS (R\$), POR REGIÃO DO PRODETUR



EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PRODETUR (R\$)

EXERCÍCIO	ORÇAMENTO	EMPENHADO (R\$)	%
2003	45.000.000,00	6.038.656,00	13,41
2004	42.715.000,00	4.240.969,00	9,92
2005	106.237.003,00	31.165.903,00	29,33
2006	48.135.194,00	31.624.668,00	65,69
2007	140.250.000,00	139.402.317,00	99,39

AÇÕES DE CUSTEIO PRODETUR NE II (R\$)

PROGRAMA	ESTADO	VALOR
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL DO PÓLO SALVADOR E ENTORNO	BA	4.346.735,33
ELABORAÇÃO DE BASE CARTOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO PÓLO COSTA DO SOL	CE	3.930.201,50
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E PROF. P/ O SETOR TURÍSTICO DO PÓLO COSTA DAS DUNAS	RN	2.986.749,61

Ressalta-se que as maiores dificuldades encontradas no desempenho orçamentário dos Programas referem-se ao nível de inadimplência dos Estados e Municípios. Com relação à implementação das ações, cabe ao Ministério do Turismo o papel de ativador e apoio à execução no que se refere à qualidade do produto final e na observância da necessidade de se garantir espaços para a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Adequação da Infra-estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística***Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística******Estruturação dos Roteiros Turísticos******Financiamento da Infra-estrutura Turística Nacional******Fomento ao Desenvolvimento dos Segmentos Turísticos******Sinalização Turística******Implantação de Centros de Informações Turísticas***

Em 2007, foram investidos R\$ 1,159 bilhão em infra-estrutura do turismo. Os recursos foram aplicados em melhoria e recuperação da infra-estrutura de 2.572 Municípios, com foco no saneamento básico, reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de mercados, museus, casas de culturas, centros de artesanato, centros de convenções ou eventos, centros de informações turísticas, bem como em escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria. Também foi contemplada a ampliação e reforma de quatro aeroportos nos Estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso e São Paulo, bem como a construção do Terminal Rodoviário Internacional de Rio Branco, no Estado do Acre.

Registram-se os principais investimentos realizados pelo Mtur no exercício de 2007 em infra-estrutura turística: (i) infra-estrutura urbana na orla de Salvador/BA; (ii) ampliação da pista do Aeroporto de Aracati/CE; (iii) construção do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos – 1ª Etapa – Pavilhão de Feiras em Fortaleza/CE; (iv) revitalização estrutural do Pavilhão do Parque da Cidade – Expobrasília – 1ª etapa/DF; (v) revitalização da Torre de TV de Brasília – 1ª etapa /DF; (vi) revitalização da Estrada Parque Pantanal EPP – 1ª etapa em Corumbá/MS; (vii) implantação da 3ª etapa da Estação Ciência, Cultura e Artes de João Pessoa/PB; (viii) revitalização da Praia de Boa Viagem – Recife/PE; (ix) construção do Parque Temático Yumê, em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa em Rolândia/PR; (x) construção do Museu Oscar Niemeyer em Niterói/RJ; (xi) recuperação do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro/RJ; (xii) implantação do projeto de infra-estrutura no Parque dos Pinheiros em Gramado/RS; (xiii) construção da Ponte Mosqueiro/Caueira – 2ª etapa em Aracaju/SE; (xiv) implantação da sinalização turística nas rodovias federais, estaduais e municipais no Estado de Santa Catarina; (xv) reforma do aeroporto de Guarujá – 1ª etapa /SP; (xvi) requalificação e revitalização do Parque Anhembi – SP.

Os projetos desenvolvidos ainda propiciaram a implantação de Portais Turísticos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL

A execução do programa e suas ações permitiram que o País obtivesse resultados significativos em relação ao histórico do setor, não obstante as limitações causadas pela crise das companhias aéreas que prejudicou a disponibilização de assentos nos vôos nacionais e internacionais.

Em 2007, o Ministério do Turismo investiu na realização de pesquisas que propiciaram o conhecimento do comportamento e das tendências do turismo nacional e internacional com o intuito de aprofundar os estudos sobre o funcionamento do setor turístico e, conseqüentemente, a melhoria do processo de planejamento e acompanhamento da Política de Turismo do Governo.

Com a implantação do Plano Aquarela de Marketing Turístico Internacional – que em 2008 entra na segunda fase - o trabalho de promoção internacional do turismo brasileiro alcançou um novo patamar – inclusive com a execução orçamentária por mercado a partir de 2007.

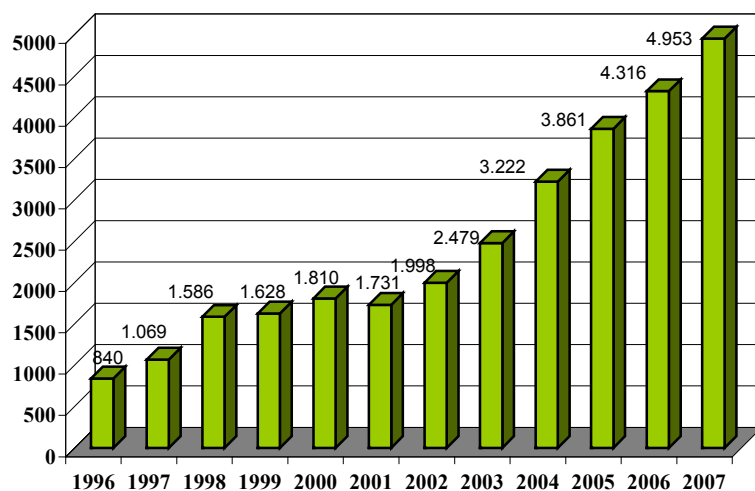
Vários trabalhos foram realizados em 2007, no sentido de aprofundar os estudos sobre o funcionamento do setor turístico e, conseqüentemente, a melhoria do processo de planejamento e acompanhamento da Política de Turismo do Governo, dentre os quais destacaram-se: (i) Boletins de Desempenho Econômico do Turismo; (ii) Estudo da Demanda Turística Internacional – 2004/2005/2006; (iii) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo; (iv) Cartas de Conjuntura; (v) Mercado de Turistas Estrangeiros com Segunda Residência no Brasil; (vi) Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo; (vii) Estudo de Movimentação Econômica dos Jogos Pan-Americanos; (viii) Indicadores sobre Mão de Obra Ocupada em Atividades Características de Turismo; (ix) Indicadores de Ocupação Hoteleira; (x) Compilação e divulgação mensal de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais, receita cambial de turismo.

Campanha para a Promoção do Brasil como Destino Turístico Internacional

Em 2007, diversos materiais promocionais foram desenvolvidos para divulgar os produtos turísticos brasileiros no Brasil e no exterior, enfocando os ativos turísticos dos Estados brasileiros, por meio dos Fóruns Estaduais de Turismo. Essa ação, inédita na gestão pública do turismo, permitiu uma promoção descentralizada. Pela primeira vez um projeto de promoção turística do Governo Federal é feito em parceria com todas as unidades estaduais, evitando a dispersão de investimento e fortalecendo a construção de sua marca.

Com base em critérios como acessibilidade, conhecimento e interesse pelo Brasil por parte dos mercados, gasto médio e tempo de permanência do turista no destino, foram estabelecidas prioridades para investimentos em ações de promoção do Brasil no exterior: (i) países de altíssima prioridade – Argentina, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos; (ii) países de alta prioridade – Espanha, França, Itália, Portugal, Chile, Canadá, Holanda e Bélgica; (iii) países com alto interesse pelo Brasil e facilidade de acesso – Japão, México, Uruguai, Peru, Colômbia, Paraguai, Suécia, Suíça, Finlândia, Noruega e Dinamarca; (iv) países emergentes e oportunidades (novos mercados) – China e Coreia.

O Governo também incrementou o financiamento a campanhas educativas, bem como à elaboração de instrumentos promocionais, para divulgação dos destinos turísticos brasileiros, incentivando cada vez mais pessoas a viajar. O Brasil chegou a US\$ 4,953 bilhões em entrada de divisas por meio do turismo em 2007. O valor supera em 14,76% os US\$ 4,316 bilhões registrados em 2006 – até então a melhor marca da série histórica iniciada em 1969:

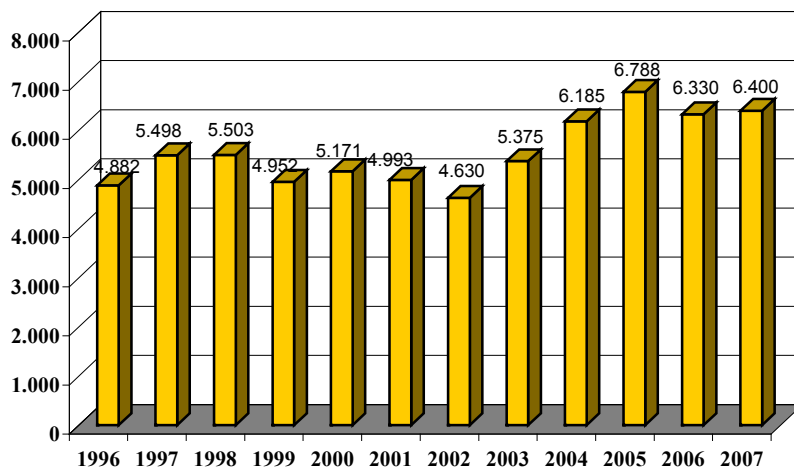


O desempenho de dezembro foi recorde para este mês e o segundo melhor de todos os meses, ficando atrás apenas de janeiro de 2007 – quando os gastos de estrangeiros no Brasil chegaram a US\$ 484 milhões.

Fonte: Informativo da Imprensa – Intranet-Mtur

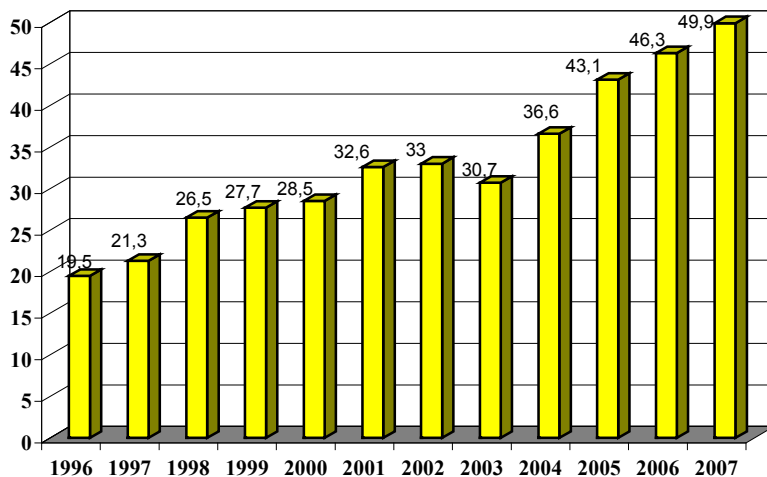
DESEMBARQUES DE VÔOS INTERNACIONAIS

Desembarque de 6,4 milhões de passageiros de vôos internacionais em 2007 (inclui brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros), número próximo ao recorde de 6,8 milhões alcançado no ano de 2005.



DESEMBARQUES DE VÔOS NACIONAIS

O desembarque de passageiros de vôos nacionais bateu recordes históricos, com 49.996.810 passageiros, o que representou um percentual 7,88% maior que os 46.345.828 verificados em 2006. Também se constitui em recorde o resultado individual de dezembro tanto no seu total, de 4.567.993 desembarques, como também no de vôos regulares, com 47.544.584 passageiros.



Concessão de Prêmios para Monografias, Estudos e Reportagens no Setor de Turismo e Hotelaria

Em 2007, foram inscritos 283 trabalhos, sendo 133, na categoria graduação, 110 na categoria pós-graduação e 40 reportagem de turismo, voltadas para avaliação econômica do setor. A cerimônia de premiação dos vencedores do IV Prêmio foi realizada no dia 25 de outubro, na sede da Fundação Getúlio Vargas.

Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros junto aos Operadores Internacionais

As ações no mercado internacional englobaram investimentos em promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior. Além disso, com o objetivo de fazer um trabalho mais consistente de divulgação de destinos turísticos brasileiros na imprensa internacional, em 2007, foi instituído o trabalho permanente de Relações Públicas na Argentina, Estados Unidos e Portugal. Em 2008 outros seis mercados (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Alemanha, Chile) passam a receber o mesmo tipo de serviço.

Ao longo de 2007, o Mtur investiu mais de R\$ 17,8 milhões em publicidade no exterior (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, França, Portugal e América do Sul) e outros R\$ 9,7 milhões no programa de Relações Públicas em mercados prioritários, além de R\$ 12 milhões, em verba descentralizada, às 27 unidades da Federação para ações de promoção turística internacional.

Considerando a série histórica mensal, percebe-se crescimento consistente e que, com exceção de março, em todos os outros meses de 2007 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano anterior. O Banco Central do Brasil, que faz essa estatística desde 1969, registrou o recorde mensal de toda a história.

Funcionamento de Escritórios de Fomento ao Turismo no Exterior

No ano de 2007, o foco dado ao trabalho dos Escritórios Brasileiros do Turismo – EBT's foi à aproximação com as principais organizações do turismo emissivo dos mercados-alvo, o que possibilitou a ampliação de parcerias e a qualificação dos responsáveis pela venda dos pacotes turísticos com destino ao Brasil.

Dentre os principais resultados obtidos pelos EBT's em 2007 estão: realização de 74 eventos de treinamento, capacitando cerca de 4.625 agentes envolvidos na cadeia turística; participação em 49 Feiras do Calendário Oficial que ocorreram nos países onde os Escritórios atuam; 25 operadoras que não vendiam o destino Brasil passaram a vender, e outras 33, que já vendiam, ampliaram o número de destinos ofertados.

Em 2008, o trabalho dos EBT's continuará focado nas ações voltadas ao *trade* turístico dos mercados de atuação, porém com mais ênfase na qualificação e capacitação de agentes de viagens e eventos voltados para o público final.

Outras duas importantes ações de Promoção em que os EBT's atuaram foram: o Programa Caravana Brasil e os Seminários "Descubra o Brasil". O Programa Caravana Brasil visa impulsionar a vinda de turistas estrangeiros para o País, por meio de visitas técnicas, *in loco*, de operadores turísticos para que possam conhecer novos destinos e apoiar a sua promoção no exterior. Desde 2003, foram realizadas 100 edições do programa, reunindo 1.529 profissionais, dentre jornalistas especializados e operadores de turismo estrangeiros e nacionais, que conheceram 519 destinos turísticos brasileiros. Em 2007, ocorreram 34 edições, com 279 participantes.

Publicidade de Utilidade Pública

Os resultados da mídia espontânea totalizam 115 matérias impressas e 46 matérias veiculadas na TV, gerando um retorno de mídia no total de R\$ 6.402.144,21.

Salão Brasileiro do Turismo

A meta física sofreu alteração a partir das orientações do Plano Nacional de Turismo 2007/2010. De acordo com a nova estratégia, não ocorreu a edição do Salão Brasileiro de Turismo no ano de 2007, mas foi realizada a Mostra do Salão do Turismo, entre os dias 12 e 29 de julho no Rio de Janeiro, durante os XV Jogos Pan-Americanos, paralelo ao evento Praça das Medalhas, além disso estão sendo apoiados eventos estaduais similares como preparação para edição de 2008 do Salão do Turismo - Roteiros do Brasil.

Em 2007, o Governo apoiou a realização de Salões Estaduais/Regionais de Turismo, com formato similar ao Salão Brasileiro do Turismo. Foi realizado o Salão Mineiro de Turismo (setembro); o Salão Estadual de Turismo do Mato Grosso do Sul (outubro); e o Festival de Turismo de Gramado (novembro).

O Ministério do Turismo, em conjunto com as 27 Unidades da Federação, promoveu com sucesso os destinos turísticos brasileiros durante os XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007. A Praça das Medalhas / Mostra Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, realizada entre os dias 12 e 29 de julho em Copacabana/RJ, fortaleceu a estratégia de promoção dos destinos produtos turísticos brasileiros.

Foi construído, nas areias de Copacabana, um espaço com três tendas, um palco, uma área de *backstage* e uma área vip. Em telões posicionados nas laterais do palco e na faixa de areia da praia localizada atrás das tendas da Mostra Salão do Turismo - Roteiros do Brasil foram transmitidos vídeos de promoção dos destinos turísticos brasileiros. Cerca de 250 mil visitantes contemplaram os estandes das 27 Unidades da Federação, onde foram distribuídos materiais de divulgação e promoção, além do artesanato exposto nas vitrines e das recepcionistas com indumentária local.

COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Publicidade de Utilidade Pública

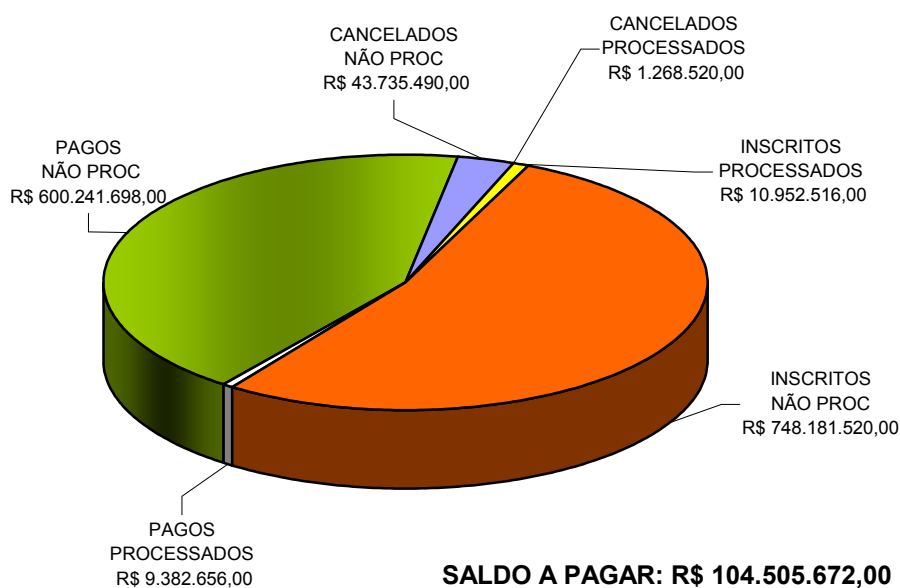
O Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Multisetorial, e sua responsabilidade é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Dentro do Ministério do Turismo, aliado às diretrizes de Governo, foi criado o Programa Turismo Sustentável & Infância, em observância aos objetivos estratégicos do Plano Nacional do Turismo – PNT, tendo como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo. Esse trabalho é realizado por meio da sensibilização, da mobilização e da qualificação da cadeia produtiva do turismo para a adoção de práticas sustentáveis na promoção do Brasil como destino turístico e da adoção de parcerias intersetoriais.

Em 2007, foi implantado Projeto Piloto, na cidade de Fortaleza, onde foram qualificados 300 jovens em situação de vulnerabilidade social para inclusão no mercado de trabalho dos segmentos do turismo. Em 2008, está prevista a implantação do Projeto em: Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Porto Alegre, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e na Baixada Santista.

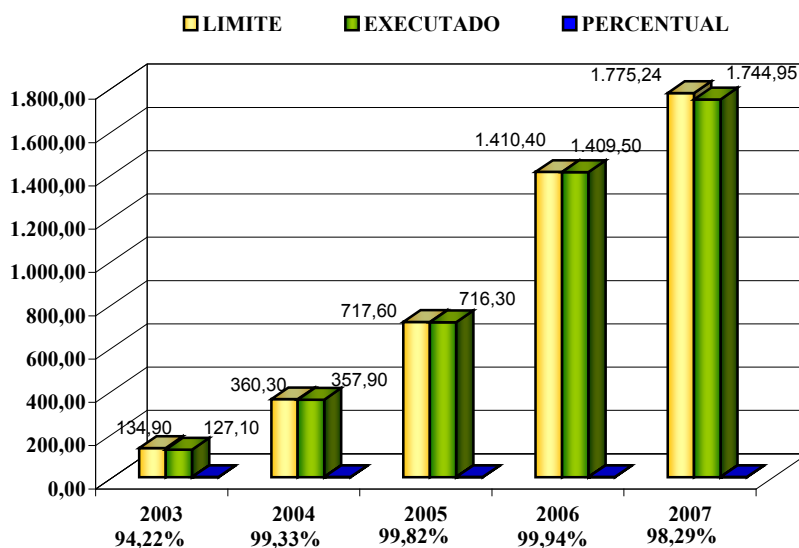
Também em 2007 foram executadas as seguintes relevantes ações: distribuição de, aproximadamente, 1.200.000 materiais de comunicação em importantes eventos nacionais como carnaval, festas regionais juninas, Jogos Pan-Americanos, e a realização de quatorze Seminários de Sensibilização em diversos Estados.

Para 2008, estão previstas ações de mobilização, sensibilização e formação de multiplicadores na cadeia produtiva do turismo nas cidades de Salvador, Porto Seguro, Mata de São João, Recife, Olinda, Ipojuca, Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná e Candeias dos Jamaris, bem como em seis comunidades de escolas de samba no Rio de Janeiro e São Paulo.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2007



QUADRO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2003/2007



Fonte: SIAFI, exclusive pessoal (ativo e inativo) e Fungetur.
Período: dezembro/2007.

**LIMITES DE EMPENHO – MTUR
(DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO)**

UNIDADE	REFERENCIAL DA DESPESA EM 2006	LIMITE PARA 2007 (90% DE 2006)	EXECUÇÃO 2007
	VALOR EMPENHADOS	LEI Nº 11.439 (LDO/2007) ART. 2º, § 3º	VALORES EMPENHADOS
GM	636.498,11	572.848,30	501.621,66
SE	437.306,66	393.575,99	132.142,88
SNPDtur	979.958,92	881.963,03	902.725,90
SNPTur	1.110.841,48	999.757,33	758.873,42
TOTAL	3.164.605,17	2.848.144,65	2.295.363,86

**LIMITES DE EMPENHO – EMBRATUR
(DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO)**

UNIDADE	REFERENCIAL DA DESPESA EM 2006	LIMITE PARA 2007 (90% DE 2006)	EXECUÇÃO 2007
	VALOR EMPENHADOS	LEI Nº 11.439 (LDO/2007) ART. 2º, § 3º	VALORES EMPENHADOS
EMBRATUR	1.081.632,77	973.469,49	692.486,53
TOTAL	1.081.632,77	973.469,49	692.486,53

PARTE VII

TEMAS ESPECÍFICOS

7 – DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

7.1 – Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária

O exercício de 2007 encerrou-se com uma arrecadação total de R\$ 12.892.755.464,84 (doze bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Em Dívida Ativa da União, a arrecadação atingiu o montante de R\$ 3.685.966.470,03 (três bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e três centavos).

As conversões de depósitos judiciais em renda da União alcançaram o expressivo valor de R\$ 9.206.788.994,81 (nove bilhões, duzentos e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos).

Os últimos anos apresentam uma elevada recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional, via cobrança da Dívida Ativa da União e por meio da vitória em ações envolvendo montantes elevados, como bem demonstra o quadro abaixo, relativo aos períodos de 2006 e 2007:

R\$ 1,00			
ANO	DÍVIDA ATIVA (2)	JUDICIAL	ARRECADAÇÃO TOTAL
2006	3.003.391.794,96	6.614.283.758,63	9.617.675.553,59
2007	3.685.966.470,03	9.206.788.994,81	12.892.755.464,84

Fonte: Intranet – Mapas Gerenciais – Arrecadação Decendial, Secretaria da Receita Federal, SIAFI.
Está computada a arrecadação do REFIS e PAES e PAEX, art. 8º e 9º.

Devem, de sua parte, ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar – caso da conferência dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, casos de impugnações da PGFN acolhidas pelo Poder Judiciário, assim como perdas de receitas que a atuação da PGFN evitou ao Erário, no ganho de causas de valor elevado e envolvendo exações cuja arrecadação é significativa para a União.

Todo o esforço arrecadatório faz-se fundamentalmente sobre um estoque de Dívida Ativa cuja distribuição em inscrições cobráveis administrativamente, judicialmente e incobráveis, posição em 31.12.2007, se apresenta conforme abaixo:

R\$ 1,00		
COBRÁVEIS ADMINISTRATIVAMENTE	COBRÁVEIS JUDICIALMENTE	INCOBRÁVEIS
23.049.507.359,42	459.304.684.210,50	Dado não disponível

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais L&04519.12 – Inscrições em Cobrança

Destaca-se, por pertinente, que o Estoque da Dívida Ativa da União é conjunto não criticado, razão pela qual a PGFN não classifica quaisquer dos débitos sob sua administração como rigorosamente incobráveis.

Ressalvamos, todavia, que a PGFN concebeu um projeto de qualificação do estoque da dívida ativa elaborado em 20/7/2006 pela Coordenação-Geral (CDA), em conjunto com a Coordenação de Grandes Devedores (CGD), contando com o apoio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP). O projeto tem por objetivo aprimorar a capacidade gerencial da Dívida Ativa da União - DAU, por meio da requalificação dos recursos de informática e tecnológicos atualmente empregados pela PGFN. A princípio, aplicar-se-á aos débitos de natureza tributária.

De forma resumida, o projeto contém duas etapas: a primeira relaciona-se à depuração do estoque da dívida ativa, diagnosticando inconsistências e adotando mecanismos preventivos para evitá-las no futuro; a segunda relaciona-se à qualificação propriamente dita. Ambas as etapas exigem integração de sistemas (notadamente com os sistemas da RFB, dada a natureza dos débitos a serem qualificados com prioridade). Atualmente, o projeto, aprovado no âmbito da PGFN, foi encaminhado à análise da RFB e durante o ano de 2008 estará se trabalhando no detalhamento do objeto, a fim de iniciar algumas etapas de execução e propostas legislativas para dar suporte a depuração a ser implementada.

Em termos de unidade monetária, registrou-se um salto de R\$ 401.678.658.155,33 (quatrocentos e um bilhões, seiscentos e setenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e

trinta e três centavos) – (dez/2006), para R\$ 482.354.191.569,92 (quatrocentos e oitenta e dois bilhões, trezentos e cinquenta e quatro milhões, cento e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) – (dez/2007), observando-se um acréscimo percentual de 20,08% (vinte inteiros e oito centésimos por cento). Representa essa arrecadação o valor de R\$ 459.304.684.210,50 (quatrocentos e cinquenta e nove bilhões, trezentos e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dez reais e cinquenta centavos) referentes às inscrições ajuizadas e o valor de R\$ 23.049.507.359,42 (vinte e três bilhões, quarenta e nove milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos) referentes às inscrições não ajuizadas.

Para os créditos previdenciários, o estoque e a arrecadação, considerando-se os anos de 2006 e 2007, se apresentam como se mostra na tabela a seguir:

R\$ 1,00

PARCELADOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
	AJUIZADO	12.487.324.484,23	13.741.781.190,19	838.207.724,37	877.054.995,66
	NÃO AJUIZADO	5.205.865.473,81	5.086.463.090,20	615.236.253,02	604.775.798,50
NÃO PARCELADOS	AJUIZADO	116.626.622.311,26	129.354.781.704,39	317.627.478,20	411.235.014,31
	NÃO AJUIZADO	8.629.906.706,73	3.358.205.769,50	222.918.920,73	135.623.623,19
	TOTAL	142.949.719.030,03	151.541.231.754,28	1.993.990.376,32	2.028.689.431,66

Quanto ao número de parcelamentos ordinários e simplificados concedidos em 2007, considerados em relação os concedidos no ano 2006, registra-se um decréscimo de **-33,03%** (menos trinta e três inteiros e três centésimos por cento), e um decréscimo em valores monetários parcelados de **-22,16%** (menos vinte e dois inteiros e dezesseis centésimos por cento), conforme tabela a seguir:

R\$ 1,00

	2006	2007	VARIAÇÃO 2007/2006
QUANTIDADE	184.187	123.356	-33,03%
VALOR	2.225.214.168,74	1.732.127.953,57	-22,16%

Fonte: Intranet – PFGN – D.A.U – Parcelamentos

A arrecadação dos parcelamentos (ordinários e simplificados) em 2007 atingiu o montante de R\$ 1.549.184.754,97 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões, cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos). Em relação a 2006, ano cuja arrecadação foi de R\$ 1.148.553.487,38 (um bilhão, cento e quarenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos), constata-se um acréscimo de 34,88% (trinta e quatro inteiros e oitenta e oito centésimos por cento).

Até dezembro de 2006, constatou-se que o estoque das inscrições parceladas ajuizadas (excluindo REFIS e PAES) atingiu o número de 148.405 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinco), e das parceladas não ajuizadas (também excluídos o REFIS e o PAES), de 359.478 (trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e oito).

Até o mês de dezembro de 2007, por sua vez, o estoque das inscrições parceladas ajuizadas (excluindo REFIS e PAES) atingiu o número de 299.788 (duzentos e noventa e nove mil, setecentas e oitenta e oito), e das parceladas não ajuizadas (também excluídos o REFIS e o PAES), de 174.703 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e três).

Para os créditos previdenciários, o estoque e a arrecadação referentes ao parcelamento ordinário, considerando-se os anos de 2006 e 2007, se apresentam conforme mostra a tabela a seguir:

R\$ 1,00

PARCELADOS	ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
AJUIZADO	12.487.324.484,23	13.741.781.190,19	838.207.724,37	877.054.995,66
NÃO AJUIZADO	5.205.865.473,81	5.086.463.090,20	615.236.253,02	604.775.798,50
TOTAL	17.693.189.958,04	18.828.244.280,39	1.453.443.977,39	1.481.830.794,16

Cabe destacar que o valor da arrecadação relacionada aos créditos parcelados já está incluído na tabela que trata do estoque e arrecadação dos créditos previdenciários.

Quanto ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, Lei nº 9.964/00, há 17.134 (dezesete mil, cento e trinta e quatro) optantes do programa e, considerando o perfil da dívida em relação à carteira de crédito até dezembro/2007 temos um valor monetário de R\$ 8.944.862.485,07 (oito bilhões, novecentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e sete centavos) na situação “em parcelamento”.

No ano de 2007, a arrecadação do REFIS nos três órgãos (RFB, PGFN e INSS) foi de R\$ 742.000.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões)*, já em 2006 nos três órgãos (RFB, PGFN e INSS) atingiu o montante de R\$ 870.000.000,00 (oitocentos e setenta milhões), conforme tabela abaixo:

**ARRECADAÇÃO DO REFIS
(RFB, PGFN E INSS)**

R\$ 1,00

2006	2007
870.000.000,00	742.000.000,00

*Fonte: Internet
(Sitio RFB – Análise da Arrecadação das Receitas Federais, p.17)

Quanto ao Parcelamento Especial – PAES, Lei nº 10.684/03, há 91.629 (noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) optantes e, considerando o perfil da dívida em relação à carteira de crédito até dezembro/2007 temos um valor monetário de R\$ 8.299.988.046,76 (oito bilhões, duzentos e noventa e nove milhões e quarenta e seis mil e setenta e seis centavos) na situação “em parcelamento”.

No ano de 2007, a arrecadação do PAES nos dois órgãos (RFB e PGFN) atingiu o montante de R\$ 3.560.000,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil). Em 2006, a arrecadação resultou no montante de R\$ 4.053.000,00 (quatro milhões e cinquenta e três mil), conforme tabela abaixo:

ARRECADAÇÃO DO PAES -(RFB E PGFN)

Unidade: R\$ 1,00

2006	2007
4.053.000,00	3.560.000,00

*Fonte: Internet - (Sitio RFB – Análise da Arrecadação das Receitas Federais, p.18)

O parcelamento previsto no art. 1º da MP 303/06-PAEX, que é feito de forma conjunta pela RFB e PGFN, sendo a respectiva arrecadação e o estoque administrados de forma centralizada por sistema desenvolvido pela RFB, a arrecadação e estoque estão informados na tela seguinte:

R\$ 1,00

PERÍODO	ESTOQUE E ARRECADAÇÃO PAEX – Art. 1.º		
	ESTOQUE Art. 1º MP 303/06 (RFB+PGFN)	ESTOQUE Art. 1º MP 303/06 (PGFN)	ARRECADAÇÃO Art. 1º MP nº 303/06 (RFB+PGFN)
AGO/2006 a SET/2007	41.297.699.322,14	17.601.953.874,89	-
AGO a DEZ/2006	-	-	254.578.289,00
JANEIRO a DEZ	-	-	1.111.060.000,00
TOTAL	41.297.699.322,14	17.601.953.874,89	1.365.638.289,00

Fonte: DW Arrecadação e Internet – Sitio RFB – Análise da Arrecadação das Receitas Federais, p.18

Em relação à arrecadação dos arts. 8º e 9º, cada órgão administra, em separado, os valores, tendo em vista que as prestações são recolhidas mediante DARF contendo o mesmo código de receita existente para cada tipo de débito (inscrição). Apenas para fins de individualização, anexamos abaixo tabela descrevendo o estoque e a

arrecadação em 2006 e 2007, considerando-se as inscrições ajuizadas ou não ajuizadas. Importante, também, destacar que o valor da arrecadação relacionada aos arts. 8º e 9º da MP nº 303/06 já está incluído na tabela da arrecadação da Dívida Ativa da União (item 6):

R\$ 1,00

ART. 8º	ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
AJUIZADO	947.298.280,29	690.087.627,04	42.909.913,00	103.274.707,07
NÃO AJUIZADO	1.266.165.419,67	856.012.444,48	77.282.818,85	156.511.516,27
TOTAL	2.213.463.699,96	1.546.100.071,52	120.192.731,85	259.786.223,34

ART. 9º	ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
AJUIZADO	15.673.134,50	4.371,48	147.937.937,57	66.323.095,48
NÃO AJUIZADO	10.725.957,31	1.144,37	66.759.784,01	26.341.664,94
TOTAL	26.399.091,81	5.515,85	214.697.721,58	92.664.760,42

Quanto aos Programas de Recuperação Fiscal - REFIS, Parcelamento Especial – PAES e Parcelamento Excepcional - PAEX para os créditos previdenciários, a arrecadação e estoque estão informados na tabela a seguir:

R\$ 1,00

PARCELADOS	ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007
REFIS	9.449.121.436,99	9.221.730.363,56	4.959.881,55	4.094.878,84
PAES	3.774.057.192,20	3.120.270.585,38	602.037.312,53	508.909.514,55
PAEX (ART.1º, 8º e 9º)	-	1.446.848.893,91	-	97.604.794,32
TOTAL	13.223.178.629,19	13.788.849.842,85	27.012.028.472,04	610.609.187,71

CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS

CREDITOS NÃO PREVIDENCIARIOS	ESTOQUE EM 31.12.2006	ARRECADAÇÃO EM 2006	ESTOQUE EM 31.12.2007	ARRECADAÇÃO EM 2007
CREDITOS PARCELADOS				
PARCELADO AJUIZADO	2.152.252.573,57	382.833.853,20	2.917.902.370,22	560.868.985,51
PARCELADO NÃO AJUIZADO	2.901.844.051,73	474.392.400,97	2.430.958.261,14	641.568.624,63
TOTAL DOS CREDITOS PARCELADOS	5.054.096.625,30	857.226.254,17	5.348.860.631,36	1.202.437.610,14
CREDITOS NÃO PARCELADOS				
NÃO PARCELADO E AJUIZADO	374.295.341.528,57	898.049.417,62	456.388.371.463,63	1.049.729.624,99
NÃO PARCELADO E NÃO AJUIZADO	22.329.220.001,46	385.753.470,92	20.616.530.161,15	293.543.275,13
TOTAL DOS CREDITOS NÃO PARCELADOS	396.624.561.530,03	1.283.802.888,54	477.006.920.561,91	1.343.272.900,12
TOTAL DOS CREDITOS NÃO PREVIDENCIARIOS	401.678.658.155,33	2.141.029.142,71	482.355.781.193,27	2.545.710.510,26

PARCELAMENTOS POR TIPO(NÃO PREVIDENCIARIOS)	ESTOQUE EM 31.12.2006	ARRECADAÇÃO EM 2006	ESTOQUE EM 31.12.2007	ARRECADAÇÃO EM 2007
PAEX-ART-8 (CIDA)				
AJUIZADO	947.298.280,29	42.909.913,00	690.087.627,04	103.274.707,07
NÃO AJUIZADO	1.266.165.419,67	77.282.818,85	856.012.444,48	156.511.516,27
PAEX-ART-9 (CIDA)				
AJUIZADO	15.673.134,50	147.937.937,57	4.371,48	66.323.095,48
NÃO AJUIZADO	10.725.957,31	66.759.784,01	1.144,37	26.341.664,94
PARCELAMENTO CONVENCIONAL (CIDA)				
AJUIZADO	1.019.733.759,54	380.712.487,44	1.563.448.355,61	561.113.346,53
NÃO AJUIZADO	1.547.770.156,30	473.522.527,68	2.065.198.131,01	646.972.266,74
PARCELAMENTO TIMEMANIA ENTIDADES BENEFICIENTES (CIDA)				
AJUIZADO	0	0	45.227,40	2.430.594,63
NÃO AJUIZADO	0	0	300.781.030,08	6.966,30
TOTAL DOS PARCELAMENTOS NÃO PREVIDENCIARIOS (CIDA)	4.807.366.707,61	1.189.125.468,55	5.475.578.331,47	1.562.974.157,96
AJUIZADO	1.982.705.174,33	571.560.338,01	3.056.071.159,61	733.141.743,71
NÃO AJUIZADO	2.824.661.533,28	617.565.130,54	2.419.507.171,86	829.832.414,25
OUTROS CRÉDITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa (CIDA)**				
AJUIZADO	3.166.744.517,43	45.798.664,24	25.059.094.668,11	21.183.179,37
NÃO AJUIZADO	12.983.097.370,82	19.092.953,24	4.758.151.936,38	11.545.924,85

** - Outros creditos com exibilidade suspensa -(Garantias, Decisões Judiciais)

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS

CREDITOS PREVIDENCIARIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	ESTOQUE EM 31.12.2006	ARRECADAÇÃO EM 2006	ESTOQUE EM 31.12.2007	ARRECADAÇÃO EM 2007
CREDITOS PARCELADOS*				
PARCELADO AJUIZADO	12.487.324.484,23	838.207.724,37	13.741.781.190,19	877.054.995,66
PARCELADO NÃO AJUIZADO	5.205.865.473,81	615.236.253,02	5.086.463.090,20	604.775.798,50
TOTAL DOS CREDITOS PARCELADOS	17.693.189.958,04	1.453.443.977,39	18.828.244.280,39	1.481.830.794,16
CREDITOS NÃO PARCELADOS				
NÃO PARCELADO E AJUIZADO	116.626.622.311,26	317.627.478,20	129.354.781.704,39	411.235.014,31
NÃO PARCELADO E NÃO AJUIZADO	8.629.906.706,73	222.918.920,73	3.358.205.769,50	135.623.623,19
TOTAL DOS CREDITOS NÃO PARCELADOS	125.256.529.017,99	540.546.398,93	132.712.987.473,89	546.858.637,50
TOTAL DOS CREDITOS PREVIDENCIARIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	142.949.718.976,03	1.993.990.376,32	151.541.231.754,28	2.028.689.431,66
PARCELAMENTOS PREVIDENCIARIOS*				
REFIS (RFB) (FASE 770) LEI 9964/2000	9.449.121.436,99	4.959.881,55	9.221.730.363,56	4.094.878,84
PAES PREVIDENCIARIO (SICOB) (FASE 771) LEI 10684/2003	3.774.057.192,20	602.037.312,53	3.120.270.585,38	508.909.514,55
PAEX-ART- 1 (SICOB) (FASE 773) MP 303/2006, ART. 1, 8 e 9	-	-	1.446.848.893,91	97.604.794,32
PARCELAMENTO CONVENCIONAL (DIVIDA) (FASES 760, 761, 766, 767, 768 e 769)	1.271.110.971,84	379.024.497,27	1.584.446.380,80	349.540.856,61
PARCELAMENTO CLUBES DE FUTEBOL (SICOB) (FASE 500) LEI 8641/93	9.418.692,63	373.119,07	9.024.391,77	469.494,93
PARCELAMENTO TIMEMANIA CLUBES DE FUTEBOL (SICOB)	-	-	-	-
PARCELAMENTO TIMEMANIA ENTIDADES BENEFICIENTES (SICOB)	-	-	-	-
PARCELAMENTO SIMPLES NACIONAL(SICOB)	-	-	-	-
PARCELAMENTO ESPECIAL LEI 9639-98 (SICOB) (FASE 530)	19.753,17	-	19.753,17	-
PARCELAMENTO ESPECIAL MP 2129-8 / 2187-12 -2001(SICOB) (FASE 550)	3.135.216.548,12	456.923.337,41	3.042.473.582,34	459.781.676,26
PARCELAMENTO ESPECIAL LEI 11.196/2005 (SICOB) (FASE 772)	54.245.363,09	10.125.829,56	403.430.329,46	61.429.578,65
TOTAL DOS PARCELAMENTOS PREVIDENCIARIOS	17.693.189.958,04	1.453.443.977,39	18.828.244.280,39	1.481.830.794,16
OUTROS CRÉDITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa (DIVIDA)** (FASES 542, 543 e 632)	8.338.700.727,95	-	9.748.967.504,41	-

* - nos valores relativos a arrecadação dos parcelamentos previdenciários, estão contidos os valores arrecadados para créditos inscritos e não inscritos em divida ativa. O sistema informatizado que controla tais créditos não permite diferenciá-los, na fase de parcelamento.

** - Outros créditos com exigibilidade suspensa -(Deposito Judicial, Garantias, Decisões Judiciais)

OBS: Não temos como identificar os valores do créditos incluído no parcelamento da MP 303/2006 por artigos. Por isso informamos o montante.

PASSIVOS TRIBUTÁRIOS (POSIÇÃO EM 30.12.2006)

DISCRIMINAÇÃO	Nº CONTRIB./ PROCESSOS	VALOR CONSOLIDADO (em R\$ mil)	%
1) SALDO DE PARCELAMENTOS	-	88.694.011,22	19,71
1.1) REFIS	21.341	47.881.205,46	10,64
1.2) PAES	102.238	34.370.731,41	7,64
1.3) PARCELAMENTO CONVENCIONAL (SIPADE)	256.525	6.442.074,35	1,43
2) DÉBITOS EM COBRANÇA NA SRF	-	99.727.363,76	22,16
2.1) CONTA CORRENTE PESSOA JURÍDICA	3.132.200	1.014.952,80	0,23
2.2) CONTA-CORRENTE PESSOA FÍSICA	3.561.071	2.967.941,70	0,66
2.3) PROCESSOS FISCAIS (sem pendência de compensação e sem revisão de lançamento)	214.052	37.168.950,68	8,26
2.3.1) PROCESSOS FISCAIS EM COBRANÇA FINAL ACIMA PFN (sem pendência de compensação e sem revisão de lançamento)	44.062	18.378.468,15	4,08
2.3.2) PROCESSOS FISCAIS EM COBRANÇA DEMAIS FASES (sem pendência de compensação e sem revisão de lançamento)	169.990	18.790.482,53	4,18
2.4) PROCESSOS FISCAIS (com pendência de compensação e com revisão de lançamento)	134.677	58.575.518,58	13,02
3) DÉBITOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa (EM JULGAMENTO E SUBJUDICE)	-	261.536.108,71	58,12
3.1) PROCESSOS FISCAIS (EM JULGAMENTO)	104.850	200.663.922,72	44,60
3.2) PROCESSOS FISCAIS (SUBJUDICE)	22.422	60.872.185,99	13,53
TOTAL	-	449.957.483,69	100

Fonte: CORAT

CRÉDITOS ADMINISTRADOS NOS SISTEMAS DA RFB

Obs.: O quadro inclui toda a carteira de crédito, posicionada em 02/09/2007, dos parcelamentos:

REFIS (RFB / INSS / PGFN) - só PJ
 PAES (RFB e PGFN) - PJ e PF
 PAEX-130 (RFB e PGFN) - só PJ
 PAEX-120 (RFB) - só PJ

TIPO PARCELAMENTO	TOTAL SALDO DEVEDOR RFB (R\$)	TOTAL SALDO DEVEDOR PGFN (R\$)	TOTAL SALDO DEVEDOR INSS (R\$)	SALDO DEVEDOR TOTAL (R\$)
REFIS	18.240.902.960,78	8.944.862.485,07	16.844.870.477,17	44.030.635.923,02
PAES	23.848.337.695,15	8.299.988.046,76	0,00	32.148.325.741,91

TIPO DE PARCELAMENTO	TOTAL SALDO DEVEDOR RFB (R\$)	TOTAL SALDO DEVEDOR PGFN (R\$)	TOTAL SALDO DEVEDOR INSS (R\$)	SALDO DEVEDOR TOTAL (R\$)
PAEX 130	13.335.698.973,32	17.601.953.874,89	0,00	30.937.652.848,21
PAEX 120 – COFINS	4.034.719.420,35	0,00	0,00	4.034.719.420,35
PAEX 120 – SIMPLES	2.163.313.148,93	0,00	0,00	2.163.313.148,93
PAEX 120 – IRPJ	1.464.060.255,17	0,00	0,00	1.464.060.255,17
PAEX 120	1.124.274.098,87	0,00	0,00	1.124.274.098,87
PAEX 120 - PIS/PASEP	815.842.074,32	0,00	0,00	815.842.074,32
PAEX 120 – CSLL	702.122.423,95	0,00	0,00	702.122.423,95
PAEX 120 – MULTAS	29.913.905,82	0,00	0,00	29.913.905,82
PAEX 120 – CIDE	24.128.062,51	0,00	0,00	24.128.062,51
PAEX 120 – II	1.484.786,06	0,00	0,00	1.484.786,06
PAEX 120 – ITR	188.297,95	0,00	0,00	188.297,95
PAEX 120 – RET	0,00	0,00	0,00	0,00
PAEX 120 – CPMF	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs: Para os parcelamentos Timemania Clubes de Futebol e Simples Nacional não foi possível o levantamento, pois sistematicamente ainda não houve a consolidação dos parcelamentos.

7.1.1 – Adequação do Sistema de Administração e Cobrança da Dívida Ativa da União - SIDA

Quanto à adequação do Sistema de Administração e Cobrança da Dívida Ativa da União-SIDA, a fim de se extrair os registros contábeis da dívida, foram efetuadas diversas reuniões com a STN - Secretaria do Tesouro Nacional, TCU - Tribunal de Contas da União e a empresa SERPRO. Os requisitos foram devidamente encaminhados para que o SERPRO apresentasse proposta de desenvolvimento da solução e cronograma de

atendimento, tendo sido indicada pela PGFN prioridade máxima para que ajuste fosse concretizado. No entanto, a empresa SERPRO devidamente instada pelo Ofício N.º 1468/PGFN/CTI, para manifestar o motivo do não atendimento do ajuste para a data de 29/06/2007, respondeu não ser possível o atendimento do prazo, devido a complexidade do desenvolvimento, que envolveria diversas alterações no sistema. Aquela empresa apresentou a estimativa de implementação para um prazo de 06(seis) meses adicionais contados da data anteriormente prevista, ou seja, para o final do ano de 2007.

Em dezembro/2007 a PGFN validou os mapas e os layouts para contabilização da dívida. Em 18 de janeiro de 2008 houve convalidação final pela STN e pelo TCU. Concluídas as etapas de homologação, as informações contábeis da Dívida Ativa da União serão alimentadas no SIAFI, pela STN, a partir de fevereiro/2008, com os dados contábeis registrados de 01 de Janeiro/2008 em diante, sendo que as informações no formato atual, foram devidamente encaminhadas em arquivo magnético para o TCU no início de Janeiro de 2008, correspondente ao fechamento do ano de 2007.

7.1.2 – Demonstrativos da Dívida Ativa da União – Exercício de 2007

Considerando os esclarecimentos acima, as informações apresentadas pela PGFN, até o exercício de 2007, têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a Coordenação Geral de Contas do Governo – GSCON/SFC/CGU procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas SIAFI/SIAFI Gerencial, estruturados em 11 colunas:

- Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;
- Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) em 31 de dezembro de 2007;
- Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (conta contábil 6.2.3.1.7.10.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (conta contábil 6.2.3.2.3.05.09);
- Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e não tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00) e a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00);
- Valores Recebidos e Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados da conta contábil 1.2.2.1.1.02.00;
- Valores Cancelados – registra o cancelamento dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2007 (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.01 e 5.2.3.1.7.10.30);
- Atualização Monetária – corresponde à diferença entre a Atualização Monetária da Dívida Ativa (conta contábil 6.2.3.2.3.04.01) e a respectiva baixa (conta contábil 5.2.3.2.3.04.01);
- Ajustes Financeiros e Não Financeiros – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10) e os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.3.00.00 e 5.2.3.8.3.00.00);
- Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão (conta contábil 5.2.3.1.7.10.32) e abatimentos/descontos (conta contábil 5.2.3.1.7.10.31);
- Diferenças – demonstra os valores originados por inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, seja pelo registro na conta do ativo realizável a longo prazo (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00), sem a contrapartida em conta de variação relacionada à Dívida Ativa ou, inversamente, pelo registro em contas de variação da Dívida Ativa sem a respectiva contrapartida na conta do ativo realizável a longo prazo (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00); e
- Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2007, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
AC	723.067.595,67	130.246.886,18	9.124.849,56	103.620.314,10	305.127,88	1.008.829,37	-7.463.459,18		-112.113,89	733.697.446,61
AL	5.543.265.987,94	790.112.449,46	38.811.631,58	524.079.675,26	71.640.594,00	12.127.438,47	-57.042.999,81			5.653.930.975,22
AM	7.616.357.527,08	147.388.587,43	46.137.602,10	-13.132.601,13	7.573.688,20	20.918.582,16	-5.860.344,73	1.645,21		7.738.224.017,56
AP	704.315.983,60	35.979.513,75	13.959.841,33	7.334.616,72		172.754,20	-2.821.086,73			716.352.706,77
BA	21.615.936.417,75	301.216.335,03	157.404.096,94	-154.162.763,13	14.614.935,23	78.800.461,54	-42.932.104,15	43.261,96		21.935.121.579,17
CE	11.038.408.534,04	185.278.336,21	89.818.461,34	-63.798.534,12	7.130.526,31	28.381.750,28	-50.253.675,81	2.123,35		11.168.662.367,84
DF	12.348.576.236,25	444.272.511,32	92.368.099,35	-45.281.862,98	168.694.490,05	39.254.963,45	-74.659.456,07	771,50		12.541.662.757,03
ES	8.817.614.744,39	156.058.700,88	71.778.524,33	-44.146.898,22	17.828.362,80	34.093.158,57	-9.784.935,41	1.375,06		8.952.520.304,46
GO	11.392.019.764,18	238.145.912,81	105.409.591,37	-70.378.082,41	9.404.885,94	31.467.316,75	-146.766.638,51	344,80		11.470.429.615,53
MA	4.574.410.109,23	108.541.612,92	36.331.977,51	-7.679.274,21	1.539.090,57	22.929.971,64	-16.431.604,72	2,14		4.659.258.293,06
MG	30.825.330.153,65	675.734.772,54	436.280.151,63	-423.896.250,90	134.819.024,15	212.574.486,02		23.998,15		31.566.412.489,18
MS	5.152.052.374,30	140.184.980,06	39.562.918,38	53.022.047,53	1.073.028,72	13.803.434,62	-6.458.046,33	598,35		5.205.924.149,67
MT	6.999.929.608,73	192.982.983,70	49.708.284,15	38.283.353,69	109.555.101,52	21.060.216,74	-3.849.442,49	14,36		7.012.576.612,96
PA	7.887.676.921,84	257.484.317,12	100.118.493,79	-72.375.763,89	79.193.367,42	28.899.780,35		794,50		8.067.124.127,49
PB	3.984.144.355,19	150.163.626,94	41.755.211,17	2.495.982,76	6.952.060,41	1.336.615,45	-89.169.003,41	618,10		3.995.271.721,73
PE	17.728.952.685,69	482.454.193,59	119.428.212,92	-104.597.772,73	32.151.584,00	66.090.414,72	-277.018.642,27	44,00	-128.718,24	17.953.367.865,30
PI	1.891.354.324,95	51.857.398,08	24.145.220,64	-5.160.359,77	13.770.161,04	14.662.936,46	-5.594.425,43	86,18		1.919.525.125,97
PR	27.463.642.454,51	520.441.073,09	222.068.937,22	-199.637.861,25	158.152.507,13	101.756.851,01	-71.269.744,46	1.426,69		27.833.985.624,36
RJ	77.345.830.015,06	1.212.469.137,24	1.836.627.786,05	-1.819.627.109,56	583.556.933,25	228.105.609,93		3.759.122,15	-11.854,17	78.182.076.176,17
RN	3.572.979.504,68	364.077.492,09	44.011.055,85	280.837.377,07	10.821.391,83	4.210.504,89		99,31		3.605.597.577,60
RO	2.631.575.397,22	161.813.129,01	25.370.475,60	-3.576.007,25	26.981.267,12	28.999.913,14	-1.440.337,56	27,73		2.772.172.338,61
RR	891.938.714,93	127.444.371,32	6.631.734,60	114.503.513,79	117.392,03		-10.619.124,61			887.511.321,22
RS	33.065.711.690,56	794.390.918,55	235.041.604,18	-84.811.300,31	333.577.512,41	74.748.767,65	-3.044,97	6.322,31	-562.895,15	33.450.471.298,05
SC	16.336.421.425,92	432.897.901,16	175.211.962,25	-143.675.856,93	140.623.625,35	64.526.225,18	-16.925.607,53	2.095,71		16.644.758.118,35
SE	2.290.159.713,21	117.594.128,25	21.590.896,10	30.983.189,68	24.032.382,70	24.703.550,10		51,12		2.355.850.871,96
SP	224.677.451.607,15	3.581.173.826,79	2.150.576.644,35	-2.141.511.511,86	443.899.178,97	1.130.116.501,70	80.675.533.414,59	45.673,43		309.611.020.010,23
TO	1.734.461.396,62	84.930.691,80	17.936.172,64	49.748.143,14	186.530,75	4.069.344,40	-6.692.888,60	5,89	-245.355,11	1.748.897.691,80
TOTAL	548.853.585.244,34	11.885.335.787,32	6.207.210.436,93	-4.192.541.596,91	2.398.194.749,78	2.288.820.378,79	79.772.476.801,81	3.890.502,00	-1.060.936,56	638.382.403.183,90

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 014/2007 - GSCON/SFC/CGU

Nota¹- As colunas "Saldo Anterior" e "Saldo Atual" são formadas pelas contas contábeis 1.1.6.1.0.00.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (curto prazo) e 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (longo prazo).

Nota² - A coluna "Valores Recebidos Não Baixados" refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa que não foram baixados da conta 1.2.2.1.1.02.00.

Nota³ - Os valores de R\$ -112.113,89, R\$ -128.718,24, R\$ -11.854,17 e R\$ -562.895,15 e R\$ -245.355,11, na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, pois correspondem a lançamentos efetuados em contas de variação relacionadas à Dívida Ativa, sem, porém, afetar a conta 1.2.2.1.1.02.00 – Créditos Inscritos em Dívida Ativa , como por exemplo, o registro efetuado pela UG/Gestão 373072/37201, INCRA/RS, por meio da 2007NL000485, de 11/10/07.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCEL...DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTO S E DESCONTOS	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
JUSTICA FEDERAL						331,87			-331,87	
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO		283.040,14								283.040,14
MINISTERIO DA FAZENDA	403.158.668.394,03	89.657.557,90	5.496.344.989,58	-5.494.156.425,75	264.004.975,75	25.413.489,71	80.675.533.414,59	3.684.036,25		483.679.395.280,40
MINISTERIO DA EDUCACAO	811.257.758,07	9.419.707,54		9.712,61	1.403.226,32	9.717.277,93	-3.044,97		29,73	828.978.789,37
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	261.836.491,94	76.096,29	15.528.133,58	-15.422.778,43	5.085.982,39	5.168,77				256.726.419,46
MINISTERIO DA JUSTICA			617.930,25	-617.930,25						
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	19.312.368,72	38.657.201,91		508.405,08	39.342,65	2.384,95				57.424.207,85
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	143.948.976.214,28	11.454.490.694,49	694.607.227,72	1.302.860.490,02	2.102.733.819,26	2.253.097.381,18	-903.053.567,81	206.465,75		152.653.102.719,39
MINISTERIO DA SAUDE	26.638.177,96	6.245.946,92	112.036,62	-62.774,57	210.868,35	584.344,38			-11.522,30	33.196.816,56
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	1.043.415,07	90.378,22								1.133.793,29
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	24.849.839,49									24.849.839,49
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	600.439.659,90	286.415.163,91	119,18	14.339.704,38	24.716.535,06				-486.187,24	847.312.277,95
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	562.924,88								-562.924,88	
TOTAL	548.853.585.244,34	11.885.335.787,32	6.207.210.436,93	-4.192.541.596,91	2.398.194.749,78	2.288.820.378,79	79.772.476.801,81	3.890.502,00	-1.060.936,56	638.382.403.183,90

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 014/2007 - GSCON/SFC/CGU

Nota¹- As colunas "Saldo Anterior" e "Saldo Atual" são formadas pelas contas contábeis 1.1.6.1.0.00.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (curto prazo) e 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (longo prazo).

Nota² - A coluna "Valores Recebidos Não Baixados" refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa que não foram baixados da conta 1.2.2.1.1.02.00.

Nota³ - Os valores de R\$ -331,87, R\$ 29,73, R\$ -11.522,30 e R\$ -486.187,24, na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, pois correspondem a lançamentos efetuados em contas de variação relacionadas à Dívida Ativa, sem, porém, afetar a conta 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa. O valor de R\$ -562.924,88 diz respeito a registro indevido efetuado pela UG/Gestão 373072/37201, INCRA/RS, por meio da 2007NL000485, de 11/10/07.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOUREIRO

UF	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
AC	503.853.451,18	7.665.542,85	-7.665.542,85				503.853.451,18
AL	3.391.849.508,03	29.800.974,47	-29.800.974,47				3.391.849.508,03
AM	5.688.882.375,36	39.015.031,56	-39.015.031,56				5.688.882.375,36
AP	567.206.393,50	13.099.017,49	-13.099.017,49				567.206.393,50
BA	17.318.298.203,05	145.482.437,54	-145.482.437,54				17.318.298.203,05
CE	8.124.290.479,82	70.665.589,85	-70.665.589,85				8.124.290.479,82
DF	7.980.768.878,60	79.771.769,14	-79.771.769,04				7.980.768.878,60
ES	6.872.131.759,52	59.277.573,56	-59.277.573,56				6.872.131.759,52
GO	8.647.411.907,66	87.070.463,50	-87.070.463,50				8.647.411.907,66
MA	3.243.662.906,83	31.485.917,30	-31.485.917,30				3.243.662.906,83
MG	22.482.728.375,05	391.324.010,17	-391.324.010,17				22.482.728.375,05
MS	4.070.451.832,45	35.265.107,27	-35.265.107,27				4.070.451.832,45
MT	5.285.238.886,51	44.223.180,53	-44.223.180,53				5.285.238.886,51
PA	6.022.192.427,95	77.202.922,65	-77.202.922,65				6.022.192.427,95
PB	2.864.131.288,91	34.462.232,99	-34.462.232,99				2.864.131.288,91
PE	13.711.700.719,29	100.894.867,99	-100.894.867,99				13.711.700.719,29
PI	1.495.830.169,67	20.629.419,05	-20.629.419,05				1.495.830.169,67
PR	20.660.887.066,66	187.681.163,26	-187.681.163,26				20.660.887.066,66
RJ	55.340.219.674,63	1.751.130.558,80	-1.751.130.558,80	331,87		331,87	55.340.219.674,63
RN	2.565.748.452,87	37.835.498,29	-37.835.498,29				2.565.748.452,87
RO	1.777.945.284,34	18.121.106,84	-18.121.106,84				1.777.945.284,34
RR	683.964.303,32	6.118.995,67	-6.118.995,67				683.964.303,32
RS	23.432.224.017,19	186.771.691,43	-186.771.691,43				23.432.224.017,19
SC	10.572.281.893,62	132.172.117,29	-132.172.117,29				10.572.281.893,62
SE	1.586.261.696,31	19.525.798,56	-19.525.798,56				1.586.261.696,31
SP	165.351.297.945,05	1.875.967.768,21	-1.875.967.768,31		80.675.533.414,59		246.026.831.359,64
TO	1.437.198.257,96	14.104.864,02	-14.104.864,02				1.437.198.257,96
TOTAL	401.678.658.155,33	5.496.765.620,28	-5.496.765.620,28	331,87	80.675.533.414,59	331,87	482.354.191.569,92

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 014/2007 - GSCON/SFC/CGU

Nota¹ - As colunas "Saldo Anterior" e "Saldo Atual" são formadas pelas contas contábeis 1.1.6.1.0.00.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (curto prazo) e 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (longo prazo).

Nota² - A coluna "Valores Recebidos Não Baixados" refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa que não foram baixados da conta 1.2.2.1.1.02.00.

Nota³ - O valor de R\$ 331,87, na coluna "Diferenças", refere-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, pois corresponde a lançamentos efetuados na conta de variação relacionada à Atualização Monetária da Dívida Ativa, sem, porém, afetar a conta 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa, efetivados pela UG/Gestão 090028/00001, por meio das 2007NL000675 e 2007NL000677, de 27/12/07.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURE

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA	AJUSTES FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
JUSTICA FEDERAL				331,87		331,87	-331,87
MINISTERIO DA FAZENDA	401.678.658.155,33	5.496.035.653,41	-5.496.035.653,41		80.675.533.414,59		482.354.191.569,92
MINISTERIO DA JUSTICA		617.930,25	-617.930,25				
MINISTERIO DA SAUDE		112.036,62	-112.036,62				
TOTAL	401.678.658.155,33	5.496.765.620,28	-5.496.765.620,28	331,87	80.675.533.414,59	331,87	482.354.191.569,92

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 014/2007 - GSCON/SFC/CGU

Nota¹ - As colunas "Saldo Anterior" e "Saldo Atual" são formadas pelas contas contábeis 1.1.6.1.0.00.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (curto prazo) e 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa (longo prazo).

Nota² - A coluna "Valores Recebidos Não Baixados" refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa que não foram baixados da conta 1.2.2.1.1.02.00.

Nota³ - O valor de R\$ 331,87, na coluna "Diferenças", refere-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, pois corresponde a lançamentos efetuados na conta de variação relacionada à Atualização Monetária da Dívida Ativa, sem, porém, afetar a conta 1.2.2.1.1.02.00 - Créditos Inscritos em Dívida Ativa, efetivados pela UG/Gestão 090028/00001, por meio das 2007NL000675 e 2007NL000677, de 27/12/07.

7.2. AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

7.2.1. BANCO DO BRASIL S.A.

BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (BB)

Os Centros Culturais Banco do Brasil – CCBB representam a grande contribuição da Instituição para a ação *Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural*. Foram realizados 1.633 eventos nas áreas de artes plásticas, artes cênicas, cinema e vídeo, música, idéias e programa educativo, com investimentos de R\$ 26.813.831,80. No período, exposições como Lusa, Os Trópicos, China Contemporânea, Yoko Ono, Fernando Sabino, Antonio Manuel destacaram a qualidade dos projetos patrocinados pelo Banco do Brasil.

Em 2007 o Banco do Brasil aprovou a substituição da marca Circuito Cultural Banco do Brasil para Centro Cultural Banco do Brasil Itinerante, projeto que leva a cultura às praças onde não estão instalados os CCBB. Foram realizadas naquele ano 7 etapas de 12 dias de duração, nas cidades de Goiânia, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Belém, Belo Horizonte, Curitiba e 2 etapas de 7 dias de duração nas cidades de Ribeirão Preto e Araraquara. Totalizaram 257 eventos com investimento de R\$ 5.794.806,00. Em 2008 os Centros Culturais BB e suas itinerâncias manterão a estratégia de continuar sendo pólo de reflexão em cultura. Estão previstas 24 itinerâncias a serem realizadas em cidades localizadas em todos os estados brasileiros.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	1.218.447,68	104
fevereiro/07	1.022.533,02	78
março/07	2.984.022,69	182
abril/07	2.801.255,81	133
maio/07	3.528.967,55	178
junho/07	3.277.004,56	133
julho/07	2.647.161,74	131
agosto/07	3.159.872,78	143
setembro/07	2.989.999,63	128
outubro/07	1.718.795,79	133
novembro/07	3.135.939,31	205
dezembro/07	4.124.637,24	85
Total Realizado	32.608.637,80	1633
Total Previsto Ano	35.000.000,00	442
Varição %	93,2 %	369,5 %

Fonte: BB/Diretoria de Marketing e Comunicação

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

O valor investido pelo BB em cultura no ano de 2007 totaliza R\$ 32.608.637,80 (trinta e dois milhões, seiscentos e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), 6,8 % menos que o inicialmente previsto, R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões) para o período. Tal diferença ocorreu por conta de negociações realizadas na contratação dos eventos.

Em relação ao número de eventos a serem realizados em 2007 houve um aumento de 369,5%, ou seja, 442 eventos foram previstos e 1.633 foram efetivamente executados. A diferença deve-se ao fato do alinhamento promovido pela estratégia de atuação adotada pelo Banco do Brasil naquele ano, quando aprovou a marca Centros Culturais Banco do Brasil e suas itinerâncias, em substituição ao Circuito Cultural Banco do Brasil. Realizaram-se projetos nas diversas áreas culturais (exposições, dança, teatro, música, programas educativos, etc.) o que gerou um aumento representativo no número de eventos, uma vez que passaram a ser contabilizados unitariamente. Dessa forma, o Circuito Cultural Banco do Brasil que anteriormente contava como um evento, passou a representar uma média de 27 eventos por etapa.

A atuação em marketing cultural promovida pelo Banco do Brasil está em sintonia com as propostas sociais do Governo Federal de levar a arte a todas as regiões do País através do Centro Cultural Banco do Brasil e suas itinerâncias e oferecer à sociedade em geral, notadamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, cidades onde estão instalados os CCBB, eventos culturais a preços acessíveis. Destaca-se também a contribuição dos projetos para o desenvolvimento da sociedade local em virtude dos empregos gerados e o trabalho realizado nas escolas da rede pública, onde é oferecido o Programa Educativo aos alunos.

AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Concessão de Crédito para Agricultores Familiares – Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf/Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

Treinamento de funcionários, simplificação do processo de crédito, participação no desenvolvimento do programa de formação de ADR - Agentes de Desenvolvimento Rural, integração do Pronaf ao investimento social privado desenvolvido pelo Banco – DRS-Desenvolvimento Regional Sustentável e eventos internos e externos para divulgação e operacionalização do Pronaf (eventos com entidades governamentais, órgãos de assistência técnica, sindicatos, associações e federações de classe). Houve superação das metas de volume físico e financeiro.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	128.861.296	28.731
fevereiro/07	107.945.538	20.136
março/07	159.468.586	24.232
abril/07	164.364.512	21.171
maio/07	189.948.272	25.279
junho/07	121.549.762	17.756
julho/07	1.881.659	784
agosto/07	14.335.552	4.289
setembro/07	50.279.773	3.318
outubro/07	194.624.614	13.255
novembro/07	203.116.063	13.839
dezembro/07	156.027.266	11.132
Total Realizado	1.492.402.893	183.922
Total Previsto Ano	409.000.000	250.000
Variação %	364,9 %	73,6%

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	DEMAIS		PEQUENO		MINI		COOPERATIVAS		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	
Agronegócio	136.130	6	1.118.952.935	73.154	363.316.257	110.747	9.997.571	15	1.492.402.893
Soma (R\$)	136.130	6	1.118.952.935	73.154	363.316.257	110.747	9.997.571	15	1.492.402.893

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

Desenvolvimento das atividades rurais dos mini e pequenos produtores, proporcionando o aumento da renda e a geração de empregos no campo. O Programa é composto por linhas de crédito de custeio e investimento, destinado a mini e pequenos produtores rurais, podendo os recursos serem utilizados de forma individual ou coletiva. Além dos recursos do FAT, o Pronaf utiliza outras fontes, tais como: Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, Manual do Crédito Rural - MCR 6.2, Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé e Tesouro Nacional.

ABASTECIMENTO AGRO-ALIMENTAR

Concessão de Crédito Rural

Foram desenvolvidas ações de melhorias no processo de concessão do crédito rural, refinanciamento de dívidas dos produtores rurais e tratamento diferenciado para produtores que adotam práticas de preservação ambiental (reserva legal e integração lavoura-pecuária) e técnicas de rastreabilidade. Os resultados alcançados foram satisfatórios.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	521.243.464	7.539
fevereiro/07	486.858.651	7.395
março/07	753.373.504	11.654
abril/07	766.958.916	11.527
maio/07	1.012.112.959	40.351
junho/07	962.196.852	47.678
julho/07	321.035.596	23.830
agosto/07	1.149.472.170	23.099
setembro/07	1.671.631.846	30.758
outubro/07	1.845.230.252	27.189
novembro/07	1.247.981.048	17.452
dezembro/07	711.454.959	9.311
Total Realizado	11.449.550.217	257.783
Total Previsto Ano	10.000.000.000	317.088
Variação %	114,5 %	81,3 %

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	GRANDE		MÉDIO		MICRO/MINI/ PEQUENO		COOPERATIVAS		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	
Agronegócio	10.211.204.942	158.630	619.882.598	96.993	32.096.504	1.884	586.366.172	276	11.449.550.216
Soma (R\$)	10.211.204.942	158.630	619.882.598	96.993	32.096.504	1.884	586.366.172	276	11.449.550.216

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

Dentre os benefícios auferidos à sociedade estão: geração de emprego e renda, garantia de produção de alimentos a preços acessíveis e contribuição para a Balança Comercial.

Negócios com Cooperativas

Tem por objeto a adequação e divulgação de produtos e serviços que atendem cooperativas do agronegócio, bem como patrocínio/participação a eventos do segmento e formalização de parcerias com cooperativas agropecuárias com a finalidade de disseminar e incentivar a utilização dos mecanismos de garantia de preços agropecuários e de moedas.

Do montante aplicado (R\$ 1,297 bilhão) destacamos os valores aplicados em custeio agropecuário R\$ 604 milhões e EGF – Empréstimos do Governo Federal R\$ 246 milhões. Os financiamentos, embora contratados com cooperativas, visam, principalmente, o atendimento de seus cooperados nas suas necessidades de custeio, investimento e comercialização.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	100.085.230	63
fevereiro/07	80.056.836	60
março/07	115.260.584	66
abril/07	70.797.013	66
maio/07	148.227.459	71
junho/07	74.608.764	75
julho/07	112.377.882	58
agosto/07	87.832.273	52
setembro/07	73.823.915	55
outubro/07	168.703.790	78
novembro/07	186.512.043	68
dezembro/07	79.576.766	48
Total Realizado	1.297.862.555	760
Total Previsto Ano	1.400.000.000	608
Variação %	92,7 %	125,0%

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

Financeiro: valor Contratado

Físico: operações contratados

Informamos que a previsão inicial de meta física desta ação foi informada com a quantidade de cooperados atendidos (13.000). Como a meta física refere-se à quantidade de operações contratadas com as cooperativas e não ao número de cooperados atendidos, corrigimos a previsão inicial para 608.

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	COOOERATIVAS		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	
Agronegócio	1.297.862.555	760	1.297.862.555
Soma (R\$)	1.297.862.555	760	1.297.862.555

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema Siagro

O atendimento das necessidades creditícias dos produtores rurais, por intermédio de suas cooperativas, permite-lhes desenvolver suas atividades agropecuárias, gerando riqueza para o segmento e maior disponibilidade de alimentos para a população.

Negócios Eletrônicos – Agronegócios-e

Atuação junto a rede de agências para incentivar o comércio eletrônico. As metas foram superadas como resultado de forte atuação da rede de agências no cumprimento de estratégia corporativa que previu o incentivo ao comércio eletrônico, com a liberação de financiamentos concomitantes.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	110.440.387	2.914
fevereiro/07	109.400.815	2.795
março/07	167.911.875	5.574
abril/07	173.424.873	5.229
maio/07	170.634.714	5.534
junho/07	161.160.323	4.815
julho/07	83.671.699	2.169
agosto/07	135.764.980	3.285
setembro/07	314.025.907	9.938
outubro/07	441.026.512	14.538
novembro/07	39.641.788	554

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
dezembro/07	22.629.401	1
Total Realizado	1.929.733.274	57.346
Total Previsto Ano	1.303.702.000	55.805
Variação %	148,0 %	102,8 %

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/Sistema BEL

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

Não se trata de linha de crédito, mas de um serviço oferecido aos produtores rurais e fornecedores para a compra e venda de produtos utilizados na agropecuária. O Sistema do Banco utilizado para negócios eletrônicos não dispõe de informações por porte e ramo do participante.

Dentre os benefícios auferidos destaca-se a oportunidade de obtenção de preços vantajosos na compra e venda de produtos agropecuários.

Comercialização de Produtos via Mercado de Opções e Futuro – (BB Garantia de Preço)

Treinamento de 460 funcionários do Banco localizados/envolvidos com o segmento agropecuário, na BM&F – SP, direcionado aos mecanismos de proteção de preços em bolsas de mercadorias, e disseminação dos mecanismos de proteção de preços para a rede de agências do Banco, nas principais regiões produtoras do País.

Recursos físicos com incremento de 167,2 % em virtude da massificação das informações, treinamentos realizados e amadurecimento dos usuários sobre a necessidade de proteção de preços de suas produções.

Recursos financeiros com incremento de 12,2 % em virtude das oscilações de preços dos produtos agropecuários. Os recursos financeiros se referem à proteção proporcionada pelas operações realizadas pelos clientes do Banco nas bolsas de mercadorias (não significam desembolsos financeiros – empréstimos).

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	17.051.954	1.187
fevereiro/07	58.497.350	3.010
março/07	16.125.647	982
abril/07	28.848.339	1.760
maio/07	24.592.674	1.630
junho/07	44.008.308	2.361
julho/07	24.183.210	1.655
agosto/07	64.165.688	3.682
setembro/07	92.972.242	4.032
outubro/07	57.549.437	3.177
novembro/07	83.307.993	4.041
dezembro/07	50.793.962	2.706
Total Realizado	562.096.804	30.223
Total Previsto Ano	501.127.000	11.312
Variação %	112,2 %	267,2 %

Fonte: BB/Diretoria de Finanças/Gerência de Operações Financeiras e Diretoria de Mercado de Capitais

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

Operações com Cédula do Produtor Rural - CPR

Foram desenvolvidas ações de implementação de melhorias e simplificações no processo operacional, imprimindo maior agilidade no atendimento ao cliente.

A elevação do nível de endividamento dos produtores, em função dos problemas vividos nas safras anteriores (aviltamento de preços, desvalorização cambial, maiores custos de produção, problemas climáticos

e pragas), impactaram diretamente as operações de CPR que ficaram abaixo do previsto do ano. A maior disponibilização de recursos com taxas controladas também contribuiu para essa redução.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	130.794.377	2.216
fevereiro/07	131.477.149	2.033
março/07	148.240.479	2.295
abril/07	118.797.228	1.689
maio/07	99.548.623	1.511
junho/07	81.961.537	1.225
julho/07	85.609.659	1.236
agosto/07	103.638.332	1.256
setembro/07	90.265.647	1.179
outubro/07	108.160.327	1.511
novembro/07	123.501.515	1.586
dezembro/07	192.892.337	2.414
Total Realizado	1.414.887.210	20.151
Total Previsto Ano	2.500.000.000	35.600
Variação %	56,6 %	56,6 %

Fonte: BB/Diretoria de Agronegócios/CDR

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

A CPR é um instrumento que vem sendo muito utilizado, principalmente por médios e grandes produtores e cooperativas, para atender suas necessidades de crédito não atendidas pelo crédito rural tradicional (recursos controlados), os quais, em função do seu porte, necessitam de capital de giro adicional, com prazo compatível com o da realização de suas receitas, para a compra antecipada de insumos, complemento das necessidades de custeio e outras finalidades não previstas na regulamentação do crédito rural.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Capacitação para Empresários Exportadores – BB PAE

Priorização da iniciativa mediante inclusão de metas específicas no Acordo de Trabalho das Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior (GECEX); desenvolvimento de ações de venda por parte das GECEX, direcionadas a associações de classe e instituições de ensino bem como convênios com órgãos governamentais; inclusão dos treinamentos no Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), sem ônus para a empresa participante; disponibilização de informações sobre os treinamentos no portal do Banco na Internet; atualização dos módulos e disponibilização de treinamentos customizados, permitindo atender tempestivamente a demanda do mercado por informações atualizadas, de acordo com as mudanças na Legislação; criação do novo módulo de treinamento Exportação de Serviços, mediante convênio com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC.

A meta foi superada em 107,7% em virtude do foco administrativo direcionado pelo Banco ao incremento de eventos de treinamento em todo o País.

Também, o grande interesse do público a respeito das mudanças implementadas pelo Governo Federal nos normativos de câmbio e comércio exterior e as alterações promovidas na regulamentação das Cartas de Crédito, através da Publicação 600.

Em 2007 foram treinados 800 empresários, gratuitamente, através do Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), além de vários servidores da Receita Federal, MDIC e outros órgãos governamentais, interessados principalmente no módulo de Práticas Cambiais.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	20.276,27	329
fevereiro/07	43.017,74	698
março/07	68.717,45	1.115
abril/07	68.963,97	1.119
maio/07	127.019,43	2.061
junho/07	94.663,68	1.536
julho/07	65.266,17	1.059
agosto/07	74.140,89	1.203
setembro/07	73.093,18	1.186
outubro/07	78.763,14	1.278
novembro/07	60.459,03	981
dezembro/07	19.105,30	310
Total Realizado	793.486	12.875
Total Previsto Ano	382.044	6.199
Variação %	207,7 %	207,7 %

Fonte: BB/Diretoria de Comércio Exterior

Financeiro: valor investido em treinamento

Físico: quantidade de empresários capacitados

Os benefícios auferidos pela sociedade foram: o desenvolvimento do comércio exterior; a disseminação da cultura exportadora e a melhoria dos níveis de capacitação, emprego e renda da população.

Financiamento à Exportação

Foram desenvolvidas as seguintes ações: Expansão do Projeto de Indução de Negócios de Câmbio e Comércio Exterior com o Pilar Varejo, no qual se redefiniu limites de crédito e taxas de juros para empresas de pequeno porte, ampliação dos valores contratados pelos canais eletrônicos para contratação de operações: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues - ACE via Internet com assinatura digital dos contratos de câmbio, solução exclusiva do Banco do Brasil. Abertura da contratação de ACC de serviços pelo canal internet e contratação de operações de ACE com Seguro de Crédito à Exportação, apólices de novas seguradoras.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	2.002.236.919	2.125
fevereiro/07	2.128.838.769	2.218
março/07	2.660.717.648	2.302
abril/07	3.028.334.304	2.483
maio/07	2.766.769.368	2.539
junho/07	2.489.651.121	2.359
julho/07	3.366.077.371	2.401
agosto/07	2.693.931.160	2.707
setembro/07	1.371.317.441	1.767
outubro/07	2.371.834.154	2.060
novembro/07	2.643.221.981	2.387
dezembro/07	1.719.501.862	1.703
Total Realizado	29.242.432.097	27.051
Total Previsto Ano	17.357.721.000	21.915
Variação %	168,5 %	123,4 %

Fonte: BB/Diretoria de Comércio Exterior

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

Dentre os benefícios auferidos pela sociedade estão a disponibilidade de recursos na concessão de ACC/ACE, que possibilita às empresas exportadoras financiar sua produção com aumento da competitividade internacional dos produtos brasileiros, bem como propicia o aquecimento da atividade econômica, mitigação de

riscos nas vendas ao exterior por meio do Seguro de Crédito à Exportação e o aumento do acesso às linhas de crédito pelas empresas de pequeno porte a partir do Projeto Varejo, da disponibilização de canais alternativos para a contratação das operações de ACC/ACE.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Capital de Giro)

Foram desenvolvidas as seguintes ações: manutenção de encargos financeiros competitivos, definição de parâmetros automatizados para utilização de taxas nas operações de BB Capital de Giro Mix Pasep e BB Giro Décimo Terceiro Salário, flexibilizadas em função do relacionamento com o cliente, ampliação do prazo de pagamento na linha de crédito BB Giro Décimo Terceiro Salário para 13 meses, relançamento das linhas Fat Giro Setorial e BB Giro Décimo Terceiro Salário.

A superação do volume financeiro previsto para 2007, em 29,3%, teve como principais fatores a prática de taxas de juros competitivas, a automatização na atribuição de encargos financeiros em função do relacionamento com o cliente, flexibilização das condições de exigência de garantias com o intuito de facilitar o acesso ao crédito, a disponibilização de vários canais para liberação dos recursos e o investimento na qualificação dos funcionários envolvidos na negociação/venda dos produtos de crédito do Banco.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	19.702.190.320	1.434.917
fevereiro/07	19.906.102.269	1.425.490
março/07	20.219.955.740	1.437.844
abril/07	20.483.717.759	1.448.268
maio/07	20.686.272.960	1.460.853
junho/07	21.076.340.503	1.470.238
julho/07	21.243.409.639	1.475.316
agosto/07	21.735.755.083	1.490.791
setembro/07	22.198.200.646	1.500.625
outubro/07	22.687.603.876	1.522.662
novembro/07	23.351.270.690	1.542.777
dezembro/07	23.541.927.979	1.549.858
Total Realizado	23.541.927.979	1.549.858
Total Previsto Ano	18.204.250.000	1.467.604
Variação %	129,3%	105,6 %

Fonte: BB/Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Financeiro: saldo de operações

Físico: total de operações contratadas (acumulado)

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	MICRO/ MINI/ PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	
Indústria/Comércio/Serviços	23.541.927.979	1.549.858	23.541.927.979
Soma (R\$)	23.541.927.979	1.549.858	23.541.927.979

Fonte: BB/Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

As linhas de crédito que compõem a presente ação destinam-se ao suprimento das necessidades de capital de giro das micro e pequenas empresas. A facilidade do acesso ao crédito, cuja utilização dos recursos pode ser feita por meio de canais alternativos – *Internet* (Gerenciador Financeiro), Terminais de Auto Atendimento (TAA), Central de Atendimento BB –, bem como por meio das agências, proporciona mais agilidade na utilização do crédito, contribuindo para o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Em 2007, para o segmento de Micro e Pequenas Empresas, houve incremento de R\$ 3,86 bilhões nos volumes contratados, crescimento de 19,6%, em relação a dezembro de 2006, com destaque para os R\$ 2,1

bilhões na linha BB Giro Rápido, R\$ 676 milhões em operações com Recebíveis e R\$ 202 milhões na linha BB Capital de Giro Mix Pasep.

As linhas de crédito para capital de giro visam atender às necessidade financeiras de curto e médio prazos das empresas, sendo a origem dos recursos:

- Linhas de crédito de Recebíveis: Desconto de Cheques e Desconto de Títulos (recursos de Conta Própria) e ACL (recursos do FAT e de Conta Própria) - R\$ 6.055.505.358,00 - saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito: BB Giro Rápido (recursos do FAT e de Conta Própria) - R\$ 13.200.790.250,00 - valor contratado no final do período;
- Linha de crédito: BB Giro Automático (recursos do FAT e de Conta Própria) - R\$ 286.150.620,00 - valor contratado no final do período;
- Linha de crédito: Cheque Ouro Empresarial, BB Capital de Giro e Conta Garantida (recursos do Pasep e de Conta Própria) - R\$ 1.973.770.195,00 - saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito: FAT Giro Setorial (recursos do FAT) - R\$ 584.379.915,00 – saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito: BB Giro Décimo Terceiro Salário (recursos do Pasep e de Conta Própria) - R\$ 425.317.528,00 - saldo das operações no final do período; e
- Linha de crédito: BB Capital de Giro Mix Pasep (recursos do Pasep e de Conta Própria) - R\$ 1.016.014.113,00 - saldo das operações no final do período.

Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Investimento)

Continuidade do Programa de Financiamentos de Investimentos, cujo objetivo primordial é promover o desenvolvimento sustentado do segmento de micro e pequenas empresas, mediante o financiamento de projetos de expansão das atividades e melhoria do processo produtivo das empresas.

Nesse sentido, foram promovidas ações de orientação e estímulo ao financiamento de investimentos, bem como realizadas melhorias negociais e operacionais nas linhas de crédito, com destaque para:

- Cartão BNDES, foram flexibilizadas as garantias exigidas e o prazo da operação. Foram realizados diversos encontros com empresários e fornecedores na Região Sudeste, denominados Fóruns de Negócios, que contaram também com a participação do BNDES e diversas entidades representativas do segmento. O processo de acolhimento, análise, deferimento e formalização foi automatizado, possibilitando agilidade na contratação das operações;
- Finame Empresarial, foi desenvolvida estratégia de direcionamento negocial para incrementar a aplicação dos repasses dos recursos do BNDES, dentre as quais a criação de teto pré-avaliado para contratação e a flexibilização do “del credere” do Banco; e
- Ainda, no primeiro semestre de 2007, foram treinados em operações de financiamento 5.624 funcionários envolvidos com o atendimento das micro e pequenas empresas.

O desvio da meta financeira em 60,1% deve-se as ações desenvolvidas ao longo do último ano que buscavam estimular os negócios, bem como pelo cenário macroeconômico favorável aos investimentos.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	1.375.282.352	27.977
fevereiro/07	1.401.397.034	29.064
março/07	1.417.929.234	30.622
abril/07	1.476.493.310	31.622
maio/07	1.535.772.357	32.811
junho/07	1.624.525.541	34.954
julho/07	1.697.785.349	37.600
agosto/07	1.777.827.181	39.940
setembro/07	1.873.147.636	42.862

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
outubro/07	2.005.777.741	45.741
novembro/07	2.084.341.637	47.757
dezembro/07	2.147.522.091	49.106
Total Realizado	2.147.522.091	49.106
Total Previsto Ano	1.341.822.890	25.191
Variação %	160,1%	194,9 %

Fonte: BB/Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Financeiro: saldo de operações

Físico: total de operações contratadas (acumulado)

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	MICRO/ MINI/ PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	
Indústria/Comércio/ Serviços	2.147.522.091	49.106	2.147.522.091
Soma (R\$)	2.147.522.091	49.106	2.147.522.091

Fonte: BB/Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

O crédito de longo prazo utilizado para investimento favorece a adequação do fluxo de caixa das empresas no decorrer do período, contribui para a ampliação e manutenção do empreendimento, geração de emprego e renda de forma sustentável e favorece a capacidade produtiva do País. A ação tem por finalidade financiar projetos de investimentos que proporcionem a criação, ampliação ou modernização do empreendimento, sendo a origem dos recursos:

- Linha de crédito BNDES: recursos do BNDES – R\$ 136.914.205 - saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito Finame: recursos do BNDES – R\$ 490.023.867 - saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito FCO: recursos do FCO – R\$ 884.706.462 - saldo das operações no final do período;
- Linha de crédito Cartão BNDES: recursos do BNDES – R\$ 320.256.742 - saldo das operações no final do período; e
- Linha de crédito Leasing: recurso de Conta Própria – R\$ 315.620.815 - saldo das operações no final do período.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS E INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

Buscou-se manter as condições operacionais das dependências por meio de melhorias na eficiência operacional e na manutenção preventiva. Foram realizadas também a adequação de estruturas, além da instalação de dispositivos de combate a incêndio, relacionados à melhoria da segurança, e obras de melhoria de acessibilidade em 3.696 dependências em respeito ao direito de ir e vir.

Foram realizadas obras e reformas, e adquiridos ativos de informática para manutenção dos pontos de atendimento do Banco, no montante de R\$ 319.736 mil, equivalendo à realização de 55,2% do valor previsto.

Buscou-se manter as condições operacionais das dependências com um investimento menor, visto que o processo de manutenção preventiva dispensa menor volume de investimento em relação à intervenção corretiva.

Esses eventos proporcionaram melhora na qualidade do atendimento e na ambiência para clientes, colaboradores e satisfação ao consumidor bancário, favorecendo a aproximação do Banco do Brasil às áreas de produção e comércio.

As obras em agências, postos de atendimento e demais dependências do Banco do Brasil serviram para impulsionar a utilização de mão-de-obra de construção civil, gerando empregos em vários pontos do País.

Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

Foram realizadas obras, reformas e aquisições de equipamentos de uso, de informática e segurança para a instalação de novos pontos de atendimento bancário.

O Banco do Brasil previa a instalação de 1.126 pontos de atendimento, sendo que 120 seriam agências. Porém, a quantidade atingida foi de 609 pontos, sendo 35 novas agências. Esta Ação imobilizou o montante de R\$ 29.229 mil, equivalendo a uma realização de 22,8% do valor previsto.

Os novos pontos de atendimento permitiram a disseminação do crédito em regiões carentes de serviços bancários e proporcionaram maior conforto e comodidade no atendimento a seus clientes e à população.

Modernização de Pontos de Atendimento Bancário

Foram automatizados os serviços de atendimento ao público por meio da instalação de 1.014 terminais dispensadores de senha e terminais de chamada ao cliente, além da realização de obras para adequação ao novo modelo de relacionamento com clientes.

Parte do recurso do projeto de atendimento automático, direcionado à instalação de terminais dispensadores de senha e terminais de chamada ao cliente, foi bem sucedida com a instalação de todo o parque previsto para o ano de 2007.

Esta Ação alcançou o montante de R\$ 6.248 mil, equivalendo a uma realização de 39,9% do valor previsto e proporcionou melhorias no atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência e redução no tempo estimado para atendimento à população (filas), conforme determinação legal.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

A atualização do parque tecnológico contou com investimentos para a central de atendimento BB, o processamento do site central do BB com a expansão da capacidade de armazenamento, a ferramenta de apoio à tomada de decisões e gerenciamento de dados, a substituição de microcomputadores, e sistemas de comunicação e transmissão de dados.

Foram adquiridos servidores de grande e médio porte, sistemas de discos e respectivos softwares de gerenciamento que contribuem para a garantia da continuidade e expansão dos negócios do Banco e foram substituídos cerca de 13,2 mil microcomputadores obsoletos, melhorando a qualidade do atendimento às demandas dos clientes e processos internos. A substituição de microcomputadores possibilitou a doação de equipamentos para instituições e escolas que apoiam o desenvolvimento de comunidades carentes.

Adquiridos equipamentos para expansão de mais 1.799 novas posições de Central de atendimento do BB, que contribuem para aumentar a capacidade de atendimento para 750 mil ligações/dia.

Realizado o montante de R\$ 242.704 mil, equivalendo a uma realização de 88,3% do valor previsto.

Serão oferecidos serviços bancários com qualidade, segurança e garantia de satisfação aos clientes e à população em geral. Haverá, ainda a possibilidade de implementação de novos serviços bancários, conforme demanda da sociedade.

Instalação de Bens Imóveis

Houve o início do projeto de construção do prédio para abrigar o ICI 2 (Instalações Centrais de Informática).

Foi realizado o montante de R\$ 12.113 mil, referente à aquisição de geradores e no-breaks de grande porte equivalendo a uma realização de 20,5% do valor previsto.

A sociedade será beneficiada com a melhoria e expansão dos serviços prestados pelo Banco, por meio de informações com maior disponibilidade, confiabilidade e confidencialidade.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Realizadas a reposição e a complementação do enxoval das dependências do Banco, incluindo equipamentos de uso e de segurança, utensílios e mobiliário. Foram também aparelhados os Centros Culturais Banco do Brasil - CCBB.

Houve a reposição e a complementação parcial do enxoval para a rede de apoio do Banco e a implantação de novos sistemas de segurança nas centrais de valores.

Realizado o montante de R\$ 14.229 mil, equivalendo a uma realização de 39,2% do valor previsto.

As aquisições dos equipamentos de segurança contribuem para garantir a imagem de solidez do Banco frente a acionistas, colaboradores e à população em geral, e contribuem, ainda, para o bom funcionamento das dependências do banco e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento à sociedade.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Realizadas intervenções em obras e reformas em imóveis do conglomerado do Banco do Brasil, visando a adequação da infra-estrutura das unidades estratégicas e da rede de apoio, assim como a preservação das condições físicas dos imóveis de uso. Houve também a substituição de equipamentos (incorporados aos imóveis) defasados ou em fim de vida útil.

Buscou-se manter as condições operacionais das dependências com um investimento inferior ao projetado por meio de melhorias na eficiência operacional e na manutenção preventiva que dispensa menor volume de investimento em relação à corretiva.

Realizado o montante de R\$ 64.315 mil, equivalendo a uma realização de 42,9% do valor previsto.

As obras nas unidades estratégicas e na rede de apoio do Banco do Brasil serviram para impulsionar a utilização de mão-de-obra de construção civil, gerando empregos em vários pontos do país e melhora na qualidade e agilidade dos serviços prestados à sociedade.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS FIXOS 2007

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	FINANCEIRO			FÍSICO		
	PROGRAMADO	REALIZADO	ATINGIDO	PROGRAMADO	REALIZADO	ATINGIDO
Instalação de Pontos de Atendimento Bancários	128.334	29.229	22,8%	1.126	609	54,1%
Modernização de Pontos de Atendimento Bancários	15.665	6.248	39,9%	3.730	1.014	27,2%
Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento	579.784	319.736	55,2%			
Instalação de Bens Imóveis	59.201	12.113	20,5%	3	2	66,7%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	36.324	14.229	39,2%			
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	274.949	242.704	88,3%			
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	150.086	64.315	42,9%			
TOTAL	1.244.344	688.574	55,3%			

Fonte: BB/Sistema ORF, Diretoria de Logística, Diretoria de Distribuição e Unidade Alta Renda.

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Financiamento de Longo Prazo para Cadeias Produtivas do País

Financiamento de projetos de investimento, máquinas e equipamentos, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo Constitucional para Financiamento do

Centro Oeste (FCO) e da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos nos setores de indústria, comércio e prestação de serviços.

O desvio em relação ao orçamento refere-se à contratação de operações pontuais de grande vulto, de clientes tradicionais, não esperadas; à ausência de recursos de outras fontes, a exemplo do FAT e à inclusão de desafios no BB, com foco na origemação e estruturação de operações de investimentos de longo prazo.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	155.789.421	467
fevereiro/07	151.894.374	645
março/07	167.086.643	700
abril/07	244.373.713	772
maio/07	319.800.327	990
junho/07	456.680.419	1.341
julho/07	352.957.968	1.287
agosto/07	249.156.745	1.213
setembro/07	233.100.096	1.416
outubro/07	705.438.234	2.257
novembro/07	300.234.770	1.034
dezembro/07	325.448.385	677
Total Realizado	3.661.961.095	12.799
Total Previsto Ano	1.881.290.000	8.040
Variação %	194,7 %	159,2 %

Fonte: BB/Sistema XER e COP

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

Os benefícios auferidos pela sociedade foram o apoio e desenvolvimento de diversos segmentos, gerando empregos para a sociedade. Os valores financeiros referem-se aos valores contratados, ou seja, valores nominais dos contratos realizados entre o Banco e o cliente.

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	GRANDE		MÉDIO		MICRO/MINI/ PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	R\$	FÍSICO	
Indústria/Comércio/ Serviços	2.365.319.403	2.198	743.666.485	2.365	552.975.207	8.236	3.661.961.095
Soma (R\$)	2.365.319.403	2.198	743.666.485	2.365	552.975.207	8.236	3.661.961.095

Fonte: BB/Sistema XER e COP

BANCO PARA TODOS

Concessão de Crédito à População de Baixa Renda

O Banco Popular tem como missão promover a inclusão bancária e democratizar o acesso ao crédito de forma simples e sem burocracia, aos brasileiros de menor renda, não inseridos no sistema financeiro tradicional. Atuando prioritariamente junto aos trabalhadores do setor informal, oferece, além do crédito, outros produtos e serviços bancários, como a conta corrente simplificada, seguro de vida, recebimento de títulos e convênios e pagamento de benefícios do INSS.

Foram concedidos R\$ 71,9 milhões por meio de mais de 400 mil operações de crédito de uso livre. Os empréstimos concedidos, na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 600,00, têm seu risco avaliado com base em metodologia de análise de crédito especialmente desenvolvida para o perfil de menor renda.

Além do crédito de uso livre, o Banco Popular vem ampliando sua participação no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMP, por meio de diversas parcerias com OSCIPs

(Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) em todo o País, concedendo empréstimos de até R\$ 10.000,00.

O ano de 2007 serviu para o Banco Popular ampliar o conhecimento do segmento e fortalecer o relacionamento com seus clientes, desenvolvendo metodologia de análise de risco adequada às características da população de menor renda, o que permitirá a ampliação do crédito em níveis de riscos compatíveis com a atividade bancária.

Encerrou o exercício com uma base de 1,4 milhão de clientes, atendidos em mais de 1.300 municípios em todo o País, contribuindo com o processo de inclusão bancária do segmento de menor renda da sociedade brasileira.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	11.125.305	59.450
fevereiro/07	9.228.150	48.553
março/07	10.102.473	52.495
abril/07	5.988.054	31.748
maio/07	1.976.782	13.552
junho/07	3.855.581	22.607
julho/07	6.144.192	35.560
agosto/07	5.393.527	32.353
setembro/07	4.826.132	31.158
outubro/07	4.868.079	30.487
novembro/07	4.235.920	25.080
dezembro/07	4.181.884	23.747
Total Realizado	71.926.079	406.790
Total Previsto Ano	142.930.075	700.265
Variação %	50,3 %	58,1 %

Fonte: BB/Sistema EPB

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	MICRO/MINI/ PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	
Pessoa física	71.926.079	406.790	71.926.079
Soma (R\$)	71.926.079	406.790	71.926.079

Fonte: BB/Sistema EPB

O Banco Popular já concedeu mais de R\$ 400 milhões em crédito desde o início de suas operações, sendo R\$ 71,9 milhões somente em 2007. À democratização do crédito, soma-se a facilidade de acesso por meio de uma rede de estabelecimentos comerciais, que atuam como pontos de atendimento do Banco Popular, garantindo proximidade, abrangência e identidade no atendimento ao cliente.

Conta Corrente Especial Simplificada

A conta corrente simplificada - conta bancária de depósito à vista, movimentada exclusivamente por meio de cartão magnético - é a porta de entrada do cliente do Banco Popular do Brasil. A conta simplificada possibilita ao cliente ter acesso ao crédito e demais produtos do Banco Popular. A abertura da conta simplificada ocorre mediante apresentação de CPF e documento de identidade, não se exigindo comprovação de renda ou residência, nem depósito inicial. O limite máximo de movimentação mensal é de R\$ 1 mil e o correntista não pode manter conta corrente em qualquer outra instituição financeira.

A conta corrente simplificada permite ao cliente realizar quatro saques, quatro depósitos e emitir quatro extratos mensais, sem cobrança de tarifa. O acesso ao crédito é disponibilizado após 90 dias da abertura e movimentação da conta.

Em 2007, o Banco Popular prosseguiu sua estratégia de qualificação da carteira de clientes, encerrando o exercício com 1,4 milhão de contas simplificadas, do total previsto no PPA de 1,7 milhão (82,4%).

Para fins de acompanhamento do indicador, foi registrada no PPA a quantidade prevista para o ano de 517.719 contas, com a realização de 76,8 mil contas (14,8%). O conceito utilizado neste caso foi o de contas simplificadas abertas, assim consideradas as contas que cumpriram todas as etapas do processo de regularização e foram liberadas para movimentação.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	0	8.900
fevereiro/07	0	6.248
março/07	0	9.696
abril/07	0	6.940
maio/07	0	9.843
junho/07	0	6.353
julho/07	0	6.748
agosto/07	0	5.885
setembro/07	0	6.036
outubro/07	0	5.774
novembro/07	0	2.701
dezembro/07	0	1.701
Total Realizado	0	76.825
Total Previsto Ano	0	517.719
Variação %	0,0 %	14,8 %

Fonte: BB/Sistema DEB e EPB

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	MICRO/MINI/PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSICO	
Pessoa física		76.825	0
Soma (R\$)		76.825	0

Fonte: BB/Sistema DEB e EPB

Atualmente, 1,4 milhões de brasileiros são clientes do Banco Popular, tendo acesso a produtos e serviços bancários de forma simples e rápida, com destaque para o microcrédito.

A implantação do cartão de débito proporcionou portabilidade à conta simplificada, permitindo ao cliente realizar transações de aquisição de bens e serviços em estabelecimentos conveniados em todo o País, sem a necessidade da utilização de dinheiro em espécie.

Seguindo a tendência de compartilhamento de redes do mercado financeiro, o Banco Popular intensificou sua atuação como canal complementar às agências do Banco do Brasil.

Crédito a Microempreendedor de Baixa Renda

O Banco Popular manteve sua estratégia de expansão da concessão de crédito, dentro do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, mediante estabelecimento de parcerias com OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e cooperativas de crédito.

Nesse sentido, o Banco Popular formalizou convênio com o Sebrae Nacional, instituindo o Programa de Integração de Microfinanças e de Microcrédito (PIMM), visando estabelecer parcerias com entidades que atuam no microcrédito produtivo orientado. No bojo desse convênio, o Banco Popular do Brasil firmou parcerias com importantes entidades que atuam nesse segmento, dentre as quais se destacam o Centro de Apoio aos

Pequenos Empreendedores /Ceape (Maranhão); a Agência Nacional de Desenvolvimento/Andes (presente em todo o Nordeste); o Banco Popular de Ipatinga (Minas Gerais); e o Instituto Palmas (Ceará).

Atualmente, o Banco Popular mantém parceria com 13 OSCIPs em diversas regiões do País.

Em 2007, a linha de crédito direcionada para o microcrédito produtivo orientado e concedida em parceria com as OSCIPs, resultou na liberação de R\$ 704,64 mil, por meio de 492 contratos, com valor máximo de concessão de R\$ 10.000,00.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

MÊS/ANO	FINANCEIRO (R\$)	FÍSICO
	BR	TOTAL
janeiro/07	76.228	64
fevereiro/07	60.086	44
março/07	61.397	41
abril/07	48.600	38
maio/07	46.871	29
junho/07	58.276	41
julho/07	56.839	45
agosto/07	50.486	29
setembro/07	51.101	35
outubro/07	53.083	38
novembro/07	62.629	40
dezembro/07	79.045	48
Total Realizado	704.641	492
Total Previsto Ano	704.641	492
Variação %	100,0 %	100,0 %

Fonte: BB/Sistema EPB

Financeiro: valor contratado

Físico: operações contratadas

PORTE E RAMO DE ATIVIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO

PORTE SETOR	MICRO/MINI/PEQUENO		SOMA (R\$)
	R\$	FÍSISCO	
Pessoa física	704.641	492	704.641
Soma (R\$)	704.641	492	704.641

Fonte: BB/Sistema EPB

Em 2007, o total de recursos destinados aos parceiros, para aplicação no microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado, foi de R\$ 3,2 milhões, representando um incremento de 191,0% em relação a 2006.

O Banco Popular vem ampliando sua atuação no microcrédito produtivo junto a cooperativas de crédito em todo o País.

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – PRÓ-ORGÂNICA

Financiamento para Produção sem uso de Agrotóxicos – Agricultura Orgânica

Medidas para revitalização do Programa BB Produção Orgânica:

- participação e patrocínio de eventos de porte nacional e internacional, tais como Biofach América Latina e Brazil Biofair;
- assessoria direta às Superintendências em eventos regionais e na elaboração/execução de projetos de DRS;
- contatos com os participantes da Câmara Setorial de Orgânicos, representantes do MAPA e do MDA, para melhor atendimento ao produtor; e
- realização de levantamento de problemas operacionais e de obtenção de informações gerenciais referentes ao Programa, identificando-se a necessidade de demanda tecnológica que permita a marcação de operações

contratadas por produtores orgânicos.

Benefícios auferidos pela sociedade: estímulo à produção de alimentos de melhor qualidade, mais saudáveis para o consumidor, com redução do uso de agrotóxicos e utilização de técnicas de preservação da água e do solo.

Com a divulgação do Decreto 6.323, de 28.12.2007, regulamentando a Lei 10.831/2003, haverá uma maior confiabilidade para o consumidor quanto à qualificação dos produtos como orgânicos, havendo padronização de critérios, inclusive para a credibilidade e credenciamento das empresas certificadoras. Com isso, o Banco estará ajustando as normas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Decreto, dando maior respaldo na seleção de produtores beneficiados pelo Programa, considerando-se as certificadoras credenciadas junto ao MAPA.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS OFICIAIS DE FOMENTO

A tabela abaixo evidencia os recursos do Tesouro Nacional, aplicados pelo Banco do Brasil, por região e setor de atividade, assim como, o saldo das operações de crédito em 2006 e 2007.

VALORES APLICADOS POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

REGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE					
	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTROS SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
CENTRO-OESTE	871.345.634	251.040.605	268.011.840	195.594.167	4.965.408	1.590.957.654
NORTE	123.818.543	25.393.632	111.602.182	51.846.390	9.409.049	322.069.796
NORDESTE	136.908.562	91.182.676	249.941.521	196.176.162	24.647.992	698.856.913
SUDESTE	306.261.775	605.901.751	916.101.355	646.318.937	24.266.352	2.498.850.169
SUL	634.386.380	355.147.657	514.179.995	346.322.557	22.208.655	1.872.245.243
TOTAL	2.072.720.893	1.328.666.320	2.059.836.893	1.436.258.213	85.497.456	6.982.979.775

Fonte: BB/Sistema ARC

SALDO ANTERIOR - 2006 POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

REGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE					
	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTROS SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
CENTRO-OESTE	5.027.148.968	949.959.241	572.930.144	759.830.533	22.186.407	7.332.055.292
NORTE	682.551.625	42.902.057	230.733.885	122.549.918	27.808.501	1.106.545.986
NORDESTE	890.124.155	129.874.916	573.527.447	303.364.676	55.337.874	1.952.229.069
SUDESTE	1.187.276.686	849.766.338	1.580.463.467	1.043.995.421	143.633.293	4.805.135.205
SUL	2.874.501.985	598.132.545	801.949.008	633.968.932	55.334.731	4.963.887.202
TOTAL	10.661.603.419	2.570.635.097	3.759.603.951	2.863.709.480	304.300.807	20.159.852.754

Fonte: BB/Sistema ARC

SALDO ATUAL - 2007 POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

REGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE					
	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	OUTROS SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
CENTRO-OESTE	5.292.251.876	914.279.824	725.197.525	1.040.533.984	15.314.078	7.987.577.287
NORTE	766.382.559	57.921.487	306.079.591	188.565.711	21.878.542	1.340.827.889
NORDESTE	1.057.125.631	180.743.999	762.620.783	477.839.570	47.543.534	2.525.873.517
SUDESTE	1.371.213.860	1.116.583.763	1.949.822.294	1.503.308.989	102.236.500	6.043.165.406
SUL	3.118.732.568	658.284.109	977.547.423	941.253.922	46.042.684	5.741.860.707
TOTAL	11.605.706.494	2.927.813.183	4.721.267.616	4.151.502.175	233.015.338	23.639.304.806

Fonte: BB/Sistema ARC

7.2.2. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Os focos de atuação da Administração da Caixa Econômica Federal - CAIXA centralizaram-se na promoção da melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira com a implementação de políticas públicas e excelência de relacionamento com seus clientes, em consonância com sua missão.

Como braço financeiro e operacional de programas de governo, a CAIXA ampliou ainda mais sua atuação no apoio aos repasses de recursos do Orçamento Geral da União, com prestação de serviços no âmbito de diversos ministérios, contemplando o acompanhamento de obras e propiciando maior eficiência e eficácia à execução, além de conferir visibilidade e maior transparência à alocação dos recursos públicos. Nesse contexto, a CAIXA viabilizou a contratação de R\$ 31,5 bilhões para aplicação em habitação, infra-estrutura e saneamento no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em consonância com as diretrizes e os objetivos do Governo Federal, a CAIXA atuou decisivamente na redução do déficit habitacional, obtendo recordes históricos no volume de contratações destinadas ao acesso à moradia dos brasileiros.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A CAIXA, em 2007, realizou 188,1 milhões de pagamentos de benefícios dos programas sociais de transferências de renda do Governo Federal. O volume de recursos distribuídos totalizou mais de R\$ 27 bilhões, representando incremento de 22% em relação a 2006, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Quantidades em unidades / Valores em R\$ mil				
TRANSFERÊNCIA DE RENDA	2006		2007	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
PROGRAMAS SOCIAIS	141.224.025	7.594.144	134.757.637	9.007.908
BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	48.231.203	14.583.679	53.342.154	18.042.710
TOTAL	189.455.228	22.177.823	188.099.791	27.050.618

Fonte: Caixa Econômica Federal

PROGRAMAS SOCIAIS

Foram pagos 134,7 milhões de benefícios em todos os municípios brasileiros, totalizando mais de R\$ 9,0 bilhões, nos Programas Bolsa Família, programas remanescentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás), PETI, Agente Jovem, Auxílio-Aluno, Garantia-Safra, De Volta Para Casa, ProJovem, Bolsa-Atleta, Escola de Fábrica, Ação Griô, Chapéu de Palha e Plano de Formação e Valorização do Pescador, de acordo com a tabela a seguir:

QUANTIDADES EM UNIDADES/VALORES EM R\$ MIL				
PROGRAMAS	2006		2007	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
BOLSA FAMÍLIA	113.899.575	7.117.394	127.307.176	8.712.495
BOLSA ESCOLA	8.914.822	133.722	258.431	3.876
BOLSA ALIMENTAÇÃO	107.039	1.606	4.860	73
AUXÍLIO-GÁS	15.298.633	114.740	4.151.896	31.139
PETI	942.360	39.216	821.636	36.497
AGENTE JOVEM	98.636	6.411	246.212	16.004
CARTÃO ALIMENTAÇÃO (FOME ZERO)	570.519	28.526	311.144	15.557
AUXÍLIO-ALUNO	16.520	496	-	-
GARANTIA-SAFRA	737.152	86.435	989.489	103.946
DE VOLTA PARA CASA	27.201	6.528	32.210	7.730
PROJOVEM	632.443	63.165	548.118	54.812
BOLSA-ATLETA	1.073	1.421	9.763	12.118
ESCOLA DE FÁBRICA	2.758	414	45.337	6.801
AÇÃO GRIÔ	-	-	1.839	644
CHAPÉU DE PALHA	-	-	22.418	3.515
PLANO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PESCADOR	-	-	7.108	2.701
TOTAL	141.224.025	7.594.145	134.757.637	9.007.908

Fonte: Caixa Econômica Federal

A CAIXA, por meio do Programa Bolsa Família, principal programa social de transferência de renda do Governo Federal, efetuou o pagamento de mais de 127 milhões de benefícios, no montante de R\$ 8,7 bilhões.

Em 2007, teve continuidade o processo de migração das famílias beneficiadas nos programas remanescentes para o Programa Bolsa Família, o que representou uma redução quantitativa dos benefícios e valores daqueles programas. Destaca-se que essa migração oferece transparência na distribuição dos recursos públicos e melhora as condições de gestão do Governo Federal.

As folhas de pagamento disponibilizadas em 2007 apresentaram a melhor efetividade dos últimos exercícios, alcançando índice de 97,1% nos pagamentos realizados, o que demonstra o resultado das ações de entrega de cartões, qualificação e ampliação dos canais de atendimento.

A CAIXA passou a administrar, ainda em 2007, três novos programas de transferência de renda:

- Programa Chapéu de Palha, criado pelo Governo do Estado de Pernambuco para propiciar geração de renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria de qualidade de vida das famílias de trabalhadores rurais residentes nos municípios de Pernambuco e desempregados da entressafra do cultivo da cana-de-açúcar;
- Ação Griô, integrante do Programa Cultura Vida, do Ministério da Cultura, que visa preservar e valorizar a tradição oral no Brasil; e
- Plano de Formação e Valorização do Pescador, coordenado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com o objetivo de assistir financeiramente aos pescadores artesanais que se dedicam à pesca da lagosta e que estão impedidos de exercer a atividade, em função das regras definidas pelo Ibama.

Nesses programas, já foram pagos mais de 31,3 mil benefícios, no montante de R\$ 6,8 milhões.

Cadastro Único

Para viabilizar a operação dos programas de transferência de renda do Governo Federal, a CAIXA administra o Cadastro Único, o qual é destinado ao cadastramento de famílias carentes, pelas prefeituras, sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foram incluídas, em 2007, cerca de 2 milhões de famílias totalizando 20,9 milhões de famílias cadastradas, abrangendo 74,8 milhões de pessoas.

BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR

Na prestação de serviços delegados pelo Governo Federal, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS Quotas e Rendimentos, foram pagos 53,3 milhões de benefícios, distribuindo mais de R\$ 18,0 bilhões, conforme quadro a seguir:

Quantidades em unidades / Valores em R\$ mil				
PROGRAMAS	2006		2007	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
ABONO SALARIAL	9.389.931	3.193.377	11.765.234	4.360.018
PIS RENDIMENTOS	14.335.199	551.845	14.586.097	588.260
PIS QUOTAS	526.629	481.203	522.346	524.527
SEGURO-DESEMPREGO	23.675.466	10.322.847	26.468.477	12.569.905
TOTAL	47.927.225	14.549.272	53.342.154	18.042.710

Fonte: Caixa Econômica Federal

Cartões Sociais

No exercício, foram gerados 8,3 milhões de cartões da modalidade “Cartão do Cidadão”, destinados a beneficiários de programas sociais, que permitem a realização de saques e a emissão de extratos nos canais de atendimento, com segurança e comodidade.

POLÍTICAS SOCIAIS E APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Inclusão Bancária

A Conta CAIXA Fácil, responsável pela inclusão de milhares de brasileiros no sistema bancário, alcançou, em 2007, 4,5 milhões de contas abertas.

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançado pelo Governo Federal em 2007, tem na CAIXA o agente fundamental, já que é o principal responsável pela viabilização dos investimentos em infraestrutura, em habitação e em saneamento ambiental. As contratações dos projetos selecionados superaram a marca de R\$ 31,5 bilhões.

Com o objetivo de potencializar a contratação e aplicação dos recursos, a CAIXA desenvolveu ferramenta para diagnosticar a capacidade de gestão municipal, no âmbito do “Projeto Governança Inclusiva”, por meio de indicadores setoriais: sócio-econômica, financeira, administrativa e fiscal.

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DE MERCADO

A CAIXA, em 2007, contratou, por intermédio dos diversos programas habitacionais do Governo Federal, mais de R\$ 21 bilhões. No conjunto dos programas e fontes de recursos, foram contratadas operações que atenderam a, aproximadamente, 642 mil famílias, que propiciaram o benefício da moradia própria a uma população estimada de 2,6 milhões de pessoas e a geração de cerca de 2,2 milhões de novos empregos.

Nos programas implementados com recursos do FGTS, destinados às famílias com renda de até R\$ 4.900,00, a CAIXA aplicou mais de R\$ 8 bilhões em 298 mil unidades habitacionais. Esses recursos beneficiaram, aproximadamente, 1,2 milhão de pessoas e proporcionaram a geração de mais de 762 mil novos empregos diretos e indiretos em todo o território nacional.

No programa Crédito Solidário, que utiliza recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS e destina-se às famílias com renda de até R\$ 1.750,00, com prioridade para a faixa de renda de até 3 salários mínimos, a CAIXA contratou cerca de R\$ 100 milhões, beneficiando cerca de 5,7 mil famílias e gerando 12,9 mil novos postos de trabalho.

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR, cuja atuação atende famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, contratou operações de R\$ 643,2 milhões.

A CAIXA ainda viabilizou repasses do Orçamento Geral da União – OGU na ordem de R\$ 6 bilhões para programas habitacionais subsidiados, executados nas diversas unidades federativas.

Foram concedidos, em 2007, com recursos do FGTS, subsídios habitacionais no valor de R\$ 1,8 bilhão, destinados à complementação da capacidade de compra dos beneficiários com renda de até 5 salários mínimos e à cobertura de parte dos custos financeiros associados aos financiamentos concedidos com recursos daquele Fundo.

Feirões da Casa Própria

Cerca de 432 mil pessoas visitaram a 3ª edição dos Feirões nas cidades de Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro, Curitiba, Fortaleza e Recife, onde foram realizados negócios de R\$ 349 milhões.

PROGRAMAS DE SANEAMENTO E INFRA-ESTRUTURA

A CAIXA encerrou o ano com recorde de contratações nas áreas de saneamento e infra-estrutura totalizando o valor de R\$ 15,7 bilhões. Somente em financiamentos foram contratados R\$ 4,6 bilhões em financiamentos, num total de 726 operações, das quais, 312 utilizaram como fonte de recursos o FGTS.

Repasses e Transferências de Recursos do Orçamento Geral da União - OGU

Foram contratadas, em 2007, 12.838 operações, no valor de R\$ 11,7 bilhões, que podem proporcionar a geração de mais de 1,3 milhão de empregos no período de execução dessas obras.

CAIXA Hospitais

A CAIXA contribui para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada CAIXA Hospitais. Em 2007, foram contratadas 447 operações, no valor de R\$ 597,4 milhões.

Transferências de Recursos FNS e Funasa

Sob a gestão do Ministério da Saúde, a CAIXA transferiu R\$ 57,3 milhões, referentes aos convênios com o Fundo Nacional de Saúde – FNS e Fundação Nacional de Saúde – Funasa, a órgãos e entidades das administrações públicas e entidades filantrópicas privadas.

APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO

A CAIXA mantém o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, que é utilizado como referência oficial para análise de custos das obras públicas executadas com recursos do Orçamento Geral da União.

Com intuito de ampliar sua capacidade de atendimento às necessidades dos usuários e às determinações legais, a CAIXA investe no aprimoramento constante do Sinapi, englobando outros tipos de obras, a exemplo das obras aeroportuárias incluídas em 2007.

Inovação Tecnológica em Desenvolvimento Urbano

A CAIXA financia programas de pesquisa tecnológica e participa da divulgação dos resultados dos projetos por todo o país. Em 2007, foram distribuídas 1.287 publicações dos Programas de Tecnologia de Habitação - Habitare e do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico - Prosab para instituições de ensino e universidades, órgãos públicos estaduais e municipais, bem como, para unidades da CAIXA em todo o país. Nesses dois programas e em outros estudos e pesquisas foram desembolsados R\$ 1,38 milhão.

APOIO À GESTÃO PÚBLICA

PNAGE

Mediante convênio firmado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, constituiu-se a CAIXA como mandatária e auxiliar na operação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE. As contratações do PNAGE totalizaram, em 2007, R\$ 22,6 milhões, enquanto no ano de 2006, este valor alcançou R\$ 15 milhões.

PNAFM

A CAIXA, como agente financeiro e co-executor do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, apóia a melhoria da gestão pública e a realização de projetos de interesse governamental voltados à implementação de programas e sistemas de apoio à reestruturação, ao ajuste fiscal e à modernização da gestão nas administrações estaduais e municipais. Foram contratados, em 2007, R\$ 140,6 milhões, com incremento de 228,03% em relação ao registrado em 2006.

Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação

Em virtude de convênio celebrado com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, A CAIXA, desde 2001, realiza a coleta de dados contábeis dos entes da Federação – estados, Distrito Federal e municípios, por intermédio do Sistrn.

A partir de 2007, a coleta foi ampliada para os poderes Legislativo e Judiciário e os ministérios públicos estaduais, os quais passaram a encaminhar dados do relatório de gestão fiscal.

ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS E PROGRAMAS

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

A CAIXA, na qualidade de agente operador do FGTS, registrou em 2007 uma arrecadação ao Fundo de R\$ 41,6 bilhões, por meio de 44,7 milhões de guias. Em relação ao ano anterior, o valor arrecadado apresentou crescimento nominal de 13,9%.

Foram realizados 27,3 milhões de pagamentos nas diversas modalidades de saques, totalizando R\$ 40,6 bilhões, o que significa uma evolução de 14% e 36,9%, respectivamente, quando comparado com o ano de 2006.

A CAIXA administra 61,96 milhões de contas ativas e 6,84 milhões de contas inativas, totalizando um saldo de R\$ 137,9 bilhões.

A implementação e a obrigatoriedade de utilização do Novo Modelo Rescisório do FGTS – GRRF, em 2007, foi uma importante mudança na gestão do Fundo. O objetivo é eliminar a digitação dos documentos de arrecadação e promover a redução de rotinas operacionais, qualificando o recolhimento rescisório do FGTS, o que favorece milhares de trabalhadores.

O orçamento disponibilizado pelo FGTS, no montante de R\$ 10,7 bilhões, destinado a financiar operações enquadradas nos diversos programas nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura, foi contratado na sua totalidade.

Em 2007, buscou-se ampliar a atuação do FGTS. Foi criado o Fundo de Investimento FGTS – FI-FGTS, o qual financiará outros segmentos, tais como a construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infra-estrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, além de obras de energia e saneamento. A CAIXA é o agente administrador do FI-FGTS, sendo o orçamento inicialmente aprovado de R\$ 5 bilhões.

Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

As contratações de financiamentos habitacionais deixaram de ter cobertura de FCVS desde 25 de abril de 1993. A CAIXA, na condição de administradora do FCVS desde 1988, continua administrando o passivo desse Fundo e o processo de novação de dívidas.

Em 2007, a CAIXA assumiu em definitivo a execução do processamento do FCVS e do cadastro de mutuários, antes gerenciados por empresa contratada.

Foram assinados 40 processos de novação, quitando assim R\$ 2,9 bilhões da dívida do FCVS perante os agentes financeiros, que envolvem 97.071 contratos. As novações ocorridas representaram uma injeção de R\$ 48,2 milhões na economia, por meio de pagamentos em espécie, além da emissão de 2,8 milhões de títulos CVS.

Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH

O Seguro Habitacional é um dos instrumentos de proteção aos recursos do SFH e sua apólice garante às operações de habitação contratadas, nas situações de morte ou invalidez permanente do mutuário e em caso de danos físicos nos imóveis financiados no âmbito daquele sistema.

As arrecadações de prêmios processadas, no exercício de 2007, foram de R\$ 266,2 milhões e o pagamento de sinistros somou R\$ 253,5 milhões, beneficiando 24 mil famílias.

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS

A CAIXA é o Agente Operador do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que tem por finalidade viabilizar e articular a junção de recursos de diferentes fontes de forma permanente para a habitação de interesse social.

Os recursos são aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos estados, municípios e do Distrito Federal que optaram pela adesão ao FNHIS.

Em 2006, três governos estaduais publicaram o termo de adesão ao FNHIS: Maranhão, Mato Grosso do Sul e Bahia, assim como 151 municípios.

No exercício de 2007, os demais estados publicaram o termo de adesão ao FNHIS, além de 4.446 municípios, alcançando o quantitativo de 4.624 termos de adesão de municípios já publicados no Diário Oficial da União.

No exercício de 2007, foi direcionado R\$ 1,0 bilhão, no âmbito do PAC, sendo:

- a) R\$ 650 milhões para a urbanização de 146 assentamentos precários em todo o país;
- b) R\$ 304,5 milhões para a construção ou aquisição de lotes;
- c) R\$ 35,7 milhões para apoiar governos municipais na elaboração de planos habitacionais; e
- d) R\$ 9,8 para a contratação de assistência técnica.

Programa de Financiamento Estudantil - FIES

O FIES é destinado ao financiamento da graduação em ensino superior de estudantes que, estando regularmente matriculados em instituições não gratuitas, não tenham condições de arcar com os custos de sua formação. Por meio do FIES, o Governo Federal atende uma das prerrogativas básicas para o desenvolvimento de qualquer nação, a qualificação educacional, resultando em cidadãos preparados para entrar no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Atualmente, conta com 468.089 contratos ativos, que soma um investimento de R\$ 4,7 bilhões e 1,5 mil instituições de ensino superior cadastradas. Somente no 2º semestre de 2007, foram formalizados cerca de 49 mil novos contratos.

LOTERIAS

As Loterias CAIXA atingiram seu recorde de arrecadação no ano, alcançando R\$ 5,2 bilhões. Do total arrecadado, R\$ 2,4 bilhões foram repassados ao Governo Federal e a entidades não-governamentais para aplicação em programas na área da educação, cultura, esporte e segurança.

Valores em R\$ mil		
DESTINAÇÃO DAS LOTERIAS	2006	2007
MINISTÉRIO DO ESPORTE	178.533	219.047
CLUBES DE FUTEBOL	6.842	7.091
COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO - COB	68.817	84.372
COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB	12.144	14.889
PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	298.841	369.438
FUNDO NACIONAL DA CULTURA - FNC	121.441	148.891
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	127.230	155.968
SEGURIDADE SOCIAL	720.356	885.323
TESTES ESPECIAIS (APAE, CRUZ VERMELHA)	693	1.038
IMPOSTO DE RENDA	463.411	569.520
CPMF	1.277	1.505
TOTAL DO REPASSE	1.999.585	2.457.082
PRÊMIO	1.419.418	1.733.244
DESPESAS DE CUSTEIO E MANUTENÇÃO	815.663	1.000.775
ARRECADAÇÃO TOTAL	4.234.666	5.191.102

Fonte: Caixa Econômica Federal

7.2.3. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Em 2007, o BNDES desembolsou R\$ 64,9 bilhões, representando um crescimento de 24,1% em relação ao ano anterior, quando foram executados R\$ 52,3 bilhões. O BNDES está, portanto, participando ativamente da sustentação da taxa de crescimento do investimento fixo na economia. O investimento fixo representou 16,8% do PIB em 2006 e deverá alcançar 17,8% do PIB em 2007.

O desempenho do BNDES é apresentado de forma semelhante ao proposto pelo Banco para suas ações no PPA 2008-2011, refletindo a interação entre a estrutura organizacional da Instituição, seus produtos, e os diferentes setores da economia nacional.

DESEMBOLSO POR CAMPOS DE APOIO DO BNDES – 2006/2007 EM R\$ BILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	CRESCIMENTO (%)
Energia	6,18	8,87	43,6
Transporte e Logística	0,91	1,86	105,7
Telecomunicações	2,09	3,27	56,5
Desenvolvimento Urbano	0,99	0,97	-2,6
Inclusão Social	0,41	0,31	-24,7
Exportação	13,85	8,06	-41,8
Insumos Básicos	5,91	7,53	27,3
Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços	3,93	7,75	97,1
Pequenos Projetos de Investimento	3,59	5,08	41,4
Máquinas e Equipamentos	13,11	21,06	60,6
Mercado de Capitais	1,30	0,14	-89,1
TOTAL	52,28	64,89	24,1

Fonte: BNDES

Do ponto de vista dos campos de apoio por meio dos quais o BNDES atua, destacou-se, em 2007, o desempenho em Máquinas e Equipamentos, com R\$ 21,1 bilhões. Além do valor expressivo, este apoio significa um incremento de 60,6% em relação a 2006. A atuação do BNDES também foi importante no setor de energia, envolvendo financiamento de projetos de grande e médio porte que visem a ampliar e diversificar a matriz energética brasileira, tanto no setor de energia elétrica quanto no de gás natural. Os desembolsos do BNDES em 2007 para esses segmentos foram, respectivamente, de R\$ 6,1 bilhões (crescimento de 155% em energia elétrica em relação ao desembolso de 2006) e R\$ 2,8 bilhões (retração de 27% em gás natural). Já o segmento de Transporte e Logística apresentou a maior taxa de crescimento em 2007, superando em mais de 100% o valor apoiado em 2006. Os desembolsos somaram R\$ 1,9 bilhão, dos quais R\$ 1,2 bilhão em transporte ferroviário. Transporte naval e transporte ferroviário são os setores mais expressivos na carteira de investimentos dessa linha de atuação.

Foram desembolsados, em 2007, R\$ 5,0 bilhões em projetos inscritos no PAC, dos quais R\$ 4,0 bilhões em projetos do Eixo Energia. A carteira atual dos projetos do PAC, desde as operações que já vêm recebendo desembolsos desde antes de 2006 até aquelas que estão em consulta, atinge R\$ 41,5 bilhões, os quais, considerando os recursos provenientes de outras fontes nesses mesmos projetos, implicam investimentos de R\$ 67,0 bilhões. As operações em perspectiva acrescentam um potencial de R\$ 24,1 bilhões de demanda para recursos do Banco, viabilizando investimentos da ordem de R\$ 42,9 bilhões.

Quanto ao desempenho regional, houve incremento expressivo dos desembolsos para as regiões Norte e Centro-Oeste. Com crescimento de 113%, os desembolsos da Região Norte atingiram R\$ 3,5 bilhões em 2007, sendo 61% por meio da Área de Infra-Estrutura, com destaque para transporte ferroviário (R\$ 920 milhões) e para o setor elétrico (R\$ 780 milhões). Os desembolsos em produtos automáticos alcançaram R\$ 822 milhões. Os desembolsos para a Região Centro-Oeste alcançaram R\$ 5,8 bilhões (crescimento de 57% em relação a 2006), com destaque para energia elétrica (R\$ 1,7 bilhão), telecomunicações (R\$ 600 milhões), biocombustíveis (R\$ 412 milhões) e operações de ampliação de capacidade produtiva nos setores de agropecuária/agroindústria (R\$ 408 milhões). Os desembolsos para a Região Nordeste alcançaram R\$ 5,3 bilhões, com destaque para energia (R\$ 896 milhões para gás natural e R\$ 605 milhões para energia elétrica), química (R\$ 500 milhões) e papel e celulose (R\$ 356 milhões). Os recursos liberados por meio de produtos automáticos foram próximos a R\$ 2,3 bilhões.

Entre os investimentos que buscam promover a redução de desigualdades sociais ou regionais encontram-se aqueles nos setores de saúde, educação, assistência social, desportos, justiça e projetos culturais, bem como o apoio a projetos de economia solidária e microcrédito, de autogestão e de arranjos produtivos locais. Embora de pequeno vulto, esses projetos têm um alcance social bastante relevante. Em 2007 o BNDES desembolsou R\$ 310 milhões nessa linha de atuação, parte das quais, com recursos não reembolsáveis do Fundo Social.

AÇÕES NO PPA

O conjunto de ações do BNDES no PPA entre 2004-2007, se não alcança toda a atuação do Banco, envolve os mais diferentes aspectos de sua atuação.

DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

Financiamento de Longo Prazo às Exportações

Em 2007, os desembolsos aproximaram-se de R\$ 8,1 bilhões (US\$ 4,2 bilhões), o que representa um nível de realização de 43% do previsto no PPA. Foram desembolsados R\$ 6,7 bilhões na linha pré-embarque (capital de giro para produção de bens e serviços a serem exportados) e R\$ 1,7 bilhão na linha pós-embarque (financiamento à comercialização propriamente dita). A indústria mecânica e de material de transporte foram os segmentos com maior participação, totalizando 69% do valor total de financiamento às exportações.

A retração nominal de 42% e queda de 40% no número de operações em relação a 2006 é consistente com a evolução do câmbio no período (a queda em dólares correntes foi de 34%) e com fatores regulatórios internacionais que dificultaram o financiamento à comercialização de aviões em 2007.

Não obstante a adoção desta posição realista deve-se considerar o crescimento dos desembolsos referenciados em dólares verificado nos últimos anos. As liberações do BNDES para financiar as exportações registraram valores recordes de US\$ 6,4 bilhões em 2006 e US\$ 5,9 bilhões em 2005, quando, com crescimento de 52% em relação a 2004, foi superada a média observada desde 2002, em torno de US\$ 4 bilhões.

DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas

Os recursos disponibilizados pelo Sistema BNDES para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas atingiram R\$ 16,1 bilhões em 2007, um quarto dos desembolsos do Banco, registrando um crescimento de 45% em relação ao exercício de 2006. O nível de realização superou a previsão do PPA em 34%. As linhas de produtos da Finame (R\$ 11,7 bilhões), o BNDES Automático (R\$ 3,2 bilhões) e o Cartão BNDES (R\$ 510 milhões) foram os meios principais pelos quais o BNDES atingiu essas empresas.

A expansão do valor desembolsado resultou de um incremento de 75% no número de operações para empresas e de 64% no número de operações para pessoas físicas. Micro e pequenas empresas receberam apoio no total de R\$ 6,0 bilhões em 2007, praticamente o mesmo valor destinado a médias empresas (R\$ 6,1 bilhões). As operações com pessoas físicas foram mais de cem mil, totalizando R\$ 3,9 bilhões.

DESEMBOLSO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – 2006/2007 EM R\$ MILHÕES

SETORES	2006	2007	CRESCIMENTO (%)
Agropecuária	3.154	4.277	36
Outros	7.963	11.790	48
TOTAL	11.117	16.067	45

Fonte: BNDES

COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Financiamento à Modernização do Parque Industrial Nacional – Finame Modermaq

Em 2007, o valor desembolsado no programa alcançou R\$ 2.654 milhões, o que representa 106% do valor previsto no PPA e um crescimento de 39% em relação ao desembolsado em 2006. Destacam-se os setores de Agroindústria (R\$ 965 milhões), Construção Civil (R\$ 533 milhões) e Química e Petroquímica (R\$ 240 milhões).

Financiamento à Modernização da Frota de Caminhões - BNDES Caminhões/ Procaminhoneiro

O desempenho do programa atingiu R\$ 319,5 milhões em 2007, frente R\$ 25,3 milhões no ano anterior. Vale enfatizar que o programa não reflete o conjunto de operações do BNDES com o setor de transporte rodoviário de carga, que atingiu R\$ 6,8 bilhões, cerca de um terço a mais do que a previsão para o programa no PPA.

Financiamento a Indústrias de Bens de Capital e de Componentes

Os desembolsos realizados pelo BNDES, em 2007, perfizeram o montante de R\$ 1.894 milhões, ultrapassando a previsão do PPA em R\$ 94 milhões. Em relação ao desembolsado em 2006, registra-se um incremento de 63% para o setor, destacando-se o apoio às empresas de indústria eletrônica e indústria pesada.

Financiamento a Indústrias de Bens de Consumo e Serviços

O montante de R\$ 5.853 milhões realizado em 2007 representa um valor cinco vezes maior do que o realizado em 2006. Destacaram-se os setores de agroindústria e agropecuária (R\$ 2,2 bilhões) e comércio e serviços (R\$ 1,1 bilhão).

Financiamento a Indústrias de Insumos Básicos

Ao longo de 2007, o BNDES apresentou um papel relevante no financiamento às indústrias de insumos básicos. Os desembolsos realizados pelo Banco em 2007 cresceram 27% em relação a 2006 e atingiram R\$ 7.530 milhões, 128% do previsto no PPA. Os maiores destaques foram os setores de papel e celulose (R\$ 1,9 bilhão), química e petroquímica (R\$ 1,6 bilhão), metalurgia (R\$ 2,8 bilhões) e mineração (R\$ 0,8 bilhão).

O desempenho do BNDES no apoio aos planos de investimentos dos setores siderúrgico, metalúrgico, de mineração, de fabricação de cimentos, químico e petroquímico, e de papel e celulose é reflexo dos ciclos favoráveis de investimento e de crescimento desses setores no Brasil.

Financiamento à Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheitadeiras da Cafeicultura - Moderfrota

O Moderfrota tem por objetivo financiar a aquisição de: a) equipamentos novos: tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café; e b) equipamentos usados: tratores agrícolas, colheitadeiras, pulverizadores autopropelidos, plantadeiras e semeadoras.. No ano-safra 2007/2008, as taxas de juros do Programa foram reduzidas de 8,75% a.a. para 7,5% a.a. para beneficiárias com renda agropecuária bruta anual de até R\$ 250 mil e de 10,75% a.a. para 9,5% a.a. para as demais beneficiárias.

Em 2007, o valor desembolsado no Programa alcançou R\$ 1.798 milhões, uma expansão de 37% em relação a 2006. Esta expansão deve-se, sobretudo, ao fortalecimento da comercialização de tratores, bem como de outros equipamentos agrícolas direcionados a atender à recuperação do setor agrícola verificada em 2007, em especial à cadeia do etanol.

IMPACTO FISCAL DAS ATIVIDADES DO BNDES

Com o intuito de permitir a comparação dos dados apresentados a seguir com o relatório emitido em 2007, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2006, foram mantidos os mesmos preceitos e a mesma estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade, sintetizados a seguir:

- Os valores especificados correspondentes às atividades do Sistema BNDES no exercício de 2007 foram extraídos da contabilidade do Banco;
- Conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais como a ONU, o FMI e a OCDE, as agências oficiais de fomento são tratadas de forma análoga a instituições do setor privado. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2007 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao Tesouro Nacional, mas também:
 - a todos os demais entes da administração federal autárquica, fundacional, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e
 - ao mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- Foram consideradas as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, foram identificadas as transações do BNDES que: a) geram receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração “abaixo da linha”), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o valor dos créditos do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como os saldos decorrentes de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

A aplicação da disponibilidade de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não é tratada como tendo impacto fiscal direto, pois é operação eminentemente financeira de preservação da liquidez da instituição a curto prazo.

Reiteramos o registro constante nas avaliações relativas a anos anteriores, de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras.

O levantamento compreende as maiores transações. Não estão incluídas determinadas operações de pequeno valor, como, por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio...), ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações “acima da linha”), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração “abaixo da linha”).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2007, totalizando R\$ 3.137 milhões em 2007. Destes, cerca de R\$ 2.214 milhões referiram-se a receitas tributárias, considerados os

recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP), lucro (CSLL) e movimentações financeiras (CPMF). A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram nos cofres do Tesouro cerca de R\$ 924 milhões. Houve queda em relação ao ano de 2006, de aproximadamente 37 % (R\$ 4.966 milhões em 2006).

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS cerca de R\$ 89 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o imposto de renda - IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R\$ 3.111 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

No cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de mais de R\$ 3.230 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais.

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como “abaixo da linha” nas apurações dos resultados fiscais, continuam sendo muito expressivas.

Com relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a movimentação financeira no exercício de 2007 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de R\$ 8.782 milhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R\$ 10.906 milhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas aos exercícios de 2005 e 2006, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND direcionou ao BNDES um montante de R\$ 745 milhões, contra pagamentos realizados pelo banco de R\$ 621 milhões; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R\$ 1.084 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R\$ 386 milhões; o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC aportou cerca de R\$ 109,6 milhões, contra R\$ 90,5 milhões recebidos do banco; o Fundo de Garantia à Exportação – FGE direcionou R\$ 5 milhões para o BNDES; e o Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra aportou R\$ 494 milhões no BNDES, perante pagamentos da ordem de R\$ 592 milhões.

O total de créditos do FAT, FND e FMM contra o BNDES, considerados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, somaram R\$ 12.735 milhões, significando contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Quanto ao PIS-PASEP, um fundo de natureza social, pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2007, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R\$ 1.260 milhões, aproximadamente 14,3 % dos pagamentos efetuados ao FAT.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/Pasep, somam mais de R\$ 10.925 milhões e constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, além dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro, no exercício de 2007, o BNDES liberou um montante de R\$ 572 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R\$ 1.635 milhões. Em termos de estoque, houve um recuo na dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R\$ 9.640 milhões em 31.12.2006 para R\$ 8.547 milhões em 31.12.2007.

Conclui-se com a avaliação que as atividades do BNDES no exercício financeiro de 2007 tiveram um impacto fiscal favorável. Diretamente, o efeito líquido das transações fiscais é amplamente superavitário, como consequência da geração de receitas públicas e da absorção de créditos que reduzem a dívida federal, superando o

fato de ter havido ampliação dos empréstimos e financiamentos do banco para o setor público. Constatou-se que os recursos aportados pelo FAT ao BNDES, na casa de R\$ 10.906 milhões, durante o exercício de 2007, tiveram um efeito direto de redução da dívida bruta do Tesouro Nacional e, por conseguinte, geração de superávit no mesmo montante. Caso sejam computados também os créditos dos outros fundos e o recolhimento dos tributos e dos juros e dividendos ao Tesouro, e descontada a elevação da dívida do setor público não-financeiro, o efeito superavitário das transações do BNDES em 2007 foi superior a R\$ 17.776 milhões, ou, cerca de 0,70 % do PIB.

São apresentados, a seguir, quadros que resumem os números evidenciados acima.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUREOS PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE 2007

PRINCIPAIS PAGAMENTOS *	R\$ mil
AO TESOUREO NACIONAL (impostos e contrib.)	2.213.913
IMPOSTO DE RENDA	1.296.909
CONTRIBUIÇÃO S/ LUCRO LÍQUIDO	493.956
PASEP	50.977
COFINS	290.710
CPMF	81.360
AO TESOUREO NACIONAL (dividendos e juros s / capital próprio)	923.626
À PREVIDÊNCIA SOCIAL (contrib. patron. inss)	89.351
AO TESOUREO MUNICIPAL (RJ) – ISS	3.111
TOTAL RECOLHIDO ÀS ADM. DIRETAS	3.230.001

Fonte: BNDES

* Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros.

Os impostos retidos sobre os rendimentos das empresas do Sistema BNDES são considerados como pagos no momento de sua compensação.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2007 (Em R\$ Mil)

FUNDOS	RECEBIMENTOS ¹	PAGAMENTOS ²	LÍQUIDO
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT	10.906.454	8.782.518	2.123.936
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – FND	744.506	620.911	123.595
FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO – FGE	4.555	-	4.555
FUNDO DE TERRAS E REFORMA AGRÁRIA - BANCO DA TERRA	494.061	592.361	(98.300)
FUNDO DA MARINHA MERCANTE – FMM	1.084.402	386.046	698.357
FUNDO GARANTIA P/ PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE – FGPC	109.615	90.470	19.145
FUNDO PIS/PASEP	19.105	1.259.880	(1.240.775)

Fonte: BNDES

¹ FAT: transferência de recursos constitucionais e depósitos especiais; FND: empréstimos; FGE: indenizações e PIS-PASEP: comissões sobre recursos transferidos ao BNDES até 1982;

² FAT: pagamento de juros sobre recursos constitucionais, pagamentos de amortização e juros sobre depósitos especiais e pagamento de dívidas relativas aos programas PROEMPREGO I e II; FND: pagamentos de amortização e juros sobre empréstimos contratados; PIS-PASEP: devolução de recursos ao Fundo para pagamento de rendimentos e saques dos participantes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2007

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$
1) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2006 (REGISTRADO NO CADIP)	9.640.535
2) MOVIMENTAÇÕES REGISTRADAS DURANTE O ANO DE 2006	(1.183.479)
(+) LIBERAÇÕES	572.207
(-) AMORTIZAÇÕES	1.634.974
(-) DEVOLUÇÕES DE LIBERAÇÃO	114
(+) JUROS PROVISIONADOS	730.440
(-) JUROS COMPENSATÓRIOS	703.093
(-) OUTROS	147.946
3) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2007 (REGISTRADO NO CADIP)	8.457.056

Fonte: BNDES

Captação de recursos externos: ingressos oriundos de Organismos Internacionais

Em 2007, foram captados recursos externos no valor equivalente a US\$ 910 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, conforme apresentado a seguir.

No âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional - CCLIP, celebrado entre o BNDES e o BID em 12/08/2005¹, objetivando a execução de três Programas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, foram formalizadas duas operações de financiamento, que resultaram na captação de US\$ 910 milhões, a saber:

a) Contrato de Empréstimo Individual nº 1.608/OC-BR, firmado em 23/09/2005

- Valor do empréstimo (BID): US\$ 1 bilhão
- Contrapartida Financeira: US\$ 1 bilhão
- Amortização: 20 anos
- Foram realizados três desembolsos do BID ao BNDES, sendo o 1º, de US\$ 500 milhões em 2005; o 2º, de US\$ 490 milhões em 2006 e o 3º, no valor remanescente de US\$ 10 milhões, em dezembro de 2007.
- Foram aplicados no Programa US\$ 2 bilhões, sendo US\$ 1.753,6 milhões financiados (87,6%) – US\$ 1 bilhão em recursos do BID e US\$ 753,6 milhões do BNDES – e US\$ 246,4 milhões (12,4%) com recursos próprios das empresas, como segue:

PROGRAMA DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – CONTRATO Nº 1608/OC-BR - 2007

PORTE	Nº DE OPERAÇÕES	%	DESEMBOLSO TOTAL (US\$ MIL)	%	VALOR MÉDIO (US\$)
Micro	14.057	43,8	529.609	30,2	27,3
Pequena	10.796	33,7	606.032	34,6	97,1
Média	7.214	22,5	617.960	35,2	41,4
TOTAL	32.067	100,0	1.753.601	100,0	24,1

Fonte: BNDES

Registre-se a concentração de aplicações nas regiões Sudeste e Sul (78,7%) e o predomínio, em termos setoriais, do segmento de “Transporte, Armazenagem e Comunicações” (65,1%).

b) Contrato de Empréstimo Individual nº 1.860/OC-BR, assinado em 19/10/2007

- Valor do empréstimo (BID): US\$ 1 bilhão
- Contrapartida Financeira: US\$ 1 bilhão
- Amortização: 20 anos
- Foi realizado um desembolso, de US\$ 900 milhões em 19/11/2007, prevendo-se o desembolso dos remanescentes US\$ 100 milhões no 1º trimestre de 2008.
- Foram aplicados no Programa US\$ 1.800 milhões, sendo US\$ 1.667,4 milhões financiados (92,6%) – US\$ 900 milhões em recursos do BID e US\$ 767,4 milhões do BNDES ou de outros organismos internacionais – e US\$ 132,6 milhões (7,4%) com recursos próprios das empresas, como segue.

PROGRAMA DE APOIO ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS – CONTRATO Nº 1.860/OC-BR – 2007

PORTE	Nº DE OPERAÇÕES	%	DESEMBOLSO TOTAL (US\$ MIL)	%	VALOR MÉDIO (US\$)
Micro	7.810	37,5	472.061	28,3	60.443
Pequena	7.734	37,2	586.951	35,2	75.892
Média	5.269	25,3	608.376	36,5	115.463
TOTAL	20.813	100,0	1.667.388	100,0	80.113

Fonte: BNDES

¹ O CCLIP apresenta as seguintes características:

- Valor do Empréstimo: US\$ 3 bilhões;
- Contrapartida: US\$ 3 bilhões;

Implementação em 3 fases subsequentes, cada uma correspondendo a um novo programa e a um novo contrato de empréstimo de até US\$ 1 bilhão, a ser firmado entre o BID e o BNDES.

7.2.4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - BNB

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB é uma instituição financeira múltipla federal que opera como banco de Desenvolvimento Regional constituindo-se em um agente de transformação socioeconômica, tratando a questão regional e suas especificidades, em sintonia com as questões nacionais e internacionais.

O Banco do Nordeste apresentou, em dezembro de 2007, saldos de ativos administrados de R\$ 31.335 milhões; Patrimônio Líquido de R\$ 1.602.499 mil e Operações de Crédito no valor de R\$ 22.999 milhões. Seu Índice de Basiléia foi de 16,28%, para um percentual mínimo exigido de 11%, o que demonstra posição favorável sob a ótica de análise de risco bancário.

Em consonância com as políticas do Governo Federal, o Banco do Nordeste atua continuada e estrategicamente nas atribuições que lhe cabem, quais sejam: a) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE; b) Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Prodetur/Ne; c) Programa Crediamigo, maior programa de microcrédito da América do Sul; d) Agente Regional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; e) Operacionalização de outras fontes de recursos; f) Desenvolvimento Territorial; g) Apoio à política de comércio exterior; e h) Geração de emprego e renda e o financiamento das pequenas e médias empresas do Nordeste por meio de repasse de recursos externos para aplicação por outras instituições de crédito.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

O BNB é responsável pela gestão e aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, como parte de seu papel de agente financiador do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional.

O FNE tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, por meio do financiamento a projetos privados dos setores agropecuário, agroindustrial, industrial, de comércio, serviços e infraestrutura, com observância às questões ambientais, tratamento preferencial aos empreendimentos de pequeno porte e disponibilização de recursos para financiamentos do semi-árido.

Como gestor deste Fundo, o BNB realiza anualmente um processo de mobilização conjunta de suas Unidades com parceiros públicos e entidades representativas da sociedade para elaboração da Programação Anual do FNE – documento que sintetiza as diretrizes, estratégias, estimativas de aplicação e linhas de crédito para os setores produtivos da Região, com programações estaduais integradas a políticas governamentais e oportunidades de investimentos, para toda a área de atuação do Banco. A programação do FNE, anualmente, contempla em seus programas, prioridades e projeções de aplicações, observando prioridades emanadas do Ministério da Integração Nacional – MI e formulações ao longo do processo participativo.

Para o financiamento da atividade econômica regional, o montante anual de financiamentos com recursos do FNE tem sido sucessivamente ampliado, passando de R\$ 1,019 bi em 2003 para R\$ 3,208 bi em 2004, R\$ 4,173 bilhões em 2005, R\$ 4,588 bi em 2006, e R\$ 4,246 bi em 2007, apresentando pequena redução em relação à meta de R\$ 4,6 bi no ano de 2007, visto que outras fontes de recursos também foram operacionalizadas.

A seguir, quadros demonstrativos das aplicações do FNE, no exercício de 2007.

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2007, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE - (Valores em R\$ mil)

Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial/turismo	Setor Infra-Estrutura	Setor Comercial/Serviços	Total
Região Nordeste						
ALAGOAS	89.929,2	5.045,5	125.301,6	0,0	27.200,5	247.476,8
BAHIA	582.376,1	11.024,6	224.110,5	276.480,0	165.404,5	1.259.395,7
CEARÁ	222.385,7	59.651,0	81.468,2	0,0	164.763,8	528.268,7
MARANHÃO	330.171,9	4.508,3	30.442,2	9.652,2	169.500,7	544.275,3
PARAÍBA	76.203,6	2.605,0	43.420,1	78.365,0	70.281,7	270.875,4
PERNAMBUCO	211.394,2	5.404,7	148.930,6	52.900,0	101.193,1	519.822,6
PIAUÍ	159.860,6	1.434,5	5.702,0	0,0	49.410,7	216.407,8
R. G. DO NORTE	104.191,1	1.507,0	23.797,7	0,0	59.195,6	188.691,4
SERGIPE	96.310,7	1.914,1	32.639,9	20.102,1	52.329,8	203.296,6
Total Região Nordeste	1.872.823,1	93.094,7	715.812,8	437.499,3	859.280,4	3.978.510,3
Região Sudeste						
ESPIRITO SANTO	45.838,8	30.907,4	2.825,2	0,0	4.973,5	84.544,9
MINAS GERAIS	147.848,9	1.663,9	2.907,1	0,0	31.025,6	183.445,5
Total Região Sudeste	193.687,7	32.571,3	5.732,3	0,0	35.999,1	267.990,4
Total Banco do Nordeste do Brasil	2.066.510,8	125.666,0	721.545,1	437.499,3	895.279,5	4.246.500,7

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - Ambiente de Controladoria.

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS) ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS / PRODUTORES (1), EM 2007, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE - (Valores em R\$ mil)

Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial/Turismo	Setor Infra-Estrutura	Setor Comercial/Serviços	Total
Região Nordeste						
ALAGOAS	61.212,6	185,5	5.996,2	0	20.147,8	87.542,1
BAHIA	271.025,6	7.696,3	40.550,8	0	97.372,3	416.644,9
CEARÁ	196.884,7	8.557,2	63.744,3	0	87.557,1	356.743,4
MARANHÃO	221.851,7	3.258,4	13.915,6	0	62.442,7	301.468,4
PARAÍBA	74.506,9	1.282,0	19.354,9	0	60.040,7	155.184,5
PERNAMBUCO	142.127,2	1.961,9	21.738,2	0	81.789,8	247.617,1
PIAUÍ	101.302,1	1.434,5	4.270,1	0	28.315,4	135.322,0
R. G. DO NORTE	82.094,2	1.507,0	23.797,7	0	41.854,7	149.253,6
SERGIPE	87.566,8	1.450,0	23.199,4	0	37.724,4	149.940,5
Total Região Nordeste	1.238.571,8	27.332,7	216.567,1	0,0	517.244,8	1.999.716,4
Região Sudeste						
ESPIRITO SANTO	22.336,8	10.358,1	2.825,2	0	4.973,5	40.493,6
MINAS GERAIS	101.287,9	1.663,9	2.907,1	0	24.598,6	130.457,5
Total Região Sudeste	123.624,7	12.022,0	5.732,2	0,0	29.572,2	170.951,1
Total Banco do Nordeste do Brasil	1.362.196,5	39.354,7	222.299,3	0,0	546.817,0	2.170.667,5

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

(1) FNE – PORTE DOS BENEFICIÁRIOS

PRODUTORES RURAIS	
Porte do Produtor	Renda Agropecuária Bruta Anual (*) - R\$ 1,00
MINI	Até 110.000
PEQUENO	Acima de 110.000 até 220.000
MÉDIO	Acima de 220.000 até 1.400.000
GRANDE	Acima de 1.400.000

(*) Renda agropecuária bruta anual, considerada a média projetada para um período de 12 anos, respeitado o valor máximo de endividamento definido operacionalmente pelo Banco, além de outras considerações.

EMPRESAS – INDUSTRIAL, AGROINDUSTRIAL, TURISMO, INFRA-ESTRUTURA E COMÉRCIO & SERVIÇOS	
Porte da Empresa	Receita Operacional Bruta Anual - R\$ 1,00
MICRO	Até 240.000
PEQUENA	Acima de 240.000 até 2.400.000
MÉDIA	Acima de 2.400.000 até 35.000.000
GRANDE	Acima de 35.000.000

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Em 2007, a Área de Políticas de Desenvolvimento participou do fortalecimento institucional e geração de resultados do Banco, por meio da ampliação do apoio às políticas públicas, da formulação de programas de financiamento voltados para a dinamização econômica das principais cadeias produtivas regionais, com atuação territorial diferenciada.

AÇÃO TERRITORIAL PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 2007, a ação territorial do BNB foi atualizada, melhor adequando o foco da atuação nos territórios e ação integrada dos agentes de desenvolvimento e agências do Banco, associando a geração de negócios à organização de cadeias produtivas selecionadas para maior competitividade e inclusão econômica.

A estratégia do BNB contempla a modelagem de negócios das atividades selecionadas, envolvendo:

- a) Financiamentos, captação, venda de produtos e serviços bancários;
- b) Ações voltadas para mercado, tecnologia e assessoria técnica, associadas ao crédito, visando a sustentabilidade dos empreendimentos; e
- c) Integração de ações dos governos e sociedade civil, alavancando os resultados conjuntos;

Resultados do início de implantação (agosto a outubro/ 2007):

- a) Elaboração de 192 projetos territoriais de fortalecimento das 25 cadeias produtivas priorizadas beneficiando diretamente 6.860 empreendimentos produtivos;
- b) Mapeamento adicional de mais 4.760 empreendimentos, ligados aos elos de insumos, beneficiamento e distribuição/comercialização das atividades priorizadas;
- c) Identificação das prioridades a serem trabalhadas, por eixos: organização, capacidade empresarial, tecnologia, infra-estrutura, comercialização, meio ambiente, acesso a crédito; e
- d) Financiamento de 916 operações, totalizando R\$ 23 milhões para investimento e custeio e R\$ 25 milhões para a recuperação de dívidas de empreendimentos que se encontravam com sua capacidade de crédito comprometida.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Como instituição de fomento do desenvolvimento regional, o BNB realiza ações importantes de apoio às políticas públicas, articulando parcerias com diversas entidades, as quais reforçam o cumprimento da sua missão, tendo como base a inclusão social, a dinâmica econômica, a preocupação com o meio-ambiente e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais. Destacamos, as seguintes iniciativas:

- **Desenvolvimento do Programa Prólagosta.** Mediante parceria firmada com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR, o BNB apóia a política nacional de sustentabilidade da pesca da lagosta;
- **Programa de Indenização dos Proprietários de Redes Caçoeiras e Compressores.** Também em parceria com a SEAP/PR, objetivando contribuir para recuperação da atividade lagosteira e garantir a sustentabilidade ambiental, social e econômica da pesca da lagosta. Em 2007 foram atendidos mais de cinco mil pescadores artesanais;
- **Apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.** Ações implementadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, em parceria com os Governos Estaduais, Petrobrás e movimentos sociais, o BNB iniciou em 2007 o financiamento a agricultores familiares para produção de mamona para biodiesel;
- **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR.** Estratégia inovadora do Governo Federal para a promoção da cidadania e autonomia econômica das trabalhadoras rurais, que são o contingente mais afetado pela ausência de documentação; e

- **Programa Luz Para Todos.** Formação de 180 multiplicadores no âmbito do Programa Luz para Todos, juntamente ao Ministério das Minas e Energia – MME e Eletrobrás, visando à disseminação do uso sustentável da energia elétrica em comunidades assistidas.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE

Tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene (gestora do fundo) contemplando empreendimentos dos diferentes segmentos econômicos rurais, urbanos e de infra-estrutura. No âmbito do FDNE, houve contratação no valor de R\$ 47.987,4 mil, projeto industrial localizado no Estado do Rio Grande do Norte. Visto que o Banco aguarda regulamentação legal, não houve repasse pelo órgão gestor, desta forma, não houve desembolso, encargos apropriados, valor devido e valor recebido.

Programa de Apoio à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval – Promercante

Os recursos do FMM, administrados pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, são aplicados no apoio e desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval. O BNB atuou como agente financeiro, tendo contratado, no Estado da Bahia, três operações no valor de R\$ 55.330,0 mil e encargos apropriados de R\$ 324,8 mil. O saldo das operações é de R\$ 35.999,5 mil.

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT INFRA-ESTRUTURA

Objetiva financiar projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização da infraestrutura econômica do País, especificamente dos setores de energia, telecomunicações, saneamento, transporte urbano e logística aos clientes de maior porte. Foram contratados em projetos destinados à distribuição de energia, três operações no valor de R\$ 65.178,9 mil, nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, com encargos apropriados de R\$ 152,3 mil, valores devidos e recebidos de R\$ 518,6 mil. O saldo das operações é de R\$ 31.119,6 mil.

Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota

O Programa tem como objetivo financiar a aquisição, construção, reforma ou modernização de embarcações destinadas à pesca oceânica. Em 2007, houve contratação de um operação no Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 2.691 mil, encargos apropriados de R\$ 179,8 mil, não existem valores devidos e recebidos, a operação está na carência, não há atrasos. O saldo das operações é de R\$ 2.847,1 mil.

CONTRATAÇÕES POR ESTADO, EM 2007, FONTES - FDNE, FMM, FAT-PROINF e PROGRAMA PROFROTA

Valores R\$ mil		
FONTE	Qtde.	Valor
FAT-PROINF		
Paraíba	1	16.992,0
Rio Grande do Norte	1	32.126,1
Sergipe	1	16.060,8
Total	3	65.178,90

FONTE	Qtde.	Valor
FDNE		
Rio Grande do Norte	01	47.987,4
FMM		
Bahia	03	55.330,0
PROFROTA		
Pernambuco	01	2.691,0

SALDOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, EM 2007, POR FONTE: FDNE, FMM, FAT-PROINF e PROGRAMA PROFROTA
(Valores em R\$ mil)

Fonte / Programa	Saldo anterior	Saldo atual	Encargos Apropriados	Valor Devido	Valor Recebido	Índice Inadimplência %
FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
FMM	0,0	35.999,5	324,8	0,0	0,0	0
FAT-PROINF	0,0	31.119,6	152,3	518,6	518,6	0
PROFROTA	0,0	2.847,1	179,8	0	0	0
FNE	15.555.307	17.642.020	1.259.584,1	2.741.172,8	2.383.812,7	13,04

Fonte: Balanço Patrimonial do FNE e Ambiente de Controle de Controle de Operações de Crédito.

MICROFINANÇAS E PROJETOS ESPECIAIS

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE – Prodetur/NE

Prodetur/NE I – Abaixo segue quadro representativo do saldo remanescente do contrato firmado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, vale ressaltar que o valor devido é pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência:

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 841/OC-BR	
BID (Prodetur) I	Valor (R\$ mil)
Saldo em 31.12.2006	694.026,9
Encargos Contabilizados ⁽¹⁾	-73.099,8
Pagamento de Principal + Encargos	-70.710,4
Saldo em 31.12.2007	550.216,8

Fonte: Banco do Nordeste – Ambiente de Operações Financeiras

⁽¹⁾ Valores atualizados pela moeda Dólar, que sofreu desvalorização frente à moeda Real.

Prodetur NE/II

O Prodetur NE II envolve recursos da ordem de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 240 milhões oriundos do Contrato de Empréstimo 1.392/OC-BR, firmado entre o BNB e o BID, e US\$ 160 milhões de contrapartida da União Federal, dos Estados, dos Municípios e, eventualmente, da iniciativa privada (até o limite de US\$ 12 milhões). A partir da assinatura dos contratos de subempréstimo com os estados e municípios, inicia-se o processo de implementação efetiva das ações, de acordo com as orientações do Regulamento Operacional.

O comprometimento total dos recursos do Programa se concretizou no ano de 2006, quando foram assinados contratos de subempréstimo com mais quatro Estados: Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Piauí.

No segundo semestre de 2007, além da articulação institucional necessária ao bom andamento do Prodetur, o Banco atuou fortemente junto às UEEs de todos os estados, orientando-os quanto à elaboração e/ou ajustes nos projetos prioritários e realizou acompanhamento físico e financeiro das obras e serviços iniciados, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e a implementação dessas obras e serviços segundo as orientações técnicas e buscando maior celeridade na execução.

Situação atual da execução - O Programa, como indicado no quadro a seguir, registra números satisfatórios. O exercício de 2007 encerrou com recursos comprometimentos na ordem de US\$ 164 milhões (obras/serviços concluídos, em execução, e em licitação) o que representa 69% do volume total de financiamento - US\$ 240 milhões. Os desembolsos totais somam US\$ 55 milhões e correspondem a 23% dos recursos totais do financiamento.

SITUAÇÃO DE EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS – DEZEMBRO 2007 - (US\$ Mil)

SUBMUTUÁRIO	FINANCIAMENTO	DESEMBOLSADO
BAHIA	39.000	23.348
CEARÁ	60.000	19.245
MINAS GERAIS	27.500	1.075
PERNAMBUCO	75.000	3.312
PIAUI	15.000	9
RIO G NORTE	21.300	7.471
BNB - Consultorias	2.200	870
TOTAL	240.000	55.329

Segue quadro representativo do saldo remanescente do contrato firmado entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, vale ressaltar que o valor devido pelo BNB é pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência:

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 1392/OC-BR

BID (Prodetur) II	Valor (R\$ mil)
Saldo em 31.12.2006	27.565,6
Ingressos em 2007	66.637,0
Encargos Contabilizados ⁽¹⁾	-5.715,7
Pagamento de Principal + Encargos	-2.438,6
Saldo em 31.12.2007	86.048,4

Fonte: Banco do Nordeste – Ambiente de Operações Financeiras

⁽¹⁾ Valores atualizados pela moeda Dólar, que sofreu desvalorização frente à moeda Real.

Entre as ações de maior impacto, no segundo semestre de 2007, foi concluída a elaboração da Base Cartográfica do Pólo Costa das Dunas no Rio Grande do Norte, e iniciada a execução das obras de Saneamento do Serro (MG) e Abastecimento d'água e esgoto de Tamandaré (PE).

Do rol de ações consideradas estruturais para o Programa, encontram-se em execução o projeto de capacitação profissional e empresarial do Polo do Descobrimento na Bahia, estando em elaboração vários Planos Diretores Municipais. Os Projetos de Capacitação Profissional e Empresarial para os Pólos Costa das Dunas (RN) e Costa do Sol (CE) encontram-se elaborados e em processo de licitação, para execução no início do próximo ano.

Microcrédito

O Banco do Nordeste do Brasil S/A opera no segmento de microcrédito produtivo orientado desde 1998, com uma área especializada e com marca própria – Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste - Crediamigo. Tornou-se, assim, o primeiro banco público de primeiro piso do Brasil a ter um modelo de atuação voltado para o microcrédito.

O crédito atende empreendedores proprietários de micronegócios formais ou informais, com financiamentos para capital de giro e investimento fixo, com a finalidade de gerar um maior volume de receitas ou melhorar as condições de vida da família.

O Crediamigo oferece oportunidades e facilidades que diferenciam seus empréstimos dos demais oferecidos pelo setor financeiro formal, como os grupos solidários em substituição às garantias tradicionais, e o atendimento personalizado realizado por assessores no local de trabalho dos empreendedores. Os assessores são treinados para efetuar o levantamento sócio-econômico do negócio, definir as necessidades de crédito e capacidade de pagamento, bem como para prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio.

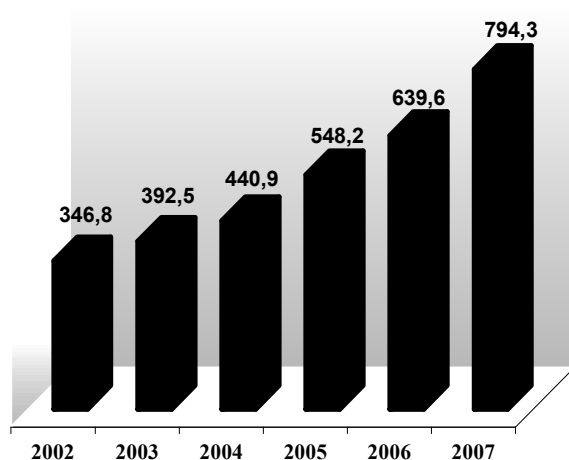
Os empreendedores clientes do Crediamigo também têm acesso a curso de capacitação gerencial ministrado em sala de aula, e a curso de educação básica que atende também familiares e pessoas que apoiam o empreendimento quando em situação de analfabetismo funcional.

Desempenho Operacional e Financeiro

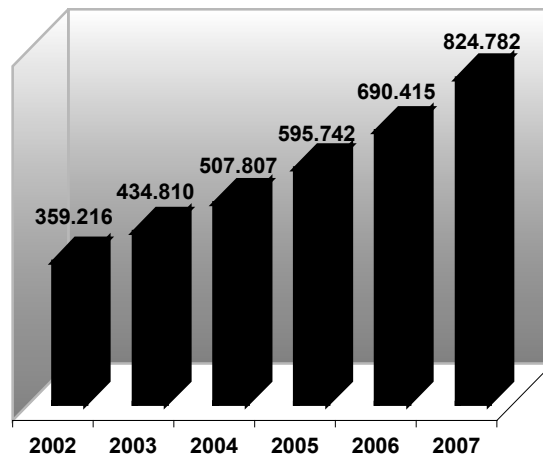
O volume de empréstimos realizados em 2007 foi da ordem de R\$ 794,3 milhões. Esse valor representa um crescimento de 27,2% em relação ao ano anterior, quando foram emprestados aproximadamente R\$ 639,6 milhões. Os empréstimos acumulados de 1998 a 2007 são da ordem 4,0 milhões de operações, onde foram aplicados mais de R\$ 3,51 bilhões. Com esse desempenho o Crediamigo consolida-se como o segundo maior

programa de microcrédito produtivo da América Latina e Caribe e o maior do Brasil. Os gráficos abaixo demonstram anualmente a evolução dos empréstimos desembolsados no Crediamigo:

**EMPRÉSTIMOS DESEMBOLSADOS
(R\$ MILHÕES)**



**EMPRÉSTIMOS DESEMBOLSADOS
(QUANTIDADE)**



Fonte: Banco do Nordeste / Ambiente de Microfinanças

A capacidade operacional vem apresentando um crescimento contínuo de clientes beneficiados com operações de crédito por dia, alcançando uma média de 3.312 clientes por dia em 2007. A média de clientes beneficiados por dia em 2006 foi de 2.773 clientes, o que significa um crescimento de 19,5% na média de contratações diárias. Em 2007 o Crediamigo alcançou o número de 299.975 clientes ativos, o que representa um crescimento de 27,25% em relação ao ano anterior, quando o Programa contava com 235.729 clientes. Além disso, o Programa obteve um crescimento de 37,51% de sua carteira ativa quando comparado a 2006, passando de R\$ 170,6 milhões para R\$ 234,66 milhões.

Qualidade da Carteira

Segue quadro resumo dos recursos aplicados do Crediamigo em 2007, por região e estado:

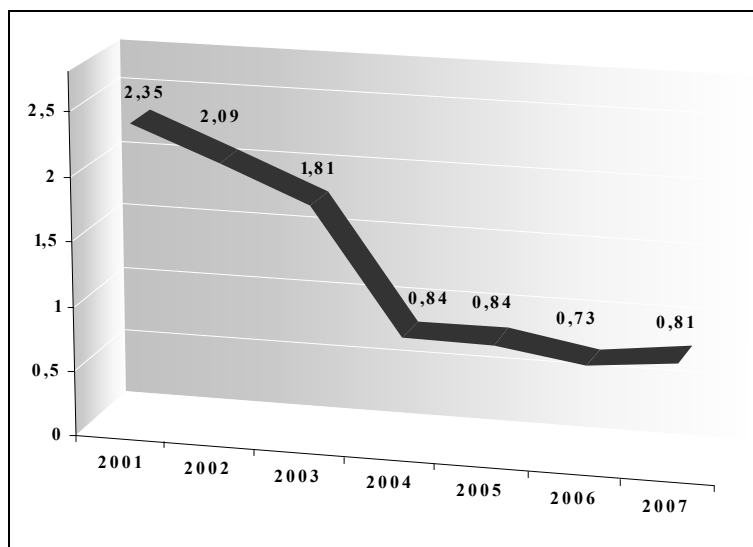
RECURSOS APLICADOS NO CREDIAMIGO

REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Nordeste	Alagoas	50.155	47.968.741,08
	Bahia	91.466	93.724.132,82
	Ceará	252.239	215.176.205,04
	Maranhão	88.444	99.367.313,62
	Paraíba	68.265	61.313.544,81
	Pernambuco	71.901	70.349.119,52
	Piauí	81.964	85.286.904,53
	Rio Grande do Norte	47.791	46.285.022,10
Total Região Nordeste		792.407	756.909.932,47
Centro-Oeste	Distrito Federal	1.582	2.667.648,53
Total Região Centro-Oeste		1.582	2.667.648,53
Sudeste	Espírito Santo	1.507	1.840.463,73
	Minas Gerais	29.286	32.839.061,10
Total Sudeste		30.793	34.679.524,83
Total Crediamigo BNB		824.782	794.257.105,83

Fonte: Banco do Nordeste / Ambiente de Microfinanças.

Desde 2004, a inadimplência do Programa vem se apresentando estável. Em 2007 a inadimplência de 0,81% em relação a carteira ativa foi o segundo menor índice da história do Crediamigo.

INADIMPLÊNCIA DO CREDIAMIGO (%)



Fonte: Banco do Nordeste / Ambiente de Microfinanças.

(1) Percentual de inadimplência é a relação dos valores em atraso de 1 a 90 dias, com a Carteira Ativa do final de cada mês.

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS e LUCRO GERENCIAL - DEZEMBRO 2007

	2006	2007
Carteira de Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	189.579	260.606
Encargos apropriados	55.176	58.159
Lucro* (R\$ mil)	17.406	18.824

Fonte - Balanços Gerenciais do Crediamigo, extraídas dos Balanços Patrimoniais do BNB, que consideram no cálculo da Carteira de Empréstimos e Financiamentos as operações sem atraso e com atraso até 360 dias;

* Deduzidos IR (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido)

Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Agricultura Familiar

O BNB destaca-se na operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf em sua área de atuação. No ano de 2007, foram aplicados R\$ 1.183,5 milhões, contratando 505.939 operações, nos diversos grupos e linhas do PRONAF, conforme quadros abaixo:

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL, CONCEDIDOS EM 2007, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO (Valores em R\$ mil)

Região/Estado	Quantidade	Valor
Região Nordeste		
ALAGOAS	27.872	57.945,9
BAHIA	84.468	204.159,8
CEARÁ	84.271	195.115,2
MARANHÃO	61.829	171.799,1
PARAÍBA	35.788	73.850,1
PERNAMBUCO	56.693	141.004,5
PIAUÍ	42.939	106.468,1
R. G. DO NORTE	29.779	74.758,0
SERGIPE	27.684	56.399,5
Total Região Nordeste	451.323	1.081.500,2
Região Sudeste		
ESPÍRITO SANTO	2.007	8.200,3
MINAS GERAIS	52.609	93.844,6
Total Região Sudeste	54.616	102.044,8
Total Banco do Nordeste do Brasil	505.939	1.183.545,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL, CONCEDIDOS EM 2007, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, POR FONTE
(Valores em R\$ mil)

FONTE DE RECURSOS	QUANTIDADE	VALOR
FNE	342.213	933.321,3
STN	163.726	250.223,7
Total Banco do Nordeste do Brasil	505.939	1.183.545,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil

Atendendo solicitação, informamos os seguintes valores referentes ao exercício de 2007: Encargos apropriados R\$ 26.760,4 mil; valor devido de R\$ 632.925,0 mil; valor recebido de R\$ 183.837,5 mil de bônus - R\$ 410.588,8 mil de reembolsos – total de R\$ 594.426,3 mil; inadimplência de 6,08%.

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL, CONCEDIDOS EM 2007, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, POR GRUPO
(Valores em R\$ mil)

REGIÃO/ESTADO	QUANTIDADE	VALOR
AGRINF	1	5,0
AGROECOLOGIA	1	5,9
AGROINDUSTRIA	85	688,7
FLORESTA	223	1.110,0
JOVEM	320	1.830,9
MULHER	5.310	28.848,9
PRONAF A	10.239	152.814,2
PRONAF AC	3.462	7.110,3
PRONAF B	421.913	589.614,8
PRONAF C	47.532	252.597,2
PRONAF D	9.833	112.203,6
PRONAF E	267	6.168,9
SEMI-ÁRIDO	6.753	30.546,5
TOTAL BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	505.939	1.183.545,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil

Desse valor total, ressalta-se que R\$ 589,6 milhões foram aplicados no Pronaf Grupo B, cujo público-alvo são agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00, e R\$ 152,8 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf Grupo A, que se destina a agricultores familiares assentados da reforma agrária.

Com a finalidade de expandir o atendimento aos agricultores familiares, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado no âmbito do Pronaf B, o BNB criou o programa de microcrédito rural Agroamigo. Ao final de 2007, 164 agências do Banco operacionalizavam o Agroamigo, atendendo 876 municípios, objetivando especificamente:

- Garantir maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Realizar o atendimento aos agricultores familiares com serviços de microfinanças nas comunidades rurais;
- Ampliar o grau de proximidade com clientes da área rural; e
- Viabilizar maior capacidade operacional para o Banco e melhor acompanhamento do crédito.

Desde o início da operacionalização do Agroamigo já foram contratadas 349.261 operações, no montante de R\$ 427.493,3 mil. No exercício de 2007 foram contratadas 192.736 operações envolvendo recursos da ordem de R\$ 259.514,2 mil. Esses valores e quantitativos do Agroamigo estão contidos nos dados relativos ao Pronaf B.

Crédito Fundiário

O BNB atua como agente financeiro do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, criado pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA com o objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural mediante o aumento da renda dos trabalhadores rurais, tendo por finalidade financiar a compra de terras por trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, e também agricultores proprietários de imóveis rurais com área inferior ao módulo fiscal do município.

O BNB operacionaliza os seguintes programas de crédito que fazem parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF:

- a) Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que é composto de dois subprojetos:
- Subprojeto de Aquisição de Terra – SAT: financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a aquisição da propriedade rural com as benfeitorias existentes, diretamente às associações dos agricultores. No ano de 2007, o Banco contratou 313 operações no montante R\$ 40,8 milhões, atendendo a 5.746 famílias;
 - Subprojeto de Investimentos Complementares – SIC: esse subprojeto financia, de forma não-reembolsável, com recursos do Banco Mundial, os investimentos comunitários complementares (produtivos, infra-estrutura e sociais) para os imóveis adquiridos com o SAT. Em 2007, o Banco contratou 329 operações do SIC com as associações dos agricultores familiares, envolvendo R\$ 56,9 milhões.
- b) Programa de Crédito Fundiário – Consolidação da Agricultura Familiar - CAF, financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de forma reembolsável, a aquisição da propriedade rural com as benfeitorias existentes bem como investimentos em infra-estrutura básica e produtiva, diretamente às associações dos agricultores, ou de forma individual. No ano de 2007, o Banco contratou 271 operações no montante de R\$ 26,1 milhões, atendendo a 822 famílias.

7.2.5. BANCO DA AMAZÔNIA - BASA

O desempenho apresentado pelo Banco da Amazônia no exercício de 2007 esteve pautado no compromisso estratégico da Instituição com o Desenvolvimento Sustentável da Região, buscando inserir sua economia nos mercados nacional e internacional, por meio da incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar; apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisa estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os governos federal e estaduais e outras instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Essa forma de atuar do Banco da Amazônia é pautada no reconhecimento de que o processo de desenvolvimento integrado e sustentável de uma região com as características da Amazônia perpassa, necessariamente, pela incorporação de mecanismos da gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento, pois adequa-se ao ambiente regional, já que no lugar da forma de atuação convencional das instituições, com a execução de ações isoladas que se sobrepõem ou deixam lacunas, coloca-se em prática a integração e focalização de ações, de maneira sinérgica e complementar, potencializando os resultados a serem alcançados. Nesta perspectiva, o Banco da Amazônia, juntamente com vários atores representativos da sociedade regional, implantou, em cada Estado da Região Amazônica, Núcleos de Gestão Compartilhada que estão articulando as ações necessárias para o desenvolvimento de iniciativas que colaborem com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Em suas estratégias de ação, o Banco da Amazônia tem como prioridade a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, o BASA valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional, resultando na geração de significativos impactos sociais e econômicos, tais como: fixação do homem amazônida no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, através da integração intra e inter-regional; apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; integração da economia regional aos mercados; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural amazônica.

O Banco da Amazônia apóia a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais atuando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 48 arranjos produtivos locais (APL) selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

Durante o exercício de 2007, o Banco da Amazônia identificou as potencialidades econômicas em nível local, visando à estruturação e fortalecimento dos APL prioritários para a Região, viabilizando a formatação de projetos que valorizem o uso racional de matérias-primas locais e que, ao mesmo tempo, contribuam para o aumento do valor agregado regional. Buscou, também, implantar novas oportunidades de negócios voltadas para os segmentos sustentáveis, consolidando sua presença como instituição indutora do desenvolvimento regional. Essas iniciativas estiveram focadas no propósito de compatibilizar as ações creditícias do Banco da Amazônia à consecução de três mega objetivos do Governo Federal, constantes no PPA 2004-2007: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O Banco da Amazônia incentiva a realização de pesquisas científicas de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Executados por agentes regionais, tais pesquisas são um importante instrumento de informação para o planejamento e orientação das decisões sobre investimentos do setor produtivo. Por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, foram firmadas parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com universidades e institutos de pesquisa da Região, visando a execução de pesquisas de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura sem queima, recursos florestais, biodiesel, estudo de bioplástico de mandioca e manejo de rios, entre outros temas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. Até o final de 2007, o Banco da Amazônia apoiou 356 projetos de pesquisa, envolvendo recursos da ordem de R\$ 24,8 milhões para 50 instituições.

Destaque para a pesquisa de produção de biodiesel, a partir do dendê, apoiada pelo Banco da Amazônia, como forma de fomentar projetos de desenvolvimento sustentável na Região, entre os agricultores de base familiar, envolvendo diversas comunidades que estão deixando a agricultura de subsistência para se aprimorar na produção do dendê. Já foram implantadas na região do Vale do Acará, no nordeste paraense, quatro versões do Projeto Dendê, correspondentes a cerca de 1.500 hectares plantados. As comunidades envolvidas no trabalho querem fomentar a produção de dendê e pensam buscar financiamentos para aquisição de equipamentos necessários à extração de óleo que possam fortalecer suas famílias.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Banco da Amazônia está redefinindo sua política de financiamento, incorporando os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais. Trata-se de implantar um modelo de financiamento que tenha como foco os negócios sustentáveis e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão. A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos. As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades. Mediante a exclusão na concessão de financiamentos, o Banco da Amazônia não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

O BASA tem contribuído com o esforço do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia, no âmbito do PAC, contemplam setores estratégicos da economia como saneamento básico, matriz energética e produção de biodiesel. Em 2007, o Banco aprovou a contratação de 10 projetos no valor de R\$ 1,03 bilhão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse total, sete projetos foram efetivamente contratados no período, totalizando R\$ 838,2 milhões, todos para atender o setor de produção/geração de energia elétrica.

O Banco da Amazônia também tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região e, dessa forma, alavancar cada vez mais os financiamentos às atividades produtivas de menor porte, com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar, do associativismo de produção e das atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta.

Em 2007, o Banco da Amazônia aderiu ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, lançando o Programa “Amazônia Florescer”, atendendo, dessa forma, o disposto na Lei n.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal. O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos.

No final de 2007, o Banco da Amazônia inaugurou sua primeira unidade-piloto, denominada Posto de Atendimento de Microcrédito (PAM). A partir da inauguração dessa unidade, o Banco já realizou 1.670 visitas domiciliares e promoveu diversas palestras à população de baixa renda. Ao final de 2007, foram liberados R\$ 12.283,11 para 32 clientes, no valor médio de R\$ 383,85 para cada operação. Os recursos a serem aplicados na execução do Programa, inicialmente, provêm dos saldos dos depósitos à vista. Contudo, o Banco já articula providências para reforçar essa fonte com recursos captados tanto no mercado interbancário nacional como em organismos de cooperação internacional.

Para facilitar a ampliação de mercados aos produtos regionais, o Banco da Amazônia criou a sua área internacional, em maio de 2005. Desde então, vem estabelecendo contatos com organismos multilaterais e bancos multinacionais de desenvolvimento, como o *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC) e a *Agence Française de Développement* (AFD), em busca de novas fontes de recursos para financiar a atividade florestal na Região Amazônica, em especial projetos de reflorestamento e de manejo. Dando seguimento a essas negociações, o Banco da Amazônia, em setembro de 2007, se reuniu com a AFD, na cidade de Paris e participou do II Salão do Brasil em Paris e do Fórum Brasil 2007. O objetivo da missão internacional foi identificar novas oportunidades de negócios para a Amazônia, uma vez que a Europa é uma região estratégica que apresenta grande interesse pelos recursos produtivos desenvolvidos na Região, o que pode atrair um volume considerável de recursos financeiros para aplicação no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Na área da Educação, o Banco da Amazônia apóia financeiramente instituições que atuam na pré-escola, no ensino fundamental e médio, no aprendizado técnico-profissionalizante e no ensino superior. Considerando o período de 2003 a outubro de 2007, foram financiados 24 empreendimentos, envolvendo recursos que totalizam cerca de R\$ 68 milhões. O estímulo ao desenvolvimento da Educação pelo Banco da Amazônia não se restringe, apenas, ao financiamento de empreendimentos educacionais, mas alcança, também, uma série de projetos voltados para o incentivo escolar e educacional da população mais carente, mantendo, sempre viva, a função social da Instituição. Por meio do Projeto “Expedição Vaga Lume”, já beneficiou mais de 26 mil crianças de comunidades rurais dos nove Estados da Amazônia Legal. O Projeto consiste na implantação de bibliotecas comunitárias e na capacitação de mediadores de leitura, tendo como objetivos promover o acesso à literatura e melhorar o desempenho escolar de crianças, entre outros. Recebem apoio 13 comunidades rurais dos Municípios de Barreirinhas/MA, Caracará/RR, Oriximiná/PA e Soure/PA, com a distribuição de 3.450 livros, além de sessões de cinema e rodas de leitura.

Com a preocupação de inserir socialmente crianças e adolescentes de baixa renda e os portadores de deficiências físicas, principalmente mediante atividades físicas e sociais, o Banco da Amazônia tem estabelecido parcerias com diversos atletas, desenvolvendo ações que visam diminuir as desigualdades sociais, investindo no esporte. Nesse contexto, estabeleceu algumas parcerias em modalidades esportivas como o basquetebol, natação e atletismo. Dentre as principais parcerias, destaca-se o *All Star Rodas*, composto por atletas deficientes físicos que disputam o basquetebol em cadeiras de rodas e o apoio a 90 atletas, sendo 58 portadores de deficiência física, 10 deficientes visuais, 12 paralisados cerebrais, oito deficientes mentais e dois com distrofia muscular. Ressalta-se que cerca de 15 atletas do *All Star* foram escalados para compor a Seleção Brasileira Feminina de Basquetebol de Cadeira de Rodas, ficando entre as quatro melhores seleções das Américas.

Quanto à capilaridade, o Banco da Amazônia tem utilizado o critério de maximização da expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, de modo a transferir para a comunidade os benefícios da ampliação do seu atendimento. Nos últimos cinco anos, o Banco da Amazônia expandiu a sua capilaridade em 107%, passando de 101 pontos de atendimentos ao final de 2002 para 209 unidades, ao final de 2007. Quando comparado com o exercício de 2006, o incremento foi de 35%, quando a rede era constituída por 155 unidades.

O Banco da Amazônia vem realizando ainda estudos dos setores produtivos da Região que contam com seu apoio financeiro, objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos Estados que apresentam menores índices de aplicação de recursos. Esses estudos contemplam análises de conjuntura do mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócios que podem surgir no curto e longo prazo, configurando-se em importante instrumento para apoiar as decisões do Banco da Amazônia no atendimento das demandas por crédito. Em 2007 foram elaborados os seguintes estudos: Estudo Setorial da Pimenta do Reino, Estudo Setorial do Cacau; Estudo Setorial da Mandioca e Estudo Setorial do Abacaxi.

AÇÕES COMPONENTES DE PROGRAMAS DE GOVERNO (PPA 2004-2007)

PROGRAMA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia

O Banco da Amazônia apóia o turismo da Região Norte com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), por meio do Programa FNO-Amazônia Sustentável, que tem por objetivo contribuir para o crescimento do turismo regional desenvolvido em bases sustentáveis, financiando todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, reforma e realocização de empreendimentos turísticos, basicamente voltados para o setor hoteleiro.

Beneficiários: Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive empresas individuais, associações e cooperativas de produção, organizadas de conformidade com a lei brasileira, que tenham no Brasil a sede de sua administração e cuja maioria de seu capital, com direito a voto, pertença a pessoas residentes e domiciliadas no País.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda;
- Apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributária, por meio da diversificação da estrutura produtiva;
- Promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais mediante integração intra e inter-regional; e
- Integração da economia regional aos mercados.

Durante o exercício de 2007, os financiamentos realizados pelo Programa FNO-Amazônia Sustentável para a atividade turística, nos sete Estados da Região Norte, somaram R\$ 16,4 milhões, contemplando 11 empreendimentos financiados.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL/TURISMO EM 2007

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
64	47.867.274,00	11	16.434.800,56

Fonte: Banco da Amazônia

Muito embora o Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e Governos Estaduais, venha tomando iniciativas para dinamizar o turismo na Região, a aplicação de recursos em empreendimentos nesse setor apresenta-se aquém do programado. As dificuldades da infra-estrutura física básica e

urbana instalada no território e de divulgação dos produtos turísticos regionais; a pouca articulação para o desenvolvimento turístico regional entre os agentes; e a falta de estudos de mercado que possibilite investir no setor com mais segurança, são fatores que têm contribuído para dificultar a potencialização do crédito para o turismo regional. Contudo, o Banco da Amazônia, preocupado em dinamizar o crédito para o setor, está criando o Plano de Alavancagem do Turismo na Amazônia, com abrangência para todos os Estados da Amazônia Legal, em parceria com todo o *trade* turístico regional, governos estaduais e municipais e a sociedade local, num esforço conjunto para que se criem as condições necessárias que possam contribuir para a melhoria do desempenho da aplicação creditícia no setor turístico da Região.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Concessão de Crédito para Agricultores Familiares

O Pronaf visa fortalecer a Agricultura Familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. A partir da linha de financiamento do Banco da Amazônia, é prestado apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Beneficiários: Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no MCR-10, mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada: pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; e aqüicultores.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda;
- Apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributária, por meio da diversificação da estrutura produtiva;
- Promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais através da integração intra e inter-regional;
- Viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e
- Integração da economia regional aos mercados.

Por meio do Pronaf, o Banco da Amazônia auxilia o Governo Federal na execução da Política de Reforma Agrária com financiamento de atividades produtivas na Região Amazônica, desenvolvidas em áreas de colonização. Com esses recursos, o Banco da Amazônia financiou, em 2007, cerca de 43 mil operações, no total de R\$ 268 milhões, gerando, aproximadamente, 174 mil ocupações de mão-de-obra na Região, conforme demonstrado no quadro abaixo:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PRONAF EM 2007

FONTE	PROGRAMADO		EFETIVADO	
	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO)	22.865	214.933.446,00	36.605	259.005.769,00
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	14.283	62.296.249,00	6.390	8.532.199,00
TOTAL	37.148	277.229.695,00	42.995	267.537.968,00

Fonte: Banco da Amazônia

Como se verifica, a maior demanda pelos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) pode ser explicada, sobretudo, pela maior atratividade dos encargos praticados nos financiamentos dessa fonte frente a da outra fonte (OGU), impactando, sobremaneira, o desempenho das mesmas.

Além do apoio do crédito direto, a agricultura familiar regional também passa a ter o apoio do Banco da Amazônia para a prestação do serviço de assistência técnica, disponibilizando recursos do seu próprio orçamento para

fortalecer e melhorar o desempenho dos Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos mini e pequenos produtores rurais da Região Norte. Para a Safra 2006/2007, o Banco da Amazônia disponibilizou R\$ 487,0 milhões. Trata-se de uma parceria pioneira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visando eliminar um problema que há muitos anos aflige o pequeno produtor rural da Região: a falta de apoio técnico para o cultivo e a comercialização da safra. Com isso, o Banco da Amazônia espera melhorar os resultados de sua política de crédito e proporcionar maior retorno financeiro para a agricultura familiar, que se constitui num importante segmento da economia rural amazônica.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS-SUBREGIONAIS (PROMESO)

Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia.

Tem por finalidade apoiar com recursos não reembolsáveis (renúncia fiscal), a elaboração e execução de projetos de pesquisa (custeio) que se voltem aos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia.

Beneficiários: Poderão pleitear colaboração financeira ao Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia, para a realização de pesquisas científicas, as universidades, os institutos de pesquisa e outras Entidades que, técnica e legalmente habilitadas, satisfaçam os requisitos exigidos.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias;
- Identificação de novas oportunidades de investimento;
- Ampliação do estoque de conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, promovendo a exploração sustentável das vocações e potencialidades regionais;
- Contribuição à manutenção e ao fortalecimento da comunidade científica regional; e
- Difusão das questões amazônicas.

Durante o exercício de 2007, o Banco da Amazônia investiu R\$ 1.858.869,00 em projetos de pesquisa, em 83 contratações, conforme a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROMESO EM 2007

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
90	5.000.000,00	83	1.858.869,00

Fonte: Banco da Amazônia

No apoio à pesquisa científica e tecnológica, o Banco da Amazônia procura fazer convergir iniciativas que priorizem as vocações socioeconômicas regionais, sempre tendo em vista a preservação da identidade cultural da sociedade amazônica. Assim, foram concluídas pesquisas, publicados trabalhos e celebradas parcerias para proporcionar apoio ao processo decisório de novos investimentos, que passaram a ser ferramentas de suporte importantes para planejar o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a deficiência de infra-estrutura na área de Ciência e Tecnologia na Amazônia, como falta de laboratórios, centros de excelência e pequeno número de pesquisadores, refletem na quantidade e qualidade dos projetos apresentados, dificultando a aplicação dos recursos em sua totalidade.

PROGRAMA BANCO PARA TODOS

Conta Simplificada

Para atender esta ação, o Banco da Amazônia criou a Conta Sinal Verde, que é um conjunto de contas simplificadas destinado exclusivamente às pessoas físicas, individualmente, com o objetivo de proporcionar acesso às facilidades bancárias e creditícias de forma mais ágil e simplificada.

Beneficiários: Todas as pessoas físicas que não possuem conta corrente ou poupança em qualquer banco. O Banco da Amazônia oferece três opções diferenciadas de atendimento: A Conta Amazônia Jovem, para estudantes de nível médio, técnico e superior; a Conta Amazônia Cidadão, para aposentados e pensionistas; e a Conta Amazônia Fácil, para autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, donas de casa, microempreendedores da economia informal, dentre outros. O beneficiário pode consultar saldo e extrato, efetuar depósitos e saques e pagar contas, por meio de cartão magnético; fazer compras em lojas credenciadas da rede 24 horas; e obter empréstimo na linha do microcrédito junto ao Banco. A abertura dessa conta é totalmente gratuita e sem burocracia.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

Acesso ao sistema bancário a 33.081 pessoas de baixa renda e microempreendedores formais e informais, permitindo: Acesso facilitado a serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros e créditos); e Inclusão social. Em 2007, foram abertas 2.851 novas contas simplificadas no Banco da Amazônia, ao passo que, desde 2003, quando o Programa foi criado, o total de contas abertas chega a 33.081. Atualmente, existem 27.755 contas simplificadas ativas, sendo 11.636 (41,9%) de pensionistas e aposentados; 411 (1,5%) de universitários e jovens; e 15.711 (56,6%) de profissionais liberais, autônomos, donas de casa e outros. Não há previsão de execução financeira para esta ação.

RESULTADOS FÍSICOS DA CONTA SINAL VERDE EM 2007

PROGRAMADO	EFETIVADO
DADOS FÍSICOS	DADOS FÍSICOS
4.800	2.851

Fonte: Banco da Amazônia

Concessão de Crédito à População de Baixa Renda

Para executar esta Ação, o Banco da Amazônia criou uma modalidade de empréstimo chamada Amazônia Microcrédito, destinado à população de baixa renda, aposentados e pensionistas, microempreendedores da economia informal e microempresários, para suprir as necessidades de crédito de curto prazo, cuja taxa efetiva de juros é de 2% ao mês. Os empréstimos não têm destinação específica.

Beneficiários: Pessoas físicas detentoras de conta simplificada, titulares de conta corrente ou de poupança que, em conjunto com as demais aplicações financeiras do Banco da Amazônia, não apresentem saldo médio mensal superior a mil reais e que tenham renda de até dois salários mínimos; microempreendedores (autônomos, donas de casa, profissionais liberais, etc.) que possuem empreendimento de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, que atuam no mercado informal; aposentados e pensionistas do INSS, que recebam até dois salários mínimos de aposentadoria ou pensão pelo Banco da Amazônia; e microempresas, desde que o valor da operação para essa linha somado ao saldo de outras operações de crédito que tenha em qualquer instituição financeira não ultrapasse dez mil reais.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Liberação de microcrédito a 50.923 pessoas e microempreendedores formais e informais, no valor total de R\$ 28,6 milhões, permitindo geração de trabalho e renda, e Inclusão social.

Durante o exercício de 2007, o Banco da Amazônia financiou 6.324 operações nessa linha de crédito, concedendo empréstimos que totalizaram R\$ 3.700.450,00, com valor médio de R\$ 585,14 por beneficiário. De 2003 a 2006, o Banco da Amazônia emprestou R\$ 28.624.508,86 para 50.923 operações de microcrédito.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO AMAZÔNIA MICROCRÉDITO EM 2007

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R\$)
21.619	12.020.000,00	6.324	3.700.450,00

Fonte: Banco da Amazônia

7.3 - RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA – EXERCÍCIO DE 2006

Compete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo apoiar o Tribunal de Contas da União - TCU no exercício de sua missão institucional – mandamento previsto na Constituição Federal vigente, em seu artigo 74, inciso IV. Ao emitir o Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República, exercício de 2006, aquela Corte de Contas expediu recomendações a diversos órgãos e entidades da administração pública federal, as quais foram repassadas, pela Controladoria-Geral da União - CGU, a cada órgão/entidade para ciência e providências.

No âmbito do Poder Executivo, essas recomendações traduziram-se em ressalvas que alcançaram os seguintes órgãos e entidades: Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Defesa, Ministério dos Transportes, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Comunicações, Casa Civil da Presidência da República, Controladoria-Geral da União, Comando da Marinha, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria Especial de Portos, Petrobras e Banco Central do Brasil.

Ao longo do exercício de 2007 vários órgãos encaminharam à Controladoria-Geral da União as providências que estavam sendo tomadas em relação às recomendações. A eficácia dessas providências será analisada pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, órgão integrante da Controladoria-Geral da União, quando da realização de ações de controle. A seguir, encontram-se as providências apresentadas pelos órgãos.

PODER EXECUTIVO

Recomendação:

“Ao Poder Executivo que restabeleça o controle sobre todo o ciclo das transferências voluntárias, com correção de seus vícios a partir da programação orçamentária, reestruturação da capacidade de celebrar, acompanhar e fiscalizar a execução, avaliar os resultados e as prestações de contas, suspendendo, se necessário, a celebração de novos termos de convênio, contratos de repasse ou termos de parceria por órgãos federais que detenham elevado estoque de prestações de contas não analisadas.”

Providências adotadas:

No âmbito da Presidência da República - PR

Com relação ao acompanhamento dos programas de governo, mediante a fiscalização de transferências voluntárias, foi recomendado pela Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República – Ciset/PR aos órgãos concedentes, subordinados diretamente a Presidência da República, a adoção de providências que tiveram por objetivo ajustar e sanar os atos e fatos decorrentes da execução das transferências auditadas e fiscalizadas nas diversas regiões, observado o critério da materialidade, face às legislações que regem a matéria de controle dos gastos de recursos públicos a entes federados e entidades privadas, assim discriminados:

- Estabelecimento de critérios objetivamente aferíveis e transparentes para escolha das entidades privadas que receberão recursos por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferir recursos federais, levando-se em consideração a determinação contida no item 9.4 do Acórdão nº 1.777/2005-TCU-Plenário.
- Adoção de medidas com a finalidade de fazer constar nos pareceres técnicos emitidos sobre as propostas de convênios apresentadas pelas entidades privadas, avaliação quanto à qualificação técnica e à capacidade administrativa e operacional dessas entidades para a consecução do objeto dos convênios, conforme determina o Tribunal de Contas da União no item 1.3.5, TC-006.660/2005-0, Acórdão nº 1.162/2007-TCU-1ª Câmara.
- Enquanto estiver impedido de realizar a fiscalização local da execução de todos os convênios celebrados, por insuficiência de pessoal habilitado ou por falta de recursos financeiros, adoção de critérios formais para seleção daqueles a serem fiscalizados, conforme Acórdão 549/2003 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

- Evitar a liberação de recursos em parcela única, para proporcionar o acompanhamento da execução dos convênios e assim a liberação das próximas parcelas, atendendo a prudência administrativa, conforme Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 350/2006 – Plenário e especialmente ao Acórdão nº 405/2006 - Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União.
- Adoção de medidas com a finalidade de fazer constar nos pareceres técnicos, análises detalhadas dos custos indicados, documentando-as com elementos tais como: cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas e outras fontes disponíveis, de modo a certificar-se e a comprovar que tais custos estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região, nos termos do Acórdão nº 46/2006 - TCU - Segunda Câmara.
- Realização do acompanhamento dos convênios, de acordo com o estabelecido no Acórdão nº 5230/2000 - Plenário e no Acórdão nº 2.074/2004 – 1ª Câmara, ambos do Tribunal de Contas da União, procedendo a fiscalização e acompanhamento dos convênios firmados e emitindo os competentes relatórios para posterior envio à unidade de controle interno, juntamente com a prestação de contas do convênio, em obediência ao art. 23 da IN/STN 1/97 e arts. 67 e 116 da Lei nº 8.666/93.
- Adoção de providências para fazer constar parecer jurídico nos processos de licitação executados pelas convenientes, conforme prevê o do art. 38 da Lei nº 8.666/93, fundamentais para análise e aprovação das minutas de editais de licitação, conforme os seguintes Acórdãos do TCU: Acórdão nº 552/2005 – 2ª Câmara do TCU; Acórdão nº 62/1999 – 2ª Câmara do TCU; Acórdão nº 561/98 – Plenário; e Acórdão nº 1.613/2004 – 2ª Câmara.
- Faça constar dos processos de convênios as justificativas para ausência dos estudos técnicos preliminares relativos ao impacto ambiental gerado pelos empreendimentos relativos a obras e serviços a que se referem os arts. 6º, inciso IX, e 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/93, sempre que esses estudos forem dispensados, dadas as peculiaridades do empreendimento ou em razão de legislação ambiental específica, conforme determinado pelo Acórdão 463/2004 – Plenário do TCU.
- Adoção de medidas para fazer constar dos processos de convênio, nos casos de licitação de obras e serviços de engenharia, a respectiva licença ambiental prévia, bem como, se o empreendimento ainda não tiver obtido licença ambiental de instalações, deixe de ordenar o início de seus trabalhos, uma vez que a inobservância de tais regras fere o disposto no art. 6º, inciso IX, c/c o art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/93; no art. 10º da Lei nº 6.938/81; e no art. 2º da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente-Conama nº 237/9, conforme o Acórdão nº 1.187/2004 – Plenário do TCU.

Ainda, a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil, em articulação com a Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República, coordenou junto aos demais órgãos da Administração Pública Federal o atendimento às recomendações e decisões do TCU, relativas à Prestação de Contas de 2007, referente ao exercício de 2006, bem assim em relação a auditorias específicas realizadas por aquela instituição. A Secretaria de Comunicação da Presidência da República, por meio da Diretoria de Patrocínios, desenvolveu ações de articulação com os órgãos do Poder Executivo Federal, por intermédio de apresentações ao Comitê de Patrocínios das políticas setoriais do Governo, sobre as macrodiretrizes de patrocínios, recomendações do TCU e projeto de capacitação em parceria com o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas-Sebrae.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, quanto ao aprimoramento da gestão das transferências voluntárias, ampliou a utilização de editais de chamada pública para a celebração de convênios e foram analisados 247 processos de prestação de contas de convênios finalizados no exercício. Durante a análise, foram instauradas 7 TCEs, aprovadas 91 prestações de contas e fiscalizados 120 convênios vigentes em 17 UFs.

Com relação à função gerencial e fiscalizadora dos recursos transferidos por meio de convênios, termos de parceria e outros instrumentos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem atuado preventivamente, enviando os manuais de procedimentos para a formalização/execução dos projetos e prestação de contas dos recursos repassados, assim como por meio de visitas e fiscalizações direcionadas, assegurando a mútua cooperação, garantindo a boa e regular aplicação dos recursos que foram transferidos.

No decorrer de 2007, registraram-se quatro denúncias contra entidades parceiras, que resultou em fiscalização por parte da Ciset/PR e da própria concedente (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). Foi solicitada a instauração de três processos de Tomadas de Contas Especial – TCE, que resultaram na inscrição de tais entidades no Cadastro Único de Convenientes – CAUC.

As recomendações efetuadas pela Ciset para a Secretaria Especial de Mulheres, com base nos relatórios de fiscalização e de auditoria anual foram observadas e a implementação de ações visando o cumprimento do que estabelece a legislação vigente vem se dando gradativamente, por meio da disseminação de informações de caráter orientador aos dirigentes de instituições privadas e entes públicos que, em regime de cooperação, receberam recursos ou têm interesse em apresentar projetos. Da mesma forma tem-se acatado as determinações contidas nos acórdãos do TCU, com respeito ao cumprimento da IN/STN Nº 01/2007.

No âmbito do Ministério da Fazenda - MF

O Poder Executivo publicou o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, com vistas a melhorar o controle sobre o ciclo das transferências voluntárias. A propósito, foi instituído Grupo de Trabalho (GT) visando, dentre outras providências, à proposição de normas complementares para sua regulamentação, conforme o disposto na Portaria Interministerial nº 301, de 12 de setembro de 2007.

As discussões em andamento no âmbito do Grupo de Trabalho somente se encerrarão em meados de 2008, e envolvem, inclusive, a definição acerca do órgão Federal que passará a ser responsável pela edição dos normativos de hierarquia inferior relativos a convênios, como a Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira, desta Secretaria (STN). Haverá a edição de Portaria Conjunta, disciplinando a matéria.

O citado Decreto, originalmente, teria vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Ocorre que, em dezembro de 2007, constatou-se a impossibilidade técnica de operacionalização da norma. Por isso, o prazo de vigência foi prorrogado para 1º de julho de 2008, conforme disposto no Decreto nº 6.329, de 27 de dezembro de 2007. Os trabalhos de regulamentação da matéria ocorrerão, assim, no transcorrer do primeiro semestre de 2008.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Recomendação:

“Ao Ministério da Fazenda, em conjunto com os demais ministérios setoriais, que adotem medidas com vistas à contabilização tempestiva no SIAFI, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos créditos tributários e não tributários inscritos na Dívida Ativa da União, após apuração da liquidez e certeza, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 39 da Lei nº 4.320/1964, combinado com o art. 22 do Decreto-Lei nº 147/1967, alterado pelo Decreto-Lei nº 1.687/1979 e pela Lei nº 10.522/2002, de modo a minimizar o risco de prescrição dos respectivos créditos.”

Providências adotadas:

A Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu como meta institucional a revisão e atualização do Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, com o propósito precípuo de harmonizar os procedimentos de registros e de contabilização dos fatos relativos à Dívida Ativa da União, estados, Distrito Federal e municípios. Na sequência, a STN submeterá o manual elaborado pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT) ao Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Contábeis. Posteriormente, após a definição conceitual em conjunto com os demais órgãos envolvidos, estão previstas ações para promover a integração do SIAFI com o Sistema de Administração e Cobrança da Dívida Ativa da União, de modo a permitir o registro automático e tempestivo dos valores inscritos e arrecadados.

Convém observar, ainda, que já em 2006 o Relatório da PGFN sobre o estoque de Dívida Ativa encontrava-se conciliado com o SIAFI. Foi adotada provisoriamente, até que o referido Sistema de Controle seja integrado ao SIAFI, sistemática de emissão de Mapas Gerenciais da Movimentação do Estoque da Dívida Ativa com a finalidade de se efetuar o registro das movimentações ocorridas.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

Recomendação:

“Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com os demais ministérios e órgãos, que, ao encaminharem o projeto de Lei Orçamentária Anual, observem as metas prioritárias estipuladas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.”

Providências adotadas:

O Ministério esclarece por meio da Nota Técnica nº 01/SECAD/SOF/MP, de 08/01/2008, que, não raras vezes, a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO ocorre concomitantemente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, como foi o caso em 2005, quando a Lei nº 11.178 – LDO 2006 foi sancionada em 20 de setembro de 2005. Nesses casos, a adequação do PLOA ao PLDO só pode ocorrer no âmbito do Congresso Nacional, uma vez que ambos sofrem alterações significativas quando da sua tramitação.

MINISTÉRIOS DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Recomendação:

“Aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão que regulamentem o empenho de despesas ao longo do exercício orçamentário, de modo a reduzir os elevados montantes inscritos em restos a pagar não-processados, e evitar o comprometimento da programação financeira dos exercícios seguintes.”

Providências adotadas:

No âmbito do Ministério da Fazenda - MF

O Poder Executivo publicou o Decreto Nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2007. Por meio dos artigos 13, 14, §§ 1º, 2º e 3º desse Decreto buscou-se, em 2007, no âmbito do Poder Executivo, coibir o empenho e inscrição em restos a pagar de despesas que, no exercício financeiro de competência, não satisfaçam o requisito de estar legalmente empenhada, requerendo-se que os órgãos apresentem a respectiva documentação que comprove formalmente o compromisso assumido.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP

O Poder Executivo tem utilizado instrumentos normativos para restringir ou flexibilizar a prática de inscrição de RAP, com foi o caso, entre outros, do Decreto nº 4.049, de 12 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 4.526, de 18 de dezembro de 2002. Além disso, é possível calibrar o volume de recursos empenhados ao longo do ano por meio dos decretos de programação financeira. Entende-se, portanto, que a regulamentação existente é suficiente diante do nível de riscos que os RAP possam apresentar.

MINISTÉRIOS DE MINAS E ENERGIA, DA DEFESA E DA FAZENDA

Recomendação:

“Aos Ministérios de Minas e Energia, da Defesa e da Fazenda, supervisores das empresas Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV, Companhia Energética de Alagoas – CEAL, Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO e COBRA Tecnologia S.A., que adotem medidas no sentido de exigir de suas supervisionadas, na execução do Orçamento de Investimento, a observância à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal, no sentido de não executarem despesas de investimento em montantes superiores às dotações fixadas no orçamento de investimento das estatais para as respectivas ações.”

Providências adotadas:*No âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME*

Em agosto de 2006, o Ministro Interino de Estado de Minas e Energia enviou correspondências às empresas citadas nas recomendações do TCU, de 19/06/2007, solicitando informações sobre as medidas adotadas, no que diz respeito ao Parecer Prévio sobre as Contas do Governo Federal- exercício de 2006.

Petrobras

A Empresa respondeu ao pedido do Ministério por meio da carta GAPRE-494/07, de 10/9/2007, informando que, quando há execução de despesas de investimento em montantes superiores às dotações fixadas em seu orçamento anual de investimento, os desvios são devidamente justificados no SIGPlan. Detalhou, ainda, as justificativas para cada uma das ocorrências de extrapolação dos limites estabelecidos. O Tribunal de Contas da União foi devidamente informado sobre as justificativas da Petrobras, por intermédio do Ofício nº 1882/2007/GM-MME, de 25/9/2007.

Centrais Elétricas de Alagoas - CEAL

A Empresa informou ao MME, pela carta PR 151, de 30/08/2007, a situação do orçamento e a realização física de 2006 do Programa Luz Para Todos. Esse foi o único programa cujo orçamento foi ultrapassado. A Empresa reconheceu a não- observância do inciso II do Art. 167 da Constituição Federal e se comprometeu, para os próximos exercícios, a não extrapolar o orçamento aprovado.

No âmbito do Ministério da Defesa - MD

Visando o cumprimento da recomendação, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero, para não ultrapassar os limites de recursos fixados no Orçamento de Investimentos das Estatais, para despesas com investimentos, promoveu ajustes visando ao aperfeiçoamento dos controles internos, com destaque para a implantação da ferramenta Matriz de Investimentos, instrumento corporativo de planejamento, decisão, acompanhamento e controle da gestão dos investimentos e dos impactos de custos decorrentes, possibilitando, assim, o acompanhamento efetivo dos recursos aprovados após revisão da Lei Orçamentária Anual – LOA. Ressalta-se que estes procedimentos produziram como resultado a observância dos tetos orçamentários.

No âmbito do Ministério da Fazenda - MF

A empresa COBRA Tecnologia S/A, por meio do Ofício nº 505/MF, foi instada a operar de acordo com o previsto no Orçamento de Investimentos, em estrita observância ao constante no inciso II do art. 167 da Constituição Federal.

MINISTÉRIOS DE MINAS E ENERGIA, DOS TRANSPORTES, DAS COMUNICAÇÕES E À SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS**Recomendação:**

“Aos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, das Comunicações e à Secretaria Especial de Portos que estabeleçam metodologia para apuração dos dados sobre investimentos em infraestrutura, relativos a suas áreas de atuação, e que implementem sistema de informações que permita acompanhar e consolidar os dados sobre investimentos públicos e privados em infra-estrutura.”

Providências adotadas:*No âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME*

Com referência a esse item, o Ministério de Minas e Energia desenvolveu o Sistema de Informações para o Acompanhamento e Consolidação de Investimentos Públicos e Privados em Infra-Estrutura. É o sistema de acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-Energia, no âmbito do MME.

No âmbito do Ministério dos Transportes - MT

Quanto à implantação de sistema de informações que permita acompanhar e consolidar dados sobre investimentos públicos e privados em infra-estrutura, o Ministério dos Transportes informa que fez um diagnóstico inicial dos sistemas existentes que pudessem potencialmente atender ao recomendado.

No âmbito do Ministério das Comunicações – MC

Em atendimento ao item 9 do ofício nº. 42.081/2007/SE/CGU/PR, o Ministério das Comunicações encaminhou, por meio do Aviso 271/2007/MC, de 31 de dezembro de 2007, o Guia de metodologia para pesquisa de Operadores Postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília e União Postal das Américas, Espanha e Portugal, o qual contempla um conjunto de técnicas e processos para conhecimento de infra-estrutura postal oferecida pelas empresas privadas postais. O projeto piloto foi desenvolvido no Distrito Federal e a aplicação do Guia a outras unidades da federação encontra-se em andamento, com vistas a alimentar um banco de dados sobre operadores postais, que está sendo desenvolvido pela área de informática do Ministério.

Dentre outros procedimentos já adotados pelo Ministério destacam-se a implantação do Sistema de Gerenciamento e Administração do GESAC – SGAG, disponível via web no endereço eletrônico <http://www.idbrasil.org.br/minicom>. O sistema permite não só o controle e acompanhamento das solicitações feitas à contratada (VICOM LTDA) como consolidar uma série de dados que permitem acompanhar o andamento e desempenho do programa GESAC. O SGAG foi desenvolvido pela VICOM LTDA dentro do contrato 02/2005 e atualmente o MC está desenvolvendo seu próprio sistema de acompanhamento do GESAC, previsto para entrar em operação com o início do novo edital de conectividade do GESAC.

Quanto ao Projeto Kits Telecentro, o contrato 02/STE-MC contempla a aquisição dos equipamentos de informática juntamente com solução de monitoramento de telecentros, a qual auxilia a gestão do Programa Inclusão Digital, permitindo o melhor acompanhamento das atividades dos telecentros e reduzindo os gastos com fiscalização presencial. O sistema possibilita o acompanhamento, em tempo real, das atividades, permitindo a consolidação de dados a respeito do uso do telecentro (número de usuários, fluxo de acessos), bem como monitoramento da tecnologia disponibilizada (tipo conexão, inventário dos equipamentos instalados).

O Ministério mantém ainda fiscalização presencial para averiguar os aspectos econômico-financeiros (aquisição e quantidade de equipamentos e materiais permanentes) e técnicos (contratação dos coordenadores e monitores) quanto à correta aplicação dos recursos liberados na implantação de telecentros Comunitário, no âmbito do Programa de Inclusão Digital.

O Ministério das Comunicações, no âmbito do FUNTTEL, está concluindo um sistema de informação que acompanhará e fará monitoramento sistemático sobre todos os projetos apoiados com recursos do mesmo.

Em complementação às iniciativas acima descritas, todos os programas e ações do Ministério valem-se do Sigplan como ferramenta auxiliar no acompanhamento e apuração dos investimentos dessa pasta.

No âmbito da Secretaria Especial de Portos

A Secretaria Especial de Portos, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes, na área dos portos e Companhias Docas, já possui implantado um controle sistemático dos investimentos públicos em infra-estrutura, fundamentado em processos administrativos contendo todo o histórico dos investimentos.

Para controle da emissão dos empenhos foram desenvolvidas rotinas de pagamento que consistem na análise das solicitações pelas áreas finalísticas, emissão de notas técnicas justificando sua tempestividade e necessidade, para finalmente, após a análise da Gestão Estratégica, ser autorizado sua emissão. O controle dos pagamentos fundamenta-se no mesmo processo, sendo expedida nota técnica atestando a execução dos serviços em quantidade e qualidade, bem como a regularidade fiscal do beneficiado ou conveniente.

A distribuição das responsabilidades nas diversas áreas da SEP garante a segurança e a idoneidade do processo. A SEP tenciona desenvolver, até o primeiro semestre de 2009, um sistema que contenha informações

de forma consolidada e permita ser acessado por qualquer cidadão, de modo que se saiba quanto, como e porque dos investimentos efetuados nos portos, bem como a origem de seus recursos, se pública ou privada.

MINISTÉRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E DA FAZENDA

Recomendações:

“a) aperfeiçoem os mecanismos de registro, no balanço patrimonial, dos bens imóveis passíveis de uso, cessão, locação ou alienação pelo INSS, com observância ao princípio contábil do conservadorismo;

b) no tocante ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), enviem esforços para efetuar distinção clara entre “previdência” e “assistência social”, sob o aspecto contábil, financeiro e administrativo, de modo a viabilizar a auto-sustentabilidade de um regime previdenciário contributivo, individualizado e capitalizado, alicerçado em cálculos atuariais compatíveis com os benefícios a serem concedidos, adotando as medidas necessárias ao saneamento do passivo existente atualmente; e

c) quanto ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, adotem um sistema contributivo, individualizado e capitalizado para os futuros servidores, sem prejuízo de equacionar o passivo oriundo das políticas pretéritas que alcançam os atuais servidores ativos e inativos.”

Providências adotadas:

No âmbito do Ministério da Previdência Social - MPS

O MPS, em conjunto com o INSS e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e em decorrência de reunião realizada na Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag/TCU, em 09.08.2007, bem como diante do teor do Ofício nº 443/2007 TCU/Semag, de 27.08.2007, sistematizou as justificativas de gestores previdenciários acerca das recomendações do Controle Externo, proferidas quando da apreciação das Contas do Governo (exercício de 2006). Em relação à letra “b”, o MPS encaminhou a seguinte resposta:

1) Memo nº 433/SPS/GAB, de 12.09.2007, de autoria do Senhor Secretário de Políticas de Previdência Social:

“Na apresentação do resultado do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, realizada mensalmente pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS/MPS, bem como a consolidação anual dos resultados, os dados físicos e financeiros referentes ao RGPS estão claramente identificados, sem que haja nenhuma sobreposição com os dados referentes à benefícios assistenciais.

Financeira e administrativamente, benefícios previdenciários e assistenciais também estão claramente apartados, cabendo aos benefícios previdenciários a administração pelo MPS e aos benefícios assistenciais a administração pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O INSS segue sendo o agente operacional do pagamento do benefício assistencial previsto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, fato que se justifica pela extensa rede de atendimento do Instituto.

A melhoria das condições de sustentabilidade do Regime Geral é, permanentemente, uma meta para sua administração. No ano de 2007, a necessidade de financiamento chegou a R\$ 46 bilhões (em valores de dezembro/2007), valor 2,4% superior à necessidade de financiamento de 2006, em termos reais. Esse resultado, entretanto, foi fundamentalmente devido à antecipação do pagamento de parte dos benefícios de janeiro de 2008 para dezembro de 2007. Caso essa antecipação não tivesse ocorrido, a necessidade de financiamento chegaria a R\$ R\$ 43,3 bilhões, valor 3,66% inferior ao de 2006 (também em termos reais). Como proporção do PIB, a necessidade de financiamento recuou de 1,8% para 1,75% (e teria recuado para 1,62% do PIB, não fosse a antecipação do pagamento dos benefícios).

Registre-se, entretanto, que o Regime Geral de Previdência Social adota, por determinação Constitucional e regulamentação infra-constitucional, o modelo de repartição simples e o caráter solidário. Como se sabe, no modelo de repartição simples, as contribuições feitas em determinado período do tempo pelos trabalhadores ocupados servem para o pagamento de benefícios previdenciários naquele mesmo período, para os beneficiários da Previdência Social. O sistema, assim, tem caráter coletivo e exige solidariedade entre as gerações. Com isso, não cabem ações no sentido de torná-lo “individualizado e capitalizado”, já que não se trata de um modelo de capitalização no qual contas individuais recebem depósitos ao longo da vida ativa dos trabalhadores e reverterem, elas mesmas, em benefícios que serão pagos ao longo do período de aposentadoria.”

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP

Por meio do Aviso nº 210/2007/MP, de 6 de agosto de 2007, o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, interino, em resposta ao Aviso nº 1.075-GP/TCU, informa que já foram adotadas as devidas providências junto às áreas competentes do Ministério, e apresenta os seguintes esclarecimentos quanto aos itens relacionados:

- Item 3, letra “a”: Os Ministérios da Fazenda e da Previdência Social, conjuntamente com o MP, estão ultimando providências relativas ao tratamento patrimonial com vistas ao equacionamento da situação levantada;

- Item 3, letra “b”: O assunto pertinente já está sendo tratado no âmbito do Fórum Nacional de Previdência Social, criado pelo Decreto nº 6.019, deste ano, onde os esforços estão sendo canalizados para a busca de soluções consensuais inclusive com a participação de representantes da sociedade;

- Item 3, letra “c”: O MP e os Ministérios da Fazenda e da Previdência Social estão elaborando proposta de regulamentação do RPPS, já em fase de conclusão, para encaminhamento ao Congresso Nacional;

No âmbito do Ministério da Fazenda - MF

A Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretária de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vêm efetuando alterações na forma de se contabilizar os bens imóveis da União de modo a evidenciar o patrimônio público com maior exatidão. A situação dos bens dominiais também está sendo avaliada, mas a solução requer o desenvolvimento de novo sistema informatizado para a gestão desses imóveis. Em que pese a relevância da solução aventada, a STN já implementou sistemática que permite ao INSS registrar os bens de uso especial e os dominiais no SIAFI, por meio de Nota de Lançamento (NL). O detalhamento das contas assim como um comentário da STN abordando a questão sob a perspectiva apontada por esse Tribunal foram notificados à SEMAG por meio do Ofício. Ofício nº. 1171/2008/CODIN-STN;

A classificação orçamentária da despesa, demonstrada no SIAFI por intermédio das contas contábeis, propicia a condição básica e necessária para distinguir de forma clara os conceitos de “assistência social” e “previdência social”, evidenciando sob o ponto de vista contábil, o valor real dos passivos relativos aos dois componentes de gasto. A divulgação do resultado do RGPS, diga-se, já diferencia de forma clara a destinação de recursos dirigidos ao pagamento dos benefícios previdenciários daqueles dirigidos ao pagamento de benefícios assistenciais. Quanto a uma eventual alteração do modelo previdenciário, remete-se aos esclarecimentos feitos pelo Ministério da Previdência Social, dado a sua responsabilidade sobre o tema; e

Em relação ao aspecto do Regime Próprio da Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) o Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional o PL nº 1992/2007, em 11 de setembro de 2007. Eventuais modificações de rumo na direção das propostas recomendadas por essa Egrégia Corte devem ser submetidas à apreciação daquela Casa.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC

Recomendação (a):

“Análise tempestivamente as prestações de contas dos projetos culturais incentivados, em atendimento ao prazo de avaliação previsto no artigo 20, §1º da Lei nº 8.313/1991, buscando reduzir o estoque de prestações de contas sem análise conclusiva (aprovação/rejeição) e inabilite os responsáveis por até três anos no caso de rejeição, conforme dispõe o mesmo dispositivo legal.”

Providências adotadas:

A análise da prestação de contas de projetos financiados com recursos incentivados previstos na Lei nº 8.313/1991, compreende dois aspectos: financeiro, quanto à verificação da correta e regular aplicação dos recursos; e técnico, quanto ao cumprimento do objeto e do objetivo do projeto.

A avaliação dos aspectos financeiros é realizada pela área técnica da Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura – Sefic, que adotou novos procedimentos para o tratamento das prestações de contas apresentadas a partir de agosto de 2007:

- a) revisão do fluxo de análise, com a diminuição dos prazos das diligências;
- b) implantação de controles efetivos dos prazos concedidos para resposta das diligências;
- c) padronização dos relatórios técnicos;
- d) adoção de novos critérios de distribuição dos processos para análise; e
- e) priorização das atividades finalísticas.

Essas medidas visam dar maior celeridade aos processos, conforme determina o artigo 20, § 1º da Lei nº 8.313/1991.

Não obstante a expectativa de edição de normativo pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabelecendo critérios diferenciados para a análise das prestações de contas de convênios e termos congêneres na situação de “a aprovar”, que se encontram em estoque no âmbito dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal, o MinC tem buscado alternativas para análise das prestações de contas nesta situação (“a aprovar”).

Dentre as alternativas, está a contratação de instituição externa para a prestação de serviços especializados de análise documental-financeira das prestações de contas em estoque. Já foi realizado o levantamento de informações e dados dos projetos cuja prestação de contas encontra-se em estoque, e encontra-se em andamento o processo de cotação de preços junto a três instituições. Pretende-se que a efetiva execução desta tarefa seja feita em etapas a partir do exercício de 2008.

Entretanto, a competência da Administração de “aprovar” ou “reprovar” as contas é indelegável. Uma vez que a instituição seja contratada, sua análise ainda deverá ser homologada pelo MinC. Adicionalmente, objetivando conferir maior celeridade ao processo e diminuir os custos dos trabalhos, a Sefic constituirá força tarefa para realizar a conferência, a organização e a numeração das peças que compõem as prestações de contas, para que apenas os documentos necessários e suficientes para sua análise, no que se refere aos aspectos documental-financeiro, sejam encaminhados à entidade contratada, evitando-se enviar material estranho ao processo.

Com o propósito de proceder a inabilitação dos responsáveis por projetos culturais que tiveram as contas rejeitadas pelo MinC, conforme previsto no Art. 4º, § 8º da Lei nº 8.313/1991, e no art. 7º, § 7º do Decreto nº 5.761, de 2006, a Sefic já elaborou minuta de Portaria a ser editada pelo Ministério da Cultura, contemplando capítulo específico que trata da aplicação da inabilitação, da gradação da sanção, seus efeitos, recursos cabíveis, dentre outros aspectos não previstos nos normativos regulamentares da Lei. Esse documento encontra-se sob avaliação do departamento jurídico do Órgão, etapa imprescindível e anterior à sua publicação.

Recomendação (b):

“Adote providências no sentido de reduzir as desigualdades regionais mediante a aplicação do montante de recursos captados por meio da renúncia fiscal (Mecenato) de forma desconcentrada e proporcional à população, em atendimento aos artigos 3º, inciso III, e 165, §§ 6º e 7º, da Constituição Federal e artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.313/1991.”

Providências adotadas:

No que concerne às ações realizadas visando reduzir as desigualdades regionais, deve-se lembrar que o Pronac considera três mecanismos de financiamento. As regiões onde é baixa a captação de recursos por intermédio da renúncia fiscal (Mecenato), existe o mecanismo compensatório de fomento realizado pelo Fundo Nacional da Cultura – FNC, com recursos orçamentários provenientes, em sua maioria, de parcela da arrecadação das loterias federais. Deste modo, na aplicação de recursos do FNC, adota-se o critério de maior equilíbrio na distribuição regional, priorizando as propostas culturais de regiões menos assistidas. Esse equilíbrio tem sido constatado no número de Pontos de Cultura instalados no País. Dos 742 Pontos existentes, 42% - ou 302 Pontos - estão localizados nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, as que apresentam menor captação por meio do Mecenato. Essas Regiões responderam por 43% dos investimentos do FNC em 2007.

Quanto aos *incentivos fiscais*, o MinC detectou que o baixo investimento nas citadas Regiões é também influenciado pela pouca demanda originária dessas regiões, cujo acesso à informação sobre procedimentos

e possibilidades de apoio, e às empresas potencialmente patrocinadoras ainda é deficitário. Com o objetivo de minimizar essas diferenças, o Órgão assinou termo de parceria com o SESI, para realização de oficinas para desenvolvimento de competências e para capacitação de agentes culturais, com início previsto para março de 2008, na Região Nordeste; e na seqüência, para as regiões Norte e Centro Oeste.

Além disso, o MinC vem promovendo constante trabalho de sensibilização de investidores, enfatizando a necessidade de observância do princípio da equidade na distribuição nacional dos recursos investidos com incentivos fiscais. Encontram-se em curso estudos voltados para o estabelecimento de limites de valores e número de projetos por área cultural, região e proponente, que deverão ser balizadores da análise e da aprovação dos projetos.

Recomendação (c):

“Verifique a adequação dos projetos culturais incentivados com renúncia integral de Imposto de Renda aos segmentos específicos arrolados no artigo 18 da Lei nº 8.313/1991.”

Providências adotadas:

No que se refere à adequação das propostas culturais ao artigo 18 da Lei nº 8.313/1991, recomendada pelo TCU, deve-se esclarecer que o enquadramento neste dispositivo legal é quesito integrante da análise efetuada para emissão de parecer técnico, cujo cumprimento vem sendo observado pelo MinC de modo a garantir que o benefício esteja em conformidade com os segmentos elencados naquele artigo. No novo formulário-padrão para encaminhamento de projetos para análise, o enquadramento é feito exclusivamente pelo parecerista, sem qualquer interferência do proponente.

Recomendação (d):

“Estude a inclusão, na norma disposta no artigo 18 da Lei nº 8.313/1991, da parcela não renunciável no financiamento privado, quando da revisão das Leis de Incentivo à Cultura, prevista no “Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil.”

Providências adotadas:

Sobre a inclusão dos mecanismos de financiamento via Mecenato em favor do *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*, convém considerar que o MinC promoverá, em 2008, ciclo de debates para colhimento de sugestões, com vistas à revisão da Lei nº 8.313, de 1991. Os percentuais de abatimento e outros pontos serão abordados nesses fóruns.

Recomendação (e):

“Encaminhe à Presidência da República proposta de decreto anual relativo ao valor máximo das deduções de que trata o *caput* do art. 26 da Lei nº 8.313/1991 (renúncia de receita) ou proponha projeto de lei que altere esse dispositivo legal, se o considerar inadequado.”

Recomendação (f):

“Publique, até 28 de fevereiro de cada ano, os recursos renunciados autorizados e captados no exercício anterior, de forma consolidada, discriminados por proponente, para efetivo cumprimento ao disposto no art. 19, § 7º da Lei nº 8.313/1991.”

Providências adotadas:

No que diz respeito às interpelações do TCU quanto ao encaminhamento da proposta de Decreto anual relativo ao valor máximo das deduções de que trata o *caput* do art. 26 da Lei nº 8.313/1991 (renúncia de receita) e à publicação, até 28 de fevereiro de cada ano, dos recursos renunciados autorizados e captados no exercício anterior, de forma consolidada e discriminados por proponente, para cumprimento do art. 19, § 7º, da mesma Lei, vale relatar o seguinte:

O Ministério da Cultura, por intermédio de seu Secretário-Executivo, endereçou ao TCU o Ofício nº 054/SE/MinC, de 24 de maio de 2007, se manifestando sobre o assunto, em razão da diligência da Secretaria de

Macroavaliação Governamental daquele egrégio tribunal (Ofício nº 481 TCU/DEMAG-2DT). As duas questões foram objeto da Nota Técnica EVDB nº 01/2007, de 22 de fevereiro de 2007, elaborada pela Secretaria-Executiva do MinC.

Em síntese, foram as seguintes razões apresentadas:

“a) A interpretação firmada pelos Ministérios da Fazenda e da Cultura sobre a desnecessidade de edição de Decreto para fixar limites máximos de dedução de Imposto de Renda por apoio a projetos culturais, e da conseqüente inexigibilidade de aplicação do § 2º, do art. 26 da Lei nº 8.313/1991, repousa no entendimento de que a exigência prevista no dispositivo dessa Lei é menos ampla do que a finalidade legislativa originária, ou seja, a definição do limite máximo que se pretende seja fixado por Decreto já é efetivamente determinado, a cada exercício, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

b) No âmbito do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura – Pronac, todo projeto aprovado tem suas informações disponibilizadas, mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União, contendo os dados que o identificam, bem como o proponente (beneficiário) e o valor aprovado; também no endereço eletrônico do Ministério da Cultura, publica-se, de forma consolidada, todos os projetos aprovados, com discriminação por proponente, valor autorizado e valor efetivamente captado; além dessa divulgação na internet, no site www.cultura.gov.br, na hipótese da execução dos projetos não se encerrar no mesmo exercício financeiro do ato de sua aprovação, restando ao proponente possibilidades de captação e, mediante sua expressa solicitação, o MinC pode conceder-lhe prorrogação de prazo para fins de captação, sendo também divulgados no mesmo site os dados relativos a essa extensão do prazo, considerando-se o valor anteriormente autorizado.”

Resta esclarecer, no que tange ao item “a”, que o limite máximo a ser definido mediante Decreto já estaria efetivamente determinado pelas LDO e LOA, conforme já mencionado. Sobre o item “b”, mesmo considerando a necessária validação desses entendimentos sob a ótica do TCU, houve apreciação da Consultoria Jurídica do MinC, que emitiu o Parecer nº 346/2007 CONJUR/MINC, no qual consigna que “... *em princípio, a publicação no sítio oficial do Ministério da Cultura dos dados relativos ao Pronac correspondentes aos projetos culturais, proponentes, recursos autorizados, recursos captados e saldo a captar, atende ao disposto no artigo 19, § 7º da Lei nº 8.313/1991...*”.

Como reforço a essas iniciativas, o MinC solicitou ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, por intermédio do Ofício nº 61/SE/MINC, de 26 de junho de 2007, agendamento de reunião entre as áreas jurídicas daquela Pasta e do Ministério da Cultura, no intuito de propor conjuntamente a alteração no § 2º, do art. 26 da Lei nº 8.313/1991, de forma a evitar questionamentos quanto à interpretação adotada.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI

Recomendação:

“Ao Ministério da Integração Nacional que aloque e aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à Irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Providências adotadas:

O Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica - SIH, com o intuito de ser mais efetivo na prática da irrigação na Região Centro-Oeste, propôs, durante o processo de Elaboração da Proposta do Plano Plurianual – PPA para o período 2008/2011, a criação de uma ação genérica para aquela Região (Funcional Programática - 20.607.0379.10BC.0050). A medida visou ao atendimento do disposto na Constituição Federal que determina a aplicação do mínimo de 20% do total dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, vez que não são apresentadas demandas específicas.

Contudo, tal proposição não foi atendida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo excluída da referida proposta, dificultando desta forma a implementação de novas ações na Região. Cabe ressaltar que os recursos 2007 destinados a Região Centro-Oeste, foram os alocados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Os principais projetos de irrigação na Região Centro-Oeste tiveram início na década de 80, quando o Estado de Tocantins, atualmente pertencente à Região Norte, não tinha sido ainda desmembrado do Estado de

Goiás. Hoje, grande parte dos projetos em andamento sobre a responsabilidade da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica - SIH/MI, se concentram no Tocantins, por exemplo o Projeto de Irrigação Manuel Alves com 5.000ha no município de Dianópolis/TO, o Projeto de Fruticultura Irrigada São João com 3.224ha no município de Porto Nacional/TO, o Projeto de Irrigação Sampaio com 1.000ha (Pôlder 01) no município de Sampaio/TO, a execução da Estação de Captação do Projeto de Irrigação Formoso para viabilizar mais 3.500ha no município de Formoso do Araguaia/TO, entre outros projetos, não podendo ser computados nesse cálculo.

Outro fator que tem dificultado bastante o alcance da evolução da irrigação para a Região Centro-Oeste e, conseqüentemente, o atendimento às recomendações de alocar e aplicar este mínimo de 20% supracitado, do total dos recursos destinados à irrigação para essa região é a inexistência de pleitos para estudos e/ou projetos que permitam a formalização de novos convênios. Visando subsidiar o início de novos projetos estão sendo realizados por esta Secretaria alguns estudos, entre eles, a elaboração de Plano de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal, a elaboração do Projeto Campo Alegre com proposta de barramento para fins de irrigação no município de Campo Alegre, a elaboração de Plano de Desenvolvimento Hidroagrícola e Desenvolvimento Agroindustrial das Bacias Hidrográficas do Estado de Goiás, e Elaboração de diagnóstico, cadastro e avaliação socioeconômica do Programa Público Hidroagrícola de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCIDADES

Recomendação:

“Ao Ministério das Cidades que proceda à alocação, no Siafi, dos créditos orçamentários do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no órgão e na unidade gestora próprios do FNHIS.”

Providência adotada:

O Ministério das Cidades informou que procedeu à alocação, no SIAFI, dos créditos orçamentários do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social – FNHIS, no órgão e na unidade gestora próprios do FNHIS.

Desse modo, os créditos orçamentários de 2007, referentes ao Fundo Nacional de Interesse Social – FNHIS, constantes nas Unidades Orçamentárias 56902 e 74911 – Unidade Gestora 560003 – Secretaria Executiva, foram transferidos a Unidade Gestora 560015 – FNHIS própria do fundo, atendendo ao disposto no § 2º do art. 172 do Decreto-Lei n.º 200/67.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Recomendação (a):

“Divulgue na Internet, de forma integral, os dados gerenciais referentes à execução do Plano Plurianual, em particular no que tange à execução de metas físicas, conforme dispõe o art. 18, § 1º, inciso I, alínea "e" da LDO/2006 e da LDO/2007.”

Providência adotada:

Por meio do Memorando n.º 29/2008 SPI/MP, de 31/01/2008, encaminhado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI ao Secretário Executivo do MP, a SPI informou que a execução das metas físicas e financeiras do PPA, constam dos Relatórios Anuais de Avaliação do PPA, que para o exercício de 2007 - ano base 2006 - estão disponibilizados na *internet* para consulta, sem necessidade de senha, na seguinte página eletrônica: http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteudo/relatorio_ppalrelatorio_avaliacao_ppaEX2007.htm.

Além disso, esclarece-se que as informações sobre a execução física das ações de governo constam dos anexos ao Relatório Anual de Avaliação do PPA, com informações de todos os programas e das ações por tipo, sendo que os anexos do relatório do exercício de 2007 - ano base 2006, que são “Execução física e financeira do PPA 2004-2007 e indicadores”, constam do Volume II (Anexo I – 1ª Parte) e “Execução física e financeira PPA 2004-2007” (Anexo I, 2ª Parte) e “Execução de Projetos de grande vulto” (Anexo III) constam do Volume III, sendo ambos disponível na *internet* nas seguintes páginas eletrônicas:

Destacou-se, também, que se encontra em andamento a proposição de forma e de procedimento de acesso da sociedade civil ao SIGPlan e ao SIAFI, por meio das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto s/nº, de 10 de março de 2007, com composição de acordo com a Portaria GM/MP nº 197, de 05 de julho de 2007, e, neste sentido a SPI/MP tem promovido reuniões e encontros que visam fundamentar a elaboração do relatório final, o qual contemplará as diretrizes e regras gerais para as informações que serão disponibilizadas à sociedade civil, os requisitos para implementação do módulo nos sistemas citados, com observância dos prazos necessários ao desenvolvimento de aplicativos na área de tecnologia da informação.

Recomendação (b):

“b) como órgão de monitoramento, avaliação e revisão dos programas do Plano Plurianual, conforme dispõe o art. 1º, §3º do Decreto nº 5.233 de 6 de outubro de 2004, promova:

b.1) a inserção no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal de informações acerca dos indicadores de execução física dos programas; e

b.2) a verificação da consistência dos registros no Sigplan, durante o processo de elaboração do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2004/2007, referentes ao exercício de 2007, particularmente em relação à adequação das metas físicas dos programas cuja execução seja superior à meta prevista na LOA/2006.”

Providência adotada:

A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, mediante o Memorando n.º 29/2008 SPI/MP, de 31/01/2008, encaminhado pela SPI ao Secretário Executivo do MP, informou que quanto à recomendação de promover o integral preenchimento do SIGPlan, de forma a permitir a divulgação na *internet* de todos os dados gerenciais referentes à execução do PPA, a SPI/MP tem adotado procedimentos sistemáticos de divulgação e de demonstração dos índices de preenchimento da execução física no SIGPlan pelos órgãos setoriais, por meio de aviso na página eletrônica do SIGPlan. Outra rotina implantada, segundo informações da SPI/MP, com objetivo de incentivar o integral preenchimento do SIGPlan, foi o envio mensal às Unidades de Monitoramento e Avaliação dos órgãos setoriais do Poder Executivo (UMA), de quadros com demonstrativos gerias sobre registros de informações no SIGPlan.

Quanto à recomendação que se refere à verificação da consistência dos registros no SIGPlan, a SPI esclareceu que sua viabilização é realizada mediante o procedimento de validação do gerente de programa, conforme previsto nos § 1º e 20 do Art. 1º da Portaria MP nº 198/2005 e operacionalizado em observância ao estabelecido no Manual de Validação e Acompanhamento do Gerente, uma vez que a validação consiste na ciência (com concordância), e no monitoramento, pelo gerente de programa, das informações registradas pelo coordenador de ação do respectivo programa. No âmbito da SPI/MP a verificação de inconsistências é realizada por ocasião da Revisão do PPA, por meio de um conjunto de apurações especiais que checam a consistência das informações sobre meta física e alocação de recursos prestadas pelos órgãos setoriais.

Quanto à recomendação relativa à adequação das metas físicas dos programas cuja execução foi superior à meta prevista na LOA de 2006, a SPI registra que: 1) as metas físicas executadas podem, em alguns casos, superar as metas inicialmente previstas, sem tal fato constituir necessariamente em falhas na execução ou previsão; 2) caso seja necessária a adaptação da meta física prevista, os órgãos setoriais podem fazê-la durante os procedimentos de créditos adicionais à LOA, sob coordenação da SOF/MP, ou em verificações nas fases que integram o processo de Elaboração/Revisão do PPA, que contempla a análise de consistência das metas físicas das ações, com a inclusão dos ajustes e adequações necessárias às metas previstas em funções de alterações nas legislações relacionadas ao Orçamento Geral da União.

Recomendação (c):

“Adote as providências cabíveis para que, no âmbito dos projetos de Lei Orçamentária Anual, seja observado o disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina a aplicação, na Região Centro-Oeste, nos vinte e cinco anos subseqüentes à promulgação da Carta Magna, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação.”

Providência adotada:

Por meio do Aviso nº 210/2007/MP, de 6 de agosto de 2007, o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, interino, em resposta ao Aviso nº 1.075-GP/TCU, esclarece que a recomendação contida no item "XIII - c" também constou do relatório referente às Contas do Governo relativas ao exercício de 2005. Naquela ocasião, a recomendação foi feita à Presidência do Congresso Nacional e ao Ministério da Integração Nacional. No entanto, a SOF encaminhou à Secretaria-Executiva do MP a Nota Técnica nº 012/DEINF/SOF/MP, de 5 de fevereiro de 2007, na qual apresenta os argumentos oferecidos pelo órgão setorial responsável pela política de irrigação para o não-cumprimento dos limites mínimos estabelecidos pela Constituição nessa área.

Sobre esse tema, registre-se, ainda, que a mesma recomendação foi feita novamente ao Ministério da Integração Nacional, conforme transcrito abaixo, e este deverá apresentar os mesmos argumentos ao TCU, uma vez que a situação estrutural do setor não sofreu nenhuma modificação significativa.

"XI ao Ministério da Integração Nacional que alocue e aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à Irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;"

Recomendação (d):

“Adote providências com vistas ao estabelecimento de sistema de custos para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de que trata o § 3º, do art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000.”

Providência adotada:

Pelo Aviso nº 210/2007/MP, de 6 de agosto de 2007, o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, interino, em resposta ao Aviso nº 1.075-GP/TCU, informa que já foram adotadas as devidas providências junto às áreas competentes do Ministério.

O MP articulou a criação de Comissão Interministerial, pela Portaria nº 945, de 26 de outubro de 2005, com o objetivo de elaborar estudos e propor diretrizes, métodos e procedimentos para subsidiar a implantação do Sistema de Custos na Administração Pública Federal.

A citada Comissão, após a apresentação do Relatório, já encaminhado à Secretaria de Macroavaliação do TCU, prossegue em seus trabalhos com vistas a cumprir o disposto no § 3º do art. 50 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU**Recomendação :**

“À Controladoria Geral da União que informe no Balanço Geral da União, nas próximas contas do Governo, o volume de recursos relativos aos créditos tributários e não tributários da Dívida Ativa não contabilizados no Siafi, em poder das Unidades Gestoras, discriminados por órgãos e entidades, bem como as providências implementadas pelos respectivos Ministérios supervisores para a regularização da pendência.”

Providência adotada:

De forma a subsidiar o atendimento à recomendação exarada pelo TCU, a Controladoria-Geral da União elaborou estudo acerca da contabilização da Dívida Ativa da União, consolidado pela Nota Técnica nº 1682/GSCON/SFC/CGU/PR, de 14 de setembro de 2007, que serviu de base para emissão dos Ofícios nº 30475/GSCON/SFC/CGU-PR, de 17 de setembro de 2007, ao TCU, e nº 30474 /GSCON/SFC/CGU-PR, de 17 de setembro de 2007, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por ser o órgão responsável pela contabilização da Dívida Ativa da União.

Em virtude desse estudo, firmou-se o entendimento que os créditos tributários e não tributários vencidos só se tornam Dívida Ativa pelo procedimento da inscrição pela repartição competente, o que inviabilizava, em princípio, que as Unidades Gestoras informassem o montante da Dívida Ativa ainda não lançada no SIAFI sendo que, numa análise preliminar, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, seria o órgão competente para emitir essa informação.

No ofício nº 30474/GSCON/SFC/CGU-PR encaminhado à PGFN houve a sugestão de que nas próximas Prestações de Contas do Presidente da República, as informações relativas à Dívida Ativa sejam discriminadas em duas partes, sendo que a Parte I trataria das informações (relatórios e demonstrativos) relativos à Dívida Ativa da União já contabilizada no SIAFI, que envolvem as cobráveis administrativa e judicialmente, bem como as incobráveis, e, na Parte II, informações relativas aos débitos inscritos em Dívida Ativa e não contabilizados no SIAFI e ainda os créditos da Fazenda Pública encaminhados pelos órgãos de origem, ao longo do exercício, para inscrição em dívida ativa e que ainda não o foram.

No Ofício nº 42459/ 2007/SE/CGU/PR, de 18 dezembro de 2007, encaminhado à PGFN com as orientações para elaboração do relatório de atividades da Procuradoria a compor a Prestação de Contas do Presidente da República 2007, houve a inclusão de item específico determinando encaminhamento de informações sobre a Dívida Ativa não contabilizada no SIAFI, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União em seu parecer prévio, referente às contas do exercício de 2006. Todavia, no Relatório de Atividades encaminhados pela PGFN não foram encaminhadas as informações relativas à Dívida Ativa não contabilizada no SIAFI.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

Recomendação:

“Ao Banco Central do Brasil, por intermédio de seu Departamento Econômico, que passe a publicar os estoques e fluxos relativos aos instrumentos híbridos de capital e dívida de forma destacada, em todas as publicações relativas à Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e às Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP).”

Providência adotada:

O Banco Central, por meio do Comunicado Diret-2007/0952, de 8/07/2007, informou que a discriminação das informações sobre Instrumento Híbrido de Capital e Dívida foi realizada a partir da Nota para Imprensa – Política Fiscal referente ao mês de junho de 2007, divulgada em 31 de julho pelo Departamento Econômico. Os Quadros XXXIV, XXXIV-A, XXXVII, XXXVII-A, XXXVIII, XXXVIII-A e XL da Nota para a Imprensa passaram a incluir o item “Créditos concedidos a Instituições Financeiras Oficiais”, que se refere, conforme especificado em nota de rodapé, aos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.

Comunicou ainda que, por outro lado, as informações divulgadas nas séries especiais, disponíveis no site do Banco Central na *internet* e as informações divulgadas nos Indicadores Econômicos, publicação semanal da Instituição, também passaram a incluir, de forma discriminada, os instrumentos híbridos.

COMANDO DA MARINHA

Recomendação:

“Ao Comando da Marinha que providencie a inclusão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha nos orçamentos fiscal e da seguridade social ou tome as medidas tendentes à alteração da natureza jurídica do órgão, de acordo com o disposto no Ofício nº 01-25/CCCPM-MB, de 14/05/2007.”

Providência adotada:

“O Comando da Marinha, para cumprir a recomendação do TCU, formulou proposta de mudança de natureza jurídica da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha que se encontra em análise no âmbito do Ministério da Defesa.”

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Recomendação:

“À Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Secretaria do Tesouro Nacional, ambas do Ministério da Fazenda, que promovam a correta contabilização e classificação dos recursos arrecadados no âmbito do Parcelamento Extraordinário – PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/2006, no montante de R\$ 527,9 milhões, sendo R\$ 324,7 milhões em 2006 e R\$ 223,2 milhões em 2007, dando-lhes a devida destinação legal e constitucional, com os respectivos acréscimos legais, em observância ao disposto no art. 39 da Lei nº 4.320/64.”

Providência Adotada:

No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB

Em atendimento a esta demanda, a RFB esclareceu que o Paex é composto por três partes: Paex 130 meses (art 1º da MP 303/2006), Paex 120 meses (art 8º da MP 303/2006) e Paex 6 meses (art 9º da MP 303/2006). Apenas o Paex 130 meses foi classificado e distribuído, restando ainda o Paex 120 e o Paex 6 meses para tratamento. Também nestes dois casos deverão ser construídos sistemas específicos para decomposição das parcelas, o que tem a previsão de ocorrer nos meses de março/2008 (Paex 120) e julho/2008 (Paex 6).

Os valores referentes ao Paex, separados por tipo, estão a seguir discriminados:

Valores em R\$	
Total Paex	1.589.827.864,15
TOTAL DECOMPOSTO – PAEX 130	1.350.298.491,56
TOTAL AINDA A DECOMPOR	239.529.372,59
TOTAL A DECOMPOR EM MARÇO – PAEX 120	225.829.945,49
TOTAL A DECOMPOR EM JULHO – PAEX 6	13.699.427,10

De acordo com a planilha acima, tem-se que a arrecadação do Paex, entre 2006 e 2007, foi de R\$ 1.589.827.864,15 (um bilhão, quinhentos e oitenta e nove milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos), sendo que deste montante R\$ 1.350.298.491,56 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões, duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos) refere-se ao Paex 130 meses e, portanto, já foi decomposto e distribuído aos seus beneficiários legais, e R\$ 239.529.372,59 (duzentos e trinta e nove milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e nove centavos) refere-se aos Paex 120 e 6 meses, ainda sem tratamento. Deste total ainda não decomposto, R\$ 225.829.945,49 (duzentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) refere-se ao Paex 120 meses, com previsão de classificação em março de 2008, e R\$ 13.699.427,10 (treze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos) refere-se ao Paex 6 meses, com previsão de classificação em julho de 2008.

No âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Sobre o assunto, foi informado que a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil providenciaram, em agosto de 2007, a classificação da parcela de arrecadação dos tributos que compõem o Parcelamento Extraordinário – PAEX, de que tratam as Medidas Provisórias nº 303, de 29 de junho de 2006 e nº 315, de 3 de agosto de 2006, esta última convertida na Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006.

Nesse sentido, a STN promoveu a distribuição do saldo do PAEX correspondente às parcelas do Imposto sobre a Renda – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, para os Estados e Municípios, nos dias 26 e 27 de setembro de 2007, alusivos, respectivamente, aos exercícios 2006 e 2007 (até agosto), bem como a parcela dos Fundos Regionais para cada beneficiário.

Ressalte-se que tais esclarecimentos foram objeto da Nota nº 1.735 STN/COFIN/GEARE, de 21 de setembro de 2007, encaminhada ao Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Ofício nº 8.014 /STN/COFIN/GEARE, de 24 de setembro de 2007.

Informa-se ainda que os pagamentos devidos por conta da atualização da referida distribuição, relativos aos exercícios de 2006 e 2007, foram realizados nos dias 13 e 14 de dezembro de 2007, conforme Ofício nº 10.250 STN/COFIN/GEARE, de 19 de dezembro de 2007, encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL E CENTRAIS ELÉTRICAS DO BRASIL

Recomendação:

“À Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), que acrescentem os valores referentes à remuneração por Uso do Bem Público e às multas arrecadadas pela ANEEL ao Orçamento Geral da União.”

Providência Adotada:

No âmbito da Secretaria de Orçamento Federal - SOF

De acordo com as informações constantes do Ofício nº 17 SECAD/SOF/MP, de 13/09/2007, a SOF informou ao TCU que encaminhou ao Ministério de Minas e Energia o Ofício nº 161 SOF/MP, de 16/08/2007, para que sejam incorporadas ao Orçamento Geral da União as receitas provenientes do uso do bem público e das multas aplicadas pela ANEEL.

No âmbito das Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás

A empresa Eletrobrás, por meio da CTA-PR-9004/2007, de 24/8/2007, informa que o assunto foi discutido com técnicos do Ministério de Minas e Energia, da Secretaria de Orçamento Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, concluindo-se que a remuneração por Uso de Bem Público e as multas arrecadadas pela Aneel não devem integrar o Orçamento Fiscal da União. Informa, ainda, que o assunto já foi levado ao conhecimento do TCU, por meio da carta CTA-PR-8738/2007.1

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

Recomendação:

“À Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que proceda à individualização, na Lei Orçamentária, dos recursos destinados ao financiamento das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, repassados pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), de forma a permitir a correta verificação do cumprimento ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.”

Providência Adotada:

Por meio do Ofício nº 17 SECAD/SOF/MP, de 13/09/2007, a SOF informou ao TCU que encaminhou cópia da programação da Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF no Projeto de Lei Orçamentária para 2008 – PLOA 2008, na qual as despesas com manutenção do ensino foram individualizadas.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Recomendação (a):

“Observe os preceitos constitucionais e legais com vistas a adoção de metodologia adequada para o cálculo do percentual mínimo de 18% a ser aplicado pela União, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, previsto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, especificamente no que concerne à individualização, na proposta de lei orçamentária anual, dos recursos destinados ao financiamento das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, repassados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), a fim de evitar a inclusão indevida de gastos realizados pela Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal no cálculo do percentual mínimo estabelecido.”

Providências Adotadas:

Foi constatado pelo TCU que a Secretaria de Saúde do DF utilizou indevidamente recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, originários da Fonte 112 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que destina-se exclusivamente às ações com educação.

De acordo com o Tribunal de Contas da União, isso se deveu à existência de uma única ação orçamentária (0312 – Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde e Educação) no Orçamento Federal para o custeio da saúde e da educação do DF, ocasionando o câmputo dos gastos da Secretaria de Saúde do DF nos gastos com educação.

Para evitar que esses gastos sejam indevidamente incluídos no cálculo dos gastos com MDE, foram adotadas providências para correção da metodologia de apuração do percentual mínimo de 18% a ser aplicado pela União, apresentado no "Anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, a partir do mês de setembro de 2007.

Além disso, a Secretaria de Orçamento Federal promoveu alterações nos indicadores orçamentários da referida ação no orçamento de 2007, de forma a evitar o câmputo indevido dessas despesas nos limite de gastos com educação da União.

Salienta-se que, anteriormente a 2006, os recursos do FCDF não constavam na metodologia de cálculo de gastos com educação, pois não eram classificados no SIAFI com o indicador da Lei Calmon, parâmetro que é utilizado nas consultas gerenciais para elaboração do demonstrativo.

Quanto à criação de ações distintas para educação e para a saúde do FCDF, registra-se que cabe à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a individualização na proposta de lei orçamentária anual, dos recursos destinados ao financiamento das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino transferidos ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, o que foi implementado pela SOF para o exercício de 2008, com a criação das ações "009T - Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal" e "0312 – Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal".

Recomendação (b):

“Promova, em conjunto com as setoriais contábeis dos ministérios, análise para ajuste das rotinas contábeis, se for o caso, e adote procedimentos de orientação e acompanhamento junto aos órgãos e entidades quanto à correta contabilização dos fatos que dão origem a mutações ativas e passivas.”

Providência Adotada:

Em relação ao problema apontado, foi verificado que existem diversos eventos com roteiros contábeis inadequados, dando origem a mutações ativas e passivas inoportunamente. Tal fato suscita a necessidade de revisão de todas as rotinas que envolvam contas de mutação. Devido ao volume de trabalho que acarreta esta revisão e principalmente a correção do roteiro contábil dos eventos das rotinas contábeis, a Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional estabelecerá como meta para o período de Maio a Novembro de 2008 elaboração de projeto para o desempenho desta tarefa, com vistas a completa regularização das rotinas contábeis que impactam as contas de mutações na abertura do SIAFI 2009.

Recomendação (c):

“Promova as alterações necessárias à correta apresentação de valores nas demonstrações contábeis, no que se refere ao registro em subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias.”

Providência Adotada:

Está em estudo a reestruturação do Plano de Contas Único da Administração Pública Federal e da Demonstração das Variações Patrimoniais, referente à composição dos subgrupos de acréscimos e decréscimos patrimoniais, bem como a avaliação dos eventos que efetuam os registros contábeis dos fatos relacionados. Tal reestruturação visa a permitir que os registros contábeis nos subgrupos de receitas e despesas extra-orçamentárias

sejam realizados somente pelas entidades não integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de maneira que as entidades integrantes dos referidos orçamentos contabilizem corretamente os fatos de natureza extra-orçamentária nos subgrupos de acréscimos e decréscimos patrimoniais. Neste sentido esta Coordenação Geral de Contabilidade estabelecerá como Meta para o período de Maio a Novembro de 2008 elaboração de projeto visando o correto tratamento contábil no SIAFI das rotinas que impactam estas contas de Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias.

Recomendação (d):

“Demonstre, no balanço orçamentário do BGU e do SIAFI, o valor do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício anterior que deu suporte para abertura de créditos adicionais no exercício.”

Providência Adotada:

Foram implementadas para o exercício de 2008 alterações na estrutura do Balanço Orçamentário, que irão evidenciar o superávit financeiro apurado no exercício anterior. O projeto de implantação do Balanço Orçamentário foi homologado nas transações do SIAFI 2007 e já estão disponibilizadas no SIAFI 2008, neste sentido em 2008 o Balanço Orçamentário atende esta determinação do Tribunal de Contas da União.

É relevante destacar que a fórmula do Balanço Orçamentário já está disponível na transação CONGERAREL - Consulta Geração de Relatórios e que o Balanço Orçamentário a nível de Órgão e Consolidado por Tipo de Administração agora pode ser consultado direto na transação BALASINT - Balanços Sintéticos. Relativo à estrutura do novo Balanço pode-se destacar:

- A apresentação do Balanço Orçamentário em quatro colunas, tanto para receita como para despesa (Previsão/Dotação Inicial, Previsão/Dotação Atualizada, Realização/Execução e Diferença); e
- Criação das linhas: Saldo de Exercício Anterior e Excesso de Arrecadação.

A metodologia a ser utilizada na apresentação do Balanço Orçamentário destaca no lado da previsão de receita os valores correspondentes aos créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de exercício anterior, assim como por excesso de arrecadação apurado no exercício.

Neste sentido esta determinação está plenamente atendida no SIAFI 2008.

Recomendação (e):

“Implemente no SIAFI controle visando à compatibilização entre as receitas e despesas decorrentes de operações entre órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de forma que as unidades responsáveis promovam tempestivamente os ajustes necessários à consistência dos valores.”

Providências Adotadas:

Com relação à implantação de controle visando à compatibilidade entre receitas e despesas intra-orçamentárias, informa-se, abaixo, as medidas tomadas pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de minimizar as diferenças encontradas entre receitas e despesas intra-orçamentárias. Parte da diferença se justifica pela existência de Restos a Pagar e de críticas inexistentes em rotinas contábeis de determinadas unidades gestoras, mas que serão implementadas paulatinamente.

Para o exercício de 2007, foi efetuada a implantação, por meio da Portaria STN nº 340, de 26 de abril de 2006, de novo mecanismo de formação do código das contas contábeis que registram operações decorrentes de receitas intra-orçamentárias. Para as receitas correntes intra-orçamentárias, criou-se o código 470000000 e para as receitas de capital intra-orçamentárias o código 480000000, em contrapartida às despesas realizadas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

Até o exercício de 2006, as críticas para exigência de rotina de operação interna eram feitas apenas no empenho da unidade gestora pagadora. A partir de 2007, foram implementadas uma série de críticas no SIAFI nos documentos, tais como: OB e GRU. Por meio destas críticas o sistema irá verificar se a UG recolhadora e a UG favorecida pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A natureza de despesa da NE tem que ser

com a modalidade de aplicação 91 e vice-versa. Também os códigos de receita, pagamento e recolhimento têm que ser típico de operações internas. Na tabela de código de recolhimento (GRU), incluímos os indicadores de operação interna: sim ou não. Na transação “CONCONTA”, incluímos os indicadores para cada conta contábil, se a mesma é de operação interna ou não. Com isso, implementamos as críticas entre os códigos de recolhimento com as contas contábeis do campo classificação da seguinte forma:

=> Código de operação interna sim, as contas do campo classificação também devem ser típicas de operações internas ou vice-versa.

Para o exercício de 2008 a Coordenação Geral de Contabilidade da STN estará apreciando algumas rotinas de despesas e receitas que apresentam possibilidade de classificação inadequada por parte das unidades gestoras, para promover ajustes que ainda se façam necessários.

Recomendação (f):

“Promova, em conjunto com as setoriais contábeis dos ministérios, análise para ajuste das rotinas contábeis, se for o caso, e adote procedimentos de orientação e acompanhamento junto às unidades gestoras quanto à correta e tempestiva contabilização de baixa de valores de bens móveis quando alienados.”

Providências Adotadas:

A STN criou dentro do Siafi eventos e situações que permitem o acompanhamento e registro dos diversos momentos de reconhecimento. Estamos orientando as setoriais contábeis a efetuarem os registros de forma tempestiva. Foi atualizada macrofunção no manual Siafi sobre o assunto (código 02.11.35). Foi incluída orientação sobre o roteiro a ser seguido em caso de venda de bens. Informa-se, ainda, que todas as unidades estarão sendo orientadas, via comunica Siafi, sobre a necessidade de procederem aos registros de forma tempestiva.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

Recomendação:

“Ao Ministério do Planejamento, à Casa Civil da Presidência da República e à Petróleo Brasileiro S.A. que, nas decisões acerca de investimentos externos, envidem esforços para contemplar em seu planejamento estratégico política que assegure, além de retorno financeiro, a independência energética externa do Brasil, visando preservar sua soberania, na defesa de seus interesses econômicos, políticos e patrimoniais.”

Providências Adotadas:

No âmbito Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP

Pelo Aviso nº 210/2007/MP, de 06/08/2007, o Ministro interino do MP, em resposta ao Aviso nº 1075-GP/TCU, informa que já foram adotadas as devidas providências junto às áreas competentes do Ministério.

No âmbito da Petróleo Brasileiro S.A.

A Empresa Petrobras, por intermédio da citada carta GAPRE-494/07, informou ao Ministério de Minas e Energia que os investimentos no exterior consideram as oportunidades de negócio no setor de energia, as potencialidades operacionais e tecnológicas, o retorno e os riscos financeiros envolvidos.